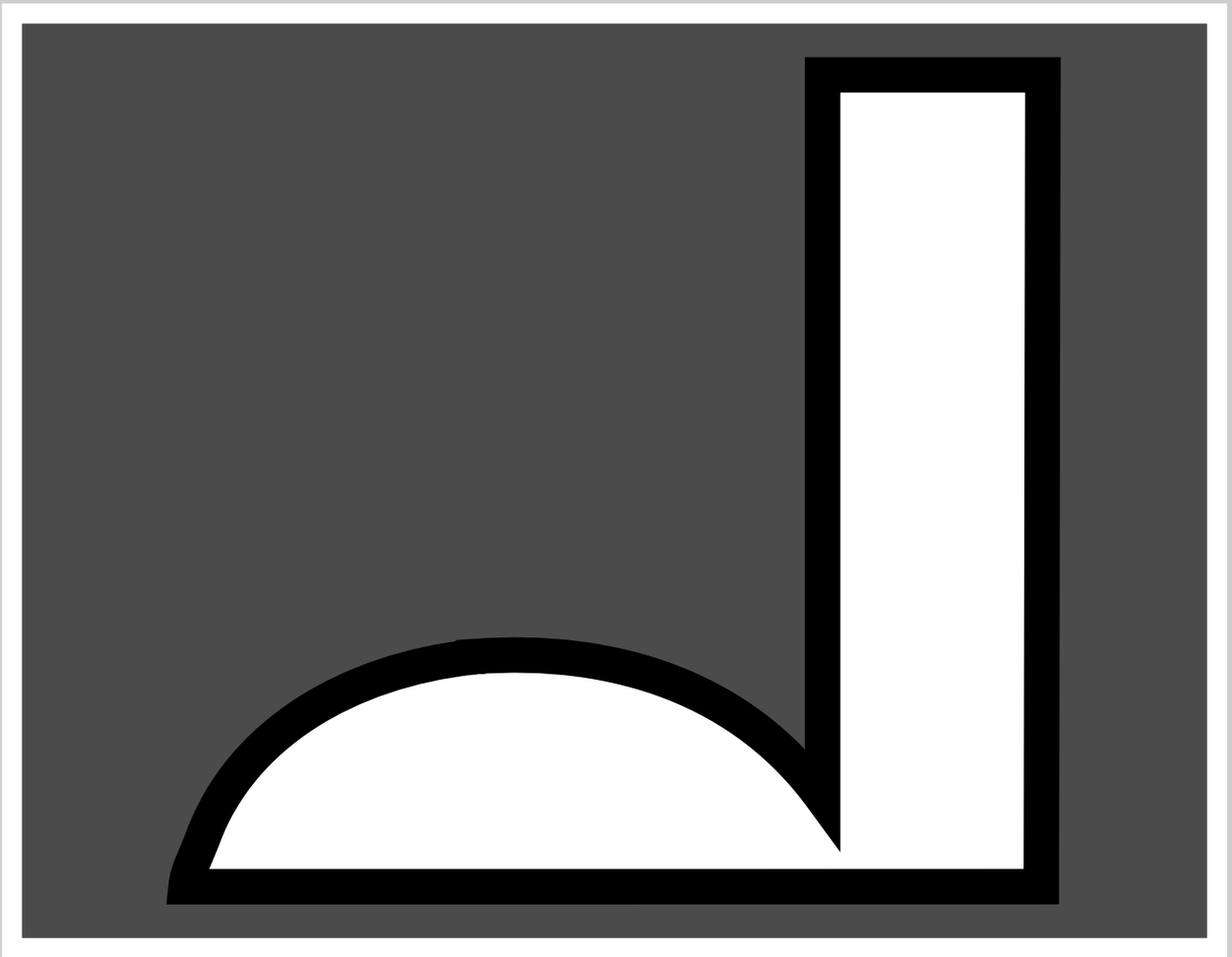
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 30 de setembro de 2009)
e
Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

ANO LXIV – SUP. AO Nº 152 – SEXTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2009 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO
Mão Santa- (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO
Patrícia Saboya - (PDT-CE)

Suplentes de Secretário
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB/PP) - 18

Líder
Renan Calheiros - PMDB

Vice-Líderes
Valdir Raupp
Paulo Duque
Lobão Filho
Francisco Dornelles
Gilvam Borges
Gerson Camata
Geraldo Mesquita Júnior
.....

Líder do PMDB - 17
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Wellington Salgado de Oliveira
Almeida Lima
Valter Pereira
Gilvam Borges
Leomar Quintanilha [4]
Neuto De Conto

Líder do PP - 1
Francisco Dornelles

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19

Líder
Aloizio Mercadante - PT

Vice-Líderes
João Ribeiro
Renato Casagrande
Inácio Arruda
Marcelo Crivella
.....

Líder do PT - 11
Aloizio Mercadante

Vice-Líderes do PT
Eduardo Suplicy
Fátima Cleide
Flávio Arns [3]

Líder do PR - 3
João Ribeiro

Vice-Líder do PR
Expedito Júnior [5]

Líder do PSB - 2
Antonio Carlos Valadares

Líder do PRB - 2
Marcelo Crivella

Líder do PC DO B - 1
Inácio Arruda

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 27

Líder
Raimundo Colombo - DEM [1]

Vice-Líderes
Alvaro Dias
Kátia Abreu
Flexa Ribeiro
Gilberto Goellner
João Tenório
Rosalba Ciarlini
Lúcia Vânia
Adelmir Santana
.....

Líder do PSDB - 14
Arthur Virgílio

Vice-Líderes do PSDB
Alvaro Dias
Lúcia Vânia
Cícero Lucena
Papaléo Paes

Líder do DEM - 13
José Agripino

Vice-Líderes do DEM
Jayme Campos [2]
Antonio Carlos Júnior
Rosalba Ciarlini
Efraim Morais

PTB - 8

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
Sérgio Zambiasi
Romeu Tuma

PDT - 5

Líder
Osmar Dias - PDT

PSOL - 1

Líder
José Nery - PSOL

PV - 1

Líder
Marina Silva - PV

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares
João Pedro
Gim Argello
Romeu Tuma

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária 17 de setembro de 2009.
5. Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 23 de setembro de 2009, e filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 29 de setembro de 2009.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra
Diretor-Geral do Senado Federal

Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 30 de setembro de 2009)

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal 8

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional 62

– Secretaria de Comissões 71

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

ATA DA 35ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS. 250

ATA DA 36ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS. 275

ATA DA 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 9 DE SETEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS. 317

ATA DA 38ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E TRIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 10 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 8:30 HORAS. 343

ATA DA 39ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS. 389

ATA DA 41ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS. 413

1.2.2 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2009. 441

ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2009 464

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2009. 477

ATA DA 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E 34ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2009. ... 510

ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE SETEMBRO DE 2009. 522

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2009. 530

ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2009. 531

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁ-

RIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2009. 552

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009. 596

ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2009. 607

1.2.3 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

REPUBLICAÇÃO DA ATA DA 9ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 28 DE ABRIL DE 2009, ÀS 10 HORAS. **(publicado originalmente em Suplemento ao DSF nº 78, de 02/06 de 2009)** 628

REPUBLICAÇÃO DA ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, CONJUNTA COM A 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO E 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009, ÀS 09 HORAS**. (publicado originalmente em Suplemento ao DSF nº 78, de 02/06 de 2009)** 672

REPUBLICAÇÃO DA ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009, ÀS 11 HORAS. (publicado originalmente em Suplemento ao DSF nº 78, de 02/06 de 2009) 720

REPUBLICAÇÃO DA ATA DA 12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009, ÀS 11H 30MIN. (publicado originalmente em Suplemento ao DSF nº 78, de 02/06 de 2009) 751

ATA DA 17ª REUNIÃO, CONJUNTA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS-SF; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO–CD; FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE–CD, DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO-CD E DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO-CN, DIA 27 DE MAIO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS, NO PLENÁRIO N° 2, DO ANEXO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. 767

ATA DA 21ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS. 798

ATA DA 22ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS. 819

ATA DA 25ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS. 826

ATA DA 26ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS. 838

ATA DA 27ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS. 845

ATA DA 28ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LE-

GISLATURA, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS. 868

ATA DA 30ª REUNIÃO, CONJUNTA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A 34ª DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, 30ª DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA 37ª DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 9:30 HORAS. 883

ATA DA 31ª REUNIÃO, CONJUNTA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A 35ª DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, 34ª DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 8:30 HORAS 896

1.2.4 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

ATA DA 26ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 34ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 25 DE AGOSTO DE 2009. 916

ATA DA 27ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 1º DE SETEMBRO DE 2009. 949

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 8 DE SETEMBRO DE 2009. 968

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 15 DE SETEMBRO DE 2009 989

ATA DA 30ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 34ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, 30ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 22 DE SETEMBRO DE 2009 1019

1.2.5 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2009 1032

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2009 1067

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2009. 1083

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2009 1106

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º e 2 DE SETEMBRO DE 2009 1133

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2009. 1189

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2009. 1223

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, COM A 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E COM A 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDI-

NÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009 1239

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E COM A 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2009. 1253

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura -2009

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 30/09/2009)

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (1º A 30 DE SETEMBRO DE 2009)	
Deliberativas Ordinárias	13
Não Deliberativas	7
Deliberativas Extraordinárias	0
Especiais	6
Total de sessões realizadas	**26**

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 30 de setembro de 2009)

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XII).....183

I – Medida Provisória aprovada 1
1 – Aprovada, na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas, e devolvida à Câmara dos Deputados 1

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 9
1 – Por decisão do Plenário.....7
1.1 – De iniciativa de Senador..... 2
1.2 – De iniciativa de Deputado 3
1.3 – De iniciativa do Presidente da República 1
1.4 – De iniciativa de Comissão Parlamentar de Inquérito. 1
2 – Por decisão terminativa de Comissão 2
2.1 – De iniciativa de Deputado 1
2.2 – De iniciativa do Presidente da República 1

III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados..... 17
1 – Por decisão do Plenário.....3
1.1 – De iniciativa do Senado Federal 1
1.2 – De iniciativa da Câmara dos Deputados..... 2
2 – Por decisão terminativa de Comissão 14

IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação 98
1 – Concessões de telecomunicações.....76
2 – Atos Internacionais 15
3 – Operações de Crédito.....7

V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática 1

VI – Escolha de Autoridades 2

VII – Requerimentos de Voto de Aplauso, Censura ou Semelhante 4

VIII – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente 8

IX – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa 15

X – Requerimentos de criação/alteração de Comissão Temporária 1

XI – Requerimentos deferidos pela Mesa (Ato da Mesa nº 2, de 2009) 11
1 – De tramitação conjunta 4
2 – De desapensamento 7

XII – Requerimentos Diversos 16

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XIII A XVIII) 25

XIII – Parecer contrário de Comissão (art. 254 do RISF) 15

XIV – Parecer contrário de Comissão (art. 91, § 5º do RISF) 5

XV – Parecer contrário de Comissão (art. 101, § 1º do RISF) 2

XVI – Por ter sido retirada pelo autor 1

XVII – Por ter atingido seu objetivo 1

XVIII – Por ter-se tornado intempestiva 1

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS EM SETEMBRO (ITENS I A XVIII) 208

Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões 121
Requerimento de Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito 1
Requerimento de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito 1

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 2 DE FEVEREIRO A 30 DE SETEMBRO DE 2009

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (2 fevereiro a 30 de setembro de 2009)	
Deliberativas Ordinárias	84
Não Deliberativas	62
Deliberativas Extraordinárias	8
Especiais	17
Total de sessões realizadas	**171**
Reuniões Plenárias	1
Reuniões Plenárias não realizadas	0
Total de sessões não realizadas	**1**
Reuniões preparatórias	2

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XVII).....1581

I – Medidas Provisórias aprovadas..... 16
1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão com emendas, e devolvidas à Câmara dos Deputados 8
2 – Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão e enviadas à sanção 5
3 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação.....3

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 81
1 – Por decisão do Plenário.....56
1.1 – De iniciativa de Senador..... 15
1.2 – De iniciativa de Deputado 30
1.3 – De iniciativa do Presidente da República 5
1.4 – De iniciativa do Procurador-Geral da República 1
1.5 – De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho..... 2
1.6 – De iniciativa de Comissão Parlamentar de Inquérito..... 3
2 – Por decisão terminativa de Comissão 25
2.1 – De iniciativa de Senador..... 1
2.2 – De iniciativa de Deputado 6
2.3 – De iniciativa do Presidente da República 1
2.4 – De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho..... 14
2.5 – De iniciativa do Tribunal de Contas da União..... 2
2.6 – De iniciativa do Superior Tribunal de Justiça..... 1

III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados..... 182
1 – Por decisão do Plenário 30
1.1 – De iniciativa do Senado Federal..... 10
1.2 – De iniciativa da Câmara dos Deputados..... 17
1.3 – De iniciativa do Presidente da República 2
1.4 – De iniciativa de Comissão Mista 1
2 – Em decisão terminativa de Comissão 152

IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação 676
1 – Concessões de telecomunicações.....576
2 – Atos Internacionais 71
3 – Operações de crédito.....25
4 – Projetos de Resolução (outras matérias).....4

V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática 33

VI – Escolha de Autoridades..... 38

VII – Parecer sobre Recurso aprovado pelo Plenário..... 1

VIII – Requerimentos de Homenagem de Pesar 24

IX – Requerimentos de Voto de Aplauso, Censura ou Semelhante..... 110

X – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente 56

XI – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa 140

XII – Requerimento de Informação indeferido pela Mesa..... 1

XIII – Requerimentos despachados pelo Presidente (art. 215, Inc II, b, RISF) 2

XIV – Requerimentos de prorrogação de Comissão Temporária 4

XV – Requerimentos de criação/alteração de Comissão Temporária..... 7

XVI – Requerimentos deferidos pela Mesa (Ato da Mesa nº 2, de 2009)..... 55
1 – De tramitação conjunta 28
2 – De desapensamento.....27

XVII – Requerimentos Diversos 155

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XVIII A XXVII) 139

XVIII – Por terem alcançado objetivo 3

XIX – Parecer contrário de Comissão (art. 254 do RISF)..... 53

XX – Parecer contrário de Comissão (art. 91, § 5º do RISF)..... 22

XXI – Parecer contrário de Comissão (art. 101, § 1º do RISF) 8

XXII – Retirada de assinaturas dentro do prazo regimental (art. 244 do RISF)..... 2

XXIII – Por terem sido rejeitadas em Plenário..... 4

XXIV – Por terem sido declaradas prejudicadas..... 12

XXV – Por terem sido retiradas pelos autores 32

XXVI – Recursos arquivados (por terem recebido parecer contrário de comissão) 2

XXVII – Por ter-se tornado intempestiva..... 1

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XXVII) 1720

Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões.....694
Requerimentos de Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito.....4
Requerimentos de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito.....3

I – MEDIDA PROVISÓRIA

Total 1

I.1 - Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas, e devolvida à Câmara dos Deputados

Total 1

Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2009 (Medida Provisória nº 462, de 2009), que dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2009, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais; altera as Leis nºs 11.786, de 25 de setembro de 2008, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.882, de 23 de dezembro de 2008, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 10.925, de 23 de julho de 2004, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.893, de 13 de julho de 2004, 9.454, de 7 de abril de 1997, e 11.945, de 4 de junho de 2009, e dá outras providências.

Sessão: 03.09.2009

II - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À SANÇÃO

De iniciativa de Senador	2
De iniciativa de Deputado	4
De iniciativa do Presidente da República	2
De iniciativa de Comissão Parlamentar de Inquérito	1
Total	**9**

II.1 - Aprovadas pelo Plenário

Total	7

Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2009-Complementar (nº 3.675, de 2008-Complementar, na Casa de origem), de autoria do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, e dá outras providências.

Sessão: 16.09.2009

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995 (nº 3.171, de 1997, na Casa de origem), de autoria do Senador Júlio Campos, que dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentado o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.

Sessão: 16.09.2009

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2004 (nº 4.852, de 2005, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Exploração Sexual, que altera o art. 250 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sessão: 16.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2006 (nº 1.477, de 2007, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Gerson Camata, que inclui dispositivo no Código de Defesa do Consumidor, para determinar que conste, nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao consumidor, o nome e o endereço do fornecedor do produto ou serviço.

Sessão: 16.09.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2003 (nº 1.550, de 2006, na Casa de origem), de autoria do Deputado Celso Russomanno, que faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que especifica.

Sessão: 16.09.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2006 (nº 4.681, de 2004, na Casa de origem), de autoria do Deputado Fernando Coruja, que altera o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 - Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, para adequá-lo à Constituição Federal em vigor. (Dispõe sobre

a vigência das leis estaduais, a homologação das sentenças estrangeiras declaratórias do estado das pessoas e o divórcio realizado no estrangeiro).

Sessão: 16.09.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2007 (nº 761, de 2003, na Casa de origem), de autoria do Deputado Roberto Pessoa, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 (inclui o Ceará na área de atuação da Codevasf).

Sessão: 16.09.2009

II.2 - Aprovadas em decisão terminativa de Comissão

Total 2

Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1999 (nº 3.493/2000, na Câmara dos Deputados), de autoria
do Senador Lúcio Alcântara, que institui o Dia Nacional de Luta contra Queimaduras.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

(Republicado, tendo em vista ter constado autoria da Senadora Lúcia Alcântara)

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2009 (nº 36, de 1999, na Casa de origem), de autoria do Deputado Paulo Rocha, que altera a redação do parágrafo único do art. 145 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, tornando pública condicionada a ação penal em razão da injúria que especifica.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 03.09.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2009 (nº 3.774, de 2008, na Casa de origem), de autoria do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 14.09.2009

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal 15
De iniciativa da Câmara dos Deputados 2
Total 17

III.1 – Projetos de Lei aprovados em Plenário

Total 2

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009 (nº 5.498, de 2009, na Casa de origem) de autoria do Deputado Henrique Eduardo Alves, que altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.

Sessão: 15.09.2009

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2000 (nº 121, de 1999, na Casa de origem), de autoria do Deputado Cunha Bueno, que estabelece a disciplina legal para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães.

Sessão: 16.09.2009

III.2 – Projetos de Lei do Senado aprovados por comissão, em decisão terminativa

Total 14

Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2008 de autoria do Senador Marconi Perillo, que inscreve o nome de Rui Barbosa de Oliveira no Livro dos Heróis da Pátria.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

(Republicado, tendo em vista ter constado como PLS nº 108, de 2009, na resenha de Agosto de 2009)

Sessão: 26.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 09.09.2009 e encerrada em 10.09.2009 (matéria apreciada dia 10.09.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o art. 723 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para impor ao corretor o dever de informar ao cliente sobre os riscos da incumbência.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 09.09.2009 e encerrada em 10.09.2009 (matéria apreciada dia 10.09.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Universitário de Apoio à Alfabetização de Jovens e Adultos.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 14.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a redação do caput do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de consolidar perigosa a atividade profissional que implique a situação de risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 14.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2009, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o caput do art. 342 do Código Penal, que prevê o crime de falso testemunho ou falsa perícia, para incluir o inquérito civil entre os procedimentos sujeitos à prática da infração.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 14.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre a oferta de cursos pré-vestibulares gratuitos em escolas da rede pública de ensino médio.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 14.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que autoriza a União a instituir programa nacional de reforço escolar na educação básica pública denominado Programa de Apoio ao Sucesso Escolar na Educação Básica Pública (PASSEBEM).

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 14.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2009, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que acrescenta na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, os artigos 9º-A a 9º-C, para instituir o piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 14.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos, que institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (ENAMEB)

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 17.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que acrescenta o art. 1.124-B à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para autorizar pedidos de separação e divórcio por meio eletrônico.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 21.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que inclui, entre os servidores que desenvolvem atividades exclusivas de Estado, os servidores do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 24.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que disciplina o uso de equipamentos pelos agentes de segurança pública em todo o território nacional.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 25.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tornar crime a falsificação, adulteração ou fabricação de cigarro em desacordo com a legislação sanitária.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 25.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera o parágrafo único do artigo 106 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para acrescentar que a prova testemunhal seja considerada para efeito de comprovação do exercício da atividade rural.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 29.09.2009

III.3 - Projeto de Resolução do Congresso Nacional aprovado pelo Plenário

Total	1

Projeto de Resolução nº 24, de 2004-CN, de autoria do Senador Marco Maciel, que institui a Comissão Especial do Bicentenário da Independência do Brasil.

Sessão: 23.09.2009

IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa do Senado Federal	83
De iniciativa da Câmara dos Deputados	15
**Total ..... **	**98**

IV.1 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pelo Plenário

Total	15

Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2008 (nº 320, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006.

Sessão: 01.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2009 (nº 400, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para a Correta Aplicação da Legislação Aduaneira e a Prevenção, Investigação e Combate a Infrações Aduaneiras, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006.

Sessão: 01.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 487, de 2009 (nº 497, de 2008, na Câmara dos Deputados), de iniciativa da Comissão Conjunta do Mercosul, que aprova o texto da Decisão nº 33/04 do Conselho do Mercado Comum (CMC), que criou o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul (FEM), adotada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.

Sessão: 01.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2009 (nº 667, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes de Pessoal Diplomático e Consular, celebrado em Brasília, em 27 de maio de 2007.

Sessão: 01.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 494, de 2009 (nº 791, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre o Livre Exercício de Atividades Econômicas Remuneradas por Parte de Familiares Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Sessão: 01.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2009 (nº 799, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado na Cidade do México, em 6 de agosto de 2007.

Sessão: 01.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 507, de 2009 (nº 856, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Resoluções MSC.180(79), MSC.203(81), MSC.209(81), STCW.6/Circ.3, STCW.6/Circ.4, STCW.6/Circ.5, STCW.6/Circ.6, STCW.6/Circ.7, STCW.6/Circ.8, STCW.6/Circ.9, STCW.6/Circ.10, adotadas nas Sessões do Subcomitê de Treinamento e Serviço de Quarto de Marítimos (STW) da Organização Marítima Internacional, que resultaram em emendas à Convenção Internacional sobre normas de Treinamento, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto de Marítimos (STCW-1978).

Sessão: 01.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 509, de 2009 (nº 1.352, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Emendas à Convenção da Organização Hidrográfica Internacional.

Sessão: 01.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2009 (nº 2.375, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Gâmbia, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2005.

Sessão: 16.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 479, de 2009 (nº 2.545, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto atualizado da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar.

Sessão: 16.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 491, de 2009 (nº 566, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007.

Sessão: 16.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 506, de 2009 (nº 854, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca sobre Cooperação nas Áreas de Energias Renováveis e Eficiência Energética, celebrado em Copenhague, em 13 de setembro de 2007.

Sessão: 16.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 488, de 2009 (nº 499, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo para a Concessão de um Prazo de Noventa Dias aos Turistas Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, celebrado em Córdoba, em 20 de julho de 2006.

Sessão: 23.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 492, de 2009 (nº 665, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Co-Produção Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, celebrado em Nova Delhi, no dia 4 de junho de 2007.

Sessão: 23.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 500, de 2009 (nº 2.143, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos sobre o Cobre - GIEC.

Sessão: 23.09.2009

IV.2 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa

Total 76

Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2008 (nº 426/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Beira - Rio FM Presidente Epitácio S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2009 (nº 968/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bela Vista de Goiás, Estado de Goiás.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2009 (nº 850/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente, Educacional, Cultural Recreativa e de Radiodifusão JJIRÉ - AJJÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elísio Medrado, Estado da Bahia.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2009 (nº 954/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sampaio & Martins LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alexânia, Estado de Goiás.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2009 (nº 1.083/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rocco Júnior & Rocco LTDA-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Faxinal, Estado do Paraná.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2009 (nº 1.084/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Organização Madasol de Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraí do Sul, Estado do Paraná.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2009 (nº 923/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Barrense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2009 (nº 943/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Top LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2009 (nº 1.067/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Integrado de Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2009 (nº 1.313/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Caminho e Luz LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araputanga, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2009 (nº 1.073/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Editora Diário da Amazônia S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Costa Marques, Estado de Rondônia.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2009 (nº 1.229/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Cultural e Social de Mortugaba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mortugaba, Estado da Bahia.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2009 (nº 732/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Comunicadores em Rádio Comunitária, Geração FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vale do Paraíso, Estado de Rondônia.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2009 (nº 1.231/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Novo Tempo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2009 (nº 1.326/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Líder de Passos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 433, de 2009 (nº 1.331/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à SPC - Sistema Paraense de Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Luís do Paraitinga, Estado de São Paulo.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2009 (nº 1.340/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Difusora Natureza FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iacri, Estado de São Paulo.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2009 (nº 1.342/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FADEMA - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento e Ensino de Machado para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 439, de 2009 (nº 1.344, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Curuçá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curuçá, Estado do Pará.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 445, de 2009 (nº 935/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Parque Niagara de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 452, de 2009 (nº 1.155/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ACIPA - Associação Comunitária de Palmeirante para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeirante, Estado do Tocantins.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 455, de 2009 (nº 1.262/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Tocantins LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 524, de 2009 (nº 1.298/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Metropolitana FM de Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 527, de 2009 (nº 1.327/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Bairro Industrial Taguatinga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taguatinga, Estado do Tocantins.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 541, de 2009 (nº 1.367/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Ivanov Comunicação e Participações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruburetama, Estado do Ceará.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 546, de 2009 (nº 1.354/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Record do Rio de Janeiro LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 549, de 2009 (nº 1.363/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 550, de 2009 (nº 1.364/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 551, de 2009 (nº 1.365/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 552, de 2009 (nº 1.366/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 564, de 2009 (nº 1.182/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Nova Rádio Laranjal LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 569, de 2009 (nº 1.303/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Lavrinhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavrinhas, Estado de São Paulo.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 581, de 2009 (nº 1.412, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Vale do Itajaí LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 591, de 2009 (nº 1.452/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Miracatu LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cametá, Estado do Pará.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 609, de 2009 (nº 1.336/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão À Sociedade Rádio Rolante FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rolante, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2008 (nº 402/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Núcleo de Defesa e Apoio Comunitário de Simões - NUCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simões, Estado do Piauí.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2009 (nº 991/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária e Cultural Buqueirão - FM 107.1 MHZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cícero Dantas, Estado da Bahia.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2009 (nº 1021/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Rádio Comunitária do CPA IV e Região Independente FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2009 (nº 898/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Alagoinhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoinhas, Estado da Bahia.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2009 (nº 905/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária e Educativa de Gavião para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gavião, Estado da Bahia.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2009 (nº 1009/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Portal Rádio FM Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2009 (nº 1017/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária de Caldas Novas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2009 (nº 1030/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Comunidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tramandaí, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2009 (nº 1056/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Astral Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapadão do Céu, Estado de Goiás.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2009 (nº 1089/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vera Cruz FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2009 (nº 1102/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Guaíra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaíra, Estado do Paraná.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2009 (nº 1026/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária FM Céu Aberto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa da Serra, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2009 (nº 1036/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mampituba LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2009 (nº 1055/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Atlântico Sul LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Gaivota, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2009 (nº 1066/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Netgrande de Comunicações LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2009 (nº 1100/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Televisão Diamante LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2009 (nº 1111/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Vera LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2009 (nº 1168/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Várzea-Grandense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2009 (nº 612/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Transvalle FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2009 (nº 733/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Anjos da Paz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cujubim, Estado de Rondônia.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2009 (nº 1234/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Era - ACONER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carvalhópolis, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2009 (nº 1238/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio FM Anhanduí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2009 (nº 1288/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guanhães, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2009 (nº 1333/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2009 (nº 1343/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à INPACTO - Instituto de Promoção Artístico-Cultural de Teófilo Otoni para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2009 (nº 967/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Editora Diário da Amazônia S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 447, de 2009 (nº 1010/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Organização Fraterna para Promoção Humana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiaia, Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 473, de 2009 (nº 1209/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária FM Cidade de Campos Lindos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Lindos, Estado do Tocantins.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 528, de 2009 (nº 1330/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Leste Sul Telecomunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de São Paulo.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 537, de 2009 (nº 1260/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 539, de 2009 (nº 1273/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Schappo LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 589, de 2009 (nº 1440/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Educativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 590, de 2009 (nº 1449/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Santa Cruz FM Rádio e Jornal LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita do Passa Quatro, Estado de São Paulo.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 595, de 2009 (nº 1462/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Martinense de Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martins, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 597, de 2009 (nº 1489/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural do Deserto - CE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapipoca, Vila Deserto, Estado do Ceará.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 598, de 2009 (nº 1490/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Nordeste de Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 604, de 2009 (nº 1540/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Betel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macau, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 648, de 2009 (nº 556/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Anel do Brejo LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Camalaú, Estado da Paraíba.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 649, de 2009 (nº 675/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rural de Barrento para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajazeirinha, Estado da Paraíba.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 665, de 2009 (nº 1277/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Pequenos Produtores dos Sítios Pau D'arco, Guaribas e Agostinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçagi, Estado da Paraíba.

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 667, de 2009 (nº 1290/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Anel Do Brejo LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Baraúna, Estado da Paraíba.

Sessão: 30.09.2009

IV.3 - Projetos de Resolução aprovados pelo Plenário

Total 7

Projeto de Resolução nº 54, de 2009, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até Euros 4.324.442.181,00 (quatro bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e um euros), entre a República Federativa do Brasil e consórcio formado pelos bancos BNP Paribas, Société Générale, Calyon, Credit Industriel et Commercial, Natixis e Santander, cujos recursos destinam-se ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos - PROSUB.

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Resolução nº 55, de 2009, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor total de até Euros 1.764.020.784,00 (um bilhão, setecentos e sessenta e quatro milhões, vinte mil, setecentos e oitenta e quatro euros), com um consórcio formado pelos bancos Société Générale, BNP Paribas S.A., Santander S.A., e Calyon S.A., cujos recursos destinam-se ao Projeto H-X BR (antigo CH-X).

Sessão: 02.09.2009

Projeto de Resolução nº 56, de 2009, que autoriza a contração de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada a financiar, parcialmente, o "Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê - Programa Mananciais".

Sessão: 08.09.2009

Projeto de Resolução nº 59, de 2009, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 22.09.2009

Projeto de Resolução nº 60, de 2009, que autoriza o Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de US$ 154.000.000,00 (cento e cinquenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 22.09.2009

Projeto de Resolução nº 61, de 2009, que autoriza a adição do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ativos, celebrado entre a União e o Estado do Rio Grande do Norte em 21 de agosto de 2009.

Sessão: 22.09.2009

Projeto de Resolução nº 58, de 2009, de autoria do Senador Tião Viana, que altera o art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, a fim de excluir dos limites para operações de crédito

aquelas contratadas no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal - PEF, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Sessão: 23.09.2009

V – ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Total 1

Mensagem nº 163, de 2009 (nº 625, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Luiz Fernando Gouvêa De Athayde, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.

Sessão: 22.09.2009

VI – ESCOLHA DE AUTORIDADE

Total 2

Parecer nº 1.540, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 184, de 2009 (nº 761/2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "b", e do art. 73, $ 2º, inciso I, da Constituição Federal, o nome do Senhor José Múcio Monteiro Filho para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Marcos Vinicius Vilaça.

Sessão: 22.09.2009

Parecer nº 1.635, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 185, de 2009 (nº 762/2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "b", e do artigo 73, § 2º, inciso I, da Constittuição Federal, o nome do Senhor José Antonio Dias Toffoli, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito.

Sessão: 30.09.2009

VII – REQUERIMENTOS DE VOTO DE APLAUSO, CENSURA OU SEMELHANTE

Total 4

Requerimento nº 1.065, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de censura ao Governo da Venezuela.

Sessão: 01.09.2009

Requerimento nº 660, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando voto de aplauso à FIFA pela escolha da cidade de Manaus (AM) como uma das 12 cidades que abrigarão jogos da Copa do Mundo de 2014.

Sessão: 03.09.2009

Requerimento nº 1.216, de 2009, de autoria do Senador José Sarney, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Geraldo Gurgel de Mesquita.

Sessão: 15.09.2009

Requerimento nº 661, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso à Organização dos Estados Americanos (OEA) pela reintegração de Cuba a este organismo regional.

Sessão: 16.09.2009

VIII – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE

Total 8

Requerimento nº 969, de 2009, de autoria do Senador Flávio Torres, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial no dia 6 de outubro de 2009, destinada a homenagear os cento e cinquenta anos de nascimento do jurista Clóvis Bevilácqua.

Sessão: 01.09.2009

Requerimento nº 1.088, de 2009, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial em homenagem aos 150 anos de nascimento de Clóvis Beviláqua, nascido em Viçosa - Ceará, em 4 de outubro de 1859.

Sessão: 01.09.2009

Requerimento nº 1.110, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado Federal, no dia 3 de dezembro de 2009, às 10 horas, destinada a comemorar os 45 anos do Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro.

Sessão: 16.09.2009

Requerimento nº 1.200, de 2009, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares e outros Senhores Senadores, solicitando, em aditamento ao **Requerimento nº 825, de 2009**, que a Sessão Especial em homenagem aos 10 anos da Lei nº 9.840/99, seja realizada no dia 29 de setembro de 2009.

Sessão: 16.09.2009

(Sessão realizada em 29.09.2009)

Requerimento nº 1.240, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando, em aditamento ao **Requerimento nº 319, de 2009**, que a Sessão Especial destinada a comemorar o 45º aniversário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -IPEA, seja realizada no dia 30 de setembro do corrente, às 11:00 hs.

Sessão: 16.09.2009

(Sessão realizada em 30.09.2009)

Requerimento nº 1.274, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, que o Período do Expediente da Sessão do dia 17 de novembro de 2009 seja dedicado a comemorar o Dia Nacional dos Ostomizados.

Sessão: 22.09.2009

IX – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES APROVADOS PELA MESA

Total 15

Requerimento nº 784, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando, nos termos do art. 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional referentes ao socorro financeiro solicitado pelo Estado do Amazonas.

(Aprovado na 12ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17 de setembro de 2009).

Requerimento nº 864, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Comunicações sobre as atuais obrigações regulamentares e contratuais, e dos resultados da última avaliação de desempenho, das empresas Vivo, Claro, Oi e Tim referentes a aspectos de cobertura, universalização e qualidade dos serviços de telefonia fixa (STFC) e móvel (SMP) oferecidos no Estado de Roraima.

(Aprovado na 12ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17 de setembro de 2009).

Requerimento nº 874, de 2009, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando, nos termos do parágrafo 2º do art. 50 da Constituição Federal e da alínea a, inciso I, do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Sr. Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informações acerca do trabalho dessa pasta diante do problema da praga da cochonilha do carmim, que vem devastando há uma década as plantações de palma forrageira no Sertão e no Agreste pernambucanos.

(Aprovado na 12ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17 de setembro de 2009).

Requerimento nº 901, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre direitos creditórios realizados pela Petrobras, relativamente ao exercício de 2008.

(Aprovado na 12ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17 de setembro de 2009).

Requerimento nº 1.018, de 2009, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, solicitando, nos termos do art. 58, § 2º, III e V, da Constituição Federal, concomitante com o art. 90, incisos III, V e IX, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Dr. Paulo Bernardo Silva, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das ações ministeriais realizadas em relação à questão do Horto Florestal do Município de Limeira, no Estado de São Paulo.

(Aprovado na 12ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17 de setembro de 2009).

Requerimento nº 1.039, de 2009, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão acerca da persistência da cobertura de custos da CPMF em contratos com a Administração Pública.

(Aprovado na 12ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17 de setembro de 2009).

Requerimento nº 1.046, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando, na forma regimental, informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre o tratamento dispensado pelas autoridades policiais do aeroporto internacional de Guarulhos no que diz respeito a revista e embarque das pessoas que saem do Brasil com destino a Tel-Aviv e Cisjordânia.

(Aprovado na 12ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17 de setembro de 2009).

Requerimento nº 1.047, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando, na forma regimental, informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre o tratamento dispensado pelas autoridades policiais do aeroporto internacional de Guarulhos no que diz respeito à revista e embarque das pessoas que saem do Brasil com destino a Tel-Aviv e Cisjordânia.

(Aprovado na 12ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17 de setembro de 2009).

Requerimento nº 765, de 2009, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando, nos termos regimentais, que sejam divulgados imediatamente os denominados "atos secretos" a que se refere matéria publicada no dia 23/06/09 pelo jornal O Estado de São Paulo, folha A4, de título "Atos secretos envolvem 37 senadores".

(Aprovado na 13ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 24 de setembro de 2009).

Requerimento nº 955, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, de acordo com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, ao Ministro da Fazenda informações acerca de concurso público realizado pela Caixa Econômica Federal para o cargo de Técnico Bancário.

(Aprovado na 13ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 24 de setembro de 2009).

Requerimento nº 993, de 2009, de iniciativa da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, solicitando, nos termos regimentais, ao Ministro de Estado de Relações Exteriores cópia do documento encaminhado pelo governo brasileiro à Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática (CMNUCC)

(Aprovado na 13ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 24 de setembro de 2009).

Requerimento nº 1.049, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, que sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, José Gomes Temporão, por intermédio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, informações relativas à pirataria na medicina/medicamentos no Brasil.

(Aprovado na 13ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 24 de setembro de 2009).

Requerimento nº 1.117, de 2009, de iniciativa da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a notícia veiculada na imprensa de que o citado Ministro estaria disposto a pedir o fim da exigência de mitigação das emissões em usinas termelétricas a carvão, recentemente impostas pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente

(Aprovado na 13ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 24 de setembro de 2009).

Requerimento nº 1.140, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando, nos termos dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Saúde, sobre as ações no combate à tuberculose no Estado do Amazonas e o montante dos recursos federais investidos.

(Aprovado na 13ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 24 de setembro de 2009).

Requerimento nº 1.147, de 2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre os fiscais federais agropecuários, lotados na Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins-CGA/DFIA.

(Aprovado na 13ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 24 de setembro de 2009).

X – REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO/ALTERAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

Total 1

Requerimento nº 1.301, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Senhores Senadores, solicitando, na forma do artigo 74, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja criada Comissão Externa, composta por três senadores, destinada a representar o Senado Federal na homenagem que será prestada durante o sepultamento dos restos mortais do guerrilheiro Bergson Gurjão Farias, desaparecido no Araguaia em 1972, que ocorrerá no dia 06 de outubro de 2009, em Fortaleza, Estado do Ceará.

Sessão: 30.09.2009

XI– REQUERIMENTOS DEFERIDOS NOS TERMOS DO ATO DA MESA Nº 2, DE 2009

Total 11

XI.1 – Solicitando tramitação conjunta

Total 4

Requerimento nº 1.100, de 2009, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2009, com os de nºs 207 e 238, de 2009-complementares, que já tramitam em conjunto.

Sessão: 04.09.2009

Requerimento nº 1.218, de 2009, dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Tião Viana, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução do Senado nºs. 22, de 2008, e 3, de 2009.

Sessão: 15.09.2009

Requerimento nº 1.199, de 2009, da Senadora Serys Slhessarenko, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Resolução nº 11, de 2009, com o Projeto de Resolução nº 33, de 2007.

Sessão: 16.09.2009

Requerimento nº 1.237, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 229, de 2009 e 249, de 2009-Complementares.

Sessão: 22.09.2009

XI.2 – Solicitando desapensamento

Total 7

Requerimento nº 1.119, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2007, de sua autoria, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 16 e 61, de 2004; 95, de 2003; 6 e 13, de 2006; 85, de 2007; e 10, de 2008.

Sessão: 15.09.2009

Requerimento nº 1.120, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2007, de sua autoria, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 16 e 61, de 2004; 95, de 2003; 6 e 13, de 2006; 85, de 2007; e 10, de 2008.

Sessão: 15.09.2009

Requerimento nº 1.121, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2006, de sua autoria, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 16 e 61, de 2004; 95, de 2003; 6, de 2006; 22 e 85, de 2007; e 10, de 2008.

Sessão: 15.09.2009

Requerimento nº 1.122, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2006, de sua autoria, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 16 e 61, de 2004; 95, de 2003; 13, de 2006; 22 e 85, de 2007; e 10, de 2008.

Sessão: 15.09.2009

Requerimento nº 1.123, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2004, de sua autoria, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 16, de 2004; 95, de 2003; 6 e 13, de 2006; 22 e 85, de 2007; e 10, de 2008.

Sessão: 15.09.2009

Requerimento nº 1.124, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2008, de sua autoria, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 16 e 61, de 2004; 95, de 2003; 6 e 13, de 2006; 22 e 85, de 2007.

Sessão: 15.09.2009

Requerimento nº 1.156, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando o desapensamento do Projetos de Lei do Senado nº 568, de 2007, dos de nºs 305 e 443, de 2007.

Sessão: 16.09.2009

XII – OUTROS REQUERIMENTOS APROVADOS PELO PLENÁRIO

Total 16

XII.1 – Solicitando tramitação conjunta

Total 3

Requerimento nº 1.062, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 132, de 2009 e 264, de 2006, por versarem sobre a mesma matéria.

Sessão: 01.09.2009

Requerimento nº 1.034, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2008, com os de nºs 131, 142 e 304, de 2007; 34, 64 e 78, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 03.09.2009

Requerimento nº 1.101, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 80, de 2006, 340, de 2007, 375, de 2008 e 37, de 2009, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 08.09.2009

XII.2 – Solicitando desapensamento de matéria

Total 1

Requerimento nº 1.197, de 2009, de autoria do Senador Valter Pereira, solicitando o desapensamento das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 1999, e 3, de 2004, por versarem sobre matéria diversa.

Sessão: 15.09.2009

XII.3 – Solicitando audiência de Comissão

Total 9

Requerimento n° 1.063, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara n° 49, de 2006, seja apreciado, também, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da Comissão constante do despacho inicial.

Sessão: 01.09.2009

Requerimento nº 1.067, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2007, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 443 e 568, de 2007, seja apreciado também pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Sessão: 01.09.2009

Requerimento nº 1.068, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2007, seja apreciado também pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, além da comissão constante do despacho inicial.

Sessão: 01.09.2009

Requerimento nº 1.033, de 2009, de autoria do Senador Expedito Junior, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

Sessão: 03.09.2009

Requerimento nº 1.055, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 03.09.2009

Requerimento nº 1.091, de 2009, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 08.09.2009

Requerimento nº 1.103, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 08.09.2009

Requerimento nº 1.109, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Sessão: 08.09.2009

Requerimento nº 1.160, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 08.09.2009

XII.4 – Solicitando Informações

Total 2

Requerimento nº 1.050, de 2009, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitando, com base nos artigos 50, 70 e 71 da Constituição Federal, combinados com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à 5ª Secretaria de Controle Interno do Tribunal de Contas da União - TCU sobre despesas dos convênios do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, dos recursos não constitucionais, no período de agosto de 2007 a agosto de 2009, bem como relação detalhada das entidades, objeto e valores.

Sessão: 01.09.2009

Requerimento nº 1.257, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Tribunal de Contas da União o encaminhamento de cópia do processo em que o Tribunal determinou a suspensão cautelar de licitação no valor de 94 milhões de reais para contratação de empresa de eventos pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), vencida pela empresa Dialog Serviços de Comunicação e Eventos LTDA.

Sessão: 23.09.2009

XII.5 – Solicitando reexame de Comissão

Total 1

Requerimento nº 1.289, de 2009, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando o reexame, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Requerimento nº 1.276, de 2009, que nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Sr. Manuel Zelaya.

Sessão: 24.09.2009

MATÉRIAS ARQUIVADAS

Total 25

XIII - POR TEREM RECEBIDO PARECER CONTRÁRIO DE COMISSÃO (ART. 254 DO RISF)

Total 15

Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1999 (nº 3.493/2000, na Casa de origem), de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que institui o Dia Nacional de Luta Contra Queimaduras.

(Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

(Republicado, tendo em vista ter constado autoria da Senadora Marisa Serrano)

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2008 (nº 6.693, de 2006, na Casa de origem), de autoria da Deputada Sandra Rosada, que acrescenta o art. 375-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. (Inclui o e-mail como prova documental).

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 09.09.2009 e encerrada em 10.09.2009 (matéria apreciada dia 10.09.2009)

Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2008, primeiro signatário Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 4º da Constituição Federal para vedar o reconhecimento de novo país latino-americano criado a partir de secessão.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 09.09.2009 e encerrada em 10.09.2009 (matéria apreciada dia 10.09.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera os arts. 150, 173 e 174 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, para retirar a decadência do direito de lançamento do crédito tributário quando

houver instauração de procedimento investigatório pela polícia ou pelo Ministério Público ou o ajuizamento de ação penal por ilícito que envolva o tributo devido.

(Parecer contrário da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 14.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera a Lei nº 9317, de 05 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime tributário do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porto (Simples), para determinar a revisão dos valores monetários nela constantes.

(Parecer contrário da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 16.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Paulo Paim, que atualiza valores das faixas de referência do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, de que trata a Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996.

(Parecer contrário da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 16.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Maguito Vilela, que altera a Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime tributário simplificado das microempresas e das empresas de pequeno porte (Simples), para determinar a revisão dos valores monetários nela constantes, e dá outras providências.

(Parecer contrário da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 16.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que atualiza valores das faixas de referência do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, de que trata a Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996.

(Parecer contrário da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 16.09.2009

Requerimento nº 1.311, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, solicitando voto de repúdio ao presidente da Venezuela, Hugo Chavez, pela forma antidemocrática com que impôs a reforma constitucional em seu País, tendente a consolidar seu regime autoritário e personalista de governo.

(Parecer contrário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Sessão: 16.09.2009

Requerimento nº 754, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso ao jornalista Ricardo Allan, do Correio Braziliense pela publicação da matéria 'O Trimestre da Recessão', inclusa no caderno Economia, de 7 de junho de 2009.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 23.09.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2003 (nº 4.964, de 2001, na Casa de origem), de autoria do Deputado Germano Rigotto, que altera a Lei nº 9311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF.

(Parecer contrário da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para excluir do benefício do sigilo bancário as pessoas que menciona e acrescenta parágrafo ao artigo 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2007, de iniciativa da Comissão Mista do Salário Mínimo, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social e o índice de correção previdenciária.

(Parecer contrário da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 444, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, para proibir o contingenciamento orçamentário na área social em benefício do pagamento de juros e serviços da dívida.

(Parecer contrário da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Resolução nº 70, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que suspende por tempo determinado o pagamento de dívidas contraídas com a União pelo Estado do Rio de Janeiro e pelos municípios atingidos pelas enchentes.

(Parecer contrário da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 30.09.2009

Projeto de Resolução nº 2, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e dá outras providências (garantir a aplicação correta e legalmente justa para o cálculo do endividamento dos municípios).

(Parecer contrário da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 30.09.2009

XIV - POR TEREM RECEBIDO PARECER CONTRÁRIO DE COMISSÃO (ART. 91, § 5º DO RISF)

Total 5

Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera o art. 77 da Lei de Registros Públicos, a fim de possibilitar o registro do óbito no lugar em que residia o falecido, além do lugar do falecimento.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 09.09.2009 e encerrada em 10.09.2009 (matéria apreciada dia 10.09.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2007, de autoria do Senador Gilvam Borges, que transfere ao domínio do Estado do Amapá terras pertencentes à União.

(Decisão terminativa da de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 14.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2007, de autoria do Senador Sibá Machado, que estabelece, para o ex-diretor, a obrigatoriedade da vinculação e a proibição de prestar serviços a empresas sob regulamentação ou fiscalização de agência reguladora de serviços públicos.

(Decisão terminativa da de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 14.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 717, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, que acrescenta parágrafo ao art. 33 da Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, para determinar aumento de pena dos crimes relacionados ao tráfico de drogas, quando deles resulta homicídio.

(Decisão terminativa da de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 14.09.2009

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta o art. 790-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para impedir que autor, co-autor, ou partícipe de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra o segurado seja beneficiário da indenização, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 21.09.2009

XV - POR TEREM RECEBIDO PARECER CONTRÁRIO DE COMISSÃO (ART. 101, § 1º DO RISF)

Total 2

Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que altera a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e dá outras providências, para revogar a exigência de que 20% dos militares em exercício na Agência retornem ao Comando da Aeronáutica a cada ano.

(Pareceres contrários das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 24.09.2009

Requerimento nº 329, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do disposto no inciso X, art. 49 da Constituição Federal e o art. 14 da Lei nº 9.613, de 1998, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF que abra procedimento administrativo para identificação da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro, envolvendo depósito em dinheiro do Sr. Paulo Okamotto para o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 24.09.2009

XVI – POR TER SIDO RETIRADA PELO AUTOR

Total 1

Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2009, de autoria do Senador Valdir Raup, que altera os arts. 57, 70 e 71 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para facilitar as condições de concessão de plano de recuperação extrajudicial a devedor que seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.235, de 2009)

Sessão: 15.09.2009

XVII – POR TER ATINGIDO SEU OBJETIVO

Total 1

Requerimento nº 17, de 2009, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando, com fundamento no disposto no art. 154, inciso III, combinado com o art. 199, caput, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Solene Especial para comemorar o Centenário dos CEFET's a ser marcada, preferencialmente para o dia 15 de setembro de 2009.

(Homenagem realizada em Sessão Solene do Congresso Nacional no dia 23.09.2009)

Sessão: 25.09.2009

XVIII - POR TER-SE TORNADO INTEMPESTIVA

Total 1

Requerimento nº 639, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de censura e repúdio à

decisão do Governo da Venezuela de não renovar a concessão da emissora privada "RCTV".

Sessão: 04.09.2009

XIX - REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Total 100

Observações:

Art. 13 – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.

Art. 40 - representação da Casa / missão no País ou no exterior.

Art. 43, I - tratamento de saúde.

Art. 43, II - interesse particular.

Requerimento nº 490, de 2009-M, Senador Jefferson Praia - art. 13 - 01.09.2009.

Requerimento nº 491, de 2009-M, Senador Raimundo Colombo - art. 13 - 01 a 04.09.2009.

Requerimento nº 492, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 01.09.2009.

Requerimento nº 493, de 2009-M, Senador Arthur Virgílio - art. 43, I - 20 e 21.08.2009.

Requerimento nº 494, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 01.09.2009.

Requerimento nº 495, de 2009-M, Senadora Marisa Serrano - art. 13 - 04 a 12.09.2009.

Requerimento nº 496, de 2009-M, Senador Gilberto Goellner - art. 13 - 03 e 04.09.2009.

Requerimento nº 497, de 2009-M, Senador Renato Casagrande - art. 13 - 03.09.2009.

Requerimento nº 498, de 2009-M, Senador Renan Calheiros - art. 13 - 03.09.2009.

Requerimento nº 499, de 2009-M, Senador Inácio Arruda - art. 13 - 03.09.2009.

Requerimento nº 500, de 2009-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 03.09.2009.

Requerimento nº 501, de 2009-M, Senador Valdir Raupp - art. 13 - 03.09.2009.

Requerimento nº 502, de 2009-M, Senador Mário Couto - art. 13 - 03.09.2009.

Requerimento nº 503, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 03.09.2009.

Requerimento nº 504, de 2009-M, Senador César Borges - art. 13 - 03.09.2009.

Requerimento nº 505, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 03.09.2009.

Requerimento nº 506, de 2009-M, Senador Flávio Arns - art. 13 - 03.09.2009.

Requerimento nº 507 de 2009-M, Senadora Ideli Salvatti - art. 13 - 08 a 10.09.2009.

Requerimento nº 508, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 03.09.2009.

Requerimento nº 509, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 08.09.2009.

Requerimento nº 510, de 2009-M, Senador Eduardo Azeredo – art. 13 – 03.09.2009.

Requerimento nº 511, de 2009-M, Senador Gim Argello – art. 13 – 05 a 13.09.2009.

Requerimento nº 512, de 2009-M, Senador Mário Couto – art. 13 – 08 a 10.09.2009.

Requerimento nº 513, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 08.09.2009.

Requerimento nº 514, de 2009-M, Senador Renan Calheiros – art. 13 – 08.09.2009.

Requerimento nº 515, de 2009-M, Senador Lobão Filho – art. 43, II – 08.09.2009.

Requerimento nº 516, de 2009-M, Senador Flexa Ribeiro – art. 13 – 08.09.2009.

Requerimento nº 517, de 2009-M, Senador Cristovam Buarque – art. 13 – 25.10 a 02.11.2009.

Requerimento nº 518, de 2009-M, Senador Antonio Carlos Valadares – art. 13 – 08.09.2009.

Requerimento nº 519, de 2009-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 08.09.2009.

Requerimento nº 520, de 2009-M, Senador Eliseu Resende – art. 13 – 08.09.2009.

Requerimento nº 521, de 2009-M, Senador Fernando Collor – art. 13 – 08.09.2009.

Requerimento nº 522, de 2009-M, Senador Raimundo Colombo – art. 13 – 08.09.2009.

Requerimento nº 523, de 2009-M, Senadora Rosalba Ciarlini - art. 43, I - 08 e 09.09.2009.

Requerimento nº 524, de 2009-M, Senador João Vicente Claudino – art. 13 – 21 a 25.09.2009.

Requerimento nº 525, de 2009-M, Senador João Ribeiro – art. 13 – 09 e 10.09.2009.

Requerimento nº 526, de 2009-M, Senador Tião Viana – art. 13 – 10.09.2009.

Requerimento nº 527, de 2009-M, Senador Renan Calheiros – art. 43, II – 10, 15, 16, 17 e 22.09.2009.

Requerimento nº 528, de 2009-M, Senador Romero Jucá – art. 13 – 10.09.2009.

Requerimento nº 529, de 2009-M, Senador Geraldo Mesquita Júnior - art. 13 - 10.09.2009.

Requerimento nº 530, de 2009-M, Senador Romero Jucá – art. 13 – 15 a 17.09.2009.

Requerimento nº 531, de 2009-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 10.09.2009.

Requerimento nº 532, de 2009-M, Senador Inácio Arruda – art. 13 – 10.09.2009.

Requerimento nº 533, de 2009-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 13 – 10.09.2009.

Requerimento nº 534, de 2009-M, Senador Paulo Duque – art. 13 – 08.09.2009.

Requerimento nº 535, de 2009-M, Senador Maria do Carmo Alves – art. 13 – 10.09.2009.

Requerimento nº 536, de 2009-M, Senador Mário Couto – art. 13 – 15 a 17.09.2009.

Requerimento nº 537, de 2009-M, Senador Papaléo Paes – art. 13 – 08 a 10.09.2009.

Requerimento nº 538, de 2009-M, Senador Flexa Ribeiro - art. 40 - 16 a 18.09.2009 - Designação da Presidência do Senado para representar o Presidente da Casa nas comemorações pelo octogésimo aniversário da migração japonesa em Tomé-Açu, no Estado do Pará, sem ônus para o Senado.

Requerimento nº 539, de 2009-M, Senador João Durval - art. 43, I - 31.08 a 14.09.2009.

Requerimento nº 540, de 2009-M, Senador João Durval - art. 43, I - 15.09 a 29.09.2009.

Requerimento nº 541, de 2009-M, Senador Garibaldi Alves Filho - art. 43, I - 08 a 10.09.2009.

Requerimento nº 542, de 2009-M, Senador Cristovam Buarque – art. 13 – 25.09 a 04.10.2009.

Requerimento nº 543, de 2009-M, Senador Mauro Fecury - art. 43, I - 15.09 a 13.12.2009.

Requerimento nº 544, de 2009-M, Senador Gilberto Goellner – art. 13 – 17 e 18.09.2009.

Requerimento nº 545, de 2009-M, Senador Paulo Duque – art. 13 – 15.09.2009.

Requerimento nº 546, de 2009-M, Senador Paulo Duque – art. 13 – 16.09.2009.

Requerimento nº 547, de 2009-M, Senador Gilvam Borges - art. 13 – 17 e 18.09.2009.

Requerimento nº 548, de 2009-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 16.09.2009.

Requerimento nº 549, de 2009-M, Senador Fernando Collor – art. 13 – 16.09.2009.

Requerimento nº 550, de 2009-M, Senador Eduardo Azeredo – art. 13 – 17.09.2009.

Requerimento nº 551, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 17.09.2009.

Requerimento nº 552, de 2009-M, Senador Paulo Duque – art. 13 – 17.09.2009.

Requerimento nº 553, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 17.09.2009.

Requerimento nº 554, de 2009-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 13 – 17.09.2009.

Requerimento nº 555, de 2009-M, Senador Marco Maciel – art. 13 – 17.09.2009.

Requerimento nº 556, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 17.09.2009.

Requerimento nº 557, de 2009-M, Senador Epitácio Cafeteira – art. 13 – 22 a 24.09.2009.

Requerimento nº 558, de 2009-M, Senador Wellington Salgado de Oliveira – art. 13 – 22.09.2009.

Requerimento nº 559, de 2009-M, Senadora Ideli Salvatti – art. 13 – 23 e 24.09.2009.

Requerimento nº 560, de 2009-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 22.09.2009.

Requerimento nº 561, de 2009-M, Senador Garibaldi Alves Filho – art. 13 – 23 e 24.09.2009.

Requerimento nº 562, de 2009-M, Senador Inácio Arruda – art. 13 – 24.09.2009.

Requerimento nº 563, de 2009-M, Senador Romeu Tuma – art. 13 – 24.09.2009.

Requerimento nº 564, de 2009-M, Senador Renan Calheiros – art. 43, II – 23.09.2009.

Requerimento nº 565, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 24.09.2009.

Requerimento nº 566, de 2009-M, Senador João Ribeiro – art. 13 – 24.09.2009.

Requerimento nº 567, de 2009-M, Senador Raimundo Colombo – art. 13 – 24.09.2009.

Requerimento nº 568, de 2009-M, Senador Geraldo Mesquita Júnior – art. 13 – 24.09.2009.

Requerimento nº 569, de 2009-M, Senador Tasso Jereissati – art. 43, II – 22.09.2009.

Requerimento nº 570, de 2009-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 - 24.09.2009.

Requerimento nº 571, de 2009-M, Senador Cícero Lucena – art. 13 - 24.09.2009.

Requerimento nº 572, de 2009-M, Senador Osvaldo Sobrinho – art. 13 - 30.09 a 03.10.2009.

Requerimento nº 573, de 2009-M, Senador Augusto Botelho - art. 43, I - 22 a 24.09.09.

Requerimento nº 574, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 - 24.09.2009.

Requerimento nº 575, de 2009-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 24.09.2009.

Requerimento nº 576, de 2009-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 24.09.2009.

Requerimento nº 577, de 2009-M, Senador Mozarildo Cavalcanti – art. 13 – 29.09 a 01.10.2009.

Requerimento nº 578, de 2009-M, Senador Mozarildo Cavalcanti - art. 43, I - 24 e 25.09.09.

Requerimento nº 579, de 2009-M, Senador João Vicente Claudino – art. 13 – 29.09 a 01.10.2009.

Requerimento nº 580, de 2009-M, Senador Eduardo Suplicy - art. 40 - 01.10.2009 - Designação da Presidência do Senado para representar a Casa "X Foro De Biarritz", a convite do prefeito de Quito, Andrés Vallejo, e do prefeito de Biarritz, Didier Borotra, na cidade de Quito, no Equador, sem ônus para o Senado Federal.

Requerimento nº 581, de 2009-M, Senador Paulo Duque – art. 13 – 29.09.2009.

Requerimento nº 582, de 2009-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 29.09.2009.

Requerimento nº 583, de 2009-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 13 – 29.09 a 01.10.2009.

Requerimento nº 584, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 29.09.2009.

Requerimento nº 585, de 2009-M, Senador João Pedro – art. 13 – 01.10.2009.

Requerimento nº 586, de 2009-M, Senador Neuto de Conto – art. 13 – 29.09 a 01.10.2009.

Requerimento nº 587, de 2009-M, Senador Tião Viana - art. 13 - 01.10.2009.

Requerimento nº 588, de 2009-M, Senador Lobão Filho – art. 43, II – 30.09.2009.

Requerimento nº 589, de 2009-M, Senador João Ribeiro – art. 13 – 01.10.2009.

XX – REQUERIMENTOS PARA DESEMPENHO DE MISSÃO APROVADOS PELO PLENÁRIO

Total 21

Requerimento nº 1.104, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando, nos termos dos arts. 39, inciso I e 40, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para missão parlamentar em viagem oficial à Nova Zelândia e ao Canadá, que terão a participação do Senador Heráclito Fortes que desempenhará a missão na Nova Zelândia no período de 4 a 11 de setembro de 2009 e do Senador Eduardo Azeredo que desempenhará a missão na Nova Zelândia e Canadá no período de 7 a 14 de setembro de 2009.

Sessão: 01.09.2009

Requerimento nº 1.105, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando, nos termos dos arts. 39, inciso I e 40, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que o Senador João Tenório cumpra missão oficial no período de 7 a 9 de setembro de 2009 em encontro que abordará o tema "O Agro-Negócio no Brasil e sua Inserção Internacional", a ser realizado na Embaixada do Brasil em Paris.

Sessão: 01.09.2009

Requerimento nº 1.118, de 2009 - Senador Heráclito Fortes - 4 a 11.09.2009 - Participação, como integrante da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, de missão parlamentar que representará a Casa em viagem oficial à Nova Zelândia.

Sessão: 02.09.2009.

Requerimento nº 1.125, de 2009 - Senador João Tenório - 7 a 09.09.2009 - Participação, como integrante da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, de missão parlamentar que representará a Casa no encontro que abordará o tema "O Agro-Negócio no Brasil e sua Inserção Internacional", promovido pela Câmara de Comércio Brasil na França, em Paris, França.

Sessão: 02.09.2009.

Requerimento nº 1.126, de 2009 - Senador Demóstenes Torres - 15 a 25.10.2009 - Participação, na condição de observador parlamentar, da 64ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, EUA.

Sessão: 02.09.2009.

Requerimento nº 1.164, de 2009 - Senador Magno Malta - 9 a 16.09.2009 - Audiência Pública da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia nas cidades de Belém, Ilha do Marajó, Altamira e Itaituba, no Pará.

Sessão: 08.09.2009.

Requerimento nº 1.165, de 2009 - Senador Leomar Quintanilha - 10 e 11.09.2009 - Participação, na condição de representante do Senado Federal, no "I Fórum Legislativo das Cidades-Sedes da Copa 2014", em Natal, Rio Grande do Norte.

Sessão: 08.09.2009.

Requerimento nº 1.166, de 2009 - Senador Leomar Quintanilha - 14 e 15.09.2009 - Participação, na condição de representante do Senado Federal, no "I Fórum Legislativo das Cidades-Sedes da Copa 2014", em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Sessão: 08.09.2009.

Requerimento nº 1.167, de 2009 - Senador José Nery - 10 a 15.09.2009 - Audiência Pública da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia nas cidades de Belém, Ilha do Marajó, Altamira e Itaituba, no Pará.

Sessão: 10.09.2009.

Requerimento nº 1.203, de 2009 - Senador Antonio Carlos Valadares - 4 a 13.10.2009 - Participação, na condição de observador parlamentar, da 64ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, EUA.

Sessão: 16.09.2009.

Requerimento nº 1.207, de 2009 - Senador Eduardo Azeredo - 11 a 14.09.2009 - Participação, como integrante da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, de missão parlamentar que representará a Casa em viagem oficial ao Canadá.

Sessão: 10.09.2009.

Requerimento nº 1.213, de 2009 - Senador Sérgio Zambiasi - 20 a 23.09.2009 - Participação na XIX Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 16.09.2009.

Requerimento nº 1.214, de 2009 - Senador Pedro Simon - 20 a 23.09.2009 - Participação na XIX Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 16.09.2009.

Requerimento nº 1.215, de 2009 - Senador Aloizio Mercadante - 20 a 22.09.2009 - Participação na XIX Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 16.09.2009.

Requerimento nº 1.241, de 2009 - Senador Romeu Tuma - 12 a 24.11..2009 - Participação, na condição de observador parlamentar, da 64ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, EUA.

Sessão: 16.09.2009.

Requerimento nº 1.246, de 2009 - Senador Inácio Arruda - 20 a 22.09.2009 - Participação na XIX Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 16.09.2009.

Requerimento nº 1.247, de 2009 - Senador Efraim Morais - 21 e 22.09.2009 - Participação na XIX Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 16.09.2009.

Requerimento nº 1.248, de 2009 - Senadora Marisa Serrano - 20 a 23.09.2009 - Participação na XIX Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 16.09.2009.

Requerimento nº 1.260, de 2009 - Senador José Nery - 20 a 23.09.2009 - Participação na XIX Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 17.09.2009.

Requerimento nº 1.287, de 2009 - Senador João Pedro - 2 a 06.11.2009 - Participação, na condição de observador parlamentar, da 64ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, EUA.
Sessão: 24.09.2009.

Requerimento nº 1.290, de 2009 - Senador Marcelo Crivella - 27.09 a 03.10.2009 - Participação, da missão oficial junto à 121ª Sessão do Comitê Olímpico Internacional, na qualidade de representante da Presidência do Senado Federal, em Copenhague, Dinamarca.
Sessão: 24.09.2009.

XXI – REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Total 1

Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, e do art. 145 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito/CPI, composta de onze membros titulares e de sete suplentes, obedecido o princípio da proporcionalidade partidária, destinada a apurar a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.
Sessão: 01.09.2009

XXII – REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Total 1

Requerimento nº 1.275, de 2009, de iniciativa Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, solicitando, em aditamento aos Requerimentos nºs 200 e 818, de 2008 e 93, de 2009, a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia".
Sessão: 22.09.2009

XXIII – OUTRAS DELIBERAÇÕES

Total 76

Requerimento nº 1.107, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso à Universidade Federal de Santa Catarina.
Sessão: 01.09.2009

Requerimento nº 1.108, de 2009, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senador Edward Kennedy.
Sessão: 01.09.2009

Requerimento nº 1.113, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando voto de pesar pelo falecimento do médico parintinense Dr. Aldrim Verçosa Dias.
Sessão: 01.09.2009

Requerimento nº 1.114, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito.
Sessão: 01.09.2009

Requerimento nº 1.115, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Senhores Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito.
Sessão: 01.09.2009

Requerimento nº 1.116, de 2009, de autoria do Senador José Sarney, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito.
Sessão: 01.09.2009

Requerimento nº 1.127, de 2009, de autoria dos Senadores Gerson Camata e Renato Casagrande, solicitando voto de pesar pelo falecimento do músico Maurício de Oliveira.
Sessão: 02.09.2009

Requerimento nº 1.128, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Aldrin Verçosa.
Sessão: 02.09.2009

Requerimento nº 1.129, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Olinda dos Santos.
Sessão: 02.09.2009

Requerimento nº 1.130, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pela morte do Advogado e ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, José Guilherme Villela, e de sua mulher, Dra. Maria Carvalho Villela.

Sessão: 02.09.2009

Requerimento nº 1.131, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, do Supremo Tribunal Federal.
Sessão: 02.09.2009

Requerimento nº 1.132, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Garcitylzo do Lago Silva.
Sessão: 02.09.2009

Requerimento nº 1.133, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Rede Amazônica.
Sessão: 02.09.2009

Requerimento nº 1.134, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à população de Manaus, ao ensejo do 20º aniversário de criação do Conselho Municipal de Contribuintes.
Sessão: 02.09.2009

Requerimento nº 1.135, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Legião da Boa Vontade.
Sessão: 02.09.2009

Requerimento nº 1.136, de 2009, de autoria dos Senadores Magno Malta e Renato Casagrande, solicitando voto de pesar pelo falecimento do músico Maurício de Oliveira.
Sessão: 02.09.2009

Requerimento nº 1.138, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de congratulações pelos 32 anos de atividades da Rádio Nacional da Amazônia.
Sessão: 02.09.2009

Requerimento nº 1.139, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de louvor ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM.
Sessão: 02.09.2009

Requerimento nº 1.141, de 2009, de autoria do Senador César Borges, solicitando voto de pesar pelo falecimento do advogado, jornalista, cronista e poeta Doryval Borges de Souza.
Sessão: 02.09.2009

Requerimento nº 1.148, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, solicitando voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Alberto Menezes Direito.
Sessão: 03.09.2009

Requerimento nº 1.150, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de congratulações à Prefeitura Municipal de Ilhabela, município do Estado de São Paulo, em homenagem ao Aniversário da Cidade, que completa 204 anos de emancipação político-administrativa.

Sessão: 03.09.2009

Requerimento nº 1.151, de 2009, de autoria do Senador Delcídio Amaral, solicitando voto de pesar pelo falecimento do engenheiro eletricista Mário Penna Bhering.

Sessão: 03.09.2009

Requerimento nº 1.155, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Coréia do Sul, Kim Dae-Jung.

Sessão: 08.09.2009

Requerimento nº 1.161, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Técnico em Lutas Marciais Leandro Paiva.

Sessão: 08.09.2009

Requerimento nº 1.162, de 2009, de autoria do Senador Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário Hugo Ribeiro Jereissati.

Sessão: 08.09.2009

Requerimento nº 1.163, de 2009, de autoria do Senador Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas, Dr. Klinger Costa.

Sessão: 08.09.2009

Requerimento nº 1.169, de 2009, de autoria do Senador Wellington Salgado, solicitando voto de congratulações ao selecionado brasileiro de basquetebol pela conquista do bicampeonato denominado 6ª Copa América - Pré-Mundial Adulto Masculino de Basquetebol.

Sessão: iniciada em 09.09.2009 e encerrada em 10.09.2009 (matéria encaminhada no dia 09.09.2009)

Requerimento nº 1.195, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de aplauso ao médico Sílvio Alves da Silva.

Sessão: iniciada em 09.09.2009 e encerrada em 10.09.2009 (matéria encaminhada no dia 10.09.2009)

Requerimento nº 1.202, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de aplauso à Universidade do Amazonas – UFAM.

Sessão: iniciada em 09.09.2009 e encerrada em 10.09.2009 (matéria encaminhada no dia 10.09.2009)

Requerimento nº 1.204, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senador Edward M. Kennedy.

Sessão: iniciada em 09.09.2009 e encerrada em 10.09.2009 (matéria encaminhada no dia 10.09.2009)

Requerimento nº 1.205, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de congratulações à professora Luíza Elayne.

Sessão: iniciada em 09.09.2009 e encerrada em 10.09.2009 (matéria encaminhada no dia 10.09.2009)

Requerimento nº 1.208, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de pesar pelo falecimento do acadêmico Antonio Olyntho Marques da Rocha.

Sessão: 14.09.2009

Requerimento nº 1.209, de 2009, de autoria do Senador Mão Santa e outros Senhores Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Geraldo Gurgel de Mesquita.

Sessão: 14.09.2009

Requerimento nº 1.211, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, solicitando a inserção em ata de voto de congratulações para as Organizações Globo, pelos 40 anos do Jornal Nacional.

Sessão: 14.09.2009

Requerimento nº 1.222, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao povo Gaúcho, pela comemoração de sua data máxima, em 20 de setembro, quando se deu início a Revolução Farroupilha.

Sessão: 15.09.2009

Requerimento nº 1.223, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em Goiás pela iniciativa de promover a oitava edição da Feira do Empreendedor.

Sessão: 15.09.2009

Requerimento nº 1.224, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso ao jornal goiano "O Popular" pela realização do "Congresso Pensar", que este ano realiza sua décima edição.

Sessão: 15.09.2009

Requerimento nº 1.225, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso ao ator e coordenador do grupo goiano "Teatro que Roda", Dionísio Bombinha.

Sessão: 15.09.2009

Requerimento nº 1.226, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso ao Promotor de Justiça do Estado de Goiás, Érico de Pina Cabral, autor do livro "A inversão do ônus da prova no processo civil do consumidor".

Sessão: 15.09.2009

Requerimento nº 1.227, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso ao Governo de São Paulo pela iniciativa de treinar as equipes do Programa de Saúde da Família para ajudar fumantes a largar o vício.

Sessão: 15.09.2009

Requerimento nº 1.232, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Economista e Consultor Roberto Eduardo Matoso.
Sessão: 15.09.2009

Requerimento nº 1.233, de 2009, de autoria do Senador José Sarney, solicitando voto de pesar pelo falecimento do advogado e ex-Ministro José Guilherme Vilella.
Sessão: 15.09.2009

Requerimento nº 1.242, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor-Doutor Pedro Salomão José Kassab.
Sessão: 16.09.2009

Requerimento nº 1.243, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de congratulações pela passagem do 20º aniversário da FETCESP - Federação das Empresas de Transporte de Carga do Estado de São Paulo e, também, pela passagem amanhã, quinta-feira, 17/09/2009, do "dia do transportador"
Sessão: 16.09.2009

Requerimento nº 1.244, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de congratulações pelo desempenho dos estudantes paulistas da Universidade Estadual Paulista (UNESP), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) na Copa Mundial de Informática - Imagine Cup - 2009, realizada no Cairo, Egito.
Sessão: 16.09.2009

Requerimento nº 1.245, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de congratulações pelos 105 anos de fundação da Grande Loja Maçônica do Amazonas.
Sessão: 16.09.2009

Requerimento nº 1.249, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de pesar pelo falecimento do médico Pedro Salomão José Kassab.
Sessão: 16.09.2009

Requerimento nº 1.254, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de pesar pelo falecimento do engenheiro Mário Penna Bhering.
Sessão: 16.09.2009

Requerimento nº 1.256, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de congratulações pelo aniversário de um ano do Jornal Dez Minutos, da Editora Ana Cássia Ltda.
Sessão: 16.09.2009

Requerimento nº 1.259, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando voto de aplauso ao jornal "Correio Lageano" pelos seus 70 anos de existência.
Sessão: 17.09.2009

Requerimento nº 1.261, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para o Instituto Federal de Santa Catarina.

Sessão: 17.09.2009

Requerimento nº 1.264, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista, empresário e político Paulo Cabral de Araújo.

Sessão: 21.09.2009

Requerimento nº 1.265, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pela morte do Padre italiano Rogério Ruvoletto.

Sessão: 21.09.2009

Requerimento nº 1.266, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pela morte da Senhora Maria Barros da Silva.

Sessão: 21.09.2009

Requerimento nº 1.267, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da jornalista Joaquina Marinho da Gama.

Sessão: 21.09.2009

Requerimento nº 1.268, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando voto de pesar pelo falecimento do líder evangélico Pastor Nilson do Amaral Fanini.

Sessão: 21.09.2009

Requerimento nº 1.271, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso e reconhecimento ao Bombeiro Militar Damião Omero Martin.

Sessão: 22.09.2009

Requerimento nº 1.277, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de aplauso à ação heróica dos cidadãos Daniel Pedroso, entregador de jornais; Cícero Roberto Prudêncio e Júlio César Michalassi, garis, que arriscaram suas vidas para salvar uma família de afogamento em um canal na cidade de Londrina, no Paraná.

Sessão: 22.09.2009

Requerimento nº 1.280, de 2009, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Pastor Batista Nilson do Amaral Fanini.

Sessão: 22.09.2009

Requerimento nº 1.282, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgilio, solicitando voto de aplauso aos membros da Comissão Mista Sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional pela iniciativa do debate, em conjunto com três Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados, das ideias e estudos publicados no livro "Instrumentos Econômicos para Proteção da Amazônia - A experiência do Pólo Industrial de Manaus.

Sessão: 23.09.2009

Requerimento nº 1.283, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de pesar pelo falecimento do advogado e homem público paranaense Luiz Felipe Haj Mussi.

Sessão: 23.09.2009

Requerimento nº 1.284, de 2009, de autoria da Senadora Lucia Vânia, solicitando voto de congratulações à Federação da Agricultura de Goiás (FAEG) pelo lançamento oficial do Programa Mãos Que Trabalham.

Sessão: 23.09.2009

Requerimento nº 1.285, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento da jornalista Edna Maciel.

Sessão: 23.09.2009

Requerimento nº 1.286, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Paulo Cabral de Araújo.

Sessão: 24.09.2009

Requerimento nº 1.291, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso à JBS-Friboi, pela fusão com a Bertin e a compra da Pilgrim's Pride Norte-americana.

Sessão: 24.09.2009

Requerimento nº 1.292, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento, em Manaus, no dia 24 de setembro de 2009, da Srª. Waldiza Martins Viana.

Sessão: 24.09.2009

Requerimento nº 1.293, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Paulo Cabral de Araujo.

Sessão: 24.09.2009

Requerimento nº 1.294, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso à Rede Record, pela estreia do portal de notícias R7.

Sessão: 24.09.2009

Requerimento nº 1.297, de 2009, de autoria do Senador Heráclito Fortes e outros Senhores Senadores, solicitando a inserção em ata de voto de pesar, levantamento da Sessão e apresentação de condolências à família do Deputado Federal Alberto Silva (PMDB-PI), pelo seu falecimento ocorrido no dia 28 de setembro de 2009, em Brasília.

Sessão: 28.09.2009

Requerimento nº 1.298, de 2009, de autoria do Senador José Sarney e outros Senhores Senadores, solicitando a inserção em ata de voto de pesar, levantamento da Sessão e apresentação de condolências à família do Deputado Federal Alberto Silva (PMDB-PI), pelo seu falecimento ocorrido no dia 28 de setembro de 2009, em Brasília.

Sessão: 28.09.2009

Requerimento nº 1.303, de 2009, de autoria do Senador Efraim Moraes, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Fausto Germano.
Sessão: 29.09.2009

Requerimento nº 1.304, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de louvor à comunidade de Tuyuka de São Pedro.
Sessão: 29.09.2009

Requerimento nº 1.307, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando voto de louvor ao Dr. Manasses Claudino Fonteles.
Sessão: 30.09.2009

Requerimento nº 1.308, de 2009, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de pesar e apresentação de condolências à família do Senhor Francisco Cesário da Silva.
Sessão: 30.09.2009

Requerimento nº 1.311, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de aplauso ao América Futebol Clube, de Belo Horizonte.
Sessão: 30.09.2009

Requerimento nº 1.312, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando voto de aplauso à Confederação Nacional de Municípios – CNM.
Sessão: 30.09.2009

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

(1º a 30 de setembro)

CONGRESSO NACIONAL – 2009

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL (1º a 30 de setembro de 2009)

Sessões Conjuntas realizadas..... 04

- Sessões Conjuntas..... 01
- Sessões Conjuntas Solenes..... 03

Matérias Legislativas

- **Apreciadas 15**

  I – Por decisão do Plenário

  PLNs (aprovados)..... 12

  II – Por decisão terminativa na CMO

  PDNs (aprovados)..... 03

- **Lidas..... 01**

  Requerimento..... 01

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 2 DE FEVEREIRO A 30 DE SETEMBRO DE 2009

Sessões Conjuntas realizadas..... 21

- Sessões Conjuntas..... 06
- Sessões Conjuntas Solenes..... 15

Matérias Legislativas

- **Apreciadas..... 1.077**

  I – Por decisão do Plenário

  Vetos (Dispositivos)..... 1.038

  PLNs (aprovados)..... 0031

  II – Por decisão terminativa na CMO

  PDNs (aprovados)..... 08

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Setembro	55/2009-CN (nº 369/2009, na origem)	PL nº 16/2009-CN Leitura: 2-6-2009	Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de Companhias Docas, crédito suplementar no valor total de R$ 116.408.996,00, para os fins que especifica.	30-9-2009, às 10h30min	Aprovado. À sanção
Setembro	58/2009-CN (nº 395/2009, na origem)	PL nº 18/2009-CN Leitura: 12-6-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R$ 1.000.000,00, para o fim que especifica.	30-9-2009, às 10h30min	Aprovado. À sanção
Setembro	60/2009-CN (nº 397/2009, na origem)	PL nº 20/2009-CN Leitura: 12-6-2009	Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV, crédito suplementar no valor total de R$ 60.000.000,00, para os fins que especifica.	30-9-2009, às 10h30min	Aprovado. À sanção
Setembro	63/2009-CN (nº 399/2009, na origem)	PL nº 22/2009-CN Leitura: 12-6-2009	Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R$ 827.569.050,00, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R$ 789.136.377,00, para os fins que especifica.	30-9-2009, às 10h30min	Aprovado. À sanção
Setembro	68/2009-CN (nº 484/2009, na origem)	PL nº 26/2009-CN Leitura: 26-6-2009	Abre aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios e da Presidência da República, crédito suplementar no valor global de R$ 304.927.063,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	30-9-2009, às 10h30min	Aprovado. À sanção
Setembro	79/2009-CN (nº 529/2009, na origem)	PL nº 27/2009-CN Leitura: 9-7-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R$ 58.403.246,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	30-9-2009, às 10h30min	Aprovado. À sanção
Setembro	81/2009-CN (nº 531/2009, na origem)	PL nº 29/2009-CN Leitura: 9-7-2009	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de R$ 750.000,00, para os fins que especifica.	30-9-2009, às 10h30min	Aprovado. À sanção
Setembro	82/2009-CN (nº 532/2009, na origem)	PL nº 30/2009-CN Leitura: 9-7-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de R$ 26.724.533,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	30-9-2009, às 10h30min	Aprovado. À sanção

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Setembro	85/2009-CN (nº 558/2009, na origem)	PL nº 33/2009-CN Leitura: 3-8-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R$ 50.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.	30-9-2009, às 10h30min	Aprovado. À sanção
Setembro	119/2009-CN (nº 692/2009, na origem)	PL nº 50/2009-CN Leitura: 1º-9-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R$ 2.108.400.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	30-9-2009, às 10h30min	Aprovado. À sanção
Setembro	133/2009-CN (nº 753/2009, na origem)	PL nº 62/2009-CN Leitura: 21-9-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R$ 1.000.000.000,00, para o fim que especifica.	30-9-2009, às 10h30min	Aprovado. À sanção
Setembro	134/2009-CN (nº 763/2009, na origem)	PL nº 63/2009-CN Leitura: 21-9-2009	Altera os arts. 2º, 3º e 7º e o Anexo IV da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências.	30-9-2009, às 10h30min	Aprovado com a Emenda nº 1, destacada. À sanção
Setembro	-	RQN nº 23/2009	Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta de dezessete Senadores e dezessete Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários.	30-9-2009, às 10h30min	Lido. À publicação
Setembro	-	PDN nº 6/2009	Altera o Anexo VI ("Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves") da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, no subtítulo "Restauração de Rodovias Federais no Estado de Roraima", de classificação funcional-programática 26.782.2834.0014.	-	Aprovado na CMO, terminativamente, em 16-9-2009. À promulgação
Setembro	-	PDN nº 7/2009	Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, o Programa de Trabalho 26.783.0232.5E52.0056 - Construção de Terminal Intermodal - no Município de Campo Grande - no Estado do Mato Grosso do Sul.	-	Aprovado na CMO, terminativamente, em 16-9-2009. À promulgação
Setembro	-	PDN nº 8/2009	Altera o bloqueio dos recursos federais incidente sobre as dotações consignadas no subtítulo 04.054.0077.1238.5121 - "Construção da Barragem do Rangel - Redenção do Gurgéia - PI", sob responsabilidade da UO 44.101 - Ministério do Meio Ambiente.	-	Aprovado na CMO, terminativamente, em 16-9-2009. À promulgação

SESSÕES REALIZADAS

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	9-9-2009, às 11 horas, (Plenário do Senado Federal)	Destinada a comemorar o Dia da Amazônia.
Conjunta Solene	23-9-2009, às 10 horas, (Plenário do Senado Federal)	Destinada a comemorar o Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e o Dia Nacional dos Profissionais de Nível Técnico.
Conjunta Solene	23-9-2009, às 19 horas, (Plenário do Senado Federal)	Destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 58, de 2009, que "*Altera a redação do inciso IV do "caput" do art. 29 e do art. 29-A da Constituição Federal, tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais"* (oriunda da PEC nº 20, de 2008, no Senado Federal e nº 336, de 2009, na Câmara dos Deputados).
Conjunta	30-9-2009, às 10h30min, (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº	Assunto
19/2009 (public. no DOU de 8-9-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 14 de setembro de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 465, de 29 de junho de 2009, que "Autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica, altera as Leis nºs 10.925, de 23 de julho de 2004, e 11.948, de 16 de junho de 2009, e dá outras providências".
20/2009 (public. no DOU de 24-9-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 2 de outubro de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 466, de 29 de julho de 2009, que "Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados e dá outras providências".
21/2009 (public. no DOU de 24-9-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 2 de outubro de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 467, de 30 de julho de 2009, que "Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento nas alíneas "d" e "h" do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências".

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 557/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 21-9-2009, a Mensagem nº 135, de 2009-CN (nº 769/2009, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2009, atendendo o disposto § 4º do art. 71 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 556/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 132, de 2009-CN (nº 758/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 204, de 2008 (nº 3.653, de 1997, na origem), que "Dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 555/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 21-9-2009, o Aviso nº 1225-Seses-TCU-Plenário, do Senhor Presidente do TCU, encaminhando ao Congresso Nacional, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 006.010/2005-5, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 16-9-2009, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 554/2009-CN	Sen. Almeida Lima - Presidente da CMO	Comunicando que, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 23-9-2009, o prazo, para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, o Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2009-CN, tendo em vista publicação em avulso do parecer da CMO.
Of. nº 553/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 23-9-2009, o prazo, para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, o Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2009-CN, tendo em vista publicação em avulso do parecer da CMO.
Of. nº 552/2009-CN	Sen. Almeida Lima - Presidente da CMO	Comunicando que, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 23-9-2009, o prazo, para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, o Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2009-CN, tendo em vista publicação em avulso do parecer da CMO.
Of. nº 551/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 23-9-2009, o prazo, para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, o Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2009-CN, tendo em vista publicação em avulso do parecer da CMO.
Of. nº 550/2009-CN	Sen. Almeida Lima - Presidente da CMO	Comunicando que, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 23-9-2009, o prazo, para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, o Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2009-CN, tendo em vista publicação em avulso do parecer da CMO.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 549/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 23-9-2009, o prazo, para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, o Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2009-CN, tendo em vista publicação em avulso do parecer da CMO.
Of. nº 548/2009-CN	Reverendíssimo Dom João Braz de Aviz	Em nome do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, convidando a Vossa Reverendíssima para oficiar a tradicional Missa de Ação de Graças pelo encerramento dos trabalhos deste ano legislativo, a realizar-se no dia 10 de dezembro próximo, quinta-feira, às 11 horas, no Salão Negro do Congresso Nacional.
Of. nº 546/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 21-9-2009, o PL nº 63, de 2009-CN que "Altera os arts. 2º, 3º e 7º e o Anexo IV da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 545/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 21-9-2009, o PL nº 62, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R$ 1.000.000.000,00, para o fim que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 544/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 17-9-2009, a Mensagem nº 131, de 2009-CN (nº 750/2009, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2010 (PLN nº 46/2009), nos termos do art. 10 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 542/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 15-9-2009, o Aviso nº 1049-GP/TCU, do Senhor Presidente do TCU, informando que, em cumprimento ao disposto no § 5º do art. 97 da Lei nº 11.768, de 14-8-2008 (LDO 2009), no decorrer das fiscalizações realizadas por aquele Tribunal no presente exercício, foram constatados novos indícios de irregularidade grave nas obras que menciona, tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 541/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 14-9-2009, o PL nº 61, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de empresas dos Grupos ELETROBRÁS e PETROBRÁS, crédito especial no valor total de R$ 4.629.593.230,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 539/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 9-9-2009, o Aviso nº 1093-Seses-TCU-Plenário, do Senhor Vice-Presidente do TCU, no exercício da Presidência, encaminhando ao Congresso Nacional, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 010.879/2009-1, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 2-9-2009, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 538/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 9-9-2009, o Aviso nº 1078-Seses-TCU-Plenário, do Senhor Vice-Presidente do TCU, no exercício da Presidência, encaminhando ao Congresso Nacional, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 015.084/2009-0, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 2-9-2009, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 537/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 9-9-2009, o Aviso nº 1077-Seses-TCU-Plenário, do Senhor Vice-Presidente do TCU, no exercício da Presidência, encaminhando ao Congresso Nacional, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 013.179/2007-0, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 2-9-2009, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, tendo sido a matéria despachada à CMO.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 536/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 10-9-2009, o Aviso nº 1015-GP/TCU, do Senhor Presidente do TCU, que informa ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 5º do art. 97 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (LDO 2009), novos indícios de irregularidade grave nas obras que menciona, tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 535/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 112, de 2009-CN (nº 684/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2009 (oriundo da Medida Provisória nº 460, de 2009), que "Dá nova redação aos arts. 4º, 5º e 8º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que tratam de patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, atribui à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL as atribuições de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública; altera as Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.652, de 7 de abril de 2008, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 6.099, de 12 de setembro de 1974, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 534/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 111, de 2009-CN (nº 683/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2009 (PL nº 3.969, de 2000, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 531/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência designou em 31-8-2009, de acordo com as indicações das lideranças partidárias e do Ofício SGM/P 1.773, de 2009, da Câmara dos Deputados, a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA, criada pela Resolução nº 2, de 2007-CN.
Of. nº 530/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República adotou, no dia 31-8-2009, A Medida Provisória nº 468, de 2009, que "Dispõe sobre a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal".
Of. nº 529/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 2-9-2009, o Aviso nº 1168-Seses-TCU-Plenário, do Senhor Presidente do TCU, que encaminha ao Congresso Nacional, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 013.142/2005-4, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 26/8/2009, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 528/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 1º-9-2009, o Aviso nº 1.210-Seses-TCU-Plenário, do Senhor Presidente do TCU, que encaminha ao Congresso Nacional, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 010.873/2009-8, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 26/8/2009, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, tendo sido a matéria despachada à CMO.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 527/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 1º-9-2009, o Aviso nº 1.205-Seses-TCU-Plenário, do Senhor Presidente do TCU, que encaminha ao Congresso Nacional, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 021.200/2008-9, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 26/8/2009, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 526/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 1º-9-2009, o Aviso nº 40, de 2009-CN (nº 80-BCB-Presi/2009, na origem), do Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, que encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias, referentes ao 1º semestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768 de 14 de agosto de 2008 (LDO para 2009), tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 524/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 1º-9-2009, o PL nº 60, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor global de R$ 2.698.867,00, para os fins que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 523/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 1º-9-2009, o PL nº 59, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 156.384.778,00, para os fins que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 522/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 1º-9-2009, o PL nº 58, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 13.570.912,00, para os fins que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 521/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 1º-9-2009, o PL nº 57, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R$ 6.050.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 520/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 1º-9-2009, o PL nº 56, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R$ 200.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 519/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 1º-9-2009, o PL nº 55, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R$ 10.336.370,00, para os fins que especifica e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 518/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 1º-9-2009, o PL nº 54, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R$ 90.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 517/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 1º-9-2009, o PL nº 53, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R$ 23.400.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 516/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 1º-9-2009, o PL nº 52, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 90.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 515/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 1º-9-2009, o PL nº 51, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, credito especial no valor de R$ 10.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 514/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 1º-9-2009, o PL nº 50, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R$ 2.108.400.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 513/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 1º-9-2009, o PL nº 49, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R$ 1.430.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 512/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 1º-9-2009, o PL nº 48, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Pesca e Aquicultura, crédito especial no valor de R$ 31.150.175,00, para os fins que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 511/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 1º-9-2009, o PL nº 47, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 5.468.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 510/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 1º-9-2009, o PL nº 46, de 2009-CN que Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o texto do projeto de lei que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 509/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 27-8-2009, o PL nº 45, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R$ 921.468.538,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 508/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 31-8-2009, o Aviso nº 39, de 2009-CN (nº 964/GP-TCU/2009, na origem), do Senhor Presidente do TCU, encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades daquele Tribunal, referente ao 2º trimestre do exercício de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE SETEMBRO DE 2009 DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Vice Presidente: Senador DELCÍDIO AMARAL

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
AVISO Nº 44, DE 2009
(nº 245, de 2009, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Referentes aos Relatórios sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.
Autoria: Ministério da Fazenda.
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Parecer: Pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 297, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para arrecadar e aplicar sanções administrativas.
Autoria: Senador Renato Casagrande.

Relatoria: Senador Francisco Dornelles.
Parecer: Favorável à matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
AVISO Nº 61, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.201, de 2008, proferido dos autos do processo TC 028.729/2006-0, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, visando conhecer e avaliar os motivos que levaram o Poder Executivo a realizar, sob pretexto de fomentar as exportações, transferências de recursos federais ao Estados e Municípios.
Autoria: Tribunal de Constas da União.
Relatoria "ad hoc": Senador Lobão Filho.
Parecer: Pelo conhecimento da matéria e para que a Comissão seja informada pelo Tribunal de Contas da União acerca dos desdobramentos do Acórdão nº 2.201/2008.
Resultado: Aprovado o parecer. A matéria vai às Comissões de Assuntos Sociais e posteriormente a de Educação, Cultura e Esporte.

ITEM Nº 04
MENSAGEM "SF" Nº 170, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de até E 1.764.020.784,00 (um bilhão setecentos e sessenta e quatro milhões, vinte mil, setecentos e oitenta e quatro euros), entre a República Federativa do Brasil e um consórcio formado pelos Bancos Société Générale, BNP Paribas S.A., Santander S.A., e Calyon S.A., cujos recursos destinam-se ao Projeto H-X BR (antigo CH-X).
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador João Vicente Claudino.
Parecer: Favorável à matéria, na forma do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 05
MENSAGEM "SF" Nº 169, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até E 4.324.442.181,00 (quatro bilhões, trezentos e vinte quatro milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e um euros), entre a República Federativa do Brasil e Operação um consórcio formado pelos Bancos BNP Paribas S.A., Société Générale, Santander S.A., Calyon S.A., Credit Industriel et Commercial, Natixis e Santander, cujos recursos destinam-se ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos – PROSUB.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador César Borges.
Parecer: Favorável à matéria, na forma do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2007 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera os artigos 150, 173 e 174 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para retirar a decadência do direito de lançamento do crédito tributário quando houver instauração de procedimento investigatório pela polícia ou pelo Ministério Público ou o ajuizamento de ação penal por lícito que envolva o tributo devido.
Autoria: Senador Osmar Dias.
Relatoria: Senador Francisco Dornelles.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 2004 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Atualize valores das faixas de referência do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Lobão Filho.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM OS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, DE 2004 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.317, de 4 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime tributário simplificado das microempresas e das empresas de pequeno porte (SIMPLES), para determinar a revisão dos valores monetários nela constantes, e dá outras providências.
Autoria: Senador Maguito Vilela.
Relatoria: Senador Lobão Filho.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2004 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Atualiza valores das faixas de referência do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatoria: Senador Lobão Filho.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 343, DE 2003 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.317, de 4 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime tributário do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), para determinar a revisão dos valores monetários nela constantes.
Autoria: Senador Osmar Dias.
Relatoria: Senador Lobão Filho.
Parecer: Contrário às matérias.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição dos Projetos nºs. 2, 65 e 146, de 2004 e 343, de 2003.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 49, DE 2009 - CAE

Requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de analisar e debater os seguintes tópicos: **1)** Criação do Consecitrus – contrato padrão para o pagamento da laranja; **2)** Cronograma da apuração de denúncia em apuração pela Secretaria de Direito Econômico – SDE, sobre suspeita de formação de cartel das empresas processadoras que dominam o mercado de sucos de laranja e, por conseqüência, vem causando a redução da remuneração dos produtores e trabalhadores; e **3)** Ações implantadas pelo governo brasileiro para combater a doença "Citrus Greening"; com a presença dos seguintes convidados: senhora **Mariana Tavares de Araújo,** Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça; senhor **Pedro Antônio Arraes Pereira,** Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA; senhor **Reinhold Stephanes,** Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e senhor **Antônio Henrique Pinheiro Silveira,** Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.
Autoria: Senadora Kátia Abreu.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 50, DE 2009 - CAE

Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2007, com a presença de representantes das seguintes entidades, públicas e privadas: **Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE/MF; Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE,** vinculado ao **Ministério da Justiça; Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; Associação Médica Brasileira – AMB; Associação Brasileira de Medicina de Grupo – ABRAMGE; Confederação das Misericórdias do Brasil – CMB; Federação Brasileira de Hospitais – FBH; União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS; Federação Nacional de Saúde Suplementar – FENASAÚDE; e PRÓ TESTE Associação Brasileira de Defesa do Consumidor.**
Autoria: Senador Sérgio Guerra.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 51, DE 2009 - CAE

Requer a realização de Audiência Pública para discutir os quatro Projetos de Lei apresentados pelo Governo Federal acerca do novo marco regulatório do petróleo e exploração do pré-sal, com a presença do senhor **João Carlos de Luca,** Presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis, e seus técnicos.
Autoria: Senador Francisco Dornelles.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 52, DE 2009 - CAE

Requer a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para debater aspectos relacionados à exploração, tributação e uso da água mineral, com a presença do Senador **Edison Lobão,** Ministro de Estado das Minas e Energia, senhor **Reinhold Stephanes,** Ministro de Estado da Agricultura; senhor **Paulo Camilo,** Presidente do IBRAM; senhor **Cláudio Scliar,** Secretário de Geologia e Mineração do MME; senhor **Carlos Lancia,** Presidente da ABINAM; e SENHOR **Nelson Machado,** Presidente da CONFAZ.
Autoria: Senador Neuton de Conto.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 51, de 2009 – CAE.
Autoria: Senador Francisco Dornelles.
Assunto: Debate sobre os quatro Projetos de Lei apresentados pelo Governo Federal acerca do novo Marco Regulatório do Petróleo e exploração do Pré-Sal.

CONVIDADOS:

Senhor **João Carlos de Luca,** Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Bicombustíveis – IBP;

Senhor **Murilo Marroquim,** Presidente da Devon Energy do Brasil e membro do Comitê de Exploração e Produção do IBP; e
Senhor **Ivan Simões Filho,** Vice-Presidente da British Petroleum do Brasil e membro do Comitê de Exploração e Produção do IBP.
Resultado: Realizada.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
MENSAGEM "SF" Nº 175, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê – Programa Mananciais.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador Adelmir Santana.
Parecer: Favorável à matéria, na forma do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 53, DE 2009 - CAE

Requer a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, a realizar-se em 10 de setembro de 2009, às 8 horas e 30 minutos, com a presença do Ministro de Estado de Minas e Energia, Senador **Edison Lobão,** para discorrer sobre as tratativas e propostas do Marco Regulatório do Pré-Sal.
Autoria: Senador Delcídio Amaral e Garibaldi Alves Filho.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 54, DE 2009 - CAE

Requer que seja realizada Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, a realizar-se no dia 09 de setembro, às 11 horas, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2008, que altera o § 1º do artigo 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com a participação dos seguintes convidados: senhor **Joaquim Lima de Oliveira,** Superintendente Nacional do FGTS; senhor **Paulo Eduardo Cabral Furtado,** Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS, senhor **Mário Avelino,** Presidente da ONO Instituto FGTS Fácil; e senhor **Ricardo Patah,** Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UOT e Ex-Integrante do Conselho Curador do FGTS.
Autoria: Senadores Delcídio Amaral e Garibaldi Alves Filho.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 54, de 2009 – CAE e 43, de 2009 - CAS.
Autoria: Senadores Delcídio Amaral, Garibaldi Alves Filho e César Borges.
Assunto: Instrução do Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2008, que altera o § 1º do artigo 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

CONVIDADOS:

Senhor **Paulo Eduardo Cabral Furtado,** Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS;
Senhor **Antônio Góis de Oliveira,** representante do Conselho Curador do FGTS;
Senhor **Mário Avelino,** Presidente da ONG Instituto FGTS Fácil;
Senhor **Joaquim Lima de Oliveira,** Superintendente Nacional do FGTS; e
Senhor **Miguel Salaberry,** Secretário Institucional da União Geral dos Trabalhadores – UGT, representando o senhor **Ricardo Patah,** Presidente da UGT.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 41, de 2009 – CI, 44 e 53, de 2009 - CAE.
Autoria: Senadores Fernando Collor, Jefferson Praia, Garibaldi Alves Filho e Delcídio Amaral.
Assunto: Debate sobre as tratativas e propostas do Marco Regulatório do Pré-Sal.

CONVIDADOS:

Senador **Edison Lobão,** Ministro de Estado das Minas e Energia;
Senhor **Marco Antônio Martins Almeida,** Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis; e
Senhor **Dyogo Henrique de Oliveira,** Secretário Adjunto da Secretaria de Política Econômica.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passiveis de opção pelo Simples Nacional.
Autoria: Senadora Ideli Salvatti.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CAE.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 434, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para impor às concessionárias de serviço público e de obras públicas e permissionárias o dever de elaborar escrituração contábil e elaborar e publicar

demonstrações financeiras, referentes a cada exercício social, nos termos dos artigos 175 a 188 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senador Raimundo Colombo.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta Lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Marcello Crivella.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto. A matéria vai às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo a última a decisão terminativa.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2007
TERMINATIVO

Cria o Fundo Nacional de Apoio a Bibliotecas – FUNAB.
Autoria: Senador Neuto de Conto.
Relatoria: Senador Cícero Lucena.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAE.

ITEM Nº 05
AVISO Nº 996, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha cópia do Acórdão nº 1.629/2009-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, em atenção ao Ofício nº 1.391, de 1º de setembro de 2008, do Presidente do Senado Federal.
Autoria: Tribunal de Contas da União.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pelo conhecimento da Comissão e posterior arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 06
PROJETO DE RESOLUÇÃO "SF" Nº 2, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e dá outras providências (garantir a aplicação correta e legalmente justa para o cálculo do endividamento dos municípios).
Autoria: Senador Raimundo Colombo.
Relatoria: Senador Cícero Lucena.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF.
Autoria: Deputado Germano Rigotto.
Relatoria: Senador Tasso Jereissati.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 08
OFÍCIO "S" Nº 16, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Solicita providências visando a prorrogação da Resolução nº 40, do Senado Federal, de 15 de dezembro de 2006, que permite que a verificação da adimplência dos Estados, Distrito Federal e Municípios, seja feita, utilizando-se o CNPJ do órgão ou entidade tomador da operação de crédito.
Autoria: Prefeitura de Goiânia.
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Azeredo.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria com o envio à Prefeitura de Goiânia de cópia da presente deliberação e da Resolução do Senado Federal nº 49, de 2007.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 09
PROJETO DE RESOLUÇÃO "SF" Nº 96, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 11 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para permitir aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a emissão de títulos da dívida pública, seja no mercado interno ou externo, para amortizar ou quitar dívidas renegociadas com a União.
Autoria: Senador Jonas Pinheiro.
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Azeredo.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta artigo à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências.
Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior.
Relatoria: Senador João Vicente Claudino.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social e o índice de correção previdenciária.
Autoria: Comissão Mista do Salário Mínimo.
Relatoria " ad hoc": Senador Eduardo Azeredo.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DELEI DA CÂMARA Nº 127, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, para definir a abrangência da franquia de bagagem.
Autoria: Deputado Celso Russomanno.
Relatoria " ad hoc": Senador Francisco Dornelles.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, DE 2008 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, para proibir o contingenciamento na área social benefício do pagamento de juros e serviços da dívida.
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Relatoria " ad hoc": Senador Francisco Dornelles.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafos ao artigo 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da condição de segurado especial, para produtores rurais com até dois empregados, fixando contribuição diferenciada, e dá outras providências.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria " ad hoc": Senador Francisco Dornelles.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE RESOLUÇÃO "SF" Nº 63, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Cria o Conselho de Assuntos Econômicos do Senado Federal.
Autoria: Senador Raimundo Colombo.
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão Diretora.

ITEM Nº 16
PROJETO DE RESOLUÇÃO "SF" Nº 70, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Suspende por tempo determinado o pagamento de dívidas contraídas com a União pelo Estado do Rio de Janeiro e pelos municípios atingidos pelas enchentes.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, DE 2003
TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Parecer: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2007
TERMINATIVO

Estabelece condições diferenciadas de empréstimos para pequenas e microempresas e dá outras providências.
Autoria: Senador Osmar Dias.
Relatoria: Senador João Vicente Claudino.
Parecer: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, DE 2007
TERMINATIVO

Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, que "Autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências", para o fim de extinguir a figura do leilão extrajudicial de imóveis pertencentes a mutuários inadimplentes.
Autoria: Senador Álvaro Dias.
Relatoria "ad hoc": Senador Osvaldo Sobrinho.
Parecer: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre alterações de alíquotas do Imposto de Importação.
Autoria: Senador Jefferson Péres.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições de Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.
Autoria: Senador Romeu Tuma.
Relatoria "ad hoc": Senador Gerson Camata.
Parecer: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, DE 2008
TERMINATIVO

Altera o caput do artigo 17 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para ampliar o prazo de prescrição dos prêmios de loteria para dois anos.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria "ad hoc": Senador João Vicente Claudino.
Parecer: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 490, DE 2008
TERMINATIVO

Determina extraordinariamente que seja realizado concurso especial da mega-sena e dá outras providências. (Destinado às vítimas das enchentes nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro).
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria "ad hoc": Senador Renato Casagrande.
Parecer: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87, DE 2008
TERMINATIVO

Dá nova redação ao § 5º do artigo 96 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para limitar o percentual máximo de comprometimento da receita corrente líquida municipal com o pagamento de obrigações previdenciárias.
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Relatoria "ad hoc": Senadora Rosalba Ciarlini.
Parecer: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 2003
TERMINATIVO

Altera o artigo 13 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea "e" da Constituição Federal, para prever a instituição dos Conselhos Deliberativos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e Nordeste.
Autoria: Senador Sibá Machado.
Relatoria: Senador Gerson Camata.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 480, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar integralmente, do imposto de renda, os rendimentos até o valor equivalente a dez salários mínimos, pelo contribuinte que completar setenta anos de idade.
Autoria: Senador Neuto de Conto.
Relatoria: Senador Expedito Júnior.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 506, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o subsídio dos membros do Congresso Nacional.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador Tasso Jereissati.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovada parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai à Comissão Diretora.

ITEM Nº 28
REQUERIMENTO Nº 55, DE 2009 – CAE

Requer a realização de Audiência Pública para tratar dos seguintes temas relativos ao pré-sal: Marco Regulatório; aspectos econômico-financeiros; e Capitalização da Petrobrás, devendo a audiência contar com os seguintes convidados da Petrobrás: senhor **Almir Guilherme Barbassa,** Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; e senhor **Guilherme Estella,** Diretor de Exploração e Produção.
Autoria: Senador Tião Viana.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2009, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE MEIO AMBINTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FICALIZAÇÃO E CONTROLE (SF); DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (CD); FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CD); FICALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE (CD) E A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO (CN)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao disposto no artigo 9º, § 5º da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), determinando que "no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das Comissões Temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços" – 1º Semestre de 2009.

CONVIDADO:

Senhor **Henrique Meirelles,** Presidente do Banco Central do Brasil.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM "SF" Nº 184, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso III, alínea "b", e do artigo 73, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, o nome do senhor **José Múcio Monteiro Filho,** para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Marcos Vinicius Vilaça.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Sérgio Guerra.
Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação, por 25 votos sim, 1 voto não e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 02
MENSAGEM "SF" Nº 180, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal, nos termos do artigo 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de US$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Investimento para a Qualificação do Sistema Único de Saúde – QualiSUS Rede (fase I).

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Tião Viana.

Parecer: Favorável à matéria, na forma do PRS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 03
MENSAGEM "SF" Nº 181, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal, nos termos do artigo 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de US$ 154.000.000,00 (cento e cinqüenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos serão destinados ao Programa de Desenvolvimento da Educação e Gestão Pública.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Renato Casagrande.

Parecer: Favorável à matéria, na forma do PRS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 04
MENSAGEM "SF" Nº 182, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal, nos termos do artigo 52, incisos VII, da Constituição Federal e do artigo 3º, inciso I, da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, seja autorizada a adição do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ativos, celebrado entre a União e o Estado do Rio Grande do Norte em 21 de agosto de 2009.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Inácio Arruda.
Parecer: Favorável à matéria, na forma do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a matéria.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE RESOLUÇÃO "SF" Nº 58, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, a fim de excluir dos limites para operações de crédito aquelas contratadas no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal – PEF, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
Autoria: Senador Tião Viana.
Relatoria: Senador Jefferson Praia.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 56, DE 2009 – CAE

Requer a realização de Diligência Pública em Manaus (AM), tendo por finalidade esclarecer, subsidiar, enriquecer a discussão, pelo Congresso Nacional, do marco legal para a distribuição dos benefícios advindos da exploração da camada do Pré-Sal entre o conjunto dos estados da Federação brasileira, com a

participação das seguintes autoridades: Deputado **Belarmino Lins,** Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas; senhor **Eduardo Braga,** Governador do Estado do Amazonas; senhor **José Thomé Filho,** Presidente da Associação Amazonense de Municípios; senhor **Luiz Alberto Carijó,** Presidente da Câmara Municipal de Manaus; senhor **Augusto César de Carvalho,** Gerente Geral da Refinaria Isaac Sabbá – REMAN; senhor **Fernando Ferranadans,** Gerente Geral da Unidade de Exploração e Produção da Amazônia – UNAM; senhor **Isper Abrahim Lima,** Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas; senhor **Erivaldo Lopes do Vale,** Presidente do Conselho Regional de Economia do Estado do Amazonas; senhor **Henrique dos Santos Pereira,** Superintendente em Manaus do IBAMA/AM; Professora **Márcia Perales,** Magnífica Reitora da Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Professora **Marilene Corrêa da Silva Freitas,** Magnífica Reitora da Universidade do Estado do Amazonas – UEA; senhora **Flávia Skrobot Barbosa Grosso,** Superintendente da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; senhor **Antônio Carlos da Silva,** Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM; senhor **Flávio Decat de Moura,** Presidente da Amazonas Energia; senhor **Maurício Elísio Martins Loureiro,** do Centro da Indústria do Estado do Amazonas – CIEAM; senhor **Maurício Tolmasquin,** Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE do Ministério de Minas e Energia; senhor **José Lima de Andrade Neto,** Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia; senhor **Rodemarck Castelo Branco,** Economista e Professor da Universidade Federal do Amazonas; senhor **Aristófanes Bezerra de Castro Filho,** Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Amazonas; senhor **Delman Sérgio Ferreira,** Assessor da Presidência da Eletronuclear para Promoção do Desenvolvimento Social; e senhor **João Carlos de Luca,** Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP.
Autoria: Senador Jefferson Praia.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 161, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso.
Autoria: Deputado Beto Albuquerque.
Relatoria: Senador Aloizio Mercadante.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAE.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 676, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre bens imóveis da União e dá outras providências, para isentar o foreiro e ocupante do pagamento de foro e taxa de ocupação no caso que específica.
Autoria: Senador Gerson Camata.
Relatoria: Senador Jefferson Praia.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ITEM Nº 03
AVISO Nº 36, DE 2009
(Aviso nº 678-TCU, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Encaminha cópia do Acórdão nº 1.070/2009-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, em atenção ao Ofício nº 1.425, de 2 de setembro de 2008, do Presidente do Senado Federal.
Autoria: Tribunal de Contas da União.
Relatoria: Senador Tião Viana.
Parecer: Pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 57, DE 2009 - CAE

Requer a realização de Audiência Pública, com a participação de representante da **Receita Federal do Brasil,** para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra.
Autoria: Senadores Ideli Salvatti, Tião Viana, Eduardo Suplicy, Osmar Dias e Lobão Filho.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 58, DE 2009 - CAE

Requer a realização de Audiência Pública para instruir os seguintes Projetos de Lei do Senado, que tramitam em conjunto: PLS nº 345, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivos da Lei nº 10.820, de 2003, e da Lei nº 8.213, de 1991, para limitar em vinte por cento, da remuneração ou do benefício disponível, o desconto de pagamento de valores referentes a empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil a idosos que percebam até três salários mínimos, e dá outras providências; e PLS nº 276, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que também acrescenta dispositivos à Lei nº 10.820, de 2003, para permitir ao titular de benefício do Instituto Nacional do Seguro Social solicitar o bloqueio de seu registro, para impedir descontos decorrentes de operação de crédito consignado; com a participação dos seguintes convidados: senhor **Valdir Moysés Simão,** Presidente do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); senhor **João Batista Inocentini,** Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINDNAPI); senhor **Warley Martins Gonçalves,** Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP); senhor **Renato Oliva,** Associação dos Bancos Comerciais (ABBC); e senhor **Stephano Borges Pedroso,** Diretor-Geral Substituto da Defensoria Pública do Distrito Federal.
Autoria: Senador César Borges.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 08

04 Ordinárias – Deliberativa.
01 Ordinária – Audiência Pública.
03 Conjuntas – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 68

11 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
13 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
04 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
05 Projetos de Resolução "SF" (não terminativo).
01 Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo).
01 Ofício "S" (não terminativo).

07 Mensagens (SF) (não terminativo).
04 Avisos (não terminativo).
05 Emendas – CAE.
17 Requerimentos – CAE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidenta: Senadora ROSALBA CIARLINI
Vice Presidente: Senador PAULO PAIM

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera os §§ 1º e 2º do artigo 71 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer a responsabilidade subsidiária da Administrativa Pública pelos encargos trabalhistas decorrentes da execução de contratos por ela firmados.
Autoria: Senador Papaléo Paes.
Relatoria: Senador Expedito Júnior.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CAS. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a plano de saúde contratado em benefício de empregado doméstico.
Autoria: Senador César Borges.
Relatoria: Senador João Tenório.
Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 71, DE 2009 – CAS

Em aditamento ao Requerimento nº 38, de 2009 – CAS, já aprovado por esta Comissão, requeiro, nos termos regimentais, a aprovação do nome do Pastor **Abner de Cássio Ferreira,** Presidente da Convenção das Assembléias de Deus do Rio de Janeiro e Presidente da Igreja Matriz de Madureira, Rio de Janeiro, para participar como debatedor na audiência pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006.
Autoria: Senadores Expedito Júnior e Mozarildo Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 72, DE 2009 – CAS

Requeiro nos termos regimentais aditamento ao Requerimento nº 38, de 2009 – CAS, de autoria do Senador Marcelo Crivella, através do qual foi solicitada realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, com a presença da seguinte convidada: senhora **Gilda Pereira Carvalho,** Subprocuradora-Geral da República, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão.
Autoria: Senadores Fátima Cleide e Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 73, DE 2009 – CAS

Em atenção à programação da V Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, a realizar-se em dezembro de 2009, e que neste ano comemorará o bicentenário de nascimento de Louis Braille, inventor do Sistema Braille de leitura e escrita para cegos, requeremos que a Comissão de Assuntos Sociais – CAS realize Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF e com a Subcomissão Permanente de Saúde – CASSAÚDE, para debater a saúde ocular e a prevenção da cegueira e dos males da visão. O último recenseamento nacional, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE apontou que a principal causa de deficiência na população brasileira decorre de males e acidentes oculares, com prejuízos ou mesmo perda total da visão. Esse aspecto torna necessário que haja no País políticas

consistentes para a promoção da saúde ocular, com campanhas informativas de boas práticas, bem como estruturas de atendimento adequadas e disponíveis em todo o território nacional. Indicamos como convidados: um representante do **Ministério da Saúde;** um representante do **Conselho Brasileiro de Oftalmologia – CBO;** um representante da **Organização Nacional dos Cegos do Brasil – ONCB** e um representante do **Conselho Nacional de Saúde – CNS, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.**
Autoria: Senadores Augusto Botelho, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Gim Argello, Papaléo Paes, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 74, DE 2009 – CAS

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam formulados convites ao senhor **José Gomes Temporão,** Ministro de Estado da Saúde e ao senhor **Dirceu Raposo de Melo,** Diretor-Presidente da ANVISA, para prestarem esclarecimentos, em Audiência Pública perante a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e a Subcomissão de Saúde da CAS, a respeito da pirataria na medicina/medicamentos no país, conforme reportagens do Correio Braziliense, dos dias 09 a 14 de agosto de 2009.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 75, DE 2009 – CAS

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, para debater o Tema "O Negro no mercado de Trabalho", devendo ser convidados o Presidente da **FEBRABAN;** e o Presidente da **Confederação Nacional da Indústria – CNI** e da **Confederação Nacional do Comércio – CNC** e outros a serem definidos pela própria Comissão.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 46, de 2009 – CAS.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Assunto: Debate a respeito da Saúde Indígena e a atuação da Fundação Nacional de Saúde, bem como do Ministério da Saúde sobre a questão.

CONVIDADO:

Senhor **Carlos Augusto de Melo Ferraz,** Secretário de Controle Interno do Tribunal de Contas da União em Mato Grosso.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 76, DE 2009 – CAS

Nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 46, de 2009 – CAS, requeiro que seja convidado o senhor **Wanderley Guenka,** Diretor do Departamento Indígena da FUNASA, para prestar esclarecimentos sobre a atuação da Fundação Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde sobre a Saúde Indígena.
Autoria: Senadores Paulo Paim, Augusto Botelho, César Borges e Mozarildo Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 43, de 2009 – CAS e 54, de 2009 - CAE.
Autoria: Senadores Delcídio Amaral, Garibaldi Alves Filho e César Borges.
Assunto: Instrução do Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2008, que altera o § 1º do artigo 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

CONVIDADOS:

Senhor **Paulo Eduardo Cabral Furtado,** Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS;
Senhor **Antônio Góis de Oliveira,** representante do Conselho Curador do FGTS;
Senhor **Mário Avelino,** Presidente da ONG Instituto FGTS Fácil;
Senhor **Joaquim Lima de Oliveira,** Superintendente Nacional do FGTS; e
Senhor **Miguel Salaberry,** Secretário Institucional da União Geral dos Trabalhadores – UGT, representando o senhor **Ricardo Patah,** Presidente da UGT.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 46 e 76, de 2009 – CAS.
Autoria: Senadores Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Augusto Botelho e César Borges.
Assunto: Debate sobre a atuação da Fundação Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde sobre a Saúde Indígena.

CONVIDADO:

Senhor **Wanderley Guenka,** Diretor do Departamento Indígena da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA
ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 77, DE 2009 – CAS

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 46, de 2009 – CAS, seja convidado o senhor **Márcio Augusto Freitas de Meira,** Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, para que o mesmo se pronuncie sobre a situação da saúde indígena no Brasil.
Autoria: Senadores Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Augusto Botelho, Efraim Morais, Expedito Júnior e Papaléo Paes.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 para dispor sobre o percentual máximo das prestações do parcelamento de débitos dos Municípios e Estados para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Relatoria: Senador Mão Santa.
Parecer: Favorável à matéria, com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3 – CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.
Autoria: Deputado Tarcísio Zimmermann.
Relatoria "ad hoc": Senador Paulo Paim.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 78, DE 2009 – CAS

Requeiro, nos termos do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, para debater sobre a possibilidade de emprego de vacina homeopática preventiva contra o vírus H1N1 "Gripe Suína". Trata-se de iniciativa pioneira que começou a ser pesquisada na cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, em 2005, resultante de uma parceria científica entre o Instituto Roberto Costa e a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, a partir do vírus "Influenza" devido à ameaça de pandemia da "Gripe Aviária". Especialistas em homeopatia da UFRJ, fizeram um treinamento sobre a distribuição de vacinas para as mil e quinhentas grávidas da cidade cadastradas pelo Sistema Único de Saúde. Cerca de quinhentos médicos, enfermeiros e agentes de saúde de Petrópolis foram orientados sobre a aplicação do medicamento. Em abril deste ano, seiscentas crianças de algumas comunidades de Petrópolis foram tratadas com o medicamento anti H1N2, outro tipo de vírus que causa gripe. Elas estão sendo monitoradas e mostram grandes melhora e maior resistência à gripe. De acordo com a especialista em Homeopatia Carla Holandino Quaresma, do Laboratório Multidisciplinar de Ciências Farmacêuticas da UFRJ, os dados laboratoriais pesquisados deixaram a equipe de cientistas animados quanto ao seu resultado. Segundo a pesquisadora, a primeira fase de testes foi laboratorial, e a segunda fase, em pacientes, vem mostrando resultados satisfatórios. A vacina age no sistema imunológico do paciente, aumentando as defesas do organismo. A administração da vacina é feita por via oral e por um período de trinta dias, duas vezes ao dia, o que reduz os custos de sua aplicação e aumenta a sua aceitação, por dispensar o desagradável emprego de seringas. São essas as razões para que se abra o oportuno e conveniente debate sobre a possibilidade de enfrentarmos o surto mundial da "Gripe Suína" como medicamento nacional e de administração de baixo custo. Para tanto, solicito o envio dos seguintes convites: senhora **Carla Holandino Quaresma,** do Laboratório Multidisciplinar de Ciências Farmacêuticas da UFRJ; senhora **Camila Siqueira,** Doutoranda em Ciências Farmacêuticas da UFRJ; senhora **Aparecida Barbosa da Silva,** Secretária Municipal de Saúde, da Prefeitura de Petrópolis; senhor **Carlos Lyrio,** do Instituto Roberto Costa; senhor **Marcelo Camilo,** da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Representante do **Conselho Federal de Farmácia;** e Representante do **Conselho Federal de Medicina.**
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 79, DE 2009 – CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAÚDE, no âmbito do Ciclo de Debates sobre o SUS, sobre o controle dos recursos federais transferidos para Estados e Municípios. Para tanto, que seja convidado em representante do **Tribunal de Contas da União – TCU.**
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 80, DE 2009 – CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais promova a realização de Audiência Pública, para debater a gravíssima situação da saúde da população do arquipélago do Marajó, no Estado do Pará, onde, somente na localidade de Anajás, entre janeiro e julho de 2009, foram registrados mais de 13 mil casos de malária, atingindo a metade da população daquele Município, com enorme sofrimento de adultos e crianças no arquipélago. Para que a audiência pública alcance seus objetivos, proponho convidar as seguintes autoridades sanitárias federais, do Estado do Pará e de outras entidades que atuam para ajudar a resolver o gravíssimo problema de saúde pública que se abate sobre aquela população: doutor **José Gomes Temporão,** Ministro de Estado da Saúde; doutor **Francisco Danilo Bastos Forte,** Presidente da FUNASA; senhor **Edson da Silva Barros,** Prefeito Municipal de Anajás-PA; senhor **Osvaldo da Silva Barbosa,** Prefeito Municipal de Afuá e Presidente da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó; Dom **José Luiz Azcona Hermoso,** Bispo Prelado do Marajó; doutora **Maria Silvia Martins Comaru Leal,** Secretária de Saúde do Estado do Pará; e doutor **Anginaldo Oliveira Vieira,** Chefe da Defensoria Publicada União no Estado do Pará. Requeiro, ainda, a designação de um membro desta Comissão, para como relator, elaborar documento final com os resultados dos trabalhos realizados na Audiência Pública.
Autoria: Senador José Nery.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 81, DE 2009 – CAS

Nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 68, de 2009 – CAS, requeiro que seja incluído na lista de convidados a participar da audiência pública designada para o dia 17 de setembro de 2009, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, o senhor **Matheus Chomatas,** Diretor do Sistema Urgente e Emergencial de Curitiba – SUEC.
Autoria: Senadora Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 68 e 81, de 2009 – CAS.
Autoria: Senadores Flávio Arns e Paulo Paim.
Assunto: Debate sobre as alterações na legislação, de que tratou a Medida Provisória nº 451, de 2008, convertida na Lei nº 11.945, de 2009, que alterou a legislação tributária federal, dando outras providências, naquilo que diz respeito ao DPVAT, seguro que indeniza vítimas de acidentes causado por veículos automotores.

CONVIDADOS:

Senhor **Eraldo Luiz Kuster,** representante da Confederação das Santas Casas de Misericórdia do Brasil;
Senhor **Tércio Égon Paulo Kasten,** Vice-Presidente da Confederação Nacional da Saúde – CNS;
Senhor **Matheus Chomatas,** Diretor do Sistema Urgente e Emergencial de Curitiba – SUEC; e
Senhor **Dyogo Henrique de Oliveira,** Secretário Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.
Autoria: Deputado Daniel Almeida.
Relatoria "ad hoc": Senadora Fátima Cleide.
Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda de redação.
Obs: Durante a discussão foi oferecida uma emenda de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, que teve parecer favorável da relatora.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 – CAS.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo único ao artigo 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Parecer: Favorável à matéria, na forma da Emenda nº 1 – CE (substitutivo), com duas subemendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CE/CAS com as Subemendas nºs. 1 e 2 – CAS.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Revoga o artigo 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Revoga o artigo que permiti a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do emprego bancário inadimplente).

Autoria: Deputado Geraldo Magela.
Relatoria: Senador Paulo Paim.
Parecer: Favorável à matéria, e pela rejeição da Emenda proposta pela Senadora Rosalba Ciarlini.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com rejeição da Emenda Substitutiva.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir na isenção do imposto de renda, a condição de pessoa com deficiência, entre as alterações de saúde e doenças que dão direito aos benefícios de que tratam.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Relatoria "ad hoc": Senador César Borges.
Parecer: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CAS (substitutivo). A matéria vai às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a de Assuntos Econômicos, cabendo a última a decisão terminativa.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 301, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o § 1º do artigo 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
Autoria: Senador César Borges.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 82, DE 2009 – CAS

Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Assuntos Sociais conjunta com a Comissão de Direitos Humanos, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2009, que dispõe sobre os direitos trabalhistas de empregados domésticos, a formalização e as implicações para empregadores. Para tanto sugerimos que sejam convidados os seguintes convidados: senhor **José Pimentel,** Ministro de Estado da Previdência Social; senhor **Carlos Luppi,** Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; senhora **Nilcéa Freire,** Ministra de Estado da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; senhora **Maria de Assis Calsing,** Ministra do Tribunal Superior do Trabalho; senhora **Benedita da Silva,** Secretária de Ação Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro; senhora **Creusa Maria Oliveira,** Presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas; senhor **Mário Avelino,** Presidente do Portal Doméstica Legal; senhora **Margareth Carbinato,** Presidenta do Sindicato dos Empregadores Domésticos do Estado de São Paulo; senhora **Arinda de Jesus,** Presidenta do Sindicato das Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro; e senhora **Maria Edna do Carmo,** Presidenta da Associação Tangaraense de Empregadas Domésticas.
Autoria: Senadora Fátima Cleide.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 83, DE 2009 – CAS

De acordo com o que preceitua os artigo 90, incisos II e V e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para discutir o tema “Primeira Infância e Cultura da Paz”.
A**utoria: Senadora Rosalba Ciarlini.**
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 84, DE 2009 – CAS

Nos termos do inciso II, § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da

Comissão de Assuntos Sociais, com parte do Ciclo de Debates sobre o Sistema Único de Saúde, para debater sobre a situação da assistência de média e alta complexidade no que diz respeito à assistência farmacêutica e aos procedimentos diagnósticos e terapêuticos. Convidados: senhor **Alberto Beltrame,** Titular da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde – SAS/MS; senhor **Eugênio Pacceli de Freitas Coelho,** Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS; senhor **Roberto Porto Fonseca,** Presidente da Sociedade Brasileira de Cancerologia – SBC; e senhor **Antônio Carlos Forte,** Presidente da Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino – ABRAHUE.
A**utoria: Senadora Rosalba Ciarlini.**
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 65, de 2009 – CAS.
Autoria: Senador Augusto Botelho.
Assunto: Instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2007, de autoria do Deputado Capitão Wayne, que "Altera a Lei nº 9.503, de 23 setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, regulando o uso de películas de proteção contra raios solares, e dá outras providências.

CONVIDADOS:

Senhor **Alfredo Peres da Silva,** Diretor do Departamento Nacional de Trânsito DENATRAN;;
Senhor **José Aurélio Ramalho,** Diretor de Operações do Centro de Experimentação e Segurança Viária – CESVI BRASIL;
Senhor **Guilherme Ribeiro de Oliveira,** Presidente da Associação Nacional das Empresas de Películas Protetoras – ANEPP; e
Senhor **Marcelo José Araújo,** Professor de Direito de Trânsito da Faculdade de Direito de Curitiba.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 08

03 Extraordinárias – Deliberativa.
04 Extraordinárias – Audiência Pública.
01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 34

06 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
03 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
14 Requerimentos – CAS.
09 Emendas – CAS.
02 Subemendas – CAS.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES
Vice Presidente: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA.

NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, DE 2009
(PL. 05498, de 2009, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera as Leis nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.
Autoria: Deputado Henrique Eduardo Alves.
Relatoria na CCT: Senador Eduardo Azeredo.
Relatoria na CCJ: Senado Marco Maciel.
Parecer: Favorável à matéria com oito emendas que apresentam; favorável às Emendas nºs. 1, 2, 5, 11, 14, 15 e 22 apresentadas perante a CCT; favorável às Emendas nºs. 4, 12, 13, 20, 23 e 40 apresentadas perante a CCJ; favorável parcialmente às Emendas nºs. 3, 4, 6, 9, 10, 12, 13, 17, 20, 21, 23 e 33 apresentadas perante a CCT; favorável parcialmente às Emendas nºs. 1, 5, 8, 14, 16, 17 e 24 apresentadas perante a CCJ; contrário às Emendas nºs. 7, 8, 16, 18, 19 e 24 a 32 apresentadas

perante a CCT; contrário às Emendas nºs. 2, 6, 7, 9, 10, 11, 15, 18, 19, 21, 22 e 25 a 39 apresentadas perante a CCJ.
Resultado: Discussão encerrada, a votação foi adiada.

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, DE 2006 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao artigo 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para excluir do benefício do sigilo bancário as pessoas que menciona e acrescenta parágrafo ao artigo 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Autoria: Senador Pedro Simon.
Relatoria "ad hoc": Senador Inácio Arruda.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2009
(PL. 02277, de 2007, na origem)
TERMINATIVO

Acrescenta à Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, o Capítulo II-A, que estabelece a disciplina processual da ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
Autoria: Deputado Flávio Dino.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2008
TERMINATIVO

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tornar crime a falsificação, adulteração ou fabricação de cigarro em desacordo com a legislação sanitária.
Autoria: Senador Romero Jucá.
Relatoria: Senadora Kátia Abreu.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2006
TERMINATIVO

Acrescenta o artigo 790-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para impedir que autor, co-autor, ou partícipe de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra o segurado seja beneficiário da indenização, e dá outras providências.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Parecer: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 392, DE 2008
TERMINATIVO

Inclui, entre os servidores que desenvolvem atividades exclusivas de Estado, os servidores do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senador Romeu Tuma.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, DE 2008
TERMINATIVO

Acrescenta o artigo 1.124-B à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para autorizar pedidos de separação e divórcio por meio eletrônico.
Autoria: Senadora Patrícia Saboya.
Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 74, DE 2009 – CCJ

Requeiro com base no artigo 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II e 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 480, de 2007. Para a realização da audiência pública deverão ser convidados: **Ministro da Educação;** Presidente da **Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CEB/CNE;** Presidente da **Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; e** Presidente do **Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.**
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 75, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada por esta Comissão, em 13 de novembro de 2008, conforme Requerimento nº 38, de 2008 – CCJ, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 686, de 2007, que "Dispõe sobre a criação do Pólo de Desenvolvimento Integrado da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul".
Autoria: Senador Osmar Dias.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 76, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada por esta Comissão, em 13 de novembro de 2008, conforme Requerimento nº 37, de 2008 – CCJ, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2007, que "Institui na forma do artigo 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação.
Autoria: Senador Osmar Dias.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 77, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005 – Complementar, o Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2007 – Complementar, o Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2008 – Complementar, o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2008 – Complementar, o Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2007 – Complementar e o Projeto de Lei do Senado nº 414, de 2007 – Complementar, que tratam de contingenciamento orçamentário, com os seguintes convidados: representante do **Ministério da Fazenda;** e representante do **Ministério do Planejamento**.
Autoria: Senador Osmar Dias.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2009 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 44, de 2009 – CCJ e 13, de 2009 – CE.
Autoria: Senadores Tasso Jereissati, Adelmir Santana, Flávio Arns e Marisa Serrano.
Autoria da Proposta de Emenda à Constituição: Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador Adelmir Santana.

Assunto: Instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2005, que "Altera os artigos 206, 208, 210 e 212, da Constituição Federal, e acrescenta o artigo 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a nacionalização e a qualidade da educação básica.

CONVIDADOS:

Senhor **Raimundo Moacir Feitosa,** Dirigente Municipal de Educação de São Luis/MA e Vice-Presidente da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, representando o senhor **Carlos Eduardo Sanches,** Presidente da UNDIME.

JUSTIFICARAM AUSÊNCIA

Senhora **Maria Auxiliadora Seabra Rezende,** Presidenta do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação – CONSED; e
Senhor **Naércio Aquino Menezes Filho,** Professor Titular do IBMEC São Paulo, Professor Associado da Universidade de São Paulo, Diretor de Pesquisa do Instituto Futuro do Brasil e Consultor da Fundação Itaú Social.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 e 10 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE
(09.09.09)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2009 – COMPLEMENTAR.
(PL. 00028 DE 2007, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, e dá outras providências.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Parecer: Favorável à matéria.

Obs: Durante a discussão, foram oferecidas trinta e três emendas de autoria dos seguintes Senadores: Raimundo Colombo (1 a 17); Osmar Dias (18, retirada); Neuto de Conto (19 a 21); Álvaro Dias (22 a 26); Wellington Salgado de Oliveira (27 a 32) e Aloizio Mercadante (33).
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, e 8 – CCJ (renumeradas), ficando as demais rejeitadas.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Estabelece direitos para os municípios que tenham estado de calamidade pública decretada e dá outras providências.
Autoria: Senador Raimundo Colombo.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nºs. 1 – CCJ (substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 2000
(PL. 03996, de 2000 na origem)
NÃO TERMINATIVO

Obriga hotéis, albergues, pousadas e outros meios de hospedagem em todo o País a reservar acomodações e áreas para hóspedes não fumantes.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senadora Luzia Toledo.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Substitutivo, restabelecendo o texto do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2000.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, DE 2009
TERMINATIVO

Disciplina o uso de equipamentos pelos agentes de segurança pública em todo o território nacional.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria "ad hoc": Senador Osmar Dias.
Parecer: Favorável à matéria e às Emendas nº 1, 2 e 3 – CRE.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CRE/CCJ.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2003
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, a fim de estipular novas regras sobre a alienação fiduciária.
Autoria: Senador Delcídio Amaral.
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Parecer: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera os artigos 142, 170, 194, 203 e 226, da Constituição Federal, e os artigos 79 e 80, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a cooperação das forças armadas com ações sociais civis, sobre a assistência social aos moradores de rua, e dá outras providências.
Autoria: Senador Expedito Júnior e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Favorável à matéria, com quatro emendas que apresenta.
Resultado: A Comissão rejeita o relatório favorável do Senador Antônio Carlos Júnior (Relator). A Presidência designa Relator do Vencido o Senador Aloizio Mercadante, que oferece Parecer do Vencido concluindo pela rejeição da Proposta.

ITEM Nº 07
PROJETO DE RESOLUÇÃO "SF" Nº 50, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.
Autoria: Senador Arthur Virgílio.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Projeto. A matéria vai à Comissão Diretora.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 98, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do inciso I, do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a constitucionalidade do Pré-Sal com os seguintes convidados: senhor **Gastão Alves Toledo,** Jurista; e senhor **Luiz Antônio Lemos,** Advogado Especialista na Legislação do Setor.
Autoria: Senador Francisco Dornelles.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 99, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, combinado com o artigo 397, inciso I, e artigo 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, que seja feito convite às autoridades abaixo relacionadas para, em Audiência Pública nesta Comissão em conjunto com a Comissão de Infraestrutura – CI, e com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, prestarem esclarecimentos sobre em que condições o Governo Brasileiro renegociou com o Governo do Paraguai o tratado da Usina Hidrelétrica de Itaipu: Senador **Edison Lobão,** Ministro de Estado de Minas e Energia; e Embaixador **Celso Amorim,** Ministro de Estado das Relações Exteriores.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 100, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater a constitucionalidade e juridicidade do Marco Regulatório do Pré-Sal, com os seguintes convidados: senhor **Luiz Leonardo Cantidiani,** Advogado e Ex-Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; senhor **Modesto Carvalhosa,** Professor da USP, Advogado e autor renomado na área de Direito Econômico; senhor **Floriano Marques Neto,** Professor de Direito Administrativo da USP e da FGV, Doutor em Direito na USP e Advogado; senhor **Alexandre Aragão,** Professor Doutor em Direito do Estado pela USP, Mestre em Direito Público pela UFRJ e Procurador do Estado e Advogado no Rio de Janeiro.
Autoria: Senador Aloizio Mercadante.
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE
(10.09.09)

ITEM Nº 11
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivos ao artigo 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, definindo como nula cláusula de eleição de foro em prejuízo da defesa do consumidor.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senador Augusto Botelho
Relatoria "ad hoc": Senador Efraim Morais.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Substitutivo.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2003
(PL. 000644, de 2003, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Assegura o gozo de licença-maternidade e licença-paternidade aos parlamentares e dá outras providências.

Autoria: Deputada Sandra Rosado e outros Senhores Deputados.
Relatoria "ad hoc": Senador Efraim Morais.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006
(PL. 01244 de 2003, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. (Substitui a expressão "medida sócio-educativa" pela "medida psicosssocioeducativa").
Autoria: Deputado João Alfredo.
Relatoria "ad hoc": Senador Efraim Morais.
Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ, de redação.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008
(PL. 01309 de 2007, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Acresce o § 3º ao artigo 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).
Autoria: Deputada Eliane Lima.
Relatoria "ad hoc": Senador Efraim Morais.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2002
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta artigo 392-B à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, e o artigo 210 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre a licença-maternidade

das servidoras mães adotantes ou que tenham obtido guarda judicial de crianças, e a licença-paternidade dos trabalhadores celetistas e dá outras providências.
Autoria: Senador Carlos Bezerra.
Relatoria "ad hoc": Senador Efraim Morais.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 207 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para conceder à servidora gestante licença por 180 (cento e oitenta) dias.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria "ad hoc": Senador Efraim Morais.
Parecer: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2002 com uma emenda que apresenta; e pela rejeição do PLS 86, de 2007.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2002, com a Emenda nº 1 – CCJ; e pela rejeição do PLS 86, de 2007 que tramita em conjunto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, DE 2003 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o Sistema de Aquisição da Habitação Social – SAHS, e dá outras providências.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Valadares.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM Nº 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 327, DE 2004.
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.671, de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, a fim de regulamentar a participação de Torcidas Organizadas em estádio de futebol no País.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Relatoria "ad hoc": Senador Efraim Morais.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2006.
NÃO TERMINATIVO

Autoriza a criação, pelo Poder Executivo, da Secretaria de Apoio a Brasileiros no Exterior - SEABE, e dá outras providências.
Autoria: Senador Valdir Raupp.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Valadares.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.

ITEM Nº 19
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, DE 2006.
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Baixada Maranhense – UFBAM, com sede no Município de Pinheiro, Estado do Maranhão.
Autoria: Senadora Roseana Sarney.
Relatoria: Senador Lobão Filho.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 20
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 2009 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Revoga o inciso III, do artigo 33 e o § 2º do artigo 112, ambos da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, o inciso VII do artigo 20 da Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1941, e a alínea "e" do inciso II do artigo 18 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1973, para extinguir a prisão especial concedida a magistrados e membros do Ministério Público.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Parecer: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 21
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2009.
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para revogar a exigência de que 20% dos militares em exercício na Agência retornem ao Comando da Aeronáutica a cada ano.
Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos.
Relatoria "ad hoc": Senador Pedro Simon.
Parecer: Contrário à matéria, por inconstitucionalidade.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 22
CONSULTA "SF" Nº 2, DE 2008
(OF. nº 01316 de 2008, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Encaminha à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, consulta e notas taquigráficas referentes ao pronunciamento do Senador Tião Viana, na sessão do dia 19 de agosto de 2008, acerca do comparecimento dos senadores às sessões deliberativas nos sessenta dias que antecedem as eleições municipais de 2008.
Autoria: Presidente do Senado Federal.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Valadares.

Parecer: Com voto no seguinte sentido: a) à primeira questão, de que não há dispositivo regimental que sustente a ausência de Senador nos período que antecedem as eleições municipais; b) à segunda questão, de que há obrigatoriedade de comparecimento no período que antecede eleições municipais, podendo o Senador, contudo, justificar sua ausência na forma dos artigos 13 e 38, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa; e c) à terceira questão, de que há necessidade de apresentação de justificativa de ausência, se esta ocorrer nos períodos que antecede eleições municipais.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 23
QUESTÃO DE ORDEM "SF" Nº 1, DE 2004
(OF. nº 01132 de 2004, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Sobre o funcionamento de Comissões Permanentes ou Temporárias durante a Ordem do Dia.
Autoria: Senador Arthur Virgílio.
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento.

ITEM Nº 24
REQUERIMENTO "SF Nº 329, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Requer nos termos do disposto no inciso X, artigo 49 da Constituição Federal e o artigo 14 da Lei nº 9.613, de 1998, seja solicitado ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF que abra procedimento administrativo para identificação da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro, envolvendo depósito em dinheiro do senhor Paulo Okamotto para o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.
Autoria: Senador Arthur Virgílio.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Valadares.
Parecer: Contrário à matéria por inconstitucionalidade e antiregimentalidade.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Requerimento.

ITEM Nº 25
REQUERIMENTO "SF Nº 1.238, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Requerem nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Censura ao Ministro de Estado da Defesa **Waldir Pires,** pela falta de comando na atual crise no tráfego aéreo brasileiro.
Autoria: Senadores Demóstenes Torres e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador Pedro Simon.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Requerimento.

ITEM Nº 26
REQUERIMENTO "SF Nº 527, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Governador do Distrito Federal, **José Roberto Arruda,** pela monumental festa realizada na Esplanada dos Ministérios no dia 21 de abril.
Autoria: Senador Marconi Perillo.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 27
REQUERIMENTO "SF Nº 545, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Repúdio à tentativa de intimidação contra o Secretário-Geral do Sindicato dos Jornalistas do Amazonas, jornalista **Cristovão Nonato,** no dia 08 de maio de 2009, em Manaus.
Autoria: Senador Arthur Virgílio.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 28
REQUERIMENTO "SF Nº 754, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer Voto de Aplauso ao jornalista **Ricardo Allan,** do Correio Braziliense pela publicação da matéria "O Trimestre da Recessão", inclusa no caderno Economia, de 7 de junho de 2009.
Autoria: Senador Marconi Perillo.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Requerimento.

ITEM Nº 29
DIVERSOS Nº 92, DE 1996
NÃO TERMINATIVO

Estabelece hipóteses nas quais fica suspensa a concessão de medidas liminares e dá outras providências.
Autoria: Governadores de Estado.
Relatoria "ad hoc": Senador Pedro Simon.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Diversos.

ITEM Nº 30
DIVERSOS Nº 8, DE 1998
NÃO TERMINATIVO

Solicita manifestação do Senado Federal visando à inclusão de parcela de precatórios judiciais emitida em 1995 no refinanciamento da dívida do Estado do Rio Grande do Sul a ser celebrado com a União, ao amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.
Autoria: Governador do Estado do Rio Grande do Sul.
Relatoria "ad hoc": Senador Pedro Simon.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Diversos.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 e 17 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE
(16.09.09)

ITEM Nº 01
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 159 da Constituição Federal e acrescenta o artigo 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Fundo de Desenvolvimento dos Municípios de Fronteira.
Autoria: Senadora Marisa Serrano e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Favorável à matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Obs: Durante a discussão, foram oferecidas duas emendas de autoria do Senador Romero Jucá, que receberam parecer favorável, consolidadas no Substitutivo.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta, com a Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo).

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2009
TERMINATIVO

Altera o artigo 1.700, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para distinguir o débito do espólio do encargo pessoal de prestar alimentos.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2008
TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.
Autoria: Senador Romeu Tuma.
Relatoria "ad hoc": Senador Pedro Simon.
Parecer: Pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1 – CRE (substitutivo).
Resultado: Aprovado o Substitutivo. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 04
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 94, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera o inciso I do artigo 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.
Autoria: Senador Demóstenes Torres e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Favorável à matéria com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta com as Emendas nºs 1, 2 e 3 – CCJ.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2004
(PL. 01282, de 2003 na origem)
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao artigo 1.050 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. (Dispensa a citação pessoal do embargo para responder à petição inicial, exceto quando não houver constituído advogado).
Autoria: Deputado Inaldo Leitão.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda de redação que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ de Redação.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 2006
(PL. 04127, de 2004 na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, incluindo como sujeitas ao procedimento sumário as causas relativas à revogação de doação.
Autoria: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 309, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Obriga os estabelecimentos de educação básica, superior e profissional da rede federal, estadual e municipal a ceder salas de aula e demais instalações necessárias ao funcionamento de classes de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidos por redes públicas e entidades da sociedade civil.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria "ad hoc": Senador Osvaldo Sobrinho.
Parecer: Favorável à matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo). A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, DE 2003
TERMINATIVO

Dispõe sobre crimes de violência doméstica, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e determina outras providências.
Autoria: Senador Delcídio Amaral.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 2003
TERMINATIVO

Altera a redação dos artigos 65, inciso I, 115 e 220 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para adequar esses dispositivos ao texto do novo código civil que em seu artigo 5º, consagra a cessação da menoridade civil aos dezoitos anos, e não mais aos vinte e um anos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 536, DE 2003
TERMINATIVO

Altera a redação do artigo 2.039 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil, (Para propiciar aos cônjuges a possibilidade de alterar o regime de bens, quando isso lhes aprouver).
Autoria: Senador Demóstenes Torres.
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Parecer: Pela aprovação da matéria com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CCJ.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2008
TERMINATIVO

Altera o artigo 1.122 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e o inciso III do § 2º do artigo 40 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio), e revoga os §§ 2º e 3º do artigo 3º da mesma Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio) e a Lei nº 968, de 10 de dezembro de 1949, a fim de suprimir, nas separações judiciais, a necessidade da audiência de ratificação.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatoria: Senador Efraim Morais.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, DE 2008
TERMINATIVO

Altera o caput do artigo 60 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, para reduzir de dez para cinco anos consecutivos o tempo previsto para caracterizar a inatividade da empresa.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1 e 2 – CCJ.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Romero Jucá.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
ADENDO AO PARECER DA CCJ AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2009
TERMINATIVO

Acrescenta à Lei nº 8.868, de 10 de novembro de 1999, o Capítulo II-A, que estabelece a disciplina processual da ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
Autoria do Projeto: Deputado Flávio Dino.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Parecer: Pela aprovação da matéria, retirando a Emenda nº 1 - CCJ.

Resultado: A Comissão ratifica a aprovação do Projeto, retirando a Emenda nº 1 – CCJ aprovada na reunião do dia 02.09.2009, em resposta à consulta constante do Ofício nº 1949/2009, do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 101, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 90, incisos II e V do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2004, que "Altera o artigo da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que 'dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências', para permitir a utilização do trabalho temporário na área rural", com os seguintes convidados: representante da **Associação Nacional dos Magistrados do Brasil – ANAMATRA;** representante da **Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT;** representante do **Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;** representante da **Confederação Nacional da Agricultura – CNA;** e representante da **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.**
Autoria: Senadora Ideli Salvatti.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 102, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 90, incisos II e V do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, que "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena, com os seguintes convidados: senhora **Maria Thereza Rocha de Assis Moura,** Ministra do STJ; senhor **Nagashi Furukawa,** ex-Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo; senhor **Miguel Reale Júnior,** ex-Ministro da Justiça; e senhor **Sérgio Salomão Shecaira,** Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.
Autoria: Senadora Ideli Salvatti.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 103, DE 2009 – CCJ

Em aditamento ao Requerimento nº 98, de 2009 – CCJ, que requer a realização de Audiência Pública para debater a constitucionalidade do Pré-Sal, solicito a inclusão dos seguintes convidados: senhor **Adriano Pires,** Membro Fundador e Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura – CBIE, Professor da UFR, D.Sc. em Economia Industrial pela Universidade Paris XIII e Economista pela UFRJ; e senhor **Ives Gandra Martins,** Advogado, Doutor em Direito, Professor emérito das Universidades Mackenzie, UNIFMU e da Escola de Comando e Estado Maior do Exército e Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.
Autoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 104, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos regimentais, e, em aditamento ao Requerimento nº 101, de 2009, de iniciativa da Senadora Ideli Salvatti, para que sejam acrescentados à lista de convidados os nomes abaixo relacionados para participar de audiência pública, com a finalidade de analisar e discutir o Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2004, para permitir a utilização do trabalho temporário na área rural; representante da **Sociedade Rural Brasileira – SRB;** representante da **Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB;** e representante da **União da Indústria de cana-de-açúcar – ÚNICA.**
Autoria: Senadores Kátia Abreu e Antônio Carlos Júnior.
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE
(17.09.09)

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e

de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta Lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a de Educação, Cultura e Esporte, cabendo a última a decisão terminativa.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 51, de 2009 – CCJ.
Autoria: Senador Augusto Botelho.
Autoria do Projeto: Senador Gerson Camata.
Relatoria: Senador Augusto Botelho.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2000, que exclui de ilicitude a ortotanásia (Altera o Código Penal).

CONVIDADOS:

Senhor **Aristóteles Dutra de Araújo Atheniense,** Advogado;
Senhor **Edson de Oliveira Andrade,** Presidente do Conselho Federal de Medicina;
Senhor **Paulo Silveira Martins Leão Júnior,** Presidente da União dos Juristas católicos do Rio de Janeiro, representando o Padre **Luiz Antônio Bento**, da Comissão Episcopal Pastoral para a vida e a família – CNBB;
Senhor **Volnei Garrafa,** Professor de Bioética da UnB.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E A DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 24 e 37, de 2009 – CRA, 17, de 2009 – CCT, 49, de 2009 – CMA e 72, de 2009 – CCJ e aditamento.
Autoria: Senadores Gilberto Goellner, Kátia Abreu, Cícero Lucena, Renato Casagrande, Jayme Campos e Antônio Carlos Júnior.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves.

CONVIDADOS:

Senhor **Flávio Vieira Meirelles,** Doutor em Genética, Professor da USP e membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNbio;
Senhor **Rodolfo Rumpf,** Doutor em Veterinária, Pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNbio;
Senhora **Beronete Barros de Freitas Araújo,** Chefe da Divisão de Fiscalização de Material Genético Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
Senhor **Carlos Cristo,** Secretário Interino de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; e
Senhora **Cosette Barrabas Xavier da Silva,** Diretora Substituta da Diretoria de Biodiversidade e Florestas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 101 e 104, de 2009 – CCJ.
Autoria: Senadores Ideli Salvatti, Antônio Carlos Júnior e Kátia Abreu.
Autoria do Projeto: Senador Ramez Tebet.

Relatoria: Senadora Kátia Abreu.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 171, de 1974, que altera o artigo da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que "dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências", para permitir a utilização do trabalho temporário na área rural.

CONVIDADOS:

Senhora **Débora Tito Farias,** Procuradora do Trabalho, representante do senhor **Fábio Leal Cardoso,** Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT;
Senhor **Antônio Lucas,** Diretor de Assalariados Rurais da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, representante do senhor **Alberto Ercílio Broch,** Presidente da CONTAG;
Senhor **Marcelo Gonçalves Campos,** Assessor da Secretaria de Inspeção no Trabalho, representando do senhor **Carlos Lupi,** Ministro de Estado do Trabalho e Emprego – MTE;
Senhor **Ary Faria Marimon Filho,** Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados do Brasil da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, representante do senhor **Luciano Athayde Chaves,** Presidente da ANAMATRA;
Senhor **Henrique Willian Bego Soares,** Consultor da Confederação nacional de Agricultura – CNA;
Senhor **Adriano Campos Alves,** Assessor Jurídico da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, representante do senhor **Márcio Lopes de Freitas,** Presidente da OCB.

JUSTIFICARAM AUSÊNCIA

Senhor **Cesário Ramalho da Silva,** Presidente da Sociedade Rural Brasileira; e
Senhor **Marcos Sawaya Jank,** Presidente da União da Indústria de Cana-de-Açucar e representante Técnico do PDT para acompanhamento do Desenvolvimento dos Sistemas Eleitorais desde 2000.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 e 24 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE
(23.09.09)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2008
TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.
Autoria: Senador Romeu Tuma.
Relatoria "ad hoc": Senador Pedro Simon.
Obs: Não foram oferecidas emendas durante a discussão suplementar.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2009
(PL. nº 3.428, de 2008 na origem)
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e à Fundação Nacional do Índio – FUNAI.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Tasso Jereissati.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a revisão do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do artigo 48 da Constituição Federal.
Autoria: Supremo Tribunal Federal.
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a revisão do subsídio do Procurador-Geral da República, referido no inciso XI do artigo 37 e no § 4º do artigo 39, combinado com o § 2º do artigo 127 e a alínea "c" do inciso I do § 5º do artigo 128, todos da Constituição Federal.
Autoria: Ministério Público da União.
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, DE 2003
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para adicionar novos crimes antecedentes e novas pessoas físicas e jurídicas obrigadas a comunicar operações suspeitas, assim como para criar procedimento penal próprio para os crimes de lavagem de dinheiro.
Autoria: Senador Gerson Camata.
Relatoria: Senador Romeu Tuma.
Parecer: Pela aprovação da matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2005 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o artigo 72-A, que limita os gastos com publicidade oficial.
Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior.
Relatoria "ad hoc": Senador Wellington Salgado de Oliveira.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, DE 2005 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta a Seção IV e respectivos artigos ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de estabelecer um teto para os gastos com a contratação de serviços de propaganda e publicidade.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria "ad hoc": Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Parecer: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2005 – Complementar, e pela rejeição do PLS nº 336, de 2005 – Complementar que tramita em conjunto.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2005 – Complementar, e pela rejeição do PLS 248, de 2005 – Complementar.

ITEM Nº 07
PROJETO DE RESOLUÇÃO "SF" Nº 38, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre limite temporal para o exercício das funções comissionadas de Diretor-Geral do Senado Federal, demais Diretores e dá outras providências.
Autoria: Supremo Aloizio Mercadante.
Relatoria: Senador Tasso Jereissati.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai à Comissão Diretora.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002
(PL. 01670, de 1999 na origem)
NÃO TERMINATIVO

Proíbe a utilização do jateamento de areia a seco, determina prazo para mudança tecnológica nas empresas que utilizam este procedimento e dá outras providências.
Autoria: Deputado Carlito Merss.
Relatoria "ad hoc": Senador Valter Pereira.
Parecer: Favorável à matéria, com a Emenda nº 1 – CAS (substitutivo).
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CAS/CCJ (substitutivo).

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2007
(PL. 06862, de 2006 na origem)
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta § 3º ao artigo 184 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Dispõe sobre a contagem de prazos nos casos de intimação do advogado pela imprensa).
Autoria: Deputada Sandra Rosado.
Relatoria "ad hoc": Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para estender o benefício da redução de pena aos condenados presos que colaborarem com investigação policial ou processo criminal.
Autoria: Senador Gerson Camata.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Valadares.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado a Declaração de Prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2007
TERMINATIVO

Altera o artigo 4º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, que regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade, para incluir as alíneas "j", "i" e "m".
Autoria: Senador Demóstenes Torres.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Parecer: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, DE 2007
TERMINATIVO

Autoriza a União criar a Escola Nacional de Segurança Pública e Proteção Social.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de publicação pela Administração Pública, no sitio eletrônico oficial, das respectivas compras, editais de licitação, situações de dispensa e inexigibilidade, instrumentos de contrato e aditamentos, bem como da intimação de determinado atos da Administração sujeitos a recurso.
Autoria: Senador Demóstenes Torres.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 105, DE 2009 – CCJ

De acordo com o que preceitua o artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso V e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e que seja convidada a ela comparecer a senhora **Yoani Sanchez,** escritora e blogueira cubana, autora do livro "De Cuba, Com Carinho", que será lançado no Brasil pela Editora Contexto, no mês de outubro próximo.
Autoria: Senador Demóstenes Torres.
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE
(24.09.09)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 20, de 2009 – CCJ.
Autoria: Senadores Aloizio Mercadante, Renato Casagrande e Marconi Perillo.
Autoria das Propostas: Senadores Jefferson Peres, Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador Pedro Simon.
Assunto: Instruir as Propostas de Emenda à Constituição nºs. 82, de 2003 e 73, de 2005, que "Altera os artigos 28, 29, 32, 55 e 82 da Constituição, para prever o plebiscito de confirmação de mandato dos representantes do povo eleitos em pleito majoritário"; e "Altera dispositivos dos artigos 14 e 49 da Constituição Federal e acrescenta o artigo 14-A, (institui o referendo revocatório do mandato de Presidente da República e de Congressistas).

CONVIDADOS:

Senhor **Paulo Kramer,** Cientista Político e Professor da UnB;
Senhor **João Baptista Herkenhoff,** Juiz de Direito e Professor da UFES;
Senhor **Fábio Konder Comparato,** Professor Titular da USP.

JUSTIFICARAM AUSÊNCIA

Senhor **Murilo Aragão,** Cientista Político; e
Senhor **Dalmo Dallari,** Professor.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO E 1º DE OUTUBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE
(30.09.09)

ITEM Nº 01
MENSAGEM "SF" Nº 185, DE 2009
(Mensagem nº 00762, de 2009 na origem)
NÃO TERMINATIVO

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso III, alínea "b", e do artigo 73, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, o nome do senhor **José Antônio Dias Toffoli,** para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Francisco Dornelles.
Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação do senhor José Antônio Dias Toffoli, com 20 votos SIM e 3 votos NÃO.

ITEM Nº 02
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, DE 2003
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para adicionar novos crimes antecedentes e novas pessoas físicas e jurídicas obrigadas a comunicar operações suspeitas, assim como para criar procedimento penal próprio para os crimes de lavagem de dinheiro.
Autoria: Senador Gerson Camata.
Relatoria: Senador Romeu Tuma.
Obs: Não foram oferecidas emendas durante a discussão suplementar.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes..
Autoria: Comissão Parlamenta de Inquérito – Pedofilia (SF).
Relatoria: Senador Aloizio Mercadante.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão o relator oferece uma emenda.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 179, DE 2009
(PL. nº 02879, de 2008 na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura., em decisão terminativa.

TOTAL DE REUNIÕES: 09

05 Ordinárias – Deliberativa.
01 Conjunta – Deliberativa.
01 Extraordinária – Audiência Pública.
02 Conjuntas – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 112

06 Projetos de Lei da Câmara (terminativo).
10 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
18 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
14 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
03 Propostas de Emenda à Constituição (não terminativo).
02 Projetos de Resolução "SF" (não terminativo).
01 Mensagem "SF" (não terminativo).
02 Substitutivos da Câmara (não terminativo).
05 Requerimentos "SF" (não terminativo).
02 Diversos (não terminativo).
01 Consulta (não terminativo).
02 Turnos Suplementar (terminativo).
01 Questão de Ordem (não terminativo).
33 Emendas – CCJ.
12 Requerimentos – CCJ.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senador FLÁVIO ARNS.
Vice Presidente: Senadora MARISA SERRANO.

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPELEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o inciso IV ao § 4º, do artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de Educação à Distância.
Autoria: Senador Hélio Costa.
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Obs: Não foram oferecidas emendas na discussão suplementar.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares.
Autoria: Deputado Luiz Bittencourt.
Relatoria "ad hoc": Senador Gerson Camata.
Parecer: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão foram apresentadas duas emendas de autoria do Senador Flávio Arns, que foram acatadas pelo relator.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 – CE. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE RESOLUÇÃO "SF" Nº 2, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Cria o Programa Jovem Brasileiro no Senado Federal.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Gerson Camata.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Designa como Dia da Inovação o dia 19 de outubro.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 520, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra e altera o artigo 1º da Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, com redação dada pela Lei nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002, para declarar feriado nacional o dia 20 de novembro.
Autoria: Cãmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatoria: Senador Heráclito Fortes.
Parecer: Favorável ao artigo 1º e pela rejeição dos artigos 2º e 3º do Substitutivo.
Resultado: Aprovado o Parecer.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 31, DE 2009 – CE

Requeiro nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do senhor **Carlos Alberto Menezes Direito,** Ministro do Supremo Tribunal Federal, ocorrido no dia 1º de setembro de 2009, no Rio de Janeiro (RJ) a ser encaminhado à família do falecido e aos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Pelos serviços prestados à Justiça, à Política e à Sociedade Brasileira, o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito faz jus à homenagem póstuma que ora propomos.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 26, de 2009 – CE.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Autoria do Projeto: Deputada Nice Lobão.
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2008, que "Dispõe sobre o Patrimônio Cultural Subaquático Brasileiro e revoga os artigo 20 e 21 da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, com a redação dada pela Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000.

CONVIDADOS:

Senhor **Dalmo Vieira Filho,** Diretor de Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN do Ministério da Cultura;
Senhora **Simone de Sousa Mesquita,** Arqueóloga do Museu Nacional do Rio de Janeiro;
Senhor **Gilson Rambelli,** Vice-Presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB;
Senhor **Estevão Campelo,** Engenheiro de Pesca, Consultor e Pesquisador da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE;
Senhora **Lilian Schaefer,** Advogada Especialista em Direito Marítimo e Portuário – Rio de Janeiro;
Comandante **Tomé Albertino de S. Machado,** representante da Marinha.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2009 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 44, de 2009 – CCJ e 13, de 2009 – CE.
Autoria: Senadores Tasso Jereissati, Adelmir Santana, Flávio Arns e Marisa Serrano.
Autoria da Proposta de Emenda à Constituição: Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador Adelmir Santana.
Assunto: Instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2005, que "Altera os artigos 206, 208, 210 e 212, da Constituição Federal, e acrescenta o artigo 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a nacionalização e a qualidade da educação básica.

CONVIDADOS:

Senhor **Raimundo Moacir Feitosa,** Dirigente Municipal de Educação de São Luis/MA e Vice-Presidente da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, representando o senhor **Carlos Eduardo Sanches,** Presidente da UNDIME.

JUSTIFICARAM AUSÊNCIA

Senhora **Maria Auxiliadora Seabra Rezende,** Presidenta do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação – CONSED; e
Senhor **Naércio Aquino Menezes Filho,** Professor Titular do IBMEC São Paulo, Professor Associado da Universidade de São Paulo, Diretor de Pesquisa do Instituto Futuro do Brasil e Consultor da Fundação Itaú Social.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para ampliar o limite de dedução dos gastos com educação da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.
Autoria: Senador Raimundo Colombo.
Relatoria "ad hoc": Senador Adelmir Santana.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Concede isenção da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) às instituições de ensino e pesquisa privadas.
Autoria: Senador Francisco Dornelles.
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Parecer: Favorável à matéria, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivo ao artigo 158 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória aprendizagem noturna.
Autoria: Deputado Celso Russomanno.
Relatoria: Senador Paulo Paim.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2009 – CE

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com a finalidade de analisar e discutir o motivo pelo qual as escolas localizadas na área rural não são submetidas às avaliações aplicadas pelo Instituto Nacional de Estados e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, do Ministério da Educação – MEC, no tocante à avaliação da prova Brasil, acarretando, conseqüentemente, distorções no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, na medida em que a média de desempenho da prova Brasil e um dos subsídios para o cálculo do índice. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: Professor **Reynaldo Fernandes,** Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC; Professora **Maria Auxiliadora Seabra Resende,** Secretária de Estado da Educação e Cultura de Tocantins e Presidenta do Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSED (Região Norte); Professor **Carlos Eduardo Sanches,** Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; e Professora **Maria do Carmo Brant Carvalho,** Superintendente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC/São Paulo.
Autoria: Senadores Kátia Abreu e Adelmir Santana.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 30, DE 2009 – CE

Requeiro nos termos regimentais, e, em aditamento ao Requerimento nº 30, de 2009 – CE, de minha autoria, seja acrescentado à lista de convidados os nomes abaixo relacionados para participar de Audiência Pública, com a finalidade de analisar e discutir o problema do descredenciamento dos cursos à distância oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS: senhora **Josi Nunes,** Deputada Estadual e Líder do Governo na Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins; senhor **Marcello Lélis,** Deputado Estadual e Líder da Oposição na Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins.
Autoria: Senadores Kátia Abreu e Adelmir Santana.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 34, DE 2009 – CE

De acordo com o que preceitua os artigos 90, incisos II e V e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para discutir o tema "Primeira Infância e Cultura da Paz".
Autoria: Senadores Cristovam Buarque, Rosalba Ciarlini e Flávio Arns.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 01
ADITAMENTO Nº 02 AO REQUERIMENTO Nº 30, DE 2009 – CE

Requeiro nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 30, de 2009 – CE, que propõe a realização de audiência pública para analisar e discutir o problema enfrentado por estudantes de graduação de todo o País, matriculados nos cursos à distância oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS, cujos cursos foram descredenciados junto ao Ministério da Educação – MEC, e quais soluções para resolver o impasse, aprovado por esta Comissão em 25 de agosto de 2009, para que seja incluída entre os convidados da audiência pública a senhora **Nilmar Ruiz,** Deputada Federal – DEM/TO, Vice-Presidenta da Frente Parlamentar de Apoio à Educação a Distância da Câmara dos Deputados.
Autoria: Senadores Leomar Quintanilha e Cristovam Buarque.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2009 – CE.
Autoria: Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim e Inácio Arruda.
Assunto: Debate sobre a implantação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

CONVIDADOS:

Senhor **Paulo César Pereira,** Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás;
Senhora **Tânia Maria Barbosa Guerra,** Diretora do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – SINASEFE; e
Senhor **Luiz Augusto Caldas Pereira,** Diretor de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2009 – CE

Requeiro nos termos do artigo 154, inciso III, § 5º combinado com o artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Solene Especial do Senado Federal, no dia 15 de setembro de 2009, destinada a comemorar o Centenário da Rede Educação Profissional e Tecnológica, composta pelos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica – CEFETs, Institutos Federais de Educação, entre outras instituições de educação profissional.
Autoria: Senador Augusto Botelho.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a interrupção do estágio da estudante grávida.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria: Senador Augusto Botelho.
Parecer: Favorável à matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CE (substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 384, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios às pessoas jurídicas que adquirirem livros técnico-profissionalizantes relacionados ao respectivo objeto social da empresa e os distribuírem, gratuitamente, ao seu corpo funcional e à comunidade onde a empresa está localizada.
Autoria: Senador Romeu Tuma.
Relatoria "ad hoc": Senador Raimundo Colombo.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CE. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o Programa Especial de Treinamento – PET e dá outras providências.
Autoria: Deputado Inácio Arruda e outros Senhores Deputados.
Relatoria: Senador Paulo Paim.
Parecer: pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 726, DE 2007
TERMINATIVO

Altera o nome do Aeroporto Internacional de Boa Vista, no Estado de Roraima.
Autoria: Senador Romero Jucá.
Relatoria: Senador Augusto Botelho.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto (artigo 334 RISF).

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 434, DE 2008
TERMINATIVO

Denomina Rodovia Senador José Coelho o trecho da Rodovia BR-407 compreendido entre as localidades de Petrolina e Afrânio, no Estado de Pernambuco.
Autoria: Senador Marco Maciel.
Relatoria "ad hoc": Senador Papaléo Paes.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Viaduto Henrique Santillo o Viaduto localizado no entroncamento da BR-060 com a BR-153, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.
Autoria: Senador Demóstenes Torres.
Relatoria "ad hoc": Senador Papaléo Paes.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2009
TERMINATIVO

Dá denominação a viadutos da BR-232 localizados no perímetro urbano da cidade de Bezerros, no Estado de Pernambuco.
Autoria: Deputado Inocêncio Oliveira.
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Ferrovia Dorival Roriz Guedes Coelho o trecho da ferrovia Norte-Sul situado no Estado do Tocantins.
Autoria: Senadora Kátia Abreu.
Relatoria: Senador Leomar Quintanilha.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 440, DE 2008
TERMINATIVO

Denomina Rodovia Francisco Nogueira o trecho da BR-319 compreendido entre a cidade de Manaus e o Rio Tupunã, no Estado do Amazonas.
Autoria: Senador João Pedro.
Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.875, de 25 de novembro de 1999, para dar a denominação suplementar Rodovia Ulysses Guimarães, trecho Carlos Joffre do Amaral ao trecho que menciona da Rodovia BR-282.
Autoria: Deputado Fernando Coruja.
Relatoria: Senador Raimundo Colombo.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.875, de 25 de novembro de 1999, para dispor sobre a denominação suplementar trecho José Paschoal Baggio do trecho que menciona da Rodovia BR-282.
Autoria: Deputado Fernando Coruja.
Relatoria: Senador Raimundo Colombo.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a inclusão facultativa do Ensino do Esperanto no Ensino Médio.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2 – CE.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2009 – CE

Nos termos do inciso II do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para debater sobre o acordo ortográfico da Língua Portuguesa, assinado recentemente pelo Brasil. Deverão ser convidados para o debate os professores e os representantes das entidades nominadas a seguir, sem prejuízo da expedição de outros convites, a critério dos membros da Comissão: Professor **Evanildo Bechara,** representante da Academia Brasileira de Letras – ABL; Professor **Ernani Pimentel,** representante Brasileiro na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP; representante da **Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED;** representante do **Conselho Nacional de Educação – CNE;** Jornalista **Mauricio Azedo,** Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; e Professor **Leodegário Amarante de Azevedo Filho,** Presidente da Associação Brasileira de Filologia.
Autoria: Senadores Marisa Serrano e Augusto Botelho.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 36, DE 2009 – CE

Requeremos nos termos regimentais a realização do Seminário "Dia e Semana Nacional da Leitura", a ser realizado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em parceria com o Instituto Ecofuturo, vinculado ao Grupo Suzano Holding.
Autoria: Senadores Flávio Arns e Cristovam Buarque.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 37, DE 2009 – CE

Requeremos nos termos regimentais a realização de Seminário destinado a debater a inclusão e o respeito à diversidade nas escolas, abrangendo as seguintes questões: "Étnico Racial"; "Orientação Sexual"; "Sócio-Economica"; "Necessidades Especiais"; e "Gênero e Territorialidade". Para uma abrangência e aprofundamento maior dos temas, sugiro que o Seminário seja realizado em três sessões.
Autoria: Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Fátima Cleide e Flávio Arns.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 38, DE 2009 – CE

Requeiro nos termos regimentais, a realização de uma conferência para debater o Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2005, que autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade Regional de Blumenau, mediante sua transformação na Universidade Federal de Blumenau, com a presença dos seguintes convidados, e com a possibilidade de ser realizada em Blumenau – SC: representante do **Ministério da Educação;** Professor **Eduardo Deschamps,** Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB; Professor **Valmor Schiochet,** representante do Movimento Pró Federalização da FURB; representante do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Blumenau;** e representante da **Universidade Federal de Santa Catarina.**
Autoria: Senadores Ideli Salvatti e Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 39, DE 2009 – CE

Requeremos, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE, a realizar-se no dia 12 de novembro de 2009, com as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT; de Serviços de Infraestrutura – CI; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; de Agricultura e Reforma Agrária – CRA; e a de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE destinada a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com os seguintes convidados: senhor **Vicent Defourny,** representante da UNESCO no Brasil; senhor **Marco Antônio Raupp,** Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; senhor **Jacob Palis Júnior,** Presidente da Academia Brasileira de Ciências – ABC; e representante de renome da **Comunidade Acadêmico-Científica.**
Autoria: Senadores Flávio Arns.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 31, DE 2009 – CE

Requeiro nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 31, de 2009 – CE, que propõe a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 698, de 2007, que cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a expansão da Rede Física – PRONEI, dispõe sobre financiamento para construir e equipar unidades de Ensino Infantil altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências, aprovado por esta Comissão em 1º de setembro de 2009, para que seja retirado o nome do representante do Ministério das Cidades, visto que os questionamentos referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS serão contemplados com o convite feito ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, incluindo o convidado **Antônio Carlos Figueiredo Nardi,** Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS, uma vez que o Projeto de Lei atribui às Secretarias Municipais de Saúde papel relevante no desenvolvimento de atividades educativas e de fiscalização dos recursos investidos no PRONEI.
Autoria: Senadores Rosalba Ciarlini e Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
ADITAMENTO Nº 03 AO REQUERIMENTO Nº 30, DE 2009 – CE

Requeiro nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 30, de 2009 – CE, que propõe a realização de audiência pública para analisar e discutir o problema enfrentado por estudantes de graduação de todo o País, matriculados nos cursos à distância oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS, cujos cursos foram descredenciados junto ao Ministério da Educação – MEC, e quais soluções para resolver o impasse, aprovado por esta Comissão em 25 de agosto de 2009, para que seja incluído entre os convidados da audiência pública o professor **Joran Oliveira Barros Júnior,** representante dos Docentes da Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS.
Autoria: Senadores Sérgio Zambiasi e Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 30, de 2009 – CE e aditamentos.
Autoria: Senadores Kátia Abreu, Leomar Quintanilha, Adelmir Santana, Cristovam Buarque, Sérgio Zambiasi e Paulo Paim.
Assunto: Debate sobre o problema enfrentado pelos estudantes de graduação de todo o País, matriculados nos cursos à distância oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS.

CONVIDADOS:

Deputada Federal **Nilmar Ruiz,** Vice-Presidenta da Frente Parlamentar de Apoio à Educação a Distância da Câmara dos Deputados;
Professor **Joran Oliveira Barros Júnior,** representante do Movimento Pró-Unitins;
Senhor **Carlos Eduardo Bielschowsky,** Secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação – SEED/MEC;
Senador **Leomar Quintanilha,** representante da Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS; e
Senhora **Ludmila Fernandes da Silva Ribeiro,** Procuradora da República.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, DE 2009
TERMINATIVO

Institui o Ato Olímpico, no âmbito da Administração Pública Federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e de estabelecer regras especais para a sua realização, condicionada a aplicação desta Lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador Inácio Arruda.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2008
TERMINATIVO

Insere inciso VIII no artigo 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir, entre as finalidades da Educação Superior, seu envolvimento com a Educação Básica.
Autoria: Cristovam Buarque.
Relatoria "ad hoc": Senador Adelmir Santana.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Suspende os procedimentos de seleção para o acesso ao corpo discente das Faculdades de Direito, nos casos previstos. (Faculdades cujos diplomados não alcançarem 10% de aprovação nos exames da OAB).
Autoria: Deputado Lincoln Portela.
Relatoria: Senador Gerson Camata.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2009
TERMINATIVO

Institui o Dia da Legalidade no calendário oficial brasileiro.
Autoria: Deputado Pompeo de Mattos.
Relatoria "ad hoc": Senador Romeu Tuma.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2009
TERMINATIVO

Confere ao Município de Não-Me-Toque, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional da Agricultura de Precisão.
Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze.
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 31, de 2009 – CE e aditamento.
Autoria: Senadores Rosalba Ciarlini e Paulo Paim.
Autoria do Projeto: Senadora Patrícia Saboya.
Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 698, de 2007, que cria o Programa Nacional de Educação Infantil, para a expansão da Rede Física (PRONEI), dispõe sobre financiamento para construir e equipar unidades de Ensino Infantil, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e dá outras providências.

CONVIDADOS:

Senhor **Carlos Eduardo Sanches,** Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME;
Senhor **Tiago Lippold Radunz,** Coordenador Geral de Infraestrutura em Educação Infantil do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação – MEC;
Senhora **Maria de Fátima Guerra de Sousa,** Professora Especialista em Educação Infantil da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília UnB; e
Senhora **Denise Rinehart,** Coordenadora do Núcleo de Participação e Controle Social do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 638, DE 2007
TERMINATIVO

Insere o artigo 59-A na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a capacitação de profissionais da Educação Básica na identificação de efeitos decorrentes de maus-tratos e de abuso sexual praticados contra crianças e adolescentes.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senadora Fátima Cleide.
Parecer: Pela aprovação da matéria e das Emendas nº 1 e 2 – CDH.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2 – CDH/CE.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2009
TERMINATIVO

Proíbe que uma mesma pessoa ocupe 2 (duas) vagas simultaneamente em instituições públicas de Ensino Superior.
Autoria: Deputado Maurício Rands.
Relatoria: Senador Augusto Botelho.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2009
TERMINATIVO

Inclui o ensino obrigatório de Geriatria, nos cursos de medicina, com carga horário não inferior a 120 horas.
Autoria: Senador José Agripino.
Relatoria: Senadora Marisa Serrano.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional do Vinho, a ser comemorado no primeiro domingo do mês de junho.
Autoria: Deputado Paulo Pimenta.
Relatoria "ad hoc": Senador Osvaldo Sobrinho.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional do Vinho, a ser comemorado no primeiro domingo do mês de junho.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatoria "ad hoc": Senador Osvaldo Sobrinho.
Parecer: Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2008, com uma emenda que apresenta; e pela prejudicialidade do PLS nº 189, de 2004, que tramita em conjunto.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao PLC 147, de 2008 com a Emenda nº 1 – CE; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2004.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional da Cultura Hip-Hop.
Autoria: Deputado Jovair Arantes.
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 40, DE 2009 - CE

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte realize Audiência Pública , no dia 15 de setembro de 2009, para discutir os efeitos da Portaria MEC nº 788 de 2009, que reduziu a previsão de receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB, tendo como desdobramento imediato a redução em 9,53% do custo-aluno nacional e reduções de todos os valores recebidos por Estados e Municípios. Requeiro que para a referida audiência pública sejam convidadas as seguintes autoridades: senhor **Guido Mantega,** Ministro de Estado da Fazenda; senhor **Fernando Haddad,** Ministro de Estado da Educação; senhor **Carlos Eduardo Sanches,** Presidente da União Nacional dos Dirigentes da Educação Municipal – UNDIME; e senhora **Maria Auxiliadora Seabra Rezende,** Presidenta do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação – CONSED.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 40, DE 2009 - CE

Em aditamento ao Requerimento nº 40, de 2009, e tendo em vista a pertinência da matéria à CAE, requeiro seja realizada, por esta Comissão, em conjunto com a CAE, a audiência pública para discutir os efeitos da Portaria MEC nº 788 de 2009, que reduziu a previsão de receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB, tendo como desdobramento imediato a redução em 9,53% do custo-aluno nacional e reduções de todos os valores recebidos por Estados e Municípios.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 28, DE 2009 - CE

Requeiro nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 28, de 2009, que propõe a realização de Audiência Pública destinada a debater e buscar soluções sobre a questão do excessivo endividamento e a alta taxa de inadimplência, por parte dos estudantes, do pagamento das parcelas contratuais por esta

Comissão em 11 de agosto do corrente, para que seja incluído o nome da senhora **Mariane Guimarães de Mello Oliveira,** Procuradora da República, entre os participantes da audiência pública.
Autoria: Senadora Marisa Serrano.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 41, DE 2009 - CE

Requer que seja realizado um Painel, com apoio desta Comissão, no Município de Santarém, no Estado do Pará, a fim de instruir a análise de mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 179, de 2009, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, e dá outras providências, que contará com os seguintes convidados: Deputado **Domingos Juvenil,** Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará; senhor **Carlos Maneschy,** Reitor da UFPA; senhor **Sueo Numazawa,** Reitor da UFRA; senhor **Seixas Lourenço,** Presidente da Comissão de Implantação da UFOPA; senhora **Maria do Carmo,** Prefeita de Santarém; Prefeito **Jaime Silva,** Presidente da Associação dos Municípios da Calha Norte – AMUCAN; Prefeito **Roselito Soares,** Presidente da Associação dos Municípios da Transamazônica – AMUT; senhor **Olavo das Neves,** Presidente da Associação Comercial de Santarém; e Vereador **José Maria Tapajós,** Presidente da Câmara Municipal de Santarém.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2009 – CE e aditamento.
Autoria: Senadores Pedro Simon e Marisa Serrano.
Assunto: Debate sobre a questão do excessivo endividamento e a alta taxa de inadimplência, por parte dos estudantes do pagamento das parcelas contratuais no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil – FIES.

CONVIDADOS:

Senhora **Paula Branco de Mello,** Diretora de Políticas e Programas de Graduação da Educação Superior – DIPES do Ministério da Educação;

Senhor **Daniel Iliescu,** Diretor de Relações Internacionais da União Nacional dos Estudantes – UNE;
Senhora **Mariane Guimarães de Mello Oliveira,** Procuradora Regional Substituta dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República no Estado de Goiás;
Senhor **Jorge Pedro de Lima Filho,** Gerente Nacional de Aplicação Pessoa Física Renda Básica da Caixa Econômica Federal.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 11

05 Ordinárias – Deliberativa.
05 Extraordinárias – Audiência Pública.
01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 62

09 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
05 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
06 Projetos de Lei da Cãmara (terminativo).
08 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
01 Projeto de Resolução "SF" (não terminativo).
01 Substitutivo da Câmara dos Deputados (não terminativo).
01 Turno Suplementar (terminativo).
14 Emendas – CE.
11 Requerimentos CE.
06 Aditamentos – CE.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador RENATO CASAGRANDE
Vice Presidente: Senador CÍCERO LUCENA

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE
(1º.09.09)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 67, DE 2009 – CMA

Requer nos termos do artigo 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, que sejam convidados os seguintes representantes das instituições envolvidas nas obras em torno da conclusão da BR-319, que liga as cidades de Porto Velho (RO) e Manaus (AM), afim de que possam prestar esclarecimentos sobre o atraso no asfaltamento da referida rodovia: senhor **Eduardo Braga,** Governador do Estado do Amazonas; senhor **Ivo Cassol,** Governador do Estado de Rondônia; senhor **Carlos Minc,** Ministro de Estado do Meio Ambiente; senhor **Alfredo Nascimento,** Ministro de Estado dos Transportes; e senhor **Luiz Antônio Pagot,** Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT.
Autoria: Senadores Jefferson Praia e Cícero Lucena.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao artigo 22 da Lei nº 8.078, de11 de setembro de 1990, e dá outras providências. (diminui para um ano o limite de retroação de débitos, junto a empresas fornecedoras).
Autoria: Deputado Walter Pinheiro.
Relatoria: Senador Cícero Lucena.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CMA (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 68, DE 2009 – CMA

Requer, com base no artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com a participação do senhor **Guilherme Cassel,** Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, a fim de prestar informações acerca do repasse de recursos do Governo Federal para movimentos sociais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conforme noticiado em reportagem da Revista Veja, edição nº 2128, com o título "Por Dentro do Cofre do MST".
Autoria: Senadora Marisa Serrano.
Resultado: Aprovado como audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, convidando, também, representantes do Tribunal de Constas da União, Controladoria Geral da União e Receita Federal.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 8 e 12, de 2009 – CMA
Autoria: Senador Gilberto Goellner.
Autoria do Projeto: Senador Expedito Júnior.
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Assunto: Instrução do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária.

CONVIDADOS:

Senhor **Roberto Vizentin,** Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Territorial Sustentável, representando o Ministério do Meio Ambiente – MMA;
Senhor **Luiz Carlos Balbino,** representando a **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;**

Senhor **José Manoel Caixeta Haum,** Presidente da Comissão de Pecuária e Corte da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás – FAEG e membro da Comissão Pecuária e Corte da Confederação Nacional de Agricultura – CNA;
Senhor **Alysson Paolinelli,** representante do **Grupo Campo;** e
Senhor **Brent Millikan,** representante dos **Amigos da Terra.**
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 70, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, em data a ser definida, com o objetivo de debater junto aos diversos setores da sociedade e do governo envolvidos, os termos do Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, com os seguintes convidados: senhor **Jorge Yunes,** Presidente da Associação Brasileira de Livros – ABRELIVROS; senhor **André Vilhena,** Diretor do Compromisso Empresarial com a Reciclagem – CEMPRE; senhor **Manuel Lúcio Padrecca,** Diretor da Associação Nacional dos Aparistas – ANAP; senhora **Elizabeth de Carvalhaes,** Presidenta da Associação Brasileira de Celulose Papel – BRACELPA; e
Senhor **Rafael Torino,** Diretor de Ações Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.
Autoria: Senador Cícero Lucena.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 8, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 8, de 2009 – CMA, que além dos convidados já aprovados, seja também convidado o senhor **Brent Millikan.**
Autoria: Senadora Marina Silva.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 71, DE 2009 – CMA

Requer nos termos do disposto no artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, a realizar-se no dia 12 de novembro de 2009 em conjunta com as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, de Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, de Serviços de Infraestrutura – CI, de Agricultura e Reforma Agrária – CRA e a de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, destinada a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com os seguintes convidados: senhor **Vincent Defourny,** representante da UNESCO do Brasil; senhor **Marco Antônio Raupp,** Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; senhor **Jacob Palis Júnior,** Presidente da Academia Brasileira de Ciências – ABC; e representante de renome da **Comunidade Acadêmico-Científica.**
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 72, DE 2009 – CMA

Requer nos termos regimentais, que seja designada uma comissão para representar a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle na 15ª Conferência das Partes sobre o Clima COP-15, que será realizada no período de 7 a 18 de dezembro de 2009, na cidade de Copenhague, Dinamarca.
Autoria: Senadores Fátima Cleide, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 73, DE 2009 – CMA

Requer nos termos do artigo 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, que seja aprofundado o conhecimento desta Comissão sobre o parâmetro de preços utilizados para as obras públicas, e que sejam convidados os representantes das seguintes instituições: representante da **Caixa Econômica Federal,** responsável pela manutenção e gestão do sistema SINAPI; representante do

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, responsável pela manutenção e gestão do SICRO; representante do **Tribunal de Contas da União – TCU,** responsável pelas auditorias e utilização dos sistemas SINAPI e SICRO; e representante da **Controladoria Geral da União – CGU,** responsável pelas auditorias e utilização dos sistemas SDINAPI e SICRO.

Autoria: Senador Jefferson Praia.

Resultado: Aprovado com aditamento do Senador Renato Casagrande para inclusão de representantes da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA e da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção – ABRAMAT.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 74, DE 2009 – CMA

Requer nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, no intuito de debater a experiência brasileira na utilização de energia nuclear nas usinas de Angra I e Angra II, tendo como convidados o senhor **Othon Luiz Pinheiro da Silva,** Diretor Presidente da Eletronuclear; senhor **Altino Ventura Filho,** Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; e senhor **Carlos Minc,** Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Autoria: Senadores João Pedro, Augusto Botelho e Flávio Torres.

Resultado: Aprovado com aditamento do Senador Flexa Ribeiro, para que a audiência pública seja realizada em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 75, DE 2009 – CMA

Requer nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Comissão, Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para regulamentar a propaganda de alimentos. Para tanto, solicito que sejam convidados: Diretor Presidente da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;** Coordenadora-Geral do **Centro de Pesquisa em Alimentação Saudável do Departamento de Nutrição da Faculdade de Ciência da Saúde da Universidade de Brasília – UnB;** Presidente do **Instituto ALANA;** Presidente da **Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA**; Presidente da

Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Promocionais – APPRON; e Presidente da **Associação de Marketing Promocional – AMPRO.**
Autoria: Senadores Gilberto Goellner e Marisa Serrano.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DAS ÁGUAS.

Autoria: Subcomissão Temporária do Fórum das Águas das Américas e Fórum Mundial das Águas.
Relatoria: Senadora Marisa Serrano.
Parecer: Favorável às matérias com as seguintes recomendações: a) **disponibilizar toda a legislação federal, estadual e municipal sobre os recursos hídricos, por meio do Interlegis, de maneira a criar um banco de dados disponível a todos os interessados;** b) **promover um ciclo de debates sobre as deficiências da legislação brasileira sobre a gestão dos recursos hídricos e que terá como resultado a elaboração de projetos de lei e recomendações ao Poder Executivo que tornem nossa legislação mais adequada;** c) **incentivar e participar de iniciativas para a construção do Pacto Federativo entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com o objetivo de estabelecer metas para a implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos e dos órgãos e estruturas que compõem o SNGRH, em especial os Comitês de Bacia;** d) **promover um ciclo de debates no Parlamento do MERCOSUL para discutir as questões referentes às águas fronteiriças, superficiais ou subterrâneas; e**) **harmonizar a legislação das águas transnacionais através do Parlamento do MERCOSUL;** f) **enviar o relatório da Subcomissão aos Presidentes do Senado, da Câmara e aos Parlamentares Estaduais e Câmaras dos Vereadores;** g) **enviar o Relatório ao Parlamento do MERCOSUL;** e h) **encaminhar o Relatório à ANA, sugerindo o seu envio às entidades e organizações que compõem o SNGRH.**
Resultado: Aprovado o Relatório.

ITEM Nº 07
AVISO Nº 38, DE 2002
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 456, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que fundamentam, referente ao Relatório de Auditoria Operacional realizada no Setor Elétrico Brasileiro (Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Centrais Elétricas Brasileiras S/A. – ELETROBRÁS e Câmara de Gestão da Crise de Energia

Elétrica), com o objetivo de identificar as causas da crise de abastecimento no setor elétrico, bem como as possíveis soluções para o setor, no intuito de evitar racionamento de energia nos próximos anos (TC – 005.308/2001-6).
Autoria: Tribunal de Constas da União.
Relatoria "ad hoc": Senador Flexa Ribeiro.
Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 76, DE 2009 – CMA

Requer nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Comissão, Audiência Pública, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2009, de autoria doa Senador Antônio Carlos Valadares, que "Acrescenta artigo 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueio bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento", com a participação de representantes da **Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN;** do **Banco Central do Brasil;** e dos **Consumidores.**
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 566, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para regular a cobrança de anuidades pelo Conselho Federal de Contabilidade.
Autoria: Senador Neuto de Conto.
Autoria da Emenda de Plenário: Senador Eduardo Suplicy.
Autoria do Requerimento de Audiência da CMA: Senador Romero Jucá.
Relatoria "ad hoc": Senador Cícero Lucena.
Parecer: Favorável à matéria com as Emendas nºs. 1, 2, 3 e 4 – CCJ/CAS e nº 5 de Plenário.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1, 2, 3 e 4 – CCJ/CAS/CMA e Emenda nº 5 – PLEN.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Reutilização de Água – FUNREÁGUA.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria "ad hoc": Senador Jefferson Praia.
Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CMA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras.
Autoria: Deputado Fernando Gabeira.
Relatoria "ad hoc": Senadora Marisa Serrano.
Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo).
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ/CMA (substitutivo).

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 77, DE 2009 - CMA

Requer, nos termos do artigo 90, incisos XI a XII, e 215, caput, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no dia 2 de dezembro do corrente ano, de um evento que marque a criação da Rede de Fiscalização e Controle do Poder Legislativo. Para tanto, fica autorizada a Secretaria desta Comissão de Fiscalização e Controle, em parceria com outros órgãos da Casa, a adotar as providências necessárias para o cumprimento desse requerimento.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 78, DE 2009 – CMA

Requer nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, tendo como convidado o senhor **Sérgio Machado Rezende,** Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e a senhora **Bertha Koiffmann Becker,** Professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para debater o livro "Um Projeto para a Amazônia no século 21; desafios e contribuições".
Autoria: Senador João Pedro.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2009, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (SF); DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (CD); FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CD); FICALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE (CD) E A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO (CN)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao disposto no artigo 9º, § 5º da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), determinando que "no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das Comissões Temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços" – 1º Semestre de 2009.

CONVIDADO:

Senhor **Henrique Meirelles,** Presidente do Banco Central do Brasil.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 24 e 37, de 2009 – CRA, 17, de 2009 – CCT, 49, de 2009 – CMA e 72, de 2009 – CCJ e aditamento.
Autoria: Senadores Gilberto Goellner, Kátia Abreu, Cícero Lucena, Renato Casagrande, Jayme Campos e Antônio Carlos Júnior.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves.

CONVIDADOS:

Senhor **Flávio Vieira Meirelles,** Doutor em Genética, Professor da USP e membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNbio;
Senhor **Rodolfo Rumpf,** Doutor em Veterinária, Pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNbio;
Senhora **Beronete Barros de Freitas Araújo,** Chefe da Divisão de Fiscalização de Material Genético Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
Senhor **Carlos Cristo,** Secretário Interino de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; e
Senhora **Cosette Barrabas Xavier da Silva,** Diretora Substituta da Diretoria de Biodiversidade e Florestas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2009, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 66, de 2009 – CMA, 40, de 2009 – CI e 27, de 2009 - CCT e aditamento.
Autoria: Senadores Renato Casagrande, Delcídio Amaral, Wellington Salgado de Oliveira e Flávio Torres.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.

CONVIDADOS:

Senhor **Antônio Augusto Brandão de Aras,** Professor Doutor da Universidade de Brasília – UnB, e representante do Ministério Público Federal junto ao Conselho Administrativo de Direito Econômico – CADE;
Senhor **Ronaldo Mota Sardenberg,** Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;
Senhor **Arthur Sanchez Badin,** Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico – CADE;
Senhor **Tito Amaral de Andrade,** Diretor de Concorrência do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional – IBRAC;
Senhor **Pedro Zanotta,** Presidente da Comissão de Defesa da Concorrência da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP;
Senhor **Bernardo Figueiredo,** representante dos Dirigentes das Agências Reguladoras;
Senhor **João Bosco Leopoldino Fonseca,** membro da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência e da Regulação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil/MG;
Senhora **Mariana Tavares de Araújo,** Secretária da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; e
Senhor **Rutelly Marques da Silva,** Secretário-Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE/MF.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 79, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, destinada a conhecer as medidas já adotadas pelo Senado Federal para solucionar os problemas administrativos e de gestão evidenciados no ano de 2009, bem como as medidas em curso e previstas para assegurar a regularidade dos atos e contratos, reestruturar os planos de carreira, de profissionalização e qualificação de recursos humanos, rever a estrutura administrativa e fortalecer os controles internos, com a participação dos seguintes convidados: Senador **Heráclito Fortes,** Primeiro-Secretário do Senado Federal; e senhor **Haroldo Feitosa Tajra,** Diretor-Geral do Senado Federal.
Autoria: Senadores Renato Casagrande e João Pedro.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 80, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para discutir o controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal. Para tanto, solicito que sejam convidados: **Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministro do Meio Ambiente; Ministro da Saúde. Diretor-Presidente da ANVISA;** senhor **José Roberto da Rosa,** Diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola – SINDAG; e senhor **José Otávio Machado Menten,** Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF.
Autoria: Senador Gilberto Goellner.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 81, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para apresentar as perspectivas e desafios para a implementação do Fundo Amazônia, contando com a participação dos seguintes convidados: representante do **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;** representante do **Ministério do Meio Ambiente – MMA;** representante do **Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT;** e representante do **Ministério das Relações Exteriores – MRE.**
Autoria: Senador Jefferson Praia.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 73, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 73, de 2009 – CMA, de minha autoria, para que seja convidado um representante da **Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB.**
Autoria: Senador Jefferson Praia.
Resultado: Aprovado convite também ao senhor Luiz Fernando Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON e, por sugestão do Senador Gilberto Goellner, ao Ministro das Cidades.

ITEM Nº 05
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 56, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 56, de 2009 – CMA, que propõe Audiência Pública com o objetivo de debater a implementação e o processo de revisão da política ambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES, tendo como enfoque os setores da pecuária e grandes obras de infraestrutura na região amazônica assim como mecanismos de transparência e participação da sociedade, de minha autoria, para que seja também convidado para a audiência pública o senhor **Gabriel Strautman,** da articulação de organizações da sociedade denominada Plataforma BNDES.
Autoria: Senadora Marina Silva.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 82, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 90, inciso XIII do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, por esta Comissão, diligência no Município de Tailândia, no Estado do Pará, a fim de auxiliar na instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2006, que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que específica, localizado naquele município.
Autoria: Senador Jefferson Praia.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 83, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 70 e do artigo 71, inciso IV da Constituição Federal, bem como nos termos do artigo 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, no escopo de fiscalizar os procedimentos na utilização dos recursos recolhidos pela contribuição mensal compulsória bem como o repasse para as entidades estaduais.
Autoria: Senador João Pedro.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 07

03 Ordinárias – Deliberativa.
01 Ordinária – Audiência Pública.
01 Extraordinária – Audiência Pública.
02 Conjuntas – Audiência Pública.

MATÉRIAS APREIADAS: 34

02 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
02 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).

01 Aviso (não terminativo).
01 Emenda de Plenário (não terminativo).
01 Relatório de Subcomissão.
09 Emendas – CMA.
15 Requerimentos – CMA.
03 Aditamentos – CMA.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 – CMA.

Presidente: Senador CÍCERO LUCENA.
Vice Presidente: CÉSAR BORGES.
Relator: Senador GILBERTO GOELLNER.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

Resultado: Foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e César Borges para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e foi designado Relator o Senador Gilberto Goellner.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Ordinária – Instalação.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

Presidente: Senador CRISTOVAM BUAQUE
Vice Presidente: Senador JOSÉ NERY

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2009 – CDH

Nos termos do inciso I do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de instruir as senhoras e senhores Senadores sobre a Sugestão nº 2, de 2009, que tramita nesta Comissão.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2009 – CDH

Com fundamento do dispositivo no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das questões atinentes às vitimas do vôo 447 – AFVV447 da Air France. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados: **Ministério Público Federal; Embaixador da França;** representante do **Ministério das Relações Exteriores; Associação dos Familiares das Vítimas do Vôo 447 – AFVV 447 da Air France** e outros a serem definidos pela própria Comissão.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 34, DE 2009 – CDH

Requeiro, nos termos do artigo 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 22, de 2009 – CDH, de minha iniciativa, aprovado em reunião realizada em 20 de maio de 2009, no âmbito desta Comissão, cujo propósito era a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "Altera a Lei nº

11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete), anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Pró-Jovem Adolescente – Serviço Socioeducativo.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2009 – CDH

Requeiro nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de discutir os direitos trabalhistas de empregados domésticos, a formalização e as implicações para empregadores. Para tanto sugerimos que sejam convidados os seguintes senhores: senhor **José Pimentel,** Ministro de Estado da Previdência Social; senhor **Carlos Luppi,** Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; senhora **Nilcéia Freire,** Ministra de Estado da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; senhora **Maria de Assis Calsing,** Ministra do Tribunal Superior do Trabalho; senhora **Benedita da Silva,** Secretária de Ação Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro; senhor **Mário Avelino,** Presidente do Portal Doméstica Legal; senhora **Margareth Carbinato,** Presidenta do Sindicato dos Empregadores Domésticos do Estado de São Paulo; senhora **Arinda de Jesus,** Presidenta do Sindicato das Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro; e senhora **Maria Edna do Carmo,** Presidenta da Associação Tangarense de Empregadas Domésticas.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 36, DE 2009 – CDH

Nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a produção e distribuição de livros em Braille no Brasil, em atenção à programação da V Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, a realiza-se em dezembro de 2009, e que neste ano comemorará o bicentenário de nascimento de Louis Braille, inventor do Sistema Braille de leitura e escrita para cegos. Indicamos como convidados um representante do **Ministério da Educação,** um representante da **Organização Nacional dos Cegos do Brasil – ONCB,** um representante da **Fundação Dorina Nowill para Cegos,** um representante do **Instituto Benjamim Constant;** e um representante do **Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE.**
Autoria: Senador Flávio Arns e outros Senhores Senadores.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 32, de 2009 – CDH
Autoria: Senador Paulo Paim.
Autoria da Sugestão: Federação Única dos Petroleiros.
Assunto: Instrução da Sugestão nº 2, de 2009 – CDH, que sugere a regulamentação para a Política Energética Nacional.

CONVIDADOS:

Senhor **João Antônio de Moraes,** Coordenador Geral da Federação Única dos Petroleiros – FUP;
Senhor **Dary Beck Filho,** Diretor da Central Única dos Trabalhadores – CUT;
Senhor **José Divanilton P. da Silva,** Diretor da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB;
Senhor **Francinaldo Alves Correia (Joba Alves),** Coordenador Nacional do MST e representante da Via Campesina Brasil; e
Senhor **Emanuel Jorge de Almeida,** Coordenador do Sindipetro – RJ e representante da Associação dos Engenheiros da Petrobrás – AEPET.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 37, DE 2009 – CDH

Nos termos dos incisos I e II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de ouvir a exposição do Presidente da Petrobrás sobre o Pré-Sal, a luz da propositura apresentada pela Federação Única dos Petroleiros – FUP (Sugestão nº 2 de 2009), nesta Comissão. Para tanto seja convidado o senhor **José Sérgio Gabrielli,** Presidente da Petrobrás.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 38, DE 2009 – CDH

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "A Saúde do Trabalhador na Indústria de Alimentação", devendo ser convidados as pessoas constantes da lista anexa e outros a serem definidos pela própria Comissão.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 39, DE 2009 – CDH

Nos termos dos incisos I e II do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir a Previdência e o Pré-Sal a luz da propositura apresentada nesta Comissão pela Federação Única dos Petroleiros – FUP, SUG nº 2, de 2009. Para tanto gostaríamos que fossem convidados: Presidente da **COBAP;** Presidente do **Fórum Sindical dos Trabalhadores;** Presidente da **Nova Central** e outros a serem definidos pela própria Comissão.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 40, DE 2009 – CDH

Requeiro nos termos do artigo 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, em data a ser marcada para debater sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a liberdade de expressão e o direito de ir e vir no Brasil, sob a ótica do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 41, DE 2009 – CDH

Nos termos dos incisos I e II do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para instruir a propositura apresentada nesta Comissão pela Federação Única do Petroleiros – FUP, SUG nº 2, de 2009, com o tema: Educação e o Pré-Sal. Para tanto gostaríamos que fossem convidados: a **União Nacional dos Estudantes – UNE;** representantes das **Escolas, Professores; MEC,** e outros a serem definidos pela própria Comissão.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 39, de 2009 – CDH
Autoria: Senador Paulo Paim.
Autoria da Sugestão: Federação Única dos Petroleiros.
Assunto: Instrução da Sugestão nº 2, de 2009 – CDH, que sugere a regulamentação para a Política Energética Nacional e outras providências.

CONVIDADOS:

Senhor **Geraldo Adão,** representante da COBAP na Comissão Nacional de Saúde – CNS;
Senhor **Warley Martins Gonçalles,** Presidente da COBAP;
Senhor **José Augusto,** Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores;
Senhor **Jorge Cezar Costa,** Presidente da ANFIP;
Senhor **José Gabriel Teixeira dos Santos,** Diretor da Nova Central Sindical de Trabalhadores, representando o senhor **José Calixto Ramos,** Presidente da Nova Central;
Senhor **Joilson Cardoso,** Diretor de Relações Institucionais – CTB; e
Senhor **Mário Avelino,** Presidente do Instituto FGTS Fácil.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 40, de 2009 – CDH.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Assunto: Debate sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a liberdade de expressão e o direito de ir e vir no Brasil, sob a ótica do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada.

CONVIDADOS:

Senhora **Herilda Balduina de Souza,** Membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB, representando o senhor **Raimundo Aragão,** Presidente do Conselho Federal da OAB; e Senhor **André Dutra Silva Magalhães,** Estudante de Relações Internacionais do IESB.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta inciso ao artigo 240 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que dispõe sobre os crimes de constrangimento de menor ou adolescente praticado nos meios de comunicação visual.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senadora Fátima Cleide.
Parecer: Favorável à matéria, nos termos da Emenda nº 1 – CE (substitutivo).
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE/CDH (substitutivo). A matéria vai às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a última a decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta artigo 19-A à Lei nº 8.212 de 1991, a fim de vincular o montante das multas aplicadas pelas infrações ao artigo 93 da Lei nº 8.213 de 1991, às sanções de habilitação e reabilitação profissional e social.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Relatoria: Senadora Fátima Cleide.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai a Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Cria o Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares – CPCOA e dá outras providências.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Relatoria "ad hoc": Senador José Nery.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
OFCÍCIO "S" Nº 56, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, relatório de ex-funcionário da Companhia Siderúrgica Nacional, representados pela Associação de Moradores de Capivari de Baixo/SC.
Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF).
Relatoria: Senadora Marcelo Crivella.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Ofício.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 33, de 2009 – CDH
Autoria: Senador Paulo Paim.
Assunto: Debate sobre as questões atinentes às vitimas do vôo 447 – AFVV447 da Air France.

CONVIDADOS:

Senhor **Xavier Lateyre de Cabans,** Ministro Conselheiro, representando o senhor **Antoine Poillieute,** Embaixador da França no Brasil;
Senhor **Oto Agripino Maia,** Embaixador Subsecretário Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, representando o senhor **Celso Luiz Nunes Amorim,** Ministro de Estado das Relações Exteriores;
Senhor **Maarten Van Sluys,** Diretor Executivo da Associação dos Familiares das Vitimas do Vôo 447;
Senhor **Júlio Cezar da Cruz Costa,** Advogado e Corretor de Seguro, representando o senhor **Gustavo Lasalvia Besada,** da Axa Corporate Solutions; e
Senhora **Isabelle Birem,** Diretora Geral para o Brasil da Societe Air France.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 06

03 Extraordinárias – Deliberativa.
03 Extraordinárias – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 14

03 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
01 Ofício "S" (não terminativo
10 Requerimentos – CDH.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO – CDHIDO.

Presidente: Senador PAULO PAIM.
Vice Presidente: VAGO

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 17, de 2009 – CDH.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Assunto: Debate sobre a Violência contra o Idoso e prioridade do Idoso.

CONVIDADO:

Senhor **João Batista de Medeiros,** Gerontólogo.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Ordinária – Audiência Pública.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: Senador EDUARDO AZEREDO
Vice Presidente: Senador GERALDO MERQUITA JÚNIOR

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 279 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, para determinar índice de alcoolemia e aumento da pena cominada.

Autoria: Senador Magno Malta.
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CRE. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 477, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Gâmbia, assinado em Brasília, em 09 de agosto de 2005.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Tião Viana.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 479, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto atualizado da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Francisco Dornelles.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 488, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo para Concessão de um prazo de noventa dias aos Turistas Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, celebrado em Córdoba, em 20 de julho de 2006.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Flávio Torres.
Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 491, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Pedro Simon.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 492, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Co-Produção Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, celebrado em Nova Delhi, no dia 4 de junho de 2007.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Mozarildo Cavalcanti.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 500, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto dos termos de referência e regras de procedimento do Grupo Internacional de Estudos sobre o Cobre – GIEC.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria"ad hoc": Senador Flávio Torres.
Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 506, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca sobre cooperação nas áreas de energia renováveis e eficiência energética, celebrado em Copenhague, em 13 de setembro de 2007.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador João Tenório.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO "SF" Nº 1.311, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Requerem nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Repúdio ao Presidente da Venezuela, **Hugo Chaves,** pela forma antidemocrática com que impôs a reforma constitucional em seu país, tendente a consolidar seu regime autoritário e personalista de governo.
Autoria: Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Requerimento.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO "SF" Nº 661, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à **Organização dos Estados Americanos –** OEA pela reintegração de Cuba a este organismo regional.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria "ad hoc": Senador João Pedro.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 61, DE 2009 – CRE

Requeiro nos termos regimentais, que esta Comissão formule convite aos senhores **Celso Amorim,** Ministro de Estado das Relações Exteriores; Embaixador **Ibrahim Al Zebem,** da Delegação Especial da Palestina no Brasil; um representante da **ONU,** e senhor **Raimundo Cezar Britto Aragão,** Presidente do Conselho Federal da OAB, para apresentarem a esta Comissão as propostas e projetos do Governo Brasileiro para a criação do Estado Palestino, em data a ser acordada e confirmada entre os convidados e os membros desta Comissão.
Autoria: Senador João Pedro.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM "SF" Nº 163, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete ao Senado Federal a escolha que deseja fazer, do senhor **Luiz Fernando Gouveia de Athayde,** Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Flávio Torres.
Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 65, DE 2009 – CRE

Requer em aditamento ao Requerimento nº 58, de 2009 – CRE, de sua autoria, que a audiência pública seja feita, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura e com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 66, DE 2009 – CRE

Requer nos termos regimentais, seja promovida, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Audiência Pública, tendo como convidado o senhor **Nelson Jobim,** Ministro de Estado da Defesa, objetivando discutir sobre o anunciado acordo militar feito com a França, incluindo a compra de aeronaves, submarinos e helicópteros para o reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 67, DE 2009 – CRE

Requer nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão com as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; a de Educação, Cultura e Esporte – CE; a de Serviços de Infraestrutura – CI; a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; e a de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, no dia 12 de novembro de 2009, destinada a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com os seguintes convidados: senhor **Vicent Defourny,** representante da **UNESCO do Brasil;** senhor **Marco Antônio Raupp,** Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; senhor **Jacob Palis Júnior,** Presidente da Academia Brasileira de Ciências – ABC; e representante de renome da **Comunidade Acadêmico-Científica.**
Autoria: Senador Eduardo Azeredo.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 66, de 2009 – CRE.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Assunto: Debate sobre o anunciado acordo militar feito com a França, incluindo a compra de Aeronaves, Submarinos e Helicópteros para o reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras.

CONVIDADO:

Senhor **Nelson Jobim,** Ministro de Estado da Defesa.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 497, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Memorando de entendimento entre República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para a cooperação em matéria de combate à fabricação e ao tráfico ilícito de armas de fogo, munições, acessórios, explosivos e outros materiais correlatos, celebrado em Assunção, em 23 de novembro de 2006.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

PAUTA EXTRA

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 484, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, celebrado em Brasília, em 9 de junho de 2005.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 503, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal, celebrado em Brasília, em 16 de maio de 2007.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Flávio Torres.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 68, DE 2009 – CRE

Em aditamento ao Requerimento nº 50 de 2009 – CRE, de minha autoria, solicito seja convidado o Embaixador **Ênio Cordeiro,** Subsecretário-Geral da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, para participar de Audiência Pública na Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, para tratar de questões relativas à Fronteira Brasileira, em substituição aos nomes anteriormente indicados.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Institui o Ato Olímpico, no âmbito da Administração Pública Federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta Lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Francisco Dornelles.
Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 70, de 2009 – CRE.
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares e Aloizio Mercadante.
Assunto: Debate sobre a situação política em Honduras em razão do cerco militar à Embaixada Brasileira em Tegucigalpa.

CONVIDADO:

Embaixador **Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão,** Diretor do Departamento da América Central e Caribe do Ministério das Relações Exteriores.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 70, DE 2009 – CRE

Nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado Voto de Censura e Repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do Governo Golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, senhor **Manuel Zelaya,** na forma da justificação anexada.
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares e outros Senhores Senadores.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 55 e 60, de 2009 – CRE.
Autoria: Senadores Geraldo Mesquita Júnior e Eduardo Suplicy.
Assunto: Debate sobre matéria divulgada no Jornal Folha de São Paulo no último dia 13 de agosto, intitulada "Bolívia expulsará 20 familias brasileiras da fronteira, diz Vice-Presidente".

CONVIDADO:

Embaixador **Eduardo Gradilone,** Diretor do Departamento das Comunidades de Brasileiros no Exterior do Ministério das Relações Exteriores.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 33, de 2009 – CRE.
Autoria: Senador Eduardo Azeredo.
Assunto: Debate sobre assuntos referentes a Comércio Exterior, dificuldades diante da Crise Financeira, Mercosul e novos mercados.

CONVIDADO:

Senhor **Miguel Jorge,** Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 70, de 2009 – CRE.
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares e Aloizio Mercadante.

Assunto: Debate sobre a situação política em Honduras em razão do cerco militar à Embaixada Brasileira em Tegucigalpa.

CONVIDADO:

Embaixador **Celso Amorim**, **Ministro** de Estado das Relações Exteriores.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO "SF" Nº 1.276, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado Voto de Censura e Repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do Governo Golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, senhor **Manuel Zelaya.**
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (SF).
Relatoria: Senador Romeu Tuma.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 71, DE 2009 – CRE

Requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado Voto de Censura e Repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa à suspensão das garantias constitucionais em Honduras e ao fechamento de meios de comunicação de massa ligados à oposição hondurenha.
Autoria: Senador Eduardo Azeredo e outros Senhores Senadores.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 72, DE 2009 – CRE

Requer, nos termos do artigo 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Requerimento nº 71, de 2009 – CRE, que requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado Voto de Censura e Repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa à suspensão das garantias constitucionais em Honduras e ao fechamento de meios de comunicação de massa ligados à oposição hondurenha.
Autoria: Senador Inácio Arruda.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 08

03 Ordinárias – Deliberativa.
01 Ordinária – Audiência Pública.
04 Extraordinárias – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 25

10 Projetos de Decreto Legislativo (SF) (não terminativo).
01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).
01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).
01 Mensagem "SF" (não terminativo).
03 Requerimentos "SF" (não terminativo).
08 Requerimentos – CRE.
01 Emenda CRE.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senador FERNANDO COLLOR
Vice Presidente: Senador ELISEU REZENDE

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 43, de 2009 – CI.
Autoria: Senador Fernando Collor.
Assunto: Debate sobre o saneamento nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

CONVIDADOS:

Senhora **Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazolli,** Secretária-Executiva do Ministério da Saúde.
Senhor **Faustino Lins,** Diretor-Executivo da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 41, de 2009 – CI, 44 e 53, de 2009 - CAE.
Autoria: Senadores Fernando Collor, Jefferson Praia, Garibaldi Alves Filho e Delcídio Amaral.
Assunto: Debate sobre as tratativas e propostas do Marco Regulatório do Pré-Sal.

CONVIDADOS:

Senador **Edison Lobão,** Ministro de Estado das Minas e Energia;
Senhor **Marco Antônio Martins Almeida,** Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis; e
Senhor **Dyogo Henrique de Oliveira,** Secretário Adjunto da Secretaria de Política Econômica.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento a Agenda Desafios Estratégicos Setoriais, aprovada em 26.03.2009.
Autoria: Senadores Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro e Gim Argello.
Assunto: Debate sobre "Transporte e Infraestrutura Urbana: Sistema Integrados de Meios de Transportes" – 5º Painel.

CONVIDADOS:

Senhor **Adriano Murgel Branco,** Engenheiro, Administrador e Ex-Secretário dos Transportes e da Habitação do Estado de São Paulo; e
Senhor **Cássio Taniguchi,** Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos das Leis nºs. 11.488, de 15 de junho de 2007; 10.865, de 30 de abril de 2004; e 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dá outras providências. (Isonomia tributária entre a área de petróleo e gás e os setores de transportes, portos, energia, saneamento básico e irrigação).
Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos (SF).
Relatoria: Senador Francisco Dornelles.
Parecer: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas n°s. 1 e 2 – CI.

ITEM Nº 02
AVISO Nº 41, DE 2009
(Aviso nº 933, de 2009 na origem)
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.543, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com o objetivo de identificar o custo direto decorrente da crise de energia elétrica ocorrida em 2001 (TC 006.734/2003-9).
Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União.
Relatoria "ad hoc": Senador Oswaldo Sobrinho.
Parecer: Pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento.
Resultado: Aprovado o parecer. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 48, DE 2009 – CI

Requeremos nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão, a realizar-se no dia 12 de novembro de 2009, com as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; de Educação, Cultura e Esporte – CE; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; de Agricultura e Reforma Agrária – CRA; e a de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE destinada a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com os seguintes convidados: senhor **Vicent Defourny,** Representante da UNESCO no Brasil; senhor **Marco Antônio Raupp,** Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; senhor **Jacob Palis Júnior,** Presidente da Academia Brasileira de Ciências – ABC; e um Representante de renome da **Comunidade Acadêmico-Científica.**
Autoria: Senadores Fernando Collor, Flexa Ribeiro, Renato Casagrande, Eduardo Azeredo, Flávio Arns e Valter Pereira.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento a Agenda Desafios Estratégicos Setoriais, aprovada em 26.03.2009.
Autoria: Senadores Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro e Gim Argello.
Assunto: Debate sobre "Novas Tecnologias Urbanas e Parques Tecnológicos" – 6º Painel.

CONVIDADOS:

Senhor **Lubomir Antônio Ficinski Dunin,** Arquiteto, duas vezes Ex-Presidente do Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbana de Curitiba – IPPUC, Ex-Secretário de Estado de Desenvolvimento de Município, especialista em urbanismo;
Senhor **Alcenir Guerra,** Deputado Federal, Ex-Prefeito de Pato Branco, Ex-Presidente de Pato Branco Tecnópole;
Senhora **Maria Salette de Carvalho Weber,** Arquiteta, Gerente de Projetos e Coordenadora Geral do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat do Ministério das Cidades; e
Professor **Josealdo Tonholo,** Pró-Reitor de pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Alagoas – UFAL e Diretor da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores – ANPROTEC.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 49, DE 2009 – CI

Nos termos do inciso II do § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o aditamento ao Requerimento nº 40, de 2009 – CI, do Senador Delcídio Amaral, para que seja convidado o Professor **João Bosco Leopoldino Fonseca,** OAB/MG 10.907, membro da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência e da Regulação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais.
Autoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2009, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 66, de 2009 – CMA, 40, de 2009 – CI e 27, de 2009 - CCT e aditamento.
Autoria: Senadores Renato Casagrande, Delcídio Amaral, Wellington Salgado de Oliveira e Flávio Torres.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.

CONVIDADOS:

Senhor **Antônio Augusto Brandão de Aras,** Professor Doutor da Universidade de Brasília – UnB, e representante do Ministério Público Federal junto ao Conselho Administrativo de Direito Econômico – CADE;
Senhor **Ronaldo Mota Sardenberg,** Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;
Senhor **Arthur Sanchez Badin,** Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico – CADE;
Senhor **Tito Amaral de Andrade,** Diretor de Concorrência do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional – IBRAC;
Senhor **Pedro Zanotta,** Presidente da Comissão de Defesa da Concorrência da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP;
Senhor **Bernardo Figueiredo,** representante dos Dirigentes das Agências Reguladoras;
Senhor **João Bosco Leopoldino Fonseca,** membro da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência e da Regulação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil/MG;
Senhora **Mariana Tavares de Araújo,** Secretária da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; e
Senhor **Rutelly Marques da Silva,** Secretário-Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE/MF.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2009 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento a Agenda Desafios Estratégicos Setoriais, aprovada em 26.03.2009.
Autoria: Senadores Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro e Gim Argello.
Assunto: Debate sobre "Telecomunicações, Acessibilidade, TICs e Inovação" – 7º Painel.

CONVIDADOS:

Senhor **Jarbas Valente,** Superintendente de Serviços Privados da ANATEL;
Senhor **Luiz Cuza,** Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas – TELCOMP;
Senhor **Luis Schymura,** Economista e Engenheiro especialista em política das telecomunicações, Presidente do IBRE – FGV, e ex-Diretor Presidente da ANATEL; e
Senhor **Maurício Giusti,** Diretor de Estratégia e Regulação da Telefônica.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 07

01 Extraordinária – Deliberativa.
03 Extraordinárias – Audiência Pública.
03 Conjuntas – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 06

01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).
01 Aviso (não terminativo).
02 Emendas – CI.
02 Requerimentos – CI.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador NEUTO DE CONTO

Vice Presidente: Senador CÉSAR BORGES

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM 01
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2009 - CDR

Requeiro, nos termos regimentais, seja formulado convite ao senhor **Rômulo Mello,** Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, em data a ser marcada, para, em Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, prestar informações sobre a atuação do referido Instituto desde a sua criação.
Autoria: Senador Leomar Quintanilha.
Resultado: Aprovado.

ITEM 02
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2009 - CDR

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Desenvolvimento Regional, realize um Ciclo de Audiências Públicas, para o estudo e debates das questões relativas ao desenvolvimento regional da Região Norte (Amazônia Brasileira), com o objetivo de subsidiar a elaboração das políticas públicas. Dentre os temas a serem debatidos, proponho que seja priorizada a discussão sobre o modelo de desenvolvimento para a região, a integração econômica do extrativismo e de outras formas de organização produtiva das populações originárias, o modelo de extração mineral e seus efeitos, além do desenvolvimento turístico sustentável na região. Requeiro, ainda, que seja designado um membro desta Comissão para, como relator, elaborar documento final com os resultados dos trabalhos nas audiências públicas.
Autoria: Senador José Nery.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Resultado: O Senador Neuto de Conto foi eleito Presidente da Comissão.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, que institui a Taxa de Serviços Administrativos (TSA), em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), para estabelecer vinculação das receitas auferidas nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e dá outras providências.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria: Senador Papaléo Paes.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dá outras providências.
Autoria: Senador Jefferson Praia.
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Econômicos, cabendo a última a decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM 01
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2009 - CDR

Requeiro, noas termos do artigo 58, § 2º, inciso XIII, da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, incisos II e XII do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, em caráter de urgência, com a participação das autoridades abaixo relacionadas, tendo a finalidade de colher sugestões, subsídios e esclarecimentos relativos ao desvio de destinação dos recursos arrecadados pela SUFRAMA, do seu contigenciamento pelo Ministério do Planejamento, da sua administração pelo Tesouro Nacional e do atual regramento do Poder Executivo Federal acerca da utilização destes recursos: senhor **João Bernardo de Azevedo Bringel,** Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento; senhor **Nelson Machado,** Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; e senhor **Arno Hugo Augustin Filho,** Secretário do Tesouro Nacional.
Autoria: Senador Jefferson Praia.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui a Política Nacional de Abastecimento.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Parecer: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com Emenda nº 1 – CDR (substitutivo). A matéria vai às Comissões de Serviços de Infraestrutura; de Agricultura e Reforma Agrária; e a de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a última a decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 346, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, que trata da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria: Senador Papaléo Paes.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso.
Autoria: Senador Jayme Campos.
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

03 Extraordinárias – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 09

05 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
04 Requerimentos – CDR.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador VALTER PEREIRA

Vice Presidente: Senador GILBERTO GOELLNER

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas, e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências.

Autoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Parecer: Favorável à matéria, com quatro emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1, 2, 3 e 4 – CRA. A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Autoriza a abertura de capital da Empresa de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.

Autoria: Senador Delcídio Amaral.
Relatoria: Senador Expedito Júnior.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai às Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

ITEM 03
REQUERIMENTO Nº 37, DE 2009 - CRA

Requer nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 24, de 2009 – CRA, que seja incluído como convidado na audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e com a Comissão de Constituição Justiça e Cidadania – CCJ com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, um representante do **Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.**
Autoria: Senador Gilberto Goellner.
Resultado: Aprovado.

ITEM 04
REQUERIMENTO Nº 38, DE 2009 - CRA

Em aditamento ao Requerimento nº 32, de 2009 – CRA, requer a inclusão dos seguintes convidados para discutir o plantio da primeira safra do milho transgênico autorizado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio. Para tanto sugerimos que sejam convidados: senhor **Glauber Silveira da Silva,** Presidente da APROSOJA/MT; senhor **Antônio Álvaro Corsetti Purcino,** Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Milho e Sorgo – EMBRAPA; e senhor **Ivo Marcos Carraro,** Diretor-Executivo da COODETEC.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Resultado: Aprovado.

ITEM 05
REQUERIMENTO Nº 39, DE 2009 - CRA

Requer nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta entre essa Comissão e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a finalidade de analisar e debater os impactos resultantes da publicação e aplicação do Decreto nº 6.620, de 2008 e da Resolução ANTAQ nº 1.401, de 2009, especialmente a inibição de investimentos privados na construção de terminais portuários privativos destinados à movimentação de cargas próprias e de terceiros e o impacto dessa inibição para o agravamento do "apagão portuário" já anunciado pelo Tribunal de Constas da União – TCU. À oportunidade, apresenta sugestão no sentido de que sejam convidados: senhor **Fernando Fialho,** Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; senhor **Willen Mantelli,** Diretor Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP;

representante da **Confederação Nacional da Indústria – CNI;** e representante da **Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.**
Autoria: Senadores Kátia Abreu e Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM 01
REQUERIMENTO Nº 40, DE 2009 - CRA

Requer nos termos do artigo 93, inciso II, combinado com o artigo 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão a fim de discutir os problemas do setor cacaueiro, especialmente no Estado da Bahia, bem como a evolução das ações e resultados do programa denominado PAC do Cacau, com a participação dos seguintes convidados: senhor **Reinhold Stephanes,** Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; senhor **Jay Wallace da Silva e Mota,** Diretor da Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira – CEPLAC; senhor **Antônio Zózimo de Matos Costa,** Superintendente da CEPLAC Regional da Bahia e Espírito Santo – SUBES; e representantes dos **Procuradores de Cacau do Estado da Bahia.**
Autoria: Senador César Borges.
Resultado: Aprovado.

ITEM 02
REQUERIMENTO Nº 41, DE 2009 - CRA

Requer nos termos do artigo 93, inciso II, combinado com o artigo 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão a fim de discutir os problemas do setor cacaueiro, especialmente no Estado da Pará e Espírito Santo, bem como a evolução das ações e resultados do programa denominado PAC do Cacau.
Autoria: Senadores Flexa Ribeiro e Gerson Camata.
Resultado: Aprovado.

ITEM 03
REQUERIMENTO Nº 42, DE 2009 - CRA

Nos termos do artigo 104 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública conjunta entre essa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA e a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, para debater aspectos relacionados à exploração, tributação e uso da água mineral, com a presença dos seguintes convidados: Senador **Edison Lobão,** Ministro de Estado das Minas e Energia – MME; senhor **Reinhold Stephanes,** Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; senhor **Paulo Camillo Vargas Penna,** Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM; senhor **Cláudio Scliar,** Secretário de Geologia e Mineração do MME; senhor **Carlos Lancia,** Presidente da Associação Brasileira de Indústria de Água Mineral – ABINAM; e senhor **Nelson Machado,** Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ.
Autoria: Senador Neuton de Conto.
Resultado: Aprovado.

ITEM 04
REQUERIMENTO Nº 43, DE 2009 - CRA

Requer com base no artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com a participação do senhor **Guilherme Cassel,** Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, a fim de prestar esclarecimentos acerca do repasse de recursos do Governo Federal para movimentos sociais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra conforme noticiado em reportagem da Revista Veja, edição nº 2128, com o título "Por Dentro do Cofre do MST".
Autoria: Senadora Marisa Serrano.
Resultado: Aprovado como audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, convidando, também, representantes do Tribunal de Contas da União – TCU, Controladoria Geral da União e Recita Federal.

ITEM 05
REQUERIMENTO Nº 44, DE 2009 - CRA

Requer com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao senhor **Ministro da Saúde** sobre quais os países (relação nominal) proibiram os seguintes agroquímicos: ABAMECTINA, ACEFATO, CARBOFURANO, CIHEXATINA, ENDOSSULFAM, FORATO, FOSMETE,

GLIFOSATO, LACTOFEM, METAMIDOFÓS, PARAQUATE, PARATIONA METÍLICA, TIRAM e TRICLORFOM. Ademais, solicita-se quais os estudos que embasaram a reavaliação dos mencionados produtos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 45, DE 2009 - CRA

Requer nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com a finalidade de analisar e discutir a atualização dos índices de produtividade rural, com a presença dos seguintes convidados: senhor **Reinhold Stephanes,** Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e senhor **Eliseu Alves,** Engenheiro Agrônomo e Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.
Autoria: Senadores Kátia Abreu e Gilberto Goellner.
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 45, de 2009 – CRA.
Autoria: Senadores Kátia Abreu e Gilberto Goellner.
Assunto: Debate sobre a atualização dos índices de produtividade rural.

CONVIDADOS:

Senhor **Reinhold Stephanes,** Ministro de Estado da Agricultura. Pecuária e Abastecimento; e
Senhor **Eliseu Alves,** Engenheiro Agrônomo e Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 46, DE 2009 - CRA

Requer nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública para debater a atualização dos índices de produtividade para fins de reforma agrária e, ainda, para convidar, como debatedores: senhor **Guilherme Cassel,** Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; senhor **Plínio de Arruda Sampaio,** Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA; senhor **João Pedro Stédile,** da Coordenação Nacional do MST; senhor **Alberto Ercílio Broch,** Presidente da CONTAG; senhor **Luiz Marcos Suplicy Hafers,** Ex-Presidente da Sociedade Rural Brasileira; e senhor **Roberto Rodrigues,** Ex-Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Autoria: Senadores Eduardo Suplicy, Gilberto Goellner, Valdir Raupp, Romeu Tuma e Osmar Dias.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 31, de 2009 – CRA.
Autoria: Senadores Serys Slhessarenko e Augusto Botelho.
Assunto: Debate sobre o cadastro de segurados especiais a ser realizado pelo Ministério da Previdência Social.

CONVIDADOS:

Senhor **José Barroso Pimentel,** Ministro de Estado da Previdência Social – MPS;
Senhor **Evandro José Morello,** Assessor de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;
Senhora **Alessandra da Costa Lunas,** Vice-Presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; e
Senhora **Rosângela Piovezam,** representante do Fórum Itinerante e Paralelo sobre a Previdência Social – FIPPES.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E A DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 24 e 37, de 2009 – CRA, 17, de 2009 – CCT, 49, de 2009 – CMA e 72, de 2009 – CCJ e aditamento.
Autoria: Senadores Gilberto Goellner, Kátia Abreu, Cícero Lucena, Renato Casagrande, Jayme Campos e Antônio Carlos Júnior.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves.

CONVIDADOS:

Senhor **Flávio Vieira Meirelles,** Doutor em Genética, Professor da USP e membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNbio;
Senhor **Rodolfo Rumpf,** Doutor em Veterinária, Pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNbio;
Senhora **Beronete Barros de Freitas Araújo,** Chefe da Divisão de Fiscalização de Material Genético Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
Senhor **Carlos Cristo,** Secretário Interino de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; e
Senhora **Cosette Barrabas Xavier da Silva,** Diretora Substituta da Diretoria de Biodiversidade e Florestas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Regula o Programa de Seguro-Desemprego Rural, o Abono Salarial Rural, o Programa de Educação e Formação de Mão-de-Obra Rural – PRORURAL, e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural – FAT Rural e dá outras providências.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria "ad hoc": Senador Gilberto Goellner.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Acresce o inciso XI ao artigo 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a impenhorabilidade de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a produtores rurais.
Autoria: Senador Pedro Simon.
Relatoria: Senador Valter Pereira.
Parecer: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Obs; Durante a discussão o Relator apresentou novo relatório concluindo favoravelmente à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 47, DE 2009 – CRA

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão, com a finalidade de conhecer, analisar e discutir a preparação da posição do Brasil, e em particular ao que se aplica ao Setor Agropecuário, sobre o novo acordo global para limitar a emissão dos gases de efeito estufa Pós-Kioto. À oportunidade, apresenta sugestão no sentido

de que sejam convidados os seguintes convidados: senhor **Celso Luiz Nunes Amorim,** Ministro de Estado das Relações Exteriores – MRE; senhor **Assuero Doca Veronez,** representante da **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;** senhor **Evaristo Eduardo de Miranda,** Doutor em Ecologia e Pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas/SP – EMBRAPA; e representante da **Confederação Nacional da Indústria – CNI.**
Autoria: Senadora Kátia Abreu.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 48, DE 2009 – CRA

Requer, nos termos do artigo 70 e do artigo 71, inciso IV, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com escopo de fiscalizar os procedimentos acerca do repasse de recursos públicos para movimentos sociais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mais especificamente sobre os convênios firmados com as seguintes entidades: **Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA; Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB; Centro de Formação e Pesquisas Contestado – CEPATEC; e Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo – ITAC,** no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2008.
Autoria: Senadora Kátia Abreu.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 49, DE 2009 – CRA

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 39 de 2009 – CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que solicita Audiência Pública, com a finalidade de analisar e debater os impactos resultantes da publicação e aplicação do Decreto nº 6.620, de 2008 e da Resolução ANTAQ nº 1.401, de 2009, especialmente a inibição de investimentos privados na construção de terminais portuários privativos destinados à movimentação de cargas próprias e de terceiros e o impacto dessa inibição para o agravamento do "apagão portuário" já anunciado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, sejam incluídos mais dois nomes como convidados da referida audiência: senhor **Pedro Brito,** Secretário Especial de Portos; e um representante da **Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público – ABRATEC.**
Autoria: Senador Augusto Botelho.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 50, DE 2009 – CRA

Requer, nos termos do inciso II do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2006, que trata sobre o Estatuto do Produtor Rural, com a finalidade de analisar questões relacionadas ao Direito de propriedade, com a presença dos seguintes convidados: senhor **Yves Gandra Martins,** Professor e Jurista; senhor **Roberto Rodrigues,** Produtor Rural e Coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas – CV-AGRO/FGV; e representante da **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.**
Autoria: Senadora Kátia Abreu.
Resultado: Aprovado, com adendo do Senador João Pedro, no sentido de que sejam convidados os senhores Luiz Edson Fachin, Professor de Direito Civil da Universidade Federal do Paraná – UFPR; Marcelo Goulart, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo; e um representante da Associação dos Juízes pela Democracia.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 51, DE 2009 – CRA

Requer, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, dia 12 de novembro de 2009 com as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; de Educação, Cultura e Esporte – CE; de Serviços de Infraestrutura – CI; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, destinada a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com a presença dos seguintes convidados: senhor **Vicent Defourny,** representante da UNESCO do Brasil; senhor **Marco Antônio Raupp,** Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; senhor **Jacob Palis Júnior,** Presidente da Academia Brasileira de Ciências; e representante de renome da **Comunidade Acadêmico-Científica.**
Autoria: Senador Valter Pereira.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 52, DE 2009 – CRA

Requer, nos termos regimentais seja realizada Audiência Pública, com a finalidade de debater o Decreto nº 6.961, de 17 de setembro de 2009 e o PL nº 6.077, de 2009, ambos sobre o Zoneamento Agro-Ecológico da Cana de Açúcar – ZAE/CANA, com a presença dos seguintes convidados: senhor **Carlos Minc,** Ministro de Estado do Meio Ambiente – MMA; senhor **Reinhold Stephanes,** Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; senhor **Sérgio Yonamini,** representante da Secretaria do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul – SMA/MS; e senhor **João Vila,** Engenheiro de Geo-Processamento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.
Autoria: Senador Valter Pereira.
Resultado: Aprovado, com adendo do Senador João Pedro, no sentido de convidar um representante do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

02 Extraordinárias – Deliberativa.
02 Extraordinárias – Audiência Pública.
01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 24

04 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
16 Requerimentos– CRA.
04 Emendas – CRA.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador VALTER PEREIRA
Vice Presidente: Senador LOBÃO FILHO

REUNIÃO REALIZADA EM 1º e 02 DE SETEMBRO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO
(1º.09.09)

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, DE 2009
(PL. 05498, de 2009, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera as Leis nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.

Autoria: Deputado Henrique Eduardo Alves.
Relatoria na CCT: Senador Eduardo Azeredo.
Relatoria na CCJ: Senado Marco Maciel.
Parecer: Favorável à matéria com oito emendas que apresentam; favorável às Emendas nºs. 1, 2, 5, 11, 14, 15 e 22 apresentadas perante a CCT; favorável às Emendas nºs. 4, 12, 13, 20, 23 e 40 apresentadas perante a CCJ; favorável parcialmente às Emendas nºs. 3, 4, 6, 9, 10, 12, 13, 17, 20, 21, 23 e 33 apresentadas perante a CCT; favorável parcialmente às Emendas nºs. 1, 5, 8, 14, 16, 17 e 24 apresentadas perante a CCJ; contrário às Emendas nºs. 7, 8, 16, 18, 19 e 24 a 32 apresentadas perante a CCT; contrário às Emendas nºs. 2, 6, 7, 9, 10, 11, 15, 18, 19, 21, 22 e 25 a 39 apresentadas perante a CCJ.
Resultado: Discussão encerrada, a votação foi adiada.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 31, de 2009 – CCT.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Assunto: Debate sobre as atividades do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército e a implantação do Centro Tecnológico do Exército em Campinas.

CONVIDADO:

General **Augusto Heleno,** Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército.
Resultado: Realizada.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Torna obrigatória a adoção de formato único para os teclados dos terminais de auto-atendimento da rede bancária.
Autoria: Senador Valdir Raupp.
Relatoria: Senador Cícero Lucena.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 17, DE 2009 – CCT

Requer nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 17, de 2009 – CCT, que seja incluído como convidado na audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA e com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei

do Senado nº 73, de 2007, um representante do **Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.**
Autoria: Senador Gilberto Goellner.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2009 – CCT

Requer a realização, em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, de painel de debates preparatórios para a Conferência Nacional de Comunicações.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 36, DE 2009 – CCT

Requeremos, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, a realizar-se no dia 12 de novembro de 2009, com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte – CE; de Serviços de Infraestrutura – CI; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; de Agricultura e Reforma Agrária – CRA; e a de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE destinada a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com os seguintes convidados: senhor **Vicent Defourny,** representante da UNESCO no Brasil; senhor **Marco Antônio Raupp,** Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; senhor **Jacob Palis Júnior,** Presidente da Academia Brasileira de Ciências – ABC; e representante de renome da **Comunidade Acadêmico-Científica.**
Autoria: Senadores Flexa Ribeiro e Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 27, DE 2009 – CCT

Nos termos do inciso II do § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o aditamento ao Requerimento nº 27, de 2009 – CCT, do Senador Renato Casagrande, para que seja convidado o professor **João Bosco Leopoldino Fonseca,** OBA/MG nº 10.907, membro da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência e da Regulação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais.
Autoria: Senadores Wellington Salgado de Oliveira e Flávio Arns.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 37, DE 2009 – CCT

Requeiro nos termos regimentais, realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com o tema: "Sanções Administrativas em Empresas de Telecomunicações". O objetivo é debater a efetividade da aplicação do Decreto nº 6.523, de 2008, que regulamenta o Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC, no setor de Telecomunicações; as ações civis públicas como tutela dos Direitos dos Consumidores e seu impacto na ordem econômica; e também a apresentação de um balanço atual sobre fiscalização do setor de Telecomunicações e o papel dos órgãos reguladores, para tanto convidamos: senhora **Ana Luiza Valadares Ribeiro,** Procurador-Geral da ANATEL; senhor **Marcelo Barros Cunha,** Diretor da Secretaria de Fiscalização de Desestatização – SEFID do TCU; senhora **Mariana Tavares de Araújo,** Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça; senhor **Aurélio Virgílio Veiga Rios,** Subprocurador-Geral da República, integrante e Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; e senhor **Fábio Medina Osório,** Advogado, Presidente do Instituto Internacional do Estado de Direito do Estado – IIEDE.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 225, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Portal Rádio FM Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 243, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vera Cruz FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 245, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Guaíra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaíra, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 257, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária FM Céu Aberto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa da Serra, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria “ad hoc”: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 417, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Era – ACONER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carvalhópolis, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 426, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guanhães, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 227, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária de Caldas Novas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 235, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Astral Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Chapadão do Céu, Estado de Goiás.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 597, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural do Deserto – CE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapipoca, Vila Deserto, Estado do Ceará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Flávio Torres.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 230, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Comunidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tramandaí, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 259, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mampituba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 261, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Atlântico Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Balneário Gaivota, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 589, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Educativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 590, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Santa Cruz FM Rádio e Jornal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Rita do Passa Quatro, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 648, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Anel do Brejo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Camalaú, Estado da Paraíba.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Cícero Lucena.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 667, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Anel do Brejo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Baraúna, Estado da Paraíba.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Cícero Lucena.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 598, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Nordeste de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 160, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Rádio Comunitária do CPA IV e Região Independente FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Efraim Morais.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 290, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Vera Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Efraim Morais.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 322, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Várzea-Grandense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Efraim Morais.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 434, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Renato Casagrande.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 528, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Leste Sul Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Renato Casagrande.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 537, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Renato Casagrande.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 649, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rural de Barrento para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajazeirinha, Estado da Paraíba.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Efraim Morais.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 665, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Pequenos Produtores dos Sítios Pau D' Arco, Guaribas e Agostinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçagi, Estado da Paraíba.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Efraim Morais.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Núcleo de Defesa e Apoio Comunitário de Simões – NUCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simões, Estado do Piauí.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Lobão Filho.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 409, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Anjos da Paz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cujubim, Estado de Rondônia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 446, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Editora Diário da Amazônia S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Alta Floresta D' Oeste, Estado de Rondônia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 147, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária e Cultural Buqueirão – FM 107,1 MHZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cícero Dantas, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 199, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Alagoinhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoinhas, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 201, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária e Educativa de Gavião para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gavião, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 438, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à INPACTO – Instituto de Promoção Artístico-Cultural de Teófilo Otoni para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 36
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 539, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Schappo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Wellington Saldado de Oliveira.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 37
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 403, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Transvalle FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Valdir Raupp.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 38
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 447, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Organização Fraterna para Promoção Humana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiaia, Estado de Rio de Janeiro.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 39
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 420, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio FM Anhanduí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Flávio Arns.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 40
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 473, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária FM Cidade de Campos Lindos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Lindos, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 41
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 595, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Martinense de Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martins, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 42
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 604, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Betel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macau, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 38, DE 2009 – CCT

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2008, que altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para instituir o Serviço de Televisão Comunitária. Os nomes dos convidados para participarem da audiência serão posteriormente indicados.
Autoria: Senador Lobão Filho.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 268, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Netgrande de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 286, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Televisão Diamante Ltda. para explorar serviço de radiodifusão se sons e imagens na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Institui o Ato Olímpico, no âmbito da Administração Pública Federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionadas a aplicação desta lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.
Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai às Comissões Constituição, Justiça e Cidadania, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a de Educação, Cultura e Esporte, cabendo a última a decisão terminativa.

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA; DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E A DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 24 e 37, de 2009 – CRA, 17, de 2009 – CCT, 49, de 2009 – CMA e 72, de 2009 – CCJ e aditamento.
Autoria: Senadores Gilberto Goellner, Kátia Abreu, Cícero Lucena, Renato Casagrande, Jayme Campos e Antônio Carlos Júnior.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves.

CONVIDADOS:

Senhor **Flávio Vieira Meirelles,** Doutor em Genética, Professor da USP e membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNbio;
Senhor **Rodolfo Rumpf,** Doutor em Veterinária, Pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNbio;
Senhora **Beronete Barros de Freitas Araújo,** Chefe da Divisão de Fiscalização de Material Genético Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
Senhor **Carlos Cristo,** Secretário Interino de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; e
Senhora **Cosette Barrabas Xavier da Silva,** Diretora Substituta da Diretoria de Biodiversidade e Florestas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2009, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE MEIO AMBINETE, DEFESA DO CONSUMIDOR E CONTROLE; E DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 66, de 2009 – CMA, 40, de 2009 – CI e 27, de 2009 - CCT e aditamento.
Autoria: Senadores Renato Casagrande, Delcídio Amaral, Wellington Salgado de Oliveira e Flávio Torres.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.

CONVIDADOS:

Senhor **Antônio Augusto Brandão de Aras,** Professor Doutor da Universidade de Brasília – UnB, e representante do Ministério Público Federal junto ao Conselho Administrativo de Direito Econômico – CADE;
Senhor **Ronaldo Mota Sardenberg,** Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;
Senhor **Arthur Sanchez Badin,** Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico – CADE;
Senhor **Tito Amaral de Andrade,** Diretor de Concorrência do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional – IBRAC;
Senhor **Pedro Zanotta,** Presidente da Comissão de Defesa da Concorrência da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP;
Senhor **Bernardo Figueiredo,** representante dos Dirigentes das Agências Reguladoras;
Senhor **João Bosco Leopoldino Fonseca,** membro da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência e da Regulação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil/MG;
Senhora **Mariana Tavares de Araújo,** Secretária da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; e
Senhor **Rutelly Marques da Silva,** Secretário-Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE/MF.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2009 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento a Agenda Desafios Estratégicos Setoriais, aprovada em 26.03.2009.
Autoria: Senadores Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro e Gim Argello.
Assunto: Debate sobre "Telecomunicações, Acessibilidade, TICs e Inovação" – 7º Painel.

CONVIDADOS:

Senhor **Jarbas Valente,** Superintendente de Serviços Privados da ANATEL;
Senhor **Luiz Cuza,** Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas – TELCOMP;
Senhor **Luis Schymura,** Economista e Engenheiro especialista em política das telecomunicações, Presidente do IBRE – FGV, e ex-Diretor Presidente da ANATEL; e
Senhor **Maurício Giusti,** Diretor de Estratégia e Regulação da Telefônica.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

FORAM APRECIADAS 67 MATÉRIAS.

TOTAL DE REUNIÕES: 07

02 Extraordinárias – Deliberativa.
01 Extraordinária – Audiência Pública.
01 Conjunta – Deliberativa.
03 Conjuntas – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 116

01 Projeto de Lei do Senado (terminativo).
01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).

02 Projetos de Lei da Câmara (terminativo).
01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).
100 Projetos de Decreto Legislativo (terminativo).
02 Emendas – CCT.
07 Requerimentos – CCT.
02 Aditamentos – CCT.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidenta: Senadora IDELI SALVATTI
Vice Presidenta: Deputada VANESSA GRAZZIOTIN
Relator: Deputado COLBERT MARTINS

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 2, 4, 12, 29 e 35, de 2009 – CMMC.
Autoria: Senadoras Ideli Salvatti e Marina Silva e Deputados Antônio Carlos Mendes Thame e José Guimarães.
Assunto: Debate sobre Política e Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas e Perspectivas do Brasil para a COP-15.

CONVIDADO:

Senhor **Carlos Minc,** Ministro de Estado do Meio Ambiente.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 45, DE 2009 – CMMC

Requer seja formulado pedido de informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, referente ao relato do senhor **José Guimarães Miguez,** Coordenador-Geral de

Mudanças Globais e Clima do MCT, à imprensa, ressaltando que o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia estaria disposto a pedir o fim da exigência de mitigação das emissões em usinas termelétricas a carvão, recentemente impostas pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.
Autoria: Deputado Sarney Filho.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 2, 4, 9, 12, 29 e 35, de 2009 – CMMC.
Autoria: Senadores Ideli Salvatti, Marina Silva e Renato Casagrande e Deputados Antônio Carlos Mendes Thame e José Guimarães.
Assunto: Debate sobre Política e Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas e Perspectivas do Brasil para a COP-15.

CONVIDADO:

Senhor **Carlos Nobre,** Chefe do Centro de Ciências do Sistema Terrestre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, representando o senhor **Sérgio Machado Rezende,** Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 35, DE 2009 – CMMC

Requer nos termos regimentais o aditamento ao Requerimento nº 35, de 2009 – CMMC, a inclusão no rol dos convidados o nome do senhor **Celso Amorim,** Ministro de Estado das Relações Exteriores.
Autoria: Senadores Marina Silva e Renato Casagrande e Deputada Rebecca Garcia.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 2, 4, 9, 12 e 29, de 2009 – CMMC.
Autoria: Senadores Ideli Salvatti, Marina Silva e Renato Casagrande e Deputados Antônio Carlos Mendes Thame e José Guimarães, Vanessa Grazziotin.
Assunto: Debate sobre Política e Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas e Perspectivas do Brasil para a COP-15.

CONVIDADOS:

Senhor **Luiz Pingueli Rosa,** Secretário Executivo do Fórum Brasileiro sobre Mudanças Climáticas; e
Senhor **Marcos Aurélio de Freitas Vasconcelos,** representando o senhor **Rubens Harry Born,** Diretor-Executivo do Vitae Civilis, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 35 e 36, de 2009 – CMMC.
Autoria: Senadora Marina Silva e Deputada Rebecca Garcia.
Assunto: Debate sobre o panorama geral das negociações internacional no âmbito da Convenção de Mudanças Climáticas e sobre o mecanismo da Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação – REDD, enfocando aspectos conceituais, riscos e oportunidades da adoção desse mecanismo para o Brasil, para a proteção das florestas e para o enfrentamento da crise climática global.

CONVIDADOS:

Embaixador **Sérgio Barbosa Serra,** representando o senhor **Celso Amorim,** Ministro de Estado das Relações Exteriores;
Senhor **Virgílio Vianna,** Diretor Executivo da Fundação Amazonas Sustentável;
Senhor **Tasso Rezende de Azevedo,** Consultor do Ministério do Meio Ambiente na área de Floresta e Clima.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2009 EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE DESNVOLVIMENTO ECNÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (CD); DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESNVOLVIMENTO REGIONAL (CD); E DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CD).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 23, de 2009 – CMMC.
Autoria: Deputado Vanessa Grazziotin.
Assunto: Debate do Livro "Impacto Virtuoso do Pólo Industrial de Manaus sobre a proteção da Floresta Amazônica: discurso ou fato".
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)
AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL RELAIZADA NA ASSEMBLÉIA DO ESTADO DO CEARÁ

Em atendimento ao Requerimento nº 43, de 2009 – CMMC.
Autoria: Deputado José Guimarães.
Assunto: Debate sobre Mudanças Climáticas e a Desertificação no Estado do Ceará.

CONVIDADOS:

Senhora **Marta Celina,** Professora da UFC;
Senhor **Camilo Santana,** Secretário de Desenvolvimento Agrário;
Senhor **José Sydrião de Alencar,** Superintendente do ETENE;
Senhora **Cristina Nascimento,** da Coordenação Executiva da Articulação no Semi-Árido Brasileiro – ASA-BRASIL;
Senhor **Francisco José Coelho Teixeira,** Presidente da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH;
Senhor **Eudoro Santana,** Presidente do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembléia Legislativa do Ceará;
Senhora **Maria Tereza Bezerra Farias Sales,** Presidenta do Conselho de Políticas e Gestão; e
Senhora **Eliane Leite Araújo Brasileiro,** Presidenta da Associação dos Municípios.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL RELAIZADA NA ASSEMBLÉIA DO ESTADO DA BAHIA

Em atendimento ao Requerimento nº 32, de 2009 – CMMC.
Autoria: Deputado José Guimarães.
Assunto: Debate sobre "Mata Atlântica, Bioma Caatinga e Desertificação – A Bahia no contexto mundial de aquecimento global".

CONVIDADOS:

Deputado **Marcelo Nilo,** Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia;
Deputado **Carlos Gaban,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos da Assembléia Legislativa da Bahia;
Senhor **Zilton Rocha,** Corregedor-Geral do Tribunal de Constas do Estado da Bahia;
Senhora **Andréia Bragagnolo,** Diretora de Estudos Ambientais do Instituto do Meio Ambiente do Estado da Bahia;
Senhor **Victor Ventin,** Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia;
Senhor **Renato Cunha,** Presidente do Grupo Ambientalista da Bahia;
Senhor **Irundi Sampaio Edelweiss,** Vice-Presidente do Centro das Indústrias do Estado da Bahia;
Senhor **Eduardo Mattedi**, Superintendente de Políticas para Sustentabilidade do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Biodiversidade;
Senhor **Jonas Dantas,** Presidente do Conselho Regional e Engenharia e Agronomia do Estado da Bahia;
Senhor **Célio Costa Pinto,** Superintendente do IBMA na Bahia;
Senhor **Hernandes Medrado,** Presidente do Sindicato Rural dos Municípios de Marcionílio Souza, Itaberaba e Boa Vista do Tupim; Senhora **Eliane Reis,** representante do Grupo Nativo de Itapoan;
Senhor **Zezéu Ribeiro,** Deputado Federal; e
Senhor **Gilberto Brito,** Deputado Estadual.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 07

03 Ordinárias – Audiência Pública.
03 Extraordinárias – Audiência Pública.
01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 02

01 Requerimento – CMMC.
01 Aditamento – CMMC.

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 86
TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES: 02
TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 506

C.2 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Relatório da SSCEPI – 02/02/2009 a 30/09/2009

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO – CPI

Tipo	Nome	Total Reuniões	Req. Aprov.	Nº de Req.	Nº Docs Recebidos	Proposições					Obs.
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	
CPI	ONGs RQS 201/2007	5	8	16	206						
CPI	PEDOFILIA RQS 200/2008	15	130	130	193			4	6		
CPI	PETROBRÁS RQS 569/2009	9	64	152	72						

COMISSÕES TEMPORÁRIAS – CT

Tipo	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Proposições						Obs.
					PEC	PLC	REQ	PL	PRS	PLS	
CT	REFORMA DO RISF RQS 208/2008	10							1		
CT	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PLS 156/2009	14					1				
CT	ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU (RQS 231/2009)	1									
CT	COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA (RQS 247/2009)	1									

COMISSÃO

	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Proposições						Obs.
					PEC	PLC	REQ	PL	PRS	PLS	
	CRISE FINANCEIRA AT 16/2009	10									Em 18.06.09 foi aprovado o 1º relatório parcial

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quinze minutos do dia um de setembro do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Inácio Arruda, César Borges, Antônio Carlos Valadares, João Pedro, Roberto Cavalcanti, Expedito Júnior, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Neuto de Conto, Gilvam Borges, Leomar Quintanilha, Lobão Filho, Eliseu Resende, Antônio Carlos Júnior, Efraim Morais, Adelmir Santana, Cícero Lucena, João Tenório, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Heráclito Fortes, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, João Vicente Claudino e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Crivella, Valdir Raupp, Pedro Simon, Raimundo Colombo, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado pelo período de cento e trinta dias para tratar de interesses particulares, Arthur Virgílio e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 46/09, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-002.691/2009-0, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 12/8/2009, concluindo pela aprovação Instrução Normativa nº 59, de 2009, que estabelece normas de tramitação e de acompanhamento das solicitações do Senado Federal acerca das resoluções de autorização das operações de crédito externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com garantia da União e Aviso nº 47/09, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.507 de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente a acompanhamento da execução de despesas decorrentes de operação de crédito realizada junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD pelo Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, autorizada por meio da Resolução nº 34 de 2008 (TC 027.881/2008-7). Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A seguir, o Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 232 de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Efraim Morais, que "altera o § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, para incluir a literatura de cordel entre os segmentos beneficiados com a dedução integral do imposto de renda devido sobre as quantias destinadas a doações e patrocínios", tendo como Relator o Senador João Tenório, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador João Tenório, usam da palavra os Senadores Lobão Filho, Efraim Morais, Antonio Carlos Júnior, João Vicente Claudino e Francisco Dornelles. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 584 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "dispõe sobre a regularização e formalização do contrato de trabalho de trabalhadores informais e o parcelamento de débitos perante o Instituto Nacional do Seguro Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada na Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 174 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que "dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo - SESTUR e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo - SENATUR", tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 16/06/09, foi concedida Vista Coletiva. Em 07/07/09, foi apresentado Voto em Separado de autoria do Senador Francisco Dornelles concluindo pela rejeição do Projeto. Em 12/08/09 foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria. Iniciada a discussão da Matéria, o Relator, Senador César Borges, retira as três emendas apresentadas após a realização da Audiência Pública. Usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Osmar Dias, Roberto Cavalcanti, Adelmir Santana, Tasso Jereissati, Tião Viana, Neuto de Conto e Heráclito Fortes. A discussão e a votação da Matéria são

adiadas; Item 04-Projeto de Lei da Câmara nº 136 de 2009, não terminativo, de autoria do Presidente da República, que "cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e dispõe sobre o seu pessoal; inclui a Câmara de Recursos da Previdência Complementar na estrutura básica do Ministério da Previdência Social; altera disposições referentes a auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil; altera as Leis nºs 11.457, de 16 de março de 2007, e 10.683, de 28 de maio de 2003; e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 11/08/09, foi concedida Vista Coletiva; Em 26/08/2009, foram apresentadas as Emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 05, de autoria do Senador Heráclito Fortes. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 685 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas e da organização e custeio da previdência social para desonerar a remuneração de férias e o décimo terceiro salário", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 05, 06, 07 e 08 que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 01, 02, 03 e 04-CAS. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04-CAS. Após a leitura do Relatório pelo Senador Inácio Arruda, usa da palavra o Senador Lobão Filho. Encerrada a discussão, a votação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei da Câmara nº 04 de 2005, não terminativo, de autoria do Deputado Affonso Camargo, que "dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Wellington Salgado, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer concluindo pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01-CCJ. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Aviso nº 44 de 2009 (nº 245/2009, na origem), não terminativo, de autoria do Ministério da Fazenda, "referentes aos Relatórios sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior", tendo como Relator o Senador Roberto Cavalcanti, que oferece Parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria. Após a leitura do Relatório pelo Senador Roberto Cavalcanti, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 63 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 para permitir dedução dos gastos realizados com educação profissional de nível técnico", tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE, apresentando ainda a Emenda nº 02. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte com Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 01-CE. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 297 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "altera dispositivos da Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para arrecadar e aplicar sanções administrativas", tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Francisco Dornelles, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo); Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 676 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata, que "altera o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre bens imóveis da União e dá outras providências, para isentar o foreiro e ocupante do pagamento de foro e taxa de ocupação no caso que especifica", tendo como Relator o Senador Jefferson Praia, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 330 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que "reduz alíquota da tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas", tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 14/7/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Aviso nº 61 de 2008, não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.201/2008, proferido dos autos do processo TC 028.729/2006-0, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, visando conhecer e avaliar os motivos que levaram o Poder Executivo a realizar, sob pretexto de fomentar as exportações, transferências de recursos federais

aos Estados e Municípios", tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece Parecer pelo conhecimento da Matéria e para que a Comissão seja informada pelo Tribunal de Contas da União acerca dos desdobramentos do Acórdão nº 2.201/2008. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, Cultura e Esporte. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, designa o Senador Lobão Filho Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório pelo Senador Lobão Filho, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pelo conhecimento da Matéria e para que a Comissão seja informada pelo Tribunal de Contas da União acerca dos desdobramentos do Acórdão nº 2.201/2008; Item 13-Mensagem do Senado Federal nº 170 de 2009, não terminativa, de autoria da Presidência da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de até € 1.764.020.784,00 (um bilhão, setecentos e sessenta e quatro milhões, vinte mil, setecentos e oitenta e quatro euros), entre a República Federativa do Brasil e um consórcio formado pelos bancos Société Générale, BNP Paribas S.A., Santander S.A., e Calyon S.A., cujos recursos destinam-se ao Projeto H-X BR (antigo CH-X)", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador João Vicente Claudino, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 14-Mensagem do Senado Federal nº 169 de 2009, não terminativa, de autoria da Presidência da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até € 4.324.442.181,00 (quatro bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e um euros), entre a República Federativa do Brasil e Operação um consórcio formado pelos bancos BNP Paribas S.A., Société Générale, Santander S.A., Calyon S.A., Credit Industriel et Commercial, Natixis e Santander, cujos recursos destinam-se ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos – PROSUB", tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador César Borges, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Júnior e Eliseu Resende. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria. A Comissão aprecia, ainda, as seguintes Matérias com Parecer pela rejeição, Item 15-Projeto de Resolução do Senado nº 02 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e dá outras providências (garantir a aplicação correta e legalmente justa para o cálculo do endividamento dos municípios)", tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 128 de 2008 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "institui o Imposto sobre Grandes Fortunas, de que trata o art. 153, inciso VII, da Constituição Federal e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 17-Projeto de Lei da Câmara nº 55 de 2003, não terminativo, de autoria do Deputado Germano Rigotto, que "altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF", tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 143 de 2003, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera dispositivo da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Wellington Salgado, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 400 de 2005, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "altera a redação do § 3º do art. 1º da Lei nº. 9.870, de 23 de novembro de 1999, com redação dada pela Medida Provisória nº. 2.173-24, de 23 de agosto de 2001 que dispõe sobre a fixação das anuidades escolares, para facultar a inclusão da despesa de contratação de seguro de prevenção à inadimplência na planilha de custos dos estabelecimentos privados de ensino, e lhe acrescenta um § 3º-A", tendo como Relator o Senador Expedito Júnior, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com decisão terminativa. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi

Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 20-Ofício 'S' nº 16 de 2007, não terminativo, de autoria da Prefeitura de Goiânia, que "solicita providências visando a prorrogação da Resolução nº 40, do Senado Federal, de 15 de dezembro de 2006, que permite que a verificação da adimplência dos Estados, Distrito Federal e Municípios, seja feita, utilizando-se o CNPJ do órgão ou entidade tomador da operação de crédito", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Parecer pelo arquivamento do Ofício "S" com o envio à Prefeitura de Goiânia de cópia da presente deliberação e da Resolução do Senado Federal nº 49, de 2007. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 21-Projeto de Resolução do Senado nº 96 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que "altera o art. 11 da Resolução do Senado Federal n° 43, de 2001, para permitir aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a emissão de títulos da dívida pública, seja no mercado interno ou externo, para amortizar ou quitar dívidas renegociadas com a União", tendo como Relator o Senador Efraim Morais, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 22-Projeto de Lei do Senado nº 6 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que "acrescenta artigo à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com decisão terminativa. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 23-Projeto de Lei do Senado nº 34 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que "estabelece condições diferenciadas de empréstimos para pequenas e microempresas e dá outras providências", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 24-Projeto de Lei do Senado nº 320 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "altera os arts. 150, 173 e 174 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, para retirar a decadência do direito de lançamento do crédito tributário quando houver instauração de procedimento investigatório pela polícia ou pelo Ministério Público ou o ajuizamento de ação penal por ilícito que envolva o tributo devido", tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Relator solicita, sendo acatado pela Presidência, que o referido Projeto seja votado separadamente do Bloco das Matérias com Parecer pela rejeição. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto; Item 25-Projeto de Lei do Senado nº 110 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que "Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, que "Autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências", para o fim de extinguir a figura do leilão extrajudicial de imóveis pertencentes a mutuários inadimplentes", tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 26-Projeto de Lei do Senado nº 23 de 2007, não terminativo, de autoria da Comissão Mista do Salário Mínimo, que "dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social e o índice de correção previdenciária", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 27-Projeto de Lei da Câmara nº 127 de 2007, não terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomanno, que "altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, - Código Brasileiro de Aeronáutica, para definir a abrangência da franquia de bagagem", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com Parecer favorável à Matéria. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 28-Projeto de Lei do Senado nº 244 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Jefferson Péres, que "dispõe sobre alterações de alíquotas do Imposto de Importação", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 29-Projeto de Lei do Senado nº 444 de 2008 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que "altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, para proibir o contingenciamento na área social em benefício do pagamento de juros e serviços da dívida", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria.

O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 30-Projeto de Lei do Senado nº 21 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "acrescenta parágrafos ao art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da condição de segurado especial, para produtores rurais com até dois empregados, fixando contribuição diferenciada, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CRA. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 31-Projeto de Resolução do Senado nº 63 de 208, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "cria o Conselho de Assuntos Econômicos do Senado Federal", tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão Diretora. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 32-Projeto de Lei do Senado nº 328 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que "altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições de Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES", tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 33-Projeto de Lei do Senado nº 365 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "altera o caput do art. 17 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para ampliar o prazo de prescrição dos prêmios de loteria para dois anos", tendo como Relator o Senador Tião Viana, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 34-Projeto de Lei do Senado nº 490 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "determina extraordinariamente que seja realizado concurso especial da mega-sena e dá outras providências. (Destinado às vítimas das enchentes nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro)", tendo como Relator o Senador Tião Viana, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 35-Projeto de Resolução do Senado nº 70 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "suspende por tempo determinado o pagamento de dívidas contraídas com a União pelo Estado do Rio de Janeiro e pelos municípios atingidos pelas enchentes", tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 36-Projeto de Lei do Senado nº 87 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que "dá nova redação ao § 5º do art. 96 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para limitar o percentual máximo de comprometimento da receita corrente líquida municipal com o pagamento de obrigações previdenciárias", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 37-Projeto de Lei do Senado nº 02 de 2004 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "atualiza valores das faixas de referência do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 65 de 2004 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Maguito Vilela, que "altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime tributário simplificado das microempresas e das empresas de pequeno porte (Simples), para determinar a revisão dos valores monetários nela constantes, e dá outras providências", com o Projeto de Lei do Senado nº 146 de 2004 – Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "atualiza valores das faixas de referência do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996", e com o Projeto de Lei do Senado nº 343 de 2003 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que "altera a Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime tributário do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), para determinar a revisão dos valores monetários nela constantes", tendo como Relator o Senador Lobão Filho, que oferece Parecer pela rejeição dos PLS nºs 02, 65 e 146, de 2004, e nº 343 de 2003. O Relator solicita, sendo acatado pela Presidência, que os referidos Projetos sejam votados separadamente do Bloco das Matérias com

Parecer pela rejeição. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição dos Projetos; Item 38-Projeto de Lei do Senado nº 556 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades operadoras de Serviço de Radiodifusão Comunitária que migrarem para sistema digital", tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com decisão terminativa. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais. A Comissão aprecia, ainda, as seguintes Matérias com Parecer pela prejudicialidade, Item 39-Projeto de Lei do Senado nº 168 de 2003, terminativo, de autoria do Senador Sibá Machado, que "altera o artigo 13 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal, para prever a instituição dos Conselhos Deliberativos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Nordeste", tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece Parecer pela prejudicialidade da Matéria. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com Parecer pela prejudicialidade. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 40-Projeto de Lei do Senado nº 480 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Neuto de Conto, que "altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar integralmente, do imposto de renda, os rendimentos até o valor equivalente a dez salários mínimos, pelo contribuinte que completar setenta anos de idade", tendo como Relator o Senador Expedito Júnior, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com Parecer favorável ao Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 41-Projeto de Decreto Legislativo nº 506 de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, que "dispõe sobre o subsídio dos membros do Congresso Nacional", tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão Diretora do Senado Federal. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 49/2009–CAE, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, com a finalidade de analisar e debater os seguintes tópicos: 1) criação do Consecitrus - contrato padrão para o pagamento da laranja; 2) cronograma da apuração de denúncia em apuração pela Secretaria de Direito Econômico – SDE, sobre suspeita de formação de cartel das empresas processadoras que dominam o mercado de sucos de laranja e, por conseqüência, vem causando a redução da remuneração de produtores e trabalhadores; e 3) ações implantadas pelo governo brasileiro para combater a doença "Citrus Greening"; com a presença dos seguintes convidados: Sra. Mariana Tavares de Araújo, Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Sr. Pedro Antonio Arraes Pereira, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –Embrapa; Exmo. Sr. Reinhold Stephanes, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Sr. Antonio Henrique Pinheiro Silveira, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; Requerimento nº 50/2009–CAE, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que requer a realização de audiência pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 39 de 2007, com a presença de representantes das seguintes entidades, públicas e privadas: Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE/MF; Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, vinculado ao Ministério da Justiça; Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; Associação Médica Brasileira – AMB; Associação Brasileira de Medicina de Grupo – ABRAMGE; Confederação das Misericórdias do Brasil – CMB; Federação Brasileira de Hospitais – FBH; União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS; Federação Nacional de Saúde Suplementar – FENASAÚDE e PRO TESTE Associação Brasileira de Defesa do Consumidor; Requerimento nº 51/2009–CAE, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que requer a realização de audiência pública para discutir os quatro projetos de lei apresentados pelo Governo Federal acerca do novo marco regulatório do petróleo e exploração do pré-sal, com a presença do Dr. João Carlos de Luca, Presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP e seus técnicos; e o Requerimento nº 52/2009–CAE, de autoria do Senador Neuto de Conto, que requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para debater aspectos relacionados à exploração, tributação e uso da água mineral, com a presença do Exmo. Ministro Edison Lobão, Ministro de Minas e Energia; Exmo. Ministro Reinhold Estephanes, Ministro da Agricultura; Dr. Paulo Camilo, Presidente do IBRAM; Dr. Claudio Scliar,

Secretário de Geologia e Mineração do MME; Dr. Carlos Lancia, Presidente da Abinam; e do Dr. Nelson Machado, Presidente da Confaz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal. [soa a campainha] Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento. Aviso 4609, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão, proferido nos autos do processo do Tribunal de Contas de nº. 002691/2009-0, pelo Plenário daquela corte, na sessão ordinária de 12/08/09, concluindo pela aprovação. Instrução Normativa nº. 59/09, que estabelece normas de tramitação e acompanhamento das solicitações do Senado Federal, acerca das resoluções de autorização das operações de crédito externo, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com garantia da União. Aviso nº. 47/09, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº. 1507/09, bem como dos respectivos relatórios e proposta de deliberação que o fundamentam, referente a acompanhamento da execução de despesas, decorrentes de operação de crédito, realizada junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, pelo Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, autorizado por meio da Resolução nº. 34/08. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão.

Comunico ainda o recebimento do ofício nº. 1841/09, do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, solicitando a remessa dos PLSs nº. 291/07 e 63/07, a fim de atender o Requerimento de autoria do Senador Romero Jucá, requerendo a tramitação em conjunto das referidas matérias. Para tanto, retiro da pauta o PLS nº. 6307, o qual consta do Item 8, e encaminha a matéria ao Plenário do Senado Federal. Requerimento. "Requeiro, na forma dos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de analisar e debater os seguintes tópicos: criação do Consecitrus, contrato padrão para o pagamento da laranja, e cronograma da apuração de denúncia pela Secretaria do Direito Econômico, sobre suspeita de formação de cartel das empresas processadoras que dominam o mercado de suco de laranja, e, por consequência, vem causando a redução da remuneração de produtores e trabalhadores; ações implantadas pelo Governo Brasileiro para combater a doença Citros Greening. À oportunidade, apresento sugestão, no sentido que sejam convidados para participar da referida Audiência Pública, Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura; Mariana Tavares de Araújo, Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Pedro Antonio Arraes Pereira; Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, e Antônio Henrique Pinheiro Silveira, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda". O Requerimento é proposto pela Senadora Kátia Abreu. Os senhores e as Sras. Senadoras, que aprovam o Requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento formulado na qualidade de relator do Projeto de Lei da Câmara nº. 39/07, que dispõe sobre critérios para adição do rol de procedimentos e serviços médicos, RPSM, e dá outras providências, propondo a realização de Audiência Pública na CAE, com a finalidade de debater e esclarecer dúvidas sobre a matéria. O Requerimento é assinado pelo Senador Sérgio Guerra, Senador Sérgio Guerra. Ele propõe a vinda a essa Comissão, representando a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, do CADE, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, e ainda da Agência Nacional de Saúde Suplementar, da Associação Médica Brasileira, da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, da Confederação das Misericórdias do Brasil, da Federação Brasileira de Hospitais, da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde, da Federação Nacional de Saúde Suplementar, e do PRO TESTE, Associação Brasileira de Defesa do Consumidor. Os senhores e as Sras. Senadoras, que aprovam este Requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Projeto de Lei do Senado de nº. 232/06, não terminativo. "Altera o § 3°, do art. 18, da Lei 8.313, de 1991, para incluir a literatura de cordel entre os segmentos beneficiados com a dedução integral do Imposto de Renda, devido sobre as quantias destinadas a doações e patrocínios". Autoria: Senador Efraim Morais. Relator: Senador João Tenório. S. Exa. prolatou parecer favorável ao projeto, com as emendas de nº. 1, 2 e 3. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de... [soa a campainha]. Peço silêncio, por favor. De educação, Cultura

e Esporte, com decisão terminativa. Com a palavra o relator. Senador João Tenório com a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador Efraim Morais... Chega à análise dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado nº. 232/06, de autoria do Senador Efraim Morais. O PLS é composto de dois artigos. O primeiro modifica o § 3°, do art. 18, da Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, também conhecida como Lei Rouanet, para incluir as doações e patrocínios para a edição de literatura de cordel como passíveis de dedução de Imposto de Renda. O art. 2° estatui a cláusula de vigência e, após [ininteligível] na CAE, esse PLS será encaminhado à Comissão de Educação, onde será apreciado em decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas ao projeto. Análise. O Projeto de Lei não apresenta vícios de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. O grande mérito do PLS 232/06 é explicitar a literatura de cordel como elemento importante da cultura nacional e mercadoria de benefícios fiscais. Eu gostaria, nesse momento, aqui, de fazer um registro... Sr. Presidente, um pouco de silêncio. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio, apesar de eu mesmo estar contribuindo para o barulho. Mas prometo que, se o auditório colaborar, eu vou colaborar também. Com a palavra o relator, Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, a oportunidade, adequação e, digamos assim, a percepção da cultura nordestina, manifestadas pelo Senador Efraim Morais, quando propõe essa modificação na Lei Rouanet. Nada no nordeste, nenhuma manifestação cultural do nordeste, ela tem a força de traduzir o espírito nordestino, a arte nordestina, como o cordel. Acho que o cordel é, de fato, a manifestação mais evidente de tudo aquilo que nós podemos chamar de cultura nordestina e, mais, é uma coisa que é absolutamente conectada, ligada, e tem a ver com a baixa renda do povo nordestino. Porque não são livros belos, não são manifestações culturas caras. Não é, não. São pequenos livretos, onde o poeta nordestino manifesta, com sua alma, com seu sofrimento, aquilo que, sem sombra de dúvida, é uma coisa importantíssima para [ininteligível].

Não há o que contestar, Sr. Presidente, pois a literatura de cordel é uma dessas grandes expressões da cultura popular brasileira. Trazida pelos portugueses, a literatura de cordel foi disseminada com maior intensidade no nordeste. A partir do final do século XIX até meados do século passado, quando a televisão ainda não havia se popularizado, o cordel era um importante instrumento de comunicação, escrevendo, na forma de poesia, os principais acontecimentos do país. Ainda hoje, os acontecimentos nacionais são importantes fontes de inspiração para os cordelistas, mas outros aspectos de cultura nacional também são narrados, como as lendas e os casos locais, a trajetória de figuras ilustres ou simples histórias envolvendo traição ou humor. E, com a migração dos nordestinos pelo país, o cordel é, hoje, também, popular nos grandes centros urbanos do centro-sul e, em especial, no Rio de Janeiro e em São Paulo. E, mais uma vez, o mérito do Senador Efraim Morais se manifesta nesse seu esforço, nesse seu trabalho. Enquanto... Sr. Presidente, por favor. Um pouquinho de... [soa a campainha]. Enquanto outras áreas da cultura brasileira, enquanto outras regiões da cultura brasileira para manifestar, para expor, para verbalizar a sua cultura, a sua arte, precisa de recursos extremamente elevados para consecutar esses objetivos, essa proposta do Senador Efraim leva ao povo brasileiro, não apenas ao povo nordestino, como está claro aqui, ao povo brasileiro, a manifestação mais candente, mais firme da cultura nordestina, originária lá detrás das nossas influências portuguesas, e eu diria até [ininteligível], um pouquinho mais para trás, de uma maneira barata, de uma maneira que tem a ver muito com a nossa realidade econômica.

Espera-se, com a aprovação desse PLS, que ocorra um aumento de produção da literatura de cordel. Quanto ao impacto financeiro de aprovação desse PLS, não se pode negar que haverá uma elevação de renúncia fiscal, absolutamente desprezível, se compararmos com shows, manifestações artísticas e não culturais, que a Lei Rouanet é convidada a pagar e o faz de uma maneira repetida e recorrente. Contudo, embora seja difícil fazer uma avaliação precisa dos custos associados, tudo indica que eles serão baixos, tanto em termos absolutos como em relação aos benefícios propostos. Mesmo que seja baixo, a aprovação desse PLS terá um impacto fiscal. Por isso é necessário apresentar emenda para compatibilizar a proposição com o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Proponho também que seja reescrita a ementa que diz que a dedução dos impostos de renda seja integral. Somente parcela dos valores doados aos patrocinadores pode ser deduzido do Imposto de Renda devido e, ainda assim, sujeito a limitações de até 6% do imposto devido para pessoa física e de 4% para pessoa jurídica. Por fim, apresentamos, também, emenda, incluindo a data completa da sanção da Lei 8.316, de 1991, no art. 1° dessa PLS. Voto. Diante do exposto, recomendo a aprovação da PLS 232/06, com as respectivas emendas e, mais uma vez, registrando o mérito do nosso Senador Efraim, que apresenta algo tão nordestino, algo tão importante para a nossa reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, tramita nessa Casa já um projeto de reformulação da Lei Rouanet. Esse projeto é interrelacionado a essa lei. Eu peço vistas do projeto, para poder fazer a compatibilização dos dois processos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o autor do projeto, mas lembrando que o Senador Edison Lobão tem direito ao pedido de vista.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Claro. Como não se trata de um projeto terminativo, nós sabemos que essa matéria ainda será discutida em outras comissões, até por ser o Senador Lobão também do nordeste, e, aqui, simplesmente, a gente quer valorizar a cultura do nordeste, através do cordel, eu faço um apelo ao senador para que nós possamos avançar e se possa discutir mais adiante. Porque, se, aqui, envolvesse artistas famosos de televisão, com certeza, não haveria nenhum incômodo de ser votado. Essa Casa até estaria em silêncio e de Casa cheia, votando essa matéria. Nós sabemos que a frequência aqui não é em função do projeto. Então, eu faço o apelo. É para aqueles que têm a renda, que faz a cultura do nordeste com a menor renda, que começa a ter dificuldades por falta, exatamente, de incentivos. Aqui não vai atingir as grandes produções. Aqui não vai se tirar dinheiro das grandes produções. Aqui, simplesmente, vai dar subsistência àqueles homens e mulheres que, desde a década de 50, incluíram no Brasil a questão do cordel. Nós sabemos que pessoas importantes também contribuíram para essa situação, e eu não tenho a menor dúvida. A literatura de cordel é uma das mais significativas formas de expressão da cultura brasileira. Eu diria a cultura pobre, dos primos pobres. E o parecer que foi dado pelo Senador João Tenório, não cabe remendos. Ele inclusive foi buscar a parte legal, de como buscar os recursos, dando inclusive a forma que precisava ser dada. Por isso, eu deixo o meu apelo, em nome exatamente da cultura nordestina, para que nós... Não vejo necessidade, sinceramente... Respeito, respeito a posição dele. Agora, evidente que, daqui pra frente, nós vamos ter que pedir, também, vista em tudo que é processo.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu até queria declinar, mas, depois dessa afirmação do nobre Senador Efraim, eu vou manter meu pedido de vistas. É oportuno o projeto, é importante para a cultura, mas é importante a gente ter responsabilidades, e eu quero olhar melhor o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. mantém?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Mantenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --João Vicente Claudino. Vista coletiva. De acordo com o pedido do Senador Antonio Carlos Júnior, que se soma ao pedido do Senador Lobão Filho.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sr. Presidente, queria pedir a inversão de pauta para o item 13, que é um acordo importante entre o Governo do Brasil e o... Treze. Que é um acordo importante entre o Governo do Brasil e o Governo da França, que é para ser assinado agora, dia 7, na visita do Presidente Sarkozy ao Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador... Solicita, portanto, a inversão de pauta. Eu sei que ela trará um certo desconforto para os que estão aqui, aguardando a votação do item 3. Mas V. Exa. tem o direito, se o Plenário concordar.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Nós não teremos, antes do dia 7, outra reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu coloco em votação o pedido do Senador João Vicente Claudino. Em votação a inversão solicitada. Os que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Com a palavra o Senador João Vicente Claudino.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem. É que encaminhei à V. Exa. um Requerimento, solicitando convite à representante do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Combustível para uma audiência na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu acho importante que nós possamos ouvir o setor privado, em relação ao problema do petróleo. E eu sugeriria à V. Exa., se fosse possível, que essa audiência fosse realizada num dia, não numa terça-feira, para não criar problemas para a sessão ordinária, mas numa segunda, no final da tarde, ou numa terça, de tarde, um dia que não houvesse problema e não criasse problema para V. Exa. para a realização das sessões ordinárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Francisco Dornelles, logo após a votação dessa matéria, nós votaremos o Requerimento de V. Exa. Com a palavra o relator do

item 13. Antes da palavra do relator, alguns esclarecimentos. Trata-se da mensagem do Senado Federal de nº. 170/09, que propõe que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até 1 bilhão, 764 milhões, 20 mil, 784 euros entre a República Federativa do Brasil e um consórcio formado pelos Bancos Société Générale, BNP Paribas S.A., Santander S.A. e Calyon S.A., cujos recursos destinam-se ao projeto H-X BR, antigo CH-X. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador João Vicente Claudino, que é favorável. E eu passo a palavra ao Senador João Vicente.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sr. Presidente, vou procurar ser o mais sintético possível. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o projeto H-X BR, antigo CH-X. Segundo informações, contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total do projeto está estimado em 1 bilhão, 847... [Soa a campainha]. 1 bilhão, 847 milhões, 354 mil, 117 euros, sendo que 15% desse valor refere-se ao pagamento inicial. E os 85% restante é o montante financiado pelo referido consórcio de bancos, liderado pelo Société Générale e assegurado pela Coface. Enfatiza-se que a contrapartida da União corresponderá a um terço do montante referente ao pagamento inicial. Os outros dois terços serão financiados também por esse consórcio de bancos. O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil, tendo sido suas condições financeiras inseridas no Sistema de Registro de Operação Financeira, sob os números TA 501619 e TA 509826. Segundo a mensagem, a viabilização [soa a campainha].

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, eu peço que seja feito o relatório com calma, porque o projeto é polêmico, chegou ontem a essa Casa, envolve mais de um bilhão e meio de euros e não podemos votar desta forma, de cima pra baixo. Senão, vamos ser obrigados a pedir vistas ao projeto. Eu peço que seja feito o relatório com cautela, os líderes não chegaram... Senão, nós vamos pedir vista à matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Efraim, a matéria chegou na quinta-feira. Mas a cautela de V. Exa. realmente procede, claro. Com a palavra o Senador João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Segundo a mensagem, a viabilização--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio! [soa a campainha].

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Segundo a mensagem, a viabilização do projeto demandou a negociação de dois contratos. O primeiro refere-se ao montante assegurado, denominado Coface Credit Agreement, no valor de 1 bilhão, 570 milhões, 250 mil, 999 euros e 45 centavos. E o segundo refere-se ao financiamento parcial do [ininteligível], no valor de 193 milhões, 769 mil, 784 euros e 75 centavos. O custo efetivo total estimado para esse financiamento-- [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Por favor, eu peço silêncio. Silêncio, por favor.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): O custo efetivo total estimado para esse financiamento, decorrente da combinação dos dois contratos, é de 6,194% ao ano, superior ao incidente de operações de captação do tesouro, mediante emissões de título, atualmente estimado em 5,396% ao ano. Todavia, é aceitável, em face da transferência de tecnologia envolvida. Análise. A análise apresenta operação de crédito externo, fundamentos no art. 52, Inciso 5º e 9º da Constituição Federal, assim como da Resolução nº. 48/07, do Senado Federal. São as normas que disciplinam os limites e condições para as operações de crédito interno e externo da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal. Em primeiro lugar, cumpre observar que a Secretaria do Tesouro Nacional, mediante Parecer 609, de 20 de agosto de 2009, nada opôs à contratação da pleiteada operação de crédito externo. De igual modo, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme parecer nº. 1825, de 25 de agosto de 2009, conclui que as minutas contratuais contêm cláusulas usuais de tais operações, portanto admissíveis, segundo a Legislação Brasileira, tendo sido observado o preceito, contido no art. 8º, da Resolução nº. 48/07, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do país, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos. Manifestou-se, portanto, favorável ao encaminhamento do pleito a esta Casa. No que diz respeito às exigências relativas à inclusão do projeto no Plano Plurianual e na previsão orçamentária, a Secretaria do Tesouro Nacional informa que a operação encontra-se amparada no PPA de 2008 a 2011, com crédito especial no valor de seis bilhões de reais, assegurado pela Lei 11.657, de 25/06/09. Informa ainda que, mediante a Lei 11.957, de 25/06/09, foi aprovado o crédito especial em favor do Ministério da Defesa, dos quais 250 milhões destinavam-se ao projeto H-X BR e que o Comando da Aeronáutica solicitou remanejamento de recursos de seu orçamento, no valor de 240 milhões e 800 mil reais, a fim de viabilizar o pagamento dos encargos à

referida operação de crédito. A Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica aduz que as dotações necessárias ao custeio do projeto serão priorizadas pelo Comando da Aeronáutica, durante o seu período de execução. Quanto aos limites de endividamento da União [soa a campainha], a Secretaria do Tesouro Nacional informa que--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): [soa a campainha] Silêncio! Eu peço silêncio e lembro que a matéria diz respeito às Forças Armadas.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Obrigado, Presidente. A Secretaria do Tesouro Nacional informa que, de acordo com informações obtidas no relatório de gestão fiscal da União para o primeiro quadrimestre de 2009, há margem, na presente data, para a contratação da pleiteada operação, nos limites estabelecidos pelo Senado Federal, nos termos dos arts. 6° e 7° da Resolução do Senado Federal nº. 48, de 21/12/07. A Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informou que a operação em tela se enquadra no novo limite global para as operações de crédito da União, que é de cinco bilhões de dólares para o período de 2009 a 2011, conforme Resolução nº. 455, da COFIEX, de 06/08/09.

Quanto ao mérito, cabe notar que o projeto H-X BR refere-se à produção e industrialização, desenvolvimento e fornecimento, no Brasil, de helicópteros de médio porte, classe 11 toneladas e emprego geral, mediante desenvolvimento de indústria nacional de defesa, buscando a efetiva transferência de tecnologia e ampliação da capacidade industrial brasileira neste campo aeronáutico. Segundo informações nos autos, a mensagem presidencial sob exame, o objetivo principal do projeto é a aquisição de 50 helicópteros de médio porte, aeronaves novas, modelo EC – 725, e emprego geral pelas Forças Armadas do Brasil. As aeronaves serão fornecidas pelo consórcio formado pelas empresas Helibras e Eurocopter entre 2010 e 2016. Ao comando da Aeronáutica, caberão 18 unidades. Aos comandos do Exército e da Marinha, 16 unidades cada. Do ponto de vista técnico, informa-se que as aeronaves serão capazes de atuar em qualquer ponto do território nacional, cumprindo missões de guerra de superfície, transporte tático, busca e salvamento em combate, evacuação aeromédica, transporte logístico e operações especiais.

Com relação à produção e transferência de tecnologia, ressalta-se que será implantada no Brasil a linha de produção da aeronave EC -725 e toda a capacidade para o seu apoio e manutenção, gerando uma produção de componentes baseados superior a 50%, bem como a criação de um centro de engenharia de helicópteros, possibilitando a realização de projetos de modificação dessas aeronaves no país. Ademais, estima-se que, a partir da 17ª, todas as aeronaves produzidas sairão da fábrica da Helibras, situada na cidade de Itajubá, Minas Gerais. As atividades de execução do projeto em território brasileiro propiciarão envolvimento e desenvolvimento de empresas nacionais de defesa, fornecedores de partes estruturais e equipamentos para este helicóptero, criando empregos de alto nível no parque aeronáutico brasileiro e aumentando significativamente o conhecimento nacional do setor helicopterista. Além desses efeitos multiplicadores sobre a produção industrial nacional e a qualificação de mão de obra, assevera-se que a linha de montagem instalada para a produção dessas unidades será capaz de industrializar a versão civil desse helicóptero denominado EC - 225. A produção dessas aeronaves em território nacional possibilitará a sua utilização em diversas atividades, entre as quais a de suporte logístico, as plataformas que exploram o petróleo ao longo da costa brasileira. Em suma, a operação de crédito sob exame atende as exigências da Resolução nº. 48/07 e nas demais normas legais que regem a matéria.

O voto, Sr. Presidente. Em conclusão, o pleito, encaminhado pelo Presidente da República, encontra-se de acordo com o que preceitua a Resolução do Senado Federal nº. 48/07, devendo ser concedida autorização para a contratação de operação de crédito externo, nos termos do seguinte projeto de resolução do Senado de 20909, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo no valor de 1 bilhão, 760 milhões, 20 mil, 784 euros, com consórcio formado pelos Bancos Société Générale, BNP Paribas, Santander e Calyon S.A., cujo recurso destina-se ao projeto H-X BR. Art. 1°: "é a União autorizada a contratar operação de crédito externo no valor de até 1 bilhão, 764 milhões, 20 mil, 784 euros, com o consórcio formado pelos bancos Société Générale, BNP Paribas, e Santander S.A e Calyon S.A. § 1°: 'Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o projeto H-X BR'". Art. 2°: "a operação de crédito, referida no art. 1°, deverá ser realizada nas seguintes condições. Inciso 1°: devedor. República Federativa do Brasil. Inciso 2°: credores, consórcios formados pelos Bancos Société Générale, BNP Paribas, Santander S.A e Calyon S.A. Inciso 3°: valor até 1 bilhão, 764 milhões, 20 mil, 784 euros, subdividido em dois contratos e nas condições financeiras especificadas nos Incisos 4° e 5° deste artigo. Inciso 4°: contrato de crédito Coface. A) valor: 1 bilhão, 570 milhões, 250 mil, 999 euros e 45 centavos; B) prazo de desembolso será de 95 meses após a data da eficácia do contrato e, no mais tardar,

até 15 de maio de 2018, sendo que as condições de primeiro desembolso deverão ser cumpridas em até 240 dias, após a assinatura do contrato; C) amortização. Cada trâmite será amortizado em 17 parcelas semestrais consecutivas e iguais, sendo a primeira parcela dividida seis meses após o fechamento da tranche; Letra D) datas do pagamento de juros e principal: 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano; E) juros: 5,10% ao ano sobre o saldo devedor de cada tranche; F) comissão de compromisso, 0,50% ao ano sobre o montante não desembolsado; G) comissão de estruturação. 0,60% sobre o valor do financiamento; H) despesas gerais e taxas legais até 50 mil euros; I) juros de mora, a maior entre as seguintes taxas: a) os juros pactuados, acrescidos de 1% ao ano; b) índice médio das operações de overnight, com euro, acrescido de margem de um inteiro e cinco décimos por cento ao ano e 1% ao ano; J) Prêmio de seguro: 60 milhões, 768 mil, 713 euros e 68 centavos, pagos à Coface, à vista, sendo equivalentes a 3,87% do valor financiado; K) taxa de alteração contratual ou de renúncia [soa a campainha] até 15 mil euros por alteração. Inciso 5º: contrato de empréstimo comercial. A) valor: 193 milhões, 769 mil, 784 euros e 55 centavos; B) prazo de desembolso: até 15/11/2010, sendo que as condições de primeiro desembolso deverão ser cumpridas em até 240 dias após a assinatura do contrato; C) amortização. Será feita em 12 parcelas semestrais, consecutivas e iguais, sendo a primeira devida em 15 de dezembro de 2010 e a última, em 15 de julho de 2016; D) data para pagamento de juros e principal: 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano; E) juros. [ininteligível] mais margem de 2,90% ao ano; F) comissão de compromisso. 0,5% ao ano sobre o montante não desembolsado; G) comissão de estruturação: 0,60% sobre o valor do financiamento; H) despesas gerais e taxas legais até 50 mil euros; I) juros de mora. Em caso de mora, será cobrado índice médio de operações de overnight com euro, acrescido da margem de 2,90% ao ano mais 1% ao ano; J) prêmio de seguro. Não se aplica; K) taxa de alteração contratual ou de renúncia até 15 mil euros por alteração. Parágrafo Único: As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como do desembolso previsto, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo". Art. 3°: "o prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, contados a partir da vigência desta resolução". Art. 4°: "esta resolução entra em vigor na data de sua publicação". Esse é o relatório, com voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Em votação o parecer do relator. Os senadores e as senadoras, que concordam com o parecer do relator, permaneçam como estão. Aprovado o parecer do relator, favorável nos termos do projeto de resolução apresentado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O relator volta a pedir a palavra. Com a palavra o relator, que tem preferência.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Eu queria fazer o pedido de urgência, para que nós possamos votar em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): De acordo com a solicitação do relator, está em votação o pedido de urgência. Os senadores e senadoras, que concordam com o pedido, permaneçam como se encontram. Aprovado o pedido de urgência. Concedo a palavra ao Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu queria solicitar à V. Exa. que submetesse ao digno Plenário dessa Casa a inversão de pauta, para que pudéssemos votar o item 14, que, da mesma forma que o item 13, é uma mensagem da Presidência da República muito importante para equipar as nossas Forças Armadas e que tem o mesmo nível de urgência que foi, agora, solicitado pelo Senador João Vicente Claudino, para o item 13. Então, pediria à V. Exa. que pudesse submeter ao Plenário o nosso Requerimento para a inversão de pauta do item 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu submeto o pedido de inversão de pauta. Os senadores e senadoras, que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, por favor. V. Exa. afirmou que iria colocar em votação--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vou colocar agora. Agora mesmo.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Presidente, nós fomos convidados a semana passada para--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): [soa a campainha] Peço silêncio. Peço silêncio.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): --o encontro com o Ministro e o Alto Comando das Forças Armadas. E, no dia seguinte, o Ministro Jobim esteve aqui, numa Audiência Pública, explicando toda essa modificação que ele pretende fazer na estruturação das Forças Armadas, não apenas no que diz respeito a equipamento, como a estrutura em si, operacional em si. Eu realmente fiquei impressionado com a eficácia do Ministro em estabelecer os pontos fundamentais, as necessidades, a numerologia toda bem definida. Agora, uma coisa me deixou preocupado nesse processo todo. O foco dessa reformulação, o foco desse trabalho que vai custar alguns bilhões de dólares, ele diz respeito a uma estruturação nacional interna e à questão do pré-sal, a questão das nossas reservas petrolíferas, e, além disso, um pouco mais, a parte continental do Atlântico. Mas, em momento nenhum, ficou claro pra mim.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): O ganho... [soa a campainha]. O ganho que nós teríamos na eficiência de, digamos assim, ir de encontro a agressões externas do Brasil, que o Brasil possa a vir sentir em função de uma certa animosidade que se criou na América do Sul ultimamente. Não há, assim, uma preocupação primeira. Toda essa reforma, no sentido de que o Brasil esteja preparado para reagir a agressões, a animosidades desses países que, de repente, criaram esse estado de espírito para com o Brasil. E é bom lembrar, Sr. Presidente, que isso tende a aumentar, porque a diferença de desenvolvimento do Brasil para esses países, ele é grande hoje e será tão maior amanhã, e fará com que a gente apareça para o resto da América do Sul, sobretudo, com a cara do imperador, com a cara do país que quer tirar proveito das economias.

Então, uma das coisas que eu queria dizer... Muito bem estruturado, um trabalho magnífico que foi feito pelo Ministro, entretanto me deixou com esse tipo de preocupação. Ele não contempla, assim, de uma maneira importante as preocupações que nós devemos ter com as nossas fronteiras, sobretudo as fronteiras com aqueles países que são animosos hoje e, possivelmente, poderão ser mais ainda no futuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço à V. Exa. Requerimento. "Requeiro, nos termos do § 2°, do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, do Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença do Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, IBP, Dr. José Carlos de Luca, e dos seus técnicos, para discutirem, no âmbito dessa Comissão, os quatro Projetos de Lei, apresentados pelo Governo Federal, acerca de novo marco regulatório do petróleo e exploração do pré-sal". O Requerimento é de autoria do Senador Francisco Dornelles. Em votação o Requerimento.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, é um Requerimento importante. A proposição do Senador Dornelles é muito oportuna e nós estamos inteiramente de acordo com a realização da Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa., Senador Eliseu Resende. Em votação o Requerimento. As senhoras e os Srs. Senadores, que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos passar ao Item 14. Peço desculpas àqueles que estão esperando a votação do Item 3. Logo após essa votação, vamos voltar ao Item 3 da pauta, que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo, SESTUR, e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo, SENATUR. Peço desculpas pelo desconforto também, mas não imaginávamos que tivéssemos hoje um auditório como esse.

Item 14. Com a palavra... Item 14. Mensagem do Senado Federal nº. 169/09. Não terminativa. Propõe que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente até 4 bilhões, 324 milhões, 442 mil, 181 euros, entre a República Federativa do Brasil e operação... [soa a campainha] Um consórcio formado pelo Paribas S.A., Société Générale, Santander S.A. Calyon S.A., Credit Industriel et Commercial, Natixis e Santander, cujo recurso destina-se ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos - PROSUB. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador César Borges, que está com a palavra nesse instante.

Peço silêncio! [soa a campainha] Peço silêncio. Lembro que ainda se trata de projeto das Forças Armadas.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu vou realmente pedir a V. Exa. que faça esse apelo ao Plenário, que, de certa forma, mantém um pouco a condição para que eu possa ler. Eu estou com problema de garganta, o relatório é longo. É um projeto complicado, que merece toda atenção pela sua complexidade. Portanto, vou pedir muita atenção e silêncio ao Plenário, e especialmente aos senadores, com relação ao nosso relatório.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. O Presidente da República, mediante a mensagem nº. 169/09, submete a essa Casa pedido de autorização

para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente até 4 bilhões, 324 milhões, 442 mil, 181 euros, entre a República Federativa do Brasil e consórcio formado pelos bancos, o BNP Paribas, Société Générale, Calyon, Credit Industriel et Commercial, Natixis e Santander. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento de Submarino - PROSUB, do interesse do Comando da Marinha, integrante da estrutura do Ministério da Defesa.

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo, pela Comissão de Financiamento Externo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma da recomendação nº. 1.132, de 06 de agosto de 2009. A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda prestou informações sobre as condições financeiras da operação, como exigidas pela Resolução do Senado nº. 48/07. Embora seja preciso abrir crédito especial para criar dotação orçamentária que atentada ao programa, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu oportuno o imediato encaminhamento da matéria para esta Casa, em virtude da relevância do pleito. A assinatura do contrato, contudo, estaria acondicionado ao saneamento das pendências indicadas no Parecer nº. 610/09, GERIF, COREF, Secad, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, de 20 de agosto de 2009.

Sr. Presidente, mais uma vez, eu vou pedir a V. Exa. que solicite a este Plenário uma atenção, a manter, pelo menos, audível para os Srs. Senadores o meu relato.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio. Agora mesmo, eu estava colaborando com o barulho, mas, agora, eu peço silêncio. Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O Banco Central do Brasil efetuou credenciamento da operação, conforme ofício nº. 189/09, [ininteligível], de 24 de agosto de 2009. Já a Procuradoria da Fazenda Nacional, por intermédio do parecer PGFN/COF nº. 1.809, de 24 de agosto de 2009, pronunciou-se pela legalidade da minuta contratual e pela possibilidade jurídica de submissão do pleito ao Senado Federal, para fins de autorização da operação de crédito em tela.

A análise. Preliminarmente, convém registrar que nossa análise e as conclusões a que chegamos, neste parecer, acerca do mérito da operação em tela, tem por base informações fornecidas pelo Poder Executivo, particularmente pelo Ministério da Defesa e pela Marinha do Brasil. Com o material fornecido por essas autoridades sobre o PROSUB e a exposição realizada pelo Sr. Ministro da Defesa, nessa Casa, em 27 de agosto último, foi-nos possível formar nossa convicção sobre a matéria em apreço. O valor total do PROSUB é de 6 milhões, 790 milhões, 862 mil e 142 euros, assim distribuídos: 4 bilhões, 324 milhões, 442 mil, 181 euros da presente operação de crédito; 598 milhões, 219 mil e 961 euros como contrapartida federal para o empréstimo ora pleiteado; 1 bilhão, 868 milhões e 200 mil euros de recursos, oriundos do Tesouro Nacional, que serão empregados na construção de um estaleiro e de uma base naval em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O programa tem os seguintes objetivos: 1) o desenvolvimento e a produção compartilhada de quatro submarinos convencionais do tipo Scorpene; 2) o recebimento de assistência francesa do desenvolvimento das partes não nuclear de um submarino movido por um reator atômico. O prazo de execução foi estimado em 15 anos. Além do mais, acordo firmado entre Brasil e a França prevê, no âmbito do PROSUB, transferência de tecnologia e capacitação de pessoal. Segundo o cronograma estimativo, haverá 30 desembolsos semestrais, de junho de 2010 a dezembro de 2024, referentes ao financiamento propriamente dito, às contrapartidas federais e ao pagamento de seguro. Calculou-se que o custo efetivo total do financiamento alcançará 6,354% ao ano. Embora maior que o custo de captação do Tesouro Nacional, em uma operação semelhante, avaliada em 5,183% ao ano, a taxa a ser cobrada foi julgada aceitável pela Secretaria do Tesouro Nacional, uma vez que há a previsão de transferência de tecnologia.

A Secretaria do Tesouro Nacional esclarece que o PROSUB não consta tanto do Plano Plurianual para 2008/2011, como da Lei Orçamentária para 2009, no entanto, as Secretarias de Planejamento e Investimento Estratégico, Orçamento Federal, ambas do Ministério do Planejamento, já estariam finalizando as minutas de Projeto de Lei, que serão submetidas ao Poder Legislativo, no intuito de ajustar as normas citadas. São pendências cujo saneamento poderá ser averiguado no momento da assinatura do contrato de empréstimo. Essa averiguação também deverá estender-se ao Projeto de Lei orçamentário para 2010, a ser encaminhado pelo Poder Executivo... Aliás, foi encaminhado ontem, 31 de agosto deste ano.

Em relação ao limite de endividamento da União, a Secretaria do Tesouro Nacional informa que há presentemente margem para a contratação da operação pleiteada, conforme os arts. 6° e 7° da Resolução nº. 48/07. O primeiro artigo reitera as determinações contidas no art. 167, Inciso III, da Lei Maior, de que as operações de crédito não deverão exceder ao montante das despesas de capital, observados os critérios

fixados no art. 32, § 3°, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal. O segundo, a seu tempo, estipula que o montante global das operações de crédito, realizada em um exercício financeiro, não podem ser superior a 60% da receita corrente líquida do Governo Federal.

A Secretaria do Tesouro Nacional também atesta que as demais restrições, estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, estão sendo observadas pela União. Ademais, aquele órgão opina no sentido de que as obrigações, constantes da minuta de contrato, são passíveis de cumprimento pelas partes envolvidas, não atribuindo ao Tesouro Nacional riscos superiores, assumidos normalmente. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por sua vez, confirma que as minutas contratuais contêm cláusulas admissíveis segundo a legislação brasileira, não tendo natureza política e não atentando contra a soberania nacional e da ordem pública. No que concerne aos aspectos de Defesa Nacional, é importante assinalar a importância dessa iniciativa.

Sr. Presidente, eu pediria, mais uma vez, que V. Exa. acionasse a campainha para silêncio, porque vou tratar do mérito da questão. [soa a campainha] No que concerne--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio, por favor.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): No que concerne aos aspectos de Defesa Nacional, é importante assinalar a importância dessa iniciativa. O Programa de Desenvolvimento de Submarinos faz parte das medidas essenciais para a nossa defesa, com significativas contribuições ao país, em termos de desenvolvimento científico, tecnológico e naturalmente econômico. Ademais, a iniciativa vai ao encontro da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa Brasileiras. Recentemente, o Ministro da Defesa veio a esta Casa para apresentar as senhoras e Srs. Senadores, deputados, alguns aspectos da nossa defesa, relacionado ao poder naval. Após discorrer sobre as infraestruturas críticas, bacias petrolíferas, campos de produção, hidrelétricas, portos, aeroportos, entre outras, assinalou quanto estamos vulneráveis. Contribui, sobremaneira, com essa vulnerabilidade o baixo investimento em defesa e a pouca preocupação em fortalecer nossa capacidade dissuasória, lembrou o Ministro. Não podermos descuidar da defesa de nosso povo, de nosso território e de nossas riquezas. Durante anos - e isso quem informa é o próprio Poder Executivo -, o Brasil mostrou-se negligente em assunto de segurança nacional, com redução no orçamento das Forças Armadas, sucateamento e obsolescência dos equipamentos e enfraquecimento da nossa capacidade de fazer frente a ameaças tradicionais e às novas ameaças, no cenário de crescente insegurança internacional de pós-guerra fria.

O orçamento de defesa brasileiro - algumas vezes, representantes do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Armadas já tiveram oportunidade de discorrer sobre isso nessa Casa - decresceu nos últimos anos 90, do século passado. A Política de Defesa Nacional, atualmente em vigor, bem como a Estratégia Nacional de Defesa, assinala que o Brasil se vê diante de novos desafios no século XXI. O país muito tem crescido, e um contexto mundial de carência de recursos naturais, de alimentos e insumos energéticos, nossa condição de grande exportador de grãos, carnes, minérios e de produtor de energia, faz com que aumente o prestígio do Brasil no consenso(F) das nações. Entretanto, a ocupar um papel de maior destaque no cenário internacional, o Brasil também atrai cobiça e pode envolver-se em litígio com outros atores. Precisamos estar preparados para nos defendermos de eventuais investidas externas que atentem contra nossos interesses. Tratemos particularmente de nossas riquezas e nosso poder naval.

De acordo com o Ministro da Defesa, nossas águas jurisdicionais, chamada Amazônia Azul, contêm, na imensidão da massa líquida, do vasto território submerso, de milhões de quilômetros quadrados, riquezas biológicas e minerais, largamente ameaçadas pela exploração predatória e cobiça internacional. Observemos, lembrou Nelson Jobim, o Ministro da Defesa, que a maior parte de nossos recursos petrolíferos, e são muitos, estão sob o oceano, na plataforma continental, sob jurisdição brasileira. Com a descoberta das reservas no pré-sal, a preocupação com a defesa de nossas águas jurisdicionais aumenta. E aí que se destaca o Programa de Submarinos, uma necessidade estratégica. Com mais de quatro milhões de quilômetros quadrados, ou seja, o equivalente à metade do território brasileiro e de toda a nossa Amazônia, nossa águas jurisdicionais precisam de defesa. Neste contexto, o submarino, tanto o convencional quanto o de propulsão nuclear, mostra-se como instrumento fundamental na defesa de nossos interesses marítimos e, portanto, da soberania brasileira. É a arma dissuasória de alta envergadura e privilégio de poucas nações no globo. A opção pelos convencionais movidos a diesel ou por nucleares, ou mesmo pelos dois tipos, é algo que extrapola motivos meramente financeiros orçamentários, pois envolve aspectos políticos e estratégicos. No caso do Brasil, convém que tenhamos, ambos, os tipos de submarino. Há muito, dispomos de modelos convencionais, o que garante a defesa das áreas mais rasas de nossas águas jurisdicionais. Uma vez que há

o entendimento entre os especialistas de que é conveniente continuarmos com submarinos convencionais a diesel, acreditamos ser importante que tenhamos capacidade para projetá-los e construir modelos convencionais modernos e aptos a garantir nosso poder naval ao longo de nossa costa. O programa em apreço contempla o desenvolvimento do projeto e a construção de quatro submarinos convencionais, em cooperação com a França. A construção de submarinos convencionais pelo Brasil remonta à década de 1970, à uma parceria com a Alemanha. Atente-se que a nossa capacidade é de construir e não de projetar submarinos. Sempre nos foi negado o conhecimento para que pudéssemos desenvolver projetos de submarinos. Essa parceria com a França permitirá ao Brasil, por meio da transferência de tecnologia, projetar e construir os submersíveis. A República Francesa mostrou-se um parceiro interessante, tanto para o desenvolvimento do projeto de submarinos convencionais quanto para o projeto de construção do primeiro submarino nuclear brasileiro. Os submarinos convencionais, é bom destacar, são de grande importância, mas têm emprego limitado preponderantemente em zonas litorâneas e com as limitações de emprego e permanência submersa. Diante da magnitude de nossas águas jurisdicionais, das riquezas que ali se encontram e dos interesses ali envolvidos, o desenvolvimento e a manutenção de submarino nuclear é prioridade para fortalecer nosso poder naval. Este, graças à excepcional mobilidade, é um recurso para a defesa avançada da fronteira marítima mais distante. Isso justifica a proposta de produção dos dois tipos de submarinos.

Com os submarinos convencionais, teríamos capacidade de melhor patrulhar e garantir a defesa das nossas águas rasas. Com o submarino nuclear, disporíamos de um recurso importante para a defesa da totalidade de nossas águas jurisdicionais, e o Brasil se veria inserido em um seleto grupo de potências. São poucos estados com tecnologia para o desenvolvimento de submarino nuclear. Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Rússia e China. Segundo o Sr. Ministro da Defesa, que falou à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nesta Casa, em Audiência Pública no dia 26 de agosto, a Alemanha, nossa parceria no programa anterior, não produz submarinos nucleares. A França se mostrou como parceiro que melhor atendia às nossas demandas. O acordo com os franceses envolve o desenvolvimento e a construção de quatro submarinos convencionais, e um à propulsão nuclear em uma década.

Também prevê a construção de estaleiro e de uma base para os submarinos na baía de Sepetiba, por meio de consórcio com a participação de empresa brasileira. Ademais, o contrato assegura a transferência de tecnologia referente à construção dos submarinos, do estaleiro e da base, e ainda, dos sistemas de combate. Nenhum outro país com capacidade de construir submarinos nucleares nos fez melhor oferta.

Segundo nos informou a Marinha do Brasil, e conforme nota à imprensa divulgada pela assessoria de comunicação social do Ministério da Defesa em 17 de julho de 2009, a construção de um novo estaleiro e de uma nova base em Sepetiba para os submarinos de propulsão nuclear, está prevista pela Marinha desde 1993. Considerar que essas obras seriam desnecessárias... [soa a campainha]. Considerar que essas obras seriam desnecessárias implica ignorar que submarinos de propulsão nuclear só podem ser construídos em estaleiros a isto dedicados e que atendam a requisitos tecnológicos e ambientais bastante específicos, que hoje são atendidos... Não são atendidos por nenhum dos estaleiros existentes no Brasil. Além disso, a atual base dos submarinos convencionais na Baía de Guanabara sequer tem profundidade para um submarino de propulsão nuclear. Houve a exigência do Brasil de que a base e o estaleiro fosse construído por empresa brasileira, cabendo à responsável pelo projeto, a empresa estatal francesa *Direction des Constructions Navales Services* (DCNS), escolher livremente seu parceiro.

A construtora selecionada pelos franceses foi a construtora Odebrecht, em decisão por eles tomadas, sem gerência, informou-nos à Marinha do Governo Brasileiro. Sobre o assunto, consta da nota do Ministério da Defesa de 17/07/09, que "o Brasil exigiu que a base e o estaleiro fosse construído por empresa brasileira, cabendo à responsável pelo projeto, a francesa DCNS, escolher livremente seu parceiro, tendo sido selecionado a Construtora Odebrecht. Independentemente de quem fosse responsável pelo projeto, não caberia licitação da obra. Tendo em vista a necessidade de sigilo do projeto, plantas de instalações nucleares militares não passíveis da divulgação pública exigidas por uma licitação. Portanto, a escolha da parceria com a Odebrecht, informaram os franceses, obedeceu a critério exclusivo da DCNS tratando-se de livre associação entre duas empresas". Foi isso que nos asseguraram as autoridades da Marinha e do Ministério da Defesa.

Assim que pese o fato de que poderíamos em nossa análise passar ao largo de questões de Defesa Nacional, sentimo-nos na obrigação de fazer referência à grande relevância do programa de construção de submarinos convencionais e nucleares para a defesa de nossa pátria e de suas riquezas. Também temos muito a lucrar em termos de desenvolvimento tecnológico e no fomento à indústria nacional em setores como o

naval, o nuclear e o cibernético, conforme assinalou o próprio Ministro da Defesa aqui no Senado.

Trata-se assim de um projeto que contribui para um papel de maior destaque do Brasil no concerto das nações. O voto, Sr. Presidente. Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Presidente da República encontra-se de acordo com que preceitua a resolução do Senado nº. 48/07, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida nos termos do seguinte projeto de resolução: O Senado Federal resolve: Art. 1º: É autorizada... É a União autorizada a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a 4 bilhões, 324 milhões, 442 mil e 181 euros de principal entre a República Federativa do Brasil, consórcio formado pelos bancos BNP Paribas, Société Générale, Calyon, Credit Industriel et Commercial, Natixis e Santander; Parágrafo Único: Os recursos oriundos da operação que se refere o caput destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Submarino (PROSUB); Art. 2º: A operação de crédito referida no art. 1º dessa resolução, contém as seguintes características e condições básicas: 1) Devedor: República Federativa do Brasil. 2) Credor: Consórcio formado pelo BNP Paribas, Société Générale, Calyon, Credit Industriel et Commercial, Natixis e Santander. 3) Valor do empréstimo: Até 4 bilhões, 324 milhões, 442 mil e 181 euros. Assim distribuídos: 3 bilhões, 578 mil, 159 mil e 181 euros referentes ao pagamento de bens, serviços e seguros de crédito; 746 milhões, 283 mil euros referentes ao pagamento da transferência de tecnologia; Prazo de desembolso: Até 15 anos após o cumprimento das condições precedentes ao primeiro desembolso, que deverão ser cumpridas antes desse desembolso, ou no mais tardar até 240 dias após a assinatura do contrato. 5º) Amortização: Cada desembolso será amortizado em 10 parcelas semestrais consecutivas iguais, sendo a primeira parcela devido a seis meses após o desembolso correspondente. 6º) Datas para o pagamento dos juros do principal: 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano. 7º) Juros: 5,5%. cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano sobre o saldo devedor de cada desembolso. 8º) Comissão de compromisso: Cinco décimos por cento ao ano sobre o montante não desembolsado. 9º) Comissão de estruturação: Cinco décimos por cento sobre o valor do financiamento a ser pago até 30 dias após a assinatura do contrato. 10º) Despesas gerais de taxas legais: Até 50 mil euros. 11) Juros de mora. A maior entre as seguintes taxas: Os juros pactuados acrescido de 1% ao ano. Ou índice médio de operações de overnight com euro. Euro overnight Index Average: Acrescido de margem de 1,5% ao ano e de 1% ao ano. 12º) Prêmio de seguro equivalente a dois inteiros e 38 centésimos por cento do valor financiado a ser adicionado ao montante de cada desembolso e financiado pelo consórcio de bancos nas mesmas condições de financiamento principal.

Art. 3º: A autorização prevista no art. 1º fica condicionado a observação das seguintes condições: 1º) Demonstração pela Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico da inclusão na Lei 11.653 de 07 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período do 2008/2011 de ações que contemple os objetivos e obrigações do PROSUB no triênio 2009/2011. 2º) Demonstração pela Secretaria de Orçamento Federal de inclusão na Lei nº. 11.897 de 30 de dezembro de 2008, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009. E no Projeto de Lei Orçamentária para 2010 de dotações orçamentárias suficientes para atender as necessidades do PROSUB.

Art. 4º: O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 dias contado a partir de sua publicação.

Art. 5º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Este é o relato com o voto e o projeto de resolução, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão. Antes quero lembrar que de acordo com a Resolução nº. 4301 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria, como da matéria anterior, o Sr. Petrônio Castanheira, Gerente de projetos da COREF, da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional. A matéria está em discussão.

Eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Eduardo Azeredo no momento está ausente. Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O projeto tem seus méritos. Realmente nós precisamos de proteger nossa costa, isso é uma coisa que é muito clara. E precisamos também transferir tecnologia para que produzamos esse tipo de equipamento no Brasil. Também isso é fora de dúvidas. Eu tenho só... Embora no mérito esteja favorável, eu tenho só duas observações. Uma que já está explicada aqui, que é uma taxa de juros superior à taxa de risco soberano do Tesouro Nacional em cerca de 1.2%. Mas ele aqui explica que em função da transferência de tecnologia que seria razoável. Agora, a própria Secretaria do Tesouro Nacional esclarece que o projeto não consta nem do Plano Plurianual de investimento de 2008/2011, como da Lei Orçamentária de novembro(F) 2009. E que já estariam

providenciando as minutas de Projeto de Lei que seriam submetidas ao Congresso para ajustar as normas. E também deveria haver a previsão na Lei Orçamentária de 2010 que acabou de ser entregue ao Congresso. Se não há, é preciso que conste.

Então, essas pendências precisam ficar resolvidas até a assinatura do contrato, e isso é fundamental. Mas, feitos os reparos, no mérito sou favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão a matéria. Em votação o parecer do Relator. Antes, concedo a palavra ao Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Na oportunidade do lançamento desse programa para a construção de submarinos convencionais e submarino nuclear para a proteção da costa brasileira pela Marinha, é importante lembrar, nós tivemos ontem o lançamento do programa de exploração das camadas do pré-sal. Haverá Legislação que será encaminhada ao Congresso Nacional para o debate aqui da matéria.

Eu quero lembrar que a Marinha do Brasil precisa de recursos para a operação de toda essa estrutura que vai montar. Hoje a Marinha do Brasil participa da distribuição dos *royalties* na plataforma continental. Eu espero que os Projetos de Lei que o Governo vai encaminhar para o Congresso preveja também a participação da Marinha Brasileira na distribuição dos *royalties* do pré-sal. É minha palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa. e a matéria está em votação. Os Senadores e Senadoras que concordam com o parecer do Relator permaneçam como estão. Aprovada a matéria.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Relator, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu queria solicitar, fiz um Requerimento de urgência para que o projeto pudesse ir ao Plenário para a votação que o projeto requer da urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação a solicitação de urgência feita pelo Relator, Senador César Borges. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência. Aprovado o parecer do Relator favorável nos termos do projeto de resolução aprovado.

Passamos agora ao Item 3.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu sou Relator do Item 3. Tinha, inclusive, modificado o meu relato em relação ao relato que foi lido nessa Casa, apresentando três emendas. Três emendas. Ainda na semana passada fui contactado também pelo Senador Dornelles falando da possibilidade de adiamento dessa votação para o dia 15, porque já na próxima semana nós teremos dia 07 de setembro.

Então, na verdade, como relator eu peço a V. Exa. a retirada do projeto de pauta.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Só para esclarecer, realmente, em face da votação de um projeto de Reforma Política, eu havia discutido com o Senador César Borges sobre a possibilidade de um adiamento. Mas, como a sessão da Reforma Política foi adiada, vai começar mais tarde, nós retiramos essa solicitação, no sentido de que a matéria pudesse ser votada no dia de hoje. Mas, de qualquer maneira...

[palmas]

Eu respeito... Só para esclarecer, como meu nome foi mencionado, que realmente eu não tenho especificamente nenhum interesse no adiamento dessa votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra... Senador César Borges para se pronunciar sobre o apelo do Senador Francisco Dornelles.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, realmente houve uma conversa com o Senador Dornelles, ele fez esse pleito, e não houve o entendimento posterior e nenhuma comunicação. Senador Dornelles há de convir que foi essa a nossa conversa e nós não tivemos uma conversa posterior. E realmente eu apresentei três emendas, ia retirar as três emendas que sabia que iria ter pedido de Vista com relação à matéria, então permaneço como Relator com a minha solicitação de retirada de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Algum Senador deseja se manifestar?

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Srs. Relatores e senhores e senhoras presentes. Eu quero informar que eu pelo menos tenho procurado ouvir os dois lados.

Há aqueles da Confederação Nacional de Comércio, na Federação de comércio, no SESC e outros, que nos chamam atenção de que se houver a formação, tal como propõe a Confederação Nacional de Turismo, poderia haver uma fragmentação de recursos. E, por outro lado, também ouvi os argumentos daqueles que avaliam que a Confederação Nacional de Turismo, que o Sistema S, se dedicado ao turismo, poderia ter uma melhor atenção, sobretudo, para todos aqueles que trabalham nessa área e que gostariam de ter uma melhor formação profissional.

Eu, inclusive, recebi uma comunicação, por exemplo, isso do outro ponto de vista do Sr. Danilo Santos de Miranda, que é Diretor regional do SESC em São Paulo, uma das pessoas que certamente tem realizado um trabalho da maior seriedade no âmbito cultural, educacional, e eu sou testemunha de tantas atividades, e ele, por exemplo, observa: *"trata-se de uma medida, se for aprovada, que irá fragmentar os recursos e o esforço de mais de 60 anos das entidades criadas para a formação profissional e para o bem-estar social dos trabalhadores de comércio e serviço. A área de turismo sempre fez parte do SESC e SENAC. A hotelaria é uma das mais importantes áreas do SENAC. São inúmeros hotéis e restaurantes e escolas em todo o Brasil. O risco é enorme se cada confederação criada desejar criar seu serviço próprio. Vamos acabar destruindo o que já existe e funciona, especialmente se falarmos do SESC em todo o Brasil*". Aqui está um alerta. Mas eu quero dizer, inclusive, transmitir ao Sr. Danilo Miranda que sempre o considerei com a maior seriedade e respeito, que os argumentos que nos foram apresentados pela... Pelos que são favoráveis à criação do mesmo sistema para a área do turismo, nos informam que para que haja a devida formação, sejam dos que trabalham em restaurantes no sistema de hotelaria, assim por diante, seria muito importante se pudesse haver a criação do sistema.

Eu avalio que será importante nós avaliarmos em profundidade todos os argumentos a favor e contra. Seria talvez bom se pudéssemos ter uma Audiência Pública, mas... Já houve.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eduardo Suplicy, já houve.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E mesmo esta... Mas tendo havido a audiência, avalio que será importante então ouvirmos os relatores nas suas considerações conclusivas. Obrigado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Garibaldi, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, que já estava inscrito, em seguida ao Senador Roberto Cavalcanti.

Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu também ouvi as duas partes. E tenho que colocar a público algumas questões que eu considero relevantes antes de votar essa matéria. Primeiro, é incontestável o serviço do SESC e o SENAC, que eles realizam em benefício de milhares de pessoas espalhadas por esse Brasil afora. Tanto na questão da formação profissional quanto na questão cultural e também do turismo, Sr. Presidente. Porque o turismo já é atendido pela... Pelo sistema que existe hoje. Se nós pulverizarmos esse sistema, com certeza nós vamos enfraquecer a atuação do SESC e do SENAC. E não vamos, em hipótese nenhuma, melhorar aquilo que eles já fazem pelo turismo no país. E, além disso, é preciso também acrescentar que está sendo analisada pelo Supremo Tribunal Federal uma ADIN, uma ação direta de inconstitucionalidade, impetrada pela Confederação Nacional de Comércio sobre a criação da Federação Nacional de Turismo, a FENACTUR, uma vez que essa criação está embasada numa portaria de nº. 186 de 10 de abril de 2008, que inova no ordenamento jurídico trabalhista indo de encontro a disposições constitucionais que rege a organização sindical. Essa portaria afronta os princípios da unicidade sindical e do sistema confederativo de representação sindical previstos no art. 8º inciso II, da Constituição Federal. E não resta dúvida que ela fere o caráter de não interferência e de não intervenção em organização sindical, já que, como o referido advento que ela possibilita, haverá prejuízos de ordem incomensurável aos sindicatos e federações vinculadas ao Sistema CNC.

Portanto, Sr. Presidente, depois de analisar essas questões e especialmente o relevante serviço que prestam... Os relevantes serviços que prestam o SESC e o SENAC ao Brasil, eu vou ficar com o voto em separado do Senador Francisco Dornelles.

[palmas]

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra... Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti. Em seguida ao Senador Adelmir Santana.

Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador, pela ordem. O problema é o seguinte, eu acho que se o Relator pediu que o projeto fosse retirado de pauta... Sr. Presidente. Sr. Presidente, se o Relator pediu para retirar o projeto de pauta, eu não estou entendendo a sequência. Nós estamos em vo-

tação, nós estamos em discussão... Qual é burocraticamente, regimentalmente, como é que está aí essa operação?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Presidente, por uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Na verdade o que está acontecendo aqui é pelo menos um consolo para aqueles que vieram.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): É exatamente o que eu ia colocar, Sr. Presidente. Uma Questão de Ordem. Se o Relator já pede para retirar de pauta... Nós ficarmos discutindo essa matéria sem a votação, eu faço é um apelo ao Relator, portanto, que mantenha o relatório e que se discuta o relatório substitutivo de Francisco Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou acatar...

[palmas]

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Parece que há um anseio dos Srs. Senadores para que se vote essa matéria nesta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou acatar o pedido do Senador César Borges, porque é um direito regimental de S. Exa.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, por favor. Eu gostaria que V. Exa.--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu estava pela ordem. Ponha ordem na Casa. Eu estava falando. Dois Senadores interferem. Então eu queria, por gentileza, que... Fosse definida a pauta, porque dois projetos foram solicitados inversão de pauta, foram dois projetos que levaram, demandaram muito tempo, então eu queria que fosse dada uma definição. Até para não enganar a plateia. Porque a plateia está ansiosa por uma votação, mas na verdade está sendo enganada porque não vai ser votado hoje. Então, não adianta isso. Essa expectativa é falsa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu peço desculpas a V. Exa. e concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu fui... Eu estava pedindo a palavra pela ordem justamente para pedir a V. Exa. que vamos respeitar o nosso regimento até o fim e que as manifestações, por mais simpatia ou antipatia que tenha por determinada causa, as manifestações sejam realmente proibidas nessa Casa. Porque senão nós vamos virar aqui uma assembleia estudantil, com direito a manifestação...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Pela ordem, Presidente Garibaldi. Presidente Garibaldi, pela ordem também após o Senador Tasso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, Senador Tião Viana.

Eu realmente peço a... A aqueles--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, eu não vou... Eu não tenho nenhuma ideia de antipatia... Mas nessa Casa é proibido qualquer tipo de manifestação para que o Senador possa votar livremente, sem nenhum tipo de coação, seja física, seja moral. E, portanto isso faz parte do regimento. E essa Casa se desmoraliza cada vez que o regimento não é cumprido e as pessoas que estão aqui presentes não aceitam cumprir o regimento. Portanto, eu peço a V. Exa. que dê ordem ao regimento ou tome uma providência que realmente faça com que essa Comissão seja respeitada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu peço àqueles que estão assistindo aos nossos trabalhos que possamos obedecer ao regimento. O Senador Tasso Jereissati tem razão.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Presidente, pela ordem. Após V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço a V. Exa. um pouquinho de tolerância. Na verdade, o regimento proíbe as manifestações, como disse o Senador, justamente para não tumultuar os trabalhos e permitir a discussão na Comissão.

Eu sou um Presidente, acredito que muito liberal, mas não posso de maneira nenhuma descumprir o regimento. O regimento precisa ser cumprido, não apenas no que toca esse artigo, mas a todos os artigos. Porque se ferimos um, estamos ferindo o regimento todo. Estamos ferindo o regimento e comprometendo os trabalhos da Casa.

Então, eu peço a compreensão porque inclusive há uma... Há um dispositivo regimental que eu nunca lembrei aqui e que acho que não vou nem lembrar.

Vou passar a palavra ao Senador Tião Viana. Ele é muito draconiano.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Muito objetivamente. Eu quero me associar às palavras de V. Exa. e do Senador Tasso Jereissati. O Senador Tasso Jereissati não está sendo menos democrata pelo que afirmou, ele apenas fez uma defesa do que é a tradição da democracia. O momento do voto exige independência absoluta daquele que vai julgar, daquele que vai votar. Então, é respeitando o direito à pressão, a mobilização da sociedade, a influência dentro dos

gabinetes, no trabalho nos mandatos dos Estados, isso é absolutamente natural da democracia. Mas na democracia dos países mais consagrados, Estados Unidos, Reino Unido, no próprio Parlamento britânico, o silêncio é uma exigência para a independência do voto ser assegurada. Não é nada contra a manifestação. Que a manifestação ocorra no fórum específico, nos gabinetes, nos corredores, onde tiver que ocorrer. Mas isso não faz do Senador Tasso Jereissati menos democrata do que qualquer um de nós. É para me associar a ele e a V. Exa. na defesa do regimento. O regimento é a defesa da democracia na Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero acatar o pedido do Senador César Borges--

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Peço desculpas, Presidente, só para constar em Ata que no Item 13 meu voto foi de abstenção. Só para correção.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Será registrado de acordo com o regimento.

Eu quero acatar o pedido do Senador César Borges, mas marcar a votação para a próxima reunião da Comissão, que será--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, pelo que entendi o Relator propõe dia 15. Dia 15, a próxima reunião seria--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, foi exatamente--

[falas sobrepostas]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É porque na próxima semana, dia 07 é feriado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas seria no dia 08. Estou dizendo, a próxima reunião...

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Mas a solicitação do Relator é para o dia 15. Então, nós acatamos essa... Como hoje não é possível.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Plenário concorda com o dia 15? Concorda, Srs. Senadores concordam? Então, a votação fica impreterivelmente marcada para o dia 15. Não vamos mais solicitar ou aceitar pedidos de adiamento. No dia 15 será votada essa matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem. Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só pedir a V. Exa. que registre meu voto no Item 14, favorável ao Relator César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dia 15. Está marcado dia 15.

Requerimento. Nos termos do art. 99 do Regimento Interno, requeiro a realização de Audiência Pública conjunta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): [soa a campainha]. Entre essa Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para debater aspectos relacionados à exploração, tributação e uso da água mineral. A presente sugestão de data sendo entre o dia 22 de setembro a primeiro de outubro. E os nomes convidados, Ministro Edison Lobão, Ministro da Agricultura; Dr. Paulo Camilo, Dr. Cláudio Siclia(F), Dr. Carlos Lancia(F), Presidente da ABNAM; Dr. Cláudio, Presidente da Geologia e Mineração; Dr. Paulo Camilo Presidente do IBRAM; Dr. Nelson Machado, Presidente do CONFAZ. Assina... O autor é o Senador Neuto de Conto, que está com a palavra.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Talvez a água mineral, ou a água, não é talvez, é um dos componentes essenciais. Só perde para o ar no ciclo vital do ser humano. Por esta razão e por tudo o que lhe representa, que é extraído como mineral e paga impostos, é comercializado--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): [soa a campainha]. Peço silêncio!

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): É comercializado como mercadoria e paga imposto, e é consumida como alimento e também paga imposto. Por isso e pela importância que a água mineral representa na vida do ser humano, nós solicitamos a V. Exa., a todos os pares dessa Casa que vamos nos esclarecer com as autoridades constituídas principalmente no que tange da sua qualidade e em especial a sua tributação.

Eu agradeço pelo acatamento do Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o Requerimento do Senador Neuto de Conto. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes. Pela ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela sequência votaríamos agora o Item 4. Porém, há uma solicitação do Relator por ter outros compromissos fora da Comissão, o adiamento. Eu quero concordar, mas quero apelar a V. Exa. para que a votação também seja colocada no dia 15, uma vez que tem emendas que serão discutidas e não estarei aqui. Eu tenho missão oficial a cumprir e não estarei aqui. Então, é o apelo que faço e consultaria aos companheiros se concordam que a votação seja também no dia 15, e não na próxima semana. É a minha proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Fica adiado para o dia 15, atendendo ao apelo de V. Exa..

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Fica adiado a votação do Projeto de Lei que cria a Superintendência Nacional de Previdência complementar, a PREVIC.

Item 5. Altera a Legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e da organização e custeio da Previdência Social para desonerar a remuneração de férias e o 13º salário. Autor, Senador Sérgio Zambiasi. Relator, Senador Inácio Arruda.

Com a palavra o Relator.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Projeto de Lei de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, de grande importância. Relatório. Projeto de Lei do Senado, PLS nº. 685/07 que altera a Legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e da organização e custeio da Previdência Social para desonerar remuneração de férias e o 13º salário, do Senador Sérgio Zambiasi. Contém cinco artigos. Por meio do art. 1º o PLS acrescenta inciso XXII ao art. 6º da Lei 7.713 de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção de Imposto de Renda das pessoas físicas sobre o 13º salário e a remuneração de férias, inclusive o abono de 1/3 determinado pelo inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal.

O art. 2º altera a redação da alínea D do § 9º do art. 28 da Lei 8.212 de 24 de julho de 1991, a fim de acrescentar a remuneração de férias e o adicional correspondente às exclusões do salário de contribuição da seguridade social. O artigo também acrescenta alínea Z ao mesmo § 9º do art. 28 com o intuito de excluir o 13º salário do salário de contribuição. Assim garante-se a não incidência de desconto previdenciário sobre estes rendimentos.

O art. 3º em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal determina ao Poder Executivo realizar a estimativa do montante da renúncia fiscal decorrente da aplicação da lei em que se transformara o projeto e incluí-la no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o Projeto de Lei orçamentária cuja apresentação se der após decorrido 60 dias da publicação desta. Bem como incluir a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

O art. 4º determina a revogação dos art. 26 da Lei 7.713 de 88--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --16 da Lei 8.134 de 27 de dezembro de 1990 e do § 7º do art. 28 da Lei 8.212 de 1991.

O art. 5º é a sua cláusula de vigência, segundo dispositivo, a futura lei entrará em vigor na data da publicação produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente. Para justificar a proposição, o autor defende a necessidade de fazer justiça ao trabalhador proporcionando-lhe 13º salário, remuneração de férias e respectivo adicional de 1/3 integrais sem qualquer desconto com eliminação da incidência de Imposto de Renda e da contribuição para custeio da seguridade social sobre essas parcelas. O projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais com uma emenda de redação para corrigir a sua ementa, e três de mérito, todas para excluir os benefícios e remuneração referente ao 13º salário.

Sr. Presidente, a nossa análise é de que o projeto do Senador Zambiasi é meritório, tem preocupação com os trabalhadores brasileiros para excluir a taxação, seja do Imposto de Renda ou outras, sobre o 13º salário, as férias, porque aquilo ali é um bônus que é oferecido ao trabalhador. Então, você vai taxar aquilo que é uma conquista a título de bônus para o esforço que o trabalhador realizou? Então, acho que o projeto do Senador Zambiasi é importante, meritório, nosso voto ante o exposto e a ausência de vício de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº. 685/07 é pela aprovação com a seguinte emenda rejeitada todas as emendas aprovadas na Comissão de Assuntos Sociais. Emenda nº. 5. Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº. 685/07 a seguinte redação: Altera a Legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas e da organização e custeio da seguridade social para desonerar remuneração de férias e o 13º salário. Emenda nº. 6. Dê-se ao § 9º do art. 28 da Lei 8.212 de 24 de julho de 1991, na forma do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº. 685/07, a seguinte redação: Art. 28. 2) As importâncias recebidas a título de remuneração por prestação de serviço extraordinário. Z, aliás. E a A. O abono de férias de que trata o art. 7º inciso XVII da Constituição Federal. Emenda

nº. 7. Dê-se a seguinte redação ao art. 4º do Projeto de Lei do Senado 685/07: Art. 4º: Fica revogado o art. 26 da Lei 7.713 de 22 de dezembro de 1988 e o art. 16 da Lei 8.134 de 27 de dezembro de 1990. Emenda 8. Renumere-se como XXIII o inciso a ser acrescentado no art. 6º da Lei 7.713 de 22 de dezembro de 1988, na forma do que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº. 685/07.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra pela ordem o Senador Edison Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu requereria a V. Exa. que pudesse botar em votação apenas os projetos não terminativos e dos Senadores que estão aqui presentes para relatá-los. Esse projeto do Senador Inácio, apesar de oportuno e meritório, ele é terminativo. Portanto, não temos *quorum* aqui para votá-lo. Já foi lido, ótimo, que na próxima sessão não precisará ser lido, mas vamos nos ater apenas aos que estão aqui presentes, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem razão, tanto que nós--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu proponho a V. Exa. que abra a discussão. Se ninguém quiser discutir, passamos para outra matéria porque não tem como votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Relator solicita que possamos colocar ainda em discussão a matéria. Os três... Os quatro Senadores presentes querem discutir? Se nenhum deles... Se nenhum dos Senadores deseja discutir, a discussão está encerrada. E agora a votação será realizada proximamente.

Item 7 da pauta. Aviso nº. 44/09, não terminativo, referente aos relatórios sobre o programa de emissão de títulos e de administração de passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior. Autoria, Ministério da Fazenda. Relator, Senador Roberto Cavalcanti.

Com a palavra o Relator.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Srs. Senadores, V. Exas. tem em mãos o relatório, tem em mãos a análise, vou direto ao voto. Diante do exposto, recomendo que os membros dessa Comissão tomem ciência do aviso nº. 44/09, do Ministério da Fazenda, após o qual deve-se proceder o seu arquivamento.

É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão e votação a matéria. Os Srs. e as Sras. Senadoras que aprovam o parecer do Relator, Senador Roberto Cavalcanti, permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer do Relator.

Item 9. Altera dispositivo da Lei nº. 9.908, de 17 de agosto de 2000. Para dispor sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, para arrecadar e aplicar sanções administrativas. Autoria, Senador Renato Casagrande. Relator, Senador Francisco Dornelles.

Com a palavra o Relator, Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, vem a essa Comissão Projeto de Lei de autoria do Senador Renato Casagrande que altera a lei que dispõe sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Como assinala o autor, o propósito da iniciativa é aperfeiçoar a Legislação sobre a cobrança dessa contribuição. O Senador Arthur Virgílio, em relatório não apreciado, recordou com propriedade as relações entre o fisco e os contribuintes são marcados por conflitos latentes. Por isso a imperfeição do texto de lei, ainda que pequenas, podem dar margem a custosos processos judiciais.

Em primeiro lugar, a matéria incide em inconstitucionalidade de natureza formal por vício de iniciativa. Cabe, então, estender a cobrança da contribuição a mesma regra válida para os tributos federais no que diz respeito à taxa de juros. O segundo aspecto refere à necessidade que seja mantida a determinação proposta contra a solidariedade passiva pelo pagamento da contribuição do FUST. Propõe inicialmente que de acordo com o sugerido no citado parecer que os atos praticados pela ANATEL relativos ao regramento do FUST sejam convalidados nessa lei. Entendo, pois que o projeto deve ser aprovado no termo da emenda substitutivo que contempla as considerações expedidas.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão o parecer do Relator, Senador Francisco Dornelles. A matéria está em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria nos termos do substitutivo aprovado pelo Relator.

Item 12 da pauta. Aviso não terminativo. Encaminhe ao Senado Federal cópia do acórdão nº. 2201/08, proferido dos autos do processo do Tribunal de Contas 028729/06, bem como do relatório e voto que o fundamentaram visando conhecer e avaliar os motivos que levaram o Poder Executivo a realizar, sobre o pretexto de fomentar as exportações, transferência de recursos federais aos Estados e Municípios. Autoria, Tribunal de Contas da União. Relatora, Senadora Kátia Abreu. O

parecer pelo conhecimento da matéria e para que a Comissão seja informada pelo Tribunal de Contas da União acerca dos desdobramentos do acórdão de nº. 2201/08. A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, Cultura e Esporte. Pergunto ao Senador Edison Lobão se poderia funcionar como relator *ad hoc* dessa matéria. Item 12 da pauta.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, o Item 12 da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o aviso 61/08 do Presidente do Tribunal de Contas da União encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão 2.201 [ininteligível] ao Plenário, tal, sobre a representação da Secretaria de Macroavaliação Governamental daquela Corte questionando a legalidade das transferências de recursos federais para Estados e Municípios com propósito de fomentar as exportações. Segundo critério distintos daqueles fixados na Lei Complementar nº. 87/1996 alterado pela Lei Complementar nº. 115/02.

Trata-se de assunto de grande relevância especialmente diante da possibilidade do Governo Federal propor, em 2009, projeto similar àqueles que poderão ser contestados pelo MPU. Dessa forma, é sumamente importante que os membros dessa Casa sejam informados da decisão do Exmo. Sr. Procurador-Geral da República.

Em face do exposto voto para que a Comissão de Assuntos Econômicos tome conhecimento da presente matéria e para que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União nos termos do art. 71 inciso VII da Constituição Federal, que esta Casa seja mantida informada acerca dos desdobramentos do acórdão 2201 do TCU no âmbito do Ministério Público da União e do Poder Judiciário. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão a matéria. Em votação o parecer do relator *ad hoc*, Senador Edison Lobão Filho. Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu pediria que V. Exa. pudesse colocar em votação o Item 24, que possa nomear... O Senador Francisco Dornelles já é o Relator aqui presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 24. Projeto de Lei do Senado nº. 320/07, complementar não terminativo. Altera os arts. 150, 173 e 174 da Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, para retirar a decadência do direito de lançamento do crédito tributário quando houver instauração de procedimento investigatório pela polícia ou pelo Ministério Público, ou ajuizamento de ação penal por ilícito que envolva o Tribunal devido. Que envolva... Desculpe, que envolva o tributo devido. Autoria, Senador Pedro Simon. Relator, Senador Francisco Dornelles.

Com a palavra o Relator, o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, na base da Constituição mesmo do Código Tributário Nacional, todos contribuintes são iguais perante a lei. Nós não podemos tirar direitos de contribuintes em decorrente de dispositivos do Código Penal. Por esse motivo meu voto é pela rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão a matéria. Em votação o parecer do Relator, Senador Francisco Dornelles. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Francisco Dornelles, permaneçam como se encontram. Rejeitado o projeto.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu pediria também, encarecidamente, que V. Exa. colocasse o Item 37 do qual sou relator, que também...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O 37?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Votarmos hoje. O 37.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Projeto de Lei do Senado nº. 02/04, complementar, não terminativo. Atualiza valores das faixas de referência do sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte simples, de que trata a Lei nº. 9.317 de 05 de dezembro de 1996. Autoria, Senador Paulo Paim. V. Exa. é o Relator, já designado. V. Exa. então...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sou o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É o Relator não apenas desse, como de todos os outros dois, dos outros três, aliás, que tratam da mesma matéria.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Positivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, com a palavra V. Exa..

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, sobre os Projeto de Lei do Senado nº. 265 e 146 de 2004 e 343/03, todos complementares que atualizam valores constantes da lei 9.317 de 05 de dezembro de 1996, eu tenho que os projetos perderam a oportunidade em razão da revogação da Lei 9.317 de 1996, em 1º de julho de 2007. Portanto, o voto é pelo

arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nº. 265, 146 de 2004 e 343/03.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Em votação o parecer do Relator, Senador Edison Lobão Filho acerca dos Itens 37... Do Item 37 que trata dos Projetos de Lei de nº. 02/04, de nº. 65/04, Projeto de Lei de nº. 146/04 e Projeto de Lei nº. 343/03. Em votação o parecer. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. O parecer foi aprovado.

[interrupção no áudio] anuncia que a todas as matérias seguintes foi dado o parecer pela rejeição a fim de agilizar o processo de votação. Consulto o Plenário se podemos realizar uma só votação. Votação essa que será feita em globo. Mas, antes dessa votação, para que os Srs. Senadores e Senadoras membros dessa Comissão tenham maior conhecimento das referidas matérias, concedo Vista coletiva.

Portanto, fica concedida Vista coletiva para os PLs nº. 122/08, 143/03, 400/05, 6/07, 34/07, 110/07, 23/07, 244/07, 444/08, 21/08, 328/08, 365/08, 490/08, 87/08, e ainda os PLS nº. 556/07 para os processos de nº. 209, 96/07, 63/08, 70/08, para os Projetos de Lei Complementar de nº. 55/03 e ainda 127/07 e para o ofício de nº. 16/07. Esse procedimento é a fim de dar agilidade à votação das matérias nesta Comissão. Não havendo...

Temos também que comunicar dentro desse mesmo espírito de dar agilidade à tramitação da matéria que as matérias seguintes foi dado parecer pela prejudicialidade. No Plenário vamos realizar, portanto, uma só votação. Votação esta que será feita em globo, mas antes dessa votação, para que os Senadores membros tenham maior conhecimento das referidas matérias, está concedida Vista coletiva para os PLs nº. 168/03, 48/08, e o PDS de nº. 506/06. Não havendo mais nada a tratar--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, com a concordância de V. Exa. foi aprovado o Requerimento convidando o Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e técnicos para comparecerem a essa Comissão. E eu propus a V. Exa., tomei essa liberdade, para evitar dificuldades com as Sessões Ordinárias, que eles pudessem vir numa sessão específica para esse fim. Pediria a V. Exa., dada a urgência da matéria, se poderia ser examinada logo a possibilidade de nós termos essa sessão no dia 08 de tarde ou no dia 09 pela manhã. Se nós pudéssemos, a Secretaria entrar em contato com o instituto para que nós pudéssemos realizar o mais breve possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nós conseguirmos fazer uma... Da reunião do dia 08 uma reunião que teríamos a votação de algumas matérias e logo após... É isso que V. Exa.--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não, que V. Exa. talvez não fizesse junto com a Sessão Ordinária. Porque às vezes não dá tempo de exposição sobre um assunto tão complexo. Fazer uma Sessão Extraordinária, que seria, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Numa outra data que não fosse a data da Comissão. Mas aí teríamos que não colidir também com as outras comissões. Aí... Já sofremos aqui o fato de que outras comissões tem marcado reuniões para o mesmo horário da nossa. Hoje, inclusive, V. Exa. sabe muito bem, que não sei o que terminou acontecendo, mas estava marcada uma reunião da Comissão de Justiça. Está sendo agora.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Votada a Lei Eleitoral.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sobre a Lei Eleitoral. Então temos aqui, Senador Francisco Dornelles, no dia 08, terça-feira, que é a data de... De votações na Comissão.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Se V. Exa. entender que deve ser no dia 08, por favor. Eu quando propus uma sessão não ordinária apenas para, talvez, facilitar os trabalhos da Comissão. Mas se V. Exa. entender que pode ser dia 08...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É, eu até... Dia 08... É um dia após o feriado. Aqui foi até lembrado. V. Exa. considera um bom dia, então nós...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Considero. O dia que V. Exa. determinar. Ou se V. Exa. quiser, posteriormente, quiçá posteriormente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A quinta-feira, dia 10.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Está bem. Apenas V. Exa.... Essa alternativa para que depois pudéssemos conversar com a Secretaria, com V. Exa. essa viabilidade. Que dia V. Exa. havia dito, Sr. Presidente? Qual é o dia?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Estou contemplando aqui duas datas. Dia 08 que é data da Reunião Ordinária.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Então vamos fazer dia 08.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aí não teríamos votação, teríamos essa Audiência Pública.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ou então dia 10 que é uma quinta-feira, quando eu acho que pouquíssimas comissões se reúnem. Se reúnem mais na terça e na quarta.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Como V. Exa. quiser.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É, a minha preocupação toda é que se nós estamos fazendo esse... Tomando essas providências com relação a dar agilidade à votação, ao mesmo tempo precisamos do dia da Comissão para votar. Mas levando em conta a excepcionalidade do dia 08, que eu acredito que não vá favorecer muito o *quorum*, nós poderíamos fazer no dia 08.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Dia 08. Mesmo porque no dia 10, Sr. Presidente, o Ministro Lobão talvez venha aqui em outras comissões falar sobre o mesmo assunto. A preferência é para que fosse no dia 08.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Está certo. Então, V. Exa. vai nos ajudar na articulação aqui da...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o maior prazer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu agradeço a V. Exa. e nada mais havendo a tratar, fica encerrada a presente reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Sessão encerrada às 12h30.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia oito de setembro do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Expedito Júnior, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Pedro Simon, Wellington Salgado, Antônio Carlos Júnior, Adelmir Santana, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, José Agripino, Eduardo Azeredo, Osmar Dias, Jefferson Praia e, ainda, do Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os Senadores Garibaldi Alves Filho, Neuto de Conto, Renan Calheiros, Eliseu Resende, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado pelo período de cento e trinta dias para tratar de interesses particulares, João Tenório, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento, Aviso nº 52/09, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de julho de 2009, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência comunica, ainda, que no dia 9 de setembro, às 11h, será realizada Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, na Sala nº 09 da Ala Alexandre Costa, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 301 de 2008, que "altera o § i° do art. 9° da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)", com a participação dos Srs. Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente Nacional do FGTS; Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS; Mário Avelino, Presidente da Ono Instituto FGTS Fácil; e Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UOT) e ex-integrante do Conselheiro Curador do FGTS. E que, no dia 10 de setembro, às 8h30, será realizada uma Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, para discorrer sobre as tratativas e propostas do Marco Regulatório do Pré-Sal, com a presença, como expositor, do Ministro de Estado de Minas e Energia, Exmo. Sr. Edison Lobão. A seguir, a Presidência dá início à 1ª Parte da Reunião, Audiência Pública a fim de discorrer sobre os quatro Projetos de Lei apresentados pelo Governo Federal acerca do novo Marco Regulatório do petróleo e exploração do Pré-Sal, em atendimento ao Requerimento nº 51/09–CAE, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como convidados o Sr. João Carlos de Luca, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP;

Sr. Murilo Marroquim, Presidente da Devon Energy do Brasil e membro do Comitê de Exploração e Produção do IBP e o Sr. Ivan Simões Filho, Vice-Presidente da British Petroleum do Brasil e membro do Comitê de Exploração e Produção do IBP. A Audiência Pública é realizada com a presença, como expositores, do Sr. João Carlos de Luca, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP; Sr. Murilo Marroquim, Presidente da Devon Energy do Brasil e membro do Comitê de Exploração e Produção do IBP; e o Sr. Ivan Simões Filho, Vice-Presidente da British Petroleum do Brasil e membro do Comitê de Exploração e Produção do IBP. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Gerson Camata, Osmar Dias, Aloizio Mercadante, José Agripino, Antonio Carlos Júnior, César Borges, Roberto Cavalcanti, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Jefferson Praia, Pedro Simon, Wellington Salgado e Arthur Virgílio. É apreciada a Matéria constante da 2ª Parte da Reunião, Item 01- Mensagem do Senado Federal nº 175 de 2009, não terminativa, de autoria da Presidência da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contração de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada a financiar, parcialmente, o "Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê - Programa Mananciais"", tendo como Relator o Senador Adelmir Santana, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Adelmir Santana, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Júnior, Roberto Cavalcanti, Gerson Camata e Aloizio Mercadante. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 53/2009–CAE, de autoria dos Senadores Delcídio Amaral e Garibaldi Alves Filho, requerendo a realização de Audiência Pública desta Comissão em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença do Ministro de Estado de Minas e Energia, Exmo. Sr. Edison Lobão, para discorrer sobre as tratativas e propostas do Marco Regulatório do Pré-Sal e o Requerimento nº 54/2009–CAE, de autoria dos Senadores Delcídio Amaral e Garibaldi Alves Filho, que requer seja realizada Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 301 de 2008, que "altera o § I° do art. 9° da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)", com a participação dos seguintes convidados: Sr. Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente Nacional do FGTS; Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS; Sr. Mário Avelino, Presidente da ONO Instituto FGTS Fácil e o Sr. Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UOT) e ex-integrante do Conselho Curador do FGTS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Delcídio Amaral,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento para o seu conhecimento: Aviso de nº 52/09, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei 9069/95, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de julho/2009, às razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Comunico ainda que, amanhã, dia 09 de setembro, às 11 horas, será realizada audiência pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, na sala nº 09, da Ala Alexandre Costa, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 301/2008, que altera o § 1º, do art. 9º, da Lei 8036, de 11 de maio de 90, para dispor sobre a rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, com a participação dos Srs. Joaquim Lima de Oliveira, superintendente nacional do FGTS; Paulo Eduardo Cabral Furtado, secretário-executivo do Conselho Curador do FGTS; Mário Avelino, presidente da ONU - Instituto FGTS Fácil; e Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT e ex-integrante do Conselho Curador do FGTS, e que, na

quinta-feira, dia 10 de setembro, às 8h30, será realizada uma audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, para discorrer sobre as tratativas e propostas do marco regulatório do pré-sal, com a presença, como expositor, do Ministro de Estado de Minas e Energia, Exmo. Sr. Edison Lobão.

Até fazendo referência às duas audiências públicas que eu acabei de relatar, um requerimento sobre a Mesa. Requeiro, nos termos dos arts. 90 e 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no dia 10 de setembro, às 8h30, de audiência pública desta Comissão, em conjunto a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença do Ministro de Estado de Minas e Energia, o Exmo. Sr. Edison Lobão, para discorrer sobre as tratativas e propostas do marco regulatório do pré-sal. Assinam Senador Garibaldi Alves Filho e eu também assino esse requerimento. Os senadores e senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Mais um requerimento, também, relativo a esta audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais. Requeiro, nos termos do art. 93, Incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública perante esta douta Comissão em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 301/2008 que altera o § 1º do art. 9º da Lei 8.036 de 11 de maio de 90 para dispor sobre a rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS com as participações dos seguintes convidados: Joaquim Lima de Oliveira, superintendente nacional do FGTS; Paulo Eduardo Cabral Furtado, secretário-executivo do Conselho Curador do FGTS; Mário Avelino, presidente da ONU - instituto FGTS Fácil; Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores e ex-integrante do Conselho Curador do FGTS. Também datada 08 de setembro de 2009, e eu assino junto com o Senador Garibaldi Alves. Os senadores e senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado também o requerimento. Na verdade, eu passei o carro na frente dos bois, eu citei as audiências públicas e, depois, votei o requerimento. Mas, na verdade, votamos o requerimento para que nós façamos essas audiências conjuntas com a Comissão de Assuntos Sociais amanhã e com a Comissão de Infraestrutura na quinta-feira. É importante destacar que esta reunião, Senador Dornelles, vai se realizar na Comissão de Infraestrutura, sobre a presidência do Senador Fernando Collor de Mello. É isso? E na CAS com a Senadora Rosalba Ciarlini lá do Rio Grande do Norte.

Eu queria só propor aos senhores e às senhoras, antes de começar a audiência, se nós podemos fazer uma inversão de pauta e simplesmente votarmos o Item 01, por solicitação do Senador Adelmir Santana do glorioso Distrito Federal...

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Como eu gostaria--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É que eu estou com imagem daquele--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Como eu gostaria de ser pintor.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É que eu estou com uma imagem de uma... Eu vi, este final de semana, uma imagem do pintor, e por isso peço desculpas a V. Exa. Por solicitação do Senador Adelmir Santana, que é o relator do projeto. A mensagem do Senado Federal de nº 175, não terminativa. Se V. Exas. estiverem de acordo. Todos de acordo? Então, vamos passar, Senador Adelmir Santana, ao relatório de V. Exa., para que nós aprovemos, ou não, essa mensagem do Senado Federal, e, logo em seguida, voltamos à pauta normal para nossa audiência pública.

Com a palavra o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, como bem colocou V. Exa., é uma mensagem presidencial de nº 175, de uma operação de crédito externa da República Federativa do Brasil de 100 milhões de dólares dos Estados Unidos entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, a SABESP e o Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD. Os recursos oriundos do empréstimo serão destinados a financiar parcialmente o programa de saneamento ambiental dos mananciais do Alto Tietê, Programa Mananciais. O Banco Central do Brasil credenciou a operação nos termos do registro de operação financeira, em 30 de julho de 2009. Os recursos do empréstimo deverão ser desembolsados em até 30 de setembro de 2015, com a última amortização ação prevista para 15 de março de 2034, e [ininteligível] juros a taxa Libor acrescida de margem variável a cada semestre. As demais condições são as usualmente estabelecidas nos empréstimos realizados pelo BIRD.

Na análise, tem todo um arcabouço que é comum a esses empréstimos, foram todos atendidos. Há um parecer da secretaria, um relatório de gestão da União para o primeiro quadrimestre de 2009, há margem para a concessão da garantia pleiteada, dentro dos limites estabelecidos na Resolução nº 550, do STN, a SABESP é uma empresa estatal, estadual, controlada não dependente dos termos da Lei Complementar 101/2000. Embora não esteja sujeita aos mecanismos devidamente estabelecidos pelo Senado Federal, a avaliação de sua situação financeira e de

sua capacidade de pagamento é fundamental para a concessão, ou não, da garantia por parte da União. A propósito, a STN avaliou esses aspectos e concluiu que a empresa apresenta condições de suportar o desembolso decorrente da presente operação. Além disso, o Governo do Estado do São Paulo é garantidor da operação. A propósito, vale ressaltar que uma lei estadual de nº 3.123, de 08 de julho de 2008, que instituiu o plano plurianual para o período 2008/2011, prevê as ações do programa objeto de financiamento, quais sejam a recuperação e a conservação dos mananciais do Alto Tietê.

Ademais, conforme informação prestada pela SABESP, os recursos destinados à execução do programa constam de rubricas globais do orçamento plurianual daquele Estado. Portanto, a previsão de recursos suficientes no plano plurianual e na lei orçamentária estadual, assim como no orçamento plurianual da empresa, conforme concluiu a STN. A mutuária dispõe de recursos orçamentários suficientes para a execução do programa no corrente exercício.

O nosso voto, portanto, ante todas essas considerações, é pela aprovação do pleito formulado ao Senado Federal, pela Mensagem 175/2009, nos termos do projeto em resolução, em anexo.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria só de registrar aqui, porque é regimental. De acordo com a Resolução nº 4.301, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Gaurdad - nós já falamos de pintor, agora vamos falar de cineasta -, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; e ainda a Sra. Nercy Donini Bonato, Gerente do Programa Mananciais, responsável pela SABESP na execução do projeto; e dos Srs. Marcelo Ramponi, gerente de captações de recursos, responsável na SABESP pela contratação da operação de financiamento com o BIRD; e ainda a Sra. Maria Cecília Meirelles Chagas, assistente de diretor de capitação de recursos da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Portanto--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, o projeto de resolução não sei se necessário se torna a leitura. Chamei atenção o nosso--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, por favor.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): O Senado Federal resolve. "Art. 1º: É a União autorizada a conceder a garantia em operação de crédito externo, no valor de até 100 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, a ser celebrado entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Parágrafo único: Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar, parcialmente, o programa de saneamento ambiental dos mananciais do Alto Tietê, Programas Mananciais. Art. 2º: A operação de crédito, definida no art. 1º, deverá ser realizada nas seguintes condições: Inciso I: devedor: Companhia de Saneamento Básica do Estado de São Paulo – SABESP. Inciso II: credor: Banco Internacional para Reconstrução do Desenvolvimento - BIRD. III: garantidor: República Federativa do Brasil. IV: valor: até 100 milhões de dólares nos Estados Unidos da América; V: modalidade: margem variável. VI: prazo de desembolso: até 30 de setembro de 2015. Amortização do saldo devedor, o item VII: cada desembolso deverá ser pago em 30 parcelas semestrais e consecutivas, em 15 de março e 15 de setembro de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de setembro de 2019 e a última em 15 de março de 2034, com valores de cada parcela equivalente a 1/30 avos de cada desembolso, exceto a última que será equivalente ao valor remanescente. VIII: juros aplicáveis: exigido semestralmente nas mesmas datas de pagamento de amortização e calculado sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa juros Libor e semestral para o dólar norte-americano, acrescido de um spread a ser determinado pelo BIRD a cada semestre. IX: juros de mora: 0,50% ao ano, acrescido aos juros devidos, ainda não pagos em até 30 dias, após a data prevista para o seu pagamento. X: comissão à vista: 0,25 sobre o valor de empréstimo a ser debitado na data em que o contrato entrar em atividade. XI: opção de alteração de modalidade de empréstimo: ao mutuário é assegurado a faculdade de alterar a modalidade de empréstimo de margem variável para margem fixa, mediante a sua solicitação formal e com pagamento de comissão ao credor, sendo que o exercício desta opção possibilita ao mutuário a conversão de moedas e de taxas de juros, bem como o estabelecimento de tetos e de bandas para flutuação de taxas de juros. Parágrafo único: as datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos previstos, poderão ser alterada em função da data de assinatura do contrato de empréstimo. Art. 3º: o exercício da autorização, a que se refere o caput do art. 1º, fica condicionado a que: 1): a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, celebre contrato com a União para concessão de contra-garantias por meio de indicação de receita própria, limitado ao valor do serviço da dívida; 2): o Estado de São Paulo, devidamente autorizado por esta resolução, celebra contra-

to com a União para concessão de contra-garantias, sob a forma de vinculação das receitas de que trata os arts. 155, 157, 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direitos admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais, nos termos do art. 167, § IV, da Constituição Federal. O art. 4º: O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, contados a partir da vigência desta Resolução. Art. 5º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação".

Esse é o projeto de resolução, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Em discussão, primeiro, Senador ACM Júnior, depois o Senador Roberto Cavalcanti, Senador Camata também, e Senador Aloizio Mercadante. Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): É importante ressaltar que a SABESP tem todas as condições, digamos, de pagar o empréstimo, há garantias do Estado de São Paulo. Portanto... E o custo dele, o que é mais importante, o custo dele é abaixo da taxa cobrada para operações de risco soberano do Tesouro Nacional, que é um ponto fundamental, um custo realmente bastante baixo, que é estimado em quase um ponto a menos do que a taxa referente a risco soberano do Tesouro. Portanto, eu recomendaria a aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador ACM Júnior. Senador Roberto Cavalcanti com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço ao Presidente Delcídio Amaral pela oportunidade. E gostaria de relatar que eu estou num Brasil fantástico. De repente, eu, numa terça-feira, após um 7 de setembro, eu estou num Brasil fantástico. Então, um Brasil na qual existe harmonia nesta Comissão, nós temos um encaminhamento de uma proposta para uma empresa saudável, que é a SABESP, para um programa saudável, que é melhoria dos mananciais de água. Uma proposta encaminhada a esta Casa, pela Ministra Dilma Rousseff, que demonstra que, quando se quer, no Brasil, se trabalha de forma não partidária, parecer favorável da Secretaria do Tesouro Nacional, aprovada pela COFIEX, que demonstra que todos os órgãos, ligados ao Governo Federal, partilharam dessa solicitação de empréstimo, e o empréstimo, como falou o Senador ACM Júnior, abaixo das taxas usuais de mercado, até taxas que, para o Brasil, taxas anuais, aproximadamente, 4,65% ao ano são taxas extraordinárias.

Então, eu me sinto extremamente feliz de assistir essa nossa autorização com o congraçamento de todas as forças, de todos os partidos, tendo em vista que está assinado pela Ministra Dilma Rousseff, está autorizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, um empréstimo para o Governo do Estado de São Paulo, através da SABESP.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, é muito rápido. A diretoria da SABESP está aqui. Cumprimentá-los. Esse programa é muito interessante. O Espírito Santo já o pratica, também, com financiamento de organismos multilaterais, paga-se ao fazendeiro para que ele refloreste, conserve as florestas, as matas atlânticas, ao longo dos cursos d'água dos mananciais que abastecem a região da grande Vitória e de outras cidades mais importantes do Estado. Ele recebe uma taxa anual para não usar aquela faixa ao longo do manancial, para não aplicar defensivos agrícolas, ali, para a qualidade da água chegar à cidade, para a estação de tratamento, em boas condições, economizando-se assim os insumos para purificar a água, decantar a água, floretar a água e clorificar a água. É um programa muito interessante, que ajuda a recuperação, também ecológica, do próprio Estado do Espírito Santo e que São Paulo pratica também. Parabéns a SABESP. Também por outro motivo: a água de São Paulo hoje é uma água potável. Você abre a torneira, pode beber a água, porque ela não é só para você tomar banho e lavar a mão, é também para matar a sede, porque ela já vem potável nas torneiras, o que é um grande avanço para a cidade paulista e merece a SABESP os cumprimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Muito obrigado, Senador Camata.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria, evidentemente, apoiar esse financiamento. Acho que a SABESP é uma empresa que tem todas as condições de ter acesso a esse empréstimo. Parabenizar o Governo Federal por trabalhar de uma forma republicana.

No entanto, eu queria destacar exatamente uma situação dramática que vivem os mananciais no entorno da grande São Paulo, não só pela ocupação desordenada do solo, mas pela ausência de políticas de proteção aonde se produz a água. Eu vi aqui uma

série de obras, ampliação do sistema de esgotamento sanitário, novas estações de tratamento, modernização tecnológica de estações de tratamento no caso de Mairiporã, uma nova estação em Bragança Paulista; mas não vi, Senador Camata, exatamente o que V. Exa. mencionou, e que, para mim, é um aspecto fundamental desse programa. São Paulo está muito atrasado em relação a essa questão. Se você não proteger as matas ciliares, cercar ali 30 metros dos rios, 50 metros das nascentes e indenizar os produtores por essa área e criar... Por exemplo, nós temos ali, no Município de Extrema, no Sistema Cantareira, mas em Minas Gerais, uma experiência exitosa nesse sentido. Nós fizemos o encontro de todos os municípios do Sistema Cantareira que produz metade, 60% da água da grande São Paulo e 40% da água da região de Campinas. E está caindo a produção de água. Apesar de ter sido um ano muito chuvoso, a produção de água vem caindo na região exatamente pelo desmatamento, pela entrada desordenada de eucalipto, pelo pasto degradado que a água escorre, pelo assoreamento dos rios. Então, essa... Eu diria, é um grande desafio envolver os pequenos produtores agrícolas, tanto na questão do saneamento rural, quanto, sobretudo, na produção das condições que produzem a água. Não adianta trabalhar só a montante, a jusante. É importante que a SABESP trabalhe a montante, porque ela capta essa água de graça dos municípios e os municípios não têm nenhuma compensação. Inclusive, há uma resistência muito grande na renovação dos contratos da SABESP em vários municípios do estado, especialmente nesta região, exatamente em função das contrapartidas.

Então, espero que esse programa ajude decididamente a nós avançarmos nessa direção de incorporarmos, sobretudo, os pequenos e médios produtores agrícolas nesse esforço de preservar a produção de água que está cada vez ficando mais cara, cada vez mais longe, e inviabilizando, eu diria, a longo prazo, uma questão fundamental para grande São Paulo que é a qualidade da água. Por isso o programa é muito bom e espero que ele tenha, de fato, essa dimensão que o Senador Camata já mencionou que o Espírito Santo tem e que São Paulo está muito atrasado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Aloizio Mercadante.

Não havendo mais nenhum senador disposto a discutir o projeto, em votação o parecer do relator. Os senadores, que concordam com o parecer do relator, permaneçam como estão. Aprovado o parecer do relator, favorável nos termos--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, pedir urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E pedir, solicitar urgência, o Senador Adelmir e o Senador ACM Júnior, urgência para que essa matéria seja colocada na pauta, no plenário do Senado. É isso? Em votação. Se todos estiverem de acordo com a votação da urgência, permaneçam como estão. Aprovada a urgência.

Voltamos agora para a primeira parte da pauta. Audiência pública para discorrer sobre os quatro Projetos de Leis, apresentados pelo Governo Federal, acerca do novo marco regulatório do petróleo e exploração do pré-sal, em atendimento ao Requerimento nº 51/09, da CAE, de autoria do Senador Francisco Dornelles.

Como convidado, nós temos os Dr. João Carlos de Luca, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP; o Dr. Murilo Marroquim, Presidente da Devon Energy do Brasil e membro do Comitê de Exploração e Produção do IBP; e Dr. Ivan Simões Filho, vice-Presidente da British Petroleum do Brasil e membro do Comitê de Exploração e Produção do IBP.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos senadores e senadoras inscritos. A palavra aos senadores e senadoras será concedida na ordem de inscrição. Então, está correndo a lista de inscrição agora, Dr. Gonzaga. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Iniciando essa audiência pública e cumprimentando os convidados, eu gostaria de iniciar esta audiência pública com a palavra do Dr. João Carlos de Luca, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP, para fazer a sua exposição. Com a palavra Dr. de Luca.

SR. JOÃO CARLOS DE LUCA: Ilustre amigo e Senador Delcídio Amaral, ilustres senadores, a quem homenageio na figura do Senador Dornelles, autor do requerimento desta sessão, senhores parlamentares presentes, autoridades presentes, representantes de associações, representantes da imprensa, colegas da indústria.

Eu quero agradecer imensamente essa oportunidade de poder trazer a visão e os pontos que nós acreditamos que podemos contribuir para esse debate, aperfeiçoamento das propostas feitas, qual é a visão que nós temos como um todo. Mas, antes, eu gostaria de dizer o que é que é o IBP para aqueles que não conhecem. O Instituto Brasileiro de Petróleo tem 52

anos de existência e se caracteriza pela sua isenção, por ser uma entidade sem fins lucrativos, e a política, e essa talvez é a maior tradição que o Instituto tem de poder se preocupar com o efetivo desenvolvimento da indústria brasileira de petróleo e gás como um todo.

Nós temos 220 associados que, cobrindo toda a cadeia, começando pela principal empresa do país, a PETROBRAS, que, com muita honra, é fundadora do IBP, junto com outras empresas, e participativa ativamente hoje, no seu conselho de administração, com três representantes, com representantes da diretoria executiva, em todas as suas comissões.

O IBP tem 70 funcionários, mas a sua força vem dais mais de mil pessoas que contribuem, em caráter voluntariado, nas suas 47 diferentes comissões, comissão de exploração, refino, lubrificantes, enfim, toda a cadeia. Então, o papel do IBP é esse. 220 empresas associadas. Nós não defendemos nenhuma empresa, em particular, nós defendemos aquilo que entendemos ser o melhor para o desenvolvimento da indústria e fortalecimentos da indústria de petróleo e gás no país. E essa tem sido a nossa participação. Nós contribuímos efetivamente na regulamentação das discussões da Lei 9.478, que foi produzida aqui, pelo Congresso Nacional, que, aliás, mais uma vez, parabenizamos a competência dos senhores parlamentares e do Governo por conseguir chegar a um bom modelo, que foi sucesso nesses últimos doze anos. Nós contribuímos, também, ativamente, nas discussões da lei do gás. O Senador Delcídio, inclusive, acompanhou parte dessas discussões. Levamos contribuições ao Ministério, fomos solicitados a levar as visões da indústria, discutimos ativamente. Lembro de um ponto que era da questão do mercado secundário regular para o gás natural, em que a indústria não concordava com a visão inicial, proposta pelo Governo, e fomos desafiados a trazer elementos que comprovasse essas nossas teses. Trabalhamos ativamente e sugerimos isso às autoridades governamentais e nossos pontos foram acolhidos.

Então, comento isso apenas para dizer da importância do Instituto, de tendo a experiência, digamos, de muitos atores, participando da indústria como um todo, tentar levar sempre a sua contribuição ao Governo para o aperfeiçoamento sempre do modelo regulatório vigente.

Em 2007, quando o Governo tomou a decisão de retirar os blocos da nona rodada, imediatamente nós produzimos uma posição oficial do Instituto. Em primeiro lugar, reconhecimento à plena soberania do Governo brasileiro e da sociedade brasileira de poder fazer e ter aquela ação, e parar para pensar, digamos, que impacto poderia ter feito nos novos descobrimentos do pré-sal no modelo regulatório, como um todo.

Elogiamos também muito a postura firme e determinada pelo Governo, naquela ocasião, porque, naquela resolução do Conselho Nacional de Política Energética, em duas das quatro deliberações, ele reafirmava o perfeito respeito aos contratos existentes, porque sentíamos, naquele momento, que o Governo dava um sinal claro que queria preservar as regras do jogo existentes e absoluto respeito aos contratos. Esse tem sido uma posição que tem sido mantida pelo Governo, e a qual nós sempre aplaudimos.

A partir desse momento, então, sabendo que o Governo estava buscando o aperfeiçoamento do modelo regulatório, que não tinha ainda nenhuma direção de como seria feito isso, o Instituto se antecipou e começou a fazer estudos para aperfeiçoamento do marco regulatório vigente, que era o contrato de concessão.

Na visão do IBP, o marco atual regulatório, que é o modelo de concessão, poderia ser perfeitamente adaptado para contemplar a vontade soberana, digamos, do Governo representado na sociedade brasileira, de ter maior controle sobre a produção, auferir maiores lucros sobre a renda petroleira, promover o maior desenvolvimento da indústria de bens e serviços e ter maior controle, também, sobre o nível de produção, como já falei.

O marco vigente é perfeitamente passível de acomodar essas sugestões, e elaboramos sugestões que enviamos às autoridades competentes, desde a ANP, Ministro de Minas e Energia, Casa Civil, enfim, todos os órgãos envolvidos, e buscamos promover seminários importantes para debates, que, aliás, quero destacar aqui a presença importante no seminário que, exatamente, há um ano, o IBP promoveu no Rio de Janeiro, em conjunto com a FIRJAN e a Fundação Getúlio Vargas, onde estiveram presentes o Senador Delcídio, o Senador Mercadante, o Senador Dornelles, junto com outros parlamentares e outros representantes da indústria. E foi um debate para mais de 700 pessoas, um debate altamente produtivo, respeitoso e tendo por objeto exatamente o que é que era melhor para o país, naquele momento.

Então, nós vimos trabalhando sempre na defesa do modelo de concessão, por entendermos que o modelo poderia ser perfeitamente adaptado para produzir os mesmos resultados que o Governo havia manifestado a sua intenção.

Agora temos outra realidade. O Governo preferiu a adoção de um novo contrato, um modelo de partilha. Eu quero destacar aos Srs. Senadores que a indústria trabalha tanto no modelo de concessão quanto no contrato de partilha mundialmente. E entendemos que os contratos podem ser adaptados de tal maneira a manter o mesmo nível de atratividade para as em-

presas, ou seja, permitindo a participação de atração de capitais, a vinda de tecnologias complementares, complemento de recursos humanos e preservando, digamos, de toda sorte, o controle efetivo do Estado sobre essas reservas e sobre esse modelo.

Então, eu, depois, vou passar para o Dr. Ivan Simões, que vai fazer uma breve apresentação sobre resumo desses pontos, com mais detalhes, dos pontos que eu estou adiantando. Mas eu quero deixar claro aos Srs. Senadores que a indústria sempre defendeu que o modelo de concessão poderia e pode ser perfeitamente adaptado para contemplar essas alterações.

Agora a indústria trabalha também no contrato de partilha e acho que se essa é a vontade soberana do Governo e da sociedade representada aqui no Congresso Nacional, vamos contribuir efetivamente e queremos ter a oportunidade de contribuir para o debate desse modelo e para o aperfeiçoamento que se faça necessário.

Nós tivemos a honra de sermos convidados, embora, muito próximo, digamos, ao evento do anúncio pela Ministra Dilma e pelo Ministro Lobão, isso foi na quinta-feira que antecedeu o anúncio oficial do modelo, tivemos a oportunidade de comentar com eles esses pontos que nós vamos comentar com os senhores. Na sexta-feira passada o IBP também como uma atitude de respeito da Petrobrás para com o IBP nos convidou também para um debate de quase duas horas, onde nós também tivemos a oportunidade de dispor para a PETROBRAS essas visões do Instituto. E interessante que a PETROBRAS, e eu quero ressaltar aqui o papel, a posição da PETROBRAS, a PETROBRAS de maneira que é um dos sócios mais importantes do IBP, junto nós temos participado de inúmeras discussões como, por exemplo, a questões da regulamentação da Lei Noel que impactava, efetivamente, os contratos como um todo e traziam a incerteza regulatória, junto essas empresas e a PETROBRAS presente nós discutimos isso com o Governo do Rio de Janeiro, com autoridades federais e conseguimos chegar a um bom modelo de taxação que não penalizasse as empresas e resolvesse também os interesses do ponto de vista do Estado, tanto o Estado do Rio de Janeiro quanto o Estado nacional.

Então, quando a PETROBRAS está conosco nós somos muito mais fortes. E entendemos nesse momento e a PETROBRAS assim o fez de maneira muito respeitosa e elegante com o IBP, ela em sendo uma empresa de controle estatal e tendo o presidente Gabrielli, inclusive, ser membro, e estando participando da Comissão, a PETROBRAS então nos comunicou que ela estaria não participando das discussões com o resto da indústria, exatamente porque ela já tinha um caminho preferencial para a sua discussão, e em sendo uma empresa do Estado ela já teria essa possibilidade, e teria, digamos, esse papel também como empresa estatal. Então, nós vimos isso como mais um gesto de respeito da PETROBRAS para com a indústria, e cabe ressaltar que todos nós queremos o fortalecimento da PETROBRAS, queremos uma PETROBRAS forte. Quase todas as empresas que operam aqui no Brasil, eu diria, todas trabalham associadas com a PETROBRAS em diferentes formas no pré-sal, no pós-sal, em áreas no Brasil a fora e, inclusive, áreas internacionais.

Então, eu quero deixar claro que não há nenhum conflito, pelo contrário com a PETROBRAS, nós respeitamos a posição da PETROBRAS e nós queremos, sim, poder trazer aos senhores aqui as nossas visões sobre o modelo proposto e pontos que nós entendemos que podemos perfeitamente, que poderiam ser acolhidos no sentido de aperfeiçoar o modelo vigente

A primeira preocupação já expressa também pela Ministra Dilma e o Ministro Lobão foi com a questão da urgência constitucional. Nós entendemos que o perfeito entendimento do modelo, e estamos trabalhando diuturnamente mesmo, madrugada a dentro e tudo para tentar entender o modelo, verificar os impactos e trazer contribuições e eventuais emendas que sejam responsáveis e sejam realmente abalizadas. Agora o tempo que nós temos é muito pouco. Então, esse apelo nós continuamos, já fizemos às autoridades federais e gostaríamos também de fazer aos senhores a questão da urgência constitucional eu acho que ela restringe muito o debate, e essa matéria tão importante que vai, digamos, regulamentar a atuação da indústria como um todo nos próximos 40, 50 anos, e esperamos que dentro dos próximos 40, 50 anos a gente não precise rediscutir o marco regulatório de novo, então o momento de melhor discutir é agora, não é nenhum interesse de procrastinar nada, pelo contrário, nós não desenvolvemos essas questões eventualmente políticas que possam ter nesse debate. O IBP está à parte disso, tanto que nós nos concentramos dentro das quatro propostas, Senador Delcídio, que foram apresentadas, nós nos concentramos mais no detalhe da partilha de produção. O que é que isso representa de impactos para a indústria? Que sugestões e aperfeiçoamentos nós podemos trazer? Porque a questão da empresa estatal é uma consequência natural do uma escolha do modelo de partilha, se o modelo de partilha é aprovado é natural e desejável que se tenha uma empresa de controle estatal, 100% para que faça a representação dos interesses da União. Então, em relação à questão da petrosal essa é a nossa visão.

A questão da capitalização, embora, tenhamos individualmente preocupações, mas nós entendemos

que é uma questão que diz respeito ao Governo brasileiro com a PETROBRAS e seus acionistas também. Então, dentro dessa ótica eu acho que deve ser discutido isso, nós não vamos entrar na questão da capitalização, a menos que ela tenha alguns impactos que interfiram, digamos, na questão regulatória ou outras coisas parecidas, mas na questão da filosofia [soa campainha] no sentido de tentar fortalecer a PETROBRAS estamos plenamente de acordo que o Governo tenha essa preocupação de fortalecer a PETROBRAS, deixá-la cada vez mais robusta. Então, nós não vamos entrar no mérito de capitalização em si, a não ser em detalhes que, eventualmente, nos pareça que podem ter interferência de detalhes de politização, ou trazer alguns outros conflitos.

E a questão do fundo soberano também, isso aí muito menos então. Eu acho que é uma questão do Congresso Nacional junto com o Governo e representantes da sociedade brasileira debater a destinação desses recursos. Nós temos, sim, é que garantir que esse petróleo seja produzido em condições econômicas, que se fortaleça a indústria e gere, sim, o produto que vai, em consequência, gerar todos esses recursos que esperamos possam atender realmente expectativa de todos nós, redução de pobreza, melhoria de educação, mais investimento na área de ciência e tecnologia, meio ambiente e tudo mais.

Então, dentro disso eu colocaria como primeira preocupação da indústria a questão da urgência constitucional, porque entendemos que o debate pode ficar bastante prejudicado por um tema de tamanha importância.

O segundo ponto e já comentado, inclusive, com a própria PETROBRAS, é a questão do operador único. Nós entendemos que, e se olharmos cuidadosamente a proposta, de que para todo o pré-sal de Santos, Bacia de Campos e Espírito Santo, conforme está definido naquela faixa toda azul, teria um operador único. Essa proposta nos parece que não é boa nem para a própria PETROBRAS, e já colocamos isso também para ela. Não é boa para a indústria, e, em muitos casos, não é boa para a própria PETROBRAS. Primeiro porque praticamente vai descontinuar todo o esforço que se fez até hoje de desenvolver uma indústria múltipla, competitiva que tem sido saudável, inclusive, para a própria PETROBRAS, onde a PETROBRAS nadou de braçada nesses últimos 12 anos, ela cresceu de maneira extraordinária e mostrou a sua competência em atuar no ambiente totalmente competitivo e onde ela saiu de uma situação que ela nem tinha recurso. O Senador Delcídio lembra. Em 1999, havia carência de recursos, havia uma série de situações e a PETROBRAS se desenvolveu extraordinariamente para a nossa satisfação e de todos os brasileiros nesse período.

Então, a operação única nos parece que vai restringir em demasia a atuação das demais empresas privadas, quer sejam nacionais, quer sejam de capital estrangeiro. Significa dizer que em qualquer outra oportunidade nós não podemos ter, vou começar a falar de empresas brasileiras, nós não podemos ter uma Vale do Rio Doce, não podemos ter uma Queiroz Galvão, não podemos ter uma [ininteligível], tantas outras empresas, com aspiração de ser um operador na área do pré-sal em áreas de menor interesse do pré-sal. Porque o pré-sal nós sabemos, ele tem uma área extremamente rica que é o que nós chamamos de cluster onde estão os grandes campos de Tupi, Guará, Carioca, Iara, todos esses, e mais a medida que ele vai mais para o norte, e aí depois gostaria que o Dr. Murilo que é geofísico e conhece muito bem melhor do que eu essa atividade, ex-PETROBRAS também como eu, o que acontece nessas outras áreas o potencial do pré-sal é menor e o risco é maior nessas outras áreas por quê? Porque o sal não está tão concentrado como está nas principais áreas da Bacia de Santos, mas à medida que ele caminha para a Bacia de Campos e Espírito Santo esse sal se fragmentou, e o óleo que estava embaixo do pré-sal passou pelo sal, subiu e encheu os reservatórios em cima que é o pós-sal, é onde estão hoje os grandes campos de produção: Roncador [ininteligível], a riqueza da Bacia de Campos, até hoje, que tem liderado a grande produção da Bacia de Campos. Então, o pré-sal, nessas áreas, ele tem potencial, mas ele é um risco muito maior. Então, daí, que a gente concentre nas mãos de um operador único toda essa atividade, eventualmente, outras áreas do pré-sal podem perder prioridade, porque isso pode esbarrar também na capacidade, por mais competente que seja a PETROBRAS de se financiar, de atrair recursos, mas existe um limite físico, digamos, de realização.

A nossa visão do IBP é que a PETROBRAS sempre será a grande líder da indústria como é até hoje. Nos próximos cinco anos, senhores, os investimentos previstos na indústria são de 195 bilhões de dólares, dos quais 35 bilhões são das empresas privadas, o resto é da PETROBRAS. Então, sempre a atuação das demais empresas vai se dar de maneira complementar à atuação da principal operadora do país que é a PETROBRAS. Mas o nosso entendimento estender essa operação única não é boa para a PETROBRAS, ela vai limitar o aparecimento e fortalecimento de outras empresas que hoje geram empresas, nós temos 76 empresas instaladas no país, metade delas brasileiras, então seria que basicamente como condenar a

um futuro de um papel totalmente passivo dessas empresas, inclusive dessas empresas brasileiras. O que nós queremos dizer, senhores, o pré-sal é tão rico, é tão abundante, para a nossa felicidade, que nós podemos perfeitamente acomodar uma situação de que a PETROBRAS tenha um papel relevante e tenha o seu papel fortalecido sem prejuízo de preservar e deixar que outras empresas possam atuar sempre de maneira completar.

Então, essa é a nossa questão, a questão do operador único e, rapidamente, temos uma preocupação também na questão do papel da nova empresa estatal no Comitê de Operações. O que é que isso significa? E aí quero comentar uma coisa também dos 30% da PETROBRAS em todos os blocos. E aí um exemplo do que é que pode ser ruim a operação única para a PETROBRAS. Imaginem, senhores, que a PETROBRAS vai participar de uma licitação onde ela entra com, no mínimo, 30%, ela pode crescer, mas aquele bloco, em particular, é um bloco na visão melhor que tem a PETROBRAS, de todas as empresas operando aqui, um bloco mais fraco, porque ela, naturalmente, tem as maiores informações da área geológica e tudo, ela não acredita muito nesse bloco. Vamos dizer que a União estabeleceu como fator mínimo de partilha 20% do resultado, e a PETROBRAS entra nesse consorcio dizendo o seguinte, com a empresa A e B responsável por 70% dos vencimentos, a PETROBRAS com 30, as outras empresas com 70 e dizendo: olha, vamos dar a partilha mínima porque esse bloco é mais fraco e não se sustenta economicamente, se é a visão que nós temos. Sai a licitação, em paralelo outros plaiers, outros atores podem dar uma oferta, vamos chamar de ator C e D, pode dar uma oferta de um bônus de 60, 70% por um equívoco qualquer, até por erro de interpretação dessas próprias empresas. O que é que vai acontecer? A PETROBRAS perdeu a licitação que ela participou, a oferta, ela é obrigada a operar outro consórcio, onde, primeiro, ela não escolheu os sócios e não concorda absolutamente com aquela oferta econômica, então é ruim para a PETROBRAS isso, nós colocamos isso no debate com a Ministra Dilma e com o Mínimo Lobão, nos colocaram que isso era parte do peso e contrapeso das vantagens e desvantagem, mas então nós vemos aqui uma deficiência de um modelo que esse bloco está fadado a não ser nunca desenvolvido, não ter prioridade. Então, esse é um dos pontos que nós vemos também na questão do operador único e que traz problemas para a PETROBRAS. Então, em resumo, essa questão do operador único nós vemos que deve ser reservado o papel relevante à PETROBRAS que pode ser discutido, mas 100% da operação nos parecem não conveniente para a indústria e para a própria PETROBRAS. Por outro lado, vamos imaginar, senhores, que um consórcio 30% da PETROBRAS, 70% das empresas privadas nacionais ou estrangeiras vão sentar no Comitê de Operações para discutir a metodologia de trabalho para planos de investimento, quantos postos vão perfurar, se descobriu que sistemas vamos desenvolver, o que é que vamos contratar e tudo mais. Aí nos parece um desequilíbrio no poder de decisão da nova empresa estatal nesse Comitê de Operações por quê? Nesse Comitê de Operações essa empresa estatal que não tem risco nenhum pelo modelo, ela tem 50% das decisões e direito de veto. Então, nenhum interesse eventual da PETROBRAS ou nem dos outros sócios juntos podem, eventualmente, mudar uma decisão da empresa estatal que pode estar 99% das vezes correta, certa, na melhor das intenções, mãe pode se equivocar levando, eventualmente, a uma situação indesejável econômica do consócio ou coisa parecida. Então, esse é outro ponto que nós vemos e gostaríamos que fossem, gostaria de pedir a reflexão dos Srs. Senadores e que deveria ser considerado esse papel excessivo de interferência e nos parece desequilibrado em relação às empresas privadas que vão entrar com 70%, esquecendo a PETROBRAS, as empresas entram com 70% e tem peso de 35% na decisão, mas no fundo não pesa nada. Então, o poder de contribuir com soluções, sugestões para trazer novas tecnologias, eventualmente, até contestar uma contratação, ou coisa parecida é mínimo. Então, esse é outro ponto que a gente vê também como preocupante na indústria e que achamos que por isso mesmo que esse debate... Agradecemos essa oportunidade, de novo, que estão nos dando o Senado, agradecemos a iniciativa do Senador Dornelles e aprovação da Comissão para que a gente possa estar aqui. E o objetivo do IBP é esse, é trazer essa contribuição, qualquer que seja o modelo que venha ser discutido e venha ser decidido pela sociedade brasileira, porque nós entendemos que podemos contribuir efetivamente e temos pontos que buscamos preservar, digamos, o fortalecimento da indústria como um todo, nem falando na questão que nos preocupa também de comprador único, no caso de um operador único.

No modelo de competitividade, senhores, é uma premissa básica, está nos livros, o modelo não pode ter um fornecedor único e nem um comprador único, não há modelo de competitividade que resista a isso, e no caso nós estaríamos caminhando, nesse caso aqui, para uma situação como essa. Então, escutamos preocupações, inclusive, de empresários, fabricantes brasileiros dizendo o seguinte: olha, está tudo bem, tem muita coisa, a indústria está bombando e tal, mas se por acaso eu por um problema de não atendimento de

um prazo, ou qualidade, ou qualquer outro problema eu me dispor com o comprador único, eu estou fora do mercado, eu não tenho para quem vender no Brasil. Então, eu acho que dentro do modelo de fortalecimento da competitividade nacional, e aí, senhores, nós temos que tomar cuidado, fortalecer a indústria nacional, sim, de toda maneira que a gente possa fazer, mas sem perder de vista a competitividade em nível nacional, porque o que os coreanos fizeram enquanto nós, de certa forma, perdíamos algum tempo, os coreanos, sim, buscaram a competitividade internacional e estão dando hoje um baile em termos de eficiência, de compensação em todos os setores industriais e tudo mais. O que nós temos que fazer é buscar, e eu me lembro da PETROBRAS nos anos 80 quando começou a questão de qualidade e tudo, a PETROBRAS foi a gestora nisso e está fazendo o seu melhor para isso. Agora não vamos cuidar para se criar uma reserva de mercado no Brasil para que a gente conspire, digamos assim, contra a competitividade da indústria brasileira como um todo no cenário internacional.

Esse é um pouco, eu até me alonguei demais, Senador, e peço desculpas por isso, mas eu queria dar, digamos, a visão geral do que a gente tem, reforçando a disposição do IBP de estar disponível para trazer a sua contribuição para o aperfeiçoamento das regras e discussões num ambiente de respeito e seriedade, e sei que é a intenção de todos.

Então, Ivan, por favor, você podia passar de maneira... Ah, sim, o Murilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, com a palavra o Dr. Murilo Marroquim, e, depois, nós passaremos à palavra numa exposição mais ampla ao Dr. Ivan Simões Filho, da British Petroleum. Cinco minutos estão bons, Dr. Murilo?

SR. MURILO MARROQUIM: Está bom. Bomdia, senhoras e senhores. Agradeço a oportunidade. Eu não pretendia nem falar aqui, ia deixar o Ivan falar e, depois, ficar aqui disponível para perguntas. Mas já que o De Luca pediu para falar um pouco sobre essa diversidade de tamanho de jazida. Deixa-me explicar um pouco isso. Realmente naquela área ali de Tupi, Iara e etc. e esperam reservas de bilhões de barris. Tupi se fala de 5 a 8, coisa desse tamanho, e é uma área, realmente um potencial enorme. Agora o pré-sal com definida a área do pré-sal estende pela Bacia de Campos. Como a gente vê ali é aquela área azul. Então, nessa parte mais à esquerda, mais a oeste que é essa área de Santos é onde se esperam esses campos supergigantes, na parte mais a Nordeste que se estende pelo litoral do Rio de Janeiro a norte de Cabo Frio e no Espírito Santo podem ocorrer, pelo menos, é o que os dados geofísicos e geológicos nos mostram, há cumulações de dimensões muito mais modestas, digamos, na ordem de 200 milhões de barris, ou seja, estamos falando de acumulações que seriam talvez 3%, 4% de Tupi. Então, ter um modelo que funcione para essas duas dimensões de acumulação precisa ser muito bem regulado, os parâmetros precisam ser muito bem afinados para que não inviabilizem acumulações menores ou mesmo que elas sejam postergadas porque apesar de serem menores elas vão propiciar investimento, elas vão propiciar renda para os Estados, para o Governo Federal, emprego, encomendas da indústria, e é difícil pensar que um operador que tem um Tupi e uma cumulação que é 3% de Tupi vá dar prioridade a esse tipo de coisa. Eu, certamente, não daria.

O outro ponto que eu queria falar é o seguinte. Eu notei que o projeto do pré-sal não define pré-sal, ele define vários termos, inclusive, área do pré-sal, mas pré-sal não é definido. Então, o que é que isso pode dar ensejo? Como definida apenas a área do pré-sal qualquer cumulação que ocorrer ali vai ser submetido às regras do pré-sal. Ora, na Bacia de Campos onde estão as maiores reservas atuais do Brasil, a maior produção atual do Brasil tudo isso que está lá até hoje, com exceção do piloto lá de Jubarte é acima do sal, é pós-sal ou a maior parte, 99% disso. E acho que qualquer especialista na indústria acredita que tem outras acumulações, outros campos acima do sal ainda a ser descobertos nessa área, tudo bem, no tão grande quanto Namorado ou Roncador, certamente, não tão grandes quanto Tupi, mas são recursos que estão lá para serem descobertos e desenvolvidos proporcionando vantagem para o país. [soa campainha].

Então, se isso foi submetido à mesma regra do pré-sal é provável que isso nunca seja comercialmente viável e fique abandonado.

São os dois pontos que eu queria levantar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu agora passo a palavra para o Dr. Ivan Simões Filho, vice-Presidente da British Petroleum do Brasil.

Quinze minutos, Dr. Ivan.

SR. IVAN SIMÕES FILHO: Obrigado, Senador Delcídio. Gostaria de cumprimentar a todos os senadores aqui presentes, todas as demais pessoas aqui presentes, agradecer a oportunidade de estar podendo, um pouco, trazer um pouco da experiência do Instituto Brasileiro do petróleo para contribuir, para aprimorar o marco regulatório.

Na minha carreira eu fui, durante muitos anos, professor da UNICAMP no curso de engenharia de petróleo, posteriormente passei pela ANP e por uma consultoria internacional especializada em dar apoio

a Governos dos mais diversos países sobre a forma, a melhor forma de eles poderem tirar o máximo do potencial petrolífero, e agora faz pouco tempo que eu me juntei à IBP. Então, eu procuro falar olhando um pouco dessa visão dos diversos plaiers, porque um bom negócio só vai ser bom se ele for viável para todos os lados envolvidos, o Governo como o dono dos recursos naturais, as empresas que fazem os investimentos e toda a indústria, toda a comunidade local tem que ser beneficiada.

Então, no próximo slide algumas considerações iniciais, como o João Carlos já colocou. O IBP reconhece plenamente o direito soberano da nação brasileira de escolher a melhor forma de regular os seus recursos naturais para promover o seu uso racional e auferir o máximo possível para o estado da renda petrolífera. O IBP sempre defendeu que o arcabouço regulatório vigente é um exemplo mundial, serve de inspiração para muitos países, é transparente, é equilibrado, é eficiente na atração dos investimentos e na indução da indústria local, ao mesmo tempo, que garante ao estado brasileiro ficar com a maior parte da renda petrolífera, e sempre tivemos apontando soluções dentro do modelo vigente para que o Governo consiga atingir todos os seus objetivos. No entanto, já que o Governo decidiu, optou por submeter o Congresso um projeto em que institui o regime de partilha, as empresas estão acostumadas também a trabalhar nesses regimes desde que haja transparência, desde que haja regras estáveis, respeito aos contratos e que os potenciais retornos sejam compatíveis com os riscos assumidos, e é nesse sentido que a gente procura dar a nossa contribuição.

Então, algumas considerações sobre esse modelo proposto. Como já colocado, nós trabalhamos perfeitamente o modelo de partilha na medida em que o retorno seja compatível com o risco, que haja transparência e estabilidade. E identificamos nessas propostas submetidas pelo Governo alguns pontos que merecem um pouco mais de atenção na medida em que, eventualmente, eles podem inviabilizar a atração dos investimentos necessários a desenvolver o pré-sal. E, mais uma vez, eu vou tentar aqui explicar, traduzir isso de uma forma menos técnica possível, mas são assuntos extremamente complexos e por isso nós reivindicamos que possam ser debatidos com o tempo que necessita para amadurecer essas questões.

A primeira questão é a questão da operadora única. Eu acho que aqui todos nós temos um orgulho profundo da PETROBRAS, a maior empresa do Brasil, um exemplo de capacidade tecnológica, de pessoal qualificado, e ninguém questiona essa liderança internacional da PETROBRAS nas operações em águas profundas. No entanto, a PETROBRAS não é a única empresa que dispõe de tecnologia, que dispõe de recursos humanos, que dispõe de recursos financeiros, em suma, que dispõe de toda capacitação necessária, e ao limitar a capacidade de operar a uma única empresa nós vemos que isso não traz vantagens nem para o país, nem para a PETROBRAS e nem para os investidores.

Algumas vantagens que nós podemos ver em ter múltiplos operadores. A primeira é que a competição sempre induz à eficiência e à transparência, e nós precisamos disso num setor são estratégicos como do setor de petróleo. Outra questão também é a geração de empregos, enquanto uma empresa não operadora vai ter 20, 30 pessoas trabalhando para ela, uma empresa que opere um único campo vai empregar centenas de pessoas. Então, o potencial de geração de empregos fica multiplicado na medida em que haja mais de uma operadora. Outra questão também é a questão tecnológica, apesar da PETROBRAS ser líder numa tecnologia específica para exploração e produção em águas profundas, ela não detém todas as tecnologias disponíveis, empresas individuais detêm aspectos diferentes da tecnologia, e nenhum ambiente petrolífero que tenha se desenvolvido e desenvolvido junto à indústria de bens e serviços nacional dispõe de um único operador. Então, para dar um exemplo, a empresa que eu trabalho hoje é a líder mundial no imageamento(F) sub-sal de fazer levantamentos sísmicos para ver com maior nitidez o sub-sal, tendo recebido vários prêmios internacionais a esse respeito. É claro que em ela estando operando vai usar essa tecnologia diretamente e na medida em que o conteúdo local mínimo obrigatório está estabelecido em contrato a tendência vai ser trazer os seus fornecedores para se instalarem no Brasil e isso contribui para a geração de uma indústria de bens e serviços petrolíferos competitiva em nível mundial.

Outra questão também que não é boa do ponto de vista do país nós ficarmos restritos a uma única operadora, é como qualquer empresa tem capacidade limitada de recursos humanos, de recursos financeiros e, eventualmente, algum projeto pode não interessar a PETROBRAS e interessar a outro operador. Então, isso permite um desenvolvimento maior do país. As desvantagens de um operador único é que eventuais diferenças entre os planos da operadora e do investidor sobre a avaliação de um determinado bloco podem levar a oferta menores, à medida que o investidor não sabe se aquele projeto vai estar na lista de prioridades da PETROBRAS ou não, ele tenderá a assumir um risco maior e, portanto, fazer ofertas menores. O ritmo do desenvolvimento desses recursos fica limita-

do à capacidade e execução de uma única empresa, e por mais que a empresa seja forte, tenha capacitação, os recursos humanos são um gargalo bastante grande, é muito difícil encontrar gente com experiência em operação que possa tocar esses projetos, e isso não se forma de um dia para o outro, esses são os profissionais mais experientes dentro da empresa, geralmente com 10, 15, 20 anos de experiência. A impossibilidade de operar também diminui a atratividade num certo sentido e limita também o leque de opções dos fornecedores de bens e serviços.

Outra questão que preocupa também às empresas congregadas no IBP é a questão da tomada de decisões dentro do comitê operacional. Nós reconhecemos que o Estado deve ter o controle das atividades no país e já o tem hoje através de uma série de mecanismos e de instituições. E o que nós defendemos é que os investidores que vão arcar com o risco significativos, com investimentos significativos tenham a capacidade de influenciar a forma de como esses investimentos vão ser geridos. E no caso nós temos uma proposta em que uma empresa tem poder absoluto, 50% dos votos, poder de veto sem nenhuma exposição legal ou financeira às consequências, importantes consequências ambientais, consequências trabalhistas, consequências dos mais diversos tipos, então essa tomada de decisões pode, eventualmente, ser feita sem examinar todos os aspectos necessários. Além do que o poder de veto sempre reduz a transparência das decisões e nós acreditamos que ele possa até existir, mas limitado a questões de mais alto nível como, por exemplo, aprovação de algum plano que vá estabelecer a produção pela vida inteira do campo, e não fique limitada às questões do dia-a-dia, afinal, todos sabemos que essa vai ser uma empresa com poucos quadros técnicos que, certamente, não terão toda a capacidade que têm os técnicos, por exemplo, da PETROBRAS.

A questão do regime fiscal... No final das contas o que vai influenciar em boa parte a decisão de investir ou não num país é a possibilidade da ter retorno compatível com os riscos assumidos, e para isso o regime fiscal é a pedra fundamental que vai estabelecer se haverá rentabilidade ou não. E nós temos aqui um caso não muito comum de contrato de partilha que retem ainda muitas características do contrato do tipo de concessão algumas provisões da lei causam certa preocupação por serem bastante onerosas, principalmente, a questão dos royalties e do bônus de assinatura que no final das contas são custos, mas não entram no cálculo desses custos, o que reduz o excedente de petróleo e, consequentemente, quanto que vai ser partilhado com a União. Então, são questões que caberiam muito melhor em editais de licitação ou em contratos, modelos de contrato do que engessados na legislação.

Próximo, por favor. Como foi mencionado também, o Projeto de Lei não diferencia os reservatórios do pré-sal e do pós-sal e ao impor um regime mais pesado para todas as cumulações numa determinada região, ele pode, eventualmente, fazer com que as cumulações que seriam viáveis deixem de sê-lo nesse modelo.

A contratação direta nós vemos nisso como uma diminuição da geração de renda para o país porque limita a competição nas áreas de alto potencial, quanto maior a competição, mas as empresas vão oferecer volumes maior de partilha para o Governo, e isso implica numa perda tanto no curto prazo dos bônus de assinatura, como também no longo prazo no percentual de partilha que tende a ser menor na medida em que não há a competição. Além do que a presença de mais de uma empresa nas áreas de determinado potencial permite comparações, permite benchmarking, permitem ver como está se saindo cada uma das empresas.

Nós sabemos que tem múltiplos riscos, os riscos exploratórios inerentes, e aqui eu gostaria de diferenciar o sucesso geológico do sucesso comercial, um é aquele que se encontrou alguma evidência de petróleo, o sucesso comercial é fazer com que aquilo seja produzível comercialmente, e existe uma diferença entre isso. Muitas vezes, se acha petróleo, mas não é um sucesso comercial, e o que conta no final das contas é o sucesso comercial em conjunto com vários outros riscos associados à atividade.

Eu queria mostrar no próximo mapa, só para exemplar aqui que os riscos exploratório não é desprezível, uma quantidade de poços secos e de poços não comerciais perfurados no pré-sal, de acordo com as informações oficiais prestadas pelos operadores e pela própria ANP mostrando, pelo menos, uma dezena de poços não comerciais no pré-sal.

A questão da unitização é necessária, mas nós queremos alertar para o risco de termos regimes diferentes regendo o mesmo campo que pode levar a situações de impasse e de difícil solução das controvérsias.

E, conclusão. O modelo atual é um modelo de extremo sucesso, permitiu que o setor de petróleo brasileiro se transformasse em uma década, hoje temos mais de 70 empresas atuando no país, metade delas empresas de capital nacional, temos um arcabouço que alinha os interesses dos contratados e do Governo e nós buscamos preservar essas conquistas do modelo.

Lembrando. Os investimentos necessários são da ordem de centenas de bilhões de dólares, podendo chegar ao trilhão de dólares, nenhuma empresa sozinha tem a capacidade de tocar esse desafio enorme, e é por isso que nós empresas congregadas no IBP junto com a PETROBRAS queremos participar desse esforço, contribuir para a geração de empregos, tecnologia e renda no país.

As condições para atrair os investimentos são simples, independente do modelo adotado, a questão do respeito aos contratos, a previsibilidade, a transparência na tomada de decisões, os retornos compatíveis com os riscos, e também oportunidades que sejam competitivas com aquelas encontradas em outros países.

Para terminar. As questões que mais nos preocupam nesse modelo e que mereceriam alguma reflexão a mais é a questão, como já mencionado, da operadora única do mecanismo de tomada de decisões dentro do comitê operacional, questões relativas ao regime fiscal, questões de misturar no mesmo regime pré-sal e pós-sal, a contratação direta e a unitização; todos esses temas bastante complexos que precisam ser discutidos adequadamente, e por isso defendemos que o regime de urgência não seja aplicado para que possa ser discutido com a complexidade e a profundidade que esses temas merecem.

Era isso que tinha a expor. Agradeço a oportunidade. Estou à disposição para esclarecimentos.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Ivan Simões Filho.

Pela ordem, Senador Agripino Maia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, é só para solicitar à mesa, eu tenho a impressão de a mesa dispõe da apresentação feita pelo Dr. João Carlos de Luca e pelo Dr. Ivan Simões--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Esta apresentação será distribuída.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Essa apresentação eu acho muito interessante, muito objetiva, e acho que é importante que distribua não só aos membros da CAE, mas aos 81 senadores, para que essa primeira abordagem, na minha opinião, muito bem feita seja do conhecimento de todos para que as dúvidas sejam levantadas. E pediria a V. Exa. essa providência.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Tomaremos as providências devidas não só para os membros da Comissão de Assuntos Econômicos, mas também encaminharemos para todos os 81 senadores e senadoras.

Eu quero passar a palavra agora ao Senador Dornelles, autor do requerimento e depois entraremos na lista de inscritos.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Delcídio Amaral, eu quero cumprimentar ao João Carlos de Luca, ao Murilo Marroquim, ao Ivan Simões pela exposição. E queria conduzir o debate nos seguintes termos: o presidente lançou o pré-sal, solicitou um grande debate, e eu acho importante que ele seja feito num campo muito técnico, deixando de lado o aspecto emocional, político e muito profundo. E a primeira observação que eu faço é realmente lamentar o regime de urgência para discutir um caso tão complexo que a cada dia aparecem mais dificuldades num prazo tão curto.

Segundo lugar eu queria dizer que nós temos um modelo de exploração de petróleo com a lei de 97 que elevou a produção de petróleo do Brasil de 900 mil barris para quase 2 milhões, que fez com que as nossas reservas praticamente passassem de atingir com Tupi e Iara a 28 bilhões, que trouxe para o lado... A PETROBRAS fortaleceu 71 empresas ao lado da PETROBRAS exploraram petróleo sendo que 36 de capital nacional, todas as metas que o Governo anuncia que pretende com o pré-sal, ou seja, controle de produção, nível de produção, criação de fundos, distribuição podem ser criadas e podem ser atingidas pelo modelo da concessão. De modo que eu pergunto a mim mesmo por que mudar, por que adotar o sistema da partilha? Eu só vejo, Sr. Presidente, um viés ideológico, eu não vejo uma única razão e um único motivo de nós abandonarmos um modelo em que o Estado é um sócio oculto privilegiado de todos os resultados em que ele participa do grupo sem participar do prejuízo, sem participar do desgaste administrativo. Eu não vejo um motivo e uma razão para largar, deixar a concessão para a partilha. Sendo que hoje a partilha vai ser sujeita a um grande debate, a uma grande quantidade de dúvidas que pode atingir o nível de investimento quando nós, praticamente, já teríamos uma posição consolidada dentro da concessão.

Então, Sr. Presidente, eu queria dizer a V. Exa. o seguinte, volta e meia se fala que a razão de adotar a partilha é um problema estratégico, quando o risco é menor deve se adotar a partilha. Ora, Sr. Presidente, o Brasil tem uma situação que nós devemos ao presidente Getúlio Vargas em que o dono do solo não é o dono do subsolo, o subsolo pertence à União, a União é dona, é proprietária do subsolo e, consequentemente, de todo o petróleo que está no subsolo e no fundo do mar. Mas se o Governo resolver que todas essas reservas identificadas deviam ser reservas estratégicas, bastava não explorar nada, deixava a reserva lá que

seria estratégica, e ele quando explora no momento da concessão através do Conselho Nacional de Petróleo, através, principalmente, do Conselho Nacional de Petróleo, da Agência Nacional de Petróleo ele pode estabelecer condições, um nível de exploração, ele pode estabelecer o controle da produção, ele pode estabelecer qual é o nível de exportação. Hoje se o Governo não quiser exportar petróleo nós temos um sistema tributário que permite imposto de exportação. De modo que eu não vi um único item que justificasse a mudança do modelo da concessão do petróleo, a não ser um viés estatizante e ideológico. De forma que a primeira pergunta que eu faço é a seguinte: qual é a meta, as metas anunciadas pelo Governo que não podem ser alcançadas através do modelo de concessão? O que é que pode ser alcançado pela partilha que não pode ser alcançado pela concessão? Essa é a primeira questão que eu faço.

O segundo. Nós começamos pelo fim. Nós começamos a discutir distribuição de uma riqueza que só vai aparecer em 2019, 2020. Não é isso? Sem verificar qual é o melhor caminho para estimular o investimento para explorar essa riqueza. Segundo dado e o Senador Mercadante apresentou naquele seminário. Nós vamos precisar para explorar o pré-sal que se encontra a 300km da costa e a 7 mil metros de profundidade aproximadamente 600 bilhões de dólares. A PETROBRAS sozinha tem esses recursos para explorar, fazer a exploração de petróleo? Ou seja, a mudança da sistemática que está se propondo pode dificultar a exploração do pré-sal? Dentro do campo e dentro do modelo com todas essas dificuldades apresentadas por vocês pode haver dificuldade em trazer investimento para exploração do pré-sal? São essas as questões que eu quero colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria de passar, para dar agilidade aos questionamentos, então ao Dr. João Carlos de Luca, ao Dr. Murilo Marroquim e ao Dr. Ivan Simões Filho. Pediria só que as respostas fossem bastante breves, porque há muitos inscritos para eu dê sequência aqui à relação.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, como eu sei que muitos dos questionamentos vão ser muito semelhantes, haverá uma semelhança muito grande, não acha V. Exa. que para o bom andamento dos trabalhos nós poderíamos fazer um grupo de senadores que fariam, por exemplo, três senadores fariam as perguntas e as respostas seriam em cima desses três senadores?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Todos de acordo? Então, eu só gostaria de... Como o Senador Dornelles é o autor do requerimento, os convidados responderiam ao Dornelles e depois disso nós chamaríamos de três em três senadores.

Então, com a palavra o Dr. de Luca, o Dr. Murilo Marroquim e o Dr. Simões. Dr. de Luca.

SR. JOÃO CARLOS DE LUCA: O IBP já produziu um estudo de que o modelo de concessão pode ser adaptado para atender os principais objetivos que o Governo quer, quer seja até aumento por decreto presidencial das participações especiais, uma série de instrumentos para-legais, como o Dr. Ivan comentou, o contrato de concessão para a ANP, medidas complementares e determinações da ANP que definam. O edital de licitação pode definir que a prioridade do órgão será essa ou aquela. O pagamento se é importante para a União, o pagamento, a posse do óleo, o pagamento, as participações especiais, royalties; tudo isso pode ser feito em petróleo para a União. Eu acho que talvez não seja a maneira mais inteligente, porque hoje o modelo cobre impostos sobre uma atividade, e o outro você vai ser o gestor da venda desse óleo. Mas até isso se é um ponto importante como o Governo tem demonstrado pode ser equacionado, no fundo os dois modelos: concessão e partilha devidamente ajustados podem produzir o mesmo resultado do ponto de vista da União e do ponto de vista das empresas. Então, nós sempre defendemos a modelo de concessão por quê? Porque é um modelo que permitiu o crescimento da indústria, nós conhecemos, é tremendamente elogiado no mundo todo, não tem uma questão, um questionamento quanto à falta de transparência, as licitações se dão no melhor ambiente de competição, nunca houve nenhum problema. Então, por isso que nós centramos em aperfeiçoar o modelo vigente antes até de encaminhar para o outro, talvez se o modelo adotado, inicialmente, fosse o de partilha e que todo o sucesso tivesse sido obtido de partilha, nós estaríamos defendendo também o modelo de partilha. Agora confirmamos que as empresas trabalham nos dois modelos no mundo a fora, tanto concessão, quanto partilha, e desde que devidamente seja capaz de elaborar um modelo atrativo, participativo que remunere os riscos inerentes, os riscos tecnológicos, os riscos de reservatórios, tantos riscos que nós temos envolvidos as empresas estarão participando também desse modelo de partido. Então, a questão é fazer essa discussão. Mas respondendo, especificamente, a sua pergunta, Senador, o modelo de partilha, no nosso entendimen-

to, pode, sim, ser adaptado para produzir os mesmos efeitos que o modelo de concessão.

E em relação à questão dos investimentos. Acho desnecessário dizer que se você tiver um maior número de atores participando, como nós temos hoje, hoje, por exemplo, 35 bilhões de dólares estão sendo trazidos nos próximos cinco por outras empresas que complementam um esforço extraordinário e importante que está sendo feito pela PETROBRAS de investir no país 162 bilhões de dólares em todas as áreas. Então, sem dúvida nenhuma, é um complemento de investimento, além, de tecnologia, a própria geração de emprego. Eu queria chamar atenção para que o Dr. Ivan falou, quando uma empresa vai operar mais campos ela cresce marginalmente, quando uma nova empresa vai operar um campo ela bota toda a sua estrutura de recursos humanos, financeiro, de contratação, de treinamento, de operações, de contratações de logística, de tudo; então a multiplicação de emprego é maior, inclusive, quando você tem o maior número de atores atuando no processo.

Eu gostaria de passar para o Murilo e o Ivan, por favor, para complementar alguma coisa.

SR. MURILO MARROQUIM: Eu acho que você cobriu bem a atuação. Existem vários estudos internacionais que mostram que os contratos de concessão e de partilha podem dar resultados equivalentes para qualquer país dependendo dos parâmetros que forem usados. Aí o problema são os parâmetros que podem tornar um determinado contrato seja de concessão, seja de partilha, mas ou menos eficiente para atingir o que se pretende, seja maximizar a produção de óleo, seja maximizar a renda para a nação, investimentos e tal.

Então, os modelos em si podem dar resultados equivalentes desde que sejam implementados corretamente e com todos aqueles aspectos que o Ivan mostrou, a transparência e etc.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Dr. Ivan Simões.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu gostaria exatamente, o que é que pode ser alcançada pela partilha que não pode ser alcançada pela concessão que justifique a mudança?

SR. IVAN SIMÕES FILHO: Eu, pessoalmente, não vejo nada que possa alcançar na partilha que não possa ser alcançado na concessão, os dois modelos podem ser absolutamente equivalentes. E eles não têm nenhuma co-relação seja contido o risco do negócio, tem modelos de partilha em países de alto risco e em países de baixo risco, tem modelo de concessão em países de alto risco e de baixo risco. Também não tem nada a ver com a questão das reservas, se nós formos pegar aas 15 maiores reservas mundiais, mais ou menos, metade adota partilha, metade adota concessão. Então, pouco tem a ver se o país é importador ou exportador, existem países exportadores que usam partilha e exportadores que usam concessão, e importadores que usam partilha e importadores que usam concessão. O que, sim, nós percebemos é que os regimes de partilha geralmente são preferidos pelas empresas nos países onde não há uma maturidade institucional, onde não há poderes independentes, onde não há um Judiciário independente, então ele serve para, de certa forma, colocar toda a legislação dentro de um único contrato para evitar os riscos políticos associados a países que não tenham maturidade institucional tão forte quanto a do Brasil.

E respondendo à questão de se isso vai deixar de atrair investimento, por ser partilha por si só não vai ser o problema. Problemas maiores vão estar, por exemplo, com as decisões do comitê operacional serem tomadas e os investidores não terem, praticamente, nenhum direito de voto, a questão também da operação única reduz, de certa forma, a atratividade, algumas questões do regime fiscal levantadas reduzem atratividade e se todos esses aspectos somados, eventualmente, fizerem com que os retornos não sejam compatíveis com os riscos assumidos, aí não haverá investimento. Mas não por ser partilha que vai afugentar ou atrair, esse é o conjunto de questões que faz com que o modelo seja entrante ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu vou passar a palavra agora ao Senador Gerson Camata, e nessa sequência de três senadores falará agora o Senador Gerson Camata, depois o Senador Osmar Dias e depois o Senador Aloizio Mercadante nesses primeiros três senadores.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Inscreva-me para a segunda rodada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): V. Exa. deve estar na segunda rodada.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Está de bom tamanho, não tem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu quero ser bem rápido. Eu quero primeiro dizer o seguinte, é muito importante esse debate, eu concordo que ele tem que se prolongar, a urgência talvez não é o melhor caminho, nem para nós aqui e nem para os brasileiros. Dois: eu acho que é importante a gente ressaltar o papel do Presidente Lula que desde o início veio dizendo da criação desse fundo social, ele é importante, o Getúlio criou a PETROBRAS com todos os méritos, não pensou nisso, na desregulamentação

de 97, 98 nós não pensamos nisso e o Presidente Lula pensou. Primeiro que isso é fundamental e importante, talvez o aspecto social, econômico mais importante é esse fundo social que a lei do Governo cria.

Agora eu vou orientar o meu voto aqui, na defesa do consumidor brasileiro. E aí eu explico como. Quando nós desregulamentamos a lei do petróleo aqui há uma década e um pouquinho, disseram: "Com a desregulamentação os combustíveis vão baixar de preço, os consumidores brasileiros vão ter combustíveis mais baratos a exemplo de outros países auto-suficientes de petróleo". Enganaram-nos. Subiu o preço de tudo. Depois auto-suficiência de petróleo. Foguete. "Viva! O Brasil é auto-suficiente. Agora os consumidores brasileiros terão energia mais barata, gás mais barato, óleo diesel mais barato, o país vai enfrentar um grande crescimento em consequência disso". Enganaram-nos de novo. O Brasil está auto-suficiente e nós pagamos combustíveis dos países auto-suficientes mais caro do mundo. Então, não adiantou na para o consumidor. E agora nós vamos partir para o pré-sal. O que é que o consumidor brasileiro, o cara que tem um automóvel, que anda de ônibus, que usa combustível, que tem gás na cozinha dele. O que é que ele vai ganhar com esse pré-sal? Nada. E o Ministro já avisou: "Não fiquem pensando que vocês vão ter combustível mais barato não, pode tirar a cavalinho de chuva". O Ministro já avisou antes.

E aí eu vou fazer uma pergunta só ao Dr. Ivan Simões Filho, com permissão dos demais. Qual o melhor sistema para baratear o combustível para o consumidor brasileiro? Eu vou me orientar aqui com voto nesse tipo de coisa, olhando para o consumidor, os milhões de brasileiros que andam de ônibus, ou que têm carro, ou que têm caminhonete, que têm caminhão, que estão lá na agricultura precisando de óleo diesel mais barato, e que esses na hora de desregulamentar não levaram nada, na hora na auto-suficiência levaram um aumento, e agora estão ameaçados porque o Ministro Lobão já disse: "Não, não, tira o cavalinho da chuva, vocês não vão ter combustível mais barato". Então, é a pergunta que eu faço. E obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu por ser líder do PDT participei da reunião do Conselho Político da Presidência da República, assim como o Senador Mercadante e outros senadores aqui, e lá eu vi uma apresentação feita pelo Ministro Lobão e pela Ministra Dilma, e sai impressionado e sai entusiasmado. Depois daquela apresentação eu ouvi alguns discursos e entrevistas, principalmente, no meu Estado, parecia que tudo aquilo que eu vi lá não existia, não existe mar, não existe o pré-sal, aliás, para alguns não existem nem o mar. Tiraram o mar já do lugar, já não existe mais nada. E eu fiquei pensando quem é que está certo o Presidente da República que é sempre otimista ou aqueles que estão dizendo que acabou o mar? E eu gostaria, então de saber o que as pessoas estão perguntando...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas não acabou.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não, o mar está lá.

Eu queria saber o que as pessoas estão perguntando na rua para gente, porque eu, sinceramente, fiquei em dúvida, porque o pessimismo de algumas pessoas foi tão grande que eu fiquei duvidando muito daquilo que eu tinha visto. Então, eu quero repor agora a minha reflexão no lugar perguntando primeiro: o pré-sal tem todas as reservas que o Governo está anunciando? Qual é o tamanho verdadeiro dessas reservas? Se há como fazer uma previsão disso? E aí já perguntando também se no Paraná tem um bocadinho.

Segundo: a tecnologia que está aí ela é adequada... Não chega ao Rio Grande do Sul, por isso que ele está bravo, no Paraná chega. A tecnologia que já existe hoje é adequada e suficiente para extrair com custo compatível para colocar no mercado esse petróleo ou nós vamos ter que investir muito para chegar numa tecnologia adequada para isso? Porque é o que dizem, não tem mar, não tem pré-sal, e se não tem pré-sal, se tem não tem tecnologia para tirar, e essa discussão já está no bar da esquina, tomou conta do bar da esquina o seguinte: tem, mas não tem jeito de tirar. Tem jeito de tirar a tecnologia que está aí? Quando começa essa exploração. Essa é a pergunta mais feita para gente, não no bar da esquina, que eu não vou, mas na rua. Quando começa a ser explorado o pré-sal com volume comercial? Eu sei que tem o projeto piloto. Quando começa para valer mesmo essa exploração? Essas três perguntas são feitas. E eu faço uma quarta para deixar que é a seguinte: grande discussão é a participação dos 30% da PETROBRAS como operadora de todos os contratos. Na visão dos senhores isso é positivo ou negativo para dar eficiência nesse processo de exploração?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

Agora com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria primeiro saudar a qualidade do debate. E como eu tenho pouco tempo eu vou direto ao ponto. Primeiro, o argumento do meu querido Senador Dornelles é

que a posição do Governo é ideológica, porque quer fortalecer a participação do estado da PETROBRAS, e a dele não, estado mínimo, privatização, abertura de mercado é técnica. Esse debate já está vencido, essa última crise internacional mostrou que nós precisamos repensar a relação estado e mercado e que todas as duas posições são técnicas e ideológicas, e essa posição ideológica levou a uma fragilização da Petrobrás no passado. O Governo anterior vendeu 30% da PETROBRAS por 5 bilhões de dólares, retirou a empresa das principais licitações dos grandes leilões que nós tivemos de áreas na Brasil, o Governo anterior praticamente retirou a PETROBRAS da disputa, foram vários leilões que a PETROBRAS, infelizmente, esteve ausente. Então, há uma discussão mais de fundo que nós precisamos fazer. O que mudou não foi o Governo, o que mudou foi o Brasil depois da descoberta do pré-sal em 2006, porque o marco regulatório anterior, o marco de concessão era adequado a um país de alto risco e campos de relativa baixa produção e baixa produtividade, era adequado, e um país que furou muito pouco, eu acho que não chega a 3% das bacias sedimentares brasileiras foram exploradas até hoje.

Então, era um regime, a mudança era uma mudança adequada. O que mudou foi o Brasil, nós descobrimos grandes campos de petróleo e o Governo foi obrigado a repensar a política do setor, essa que é a questão, e é uma questão objetiva. O que é que é objetivo? Eu já disse isso para o De Luca, o Ivan acho que estava lá, e acho que o Murilo também, no debate que nós tivemos lá no IBP. Por que é que o Governo suspendeu a nona rodada? Por motivação eleitoral? Se fosse eleitoral tinha que ter vendido o resto dos campos, botado o dinheiro em caixa e gastar no ano eleitoral. O Governo fez exatamente o inverso. Por que é que suspendeu a nona rodada, e, na época, a indústria criticou muito? Eu vou dizer o porquê. Iara e Tupi. Tupi tem entre 3 e 8 bilhões de barris, Iara tem entre 3 e 4 bilhões de barris, nós estamos falando entre 6 e 12 bilhões de barris, só esses dois campos, praticamente, na hipótese otimista de 12 bilhões de barris, praticamente dobravam as reservas de petróleo conhecidas, provadas do Brasil. Quanto as empresas pagaram no lance, quanto elas deram no lance da ANP por esses dois campos? Quanto? Eu vou dizer quanto. Pagaram 15 milhões, 164 mil, 232 reais. No leilão, na licitação dessas áreas as empresas pagaram 15 milhões de reais. Vamos pegar uma hipótese que esses dois campos têm 10 bilhões de barris, não vou botar 12, vou botar 10 bilhões de reais. Vamos pegar uma hipótese pessimista que o óleo lá embaixo do jeito que está hoje, valha 7 reais, quanto elas ganharam? 70 bilhões de dólares, 140 bilhões de reais e pagaram 15 milhões de reais. Eu pergunto se essa é a política que o Brasil deve ter? E o Governo devia continuar essa política, porque até então havia um silêncio no Brasil sobre o pré-sal, um silêncio, do que era o tamanho, a importância, ia se fazer a nona rodada, talvez num padrão um pouco melhor do que esse, mas elas pagavam 15 milhões de reais por um patrimônio que elas têm hoje de 140 bilhões de reais numa hipótese relativamente realista, porque eu acho que é mais, é mais. Então, o Governo tinha que rediscutir essa questão, tinha que repensar a política, tinha que valorizar esse patrimônio não para esse Governo, porque se fosse para esse Governo tinha que ter feito leilão pronto, dinheiro em caixa e sai gastando, está se pensando para o futuro desse país, e para um futuro onde essa riqueza pode ser absolutamente decisiva para mudar o nosso futuro.

Segundo argumento da indústria: a PETROBRAS vai virar operador único. Não é verdade. Não é verdade. Primeiro porque tudo que foi concessionado e muito do que foi concessionado ainda não foi explorado em terra, Bacia do Solimões, São Francisco, tem todo um potencial em terra, o regime de concessão está totalmente mantido, e em mar muita coisa que foi licitada no regime de concessão. Quando a gente fala 28% do pré-sal já foi licitado, pode ser 28% da área, mas megas campos já foram licitados, já foram licitados, a indústria está lá, está participando, portanto, a operadora nunca será operadora única, pode ser uma operadora que vai se fortalecer no novo regime, mas nunca será única. No entanto, no regime de concessão hoje dos 174 bilhões de dólares previstos de investimento a indústria entra com 35, a PETROBRAS entra com o resto, a indústria representa o quê? 23, 24, 25% dos investimentos? A PETROBRAS já é líder, ela é que foi lá embaixo, ela é que correu o risco, ela é que alavanca a cadeia produtiva, ela é que puxou a substituição(F) de importações de sondas das plataformas, ela que gerou emprego na cadeia, ela que mudou a história do petróleo no Brasil. Portanto, ela já tem uma liderança, inclusive, naquilo que já foi concessionado, dos blocos que foram concessionados, só um o BMS22 ela não lidera, por sinal bateu na água a sonda, bateu na água; mas os outros todos ela lidera e as empresas que fizeram parceria com a PETROBRAS tiveram ganhos espetaculares, mudaram a história de algumas das empresas como Petrogal mudou a história pela parceria com a PETROBRAS no Brasil. Então, ela pode ser fortalecida no regime de partilha, mas não será única.

Terceiro argumento. Qual é a diferença de fundo? Vamos falar as coisas com clareza para o povo brasileiro entender e vocês falarem o que vocês estão defendendo, porque senão a gente não vai avançar nesse debate e vamos discutir com transparência. Hoje só 7% das

reservas mundiais têm acesso livre, e as sete grandes empresas do petróleo estão altamente capitalizadas, têm grande capacidade de refino, grande capacidade de distribuição, e estão desesperadas por reservas, e pagarão o que tiver que pagar para disputar reserva. É verdade. Qual é a diferença e a concessão? É que quando a faço a concessão e se descobre o petróleo a reserva é da empresa e no regime de... Por 27 anos, ela pode explorar no ritmo que ela quiser e produzir, pode calibrar com tarifa, esse argumento de que pode colocar tarifa, você pode discutir processo operacional, a reserva entra no balanço da empresa, no regime de partilha não, as reservas continuarão sobre o controle do estado brasileiro, essa é a diferença fundamental, essa é a diferença de fundo, a primeira grande diferença. A segunda diferença: é que no regime de partilha a PETROBRAS vai ser fortalecida, evidente que vai ser fortalecida, porque ela não vai ter que disputar com as grandes empresas essas áreas, ela não vai ter que se descapitalizar para ter o direito de produzir petróleo no Brasil. Ao não se descapitalizar, ela vai aumentar capacidade de investimento, ela vai aumentar a capacidade de substituição de importações, ela vai aumentar a capacidade de produzir tecnologia no Brasil, ela vai acelerar o processo de exploração numa empresa que tem uma grande participação no estado brasileiro e pode ser maior, dependendo do que for esse processo de capitalização, e uma empresa que tem um papel fundamental em quase 12% do PIB hoje, que é a cadeia de gás e petróleo no Brasil. Então, você vai fortalecer, a empresa vai ter mais informações sobre o pré-sal e vai virar um player internacional, ela acaba de participar de um consórcio que chegou a 10 mil metros e descobriu no pré-sal do golfo do México ou na costa da Angola, onde ela está. Ela vai ter mais tecnologia, mais escala, mais eficiência e é a parceira prioritária do Brasil e do Governo brasileiro e tem que ser, tem que ser. Qual é o país do mundo que não acontece isso, dos grandes produtores e exportadores de petróleo? Qual é o grande exportador de petróleo que não tem um regime misto? Dos 24 países, 18 têm o regime misto, combinam concessão, prestação de serviço, *joint venture* ou partilha. Então, o Brasil está optando... Porque vai virar um grande exportador; não era. Ele está fazendo a opção que os outros países fizeram, e uma opção que eu acho inteligente e indispensável para esse processo.

Eu quero, para não me alongar, sobre a questão do risco. Evidente que tem risco. Tem risco logístico, tem risco exploratório. Só que tem sido maximizado o risco. Eu vi, por exemplo, grande destaque na imprensa. Tupi tinha paralisado a produção. Ela paralisou a produção em julho de 2009 para trocar a árvore de natal. A previsão para troca do equipamento era quatro meses, ela trocou em dois meses e já está produzindo Tupi. Eu não vi ninguém dar essa notícia, ela antecipou a metade do tempo para trocar o equipamento e está produzindo, o teste de longa duração é um êxito, ela está analisando as informações, vai sair hoje seguramente, já deve ter sido divulgada a notícia, pelo menos, eu recebi. Mas não era um risco, não havia nenhum fato relevante, uma grande dificuldade operacional, teve que trocar o equipamento, tem problema do tipo de equipamento que vai usar, o tipo de material; é todo um processo de teste, aquilo estava dentro do teste. Então, às vezes, o risco está sendo maximizado, e, se o risco fosse tão grande a indústria não estava tão interessada em manter o regime anterior. Se o risco fosse tão grande a indústria não estaria brigando como está brigando para manter o seu controle.

Meu último argumento sobre o prazo. Eu acho que isso não é uma questão da indústria, isso é uma questão do Senado, noventa dias dá para gente fazer muitos seminários com vocês, talvez mais de noventa dias aqui no Senado, faremos hoje, debateremos, tem muito tempo. Quebrou o monopólio do petróleo em cinco meses no Brasil, quebrou o monopólio do gás em cinco meses, quebrou o monopólio de telecomunicações em cinco meses, quebrou o conceito de capital nacional em cinco meses, fizeram cinco reformas constitucionais em cinco meses. Eu não vi a indústria reclamando que o prazer era pequeno, aplaudiu a aceleração do prazo. Qual é o problema da audiência? É fazer essa lei andar, porque a lei do gás vocês viram quanto tempo nós demoramos porque havia alguns pequenos interesses contrariados, uma coisa que estava prejudicando o Brasil e você não conseguia fazer tramitar, não conseguia aprovar uma lei que era fundamental para a economia e para o setor. Então, às vezes tem que pedir urgência para andar.

Vamos começar o debate e ver quais são as divergências de fundo mesmo dos argumentos.

Por últi8mo. Como vocês trabalham com regime de partilha e trabalham no regime de concessão, vamos aprimorar o regime de partilha, vamos ver quais os argumentos. Então, quando fala em unitização, o problema já está posso na concessão. Como é que vai unitizar as áreas que foram licitadas? Nem tudo foi licitado, já está posto, um dos blocos já foi licitado. Então, vamos discutir aprimoramento do regime de partilha, papel da Petrosal, os avanços; mas vamos trabalhar com dois cenários, o cenário de manter as regras atuais e o cenário de construir novas regras que eu acho que são muito mais adequadas para uma realidade que o Brasil mudou. O Brasil vai virar um grande produtor e exportador de petróleo, e ele tem que ter consciência

disso, inclusive, doença holandesa, fundo soberano, como é que se apropria dessa riqueza e pensar estrategicamente as reservas e o papel dessa empresa que já é a oitava empresa do mundo, a segunda empresa de valor de mercado das Américas, a segunda empresa em termos de lucro da América e que vai crescer ainda mais, e é interesse do Brasil que isso aconteça. Nós temos poucas multinacionais, um país do tamanho do nosso tem muitas poucas multinacionais que operam no mundo, a PETROBRAS é uma delas e os outros países fortalecem as suas. É só ver o que o Governo americano está fazendo com a GM, com a Ford na hora da crise, 50 bilhões de dólares puseram para salvar as suas empresas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E aí os grandes plaiers que nós temos são poucos, e o que nós estamos fazendo aqui é simplesmente dando condições da PETROBRAS poder investir no Brasil, acelerar o investimento, a tecnologia e a produção porque ela vai ser operadora em 30%, se ela quiser mais de 30% ela vai ter que disputar, mais 30% eu acho que é muito razoável, o setor privado--

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Permita-me um aparte, Senador Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --tem 70% na partilha, e ainda toda a concessão, eles têm que tocar esses 28%, são 14 bilhões de barris, já é o equivalente a quase toda reserva do Brasil, eles têm muito investimento para fazer e nada disso foi tocado.

Eu me lembro quando eu tive no IBP e falei: "Vou defender a manutenção dos contratos as regras atuais". Não foram alteradas. Vocês têm um cronograma de investimento fantástico para fazer no Brasil fora as outras áreas que estão licitadas e, inclusive, os investimentos estão atrasados. Então, eu não vejo por que o Brasil não mudar. Tem que mudar, sim, tem que pensar estrategicamente, tem que disputar--

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Permita-me um aparte, Senador Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --reserva, tem que fortalecer PETROBRAS.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Permita-me um aparte, Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Lógico, Senador.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu acho que nós estamos chegando a uma confluência com o que V. Exa. coloca. Eu acho que não passa pela cabeça de nenhum de nós aqui a volta ao monopólio, até porque foi pela abertura, pela lei de 97 que nós conseguimos chegar a auto-suficiência e chegar onde nós chegamos. Eu acho que colocar nesse debate o prazo determinado de 45 dias é garrotear um debate que tem que ser oxigenado. Acho que nós temos que fazer um pacto de que as pessoas que podem contribuir, como esses três, têm que ser ouvidas, agora sem nenhuma presunção de que o atual modelo está certo, ou o modelo proposto está certo. Eu gostaria muito de ouvir dos senhores que vantagem os senhores veem na manutenção do atual modelo e que coisas boas estão vindo no bojo da proposta apresentada pelo Governo? Porque eu acho que a partir de uma simbiose a gente pode chegar a alguma coisa interessante não é para o Governo é para o país, é para o país. Agora esse debate não pode ser garroteado por um prazo de 45 mais 45 dias ao qual eu me recuso. Agora eu me disponho completamente ao ouvir essas pessoas até aproveitar boa parte do que haja de bom na proposta apresentada pelo Governo, sem que isso signifique a volta ao monopólio com o ajuste ao atual modelo garantindo, inclusive, credibilidade no marco regulatório no plano internacional. Então, eu deixaria até com um aparte que faço ao Senador Mercadante, concordando com muito do que ele falou, eu deixaria logo aos três expositores a pergunta que poderia até ser anunciada, ser antecipada. O que é que de bom existe no atual marco regulatório e o que é que existe na concepção de V. Sas. na proposta apresentada pelo Governo?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu agradeço. E só para concluir. Nós estamos fazendo opção por um regime misto, a concessão vai continuar, vai orientar para todas as áreas onde o risco é maior, o resto do Brasil inteiro, toda a terra, todas as bacias sedimentares em terra on-shores continuarão sob o regime de concessão e parte da nossa plataforma também continuar sobre o regime de concessão. A questão do Murilo como é que vai calibrar pós-sal, pré-sal, eu acho que esses são argumentos que nós devemos discutir. Estratégico não pode ser uma palavra abstrata, então isso aí sim, nós vamos começar a avançar. No mais vai decidir no voto, porque a divergência é profunda, são concepções muito profundas de quem acha que o único caminho para ter eficiência a estado mínimo é privação e é entregar as reservas do país porque acha que as empresas estrangeiras vão ser mais eficientes do que a nossa PETROBRAS, eu não acho isso, não foi no Brasil, e a PETROBRAS hoje está entre as quatro maiores empresas de petróleo do mundo, portanto, ela tem toda a capacidade, e ela ao não ser descapitalizada ela vai aumentar a capacidade de investimento, não será a única, será a única no resto do pré-sal, mas não será a única no Brasil, e não é única, e continuará todo o regime de concessão que

foi feito desses megas campos estão mantidas a concessão, está mantido o mesmo regime anterior.

Então, eu proporia a gente discutir, eu estou fazendo uma sugestão, em vez de ficar... O imparcial está claro, eu já sei como é que o Dornelles vai votar, como é que eu vou votar. Agora no regime de partilha o que é que vocês têm a sugerir no aprimoramento desse regime, porque está claro que a posição de vocês é deixar como está. Eu estou na posição de quem quer mudar. Agora no regime de partilha o que é que vocês sugerem de aprimoramento caso seja aprovada a partilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra agora o Dr. De Luca. Três minutos para cada convidado para que nós possamos ouvir os demais senadores também que estão inscritos. Dr. De Luca.

SR. JOÃO CARLOS DE LUCA: Senador Mercadante, a questão do modelo atual, nós defendíamos o modelo e entendemos que, nesse momento, talvez o debate já tenha ido para outro caminho, pelas razões que eu tive a oportunidade de expor, é um modelo de sucesso, é um modelo que permitia a participação de muitos atores, o Governo participa de maneira de controlar e auferir recursos em cima dos recursos gerados pela produção, então, é um modelo diferenciado, o risco é todo do operador, o risco é todo das empresas que estão operando. O senhor comentou a questão do risco. É verdade. Na época em 99 quando foi feita... 2000 que veio essa licitação ninguém imaginava o pré-sal como era, nem a PETROBRAS, a PETROBRAS esteve lá foi quem deu 15 milhões também junto na sua parcela nesse bloco, tanto que ela é operadora dos blocos, nem ela acreditava nisso. Por outro lado, teve a N que deu 70 milhões de dólares num bloco, vizinho, que foram quase 200 milhões de reais e deu subcomercial, ela encontrou gás. Então, é próprio do risco isso. Na realidade, na época não se sabia do potencial do pré-sal. Apareceu o pré-sal? Apareceu. O Governo agiu? Agiu. A indústria reconheceu? Reconheceu. Nós temos uma nota oficial publicada pelo IBP reconhecendo a soberania e o direito do Governo de rever porque está ante uma descoberta extraordinária. Então, o conceito de risco muda. O contrato de concessão pode ser continuar sendo aplicado nesse modelo? Pode. Qual é o prêmio? Imagine um bônus hoje num bloco desses quanto é que seria? 5, 10, 15 bilhões de dólares? Não sei. Sabendo que você tem uma reserva espetacular, o Governo receberia isso adiantado e não ter que, talvez, ajudar na capitalização da PETROBRAS, talvez até pondo dinheiro. Então, são certos conceitos, o conceito são distintos dos dois modelos.

Mas a questão do risco que eu queria dizer, hoje existe a verdade, contrato de concessão que estão sendo praticados aí a fora, Solimões, imagine Solimões hoje bate lá numa reserva tão grande quanto o pré-sal, podemos estar escutando o mesmo argumento: "Mas também compram por 100 mil reais o bloco". Então, porque o risco hoje é muito alto. Então, mudou o conceito do risco? Mudou. É risco zero? Não, não é risco zero. Nós sabemos disso. Agora temos reservas até respondendo uma pergunta do Senador Osmar Dias, nós esperamos que vai ter 30, 50 milhões de barris, pelo menos, nós vamos ter bastante. Agora vamos ter poços secos? Vamos ter poços secos, já estamos tendo. Então, não existe nem o risco zero, como talvez tenha sido falado no início e nem também, por outro lado, nós temos, sim, uma reserva extraordinária que é muito boa para o Brasil.

Agora a questão dos dois modelos, indo um pouquinho mais, deixe-me dar uma passada por todas as perguntas aqui do operador único. Na realidade a questão da concessão vai continuar nas outras áreas, nas áreas bacias de maior risco, totalmente de maior risco. Agora todos defendem o fortalecimento da PETROBRAS, o IBP também defende o fortalecimento da PETROBRAS. A PETROBRAS vai ter a oportunidade de receber as áreas diretas da União, para operação direta, possivelmente, os blocos vizinhos a esses campos extraordinários de Tupi, Iara, Guará, Carioca, Bem-Te-Vi enfim, todos esses campos do cluster, possivelmente, a PETROBRAS vai ser o operador único, facilita o processo de unitização, você tendo um operador único, é verdade, e esses 5 bilhões de barris que ela vai receber de capitalização é extraordinário para a empresa, é o mesmo volume que foi produzido até hoje na Bacia de Campos, em 32 anos de produção que começou dia 13 de agosto de 1977 a produção na Bacia de Campos. Então, doze anos e um mês. Então, a PETROBRAS merece, o Governo está correto em olhar fortalecê-la. Então ela vai receber os blocos de adjudicação direta, vizinhos, vai ser operadora total e com 30% em todos os outros blocos, é isso que a indústria entende que, talvez, seja exagerada essa visão, porque tem áreas menos atrativas, porque significa que toda área de Santos, Campos e Espírito Santo isso não vai ter nenhuma licitação mais no modelo que permita alguma outra empresa a ser operadora, é isso que a indústria discute. Entendemos não ser bom para a PETROBRAS, conforme já pude comentar, e entendemos não ser bom para a indústria, como um todo. Então, que a PETROBRAS deve ter um papel relevante, sem dúvida, o senador sabe, nós aqui somos oriundos da PETROBRAS, fizemos as nossas vidas profissionais ali dentro, eu tive a oportunidade de como diretor de

empresa de liderar o projeto de águas profundas na Bacia de Campos, levar a quebra de 1000m, 1500m lá para fora, isso é o maior orgulho da minha vida. Agora acho até que existem pontos que têm que ser preservados de conquistas que nós fizemos que vão fortalecer a própria PETROBRAS, não é bom para ela ser operador único, por uma série de razões que já comentamos. E vamos reservar uma parte disso para outros operadores? É saudável para a indústria, é saudável para a PETROBRAS? Eu acho que é essa a discussão que a gente tem que fazer. Não é questão de discussão se nós estamos contra a PETROBRAS ou não. A PETROBRAS é o maior orgulho nosso, é uma empresa extraordinária. Aqui como eu falei, todas as empresas estão associadas a ela aqui no Brasil no pré-sal, no pós-sal em outras áreas fora da Bacia de Campos e Espírito Santo e estão fora também, se algumas não têm parcerias aqui estão fora. Então todos têm o maior orgulho de trabalhar e respeitam demais a operação da PETROBRAS. Agora uma visão dela ser o operador único nós entendemos que realmente isso não é bom para ela, e a questão também do nível de interferência da empresa estatal é ruim para a própria PETROBRAS, porque talvez ela pode levar a sua melhor proposta junto com os sócios privados que estariam participando do consórcio e não tem peso na decisão disso. Então, essas coisas, Senador, que eu acho que são os pontos cruciais que a gente tem que discutir reconhecendo que a PETROBRAS deve ser fortalecida como está, há uma preocupação importante do Governo, agora ajustar de forma a permitir a preservação de toda indústria que foi criada e fortalecer essa indústria, deixar que essa indústria comece a operar em terra em condições mais competitivas, nós não temos uma indústria que opere em terra, on-shore, está muito fraca, as empresas estão à míngua, estão cheias de dificuldades. Nós temos que olhar por isso que são pequenas investidoras nacionais que se estabeleceram, construtoras, empresas de consultorias que acreditaram e estão apanhando, então nós devemos olhar por isso, essa é a visão que nós temos que olhar como um todo, e não olhar só para o pré-sal como um todo, nós temos que fazer uma multiplicação de emprego, de tudo e de agentes que é importante, é isso que eu acho que a gente tem que buscar preservar.

Existem riscos muito tecnológicos, por exemplo, a questão fala de investimentos e tudo mais, vai depender a jazida do pré-sal ou o tipo do reservatório é o reservatório quase que único no mundo, tem uma série de incertezas, como é que se dá o fluxo dentro do poço? Até agora os poços testados têm respondido bem, por isso que é a PETROBRAS prudentemente e seus sócios estão fazendo teste de longa duração em Tupi que é esse que teve um pequeno acidente operacional, e que eu conheço operação de águas profundas, foi um azar ter acontecido nesse posto, podia ter acontecido nos 500 poços que estão instalados na Bacia de Campos, foi acontecer logo nesse poço do pré-sal, um problema dos parafusos que se soltaram porque não tiveram o tratamento térmico adequado e tal. Mas, enfim, coincidiu esse risco, não é que seja um problema específico do pré-sal, mas existem riscos tecnológicos, existem riscos ambientais, como tirar esse gás de lá. Vai ser feito um embarque off-shore, uma geração elétrica, vai ser por dutos, tem enormes desafios ainda, por isso que a PETROBRAS dentro da metodologia que está ela sempre usou, vamos aproveitar e estender tudo aquilo que a gente sabe e pouco a pouco dominando isso, mas nós não podemos dizer que não existem riscos, existem esses riscos, agora que nós temos reservas abundantes, eu não sei se vão ser 14, como foi até que o senhor comentou, comentou de 12, eu iria até o Parque das Baleias que tem mais 2 ou 20, 25 ou 30, ou 50 é coisa muito grande. Por isso que eu digo mais um motivo ainda para gente dizer: tem espaço para preservar a atuação múltipla de múltiplas empresas nisso, sem ser um operador único que pode trazer problema para o não fortalecimento dessa indústria. E por isso que a questão da discussão, não comentamos, o prazo para apresentação de emenda é exíguo, é esse o apelo que nós fazemos que possa ser feito um debate mais apropriado para isso.

Deixa-me ver se esqueci alguma coisa. O Senador Agripino está perguntando como conciliar o interesse dos dois modelos? De novo, as empresas tendo um modelo atrativo que permita participar de maneira importante, as empresas vão estar aqui. É verdade que as empresas internacional só 7% das reservas, estão a caça de reserva no mundo. É verdade. Então, desde que preservado um modelo atrativo inteligente o Governo pode manter a sua soberania, o seu direito soberano de exercer, trazer novos investidores, usar e fortalecer a indústria como um todo. Então, no novo contrato de partilha ajustada essa questão de operação, ajustada essa questão do que nos parece um desequilíbrio entre o nível de investimento previsto para os investidores e o seu poder de decisão perfeitamente o novo modelo pode funcionar e conviver com o modelo de concessão. Eu acho que esse é exatamente o ponto que a gente deveria estar concentrado na discussão.

Deixa-me abrir, por favor, Senador Delcídio, presidente para...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então agora com a palavra o Dr. Murilo, e depois o Dr. Ivan Simões. Eu só pediria aos convidados que nos cumpríssemos o prazo, porque pelo

adiantado da hora, já são 12h25 e existem vários senadores inscritos ainda.

SR. MURILO MARROQUIM: O João Carlos já cobriu a maior parte dos pontos aqui, eu vou tentar não repetir. Só um ponto aqui levantado pelo Senador Osmar Dias. Existe a tecnologia para produzir o pré-sal? A minha resposta seria sim, mas necessitando de adaptações e desenvolvimento. Eu me lembro 25 anos atrás quando eu estava na PETROBRAS, na época dirigia a exploração da Bacia de Campos, e nós já tínhamos identificado o campo de Marlin(F), mais de mil metros de lâmina d'água que naquela época era altíssimo. E havia uma discussão: vale a pena trazer uma sonda de água profunda, furar ali? Muita gente dizia: "Para quê? Nós nunca vamos conseguir produzir isso". Então, ficava aquele negócio. Outros diziam: "Mas a gente nunca vai desenvolver a tecnologia para produzir isso se a gente não souber que a reserva está lá". No fim quebrou o impasse, foi trazida a sonda, constatou que havia muito petróleo lá, e imediatamente a PETROBRAS começou a adaptar uma série de tecnologias já existentes para aquela situação. Da mesma forma, o pré-sal tem seus desafios próprios, nem todos eles são tecnológicos, muitos deles são logísticos. Não existe, eu diria, uma tecnologia na ponta, na prateleira, vai lá pela e aplica aqui, mas existem vários conceitos tecnológicos que podem ser trabalhadas e desenvolvidos para produzir isso. Vai ser para o ano? Dois anos, três anos? Não. Isso vai demorar algum tempo. Mas dá para chegar lá. Barrando um colapso catastrófico dos preços, porque eu não acredito, acho que dá para chegar lá. Não vou arriscar número de reservas.

Quanto ao Mercadante falou. Realmente 28% do pré-sal da área do pré-sal já estão licitados. O senhor tem razão de pedir pressa, mas a maior parte dela operador é PETROBRAS mesmo, é pré-sal, os sócios está dispostos.

A pergunta do Senador Agripino sobre o que tem de bom nos dois modelos. Eu não vou entrar agora em detalhes técnicos, mas dizer uma coisa, o modelo atual do Brasil tem uma coisa que a gente não pode perder, que é a transparência. O modelo de licitações praticado no Brasil hoje é reconhecido no mundo todo como um dos mais transparentes e um dos mais corretos, sem margem a negócios menos corretos. É esse modelo que a gente tem no Brasil. Isso seja em partilha, seja lá o que for, isso eu acho que o País tem que preservar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Dr. Ivan Simões Filho.

SR. IVAN SIMÕES FILHO: Obrigado, Senador. Também sem querer repetir os mesmos pontos, uma primeira pergunta do Senador Camata: De qual desses modelos permite ter uma gasolina mais barata? Nenhum deles, por si só, garante essa diminuição do preço na ponta. O que levaria isso seria competição no mercado de refino, o que nós não temos hoje no Brasil, e também a questão tributária sobre os impostos. Então partilha ou concessão, nenhum dos dois tem nenhuma influência com relação a isso.

Eu queria comentar duas questões que o Senador Mercadante estava levantando. A primeira questão é das reservas. De fato as empresas de petróleo, elas vivem de ter acesso às reservas, explorar e produzir petróleo e gás natural. Agora a questão da contabilidade das reservas, ela pode ser feita tanto no caso da concessão quanto no caso da partilha. Cada um tem suas regras específicas e não é porque é uma ou outra que as empresas contabilizam ou não as reservas. Isso seria também equivalente a dizer: "Ah, porque elas contabilizam as reservas, elas podem fazer o que querem?" Também não corresponde, porque seria o equivalente dizer: "Porque eu tenho uma casa ou um terreno que está na minha declaração de imposto de renda, eu posso fazer o que eu quiser desse terreno". Não, eu só posso fazer o que tiver dentro das Leis, das regulações do País, e não importa se elas estão contabilizadas ou não. Em ambos os sistemas as reservas podem, sim, ser contabilizadas.

A questão também que o senhor mencionou a respeito dos valores muito baixos pagos pelos bônus de assinatura desses blocos. Isso vai acontecer, pode acontecer em qualquer que seja o sistema, concessão ou partilha. O importante é que o regime fiscal, como um todo, ele tenha condições de [soa a campainha] capturar qualquer excedente. Então no momento em que o risco é percebido como alto, o bônus de assinatura vai ser baixo; num momento em que o risco é percebido como baixo, o bônus de assinatura vai ser maior. Mas se a empresa paga menos bônus de assinatura para entrar, isso significa que ela vai pagar muito mais em participações especiais, em imposto de renda, do que ela teria pago se tivesse dado um bônus de assinatura alto. Então o regime fiscal hoje brasileiro, ele contempla elementos que procuram: se a empresa pagou pouco para entrar, ela vai ser taxada mais lá na frente através de mecanismos, como a partilha de produção. Então o ideal, independente - Participação especial. Então independente do modelo contratual, o importante para se garantir a atração de investimentos é um regime fiscal que seja progressivo, ou seja, que taxe o menos possível no investimento e taxe o máximo possível do lucro lá na frente. E o sistema fiscal brasileiro hoje já contempla vários elementos de progressividade, independente do tipo de contrato.

E, por último, uma última questão, sugestões, que o Senador Agripino perguntou, sugestões de vantagens e desvantagens de formas de aprimorar o contrato de partilha. Eu acho que uma forma de aprimorar o setor como um todo é permitir a competição, é permitir a atração de ideias, é permitir a atração de recursos financeiros, de recursos tecnológicos, de recursos humanos qualificados, e isso sempre é mais viável num regime em que haja competição, em que haja oportunidades de investimento para todas as empresas qualificadas e que estejam dispostas a correr esses riscos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Dr. De Luca, com a brevidade possível, Dr. De Luca, porque nós temos muitos Senadores inscritos.

SR. JOÃO CARLOS DE LUCA: Ainda a uma pergunta anterior, creio que do Senador Osmar Dias, é: Quando começa a exploração com volume comercial? Então é bom que a gente tenha em mente o seguinte: como o próprio Senador Mercadante comentou, nós temos áreas, sobre os contratos atuais, que tudo isso que está acontecendo agora são sobre esse regime do contrato atual, ou seja, Tupi, o teste de longa duração, o piloto que vai entrar o ano que vem, o piloto em Guará, em Iara, tudo isso está sob o regime anterior. Mesmo que venha a fazer unitização dos blocos vizinhos, para começar a produzir esses campos e colocá-los em produção tem que resolver a questão das áreas vizinhas não concedidas. Então também vão entrar nesse processo de desenvolvimento. Então tudo isso já é tanta coisa que as novas áreas do pré-sal que vierem a ser eventualmente licitadas, vão entrar lá para 2020, 2025, eu não sei quando, ou seja, nós temos muita coisa para fazer exatamente com o que já tem hoje, é verdade, mas nós estaríamos, de certa forma também, postergando, digamos, o acesso a essas novas áreas por conta obviamente das principais prioridades que a própria PETROBRAS vai dar, é natural, nas áreas atuais que estão sob concessão e que ela tem maiores volumes de informações.

Então nós estamos falando, sim, quando é que vai começar a entrar algum projeto nessa nova área de partilha que eventualmente venha a ser aprovada pelo Congresso Nacional? 2020, 2025. É o que a gente vê num horizonte bem mais amplo, porque até lá tem toda uma parte que já está em desenvolvimento e que viria com a natural prioridade.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora com a palavra os Senadores inscritos. Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, depois o Senador César Borges e depois o Senador Roberto Cavalcanti. Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Dr. João Carlos De Luca, Dr. Murilo Marroquim e Dr. Ivan Simões.

Eu não vou fazer mais perguntas por que essas perguntas já foram feitas. Eu vou fazer comentários.

A primeira questão é que os Projetos de Lei, complexos como são esses quatro Projetos, eles virem com urgência constitucional, na verdade nós estamos tendo Medidas Provisórias disfarçadas, eu não tenho dúvida disso. É a mesma coisa, são Medidas Provisórias disfarçadas. Nós temos prazos exíguos para Emendas, exíguos para debates. É claro que isso não satisfaz. A complexidade que foi vista aqui, são Projetos extremamente complexos. Portanto, eu também estou protestando contra a questão da urgência constitucional. É inaceitável.

Depois o modelo de partilha, da forma que ele foi proposto, é que é um retrocesso. V. Sas. colocaram aqui claramente que ambos são praticados no mundo inteiro e que a questão está na forma com que foi apresentado o modelo de partilha, quer dizer, com as amarrações e as limitações é que na verdade eles tornam-se um retrocesso frente ao modelo de concessão. É o que eu pude entender da colocação de V. Sas., inclusive isso pode nos trazer perda de competitividade, perda do interesse das empresas, perda de investimentos, de atualização tecnológica e de facilidade para financiamento. Isso tudo pode acontecer em função de um modelo de partilha restritivo, que pode nos levar praticamente a um retorno ao monopólio. Esse é um problema que eu vejo grave. As amarrações são muito grandes, inclusive o excesso de agentes governamentais. A PETROSAL, por exemplo, no caso de consórcios, onde a PETROBRAS já tem 30%, ela tem a participação sem risco com 50% da decisão e mais o poder de veto, ou seja, a restrição a empresas privadas a participarem desses Projetos é altamente restrito, além do que se a PETROBRAS quiser entrar sozinha, pode. O modelo é extremamente fechado. Se for o caso, eu acho que o Governo teria que topar uma negociação para que, mesmo que mantenha o modelo de partilha, ele venha a ser um modelo mais aberto e que permita então, digamos, a atratividade para as empresas não estatais, no caso além da PETROBRAS.

Então tem alguns outros problemas. Ainda tem um outro detalhe: áreas de pré-sal e pós-sal não podem ter o mesmo regime.

Uma outra questão é importante é que *royalties* e bônus de assinatura não entram no cálculo do custo do óleo, que é o custo da exploração, quer dizer, eles entram no excedente que seria o resultado da operação, eles vão entrar no excedente, ou seja, aumentando a parte do Governo e reduzindo a parte das empresas

privadas no caso, quer dizer, isso teria que ser balanceado também, porque eu acho que da forma que está a atratividade vai ser baixa.

Eram comentários em função do que eu pude estudar do assunto e pelo que eu pude ouvir de V. Sas., que, aliás, foram colocações extremamente importantes, um debate muito rico.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador ACM Júnior. Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado. Sr. Presidente, Srs. Expositores, Srs. Senadores. Sr. Presidente, pelo que nós vimos e assistimos hoje aqui, que são as considerações do Instituto Brasileiro de Petróleo, que se intitula inclusive representante da indústria, o que nós verificamos é uma posição crítica aos Projetos que estão colocados. Isso aí está muito claro. É uma posição crítica desde a questão do regime de urgência, que é altamente debatido, o Governo demorou mais de dois anos com relação a formular esses quatro Projetos que aqui estão, essa nova forma de partilha e a criação da estatal PETROSAL, também a criação do Fundo, e eu acho que exigir do Congresso Nacional essa agilidade a todos nós que não dominamos esse assunto, de uma hora para outra sermos *experts* e que possamos votar com uma base necessária de conhecimento e de consciência do assunto, efetivamente é exigir demais do Congresso Nacional.

Eu lamento se quiserem colocar o Congresso Nacional versus a população ou colocar nessa hora patriotismo versus aqueles que são antipatriotas se não votar esse Projeto em noventa dias. Eu rejeito inteiramente esse tipo de posição. Então eu acho que temos que realmente discutir com profundidade e até a formação da consciência de cada Senador, livremente ele possa expressar a sua posição ou voto nessa Casa.

Mas volto ao que eu disse inicialmente: eu vejo que a indústria está se posicionando contrariamente ao que está sendo apresentado. A posição aqui quase foi unânime dos expositores, isso aí não há a menor dúvida. É um documento que eu assisti, uma exposição de crítica. O estabelecimento de uma operadora única não traz vantagens nem para o País e nem para a PETROBRAS. O poder de veto que existe através do controle das atividades desse Conselho que existirá, onde 50% de voto já detêm a PETROSAL e ainda o poder de veto. Isso tira a transparência das decisões. E assim por diante vai aqui uma série de posições que são críticas, a verdade é essa, isso tem que ser reconhecido. Não podemos ter meio termo aqui: "Não, temos contratos de partilha e também contratos de concessão, convive de uma forma ou de outra", mas com relação ao que está posto para a análise desse Congresso Nacional é uma posição de crítica, sem sombra de dúvidas. É isso que eu gostaria que ficasse bastante claro nesse momento.

Eu tenho procurado ler e a imprensa nacional está muito rica sobre este assunto, trazendo as opiniões, as mais diversas. Mas me preocupa muito também o fato, eu gostaria que confirmassem, que dentro dos Projetos a PETROSAL será responsável pela comercialização do óleo e esse óleo terá que ser vendido à PETROBRAS. Hoje, por exemplo, eu li um artigo do Merval Pereira, ele coloca algumas opiniões aqui do Adriano Pires, de que se cria uma duplicidade necessária e perigosa ao propor para a nova empresa funções de gestora de contrato de partilha e dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural, que já são atribuições de órgãos existentes. Eu gostaria apenas que pudessem me confirmar isso, quer dizer, a primeira função seria da Agência Nacional de Petróleo em relação ao contrato de concessão, quer dizer, a PETROSAL vai esvaziar a Agência Nacional de Petróleo? É isso mesmo? A segunda função é trocar o papel de Estado arrecadador de impostos para comercializador de petróleo. Então veja bem quantas questões estão envolvidas nesse assunto.

Eu faria também, além dessas duas indagações, uma com relação aos recursos para a exploração do pré-sal, que se fala de 500 bilhões a 1 trilhão de reais. Se o regime de partilha seria aquele mais adequado para atrair esse monumental volume de recursos. Também o aparato tecnológico, o País não dispõe desse aparato para explorar essas bacias. Na concessão, o Estado não assume qualquer risco com o custo de exploração, desenvolvimento e execução das obras e produção de petróleo. O regime de partilha seria o mais adequado para obter a tecnologia necessária na exploração do pré-sal? Será esse o regime mais adequado?

E, finalmente, com relação à capitalização da PETROBRAS, que é uma questão que também está muito nebulosa, quer dizer, a emissão de novas ações, essa emissão não seria prejudicial aos acionistas minoritários? Porque não se sabe se os investidores privados, grandes e pequenos, teriam condições de comprar um volume suficiente para manter a sua fatia na empresa. Além disso, existe uma clara sinalização de que o Governo quer ter uma atuação maior dentro da empresa. Não existe que o risco dessas operações será questionada judicialmente pelo conflito de interesses entre Governo e demais acionistas? Quer dizer, a capitalização se diz que será pelo óleo produzido pelo pré-sal, pelo menos é o que eu tenho até agora de conhecimento, e que o setor privado seria

chamado a participar, o setor privado que detém hoje 73% do capital da PETROBRAS. Foi o número que eu tenho conhecimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não é isso, não.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É 37% do capital, capital não votante, não--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Total?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Capital total, que seria um volume de dinheiro para os acionistas todos minoritários, inclusive aquele que quer aplicá-lo com FGTS, ter que colocar esses recursos para capitalizar a PETROBRAS e manterem a mesma divisão, senão o Governo passaria a ter uma participação muito maior na PETROBRAS.

Então são assuntos que merecem um esclarecimento. Nós estamos agora entrando nesse assunto. O Governo já teve dois anos, mas nós outros, não. Estamos agora aqui analisando quatro Projetos de Lei e é um assunto que é extremamente polêmico. Essas são as minhas dúvidas que eu pediria aos expositores que, se pudessem, esclarecessem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado ao Senador César Borges. Com a palavra agora o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente Delcídio Amaral, agradeço a oportunidade, parabenizo os expositores que representam o Instituto Brasileiro de Petróleo.

Eu vou inicialmente me ater a uma matéria publicada hoje no Jornal O Globo, de autoria dos jornalistas Gustavo Pohl e Mônica Tavares. Creio eu que sejam da sucursal de Brasília, que a matéria vem assinada aqui de Brasília. Um dos trechos aborda sobre a demanda efetiva de petróleo no mundo hoje. As informações são oriundas do órgão *Energy Information Administration*, que é um órgão do governo americano, que prevê um crescimento de 25% da demanda até o ano de 2030, passando dos 85 milhões de barris/dia para 106,6 milhões de barris/dia. Essa é uma previsão desse instituto, desse órgão americano, na qual está na matéria de que o pré-sal Brasil, o pré-sal brasileiro, ajudaria a suprir este aumento de demanda em decorrência fundamentalmente da decadência das reservas petrolíficas da Ásia, da Europa, do México e do Canadá. Então partindo da premissa de que haverá essa demanda crescente até 2030.

Tem uma outra declaração contida na mesma matéria sobre a viabilidade do pré-sal, feita pelo Presidente da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, o Dr. Maurício Tolmasquim, que diz: "Os custos do pré-sal ficam abaixo de 40 dólares o barril. Que mesmo com as taxas ambientais que vão incidir, mesmo assim ele será viável".

Ainda nessa mesma matéria trata sobre as reservas e afirma que "Sem as novas descobertas, sem a descoberta dos campos atuais, os campos que estão em operação hoje irão secar, o que elevaria a produção global em 2030 a 31 milhões de barris/dia. A preço de hoje significa que o pré-sal brasileiro, indiscutivelmente, suprirá a demanda mundial". O que eu estou lendo, as informações que eu estou transmitindo, são informações que estão contidas nesta matéria do Jornal O Globo de hoje. Partindo dessa premissa e partindo de que na exposição feita pelo IBP tem duas declarações que eu achei muito interessantes e enriquecedoras para nós todos, talvez nós possamos chegar a um consenso no tocante ao problema do pré-sal, é que tem uma primeira afirmativa aqui de que "O IBP reconhece o direito soberano da Nação brasileira de regular o uso de seus recursos naturais, promovendo o seu uso racional e auferir o máximo possível da renda petrolífica". Então é uma premissa muito inteligente por parte deste órgão, porque é uma premissa na qual ele aceita que a Nação brasileira tenha a sua independência de prover a viabilidade dos seus recursos petrolíficos.

Em outro tópico aqui, também nas considerações iniciais do IBP, se refere ao seguinte: "O IBP defende que o atual arcabouço regulatório poderia ser aperfeiçoado de modo a se aplicar a nova fronteira exploratória do pré-sal e permitir ao Governo alcançar todos os seus objetivos". Aliado a esta premissa, consta neste texto que "As empresas estão dispostas a investir em oportunidades cujos retornos sejam proporcionais aos riscos assumidos e competitivos internacionalmente".

Então com essas premissas e com essa matéria do Jornal O Globo eu faria duas perguntas. Uma é que também está no texto do IBP dizendo: "As empresas associadas ao IBP trabalham em grande variedade de modelos internacionais". Então existem com certeza diversos modelos internacionais que migram para o campo da concessão e que migram para o campo da partilha. Eu gostaria de ter um esclarecimento a respeito disso.

Eu gostaria de ter um esclarecimento quando aqui no texto inicial das considerações iniciais o IBP se refere: "Reconhece que o atual modelo deveria ser aperfeiçoado". Que aperfeiçoamento seriam esses e que poderiam, talvez, convergir para um modelo misto aí entre o proposto pelo Governo e o que é defendido pelo IBP?

Eram esses dois questionamentos que eu faria a V. Sas.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Presidente, só uma rápida correção. Na verdade aqui o Jornal

Folha de São Paulo diz que o Governo Federal tem 32,2% do total do capital; o restante seria privado. Então seriam 67,5%, corrigindo o que eu falei em 73%.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Dr. De Luca, depois o Dr. Murilo Marroquim e depois o Dr. Ivan Simões. Eu pediria, como existem muitos Senadores inscritos ainda, a questão do tempo, três minutos, se for possível.

SR. JOÃO CARLOS DE LUCA: Senador César Borges, acho que na questão da urgência nós estamos perfeitamente alinhados. De novo, para deixar bem clara a posição do IBP, nós há dois anos atrás, assim que começou essa discussão em novembro de 2007, nós trabalhamos e defendemos o aperfeiçoamento do modelo, sugerimos, levamos e fizemos uma série de estudos e tal. O Governo entendeu que tem que ser outra proposta. Como é que a indústria reage a isso? Trabalha-se mundialmente, e aí já respondo também parte da colocação do Senador Roberto Cavalcanti, a indústria também trabalha no modelo de partilha. Olhando o novo modelo de partilha proposto, nós entendemos que têm aperfeiçoamentos a serem feitos.

Na questão do operador único, que não permite múltiplas empresas. Entendemos que pode perfeitamente ser garantido um papel relevante e importante de liderança da PETROBRAS e de soberania do Governo, o Governo não abriria mão disso em abrindo parte da operação para demais empresas. É bom para o setor, é bom para a PETROBRAS. Então essa questão nós entendemos que deva ser aperfeiçoada.

A questão da tomada de decisões do Comitê Operacional, eu acho que é um desequilíbrio entre o que os investidores aportam, aí incluída a PETROBRAS, com a sua obrigatoriedade de 30%, e a nova empresa estatal, então aí há um desequilíbrio também no nosso entendimento.

Então entendemos que são dois desequilíbrios: um na questão da operação única, que exclui praticamente qualquer possibilidade de alguma outra empresa poder atuar, ainda que de maneira complementar, e a questão da tomada de decisões também, que nos parece um desequilíbrio importante.

Sobre o regime fiscal nós já comentamos, e aí entra uma responsabilidade importante de todos os senhores. Na solução política de divisão dos royaltys e participações, o que vem a ser definido, lembrar que isso tem que se pagar ao final, dentro de um projeto econômico. Se começarmos a contemplar, crescer os benefícios, os benefícios e benefícios, nós podemos estar inviabilizando o Projeto como um todo, mesmo dentro do contrato de partilha.

Então esses são os pontos que nós gostaríamos de comentar e queremos ter a oportunidade de aperfeiçoar o modelo de partilha, porque a indústria também trabalha e queremos fazer com que possamos atuar juntos, desenvolver um modelo positivo para o País e juntos celebrarmos o estabelecimento--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A PETROBRAS vai adquirir todo o óleo da PETROSAL?

SR. JOÃO CARLOS DE LUCA: Isso aí, possivelmente a PETROSAL tenha a prerrogativa de poder alocar a PETROBRAS à venda, pelo que nós entendemos do Projeto. Então precisamos conhecer mais o detalhamento disso, como é que vai ser feito.

Eu não sei se tem mais algum detalhe que gostariam de complementar, o Murilo e o Ivan.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Dr. Murilo e o Dr. Ivan. Dr. Murilo.

SR. MURILO MARROQUIM: Sobre essa parte de venda de óleo, pelo que eu entendi do Projeto, não necessariamente a PETROBRAS vai comprar o óleo, mas ela pode prestar serviços de comercialização do óleo, ou seja, ela pode agir como uma *Trading* da PETROSAL. Pelo menos eu acho que é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Dr. Ivan.

SR. IVAN SIMÕES FILHO: Eu queria fazer dois complementos apenas. Um é quanto à questão da pergunta do Senador César Borges sobre se o regime de partilha é adequado para atrair investimentos do porte dos investimentos necessários e para atrair as tecnologias. Em princípio, sim. O sistema de partilha, ele pode ser tão adequado quanto o sistema de concessão para atrair capital, para atrair tecnologia. Não é o modelo do contratem si que vai fazer com que seja mais ou menos atrativo. A questão está nos detalhes, justamente. Eu acho que nos detalhes do que está sendo proposto, como a gente já levantou, têm dois mecanismos que dificultam ou tornam mais difícil atrair esses investimentos, que é a questão da operação única, principalmente no que se refere a tecnologia, porque as empresas só trarão suas tecnologias proprietárias na medida em que elas sejam as operadoras, então isso restringe as tecnologias que vão ser atraídas, e na questão da atração dos investimentos o principal risco é de ter um controle excessivo de um sócio que não entra com investimentos, que não assume os riscos e tem poderes absolutos sobre o dia a dia, sobre a operacionalização do contrato. Então isso certamente dificulta os investimentos.

Com relação ao que perguntou o Senador Roberto Cavalcanti, para falar um pouco mais sobre os aperfeiçoamentos do modelo atual que poderiam ser feitos. Citando apenas algumas questões. A questão do controle. Hoje, a ANP já exerce esse controle e as atribuições da PETROSAL vão ser muito parecidas.

Inclusive enquanto a PETROSAL não estiver estabelecida, a ANP age como se fosse. Então os mesmos controles que a PETROSAL terá, a ANP já dispõe hoje. Poderia eventualmente ser mais explícito.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): O meu esclarecimento seria no sentido de que se por um acaso o IBP apresentou no decorrer desses dois anos ao Governo alguma proposta visando essa adaptação que V. Sas. acham que é conveniente.

SR. IVAN SIMÕES FILHO: Nós não fomos ouvidos pelo Comitê Interministerial. No entanto, nós levamos para a grande maioria dos membros do Comitê Interministerial, em reuniões fora do Comitê, essas sugestões de aperfeiçoamento. Isso inclui todas as questões levantadas, como a questão da propriedade do óleo, que pode ser obtida pelo Governo no regime de concessão, a questão da agregação de valor para a indústria nacional, para o parque de refino nacional. Isso também pode ser feito dentro do modelo atual. Um aumento da participação governamental também pode ser feito no modelo atual. O fortalecimento da PETROBRAS. Para todas as questões existem soluções dentro do modelo atual.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora mais três Senadores inscritos: Senador Crivella, Senador Casagrande e Senador Inácio Arruda.

Senador Crivella com a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Convidados. Ontem nós tivemos uma reunião com o Governador do Rio de Janeiro, o Senador Dornelles, eu, o Senador Paulo Duque, diversos outros parlamentares, preocupados com os quatro Projetos que teremos, em regime de urgência, que analisar no Congresso Nacional.

Nós também comungamos junto com a indústria a preocupação de que o tempo é exíguo. O tempo é exíguo, o tempo é muito pouco para que a gente possa analisar. Não é só aqui no Parlamento, não. A gente lendo os jornais, também percebe que há indagações importantes escritas em editoriais, em artigos, e todos nós queremos, sem sobra de dúvida, de que essa riqueza do pré-sal seja, vamos dizer assim, um patrimônio redutor para o Brasil. Para que isso ocorra é preciso a gente seguir o conselho de Salomão, que dizia que "Na multidão de conselhos é que há sabedoria". E a multidão de conselhos é ouvir tudo em um setor importante, a indústria.

Eu tenho a percepção de que o Governo acerta quando fortalece a PETROBRAS. Ela acabou agora de se preparar para um *funding* de 150 milhões por dia. Ao final de cinco anos serão 175 bilhões. Ela assume um risco extraordinário, que é de desenvolver todas as tecnologias capazes de retirar essa riqueza do pré-sal.

A pergunta que eu faço aqui aos representantes da indústria, e eu vou apresentar hoje aqui um requerimento, Sr. Presidente, para nós chamarmos a Ministra Dilma, que ela venha aqui, que ela esteja conosco para nos falar especificamente sobre esse caso que a indústria veio discutir conosco, que é um dos Projetos do Governo, é a questão do marco regulatório, é a questão do regime de concessão e de partilha, mas duas coisas me deixam aqui... Eu gostaria de pedir uma opinião, quer dizer, em primeiro lugar, eu sei que as empresas detentoras de tecnologia de ponta para extração de petróleo abaixo da camada de sal, elas só passariam essa tecnologia se fossem a operadora do campo ou do bloco. Eu pergunto aqui a cada um de vocês: nós podemos estar seguros de que a PETROBRAS prescinde disso ou num momento de emergência a PETROBRAS poderia recorrer e aí teria viabilidade econômica essa consulta ou inviabilizaria aquela exploração?

Outra pergunta, quer dizer, o César levantou aqui uma coisa que eu acho que todos nós imaginamos, quer dizer, o Governo precisou dar à PETROBRAS fôlego para que ela cumpra esse papel fundamental para o País e todos nós aqui aplaudimos, eu vi de cada um dos senhores o amor, o respeito, a admiração, o apresso à PETROBRAS. Isso aqui é uma coisa que todos nós temos. Agora é claro que o sujeito que está na PETROBRAS, é o caso dos seus funcionários, dos seus diretores, do seu Presidente, como eles estão vendo de perto o problema, podem não ter uma visão de quem olha mais à distante. E às vezes o sujeito quer, no afã de prestar esse grande e relevante papel de serviço à Nação, se encarregar de todas essas complexas operações. O que nós precisamos ver e analisar como quem olha de longe, é a função do Congresso, é se nesse afã nós não estamos comprometendo amanhã a própria PETROBRAS. Então a pergunta que faço aqui é a seguinte: Nós estamos capitalizando a PETROBRAS. É um dos projetos, um dos projetos é a capitalização da PETROBRAS. E vamos de maneira transversa, oblíqua, nós vamos capitalizar também os investidores privados da PETROBRAS. Mas isso, me parece que pode haver no futuro um certo questionamento jurídico nas altas Cortes do País. Nós estamos passando 5 bilhões de barris de petróleo de uma reserva, que alguns dizem que chega a ser 100 bilhões. Pois bem, mas estamos passando 5 bilhões e vai alcançar a que esses recursos, que são recursos públicos, são recursos do Governo, vão capitalizar também investidores não só nacionais, mas também

investidores internacionais. Até que ponto isso amanhã pode ser questionado?

Finalmente, eu gostaria de dizer que é importante que a indústria se associe a uma grande parcela do Congresso que hoje se preocupa, com razões relevantes e justas, na questão da urgência, do regime de urgência. No nosso caso da bancada de São Paulo, do Rio e do Espírito Santo, nós temos um outro agravante, porque nós estamos discutindo a partilha dos *royalties* da participação especial das compensações. Isso tudo nos preocupa. Nos preocupa porque nós estamos falando de pacto federativo. No fundo, no fundo a discussão passa pelo pacto federativo. E ela passa num momento pré-eleitoral em que nós colocamos, não como estadistas, porque essa não é a função de um estadista, nós colocamos o interesse da maioria contra o direito da minoria, quer dizer, é o interesse de todos que não têm, em algumas partes nem é interesse, é ambição, contra o direito daqueles que têm, em nome de nós podermos consertar o Brasil. Isso deixa a população fluminense, e a população fluminense já num passado não muito distante sofreu com a perda da capital, sofreu porque a sua bancada foi reduzida à metade com a fusão, sofreu com todas as autarquias, com todas as agências, enfim, com tudo que saiu do Rio de Janeiro, fazendo com que hoje o Rio seja um Estado com alto índice de favelização e um dos mais violentos do País. O Rio tem uma dívida social imensa, que não é só nossa não, é de todo o País. Aliás, eu faço aqui esse discurso, eu tenho certeza que o Senador Dornelles se preocupa com isso também, porque se nós formos ver a distribuição que o Rio tem de CIDE, de Fundo de Participação dos Municípios, do Estado, etc., etc. e etc., nós que somos o segundo arrecadadores de imposto de IPI, estamos num dos últimos a receber, isso per capto, quer dizer, o Maranhão recebe R$ 360,00 por pessoa e nós recebemos R$ 36,00, o que mostra que o Rio de Janeiro precisa realmente de estudar com muita profundidade essa distribuição.

Então eram essas, Sr. Presidente, as minhas preocupações, dizendo a V. Exa. que vou apresentar aqui um requerimento para que a Ministra Dilma venha aqui debater conosco, e dizer também que acho que a indústria faz bem em se unir a uma grande parcela do Congresso que hoje se preocupa e que faz um apelo ao Presidente da República para que o regime de urgência seja revisto e nós possamos ter tempo para aperfeiçoar esse Projeto e construir o melhor para o nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Primeiro, muito significativa a iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos. Eu proponho que se faça uma articulação da Comissão de Assuntos Econômicos com Infraestrutura, porque senão nós vamos repetir as mesmas pessoas indo à Comissão de Infraestrutura e à Comissão de Assuntos Econômicos. Eu acho que nós podemos fazer Audiências conjuntas. Eu acho que é positivo porque o Senado e o Congresso Nacional respondem à necessidade do debate, da discussão, em tempo hábil. Têm coisas que se resolvem em um dia, que a necessidade impõe solução em um dia; outras, em três meses; e umas, em alguns anos. Essa é daquelas que precisam de um tempo, digamos assim, talvez menor do que alguns anos. Eu acho que mesmo com a urgência nós vamos ter um bom tempo de debate, um bom tempo de discussão, porque são três meses, mas três meses que vão ter que enfrentar o problema do recesso, nesse período a discussão continua, o debate permanece, não há um corte no debate. A discussão ocorre no Congresso Nacional e por sorte ocorre também nas ruas, porque talvez o mais preocupante é que ficasse a discussão limitada apenas aos congressistas e àqueles que participam diretamente da atividade econômica petróleo. Acho que não. Acho que colocou-se um debate para o País inteiro, para a população inteira e é isso mesmo, o debate está solto nas ruas do Brasil. Então eu sugiro que a gente faça um trabalho em conjunto, Sr. Presidente, com a Comissão de Infraestrutura.

Acho que a iniciativa do Governo também foi muito significativa em relação à questão do Fundo Social. Eu acho que foi uma visão mais de fundo dos problemas que o Brasil enfrenta e da necessidade de nós alocarmos recursos de riquezas naturais importantíssimas, como é o caso do petróleo, para enfrentarmos essa realidade brasileira na área da educação, de aumentar a nossa capacidade de pesquisa e produção na área tecnológica, que ficou muito limitada durante muitos e muitos anos. Quase que ficamos impedidos de produzir na área científica e na área tecnológica. Então eu acho que nós temos capacidade, o Brasil tem capacidade para isso e pode, com incentivos que já temos em conjunto de fundo setoriais trabalhando, nós podemos resolver um problema secular do nosso povo.

Quando eu discuto o problema do regime de horas de trabalho no Brasil, sempre alguém fala assim: "Falar de jornada de trabalho é incentivar a malandragem. O povo tem é que trabalhar mais". É brincadeira! Com o ganho de produtividade e o alargamento da produtividade no mundo, você vir com o mesmo discurso do período da escravidão é brincadeira. Mas ainda ocorre muitas vezes no Brasil. Eu acho que aqui nós temos que ir fundo, enfrentar o problema da educação, enfrentar

o problema da educação é distribuição de renda, investir em ciência e tecnologia é distribuição de renda, enfrentar o problema ambiental que é causado pelos investimentos de toda a sorte que é feito no Brasil, isso também ajuda na qualidade de vida e então, portanto, também é distribuição de renda no nosso País. Investir em cultura, fortalecer os laços culturais do nosso povo eu acho que também é um investimento social e de distribuição de renda muito significativo.

Então eu acho que o Governo teve um olhar correto. Existe essa riqueza, é certa, não é um chute, não se está chutando, nós estamos convictos de que nós temos essa riqueza e temos que aproveitar melhor essa riqueza no nosso País. Não devemos deixar acontecer conosco o que tem ocorrido, salvo melhor juízo, na maioria dos países pobres que encontraram essa riqueza. São exceções aqueles que conseguiram aproveitar adequadamente. Aliás, os que conseguiram aproveitar adequadamente já eram ricos, já tinham conhecimento e sabedoria para aproveitar adequadamente essa riqueza. Os que não tinham, sofrem até hoje. Veja o caso da Venezuela. Aquilo é uma tragédia. Em 1957, Celso Furtado já fez um texto, encomendado pela CEPAL, estudando o caso da Venezuela. Já mostrava a tragédia que se via na Venezuela: uma riqueza imensa e um povo miserável. Só agora, só agora nesses tempos é que o povo venezuelano está tendo direito a ter acesso àquela riqueza, ainda de forma muito limitada pelos controles que aquela riqueza tem. Então eu acho que aqui o Governo acertou, não está, digamos assim, começando pelo fim, não. Ele está dando um fim mais adequado a essa riqueza na hora de estabelecer um novo marco regulatório.

Um problema que, digamos assim, talvez era a espécie da pedra de toque. O que é mesmo o problema então do novo marco regulatório? É o modelo? Está visto aqui também que não é o problema do modelo, esse não é o problema central. Se é concessão, se é partilha. Se em algumas áreas continuam como concessão, onde têm risco maior, e a área que o risco é menor ou muito menor você abre para um regime de partilha. Então aqui também não está o nosso problema, não é um problema de vida ou morte. Ninguém vai deixar de investir porque o modelo é de concessão ou porque o modelo é de partilha, porque é assim no mundo e ninguém saiu fora, nenhuma grande empresa, principalmente as chamadas transnacionais do setor privado ficou fora de algum negócio porque era concessão ou era partilha. Então aqui também não está o nosso problema.

O nosso problema também não está na capitalização, porque o único problema que a capitalização pode ter é o problema levantado pelo Senador Crivella, está certo, de que você estaria exagerando ao encontrar uma riqueza e dizer que com ela eu vou capitalização a PETROBRAS. Então esse exagero pode ser alvo de questionamento. Então me parece que aqui também não é o problema.

Onde é o problema então que nós vamos, digamos assim, ser alvo de um confronto? Onde é que está? Porque nos Fundos, no Fundo Social não é, porque é uma coisa justa, correta, importante. Se você tem essa riqueza, então vamos usar corretamente essa riqueza. Isso não é um problema absolutamente ideológico, porque os países ricos fizeram isso largamente, usaram as suas riquezas para enfrentar problemas principalmente na área da educação, na área da produção científica e tecnológica. Então não é aqui o nosso problema. E agora na área ambiental. Alguns fizeram isso antes. Eu lembro que o José Bonifácio já fez na proposta dele de Constituição para o Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, já fez uma proposta de [soa a campainha] desenvolvimento ambiental muito bonita. Então já vinha de antigamente. Mas agora isso se acentuou e exige solução, vamos também deitar recursos para isso. Então onde é que está o nosso problema?

O nosso problema está, talvez, na questão levantada pelo Governo de que para uma área que o Governo considera de risco baixíssimo ou de não ter risco, essa área não tem risco, nessa área a PETROBRAS, que é uma empresa de capital aberto, quer dizer, fortaleceu-se aqui a capitalização, mas é uma empresa de capital aberto, com acionistas milhares no mundo e no Brasil, quer dizer, 30% na Bolsa de Nova Iorque, uma remessa de dividendos para o exterior fabulosa, que é feita pela PETROBRAS, um ganho para o Governo também fabuloso, porque o Governo tem 32% e mais 8% de BNDES, então são quase 40% na mão do Governo, é 39,9% ou 39,8%, coisa parecida. Teve o FGTS, que tem ali também eu acho que de 2,1% desses recursos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É 4%.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tem 4%. Tem 1% aí de espécie na mão de outros milhares. Então é uma empresa de capital aberto, forte, que vai entrar em conjunto com todos os outros setores. Eu fico imaginando assim: estabelecidas as regras, digamos então que aprovamos que a PETROBRAS é a operadora com 30%. Ela está chamando você, Crivella, para participar de um negócio com ela, que ela tem 30%, mas não é um negócio de risco para você, não é um negócio de risco. Eu estou dizendo: "Crivella, venha aqui, tu fica com 70% e eu fico com 30%. Eu sou o operador, mas tu tem 70% do negócio", para uma coisa que não tem risco ou o risco é baixíssimo. Então qual é mesmo a nossa--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Inácio? Pediria a V. Exa. se nós fizéssemos--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --Lá no Ceará nós diríamos assim, Delcídio: Qual é a arenga que V. Exa. está querendo comprar comigo? Qual é o problema?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Inácio, só pediria a V. Exa., temos muitos oradores inscritos ainda e daqui a pouco começam outras atividades. Eu gostaria que V. Exa. pudesse objetivar as questões.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não tenha dúvida. Então eu fico imaginando que dos três Projetos, nós temos um quarto Projeto que eu considero, que é esse aqui, porque não é o modelo, não são os fundos e nem a capitalização. Então resolvemos esses aqui. Esses três Projetos já podemos aprovar, digamos. Vamos ficar com esse. É a que cria a empresa de petróleo, que eu considero que não há... Ela não é a mesma coisa da Agência Nacional de Petróleo, ela não tem as mesmas atribuições, ela tem um outro sentido. Ela é uma espécie de empresa do Governo, 100% do Governo, ela não é uma agência que deita diretrizes sobre o segmento petróleo, gás, etc., está certo? Ela não vai tratar disso. Ela vai tratar do gerenciamento econômico exclusivamente, ela não vai tratar de diretrizes, de como deve ser, de como não deve ser. Ela tem uma outra função, absolutamente distinta do que é a Agência Nacional de Petróleo. E o problema do operador, de quem tem a operação. É aqui que está o negócio. Digamos que é aqui que está a possibilidade de você ter, Crivella, os 70%, ao invés de ter 70% você tem 100% do negócio, e não está com a PETROBRAS, tira a PETROBRAS de tempo aqui nisso, sai dessa operação, deixa o setor privado ficar sozinho, como ela pode ficar hoje em grande parte das concessões, e mesmo nas concessões eu tenho olhado assim todas as disputas de bloco, como é desejado nas concessões a participação do setor privado ou como o setor privado [soa a campainha] tem desejado a participação da PETROBRAS em conjunto, em consórcio. Então o próprio setor privado, as grandes companhias, em grandes disputas têm desejado a participação da PETROBRAS. E a PETROBRAS participou com muitos operadores nacionais e estrangeiros na disputa de blocos. Então, assim, eu fico olhando onde é mesmo que está esse grande problema.

Eu digo que para o Rio de Janeiro, Crivella, não se preocupe, não tem risco para o Rio de Janeiro, é um caso sem risco para o Rio de Janeiro. Vocês vão continuar ganhando muito dinheiro do petróleo, não há dúvida, eu acho que vão dobrar ou triplicar os ganhos de *royalties*, participações especiais e outras vantagens, não se preocupe com isso. Preocupe-se sim que o Rio de Janeiro tem essa cara brasileira e se preocupe com o Brasil inteiro. Vocês têm a responsabilidade e eu defendo o Rio de Janeiro também, se precisar eu vou para o Rio de Janeiro, agora precisamos apoiar o Brasil. Eu acho que de cara eu já considero assim que em três Projetos nós estamos praticamente resolvidos e temos um quarto onde nós estamos, digamos assim, precisamos trabalhar mais, trabalhar melhor esse quarto Projeto para ter um entendimento voltado sempre para os interesses maiores do Brasil e garantindo investimentos importantes para o nosso País. Não considero que seja uma questão de vida ou morte. Eu acho que devemos aprimorar este. Os quatro já resolvemos. Talvez se tivesse a Medida Provisória já tinha resolvido, não precisava nem trabalhar mais esses outros três, e deixaríamos só esse quarto Projeto. Houve uma confusão aqui de comparar Medida Provisória com [ininteligível] constitucional, não tem nada a ver uma coisa com a outra, está certo? Com uma Medida Provisória tudo já estaria valendo, tudo já estaria... Precisamos trabalhar nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Inácio, eu pediria só a V. Exa.--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro, o pedido de V. Exa. é uma ordem. Está concluído.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): V. Exa. está sendo bastante objetivo, mas nós gostaríamos que o senhor fosse mais objetivo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu compreendo a ansiedade de V. Exa., mesmo porque essa compreensão vem desde o início, quer dizer, todos os oradores foram tratados igualmente por V. Exa. e isso que é importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Senador Jefferson Praia. Quero agradecer ao Senador Inácio Arruda pelas palavras e passar para o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Presidente. Eu vou ser bem objetivo. Eu quero parabenizar a exposição de todos os expositores que fizeram as suas observações.

Na verdade nós estamos aqui como representantes do povo preocupados principalmente, para mim, pelo menos, com uma única questão. Foi colocada toda a importância do pré-sal para o nosso País. Nós até hoje continuamos dentro desse contexto, estamos criando uma expectativa enorme para o povo brasileiro, para um povo em que a sua maior parte, nós sabemos, é um povo pobre, um povo que precisa de investimentos

das mais diversas áreas, principalmente em educação, para chegarmos a ser um País desenvolvido.

Diante do contexto que observamos, eu gostaria de saber dos senhores dentro dos dois sistemas, de concessão e de partilha, qual é a posição em relação a esses dois sistemas quanto à arrecadação para o Governo? Em que nós teremos o incremento na arrecadação para que possamos, dessa arrecadação, traduzirmos em investimentos na área de educação, em todas as áreas no sentido de termos um País desenvolvido, já que eu acredito que essa não será a nossa última chance, certamente teremos muitas pela frente de aproveitamento dos recursos naturais, mas nós não podemos, Senador Delcídio Amaral, nós não podemos errar desta vez. Eu acredito que temos que, nesse debate, aprofundarmos no sentido de fazermos com que nós tenhamos como resultado final de tudo isso uma melhor qualidade de vida do povo brasileiro. É claro que aí diversos são os erros, não significa só aumentarmos a arrecadação, mas verificarmos uma fiscalização adequada e a boa aplicação desses recursos, já que temos inúmeros exemplos no nosso País de municípios que têm um potencial fantástico, como, por exemplo, eu tenho um exemplo no meu Estado, no Estado do Amazonas, o Município de Coari, que lá nós temos aí o município com uma arrecadação muito boa, mas isso não se traduz em boa qualidade de vida para a nossa gente, infelizmente, porque eles aplicam mal, não fazem as coisas de forma correta.

Portanto, para finalizar, eu gostaria também que os senhores, que defendem as suas posições, pudessem colocar pontos dentro de um contexto de duas colunas, até para que todos possam em debates mais à frente conhecer um pouco mais, como eu, que não conheço de forma aprofundada esse setor, mas colocarmos dentro do contexto: do ponto de vista dos aspectos positivos, quais são? Falamos aqui de geração de emprego, que haja a continuidade do sistema de concessão. Dos aspectos negativos, quais são de mudança para a partilha? Positivos e negativos e, é claro, acima de tudo tendo como pano de fundo os ganhos para o País, porque sem essa percepção, por exemplo, eu jamais votarei alguma coisa que não seja fundamental para o nosso País, para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Senador Delcídio.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado ao Senador Jefferson Praia. Agora com a palavra o Dr. De Luca por três minutos.

SR. JOÃO CARLOS DE LUCA: Eu queria, antes de mais nada, elogiar todas as participações. Começando pela do Senador Crivella, que nos leva a uma reflexão de forma bastante ponderada, serena e prudente, como entendemos que deve ser realmente o debate. As perguntas que o senhor colocou aqui sobre as questões de tecnologia, da questão do operador único, são todas discussões que merecem, têm méritos e no nosso entendimento merecem ser aprofundadas no entendimento de que o modelo de partilha, sim, as empresas trabalharão no modelo de partilha. Trabalharão com mais atenção, com mais afinco, com mais dedicação, atraindo mais capitais se pudermos contemplar alguns aperfeiçoamentos que entendemos não estão, digamos, contribuindo para permitir uma ampla participação de todos os agentes. Então eu acho que a sua reflexão foi bastante importante, é exatamente a posição do IBP, atuar como um ponto de equilíbrio nisso, reconhecendo o papel da PETROBRAS, de liderança que deve ser fortalecida. Mas, de novo, ajustando naquilo que nós entendemos que pode gerar um desequilíbrio de concentração de atores e do poder da empresa estatal.

O Senador Arruda colocou alguns pontos também, de maneira geral, onde está o problema? O problema, Senador, no nosso entendimento é talvez discutir, levando em consideração a visão da indústria como um todo, o que é que pode ser aperfeiçoado no modelo. Sabemos que as pessoas que trabalharam pelo Governo - conhecemos a maioria delas - são as pessoas capazes, responsáveis, mas que seguramente tenho a impressão que até elas também não tenham a pretensão de imaginar que o modelo é pronto, acabado e perfeito, senão não teria sentido nem ouvir o Congresso Nacional. Por isso é que eu acho que nesse caso esses ajustes são meritórios, a indústria estará pronta para trazer a sua contribuição, para aperfeiçoar o modelo e junto celebrarmos eventualmente um novo modelos que vai continuar atraindo capital [soa a campainha], vai permitir a PETROBRAS cada vez mais forte e liderando esse processo, como eu comentei.

Sobre o Senador Jefferson Praia, eu pediria que o Ivan, metodologicamente, possa lhe responder, somente dizendo o seguinte: que eu tenho muito orgulho de ter feito parte da equipe de engenheiros, eu era um jovem engenheiro ainda, que testou o primeiro Poço de Juruá, em 1978, lá no Amazonas. Então eu tenho muito orgulho de ter participado desses trabalhos exploratórios que também mudaram a história do desenvolvimento da bacia lá, mas eu gostaria, por favor, que o Ivan Simões pudesse comentar sobre os seus pontos, sobre o ponto de arrecadação para o Governo e também dos aspectos positivos e negativos dos dois modelos. Por favor, Ivan.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Dr. Ivan Simões Filho.

SR. IVAN SIMÕES FILHO: Bom, como questão da arrecadação nos dois modelos, não é o modelo em si que vai determinar o nível de arrecadação, mas sim o regime fiscal, quer dizer, como que vão ser cobrados os royaltys, como que vai ser feita a partilha, como que vai ser o cálculo do custo em petróleo, quer dizer, são aspectos técnicos do regime fiscal que não estão, na grande maioria, contemplados nessa proposta desse Projeto de Lei, nem é a melhor solução de que seja esse o instrumento que vá regular. Hoje em dia a Lei do Petróleo, ela define alguns impostos, algumas contribuições, mas a aplicação prática delas vem depois em decretos presidenciais, nos editais de licitação, nos contratos de concessão e assim poderiam ser feitos também no novo modelo de partilha. Então a partilha, por si só, ela não garante nem arrecadação maior e nem arrecadação menor.

Uma outra questão que eu acho que vale a pena a gente comentar aqui é que não é um aspecto ou outro que viabilizam ou inviabilizam o modelo. Isso é muito parecido com o acidente de avião, por exemplo. Não é um fator isolado que leva o avião a cair, como não vai ser um fator isolado que vai fazer com que as empresas invistam ou não invistam. É o conjunto desses fatores, é a sequência como isso é dado. Então o regime fiscal, se ele permitir retornos compatíveis com os riscos assumidos, as empresas tenderão a investir. Um Comitê Operacional que controle as atividades num plano mais macro, mas não fique controlando detalhe de cada gasto, de cada aprovação do dia a dia operacional, ele pode ser atraente para os investimentos. A participação em consórcio com a PETROBRAS pode ser uma forma de viabilizar os investimentos, mas também podem ser viáveis os investimentos sem a PETROBRAS. Mas na medida em que se combinam vários elementos, cada um deles restringindo um aspecto, restringindo um outro, pode ser que esse conjunto não seja atrativo o suficiente para trazer os investimentos, para trazer a tecnologia, para fazer a geração de emprego.

O que nós apontamos são sugestões, são alternativas que permitam ao Brasil se desenvolver da forma mais eficiente possível, fomentando a competição, gerando emprego, trazendo tecnologias, com que as empresas privadas nacionais ou estrangeiras possam complementar esse esforço da PETROBRAS, possam apoiar esse esforço e fazer com que o País se desenvolva no ritmo que julgar necessário, sem ficar restrito à capacidade de uma única empresa.

Então é essa a nossa posição, nós não temos arenga nenhuma, nós temos vontade de trabalhar juntos, nós temos capacidade de trabalhar juntos, esse é o nosso dia a dia. As empresas de petróleo, elas são especializadas em lidar com o risco, em mitigar esses riscos e fazer investimentos de fôlego, investimentos de longo prazo, em trazer tecnologias e em gerar empregos. É isso que nós queremos fazer, desde que as condições assim o permitam.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra agora os últimos Senadores inscritos, começando pelo Senador Pedro Simon, depois o Senador Wellington Salgado, depois o Senador Arthur Virgílio e aí o Senador Eduardo Suplicy, fechando aí essa relação.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu felicito o Senador Dornelles pela importante iniciativa dessa Reunião, eu creio que ela realmente é muito importante, até porque para mim, pessoalmente, é a primeira vez que eu tomo conhecimento da iniciativa privada com relação a essa matéria.

Eu quero dizer com muita sinceridade: eu me identifico com o pensamento do Senador Mercadante. Eu acho que a argumentação dele, a explicação dele é de uma clareza meridiana. Acho que nessa questão, a proposta apresentada pelo Governo é a mais correta e a mais séria. Não é voltar a estatizar e nem coisa parecida. É apenas uma forma na qual se nós temos uma empresa de primeiríssima grandeza, que tem toda a tecnologia e que está absolutamente prepara, por que não entregar a ela a possibilidade de ficar na frente desse evento?

Eu sempre defendia que não se poderia deixar à PETROBRAS o comando absoluto. O Governo do Fernando Henrique, na minha opinião, cometeu um equívoco muito grande quando privatizou a VALE. Podia privatizar a VALE, mas não podia privatizar a VALE entregando à VALE todas as reservas existentes que ao longo de 50, 60 anos, o Brasil, quando a VALE era estatal, se descobria reservas, se botava uma pedra e se deixava para um dia, quando tivesse dinheiro, fazer a exploração. O Brasil podia ter privatizado a VALE, mas podia criar uma empresa onde essas reservas fossem dela e ela faria as concessões. É o que está acontecendo com a PETROBRAS. Acho que a empresa criada é correta.

O meu medo, com toda a sinceridade nisso tudo, é o triste exemplo da corrupção nesse País. Quando eu vejo, quando se fala do tamanho do dinheiro, eu fico a pensar como tem gente arregalando os olhos no que pode levar. Essa empresa, por exemplo, em tese, é uma empresa de 50 a 100 funcionários. Eminentemente no sentido de funcionar para fazer a seleção de quem vai, como vai andar, para não deixar isso na mão da PETROBRAS, então a PETROBRAS se tivesse também esse poder, ela ficaria absoluta e

aí eu acho que era um erro grave. Não, ela fará a exploração, mas quem selecionará, sem decidirá é essa empresa. Enxuta? Sim, enxuta. Eu às vezes fico me perguntando: se der tudo certo, essa empresa que vai começar com cem funcionários, dez anos depois vai ter quantos funcionários? Eu me lembro aqui no Senado que quando eu entrei tinha dois mil e hoje tem dez mil. E olha que aqui não era tão necessário quanto lá. Agora acho positivo.

O que eu acho um equívoco do Governo - e ele não precisava fazer isso - é jogar todo o destino da eleição, tudo numa campanha eleitoral, transformar o pré-sal numa campanha eleitoral. Aí ele perdeu a credibilidade no que ele tinha credibilidade. Eu acho que se ele tivesse feito mais natural, mais espontaneamente, mais como algo que a Nação inteira deseja, ele estaria numa posição muito mais positiva do que esta de ele querer jogar todas as fichas em termos de transformar o pré-sal num grande projeto eleitoral. Seria o natural. Claro que o projeto do pré-sal, dando certo, indo adiante, projetando, ao natural ele seria altamente eleitoreiro para o Governo, mas não precisava fazer esse exagero que está fazendo.

Por outro lado, realmente soa negativo esse aspecto dos 45 dias. Essa do Lula ocupar o dia 07 de Setembro para se dirigir a Nação e pedir para a Nação pressionar o Congresso para votar, estaria certo se não tivesse os 45 dias, aí seria correto. Agora acho, com toda a franqueza, que ainda é tempo.

Nós sabemos que o Senado e a Câmara, principalmente o Senado, podem nos dar dois anos, três anos, nós só vamos votar nos últimos dias. Estudar, debater, analisar, não é da nossa tradição. Está aí a reforma política que estava há dois anos andando, só está andando agora porque decidiram em três dias ter que votar. Então nós vamos votar hoje, amanhã, porque se não votar até o fim do mês, ela não vale. Mas poderia se fazer um grande entendimento no sentido de nem precisa ser 45 dias, mas nem fica parado, onde o entendimento, a responsabilidade entre o Governo e a Oposição reconhecesse a importância, o significado desse projeto e a necessidade de aprofundar o seu entendimento.

Eu vejo nos senhores, ficou claro que os senhores preferem a outra proposta, mas também ficou claro que os senhores dizem que nada é impossível com a proposta do Governo, que ela é altamente viável, que ela é possível e que pode ser levada adiante. Mas é claro, os senhores dizem, os senhores estão absolutamente correto, isso não significa que não tenha que modificar, que não se tenha que alterar, que não se tenha que melhorar. Aí é que eu faço um apelo nesse sentido a Governo e Oposição: eu acho que nessa parte, nessa parte do Projeto a gente não deve agir nem como Governo e nem como Oposição, a gente tem que buscar o melhor. A gente tem que tentar uma fórmula que seja o ideal. Eu vejo, com toda a sinceridade, quando dizem: "Não, nós vamos criar uma empresa enxuta, bem enxuta", mas onde as pessoas serão indicadas é uma coisa que eu já não gostei. Mas serão indicadas pelo Presidente da República? Ele fará a escolha individual, o João, o Manoel, o Antônio, o Batista? Não me parece correto. O Governo cometeu um erro grave. A PETROBRAS, ao longo da sua história, era uma empresa espetacular, governada por técnicos, sob a responsabilidade de técnicos e sob o comando de técnicos. O Governo politizou. Uma empresa estatal é do PCdoB, a outra é do MDB, a outra é do PT, politizaram. E quando há essa politização, não vamos esquecer do Presidente do PTB, quando aqui na CPI ele contou como que eram as estatais e como que eram as divisões entre os partidos políticos. "A estatal tal é para o PTB, então ela é do PTB, os cargos são do PTB e ali a gente vai ter vantagem financeira para o PTB. E aquela é do MDB, aquela é não sei o quê". Isso ficou dito, ele disse com todas as letras e até agora nada foi feito em sentido contrário. Esse foi o mal, foi o equívoco cometido pelo Governo com relação à PETROBRAS.

Apesar disso, pela sua força, pelo seu prestígio, pela sua credibilidade, a PETROBRAS está vencendo isso. E está aí uma CPI escondida, quero lamentar mais uma vez, acho triste o que está acontecendo, marcar a Reunião da CPI para as duas horas para não ser transmitida, quer dizer, ela está sendo oculta, ela está sendo secreta, ela está sendo uma reunião absolutamente secreta. A primeira Reunião já foi feita às duas horas, a segunda é às duas horas. Eu nunca tinha visto isso, eu nunca tinha visto uma CPI ser marcada no horário do Plenário, exatamente para a televisão do Senado não transmitir a Sessão da CPI. Acho isso uma humilhação, isso é uma prova de certa deficiência de que as pessoas têm desconfiança do que vai ser discutido. Mas, apesar disso, eu acho que a PETROBRAS tem credibilidade e tem seriedade. O meu medo é da maneira com que isso tudo vai ser conduzido. O meu medo é da maneira com que essa Comissão enxuta, essa estatal tão significativa, a maneira com que ela vai ser constituída. Vão ser homens da confiança do Seu Lula ou do Seu Presidente da República? Eu não sei se é o ideal. Eu acho que a gente deveria ter uma fórmula, até primeiro passar por aqui, eu acho que deverá, até eu não sei, não me recordo, mas eu acho que passa pelo Senado a escolha dos diretores dessa empresa. Ou não passa?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não passa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não passa, quer dizer, é pior ainda. Os da PETROBRAS também não passam. Então eu acho isso é uma questão séria. Eu digo de saída que a mais séria que eu vejo é exatamente esta, como é que vai se constituir esse entendimento. Quando eu vejo falar em bilhões de dólares, quando eu vejo falar em milhões de barris, eu vejo realmente os olhos se arregalando e não vejo um sentido de seriedade, de credibilidade nessa situação. Mas acho que o modelo, sinceramente, eu acho correto. A fórmula, sinceramente, eu acho correta. Acho que o Presidente Lula agiu, está levando adiante, é positivo, acho que o Congresso tem que fazer a sua missão e a nossa missão é aperfeiçoar o Projeto. A nossa missão é com 30 dias, com 40 dias, seja o que for, mas melhorar as coisas que devam ser melhoradas. Uma eu já digo de saída: não pode ficar para o Presidente da República indicar quem quer, indicar quem quer, como quer, sem fiscalização, sem sequer passar pelo Congresso Nacional. Eu iria além: eu diria que, além de passar pelo Congresso, deveria haver a indicações de determinados setores da sociedade, determinados setores fariam indicações e não deixar ao Lula escolher os seus compadres e seus amigos. Lula, o Joaquim ou o Manoel, seja lá quem for. Mas eu sou favorável ao Projeto.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado ao Senador Pedro Simon. Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente Delcídio Amaral, é uma honra para mim falar depois do Senador Pedro Simon, porque realmente uma série de posicionamentos que eu tinha, que eu tinha, não, que eu tenho, o Senador Pedro Simon aqui colocou.

Têm alguns aspectos que não estão sendo levados em conta aqui e nessa discussão pouco tem se falado sobre o assunto que aqui eu vou colocar.

Veja bem, a discussão que está aqui é sobre petróleo. Petróleo é um produto que nenhum País vai criar sobretaxa sobre o valor do petróleo. Se nós produzimos café, cria uma sobretaxa sobre o café no exterior. A nossa carne, a maioria dos bovinos alimentados por capim, diz que tem a tal daquela doença. Delcídio, você que é do Mato Grosso, como é aquela doença do boi que deu na Europa? Aquela maluca? Vaca louca. Então em tudo criam sobretaxa do que nós produzimos para entrar em outro País. Do petróleo, ninguém cria. Um exemplo disso é o Chávez, que durante muito tempo atacou o Bush e o Bush falou que podia até queimar a bandeira, desde que vendesse petróleo a preço de mercado para ele, que é o que interessava. Podia queimar a bandeira americana, mas vendendo o petróleo a preço de mercado ele não estava nem aí para o Chávez, como os Estados Unidos também não está consumindo a maior parte do petróleo produzido na Venezuela.

Então esse nosso produto, que o Sr. Ivan chamou o País de sócio, esse nosso sócio, o Brasil, tem um produto que ninguém vai criar sobretaxa. Então nada mais justo do que essa legislação nova que o Presidente Lula está mandando, onde uma parte, eu estava vendo aqui onde 32% da PETROBRAS está na mão do Governo, 7% na mão do BNDES, vai a 39%, o Governo tem 56% do capital votante da PETROBRAS, tem mais 4% na mão de FGTS, de quem usou FGTS. Dos 61% na Bolsa, 30% está na Bolsa de Nova Iorque e 30% na BOVESPA, mais ou menos essa situação, ou seja, o nosso petróleo, o resultado que der, 30% vai de dividendo para o exterior, para os investidores estrangeiros, ou seja, é um produto que tem demanda, não se cria sobretaxa, é um produto que o mundo inteiro quer. Nós já estaríamos dando para esses investidores da PETROBRAS 30% de resultado, mandando para fora diretamente.

Eu vejo que o sistema de partilha aqui colocado é justamente para que essa parte da riqueza fique no País. No fundo, não fundo é isso. O restante vai ser adequado no Congresso Nacional. O que está se colocando aqui é o seguinte: ora, se nós temos uma riqueza, nada mais justo do que essa riqueza fique no País, os dividendos sobre esse lucro que vai ter. É essa a grande questão, por isso que se criou o sistema de partilha. O restante que vier daí vai ser adequado aqui no Congresso, na Câmara, no Senado, para que as empresas, as empresas também vão se adaptar, porque a empresa quer lucro, quer resultado, quer dividendo para os seus acionistas. E vão se adequar sempre. Essa história: “Ah, não vai ser, não vai ser”, é conversa afiada, isso aí nós já vimos de tudo quanto é jeito, elas sempre vão se adequar. E o Governo também vai ter que se adequar, senão não vai tê-los como companheiro dessa empreitada de tirar esse petróleo lá do fundo. A verdade é essa. Isso que se chama de mercado, o Governo vai ter que se adequar ao mercado.

Porém, o que o Presidente Lula eu o Governo está fazendo é o seguinte: essa riqueza, essa parte da riqueza não vai ser simplesmente passada para o exterior sobre a parte de dividendos. Essa riqueza vai ficar aqui, vai ser investida em educação, num Fundo para as futuras gerações, se é que nós vamos ter tudo isso que está falando aí, porque eu não sou especialista, essa reserva monstruosa. Porque me falar que o campo, como foi colocado aqui pelos senhores, que

eu anotei e fiquei abismado, que a Bacia de Campos tirou 12 bilhões de litros, é isso, de barris?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 5 bilhões.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): 5 bilhões em 12 anos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em 32 anos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): 32 anos, 5 bilhões, e isso daí é mais ou menos o que tem na reserva. Nós temos quanto, 50 bilhões na reserva? Pode falar. A reserva do pré-sal, quanto é estimado?

SR. JOÃO CARLOS DE LUCA: Não, a reserva do pré-sal, não estão determinados, são potenciais ainda, mas na área de Tupi, Iara e o Parque das Baleias, segundo está inclusive na proposta do Governo, fala em torno de reservas potenciais de 14 bilhões de barris, só nessas áreas, mas os 14 já estão provados. Tem aí mais outros campos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ou seja, nós temos aí quase três vezes o que foi tirado da Bacia de Campos em 32 anos, é isso? Então, Senador Dornelles, olha o que nós temos de expectativa de tirar de petróleo, a riqueza, sabendo que o petróleo só vai subir os preços nos próximos anos, a não ser que haja uma crise como essa que aconteceu, que eu não acredito que vá acontecer. Esse petróleo vai voltar aos 120 dólares do barril daqui a pouco. Hoje está quanto, já está a 70? Como é que os senhores não sabem o preço? [risos] Os senhores estão ligados nisso.

Então, veja bem, eu vou apoiar o Governo nesse Projeto, nessa questão, porque realmente o Senador aqui do Amazonas, o Jefferson Praia, colocou que vai ter que ser investido em prol do povo brasileiro. Eu estou vendo esse Governo investir bastante no povo brasileiro, primeiro alimentou, agora está gerando emprego e, depois, nós vamos para a tecnologia de ponta, é o próximo caminho. Não há como você tentar investir no povo, num povo que está de barriga vazia. Por isso que eu defendo a Bolsa-Família, porque quem passa fome não tem como sair para conseguir emprego. A verdade é essa. Nós pertencemos a um outro grupo social que de repente tivemos oportunidade de não passar fome, graças a Deus e graças aos nossos familiares e ao trabalho nosso também.

Então eu vou apoiar, mas vejo nisso a questão da grande discussão entre o sistema que está aí pelo Governo e o que tinha anteriormente, é que pelo novo sistema dividendo vai ficar para o povo brasileiro. Se os senhores discordarem, eu aceito o posicionamento dos senhores.

Era só o que eu queria declarar, meu Presidente Senador Delcídio Amaral.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Wellington Salgado. Agora com a palavra o último Senador inscrito, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, ilustres convidados. Da mesma forma que fez o Senador Pedro Simon, eu louvo a iniciativa do Senador Francisco Dornelles, porque é até uma forma de anteciparmos o debate diante dessa situação que eu julgo insustentável, que é da urgência constitucional. Eu não considero que na prática isso seja sustentável. Vamos ver se eu tenho razão ou se eu não tenho. Acredito que isso cairá, ruirá.

Algumas considerações. A primeira delas é que já de início eu vou propor uma Emenda ao Projeto cobrando que os diretores da PETROSAL, se o Governo insistir numa ideia que eu julgo desnecessária, despicienda, mas se insistir nisso e virar uma realidade, que passe pelo crivo do Senado.

Ainda como consideração, eu tenho que a ideia do operador único, que vira um comprador único, ao mesmo tempo os 30% eterno da PETROBRAS, com 70% aberto para eventuais parcerias, a PETROBRAS tendo 50% da decisão, fica uma coisa desequilibrada. Eu não sei se nós estamos vendo um modelo que seja capaz de atrair efetivamente capitais forâneos para cá.

Tem ainda um aspecto relevante que eu julgo de constitucionalidade. Se nós formos ao art. 37, que cuida do sistema de concorrência de licitação, e os arts. 170, 173, 176 e 177, que cuidam os dois primeiros da livre concorrência e da livre iniciativa e os outros dois cuidam do direito da empresa ou das empresas concessionárias de ficarem com o apurado e não a União, esses aspectos certamente serão debatidos, isso aqui vai ter que passar pela Comissão de Justiça.

Eu tenho algumas perguntas a fazer aos senhores três. Não sei até se não estou sendo repetitivo, mas a primeira é: Qual seria a verdadeira necessidade de se criar essa nova empresa estatal, essa PETROSAL? Como se daria o controle da sociedade sobre ela? Eu pergunto se isso daí não significa mais burocracia do Estado, emperrando decisões econômicas que teriam que ser ágeis.

Pergunto se uma ANP desaparelhada politicamente não seria reforçada como agência reguladora se a ela coubesse o papel que o Governo parece querer destinar à PETROSAL.

Ainda, ao contrário da visão ufanista, eu vejo que nós estamos lidando com uma economia do passado, descobrimos um grande veio que nos conduz a uma economia do passado. Eu estou ansioso por ver o PETROSAL emergir nas bombas de gasolina, nas bombas de diesel, enfim, na vida econômica industrial do País

o quanto antes, porque eu entendo a PETROSAL não como um mal de nome prazo, que vai eternamente... Eu não acredito na economia do petróleo a longo prazo. Eu acredito que a PETROSAL e os seus lucros devem ser garantidores da transição que o Brasil precisa fazer, do *upgrade* que o Brasil precisa fazer na direção de energias limpas, de energias alternativas e limpas, ecologicamente justas, ambientalmente aceitáveis. Eu não sei em 2060 que valor terá o PETROSAL, eu não sei. Eu sei que os países mais desenvolvidos tecnologicamente do que o nosso, estão todos eles trabalhando a alteração das suas matrizes e nós estamos eufóricos com o fato de agora estarmos potencialmente ricos com uma economia do passado que, ao meu ver, está condenada pela própria discussão que se faz em torno do clima. Mas dá para se explorar a curto prazo, a médio prazo, se é que a gente pode dizer isso, desde que abrindo oportunidade para parcerias efetivas, atraindo capitais estrangeiros, inclusive. Eu vou me recusar a ficar preso a essa armadilha de quem está a favor desse Projeto é a favor do Brasil e quem está contra o Projeto é contra o Brasil, porque eu no estou em jardim de infância. Eu me recuso a entrar nesse jardim de infância ideológico, enfim.

Se por um lado todas essas garantias dadas à PETROBRAS dão a ela um potencial de escala fantástico, a gente sabe que extrair petróleo de seis quilômetros abaixo, lá embaixo do oceano, implica em risco. Eu pergunto se nós não estamos também aumentando o risco da PETROBRAS, se não estamos também vendendo à PETROBRAS um certo risco.

E, finalmente, eu tenho que a capitalização da PETROBRAS mediante o repasse pelo Tesouro, seguida da emissão de títulos em valor equivalente repassado à estatal, não seria algo estranho, não haveria aí uma circularidade flagrante? Qual é o tamanho do impacto dessa manobra na dívida pública? O objetivo primeiro da mudança de modelo era uma questão de renda. A distribuição hoje não beneficia a Nação como um todo. Então o Governo diz que vai mudar, criando um Fundo Social para receber parcela dessa arrecadação. Ao mesmo tempo diz: No pré-sal a PETROBRAS vai ser a única operadora. Mas como a PETROBRAS não tem recursos para isso, precisa ser capitalizada e pega os três 5 bilhões de barris do pré-sal para capitalizá-la. Então eu pergunto: onde é que fica o Fundo que essa Lei pretende criar? Se o primeiro dinheiro dos barris novos serve para pagar os títulos de capitalização da empresa estatal, para que então se criou o Fundo? Para que se mudou o modelo? Para dar recursos à PETROBRAS? Eu vejo uma grande inconsistência entre a propaganda e o que é de fato apresentado à Nação. Eu imagino que esses 5 bilhões de barris vendidos à PETROBRAS vão começar a ser produzidos entre 2025, 2030, e esse dinheiro vai ser usado para pagar os títulos usados para capitalizar a estatal. Então onde é que estaria o tal dinheiro novo para o tal Fundo Social, que ao que parece só teria chance de funcionar a partir de 2030?

Eu vejo, em outras palavras, que nós temos uma discussão rica, uma discussão que envolve estratégia, o Governo teve 22 meses para traçar a sua própria estratégia e apresentar um Projeto que eu não vejo como completo, nem como acabado, nem como perfeito. Eu prefiro o sistema de concessão ao de partilha, outros têm o direito de pensar diferente, agora eu percebo é que sinceramente em 45 dias corridos na Câmara, que dá 17 ou 18 dias úteis para debate efetivo na Câmara e 45 dias corridos no Senado, o que repete esses 17 ou 18 dias úteis, nós não teremos como deixar de fazer uma análise superficial, perfunctória sobre o problema, sobre essa questão. E terminaremos por recusar ou aprovar algo de maneira impensada, imperfeita, não maturada completamente.

Por isso é que eu volto ao ponto de partida, sustentando todas as perguntas que eu fiz, mas volto ao ponto de partida. Eu considero que independentemente da minha vontade ou da vontade do Governo, eu considero inviável, absolutamente inviável, insustentável a urgência constitucional. A prática mostrará que ela ruirá por terra. Muito obrigado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado ao Senador Arthur Virgílio. Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria perguntar, se V. Exa. estivesse de acordo, o Senador Mercadante, quando fez a exposição, falou em meu nome várias vezes. Eu não quis interromper na hora, mas se V. Exa. me daria um minuto ou dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Perfeitamente.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria dizer, Sr. Presidente, que eu jamais poderia conceber num mercado oligopolizado, como que é o caso do petróleo, que o Estado não tivesse uma empresa para atuar no setor. Eu acho a importância da PETROBRAS como um instrumento, não somente de exploração de petróleo, mas de como política constitucional, tecnológica, social, cultural, de modo que eu acho que o fortalecimento da PETROBRAS... Existe uma unanimidade, todos querem o fortalecimento da PETROBRAS. E eu até por razões sentimentais. O meu pai, como militar, participou ativamente ao lado do [ininteligível], do Horta Barbosa, da fundação da PETRO-

BRAS. Desde então eu acompanho a PETROBRAS e acho fundamental que ela seja uma empresa forte. Isso é unanimidade, de modo que não podem dizer que aqueles que defendem a concessão são contra a PETROBRAS ou querem seu enfraquecimento.

Segundo ponto. Depois desse debate amplo, eu verifiquei que todas as metas que o Governo pretende alcançar, Fundo Social, Fundo Soberano, o pré-sal como um instrumento de política tecnológica, de política social, de política industrial, poderiam ser alcançados de forma mais eficaz através do regime de concessão. O Senador Arthur Virgílio tocou num ponto importante. Se nós tivéssemos o regime de concessão funcionando, dentro de poucos anos nós já teríamos recursos para o Fundo Social. Hoje, como foi feito e for mudar toda a legislação, nós não sabemos quando vamos ter preço de partilha, sendo que os primeiros recursos que nós vamos ter do campo da partilha vão ser realmente para pagar uma operação de capitalização da PETROBRAS.

Só houve um fato, um item que eu queria colocar como pergunta, que o Senador Mercadante colocou e eu gostaria que vocês me colocassem e me respondessem isso. O Senador colocou que num regime de concessão, como o risco vai ser pequeno, o bônus de assinatura vai ser extremamente elevado, pode ser elevado, e que isso poderia levar a uma descapitalização da PETROBRAS. Eu pergunto: Como que os senhores veem essa sistemática de uma possibilidade de descapitalização da PETROBRAS dentro de um regime de poços com risco pequeno e bônus de assinatura alto?

E por fim, Sr. Presidente, em relação ao prazo eu queria contar a V. Exa. uma situação. Eu acho que nós, o Congresso se encontra hoje na mesma posição que o ex-Ministro da Fazenda José Maria Alkmin se encontrou alguns anos atrás. Ele descia do Ministério da Fazenda e quando chegou na garagem, o motorista falou com ele: "Ministro, minha mulher vai dar à luz amanhã. Eu estou desprevenido. Será que o senhor poderia me dar uma ajuda?" Ele falou: "Mas, meu senhor, se nove meses depois o senhor está desprevenido, que dirá eu que soube agora" [risos]. De modo que nós estamos na posição dele. O Governo depois de dois anos de estudo, de pesquisa, de três, mandou um Projeto e deseja que o Congresso se posicione sobre ele em 90 dias. Eu concordo com o Senador Arthur Virgílio, eu acho que no momento em que essa discussão for feita, eu acho que o próprio Governo vai chegar à conclusão de que é impossível fazer um debate profundo e racional sobre a matéria dentro de um prazo tão curto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Abrindo mão de eventual réplica pelo avançado da hora e porque quero mesmo ouvir com atenção as respostas dos ilustres convidados, espero não ter que temer que toda essa discussão leve à despreocupação com relação a fontes limpas de energia, como PCHs e outras, enfim.

E sem nenhuma ironia, até porque não sou dado a fazê-la, a minha pergunta é: Por que é que não se houve falar mais do biodiesel, que era apresentado até pouco tempo atrás como uma grande salvação para o País, até para o mundo. O nosso Presidente levou o biodiesel para o Presidente Bush e parecia uma solução de alcance até mundial, enfim. De repente saiu da moda assim como as saias encurtam ou encompridam, a depender da ditadura dos costureiros, do pessoal da alta costura.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A pergunta do Senador Dornelles, ela foi feita que no sistema de concessão a lista vai ser grande, é essa a minha pergunta, ou no sistema de partilha?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O único argumento do Senador Mercadante que eu gostaria de um esclarecimento é que diz ele que no regime de concessão, como o risco é pequeno, o bônus de assinatura seria muito elevado. Como a PETROBRAS deseja participar de todos os leilões, se esse regime de concessão poderia provocar uma descapitalização da PETROBRAS.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Entendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora, finalmente, com a palavra o Dr. De Luca, depois o Dr. Murilo e depois o Dr. Ivan Simões.

SR. JOSÉ CARLOS DE LUCA: Bom, finalmente, antes de mais nada, eu relato a qualidade do debate aqui, eu acho que torna disso uma grande Sessão e é esse tipo de debate realmente que nós temos que aprofundar. Em relação às perguntas, objetivamente, eu vou responder partes, o Dr. Murilo parte e o Ivan parte.

Eu acho que o Senador Simon foi perfeito na sua colocação e pelos diversos comentários feitos também pelo Senador Dornelles, o Senador Wellington Salga-

do e o Senador Arthur Virgílio, quer dizer, não se trata aqui de estar, primeiro, contra a PETROBRAS. Todos somos a favor de fortalecer, de deixar ela como ator relevante, sem dúvida nenhuma vai ser uma das maiores companhias do mundo para o orgulho de todos nós. Então isso está fora de questão.

A questão do modelo também, o modelo é um modelo que as empresas trabalham. Então como podemos aperfeiçoar? O modelo requer aperfeiçoamentos, essa é a disposição que nós estamos aqui, exatamente para trazer que pontos entendemos que podem ser melhorados, preservando na sua essência a soberania nacional, o direito do Governo que diz sobre suas reservas e tudo, mas preservando também a atuação de todos os preços que estão atuando e trazendo capital, tecnologia, trazendo recursos humanos e compartilhando esse esforço de maneira, digamos, sempre complementar, como já é hoje. Hoje, 70% ou 80% dos investimentos é feito pela PETROBRAS, 20% pelas demais empresas. Então por que não preservar isso no atual modelo, resguardando os direitos que o Governo vai ter sobre o novo modelo?

A questão, eu acho que o Senador Wellington Salgado comentou, sobre a questão dos recursos que deveriam ser olhados realmente, voltando para o benefício do povo brasileiro. Estão perfeitamente em linha, Senador, inclusive a nossa proposta de alterar o nível de participações governamentais no modelo de concessão vinha nesse sentido. Alguém até perguntou: "Puxa, a indústria está pedindo um aumento de impostos". Então naquele momento lá, a partir de 2007, quando o Governo anunciou que queria estudar o modelo, nós dissemos: "Olha, os instrumentos que o Governo tem é mexer no decreto de participações especiais, aumentando o nível de participação, que hoje é no máximo de 40%, e fazendo outros ajustes que lhe permitam exatamente estabelecer". Então naquele momento nós até sinalizamos qual era o instrumento que o Governo poderia exercer no sentido de buscar uma maior participação da renda petroleira, porque isso estava acontecendo no mundo todo e é natural e é legítimo que o Governo possa fazer isso.

Então a questão de ser no modelo de concessão ou no modelo de partilha, o objetivo de ter mais recursos para a sociedade, estamos perfeitamente alinhados e vamos buscar as fórmulas que permitam isso, sempre tendo em vista o seguinte: cuidado para nós não carregarmos demais nos impostos e tornar viável a operação para a PETROBRAS, para qualquer ator que esteja operando. Esse é o cuidado que nós temos que ter de manter a economicidade do Projeto, porque na hora de tentar acertar o interesse de todos os envolvidos no recebimento dos recursos, quer seja a União, os Estados, os Municípios, se diz: "Bota uma participação aqui, bota um *royalty* lá, bota não sei o quê". Nós poderemos estar contribuindo a perda de competitividade do modelo quando o preço do petróleo estiver baixo, até porque nós não sabemos ainda perfeitamente qual vai ser o custo de produção do óleo que vai ser produzido, tem uma série de riscos envolvidos ainda. Se os poços receberem bem, pode ser preciso dez ou 15 poços para produzir cem mil barris por dia. Se a alimentação de produção dos reservatórios não for como a esperada, pode ser preciso 20, 30 poços, o dobro ou o triplo. Isso impacta no investimento, impacta no retorno. Então nós temos ainda uma série de incertezas que vão ser tiradas aí ao longo do tempo, mas nós não podemos perder também a visão de economicidade do Projeto, que qualquer que seja o agente, seja ele o Estado, seja a PETROBRAS, seja qualquer outro agente privado, vai ter que ter, porque a conta econômica tem que fechar no final do dia.

A questão do benefício [ininteligível], nós não discordamos, absolutamente. Estamos perfeitamente em linha e tivemos a iniciativa de propor soluções que vinham no sentido de que o Governo pudesse auferir uma maior participação na renda petroleira.

A questão do Senador Arthur Virgílio. Bom, concordamos em gênero, número e grau com a preocupação do Senador Pedro Simon, o Senador Arthur Virgílio e o Senador Dornelles também da urgência constitucional. Nós temos que fazer um grande entendimento. Eu acho que esta Casa, o Congresso Nacional, tem que fazer um grande entendimento de permitir um mínimo de tempo para se fazer uma discussão razoável, uma discussão séria e responsável, sem o que nós podemos estar correndo para fazer qualquer coisa e nos arrependermos daqui a cinco, dez, 15 anos por não termos tido a prudência e a responsabilidade necessária para fazer os ajustes num modelo que esperamos seja para os próximos 50 anos, para a gente não ter que reabrir essa discussão daqui a dez anos de novo.

Sobre as perguntas do Senador Arthur Virgílio, eu gostaria, por favor, Ivan, que você respondesse a questão da necessidade de se criar a PETROSAL, se não é burocracia, a questão também da ANP. E para o Murilo, se você puder responder sobre a capitalização também, Murilo, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O Dr. Murilo com a palavra.

SR. JOÃO CARLOS DE LUCA: A questão também dos bônus de assinatura, se descapitalizaria a PETROBRAS.

SR. MURILO MARROQUIM: Antes de falar nisso, tentar responder a uma colocação do Senador Arthur Virgílio sobre se pode se produzir a curto prazo para

financiar, por assim dizer, a transição da economia brasileira para a energia limpa. Há limite para isso. Eu diria que, por exemplo, nesse polo de Santos, que tem lá Tupi e os outros grandes campos, é impossível dizer: "Nós vamos produzir isso daqui a três, quatro anos", em plena produção. Vai começar, mas até a produção atingir um nível elevado, o próprio nível de investimento, não é só investimento financeiro, é a necessidade de equipamentos especializados, de gente, resolver a própria questão logística. Isso daí só vai estar produzindo num nível significativo lá para o fim da próxima década.

Agora na Bacia de Campos, onde tem a possibilidade de acumulações menores, está certo, não são do porte de Tupi e Iara, mas são acumulações que estão mais próximas da costa, a uma profundidade menor. Realmente poderia se acelerar mais isso e ter produção num prazo mais rápido. Agora bem entendido: uma operadora única, como a PETROBRAS, para operar campos supergigantes e campos de porte modesto, ela necessariamente vai ter que dar prioridade aos campos supergigantes. Não dá como operar um hipermercado em uma barraca de feira. Ambos vendem alimentos, mas são modelos de negócio diferentes. Então isso teria que ser visto dentro da estratégia do Governo de quanto quer produzir, como essas áreas seriam ofertadas e como talvez atrair outros operadores para a Bacia de Campos.

Sobre o risco de bônus altos. Bom, como é que a empresa decide quanto vai lhe ofertar de bônus? Ela faz uma avaliação na área com os dados geológicos e geofísicos disponíveis e ela estima qual seria, se for feita uma descoberta, qual seria o tamanho daquela descoberta. Depois ela joga na balança qual o risco de não descobrir. Ela joga na balança, se descobrir, quanto vai custar para colocar aquilo em produção, quanto vai custar para produzir depois da coisa estar em produção e ela trabalha com a estimativa de preço futuro do petróleo que ela acha viável. Então depois de ponderar tudo isso é que ela vai dizer: "Bom, isso daqui, para mim, vale tanto, eu vou ofertar um bônus X". Evidentemente, que numa área que se espera acumulações de portes gigantesco com o risco mais reduzido, apesar dos custos de colocar em produção serem altos, provavelmente os bônus vão ser bem altos também. Isso poderia descapitalizar a PETROBRAS? Depende da estratégia dela. Por exemplo, ela poderia optar para diluir o bônus se associando a um consórcio, de maneira que ela não pagaria tudo. Existem estratégias para trabalhar isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Dr. Ivan Simões Filho.

SR. IVAN SIMÕES FILHO: Eu queria fazer alguns breves comentários que vão tentar responder algumas das questões levantadas. O mais importante, independente, mais uma vez, se é concessão, se é partilha, dos muitos mitos que cercam a questão da concessão ser alto risco e da partilha ser baixo risco, que não corresponde à realidade pelo mundo afora, o importante é nós termos um setor onde existam os mecanismos de controle. Eles existem hoje através da ANP, que baseia todas as suas decisões, todas as suas aprovações num tripé, que está definido inclusive contratualmente, que é das melhores práticas da indústria do petróleo, definidas como sendo aquelas que levam à segurança operacional, à minimização dos impactos ao meio ambiente e à utilização racional dos recursos energéticos. Então o importante é nós termos um órgão regulador que possa zelar para que isso esteja acontecendo, porque isso não necessariamente vai estar alinhado com o interesse da operadora, que é aquele de produzir o petróleo o mais eficientemente possível, o mais rapidamente possível. Então a importância de ter uma agência reguladora com quadros técnicos que olhem para o negócio de se explorar petróleo e não para interesses políticos e partidários.

Com relação ao papel de uma nova estatal, da PETROSAL, ela torna-se necessária na medida em que se opte pelo modelo de partilha da produção, mas ela é uma decisão empresarial do Governo no caso de um modelo de concessão, onde ela não é necessariamente uma exigência. Mas de qualquer forma, independente do modelo, o Senador Wellington Salgado estava mencionando a questão da riqueza ficar no Brasil. Não é a partilha que garante isso. O que garante é que existam os mecanismos de arrecadação num regime fiscal que permita isso. E quando a gente fala da PETROBRAS mandar dividendos para os seus acionistas no exterior, nós estamos esquecendo que antes dela ter esse lucro, cerca de 65% a 90% do rendimento do petróleo já ficou com o Governo, através das participações governamentais, no regime existente hoje, quer dizer, a parte do Leão da riqueza petrolífera já fica com o Governo em seus vários níveis, União, Estados e Municípios, e não é a partilha que vai fazer com que esse dinheiro seja maior ou menor, e somente da parte que é do lucro que é compartilhada entre as empresas concessionárias, assim como ela também será na parte que caberá às empresas contratadas no profitólio(F). Então a PETROBRAS não vai mandar a mais ou a menos dividendos para o exterior porque mudou o regime. O importante é que nós tenhamos sempre um esquema, um espírito de colaboração entre os diversos entes que são partes interessadas nisso. Isso inclui o Governo, isso inclui a

sociedade brasileira, isso inclui a PETROBRAS, isso inclui os investidores privados, isso inclui as populações afetadas pelas atividades. E todas elas têm que estar com os seus interesses preservados para que esse negócio funcione. Se um elo dessa cadeia não tiver os seus interesses justamente preservados, a cadeia como um todo não funciona.

Eu queria deixar aqui, para terminar, uma experiência pessoal. O meu pai foi durante mais de trinta anos geólogo da PETROBRAS, andou mapeando aqui o Brasil todo. Eu fui criado num ambiente em que os colegas do meu pai, os filhos deles, eram todos a família PETROBRAS. E sempre me impressionou muito como as pessoas que têm algum envolvimento com a PETROBRAS vestem a camisa da empresa, valorizam a empresa e isso é em boa parte responsável pela empresa ser a excelente empresa que ela é hoje. Mas eu me lembro também que o meu sonho era trabalhar na PETROBRAS. Eu fiz dois concursos para a PETROBRAS, fui aprovado nos dois concursos para a PETROBRAS, numa época que a PETROBRAS era praticamente o único empregador de geólogos, geofísicos e engenheiros de petróleo aqui no País. E a PETROBRAS resolveu, a partir de um dado momento, que ela não ia contratar mais ninguém. Eu me encontrei com um doutorado em geofísica nas mãos, eu e vários outros colegas meus, altamente capacitados, recursos humanos que são raros no mundo inteiro, não sendo aproveitados no País. A gente que queria servir o País através da PETROBRAS, que era a única opção naquele momento, não pudemos porque por questões da política da empresa que resolveu de um momento para outro não contratar. Eu achei emprego na academia, depois rodei o mundo apoiando... Passei um período pela ANP, rodei o mundo apoiando diversos governos que queriam extrair, como o Brasil, a preocupação legítima do governo de extrair o máximo de benefício para as suas sociedades através dos recursos petrolíferos. Eu andei apoiando vários governos de pequenos produtores a grandes produtores nesse esforço. E felizmente consegui voltar ao País graças a uma empresa internacional, que me permitiu realizar o sonho de voltar e contribuir com o meu País.

Então eu valorizo muito essa diversidade, essas múltiplas oportunidades de emprego que só um ambiente aberto, competitivo e com múltiplas operadoras poderá garantir; caso contrário, a gente corre risco. Vários colegas meus tiveram que ir para fora do País ou mudar completamente de área porque naquele momento a operadora única não contratava. Chegou-se um momento em que havia mais vagas oferecidas em vestibulares em geologia do que candidatos, porque o empregador único não contratava. Hoje nós vamos ver, são umas das carreiras mais disputadas nos vestibulares, são as carreiras relacionadas às geociências.

Então vamos preservar essas conquistas todas que o modelo anterior trouxe, que foram muito positivas para o País. Podem ser aprimoradas, podem ser modificadas, podem permitir ajustes. Sem dúvida nada é imutável, nada é perfeito e o nosso objetivo é exatamente esse, trazer subsídios para o debate, trazer as alternativas para que realmente o País possa utilizar esses recursos naturais da forma mais racional possível para o benefício da sua população como um todo.

Era isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu queria só, primeiro, registrar aqui ao Senador Dornelles a iniciativa. Quando nós vemos aí um debate que hoje só se concentra, vão ser 45 dias na Câmara, 45 dias no Senado, que não deixa de ser um debate importante, nós temos a oportunidade, Senador Arthur Virgílio, Senador Wellington Salgado, de fazer um aprofundamento dessas questões, como vários Senadores aqui disseram e como também o próprio De Luca, o próprio Murilo e o Ivan também o fizeram. Eu acho que isso é importante, o papel do Senado se aprofundando nessas questões. Alguns pontos que foram aqui levantados são de extrema relevância. Nós percebemos aí claramente a questão da PETROBRAS como única operadora. Não há nem possibilidade no Projeto de eventualmente a PETROBRAS ceder para uma outra operadora, eventualmente, em função de uma sobrecarga ou em função até de todo um planejamento feito pela companhia. Então as coisas estão muito... Há pouca margem na proposta que foi encaminhada.

Foi dito aqui questões relativas à tecnológica de fornecedores, questões relativas à compra de aquisição por um só comprador, no caso a própria PETROBRAS, que é um ponto fundamental também para a indústria brasileira. Aqui foram feitas considerações também sobre a nova estatal, a PETROSAL, tendo 50% dos membros e mais poder de veto. Isso nós precisamos refletir muito bem. Como também na indicação dos futuros dirigentes da PETROSAL. Acho que considerações sobre o regime de capitalização da companhia, no meu ponto de vista, há questões que serão debatidas aqui até sob o aspecto da legalidade da constitucionalidade, até em função da modelagem apresentada, e vis a vis com a Constituição. E está aqui muito bem colocada a questão da partilha e a questão da concessão. E acho, viu Senador Dornelles, nós não podemos colocar essa discussão quem é mais nacionalista ou menos. “Ah, quem é a favor da concessão é menos nacionalista do que quem é a favor da partilha”. E vice e versa. Nós estamos discutindo um Projeto--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, ninguém era mais nacionalista que Hitler, por exemplo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Perfeito.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): De todos, o que eu mais vi exagerar nisso foi Hitler. Eu estou fora desse concurso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Tanto é que comandava o Partido Nacional Socialista Alemão. Mas, então, eu acho que essa disputa maniqueísta de caráter de correntes ideológicas, eu acho que isso não constrói absolutamente nada. Nós estamos discutindo um projeto para o Brasil.

Outra coisa que nós temos que aproveitar para desmentir de uma vez por todas, Senador Dornelles, é essa história de que partilha é porque o risco é zero e concessão é porque o risco é grande. Isso não é verdade, porque várias indústrias e vários países adotam partilha e concessão onde há risco zero ou há risco pequeno, onde há um risco maior. Então essas coisas, nós temos que trazer esse debate, essa discussão para um posicionamento de maior equilíbrio, de mais bom senso no meu ponto de vista.

Há um ponto aqui que foi levantado que, na minha leitura, é um ponto de extrema importância também. É que o pré-sal, ele tem que ser muito bem delimitado. O que é que é efetivamente o pré-sal? Porque nós estamos diante aí de campos com 15 bilhões de barris e campos que vão ter 200, dentro até do perfil que foi aí apresentado da plataforma continental brasileira. Então--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): 200 milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 200 milhões.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que dá uma ideia para o telespectador que é 200 bilhões também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, mas são 200 milhões. Há essa possibilidade de 15 bilhões nesse quadro que já está aí de área de Tupi, assim por diante, mas há campus com 200 milhões. Será que se nós não qualificarmos bem esse tipo de exploração e produção nós não estamos engessando até alternativas que outras empresas tenham interesse?

Outra afirmação que foi feita aqui: o bônus de assinatura do Campo de Tupi, aqui foi afirmado, 15 milhões, 20 milhões que foram dados, a PETROBRAS também pagou isso, até porque na ocasião, como disse o De Luca, na ocasião ninguém ainda tinha a convicção ou tinha--

SR. JOSÉ CARLOS DE LUCA: O risco era elevadíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O risco era elevadíssimo. Então essas coisas nós vamos ter que no debate ir derrubando. Aliás, o Senador Arthur Virgílio falou aqui do Hitler, era o Goebbels, era uma mentira muitas vezes repetida e que virava uma verdade. E não é isso. Então nós temos que fazer essa discussão equilibrada, sensata, e buscar a melhor solução, a melhor alternativa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Que efetivamente não só atenda especialmente as necessidades do País, especialmente as necessidades do País. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, Presidente, a questão da velocidade, os 45 dias, não quer dizer que nós não posso vamos fazer mudança no que foi mandado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com certeza.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso daí não pode ser colocado, como a oposição tem colocado, como se isso viesse com uma caixa preta, que vai entrar do jeito que está na Câmara e vai sair no Senado. Quem conhece a Casa, sabe que isso não acontece.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E eu acredito, Senador Wellington Salgado, que mesmo colocados esses 45 dias, o Senado vai deliberar por aquilo que é melhor para o País.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Se for necessária uma discussão mais ampla e mais aprofundada. Eu não quis aqui comentar sobre a questão da capitalização, que também é um outro tema importante. Eu estava conversando aqui com os expositores de que a capitalização de 5 bilhões de barris é o equivalente ao que Campos produziu em 32 anos. Têm alguns questionamentos com relação aos 30% mínimos da PETROBRAS de participação em todos os campos, se a PETROBRAS vai ter esse efetivo interesse, porque a PETROBRAS está assumindo alguns riscos e vai eventualmente entrar em consórcios que talvez para a PETROBRAS não sejam os mais interessantes ou os mais atrativos. Então por isso que é um--

SR. IVAN SIMÕES FILHO: É uma proposta inviável economicamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Porque a proposta é inviável economica-

mente. Então eu acho que são temas importantes, nós vamos discutir, vamos ter a oportunidade de debater isso com profundidade.

Quero parabenizar ao Senador Dornelles, a V. Exa., pelo requerimento aprovado, quer dizer, nesses dias todos que a gente só fica discutindo 45 dias para cá, 45 dias para lá, faz, não faz, faz, não faz, vamos discutir com profundidade também, nós já estamos perdendo tempo. Nós temos que fazer debates aprofundados como esse que fizemos.

Quero agradecer a todos também os presentes e dou por encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 14h28.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 9 DE SETEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 09, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às onze horas e um minuto do dia nove de setembro do ano de dois mil e nove, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais no exercício da Presidência, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Wellington Salgado, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo e, ainda, dos Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Mão Santa e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Francisco Dornelles, Garibaldi Alves Filho, Gerson Camata, Neuto de Conto, Pedro Simon, Renan Calheiros, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Adelmir Santana, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado pelo período de cento e trinta dias para tratar de interesses particulares, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência dá início à Audiência Pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 301 de 2008, que "altera o § 1° do art. 9° da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)", tendo como convidados os Srs. Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente Nacional do FGTS; Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS; Mário Avelino, Presidente da ONG Instituto FGTS Fácil; e Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e ex-integrante do Conselheiro Curador do FGTS. A Audiência Pública é realizada com a presença, como expositores, do Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS, do Sr. Mário Avelino, Presidente da ONG Instituto FGTS Fácil, do Sr. Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente Nacional do FGTS, do Sr. Miguel Salabery, Secretário Institucional da União Geral dos Trabalhadores, representando o Sr. Ricardo Patah, Presidente da UGT e ex-integrante do Conselho Curador do FGTS, e, ainda, do Sr. Antônio Gois de Oliveira, Secretário Executivo, Substituto, do Conselho Curador do FGTS. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores César Borges e Mão Santa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Paulo Paim,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Sociais.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Iniciamos a nossa 2ª Audiência Pública que visa instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 301, de 2008, do nobre Senador César Borges.

Havendo número regimental declaro aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública, atendendo ao requerimento nº. 43, de 2009, causa e autoria do nobre Senador César Borges. E ao requerimento 54, de 2009, da CAE, de autoria do Senador Delcídio Amaral, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 301, de 2008, que altera o § 1º do art. 9º, da Lei 8.086, de 11 de maio de 90, para dispor sobre a rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo da Garantia por tempo de serviço.

Meus parabéns, Senador, eu sou totalmente favorável a esse debate, eu acho que o Fundo de Garantia tem que ser revisto. Sou parceiro nessa defesa.

Convido os nossos ilustres convidados para tomarem lugar à Mesa, o Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS. Convidamos o Sr. Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente Nacional do FGTS. E convidamos o Sr. Mário Avelino, Presidente da ONG Instituto FGTS Fácil. E ainda o Sr. Miguel Salaberry, o Miguel que conheço há muito tempo, Secretário de Relações Institucionais da UGT Nacional, UGT. Eu peço que todos tomem lugar à Mesa, sejam bem-vindos.

Só retificando é a 41ª Reunião desta Comissão e a 37ª da CAE. É uma reunião conjunta a pedido dos dois Senadores, Senador Delcídio Amaral e o nosso querido Senador César Borges, já aqui presentes. Nós vamos adotar o mesmo critério da Audiência anterior, vamos dar 15 minutos para cada convidado, se necessário, mais cinco.

De imediato, vamos... A não ser que o Senador César Borges queira usar a palavra, eu vou passar para os convidados, mas seria bom. O Senador César Borges, que é o autor do requerimento, com a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu agradeço a V. Exa., primeiro ter me concedido a palavra, inicialmente, e também o fato de já ter se pronunciado. V. Exa. que é um profundo conhecedor, eu diria muito mais até do que eu dessa questão, porque é um defensor dos trabalhadores e do patrimônio desse trabalhador brasileiro, que tem no FGTS, sem sombra de dúvida, uma poupança compulsória que ele faz para a sua vida.

Eu, como introdução, Sr. Presidente, apenas vou tentar contextualizar o nosso projeto. Ele provém exatamente do entendimento de que o FGTS, criado lá em 96 e que teve suas operações iniciadas em 67, funciona como uma espécie de poupança compulsória. Todos sabem, mas é sempre bom relembrar que o empregador recolhe 8% do salário ao nome do empregado, a um fundo que é administrado pela Caixa Econômica Federal e por um Conselho Curador, composto de representantes de Centrais Sindicais, das Federações Patronais e do governo, muitas vezes, até alterado como foi recentemente.

Os depósitos do FGTS têm dupla função, por um lado serve como proteção ao trabalhador demitido ou como pecúlio ao trabalhador aposentado ou acometido de doença grave. E, por outro lado, são lastros para empréstimo de longo prazo para financiamento, para saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação.

A questão, Sr. Presidente, é a rentabilidade deste fundo. A remuneração das contas individuais é extremamente modesta é a TR mais 3% ao ano. Com isso, os depósitos compulsórios do FGTS tem tido rentabilidade real negativa nos últimos anos, ou seja, a remuneração nominal paga não cobriu sequer a perda do poder de compra da moeda.

Dito de outra forma, os juros pagos nas contas vinculadas do FGTS foram inferiores a inflação. Há uma tabela, onde mostra que os depósitos do FGTS perderam 10% no período de sete anos, compreendido entre janeiro de 2000 e dezembro de 2006. Se considerarmos uma vida de 35 anos, de depósitos de um trabalhador, essa perda chegaria a 20% e poderia chegar em alguns casos até mais do que isso, se fala em até 50%.

Portanto, o que se tenta aumentar é rentabilidade como propõe os projetos de minha autoria, que é o 301, que visa repartir a rentabilidade das aplicações do FGTS. E, também, um projeto do Senador Tasso Jereissati, que é o 193 que substitui TR pelo IPCA na base de remuneração dos depósitos das contas vinculadas. A Caixa Econômica, Sr. Presidente, ela é operador do fundo e o principal agente financeiro, ela tem um duplo trabalho com relação ao FGTS, uma dupla função.

E sobre a rubrica taxa de administração e gestão de risco de investimento do FGTS, a Caixa auferiu, por exemplo, no ano de 2005, o montante de 1,7 bilhões, aproximadamente. Significa que a Caixa aumentou em 20% da sua receita, com taxa de Administração entre 2004 e 2005, enquanto a inflação, ao longo do ano de 2005 foi de 5,69, medido pelo IPCA.

Fora a rentabilidade derivada das operações com mutuários do FGTS na condição de agente financeiro, a Caixa Econômica Federal ainda aufere receita proveniente da rubrica tarifa bancária, que, no ano de 2005, foi de 516 milhões.

Desse modo, a receita total da Caixa Econômica Federal, apenas da condição de agente operador, excluindo-se aquela obtida na condição de agente financeiro, que é relativo ao diferencial de taxa de juros cobrado dos mutuários no contrato de financiamento habitacional, que seria o spread atingiu no ano de 2005 o, o valor de 2,23 bilhões. Esses sãos os números que nós levantamos pela Consultoria.

Ressaltando que não há critério de reciprocidade, por exemplo, para o aplicador, para o dono da conta do FGTS, com relação ao financiamento habitacional. Não há nenhuma vantagem, qualquer pessoa poderá ter direito ao crédito habitacional, assim como qualquer um que tenha lá o seu depósito que está no FGTS, não há nenhum diferencial. Então, o que se depreende dessa situação é que os trabalhadores cotistas do FGTS e que pertencentes ao setor formal da economia estão perdendo nas duas pontas.

Perdem nas duas pontas, em termos de rentabilidade e no acesso ao financiamento, pois, não existe uma diretriz de dar preferência a esses cotistas.

Então, em função disso, é que nós fomos inspirados a fazer este projeto que, na verdade, visa a repartir com os cotistas do FGTS os ganhos financeiros auferidos pela Caixa Econômica Federal, que já está tendo um ganho elevado.

Tenho estudos aqui da Consultoria da Casa, da nossa Consultoria, que tem um trabalho excelente, com relação ao que representa a administração do fundo para a Caixa Econômica Federal como instituição.

De fato considerando que o trabalhador mal conseguiu no ano de 2005, obter remuneração suficiente para compensar a inflação, não é justo que o agente operador consiga amealhar uma rentabilidade tão expressiva a título de taxa de *performance*, tendo como benchmarking a ser superado um percentual tão baixo, que o percentual fixado foi TR mais 6%. Em 2005, a TR média foi de aproximadamente 2,4. O problema se agrava quando se compara com a Taxa Selic acumulada do ano de 2005, que foi de 19%.

Porém, as receitas da Caixa Econômica Federal com as operações com o FGTS não se resumem a essas, fora da rentabilidade derivadas das operações com mutuários do FGTS, na condição de agente financeiro, a Caixa Econômica Federal ainda aufere receita proveniente da rubrica tarifa bancária que, no ano de 2005, eu repito, foi de 516 milhões. Desse modo, a receita total da Caixa Econômica, apenas na condição de agente operador, excluindo-se aquela obtida na condição de agente financeira, foi de dois bilhões, como eu já disse.

Por fim, segundo as demonstrações financeiras da Caixa Econômica, para o ano de 2005, constate-se que a empresa teve o resultado operacional de três bilhões e uma despesa de pessoal de quatro bilhões.

Para se avaliar como as receitas derivadas do FGTS são relevantes para o resultado da empresa, as comparações seguintes são bastante ilustrativas. As receitas do FGTS equivaleram a 53,7% da despesa de pessoal da Caixa Econômica Federal.

Caso essas receitas desaparecessem o resultado operacional, que é o lucro antes dos impostos e da participação dos empregados, seria reduzido em 72%, ou seja, o resultado operacional cairia de três bilhões e 80 milhões para modestos 850 milhões. Ou seja, a fatia está ficando com a Caixa Econômica Federal e não com o trabalhador brasileiro. Então, o nosso projeto tem essa função: Defender o trabalhador brasileiro.

Eu não estou aqui contra a Caixa, mas acho que nesse momento é muito mais importante a defesa do trabalhador brasileiro.

E também, Sr. Presidente, outro fato que nós podemos destacar é que a aplicação da Caixa está se dando no programa de carta de crédito individual, principalmente, que é voltado majoritariamente para imóveis usados para a faixa de rendas mais altas. E foi feita uma aplicação de dois bilhões e 200 milhões.

Por outro lado, o valor repassado ao setor público para a aplicação do Programa Pró-Moradia, que poderia dizer é um atendimento social que faz intervenções de melhoria em áreas urbanas degradadas atendendo a população de baixa renda, gerando novos empregos, foi de apenas 51 milhões, uma pequena fração do primeiro programa. O mesmo padrão, com algumas variações, se repete ao longo dos anos de 2003 a 2005.

Para o ano de 2005, como outro exemplo dessa tendência, a carta de crédito individual realizou empréstimo da ordem de três bilhões 762 milhões, enquanto o Pró-Moradia não realizou sequer um centavo de financiamento ao setor público.

No caso de infraestrutura e saneamento, a situação não foi diferente. Naquele ano de 2005, o investimento foi nulo nessas duas áreas a despeito de uma previsão orçamentária de financiamentos ao setor público da ordem de dois bilhões 483 milhões.

Um aspecto importante a se notar é que se os empréstimos do programa carta de crédito são feitos na média ponderada majoritariamente para famílias com renda familiar relativamente mais alta, o risco de crédito cai e aumenta *pari passu* a taxa de juros da operação. Dessa maneira, o custo de intermediação da final, que é capturado pela Caixa aumenta não se traduzindo em ganhos para o patrimônio líquido do FGTS, ou para os trabalhadores que detém depósitos das contas vinculadas.

Por fim, Sr. Presidente, cabe notar que não há qualquer relação, volto mais uma também ao assunto, de reciprocidade da concessão de financiamentos com recursos do FGTS. A probabilidade de ser contemplado com um financiamento com recurso do fundo não é afetado pelo tipo e grau de vínculo que o demandante ao financiamento tem com ele. Critérios como tempo de vinculação ao FGTS, tempo de vinculação sem interrupção, ou renda familiar, não são critérios de elegibilidade para obtenção de financiamento.

A inexistência de tais créditos impede que a baixa rentabilidade das contas seja compensada com a concessão de financiamento. Seria você se perder de uma ponta, pelo menos ganharia de outra e teria pelo menos se pretenderia que fosse dada ao trabalhador a possibilidade de financiamentos de baixo custo. Se tal ocorresse o prejuízo que os depositantes suportariam com a baixa rentabilidade seria compensada

com a obtenção de financiamento de custos igualmente reduzidos.

Então, esses são os motivos que fizeram com que nós apresentássemos o Projeto de Lei 301, e eu serei que é polêmico com relação até as posições do FGTS, da própria Caixa Econômica Federal e, em função disso é que nós solicitamos junto com o Senador Delcídio Amaral, essa Audiência Pública, para ouvirmos então os senhores que aqui se encontram. Que eu também agradeço a participação, Sr. Joaquim Lima de Oliveira, que é Superintendente Nacional do FGTS; Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS; o Sr. Mário Avelino, Presidente da ONG Instituto FGTS Fácil; E o Miguel Salaberry, que veio no lugar do Ricardo Patah, que é Presidente da União Geral dos Trabalhadores UGT.

Era isso, Sr. Presidente, como introdução e primeira participação nossa no debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cumprimento o nobre Senador César Borges. E dizer que seu projeto de fato é um projeto interessante, já tenho presente aqui os representantes de três Centrais Sindicais. Inclusive dois que estão no Plenário estão reivindicando, porque como a UGT vai ter uso da palavra, se nós podemos chegar num entendimento, que eles também podem falar.

Está aqui o Dirceu Travesso, que representa aqui a central Conlutas, e o José Gabriel dos Santos, que representa a Nova Central Sindical. E claro que todos estão interessados na valorização do FGTS dos trabalhadores.

Mas vamos aqui seguir o ritual, depois no final a gente vê como é que faz para garantir que todos possam dar a sua opinião sobre um tema tão importante, como é o seu projeto.

Passamos de imediato a palavra ao Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS.

É a nossa intenção, 15 minutos, se assim os convidados entenderem, se for necessário, a Mesa vai dar mais cinco. E depois, aos convidados outros, nós faremos um acerto no final, no mínimo cinco minutos para que eles possam dar a sua opinião e a Mesa, claro terá um espaço privilegiado de 15 com mais cinco.

Por favor, doutor.

SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO: Obrigado, Senador Paulo Paim, Presidente da reunião, Senador César Borges, Senador Mão Santa, prezados companheiros da Mesa, Joaquim, Salaberry, Avelino, bom dia a todos.

Primeiro é importante debater o Fundo de Garantia, Senador, acho que na verdade há muita desinformação sobre o Fundo de Garantia ou muita informação equivocada, truncada acerca do Fundo de Garantia.

Primeira questão da rentabilidade, que se pretende aqui, essa Casa já aprovou recentemente, uma medida que eu considero da mais importante, da maior importância, no que diz respeito à distribuição dos ganhos do Fundo de Garantia, que é a Lei 11.491, que criou o Fundo de Investimento do FGTS.

É uma medida extremamente inteligente e ela usa o mesmo artifício que foi usado quando o trabalhador pôde participar dos ganhos de ação de vale e Petrobras, nos fundos mútuos de privatização. Essa Lei 11.491, ela retira parte do patrimônio líquido do Fundo de Garantia para investir em infraestrutura e a ideia central dessa medida é exatamente fomentar trabalho.

Penso que a melhor forma que tem de ajudar o trabalhador, que o Fundo de Garantia tem de ajudar o trabalhador é exatamente fomentar a geração de emprego. Essa é a melhor forma que o tem o fundo de ajudar os trabalhadores, dono desse recurso. E isso está sendo cumprido fielmente, principalmente, agora, com a criação do Fundo de Investimento. Por que eu digo isso, Senador Paulo Paim?

Porque o Fundo de Investimento em Infraestrutura, ele além de atacar um gargalo importante na geração de emprego e no desenvolvimento do país, ele também ajudou enormemente no enfrentamento que o Brasil recentemente passou da crise econômica mundial. Esse enfrentamento da crise, hoje já se fala no pós-crise, foi o auge de aplicação do Fundo de Investimento.

Esse fundo aprovado por essa Casa, ele alocou 17 bilhões de reais para que nós pudéssemos investir em infraestrutura, investimos 15 bilhões. Já investimos 15 bilhões.

Isso foi fundamental no enfrentamento da crise, na geração de emprego, no movimento da economia de toda a escala e de toda a cadeia produtiva do país, principalmente na geração de emprego.

Então, nesse momento, existe já um dispositivo que vai fazer com que haja distribuição de recursos do Fundo de Garantia. Por que isso, Senador? Porque o trabalhador, se quiser e somente se quiser, poderá ser cotista desse fundo, ou seja, esse fundo vai abrir provavelmente na próxima reunião do Conselho Curador, que vai acontecer no final de outubro, o Conselho deve aprovar segundo dispositivo da lei, a possibilidade do trabalhador comprar cotas do Fundo de Investimento em Infraestrutura. E, ao comprar cotas desse Fundo de Investimento, o trabalhador entra com a possibilidade de ganhar mais da sua conta vinculada.

Essa é uma maneira, no meu ponto de vista, muito mais inteligente de fazer a distribuição de renda

do que data vênia o que consta no Projeto de Lei. Por quê? Porque o Projeto de Lei ele pulveriza os recursos e essa discussão eu já fiz com as Centrais Sindicais, por ocasião da criação do Fundo de Investimento Imobiliário e não faz diferença em lugar nenhum, Senador. Ou seja, no momento em que se pega a rentabilidade do Fundo de Garantia e se distribui pelos 50 milhões, 50 milhões de pessoas, pulveriza, não faz diferença em lugar nenhum.

E eu sempre cito o exemplo das Loterias da Caixa, está aqui o Joaquim que é o Superintendente da Caixa. As Loterias da Caixa arrecadam bilhões, milhões e bilhões de recurso, fica 0,5% para um, 0,25 para outro, 1% para acolá, 0,5% para... Não faz diferença em lugar nenhum. Então, é preferível que nós façamos a reunião desses recursos e vamos investir para gerar emprego. Acho que essa é a maior contribuição que o FGTS pode dar ao trabalhador. E isso nós estamos fazendo.

E mais. Com a atuação e perdoe aqui por ser Secretário Executivo do Conselho, mas não existe um fundo, na minha opinião, mais bem administrado que o FGTS, mais bem administrado e mais bem fiscalizado.

O FGTS passa por cinco fiscalizações, primeira fiscalização da CGU, do controle interno. Segundo, a fiscalização do Tribunal de Contas da União. Terceiro, uma fiscalização de uma auditoria independente, que é contratada. Quarto, a fiscalização do próprio Conselho Fiscal da Caixa, e quinto do próprio Conselho de Administração da Caixa. E juntando tudo isso sob os olhos do Conselho Curador, que é um Conselho tripartite, formado por governo, trabalhadores e empresários.

Inclusive a UGT, nos dá a honra de ser membros desse Conselho. E é um Conselho aberto, é um Conselho tripartite, como já disse, e que tem atuado na defesa dos interesses dos trabalhadores, na defesa do interesse da sociedade.

E aqui só uma última informação, Senador. Até para o Senador César Borges, o Conselho criou, Senador, em 2007, uma linha de crédito com juros mais baixos para o trabalhador cotista do fundo. Então, existe hoje uma linha de crédito que para baixa renda chega a 4,5% ao ano, 4,5% ao ano a taxa de juros e que gera isso um ganho adicional para o trabalhador.

Então, existem essas duas formas de transferências de renda que o Conselho já aprovou para o trabalhador, uma é mediante a redução da taxa de juros do empréstimo. Então, existe um diferencial para quem é cotista nas linhas de crédito tradicionais de financiamento habitacional do fundo. E existe a possibilidade do trabalhador ser cotista do Fundo de Investimento em Infraestrutura do FGTS e com isso ganhar também tem um ganho maior na sua conta.

Nós no Conselho Curador estamos muito preocupados com essa questão, mas achamos que dividir essa rentabilidade dessa forma vai dar centavos para determinados trabalhadores, não vai fazer diferença nenhuma na vida deles. E, no entanto, se nós reunirmos esses recursos e investirmos na economia do país, nós vamos gerar emprego e beneficiar muito mais os trabalhadores.

E repito ao SENADOR César Borges, essa discussão, por ocasião da criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura em 2006 e 2007, nós fizemos com as Centrais Sindicais, fizemos com as Centrais Sindicais e as Centrais Sindicais apoiaram esse tipo de ação que nós tomamos, ou seja, a pulverização do recurso da forma como se quer ela não faz diferença na conta do trabalhador. Ao contrário, até teve Central Sindical que eu não sei se está presente aqui, que chegou a dizer: “Olha, nós fizemos isso aqui”.

Na nossa base territorial em São Paulo, uma Central Sindical informou que havia um ganho do trabalhador anual que era tipo de 150 reais por ano. E os trabalhadores preferiram reunir esses 150 reais individuais ao ano, num grande fundo para ajudar no financiamento da habitação.

Então, só para dizer o seguinte é meritória a proposta, o Conselho está preocupado com essa questão, tem tomado ações nesse sentido, citei duas aqui. E só para colocar que no mérito, eu acho que a pulverização desses recursos não é boa para o trabalhador, porque não vai fazer diferença na vida deles.

Nós distribuirmos entre 50 milhões de trabalhadores, uma rentabilidade, um retorno de rentabilidade ao ano de dois bilhões de reais não vai fazer diferença nenhuma. Agora, se você pega esses dois bilhões e vai investir em infraestrutura, em habitação, em saneamento, nós vamos fazer diferença não só para o trabalhador, como para a sociedade brasileira e o Conselho está atento a isso.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Dr. Paulo, que inclusive não usou nem todo o seu tempo, usou só dez minutos. E vamos passar a palavra--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --eu vou passar a palavra, ao Sr. Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente Nacional do FGTS. Mas já atendendo seu pedido, dizer que os Senadores a qualquer momento podem pedir a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu só ia pedir, sugerir a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, V. Exa. antes da sua vai estar com direito à palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Porque o que nós sentimos aqui é que tem opiniões divergentes, inclusive eu acho que tem posições divergentes dentro dos expositores, dos que estão na Mesa. Que pudesse então fazer uma posição que o outro pudesse alternativamente fazer o contraditório.

Em lugar de passar talvez a palavra para o Sr. Joaquim Lima de Oliveira, que eu não dúvida que ele vai defender a posição idêntica, ao Dr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, possa passar, por exemplo, ao Mário Avelino--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acho que é bom.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --e se faz um contraditório interessante--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Boa sugestão

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --para o esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Boa sugestão. Eu acho que ajuda o debate, inclusive.

SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO: Senador, só para aqui fazer um--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não, fique à vontade.

SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO: --uma pontuação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Até que o Senhor tem cinco minutos, V. Exa. a mais.

SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO: Exato.

Só para fazer uma pontuação, como o Joaquim ia falar depois de mim, eu não quis falar da Caixa Econômica Federal, mas diante dessa questão, até para que se estabeleça o contraditório, eu quero dizer o seguinte: A Caixa, Senador César Borges, presta um relevante serviço ao país na gestão do Fundo da Garantia.

O Fundo de Garantia, Senador César Borges, ele é um fundo de 230 bilhões de reais. Ele é um fundo de 230 bilhões de reais. Gerir um fundo de 230 bilhões de reais, sem uma remuneração adequada é um risco gigantesco que se corre.

Então, a Caixa tem serviços extraordinários, a Caixa só para o Senhor ter ideia de sistemas, a Caixa tem quase 50 sistemas gerindo Fundo de Garantia. Para o senhor ter uma ideia, o maior banco de dados do mundo é do Fundo de Garantia, banco de imagem.

São serviços que requer muitos recursos, requer realmente dedicação exclusiva, então, o serviço que a Caixa presta e a remuneração da Caixa é estabelecida pelo Conselho. E até um critério simples e que tem aderência no mercado. A remuneração da Caixa é estabelecida em 1% sobre o patrimônio da Caixa, excluído um recurso que é de deferimento que é um ativo, o deferimento é um falso ativo para usar uma expressão bem... Então, tira isso aí e se remunera 1%, que é mais ou menos, está na média dos fundos que são geridos no país.

E com um detalhe, se a gente for comparar quem mais parece com a Administração do Fundo de Garantia, são os fundos de pensão. Se nós fossemos considerar a rentabilidade média dos principais fundos de pensão na gestão, ao invés de pagar 1% para a Caixa, nós íamos pagar 4,8%. Esta seria a remuneração sobre o patrimônio do fundo, que a Caixa deveria auferir se fôssemos comparar com a gestão dos Fundos de Pensão. Então, a Caixa recebe até aquém do que os fundos de pensão na gestão que ela faz com uma complexidade extraordinária.

Para o senhor ter ideia, nós temos de registros no cadastro do Fundo de Garantia quase o triplo da população brasileira. Estão registradas lá todas as relações de empregos havidas no Fundo de Garantia, desde 1967. São quase 600 milhões de registros que têm nos cadastro da Caixa.

Então, só para dizer, Senador, que do ponto de vista do Conselho, o Conselho está absolutamente confortado com a remuneração que paga ao agente operador, porque presta um serviço, ganha compativelmente com o serviço que presta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Passamos de imediato então, conforme entendimento feito, sugestão do Senador César Borges, ao Sr. Mário Avelino, Presidente da ONG Instituto FGTS Fácil. V. Exa. dispõe de 15 minutos, com mais cinco se necessário.

SR. MÁRIO AVELINO: Primeiro eu quero parabenizar o Senador César Borges. Parabenizar a Comissão de Assuntos Sociais, em nome do Senador Paulo Paim. O Secretário Geral Paulo Furtado. Pois, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E dizer que está conosco já o Senador Mão Santa.

SR. MÁRIO AVELINO: Ah, perfeito. Vamos chegar lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que é companheiro de todas as horas aqui.

SR. MÁRIO AVELINO: Sr. Joaquim Lima, Miguel Salaberry, o Senador Mão Santa, a quem também agradeço a presença, nesse assunto tão importante para os trabalhadores.

Eu primeiro vou apresentar eu preparei um pequeno *power point* para gente ratificar e endossar o porquê desse projeto.

Bom, com relação a definir o que é Fundo de Garantia foi criado pela Lei 5.107, a lei que vigora é a Lei 8.036, de 90. Podemos avançar.

Com relação aos objetivos do fundo é bom ratificarmos isso, porque o fundo foi criado com o objetivo social, ou seja, primeiro amparar o trabalhador no caso de uma dispensa, ou em caso de falecimento os seus dependentes vão ter uma poupança de acordo com aquele tempo que ele trabalhou. E, fundamentalmente, fomentar políticas públicas para habitação popular, saneamento básico e infraestrutura. Isso é o que determina a lei.

Aqui são grandes números, eu peguei esses números é importante destacar do demonstrativo financeiro do Fundo de Garantia de 2008, então são dados de 31/12, pela Lei de Fundo de Garantia anualmente a Caixa divulga um balanço, a quem eu parabenizo mais uma vez.

Com base em 31/12, o ativo total é 217.9. Aí tem um dado interessante, hoje o fundo desse total desse ativo, tem 96 bilhões investidos em títulos públicos e nesse valor já se inclui hoje o investimento no PAC, como citou o próprio Paulo Furtado. Então, a gente vê que 44% do ativo do fundo está em títulos públicos que pagam no mínimo a Taxa Selic, que têm um spread bem grande em relação aos juros pagos ao trabalhador.

E aqui tem um problema gravíssimo, porque a lei até hoje não está sendo obedecida. Pela lei, 60% do fundo tem que ser investido em habitação, saneamento básico e infraestrutura, conforme o balanço 91 bilhões estão nessa área, o que corresponde a 42%.

Até o ano passado, eu assisti uma apresentação da Caixa e até tem uma justificativa, mas eu realmente me questiono, será que faltam tantos projetos bons para se investir em habitação? A SINDUSCON diz que tem vários projetos e até hoje não atingimos hoje 60%.

E há um déficit habitacional hoje, de acordo com o PNAD do IBGE, de 13 milhões de unidades habitacionais. Porque o IBGE, ele primeiro põe nove milhões de unidades, mas quase quatro milhões são unidades de pessoas que moram e a casa não é deles, é uma casa que é do pai e da mãe e vai por aí afora.

Bom, depósitos vinculados, aqui são as contas dos trabalhadores. São 175 bilhões, então, 80%, 80,54 do fundo é dinheiro do trabalhador, a diferença é o patrimônio líquido do Fundo da Garantia, que nós vamos falar e algumas reservas aí.

Patrimônio líquido. De acordo com o saldo de 31/12, 27.9, que corresponde a 12.80, dos quais, mas aí esse valor eu acho que o investimento... O Joaquim ou o Paulo Furtado pode me confirmar que é o que consta investido FGTS naquele momento. Como o Paulo falou que já estavam em 17 bilhões, eu sei que esse ano já foram liberados mais algumas cotas, que é o que a Lei 11.491 determinou que até 80% do patrimônio líquido. E existe ainda a provisão de créditos, que é aquela questão dos planos, Verão e Collor, que é uma provisão ainda de 12 bilhões. A somatória nós temos de 217.

Então, que o é importante destacar aqui é a parte do trabalhador, a parte que até hoje não foi atingida em investimentos que a lei determina nessa área de habitação, saneamento básico e infraestrutura. Pode continuar, por favor.

Aqui é um resumo de como estão distribuídos aqueles 175 bilhões. Contas ativas, mais inativas, são 77 milhões de contas, onde na realidade, 70 milhões são contas ativas de acordo com esse balanço, o que dá 154 bilhões. Contas vinculadas a expurgo.

Porque quando houve o pagamento do expurgo, se aquele trabalhador tinha uma conta ativa ele não sacou o dinheiro. O dinheiro foi aberta uma conta pela Caixa e no dia que ele for demitido ou seu aposentar ou querer o uso para situações previstas, ele vai poder sacar. Então, tem sete milhões de contas, que totaliza 5,2 bilhões. Outros créditos 400 milhões de reais arredondando. E tem as contas inativas com mais de cinco anos, que foi determinado pela lei uma conta.

Quando o trabalhador pede demissão, ele não pode sacar o fundo. E se aquela conta ficar cinco anos inativa passa para um fundo de reserva, uma reserva técnica, que hoje tem 15 bilhões e são 98 milhões de contas, aqui tem muita conta residual, que tem contas ali até com um real se facilitar.

Bom, total de contas, 183 milhões, 175 bilhões. E ratificando o que o Paulo colocou hoje a Caixa tem uma gestão realmente, parabenizo. São quase 600 milhões de contas, que são todas as contas, aí são contas com saldo, temos hoje quase 350 milhões de contas que foram totalmente zeradas, foram sacadas pelos trabalhadores.

Avançando, por favor. Aqui chega no ponto do PLS 301. A proposta do PLS é que 50% do lucro líquido, ou seja, tira todas as despesas do fundo, metade desse valor que seja rateado proporcional à conta de cada trabalhador. Qual é o princípio? Ora, se é o dinheiro do trabalhador que é investido e dá lucro é justo que parte desse lucro seja distribuído para aquele trabalhador.

E aqui nós vamos ver a evolução, pegando de 2001 a 2008, o que cresceu o patrimônio, porque todo o excedente que do fundo, tirando as despesas vai para uma conta, que é uma conta de reserva.

Tem que haver essa conta? Tem que haver, não há dúvida para cobrir despesas operacionais e o fundo dá uma despesa razoável, mas a gente vê que a cada ano, e aí eu parabenizo mais uma vez a gestão da Caixa. E vou fazer um pequeno parêntese, o Fundo de Garantia na antiga gestão do BNH, até 87, ele chegou a falir, ele era deficitário. E eu parabenizo o parabéns à Caixa, que na gestão dela, conseguiu sair de uma gestão deficitária e hoje o fundo dá lucro. É superavitário, tanto é que pelo demonstrativo a gente vê o crescimento dele pegando até 98 fundo ainda estava recuperando essas perdas, mas vamos lá.

O que nós temos aqui é um crescimento, de 2001 a 2008, de 18.9 bilhões, então, no período de 2001 a 2008, houve um lucro líquido de 18 bilhões de dinheiro investido, de bem investido pela Caixa, é justo que a Caixa tenha a sua taxa de *performance*, que o ela ganha sobre o lucro. Ok. Mas não é justo que todo esse dinheiro fique numa conta patrimônio, ou seja, há uma lei... O Fundo de Garantia é muito bom para o trabalhador, mas ele é leonino. O trabalhador tem uma baixa remuneração e todo o excedente vai para essa conta, que serve também até para subsidiar, como o Paulo falou.

Hoje, o trabalhador que tem conta no fundo, ele já tem hoje um diferencial de 0,5% na taxa de juros, Ok. Mas o fundo hoje, pelo crescimento econômico do país, pela boa gestão, ele a cada ano, ele se supera.

Oras e aí nós temos, hoje, pegando só o exemplo de 2001, que foi fantástica a lucratividade, arredondando teve um lucro líquido de cinco bilhões. Então, o patrimônio, que começou em 2008, quer dizer, começou, estava em oito bilhões e 900, depois de praticamente sete anos está com 27 bilhões, um crescimento de 210% nesse período. Enquanto, se nós pegarmos o ativo do fundo no mesmo período, ele não cresceu nem 100%. Ok, vamos continuar.

Aí vem eu peço desculpa que é um quadro meio pesado e aqui tem até uma observação que eu dependeria de uma informação da Caixa. Eu fiz uma simulação aqui fazendo uma distribuição de metade do lucro líquido de 2008 e metade do lucro líquido, caso existisse a lei desde 2001. Então, nós vamos pegar a colocação do Paulo, com todo o respeito falando Paulo, que há uma pulverização, eu discordo pelo seguinte.

Aqui tem contas com saldo de até 200 reais, então, naquele ano rendeu 5.17. O que representa 5.17 reais para quem tem só 200 reais? Representa 1,64% de ganho. Oras, quanto que rendeu o fundo até o momento, pegando o ano, por exemplo, vamos pegar 2008.

Em 2008, o Fundo de Garantia, 3% de juros ao ano, mais a TR deu um rendimento total de 4.22. Esse número é mais ou menos aproximado. Ora, 4.22, se eu pegar 1.68 é quase 36% a mais do rendimento para aquela conta.

Se nós pegarmos trabalhadores acima de 50 mil de saldo, entraria na conta dele, naquele ano de 2008, com 50% de quatro bilhões, que dá dois bilhões e meio, entraria um mil 500 e poucos reais. Ora, um mil 500 e poucos reais, não é dinheiro? É muito dinheiro, porque a cada ano a gente está crescendo.

E aí tem um dado importante. O dinheiro, quando ele for creditado distribuído, ele não vai sair do Fundo de Garantia, ou seja, a Caixa como gestora poderá continuar usando dinheiro para aplicação. O dinheiro não vai entrar no bolso do trabalhador, não é dividindo que vai ser pago. É um crescimento da conta.

Então, na realidade, eu não vejo essa pulverização de forma negativa, eu vejo de forma muito positiva. Com a diferença, porque hoje, desde que foi criado o fundo, já há 42 anos, todo esse excedente vai para a conta governamental, que é uma conta de reserva de fundo. Agora é justo que apliquem o meu dinheiro e eu não veja um centavo do lucro dele? Na nossa opinião, não é justo e o trabalhador já tem uma baixa remuneração, pode melhorar isso muito bem.

Bom, pode ir. Isso daqui eu até usei um slide, que foi apresentado até o ano passado pela Caixa Econômica na Comissão de Assuntos Sociais, mostrando essa pulverização. Existe uma diferença que aqui, até talvez uma correção necessária à Caixa. Repararem o seguinte, nós pegamos 143 bilhões e pulverizamos 174 milhões de contas. Esses 143 bilhões de reais refere-se somente as contas ativas e não as contas com as reservas técnicas, porque aí realmente há uma pulverização muito grande.

Há um equívoco, Joaquim, eu gostaria que a Caixa revisasse que pegou laranja e somou com banana, no bom sentido, teria que ser laranja com laranja. Por favor.

Bem, o projeto do Senador, ele propõe como já foi dito a distribuição do lucro líquido metade para o trabalhador, como já foi explicado, então vamos avançar, por favor.

Bom, ratificando só para conhecer a história desse projeto. Na realidade, isso começou com uma campanha de abaixo-assinado em 2007. A Câmara foi dada entrada, na época, na Comissão de Legislação Participativa. Então, na Câmara há um projeto correndo, que agora é o PL 4.566, na época a Relatora na CLT foi a Deputada Luiza Erundina, e hoje temos no Sena-

do, e aí eu parabenizo mais uma vez o Senador César Borges, o PLS 301, que pega um ponto, que é a essa melhora de rendimento.

Quais são as vantagens do PLS 301? Primeiro será repassado para o trabalhador parte do rendimento da aplicação com seu dinheiro. Segundo, o dinheiro repassado como eu já falei continuará na conta não afetando o saldo e só diminuirá quando o trabalhador sacá-lo. Terceiro, o valor de repasse do lucro líquido não irá compor a base para a multa de 40%. Até um dado importante no seu projeto, Senador, porque se não ele onera o custo empresa na multa. Então, a lei, ela prevê rendimento, mas esse rendimento adicional não comporá a base. E finalmente estará fazendo justiça para o trabalhador, que é o verdadeiro dono do dinheiro.

Aqui eu tive a honra, em 97, de escrever o primeiro livro sobre o fundo de garantia e na época o Betinho fez o prefácio e eu sempre leio esse prefácio, porque para mim é muito honroso: "O trabalhador convive diariamente com a pobreza e a desigualdade, enquanto para uns o Estado é lento para outros é rápido e eficiente, com isso o trabalhador torna-se um escravo. O FGTS é um direito e a melhor forma de garanti-lo é por meio da informação". Betinho.

Eu peço desculpas por avançar um pouquinho, mas só queria fechar, ratificando o seguinte. A gestão da Caixa tem sido excelente para o fundo, para o trabalhador foi a melhor coisa que ocorreu a centralização. Com relação ao que é pago à Caixa é uma discussão que tem que ser feita em outro ponto, mas se a gente pegar um Fundo de Investimento, ele vai cobrar taxa de administração vai ter todo um custo que tem despesas.

A questão é saber ser esse custo hoje está sendo justo ou não, o que poderia sobrar um dinheiro a mais para investimento no fundo ou não.

De 2001 a 2008, o total, a Caixa recebeu um total de 16 bilhões de reais, dentro do que a lei determina que o Conselho Curador aprovou que tem a taxa de administração, taxa de *performance* e tem as despesas administrativas que também são cobertas. Nesse período, foram 16 bilhões de reais pagos pelos serviços prestados à Caixa Econômica.

Mas, como eu falei inicialmente, a questão do valor, não estou discutindo valor, agora os méritos que a Caixa tem feito um excelente trabalho não há dúvida. Eu ratifico esses parabéns à gestão da Caixa.

É isso que eu queria colocar e agradeço a atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Sr. Mário Avelino, Presidente da ONG, Instituto FGTS Fácil. De imediato vamos ao Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente Nacional do FGTS e depois falará o Sr. Miguel. Por favor, doutor.

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Eu quero cumprimentar o vice-presidente dessa Comissão, Senador Paulo Paim, Senador César Borges, Senador Mão Santa, e os colegas aqui presentes à Mesa, senhoras e senhores.

A Caixa agradece o convite feito acho que é uma questão extremamente importante da transparência, da publicização das informações do Fundo de Garantia, o Fundo de Garantia como já foi dito é um patrimônio individual do trabalhador, mas ao mesmo tempo é um patrimônio coletivo de toda a sociedade brasileira. Enquanto o trabalhador não lança mão do seu recurso individual, ele está sendo utilizado para a melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade.

Então, fazer uma discussão sobre Fundo de Garantia é fazer uma discussão no escopo sistêmico, porque ele está inserido dentro de um sistema onde todas essas partes se correlacionam, se falam e ao mexer em uma tem efeito imediato em outra. Então, esse é um aspecto importante que é preciso a gente ter em mente quando se trata do instituto tão importante quanto é o FGTS.

No mérito da proposta não há que o se questionar, todos nós trabalhamos diuturnamente por melhorar não só a gestão, mas principalmente a rentabilidade do FGTS.

Foi objeto de várias citações aqui o trabalho que vem sendo feito com foco em resultado, com foco em transparência, em conformidade, tudo aquilo que uma gestão de um patrimônio dessa natureza precisa ter.

Eu gostaria apenas a título de informação trazer alguns dados até para que os senhores tenham conhecimento, porque muitas vezes a informação vem, mas ela não vem devidamente contextualizada. O Fundo de Garantia da Caixa, ele é totalmente segregado.

Existe por ordem da governança da empresa estatutariamente, por recomendação do Banco Central, uma Vice-Presidência que é total segregada à Vice-Presidência de Fundos e Loterias. Então, ela não se não comunica em nada o Fundo de Garantia se comunica com a Caixa Econômica em termos de resultado, em termos de receita, em termos de rentabilidade, tudo que o Fundo de Garantia aufere na aplicação das suas disponibilidades no retorno das suas aplicações é do FGTS. Nada é da Caixa.

A Caixa ganha uma remuneração pelos serviços prestados e essa remuneração hoje Senador é de um 1% sobre esse ativo, como o Dr. Paulo colocou tirado o deferido. Desse deferido de 12, 13 bilhões que foi apresentado na lâmina feita pelo Sr. Avelino. De ma-

neira que, este 1% comparativamente ao mercado, qualquer um fundo de natureza financeira, Fundo de Investimento Financeiro cobra para administrar de 0,2 dependendo do patrimônio até 5%. E não tem nada de operacional.

Só para se ter uma ideia do operacional do fundo, é um país de dimensões continentais, onde o trabalhador requer o saque do dinheiro dele em qualquer um lugar do país, indiferente de onde esteja o seu vínculo empregatício. São dois milhões de saques por mês. São três milhões e 600 mil empresas que recolhem todo mês para 30 milhões de trabalhadores, que esses dinheiros têm que estar nas respectivas contas e CPFs todo dia 10 de cada mês, com remuneração.

É uma rede enorme de relacionamentos, com DRT, com SINEs, com Procuradoria Geral da Fazenda, com Ministério do Trabalho, com todas as empresas deste país. Então, só o operacional que existe comparativamente com a taxa, que é a mesma de um fundo de natureza financeira, que não tem operacional, já está uma ideia do que é o trabalho, o que é o aspecto da Caixa de prudência e de considerar a natureza do trabalho que ela faz para esse ativo do trabalhador. Só para pontuar o que é remuneração da Caixa.

Critério de financiamento já foi dito. Os recursos do Fundo de Garantia, eles são determinados por lei para a baixa renda. Então, tem todo o critério de renda de familiar. Só para se ter uma ideia, no ano passado, de todas as aplicações do Fundo de Garantia, 74.1% foram para famílias de renda familiar de até cinco salários mínimos. Este ano, até 30 de junho, 66.4% de todos os contratos habitacionais do FGTS foram para família de até cinco salários mínimos. Então, é um fundo que está focado no déficit habitacional.

O Dr. Mário citou aqui um número do déficit, nós trabalhamos com o déficit da Fundação João Cabral de sete milhões de habitações, onde 93% é de famílias de até cinco salários mínimos, por isso o FGTS está focado nesse nicho, para poder fazer o enfrentamento dessa questão.

Com relação à questão do Projeto de Lei, eu acho importante a gente fazer essa discussão, o Dr. Paulo já disse que já foi discutido e, desde 97, nós temos estudado proposta para fazer distribuição de resultados dentro do fundo.

A gente entende, vem tentando encontrar alternativas, como que nós podemos pegar uma parte do resultado do fundo e distribuir para os trabalhadores. Aí nós deparamos com uma complexidade, Senador, muito grande.

Foi dado os números ali de 183 milhões de contas com saldo, mais 329 milhões de contas que já foram sacadas, de maneira que essas contas no âmbito do FGTS, hoje, somam 509 milhões de contas fora dos planos econômicos que tivemos que buscar na rede bancária para fazer o pagamento do Plano Verão e o Plano Collor. Isso, como o Dr. Paulo disse, torna o FGTS o maior cadastro do mundo de base de dados.

Então, como nós vamos pegar é fazer uma distribuição? Foi feita uma proposta de distribuição aqui que dá 35 reais e 31 centavos na média para cada trabalhador. Mas trabalhou-se apenas com 70 milhões de contas, que sãos as contas ativas, são as contas que recebem depósito todo mês. Tem um vínculo empregatício e o empregador está recolhendo e nós estamos creditando na conta de todos esses trabalhadores. Ora, vejam o tamanho do problema jurídico que nós estamos criando ao adotar um procedimento destes.

E eu que tenho a minha conta inativa, que está lá no FGTS, que nunca saquei, que ajudou a construir todas essas riquezas, que já ajudou a construir esses resultados que foram apresentados, por que eu não sou contemplado? Por que há um equívoco nisto, se o meu dinheiro está dentro do Fundo de Garantia? Por que isso é misturar laranja com banana? Se é dinheiro de FGTS, se é conta vinculada, se está lá no patrimônio do fundo? Por que os meus dois centavos que estão lá não têm igual direito de isonomia, que é um princípio jurídico?

Aí nós vamos remeter essa conta para esses 183 milhões de contas que tem de 0,01 centavo até recursos de quase um milhão de reais na conta. E quando nós pulverizarmos esses recursos é que a gente acha que não vale a pena o que o Dr. Paulo colocou em lugar nenhum. É muito melhor você juntar esta riqueza e fazer algo que impacte na qualidade de vida da sociedade, que gere emprego para o trabalhador, que aqueça a economia e que promova de maneira total a melhoria da qualidade de vida que é um dos objetivos de FGTS.

Então, este é um problema que nós vemos e não estamos nos furtando de discuti-lo. Temos desde 97, estudado alternativas propostas, mas nos deparamos com isto, pois tem um princípio jurídico aí de isonomia, de tratamento igualitário. Por que eu só dou distribuição para quem estava na FGTS no em contas ativas? E aqueles que saíram durante o exercício e que na hora que eu fui fazer a distribuição, ele não está mais no FGTS, mas ficou um mês, dois, 11 meses, 12 meses, depois saiu.

Senhor Paulo Eduardo Cabral Furtado: Dr. Joaquim?

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Eu não teria que contemplá-lo de alguma forma?

SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO: Presidente?

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Eu gostaria de concluir.

SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO: Só um aparte, só para--

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Pois não.

SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO: --Só nesse tema, viu Presidente, só para contemplar.

É realmente até ilustrar um pouco aqui e faz parte da história do Fundo de Garantia, só um minutinho aí, Joaquim. Na verdade, essa questão do Fundo de Investimento do FGTS, consubstanciado na Lei 11.491, nasceu de um debate como esse, Senador César Borges, e eu faço a questão de registrar isso até para a história.

Era Ministro do Trabalho e Presidente do Conselho Curador o hoje Prefeito de São Bernardo Luiz Marinho, Luiz Marinho era Presidente e eu como Secretário Executivo do Conselho foi incumbido por ele de buscar uma alternativa de distribuição de resultado. E debatemos esse assunto ao extremo no Ministério do Trabalho, Senador Paulo Paim. E o então Ministro do Trabalho Luiz Marinho, que é de origem sindical, que tinha todo o interesse em fazer essa distribuição de resultado, chegou à conclusão que era preferível juntar esses recursos e fazer o Fundo de Investimento do FGTS.

O Fundo de Investimento do FGTS, que eu acabei de referir e que o trabalhador vai comprar cotas dele surgiu exatamente de uma discussão dessa. A sensibilidade política do então Ministro Marinho levou a discutir no âmbito do governo com o Presidente Lula a criação de um fundo para não pulverizar os recursos. Ao invés de pulverizar os recursos concentra os recursos num Fundo de Investimento.

Então, para registro da história, Senador, eu pedi esse aparte e agradeço ao Joaquim.

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Obrigado, Paulo.

Foi citado e a gente conhece e está acompanhando também o projeto que troca a TR pelo IPCA, também tem o mesmo mérito de melhorar a rentabilidade para o trabalhador e que é um incômodo nosso no FGTS, é um ponto que nos está direto na nossa agenda, porque é um dos ativos menores remunerados no mercado é a conta vinculada.

Agora, nós não podemos esquecer que nós estamos tratando de um instituto que está dentro de um sistema. Ora, se eu quero aumentar o custo de um dinheiro de um lado, há de se convir que esse dinheiro quando chegar na ponta para alcançar o seu objetivo ele também será majorado, não tem lógica. Se eu aumento a remuneração de juros ou o indexador, um fundo não pode trabalhar desequilibrado, com TR no seu ativo e com IPCA no seu passivo, isso não existe.

Se eu tenho TR aqui, eu tenho que ter TR nos financiamentos habitacionais. Se eu colocar IPCA na remuneração da conta vinculada, eu tenho que colocar o IPCA no saldo dos contratos de toda a habitação de todos os brasileiros, no saldo das dívidas de Estado e Município em saneamento, infraestrutura, eu tenho que colocar do outro lado para que esse fundo tenho equilíbrio. Então, quando nós pensamos só de um lado em favorecer a remuneração, nós temos que pensar que do outro lado nós vamos encarecer os serviços que o FGTS faz, porque do outro lado eu tenho habitação.

Quando o mercado trabalhou com habitação, até pouco tempo, a 19, 17, 18% de taxas de juros, o FGTS estava lá fazendo a oito. E agora está acompanhando toda a política reduzindo, O Minha Casa, Minha Vida, agora, o financiamento o fundo entrou sendo o recurso financeiro, mais de 50 bilhões para esse programa. Mais de 12 bilhões para atender a parte de subsídio e é importante isso, porque trabalhador de um salário-mínimo de renda familiar passou a ter acesso a financiamento habitacional, que até então não tinha em lugar nenhum.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O senhor permite um aparte rápido? Só um esclarecimento.

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Pois, não.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O senhor falou em compensação, se houve já um lucro é porque não está compensado. Então, se remunera menos e se é mais remunerado. Inclusive, porque há títulos do tesouro em Selic recebido pelo fundo. Então, esse raciocínio eu não compreendi direito. Compensação significaria que o lucro estaria todo distribuído para aqueles cotistas do fundo. Então, há uma descompensação pelo lado da remuneração para o fundo e não para o trabalhador.

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Eu posso explicar, Senador.

Quando eu falo de equilíbrio e de compensação, eu estou dizendo o seguinte: Se na responsabilidade do FGTS, que é o passivo dele, que ele tenha que pagar os trabalhadores, ou a gente aumente a taxa de juros hoje de três, ou nós venhamos a trocar TR pelo IPCA, significa que o custo do FGTS vai ser maior para remunerar o dinheiro do trabalhador.

Como o dinheiro que ele vai auferir advenha além da aplicação das suas disponibilidades no mercado, em título público federal como foi apresentado, também do resultado dos empréstimos que ele faz. Então, obviamente, que esse resultado do empréstimo... Há. Não tenha a menor dúvida de que há, porque o fundo vem sendo gerido para que ele não aconteça que o acon-

teceu em 91 e 92. Então, nós temos trabalhado com muito cuidado exatamente para isso, para que o fundo cumpra todo o seu papel social e tenha resultado.

Agora, o que é importante desse resultado, que é bom entrar nele é o seguinte. Este resultado, Senador, é o que possibilita esta política de subsídio, que não é função da FGTS, mas ele vem fazendo para alcançar o seu objetivo social, como foi dito pelo Dr. Mário Avelino, o objetivo do fundo de dar habitação para baixa renda. [soa a campainha]

Então, o Fundo de Garantia, por exemplo, só nesse Programa Minha Casa, Minha Vida, ele está alocando 12 bilhões a fundo perdido para fazer com que estas famílias que não têm capacidade de tomar um financiamento passe a ter esta capacidade. Então, isto come lucro, isto come resultado do fundo, porque é um recurso que vai que não volta, que não tem retorno. Este fundo, que o Dr. Paulo fez referência, é a nossa saída para melhorar remunerar a conta do trabalhador.

Deve estar chegando a esta Casa o projeto da MP, se não me engano, 464, que acabou de ser aprovado na Câmara está vindo para o Senado, onde foi incluído um dispositivo que dá uma perenidade neste Fundo FI, FGTS de Infraestrutura. Os 17 bilhões que foram alocados havia uma expectativa de todo mundo que ia levar dez anos para aplicar esses recursos, em um ano esses recursos se exauriram. Então, está sendo criado um mecanismo, onde 80% seja 80% do patrimônio líquido do FGTS a cada ano e que o trabalhador possa investir até 30% da sua conta vinculada comprando cotas deste fundo.

Este fundo, como ele investe em infraestrutura e com a estrutura de mercado, não um crédito direcionado para o setor público, mas projetos bons que ajudam o país e que tem uma rentabilidade melhor. Ele está com uma perspectiva de uma rentabilidade muito melhor do que a hoje praticada com TR mais três, que o trabalhador vai participar dele, podendo levar, se esse projeto for aprovado nesta Casa, até 30% da sua conta vinculada. Com isto, ele vai ter uma rentabilidade melhor que vai melhorar esta rentabilidade, que é realmente pequena, a gente não tem dúvida quanto a isso hoje.

Mas é a maneira que a gente encontra de não mexer no sistema. Quando se fala de um país desenvolvido, que nós não queremos que tenha inflação, nós já saímos de uma Selic de 26 para 8.75. Ora, se eu remunero uma poupança de TR mais seis, os juros de mercado estão quase encontrando um com o outro. Se eu remunero o Fundo de Garantia com TR mais três e o juros de mercado é 8.75, este gap está diminuindo. Se nós queremos um país sem inflação, nós vamos continuar investindo na infraestrutura e esta remuneração do trabalhador, ela começa a ganhar valor real à medida que os juros de mercado esta caindo.

Então, nós não podemos pensar sem ver o sistema como um todo, esta é a questão que a gente coloca. Nós temos que ver a parte dos investimentos, nós temos que ver a parte do trabalhador, nós temos que ver isso colado com a poupança. Porque o FGTS, Senador, na sua história, ele vai completar agora 43 anos, nesses 43 anos, foram construídos nove milhões e 900 mil financiamentos dentro do SFH, como um todo, poupança e Fundo de Garantia. Desse universo, seis milhões e 600 mil financiamentos foram feitos com recursos do Fundo de Garantia.

Quando os bancos se negaram a fazer empréstimo habitacional, o fundo continuou com o seu papel institucional e de objetivo social, fazendo investimento em habitação. Se esse déficit hoje é de sete milhões de moradias, o que seria sem o FGTS? Que desse universo todo fez mais de 70%. Então, é bom a gente pensar esse fundo com todos os objetivos dele. Claro que a gente se preocupa com a remuneração do trabalhador, porque isso é vital.

Agora, nós temos que encontrar mecanismos onde a gente mantenha a estrutura, mantenha os objetivos do fundo e melhor remunere o trabalhador. Este é o nosso grande desafio e é para isso que nós estamos trabalhando constantemente, para encontrarmos uma equação para essa demanda.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Dr. Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente Nacional do FGTS. E vamos de pronto ao Sr. Miguel Salaberry, Secretário de Relações Institucionais da UGT.

Não, agora deixa para a gente ampliar o debate em seguida, vamos deixar agora o Miguel fazer uso da palavra, em seguida volta para os Senadores e a Mesa vai poder daí fazer o contraponto, com certeza.

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: Senador Paulo Paim, Senador César Borges, Senador Mão Santa, companheiro Joaquim Lima, companheiro Mário Avelino.

A parte que toca as Centrais Sindicais, no caso a UGT, eu sou Presidente do Sindicato lá no Rio Grande do Sul. E quando disse aos trabalhadores que viria à Comissão falar sobre FGTS, a primeira coisa que o trabalhador lá na base, ele ficou contente em saber que tinha um representante deles na base aqui discutindo com o Senador César Borges, um assunto que muito lhe interessava.

Só que o trabalhador entende e ele me passou como se fosse que eu viesse aqui falar com o Senador,

autor do projeto, que a remuneração dele no FGTS ia crescer de uma forma que viria beneficiá-lo. E eu acho que nós Centrais Sindicais e nós da UGT e eu como Presidente de Sindicato de base, temos que ter uma responsabilidade muito grande quando se discute aqui no Senado, e, posteriormente, na Câmara, um assunto tão importante que envolve a estabilidade do trabalhador, que trocou lá em 1967, a sua estabilidade por tempo de serviço pelo Fundo de Garantia.

E de lá para cá, aconteceram sumiços na conta dos trabalhadores, até que a Caixa veio a assumir, ela centralizou todos os recursos, todos os depósitos do FGTS. E é salutar Senador César Borges, que o Fundo de Garantia, ele além de um patrimônio do trabalhador, ele tem um Conselho Curador, do qual lá está o governo, está lá os trabalhadores, estão lá os empresários. Existe uma lei que foi aqui discutida, foi aprovada e ela está em vigor.

A preocupação que eu tenho quando falo pela Central Sindical, quando falo pelo sindicato de base que represento, pelos trabalhadores que estão lá, que usam o seu Fundo de Garantia lá na sua aposentadoria, ou quando eles são demitidos, eles se preocupam em saber que têm um governo, que tem um gerenciamento da Caixa Econômica e todos que falaram aqui só elogiaram a Caixa, e eu participei muito tempo do Conselho Curador do FGTS. Hoje, eu não estou lá, até por divergência dentro da central e no próprio Conselho, mas a democracia nos leva essas divergências salutar para construirmos então.

Eu entendo, Senador, que nós temos que ter cuidado. E eu estou aqui, na Câmara, lá na Câmara dos Deputados assessorando um Deputado que é vice-Presidente da UGT, e passa pela Comissão do Trabalho vários projetos de muitos Deputados, que querem tirar do Fundo de Garantia, querem usar o Fundo de Garantia... Tem vários projetos lá, retirar o Fundo de Garantia para comprar automóvel usado, para comprar automóvel novo, para comprar habitação usada. E eu entendo que nos temos que preservar sob pena de acabar o Fundo de Garantia.

Eu como, representante de uma central, quero que a rentabilidade seja maior do que hoje não resta a menor dúvida. Eu entendo que a TR mais 3% é muito pouco. Isso todos nós, na Central Sindical e no Sindicato entendemos assim. Nós queremos uma rentabilidade maior.

Mas V. Exa. Senador, que ouviu atentamente a Caixa Econômica, o Conselho Curador, o Instituto FGTS Fácil, e agora um representante, que talvez não seja a mesma opinião dos companheiros que estão o Gabriel e o companheiro do CONLUTAS, talvez tenha uma outra visão. Mas eu dentro... Quando estive no Conselho Curador do FGTS, por muito tempo, sempre combati e sempre quis que essa remuneração, ela fosse alterada.

E, várias vezes, a Caixa Econômica, está aqui o companheiro Joaquim Lima, divergimos. Ao ponto de eu sair do Conselho Curador, mas saí de cabeça erguida sabendo que eu tinha uma responsabilidade. A responsabilidade de garantir o patrimônio, que é aquela troca que fizemos lá atrás, que foi nos imposta e acabamos nós concordando, que era a nossa estabilidade profissional pelo FGTS.

E hoje, nenhum trabalhador quer trabalhar sem ter a sua garantia do FGTS e que tem vários problemas. A Caixa sabe muito bem, nós já avançamos muito com os inadimplentes, os fraudadores e até referente à Justiça do Trabalho. Que é bom o Senador saiba que a Justiça do Trabalho, hoje, um trabalhador trabalha dez anos, o trabalhador entra na Justiça e o Fundo de Garantia não é recolhido. Ele recebe uma indenização e fica por isso mesmo. Então, nós temos muito problema, Senador.

Eu acho que a responsabilidade sua é muito grande, do Senado que está aqui discutindo, que está nos ouvindo, mas eu não arrisco a dizer a V. Exa. se esse seu projeto é bom ou se é ruim. Eu acho que eu tenho que trazer os argumentos que nós trabalhadores da base temos referentemente a qualquer problema com o Fundo de Garantia.

Hoje temos o Fundo de Investimento que foi discutido, tivemos anteriormente também, que foi discutido com as Centrais Sindicais, que era um investimento de parte do nosso patrimônio, ser investido na Bolsa de Valores.

E foi muito discutido e eu fui contrário a isso, porque nós estávamos arriscando em ganhar, poderíamos perder. Mas o governo garantiu um valor, um percentual para que nós não tivéssemos esse prejuízo.

Entendo que o seu projeto que V. Exa. está apresentando, eu acho pelo menos argumentos que aqui estamos apresentando, deve ser discutido, o risco é muito grande do patrimônio que tem nós trabalhadores. E entendo que todos nós que estamos aqui temos uma preocupação, Senador. Com absoluta certeza.

Eu entendo que V. Exa. apresentou aquilo que o trabalhador quer, uma rentabilidade e uma correção.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O senhor me permite, Presidente?

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: Sim.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu gostaria que apenas apresentasse qual é o risco do projeto. Porque uma coisa é você comprar automóvel velho, ou ter outro tipo de aplicação para o FGTS. O que está se falando aqui é simplesmente em colocar

na conta do trabalhador, vai continuar no FGTS, não tem o menor risco, o que está se aumentando é o ganho do trabalhador.

Risco para o fundo absolutamente nenhum, porque nós estamos propondo que o dinheiro repassado continuará no FGTS, não afetando saldo do FGTS e só vai diminuir quando o trabalhador sacar. Continuam as mesmas regras, apenas aumenta o ganho do trabalhador.

Falar que há risco no fundo? Aí eu rejeito inteiramente--

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: Senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --porque nós não estamos colocando, nem eu colocaria em momento nenhum em risco o FGTS. Então, V. Exa. tenha cuidado no seu raciocínio, porque não há essa intenção desse Parlamentar e nem do Presidente, que declara apoio também ao projeto, nem desta Casa, que o Relator também está favorável. E pelo que eu ouvi aqui, inclusive do próprio Superintendente Nacional do Fundo de Garantia, que diz que é uma preocupação da própria Caixa em aumentar o rendimento ao trabalhador. Agora, daí a dizer que há um risco, pelo amor de Deus.

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: Senador, Senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pense bem nas suas palavras, porque não há essa intenção, eu rejeito inteiramente que haja qualquer insinuação.

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: Senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Que haja uma colocação de que o FGTS ficará em risco, pelo amor de Deus.

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: Não. Senador, eu não quis com isso dizer a V. Exa. nem ao Senador Mão Santa, ao companheiro e Senador Paulo Paim de que há um risco no seu projeto.

Quis dizer a V. Exa. que existe tramitando aqui no Senado e na Câmara, vários projetos... Não, claro, Senador. Tanto que eu disse a V. Exa. que eu me arriscaria a dizer se o projeto é bom, se é ruim, se o trabalhador quer que realmente haja uma rentabilidade maior, que os depósitos, que o seu patrimônio ganhe realmente, que não seja essa remuneração que o FGTS está hoje remunerando.

V. Exa. apresentou um projeto que qualquer trabalhador apóia, como eu apoio, Excelência. O que eu quis dizer a V. Exa., que esse seu projeto e outros que aqui passarão, com absoluta certeza, virão, virão nos sentido de mexer no patrimônio do trabalhador.

O seu projeto, eu disse a V. Exa., não entraria no mérito, apenas estou lhe trazendo argumentos daquilo que eu, nesses 22 anos de movimentos sindical que tenho e alguns anos à frente do sindicato, tenho com relação ao patrimônio do FGTS.

Quanto ao seu projeto, Senador, em absoluto não sou contra, não serei nunca contra naquilo que beneficia o trabalhador. O que eu quis trazer os meu argumentos e talvez tenha me expressado não como V. Exa. gostaria que eu me expressasse o apoio ao projeto sim.

A preocupação minha, que participei tanto tempo no Fundo de Garantia e tenho casos, hoje, que lhe falei da Justiça do Trabalho, onde existe um prejuízo muito grande ao trabalhador e ao patrimônio do trabalhador, que é Fundo de Garantia.

O que eu quis trazer a V. Exa., ao Senador Mão Santa, e ao Senador Paulo Paim, é no sentido da preocupação que eu como trabalhador tenho representando. E quando vim, disse a eles que viria aqui hoje representando o Presidente Ricardo Patah, a primeira coisa que eles disseram é que eu ter ia que apoiar se isso beneficiasse a ele trabalhador. E o apoio da Central Sindical e do Sindicato e dos trabalhadores, não tenha a menor dúvida.

A minha preocupação, que eu tenho que aproveitar a oportunidade que me dá o Senador Paulo Paim e V. Exa. de falar é trazer os problemas que nós enfrentamos no Fundo de Garantia.

Quanto ao projeto, Senador, eu entendo que tudo aquilo que beneficia o trabalhador e não prejudica o FGTS, nós temos absoluta certeza que V. Exa. terá o apoio das seis Centrais Sindicais e da CONLUTAS, que aqui está, porque isso em absoluto causa um dano.

O que eu quis alertar e aproveitar a oportunidade, Senador Paulo Paim, é trazer a preocupação que outros... De outros projetos, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Outros projetos, não é esse.

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: Que eu quis dizer a V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está claro. Tem que ficar claro.

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: --o que eu quis dizer à V. Exa., para que o companheiro da Caixa Econômica, o Joaquim Lima, que trouxe aqui alguns dados, o companheiro Mário Avelino é um estudioso da matéria, tem algumas posições que ele tem que eu sou contrário e outros eu sou a favor, isso não tem a menor dúvida. Mas eu não posso me furtar de ter aqui um Plenário, que deu um microfone, tem o Senado que hoje todo o Brasil está nos vendo e nos escutando, que eu tenho que aproveitar a oportunidade, Senador de trazer à V. Exa., que o projeto... Não, não. Não em absoluto. Não, o senhor não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O seu é menos radical que o meu ainda. O meu é mais radical que o seu. E eles sabem qual é a minha posição quanto a isso.

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: Não, não. O Senador Paulo Paim me conhece há muitos anos, sabe da militância que eu tive dentro do Partido, da militância que tive nas lutas pela democracia. E não poderia de maneira alguma, usar, V. Exa., usar o Senado aqui, para mostrar os outros problemas que nós temos do FGTS.

Nós temos na UGT, temos um projeto na Comissão do Trabalho, temos divergência com a Caixa, com o Conselho Curador, mas isso é normal, mas eu não posso, Senador, em absoluto.

V. Exa. apresentou um projeto, que todos os trabalhadores querem aumentar. Claro que ele pulverizando como foi dito, então, porque entende como tem os dados, mostra que ele não vai chegar, como V. Exa. entende que chegue, mas tudo aquilo que acrescenta ao trabalhador, nem que seja um centavo é um ganho.

Mas eu digo à V. Exa., aproveitando o Senador Mão Santa, o Senador Paulo Paim, a Caixa Econômica, o Fundo de Garantia que está representado pelo Conselho, de que nós trabalhadores temos uma preocupação dos projetos que vão chegar ao Senado, que vão chegar a essa Comissão e que tratam de coisas de dilapidação do patrimônio do trabalhador.

E que V. Exa. não sei se serei ouvido nos próximos projetos, mas eu tenho que aproveitar a oportunidade passar à V. Exa., nós temos o companheiro Senador Paulo Paim, lá do Rio Grande do Sul, que está sempre atento as nossas reivindicações, aos nossos protestos, as nossas indagações, Senador Paulo Paim. De que nós trabalhadores de base, nós temos uma preocupação queremos sempre que o patrimônio do FGTS seja preservado e não dilapidado.

Então, eu digo ao Senador César Borges, nós, eu acho que ninguém eu acho que na Mesa divergiu, ao contrário, se apresentou dados e informações para que V. Exa. possa defender que esse projeto possa passar e que possa depois surtir seus efeitos, que eu sei que V. Exa. é estudioso mostrou no seu relatório, dados técnicos aqui da Consultoria do Senado muito competente [soa a campainha] e que realmente precisa haver uma remuneração melhor do FGTS.

Mas nós não podemos esquecer que o FGTS, além do saneamento básico, a infraestrutura, a habitação, ele também gera emprego e renda. Nós temos que lembrar muito bem disso. V. Exa. está de parabéns, e eu acho que nós todos concordamos, mas os próximos projetos e eu quis fazer essas citações todas.

E dizer a V. Exa. que nós da UGT temos até argumentos e queremos investir também no pré-sal eu acho que está aí esse projeto do governo, nós queremos usar uma parte do FGTS, através do FI e do FGTS, também nesse investimento e queremos uma maior remuneração, não só para as contas do patrimônio do FGTS, mas que isso reverta aos trabalhadores, nós queremos isso e o seu projeto vai ao encontro dos nossos anseios.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. O Mário Avelino tinha pedido um aparte.

SR. MÁRIO AVELINO: Eu queria só, Joaquim, eu gostaria de ratificar um ponto, quando eu apresentei aqueles números, eu só dei o exemplo ali das contas ativas, por quê? Porque na apresentação que foi feita anteriormente, eu vou dar um exemplo, as contas de reserva são 15 bilhões de reais e são 98 milhões de conta. Quando a gente fala distribuir em momento algum é pulverizar, é creditar proporcional ao saldo de cada conta que investiu, exemplo, se eu tenho mil reais, eu vou ter dentro do lucro a proporcionalidade.

Então, todas as contas ativas, inativas, reservas técnicas e as contas da Lei Complementar 110, todas elas serão remuneradas. O que quis ali demonstrar e talvez eu fui infeliz, eu peço desculpas, é que eu de um exemplo pegando só as ativas, o projeto não é só conta ativa, toda a conta que tem saldo, porque todo o saldo foi utilizado para investimento vai ser distribuído proporcional não é pulverizar.

E ratificando só mais um item importante, o projeto ora apresentado, e só para fechar o que o Miguel colocou, ele é um projeto que veio da base dos trabalhadores. Então, o projeto não oferece o risco para o trabalhador e o risco para o Fundo de Garantia é zero, é um projeto que só soma. Não há risco no projeto do Senador César Borges.

E só mais um ponto que eu gostaria de... Que o Paulo até colocou na hora, a questão de Lei 11.491, que vai vir a MP 464, o Joaquim também citou, houve um aumento de 10 para 30%, que foi aprovado na Câmara.

É um processo perigosíssimo, esse sim desestabiliza a estrutura financeira do fundo para investir em áreas sociais, porque 30% já somado ao que já está garantido pelo patrimônio líquido, que é 80%, nós estamos falando em 64 bilhões de reais que poderão sair do Fundo de Garantia para o PAC, que são projetos do longo prazo.

Particularmente, acho perigosíssimo e a proposta é invés de aumentar 30% o PAC, que ele mantenha os 10% da lei original e que somente 10%, poderia ser uma emenda aqui eu não sei como que é o proces-

so, seja o adicional para o trabalhador investir diretamente em ações do pré-sal na Petrobras, o que daria um total de investimento de 20%, 10 para o PAC e 10 para o pré-sal. O trabalhador democraticamente poder participar desse grandioso projeto para o país, que vai gerar emprego e trabalho.

E ratificando aumentar a lucratividade não é tirar o dinheiro do fundo é aumentar o saldo do fundo para mais investimento é uma realimentação.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou pedir aqui um espaço para todos, que o representante do CONLUTAS está no Plenário, eu vou dar para ele cinco minutos, para que ele também coloque o seu ponto de vista, como é que a sua central está vendo essa questão do FGTS.

E eu só espero que eu não seja mais radical que você também, em relação a esse tema.

SR. DIRCEU TRAVESSO: Boa tarde, Senador Paulo Paim, a quem cumprimento os demais Senadores, boa tarde a todos as participantes da atividade.

Nós da CONLUTAS temos uma visão é necessário estabelecer com o tempo curto, rapidamente do, que é que nós estamos tratando. O Fundo de Garantia, na verdade foi a instituição de uma penalidade para classe trabalhador no país, uma compensação para uma penalidade.

Os trabalhadores até a Ditadura Militar gozavam e haviam conquistado a estabilidade do emprego, se introduziu o mecanismo do Fundo de Garantia, como uma compensação. Nós não concordamos com isso, isso foi imposto e que nos impuseram então com o discurso, o mecanismo compensatório pelo fim da estabilidade. Esse mecanismo pressupunha, então, a constituição do Fundo de Garantia um valor.

E se o utilizou junto com isso, também, o argumento de que este fundo criado além de ser a compensação para o trabalhador com o risco da demissão, caso da demissão, ou ao final com a aposentadoria, de que esse dinheiro seria uma parcela dele investido em projetos sociais, fundamentalmente, o processo da casa própria. Assim foi o discurso da criação do Fundo da Garantia.

Por que nós achamos muito importante retomar o conceito do fundo para entrar num debate como esse agora? Porque nós temos pleno acordo com a preocupação não em relação ao projeto, levantado pelo Miguel. Porque o Fundo de Garantia se transformou em mais um volume de dinheiro impressionante e que tem muita gente de olho.

Os bancos, eu trabalho em banco. A banca privada está interessadíssima em entrar e se apropriar e negociaria inclusive os percentuais tranquilamente... De administração qualquer um negociaria, porque o Fundo de Garantia não é só o maior banco de dados do mundo é um fundo considerável, do ponto de vista dos valores que...

E o grande debate que está colocado, na nossa opinião, nós não temos nenhum acordo por exemplo com a instituição do fundo, que o Dr. Joaquim descrevia, por quê? Porque esse fundo vai na lógica do mercado e não na lógica que nós temos do desenvolvimento a partir do mecanismo do investimento estatal e público.

E coloca parte do dinheiro do trabalhador sob o risco e nós estamos assistindo nesse momento, toda essa lógica do mercado, este mercado as tais das bolhas não são uma abstração que caíram do céu. As bolhas foram criadas exatamente... E fico um pouco passo em ouvir alguns argumentos, por exemplo, o debate sobre a crise de que a crise passou.

Os analistas minimamente sérios estão discutindo de que há elementos de recuperação, mas de que os elementos centrais da crise continuam colocados. E parte fundamental dessa crise tem a ver exatamente com a lógica do sistema financeiro e de como entrou na reprodução fictícia de papéis, sobre papéis, sobre papéis e sobre papéis administrando fundos, ou não? E nós temos um patrimônio dos trabalhadores nesse momento, do país, que foi construído como um ataque, mas é o nosso patrimônio.

Então, em relação ao debate do projeto, nós não temos nenhuma dúvida. Nenhuma dúvida. Qualquer mecanismo que significa estabelecer a remuneração justa. Eu o vi o argumento aqui sobre a fragmentação do valor, me desculpe eu achei que eu estava...

Bom, um fundo que é constituído a partir da fragmentação de donos individuais das suas contribuições e que o mecanismo social que é dito a necessidade, então, de estabelecer um volume maior de dinheiro para investimentos coletivos, que gerem a partir... Isso já está dado ou não?

Há a parcela do fundo, que é destinado exatamente para os investimentos de habitação, de infraestrutura, ou não? Porque nós não vemos nenhum risco, nenhum, [soa a campainha] nós não estamos tratando aqui, há um lucro. Este lucro também, aí a correção feita também é muito justa, quer dizer, ninguém está discutindo aqui de que este valor seria depositado. Primeiro, não é para ser dividido igualitariamente entre todos.

Nós gostaríamos de que tudo que é produzido no país fosse distribuído igualitariamente para todos, mas aí não seria só o Fundo de Garantia. Então, nós pegaríamos toda a riqueza do país e dividiríamos pelo número de habitantes. Como essa lógica, infelizmente, ainda não se estabeleceu o que é que nós estamos

debatendo? O critério que propôs o companheiro que é o volume de dinheiro investido, a lucratividade atingida, que esse lucro seja dividido de acordo com o valor que cada trabalhador tem em sua conta, nós não vemos nenhum problema de que isso seja realizado.

E a CONLUTAS quer afirmar nesse debate, que além desta discussão, nós temos acordo, não há nenhum problema, ao contrário, vemos como correção da distorção. A Caixa Federal, com todo o papel que cumpre, ela é remunerada [soa a campainha], ela não deixa de ser remunerada por isso.

E para terminar queremos dizer o seguinte, na nossa opinião, independente da discussão do Fundo de Garantia, para os trabalhadores continua colocado o debate sobre a crise econômica.

E, mais do que isso, a restituição para encerrar da estabilidade do emprego. Ante a crise, nós queremos e estamos discutindo com Parlamentares a necessidade de ter projeto nessa Casa, que rediscuta se as empresas estão com a estabilidade que estão e nós vimos ante a crise, a Perdigão, a Sadia não teve problema, o Banco Votorantim não tem problema. Os grandes empresários ante a crise não tem nenhum problema, estabilidade total se usa fundo público, dinheiro de fundo de pensão garante os negócios e continua tudo certo.

Nós queremos discutir a estabilidade para o trabalhador, que é o grande penalizado, mais uma vez, nessa situação. Em relação ao projeto que dê para aqueles que investem no Fundo da Garantia, aquilo que é a lucratividade que ele gera, sem dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Dirceu Travesso, que representa aqui a CONLUTAS, que vai estar no debate amanhã lá na Comissão de Direitos Humanos, junto com as outras centrais, sobre o tema: "Pré-sal e os trabalhadores". Principalmente, a partir de um projeto que foi apresentado pela Federação Única dos Petroleiros, com o apoio das Centrais Sindicais a sua maioria.

Eu agora retorno à Mesa, para que cada um faça suas considerações finais, sempre dizendo que os Senadores usam a palavra a qualquer momento. E no final eu vou ter que dar o meu ponto de vista aqui também, mas eu prometo que eu vou dar dois minutos só.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu até inverteria, Sr. Presidente, diante do conhecimento de causa de V. Exa. eu pediria que V. Exa. falasse em primeiro lugar e deixasse nós outros aqui, Senadores, falássemos após V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, deixa eu falar rapidamente.

O Joaquim, me permita falar assim, todos aqueles que conhecem já o meu ponto de vista... Sabe como é que eu vejo o Fundo de Garantia? Eu sou muito pragmático, para mim é uma poupança. É uma poupança do trabalhador e se eu deposito lá o meu dinheiro, claro que o trabalhador de base, meu amigo Miguel, ele quer saber o seguinte, quando tu voltar para lá: "Mas afinal..." É isso que ele quer saber: "O meu Fundo de Garantia vai ter uma remuneração maior ou não vai ter?". É isso que ele quer saber.

O pião de base quer saber isso. Eu sei por que fiquei anos dentro das fábricas e ficava toda hora controlando lá a minha continha do Fundo de Garantia, para ver quando que eu tinha lá. Ele está preocupado é com isso. O mundo real é esse.

Eu sei da magnitude do projeto e do programa e os objetivos da Caixa, não há problema nenhum. Por isso que o seu projeto, de pronto eu disse que eu sou favorável. O trabalhador quer saber quanto que vai ter de remuneração no seu Fundo de Garantia.

Eu confesso e o Dr. Joaquim sabe disso e apresentei projeto quando eu era Deputado, depois de muito refletir com a Caixa, ainda fiquei aqui. Se é uma poupança, eu quero receber o correspondente a poupança, o correto seria isso, o adequado. Se eu, durante toda a minha vida, eu depositei lá 35 anos um dinheiro, calcule se eu recebesse o dinheiro da poupança, daria um volume grandioso de dinheiro. O trabalhador é essa a ótica que ele tem.

E deixa eu dar um exemplo, a própria questão com a Previdência. O que é a Previdência? É um depósito que eu faço todo ano, todo mês e na hora de eu me aposentar me dizem que eu vou receber somente um salário-mínimo. Como é que o trabalhador vai concordar? Ele pagou a vida toda sobre dez e querem me convencer a mim e tem as articulistas que botam que o meu projeto é responsável, porque eu faço essa fala e vou repetir sempre.

Querem convencer a mim trabalhador, que durante toda a minha vida eu paguei sobre, cinco, seis, sete, oito, nove, dez salários mínimos. E depois de 35 anos querem que eu me aposente com um salário-mínimo. Porque é isso que vai acontecer se mexer essa política de Previdência que está aí hoje. Ou seja, aplica o fator, perde 40% não dá o mesmo reajuste dado para o mínimo.

Claro, me disseram ontem ainda: "Tinha, mas até o passado era em torno do que ganham mais do que o salário-mínimo eram 13 milhões, hoje é oito". Claro! Em 15 anos, mais ou menos cinco milhões deixaram de ganhar um pouco mais que o mínimo e estão ganhando o mínimo.

Eu faço essa análise global, claro sem detalhar, o sonho do trabalhador é ter uma aposentadoria integral de acordo com o que ele pagou durante sua vida. Pa-

gou sobre um vai se aposentar com um, mas se pagou sobre três, sobre quatro, sobre cinco. É isso, ninguém vai me convencer ao contrário e lá na base ninguém convence. O Fundo de Garantia e eu fico feliz de ver que a Caixa está estudando formas de melhorar à remuneração do Fundo de Garantia.

Eu apresentei um projeto, Senador César Borges que diz pelo menos o seguinte, quando eu completar 30 anos mulher e 35 anos o homem, estaria apto a me aposentar. E quando eu me aposento eu posso retirar o fundo, pelo menos tempo contribuição. A Legislação vincula a idade queira ou não, esse tal de famigerado fator vinculou a idade. Mas pelo menos, quando eu tiver 30 anos de contribuição para a previdência e consequentemente paguei fundo e 35 anos o homem, e 30 a mulher, que eu possa retirar o meu fundo. Posso até optar em não me aposentar, porque eu quero esperar um pouco mais para melhorar de vida essa realidade estaca aí.

Então, eu vejo nessa ótica, por isso que eu só que apoiar o seu projeto, ele é muito menos radical que o meu ponto de vista. O que eu gostaria, pode ser sonho, é que um dia o trabalhador possa dizer: "O meu dinheiro está lá no Fundo de Garantia, eu não vou retirar, porque aquilo é uma poupança forçada. Eu estou recebendo algo semelhante aquilo que paga para a poupança". Quando ele puder retirar com certeza ele já vai estar muito bem na vida dentro desse critério.

Claro que eu entendo toda a responsabilidade da Caixa, em matéria principalmente da construção de casa para o trabalhador de baixa renda. Eu vejo um pouco diferente as grandes obras, porque as grandes obras são para toda a sociedade. As grandes obras são para toda a sociedade, mas quem está segurando ela, grande parte é o Fundo de Garantia também do trabalhador.

Então, se eu dou o meu fundo para fazer viaduto, para fazer enfim, usinas. Enfim, seria importante que esse conjunto da sociedade entendesse que eu, como um investidor, como um empresário, um investidor é legítimo, eu peguei o meu pequeno investimento, correspondente a sei lá o que, a 50 mil, 100 mil, que eu tenha o mesmo direito que tem os outros setores da sociedade que fazem investimentos. Porque se não sobra tudo para o trabalhador. Quem tem que segurar toda a seguridade social na sua amplitude, no fim é o dinheiro do trabalhador.

Quem segura todos os investimentos que o fundo faz e não estou dizendo que não é correto, no fundo grande parte é o dinheiro do trabalhador. E por que ele não pode sonhar em ter uma remuneração como um investidor? Ele tem esse direito a sonhar.

E eu confesso que eu aqui no Congresso, eu comungo um pouco essa parte, viu? Eu sei que, às vezes, eu meio incômodo. E por isso que eu não poderia Senador César Borges, deixar de aprovar o seu projeto, que eu diria que é muito mais equilibrado inclusive, do que essa proposta que eu estou colocando. E os companheiros da Caixa sabem disso é uma discussão antiga.

Enfim, eu passo a palavra agora aos nossos convidados, começando já que o senhor não falou, o senhor vai ter oportunidade agora, o Sr. Antonio Góis de Oliveira, que ficou no lugar do Dr. Paulo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Presidente, mas não seríamos nós, os Senadores, então, agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ah, mas com certeza, V. Exa. tem sempre a palavra.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu queria dizer que nós já estamos aqui há seis anos e o oito meses e eu sempre lhe segui eu não vou deixar está para terminar esse mandato, eu continuarei lhe seguindo nas causas para o trabalhador, porque eu acho que são puras. Eu acho no meu entender, eu acho você o mais puro representante do trabalhador no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu acho que foi extremamente enriquecedor para todos nós esse debate.

Eu queria pontuar aqui algumas coisas, primeiro eu não desmereço o trabalho da Caixa Econômica Federal. Eu gostaria é que a Caixa Econômica Federal pudesse até incrementar mais, quando eu vejo algumas coisas que me preocupam, como, por exemplo, esse dado de que não houve investimento em áreas importantes, como Pró-Moradia.

Eu sou como o Senador Mão Santa, somos amigos de Prefeitos, de todo o interior, ele já foi eu gosto de dizer prefeitinho. Eu não fui prefeitinho, mas governei o Estado da Bahia e sei como é importante a participação da Caixa em projetos de infraestrutura, de saneamento.

Entretanto, também, não deixo de trazer aqui um reclamo que existe das dificuldades burocráticas de você conseguir vencer principalmente pequenas prefeituras na aprovação dos projetos. É uma *via crucis* para você conseguir aprovar projetos.

Talvez, um excesso de cuidado, até porque, a aplicação do recurso do trabalhador, mais muitas vezes uma dificuldade imensa, projetos que dormitam e que ficam muitos meses ou até anos para ser aprovado pela Caixa Econômica Federal.

Com relação a defender o trabalhador, o nosso projeto não bota em risco em momento nenhum, refuto inteiramente, porque aqui foi colocado muito bem pelo Mário Avelino, o dinheiro fica no fundo, só fica na conta do trabalhador. Se há dificuldades administrativas, isso é superado pela tecnologia hoje. Você pode fazer a distribuição e administrar isso.

A Caixa já admite esses milhões de contas, por que não pode administrar essa repartição? Eu não vejo nenhuma dificuldade, porque eu entendo como o Senador Paulo Paim, que o FGTS é efetivamente uma poupança. Porque lá atrás, nós sabemos foi colocado aqui pelo representante aqui dos trabalhadores também, foi uma mudança efetivamente para acabar com aquela indenização que o trabalhador tinha, que era uma estabilidade, que às vezes, chegava a valores muito grande para as empresas e transformado numa poupança...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Demitia. Chegava no nono ano demitia.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Demitia no ano demitia, era uma estabilidade que terminava não sendo estabilidade e foi criada essa fórmula e ela existe e tem que ser preservada, foi inteligente.

Agora, eu acho que número um, é de que é uma poupança do trabalhador, em segundo lugar o investimento nos setores sociais da habitação.

Ele não foi criado exatamente para política anticíclicas do governo, ou política habitacional, ou política de saneamento, isso é de forma secundária. O FGTS é acima de tudo uma poupança do trabalhador e ali está eu diria até uma sobrevivência, no momento que ele perde o seu emprego. Então, por isso que defender uma remuneração maior é nada mais do que justo.

O Senador colocou muito bem, se você pode aplicar, desculpe, se a Caixa Econômica Federal pode aplicar a Taxa Selic, por que eu não posso ser remunerado então na Taxa Selic? Tenho que ser remunerado por TR mais 3%. Se há um total de lucro é porque há uma descompensação, você tem um *hedge* nisso, você está ganhando a mais do que você está pagando. Isso é fundamental para o funcionamento dos bancos.

Então, o que eu acho é que aqui não é um aplicador qualquer. Aqui é uma poupança do trabalhador. Eu acho que qualquer banco comercial a Caixa Econômica pode ter um *hedge* sobre minha poupança que aplico lá. Sobre o fundo, sobre a Previdência privada, tudo muito bem, agora sobre o fundo, que é o patrimônio do trabalhador, deve ser o mínimo possível.

Eu acho que não só deveria esse lucro ser colocado para o trabalhador, tirado os custos da Caixa, como a Caixa deveria fazer o esforço para reduzir o que ela cobra sobre esse fundo, que é um fundo essencialmente social. Eu não sei se você jogar num processo licitatório hoje para a banca privada, se ela não vai fazer custos menores do que da Caixa, porque não houve licitação, ficou sobre o cuidado estatal da Caixa, que é uma empresa estatal.

Mas como anda a disputa de capitais por aí o fundo desse porte, isso têm uma atratividade enorme. Enorme. Então, eu insisto em dizer que a Caixa poderia rever também suas *performance*s, são três taxas. E que tem uma representatividade muito grande sobre a lucratividade da Caixa. E essa lucratividade da Caixa é uma lucratividade que a meu ver deveria ser transferida para o trabalhador, em primeiro lugar. E não ir para o governo, porque termina sendo outro tipo lucratividade.

Também concordo com o Senador Paulo Paim, quando se deseja colocar em risco, ou aí com outros fundos, aliás, o Mário Avelino colocou essa questão de investimentos em bolsa, aqui o outro companheiro colocou aí sim, você tem risco efetivo.

Eu tenho Previdência Suplementar, eu faço a Previdência e o que eu coloco em bolsa é o mínimo possível, porque a renda fixa por menor que seja, mas é a garantida é onde você acredita.

Então, tem que ter um limite, porque daqui a pouco também o Miguel Salaberry colocou isso, você começa a querer usar o fundo para uma série de políticas. E para beneficiar, setor A, setor B, setor C e nada disso tem qualquer vinculação com o meu projeto. Eu quero deixar bastante claro que o meu projeto é uma inspiração para dividir essa lucratividade do fundo que existe, que é uma realidade com o trabalhador brasileiro.

Por menor que seja, pode ser pouco para alguns, mas pode ser muito para outros. Para trabalhadores que tenha uma renda que efetivamente o FGTS representa muito, que é a sua poupança. Como diz o Senador Paulo Paim, que você vai olhar todo mês, como todos nós que temos poupança todo mês estamos olhando e fazendo a conta qual foi a variação positiva ou não das nossas aplicações, porque representa o futuro das nossas famílias.

Portanto, eu quero agradecer, Sr. Presidente, a convocação dessa Audiência Pública, dizer da nossa satisfação do que eu ouvi aqui, parabenizar o trabalho da Caixa, que eu tenho o maior respeito pelo trabalho da Caixa, mas que esse projeto seja olhado realmente como um projeto que sem desmerecer nem a Caixa, nem muito menos colocar em risco o Fundo da Garantia ao trabalhador, faz justiça com a poupança do trabalhador brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senador César Borges, autor do

projeto. Passamos de imediato ao Sr. Antonio Góis de Oliveira, Secretário Executivo Adjunto do Conselho Curador do FGTS, para suas considerações finais.

SR. ANTONIO GÓIS DE OLIVEIRA: Exmo. Presidente da Mesa, em nome do qual, Senador Paulo Paim, em nome do qual cumprimento os demais componentes da Mesa. Ilustre Senador César Borges, autor do projeto, ilustre Senador Mão Santa e demais presentes neste Plenário.

O Conselho Curador do FGTS, até pela sua composição, de um órgão tripartite com representante dos trabalhadores, desde o início dessa discussão relacionada com a melhoria da rentabilidade das contas vinculadas dos trabalhadores no FGTS, que adotou diversos iniciativas tendentes a um melhor encaminhamento dessa questão. Por que um melhor encaminhamento? Porque a questão central é como operar essa mudança sem, de fato, eu vou divergir, eu vou permitir divergir de V. Exa. colocar em risco o equilíbrio do FGTS.

Porque qualquer medida tendendo a alterar a remuneração, melhorar a remuneração, que nós reconhecemos que a remuneração tem que ser melhorada, via mudança do indexador, ela tem que ser equacionada também com a alteração da remuneração do carregamento do ativo atual do FGTS, de operações de crédito, que nós temos aqui um número aqui mais atualizado de 30 de junho de 2009, que é da ordem de 103 bilhões. Esse aspecto sim, de você estar aumentando de um lado a despesa do fundo e do outro lado não está mexendo, até porque, são contratos que a gente não pode mexer nesses contratos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Só para esclarecer no meu projeto não mexe com o indexador, esse é um projeto do Senador Tasso Jereissati. O meu projeto simplesmente divide a lucratividade do fundo.

SR. ANTONIO GÓIS DE OLIVEIRA: Ok. Então, eu realmente de penitencio quanto a isso.

Então, nós adotamos diversas medidas, fizermos diversos estudos com representantes dos trabalhadores e examinamos todas essas possibilidades. Dentre elas foi examinada essa proposta de distribuição de lucro e chegou e ratificou esse posicionamento que foi aqui exarado pelo meu antecessor, o Dr. Paulo Furtado e também pelo próprio Joaquim Lima.

É realmente um projeto que a gente acha que fere a natureza cumulativa do fundo. O fundo tem que acumular para poder se constituir um *funding* de recursos baratos, para poder aplicar nesses projetos sociais do FGTS nas áreas de habitação popular, nas áreas de infraestrutura urbana, de saneamento básico. E, principalmente, ele poder acumular recursos para aplicar nas operações, que permite que o fundo conceda recursos a fundo perdido, verdadeiros, autênticos subsídios. Embora, a lei designe esse mecanismo como desconto, mas na prática ele é um autentico subsídio.

E esse recurso, ele é que tem permitido que o fundo tenha permitido que milhões de brasileiros com uma renda de um salário-mínimo tenha tido acesso a sua moradia.

Eu tenho aqui um quadro de uma simulação que demonstra a efetividade, a importância desse mecanismo como fator de acesso a moradia, principalmente para a população de baixa renda.

Esse quadro aqui mostra que do total de sete bilhões e 900 milhões aplicados em 2008, esses recursos foram aplicados para uma população entre um e cinco salários mínimos. Em que dentro dessa faixa, por conta desse mecanismo de desconto, portanto que ele cumpriu seu papel de propiciar acesso a uma moradia a essa população de baixa renda, que em outra hipótese jamais teria acesso essa população. Em todas essas faixas de renda de um a cinco salários-mínimos chegou-se a uma taxa interna de retorno abaixo do custo do FGTS.

E isso, e essas propostas e todas essas propostas que propiciam a distribuição desses recursos, que leva a uma pulverização desses recursos, certamente, elas colidem com essa natureza do fundo, que é essa natureza acumulativa, de realmente juntar uma massa de recursos que permita aplicar em programas que têm o alcance social, que tem esse mecanismo do subsídio, ou do desconto, como designa a lei.

Então, o Conselho Curador do FGTS, desde o primeiro momento em que se instalou essa discussão, que passou sob esse ponto, que não é o objeto do seu Projeto de Lei, como também do projeto de distribuição de recursos do FGTS, já instalou grupos de trabalho com participação dos técnicos mais representativos, das entidades que têm representação no Conselho Curador e viabilizou diversas medidas que já foram implementadas pelo Conselho, a exemplo do Pró-Cotista, que beneficia de forma categórica, comprovada os trabalhadores.

A redução de um meio ponto percentual da taxa de juros nominal do FGTS, que também beneficia diretamente aos cotistas do FGTS e, portanto essa é uma forma de distribuição das riquezas geradas pelos recursos dos trabalhadores, aplicada em todas essas áreas de aplicação [soa a campainha].

Tivemos também uma flexibilização das regras de utilização dos recursos das contas vinculadas para uso de pagamento de parte da prestação, liquidação da parte dos saldos devedores, dos financiamentos concedidos no âmbito do SFH.

Enfim, são todas medidas que favorecem e que representam efetivamente forma de distribuição das

riquezas geradas pelas contas dos trabalhadores. Então, essa é a posição do Conselho Curador.

O Conselho Curador está atento, está interessado em participar em debates, em discussão do FGTS, principalmente, quando as discussões são travadas em Fóruns tão representativos da sociedade. E, principalmente, quando se leva essa discussão para toda a amplitude, para todos os aspectos relevantes desse fundo.

Considerando que o fundo, ele tem uma inserção sistêmica, isso tem que ser considerado nas discussões dessas outras questões, considerando que o fundo tem essa natureza cumulativa. E a gente tem que zelar por isso aí, porque somente ele mantendo essa sua natureza cumulativa, é que de fato ele vai exercer a sua função de ser um pecúlio do trabalhador, de ser um seguro para o trabalhador no momento da sua falta de renda por desemprego, ou por doença grave, ou até por falta desse trabalhador, que aí seriam beneficiados seus herdeiros.

Então, essa é a posição do Conselho Curador, de estar sempre disponível e aberto ao debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Sr. Antonio, no fundo, no fundo, no fundo o senhor fechou bem, o que significa que ele tem que ser bem remunerado. Porque na hora que ele precisa ele vai retirar.

Por favor, Senador Roberto Cavalcanti. Desculpe a brincadeira.

SR. ANTONIO GÓIS DE OLIVEIRA: Foi boa, foi boa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim, parabenizar pela realização da Audiência Pública, mas na verdade eu não vou fazer uma crítica ao Conselho Curador, mas vou fazer umas ressalvas.

Vamos considerar o cidadão comum. O cidadão comum assiste ou assistiu nos último dez anos um total contraponto, no que o cidadão poderia aplicar seus recursos, em títulos do governo e o que ele cidadão tinha de remuneração no FGTS. Mesmo levando em conta as razões explicitadas aqui pelo representante do Conselho Tripartite, mas no tocante é a distância financeira que nós assistimos nos últimos anos, ela foi realmente extremamente significativa.

Eu diria que o cidadão, eu não vou nem falar, vamos considerar que seja um mesmo cidadão, não vou considerar que sejam os bancos que aplicam para com títulos do governo a um preço e o cidadão comum, o trabalhador brasileiro ter a sua remuneração por uma outra conceituação. Não vamos considerar que seja elitista, que seja um rico, que aplica em títulos do governo e que seja o pobre, o trabalhador que tenha remuneração do FGTS.

O que eu critico e aí critico a atuação do Conselho Curador é de não ter se apercebido a tempo, porque hoje essa desproporção não é tão significativa, com as taxas brasileiras do último ano, por exemplo, ela não é tão significativa, mas eu estou fazendo um histórico dos últimos dez anos.

E, há dez anos atrás, o cidadão aplicava em títulos do governo a X e esse mesmo cidadão, ele através de sua remuneração no FGTS, o acompanhamento do seu saldo, ele tinha a decepção de assistir que aquela remuneração era insignificante em proporções numéricas.

Essa poupança do trabalhador, com essa remuneração tão defasada em relação a outras aplicações seguras, eu estou falando em títulos do governo, provam que o Brasil é um país muito pacífico, é um país muito pacato. Porque se nós fossemos um país que propagássemos a violência, a revolta, nós teríamos alguns milhões de brasileiros revoltados, trabalhadores, por terem nos noticiários diários das televisões que o governo remunera qualquer outro cidadão, inclusive ele próprio a uma taxa, pelo menos dez, 20, 30 vezes maior do que daquilo que ele estava recebendo na sua poupança, no FGTS.

Então, a minha crítica vem exatamente do comportamento do Conselho Tripartite, no tocante a não ter defendido o trabalhador brasileiro naquela fase. Agora, todos os projetos que vierem vão ser muito mais fáceis do governo até ajustar e do Conselho Tripartite ajustar.

Eu dou um testemunho pessoal e acho que quem está aqui presente e quem está nos ouvindo pode saber. Eu nunca assisti um trabalhador brasileiro preocupado em ir ao FGTS, a Caixa Econômica para saber seu saldo de um mês para o outro, de um período trimestral para o outro. Nada.

Ele nem se preocupava, ele sabia que aquele dinheiro um dia que precisasse ia buscar, mas ele sabia que aquele dinheiro é um dinheiro estagnado. Enquanto se ele cidadão estivesse aplicando em títulos do governo ou estivesse aplicando num banco que ele opera, ele estaria mês a mês, dia-a-dia satisfeito e acompanhando os resultados, porque nos últimos 10 anos é muito importante que V. Exas. raciocinem que a minha projeção é um comportamental dos últimos 10 anos. Eu assistia e assisto e nós todos que tínhamos alguma aplicação no mercado financeiro, na famosa ciranda financeira, nós acompanhávamos dia-a-dia, semana a semana, mês a mês.

E o trabalhador brasileiro nunca teve nenhuma curiosidade de buscar dia-a-dia, mês a mês, ano a ano,

os seus saldos, tendo em vista que o crescimento era irrisório. Talvez, ele não fosse até para não se chatear, porque era se ele fosse lá que o ele tinha aplicado 10, quando ele fosse daqui a um ano, era 10,001 enquanto ele assistia que as outras remunerações válidas, especulativas, mas proporcionadas por títulos do próprio governo, eles se tivessem 10, no ano seguinte, ele teria 20, 30, 40 referências monetárias. Cruzeiros, cruzados, reais, qualquer que fosse a moeda.

Era essa a minha abordagem e parabéns a população brasileira, ao trabalhador brasileiro, por ter tão pacificamente assistido essa não remuneração condigna do FGTS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra, depois da exposição brilhante do Senador Roberto Cavalcanti, que na verdade ele colocou de outra forma, mas eu concordo com sua explicação. Porque vai chegar um momento que o trabalhador sabe que ela congelado mesmo, que não vai ter um centavo, mas que o ele gostaria é de acompanhar dia-a-dia, sabendo que seu fundo está crescendo.

Foi forma diferente, mas eu entendi e concordo com sua explanação e passo a palavra ao Dr. Miguel Salaberry, Secretário de Relações da UGT.

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: Presidente, Senador Paulo Paim, nosso Relator, Senador César Borges, Senador Mão Santa, Senador Roberto Cavalcanti.

Nas considerações finais, Senador César Borges, eu quero que fique bem claro que a UGT e eu como Presidente do Sindicato e representante dos trabalhadores de base, apoio integralmente o projeto, não resta a menor dúvida quanto a isso.

Os demais companheiros que aqui se manifestaram, pena que o representante da CONLUTAS não está nesse momento, mas ele falou numa coisa muito importante, Senador César Borges, que é bom que V. Exa. que é o autor deste projeto, ele falou na discussão do Fundo de Garantia pela estabilidade, que foi imposto a nós lá na época da ditadura.

E devo dizer a V. Exa. e aos demais Senadores, que existe um Projeto de Lei tramitando na Câmara dos Deputados e vai vir aqui para o Senado. E é bom que V. Exas., todos Senadores que aqui estão, que é o PLP do Deputado Nelson Härter, 8/2003 que trata da despedida arbitrária. E o Relator desse projeto caiu sobre um trabalhador, o vice-Presidente da UGT, o Deputado Roberto Santiago.

E quando ele apresentou o relatório dele e se discutiu na base, todo mundo concordou na troca da na regulamentação da despeça arbitrária. E quando foi para ser apreciada na Comissão do Trabalho, as Centrais Sindicais e o Sindicato se alertaram do assunto, ali estava um projeto que poderia causar um prejuízo ao trabalhador, que estava se regulamentando a despedida arbitrária e com isso ia cair o Fundo de Garantia. E os empresários, e os Deputados empresários que estavam no Plenário estavam concordando em regulamentar a despedida arbitrária e que nós íamos perder Fundo de Garantia.

Então, isso foi revisto, e foi discutido e aí veio com um outro relatório. Então, eu digo a V. Exa., e aos demais Senadores, que o assunto foi discutido pela base dos trabalhadores e ninguém quer perder, ninguém quer saber discutir Fundo de Garantia. Todo hoje o Fundo de Garantia faz parte do patrimônio do trabalhador e é uma garantia que quando ao final, quando for despedido ou vier a se aposentar ele tem um patrimônio e tem um dinheiro que possa aplicar na sua subsistência e no seu patrimônio.

Então, é bom que V. Exas. saibam que as Centrais Sindicais, com todas as suas divergências, são poucos aqueles que querem trocar o Fundo de Garantia por uma estabilidade que existia até então. Eu acho que o mundo mudou, a CLT tem que ser modernizada, não se pode perder direitos, mas que bom que V. Exa. e o Senador Paulo Paim deu oportunidade para que um trabalhador, como eu, lá do Rio Grande do Sul, possa dizer coisas que V. Exas. não conhecem nesse Brasil, imenso.

Estão de parabéns a Comissão, Senador Paulo Paim, Senador César Borges, pelo projeto, o Senador Mão Santa, o Senador Roberto Cavalcanti, companheiro Joaquim Lima.

Para finalizar. O Senador César Borges disse o seguinte, que chegou o momento da Caixa rever aquilo que a Caixa está ganhando. [soa a campainha] lembre-se dos trabalhadores e do seu patrimônio, a Caixa ganha e os bancos particulares estão querendo também gerenciar. E eu acho que a Caixa Econômica chegou o momento de rever seus lucros e dividir com os trabalhadores, estão todos de parabéns.

E agradeço a oportunidade de um trabalhador lá do Rio Grande do Sul, Presidente do Sindicato, vir representar e falar em nome desses trabalhadores do Brasil inteiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Miguel, que conheço lá do Rio Grande do Sul e sei, Senador César Borges, de que fato a posição dele é exatamente a mesma que a sua e a minha e de todos os Senadores aqui. Ele está preocupado com alguns projetos eu acho que poderão vir para cá, que trariam prejuízo para o trabalhador.

Eu passo a palavra ao Avelino, Presidente da ONG Instituto FGTS Fácil, para deixar que o Superin-

tendente Joaquim Lima, Superintendente Nacional do FGTS faça o fechamento daí.

SR. MÁRIO AVELINO: Quero, mais uma vez, parabenizar os Senadores presentes, Presidente da Comissão Senador Paulo Paim, Senador César Borges, Senador Mão Santa, Senador Roberto Cavalcanti, e até pontuando um pouco na sua fala, Senador.

A primeira coisa, eu estudo Fundo de Garantia há muitos anos, tenho três livros escritos e me considero um apaixonado.

Eu comecei a estudar Fundo de Garantia, porque eu trabalhei numa empresa que não depositou o Fundo de Garantia e começou toda essa luta. Luta no sentido de despertar no trabalhador o quão é importante o fundo, essa poupança e que ele é o melhor fiscal dela, se ele não fiscalizar ele é o único prejudicado.

E graças ao Fundo de Garantia, o Brasil, ele saiu de uma posição engessada em 66, que inibia de repente o capital externo vir aqui para se estabelecer, porque ninguém quer entrar em uma economia engessada.

E graças ao Fundo da Garantia, como número que o Joaquim falou, hoje mais de nove milhões de trabalhadores tem sua casa própria, como tem abastecimento de água, tem obras de infraestrutura. Então, o FGTS, hoje é o maior pilar financeiro de toda a infraestrutura social de investimento nesse país. Foi a melhor coisa, na minha concepção, que ocorreu para o trabalhador desde a criação da CLT.

Com relação ao que o Senador Roberto Cavalcanti colocou e é muito oportuno, nós temos um Conselho Curador, desde a criação dele, ele é tripartite, mas ele não é paritário, diferente do CODEFAT, então, isso é uma frase minha, é um pensamento meu. Eu digo que o Fundo da Garantia é o dinheiro do trabalhador, depositado pelo empresário, mas quem manda é o governo. Por quê? Estatutariamente, 25% dos representantes são os trabalhadores, 25% são dos empresários e 50% é o governo. Então, ele equilibra.

E se houver empate, o voto de minerva pelo estatuto é do Presidente do Conselho, que desde a criação, é o Ministro do Trabalho e emprego, naquele momento. Então, nós temos um Conselho, onde se fala, na minha opinião, que o trabalhador endossou algumas decisões, para mim o trabalhador engoliu decisões impostas. Porque ele nunca, se trabalhador e empresário chegaram a uma decisão comum e o governo for contra, agora é 12 a 12, antes era oito a oito. Era quatro dos trabalhadores, quatro dos empresários e oito do governo.

Agora, não. É 12 do governo, seis dos empresários, seis dos trabalhadores, pior, o Conselho Curador esse ano, se tornou um Conselho mais político do que técnico, porque entrou Casa Civil, entrou Planalto. Então, o Conselho Curador é um capítulo à parte, que enquanto o dinheiro do trabalhador está dentro de um Conselho, onde o trabalhador é um quarto desses representantes, é estranho não? O dinheiro é meu e quem gerencia é o outro lado. Então, é uma prepotência o governo achar que ele... Quer dizer, ele sabe o que é melhor para o trabalhador.

Eu discordo dessa prepotência, inclusive, existe o PLS 561, do Senador Paulo Paim, que é um trabalho que começou na base com os trabalhadores. Como na Câmara está o PL 4.566, que não entrou essa questão de melhorar essa divisão no Conselho Curador, mas o projeto do Senador, ele propõe sim, um Conselho paritário, um Conselho que... Eu diria até que deveria ter mais representantes do trabalhador do que do empresário, ou do governo. Mas é uma outra discussão e eu torço para que o projeto do Senador vá à frente, e que hajam decisões mais equilibradas.

Com relação à questão do projeto do Senador, eu quero só ratificar, em momento algum ele tira investimentos do governo, das áreas que até subsidia, eu conheço todos os projetos, ele pega simplesmente passa para o dono do dinheiro uma parte do lucro e esse dinheiro continua na conta do Fundo de Garantia para ser investido. O governo, o patrimônio, o ativo do fundo, em momento algum será dilapidado. É um projeto que ele faz justiça ao trabalhador.

Um outro ponto que foi mui tocado aqui a questão da TR, que não é o objetivo da audiência, mas é bom frisar sim, porque o Senador Roberto Cavalcanti, colocou e me deu até reforçar a oportunidade. A TR, ela gerou uma perda ao trabalhador, de 2002 para cá, porque ela não repõe a perda gerada pela inflação. O que é atualizar monetariamente uma poupança? A Lei do Fundo de Garantia é clara: Rendas de juros mais atualização monetária. Juros é o ganho real. Atualizar monetariamente é o manter o poder de compra.

De 2002 até dez de agosto, agora, que foi a última atualização do fundo, a TR confiscou do trabalhador 52 bilhões e meio de reais. Confiscou. Esse dado é apresentado matematicamente, pegando o IPCA, que é divulgado pelo IBGE contra a TR. E o governo continua confiscando.

Sabe qual vai ser a TR que vai ser atualizada agora para atualizar a fundo da garantia, amanhã, dia 10 de setembro? 0,06. Aí pega um quarto de 3%, 0,2466, e o IPCA, que talvez o IBGE divulgue hoje, talvez esteja em 0,30. Uma perde “pequenininha”. 0.24. 0.24, em cima de 180 bilhões, brincando, brincando são 800 milhões de reais.

Esse dinheiro é um spread que a Caixa, a Caixa é gestora, a Caixa não tem nada a ver, ela cumpre a lei. Então, às vezes, muitas vezes estão se culpando

Caixa Econômica, não. A Caixa faz um excelente serviço, a Caixa cumpre a lei. O Conselho Curador e o Congresso têm responsabilidade em o que está sendo feito agora, em tirar essas distorções.

Então, gente um esclarecimento: A Caixa ela é executiva, ela não é legislativa. Então, a questão da TR.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mário Avelino.

SR. MÁRIO AVELINO: Pois não.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Só acrescentando eu tenho uma tabela aqui dada pela Consultoria do Senado [soa a campainha], que a rentabilidade no período de janeiro de 2000 a dezembro 2006, para o FGTS nominal foi de 48%. Nominal, para a poupança foi de 82,5. Para o CDB prefixado 147. E para o IPCA 64,6. Se você pegar a real, na verdade, o FGTS perdeu 10%, foi menos 10% em relação à inflação. A poupança deu 10,9 positivo e o CDB deu 50% positivo.

Então, são números que foram levantados aqui só para acrescentar à sua fala.

SR. MÁRIO AVELINO: E até endossando de 2002 para cá, se você tinha dez mil, aqueles dez mil hoje, vale sete mil, desculpa, sete mil, 150, por quê? A depreciação confiscada pela TR foi de 28,5%. Então, o poder aquisitivo daquele dinheiro foi deflacionado. É o que está fazendo a TR.

Rapidamente, com relação a pulverizar em momento algum o projeto do Senador pulveriza o rendimento. Ele distribui proporcional ao saldo na conta de cada trabalhador.

Com relação ao PAC, foi citado muito o PAC. Olha, a Lei 11.491, permitiu que o trabalhador faça um investimento para ter uma melhor rentabilidade no Fundo de Garantia é um ponto sim, eu concordo, agora é muito pouco, porque ele está perdendo no principal, nós estamos falando de 10 contra 90%.

E, finalmente, só para ratificar essa questão de ganhos, quem aplicou em 2000, o trabalhador que comprou ações da Petrobras em 2000, com toda essa crise econômica, ele está tendo uma renda de 800% acumulados nesses últimos anos.

Se ele aplicou dez mil, ele tem 80 mil hoje só em lucro, que dá 90 mil. Os mesmos dez mil no fundo valem hoje 15 mil e 900 reais, porque o fundo no mesmo período rendeu 59% contra 800, cotação de sexta-feira das ações da Petrobras.

Na Vale do Rio Doce, que foi em 2002, no mesmo período o fundo rendeu 46, contra 720 da Vale do Rio Doce. Antes da crise as ações da Petrobras, que é só ON chegaram a atingir 1300% de rendimento. Então, o trabalhador deixou de ganhar agora quase 500%.

Então, nós não estamos, quando eu falo nós os trabalhadores, o instituto, nós não estamos em momento algum pedindo mordomia, pedindo, ninguém está com a caneca. Nós estamos querendo corrigir e esse projeto é um dos que corrigem que se faça justiça ao verdadeiro dono do dinheiro do Fundo da Garantia.

Que o governo pare de confiscar o dinheiro do trabalhador, porque o trabalhador ninguém pediu autorização para ele toda hora ficar sendo o bancador de políticas sociais.

O trabalhador hoje, já é, ele já contribui socialmente com 3%, eu poderia se esse meu dinheiro fosse para uma caderneta de poupança, eu teria juros anuais de 6%. E, eu como trabalhador, numa poupança compulsória que tem regras de saque eu só tenho 3%. Então, o trabalhador contribui socialmente com 3% de juros, que ele teria na poupança. Teria seis.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É a metade.

SR. MÁRIO AVELINO: Sem dúvida é a metade.

Então, não pode o trabalhador continuar sendo o único sustentáculo de uma política, porque tudo cai nas costas com o trabalhador, como falou bem, como bem colocou bem o Senador Paulo Paim, pegando o exemplo da aposentadoria. Então, nós não podemos...

E eu provoco no bom sentido, já está provocado o Congresso com projetos como esse apresentado, que o Congresso tem o poder sim, ele é o Legislativo de corrigir distorções. É corrigir e se fazer justiça, que é o objetivo desta Casa como a outra Casa.

E, finalmente, eu quero agradecer essa oportunidade e cremos e acreditamos que esse projeto rapidamente vai ser, passar pela CAE e vai ser aprovado, e passar pela Câmara e ser sancionado, porque o trabalhador está monitorando, ele acredita nos seus Parlamentares e confia neles.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Joaquim Lima de Oliveira. V. Exa. usa a palavra a qualquer momento, depois do Sr. Joaquim, o nosso Joaquim...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu estou prático, eu sou médico cirurgião, às vezes dá certo, Juscelino entra.

Eu vou fazer uma pergunta, homem é 65 anos para se aposentar, não é? Vamos supor, uma pergunta prática, um quadro vale por dez mil palavras e os outros... Ele pagou 35 anos de salário-mínimo, aí já deve ter essa situação, aí ele se aposenta vai buscar a poupança, quanto é que ele tira hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se ele contribuir durante 35 anos--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): 35 passou, só a salário-mínimo--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --com o salário-mínimo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): --aí vai buscar a poupança, quanto é que ele recebe lá na poupança?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, se pela Previdência ele ganha um salário-mínimo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não, eu quero saber o FGTS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, eu estou vinculando só. Se for pela Previdência, um salário-mínimo. Com certeza, se tivesse contribuído durante 35 anos, sobre um salário-mínimo, eu não tenho medo de errar que ele se aposentaria em torno de cinco a seis salários mínimos. Se ele depositasse o dinheiro na poupança e não na Previdência. São cálculos atuariais que já foram feitos.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se durante o mesmo período eu me aposento no mínimo com cinco, seis vezes a mais do que eu me aposento hoje. Isso em matéria de aposentadoria.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Mas eu quero saber o FGTS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): FGTS, pagando sobre um salário-mínimo--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Aí ele tiraria quanto...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --quanto que ele depositou?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Depois de 35 anos?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aí na fala do Dr. Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente Nacional do FGTS, ele já responde ao Senador Mão Santa.

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Vamos começar então para atender expectativa do Senador.

8%, Senador, corresponde ao final de 12 meses a um salário, na verdade essa é a lógica quando foi criado o Fundo de Garantia, de maneira que a cada ano ele tivesse mais um salário, que durante o tempo quando havia o abono do PIS/PASEP, era chamado de 14º.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, ele tiraria 35 salários?

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Isso, aí vem os juros que corrige esse valor essa coisa toda, mas só em termos nominais, seria essa a conta, para o senhor ter uma nação.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Está bom. Muito obrigado.

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Bom, eu gostaria de agradecer o convite em nome da Caixa aos Senadores, de maneira muito especial ao Senador Paulo Paim, com quem nós na Caixa temos assim como ícone nas questões de trabalhadores.

Todas as propostas que são colocadas, elas são muito bem fundamentadas, a gente tem uma acuidade muito grande, acompanhamos todos os Projetos de Lei das duas Casas.

Então, nós temos assim uma alta deferência pelas discussões que ele pauta, pelas suas posições, e nós entendemos perfeitamente os seus objetivos quando propõe algum Projeto de Lei.

O grande problema do FGTS é que se a gente for comparar Fundo de Garantia com aplicação de mercado financeiro, eu não posso discutir esse tema, porque o fundo não é um mercado financeiro. Para a gente fazer uma discussão, eu poderia pegar o dinheiro do trabalhador, se ele não tivesse a obrigação de investir em habitação, em saneamento, infraestrutura, de dar casa para pobre que não pode pagar.

Nós poderíamos pegar o dinheiro e aplicar na melhor especulação financeira e devolver tudo para o trabalhador, ou o próprio trabalhador poderia fazer isso diretamente. Mas o fundo, ele não pode prescindir de uma ideia de acumulação de riqueza com alguma finalidade.

Então, quando a gente pensa nessa acumulação de riqueza, então, a gente tem que considerar que ele está dentro de um sistema, que ele tem os dois lados, que ele tem o direito do cidadão, mas que ele tem uma responsabilidade coletiva social de ajudar a diminuir as desigualdades sociais, que existem no país.

É um *funding* apropriado, porque ele é um *funding* de longo prazo de baixa taxa, então, tudo isso a gente tem que considerar quando pensa sobre Fundo de Garantia.

Há uma lógica muito grande você diz: Olha, o CDB rendeu tanto, a Selic rendeu tanto, o CDI rendeu tanto. Mas quando nós falamos de FGTS, nós estamos falando de um recurso que tem uma destinação específica. Eu não pego o FGTS, não vou aplicar da bolsa de valores para pegar o retorno de uma Petrobras, o retorno de uma Vale do Rio Doce e investir em outras coisas.

Nós vamos investir naquilo que corre risco, por isso que tem uma garantia muito grande, que às vezes a gente não sabe, mas o governo, por força da Lei 8.036, ele garante todos os saldos do trabalhador.

A Caixa quando faz os investimentos em habitação, saneamento e infraestrutura, como agente opera-

dor ela assume todo o risco, de maneira que o FGTS não tem risco. Por quê? Porque a Caixa assume quando ela empresta, se alguém não pagar quando as auditorias chegam a primeira coisa que faz em observar: A Caixa pagou? Por quê? Porque é um patrimônio do trabalhador brasileiro tem que ter garantia.

Se chegar um dia, como já chegou no início da década de 90, de não ter dinheiro nem para pagar o trabalhador quando foi demitido sem justa causa, que responde por 70% do saque do Fundo de Garantia, a Caixa como ente público teve que botar a mão no bolso dela e pagar o dinheiro do trabalhador, por quê? Porque está na garantia da lei.

Então, essas questões todas é por quê? É um fundo especial. É a nossa jabuticaba aqui. Muitos países quiseram imitar e não conseguiram, naufragaram.

O do México passou por sérias crises deu calote em todos os trabalhadores, o INFONAVIT. O do Peru está com crise muito grande. O nosso está fazendo 43 anos, passou por diversas crises, mas está aí como um fundo consolidado, sólido, equilibrado, por quê? Porque tem as suas características e nós precisamos manter suas características.

Então, é muito importante a gente fazer essa discussão dentro da natureza do fundo, porque quando a gente tira fora do contexto parece um desmazelo muito grande.

Mas, do outro lado, quem dá habitação para baixa renda? Qual é o trabalhador que consegue um financiamento habitacional, se ele ganha um salário-mínimo nesse país? Qual é o banco que quer ele como cliente? Qual o risco que ele oferece para a instituição financeira? Qual o nível de inadimplência que ele vai dar? Mas aí entra o Fundo de Garantia, com a sua política de subsídio e desconto e viabiliza a moradia, porque aquele cidadão precisa. Então, são essas coisas que nós temos que equilibrar, eu não estou querendo dizer com isso que nós não tenhamos que fazer [soa a campainha]. Até porque temos que fazer mesmo essa questão da discussão da remuneração.

Essa proposta está aqui colocada eu já fiz referência a ela desde 97, inclusive a gente pegava o dinheiro e uma parte, Senador, a gente dividia proporcional ao tempo de serviço do trabalhador, porque tem gente que está no fundo há 10, 15, 20 anos e nunca sacou contra outros que entraram ontem. Então, a gente tinha um equilíbrio de esse cara lá que está lá há mais tempo sustentando os recursos do fundo, que ele tivesse uma ponderação diferenciada e um fator que melhor remunerasse a conta dele, em detrimento do outro mais novo.

Pegava uma parte do recurso proporcional ao saldo da conta, porque tem gente que tem emprego, tem estabilidade e tem aquele da construção civil, que é uma volatilidade imensa no mercado. O tempo médio de uma conta no FGTS é de nove meses. Então, nós podemos pegar esses recursos e pensar de diversas maneiras.

A questão toda que nós debatemos é a quantidade de contas que existe não questão de pulverização é questão de valor.

No conta que foi apresentada aqui, só considerando 70 milhões de contas, nós daríamos na proposta que foi feita, 35 reais por ano de dividindo, ou de bônus, ou de acréscimos, qual é o nome que a gente queira dar. Se a gente colocar 183 milhões, imagine quanto é que vai ser, nós vamos dar doze reais, dez reais. Se tem a proporcionalidade ou com o tempo de conta, ou com o valor que cada um tem, nós vamos ter situações que ao invés de nós demonstrarmos uma eficácia nisso, muitos elementos da sociedade vão fazer denegrir a imagem do fundo.

Então, essas preocupações nós temos, porque é um patrimônio que tem que ser valorizado, têm que ser reconhecido pela sociedade e a gente está preocupado com isso.

O sonho do Senador é o meu sonho de fazer do FGTS uma poupança, dar do mínimo TR mais seis para o trabalhador. Isso é muito importante. Então, o meio que nós estamos tentando fazer é por intermédio do FIC, Fundo de Investimento em Cotas, onde o trabalhador poderá comprar com dinheiro da sua conta, cotas do FI, que está dentro do sistema, que não vai para a bolsa, para capital especulativo, que não vai para empresa que investe no exterior. Não.

Está lá em projetos de infraestrutura do país, que tem rentabilidade, que tem equilíbrio. E está investindo para o desenvolvimento do país e ele possa auferir uma remuneração que somado o que ele leva com o que fica do FGTS, ele possa no decurso do tempo alcançar pelo menos uma poupança. É está a lógica que nós estamos trabalhando. É isso que a gente está buscando no FGTS.

Então, eu quero agradecer oportunidade de estar aqui, estamos sempre à disposição. Só para responder a colocação do Senador César Borges, no que a Caixa tem que reduzir os custos. Em agosto do ano passado, a Caixa que vem investindo muito em melhoria de processo, em sistema em várias formas de controle, o trabalhador hoje recebe qualquer movimentação na sua conta pelo celular, avisa, toda vez que você estiver cadastrado e tiver um depósito na sua conta ou um saque, automaticamente sai um e-mail para o seu celular e você acompanha o saldo. Além do extrato, além da Internet, além das agências da Caixa, além dos postos de atendimento, do cartão do cidadão.

Então, nós temos investido muito em tecnologia e transferimos para o FGTS, Senador, o resultado dessa eficiência econômica. Em agosto do ano passado, o Secretário Executivo Adjunto está aqui, foi feito um amplo estudo sobre a remuneração da Caixa, e esta renegociação implicou em reduzir a remuneração da Caixa em 12% do que ela recebia. A Caixa ofertou isso, porque entende que o Fundo de Garantia precisa dessa resposta de quem administra, porque não é uma outra coisa que garante a permanência da prestação de serviço se não for o resultado, se não for a transparência, se não for a credibilidade, se não for a conformidade, se não for a legalidade. E, principalmente, a satisfação do trabalhador.

Então, de iniciativa da Caixa, a Caixa ofereceu para o fundo, o fundo foi lá certificou homologou, reconhecido pelos órgãos de controle, fez uma transferência de eficiência econômica adquirida nos processos da Caixa para o FGTS. É uma preocupação que a gente tem porque esse patrimônio é muito importante para o país é muito importante para o trabalhador.

Muito obrigado e a Caixa estará e está sempre a disposição para a discussão, para prestar informações, para esclarecer tudo aquilo que for necessário sobre a gestão do Fundo de Garantia. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa Presidência agradece a todos. Agradeço aqui ao Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado que teve que se retirar, mas ficou aqui o Sr. Antônio Borges de Oliveira, representando o Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS; ao Mário Avelino, Presidente da ONG Instituto FGTS Fácil, pela sua exposição e a contribuição que tem dado, inclusive, na elaboração de projetos na Casa.

Ao meu amigo também lá do Rio Grande do Sul, Miguel Salaberry, que é Secretário da UGT, das relações institucionais. E ao Sr. Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente Nacional do FGTS, pela exposição. Eu fiz questão inclusive que você encerra-se combinei com você, porque primeiro a sua clareza na exposição e percebo aqui tanto na sua fala, como do Antonio Góis, como do Paulo, que todos reconhecem que com o tempo, talvez, seja possível nós melhorarmos a remuneração do trabalhador em relação ao seu FGTS.

Eu quero aqui insistir com isso, podem saber que todo o trabalhador brasileiro, que está assistindo a TV Senado nesse momento, ele sabe que eu tenho razão e é isso que ele quer. Claro que eu reconheço toda a responsabilidade social da nossa Caixa, eu digo a nossa Caixa, eu tenho muito orgulho de dizer isso que pelo carinho que eu sei que a Caixa faz. E essa responsabilidade social que a Caixa faz o Fundo de Garantia cumpre seu papel.

Mas como seria bom se no futuro tanto os trabalhadores como os empreendedores contribuíssem com um grande fundo de responsabilidade social. E aquilo que é do trabalhador fosse remunerado melhor, como é remunerado melhor os investimentos dos empreendedores. Mas quero deixar muito claro que eu entendo o papel da Caixa, a Caixa está fazendo um belíssimo trabalho, sem sombra de dúvida, e sou daqueles que acredita que um dia a remuneração do fundo do trabalhador há de melhorar.

Está encerrada esta Audiência Pública. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 13h28.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E TRIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 10 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 8:30 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às oito horas e trinta minutos do dia dez de setembro de dois mil e nove, na sala número treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Marcelo Crivella, Antonio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Neuto de Conto, Gilvam Borges, Wellington Salgado, Lobão Filho, Paulo Duque, Eliseu Resende, Efraim Morais, Adelmir Santana, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Jefferson Praia e, ainda, dos Senadores Augusto Botelho, Osvaldo Sobrinho, Fátima Cleide, Flávio Torres, José Sarney, Mão Santa, Marconi Perillo, Romeu Tuma e Serys Slhessarenko. Deixam de comparecer os Senadores Tião Viana, Inácio Arruda, César Borges, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Pedro Simon, Renan Calheiros, Antonio Carlos Júnior, Raimundo Colombo, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado pelo período de cento e trinta dias para tratar de interesses particulares, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como

aprovadas. A Presidência dá início à Audiência Pública sobre "as tratativas e propostas do Marco Regulatório do Pré-Sal", com a presença como expositor do Exmo. Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia. Participam também da Audiência os Srs. Marco Antônio Martins Almeida, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, e Dyogo Henrique de Oliveira, Secretário-Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Após a exposição, usam da palavra os Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Wellington Salgado, Jefferson Praia, Gerson Camata, Eliseu Resende, Francisco Dornelles, Renato Casagrande, Marconi Perillo, Marcelo Crivella, Lobão Filho, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Roberto Cavalcanti, Osvaldo Sobrinho, Paulo Duque, Augusto Botelho, Serys Slhessarenko e Antonio Carlos Valadares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Havendo número, declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 38ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 29ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Na reunião realizada no dia 31 de agosto passado, segunda-feira, dentro da agenda 2009/2015 - Desafios Estratégicos Setoriais que a Infraestrutura precisa superar, nós tivemos a apresentação do Painel nº. 4: "Petróleo, Etanol e Biocombustíveis - Diferenciais Estratégicos", com a participação dos seguintes especialistas: Dr. Adriano Pires, consultor de termoelétricas, Professor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia, da COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; do Dr. Marcos Jank, PhD pela FEA e Mestre de Políticas Agrícolas em Montpellier, França, foi professor visitante nas universidades de Georgetown e Missouri, nos ***EUA, e é Diretor*** de ***Agronegócios da FIESP*** e ***Presidente da UNICA***; e também do Prof. Sérgio Valdir Bajay, Professor de Planejamento Energético e Engenharia Mecânica e de Petróleo na Unicamp, pesquisador e consultor nas áreas de energia e planejamento energético também da mesma Universidade. Vale registrar que os especialistas que aqui foram ouvidos, eles todos estiveram unânimes em pedir um planejamento de longo prazo para o setor, com sugestões para que se incorporem critérios que privilegiem custos e benefícios sócio ambientais. Um resultado concreto desse encontro foi a criação, no âmbito dessa Comissão, de um Grupo de Trabalho para debater e apresentar sugestões para a elaboração de um marco regulatório para o setor de biocombustíveis; o grupo será coordenado pelo Senador Inácio Arruda e composto pelos senadores Gilberto Goellner e Delcídio Amaral, tendo um prazo de 90 dias para a conclusão dos seus trabalhos.

Gostaria também de, anunciando a próxima reunião da agenda 2009/2015, dentro do campo dos desafios estratégicos setoriais, convidar todos os interessados, senhoras e senhores senadores, naturalmente, e todos os interessados, telespectadores, ouvintes e segmentos envolvidos, para o Painel nº. 5: "Transportes e Infraestrutura Urbana - Sistemas Integrados de Meios de Transporte", a se realizar no próximo dia 14 de setembro, segunda-feira próxima, portanto, às 18 horas, com os seguintes convidados: O Dr. Adriano Murgel Branco, Engenheiro Administrador e ex-Secretário dos Transportes e da Habitação do Estado de São Paulo, e o Dr. Cássio Taniguchi, Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal.

Comunico ainda aos senhores e senhoras senadores e senadoras que realizemos durante o mês de outubro, durante todo o mês de outubro e início de novembro, audiências públicas sobre o tema Exploração de Petróleo e Pré-sal, abordando os aspectos contidos nas mensagens encaminhadas pelo Exmo. Sr. Presidente da República, com os seguintes painéis: o Painel nº. 1 tratará da exploração e produção de petróleo, do gás natural, de outros hidrocarbonetos, fluidos, sobre o regime de partilha da produção em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas. Basicamente o que se discutirá nesse painel será a questão partilha versus concessão, e esse painel refere-se ao Projeto de Lei nº. 5938/09, que já está na Câmara dos Deputados, inclusive com o relator designado. Esse painel será realizado no dia 5 de outubro, também às 18 horas, segunda-feira. O painel nº. 2, dentro da discussão da questão do pré-sal, será para abordar o tema Criação da Empresa Pública - Empresa Brasileira de Administração do Petróleo e Gás Natural SA, PETROSAL, referente ao Projeto de Lei também já encaminhado pelo Presidente da República e que recebeu o nº. 5939/09, que também já tramita na Câmara dos Deputados com relator designado. Esse painel nº. 2 será realizado no dia 19 de ou-

tubro, segunda-feira. O Painel nº. 3, tratando do Fundo Social - Projetos e Programas nas Áreas de Combate à Pobreza e Desenvolvimento da Educação, da Cultura, da Ciência e Tecnologia e de Sustentabilidade Ambiental, será realizado no dia 26 de outubro, também segunda-feira, às 18 horas, e esse painel estará baseado no Projeto de Lei também já encaminhado pelo Executivo e que recebeu o número 5940/09 e, do mesmo modo, já se encontra na Câmara dos Deputados com o relator designado. E por fim, o Painel nº. 4, Capitalização da PETROBRAS, Pesquisa e Lavra do Petróleo, de Gás Natural e de outros Hidrocarbonetos Fluidos em Áreas Não Concedidas Localizadas no Pré-sal, referente ao Projeto de Lei 5941/09, também já na Câmara dos Deputados e a data para a realização deste painel será a de 6 de novembro, também segunda-feira, às 18 horas.

A presente reunião destina-se, em sua parte inicial, à realização de Audiência Pública, em atendimento aos requerimentos nº. 41, de 2009, desta Comissão de Infraestrutura, e os requerimentos de nº. 44 e 53, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria dos Senadores Jefferson Praia, Garibaldi Alves e Delcídio Amaral, que convidam o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Senador Edison Lobão, para discorrer sobre as tratativas e propostas do marco regulatório do pré-sal. Convido, portanto, o Exmo. Sr. Ministro das Minas e Energia, Senador Edison Lobão, para que ocupe seu lugar à Mesa. Do mesmo modo, convido para fazer parte da Mesa o Dr. Marco Almeida, Secretário de Petróleo e Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério das Minas e Energia.

A Presidência informa que o tempo destinado à exposição inicial do Exmo. Sr. Ministro de Estado terá a duração de 30 minutos, quando, então, se abrirá a fase de interpelação pelos senadores e Sras. Senadoras inscritos e inscritas, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurando igual prazo para a resposta do interpelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos. Concedendo-se ao Exmo. Sr. Ministro o mesmo tempo para a tréplica, de acordo com que está colocado no Inciso X, do art. 398, do Regimento Interno do Senado Federal. A palavra aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido, também de acordo com o Inciso XI, do art. 398, do Regimento Interno do Senado Federal. Comunico que a lista de inscrição já se encontra aberta sobre a Mesa. Eu pediria a colaboração e a compreensão de todas as Sras. e Srs. Senadores para a observância rigorosa dos termos dos artigos aqui citados do Regimento Interno do Senado Federal, para que nós possamos ter o melhor proveito possível da exposição que S. Exa., Ministro Edison Lobão, irá fazer para a Comissão de Infraestrutura e para a Comissão de Assuntos Econômicos, na manhã de hoje.

Tenho a satisfação de conceder a palavra a S. Exa., o Ministro das Minas e Energia, Senador Edison Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Sr. Presidente Fernando Collor, Srs. Senadores, Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Depois de ter sido Presidente desta Comissão, retorno a ela como Ministro de Estado para uma exposição para qual fui convidado por V. Exas.

Devo falar sobre a questão energética, basicamente petróleo, no que diz respeito ao pré-sal. Ao longo da história, houve muitas crises neste setor. A crise mais expressiva foi a dos anos 70, em que o preço do barril do petróleo saltou de dois dólares para 32 dólares. Naquele momento, o mundo orgulhou em profunda recessão como mecanismo para a superação da crise que avassalava todos os países. O Brasil, naquela oportunidade, resolveu proceder de modo diferente. Éramos um país importador em mais de 50% do nosso consumo, enquanto que, pelos países afora, Estados Unidos, a Alemanha, a França, a Inglaterra, a Espanha, Portugal, o Japão, a Coréia, todos os países mergulhavam em crise profunda, com desemprego em massa, procurando rearrumar e reajeitar a sua economia. O Brasil preferiu valer-se da poupança externa para manter o seu pleno desenvolvimento interno. Importava petróleo, e o nosso endividamento, que nascera com a presença aqui de D. João VI, se avolumou de modo perigoso. Mas mantivemos o pleno emprego e consumíamos petróleo em grande escala para aquele momento. Outras crises surgiram daí por adiante, mas o Brasil foi se implementando, através da nossa estatal PETROBRAS, para enfrentá-las. Uma das consequências daquela crise do petróleo foi, e esta positiva, a criação do Proálcool, em relação ao qual muitas dúvidas surgiram à época e ao longo do período. O Brasil esteve, portanto, na gênese da solução desse problema. Foi o madrugador na solução do etanol como combustível, substituindo a gasolina. Chegamos agora a uma situação extraordinária para o Brasil. Somos autossuficientes, e já o somos há alguns poucos anos. Somos exportadores de petróleo, um pouco, e importamos um pouco também. Importamos petróleo leve e exportamos um pouco de petróleo pesado. Estamos produzindo cerca de dois milhões e 500 mil barris de petróleo no Brasil e no exterior e consumimos em torno de dois milhões de barris de petróleo nos dias atuais.

A indústria petrolífera no mundo tem 150 anos de idade. Ao longo desse período, a humanidade con-

sumiu um trilhão de barris de petróleo. Temos ainda reservas da ordem de 1 trilhão, 250 bilhões de barris. Essas reservas certificadas, que existem no mundo, são suficientes apenas para 40 anos de abastecimento de todos os países. O Brasil, até bem pouco tempo, possuía 14 bilhões de barris certificados, o que seriam suficientes para abastecer o nosso país por 20 anos. A partir da descoberta do pré-sal, conseguimos acrescentar até a dois dias mais 14 bilhões de barris. Portanto, dobramos a nossa capacidade. E, dessas condições, as nossas reservas se tornaram suficientes para 40 anos. Há três dias, um novo campo foi descoberto, ou foi certificado. Hoje, está em condições de ser da ordem de dois bilhões de barris a mais. Então, nos quatro campos, apenas em quatro campos do pré-sal, já temos mais petróleo do que em todas as demais províncias petrolíferas do país. Chegamos, portanto, a 30 bilhões de barris. É claro que nós estamos falando apenas de 30% ou de parte de 30% do pré-sal, com esses 16 bilhões. Nós não podemos ainda dizer, adiantar, o quanto virá dos demais 70% da área do pré-sal. Hoje, são produzidos, no mundo, 82 milhões de barris de petróleo por dia. Destes, os Estados Unidos consomem 23%, cerca de 20 milhões de barris por dia. Os Estados Unidos produzem oito milhões de barris por dia e importam 12 milhões. A China, e este é um fato curioso, já consome oito milhões de barris por dia. Produz quatro milhões e tem reservas cadentes que devem se extinguir em cinco anos. Isso demonstra o agravamento crescente da situação mundial em matéria de abastecimento de petróleo. E a China, dentro de 15 anos, estará consumindo tanto quanto os Estados Unidos. É a previsão. Há outros consumidores intensivos, entre os quais a Índia, o Japão e vários outros. Posso dizer que o petróleo, a despeito da tentativa salutar que fazem muitos países do mundo, no sentido de obter alternativas ao petróleo, por muitas décadas, ainda permanecerá como um dos principais energéticos mundiais, e a segurança energética dependerá seguramente de fornecedores confiáveis.

A perspectiva mundial é de demanda crescente. Poderemos chegar, segundo cálculos de especialistas, sobretudo das agências que se dedicam ao estudo dessa matéria, a um consumo da ordem de 300 milhões de barris diários dentro de alguns anos. Assim, com os recursos do pré-sal, o Brasil possui potencial para se tornar um importante ator da geopolítica mundial. O acesso às reservas é uma das principais questões geopolíticas e fonte de conflitos no mundo, empresas estatais controladas por governos, é bom que se diga, detém hoje cerca de 77% de todo o petróleo. São empresas estatais como a PETROBRAS. Aqui está um gráfico que demonstra que o acesso às reservas é uma das principais questões geopolíticas e fonte de conflitos, como eu acabei de dizer. Um trilhão, 260 bilhões de barris de óleo equivalente é o que existe ainda hoje no mundo. As reservas detidas por empresas russas no mundo chegam a 6%, as reservas de acesso livre das empresas privadas, apenas 7%, e reservas detidas por empresas estatais e acesso também de empresas privadas por meio de participação, 10%, com empresas apenas estatais, 77%. O que significa que a grande maioria dos produtores de petróleo se preocupa em manter em suas mãos, firmes, as reservas desta riqueza extraordinária, que é finita e caminha para se extinguir.

A nova província petrolífera na plataforma continental brasileira, chamada de pré-sal, se estende do litoral do Estado do Espírito Santo, passando pelo Rio de Janeiro, por São Paulo, pelo Paraná e por Santa Catarina. Aqui está o que nós chamamos, em linguagem técnica, de picanha azul. Aqui. Toda esta área aqui, aqui está, portanto, o pré-sal. Esses são os campos que foram recentemente quantificados e essa área azul aqui é a que não foi ainda distribuída. A verde e a amarela são poços que já foram distribuídos, campos já leiloados e pelo regime de concessão. Pelo regime de concessão serão mantidos. Nada se fará diferente daquilo que se fez com os leilões realizados segundo os editais e a lei vigente. Nós estamos promovendo alteração da lei, pedindo ao Congresso Nacional que vote os projetos do Governo, para cá enviados recentemente, apenas para a parte azul, ou seja, os 70% do pré-sal ainda não leiloados. São 149 mil quilômetros quadrados da área do pré-sal. Desse total, já foram concedidos para exploração e produção, 49 mil quilômetros, o que significa cerca de 30%, 28, 29%, dos quais 36 mil quilômetros, ou seja, 24%, tem a participação da PETROBRAS. Dessa forma, 72% do pré-sal, ou seja, 107 mil quilômetros quadrados, estão ainda em poder da União Federal. A área de ocorrência do pré-sal, cujo potencial petrolífero não se iguala a nenhum outro descoberto no Brasil até este momento, representa em torno de 2.3% do total das bacias sedimentares brasileiras, que totalizam 6 milhões e 400 mil quilômetros quadrados. Sabe-se que o maior potencial da nova província concentra-se na bacia de Santos, no litoral do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro. Em região de águas ultra profundas, com distância até a costa de cerca de 300 quilômetros. O volume divulgado até o momento indica reservas da ordem de 16 bilhões, como eu acabei de falar, de barris, de óleo equivalente apenas em quatro das descobertas anunciadas. As reservas brasileiras atuais são de 14 bilhões de barris de óleo equivalente. A nova província do pré-sal posicionará o Brasil entre os dez países com as maiores reservas de petróleo e

gás natural. Aí está a colocação dos países, vejam os senhores que somente a Arábia Saudita possui 264 bilhões de barris certificados. O Brasil está aqui, nessa posição, podendo avançar para posições muito além destas. Nós imaginamos que, se, de fato, o pré-sal for tudo aquilo quanto nós imaginamos e temos razões para supor assim, nós chegaremos a uma 8ª posição, 7ª posição em algum tempo. O consumo nacional em 2017, do Brasil, será de aproximadamente dois milhões e seiscentos milhões de barris/dia, o que resultará na possibilidade do Brasil exportar um milhão de barris ao dia. Aqui está o avanço da nossa produção. 2009, 2010, e o consumo, até chegarmos a 2017. O amarelo será o consumo, o azul a produção.

Há uma série de desafios tecnológicos a serem superados, a fim de otimizar o aproveitamento dos recursos descobertos, mas que não impedem o seu desenvolvimento. Por enquanto, os maiores desafios relacionam-se à grande distância até a costa. A profundidade dos reservatórios e a grande lâmina d'água e a espessa camada de sal. Na exploração da área de Tupi, o teste de longa duração foi iniciado em primeiro de maio de 2009; em 2010, entrará em operação o piloto de produção, e, em 2015, o primeiro sistema definitivo. Tupi é uma área tão generosa que poderá vir a produzir um milhão de barris por dia.

Para estudar e propor as alterações necessárias na legislação do setor do petróleo e gás, foi constituída, pelo Presidente Lula, em 2008, uma comissão interministerial. Os trabalhos da comissão buscaram um modelo regulatório que permita ao Governo: 1) promover a gestão estratégica das atividades de exploração, produção e comercialização de petróleo e gás natural; 2) aumentar a apropriação da renda petrolífera pela sociedade, propiciando atendimento de políticas públicas estratégicas e urgentes; 3) aproveitar a privilegiada situação do país, em termos políticos e econômicos, para consolidar como fornecedor confiável.

Aí está mais um gráfico, que demonstra a situação dos países que são importadores de petróleo e que consomem intensivamente. É o vermelho, o azul são os países produtores. Aí temos, portanto, do lado esquerdo, os principais consumidores, que são países consumidores com poucas reservas, alta tecnologia - isso é uma coisa curiosa -, grande mercado consumidor, grande base industrial e estabilidade institucional. Já os principais produtores, da parte direita, são países com muitas reservas, pouca tecnologia, reduzida base industrial e mercado pequeno e, de algum modo, não possuem a estabilidade institucional que os demais países.

Propõe-se aqui adotar o regime de contrato de partilha de produção para a área do pré-sal nos blocos ainda não concedidos, a exemplo dos países detentores de grandes reservas. Aqui os senhores verão: os seis maiores produtores de petróleo do mundo adotam regime de partilha. Este amarelo são países que têm o sistema misto, o azul é o regime de concessão entre os quais o Brasil se encontra. Então, em 24 maiores produtores do mundo, 14 adotam regime de partilha; alguns poucos, o regime misto e apenas seis países adotam o regime de concessão.

A partilha de produção é um tipo de contrato pelo qual a União acorda com empresas petrolíferas os termos da divisão do produto, auferido pelas atividades de exploração e a produção nas áreas contratadas. Tal regime será estendido para outras áreas que venham a apresentar as mesmas características estratégicas, encontradas na região do pré-sal, ou seja, alto potencial e baixo risco. Para as demais áreas e para os contratos em vigor, será mantido o atual regime de concessão, onde o óleo é todo dos concessionários, cabendo à União apenas o recebimento das participações governamentais. Na partilha de produção, as empresas contratadas recebem a parte que lhes cabe em óleo, de acordo com os termos da partilha. A empresa contratada empreende, por sua conta em risco, todas as atividades exploratórias. Por manter esse proprietário do óleo produzido, diferente do que ocorre no contrato de concessão, o Governo tem maior gerenciamento da produção. No modelo proposto, a União poderá contratar diretamente a PETROBRAS, ou, por meio de licitação, empresas nacionais ou internacionais. A PETROBRAS será operadora em todos os contratos de partilha, com o mínimo de 30% de participação no consórcio contratado. Esta é a proposta do Governo.

O operador responsável pela condução das atividades de exploração e produção, providenciando os recursos críticos, tecnologia, utilização e desenvolvimento, pessoal e recursos materiais. O operador tem acesso à informação estratégica, o que é fundamental para o Brasil, tem o controle sobre a produção e custos, e o desenvolvimento de tecnologia. Nós pensamos muito nessa parte da tecnologia. A PETROBRAS, que é uma das principais petrolíferas do mundo, com capacidade técnica extraordinária, está, a cada dia, avançando nos seus conhecimentos. Deter, portanto, a PETROBRAS e o controle da produção é importante para o aperfeiçoamento desta tecnologia. Cada vez que a PETROBRAS fizer uma perfuração na área do pré-sal, como operadora única, ela estará aprendendo, e isto é altamente benéfico para os interesses do povo brasileiro. As regras da Agência Nacional do Petróleo, no modelo de concessão, já definem que o operador deve ter pelo menos 30% - esse é um dado interessante - de participação em cada bloco. Ou seja, o que

nós estamos fazendo é adaptando uma regra que já existe, neste caso, para a concessão. A PETROBRAS, imaginamos que ela pudesse ter uma participação menor, mas, até em razão da sua autoridade como operadora, ela precisa ter uma presença mais significativa, a exemplo do que ocorre com as operadoras do regime de concessão, que é de 30%. A participação do operador nas águas profundas do Golfo do México, em 97% dos casos, está acima de 30%.

A criação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural, a PETROSAL, não será operadora. Com um quadro reduzido e altamente qualificado para representar os interesses da União nos contratos de partilha e de comercialização de petróleo e gás natural, a PETROSAL representará a União nos consórcios e comitês operacionais, que deverão ser criados para gerir os diferentes contratos de partilha. A PETROSAL tem por objetivo diminuir a assimetria de informações entre a União e as empresas de petróleo por meio da atuação e acompanhamento direto de todas as atividades na área de exploração e produção, em especial o custo da produção do óleo. A PETROSAL representará a União nos acordos de individualização de produção. Ela será, portanto, a parte do Governo neste acordo.

A criação de um Fundo Social para receber o resultado financeiro relativo ao exercício da atividade de exploração e produção, com o objetivo de aprimorar a política de desenvolvimento social do país, foi uma solução que imaginamos indispensável. O Fundo Social realizará investimentos no Brasil e no exterior com o objetivo de diversificar o risco e evitar os problemas da doença holandesa. Aqui está a operação do fundo, como se processará. O fluxo de recursos. Os resgates do Fundo Social serão autorizados pelo conselho deliberativo, composto por membros da administração pública Federal e da sociedade civil. As atividades prioritárias serão o combate à pobreza e o incentivo à educação de qualidade. A cultura, a inovação científica e tecnológica e o meio ambiente. Os recursos do Fundo Social repassados à União serão orçados e fiscalizados pelo Congresso Nacional.

No que diz respeito aos *royalties* e à participação especial, na proposta do Governo, serão mantidos na regra atual, até que uma lei específica seja aprovada no Congresso Nacional. Essa aqui é uma distribuição dos *royalties*, como se faz hoje. A União detém 39%, os estados 35% e os municípios 22%. Do lado direito, os senhores verão a distribuição dos *royalties* e participação especial em 2008. O Rio de Janeiro recebeu 84%; o Espírito Santo, 5%; o Rio Grande do Norte, 2,95%; a Bahia, 2.57 e vai descendo. Esses são os *royalties* distribuídos em 2008. *Royalties* e participação especial, a soma dos dois. Veja que, no caso dos municípios, Campos recebeu 24%, ou seja, 1 bilhão, 168 milhões; Macaé, 653 milhões; Rio das Ostras, 313 milhões; Cabo Frio, 207 milhões e os demais municípios... E os demais municípios receberam 56%.

Do fortalecimento e da capitalização da PETROBRAS. Para o desenvolvimento da província do pré-sal, estima-se que serão necessários investimentos de centenas de bilhões de dólares em período de até 30 anos. É preciso que se deixe claro que não se trata de um investimento em 2009 ou 2010. Ao longo de 30 anos, serão centenas de bilhões de dólares a serem investidos nessa indústria. A PETROBRAS será responsável por grande parte desses investimentos, por ser a empresa com maior participação na área já concedida do pré-sal e integrante obrigatória de todos os contratos de partilha. Como sócia controladora da PETROBRAS, a União tem interesse em capitalizar essa empresa, com vistas a dotá-la dos recursos necessários para a realização dos investimentos que viabilizarão a exploração das áreas do pré-sal. E por que a capitalização da PETROBRAS? Para aumentar a capacidade de financiamento da PETROBRAS, para a realização dos investimentos do pré-sal. Reduzir a alavancagem dela e, com isto, permitir a tomada de novos recursos por empréstimo e aumentar as reservas de petróleo da PETROBRAS, com reflexo no valor da companhia.

No fortalecimento da capitalização. A União cederá à PETROBRAS, de maneira onerosa, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural em algumas áreas não concedidas ainda do pré-sal, até o limite máximo de cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo. O volume ou valor econômico dessa sessão serão determinados por uma avaliação prévia e independente das reservas e serão certificados pela Agência Nacional do Petróleo. A operação inclui uma cláusula de reavaliação do valor das reservas, nos termos e prazo a serem estabelecidos no contrato. Se o preço subir, a PETROBRAS pagará a diferença à União; se o preço cair, ocorrerá o inverso. Os grandes investimentos necessários para a produção do pré-sal se constituirão em importante oportunidade de desenvolvimento do país como fornecedor de bens e serviços para a indústria petrolífera. Esta é uma coisa que nós discutimos desde o primeiro momento. Queremos fortalecer a indústria brasileira com o componente nacional, porque o que temos visto é que as empresas estrangeiras, de modo geral, fazem seus investimentos no exterior. Compram as sondas, as plataformas, os navios no exterior. Queremos que isto, tanto quanto possível, se faça aqui, no Brasil, sendo a PETROBRAS operadora única, é mais um

caminho para a geração de empregos, centenas de empregos, milhares de empregos, centenas de milhares de empregos serão formados com esta indústria que o pré-sal está abrindo para o país. O pagamento da PETROBRAS à União poderá ser feito por meio de títulos públicos dos cinco bilhões de barris de petróleo. Para tanto, propõe-se a emissão de títulos e a capitalização da empresa.

Srs. Senadores, o Brasil já é o sétimo maior consumidor mundial de petróleo e o quadragésimo primeiro maior consumidor de gás natural. Dos dez maiores consumidores de petróleo e gás natural, apenas a Arábia Saudita, Rússia e Canadá são autossuficientes em ambos energéticos. Apenas esses três países. A cada um minuto, são extraídas em torno de seis mil toneladas de petróleo cru do planeta. E ainda existem, como disse, cerca de 136 bilhões de toneladas, ou seja, 1 trilhão, 250 milhões de barris de petróleo, que, se o ritmo de extração continuar o mesmo, levarão pouco mais de 40 anos para se esgotarem.

Estas as informações técnicas que gostaria de trazer ao conhecimento das duas comissões do Senado Federal, acrescentando que estamos nós, no Governo, no convencimento de que, ao longo desses 14 meses de esforços de uma comissão interministerial, que contou ainda com a participação do Presidente da PETROBRAS, do Presidente do BNDES, do Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, do Diretor-Geral da EP(F) e de outros assessores qualificados do Ministério de Minas e Energia e dos demais Ministérios, foi possível levantar toda a experiência mundial. Verificamos a legislação de todos os países produtores de petróleo e chegamos a estas conclusões, que, a nosso ver, da Comissão Ministerial e do Presidente da República, que aprovou o nosso trabalho, foi o que melhor pudemos fazer em benefício da União Federal, vale dizer do povo brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a S. Exa., o Sr. Ministro Senador Edison Lobão, pela sua exposição, e muito obrigado, sobretudo, por ter dado o exemplo de como se fazer uma exposição, uma explanação dentro do tempo previsto, estabelecido pelo nosso Regimento Interno.

Novamente a Presidência gostaria de informar aos senhores e Sras. Senadoras, e faríamos um apelo todo especial nesse sentido, para que fosse observado rigorosamente ou observados rigorosamente os artigos que estão no Regimento Interno do Senado Federal, quanto ao tempo estabelecido para as perguntas, as interpelações e as respostas. Eu acredito que os Srs. Senadores e Sras. Senadoras tenham em mãos este papel. Eu pediria que o secretário, por gentileza, distribuísse aos Srs. Senadores, em que cada senador tem cinco minutos para fazer a interpelação. Em seguida, igual prazo para a resposta do Sr. Ministro, depois o senador que fez a pergunta terá dois minutos para contraditar e o mesmo tempo para o Sr. Ministro. Isso está no Regimento Interno do Senado Federal, Inciso X, do art. 398, e também no art. 398, Inciso XI, a palavra aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição, mas intercalando-se os oradores de cada partido. A lista de inscrição encontra-se sobre a Mesa, já há senadores inscritos, mas, antes, eu gostaria de registrar e agradecer a presença do Senador Delcídio Amaral, que é vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Esta é uma Audiência Pública Conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos com a Comissão de Infraestrutura, e S. Exa., o Senador Delcídio Amaral, além de vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, hoje, representando o Senador Garibaldi Alves, Presidente daquela Comissão, que não pôde comparecer, é também membro titular da Comissão de Infraestrutura e que vem sempre dando uma grande contribuição aos nossos trabalhos. Muito obrigado a V. Exa., senador, pela sua presença hoje aqui.

Ao mesmo tempo, comunicar às senhoras e Srs. Senadores que temos, na nossa Comissão, a presença de um novo senador, senador suplente do Senador Jayme Campos, que é o Senador Osvaldo Sobrinho, do PTB do Mato Grosso. Gostaria de, em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura, desejar a V. Exa. as melhores boas-vindas e um profícuo trabalho nesta Comissão e no Plenário da nossa Casa.

Pela ordem de inscrição, os senhores autores dos requerimentos de convocação ou de convite feito, melhor dizendo, ao Sr. Ministro Edison Lobão, têm a preferência. Eu abro mão por ter sido um subscritor e passo, então, a palavra ao Senador Delcídio Amaral, que é o segundo subscritor do requerimento, convidando o Sr. Ministro Edison Lobão para fazer parte da nossa Audiência Pública. Senador Delcídio Amaral tem cinco minutos para formular a sua pergunta.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Primeiro, cumprimentar o Presidente Senador Fernando Collor, justificar também a ausência do Senador Garibaldi, que está convalescendo lá, teve um probleminha lá, teve uma gripe muito forte lá no Rio Grande do Norte, mas, semana que vem, ele já vai estar aqui, em condições de comandar a Comissão de Assuntos Econômicos. Cumprimentar o Senador Eliseu Resende, cumprimentar o Márcio, Secretário de Petróleo e Gás, e especialmente cumprimentar o Ministro Lobão pela serenidade, pela objetividade e pela competência com que vem conduzindo o Ministério de Minas e Energia, principalmente nesse momento que nós vivemos, es-

pecialmente em função do pré-sal. Cumprimentar os Senadores e Senadoras presentes.

Ministro, eu compreendo que o Governo tomou uma decisão com relação à partilha, que, mesmo que existam divergências aqui, no Senado Federal, como também na Câmara dos Deputados, é uma decisão que alguns podem não concordar, mas é uma decisão que seguiu uma lógica. Seguiu uma lógica, como foi muito bem, aqui, explicitado pelo Ministro Lobão, e eu não tenho dúvidas que o Congresso vai aprovar o sistema de partilha. Evidentemente isso vai ser aprofundado ao longo das próximas semanas, mas eu não tenho dúvida que o Congresso aprovará o sistema de partilha e nós teremos um sistema híbrido, ou seja, um sistema de concessões naquilo que efetivamente já foi explorado e hoje produz, e teremos o sistema de partilha principalmente no que se refere ao pré-sal. Portanto, vamos ter um sistema híbrido. Quero deixar muito claro aqui que o sistema de concessão funcionou muito bem, principalmente no momento em que existiam muitos riscos exploratórios. O sistema de concessão, ele produziu bons resultados para o país, trouxe muitas empresas, gerou emprego, levou o Brasil a essa situação, Ministro Lobão acabou de dizer aqui, com a produção de quase dois milhões e meio de barris aqui dentro e fora também, que a PETROBRAS opera fora, no Golfo do México, opera na costa da África, assim por diante. E eu entendo que esse sistema híbrido, ele efetivamente atenderá os próximos desafios ao nosso país, impostos pelo pré-sal.

É importante destacar que foi muito bem apresentado aqui, pelo Ministro Lobão, como é que foi funciona a concessão e partilha aos sistemas híbridos pelo mundo e nos principais produtores. É importante destacar também que aqui nós não estamos discutindo quem gosta mais do Brasil ou menos do Brasil, ou gosta mais da PETROBRAS ou menos da PETROBRAS, em função da concessão ou em função da partilha, o Presidente Collor já está me corrigindo aqui. Já está me chamando atenção do tempo. Mas aquilo que é importante para o país. Aquilo que vai... Nós vamos ser beneficiados pela exploração e produção no pré-sal.

Eu vou... Eu tenho menos de um minuto e vou resumir rapidamente três questões, Ministro Lobão, que, no meu ponto de vista, são importantes. Primeiro, será que a PETROBRAS precisa ter sempre os 30%? Não pode haver na legislação uma brecha para que eventualmente ela faça alguma... Ela ceda esse espaço como operadora para outras companhias, dependendo do campo que ela venha a explorar, aliás, dependendo do campo que ela venha a operar? Quer dizer, será que isso não amarra demais a companhia e para, eventualmente, campos menos atrativos não pode haver um espaço para ela ceder o lugar de operadora? Esse é o primeiro ponto. Até porque, na exposição que foi apresentada e no projeto, os campos que têm maior produtividade estão especialmente naquela faixa de São Paulo e num pedaço do Rio de Janeiro. Talvez nós não tenhamos campos no pré-sal com esse potencial de Iara, com esse potencial de Tupi, e assim por diante. Será que, para incentivar até outros *players*, não valeria a pena, na lei, existir um espaço para que a PETROBRAS eventualmente se beneficie... Aliás, o setor de petróleo se beneficiasse, quando a PETROBRAS eventualmente priorizasse algum campo, em detrimento de outros, em que ela seria obrigada a operar em função da lei? Essa é a primeira pergunta. Segunda pergunta, Ministro Lobão, é com relação... Que, de certa maneira, está ligado à criação da nova empresa da PETROSAL. A nova empresa, ela participa dos consórcios, ela tem voz ativa e voto nos comitês, ela tem 50% dos membros e mais poder de veto. Será que não é caprichar na tinta demais? Não tirando a função que a PETROSAL terá de olheira, se é que essa é a expressão mais adequada, do Governo Federal, como gestora das jazidas nesse novo momento?

Eu iria me estender um pouco mais, Presidente, mas também já passei do tempo, mas gostaria de colocar essa questão dos 30%. Eu quero até fazer um registro, Presidente. Eu não sei se vale a pena discutir por esse 30% mínimo da PETROBRAS. Porque, na lei de concessões, a PETROBRAS entra nos leilões e a maioria das empresas se associam à PETROBRAS nos blocos, porque interessa a elas isso. Não sei se vale a pena talvez criar esse óbice, porque naturalmente as empresas de petróleo correm atrás da PETROBRAS para buscar esses consórcios. Resumindo, o 30% mínimo é efetivamente necessário? Porque o que acontece de fato é que todo mundo se associa à PETROBRAS nos leilões, os leilões de concessão estão aí para comprovar isso. A outra questão da abertura, uma eventual abertura para que a PETROBRAS ceda a operação de alguns campos menos atrativos para outras petrolíferas, e o terceiro ponto é a PETROSAL, a questão do voto. Ela tem 50% dos membros e tem poder de veto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado a S. Exa., Senador Delcídio. Com a palavra o Sr. Ministro Edison Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: As observações que ouvimos parte de um Senador da República, mas de um técnico no setor. Por muito tempo, o Senador Delcídio Amaral esteve no Ministério de Minas e Energia como Ministro e esteve na PETROBRAS, ele conhece profundamente todas essas questões.

Eu estou, por conseguinte, na persuasão de que S. Exa. está em plenas condições de nos ajudar, até a melhorar aquilo que a Comissão Interministerial fez no pressuposto e na convicção também de que fez o melhor que pôde fazer.

As perguntas do Senador Delcídio Amaral são bastante, em si mesmas, esclarecedoras. Sobre a possibilidade de ter a PETROBRAS os 30% ou menos, ainda há pouco, Senador Delcídio Amaral, eu dizia que, já atualmente, todos os campos em regime de concessão são operados com no mínimo 30% de participação do operador, da empresa responsável por isso. Nós havíamos imaginado colocar um pouco menos, ou bem menos, como participação da PETROBRAS na exploração desses campos. Porém, em razão desta experiência no Brasil e no exterior, da qual nos valemos, é que fixamos esse mínimo de 30%. De modo geral, o teto é superior a 30%. Então fixamos o mínimo possível, até porque os demais parceiros na exploração de um campo petrolífero não terão a confiança suficiente num sócio operador que participe com menos de 30% dos riscos. É preciso dizer que a PETROBRAS não está recebendo de graça os 30%, ela vai participar dos custos e das despesas tanto quanto e na proporção dos demais sócios em cada campo. Então, é preciso que o operador tenha uma participação expressiva, até para garantir confiança nos demais parceiros, sem o que eles não terão esta que é indispensável, a confiança no seu operador.

Quanto à nova empresa que vai deter 50% do comitê gestor e ainda com poder de veto. Ela tem 50% da participação do comitê gestor e com poder de veto, e por que isso? Porque também a União Federal é o pressuposto, terá mais de 50% em todos os campos. Ora, se ela será mais de 50%, é razoável que ela tenha como olho do Governo Federal, naquele campo exploratório, 50% do comitê gestor e ainda o poder de veto. O que vai fazer a PETROSAL é exatamente examinar em cada caso se os custos estão corretos na exploração daquele campo, fiscalizando inclusive a PETROBRAS. Se o ritmo de exploração é o adequado, se está havendo algum desvio, enfim, ela será o vigia do Governo, da União Federal, a PETROSAL. Esta é a função dela. E é indispensável, portanto, que ela tenha 50% do comitê gestor e tenha o poder de veto, por ser maioria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Réplica, dois minutos, Senador Delcídio Amaral, se assim o desejar.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, é muito resumido. Acho que as ponderações do Ministro Lobão, elas têm uma lógica que foi adotada na concepção do modelo, mas eu acredito que algumas dessas questões, que acho que são questões importantes, questões que criam... Eu acho que arejam mais intensamente o modelo, eu acho que nós vamos ter uma oportunidade muito boa de fazer essa discussão aqui, entendendo claramente as justificativas do Ministro Lobão, que se aprofundou nesse assunto, tem trabalhado diariamente nessa questão e vendo que o que se faz aí pelo mundo, mas eu acho que nós poderíamos, aqui, no Congresso, aprimorar um pouco esses itens, porque vai ser bom para a indústria do petróleo como um todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Ministro, se desejar, dois minutos para a tréplica.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Apenas [interrupção no áudio] que nós não somos infensos a uma alteração da lei. Porque eu, que sou tributário desta Casa, eu devo dizer que o Congresso quase sempre melhora as proposições do Governo, do Poder Executivo. Na medida em que alterações possam surgir, no sentido de melhorar a legislação, é tudo quanto se quer. Se, no Senado, com o conhecimento dos Srs. Senadores, de técnicos dos quais se valem os senadores, isto for possível, nós só teremos que agradecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Sr. Ministro. Com a palavra para interpelar o Sr. Ministro, o Senador Jefferson Praia, do PDT. O primeiro a interpelar foi o Senador Delcídio, pelo PT. Senador Jefferson Praia.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está tocando a campainha, nós temos compromisso em Plenário para a votação da conclusão da reforma eleitoral. Eu sugeriria, se fosse possível, que os senadores interessados em se pronunciar fizesse por três minutos e que todos falassem de uma vez só para o Ministro fazer uma resposta final. Porque eu acho que vai ser impraticável a continuidade da sessão, em função da abertura da Ordem do Dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu acredito, Sr. Senador Mercadante, que isso não será possível, porque já houve uma solicitação por parte dos Srs. Senadores de que fosse seguido o regimento e nós estamos procurando segui-lo. Os Srs. Senadores, que desejarem comparecer ao Plenário para a Ordem do Dia, nós sabemos aí que isso vai começar lá pelas dez, dez e meia, poderão fazê-lo, e, nesse intercalar de presença no Plenário e aqui, nós continuaremos com a nossa reunião.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, o Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente Collor, saudando nosso Ministro Lobão e demais componentes da Mesa, eu passei agora pelo Plenário e recebi a informação, líder Mercadante poderia checar, que parece que vai ser transferido para o meio-dia, com o vice-Presidente. Se for transferido para meio-dia o encontro, aí nós poderíamos continuar tranquilamente. Seria importante dar uma checada nisso, recebi essa informação passando pelo Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado pela informação. Já está confirmada a informação do Senador Wellington. Com a palavra o Senador Jefferson Praia, cinco minutos para fazer as perguntas ao Sr. Ministro Edison Lobão.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Sr. Presidente. Quero agradecer inicialmente ao Ministro Edison Lobão por estar aqui conosco, para que possamos ter esclarecimentos, e é claro, contribuir dentro desse contexto da discussão do pré-sal.

Sr. Ministro, eu acredito que o povo brasileiro, ele quer, na verdade, a seguinte resposta. E temos como pano de fundo a seguinte situação: quais serão os benefícios para o povo brasileiro, diante dessa riqueza fantástica que já passamos a percebê-la? Então, o povo quer saber isso. Esse é o primeiro... Seria, na verdade, o meu primeiro questionamento. Eu poderia colocar também, se V. Exa. me permite, que... Se V. Exa. poderia fazer a seguinte observação: pontos positivos e negativos dentro do contexto da mudança. Se temos um marco regulatório hoje, se estamos propondo um novo marco, quais são os pontos positivos e negativos? Por que mudar? A nova riqueza provoca mudanças, por que razão essas mudanças? Por que razão criarmos, por exemplo, uma nova empresa, a PETROSAL? E o Fundo Social, na observação de V. Exa., quais devem ser a destinação dos recursos que serão viabilizados nesse Fundo Social?

Sr. Presidente, são esses os questionamentos no momento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Ministro Edison Lobão para responder a indagação do Senador Jefferson Praia. Cinco minutos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Jefferson Praia, quais os benefícios para o povo? E por que a mudança? Nós temos um regime funcionando, que é o de concessão, que devo dizer que funcionou muito bem, ele foi criado no momento que nós precisávamos atrair capital externo e por isso conceder vantagens ao capital externo, vantagens, que agora não concederemos, para que a exploração se desse naquele período e sob os riscos que o modelo impunha. Vieram para cá as grandes petroleiras e aqui investiram seus recursos, junto com a PETROBRAS, de modo geral. Correram riscos. Tiveram insucesso.

O que ganhou o país naquele momento? Como se fazia a entrega de campos, muitas vezes importantíssimos, a essas empresas? As empresas, pela licitação e pelas regras brasileiras, elas não tinham culpa nenhuma disso. Entravam numa licitação, apresentavam um bônus de assinatura, ou seja, ela dizia: "Eu compro este campo por tanto". E quanto era esse tanto? 20 milhões de reais, 15 milhões de reais, 30 milhões de reais e ficavam com aquele campo que podia não ter petróleo, e ocorreu em alguns momentos, sim, mas podia encontrar muito petróleo e ganhar muito dinheiro, e o petróleo ser exclusivamente da petrolífera que aqui veio. Esse petróleo não era nosso, eles extraíam o petróleo e vendiam a quem quisesse. É claro que nós colocamos naquela ocasião, lá atrás, na lei, um dispositivo que limitava a exportação do petróleo ao nosso interesse. Nós não poderíamos conceber que houvesse um desabastecimento interno por conta do interesse de alguma empresa do exterior ou brasileira que quisesse levar o petróleo daqui. Mas ela era dona do petróleo. Excetuando-se esse dispositivo, ela podia fazer o que quisesse com o petróleo dela. E o que aconteceu em muitos momentos é que foram descobertos campos extraordinários, pelos quais as empresas pagaram 20, 30 milhões de reais, não mais do que isso. Embora tenham pago também os *royalties* de participação especial, aqueles tributos normais necessários. No caso da partilha, não. O petróleo é da União Federal. Aquele que propuser um valor maior em participação da União, este será o vencedor na licitação. Nós vamos estabelecer o campo tal. No mínimo a União Federal quer ficar com, por hipótese, 60%. Aquele que disser: "Não, eu garanto 75, 80%", esse será o vencedor e o petróleo será da União Federal, a sua parte.

Então, essas são vantagens extraordinárias que nós estamos, agora, introduzindo num outro tempo, num outro momento. Aquele momento de dificuldades pelos quais o Brasil passou, sem recursos para investir e com campos de alto risco, esse momento já foi vencido, no que diz respeito a esta área generosa de grande concentração de petróleo, risco baixíssimo, próximo de zero. Então, a regra tem que ser outra. E é por isso que estamos fazendo isso, estabelecendo estas novas regras com regime de partilha. E passaremos então a conviver com os dois regimes. O regi-

me de concessão, que será mantido, será mantido, vamos fazer muito provavelmente este ano uma nova rodada de licitação. Por que regime? Pelo regime antigo de concessão. Antigo e atual de concessão. Fora do pré-sal, é claro. Fora do pré-sal. Então, os dois regimes caminharão lado a lado, verificando, sobretudo, o interesse nacional, o interesse do país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado. Para a réplica, dois minutos, Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, eu gostaria de conceder os dois minutos para que o Ministro continuasse a sua exposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então V. Exa., Sr. Ministro, terá os dois minutos que o Senador Jefferson Praia generosamente está concedendo à Mesa e mais os dois minutos a que V. Exa. teria direito pela tréplica. Quatro minutos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Depois não me acuse de estar me apropriando do tempo alheio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Lhe foi oferecido, Ministro.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Bom, pergunta-me o Senador Jefferson Praia por que, portanto, a mudança. A mudança é em razão disso. É que o tempo é um tempo novo e surgiram necessidades novas, e nós precisamos nos apropriar dessa riqueza que é do povo brasileiro. Para nós, brasileiros e o povo brasileiro de modo geral, para todos, e não apenas para alguns. Com isto nós vamos lucrar mais, estamos seguindo exatamente aquilo que se faz no mundo em tais circunstâncias e que está dando certo. Nós não estamos copiando o modelo de ninguém, nós examinamos todos os modelos e adaptamos o nosso àquilo que nos pareceu mais correto e mais apropriado. Em que será aplicado o Fundo Social, pergunta V. Exa. As atividades prioritárias serão o combate à pobreza, é o momento da distribuição do bolo. Os economistas, vejo aqui o Senador Suplicy, que é um economista, no passado diziam que era preciso formar a riqueza nacional com um grande bolo para poder distribui-lo. O Presidente Lula adotou sistema diferente, vamos distribuir o bolo desde logo. Então, essa é uma riqueza que nós precisamos distribuir por todo o povo brasileiro, através do incentivo e do combate à pobreza e do incentivo à educação de qualidade. Educação de qualidade há um déficit grande no Brasil ainda. Incentivo à cultura no Brasil, a inovação científica e tecnológica e os cuidados com o meio ambiente. É nisto que será aplicado o fundo, a riqueza decorrente do novo pré-sal.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Sr. Ministro.

Com a palavra o Senador Gerson Camata. V. Exa. terá cinco minutos.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, primeiro cumprimentos pela audiência, cumprimentos ao Ministro Edison Lobão. Aliás, os Senadores têm sempre um bom envolvimento na área do petróleo. Quando o José Eduardo Dutra deixou o Senado e foi ser Presidente da PETROBRAS, nós atingimos a autossuficiência. Quando o Ministro Lobão deixou o Senado para ser Ministro das Minas e Energia, entramos no pré-sal, ele foi até chamado na época como Sheik Lobão. Uma nova revelação do mundo do petróleo. E tem honrado o Senado e honrado o Brasil na sua atuação lá no Ministério.

Eu quero, primeiro, dizer o seguinte. Nós temos que cumprimentar o Presidente Lula pela ideia do Fundo Social. Quando o Getúlio criou a PETROBRAS, ele não se lembrou disso. Quando nós regulamentamos o petróleo aqui, V. Exa. era senador junto comigo, nós não nos lembramos disso. O Presidente Lula se lembrou disso e criou, junto com essa nova legislação, o Fundo Social. Parabéns ao Presidente Lula, que capta esses recursos imediatamente para aplicá-los em educação, em saúde e no desenvolvimento do país contra a pobreza. E aí ele vê longe, a afirmação de um deputado norueguês que diz o seguinte: que, para os economistas, o petróleo é o ouro negro; para os sociólogos, é o mijo do capeta, porque, quando ele sai, deixa miséria, poluição e desemprego, haja vista a doença holandesa.

Bem, mas eu gostaria de colocar aqui, porque normalmente a população brasileira, quando nós atingimos a autossuficiência, beleza, foguete, festa, televisão. O que é que o consumidor, que, segundo Adam Smith disse, o consumo comanda a produção... Aqui, no Brasil, em matéria de energia, a produção é que está comandando o consumo. Está ao contrário da regra da economia. Então, o que o consumidor brasileiro, que movimenta a PETROBRAS, que paga a exploração, que paga tudo, ganhou com isso? Nada. Ele continuou pagando um dos combustíveis mais caros do mundo. E, na rua, o pessoal não está querendo saber se é partilha, se é concessão, está perguntando: "E nós?". E aí o Ministro já deu uma notícia que não foi boa, disse: "Vocês podem tirar o cavalinho da chuva, não vai baratear combustível, não". Aliás, o Ministro deu duas notícias ruins, a outra é que o petróleo vai acabar daqui a 40 anos. Aonde que eu vou abastecer meu carro daqui a 40 anos, quando eu estiver na senectude?

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: V. Exa. vai abastecer num posto da PETROBRAS, etanol.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Mas aí dizer o seguinte, dessa preocupação do consumidor, quando é que ele pode... Naquela reunião da bancada, eu disse a V. Exa., Sr. Ministro, num trabalho que foi feito aqui, na Comissão, se nós tivéssemos reduzido o óleo diesel 10%, entravam 15 bilhões de reais na agricultura brasileira esse ano, que está enfrentando problema de dificuldade de exportação, preço do adubo que subiu agora, até caiu um pouco, mas o petróleo a 140, o petróleo é 70, o óleo diesel, gasolina, tudo o mesmo preço. Então, há necessidade de que nós olhemos também que quem financia todo esse processo, quem financia exploração, a descoberta do pré-sal, é o consumidor que consome o combustível no Brasil. Então, é a pergunta que eu faço: o que nós, consumidores, nós, brasileiros, podemos esperar? Segundo, por que nós fabricamos carros diesel de alto desempenho, que fazem de 21 a 26 quilômetros com um litro de óleo diesel, vendemos para a Argentina, para o Uruguai, exportamos para a Europa e nós somos proibidos de usar? Nós, que somos autossuficientes em petróleo. O que nós ganhamos com isso? Eu quero que V. Exa. ponha alguma colocação e seja menos mão fechada Samambaia e mais generoso com o consumidor brasileiro. Porque se orgulha da autossuficiência, se orgulha, está ufanista com o pré-sal, mas que não vai ganhar nada em troca.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

Sr. Ministro Edison Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Gerson Camata, V. Exa. tem toda razão quanto à sensibilidade do Presidente Lula. Eu devo dizer, até por dever de justiça, que a lembrança do Fundo Social foi exclusivamente dele. Quando ele constituiu a comissão, desde logo, ele falou no Fundo Social como mecanismo de distribuição da riqueza do pré-sal por todos. E ao longo das nossas reuniões, que duraram 14 meses, ele frequentemente perguntava sobre como estava sendo edificado o Fundo Social. A preocupação dele, portanto, estava, não exclusivamente nesse ponto, mas ele ligava a riqueza com a destinação da riqueza. É preciso que se faça justiça a um homem cuja sensibilidade popular está sempre epidérmica.

A doença holandesa é uma coisa a respeito da qual muitos têm falado, a imprensa tem explorado, e é um cuidado que nós estamos tendo. Os países que descobriram grandes concentrações de petróleo e não possuíam uma economia diversificada e forte, de fato, no começo, tiveram esse tipo de problema. O Brasil é bastante diferente, é um país que, hoje, é a oitava nação econômica do mundo, sem depender do petróleo, tem uma indústria sofisticada, nós temos uma pauta de exportações diversificada, nós não queremos mudar absolutamente nada da nossa economia, o pré-sal, a riqueza do petróleo é algo mais que vem se acrescentar a esta riqueza que temos hoje. Temos que ter este cuidado, e daí a ideia de se criar o Fundo e torná-lo, de algum modo, um Fundo Soberano, sem que estejamos inventando também nada. Estamos copiando o que os outros fizeram, para evitar exatamente a doença holandesa, a maldição holandesa. Este fundo será aplicado no exterior, terá os seus rendimentos, e os rendimentos voltarão ao Brasil para aplicação aqui, internamente, na distribuição de benefícios generosos ao povo brasileiro.

Uma vez mais uma voz se levanta, no sentido de que tenhamos o cuidado de baixar o preço dos combustíveis. Isto é próprio dos países que são intensivamente produtores de petróleo e possuem pequena população. Pequena população. O Brasil é um país de quase 200 milhões de habitantes e que consome cada vez mais combustível. O petróleo não é caro no Brasil, o combustível não é caro na sua origem. Quando ele sai, e o Senador Dornelles conhece bem, ou conhece melhor do que todos nós, foi Ministro da Fazenda, foi Secretário da Receita por muitos anos, com extraordinário desempenho. O petróleo sai da refinaria por um preço adequado. Ao longo da cadeia, ele vai sendo acrescido de despesas naturais e de impostos, que, em muitas vezes, nada tem a ver com ele, petróleo. O ICMS, que é um imposto elevado, incide, portanto, sobre os combustíveis e outros, alguns dos quais, repito, nada tem a ver com petróleo. Por isso ele vai ficando caro, ou elevando o seu preço. Nós não poderíamos baixar o preço, sem retirar impostos. Então, esta é uma questão que precisa ser examinada do ponto de vista técnico. Por outro lado, reduzir drasticamente o preço do combustível significa estimular a utilização de automóveis e as nossas ruas estão como estão. Estão como estão. O meio ambiente, agredir o meio ambiente, e assim por diante. Por todas essas razões acreditamos nós que não se deve caminhar por aí. Mas, este é um Governo que tem ainda um ano e meio, dois anos de mandato. Os próximos governos tomarão as iniciativas que julgarem necessárias. Mas o nosso pensamento atual não é no sentido de baixar estes custos.

Carros a diesel. V. Exa. tem toda razão. A Europa está cheia de automóveis movidos a diesel e com bom desempenho, bom resultado. Nós estamos, Senador Gerson Camata, começando a estudar essa questão mais intensamente para verificarmos a possibilidade de adotar também o diesel como combustível dos nossos automóveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Gerson Camata, dois minutos para a réplica.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Não vou nem usar os dois minutos, mas dizer o seguinte. Sobre o carro a diesel dizer a V. Exa. que seria uma medida democrática e republicana. Um homem rico no Brasil pode dar 140, 200 mil reais num carro importado a diesel e andar com o carro que faz 12, 15 quilômetros. Um classe média, um brasileiro, não pode ter um Corsa, um Gol, um carro menor fazendo 20, 21, até 25 quilômetros com um litro de óleo diesel, que nós produzimos, vendemos para o Uruguai, para a Argentina, para o Chile e exportamos para a Europa. Então, há necessidade de que se democratize e se torne republicano o direito de dirigir um automóvel no Brasil. Eu agradeço a V. Exa. com a boa notícia que V. Exa. nos dá, de que V. Exa. começa a pensar com as equipes técnicas esse assunto. Muito obrigado.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Obrigado, Senador Gerson Camata.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. dispõe de dois minutos para a tréplica se desejar fazer uso.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Apenas para acrescentar que nós frequentemente estamos vendo na televisão os engarrafamentos em São Paulo, sobretudo, e em outras cidades do Brasil. A chuva, sim, em alguns momentos ou em muitos momentos. Mas, ao final de cada dia e começo de cada dia, os engarrafamentos decorrem exatamente de número excessivo de automóveis circulando pelas ruas, imagine baixando o preço do automóvel, o preço do combustível. Onde chegaríamos? E há uma preocupação mundial hoje com o meio ambiente. Essa é uma coisa também que temos que levar em consideração, que é o meio ambiente. Na medida que pudermos juntar todas essas questões e transformá-las no interesse nacional, tanto melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Sr. Ministro. Agora pelo DEM, Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, Sr. Ministro Edison Lobão. V. Exa. tem se desempenhado no Governo como um grande Ministro. Foi um grande Senador e tem uma história nesta Casa. Eu espero que V. Exa. entenda a minha palavra como uma contribuição aos projetos, à análise dos projetos que o Governo encaminha ao Congresso Nacional neste momento. Nós participamos da mudança do monopólio do petróleo em 1997. Fui o relator na Câmara dos Deputados e elaboramos o substitutivo que dá margem hoje à lei atual que estabelece o chamado regime de concessões para a exploração e produção de petróleo no Brasil. Sem dúvida nenhuma, nós temos de registrar aqui que esse modelo atual foi coroado de êxitos. Na época nós produzíamos 900 mil barris por dia, e tínhamos um consumo de um milhão e 500 mil. As nossas reservas eram escassas. Pelo trabalho da PETROBRAS, reestruturada pela lei que flexibilizou o monopólio do petróleo, houve um avanço extraordinário nas descobertas de novas reservas de petróleo, culminando com o pré-sal, que hoje é uma descoberta que encanta o mundo inteiro e faz com que o Brasil possa dizer hoje nós participamos da OPEP porque temos a maior... Uma das maiores produções de petróleo do mundo, e somos autossuficientes. Pretende-se agora introduzir uma nova legislação, modificando o chamado sistema de concessões, transformando-o num sistema híbrido, que envolve também o sistema de partilhas destinados à área do pré-sal. A pergunta que se coloca é que, dentro dos objetivos importantes que o Governo tem de tirar partido da produção de petróleo e da receita do petróleo para os programas sociais do Governo, é importante perguntar se essa mudança é necessária para impor aqui um sistema híbrido. Parece que, quando nós preparamos o modelo atual do petróleo, há 12 anos atrás, ao criar a chamada participação especial, nós estávamos quase que adivinhando que, a 12 anos na frente, viria o pré-sal.

A participação especial está na Lei 9478, vigente, e eu quero dizer aqui, reler aqui rapidamente a lei: "*O edital e o contrato estabelecerão que, nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade* - que é exatamente o pré-sal -, *haverá o pagamento de uma participação especial, a ser regulamentada em Decreto do Presidente da República*". Pela lei vigente, portanto, por Decreto, o Presidente pode aumentar a participação especial e formar um chamado Fundo Social, que se pretende obter e instalar com a nova legislação. É importante e nós gostaríamos de perguntar aqui ao Ministro, se não tiver esse dado no momento, fornecer depois à Comissão de Infraestrutura, qual é a participação especial que teria sido cobrada dos contratos do Parque das Baleias, de Iara e de Tupi, se esses contratos de concessão já foram assinados e como se prevê ali a participação especial. Através da participação especial, que é depositada numa conta única da União, pode se formar o chamado Fundo Social com o objetivo pretendido. Também a lei dispõe que o *royalty* é distribuído através de um fundo especial a ser distribuído entre os estados, os territórios e os municípios. Esse fundo especial já está estabelecido na lei. E a pergunta que se faz ao Ministro adicionalmente é se essa partilha de todos os estados, municípios e territórios, como *royalty* do setor do petróleo tem sido

feita em obediência à lei usando o fundo especial para isso criado.

Então, nós temos a preocupação em dizer aqui que talvez uma alteração na atual legislação do sistema de concessões, nós possamos atender os objetivos pretendidos pelo Governo. E há uma preocupação adicional, pedindo licença aqui ao Presidente para que eu possa descrever rapidamente sobre elas, é a questão do aspecto jurídico que nós estamos enfrentando, é uma análise da constitucionalidade da transferência das reservas do monopólio da União para a PETROBRAS. Todas as reservas do pré-sal não concedidas pela lei proposta aqui, serão transferidas pela PETROBRAS, retiradas do monopólio da União. Essa análise que nós temos que fazer com profundidade aqui, Sr. Ministro, para verificar se nós não estamos ferindo a Constituição ao transferir as reservas do pré-sal da sociedade do Brasil inteiro para uma sociedade anônima chamada PETROBRAS. Eu gostaria da análise desses aspectos. A própria participação de 30% em todos os contratos dos consórcios licitados é um programa que tem que ser analisado profundamente sob o aspecto da constitucionalidade. Me desculpe ter tomado o tempo, Sr. Presidente. Era só essas palavras que eu gostaria de dar como contribuição ao Sr. Ministro e, através dele, ao Governo, na análise desses projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Ministro Eliseu Resende. Com a palavra o Ministro Edison Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Eliseu Resende, V. Exa. é o dono da minha amizade e o dono da minha admiração. Ao longo dos anos, das décadas em que V. Exa. exerceu tantas e tão relevantes funções públicas neste país, eu fui acompanhando a sua vida e admirando. Portanto, tudo quanto V. Exa. nos diz como contribuição, nós temos que levar em muito boa conta. Por sua experiência, por seu espírito público, seu talento de administrador e de homem público.

Eu diria que a mudança do regime de concessão para o regime de partilha, Senador Eliseu Resende, é necessária. Se o Governo em 1997 fosse este, seguramente este Governo teria feito o mesmo que o outro fez. Ou seja, regime de concessão. Naquele momento isto era necessário, mais do que necessário, era indispensável. Sem o que nós não teríamos avançado como avançamos. Mas os tempos mudam. E mudam muito e mudaram rapidamente. Por isso é que agora o regime de partilha é o ideal e ele é adotado por quase 80% dos produtores de petróleo do mundo. Não é possível que só nós estejamos errados diante de uma experiência tão longa e tão larga dos demais países. Eu estou pessoalmente no convencimento de que estamos trilhando o caminho certo, estamos na direção correta. A menos que a experiência no futuro diga de maneira diferente, mas não dirá. Porque vamos inclusive manter os dois regimes. Um convivendo normalmente com o outro. Um não interferindo no outro, cada qual prestando os serviços que o seu modelo sugere.

O bônus de assinatura. O bônus de assinatura, como disse, é um benefício que a União recebe mínimo pela venda de um petróleo que nem ele mesmo conhece, no regime de concessão. Nós vamos manter o bônus de assinatura no regime de partilha, com que objetivo? Uma espécie de antecipação do Fundo Social. O Fundo Social a rigor só resultará em alguma coisa, só vai gerar recursos e cada vez mais a partir daqui a sete anos, oito anos, quando os campos de petróleo estiverem produzindo. Mas já como adiantamento dessa produção futura, estamos introduzindo o princípio do bônus de assinatura também no regime de partilha. Que é para que eles sirvam não apenas à nova PETROSAL, como também ao Fundo Social constituído através da lei que é o que se pretende agora.

Pergunta o eminente Senador Eliseu Resende sobre a situação atual dos estados e a distribuição. Nada eles perderão no regime de concessão, tudo quanto os estados produtores obtiveram até agora será mantido. Eles ainda terão o acréscimo dos 30% do pré-sal já distribuídos no regime de concessão. Porém, além disso, ainda há a proposta do Governo no sentido com manter a situação atual para os outros 70%, até que uma lei eventualmente disponha em sentido contrário. O aspecto jurídico, Senador Eliseu Resende, creio que se trata do art. 177 da Constituição, tivemos o cuidado de lidar também com esse problema e chegamos à conclusão, ouvidos os diversos juristas do Governo, entre os quais a Advocacia Geral da União, chegamos à conclusão de que não há nenhum problema desta natureza. E mais, existe decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito desta matéria, que nos tranquilizam as decisões do Supremo Tribunal Federal. Portanto, eu creio que aí não será um obstáculo, um óbice a que se mantenha e prossiga com a proposta do regime de partilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Ministro Edison Lobão. Para a réplica, o Senador Ministro Eliseu Resende. Dois minutos.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu fico muito satisfeito em ouvir do Ministro que houve e haverá uma atenção maior aos problemas aqui colocados. Preocupa o sistema híbrido, efetivamente. Nós teríamos uma superposição de marcos regulatórios, envolvendo inclusive o papel da agência. Nós teremos um marco regulatório para o pré-sal e um marco

regulatório para as outras reservas de petróleo. Nós não nos referimos aqui ao bônus de assinatura, esse existe efetivamente nos dois sistemas. Nós nos referimos à participação especial, que foi criada na lei, para ser regulamentada, pelo Presidente da República, a alíquota fixada pelo Presidente para prover, que pode, então, formar o Fundo Social para investimento em outras áreas. O aspecto jurídico preocupa. O parágrafo primeiro do art. 177 da Constituição prevê a transferência do produto da lavra, e não a transferência das reservas, Sr. Ministro.

A minha preocupação é muito grande e esse é um aspecto que tem que ser analisado, V. Exa. afirmou que a área jurídica do Ministério e do Governo já analisou, mas nós gostaríamos de ter aqui no nível do Congresso Nacional uma análise mais profunda a respeito dessa matéria. A ideia é formar forças no sentido de produzir os resultados pretendidos, que é a produção maior de petróleo em benefício da sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Edison Lobão, dois minutos para a tréplica, por favor.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Eliseu Resende, a questão da participação especial nos campos já distribuídos, Tupi, Iara, etc., poderá chegar até 40% sobre o produto líquido. Esta é uma calibragem que se faz e ela resulta, tem resultado em mais ou menos dobrar os *royalties* que os estados, hoje chamados produtores, recebem. Essas participações especiais são muito importantes, como renda dos estados e municípios assim considerados e também da União Federal. Os recursos da União Federal no que diz respeito à participação especial e *royalties* são distribuídos por alguns Ministérios, Ciência e Tecnologia, Ministério de Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, Marinha, e assim por diante. Sobre ainda o regime misto, vários países adotam esse regime e estão se dando muito bem com ele. Nós não faríamos, não faríamos uma Legislação que se conflitasse, a nosso ver, com os melhores interesses nacionais no que diz respeito à partilha. Fizemos isto apenas para estas regiões de grande concentração de petróleo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pediria silêncio, por favor.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Grande concentração de petróleo, que é o caso do pré-sal. Ela só se ajusta para esse tipo de concentração. E ela não se circunscreve ao pré-sal, o regime de partilha. Ela se amplia, a iniciativa, a todas as áreas consideradas estratégicas, ou seja, aquelas que no futuro vierem a ser descoberta mesmo fora do pré-sal e que tenham semelhante concentração de petróleo. Fora daí seguiremos com o regime de concessão nas áreas menos generosas. Muito obrigado a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Ministro Edison Lobão.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles, do PP. V. Exa. tem cinco minutos para fazer a sua interpelação.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente Collor, eu, antes de fazer o debate, eu quero cumprimentar V. Exa. pela maneira que V. Exa. está organizando essa Audiência Pública. É a primeira vez que eu vejo essa organização no Senado, em que estabelece prazo para perguntas, para questionamento. Que eu tenho assistido audiências públicas em que o interpelador fala 15, 20 minutos sobre o assunto, que, às vezes, não tem nada a ver com a matéria, e, muitas vezes, vai embora antes de ouvir a exposição do convidado. Parabéns, Presidente Collor, eu gostaria que todas as audiências públicas nessa Casa fossem conduzidas como essa que V. Exa. está presidindo.

Ministro Lobão, eu estava vendo que nós temos mais de 30 anos que eu sou um admirador da sua competência política, da sua capacidade de trabalho, do seu espírito público e do seu espírito democrático. De modo que as divergências que eu vou apresentar a V. Exa. há mais dúvidas em nada altera esse meu... Todo esse sentimento que tenho em relação a V. Exa. Eu devo dizer a V. Exa. que discordo totalmente da sistemática adotada, do abandono da concessão pela partilha. Eu acho que num país em que a União é a proprietária do subsolo, é proprietária do petróleo que está no subsolo, no fundo do mar, não havia nenhuma razão para nós mudarmos o sistema eficiente, competente, que trouxe os excelentes resultados, que é a concessão, por um regime de partilha, que pela legislação adotada, um regime em que o investidor privado vai entrar com investimento, a PETROBRAS vai operar e a PETROSAL vai mandar. Então, Ministro, eu acho que nós vamos ter uma queda enorme no nível de investimento, nenhuma empresa vai querer colocar recursos numa área em que a operadora será outra e que a PETROSAL vai mandar.

O primeiro questionamento, Sr. Presidente, Sr. Ministro, é o seguinte, é sobre a capitalização da PETROBRAS. Sobre os cinco bilhões de barris que serão entregues, em que a União vai entregar à PETROBRAS. Qual é o valor desses cinco milhões de barris? Porque se nós tivermos... O valor estiver abaixo da terra, vamos dizer, o valor do barril não certificado de quatro dólares, nós teríamos o valor de 20 bilhões. Mas se esse petróleo na hora que for explorado a uns 60, são 300 bilhões. 300 bilhões, qual é o valor des-

se ressarcimento? Como é que vai ser calculado? Vai ser o petróleo no fundo da terra ou vai ser realmente o valor dele, no momento que ele for explorado? Essa é uma dúvida, porque, dependendo desse valor, nós faríamos uma transferência enorme da União para uma empresa privada em que o Governo tem trinta e poucos por cento das ações, nós estaríamos fazendo uma transferência enorme de um patrimônio da União para acionistas privados da PETROBRAS.

Eu queria dizer também, esse é o primeiro questionamento. Segundo, Presidente, Ministro, eu não quero... Nós estamos criando um monstro chamado PETROSAL. Um monstro. A competência da PETROSAL é inacreditável. Olha aqui, Sr. Presidente, ela terá em termos de... A empresa pública indicará um nome. Haverá um comitê operacional em cada consórcio. A PETROSAL vai indicar metade desse comitê e o seu Presidente terá poder de veto. Ora, Presidente, quem é que vai querer colocar recursos num investimento, que vai investir numa atividade em que realmente o mando será de outro, a operação será feita... Eu tenho muitas dúvidas, Ministro. Além disso, se estabelece entre a competência da PETROSAL, auditar o custo do ressarcimento. Ministro Lobão, V. Exa. conhece administração pública. Uma grande empresa vai fazer, operar uma determinada área do regime de partilha. Vai investir, vai colocar recursos e depois apresenta uma planilha de ressarcimento à PETROSAL. Ora, se eu ver que a análise desse custo de investimento é totalmente complexa. É totalmente difícil, burocratizada. De modo que eu, Sr. Presidente, eu tenho extremamente dúvidas sobre essa constituição da PETROSAL, eu acho que ela está tirando atividades da Agência, poder da Agência Nacional de Petróleo, nós estamos enfraquecendo a agência reguladora, transferindo para a PETROSAL e para o Ministério de Minas e Energias competências que hoje estão com a Agência. Acho que fiquei no tempo, Presidente. São esses os questionamentos. Mas a PETROSAL, Ministro, é um monstro que está sendo criado e V. Exa., como Ministro, realmente vai ter dificuldade de administrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Ministro Francisco Dornelles. Com a palavra o Ministro Edison Lobão. V. Exa. tem cinco minutos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Francisco Dornelles, a admiração que tenho por V. Exa. seguramente não é menor do que aquela que V. Exa. anuncia em relação a mim. Talvez seja maior. E agradeço muito o seu questionamento direto, penetrante, que nos dá oportunidade de esclarecer as dúvidas que porventura ainda existam. O abandono da concessão, o abandono do regime de concessão pelo de partilha. Não estamos abandonando. Nós estamos seguindo com ele. Nós estamos apenas fazendo conviver um e outro harmoniosamente, em relação a áreas diferentes uma da outra. Naquelas áreas em que não houver grande concentração e pequeno risco, nós faremos com o regime de partilha, que é o pré-sal e as regiões estratégicas futuras. Nas áreas de possível baixa concentração e risco maior, prossegue o regime de concessão. Um ajudando o outro.

O problema da PETROSAL, que vai mandar em tudo. Vai mandar em muito pouco, a PETROSAL é apenas o fiscal da União Federal na plataforma. Eu vou dizer aqui a V. Exa. um por um, as atividades de cada setor. A atividade da Agência Nacional do Petróleo, dizem que a PETROSAL sai assumir as funções da Agência, do Ministério de Minas e Energia e do Conselho Nacional de Política Energética. Nos blocos exploratórios. A Agência Nacional do petróleo realiza os estudos e a delimitação, a PETROSAL não atua. O Ministério de Minas e Energia analisa os estudos e propõe ao Conselho Nacional de Política energética, que por sua vez aprova a licitação. O que é o Conselho Nacional de Política energética? É um conselho presidido pelo Ministro de Minas e Energia e formado por vários Ministros e é um conselho que assessora o Presidente da República, a decisão final é do Presidente da República. Está aqui... Os programas exploratórios. A Agência Nacional aprova o projeto e fiscaliza a atuação. Isso no regime de partilha. A PETROSAL aprova os gastos e investimentos. Em cima da plataforma, vem a PETROBRAS que é operadora, está comprando um parafuso por 10 reais quando o parafuso deveria custar cinco, é bom que tenha um fiscal ali reduzindo os preços, olhando os custos. Há momentos em que o operador pode achar que aquela exploração deve ser feita em 30 dias e quando poderia ser feita em 10, está ali a PETROSAL olhando e dizendo “não senhor, vamos fazer a coisa de maneira econômica”. Agora, é um comitê gestor e existem comitê gestor em todas as outras plataformas do regime de concessão. Portanto, o que a PETROSAL vai fazer aí é apenas o olho da União verificando os interesses do povo brasileiro, nada mais do que isso.

O desenvolvimento da produção. A Agência Nacional aprova o projeto de fiscalização e atuação, a PETROSAL aprova os gastos e investimentos, quer que os gastos sejam sempre menores, não creio que haja alguém que não deseje isso, o Ministério não atua e o CNPE também não atua. Na unitização com a União. Unitização o senhor já sabe, é quando há um campo já distribuído e um outro ao lado e o petróleo se comunica por baixo. Unitização com a União. A Agência Nacional do Petróleo representa a União até a criação

da PETROSAL. Criada a PETROSAL, a PETROSAL representa a União nesta unitização no que diz respeito aos campos que tenham ligação dentro do pré-sal. O Ministério não atua e o CNPE também não atua.

Os contratos de partilha. Contrato de partilha. A Agência Nacional do Petróleo elabora o edital e faz a licitação, e a PETROSAL faz o quê? Nada nessa matéria. O Ministério aprova o edital e define os parâmetros técnicos e assinaturas do contrato, e o CNPE aprova a licitação também. A comercialização do petróleo da União. A União vai ter o seu petróleo na sua partilha no pré-sal. A agência não atua e o pré-sal celebra contratos com agentes de comercialização, a venda do petróleo. O Ministério propõe a política de comercialização e o CNPE define a política de comercialização. Ou seja, neste caso a PETROSAL será apenas o agente do CNPE.

E finalmente, o conteúdo local dos equipamentos que deverão participar dessas atividades todas. A Agência Nacional do petróleo fiscaliza *a posteriori*, a PETROSAL fiscaliza ao longo do contrato, defendendo os interesses do povo brasileiro, do emprego, da geração de rendas, o Ministério propõe os parâmetros e o CNPE aprova estes parâmetros. Então, verifica-se que a agência continuará com todas as suas atividades acrescidas de outras atividades que não se conflitam da PETROSAL.

Bom, Sr. Presidente, talvez... Há uma pergunta feita pelo Senador Dornelles--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. tem mais dois minutos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Eu procurei acelerar um pouco as respostas, que é a questão da capitalização da PETROBRAS.

O Governo está entregando cinco bilhões de barris à PETROBRAS por um valor a ser ainda determinado por um levantamento a ser feito por instituição independente e que será examinado este levantamento pela Agência Nacional do Petróleo. Olha a importância da Agência. Se o valor posteriormente do petróleo for superior àquilo que vai ser indicado agora, a PETROBRAS devolverá o excedente. Se for menor, a União Federal cobrirá. Mas eu queria pedir, se o Presidente concordar, ao Dr. Dyogo, que é do Ministério da Fazenda, que nos acompanha aqui, um alto funcionário da Fazenda que foi quem trabalhou nessa questão e acho que vale a pena uma explicação mais técnica, mais profunda, do ponto de vista da Fazenda que foi quem, repito, cuidou dessa matéria para que possamos todos entender melhor como se fará isso. Se o Presidente permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu tenho que colocar isso à deliberação do Plenário. Aqueles Srs. Senadores que estiverem de acordo que o Diretor dê essas explicações, permaneçam como estão. Aprovado. V. Exa. tem, então, dois minutos para fazer a explanação.

SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA: Bomdia a todos senadores presentes! Em primeiro lugar, justificar a necessidade dessa capitalização, que tem pouco a ver com o interesse de aumentar a participação da União na PETROBRAS, tem muito mais a ver com a necessidade de financiamento que a PETROBRAS terá para enfrentar os investimentos do pré-sal, necessitará levantar capitais vultosos, e se encontra hoje a PETROBRAS com o chamado *Investment Grade*. Um dos critérios fundamentais para o *Investment Grade* é a relação entre dívida e capital. À medida que a PETROBRAS necessitará levantar recursos ao longo dos próximos 30 anos, que estimativas muito preliminares indicam que, para a exploração de todo o pré-sal, seriam necessários em torno de 500 bilhões de dólares, nós estamos falando de uma relação capital/dívida que vai se deteriorar muito. Então, esse aporte inicial, feito dessa maneira, permite que não haja, no primeiro momento, oneração do superávit primário da União, nós faremos isso com esses recursos do petróleo. Então, não há necessidade de onerar o superávit primário, e permite melhorar a relação dívida/capital que a PETROBRAS hoje tem, permitindo que a PETROBRAS continue com o *Investment Grade* e dessa maneira continue obtendo recursos com as menores taxas no mercado internacionais que hoje a PETROBRAS pode obter.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Ministro Dornelles, V. Exa. terá direito, então, a quatro minutos para fazer a sua réplica. Eu pergunto se V. Exa. deseja aguardar o Ministro Edison Lobão para que faça sua réplica.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Enquanto esperamos, a gente podia continuar ouvindo então a palavra do Diretor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Algo mais a acrescentar à sua resposta?

SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA: Só mais um detalhe, Presidente. O senhor permite só explicar uma parte da transação, que será feita com títulos da dívida pública. O projeto inclui uma autorização para que haja uma emissão de títulos da dívida pública exatamente porque, como o Ministro mencionou, é feita uma transação inicial, com base em uma avaliação que posteriormente será definitivamente decidida. Então, essa transação inicial da capitalização é feito com títulos, e a PETROBRAS, então, adquire da União esse petróleo com base nessa avaliação preliminar. Então,

para que não houvesse disputas ou discussões sobre essa avaliação inicial, nós vamos aportar dinheiro na PETROBRAS, efetivamente, para que não haja nenhuma discussão com os acionistas minoritários, não exatamente com a venda dos títulos porque os títulos serão depositados diretamente na própria PETROBRAS. Nós não venderemos os títulos no mercado e depois colocaremos na PETROBRAS. Os títulos serão emitidos diretamente à PETROBRAS e a PETROBRAS usa esse título para adquirir o volume de petróleo que está sendo disponibilizado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Ministro Francisco Dornelles, quatro minutos para a réplica, o tempo utilizado pela...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Ministro Lobão, V. Exa. ao analisar a competência da PETROSAL deu exemplos de quando for tratado o ressarcimento, ela vai verificar até o preço do parafuso. Verifica que burocracia, Ministro, a PETROSAL verificando todos os investimentos feitos pela empresa... Inclusive até o parafuso que for utilizado. Acho que é uma burocracia muito grande.

Segundo, ainda não vi explicação em relação à capitalização, qual é o parâmetro que vai ser adotado, se é o valor do barril enterrado ou se é o valor do barril, o potencial desse barril no momento da exploração. Isso é fundamental.

Segundo, Ministro, eu queria dizer ainda em relação à PETROSAL, a administração do consórcio caberá ao comitê operacional. A empresa pública, ou seja, a PETROSAL, indicará metade dos integrantes desse comitê, inclusive seu Presidente com poder de veto. Sr. Ministro, vamos colocar uma empresa que quer fazer um investimento. Como que ela vai trazer o investimento, colocar o seu capital numa atividade em que a operadora será outra companhia? E o mandante será a PETROSAL. Eu tenho enormes receios, se V. Exa. me permite, com as minhas desculpas, que o modelo adotado foi um freio nos investimentos que podem surgir no Brasil e eu acho que no momento nós todos os objetivos visados pelo Governo poderiam ser alcançados como procedimento menos burocratizado, que é a concessão, e tenho receio que nós não levemos em conta os investimentos necessários e que esse modelo de partilha adotado com a PETROBRAS operadora única e a PETROSAL dando ordens e mandando no consórcio, que nós venhamos ter uma redução dos investimentos numa área que o Brasil tanto necessita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Edison Lobão para a tréplica.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Dornelles, por que a União Federal, hoje, dirige, através de seus indicados, a PETROBRAS? Porque tem maioria nas ações, das ações com direito a voto. A PETROSAL, a União Federal terá muito frequentemente a maior parte na partilha do petróleo. Terá 50%, 55, 60, 70, 80. Ora, se ela tem 70, 80, é natural que, no comitê operador, ela tenha a maioria e tem o direito de veto. Mas já hoje é assim no regime de concessão. Para cada plataforma instalada ali tem um comitê gestor. São quatro empresas. A Shell, a Esso, a PETROBRAS e tal. Comitê gestor. No comitê gestor, todos têm o direito de participação e de palavra de voz e até de veto. A PETROBRAS é hoje a operadora de 80% dos campos petrolíferos, representa o interesse das outras empresas e as outras empresas não se queixam, não reclamam. Participam do comitê gestor, do comitê gestor. Não está fazendo nada de novidade. A única novidade é que neste caso a União Federal terá maioria em cada campo. Essa é a novidade. Ora, se ela tem maioria, é razoável que ela possa dirigir todo o processo e que ela possa ter poder de veto nas decisões todas. Quer dizer, vem uma outra empresa que é associada à PETROBRAS em cada campo com 10%. Ela tem o direito de dizer o que quer e o que não quer. E como ela só tem 30% em cada campo, ordinariamente somente 30% e não a maioria, ela PETROBRAS, ela poderia ser vencida nessas decisões todas. Não, neste caso, estará prospectando petróleo, extraindo petróleo para a União Federal. E estará sendo fiscalizada, ela é uma petrolífera também, estará sendo fiscalizada pela PETROSAL, que é o olho da União, é a mão da União.

O valor de cinco bilhões. Como é que se faz esse cálculo? Acho que ele é que deveria responder, mas vou tentar também dar uma resposta. O petróleo, hoje, quanto custa no mercado? 65, 70 dólares o barril. No fundo do poço, ele é avaliado em 10 dólares, oito dólares, sete dólares, 12 dólares. Então, virá uma empresa avaliadora, independente, e vai fazer a avaliação daqueles campos que serão--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Vai receber algum parâmetro para fazer?

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Vai receber as informações técnicas da Agência Nacional do Petróleo, da prospecção feita anteriormente. Então, ela vai fazer a avaliação de quanto vale naquele campo, naquele poço, quanto vale o petróleo no fundo do poço. Vale dizer, vale por hipótese. 10 dólares. Então, cinco bilhões de barris a 10 dólares são 50 bilhões de reais. Muito bem, então a União Federal vai fazer a sua parte

na capitalização por 50 bilhões de reais. Se mais tarde na hora de explorar, nós verificarmos que aquilo está valendo mais do que 10, está valendo 15, por hipótese, a PETROBRAS vai devolver os cinco de cada barril. Não, não está valendo 15 nem 10, está valendo oito. Ah, bom, então a União Federal põe a mão no bolso e aportará mais dois. Porque ela fez um contrato da ordem de 10. Estou usando números aleatórios. Mais ou menos isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Ministro Edison Lobão. Com a palavra o Senador Renato Casagrande, pelo PSB.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Ministro, Sr. Secretário, Senador Eliseu Resende, Srs. Senadores presentes. Senhoras e senhores.

Sr. Ministro, muito obrigado pela sua presença, pelas suas explicações, pela sua paciência e elegância em fazer esse debate da forma tranquila como está fazendo aqui na Comissão. Primeiro dizer que se o petróleo for do Espírito Santo, isso terá um custo mais elevado, valerá mais naturalmente porque o pré-sal do Espírito Santo está entre 70 e 80 quilômetros da costa, está a dois mil metros de profundidade e naturalmente terá um valor maior e isso poderá ser bom para o Governo Federal e para as operações financeiras e engenharia financeira arquitetada. Nós, no Espírito Santo, [ininteligível] do Espírito Santo, temos, dos 149 mil quilômetros quadrados, uma pequena área de 10.500 quilômetros quadrados nesse sítio do pré-sal. Mais uma condição muito adequada e certamente será o primeiro campo a sofrer uma exploração comercial. Naturalmente, o interesse do Espírito Santo, meu, do Senador Camata, do Governador Paulo Hartung, das lideranças do estado, é grande na visão do desenvolvimento nacional e na visão do desenvolvimento do Estado do Espírito Santo.

E a primeira pergunta que eu faço, eu falei, feita essa introdução e esse comercial do Espírito Santo, mas para fazer um questionamento. O sistema vai ser misto. O atual sistema concedido permanece como está e as novas áreas do pré-sal não concedidas, sistema de partilha. E tem uma expressão usada pelo Ministro que é futuras áreas, que são áreas estratégicas que poderão também entrar como área, como sistema de partilha. Eu acho que essa questão merece, Ministro, uma explicação talvez mais detalhada por V. Exa. O que são áreas estratégicas? Porque isso é muito subjetivo. Isso gera uma certa insegurança. Está clara a posição de que as áreas concedidas permanecerão com as mesmas regras. Está claro que as áreas não concedidas no campo e no sítio do pré-sal terão sistema de partilha. E o que são essas áreas estratégicas? O Espírito Santo, por exemplo, tem... até a altura da capital Vitória, é a área do pré-sal. De Vitória para o norte, já temos blocos e temos áreas identificadas que parte já foram concedidas, parte poderão ser concedidas e em terra também. Então, no Espírito Santo, conviverá diferentemente talvez do Rio e de São Paulo. O Espírito Santo conviverá de forma muito clara com sistema de concessão e conviverá com sistema de partilha. O que significa então essa expressão áreas estratégicas? Porque, na minha avaliação, é uma avaliação subjetiva e que gera uma certa insegurança.

As outras questões, Ministro, eu também, apesar de ter obtido algumas explicações e esclarecimento com relação à capitalização, eu ainda naturalmente vou estudar, ainda mais do que já estou estudando, e o Governo vai nos esclarecer, certamente, e o debate vai promover esse esclarecimento, porque ainda tenho dúvidas com relação à capitalização. A questão objetiva com relação à capitalização, além daquilo que o Senador Dornelles questionou, o debate sobre a possibilidade de dar as condições para o pequeno acionista também possa capitalizar. Já ouvi e já li declarações do Presidente Lula contrárias ao uso do FGTS. Pergunto a V. Exa., esse debate pode permear o Governo e convencer o Governo de que os pequenos acionistas poderão usar recursos do FGTS para se capitalizar?

Outra questão que eu acho importante para que eu possa terminar, o que esse... O Fundo Social, que é o Fundo Soberano, eu sou autor de um projeto que cria um Fundo Soberano no Brasil e eu concordo, sou defensor do Fundo Soberano, acho que o Fundo Social foi o ponto que avançou mais com relação à proposta do Governo pelos investimentos em áreas estratégicas; esse Fundo Social, Fundo Soberano, fará investimentos externos e investimento interno. Tem algum critério para esse investimento? Tem algumas atividades, algumas áreas que esse fundo poderá aplicar o recurso? Porque é o rendimento desse fundo que vai promover os investimentos nas áreas estratégicas. Quais são as garantias de rendimento mínimo que nós teremos para esse Fundo Soberano?

E faltando meus 20 segundos, eu quero só dizer que eu concordo com boa parte das teses defendidas pelo Governo. Eu sou um defensor de que nós deveremos efetivamente caminhar para que haja uma participação do estado maior até pelas garantias que temos no pré-sal, então parabenizar e me colocar à disposição para que eu possa colaborar no aperfeiçoamento dos projetos e na defesa de que esses recurso de fato seja utilizado para o desenvolvimento do Brasil. Obrigado, Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Senador Renato Casagrande. Com a palavra o Ministro Edison Lobão das Minas e Energia. V. Exa. tem cinco minutos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Muito grato, Sr. Presidente. Senador Renato Casagrande, V. Exa. tem alguma razão, os blocos exploratórios do Espírito Santo realmente estão mais próximos da costa e em águas menos profundas. Portanto, ali é uma área de bastante privilégio, embora a concentração maior de petróleo possa estar em outros campos de águas mais profundas. Mas esta é uma realidade.

O que é área estratégica? Nós definimos como área estratégica aquela que for semelhante ao que existe hoje no pré-sal, ou seja, grande concentração de petróleo. O que é um campo gigante? Campo gigante é aquele que pode produzir a partir de 600 milhões de barris de petróleo. Esse é um campo gigante, possa possuir 600 milhões de barris de petróleo. No pré-sal nós estamos verificando que há campos de um bilhão de barris, dois bilhões de barris, oito bilhões de barris. Então, com menor intensidade na concentração de petróleo, nós começamos a declarar aquele campo um campo gigante. Onde quer que surja um campo gigante, fora do pré-sal, é uma área estratégica. Ali se aplicará, portanto, o regime de partilha. Essa é a nossa intenção. Seja ele no mar, seja ele em terra o que vier, possa o pré-sal onde quer que ele se encontre, o campo gigante será uma área estratégica. Ou seja, baixo risco, grande concentração de petróleo.

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Naquela época em que o Governo permitiu que o trabalhador lançasse mão do seu Fundo de Garantia para comprar ações da PETROBRAS, era interesse estratégico, interesse econômico do Governo proceder desse modo, facilitar as pessoas que comprassem ações da PETROBRAS. Nesse momento o Governo precisa do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço íntegro, para determinadas outras atividades de caráter social, de interesse fundamental do próprio Governo, do Poder Executivo. Ou seja, o saneamento básico, a construção de residências e assim por adiante. Então, esta é uma decisão que será tomada pelo Ministério da Fazenda basicamente junto com o Presidente da República. Mas em princípio não há ideia do Governo de abrir mão de novo do Fundo de Garantia, para que o acionista possa exercer o seu direito de compra de ações. O acionista minoritário mantém seu direito íntegro de subscrever suas ações. Faça-o. Agora, o que o Governo, em princípio, não deseja é abrir os cofres do Fundo de Garantia para que se faça uma nova chamada de capital. Bom, mas essa não é uma decisão ainda definitivamente tomada. Esse é o pensamento inicial.

Sobre o Fundo Soberano, como aplicar os recursos do Fundo Soberano ou do Fundo Social. Haverá um comitê gestor que vai dizer onde esses recursos devem ser aplicados. No exterior, em que fundo no exterior, em que banco no exterior, quanto deve ser retirado de lá pra cá. Aplicado aqui aonde? Esses recursos do Fundo Social podem ser aplicados inclusive na exploração de petróleo. Nós estamos estabelecendo na lei que somente petrolíferas podem se associar em grupos para disputar campos no pré-sal. Exceto um Fundo Social, um determinado fundo que venha a ser constituído pelo Fundo Social. O que a imprensa começou a chamar de fundo do fundo. Ou seja, este Fundo Social que decorre de recursos do petróleo poderá criar um novo fundo para participar das licitações em consórcio com empresas petrolíferas entre as quais a PETROBRAS. Este comitê gestor que será formado por agentes do Governo e da sociedade e que não terá salários, não terá remuneração, nem o comitê gestor nem o comitê deliberativo, ele decidirá onde aplicar e como aplicar tais recursos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Renato Casagrande para a réplica.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. A questão do Fundo de Garantia, eu acho que nós devemos fazer um debate, porque o Governo, que é o acionista majoritário da PETROBRAS, está viabilizando engenharia financeira, que é normal, legítima, natural, para capitalizar, para se capitalizar, para aumentar sua participação, para colocar a PETROBRAS com mais capacidade de investimento, aumentar talvez o seu percentual de participação na PETROBRAS. Acho que é mais do que natural que também seja Fundo de Garantia seja outro instrumento que se dê ao acionista minoritário também a possibilidade de participar mais, aumentar a sua participação. Não tem nenhum prejuízo para o acionista minoritário se ele não aumentar sua participação, se não aumentar seu capital. Mas acho que seria importante o Governo pensar nisso.

A outra questão, as áreas estratégicas. Fora do pré-sal, tem um processo de licitação de blocos, depois da licitação do bloco é que vai se verificar o tamanho do potencial daquele bloco. Então, eu estou achando meio incoerente perante as duas regras, da regra de concessão. Porque fora do pré-sal será processo de concessão. Então, a empresa participa de uma licitação de uma área, depois vai saber o potencial dessa área. Então, eu estou achando que essa expressão, áreas estratégicas futuras, ela está mal posicionada no Projeto de Lei. Na minha avaliação que vamos ter que fazer um debate sobre este assunto.

As outras questões, Ministro, eu, de fato, quero que o recurso do Fundo Social possa ter investimentos estratégicos e o senhor sabe da nossa preocupação com a questão ambiental, petróleo é um combustível fóssil, nós temos que ter bons investimentos para que a gente possa compensar a emissão de gás de efeito estufa com atividade de queima de petróleo. Nós temos que avançar para que a gente possa ter novos pólos petroquímicos, gás químico no Brasil para poder agregar valor, as refinarias já estão sendo instaladas e planejadas, temos que agregar valor ao petróleo e temos que fazer com que esse recurso possa ser utilizado para compensar as grandes emissões. Obrigado, Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Lobão para a tréplica, dois minutos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Casagrande, V. Exa. fala em agregar valores. Sim, há uma decisão também do Governo e da própria PETROBRAS, no sentido de fazer agregações de valores. Nós por isso mesmo estamos iniciando a construção de algumas refinarias, uma das quais de grande porte, uma das maiores do mundo, que vai... Refinaria Premium, que vai processar 600 mil barris de petróleo por dia. Ou seja, um terço de todo o petróleo nacional. Serão produtos da melhor qualidade, destinados a exportação. Vamos exportar para os Estados Unidos e para a Europa diesel e gasolina da melhor qualidade, etc. E temos uma outra refinaria em construção em Pernambuco, outra prevista para o Ceará, estamos ampliando a refinaria do Rio Grande do Norte, enfim, agregando valores. Nós não queremos exportar petróleo bruto, como alguns países fazem. Nós queremos exportar produtos acabados, gerando emprego aqui no Brasil, gerando tributo, gerando valores. Essa é a nossa intenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante. V. Exa. tem cinco minutos para a sua pergunta.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Presidente. Queria saudar o Ministro Edison Lobão, que faz uma apresentação muito consistente e um trabalho muito importante ao Brasil à frente do Ministério.

Eu queria, primeiro, rebater algumas colocações que foram feitas. Primeiro, sobre a constitucionalidade. O art. 177 da Constituição diz: "Constitui-se monopólio da União pesquisa e a lavra da jazida de petróleo, gás e hidrocarbonetos fluídos", portanto é monopólio da União. Mas foi introduzido dispositivo que diz: A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nesses incisos e a lei disporá sobre as condições da contratação. Portanto, a União pode contratar empresas estatais ou privadas e a lei tem que estabelecer quais são as condições. Nós tínhamos o regime de concessão, que era um regime adequado para o que era história do petróleo no Brasil. Alto risco e baixa produção. O pré-sal mudou essa história. Com as descobertas de ontem, nós estamos falando entre 10 e 16 bilhões de barris já descobertos, o que mais do que dobra as reservas existentes durante 70 anos no Brasil. Mudou a história do petróleo. Nós de um país importador de petróleo e que tinha autossuficiência em volume mas não financeira, porque nós tivemos um déficit em petróleo e gás de 11,9 bilhões de dólares o ano passado, nós caminhamos para ser um grande exportador de petróleo ou derivado de petróleo. Todos os países da OPEP têm o regime de partilha, e se não tivessem, a OPEP não teria capacidade de administrar o preço internacional, porque eles controlam 76% das reservas mundiais. Todos têm o regime de partilha. Porque mantiveram sob controle do estado a gestão dessa riqueza estratégica não renovável e que vai ter um déficit crescente na economia mundial. Então, a primeira discussão da partilha é que na partilha nós não vamos privatizar as reservas. Porque na concessão quando a empresa descobre petróleo, a reserva é dela por 27 anos. No regime de partilha, não. No regime de partilha as reservas continuarão sob controle da União.

A segunda questão fundamental que eu acho que é o tema mais importante que nós devemos discutir, é o que nós queremos fazer com esse petróleo. O que as empresas multinacionais de petróleo, as sete grandes querem, nós sabemos. Elas queriam que ficasse como estava. Porque quanto pagou a PETROBRAS e as empresas por Tupi e Iara? 15 milhões de reais na disputa da licitação de Tupi e Iara. Quanto eles descobriram de petróleo? De seis a 12 bilhões de barris. Vamos trabalhar com a hipótese pessimista, que seis bilhões de barris no fundo do mar a cinco dólares custam 30 bilhões de dólares, ou seja, 70 bilhões de reais. E vamos trabalhar com a hipótese otimista, 12 bilhões de barris a 10 dólares, 120 bilhões de dólares, 240 bilhões de reais. Portanto, as empresas ganharam entre 70 e 240 bilhões de reais, pagando 15 milhões de reais à União. O que elas queriam é que continuasse a nona rodada no silêncio absoluto do país, que o Brasil não soubesse o que tem e o que isso representa, porque elas maximizariam os seus interesses num planeta que só 7% das reservas estão hoje sob controle aberto ao setor privado, só 7% das reservas mundiais são livres o acesso às grandes multinacionais. Então, elas queriam que nós continuássemos nesse caminho. O Governo fez um serviço ao futuro desse país. Porque

o melhor para o Governo era licitar na nona rodada, botar dinheiro em caixa e gastar. Fez exatamente ao contrário do objetivo eleitoral, que era ter dinheiro para gastar em eleição. Está pensando o futuro dessa nação, uma visão estratégica de longo prazo.

Qual é a segunda grande questão desse debate? É qual é o papel da PETROBRAS. Porque as grandes empresas multinacionais, elas tem uma imensa capacidade de refino e não é no Brasil. Elas não têm uma refinaria no Brasil. Estão nos seus países de origem. Elas têm uma grande capacidade de comercialização e distribuição, o que elas não têm é reserva, e o que elas querem no Brasil? Elas querem comprar óleo bruto porque elas vão refinar lá, o que nós temos que fazer? Nós temos que investir em refinarias, sondas, plataformas, substituir importações para exportar derivados de petróleo para gerar valor agregado no Brasil. Nós não temos que exportar matéria-prima, nós temos que exportar o produto acabado porque é isso que vai gerar emprego, isso que vai gerar impulso à industrialização, é isso que vai gerar uma indústria de bens de capital, de equipamentos. Então, nós temos que fazer cinco refinarias. Quem vai fazer? A PETROBRAS. Quem é que está fazendo nove mil quilômetros de gasoduto? A PETROBRAS. Quem é que está encomendado os navios, as plataformas, reativou os estaleiros no Brasil? A PETROBRAS. Eu vejo aqui o papel do setor privado, nós vamos continuar tendo, porque no regime de concessão continua. 28% do pré-sal vai continuar como concessão. Agora, qual é a participação do setor privado? Qual é a participação do setor privado? 35 bilhões de dólares. 35 bilhões de dólares é o investimento privado no Brasil nos próximos cinco anos. Qual é o investimento da PETROBRAS? 174 bilhões de dólares. É ela que puxa o processo, ela que industrializa, ela que impulsiona. Agora, se nós abrimos essas reservas no regime de licitação, as grandes multinacionais estão altamente capitalizadas, e eu peço atenção a esse argumento, a PETROBRAS, ela vai se descapitalizar para disputar as reservas que estão no Brasil. Ao se descapitalizar, ela não vai conseguir sustentar o investimento em refino. Ela não vai conseguir modernizar as refinarias. Ela não vai conseguir encomendar os equipamentos. E aí nós vamos vender o óleo bruto para as empresas que querem as reservas e já tem o seu parque de refino, onde a PETROBRAS é uma concorrente. Se nós quisermos ter uma visão de nação, estratégica, nós temos obrigação de fortalecer a PETROBRAS. Quando nós damos 30% das reservas para ela operar sem ter que desembolsar capital, aquele capital que ela não vai desembolsar, ela vai investir em refinarias e equipamentos, que é o que interessa estrategicamente ao Brasil. Os outros 70% vai a leilão. Ou a PETROBRAS disputa e as empresas vão poder participar, como participam no pré-sal hoje. Porque hoje a PETROBRAS lidera oito dos nove blocos que estão lá no pré-sal sob concessão. Então, primeiro as empresas internacionais estão acostumadas a trabalhar com partilha, o mundo inteiro tem partilha. E a OPEP é só partilha. Estão acostumados, não é nenhuma novidade para elas. Evidente que elas queriam que a regra fosse o que estava, que era uma regra adequada num país de alto risco e baixa produção, mas não com as descobertas dessas mega reservas. O Brasil precisa administrar essas reservas olhando para o longo prazo. O Brasil precisa fortalecer a PETROBRAS, que é quem substitui importações, moderniza as refinarias, constrói cinco novas... é ela que vai garantir a mudança no saldo industrializante do petróleo. Ela que vai garantir transforme exportador de derivado de petróleo. Porque as grandes multinacionais não vão fazer uma única refinaria no Brasil. Por isso essa mudança é uma mudança estratégica, de política industrial. Gerar valor agregado, substituir importações e administrar com inteligência a nossa riqueza.

Para concluir, por que nós precisamos da PETROSAL? Porque a partilha é óleo custo e óleo lucro. Se a União não fiscalizar o óleo custo, inclusive não fiscalizar a própria PETROBRAS com uma estrutura independente, o óleo lucro pode ser menor do que seria a apropriação dela na riqueza que ela está mandando produzir no regime de partilha. Então, a PETROSAL é uma equipe técnica que vai fiscalizar a estrutura de custos e vetar qualquer gasto que não seja gasto com o valor de mercado, com o padrão de eficiência e produtividade, para aumentar o óleo lucro que vai ser a nossa participação. Por isso eu acho que é um modelo absolutamente indispensável ao Brasil e eu tenho certeza que os senadores, a partir do avanço desse debate, trabalharão para aprimorar esse modelo, para contribuir, mas ter um regime misto no Brasil não é o Governo que está fazendo essa opção, é que a história do petróleo no Brasil mudou. Nós éramos importador com autossuficiência volumétrica, não econômico-financeira, e vamos nos transformar num grande exportador ou de óleo bruto ou de derivado de petróleo. E eu espero que seja por derivado de petróleo. E não há como caminhar nessa direção sem fortalecer a PETROBRAS, capitalizando a PETROBRAS, dando acesso a ela as reservas, ela dominando mais informação, mais logística, mais competitividade, mais eficiência, ela que já é a oitava empresa do mundo e é a quarta empresa das Américas. Ela vai dar um salto extraordinário e vai ser das poucas grandes multinacionais de um país que tem tantas multinacionais aqui e poucas multinacionais lá fora. Por isso eu não vejo outro ca-

minho aqui para o Brasil que não seja a adoção desse novo marco regulatório.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria cumprimentar o Senador Mercadante pela grande exposição que ele fez, tomando inclusive o lugar do Ministro Lobão, sugerindo a V. Exa. que fosse marcada uma audiência para que o Senador Mercadante pudesse fazer uma exposição sobre o problema e nós pudéssemos questioná-lo como nós estamos apresentando questões ao Ministro Lobão. Eu hoje a exposição... Eu não vi a a pergunta que o Senador Mercadante fez ao Senador Lobão. Eu vi uma conferência paralela e que nós não temos inclusive tempo de questionar o expositor, o Senador--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Art. 14 por ter sido citado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa., Senador Aloizio Mercadante tem, pelo art. 14, e também a possibilidade de formular a sua pergunta--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ele vai pedir duas vezes, Presidente. Presidente, pela ordem.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu estou tentando apenas fazer o papel... O grande Senador Dornelles fez ontem com a indústria, com o IBP. Porque ontem também ele fez uma defesa do que a indústria gostaria de ouvir do Senado. Eu hoje estou fazendo a defesa do que eu acho que é o melhor para o país e dando argumentos, e provocando o Ministro Lobão e reforçando a intervenção que ele fez, deixando claro quais são as questões fundamentais que nós devemos debater. Agora, o que nós precisamos aqui é de argumentos. De argumentos. Eu estou apresentando argumentos daquilo que eu acho que é o fundamental para o Brasil e tenho certeza que o Ministro terá comentários relevantes a aprimorar à modesta contribuição que busquei dar à intervenção de V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes de passar a palavra ao Ministro Edison Lobão, pela ordem, Senador Flexa Ribeiro. V. Exa. tem dois minutos para fazer a sua intervenção.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pedi pela ordem porque o Senador Mercadante vai pedir art. 14 pela segunda vez. Porque eu quero fazer minhas as palavras do Senador Dornelles. E me preocupa muito que a exposição brilhante do Senador Mercadante possa colocar em risco o Ministro Lobão. Porque me parece que ele está interessado no Ministério de Minas e Energia. Agora, só queria que o Senador Mercadante pudesse me explicar, ele por três vezes fez referência de que nenhuma empresa estrangeira faria investimento em refinaria no Brasil. Por três vezes. Só a PETROBRAS. O refino de petróleo é monopólio da PETROBRAS. Eu pergunto ao Senador Mercadante se ele quer quebrar o monopólio da PETROBRAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. não pode questionar o Senador Mercadante. Tem que questionar o Sr. Ministro.

[sobreposição de falas]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Art. 14, pela segunda vez. De forma muito breve--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Mercadante, brevemente, por favor.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço. Quero dizer o seguinte, houve uma inflexão na intervenção da PETROBRAS nesse novo Governo. Porque no Governo anterior, além de terem vendido 30% da empresa por apenas cinco bilhões de dólares e a empresa deixou de disputar os leilões, o primeiro leilão, o segundo e o terceiro praticamente esteve ausente, houve uma estratégia de fortalecer a PETROBRAS e a PETROBRAS numa perspectiva de substituir importações. Os estaleiros brasileiros estavam fechados. E hoje estão gerando milhares de empregos e produzindo, porque a PETROBRAS está encomendando sondas, plataformas e equipamentos. O petróleo era 3,5% do PIB. Hoje, é 12% do PIB. E metade disso é PETROBRAS. E o refino tem que continuar sob monopólio. Ainda bem que vocês não tiveram tempo de quebrar, porque quebraram tantos monopólios... Mas pelo menos esse nós conseguimos manter e é um fator de grande interesse estratégico. Por isso que a PETROBRAS tem que ser fortalecida no regime de partilha. Está de parabéns V. Exa. que ajudou a construir esse modelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Aloizio Mercadante. Com a palavra o Sr. Ministro Edison Lobão. V. Exa. tem cinco minutos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Eu não quero invocar o art. 14, até que nem posso fazê-lo, eu sou um senador licenciado aqui, estou como convidado e Mi-

nistro, mas quero fazer minhas as palavras do Senador Mercadante. Ele ajuda muito com a sua intervenção a explicar todo este modelo que estamos propondo ao Congresso Nacional.

Eu não vejo porque tanta dificuldade em entender a participação da PETROBRAS neste processo todo. Acabei de dizer que 77% de todo o petróleo do mundo estão em mãos de empresas estatais pelo mundo afora. Por que haveria de ser diferente aqui no Brasil? Se dá certo lá fora, haverá de dar certo aqui também. E é o que nós estamos fazendo. Repito também, não estamos copiando o modelo de ninguém. Estudamos todos os modelos. Estamos construindo o nosso modelo, adaptando-o às nossas necessidades e aos nossos interesses. Aí vem a pergunta: E as empresas estatais ou não estatais do exterior têm interesse em participar no Brasil com regime de partilha? Sim. A própria PETROBRAS já está no exterior, em vários países, pelo regime de partilha. A PETROBRAS, não outra empresa, está por exemplo na Bolívia, na Nigéria, em Angola, na Líbia, em outros países. Onde é que estão as empresas estatais em regime semelhante e outras empresas privadas? A Shell está na Rússia, na Indonésia, na Nigéria e no Paquistão. Regime de partilha. A Exxon está na Indonésia, na Rússia e na Turquia. Partilha. A Total, é uma empresa chamada Total, encontra-se na Angola, na Líbia, na Nigéria, na Indonésia e no Azerbaijão. A Chevron em Angola, Indonésia, Rússia e Azerbaijão. A BP, a British Petroleum em Angola, na Rússia, na Indonésia e no Azerbaijão. A Devon encontra-se na Rússia. E eu diria uma série de outras, eu já fui procurado por várias empresas internacionais, entre as quais a Shell, que, aliás, estava recentemente num encontro no Estado do Senador Gerson Camata, no Espírito Santo, tive um encontro lá há 15 dias numa solenidade pública em que o Presidente internacional da Shell declarou que está pronto para vir investir no Brasil, no pré-sal. O que as empresas internacionais querem saber é exclusivamente sobre regras claras e respeito aos contratos. Feito isto, estão todas prontas para vir investir aqui. Além desta, diversas outras empresas internacionais já me procuraram dizendo que têm todo interesse em participar. E que não têm nada contra o regime de partilha. Estão inteiramente de acordo. Portanto, eu não vejo porque essas dúvidas quanto ao futuro e ao sucesso desse empreendimento que estamos iniciando aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Mercadante, dois minutos para réplica.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu gostaria, Ministro, de explorar dois outros assuntos. O primeiro sobre o Fundo Social. Eu acho que o Fundo Social foi uma construção inteligente de reunir os recursos e vincular objetivo estratégico do Brasil. Mas eu não vejo como nós vamos escapar de um Fundo Soberano. Caso contrário, nós teremos uma apreciação muito forte da moeda e vamos repetir os erros que a maioria dos países produtores e exportadores de petróleo cometeram. Porque toda essa lista de grandes produtores e exportadores de petróleo são economias parasitárias, que vivem só do petróleo, incapaz de desenvolver os outros setores da economia. Nós já estamos entre as dez maiores economias do mundo, somos um país industrializado. Se o real se apreciar, nós vamos perder competitividade nos outros setores do agronegócio, da indústria, prestações de serviços, então nós precisamos colocar essa poupança no fundo fora do Brasil. Aplicar esses recursos e usar internamente o resultado das aplicações. Então, eu acho que essa discussão precisa ser aprofundada do ponto de vista macroeconômico. Nós temos tempo para isso. E o Celso Furtado advertiu isso, quando ele escreveu um livro sobre a descoberta de petróleo na Venezuela, em 1974, ele diz: "A Venezuela acaba de descobrir grandes campos de petróleo", como nós estamos descobrindo agora. "Se ela não souber usar essa riqueza, ela vai involuir. Se ela souber, vai ser o primeiro país desenvolvido da América Latina", ele alertava para a doença holandesa em 74. Hoje nós estamos vivendo o que a Venezuela viveu em 74. Nós estamos olhando para o futuro, nós vamos ficar entre o sexto, sétimo, oitavo país exportador de petróleo, não há como nós não construirmos um Fundo Soberano associado ao Fundo Social. O Brasil precisa debater isso, a Noruega é um exemplo de êxito nessa área e nós não temos outro caminho se quisermos preservar a industrialização e a competitividade do Brasil. E usar o petróleo, não pela maldição do petróleo, mas o petróleo como uma riqueza econômica que vai se transformar... Riqueza natural que vai se transformar em riqueza econômica e social.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Edison Lobão, dois minutos para a tréplica.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Mercadante, V. Exa. não havia chegado ainda a essa Comissão quando eu fiz uma explicação sobre essa questão fundamental e importante, mais ou menos na linha do que V. Exa. está dizendo. Nós não cometeremos os erros que outros países cometeram nessa matéria. Este será um Fundo Soberano, sim, a ser aplicado no exterior e eventualmente parte dele aqui também. Nós não abdicaremos do nosso desenvolvimento na maneira em que ele se processa por volta dos anos 60, no começo dos anos 60, a economia brasileira se baseava no

café, era o produto de exportação que tínhamos. Hoje nós somos um país de exportação diversificada, sofisticada, temos uma indústria poderosa, construtoras extraordinárias que estão espalhadas pelo mundo afora operando. A nossa economia não se alterará, o rumo dela se manterá. Nós vamos continuar com a nossa economia forte, pujante e a riqueza do pré-sal será um *plus* a esta economia. Nós abjuramos a maldição holandesa. Nós não abriremos a nossa guarda para que ela venha aqui em lugar de nos ajudar, a riqueza do petróleo nos prejudicar. O petróleo há de ser uma bênção de Deus e não uma maldição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Ministro. Com a palavra o Senador Marconi Perillo, pelo PSDB.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Marco Antônio, Sras. e Srs. Senadores. Em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentar ao Ministro Edison Lobão, nosso colega, que tem revelado mais uma vez sua competência e sua qualidade técnica dirigindo um dos mais importantes Ministérios desse país. É uma satisfação e honra recebê-lo aqui. Hoje mesmo estou protocolando um outro requerimento, convidando S. Exa. para vir aqui nessa Comissão debater outros assuntos relativos à matriz energética, distribuidoras, distribuidoras federalizadas, a companhia energética de Goiás, conforme já disse a S. Exa. em visita recente. Mas eu queria cumprimentá-lo, saudá-lo e agradecê-lo pela presença aqui na Comissão, nessa Audiência Pública.

Ontem nós fizemos uma reunião que contou com a presença de inúmeros senadores e praticamente toda a bancada Federal do PSDB na Câmara. Uma reunião que foi realizada no partido. Claro que essa questão do pré-sal foi o motivo principal dessa reunião. E lá alguns aspectos foram colocados, eu gostaria de ouvir de V. Exa., que é um Ministro, um colega Senador por quem tenho muito respeito. A primeira preocupação diz respeito à lei que tramita hoje na Câmara e também a discussão toda em relação a marco regulatório, agência reguladora, etc., que tem tratado de forma muito contundente a questão do pré-sal, mas que não tem levado na mesma consideração, pelo menos aos nossos olhos, a questão do pós-sal. Então eu queria ouvir de V. Exa. se o Ministério e o Governo já tem algum indicativo, algum estudo ou alguma deliberação mesmo em relação à questão do pós-sal.

E outras questões que foram também motivo de preocupação nossa. Eu queria perguntar a V. Exa., quando se consideram as condições geofísicas da camada do pré-sal e a profundidade das reservas, Sr. Ministro, eu estou me referindo às condições geofísicas da camada do pré-sal e a profundidade das reservas, qual é verdadeiramente... S. Exa. já deve ter falado no início, eu estava em outra Comissão, mas qual é verdadeiramente a viabilidade técnica e comercial dessa exploração? Vale ressaltar que de acordo com levantamentos preliminares junto a consultorias há risco dos campos serem bem menores na prática e até de se encontrar petróleo, mas não conseguimos trazê-lo à superfície. Eu queria ouvir a opinião de S. Exa.

Uma outra questão também nos preocupa. Em julho, um consórcio incluindo a Exxon Mobil, a Hess Corp e a PETROBRAS, completou os trabalhos no poço chamado Guarani no Bloco BM-S-22 da Bacia de Santos e não encontrou petróleo. À época, a PETROBRAS divulgou o comunicado a respeito do bloco reconhecendo o risco, mas considera improvável a ocorrência desse problema em blocos do pré-sal operados por ela. No dia 24 de agosto a britânica BG Group afirmou que um poço perfurado em conjunto com a PETROBRAS na costa brasileira não contém hidrocarbonetos, apesar de um exame inicial ter apontado a presença de gás. Esses problemas podem comprometer e ao mesmo tempo confirmar alguma precipitação e um excessivo otimismo em relação a essa chamada reserva de pré-sal? Eu queria tecnicamente ouvir a opinião de S. Exa.

Muito obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Edison Lobão, cinco minutos para a resposta.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Marconi Perillo, a questão do pós-sal, ela tem sido levantada com certa frequência, no sentido de se perguntar e informar o que ocorrerá com o petróleo eventualmente existente no pós-sal, em que regime isso será operado. Existindo, realmente, petróleo no pós-sal, e ele existe, o regime será o mesmo. O campo está sendo operado sob o regime, no caso estará sendo operado, sob o regime de partilha. Tudo quanto houver naquela direção da sonda será no regime de partilha. Nós temos a segurança, segurança que decorre do fato de que trinta e tantas perfurações feitas resultaram quase todas, quase todas em sucesso, coisa que não ocorre em área nenhuma, que não seja a do pré-sal. Temos, portanto, a convicção de que ali há uma extensão gigantesca de petróleo. Essas perfurações não foram localizadas num ponto só, mas ao longo dos 149 mil km² que constituem a área do pré-sal. É claro que dezenas e dezenas de outras sondagens precisam ser feitas. A Agência Nacional do Petróleo já está autorizada a fazê-lo e começa a realizar licitações, vai fazê-las, exatamente para que a sondagem se ampliem e nós tenhamos uma consciência mais nítida de tudo quanto

existe ali. Quando alguma empresa... Houve o caso da Hess, que é associada à Exxon e à PETROBRAS--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essas incertezas ainda acabando impedindo que o Governo arrisque inserir num Projeto de Lei ou numa discussão em relação a marco regulatório a questão do pós-sal?

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Não. Nós não temos nenhuma consciência de risco ali, porque sabemos que ali existe o petróleo. Quando uma empresa, eu estava dizendo, associada a outras, a Hess, que era operadora desse caso associada à PETROBRAS e associada à Exxon, encontrou um poço chamado poço seco, veio a informação de que uma das associadas havia feito uma restrição quanto ao local da perfuração. O bloco era aquele, porém perfurou-se aqui quando deveria ser aqui e por isso naquele local o poço resultou seco. O que eles chamam de careca, autocareca. Era o chamado autocareca que resultou seco. Ao lado daquela região poderia ter havido uma incidência muito grande de petróleo, ou seja, a possibilidade de ter sido feito uma perfuração no lugar errado, equivocado. Portanto, não significa que isso sirva de exemplo para dizer que não existe aquela concentração monumental, generosa de petróleo como temos anunciado. Todos os indícios nos autorizam a dizer que há de fato uma super concentração de petróleo em toda a região do pré-sal.

O caso do México. Ora, Guará acaba de anunciar uma concentração de petróleo da ordem de um bilhão e 100 milhões de barris, o que é muita coisa, a dois bilhões de barris. Esta é a quarta área que vem se agregar ao estoque de petróleo já praticamente certificado que temos no Brasil. Mas, muitas vezes, e vou dar um exemplo concreto aqui, faz-se uma perfuração mesmo a região do pré-sal, e o resultado é negativo. Exemplo, Tupi. A PETROBRAS lá atrás era detentora do poço de Tupi, perfurou e não encontrou petróleo. Em seguida... E devolveu o campo à Agência Nacional do Petróleo. Devolveu. A PETROBRAS perdeu, junto com suas associadas, o campo de Tupi. Tempos depois, aperfeiçoada a tecnologia, a PETROBRAS perfura no mesmo local mais profundamente, e encontra este campo gigantesco de petróleo em Tupi. É a tecnologia avançando e produzindo resultados. O que aconteceu a duas semanas no Golfo do México? A PETROBRAS, de novo, da qual nós todos nos orgulhamos, nós brasileiros, perfurou, associado a outras empresas, profundamente a mais de 10 mil metros... Olha que o pré-sal, nós estávamos falando de cinco a sete mil metros de profundidade entre a lâmina d'água e a região perfurada. Lá no golfo do México perfurou mais de 10 mil metros e encontrou cerca de um bilhão e tantos barris de petróleo acumulados lá embaixo. Então, nessas áreas do pré-sal onde se diz que não há petróleo, há sim muito provavelmente. Basta que se perfure mais ou basta que se perfure no local geologicamente adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Marconi Perillo, dois minutos para a réplica.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu estou satisfeito com as respostas do Ministro Lobão. Naturalmente que esse debate é um debate que vai suscitar ainda muita discussão daqui para frente, e nós teremos outras oportunidades de debater aqui nessa Comissão e em outras comissões, discutir esse assunto com o Ministro Lobão, com outros especialistas e com certeza nós vamos com o decorrer do tempo nos aprofundando em relação a esse debate, que é um debate muito importante ao Brasil.

Muito obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Marconi Perillo. Ministro Edison Lobão, alguma consideração?

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Sim, uma consideração final ao Senador Marconi Perillo, dizendo que eu mencionei um caso emblemático do campo de Tupi, onde inicialmente não se encontrou petróleo e agora, quando ele começa a produzir comercialmente, imagina-se que somente o campo de Tupi produzirá metade do que nós estamos produzindo hoje no Brasil, ou seja, um bilhão de barris. Um milhão de barris por dia. Um milhão de barris por dia. Então, tudo isso decorre da tecnologia que vai avançando, vai se aperfeiçoando, vai tornando possível essas descobertas e essa produção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Ministro Edison Lobão. Com a palavra o Senador Marcelo Crivella, do PRB.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, muito obrigado. Senhores membros da Mesa, Senador Eliseu Resende, Senador Edison Lobão.

Eu digo aqui com toda sinceridade, uns diriam que se trata dos ventos do destino, outro diria que é a mão do imponderável... Eu não tenho dúvida em dizer que é uma graça de Deus para todos nós brasileiros que um político tão experiente, um cidadão com uma inconfundível, inegável vocação para o serviço público, uma alma democrática, um sujeito conciliador como V. Exa., que durante todo o tempo da sua vida pública imaculada, tem mostrado ao nosso país toda genialidade do político brasileiro, eu considero realmente

uma graça para todos nós brasileiros que V. Exa. esteja nesse momento na direção do Ministério das Minas e Energia, no momento em que o Brasil encontra uma reserva tão grande de petróleo e nós temos que tomar decisões de cunho soberano, técnicas, mas sobretudo na garantia dos sagrados direitos do nosso povo a uma vida melhor. V. Exa. tem o aplauso, pode ter certeza de todos seus colegas e de todos os brasileiros que estão acompanhando a gestão de V. Exa., do Ministério de Minas e Energia. V. Exa. não é engenheiro, V. Exa. é um brilhante advogado, mas é impressionante a capacidade que V. Exa. tem de analisar com percuciência, concluir com lucidez e inteligência e realizar com bravura. V. Exa. é essa pessoa que realmente o Brasil precisava à frente desses campos de tal maneira que nós todos o aplaudimos.

Alguns questionamentos. No Rio de Janeiro, na Bacia de Campos, nós teremos poços... O Rio de Janeiro pega um pouquinho de Campos e um pouquinho de Santos. Os poços a 1.000 km. Mil quilômetros é uma distância grande. Eu não sei se há helicópteros para cobrir 1.000 km. Toda vez que vou a Campos eu vejo um aeroporto lotado de helicópteros trazendo milhares de pessoas. Me disseram que na Bacia de Santos chega ao fluxo de 40 mil pessoas por mês; 40 mil. V. Exa. já equacionou? A PETROBRAS sabe disso? Dizem que o pré-sal vai chegar até o Ceará depois que nós pudermos, tivermos tempo e tecnologia para prospectar. Isso é viável, é plausível. Alguns dizem que, pela separação dos continentes, há também uma camada de pré-sal lá na parte leste da África. Nigéria, Angola, Namíbia, Golfo da Guiné...

V. Exa. falou sobre tecnologia. Nós... A PETROBRAS não precisará de parceiras estrangeiras que detenham tecnologia mais avançadas que a nossa? E V. Exa. não tem preocupações, porque veio aqui o setor da indústria e disse que se eles não forem operadores, as Sete Irmãs, eles não trarão tecnologia. Disse aqui ontem o pessoal das operadoras, da indústria do petróleo. Só trazem tecnologia avançada se for operador. E essa tecnologia para nós desenvolvermos vai demorar mais tempo. Agora, V. Exa. tem toda razão, nós não temos pressa para explorar petróleo. Ninguém quer ser exportador de olho bruto. Lembro aqui que a Indonésia exportava petróleo a três dólares, hoje importa a 70 o barril. Caso histórico. O México tinha reserva para 20 anos, hoje tem para sete, oito, porque foi exportador líquido de petróleo, V. Exa. está coberto de razão, o Brasil não quer, não abre mão de salvaguardas como essa. De jeito nenhum. Ninguém abre no mundo de hoje porque o poder hoje é energia. Não é mais conquista de territórios. Foi no século passado. Hoje é energia. Os Estados Unidos gasta 25% do petróleo do mundo, mas importa 65% e vai para uma crise de petróleo, uma crise de energia de longo prazo. V. Exa. está coberto de razão, acho que esses projetos do Governo... Inclusive ontem que o Governo abriu mão da urgência, acho que serão mais bem debatidos, mas são perfeitos. V. Exa. pode ter certeza que nós todos estamos acompanhando de perto, torcendo muito por V. Exa.

E por último, tenho um minuto e 32, eu estava lendo um dos jornais, jornal importante lá no Rio de Janeiro, mas contumaz em levantar assuntos polêmicos e muitas vezes não reflexos de uma verdade. E diz aqui o seguinte: O Ministro Edison Lobão anda falando cobras e lagartos, que o Rio não é dono de nada, que o subsolo é propriedade da União. Lobão diz o seguinte: O Rio tem que se contentar com o que já tem no modelo vigente, se ficar insatisfeitos vamos colocar a mão no antigo também [riso]. Eu conheço o temperamento, a índole e votação democrática de V. Exa. Não me parece a alma do Senador Lobão dizer que vai tirar do Rio inclusive o que o Rio já tem, até porque V. Exa. fez uma peregrinação muito democrática lá na cidade, no meu estado, na região dos lagos. Então, Senador Lobão, ficam aqui meus questionamentos na esperança que V. Exa. possa esclarecer e tranquilizar-nos, não só com informações técnicas, mas também a respeito de suas reais intenções com relação ao meu Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Edison Lobão, V. Exa. tem cinco minutos para a resposta ao Senador Marcelo Crivella.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Crivella, desde logo eu agradeço as palavras tão generosas de V. Exa. em relação a mim, e naturalmente decorrem desta alma ampla, cristã, que dirige as ações de V. Exa. e o seu pensamento. V. Exa. é um homem público da melhor qualidade e um amigo que eu considero sem defeitos. Mas, o interesse fundamental de V. Exa. é saber a minha posição a respeito do Estado do Rio de Janeiro e sobre estas manifestações que decorrem apenas da cizânia de algumas pessoas desse interesse indormido de alguns, em estabelecer a intriga entre pessoas e entre entidades. Eu jamais disse isso, jamais procedi desse modo.

Em primeiro lugar, eu sempre declarei, proclamei em todos os momentos publicamente, que nunca se quis tirar dos estados produtores aquilo que os estados produtores hoje possuem. Segundo, os estados produtores serão acrescidos dos 28% do resultado do pré-sal que começam a dar os primeiros passos com a exploração de Tupi, no regime de concessão. Portanto, esses estados terão ganhos crescentes em royalties e

participação especial, a partir da produção dos 28% do pré-sal. Nas decisões que tomamos no grupo interministerial, foram apresentadas algumas possibilidades e algumas alternativas no que diz respeito às novas descobertas, ou seja, os 70% do pré-sal e as áreas estratégicas que virão no futuro. Antes do Presidente da República tomar uma decisão e mandar os projetos ao Congresso Nacional, é bom que fique claro isso aqui, os três governadores dos estados chamados produtores, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, estiveram com o Presidente da República no Palácio Alvorada com a minha presença e da Ministra Dilma e de outros Ministros e assessores técnicos nossos, na véspera portanto do envio dos projetos ao Congresso Nacional, e esses governadores pediram a preservação dos critérios de distribuição de participação especial e royalties para os chamados estados produtores. E qual foi a decisão do Presidente da República, ouvidos os seus Ministros, a mim modestamente, em primeiro lugar? Foi no sentido de que fossem atendidos. E isto aconteceu, portanto com a minha aprovação, com a minha aprovação não diria, mas com o meu acontecimento ao Presidente da República. E o Presidente enviou então uma mensagem ao Congresso Nacional em que diz exatamente isto, enquanto uma nova lei não dispuser em sentido contrário, prevalecem os critérios adotados atualmente para o regime de concessão no regime de partilha. Portanto, a minha posição é o inverso, é a contrafação daquilo que está dito no jornal a que V. Exa. se refere. Através de fontes que não foram identificadas e que se interessam realmente na cizânia entre pessoas e entre autoridades. Nada mais do que isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Marcelo Crivella, dois minutos para a sua réplica.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, eu já sabia disso, porque tenho o privilégio de ser amigo pessoal do Senador Lobão e ele atende a minhas chamadas, embora seja um homem extremamente ocupado, principalmente com ligações ao mundo inteiro. Recentemente, inclusive, tive a honra também de representar o Senado Federal numa grande homenagem que o Senador recebeu num jantar de gala em Londres onde foi aplaudido por um público internacional, mas que reconhece o seu valor como homem público e como Ministro nessa fase tão importante do nosso país. Eu sabia disso. Realmente. Eu acho que esses abutres que tem fome de ódio e sede de sangue devem saber de que... E o Rio de Janeiro precisa saber disso também, que V. Exa. não é o homem das cobras e lagartos. V. Exa. é o homem da pomba da paz. Conciliador, democrata, ouve a todos, sempre voltado ao interesse público. E é assim que o Rio de Janeiro vê, até porque tem a honra também de abrigá-lo muitas vezes nas suas horas de lazer, já que V. Exa. tem uma parte do seu coração naquela cidade maravilhosa, onde vivem também seus filhos, seus netos e grande parte da sua querida família.

Senador Lobão, vossas palavras trazem tranquilidade ao debate político e muita lucidez e eu agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Lobão, tréplica.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Eu quero só acrescentar, Presidente Collor, o seguinte. Tomada a decisão a que me referi pelo Presidente da República, tornou-se necessário redigir um dispositivo, aliás, dois, que dissesse respeito a essa preservação dos direitos atuais concedidos por uma legislação ordinária aos estados produtores. Quem redigiu esses dispositivos? Foi redigido por um jurista do Governo Brasileiro com a presença e a participação do Secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, Prof. Joaquim Levi. O artigo que veio inserido na proposta do Governo tem o dedo e a participação expressiva do Dr. Joaquim Levi. E ele jamais redigiria um dispositivo que não fosse altamente benéfico aos interesses do seu estado, do estado que ele representa no Governo. Redigido o dispositivo, os governadores presentes aprovaram. E os Ministros presentes, liderados pelo Presidente da República, por igual aprovaram. Portanto, aí estão os interesses do Rio de Janeiro, São Paulo e do Espírito Santo absolutamente defendidos por uma iniciativa do Governo Federal.

Mas, eu havia esquecido de fazer uma menção a uma citação feita por V. Exa. de que, segundo alguns, só trarão algumas empresas petrolíferas, só trarão sua tecnologia se forem operadoras. Não. Essas empresas vêm dizer a mim que tem interesse em participar do modo como nós estamos propondo o modelo, o regime de partilha, ou seja, com a liderança da PETROBRAS. Até porque a liderança da PETROBRAS, repito, já se exerce hoje em 80% dos campos exploratórios do Brasil. É a PETROBRAS que está explorando em benefício de todos. Do consórcio inteiro. O consórcio... Essas empresas se interessam por uma coisa fundamentalmente. Qual é essa coisa? O lucro. Não importa quem está operando o campo. Para elas o lucro que é fundamental. Elas terão lucro participando desse campo? Sim. Isso é tudo que interessa a elas. E posso dizer que a presença da PETROSAL ali, fiscalizando os interesses da União Federal, mas também dos associados, é útil a eles. Eles têm todo interesse em participar do pré-sal brasileiro. V. Exas. vão ser teste-

munhas do quantos concorrerão em todos os blocos que pusermos em licitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Ministro Edison Lobão, mais uma vez. Com a palavra o Senador Edison Lobão Filho, pelo PMDB.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pega leve aí com o seu pai.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Vou pegar leve. Sr. Presidente, antes de mais nada eu queria corroborar as palavras do nosso Senador Francisco Dornelles, quando elogiou a metodologia dessa Audiência Pública. Apesar de profundamente prejudicado por essa metodologia, visto que fui o sexto inscrito e estou sendo praticamente o penúltimo a falar, ainda assim eu acho que essa metodologia deu eficiência a esta Comissão. E quero, além de tudo, parabenizar principalmente V. Exa. pela oportunidade de haver convidado o Ministro Edison Lobão para dirimir dúvidas tão importantes neste momento de discussão de um tema que é de interesse nacional, como é o pré-sal. Muito bem.

Quero registrar aqui aos meus colegas, para a surpresa dos nossos colegas que eu não fiz nenhum combinadinho de perguntas com o meu genitor, Ministro Edison Lobão. Portanto, já vai o petardo. Eu assisti uma entrevista... É fogo amigo. Eu assisti uma entrevista do Presidente Gabrielli na Globo News, onde ele foi indagado pelo repórter acerca das especificidades da operação da PETROBRAS, operação única da PETROBRAS. E ele perguntou ao Presidente Gabrielli, que escorregou, escorregou, e pela impaciência do repórter o tema foi esquecido e passado adiante. Ele perguntou: "Durante a operação da PETROBRAS, que é uma operação única, os seus parceiros poderão ser terceirizados nesta operação? Poderá haver terceirização de equipamentos, de pessoal, na operação, visto que ela é pelo marco regulatório uma prerrogativa exclusiva da PETROBRAS?" Esta é a minha primeira pergunta.

A segunda pergunta é a respeito da colocação do Ministro em relação à questão do óleo diesel, da intenção do Governo aumentar o consumo do óleo diesel.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Queria fazer uma pergunta sobre a sua questão.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sim.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Quando você fala... Você está se referindo às reservas que são transferidas para a PETROBRAS?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu estou falando das reservas do pré-sal, onde a PETROBRAS é operadora exclusiva, se há a possibilidade da PETROBRAS terceirizar para empresas estrangeiras equipamentos, serviços, pessoal, num ato de exploração das reservas do pré-sal.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Tive a impressão que ele estava se referindo à impossibilidade de transferência, quando a PETROBRAS recebe... Vier a receber as reservas do pré-sal.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Muito bem. Então, a segunda pergunta um esclarecimento maior sobre a questão do óleo diesel. V. Exa. declinou aqui nessa Comissão que o Governo estuda formas de aumentar a utilização do óleo diesel por parte da população. Eu gostaria de mais informações sobre isso.

Na realidade, eu tinha 56 perguntas, mas como eu fiquei no rabo da fila, as minhas 56 perguntas já foram perguntadas por outros Senadores. Portanto, essas são as duas perguntas que eu dirigiria ao Ministro Edison Lobão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro, cinco minutos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Senador Lobão Filho, eu vou responder começando pela segunda intervenção de V. Exa., sobre o que eu acabei de falar a respeito da utilização de diesel em automóveis, automóveis a diesel. O que eu quis dizer, respondendo creio que ao Senador Gerson Camata que me fez essa proposição, foi que o Brasil é um país que já avançou tanto tecnologicamente, que ele cuida de pesquisas em vários campos de suas atividades. Por exemplo, nós temos a Eletrobrás que é a *holding* do sistema elétrico. E a Eletrobrás tem uma empresa de pesquisas e que faz descobertas extraordinárias. Por exemplo, foi criada uma torre de transmissão de energia chamada Raquete, ela tem o formato de uma raquete. Esta torre está sendo copiada em vários países do mundo. E por quê? Porque na transmissão a longa distância, ela economiza as perdas existentes. Bom, assim faz também a PETROBRAS, ela tem o seu laboratório de pesquisas. Outras entidades do Governo também tem. Itaipu, a usina binacional Itaipu pesquisa a utilização de um automóvel elétrico, o que não quer dizer que vai espalhar pelo Brasil, e já existe alguns, vai se espalhar pelo Brasil, até seria de bom tom que isso pudesse acontecer, automóveis elétricos e caminhões, ônibus, etc. Já existem alguns, dentro dessas experiências que estão sendo feitas. O que quis dizer a respeito do diesel é que experiências também são feitas neste campo, o que não quer dizer que nós... A partir de agora estabeleçamos como modelo a utilização de automóveis a diesel, até porque eles são um pouco mais poluentes, embora a questão do enxofre esteja sendo contida na elaboração melhor do diesel que estamos produzindo no Brasil. Além do mais, com a mistura do biodiesel,

o diesel produz menos poluição. Nós já temos experiência de 4% de mistura no diesel, a partir de 1º de janeiro vamos introduzir 5% de biodiesel no diesel, fizemos algumas experiências com os três na Vale do Rio Doce, as locomotivas na Vale do Rio Doce, usando até 20% de biodiesel no diesel. Ou seja, o Brasil, que é um país que avançou tecnologicamente, faz experiências de toda natureza, o que não quer dizer que adote alguns modelos. Esse, por exemplo, é um modelo discutível. A sociedade precisava ser consultada mais profundamente sobre se no futuro, não sei se muito distante ou próximo ou médio próximo, pudéssemos adotar aqui o que se faz na Europa, que é a utilização de automóveis em grande escala a diesel. Então, eu não quis dizer que nós estamos prestes a usar uma frota de automóveis a diesel no Brasil. Disse que há experiências sendo feitas do ponto de vista tecnológico desta possibilidade. Só isto e nada mais. Agradeço as indagações de V. Exa.

Mas sim, essa foi a segunda pergunta. A primeira, sobre se a PETROBRAS poderá vir... Senador Eliseu Resende... A se valer dos préstimos de outras petrolíferas para a exploração no pré-sal, terceirizando atividades. A própria PETROBRAS já trabalha de algum modo no Irã, como uma prestadora de serviço. Isso acontece em muitos países do mundo. Eu estou no convencimento que a PETROBRAS tem condições de sozinha... Vou concluir, Sr. Presidente, tem condições de ela sozinha dar conta de suas novas responsabilidades após a aprovação dos projetos pelo Congresso Nacional, se isto vier a acontecer como nós esperamos. Mas se ela tiver a necessidade da presença de uma outra empresa privada, ela poderá seguramente, pelo regime de prestação de serviço, valer-se dela. Essa é uma possibilidade que poderá vir a ocorrer, não creio que venha a ser necessário, a PETROBRAS terá condições de fazer isso sozinha. Ela está no Brasil, como disse, com 80% de todos os campos, como operadora, está no exterior, no exterior, em muitos países do mundo operando petróleo e ela dará conta também do seu recado no pré-sal. E as empresas outras, semelhantes, o interesse fundamental delas é no lucro. Se elas forem chamadas a ser operadoras, serão. No futuro. A lei não prevê, mas se vier a lei a ser alterada no futuro, elas virão. Senão, o que elas querem é participar exatamente dos consórcios, participar das licitações, conseguir triunfo e receber o seu lucro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Edison Lobão Filho, dois minutos para a réplica.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu estou plenamente satisfeito com as explicações e gostaria de deixar claro a minha surpresa quando, depois do extenso trabalho realizado pelo grupo interministerial, foi realizado o novo marco regulatório e foi optado pelo regime de partilha. E minha surpresa decorre do simples fato de que pelo regime de concessão, o Governo colocaria em seu caixa, imediatamente, largas verbas que poderiam ser utilizadas ao longo de um ano que eu diria que é um ano eleitoral. É preciso muito patriotismo para mudar esta regra e jogar para o próximo Governo os benefícios financeiros econômicos da exploração do pré-sal. Fosse outro governante, dificilmente teria tomado atitude como essa, teria feito os leilões de concessão, teria recebido em caixa dentro da gestão desse próprio governo e Deus sabe o que isso traria de prejuízo para o nosso país.

Então, eu gostaria de parabenizar ao Ministro, a equipe toda que realizou este estudo do marco regulatório e principalmente ao Presidente da República que teve conforme eu disse esse sentimento de patriotismo em relação a esse tema.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes de passar a palavra ao Ministro para sua tréplica, o vice-Presidente da Comissão, Ministro Eliseu Resende gostaria de fazer uma observação.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Apenas para fazer um registro e enfatizar aqui que no caso da transferência das reservas para a PETROBRAS, corresponderia às reservas do pré-sal não concedidas ainda, não cabe a transferência da titularidade do contrato. A lei que foi mandada aqui pelo Governo foi muito clara. A PETROBRAS adquiriu essas reservas do Governo, ou da União, e não poderá administrá-las concedendo a outros a titularidade dos contratos como está previsto na Legislação vigente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Edison Lobão, a sua tréplica.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: O Ministro Eliseu Resende tem toda razão. A PETROBRAS não poderá fazê-lo, realmente. Nós estamos imaginando ceder à PETROBRAS os cinco bilhões de barris de petróleo em campos considerado de individualização de produção. Eu creio que todos sabem de que se trata. Aqui tem um campo já concedido pelo regime de concessão, mas ele está dentro do pré-sal colado numa área do Governo, da União Federal ainda. Há a possibilidade e haverá, com segurança, na prática, a existência de ocorrência dessa natureza, em que um campo já concedido tenha o seu petróleo fazendo conexão com o petróleo que é da União Federal. É aí que se vai produzir uma coisa chamada individualiza-

ção de produção. O que é isso? Os dois interesses, um, da empresa ganhadora no regime de concessão e a União Federal terão que se entender para a exploração comum daquele petróleo que está ali embaixo, que pertence a um e pertence a outro. Então será essa parte da União Federal que vai ser cedida inicialmente à PETROBRAS para formar o estoque de cinco bilhões de barris. Se isto não for necessário, nós destinaremos à PETROBRAS outros campos para completar os cinco bilhões de barris. Mas achamos que isto será necessário. E quem dirige essa unitização? Primeiro o acordo entre as partes. As partes se entenderão. E a Agência Nacional do Petróleo dará sua bênção. Naquilo em que as partes não se entenderem, a Agência Nacional do Petróleo fará a arbitragem. É assim que ocorrerá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado Sr. Ministro. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente, prezado Ministro Edison Lobão, de Minas e Energia, Sr. Marco Antônio Almeida, Secretário do Ministério de Minas e Energia.

Eu gostaria de, com carinho aqui com o Senador Francisco Dornelles, descrever qual é o monstro que precisa ser evitado. Em 2003 o Prof. Xavier Sala-i-Martin e [ininteligível] ***Surjit Bhalla*** fizeram um trabalho para o MF, Fundo Monetário Internacional sobre o caso da Nigéria, da utilização de recursos naturais. E é muito interessante, prezado Ministro Edison Lobão, aquilo que nós devemos evitar, olhando o exemplo da Nigéria. Num período de 35 anos, a Nigéria obteve uma receita de 350 bilhões de dólares e de 1965 ao ano 2000, as receitas por pessoa, per capita, da Nigéria passaram de 33 dólares para 245 dólares de 1965 para o ano 2000.

Em que pese essa extraordinária receita de petróleo, o que é que aconteceu com a Nigéria? De 1970 a 2000, a proporção de pessoas vivendo com menos de um dólar por dia, aumentou de 36% para 70%. O número de pessoas pobres na Nigéria, que era em 1970 de 19 milhões, passou para 90 milhões em 2000. A distribuição da renda caminhou de tal maneira, que em 1970 os 2% mais ricos e os 17% mais pobres da população receberam o mesmo total de renda em... Enquanto que os 17% da população passaram a receber o mesmo total de dinheiro na mesma época, os 2% mais ricos aumentaram para 55%, ou seja, um aumento extraordinário de desigualdade, de pobreza e aquilo que, justamente avalio, o Governo Brasileiro quer evitar com o conjunto de medidas que está propondo. Dentre as medidas para utilização de recurso do Fundo Social, estão justamente se prover boas oportunidades de educação, se desenvolver a ciência e a tecnologia, os cuidados com o meio ambiente, a cultura e o combate à pobreza.

Nesse mesmo trabalho, Senador e Ministro Edison Lobão, estes economistas recomendam à própria Nigéria, que para evitar esse tipo de problema, pudesse haver uma distribuição da receita dos resultados com a constituição de fundos, tais como o Fundo Social que o Governo Brasileiro ora coloca, mas com a distribuição para todos os habitantes da Nigéria como um dos meios para evitar o tipo de problema que aconteceu. Ou seja, algo semelhante àquilo que está proposto exatamente na renda básica de cidadania. E eu quero agradecer a oportunidade de diálogos que tenho tido com V. Exa., com a sua equipe, bem como com o secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, que justamente por recomendação da Ministra Dilma Rousseff avalio poderemos dialogar em maior profundidade para quando se chegar a definição da destinação desses recursos para cinco finalidades definidas pelo Presidente Lula e a forma mais eficaz de efetivamente se erradicar a pobreza absoluta e permitir aos quase 200 milhões de brasileiros que em breve seremos, os benefícios desta extraordinária riqueza.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Edison Lobão, cinco minutos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: O Senador Suplicy explicita com muita inteligência o que aconteceu de fato em vários países do mundo. Países que eram pobres e que repentinamente se tornaram ricos com a produção do petróleo. Porém, a distribuição foi mal feita e isto conteve a possibilidade de crescimento em outras áreas da economia desses mesmos países e eles acabaram sendo amaldiçoados do mesmo modo pela pobreza. Nós ficamos durante todo tempo preocupados com isso. Mas em primeiro lugar nós já temos uma autovacina, que é o fato de ser o Brasil um país em franco crescimento. Um país que se situa entre os 10 maiores economicamente do mundo. Portanto, nós não precisamos da riqueza do petróleo para chegar à posição a que chegamos. Porém, tínhamos que tomar as precauções que até os exemplos de outros países nos sugeriam. O que fez, por exemplo, a Noruega? A Noruega não quis ingressar na maldição do petróleo chamada maldição holandesa. E ela constituiu ao longo de 40 anos um fundo expressivo, onde ela tem como sua propriedade 300 bilhões de dólares no exterior. No exterior para que esses recursos monumentais não interfiram na economia e na apreciação da moeda internamente, causando vários problemas

de natureza econômica para o país. A Noruega é, portanto, um exemplo nítido e eficaz daquilo que se deve fazer e do que não se deve fazer nesta matéria. São 300 bilhões, portanto, construídos ao longo de 40 anos, além daquilo que já se aplicou em benefício da sociedade norueguesa, seja pela retenção de recursos para o tesouro do país, seja pela aplicação indireta em interesses de natureza social.

Nós estamos bem presentes com isso na nossa cabeça e estivemos com isso durante todo tempo em que discutimos nas reuniões interministeriais do grupo durante 14 meses. E chegamos, portanto, a estas conclusões que submetemos ao Congresso Nacional na tentativa obstinada de não incorrer nos erros que outros países acabaram por mergulhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Suplicy, dois minutos para a réplica.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu agradeço a resposta do Ministro Edison Lobão. Só quero corrigir a citação que eu fiz. Sobre a Nigéria, agora vou falar com precisão, como evoluiu a distribuição da renda. Enquanto em 1970 os 2% mais ricos e os 17% da população obtinham o mesmo total de renda, no ano 2000, os 2% mais ricos tinham a mesma renda que os 55% mais pobres. Para precisar, eu tinha cometido um erro ao relatar na primeira.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Presidente Collor, o Senador Suplicy cita o caso da Nigéria. E foi bom que o fizesse, o que me dá a oportunidade de me referir a este tema. A Nigéria produz hoje mais petróleo do que o Brasil e a Nigéria, tão grande é o prestígio da PETROBRAS, aqui no exterior, sobretudo no exterior, que esteve recentemente no Brasil o Presidente da Nigéria com a delegação de Ministros e de empresários, 200 empresários. O Presidente da Nigéria teve vários encontros com o Presidente, num deles eu estava presente e conversamos um pouco sobre essa situação do petróleo no mundo e sobre a PETROBRAS, basicamente, e a Eletrobrás. Não satisfeito, o Presidente me pediu, da Nigéria, que fosse às suas acomodações no hotel em que ele se encontrava hospedado para conversarmos um pouco mais sobre o assunto. Levei comigo o Presidente da PETROBRAS. Isso tem 20 dias. Ele queria saber do interesse real do Brasil em se aprofundar na produção de petróleo na Nigéria e fez algumas considerações e algumas propostas que por se tratar de assuntos de negociação de Governo a Governo, eu lamentavelmente não posso dizer ainda aqui. Mas quero dizer que foram na linha do prestígio que nem eu sabia que era tão grande da PETROBRAS no exterior. E do Brasil. Isto acontece com a Nigéria, isto acontece com o Irã, cujos Ministros, e digo no plural, têm vindo ao Brasil para convidar o Brasil para se associar ao Irã na produção de petróleo do Irã e no exterior, através da PETROBRAS. Convida o Brasil para integrar a OPEP, o Irã, a Arábia Saudita, o Qatar, vários países do mundo. Isto demonstra o conceito que tem a PETROBRAS, internacional, e o prestígio do Brasil hoje no exterior.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se V. Exa. da próxima vez quiser me convidar para discutir também como melhor distribuir a renda nesse país, eu aceitarei o convite, Senador e Ministro, querido amigo Edison Lobão. Muito obrigado.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Farei com todo prazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra Senador Flexa Ribeiro. V. Exa. tem cinco minutos, senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Presidente Collor, Senador Eliseu Resende, Senador e Ministro Edison Lobão, Sr. Marco Antônio Almeida, secretário do Ministério. Primeiro, é uma alegria revê-lo, Ministro Lobão. A competência de V. Exa. aqui no Senado Federal, ela foi transposta para o Ministério de Minas e Energia. Quero parabenizá-lo pela sua atuação.

Como disse o Senador Perillo, fizemos ontem às bancadas do PSDB uma discussão inicial sobre os projetos encaminhados pelo governo, e vamos trabalhar no sentido de aprová-las. A posição do partido é de enriquecer os projetos, fazer os ajustes que sejam necessários de serem feitos e caminhar para a aprovação. A preocupação nossa era com o regime de urgência, porque o Governo passou mais de um ano fazendo esses estudos para que chegar ao modelo que foi encaminhado ao Congresso Nacional. E queria dar aos Parlamentares 45 dias na Câmara e 45 dias no Senado para que pudéssemos aprofundar o conhecimento e melhorar o projeto, isso era impossível de ser feito. Então, a retirada ontem do regime de urgência era exatamente aquilo que inclusive a base aliada do Governo pedia. Não era só a oposição, Presidente Collor. Era a base aliada também. Isso vai nos dar, Presidente Collor, possibilidade de começarmos a estudar e quero parabenizá-lo, porque fazemos antes do projeto chegar até aqui, nós vamos ter um tempo a mais do que a Câmara, porque enquanto está por lá o projeto a gente pode repetir essas audiências e eu acho que elas terão que ser feitas quase que semanalmente daqui para frente para que a gente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador, no mês de outubro teremos quatro painéis somente para tratar do assunto do pré-sal e dessas questões de partilha, concessão--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu sugeriria que nós fizéssemos fora do dia da--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Exatamente. A sugestão de V. Exa. já foi atendida, porque é fora do dia da nossa reunião regular. Será sempre às segundas-feiras, às 18 horas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Teremos que fazer quase que um curso extensivo sobre o pré-sal. Mas vou pedir desconto do tempo que nós ficamos dialogando aqui. Mas eu queria, Ministro Lobão, dizer... O Senador Mercadante, ele costuma fazer palestra não só para V. Exa., não, ele faz palestra a todos os Ministros que vem aqui e depois ele se ausenta, quer dizer, não dá nem para gente ter um diálogo com ele. Eu acho que o Senador Mercadante está se achando professor de Deus. Então, acho que isso aí é uma situação... Ele fez uma referência aqui, a questão da defesa da PETROBRAS que é nossa também. Eu queria dizer a ele. Senador Mercadante, nós temos a mesma posição que V. Exa. Todos nós. Todos nós temos na PETROBRAS uma empresa que é orgulho do Brasil. Queremos fortalecê-la, sim. Queremos que ela se torne uma grande empresa, que já o é, mas que chegue aos patamares das maiores do mundo na exploração de petróleo, não tem dúvida disso, vamos fazer a avaliação correta de forma a fortalecer a PETROBRAS.

Ele fez uma referência, e aí eu entro já na questão da capitalização da PETROBRAS. O secretário fez uma referência de que a PETROBRAS precisa da capitalização para que não possa... Que não perca o seu grau de *Investment Grade*. E vai transferir esse endividamento à União. Haverá uma... Não é da PETROBRAS, mas passa a ser da União, que vai capitalizar a PETROBRAS com títulos que ela vai emitir. E aí vem a questão do ressarcimento. Por quanto a PETROBRAS irá entregar esses barris para a União, para que ela capitalize? Senador Mercadante fez duas hipóteses, não lembro a primeira, que parece que chegava a cinco milhões a 60 dólares, a 30 dólares, daria 60 bilhões de dólares e a 60 dólares a 120 bilhões de dólares. Recentemente, o Presidente da PETROBRAS Sérgio Gabrielli voltou da China, isso foi divulgado aqui com muita pirotecnia, com um cheque de 10 bilhões de dólares que a China tinha emprestado ao Brasil. Aí eu perguntaria: A informação na mídia é que o Brasil ia entregar barris de petróleo para cobrir esses 10 bilhões de dólares que a China adiantou para a PETROBRAS a 13 dólares. Isso é real? É a primeira pergunta.

Segundo. V. Exa. fala que os empresários o tem procurado, dizendo que estão dispostos a aplicar no sistema de partilha. Eu tenho aqui informações, empresários criticam o modelo de partilha para pré-sal. O instituto brasileiro de petróleo é contra o sistema de partilha. O Vice-Presidente da British Petroleum é contra. Então, as informações da mídia são diferentes daquilo que talvez de forma reservada digam a V. Exa. Quero também dizer que tem todo o apoio meu, pessoal, e tenho certeza que do partido, com relação que os recursos dessa nova jazida descoberta do pré-sal sejam riquezas da nação. Da nação. Que seja feito realmente um fundo para que possa ser distribuído aos estados, evidentemente de forma diferenciada àqueles estados produtores, mas que parte dessa riqueza ser distribuída para os estados todos do Brasil. É uma grande oportunidade de diminuir as desigualdades regionais. E agora, me preocupa só, e aí nós vamos estudar isso no projeto, é a destinação desses recursos. Tem que ficar muito bem definindo. O Presidente Lula falou, me parece que em educação... Eu acho que tem que ter saúde, tem que ter segurança, nós não podemos deixar acontecer o que está acontecendo na Venezuela, que a Venezuela tem um fundo semelhante a esse, me parece que está sendo criado, eu até lhe perguntaria se o fundo da Venezuela é semelhante a esse que está sendo proposto, e ele é usado de forma que está levando a população à situação de diminuição da sua condição de vida.

E por último, V. Exa. fez referência na sua exposição que 77% das reservas de petróleo do mundo estão com empresas estatais. Não seria o caso de dizer que no Brasil é 100% dessas reservas? Porque constitucionalmente o subsolo é da União. Então, o petróleo todo que for descoberto é da União, ou seja, é da PETROBRAS. A PETROBRAS só vai dispor, só vai dispor de transferência para terceiro, no caso da concessão, dentro dos limites e das condições que foram estabelecidas pelo Governo. Ela poderia fazer o sistema de concessão. No caso de partilha, da mesma forma, só que fazendo já uma reserva de mercado para a PETROBRAS de 30%. Então, não seria dizer que no Brasil nós temos 100% do petróleo a nível da União, o que eu acho muito bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Ministro Edison Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Não, a PETROBRAS não tem o monopólio do petróleo. O monopólio no caso é da União Federal, e enquanto está no fundo do poço. No regime de concessão, ele pertence

ao consórcio ganhador na licitação, que muitas vezes pagou 20 milhões apenas por um bônus de assinatura e ficou dono daquele poço de petróleo. É claro, repito, que eles pagam o royalties e tributos, a participação especial e assim por diante. Mas, a propriedade será de fato da União no regime de partilha. No regime de partilha.

Bem, empresários são contrários ao regime... Eu estou indo pelas últimas perguntas de V. Exa. Regime de partilha... Não, não são. A segunda maior petroleira no Brasil é a Shell. Acabei de mencionar o exemplo dela que não foi para mim, foi num discurso público e eu até no meu discurso em seguida, lá no Espírito Santo, em Vitória do Espírito Santo, com a presença Governador, de vários Senadores e Deputados, eu disse até que seria capaz de subscrever o discurso da Shell. O Governo Brasileiro subscreveria no que ele estava dizendo a respeito da exploração de petróleo do pré-sal, o discurso do Presidente internacional da Shell. Em que ele dizia que não importa se o regime para ele é de partilha ou de concessão, o que ele precisa é de regras claras e cumprimento dos contratos. Fidelidade ao cumprimento dos contratos. Isso o Brasil tem, o Brasil é um país estável economicamente, policiamento, institucionalmente. Cumpre religiosamente a santidade dos contratos, tem que ser preservada. E nós fazemos isso. Isso é tudo quanto interessa aos empresários internacionais.

Este empréstimo que a China fez e que V. Exa. disse que a PETROBRAS estava brandindo o cheque por aí afora de 10 bilhões. Olha, Senador Flexa Ribeiro, o Brasil, houve um tempo em que mendigava de porta em porta o empréstimo de 50 milhões de dólares e não conseguia. Eu tenho sido procurado por sheiks que vem oferecer ao Brasil o empréstimo que o Brasil quiser, os Emirados árabes tem um Fundo Soberano de um trilhão de dólares. Eles vêm nos oferecer aquilo que nós precisarmos. Recentemente eu fui procurado por um Embaixador americano que me dizia agora, há um mês, dois meses, que o Presidente do ***Ex***-Im ***Bank*** americano estava vindo ao Brasil e queria ter algumas conversas, e fazia questão de se encontrar comigo. No dia aprazado, eu estava sem condições de recebê-lo porque tinha que ir com o Presidente da República a São Paulo e de São Paulo ao Rio de Janeiro, ele então se propôs a se encontrar comigo no aeroporto de São Paulo. Olha o interesse deles, parece que mudou a origem do interesse.

Encontrei-me com ele em São Paulo. O que ele veio me dizer? Que estava disposto, o ***Ex***-Im ***Bank*** a emprestar às empresas americanas operando no Brasil o que elas quisessem. Segundo, estava pronto para emprestar à PETROBRAS e à Eletrobrás o que essas empresas quisessem. Portanto, nós não estamos mendigando empréstimo em lugar nenhum. A PETROBRAS precisava ter um empréstimo esse ano, se capitalizar em 30 bilhões de dólares durante 12 meses nos quatro primeiros meses já havia captado 30 e tantos bilhões de dólares e já não queria mais os dólares que estavam sendo oferecidos a ela. Este é o Brasil novo, é o Brasil diferente. É o Brasil dos brasileiros participando da riqueza que é a nossa contemporânea. O Brasil deixou de ser o país do futuro, passou a ser o país do presente. Inclusive com a redistribuição de riqueza. Esta é a pátria da qual nos orgulhamos. Quando V. Exa. diz que o PSDB vai, partido de oposição ao Governo, vai colaborar, vai ajudar, isso está na linha rigorosa do interesse nacional. Isso homenageia o seu partido. O petróleo brasileiro não é de interesse deste Governo nem do próximo nem do anterior, é de interesse de todos e de interesse, sobretudo do povo brasileiro.

Por fim, Presidente Collor, o Senador Flexa Ribeiro faz menção à urgência que foi retirada. Este Governo não é totalitário, não é autoritário, não é intolerante. Ele se amolda às condições democráticas do país, ele escuta os seus aliados. E foi isso que ele fez. A pedido do Presidente da Câmara, dos líderes, da oposição, sobretudo dos líderes do Governo, ele retirou a urgência. Este projeto precisa ser votado com rapidez. Em seguida numa outra pergunta posso até responder por que. Precisa ser votado com rapidez. Se houvesse na Constituição a possibilidade de um regime de urgência não em 90 dias, em 120 dias, seguramente o Presidente teria optado por 120 dias. Sucede que a Constituição estabelece apenas 90 dias, e este Governo, em seis, sete anos, não tem se valido do regime de urgência constitucional, que é da sua prerrogativa, do seu direito. Esta, se não foi a primeira vez, é uma das poucas vezes que o Presidente da República valeu-se desse dispositivo constitucional. Mas, se os líderes se acertam, se entendem, e querem votar, não em 90 dias e sim em 100 dias, 120 dias, tudo bem, o Governo concordou. Poderia não tê-lo feito.

Era isso, Senador Flexa Ribeiro, e agradeço a disposição do seu partido em colaborar, não com o Governo Brasileiro atual, e sim com o povo brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Flexa, dois minutos para a réplica.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro Lobão, eu gostaria que V. Exa. pudesse responder se o preço do pagamento do cheque da China, o barril, é de 13 dólares. V. Exa. não fez referência. Mas, o Governo realmente não tem usado o regime de urgência. Ele tem usado Medidas Provisórias, que é bem pior do que o regime de urgência. E concluo já, e com relação à

questão também do Fundo Social, gostaria de saber se ele é inspirado nos moldes do que existe na Venezuela, para que a gente possa ter todo cuidado do mundo no sentido da aplicação ser realmente em benefício da sociedade brasileira. E por último, só complementando, o Senador Lobão Filho fez uma referência sobre o patriotismo do Governo de não fazer os regimes de concessão para poder abarrotar os cofres neste ano eleitoral de recursos. Eu perguntaria ao Senador Lobão Filho, patriotismo ou ideologia. Fico na dúvida.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, art. 14. Fui citado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não, a mim não. Não foi concedido a mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Já foram pedido dois por um mesmo senador. Mas art. 14 para o Senador Edison Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu que sou vice-Presidente da Comissão onde o meu companheiro Flexa Ribeiro é Presidente, e eu percebo pela postura dele, a admiração profunda com que ele bebeu e sorveu as palavras do Ministro Edison Lobão. E eu aproveito essa oportunidade, visto essa admiração, para convidá-lo nesse momento para ingressar no PMDB, porque eu sinto que ele está plenamente convencido dos argumentos do Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado pela compreensão Senador Flexa Ribeiro. Ministro Lobão para a sua tréplica. Dois minutos.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Flexa Ribeiro, V. Exa. tem razão, este Governo não tem usado o regime de urgência constitucional e sim Medidas Provisórias. É verdade. Tanto quanto fez o Governo passado, que é do partido de V. Exa. e que teve meu apoio e tem minha admiração, o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi um grande governante. Proclamo aqui. Usou de Medidas Provisórias. Como usaram as Medidas Provisórias os governos anteriores. Todos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. era da base do Governo de Fernando Henrique.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Sobre os 13 dólares. Isso não existe. A PETROBRAS tomou um empréstimo que vai pagar, em recurso, em dinheiro, dólares, ou pagar em petróleo, desde que não seja do nosso interesse usar aquele petróleo. Produtos, petróleo ou produtos acabados. Se for do nosso interesse usar o petróleo aqui no Brasil, pagamos em dinheiro. Se tivermos que vender produtos acabados, refinados pelo Brasil, podemos pagar nossa dívida com produtos refinados ao preço do dia.

Bom, a outra questão, o Fundo Social. Olha, nós não copiamos modelo da Venezuela nem de nenhum outro país. Nós criamos aqui um Fundo Social cuja destinação é o combate à pobreza, é educação, é cultura, é ciência e tecnologia, é preservação do meio ambiente... É o que há de mais nobre no Brasil e no mundo nos dias atuais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por que não saúde e segurança?

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: V. Exa. pode apresentar uma emenda nesse sentido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já vou apresentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado Ministro Edison Lobão. Apenas para informar o Senador Flexa, art. 14, do uso da palavra, inciso VIII para explicação pessoal em qualquer fase da sessão, por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada com essa finalidade a mais de dois oradores na mesma sessão. A mais de dois oradores. Agora sim, depois do segundo orador não pode-se mais invocar o art. 14.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., lendo o regimento, até parece convencer-me. Mas eu quero dizer a V. Exa. então que V. Exa. não poderia ter dado ao mesmo orador duas vezes pelo art. 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É por isso que eu sempre agradeço a V. Exa. a compreensão que vem tendo na condução dos nossos trabalhos.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti, do PRB.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor de Mello, ex-Presidente da República, Sr. Senador Ministro Edison Lobão, Senador, Senador Ministro Eliseu Resende, Senador Ministro Francisco Dornelles, meu grande amigo Senador Paulo Duque, com sua tradição fantástica política que agrega a esta Casa toda essa experiência. Eu estou aqui na qualidade de senador, mas minha origem é empresarial, diferentemente de muitos outros que aqui estão. Então, meu foco de visão é um privilégio, eu acho que o Senado Federal é um grande privilégio, se fala mal do Senado Federal, mas essa Casa tem me dado um extremo aprendizado, porque é uma convivência fantástica, acaba de chegar aqui ex-Governadores, é uma casa de uma sapiência, de uma experiência fantástica. Então, eu realmente

tenho tido como empresário esta grande experiência de aqui representar a Paraíba.

Mas, como minha formação é economia e que meu raciocínio é empresarial, eu vou me ater a essa parte mais técnica de produção e de demanda. Os dados informados não só por esse informe distribuído aqui, mas na imprensa nacional, projeta uma produção em 2008 de 86 milhões de barris/dia. Para a produção de 2030, são 31 bilhões, eu falei milhões, são bilhões de barris/dia. Isto demonstra que haverá uma queda estimada de produção mundial de barris. A demanda global, ela cresce em torno de... Crescerá em torno de 25% e dará estimativa de em 2030, de 106 bilhões de barris/dia. O que significa que nós teremos um *déficit* de 75 bilhões de barris/dia, a não ser que surjam outros mananciais, outras descobertas, ou redução de consumo de derivados de petróleo em função de energias alternativas.

Então, economicamente nós estamos verificando que existe uma grande viabilidade de mercado com para quem vai poder suprir esses 75 bilhões de barris/dia. A produção brasileira dos últimos 10 anos, está citado aqui, que foi em torno de... Os últimos 100 anos, vamos considerar que o modelo como foi citado pelo Sr. Ministro, as decisões políticas ocorridas aqui aconteceram ao longo dos últimos 10 anos, mas ao longo dos últimos 100 anos nós tivemos uma reserva de 14 bilhões de barris identificadas. Só nos campos de Tupi, com oito bilhões e Iara quatro bilhões e Ponta Baleia dois bilhões, nós teremos os 14 bilhões que foram na verdade identificados ao longo de 100 anos. Então, o Brasil, na verdade, está tendo uma grande oportunidade de suprir o mercado internacional e atender suas próprias demandas. A pergunta nossa, tendo em vista este painel em termos de demanda, é no sentido de que fora a queda de braço político, é porque aqui no Senado a cada dia tem uma queda de braço. As eleições de 2010 têm proporcionado assim um grande aprendizado, porque essa luta política, ela enriquece. Mas na verdade a posição hoje da oposição, ela briga por qualquer coisa. Eu, como faço parte da base aliada do Governo, eu tenho que assistir isso de forma muito confortável. Mas, a pergunta específica é a seguinte. Eu sinto uma intranquilidade muito grande por parte dos Parlamentares que aqui representam os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, no tocante ao modelo, o famoso modelo de concessão versus partilha. A nossa pergunta viria no sentido de que mensagem V. Exa. pode transmitir, no sentido de que a mudança do modelo não geraria perdas eventuais para esses estados que estavam hoje com suas economias alicerçadas no modelo, que era o modelo de concessão, e o modelo de concessão dava através dos *royalties* esses benefícios que esses três estados fundamentalmente, ou os brasileiros, Rio Grande do Norte também, mas fundamentalmente em se tratando de pré-sal, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

Era essa a pergunta dentro do prazo estipulado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Ministro Edison Lobão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, me inscreva, por favor.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Roberto Cavalcanti, V. Exa. se refere à curva produção/consumo. Eu disse aqui no começo que dentro de 40 anos, segundo as previsões dos institutos técnicos dessa matéria, dentro de 40, 43 anos, o petróleo estará se extinguindo, isso a julgar pelas reservas conhecidas atualmente. A curva então será ascendente no consumo. A partir dos próximos 20 anos, e descendente na produção. Até lá nós teremos incluído diversos mecanismos novos de energia à base, sobretudo do etanol, do biodiesel e assim por diante. Estamos na esperança de que a humanidade terá a solução para seus problemas. Hoje uma fonte altamente consumidora de petróleo são as termoelétricas espalhadas pelo mundo. Mas o mundo está acordando para a necessidade da energia eólica e da energia solar. Já existem instalados hoje nos Estados Unidos 125 mil megawatts de energia eólica, a Espanha tem 18 mil megawatts, a Alemanha também caminha fortemente por aí.

O fato é que o mundo já consome hoje algo em torno de 125 mil megawatts de energia eólica. A energia solar é uma experiência que começa a produzir resultados. Com tudo isso ingressando na produção energética, o que nós teremos é uma certa economia na utilização de petróleo, substituindo portanto o petróleo pela energia solar ou pela energia eólica. Há uma universidade em São Paulo que neste momento realiza estudos muito interessantes no que diz respeito à energia solar. É até um professor japonês que dirige esses estudos. Segundo tais estudos, a humanidade não terá muita preocupação no futuro com energia elétrica porque somente os desertos espalhados pelo globo, com as baterias solares hoje conhecidas, serão capazes de produzir algo em torno de 15 vezes o que o mundo hoje produz em matéria de energia elétrica. Então verificamos que a humanidade procura tomar providências a tempo e não a destempo, para suprir tais necessidades. Mas o fato é que a previsão atual é de que realmente dentro de 20 anos a produção de petróleo será cadente, enquanto que o consumo

ascendente. Isto sim. Concluindo com as reservas se esgotando nos próximos 40, 45 anos.

Quanto aos 14 bilhões de barris de petróleo a que se refere V. Exa., eles dizem respeito às reservas atuais conhecidas, ou seja, daqui para frente. Nada tem a ver com o consumo brasileiro, passado.

Sobre as perdas dos estados. Eu já expliquei e repito agora, que na proposta do Governo não haverá perda nenhuma dos atuais estados produtores. Nenhuma perda. Tanto eles conservarão os *royalties* quanto as participações especiais. Inclusive da proposta do Governo, e isto está dito com respeito às reservas do pré-sal, que ainda não foram distribuídas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Roberto Cavalcanti, dois minutos para a réplica.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu acredito que, Sr. Ministro, uma grande dúvida que existia nessa Casa se prende exatamente a eventuais perdas por parte desses estados que hoje tem através do recebimento dos *royalties* uma grande soma de recursos para seu desenvolvimento. Quando V. Exa. fala que não haverá perdas, V. Exa. se refere a não haver perdas dos números arrecadados no momento presente ou V. Exa. se refere a não haverá perda de expectativa, vamos dizer. Havia uma expectativa com crescimento das reservas de serem aumentados o volume de royalties em função exatamente do volume a ser retirado dessas bacias. Quando V. Exa. se refere a perdas, se refere que não haverá mesmo levando em consideração o acréscimo da extração de petróleo, mesmo assim não haverá perda para esses estados?

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Não. O que quero dizer é que a lei proposta através dos quatro projetos que o Presidente da República encaminhou ao exame do Congresso Nacional, ali não se prevê retirar dos estados produtores, atuais, nenhum tipo de *royalty* e nem de participação especial. E mais, para o futuro, no que diz respeito ao petróleo do pré-sal, que ainda não foi sequer leiloado, também a proposta do Governo recomenda manter, até que uma nova lei disponha em sentido contrário, o direito desses estados concedido por uma Lei Ordinária em 97, de receber *royalties* e participação especial. O que ocorrerá, segundo as nossas previsões, é que haverá rendimentos crescentes para o Rio de Janeiro e São Paulo daqui para frente. Mesmo sem, ainda que fossem retirados os *royalties* e participação especial para a área com o pré-sal ainda não leiloado, ainda assim, Senador Dornelles, haveria renda crescente em *royalties* e participação especial para o Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Osvaldo Sobrinho, do PTB do Mato Grosso, que estreia hoje na nossa Comissão.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, é uma honra estrear nessa Comissão, principalmente porque está sendo presidida por V. Exa., que é um dos vanguardeiros da modernidade desse país. Quando eu vejo o Senador Eliseu Resende também à Mesa, pelas pessoas que eu tenho maior carinho e admiração pelo seu trabalho e pela sua história, e o nosso Ministro, eu sinto de que na verdade o Brasil tem solução. Basta nós utilizarmos as inteligências, essas experiências, para fazermos o melhor.

Quero dizer que quanto ao pré-sal, e eu perdi grande parte da discussão que aqui está, porque participando de outras comissões como titular, tive que lá estar. Mas eu queria somente fazer uma constatação do que eu vejo dos países, das regiões onde se preocupam mais com a exploração dos recursos naturais. Eu vejo sempre que as riquezas naturais, quando exploradas, elas geram recursos enormes, riquezas enormes. Mas quando saem, geram misérias insanáveis, como é o exemplo dos garimpos de Mato Grosso, em todas as regiões que fizeram de forma aleatória. Não é o caso do pré-sal, não é o caso do petróleo. Mas nós temos que saber entender de que forma isso será feito e de que forma serão distribuídos esses recursos que nós vamos adquirir dessas novas evoluções do pré-sal, até porque países que pensaram somente em tirar os recursos da terra, do seu solo e subsolo e não pensaram no futuro, estão pobres e miseráveis hoje. Poucos exemplos nós temos de países que se preocuparam com o futuro, que mesmo depois de acabados os recursos conseguiram fazer, como Dubai, por exemplo, que conseguiu mudar sua atividade econômica através da extinção do petróleo que já estava praticamente exaurido nos seus territórios. Mas eu acredito que esse pré-sal, nós temos que ter cuidado para não entrar em modelos anteriores e antigos, pensar de que esses recursos que vão ser investidos lá, não é só dos estados em que está o petróleo, mas também são recursos da União. E, portanto, se é recurso de todos nós, dos estados, daqueles que sustentam o pacto federativo, é necessário também que se pense numa quantia maior para que esse Fundo Social haja através dele a redistribuição para todos os brasileiros, dos recursos que serão auferidos por esse trabalho da exploração desse petróleo. E aí onde eu vejo que aqui nessa Comissão, nós temos que começar a se preocupar já com como será constituído esse Fundo Social. Esses recursos que estão sendo colocados, se são suficientes ou se nós podemos colocar mais para que possa haver o equilíbrio desse pacto federativo com esse recurso,

através de pesquisa, através de educação, de novas tecnologias, através de que coisas que possam ser duradouras e que possa após passar 40 anos que exaurir esse petróleo, nós tenhamos sobrado muita coisa para tentar investir com tecnologia própria em outros tipos de energias que estão aí abundantes e que não temos ainda o controle tecnológico sobre ele.

Portanto, eu vejo que é importante Deus ter premiado o Brasil com essas reservas. Mas uma vez eu conversava com o Roberto Campos que foi Senador do meu estado, um grande Senador, um grande brasileiro lá de Mato Grosso, e ele falava: "Olha, Osvaldo, os países que tem as maiores reservas de recursos naturais são países mais pobres e miseráveis. Aqueles que exploram essa riqueza é que são os ricos". Portanto, nós temos que nos precaver com essa bênção que nos deu Deus desse pré-sal, que a gente possa aproveitar e já agora com as normas que estamos fazendo a gente começar a pensar o que nós vamos fazer com esses recursos para que daqui a 40, 50 anos, estejamos preparados para o novo momento e que a gente não perca essa oportunidade. E que aproveitamos também para fazer com ele uma distribuição de renda, para melhorar a vida dos brasileiros que estão nos bolsões de miséria que avassala esse país.

Era somente a constatação que eu queria colocar, portanto não é uma pergunta, porque V. Exa. já tem feito explicação com muita sabedoria e eu tenho certeza que vamos avançar muito mais porque está levando o seu Ministério, está levando a sério esse assunto que é indiscutivelmente um dos mais sérios do momento econômico do Brasil.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: O Ministro Roberto Campos, que foi um homem da República e que foi amigo de V. Exa. e meu também, para a minha honra, dizia de fato tais coisas e ele tinha toda razão. Sucede que ao longo dos anos a humanidade com seus erros vai aprendendo. Hoje nós temos os Emirados Árabes, por exemplo, produtores de petróleo, que aparentemente, contraditoriamente, investem em energias alternativas. Gastam bilhões de dólares hoje os Emirados Árabes, a Arábia Saudita também, no desenvolvimento de energias alternativas. Com isto visando o quê? A economia do seu petróleo. A economia de suas reservas, ou seja, com as deficiências e os defeitos e os erros, vai a humanidade aprendendo. Isso é natural. Nós temos tido aqui esta preocupação, o modelo que estamos concebendo, novo, foi marcado por esta preocupação profunda de não permitir que a riqueza que está surgindo, em lugar de vir em benefício de todos possa vir em prejuízo de alguns ou de todos também. Mas ela já vai alcançar um país diferente, um país organizado, um país grande, economicamente forte, e, portanto, ela será uma riqueza a mais e não a única riqueza a ser disputada por correntes ou por estamentos sociais do Brasil.

A distribuição dos recursos será feita em princípio dentro daqueles itens já estabelecidos: Combate à pobreza, educação, cultura, ciência e tecnologia e meio ambiente. Nós imaginamos que outros recursos poderão vir juntar-se a esse estoque que será gerado no Fundo Social através do petróleo. Um deles, uma fonte destas haverá de ser, por exemplo, uma parte dos *royalties* sobre minério de ferro ou minérios de modo geral. Que hoje paga muito pouco mesmo, *royalty*. Enquanto o petróleo paga 10% de royalty, mas algo em torno de 10% de participação especial, os minérios pagam 2% de *royalty*. E estes sim são responsáveis por vasta degradação nos territórios de onde ele é retirado. Minas Gerais, o Pará, e outros estados. Estamos fazendo um novo marco regulatório também para setor mineral, procurando corrigir os defeitos do atual código de mineração, que é um código já obsoleto de 40 anos passados, vamos modernizá-lo, atualizá-lo e prever situações como estas, para que as riquezas naturais não resultem na degradação do meio ambiente. No mais, Senador, acho que V. Exa. está coberto de razão e muito do que afirma no que diz respeito a esta riqueza que está surgindo em nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Ministro Lobão. Com a palavra o Senador Wellington Salgado. Pela ordem, Senador Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): [ininteligível] compromisso, queria pedir autorização para fazer uma saudação a V. Exa. pela maneira como conduziu esse debate, e ao Ministro Edison Lobão por todas as respostas que deu, muito precisas. Eu estou certo que V. Exa. e o Presidente são grandes amigos do Rio de Janeiro e que jamais fariam qualquer proposta, nem admitiriam que fosse aprovada qualquer proposta contrária aos interesses do Rio. Estou certo que é importante o Rio de Janeiro mantenha um relacionamento muito estreito com o Presidente e V. Exa., e estou certo que não haverá nada que vai deteriorar esse entendimento. Eu acho positivo, mas não vamos deixar que pessoas interessadas venham criar dificuldades para esse bom entendimento entre a União e o Rio.

Cumprimentar V. Exa., peço que V. Exa. apresente ao Presidente da República a confiança da bancada do Rio que está certo que jamais ele e V. Exa., que é um carioca, jamais permitiriam aprovação de qualquer

modelo que trouxesse dificuldades ao Estado do Rio de Janeiro.

Presidente Collor, parabéns, Ministro Lobão, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Ministro Francisco Dornelles. Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Presidente Fernando Collor. Essa é uma Mesa que nós temos um Senador Ministro, um Ministro Senador, um Senador Presidente, Presidente Senador... Quer dizer, essa Mesa é uma Mesa que realmente... A alta cúpula do Senado, da história recente do Brasil.

Ministro Lobão, eu não vou ficar tecendo elogios, momentos difíceis até que nós já passamos, V. Exa. acaba sendo um conselheiro do grupo a qual eu pertenço, com muita honra ouço os conselhos de V. Exa. Eu digo sempre para o Lobão Júnior, se ele quiser crescer na política, basta almoçar com V. Exa. todo dia e ouvir, simplesmente, que ele vai ser um dos maiores políticos do país, com certeza.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: É extrema bondade de V. Exa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ministro Lobão, eu queria... Em toda essa discussão eu participei com alguns membros do setor petrolífero que atuam no Brasil, na CCT, num debate, e algo me deixou preocupado. E eu não gostaria de fazer pergunta sem ser em público, porque gostaria que V. Exa. respondesse em público. Algo que me deixou um pouco com dúvida em todo esse sistema do pré-sal, que eu vou apoiá-lo, com certeza, é a questão de capitalização da PETROBRAS, porque os números eu fiquei, assim, um pouco preocupado. Por exemplo, vai se fazer um aporte em títulos do Governo da PETROBRAS da ordem de cinco bilhões de barris. Então, consequentemente não há dinheiro, você vai botar título que vai dar respaldo à PETROBRAS para falar: "Olha, eu tenho garantias que são esses títulos do Governo no valor de cinco bilhões de barris". Aí, num debate na CCT, um membro de uma associação ligada ao petróleo, ele colocou pra mim, Ministro, pra mim e para a Comissão, de que a Bacia de Campos, em 32 anos de exploração, conseguiu explorar cinco bilhões de petróleo, de barris de petróleo. Então, veja bem, a garantia ou o aporte de capital que o Governo está dando à PETROBRAS nesse momento equivale a 32 anos de exploração de petróleo na bacia de Campos. A bacia de Campos que não é do Rio, a Bacia de Campos vai até o Espírito Santo, aquela região toda que é uma região onde produz mais petróleo no Brasil atualmente. Então, esses números me deixaram preocupado. Porque, olha, nós estamos aportando na PETROBRAS 32 anos de exploração da Bacia de Campos em termos de barris.

Eu queria saber se V. Exa. confirma esses números, se esses números são confirmados pelo Ministério, e como é que pretende fazer esse pagamento com esses títulos, como é que vai aportar, porque na minha interpretação, ao colocar esses títulos no caixa da PETROBRAS como aporte de capital, vai matar totalmente os minoritários nessa situação. É minha interpretação, porque minoritários não vão ter condições de cobrir esse aporte proporcionalmente. Era só essa colocação que eu teria.

Desculpe encostá-lo um pouco na parede, meu querido Ministro. E antes da resposta, só uma coisinha, Presidente, Ministro também, eu queria em nome do basquetebol brasileiro, agradecer ao Ministério de V. Exa. onde a Eletrobrás patrocinando o basquete brasileiro deu condições para que esse basquete fosse campeão agora e classificado para o mundial. Se não fosse a Eletrobrás ela não teria condições, a Eletrobrás está para o basquete assim como o Banco do Brasil está para o voleibol. Então, queria que V. Exa. agradecesse ao Presidente da Eletrobrás e através de V. Exa., claro que é o Ministro maior, mas que sem a Eletrobrás o basquetebol brasileiro não chegaria a esse momento maravilhoso que está chegando.

Só isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Eu acho que é dever de todos nós, Senador Wellington, contribuir para que o esporte se fortaleça cada vez mais. O esporte em toda sua natureza está na alma do povo. E assim é ao longo da história da humanidade em todos os países.

Senador Wellington, há poucos anos nós produzíamos um milhão de barris de petróleo. Estamos produzindo hoje dois milhões de barris de petróleo. Amanhã estaremos produzindo três milhões e 800 mil barris de petróleo. Em seguida estaremos exportando, a despeito do nosso consumo crescente, um milhão de barris de petróleo por dia. Se for do nosso interesse, do interesse brasileiro, já não mais deste Governo, dos futuros governos, a calibragem da exploração do petróleo a ponto de se exportar mais e mais e mais em prejuízo das reservas, isto certamente os governos farão no futuro. Depende de quem? Depende do CNPE, que é o Conselho Nacional de Política Energética. Um conselho em boa hora criado no Brasil para tomar essas decisões. Esse conselho assessora o Presidente da República e é composto por vários Ministros, como

relatei ainda há pouco. Portanto, são decisões de alta envergadura e tomadas por um conselho da maior dimensão, que dependerá da palavra final do chefe da nação brasileira. Então, se este Conselho com o chefe da nação entender que nós no futuro devemos exportar dois milhões de barris por dia, três ou quatro, o Conselho autorizará novas licitações para que mais e mais petróleo seja retirado do fundo da terra e seja consumido aqui, exportado para o exterior.

Quero com isso dizer que a PETROBRAS não precisará dos tais trinta e tantos anos para realizar os seus recursos com a venda ou com a apropriação dos cinco bilhões de barris de petróleo. De toda maneira, há uma tendência na valorização do petróleo daqui pra frente. Se esse estoque está ali embaixo, à disposição da PETROBRAS, sendo de propriedade dela, valorizando o capital dela está e a sua propriedade, os seus recursos estão também valorizando e se elevando. Isto não será um mal, será um bem para a PETROBRAS. É como se alguém que compra um apartamento hoje por 100 mil reais, ele amanhã vale 150, vale 200, vale 300. Melhor para quem é o dono desse apartamento, dessa unidade residencial. É assim que funcionará esse estoque de petróleo em mãos da PETROBRAS. Será bom para ela, é bom para a União Federal hoje e será bom para ela amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Está satisfeito, Senador Wellington, com a resposta do Ministro?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Satisfeito nunca, não é, Presidente? [risos]. Nós somos eternos insatisfeitos. Mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. tem direito a uma réplica de dois minutos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Ministro Lobão, quando eu fui líder do PMDB, depois do Senador Ney Suassuna, um dia eu fui visitado por alguém da PETROBRAS. Ele me trouxe, Presidente Fernando Collor, a quantidade de furos que nós fazíamos no país para tentar achar petróleo, comparado com que o Canadá fazia. É uma coisa, é assim tipo 1% ou 2% do que o Canadá faz de furo procurando petróleo o que nós fazíamos no Brasil. Eu fiquei estarrecido com essa informação, e na época ele me procurou, eu não sabia onde é que eu poderia ajudar, ele queria que eu colocasse no orçamento mais quantidade para fazer mais furo. Isso é verdadeiro? Eu sei que só tenho direito ao contraponto, mas isso me veio na cabeça agora. Isso é verdadeiro, essa comparação de dois, 3% com os furos do Canadá, país como o nosso? Só isso. Proporcionalmente.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Wellington, há uma diferença muito grande entre as perfurações que são feitas no Brasil e nos Estados Unidos, por exemplo. Nós temos no Rio Grande do Norte algo em torno de mil e tantos furos de prospecção. E por que se faz assim em terra? Porque ali sim existe o risco, médio risco ou alto risco, ao contrário do pré-sal, que é baixíssimo o risco. Então, precisam ser feitos furos atrás de furos para você encontrar petróleo. E para retirar 1.500 barris por dia, dois mil barris por dia, e assim por diante. No mar, e, sobretudo na área do pré-sal, é diferente. Nós vamos retirar... V. Exa. não se encontrava aqui quando eu disse, que somente Tupi, que era um campo imprestável, declarado imprestável pela própria PETROBRAS que o devolveu, ganhou na licitação, pagou o bônus de assinatura, não conseguiu encontrar petróleo lá, devolveu para a Agência Nacional do Petróleo, que depois leiloou, a PETROBRAS com nova tecnologia, arrematou de novo o campo de Tupi e vai produzir um milhão de barris por dia ali, com a nova tecnologia, no mesmo local. Nós temos no Brasil algo em torno de dois mil furos e tantos, feitos, no mar muito menos, duzentos e tantos apenas. Só no Rio Grande do Norte mil e tantos. Nos Estados Unidos isso se aproxima de cem mil furos. Porque em terra, um atrás do outro, aquelas pequenas máquinas perfurando ali. O nosso tiro é certo no pré-sal. É certo. Nós não podemos nos entregar nem mergulhar na depressão. Nós não podemos ter uma animação, uma esperança irresponsável, beirando a fronteira do irresponsável, mas nós não estamos nela. Por tudo que se fez, pela experiência que se conhece do mundo e pelas perfurações já feitas ao longo dos 149 mil km² do pré-sal, nós chegamos à conclusão, nós quem? Os engenheiros, os geólogos, os especialistas chegaram à conclusão de que ali é de baixíssimo risco. Não é baixo risco, é baixíssimo risco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado Ministro Edison Lobão. Com a palavra o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente Fernando Collor, Mesa, meu caro Ministro Edison Lobão. Eu vou... Aprendi tanto hoje aqui nesse... Nessa reunião, por meio das perguntas que foram feitas e pelas respostas que foram dadas, que eu vou sair um pouco da trajetória que tem sido seguida e vou... Porque a PETROBRAS nasceu, Ministro, no Rio de Janeiro, a PETROBRAS nasceu na cidade do Rio de Janeiro, Clube Militar, naquelas reuniões do General Barbosa, o velho Artur Bernardes, a mocidade daquela época, o Clube Militar, nasceu ali. E o Presidente Getúlio Vargas mandou ao Congresso Nacional a mensagem que se transformou finalmente em 2004. E foi demais, foi um

substitutivo do Deputado... Deve ter conhecido V. Exa., Bilac Pinto, da antiga UDN, que hoje é a PETROBRAS. De lá pra cá foram tantos os avanços, mas tantos os avanços, que a minha geração, a geração anterior à minha e à futura não fazem nem ideia, nem podem aprender direito o que foi isso. Das perguntas do Senador... Tem toda razão. A PETROBRAS teve como primeiro Presidente Juracy Magalhães, um cearense que se formou na Bahia, acabou Senador e foi tudo no país. Mas foi ele que tomou a iniciativa de ir aos Estados Unidos e contratar aquele que seria o maior geólogo do mundo, o Sr. Walter Link, que fez um contrato milionário com a PETROBRAS. Contrato secreto. Está em moda o ato secreto, aquele foi um contrato secreto que até hoje ninguém teve conhecimento dele. Escrito em inglês. E eu gostaria muito, até por motivos históricos, se V. Exa., se o secretário Marco Antônio pudessem enviar para essa Comissão uma cópia desse contrato firmado naquela ocasião. Naquela ocasião, da Lei 2004. E o contrato firmado com a equipe de geólogos americanos, chefiados pelo geólogo Walter Link, falecido em 1976 e que esteve no Brasil depois de desfeito, depois que terminou o seu contrato, e apontou o caminho do mar, falou: "Olha, não está no relatório, mas aquele é o caminho para os senhores descobrirem o petróleo". Foi ele que fez isso. Depois de percorrer... O poço de Nova Olinda no Amazonas, na selva, que era uma esperança, Nova Olinda... E furar não sei quantos, não chegou a mil talvez, mas muitos poços. Uma prospecção muito grande no país inteiro.

Então, a minha... Não é pergunta, é talvez V. Exa. pudesse ceder a esta Comissão aquele chamado relatório de Walter Link, que pouca gente conhece, que a história não relata o relatório, mas que nós gostaríamos de ter, porque esta Comissão é muito eclética, muito dinâmica... O Presidente Fernando Collor deu uma dimensão diferente a essa Comissão, essa que é a verdade. Isso não é pergunta, é um pedido.

O outro é o seguinte, pré-sal. Eu quero falar do sal, Ministro. Sal é matéria-prima. Antigamente havia muito sal no meu estado. Em Araruama, Iguaba, Cabo Frio, hoje não há mais, o que há é exploração imobiliária. Então, todo sal que nós precisamos vem do Rio Grande do Norte, mais precisamente de Mossoró para as indústrias químicas que necessitam do sal como matéria básica. A verdade é essa. E chegamos até a importar sal. Minha pergunta é a seguinte: Tem essa riqueza mineral aqui que é o petróleo e essa riqueza chamada sal? É possível, eventualmente, explorá-la? Só uma pergunta.

Mais nada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Paulo Duque. Ministro Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Eu acho que o Senador Paulo Duque é contemporâneo da luta pelo "Petróleo é nosso!" e da PETROBRAS. Aquilo foi um período em que o Brasil mergulhou em grandes debates, em grandes dificuldades, com algumas incompreensões. Em verdade, quando o projeto chegou ao Congresso Nacional, coube ao Deputado Olavo de Bilac Pinto, era um mineiro, depois se tornou Presidente da UDN e finalmente lembra o Presidente Collor, Ministro do Supremo Tribunal Federal, ele fez essa emenda que garantiu toda essa possibilidade de fortalecimento da PETROBRAS e de retenção para o povo brasileiro do petróleo. O que está se fazendo hoje com o pré-sal é algo parecido, ouço muitos aplausos, mas, sobretudo incompreensões de muitas correntes.

Há um sociólogo britânico, Toynbee, que diz que as grandes causas exigem grandes sacrifícios, e nós todos brasileiros temos que passar por esses sacrifícios para chegarmos às grandes conquistas em benefício e nome de todos. Eu não me abespinho com as críticas que muitas vezes recebo, por estar tentando cumprir o meu dever. Eu estou sujeito a cometimento de equívocos, de erros, estou sim. Eu não sou autossuficiente, ninguém o é. Mas procuro acertar em benefício de todos. Exerço uma função ministerial, da confiança do Presidente da República, que tem me prestigiado na ação que desenvolvo no cumprimento das minhas tarefas de Ministro de Estado. Espero fazê-lo com a consciência tranquila de que cumpro de fato, na medida das minhas forças e dos meus conhecimentos, o dever que todos esperam que eu o faça. O relatório Link foi um relatório amaldiçoado no começo, porque ele não nos dava grandes esperanças. Ele, sobretudo dizia que com a tecnologia existente à época, nós não avançaríamos muito na pesquisa, na exploração e na produção de petróleo em terra e ele apontava o dedo para o mar quase que como uma previsão apenas, porque não se tinha o hábito, não tinha tecnologia, sobretudo de exploração de petróleo em território marítimo. Quando veio a exploração do mar do norte, muitos especialistas disseram que aquilo era inviável, e inviável, sobretudo pelas ondas elevadas de toda região. E, todavia os ingleses apostaram naquilo e deu certo. Nós estamos apostando hoje na exploração do petróleo do mar. Cerca de 70 a 80% do petróleo que produzimos hoje provém de *offshore*, da área *offshore*, ou seja, do mar.

Eu não tenho dúvida de que o pré-sal vai ser generoso com o povo brasileiro e vai responder as expectativas que temos com o oferecimento deste

produto tão importante, energético para a humanidade e para o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Paulo Duque, algum... Está satisfeito? Obrigado, Senador Paulo Duque. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Presidente Collor, gostaria de me juntar a todos que estão louvando a sua condução nessa audiência e ao Ministro Lobão também, porque sempre eu o conheço há seis anos e meio. Sempre entrou naquele Plenário com esse mesmo tom de voz, educação, cumprimentava a todos, sempre, nunca o vi entrar zangado, sempre respondia à altura, nunca deixou de rebater nada. Mas eu tenho umas perguntas assim, objetivas. Gostei de ficar aqui, o senhor já está quase cinco horas falando aqui com a gente. Gostei de ficar, porque eu tinha realmente, ficava com um pouco temeroso em relação a essa... Com medo de fazer um novo ponto de burocracia, de complicação. Mas eu estou ficando mais convencido e vendo as coisas mais claras.

Mas eu queria fazer uma pergunta objetiva em relação aos modelos contratuais por países. Nós temos um gráfico aqui que demonstra os países, e do total de reservas conhecidas de petróleo, das grandes reservas, eu gostaria de saber o percentual de países que usam o modelo de concessão pura, de países que usam partilha e serviços e dos países que buscam partilha.

Em relação a todas as reservas conhecidas do mundo. Para a gente saber em percentual, para a gente poder ficar entendendo bem. Eu tenho a impressão de que o regime de partilha e serviço é o que predomina, mas eu gostaria de saber se o senhor tem essa informação técnica a respeito disso.

É só essa pergunta, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Augusto Botelho, desde logo eu diria que mais de 80% das reservas de petróleo são hoje exploradas pelo regime de partilha, mais de 80%. Eu acho que isso já responderia a todas as dúvidas que pudesse surgir sobre o programa. Não é possível que 80% dos interessados estejam errados, a OPEP esteja equivocada, errada, mergulhada em equívocos, e os outros não. O maior produtor do mundo, que é a Arábia Saudita, que possui reserva de 264 bilhões de barris, adota o regime de partilha. Dos 24 maiores produtores de petróleo do mundo, 16 adotam o regime de partilha. Dois adotam o regime misto, partilha e concessão, que é o que estamos fazendo agora, e apenas seis adotam o regime de concessão, entre os quais o Brasil. Entre os quais o Brasil. E são seis produtores menores, atualmente. Por isso é que 80% adota o regime de partilha, que são os maiores. Será que há equívoco nisso? Não está dando certo? Isso funciona quase que como relógio suíço, está dando muito certo.

Então, o que estamos fazendo é seguir os exemplos que deram certo, sem desprezar o anterior. E eu ainda há pouco dizia que quando foi feito no governo passado, foi introduzido o regime de concessão, o Governo decidiu corretamente. Este Governo, o Governo do Presidente Lula, seguramente teria feito a mesma coisa no passado. Já no presente é diferente, as condições são outras, as necessidades diferentes também, e por isso estamos adotando o regime de partilha para que a União Federal, ela sim, se aproprie desta riqueza e até possa usá-la no exercício da geopolítica. Eu não tenho dúvida de que amanhã vários países irão necessitar, Senador Paulo Duque, do petróleo de países que tem estabilidade institucional e nós poderemos tranquilamente chegar, por exemplo, aos Estados Unidos e dizer ao Governo americano: "Vendo o meu petróleo, os senhores tem que retirar as barreiras para a compra de etanol brasileiro". Ou seja, fazer uma negociação útil para as duas nações, para aqueles que fazem o intercâmbio de negócios. A geopolítica é fundamental na apropriação desse petróleo por parte do Brasil. No regime de concessão, o petróleo não pertence à União Federal, pertence aos concessionários, àqueles que exploram o petróleo e ganharam aquele poço dando um bônus de assinatura muitas vezes de 20 milhões, que não significa nada, absolutamente nada. Passam a ser proprietários tendo pago uma ninharia por um bem que é do povo brasileiro. Eu defendo com ardor por isto, no convencimento de que estou no caminho certo junto com todos os técnicos, dentre os quais o Dr. Marco Antônio. O Dr. Lima, que hoje é Presidente da BR, era meu secretário de petróleo e gás e que aqui faço uma homenagem pública, nos ajudou enormemente na formulação desse modelo. Trata-se de um profissional, ele e também o Marco Antônio, de mais de 30 anos na PETROBRAS, que tem estudado longamente essas questões todas e esses técnicos com patriotismo de que são dotados, com a inteligência e o talento deles, nos ajudaram a nós da Comissão interministerial a edificar este modelo que acredito é o que melhor interessa hoje ao Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Augusto Botelho, réplica, dois minutos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Está satisfeito? Muito obrigado.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares que cedeu o seu lugar na ordem de inscrição.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Permuta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por permuta.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Em primeiro lugar, Sr. Presidente, nosso querido Ministro, que além de Ministro, colega como Senador, eu considero meu amigo. Marco Antônio, Srs. Senadores, nosso novo Senador por Mato Grosso, Osvaldo Sobrinho, seu primeiro dia aqui, e um agradecimento muito especial ao Senador Valadares, que eu estou com um problema, preciso sair e ele me cedeu o lugar.

Eu não vou fazer nenhum questionamento, Ministro Lobão. Não vou falar da PETROBRAS, não vou falar do pré-sal, porque a gente vem acompanhando todas as posturas do nosso Governo, do nosso Presidente Lula, da nossa Ministra Dilma Rousseff, da nossa PETROBRAS, e muito especialmente sua e a gente sabe da sua competência e do seu compromisso político. Não político partidário, político na causa do Brasil. Então, eu não vou falar do pré-sal. Não vou, porque isso a gente está ouvindo toda hora e eu seria até repetitiva, certamente. É dizer que... Bom, em primeiro lugar, eu tive dificuldade de chegar aqui antes, eu não ouvi toda sua fala, eu tentava até ouvir por onde eu estava passando, mas foi difícil, mas eu ouvi um pedaço, mais no final, quando o senhor falou que o petróleo é uma das possibilidades. Óbvio que é. Que tem aí as alternativas, as que estão surgindo, o senhor falou da eólica, temos aí o biocombustível, nossa, temos inúmeras alternativas. E eu diria que o Brasil vai indo muito bem, obrigada, e a tendência é ficar muitíssimo melhor. Eu estive numa reunião no capitólio, agora foi... Abril, mais ou menos, onde estavam parlamentares do G20 e onde foi dito com todas as letras que o país é muito bom, porque eles não costumavam dizer essas coisas. Não é porque fosse os Estados Unidos lá nos Estados Unidos, mas os outros países também. O reconhecimento de que o Brasil hoje é quem tem o mais alto percentual de energia renovável, 47.8, seguido de outro país que é 30, não vou citar o nome aqui, e outro que é 16 em terceiro e os outros muito abaixo.

Então, eu diria que ao surgir o pré-sal é de extrema relevância, o petróleo é extremamente importante, ninguém duvida disso, mas as buscas de energia alternativa, como a eólica, todas as outras energias alternativas, é fundamental para o nosso país. Eu chefio a missão brasileira no Parlamento já há dois anos a nível de mudança, de discussão de mudanças climáticas, com vistas às mudanças que vem aí no pós Kyoto em 12. O Senador Collor de Mello é uma pessoa preocupada com essa questão, eu já ouvi fazendo várias vezes discursos a esse respeito, sobre a questão ambiental, etc., e mudanças climáticas, e essa discussão a nível de mundo tem ido num caminho muito... Eu diria que numa tentativa, pelo menos, de ser politicamente correto. Os Estados Unidos é quem traz a maior dificuldade, porque até o "Mais 5", que nós fazemos parte do "Mais 5" aí com a China e com a Índia, as dificuldades parece que vão ser superadas no pós Kyoto, pelo menos minimizadas. Os Estados Unidos sempre foi quem trouxe as maiores dificuldades nessa questão, porque ao mesmo tempo que você tem que ter essa energia renovável, etc. e tal, você tem que ter a preocupação com a preservação do meio ambiente. Porque se você não preservar, não preocupar, continuar só com os sujões, os sujões, os sujões, o meio ambiente daqui a pouco está complicado e a vida humana está complicada.

Então, eu fiquei muito feliz quando eu vi o senhor dizer aí, até vou pedir para o senhor repetir, que o senhor disse que até um tempo 'X' que é esse que eu não peguei, com os desertos que nós temos, com o potencial de energia solar que esses desertos poderão nos oferecer, a gente poderá ter 15 vezes, não sei se eu entendi direito, a energia que hoje dá sustentação para o Planeta Terra. Eu diria que o Brasil tem uma contribuição gigantesca para dar em todos os sentidos e que a política que o senhor vem levando juntamente com o nosso Governo como um todo, Ministro, Presidente da República, etc., a gente tem um futuro extremamente assegurado e um futuro não só assegurado em termos de energia, mas de qualidade de vida com energia que propicia qualidade de vida. Porque energia só pela energia também pode prejudicar a vida, e nós queremos energia que propicie a vida.

Era só esse comentário que eu queria fazer. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministro Edison Lobão.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Nossa simpática e minha querida amiga Serys nos traz um dado muito interessante que deve estar na consciência do povo brasileiro, no que diz respeito a matriz energética brasileira, que é a mais limpa do mundo. Nós, hoje, temos uma preocupação obstinada com a preservação do meio ambiente. E os países desenvolvidos têm na sua matriz energética um forte emissor de CO2. O Brasil não. 90% da nossa energia elétrica provém das hidrelétricas que não são poluentes. Países como os Estados Unidos, como a Alemanha, a Rússia, a China, sobretudo a China, que inaugura... A China que inau-

gura duas térmicas a diesel por semana. Estes são altamente poluentes. O Brasil, não. O Brasil, não.

O nosso sistema elétrico contribui com 1,5 a 2% de emissão de CO2 na atmosfera, em 100%. O grande emissor, o grande responsável são os desmatamentos. Portanto, muitas vezes no exterior eu sou confrontado com dirigentes do sistema energético de determinados países que se queixam do Brasil e eu os desafio a apresentar um único país que se assemelhe ao Brasil em matéria de energias limpas e renováveis. Nenhum. A nossa intenção de continuar assim, Senadora Serys.

O que eu disse a respeito da energia solar e que o pré-sal não vai modificar em nada isso que estou dizendo aqui, em matéria de limpeza da nossa matriz energética. O que disse a respeito da energia solar é que há estudos numa Universidade de São Paulo, dirigidas por um professor de origem japonesa, segundo os quais a humanidade não terá muita preocupação, não terá que ter muita preocupação para o futuro. Porque somente os desertos serão capazes de produzir 15 vezes o que hoje se produz no globo terrestre em matéria de energia elétrica. Além disso, nós temos a energia eólica em franco andamento e estamos inclusive realizando um leilão no próximo mês de novembro, específico para energia eólica no Brasil e compareceram 441 interessados em produzir energia, inclusive no Estado de V. Exa., Sergipe, e num total de quase 13 mil megawatts de energia. Portanto, há interessados no Brasil e no mundo inteiro em competir aqui entre nós para produção de energia eólica, que é uma energia ainda não muito barata, ainda um pouco cara, mas absolutamente limpa e que será parte da energia do futuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, do PSB de Sergipe.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente Fernando Collor, Ministro Edison Lobão, Dr. Marco Antônio Martins Almeida, secretário de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Quando o noticiário divulgou a descoberta do pré-sal, com uma ocorrência monumental de petróleo e gás, logo me veio à memória, primeiro a luta do brasileiro para, através de uma campanha monumental, criar a PETROBRAS e determinar o monopólio desta riqueza em favor da empresa brasileira. Em segundo lugar, que houve tentativas em tempo recente de uma estatização total da nossa economia. Uma ameaça inclusive sobre a venda da PETROBRAS, de vez que até num país vizinho, na Argentina, a sua estatal fora vendida a empresas particulares. Entretanto, o brasileiro foi bastante inteligente e sábio ao não aceitar aquela tendência que determinava como condição *sine qua non* para o desenvolvimento, a abertura de todas as economias, a privatização como saída para o desenvolvimento econômico. E eu tive a oportunidade de testemunhar aqui no Senado Federal, no tempo da quebra do monopólio com a Emenda Constitucional nº. 9 e o Presidente, se não me engano era o Presidente José Sarney. O Fernando Henrique tinha esta Emenda Constitucional nº. 9 que na prática vislumbrava também uma venda da PETROBRAS. Quer dizer, dava uma margem para a venda da PETROBRAS, mas a Comissão de Justiça, então presidida pelo Senador Edison Lobão, aprovou uma proposta da nossa autoria, que proibia a venda da PETROBRAS. Então, aquela emenda constitucional voltaria para a Câmara com essa emenda que nós fizemos. Foi então que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, e eu quero fazer justiça a ele, enviou a carta para todos os Senadores, a partir do Presidente José Sarney, comprometendo-se de que até o final de seu Governo jamais entraria com a proposta da venda da PETROBRAS. Isso eu considerei fundamental, porque a PETROBRAS conseguiu desenvolver sua tecnologia em águas profundas, tornando-se uma das empresas exemplo e padrão em todo o mundo nesse particular e hoje nós estamos vendo que valeu a pena a sabedoria do povo brasileiro, do seu Governo, do Senado Federal, ao fazer de tudo para que a PETROBRAS continuasse na sua atividade de petróleo como estatal.

Ocorre que hoje com a descoberta do pré-sal e o marco regulatório, que está sendo objeto de apreciação pelo Congresso Nacional com quatro projetos, está suscitando um novo debate, o estatismo e o privatismo, que na verdade isso não existe. Não é isso que deveria estar em jogo. De vez que como V. Exa. falou, todas as riquezas, riquezas incomensuráveis que existem ali no pré-sal, dominada a tecnologia será de fácil exploração, quase zero por cento de risco em determinados locais como na bacia de Santos. Então, o que nós devemos discutir nesse instante, ao invés de dizer o Brasil está retomando para a PETROBRAS uma parte daquilo que ela perdeu como única estatal a explorar o petróleo, porque ela vai participar com 30% no mínimo dos consórcios. Em vez de nós discutirmos isso, nós deveríamos estar discutindo era como o Brasil se inserir no mercado internacional, não só produzindo petróleo, mas também aproveitando, do ponto de vista industrial, tudo aquilo que vai ser objeto de exploração do pré-sal. Porque assim, como diz o Presidente Lula, nós vamos... Nós não vamos ser um mero país de exportação de riquezas aqui produzidas, isso vai gerar muito emprego, renda, independência e autonomia para o nosso país.

Então, Sr. Presidente, com a tecnologia que nós conseguimos amealhar através da PETROBRAS, há a necessidade então de não só a PETROBRAS avançar na sua tecnologia como nós temos aqui no Brasil quem sabe uma universidade do petróleo, já que essas riquezas são o futuro do nosso país. Não só para ajudar na exploração, surgimento quem sabe até nacionais para competir na exploração do petróleo, como também para exportar, como faz a Noruega, que nesses últimos 10 anos cresceu cerca de 25% em termos de exportação de tecnologia, e eu queria saber de V. Exa. o que acha dessa possibilidade de nós termos aqui uma universidade do petróleo. Porque a universidade nós já temos, que é a PETROBRAS. Mas, logicamente que formando técnicos para a sua própria empresa. O que V. Exa. acha da instalação, da implantação aqui no Brasil de uma universidade com essa finalidade, com esse objetivo?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Antonio Carlos Valadares. Gostaria de cumprimentar em nome de todos os integrantes da Comissão de Infraestrutura e também da Comissão de Assuntos Econômicos S. Exa., o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, agradecendo a V. Exa. essa honrosa visita que nos faz, no momento em que em Audiência Pública essas duas comissões ouvem as explanações feitas pelo excelentíssimo Sr. Ministro das Minas e Energia, Senador Edison Lobão.

Senador Ministro Edison Lobão, V. Exa. tem cinco minutos para resposta ao Senador Valadares.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Eu agradeço por igual ao Presidente Collor a presença ilustre do Presidente José Sarney a esta Comissão, que se reúne conjuntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos, para ouvir a dissertação que ora faço a respeito do pré-sal.

Senador Antonio Carlos Valadares, este Governo não pensa em reestatizar a economia nacional, não está no pensamento dele. O mundo passa por fases, por momentos, e aplica a cada caso a soluções e os remédios que são necessários. Durante o Governo do Presidente Ernesto Geisel, houve impulso pela estatização da economia nacional. Aquilo era necessário. Naquele momento a iniciativa privada não dispunha de meios, sobretudo financeiros para prover o país das necessidades que a cada momento surgiam. Imaginou então o Presidente da República cumprir este papel e o fez com muita competência. Naquele instante, ao final do Governo dele, o Brasil podia ser comparado a um país socialista, 64% da economia nacional encontrava-se na mão do estado. Era um Estado Brasileiro fortalecido, em razão da necessidade de crescimento e de avanço e de relação de empregos. Em seguida, veio a onda mundial pela privatização, a que aderiram quase todos os países do mundo, a começar pela Inglaterra.

Naquele momento a Itália vivia, convivia com uma dívida imensa, mas possuía um patrimônio também extraordinário, privatizou muito do seu patrimônio, inclusive universidades e até igrejas. O Estado italiano era proprietário até de igrejas. Assim caminha a humanidade. O Brasil, então, num determinado momento, no momento acertado, instante de dificuldades econômicas, privatizou parte considerável das suas empresas. Não chegou ao ponto de incursionar junto à PETROBRAS, ou Banco do Brasil ou Caixa Econômica e até outras empresas, no sentido da privatização. Essas empresas foram preservadas e aí está a PETROBRAS, prestando esses relevantes e extraordinários serviços no país. Nós hoje, destinando a ela 30% de todas as reservas do pré-sal para que ela se torne operadora privativa exclusiva, não estamos com isso infletindo no sentido da estatização, ela já é operadora de 80% de todos os blocos exploratórios do Brasil. Com a confiança dos seus parceiros empresariais internacionais. Nada lhe custa, portanto, prosseguir sendo a operadora única 30% já que ela o é dos outros blocos com até mais de 30%. Com no mínimo 30%. O que se está fazendo é portanto, caminhar no sentido da modernização da empresa, da atribuição a ela de responsabilidades novas para as quais ela tem toda competência de se desincumbir.

Eu não tenho dúvida que a PETROBRAS se haverá com a mesma competência, com a mesma rapidez e com a tecnologia que conseguiu construir ao longo de todos esses anos. Os laboratórios de pesquisa da PETROBRAS dão a ela a segurança e a posição que ela hoje merece, de uma das melhores petrolíferas do mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em nome do Presidente da Comissão de... Desculpe. Senador Antonio Carlos Valadares, V. Exa. deseja oferecer...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Só uma última indagação, até porque eu não concordo com um artigo que foi escrito no dia de hoje no Estado de São Paulo pelo Sr. Adriano Pires, que é Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura. Mas, como se trata de um jornal de grande circulação, eu queria ouvir a opinião do nobre Ministro a respeito de um trecho do seu artigo que passarei a ler. É sobre a PETROSAL. “Por fim a PETROSAL vai participar dos comitês operacionais dos campos de petróleo com poder de veto. Muitos afirmaram que isso teria sido copiado da estatal norueguesa Petoro. Não é verdade. Na

Noruega a estatal participa dos comitês operacionais porque a Petoro é investidora e, portanto entra no risco do negócio. No Brasil, a PETROSAL nada investe, ou seja, investirá. E apenas vai exercer ingerência política na administração dos campos. O Governo Brasileiro abandona o modelo de controle da produção e fiscalização do campo por uma agência reguladora e passa agora a ter essas funções exercidas por uma estatal com critérios pouco transparentes".

Quer dizer, num jornal de grande circulação, eu acho que merece uma resposta do nobre Ministro, que eu não concordo em absoluto com que está escrito. Por isso que faço essa indagação a V. Exa. sobre o artigo aqui escrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não foi exatamente então uma réplica, Sr. Ministro, mas uma indagação a V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a Presidência a compreensão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem dúvida.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Senador Antonio Carlos Valadares, o Professor Adriano Pires é um especialista nessa matéria, e ele tem participado fortemente dos debates que estão sendo travados nesse momento. Ele esteve, me informa aqui o Presidente Collor, já inclusive aqui na Comissão de Infraestrutura.

Eu acho a presença dele, discutindo esse assunto, questionando, até instigadora e nos conduz à meditação e até ao exame daquilo que fizemos, para saber se de fato estamos na direção correta. Até aqui eu não tenho tido dúvida que estamos na direção correta. A PETROSAL não será uma agência reguladora. A agência reguladora continuará sendo a Agência Nacional do Petróleo, com todos os seus poderes, nada lhe foi retirado. A PETROSAL será apenas o olho do Governo lá na plataforma. Como a União Federal será maioria em todos os blocos exploratórios, é razoável que a União através da sua representante, que se chama PETROSAL, esteja lá dentro do comitê operativo com maioria e com poder de veto. Comitês semelhantes já existem hoje no regime de concessão. Semelhantes. Inclusive com poder de veto também. O que se faz na Noruega não é muito diferente, a não ser o fato de que o rei com a sua majestade indica diretamente para quem ele quer entregar aquele campo exploratório de petróleo, não há licitação, o rei decide sozinho. O que nós estamos fazendo aqui é um aperfeiçoamento de tudo que existe no mundo, procurando dotar o Brasil de um modelo que amanhã possa orgulhar não apenas o nosso país, mas até em condições de ser seguido por outros países que precisam explorar petróleo em semelhantes condições. Eu não acho ruim esse debate, ele precisa exercer, ser exercido, e já o houve na época do "Petróleo é nosso!", da criação da PETROBRAS, e o resultado foi aquilo que fez com a criação da PETROBRAS, que é o orgulho de todos os brasileiros e que cumpre bem o seu papel, e o seu papel continuará sendo cumprido com rigor daqui pra frente na exploração do petróleo do pré-sal.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. está satisfeito com a resposta?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Satisfeito. Agradeço a V. Exa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Rapidamente. O Sr. Adriano, eu o conheço, é uma pessoa como bem colocou o Ministro Lobão, de conteúdo sobre o assunto, ele domina muito bem. Mas não podemos esquecer também o seu viés político, que ele tem. E como inteligente que é, ele sabe muito bem usar o seu conteúdo acadêmico sobre o assunto, mas ao mesmo tempo indo numa linha do Governo anterior, do qual ele foi um grande representante, digamos assim. Mas nem por isso podemos esquecer que tem também o conteúdo acadêmico. Mas tem o viés político muito forte.

SR. MINISTRO EDISON LOBÃO: Como está no evangelho, "tu o dizes".

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu gostaria de agradecer em nome da Comissão de Assuntos Econômicos, em nome da Comissão de Infraestrutura, a S. Exa., o Sr. Ministro Edison Lobão pela aceitação ao convite que lhe foi formulado para participar hoje conosco na discussão sobre as questões que envolvem o pré-sal e os quatro projetos de lei que já deram entrada aqui na Câmara e no Congresso Nacional, via Câmara dos Deputados. Agradecer ao Dr. Dyogo Henrique de Oliveira, Secretário-Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda também pela sua presença, agradecer ao Dr. Marco Antônio Martins Almeida, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, a todas as Sras. e Srs. Senadores aqui presentes e muito especialmente a S. Exa., o Presidente do Senado Federal Senador José Sarney, que nos prestigiou e nos honrou com a sua

presença aqui ao final dos nossos trabalhos, quando estávamos ouvindo o Ministro Edison Lobão.

Antes de encerrarmos a presente Sessão, eu convoco os senhores membros da Comissão para a nossa próxima reunião a realizar-se dia 14 de setembro, na próxima segunda-feira às 18 horas com a apresentação do Painel nº. 5: "Transportes e Infraestrutura Urbana - Sistemas Integrados de Meios de Transporte", com a presença dos seguintes convidados: Dr. Adriano Murgel Branco, engenheiro administrador e ex-Secretário dos Transportes da Habitação do Estado de São Paulo e o Dr. Cássio Taniguchi, Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal.

Muito obrigado à senhoras e senhores, está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 13h25.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte minutos do dia quinze de setembro do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho e, em seguida, do Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, César Borges, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Expedito Júnior, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Pedro Simon, Wellington Salgado, Eliseu Resende, Antônio Carlos Júnior, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Osvaldo Sobrinho, Cícero Lucena, Tasso Jereissati, Rosalba Ciarlini, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo e João Vicente Claudino. Deixam de comparecer os Senadores Inácio Arruda, Renan Calheiros, João Tenório, Arthur Virgílio Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 467 de 2008 - Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que "altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional", tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Antonio Carlos Júnior, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CAE; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 434 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para impor às concessionárias de serviço público e de obras públicas e permissionárias o dever de elaborar escrituração contábil e elaborar e publicar demonstrações financeiras, referentes a cada exercício social, nos termos dos artigos 175 a 188 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976", tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa. Em 17/03/09, foi concedida Vista Coletiva. Após a leitura do Relatório pelo Senador Raimundo Colombo, usa da palavra o Senador Marcelo Crivella. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto; Item 03-Projeto de Lei da Câmara nº 161 de 2008, não terminativo, de autoria do Deputado Beto Albuquerque, que "institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do Imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso", tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável à Matéria. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei da Câmara nº 128 de 2009, não terminativo, de autoria do Presidente da República, que "institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta Lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional", tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Educação, Cultura e Esporte com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Marcelo Crivella, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos

Júnior, Adelmir Santana, Osvaldo Sobrinho, Renato Casagrande, Pedro Simon, Gerson Camata e Wellington Salgado. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto; Item 05-Projeto de Lei do Senado 124 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que "acrescenta parágrafo no art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - que "dispõe sobre a proteção do consumidor, para tornar obrigatório prazo mínimo de cinco dias úteis de antecedência do vencimento o recebimento da cobrança", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 309 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "acrescenta o artigo 41A na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a obrigação do fornecedor de disponibilizar ao consumidor o meio para pagamento antes da data do vencimento da dívida", tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável ao PLS nº 124 de 2008, na forma do Substitutivo que apresenta, e pelo arquivamento do PLS nº 309 de 2008. As Matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta a pedido do Relator para reexame; Item 06-Projeto de Lei da Câmara nº 136 de 2009, não terminativo, de autoria do Presidente da República, que "cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e dispõe sobre o seu pessoal; inclui a Câmara de Recursos da Previdência Complementar na estrutura básica do Ministério da Previdência Social; altera disposições referentes a auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil; altera as Leis nºs 11.457, de 16 de março de 2007, e 10.683, de 28 de maio de 2003; e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 11/08/09, foi concedida Vista Coletiva; Em 26/08/2009, foram apresentadas as Emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 05, de autoria do Senador Heráclito Fortes. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 310 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Neuto de Conto, que "cria o Fundo Nacional de Apoio a Bibliotecas (FUNAB)", tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Cícero Lucena, usam da palavra os Senadores Raimundo Colombo, Osvaldo Sobrinho, Renato Casagrande e Roberto Cavalcanti. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda n° 01-CAE por treze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item 08-Aviso nº 996 de 2009, não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "encaminha cópia do Acórdão n.º 1629/2009-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, em atenção ao Ofício nº 1391, de 1º de Setembro de 2008, do Presidente do Senado Federal", tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer pelo conhecimento da Comissão e posterior arquivamento da Matéria. O Vice-Presidente da Comissão, Senador Delcídio Amaral, designa o Senador Antonio Carlos Júnior Relator *Ad Hoc*. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pelo conhecimento da Comissão e posterior arquivamento da Matéria; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 318 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "altera o art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 2001 que "dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências", para disciplinar a Utilização de informações sigilosas recebidas por comissões parlamentares de inquérito", tendo como Relator o Senador Demóstenes Torres, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 676 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata, que "altera o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre bens imóveis da União e dá outras providências, para isentar o foreiro e ocupante do pagamento de foro e taxa de ocupação no caso que especifica", tendo como Relator o Senador Jefferson Praia, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 330 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que "reduz alíquota da tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas", tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 14/7/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 330 de 2004, não terminativo, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que "altera a Lei nº 7.670, de 08 de setembro de 1988, e o art. 186, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para incluir os portadores das formas crônicas da hepatite B ou da hepatite C", que tramita em con-

junto com o Projeto de Lei do Senado nº 67 de 2005, não terminativo, de autoria do Senador Fernando Bezerra, que "altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, e o art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estender os benefícios de que tratam aos portadores da forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar", tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao PLS nº 330 de 2004, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 67 de 2005. As Matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta a pedido do Relator para reexame; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 129 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que "acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos e dá outras providências", tendo como Relator o senador Wellington Salgado, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 388 de 2008 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Cassildo Maldaner, que "institui a Contribuição Social para a Defesa Civil (CSDEC), transforma o Fundo Especial para Calamidades (FUNCAP) em Fundo Nacional para a Defesa Civil (FUNDEC) e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 05 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Matéria é retirada de pauta a pedido do Relator para reexame; Item 15-Projeto de Resolução do Senado nº 02 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e dá outras providências (garantir a aplicação correta e legalmente justa para o cálculo do endividamento dos municípios)", tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 128 de 2008 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "institui o Imposto sobre Grandes Fortunas, de que trata o art. 153, inciso VII, da Constituição Federal e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei da Câmara nº 55 de 2003, não terminativo, de autoria do Deputado Germano Rigotto, que "altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF", tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 400 de 2005, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "altera a redação do § 3º do art. 1º da Lei nº. 9.870, de 23 de novembro de 1999, com redação dada pela Medida Provisória nº. 2.173-24, de 23 de agosto de 2001 que dispõe sobre a fixação das anuidades escolares, para facultar a inclusão da despesa de contratação de seguro de prevenção à inadimplência na planilha de custos dos estabelecimentos privados de ensino, e lhe acrescenta um § 3º-A", tendo como Relator o Senador Expedito Júnior, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com decisão terminativa. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 19-Ofício 'S' nº 16 de 2007, não terminativo, de autoria da Prefeitura de Goiânia, que "solicita providências visando a prorrogação da Resolução nº 40, do Senado Federal, de 15 de dezembro de 2006, que permite que a verificação da adimplência dos Estados, Distrito Federal e Municípios, seja feita, utilizando-se o CNPJ do órgão ou entidade tomador da operação de crédito", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Parecer pelo arquivamento do Ofício "S" com o envio à Prefeitura de Goiânia de cópia da presente deliberação e da Resolução do Senado Federal nº 49, de 2007. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. O Vice-Presidente da Comissão, Senador Delcídio Amaral, designa o Senador Eduardo Azeredo Relator *Ad Hoc*. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pelo arquivamento do Ofício "S" com o envio à Prefeitura de Goiânia de cópia da presente deliberação e da Resolução do Senado Federal nº 49, de 2007; Item 20-Projeto de Resolução do Senado nº 96 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador

Jonas Pinheiro, que "altera o art. 11 da Resolução do Senado Federal n° 43, de 2001, para permitir aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a emissão de títulos da dívida pública, seja no mercado interno ou externo, para amortizar ou quitar dívidas renegociadas com a União", tendo como Relator o Senador Efraim Morais, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. O Vice-Presidente da Comissão, Senador Delcídio Amaral, designa o Senador Eduardo Azeredo Relator *Ad Hoc*. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto; Item 21-Projeto de Lei do Senado nº 6 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que "acrescenta artigo à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com decisão terminativa. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto; Item 22-Projeto de Lei do Senado nº 23 de 2007, não terminativo, de autoria da Comissão Mista do Salário Mínimo, que "dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social e o índice de correção previdenciária", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. O Vice-Presidente da Comissão, Senador Delcídio Amaral, designa o Senador Eduardo Azeredo Relator *Ad Hoc*. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto; Item 23-Projeto de Lei da Câmara nº 127 de 2007, não terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomanno, que "altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, - Código Brasileiro de Aeronáutica, para definir a abrangência da franquia de bagagem", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. O Vice-Presidente da Comissão, no exercício da Presidência, Senador Delcídio Amaral, designa o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc*. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto; Item 24-Projeto de Lei do Senado nº 444 de 2008 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que "altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, para proibir o contingenciamento na área social em benefício do pagamento de juros e serviços da dívida", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. O Vice-Presidente da Comissão, Senador Delcídio Amaral, designa o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc*. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto; Item 25-Projeto de Lei do Senado nº 21 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "acrescenta parágrafos ao art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da condição de segurado especial, para produtores rurais com até dois empregados, fixando contribuição diferenciada, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CRA. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. O Vice-Presidente da Comissão, Senador Delcídio Amaral, designa o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc*. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto; Item 26-Projeto de Resolução do Senado nº 63 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "cria o Conselho de Assuntos Econômicos do Senado Federal", tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão Diretora. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto; Item 27-Projeto de Resolução do Senado nº 70 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "suspende por tempo determinado o pagamento de dívidas contraídas com a União pelo Estado do Rio de Janeiro e pelos municípios atingidos pelas enchentes", tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. O Vice-Presidente da Comissão, Senador Delcídio Amaral, designa o Senador Antonio Carlos Júnior Relator *Ad Hoc*. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto; Item 28-Projeto de Lei do Senado nº 556 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades operadoras de Serviço de Radiodifusão Co-

munitária que migrarem para sistema digital", tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com decisão terminativa. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 29-Projeto de Lei do Senado nº 143 de 2003, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera dispositivo da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Wellington Salgado, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. Usam da palavra os Senadores Wellington Salgado, Neuto de Conto, Roberto Cavalvanti, Rosalba Ciarlini e Gerson Camata. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quatorze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção; Item 30-Projeto de Lei do Senado nº 34 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que "estabelece condições diferenciadas de empréstimos para pequenas e microempresas e dá outras providências", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quatorze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção; Item 31-Projeto de Lei do Senado nº 110 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que "altera dispositivos do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, que "autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências", para o fim de extinguir a figura do leilão extrajudicial de imóveis pertencentes a mutuários inadimplentes", tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, designa o Senador Osvaldo Sobrinho Relator *Ad Hoc*. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quatorze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção; Item 32-Projeto de Lei do Senado nº 244 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Jefferson Péres, que "dispõe sobre alterações de alíquotas do Imposto de Importação", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, designa o Senador Antonio Carlos Júnior Relator *Ad Hoc*. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quatorze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção; Item 33-Projeto de Lei do Senado nº 328 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que "altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições de Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES", tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, designa o Senador Gerson Camata Relator *Ad Hoc*. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quatorze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção; Item 34-Projeto de Lei do Senado nº 365 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "altera o caput do art. 17 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para ampliar o prazo de prescrição dos prêmios de loteria para dois anos", tendo como Relator o Senador Tião Viana, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, designa o Senador João Vicente Claudino Relator *Ad Hoc*. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quatorze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção; Item 35-Projeto de Lei do Senado nº 490 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "determina extraordinariamente que seja realizado concurso especial da megasena e dá outras providências. (Destinado às vítimas das enchentes nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro)", tendo como Relator o Senador Tião Viana, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, designa o Senador Renato Casagrande Relator *Ad Hoc*. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por treze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção; Item 36-Projeto de Lei do Senado nº 87 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que "dá nova redação ao § 5º do art. 96 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para limitar o percentual máximo de comprometimento da receita corrente líquida municipal com o pagamento de obrigações previdenciárias", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, designa a Senadora Rosalba Ciarlini Relatora *Ad Hoc*. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita

o Projeto por quatorze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. A Comissão aprecia, ainda, as seguintes Matérias com Parecer pela prejudicialidade, Item 37-Projeto de Lei do Senado nº 168 de 2003, terminativo, de autoria do Senador Sibá Machado, que "altera o artigo 13 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal, para prever a instituição dos Conselhos Deliberativos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Nordeste", tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com Parecer pela prejudicialidade. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 38-Projeto de Lei do Senado nº 480 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Neuto de Conto, que "altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar integralmente, do imposto de renda, os rendimentos até o valor equivalente a dez salários mínimos, pelo contribuinte que completar setenta anos de idade", tendo como Relator o Senador Expedito Júnior, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com Parecer favorável ao Projeto. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 39-Projeto de Decreto Legislativo nº 506 de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, que "dispõe sobre o subsídio dos membros do Congresso Nacional", tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão Diretora do Senado Federal. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. O Vice-Presidente da Comissão, Senador Delcídio Amaral, designa o Senador Marcelo Crivella Relator *Ad Hoc*. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela prejudicialidade do Projeto. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 55/2009–CAE, de autoria do Senador Tião Viana, que requer a realização de Audiência Pública para tratar dos seguintes temas relativos ao Pré-Sal: Marco Regulatório; Aspectos Econômico-Financeiros; e Capitalização da Petrobras, devendo a Audiência contar com os seguintes convidados da Petrobras, Sr. Almir Guilherme Barbassa, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e o Sr. Guilherme Estrella, Diretor de Exploração e Produção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quatorze minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada. Será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico que, no dia 17 de setembro, às 09h30, no Plenário 2, do Anexo Luis Eduardo Magalhães, Anexo 2º da Câmara dos Deputados, será realizada a Audiência Pública Conjunta das Comissões Temáticas pertinentes do Congresso Nacional, com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Exmo. Sr. Dr. Henrique Meirelles, para apresentar avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando empate o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, primeiro semestre do exercício de 2009.

Temos também, na Mesa, requerimento nos termos do art. 58, § 2º, inciso XIII, da Constituição da República e do Regimento Interno do Senado, há o pedido de realização de Audiência Pública da Comissão de Assuntos Econômicos, em Manaus, com a participação das autoridades abaixo relacionadas, tendo por finalidade esclarecer, subsidiar, enriquecer a discussão, pelo Congresso Nacional, do marco legal para distribuição dos benefícios advindos da exploração da camada do pré-sal entre o conjunto dos Estados da Federação. Serão convidados, sugere-se, sugestão do Senador Jefferson Praia, os senhores: Deputado Belarmino Lins, Presidente da Assembléia; Eduardo Braga, Governador do Estado; José Thomé Filho, Presidente da Associação dos Municípios Amazonenses; Luiz Alberto Carijó, Presidente da Câmara Municipal de Manaus; Sr. Augusto César de Carvalho, Gerente-Geral da Refinaria Isaac Sabbá; Sr. Fernando Fernandez, Gerente-Geral da Unidade de Exploração e Produção da Amazônia; Sr. Abrahim Lima, Secretário de Fazenda do Estado da Amazônia; do Amazonas, aliás; Sr. Erivaldo Lopes do Vale, Presidente do Conselho Regional de Economia do Estado do Amazonas; Sr. Henrique dos Santos Pereira, Superintendente em Manaus do IBAMA; Profª. Dra. Márcia Perales, magnífica Reitora da Universidade Federal do Amazonas; Profª. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas, da Univer-

sidade do Estado do Amazonas; Sra. Flávia Barbosa Grosso, Superintendente da Zona Franca de Manaus; Sr. Antônio Carlos Silva, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas; Sr. Flávio Decat de Moura, Presidente da Amazonas Energia; Sr. Maurício Elísio Martins Loureiro, Centro da Indústria do Estado do Amazonas; Sr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética do Ministério de Minas e Energia; Sr. José Lima de Andrade Neto, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis; Sr. Valdemar Castelo Branco, Economista e Professor da Universidade do Amazonas; Sr. Aristófanes Bezerra de Castro Filho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Sr. Delman Sérgio Ferreira(F), Assessor da Presidência da Eletronuclear; e Dr. João Carlos de Luca, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo.

Vamos a votos. Vamos votar, vamos votar.

Requerimento, nos termos regimentais, à realização de Audiência Pública na Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, para tratar dos seguintes temas relativos ao pré-sal: marco regulatório, aspectos econômico-financeiros e capitalização da PETROBRAS, devendo a audiência contar com os seguintes convidados da PETROBRAS: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. Almir Guilherme Barbassa; Diretor de Exploração e Produção, Dr. Guilherme Estrella. Assina, Senador Tião Viana.

Vamos ter uma votação em globo hoje de matérias que foram incorporadas e foi dada vista coletiva, são matérias não terminativas, com relatório pela rejeição.

Trata-se do Item 15, que altera Resolução do Senado Federal para cálculo de endividamento dos municípios.

Item 16, que trata do imposto sobre grandes fortunas.

Item 17, que trata da contribuição provisória sobre movimentação, transmissão de valores de créditos.

Item 18, que trata da alteração [soa a campainha] que dispõe sobre a fixação das anuidades escolares.

Item 19, que solicita providências visando à prorrogação da Resolução nº 40 do Senado Federal, de 15 de dezembro de 2006, que permite a verificação da adimplência dos Estados, Distrito Federal e municípios.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu vou pedir mil escusas de estar interrompendo a abertura da Sessão, que V.Exa. está aí fazendo o relato, a leitura do que nós vamos ter que deliberar, mas tendo em vista o mais recente desastre ecológico, acontecido em Santa Catarina, com a repetição de mortes e de uma tragédia de grandes dimensões, que foi o vendaval e o tornado acontecido na Região Oeste do nosso Estado, eu tenho agora às 10h30 uma reunião muito importante com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, o Presidente do INCRA, para tratar exatamente de como vamos atender os pequenos agricultores que foram atingidos e que perderam tudo, perderam as suas casas, perderam os seus galpões, os seus aviários, [soa a campainha] toda a sua possibilidade, inclusive de sobrevivência. Esses agricultores têm financiamento, precisam recomeçar do zero, e obviamente a reunião com o Ministro do Desenvolvimento Agrário é muito importante, nós vamos estar acompanhando uma delegação grande de Prefeitos, do Governo do Estado. Então, eu não tenho a menor condição de permanecer na reunião.

Mas eu sou autora do projeto que é o Item 1º da Pauta, é um projeto que inclui na Lei Complementar nº 123, que é o Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa e de Empresa de Pequeno Porte, uma série de atividades que nós já tentamos, quando da tramitação da lei, não houve acordo, a gente sabe que há uma resistência, uma certa resistência como é usual da Receita Federal, não é? De fazer uma ampliação dos setores atendidos, mas nós entendemos que é muito importante mantermos o debate, a discussão e a possibilidade, inclusive, de negociação.

Eu já queria, de antemão, agradecer ao Relator, ao Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, porque já tenho a ciência que ele vai dar o parecer favorável ao projeto, para que a gente possa inclusive dar continuidade e podermos ampliar a inclusão de vários setores, como é o caso da medicina, medicina veterinária, odontologia, psicologia, fisioterapia, advocacia, serviços de comissária, de despachantes, de tradução, arquitetura, engenharia, medição, testes, desenho, agronomia, corretagem de seguros, representação comercial, perícia, leilão e avaliação, auditoria e consultoria, jornalismo e publicidade.

Então, esses são os setores que nós estamos pedindo no projeto que possam ter, mediante, obviamente, o faturamento, que é esse o divisor de águas da inclusão na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, ou seja, estando contemplado o critério do limite do faturamento, que estes segmentos também pudessem ser enquadrados dentro da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Então, eu queria fazer apenas essa justificativa, Sr. Presidente, não poderia deixar aqui de fazer o registro, não só da importância da matéria, da necessi-

dade de nós aprovarmos, como mais uma vez agradecer ao Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, pelo parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora Ideli Salvatti, eu compreendo as razões de V.Exa., mas falta apenas um Senador, mas V.Exa.--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Já fica registrada a minha.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V.Exa. pede a inversão da pauta? Porque está com--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mesmo assim, Senador, é porque eu não tenho como me atrasar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu sei, mas aí V.Exa.--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu já fiz o meu registro e a minha defesa e o meu agradecimento ao Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

Então, eu tenho, eu não tenho a menor dúvida que a Comissão de Assuntos Econômicos vai aprovar a matéria. Até porque é uma matéria que a gente já vem debatendo há muito tempo esta ampliação da base das empresas, dos prestadores de serviço.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quer dizer que V.Exa. acha que a matéria deve ser apreciada agora, neste momento?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isto. Só que eu vou pedir mil escusas, Presidente, porque eu vou realmente me retirar para não perder o horário da audiência tão importante lá para o meu Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antes de submeter o Item 01 da Pauta, Projeto de Lei do Senado de nº 467, de 2008, eu solicito a permissão da Comissão, peço silêncio [soa a campainha], peço silêncio para submeter o Item 04, Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2009, não terminativo, que institui o ato olímpico no âmbito da Administração Pública Federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional. Autoria: Presidente da República. Relator: Senador Marcelo Crivella, cujo relatório é favorável ao projeto.

A matéria ainda será apreciada por outras Comissões, como de Ciência, Tecnologia; Constituição, Justiça e Cidadania; Relações Exteriores; e Educação.

Estou sendo informado que o Senador Marcelo Crivella está chegando ao Plenário. Chegou. Peço... Peço a V.Exa., Senador Marcelo Crivella, que submeta a esta Comissão o relatório de V.Exa., que é favorável ao projeto. Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, trata-se de um projeto do Ministério dos Esportes, ou que tem o apoio do Ministério dos Esportes, que institui o ato olímpico no âmbito da Administração Pública Federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e paraolímpicos 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação dessa lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional.

O Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2009, de autoria do Presidente da República, institui o ato olímpico e traz uma série de determinações para o caso da escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e paraolímpicos 2016. Especificamente no art. 1º [soa a campainha].

Pois não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio. Desculpe, Senador Marcelo Crivella, mas é para ajudar V.Exa. e ao disposto nacional. Peço silêncio. Com a palavra, o Relator, o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Presidente.

Especificamente no seu art. 1º, institui o ato olímpico no âmbito da Administração Pública Federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e paraolímpicos de 2016, denominados Jogos Rio 2016 e estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação dessa lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional.

No art. 2º, dispensa concessão e a posição de visto aos estrangeiros vinculados aos Jogos Rio 2016, no período de 05 de julho a 28 de outubro de 2016, prorrogável por 10 dias.

Fora desse período, determina no art. 3º, que seja emitida permissão de trabalho, isenta da cobrança de taxa ou demais encargos.

No art. 4º especifica que o período da permissão de trabalho variará segundo a categoria profissional, bem como com a necessidade e a relevância de sua permanência devida, expressamente justificada pelo comitê organizador dos Jogos Rio 2016, mais restrito ao outubro de 2009 a dezembro de 2006.

No art. 5º, trata da possibilidade do Poder Executivo revisar instrumentos bilaterais e unilaterais, cujo objetivo seja a utilização de forma precária ou não de bens, de imóveis ou de equipamentos pertencentes à União e às suas autarquias, indispensáveis à realização dos jogos.

No art. 6º, estipula as obrigações das autoridades federais no controle, fiscalização e repressão de atos ilícitos, quanto à infração dos direitos sobre os símbolos relacionados aos Jogos Rio 2016, deferidos no Parágrafo Único.

Nos arts. 7º e 8º, introduz a vedação da utilização desses símbolos ou similares para fins comerciais ou não sem autorização do comitê organizador dos jogos ou do Comitê Olímpico Internacional, o COI.

Nos arts. 9º e 10, determina a suspensão dos contratos publicitários em aeroportos e área federais de interesse dos jogos, na forma de regulamento, entre 05 de julho a 26 de setembro de 2016, condicionado também a requerimento do comitê organizador, com antecedência mínima de 180 dias.

No art. 11, trata da aplicação das disposições sobre antidoping, durante os Jogos Rio 2016.

No art. 12, disponibiliza para realização dos jogos, sem custo ao comitê organizador, serviços de segurança, saúde, serviços médicos, vigilância sanitária, e de alfândega e imigração, entre outros, respeitada a Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal e instrumento próprio de regulamentação.

No art. 13, assegura disponibilização de todo o espectro de frequência de radiodifusão e de sinais necessários à organização e à realização dos jogos 2016 a entidades listadas em seu § 1º, no período de 05 de julho a 25 de setembro de 2016. Prevê que o uso será isento do pagamento de preços públicos e taxas ordinariamente devidas, e exclui as faixas de uso militar e aeronáutico, conforme ditos nos § 2º e 3º.

No art. 14, faz a edição de novas complementares para a realização dos jogos, inclusive sobre serviços públicos de competência federal e adoção de ações afirmativas.

No art. 15, autoriza destinação de recursos para cobrir eventuais déficits operacionais do comitê organizador dos Jogos Rio 2016, a partir da data de sua criação, desde que atenda as condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e esteja prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais após serem ouvidos Ministério do Esporte, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.

Por fim, o PLS, no art. 16, prevê a vigência da lei a partir da data de sua publicação até 31 de dezembro de 2006, com efeitos a partir de 02 de outubro de 2009, no caso da cidade do Rio de Janeiro ser escolhida sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

A matéria já foi objeto de análise em urgência urgentíssima [soa a campainha] pela Câmara dos Deputados, e nessa Casa tramitará por essa Comissão seguindo para as Comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação; Comunicação e Informática; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa.

O Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2009, de autoria do Presidente da República, responde às exigências do Comitê Olímpico Internacional, para que o Rio de Janeiro, como candidata a sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, conforme os dispositivos no caderno de encargo daquela entidade, de forma sintética, como em forma de exposição de motivos que acompanha, o Projeto de Lei engloba três espécies positivos: A. Os que atendem as garantias expressamente exigidas pelo COI, em seu caderno de encargos e, portanto, de promulgação imperiosa. B. Os que versam sobre garantias, que muito embora não estejam englobadas no rol apresentadas pelo COI decorrem de comprometimento, quando o preenchimento de formulário da candidatura, sendo, portanto, de caráter vinculante. E C. Aqueles que não consistem garantias propriamente ditas, mas que reforçam o compromisso de candidatura.

A esta Comissão de Assuntos Econômicos cabe analisar a proposição segundo o que estabelece o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, deixando outras questões, inclusive, a visão esportiva, às comissões de mérito, porque ainda tramitará.

Não temos ressalvas a fazer ao PLS, tão pouco verificamos óbices do ponto de vista econômico, financeiro ou tributário.

Julgamos, pelo contrário, muito apropriada as garantias oferecidas pelo Governo Federal ao COI.

Ressalte-se o que art. 15 do projeto prevê a oportuna destinação de recursos orçamentários ao comitê organizador, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, em obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ante o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2009, pedindo a Deus que ilumine a decisão do COI para que a cidade do Rio de Janeiro possa sediar, em 2016, os Jogos Olímpicos.

Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Para discutir, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Senador Marcelo Crivella.

Eu só gostaria de alguns esclarecimentos. Eu sou favorável ao projeto, mas eu só queria só esclarecimentos em relação a dois pontos.

Primeiro, art. 2º, "dispensa concessão e a posição de vista aos estrangeiros vinculados aos jogos, no período de 05 de julho a 28 de outubro, prorrogável por dez dias. Fora desse período, determina o art. 3º que seja emitida permissão de trabalho isenta de cobrança de taxa e demais encargos".

Ou seja, isso, quer dizer, é questão de amparo legal. Quer dizer, como é que ficaria? Isso é um procedimento amparado em lei? Quer dizer, ou seja... Para o caso em si.

E o outro ponto, que é o ponto que eu acho importante, no art. 15, "autoriza destinação de recursos para cobrir eventuais déficits operacionais do comitê dos jogos de 2016, a partir da data de sua criação, desde que atenda as criações estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, estando previsto no orçamento os seus créditos adicionais".

Bom, é importante que... Como é que vai se saber esses déficits? Quer dizer, para poder se prever no orçamento? É uma questão importante, não é uma questão impeditiva para aprovação do projeto, mas é uma questão que tem que ser verificada no momento, digamos, da elaboração da LDO e do orçamento, para que não haja, digamos, falta de cobertura para esses possíveis déficits. Quer dizer, só estou chamando atenção para pontos que são importantes.

Eu sou favorável ao projeto, mas só estou colocando pontos relevantes que eu acho que merecem a atenção de V.Exa. e de todos nós, e do próprio Governo, no momento da confecção da LDO e do orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão. Com a palavra, o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Ainda nessa mesma linha, com relação ao art. 2º, o meu questionamento é se em outros eventos, ou em outras datas, ou em outros países em que se realizaram os Jogos Olímpicos, o tratamento foi também nessa direção, foi isonômico, os brasileiros também quando participaram dos Jogos Olímpicos houve esse tipo de concessão?

Há uma preocupação que é um período longo, e, naturalmente, as exigências são praticamente nenhuma, basta que a pessoa esteja credenciada para os Jogos Olímpicos, tem trâmite livre no país, inclusive com a liberdade de gastar, e fazer efetivamente o que desejar.

A minha pergunta ao Relator é se ele tem conhecimento como é foi o tratamento em outros países, quando da realização de Jogos Olímpicos, com relação aos brasileiros, por exemplo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão. Concedo a palavra ao Relator, o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu estou, inclusive, com o Ministro aqui na linha, e estávamos discutindo exatamente isso. São medidas protocolares. Os atletas, as televisões credenciadas, as rádios credenciadas, os jornais credenciados, basicamente atletas e imprensa e autoridades do Comitê, em todos os países, eles têm essa concessão.

Agora, o Senador Antonio Carlos Júnior, ele toca aqui num ponto importante. Quer dizer, as despesas e todos esperamos que sejamos escolhidos, são despesas vultosas. E o Governo Brasileiro vai prever, vai ter que ter, no seu orçamento, no orçamento antecedente, ao ano da olimpíada, uma certa contingência, Sr. Presidente. Vai ter que colocar uma certa contingência. Uma contingência orçamentária para gastos com os Jogos Olímpicos. É isso que diz a lei e eu peço aqui a aprovação dos meus colegas, porque é de extrema relevância, Sr. Presidente. O país ganha muito, sobretudo, a cidade do Rio de Janeiro já tão sofrida com a violência e que precisa desses jogos para dar uma mudança no seu rumo de desenvolvimento.

Então, eu pediria aos meus colegas que nos ajudassem para aprovarmos esse projeto e torcermos juntos para que o Brasil possa sediar em 2016 os Jogos Olímpicos.

Muito obrigado, Presidente.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão. Com a palavra, o Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Na verdade, quando se fala aqui "encobrir gastos para esses eventos", eu acredito que seria, no meu entender, não é gasto, no meu entender é investimento para o país, porque nós estamos, acima de tudo, fazendo com que a nossa juventude se prepare melhor, o país terá visibilidade espetacular no exterior e nós estaremos, acima de tudo, fazendo uma cultura para o futuro desse país. Portanto, aquilo que se veste de esporte, eu acredito que acima de tudo é um investimento para a pátria, um investimento para as futuras gerações.

Portanto, logicamente que esse comitê deverá ter um orçamento prévio, e esse orçamento já se prevê com antecedência se terá déficit ou não. Ninguém vai fazer as coisas à galega, vai gastando, gastando, para depois dizer: "Olha, teve déficit, ou as coisas não aconteceram".

Portanto, eu acredito que é plenamente viável, já deverão ter os orçamentos prévios já e consequentemente vai com antecedência, dá para se prever no orçamento e cobrir esses investimentos que serão feitos pela Copa.

Portanto, eu acredito o que projeto está de boa qualidade, devemos aprová-lo, até porque é uma forma de nós dizermos ao Brasil e ao mundo que nós estamos presentes nesses fatos maiores em que envolve a vontade da humanidade, principalmente, brasileira. Eu acredito que não só isso daí, mas para 2014, nós temos que ver com carinho, inclusive Mato Grosso nós estamos vendo com carinho, porque sabemos que é fonte de investimento para o país, e é indiscutivelmente um patrimônio que nós ganhamos com a vinda desses eventos.

Portanto, sou, a minha proposição é de que devemos aprovar, porque afinal de contas, é bom para o Rio de Janeiro, é bom para o Brasil e é bom para o esporte de um modo geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão. Com a palavra, o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, votarei naturalmente favorável à matéria. Matéria importante, essa matéria institui o ato olímpico, e ela dá diversas prerrogativas ao Poder Executivo para poder criar as condições para que nós tenhamos esse evento na área do esporte aqui no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Estamos todos torcendo para que de fato isso possa acontecer.

É natural que os Parlamentares estejam querendo algumas explicações, porque nós não temos tradição nesses eventos internacionais ligados às Olimpíadas, a todas as modalidades de esporte.

Então é natural que haja uma, algumas, que haja algumas dúvidas com relação a este tema, mas acho que nós estamos aqui esclarecendo as questões, estamos torcendo para que o Rio de Janeiro possa de fato sediar este evento. E mais do que sediar, nós queremos o que Rio possa dar um passo adiante e o Governo Federal possa dar um passo adiante na organização desse evento, caso a gente venha de fato a sediá-lo.

O evento passado, o Pan-americano, foi um evento que teve um planejamento que depois não se cumpriu em termos de valores. Hoje nós temos uma Subcomissão da Comissão de Fiscalização e Controle, do Senado, mais uma Subcomissão na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, para que a gente possa acompanhar a execução dessas obras, o planejamento dessas obras, para que não haja uma disparidade entre aquilo que se anuncia, em termos de gasto, para infraestrutura esportiva, para um evento desses, daquilo que efetivamente nós possamos ter de execução despesas. Isso tanto com relação à possibilidade, à Copa de 2014, como com relação à possibilidade do evento em 2016. Eu acho que esse acompanhamento do Congresso, ele é muito importante para que nós não tenhamos essas diferenças daquilo que é planejado e daquilo que efetivamente é executado pela Administração Pública Federal e Estadual.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão. Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu estou tomando conhecimento da matéria agora. Eu fui advertido que o art. 2º, quando fala que "ficam dispensadas a concessão e a oposição de visto, aos estrangeiros, vinculado à realização dos jogos do Rio, considerando-se o passaporte válido em conjunto com o cartão de identidade e credenciamento olímpico", documentação suficiente para ingresso no território nacional. A argumentação é de que... É claro que de um lado a gente entende a vontade e o interesse de abrir as portas para que venha o maior número possível não só de jogadores, não apenas de... Mas os próprios turistas, mas é de lembrar o que aconteceu na Alemanha, não é? Quando no meio de tudo aquilo, aconteceu um acidente daquela natureza.

Então, eu acho que isso aqui a gente tinha que ter uma discussão um pouco mais profunda no sentido de ao mesmo tempo de entender o espírito da questão e dentro do espírito da questão, aprovar esse espírito, mas se não tem que se fazer alguma coisa no sentido de aprofundar a matéria. Eu, se fosse possível, eu pediria vista da matéria, Sr. Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu queria só esclarecer ao Senador Pedro Simon de que não está incluído turista, não estão incluído turistas, turistas terão que ter vistos. V.Exa. falou turistas. Turista não, é atleta, imprensa, funcionários.

Agora, quero lembrar também ao Senador Pedro Simon que a matéria vai tramitar na Comissão de Constituição e Justiça. Aqui, nós estamos discutindo apenas a parte tributária, fiscal, econômica. E acho que aí foi importantíssima essa palavra do Senador Osvaldo Sobrinho. Nós devíamos considerar como investimento,

não despesa, porque no fundo no fundo, os recursos voltarão, vamos dizer assim, multiplicados.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não faço nenhuma afirmativa definitiva. Eu apenas acho que seria interessante pedir vista e a gente ter algum esclarecimento mais profundo sobre essa matéria. Ela não é tão urgente, eu acho que seria interessante se fizesse isso. Um pedido de vista coletivo, Sr. Presidente? Para gente buscar--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, o senhor me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, Senador Gerson Camata. Senador Pedro Simon pediu vista, mas o Senador Gerson Camata já havia pedido a palavra.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado a V.Exa. Eu entendo, Sr. Presidente, que por esses dias, o Comitê Olímpico Internacional vai escolher a cidade desses Jogos Olímpicos. Eles estão nos 'finalmente' da escolha. A aprovação desse projeto nessa Comissão é um ponto favorável que vai influenciar muito esse Comitê Olímpico na decisão, em favor do Rio de Janeiro, que já é praticamente uma das cidades favoritas.

Se nós obstruirmos aqui, os adversários do Brasil vão levar: "Olha, o Senado Brasileiro está contra, o Senado Brasileiro não quer facilidades para a realização". A gente aprovaria isso aqui hoje, isso seria remetido para aprovar que o Brasil todo deseja esses Jogos Olímpicos no Rio e, posteriormente, lá na Comissão de Justiça, se discutiria esse aspecto aí.

Mas eu acho que uma maneira de se mostrar ao Comitê Olímpico que nós queremos, junto com o Rio, junto com todo o Brasil, os Jogos Olímpicos no Rio, seria a gente aprovar isso hoje, porque a decisão está iminente lá na--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, apenas reforçando os argumentos do Senador Gerson Camata, é que a decisão vai sair no dia 02 de outubro, a decisão quem será ou não, é 02 de outubro.

Então, se nós não dermos ao nosso Ministro do Esporte um instrumento idôneo e eficiente, um ato olímpico, que mostre a disposição do Legislativo brasileiro de apoiar, nós podemos estar ao invés de ajudando, prejudicando, que não é o espírito do Senador Pedro Simon. O Senador Pedro Simon, ele apenas queria discutir.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Está indo para a Comissão de Justiça?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Ele ainda passa lá, passa na Comissão de Justiça.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Então, eu acho que essa matéria é mais lá do que aqui, Sr. Presidente, eu concordo... Na Comissão de Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Pedro Simon abre mão do pedido de vista.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em votação. Com a palavra, o Relator, Senador... Não, não é o Relator. Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMBA): Sr. Presidente, eu, inclusive, para complementar isso, e até dentro da linha do Senador Pedro Simon, é que o Relator, na CCJ, se preocupasse em averiguar este ponto. Ou seja, que ele focasse neste ponto. Quer dizer, quem for indicado no Relator na CCJ cuidasse de trabalhar esse ponto para que não houvesse dúvida nenhuma na hora da aprovação do projeto. É na linha do que todos nós aqui falamos do que o Senador Pedro Simon também falou.

Então, requerer a atenção do Relator na CCJ, que vier a ser indicado, para que ele focasse, cuidasse bem desse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marcelo Crivella, eu acho que o Senador Marcelo Crivella vem sofrendo muito ultimamente, Presidente. É questão dos *royalties*, de tudo o mais.

Então, quer dizer que eu vou apoiar V.Exa., nesse momento, Senador Gerson Camata fez uma grande intervenção, vou votar com V.Exa., V.Exa. não pode sofrer tanto como vem sofrendo ultimamente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu fico sensibilizado com a generosidade e a solidariedade do meu companheiro, mas ele também é carioca. Ele é lá do Rio de Janeiro, ele sabe da importância que tem o esporte. Niterói é cidade vizinha, não é? É uma extensão do Rio de Janeiro, é logo depois do rio.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas agora eu tenho três filhos e mulher no Triângulo Mineiro, não esqueça disso, três mineirinhos maravilhosos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V.Exa. é um grande Senador de Minas Gerais, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o parecer do Relator, o Senador Marcelo Crivella. Os Senadores

que concordam com o parecer do Relator permaneçam como estão. Aprovada a matéria. Aprovado o parecer do Relator, favorável ao projeto, a matéria vai às Comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação; Comunicação e Informática; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Educação, Cultura e Esporte, com decisão terminativa.

Eu pergunto à Comissão se devemos voltar ao Item 01 ou se devemos dar prioridade às matérias com decisão terminativa, aproveitando a generosidade do **quorum**. Terminativas.

Então, vamos às matérias com decisão terminativa.

Projeto de Lei do Senado, Item 07, página 10. Não, Item 7. Projeto de Lei do Senado, terminativo. "Cria o fundo nacional de apoio a bibliotecas". Autoria: Senador Neuto De Conto. Relator, Senador Cícero Lucena, favorável ao projeto, com a emenda que apresenta. Com a palavra, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, vou direto à análise. O PLS 310/2007 não fere ordem jurídica vigente, atendendo às normas para elaboração das leis prevista na Lei Complementar 95, de 1998, e conforma-se às regras regimentais do Congresso Nacional.

Entretanto, quanto à constitucionalidade, o projeto pode ser questionado, pois a Constituição Federal no art. 61 Parágrafo Único e 2º e determina que são iniciativas privativas do Presidente da República a lei sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da Administração Pública, observando o disposto no inciso VI, art. 84.

Esse dispositivo, por sua vez, atribui ao Presidente à competência privativa para dispor, mediante decreto da organização e funcionamento da Administração Federal.

Sendo assim, apresenta-se a emenda para ajustar a redação do art. 1º, que passa a autorizar a criação do fundo.

A respeito do impacto econômico e financeiro, não há objeção ao projeto, uma vez que são alocados recursos orçamentários ao FUNARBE.

A iniciativa possui em conteste relevância ampliar o acesso do cidadão aos livros, tendo em vista que o brasileiro apresenta baixo índice de leitura, em média, 1.8 livros por ano, inferior, inclusive, aos demais países latino americanos.

Além disso, espera-se que esse projeto tenha grande alcance e venha beneficiar grande parte de cerca de 1300 municípios que, segundo o IBGE, não dispõem de bibliotecas.

O voto, Sr. Presidente, diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 310, de 2007, com a seguinte emenda. Dê-se a seguinte redação ao art. 1º, do PLS nº 310, de 2007. Art. 1º. "Fica autorizada a criação do fundo nacional de apoio a biblioteca com a denominação FUNARBE, que constitui um dos mecanismos de implementação da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003".

Esse é o voto, Sr. Presidente, com a emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra para discutir, o Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o autor, Senador catarinense, Senador Neuto De Conto, bem como o Relator Senador Cícero Lucena. A leitura é uma das melhores formas de qualificação do cidadão.

No caso do Brasil, nós temos uma dívida muito grande de desenvolvimento humano exatamente pela falta de leitura, de conhecimento, e isso causa todas as dificuldades de evolução da nossa sociedade. De tal forma que esse projeto, ele atende plenamente esta falha, ou resolve, ou melhora a situação de atuação, de tal forma que nós temos um grande ganho. São recursos orçamentários, apenas se define a prioridade, eu entendo que é um projeto meritório e que merece aprovação de todos os Srs. Senadores. O meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, o Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Alegra-me muito participar da votação de um projeto como esse. Na verdade, esse aqui é o que o Brasil precisa e que os municípios mais pobres precisam. Nós temos mais de 1500 municípios desse país que não têm uma biblioteca sequer, nem biblioteca pequena, nem média, nem grande. E onde as pessoas são privadas de terem conhecimento maior, e logicamente se aprofundar em leitura.

Eu acho que o Brasil tem que tomar medidas como essa, não só nesse campo, mas tudo aquilo que vier para fomentar a educação, a instrução e o aprimoramento dos nossos jovens, nós temos que abraçar de corpo e alma, independente de custo, e fazer com que ela seja aprovada.

Portanto, eu quero parabenizar com o autor dessa matéria, com o Sr. Relator que deu um parecer espetacular, claro, curto e de fácil compreensão, e que eu tenho certeza que aqui concretizado, nós teremos

condições de dar uma nova roupagem à educação desse país e à cultura desse país também.

Portanto, eu sou favorável que a nós possamos aprovar essa matéria.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito rapidamente, Sr. Presidente, também vou votar favoravelmente à matéria por duas razões. Primeira razão é que o projeto de fato saiu da inconstitucionalidade, na hora que o Relator estabeleceu e transformou o projeto num projeto autorizativo.

E parabenizo ao Senador Neuto De Conto pelo projeto, ao Senador Cícero Lucena, e voto favorável também, Sr. Presidente, porque eu não tenho muita... Eu não tenho muita simpatia para ficarmos criando fundos em tudo quanto é área, porque isso dificultaria a gestão dos recursos do Governo na conta única, na contabilidade única.

Mas, neste caso aqui, o Relator estava me explicando, é uma matéria que tem fontes específicas de recursos, está aí previsto no art. 4º do projeto, e, portanto, não é um recurso diretamente do orçamento.

Então, seria uma gestão mais específica, e particular de um fundo como esse, destinada ao incentivo à leitura e à estruturação de bibliotecas, que é muito importante no Brasil.

Portanto, nessa situação, nessas situações, eu voto favorável ao projeto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Continua em discussão a matéria.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu queria parabenizar o autor, Senador Neuto De Conto, e os dois Relatores, Senador Marco Maciel, na Comissão de Educação, e o Senador Cícero Lucena, na Comissão de Assuntos Econômicos. E dizer que o Senador Cícero Lucena, inclusive, é testemunha do trabalho que é tentado ser feito lá na Paraíba, lá em João Pessoa, no tocante de escolas públicas, escolas privadas, um projeto que visa dotar essas escolas de algum núcleo, que eu diria, que não chega nem a ser uma biblioteca, mas um embrião de uma biblioteca das escolas de João Pessoa.

Parabéns aos Relatores, parabéns ao autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto e a Emenda nº 1. Vamos ter, portanto, uma votação nominal. Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação da emenda, do projeto e da emenda. Vou proceder à chamada. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o Relator. Senador Aloizio Mercadante. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o Relator. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o Relator. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Pedro Simon. Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o Relator. Senador Eliseu Resende. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o Relator, sim. Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o Relator. Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o Relator. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Voto conhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Voto conhecido. Senador João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o Relator. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o Relator. O projeto foi aprovado à unanimidade.

Consulto o Plenário se podemos fazer a votação, em conjunto, de matérias terminativas, que foram englobadas pela rejeição, com os seguintes critérios: Tratam-se de matérias que já não se justifica a sua aprovação, pois já existe legislação competente. Tratam-se de matérias que já foram superadas no tempo, daí porque elas foram englobadas, incorporadas, com o parecer contrário, mas se algum Senador quiser ainda retirá-las, foi dado vista coletiva, mas se algum Senador quiser ainda retirá-las, poderá fazê-lo agora.

Projeto de Lei do Senado. Terminativo. "Altera dispositivo da Lei nº"... Item 29. Item 29. Projeto de Lei do Senado nº 143, de 26 de janeiro de 99, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. É um exemplo, a agência de Vigilância Sanitária hoje já existe, não há necessidade de um projeto dessa natureza.

Item 30. "Estabelece condições diferenciadas de empréstimos para pequenas e microempresas e dá outras providências". Também já existe legislação competente sobre esse projeto, cujo Relator é o eminente Senador Osmar Dias e o Relator é o Senador João Vicente Claudino.

Item 31. "Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2007, que autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências, para o fim de extinguir a figura do leilão extrajudicial de imóveis pertencentes a mutuários inadimplentes".

Senador, esse projeto tem como autor o Senador Alvaro Dias, Relator Senador Francisco Dornelles. Foi concedida vista coletiva. O Relator perdeu o parecer contrário, argumentando que o Supremo já concluiu que o referido procedimento não viola o devido processo legal, e que o Superior Tribunal de Justiça vem adaptando os seus dispositivos às inovações trazidas pela Constituição.

Item 32. Projeto de Lei. Terminativo. Autoria Senador Jefferson Peres, Relator Senador Inácio Arruda, que conclui pela rejeição do projeto. "O projeto institui que as alterações de alíquota do imposto de importação sejam submetidas à apreciação do Senado Federal". O Relator argumenta que as referidas alíquotas são definidas a partir de acertos em torno da Tarifa Externa Comum, TEC, no âmbito do MERCOSUL.

Item 33. Altera a Lei nº 9.317, que institui o sistema integrado de imposto e contribuições de microempresa e das empresas de pequeno porte - SIMPLES.

Item 34. Projeto de Lei. Terminativo, que altera o caput 17 do Decreto-Lei nº 204, para ampliar o prazo de prescrição dos prêmios de loteria para dois anos. O Relator alega que o prazo atual é suficiente para que o ganhador reivindique o pagamento. E que a lei já dá a devida proteção ao sorteado, ao prever a interrupção desse prazo em certos casos.

Projeto de Lei. Terminativo. Item 35. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relator: o Senador Tião Viana, que determina extraordinariamente que seja realizado concurso especial da Mega-Sena e dá outras providências, destinadas às vítimas de enchentes nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

Item 36. Projeto de Lei. Terminativo, que dá nova redação ao § 5º, do art. 96, da lei 11.196, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, para limitar o percentual máximo de comprometimento da receita corrente líquida municipal como pagamento de obrigações previdenciárias.

Essas são as matérias terminativas com relatório contrário, parecer contrário. Matérias com relatório pela prejudicialidade, são as votações dos Itens 37 a 39.

Projeto de Lei. Item 37... Do Item 37, que regulamenta o art. 159, para prever a instituição dos Conselhos Deliberativos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e Nordeste. Autoria: Senador Sibá Machado. Relator: o Senador Gerson Camata.

Item 38. "Altera Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 88, para isentar integralmente o imposto de renda, os rendimentos, até o valor equivalente a 10 salários mínimos".

Submeto, portanto, ao Plenário. Submeto, portanto, ao Plenário os Itens 29 a 36, itens Terminativos. Com parecer contrário e pela prejudicialidade. Em discussão, em votação.

Plenário, se podemos fazer, repetir a chamada, fazer a mesma votação, ou se damos como concluída,

de acordo com a votação anterior. De acordo com a votação anterior. Não há discrepância.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria de, chegamos um pouco atrasados em razão de uma reunião--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): --e eu gostaria de constar o meu voto na votação anterior e consequentemente nessa.

E ainda eu gostaria também, posteriormente, retornar com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, pela ordem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Se nós votarmos da mesma forma que votamos a anterior, nós aprovaremos todos, porque foi pela aprovação, unanimidade pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, mas foi pelo com o Relator, não é? Com o Relator.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Só essa observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu acho que--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Deixar bem claro isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É, V.Exa...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Faça uma votação, Presidente, que vale para todas as matérias.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, é melhor fazer a chamada--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Uma votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --de acordo com o que sugere o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Concordo, concordo.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas antes, pela ordem, com a palavra, a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, é para fazer também a mesma observação que fez o Senador Neuto De Conto, que como eu cheguei, gostaria que constasse o meu voto, acompanhando o Relator, e também repetindo agora já nessa segunda votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): De acordo com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): De acordo com os relatores. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Secretário Gonzaga, tem horas que ele me deixa tranquilo, mas tem horas que ele me deixa intranquilo. Ele está lembrando que nós temos que designar relatores *ad hoc* para os Itens 31, 32, 33, 34, 35 e 36. Hoje é o Dia da Democracia, mas a designação vai ser um pouco arbitrária. Designo do art. 31, o Senador Osvaldo Sobrinho. Do art. 32, Senador Antonio Carlos Júnior. Do Item, do artigo, não, desculpe, do Item 33, o Senador Gerson Camata. Do Item 34, o Senador João Vicente Claudino. Do Item 35, o Senador Renato Casagrande. Do Item 16, a Senadora Rosalba Ciarlini.

Em votação, novamente, já levando em consideração que o Senador Eduardo Suplicy votou com os Relatores. Senador Marcelo Crivella também já se pronunciou. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Projeto de autoria do Senado e que tramita sob o nº 328, de 2002. Ele objetiva "instituir um sistema integrado de pagamento de imposto e contribuições de microempresas e das empresas de pequeno porte – SIMPLES".

Ocorre que essa matéria só pode ser regulamentada, Sr. Presidente, por Lei Complementar. Houve um pedido de vista, não foi apresentado nenhum relatório, então, o Senador José Agripino propõe o que projeto

seja considerado rejeitado. É o Item 33 que V.Exa. me designou.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 33. Agradeço ao Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, o Item 10, o senhor poderia designar um Relator *ad hoc*?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Item 10?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): É. É o projeto de minha autoria, é Relator o Senador Jefferson Praia, que não está presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gerson Camata, o Relator, o Senador Jefferson Praia, fez chegar à Mesa um pedido para que fosse adiada a votação.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ah, então, vamos atender o pedido. Porque ele é o Relator. Como se trata de terreno de marinha, e ele é o Senador Jefferson Praia, nada melhor do que ele para fazer o relatório.

[risos]

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Está na praia dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gerson Camata.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Gerson Camata, ele não é praia, é da mata.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o Relator. Com os Relatores. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com os Relatores. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Não; está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, está certo. Porque V.Exa. disse com tal ênfase, a ênfase V.Exa. me assustou, desculpe.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com os Relatores. Senador Osvaldo Sobrinho já foi chamado. Senador Cícero Lucena... Foi não? Ah, desculpe. Senador Osvaldo Sobrinho. Senador João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Expedito Júnior. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com os Relatores. Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, V.Exa. levou um susto, mas não mudou em nada a posição de falar, nem levando susto muda. Com os Relatores.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Foi um susto controlado. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com os Relatores. Já, já.

Bem, agora vamos voltar ao Item 01.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu sou, eu vou ter que... Eu e o Senador Cícero Lucena teremos que ir para a Comissão de Meio Ambiente, que eu sou o Presidente e o Senador Cícero Lucena é o vice-Presidente. Eu sou Relator do Item 08, que é um acórdão, se o senhor me der a palavra, eu faço o relatório em 30 segundos.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas, Sr. Presidente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Após a rejeição das matérias

em globo, matérias terminativas, elas serão encaminhadas ao arquivo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ao Plenário, aliás.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra, o Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, só para registrar, nós, em função das grandes intempéries que assolaram Santa Catarina, nós passamos a primeira parte desta manhã junto com o Governador Luis Henrique, do meu Estado, para buscar os recursos necessários, junto ao Governo Federal, através dos Ministérios. E eu não poderia deixar neste momento, quando aqui foi aprovado o relatório do eminente Senador Cícero Lucena, do projeto de nossa autoria, cujo projeto passou pela Comissão de Educação, e lá foi relatado pelo Senador Marco Maciel, aprovado por unanimidade.

E, nesta manhã, embora com nossa ausência, o projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, e que para mim é um momento de muita alegria, de satisfação, não só para quem apresentou o projeto de nossa autoria, mas principalmente pelos benefícios que trará para a sociedade brasileira, quando trata da criação de bibliotecas públicas e que darão a oportunidade, à leitura, àqueles que não têm a oportunidade de terem livros para ler.

Por isso, eu quero aqui cumprimentar o Senador Cícero Lucena pelo relatório, pela aprovação do relatório para todas as Sras. e Srs. Senadores. E agradecer pelo apoio, pelo incentivo, e pelo voto favorável.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Me congratulo também com o Senador Neuto De Conto pela aprovação do projeto de V.Exa., que cria o Fundo das Bibliotecas do Brasil. Realmente é um projeto necessário, que vem preencher uma lacuna muito grande, que constatamos em todo o território nacional. Porque o Brasil ainda é um país que se lê muito pouco.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não. V.Exa. tem a palavra. Senador Pedro Simon, pela ordem.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Tem uma sessão especial e o Brasil inteiro está aguardando o pronunciamento de V.Exa. dando os rumos para a democracia no mundo. Acho que não pode demorar mais, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu, atendendo ao comando de V.Exa., eu peço... O vice-Presidente está ausente, eu faço um apelo aqui a um Senador da Comissão... Não, mas ele quer ir para a sessão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não tem nenhum voluntário aqui que queira... Senador Flexa Ribeiro? Senador Antonio Carlos Júnior? Atende? Porque realmente eu tenho que usar da palavra na sessão especial que está sendo realizada agora mesmo no Plenário, sobre o Dia da Democracia. Então, V.Exa. relatou, Senador Antonio Carlos Júnior aceitou.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Para presidir aqui.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor me poderia me conceder a palavra antes?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Me permite, Sr. Presidente?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a palavra, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Nós podemos pedir regime de urgência na Comissão de Justiça para apreciar o projeto olímpico ou não? Acho que só a Comissão lá é que pode decidir. Porque quando é aprovado aqui vai direto para o Plenário, a gente pode pedir urgência. Quando vai para uma Comissão, nós podemos pedir urgência na tramitação lá?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Podemos, nós podemos fazer na reunião dos líderes, podemos pedir urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Se for não terminativo, pode pedir.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ele não é terminativo lá, então, vamos requerer urgência na Comissão de Justiça.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Vamos requerer. Tem meu apoiamento.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu sei que o senhor está precisando chegar ao Plenário, porque nós temos uma Sessão Solene de homenagem pelo Dia da Democracia, esse dia que a gente tem que festejar todo dia, porque democracia é o que existe de melhor para um regime político, para um país.

Mas eu gostaria aqui, não poderia deixar de parabenizar o Senador Neuto De Conto e a essa Comissão, que hoje aprovou de forma tão brilhante o projeto do Senador Neuto De Conto, que fala sobre o Fundo Nacional das Bibliotecas. Nós sabemos da importância que isso representa para o desenvolvimento do Brasil, para impulsionar, para trazer melhores condições de que todos possam ter mais acesso à leitura. Leitura que com certeza será fundamental para esse Brasil grande e forte que nós desejamos no futuro.

Era só isso, Sr. Presidente. Quero agradecer a V.Exa., por me dar esse tempo para poder fazer esse pronunciamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro. Agradeço, Senador Flexa Ribeiro. Senador Flexa Ribeiro, agradeço os préstimos de V.Exa., mas o vice chegou. E o vice com envergadura de Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Voltamos à pauta normal. Vamos começar do início por uma questão de princípio.

Item 01. Projeto de Lei do Senado de nº 467, de 2008 – Complementar. Não Terminativo. "Altera a Lei Complementar de nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opções pelo Simples Nacional". Autoria da Senadora Ideli Salvatti. Relator: Senador Antonio Carlos Júnior. O relatório é favorável ao projeto com as Emendas de nº 01 e 02 que apresenta. Com a palavra, o Relator Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

O objetivo do projeto é alterar o regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pela microempresa e empresa de pequeno porte, Simples Nacional.

O art. 1º mediante alterações no inciso IX do caput e do inciso XIX, do § 1º e do acréscimo de novos incisos ao mesmo § 1º, todos, do art. 17, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, autoriza a opção pelo regime simplificado das micro e pequenas empresas dedicadas às seguintes atividades, quer dizer, a inclusão dessas atividades: administração, locação de imóveis de terceiros, medicina veterinária, odontologia, psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, fonoaudiologia, clínica de nutrição, fisioterapia, advocacia, serviços de comissária, de despachantes e tradução, arquitetura, engenharia, medição, testes, desenho, agronomia, corretagem de seguros, representação comercial, perícia e leilão de avaliação, auditoria e consultoria, jornalismo e publicidade.

O art. 2º do PLS altera o inciso V, do § 5º, do art. 18, da Lei Complementar 123, de 2006, para determinar que os novos segmentos de micro e pequenas empresas autorizadas a ingressar no Simples Nacional sejam tributadas pelo anexo V da própria Lei Complementar.

A iniciativa parlamentar está amparada pelos arts. 48, inciso I, 61 caput, e 146, inciso III D. Todos da Constituição Federal. Por força deste último dispositivo, o instrumento Lei Complementar se revela adequado à veiculação da matéria contida no projeto.

Atendidos os requisitos de constitucionalidade, é bom esclarecer que o PLS nº 467, da Senadora Ideli Salvatti, de 2008, foi apresentado anteriormente à entrada em vigor da Lei Complementar 128, de 19 de dezembro de 2008, segundo a grande modificação feita no Simples Nacional, após sua entrada em vigor em 1º de julho de 2007, que possibilitou ingresso de diversos novos segmentos no regime e trouxe algumas mudanças importantes na estrutura original da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação a regime tributário simplificado. A principal delas foi que as exceções, a vedações do art. 17, foram deslocadas para os novos §§ 5º B e 5º E, incluídos no art. 18 da mesma Lei Complementar.

Em regra, a Lei Complementar nº 123, de 2006, beneficia empresas com receita bruta anual igual ou inferior a 2 milhões 400 mil reais. Entretanto, nem todas as pequenas e médias empresas deste porte podem optar pelo Simples Nacional, pois como se viu, a própria lei que o criou contém vedações de ingresso no regime a determinados segmentos.

A principal restrição ao ingresso no regime do Simples Nacional está expressa no inciso IX, do art. 17, da Lei Complementar nº 123, de 2006, que está transcrito aqui. Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que tenha por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício da atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, bem como a que preste serviço de instrutor, de corretor, de

despachante ou de qualquer tipo de intermediação de negócios.

A vedação muito contestada pelas sociedades de profissionais liberais é interpretada de maneira ampla pela Secretaria da Receita Federal. O que acaba por diminuir sobremaneira o número de empresas passíveis de beneficiar-se do regime simplificado.

Para justificar a limitação, invoca-se a necessidade de coibir a criação de empresas unipessoais ou de fachadas apenas para fugir à tributação de profissionais como pessoa física, que é mais gravosa ao contribuinte.

Fazendo-se um retrospecto da história recente, verifica-se que ainda no Governo passado, com o fim de permitir a formalização das atividades de muitos contribuintes e, em especial, de profissionais liberais, facultou-se às pessoas jurídicas de prestação de serviço optarem pelo regime de Imposto de Renda pessoa jurídica pelo lucro presumido. Isso facilitou a vida de clínicas e escritórios de profissionais liberais pela simplificação das obrigações acessórias dessas sociedades para confisco, embora a quantidade de tributo pago fosse superior ao suportado pelos optantes do Simples Federal, sistema criado pouco depois pela revogada Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 96.

Na apuração pelo lucro presumido, a lei estabelece que a base de cálculo do imposto, a cada mês, será determinada mediante a aplicação do percentual de 32% sobre a receita bruta auferida mensalmente. Ainda que a possibilidade não seja favorável quanto simples, ela é inegavelmente benéfica em relação à tributação como pessoa física.

Comparativamente a essa tributação, é importante ressaltar que a opção por tornar-se pessoa jurídica aumenta significativamente as obrigações acessórias a que o contribuinte está sujeito.

Diante disso, como é do conhecimento geral, a receita federal tem tentado gradativamente equiparar os níveis de tributação das pessoas jurídicas, compostas de profissionais liberais, aos da tributação sobre a pessoa física. A tentativa mais conhecida, rechaçada pelo Congresso Nacional, foi a Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004, que levou a base de cálculo no Imposto de Renda pessoa jurídica dos prestadores de serviço para o percentual de 40% sobre a renda bruta.

A propósito, cabe ressaltar que em favor das pessoas jurídicas, prestadores de serviço intelectuais, em 2005, no bojo das emendas, a Medida Provisória nº 255, de 01 de junho de 2005, que resultou na Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, elaboradas para ressuscitar as medidas benéficas da Medida Provisória nº 252, de 15 de junho de 2005, rejeitada pelo Congresso Nacional, foi inserido o art. 129, abaixo reproduzido, que visa a reduzir o poder da Receita Federal em relação à desconsideração da personalidade jurídica, artifício jurídico cobrado, usado para coibir abusos na criação de pessoas jurídicas.

Alteração promovida atenuou o comando do Parágrafo Único, do art. 116, do Código Tributário Nacional, conforme redação dada pela Lei Complementar nº 104, de 2001, em relação àquelas prestadoras de serviços. Vejamos o teor do dispositivo:

Para fins fiscais e previdenciários, a prestação de serviços intelectuais, inclusive os de natureza científica, artística ou cultural, em caráter personalíssimo ou não, com ou sem a designação de quaisquer obrigações ou empregados prestadores de serviço, quando por esta realizada, se sujeita tão somente à legislação aplicável às pessoas jurídicas, sem prejuízo da observância no art. 50, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil.

Entretanto, essas alterações não foram suficientes. Cabe lembrar que a constituição ao determinar os seus arts. 146, inciso III, 170 e 179, tratamento diferenciado e favorecido às microempresa e às empresas de pequeno porte, não menciona nenhuma distinção em relação à atividade exercida, o que a nosso ver evidencia a inconstitucionalidade do tratamento hoje conferido às empresas impedidas de ingressar no sistema por conta do ramo de atividade a que pertence. Ou seja, a posição da Receita Federal está usando inconstitucional.

Então, o projeto visa exatamente sanar esse problema.

Além disso, assiste razão o autor, a Senadora Ideli Salvatti, do projeto, quando menciona a falta de isonomia criada com a exceção aberta recentemente em favor do serviço de contabilidade. Para corrigir a discriminação, entendemos correta a extensão do regime favorecido ao restante das profissões liberais listadas do PLS nº 467, de 2008, Complementar.

Em relação à técnica legislativa, tendo em vista a mudança de sistemática, já mencionada anteriormente, promovida pela Lei Complementar nº 128, de 2008: "Faz-se necessária a emenda para que a inclusão dos segmentos pretendidos se dê no local adequado da lei base".

Então, eu apresentei duas emendas, exatamente para adequar a técnica legislativa do projeto.

O voto é favorável à aprovação do projeto, com as emendas apresentadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Júnior. A matéria está em discussão. Não havendo nenhum Senador ou Senadora inscrito para discutir a

matéria, em votação o parecer do Relator. Os Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como estão. Aprovado o parecer do Relator, favorável ao projeto da Senadora Ideli Salvatti, com as Emendas de nºs 01 e 02. Com o parecer do Senador Antonio Carlos Júnior.

Agora, vamos para o Item 02. A matéria constou de três reuniões da CAE. O Item 02 é o Projeto de Lei do Senado de nº 434, de 2007. Não Terminativo. "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 95, para impor às concessionárias de serviço público e de obras públicas e permissionárias o dever de elaborar escrituração contábil e elaborar e publicar demonstrações financeiras, referentes a cada exercício social nos termos dos arts. 175 a 188, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 76". De autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, cujo parecer é favorável ao projeto.

A matéria será ainda apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa. Convém lembrar que em 17/03/2009 foi concedida vista coletiva. Com a palavra, o Relator, Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, venho a esta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

A proposição tem por finalidade acrescentar dispositivos ao art. 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, é a Lei das Concessões, com vistas a impor as concessionárias e permissionárias de serviços públicos o dever de elaborar escrituração contábil e elaborar e publicar demonstrações financeiras, referentes a cada exercício social, nos termos dos arts. 175 a 188, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações.

A obrigação se estenderia a todas as concessionárias e permissionárias independente do tipo societário acompanhado e a companhia fechada, com patrimônio líquido não superior a um milhão de reais.

Não estaria dispensada da elaboração e publicação das origens e aplicação de recursos, ao contrário do previsto da lei das Sociedades Anônimas.

As demonstrações financeiras deverão ser publicadas não somente nos órgãos referidos no art. 289 da Lei das S/A, como também na Rede Mundial de Computadores.

Na justificação da proposição, seu autor, Senador Marcelo Crivella, argumenta que o exercício de serviço público, por empresa privada concessionária ou permissionária, merece ser conduzido com maior transparência, o que faz impondo à concessionária ou à permissionária a elaboração de laudos contábeis capazes de demonstrar a margem de lucro resultante do exercício da atividade, bem como o custo efetivo da prestação de serviço público, ou execução da obra pública, com discriminação das despesas correntes e gastos com investimentos de capital.

Alega ainda que a transparência deve ser perseguida também mediante a imposição de publicação das informações contábeis descritas na Rede Mundial de Computadores, a Internet, tendo em vista que isso facilitará a fiscalização das concessionárias e das permissionárias pelos usuários, e a consequente repressão de eventuais abusos cometidos.

O projeto, ao qual não foram apresentadas emendas, foi distribuído a esta Comissão e à Comissão de Constituição e Justiça para lá a decisão de terminativa.

A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviço público, previsto art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências, estabelece em seu art. 23, inciso XIII e XIV, que são cláusulas essenciais do contrato de concessão, entre outras, as relações à obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas das concessionárias, ao poder concedente, e a exigência da publicação da demonstração financeira periódica da concessionária.

Aí a gente levanta aqui uma série de pareceres e já na conclusão, a proposição vai, portanto, ao encontro da norma do inciso XIV, do art. 23 da própria Lei nº 8.987, de 95, que estabelece que a exigência da proposição de demonstrações financeiras periódicas das concessionárias deve ser uma das cláusulas essenciais do contrato de concessão.

Todavia, a legislação vigente não disciplina o tema para as permissionárias define as demonstrações financeiras que deverão ser exigidas, ficando a determinação a critério do poder concedendo, que eventualmente poderá exigi-las em número e conteúdo insuficientes a uma fiscalização eficaz por parte do Poder Público e do usuário.

Com a aprovação do projeto, as concessionárias e permissionárias ficarão obrigadas, independente do tipo societário por elas adotados, a elaborar e a publicar as demonstrações previstas na Lei das Sociedades Anônimas, sem prejuízo de o poder concedendo exigir outras demonstrações, se julgar conveniente.

Essa medida, bem como a exigência de que a divulgação também seja feita na Rede Mundial de Computadores, certamente contribui para conferir mais transparência aos contratos de concessões e permissão de serviços públicos, além de viabilizar uma fiscalização mais eficiente por parte do poder concedente e dos próprios usuários dos serviços.

O voto, Sr. Presidente. Em vista do exposto, manifestamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2007.

Esse é o parecer e o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A matéria está em discussão. Não havendo nem Senador e Senadora inscritos para discussão, em votação o parecer do Relator. Os Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como estão. Aprovado o parecer do Relator favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quero parabenizar também o Senador Marcelo Crivella pela iniciativa. Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, muito obrigado. Eu gostaria de agradecer ao Senador Raimundo Colombo por um relatório tão lúcido e que permitiu que a Comissão aprovasse.

Há um projeto semelhante a esse, que foi aprovado na Câmara e aqui no Senado, do Senador Osmar Dias, mas vetado integralmente pelo Presidente da República, porque determinava a publicação também de todos os contratos e aditivos nos trabalhos com as empresas de concessão. E, agora, nós estamos aprovando um que faz, fala apenas dos balanços.

E, com certeza, eu tenho esperança, acho, digo mais que esperança, eu tenho certeza de que a Presidência não irá vetar, tendo em vista de que nós estamos caminhando, como disse o Relator, para a transparência.

Senador Raimundo Colombo, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Parabéns, Senador Marcelo Crivella, Senador Raimundo Colombo.

Vamos passar agora para o Item 08.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Como a previsão de possível votação dos Itens 15 até mais adiante, incluindo o Item 16.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Até o 28.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Até o 28. Tendo em conta que entre eles está o Item 16, relativo à iniciativa de projeto do Senador Paulo Paim sobre o imposto de grandes fortunas, e com avaliação de que este projeto mereceria um melhor exame, eu solicito que seja destacado para votação, na próxima reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, por sugestão, se os Senadores nada tiverem em contrário, por sugestão do Senador Eduardo Suplicy, na próxima votação que votaremos em bloco pela rejeição de projetos, aliás, do Item 15, aliás, ao Item 28, nós retiraremos por solicitação do Senador Eduardo Suplicy o Item 16, o projeto do Senador Paulo Paim.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Inclusive, eu sou o Relator do projeto, mas não há inconveniente nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Perfeitamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu queria transmitir ao Senador Antonio Carlos Júnior que se trata de um projeto que merece uma discussão de profundidade, tendo em conta as ponderações do Senador Antonio Carlos Júnior, e, eu acho que seria, inclusive, importante avisar o Senador Paulo Paim para que ele esteja presente na discussão dessa matéria e, por essa razão, sugiro que possa ser colocada para a próxima semana, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Será pautado para a próxima semana, e se todos estiverem de acordo, nós votaremos, tirando o Item 16, os Itens de 15 a 28 em bloco.

Antes disso, o Senador Antonio Carlos Júnior, nomeado por mim como Relator *ad hoc* do Item 08. Portanto, votaremos agora o Item 08, relatado pelo Senador Antonio Carlos Júnior, e depois vamos votar em bloco dos Itens 15 a 28, tirando, por solicitação do Senador Eduardo Suplicy e de acordo também do Relator, Senador Antonio Carlos Júnior, o Item 16. Com a palavra agora, o Item 08, Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Trata-se de um aviso do TCU, com a cópia do Acórdão nº 1.629, de 2009.

"Avisos do Tribunal de Contas da União encaminhados ao Congresso Nacional às suas Comissões constitui procedimento usual daquela corte, que visa formalmente informar-lhes sobre as ações levadas a efeito com a execução de suas funções precípuas ou especificamente demandadas. Nesse sentido, aos membros do Congresso Nacional e suas Comissões cabe fundamentalmente tomar conhecimento do setor".

Portanto, eu vou direto ao voto. Nós votamos de acordo, no sentido de que a Comissão tome conhecimento do acórdão, do TCU, acompanhado do relatório,

e do voto referido, e determina o seu arquivamento, não tem outro caminho a seguir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A matéria está em discussão. Não havendo nenhum Senador ou Senadora para discutir, em votação o parecer do Relator. Os Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como estão. Aprovado o parecer do Relator pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.

Passamos agora aos itens... Matérias com relatório pela rejeição. Votação em globo dos Itens 15 a 38, com exceção do Item 16, conforme solicitação do Senador Eduardo Suplicy.

A todas as matérias seguintes foi dado relatório pela rejeição, a fim de agilizar o processo, foi consultado o Plenário se poderíamos realizar uma só votação, votação esta que será feita em globo.

Antes da votação, para que os Senadores membros tivessem maior conhecimento das referidas matérias, a todas elas foi concedida vista coletiva.

Matérias Não Terminativas com relatório pela rejeição de 15 a 28, excetuando o Item 16. Consulto se algum Relator das matérias Não Terminativas deseja fazer uso da palavra. As matérias continuam em discussão. Em votação os pareceres dos relatores. Designo os Itens 19, 20 e 22, como Relator *ad hoc,* o Senador Eduardo Azeredo. 19, 20 e 22, mas aqui é só ler o voto, Senador Eduardo Azeredo. V.Exa. é competente, mas só precisa ler o voto para que nós tenhamos condição de votar em bloco depois. Itens 19, 20 e 22. Depois, Senador Eduardo Azeredo. Depois, como Relator dos Itens 23, 24 e 25, Senador Francisco Dornelles. E dos itens 27 e 28, Senador Marcelo Crivella, que o Senador Antonio Carlos Júnior já relatou muita coisa hoje.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O Item 19 trata de Ofício S nº 16, de 2007, do gabinete do Prefeito de Goiânia, "solicita prorrogação de prazo fixado pela Resolução do Senado Federal". Relator: Senador Gim Argello. Como Senador *ad hoc*, eu leio o seu voto, e faz toda a justificativa, terminando com o voto que em face do exposto, vota pelo arquivamento do Ofício S nº 16, de 2007, com envio de ao Prefeito de Goiânia, com cópia da presente deliberação e da Resolução do Senado nº 49, de 2007. Não se justificando mais importante o objetivo que foi colocado e que a reivindicação do ex-Senador, atual Prefeito, Luiz Resende, era inteiramente procedente, tanto que essa Casa já aprovou as mencionadas Resoluções nº 06 e 49, de 2007.

Então, o voto é pelo arquivamento, por não haver mais necessidade.

O Item 20, o 20 aqui, espera aí... O Item 20 diz respeito ao projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2007, que altera o art. 11 da Resolução do Senado nº 43, de 2001, para permitir aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios a emissão de títulos da dívida pública, seja no mercado interno ou externo, para amortizar ou quitar dívidas renegociadas com a União. Relator: Senador Efraim Morais, que aborda todos os itens, terminando com o voto de que o Projeto de Resolução nº 96 acha-se prejudicado pela perda de sua oportunidade, razão pela qual opinamos pelo seu arquivamento, também, portanto, proposto o arquivamento do Item 20.

E o Item 22, à fl. 365, Senador Presidente Senador Delcídio Amaral, o Item 22 diz respeito ao Projeto de Lei do Senado nº 23 de 2007, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral da Previdência Social e o índice de correção previdenciária. Relator também Senador Gim Argello. O voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 23, de 2007, que analisando que não obstante o mérito da proposta legislativa ora analisada, ela é absolutamente idêntica ao PLS nº 58, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, já aprovado na forma de substitutivo pela Comissão de Assuntos Sociais dessa Casa, terminativamente em dezembro de 2008 e foi encaminhado à Câmara em 02 de dezembro de 2008, onde tramita com o Projeto de Lei nº 4.434.

Portanto, esse projeto ficou PLS nº 23, ficou prejudicado por já ter sido aprovado o PLS nº 58, de autoria do Senador Paulo Paim, e que dispõe sobre ação política de reajuste para o salário mínimo.

São os votos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Lidos, relatados pelo Senador Eduardo Azeredo os Itens 19, 20 e 22, como nós vamos votar em bloco, eu passo agora a palavra ao Relator, Senador Francisco Dornelles, dos Itens 23, 24 e 25, e depois os Itens 27 e 28. Corrigindo, o Relator será o Senador Antonio Carlos Júnior, até porque o Senador Marcelo Crivella é autor desses projetos.

Então, o Senador Antonio Carlos Júnior também está sendo indicado como Relator *ad hoc* dos Itens 27 e 28.

Com a palavra, Senador Francisco Dornelles, Itens 23, 24 e 25.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, poderia tirar o Item 28 de Pauta?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Se todos os Senadores estiverem de acordo. Também retirado o Item 28. Ou seja, desse bloco retiramos o Item 16, por solicitação do Senador

Eduardo Suplicy, e o Item 28, por solicitação do Senador Marcelo Crivella.

Com a palavra, Senador Francisco Dornelles, Itens 23, 24 e 25.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, o Item 23, Projeto de Lei da Câmara, que altera a Lei nº 7.565, de dezembro de 86, que é o Código Brasileiro da Aeronáutica, para definir a abrangência da franquia de bagagem. Parecer foi amplamente examinado, e o voto é pela rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Próximo Item, Senador Francisco Dornelles, 24.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O Item 24, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é o Projeto de Lei do Senado nº 444, Lei Complementar Não Terminativo, que altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, para proibir o contingenciamento na área social, em benefício do pagamento de juros e serviços da dívida. Autoria é do Senador Antônio Carlos Valadares. Relator, Senador Valdir Raupp. E o relatório amplamente debatido, o voto é pela rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E o último Item, Senador Francisco Dornelles, 25.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 21 acrescenta parágrafo ao art. 11 da Lei nº 8.213, para dispor sobre a manutenção de condição de segurado especial para produtores rurais com até dois empregados, fixando contribuindo diferenciada e dá outras providências.

O relatório foi amplamente examinado e o voto... Eu mantenho o voto do Senador Osmar Dias, pela rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela rejeição, portanto, já relatados pelo Senador Francisco Dornelles os Itens 23, 24 e 25.

E, agora, fechando o bloco, evidentemente o bloco com matérias, Senador Antonio Carlos Júnior, o Item 27.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Trata-se do projeto de Resolução do Senado Federal nº 70, de 2008, que suspende por tempo determinado o pagamento de dívidas contraídas com a União, pelo Estado do Rio de Janeiro e pelos municípios atingidos pelas enchentes. O parecer do Senador... O autor é o Senador Marcelo Crivella, e o Relator, Senador Antônio Carlos Valadares, deram parecer pela rejeição do projeto. Que eu acompanho.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Uma vez lidos todos--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Falta o 28.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não. O 28 o Senador Marcelo Crivella pediu para retirar, da mesma maneira como o Senador Eduardo Suplicy fez com o Item 16.

Uma vez lidos todos os pareceres pelos relatores dos Itens 15 a 28, ressalvando-se o Item 16, que vai ser retirado e pautado na próxima semana, e o Item 28.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, será que V.Exa. poderia tirar o 18 também?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 18... Se os Senadores estiverem de acordo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Também retirado o Item 18. Portanto, resumindo, nós estamos votando em bloco 15 a 28, retirando-se o Item 16, por solicitação do Senador Eduardo Suplicy, retirando-se o Item 18, por solicitação do Senador Marcelo Crivella, e o Item 28, também por solicitação do Senador Marcelo Crivella.

Não. Será agora, Senador Francisco Dornelles. Foi adiado para a próxima reunião.

Portanto, uma vez já lidos os pareceres pelos relatores, essas matérias foram exaustivamente discutidas na Comissão de Assuntos Econômicos. Em votação os pareceres dos relatores. Os Senadores que concordam com os pareceres dos relatores permaneçam como estão. Aprovados.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu tive um projeto rejeitado aqui pelo Senador Antônio Carlos Valadares, por uma questão de lapso temporal, mas eu acho que a nossa Comissão poderia se debruçar e apresentar talvez um projeto semelhante, mas de Comissão, para que a gente desse moratória àqueles municípios ou estados no período que enfrentassem os atos de Deus. Quer dizer, as enchentes, essas intempéries imprevisíveis e, vamos dizer assim, calamitosas, que trazem grandes prejuízos ao povo, aos serviços públicos, sobrecarregando o orçamento, o Tesouro.

Então, eu acho que isso aqui é um assunto que nós devíamos nos debruçar, e dar a esses municípios e

estados, vamos dizer assim, um instrumento de poder, e ao invés de pagar suas dívidas, aplicarem aqueles recursos na ocasião desses problemas, para minorar o sofrimento do nosso povo.

Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella. Muito pertinente as observações de V.Exa., que eu não tenho dúvida nenhuma que a Comissão de Assuntos Econômicos, através dos seus membros Senadores e Senadoras, vai se debruçar sobre esse projeto de extrema relevância.

Mais uma matéria Não Terminativa, com relatório pela prejudicialidade. O Item 39. A matéria seguinte, foi dado relatório pela prejudicialidade, a fim de agilizar o processo antes da votação para que os Senadores membros tivessem maior conhecimento da referida matéria, foi concedida vista coletiva.

E eu quero nomear Relator *ad hoc* o Senador Marcelo Crivella. O Item 39 da Pauta. Projeto de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores. Esse é o último Item da Pauta? Esse é o último Item da Pauta, depois eu peço só a paciência dos Senadores, votaremos um requerimento aqui que é muito rápido.

Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 506, de 2006, Não Terminativo nessa Comissão, "dispõe sobre o subsídio dos membros do Congresso Nacional". O autor é o Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores. E o Relator é o Senador Tasso Jereissati.

O voto é pela prejudicialidade do projeto. Esse é o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A matéria está em discussão. Em votação o parecer do Relator. Os Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como estão. A Comissão aprova o parecer do Relator pela prejudicialidade do PDS nº 506/06.

Último Item da Pauta é um requerimento. "Requeiro nos termos regimentais a realização de Audiência Pública, na Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, para tratar dos seguintes temas relativos ao pré-sal. A. Marco regulatório. B. Aspectos econômicos financeiros e capitalização da PETROBRAS, devendo a audiência contar com os seguintes convidados da PETROBRAS: Diretor Financeiro e de Relação com Investidores, Sr. Almir Guilherme Barbassa; Diretor de Produção, Sr. Guilherme Estrella". Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Requerimento aprovado, e nós convidaremos os dois diretores da PETROBRAS, o Diretor Barbassa e o Diretor Estrella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Perfeito, Presidente. Havia um convite para a Ministra Dilma, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Aliás, o Secretário Gonzaga está me dizendo que essa Audiência Pública já tem dia marcado e hora também. Será realizada no dia 22 de setembro de 2009, às 14h00. Aqui na sala da Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Perfeito, Presidente. Havia também um pedido para que a Ministra Dilma viesse, mas eu preferi retirar. Ela ainda se encontra em tratamento e pediu, ela tem o maior interesse de vir à Comissão, mas que deixasse para uma data mais à frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sábia decisão, Senador Marcelo Crivella. Não havendo mais nenhum assunto a se tratar, considero encerrada a Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Sessão encerrada às 12h14.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e dois de setembro do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Inácio Arruda, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, João Pedro, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Expedito Júnior, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Romero Jucá, Gilvam Borges, Eliseu Resende, Antônio Carlos Júnior, Adelmir Santana, Osvaldo Sobrinho, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Demóstenes Torres, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Gim Argello, Fernando Collor de Melo, Osmar Dias, Jefferson Praia e, ainda, do Senador Romeu Tuma. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Renan Calheiros, Efraim Morais, Raimundo Colombo e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião

anterior, que é dada como aprovada. É apreciada pela Comissão a Matéria constante da 1ª Parte da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 184 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "b", e do art. 73, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, o nome do Senhor José Múcio Monteiro Filho, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Marcos Vinicius Vilaça", tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Sérgio Guerra, usa da palavra o Senhor José Múcio Monteiro Filho para fazer sua exposição. Após a exposição, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Fernando Collor, Gim Argello, Aloizio Mercadante, Roberto Cavalcanti, José Agripino, Garibaldi Alves, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Júnior, João Ribeiro, Osvaldo Sobrinho, Inácio Arruda, João Tenório, Eduardo Azeredo, Valter Pereira, Antônio Carlos Valadares e a Senadora Rosalba Ciarlini. Após a Sabatina, encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Arthur Virgílio e Jefferson Praia para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova o nome do Senhor José Múcio Monteiro Filho para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União por vinte e cinco votos favoráveis, um contrário e nenhuma abstenção. São apreciadas pela Comissão as Matérias constantes da 2ª Parte da Reunião, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 162 de 2009 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que "revoga o art. 191-A, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 129 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que "acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Wellington Salgado, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei da Câmara nº 161 de 2008, não terminativo, de autoria do Deputado Beto Albuquerque, que "institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do Imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso", tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável à Matéria. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 168 de 2003, terminativo, de autoria do Senador Sibá Machado, que "altera o artigo 13 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal, para prever a instituição dos Conselhos Deliberativos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Nordeste", tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com Parecer pela prejudicialidade. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 480 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Neuto de Conto, que "altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar integralmente, do imposto de renda, os rendimentos até o valor equivalente a dez salários mínimos, pelo contribuinte que completar setenta anos de idade", tendo como Relator o Senador Expedito Júnior, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com Parecer favorável ao Projeto. Em 01/09/09, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei da Câmara nº 136 de 2009, não terminativo, de autoria do Presidente da República, que "cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e dispõe sobre o seu pessoal; inclui a Câmara de Recursos da Previdência Complementar na estrutura básica do Ministério da Previdência Social; altera disposições referentes a auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil; altera as Leis nºs 11.457, de 16 de março de 2007, e 10.683, de 28 de maio de 2003; e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 11/08/09, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei da Câmara nº 27 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Rodovalho, que "altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Roua-

net - para reconhecer a música gospel e os eventos a ela relacionados como manifestação cultural", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 302 de 2009 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para permitir o refinanciamento de débitos de Estados e Municípios nas situações que especifica", tendo como relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 318 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "altera o art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 2001 que "dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências", para disciplinar a Utilização de informações sigilosas recebidas por comissões parlamentares de inquérito", tendo como Relator o Senador Demóstenes Torres, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 676 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata, que "altera o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre bens imóveis da União e dá outras providências, para isentar o foreiro e ocupante do pagamento de foro e taxa de ocupação no caso que especifica", tendo como Relator o Senador Jefferson Praia, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 330 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que "reduz alíquota da tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas", tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Aviso nº 36 de 2009 (Aviso nº 678-TCU, na origem), não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "encaminha cópia do Acórdão n.º 1.070/2009-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, em atenção ao Ofício nº 1425, de 2 de Setembro de 2008, do Presidente do Senado Federal", tendo como Relator o Senador Tião Viana, que oferece Parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13-Mensagem do Senado Federal nº 180 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de US$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Investimento para a Qualificação do Sistema Único de Saúde - QualiSUS Rede (fase I)"", tendo como Relator o Senador Tião Viana, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Tião Viana, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 14-Mensagem do Senado Federal nº 181 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US$ 154.000.000,00 (cento e cinquenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos serão destinados ao Programa de Desenvolvimento da Educação e Gestão Pública", tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Renato Casagrande, usa da palavra o Senador Raimundo Colombo. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. . A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 15-Mensagem do Senado Federal nº 182 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso VII, da Constituição Federal e do art. 3º, inciso I, da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, seja autorizada a adição do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ativos, celebrado entre a União e o Estado do Rio Grande do Norte em 21 de agosto de 2009", tendo

como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, designa o Senador Inácio Arruda Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, usam da palavra o Senador Antonio Carlos Júnior e, ainda, o Senador Romeu Tuma. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. . A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; A Comissão aprecia, ainda, a Matéria constante da Extrapauta da Reunião, Item 01-Projeto de Resolução do Senado nº 58 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Tião Viana, que "altera o art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, a fim de excluir dos limites para operações de crédito aquelas contratadas no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal - PEF, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)", tendo como Relator o Senador Jefferson Praia, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Jefferson Praia, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator, favorável ao Projeto. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 56/2009–CAE, de autoria do Senador Jefferson Praia, que requer a realização de Diligência Pública em Manaus (AM), tendo por finalidade esclarecer, subsidiar, enriquecer a discussão, pelo Congresso Nacional, do marco legal para a distribuição dos benefícios advindos da exploração da camada do Pré-sal entre o conjunto dos estados da Federação brasileira, com a participação das seguintes autoridades: Exmo. Sr. Deputado Belarmino Lins, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas; Exmo. Sr. Eduardo Braga, Governador do Estado do Amazonas; Sr. José Thomé Filho, Presidente da Associação Amazonense de Municípios; Exmo. Sr. Luiz Alberto Carijó, Presidente da Câmara Municipal de Manaus; Sr. Augusto César de Carvalho, Gerente Geral da Refinaria Isaac Sabbá - REMAN; Sr. Fernando Ferrandans, Gerente Geral da Unidade de Exploração e Produção da Amazônia – UNAM; Sr. Isper Abrahim Lima, Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas; Sr. Erivaldo Lopes do Vale, Presidente do Conselho Regional de Economia do Estado do Amazonas; Sr. Henrique dos Santos Pereira, Superintendente em Manaus do IBAMA/AM; Professora Dra. Márcia Perales, Magnífica Reitora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Professora Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas, Magnífica Reitora da Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Sra. Flávia Skrobot Barbosa Grosso, Superintendente da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA); Sr. Antônio Carlos da Silva, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM); Sr. Flávio Decat de Moura, Presidente da Amazonas Energia; Sr. Mauricio Elísio Martins Loureiro, Centro da Indústria do Estado do Amazonas (CIEAM); Sr. Maurício Tolmasquin, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE do Ministério da Minas e Energia; Sr. José Lima de Andrade Neto, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério das Minas e Energia; Sr. Rodemarck Castelo Branco, Economista e Professor da Universidade Federal do Amazonas; Sr. Aristófanes Bezerra de Castro Filho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Amazonas; Sr. Delman Sérgio Ferreira, Assessor da Presidência da Eletronuclear para Promoção do Desenvolvimento Social; e Sr. João Carlos de Luca, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada.

Comunico que hoje não será realizada, às 14 horas, a Audiência Pública com a presença dos Diretores da PETROBRAS, Guilherme de Oliveira Estrella e Almir Guilherme Barbassa, que discorreriam sobre o marco regulatório e os aspectos econômico-financeiros do Pré-Sal. A Reunião será realizada posteriormente. Não haverá, portanto, a Audiência Pública das 14 horas.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria... Eu sei que a Sessão de hoje, para que a gente possa fazer a avaliação e o debate com Deputado José Múcio, indicado como Ministro para o Tribunal de Contas da União, mas eu tenho um assunto, Sr. Presidente, também de extrema urgência, que gostaria de pedir a V. Exa. colocar e aos demais Senadores para que fosse colocado primeiro ponto da pauta, um minuto,

um minuto e meio, dois minutos no máximo, a gente vota, que é operação de crédito com o Estado de Pernambuco, pela urgência e o prazo que o Estado de Pernambuco tem com relação a essa operação de crédito e também seria uma homenagem ao Ministro José Múcio, que é pernambucano e aos pernambucanos que estão aqui acompanhando e prestigiando o Ministro José Múcio.

Então, queria pedir inversão de pauta e votação desse projeto de forma muito rápida, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Submeto à consideração do Plenário a solicitação do Senador Renato Casagrande. As senhoras e Srs. Senadores que aprovam a solicitação de inversão de pauta permaneçam como se encontram. Aprovada. O Relator da matéria é justamente o Senador Renato Casagrande. Trata-se da mensagem do Senado Federal de nº. 180/2009, não terminativa, na qual eu quero interromper aqui a leitura do meu relatório para registrar a presença do Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, e pedir a ele que venha compor a Mesa Diretora dos trabalhos para a nossa grande honra.

[palmas]

O Presidente Michel Temer, para desagrado meu e alegria dos que compõem o Plenário, preferiu ficar entre os Senadores.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito nos honra.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A mensagem propõe ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor total de 235 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do projeto de investimento para a qualificação do Sistema Único de Saúde. A autoria, Presidente da República... O...

Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados me trouxe uma emoção tão grande, que eu fiz uma troca aqui. A presença dele me deixou tão alegre, tão feliz, tão emocionado, que eu troquei as mensagens aqui. Então, eu peço desculpas. Mas a mensagem é exatamente a de nº. 181. Trata-se de uma operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Pernambuco, aliás, o Estado natal do Ministro José Múcio Monteiro, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de 154 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos serão destinados ao Programa de Desenvolvimento da Educação e Gestão Pública. Autoria do Presidente da República. Relator, Senador Renato Casagrande, que tem a palavra nesse instante.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande. Antes, lembrando que se encontra aqui o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, e ainda os Srs. Danilo Cabral, Secretário de Estado de Educação do Estado de Pernambuco, e Antônio Barbosa, Secretário Executivo de Captação de Recursos da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco, que estão à disposição dos Srs. Senadores para esclarecimentos.

Com a palavra, o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, muito obrigado. Primeiro, obrigado à Comissão por ter aceitado a votação dessa matéria neste primeiro momento. O Governo do Estado de Pernambuco está de fato com o tempo limitado; o Governador Eduardo Campos tem urgência na votação dessa matéria, e é, Sr. Presidente, competência desta Comissão opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros da matéria que está agora submetida a nós aqui.

A Secretaria do Tesouro Nacional já entendeu que o Estado de Pernambuco apresenta capacidade de pagamento suficiente para contratar a operação em exame. E a Coordenação Geral da Secretaria do Tesouro Nacional elaborou estudo sobre o comprometimento das transferências federais e receita própria do Estado de Pernambuco, compreendendo projeção para os anos de 2008 a 2017. Então, tecnicamente, com relação ao seu equilíbrio fiscal, Pernambuco está totalmente adequado para captar esse recurso. É um recurso, Presidente Garibaldi, no valor de 154 milhões de dólares junto ao BIRD, para o Programa de Desenvolvimento da Educação e Gestão Pública, um recurso importante para modernizar toda a infraestrutura educacional do Estado de Pernambuco, um Estado que precisa desse investimento.

O Governador Eduardo Campos faz um excelente trabalho nessa área educacional e, portanto, esse recurso vai fazer com que esse trabalho melhore ainda mais, e eu tenho certeza que o povo de Pernambuco vai ficar muito satisfeito. É o meu relatório, Sr. Presidente, cumprimentando os Secretários aqui presentes, do Estado de Pernambuco, e também compreendendo que os Senadores do Estado de Pernambuco estão todos eles cientes e aprovando esta matéria.

Meu parecer e meu voto são pela aprovação dessa mensagem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Com a palavra, o Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Hoje acredito que nesta Comissão é o dia do Pernambuco, até porque já abre a Sessão com um pedido de operação de crédito para o Estado de Pernambuco e segundo virá o nosso Ministro José Múcio, que será avaliado por essa Casa.

Quero dizer que um empréstimo como esse, e principalmente tratando-se do Pernambuco, onde tem um Governador operoso, sério, honesto, responsável, e que nós sabemos que ele tem a votação para a Educação, jamais esta Comissão deixaria de aprovar.

É importante salientar que o Governador Eduardo Campos é homem de elevado espírito público e eu tenho certeza que esse recurso muito contribuirá para a Educação do Estado de Pernambuco possa melhorar. E eu falo aqui também em causa própria, porque a minha família também é do Pernambuco e sei a situação e dificuldade que passa aquele Estado, principalmente no sertão, minha cidade, Belém do São Francisco, que tem grande dificuldade nessa área.

Portanto, eu trago aqui meu apoio total e irrestrito, principalmente sabendo que trata-se de um recurso para a Educação, e segundo por saber que a equipe que foi montada pelo Governador Eduardo Campos é da maior qualidade e são pessoas que primam pelo zelo dos recursos públicos e que haverão de fazer muito sucesso com esse recurso para que possa minorar e diminuir o analfabetismo no Estado de Pernambuco.

Portanto, é dessa forma que eu voto e que eu dou, logicamente, discuto a matéria, dizendo que é importante para o Pernambuco e para os pernambucanos essa matéria. Era o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão. Em votação, o parecer do Relator. Senadores e Senadoras que concordam com o parecer do Relator permaneçam como estão. Aprovada a matéria.

Com a palavra, o Relator.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, muito obrigado ao senhor por ter aceitado colocar a matéria em votação, Senadores, parabéns ao Governador Eduardo Campos e parabenizo aqui também o Secretário Danilo de Castro, que é o Secretário da Educação do Estado de Pernambuco, os demais Secretários, e peço, Sr. Presidente, também, acho que é adequado, o regime de urgência à matéria. Eu peço, então, urgência à matéria para que seja apreciada rapidamente no Plenário do Senado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Submeto ao Plenário a urgência para a matéria. As senhoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência. Aprovada a matéria.

Conforme eu já havia lido anteriormente, há uma solicitação, com a compreensão do Ministro José Múcio e daqueles que vieram homenageá-lo, inclusive o Presidente Michel Temer, eu concedo a palavra... [soa a campainha]

Peço silêncio, por favor. Eu concedo a palavra ao Senador Tião Viana, para relatar o empréstimo externo a ser contraído pela República Federativa do Brasil junto ao BIRD.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Sr. Presidente, Senador Garibaldi, senhoras e Srs. Senadores, eu particularizo o meu relatório, antes saudando também o nosso Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, que nos honra com sua visita a esta Comissão.

Trata-se de uma operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, no valor total de 235 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, destinados ao financiamento parcial do projeto de investimento para a qualificação do Sistema Único de Saúde.

O Sistema Único de Saúde no Brasil tem se voltado para diretrizes estratégicas na área de gestão. Uma delas diz respeito à qualificação... Investimentos na área de qualificação. As áreas são áreas de gestão, área de serviços, área de pesquisa, Ciência e Tecnologia e área de democratização do setor, Sr. Presidente. Então, o BIRD está inteiramente vinculado a uma nova estratégia de aperfeiçoamento da gestão pública brasileira.

O Ministério da Saúde, através do SUS, com um melhor arcabouço jurídico e institucional do país na área de saúde e seguramente um dos mais referenciados do planeta, tem muito a contribuir na elevação da qualidade do instrumento de melhoria dos serviços de atendimento ao cidadão brasileiro.

Essa matéria preenche todos os quesitos, em termos de exigência do Tesouro Nacional, das restrições sobre operações de crédito e as liberações; ela encontra mérito inquestionável por parte de todos os que podem ler o empréstimo.

Então, meu parecer é favorável à matéria pela sua aprovação, entendendo que será de bom uso a destinação desses recursos para o aperfeiçoamento

do nosso tão respeitável Sistema Único de Saúde do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Em votação o parecer do Relator. Os Senadores e Senadoras que concordam com o parecer do Relator permaneçam como estão. Aprovado o parecer do Relator, favorável, nos termos do projeto de Resolução aprovado.

Submeto a solicitação de regime de urgência feita pelo Relator, Senador Tião Viana. As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o regime de urgência.

Há um pedido, senhoras e Srs. Senadores [soa a campainha]. Há um pedido para que também tenhamos uma inversão de pauta para a apreciação da adição do segundo termo aditivo ao contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ativos, celebrado entre a União e o Estado do Rio Grande do Norte, em 21 de agosto de 2007. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam a inversão em favor do Rio Grande do Norte, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Trata-se do Item nº. 15. Como está ausente o Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, concedo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Inácio Arruda.

[soa a campainha]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Deputados, que cumprimento na pessoa do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, Ministro Padilha, da articulação política, presente na Sessão de Assuntos Econômicos do Senado, neste momento, uma satisfação poder relatar projeto de iniciativa do Governo Federal, oriundo da mensagem nº. 182/2009; nº. 755/2009 na origem da Presidente da República, que propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso VII da Constituição Federal e do art. 3º, inciso I da Medida Provisória nº. 219270, de 24 de agosto de 2001, seja autorizada a adição de segundo termo aditivo ao contrato de abertura de crédito de compra e venda de ativos, celebrados entre a União e o Estado do Rio Grande do Norte, em 21 de agosto de 2009.

A matéria foi examinada pela Secretaria do Tesouro Nacional, junto ao Ministério da Fazenda, pela Receita Federal, Procuradoria Geral da Fazenda... Atende aos termos constitucionais e também à Legislação infraconstitucional pertinente à matéria.

Por isso, Sr. Presidente, a nossa análise, e o nosso voto é pela aprovação, nos termos do projeto de Resolução do Senado, que passo a ler, de forma breve e sucinta:

"Autoriza adição... Projeto de resolução do Senado, de 2009, autoriza a adição ao segundo termo aditivo ao contrato de abertura de crédito de compra e venda de ativos, celebrado entre a União e o Estado do Rio Grande do Norte, em 21 de agosto de 2009. O Senado Federal resolve: 'Art. 1º: É o Estado do Rio Grande do Norte autorizado a firmar o segundo termo aditivo ao contrato de abertura de crédito de compra e venda de ativos, celebrado entre a União em 13 de maio de 1998, com interveniência do Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A, do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S/A, da BANERN - Crédito Imobiliário S/A, da BANERN - Crédito, Financiamento e Investimento S/A, do Banco do Brasil S/A e do Banco Central do Brasil, nos termos da Medida Provisória 2192-70, de 24 de agosto de 2001'. Parágrafo Único: O segundo termo aditivo, firmado com a União em 21 de agosto de 2009, confere a seguinte redação à cláusula sexta do contrato referido no *caput*: 'Cláusula 6ª: O produto obtido pela realização dos ativos remanescentes da massa liquidanda das instituições integrantes do sistema financeiro do Estado deverá obrigatoriamente ser destinado para capitalização do fundo financeiro do Estado do Rio Grande do Norte'. 'Art. 2º: O § 3º do art. 2º da resolução nº 9498 do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 2º, § 3º: O produto obtido pela realização dos ativos remanescentes da massa liquidanda das instituições integrantes do sistema financeiro do Estado deverá obrigatoriamente ser destinado para a capitalização do fundo financeiro do Estado do Rio Grande do Norte'. 'Art. 3º: Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação'".

Está dito, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão o parecer do Relator *ad hoc*.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu gostaria de só ter uma informação, é que não há valor nesse... Não há valor nesse contrato, quer dizer, não há um limite, não há um valor, não há uma avaliação em relação à negociação desses ativos?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sem maiores delongas, que é o que já está acontecendo, eu pediria ao representante do Tesouro Nacional e da Fazenda Estadual do Rio Grande do Norte, Sr. Antônio Américo Brito, que viessem até a Mesa para esclarecer essa questão levantada pelo Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, antes de V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E espero não ter desprestigiado o Relator.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): De forma nenhuma. Eu sou Relator *ad hoc*. Não há nenhum problema.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Mas a intenção é somente esclarecer, porque para ficar... Para que aprove... Digamos, o projeto absolutamente com tranquilidade.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ocorre, Sr. Presidente, eu quero, na qualidade de Relator *ad hoc*, mesmo não tendo tido oportunidade de examinar com a máxima profundidade a matéria, porque foi objeto da análise do Senador Antonio Carlos Valadares, mas de dizer que trata-se de um aditivo com o objetivo de permitir que as rendas, digamos, auferidas no processo sejam destinadas ao fundo. Então, você não mexe nos valores, não toca nos valores. Apenas nós estamos tratando de afirmar que os rendimentos, frutos da venda desses ativos, sejam destinados ao fundo. Quer dizer, por quê? Porque isso já... Os valores, quanto custam os ativos, já foram objeto de um contrato anterior. Agora apenas um aditivo remetendo esses rendimentos da venda desses ativos, que considero importante para o Estado do Rio Grande do Norte, por isso que nós tivemos a... Mesmo não atropelando o Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, mas buscando fazer uma relatoria *ad hoc* para permitir que aprovássemos com a máxima rapidez esse aditivo porque visa beneficiar o Estado do Rio Grande do Norte.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pergunto ao Senador Antonio Carlos Júnior se ainda quer ouvir outros esclarecimentos do representante da Fazenda Estadual do Rio Grande do Norte.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Acho que uma ligeira observação do representante da Fazenda Estadual seria interessante.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Presidente. Aqui no Item 3 estão todos os empréstimos que foram do PROEX. Todos os valores da exposição de motivos do parecer encaminhado para a Procuradoria Geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao... Concedo a palavra ao Sr. Américo Brito, que rapidamente vai prestar um esclarecimento ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SR. AMÉRICO BRITO: Senador Antonio Carlos Júnior, o Banco entrou em liquidação judicial em 90. E ficou até o ano 2000 sob a direção do Banco Central. O Governo do Estado negociou a convolação dessa liquidação extrajudicial em ordinária. E para isso foi feito um contrato, naquela época, em termos... 94 milhões. E o produto da arrecadação desses ativos seria destinado à liquidação, amortização desse empréstimo.

No decorrer do tempo, o Banco ficou com o Governo do Estado de 90 até... De 2000 até agora, e pleiteou reverter o produto dessa realização desses ativos em favor do fundo de pensão porque ele já estava honrando normalmente o coisa(F)... E esse dinheiro ia canalizar o fundo de pensão e viabilizar, então, o fundo de pensão. Essa adição nós não temos valor porque estamos concluindo a liquidação agora e vai passar tudo isso para o Governo do Estado. É o remanescente da liquidação.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Entendi perfeitamente. Estou satisfeito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ok, Sr. Presidente. De qualquer sorte, tudo está posto na página 264 e 265.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Submeto ao Plenário o parecer do Relator **ad hoc**, Senador Inácio Arruda. Em votação o relatório. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Também está em votação o regime de urgência solicitado pelo Relator *ad hoc*, Senador Inácio Arruda. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam a urgência permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item nº. 01 da pauta: Submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. José Múcio Monteiro Filho para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Marcos Vinicius Vilaça. O indicado já se encontra no recinto da Comissão. Solicito que a Secretaria o conduza ao Plenário. [soa a campainha] Peço silêncio, por favor.

Antes de conceder a palavra ao Relator, quero novamente agradecer a presença, nesta Comissão, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, que veio especialmente participar desta Reunião e concedo a palavra ao Relator, Senador Sérgio Guerra, para que proceda a leitura do seu parecer sobre o indicado.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. José Múcio Monteiro, Sras. Senadoras, é submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III alínea "b", do art. 73, § 2, inciso I da Constituição Federal, a indica-

ção do Sr. José Múcio Monteiro Filho para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Marcos Vinicius Vilaça.

Trata-se de indicação presidencial feita por meio da mensagem nº. 184, acompanhada do currículo do indicado. O Sr. José Múcio Monteiro Filho é nascido em Recife, Pernambuco. Ele se formou em engenharia civil pela Escola Politécnica de Pernambuco, em 1971. O indicado exerceu os seguintes mandatos eletivos: vice-Prefeito de Rio Formoso, 1976/82, pelo PDS; Prefeito de Rio Formoso, 1982 a 83, também pelo PDS. E Deputado Federal de 1971 até o presente, pelo PFL, PSDB e PDT. Seu atual mandato de Deputado Federal vigora até fevereiro de 2011.

Entre suas atividades partidárias, temos a destacar os seguintes cargos: vice-Presidente Nacional do PFL; vice-líder do bloco PFL, PTB, PSDC, PSD; vice-líder do bloco PFL, PTB; vice-líder do PFL, vice-líder do bloco PFL, PST, vice-líder do PTB, líder do PTB, líder do Governo em 2007.

Destacamos, entre suas atividades profissionais e cargos públicos: Engenheiro da Construtora Rabelo; Superintendente da Usina Cucaú; Diretor Superintendente do Grupo Armando Monteiro; Presidente da CELPE, Recife, Pernambuco; Secretário dos Transportes, Comunicação e Energia do Estado de Pernambuco, 1983–1986; Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, em Recife, 1977-1998. E Ministro Chefe da Secretaria das Relações Institucionais da Presidência da República, a partir de novembro de 2007.

Como Ministro de Estado, exerceu as funções de Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República e Presidente da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e instituições similares.

No Congresso Nacional, foi relator da Comissão Mista Especial de incentivos fiscais regionais e membro titular da CPI mista do caso PC Farias. Na Câmara dos Deputados, participou das seguintes Comissões Permanentes: Agricultura e Política Rural; Defesa Nacional; Economia, Indústria e Comércio; Relações Exteriores e Defesa Nacional; Seguridade Social e Família. E Viação e Transporte, Desenvolvimento Urbano e Interior, tendo sido Presidente da Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público.

Na Câmara dos Deputados, trabalhou nas seguintes comissões especiais: da ALCA, Área de Livre Comércio das Américas; Falências e Concordatas Preventivas e Recuperação das Empresas com atividades econômicas; Reforma Trabalhista PEC nº 01/95; Reeleição PEC 06/95; Monopólio do Petróleo, PEC 20/95; Parlamentarismo, PEC 89/95; número de Vereadores PC PEC 101/2003; reeleição da Mesa e da PEC nº. 198/95; assegura mandato parlamentar aos vices PEC 308/96; a cumulação de emprego público, PEC 347/96; Sessão Legislativa PEC nº. 370/96; autonomia das universidades PEC 407/01; prorrogação da CPMF, PEC 4425/94 do Senado Federal; planos e seguros de saúde PL nº. 4.842; recursos genéticos e produtos derivados do PLP de nº. 73/03; SUDENE e Projetos de Lei sobre a regulamentação do Sistema Financeiro Nacional, questão do desemprego, Reforma Política e da Reforma Trabalhista.

O pleiteante trabalhou nas seguintes comissões externas na Câmara dos Deputados: Enchentes em Recife; CPI da CBF-Nike; Violência contra a mulher; violência na zona da mata de Pernambuco e dos recursos da CPMF.

O currículo apresenta uma listagem de condecorações importantes, com destaque para a medalha do mérito militar, grande oficial, comando do Exército do grau de Grão-Cruz da Ordem do Rio Branco; Ordem do Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores; comenda da Ordem do mérito judiciário e do trabalho do Tribunal Superior do Trabalho; mérito judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado; Tribunal de Justiça de Pernambuco do Pacificador, comando do Exército, e medalha Santos Dumont do comando da Aeronáutica.

O indicado participou das seguintes missões internacionais oficiais: Participante da 87ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, Suíça, 99; Comissão sobre desarmamento das Nações Unidas, Washington, Estados Unidos, 1999; 5º Encontro das organizações da sociedade civil e da União Europeia e da América Latina e Caribe, promovido pelo Conselho Econômico-social da União Europeia, Lima, Peru, 2008; Assembleia Geral da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares, Roma, Itália, 2008; Reunião do Alto Segmento do Conselho econômico-social das Nações Unidas em Nova Iorque, Estados Unidos, 2008.

Por último, o currículo destaca que o indicado se dedicou, por cerca de 12 anos, à iniciativa privada do setor da agroindústria em Pernambuco e no Mato Grosso. Ele integrou pela quinta vez a lista dos parlamentares influentes do Parlamento, elaborada pelo DIAP, sendo apontado segundo Parlamentar mais influente do Congresso Nacional atrás... Apenas na frente dele o Presidente da Câmara.

A formação acadêmica e profissional do Dr. José Múcio obedece aos requisitos necessários à ocupação do cargo de Ministro do Tribunal de Contas da

União, para o qual foi indicado pelo Presidente da República.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Deputado José Múcio Monteiro, agora Ministro do Governo do Presidente Lula, tem uma larga tradição de Administração Pública. Conhecimento de Administração Pública em vários cargos no nível municipal, estadual e Federal. Essa, entre outras razões, o credenciam amplamente para a função de Ministro de Tribunal de Contas. O conhecimento real da Administração Pública é pré-requisito fundamental para o desempenho de um bom Ministro do Tribunal de Contas da União. E, nesse sentido, o currículo do Deputado José Múcio é mais do que convincente. É absolutamente convincente.

Nós temos uma relação de muitos anos e, apesar de partidos de convergências ou divergências, ele é seguramente um político que honrou seu mandato a vida inteira, que aposta nas convergências, que colabora sempre na unidade dos seus companheiros das forças políticas com as quais convive. Tem imensa confiança de todos os pernambucanos, que têm nele um dos seus melhores representantes em todos os tempos.

Eu gostaria que ele se mantivesse na vida pública, como Parlamentar ou como governante. Mas, seguramente, estará muito bem representado o Brasil, o Congresso, e os brasileiros com a presença do Tribunal de Contas da União.

Portanto, nosso voto é a favor da sua indicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Sérgio Guerra a leitura do seu parecer, e passo, nesse instante, a palavra ao Sr. José Múcio Monteiro Filho, para que faça a sua exposição.

SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO: Exmo. Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, meu amigo, meu Presidente Michel Temer, Exmo. Senador Relator, Sérgio Guerra, a quem agradeço as carinhosas palavras e o parecer, Exmos. Srs. Senadores, membros dessa Comissão, Exmo. Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, meu amigo Ministro Og Fernandes, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, meus companheiros e amigos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, meus filhos, que me estimulam com sua presença, meus amigos aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores, é uma honra imensa estar aqui na presença de V. Exas., ocasião essa na qual me manifesto sobre minha indicação para Ministro do Tribunal de Contas da União pelo Chefe do Executivo, Exmo. Sr. Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva.

Não é do meu feitio, nem gosto de fazer isso, mas para que os senhores conheçam um pouco de mim, vou contar um pedaço da minha história. Não era meu propósito nem meu desejo ser político. Estimulado por um desejo do meu pai ou quem sabe, talvez, chamado por uma vocação da juventude, ingressei na Engenharia, me formando em 1971, pela Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco. Trabalhei na empresa de Minas, a Construtora Rabelo, durante quatro anos, na construção de uma barragem de concreto; depois fui transferido para a ponte Rio-Niterói e imediatamente fui promovido para trabalhar na estrada da Rio-Santos, que começava naquele ano de 72.

Por um acidente, perdi meu pai e precisei voltar a Pernambuco. E durante 13 anos, trabalhei com meu avô, a quem devo muito do homem que hoje sou. Quis o destino e pela vontade do meu avô, me candidatei em 1976, à vice-Prefeitura de Rio Formoso, num mandato de seis anos na época, e depois fui candidato a Prefeito. Vieram as eleições, o Brasil passava por um processo de redemocratização e na época um Advogado, meu amigo, me tirou da Prefeitura, eleito Governador, Dr. Roberto Magalhães, e me levou para ser Secretário de Transporte, Energia e Comunicação do Estado, e muitas vezes estive com o Ministro Eliseu Resende, há muitos anos atrás, aqui em Brasília. Visitei Pernambuco inteiro e aos poucos a engenharia de concreto ia dando lugar ao gosto pela engenharia social. As pontes foram se transformando em laços.

As estradas foram se transformando em caminho. A vontade de servir e descobri na política o instrumento do bem servir, do bem de juntar, de construir uma sociedade melhor, me fizeram tomar gosto pela coisa pública, estimulado pelos Prefeitos, talvez no ímpeto natural dos jovens, em 1986, fui escolhido para enfrentar homem que voltava do exílio, que havia tido seu mandato cassado, o então Governador Miguel Arraes, a quem homenageio aqui na presença da sua filha, a Deputada Ana Arraes.

Por incrível que pareça, a peça mais importante do meu currículo é uma derrota. A montagem dos palanques fez daquela campanha um paradoxo. O novo representava o passado, e o velho representava a esperança. Era Pernambuco e o Brasil que, a qualquer custo, queria que a redemocratização voltasse a esse país. Obviamente, como bem podem lembrar, não houve surpresas. Dr. Arraes venceu as eleições e o Estado de Pernambuco ganhou um dos seus mais expressivos Governadores.

Como tudo na vida, todas as experiências nos mostram que não devemos destruir as pontes. As experiências nos servem de ensinamento, nos apontam para novos caminhos, novas oportunidades e novos

desafios. Aprendi, para nunca mais esquecer, que um adversário pode não ser para sempre, pois as circunstâncias mudam. Mantive com o Dr. Arraes, até o final de seus dias, uma relação fraterna de amizade, consideração e respeito.

Aquela eleição, embora perdida, me proporcionou maturidade política e esse fator foi primordial, pois fez que o povo de Pernambuco me honrasse com cinco mandatos consecutivos como Deputado Federal. Na vida pública, me foi possível, além de colocar em prática a minha formação de engenheiro, ter contato direto com as normas e procedimentos que regem a Administração Pública, ao presidir as Centrais Elétricas de Pernambuco e ser Secretário de Transporte, Energia e Comunicação do Estado, no Governo de Roberto Magalhães.

Em meu segundo mandato, licenciei-me da Câmara dos Deputados para assumir a Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da cidade do Recife. Enquanto Deputado Federal, fui Presidente Nacional do PFL e tive oportunidade de ser vice-líder por diversos partidos e blocos por eles formados. vice-líder e líder do meu partido, o PTB. Por último, líder do Governo na Câmara até 2007, quando fui convocado pelo Presidente Lula para assumir a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

Ao longo desse período, na Câmara dos Deputados, tive a honra de integrar importantes Comissões. Entre elas, destaco a Comissão de trabalho, administração e serviço público, da qual fui Presidente. Em 2007, atendendo a um convite do Exmo. Sr. Presidente Luís Inácio Lula da Silva, assumi o cargo de Ministro das Secretarias Institucionais da Presidência da República, em razão de que me licenciei do exercício do meu quinto mandato na Câmara dos Deputados.

No desempenho dessa função, respondi pela coordenação política, onde tive atribuição de realizar aproximação mais efetiva entre o Governo e as Casas legislativas, bem como dos partidos políticos. Fui responsável também pela articulação com Estados, Distrito Federal e Municípios, cabendo-me inclusive, na qualidade de Ministro das Relações Institucionais, coordenar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão de assessoramento direto ao Presidente da República e ainda foi nessa condição que presidi a Associação Internacional dos Conselhos Econômicos e Sociais.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, primeiramente, por um dever de justiça e gratidão agradeço ao Presidente Lula essa minha indicação que está sendo feita em substituição ao meu conterrâneo, o acadêmico Dr. Marcos Vinicius Vilaça. Deixo aqui de citar as suas qualificações. Pernambuco e o Brasil reconhecem que o seu nome é muito maior que os destacados cargos por ele ocupados. O Ministro Vilaça foi a última indicação feita, em 1988, para o Tribunal de Contas da União pelo Poder Executivo.

O Brasil vive hoje um momento significativo. Temos crescimento e desenvolvimento social em bases sólidas. A estabilidade da nossa economia foi uma conquista construída pela sociedade brasileira, representada por diversos partidos políticos, o que nos permitiu atravessar em condições mais amenas a recente crise que afetou as economias mundiais. Mesmo nesse panorama de crise, o Brasil manteve investimentos em infraestrutura, incentivou o consumo interno e a continuidade dos programas e projetos sociais. Todas as mudanças no cenário socioeconômico do país foram acompanhadas pela atuação do Tribunal de Contas da União, que manteve, desde sua criação, em 1890, até hoje, os princípios que nortearam sua ação desde então. A autonomia, a fiscalização, o julgamento, a vigilância e a energia.

A primeira Constituição republicana, de 1891, institucionalizou o TCU e manteve seus princípios, que são sua base, como órgão regulador e fiscalizador das contas públicas. Nossa atual Carta Magna, de 1988, ampliou sua competência, dando poderes para, em auxílio ao Congresso Nacional, contribuir no exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União, das Administrações direta e indireta, no que se refere à legalidade, à economicidade, à fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receita. E foi com esse objetivo que o TCU, por exemplo, pôde acompanhar e fiscalizar as operações de proteção aos bancos brasileiros na recente crise econômica mundial.

Em todos os momentos vividos, o Tribunal de Contas teve papel primordial, como suporte indispensável de boa governança que, mudando ato de Governo em ação pública, propicia a adequada governabilidade. Durante a nossa gestão à frente da Secretaria de Relações Institucionais, tivemos oportunidade de construir, junto com o TCU, e a quem agradeço na pessoa do Sr. Presidente, o Ministro Ubiratan Aguiar, a parceria na elaboração de ações de material de suporte técnico no processo da transição municipal. Esta profícua parceria teve início com os grupos de trabalho de infraestrutura do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Estou certo de que os órgãos fiscalizadores e os Poderes Executivos, trabalhando com o mesmo princípio de transparência na aplicação do dinheiro público, são alicerce para a construção de nação justa e

equitativa, na qual o Tribunal de Contas tem seu papel garantido no desenvolvimento do país.

Ao terminar as minhas considerações, agradeço a atenção das senhoras e dos senhores que me ouvem. Talvez seja cedo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para dizer o que posso, o que penso ou o que pretendo. Mas, que fique na palavra do poeta Thiago de Mello o meu sentimento: "Não tenho caminho novo. O que tenho de novo é o jeito de caminhar". Me coloco à disposição dos senhores e muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Além da presença honrosa do nosso Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, estão presentes: a Deputada Federal Jô Moraes, o Deputado Edgar Moury, o Deputado Charles Lucena, a Deputada Ana Arraes, o Senador e Deputado Albano Franco, e o Deputado Carlos Eduardo Cadoca e o Deputado Armando Monteiro filho.

Antes de conceder a palavra aos Senadores, eu quero fazer um esclarecimento. Não se trata de busca de holofotes, mas as sessões dessa Comissão são transmitidas ao vivo pela TV Senado todas as terças-feiras. Hoje, entretanto, sem uma comunicação prévia ao Presidente da Comissão, o Sr. Fernando César Mesquita entendeu de transmitir outra Reunião, dizendo ele que se trata de um tema relevante, muito relevante, de cunho científico. Não quero discutir a questão do tema. Eu quero discutir o desapreço que foi feito a esta Comissão e a este Presidente, e quero dizer que não admito isto e vou fazer chegar ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, o que ocorreu. Porque, na verdade, nós temos hoje aqui a presença do Ministro, e não só porque temos aqui a presença do Ministro, é porque tínhamos uma rotina que deveria ter sido obedecida até um entendimento prévio.

Eu quero apenas comunicar isso, pedindo desculpas se estou tratando de uma questão interna, mas que, para mim, é uma questão de relevância, de importância.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Após a exposição do Ministro José Múcio Monteiro a quem eu agradeço--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não antes sem saudar o Ministro José Múcio, mas quem pediu pela ordem foi o Senador Suplicy, que está sem voz. Eu não sei se ele vai fazer a questão dele pela ordem com mímica, como está sem televisão também, agora não faz tanta diferença, mas, de qualquer forma, ele quer falar, com uma voz quase impossível de ser ouvida.

[risos]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, V. Exa. tem a nossa solidariedade. Quero fazer um apelo, certamente de todos os Senadores e Senadoras presentes que, de pronto, o Sr. Fernando César Mesquita, atendendo à tradição de, às terças-feiras, e desde que começou a TV Senado, ser transmitida a Reunião desta Comissão, e dada a importância da arguição do Ministro José Múcio Monteiro... V. Exa. está sendo acatada, Sr. Presidente. Desculpe a falta de voz, mas valeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu acho que foi o efeito da voz de V. Exa. Concedo a palavra--

[risos]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, na realidade, o nosso querido Fernando César Mesquita ficou muito preocupado com o cartão vermelho e resolveu botar no ar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Fernando Collor de Mello, ex-Presidente da República.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente Garibaldi Alves, Sr. Ministro, Deputado José Múcio Monteiro, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados... Senador Garibaldi Alves, inicialmente gostaria de agradecer a V. Exa. as inúmeras manifestações de deferência que V. Exa. vem tendo para com os trabalhos realizados na Comissão de Serviços de Infraestrutura e também pela forma como vem conduzindo essa Sessão e manifestando a sua insatisfação, procedente, de não estar sendo a Comissão de Assuntos Econômicos transmitida pela TV Senado, como de hábito ela o é.

Estamos hoje aqui recebendo a visita do Ministro, Deputado José Múcio Monteiro. O Ministro José Múcio Monteiro, ao longo desses últimos anos, vem ocupando, no Governo Luís Inácio Lula da Silva, uma das mais espinhosas missões que pode ser dada a algum homem público, ocupando, como titular, a pasta de Ministro de assuntos institucionais. É uma pasta em que lá só fazem chegar solicitações, reclamações e insatisfações.

O dia a dia do Ministro José Múcio seria extremamente penoso para qualquer um de nós que lá estivesse com assento. Mas, a capacidade de compreensão do Ministro José Múcio, a sua formação como homem

culto, bem educado, alguém que sabe contornar as situações mais constrangedoras e mais difíceis, que sabe, e soube, e vem sabendo superar tantos e tantos embates e empecilhos que se colocaram ao longo da sua vida pública.

Nordestino que é, nascido no Recife, segundo João Cabral de Melo Neto, no Recife, bravo nordestino, Prefeito de Rio Formoso, que chega, depois de cinco mandatos consecutivos, dados esses mandatos pelo voto soberano e livre do povo pernambucano, chega ao Ministério de Assuntos Institucionais de um Governo que vem revolucionando o Brasil, que vem trazendo, para cada um de nós, de volta as esperanças de que finalmente poderemos, hoje, ter a certeza de que, dentro de... Dentro de muito breve tempo, estaremos nós entre as quatro, cinco maiores potências desse planeta.

Entendo que V. Exa. tenha se sentido muito honrado de poder participar deste Governo que vem transformando o Brasil. Mas, esse Governo muito lhe deve, Sr. Ministro José Múcio Monteiro. V. Exa., lá representando o nosso partido, o PTB, o Partido Trabalhista Brasileiro, se houve com galhardia em todos os instantes. Como Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, V. Exa. contribuiu e muito para a formatação de todos os projetos que foram sendo apresentados pelo Governo do Presidente Lula, ao longo dos últimos anos, a partir de 2007, quando V. Exa. iniciou seu mandato.

V. Exa. hoje se apresenta, indicado pelo Presidente da República, para ocupar a vaga do Ministro Marco Antônio Vilaça no Tribunal de Contas da União, outro grande pernambucano e grande brasileiro. O Dr. Marco Antônio Vilaça, Ministro Marco Antônio Vilaça, ele honra as melhores tradições, não somente do nordeste de Pernambuco, mas do nosso Brasil, do nosso país. Homem de letras, probo, correto, íntegro, como V. Exa., soube honrar a cadeira que lhe foi confiada como Ministro do Tribunal de Contas da União, como não tenho dúvida, V. Exa. saberá fazê-lo quando, depois desta Sessão, aprovado que será, com toda certeza, pela maioria expressiva dos membros dessa Comissão, ocupar aquela cadeira de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Tenho certeza que V. Exa., pelo seu temperamento, pelo seu bom senso, pela forma com que V. Exa. se porta e se há, V. Exa. haverá de realizar um grande trabalho à frente daquela corte de contas, hoje tão bem dirigida pelo Ministro Ubiratan Aguiar.

Essas minhas palavras, Sr. Ministro, Deputado José Múcio, elas são de cunho pessoal, pela estima, pela confiança, pelo reconhecimento que tenho pelo trabalho de V. Exa., pessoal e politicamente. É também um pouco do sentimento do nosso partido que o nosso líder, Senador Gim Argello, saberá expressar muito melhor do que eu. Mas é, sobretudo, a consciência de alguém que vê em V. Exa. todas as condições para preencher com firmeza, com dedicação e com absoluta abnegação, esse novo desafio que lhe é colocado, como Ministro do Tribunal de Contas da União.

Seja muito feliz nessa nova fase de sua vida. Profícuo sucesso nessa sua vida pública, e que V. Exa. conte sempre com os amigos que semeou ao longo da vida, sobretudo aqueles que hoje estão ao seu lado e que pertencem ao seu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro.

Seja muito feliz, Ministro José Múcio Monteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Fernando Collor e concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Sr. Presidente. É só questão de encaminhamento. Tendo em vista que tem várias comissões, tem sessões terminativas, e que a nossa Comissão hoje, pela presença honrosa do Ministro José Múcio Monteiro, se encontra bastante cheia, vou pedir a V. Exa. que, por favor, abra a votação, enquanto todos os Senadores falam, porque vai ser uma sessão, nós temos 27 votantes, e então, hoje nós temos *quorum* maciço. Então eu peço a V. Exa. que já abra a votação para que os Senadores possam ir votando, enquanto os outros se posicionam, tenho certeza que todos a favor do nosso Ministro José Múcio Monteiro.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): A banca do PMDB, Sr. Presidente, concorda com o apelo do Senador Gim Argello.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Valdir Raupp. Submeto ao Plenário--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): O Democratas também é favorável.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza, os Democratas também aprovam.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O PSDB também.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O PCdoB está apoiando, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu entendo, Sras. e Srs. Senadores, essa solicitação também como uma pressa que os senhores têm de votar no nome do Ministro José Múcio Monteiro.

Eu quero registrar a presença de Marina Monteiro Leal, filha do nosso homenageado... Homenageado já.

[risos]

Não foi nem eleito e já está sendo homenageado. Cecília Monteiro Carneiro Leão, também filha, e José Múcio Monteiro Neto. Esse eu não preciso esclarecer.

Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante. Os Senadores já podem votar.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Garibaldi, queria saudar o Ministro José Múcio--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Os Senadores titulares... Desculpe, Senador. Senador Aloizio Mercadante, com a palavra. [soa a campainha]

Peço silêncio! Peço silêncio! Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria saudar o nosso Ministro José Múcio, que hoje atravessa um ritual de passagem da vida pública, parlamentar e partidária, para o Tribunal de Contas da União.

Queria, em primeiro lugar, elogiar o relatório do Senador Sérgio Guerra, que é um admirador de V. Exa., um amigo de muitos anos, o acompanha ao longo da vida pública e, portanto, é também um depoimento muito importante nesse momento de escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União.

Eu estava, ontem, no Parlamento do MERCOSUL, mas fiz questão de antecipar a minha volta para participar dessa sabatina e expressar o meu depoimento. Eu--

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): [ininteligível]. Peço silêncio! Temos um orador, o Senador Aloizio Mercadante, líder do PT.

Com a palavra, V. Exa., para continuar a sua exposição.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Garibaldi. E queria destacar, em primeiro lugar, que, ao longo desses 20 anos que eu acompanho a vida Parlamentar, mais proximamente, do então Deputado José Múcio, acho que todos nós somos testemunhas da capacidade de diálogo, de interlocução, de aparar aresta, de construir pontes, que ele sempre preservou na Câmara dos Deputados e exerceu, nessa condição, papel fundamental junto ao Governo Lula, que é um Governo de grande êxito histórico; sai de um Governo que tem 80% de apoio popular, que mudou o Brasil para melhor, que distribuiu a renda, que criou justiça social, políticas de inclusão social, e esse diálogo com o Parlamento, essa função era uma função tão difícil, desafiadora, espinhosa, e V. Exa. conduziu com muita competência, dialogando com a oposição, com todos os setores da vida parlamentar e pública, e acho que isso o credencia seguramente a ter uma votação muito expressiva, porque acho que cada um dos Senadores que aqui estão, e Senadoras, reconhecem essa trajetória e essas qualidades.

Eu queria, dado que sobre seu currículo, sua competência, não haverá qualquer tipo de questionamento, imagino, nesta Casa, meu único protesto é que acho que, na vida pública, parlamentar, V. Exa. ainda tinha uma tarefa fundamental a cumprir. Acho que o Brasil perde um grande político, mas o Tribunal de Contas ganhará um grande homem público. E eu queria colocar três questões sobre o Tribunal de Contas.

Nós vivemos, durante mais de duas décadas, uma situação de baixo crescimento econômico. E nós criamos no país uma cultura que era compatível com aquela situação. Assim como o Brasil, durante muito tempo, tinha uma cultura da inflação, de conviver com a inflação. Nós convivíamos com o baixo crescimento. O país voltou a crescer, nós vínhamos crescendo 4,5% ao ano, mas, antes da crise, estávamos crescendo 7% ao ano. E voltaremos, já nesse final de ano, a crescer alguma coisa próxima, no último trimestre, a 4%, neste ano, entre 0,5 e 1%. Mas, o ano que vem, seguramente estaremos voltando a crescer em torno de 4,5%.

Agora, para o Brasil crescer mais rápido, ele precisa de logística, de infraestrutura. E hoje há muitos obstáculos, além dos obstáculos financeiros, para o país poder realizar investimentos, acelerar investimentos, com eficiência, com fiscalização, com transparência, capazes de suprimir essa deficiência.

Então, levanto três questões sobre o TCU: Primeiro, o TCU é um órgão auxiliar do Poder Legislativo. Mas é, ao mesmo tempo, um órgão com grande competência técnica, mas cada vez mais autônomo. Como é que nós vamos reconstruir esses laços do TCU com o Poder Legislativo e até aonde deve ir essa autonomia, que não é propriamente uma regra constitucional, mas é um fato que nós estamos vivendo. Hoje o TCU se antecipa, inclusive, não na prestação de contas, mas em processos licitatórios ou mesmo no questionamento da modalidade licitatória, como no caso da PETROBRAS.

Aí vem minha segunda questão: Até onde o TCU pode ser o órgão que interprete as normas legislativas, que é uma competência do Supremo Tribunal Federal? Cabe ao TCU, por exemplo, legislar ou interpretar leis para processos licitatórios de entidades de natureza autárquica? Não é o TCU... Não é o Supremo Tribunal Federal que deveria estabelecer essas condições? Por exemplo, cabe à Lei 8.666 para a PETROBRAS ou não?

A PETROBRAS é uma empresa de capital aberto? Ela tem condições de ter outros procedimentos?

Então, essa discussão, esse aprimoramento institucional o país vai ter que fazer. E, finalmente, como é que a gente combina o controle externo, que é o papel do TCU, com o controle interno, CGU e outros órgãos dos poderes constituídos, do Judiciário ou do próprio Legislativo? Eu acho que nós precisamos avançar, colocar na pauta do aprimoramento institucional do país, sem interferência política partidária, preservando a qualidade técnica e o papel indispensável do TCU na fiscalização do Estado Brasileiro, aprimorar institucionalmente o papel do Tribunal de Contas da União.

Espero que V. Exa., com a larga experiência política, com a competência parlamentar, agora na condição de Ministro, possa contribuir para gente avance nessa agenda e aprimore o papel do Tribunal de Contas para que ele continue fiscalizando com todo rigor, mas que o Brasil possa investir com mais rapidez, com mais agilidade, sem o que a nossa infraestrutura, a nossa logística não será capaz de suportar a retomada do crescimento que, seguramente, nós estaremos assistindo já no final deste ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador José Múcio Monteiro. Se quiser, desde logo--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Seria um grande Senador. Mas agora um futuro Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu chamei de Senador, foi? Eu acho que vou criar um dilema agora. Não sei se ele vai querer continuar na política.

[risos]

SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO: Eu, primeiro, queria agradecer as palavras do Presidente Collor, carinhosas, a meu respeito. Em segundo lugar, também, as palavras carinhosas e atenciosas do líder, Senador Aloizio Mercadante.

Primeiro, não acho elegante, agora, antes de ser ratificado pelos senhores em Plenário, eu falar sobre o futuro. Evidentemente que, como bem disse V. Exa., o meu temperamento é de conciliação. É de desatar os nós e reatar os laços, como diz o poeta. Acho que a grande obra do Tribunal de Contas é reatar os laços com esta Casa, reatar os laços com o Executivo. Estabelecer das vontades uma resultante que seja o interesse nacional, que seja do tamanho e da querência da dinâmica desse Brasil que nós estamos construindo, todos nós: o Brasil do Presidente Lula, o Brasil do Congresso Nacional, o Brasil da sociedade brasileira. Acho fundamental isso, que o Tribunal tenha, na sua adequação de um novo tempo, a celeridade necessária para o crescimento, que nós temos absoluta certeza, que esse país vai ter.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. V. Exa. não quer vir para a primeira bancada aqui, com essa voz... V. Exa. vai ter dificuldade. Eu faculto a V. Exa. aqui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, serei breve, em virtude da voz.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O Ministro José Múcio está excepcionalmente bem qualificado, por tudo aquilo que conhecemos da sua vida, como aqui relatou, mas, durante esses anos em que contribuiu com o Presidente Lula, e, sobretudo no seu relacionamento do Governo do Presidente Lula com todos nós, Senadores, nas horas mais difíceis, V. Exa. foi uma pessoa com uma extraordinária qualidade de dialogar com Senadores de todos os partidos. E eu sou testemunha de como procurou resolver problemas, apaziguar espíritos e, ao mesmo tempo, procurando construir uma arquitetura especial de realização de justiça, de seriedade. Ali no Tribunal de Contas, V. Exa. terá condições excepcionais, junto aos demais Ministros, para colaborar.

Eu tenho uma pequena pergunta, transmitir a V. Exa. a minha vontade de dialogar com os Ministros do Tribunal de Contas que, a cada ano, por exemplo, fazem uma... Um exame rigoroso da evolução do programa Bolsa Família, dos seus efeitos, de seus problemas, e eu muito quero estar conversando com os Ministros, inclusive com V. Sa., sobre como será a transição do programa Bolsa Família, que hoje atende quase um quarto da população, para a renda básica de cidadania, objeto de lei, que um dia atenderá simplesmente a toda população brasileira, de forma incondicional. Se fosse hoje 191,5 milhões de brasileiros.

Dado o meu estado, não vou detalhar as perguntas, mas só expressar esta preocupação e a vontade extraordinária, a convicção de que V. Exa. será muito bem sucedido e honrará tão bem o Tribunal de Contas, como todos os postos por onde esteve ao longo de sua vida. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Garibaldi Alves, agradeço aí, em nome de quem saúdo todos demais Senadores. Ministro José Múcio Monteiro Filho, eu teria mais de cem razões para

estar aqui. Razões essas de todos os níveis. Mas vou listar algumas, acredito que quatro já bastariam para justificar. E parabenizar V. Exa. pela frequência nessa Comissão. Participo dessa Comissão assiduamente, nunca na vida assisti a uma presença como essa. Acho que já passaram por aqui aproximadamente 50 Senadores, o que representa um *quorum* lá do nosso Plenário, e não de uma Comissão. Parabenizo a importância e a homenagem que nós todos estamos prestando a V. Exa. com essa presença maciça.

Mas vou tocar aqui em quatro itens que eu pincei, assim, em termos de razões pelo qual eu estou aqui. Uma é sermos conterrâneo. É uma sequência de conterrâneos, que o Ministro Marcos Vinícios Vilaça também pernambucano. O Relator, Sérgio Guerra, pernambucano. V. Exa., pernambucano. Eu, pernambucano. Então, uma conjunção de pernambucanos. Essa é uma confraria de pernambucanos.

Outro lado que me traz aqui, na verdade, é a minha observação, eu sou uma pessoa que tenho uma capacidade muito grande de observar as pessoas e observo V. Exa. desde a juventude. Nós fomos criados na mesma cidade, Recife, Recife daquela época era uma cidade que ainda permitia que nós nos conhecêssemos, e a elegância, o estilo, a simpatia, a cordialidade... V. Exa. vem de uma família extremamente bem posta em Pernambuco, mas jamais V. Exa. teve a pose, a prepotência, os gestos que não fossem gestos solidários com todos os níveis de relacionamento pela qual eu sempre convivi. Do tratamento com motoristas, o tratamento com funcionários de uma escola... V. Exa. sempre teve no estilo pessoal do tratamento esta simplicidade, esse sorriso, esse gesto. Então, na verdade, esse é um ponto também que eu tenho um profundo respeito e admiração por V. Exa.

Outro ponto vem de uma análise técnica, que seriam as experiências. A experiência nos Poderes Legislativo como Prefeito, e a... Executivo com o Prefeito, e Legislativo 20 anos como Deputado Federal, tira qualquer dúvida a respeito do traquejo, da capacidade de análise que V. Exa. vai ter junto ao Tribunal de Contas da União.

Mas eu finalizaria, para ter uma capacidade de síntese, que eu gostaria de falar bastante sobre V. Exa., mas tem um ponto que este, para mim, é decisivo no tocante à importância da presença de V. Exa. no Tribunal de Contas da União: É a experiência na iniciativa privada. Meu foco de visão, eu venho da iniciativa privada, eu estou na política, mas o sangue que corre dentro de mim é da iniciativa privada, e os 12 anos que V. Exa. participou como integrante da iniciativa privada, darão a V. Exa., no Tribunal de Contas da União, a capacidade de discernir, a capacidade inclusive de proporcionar aos pares de V. Exa. o aconselhamento e a opinião sobre fatos nos quais os tribunais têm que ter esta... Esta formação. Os tribunais têm que ser formados por pessoas que tem diversos focos de visão.

E V. Exa., com a experiência que tem do Poder Legislativo, do Poder Executivo e principalmente da iniciativa privada, dará ao Brasil uma grande contribuição. Parabenizo V. Exa. e voto em aberto. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Ministro José Múcio, vou aproveitar o poder de síntese do Senador Roberto Cavalcanti e também vou sintetizar bastante aqui agora. Mas eu não poderia deixar hora nenhuma de citar do meu orgulho de ser seu amigo. Do meu orgulho por ter aprendido muito na vida pública com V. Exa., tendo em vista que V. Exa. preenche todos os requisitos que um homem público deve ter. V. Exa., como amigo, é reconhecidamente uma dos melhores pessoas que esse Congresso já passou por aqui. V. Exa., nesse correr de 20 e tantos anos de convivência em Brasília só construiu amizades. É um negócio muito bonito de se ver, tanto de situação quanto de oposição, José Múcio.

Agora, você é um bom filho. É um bom filho. Faz questão de assistir à missa que sua mãe toda vez que pode; seus amigos todos se apercebem e conhecem isso. É um bom pai, tendo em vista que suas meninas e seu filho estão aqui presentes, você sempre fala muito bem deles. É um bom avô. É um bom amigo, é um bom político, José Múcio, todos nós nos orgulhamos de você porque não tem situação nem oposição.

Agora, mais do que isso, temos certeza que vai ser um grande Ministro, Ministro. Porque, José Múcio, você... Veja você, você traz sua equipe aqui, a sua equipe passada e seus amigos do passado, quer dizer, todos vêm aqui dizer: "José Múcio Monteiro, parabéns". Eu tenho que parabenizar a V. Exa., a sua equipe, mas mais do que isso, parabenizar também a sua família. Não posso deixar nesse momento dar os parabéns também ao Sr. Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, que tão bem indicou o nome de um brasileiro... Com 'B' maiúsculo. De um homem com ''H maiúsculo, de um político com 'P' maiúsculo. V. Exa., eu tenho muito orgulho de ser amigo de você, da sua família, minha família ser sua amiga, mas, mais do que isso, e agora tenho certeza que seu sucessor naquele Ministério também vai ser, dentro do seu exemplo, um grande Ministro, que é o caso do Alexandre Padilha. Quem ganha hoje, quem perde é o Poder Legislativo. Quem ganha é o Tribunal de Contas

da União. Está levando um dos melhores quadros do Congresso Nacional.

Parabéns, José Múcio Monteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador José Agripino, por uma concessão do Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Presidente, eu pediria a compreensão do Senador ACM Júnior, que eu estou com uma pessoa no gabinete esperando, e a minha palavra é muito rápida, e eu não podia deixar de dar essa palavra, até porque eu vim a essa Comissão, dentre outras razões, para levar essa minha palavra ao Ministro José Múcio.

Ministro José Múcio, normalmente... V. Exa. sabe, uma indicação por parte do Governo para uma função importante como é de Ministro do Tribunal de Contas da União, é uma Reunião sisuda. Porque a oposição normalmente se coloca em posição de independência, de expectativa... E veja que essa Sessão é uma festa, entre Governo e oposição, para homenagear V. Exa. Sabe por quê? V. Exa... Eu não vou lhe perguntar como é que V. Exa. vai se comportar no TCU. Eu tenho certeza que V. Exa. vai atender, naquilo que é possível atender, e vai dizer não naquilo que não puder dizer sim. V. Exa. vai ser prisioneiro da lei e não vai afrontar a lei hora nenhuma e vai ser prisioneiro das regras.

Agora, vai ser, como V. Exa. foi a vida inteira, um conciliador. Um político hábil. Tão hábil, que consegue trazer para esta sala Governo e oposição, não para lhe encostar no canto da parede, não para se fazer pergunta embaraçosa, mas para depositar um voto de confiança, que é o que eu vim fazer aqui.

Nós temos, ao longo da nossa história de vida pública, nós temos momentos de convergência e momentos de divergência. Tivemos muitos momentos de convergência. V. Exa. foi Presidente do partido ao qual eu fui filiado a vida inteira. E V. Exa. é Ministro de um Governo ao qual eu faço oposição. Já tivemos, no trato de assuntos de interesse do seu Governo, momentos tensos, de divergência aguda. Mas em nenhum momento perdeu-se a civilidade. Momento nenhum.

V. Exa. é um homem marcado pela civilidade no trato da coisa pública. E V. Exa. é homem de vida pública limpa, que eu acho a coisa mais importante. V. Exa. foi Secretário de Estado de Roberto Magalhães, um cidadão por quem eu tenho enorme apreço. E se conduziu de forma exemplar, com muita correção. Então, a sua vida pública lhe recomenda para a função.

E eu vim aqui, com a responsabilidade de líder de um partido de oposição, para publicamente dizer isso. E dizer que foi feliz a indicação do Presidente Lula do seu nome para o Tribunal de Contas da União. Eu lhe desejo muito êxito, muito sucesso, e que V. Exa. contribua para o Brasil nessa nova missão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Há uma solicitação do Ministro José Múcio para que nós possamos fazer... Possamos ter as respostas logo após a manifestação de quatro em quatro Senadores.

Então, eu concedo a palavra ao Ministro José Múcio para que ele possa responder aos últimos Senadores que usaram da palavra.

SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO: Eu queria agradecer a forma carinhosa como eu estou sendo tratado, tudo isso fruto do que essa Casa tem de mais exemplar, que é o convívio dos contrários. Muitas vezes, eu disse na minha fala inicial que nós confundimos o adversário do momento com desafetos e com inimigos. A palavra final do Senador José Agripino, de quem sou admirador, meu companheiro, e engenheiro também, companheiro de muitos anos, quando militamos no Partido da Frente Liberal e a quem de público digo que, quando fui convidado para assumir o Ministério das Relações Institucionais, foi o primeiro ou segundo telefonema que dei. E ouvi dele a seguinte expressão: "Nós estamos de lados diferentes, mas vamos manter o nosso excelente convívio, que tivemos a vida inteira".

E é exatamente isso que se constrói na vida. São os bons caminhos, as boas relações, muitas vezes, a palavra mais dura, o discurso exaltado nos priva e nos tiram de momentos como esse, de gestos como esse, de gratidão. Eu sou, Senador, ainda ontem estava dizendo aos meus filhos à noite, um colecionador de gratidões. O colecionador, a peça mais simples e a peça mais cara têm o mesmo valor. E aquela palavra, naquele dia, que o senhor disse que nós estávamos de lado diferente, mas que continuaríamos amigos e que eu pudesse contar, respeitando suas posições, eu não vou esquecer. E o senhor materializa isso aqui diante dos seus colegas, como líder de um partido que faz, com equilíbrio e com altivez, oposição ao Governo que sirvo, e com muita honra, esse momento é tudo para a vida de um político. Um político que procurou sempre somar. Mesmo nas divisões, procurava juntar depois. Nós, que conhecemos as quatro operações, quando largamos a engenharia esquecemos de dividir. Multiplicamos e somamos. Nunca diminuímos. E eu somei, ao longo desses anos, a admiração que tenho pelo senhor.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Garibaldi Alves, Ministro José Múcio Monteiro Filho, Srs. Senadores, Sras. Senadoras... Ministro José Múcio, V. Exa. tem hoje uma demonstração do carinho que todos os seus amigos, Parlamentares, têm por V. Exa. V. Exa., há pouco, falou do poeta, que V. Exa., como o poeta, era desatador de nós para reatar os laços. Então, além de poeta V. Exa. é seresteiro. Então, eu tenho absoluta certeza de que o que nós estamos assistindo hoje aqui na CAE não é comum. Não é comum. E que não existe aqui oposição, situação... Existem aqui os amigos do Ministro José Múcio, vindo até aqui para homenageá-lo. Homenageá-lo, na certeza de que a política brasileira e em especial a de Pernambuco, perdem um grande político, que é V. Exa. Mas, a nação brasileira ganha a sua inteligência para enriquecer o Tribunal de Contas da União, que é um órgão da maior importância, de assessoramento do Congresso Nacional.

E V. Exa., com todo equilíbrio que demonstrou ao longo de sua vida, fazendo, como disse aqui, amizades que independem do momento político que possamos viver. Porque a amizade que V. Exa. constrói, ela ultrapassa as questões partidárias e as questões políticas. Eu sou de oposição, tive a oportunidade de falar a V. Exa., alguns meses atrás, bastantes meses, que nós teríamos uma grande alegria, uma grande honra de poder aprová-lo aqui como Ministro do Tribunal de Contas da União se o Presidente Lula assim o fizesse. E estamos tendo esta oportunidade hoje.

Parabéns a V. Exa., tenho certeza que o voto de todos nós é voto declarado, apesar de regimentalmente ser secreto, mas é declarado em favor da sua aprovação; aprovação será unânime, como será unânime no Plenário do Senado Federal. Que Deus continue iluminando e mantendo esse amigo permanente; independente de posições políticas, a amizade nossa é uma amizade que me dá muita alegria e muito orgulho. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro. Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sr. Ministro José Múcio Monteiro, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o currículo de V. Exa. já dispensa comentários, ou seja, não... Ou seja, ele não está em questão aqui nesta Casa. Sua carreira pública também não é questionável porque uma carreira de total lisura, de total honestidade, de total franqueza. V. Exa. tinha um relacionamento, nas duas Casas do Congresso, como pouca gente já teve, portanto, V. Exa. tem todas as qualidades para assumir o cargo e eu aqui também, da mesma forma, embora o voto seja secreto, mas eu não vou esconder a minha posição, eu votei a favor de V. Exa. porque V. Exa. tem as qualidades necessárias para assumir o cargo e tem uma vida pública ilibada e é merecedor da unanimidade também dos votos.

E, além do mais, existe também uma amizade de família. Desde o Senador Antonio Carlos até o Deputado Luiz Eduardo, chegando a mim e depois chegando ao meu filho, o Deputado ACM Neto.

Então, esse é um ingrediente a mais. Mas, de qualquer maneira, só faz me deixar mais contente estar aqui nesse momento, onde V. Exa. será aprovado para o Tribunal de Contas da União.

Então, eu parabenizo V. Exa. pela sua carreira política e pela sua relação que V. Exa. fez com o Congresso, e parabenizo também o Presidente Lula pela indicação, já que é um grande nome que, com certeza, brilhará no Tribunal de Contas da União. Eu só quero fazer um adendo, que eu acho que o Tribunal de Contas da União está cumprindo a sua missão. Ele não está emperrando os investimentos em infraestrutura do país. Isso eu quero colocar aqui porque foi dito que ele seria um dos responsáveis pelo atraso dos investimentos. Não é bem isso. O Tribunal está zelando pelos investimentos públicos. E, portanto, o Tribunal de Contas está cumprindo o seu papel e V. Exa. também estará, junto com seus pares, cumprindo esse papel de fiscalização para que os recursos públicos sejam bem alocados.

Então, parabenizo a V. Exa. e, em breve, contaremos com sua presença no Tribunal de Contas da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, meu caro amigo, Ministro José Múcio Monteiro, amigo e companheiro de Congresso Nacional, de longas datas, desde que cheguei aqui no Congresso, e já vai para 15, 16 anos. Dois mandatos de Deputado Federal, junto com V. Exa., e esse de Senador.

Eu quero, Ministro José Múcio, fazer poucas considerações porque muitas já foram feitas. Mas, dizer principalmente da capacidade de articulação, de lealdade, sobretudo, e competência naquilo que faz o cidadão José Múcio Monteiro, eu que o conheci na Câmara dos Deputados, muitas reuniões, muitas articulações; o conheci também muito e conversei muito com V. Exa., conversamos bastante, articulamos bastante, quando V. Exa. esteve à frente do Ministério de Relações Institucionais, da maneira franca que V. Exa.

conduziu a sua vida pública, da maneira correta como sempre conduziu.

Então, aqui fala um amigo e um admirador que V. Exa. tem. Esteja certo, onde V. Exa. estiver na sua vida, sabe que, lá no Tocantins, lá no interior do Estado, estando eu aqui no Congresso, onde estiver tem V. Exa., um amigo e um admirador. E estou certo, absolutamente certo, de que o Ministro José Múcio Monteiro fará um grande trabalho no Tribunal de Contas da União, de acompanhamento, de fiscalização, mas, sobretudo, de forma correta, servindo ao país mais uma vez.

Então, as minhas palavras são de incentivo a V. Exa., e do desejo e a certeza que V. Exa., mais uma vez, será vitorioso na sua vida. Presenciei aqui, assim que cheguei, já que eu estava com a visita, no meu gabinete, de dois parlamentares que estavam vindo aqui lhe abraçar, presenciei e estou presenciando e assistindo, Presidente Garibaldi, um dos raros momentos dessa Comissão.

Eu acho que V. Exa. não está sendo sabatinado por essa Comissão. V. Exa. está sendo homenageado por essa Comissão e tenho certeza que isso será também referendado no Plenário do Senado Federal. Então, V. Exa. é um dos políticos mais queridos deste país, que conseguiu construir só amigos ao longo da sua vida, até onde eu conheço. E, portanto, vejo, quando cheguei nessa Comissão, fiquei assustado ao ver que não tinha cadeira para sentar e alguém disse: "Senador, não tem cadeira". Eu falei: "Eu sento ali dentro, vou aguardar que alguém fale para que eu sente numa dessas bancadas aí e possa fazer uma fala de amigo ao Ministro José Múcio".

Portanto, desejo muito sucesso a V. Exa., que Deus lhe abençoe muito nessa sua caminhada, não precisa aqui falar mais do homem, do pai de família, do cidadão, da pessoa que é o Ministro José Múcio porque todos já falaram. Mas, para dizer que tenho certeza que o Ministro José Múcio Monteiro fará um grande trabalho, vai servir muito mais ao país nessa nova função que o Presidente Lula lhe confiou, fazendo a indicação de V. Exa., e eu quero aqui, portanto, também cumprimentar o nosso Presidente Lula, a Ministra Dilma, por esse momento de lucidez, de ter decidido encaminhar ao Congresso Nacional, e eu vejo aqui oposição, situação, hoje não tem oposição nem situação. Existem aqui os amigos admiradores do Ministro, do cidadão José Múcio Monteiro.

Meu abraço, Ministro, que Deus lhe abençoe muito na sua nova caminhada. Conte sempre com seu amigo João Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, Sr. Ministro, quero também manifestar primeiro nosso respeito pela sua atuação política, pela sua vida pública e desejar realmente sucesso, em sendo aprovado aqui no Senado e na... Nessa Comissão e no Plenário.

E, Ministro, eu queria deixar só uma pergunta, na verdade, sobre a questão... V. Exa. conhece bem, dos pequenos Municípios. Os pequenos Municípios, eles são... Tem, evidentemente, menos condições para cumprir a burocracia que se exige no dia a dia. E acaba que nós temos um prejuízo real para essas comunidades brasileiras pelo excesso de burocracia que é exigida. E o papel realmente do Tribunal de contas é um papel importante no processo de preparo, no processo de esclarecimento. De maneira que gostaria de ouvir a sua ideia a respeito da atuação em relação a esses Municípios, que são prejudicados por não terem as condições necessárias para cumprir a burocracia, como é exigida.

No mais, desejando felicidades, reconhecendo o seu bom trabalho, a sua articulação política sempre muito eficiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores, algumas semanas atrás, eu estive no gabinete do Ministro José Múcio e, depois de ter abordado com ele todos os assuntos a que propunha, e de ter... E de não ter logrado êxito na maioria deles, o Ministro manteve um mutismo extremamente sintomático quanto a este encontro que nós teríamos hoje nesta Comissão. Mas eu provoquei o Ministro quanto a essa sua possível indicação. E ele rompeu sua discrição e, num dado momento, indagou-me como é que seria vista a apreciação de seu nome aqui nessa Casa. E eu lhe respondi que um Ministro que consegue dizer "não" e fazer o seu interlocutor sorrir mesmo com o "não", não teria dificuldade nenhuma em passar aqui porque, na pior das hipóteses, o interlocutor do Ministro José Múcio teria a oferecer uma boa anedota.

Reporto-me a esta passagem, Ministro, porque eu acredito que o homem público que está numa função tão delicada, tão importante, como V. Exa. vinha exercendo, precisa ter desprendimento, precisa ter humildade, precisa ter competência, precisa ter respeito com os seus interlocutores, precisa ter respeito com as instituições. E são esses os atributos que V. Exa. tem ao dizer "sim" e ao dizer "não". V. Exa. sempre manteve uma conduta exemplar, de um verdadeiro, de um autêntico homem público.

Portanto, o que eu previ, naquela ocasião, é o que está acontecendo hoje. V. Exa. está sendo consagrado. Acho até que há um risco aqui hoje, Ministro. V. Exa. vai ter tanto voto naquela urna que pode até faltar para o outro Ministro que vem aí. Mas é o... É um receio que eu tenho, uma presunção que tenho. Acho que pode até faltar. Porque V. Exa. efetivamente teve uma relação institucional, uma relação pessoal, de tal ordem com esta Casa que não há reprovação ao seu nome.

Eu quero lhe dizer, com toda honestidade, que fiz questão de aqui comparecer e fiz questão de lhe telefonar hoje de manhã para dizer que aqui estaria porque eu queria homenageá-lo pela distinção com que V. Exa. sempre premiou as pessoas que o procuraram. Isso aqui não estou falando sobre o meu relacionamento. Estou falando sobre o relacionamento que V. Exa. manteve com todos os Parlamentares. Eu só ouvi até hoje palavras elogiosas à sua conduta.

Acredito que o Presidente da República, se tivesse lhe conferido um pouquinho mais de poder decisório, o seu Governo teria também caminhado com pouquinho mais de celeridade, com um pouquinho mais de segurança. Porque V. Exa. é um conhecedor da arte de fazer política; o faz com grande espírito público e por isso hoje está colhendo os dividendos da sua conduta.

Aqui não vai haver uma votação, vai haver uma consagração. Portanto, eu quero só desejar que V. Exa. vá para o Tribunal de Contas com esse mesmo espírito público e que continue prestando os mesmos serviços a esse país para aprimorar as instituições, os bons costumes políticos, para aprimorar os negócios do Governo, que precisam efetivamente de quem tem discernimento, de quem tem competência.

Meus parabéns e muitas felicidades a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sr. Relator, Sérgio Guerra, Sr. Ministro José Múcio, V. Exa. provém de um Estado que tem uma tradição libertária. As revoluções que ali foram realizadas e registradas pela nossa história, nas quais o povo pernambucano mostrou o sonho da independência, em 1817, e o sonho da Federação da República, em 1824; com a Revolução Pernambucana, que é data magna do Estado de Pernambuco, e com a Confederação do Equador. Pernambuco não é só exemplo de coragem, de antecipação de momentos decisivos da nossa história, como também é exemplo de desenvolvimento e de mentalidade pacificadora, onde V. Exa. é um dos artífices dessa mentalidade no Estado de Pernambuco. Um homem altamente conciliador e por isso é respeitado, querido, e admirado por todos.

V. Exa. conseguiu transformar a sua profissão de engenharia, que é uma profissão extremamente técnica, pragmática e objetiva, num verdadeiro Embaixador da negociação. E este sentimento que move a Comissão, composta dos mais diferentes partidos, é o sentimento do reconhecimento pelos valores que são cultivados por Pernambuco, por V. Exa. e por todos aqueles que primam pelo fortalecimento do Poder Legislativo como instrumento indispensável à prática e à conquista da liberdade. Sem um Poder Legislativo forte, nós termos uma democracia fraca. A fraqueza do regime democrático, ela se acentua quando os demais Poderes querem se sobrepor à competência do Parlamento, que é o órgão, que é a instituição que representa os fundamentos da democracia e as necessidades do povo.

V. Exa., não só no Legislativo, como na empresa, no Executivo, procurou sempre valorizar esse instrumento de conquista, que é um patrimônio de todos nós, a democracia. Lá no Palácio do Governo, onde o poder, às vezes, sobe à cabeça de muitos, V. Exa. recebe a todos, sem distinção, com a maior atenção, sempre com uma palavra de incentivo, de encorajamento, transmitindo alegria e entusiasmo, apesar dos afazeres, que são muitos, de um Ministro com a incumbência política que lhe foi dada, tão importante, pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

E agora temos certeza absoluta que, pelo seu passado, pela sua desenvoltura, competência e brilhantismo ao longo de sua vida, lá no Tribunal de Contas da União, teremos, sem dúvida alguma, Sr. Presidente, um grande Ministro, na defesa da sentinela, que não pode deixar de existir num órgão de fiscalização como o Tribunal de Contas, de combate à corrupção, de mostrar aos gestores públicos que age com imparcialidade, reconhecendo os bons administradores, timbrando o seu comportamento, acima de tudo, Sr. Presidente, pela busca da legalidade dos atos da Administração Pública.

Portanto, Sr. Presidente, eu nessas breves palavras, eu queria, em nome do PSB, Partido Socialista Brasileiro, que é o partido de Eduardo Campos, nosso querido Governador de Pernambuco, que, por meu intermédio, traz o abraço e o apoio também de Ana Arraes, que aqui está presente, nossa Deputada Federal, o abraço de apoio e de solidariedade a quantos confiam na sua personalidade, no seu caráter, no seu trabalho. Parabéns a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sr. Ministro, meu Presidente Sérgio, todos que aqui se pronunciaram destacaram, Ministro, a sua capacidade de juntar pessoas e juntar ideias, de fazer com que as divergências convirjam.

Realmente, a sua habilidade política é fundamental para aquilo que você vai fazer daqui pra frente. Mas não é suficiente. E você tem características... A vida lhe permitiu que V. Exa. tivesse um aprendizado e vai poder utilizar agora com muita propriedade e com muita adequação. V. Exa. foi técnico, e aquele Tribunal exige alguém que saiba fazer avaliações de caráter técnico nas suas decisões. V. Exa. foi empresário e, como tal, sabe... E como tal, sabe a importância, muitas das vezes, das demandas que estão envolvidas em questões que digam respeito ao Tribunal de Contas e V. Exa. tem a vida política, que também lhe permitiu condição de aglutinar interesses, de aglutinar opiniões.

Mas a vida lhe participou isso, não apenas essa questão política propriamente dita, mas esse aprendizado mais amplo que, sem sombra de dúvida, vai lhe permitir um trabalho muito mais eficaz e adequado naquele Tribunal.

V. Exa. é conterrâneo, praticamente. Eu costumo dizer, semana passada foi aniversário de separação da libertação de Alagoas de Pernambuco. Eu costumo dizer o seguinte, muito bom, a liberdade é uma coisa excepcional. Agora, acho que Alagoas cometeu um erro. Se libertou muito cedo de Pernambuco, poderia demorar um pouquinho mais, para aprender mais com os conhecimentos e a cultura pernambucana.

Mas, enfim, Ministro, meus parabéns, um grande... Desejo que V. Exa., mais uma vez, desempenhe, com a competência que lhe é peculiar, essa nova missão que o Governo lhe entrega.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Ministro. Na verdade, Deus me deu essa oportunidade de estar aqui neste momento, o que me enche de alegria e de felicidade. Porque votar em José Múcio é, acima de tudo, votar com que existe de melhor nesse país para ir ao Tribunal de Contas e fazer justiça com o Brasil.

V. Exa. não é pernambucano, é mato-grossense também. São os dois. Porque, nos seus momentos de dificuldade política, o senhor foi nosso coestaduano. E lá esteve conosco trabalhando e fazendo Mato Grosso crescer e desenvolver.

Portanto, eu trago aqui, em nome de Mato Grosso, nome do Senador Jayme Campos e todos aqueles que são nossos companheiros e de Ricardo de Freitas, todos nossos amigos, trago nosso abraço e a nossa confiança.

Ministro, é a primeira vez que vejo a unanimidade ser inteligente. E aqui contraria o poeta. Aqui, eu vejo que todos entendem que V. Exa. é o homem certo para o lugar certo e com musculatura própria para enfrentar esse grande desafio. Eu fico feliz de saber que V. Exa. é um homem preparado e, nesse momento político, vai servir ao Brasil. E que o Congresso vai ficar desfalcado, mas o Brasil ganhará muito porque está faltando nesse país, às vezes, é um pouco de compreensão, de harmonizador, de pessoas que, mesmo não sendo engenheiro e V. Exa. o é, mas construtor de pontes. E nós queremos atravessar essa ponte com V. Exa. porque nós sabemos que do outro lado existe um panorama bonito, alegre, feliz, de pessoas que pensam num Brasil melhor, num Brasil tranquilo, no Brasil da paz, um Brasil sem intransigência, um Brasil que constrói, um Brasil que edifica, num Brasil que V. Exa. ajudou a fazer.

Portanto, é um dia feliz para todos nós que somos políticos. Quando vemos a política, às vezes, tão mal falada, os homens públicos numa situação de dificuldade quanto a enfrentar a sociedade, nós temos aqui V. Exa. vir e oposição e situação aplaudi-lo, abraçá-lo e dizer que V. Exa. realmente é aquilo que nós queremos para nos representar no Tribunal de Contas da União.

Na verdade, V. Exa. é homem completo na vida pública. É homem que conhece todos os ângulos da vida pública. V. Exa. conhece desde a dificuldade lá na prefeiturinha do interior, porque já foi Prefeito, até o Palácio do Planalto, onde é Ministro. V. Exa. é homem que conhece todas as licitudes da vida pública. V. Exa. é homem que verdadeiramente nos orgulha. É da nossa geração. E é o que há de melhor da nossa geração.

Portanto, Ministro José Múcio, quero dizer que o convívio é dos contrários. V. Exa. soube sobre sair bem, soube harmonizar todas as partes, soube dizer "sim" na hora certa e "não" com sorriso alegre e que na verdade não deixou ninguém triste. É assim que faz o harmonizador, é assim que faz aquele que conhece os ângulos da vida e da humanidade, os problemas da humanidade. É assim que eu entendo que as pessoas conseguem diminuir caminhos, que elas conseguem transformar as coisas ruins em coisas boas. É assim que as pessoas dão valor às flores, mesmo que ela tenha espinho, mas, na verdade, faz com que ela seja bonita mesmo com seu espinho.

Aliás, o geneticista, ele não se conformava da beleza das flores e ela ter, ao mesmo tempo, espinho junto com ela. E ele foi estudar... Estudar para ver se fazia um tipo de flor que não tivesse espinhos. E aí ao longo do tempo estudando, perdendo noite de sono, ele conseguiu descobrir uma fórmula que fez com que nascessem flores sem espinho. Só que a conclusão dele depois é que essa flor sem espinho, ela fenecia muito mais rapidamente. De onde posso concluir que a vida tem que ter seus problemas, tem que ter seus espinhos para dar valor a ela. É assim que eu sei que V. Exa. conduz a sua vida pública e a sua vida privada, fazendo amigos, conquistando amizades e fazendo o melhor para o seu país. Eu tenho orgulho, orgulho mesmo, de pertencer ao partido que V. Exa. pertence e pertenceu nos últimos anos, que V. Exa. fez política, que V. Exa. enobreceu esse país. Ministro, que Deus lhe dê longa vida para continuar servindo esse país que precisa tanto de homens inteligentes e competentes como V. Exa.

Estou orgulhoso de tê-lo aqui e de tê-lo lá também. Parabéns a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Registro a presença da Deputada Sandra Rosado, minha conterrânea, que veio participar desta Reunião, que aprecia o nome do Ministro José Múcio Monteiro para o Tribunal de Contas da União.

Com a palavra, o Senador Renato Casagrande, último orador inscrito.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Sr. Deputado José Múcio e, após a votação no Senado, no Congresso, Ministro do Tribunal de Contas da União, quero anunciar a V. Exa. que meu voto naturalmente é favorável à indicação de V. Exa. pela sua história política e pelo seu antecedente político. Pela sua história e antecedente, por aquilo que você já representou, que V. Exa. já representou, nesses últimos anos, uma posição política clara, uma experiência política, nenhum problema, nenhuma... Nenhuma mácula com relação à sua conduta, e o Tribunal de Contas da União depende disso e precisa disso.

Eu hoje tenho uma relação muito boa com o Tribunal de Contas da União, acho que está muito bem presidido pelo Ministro Ubiratan Aguiar, que é uma pessoa... Também um nordestino também com comportamento muito adequado. De certa forma, eu tenho discordância com a forma de indicação de Ministro do Tribunal de Contas da União, inclusive sou autor de uma proposta que altera essa forma de indicação, mas não quero, neste momento, fazer destaque a isso. Quero fazer, neste momento, destaque da importância do controle externo das administrações públicas e tenho debatido muito o tema, sou Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, e temos tratado de questões relacionadas ao controle; fiz uma proposta importante para o debate, que é uma lei de qualidade fiscal; a lei de responsabilidade fiscal foi muito adequada, porque colocou de fato parâmetros claros na elaboração e na execução orçamentária, mas ainda a qualidade dos nossos gastos é uma qualidade muito aquém daquilo que nós precisamos enquanto Estado Brasileiro.

Eu espero que o Tribunal possa avançar sempre em decisões preventivas para que nós não tenhamos prejuízo para a população com relação às decisões do Tribunal, que o Tribunal acompanhe os editais, acompanhe o projeto Executivo, que tome as medidas preventivas para que a gente não paralise obras, não tenha que paralisar obras, que fique por 10, 15, 20 anos com obras paralisadas, importantes para a sociedade brasileira; às vezes, o prejuízo é maior do que se não tivesse paralisado. Mas tem que paralisar porque tem irregularidade, tem sobrepreço, tem superfaturamento, então, às vezes, tem que paralisar.

E eu acho que o Tribunal de Contas ganhou muito poder nos últimos anos e esse poder precisa de uma fiscalização. Eu também sou autor de uma emenda à Constituição, que está na Comissão de Constituição e Justiça, em que o Relator é o Senador Romero Jucá, criando o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, porque, se nós temos um percentual pequeno de influência, ou se a gente tem ainda uma vertente política grande no Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas dos Estados têm um componente político muito mais forte.

Então, um Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, com conselheiros prestando trabalhos voluntários do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais de Contas dos Estados, dos Municípios, dos servidores, do Ministério Público, do Poder Judiciário, da sociedade, para que nós possamos fazer o que o Conselho Nacional de Justiça faz hoje, para que a gente possa fazer o que o Conselho Nacional do Ministério Público faz hoje, seria importante pelo papel e pelo desempenho e pela relevância que tomou o Tribunal de Contas da União.

Então, a ida de V. Exa. para o Tribunal de Contas da União realimenta a esperança do aperfeiçoamento institucional. Uma pessoa moderna, avançada, e que caminhará sempre na direção de aperfeiçoar o órgão, para que ele possa cumprir, com dignidade, o papel designado por ele ou pelo Ministro Rui Barbosa, que foi um dos... Dos que... Dos que imaginou o Tribunal de Contas forte e que pudesse controlar, de fato, a Administração Pública.

Obrigado, Presidente, e conte com o nosso apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria aqui, com a permissão de V. Exa., fazer também um rápido cumprimento ao Ministro José Múcio Monteiro Filho. Já chamo de Ministro porque, pelo que eu senti na boca de urna, acho que vai ser quase unanimidade. Mas eu gostaria aqui de dizer, Ministro, que não vou ser redundante porque sei que muitos já falaram do seu trabalho, da sua luta, da sua vida, da sua competência, mas é exatamente com essa sua experiência e com a competência que sempre teve em todas as missões que lhe foram entregues, que eu tenho certeza que o senhor irá engrandecer, com certeza, o Tribunal de Contas da União. E levando a experiência de quem sentiu, ouviu, acompanhou muitas e muitas demandas que, muitas vezes, emperram as ações que poderiam estar acontecendo de forma mais ágil, mais rápida. Isso na área da saúde, na área de obras, então, eu tenho certeza que, com competência, o senhor irá contribuir muito com o seu trabalho no Tribunal de Contas da União.

Que eu, que fui gestora três vezes, sempre vi os Tribunais de Contas não como órgão de penalizar, mas muito mais de ser um parceiro para fiscalizar, para fazer o que o Senador há pouco falava, aqueles controles preventivos para que nós possamos fazer com que o dinheiro do povo seja bem empregado e que volte realmente ao cidadão em obras e ações que melhorem sua vida.

Queria, então, só parabenizá-lo, na confiança de que com certeza, mais uma vez, o senhor irá conduzir muito bem essa missão que o povo lhe delega, ao lado de... O povo porque nós representamos o povo, com certeza. ...Ao lado do Presidente Ubiratan Aguiar. Dois nordestinos fortes, sábios, que irão, com certeza, fazer a história do Tribunal de Contas.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Presidente Garibaldi, Sr. Presidente Eduardo Azeredo e Ministro José Múcio, eu vejo que V. Exa. preenche os requisitos todos. Tem uma vasta experiência parlamentar e por isso o seu trânsito, tanto na Casa a que pertence, quanto nesta Casa, que ainda não teve a honra de tê-lo... Não teve a honra, aliás, de tê-lo como um de seus membros. V. Exa. tem experiência de Executivo público e Executivo privado. É engenheiro, portanto tem a cabeça cartesiana, mas tem a habilidade do Diplomata também porque o seu principal traço é principalmente a cordialidade, a tentativa de agregar, quase sempre exitosa essa tentativa, e por razões, entendo que V. Exa. engrandecerá o Tribunal de Contas da União. V. Exa. fará o trabalho equilibrado que marcou sua vida o tempo inteiro, saberá ser o Magistrado isento e, sem dúvida alguma, se não lhe faltou, até o momento, coragem para tomar atitudes desde o início da sua primeira... Sua primeira eleição, quando V. Exa. enfrentava meu querido amigo Governador Arraes, numa missão que todos sabiam impossível, mas precisava alguém com coragem para fazer o contraponto, V. Exa. fez esse papel muito jovem, como também não lhe faltará a experiência, o discernimento para tomar todas as atitudes que protejam os cofres públicos, porque tem sido essa a sua marca.

Eu entendo que V. Exa. sai daqui com o apoio, imagino que unânime, desta Comissão, e algo parecido com isso deve se repetir no Plenário. É fruto do trabalho que V. Exa. exerce há tantos anos, e é fruto da... Enfim, das conquistas, do passo a passo da sua vida, que eu reputo uma vida pública muito bonita, muito vitoriosa e agora coberta de êxitos como coordenador político do Governo Federal, com Ministro desse departamento e, portanto, alguém que, ao ser elogiado por quem é da base governista e ao ser elogiado por alguém que faz oposição ao Governo, V. Exa. mostra que nem sempre a unanimidade é burra. A unanimidade muitas vezes se dá em função do interesse do país, e eu julgo do bom interesse do país tê-lo no Tribunal de Contas da União como Ministro atento, capaz, competente e correto.

Muito obrigado a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra do Senador Arthur Virgílio, encerramos as inscrições dos Senadores. Pergunto... Senador Romero Jucá, com a palavra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu quero apenas, em nome da liderança Governo, em meu nome pessoal, também somar minha voz a todas que se manifestaram aqui, pela competência, pela forma como o Ministro José Múcio atuou na vida pública, e eu posso falar pessoalmente, como pernambucano, como parceiro, inclusive de campanhas políticas, a elegância, a forma construtiva com que ele sempre se portou.

Então, não vou aqui me prender a outros elogios, seria repetitivo, repetir tudo que foi dito aqui, mas dizer da minha felicidade de poder votar hoje aqui e eleger um grande brasileiro para o Tribunal de Contas da União.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pergunto se algum Deputado quer usar da palavra. Todos?

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então... Quero, antes de dar a palavra aos Deputados, registrar a presença do Deputado Bruno Araújo, pelo Estado de Pernambuco, e o Deputado Eduardo da Fonte, também--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra, o Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu sugeriria que nós abríssemos a urna e computássemos os votos. Se todos já votaram, a gente podia fazer... Podíamos computar os votos. Se é que todos já votaram.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou quebrar uma praxe aqui, com a concordância da Comissão. Porque a apuração só pode se verificar realmente ao final da Reunião. Mas, se há uma concordância no sentido de contar os votos, e eu compreendo a ansiedade, que parece que vai ser uma eleição difícil essa. Eu me permitiria contar os votos e depois ouvir a palavra dos Deputados.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero ouvir as palavras dos Deputados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, vamos convocar uma Comissão de Senadores e escrutinadores... Dois Senadores: Senador Jefferson Praia e o Senador Arthur Virgílio. O Senador Tião Viana fez uma solicitação para que essa Comissão pudesse apreciar, extrapauta, um projeto de Resolução não terminativo, que exclui dos limites para operações de crédito aquelas contratadas no âmbito do programa emergencial de financiamento aos Estados e ao Distrito Federal, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O Relator é o Senador Jefferson Praia. Eu concedo a palavra a V. Exa.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Sr. Presidente. Passo, portanto, ao relatório: É submetido à Comissão de Assuntos Econômicos projeto de Resolução nº. 58/09, do Senador Tião Viana, que altera o artigo 7º da Resolução nº. 43/01, do Senado Federal, a fim de excluir dos limites para operações de crédito, aquelas contratadas no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

A proposta é composta por dois artigos. O primeiro inclui no rol das de crédito que não devem ser consideradas no controle limites de endividamento dos entes subnacionais, aquelas contratadas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, ou junto aos seus agentes financeiros no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal, de que tratam as resoluções nº. 3716/09, do Conselho Monetário Nacional, e nº. 1763/09, do BNDES. O segundo, a seu tempo, contém a cláusula de vigência, prevendo que ação Resolução resultante entrará em vigor na data da sua publicação.

Passo, Sr. Presidente, ao voto. Em face do exposto, considerando a inexistência de óbices de natureza constitucional, legal e regimental, voto pela aprovação do PRS nº. 58/09.

Este é o voto, Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra, o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, dizer que o projeto é meritório, isso já foi feito para o RELUZ também, financiamento dos Municípios, apenas quero registrar que pode ser que, em Plenário, nós tenhamos que fazer um pequeno ajuste na questão de limite de endividamento. Por conta disso, nós vamos votar favorável, vou pedir urgência também no Plenário porque a emenda de Plenário na urgência é feita diretamente no Plenário.

Então, nós somos favoráveis e vamos encaminhar de acordo com o relatório do Senador Jefferson Praia.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): A iniciativa do Senador Tião Viana é saudável e abre um belo debate. Eu entendo que a palavra do líder Romero Jucá é sensata e, portanto, nós votamos a favor do projeto, imaginando que seja possível um aperfeiçoamento na votação final em Plenário. Voto, apesar de...

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quase que essa era a única

discrepância existente nessa Reunião. Mas, após a apuração dos votos, foi verificado o seguinte resultado: O Sr. José Múcio Monteiro Filho obteve 25 votos "sim" e apenas um voto "não". A escolha, portanto, do Sr. José Múcio Monteiro Filho para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União acaba de ser aprovada nesta Reunião.

[palmas]

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu queria--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Você quer anular o voto? É o voto contrário?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, não. Eu queria fazer um apelo para que o processado pudesse seguir ainda cedo para o Plenário para nós votarmos hoje no Plenário do Senado a indicação do Ministro José Múcio.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Apoiamos também a votação hoje no Plenário do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu fiz a minha parte. Agora cabe à equipe de Gonzaga aqui.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Presidente, pela ordem. Peço que V. Exa. coloque em votação o meu projeto agora de Resolução. Que ainda não votou.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): O relatório do Senador--

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Jefferson Praia.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): E também em votação a urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Projeto do Senador Tião Viana. Em votação... Em votação o projeto de Resolução do Senado nº. 58/09, não terminativo. Em votação o parecer do Relator, Senador Jefferson Praia. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Em votação a urgência, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o pedido de urgência. As senhoras e os Srs. Senadores que aprovam o pedido permaneçam como se encontram. Aprovado.

Com a palavra, o Deputado Armando Monteiro Filho. Eu dei a palavra, está dada. Aqui ninguém volta atrás.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO FILHO (PTB-PE): Meu caro Presidente Senador Garibaldi Alves, eu quero saudar aqui os Senadores presentes a essa Sessão, cumprimentar o Ministro José Múcio Monteiro e dizer que essa é uma Sessão memorável, em que se assiste a uma manifestação que, na realidade, traduz um tributo muito justo à trajetória, à história de vida do Deputado José Múcio Monteiro.

Eu teria o que se pode chamar uma suspeição de origem, dado os laços de sangue, os laços que nos ligam. Mas, quem me conhece, Senador, sabe que eu sou alguém capaz de me manifestar sempre de forma muito franca e muito verdadeira. Creio que essa manifestação do Senado Federal expressa algo da maior justiça a essa trajetória exemplar do Deputado José Múcio Monteiro, toda ela pontilhada por exemplos de espírito público, de honradez e dessa extraordinária capacidade que ele revelou ao longo da vida, de buscar permanentemente convergências e de construir relações, não só no plano das relações políticas, mas também das relações humanas.

Então, receba, meu caro Ministro José Múcio, essa demonstração de alegria dos nossos companheiros de Pernambuco, das duas Casas legislativas aqui, porque todos nós nos sentimos, de alguma maneira, nesse momento, representados também por essa manifestação que representa uma justa consagração a essa sua trajetória.

Receba esse testemunho de apreço também do seu amigo e do seu primo nessa tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra à Deputada Ana Arraes.

DEPUTADA ANA ARRAES (PSB-PE): Sr. Presidente, eu quero cumprimentar aqui, em seu nome, todos os Senadores presentes, e quero dizer, José Múcio, que você hoje, nesta data, você hoje... Você demonstra a grande pernambucanidade reinou aqui. A pernambucanidade, onde a gente entende os contrários, se dá bem com todos aqueles que lutam os seus ideais, mas temos um rumo. Nossos rumos, no passado, foram distantes, foram contrários. Mas, depois de um certo tempo, você se integrou à luta e terminou um grande amigo de meu pai, convivendo com meu filho Eduardo, sendo um grande parceiro de Pernambuco e honra hoje a página da história do nosso Estado, uma página de probidade, de luta, de um grande... De temperamentos que sabem respeitar os contrários, da amenidade pernambucana, sem perder a nossa firmeza.

E é por isso, José Múcio, que nós, mulheres pernambucanas, a única mulher Deputada Federal pelo meu partido, quero aqui representar, além de todos os pernambucanos, especialmente as mulheres, nós estamos felizes porque o Tribunal de Contas da União vai ter um grande pernambucano, que vai respeitar as mais belas páginas da nossa história.

Um grande abraço. Boa sorte.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra à Deputada Sandra Rosado.

DEPUTADA SANDRA ROSADO (PSB-RN): Presidente Garibaldi, Senador Garibaldi, demais Senadores presentes e meu querido amigo José Múcio, eu quero aqui manifestar também a minha admiração e, de certa forma, dizer que não surpreende o resultado de hoje porque V. Exa. sempre construiu um caminho de amizade, pelo seu temperamento ameno, alegre, que atravessou todas as dificuldades, exemplar como Ministro, exemplar na sua relação com seus colegas, e tenho certeza que a Câmara dos Deputados vai perder um de seus grandes e melhores Deputados, que é exatamente V. Exa.

Mas o Brasil continua a tê-lo no Tribunal de Contas, e que eu tenho absoluta convicção de que será a continuidade do que foi construído até hoje, e não como pernambucana, como a Deputada Ana, mas como nordestina, eu quero abraçar e desejar muito boa sorte a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu, antes de conceder a palavra aos oradores inscritos, Deputados Federais, eu quero avisar que o Presidente Sarney está à espera do Ministro José Múcio Monteiro no seu gabinete para cumprimentá-lo, juntamente com todos os seus admiradores. Não sei se vai haver almoço.

[risos]

Com a palavra, o Deputado Albano Franco.

DEPUTADO ALBANO FRANCO (PSDB-SE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, a consagração do cidadão, do engenheiro, do homem público, do pai e do amigo José Múcio Monteiro é a história da vida de José Múcio Monteiro. Nós hoje aqui assistimos à tradução do que foi a sua vida, a sua vida, o seu comportamento, a sua maneira de ser, transigente, tolerante, hábil, mas sempre com credibilidade, com respeitabilidade. É assim que todos nós, seus amigos, José Múcio Monteiro, nos alegramos por esta Casa, inclusive com o parecer do Relator, Senador Sérgio Guerra, que reconheceu as qualidades e o seu passado e a sua história, José Múcio.

Eu não tenho dúvidas que Deus vai continuar a iluminar, a abençoar José Múcio Monteiro, na certeza de que a indicação do Presidente Lula a esta Casa traduz aquilo que é importante para o Tribunal de Contas da União, um homem sério, um homem competente, um homem que tem todas as condições de exercê-la.

Todos nós estamos felizes aqui, Sr. José Múcio Monteiro, com essa verdadeira consagração. Que Deus continue a abençoá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Deputado Bruno Araújo.

DEPUTADO BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. É interessante como o tempo transforma o que parece derrotas em grandes vitórias. Presidente Garibaldi, eu comecei a compreender política ainda muito jovem, adolescente. V. Exa. pode imaginar, num Estado politizado como o Estado de Pernambuco, o que é um jovem de 30 anos, 30 e poucos anos poder iniciar a sua vida pública disputando uma eleição para Governador de um Estado como Pernambuco, disputando com Miguel Arraes de Alencar. O que parecia uma derrota se transformou, ao longo do tempo, uma grande vitória. Uma vitória da formação pessoal, da construção, de conhecedor do seu Estado, e, sobretudo, mais um caminho dessa grande virtude que tem, sempre teve o Deputado José Múcio Monteiro, de formar amigos.

Eu quero dizer que, na realidade, apesar de todo o desgaste que vive no momento o Congresso Nacional perante a opinião pública, poucos podem se preocupar em relação a isso, mas o Congresso Nacional vai perder formalmente, a partir de poucos instantes, os próximos dias, um grande parlamentar. Um grande parlamentar, que vai fazer falta ao Congresso. E aqueles que criticam, Presidente Garibaldi, o modelo adotado pela Constituição de 88, da escolha, pelo Presidente da República, e com referendo do Senado, tanto para os Tribunais de Contas quanto para os Tribunais Superiores, esse é o único momento onde o dispositivo de que o poder emana do povo e em seu nome é exercido, é onde o Judiciário e o Tribunal de Contas encontram a legitimidade popular, chancelada pelo Presidente e com a chancela dos representantes do Estado Brasileiro no Senado. Isso se dá, sobretudo, para que possa haver também a possibilidade de não só a presença de um maduro brasileiro de 35 anos para cumprir os dispositivos formais da lei, mas, caro Ministro José Múcio, sobretudo compreender as verdades, peculiaridades de um país de regiões pobres, onde muitas atitudes de Prefeitos cumprem... Apenas não cumprem formalidades que nada têm a ver com desvio de recurso público.

A certeza de que nós vamos ter um Ministro que vai poder conciliar o encaminhamento da lei com a realidade fática da falta de estrutura de pequenas Prefeituras desse país, que descumprem ordenamentos formais, não com o intuito de lesar o Erário, mas no sentido de acertar e ficam muitas vezes pendurados à formalidade de burocratas, que submetem importantes e sérios homens públicos ao constrangimento de processos que duram anos e anos.

Portanto, eu quero dizer da satisfação pessoal. Pernambuco é um Estado que, nestes momentos, sempre está junto. Aliás, quero dar o testemunho, nós temos aqui um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que vem abraçar o Ministro José Múcio, Ministro Og, um dos grandes Ministros do Superior Tribunal de Justiça, um maior exemplo de como Pernambuco nesse momento sempre segue junto.

Quero cumprimentá-lo e quem ganha é o país. Parabéns ao Ministro José Múcio Monteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero pedir perdão ao Ministro Og Fernandes por não ter feito ainda o registro de sua presença. Mas o Ministro José Múcio já fez, e eu acho que ele já se sente bastante gratificado com isso. Já saiu?

Eu concedo a palavra ao Deputado Edgar Moury.

DEPUTADO EDGAR MOURY (PMDB-PE): Presidente Garibaldi, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. A vida nos reserva, Presidente, algumas surpresas agradáveis e desagradáveis. Esse, sem dúvida, é um momento ímpar para mim, que não podia deixar de registrar, por ter, na Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, nesse instante, um velho amigo e companheiro de luta de vida pública. E, do outro lado, uma homenagem que não foi uma votação, foi uma consagração a um velho e querido amigo, já de mais de 35 anos.

Não vou deixar aqui, Presidente Garibaldi, o registro do homem público José Múcio. Esse, todos conhecem. Esse, todos sabem, exaltam e falam. Eu quero deixar aqui gravado nos anais desta Casa o registro do homem José, do amigo, do homem sensível, do amante da música, do homem do bom trato, do homem educado, bom filho, bom pai, bom avô, e, sobretudo, bom amigo.

Não é à toa, José, que, nesse instante, você recolhe na realidade, aquilo que o ditado popular já consagrou: "Na vida a gente colhe o que planta". Você plantou e hoje está colhendo aqui.

Obrigado, um abraço e parabéns a você.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra... Houve um... Eduardo da Fonte. Desculpe, Deputado. Você tem o grato prazer, a honra de conceder a palavra ao Deputado Eduardo da Fonte.

DEPUTADO EDUARDO DA FONTE (PP-PE): Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, senhores e senhoras aqui presentes, gostaria de externar aqui a felicidade que estou sentindo de poder compartilhar, neste momento tão importante para todos nós. E dar os parabéns aqui porque tenho certeza que o senhor irá fazer, no Tribunal de Contas, um grande trabalho pelo país. E parabenizar também os seus filhos que aqui estão, Mucinho, Marina, Cecília, que tenho certeza que lhe acompanham em todos os momentos e que este momento, sem dúvida alguma, é o momento muito importante para todos nós pernambucanos.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Deputado Sandro Mabel.

DEPUTADO SANDRO MABEL (PR-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputados e Deputadas, Sr. Ministro, em nome do partido da República, como líder desse partido na Câmara, quero dizer que, realmente, como todos disseram, perdemos um Parlamentar, perdemos um amigo, perdemos uma pessoa aqui, de um convívio espetacular que nós tivemos aqui, quando líderes que fomos juntos, Parlamentares e V. Exa. também, como Ministro, sempre foi um trabalho brilhante, um trabalho amigo, um trabalho equilibrado. Eu tenho certeza que perdemos, mas o país ganha e o TCU também ganha.

O Tribunal ganha um Ministro agora, que também tem uma experiência grande, não uma experiência política, mas uma experiência técnica. V. Exa., como engenheiro, como homem que já praticou isso aí na iniciativa privada e na iniciativa pública, como Secretário aí de obras, de Minas e Telecomunicações do Estado de Pernambuco; V. Exa., como Presidente da companhia elétrica, pôde conhecer como funciona todo o arcabouço que cerca o serviço público. Por isso saberá bem, com essa experiência toda que carrega, além da bagagem política, colocar o Tribunal... Isso de uma forma prática para o país. O Tribunal de Contas da União, um órgão importante, um órgão que precisa ter cada vez mais compreensão de como o país se desenvolve à velocidade que precisa ser dada, eu tenho certeza que V. Exa. irá fazer lá um trabalho tão bonito como tem feito em todos os lugares que passou.

Por isso, Ministro, nós desejamos aí um trabalho grande. Trabalho pela nação que o Estado de Pernambuco se orgulhará, como vem se orgulhando, de V. Exa., mas, sobretudo, que nós teremos lá naquele Tribunal um amigo. Um amigo que sai dessa Casa e irá servir a nação em outro posto.

Eu também queria cumprimentar seu filho, suas filhas, e dizer que eu sou filho e tenho muito orgulho do meu pai. Procuro fazer o mesmo para que os meus filhos tenham orgulho de mim e tenho certeza que os seus podem ter muito orgulho pelo pai que têm e como a família e como todo o Estado de Pernambuco está de parabéns e por isso todo ele presente aqui também. Mas o Estado de Goiás também o cumprimenta e a bancada do PR, sobretudo, felicidades, parabéns e a votação do Senado mostrou que isso aqui não foi uma sabatina, isso foi uma homenagem a um Parlamentar de destaque como V. Exa. Que Deus o guarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Ministro José Múcio Monteiro.

SR. EUDSON CATÃO: Presidente, por favor. Eu sou Prefeito da Comissão de Desenvolvimento do Agreste Meridional, tem aí 22 Prefeitos que apoiam o Ministro José Múcio. O senhor me permitiria falar em nome deles 40 segundos?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, pode falar mais um pouco.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra V. Exa.

SR. EUDSON CATÃO: Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, Deputados e Deputadas, meus companheiros Prefeitos... Presidente Garibaldi, eu não vou me alongar, por isso que pedi 40 segundos, que eu conheço o Ministro e Deputado José Múcio há 30 anos. O senhor imagina se fosse contar toda a trajetória e tantos caminhos vividos, quantas horas precisava. Mas estamos juntos aqui, nossos colegas Prefeitos, em nome dos quais estamos representando, agradecendo a todos os Senadores as palavras elogiosas e justas aos Deputados Federais, aos Senadores, aqueles que conhecem a trajetória deste homem que, sexta-feira, completa 61 anos, mas aqueles que o conhecem é uma trajetória de respeito, uma trajetória de dignidade e, acima de tudo, de servir ao país.

Quando o Presidente Lula o escolheu para ser líder e Ministro, com certeza, ele valorizou um grande pernambucano, que sabe servir ao país com retidão, que foi assim a sua vida pública.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Ministro José Múcio Monteiro.

SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO: Sr. Presidente, meus prezados amigos Senadores, Senadoras, meus prezados companheiros Deputados Federais de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, do Paraná, de Goiás... Wilson Braga, representando a Paraíba, e eu ia citar. E vou nominá-los também. Queria agradecer ao Senador Sérgio Guerra, o relatório, me aprovando, meu nome aqui.

Queria agradecer, Sr. Presidente, primeiro pedindo a Deus que a emoção não me traia, a presença dos amigos. Enquanto, eu ouvia o relato dos Senadores, que foram carinhosos com relação à minha pessoa, eu vislumbrava aqui pessoas que trabalharam comigo, meu caro Relator, desde os primeiros dias que cheguei aqui. Aqui está o primeiro gabinete, que foi até o último dia o mesmo. Aqui estão os amigos da liderança do PTB, aqui estão meus amigos da liderança do Governo, aqui estão os Prefeitos de Pernambuco, aqui estão os caros e queridos amigos, aqui estão meus filhos, que hoje viram a razão de eu ter faltado tanto a eles muitas horas, que esperavam por mim e hoje viram o que o pai estava fazendo para construir esse momento, que verdadeiramente me toca e me emociona.

As palavras de Armando, as palavras do Senador Arthur Virgílio, de Valter, me perdoem a intimidade, de Sandro, as palavras de Ana, de Sandra, as palavras de Edgar, de Dudu da Fonte, de Bruno, de Albano... De todos... Palavra do meu líder Romero Jucá. A presença dos amigos. Eu queria dizer que esse momento eu queria dividir com todos vocês. Na realidade, nós não estamos elegendo um cidadão. Nós estamos elegendo uma relação. Uma relação de amizade, de respeito, aonde o Senador e o servidor tinham o mesmo valor na hora do trato pessoal. Nós somos passageiros e as nossas glórias são transitórias. O que fica para nós são gestos, o que fica para nós é o dia a dia, o que fica para nós é o entendimento da dor do outro, é o bem que nós pudemos fazer.

Em assim sendo, mais uma vez, quero agradecer ao Presidente da República, esse ilustre brasileiro, contestado por alguns, mas no entendimento de todos, um homem que verdadeiramente constrói um Brasil diferente. A oposição, que ajuda valorizar a nossa democracia, que soube pegar um pobre lá embaixo, e colocar num plano mais alto, sem que fosse defenestrado nenhum ato de violência.

Esse é um Brasil diferente, que o senhor ajudou a construir, que o Governo ajudou a construir, que a sociedade hoje é feliz não por índole, mas por entender que constrói um Brasil melhor do que o que nós vivemos e que, com certeza, os nossos netos vão viver num Brasil melhor ainda.

Eu quero deixar para os senhores a minha homenagem, ao Deputado Pedro Eugênio, que chega aqui agora, quero dividir com todos os amigos da bancada do Congresso Nacional, que foi a minha grande escola,

da Câmara dos Deputados, em especial com a bancada de Pernambuco, com a minha família...

[palmas]

Com os amigos que aqui estão. Senador, muito obrigado por tudo. Mais uma vez, ao Relator, a todos pelas palavras carinhosas e continuem contando com o mais importante, com a minha admiração, a minha gratidão e a minha amizade.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a presença de todos e... Com a palavra, o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Antes de terminar, Sr. Presidente, gostaria apenas de solicitar de V. Exa., se pudéssemos votar um Requerimento meu, que solicita uma diligência pública em Manaus, para discutirmos toda essa questão relacionada ao pré-sal.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o Requerimento de autoria do Deputado Jefferson Praia... Do Senador Jefferson Praia, que solicita a realização de diligência pública da Comissão de Assuntos Econômicos em Manaus, com a participação de várias autoridades relacionadas por ele. Já foram, inclusive, lidas em Plenário... Lidos os nomes dessas autoridades. As senhoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada a diligência. Aprovado o Requerimento do Senador Jefferson Praia.

Está encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 13h05.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2009.

Às onze horas e trinta e nove minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Valter Pereira, Gerson Camata, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Alvaro Dias, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, João Pedro, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, José Nery, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Neuto de Conto, Valdir Raupp, Garilbaldi Alves Filho, Kátia Abreu, Efraim Morais, Eliseu Resende, Papaléo Paes, João Vicente Claudino, Mozarildo Cavalcanti e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Fátima Cleide, Marina Silva, Expedito Júnior, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião do Senhor Deputado Federal Vignatti (PT/SC); Senhor Cacildo Maldaner, Ex-Senador e Ex-Governador de Santa Catarina; Senhor João Costa, Prefeito de Porto Barreira – PR; Senhor Erno Menzel, Prefeito de Cunhataí – SC; Senhor Lenoir da Rocha, Prefeito de Mondaí – SC; Senhor Dorildo Pegorine, Prefeito de Jardinópolis – SC; Senhor Jorge Comunello, Prefeito de Formosa do Sul – SC; Senhor Marino Daga, Prefeito de Águas Frias – SC; Senhor Jandir Panis, Vereador de Águas Frias – SC; Senhor Irineu Zabot, Vereador de Águas Frias – SC; Senhor Sadir Daniel, Vereador de União do Oeste – SC; Senhor Everaldo Luis Casonatto, Prefeito de União do Oeste – SC; Senhor Celso Martiero, Vice-Prefeito de União do Oeste –SC; Senhor Jubert Peruzzo, Prefeito de Sul Brasil – SC; Senhor Vilson Tecchio, Vereador de Coronel Freitas – SC; Senhor Eduardo André Gaievski, Prefeito de Realeza – PR; Senhor Lenoir Bigolin, Prefeito de Quilombo – SC; Senhor Edgar Rohrbeck, Prefeito de Planalto Alegre – SC; Senhora Luciane Carminatti, Vereadora de Chapecó – SC; Senhor Mauri José Zucco, Prefeito de Coronel de Freitas – SC; Senhor Berto Silva, Prefeito de Laranjeiras do Sul – PR; Senhor Delclécio Diniz, Secretário de Viação de Laranjeiras do Sul – PR; Senhor Nelson Gomes, Secretário de Educação e Cultura de Laranjeiras do Sul – PR; Senhor Dilvo Ristoff, Presidente da Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira do Sul – UFFS; Senhor Darci Massuqueto, Secretário de Esportes, Lazer, Turismo de Laranjeiras do Sul – PR; Senhor Jeferson Fernandes, Assessor do Deputado Estadual Elvino Bohn Gass (PT-RS); Senhora Marlene de Andrade, Fórum da Intersetorial da Microregião; Senhora Eliana Damo Peruzzo, Professora de Sul Brasil – SC; Senhora Eni Araújo Malgarim, Vereadora de São Luiz Gonzaga – RS e Senhor Fabiano da Luz, Prefeito de Pinhalzinho -PR. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 083, de 2006**, de caráter não ter-

minativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Fixa a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares". O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do autor. A Presidência retorna à ordem original da pauta, uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 070, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Dispõe sobre a oferta de cursos pré-vestibulares gratuitos em escolas da rede pública de ensino médio". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários, dos Senadores João Pedro e Ideli Salvatti. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa, que "Acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Wilson Matos, que "Institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (ENAMEB)". A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis com a abstenção da Senadora Ideli Salvatti, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CE e 02-CE, aprovadas em globo por 14 (quatorze) votos, com a abstenção da Senadora Ideli Salvatti. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "Autoriza a União a instituir programa nacional de reforço escolar na educação básica pública denominado Programa de Apoio ao Sucesso Escolar na Educação Básica Pública (PASSEBEM)". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 043, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu art. 9º e do art. 46-A, para criar critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 019: Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Presidência da República, que "Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e dá outras providências". A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 017: Projeto de Lei da Câmara nº 037, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Antônio Carlos Pannunzio, que "Denomina Professor Arthur Fonseca o campus da Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR localizado no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador João Pedro e o parecer, contrário ao projeto, é rejeitado. O voto em separado, de autoria do Senado Alvaro Dias, apresentado na reunião do dia 26 de maio do corrente, com parecer favorável ao projeto, é aprovado, com manifestação em contrário do Senador Cristovam Buarque, passando a se constituir em parecer da Comissão. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "Cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável, com as emendas nº 01-CE, 02-CE, 03-CE e 04-CE, é aprovado. **Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 035, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Felipe Bornier, que "Obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer favorável é aprovado. **Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 008, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Adota medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, usando os mesmos critérios da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário)". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer favorável é aprovado. **Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 050, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que "Denomina Viaduto Henrique Santillo o viaduto localizado no entrocamento da BR-060 com a BR-153, no Município de Anápolis, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o parecer é favorável. A matéria foi lida e iniciada a

discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há mais quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marco Maciel, que "Denomina "Rodovia Senador José Coelho" o trecho da rodovia BR-407 compreendido entre as localidades de Petrolina e Afrânio, no Estado de Pernambuco". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o parecer é favorável. A matéria foi lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 30/09–CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que requer "...nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com a finalidade de analisar e discutir o problema enfrentado por estudantes de graduação de todo o país, matriculados nos cursos à distância oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS, cujos cursos foram descredenciamento junto ao Ministério da Educação – MEC, e quais soluções para resolver o impasse. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: Fernando Haddad, Ministro da Educação; Jucylene Maria de Castro Santos Borba, Reitora da Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS; Maria Luiza Nascimento ex- Pró-Reitora de Pós-Graduação e Extensão da Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS e Ludmila Fernandes da Silva Ribeiro, Procuradora da República". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Aditamento ao Requerimento nº 26/09-CE,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer "Em aditamento ao Requerimento nº 026-CE, de 2009, requeiro a inclusão do nome do Sr. Newton Fernandes Assunpção, Administrador profissional, Diretor Administrativo Financeiro da Salvanav - Pesquisas e Recuperações Submarinas Ltda., com o objetivo de participar de audiência pública para discutir o PLC 45/2008 (PL7.566/2006), de autoria da deputada Nice Lobão, sobre o Patrimônio Cultural Subaquático Brasileiro". O Requerimento é aprovado. **Item 020: Comunicado da Presidência**: "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) a realização do II Fórum Legislativo nas Cidades-Sedes da Copa de 2014, apoiado por esta Comissão e organizado pela Comissão de Turismo e Desporto (CTD) da Câmara dos Deputados em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) desta Casa. Este Fórum será o segundo dos 12 (doze) encontros programados pelo Projeto 'O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014', a ser realizado nos Estados-Sedes da Copa, no período de agosto a novembro de 2009. O evento ocorrerá dia 28 de agosto do corrente, sexta-feira, a partir das 09 horas, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite com a programação poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 054, de 2007; Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2008; Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 010, de 2009; Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2008; Item 016: Projeto de Lei da Câmara nº 040, de 2009 e Item 018: Projeto de Lei do Senado nº 726, de 2007.** O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e vinte e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto, inicialmente, à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós estamos também no aguardo do *quorum* para as decisões de natureza terminativa que constam na pauta da reunião de educação, desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Contudo, no meio tempo, para adiantarmos os projetos, as leituras, nós vamos fazer a leitura de vários itens, iniciarmos a discussão e terminarmos na sequência da discussão com a respectiva votação.

Então, nesse sentido, nós vamos passar inicialmente ao Item nº 1, da Pauta que é terminativo: Projeto de Lei do Senado nº 70 de 2009, que dispõe sobre a oferta de cursos pré-vestibulares gratuitos em escolas da rede pública de ensino médio. Autoria do Senador Flexa Ribeiro, relatoria do Senador Efraim Morais, o parecer é favorável. A matéria constou na pauta da reunião do dia 18 de agosto de 2009.

Então, esclarecendo: Esse projeto é de natureza terminativa, vamos fazer a leitura do relatório, iniciarmos a discussão, para que o mesmo seja votado com a presença do *quorum.* Como todos nós sabemos, existe a necessidade de 14 pessoas presentes.

Eu quero inclusive saudar a todos os Prefeitos que estão aqui, que serão mencionados na sequência, e que estão no aguardo da votação do Item da Pauta que diz respeito à criação da Universidade da Fronteira Sul. São todos e todas muito bem-vindos, algo fundamental para a região. E, no momento oportuno até, eu farei a menção que estão aqui. Pediria a todos, inclusive, que se identificassem... Eu acho que todos já se identificaram, mas quem não o tiver feito ainda, que faça com a Secretaria.

Passo, com prazer--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, pela ordem, só uma intervenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Nesse mesmo momento eu peço ao Senador Efraim Morais que me permita. Está se realizando no Plenário uma sessão comemorativa do ano da França no Brasil. Nós, aqui da Comissão de Educação, não podemos estar lá, mas eu acho que é opinião de todos a nossa solidariedade àquela sessão e o nosso respeito às tradições francesas que tanto influenciaram a cultura e a educação no Brasil. E, segundo, um cumprimento à V.Exa., para dizer que V.Exa. chega aqui hoje muito maior do que quando saiu na terça-feira passada daqui. Cumprimentos à V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço. Então, eu passo a palavra ao Senador Efraim Morais, Relator do Item nº 1 da Pauta. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, chegou a esta Comissão para decisão em caráter terminativo o PLS nº 70 de 2009, de autoria do nobre Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre a oferta de cursos pré-vestibulares em estabelecimentos públicos de ensino médio.

O art. 1º do Projeto esclarece que a oferta desses cursos só se fará em municípios onde a demanda por matrículas no ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos, esteja atendida comprovadamente, por meio de chamada escolar para tal clientela.

O art. 2º, Sr. Presidente [soa a campainha], estabelece que as despesas dos governos estaduais com a oferta desses cursos são consideradas de "manutenção e desenvolvimento do ensino". Suas matrículas, entretanto, conforme o art. 3º do PLS, não são computadas para efeito de distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o FUNDEB, a que se refere o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O art. 4º esclarece que o disposto no PLS se aplica ao Distrito Federal, ao qual, à semelhança dos estados, cabe oferecer o ensino médio. E o art. 5º estabelece, como cláusula de vigência, a data da publicação da lei. A justificação descreve a construção histórica e os dados estatísticos atuais sobre os assim chamados "cursinhos", que surgiram em decorrência do desencontro entre o número crescente de concluintes do ensino médio – hoje em volta de três milhões, a maioria dos quais de classes populares – e a disponibilidade limitada de vagas gratuitas nos cursos de graduação de nível superior.

O objetivo desse projeto é facilitar a preparação dos jovens das classes populares para os concursos de seleção às universidades, de forma a ampliar suas oportunidades de ingresso em cursos gratuitos. Para tanto, o Distrito Federal e os estados podem utilizar a capacidade ociosa de suas instalações físicas e aplicar o que for possível de seus recursos financeiros vinculados à educação, sem sacrificar a oferta regular do ensino fundamental e médio.

Sr. Presidente, analisando esse projeto chegamos à seguinte conclusão: Duas vezes ao ano, em quase todos os Estados e no Distrito Federal, vivemos o drama extensivo às famílias de estudantes que disputam vagas nas universidades públicas ou bolsas de estudo nas faculdades privadas. A cada ano cresce a concorrência pelas vagas gratuitas das universidades federais e estaduais, limitadas não somente pela escassez de recursos como por desencontro entre a oferta e a demanda, quanto à localização e ao turno de funcionamento dos cursos. A solução do problema não é simples, Sr. Presidente, todos parecem concordar que são necessárias muitas e diferentes ações para democratizar o acesso à educação e à cultura em seus níveis superiores.

O Senador Flexa Ribeiro teve o cuidado de criar uma condicionalidade importante: A de que o estado só poderá investir recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino nesses cursos - art. 212 da Consti-

tuição Federal - no município onde estiver plenamente atendida a demanda ativa por vagas no ensino médio para adolescentes, jovens e adultos. Esse expediente, além de preservar as verbas da educação para os objetivos prioritários, segundo o art. 211 da Constituição Federal, também obriga as autoridades a um sadio exercício de planejamento de suas políticas públicas, e calibra a implantação dos cursos pré-vestibulares públicos e gratuitos, em convivência com os da iniciativa privada e os das organizações comunitárias.

Portanto, Sr. Presidente, do ponto de vista da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, aspectos que, consoante a competência terminativa atribuída a esta Comissão, compete-nos apreciar. Não encontramos óbices à aprovação da matéria. Diante disso nós queremos dizer que o nosso voto é pela aprovação do PLS nº 70, de 2009. E parabenizar o eminente Senador Flexa Ribeiro, pela iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, agradeço ao Senador Efraim Morais. Quero dizer que temos praticamente o *quorum* para decisões terminativas. Então, eu pediria a todos os Senadores e Senadoras que permanecessem nesta Comissão, para que pudéssemos dar cabo da nossa pauta também.

Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira... Senador Flexa Ribeiro, autor da proposta, com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Flávio Arns, Srs. Senadores e Sra. Senadora, eu quero primeiro agradecer a oportunidade que V.Exa. me dá, não sendo membro da Comissão de Educação nesse período, e tendo participado em legislaturas anteriores, mas vim até aqui agradecer ao Senador Efraim Morais o Parecer que fez ao Projeto de Lei de nº 70, de minha autoria, que propõe a criação de cursos de preparação para os exames de acesso às universidades, cursos gratuitos como continuidade do ensino médio.

Isso é importante e o próprio Senador Efraim no seu relatório e seu parecer - que eu quero parabenizá-lo - já definiu o gape que existe entre a quantidade de alunos que concluem o ensino médio e aqueles que acessam as universidades, sejam elas públicas ou privadas. Senador João Pedro, nós sabemos que existem ofertas inúmeras de cursos pré-vestibulares, cursos intensivos, até intensivão, por parte da iniciativa privada. Alguns alunos, menos favorecidos, tem uma dificuldade enorme de cursar esses cursos. E esse projeto pretende que o governo possa oferecer um curso a todo o alunado, nos municípios em que esteja atendida, como bem salientou o Senador Efraim Morais, a demanda exigida para o ensino médio regular, inclusive também na educação de jovens e adultos. Ou seja, não haverá nenhum prejuízo à educação na sua fase média de formação. E nem do ensino, evidentemente, básico que já foi feito anteriormente.

Então, a proposta é que o governo, nas escolas públicas, crie. Seria... Vamos dizer o nono ano, o ano seguinte ao oitavo, em que o aluno, já formado no Ensino Fundamental, possa cursar, ao longo de um ano ou de dois anos, se não obtiver sucesso, um curso gratuito de revisão daquelas matérias. Isso se deve, Senador Flávio Arns, lamentavelmente, à má qualidade do ensino que é ofertado, principalmente na rede pública.

V.Exas. e todos os Senadores tem lutado para que se melhore, se dê atenção, evidentemente, à quantidade, ou seja, universalizar a educação, mas também que se leve em consideração a qualidade desse ensino que é ofertado. Então, não há nenhuma concorrência com o setor privado na área de cursinhos, porque esses vão continuar a ter a demanda daqueles que podem pagar o cursinho, apenas facilitar a vida daqueles menos agraciados na sua renda, para que possam também, de forma isonômica, ter a oportunidade de se prepararem para a guerra do vestibular.

Então, eu pediria aos meus pares que dessem um voto a favor desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não havendo mais quem queira discutir, está interrompida a discussão, para posterior votação com *quorum* de 14 Senadores e Senadoras. Passamos ao Item 7º da Pauta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Há possibilidade de nós fazemos a inversão da Pauta do Item 19, que é o que cria a Universidade Federal da fronteira Sul? Porque há um compromisso do Senador Garibaldi Alves Filho e do Senador Valter Pereira, que estão na Comissão de Assuntos Econômicos, assim que nós abrimos o processo de votação, de virem para cá na votação desse projeto.

Então, eu acho que assim nós teríamos o *quorum*.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Vamos aguardar só um pouco, que vamos fazer só a leitura de três itens, porque assim nós teremos a possibilidade de fazer uma votação nominal de vários itens, mas, sem dúvida, de todo o interesse, até em respeito à importância da iniciativa, à importância para os três Estados, à presença dos Prefeitos

e Prefeitas. Até já anunciei antes, dizendo que nós só vamos aguardar um pouco para termos o *quorum*, e será votado de imediato, está bem?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Queremos encerrar esse projeto no dia de hoje. Pois não, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, o Item 5, eu queria pedir a retirada de pauta, porque o Relator não está presente e nós realizamos duas Audiências Públicas aqui nesta Comissão, e ele não fez ainda nenhuma modificação no projeto. Então, atendendo o pleito de algumas categorias, eu gostaria que fosse retirado, para melhorar e aperfeiçoar o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, por solicitação, então, do autor do projeto, o Item 5º está sendo retirado de pauta, inclusive lembrando que foi uma Audiência Pública de boa qualidade, com muitas sugestões que podem ser incorporadas, para o aprimoramento do projeto. Está retirado de pauta.

O Item 7º da Pauta, terminativo Projeto de Lei do Senado nº 141 de 2009, autoriza a União a instituir programa nacional de reforço escolar na educação básica pública, denominado Programa de Apoio ao Sucesso Escolar, na educação básica pública. Autoria Senador Marcelo Crivella, relatoria Senador Paulo Paim, parecer favorável.

Com a palavra, V.Exa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu farei uma leitura rápida. É um projeto simplesmente autorizativo, do Senador Marcelo Crivella.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 141, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tem como finalidade autorizar a União a instituir o Programa de Apoio ao Sucesso Escolar na Educação Básica Pública, de acordo com o art. 2º da proposição, trata-se de um programa de monitoria, a ser financiado pela União e desenvolvido juntamente com Estados, Municípios e Distrito Federal.

Nesse dispositivo, encontram-se também a definição e as características básicas da monitoria. Entre os objetivos do programa, enunciados no art. 3º, destacam-se a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, a dinamização do fluxo escolar e o apoio técnico e financeiro aos programas de reforço escolar implantados nos Estados, Municípios e Distrito Federal. O PLS em exame enumera, igualmente, as atribuições dos docentes envolvidos no Passebem, e as ações do Poder Executivo, com vistas ao cumprimento de normas da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por fim, fica estabelecido que a lei proposta entrará em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de janeiro.

Vamos para a análise, Sr. Presidente, já que deu *quorum*. Já que o projeto é autorizativo, não há aqui nenhuma dificuldade dos Senadores entenderem a proposta. O reforço ou acompanhamento escolar constitui providência recorrente do país, sempre que os filhos apresentam dificuldades de aprendizagem na escola. Essa prática diferencia-se daquela proposta pelo PLS em exame nos seguintes aspectos: O acompanhamento do aluno faz parte do planejamento escolar, sendo desenvolvido pelo próprio professor ou, excepcionalmente, por um substituto com formação semelhante; e seu financiamento é garantido pela União.

Por estar incluído no planejamento de ensino, esse acompanhamento ocorrerá ao longo do ano letivo, e não apenas no momento em que as avaliações escolares estamparem as tradicionais dificuldades com os estudantes que se defrontam. Acrescente-se ainda a esses ganhos o fato de que seu financiamento pela União beneficiará todos os alunos das instituições públicas de ensino. Nos moldes em que essa prática tem acontecido, o custo elevado das aulas.

Sintetizando, Sr. Presidente, mediante os fatos, o meu parecer é pela aprovação.

Voto. Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 141 de 2009.

Está resumido o meu relatório, Sr. Presidente e repito: É um projeto simplesmente autorizativo, incentivando a mais investimento na educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço à V.Exa. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, está interrompida a discussão. Como o *quorum...* Já existe *quorum* para a votação, vamos ao Item 1º da Pauta, projeto terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 070 de 2009, autoria do Senador Flexa Ribeiro, relatoria do Senador Efraim Morais, que dispõe sobre a oferta de cursos pré-vestibulares gratuitos em escolas da rede pública ensino médio. O parecer é favorável e acabou de ser lido pelo Senador Efraim Morais.

Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Passamos à votação nominal. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Gerson Camata. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Rosalba Ciarlini. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADORA ROSALVA CIARLINI (DEM-RN): Sim, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALVA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero registrar o voto sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Gerson Camata também, sim. Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Contra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Contra. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu quero declarar o voto contrário ao projeto. Não vou fazer o debate aqui, até porque seria bastante longo, e hoje nós temos uma prioridade que é a aprovação da nova Universidade Federal da Fronteira Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está certo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E estamos aqui tenho toda esta Audiência aqui extremamente representativa do três Estados do Sul do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Certo. Não. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Leomar Quintanilha. Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Valdir Raupp. Senador Efraim Morais, voto conhecido. Senador João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Mozarildo Cavalcanti.

SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, o projeto foi aprovado, com os votos contrários dos Senadores João Pedro e Senadora Ideli Salvatti.

Passamos ao Item 2º da Pauta, que já foi lido pelo Senador Marco Maciel, o Relator, autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV, ao § 4º do art. 80 da Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 96, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância, favorável na forma do substitutivo oferecido.

Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do regimento interno do Senado Federal. Foi aprovado o requerimento em 29/04/2009, de autoria do Senador Flávio Arns, propondo a realização de Audiência Pública, realizada no dia 6 de maio de 2009.

A matéria já foi lida e iniciada a discussão. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Marco Maciel, conhecido o voto. Senadora Rosalba Ciarlini. Senador Eduardo Azeredo. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Roberto Cavalcanti. Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Valdir Raupp. Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Mozarildo Cavalcanti.

SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está aprovado.

SENADORA ROSALVA CIARLINI (DEM-RN): Espera aí, Sr. Presidente, eu não votei. Senadora Rosalba Ciarlini, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALVA CIARLINI (DEM-RN): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com o Relator, muito bem. É que havia sido chamada, mas... Mas muito bem. Item 4º, está aprovado o Item 2º da Pauta e constará na pauta da próxima reunião.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Item nº 4 da Pauta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agora já é possível fazer a inversão?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isto. Só vamos bem rapidamente, só aprovar os que já foram lidos, também.

Item nº 4, terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 403 de 2007, institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica, autoria do Senador Wilson Matos, relatoria Senadora Rosalba Ciarlini. Parecer favorável com as emendas oferecidas. Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outras para as emendas.

Na Reunião do dia 12 de fevereiro de 2008 foi aprovado requerimento de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, propondo a realização de Audiência Pública, realizada no dia 16 de abril de 2008. Na reunião do dia 11/08/2009 foi concedida vista coletiva. Não foram apresentadas manifestações por escrito.

Continua em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem. A Assessoria está nos informando de que foi aprovado um requerimento em Plenário neste caso, para ser ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, CCJ. Então, nós não poderíamos votar, em caráter terminativo, o projeto aqui, se isso confere.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, a informação confere. Como o projeto de lei já constava da Pauta para a votação aqui na Comissão, em função disso que está sendo votado, mas nada impede, caso haja alguma divergência, que seja feito recurso para o Plenário.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, Presidente, não caberia, porque se o Plenário já aprovou que tem que ser ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, nós não poderíamos fazer a deliberação em caráter terminativo nesta Comissão. Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, eu só quero esclarecer, Senadora Ideli Salvatti, que de fato eu até procurei discutir bem o assunto. E, como o requerimento não foi aprovado no Plenário, e como a matéria constava da Pauta, consta da Pauta, e a matéria teria que ser remetida ao Plenário, então nesse sentido que, de fato, não foi aprovado o requerimento.

Então, neste sentido que consta da Pauta para ser votado, mas nada impede que seja feito recurso ao Plenário, por quem desejar, com relação a qualquer matéria. Está bem?

Em votação a matéria. Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Gerson Camata. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Rosalba Ciarlini, é conhecido. Senador Alvaro Dias. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu me sinto impedida de votar com este impasse regimental, da forma como está colocado. Porque a Mesa deveria ter pedido ao processado para ficar aguardando a votação do requerimento, é este o procedimento regimental. Então, se a Mesa tivesse cumprido, dentro dos prazos, a obrigação de solicitar, esse projeto não poderia estar na pauta do dia de hoje, mas eu vou apenas me abster de votar, para não... Volto a dizer, a prioridade hoje aqui é aprovar o projeto da Universidade da Fronteira Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isso. Abstenção, então. Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Valdir Raupp. Senador Efraim Morais. Senador João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Mozarildo Cavalcanti.

SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está aprovado com a abstenção da Senadora Ideli Salvatti.

Passamos ao Item 7º da Pauta que já foi lido também. Projeto de lei do Senado nº 141, que autoriza a União a instituir programa nacional de reforço escolar na educação básica pública, denominado Programa de Apoio ao Sucesso Escolar na educação básica pública. Autoria: Senador Marcelo Crivella, Relatoria: Senador Paulo Paim. Parecer favorável.

Está em discussão ainda a matéria. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão. Passamos à votação nominal.

Senador Paulo Paim, voto conhecido. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Marco Maciel. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Desculpe, Senador Alvaro Dias. O Senador Alvaro Dias estava aqui? Ah, está bem, desculpe, eu estava olhando onde é que está o Senador Alvaro Dias... Está bem, está certo, que bom. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Ideli Salvatti. Senador Roberto Cavalcanti. Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Neuto de Conto. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): O meu voto é sim nesse e no anterior, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está certo. É que eu vi a manifestação facial de V.Exa. na anterior.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti.

SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Está aprovado o Projeto.

Pois não, Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALVA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero registrar o meu voto sim.

Não, não estou distraída é porque ele... Eu não ouvi quando ele me chamou de jeito, viu? Acho melhor logo no início, mas eu quero aqui registrar o meu voto sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas eu chamei, V.Exa. e pela expressão facial também, mas é que até existe *quorum*, não?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, na condição de suplente acho que cabia ainda um voto dos Democratas, eu não fui chamado. No caso aí ainda cabe?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cabe, sim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Voto com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com o Relator. Efraim Morais com o Relator. O próximo.

[interrupção no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O último projeto, antes da solicitação da Senadora Ideli Salvatti de inversão de pauta, que já foi lido, foi pedido vistas e devolvido. É o Item 10 da Pauta, terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 43 de 2009 que altera a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 96, que fixa as diretrizes e bases da educação, mediante inclusão de novo parágrafo em seu art. 9º e do art. 46A para criar critérios de avaliação de cursos e instituições de ensino superior, relacionado o desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional. Autoria Senador Marcelo Crivella. Relatoria Senador Gerson Camata. Parecer favorável. É Item 10 da Pauta.

Na Reunião do dia 04 de agosto de 2009 foi concedida vista coletiva, não foram apresentadas manifestações por escrito. A matéria constou na pauta das Reuniões dos dias 07 de julho de 2009 e 18 de agosto de 2009.

Está em discussão a matéria. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, só para verificar.

Essa proposta, foi uma proposta que nós discutimos muito aqui, porque esses exames, na minha ótica, teriam que ser bem analisados, porque votando esse a favor, provavelmente nós votaremos nos outros a favor também, por que algumas cadeiras, algumas áreas terão exame de proficiência? Por que outras não terão? Já temos um exame da Ordem.

O Senador Marco Maciel, tem uma proposta dele que também fala de exame de proficiência; o Senador Tião Viana também tem uma proposta que fala de exame de proficiência e eu tenho minha preocupação. Eu sinto muito, eu votaria contra esse projeto, porque eu não tenho, não tive ainda a certeza, pelo menos, de que tenhamos aqui condições de votar um projeto desses que vai impactar enormemente os profissionais de uma classe e depois vou ter que votar a favor dos outros também, portanto eu quero aqui já manifestar, de antecedência, o meu voto contrário.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Diante da... Senadora Ideli Salvatti, concordar, diante das ponderações, o Senador Gerson Camata está solicitando para retirar de pauta--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ótimo, excelente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --para que o debate posso acontecer.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Excelente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Excelente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, está retirado de pauta por solicitação do Sr. Relator.

Há um requerimento verbal da Senadora Ideli Salvatti de inversão de pauta, até em atenção a todas as pessoas que estão aqui presentes, para apreciação do Item 19 da Pauta, que é terminativo, de criação de Universidade.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordarem com a inversão de pauta permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu quero destacar que este projeto trata da criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e dá outras providências. A autoria é da Presidência da República, Relatoria da Senadora Ideli Salvatti, o Parecer é favorável.

Quero dizer que a Universidade da Fronteira Sul engloba três Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, portanto, há Prefeitos dos três Estados aqui presentes. É uma iniciativa que traz muito impacto, sem dúvida, para a região, e se a Senadora Ideli Salvatti permitir, eu só ler aqui, com prazer, a presença do Cacildo Maldaner, que é ex-Senador e ex-Governador de Santa Catarina; o Deputado Federal que está aqui, Vignatti, PT de Santa Catarina. Sejam muito bem vindos. João Costa Prefeito de Porto Barreiro/Paraná; Erno Menzel, Prefeito de Cunhataí; Lenoir Da Rocha, Prefeito de Mondaí/Santa Catarina; Dorildo Pegorini, Prefeito de Jardinópolis/Santa Catarina; Jorge Comunello, Prefeito de Formosa do Sul/Santa Catarina; Marino Daga, Prefeito de Águas Frias/Santa Catarina; Jandir Panis, Vereador, PMDB de Águas Frias/Santa Catarina; Irineu Zabot, Vereador, PT de Águas Frias/Santa Catarina; Sady Daniel, Vereador-DEM de União do Oeste/Santa Catarina; Everaldo Luiz Casonatto, Prefeito de União do Oeste/Santa Catarina; Celso Matiello, vice-Prefeito de União do Oeste/Santa Catarina; Jobert Peruzzo, Prefeito de Sul Brasil/Santa Catarina; Vilson Téchio, Vereador PP, de Coronel Freitas/Santa

Catarina; Eduardo André Gaievski, Prefeito de Realeza/Paraná; Lenoir Bigolin, Prefeito de Quilombo/Santa Catarina; Edgar Rohrbeck, Prefeito de Planalto Alegre/Santa Catarina; Luciane Carminatti, Vereadora PT de Chapecó/Santa Catarina; Amauri José Zucco, Prefeito de Coronel de Freitas/Santa Catarina; Berto Silva, Prefeito de Laranjeiras do Sul/Paraná; Deoclécio De Nez, Secretário de Viação de Laranjeiras do Sul/Paraná; Nelson Gomes, Secretário de Educação e Cultura de Laranjeiras do Sul/Paraná; Dilvo Ristoff, Professor, Presidente da Comissão de Implantação da Universidade Federal Fronteira Sul,UFFS; Darci Massuqueto, Secretário de Esportes, Lazer e Turismo de Laranjeiras do Sul/Paraná.

Então, é um momento dos mais importantes. Os Senadores dos três Estados, do Paraná, e próprio Alvaro Dias; Osmar Dias, do Rio Grande do Sul, Paulo Paim, aqui presente; Sérgio Zambiasi, aqui presente; Senador Pedro Simon, que é membro desta Comissão também; e os Senadores de Santa Catarina, os três são membros desta Comissão, também, que são a Senadora Ideli Salvatti, Senador Raimundo Colombo e o Senador Neuto De Conto, que está aqui presente, também.

Quer dizer os nove Senadores também estão unidos e achando da mais alta importância para os Estados, para o Brasil e para as regiões a iniciativa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Com o apoio dos paulistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E com o apoio dos paulistas e de todos os demais Senadores.

Temos aqui a presença de ex-Ministros, também. O Ministro, ex-Ministro Marco Maciel, da Educação; Cristovam Buarque, ex-Ministro da Educação e, quero dizer que o Osmar Dias é ex-Presidente desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, também, e o Senador Cristovam Buarque da mesma maneira.

Então, com a palavra, para este momento da mais alta significação e importância para o Brasil, para os três Estados, a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Muito agradecida, Sr. Presidente, e ainda, como há uma outra lista que correu ali também, Senador Flávio Arns, queria fazer o registro do Jéferson Fernandes, que é Assessor do Deputado Elvino Bohn Gass, Rio Grande do Sul. Os gaúchos... Eu estou com uma certa dificuldade de entender a letra, mas é que me parece ser Soli(sic) Daniel, que é Vereador de União do Oeste; Marlene de Andrade, que participa do Fórum da Mesorregião; Elimar do Nascimento que representa a Via Campesina do Paraná; Eliana Adamo(F) Peruzzo(F), Professora do Município de Sul Brasil/Santa Catarina; Eni Araújo Malgarim, Vereadora do PT de São Luiz Gonzaga, Missões - isso deve ser Rio Grande do Sul; Fabiano da Luz, nosso querido Prefeito de Pinhalzinho/Santa Catarina.

Eu, inicialmente, Sr. Presidente, queria agradecer a presença de tantos Senadores e Senadoras nesta Sessão que vai deliberar esta importante matéria, porque criar uma Universidade, uma nova Universidade é fazer um vetor de desenvolvimento. É você sinalizar para toda uma população, para toda uma região que ali vai ter, além da produção de ensino de qualidade, você vai ter ali o desenvolvimento de ciência, de tecnologia, de pesquisa, de extensão e, portanto, uma nova universidade atrai o desenvolvimento, ela é este vetor de desenvolvimento, ela atrai o desenvolvimento, por isso que nós estamos aqui com esta Audiência com tantos Prefeitos, com tantos Vereadores, representantes, ainda mais no caso desta Universidade, que ela sofreu um profundo e longo processo de debate, de discussão, até chegar ao projeto, que é um projeto profundamente enraizado na realidade desta mesorregião.

Esta mesorregião, que compõe a grande fronteira do Mercado Comum do Cone Sul, ela abrange 396 municípios do Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. É uma região aonde a base econômica é a agricultura familiar, é a Agroindústria. É exatamente este setor que integra um setor produtivo econômico de ponta com o setor primário, fazendo com que - inclusive, num sistema inédito de cooperação e de integração - nós pudéssemos ter nesta região um dos setores, uma das áreas no planeta de maior produção de proteína animal.

A produção de suínos e de aves desta região, ela tem um destaque e faz com que nós tenhamos os índices de exportação destes produtos e de produção, exatamente nesta região que abrange parte do Paraná, parte da Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul.

Quando eu digo que o movimento social participou, é porque a proposta veio, exatamente, do movimento social, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, da Via Campesina, do Movimento dos Sem-Terra, de todas as organizações que trabalham e sabem da importância para o desenvolvimento do setor ter um vetor de desenvolvimento como é uma nova Universidade.

Foi um longo trabalho também, porque a criação desta nova Universidade teve a participação do nosso querido Deputado Cláudio Vignatti, tomou a iniciativa de que teve a oportunidade à época e foi Relator do Plano Plurianual, de colocar a Universidade - nós chamávamos, à época Universidade do Mercosul, Universidade... Não era bem este nome que acabou saindo, mas foi

para o PPA e isto permitiu ao Ministério da Educação poder, inclusive, encaminhar o projeto.

O próprio Deputado Cláudio Vignatti tomou a iniciativa de apresentar aqueles projetos que a gente faz de, autorizativo, para abrir o espaço, abrir o debate, dar visibilidade à realidade da urgência e da necessidade da criação desta nova Universidade. A Reitoria da Universidade Federal da Fronteira Sul, para muito orgulho nossos, catarinenses, será no Município de Chapecó, mas além do campus de Chapecó, a Universidade já nasce multicampi, com cinco cidades sendo contempladas com estrutura de ensino, pesquisa e extensão, que são os municípios, os campi nos municípios de Cerro Largo e Erechim no Rio Grande do Sul, e Laranjeira do Sul e Realeza no Estado do Paraná. Quando a Universidade estiver implantada na sua totalidade, nós teremos no mínimo dez mil alunos frequentando estes cinco campis.

Para pode dar sustentação a este projeto, 500 cargos estão sendo criados entre professores e técnicos administrativos e esta contratação é que, para nós, era tão importante, inclusive, aprovarmos o mais rapidamente possível o projeto para termos o de desencadear do concurso sendo executado neste segundo semestre, porque os cinco campi: Chapecó, Realeza, Laranjeira do Sul, Cerro Largo e Erechim terão início de aula já em março do ano que vem, portanto, os prédios não estarão prontos, as construções não estarão concluídas, mas com os professores e os técnicos contratados, nós vamos ter oportunidade de iniciar as aulas já em março do ano que vem.

Nós temos já aprovados entre o primeiro e a agora o segundo mandato do Presidente Lula, 14 novas universidades. Esta, portanto, é a 15º universidade que está sendo aprovada durante o mandato do aluga e temos ainda mais duas: A UNILA é a UNISUL, uma universidade para os países da língua portuguesa e uma universidade que vai trabalhar esta integração entre colonização portuguesa e colonização espanhola aqui na América Latina e, portanto, uma universidade bilíngue, tão importante para o desenvolvimento do continente sul-americano.

Eu queria, antes de apresentar o meu voto, fazer apenas a apresentação de três pequenas imagens em *power point* porque, como catarinense, eu tenho muito orgulho de estar vivendo o dia de hoje, de estar vivendo este momento de poder mostrar em imagens o que aconteceu com o ensino federal em Santa Catarina entre o primeiro e o segundo mandato do Presidente Lula. Talvez os paranaenses e os gaúchos - eu até recomendo - façam o mesmo: Peguem o que tinha de ensino federal público e gratuito de qualidade em 2003; pegue o que tem agora, pegue o que vai ter até o final de 2010, porque é absolutamente surpreendente.

Em Santa Catarina nós temos a nossa Universidade Federal, que é na ilha, e nós dizemos que era - era - um Universidade ilhada, ela completa no ano que vem 50 anos, muito nos orgulha, mas ela só estava localizada aqui, ela não tinha nada - zero de interiorização.

Em 2003, nós tínhamos a Escola Técnica Federal de Florianópolis, a de São José e a de Jaraguá do Sul; tínhamos dois colégios agrícolas vinculados à Universidade Federal, o Colégio Agrícola de Araquari e o Colégio Agrícola de Camboriú que são, inclusive, anteriores à Universidade Federal, foram acoplados depois que a Universidade Federal foi constituída e, tínhamos duas escolas agrotécnicas: Concórdia, Rio do Sul e Sombrio.

Eu peço um segundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V.Exa. só permitir, eu pediria, assim, alguma agilidade--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, eu só vou apresentar mais dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --porque este quadro, em si, não tem a ver com o projeto propriamente dito.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu vou mostrar como ele tem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não. E ao mesmo tempo, nós gostaríamos de dar celeridade para que os pessoas possam votar, porque senão a votação acabará prejudicada, também.

Então, eu peço alguma celeridade--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente eu só vou passar este aqui que são os alunos do ProUni, que estão espalhados em todo o Estado, 6.875 e neste ano, 10 mil e, por último - o último - é a interiorização da Universidade Federal com o campus de Araranguá, o campus de Curitibanos e o de Joinville: Araranguá já inaugurado, Curitibanos em construção e o de Joinville com início de construção. As bolinhas azuis são os pólos de ensino interiorizado da Universidade Federal e, os demais são as escolas, a expansão do ensino federal profissionalizante com dois institutos federais que se expandiu por toda a Santa Catarina.

E, em termos de Universidade, a Ilha, o Sul, o Planalto Serrano, o Norte do Estado e, para nós, a tão importante Universidade Federal da Fronteira Sul cobrindo, desta forma, todo o Estado de Santa Catarina dos nossos principais pólos, por isso que nós, catarinenses, como eu acredito que os paranaenses e os gaúchos, se pudessem mostrar um mapa equivalente, estariam tão orgulhosos quanto nós de apresentar

o voto para que esta matéria seja aprovada pelo sua constitucionalidade, pela sua juridicidade, mas, principalmente, pelo mérito - pelo mérito - de poder fazer com que uma região tão importante, que produz tanto, que é marco referência e orgulho para o Brasil como é a mesorregião da fronteira do Mercado Comum do Cone Sul, do Mercosul, possa estar no dia de hoje sendo aprovada.

Por isso eu queria, aqui, parabenizar todos, toda a Comissão, todos os movimentos sociais, todos os Prefeitos, Vereadores, aqui, inclusive, ficou suprapartidário para que nós pudéssemos aprovar a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço, então, o relatório da Senadora Ideli Salvatti.

Passo a palavra a Senadora Marisa Serrano para discutir.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente.

É claro que a construção, a implantação de uma universidade tem que ser aplaudida por todos nós. Ninguém vai contra a criação de uma universidade federal, o Governo Federal tendo condições objetivas de mantê-la, portanto, eu quero, a princípio, já declarar o meu voto a favor, mas quero fazer algumas ressalvas aqui que se tornam necessárias, Sr. Presidente.

Primeiro eu quero falar da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul não tem professores do Curso de Direito, os professores são chamados 'professores voluntários', não ganham um real e tiveram que fazer, para valer as aulas que dão aos alunos, tiveram que fazer um contrato de professor voluntário que eu nunca vi uma coisa dessas no mundo para validar o ensino e tudo estudo dos seus alunos. por quê? Porque não tem quadro suficiente, porque não tem recurso suficiente para manter a Universidade. Precisa de reformas, não pode fazer porque também não tem recursos para isso.

Então, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul pede socorro e eu quero aqui pedir à Senadora Ideli Salvatti que também olhe por ela, porque nós precisamos das universidades também que já existem e que não têm condições de continuar oferecendo um ensino de qualidade que nós queremos.

E segundo, Sr. Presidente, eu quero dizer que nós podemos ter um número maior, enorme de universidades em todo o país, em todos os Estados, Santa Catarina merece, ela tem a Universidade Estadual de Santa Catarina, que é desenvolvimento, como nós temos a nossa Universidade Estadual lá, em Mato Grosso do Sul.

Claro que nós queremos abrir o maior número, mas Sr. Presidente, sem olhar o ensino médio, sem garantir que o ensino médio tenha alunos suficientes e qualidade suficiente para adentrar à Universidade, nós estamos criando um gargalo imenso. Daqui uns dias, como disse o Senador Cristovam Buarque, nós vamos ter universidades suficientes para o pouco que nós temos de alunos no ensino médio brasileiro porque o gargalo é imenso e é um problema seriíssimo que nós estamos vivendo, porque esse nível de ensino está estagnado no país.

E segundo, Sr. Presidente, porque nós precisamos de recursos para o ensino básico no país. É por isso que eu aprovo a proposta do Senador Cristovam de que o recurso do pré-sal, um percentual dele seja investido na Educação, Educação e Saúde. Tem que ser investido naquilo que é básico para o país, para o país como um todo e não só para os Estados que têm algum relacionamento a ver com a extração do petróleo.

E depois dizer, Sr. Presidente, que o ensino básico nosso está tão ruim que há inúmeras universidades brasileiras - eu estava diz discutindo isso com o Senador Cristovam aqui - estão fazendo cursinho preparatório para os alunos entrarem e terem condições de frequentar o curso superior, aí o senhor como é que está ruim o ensino brasileiro. Então, não é a gente se ufanar de abrir o maior número possível de universidades.

Eu quero que, a par disso, nós tenhamos um ensino de qualidade e tenhamos o ensino médio em condições de adentrar às nossas universidades.

Eu quero deixar essa minha fala aqui, Sr. Presidente, como um libelo de que as coisas não podem ser... Investir maciçamente no Ensino Superior o recurso que nós precisamos investir no ensino básico neste país.

Eram estas as minha palavras.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, Senador Neuto De Conto de Santa Catarina. E nós temos quatro pessoas, quatro Senadores inscritos, o importante de--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem se fosse possível.

É possível fazer a abertura dos votos? Por exemplo, a Senadora Rosalba tem programa de TV com horário e aí nós continuaríamos as falas com a votação ocorrendo, se fosse possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu pergunto ao plenário se há alguma objeção em relação a sugestão da Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu vou ser bem rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Senador Senador Neuto De Conto está dizendo que é rapidamente expor. O Senador Eduardo Azeredo concorda.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, não. A Senadora podia ter sido mais rápida e os outros podiam falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, Sra. Senadora e Srs. Senadores.

O momento é de júbilo pois a mesorregião da grande fronteira do Mercado Comum do Cone Sul, o Mercosul, que lá tem 396 municípios, 04 milhões de habitantes e que, sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, é o maior complexo agroindustrial do universo, através do trabalho, da luta de uma sociedade que lá se estabeleceu e produz de uma forma fantástica.

Deus foi bondoso conosco, nos deu terra abundante, férteis, nos deu água, rios caudalosos, florestas, nos deu clima e, principalmente, o ser humano. E, sem dúvida nenhuma, a Universidade vai pegar todo esse componente fantástico da natureza e do ser humano para injetar a pesquisa, o desenvolvimento, o conhecimento e, sem dúvida nenhuma, poderemos alcançar com o armazenamento da ciência, da tecnologia, do conhecimento, armazenar nas inteligências dos seres humanos daquela região e buscar todos os espaços que, porventura, se apresentam para o grande desenvolvimento daquela região e principalmente do Brasil.

Por isso, além de cumprimentar todos aqueles que atuaram nesse processo, Srs. Prefeitos, Srs. Vereadores, os políticos do meu Estado e do grande Oeste liderado pelo eminente Deputado Cláudio Vignatti, o Deputado Valdir Colatto, o Deputado Celso Maldaner, os Senadores - todos os Senadores - e cumprimentar, especialmente, a vontade de um governo que quer desenvolver, que quer apresentar e quer deixar um legado fantástico para o conhecimento do país.

Por isto tudo eu quero cumprimentar todos quantos que têm atuado e agradecer a oportunidade e a nossa manifestação na aprovação deste grande e imenso projeto para o Oeste de Santa Catarina, o Sudoeste do Paraná e o Norte do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Parabéns à Bancada, Senador Neuto De Conto, Senadora Ideli Salvatti e Senador Raimundo Colombo, os três membros desta Comissão de Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, rapidamente para que possamos votar.

É claro que nós aprovamos e com muita alegria e satisfação porque uma proposta de descentralização do Ensino Superior e a União assumindo responsabilidades.

O Paraná é uma exemplo de descaso histórico da União em relação ao Ensino Superior. O nosso Estado - e eu me lembro dos número do período em que fui Governador há 18 anos - o Paraná pagava duas vezes mais do que São Paulo, proporcionalmente, quatro vezes mais que o Rio de Janeiro e infinitamente mais do que todos os outros Estados que praticamente nada pagavam pelo ensino superior.

O Paraná acabou tendo que assumir a responsabilidade e ofereceu oportunidade de Ensino Superior aos jovens e agora é a primeira vez que nós sentimos a presença federal e eu quero reconhecer isto. Acho que nós temos autoridade para fazer oposição quando reconhecemos também os feitos favoráveis do governo. E nessa hora eu tenho que aplaudir a instalação no Paraná de dois campi, dessa Universidade, em Laranjeiras do Sul, do Prefeito Berto Silva, que aqui está presente ao lado de outras lideranças do Paraná.

Em Laranjeiras do Sul, que certamente ganhará desenvolvimento e modernização, com a instalação desse campus, como Realeza já no Sul, Sudeste do Estado, com representantes aqui também. Enaltecer este feito, esta conquista e reconhecer a importância dela para o futuro do Paraná. E vamos votar, Sr. Presidente, antes que o *quorum* seja prejudicado.

SENADORA ROSALVA CIARLINI (DEM-RN): Vamos lá, muito bem, boa providência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Alvaro Dias. Eu só quero lembrar aos presentes que depois desta votação nós teremos uma votação muito importante de projeto de natureza não terminativa, cuja relatoria é do Senador João Pedro, e que se relaciona ao campus de Sorocaba. Este tem que ser votado para que nós possamos então, ter abertura para a votação dos outros projetos, porque há uma suspensão, vamos dizer assim, de procedimentos.

Há rapidamente, se for possível, Senador Romeu Tuma, Senador Marco Maciel e Senador Cristovam Buarque.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu me inscrevo também, Sr. Presidente, eu acho que nós estamos cometendo... Estamos cometendo um erro aqui.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, eu abro não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permite, Sr. Presidente, para ajudar V.Exa. Daqui a pouco não vai dar *quorum* e nós não vamos--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, sem dúvida...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ajudar essa votação tão importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim, como havia...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero só ajudar, eu abro mão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu abro mão, também Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu também.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Muito bem.

Senador Sérgio Zambiasi, muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Cristovam Buarque e Senador Sérgio Zambiasi.

Eu inclusive agradeço, particularmente, ao Senador Sérgio Zambiasi, o Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon que são do Rio Grande do Sul, sempre atuantes e presentes e certamente também colaboradores intensos dessa iniciativa como sempre são em relação ao Estado, os Senadores do Paraná, Senador Alvaro Dias, Osmar Dias e eu próprio. Atendendo um pleito que é fundamental e vamos dizer em sintonia, em convergência de todos os Senadores.

Encerrada a discussão. Passo a fazer a votação nominal chamando os Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALVA CIARLINI (DEM-RN): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem. É brincadeira. Senador Heráclito Fortes, agora não está mais aqui. Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, por Santa Catarina é principalmente pelo que nós queremos da educação no país e uma educação forte.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): E pelo Paraná também.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Uma educação pelo Paraná e Rio Grande do Sul também e que nós queremos uma educação cada vez mais sólida é melhor eu voto sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim, Presidente. Com todo o orgulho e felicidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É voto conhecido. Senador Leomar Quintanilha. Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Valdir Raupp, Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o voto de um nordestino esperando que o Governo Federal não se esqueça do Nordeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, é isso mesmo. Senador João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Mozarildo Cavalcanti. Está aprovado o presente projeto e parabéns a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Parabéns aos três Estados, parabéns à Comissão, aos Prefeitos, Secretários, o Deputado, Senadores, isso é um avanço importante para os três.

Eu só peço a gente gentileza que o Senador Alvaro Dias está propondo um requerimento também.

SENADORA ROSALVA CIARLINI (DEM-RN): De quê?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu peço a inversão de Pauta para o Item 17, que é o projeto do Deputado Pannunzio que está presente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O mesmo pedido para o 18 também, Senador, acompanhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Certo. Então, inversão de Pauta.

SENADORA ROSALVA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Para apreciação do Item 17.

SENADORA ROSALVA CIARLINI (DEM-RN): Eu queria pedir um favor, porque eu tenho um horário de televisão, e o meu item é o Item 8º.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V.Exa. concordar...

SENADORA ROSALVA CIARLINI (DEM-RN): Porque não é eu concordar ou não, Sr. Presidente, é horário de estúdio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Inverteríamos a pauta porque é essencial, porque não possível votar outros projetos pelo acordo que houve, sem se votar este em primeiro lugar.

Então, em votação o requerimento do Senador Alvaro Dias, está aprovado.

SENADORA ROSALVA CIARLINI (DEM-RN): Já está aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Item 17 da Pauta, não terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 37 de 2008 denomina Prof. Arthur Fonseca o Campus da Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, localizado no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo. Autoria Deputado Antônio Carlos Pannunzio aqui presente. Relatoria Senador João Pedro.

Parecer pela rejeição. Na reunião do dia 12 de maio de 2009, foi concedida vista ao Senador Alvaro Dias. Na reunião do dia 26 de maio, Senador Alvaro Dias apresentou voto em separado pela aprovação do projeto. A matéria foi lida e iniciada a discussão na reunião do dia 26 de maio de 2009. A matéria constou na Pauta dos dias 2 de junho de 2009, 9 de junho e 23 de junho de 2009.

Então, já foi lido o relatório, pelo Senador João Pedro voto contrário.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Foi apresentado voto em separado pelo Senador Alvaro Dias. E inclusive, o Senador João Pedro fez consultas a Universidade Federal de São Carlos, foi feito debate sob a Presidência da Senadora Marisa Serrano, nesta Comissão, até vou ler que são sete linhas: "A Presidência Senadora Marisa Serrano submete à discussão do Colegiado a forma de instrução das proposições que visam denominar rodovias, trechos de rodovias, ferrovias, aeroportos, pontes, prédios, campus e campi universitários e outros locais públicos, uma vez que Exmo. Sr. Senador João Pedro, proferiu parecer pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 37 de 2008, por não ter havido consulta a comunidade para a escolha do nome do campus da Universidade Federal de São Carlos, sugerida no projeto citado. O Plenário desta Comissão manifesta por unanimidade apoio a manutenção do procedimento de instrução adotado pela Comissão nos últimos anos, com fundamento na credibilidade dos pareceres proferidos pelos relatores das matérias em questão e, ainda, na prerrogativa parlamentar, praticidade e a celeridade exigida ao processo legislativo. A Sra. vice-Presidente dá por encerrada a questão, transferindo o prosseguimento da discussão para a próxima reunião da Comissão, o que aconteceu na reunião seguinte".

Está em discussão a matéria. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu pedi a palavra para tentar esclarecer não mais o meu Parecer, mas por que fui, porque dei o Parecer contrário e quero chamar a atenção que hoje na nossa Pauta nas páginas 168, 169 e 170 tem a manifestação do Conselho Universitário.

E eu quero chamar a atenção para que nós não possamos generalizar a questão do procedimento. Eu estou tratando de uma instituição, de nós aprovarmos aqui um nome para uma instituição, que luta historicamente por autonomia universitária, todos nós conhecemos esta discussão; da autonomia universitária.

Então, uma estrada, uma praça, uma outra via, enfim, é diferente do acúmulo que tem os servidores públicos federais, os professores, os estudantes.

Então, eu quero chamar a atenção para isso, por que eu fui contrário à propositura do Deputado que foi aprovado lá na Câmara e chegou aqui no Senado?

Porque no processo não tinha nenhuma manifestação da Universidade e eu sei o que é a luta pela autonomia universitária. Só isso. Eu não tenho absolutamente contra o currículo do professor que tem currículo, tem uma vida nacionalmente conhecida. É por conta da presença da Universidade nos autos, não tinha nenhuma presença.

E aqui eu acabei entrando, fiz um relato meio que sem tencionar, sem querer tencionar com a propositura, mas chamando a atenção desta Casa e fui bombardeado aqui numa sessão. Eu voltei e tomei a iniciativa de consultar o Reitor eu disse: "Olha, eu gostaria que houvesse uma manifestação sobre esta propositura". E o Conselho Universitário se manifestou Presidente, que isso está inclusive aqui presente para todos os Senadores.

A Universidade, diz o Conselho Universitário por unanimidade, diz o seguinte: "Deixa a Universidade ter o nome das nossas cidades, Universidade Federal de São Carlos, de Sorocaba, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio de Janeiro". Este é o procedimento.

Então, eu quero dizer que há uma manifestação do Conselho Universitário, que me deixa tranquilo para manter o meu Parecer. O meu foco é a autonomia universitária, ou seja, se a Universidade não quer nome de A, de B, de C, é a Universidade que não quer, mas eu estou preservando uma luta histórica das universidades ou da universidade brasileira, pela sua autonomia.

Então, Sr. Presidente, face à manifestação da Universidade, face o meu Parecer, eu vou continuar mantendo, mantendo o meu Parecer. Eu acho que não está nem em discussão, no meu ponto de vista, não. É colher os votos, mas eu quero dizer da minha tranquilidade em relação ao meu Parecer, principalmente agora, com a manifestação do Conselho Universitário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu gostaria só de esclarecer o Plenário da seguinte situação, que essa matéria de fato já foi bastante debatida, foi debatida em uma, duas, três, reuniões, a Senadora Marisa Serrano não dia que eu não pude presidir esta reunião, submeteu à apreciação do plenário assuntos dessa natureza.

Na última reunião, inclusive, por requerimento verbal do Senador Alvaro Dias, outras matérias não foram votadas, antes que esta matéria fosse apreciada.

Então, eu faria um apelo para que pudéssemos encerrar a discussão e ir pra votação.

Então, eu só daria assim, se houver a permissão, lógico, daria a palavra a Senadora Marisa Serrano, para vamos dizer, um contraditório e depois passarmos ao processo de votação.

Está bem?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com a palavra, V.Exa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

Como há um fato novo que o Senador João Pedro nos relata, de um Parecer do Conselho Universitário da UFSCAR, então, eu acho que era justo a gente discutir um pouquinho esta questão.

Primeiro, Sr. Presidente, que todos nós Senadores temos que estar decidindo aqui o futuro e é assim, o Senador João Pedro acha que não, que cada projeto é um, mas não é. A partir do momento que qualquer entidade, que qualquer dos Senadores aqui forem fazer um projeto e alguém de lá dizer "não quero este nome", cai por terra a colocação a prerrogativa à colocação nossa.

Primeiro: O Parecer não é superior a uma lei. Segundo: A UFSCAR diz, ela não é contra o nome, ela só diz que no Parecer, os campus serão chamado de campus UFSCAR Sorocaba, UFSCAR Araras, UFSCAR São Carlos e etc e tal. Quer dizer é o nome do local, mas ela diz, não, da cidade onde está a Universidade, mas não disse aqui não se pode dar nenhum nome ao campus, não dá. Não tem escrito.

Só diz que essa denominação ela vai ter, vai ter que levar sempre o nome da cidade onde ela está, mas não diz que ela é contra qualquer tipo de indicação de um nome de uma personalidade para lá.

E segundo, Sr. Presidente, qualquer pessoa que achar que o nome não é viável, supondo que o Senador Augusto Botelho indique o nome de uma estrada, de um logradouro de ou de um qualquer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aeroporto.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Aeroporto, seja o que for. Se alguém de lá achar que não vale o seu nome, vai poder fazer uma representação aqui e nós vamos ter que acatar, certo?

Porque coloca em cheque aqui a nossa autoridade e a nova autonomia também de poder oferecer o nome, nominar aquilo que nós acharmos importantes, por isso que eu disse, daquela vez da reunião, que a partir do momento que nós não tivermos autonomia, nós, Senadores, não tivemos autonomia para fazemos um Projeto de Lei, nominando aquilo que nós temos feito normalmente, a partir de agora, a legislação aqui

tem que ser diferente. Nós temos que mudar a nossa legislação aqui para dentro, para poder, a partir de agora, ter critérios para poder dar nomes a logradouros a escolas, a aeroportos e assim por diante.

Então, Sr. Presidente, eu sou a favor do Projeto, não é por que o Deputado Pannunzio é do meu Partido, isso aqui nós estamos fazendo para todos os outros. Discutimos, naquele dia na nossa reunião, e foi por unanimidade, que se discutirmos contra um, tem que decidir contra todos ou a favor de um favor de todos. A não ser que a gente hoje debate quais os critérios, os critérios vão ser ouvir população, como é que vai ouvir a população? Vamos fazer um plebiscito para ver satisfeito população aceita ou não?

Quer dizer nós temos aqui que decidir os critérios que nós vamos ter. Como não é só um projeto, são vários, nós já votamos favorável, nunca nós questionamos a indicação de nenhuma Senador e Senadora - nunca - Senador Romeu Tuma, eu procurei, ver. São quantos júniors(F)? 60? 47? 47 nós já votamos só nessa Legislatura, nunca ninguém aqui questionou a indicação de qualquer Senador ou Senadora, nunca.

A partir de agora nós começaríamos a questionar, teria que questionar, eu teria que ver lá na região se nós podemos votar ou não, quer dizer a palavra do Senador e da Senadora não vale mais. E a partir de hoje nós teríamos aqui uma mudança na proposta feita. Eu quis fazer estas colocações até para que a gente saiba muito bem, que os outros todos vão depender da gente saber se vamos ouvir a comunidade do local ou se um parecer tem... Universitário, autonomia da Universidade é superior a autonomia que os Senadores têm aqui.

Ah, sim, 60 em tramitação a serem votados - 60.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

SENADORA ROSALVA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, pela ordem. Eu gostaria de pedir que se possível começássemos a votação.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A votação, Sr. Presidente, nós temos uma reunião de Bancada.

SENADORA ROSALVA CIARLINI (DEM-RN): Porque nós temos uma reunião, eu tenho que estar numa entrevista agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ela está de acordo com o que nós ouvíssemos agora que houvesse a palavra e a contraditório.

Está encerrada a discussão.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente.

SENADORA ROSALVA CIARLINI (DEM-RN): Na realidade, Sr. Presidente, deixa eu só colocar aqui uma coisa que o Senador colocou e eu quero deixar bem claro. Não é o nome da Universidade, Universidade de São Paulo, é o campus universitário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu peço.

SENADORA ROSALVA CIARLINI (DEM-RN): É outra questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu peço só que está colocado.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu quero falar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É que V.Exa. já teve a palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, não pode passar. A minha querida Senadora Marisa Serrano diz que nós vamos ter que definir critérios, este é um critério da Comissão de Educação, pois tem esse critério no art. 25, nosso, tem o critério, está claro o critério e foi por isso que eu dei o Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Há um critério pedindo a manifestação da comunidade, os órgãos federais, isso é um critério nosso, isso existe um critério e não tem o Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quer dizer a V.Exa...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nós vamos falando da universidade, Senadora, da universidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador João Pedro. Eu só queria dizer que esses critérios já foram lidos e discutidos...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Me desculpe, Senador João Pedro, mas não existe isso no 25 não, só se for outro artigo. Só se for outro artigo. Não há esse critério definido aqui no Regimento da Casa, não.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Existe.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): A Assessoria que está dizendo.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu trabalhei com a Assessoria desta Casa.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): A Assessoria está me comunicando que não.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O meu Parecer.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu estou falando a palavra da Assessoria.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Seu Parecer da Assessoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O artigo é que foi levantado o art. 25: "Se algum Senador praticar dentro do edifício do Senador, ato incompatível com o decoro Parlamentar ou com as

compostura pessoal à Mesa dele conhecerá e abrirá inquérito submetendo o caso, ao Plenário" e tal.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Este é o 25 por isso que estou dizendo a V.Exa., além de ser...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Podia quer.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): O 25 é Democrata.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Eu só quer dizer o seguinte. Está encerrada a discussão. A implicação é grande, o assunto foi debatido eu li a ata, a ata, está escrito aqui por unanimidade em outra reunião, apoio à tramitação destes projetos.

Então, não uma votação nominal e existe o relatório do Senador João Pedro e o voto em separado do Senador Alvaro Dias.

Tem preferência de votação o relatório do Senador João Pedro. Então, em votação não nominal, não é? Os senhores simbólico, os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que estiveram de acordo com o relatório do Senador João Pedro, permaneçam como estão, os curiosos que se manifestem.

Está rejeitado o Parecer do Senador João Pedro.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só um minuto que ainda estamos no processo de votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em votação o relatório, voto em separado do Senador Alvaro Dias.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se estão. Está aprovado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não tem o projeto?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, o relatório, o voto em separado já lido em Plenário, que aprova o Projeto do Senador Alvaro Dias.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado com os votos contrários dos Senadores João Pedro e Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, eu não queria falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com a palavra Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente eu não queria falar porque eu queria aproveitar o *quorum*, mas pelo visto não há mais *quorum* para os terminativos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas, pode falar não tem problema.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não é que não tem mais *quorum*, mas eu vou falar, porque se não eu não falaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim, pois não.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu queira deixar claro o porquê de meu voto. Eu tenho a impressão que essa Casa pode colocar nome de área porte de estrada, pontes, porque avião não pensa, mas estudante pensa, professor pensa, então, nome de campus tem que ser escolhido paga comunidade e não por uma força estranha.

Nesse sentido eu votei com o Relator, porque eu acho que de fato a gente tem que respeitar a comunidade na hora de escolher o campus. Eu não vejo que o Senado deva ter este poder de impor a uma comunitária universitária o nome do seu campus.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Senador Cristovam Buarque. Eu só queria destacar que...

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Este debate aconteceu de fato intensamente, levando-se em conta campus e universitário e outros local público. E se chegou à conclusão, nesse debate, em função da possibilidade de se discutir ou não, que o Senador tivesse essa possibilidade.

E submeter ao Plenário à votação.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora eu quero ia perguntar por que nós não votamos os terminativos, antes desse não terminativo, se havia **quorum**?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, porque não?

Porque nos outros, nas outras reuniões, houve o requerimento externado na reunião da Comissão de Educação de que não se votaria os terminativos antes que essa pendência dos não terminativos fosse superada.

Então, houve o requerimento, de vários Senadores, dizendo: "Olhe, precisamos em primeiro lugar resolver a pendência deste não terminativo, para passarmos depois aos projetos de natureza terminativa".

Então, foi unicamente, habitualmente não fazemos isso, só fizemos no sentido de que desta maneira haverá liberação de pauta para apreciação e votação dos demais projetos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, podemos votar o Item 9º e o Item 6º? São dois da minha relatoria, não terminativos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se permitir, Senador Eduardo Azeredo, temos o Item 3º e o Item 9º, de natureza não terminativa com os relatores presentes, o Senador Sérgio Zambiasi é Relator... É o autor, está certo.

Então, passamos ao Item 3º da Pauta, não terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2008, que cria o adicional por atividade risco para os vigilantes de Instituições Federais de Ensino Superior de Pesquisa Científica e Tecnológica. A autoria é do Senador Sérgio Zambiasi, a relatoria é do Senador Romeu Tuma. O Parecer é favorável com as emendas oferecidas.

A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. Na reunião do dia 10 de março de 2009 foi aprovado o requerimento de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Senador Romeu Tuma, propondo a realização de Audiência Pública, realizada no dia 12 de agosto de 2009, portanto, duas semanas atrás. A matéria constou na Pauta da reunião do dia 18 de agosto de 2009.

Antes de passar a palavra ao Senador Romeu Tuma, só quero parabenizar a Comissão, particularmente ao Senador Sérgio Zambiasi que presidiu a Audiência Pública, pela ampla participação, envolvimento. As pessoas estiveram não só nesta sala, mas em outra sala, onde teve que ser adaptado telão para que se pudesse acompanhar o debate.

Então, parabéns, houve o envolvimento grande da comunidade interessada no Projeto.

Com a palavra Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora Marisa Serrano, antes de ler o meu relatório, eu queria afirmar que a defesa de V.Exa., não só o aspecto da educação, na votação da Universidade de Santa Catarina, mas o investimento no ensino básico e secundário para preparar os alunos para as universidades. E eu queria falar outra coisa sobre a Universidade que se cria em Barretos para o ensino dirigido à área do câncer, Faculdade de Medicina, está tendo dificuldade da aprovação, porque disse: "Enquanto não fechar as de má qualidade a de ótima qualidade não poderá ser aberta."

Isso me choca, me traz uma tristeza profundamente grande, mas eu queria também afirmar que não perde a cidade de Sorocaba, a referência ao campus da Universidade de Sorocaba, Arthur, que foi aprovado agora, mas, não pode se deixar de referendar a cidade onde ela se instala, ela não perde, então, ela não suprime a cidade de Sorocaba, porque ela está fixa lá.

Apenas dá um nome ao campus que foi aprovado aqui.

Então, cumprimentar a V.Exa. por esta defesa de dois segmentos importantíssimos para nossas decisões nesta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Até, se V.Exa. permitir, eu não deveria fazer isso como Presidente, também, mas acontece a mesma coisa que acontece com aeroportos, pode se denominar um aeroporto de um nome, mas continua sendo Aeroporto de Curitiba, Aeroporto de Guarulhos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não tem jeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Aeroporto de São Paulo e tal, mas pode ter o nome, o nome continua havendo a indicação, o aeroporto é a mesma sistemática.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É referência geográfica não tem jeito de pagar.

Então, V.Exa. tem razão. Agora aqui nós fizemos uma audiência pública, a pedido do Senador Sérgio Zambiasi comigo e ele me deu, o presidente, me deu a deferência de poder relatar, porque está num ambiente que eu sou... Praticamente vivi a minha inteira.

E hoje infelizmente os campi universitários têm sofrido com a criminalidade eu falo pela Universidade de São Paulo, o campus tem tido furtos de automóveis, assaltos, até violência física da ação criminosa aonde praticamente a polícia tem dificuldade da sua entrada para manter a ordem pública e a segurança, não só dos alunos, dos professores e do patrimônio de cada um que lá comparece.

Então, tem a atividade de risco que é solicitada aos que praticam atividades de vigilância das instituições federais, que são os vigilantes profissionalizados dentro das universidades.

E na Audiência Pública foi apresentado vários argumentos fortes que trouxeram três emendas aqui da Comissão, que autoriza o Poder Executivo a instituir adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de Ensino Superior e de pesquisa científica e tecnológica.

A outra também, da Comissão de Educação, o art. 1º do Projeto de Lei do Senado 179, de 2008, a seguinte redação: art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar o adicional por atividade de risco para vigilantes de instituições federais de Educação Superior e de pesquisa científica e tecnológica.

E a de que dê o art. 2º, da mesma lei. A redação... Art. 2º: O adicional de que trata esta lei será cumulativo com as demais vantagens percebidas, e será fixada entre 50 e 100% do vencimento básico conforme regulamento. E outra emenda: "Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei do Senado 179".

E, com isso, por essas razões e com essas três emendas, já que a justificativa encontra-se na mesa de cada um dos Srs. Senadores, nós somos favoráveis à aprovação com as emendas já lidas.

É a nossa proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Romeu Tuma. Está em discussão a matéria.

Senador Sérgio Zambiasi, que é o autor do projeto de lei.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Um minuto, apenas, Senador Flávio Arns. Agradecer o brilhante trabalho que o Senador Romeu Tuma fez para que nós chegássemos a esse momento.

A Audiência Pública foi realmente marcante, esclarecedora, com a presença de representações de todo o Brasil, e especialmente por revelar aqui muito do seu trabalho que é absolutamente desconhecido da sociedade em geral, mas que é reconhecido por todos aqueles que frequentam as universidades.

Um dos aspectos que me chamou muito a atenção e eu não sabia, mesmo como autor do projeto, é a responsabilidade que estes homens e mulheres têm na guarda e na segurança dos laboratórios de pesquisa dentro das universidades e a fragilíssima exposição a que ficam no caso de entregar a alguém que não tem responsabilidade com a própria Universidade. Ali pesquisam-se células-tronco e tantas outras coisas que podem facilmente chegar às mãos de pessoas irresponsáveis que têm acesso ao local em horários privilegiados para acontecer um crime. Só isso aí já seria motivo suficiente para me convencer da importância do projeto.

Eu quero agradecer, portanto, inclusive a própria Bancada do Governo que liberou para que nós todos pudéssemos aprovar nessa primeira etapa o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só para apoiar também.

Eu fui procurada, Senador Romeu Tuma, por duas pessoas de outros órgãos, são órgãos federais, por que só das universidades? Aí eu disse: "Bom, nós estamos começando com as universidades, a isonomia é outra história".

Mas dizer para V.Exa. que é importante. São pessoas que ganham muito pouco e é necessário que eles tenham um estímulo para que façam a sua função numa época de tanta violência, de tantos problemas. A gente tem que... Quem se dispõe a ser vigilante tem que ganhar mais para poder compensar um pouquinho os riscos que corre. E quem quiser isonomia, que vá procurar a forma de fazê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está encerrada a discussão. Em votação a matéria. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu quero parabenizar também os Senadores Romeu Tuma pelo relatório e Sérgio Zambiasi pela autoria e parabenizar toda a categoria da área.

Passamos ao Item 6 da pauta. Não terminativo. Projeto de lei da Câmara nº. 35 de 2009, que obriga o fornecedor de produto cultural pela Internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo. Autoria: Deputado Felipe Bornier. Relatoria: Senador Eduardo Azeredo. Parecer é favorável.

Antes de passar a palavra a V.Exa., eu só quero destacar a presença do Paulo Salamuni, de Curitiba, ex-Presidente do União dos Escoteiros do Brasil - UEB, e um grande incentivador e amigo da área.

Seja muito bem-vindo, Paulo Salamuni.

Com a palavra, V.Exa., Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadora, a proposição determina que a comprovação da situação de beneficiário da meia-entrada deverá ocorrer por ocasião do ingresso ao evento cultural mediante a apresentação da documentação requerida.

A impossibilidade de comprovação desse direito implicará a perda do ingresso pelo comprador, ou seja, o projeto exatamente diz respeito à obrigacão do fornecedor de produto cultural a tornar disponível pela internet a venda de meia-entrada. Quando tiver venda de entrada, que também seja disponível a meia-entrada.

O que tem acontecido é que o cinema, o teatro, o circo, que coloca na Internet, não coloca a meia-entrada. Não sempre, não é? Alguns não colocam. Então, o objetivo do Deputado Felipe Bornier foi exatamente de que sempre que houver a venda pela Internet, haja também a venda, além da entrada, da meia-entrada.

O projeto foi apreciado nas Comissões lá da Câmara, aqui no Senado foi distribuído a várias Comissões, e nesta Comissão não foram oferecidas emendas. De maneira que o parecer é favorável por considerar que realmente a meia-entrada deve estar disponibilizada para todos aqueles que comprarem ingresso pela Internet, seja teatro, show, cinema ou outra modalidade cultural.

A argumentação contra a disponibilização dessa meia-entrada é inconsistente. Portanto, nos parece que devamos aprovar. Este é o voto, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Os que estiverem de acordo com o relatório do Senador Eduardo Azeredo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item 9º da Pauta, não terminativo. Projeto de Lei do Senado nº. 008, de 2009. Adota

medida de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, FIES, usando os mesmos critérios da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que são projeto... A lei relacionada a dívidas originárias de Operações de Crédito Rural e de Crédito Fundiário. Autoria do Senador Cristovam Buarque, aqui presente. Relatoria do Senador Eduardo Azeredo, aqui presente também. O parecer é favorável. A matéria é terminativa na Comissão de Assunto Econômicos.

Com a palavra, V.Exa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto de autoria do Senador Cristovam Buarque ele busca exatamente adotar medidas de estímulo à liquidação, regularização de dívidas originárias do FIES, usando os mesmos critérios das dívidas originárias de operações de Crédito Rural de e Crédito Fundiário.

Os estudantes brasileiros, por este PLS, não pagam seus débitos por escolha, mas por não terem emprego ou renda suficiente para fazê-lo. Não é porque não querem pagar. É fundamental que o Poder Público e os Legisladores encontrem formas de contornar o problema – à semelhança do que foi feito em relação aos agricultores inadimplentes – e, portanto, tratar todos os brasileiros de forma igualitária.

Diante desse quadro, sob o ponto de vista educacional, a matéria é meritória, devendo, a nosso juízo, ser acolhida nessa Casa Legislativa.

O voto, portanto, é pela aprovação, dando aos estudantes devedores do FIES as mesmas condições de renegociações que foram ofertadas à área rural.

Parecer favorável, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu quero parabenizar o autor e o Relator.

Passamos ao item...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de ver a possibilidade da aprovação de um requerimento, inclusão extrapauta de uma Audiência Pública, para que pudesse ser avaliado pelos colegas Senadores e Senadoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Senador Papaléo Paes que vai ler dois relatórios e concordar também?

Está colocado, então, o requerimento da Senadora Kátia Abreu para inclusão extrapauta. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram, com a inversão de pauta, inclusive.

Passo a ler só o requerimento, que é rápido. "Requeiro, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão com a finalidade da analisar e discutir o problema enfrentado por estudantes de graduação de todo o país, matriculados nos cursos à distância oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins, UNITINS, cujos cursos foram descredenciados junto ao Ministério da Educação, MEC, e quais soluções para resolver o impasse.

À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participar da presente Audiência Pública Fernando Haddad, Ministro da Educação; Jucylene Maria de Castro Santos Borba, Reitora da Fundação Universidade do Tocantins; Maria Luiza Nascimento, ex-Pró-Reitora de Pós-Graduação é Extensão da Universidade Federal do Tocantins, UNITINS. Senadora Kátia Abreu.

Está em discussão a matéria.

Eu quero só sugerir a V.Exa. e permitir a participação da Procuradora da República que acompanha este processo e que fez todas as reuniões no Estado do Tocantins.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pois não, Presidente. Da minha parte, eu acho que é muito importante a participação dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Então, estaria acrescentado o quarto nome. Em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Passamos ao item...

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): 13.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Aos Itens 13 e 14 da Pauta, que já estão mais... Esta seria a quarta sessão.

Então, conforme acordado nesta Comissão, podemos designar um Relator *ad hoc*.

Item nº. 13, terminativo. Será só lido para que na próxima semana possamos votar em conjunto, iniciada a discussão também.

Projeto de Lei do Senado nº. 050, de 2009, que denomina Viaduto Henrique Santillo o viaduto localizado no entroncamento da BR 060 com a BR 153 do município da Anápolis, Estado de Goiás. Autoria: Senador Demóstenes Torres. Relatoria: Senador Marconi Perillo. Parecer é favorável.

A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 04 de agosto, 11 de agosto e 18 de agosto de 2009. A matéria a ser votada em bloco, segundo decisão nº 1 desta Comissão aprovada por unanimidade em 09 de junho de 2009.

Com a palavra, o Senador Papaléo Paes, a quem eu peço a gentileza de ser o Relator *ad hoc*.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como V.Exa. já fez referência, o parecer do Senador Marconi Perillo é sobre um projeto de iniciativa do Senador Demóstenes Torres, ele preenche todos os requisitos legais quanto à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito. E é considerado, portanto, um projeto por justa e merecida homenagem ao Sr. Henrique Santillo, a uma obra de grande importância regional e nacional, iniciada ainda na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e que agora foi concluída no Governo Lula.

Então, o projeto é interessante, importante, reconhecendo a importante participação do Sr. Henrique Santillo não só para o Estado de Goiás, mas para o Brasil.

Então, pelo exposto, voto em anexo. Voto sim, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria. Interrompemos a discussão para continuá-la na próxima reunião e, ao mesmo tempo, fazemos a votação do Projeto de Lei.

Passamos ao Item 14. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2008, que denomina Rodovia Senador José Coelho o trecho da Rodovia BR 407, compreendido entre as localidades de Petrolina e a Afrânio, no Estado de Pernambuco. Autoria: Senador Marco Maciel. Relatoria: Senador Sérgio Guerra. Parecer: favorável.

A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 04 de agosto, 11 de agosto e 18 de gosto do corrente ano. A matéria será votada em bloco, segundo decisão nº 1 dessa Comissão, aprovada por unanimidade em 09 de junho de 2009.

Eu peço novamente ao Senador Papaléo Paes, a gentileza de ser o Relator *ad hoc*.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

A matéria de projeto de autoria do Senador Marco Maciel, encaminhada para o relatório do Senador Sérgio Guerra. Portanto, houve a participação desse projeto no relatório de duas importantes figuras políticas no Estado de Pernambuco, ilustres figuras política e que a conclusão é que é considerada justa é merecida homenagem proposta a José Coelho, que é um ilustre pernambucano e grande brasileiro.

Então, o meu voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço novamente ao Senador Papaléo Paes. Em discussão a matéria.

Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero votar a favor, mas lembrando mais uma vez que há uma diferença entre darmos nomes a estradas, pontes e até mesmo escolas da Educação Fundamental e darmos nomes a campus de Universidade. Nesse caso, eu voto absolutamente favorável e com toda a tranquilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Não encerro a discussão pela mesma razão, porque é um projeto terminativo. A discussão continuará em aberto na nossa próxima reunião para posterior deliberação.

O Senador Cristovam Buarque quer também fazer algum aditamento ou requerimento, não é? [interrupção do áudio] Desculpe.

Enquanto... Só um minuto. Enquanto isto, eu quero fazer também um comunicado aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, no seguinte sentido. É só um comunicado. Comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras a realização do 2º Fórum Legislativo nas Cidades-Sede da Copa de 2014, apoiado por esta Comissão, conforme requerimento aprovado em outra reunião, e organizado pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo desta Casa.

Este Fórum será o segundo dos 12 encontros programados pelo projeto "O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014", a ser realizados nos Estados-sede da Copa no período de agosto a novembro de 2009. O evento ocorrerá dia 28 de agosto do corrente, sexta-feira desta semana, a partir das 9h, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal. Os Senadores que desejarem uma cópia do convite com a programação poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo.

Eu quero lembrar que estamos adotando alguns princípios. O primeiro é de apoiar o evento, e isto foi aprovado por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Em segundo lugar, convidar todos os Senadores e Senadoras para participarem, se possível, do evento. Não sendo possível, nós falamos com os três Senadores do Estado para que eles representem esta Comissão. Neste caso, o Senador Garibaldi Alves, o Senador José Agripino e a Senadora Rosalba Ciarlini, todos membros da Comissão. Então, pedimos para que apóiem.

E, ao mesmo tempo, solicitamos a um Consultor do Senado para que dos 12 eventos, pelo menos a metade sejam acompanhados pela Consultoria, que é o nosso Consultor Alexandre Guimarães. E ele fará o relatório, como vem fazendo dos eventos, para que esta Comissão, na área do esporte, possa, a partir

dos relatórios e do apoio que está dando, tomar as medidas pertinentes, se necessário. Então, só deixar muito claro o que vem acontecendo.

Eu passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que a solicitou.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, é apenas para pedir que seja aditado mais um nome à Comissão que vai discutir o problema do patrimônio cultural subaquático. Porque nós temos três da Marinha, mas entre os acadêmicos, só dois, e eles me pediram para incluir mais um nome. Eu sei que ficam seis nomes, é muito, mas reduzir a quatro fica difícil. Então, seria o Henrique Motta, o Nilton Fernandes e o Estevão Campelo de Melo Moura, dois destes já estão aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Então, sim, V.Exa. está solicitando a inclusão extrapauta de um aditamento a requerimento para realização de Audiência Pública. Está em votação a inclusão extrapauta. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, vamos ao requerimento propriamente dito, que seria: Requeiro, nos termos... Esse é o anterior. Ah, e V.Exa. quer fazer o requerimento oral, então? Se V.Exa... Ah, já fez. Com as inclusão de qual nome?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): São três nomes, dois já estão. Eu li os três. Então, o que vai entrar é Nilton Fernandes Assunpção(F), que é Administrador Profissional, Diretor-Administrativo Financeiro da Salvanav Pesquisa e Recuperações Submarinas Ltda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Então, o objetivo é de aditamento desse nome à Audiência Pública no sentido de debater o PLC 45/2008, PL 7.566/2006, de autoria da Deputada Nice Lobão, sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro e adequar a legislação interna do país com que está estabelecido na convenção sobre a proteção do patrimônio cultural subaquático da UNESCO.

Então, está sendo acrescentado este nome mencionado à realização desta Audiência Pública. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, os Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agradeço a participação de todos, tivemos momentos muito importantes nesta Audiência Pública, de forma muito particular, desta Audiência Pública me desculpe. Desta reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de uma maneira muito especial. A criação da Universidade da Fronteira Sul, abrangendo uma extensa área do Paraná, de Santa Catarina é do Rio Grande do Sul.

Eu quero novamente parabenizar os três Estados pela iniciativa, agora vitoriosa, que o projeto de natureza terminativa nesta Comissão de Educação irá agora para a sanção do Senhor Presidente da República. Cumprimentar as Bancadas dos três Estados pelo esforço feito. No Paraná, além da minha pessoa, Osmar Dias, Senador Alvaro Dias; Santa Catarina, Senadora Ideli Salvatti, Senador Neuto De Conto, Senador Raimundo Colombo. Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim, Senador Sérgio Zambiasi e Senador Pedro Simon.

Dizer às pessoas que nos acompanham do três Estados que as Bancadas vêm se empenhando bastante a favor de um conjunto de aspectos fundamentais para o desenvolvimento econômico, social, ambiental dos três Estados. E de uma maneira muito particular nesta Comissão, que é a criação de uma Universidade Federal com cinco campi, localizados nos três Estados. Isso é avanço para o ensino, para a pesquisa, para a extensão, para o desenvolvimento em todos os aspectos dos Estados e, particularmente, das regiões. Eu quero dizer que não é só o município, onde o campus está instalado, que é beneficiado, mas todos os municípios de abrangência do campus e dos vários campi, que são cinco.

Parabéns e foi um grande avanço. E todas as outras matérias que foram objeto desta reunião. Parabéns e vamos em frente.

Declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 13h27

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01º DE SETEMBRO DE 2009.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia primeiro de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Gilvam Borges, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, João Pedro, Eduardo Suplicy, José Nery, Roberto Cavalcanti, Neuto De Conto, Lobão Filho, Gilberto Goellner, Efraim Morais, Eliseu Resende, Papaléo Paes e João Vicente Claudino, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Marina Silva, Valter Pereira, Mauro Fecury, Wellington Salga-

do de Oliveira, Raimundo Colombo, Marco Maciel e Alvaro Dias. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião da Senhora Marilene Ribeiro, Ex-Secretária de Educação Especial do Ministério da Educação MEC. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento de Voto de Pesar nº 32/09–CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer "...nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento Excelentíssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Alberto Menezes Direito, ocorrido no dia 1º de setembro de 2009, no Rio de Janeiro (RJ), a ser encaminhado à família do falecido e aos ministros do Supremo Tribunal Federal. Pelos serviços prestados à justiça, à política e à sociedade brasileira, o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito faz jus à homenagem póstuma que ora propomos". O Requerimento é aprovado. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador João Tenório, que "Cria programa de Crédito Educativo para estudantes de Pós-graduação". A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o parecer é favorável. É concedida vista ao Senador Augusto Botelho, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 054, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera a redação dos arts. 4º, 29, 30 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil". A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o parecer é favorável, com a emenda oferecida e pela rejeição das duas emendas de autoria do Senador Flávio Arns. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação da relatora. **Item 004: Substitutivo (Turno Suplementar),** de autoria do Senador Marco Maciel ao **Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa, que "Acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Prosseguindo, o Senador Heráclito Fortes requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para a deliberação do item 019, o que é aprovado. **Item 019: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra e altera o art. 1º da Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, com redação dada pela Lei nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002, para declarar feriado nacional o dia 20 de novembro". O relator designado é o Senador Heráclito Fortes e o parecer favorável ao art. 1º e pela rejeição dos arts. 2º e 3º do substitutivo oferecido, é aprovado. Prosseguindo, a Senadora Rosalba Ciarlini requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para a deliberação do item 021, o que é aprovado. **Item 021: Requerimento nº 31/09–CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que requer "...nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 698, de 2007, que "Cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física (PROINEI), dispõe sobre financiamento para construir e equipar unidades de ensino infantil, altera a lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências.", com a presença dos seguintes convidados: Leopoldo Jorge Alves Júnior - Diretor de Programas e Projetos Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC; Representante do Ministério das Cidades; Carlos Eduardo Sanches - Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime; Maria de Fátima Guerra de Souza – Professora especialista em educação infantil; Paulo Eduardo Cabral Furtado - Secretário-Executivo do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS/TEM". O Requerimento é aprovado. **Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 033, de 2009,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Luiz Bittencourt, que "Dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o parecer favorável, com as emendas nº 01-CE e 02-CE, oferecidas pelo Senador Flávio Arns, é aprovado. **Item 007: Projeto de Resolução do Senado nº 002, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Cria o Programa Jovem Cidadão Brasileiro no Senado Federal". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CE, é aprovado. **Item 017: Projeto de Lei da Câmara**

nº 032, de 2009, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que "Designa como Dia da Inovação o dia 19 de outubro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o parecer favorável é aprovado. **Item 018: Projeto de Lei da Câmara nº 023, de 2009,** de caráter não terminativo, de autoria de Deputado Edinho Bez, que "Institui o dia 13 de julho como o Dia Nacional do Conselho Tutelar". O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do relator. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 585, de 2007; Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2008; Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 726, de 2007; Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2008; Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 050, de 2009; Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 040, de 2009; Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 010, de 2009; Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2008; Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2008; Item 015: Projeto de Lei da Câmara nº 058, de 2009; Item 016: Projeto de Lei da Câmara nº 026, de 2009 e Item 020: Projeto de Lei do Senado nº 027, de 2008.** O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 01 DE SETEMBRO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental declaro aberta a 46ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Eu desejo, inicialmente, Senador Camata, Cristovam Buarque e Senadora Marisa Serrano, de propor à Comissão de Educação, a nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte que seja aprovado um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Carlos Menezes Direito, Ministro do STF, e que durante algum tempo, de acordo com as notícias, vinha se empenhando muito no combate a um câncer de pâncreas, tendo se submetido a cirurgias, tratamento, e durante esta noite passada o Ministro Carlos Menezes Direito faleceu.

Então, eu quero propor aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que possamos enviar à família, ao Supremo Tribunal Federal, colegas do Ministro Menezes Direito o voto de pesar pelo falecimento e, ao mesmo tempo, o registro de uma pessoa que se empenhou sobremaneira durante a vida à área da Justiça, à área da jurídica e que coroou essa caminhada com a indicação pelo Senado Federal ao cargo de Ministro do STF. E lá no STF - Supremo Tribunal Federal exerceu, com honra, com dignidade, com competência os trabalhos relacionados à nossa corte máxima de Justiça.

Então, se os Senadores e Senadoras concordarem com o requerimento. Estão de acordo. Então, está aprovado o requerimento e enviaremos este requerimento, em nome desta Comissão, aos familiares, como foi dito, ao Supremo Tribunal Federal, e lamentando a morte de uma pessoa tão dedicada à área da Justiça em nosso país. E, ao mesmo tempo, não posso deixar de ressaltar que fazemos votos, de fato, para que o nosso vice-presidente da República José Alencar, uma pessoa tão estimada do povo brasileiro, tantos que veem torcendo, rezando, mas sempre com uma palavra de muito incentivo, de muita amizade, de muito respeito em relação ao vice-Presidente que ele também tenha forças, ânimo, esperança e que possa se dedicar a este enfrentamento do problema de saúde, sabendo que tem o respeito, a amizade e o acompanhamento de todas as pessoas do Brasil que trabalham, que também querem vê-lo, não é sempre bem, é um sentimento de muito carinho, principalmente, de muita amizade.

Quero destacar aqui a presença também do pessoal da Associação Brasileira de Síndrome de Down que sempre está batalhando também nesta área dos direitos da pessoa com deficiência e também quero destacar a presença da Marilene Ribeiro, ex-secretaria nacional de educação especial do Ministério da Educação e que fez um trabalho extraordinário no Brasil a favor da pessoa com deficiência.

Nós sempre somos muito gratos a você, Marilene, porque você foi uma pessoa extraordinária nessa área. Parabéns! Trabalhou no governo passado junto com o Ministro Paulo Renato durante vários anos, e antes também já era da própria Secretaria de Educação Especial.

Eu quero também destacar que nós teremos amanhã Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte para instruir o Projeto de Lei

da Câmara nº 45/2008 que dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro, que revoga os arts. 20 e 21 da Lei nº 7.542 de 26 de setembro de 86 com a redação dada pela Lei 10.166 de 27 de dezembro de 2000. Autoria do Requerimento nº 26 e do aditamento é do Senador Cristovam Buarque. Então amanhã às 10 horas. A autoria do Projeto de Lei é da Deputada Nice Lobão e o Senador Cristovam Buarque é também o Relator do Projeto de Lei.

Nós temos uma pauta para ser apreciada. Passamos, em primeiro lugar, aos projetos de natureza não terminativa. Mas já que, na verdade, até se contarmos os Senadores e Senadoras que passaram pela Comissão, já teríamos o quorum para nossas finalidades, mas como existe um grande debate hoje na Comissão de Constituição e Justiça e também na CAE - Comissão de Assuntos Econômicos, e esse debate está se encaminhando para o seu final, mas nós já vamos adiantando em termos de projetos de natureza não terminativa.

Então, o Item nº 2 da pauta é o Projeto de Lei de Senado nº 492/2008 que cria Programa de Crédito Educativo para estudantes de pós-graduação, a autoria é do Senador João Tenório, a relatoria é da Senadora Rosalba Ciarlini, o parecer é favorável, a matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra V. Exa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o relatório do Projeto de Lei nº 492 de autoria do Senador João Tenório cria o Programa de Crédito Educativo para alunos de pós-graduação voltado para o financiamento dos encargos educacionais de estudantes de mestrado e de doutorado no Brasil e no exterior.

O art. 2º do Projeto admite duas categorias de alunos que podem se beneficiar do programa, estudantes que tenham sido aceitos ou estejam matriculados em instituições públicas ou privadas em cursos credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior - CAPES ou estudantes que sejam servidores federais, estaduais, distritais ou municipais, bem como funcionários de fundações, empresa de economia mista matriculados em estabelecimento de ensino de países com os quais o Brasil mantém a relação diplomática.

O art. 3º fixa alguns critérios do financiamento, ele deve ser diretamente proporcional às despesas necessárias à conclusão do curso inversamente proporcional aos rendimentos e patrimônio dos beneficiários. Terá duração de até três anos para curso de mestrado e quatro para os de doutorado, seu valor corresponderá ao teto de 2/3 da anuidade média cobrada por instituições privadas no Brasil conforme apuração feita pela CAPES.

Já o art. 4º dispõe sobre os encargos do financiamento representados apenas pela taxa de juros a longo prazo TJLP e as condições gerais de ressarcimento com seu detalhamento remetido para regulamento. É fixado o prazo de carência de dois anos e limites para o ressarcimento que varia em até 120% no caso de beneficiário residente fora do país e até 20% para os beneficiários desempregados e desprovidos de renda. Também é prevista a necessidade de fiador com idoneidade cadastral e renda anual de, pelo menos, o dobro da anuidade integral do curso.

De acordo com o art. 5º a dotação orçamentária do Programa correrá por conta de recursos do Ministério da Educação - MEC voltados a bolsas para alunos de pós-graduação. Conforme o art. 6º, por sua vez, os valores restituídos pelos estudantes financiados constituirão fontes adicionais de recursos para programas da CAPES, destinado à bolsa para professores e servidores técnicos administrativos das universidades federais.

O PLS estipula que a lei por ele proposta entrará em vigor na data de sua publicação. Não foram oferecidas emendas ao projeto que será adiante apreciado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma pós-graduação ampla e vigorosa é de reconhecida importância para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Afinal, a maior parte da pesquisa científica e tecnológica do país ocorre no âmbito das universidades e centros acadêmicos de pesquisa, notadamente, de natureza pública. Desse modo é louvável a preocupação do autor do projeto em fortalecer a pós-graduação mediante a criação de novos instrumentos de acesso aos seus cursos. Uma pronta justificação do projeto a sistemática de financiamento na educação superior no país precisa ser revista nos termos do documento, principalmente das universidades federais e nas estaduais mais antigas, não raro os beneficiados pela gratuidade dos cursos pertencem às camadas mais favorecidas da população, enquanto isso os mais pobres que pagam o tanto ou mais impostos que os colegas de universidades públicas se sacrificam para pagar mensalidades das instituições privadas.

Precisa ser registrado que desde 2007 o Fundo de Financiamento do Estudante de Ensino Superior, o FIES, criado em 1999, foi estendida à pós-graduação composta pelos cursos de mestrado e doutorado. De acordo com a Lei nº 11.552 de 19 de novembro de 2007 o benefício aos estudantes de cursos de mestrado e de doutorado com avaliação positiva da CAPES ocor-

rerá sempre que houver disponibilidade de recursos e cumprimento no atendimento prioritário aos alunos dos cursos de graduação. Os prazos de financiamento dos programas de mestrado e de doutorado são os mesmos estabelecidos na concessão de bolsas pela CAPES. Quantas condições do financiamento encargos, prazo de carência e de ressarcimento, garantias contratuais não há igualdade de extinção entre a graduação e a pós-graduação.

Entretanto, julgamos que a pós-graduação merece tratamento diferenciado, pois se trata da instância responsável pela formação dos pesquisadores de mais elevado nível do país, além disso, retornando à linha de argumento à justificação anteriormente citada, gastam-se quantias consideráveis dos cofres públicos para manter vagas gratuitas e conceder bolsas a fundo perdido para estudantes que, muitas vezes, delas não precisam e se assiste a muitos casos de altos investimentos em alunos que em seguida se deslocam para o exterior ou põem o seu talento a serviço da iniciativa privada sem retorno direto para a sociedade.

Desse modo apoiamos a criação de novo programa de crédito educativo para pós-graduação no termo do projeto em apresso, por fim, não vislumbramos óbice de inconstitucionalidade, de injuridicidade ou de má técnica legislativa para aprovação da matéria.

Dado o exposto, Sr. Presidente, por considerar de uma importância muito grande e, principalmente, aqueles estudantes que concluem o seu curso com dificuldade, que são pessoas que, muitas vezes querem fazer uma pós-graduação, um doutorado; mas ainda não dispõe nem de um trabalho que dê condições para isso que sejam realmente beneficiados que o nosso voto é pela aprovação, entendendo que educação nós sabemos que nós temos muitas prioridades na educação, mas se não formarmos os mestres, os doutores as nossas universidades não vão melhorar, a pesquisa não avança e o país que está trabalhando para entrar no mundo dos países desenvolvidos nunca chegará lá se não tiver realmente essa prioridade, essa atenção especial na capacitação, no aperfeiçoamento, no ampliar do saber dos nossos formandos dando a oportunidade de serem mestres e doutores e assim contribuir mais para o nosso futuro.

É esse o nosso voto pela aprovação. Muito obrigada.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria.

Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, é lógico que a pós-graduação é um passo que nós temos que dar na melhoria da qualidade do ensino do Brasil, e nós temos que estimular a pós-graduação. Mas a nossa assessoria detectou algumas coisas no projeto que, por exemplo, que o crédito educativo agora é FIES, já mudou para FIES, e que dentro do FIES existe um recurso para esse financiamento, mas só quando sobra dos outros. Então, não seria a oportunidade de a gente aperfeiçoar o projeto para passá-lo para forma autorizativa, ele se tornar um projeto autorizativo e também autorizar a criar um fundo tipo o que tem para o nível de pós-graduação, ao nível de graduação para pós-graduação, mestrado e doutorado e pós-doutorado, mas criar um recurso para isso, porque atualmente o FIES só financia se sobrar dinheiro da graduação.

Então, eu gostaria de pedir vistas para gente acrescentar mais essas coisas no projeto para torná-lo mais redondo, porque realmente é importante que haja pós-graduação, inclusive, há alguns anos quando nós chamamos aquela escola que tirou em primeiro lugar no SAEB uma das coisas que tinha naquela escola era, um município pequenininho, era que o prefeito ajudava a financiar a graduação e pós-graduação do pessoal da escola, por isso que a escola foi primeiro no SAEB. Então, é um exemplo que nós temos que seguir e esse projeto que a Senadora Ciarlini está relatando vai nesse sentido.

Então nós temos que pedir vistas para fazer a seguinte alteração a emendas no projeto, Sr. Presidente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se dentro do regimento for possível, não há nenhuma dificuldade, até porque eu estranhei que esse projeto não surgiu emenda no decorrer do prazo que eu fiquei para relatar. E é muito bom que todos deem as suas ideias, as suas sugestões, porque nós queremos que o projeto seja realmente melhor elaborado, mais lapidado, porque vamos ganhar muito, se Deus quiser, criando oportunidades, um fundo especial para desenvolver cada vez mais o mestrado e o doutorado no nosso país.

Obrigada, Senador Augusto Botelho pela sua colaboração.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então vistas concedidas ao Senador Augusto Botelho e vamos inserir o projeto na pauta--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de fazer vistas coletivas, porque se algum Senador quiser acrescentar alguma coisa, fazer alguma alteração possa ter alguma ideia para gente empurrar de uma vez, pedir Vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu acho que então Vistas concedidas a V. Exa.

Passamos ao Item 03 da pauta que apesar de ser terminativo eu solicitaria à Senadora Rosalba Ciarlini que fizesse a leitura do relatório e com isto iniciássemos a discussão da matéria e pudéssemos adiantar a apreciação do Projeto de Lei. É o Projeto de Lei do Senado nº 54/2007 que altera a redação dos arts. 4º, 29, 30 e 87 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para garantir o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil. Autoria, Senador Cristovam Buarque, relatoria, Senadora Rosalba Ciarlini, o parecer é favorável com a emenda oferecida e pela rejeição das duas emendas de autoria do Senador Flávio Arns.

Serão realizadas três votações nominais, uma para o projeto, uma para a emenda do relator e outra para as emendas rejeitadas oferecidas pelo Senador Flávio Arns. A matéria constou na pauta das reuniões do dia 06 de maio de 2008, 13 de maio de 2008 e 03 de junho de 2008.

Com a palavra V. Exa., Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Srs. Senadores, esse Projeto de Lei do Senado de autoria do Senador Cristovam Buarque é um projeto que altera a redação dos arts. 4º, 29, 30 e 87 da Lei 9.394 estabelecendo diretrizes e bases da educação nacional para garantir o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil.

É muito importante que possamos fazer esse recenseamento. Existem exatamente algumas divergências em função se esses dados nós podemos obter através do IBGE, mas nós sabemos que quando é feita uma chamada escolar em uma cidade, há uma presença muito mais, um incentivo, um estímulo, uma convocação ainda maior para que a criança vá à escola. Eu tive essa experiência quando fiz uma chamada escolar para colocar todas as crianças na escola. Agora nós estamos vivendo a realidade da educação infantil que também é obrigatório, que seja oferecido. Sabemos que as estruturas em todo o Brasil ainda são insuficientes para abrigar todas as crianças, mas aí vem sempre aquele questionamento: quantas crianças nós temos... Para quantas nós precisamos criar as estruturas para que termos a educação infantil atendendo a todas as crianças como é um direito do Estatuto da Criança e do Adolescente e um direito constitucional? A verdade é que na educação infantil o nosso país ainda está muito distante, as crianças que têm pais com melhor condição financeira essas estão na educação infantil, estão no jardim de infância, nos maternais, começam desde pequenininho e sempre dentro de padrões bem melhores. As mais pobres dependem exclusivamente da escola pública, depende exclusivamente da oferta da escola pública, e nós sabemos que de 3 a 6 anos é fundamental que a criança esteja participando já do processo de educação através da pré-escola. Esse processo socializa, esse processo faz com que ela possa captar com muito mais facilidade os ensinamentos que virão no ensino fundamental, e nós temos comprovação de pesquisas; acompanhamento do UNICEF que mostra que a criança que fez a educação infantil o percentual na vida adulta, essas são pessoas que têm uma cultura de paz, são pessoas que tiveram muito mais sucesso na sua vida. Então, isso é fundamental. Todos nós sabemos.

Então, nós precisamos exatamente é criar dados para que possamos, de cidade a cidade, saber o que é preciso investir para que cada cidade, já que o ensino infantil agora está municipalizado, inclusive, aqui eu quero fazer um alerta, alguns Estados, eu tenho o exemplo, inclusive, na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte que ainda existem creches e educação infantil para escola com órgãos que são ligados ao Estado que ainda não passaram para os municípios, têm que passar para os municípios, porque os municípios é que realmente estão recebendo não somente as orientações, estão se estruturando melhor, estão querendo, cada vez mais, avançar nesse setor. E a nossa esperança é que esse ano, para o próximo ano através, se Deus quiser, da DRU que vai estar liberada, está dependendo só da Câmara, tenhamos mais recurso para a educação de uma maneira geral se avance ainda mais com construção de unidades, com ampliação de escolas fazendo sala para pré-escola e criando as condições de preparação do professor. Na realidade é isso.

Então, mérito do projeto não tem nem o que discutir, realmente é de uma importância muito grande, por isso eu só pela aprovação. Mas nós temos aqui, Senador Flávio Arns, inclusive, o voto é pela aprovação, mas eu gostaria de ler aqui uma análise: O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de valorização dos Professores - FUNDEB quando criada adaptou também o texto constitucional antecipação da idade de ingresso de ensino fundamental de 7 para 6 anos promovido pela Lei 11.274 de 06 de fevereiro. O projeto que resultou nessa lei tentou fazer na Lei de

Diretrizes e Bases as adaptações correspondentes para a educação infantil, indicando o término de sua faixa etária aos cinco anos de idade, todavia uma vez que quando da edição dessa lei a Constituição Federal ainda se referir à idade de seis anos, as respectivas disposições do projeto acabaram vetadas. É bem verdade que a Constituição Federal não menciona a faixa etária do ensino fundamental, ela se refere a apenas a idade apropriada, contudo, indiretamente o início dessa faixa é indicado quando o seu texto determina a idade de atendimento da educação infantil fixada, originalmente, do nascimento aos 6 anos e aos 5 anos no termo da Emenda Constitucional nº 53/2006.

O PLS em comento fecha esse ciclo de adaptações ao indicar na Lei de Diretrizes e Bases a nova faixa etária de atendimento de educação infantil. Portanto, o aperfeiçoamento sugerido pelo projeto merece acolhimento. A primeira emenda, por sua vez, antecipou a matrícula no ensino fundamental para cinco anos, o que contraria a Constituição Federal e a própria LDB. Já a segunda emenda confere ao IBGE tarefa desenvolvida com competência pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, órgão subordinado ao Ministério da Educação, o IBGE também faz suas estimativas de censos populacionais que levam em conta a escolaridade e atividades complementares ao censo escolar do INEP. Não vemos razão para a transferência de atribuições.

Finalmente o PLS em apreço observa os princípios de constitucionalidade e de juridicidade, bem como a boa técnica legislativa a exceção do que tange especificamente a esse último aspecto fica por conta dos termos de ementa que a nosso juízo não ilustram com precisão o escopo da iniciativa, o que nos leva a apresentar emendas de ajuste.

Em vista ao exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 54/2007 de autoria do Senador Cristovam Buarque, rejeitadas as duas emendas do Senador Flávio Arns, sugeri a aprovação de emenda a seguir. Dar-se à ementa do Projeto de Lei nº 54 do Senado/2007 a seguinte redação: altera os arts. 4º, 29, 30 e 87 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para dispor sobre a idade de frequência e educação infantil, bem como, para encobrir o Poder Público de recensear os educandos da educação básica.

É essa a análise, o relatório que é pela aprovação com esta emenda também que está sendo apresentada. E, tenho certeza, Sr. Presidente, que na formulação desse projeto pesou muito ao Senador Cristovam a sua experiência como governador que foi, reitor de universidade e professor, candidato a Presidente da República, e também quando na minha análise pesou a experiência de quem já, lá na base, no município, conhece de perto essa realidade. Tomara que nós possamos avançar na educação infantil, porque é cuidando dos pequenininhos, do primeiro passo seguro e firme que se faz a grande caminhada de sucesso e de vitória da educação.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço. Em discussão a matéria.

Passo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria algumas explicações da Senadora Rosalba para facilitar o entendimento. As duas emendas do Senador Flávio Arns foram retiradas? Eu tenho uma ressalva a fazer na segunda. Eu acho que a segunda era importante, porque a segunda emenda do Senador Flávio Arns, ele diz que cabe ao Poder Público por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE devem recensear os educandos da educação básica. O IBGE pode levantar, inclusive, as crianças que estão fora da escola, é o IBGE que faz esse recenseamento, porque o INEP só vai trabalhar depois que as crianças estiverem na escola, ele vai fazer o acompanhamento das crianças.

Eu acho, Senadora Rosalba, que a emenda, a segunda do Senador Flávio Arns tem razão de ser e daria para nós um universo que nós temos dificuldade de conhecer que são as crianças de 0 a 5 anos que não estão sendo atendidas nas creches e pré-escola. Essa é uma pergunta que eu gostaria de deixar para V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Antes da Senadora--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu tenho várias dúvidas, não sei se faz todas de uma vez só.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu acho que deve fazer todas.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então a próxima dúvida minha. O Projeto de Lei diz o seguinte: art. 1º: o inciso IV do art. 4º da Lei 9.394 de 20 de dezembro passa a vigorar com a seguinte redação: educação infantil em creche e pré-escolas as criança de 0 a 5 anos de idade. Eu tive uma dúvida aqui com o Senador Cristovam, porque se é obrigatoriedade ou não. Mas nós estamos estávamos vendo aí que em 2006, eu não era Senadora ainda, mas foi votada aqui uma mudança no texto que diz assim: cabe à instituição... Desculpem-me. O Distrito Federal, cada Estado e município o supletivamente a União devem matricular todos os educandos a partir dos 6 anos de idade no ensino fundamental. Nós estamos trocando só

para 5 anos. Mas é estranho isso, que tenha passado isso nesta Casa, não sei se todos concordam.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas a luta, a vida inteira de quem trabalha com criança pequena é justamente não obrigar as mães, obrigar as mães a colocarem suas crianças nas creches. Ao Governo cabe a obrigatoriedade de oferecer a pré-escola e a creche, mas não obrigar a criancinha pequena, é a mesma coisa que dizer a uma mãe que de 0 a 5 anos que recém-nascido já tem que ir para uma creche. É essa obrigatoriedade que me assusta e aqui diz assim: O Distrito Federal, cada Estado e município e supletivamente a União devem matricular todos os educandos a partir dos 6 anos. Nós só está estamos trocando a partir dos 5 anos, a partir dos 5 anos de idade no ensino fundamental. Aí tudo bem, a partir dos 5 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É partir dos 5 anos.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas aqui a nossa atual redação que nós estamos votando agora diz o seguinte: Educação infantil em creche e pré-escola as crianças de 0 a 5 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não. Permita-me um aparte. Até na condição de presidente fica um pouco difícil. Mas eu queria sugerir para a Senadora Rosalba, se ela concordasse como relatora retirar de pauta esse projeto para apreciarmos na próxima semana, Senador Cristovam, porque existe uma dúvida bastante consistente também da minha parte, porque a Emenda Constitucional 53 diz, como a Senadora colocou, que a educação infantil vai até, a Emenda Constitucional usa a palavra "até", a educação infantil vai até 5 anos, essa que é a Emenda Constitucional. Que, inclusive, havia mudança anterior na LDB dizendo que o ensino fundamental começaria aos 6 quando foi implantada a educação de ensino fundamental de 9 anos, mas é que a Constituição Federal impedia isso, o Senador José Jorge, Relator dessa matéria, relatou no sentido de mudança do texto constitucional e isso significa até 5 anos, então um ano a criança tem que andar, até 12 meses, até 5 anos significa até 60 meses, 5 anos e um mês é o sexto ano de vida, não é mais o que quinto ano de vida, é o sexto ano de vida. É a mesma coisa que a gente dizer 1901, 1901 é o século XX, não é mais... O 1900 confunde a gente pensando que é o século... 1701 é o século XVIII, cinco anos e um mês é o sexto ano de vida. Não é verdade? Não é mais cinco anos, porque quando terminar o sexto ano de vida, seis anos e um mês já é o sétimo ano de vida. Por isso que quando a Constituição diz: a educação infantil vai até aos 5 anos de idade, isso significa que crianças de 5 anos e um mês tem que ser matriculadas no ensino fundamental. Nós não estamos discutindo gostamos ou não gostamos, é o texto da Constituição que fala isso: até 5 anos de idade educação infantil. Então qualquer criança de 5 anos e para frente e um dia tem que ser matriculada no primeiro ano do ensino fundamental de 9 anos.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero ainda fazer uma pergunta a V. Exa. Eu sou a favor, concordo com V. Exa., mas não estou concordando não é com o até--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É a obrigatoriedade.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Porque a nossa lei foi votada em 2006 diz que cabe ao Estado, município e supletivamente à União, devem, não é obrigatório, devem matricular todos os educandos a partir dos 6 anos, que agora seria a idade do ensino fundamental. Só isso. Só que agora aqui mudou.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas está certo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não. Agora aqui mudou. Deve a educação infantil em creche e pré-escola.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Aí não. Isso optativo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Tem que ser optativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Educação infantil é opcional. Mas como as dúvidas--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, inclusive, eu concordo com pedido de Vistas que para a gente possa--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só retirar.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): **--**na próxima reunião retirar, ou então retirar para apresentar na próxima reunião, até porque a Senadora Marisa é a nossa expert em educação, tem uma experiência e eu acho que esses detalhes... É sim, Marisa.

Então, essa semana a gente terá oportunidade de sentar, de ver, melhorar reanalisar porque pelo que eu estou vendo ninguém é contrário ao projeto. O mérito do projeto é muito bom. São determinados detalhes para não lá na frente não haver essa confusão, porque realmente eu concordo plenamente, você não pode obrigar a mãe a botar filho em creche, muito pelo contrário, eu já estou pelo outro lado, nós queremos é criar condições que as mães fiquem mais com os filhos, a não ser naqueles casos, claro, que se ela vai trabalhar, ela tem que ter onde deixar melhor protegido.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E aqui eu vou ter tempo de ler melhor.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas realmente nós vamos sentar e vamos fazer o melhor. Aqui vai bater o coração de mãe, de professora, o da nossa querida Marisa Serrano e de quem quer...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então está retirado de pauta para um aprofundamento.

Item nº 04, terminativo. Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 118/2004 turno suplementar. Acrescento o inciso IV ao § 4º do art. 80 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 96 para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância. Autoria do substitutivo, Senador Marco Maciel, autoria do PLS 118/04 Senador Hélio Costa, relatoria, Senador Marco Maciel, parecer favorável na forma do substitutivo oferecido. Na reunião do dia 29/04/2009 foi aprovado requerimento de autoria do Senador Flávio Arns propondo a realização de Audiência Pública realizada no dia 06 de maio de 2009.

O parecer ao PLS 118/2004 de autoria do Senador Marco Maciel favorável ao projeto na forma do substitutivo oferecido foi aprovado na reunião do dia 25 de agosto de 2009. Não foram oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão. Assim a matéria está sendo dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 284 combinado com os arts. 92 e 282 do regimento interno do Senado Federal. Só isso.

Passamos ao Item de natureza não terminativa. O Senador Heráclito Fortes, Senador Gerson Camata, está solicitando uma inversão de pauta do Item 19, porque ele tem também um compromisso em outras Comissões, e depois voltaríamos ao Item 5. Submeto à apreciação do plenário e inversão de pauta para apreciarmos, nesse momento, o Item nº 19. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Então, o Item 19 da pauta não terminativo, o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 520/2003 que institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra e altera o art. 1º da Lei 662 de 06 de abril de 1949 com redação dada pela Lei nº 10.607 de 19 de dezembro de 2002 para declarar feriado nacional o dia 20 de novembro. Autoria do substitutivo, Câmara dos Deputados, autoria do PLS 520/2003 Senadora Serys Slhessarenko, relatoria do substitutivo Senador Heráclito Fortes, parecer favorável art. 1º e pela rejeição dos arts. 2º e 3º do substitutivo, no dia 05 de outubro de 2004 o PLS 520/2003 foi aprovado na Comissão em caráter terminativo.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, aprovado na Câmara dos Deputados como parecer favorável das Comissões de Educação e Cultura e de Constituição, Justiça e Cidadania, o substitutivo foi remetido de volta ao Senado no cumprimento do art. 65 da Constituição Federal. No Senado o substitutivo encontra-se sobre análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A análise: o regimento interno do Senado Federal no art. 287 dispõe que o substitutivo da Câmara projeto do Senado será considerado série de emendas e votado separadamente por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, salvo a aprovação de requerimento em favor da votação em globo. Assim, com base nesse dispositivo regimental consideramos que relativamente o art. 1º do substitutivo nada a obstar, é oportuno e procedente a iniciativa de instituir uma data, especialmente, destinada a homenagear a figura do Zumbi dos Palmares e, por conseguinte, chamar atenção para a luta dos negros na trajetória histórica do país, mais do que isso, a proposta atende aos anseios de todos quando vem lutando em favor da erradicação da raça negra de tão digna e fundamental presença na construção da brasilidade.

O dia 20 de novembro, muito apropriadamente, remete à data da morte do grande líder negro Zumbi dos Palmares, símbolo máximo da chamada consciência negra. Nesse sentido o art. 1º do substitutivo, mais do que uma efeméride, institui um autêntico instrumento de conscientização da sociedade. Somos, portanto, a favor da aprovação do dispositivo em questão.

Entretanto, no que se refere à providência de transformar efeméride em feriado nacional conforme disposto no art. 2º a medida nos parece inoportuna, faz-se a alentada quantidade de feriados no calendário brasileiro e a crise econômica porque passa o país e o mundo. Nessa conjuntura o pleno funcionamento das atividades industrial e comercial tem sido diagnosticado como um dos fatores de superação do difícil momento. Um dia a mais de interrupção dessas atividades, além, dos já determinados pelo calendário de feriados nacionais, representaria considerável prejuízo nesse período de incerteza econômica.

Outro fator a ser ponderado é a inoportuna criação de mais um dia de escolas fechadas, é notório a crescente importância que a educação vem assumindo entre os itens prioritários para o pleno desenvolvimento do país, a instituição de mais um feriado estaria na contramão do esforço atualmente empreendido pelo Governo e pela sociedade civil em favor dos indicadores de desenvolvimento educacional, principalmente das nossas crianças e jovens. Além disso, cabe chamar

atenção para a polêmica prática das chamadas pontes quando o dia feriado ocorre imediatamente antes ou depois dos finais de semana. Um novo dia de folga propiciaria ocasionalmente a situação de mais um feriado prolongado. Nesses casos de difícil controle, o prejuízo seria ainda maior.

Nesse sentido, diante dos fatos, consideramos inoportuna a aprovação do art. 2º do substitutivo por consequência, o art. 3º que altera a emenda de Lei nº 662/49 para incluir o dia 20 entre os feriados nacionais também fica prejudicado.

O voto: pelo exposto o voto é pela aprovação do art. 1º e pela rejeição dos arts. 2º e 3º do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado 520/2003. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço o Senador. Em discussão a matéria.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu, precipitadamente, não tinha lido o parecer do relator e iria pedir Vistas, porque, na verdade, é inconcebível num país que pretende se desenvolver o volume de feriados que já tem e o acréscimo de algum outro. Então, eu parabenizo o relator pela lucidez e pela nacionalidade, eu acho que é um gesto patriótico de nós não aprovarmos mais nesta Casa nenhum feriado. No Brasil basta de nós termos essa vagabundagem instituída a pretexto de qualquer coisa. Então, eu diria, que meus parabéns Senador Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Continua em discussão a matéria.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu acho que nós deveríamos logo votar. Porque, na realidade, o relatório do Senador Heráclito Fortes, a mim já satisfez--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está perfeito.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --O projeto. Eu acho que nós estamos fazendo uma homenagem à consciência negra, o Dia do Zumbi, criando exatamente aqueles resguardados para que o país possa continuar trabalhando de forma normal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A homenagem que V. Exa. está dizendo está preservada, é importante e o relatório do Senador Heráclito Fortes vai nessa direção.

Não havendo mais quem queira discutir. Está encerrada a discussão. Em votação a matéria. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Item 21 é não terminativo, e é só um requerimento. Eu gostaria apenas de solicitar que pudesse continuar com a pauta invertida, já que o nosso Senador Gerson Camata concorda, porque é rápido, é só ler, não cria nenhuma dificuldade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, está em votação a inversão de pauta para apreciação do Item nº 21. Os que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº 21 não terminativo. Requerimento da Senadora Rosalba Ciarlini. Requeiro nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal e do art. 90, II e V do regimento interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 698 de 2007 que cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física – PRONEI, dispõe sobre financiamento para construir e equipar unidades de ensino infantil, altera a Lei nº 8.036 de 11 de maio de 90 e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados: Leopoldo Jorge Alves Júnior, Diretor de programas e projetos educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE MEC; representante dos Ministérios das Cidades, Carlos Eduardo Sanches, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime; Maria de Fátima Guerra de Souza, Professora especialista em educação infantil; e Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário-Executivo do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS/MTE. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. É um assunto da mais alta importância com recursos do Fundo de Garantia, por isso que o Conselho Curador está sendo convidado, um programa do MEC, a Undime porque se trata de educação infantil, uma especialista também na área e o Ministério das Cidades também. Então, do ponto de vista estrutural de construção e de equipamentos, não é tanto o aspecto pedagógico que está sendo discutido.

Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dizia aquele ditado: uma coisa puxa a outra. Nós estávamos agora a pouco tempo falando de educação infantil sobre a necessidade de fazer um recenseamento para sabermos quais são as necessidades. Mas não podemos só levantar as necessidades se não criar

mecanismos de que possamos apoiar os municípios na forma deles e o próprio Ministério ter mecanismo de chegar, ampliar ainda mais um programa de construção de unidades infantil, que nós sabemos que é um programa, mas num país do tamanho nosso com quase 5.600 e tantos municípios, nós não podemos chegar e não ter... Teria que construir todo ano, pelo menos, uma unidade para cada município, no mínimo. Isso sem nem...

Então era exatamente que o Fundo de Garantia do trabalhador pudesse ser utilizado. Então, essa é uma discussão que eu acho que precisa realmente ser mais aprofundada porque sabemos que o trabalhador vai ter, com certeza, vai saber onde está o Fundo de Garantia, o recurso está sendo utilizado para beneficiar os seus filhos, porque são filhos de trabalhadores que realmente vão ter o acesso a todas essas unidades. Então, foi isso que motivou o pedido de audiência que eu peço a todos que aprovem para que a gente possa debater melhor e aprofundar essa questão.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Encerrada a discussão. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento.

Passamos ao Item 07 da pauta, não terminativo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Item 05 porque o Senador Wellington Salgado abriu mão da relatoria. E eu solicito a gentileza do Senador Gerson Camata ser o relator ad hoc da matéria. É não terminativo, nº 5, Projeto de Lei da Câmara nº 33/2009 que dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos, dispositivos e similares. Autoria do Deputado Luis Bittencourt, relatoria Senador Wellington Salgado, e estou solicitando o Senador Gerson Camata que seja o relator *ad hoc*. O parecer é favorável e a matéria é terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, é o Projeto de Lei da Câmara nº 33/2009, de autoria do Deputado Luiz Bittencourt. Assegura tratamento especial a idosos, portadores de deficiência e gestantes na compra de ingressos e no acesso a eventos culturais artísticos, dispositivos e similares. O projeto considera idosa a pessoa com mais de 60 anos de idade, quer dizer, que eu estou relatando em causa própria, embora o relator seja o Wellington Salgado. É meritória e pertinente a iniciativa de facilitar acesso dos grupos que possuem necessidades especiais, de forma a assegurar que eles possam não apenas consumir os bens culturais, como também contribuir para a formação cultural da sociedade a que pertence.

Por isso diante do exposto eu sou favorável e, juntamente com o Senador Wellington Salgado ao acolhimento e aprovação do referido Projeto de Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em discussão a matéria. Eu só quero sugerir, Senador Gerson Camata, uma emenda de redação ao invés de aos portadores de deficiência, as pessoas com deficiência, tanto na ementa quanto no art. 1º.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Vou solicitar à secretaria que faça essa correção que é uma correção...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É só uma questão de redação.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): É uma maneira politicamente correta de falar a questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O CONADE que é o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência está solicitando que em todos os textos se use a expressão “pessoas com deficiência”, ao invés de--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Portador de deficiência. Concordamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, em discussão. Encerrada a discussão. Em votação o relatório pela aprovação com as duas alterações, com as duas emendas de redação propostas e acolhidas pelo relator. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nº 7, Item nº 7. Não terminativo. Projeto de resolução do Senado nº 002/2003 que cria o Programa Jovem Cidadão Brasileiro no Senado Federal. Autoria do Senador Paulo Paim, a relatoria é do Senador Gerson Camata, o parecer é favorável com a emenda oferecida.

Com a palavra V. Exa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu agradeço até a V. Exa. ser designado relator. Cria aqui no Senado, tipo um programa que já tem na Câmara que a finalidade é levar jovens a vivenciar as atividades legislativas participando de cursos aqui dentro. E é interessante, em 1976 na Câmara eu coordenava esses jovens, que vinham 30 jovens por ano, chegavam aqui e a gente ministrava aula e eles compareciam às Comissões, e muitos desses jovens acabaram se tornando políticos. Por exemplo, eu não sabia, eu dei aulas aqui em 76 para o Ciro Gomes, quando ele se elegeu governador e eu encontrei com ele aqui e ele falou: “Meu professor”. Eu falei: “Como

seu professor? Eu sou do Espírito Santo, nunca fui ao Ceará". "Você deu aula para mim durante um mês lá na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados" que eu coordenava aquele curso, de modo que muitos outros colegas foram chegando aqui depois que participaram desse curso. O Paulo Paim teve uma boa iniciativa porque eles veem para cá, participam e é considerado, principalmente, para estudantes de direito até tipo uma pós-graduação, porque eles aprendem todo o processo legislativo, a tramitação da legislação, e se tornam depois, quando professores, até excelentes professores dos processos legislativos que ocorrem na Câmara, no caso que já tem, e aqui no Senado, de modo que eu acho que é muito bom projeto, e espero que os futuros senadores sejam professores de futuros Ciros Gomes.

Pela aprovação o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pela aprovação. Está em discussão a matéria. Quero parabenizar também até pelo exemplo dado, que surjam muitos... Sejam professores de outros Ciros Gomes e de outras pessoas que possam, além, de serem políticos serem bons cidadãos também. Que bom. Não havendo quem queira discutir. Encerrada a discussão. Em votação a matéria. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item 18 da pauta.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Desculpe-me. Relator *ad hoc* também o Senador Roberto Cavalcanti. Desculpe-me, Senador. Item nº 17 não terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº 32/2009 que designa como Dia da Inovação o dia 19 de outubro, autoria Presidente da República, relatoria Senador Garibaldi Alves Filho, parecer favorável, e o Senador Garibaldi Alves Filho abriu mão da relatoria, e solicita ao Senador Roberto Cavalcanti que seja o relator *ad hoc* da matéria.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, demais senadores, trata-se de um Projeto de Lei, esse sim, bastante interessante porque ele só designa o dia e não estabelece um feriado. Então, é uma ótima sugestão a designação do dia. A escolha do dia 19 é uma data que emblematicamente homenageia Alberto Santos Dumont e o primeiro voo brasileiro, automaticamente, a conexão do conhecimento científico e tecnológico brasileiro. Eu há poucos dias fiz um pronunciamento no plenário no Senado a respeito da propriedade intelectual e o desleixo, na verdade, o Brasil é um país que tem uma evolução fantástica em determinados itens, está aí o pré-sal e estão aí outras atividades, mas o Brasil se descuida do aspecto da propriedade intelectual, não faz parte da nossa cultura isso. Esse dia, na verdade, vai fazer com que o cidadão brasileiro relembre da importância de um dia e da sua postura no tocante à propriedade intelectual no registro das patentes. O Brasil, na verdade, se comparado em números bastantes assustadores é a participação brasileira nas patentes internacionais é uma coisa insignificante, diferentemente do que hoje está a inclusão brasileira no cenário mundial.

Outro aspecto importantíssimo relatar é que o Brasil também, a iniciativa privada participa de forma bastante tênue no tocante ao fomento aos cientistas, menos de 30% da pesquisa brasileira é fomentada pela iniciativa privada, diferentemente dos Estados Unidos, por exemplo, que tem mais de 80% da sua pesquisa científica voltada e financiada pela iniciativa privada, pelas empresas.

Então, parabenizo a iniciativa do projeto. O nosso voto é no sentido da aprovação do projeto. Era isso que eu tinha a relatar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço. Em discussão a matéria. Não havendo quem--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Veja V. Exa. que esse projeto começou a tramitar na Câmara em 2002, ainda quando era o Ministro Ronaldo Mota Sardenberg, agora que ele chegou aqui e agora que nós podemos aprová-lo, sete anos depois, com todo o mérito que o Senador acabou de relatar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em discussão a matéria. Encerrada a discussão. Em votação a matéria. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao item nº 18 da pauta de natureza não terminativa. Projeto de Lei da Câmara nº 023/2009 que institui o dia 13 de julho como o Dia Nacional do Conselho Tutelar. Autoria Deputado Edinho Bez, relatoria Senadora Marina Silva, o parecer é favorável. A Senadora Marina Silva abriu mão da relatoria, e eu solicito ao Senador Augusto Botelho que seja relator *ad hoc* da matéria.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, vou direto na análise. Sem dúvida o Estatuto da Criança e do Adolescente constitui um dos mais importantes instrumentos de proteção aos direitos dos nossos jovens. Em consonância com as determinações estabelecidas pela Constituição Federal, o

Estatuto da Criança e Adolescente visando garantir a proteção integral à criança e ao adolescente determina em seu art. 4º que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Ao Conselho Tutelar compete atender as crianças e adolescentes nas hipóteses em que seus direitos estejam sendo desrespeitados, inclusive, com relação aos seus pais e responsável, bem como em outras questões vinculadas aos direitos e deveres previstos no ECA. Vale enfatizar que ele pode requisitar, inclusive, a realização de serviços públicos e representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

Diante disso é bem-vindo qualquer iniciativa no sentido de difundir e valorizar as ações e as atribuições do Conselho Tutelar em defesa da criança e do adolescente. Sendo assim é pertinente, oportuna e meritória a instituição do Dia Nacional do Conselho Tutelar, de modo a promover afirmação da data como o dia de tomada de consciência dos problemas relacionados aos direitos previstos no instituto da criança e adolescente. O voto. Diante do exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 23/ 2009, casa da origem nº 77/2006.

Sr. Presidente, esse é o voto que relato como Senador *ad hoc* da Senadora Marina.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em discussão a matéria.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, se V. Exa. me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Claro, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Veja V. Exa. que a Rita acabou de voltar lá da Costa Rica onde a ONU, e ela foi convidada pela ONU na qualidade de relatora do Estatuto da Criança e do Adolescente, convidou os países da América Central e do Caribe para uma reunião tentando fazer com que esses países evoluam um pouco mais e adotem um tipo de estatuto como o do Brasil. E ela estava me contando que observou que esses países todos o problema do menor é da polícia, não tem entidade civil, não tem prefeitura, não tem nada, problema de menor é da polícia, até um centro que tenta recuperar menores que se desviaram é dentro do quartel da polícia. Então, eles têm que avançar muito. E o Brasil está sendo apontado pela UNICEF e pelas Nações Unidas como um parâmetro, um exemplo nessa legislação que avançou tanto, foi muito condenada aí, mas que está sendo muito importante, e é executada exatamente por esses conselhos tutelares.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. Eu quero, em função, inclusive, da fala do Senador Gerson Camata e até pela convivência que tivemos também na Câmara dos Deputados com a Rita Camata que foi relatora do Estatuto da Criança e do Adolescente e uma batalhadora a favor dessa área durante esses anos todos e uma referência no Brasil a favor da criança e do adolescente. Quero que transmita à Rita Camata, esposa e, por consequência, o marido, mas tem que dizer eu sou o marido da Rita e não a Rita é minha esposa, e também retransmitir os parabéns. E eu, inclusive, quero dizer que o Estatuto da Criança e do Adolescente tão combatido, mas se fosse respeitado a gente nem precisaria de um estatuto, não haveria necessidade do Estatuto da Criança e do Adolescente, porque a criança, o adolescente e o jovem, acrescentamos agora o jovem na Constituição, já seria prioridade absoluta. E quero destacar o papel da maior relevância desempenhado pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e pelos Conselhos Tutelares.

Talvez até fosse interessante, não saberia dizer, homenagearmos os dois, os conselhos de direitos da criança e os Conselhos Tutelares, porque o Conselho Tutelar o membro é eleito pela sociedade e já tem uma atribuição de execução propriamente, e foi um dos maiores avanços do Estatuto da Criança e do Adolescente, tanto que quando eu relatei o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Ministério Público sugeriu que fosse criado no Estatuto da Pessoa com Deficiência o equivalente ao Conselho Tutelar para não ficar esperando promotor, Juiz e a Justiça, porque o Conselho Tutelar tem instrumentos para execução da política imediatamente.

Então, penso que é uma homenagem das mais justas. Que os Conselhos Tutelares se sintam homenageados, e os conselhos de direito das crianças e dos adolescentes, sejam eles municipais, estaduais ou nacional da mesma forma. Encerrada a discussão. Em votação a matéria.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Um minutinho, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Deixa-me falar. A nossa assessoria acabou de informar uma coisa aqui que ficou meio complicado. É que já existe uma lei de 19 de dezembro de 2007 foi sancionada e dispõe que fica instituído o Dia Nacional do Conselheiro Tutelar ser celebrada anualmente na data de 18 de novembro. E isso passou.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Do conselheiro e não do conselho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Do conselheiro e do Conselho. É do Conselho Tutelar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): do conselheiro tutelar e do Conselho Tutelar seria...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A gente poderia botar os dois no mesmo dia, praticamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu penso que essa data aqui, salvo melhor juízo, é uma data significativa porque é a data em que a lei foi sancionada, por isso que dia 13 de julho, a lei, o ECA foi sancionado no dia 13 de julho e por isso que está sendo colocada a data de 13 de julho, salvo melhor juízo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O que, inclusive, a assessoria está me colocando, Senador Augusto Botelho, que dá para gente até... É não terminativo aqui, também vai ao Plenário, pode se fazer emenda também no plenário.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É colocar os dois no mesmo dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só que aí teríamos que... É uma lei em vigor, é uma lei em vigor. Então, nós teremos que revogar a lei. Se V. Exa. quiser para evitar qualquer dúvida, se o Senador Gerson Camata concordar poderíamos retirar de pauta e examinar--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Retirar de pauta para gente examinar melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --porque não é um assunto polêmico, em ser polêmico só no sentido de vamos achar a melhor solução.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Vamos harmonizar a questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Vamos harmonizar. O Senador Gerson Camata concorda?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Concorda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Retirado de pauta, retiramos de pauta e estudamos esse debate que foi colocado, as datas e tal. E voltará à pauta com essa tranquilidade e segurança.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, está retirado de pauta.

Eu quero lembrar novamente a Audiência Pública que teremos no dia de amanhã sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro. Autoria do Senador Cristovam Buarque e a relatoria do projeto também do Senador Cristovam Buarque, autoria do requerimento para audiência, autoria do Projeto de Lei é da Deputada Nice Lobão. Então virão o diretor do patrimônio material e fiscalização - IPHAN, Ministério da Cultura; professora e arqueóloga do Museu Nacional, Professora Simone; o vice-presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira; o engenheiro de pesca, consultor e pesquisador da Universidade Federal Rural de Pernambuco; Dra. Lílian, advogada especialista em direito marítimo e portuária; e o Comandante Tomé Albertino Machado, representante da Marinha. Portanto, amanhã às 10 horas nesta Comissão, alterações na lei que dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a participação de todos, e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

Sessão encerrada às 12h48.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia dois de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Inácio Arruda, Cícero Lucena, Marisa Serrano, Romeu Tuma, Ideli Salvatti, José Nery, Valdir Raupp, Efraim Morais e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Marina Silva, Expedito Júnior, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi e Cristovam Buarque. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em

atendimento ao Requerimento nº 26/09-CE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que tem como objetivo **Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 045, de 2008, que "Dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro e revoga os arts. 20 e 21 da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, com a redação dada pela Lei nº 10.166, de 27 e dezembro de 2000"**.

A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Contra-Almirante José Luiz Ribeiro Filho, Sub-chefe do Estado Maior da Armada; Senhor Ricardo dos Santos Guimarães, Representante da Diretoria de Patrimônio Histórico da Marinha; Senhor Cid Claro Augusto Júnior, Chefe da Assessoria Parlamentar da Marinha; Carlos André Coronha Macedo, Assessor Parlamentar da Marinha; Senhor Alexandre Machado da Silveira, Assessor Parlamentar da Marinha; Senhor João Ferreira Cruz, Assessor Parlamentar da Marinha; Senhor Marcos Antônio Souza de Araújo, Assessor Parlamentar da Marinha; Senhor Jorge Mota, Assessor Parlamentar da Deputada Nice Lobão; Senhor Virgílio Ornellas, Assessor Jurídico da Marinha; Senhora Maria Cristina Mineiro Scatamacchia, Professora do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP; Senhora Sandra Nami Amenomori, Analista Pericial em Arqueologia do Ministério Público Federal; Senhor Jorge Vinhas, Chefe da Assessoria Parlamentar do Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional do Ministério da Cultura – IPHAN/MINC; Senhora Jurema Machado, Coordenadora do Setor de Cultura da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e Frei Dom Francisco Conventual, que acompanha um Grupo de Jovens de Águas Lindas - GO. Dando prosseguimento à Audiência comparecem como expositores, o Senhor Dalmo Vieira Filho, Diretor de Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura - IPHAN-MINC; Senhora Simone de Sousa Mesquita, Arqueóloga do Museu Nacional do Rio de Janeiro/RJ; Senhor Gilson Rambelli, Vice-Presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB; Senhor Estevão Campelo, Engenheiro de Pesca, Consultor e Pesquisador - Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; Senhora Lilian Schaefer, Advogada Especialista em Direito Marítimo e Portuário e Comandante Tomé Albertino de S. Machado, Representante da Marinha. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque – autor do Requerimento e relator do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2008, e Romeu Tuma. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental declaro aberta a 47ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e aprovação da mesma. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 26 dessa Comissão de Educação, de 2009, e aditamento, de autoria do Senador Cristovam Buarque, para a realização de Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2008, que "*Dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro, e revoga os arts. 20 e 21 da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, com a redação dada pela Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000*."

Dando início à Audiência Pública solicito ao nosso Secretário, Sr. Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa.

Eu quero esclarecer também que o Requerimento para a realização da Audiência Pública é de autoria do Senador Cristovam Buarque. A relatoria do projeto é também dele, ele já apresentou o parecer dele sobre o Projeto à Comissão de Educação, por isso que esse Parecer é público, mas, ao mesmo tempo, após esta Audiência Pública, já foi solicitado pelo Senador que o relatório com voto, parecer, análise, retorne ao seu gabinete, para um reexame da matéria, em função do debate que houver no dia de hoje.

Quero também sempre lembrar que esta Audiência Pública está sendo gravada pela TV Senado, está havendo a cobertura dessa iniciativa pela Rádio Senado, Jornal do Senado, Agência Senado, e nós sempre convidamos todos os telespectadores e pessoas que

acompanham os meios de comunicação do Senado que, em desejando, contribuam com o debate que esteja acontecendo em torno do projeto de lei.

Contribuições, reflexões, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte tem sempre o máximo prazer em receber as contribuições dos expositores do dia de hoje, as contribuições dos Senadores e Senadoras, mas também através da Internet e de outros veículos aí que possam... De comunicação, também dos que acompanham esta Audiência Pública.

Quero destacar a presença da Senadora Ideli Salvatti, líder do Governo no Congresso Nacional, e também da Senadora Marisa Serrano, que é Vice-Presidente desta Comissão.

Quero dar as boas-vindas aos expositores. Eu... Anteriormente ao início da Audiência, conversava com eles dizendo que, habitualmente, nós temos quatro expositores, para que cada um possa ter o tempo de 15 minutos.

Como nós temos seis expositores e... Então, nesse sentido, nós combinamos que cada expositor teria o tempo de dez minutos. Claro que pode haver uma tolerância, assim, para o encerramento da colocação, o término do pensamento, se isto for necessário.

Haverá uma pequena mudança, o Dr. Estevão Campelo será o segundo expositor e a Dra. Simone a quarta, a quarta expositora, e houve também uma combinação entre esses dois expositores que eu daria o tempo de 15 minutos para o Dr. Estevão e de cinco minutos para a Dra. Simone, porque o Dr. Estevão, então, utilizará projeções que serão, na sequência, utilizadas pela Dra. Simone.

Então, só para... Todo mundo ter um tempo tranquilo. Mas também disse para os expositores que o grande objetivo do debate aqui no Senado é que haja, sim, a oportunidade da reflexão, do aprofundamento. E se, porventura, for necessário mais aprofundamento e mais discussão sobre o tema, tenho absoluta certeza que o Plenário e o relator não farão qualquer objeção que isso também aconteça.

É só uma questão de dinâmica, para dizer, "Olhe, fica mais interessante, mais adequado se todos nós formos objetivos, rápidos no argumento", assim todo mundo acompanhará de uma maneira mais efetiva. Mas não que isso prejudique. Isso jamais poderia acontecer.

Muito bem. Que bom. Então, as boas-vindas.

Senadora Ideli Salvatti--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --Está pedindo a palavra também. Pois não, com a palavra V. Exa..

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Queria agradecer, Presidente, e de forma muito carinhosa cumprimentar todos os nossos convidados e vou pedir escusas a todos para dar um cumprimento especial ao Professor Dalmo, que está emprestado de Santa Catarina aqui para o Patrimônio Histórico Artístico Nacional, o IPHAN. Ele presta há muitos anos um trabalho muito relevante nesta área lá em Santa Catarina, então eu não poderia deixar de prestigiá-lo.

E, da mesma forma, quero cumprimentar a Professora Simone, o Dr. Gilson, o Engenheiro Estevão Campelo, a Dra. Lilian e o Comandante Tomé.

O assunto é da maior relevância, nós temos realmente necessidade de garantir que este patrimônio cultural subaquático, em termos do Brasil, possa estar preservado, possa estar garantido, que nós não tenhamos, como outros países, que acabaram perdendo até a própria soberania e foram invadidos por interesses outros que não o da preservação e do acesso a estes bens que estão submersos, seja no fundo dos nossos oceanos ou dos nossos rios, das nossas... Dos nossos lagos e até, eu diria, das nossas represas, porque nós temos lá também situações, por exemplo, em Santa Catarina, nós temos situações muito concretas de riquezas que estão submersas nos alagamentos oriundos de hidrelétricas.

Então, eu queria desejar uma excelente Audiência, já vou justificar que não tenho a menor condição de permanecer aqui durante o debate, porque estamos com a decisão da legislação eleitoral na Comissão de Constituição e Justiça, voto nominal, e aí não tenho como estar em dois lugares ainda ao mesmo tempo.

Mas vou acompanhar depois, na votação, o Dr. Júlio está aqui me alertando de que eu sou líder e como líder eu tenho que estar aonde, digamos, a controvérsia está maior. E realmente a controvérsia maior está no dia de hoje lá na Comissão de Constituição e Justiça.

Mas desejo uma excelente audiência e parabenizar inclusive o Senador Cristovam Buarque, que foi o autor do Requerimento para fazermos o debate e dar, inclusive, divulgação, um assunto desta relevância que é tão importante para o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço à Senadora Ideli Salvatti pelas palavras, pela apresentação da importância do projeto, do debate, e foi muito esclarecedor para todas as pessoas.

Passo então, em primeiro lugar, a palavra ao Dr. Dalmo Vieira Filho, de Santa Catarina. Eu não sou de Santa Catarina, mas a família do meu pai, a família da minha mãe, são de Santa Catarina. Então, eu já...

Eu tenho assim um carinho especial pelo Estado de Santa Catarina.

O Dr. Dalmo é Diretor de Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Ministério da Cultura.

Com a palavra V. Exa..

SR. DALMO VIEIRA FILHO: Muito obrigado. Queria cumprimentar o Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado; a Senadora Ideli, a todos os Srs. Senadores, a todos os senhores presentes, aos colegas de Mesa que representam as instituições aqui presentes, em especial a Marinha, a Sociedade de Arqueologia do Brasil; saudar representantes da Universidade de São Paulo, presentes também do MAE - USP aqui presentes, nossos colegas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, também presentes.

Sr. Presidente, trazendo a argumentação do IPHAN, que apresentou em conjunto com a Sociedade de Arqueologia Brasileira e com a Marinha um projeto substitutivo após a análise do projeto em tramitação no Senado, no Senado Federal, nós gostaríamos apenas de ressaltar alguns dos aspectos que envolvem a questão.

Num primeiro momento, citando a Constituição Brasileira, que diz em seu art. 20 que são bens da União as "*cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos*". Portanto, nós estamos falando de bens da União quando nos referimos ao patrimônio arqueológico, ainda que subaquático.

No seu art. 216, ainda a Constituição diz que "*constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial*." E quando ele define esses bens, ele diz que, ele especifica "*os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico*." Quer dizer, não há como desconsiderar que se tratam de bens da União e bens especialmente protegidos pela Constituição Brasileira.

Na sequência, há uma série de entendimentos legais estabelecidos acerca do assunto. Na legislação brasileira de 1961, que se atém à questão arqueológica, no seu art. 7º está definido que as jazidas arqueológicas ou pré-históricas de qualquer natureza, não manifestadas e registradas na forma do art. 4º e 6º da Lei, são consideradas, para todos efeitos, bens patrimoniais da União. Então, nós estamos falando de bens patrimoniais da União. Existem vários outros dispositivos legais específicos e também acordos e convenções internacionais com a UNESCO, com o ICOMOS, dos quais o Brasil é signatário.

Mas apenas para me ater à recomendação do Presidente, do Senador Flávio, de que nós nos atívessemos há dez minutos, eu queria sair um pouco da questão especificamente legal e tecer algumas considerações acerca da tradição brasileira de lidar com os sítios arqueológicos.

A Arqueologia, em parte de seus processos, destrói os sítios, os sítios arqueológicos. Ela é uma ciência que muitas vezes, para obter o conhecimento, ela precisa intervir no sítio, e muitas vezes de maneira irreversível.

Isso eu saliento para referenciar que o processo, no contexto da ação, no sítio arqueológico, é vital. Se o processo é executado cientificamente, as informações são obtidas. Se o processo não é executado cientificamente, o bem... O sítio é destruído. E as informações se perdem irremediavelmente.

O Brasil possui então uma longa tradição de como lidar com os seus sítios arqueológicos. Ele construiu essa tradição em mais de cinco, cinco décadas de ação específica.

Eu lembro, e no meu estado, Senador, e o senhor conhece também essa realidade no Sul, até a década de 50, sítios arqueológicos do tipo sambaqui eram usados como matéria-prima para a indústria de cal, e eram usados também na pavimentação de estradas de rodagem. Essa era a grande tradição brasileira. A Lei de 61 deu fim a essa espécie de barbarismo consagrado das nossas atividades econômicas.

Onde estaria... Onde está o problema? Aonde pode estar a questão que nos faz propor esses aperfeiçoamentos na legislação em vigor?

Nós consideramos que o cuidado que expressa o sítio, que enseja o sítio, não faz com que ele não possa ser estudado, não faz com que as ações decorrentes das atividades nos sítios arqueológicos não aconteçam.

O IPHAN licenciou apenas entre os anos de, agora em 2009 e 2008, mais de 700 processos ligados a licenças de intervenção em sítios arqueológicos. Mais de 700 processos. Esses 700 processos estão, Senador, se antepõem, muitas vezes, precedem a maior parte das grandes obras nacionais.

Todas as obras do PAC, por exemplo, são procedidas pela ação de prospecção arqueológica, pela atividade arqueológica. Então, não é... Não é verdadeiro nós imaginarmos que o trabalho científico feito, o trabalho arqueológico feito cientificamente impede ações, impede que as ações se realizem de acordo com as normas já consagradas no Brasil, em mais de meio século de tradição institucional.

Quais são as diferenças vitais defendidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para que seja acrescentada à legislação vigente? São de natureza muito simples. O que se pede é que

da mesma maneira como os sítios arqueológicos em terra, do mesmo processo em vigor para os sítios arqueológicos existentes no território, para que haja um projeto arqueológico.

Esse projeto precisa justificar a natureza da intervenção, os objetivos da intervenção, em suma, um projeto com objetivos, justificativas e com metodologias expressas. Um projeto. Esse projeto deve estar assinado por um responsável técnico. E esse responsável técnico pode ser brasileiro ou estrangeiro. Se for estrangeiro, pessoa física ou jurídica, ele terá que ter necessariamente um correspondente nacional.

Esse projeto exige um endosso institucional. É preciso que uma instituição brasileira esteja... Seja parte integrante dessa ação. Porque, Senador Flávio, para onde vai o material coletado na pesquisa? Ele precisa ter a guarda de uma instituição que assuma a responsabilidade de socializar, de guardar, de curar, de conservar o material resultado da pesquisa.

E, por último, um endosso financeiro. É preciso que haja a garantia de que a ação será executada na sua... Na plenitude dos itens estabelecidos no projeto, porque senão nós começamos uma ação, expomos o sítio, o danificamos parcialmente e, depois, abandonamos a ação por falta de fundos para que ela possa ocorrer em toda sua plenitude.

Então, a rigor, o que se pede de aperfeiçoamento, a base do nosso entendimento que deve ser incorporado ao processo em tramitação na Casa, é que tanto quanto os sítios arqueológicos de todas as naturezas existentes no território brasileiro, os sítios subaquáticos que tem uma configuração naturalmente mais frágil, mais delicada, quer dizer, eles são sujeitos a uma série de intempéries, uma série de condições que os excepcionalizam, que eles tenham, no mínimo, os mesmos cuidados já estabelecidos e normalmente estruturados no âmbito do território do Brasil.

O nosso apelo, então, do Instituto do Patrimônio, que não desconstruamos essa longa tradição de cuidados que nos faz estar ombro a ombro com todas as nações civilizadas do planeta. Em suma, que consideremos essa trajetória de... De respeito, consagrada cientificamente e tecnicamente no Brasil.

Eu... Apenas para concluir, com o exemplo concreto que passaria aos senhores. Como se referiu a Senadora Ideli, um projeto recente, o primeiro sob a lei de 2000, dos anos 2000, foi executado na ilha de Santa Catarina, no Município de Florianópolis. Tratava-se de um naufrágio, depois se verificou de um navio de procedência espanhola, do Século XVI, acerca de 100 metros da Praia de Ingleses, em Florianópolis.

Assim que essa pesquisa começou a ser efetivada, os objetos retirados desse naufrágio, algumas ânforas, alguns objetos cerâmicos, instantaneamente se transformaram nos objetos históricos mais antigos do Estado de Santa Catarina e, possivelmente, do Sul do Brasil. Isso já no começo da pesquisa.

Mas, vejam os senhores [soa a campainha], esse sítio estava há 100 metros da praia. Ele foi executado sem um arqueológo e, num primeiro momento, sem um projeto arqueológico. Para prospectar os resultados desse naufrágio interno, porque a primeira coisa que fazem assim que há o naufrágio, é ir para a terra, foi preciso todo o trabalho do arqueólogo, aprovação do projeto, quer dizer, todos os cuidados que temos em terra. Os cuidados deveriam ser maiores no mar e não maiores em terra.

Então, apenas para evidenciar essa contradição expressa em eventuais processos simplificados para a arqueologia subaquática.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Que bom. Agradeço sobremaneira a participação, nesse primeiro momento, do Dr. Dalmo, bastante preciso, bastante objetivo e realmente focando no debate em questão. E trazendo, assim, subsídios importantes, sem dúvida alguma, para a análise do Projeto de Lei.

Sempre lembro que Audiência Pública é para instruir um Projeto de Lei em tramitação.

Destaco a presença do Senador José Nery, também, do Estado do Pará. José Nery, seja muito bem-vindo.

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Estevão Campelo, nesta permuta que eu já mencionei antes, que é Engenheiro de Pesca, Consultor e Pesquisador da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Como havia dito antes, o tempo do expositor, Dr. Estevão Campelo, será um pouco maior, de 15 minutos, num entendimento com a Dra. Simone, que depois terá um tempo menor.

Obrigado.

SR. ESTEVÃO CAMPELO: Bom-dia. Quero agradecer especialmente ao Senador... Ao Exmo. Senador Flávio Arns, pela oportunidade de expor aqui os meus conhecimentos e a minha opinião sobre o referido PL. Também aos demais Senadores e aos representantes da Mesa, pela oportunidade.

Bem, as considerações levam em conta, em primeiro lugar, a inconstitucionalidade e a ilegalidade e a ausência de justificativa de mérito para a alteração da legislação em vigor. Próximo.

A justificativa do PL é os principais argumentos, na minha opinião, equivocados, são conformar a legislação nacional com os princípios estabelecidos na Convenção da UNESCO, segundo a justificativa, esses

princípios equivocados, como eu disse, a lei atual fere radicalmente os princípios da Convenção da UNESCO e a lei atual incentiva a caça ao tesouro e a retirada irresponsável dos bens dos mesmos.

Bem, as considerações levam em conta uma premissa equivocada do PL, ou seja, a aplicação analógica da Convenção da UNESCO de 2001, não ratificada pelo Brasil.

A lei atual, vamos explicar por que ela é adequada e, no mérito, na prática, o PL 45, com o intuito de preservar, incentiva a degradação e eu vou mostrar porquê.

O Projeto de Lei 45 não cita em nenhum momento na sua justificativa a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Essa sim entrou em vigor e foi incorporada no ordenamento jurídico interno através do Decreto nº 1.530, de 1995. Próximo.

Esse mapa mostra bem quais foram os países que assinaram ou ratificaram a referida convenção, que é colocada como justificativa no Projeto de Lei. Estão... O anterior, por favor. Estão pintados na cor verde. Os países em branco não aderiram, não ratificaram a Convenção da UNESCO. Próximo, por favor.

Enquanto que esse mapa mostra claramente os países que ratificaram e assinaram a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, esta sim em vigor no país. Próximo.

Uma curiosidade é que a Convenção da UNESCO, da qual o Brasil não é signatário, apenas 26 Estados a ratificaram. Isso representa menos de 13% do total de Estados e, mesmo após oito anos de criação, somente 26 desses a ratificaram.

É bom lembrar que este não é o fórum adequado para tratar de uma convenção. Estamos falando aqui de um projeto de lei. Próximo, por favor. Não, o anterior.

É bom lembrar que a última ratificação da... Quer dizer, a última adequação ou a atualização da Convenção da UNESCO foi feita em Paris e, curiosamente, a França não assinou nem ratificou. Próximo, por favor.

A Legislação em vigor. A Lei nº 7.542, de 1986, alterada pela lei 10.166, de 2000, já assegura que, se ocorrer qualquer achado de naufrágios por acaso ou sem a devida autorização e acompanhamento de autoridades, sem as devidas licenças e todo o trâmite burocrático, além de acompanhamento de representantes da Marinha do Brasil, não poderá haver exploração desse naufrágio. Isso tem que ficar bem claro. Próximo.

Em todos os casos a lei atual assegura à União a escolha de todos bens de valor artístico, histórico e arqueológico. Próximo.

E as normas da Marinha do Brasil tratam de afastar curiosos e restringir as concessões às empresas devidamente qualificadas. Próximo.

Eu vou agora, como engenheiro de pesca, expor os riscos que esses naufrágios estão sujeitos enquanto intocados, enquanto submersos, enquanto preservados em *in situ*, conforme preconiza o Projeto de Lei e a referida Convenção da UNESCO. Próximo, por favor.

Estamos falando aqui dos naufrágios compreendidos entre o litoral até os 4 mil metros que compreende a nossa Zona Econômica Exclusiva, o nosso Mar Territorial e a nossa zona contígua. Próximo.

Essa imagem mostra bem a destruição e descaracterização dos naufrágios por rede de arrasto de pesca. Esses estudos estão disponíveis aqui na Mesa, a gente trouxe algumas cópias para que vocês possam ter acesso de todas as informações que vão ser passadas aqui.

O que é uma pesca com rede de arrasto? Ela funciona com um ou dois barcos trabalhando em conjunto e restando uma única rede que atua em contato com o fundo do mar pesos de chumbo, rodas de borracha de até 200 quilos na parte inferior da rede e boias na parte superior da rede mantém a sua abertura vertical. Próximo.

Isso aqui é um esquema de uma rede. Para se ter noção da amplitude do estrago causado por elas, isso aqui é um coletivo. A abertura da boca de rede é de 60 metros. São utilizados também correntes e portas de até cinco toneladas para forçar a abertura da rede. Cada um desses pontos pretos aqui é uma roda de borracha de 200 quilos que vai em contato com o fundo do mar. Próximo.

Isso aqui é uma imagem de uma rede de arrasto artesanal. Próximo.

Essa tabela mostra a capacidade de degradação. Uma rede dessa ela pode escavar de 5 a 25 cm na primeira passada. E uma velocidade de arrasto de 6 a 8 nós... De 3 a 8 nós. Próximo, por favor.

O que é isso aqui? Isso aqui é uma imagem muito curiosa. Nos últimos anos a tecnologia pôde fornecer esses equipamentos, isso aqui é um *side scan sonar*, ou seja, um sonar de varredura lateral, que gera esse tipo de imagem, como os senhores podem ver aqui e as setas apontando para canhões já dispersos de um sítio arqueológico provavelmente já removido, já descaracterizado.

A leitura do substrato é feita, do fundo do mar, é feita através desse tipo com leitura, o esquema do navio mostra bem. Próximo. E aqui, a luz não está ajudando, mas aqui é um sítio arqueológico. E essas ranhuras são marcas de rede de arrasto de pesca. E aqui mais uma vez imagem de um *side scan sonar*.

O que é essa imagem em preto aqui? Essa parte preta onde o navio passa, daqui para lá e daqui para cá são 100 a 200 metros de leitura do fundo do oceano. Então, a gente só está tendo noção do real impacto desse tipo de atividade agora, com a tecnologia que está disponível para as empresas privadas há poucos anos. Próximo.

O que é isso aqui? A parte em preto é o oceano desconhecido, a linha preta no meio da imagem é a linha do navio e essas outras setas mostram as marcas no fundo do mar, esse estudo está aqui com mais visibilidade para posterior análise, e o sítio arqueológico do mais importante barco encontrado do Século XXVIII, esse ano, no canal inglês, que é o *Victory*, foi descoberto esse ano por uma empresa americana em parceria com os ingleses. Os ingleses não têm essa tecnologia, contrataram uma empresa americana para que fizesse esse mapeamento.

E é curioso lembrar que o sítio está distante apenas 500 metros das marcas de rede de pesca. Então eu pergunto, conservação *in situ*? Por sorte isso aqui não ficou sujeito a descaracterização. Próximo.

Aqui mostra bem uma régua, o braço de um robô, essa embarcação, quer dizer, um canhão, a parte em verde do canhão é que estava... Abaixo do substrato e o canhão evidentemente removido por força dessas redes e desse tipo de atividade. Próximo.

Aqui, literalmente, um naufrágio pescado. Isso aqui é a foto de uma rede, isso aqui é um ser humano. Para os senhores terem noção do estrago. Próximo. Sem comentário. Próximo.

Isso aqui mostra as portas de 5 a 10 toneladas, o resultado da rede de arrasto e o tipo de embarcação. Próximo.

Essa imagem é muito esclarecedora. Isso é uma foto aérea do mar do Caribe, onde a transparência da água é considerável, e a profundidade reduzida. São... Isso aqui em escala de 10 km. Vocês imaginem o estrago no mar do Caribe. Os pontos de intercessão dessas linhas, cada passada 25 cm, imagine a segunda passada, a terceira, a quarta... E aí? Vamos lá.

Uma rede de arrasto de fundo pode varrer 33 km² do fundo do mar em uma única viagem. E esse tipo de arrasto também ocorre em profundidades superiores a mil metros. Próximo, por favor.

Para que os senhores tenham uma noção da amplitude desse impacto, anualmente, segundo a FAO, uma área equivalente a duas vezes a área do Brasil é varrida nos oceanos do mundo. Então, que tipo de preservação estamos preconizando ao se argumentar que é necessário a preservação *in situ*, ou mantê-los intocados. Eu não sei se esse é o melhor caminho, sinceramente. Próximo.

Esse mapa mostra as áreas em laranja, de altíssimo impacto da rede de pesca, já impactadas, as áreas em vermelho, como se pode ver, com impacto mais alto e laranja escuro médio e alto impacto. Próximo.

Onde ocorre a pesca de arrasto no Brasil. Próximo.

E o tamanho da frota. São 30 mil embarcações das quais três mil de grande e de médio porte. Próximo.

Os senhores devem ter conhecimento que em julho foi sancionada a lei que cria o Ministério da Pesca e amplia o orçamento em mais de dez vezes. É prioridade do Governo Federal produção de alimento e produção e aumento da demanda e de oferta de pescado no país.

Então, provavelmente vai haver aumento dessa... Dessa... Dessa atividade. É bom lembrar que o IBAMA proíbe a pesca de arrasto somente em alguns estados e entre uma e três milhas. Estamos falando aqui de 200 milhas de Zona Econômica Exclusiva.

Esse aqui é um exemplo clássico de um naufrágio examinado por uma empresa especializada utilizando um ROV. É um robô que pode chegar a grandes profundidades, esse aqui se encontra a 370 metros, é o *Jackson Ville* naufragado em meados do Século XIX, com mais de 75% da sua estruturada danificada por arrasto e seu conteúdo destruído e inadvertidamente... É bom lembrar que o Projeto de Lei fala em crime, então o pescador agora vai se tornar um criminoso quando encontrar uma peça de naufrágio na sua rede, inadvertidamente, removido no local nos últimos anos.

Esse naufrágio é um exemplo de um emergente padrão global de desestabilização e destruição dos naufrágios em águas profundas. Próximo.

Então, é muito importante lembrar que não existem padrões que definam as condições em que se encontram os naufrágios, nem mesmo a garantia de conservação enquanto submersos. Cada naufrágio é um caso e existem vários fatores que influenciam o nível de degradação, como por exemplo, os citados nesse *slide*.

Mas eu queria concentrar minha atenção em que oceano e porque a Convenção ela não se aplica ao Brasil e aos países do Oceano Atlântico. Por favor.

O principal argumento da preservação *in situ* da Convenção da UNESCO, o argumento reconhece que em circunstâncias normais e eu questiono o que é que são circunstâncias normais para os naufrágios, muitos explodiram, pegaram fogo, viraram, bateram em rochedos, são encontrados a cinco metros, a 20 metros, 200, dois mil, quatro mil, cinco mil.

E o principal argumento é: a baixa taxa de degradação e a falta de oxigênio dissolvido. E que ela não se encontra em perigo, portanto, necessariamente

em perigo. Eu vou provar que isso não é uma verdade. Por favor.

Vamos falar das estatísticas oceanográficas. A gente às vezes está falando de um sítio que se encontra a 20 metros, a 30, que os mergulhadores tem acesso. Bem, 93% das áreas oceânicas, elas estão abaixo de 200 metros. E apenas sete até os 200 metros. Até os 200 metros é região que recebe influência de luz. Ou seja, zona fótica. Portanto, produção de oxigênio através da fotossíntese realizada pelas microalgas.

Então, até os 200 metros a tendência é que a concentração de oxigênio seja alta. E a partir daí existe um decréscimo por conta da demanda bioquímica de oxigênio, dos 300 aos 800 metros, e a concentração de oxigênio volta a crescer a partir daí, devido às correntes, principalmente as correntes oceânicas, com muito mais intensidade no Oceano Atlântico.

Outro fato importante desse *slide* é que, veja a dificuldade de se localizar e de se encontrar os naufrágios de grande interesse cultural, arqueológico e com cargas valiosas que se encontram em profundidade média de 3.756 metros.

Mais seres humanos estiveram na Antártica e no espaço, do que no fundo do mar, senhores. Mas uma rede de pesca ela consegue ir com muita facilidade, e vem fazendo isso com frequência. Próximo.

É preciso explicar bem esse *slide*. Realmente eu acredito que a Convenção da UNESCO e a... O argumento de que a falta de oxigênio preserva, sim, talvez se aplique ao Oceano Pacífico. O que essa escala aqui mostra? Profundidade e concentração de zero a oito miligramas por litro.

Então, a concentração muito maior na zona fótica, a partir daí um decréscimo por conta da demanda bioquímica por oxigênio e estão divididos aqui os oceanos.

Então, realmente o pacífico ele tende a zero. O Índico, as concentrações já são um pouco maiores. E o Atlântico, por conta da influência das correntes descendentes dos pólos, é uma peculiaridade do nosso Oceano, torna essas águas biologicamente mais ricas e com concentração de oxigênio bem maior.

Então, a falta de oxigênio [soa a campanhia] preconizado na Convenção da UNESCO não condiz, na minha opinião, com a nossa realidade. Próximo.

E outro argumento dos arqueólogos, aqui não, mas eles estão enterrados. Tudo bem, na foz do Rio Amazonas, na foz do Rio da Prata, na Baía de Guanabara, até 15 metros de lama foram depositados na Baía de Guanabara ao longo desses 500 anos.

No entanto, para o resto da Plataforma Continental a taxa de sedimentação é de cinco centímetros ou pouco a mais que isso, a cada mil anos. E nas planícies oceânicas, de um a cinco centímetros a cada mil anos. Eu desconheço navegação do Brasil anterior, ou pelo menos... O Brasil tem 500 anos. Então, cinco centímetros a cada mil anos. Próximo, por favor.

Então, o principal argumento em favor da preservação de naufrágios *in situ* é um ideal moderno de gestão de recursos culturais promovidos por alguns arqueólogos. É a convicção profunda de que, invariavelmente, os naufrágios localizados a partir de 75 metros de profundidade vão atingir um estado de aparente equilíbrio nas profundezas, não sendo afetados pela ação das ondas e outras forças da natureza.

No entanto, conforme observamos, novos dados demonstram que naufrágios localizados principalmente nos ecossistemas do oceano Atlântico e em outras áreas, não só enfrentam nível de atividade biológica muito superior, como estão sujeitos aos danos severos da pesca de arrasto de profundidade. Próximo.

O modelo sugerido pelo PL não é nem prático, nem constitui uma solução responsável na maioria dos casos. O argumento da preservação *in situ* é um mito que não respeita a verdadeira salvaguarda dos artefatos do passado. Próximo.

Um fato novo, uma verdade inconveniente. Todo mundo fala em emissões de CO2 na atmosfera e esquecem que os oceanos absorvem, por dia, mais de 30 milhões de toneladas de CO2. Próximo.

Isso é uma projeção de computador para daqui 90 anos, e a influência dela aqui, aqui mais corrosivo, menos corrosivo; estamos aqui, caminhando para isso. Próximo, por favor.

Então, os oceanos absorveram mais de um terço, cerca de 30 bilhões de toneladas destas emissões humanas. Cada dia os oceanos absorvem 30 milhões. Não há nenhuma controvérsia sobre a química básica, sobre a formação do ácido carbônico. Então, vivemos um processo de acidificação dos oceanos. Próximo.

Aqui são os estudos, alguns estudiosos dizem que isso está acontecendo talvez mais rápido do que imaginamos. Próximo.

O PL nº 45/2008 ao pretender revogar os arts. 20 e 21 de 2006 de setembro, os quais permitem o pagamento de recompensa ao concessionário da pesquisa e da exploração, torna inviáveis essas atividades, uma vez que desestimula a iniciativa privada a realizá-las, pois é evidente que os altíssimos custos associados ao elevado risco a elas inerente necessitam de perspectiva de compensação, assim como é feito em outras atividades no nosso litoral. Próximo.

Um exemplo claro da dificuldade dessas empresas em realizar... Isso aí é o trajeto do voo da *Air France*. Dois submarinos nucleares, a mais alta tecnologia militar, sem êxito. São mais 20 milhões de euros agora

para a terceira fase de pesquisa e aqui estão as palavras do Diretor Fiscalização de Acidentes. A dificuldade [ininteligível]. Próximo.

Os custos necessários, vários anos de pesquisa e muita sorte. Próximo.

Esse aqui é o caso clássico do *Victory*, citado anteriormente. A empresa foi contratada pelos ingleses, realizou um trabalho extraordinário, localizou e hoje negocia um contrato de exploração da carga de até 40%. Próximo.

Foram gastos quatro anos, 10 milhões de dólares e um custo estimado de escavações arqueológicas de 35 milhões de dólares. Quem assume esse risco? Próximo.

E outro caso clássico, que aconteceu há pouco tempo, 10 anos, é o do *S.S. Central America*. Localizou e a empresa *Columbus-America Discovery* localizou o naufrágio e resgatou os artefatos, a 2.400 metros de profundidade. Oito anos de pesquisa, 12 milhões de dólares e após 10 anos de batalha jurídica, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu que a empresa teria direito a concessão justa de recompensa. Próximo.

Os principais argumentos da Suprema Corte americana. Principalmente o valor da propriedade resgatada e o nível de perigo representado, o risco corrido pelo salvador, o valor da propriedade empregada. Próximo. Ou seja, isso aqui são as palavras do Juiz da Suprema Corte americana em relação a esse achado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Dr. Estevão, só peço a conclusão da apresentação.

SR. ESTEVÃO CAMPELO: Os centros de pesquisa participaram do achado, a importância, o Vasa que é o museu mais visitado do mundo, então o apelo é muito grande. Próximo.

O caso do *Black Swan* é muito importante citar isso aqui, porque a lei espanhola restritiva, hoje o Governo espanhol entrou com ação por conta desse achado. A empresa Odyssey localizou um barco denominado de *Black Swan*, em algum lugar do Atlântico, não foi informado, não informa até agora, enquanto isso 17 toneladas estão na Flórida, volume duvidoso, o sítio removido e uma ação judicial. Eu trouxe aqui a defesa dessa empresa e os argumentos são coerentes. Está lá descaracterizado o sítio.

Diferente da atitude da Espanha, que pelo que eu vejo é a mesma coisa do nosso PL, e da Inglaterra, que estimulou a descoberta do importante barco *Victory*. Próximo.

Eu tive oportunidade de passar cinco meses no Atol das Rocas e vi a degradação que os naufrágios estão sofrendo enquanto conservados *in situ*.

Também no arquipélago São Pedro, São Paulo e aqui um risco que é preciso ser relatado aqui nessa audiência: o aumento da prospecção de petróleo em toda a Plataforma Continental e Zona Econômica Exclusiva. O Governo está licitando módulos e permitindo que empresas com alta tecnologia façam esses levantamentos. Elas não estão autorizadas a localizar nem a resgatar esse naufrágio. Próximo.

Já estou encerrando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu peço só o encerramento, porque senão vai haver um prejuízo para os outros expositores.

Então, de acordo com o combinado, seria um tempo limitado com uma pequena tolerância. E já passou inclusive um minuto. Eu peço só que conclua.

SR. ESTEVÃO CAMPELO: O próximo então. São vários os cenários que põe em risco os naufrágios. Mantê-los intocados aumentará ainda mais a sua degradação.

A legislação atende e é o meio hábil e legal. Próximo.

E a realização dessa atividade de forma ordenada, fiscalizada de acordo com a lei vigente gerará para a União Federal recursos expressivos e peças importantes para os museus. Próximo.

Trata-se de um projeto de lei inconstitucional, a Dra. Lilian vai mostrar porque, ilegal, anacrônico, imotivado, que fere o princípio da livre iniciativa e com o intuito de preservar nosso patrimônio subaquático, termina por favorecer a destruição, a pirataria, sim, condenando de maneira irreversível.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço então, Dr. Estevão. Passo em seguida a palavra ao Dr. Gilson Rambelli, que é Vice-Presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro.

SR. GILSON RAMBELLI: Bom dia a todos. Bom dia Presidente. Aproveito para através da sua pessoa saudar todos os demais Senadores presentes, todas as autoridades e peço licença para fazer a minha exposição ali próximo à tela, de pé. Com licença.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero dizer ao Dr. Gilson que há um microfone aqui que pode ser utilizado para essa finalidade. E eu solicito à marcação, que comece de novo, nos 10 minutos.

SR. GILSON RAMBELLI: Bom, bom-dia a todos. Eu sou arqueólogo, e vou falar como um arqueólogo. Então, o que eu pensei nessa exposição, para contribuir para o andamento e para o sucesso desse projeto de lei foi comentar sobre o patrimônio cultural subaquá-

tico na perspectiva do ponto de vista da Arqueologia Subaquática. Próximo, por favor.

Então, eu gostaria de agradecer o convite e digo que para a Arqueologia brasileira é uma honra estar nessa Casa, estar contribuindo com um momento tão importante para a legislação, que vai mexer num ponto importante que ainda está muito falho. Próximo, por favor.

Então, eu falo aqui em nome da Sociedade de Arqueologia Brasileira, da qual eu sou Vice-Presidente, e também em nome do Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos, da Universidade Federal de Sergipe, do qual eu coordeno.

O grande problema dessa temática, é por ser um tema novo. E por ser um tema novo, ela ainda necessita de uma mudança de mentalidade.

A Arqueologia Subaquática é muito nova no cenário internacional e, principalmente, no cenário nacional. No internacional, ela surge em 1960. Então, o que paira na nossa cabeça, na nossa mentalidade é a ideia do fundo do mar assim, como o Hergé sempre mostrou, aquela coisa, aquela visão romântica do navio afundado. Próximo. E continuando com as figuras do Hergé, dá uma ideia de uma figura romântica lucrativa, como se o que tivesse no fundo do mar fosse terra de ninguém, de quem encontrasse e fizesse uso como bem quisesse.

Então, nós temos nessa escala da mudança, desde o mergulho livre, das pessoas que mergulhavam, prendiam a respiração para mergulhar, depois passando por equipamentos mais rudes até a sofisticação, até chegar no chamado *aqualung*, que permitiu que o mergulho se tornasse acessível, que essas pessoas que tomavam conta desse universo achassem que elas fossem as donas de tudo que estava no fundo do mar.

Por quê? Porque as pessoas que não se relacionavam com esse fundo marinho, se viam muito distantes disso tudo. Mas o que a gente diz hoje, no Século XXI, o mergulho conquistou novas fronteiras. O mergulho estaria acessível para todos. Então, o problema é que a maneira de pensar ainda está atrelada a essa, do tesouro, da sereia... Porque existe todo um imaginário construído ao longo dos séculos sobre o uso do fundo do mar.

E qual é o problema disso? É que a Arqueologia, ela passa a ser compreendida como uma técnica de ilustrar a história trágico-marítima. Então, afundou o navio, vai lá, tira as peças do navio, coloca aquilo no museu e fala que isso é Arqueologia.

Ou senão, para caçar tesouros, para fazer indenizar as pessoas. E qual é o problema da caça ao tesouro do ponto de vista da Arqueologia? É que ela beneficia uma minoria, em detrimento, está certo, de uma maioria. Porque um sítio arqueológico é um patrimônio de todos. Então, todos são lesados toda vez que alguém vai lá e tira algo e se diz dono e quer fazer fortuna em cima disso. Próximo.

Então, dentro desses conceitos que eu estou trabalhando, eu gostaria de definir, o que é Arqueologia Subaquática? É simples, é a versão molhada da Arqueologia. A gente não está inventando nada novo, a gente está falando de uma disciplina que tem uma especialidade, trabalhar embaixo d'água, é fazer Arqueologia. Arqueologia é uma ciência que trabalha com a cultura material. Então, vem uma frase célebre, que é interessante, que diz: "O arqueólogo escava pessoas, e não coisas", está certo? Não tem nada a ver.

As coisas, elas estão relacionadas às pessoas, e não ao objeto pelo objeto. Nós estamos falando de objetos para colocar em museus. Próximo.

Então, nesse sentido, para ilustrar, para trazer para o conhecimento de vocês é que ela dá uma característica forense. Eu trouxe até uma imagem do CSI, aquela coisa da cena do crime, de ter, que ser tudo feito com muito cuidado, por quê? Porque a gente vai ter que reconstituir um momento que deixou de existir de repente. Próximo.

Então, existem três diferenças dessa Arqueologia terrestre para a subaquática. Uma é levar o ar para respirar. A outra é adaptar os métodos e técnicas e uma outra específica, que é o cuidado com a conservação do material relativo ao sítio.

Hoje se sabe que embora se preserve muito mais o que está embaixo d'água, o que está em azul é de ambiente aquático e o que está para cá é ambiente terrestre, se preserva muito mais, mas esse material está muito debilitado, muito frágil, e ele precisa de cuidados específicos. Próximo.

Então, o mergulho para o arqueólogo, ele passa a ser uma ferramenta. Ele deixa de ser um fim, para se tornar um meio de se fazer a pesquisa. Próximo.

E dentro dessa percepção, nós temos uma definição desse patrimônio cultural subaquático que está relacionado com todos os vestígios da existência humana. Nós temos muito da nossa história, como o colega mostrou há pouco, nós vivemos não no Planeta Terra, nós vivemos no "Planeta Água". Tem muito mais água. Então, tem muita história que a gente não conhece ainda que está perdida e que nós temos que contar. E a Arqueologia pode ajudar nisso. Próximo.

Nesse sentido, essa preocupação toma uma dimensão maior e, como foi dito anteriormente, não seria o fórum de a gente discutir a Convenção, mas há uma preocupação internacional.

Por quê? Quando a gente pensa num navio afundado, ele é um bem internacional. Nós temos um barco português, com uma tripulação mista, trazendo escravos da África, afundado no litoral do Brasil e o barco foi construído nos Estados Unidos. Isso tudo já mostra o quanto se unem a questão do patrimônio internacional, essa dimensão de humanidade. Próximo.

E para vocês terem uma ideia, para os senhores terem uma ideia, esse patrimônio, ele não se resume a navios afundados. Então, a gente tem a imagem de uma cerâmica numa caverna submersa em Mato Grosso. Próximo.

Temos áreas que ficaram submersas, como disse a Senadora Ideli, que era um sítio terrestre e que a água subiu. Represas, coisas assim. Próximo.

Temos áreas portuárias. Todos esses barcos aqui, se a gente imaginar esses 500 e poucos anos de história da chegada europeia, nós temos depósitos de lixos desses barcos que ali ficaram e que podem contar história.

E temos naufrágios. Temos naufrágios com estruturas de metal e que estão expostos, próximo. E temos naufrágios que mesmo com a questão da sedimentação, estão totalmente enterrados. Então, nós arqueólogos encontramos sítios enterrados mesmo, e cobertos de sedimentos. Próximo.

Temos também sítios que estão na interface, está certo? Próximo.

Aqui, no caso, sítios pré-históricos, sambaquis que estão submersos. Próximos.

Restos humanos, também submersos, relacionados a contextos de sítios terrestres. Próximo.

Essa imagem não dá pra ver direito, mas são gravuras rupestres, arte rupestre, feita na pedra que está submersa, próximo ao Rio Trombetas, no Pará. Próximo.

Um pouco mais, aqui a gente vê os sulcos, sítios que estão sendo estudados pela Arqueologia. Próximo.

Material relacionado ao ritual. Ritual... Sítios santuários, material depositado. Próximo.

Cerâmica indígena. Próximo.

Canoas. Nós temos canoas que estão afundadas em rios e lagos. Outro exemplo, essa daqui é no Amapá, uma canoa afundada com toda a cerâmica. Então, mostra que quando afundou eles estavam carregando a cerâmica, aquele grupo. E para dizer o quê? Que a Arqueologia Subaquática ela é igual, que é a produção de conhecimento.

O arqueólogo não quer ser dono do mar, o arqueólogo não quer ser dono dos sítios arqueológicos submersos, não. Porque isso é um patrimônio público. Então, a Arqueologia, ela está relacionada com isso, com o estudo...

Nós queremos produzir conhecimentos sobre isso. E dentro de uma visão, nós temos que a... Incluir o máximo de pessoas nessa discussão. Então, o que a gente tem feito? Nós, dentro da visão da Arqueologia pública estamos formando não só especialistas nessa Arqueologia Subaquática, ensinando os arqueólogos a mergulhar e trabalhar embaixo d'água, mas também os interessados. O nosso projeto está aberto para todos os interessados, voluntários, todos que queiram participar. Próximo.

Então, a gente faz treinamentos com aulas teóricas, aulas em piscinas, próximo, envolvendo ao máximo, esse é um curso que aconteceu em Itaparica, em 2006, envolvendo a comunidade de pescadores, estudantes da universidade, a inclusão junto ao patrimônio. Próximo.

Tudo para a gente chegar no trabalho do CSI, o trabalho de campo, coeso, um trabalho de campo responsável, um trabalho de campo sistemático. Próximo. Tirando o máximo... Pode ir passando. O máximo de informação possível até chegar na escavação.

A escavação para a Arqueologia, ela é considerada o último dos recursos. Por quê? [soa a campanhia] Porque a gente tem que ter muito claro o que a gente quer, não se escava um sítio por se escavar. Próximo.

Então, tudo isso relacionado ao uso social desse patrimônio. E é isso que o Projeto de Lei diz quando ele fala da preservação *in situ*. Pensar em estabilidade, geração de empregos, comunidades pesqueiras, e não colocar o pescador como um criminoso, como foi dito há pouco.

E entra o turismo também. Próximo.

A gente tem possibilidade, hoje, esse é um projeto que deu muito certo no exterior, de "Adote um Naufrágio", empresas de mergulho adotarem um naufrágio, próximo, para levar as pessoas, sinalizar o sítio, itinerários submersos. Próximo.

Isso é preparado, bilíngue, para o turista ver o que está não fundo, interagindo. Próximo.

Um exemplo da plaquinha. Próximo.

O que a gente pode estar fazendo, incentivando a população a integrar e não se sentir coagida com a lei. Programas de educação patrimonial, educação patrimonial o tempo todo. Pode ir.

E aqui um problema, que diz respeito... Vou ultrapassar um minuto só, para eu concluir. A visão da Arqueologia. Qual é o grande problema da lei atual? Ela permite a atribuição de valor econômico ao achado arqueológico. Patrimônio cultural não tem preço. Não tem o que pode atribuir um valor.

E hoje, o mundo, numa tendência pensando não só no passado em relação ao patrimônio, mas no futuro das gerações futuras, nós estamos muito preocupados com isso. Então, o mundo hoje está se fechando para essa coisa de falar de valores. Próximo.

Outra coisa que nos incomoda muito é que a lei federal, ela permite uma intervenção não arqueológica, porque ela não dá as diretrizes da Arqueologia, como dá o Projeto de Lei atual, e ela permite que não arqueólogos façam Arqueologia. Aí é uma questão não de reserva de mercado, mas de princípios em relação a como intervir sobre o sítio. Próximo.

E no caso específico, ela vai contra a Convenção. E a Convenção, para nós arqueólogos, ela é importante em que sentido? No sentido de que ela dá a receita do bolo. O Anexo da Convenção é a receita do bolo de como se faz uma pesquisa arqueológica. E é isso que a gente quer.

Se o Brasil não quer seguir a Convenção, que é um outro fórum, é outro problema. Para nós o importante é seguir o Anexo da Convenção, que esse o Projeto de Lei dá conta. Próximo.

Então, as perspectivas para a gente acabar com essa depredação ao patrimônio, conscientização, programas de carta arqueológica, vamos fazer um mapa do que existe, para a gente poder de fato preservar, tomar cuidado com a rede. Nós temos que conhecer, nós temos que fazer uma gestão disso. Próximo.

Um exemplo do que foi feito no Baixo Ribeira de Iguape, o mapeamento dos sítios submersos. Próximo.

Cooperação internacional, foi desse simpósio que saiu o Projeto de Lei da Deputada Nice Lobão, Próximo.

E aí, para finalizar, uma reflexão: o patrimônio cultural subaquático ele requer, ele necessita de intervenções arqueológicas. Caso contrário, esse patrimônio, ele vai desaparecer literalmente debaixo dos nossos olhos.

Muito obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço ao Gilson Rambelli, que é Vice-Presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

Passo em seguida a palavra, naquela inversão que havia mencionado, para a Simone de Sousa Mesquita, que é arqueóloga do Museu Nacional, Rio de Janeiro. Seja muito bem-vinda. Com a palavra V. Sa.

[interrupção no áudio].

SRA. SIMONE DE SOUSA MESQUITA: Bom-dia--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Caso, caso se sinta mais confortável, mas estamos escutando bem, também tem o microfone...

SRA. SIMONE DE SOUSA MESQUITA: Não, está bom aqui. Está ouvindo bem. É que às vezes eu falo um pouco baixo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem, então.

SRA. SIMONE DE SOUSA MESQUITA: Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar aqui a Mesa, o Senador Flávio, o Comandante Tomé Machado, o Vice-Presidente da Sociedade de Arqueologia, Professor Gilson, que é um colega, o Diretor de Patrimônio Dalmo Filho, o Estevão, engenheiro de pesca, Lilian. Bem, os Senadores aqui presentes...

E eu acho interessante que a gente esteja discutindo aqui, tenha essa oportunidade de discutir aqui Arqueologia Subaquática, porque há 20 anos atrás, quando eu estava na universidade, se falar em Arqueologia Subaquática era uma coisa de outro mundo. A gente tinha um companheiro de classe que queria ser arqueólogo, com especialização em Arqueologia Subaquática, e quando a gente escutava ele falar, a gente achava que aquilo era uma coisa completamente inusitada e às vezes até mesmo delírio.

E é interessante que a gente esteja aqui nesse ponto, discutindo, a apresentação do Gilson foi bastante interessante, porque esse é o trabalho, realmente, do arqueólogo, e eu vou dar uma lida aqui para me ater aos meus minutos, que são curtos.

Então, naquela época a Marinha orquestrava a questão dos sítios arqueológicos subaquáticos, e eu acredito, aqui eu vou falar, relatar as minhas próprias considerações, que fique bem claro. Eu acredito que as condições atuais, a Marinha ainda seja a melhor opção para intermediar essa área da Arqueologia no país. Diferente do IPHAN, a Marinha possui as ferramentas necessárias para cuidar do assunto. Embarcações e até pessoal qualificado, a Marinha tem. E eu não concordo que sítios subaquáticos devam permanecer intocados, pois existe na atualidade maneiras de tratar esses materiais, esses achados, encontrados no fundo do mar.

Eu trabalhei durante três meses na Turquia, e o laboratório do Museu de Bodrum, de Arqueologia Subaquática, que é mundialmente conhecido e bastante visitado, trata seus achados de forma adequada. A exposição do Museu de Bodrum abriga o *Uluburun*, o mais antigo navio encontrado, da Idade do Bronze, onde acervo, conservação e exposição funcionam interligados.

Assim como trabalhamos no sentido de salvar sítios em terra, também necessitamos estender isso para

os sítios subaquáticos. Só para ilustrar, as exigências em vigor contemplam os seguintes itens, se você for fazer uma pesquisa de Arqueologia Subaquática: cadastramento na Capitania; requerimento ao Diretor de Portos e Costas da Marinha; cópia do contrato social; CNPJ da empresa que irá executar a pesquisa; relação dos meios disponíveis para a execução da pesquisa, descrevendo as embarcações, equipamentos destinados a atividade, tais como veículos de operação remota, sonares, gravímetros, detectores magnéticos e similares; relação dos técnicos que participarão da pesquisa com os seus currículos, que qualifiquem para a atividade; memorial descritivo da faina, incluindo os métodos que serão empregados, datas de início e término e o cronograma dos principais eventos a ser assinalado por arqueólogo e mergulhador; planilha de custos por etapas e total.

Eu acho que cumprindo essas exigências, a Marinha é, certamente, a mais apta, sem sombra de dúvida, na etapa seguinte, de acompanhar as pesquisas de Arqueologia Subaquática por todo o seu histórico.

Então, era isso que eu queria colocar. Eu acho que de qualquer forma todas essas questões que o Gilson colocou, de educação patrimonial e... Isso também tem que acontecer. Isso aí é a história da Arqueologia Subaquática no Brasil, e a gente trilhar por um caminho melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço a Simone de Sousa Mesquita, que é Arqueóloga do Museu Nacional.

Quero destacar a presença do Senador Cristovam Buarque, já há algum tempo nessa Comissão, ex-Presidente, ex-Ministro e relator dessa matéria e autor do Requerimento para essa Audiência Pública, assim como do Senador Cícero Lucena, também membro desta Comissão.

Quero destacar as presenças nesta Audiência Pública do Contra-Almirante José Luiz Ribeiro Filho, Subchefe do Estado Maior da Armada, de Ricardo dos Santos Guimarães, representante da Diretoria de Patrimônio Histórico da Marinha; também alguns assessores parlamentares da Marinha, o Cid Claro Augusto Júnior, Carlos André Coronha Macedo, Alexandre Machado da Silveira, João Ferreira Cruz, Marcos Antônio Souza de Araújo, também o Jorge Mota que é Assessor Parlamentar da Deputada Nice Lobão, Virgílio Ornelas, Assessor Jurídico da Marinha, Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia, Professora do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, Sandra Nami Amenomori... Está certo? Parecido? Analista pericial em Arqueologia do Ministério Público Federal. Seja muito bem-vinda. E Jorge Vinhas, Chefe da Assessoria Parlamentar do IPHAN, que também está aqui. Muito bem.

Passamos em seguida a palavra à Lilian Schaefer... Schaefer.

SRA. LILIAN SCHAEFER: Schaefer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Schaefer, Advogada, especialista em Direito Marítimo e Portuário, Rio de Janeiro.

SRA. LILIAN SCHAEFER: Bom-dia a todos. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer mais uma vez a oportunidade de tomar parte nesses debates enriquecedores à nova ordem social e cultural que está se pretendendo através dessa discussão.

A parte as questões de natureza técnica, arqueológica, as quais eu não tenho competência alguma para aqui debater com os presentes, gostaria de trazer ao conhecimento de todos, algumas observações jurídicas sobre esse Projeto de Lei.

Embora o mérito da alteração que se propõe, da mudança na lei que está sendo discutida por esse projeto, que já tenha sido extensamente debatido por quem de direito, parece que não se deu ainda a importância, a relevância devida às questões jurídicas desse projeto.

Em primeiro lugar, Excelências, eu gostaria de confrontar e trazer aqui a questão prejudicial que nós nos deparamos, que precede toda essa análise do mérito, se vale a pena alterar ou não a conformação de exploração de bens subaquáticos.

Existe uma inconstitucionalidade flagrante, existe um vício formal de iniciativa nesse projeto. E a explicação é muito simples. Somente o Presidente da República tem competência para deflagrar o processo legislativo sobre atribuição e alteração de atribuição de Ministério, que é o que se pretende através desse Projeto de Lei.

O que num primeiro momento se verifica é que a letra do Projeto de Lei implica na alteração de atribuição das autoridades navais, do Comando da Marinha, para o Ministério da Cultura. E essa mudança de atribuição, como é de conhecimento, acredito, da maioria dos presentes, ela implica numa inconstitucionalidade formal, há um vício e um vício insanável. É um vício que não pode ser sanado nem mesmo pelo Presidente da República. Então, não se pode permitir a aceitação, a aprovação de uma lei que tenha um vício de forma constitucional e que é flagrante.

O Projeto de Lei, ele afronta claramente o art. 2º, o art. 61, §1º, inciso II, alínea *b*, combinado com o art. 84, inciso VI, alínea *a*, da Constituição Federal, porque traz uma mudança de atribuição, altera a atribuição, a competência para a fiscalização, para a apreciação da questão da exploração subaquática, tira do Ministério, do Comando da Marinha, das autoridades navais, e passa ao Ministério da Cultura.

Esse vício, Excelência, modifica a desconcentração administrativa criada pela Lei 7.542, de 86, que atribuía competência às autoridades navais para então delegar competência às atividades vinculadas ao Ministério da Cultura.

Esse vício, por si só, é suficiente para que haja a rejeição desse projeto. É, como torno a dizer, um vício insanável. E essa tem sido a orientação do Supremo Tribunal Federal, e eu posso citar aqui o defeito radical oriundo do cumprimento da Constituição Federal, trazido na ADIN MC 1.070, de 15 de setembro de 95, de relatoria do Ministro Celso de Mello, onde houve uma questão bastante semelhante, onde uma alteração de competência foi... Houve uma tentativa de alteração de competência através de uma Lei Ordinária, o que não é possível, senão pelo Poder Executivo, pelo Presidente da República através de Decreto, conforme preceitua a Constituição Federal.

Além desse vício que por si só macula toda a apreciação desse Projeto de Lei, nós podemos considerar também a inconstitucionalidade como material que se apresenta de incompatibilidade de conteúdo.

Conforme o professor Estevão teve oportunidade de ressaltar, a justificativa do Projeto de Lei está calcada na Convenção da UNESCO de 2001, Convenção essa que não foi recepcionada, não foi promulgada, não foi ratificada, não é lei interna, não incorporou o ordenamento jurídico brasileiro.

A convenção que o Brasil ratificou, que está em vigor e que é a base, a premissa para a lei de 2000, quer dizer, a 7.542, de 86, com suas alterações do ano 2000, é a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a Convenção de Montego Bay.

Essa convenção, essa sim o Brasil ratificou, de sorte que não se pode trazer como justificativa para a alteração de uma lei a aplicação analógica de uma convenção que é desconhecida para o Brasil, na medida em que ela não foi assinada pelo Estado Brasileiro; aliás, é uma convenção de pouca aceitação mundial. A convenção que hoje ainda é adotada mundialmente pela maior parte dos países que exploram, que tentam resgatar seus patrimônios subaquáticos é a convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. E essa é que serve de base para a lei que está em vigor.

Portanto, se verifica... Havia uma incompatibilidade de conteúdo com a legislação em vigor, haja vista a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar que já se incorporou ao nosso ordenamento jurídico através de Decreto, como de direito.

Além disso, o que se pode vislumbrar ainda nesse Projeto de Lei, uma série de vícios de legalidade no tocante a outras premissas também constitucionais que não foram observadas. Questões como do Direito Econômico, da livre iniciativa, da função social da propriedade e da própria aplicação do Código Civil em vigor, o Novo Código Civil, que trata de achados nos artigos 1.264 a 1.266, nada disso foi considerado nem apresenta-se como motivação para a alteração da lei que está em vigor e que vem funcionando.

De toda sorte, essa tentativa de regulamentar a matéria em vigor por vias transversas é ofensa clara ao art. 84 da Constituição Federal. Portanto, essas razões nos levam à conclusão lógica de que esse projeto, infelizmente deve ter passado desapercebido essa questão fundamental da inconstitucionalidade formal que gera um vício insanável, e que, portanto, não pode nos levar sequer à apreciação do mérito, está chegando ao momento crucial de se decidir sobre um projeto de lei eivado de vícios. Um projeto de lei que fere princípios constitucionais da livre iniciativa, e do direito de propriedade, modifica uma lei que está em vigor, baseada numa convenção internacional que o Brasil assinou e ratificou e que é de alcance mundial.

Por todas essas razões, Excelências, se espera que haja coerência e seja justificada essa motivação para que seja rejeitado esse Projeto de Lei eivado de vícios constitucionais, ilegais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço a participação da Dra. Lilian Schaefer, que é advogada especialista em Direito Marítimo e Portuário, do Rio de Janeiro. Quero destacar também a presença da Jurema Machado, que é da UNESCO no Brasil.

E passo, em seguida, a palavra ao comandante Tomé Albertino Machado, que é representante da Marinha.

SR. TOMÉ ALBERTINO DE S. MACHADO: Bomdia a todos. Eu gostaria de agradecer muito a oportunidade de estar aqui na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em especial ao Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão, para discutir um assunto que realmente preocupa muito a Marinha do Brasil. Por favor.

Meu propósito hoje aqui é apresentar o entendimento da Marinha do Brasil, como autoridade marítima, a respeito do Projeto de Lei nº 45/2008 que dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro e revoga os artigos 20 e 21 da Lei 7.542, de 26 de setembro de 86, com a redação dada pela Lei 10.166, de 27 de dezembro de 2000.

Para tal, vou seguir esse roteiro. Eu vou fazer algumas considerações iniciais. Eu, na intenção de tentar homogeneizar o conhecimento, achando que a plateia fosse talvez um pouco heterogênea, eu vou traçar um breve histórico sobre o Direito do Mar, sobre a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar que

a Dra. Lilian acabou de citar, a legislação nacional e o entendimento da Marinha sobre a questão.

Eu começo com a imagem do Globo Terrestre visto a partir do Polo Norte. Esse talvez seja um hemisfério terra. Essa é uma imagem do Globo Terrestre a partir do Polo Sul e como o professor Gilson acabou de dizer, talvez daqui a gente tenha uma imagem que esse é o planeta água.

O que eu quero dizer com isso, complemento com um pensamento de Rui Barbosa, é que qualquer assunto afeto ao mar, ele diz muito respeito ao Brasil. Por favor.

Então, nesse breve histórico, eu remonto à antiguidade, porque a importância do mar para a humanidade ela coincide com a origem das civilizações. Então, venho descrevendo aí vários eventos que ocorreram por ocasião das tratativas do direito do mar. As questões chave sempre foram a propriedade do mar a posse de bens do mar ou de qualquer outros bens no espaço marítimo.

Isso decorreu desde o Século XV, naquela época era comum as bulas papais determinar de quem fosse a propriedade do mar, tivemos a *Bula Romanus Pontifex* que determinou o mar português, a divisão desse mar com a *Bula Inter Coetera*, que deu o mar espanhol, que teve como consequência o Tratado de Tordesilhas, que nos é muito afeto e essas questões elas se debateram a vida inteira, por toda a história, e percorrem até hoje.

No Século XVII, no início do Século XVII, essa teoria, ela foi muito debatida por dois pensadores, o Hugo Grotius, que era um jurista holandês e o John Selden, que era um jurista inglês. Eles, em síntese, é o *Mare Liberum,* com a liberdade dos mares, e o *Maré Clausum,* com a propriedade dos mares. Mas, logicamente sempre respaldado por um poder naval, por um poder militar que justificasse essas teorias. A liberdade dos mares por aquelas, defendidas por aquelas potências marítimas e o *Maré Clausum* pelos Estados propriamente ditos.

E assim foi, posteriormente à 1ª Guerra Mundial, com a Liga das Nações, que tentou normatizar essa questão, tentou formular leis a respeito disso, não conseguiu. A voga na década de 40, especificamente, era de que o mar era uma coisa de ninguém, conforme defendia um jurista de nome Charles Rousseau, e isso perdurou por muito tempo, sendo que teve um evento que eu destaquei ali, que foi a proclamação unilateral dos Estados Unidos em 1945, pelo Presidente Truman, dizendo que a Plataforma Continental Americana era Estado americano.

Isso mudou radicalmente esse pensamento e trouxe novamente a questão para o fórum da comunidade internacional. A comunidade internacional, por meio da Conferência das Nações Unidas, tentou normatizar. Então, nós tivemos a 1ª Conferência das Nações Unidas, em 1958, em Genebra, a 2ª em 60, também em Genebra, em 70 tivemos a 3ª Conferência, que só terminou em 82, 12 anos depois, com o texto da Convenção.

A Convenção, ela é tida como a Constituição dos Mares, ela é um marco jurídico internacional e ela concedeu ao Direito do Mar um caráter universal e contribuiu para a sistematização dos países signatários no espaço marítimo.

O Brasil depositou instrumentos de ratificação da Convenção em 22 de dezembro de 88, e ela entrou em vigor, por Decreto de nº 1.530, em 22 de junho de 95.

Qual o estado dessa convenção hoje? A ONU hoje tem 192 Estados membros, a Convenção tem 159 Estados partes. Desses Estados membros, quem não... Os Estados que tem litoral que não ratificaram a convenção foram esses 18 que eu... Esses 18 que eu realcei ali e em especial aqueles de amarelo que são os Estados Americanos. E 15 Estados não parte, sem litoral, que também não ratificaram a convenção. Ela foi organizada em 320 artigos distribuídos em 17 partes e 10 anexos.

Definiu de forma precisa os espaços marítimos e consagrou-se como uma referência em Direito do Mar. Contém em seu texto menção a todos os espaços oceânicos, assim como a possibilidade de uso. Ou seja, por ocasião da sua confecção, pensou em pesca, se pensou em prospecção mineral na Plataforma Continental... Conforme os assuntos iam chegando à Convenção, nós íamos criando esses vários artigos, essas várias partes.

Só que como já foi dito aqui, naquela ocasião do histórico de toda a convenção, o assunto bem submerso ele não estava em voga, ele não tinha muito apego. Então, a Convenção, ela dedicou apenas dois artigos ao patrimônio cultural subaquático. Por favor. Quais sejam? O art. 149 e o art. 303.

E aqui eu assinalo as várias conferências das Nações Unidas e vou citando o que foi tratado naquelas... Naquela ocasião. Por exemplo, na 1ª Conferência de 58, o que se tentou foi quatro convenções diferentes. A tentativa era de ter, ao invés de ter uma convenção só, que a gente tivesse, que o mundo tivesse quatro convenções. Mar territorial, alto-mar, pesca e conservação e plataforma continental.

A 2ª, de 60, novamente voltando lá aquele pensamento de Hugo Grotius e John Selden, a polêmica ficou entre Estados costeiros e potências marítimas. As potências marítimas defendendo a liberdade dos

mares e os Estados costeiros defendendo a sua propriedade.

Na 3ª Convenção, de 82, dos 320, somente o 149 e o 303 trataram de bens submersos.

Bom, o 149. O 149 ele trata de um termo usado na convenção que é a Área. A Área são os altos fundos, os fundos marinhos internacionais, além das jurisdições nacionais. Ele... Todo... Todo o trato na Área ele é tido como um recurso para a humanidade. Então, nessa parte aí ela é bem clara.

Com relação ao art. 303, ela cita que os objetos arqueológicos achados no mar, que os Estados têm o dever de proteger os objetos de caráter arqueológico e histórico achados no mar e devem cooperar para esse fim. Ou seja, ela respalda e ela incentiva o trato do bem submerso. Do patrimônio cultural subaquático.

Os demais artigos, basicamente o artigo... O §2 do art. 303, ele se referencia à possibilidade do Estado normatizar, o artigo 33, ele se referencia o Estado normatizar a sua zona contígua que é afeta ao mar territorial; no § 3º é um parágrafo específico para a Lei de Salvamento, acho que uma coisa que é bom a gente esclarecer, que uma coisa é o Direito do Mar e outra questão é o Direito Marítimo.

O Direito do Mar é mais afeto ao trato entre os Estados, que trata essa convenção. O Direito Marítimo é um direito mais afeto à questão comercial, que é referente à possibilidade de... Do proprietário do navio, do armador do navio resgatar sua carga ou seu navio que venha a perder.

Então, esse §3, ele complementa e ele vincula com a lei que é tida como a Lei de Salvamento. E o §4º, ele possibilita outros acordos.

Bom, com relação à legislação... Por favor. A legislação nacional. A Constituição Federal, ela dispõe que são bens da União, conforme já dito aqui, pelo art. 20, no § 10º, as cavidades e os sítios arqueológicos e pré-históricos.

O art. 48, ele... A Constituição dispõe que "*cabe ao Congresso Nacional*" "*dispor sobre todas as matérias de competência da União*, *especialmente sobre*" "*limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União*."

Legislação nacional. Lei 7.542. Ela é em si uma síntese, uma lei voltada para o salvamento. Quando essa lei foi criada em 1986, ela, na verdade, era uma ferramenta para o Brasil possibilitar o resgate, possibilitar ou desobstruir um canal que tivesse impedido por uma carga que tivesse caído de navio mercante, esse tipo de coisa. Então, ela é mais afeta ao Direito Marítimo, ao Direito Comercial.

Então nós tínhamos... Ela era uma lei que não mencionava o sítio arqueológico, patrimônio cultural subaquático. Em 2000, querendo resolver essa lacuna, inseriu-se a Lei 10.166, que complementou aquela lei. E... Por favor. O art. 7º, com a lei como está hoje, ela diz que decorrido cinco anos o bem passa ao domínio da União. Então, qualquer artefato, qualquer navio que tenha... Que esteja no fundo, que esteja submerso, a partir de cinco anos ele é domínio da União. [soa a campanhia].

O art. 20 ele diz que... Ele foi inserido pela Lei 10.166, ele diz que coisas ou bens resgatados de valor artístico interesse histórico e arqueólogo permanecerão no domínio da União. O § 1º se referencia... Faz menção que o contrato de autorização cabe à autoridade naval, no caso, a Marinha do Brasil. O § 2º, que o contrato de autorização poderá estipular o pagamento de recompensa ao concessionário com remoção dos bens e o qual poderá ser constituído de adjudicação de até 40%. O § 3º, que coisas e bens resgatados serão avaliados por uma comissão de peritos convocada pela autoridade naval, ouvido o Ministério da Cultura, que definirá se tem valor artístico, de interesse cultural e arqueológico e atribuirá seus valores, o que é uma grande dificuldade hoje.

Porque como já dito aqui pelo professor Gilson Rambelli, atribuir valor a um patrimônio cultural não existe.

Qualquer hipótese assegurada à União pelo § 4º, em qualquer hipótese assegurada à União a escolha de coisas ou bens. Esse ponto, especificamente, contradiz o próprio *caput* do artigo. Se cabe à União a escolha de coisas ou bens, nós já estamos separando esse inventário, separando esses bens e atribuindo esses bens a uma terceira parte.

Bom, posicionamento da Marinha do Brasil. Quanto ao PLC 45/2008, com redação dada pela proposta do substitutivo, a Marinha do Brasil concorda com o mesmo, haja vista contribuir sobremaneira para a proteção do patrimônio cultural subaquático. Por que isso? Porque com o novo Projeto de Lei nós vamos separar essa parte de Arqueologia Subaquática que terá... Cujo mérito, no entendimento da Marinha, cabe ao Ministério da Cultura, da Lei 7.542, que continuará sendo uma lei de salvamento, a qual a Marinha necessita para o ordenamento marítimo.

Com o novo texto, a Lei 7.542, de 86, ficará restrita tão-somente aos bens submersos, sem valor histórico, cultural e arqueológico, possibilitando à Marinha do Brasil concentrar-se em suas atribuições de salvaguarda da vida humana do mar, segurança da navegação e preservação(sic) da poluição hídrica.

Eu concluo com uma última frase de Rui Barbosa e agradeço pela atenção. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço também nesse primeiro momento a participação do comandante Tomé Albertino Machado, representando a Marinha.

Eu vou passar a palavra agora ao Senador Cristovam Buarque, que é o autor do Requerimento para essa Audiência Pública, bem como o relator do Projeto de Lei.

Mas, antes de fazê-lo, quero só agradecer e destacar a qualidade das exposições, das falas, sejam pelos argumentos favoráveis ou contrários, mas de muita qualidade. Quero, de fato, dizer que foi uma Audiência Pública que serve sobremaneira para refletirmos e pensarmos sobre o assunto em pauta nos seus... Sob diversos ângulos. E isso que é o importante numa audiência dessa natureza, para instruir o Projeto de Lei.

Então, quero da minha parte também parabenizar os expositores que sob várias... Várias óticas abordaram esse assunto.

Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a todos. Eu quero inicialmente pedir desculpas por não estar aqui desde o primeiro momento. A razão, devo dar, é que sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que se reúne nessa mesma hora. E, portanto, tive que ficar lá pelo menos até apressar o processo e conseguir vir para cá.

Eu pedi essa audiência, Senador, depois de ter o parecer pronto. Não retirei meu parecer favorável à lei. Entretanto, com conversas com algumas pessoas, eu percebi que havia argumentos que poderiam levar a um parecer diferente. Que eu não... Não deixarei de fazer se achar que é necessário, mas que não tenho muito desejo de fazer, tendo em vista que o parecer foi fruto de uma análise.

No argumento constitucionalidade, que esse é o mais forte de todos, aí não depende de mim. Os consultores que analisaram disseram que não tinha vício de constitucionalidade. Eu creio que isso deve ser reanalisado, mas aí não por mim, aí é uma questão que está acima de parecer de Senador. Se houver, de fato, vícios de constitucionalidade, não podemos aprovar.

Creio, Senador Arns, que devemos descobrir uma forma de consultar isso ou mandar para a CCJ ou alguma outra coisa, não é comigo. Eu até tendo, nesse caso da constitucionalidade, a manter o Parecer e deixar que mais adiante alguém diga que é inconstitucional. Tendo a isso. Mas, para evitar o constrangimento de ter um Parecer recusado, que não deixa de ser desagradável, porque eu assino dizendo que não tem vício de constitucionalidade. Aí temos que consultar a pessoa que deve dizer isso, ou as pessoas, que é uma questão técnica, de jurisprudência. E deixemos isso esperando.

Eu quero ter os argumentos a favor ou contra o Projeto de Lei. Por um lado nós temos diante de nós a defesa do patrimônio cultural nacional, garantindo, nesse caso, pela Marinha. E a lei, a meu ver, anterior, defende isso, de uma maneira mais segura.

Mas nós temos também o risco de, mantendo a lei anterior, impedir a descoberta e a... O aproveitamento desses bens culturais, pelos meios técnicos que sabemos o Estado não tem como fazer.

É nesse sentido que eu abri a brecha para discutir o assunto aqui. Porque eu fui informado, confesso que não estava na análise da lei, desses novos recursos técnicos, dessas novas possibilidades que nós temos de, fazendo a convivência entre o setor privado e o setor público, poder tirar esses objetos para o uso cultural de cada um de nós, lá debaixo do mar, salvo quando essa for a decisão, em alguns casos, até mesmo de cemitérios, lá no fundo do mar em geral não é um patrimônio cultural. É um candidato a patrimônio cultural.

O patrimônio só vira cultural quando ele pode ser apropriado pelo espírito humano, e enterrado lá embaixo ele não é apropriado pelo espírito humano. Pode até ser pelos que têm a chance de visitar. E em alguns casos eu acho que devemos ter sítios arqueológicos mantidos lá embaixo, eu acho.

Assisti um dia desses um filme sobre o resgate de peças do Titanic e confesso que eu me perguntei com muita... Muito sentimento, se não era o caso de aquilo ser deixado onde está. Sinceramente. Eu me perguntei isso. Porque mais dia, menos dia, vai ser possível tirar todo o navio. Será que aquilo não deveria virar um lugar de peregrinação por cima, e alguns privilegiados, do ponto de vista positivo, de privilégio, poder ir lá embaixo visitar aquilo?

Ao mesmo tempo eu tive a chance de visitar navios resgatados inteiros, sobretudo dos vikings. Eu acho que foi um gesto extremamente positivo o resgate daqueles navios e colocar em museu, em vez de estar lá submerso. Um dia talvez faça do próprio Titanic. Aí eu tenho minhas dúvidas.

Então, esta audiência é para me dar subsídios para tentar chegar a uma posição. As diversas posições foram muito boas, mas não responderam as perguntas chave que eu quero fazer agora. Espero que a gente tenha tempo até, porque as respostas não podem ser necessariamente... Não precisam ser longas.

Na verdade, são duas perguntas: quais são as vantagens de manter a lei atual? Que prevalece, para o interesse cultural, nacional também, acho que a gente deve defender aqui o interesse nacional; por mais que uma peça tirada daqui e levada para um museu

na França tenha um valor para a humanidade, eu creio que nós devemos tentar manter aqui esse objeto. Basta já de tanto saqueio que se fez ao longo da história, de peças arqueológicas, que hoje não estão na Grécia, não estão em Roma, estão todos nos museus europeus e norte-americanos. Temos que proteger.

Então, a pergunta que eu quero fazer a cada um, complementando o que falaram, é: quais as vantagens para o Brasil e quais as vantagens para a cultura da humanidade de manter o atual... A atual lei ou aprovarmos a lei da Deputada Nice Lobão? É isso que vai definir se o parecer, Senador Flávio Arns, deve ser favorável ou não. Eu continuo mantendo o meu parecer.

Eu estou disposto a ou dizer "Vamos mandar como está ele e deixa que se debata mais adiante", ou até mudar se for preciso a partir desse debate que não tinha tido a oportunidade de ter.

Então eu queria que cada um, na ordem que o Senador Flávio decidir, provavelmente repetindo a anterior, me diga, com clareza, qual a vantagem para o Brasil e para a cultura, de manter o atual *status* e qual as vantagens da nova lei?

Devo dizer que me sensibilizou o contato da UNESCO querendo a aprovação, eu entendi assim, da nova lei. Não é isso, a UNESCO? Eu estou enganado ou não? Alguém falou... É. Então, me foi... Eu recebi esse contato da UNESCO. E me sensibiliza ver que a UNESCO tem essa posição.

Na verdade, a UNESCO está favorável ao meu Parecer. Mas eu quero ouvir a opinião de todos. Qual o interesse para o Brasil? E qual o interesse para a cultura, brasileira ou não, de uma ou outra lei? Ou, se quiserem, de um ajuste na lei anterior ou de um ajuste com emendas na proposta da Deputada Lobão.

É isso que eu quero perguntar, Senador. Eu quero respostas bem concretas. Vantagens para o Brasil e desvantagens para o Brasil e para a cultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em uma lei... No Projeto de Lei ou em emendas ao Projeto de Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. Eu penso que a pergunta está bastante clara. E se concordarem, eu passaria a palavra na mesma ordem das falas anteriores, para que cada um se posicione, cada um e cada uma, em função da pergunta feita pelo Senador Cristovam Buarque, relator dessa matéria.

Antes, porém, eu só quero dizer que este Projeto de Lei, em relação à constitucionalidade já foi examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, no dia 10 de dezembro de 2008. "*Foi aprovado o parecer realizado nessa data, matéria incluída como item extrapauta. A Comissão aprova o relatório do Senador César Borges que passa a constituir o parecer da CCJ favorável ao projeto com a Emenda nº 01, CCJ, substitutivo*."

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu tomei conhecimento, informalmente, ele não falou comigo, que um dos Senadores que eu reputo como mais constitucionalistas dessa Casa, o Marco Maciel, também está levantando suspeição de constitucionalidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exato.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas isso não vem ao caso. É apenas uma informação que eu tive. Não falei com ele ainda. Mas se já foi aprovado pela CCJ, em princípio houve o cuidado necessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O que não... O que, eu penso, não impede em função do argumento levantado, de consultas, a própria consultoria do Senado Federal reenviar para a CCJ, penso que regimentalmente não é possível porque já foi aprovado na CCJ. Mas nada impede que essa consulta, penso, seja feita à consultoria da Casa.

Muito bem. Então, posso passar a palavra?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então está bem. Passo então, em primeiro lugar, ao Dalmo Vieira Filho, que é do Ministério da Cultura, IPHAN, conforme já anunciado anteriormente.

SR. DALMO VIEIRA FILHO: Bom-dia, Senador Cristovam, mais uma vez bom-dia Presidente. Eu queria fazer uma observação, que está presente a representante da UNESCO. Se o senhor quiser, ela pode, de viva-voz, expressar a opinião da UNESCO, dependendo da sua posição e do Presidente.

As diferenças, Senador, para o patrimônio cultural brasileiro--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Até me desculpe. Eu penso assim, eu penso assim, vamos só ter um tempo para todos. Cinco minutos está bom? Cinco minutos. Então está bem.

SR. DALMO VIEIRA FILHO: A diferença para o patrimônio cultural brasileiro é enorme em relação às duas leis. A lei atual, Senador, ela não fala em procedimentos arqueológicos. Ela quando cita e quando coloca o Ministério da Cultura junto com o Ministério da Marinha, ela fala numa espécie de repartição do botim, o que vai ser resultado da pesquisa.

Na Arqueologia, a Arqueologia frequentemente e em especial em sítios, como sítios arqueológicos, ela

destrói o sítio para retirar os objetos. O sítio deixa de existir. Então, os procedimentos científicos e técnicos são a base da justeza do interesse social, na verdade, desse... Da exploração do sítio.

Sem o procedimento técnico e científico, na verdade nós temos um amontoado de objetos antigos. Mas a significação científica, técnica, perde completamente o sentido.

A diferença básica, não é à toa que o Ministério da Marinha, que o Ministério da Cultura, que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Sociedade de Arqueologia do Brasil se uniram para aperfeiçoar o substitutivo.

Não se trata, Senador, absolutamente, de uma redistribuição de poderes. Isso é uma falácia. O que se trata é de reconhecer que há a dimensão de patrimônio cultural sobre os bens naufragados. Nós temos frequentemente interagido em assuntos dessa natureza, por exemplo, com relação ao DNPM quando trata os bens de natureza paleontológicos apenas do ponto de vista de recursos minerais.

Existe um valor científico, existe um valor, quer dizer, então, na verdade é a sofisticação. A adequação da lei às necessidades que são... Que surgem no momento em que a sociedade percebe a dimensão dos bens que adquirem valor cultural.

Especificamente do ponto de vista do Ministério da Cultura, nós trabalhamos há 50 anos, desde a lei de 1961 com a proteção dos sítios arqueológicos em todo o Brasil. É também uma falácia afirmar que seguir os processos arqueológicos impede as pesquisas, Senador. Nós aprovamos no IPHAN, esse ano 700, licenciamentos de procedimentos arqueológicos.

Junto com os arqueológicos, em todo o país, por exemplo, todas as ações do PAC, todas as obras de infraestrutura no Brasil são hoje antecedidas pela pesquisa arqueológica. Isso não tem de maneira nenhuma inviabilizado as leis, pelo contrário, as ações, ela tem feito com que as ações se somem a novas descobertas do patrimônio, a salvaguarda, porque senão nós estaríamos fazendo, viabilizando que cada ação de intervenção no território, ela significasse uma perda do patrimônio cultural.

Então, o que há hoje em dia é uma justaposição. Todo o processo de intervenção a ele corresponde um procedimento arqueológico que se dá normalmente no Brasil com 700, repito, processos aprovados nesse ano. Nós estamos atualmente com profissionais da área de Arqueologia em praticamente todos os estados do Brasil.

Temos uma gerência de Arqueologia que trabalha em todas as regiões do país, frente todos os desafios que a Arqueologia encerra. Foi por isso que construímos com muita justeza, com muito cuidado, pensando no interesse público com a Marinha e com a SAB esse projeto substitutivo.

Lhe digo com todo cuidado de quem tem procurado seguir, acompanhar as ações de patrimônio cultural e da Arqueologia em todo o país, que, concretamente, o que ganha o patrimônio cultural com o substitutivo? Primeiro, os projetos apresentados não podem prescindir de um projeto arqueológico.

O senhor imagine que é um barbarismo, na realidade, nós admitirmos que um procedimento arqueológico, exatamente num sítio com o cuidado do subaquático, possa prescindir de um projeto que fale dos métodos, fale exatamente dos procedimentos, e defina o profissional de Arqueologia responsável pelo projeto. Isso não está previsto na lei atual.

Qual é a decorrência desse projeto aprovado? Ele passará a contar com profissional de Arqueologia responsável pelo projeto. Ele passará necessariamente a contar com uma instituição brasileira responsável pela guarda dos bens salvaguardados, pelos bens retirados do naufrágio.

E ele precisará também de um endosso financeiro, quer dizer, a garantia de que [soa a campanhia] uma vez iniciada a ação, ela não será interrompida por falta de fundos.

Então, apenas para concluir, os bens... Várias das intervenções falaram da Convenção, mas a base que norteia o substitutivo não é a convenção internacional, é a Constituição Brasileira, que diz que os sítios arqueológicos e os bens provenientes dos sítios são patrimônio da União e que determina no art. 216 que é obrigação do Poder Público proteger o patrimônio da União.

Pode haver e está... Nós estamos abertos a negociar parcerias...

E para concluir, não há impedimento, os exemplos muito concretos e positivos que o senhor citou, dos navios vikings, do Vasa na Suécia, esses procedimentos são desejáveis socialmente. O que nós podemos, digamos, socializar, das pesquisas autorizadas podem e devem abastecer os museus brasileiros, que tem uma dimensão ainda diminuta frente aos grandes, às grandes instituições internacionais.

Então, toda pesquisa legítima onde estiver, do ponto de vista do Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Marinha, onde estiver salvaguardado o interesse público ela será estimulada.

Vivemos no período das iniciativas, das parcerias público-privadas, elas podem perfeitamente, Senador, ocorrer no espírito da nova lei.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Passo então a palavra na mesma inversão... Estaria bem para a Simone e o Estevão? Senão, podemos voltar à ordem, tanto faz. Muito bem. Então, para o Estevão Campelo, que é engenheiro de pesca, consultor e pesquisador da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

SR. ESTEVÃO CAMPELO: Muito obrigado, Senador.

S. Exa., Senador Cristovam Buarque, infelizmente S. Exa. não chegou a tempo de ver a minhas colocações, que responderiam com muita clareza esses questionamentos. Eu procurei trazer aqui e vou relatá-los agora.

Bem, a legislação em vigor já assegura que se ocorrer qualquer achado por acaso ou sem a devida autorização e acompanhamento de autoridades e sem as devidas licenças de todo o trâmite burocrático, além do acompanhamento de representantes da Marinha do Brasil, não poderá haver exploração.

Fora isso, em todos os casos a lei atual assegura à União a escolha de todos os bens de valor artístico, histórico e arqueológico. As normas da Marinha, as NORMAN, tratam de afastar curiosos e restringir as concessões a empresas devidamente qualificadas.

E as alterações feitas na Lei 7.542, de 86, pela Lei 10.166 objetivaram exatamente regular as atividades de pesquisa e recuperação de remanescentes de naufrágio na costa brasileira, colocando sob estrita fiscalização do comando da Marinha, permitindo que empresas idôneas e com comprovada experiência realizassem tais atividades, desestimulando assim a pirataria e as iniciativas sem acompanhamento de controle governamental.

Não citaram aqui a questão da preservação *in situ*, que o Projeto de Lei e a Convenção da UNESCO preconizam, Senador. E os impactos que estão acontecendo a cada minuto são muito significativos, principalmente pela questão do arrasto de pesca. A área igual a dois "Brasis" é varrida anualmente em todo o mundo.

Temos agora o Ministério da Pesca que incentiva mais essa atividade e fora isso é necessário uma perspectiva de compensação. Essas pesquisas são muito caras. O Governo não pode arcar com isso e nem tem tecnologia. Os nossos barcos com cargas valiosas estão expostos às empresas estrangeiras que têm a capacidade para fazer e como foi feito na Espanha.

Então, temos exemplos clássicos nos últimos dois anos do que é que essa tecnologia é possível, o que essa tecnologia pode realizar. E, no caso da legislação restritiva da Espanha, o prejuízo que tiveram e no caso da legislação como está, que é a inglesa, que é comparável à nossa hoje, permite que a iniciativa privada tome iniciativa.

O que não está sendo colocado aqui é: todos nós preconizamos a preservação. Mas, na forma como está o Projeto de Lei, isso não salvaguarda de forma alguma os objetos de valor artístico, histórico e cultural. A lei já evoluiu e agora seria um retrocesso, seria uma evolução contraproducente.

Fora isso, a legislação, mudar a competência para o IPHAN, cita-se a questão da inconstitucionalidade, como a Dra. Lilian colocou, eu desconheço se o IPHAN tem capacidade realmente de fiscalizar e tomar como parte a nossa Zona Econômica Exclusiva e manter esses sítios preservados.

Bem, eu não consigo imaginar também que possamos fechar os olhos para as embarcações que tem cargas valiosas e objetos de valor artístico e cultural. Preservação *in situ*, que é o principal argumento da UNESCO e do Projeto de Lei, não se aplica no Oceano Atlântico e não se aplica no Brasil. São convenções exóticas, estranhas, contraproducentes e não vão em nada assegurar a salvaguarda desses objetos. A legislação atual preconiza isso, o acompanhamento da Marinha, de forma adequada.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Passo em seguida a palavra ao Gilson Rambelli, que é Vice-Presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

SR. GILSON RAMBELLI: Bom, Presidente, Senador Cristovam Buarque.

Posso dizer que a sua pergunta ela é... Ela passa por toda a preocupação que vem sendo debatida dentro da própria Arqueologia brasileira, que diz respeito ao como fazer com que as pessoas se sintam integradas a esse patrimônio que está de alguma forma escondida dos olhos de todos.

E é nesse sentido que a Arqueologia se torna imprescindível, e nesse sentido a legislação atual, ela não dá conta disso, porque ela faz menção, por exemplo, que será formada uma comissão do Ministério da Cultura e do Ministério da Marinha que vão dizer se aquelas coisas que foram retiradas são de interesse histórico, artístico ou arqueológico, como se fossem coisas distintas esses objetos que foram retirados.

Mas tem um agravante nessa questão, que diz respeito a de que maneira esses objetos foram retirados. Porque retirar objetos do fundo do mar com o intuito de tirar um objeto para colocar num museu, para se tornar visível aquilo que estava escondido, de repente se tornar visível, tem um processo importante que a Arqueologia se manifesta, que é o procedimento arqueológico, que diz respeito à técnica, que nem eu

coloquei na minha intervenção, da cena do crime; às vezes o contexto vai dizer muito mais do que o próprio objeto em si.

Então, a forma como aquilo está colocado no fundo do mar, ou no fundo do rio, no fundo do lago, aquilo vai ajudar com que a gente possa reconstituir aquele momento para poder produzir o conhecimento. E desse conhecimento eu posso dizer que as informações produzidas é que vão permitir com que a sociedade possa se integrar àquilo e se sentir pertencente e entender o porquê daquele patrimônio, a importância daquilo, porque senão fica uma coisa até descabida.

Então, eu ouso dizer que a Arqueologia hoje, dentro de uma visão do Século XXI, de uma visão de Arqueologia pública, não no sentido do Poder Público, mas no sentido de público para todos, ela tem essa preocupação, esse compromisso de aproximar as pessoas desse patrimônio, de fazer uma Arqueologia extramuros e não ficar só no mundo acadêmico, discussão entre especialistas, e essa é a forma.

Então, o que tem sido proposto hoje, inclusive em relação ao que o senhor mencionou, a dificuldade ao acesso, a gente sabe que o acesso ao mergulho, algo ainda muito restrito, são exposições virtuais, são mergulhos que a pessoa se equipa toda, fora da água, e tem a sensação que está indo no sítio arqueológico, tomar contato com o sítio arqueológico. E nesse sentido que a preservação *in situ* para fazer também uma menção que já foi citada várias vezes, nós arqueólogos não somos a favor de deixar aquilo como santuários, para a eternidade, não.

É que, se não se sabe o que fazer, de que maneira fazer, se não se dispõe, deixa lá. Porque já está provado cientificamente que a destruição natural, ela é muito menor do que a destruição pelo impacto antrópico. Então, nesse sentido o que a gente preza a preservação *in situ*, não para desestimular a pesquisa, ao contrário, é se não temos condições, deixa ali, que futuramente as gerações futuras as tecnologias poderão trazer à tona.

Nesse sentido também tem uma outra questão importante ser colocada, no que diz respeito as parcerias que foram mencionadas e uma preocupação que eu vi do senhor também, do público e do privado.

O privado não está excluído dessa discussão. Ao contrário, desde que faça uma pesquisa arqueológica, desde que sejam estabelecidos procedimentos. Nós sabemos hoje pela história e pelos exemplos que até foram citados aqui nessa Casa, que a exploração comercial do patrimônio, ela segue o tempo do relógio e não o tempo da pesquisa. Ela não segue o tempo da... É o tempo da indústria. Tem que gerar.

Então, isso acaba gerando custos. Por isso que tem aquele mito de falar que as pesquisas [soa a campanhia] custam cara, que tem... Caras, são altíssimos, porque existe a preocupação de se explorar o máximo, tirar o máximo. É isso que a gente está querendo desvincular.

Então, nesse sentido, a Arqueologia brasileira, lembrando que por nós não sermos uma profissão regulamentada, a Sociedade de Arqueologia Brasileira é o que reúne os profissionais de Arqueologia, se unem a esse projeto, está certo, esse novo projeto que teve como início a Deputada Nice Lobão, que foi que percebeu isso, e que apoia totalmente.

Porque nós estamos diante de um momento histórico que é o momento que nós temos a Marinha do Brasil e o IPHAN, do Ministério da Cultura, unidos com a preocupação e com o endosso dos arqueólogos. Então, a gente só tem que endossar e nos colocamos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos dessa Casa para o sucesso dessa... Desse Projeto de Lei, para que ele vá à frente, porque nós necessitamos disso porque é um patrimônio de todos nós que precisa que receba a atenção devida, que está recebendo nessa Casa nesse momento.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Eu estava olhando aqui a fala das pessoas todas, dos expositores, olhando no sentido de escutar e olhando o público, e vejo, assim, a atenção mesmo, a concentração das pessoas no argumento que cada expositor utiliza.

Eu penso, assim, realmente é um conhecimento, uma competência e uma dedicação intensa nesta área por parte de todos os expositores.

Passo em seguida a palavra à Simone de Sousa Mesquita, que é arqueóloga do Museu Nacional, Rio de Janeiro.

Sempre pensando, lembrando, que o Senador Cristovam Buarque fez a pergunta, como relator do Projeto de Lei, e indagando, essencialmente, quer dizer, qual é a diferença do Projeto de Lei atual com a proposta do projeto, diferenças significativas em termos do patrimônio cultural brasileiro. E se é o caminho, o Projeto de Lei ou se há necessidade de se fazer mudanças no Projeto de Lei existente ou mudanças no próprio Projeto de Lei em tramitação. Muito bem.

SRA. SIMONE DE SOUSA MESQUITA: A minha fala, no tempo que eu tive, foi sempre no sentido de... A questão que eu coloquei foi a questão da Marinha, se é a responsável pela fiscalização desse trabalho de Arqueologia Subaquática.

Então, a pergunta do Senador, quais as vantagens de manter a lei atual? No meu entendimento, o

problema dessa lei é exatamente isso, a questão da transferência da Marinha para o IPHAN.

O Dalto(sic) falou aqui que o IPHAN deu 700 licenças. Só que tem um detalhe: o IPHAN também, ele é o órgão fiscalizador. E eu acho que quem tem mais condição de fiscalizar Arqueologia Subaquática, no meu entendimento, é a Marinha.

Então, essa é a minha questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Passo a palavra à Lilian, Lilian Schaefer, que é Advogada, especialista em Direito Marítimo e Portuário, Rio de Janeiro.

SRA. LILIAN SCHAEFER: Excelência, conforme anteriormente eu já havia citado, a minha observação com relação ao Projeto de Lei é técnico-jurídica, os aspectos constitucionais, legais, nos quais eu já pude me expressar, a respeito dos vícios que me deparei na análise do projeto.

Mas, diante do seu questionamento e comparando a lei anterior, a lei... Isto é, a lei que está em vigor com a proposta desse Projeto de Lei nº 45, o mais relevante me parece é a tentativa de revogação dos artigos 20 e 21 da lei anterior.

Esses são os artigos que tratam da pesquisa fiscalizada. Esses são os artigos que possibilitam essa parceria que o Professor Dalmo acabou de mencionar, entre o público e o privado.

Isto é, dentro de um Estado utópico, um Estado idealista, o bom seria que o Governo Federal em seus vários órgãos e guardadas as suas atribuições tivesse condições de explorar, pesquisar e obter esses objetos, esses bens ou a preservação desses sítios, de forma ordenada e isso fazendo com que os nossos museus fossem engrandecidos, que a população, não só a brasileira, como a mundial, tivesse conhecimento sobre a nossa história através desses achados subaquáticos.

Ocorre que com a revogação desses arts. 20 e 21, que possibilitam então a ingerência privada na pesquisa, pesquisa essa que é ordenada, organizada, é um estímulo à exploração fiscalizada pelos órgãos governamentais, ela passa a não mais existir. Porque passa a ser prerrogativa única e exclusiva da União, do Estado, essa exploração desse universo subaquático, e aí retirando o que for conveniente, o que for considerado patrimônio cultural, enfim, para... E destinando para museus ou outras... Outros locais de visitação da população.

Com a retirada, com a revogação desses dois artigos, essas parcerias, elas não podem mais acontecer. Elas não podem acontecer e não há previsão nesse projeto para elas aconteçam. O que esses artigos previam, dentro da linha adotada mundialmente pela organização... Pela Convenção de Montego Bay, que prestigia a exploração do particular mediante uma compensação, não se está falando de caça ao tesouro. Isso é uma grande inverdade. Isso é um sofisma.

Ao contrário, o que se privilegia ao se retirar expressamente a possibilidade do particular de explorar de forma ordenada, fiscalizada pelos órgãos governamentais que, repito, infelizmente não tem condições orçamentárias, estruturais, para fazerem a pesquisa que se gostaria. Nós não estamos na Escandinávia. Infelizmente... E lá mesmo é consagrada a pesquisa do particular mediante compensação pecuniária, de forma ordenada, de forma organizada.

Então, o que se apresenta com a revogação desses dois artigos pelo Projeto de Lei é um retrocesso a essa preservação cultural. Assim, é o meu entendimento jurídico diante do quadro que se apresenta.

Então, gostaria apenas de mencionar que a possibilidade de parceria entre o público e privado, se mantida a letra desse projeto que, repito, no meu entendimento, é eivado de vício de constitucionalidade formal, portanto não poderia ser aprovado, de qualquer sorte ele não possibilita essa exploração mútua do particular [soa a campanhia] com o Estado. Certo?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Isso. Eu só quero lembrar os expositores que quando bate a campainha não sou eu que estou batendo a campainha, não.

[risos]

Algo automático que vocês podem. É o cronômetro, falta um minuto...

SRA. LILIAN SCHAEFER: Não é a buzina do Chacrinha?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É a campainha...

SRA. LILIAN SCHAEFER: [risos].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se V. Exa. pudesse me inscrever para falar duas palavrinhas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Certo. Pois não, Senador Romeu Tuma. Daqui a pouco passo a palavra a V. Exa..

Passamos agora a palavra ao Comandante Tomé, representante da Marinha, Comandante Tomé Albertino Machado.

SR. TOMÉ ALBERTINO DE S. MACHADO: Respondendo bem diretamente a sua pergunta, Senador, no entendimento da Marinha as vantagens de se manter a lei como atualmente, elas são nulas. No entendimento da Marinha essa lei hoje é inadequada e anacrônica, porque ela possibilita uma partilha sem nenhum retorno, sem nenhuma aderência à cultura.

Eu acho uma falácia dizer que o IPHAN não tem a capacidade de fiscalizar quando a Marinha tem, quan-

do o mérito é exatamente ao contrário. A Marinha tem todos os meios, a Marinha ela tem os meios flutuantes, mas a Marinha não tem arqueólogos. A Marinha não tem arqueólogos espalhados por todo o Brasil.

O que na verdade nós estamos pretendendo com esse novo Projeto de Lei é justamente uma parceria, dentro do mérito cultural e do mérito arqueológico, que é mérito do Ministério da Cultura e não da Marinha do Brasil. Essa parceria é fundamental e essa parceria vai acontecer, quando atualmente a situação é exatamente o contrário.

Da mesma forma é dizer que querer legislar sem olhar para o futuro é no mínimo perigoso. Se nós estivéssemos discutindo aqui petróleo há 20 anos atrás nós nunca poderíamos dizer que o Brasil não seria autossuficiente ou não teria os recordes mundiais de prospecção, como a gente tem hoje, fruto da legislação internacional, fruto do nosso esforço todo com relação à Plataforma Continental.

Então, é dizer que hoje é muito caro e dizer que hoje é inacessível, isso com o tempo vai mudar e já está mudando, porque o acesso está cada vez mais fácil e as tecnologias estão cada vez mais fáceis.

Então, esse é o entendimento da Marinha do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Eu indago--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [ininteligível] Senador Tuma, melhor [interrupção no áudio] tenho algumas dúvidas que ficaram para colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem. Então, Senador Romeu Tuma... Uma honra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O mais importante é V. Exa., porque é autor do projeto.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas o senhor pode trazer novas luzes para o debate.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, é que... Engraçado, eu tenho, quando eu... Único... Viagem que eu peço no Senado, a única que eu acho importante para mim e para [interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ah, sim, já ligou.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Na Agência Brasileira, não é embaixada, tem um setor que tem oficiais de Marinha e tem especialistas na questão do mar. E lá tem saído algumas resoluções internacionais importantes a serem discutidas.

Então, essa última viagem eu não consegui ainda, estou pedindo, estão para terminar a apreciação sobre o direito à pesca na plataforma marítima de cada um dos países. Eu tenho um filho que é apaixonado pelo mar. É mergulhador, é dentista, mas para ele o mar é a coisa mais sagrada que Deus pôs sobre a Terra.

Então, mergulhar onde tem riqueza, convidam ele para ir, um navio afundado, ele vai, mergulha, vai buscar peças que são históricas e recentemente eu vi uma reportagem sobre várias coisas que são encontradas no fundo do mar, os barcos piratas e outras coisas que têm... Têm ocasionado uma paixão, provavelmente pela juventude.

E lá ele também conseguiu criar a Escola do Mar, do Objetivo, que infelizmente ficou só para praticamente para o lazer dos meninos que tenham boa nota podem ir para... Para ilha... No Rio de Janeiro. Hein? Como é que chama? Aquela ilha que tem casa bonita, casa de rico.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ilha Grande.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então lá tem um dentista de um laboratório que a PETROBRAS tinha oferecido para orientar os pescadores a não poluir o mar. Então, fazer fazendas marítimas, que é uma coisa maravilhosa, porque tem clientela grande hoje em Santa Catarina, tem uma virtude enorme na produção, no mar, principalmente de produtos que os restaurantes consomem.

Então, tem que haver uma proteção e uma fiscalização permanente. Eu acho que eles também já fazem a autofiscalização para ter o produto bem aceito no mercado. E eu vi o Comandante, eu tive agora que não tenho nada com o mar, mas provavelmente tem a construção do submarino nuclear.

Eu fui até em Iperó, lá em São Paulo, essa semana, aonde houve a demonstração de como será construído o laboratório para pesquisas e desenvolvimento da energia nuclear, o enriquecimento do urânio e vai ser... O laboratório vai ser um submarino construído lá num prédio que está quase pronto e aonde aqueles que vão navegar no submarino serão treinados e os pesquisadores terão lá todo o laboratório para a montagem e desenvolvimento da tecnologia de atividade com o urânio enriquecido, que o Brasil já conseguiu armazenar e produzir toda a energia que o submarino necessitar. Já tem. Já tem a tecnologia e já tem o estoque.

Não tem para capacidade para fornecer para os outros, mas para o... Para a Marinha, para esse submarino que foi agora recentemente parece contrato com a... Com a França... Estou fugindo um pouquinho, mas é o mar.

Então, a Marinha tem um entusiasmo muito grande, desenvolver várias tecnologias, inclusive vão fazer lá o desenvolvimento de contraste para a identificação de câncer, que está suspenso o fornecimento do labo-

ratório canadense. E o Almirante já mandou desenvolver e vão fabricar.

Então, o Brasil está desenvolvendo uma atividade na área da energia nuclear, que diz que é a menos poluente do mundo. Eu não sei, porque as garantias e o seguro hoje são grandes. Eu sei também que quando houve a reunião mundial em Portugal, deve ter saído vários trabalhos, era bom a gente conseguir, cada país que tinha que apresentar o seu tema do que vai fazer com a plataforma marítima.

Eu sei por que alguns conhecidos meus estavam fazendo estudo profundo sobre isso, o que o Brasil pretende na sua plataforma marítima. E eu fui o relator também, não tem ninguém da Aeronáutica aqui, provavelmente podia ter, porque eles também vão ter que ajudar a fiscalizar a extensão marítima, pela primeira vez ouvi falar em Amazônia azul. Foi quando fui o relator do P3, que é um avião de radar que deve estar sendo entregue agora, que foi reformado na Espanha, para vigiar e fiscalizar toda a plataforma marítima por radares especiais que ele tem que não só para identificar pirataria... Porque nós sofremos muito com a guerra da lagosta com a França, navios estrangeiros que vem para executar a pesca e hoje são navios industriais, já produzem dentro do navio todo o trabalho de pescaria e invadem o mar brasileiro.

Então, a Marinha e a Aeronáutica tem uma missão importantíssima de vigilância permanente. É claro que eu não... Não vou entrar no mérito da legislação, vou ler com calma, sei que o Senador é interessado e as leis que ele produz tem... Por antecipação, a aprovação. Fiquei preocupado com o art. 22 que eu vou ler direitinho. Qual é?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: 20 e 21.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): 20 e 21.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): 20 e 21.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vou tomar cautela para depois trocar ideia com o Senador, porque eu acho que a senhora colocou que não podemos entrar em risco, em contradição.

E como há praticamente uma legislação internacional no que diz respeito ao uso do mar, então a cautela é grande, porque a gente pode legislar aqui, mas precisa ver se não fere os acordos internacionais que existem sobre o mar. E é uma... É uma preocupação enorme dos países que tem limítrofes marítimos, tem o mar, da grande potencialidade econômica que tem o mar.

Então, eles estão... Todo mundo está de olho. Então, a gente tem que fazer a legislação que não conflita com aquilo que é decisão internacional.

Queria cumprimentar a todos, vou ter a cautela de ler o depoimento de cada um e acho que a gente tem que lutar para a Marinha e a Aeronáutica ter os meios necessários de vigilância e fiscalização e agora, com as plataformas marítimas aí, esse pré-sal e tudo isso, nós vamos ter que ter sem dúvida nenhuma uma vigilância bastante efetiva e permanente.

Porque se o avião detectar qualquer invasão na área do mar, da plataforma marítima brasileira, se não tiver navio embaixo, não adianta nada. Porque ninguém vai jogar uma bomba em cima de um navio pesqueiro. Mas a Marinha pode abordar pelas coordenadas que for passadas pelo piloto e imediatamente coibir qualquer abuso que diga respeito à nossa economia.

Obrigado, Presidente. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Antes de passar a palavra ao Senador Cristovam Buarque, eu quero só destacar a presença de Frei Dom Franciscano, conventual, que está aqui à esquerda, e que está visitando o Senado Federal com um grupo de jovens de Águas Lindas, de Goiás, e eles estão justamente visitando para ver a forma, o trabalho, o tipo de debate, se inteirar de procedimentos aqui do Senado, quero dar as boas-vindas, eu peço até que o grupo de jovens se levante... Para nós... Já tem um que está aqui também, estão lá fora, mais dois ou três...

Dar as boas-vindas a vocês e venham sempre. Será um prazer recebê-los aqui no Senado Federal e particularmente aqui nessa Comissão, que é de Educação, Cultura e Esporte, que, certamente, são três áreas muito estimadas por vocês também. Pela população em geral e por vocês.

E quero dizer que nós estamos num debate em função de um Projeto de Lei, fazendo uma Audiência Pública, chamando pessoas que são a favor, pessoas que são contra, para que a gente possa, ao final, ter uma ideia mais clara de como que esse projeto deve ser encaminhado. Parabéns.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Cristovam, eu poderia roubar mais um segundinho de V. Exa.?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, é que eu tenho uma grande preocupação, o senhor falou dos jovens na área da formação profissional para aqueles que vão trabalhar no mar. O Ronaldo, meu filho, que fez Odontologia, queria fazer pós-graduação em Oceanografia, e foi comprometido.

Como não podia [interrupção no áudio] tentou entrar outra vez numa... A profissão que tivesse vinculação para poder fazer pós-graduação. Porque tinha... Não

sei se ainda tem uma escola de formação secundária no Rio Grande do Sul, de Oceanografia.

E o curso superior praticamente é de Engenharia Naval e convênio da Marinha com praticamente os Institutos da Politécnica que formam o engenheiro naval. Pelo menos o Almirante que comanda a pesquisa nuclear ele se formou na... Em Engenharia na Politécnica, como engenheiro naval. E lutar para criar uma universidade do mar. Criar...

V. Exa. que é experiente, não sei se a minha ideia é correta ou não, mas nós não temos uma infraestrutura que possa amanhã, essa juventude que gostaria de trabalhar nesse segmento, para poder ter uma formação profissional correta dentro dessa atividade tão importante na área da economia. Então, é uma sugestão que eu deixo para V. Exa. para se puder...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Senador Cristovam Buarque, com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, antes de fazer os comentários e tentar tirar algumas dúvidas, eu gostaria de saber se seria... Está dentro do regulamento ouvir a representante ou o representante da UNESCO, como se fosse parte da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Infelizmente, Senador Cristovam Buarque, regimentalmente não é possível. Eu sei que a profissional da UNESCO está aqui presente também, mas a palavra é aberta aos expositores e aos senadores e senadoras. Então, infelizmente, de forma regimental, apesar da grande amizade que eu tenho com o Vincent Defourny, que é uma pessoa extraordinária, mas não é possível.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem.

SR. ESTEVÃO CAMPELO: Senador, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só um minutinho. Eu sei que o senhor tem, assim, uma preocupação em relação à colocação de um outro expositor, a ponto de vista. Eu... Na sequência já vou dar a palavra também para que o esclarecimento seja feito, então.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu fiquei aqui com dúvida sobre três pontos. Um é destruição ou conservação. O Estevão falou que é possível que se não nos apressarmos, parte desse patrimônio seja perdido. Não é isso?

SR. ESTEVÃO CAMPELO: Perfeitamente, Senador.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero saber, eu acho que o Gilson talvez seja o melhor para falar, ou o Dalmo, se de fato há esse risco ou não? Em que sentido? Tem que ser no sentido relativo. Ou seja, não aproveitar o potencial tecnológico dos grupos privados do mundo inteiro. Se não aproveitar isso, nós corremos o risco de perder patrimônio. Existe esse risco ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Gilson com a palavra, então.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Gilson ou o Dalmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ou o Dalmo também. Gilson. Me permite, desculpe, chamar de Gilson. Gilson Rambelli, mas vamos mais rápido daí [risos].

SR. GILSON RAMBELLI: Não, imagina, o que é isso. Ok. Muito Obrigado. Bom, então, do ponto de vista arqueológico, do ponto de vista arqueológico, hoje, é comprovado que um sítio se ele ficar à exposição da degradação natural, ele vai sofrer menos consequências do que da depredação antrópica, da presença da intervenção, porque conforme o ser humano faz a intervenção, ele expõe coisas que estavam escondidas e acelera o processo de degradação.

No que foi colocado pelo colega da Mesa, engenheiro de pesca, das redes, das pescas oceânicas, das... Que estão... O sítio arqueológico está no caminho disso, o que está sendo feito também são parcerias com empresas de pescas, coisas assim, que identificam esses tipos de sítios pra gente possa fazer um grande inventário.

A questão é: nós temos que inventariar para poder saber se ali onde estão passando redes se estão pegando sítios arqueólogos. Isso só é possível através da parceria.

A parceria que eu chamo atenção, tanto na questão pública como privada, com centros de oceanografia de várias universidades desse país e estrangeiros, que também podem entrar nessas parcerias, empresas de pesca que também podem identificar esses locais onde hoje é muito comum para nós arqueólogos quando a gente conversa com pescadores, eles falam onde tem o pegador, que vai passar a rede e a rede enrosca. Isso é indício para localizar o sítio.

Então, nós temos dois contextos diferentes. Os sítios que estão em lugares mais rasos e os sítios que estão em lugares mais profundos. Mas, mesmo com toda essa questão, o que vem à tona é: a destruição feita acidentalmente, ela é menos preocupante do que a destruição feita intencionalmente no intuito de falar "Se deixar aqui vai destruir, vamos tirar."

Porque esse discurso, embora ele represente a livre iniciativa, ele tem um argumento muito seguro, que é: "Nós temos que explorar e como recompensa

temos que ter direito a ter direito a ser indenizado pelo que a gente explorou." A nossa pergunta é: para que explorar? Deixa lá.

Então, é nesse sentido que vem o argumento do *in situ*. Nós não vamos perder nada nesse sentido, porque as informações, como eu disse, de uma cena de crime podem ser recuperadas. Hoje, os arqueólogos reescavam lugares consagrados no Egito, que foram, por exemplo, do Egito, que foram destruídos [soa a campanhia] por chamados arqueólogos, hoje eles estão reescavando e conseguindo informações que eram tidas como perdidas.

Então, nós podemos reestudar esses lugares que podem ser ameaçados sem nenhum prejuízo. O que está prejudicando, hoje, é a atribuição de valor comercial e a partilha, como se o patrimônio fosse algo para ser negociado e essas pessoas que tem interesse de explorar e que eu digo, se elas seguirem a cartilha da Arqueologia, que diz o novo Projeto de Lei, elas podem muito bem fazer. Não está... A gente não está excluindo essas pessoas, desde que sigam a cartilha. É assim como qualquer área profissional. É nesse sentido que a coisa vem à tona. Nós temos que pensar muito claro nisso, assim--

SR. ESTEVÃO CAMPELO: Senador, queria fazer uma réplica às colocações do Sr. Gilson Rambelli.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só antes disso, o Senador havia pedido, ou o Gilson ou o Dalmo, eu passo a palavra ao Dalmo e em seguida ao Estevão, então, também.

SR. DALMO VIEIRA FILHO: Senador, eu queria comentar o seguinte aspecto: se fez uma... Toda uma preleção, falando do dano no fundo do mar ocasionado pelas redes de pesca. O senhor faça uma comparação com os danos com as intervenções feitas em terra.

A população do planeta passou de alguns milhões de pessoas para bilhões de pessoas. As estradas, [ininteligível] nós mexemos em terra. Pela pura analogia, nós descaracterizaríamos os sítios arqueológicos pelos danos que tem sofrido em terra.

O Parthenon foi bombardeado e dinamitado, o senhor conhece, o Coliseu, foi por séculos uma mina privilegiada de pedras, que já estavam... O dano superficial não se dá, não tira a significância científica e o valor do sítio.

Também é uma falácia falar especificamente nas redes de pesca. Os naufrágios ocorrem basicamente nos baixios e nos passeis.

Todo pescador artesanal, todo pescador das regiões do Brasil conhecem os destroços e esse inclusive é um dos modos de localizar naufrágios, porque os sujeitos perdem suas redes, estragam as redes quando encontram obstáculos.

Atualmente, nós estamos em estreita cooperação com o Ministério da Pesca, o recém-criado Ministério da Pesca. Estamos trabalhando em 11 municípios brasileiros, em projetos específicos com o Ministério. Há toda uma possibilidade para nos associarmos à Marinha, como comentou o Capitão... O Comandante Tomé, ao IBAMA, agora com a PETROBRAS, o Senador Tuma falou na questão dos satélites, quer dizer, há toda uma possibilidade de nós aprimorarmos a fiscalização.

Mas a verdade é que nós estamos hoje, do ponto de vista da pesca no Brasil, com vários dos nossos cardumes, das pescas tradicionais, em xeque, com a redução dos cardumes. A sardinha, a tainha, o camarão, a lagosta no Nordeste, várias... E há uma tendência de substituição dos processos de arrasto.

Então, de qualquer modo, os naufrágios não estão, na sua maioria, nessas áreas, nessas áreas. A rigor, Senador, *in situ*, [soa a campanhia] a preservação *in situ* é uma hipótese, mas ela não prescinde todas as outras alternativas. E a autofiscalização é que seria nossa grande saída.

Existem hoje, eu diria, que alguns milhares de brasileiros na Ilha Bela, em Santa Catarina, em Pernambuco, no Rio de Janeiro, na Bahia, vivendo da visitação controlada e estabelecida de sítios arqueológicos. Eles servem de atrativos para essas regiões. E essa é a melhor proteção. Quando nós permitimos que pessoas vivam daquilo, aí nós estabelecemos de fato.

No fundo, eu acho que a questão da proteção deve ser assim. O que se propõe, Senador, é que nós nos despojemos das nossas tradições, da nossa legalidade, do que duramente construímos na defesa do nosso patrimônio, para atrairmos investimento futuro. Que investimento? É o barbarismo. Não é todo o investimento que fica tolido. Quem vem para cá para pegar parte do botim e levar para o exterior, esse não virá mais, de acordo com essa lei.

Mas o entendimento sério, ele se baseia em criar um museu como o senhor visitou, o empreendimento sério ele fundamenta o retorno do seu trabalho na divulgação das pesquisas, na publicação, nos canais que são mostrados no mundo inteiro. As empresas que trabalham com botim são os caçadores de tesouro. São os predadores que nós... Que são absolutamente indesejáveis à preservação do patrimônio do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Passo a palavra ao Estevão Campelo.

SR. ESTEVÃO CAMPELO: [interrupção no áudio] Eu queria falar. Não é a intervenção predatória que se quer prestigiar, é a ordenada e a científica, assim como demonstrado aqui no caso do *S.S Central*

America, o importante barco encontrado nas costas dos Estados Unidos.

Outro exemplo, Senador, é de empresas que trouxeram mais de 1.509 objetos, empresas particulares, para os museus do país. Esse material está disponível. Isso aqui foi também um achado muito importante do *Galeão Utrecht*, realizado por uma empresa particular. Hoje uma das únicas, se não for a única, coleção de estanho do mundo.

Associado a isso, a questão das redes de pesca, o impacto é muito maior. Infelizmente, S. Exa. não pôde acompanhar a apresentação, mas eu poderia repetir que são duas áreas, quer dizer, a área varrida anualmente no mundo é de 14.8 milhões de quilômetros quadrados, segundo a FAO.

Então, outro ponto a considerar é que tudo bem, podem existir até mergulhadores em Ilha Bela. O que eu vejo necessidade aqui, a argumentação dos arqueólogos é de participar efetivamente disso. Mas só 7% das áreas oceanográficas estão até 200 metros de profundidade. E o mergulho hoje, ele é possível até 40 metros, talvez um pouco mais que isso.

Outra curiosidade é que eu imagino que nos últimos 10 anos empresas privadas pediram licença a Marinha para afundar embarcações modernas e fazer daquilo ali um ponto de naufrágio e por aí atrair toda a indústria do turismo.

Só que eu não acredito que antigamente, há 100, 200, 300, 500 anos, atrás as pessoas decidissem: "Vamos naufragar aqui. Aqui é melhor, ali é pior"... Simplesmente naufragavam. Ninguém queria naufragar.

Então, naufragavam em São Pedro e São Paulo, no Atol das Rocas, a 200 milhas, existe o *Galeão Santa Rosa*, que é um Galeão importantíssimo, que acredita que está a 200 milhas, a quase três mil metros de profundidade. Que tipo de sítio é esse? E quem disse [soa a campanhia] que depois... Caso aprovado esse PL, a Marinha vai ter capacidade para fiscalizar e que essas empresas que tem conhecimento não vão vir aqui atuar?

Assim fizeram há dois anos atrás, que é o caso do *Black Swan*, na costa da Espanha. Uma carga de 500 milhões de dólares está agora na Flórida, em poder dos americanos, e existe um... O Tribunal espanhol reivindica.

E os americanos dizem: "Não digo onde achei, não digo qual é o barco" e a briga não vai ter fim. Essa mesma empresa, a Odyssey, que trago aqui o estudo dela que fala do mito da preservação de naufrágios em águas profundas, também em parceria com o Governo inglês, como dito antes, tem uma lei semelhante a nossa, fez a descoberta agora incentivada por um... De um sítio arqueológico importantíssimo e das marcas de pesca distante apenas 500 metros, graças à tecnologia de *side scan sonar*, que revelou essas imagens atualmente. Então, essas são minhas considerações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Outro ponto. Eu falei, esse era a destruição e conservação.

O outro é ocultação e exposição. E aí eu senti uma discordância entre o Dalmo e a Lilian no que se refere à possibilidade de haver parceria público-privada. Porque ele disse que como a lei está proposta, é possível essa parceria. Não ficaria impossível de utilizar tecnologias particulares, privadas, estrangeiras até, desde que dentro de um acordo.

Mas, pela Lilian, a revogação dos arts. 20 e 21 da anterior inviabiliza a parceria público-privada. Eu queria ouvir a opinião dos dois sobre isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Lilian.

SRA. LILIAN SCHAEFER: Posso?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pode, é claro [risos].

SRA. LILIAN SCHAEFER: Excelência, a questão é a seguinte: é evidente que na lei não existe nenhuma vedação dizendo: "Ninguém pode pesquisar cientificamente"; ocorre que a maneira como está o projeto, revogando os artigos da lei anterior que asseguravam essa parceria. Porque digo parceria, sim, porque se possibilitava essa exploração não predatória, essa exploração científica dentro de uma ética técnica e de preservação e essa busca, a estatística mostra que essas explorações feitas cientificamente mediante uma parceria, seja através de fiscalização, elas são possíveis e estão sendo praticadas.

Da maneira como está redigida a lei, revogando esses artigos que permitem expressamente a exploração particular mediante uma prestação, lembrando sempre que a legislação assegura a prerrogativa da União na escolha desses achados.

Quer dizer, acho que foi a Dra. Simone que mencionou, todo o processo burocrático que envolve essa operação, quer dizer, debaixo da lei atual, se a... Admitindo os arts. 20, 21, quer dizer, em cumprimento aos artigos, observando os arts. 20 e 21 e dentro das normas regulamentadoras, existe toda uma burocracia que possibilita a iniciativa privada a realizar essas pesquisas exploratórias que não tem caráter predatório.

Evidentemente que para todo serviço, todo serviço prestado, se pressupõe uma contraprestação. Então, essa ideia utópica de que o particular em parceria, num gesto largo e transbordante de generosidade... Não acontece. Essa não é a nossa realidade.

Então, ainda que existam entidades filantrópicas que visem a preservação do patrimônio histórico [soa a campanhia] e aí poderiam fazer esses investimentos, se mantida a letra da lei, se excluindo a qualquer possibilidade de remuneração, porque quando se pretende a revogação dos arts. 20 e 21, Excelência, o que se pretende é terminar com a possibilidade de se auferir alguma receita diante dessa exploração.

Essa exploração é caríssima. É óbvio que, claro, torno a repetir, existem entidades filantrópicas. Mas isso é a nossa realidade? Essa é uma realidade vigente? Não é nem para os americanos, não é nem para os ingleses, por que seria para o brasileiro? Que empresas seriam essas que gratuitamente, *ex gracia*, se habilitariam a fazer pesquisas científicas sem nenhum tipo de recompensa?

Repetindo: a prerrogativa sobre o material encontrado é e permanecerá sendo da União, sempre. É óbvio. Porque existe uma preservação maior que é constitucional, é bem da... Patrimônio da União, claro, então... Mas se está confundindo o conceito de pirataria, de caça ao tesouro, quando que, na verdade, ao você tirar a possibilidade do particular, de auferir alguma vantagem financeira depois de ter feito um empreendimento de milhões, de anos de pesquisas, pesquisas essas que lamentavelmente a nossa estrutura não permite sejam feitas. Atualmente essa é a nossa realidade.

A preservar *in situ*, eu me convenci dos argumentos técnicos do Estevão, quando examinamos aí essa questão toda de destrói, preserva, deixa lá, é melhor, deixa que as próximas gerações vão ter métodos mais baratos e eficientes e eficazes. Mas e hoje? E hoje? O que está se perdendo? Ele falou das redes de pesca. E o mergulho em profundidade? E aquilo que não vai se encontrar?

Então, se você tira a possibilidade do particular de receber alguma recompensa financeira, você está, com isso, eliminando a possibilidade de se ter acesso a esses bens. Então, não é uma exploração predatória.

O que assegura a lei hoje é uma exploração científica. Se essa lei prescinde de alteração para que haja uma adequação, talvez aí uma ingerência do Ministério da Cultura, mas aí respeitada a ordem constitucional através de Decreto, Presidente da República, alterando essas atribuições, porque isso foi reconhecido aqui na Mesa, que há uma tentativa clara de alterar a atribuição do Ministério da Marinha para o Ministério da Cultura.

Ela passaria ao Ministério da Cultura, o IPHAN passaria então a gerenciar essas pesquisas e eliminando o particular. Porque, torno a repetir, se revogados os arts. 20 e 21, tirando do particular a possibilidade de uma compensação financeira, é uma utopia esperar que nós tenhamos acesso a esses bens de forma de parceria entre o público e o privado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem. Eu passo a palavra ao Dalmo Vieira Filho.

SR. DALMO VIEIRA FILHO: Senador, eu diria que absolutamente não se retira a possibilidade de recompensa. Porque apenas... As próprias empresas podem continuar vindo para o Brasil. Mas só que vindo com projeto arqueológico, com profissional arqueológico, com uma instituição responsável no Brasil.

A questão é assim, qual é o tipo da... Da recompensa financeira. Se for na forma de botim, do botim, como hoje está expresso, aonde, o que diz a lei? Retirado o objeto, e nós frisamos a importância do processo de retirada, do procedimento de retirada, porque isso que afere valor científico ao objeto, faz dele um objeto arqueológico e não um objeto antigo, mas a lei não... A lei atual não fala nisso.

Ela diz que depois, reúne-se e até 70% desse material pode ser disponibilizado para essas empresas estrangeiras. E não caracteriza esse material como patrimônio da União, que a Constituição define os bens arqueológicos como de propriedade da União.

Então, na essência está assim, o... A diferença não se retira a possibilidade de recompensa. Então eu lhe digo, como neto, como filho de pescadores e de pessoas do mar, eu criei em Santa Catarina o Museu Nacional do Mar, e nós estamos pesquisando lá no Estado, ontem o Gilson Rambelli falava, a possibilidade de ter se encontrado um navio que pode ter sido do Hans Staden, lá do Século XVI, na baía sul da ilha de Santa Catarina.

Se uma empresa, um pesquisador, um grupo propuser legitimamente ao Estado a execução do projeto, em troca fazer um... Fazer um museu, fazer uma exposição itinerante, documentários que sejam expostos pelo mundo, quer dizer, que se viabilize a equação financeira de uma maneira legítima e não na maneira bárbara que seria prescindir, desconsiderar o resultado dessa pesquisa com o material arqueológico, essa equação financeira pode fechar, pode ser totalmente estabelecida. Como nós temos estabelecido com todos os procedimentos, volto a frisar o número, 700 processos liberados no Brasil.

O resultado do naufrágio é um bem arqueológico. Praticamente todos os museus do Brasil, inúmeros museus do Brasil [soa a campanhia] expõe material arqueológico. Muitos... Uma parte desse material está inclusive na mão de particulares. E há a possibilidade de estabelecer parcerias.

Então, taxativamente, as empresas podem vir, os projetos serão bem-vindos, quando o capital estrangeiro for desejável para a exploração dessas riquezas, isso pode acontecer, apenas estabelecido de maneira clara, de maneira não baseada apenas no resultado financeiro, do resultado financeiro mesmo. Há toda possibilidade dentro do interesse público de fazer a associação, parceria, receber empresa de toda natureza para lidar com esse material.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Estevão pediu a palavra para contestar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, eu imagino... Mas eu penso assim que V. Exa. tem... Porque a natureza da Audiência Pública é, na verdade, apresentar contraditórios também.

E naturalmente que nós iríamos, na Audiência Pública, poderíamos avançar e... Penso, assim, não chegando a conclusões também no final que deveriam ser, assim, mais investigadas ainda.

Mas eu vou fazer o seguinte: V. Exa. tem mais uma pergunta, se não me engano.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mais uma.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mais uma, que depois vou abrir a possibilidade para todos fazerem suas considerações e fazer assim a consideração que julgarem pertinente em relação aos aspectos abordados.

Porque eu teria o máximo prazer em ouvir também o Estevão, em ouvir o Gilson, mas para nós convergirmos, assim, para um ponto de vista que... Que depois tem que ser analisado com mais calma também.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O terceiro, aí eu espero que não tomemos muito tempo, não quero tomar muito tempo, o interessado aqui mais sou eu.

Primeiro, foi destruição e conservação, depois ocultação e exposição, o terceiro é apropriação ou perda do patrimônio.

E a apropriação eu quero ver por dois lados. A apropriação de retirar de onde está e colocar à disposição da sociedade, eu estou falando dos bens culturais, arqueológicos. Não estou falando dos espirituais que deve manter em santuário. Isso... Acho que alguns podem ser... Ter um valor espiritual. Aí vira santuário.

Então, a apropriação exige duas coisas: uma, retirar de onde está ou permitir que se chegue lá e a outra é ficar para nós e não para os estrangeiros. Porque essa é uma perda também. A gente tira de onde está, apropria-se nesse momento e aí perde imediatamente.

Pelo que eu tenho visto, há uma discordância do ponto de vista da capacidade de mantermos para nós fazendo acordo com entidades internacionais. Mas aí eu queria ouvir a opinião de um ou outro que queira falar, para que não sejam todos. Se há ou não esse risco.

E aí uma pergunta também mais concreta: não há o risco desse botim acontecer exatamente por falta da cooperação? Ou seja, ao frearmos a possibilidade de cooperação com os que têm os equipamentos, eles virem para aqui sem nos perguntar, sem nos consultar, mergulham, pegam e vão embora, como foi o caso da Espanha. Não há esse risco do botim ilegal, pirata? A cooperação não permitiria reduzir ou evitar a pirataria?

Então, são essas coisas que tem haver com a apropriação ou perda. Então, tem uma perda pirata e tem uma perda legal, e a gente deixar que eles explorem e levem, pagando um pouquinho para a gente. Isso a gente não pode aceitar.

Mas a falta de cooperação não poderá levar, e aí a Marinha tem muito a ver, pela fiscalização, não há o risco de que haja um botim ilegal, clandestino, pirata, levando nossas riquezas nos próximos 20, 30 anos, se nós não nos apressarmos mesmo que dividindo com eles?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu... Até... Passo, então, em primeiro lugar a palavra... Vamos... Basicamente, assim, duas opiniões a esse respeito e uma opinião da Marinha também, eu penso, para... Ao final.

Então, eu... Porque tem que haver o contraditório. Sim, não... Então... O Estevão... Me permite chamar de Estevão, mas é Estevão Campelo.

SR. ESTEVÃO CAMPELO: Contra fatos não há argumentos. Os fatos estão aí, a Internet, o Google, quem quiser pode pesquisar, que vai ver a veracidade das informações que foram colocadas aqui.

Diante disso, eu quero ler dois artigos da lei atual. "*As coisas e bens resgatados serão avaliados por uma comissão de peritos convocada pela autoridade naval e ouvido o Ministério da Cultura, que decidirá se eles são de valor artístico, de interesse histórico. cultural ou arqueológico e atribuirá valores, devendo levar em consideração os preços praticados no mercado internacional. Em qualquer hipótese, é assegurada à União escolha das coisas e bens resgatados de valor artístico, interesse histórico ou arqueológico, que serão adjudicados*."

Então, como é que pode ser o pagamento? A soma em dinheiro. O Estado vai receber o botim e vai avaliar aquilo ali e vai pagar, esses bens continuam com o Estado. E outra... Outro fato importante que eu quero colocar, o que eu tenho em mãos aqui é o estudo da consultoria legislativa da Câmara dos Deputados, da Consultora Kley Ozon Monfort, que fala o seguinte, na finalização do seu estudo, esse estudo é recente, não tem mais de três meses, que diz o seguinte: "*O relator da matéria da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Deputado Mateus Chiarelli, confrontando os textos, declarou em seu voto e apresentou substitutivo onde as competências conferidas ao Ministério da Cultura e autoridade naval ou autoridade marítima foram trocadas para autoridade federal da cultura, ouvida a autoridade marítima*", segundo a Dra. Kley Ozon, "*buscando elidir, com inegável dissimulação, a manifestação inconstitucionalidade vislumbrada nos textos examinados*."

Fora isso, Senador, eu queria encerrar as minhas colocações falando dos erros do PL 45 e da Convenção da UNESCO, dos equívocos.

E venho dizer em síntese [soa a campanhia] que se aprovado esse PL estaremos entrando em um caminho contraproducente, por um caminho que não é, de forma alguma, o nosso destino natural. Por um caminho que estaria mais uma vez influenciado por convenções e legislações exóticas e estranhas, inteiramente incompatíveis com a índole, o nosso meio, o nosso momento tecnológico em relação às outras nações do mundo, em relação a nossa história, as nossas ascendências, positivamente erraremos se aprovarmos esse PL, tomando essas convenções por empréstimo, por variante, como queiram. Será o caminho contrário que deveremos tomar, na minha opinião.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, Estevão. Passo a palavra ao Gilson Rambelli.

SR. GILSON RAMBELLI: Senadores, então respondendo a sua pergunta no que diz respeito à apropriação e perda, no que diz respeito a retirada, então se a gente for refletir que a pesquisa arqueológica ela é em si destrutiva, todo o trabalho da Arqueologia tem que seguir um projeto arqueológico, tem que se ter muito claro o porque vai se estudar um sítio. Ninguém estuda um sítio arqueológico por estudar. Tem que ter um objetivo. Por quê? O que isso vai contribuir? Aí trazendo para aquela discussão anterior; para a sociedade brasileira, o que as informações dali vão contribuir com essa... Com esse rememorar a nossa história que está perdida de alguma forma e, no caso, submersa?

Então, nesse sentido, qualquer possibilidade de atribuição de valor econômico a um patrimônio não fecha com Arqueologia.

Eu poderia fazer um paralelo e dizer que se uma cerâmica do Século XVI for encontrada num sítio arqueológico terrestre, ela é patrimônio. Se ela for encontrada num sítio arqueológico submerso ela está sujeita a uma comissão que vai avaliar se ela é de interesse histórico, artístico ou arqueológico, atribuir um valor econômico de acordo com o mercado internacional e nós sabemos que o mercado internacional hoje está cada vez mais fechado à comercialização de patrimônio cultural, existem cada vez mais um cerco ao chamado tráfico ilícito de bens culturais, então a gente pode até questionar qual é o padrão, qual é o parâmetro para se atribuir o que se diz mercado internacional, que isso hoje é muito relativo.

E no que diz respeito à cooperação, eu fecho aqui a posição com o Sr. Dalmo, que é... A empresa é bem-vinda. Por que... Nós temos hoje a possibilidade de empresas privadas, como já acontece, o exemplo de Alexandria no Egito é bem claro, que uma empresa japonesa comprou os direitos de exibir as imagens, o documentário e financiou a pesquisa por isso, está certo?

Então, nós temos a possibilidade de pesquisas serem financiadas soa [soa a campanhia] pela iniciativa privada, em troca do quê? Da divulgação científica disso.

Agora, o que não dá para a gente conceber enquanto cidadão brasileiro, aí falando, é permitir que um patrimônio, só porque ele está embaixo d'água ele pode ser julgado por uma comissão e dizer quanto vale e indenizar aquela pessoa que tirou.

Eu insisto: se não vai tirar, deixa no fundo. Vamos pensar nisso.

No que diz respeito à cooperação também, vou citar um exemplo que foi mostrado aqui do *Galeão Utrecht*, um galeão holandês, no caso, que foi explorado indevidamente por empresas de caça ao tesouro numa... Num percentual de o que está exposto em museus brasileiros representam 20% do que foi retirado do *Utrecht*. Os 80% restantes, que nós não sabemos, estão em coleções privadas, foram negociados pelo mundo, inclusive em leilões internacionais.

O que eu estou citando esse exemplo é que nós sabemos muito pouco sobre um galeão holandês hoje no mundo e já existe um protocolo de intenção entre Holanda e Brasil de se voltar a esse sítio, que já foi pilhado, já foi explorado, e fazer uma pesquisa sistemática e se produzir conhecimento sobre um galeão holandês.

Porque se fala muito, mas a gente conhece muito pouco. Então, hoje há uma cooperação internacional na qual o Governo holandês estaria bancando as pesquisas, que se dizem custosas, que nós temos dificuldade de enxergar essas coisas que custam caro, para que nós possamos produzir conhecimento aqui no Brasil sobre um galeão holandês.

E o mesmo com Portugal, o mesmo com Espanha. Então, a cooperação internacional ela funciona principalmente entre os arqueólogos de uma maneira muito correta e muito... Se dá de uma forma muito presente.

Só para finalizar, Senador, eu faço parte de um Comitê Internacional que lida com patrimônio cultural subaquático. E eu recebi uma informação na segunda-feira, dia 31 de agosto, só para conhecimento, inclusive da Mesa, que está usando muito a Odyssey como exemplo, de que o Governo norte-americano acabou de romper as relações de apoio a Odyssey, que é uma empresa de caça ao tesouro.

Então, o Governo Obama através das suas... De seus Ministérios, estão... Do Departamento de Estado, está tirando toda e qualquer apoio à iniciativa de caça ao tesouro, porque também nos Estados Unidos, hoje, eles estão reconhecendo que a dilapidação desse patrimônio ela é tão nociva que hoje nos Estados Unidos o único lugar aonde se encontram sítios arqueológicos são nos parques. Porque o resto, em nome da livre iniciativa, foi totalmente dilapidado e ficou pouca coisa para contar história, a não ser para ilustrar as estantes de algumas pessoas que puderam adquirir aquele bem.

Então, nesse sentido nós somos a favor desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Comandante Tomé, com a palavra.

SR. TOMÉ ALBERTINO DE S. MACHADO: Bom, Senador, vou dar prosseguimento, praticamente, ao pensamento do Professor Gilson Rambelli, porque a tentativa desse novo Projeto de Lei ele tem total aderência à Convenção da UNESCO.

Infelizmente a gente não vai poder ouvir o representante da UNESCO, mas tirando a parte com relação à jurisdição e soberania, a parte técnica ela é toda com aderência à Convenção da UNESCO. Ela foi muito orientada pela Convenção da UNESCO.

Por quê? Porque como o professor Gilson Rambelli acabou de dizer, o mundo todo está se fechando e a gente não pode ter uma lei que está aberta, estou tentando evitar essa palavra aqui, à comercialização, ao botim. Então, essa é a posição da Marinha. Quando eu entro no mérito de dizer que a Marinha não tem arqueólogos, na verdade a Marinha tem três arqueólogos. Um deles está aqui presente.

Então, a Marinha não tem arqueólogos espalhados pelo Brasil. Se o mérito é Arqueologia, quando o senhor se referiu à fiscalização, a fiscalização, se ela não ocorrer nós temos um problema. Ela tem que ocorrer, seja pelo IPHAN, seja pela Marinha. Então essa é a posição. Se o mérito é com relação à Arqueologia, o IPHAN tem que ter uma participação maior nesse processo que é a intenção desse Projeto de Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. V. Exa. é importante, porque além de autor do Requerimento, para a realização dessa Audiência Pública, das melhores, de muita qualidade, também relator do projeto.

Eu indago aos expositores se alguém gostaria de complementar em algum aspecto, algum ponto de vista. Dalmo?

SR. DALMO VIEIRA FILHO: Eu gostaria, em nome do Ministério e do Patrimônio Histórico, agradecer muito ao Senador relator que pediu a Reunião, ao Presidente da Comissão, essa oportunidade que acho que engrandece a todos. A Marinha, aos nossos parceiros que se dedicaram ao assunto.

Eu queria frisar, Senador, a questão do conhecimento, o senhor sabe que nós sabemos pouquíssimo sobre, por exemplo, as técnicas marítimas que foram por milênios a tecnologia de ponta da humanidade.

Por exemplo, o senhor sabe que não se conseguiu nunca mais reconstituir uma trireme romana? O último... Aquelas triremes que a gente vê nas gravuras, romanas, o último sujeito que tentou fazer, houve um milionário americano do Século XX, mas Napoleão III tentou fazer várias reproduções de triremes e não conseguiu, porque remos enormes, não se sabe mais como é que funcionavam.

Aquelas triremes, aqueles barcos, aquelas galeras a remo, romanas. Não se sabe. E a Arqueologia tem estudado os remanescentes com o objetivo de voltar o conhecimento. Nós não sabemos como eram os navios do Colombo. Nem as velas. Tudo que existe, todas as reproduções que nós vemos são suposições. Sabe-se apenas do diário que o Colombo mudou a vela latina, que ele trazia, para uma vela redonda quando chegou nas Canárias e se lançou com toda convicção rumo ao desconhecido. Ele tinha, sabia que aqueles ventos iam levá-lo porque ele mudou a vela para vela de popa, mas não se sabe a configuração.

As caravelas do descobrimento eram segredos de Estado. Todas as reproduções feitas, mesmo as portuguesas atuais, desconhecem detalhes específicos.

Na quilha dos barcos tradicionais do Brasil, de vários dos nossos barcos, o Brasil é o país mais rico

do mundo em tipos de barcos tradicionais. Nenhum país tem jangadas, saveiros... E todos eles estão desaparecendo. No friso da quilha há um termo que se chama alefris. Alefris, a origem da palavra é fenícia. Isso é reproduzido hoje no nosso carpinteiro da Ribeira, que está trabalhando ali construindo um barco. Nós herdamos tradições milenares.

Então, há muito conhecimento. Porque quando o nosso colega diz que nomeia-se uma comissão para retirar os bens [soa a campanhia], a pergunta é: como é que o bem foi retirado? O senhor sabe como eles são retirados, Senador? Normalmente com sugadores. A destruição do sítio apenas para coletar objetos. Essa é a regra.

Queria frisar, ligeiramente, a origem da lei brasileira mais restritiva. Foi a partir do momento que o Almirante, o representante do Ministério da Marinha, visitando a Holanda viu objetos retirados da Nau *Sacramento*, na Bahia, à venda na Holanda e percebeu que nós tínhamos pouquíssimos objetos daquela natureza no Brasil.

Aí se originou uma espécie de indignação nacional, que resultou na lei que depois foi substituída pela Lei do ano 2000.

E, para concluir, existem santuários no Brasil. Por exemplo, santuários subaquáticos, os nossos navios torpedeados pelos alemães na Segunda Guerra Mundial. Existem uma série de sítios de toda natureza que ainda estão repletos de restos humanos, das tragédias que significaram essas ocorrências do patrimônio naval.

Então, assim, apenas para concluir, há do ponto de vista de interesse público o senhor se referiu a uma coisa muito concreta. Como gerir. Será que não corremos o risco de perder se nós fecharmos? Eu acho que aí, Senador, talvez nós entremos no campo da gestão. E do Ministério, desde já, incluído a Marinha e nossos parceiros para convidarmos, inclusive as empresas.

Eu acho que é possível no interesse legítimo de conhecer melhor o patrimônio subaquático do Brasil, chamar interessados e dialogar limpamente dentro do interesse público, mas sem nos despojarmos, aí sim, da verdadeira tradição nossa, que é respeito ao sítio arqueológico, às convenções internacionais, ao trabalho científico e técnico que felizmente tem se realizado nesse Brasil.

Existe... Há o risco de perder essa colaboração, expulsa hoje da maior... De todos os países civilizados do mundo, praticamente, mas acho que mesmo esse risco deve ser evitado por uma ação de gestão, que desde já eu trago o compromisso do Ministério, tenho certeza que os parceiros que estão conosco concordarão com isso, de nós convidarmos as empresas interessadas em exploração subaquática no Brasil para uma conversa legítima dentro do interesse público.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Estevão.

SR. ESTEVÃO CAMPELO: Quanto à afirmação do Sr. Dalmo Vieira de que a retirada desses materiais é feita de forma irresponsável com sugadores, na apresentação que S. Exa. não teve oportunidade de ver, foi mostrado o caso do *Central America*, do qual a preocupação do pesquisador Tommy Thompson em tirar cada moeda sem que arranhasse nenhuma, isso há 20 anos atrás, nos Estados Unidos, fez com que ele utilizasse técnicas enquadrando esse material, injetando silicone e trazendo essas peças acima. São mais de 15 instituições de pesquisa que participaram do caso do *Central America*. Esse é um exemplo. Não precisamos usar os exemplos mal sucedidos da exploração arqueológica aqui no Brasil, que ocorrem desde que se tem notícia. Hoje a tecnologia é outra, os métodos são outros, está aí o Museu do Vasa, em Estocolmo, para comprovar isso aí, o caso do *Central America* e é decisão da Suprema Corte em se estabelecer a recompensa por conta da grande realização dessa empresa que fez da forma como deveria ser feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Lilian.

SRA. LILIAN SCHAEFER: Excelência, apenas para concluir. Eu gostaria de ressaltar, mais uma vez que além da arguição de constitucionalidade, que é uma matéria prejudicial e preliminar, que a despeito de já ter sido examinada, se espera seja novamente apreciada, porque é prejudicial de mérito, o que eu gostaria de salientar, apenas para finalizar, é que a proposta do projeto é a de revogação dos arts. 20 e 21.

Com essa redação que está se dando à lei, que trata sobre a exploração e o resgate, enfim, e ao próprio patrimônio subaquático, vai se estar retirando a possibilidade do particular. Não há nenhuma previsão nesse Projeto de Lei que traga então uma nova solução, se não se está satisfeito com a maneira expressa nos arts. 20 e 21 da legislação em vigor, que estabelece um percentual e a forma, novamente repetindo, sendo sempre prerrogativa da União a escolha desses achados, que se altere esses dispositivos.

Mas não que se, pura e simplesmente, os revogue para assim alijar a possibilidade do particular ingressar para a recuperação não predatória, mas uma exploração científica, fiscalizada, ordenada, que atenda ao interesse público.

Essa é a minha consideração final. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Comandante Tomé.

SR. TOMÉ ALBERTINO DE S. MACHADO: Bom, Senador, só para no sentido de tranquilizá-lo, é muito difícil esgotar esse assunto aqui, porque ele está sendo debatido, como tentei colocar ali, desde Hugo Grotius, em 1605.

Então, realmente isso não teve consenso na Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, não houve consenso na própria Convenção da UNESCO, o texto da UNESCO foi... Ele tinha que ser apresentado na Assembléia Geral e teve uma certa urgência na assinatura. Então, realmente é um assunto muito rebuscado.

Mas o que eu posso dizer com relação à fiscalização que eu vi que é uma preocupação do senhor, nenhum navio adentra as águas jurisdicionais brasileiras sem a fiscalização da Marinha. Com isso o senhor fique tranquilo.

Então, nas águas jurisdicionais brasileiras não existe pirataria. Isso eu posso lhe tranquilizar. Com relação às questões entre a pesca e a Arqueologia, se não tiver um acompanhamento de um profissional, no caso um arqueólogo ou um profissional da área, realmente ele pode sugar, como o Dr. Dalmo acabou de dizer.

Por isso, essa troca do mérito. Então, a gente precisa do profissional da área realmente fiscalizando, que é uma dificuldade, como eu coloquei para o senhor, que a Marinha tem hoje, porque ela tem três arqueólogos que se deslocam pelo território nacional inteiro, enquanto o IPHAN tem por todo o território.

E com relação à questão específica do arts. 20 e 21, esses são os artigos que possibilitam a comercialização, como eu tinha dito antes. Então, realmente é um ponto importante que a gente tem que debater; realmente se caso eles venham entrar, vão contra toda... Caso sejam mantidos, eles vão contra toda a tendência da UNESCO e dessa legislação, que a gente está tentando.

Muito obrigado.

SR. ESTEVÃO CAMPELO: Pela ordem, Senador. Só para [interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Passo a palavra à Simone. Simone de Sousa Mesquita, arqueóloga do Museu Nacional.

SRA. SIMONE DE SOUSA MESQUITA: Eu volto a insistir no ponto da fiscalização, porque como o comandante disse, eles têm três pessoas na Arqueologia, com especialização em Arqueologia Subaquática, talvez conheço um, pelo menos, e para ajudar na fiscalização.

E o IPHAN não tem realmente essa especialização dentro do quadro deles. De qualquer maneira, o arqueólogo é formado em Arqueologia, pode fazer esse papel. Mas eu acho que, independente de qualquer coisa, a Marinha tem as embarcações e poderia ter o pessoal qualificado, sim, para supervisionar essa fiscalização.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. O Gilson Rambelli.

SR. GILSON RAMBELLI: Bom, eu termino minha participação aqui parabenizando a Casa, parabenizando a iniciativa do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Mesa, o Senador Flávio Arns, e dizer que isso, para nós arqueólogos, é um momento muito importante dentro da perspectiva da Arqueologia no Brasil.

Então, como é que eu poderia finalizar integrando muita coisa que foi discutido aqui, tem a ver com a educação e em que sentido? Quando a gente pensa hoje projetos de gestão do patrimônio cultural subaquático, está prevista a educação patrimonial. E a educação patrimonial ela pode se fazer presente não só nos livros didáticos das escolas, quando a gente tratar o tema dos mares, mas também na formação de especialistas.

Nada impede do nosso colega, que é engenheiro de pesca, fazer um mestrado, um doutorado em Arqueologia e desenvolver uma pesquisa de Arqueologia. Ninguém está excluindo nada.

E ao contrário, hoje nós temos uma abertura muito grande da própria Arqueologia nos cursos das universidades federais do Brasil; por exemplo, eu trabalho na Universidade Federal de Sergipe, nós temos o curso de graduação em Arqueologia. Então, esse segmento da Arqueologia Subaquática é um novo campo.

Então, no Nordeste nós temos vários cursos nas federais acontecendo e a abertura é cada vez maior. Então, se hoje nós temos uma deficiência de profissionais especializados, como falou aqui, na Marinha tem três, o IPHAN, nós podemos não só especializar os arqueólogos do IPHAN, mas também estar preparando esses novos arqueólogos para que possam atuar nisso.

É mais um motivo para a gente tomar conta desse patrimônio e não simplesmente falar: "Ah, já que a gente não pode fazer nada, vamos deixar fazer de qualquer jeito", nesse sentido.

Então, eu friso na educação patrimonial de ser o elemento forradeiro de toda essa discussão, porque a gente sabe que com a lei só não é suficiente, nós temos que criar os mecanismos para que as escolas de mergulho, que hoje, como o professor Dalmo mostrou, milhares de mergulhadores brasileiros e estrangeiros

visitam lugares submersos, para que essas escolas também tenham consciência da importância que elas estão propiciando para aqueles mergulhadores de ser verdadeira cápsula do tempo. Você mergulhar no tempo, você estar mergulhando no passado, então, tudo isso a educação se faz presente.

Então, não só a lei, mas que a gente use essa nossa parceria para que nós possamos criar mecanismos para tornar esse patrimônio não mais invisível e sim visível, para que ele não desapareça.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Eu... Eu quero dizer assim que essas foram as considerações finais dos expositores, e é claro que em função de cada consideração isso permitiria o argumento novamente das outras pessoas em termos das considerações finais.

Agora, é um debate interessante, porque eu disse assim... Só quero explicar para o Estevão, que o Estevão pediu pela ordem. Daí eu pensei: "Poxa, ele anda vendo muito a TV Senado" [risos], onde o pessoal pede pela ordem o tempo todo, "Pela ordem, pela ordem" [risos], e a coisa vai a tarde inteira e a noite inteira e quando vai ver, mas qual é a ordem, qual é o artigo do Regimento e tal? Não tem muita fundamentação.

Mas eu quero dizer ao Estevão também que é nesse sentido, porque cada colocação que a gente faz depois enseja algum argumento também e a gente abrindo uma possibilidade tem que abrir a outra.

Mas eu quero dizer que foi uma audiência também *sui generis*, porque permitiu-se, assim, a conversa, o diálogo, a expressão, eu até penso, assim, Senador Cristovam, que esse estilo de audiência é bastante útil, acho.

Porque realmente as dúvidas do relator foram colocadas sob... E as respostas foram dadas sobre pontos de vista diferentes e isso permitiu, assim, um diálogo muito interessante para conhecimento dessa área, os desafios da área, nas dificuldades, e foi bastante interessante, e repito, de muita qualidade.

Eu quero agradecer sobremaneira a presença dos expositores, das expositoras, a participação de todos os Senadores, em particular do Senador Cristovam Buarque, agradecer a presença das pessoas que acompanharam esta Audiência Pública e dizer, através dos meios de comunicação do Senado, que todas as pessoas que desejarem contribuir, participar, por favor, o façam.

São convidados a fazer e a participar e isso será naturalmente levado em conta. Inclusive recebemos, já antes, no início desta reunião, já havia sido passado documento pra mim da ONG PAS, Projeto de Arqueologia Subaquática, lá de Santa Catarina, também, um documento que eu passo às mãos do relator com uma reflexão sobre esse assunto também.

Agradeço a todos, lembrando que no dia de amanhã, quinta-feira, haverá Audiência Pública conjunta desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 74/2005 que altera os arts. 206, 208, 210, 212 da Constituição Federal e acrescenta o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a nacionalização e a qualidade da Educação Básica.

Os requerimentos são, além da minha autoria, da Senadora Marisa Serrano, do Senador Tasso Jereissati, Adelmir Santana, autoria da PEC é do Senador Cristovam Buarque, outros Srs. Senadores que também subscrevem a PEC, a relatoria da PEC, que é a Proposta de Emenda Constitucional, é do Senador Adelmir Santana.

Então, estará o Presidente do CONSED - Conselho Nacional dos Secretários da Educação Estaduais; UNDIME - Secretários Municipais de Educação, Vice-Presidente e o Professor Titular do IBMEC, São Paulo, Professor Associado da Universidade de São Paulo, USP.

Agradeço a todos, foi muito bom, estamos abertos, Senador Cristovam Buarque, aqui na Comissão de Educação, para que o relatório, a discussão e eventual aprovação do Projeto de Lei atenda aquilo que o Brasil de fato necessita.

Obrigado a todos e está encerrada a presente Audiência Pública.

Sessão encerrada às 13h23.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E 34ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONJUNTA COM A CCJ

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia três de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, sala 03 (três), sob a Presidência da Senadora Marisa Serrano, Vice-Presi-

dente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Wellington Salgado de Oliveira, Francisco Dornelles, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, Adelmir Santana, Marisa Serrano, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, José Nery, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Mozarildo Cavalcanti e Demóstenes Torres, reúnem-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Marina Silva, Expedito Júnior, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Marco Maciel, José Agripino, Alvaro Dias, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e Sérgio Zambiasi. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 13/09-CE, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Marisa Serrano e nº 44/09-CCJ, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e Adelmir Santana, que tem como objetivo **Instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2005, que "Altera os arts. 206, 208, 210 e 212, da Constituição Federal, e acrescenta o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a nacionalização e a qualidade da educação básica".** Como expositor, comparece à Audiência o Senhor Raimundo Moacir Feitosa, Secretário Municipal de Educação de São Luis / MA e Vice-Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME. Finda a apresentação do expositor, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros das Comissões. Usam da palavra os Senhores Senadores Adelmir Santana, Cristovam Buarque, Roberto Cavalcanti e Rosalba Ciarlini. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE CONJUNTA COM A 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE SETEMBRO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONJUNTA

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo *quorum*, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em conjunto com a 48ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores. Havendo concordância está aprovada. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram, já estão no mesmo local.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública para instruir a proposta de emenda à Constituição nº 74/2005 que altera os arts. 206, 208, 210 e 212 da Constituição Federal e acrescenta o art. 95 ao ato das disposições constituições transitórias para dispor sobre a nacionalização e a qualidade da Educação Básica, conforme Requerimento nº 44/2009 da CCJ de iniciativa dos Senadores Tasso Jereissati e Adelmir Santana e Requerimento nº 13/2009 da Comissão de Educação de iniciativa dos Senadores Flávio Arns e Marisa Serrano.

Foram convidados os Professores Raimundo Moacir Feitosa, representando a UNDIME; a Professora Maria Auxiliadora Seabra Rezende, presidente do CONSED; e o Professor Naercio Aquino Menezes Filho, Professor titular do IBMEC de São Paulo, Professor associado da Universidade de São Paulo e diretor de pesquisa do Instituto Futuro Brasil. Esses dois últimos convidados avisaram ontem que não poderiam vir; segundo a Secretaria da Comissão da CCJ, e está conosco aqui o professor Raimundo Moacir Feitosa que convidamos para participar conosco da Mesa.

A justificativa da instalação desta Audiência Pública é que a PEC 74/2005 promove um conjunto de medidas voltadas para a nacionalização da educação básica no Brasil, no sentido de reafirmar no contexto federativo o compromisso e a responsabilidade da União para com esse nível de ensino e garantir a sua qualidade. Essa é a justificativa maior da realização desta nossa audiência.

Passo a palavra ao professor Raimundo para que como nosso convidado e dirigente municipal da educação de São Luiz no Maranhão e vice-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, e que neste ato representa toda a UNDIME, passamos a palavra para que o professor Raimundo possa nos dar a sua versão dessa proposta feita pelo Senador Cristovam Buarque em tramitação nesta Casa. V. Exa. tem 20 minutos para proferir.

Com a palavra, professor.

SR. RAIMUNDO MOACIR FEITOSA: Bom-dia, Senadora Marisa Serrano, bom-dia, Senador Cristovam, bom-dia a todos os Senadores aqui presentes e a todos que estão nesta sala, nesta Comissão.

Em primeiro lugar eu gostaria de colocar uma posição de gestor público de uma cidade extremamente carente que vive desigualdades muito grandes do ponto de vista do atendimento dos seus alunos na escola pública municipal de São Luiz que hoje são 105 mil entre alunos da educação infantil, ensino fundamental e jovens e adultos atendendo a mais 2.500 através do Pró-Jovem Urbano e no Programa Brasil Alfabetizado com mais 7.500 alunos, portanto, uma rede que está hoje atendendo a 115 mil alunos.

Sem querer alongar muito essa colocação é para dizer que, de fato, os sistemas municipais de educação no Brasil inteiro estão ainda extremamente carentes de apoio da União, de apoio do estado brasileiro para dar conta de suas responsabilidades, mesmo podendo se celebrar avanços como é o caso do FUNDEB na questão do financiamento, os avanços em relação à possibilidade de atender já um número significativo de crianças na educação infantil, e esses avanços também que nos permitem de forma bastante competente reduzindo a taxa de analfabetismo. No caso específico de São Luiz estamos trabalhando com a possibilidade de chegarmos em 2011 com uma taxa de analfabetismo abaixo de quatro, mas isso é um esforço gigantesco que nem sempre a maioria dos municípios consegue alcançar.

Em relação à PEC, nós estudamos a PEC 74 e fizemos, inclusive, uma reunião importante da executiva da UNDIME e entendemos que ela representa um avanço muito grande para os interesses da educação pública brasileira e, em particular, dos sistemas municipais de educação. Nós estamos de acordo com a introdução da obrigatoriedade também para o ensino médio, inclusive, com a idade estabelecida de 6 a 17 preservando constitucionalmente o atendimento das crianças de 0 a 5 na creche e na pré-escola, portanto, essa é uma questão que para nós é de extrema relevância e permeia também os outros artigos que pretendem ser modificados. Nós também compreendemos ser de extrema relevância a introdução de programas complementares, particularmente, o caso do apoio para a melhoria dos acervos das bibliotecas dos sistemas como um todo, e no caso específico do uniforme que é de muita importância, muita relevância para os nossos alunos em nossos municípios e que, inclusive, tem sido objeto de algumas dificuldades quando os gastos são feitos pelos sistemas diante dos Tribunais de Contas. Eu acho que além da utilidade no sentido do atendimento do aluno que está na escola, nós teríamos a possibilidade de resolver um problema que, às vezes, impede com que os municípios possam atender com esse programa suplementar.

No caso do art. 95 das disposições, porque agora tem que ser 96 porque foi...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Renumerado.

SR. RAIMUNDO MOACIR FEITOSA: Tem que ser renumerado. Nós também vemos com bons olhos a proposta de criação da poupança educacional, entretanto, nesse particular nós fazemos um destaque porque nós não conseguimos compreender bem como é que se estabeleceria a desvinculação de órgão... Nós tivemos dificuldades na compreensão da constituição do fundo a partir da desvinculação de órgão, fundo ou despesa, e também entendemos que a matéria precisa ser atualizada, porque nós verificamos que a PEC ficou muito tempo tramitando no Senado sem que ela pudesse chegar à sociedade para o grande debate. Isso é uma coisa que nós colocamos como uma espécie de lamento até porque precisávamos ter discutido essa questão há mais tempo.

Colocada a questão dessa forma nós também trabalhamos com um conceito de educação, e é um conceito de educação de tempo integral que não necessariamente nos imporia a necessidade da criança ficar durante oito horas ou seis horas na própria escola onde ela tem ali a sua parte curricular sendo desenvolvida. Nós entendemos que essa PEC é importante porque nós poderíamos também trabalhar com o conceito não de escola, mas de educação de tempo integral, fazendo com que as crianças pudessem estender o seu tempo de aprendizado em espaços que poderiam ser extremamente importantes na cidade, no bairro ou no Estado como um todo. Nós temos um exemplo em São Luiz que outros Estados têm, outros municípios têm que é, por exemplo, nós temos uma escola municipal de música, e os alunos que estão matriculados no turno da manhã utilizam o contra-turno para complementar as suas atividades escolares, curriculares com essa participação no mundo artístico nesse da música, ou seja, quem estuda pela manhã à tarde pode se matricular nessa escola

que oferece ali 500 vagas, quem estuda à tarde pode se matricular na parte da manhã, de forma que uma experiência como essa e outras poderiam ser muito bem aproveitadas e ampliadas, no nosso entender, com a proposição desta PEC 74. Então, aí nós estamos destacando o conceito, que o nosso conceito é de educação de tempo integral que pode ser feita na escola, mas complementada em qualquer espaço da cidade. Trabalhamos com conceito, inclusive, de uma experiência boa de São Paulo que é o do Bairro Escola da Vila Madalena, entendemos que o conceito de escola parque também que é anterior a esse período, mas é de Anísio Teixeira, também pode ser muito bem trabalhado como um instrumento de definição de um conceito mais adequado, mais conveniente.

Portanto, de toda a discussão que nós fizemos no nosso Conselho de representantes na nossa diretoria executiva, nós estávamos carecendo de um aprofundamento e debate em relação à questão da poupança no que diz respeito à formação do fundo, porque nós ficamos nos perguntando assim: nós vamos para uma obrigação de vincular 20% da receita da União, porque são 2% lá. Com esses 2% estaria funcionando num sentido que não seria esse de vinculação já aos 18, como está estabelecido no art. 212 da Constituição, de fato, foi uma dificuldade de leitura que nós precisaríamos ter uma noção melhor aqui nesta reunião.

E no que concernem aos demais aspectos, nós estamos inteiramente certos de que compreendemos bem e inteiramente certos de que a questão da educação pode, de fato, ser nacionalizada, considerando o regime de colaboração como um instrumento fundamental para a composição de um sistema de financiamento em que Estados e Municípios participem, mas que a União esteja muito mais presente também com seus recursos, com seu apoio técnico, com seu apoio material.

Eu entendo, Senadora, que do ponto de vista das minhas colocações, esta fala aqui seria suficiente para nós começarmos a discussão.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós que agradecemos, Sr. Raimundo, a sua fala. E eu queria antes de passar a palavra aos nossos Senadores presentes, o Senador Adelmir Santana que é da CCJ e é da Comissão de Educação, o Senador Roberto Cavalcanti que é da Comissão de Educação e o Senador Cristovam também da Comissão de Educação.

Antes de passar a palavra eu quero só versar sobre três pontos que acho que vai demandar mais discussão. A oferta obrigatória da Educação Básica Pública em jornada integral, a partir do momento que falar que é obrigatória nós temos que ter condições sobejas de oferecê-la em todo o País. A questão do ensino médio e fundamental que serão ministrados, o ensino fundamental e médio serão ministrados em língua portuguesa assegurado às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, é outra questão que também tenho uma preocupação, porque acredito, venho de um Estado de fronteira, a segunda maior população indígena do País está em Mato Grosso do Sul, e ali nós falamos uma linguagem dos guarani-caiová, nós falamos ali o Guarani, mas há outras etnias como as terenas que tem outro tipo de linguagem que é diferente daquela que a etnia caiová fala, e temos os afoxé também que uma linguagem também diferente. Nós temos que perceber como é que nós poderemos fazer isso nas nossas escolas. E a questão do fundo que também tem que ser debatida porque fazer uma mudança dessa sem garantia financeira não há como a gente possa fazer. Eu acho que o fundamental é nós garantirmos o fundo.

Eram essas as minhas considerações. E passo a palavra agora ao Senador Adelmir que tinha pedido primeiro, depois ao Senador Cristovam e depois ao Senador Roberto.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sra. Presidente, Sr. Raimundo Moacir Feitosa. Primeiro o requerimento veio posterior à apresentação já do nosso relatório e nós subscrevemos esse requerimento que é do Senador Tasso Jereissati para mostrar que estamos abertos, inclusive, à discussão, independentemente, da feitura antecipada do nosso relatório ao projeto do Senador Cristovam.

As alterações ligadas às questões temporais que foram levantadas pelo nosso expositor Raimundo Moacir foram alteradas no relatório através de emendas do próprio relator em comum acordo com o autor do projeto. Houve um entendimento, claro, é uma proposta de alteração de 2005, se não me falha a memória, e sofreram, nesse decorrer, já algumas alterações advindas da própria legislação. Então, fizemos um entendimento com o autor e fizemos algumas alterações através de emenda ao projeto objetivando único e exclusivamente melhorar e adequá-lo a essas modificações existentes.

Foi levantada a questão do pouco entendimento com relação à vinculação ou a desvinculação, essa questão do fundo. Aqui também nós fizemos alguma alteração no próprio relatório, eu gostaria de lhe dizer, vou ler literalmente o que está escrito. "Finalmente no que se refere à proposta de criação da poupança educacional do Brasil, no ADCT contrariamente ao que o texto do novel artigo indica se está adiante de uma vir-

tual vinculação de receita de impostos e contribuições sociais da União. A redação fala em desvinculação de órgão, fundo ou despesa, mas o que está propondo não é bem isso, pretende se destinar percentual da arrecadação obtida pela União com impostos e contribuições sociais para a constituição da poupança educacional do Brasil, melhor dizendo, o dispositivo da PEC destina ao referido Fundo entre os anos de 2006 e 2015 valores equivalentes a 2% da arrecadação daqueles tributos". Alterações que também fizemos que falava de 2006, isso já é passado. Então, apenas para dar uma clareza do que é que é a intenção do legislador, do autor do projeto, e isso também essa parte do relatório feito em comum entendimento com o Senador Cristovam Buarque.

Então, eu creio que esta audiência hoje não haverá alterações de profundidade do nosso relatório, e eu espero que isso seja incluído para a próxima reunião para gente votar já esse relatório, levando em conta que é um projeto de 2005, Sra. Presidente, e me parece maduro e pronto para a votação. São essas as minhas considerações.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Adelmir. Senador Cristovam, autor do projeto.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer ao Professor Raimundo Moacir Feitosa seus comentários. E dizer que toda vez que a gente fala em educação a gente traz o problema dos recursos necessários. Eu nunca vi ninguém perguntar de onde vem o dinheiro do PAC, da Copa, das Olimpíadas; nunca vi, agora do aumento dos recursos para a PETROBRAS, ninguém fala. Entretanto, é uma realidade o problema dos recursos.

Eu gostaria que a gente trabalhasse em vez dos recursos, o tempo, não dá para ser feito em cinco anos, que se faça em dez, em vinte, em trinta; mas não que a gente diga que não vai fazer por falta de recursos, o Brasil tem que acostumar a definir metas, e tempos para fazer para dar um realismo, para não ficar também uma coisa sonhadora apenas. Mas em vez de se perguntar de onde vem o recurso é perguntar quanto tempo leva com os recursos que nós temos. Ao mesmo tempo, não é preciso muitos recursos para fazer essas mudanças, não são necessários recursos em uma quantidade maior de que o Brasil já pode, se se deixar de fazer alguns gastos, claro, esta Casa é um exemplo, não precisava gastar cinco bi aqui, se a gente reduzisse um bi aqui já cobria uma partezinha disso.

Por outro lado, como disse o Senador Adelmir, esse é um projeto velho, antes de se falar no pré-sal, com o pré-sal se o Presidente da República está dizendo a verdade, não vai faltar dinheiro nenhum, a não ser que ele não esteja, a não ser que ele jogando para... É por isso que eu digo, coloquemos um tempo. A não ser que ele esteja fazendo pirotecnia, porque alguns dizem que é. Até porque a gente sabe que se o Brasil jogar muito petróleo no mercado o preço cai, aí a receita cai, se jogar pouco petróleo o preço se mantém, mas aí a receita é baixa também. Essa receita não vai depender apenas da oferta de petróleo, essa receita vai depender da demanda e a demanda, tudo daqui que não vai continuar crescendo de uma maneira exponencial, ao contrário, a tendência é o petróleo ser substituído, graças, inclusive, ao Brasil com o etanol, a tendência é o petróleo ir sendo substituído ao longo dos próximos dez, 15, 20 anos. Mas se a gente pega um país que tem dois trilhões de renda nacional que tem o absurdo de 40% de receita para o setor público, ou seja, significa 900 bilhões, não tem como dizer que não há recursos para gente gastar em educação se, de fato, considerar isso uma prioridade. O que eu temo é que se um projeto desse tipo não for aprovado o dinheiro do pré-sal não irá para a educação.

Hoje eu já vi que está se propondo o dinheiro todo ir para a saúde, e saúde é muito mais atraente para os que estão vivos hoje e adultos do que educação que vai beneficiar--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Principalmente os muito vivos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A educação que vai beneficiar daqui a 20 anos, e eu sei que é difícil convencer o eleitor a esperar dez, 15, 20 anos. Então, o que a gente quer com esse projeto é criar uma obrigação nacional para a educação, discutindo quanto tempo leva para que essa obrigação seja levantada, mudando também o conceito, o próprio Senador Adelmir acrescentou melhorando o projeto no tratamento sobre esse fundo. Eu creio que esse fundo pode ser feito de outras maneiras, até mesmo aumentar a atual vinculação, aumentar lei Calmon, por exemplo, pode ser uma saída, mas o fato é que o agente põe mais recursos na educação, cobrando, mais, obviamente, os professores, melhorando os equipamentos, ou esse país não vai ter futuro. A ideia desse projeto é colocar na Constituição as condições necessárias para que o Brasil tenha futuro, e isso passa pelo horário integral que, a meu ver, já é aceito como uma condição natural. Se isso passar o resto a gente pode até ajustar, mudar, beneficiar e fazer com que o prazo não seja instantâneo. O projeto aí diz: entra em vigor a partir dessa data. Isso foi possível para a abolição da escravatura, para a educação, de fato, é difícil dizer entrar em vigor a partir dessa data.

É isso, Senadora Marisa, que eu tinha para colocar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas, Senador Cristovam, se V. Exa. me permite poderia colocar como se V. Exa. tinha pensado em onze anos, em dez anos, não, nove anos. Por que não dez anos? Sem especificar data? O Senador Adelmir colocou data, não é isso Senador? Se V. Exa. colocar a partir da promulgação.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Nós estamos falando na obrigatoriedade dos recursos?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, do art. 95. Do art. 5º mudando o art. 95.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Estamos alterando para 2009 a 2018.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pois é. Não seria mais correto, a gente espera que seja votado esse ano. Mas eu sugiro que seja a partir da promulgação dez anos.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Em vez de fixar anos?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em vez de fixar a data, o ano, coloca aprovou? Aprovou. Vale por dez anos, V. Exa. tinha botado nove, então vamos colocar dez. Arredonda a partir da promulgação os próximos dez anos, porque aí se for promulgada esse ano ótimo, se não for o ano que vem vale para dez anos do mesmo jeito, não precisa ficar mudando a data. Essa é uma pergunta.

Senador Roberto Cavalcanti que é da Comissão de Educação também é do PRB da Paraíba.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço a nossa vice-Presidente Senadora Marisa Serrano, minha grande amiga. Cumprimento o Dr. Raimundo Moacir Feitosa, vice-Presidente da UNDIME.

Eu vou me ater a um depoimento pessoal e ao questionamento a respeito do tempo integral nas escolas públicas. Eu fui originário, minha educação básica feita em escola pública nos anos 50 em Recife, Pernambuco, em uma escola, há época, tradicional, Escola Experimental Governador Barbosa Lima, ficava no Parque Amorim num bairro de Recife. E essas escolas públicas, há época, eram disputadas por todas as classes para que os filhos estudassem na escola pública, existiam já as escolas privadas, escolas católicas, mas as melhores escolas, em Recife, estavam inseridas no contexto das escolas públicas. Acompanhei uma involução, posteriormente uma melhora, reconheço uma melhora, testemunho do trabalho do Senador Cristovam quando Ministro da Educação, daí em diante uma nova visão brasileira, uma preocupação brasileira maior com a educação, mas eu me acostaria a esse tema que está, que é uma das justificativas do Senador Adelmir Santana que está aqui ao nosso lado no sentido de que tempo integral, eu acho fundamental, e na exposição, no relatório do Senador Adelmir Santana, ele diz com muita clareza que a carência da escola básica de tempo integral, escola pública de tempo integral atinge fundamentalmente as classes menos favorecidas, porque os garotos de classe mais privilegiadas têm o apoio financeiro das famílias para terem os seus cursos, seus cursinhos, seu professor particular em casa ou em determinado local, o inglês, diversas atividades que reforçam a formação profissional, a formação educacional, coisa que as classes menos favorecidas, as classe de mais baixa rendas, não tenha esse privilégio.

Então, eu acho fundamental, eu acho que, inclusive, o menor quando está sem o compromisso de estar numa sala de aula ele está na rua, supostamente ele está brincando, mas hoje a brincadeira virou sinônimo de violência, o menino está muito exposto, meninos e meninas estão muito expostos ao estarem na rua. Na hora que eles tivessem uma educação tempo integral, eu acho que seria, inclusive, um atenuante para a segurança nacional em termos de delinquência juvenil, eu acho que é fundamental.

Então, eu parabenizo essa Audiência Pública e enfatizaria exatamente nesse tema que é a escola pública com tempo integral. Era essa a abordagem que eu gostaria, esse testemunho que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Volto a palavra, então, ao Professor Raimundo Moacir Feitosa que, gentilmente, atendeu o convite da Comissão de Constituição e Justiça para estar aqui hoje, e também essa era uma vontade da Comissão de Educação, haja visto que esse projeto não passou pela discussão na Comissão de Educação. É uma PEC que veio direto aqui para a Comissão de Constituição e Justiça, e nada mais justo do que aqueles que trabalham com educação também participassem ativamente dessa discussão. Portanto, o Professor Raimundo para responder e fazer as suas considerações acerca dos problemas levantados por todos.

SR. RAIMUNDO MOACIR FEITOSA: Em primeiro lugar, nessa segunda fala, eu queria deixar claro que estamos aqui atendendo a um chamado da Comissão de Constituição e Justiça e dizendo que estamos apoiando a discussão e aprovação da PEC 74, agora estamos tentando passar também uma visão de realidade que nós temos enquanto gestor público numa cidade que tem um milhão de habitantes e que trabalha com uma rede de 115 mil alunos e quando a gente coloca a questão do tempo integral também nós não estamos sendo contra a escola que tenha tempo integral. Mas eu estou dizendo que na conjuntura que nós estamos

vivendo nós podemos fazer isso agregando outros espaços e outros valores que também vai acabar nos ajudando a construir uma educação inteira de tempo integral. Porque eu acho que a rua tem que ser modificada, ela não pode continuar sendo palco de violência, o campo de futebol não pode continuar sendo campo de violência, espaço de violência, o andar no coletivo também tem que ser um espaço em que a pessoa se eduque, no cinema, no teatro, essa é a nossa visão desse conceito. Então, nós estamos de acordo.

Agora tem um dado de realidade, por exemplo, se nós transformarmos, e aí Senador Cristovam, eu tenho acompanhado o senhor desde a época que eu era economista, de fato, antes de ser educador. A gente tem um dado de realidade, por exemplo, se nós vamos trabalhar nessa linha para estar fazendo escola de três turnos, vai ter que ter uma rede física completamente nova e diferente, e aí nós não podemos sonhar que podemos fazer isso sem recursos, e aí eu entendo que o Fundo é fundamental e o conceito de nacionalização da educação também. Eu estou mais no debate para dizer: olha, aprovemos a PEC, nos mobilizemos e possamos garantir aquilo que é uma forma adequada de colocar o processo em concretização. Essa é a primeira colocação.

Na questão da língua materna, questão indígena nós somos inteiramente de acordo, nesse momento eu sou membro do Conselho Nacional de Educação também da Câmara de Educação Básica e estamos fazendo, tentando realizar a revisão e atualização das diretrizes curriculares nacionais, e nós estamos funcionando ali como relator das diretrizes da educação infantil. Então, já fizemos várias audiências por esse país a fora, uma em Santarém, inclusive, outra em São Luiz, e quem representa a questão indígena do Brasil entende que é imprescindível educar a criança na língua materna, porque em fazendo o contrário você está negando a identidade cultural dessa criança. Então, é um debate extremamente grande e rico, por isso nós também temos nos posicionado dessa forma.

Com as colocações do Senador Adelmir do relatório ficou mais clara para nós a questão do Fundo, na verdade, você vai ter um delta que vai acrescer a vinculação, eu acho que a saída é essa, porque, inclusive, agora no momento nessa conjuntura o que é que nós estamos vivendo? O desejo de derrubar a DRU que sangrou em quase 100 bilhões de reais o recurso da educação nos últimos dez anos, e estamos vivendo uma conjuntura delicada, porque todos nós que somos gestores de sistemas municipais de educação estávamos trabalhando na perspectiva crescente de recursos em relação ao Fundo, ao FUNDEB, mas com a queda da receita fiscal estão sendo revistos para menos os parâmetros de financiamento. Então, nós estamos trabalhando, na realidade, no sentido contrário à perspectiva e a nossa capacidade de ação que estava acontecendo. Eu coloco a discussão nesses termos. E também do ponto de vista da nossa ação mais particular enquanto gestor nós possamos fazer assim também, Senador, colocar a questão e ter coragem de avançar, mas tendo o cuidado de estar pisando no chão para não se criar dificuldades na execução das suas responsabilidades. E eu estou plenamente de acordo que o dinheiro do pré-sal poderia ser muito bem conduzido enquanto Fundo para se resolver uma série de problemas da educação brasileira.

Então, de fato, nós estamos aqui enquanto vice-Presidente da UNDIME representando o presidente nacional, o Professor Carlos Eduardo apoiando a PEC e trazendo ali algumas colocações que precisam ser feitas para que a gente possa refletir. E eu entendo que um tema deste, no nosso entender, não devia ter ficado muito tempo aqui no Senado sem estar aberta ao debate da população, porque, de fato, ele é extremamente importante essa questão de universalizar a obrigação da oferta, da matrícula do ensino médio, é clara para nós, é importante.

Em São Luiz nós colocamos com as dificuldades todas e até com reclamações na qualidade, nós estamos colocando à disposição do ensino médio oito mil alunos todo ano que concluem a nona série do ensino fundamental, porque nós já estamos fazendo ensino fundamental de nove anos e começamos em 2003 antes da lei federal. Então, oito mil aí cabe perguntar: o que é que o Estado que tem a responsabilidade maior está fazendo para incluir esses jovens, esses adolescentes no ensino médio? Portanto, essa proposta eu acho que caminha no sentido de permitir, de obrigar, inclusive, sistemas estaduais a não deixar de fora do ensino médio à juventude.

Portanto, a nossa visão aqui, eu acho que eu atendi todas as preocupações dos Senadores, e é no sentido de apoiar a PEC e deixar algumas reflexões para que nós possamos, no processo, entendendo que precisa ser discutido. Vou repetir isso aqui que é fundamental, numa escola que faz três turnos se nós colocarmos, de imediato, nós temos em São Luiz 178 escolas de propriedade da prefeitura, se nós colocarmos, de imediato, nós vamos ter que dobrar essa capacidade física. E para isso nós temos que ter recursos mesmo, não é brincadeira, no caso do Governo Federal colocou o Pró-Infância para as creches, mas aí sempre se está debatendo, inclusive, com a questão de titularidade do solo que é um problema nacional que a gente coloca, e parece que não tem nada a ver com a educação, não é diretamente da educação, mas ele acaba afetando

ali e fazendo as coisas andarem mais lentamente do que se imagina. Eu acho também, concordando com a Senadora, essa ideia dos dez anos para frente seria também, na minha maneira de ver, muito boa.

Desculpem-me se eu sou falando querendo... Não estou falando querendo ter autoridade, não.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Já influencia o relator, não é Cristovam? Já influenciou o relator?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria perguntar ao Senador Cristovam que é o autor e ao Senador Adelmir que é o relator e ao Professor Raimundo e ao Senador Roberto também, é um questionamento que eu tenho, justo porque eu também, como o professor Raimundo sabe, eu trabalho muito ligada à prefeitura municipal de Campo Grande, a Professora Cecília. E estamos discutindo semanalmente o andamento nosso da educação. Garantia de padrão de qualidade que é fundamental, por exemplo, o pré-sal eu acho que não devia ser só educação, devia ser qualidade da educação, marcar com a palavra qualidade, porque aí vocês vão pensar que é só construir escola.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É qualidade da educação. Garantido o padrão de qualidade com a oferta obrigatória da educação básica em jornada integral na forma da lei. Mas nós estamos dando dez anos para o Fundo se estabelecer. Eu acho como é que nós vamos colocar obrigatória a escola de tempo integral agora e o Fundo dez anos? Sem o Fundo, aquilo que eu falei no comecinho da minha fala hoje aqui de manhã, sem o Fundo não tem, o fundo é fundamental, é até redundância, mas é o fundamental dessa história, eu acho que o cerne da questão é garantir o fundo, eu acho que esse nós temos que garantir. Agora, quem sabe a gente pudesse aqui, não sei o Senador Cristovam, não sei o Senador Adelmir, nesse art. 206 colocar nesse inciso a garantia do padrão de qualidade com oferta obrigatória de educação básica, pública e jornada de tempo integral de uma forma que a gente ligasse ao Fundo, quer dizer, teríamos, como o senhor diz, que são três turnos que tem nas escolas do interior, eu sei que no interior do Brasil ainda tem muito disso. Quem sabe a gente pudesse garantir, atrelar uma coisa ao Fundo. Eu sei que todos nós gostaríamos que fosse agora, começasse amanhã.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, mas não pode ser, agora não consegue.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas sem dinheiro não tem condição.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não é o dinheiro somente, não tem os professores qualificados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não tem formação.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com esse salário a gente não vai conseguir os professores. Então, eu acho que tem que ter um cronograma de implantação disso, não há dúvida alguma, e isso daqui vai levar 20 anos para chegar ao Brasil inteiro. Por isso a proposta que eu tenho e que casa com essa, mas eu não quero misturar até porque um é Projeto de Lei, é a criação da carreira nacional do magistério contratando--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E ao projeto de V. Exa. que eu sou relatora do tempo integral, professor da educação básica em tempo integral, 70% do recurso dos professores.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas lá está explícito que seriam 250 cidades por ano que seria implantado com 100 mil professores novos por ano, com salário médio de quatro mil reais que é o plano--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O que nós teríamos então progressivamente...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): **--**É o plano de cargos e carreiras do Colégio Pedro II, isso levaria para o Brasil, mas lá está previsto 20 anos. Eu até acho que é possível em menos, na medida em que o efeito da demonstração se espalhe, mas--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode ser até prorrogado. Coloca dez e depois se precisar.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Senadora, me permite. Eu estou sendo chamado, tem uma sessão ali... É sempre assim uma [ininteligível] de Senadores. Eu queria agradecer a presença do Professor Raimundo. E nós nos acertamos a quaisquer alterações que tenham que ser feitas nesse relatório, além das duas, a gente poderá fazer outras--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só uma conclusãozinha. É que eu estou de acordo com o professor quando ele diz que sem uma infraestrutura de edifícios não tem como ter horário integral. Só que enquanto a gente não colocar na lei que vai ter horário integral a gente não faz as escolas. Então tem que colocar na lei e definir um prazo para que os

prefeitos se adaptem. Agora eu insisto e queria ver até a opinião--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V. Exa. aceita o prazo?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aceito perfeitamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu acho que aí seria factível.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aceito perfeitamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como o Senador Adelmir disse que o nós decidirmos aqui ele acata.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): O meu relatório foi feito em comum acordo com [ininteligível].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, nós podíamos discutir aqui, Professor Raimundo, talvez a colocação da jornada integral também teríamos um prazo para--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Teria um prazo, claro. Agora eu insisto, professor, que a minha ideia é de que nós não vamos ter essa escola se não houver o que eu tenho chamado, pode ser o nome, é federalização da educação. Não dá para pegar municípios pobres e ter a mesma qualidade de educação que a gente vê em municípios que tem o dinheiro do petróleo, por exemplo.

SR. RAIMUNDO MOACIR FEITOSA: Eu estou de acordo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Paulínia é uma cidade que não tem o petróleo, mas tem refinaria, tem dinheiro para fazer a escola igual, não tem feito, eu fui lá e visitei até um cemitério--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E nem a qualidade. Tem escola bonita--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --cemitério maravilhoso eu visitei lá. É verdade, o cemitério é especial com serviço de garçom atendendo a todos os... Não os clientes, os clientes não bebem, mas os amigos dos clientes do cemitério, e as escolas a gente não vê. Eu creio que tem que caminhar para uma federalização com descentralização gerencial, ou seja, o prefeito gerencia como o reitor, o prefeito passaria a ser o reitor, o reitor gerencia, mas o salário vem do Governo Federal, entra no orçamento federal. Eu não estou querendo centralização não, ao contrário, eu radicalizo tanto que eu acho que uma escola pode ser particular e ser considerada da rede federal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Por isso que eu acho que o pré-sal não pode ser para a educação, tinha que ser para a qualidade da educação. Porque eu penso em Macaé. Macaé no Estado do Rio tinha que ser a melhor escola, a melhor educação do país com o recurso que eles têm. Porque me disseram lá: nós não temos aonde gastar o dinheiro. Eu falei: "Meu Deus do céu".

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Outra coisa, os prefeitos e os governadores dos municípios produtores estão contra não é porque eles vão deixar de receber dinheiro, é porque eles não vão receber dinheiro livre, porque se a gente colocar que o dinheiro vem para o Governo Federal e o Governo Federal distribui por criança, eles vão receber mais dinheiro do que recebem hoje, se você coloca quatro mil reais por criança, hoje é 1.500, só que eles querem receber o dinheiro livre para completar a folha--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para custeio e não--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Acho que o recurso tem que ir carimbado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem que ir carimbado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu fui prefeita e acho que isso é muito importante.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem que ir carimbado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Esse é muito importante, porque vai direcionado para uma ação, se é de educação ele vai conseguir, por exemplo, nós temos que... Na educação não é só o que vem através do FUNDEB, FUNDEF não, FUNDEB. Os municípios também investem, tem que investir 25% do seu orçamento, alguns investem outros não, alguns maqueiam outros não, outros investem mais. A verdade é essa. Então, o que é que a gente tem que fazer? E muitos não investem porque não têm, não podem, se investir deixam de coletar o lixo, essa é a grande maioria, deixa de ter o remédio daqueles que batem à sua porta--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A maioria é assim.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): **--**porque município pequeno é uma calamidade, o prefeito é pai, é padre, é médico, é juiz, é tudo; a verdade é essa, e a gente tem que entender isso. Agora se for carimbado, vamos dizer, para a educação, para que possa, inclusive, podemos até aumentar o investimento de educação fazendo parte da receita para que a gente invista em vez de 25, 30% e que possa ser utilizado o recurso do pré-sal, aí nós vamos ter realmente as ações são carimbadas, mas você está aliviando o

município que pode pegar recursos que antes ele tira da sua receita própria e colocar em outra área.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas na maneira que eu proponho, o dinheiro não vai só carimbado, vai direto para a conta do professor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senadora Rosalba. Só para--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É porque eu também peguei o bonde andando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só para as notas taquigráficas, me pediram. Quem falou agora, está falando a Senadora Rosalba.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, eu acho que deve ir direto por quê?--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Porque embora seja carimbado... Senadora, me permita a palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Estou só falando o nome porque as notas taquigráficas me pediram que eu nominasse quem é que está falando.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se vai carimbado... A gente sabe que hoje faz uma estrada na frente de uma escola e diz que é educação, aliás, eu estou citando esse cemitério maravilhoso que eu citei--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, mas vai ser que carimbar.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --é capaz de dizer: é para enterrar os alunos daqui a 50 anos, 100 anos. Então, desde--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Desculpa. Eu pensei que era alguma repreensão da minha Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não é uma repreensão, é apenas uma nominação para as notas taquigráficas.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Cristovam, olha, eu acho que isso pode ser carimbado para o município dizendo qual é o tipo de ação que ele vai realizar, como na saúde, você vai ter recurso que é próprio do medicamento, próprio da vacina, próprio do agente comunitário de saúde. Então, tem que ir tanto para capacitar mais os professores, para que o professor se na cidade já tiver tudo com terceiro grau, todos tenham o mestrado, tanto aqui para que as escolas todas, sem exceção de nenhuma, estejam dentro da modernidade. Então, uma série de questões para que se façam programas culturais nas escolas, porque isso é algo... Meu Deus do céu, que eu fico, assim, louca que aconteça no Brasil. Porque quando você tem uma escola que valorize a parte cultural, esses alunos ficam muito mais motivados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vamos chegar lá.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se Deus quiser.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Cristovam, mais alguma consideração?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, desculpe, aqui é só a título de sugestão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu só quero então deixar aqui, ver se é isso que essa reunião nossa, Audiência Pública, está deixando para o relator. O art. 5º que dispõe sobre o art. 95 fica a partir da promulgação, dez anos, e ligar a jornada integral aos dez anos do Fundo, uma correlação. E, além disso, eu queria, fora isso, pedir ao Senador Cristovam para nós discutirmos e podemos fazer isso juntos, mas nós temos que achar uma forma de, ao mesmo tempo, que nós estamos colocando a educação integral, ao mesmo tempo, que nós estamos mexendo no Fundo, nós temos que mexer aí na nossa formação diferenciada desses nossos professores. Essa qualidade aí é fundamental, isso é possível fazer porque se faz, o prefeito de Campo Grande relutou muitíssimo, mas teve que fazer, isto é, os professores estão ganhando pela qualificação e a prefeitura paga para que os professores estudem, eles mantêm todos que quiserem, está aberto da Educação Básica, e agora a prefeitura já começou a pagar aqueles que quiserem fazer mestrado e precisarem do recurso da prefeitura, ela está pagando. Passou pela Câmara de Vereadores, todo mundo aprovando. Mas isso aí é muita guerra para se conseguir de uma prefeitura. Agora, nós tínhamos que fazer uma obrigatoriedade aí, Senador Cristovam, é na formação. Eu acho que nós tínhamos que pensar em ter tempo integral, nós temos que botar a língua materna, a língua indígena, se nós não entrarmos com a formação pesada.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O caminho que eu tenho defendido para isso, primeiro concurso federal do professor do jeito que é o concurso para a Caixa Econômica, para o Banco do Brasil, para o Itamaraty, concurso federal e não municipal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E renovável.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso. Segundo, salários altos, senão não vai atrair. Por isso que levará 20 anos para chegar aos dois milhões de professores. Os atuais professores fariam concurso se eles quisessem, aí teríamos duas carreiras de professores durante 20 anos, uma carreira--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em extinção?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em extinção atual e uma carreira federal do magistério, uma carreira nacional do magistério como são os professores das universidades--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E o concurso sendo renováveis de cinco em cinco anos?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E o concurso, claro, tem que ter a possibilidade da escola pedir a saída do professor com avaliações constantes, como é em qualquer país que deu o salto na educação, a estabilidade do professor é em relação ao Estado, mas não em relação aos seus colegas, aos pais e aos alunos. Aí não pode ter estabilidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Concordo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O prefeito não deve ter direito de demitir professor nenhum porque aí vira questão política. Mas a comunidade local ou outra instância tem que ter, e aí concurso a cada cinco anos também para ver se está preparado. As empresas demitem quem não está preparado, as escolas mantêm quem não está preparado, quem não se dedica, isso é prova da falta de amor da gente em educação, a maneira como a gente tolera que o exercício do magistério seja uma atividade secundária, primeiro porque paga pouco, e segundo porque tolera o certo abandono que a gente vê hoje.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É verdade.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem que estar amarrado. Mas eu insisto, se a gente fizer um salário de quatro mil reais para o professor, transferir o dinheiro para o prefeito para ele pagar esses quatro mil, os outros servidores todos vão querer esse salário. Agora se a gente diz que esse dinheiro já vem direto do Governo Federal para o professor, o prefeito fica protegido, senão todos os outros vão entrar em greve no mesmo dia para ter o mesmo salário dos professores e os municípios não têm condições.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Verdade.

Senadora Rosalba e depois o professor Raimundo vai fazer as sua considerações.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Presidente.

Professor Raimundo, eu estava ali num debate sobre o saneamento básico na Comissão de Infraestrutura, nós estávamos numa audiência e muito importante trazendo detalhes, maior conhecimento, e, infelizmente, lá não demorei mais, porque também saneamento básico para mim é a maior prioridade que existe, e eu sou médica e fui prefeita, então conheço essa realidade bem, e estava ali, me desculpe que eu gostaria, mas vou ter todas as notas taquigráficas, acompanhar toda a sua explanação, porque eu sei que o senhor nos trouxe, com certeza, informações importantíssimas para que a gente possa alavancar no nosso debate com educação.

A Senadora Marisa tem sido aqui a nossa, vamos dizer assim, ela tem um carinho especial e tem sido uma grande defensora, assim como o Senador Cristovam.

Mas eu tenho uma experiência, Senador Cristovam, de cidade menor, do interior do Nordeste, porque eu vivi... O fato de ter sido prefeita, apesar de dizer: não, você foi prefeita da segunda cidade do Rio Grande do Norte que chega a quase 300 mil habitantes, uma cidade que tem característica de ser produtora de petróleo, de sal, de fruta; mas, na realidade, é uma cidade como muitas, milhares de cidades nordestinas que tem uma zona rural, lá nós tínhamos 133 comunidades rurais e tinha que levar educação para esse povo. Claro. Tivemos que fazer a nucleação, ter o transporte, inclusive, nós tivemos. Para você o que é ouvir o povo. Na época com a questão do transporte escolar, houve um jovem, um menino que disse assim: "se eu tivesse uma bicicleta eu vinha todo dia para a aula". Aí eu fiz um programa que para aquelas crianças que a distância não passava de 3 km até a escola havia um comodato da escola com os pais de uma bicicleta, claro, não podia ser os da pré-escola, para que a bicicleta também fosse bem cuidada. No final do ano ele tinha que chegar com a bicicleta para fazer a matrícula, porque se não tivesse a bicicleta ele perdia a bicicleta, aí ia ver o pai, ia haver uma investigação que era uma coisa bem complicada. Pois o senhor acredita que isso deu muito certo. Para o senhor ver como são idéias, a ideia que eu vi na rua, na comunidade rural. Fizemos em muitas outras comunidades, uma coisa de custo baratíssimo, a criança fazia, ao mesmo tempo, andava pela... Porque a zona rural também a estrada é uma calamidade, tem muitas que é só aquela veredazinha, e aí ônibus não queria ir, você não pode levar, tem que ter o cuidado, não pode levar na carroceria de uma caminhonete...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não tem dinheiro para arrumar estrada.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não tem dinheiro para comprar transporte para essas localidades todas. Então, isso foi fuma questão que eu lembrei aqui e que deu muito certo. Então, é uma realidade muito... Quando eu assumi, ainda tinha professor, no meu primeiro governo, leigo, nós acabamos com tudo isso, e passamos também a fazer o terceiro grau, o primeiro concurso para professor quem fez foi eu na cidade de Mossoró, nunca tinha havido concurso, era tudo QI, quem indica. E aí era professor que não tinha 1º grau completo. Então, nós fizemos concurso já exigindo 3º grau, numa cidade que tinha universidade de pedagogia e de cursos de história, de matemática, até porque tinha que valorizar. Fizemos isso e os que estavam a partir do novo plano de cargo de salário que foi realizado, eles foram, a própria prefeitura em parceria com a universidade fazia, pagava, eu lembro que eram 100 reais por cada professor/mês para que eles fizessem o 3º grau daquela forma nos feriados.

Hoje eu acredito que já estão todos com 3º grau, mas aí vem: pode parar só aí? Tem que capacitar mais, tem que ter mestrado. Então, se nós conseguimos ali tem que se conseguir no Brasil todo. Agora eu discordo quando o senhor diz que o recurso... O professor tem que ser um concurso federal. Não, professor eu acho que tem que continuar sendo municipal. Hoje o concurso tem... Os próprios Conselhos Municipais de Educação são parceiros, eles participam, eles financiam, e esse recurso indo como é hoje por aluno e tendo, nós já temos o piso nacional do professor que é obrigatório agora, é lei, todo município e todas as instâncias pagar o piso. Então, se vamos ter, e eu quero, espero que possamos ter um dia, todas as escolas de tempo integral e com dedicação exclusiva que criemos também um piso nacional dentro desses critérios, porque aí o prefeito... Não foi uma decisão do prefeito, foi uma imposição da lei, desde que tenham os recursos.

Eu acho que dessa forma simplifica mais e não tira do município aquela questão que o município tem que cada vez mais se sentir mais responsável, mais, vamos dizer assim, com as questões do dia a dia, fortalecer mais o município como um ente federativo que se ele caminha bem o Brasil todo caminhará bem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Que bom. Senador Cristovam, última questão e aí encerramos a nossa reunião de hoje. No caso da parte da formação § 2º do art. 210 que faz parte do seu art. 3º seria possível a inclusão ou V. Exa. acha que é possível ou é redundante, o § 2º: "o ensino fundamental e médio serão ministrados em língua portuguesa asseguradas às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprio de aprendizagem, garantindo a formação adequada do professor". Porque não pode dizer que nós não estamos pensando nisso, falar esses senadores estão fazendo achando que nós temos professor na área. Mas tem que garantir a formação adequada do professor. Então, seriam três as mudanças que nós faríamos aqui.

Eu quero agradecer muitíssimo. Tem mais alguma coisa, professor?

SR. RAIMUNDO MOACIR FEITOSA: Teriam duas coisinhas, só lembrança aqui. No art. 208 nós entendemos que tem que ser atualizado ou adequado em relação à PEC da DRU, fala lá em 6 a 17 e no Projeto de Lei que está tramitando lá da DRU já fala de 4 a 17, talvez fosse importante ali adequar. E no art. 208, no inciso VI, da PEC, eu estou falando da PEC o § 3º deve incluir a educação infantil no recenseamento porque já é feito, isso já é realizado. Seriam as duas últimas coisas. E dizendo que nessa linha da formação os municípios estão trabalhando muito já os planos de carreira dos professores com jornadas já de 40, 24 e 20 para poder garantir um equilíbrio, por exemplo, no caso de São Luiz a gente já tem um programa de pós-graduação.

E, Senadora Rosalba, em São Luiz quando nós assumimos em abril de 2002, São Luiz que é a capital do Estado do Maranhão tinham 1500 professores leigos, 1.500, hoje não tem nenhum, isso pode se celebrar aí, temos quase 98% de professores já graduados que só eram 15% em 2002. Então, eu acho que o Senado, o Parlamento é sensível a essas coisas, a gente acompanhando vai ver que essa PEC seria extremamente oportuna se fosse votada agora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Verdade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria agradecer muitíssimo a presença da Senadora Rosalba, do Senador autor da proposição, Senador Cristovam, dos Senadores Adelmir e Roberto que já estiveram aqui, e dizer que foi boa essa audiência, porque, pelo menos, nós podemos levar a comunidade a essa discussão que seria votada aqui no CCJ sem que os professores pudessem participar.

Então nós queremos agradecer muitíssimo a V. Exa., queríamos que levasse esse resultado a todos da UNDIME, agradecer a UNDIME pela presença, e pedir que as notas taquigráficas sejam enviadas tanto ao Senador Cristovam, a mim, e ao Senador Adelmir Santana para que a gente pudesse dar continuidade então às mudanças que foram levantadas aqui nessa sala.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Queria só aqui dizer ao Professor Raimundo que eu acompanho, conheço o trabalho da UNDIME, e quero que transmita à Presidente, o senhor é vice-Presidente o grande trabalho que vocês realizam, porque, com certeza... Não sei se é Presidente ou Presidenta agora.

SR. RAIMUNDO MOACIR FEITOSA: É Presidente, é o Professor Carlos Eduardo do Município de Castro no Paraná.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois é, mudou mesmo porque antes era mais, teve um período--

SR. RAIMUNDO MOACIR FEITOSA: Era a Justina.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --era uma Presidenta.

SR. RAIMUNDO MOACIR FEITOSA: Professora Iva Justina do Rio Grande do Norte.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente. Subsecretaria do município do Rio Grande do Norte e que tinha como vice-Presidente a Professora Niná Rebouças lá de Mossoró que foi minha secretária em três períodos, e hoje é uma grande vereadora lá na cidade.

Então, eu queria aqui parabenizá-lo. O trabalho da UNDIME é fundamental, como é importante, como me trouxe luzes, orientações. E eu sei que isso é fundamental para auxiliar os gestores públicos.

Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agradecendo a Senadora. E me desculpando também porque hoje esta Casa ainda tem outras Comissões. Mas eu queria agradecer muitíssimo ao Professor Raimundo. Leve o nosso abraço e com essas mudanças hoje eu acho que nós atenuamos também um pouquinho o projeto. Então, a sua vinda já propiciou a que nós melhorássemos o projeto.

Muito obrigada. Está encerrada esta Audiência Pública.

Sessão encerrada às 11h33.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE SETEMBRO DE 2009.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia oito de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência Eventual do Senador Sérgio Zambiasi e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Wellington Salgado de Oliveira, Francisco Dornelles, Marco Maciel, Adelmir Santana, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Pedro Simon, Marconi Perillo e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Marina Silva, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Alvaro Dias, Cícero Lucena e Marisa Serrano. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 008, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que "Concede isenção da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) às instituições de ensino e pesquisa privadas". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido, é aprovado. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, passa a Presidência ao Senador Marco Maciel. **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 094, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "Vincula as empresas de transmissão, comércio atacadista e distribuição de energia elétrica ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e ao Serviço Social do Comércio (SESC), atribuindo-lhes o recebimento das contribuições compulsórias calculadas sobre o montante da remuneração paga aos empregados". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer é pela rejeição. É concedida vista ao Senador Paulo Paim, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2009,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomanno, que "Acrescenta dispositivo ao art. 158 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória aprendizagem noturna". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para ampliar o limite de dedução dos gastos com educação da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física". O relator designado,

ad hoc, é o Senador Adelmir Santana e o parecer favorável é aprovado, com voto contrário do Senador Cristovam Buarque. **Item 022: Requerimento nº 33/09–CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Adelmir Santana e Kátia Abreu, que requerem "...nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com a finalidade de analisar e discutir o motivo pelo qual as escolas localizadas na área rural não são submetidas às avaliações aplicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/Ministério da Educação – MEC, no tocante à avaliação da Prova Brasil, acarretando, conseqüentemente, distorções no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, na medida em que a média de desempenho da Prova Brasil é um dos subsídios para o cálculo do Índice. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: Professor Reynaldo Fernandes, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep-MEC; Professora Maria Auxiliadora Seabra Rezende, Secretária de Estado da Educação e Cultura de Tocantins e Presidente (Região Norte) do Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSED; Professor Carlos Eduardo Sanches, Presidente da União Nacional do Dirigentes Municipais de Educação-UNDIME; Professora Maria do Carmo Brant Carvalho - SUPERINTENDENTE do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC - São Paulo". O Requerimento é aprovado. Neste momento, o Senador Adelmir Santana requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 30/09-CE,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Kátia Abreu e Adelmir Santana, que requerem "...nos termos regimentais, e, em aditamento ao Requerimento nº 30/2009-CE, de autoria minha autoria, seja acrescentado à lista de convidados os nomes abaixo relacionados para participar de audiência pública, com a finalidade de analisar e discutir o problema do descredenciamento dos cursos à distância oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS: Josi Nunes, deputada estadual e líder do Governo na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins; Marcello Lelis, deputado estadual e líder da Oposição na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Cristovam Buarque requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de 2 (dois) Requerimentos, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 34/09-CE,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, Rosalba Ciarlini e Flávio Arns, que "De acordo com o que preceitua os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para discutir o tema 'Primeira Infância e Cultura da Paz'". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 003: Aditamento nº 02 ao Requerimento nº 30/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Leomar Quintanilha e Cristovam Buarque, que requerem "... nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 30, de 2009, que propõe a realização de Audiência Pública para 'analisar e discutir o problema enfrentado por estudantes de graduação de todo o país, matriculados nos cursos à distância oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS, cujos cursos foram descredenciamento junto ao Ministério da Educação – MEC, e quais soluções para resolver o impasse', aprovado por esta Comissão em 25 de agosto de 2009, para que seja incluída entre os convidados da Audiência Pública a Excelentíssima Deputada Federal Nilmar Ruiz (DEM-TO), Vice-Presidente da Frente Parlamentar de Apoio à Educação a Distância da Câmara dos Deputados". O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do relator. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 054, de 2007; Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 585, de 2007; Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2008; Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 048, de 2008; Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2008; Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 726, de 2007; Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2008; Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 050, de 2009; Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 040, de 2009; Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 010, de 2009; Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2008; Item 016: Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2008; Item 017: Projeto de Lei da Câmara nº 058, de 2009; Item 018: Projeto de Lei da Câmara nº 026, de 2009; Item 019: Projeto de Lei do Senado nº 027, de 2008; Item 020: Requerimento,** de autoria da Senadora Marisa Serrano e **Item 021: Requerimento,** de autoria do Senador José Nery**.** O Senhor Presidente Eventual, Senador Marco Maciel, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será

assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Marco Maciel,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovadas.

Vamos passar imediatamente à Ordem do Dia e vamos colocar em apreciação os Itens Não Terminativos com os Relatores presentes.

O primeiro item, com Relator presente, o Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 08, de 2007: "Concede isenção da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) às instituições de ensino e pesquisa privados". A autoria é do Senador Francisco Dornelles. A relatoria é do Senador Marco Maciel, a quem passamos a palavra.

Item 8, Não Terminativo, pág. 88. A matéria será Terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, ilustre Senador Sérgio Zambiasi, que preside a presente Reunião, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Conforme foi anunciado, eu vou relatar Projeto que dispõe sobre concessão de isenção de Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) às instituições de ensino superior e pesquisas privadas.

O Projeto de Lei nº 08, de 2007, de iniciativa do nobre Senador Francisco Dornelles, tem por objetivo, como enuncia a Ementa, isentar as instituições educacionais privadas de ensino e pesquisa da taxação da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), com o intuito de promover a educação nacional. Conforme a proposição, essa isenção está vinculada à finalidade não lucrativa da instituição, à aplicação no Brasil dos recursos assim auferidos, à manutenção da escrituração de receitas e despesas em livros contábeis fidedignos, à destinação do patrimônio institucional a outra entidade comunitária, filantrópica ou confessional ou ao Poder Público no caso de encerramento das atividades. Há previsão de suspensão do benefício caso a entidade descumpra essas determinações. A iniciativa intenta que a Lei a ser criada entra em vigor na data da sua publicação. Acrescente-se que a cláusula de vigência da norma foi fixada de modo que se promova as alterações necessárias nas Leis de cunho orçamentário. O PLS em tela foi distribuído a essa Comissão de acordo com despacho da Mesa e será Terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos, a CAE. Não foram, observe-se, oferecidas Emendas à proposição.

Análise. De acordo com a Constituição Federal, a educação deve ser promovida e incentivada com a colaboração de toda a sociedade. As instituições de ensino e educação privada realizam atividades próprias do Estado, isto é, caso não existissem o Estado deveria arcar com todos os custos do ensino e da pesquisa por elas devolvido. No entanto, o sistema de ensino superior já conta com isenção promovida pelo Programa Universidade para Todos (ProUni). A Medida Provisória nº 213, de 2004, no seu art. 8º, inciso III, garante que a instituição que aderir ao ProUni ficará isenta da COFINS no período de vigência do termo de adesão. Garante, ainda, que tal isenção recairá sobre a receita auferida decorrentes da realização de atividades de ensino superior, proveniente de curso de graduação ou cursos sequências de formação específicA. Também a Instrução Normativa SRF nº 456, de 2004, dispõe sobre a isenção do Imposto de Renda e de contribuições aplicáveis às instituições que aderirem ao ProUni. O seu art. 1º dispõe que a instituição privada de ensino superior com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente que aderir ao ProUni nos termos do art. 5º, da Medida Provisória nº 213, de 2004, ficará isenta da COFINS no período de vigência do termo de adesão. No mesmo sentido, finalmente, vale mencionar como reforço que a Lei 11.096, de 2005, que instituiu o ProUni, em seu art. 8º isenta da COFINS o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e a da Contribuição para o Programa de Integração Social a instituição que aderir ao ProUni. Parece descabida, Sr. Presidente, a inclusão de entidades tipificadas como de pesquisa no rol daquelas alcançadas pelas isenções consideradas, exceção fundamentalmente no plano educativo às universidades e outras instituições de ensino superior de menor porte, já atingidas com isenção ao participarem do ProUni. Por outro lado, é desejável que as entidades da educação básica que preencham os requisitos instituídos pelo Projeto sejam igualmente alcançadas pelo benefício. Dever-se-ia dar igual prerrogativas às entidades que se dediquem à educação básica nas condições listadas no Projeto. Deve ser mencionado, ainda, que a cobrança da COFINS implica em aumento das mensalidades escolares, atingindo financeiramen-

te um segmento da sociedade que, muitas vezes, não têm acesso à escola pública.

Voto. Em vista do exposto, Sr. Presidente Senador Zambiasi, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2007, na forma do seguinte: "Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2007 - Substitutivo: Ementa: Concede isenção da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) às instituições da educação básica privadas. O Congresso Nacional decreta..." O texto do Projeto é curto, por isso vou lê-lo na íntegra. "Art. 1º. Ficarão isentas da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) as entidades privadas sem fins lucrativos que ofereçam educação básica, desde que quadrados no art. 213 da Constituição Federal e no art. 20 da Lei 9.394, de 1996; § único. A isenção de que trata o *caput* desse artigo aplicar-se-á somente às receitas relacionadas com as finalidades essenciais das entidades nele mencionadas; Art. 2º. A entidade que descumprir no disposto o art. 1º, terá o benefício suspenso pela autoridade competente; Art. 3º. O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento dos arts. 5º, inciso II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nessa Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o Projeto de Lei Orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei, bem como fará constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos à aludida renúncia; Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação; § único. Os benefícios de que trata esta Lei só produzirão efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 3º". Este, portanto, é o Projeto, Sr. Presidente, e o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Marco Maciel, apresentando o seu relatório com Substitutivo. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Senadores que concordarem permaneçam como se encontram. Está aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, para discutir a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Nós acabamos de votar, Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então para comentar o voto da maioria.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Concedo a palavra para comentar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu queria de forma muito rápida dizer que toda vez que um Projeto, por mais meritório que seja, fala em retirar dinheiro da seguridade, eu me lembro de saúde, assistência e previdência. Mas como eu insisto muito, Sr. Presidente, apesar de alguns insistirem ao contrário, de dizer que a nossa Previdência é superavitária, eu vou ser favorável porque entendo que a Previdência é superavitária, ao contrário do que alguns que dizem que a Previdência é deficitária, mas numa hora dessas, em outros momentos como esses, sempre concordam em retirar parte do dinheiro do COFINS, leia-se ali que é uma contribuição que vai para a Assistência e a Previdência. Então eu quero dizer que eu sou totalmente favorável porque tenho uma visão ao contrário dos pessimistas, daqueles que dizem que a nossa Previdência é deficitária. A nossa Previdência é superavitária e como eu penso que ela a longo prazo pode ser mais superavitária, é por isso que eu apresentei uma PEC, um Projeto de Lei para que parte do dinheiro do pré-sal, que não veio no Projeto original do Governo, vá também para a Previdência. Meus cumprimentos ao Senador Marco Maciel e, também, ao Senador Dornelles, que é o autor do Projeto. Eu reafirmo: eu só sou favorável porque sei que a Previdência é superavitária.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Paulo Paim. Eu solicito ao Senador Marco Maciel que assuma a presidência dessa Sessão, tendo em vista uma visita importante ao gabinete, são quarenta gaúchos e gaúchas que estão lá e posteriormente estarão também visitando o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu até encontrei-os no caminho, mas iam visitar o senhor, eu só dei um abraço de carona na sua visita.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Então eles já se anteciparam. Eu agradeço a disposição do Senador Marco Maciel de assumir a presidência da Comissão, já anunciando como próximo item da pauta o Item 4. Senador Marco Maciel.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Srs. Senadores, conforme o Presidente Zambiasi teve a oportunidade anunciar, o item que vamos apreciar agora diz respeito ao Projeto de Lei nº 94, de 2009, cuja Ementa é a seguinte: "Vincula as empresas de transmissão, comércio atacadista e distribuição de energia elétrica ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e ao Serviço Social do Comércio (SESC), atribuindo-lhes o recebimento das contribuições compulsórias, calculadas sobre o

montante da remuneração paga aos empregados". A autoria é do nobre Senador Adelmir Santana, que está presente. A relatoria é do Senador Eduardo Azeredo e o Parecer é pela rejeição. Observação: a matéria é Terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. Eu concedo, pois, a palavra ao Relator da matéria, o nobre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente Senador Marco Maciel, Srs. Senadores. Conforme já lido na Ementa, esse Projeto busca alterar a questão das empresas de transmissão, comércio atacadista e distribuição de energia elétrica, que hoje são vinculadas ao SESI e passariam para a área do SESC.

Evidentemente que a competência para emitir juízo sobre o mérito existe, a proposição cuida da distribuição de receitas parafiscais destinadas ao Sistema "S", um conjunto de entidades históricas e tradicionalmente envolvidas com a oferta de serviços educacionais para os trabalhadores brasileiros. Particularmente a mudança promove uma realocação de serviço no âmbito do sistema, para fazer valer, como sustenta o autor, a premissa de que a repartição dos recursos deve ser feita de acordo com a natureza da atividade empresarial exercida pelo contribuinte. A lógica da sistemática é que as empresas industriais contribuam para o SENAI e o SESI, ao passo que as empresas comerciais o façam para o SENAC e o SESC.

Sem nos estender no mérito da segregação das empresas geradoras e distribuidoras de energia por meio de sua classificação em atividades econômicas distintas, entendemos que a mudança, na melhor das hipóteses, não alteraria a oferta de oportunidades educacionais para os trabalhadores do País. Entretanto, sob a ótica que leva em conta as dificuldades de adaptação a mudanças, a transferência de recursos proposta ocasionaria uma reestruturação do Sistema "S", que até ser consolidada causaria danos aos endividados do segmento associados à indústria. E esses, registre-se, têm um trabalho não desprezível de forte de educação básica regular, hoje essencial à qualificação dos trabalhadores para a economia do conhecimento.

Por fim, cumpre-nos registrar que o Brasil se preocupa com a retratação com fidedignidade da sua estrutura produtiva, de modo inclusive a torná-la comparável a de outros países. A propósito, a comparabilidade internacional tem sido crescentemente apontada como compromisso firmado pelos países filiados à ONU. A par disso, desde 1994, o País adota a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, constantemente atualizada por técnicos de quinze Ministérios e órgãos das três esferas governamentais, tendo à frente o IBGE. A CNAE, vale salientar, segue o padrão da *International Standard Industrial Classification*, desenvolvida pela Divisão de Estatísticas da Organização das Nações Unidas, com a primeira versão de 1948 e a última de 2007. As revisões nas classificações são necessárias por conta do surgimento de novas atividades. Esse foi o caso, entre outros, das atividades ligadas à informação e comunicação, que ganharam seção específica na versão atual da CNAE. Só para se ter uma ideia da importância, vale lembrar o que IBGE utiliza, tendo como fonte a Relação de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do trabalho e do Emprego como base para as suas pesquisas econômicas. A Receita Federal, por sua vez, utiliza informações do IBGE em estudos setoriais e na mesma linha a Agência Nacional de Vigilância Sanitária adota também a CNAE em seus cadastros. Para as Prefeituras Municipais, também o uso desta mesma Classificação Nacional de Atividades Econômicas tem sido fundamental no zoneamento urbano.

Desse modo, uma vez que a definição aviltada se situa em outra instância, a matéria não está sujeita à competência legislativa do Senado Federal. A competência privativa conferida à União para dispor sobre energia, nos termos do art. 22, § 4º, da Constituição Federal, deve ser entendida como tratamento estratégico a ser dado ao tema pelo País. Nessa perspectiva, talvez fosse muito mais oportuno destinar recursos a pesquisas de fontes em alternativas e não À preparação de pessoal para a comercialização desse bem. A par disso, é forçoso apontar a inadequação da espécie legislativa e a falta de mérito educacional da matéria.

Diante do exposto, apesar da boa intenção de transferir os recursos da área da indústria para a do comércio, o Voto, no mérito, é pela rejeição.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Como ouvimos do Senador Eduardo Azeredo, Relator da proposição, o Voto de S. Exª. é pela rejeição. Concedo a palavra ao nobre Senador Adelmir Santana, que, aliás, é autor da proposição.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Naturalmente que houve uma evolução nesses últimos anos nessa questão do sistema elétrico, com a própria criação da agência reguladora, que define claramente que hoje a energia, ela passa por uma série de fases, não é apenas a indústria que produz. Há empresas que fazem a distribuição, portanto, são atacadistas, inclusive vendem no mercado energia sob a forma de atacado, há empresas de distribuição, de comercialização de energia. Portanto, eu não estou nessa proposição fugindo do que define o CNAE e o

que define a própria agência reguladora, enfim, todo esse processo que foi objeto após a Constituição de 1988, essas modificações. No passado, as produtoras de energia que tinham as hidroelétricas produziam e integravam essa energia. Não havia comercialização através nem de distribuidores e nem de empresas de comercialização. O que nós estamos querendo nos ater, sem prejuízo para a formação profissional e para a assistência ao trabalhador, é uma adequação daquilo que é comércio e serviços e daquilo que é indústria. Então o nosso Projeto tem por objetivo alocar os recursos na exata proporção: da indústria, que seja da indústria; do comércio e de serviços, que seja do comércio e de serviços.

Então eu lamento profundamente que o Parecer do nobre Relator Azeredo seja pelo arquivamento do Projeto, uma vez que o Projeto ainda passará por outras Comissões, inclusive numa Comissão onde será Terminativa. Eu fico entristecido com esse relatório e faço um apelo ao Senador Azeredo para que a gente discuta isso. Na verdade, nós temos uma série de questões que foram alteradas através do processo regulatório na área de energia, na produção, na comercialização e na própria distribuição. Então há um arcabouço tanto nas Leis que regulam a distribuição dos recursos do Sistema "S", e distribuição e comercialização estão amplamente vinculados à área de comércio e serviços e não à área industrial.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, com a palavra o nobre Senador Paulo Paim, da representação do Rio Grande do Sul.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acompanho com muito carinho todo o tema que trata do Sistema "S", até pela minha vinculação ao próprio SENAI, que foi a base de toda a minha formação. Claro que acompanho e tenho enorme carinho também pelo SESC, pelo SESI, SENAC, enfim, todo o Sistema "S". Devido a isso, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista ao Projeto para olhar de forma mais detalhada essa questão, mas com certeza o meu Parecer, pedindo Vista, será sempre na linha de fortalecer o conjunto do Sistema "S". Já tivemos outras polêmicas aqui sobre o "S" para a saúde, o "S" para o turismo, mas, enfim, eu sei que o objetivo final de todos é fortalecer a importância, principalmente eu diria do ensino técnico com o olhar dado a partir do Sistema "S". Então devido a isso, como eu não li ainda o Projeto, eu peço Vista a V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O nobre Senador Paulo Paim acaba de pedir Vista do Projeto em análise, razão pela qual eu vou tirá-lo de pauta para que também nesse intertempo o nobre autor da proposição possa, quem sabe, fazer até alterações à proposição que apresentou.

Então vamos passar agora ao Item 9, que diz respeito ao Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2009, cuja Emenda é a seguinte: "Acrescenta dispositivo ao art. 158, da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar obrigatória a aprendizagem noturna". A autoria é do Deputado Celso Russomanno. A relatoria é do Senador Paulo Paim, cujo Parecer é favorável. Observo que a matéria é Terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Concedo, pois, a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, que relatará o Projeto de Lei em discussão e que é oriundo da Câmara dos Deputados.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu relato com muita satisfação o Projeto do Deputado Celso Russomanno, sem nenhuma alteração. O Deputado Celso Russomanno, Sr. Presidente, é daqueles parlamentares que têm lá na Câmara feito de tudo para que as iniciativas dos Senadores também sejam votadas, claro, naturalmente, olhando a importância de cada Projeto.

Eu li com carinho a proposta do Deputado Celso Russomanno e o relatório, que é pela aprovação, é o seguinte: O Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2009 (1.015 na Casa de origem, 2007), propõe acrescentar novo parágrafo ao art. 158 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para determinar que parte do aprendizado do candidato à Carteira Nacional de Habilitação deve ser feita à noite, cabendo ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) a fixação de uma carga horária mínima correspondente às aulas noturnas.

O autor da proposição argumenta que a responsabilidade pela maioria dos acidentes de trânsito cabe ao condutor, sendo secundária as causas relacionadas às condições da via ou do veículo. Por essa razão, preconiza o aperfeiçoamento do processo de formação do motorista, assegurando experiência prévia nas mais diversas situações que compõem a rotina dos motoristas, entre os quais se destaca, por sua peculiaridade, o trânsito noturno. Na Câmara dos Deputados o Projeto foi aprovado nas Comissões de Viação e Transporte e Constituição, Justiça e cidadania. No Senado Federal a proposta foi distribuída às Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão Terminativa. Não foram oferecidas Emendas.

Compete a essa Comissão analisar a proposição sob aspectos gerais de educação e de formação do aperfeiçoamento de recursos humanos. Trata-se de proposta que merece todo o nosso apoio, uma vez que visa o aprimoramento da formação do motorista, o que de fato fortalece a condução de veículos à noite,

guarda especificidades que não podem ser assimiladas apenas com a instrução teórica ou com aulas de direção diurnas. Para enfrentar o trânsito noturno é preciso que o aprendiz tenha vivenciado, na prática, peculiaridades tais como a diminuição da visibilidade, o efeito dos faróis dos veículos e da sinalização refletiva nas vias, entre outras circunstâncias. A iniciativa é, portanto, meritória, e certamente trará benefícios para a qualidade do trânsito e para a redução dos acidentes de modo geral.

Voto. Pelo exposto, Sr. Presidente, somos pela aprovação do Projeto da forma que veio da Câmara, Projeto 113, de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O nobre Relator Senador Paulo Paim acaba de proferir Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2009, cuja autoria é do Deputado Celso Russomanno e que foi relatado por S. Exª., o Senador Paulo Paim. Em discussão a proposição. Não havendo quem queira discuti-la, vou encerrar a discussão. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram. Aprovada a proposição, que vai agora ser remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Na referida Comissão ela terá, portanto, o seu Parecer Terminativo.

Passemos agora ao Item 7.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, antes de entrarmos no Item 7, têm dois requerimentos aí da Senadora Kátia Abreu que eu sou inclusive coadjuvante com ela na assinatura, um que trata das escolas localizadas em área rural e outro de aditamento de requerimento. Eu queria que o senhor colocasse esses requerimentos extrapauta para a gente ainda votar hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Vamos incluir na pauta os requerimentos.

O Item 7, o Projeto é de autoria do Senador Raimundo Colombo e tem como Relator o Senador Gilberto Goellner. A Ementa é a seguinte: "Altera a Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para ampliar o limite de dedução com gastos com a educação da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física". A matéria será Terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos votar o requerimento. As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo, queiram permanecer como se encontram. Está aprovado.

Agora vamos apreciar o outro requerimento, inclusão extrapauta. Esse será votado após a votação desse item.

Trata-se de requerimento da nobre Senadora Kátia Abreu, requerendo, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 30, de 2009, da Comissão de Educação, de autoria da referida Senadora, seja acrescentado à lista de convidados os nomes abaixo relacionados para participarem de Audiência Pública com a finalidade de analisar e discutir o problema do descredenciamento dos cursos à distância oferecidos pela Universidade do Tocantins (UNITINS). Ela sugere os seguintes nomes: Josi Nunes, Deputada Estadual e Líder do Governo na Assembléia do Tocantins; Marcelo Lelis, Deputado Estadual e Líder da Oposição na Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins. Esse requerimento será votado após a Ordem do Dia.

Concedo, portanto, agora, a palavra ao nobre Senador Adelmir Santana, que vou designá-lo como Relator *Ad-hoc*, para que ele possa então, em substituição ao Senador Gilberto Goellner, que aliás abriu mão da relatoria, para que possa então relatar a referida proposição.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Como diz a própria Ementa, trata-se do Projeto de Lei nº 145, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que amplia o limite de dedução de gastos com a educação de base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Física, estabelecendo, ademais, o limite normal individual de R$ 5.700,00 a partir do Ano de Calendário 2010. Após a análise dessa Comissão, onde não recebeu Emendas no prazo regimental, a matéria ainda será apreciada em decisão Terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos.

A primeira análise a se fazer no intuito de avaliarmos o conteúdo do presente Projeto, diz respeito às lacunas do Estado no provimento da educação pública e de qualidade aos brasileiros. Ainda que a educação tenha se universalizado no Brasil no curso dos últimos anos, há que se reconhecer que extratos importantes da classe média optam pela escola privada, sobretudo em razão da má qualidade de boa parte do ensino público em nosso País. Isso tem sido objeto, inclusive, de discussão aqui no Senado, nesta Comissão e no Plenário, inclusive com um Projeto do Senador Cristovam Buarque obrigando aos filhos de parlamentares e servidores graduados que façam a opção pela escola pública, objetivando melhorá-la no futuro, a prazo relativamente longo, para melhorar a escola pública no País. Ressalte-se, ademais, que a medida é de justiça lutarmos politicamente por níveis aceitáveis da arrecadação tributária, bem abaixo dos atuais patamares, que convertem o Brasil em praticamente um país escandinavo do ponto de vista do alto volume da arrecadação fiscal, porém, com mazelas dos Estados menos desenvolvidos no globo, muito em

razão da crônica ineficiência governamental na boa alocação de recursos em prol da sociedade.

O Voto, em vista do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2009, Sr. Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Qual é o número?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Item 7. Esse é o Voto, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sras. e Srs. Senadores, o voto do Senador Adelmir Santana é pela aprovação da proposição, isto é, o Item 7, e a matéria será terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Agora passo a fazer a leitura de requerimento subscrito pelo Senador Adelmir Santana, requerendo nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública, perante esta douta Comissão, com a finalidade de analisar e discutir o motivo pelo qual as escolas localizadas na área rural não são submetidas às avaliações aplicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/Ministério da Educação/MEC), no tocante à avaliação da Prova Brasil, acarretando, consequentemente, distorções no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), na medida em que a média de desempenho da Prova Brasil é um dos subsídios para o cálculo do índice. Na oportunidade apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente Audiência Pública as seguintes pessoas: Professor Reinaldo Fernandes, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Como todos nós sabemos, é uma instituição que tem mais de quarenta anos; Professora Maria Auxiliadora Seabra Rezende, Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Estado de Tocantins e Presidente da Região Norte do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); Professor Carlos Eduardo Sanches, Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); e, finalmente, a Professora Maria do Carmo Branco Carvalho, Superintendente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC/SP). Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, vou encerrar a discussão. Em votação. Aprovado o requerimento apresentado pelo nobre Senador Adelmir Santana, mas também subscrito pela nobre Senadora Kátia Abreu.

Agora vou submeter a votos o Item 7, que acaba de ser relatado pelo Senador Adelmir Santana.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Os Srs. Senadores que estiverem de acordo--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria de comentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, apesar de eu entender a boa intenção desse Projeto, me assusta, Senador Adelmir, que a gente continue tirando dinheiro do setor público para financiar as escolas onde nossos filhos estudam. Hoje já deve estar em torno de R$ 2.300,00 o desconto por dependente. Com as camadas pobres nós gastamos R$ 1.400,00, inclusive houve uma queda agora na contribuição do Governo Federal para as escolas públicas. Me incomoda votar o aumento dos recursos públicos para financiar a educação das camadas que pagam Imposto de Renda em um valor muito maior do que aquele que nós usamos, com recursos públicos, para as escolas onde estudam os filhos do povo.

É nesse sentido que eu quero apenas manifestar que eu não me sinto a vontade de votar a favor, Senador Adelmir, por ele, mas apenas ficar registrado que eu não me sinto a vontade de votar a favor. Isso não quer dizer que o Projeto não seja aprovado, que tenha minoria, mas eu quero deixar marcada essa preocupação. Nós estamos aumentando a contribuição pública à educação das parcelas superiores de renda da sociedade, enquanto não aumentamos a contribuição pública para as escolas da população em geral desse País.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, só para esclarecer. O Projeto é do Senador Raimundo Colombo--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): --e eu sou apenas aqui o Relator *Ad-hoc*.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O leitor, é verdade.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Então para não ficar a impressão de que eu sou divergente com relação às posições do Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Entendi, é verdade.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Concordo e fiz inclusive citação do seu Projeto quando ele estabelece a obrigatoriedade dos filhos de homens públicos frequentarem as escolas públicas, objetivando naturalmente a sua melhoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então em votação. A matéria é aprovada

com Voto divergente do nobre Senador Cristovam Buarque.

Quero acrescentar ao requerimento da Senadora Kátia Abreu, subscrito também pelo Senador Adelmir Santana, nos seguintes termos: "Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento 30, de 2009 - Comissão de Educação, de minha autoria, seja acrescentado à lista de convidados os nomes abaixo relacionados para participarem da Audiência Pública com a finalidade de analisar e discutir o problema do descredenciamento dos cursos à distância oferecidos pela Fundação Universidade de Tocantins (UNITINS). Aliás, os nomes já foram lidos: Josi Nunes, Deputada Estadual e Líder do Governo na Assembléia Legislativa do Tocantins; Marcelo Lelis, Deputado Estadual e Líder da Oposição na Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins". Em votação. Não havendo quem queira discutir, vou encerrar a discussão. Submeto a votos. As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero apresentar, Sr. Presidente, dois requerimentos de outros Senadores, mas que não estão presentes, que eu subscrevi ambos os requerimentos. Mas, para isso, eu precisava da autorização para eles entrarem extrapauta. Eu estou pedindo isso em nome da Senadora Rosalba Ciarlini e em nome do Senador Leomar Quintanilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Tendo em vista as proposições apresentadas pelo Senador Cristovam Buarque, eu vou lê-las.

O primeiro é um requerimento da CE assinado pela Senadora Rosalba Ciarlini, o Cristovam Buarque e o Senador Flávio Arns, que, aliás, é o Presidente da Comissão. O requerimento é o seguinte: "De acordo com o que preceitua os arts. 90, incisos II e V, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para discutir o tema 'Primeira Infância e Cultura da Paz'". A justificativa é a seguinte: esta Comissão vem realizando nos últimos anos debates sobre a primeira infância que tiveram como objetivo sensibilizar e conscientizar a sociedade no sentido de dedicar maior atenção à primeira infância, tendo em vista que essa é uma fase primordial na construção do ser humano, para a formação de um indivíduo apto à convivência social e à cultura da paz. Esta Audiência Pública está inserida na programação da Segunda Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, organizado pelo Senado Federal e que se realizará entre 27 e 30 de outubro vindouro, apoiada por esta Comissão. Senador Rosalba Ciarlini, Senador Cristovam Buarque, Senador Flávio Arns.

O outro requerimento é um aditamento ao Requerimento nº 30, de 2009. "Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento 30, de 2009, que propõe a realização de Audiência Pública para 'Analisar e discutir o problema enfrentado por estudantes de graduação de todo o País matriculados nos cursos à distância oferecidos pela Fundação Universidade de Tocantins (UNITINS), cujos cursos foram descredenciados junto ao Ministério da Educação (MEC) e quais soluções para resolver o impasse, aprovado por esta Comissão em 25 de agosto de 2009, para que seja incluída entre os convidados da Audiência Pública a Exma. Deputada Federal Nilmar Ruiz, de Tocantins, Vice-Presidente da Frente Parlamentar de Apoio à Educação à Distância da Câmara dos Deputados". Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado o aditamento ao Requerimento nº 30, de 2009.

Voto agora o requerimento que foi anteriormente lido. Não havendo quem queira discutir, eu ponho em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente Reunião, convocando a próxima para a próxima terça-feira, às onze horas, que aliás é justamente o período designado pelo Regimento para que a Comissão de Educação se reúna. Está encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às12h06.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia nove de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Efraim Morais e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam

de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Marina Silva, Expedito Júnior, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Romeu Tuma e Cristovam Buarque. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 04/09-CE, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide e Inácio Arruda, que tem como objetivo discutir **"A Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia"**. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do ex-Senador Amir Lando (PMDB-RO); Senhor Adamor Trindade Ferreira, Diretor de Assuntos de Aposentadoria do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – SINASEFE e Senhor Carlos Roberto Martins, Coordenador-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – SINASEFE. Dando prosseguimento à Audiência comparecem como expositores, o Senhor Paulo César Pereira, Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás; Senhora Tânia Maria Barbosa Guerra, Diretora do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – SINASEFE e Senhor Luiz Augusto Caldas Pereira, Diretor de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - SETEC/MEC. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Inácio Arruda e Fátima Cleide – autores do Requerimento, Roberto Cavalcanti e Augusto Botelho. Neste momento, o Senador Augusto Botelho requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 35/09-CE,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que requer "...nos termos do artigo 154, III, § 5º combinado com o art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Solene Especial do Senado Federal, no dia 15 de setembro de 2009, destinada a comemorar o Centenário da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, composta pelos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs), Institutos Federais de Educação, entre outras instituições de educação profissional". O Requerimento é aprovado. Antes de encerrar a Audiência o Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, faz a leitura dos comunicados que se seguem: **Comunicado 01:** "Conforme anunciado no dia 25 de agosto de 2009, relembro os Senhores (as) Senadores (as) que amanhã, dia 10 de setembro de 2009, a partir das 14hs, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, será realizado o II Fórum Legislativo nas Cidades-Sedes da Copa de 2014". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 02:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) a realização do III Fórum Legislativo nas Cidades-Sedes da Copa de 2014, apoiado por esta Comissão e organizado pela Comissão de Turismo e Desporto (CTD) da Câmara dos Deputados em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) desta Casa. Este Fórum será o terceiro dos 12 (doze) encontros programados pelo Projeto 'O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014', a ser realizado nos Estados-Sedes da Copa, no período de agosto a novembro de 2009. O evento ocorrerá dia 14 de setembro do corrente, segunda-feira, a partir das 14 horas, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite com a programação poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2009.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia quinze de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Expedito Júnior, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Raimundo Co-

lombo, Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Osvaldo Sobrinho, Efraim Morais, Eliseu Resende, Papaléo Paes, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino, Cícero Lucena, Romeu Tuma e Cristovam Buarque. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, a Presidência submete ao Plenário a sugestão de encaminhar expediente ao Presidente do Senado Federal, Senhor Senador José Sarney, solicitando que as sessões solenes da Casa sejam agendadas às segundas e sextas-feiras, evitando a concomitância com os trabalhos das Comissões, que reúnem-se regimentalmente de terça a quinta-feira, afim de que os trabalhos destas não sejam prejudicados. O expediente contará com a assinatura, após consulta efetuada, de todos os Presidentes das Comissões Permanentes. A proposta é debatida e aprovada por unanimidade pelos Senadores presentes. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir a hipótese de remição de pena pelo estudo", tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que "Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal -, para introduzir a remição da pena pelo estudo", e em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2008,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), de forma a tornar a educação o eixo primordial da ressocialização de presos e internados". O relator designado é o Senador Expedito Júnior e o parecer é favorável ao PLS nº 265, de 2006, na forma do substitutivo oferecido, prejudicando a emenda nº 01-CE (apresentada ao presente projeto) e pela prejudicialidade dos PLS nº 164, de 2007 e PLS nº 230, de 2008, que tramitam em conjunto. É concedida vista ao Senador Roberto Cavalcanti, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador João Tenório, que "Cria programa de Crédito Educativo para estudantes de Pós-graduação". A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação da relatora. A Presidência retorna à ordem original da pauta, uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento, o Senador Augusto Botelho requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para a deliberação do item 010, o que é aprovado. **Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 726, de 2007,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que "Altera o nome do Aeroporto Internacional de Boa Vista, no Estado de Roraima". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer é pela prejudicialidade. A declaração de prejudicialidade (nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal) é aprovada por 14 (quatorze) votos. **Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Marina Silva, que "O 'Aeroporto Internacional Presidente Médici' passa a se chamar 'Aeroporto Internacional Chico Mendes'". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do relator. Logo após, a Presidência dá início a votação das proposições a serem deliberadas em bloco, conforme disposto na Decisão nº 01/09-CE. **Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marco Maciel, que "Denomina 'Rodovia Senador José Coelho' o trecho da rodovia BR-407 compreendido entre as localidades de Petrolina e Afrânio, no Estado de Pernambuco". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 050, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que "Denomina Viaduto Henrique Santillo o viaduto localizado no entrocamento da BR-060 com a BR-153, no Município de Anápolis, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 040, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Inocêncio Oliveira, que "Dá denominação a viadutos da BR-232 localizados no perímetro urbano da cidade de Bezerros, no Estado de Pernambuco". O relator designado é a Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 010, de 2009**, de cará-

ter terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "Denomina 'Ferrovia Dorival Roriz Guedes Coelho' o trecho da Ferrovia Norte-Sul situado no Estado do Tocantins". O relator designado é o Senador Leomar Quintanilha e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 016: Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador João Pedro, que "Denomina Rodovia Francisco Nogueira o trecho da BR-319 compreendido entre a cidade de Manaus e o rio Tupunã, no Estado do Amazonas". A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 017: Projeto de Lei da Câmara nº 058, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Fernando Coruja, que "Altera a Lei nº 9.875, de 25 de novembro de 1999, para dar a denominação suplementar Rodovia Ulysses Guimarães - Trecho Carlos Joffre do Amaral ao trecho que menciona da Rodovia BR-282". O relator designado é o Senador Raimundo Colombo e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por 13 (treze) votos. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 054, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera a redação dos arts. 4º, 29, 30 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil". A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido e pela rejeição das duas emendas de autoria do Senador Flávio Arns. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação da relatora. **Item 019: Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre inclusão facultativa do ensino do Esperanto no ensino médio". O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários, dos Senadores Gerson Camata e Roberto Cavalcanti, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CE e 02-CE, aprovadas por 13 (treze) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários, dos Senadores Gerson Camata e Roberto Cavalcanti. **Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 048, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "Dispõe sobre a interrupção do estágio da estudante grávida". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido, é aprovado. **Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 076, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Inácio Arruda e outros, que "Dispõe sobre o Programa Especial de Treinamento - PET e dá outras providências". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer, pela prejudicialidade do projeto, é aprovado. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que "Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios às pessoas jurídicas que adquirirem livros técnicos-profissionalizantes relacionados ao respectivo objeto social da empresa e os distribuírem, gratuitamente, ao seu corpo funcional e à comunidade onde a empresa está localizada". O relator designado, ad hoc, é o Senador Raimundo Colombo e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CE, é aprovado, com voto contrário do Senador Eduardo Suplicy. **Item 018: Projeto de Lei da Câmara nº 026, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Fernando Coruja, que "Altera a Lei nº 9.875, de 25 de novembro de 1999, para dispor sobre a denominação suplementar Trecho José Paschoal Baggio do trecho que menciona da Rodovia BR-282". O relator designado é o Senador Raimundo Colombo e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CE, é aprovado. **Item 020: Requerimento nº 35/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Marisa Serrano e Augusto Botelho, que "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para debater sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado recentemente pelo Brasil. Deverão ser convidados para o debate os professores e os representantes das entidades nominadas a seguir, sem prejuízo da expedição de outros convites, a critério dos membros da CE: 1 – Professor Evanildo Bechara, representante da Academia Brasileira de Letras (ABL); 2 – Professor Ernani Pimentel, representante brasileiro na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); 3 – Representante da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); 4 – Representante do Conselho Nacional de Educação (CNE); 5 – Jornalista Mauricio Azedo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; e 6 – Professor Leodegário Amarante de Azevedo Filho, Presidente da Associação Brasileira de Filologia". O Requerimento é aprovado. Neste momento, a Presidência requer, oralmente, pela ordem, a inclusão extrapauta de 5 (cinco) Requerimentos e 2 (dois) Aditamentos, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 36/09–CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Cristovam Buar-

que, que requerem "...nos termos regimentais, a realização do Seminário "Dia e Semana Nacional da Leitura", a ser realizado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em parceria com o Instituto EcoFuturo, (vinculado ao Grupo Suzano Holding)". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 37/09-CE,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Fátima Cleide e Flávio Arns, que requerem "...nos termos regimentais, a realização de Seminário destinado a debater a inclusão e o respeito à diversidade nas escolas, abrangendo as seguintes questões: - étnico-racial; - orientação sexual; - sócio-econômica; - necessidades especiais e - gênero e territorialidade. Para uma abrangência e aprofundamento maior dos temas, sugiro que o seminário seja realizado em três sessões". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 003: Requerimento nº 38/09–CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Ideli Salvatti e Paulo Paim, que requerem "...nos termos regimentais, a realização de uma Conferência para debater o , que "Autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade Regional de Blumenau, mediante sua transformação na Universidade Federal de Blumenau" com a presença dos seguintes convidados, e com a possiblilidade de ser realizada em Blumenau - SC: 1) Representante do Ministério da Educação; 2) Reitor da FURB Fundação Universidade Regional de Blumenau, Professor Eduardo Deschamps; 3) Professor Valmor Schiochet, Representante do Movimento Pró Federalização da FURB; 4) Representante do IFET, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Blumenau; 5) Representante da Universidade Federal de Santa Catarina". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 004: Requerimento nº 39/09-CE,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Presidentes das Comissões Permanentes de Educação, Cultura e Esporte (CE); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Serviços de Infraestrutura (CI); Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que requerem "...nos termos do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), dia 12 de novembro de 2009, com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), Serviços de Infraestrutura (CI), Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) destinada a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com os seguintes convidados:Vincent Defourny – Representante da UNESCO do Brasil; Marco Antonio Raupp – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Jacob Palis Júnior – Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e Representante de renome da comunidade acadêmico-científica". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 005: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 31/09–CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Rosalba Ciarlini e Paulo Paim, que requerem "...nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 31/2009-CE, que propõe a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 698, de 2007, que "Cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física (PRONEI), dispõe sobre financiamento para construir e equipar unidades de ensino infantil, altera a lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências.", aprovado por esta Comissão em 1º de setembro de 2009, para que seja retirado o nome do Representante do Ministério das Cidades (visto que os questionamentos referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS serão contemplados com o convite feito ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE), incluindo o convidado Antônio Carlos Figueiredo Nardi, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS, uma vez que o Projeto de Lei atribui às Secretarias Municipais de Saúde papel relevante no desenvolvimento de atividades educativas e de fiscalização dos recursos investidos no PRONEI". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 006: Aditamento nº 03 ao Requerimento nº 30/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi e Paulo Paim, que requerem "Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 30, de 2009, que propõe a realização de Audiência Pública para "analisar e discutir o problema enfrentado por estudantes de graduação de todo o país, matriculados nos cursos à distância oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS, cujos cursos foram descredenciados junto ao Ministério da Educação – MEC, e quais soluções para resolver o impasse", aprovado por esta Comissão em 25 de agosto de 2009, para que seja incluído entre os convidados da Audiência Pública o Professor Joran Oliveira Barros Júnior, Representante dos docentes da Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS". O Requerimento é aprovado. **Item 022: Comunicados da Presidência: Comunicado 01**: "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad para a solenidade em

que o Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionará o Projeto de Lei que cria a Universidade Federal da Fronteira do Sul, a ser realizado no dia 15 de novembro, terça-feira do corrente, as 15h00, na sala de Audiências do Centro Cultural Banco do Brasil, Brasília. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 585, de 2007; Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2008; Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 072, de 2009; Item 021: Requerimento**, de autoria do Senador José Nery**.** O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e onze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e aprovação da mesma. Senadores e Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Eu quero, em primeiro lugar, ainda, destacar para o Plenário que já foi objeto de uma discussão em Reunião anterior desta Comissão o fato de as comissões, de uma maneira geral, enfrentarem muitas dificuldades com a concomitância de realização de sessões solenes no Plenário do Senado, nos mesmos horários das comissões.

Nós temos um agravante nas Comissões, porque os senadores e senadoras já são membros titulares e suplentes de várias comissões, isso dificulta bastante o andamento dos trabalhos.

E somado a isto, o fato de termos, no período da manhã, como acontece no dia de hoje, duas sessões solenes, o Dia Internacional da Democracia, o Dia do Administrador, que são eventos, dias e profissionais que merecem uma sessão solene, sem dúvida alguma, mas que dificulta o trabalho das comissões, porque os senadores e senadoras, naturalmente, têm que se dividir, além de se dividirem com as outras comissões, também tem que se dividir com o Plenário, através desta... deste dia, desta sessão solene.

Então, eu quero reforçar com os Senadores presentes, se todos concordam, e já falei com Presidentes de outras comissões, dos Presidentes de todas as comissões assinarmos um documento, enviando este documento ao Presidente do Senado Federal, fazendo um apelo para que as sessões solenes sejam realizadas às segundas, às sextas e, quando necessário, na hora do expediente, no período da tarde, das 14 às 16 horas, porque é impossível, assim, um conjunto de atividades grande acontecendo no Senado, e os senadores terem que se desdobrar nesse sentido.

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

Presidente Senador Flávio Arns, eu quero cumprimentá-lo pela iniciativa, acho que essa concomitância, essa coincidência de reuniões do Plenário com as comissões, dificulta enormemente o trabalho das comissões. E o trabalho da comissão, ele é extremamente importante, ele facilita, inclusive, o trabalho em Plenário posteriormente, ele desafoga o trabalho do Plenário, na medida em que nós, aqui, trabalhamos muitas matérias terminativamente.

Eu acho que vem em boa hora, e a Mesa da Casa, a Presidência do Senado, com a Mesa Diretora, deve realmente tomar uma providência, no sentido de delimitar esses espaços.

As comissões precisam ter tranquilidade para trabalhar; e tranquilidade significa ter *quórum*, ter os colegas aqui, para que a gente possa fazer o exame de toda as matérias e ter produção legislativa, que é uma cobrança permanente da própria sociedade.

Exatamente.

E aqui, na Comissão, que nós temos produção legislativa. Eu quero cumprimentá-lo pela iniciativa e dizer que nós estamos associados.

Espero que, hoje, esta semana já, se leve essa proposta para a Mesa Diretora do Senado.

Exato. Agradeço a V. Exa. e eu quero dizer - só acrescentando algo a minha explicação - que isto se refere não só às sessões solenes, mas também a iniciativas mais esporádicas, mas que acontecem, de termos Audiências Públicas no Plenário do Senado Federal também, no período da manhã. Então, isto também dificulta. Então, que a Audiência Pública possa ser feita ou às segundas ou às sextas feiras, ou no período da tarde, na hora do expediente.

Então, até quero contar com a concordância. Todos que concordarem com esta iniciativa de dialogarmos, como Presidentes de comissões, com o Senador José Sarney, para que se estude esta situação de dificuldades.

E nós estamos aqui, na verdade, apreciando projetos de senadores e senadoras, nº 1 da pauta é do Senador Cristovam Buarque, o nº 2 é do Senador Gilvam Borges, e isto acaba dificultando a aprovação

de projetos importantes, que têm, assim, o caráter terminativo nesta e em outras comissões.

Então, senadores, que estiverem de acordo com o encaminhamento, permaneçam como se encontram. Então, aprovado. Vamos enviar, organizar este documento, tomar, colher as assinaturas dos demais Presidentes que concordarem com a iniciativa, e fazermos as gestões junto à Mesa, para que, buscando a qualidade do trabalho, a celeridade, a presença dos senadores, inclusive fazer com que os senadores tenham mais tranquilidade de atuar, quando não têm, quando não existe tanta demanda em cima do trabalho, da presença dos Senadores.

Muito bem. Então, nós temos, na pauta, itens de natureza terminativa.

Os Itens 1 e 2 da pauta, os senadores relatores não se encontram presentes, mas são itens de natureza terminativa.

Passamos ao Item 3 da pauta, de natureza não terminativa, que é o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006, tramitando em conjunto com os PLSs... PLS nº 164/2007, PLS nº 230/2008. "*Altera os arts. 126, 129, e 130 da Lei nº 7. 210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para instituir a hipótese de remição de pena pelo estudo".* Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Expedito Júnior; Parecer: favorável, na forma do substitutivo oferecido, prejudicando a Emenda nº 1 da Comissão de Educação, apresentado o presente projeto, e pela prejudicialidade dos PLSs nº 164/2007 e PLS nº 230/2008, que tramitam em conjunto. A matéria é terminativa na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

Também o Projeto de Lei do Senado nº 164/2007, tramitando em conjunto com os PLSs nº 265/2006 e PLS nº 230/2008, "*Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para introduzir a remição da pena pelo estudo".* Autoria: Senador Aloizio Mercadante. A relatoria, também, Senador Expedito Júnior; Parecer: pela prejudicialidade do presente projeto, do PLS 230/2008 e favorável ao PLS 265/2006, na forma do substitutivo oferecido, prejudicando a Emenda nº 1 da Comissão de Educação, apresentada ao PLS 265/2006. A matéria é terminativa na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

E, finalmente, no Item 3, ainda, tudo isso se refere ao Item 3, Projeto de Lei do Senado nº 230/2008, tramitando em conjunto com os PLSs 265/2006 e PLS nº 164/2007, que "*Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, de forma a tornar a educação o eixo primordial da ressocialização de presos internados".* Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos. Relatoria: Senador Expedito Júnior; Parecer: pela prejudicialidade do presente projeto e do PLS nº 164/2007 e favorável ao PLS nº 265/2006, na forma do substitutivo oferecido, prejudicando a Emenda nº 1 da Comissão de Educação, apresentada ao PL nº 265/2006.

Extensa a coisa aqui.

Matéria terminativa na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

Então, para oferecer o relatório para este Item nº 3, passo a palavra ao Senador Expedito Júnior. Antes, porém, passando a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, pela ordem.

Presidente, eu não sei o momento, se é após a leitura do relatório ou antes, eu desejo pedir vistas a esse projeto.

Certo. Então V. Exa. poderá pedir vistas--

Eu não sei em que momento...

--após a leitura do relatório.

Muito obrigado.

Assim, nós já daremos o relatório como lido, será pedida vistas ao relatório. E é o que o regimento determina também.

Então, com a palavra o Senador Expedito Júnior.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Presidente Senador Flávio Arns, se eu pudesse acatar aqui os três projetos, certamente eu teria aqui acatado e teria dado o parecer favorável aos três projetos. São três projetos correlatos, são três projetos que foram apensados e que, por razões regimentais, o relatório aprova o projeto mais antigo, que é exatamente o projeto do Senador Cristovam Buarque. E, infelizmente, aí nós temos que rejeitar os demais.

Entretanto, o nosso relatório também, Sr. Presidente, apresenta um substitutivo que incorpora o que há de melhor nos três projetos, ou seja, nós pegamos os três projetos e tentamos construir um projeto. Eu sei que nós temos mais de dez páginas do nosso relatório, eu não vou ler aqui as mais de dez páginas. É regimental já o pedido de vistas do Senador Roberto, e eu entendo que... É importante até, que, de repente, contribua, inclusive, porque é um projeto bom e nós temos que aprovar projetos bons nesta Casa. Eu vou fazer o relatório.

Isto. Peço que V. Exa.,então, faça o relatório.

Os projetos abordam os seguintes aspectos. O do Senador Cristovam Buarque é o PLS 265, que nós estamos acatando, ele sugere atender a condenados no regime fechado ou semiaberto. O projeto do Senador Mercadante, que é o PLS 164, ele também é a mesma coisa, é a mesma sugestão. O PLS do Senador Jarbas, que é o 230, a educação passa a ser o eixo da ressocialização.

Ainda no projeto do Senador Cristovam Buarque, que, também, os dois praticamente fizeram iguais, tan-

to ele quanto o Senador Mercadante, "*o condenado poderá remir parte do tempo da pena pelo trabalho já previsto em lei ou pelo estudo*", que, no caso, seria uma inovação do projeto. Já o Senador Jarbas: "*é assegurado o direito de acesso à educação dos condenados com o oferecimento do ensino fundamental e médio*". Aqui, todos os três Senadores praticamente fazem a mesma propositura. A remição pelo trabalho continua sendo de um dia de pena para cada três dias de trabalho. Aqui, tanto o Senador Cristovam, quanto o Senador Mercadante, quanto o Senador Jarbas Vasconcelos, eles fazem o mesmo encaminhamento. A remição pelo estudo é de dois dias de pena para cada cinco dias do estudo; projeto do Senador Cristovam Buarque. Do Senador Mercadante, já é um pouquinho diferente: a remição pelo estudo é de dois dias de pena para cada vinte horas de estudo, dividas, no mínimo, em quatro dias. E já o Senador Jarbas Vasconcelos, que aproveita alguma coisa, que... Aliás, é diferente, nós é que aproveitamos exatamente esse item do Senador Jarbas Vasconcelos, que é: "*A remição pelo estudo é de um dia de pena, para cada vinte horas de estudo, atestada a aprovação do condenado no final do curso*". Já o Senador Cristovam: "*Não se permite a acumulação no mesmo período das duas modalidades de remição*". E aí o Senador Aloizio Mercadante diverge: "*Para a conclusão do ensino fundamental, médio ou superior, a remição será acrescida de um terço*". E ainda: "*Em caso de falta grave, o juiz revogará um terço do tempo remido, recomeçando a contagem*". E também: "*O tempo remido será computado como pena cumprida*". Já o Senador Jarbas: "*É oferecida a oferta de curso profissionalizante de nível médio*". O condenado é obrigado a participar dos programas de educação. Haverá o respeito ao salário-mínimo na remuneração dos presos, fica-se o teto de 70% para a destinação do produto da remuneração, para fins de ressarcimento ao Estado, pelas despesas com manutenção do condenado.

A jornada de trabalho será entre seis a oito horas, com descanso aos domingos e feriados. Para trabalho externo, o projeto suprime a necessidade de cumprimento mínimo de um sexto da pena.

Enfim, é assegurado o direito do condenado frequentar as aulas durante o tempo em que esteja cumprindo punição disciplinar.

Sobre a análise, Sr. Presidente, do mérito.

> "*A Constituição Federal, ela prevê que a educação é direito e também um dever do Estado. O fim da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania, a sua qualificação para o trabalho. O fato de o indivíduo se encontrar na condição de condenado, ou preso, não retira esse direito.*
>
> *Na verdade, a baixa escolaridade e a consequente dificuldade de inserção no mercado de trabalho contribuíram para que muitos fossem levados às atividades ilícitas que resultaram em sua condenação*.
>
> *A equação é uma só: mais educação, mais anos de escolaridade e mais oferta de serviços educacionais, de melhor qualidade influem positivamente na inserção profissional, na renda das pessoas e no desenvolvimento das nações.*
>
> *Não é diferente, nos presídios, a valorização do estudo. Nas prisões, é medida necessária, não apenas para enfrentar a baixa escolaridade, mas também para evitar sua ociosidade e contribuir na luta contra a inflação do crime organizado nos presídios.*
>
> *Além disso, favorece a reintegração do condenado ao convívio social em liberdade*".

Eu acho que alguns pontos eu gostaria de destacar que é do nosso substitutivo.

> "*Não nos parece ser o caso de privilegiar apenas a educação ou apenas o trabalho na ressocialização dos condenados. Deve-se permitir que a educação e o trabalho exerçam igualmente papel de destaque. Não concordamos em obrigar o condenado a estudar, mas, sim, em criar estímulos para que ele decida e para que ele estude.*
>
> *No que se refere à proporção da remição pelo estudo, optamos pelo formato de horas de frequência escolar, conforme modelo dos projetos, Projeto do Senador Mercadante, PLS 164, e também do Senador Jarbas Vasconcelos, PLS 230.*
>
> *Ainda sobre a remição pelo estudo, aproveitamos a norma de exigência de o mínimo de quatro dias de aula para a distribuição das horas de estudo, conforme modelo também do projeto do Senador Aloizio Mercadante, PLS 164.*
>
> *E optamos, também, ainda, a exigência da comprovação de frequência e do aproveitamento do curso como condições para a remição, conforme também modelo do projeto do Senador Jarbas Vasconcelos, PLS 230.*
>
> *Rejeitamos a hipótese de aumento do tempo remido, em razão de conclusão de níveis de ensino, pois essa conclusão já é uma consequência natural da dedicação do estudo.*

Rejeitamos também a hipótese de perda de apenas um terço do tempo remido, por estudo, para os casos de falta grave; a legislação em vigor prevê a perda do tempo total, remido pelo trabalho, para os casos de falta grave. Portanto, defendemos a perda total do benefício nesses casos.

Discordamos também da garantia de se frequentar as aulas, mesmo durante o cumprimento de punição disciplinar, uma vez que um dos objetivos da remição pelo estudo é justamente estimular o bom comportamento dos condenados".

Por fim, Sr. Presidente, nós apresentamos duas emendas.

A primeira emenda permite que os condenados em regime semiaberto - nós estamos estendendo também para o regime semiaberto ou em liberdade condicional - possam também remir a pena pelo estudo, e, ainda - a segunda emenda - permite que os condenados em regime semiaberto ou em liberdade condicional possam também usufruir das bolsas de estudo do PROUNI, conforme os critérios de renda e outros, estipulados em regulamento pelo MEC.

Pelas razões expostas, Sr. Presidente, o voto é pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado 164, de 2007, do Projeto de Lei do Senado 230, de 2008, e da Emenda nº 1, da Constituição e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006, na forma do substitutivo a seguir apresentado, como já foi lido, e é o nosso voto, Sr. Presidente.

Sr. Presidente.

Muito bem. Senador... Em discussão a matéria. Senador Roberto Cavalcanti.

Sr. Presidente, conforme já tinha me referido, eu gostaria de declarar que, em tese, eu sou favorável inteiramente ao Projeto. O que me faz pedir vista, nesse momento, é uma solicitação do Ministério da Justiça, para que possa ser melhor aprimorado ou verificado, tendo em vista de que, na Câmara, também existe um projeto semelhante, no qual o Ministério da Justiça se acostou e fez algumas observações.

Então, é em função desta solicitação do Ministério da Justiça que eu peço, nesse momento, vistas.

Muito bem. Vistas concedidas à V. Exa. Eu só faria um apelo, também, aos Senadores e Senadoras presentes. Que nós temos 11 presentes, o *quórum* para matérias de natureza terminativa é de 14. Fazer o apelo para que permaneçam em Plenário, enquanto os outros três Senadores se dirigem a essa Comissão.

Pela ordem, Senador Augusto Botelho.

Sr. Presidente, tem um projeto da minha relatoria aqui, que já esteve quatro vezes, três vezes, sempre tem havido problema. É pela prejudicialidade, é um projeto bem simples, é rápido, eu gostaria de pedir a inversão de pauta, para a gente resolver logo isso.

Se possa...

Inclusive, o Presidente Lula inaugurou o hospital ontem, com o nome já, o terminal, aliás.

Como o projeto a que V. Exa. refere é terminativo, vamos aguardar um pouco.

Ficarmos em dois que não são terminativos.

Presidente, eu pensei que já havia *quórum*, Presidente, desculpe.

Não. Não há *quórum* ainda, há a necessidade de mais três senadores.

Está bom.

Passamos ao Item 4 da pauta, não terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 492/2008, que cria programa de crédito educativo para estudantes de pós-graduação. Autoria: Senador João Tenório.

Eu pedi para retirar.

Relatoria Senadora Rosalba Ciarlini. Parecer: favorável, matéria terminativa na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

Na Reunião do dia 1º de setembro de 2009, foi concedida vista ao Senador Augusto Botelho e não foi apresentada manifestação por escrito. A matéria constou na pauta da Reunião do dia 08 de setembro de 2009.

Com a palavra V. Exa. Quer dizer, já foi lido, aliás. Já foi lido, aliás.

Sr. Presidente, o relatório--

Só alguma observação deseja fazer.

Sr. Presidente, o autor do projeto, o Senador João Tenório, solicitou que... Me fez essa solicitação, que eu faço agora à V. Exa., que se pudéssemos retirar hoje de pauta o Item 4, para ser apreciado na próxima Reunião, em função de alguns ajustes que são necessários fazer no relatório.

Tudo bem.

Sem prejuízo desse projeto, que é muito importante para os formandos, aqueles que precisam fazer pós-graduação, cursos de graduação. É só isso, Sr. Presidente

Muito bem.

Se V. Exa. puder conceder mais uma semana de prazo, eu ficaria muito satisfeita.

V. Exa., como relatora, pode solicitar a retirada de pauta, e o fez verbalmente. Está retirado de pauta, então, o Item nº 4.

Nós temos... Eu quero propor uma situação para o Plenário. Nós temos os Itens 11 a 17, já lidos, discutidos, vamos só encerrar a discussão, mas, nos Itens

de 11 a 17, precisamos ler os Itens 15 e 17. Então, para... Vamos, então, aos projetos de natureza terminativa, vamos ao Item 15, ao Item 17, que, assim, nós fecharemos...

O...

Se concordarem, fecharemos o conjunto de 11 a 17.

E o 10, Sr. Presidente, o 10 é o meu também, precisa de **quórum**. É o da frente.

Bom, então vamos fazer o 10, que é pela prejudicialidade e já votamos, então.

Isso.

Está certo. Item nº 10, conforme solicitado, se não houver objeção do Plenário, está, então... Vamos apreciar o Item nº 10. Terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 726/2007, que "*Altera o nome do Aeroporto Internacional de Boa Vista no Estado de Roraima*". Autoria: Senador Romero Jucá. Relatoria: Senador Augusto Botelho. Parecer: pela prejudicialidade. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 17 de junho de 2008, 18 de agosto de 2009 e 08 de setembro de 2009.

Com a palavra V. Exa.

Sr. Presidente, esse projeto pretende atribuir ao Aeroporto Internacional de Boa Vista, no Estado de Roraima, a denominação *Aeroporto Internacional Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto*, em homenagem ao ilustre brasileiro, que foi Governador de Roraima e foi Prefeito de Boa Vista.

Ela destaca aspectos da biografia do homenageado. Nascido em Petrolina, em 31, o Brigadeiro Ottomar Pinto deixou seu estado natal, para ingressar no Curso de Formação de Oficiais da Aeronáutica no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro. À formação militar, vieram vários outros cursos. Ele se formou em Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Direito e Medicina.

Além disso, obteve, em duas importantes universidades americanas, o grau de Mestre em Transportes e Mestre em Pavimentação.

E o Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto morreu como governador do meu Estado. Porém, esse aeroporto já estava... Já tinha sido aprovado, na Câmara dos Deputados, um projeto, denominando o nome do aeroporto de Atlas Brasil Cantanhede, que foi um pioneiro de aviação no meu Estado. Foi o que voava, no tempo que não existia nem pista, aterrissava no próprio lavrado. Era costume, na região, quando tinha uma pessoa doente, colocar um lençol em cima do telhado, que era para o avião aterrissar e pegar aquela pessoa para levar para Boa Vista. Eu vi o Atlas chegar com pacientes várias vezes no hospital, quando eu era garoto, que meu pai era médico e vi e sei que ele prestou uma grande contribuição ao Estado.

A homenagem ao Atlas Brasil Cantanhede é uma homenagem justa. O Ottomar, o Brigadeiro Ottomar, merece também essa homenagem, mas nós já colocamos o nome dele em várias coisas em Roraima, e vamos continuar colocando porque ele merece. Ele foi um homem que realmente contribuiu para Roraima.

Agora, o Atlas Brasil Cantanhede é justo que seja esse. Inclusive, ele morreu de um acidente de avião. Morreu, desapareceu na Amazônia, ficou encantado tipo Ulysses Guimarães no mar, ele está encantado no rio.

Então, diante o exposto, de já haver um projeto com denominação do aeroporto lá, eu voto pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado 726/2007, Sr. Presidente; o meu voto é pela prejudicialidade.

Sr. Presidente.

Muito bem. Em discussão a matéria.

Presidente.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

Eu quero até aduzir ao brilhante relatório do Senador Augusto Botelho, que não só havia um projeto à altura em que foi apresentado este, mas esse projeto que estava na Câmara já se transformou em Lei, a Lei 11.920, de 09 de abril de 2009, assinada pelo Presidente Lula. E, ontem, o Presidente Lula, em Roraima, inaugurou esse terminal com este nome. Então, este projeto realmente está prejudicado. Então, não é nem sequer porque tem um projeto na Câmara, é porque já é uma lei de abril deste ano. Nós mudarmos de novo seria um contrassenso, tendo em conta que o Presidente inaugurou ontem o terminal.

Muito bem.

Para discutir, Sr. Presidente.

Senador Gerson Camata.

Sr. Presidente, dizem que "em festa de jacu, inhambu não entra", mas eu quero apenas cumprimentar os nossos companheiros Senadores de Boa Vista, do Estado de Roraima, para dizer que passei por lá, não conhecia a cidade, uma das mais bonitas cidades que eu conheci no Brasil; cuidada, bem planejada, limpa, a Beira-Rio, então, com aqueles restaurantes regionais, museus, ficou... É uma joia, uma joia, que virou um centro turístico do pessoal da Guiana e do pessoal da Venezuela, que vão lá visitar essa pérola de cidade em que se transformou.

Eu quero cumprimentar os Senadores, os cidadãos de lá, os prefeitos de lá, que cuidaram continuamente da cidade. Talvez uma das melhores cidades do Brasil para se viver. Parabéns a vocês!

Muito bem, encerrada a discussão. Eu declaro, então, de acordo com o relatório do Senador Augusto Botelho, prejudicado o projeto. Como é terminativo, nós vamos ter a votação nominal pela declaração de

prejudicialidade. Os Senadores que votarem 'sim', votarão pela prejudicialidade.

Senador.

Senador Augusto Botelho.

Eu não poderia deixar de agradecer o elogio que o Senador Gerson Camata fez à nossa cidade, sob a responsabilidade do nosso prefeito, Iradilson Sampaio, que é um homem batalhador, e dizer que eu amo Roraima e amo Boa Vista, por essas e outras coisas.

Senador, o senhor não teve oportunidade de conviver com o povo de Roraima. O povo de Roraima é mais simpático e mais bonito do que a nossa cidade. Muito obrigado.

Nós temos uma ideia do povo pelos Senadores aqui presentes.

Senador, V. Exa., por favor, Senador Flávio Arns.

Senadora Rosalba Ciarlini.

Eu queria também me dirigir ao Senador Augusto Botelho, porque ele fala com tanto entusiasmo, ele transmite para a gente, assim, quando fala da sua terra, tanto amor que isso encanta a todos nós.

Eu não conheço Roraima, mas quero ter a alegria de conhecer.

Você não sabe o que você está perdendo.

Pois é, e, depois de ouvir as palavras aqui do Senador, colocadas aqui por V. Exa., com certeza eu estou perdendo muita coisa.

Esse Norte, esse Brasil, é aquele ditado: "Ô, Brasil bom!". Por onde a gente vai... Eu fui conhecer agora, esse final de semana--

Senadora Rosalba Ciarlini, vamos votar... Vamos votar, que, depois, a senhora ganha uma passagem para ir lá.

Eu fui conhecer Tocantins. Mas só um detalhe. Não conhecia Tocantins, fui a Palmas.

Vamos votar...

Fiquei também admirada, encantada com aquele lago, aquela represa, com--

Senadora Rosalba.

--as comidas regionais. Vamos votar, Senador Mozarildo, mas é porque eu não poderia deixar de elogiar o Norte de vocês.

Certo.

Eu quero que a senhora elogie, eu quero lhe dar uma passagem para a senhora ir lá.

Muito bem.

Ah, eu espero, viu?

Em votação nominal. Augusto Botelho, conhecido, não é?

É.

Paulo Paim.

Sim.

Expedito Júnior. Wellington Salgado.

Sim.

Gerson Camata.

Com o relator.

Raimundo Colombo.

Com o relator.

Rosalba Ciarlini

Com o relator.

Alvaro Dias

Com o Relator.

Com o relator. Eduardo Azeredo.

Com o relator.

Sérgio Zambiasi.

Com o relator.

Eduardo Suplicy.

Com o relator.

Roberto Cavalcanti.

Com o relator.

Valdir Raupp. Mozarildo Cavalcanti. Com o relator.

Então, está aprovada a declaração de prejudicialidade do projeto.

Eu quero lembrar ao Plenário que, agora, nós vamos apreciar os itens 11 a 17. Serão votados em conjunto, todos foram lidos, com exceção do 15 e do 17, que serão lidos agora.

Antes, porém, eu vou lendo de 11 a 17, para serem votados em conjunto.

Número 11. Terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2008, que "*Denomina Rodovia Senador José Coelho o trecho da Rodovia BR-407, compreendido entre as Localidades de Petrolina e Afrânio, no Estado de Pernambuco".* Autoria: Senador Marco Maciel. Relatoria *ad hoc*: Senador Papaléo Paes. Parecer: favorável.

A matéria constou na pauta da Reunião do dia 08 de setembro de 2009. A matéria foi lida e iniciada a discussão na Reunião do dia 25 de agosto de 2009. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Será votada já na sequência.

Item nº 12, terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 050/2009, que "*Denomina Viaduto Henrique Santillo o Viaduto localizado no entroncamento da BR-060 com a BR-153, no Município de Anápolis, Estado de Goiás".* Autoria: Senador Demóstenes Torres. Relatoria *ad hoc*: Senador Papaléo Paes. Parecer: favorável. A matéria foi lida e iniciada a discussão na Reunião do dia 25 de agosto de 2009. A matéria constou na pauta da Reunião do dia 08 de setembro de 2009. Está em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão, para votação na sequência.

Item nº 13, terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 040, de 2009. "*Dá denominação a Viadutos da BR 232, localizados no perímetro urbano da cidade de*

Bezerros, no Estado de Pernambuco". Autoria: Deputado Inocêncio de Oliveira. Relatoria: Senador Marco Maciel. Parecer: favorável. A matéria foi lida, iniciada a discussão na Reunião do dia 18 de agosto de 2009. A matéria constou na pauta da Reunião do dia 1º de setembro de 2009. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão para a votação posterior.

Item 14, terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2009, que "*Denomina Ferrovia Dorival Roriz Guedes Coelho o trecho da Ferrovia Norte-Sul, situada no Estado do Tocantins*". Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Senador Leomar Quintanilha. Parecer: favorável. A matéria foi lida e iniciada a discussão na Reunião do dia 11 de agosto de 2009. A matéria constou na pauta das Reuniões dos dias 04 de agosto de 2009, 18 de agosto de 2009, 1º de setembro de 2009, e 08 de setembro de 2009. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão para votação posterior.

Item nº 15. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 468/2008, "*O Aeroporto Internacional Presidente Médici, passa a se chamar Aeroporto Internacional Chico Mendes*". Autoria: Senadora Marina Silva. Relatoria: Senador João Pedro. Parecer: favorável, com as emendas oferecidas.

Serão realizadas duas votações nominais; uma para o projeto e outra para as emendas. A matéria constou da pauta das Reuniões dos dias 18 de agosto de 2009, 1º de setembro de 2009 e 08 de setembro de 2009.

Eu designo o Senador Paulo Paim como Relator *ad hoc* da matéria, para uma síntese do relatório.

Sr. Presidente, farei uma síntese, até porque o projeto, para mim, é uma justa homenagem, não somente a Chico Mendes, mas também à Senadora Marina Silva, que é autora do projeto.

O relator foi o Senador João Pedro. Ele, aqui, deixa muito claro que este movimento para que se mude o nome desse aeroporto é uma homenagem à história belíssima de Chico Mendes, que mostrou que importantes fóruns internacionais, com os povos das florestas, oferecia ao mundo as chaves de um novo relacionamento entre o homem e a natureza.Enfim, a memória do líder seringueiro não pode ser apagada.

Sr. Presidente, eu ainda quero destacar que, aqui, o Senador João Pedro apresenta duas emendas, onde ele diz que há um equívoco. O nome do aeroporto atual não é Médici, e, sim, Aeroporto Internacional Rio Branco Plácido de Castro.

[pronunciamento fora do microfone]

Isto. E ele quer passar agora para Aeroporto Chico Mendes.

Então, havia um equívoco na redação original, onde pretendia mudar o nome do Aeroporto Internacional Presidente Médici para Aeroporto Chico Mendes. Altera, assim, a denominação de Aeroporto Internacional de Rio Branco Plácido de Castro para Aeroporto Internacional de Rio Branco Chico Mendes. Essa é a emenda.

Para discutir, Sr. Presidente.

Depois, tem outra emenda que diz que o Aeroporto Internacional de Rio Branco Plácido de Castro passa, então, a chamar-se Aeroporto Internacional de Rio Branco Chico Mendes.

Sr. Presidente, para discutir.

Está feito o relatório, Sr. Presidente.

Agradeço.

Para discutir, Sr. Presidente.

Agradeço, Senador Paulo Paim. Em discussão a matéria, passo a palavra ao Senador Gerson Camata.

Sr. Presidente, eu vi agora... Entre esses projetos, eu acho que, quando se dá um nome, devia durar, pelo menos, dez anos, 15 anos, porque... Agora, para um pedaço da Rodovia Ulysses Guimarães, tiraram o nome para botar o nome de outra pessoa. Então, a rodovia é Ulysses Guimarães, mas, do quilômetro tal ao quilômetro tal, é Rodovia Pedro Pereira, do quilômetro tal é Chico da Silva. Tem que haver um critério para esse tipo de mudança contínua de nome.

Lá em Vitória, por exemplo, tem uma rua, um morador dela me reclamou um dia, eu pedi para ele procurar um Vereador, mudou seis vezes de nome, em quatro anos, a rua. Quer dizer, o Correio não sabe entregar, muda tudo. Tem um outro bairro em Vitória, que aí o Correio, sem lei nenhuma, lá um zoneamento que o Correio faz, tem uma avenida. Do lado de cá, chama-se Bairro de Praia do Canto; do outro lado da rua, Bairro Santa Lúcia. Fica todo mundo maluco, que não sabe nem onde ele mora.

Então, um dia terá que ter um critério, e eu acredito que se deu o nome a esse Plácido foi um herói, ele conquistou o Acre na marra.

Muito bem.

Ele anexou um território brasileiro, o único território brasileiro que foi anexado, vamos dizer assim, por luta.

O resto foi tudo conversa lá do Rio Branco, com os argentinos e tal, mas esse foi um guerreiro, que ele foi lá e brigou pelo território. Eu acho que é um belo nome. Vamos arranjar para o Chico Mendes, que merece, podia botar... Já tem o nome João Galvão. Mas arranjar um grande monumento para o dele. Mas fica... Tira o nome e bota o nome, não é a melhor coisa que se faz.

Sr. Presidente, me permite, pela ordem, para agilizar inclusive.

Senador Paulo Paim, pela ordem.

Como o Senador João Pedro, que é o relator, ele não está presente, e foi um pedido da Senadora Marina Silva e V. Exa. me indica como Senador *ad hoc,* eu peço que retire de pauta, então.

Muito bem, eu acho que é prudente.

E vamos consultar os Senadores do Acre sobre o que eles acham

Prudente a posição, porque, realmente, além de não estar nenhum Senador do Acre aqui, a proposta, como diz o Senador Gerson Camata, está tentando tirar o nome de um herói acreano para botar também um herói, mas eu acho que ficar mudando a cada tempo é um negócio meio ilógico. Eu concordo que tire de pauta.

Eu só gostaria de dizer o seguinte: que duas pessoas, dois Senadores, o Senador Wellington Salgado e o Senador Roberto Cavalcanti, tinham pedido a palavra, mas, se concordarem, em função da retirada de pauta, esse assunto voltará à pauta na próxima Reunião. Isso será, assim, objeto do debate necessário. Senador Roberto Cavalcanti.

Um minutinho, um minutinho.

Sr. Presidente, realmente trinta segundos.

Sim, pois não. Senador Roberto Cavalcanti

Não é o mérito dos nomes, não se trata de nenhum posicionamento político, nenhum... O que eu acho, e me acosto a tudo o que já foi dito aqui, é o precedente.

Todas as vezes que nós abrirmos os precedentes, para trocarmos os nomes de rodovias, viadutos, aeroportos, praças, que já tenham o nome, principalmente os nomes de seres humanos, têm as suas famílias, têm sua história, eu acho que é uma desatenção, é uma extrema... Se, porventura, qualquer projeto que chegue nesta Casa, que trate de trocas, eu, na verdade, votaria contra a troca de nomes.

Se existe... Troca do nome do Estado... Chico Mendes merece ter o nome do Estado; troque o nome do Estado, Estado Chico Mendes, mas não o aeroporto, se, porventura, tiver o nome do ex-Presidente Médici.

Muito bem. Senador Wellington Salgado. Para encerrar, este Item n°. 15.

Eu só queria falar pelo seguinte: há uns tempos atrás, surgiu a ideia de mudar o nome do aeroporto de Salvador, que tem o nome de Luís Eduardo, para um outro nome. Houve mudança de poder em Salvador, meu grande amigo Jaques Wagner virou Governador, foi eleito, bem avaliado e aí começou-se um movimento para mudar.

E eu, na época, eu me coloquei totalmente contra, porque, além do Luís Eduardo, que representava a minha geração e poderia vir a ser Presidente desse país, ele fez... A sua família fez muito pelo Estado da Bahia.

Então, eu me vejo agora na mesma situação; não é contra o Chico Mendes, eu acho que ele é a pessoa que tem tudo a ver com o Estado. O problema é você tirar, como bem colocou o Senador Camata, alguém que fez também o seu trabalho à sua época, a todo momento mudando o nome. Se presta um serviço, muda o nome; prestou um outro serviço, muda o nome. Então, você... Daqui a pouco, você não sabe para onde vai. O aeroporto tal, vai ter um acidente, que o avião já não sabe mais onde vai pousar. Muda o nome toda hora. Ele vai pousar... "Tu pousou no aeroporto errado", mas não é, não, é o mesmo, com outro nome, entendeu? Então, nós temos que tomar cuidado com isso.

Presidente só para...

Muito bem, a observação foi interessante também, mas... [risos]. Bem. Ilustrativa.

Presidente.

Senador Sérgio Zambiasi.

Presidente, só para registrar que nós temos, em Porto Alegre, na Zona Norte, uma praça muito importante, numa comunidade muito popular, intitulada Praça Chico Mendes. E nós vamos mantê-la como Chico Mendes, em homenagem e em respeito exatamente a este grande líder popular lá do Norte brasileiro, do Acre especialmente. Nós, gaúchos, gostaríamos de ver Plácido de Castro sempre homenageado no Acre, já que é sua origem.

[pronunciamento fora do microfone].

Muito bem.

É de Santa Maria.

Muito bem.

Sr. Presidente.

Nesta Comissão, inclusive, fazer um apelo ao povo do Acre--

Sr. Presidente.

Para que--

Vamos votar. Vamos votar.

Sr. Presidente, para discutir.

O item 15 está retirado... Aliás, o item 15 está retirado de pauta.

Presidente.

Atendendo solicitação do Senador Paulo Paim, relator *ad hoc* da matéria.

Presidente.

Nós vamos votar o Item 11 a 17 em conjunto.

Presidente, vamos votar logo. Está certo.

Eu gostaria só...

O Item 16, terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 440/2008, "*Denomina Rodovia Francisco Nogueira o trecho da BR 319, compreendido entre a cidade de Manaus e o Rio Tupunã, no Estado do Amazonas*". Autoria: Senador João Pedro. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Parecer: favorável.

A matéria foi lida e iniciada a discussão na Reunião do dia 4 de agosto de 2009. A matéria constou da Reunião do dia 8 de setembro de 2009. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir.

Só...

Encerrada a discussão.

Só para colocar aqui: na realidade, o parecer foi favorável, até porque nós entendemos... Aí vem a diferença com o caso anterior, que o Senador Paulo Paim, pediu para ser retirado de pauta. Porque esse aqui não tinha nenhuma denominação. É diferente, é uma denominação nova.

Isso.

Que vai valorizar um professor, uma pessoa de luta, de trabalho da região.

Então, eu quero aqui, também, aproveitando, dizer que concordo plenamente com a colocação de V. Exas. Quando já está nominado, nós temos que respeitar, porque aquela... Se foi homenageado alguém com aquela, com o seu nome, em um prédio, um aeroporto, uma estrada, seja o que for, foi porque ele também tinha méritos. Isso sem, de maneira nenhuma, desmerecer, nem diminuir os grandes méritos de Chico Mendes com relação ao projeto anterior.

Presidente, só para...

Senador Eduardo Azeredo.

Eu quero só... Porque eu entendi bem a preocupação do Senador Wellington. É que ele está preocupado que a Ministra Dilma vá a Roraima e chegue em Rondônia.

Muito bem, passamos ao Item 17 da pauta.

Serão votados em conjunto 11 a 17, com exceção do 15. Terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº 58/2009, que "*Altera a Lei 9.875, de 25 de novembro de 99, que altera a Lei 9.875, de 25 de novembro de 99, para dar a denominação suplementar Rodovia Ulysses Guimarães, trecho Carlos Joffre do Amaral, ao trecho que menciona da Rodovia BR 282*".Autoria: Deputado Fernando Coruja. Relatoria: Senador Raimundo Colombo. Parecer: favorável, com a emenda oferecida.

Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda. A matéria constou na pauta das Reuniões dos dias 1º de setembro de 2009 e 08 de setembro de 2009.

Com a palavra V. Exa.

Sr. Presidente, esse projeto é de autoria do Deputado Fernando Coruja, que é, como eu, conterrâneo e nascidos em Lages, ele também foi prefeito e eu também fui da cidade. O nome Carlos Joffre Amaral é um nome emblemático na nossa cidade, uma vida comunitária exemplar, um homem com uma atuação extraordinária, um crédito muito grande na cidade.

E eu fiz apenas uma emenda para criar aqui... Mantém o nome Rodovia Ulysses Guimarães, apenas aponta que, naquele trecho, que passa pela cidade de Lages, fica Rodovia Ulysses Guimarães, trecho Carlos Joffre do Amaral.

Apenas essa emenda, eu entendo como extremamente meritório e reconhece um exemplo, um cidadão exemplar, que teve uma vida comunitária digna e que merece o aplauso e tem o reconhecimento de toda a população.

É esse o voto, Sr. Presidente.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação os itens 11 a 17, com exceção do Item nº 15, já lidos anteriormente.

Senador Augusto Botelho

Com o relator, Sr. Presidente.

Paulo Paim.

Com o relator.

Wellington Salgado.

Com o relator, Presidente.

Gerson Camata. Raimundo Colombo.

Com os relatores.

Rosalba Ciarlini.

Com os relatores, Sr. Presidente.

Alvaro Dias.

Sim.

Eduardo Azeredo.

Sim.

Sérgio Zambiasi.

Com os relatores.

Eduardo Suplicy.

Com os relatores.

Senador Roberto Cavalcanti.

Com os relatores, Sr. Presidente.

Valdir Raupp.

Com os relatores.

Papáleo Paes

Com o relator.

Mozarildo Cavalcanti

Com os relatores.

Aprovado.

Indago aos Srs. Senadores se mantêm o voto para Emenda oferecida no Item 17, pelo Senador Raimundo Colombo. Se sim, está aprovada a emenda.

Nós só temos mais dois itens terminativos, faço um apelo para que possamos votar os dois itens, inclusive o nº 1, fazendo o apelo para a Senadora Rosalba

Ciarlini, se ela, como relatora, não retiraria de pauta para a gente discutir na semana que vem.

Sr. Presidente, V. Exa., eu não nosso negar de forma nenhuma um pedido de V. Exa., até porque--

Muito obrigado.

Existem duas emendas de autoria.

Isso.

E nós gostaríamos também de podermos debater mais e analisar melhor. Porque da forma que está, realmente elas estão tendo dificuldades de ser inseridas.

Então, eu acho que dá para conversarmos e deixar para a próxima Reunião. Eu gostaria, inclusive, de já marcar para a próxima Reunião, porque durante essa semana nós já iríamos analisar melhor em conjunto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Muito bem. Agradeço.

Passamos ao Item nº 19 da Pauta, que o relator está presente. Terminativo, que é Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2008, que "*Altera a Lei nº 9.394*", faço um apelo para ficarmos no Plenário, "*De 20 de dezembro de 96, para dispor sobre inclusão facultativa do ensino do Esperanto no ensino médio"*. Autoria Senador Cristovam Buarque. Relatoria Senador Mozarildo Cavalcanti; favorável, com as emendas oferecidas.

Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas. A matéria constou na pauta das Reuniões dos dias 09 de junho de 2009, 1º de setembro de 2009 e 08 de setembro de 2009. Na Reunião do dia 07 de julho de 2009 foi concedida vista ao Senador Gilvam Borges, mas não foi apresentada manifestação por escrito.

Com a palavra V. Exa., a matéria já foi lida. Item nº 19. "*Inclusão facultativa do ensino do Esperanto no ensino médio*". Não sei se V. Exa. gostaria--

Para discutir.

Eu não sei se V. Exa. gostaria de acrescentar algum comentário antes da votação.

Não, Sr. Presidente, apenas dizer que eu já li o relatório. E que o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 27/2008, com as seguintes emendas: "*Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado 27 a seguinte redação*", portanto a emenda de redação, "*Altera a lei que menciona para dispor sobre a inclusão facultativa de ensino do Esperanto no ensino médio*".

E a segunda emenda, o § 7º ao art. 26: "*O Esperanto constituirá componente curricular facultativo da grade escolar do ensino médio, sendo sua oferta obrigatória, caso a demanda justifique*".

Portanto, apenas ressalvada as duas emendas.

Para discutir, Sr. Presidente.

Senador Gerson Camata, para discutir. Em discussão a matéria.

Sr. Presidente, eu acredito, praticamente é, assim, um projeto, como se dizia antigamente, cobra d'água, inútil. Porque ele vai falar Esperanto com quem? Esse pobre coitado ficar lá estudando uma língua que tentaram, uma boa intenção, de fazer uma língua artificial.

A única do mundo que prosperou é o indonésio. A Indonésia há 40 anos atrás, sete mil ilhas, cinco mil dialetos contratou uns gramáticos europeus, foram lá fizeram uma língua artificial, que é a língua da Indonésia. Os jornais são na língua, se fala a língua e ela unificou o país. A única que deu certo.

Agora, o Esperanto foi uma tentativa, tem que se dizer, nobre, boa, mas acontece que as regras gramaticais do Esperanto, se tornaram mais complicadas, por exemplo, do que as regras gramaticais do inglês, que não tem muito negócio de concordância, não tem muito verbo passado, presente, futuro, fórmulas verbais complicadas, não tem masculino e feminino para adjetivo. Então essa língua se tornou muito falada no mundo, o inglês, porque ela é simples e o Esperanto ficou meio complicado.

Tanto, por exemplo, o francês, que era uma língua quase universal, caiu porque tem regras gramaticais complicadas, difíceis de se meter na cabeça de uma criança.

De modo que eu acredito que seria dobrar o tempo para estudar inglês, no lugar de colocar o Esperanto, que ele não vai falar com ninguém, só com ele mesmo ou o pessoal da classe.

Eu voto contra, Sr. Presidente.

Eu quero esclarecer Senador Camata--

Senador relator, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Que a proposta do Senador Cristovam, é bem clara e foi complementada pela emendas: é facultativo.

Mas onde que vai arranjar professor de Esperanto? Esse é o problema.

Muito bem. Encerrada a discussão em votação a matéria. Augusto Botelho.

Com o relator, Sr. Presidente.

Paulo Paim.

Com o relator.

Wellington Salgado.

Com o relator.

Gerson Camata.

Contra.

Raimundo Colombo.

Com o relator.

Rosalba Ciarlini.

Com o relator.

Alvaro Dias.

Com o relator.

Eduardo Azeredo.

Com o relator.

Sérgio Zambiasi. Senador Eduardo Suplicy.

Com o relator, Sr. Presidente.

Roberto Cavalcanti.

Contra, Sr. Presidente.

Valdir Raupp.

Com o relator.

Papáleo Paes.

Com o relator, Sr. Presidente.

Mozarildo Cavalcanti, conhecido, relator. Então está aprovado o projeto, com os votos contrário dos Senadores Gerson Camata e Roberto Cavalcanti.

Sr. Presidente, pela ordem.

Pergunto se os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, mantêm o mesmo voto para as emendas oferecidas. Sim. Estão aprovadas as emendas.

Pela ordem, Sr. Presidente.

Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

Eu gostaria de sugerir, tendo em conta o apelo do Ministério de Educação e Cultura, que possamos ter mais uma semana para o exame do projeto de Lei 585, o Item 2, por favor. Referente a... Aos que--

Muito bem.

Que institui o sistema nacional de avaliação de educação superior para um possível aperfeiçoamento do projeto.

Sim, a Presidência atende a solicitação de V. Exa.. Considerando que o Relator não se encontra presente, mas fazendo só observação, para que o Plenário todo tenha conhecimento conjunto da informação. Que essa Reunião de hoje é a terceira Reunião na qual consta o projeto, então, sempre na terceira Reunião designamos um relator *ad hoc*.

Como existe a solicitação e é um projeto de uma complexidade maior, eu sugiro, inclusive, reforçando o pleito de V. Exa., que a gente aguarde a presença do relator, Senador Marconi Perillo, na Reunião da próxima semana; caso ele não esteja presente, designaremos então um relator *ad hoc*.

Passamos ao Item nº 5 da pauta, não terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 48/2008, Senador Augusto Botelho, que "*Dispõe sobre interrupção do estágio da estudante grávida*". É o nº 5. Autoria do Senador Expedito Júnior, a relatoria é de V. Exa., Senador Augusto Botelho; o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido.

A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. A matéria constou na pauta da Reunião do dia 08 de setembro de 2009. Então é o projeto que dispõe sobre a interrupção do estágio da estudante grávida.

Com a palavra V. Exa..

"*O Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, tem como objetivo assegurar à estudante grávida o direito de interromper, pelo prazo de 120 dias, o estágio escolar ao qual esteja vinculada.*

Para o exercício desse direito, o projeto incumbe à estagiária de informar, à parte concedente do estágio e à instituição de ensino, por meio de competente atestado médico, o início da interrupção da atividade curricular".

Aí vai citando outras coisas... Vou passar direto para a análise, Sr. Presidente.

"*O Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 69, instituiu o tratamento excepcional para os alunos impossibilitados de frequentar as aulas em decorrência de problemas de saúde.*

Como forma de compensar a ausência, a referida norma prevê a realização de exercícios domiciliares, com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com o estado de saúde do aluno e possibilidades do estabelecimento.

Posteriormente, a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, estendeu à estudante grávida o direito de tratamento diferenciado. Na mesma direção do Decreto-Lei em alusão, tal lei garantiu à aluna gestante afastamento das atividades escolares, durante três meses, a começar do oitavo mês de gestação. Além disso, a referida norma assegura à aluna gestante o direito à prestação dos exames finais.

A despeito da vigência dessas normas não constituirem nenhuma novidade, o disciplinamento dos estágios de estudantes, entre os quais a recente Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, é omisso no que tange à situação da estudante gestante.

Dada a grande incidência dessa condição em população em idade escolar, notadamente no ensino superior, trata-se de lacuna a ser urgentemente preenchida, em face do potencial desses danos a essas mães estudantes e seus bebês, o que pode redundar em prejuízos imputáveis ao conjunto da sociedade.

Entendemos que o estágio, como prática integrante das atividades formativas do aluno, deve seguir as orientações do setor educacional no que concerne aos direitos dos estudantes que, por motivo de força maior, estejam impossibilitados de cumprir suas atribuições escolares regulares.

Em tais circunstâncias, julgamos oportuna e relevante a preocupação do Senador Expedito expressa no PLS nº 48.

Apenas ponderamos a conveniência de apresentação de substitutivo à matéria, tendo em vista a edição citada... Da citada Lei nº 11.788, de 2008. Ressalvamos, no entanto, que a emenda suscitada mantém o núcleo do projeto original, que passa a contemplar o conteúdo da mencionada Lei 6.202, de 17 de abril de 1975, a ser revogada por meio da nova norma.

De resto, cabe destacar que não encontramos óbices de natureza constitucional ou jurídica que dificultem a tramitação da matéria.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 48, de 2008, na seguinte forma".

O que está descrito aqui, Sr. Presidente, e que todos os Senadores tiveram acesso a forma como está escrita, dispõe sobre o tratamento excepcional para estudantes grávidas ou estagiárias grávidas.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

Muito bem. Em discussão a matéria. Senador Wellington Salgado.

Para discutir, Sr. Presidente.

Governadora primeiro.

Senadora Rosalba Ciarlini.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero dizer desde já que eu sou totalmente favorável, até porque eu tenho uma experiência de vida eu tive dois filhos quando cursava a Faculdade de Medicina, um no 4º ano e o segundo no 6º ano, que era exatamente o ano de estágio. E eu sei das dificuldades, como é difícil você ter o filho e também ter que prestar contas das suas obrigações com uma faculdade.

Então, eu acho que é muito justo, eu sou favorável que a aluna que está estagiando, ela também tenha direito, como têm as alunas que estão no nível médio e que possam em casa, cuidando do seu filho, no seu resguardo, ter também, possam suprir essas necessidades do curso com trabalhos que possam ser feitos nos seus domicílios.

Eu acho que é muito... Sou favorável, realmente já sofri na pele essa dificuldade e vejo que finalmente nós estamos dando às mães brasileiras, às mulheres brasileiras que têm filhos durante, enquanto estão num curso universitário, num estágio universitário ou num outro estágio qualquer, tenham condição de realmente dar continuidade aos seus estudos, sem, na realidade, no período pós-parto, no período que antecipa também um pouco o parto, o oitavo mês, poder também se dedicar um pouco a esse momento tão sublime da sua vida.

Eu acho importante o depoimento de V. Exa., como Senadora, como mãe e como médica também, e pediatra, inclusive falando da importância disto para o desenvolvimento saudável da gestação.

E para o aleitamento da criança.

Para o aleitamento, para o conjunto de necessidades da criança.

V. Exa. sabe muito bem que, principalmente, em geral essas mães são mães de primeira viagem, podemos assim dizer, o primeiro filho, então elas precisam muito mais desse contato, dessa proximidade, de ficar permanentemente com suas crianças nos primeiros 90 dias.

É a época do aleitamento, até porque o aleitamento, a licença maternidade que nós devemos, é projeto que temos, e que eu... Já aprovamos na Comissão, está lá na Câmara dos Deputados, é licença maternidade de seis meses para todas as trabalhadoras brasileiras, para todas as mulheres brasileiras.

Então, o estágio já está aqui dando a oportunidade de pelo menos três meses a estudante poder ficar mais com o seu filho e com certeza nos outros três meses ela vai ter que fazer uma ginástica muito grande, mas não pode deixar de amamentar.

Muito bem. Senador Wellington Salgado.

Presidente, Senador Flávio Arns, o Senador Augusto Botelho, é uma pessoa que nós já conhecemos aqui a história dele, e médico.

Agora, depois do depoimento da nossa Senadora e futura Governadora, não há o que nem discutir. Simplesmente dizer que eu vou acompanhar o relator.

Muito bem. Encerrada a discussão, em votação a matéria. Srs. Senadores, Sras. Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Parabéns ao Senador Augusto Botelho, também ao Senador Expedito Júnior, autor da matéria e as contribuições todas externadas também na discussão.

Muito obrigado, Senador, muito obrigado Srs. Senadores e Sras. Senadoras, esse projeto é um projeto que tem sentimento humano, por isso que eu gostei muito dele.

Muito bem, passamos ao Item 8 da pauta, não terminativo. Projeto de lei da Câmara nº 76/2005, que "*Dispõe sobre o Programa Especial de Treinamento - PET e dá outras providências*". Autoria Deputado Inácio Arruda e outros Deputados. Relatoria Senador Paulo Paim; parecer pela prejudicialidade.

Com a palavra V. Exa..

Sr. Presidente, eu vou sintetizar o relatório, fazendo mais é uma homenagem ao nobre Senador Inácio

Arruda. A Executiva Nacional do PET concorda com o relatório, mas quero dizer que o projeto do Executivo, ele é posterior ao projeto do Senador Inácio Arruda.

Eu conversei muito com ele, ele concordou, porque o projeto do Executivo contempla na íntegra o projeto original do Senador Inácio Arruda. Então eu dou o parecer pela prejudicialidade, mas com essa declaração.

Diante do exposto, o nosso voto é que seja declarada a prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 76, ainda de 2005. O Senador Inácio Arruda merece todos os nossos aplausos. E que bom que o Executivo contemplou na íntegra o projeto de autoria dele. Eu diria que esse projeto, na verdade, é de autoria do Senador Inácio Arruda.

Hoje mesmo, Senador Flávio Arns, a CAE considerou prejudicados dois projetos de minha autoria, porque o Executivo acabou fazendo leis idênticas a esses projetos.

Eu não estou fazendo aqui nenhuma reclamação, que bom que as boas ideias são tornadas leis a partir da iniciativa de Parlamentares e que tenham o endosso do Executivo.

Então, eu considero o projeto prejudicado, com as minhas devidas honrarias ao Senador Inácio Arruda.

Muito bem. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir em votação. Está aprovado, então, o parecer pela prejudicialidade.

Passamos Senador Raimundo Colombo ao Item... V. Exa. tem dois itens, Item 7 e o Item 18, que eu vou solicitar a V. Exa. que seja relator *ad hoc* do Item 7.

Item nº 7, então, não terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 384 de 2008, que "*Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios às pessoas jurídicas que adquirirem livros técnicos-profissionalizantes relacionados ao respectivo objeto social de empresa e os distribuírem gratuitamente ao seu corpo funcional e a comunidade onde a empresa está localizada*". Autoria, Senador Romeu Tuma. Relatoria, Senador Leomar Quintanilha; parecer favorável com a emenda oferecida. A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a concordância do relator, solicito a V. Exa., Senador Raimundo Colombo, que seja o relator *ad hoc* da matéria.

Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente Senador Flávio Arns, de iniciativa do Senador Romeu Tuma, o Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2008, concede incentivos fiscais e creditícios às pessoas jurídicas que adquirirem livros técnicos-profissionalizantes diretamente relacionados ao objeto social da empresa, para distribuí-los gratuitamente entre seus funcionários ou para a comunidade onde está sediada.

Eu vou já para a análise.

"No que diz respeito à constitucionalidade, o projeto observa as normas relativas à iniciativa - art. 61 -, bem como as de competência legislativa nos arts. 24, § 1º, 48, § 1º e 153, Item III.

Quanto ao mérito, cumpre enfatizar que a criação de novas oportunidades educacionais deve ser uma preocupação permanente do legislador.

Embora a educação oferecida nas escolas seja reconhecidamente essencial para a formação cívica, intelectual, psíquico-social e profissional dos indivíduos, outros meios de viabilizar o acesso ao conhecimento podem e precisam ser buscados e valorizados.

Situa-se nessa linha a intenção do projeto em apreço.

Na verdade, o incentivo ao envolvimento das empresas no processo educativo de seus funcionários e da comunidade em geral, encontra amparo no art. 205 da Constituição Federal, segundo o qual a educação é direito de todos e deve ser incentivada e promovida não apenas pelo Estado, mas também pela sociedade.

Todavia, ainda no que concerne à constitucionalidade da matéria, é preciso rever o procedimento de impor ao Poder Executivo prazo para regulamentação da lei, uma vez que a jurisprudência contrária a norma dessa natureza já se encontra consolidada.

Também merece reservas o uso de cláusula revogatória genérica, iniciativa vedada pela Lei Complementar nº 95, de 1998.

São essas reservas que constituem a fundamentação da emenda apresentada adiante.

Em suas normas essenciais, o projeto merece acolhimento desta Comissão, com a ressalva de seus aspectos fiscais e orçamentários, a serem apreciados pela CAE".

O voto. "*Em vista do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2008, acolhida a emenda a seguir apresentada*". A Emenda é: "*Suprima-se o Parágrafo Único do art. 2º e o art. 5º do Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2008*".

Esse é o parecer e o voto, Sr. Presidente.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Sr. Presidente.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo... Pois não. Senador Eduardo Suplicy.

Sr. Presidente, eu avalio que ainda que seja considerado um investimento a ser realizado pelas respectivas empresas, em função de uma produtividade com maior qualidade, mas tendo em vista de que isso poderá inclusive gerar maior possibilidade de lucro e tudo. Eu avalio que não seria o caso de aprovar esta iniciativa. Então, com todo o respeito, o meu voto é contrário.

Certo. Encerrada a discussão. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o relatório do Senador Raimundo Colombo, é um projeto não terminativo, vai para a CAE, Comissão de Assuntos Econômicos. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado com voto contrário do Senador Eduardo Suplicy.

Item 18. Não terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2009, que "*Altera a Lei 9.875, de 25 de novembro de 99, para dispor sobre a denominação suplementar Trecho José Paschoal Baggio, do trecho que menciona da Rodovia BR-282*". Autoria, Deputado Fernando Coruja. Relatoria, Senador Raimundo Colombo; parecer favorável, com a emenda oferecida. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 1º de setembro de 2009 e 08 de setembro de 2009.

Com a palavra V. Exa..

Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, a BR-282 é uma Rodovia que inicia e termina em Santa Catarina; ela existe só em Santa Catarina. A figura sugerida pelo Deputado Fernando Coruja é um homem de... Foi um homem de destacada vida comunitária, jornalística, uma pessoa que marcou época, um político brilhante na sua atuação e a única correção que eu faço, para tornar absolutamente transparente, é uma emenda que mantém o nome do trecho, da Rodovia Ulysses Guimarães, apenas indicando no trecho onde o Sr. José Paschoal Baggio desenvolveu toda a sua atividade, toda a sua vida, com o trecho José Paschoal Baggio.

Esse é o parecer e o voto, Sr. Presidente.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram, e a Sra. Senadora, aprovado.

Eu quero solicitar ao Plenário da Comissão, que possamos colocar em pauta, como extrapauta, cinco requerimentos e dois aditamentos a requerimentos de Senadores e Senadora aqui presentes. Se estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada a inclusão extrapauta.

Primeiro requerimento: "*Requeremos, nos termos regimentais, a realização do 'Seminário Dia e Semana Nacional da Leitura' a ser realizado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte em parceria com o Instituto Ecofuturo, vinculado ao Grupo Suzano Holding"*. Assinado pelos Senadores Flávio Arns, Cristovam Buarque... E Cristovam Buarque.

Senadores que estiverem... Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Segundo requerimento: "*Requeremos, nos termos regimentais, a realização de seminário destinado a debater a inclusão e o respeito à diversidade nas escolas, abrangendo as seguintes questões: étnico-racial, orientação sexual, sócioeconômica, necessidades especiais, e gênero e territorialidade. Para uma abrangência, aprofundamento maior dos temas, sugiro que o seminário seja realizado em três sessões*." Assinado pelo Senador Paulo Paim, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, e Flávio Arns.

Em discussão o requerimento. Senador Paulo Paim.

Sr. Presidente, só uma frase, só uma frase. Esse requerimento que é assinado por diversos Senadores, inclusive por V. Exa. e por mim, visa efetivamente combater todo o tipo de preconceito e inclusive a violência na sala de aula, na sala de aula, na periferia, no bairro, em frente a escola, dentro da escola e que no meu entendimento vem numa boa hora.

Combater os preconceitos é uma obrigação de todos nós, por isso eu peço a aprovação para que a gente possa realizar esse seminário.

Muito bem. Encerrada a discussão, os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

"*Requeiro, nos termos regimentais, a realização de uma conferência para debater o PLS 295, de 2005, que autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade Regional de Blumenau, a sua transformação na Universidade Federal da Blumenau, com a presença dos seguintes convidados e com a possibilidade de ser realizada em Blumenau, Santa Catarina: Representante do Ministério da Educação, Reitor da FURB, Fundação Universidade Regional de Blumenau, Professor Eduardo Deschamps; Professor Valmor Schiochet*", Schiochet deve ser... "*Representante do Movimento Pró-Federalização da FURB, representante do IFET, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Blumenau e representante da Universidade Federal de Santa Catarina*". Assinado pela Senadora Ideli Salvatti e pelo Senador Paulo Paim.

Só isso, Sr. Presidente.

Em discussão a matéria.

É uma iniciativa da Senadora Ideli Salvatti, como ela não está presente, eu assinei pela titularidade.

Encerrada a discussão. Em votação a matéria. Os Srs. Senadores e Sras. que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

"*Requeremos, nos termos do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública, conjunta desta comissão com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que é um requerimento do Senador Flexa Ribeiro, dia 12 de novembro de 2009, com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Serviços e Infraestrutura, Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela paz e pelo desenvolvimento com os seguintes convidados: Vincent Defourny representante da UNESCO no Brasil; Marco Antônio Raupp* - não sei se é parente do Valdir Raupp... Não. *Marco Antônio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Jacob Palis Júnior, Presidente da Academia Brasileira de Ciências e representante, também representante, o quarto convidado de renome da comunidade acadêmico-científica*". Está assinado pelos Presidentes das Comissões mencionadas anteriormente.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Aditamento a requerimento: "*Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao requerimento nº 31/2009, da Comissão de Educação, que propõe a realização da Audiência Pública, para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 698, de 2007, que cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a expansão da rede física PRONEI, dispõe sobre financiamento para construir, equipar unidades de ensino infantil, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e dá outras providências*. *Aprovado por esta Comissão em 1 º de setembro de 2009, para que seja retirado o nome do representante do Ministério das Cidades, visto que os questionamentos referentes ao Fundo da Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, serão contemplados com convites feito ao Ministério do Trabalho e Emprego e incluindo o convidado Antônio Carlos Figueiredo Nardi, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, CONASEMS, uma vez que o projeto de lei atribui às Secretaria Municipais de Saúde papel relevante no desenvolvimento de atividades educativas e de fiscalização dos recursos investidos no PRONEI*".

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira... Senador Paulo Paim, desculpe.

Não, só para dizer que eu assino esse documento.

Está certo, desculpe.

Que foi um pedido que me foi apresentado e que eu não vi nenhuma, não tenho nada contra e por isso estou referendando.

E quero só enfatizar que o PRONEI é o Programa Nacional de Educação Infantil.

E vai ser um debate muito interessante, penso, com os secretários municipais de educação, secretários municipais de saúde, o MEC e também o Fundo de Garantia, além de pedagoga da Universidade de Brasília.

Encerrada a discussão, em votação o aditamento. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Aditamento ao Requerimento nº 30, de 2009: "*Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 30, de 2009, que propõe a realização de Audiência Pública para analisar e discutir problemas enfrentados por estudantes de graduação de todo o país matriculados nos cursos à distância oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins, UNITINS, cujos cursos foram descredenciados junto ao Ministério da Educação, MEC, e quais soluções para resolver o impasse*.

Aprovado por esta Comissão em 25 de agosto de 2009, para que seja incluído entre os convidados da Audiência Pública, o Professor Joran Oliveira Barros Júnior representante dos docentes da Universidade do Tocantins, da Fundação Universidade do Tocantins". Assinado Senador Sérgio Zambiasi e Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria.

Sr. Presidente, na mesma linha dos outros requerimentos da Senadora Ideli, esse requerimento, na verdade, é de autoria do nobre Senador Sérgio Zambiasi, é uma grande iniciativa, ele teve que se deslocar para um outro compromisso eu apenas estou assinando, mas eu quero dizer que a iniciativa é do Senador Sérgio Zambiasi e eu peço a aprovação em nome dele.

Encerrada a discussão. Em votação a matéria. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

E o Item nº 20 da pauta, da autoria da Senadora Marisa Serrano e subscrito também pelo Senador Augusto Botelho.

"*Nos termos do inciso II*"... Esse não é extrapauta, esse é da pauta, o item 20, como já havia anunciado, da pauta, "*Nos termos do inciso II, do § 2º, do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para*

debater sobre o acordo ortográfico da língua portuguesa, assinado recentemente pelo Brasil.

Deverão ser convidados para o debate os professores e os representantes das entidades nominados a seguir, sem prejuízo da expedição de outros convites, a critério dos membros da Comissão de Educação: Professor Evanildo Bechara, representante da Academia Brasileira de Letras; Professor Ernani Pimentel, representante brasileiro na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação-ANPED; representante do Conselho Nacional de Educação; jornalista Maurício Azedo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; e Professor Leodegário Amarante de Azevedo Filho, Presidente da Associação Brasileira de Filologia".

Em discussão a matéria. Senadora Marisa Serrano.

Obrigado, Sr. Presidente.

Esse requerimento se justifica por que há 18 anos nós estamos discutindo a nova elaboração do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa, são 18 anos de discussão. Portanto, está na hora da gente poder, a partir do momento em que foi assinado esse acordo, a gente poder discutir aqui nessa Casa.

E discutir, Sr. Presidente, principalmente, porque o Ministério da Educação, a partir do acordo firmado em 1990, que foi aprovado aqui no Congresso em 95, o Ministério da Educação já iniciou o processo da adoção da nova ortografia e entre 2010 e 2012 é o prazo, o período de transição estipulado pela Pasta, pelo Ministério da Educação, para a nova ortografia que apresenta a ser obrigatória nos livros didáticos para todas as séries.

Quer dizer, a partir do ano que vem passa a ser obrigatório em todas as escolas e nós estamos numa fase de transição. E era importante, Sr. Presidente, que nós pudéssemos conhecer um pouquinho mais, saber das dificuldades, que esta Casa possa ajudar, também, acompanhando, poder dar a sua contribuição, haja visto que foi o primeiro país da Comunidade de Língua Portuguesa a adotar a nova ortografia e estamos vendo que outros países estão com problemas; por exemplo, Portugal há uma movimentação nacional para que não se aceite essa nova ortografia.

E o Brasil já aceitou e já está colocando em prática. Portanto, eu acredito que nada mais justo que nós, que trabalhamos com a palavra, que trabalhamos com a escrita, que possamos aqui discutir essa nova ortografia, que a partir do ano que vem deve ser obrigatório para todo o país.

Muito bem. Assunto da mais alta importância, necessário, muito bem, como de hábito, justificado por V. Exa.. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Aprovado.

Eu quero comunicar aos Srs. Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade em que o Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionará o Projeto de Lei que cria a Universidade Federal da Fronteira Sul, a ser realizado hoje, só que aqui... 15 de setembro, hoje, terça-feira, do corrente às 15 horas na sala de audiências públicas do Centro Cultural Banco do Brasil, Brasília.

Os Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo.

Eu quero esclarecer que este projeto de lei foi aprovado nesta Comissão duas semanas atrás, salvo engano, duas semanas atrás.

Quero também, finalmente, convidar os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para a Audiência Pública do dia de amanhã, que será realizada às 10 horas, nesta sala da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; o assunto discutir e buscar soluções para o problema enfrentado pelos estudantes da graduação de todo o país, incluindo Mato Grosso do Sul, incluindo Paraná também, matriculados nos cursos a distância oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins, UNITINS.

A autoria do requerimento é da Senadora Kátia Abreu e dos aditamentos da Senadora Kátia Abreu, Senador Cristovam Buarque e Adelmir Santana.

Estarão presentes representantes do MEC, a Procuradora da República no Estado do Tocantins, a Vice-Presidente da Frente Parlamentar de Apoio à Educação à Distância, o Reitor da Universidade do Tocantins, o líder do Governo na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

Eu quero só esclarecer, Senadora Marisa Serrano, também, e a todos que acompanham essa Reunião, que esta Comissão de Educação Cultura e Esporte, sempre lembrando as três áreas, foi procurada pela Universidade, pelos estudantes, pela UNE, pelos profissionais, para contribuir na solução para o problema que vem acontecendo, que são cursos a distância oferecidos pela UNITINS em parceria também com empresas que fazem esses cursos à distância no Brasil.

São 100 mil alunos, 100 mil alunos no Brasil, fazendo esses cursos à distância. E a universidade está sendo descredenciada pelo Ministério da Educação, já foi descredenciada, não está sendo descredenciada, já foi descredenciada. Então, como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Senadora Marisa Serrano agora, como Vice-Presidente, nós re-

cebemos as representações de todas as partes, por duas ou três vezes aqui na Comissão.

Fizemos uma reunião grande, nesta sala, na última vez, com a presença da Deputada Nilmar Ruiz, representantes das áreas, por solicitação da bancada do Tocantins, de Deputados Federais e de Senadores, solicitaram uma reunião administrativa, que foi feita.

Eu próprio participei de duas reuniões com o Ministro da Educação, participei de uma Reunião com o Secretário de Educação à Distância e sempre dizendo: "Como é que nós podemos achar uma solução para que um contingente tão grande de acadêmicos não seja prejudicado no meio de um processo?"

Se houver responsabilidade, que as responsabilidades sejam apuradas, mas não pode haver um prejuízo para 100 mil estudantes no Brasil, num curso que vinha sendo acompanhado, também, pelos órgãos todos.

Mas por isso que nós estamos convidando para amanhã, para encerrarmos esse debate também, porque um esforço já foi feito na tentativa de se achar um encaminhamento, mas chamando o Ministério da Educação, a Procuradoria da República, que está acompanhando esse processo, o Reitor da Universidade, representação legislativa do próprio Estado e quem sempre está participando e não consta aqui, que seria a própria UNE, também, mas a UNE está solidária, também, com a necessidade de ser encontrar um caminho para atender os estudantes.

Sr. Presidente.

Senadora Marisa Serrano.

Eu gostaria de fazer um comentário também a esse respeito, porque nós todos vemos nos jornais de ontem, antes de ontem o descredenciamento que o MEC fez em cima dos cursos de pedagogia de dez centros universitários ou instituições universitários no país.

Mas como foi feito agora, proibindo o próximo vestibular, quer dizer dá tempo das universidades, das faculdades, aliás, se reorganizarem, inclusive tem duas no meu Estado, há tempo para se reorganizarem.

Mas o que não pode, Sr. Presidente, é simplesmente acabar com o credenciamento da faculdade ou da universidade e os alunos serem os grandes prejudicados.

Quer dizer, a partir do momento que você proíbe fazer vestibular, de começar novas turmas, só terminando com aquelas que já começaram, colocando mais fiscalização exigindo melhor qualidade, fazendo com que aqueles alunos tenham um ensinamento melhor e um desenvolvimento melhor na sua tarefa de ensino, isso já resolveria o caso.

Agora, não pode é fazer como está sendo feito, simplesmente colocar 100 mil alunos sem ter para onde ir e sem ter uma escolaridade garantida. Eu acho que se fizer isso, se fizesse progressivamente, resolveria talvez o problema, como está sendo feito agora com essas, esses cursos superiores, que antes do vestibular já estão sabendo que não poderão mais oferecer essas vagas agora, mas continuando com os cursos que já estão em andamento.

Eram essas as minhas palavras, dizendo a V. Exa. que é pertinente a Reunião, dessa Audiência Pública, para que, pelo menos, a população brasileira tenha e tem que ter o local e seu fórum de debate, que é o Congresso Nacional e nós darmos a nossa contribuição a esse caso.

Eu só quero dizer a V. Exa., Senadora Marisa Serrano, que numa das reuniões com o Ministro da Educação, ele nos assegurou que isso aconteceria, a garantia da continuidade dos alunos que estão cursando os cursos de educação à distância da UNITINS.

Eles no assegurou isto e eu, inclusive, saí daquela audiência mais tranquilo, estava acompanhado da Deputada Federal Nilmar Ruiz que foi Secretaria de Educação no Estado de Tocantins; contudo, na sequência, não sei por qual razão isso não foi observado pelos escalões inferiores do Ministério da Educação.

Eu diria que seria muito razoável algo nesse sentido, exigir-se alguma situação nova, algum encaminhamento, mas garantindo-se o direito de quem esteja cursando. Alega-se no Ministério da Educação, não pelo Sr. Ministro, de que essas soluções estão sendo dadas, que estão sendo encaminhados para outras instituições.

Mas a própria UNE e eu próprio, e todos os que participaram da reunião, dissemos que isto causa transtorno, você está fazendo um curso, está no meio de um curso, três anos, está no primeiro ano, segundo ano e de repente tem que se dirigir a uma outra instituição. Quer dizer, isto causa e nem sempre por ser educação a distância é a mesma metodologia, o mesmo material, se existe o polo no mesmo local, é um conjunto de dificuldades.

Então, o grande objetivo, que o Ministro pelo menos assegurou que aconteceria, mas que acabou não acontecendo, é justamente nesse sentido de se garantir e mesmo nesses casos que V. Exa. mencionou, dos dez cursos, dez locais, dez instituições que não podem realizar o vestibular de Pedagogia, quer dizer, esses cursos vão continuar oferecendo, mas eu sei que um dos cursos é lá do Paraná, inclusive, e eles argumentam que não receberam até hoje documentos do Ministério da Educação, referentes ao ano de 2006, no sentido de avaliação.

Mas, de qualquer forma, o Ministério está dando um prazo para esses cursos, para a sua defesa também, é isso que têm que acontecer.

Pela última e derradeira participação minha nesse assunto, Senador Flávio Arns, mas eu queria lembrar duas coisas.

Primeiro, a palavra do Ministro a um Senador da República e a uma Deputada Federal tem que valer. Se tem uma audiência com o Ministro e ficam acertadas as bases de um acordo, esse acordo presume-se, como disse V. Exa., que saiu de lá tranquilo, presume-se que o acordo seja para cumprir.

Então essa é uma questão que preocupa a gente, saber se as próximas audiências com o Sr. Ministro vão ser realmente encampadas, como diz V. Exa., pela turma do segundo escalão do Ministério.

E a segunda questão que eu quero levantar aqui, Senador Flávio Arns, eu não acredito que se esses alunos forem à Justiça não vão ter seus direitos assegurados, porque vai ser muito difícil a Justiça ter aí questão de alunos que estão pagando, que a faculdade era autorizada pelo MEC, pagando a sua mensalidade, pagando o seu curso e, num momento para o outro, o Ministério descredenciar.

Isso, eu acredito que na Justiça esses alunos terão guarita, pelo menos é o que eu acredito, mas fico aqui pronta para a audiência de amanhã.

Então, isto acontecerá então amanhã, às 10 horas, em Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Muito bem. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 13h11.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e dez minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Inácio Arruda, Wellington Salgado de Oliveira, Adelmir Santana, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, José Nery, Cristovam Buarque, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Valdir Raupp e Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Expedito Júnior, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano e Romeu Tuma. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 30/09-CE, de autoria da Senadora Kátia Abreu e aos Aditamentos nº 01/09-CE, de autoria dos Senadores Kátia Abreu e Adelmir Santana; nº 02/09-CE, de autoria dos Senadores Leomar Quintanilha e Cristovam Buarque e nº 03/09-CE, de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi e Paulo Paim, que tem como objetivo **"Discutir e buscar soluções para o problema enfrentado pelos estudantes de graduação de todo o país, matriculados nos cursos à distância oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS"**. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Roberto Luís Oppermann Thomé, Procurador Regional da República; Senhor Hélio Chaves Filho, Diretor de Regulação e Supervisão do Ministério da Educação - MEC; Senhora Professora Selma Leite, Representante e Fundadora da Universidade Virtual Pública do Brasil - UNIREDE; Senhora Marta Kratz, Presidenta da Associação Nacional de Educação a Distância - ANEAD; Senhor Rodrigo de Miranda Gomes, Diretor da Associação Nacional de Educação a Distância – ANEAD; Senhor Jaime Vilas Boas, Vice-Presidente da Associação Nacional de Educação a Distância – ANEAD; Senhora Ângela Franco, Advogada e Representante do Sistema Educacional EADCON e Senhor Celso Costa, Diretor de Educação a Distância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e Coordenador Nacional da Universidade Aberta do Brasil. Dando prosseguimento à Audiência comparecem como expositores, a Senhora Deputada Federal Nilmar Ruiz, Vice-Presidenta da Frente Parlamentar de Apoio à Educação a Distância da Câmara dos Deputados; Senhor Professor Joran Oliveira Barros Júnior, Representante do Movimento Pró-Unitins (composto por docentes, servidores e demais colaboradores); Senhor Carlos Eduardo Bielschowsky, Secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação – SEED/MEC; Senhor Senador Leomar Quintanilha, Representante da Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS e Senhora Ludmila Fernandes da Silva Ribeiro, Procuradora da República. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franquea-

da aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Kátia Abreu e Cristovam Buarque – autores do Requerimento e do Aditamento, respectivamente, João Ribeiro e Wellington Salgado. Prosseguindo, o Presidente, Senhor Senador Flávio Arns, submete ao Plenário, proposta de envio de expediente ao Excelentíssimo Ministro da Educação, Fernando Haddad, com o fim de receber uma comitiva formada por representantes das entidades envolvidas, para que possam buscar soluções quanto aos problemas enfrentados pelos estudantes da Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS. A proposta é aprovada. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às quatorze horas e doze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE SETEMBRO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto, inicialmente, à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado. A presente reunião atende aos requerimentos nº. 30/09, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Kátia Abreu, e aditamentos nº. 1; nº. 2 e nº. 3 da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Leomar Quintanilha, Adelmir Santana, Cristovam Buarque, Sérgio Zambiasi e Paulo Paim. E esta reunião é destinada a discutir e buscar soluções para o problema enfrentado pelos estudantes de graduação de todo o país, matriculados nos cursos a distância, oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins, UNITINS. Dando início à Audiência Pública, solicito ao Sr. Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para que tomem assento à Mesa. Nós temos como convidados, cujos requerimentos como já mencionado foram aprovados pela Comissão de Educação, a Deputada Federal Nilmar Ruiz, Vice-Presidenta da Frente Parlamentar de apoio à educação a distância da Câmara dos Deputados, Professor Joran Oliveira Barros Júnior, representante do movimento Pró-Unitins, composto por docentes, servidores e demais colaboradores. Deputada Estadual Josi Nunes, líder do Governo na Assembleia Legislativa no Estado do Tocantins, Carlos Eduardo Bielschowsky, secretário de educação a distância do Ministério da Educação (Seed/MEC), Senador Leomar Quintanilha, representante da Fundação Universidade do Tocantins, UNITINS, e Ludmila Fernandes da Silva Ribeiro, Procuradora da República.

O Senador Leomar Quintanilha já está se dirigindo a esta Comissão, assim como a Senadora Kátia Abreu também, uma das autoras do Requerimento. Quero dar as boas-vindas a todos os expositores, expositoras, dizer da importância desse assunto que aflige uma quantidade bastante grande de alunos em todo o Brasil. Dizer que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, no decorrer nos últimos meses foi procurada pela UNITINS, foi procurada pelos alunos, foi procurada pelos polos, foi procurada por todos os atores envolvidos nessa questão, e, em função disso, fizemos reuniões na secretaria de educação a distância, também com o Sr. Ministro da Educação, duas audiências com o Sr. Ministro, não só junto com a Deputada Nilmar Ruiz, mas junto com outras pessoas que estão aqui presentes nessa Audiência Pública e outras que também não estão. Fizemos uma Reunião Extraordinária da Comissão de Educação a partir de Requerimento da bancada Federal de Deputados do Tocantins, do Estado e também dos Srs. Senadores daquele Estado, e hoje estamos fazendo uma Audiência Pública que, como foi lido, tem por objetivo discutir e buscar soluções para o problema enfrentado pelos estudantes de graduação de todo o país, matriculados nos cursos a distância oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins, UNITINS.

Quero cumprimentar o Senador Leomar Quintanilha, do Estado do Tocantins, e atual Secretário de Estado de Educação... Ah, toma posse? Então, futuro. Futuro Secretário de Educação, então, as pessoas presentes representam o Estado, Deputado Estadual... Ainda não chegou, está a caminho, a Nilmar Ruiz, Professor Joran, a Dra. Ludmila, Senador Leomar Quintanilha, e o nosso secretário de educação a distância.

Quero esclarecer que há um telão também disponível aqui na sala ao lado, sala 17, que é a sala da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos. Então, se

houver mais pessoas, ou as pessoas desejarem ficar mais confortáveis, o telão está disponível também na sala ao lado. Eu quero combinar com os expositores que façamos todo o esforço possível para ficarmos dentro do tempo de 10 minutos. Habitualmente, não temos uma exposição com... São seis expositores. Para não ficar longa demais, então eu peço, assim, um esforço pelo menos nesse sentido. É claro que permitiremos... Lógico que o expositor, a expositora, conclua o pensamento e que a gente não acabe atrapalhando a argumentação em função do tempo, mas, ao mesmo tempo, nos vigiarmos em relação à exposição toda, para que haja, assim, a oportunidade de todos falarem com calma. E, ao mesmo tempo, depois, haver também os posicionamentos dos Senadores e Senadoras que desejarem participar. O grande objetivo é, em conjunto, pensarmos nos quase 100 mil alunos que estão participando dessa formação a distância. Então... Preparada, Nilmar?

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): Preparada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Então, em primeiro lugar, passo a palavra à Deputada Federal Nilmar Ruiz, que é vice-Presidente da Frente Parlamentar de apoio à educação a distância da Câmara dos Deputados.

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): Obrigada. Muito obrigada, Senador. Quero cumprimentar ao nosso Presidente, Senador Flávio Arns, cumprimentar também o secretário de educação a distância, o nosso secretário Carlos Eduardo Bielschowsky, o nosso querido Senador, coordenador da nossa bancada, e também a partir de amanhã, sexta-feira, o Secretário de Educação do nosso Estado do Tocantins, Senador Leomar Quintanilha, quero cumprimentar ao professor Joran, que é representante do movimento Pró-Unitins na pessoa dele, aos professores e alunos da UNITINS aqui presentes. Quero cumprimentar a Procuradora, Ludmila, quero cumprimentar a todos que estão aqui presentes, e eu gostaria de iniciar dizendo que foram muitas as reuniões e audiências públicas para discutir e tentar resolver a questão da UNITINS. Na Câmara, no Senado, no Ministério... Quero aqui agradecer profundamente ao Presidente dessa Comissão, Senador Flávio Arns, que está conosco com essa vontade e determinação de resolver a questão da UNITINS. E, sinceramente, eu vejo que se esgotaram todos os aspectos técnicos e históricos nessas discussões, e nós chegamos a alguns impasses. O primeiro impasse: a UNITINS poderia ou não cobrar mensalidades e matrículas? Esse era o grande impasse. Na última audiência aqui, nessa mesma sala, nessa Comissão, eu falei que essa questão estava em julgamento pela justiça do Estado do Tocantins mediante uma Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público do Estado. Eu pedi que entregasse aos senhores essa resolução, essa decisão na íntegra, mas eu gostaria de destacar algumas coisas que vieram dessa decisão da justiça do Estado do Tocantins no que se refere à cobrança de matrículas e mensalidades. A Fundação Universidade do Tocantins, UNITINS, é fundação instituída pelo Poder Público, mas regida pelo poder privado nos termos da Lei Estadual nº 136/90, e do Decreto Estadual nº. 250/90, que atribui-lhe personalidade jurídica de Direito Privado com autonomia didático, científica, disciplinar, financeira e patrimonial. Prevê como receita a prestação de serviços, e permite a formalização de parcerias públicas ou privadas por meio de convênios e de contrato.

Na página 08, a Fundação Universidade do Tocantins, a teor do que dispõe o artigo, o primeiro da Lei 1.160 é uma instituição sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica de Direito Privado, com autonomia didático, científica, disciplinar, financeira e patrimonial. Foi instituída com o objetivo de organizar, instalar e manter a Universidade do Tocantins, UNITINS, e para tanto possui como fonte de receita, dentre outras, a prestação de serviço, os rendimentos oriundos de seus bens patrimoniais, físicos, ativos e financeiros, e agendas de qualquer natureza. E por isso não pode ser enquadrada na definição de estabelecimento oficial de ensino público. Convém lembrar que não há qualquer disposição normativa ou preceito legal específico prevendo que a manutenção da UNITINS será feita com recursos oriundos e exclusivamente do Poder Público, tanto é que na Lei Orçamentária do Estado do Tocantins não consta a destinação específica de verbas à Fundação Universidade do Tocantins em qualquer rubrica.

O Decreto Estadual nº. 1672 ampliou os objetivos da Universidade do Tocantins, que passa dentre outras atribuições, a oferecer ensino telepresencial, modular e a distância. E aqui consta da peça, que está muito bem elaborada: “Nesse sentido, trago a lume o posicionamento incentivador do MEC quanto à nova modalidade de ensino telepresencial manifestado pelo então secretário de ensino a distância, João Teatini, e pelo Presidente do CEDERJ, Carlos Bielschowsky nosso Secretário aqui, ao meu lado, repercutido no periódico paulista o Estado de São Paulo de 04/05/03. Já vai completar sete anos que saiu esse artigo no jornal em que foi citado.

O MEC aposta na educação superior a distância. Se o brasileiro não vai ao ensino superior, o ensino superior vai ao brasileiro. A educação a distância passa agora a ser encarada como a única maneira de tirar da

casa do 1% o número de universitários do país. Com esse intuito, o Ministério da Educação promete criar nos próximos quatro anos 250 mil vagas em universidades públicas nessa modalidade de ensino. O *boom* da educação a distância, o ensino superior no Brasil, ocorreu com a formação de professores, diz o educador João Vianney que todos nós conhecemos. Até julho, segundo o secretário de educação a distância, João Teatini, serão criados nove consórcios regionais de universidades públicas para oferta de ensino a distância. A ideia é unir instituições dos estados aproveitando a tecnologia e a capacidade já adquirida pelas que saíram à frente no oferecimento de cursos a distância. É impossível cada universidade pública, sozinha, oferecer ensino a distância porque a logística é muito cara. Isso tudo está escrito nesse artigo que foi feito pelo atual secretário e o nosso secretário. O modelo inspirado, principalmente no consórcio CEDERJ, que reúne as seis universidades públicas do Estado do Tocantins, segundo o Presidente Carlos Bielschowsky, até 2005 serão nove cursos. Sua estrutura é montada com polos em 14 cidades do estado. As Prefeituras oferecem o local para o centro de apoio, o Governo Estadual, e o Governo Estadual bancos e equipamentos. Os esforços começaram depois de 1996, quando a Lei de Diretrizes e Bases da educação estipulou que em dez anos todos os professores do país deveriam ter nível superior. E eu quero dizer a vocês que nessa época eu era secretária de educação do Estado e foi com o mesmo intuito que nós criamos dentro da UNITINS a educação a distância.

Bom, aqui está assim... Aí já são as palavras do nosso... E para mais, viabilizar esse *plus*, a formalização de parcerias da Fundação Universidade do Tocantins com a Educon serviu para esse propósito. Abertura de constituir parcerias e contratos de serviço educacional para oportunizar a oferta de cursos de graduação a distância nos diversos municípios do estado e em outras unidades da federação. Bom, eu acho que vou acelerar um pouquinho aqui e vou chegar até o final. A UNITINS viabilizou uma instalação... Eu vou cortar só essa parte, vou falar rapidinho, não vou ler. Quando eu era Deputada Federal, na época, vim para cá para que a gente pudesse ter no nosso Estado do Tocantins uma Universidade Federal, que nós não tínhamos nenhuma Universidade Federal. Nós não tínhamos nem instituição de ensino particular, estava começando a questão do ensino superior, e para que nós pudéssemos instalar a Universidade Federal no Estado do Tocantins, a UNITINS dispôs de tudo que tinha no que se refere a patrimônio, a pessoal, para nós termos a Universidade Federal. E aí começou a educação a distância para capacitar professor a reerguer, a reanimar a nossa UNITINS. [soa a campainha]. Só para falar mais um pouquinho aqui nessa decisão que muitos já conhecem e outros vão ler, diz o seguinte: que é importante refletir sobre as consequências e pontua uma série de prejuízos para os alunos que o resultado seria desastroso. Concluindo a sentença, que é a parte maior que a gente tem para falar, diz o seguinte: que a UNITINS não é mantida com recursos públicos, não há como enquadrá-la na compreensão restrita de expressão estabelecendo... Estabelecimento oficial de ensino público e, portanto, pode cobrar matrículas e mensalidades.

A segunda questão que foi tratada nessas inúmeras reuniões para o atendimento à normativa 40 e às auditorias que o MEC fez na universidade foi imposto uma série de mudanças através de termos de ajuste. E eu quero aqui dizer, perante o nosso secretário, ao Hélio, aos companheiros do MEC, que muito do que foi assinalado era necessário fazer. Muito. Quase tudo, praticamente, era necessário fazer. Bom, eu anexei aí com vocês uma outra tabela. Essa tabela foi apresentada pela Reitora, que hoje já não é mais, Jucilene, é ex-reitora, com todo um resumo da questão da UNITINS, que está aqui à disposição de quem quiser todo o relatório. Mas eu trouxe para vocês o que interessa; de tudo que foi colocado pelo MEC para que se fosse mudado, para se atender a normativa e aos padrões do MEC que é o nosso objetivo ter qualidade de ensino. Já foi atendido 62%. Então, o esforço muito grande está sendo feito para adequar.

A terceira questão que foi colocada, a imperiosa necessidade de repactuação da UNITINS e EADCON que foi desvirtuado no decorrer dos dois últimos anos e isso foi colocado, Sr. Presidente, o senhor lembra, na última reunião. Mudou o nosso Governo, vocês sabem disso, entrou um novo Governo que tem uma semana. O nosso Governador, hoje, Carlos Henrique Gaguim que me recebeu prontamente, assim que ele assumiu, determinou ao reitor que foi empossado que revisse a questão desse convênio da UNITINS, e que fizesse uma nova... Um novo convênio; repactuasse no sentido de fazer tudo que fosse necessário para recobrar o que a UNITINS perdeu.

Bom, eu estou até assim porque foi pena que esse documento que saiu ontem não conseguiu chegar aqui. Porque o avião que trouxe, a pessoa que trouxe se perdeu aí pelo meio do caminho. Mas não tem problema, eu mando para vocês. Ontem à tarde, final da tarde, foi feito outro contrato entre a UNITINS e a EADCON. A UNITINS retoma o seu papel de contratante, ao invés de contratada. A UNITINS, ela restabelece o seu papel de instituição de ensino como todo o controle acadêmico e pedagógico, e redistribui equa-

litariamente os recursos oriundo do pagamento das matrículas, porque foi assim que começou a parceria, foi na época que eu era secretária, foi desvirtuado e com a vontade política do Governador que acabou de assumir, em poucos dias nós conseguimos repactuar, fazer um novo contrato junto com a EADCON para que nós possamos continuar o nosso trabalho.

Então, eu queria dizer para os senhores e Sr. Presidente, que a UNITINS atendeu em tudo o que foi apontado pelos termos de ajustes de conduta, faltando um pouquinho apenas. E eu quero dizer, então, agora, o que nós precisamos, e eu vou falar "nós precisamos" porque eu sei que o meu sentimento é o sentimento de todos nós, de todos nós que estamos aqui. O que nós precisamos? Nós precisamos que com a mesma rapidez que o Ministério descredenciou a UNITINS, que foi menos de uma semana; recredencie. Até porque já foi entregue, isso foi entregue ontem à noite também, foi entregue o pedido de reconsideração ao Ministério para que recredencie a UNITINS. Que autorize a realização dos vestibulares 2010 para que a UNITINS retorne a sua missão como instituição de ensino, para que possa concluir os cursos em andamento, tirando da agonia os milhares de alunos espalhados em todo o Brasil, para que possa cumprir os 38% que faltam para totalizar as ações saneadoras. Quero aqui dizer que o nosso desejo, e o meu desejo em especial, é que todo o trabalho do MEC nas pessoas do Secretário Carlos Bielschowsky, que o empenho foi muito grande. Muito grande. Tanto o secretário como o nosso Diretor Carlos, o Hélio Chaves tiveram no Tocantins inúmeras vezes. Muitos técnicos estiveram conosco no sentido de mostrar a necessidade de mudança; nos atenderam aqui nas nossas audiências, se envolveram pessoalmente na questão da UNITINS.

Então, o nosso desejo é que esse trabalho do Ministério, que o grande esforço da UNITINS e o sofrimento dos professores, dos alunos da UNITINS/EADCON e de todos os envolvidos nesse processo tenham servido para tornar a UNITINS mais forte e melhor para continuar formando o povo do meu querido Tocantins e milhares de pessoas espalhadas pelo nosso Brasil, tão carentes de formação e conhecimento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço, então, essa primeira exposição da Deputada Nilmar Ruiz. De fato houve uma tolerância de cinco minutos, mas eu acho que foi muito bem colocado, foi importante, tranquilo, e depois na sequência as outras exposições de alguma forma vão abordar também as perguntas. E foi importante porque a Deputada Nilmar Ruiz também, na época, era secretária de educação, além de ser vice-Presidenta, agora dessa área.

Eu só quero destacar também as presenças aqui de Roberto Luiz Oppermann Thomé, que é Procurador Regional da República, Hélio Chaves Filho, Diretor de regulação e supervisão do MEC, Professora Selma Leite, representante fundadora da UNIREDE, Marta Kratz, Presidente da Associação Nacional de Educação a Distância, Rodrigo de Miranda Gomes, Diretor da Associação Nacional de Educação a Distância, Jaime Vilas Boas, Vice-Presidente da Associação Nacional de Educação a Distância - ANEAD, Ângela Franco, advogada e representante da EADCON e representante dos professores, alunos, servidores e colaboradores da Fundação Universidade do Tocantins. Sejam todos bem-vindos. O Rodrigo Lamego está aqui à minha esquerda. Seja bem-vindo, assessor parlamentar chefe do Ministério da Educação. Passo, em seguida, a palavra, ao professor Joran Oliveira Barros Júnior, que é representante do movimento Pró-Unitins, composto por docentes, servidores e demais colaboradores.

SR. JORAN OLIVEIRA BARROS JÚNIOR: Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus e a todos que nos deram essa oportunidade. Uma das poucas oportunidades em que os professores, servidores e demais colaboradores da UNITINS tiveram oportunidade de se colocar. Como representante, não só de docentes, como de servidores e demais colaboradores da UNITINS, foi elaborado um documento da qual eu peço a permissão para realizar a leitura. Antes, gostaria de cumprimentar a Mesa aqui dessa Comissão de Educação, em nome do Senador e Presidente Flávio Arns, representantes da bancada Federal do Tocantins, em nome tanto da Deputada Nilmar Ruiz, professora e grande lutadora do ensino a distância, e o Senador Leomar Quintanilha, o nosso querido secretário agora, em breve, sexta-feira, representante do MEC na pessoa do secretário de educação a distância Carlos Bielschowsky, representante do corpo docente e do movimento Pró-Unitins, os professores Joelson e Suely Quixabeira que são coordenadores de curso, representante dos alunos, o Sr. Raimundo, representante do Ministério Público Federal, a Sra. Ludmila Fernandes, a Presidenta do ANEAD, a Sra. Marta Kratz, e demais pessoas, autoridades aqui presentes.

Movimento Pró-Unitins, luta pela autonomia universitária, reestruturação do projeto EAD e pela inserção do orçamento do estado. Essas são as principais lutas do movimento. A Fundação Universidade do Tocantins é uma instituição de ensino superior criada há 19 anos, visando oportunizar o estudo às pessoas que moram distantes dos grandes centros com o Decreto 1672/02 e a Lei Estadual 1478/04. A UNITINS pôde redescobrir

e revalorizar experiências e projetos de tele-educação, tele-ensino e formação de talentos humanos existentes no Brasil, bem como retomar angulações teóricas e metodológicas em nichos de investigação científica e tecnológicas existente no Estado do Tocantins.

No período de 2001 a 2002, a instituição atendeu 8900 alunos na modalidade telepresencial e 2624 alunos nas licenciaturas em regime parcelado. Em 2004 ocorreu o processo de credenciamento e autorização de funcionamento da instituição na modalidade EAD pela portaria do MEC nº 2145 publicada no Diário Oficial da União nº 138. Em 2005 foram implantados os cursos normal superior Administração, Ciências Contábeis em 17 Estados e no Distrito Federal. No segundo semestre de 2005 foi implantado o curso sequencial em nível superior de Fundamentos e Práticas Judiciárias somente no Estado do Tocantins com o objetivo de qualificar os serventuários da Justiça e outros interessados na área de conhecimento. Em 2006 foram ofertados mais vagas para curso de Administração, Ciências Contábeis, implantado os cursos de Pedagogia e Serviço Social nas 25 unidades federativas e no Distrito Federal. Em 2007, além da continuidade dos cursos mencionados foram implantadas as licenciaturas em letras e matemática. Houve ainda um novo processo seletivo para o curso de pedagogia e por meio da condução de parcerias interinstitucionais iniciaram-se novas turmas para os cursos de ciências contábeis, administração, serviço social e curso tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. No primeiro semestre de 2008 a UNITINS contava com cerca de 110 mil alunos frequentando os cursos de EAD em todos os estados da federação e no Distrito Federal. Segundo dados da instituição, atualmente são 65 mil estudantes que estudam na UNITINS.

Com a criação, em 2007, da Secretaria de Educação a Distância, todas as instituições de educação que ofertavam a modalidade de EAD passaram a ser supervisionados, inclusive a UNITINS. Em maio de 2008 foi iniciado o processo de supervisão pelo MEC com visita aos polos e aos centros associados ligados à UNITINS. Em outubro de 2008 as irregularidades foram apontadas na nota técnica 037 do MEC. Entre os pontos irregulares detectados está o fato de EADCON subcontratar outros parceiros para atuarem como polo sem nenhuma relação direta com a UNITINS, e contratar os tutores das telessalas. Outro ponto destacado é a parceria da UNITINS com a empresa privada EADCON, não ser adequada à Legislação educacional vigente da denúncia revista pela instituição. Em novembro de 2008 e fevereiro de 2009 a UNITINS apresentou duas propostas de termo de saneamento para sanar as deficiências apontadas pelo MEC. Em fevereiro de 2009 o MEC remeteu a nota técnica 017 que suspendia a realização de novos vestibulares, apontava problemas no contrato entre a UNITINS e a Educon, em que a UNITINS, instituição credenciada junto ao MEC é contratada e não contratante, e vedava a cobrança de mensalidades devido à natureza pública da instituição. Em fevereiro e abril a instituição apresentou novas propostas de saneamento que não foram aprovadas pelo MEC. Em abril foi assinado o termo de ajuste de conduta - TAC - para cumprir exigências do Ministério Público Federal e do MEC. O documento foi assinado com as seguintes determinações: não matricular novos estudantes de graduação com cobrança de mensalidades e possíveis transferências dos estudantes regulares com o acompanhamento do MEC. A assinatura desse documento permitiria a expedição dos diplomas, dos cursos ofertados.

Em junho a UNITINS encaminhou um novo termo de saneamento que foi aceito pelo MEC. Porém, em 15 de julho a instituição pediu mais prazo para a assinatura do termo. Em 20 de julho esgotou-se o prazo dado pelo MEC para a assinatura do termo de saneamento. Em 18 de agosto a portaria 44 do MEC descredencia a UNITINS nos cursos de modalidade a distância. Em decorrência de todos esses fatos criou-se o movimento Pró-Unitins que é formado por professores, funcionários e estudantes da Fundação Universidade do Tocantins e tem caráter independente, autônomo e apartidário. Desde sua criação o movimento ganhou adesão de importantes entidades de classe como ANDES - Associação Nacional dos Docentes em Ensino Superior, o SISEPE - Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins e recentemente o SINPRO - Sindicato dos Professores do Distrito Federal que se colocou à disposição do movimento para o que for necessário. Dessa forma, a comunidade acadêmica e entidades representativas se unem em favor da luta para garantir a permanência e a sustentabilidade da UNITINS dentro de padrões éticos, morais e legais. A atual luta foi desencadeada em especial a partir do episódio do descredenciamento da oferta de cursos de graduação na modalidade a distância, efetuado pelo meio que devido a não assinatura do termo de saneamento de deficiências pela UNITINS. Entre as irregularidades destacam-se: delegação de competências acadêmicas da instituição para parceiros não credenciados para oferta de cursos superiores na modalidade a distância pelo MEC. Contrato firmado entre a universidade e empresa privada no qual a UNITINS, instituição credenciada pelo MEC, é contratada e não contratante na parceria estabelecida.

Aqui, quero fazer um adendo, visto que estávamos em Brasília e ainda não tínhamos notícias das atuais

ações e conjunturas feitas pelo atual Governador, Carlos Gaguim, e o novo reitor Osmar Nina, do qual acho que é um importante passo para a sustentabilidade, para a resolução dos problemas, mas deixar claro que não basta inverter contratualmente os termos legais, mas é preciso estar dentro dos termos contratuais, a questão das competências, a questão de todas as irregularidades apontadas. Essas irregularidades e outras apontadas pelo MEC implicam a não continuidade do projeto EAD e o não cumprimento da missão socioeducativa da universidade, tanto na modalidade EAD quanto na presencial.

Diante da atual conjuntura da universidade com o descredenciamento que gera incertezas quanto à permanência dos alunos na instituição, bem como o futuro de professores e servidores do movimento Pró-Unitins encampa uma luta que tem os seguintes objetivos, do qual eu peço a atenção de todos: resgate de uma universidade autônoma e democrática que permita a participação de todo o corpo acadêmico no seu processo de desenvolvimento social pedagógico, técnico e científico; articulação política para discussão sobre um novo credenciamento da UNITINS para oferta de cursos a distância; reestruturação do projeto de educação a distância da instituição de forma a atender os requisitos legais, técnicos e os referenciais de qualidade na educação; ampliação dos cursos presenciais conforme as demandas regionais; comprometimento do Governo Federal na viabilidade das condições financeiras e estruturais para reordenamento do projeto EAD da UNITINS; garantia de dotação orçamentária no Governo do Estado para a manutenção e sustentabilidade financeira da instituição de ensino superior. Com isso, esperamos sensibilizar os órgãos gestores de educação do país, as autoridades competentes e toda a sociedade para a solução dessa crise vivenciada pela UNITINS, que não é só da sua comunidade acadêmica, mas de todos aqueles comprometidos com a vida de vários cidadãos estudantes que estão esperando por nós, uma ação efetiva no sentido de solucionar os problemas existentes. Tal ação só poderá ocorrer de fato com a participação ativa de todas as partes direta ou indiretamente envolvidas e com as condições adequadas ao aperfeiçoamento de nossas ações que requer investimentos e vontade político-financeira. [soa a campainha]. Por excelência histórica as universidades são espaços de reflexão, inovação, participação, democracia, produção, gestão e difusão de conhecimento. Mais uma vez a UNITINS é palco de transformações conjunturais e busca na resiliência pela competência e compromisso dos seus professores e servidores em geral, o seu soerguimento e efetivação de sua missão junto à sociedade. Faça parte desse movimento, faça parte da história do Tocantins e do Brasil. Movimento Pró-Unitins.

Nós agradecemos a atenção e queremos deixar registrado que a luta desse movimento é pela universidade autônoma, onde nós professores, servidores e demais colaboradores possam ter voz e possam ter vez na construção de um novo modelo independente, nós não vamos entrar na questão ainda da gratuidade ou não, porque existem comissões que estão estudando, professores competentes, para ver os melhores cenários. Mas a principal luta é pela questão da autonomia, pela participação dos professores, pela questão de regularizar tudo o que foi apontado, de nós permanecermos legais. Porque uma coisa que não foi apontada em nenhum momento, nem pelo MEC, nem pelas demais instituições foi a qualidade do processo, do trabalho dos professores e servidores daquela Casa. Queremos defender, sim, a permanência da UNITINS e gostaríamos que as autoridades aqui presentes, caros Senadores e demais participantes dessa Comissão, olhem para a UNITINS com o olhar mais sensível porque são 700 servidores que tem naquela Casa e são só no Tocantins mais de 21 mil alunos.

Muito obrigado a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu quero destacar dois aspectos. O primeiro, como já foi anunciado, aqui ao lado para as pessoas que eventualmente desejarem ficar mais confortáveis, tem um telão à disposição, sala 17, auditório da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos. Segundo aspecto, quero destacar a presença do Senador Wellington Salgado, do Senador João Ribeiro, do Tocantins, que inclusive foi um dos incentivadores para que esta Audiência Pública acontecesse, sugeriu essa iniciativa--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu sou relator da área temática da Educação, Cultura, Esporte e Ciência e Tecnologia do orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Do orçamento também. Além de tudo. Senador Roberto Cavalcanti e Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Queria pedir a minha inscrição para falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Pode ser na sequência? Para dar a palavra aos demais expositores. Não tem problema? E o segundo, eu pediria às pessoas que estão participando da Audiência Pública, que apesar de ter sido bastante respeitoso o aplauso para a pessoa, que não houvesse aplauso, porque nós estamos num debate,

numa discussão, opiniões favoráveis, opiniões contrárias... E principalmente--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): E o regimento impede, não é Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): É. Principalmente de reflexão sobre uma situação que tem que ser resolvida, tem que ser encaminhada. E como o Senador João Ribeiro colocou; o regimento não permite que isso aconteça. Está bem? Conto com a compreensão de todos. Passo em seguida a palavra ao Sr. Secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação, Carlos Eduardo Bielschowsky.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Eu gostaria de cumprimentar com muito carinho o Senador Flávio Arns que vem acompanhando esse processo e dando significativas contribuições. Cumprimentar a Deputada Nilmar Ruiz, eu queria também com muito carinho cumprimentar em nome do corpo de professores e técnicos da UNITINS o Professor Giron(F), cumprimentar o Senador Leomar Quintanilha e a nossa Procuradora, Ludmila, de Tocantins.

Eu vou tentar rapidamente botar o quadro da educação a distância hoje no Brasil e entrar na situação da UNITINS, em particular. Então, muito rapidamente eu trouxe uma apresentação. Nós temos na SEED uma diretoria que a partir de dois anos para cá passou a cuidar da regulação e da supervisão. As instituições são credenciadas enquanto sede, enquanto polos e autorizado o primeiro curso. Então, esse é o processo normal de regulação dos cursos de educação. Os atos de regulação, portanto, são credenciamento das instituições, polos, autorização de curso, reconhecimento de curso, e nós tivemos uma série de avanços nos últimos dois anos, democráticos, discutidos com a comunidade acadêmica. Eu queria saudar nesse momento a criadora da UNIREDE, Professora Selma, que aqui presente, que participou, assim como toda a comunidade de educação a distância no estabelecimento, desses marcos legais.

Estabelecido esse chão para que nós pudéssemos pisar com tranquilidade, nós passamos a fazer a supervisão em 2008. Portanto, esse chão foi criado na questão da regulação, do credenciamento, nós hoje temos aprovados pelo Conselho Nacional de Educação, critérios de qualidade e instrumentos específicos de educação a distância, e a partir daí, nós passamos a trabalhar na supervisão. Essa supervisão e regulação estão pautadas em critério de qualidade que como eu já falei foram discutidos publicamente, foram discutidos publicamente, foram discutidos com toda a comunidade e que estão publicados, que geram os instrumentos de regulação e os instrumentos de supervisão, e tem vários... Enfim, tem várias dimensões. Cada dimensão dessas é um setor que tem todo um conhecimento na área de educação a distância consolidado e importante. Nós começamos a supervisão em 2008, o processo tem um time hoje de 350 colaboradores que vão nas instituições e nos polos. A equipe... Uma vez que eles fazem esse primeiro passo nós trabalhamos, a Patrícia, o Hélio, nossa equipe da SEED estudando durante horas e horas cada instituição, nós negociamos um termo de saneamento, a partir daí a instituição começa a executar esse termo de saneamento, portanto é um processo de negociação bastante democrático e tem dado excelentes frutos. Nós estamos com 12 instituições, as maiores do país assinadas, uma instituição com processo administrativo em curso, que é a UNITINS e um conjunto de outras instituições, portanto, 38 instituições que já representam 70% dos alunos estão passando por esse processo, é um processo de redesenho da área de educação a distância feita em colaboração que tem gerado frutos considerados pelos próprios gestores das demais instituições, dessas 12 que já estão caminhando, frutos excelentes e também pelos alunos.

Nós hoje estamos com cerca de um milhão de alunos, nós tínhamos, no final do ano passado, 760 mil alunos. Com esse quadro, portanto, é uma área que está crescendo. Ela mostra... Eu estou andando rapidamente para poder entrar no caso da UNITINS. Aqui está mostrado o crescimento da área, portanto é uma área que teve um crescimento espantoso nos últimos quatro anos e, portanto, requer muito cuidado. Nós temos que ter muito cuidado para que a educação a distância no Brasil tenha credibilidade. Cresceu muito rápido, está sendo repactuado com todas as instituições. As instituições estão passando por mudanças profundas e essas mudanças estão levando ao que nós consideramos uma credibilidade da área. Portanto, e eu queria destacar e agradecer a Deputada quando ela falou que em 2003 eu escrevi um artigo dizendo que eu acreditava. Nós acreditávamos e acreditamos na área. Nós acreditamos que a educação a distância estava e está fazendo um belíssimo na democratização do ensino superior, por isso mesmo que nós temos que tomar muito cuidado e fazer com que as instituições não entrem numa competição predatória, mas que elas tenham todos os mecanismos necessários para oferecer um ensino de qualidade. E agora entro na questão da UNITINS. Com a UNITINS aconteceu o mesmo que aconteceu com outras instituições que assinaram o termo de saneamento. Todas assinaram. Nós mandamos um conjunto de pessoas da mais alta competência. Eu quero citar aqui a Professora Selma Leite que foi Presidente da UNIREDE durante 10 anos,

que criou o sistema da Universidade Federal do Pará, e que se convidada a falar vai dar um depoimento do que ela viu e foi realmente no relatório dela, e no relatório de outros colegas que nós percebemos a gravidade da situação já levantada pela Deputada de uma instituição que foi credenciada para atuar no Estado do Tocantins, com seis mil alunos, e se expandiu... Enfim, os documentos nossos, e se expandiu para uma oferta que foi considerada pelos nossos avaliadores como oferta não qualificada. Nós encontramos problemas graves na UNITINS: primeiro que era uma universidade pública contratada por uma empresa privada. Nós percebemos total desconexão acadêmica da instituição com seus alunos. E eu quero destacar a reunião que eu tive com os professores na UNITINS que pautou nosso caminho ao longo desse processo. Nós temos consciência da qualidade do quadro acadêmico da UNITINS, da qualidade do que é emitido, mas o que a UNITINS faz é mandar e não tem mais nenhuma outra conexão com seus estudantes. Ela perdeu completamente a conexão a sua revelia com os estudantes. Isso fica claro mais adiante. Portanto, nós percebemos uma inexistência do contato da instituição com seus estudantes, inexistência de apoio presencial, tirando alguns polos, eu cito aqui a nossa colega que por mote próprio alguns polos criaram uma qualidade independente do projeto da UNITINS, mas que nós percebemos que na maioria dos polos e centros nós não tínhamos apoio ao estudante com tutoria presencial. A tutoria a distância, embora existisse, ela na prática não era utilizada pelos estudantes conforme foi demonstrado, não se tinha controle acadêmico. Nós não encontramos documentos comprobatórios desses estudantes na UNITINS, o que vai ser objeto inclusive de uma...

Enfim, isso vai ser cobrado e nós precisamos ter todos os estudantes declarados com todos os seus documentos ao longo desses anos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Por favor, Presidente, eu gostaria que o senhor falasse um pouco mais devagar: o número de alunos matriculados e o número de alunos encontrados pelo MEC.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Perfeito. Eu andei rapidamente para poder entrar no caso UNITINS...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Mas já está no caso da UNITINS.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Eu posso falar mais devagar. Eu agradeço a observação, eu vou então diminuir o meu passo e falar mais devagar.

Muito obrigado pela observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): A indagação foi no sentido de alunos matriculados e alunos encontrados.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Perfeito. Nós abordaremos esse tópico na próxima transparência, Senadora. Eu agradeço a observação e vou andar mais devagar. Então, nós encontramos, infelizmente... Os avaliadores encontraram um quadro muito precário sob o ponto de vista da oferta da educação a distância. Portanto, nós fomos obrigados a agir. Além disso, houve um questionamento do Ministério Público com relação à cobrança de mensalidade que a Procuradora poderá discorrer a respeito. Agora, o quadro de desconexão da UNITINS com seus alunos fica claro se nós olharmos o percentual que era destinado à UNITINS. Em 2006, 44% da arrecadação dos estudantes era repassado para a UNITINS. Em 2007, 26%, em 2008 apenas 16%.

Portanto, essa desconexão ela faz sentido se nós analisarmos mais profundamente a vida acadêmica e financeira as atribuições que eram dadas ao corpo docente da UNITINS com os quais nós nos solidarizamos e mais uma vez parabenizamos a presença.

A próxima transparência, por favor. Nós visitamos os polos de apoio presencial da UNITINS. Eu pessoalmente visitei alguns polos e percebi... Eu vou relatar o que eu vi numa situação. Eu entrei numa escola de ensino fundamental com carteira de ensino fundamental onde nós tínhamos uma secretária que me informou e sem grandes informações, depois nós observamos que tudo que se tinha naquele local de oferta era uma sala com carteiras de ensino fundamental, uma televisão de 29 polegadas e um operador de televisão. Não se tinha mais nada nesse sentido. Portanto, esse foi o quadro observado também pelos avaliadores, um quadro de oferta depreciada. Próxima transparência, por favor. Aqui mostra a UNITINS. Aqui mostra a questão dos estudantes mencionados pela Senadora.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Presidente. Eu tenho interesse nesse caso e se, V. Exa., Desculpe, V. Exa. não me deu a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Por favor, Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu estou sentindo que o Carlos está um pouco acelerado por causa do tempo. Porém, os dados são muito importantes, se V. Exa. pudesse ter uma... Uma paciência...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Exato. Eu, inclusive, antes do início da apresentação eu havia dito a ele para... Claro, procurar condensar, para não ultrapassar em muito, mas

ele terá a calma necessária, o tempo necessário para isso não interferir na qualidade da apresentação. Eu, inclusive, eu quero então dizer que nós vamos prorrogar o tempo.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Eu agradeço. De fato eu acelerei no início para conseguir dar conta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Até para esclarecer, ele de fato havia... O Secretário havia colocado para mim que ele queria apresentar o quadro geral. Eu digo: "Olhe, procure fazer o quadro geral mais sinteticamente para que possamos entrar no problema específico, objeto dessa audiência", o que ele está fazendo agora.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Perfeito. Eu lhe agradeço, Senador, e agradeço aos Senadores. Então, nós encontramos um quadro declarado de número de alunos em que nós só conseguimos a comprovação da situação de 2006. Esses números nós não temos a comprovação documental desses alunos.

Nesse momento nós conseguimos... Foi apresentado um quadro de 47.718 alunos com a garantia da comprovação documental. Portanto, é esse o número que nós temos hoje. Nós estamos trabalhando com esse número. É importante destacar que nós vamos precisar comprovar, e isso vai ser objeto provavelmente de algum tipo de auditoria, nós vamos precisar comprovar a existência dos 91.987 alunos. Nós já sabemos que a UNITINS não dispunha desses documentos porque isso foi declarado pela Reitora. Portanto, nós já sabíamos que a instituição não tinha o controle acadêmico, que a instituição, portanto, no nosso entendimento oferecia uma educação superior de baixa qualidade, não sob o ponto de vista dos docentes, eu de novo quero destacar que ao longo de todo esse processo nós procuramos trazer os docentes para a discussão. Foi nossa a sugestão, foi o MEC que solicitou oferecer a palavra aos docentes, eu agradeço ao Senador de ter oferecido essa possibilidade, portanto o Ministério da Educação gostaria de estar trabalhando de forma próxima dos docentes, porque a nossa visão é muito parecida com a visão dos docentes. De qualquer maneira nós entendemos que os docentes da UNITINS perderam a possibilidade de ter controle acadêmico da ponta, na medida em que não tinha os recursos e que o próprio projeto acadêmico de uma instituição contratada por uma instituição particular não o permitia.

A próxima, por favor. O que nós tentamos fazer? Eu queria dizer para os senhores que nós trabalhamos intensamente nesse caso. Nós gastamos um tempo enorme. Nós temos aqui depoimentos da própria Deputada, nós trabalhamos intensamente nesse caso. O nosso problema é a regularidade acadêmica da educação a distância. Nós trabalhamos muito, eu gastei pessoalmente muito tempo, o Dr. Hélio... Nós pedimos a colaboração do coordenador geral da Universidade Aberta do Brasil, que é o Dr. Celso Costa que está aqui presente, que também colaborou, chamamos o time dos melhores especialistas, a Dra. Selma, como eu já mencionei que foi uma das criadoras de educação a distância no Brasil, para tentar apontar caminhos acadêmicos para que a instituição pudesse fazer um bom trabalho. A mesma coisa que nós fizemos com a UNOPAR, com a UNIASSELVI, com várias outras instituições que estão seguindo uma trajetória acadêmica e nós acreditamos que está numa boa direção. Com mais ênfase a UNITINS por causa de todo o problema.

O Ministério Público disse: "É irregular a cobrança de mensalidades". Isso vai ser objeto da apresentação da Dra. Ludmila. Então, nós tínhamos dois pontos muito complexos nessa história. A questão da qualidade e a questão da mensalidade. E nós então conseguimos negociar com a instituição duas soluções. Duas soluções importantes. Nós trabalhamos muitos meses para chegar nessas soluções. A primeira, que os futuros alunos da UNITINS fossem alunos do Estado, a UNITINS oferecesse um trabalho para o desenvolvimento do Estado, sem a cobrança de mensalidades, e nós oferecemos a participação da OAB. A participação da OAB não significa que ela passa a ser uma instituição da OAB. É o financiamento, é a UNITINS fazendo o seu curso de graduação recebendo apoio financeiro junto com o do Estado, do Ministério da Educação, e o Dr. Celso Costa, aqui presente, que é o Diretor-Geral da Universidade Aberta do Brasil, pode testemunhar o que nós já conversamos e trabalhamos na direção de apontar um caminho, e nós colocamos isso para a Comissão de Educação da Câmara, nós colocamos isso para o Governo do Estado por diversas ocasiões. Além disso, nós--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Por favor, Sr. Diretor. O que é UAB?

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Universidade Aberta do Brasil. É o sistema que congrega hoje 74 instituições de ensino superior, é um consórcio envolvendo essas instituições, e o papel do MEC... O MEC tem um papel de financiamento e avaliação. Então, nós temos a UFRJ, a UnB, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, um conjunto de instituições que participam desse processo e com isso recebem financiamento para poder operar os seus alunos na área de educação a distância.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Por favor, Sr. Presidente, só para ver se eu compreendi. Então, foi oferecido que os futuros alunos não haveria

cobrança e que a UAB financiaria a UNITINS no lugar, substituindo a mensalidade? É isso, não?

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Sim, senhora. Exatamente isso. O que está colocado é que--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): A Deputada Nilmar está dizendo que não.

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): Porque é um modelo. A OAB ela não financia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu só quero esclarecer o seguinte, só para a ordem, vamos dizer, aqui na audiência, eu pediria--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Desculpa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Regimental, inclusive, eu pediria que o Professor Carlos Eduardo, ele continuasse com a apresentação. É claro que há uma colocação ou outra, às vezes até a gente pensa... Mas pontual. Porque se houver explicações mais demoradas, isso prejudica a apresentação.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Perfeito. Como eu tinha mencionado, a Universidade Aberta do Brasil é um modelo de financiamento, a instituição tem autonomia universitária para tocar seus alunos. Portanto, estamos aqui falando de viabilizar um futuro de qualidade para a UNITINS, e os docentes aqui presentes podem atestar que a instituição como todas as outras, a UFRJ, a UnB, tem autonomia. E com relação aos atuais alunos, nós trabalhamos com o Ministério Público intensamente para conseguir chegar num aditivo do termo de ajuste de conduta que permitisse que os alunos optassem. Se eles quisessem continuar na UNITINS, e aí teria-se aberto uma excesso, e a Dra. Ludmila poderá falar sobre a questão do financiamento para que esses alunos pudessem terminar os seus cursos com a UNITINS agora controlando os alunos de fato, e não terceirizando seu serviço acadêmico. Próxima, por favor.

Eu quero destacar para os senhores aqui todo um trabalho que--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Poderia voltar, por favor? O que eu estou mencionando é o seguinte. A senhora tem toda razão. Nós trabalhamos intensamente com o Ministério Público. E intensamente com a UNITINS, no sentido de fazer um aditivo do termo de ajuste de conduta, que estava pronto para ser assinado, que permitiria que a UNITINS levasse cobrando seus alunos existentes até o final. Seria uma exceção aberta pelo Ministério Público para que não tivesse nenhum prejuízo aos alunos. Então, o que eu estou destacando e afirmando, e eu tenho testemunhas - todas a respeito - Senadora, que nós trabalhamos para que a UNITINS tivesse um futuro brilhante pela frente, atendendo ao desenvolvimento do estado, e por outro lado ela pudesse levar seus alunos com soluções sem descontinuidade, inclusive do ponto de vista financeiro, para que ela pudesse levar os atuais alunos até o final do processo. É isso que nós estamos falando.

Eu agradeço mais uma vez, Senadora, seu aparte para deixar isso muito bem esclarecido. Portanto nós conseguimos equacionar esse problema.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): E a UNITINS não topou?

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Nessa próxima tela eu colocaria essa questão. Nós começamos o processo... Aqui eu faço um histórico de todo o processo. Eu quero destacar a quantidade de energia gasta nesse processo, senhores e senhoras. Srs. Senadores e Sras. Senadoras aqui presentes. Esse processo todo teve uma data fatal de 20 de julho de 2009. Nesse dia nós tínhamos o termo de ajuste de conduta, o aditivo acordado com o Ministério Público, a Dra. Ludmila poderá falar sobre isso, pronto, nós tínhamos o termo de saneamento que dava os rumos acadêmicos - pronto e negociado, estávamos na minha sala, na secretaria de educação a distância do MEC, a Reitora da UNITINS, a Procuradora Ludmila, eu, o nosso... O nosso jurídico, nosso assessor jurídico chefe, prontos para assinar esses dois documentos que viabilizariam... A tela anterior, por favor.

Esta solução. Esta solução foi construída depois de muitos meses para que se desse aos atuais alunos a opção de terminar o curso na UNITINS, e um futuro brilhante para a UNITINS em termos da sua... Seu papel como instituição pública, gratuita e de qualidade no estado, inclusive no que diz respeito à solução de financiamento, boa parte deles seria realizado pelo Ministério da Educação. A próxima tela.

Eu quero dizer para os senhores a nossa frustração quando a Reitora chegou naquele dia, depois de no dia anterior ter garantido que seria assinado, a Procuradora veio do Tocantins com a ordem do Governador de não assinar esses documentos. O Governador disse: "Não assinaremos." Eu liguei para o Governador pessoalmente. Falei: "Governador, esta solução que dá um futuro de ensino público, gratuito e de qualidade ao Estado de Tocantins, independência acadêmica à instituição, e valoriza o corpo docente, esta solução está na nossa mão. O Governador disse: "Me dê três dias que nós vamos assinar isso na segunda-feira" - que era o último dia do prazo de validade do credenciamento da

UNITINS. O credenciamento da UNITINS venceu três dias depois disso. O Governador falou: "O senhor--"

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Desculpa, Sr. Presidente, a exemplo da Senadora Kátia aí, eu estou ficando impaciente, e gostaria que V. Exa. compreendesse, porque eu gostaria, inclusive, que o nosso querido Diretor, Dr. Carlos, solicitar dele, se ele tem, esse ajuste de conduta e se poderia apresentar aqui para nós. Porque há informação que esse ajuste de conduta mataria a UNITINS do mesmo jeito. Então, por isso é que eles não quiseram assinar. Então eu gostaria... Eu sou... Quero dizer a V. Exa. que sou da base do Governo, sou um Senador que tem acompanhado o Governo em tudo, sou relator do orçamento, mas nós queremos aqui a mais pura das verdades porque isso que está acontecendo com a UNITINS é algo muito prejudicial, e de forma bastante carrasca o MEC... Se a gente esclarecer direito as questões, então, eu preciso, porque entre ficar de um lado ou ficar com o povo do meu estado, eu ficarei com o povo do meu estado e com os estudantes em qualquer situação.

Então, quero deixar isso bem claro a V. Exa., tenho o maior respeito por V. Exa., por todos os diretores do MEC, mas a gente precisa esclarecer bem para não ficar duas versões e para não ficar meias verdades aqui colocadas. Só gostaria de pedir desculpas, mas eu teria que colocar isso.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: A Dra. Ludmila poderá abordar esse tema do Termo de Ajuste de Conduta e o termo de saneamento está à disposição que é um termo do MEC. O ajuste de conduta... Então, nós temos os documentos, estão comprobatórios, e nós iríamos assinar e resolver o problema do impasse criado com relação à UNITINS. Infelizmente, na segunda-feira, quando venceu, expirou o credenciamento de educação a distância da UNITINS, a Reitora declarou que não, que ela não poderia assinar esses documentos, portanto nós não tivemos outro... Nós não tivemos outra possibilidade além de solicitar o descredenciamento da UNITINS. Até por pressão do Ministério Público. O Ministério Público disse que nós estaríamos sendo...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Negligente.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Negligente. Obrigado, Senador. Então nós solicitamos o descredenciamento da UNITINS e quero... Eu acho que... Vamos ver as próximas telas, por favor.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, poderia fazer uma intervenção rápida, de um minuto? Que estão me convocando na CCJ, o líder já me chamou lá, e ia precisar... Porque isso está afetando muito o meu Estado também, essa situação. Um minuto, eu prometo um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Habitualmente, a gente não pode fazer, mas, como é uma coisa... Só para ser bem sucinto.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não, eu queria só fazer... É rapidinho, um minuto. Vou ser bem rápido mesmo. Eu queria pedir ao MEC que revogue a portaria que descredenciou a UNITINS, ou, caso contrário, veja bem, ou caso contrário, que dê um prazo de 30 dias para que os polos se credenciem a outra instituição. 30 dias. Esse descredenciamento afeta a vida de 6.500 funcionários e 90 mil alunos. O meu Estado tem seis mil alunos. Sabe o que é seis mil alunos que vão ficar, no ar, sem os pés no chão, neste momento? Então, era esse o pedido que eu faria. Ou que revogue até se encontrar uma solução, ou se dê esse prazo, para que esses polos se credenciem em outra instituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Professor Carlos Eduardo.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Senador, seria o nosso prazer, nós estamos trabalhando intensamente para resolver a questão dos estudantes. Inclusive, solicitamos à UNITINS que preparasse a documentação, para que nós pudéssemos transferir parte desses estudantes. Com relação à questão dos polos, nós não temos base legal para fazê-lo. Se houver uma brecha legal, nós faríamos com o maior prazer. Nós temos uma relação pessoal com os diretores do polo, nos penaliza tremendamente, só que nós estamos, agora, botando ordem na casa de um milhão de estudantes e nós não temos base legal para fazê-lo. Nós não encontramos uma brecha legal. É o problema legal. Se o MEC faz isso, ele perde autoridade. Mas a sua sugestão está colocada. Se encontrada uma base legal, será o nosso prazer, a nossa satisfação de poder atender aos diretores de polo que estão numa situação crítica. Eu queria só concluir, deixando claro que o MEC se empenhou ao máximo, o Ministério da Educação continuará se empenhando, o Ministério da Educação quer uma solução para esse problema. Nos penalizou tremendamente, Senador, de que não tivéssemos assinado esses dois termos, o Termo de Ajuste de Conduta, o aditivo, e o Termo de Saneamento, porque foram documentos que levaram meses para ser trabalhados. Portanto, o Ministério da Educação, com muito pesar, vê essa questão.

Com relação ao futuro da UNITINS, eu queria me dirigir aos docentes da UNITINS, nós podemos proceder a um novo... Nada impede um novo processo

de credenciamento, como instituição pública gratuita e de qualidade--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Carlos, futuro da UNITINS, não; futuro do ensino a distância. Porque a UNITINS está viva lá.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Perfeito. Eu digo com o futuro da oferta da educação a distância da UNITINS. Eu estou me referindo a... A UNITINS está num processo de descredenciamento. Será o nosso prazer, Senador, achar uma... De educação a distância que eu estou falando. Desculpe, futuro da educação a distância.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Perfeito. Muito obrigado, Senador. Com relação ao futuro da educação a distância da UNITINS. Eu acho que, lá, nós temos uma base instalada muito positiva, e nós podemos trabalhar no sentido do seu credenciamento agora, para atender o Estado, na perspectiva pública, com o apoio da Universidade Aberta do Brasil. Então, nós não desistimos; nós achamos que tem caminho futuro em outras bases. Muito obrigado, Senador, pelo tempo que me foi concedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Eu só quero dizer o seguinte, para haver tranquilidade: o Professor Carlos Eduardo é secretário de educação a distância, é autoridade, nesta área, no MEC, e toda solução passa, também, por ele. Não só por ele, mas passa também por ele. Por isso que o tempo solicitado havia sido um tempo maior, e as interrupções que foram colocadas - todas elas pertinentes - foram descontadas. Então, todo mundo viu que o tempo até avançava um pouco. Agora, o correto, mesmo, é que a gente possa dar a possibilidade, agora, para os dois últimos expositores se manifestarem e, depois, nós teremos um tempo tranquilo para o debate, para que não haja, assim, essas interrupções importantes, eu digo, mas que a gente possa dar a continuidade, com segurança e tranquilidade, para as exposições.

Eu passo, então, a palavra agora ao nosso Senador Leomar Quintanilha, que é representante da Fundação Universidade de Tocantins, UNITINS, além de Senador, e Secretário de Educação, a partir de sexta-feira, do Estado do Tocantins. Então, com certeza, além de já estar envolvido, vai se envolver, ainda mais intensamente, no encaminhamento dessa questão. Com a palavra V. Exa., com muito prazer, Senador.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Meu caro Presidente desta importante Comissão, Senador Flávio Arns, ilustres convidados, Deputada Federal Nilmar Ruiz, que é vice-Presidente da Frente Parlamentar de Apoio à Educação a Distância, da Câmara dos Deputados; meu caro Professor Joran Oliveira Barros Júnior, que representa aqui o Movimento Pró-Unitins, composto por docentes, servidores e demais colaboradores; ilustríssimo Secretário da Educação a Distância, do Ministério da Educação, Carlos Eduardo Bielschowsky; ilustríssima Procuradora da República, Dra. Ludmila Fernandes da Silva Ribeiro; meus caros colegas Senadores. Eu iniciaria cumprimentando a Senadora Kátia Abreu, por ter provocado a realização dessa Audiência Pública, para trazer, para o âmbito desta Comissão, uma discussão muito significativa para o ensino brasileiro e, particularmente, para o ensino do Tocantins. É uma área muito sensível e, por isso, está a requerer de todos nós essa atenção. Eu acabei de receber, Presidente, um vídeo, que foi produzido com o esforço de alunos da UNITINS, de ensino a distância, que, apesar do seu conteúdo absorver cerca de oito minutos... Eu pediria a V. Exa. que apresentasse pelo menos a metade do vídeo, três minutos, quatro minutos, para que nós tomássemos conhecimento, já que o Professor Joran conhece seu conteúdo e o considerava significativo para a formação de juízo dos eminentes palestrantes e participantes dessa Audiência Pública. Pediria a V. Exa. que autorizasse.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

[exibição de vídeo]

[música]

REPÓRTER: *Como é surpreendente esse país chamado Brasil, de povo ordeiro, trabalhador, que não desiste de seus sonhos, como o de ter a chance de subir na vida, de forma honesta, escolhendo o caminho do estudo, de um curso de nível superior.*

[música]

E eis que essa oportunidade surge ao alcance de milhares de brasileiros, por meio da educação a distância. Muitas são as instituições que oferecem essa modalidade de ensino, mas uma quantidade expressiva de brasileiros escolheu e confiou na Fundação Universidade do Tocantins, a UNITINS.

[música]

E agora, sem entender o que está acontecendo, ou o que ainda pode acontecer, estas pessoas querem se fazer ouvir. Não são apenas itens de um banco de dados; são brasileiros.

[música]

DEPOENTE: *Meu nome é Marilva dos Santos Nicareta(F), tenho 40 anos, moro há dez anos em Balsas, Maranhão. Eu vim do Paraná. Tive a chance de, aqui, em Balsas, começar o curso de serviço social,*

no qual estou concluindo, e, pra mim, é muito mais do que um curso, é um sonho.

DEPOENTE: *Uma formação superior muda muito na vida de uma família. Então, uma mãe de família, hoje, tendo um curso superior, ela tem oportunidade no mercado de trabalho e de dar uma boa educação para os filhos.*

DEPOENTE: *Vamos procurar melhorar no que tiver falhando. Se tiver falha, vamos consertar. Mas fechar, nunca*.

DEPOENTE: *Que não mexam com esses sonhos, que não coloquem tudo água abaixo. E se sentirem que está faltando alguma coisa, que tragam, que nós estamos abertos, que, com certeza, as universidades estão abertas. Vamos somar. Vamos modificar, e não acabar com o sonho de milhares e milhares de pessoas.*

DEPOENTE: *Eu tenho muito medo de eu não me formar. Porque estou no sexto período, a gente fica muito, assim, insegura com essa... com o MEC, toda hora, querendo descredenciar.*

[música]

DEPOENTE: *Eles estavam precisando de uma pessoa que sabe mexer com RH. Aí eles viram meu currículo, que eu deixei aqui, que eu tenho um curso de administração, que eu estava terminando esse ano, eles viram e gostou. Chamou para fazer uma entrevista. Aí perguntou se eu entendia alguma coisa sobre RH. Eu entendia o que eu estava estudando. Aí eles viram, fez o teste comigo e gostou. Por isso que eu estou aqui hoje, trabalhando aqui, e a faculdade de educação a distância me ajudou muito, aprendi muitas coisas sobre... em relação sobre RH.*

DEPOENTE: *Tudo bem, se houve alguma coisa que eles não concordaram, mas tem que rever, tem que cobrar... Assim como eles fazem outras avaliações, em que tem um tempo para que a pessoa se--*

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós podemos ver, nessa breve projeção, a angústia, intranquilidade e a preocupação que toma conta dos alunos da UNITINS, sobretudo os alunos a distância. Eu gostaria, rapidamente, de mencionar que a UNITINS tem um valor histórico para o nosso Estado muito grande. Quando Tocantins foi criado, por razões óbvias, porque eram regiões abandonadas, a sua população vivia abandonada à própria sorte, nós não tínhamos uma unidade de ensino superior. Nós tínhamos pessoas sem conclusão de primeiro grau em sala de aula. Era fundamental que nós tivéssemos uma escola de ensino superior para formar, sobretudo, os docentes da rede de ensino do Estado, tanto do Estado quanto nos Municípios. Se nós fôssemos aguardar a presença da Universidade Federal no Estado, para cumprir com esse desiderato, nós teríamos que aguardar 13 anos. Foi o tempo que nós demoramos para conseguir que a Universidade Federal pudesse se instalar no Tocantins, e, felizmente, hoje, ela está lá. Só que o Governador à época, o Governador Siqueira Campos, compreendendo a urgente necessidade de qualificação dos professores, teve a coragem de criar a Universidade Estadual do Tocantins. Então, essa universidade tem uma importância fundamental e histórica para o nosso Estado.

Num segundo momento, quando ela resolveu fazer o ensino a distância, foi exatamente quando teve a condição de chegar aos municípios mais longínquos, sobretudo os municípios mais pobres e mais necessitados, para levar o conhecimento adequado, sobretudo aos docentes da nossa rede de ensino.

Então, eu entendo que essa discussão tem dois propósitos principais. O primeiro: preservar a UNITINS. Isso é um ponto sobre o qual nós não arredamos o pé. Ela é muito importante para o Estado do Tocantins, e, hoje, nós podemos perceber, inclusive, com os depoimentos que vimos, que ela é importante para os outros Estados brasileiros. E a preservação da condição dos direitos dos alunos a ela matriculados. Eu creio que o escopo dessa discussão aqui deve centralizar-se principalmente nessas duas situações. Eu entendo que o MEC tem as suas razões. Tanto é que tem sido muito paciente com a UNITINS; esperou, estabeleceu formas, estabeleceu propostas de ajustes, mas o ajuste só pode ser bom e eficaz se for bom para as duas partes.

Então, eu gostaria de lembrar as colocações aqui, as ponderações, feitas pela Deputada Nilmar Ruiz, que foi Secretária da Educação, que compreende muito bem a importância, a importância social e econômica da UNITINS no nosso Estado. Revela, inclusive, que, das eventuais irregularidades, apontadas pelo MEC, a UNITINS também feito seu esforço e já cumpriu 63%. Isso é um esforço grande. Não é suficiente? Tudo bem. Não é suficiente, vamos procurar avançar mais. Eu gostaria de dizer, principalmente, Senador Flávio Arns, ao agradecer a V. Exa., que, em muito boa hora, entendeu que era importante a participação desta Comissão do Senado, enquanto instituição, nessa discussão, que tomou uma dimensão muito grande e que envolve interesses muito grandes, sobretudo dos alunos que confiaram na instituição, que têm, nessa instituição, a sua salvaguarda para ter uma qualificação e uma capacitação, para que eles possam enfrentar os desafios do mercado, no dia a dia de suas vidas. É que nós simplesmente não podemos encerrar assim. Nós tivemos exemplos aqui, já, de instituições que tiveram desvios comportamentais, desvios de conduta e que foram encerradas. Hoje, nós percebemos que houve um

grave erro. Foi um grave erro cometido, por exemplo, quando nós acabamos aqui, com a SUDAM, quando nós acabamos aqui, com a SUDENE, porque elas tinham problemas no seu funcionamento. Se a UNITINS está enfrentando problemas no seu funcionamento, é imperativo que nós continuemos a exaustão, a busca do denominador comum, a busca da identificação de qual será a forma adequada e ideal para que ela continue funcionando. Esse é o apelo que faço ao Ministério da Educação, que nós não tenhamos encerrada, agora, as discussões.

O Tocantins está enfrentando um momento muito difícil da sua história, com a substituição extemporânea do seu Governador, assume um novo Governo, para enfrentar enormes desafios e dificuldades, dentre eles essa situação da UNITINS. O Governador revelou seu maior desejo de que a UNITINS, através, agora, de um novo Reitor, possa, junto ao MEC, junto às autoridades competentes, encontrar a solução. Nós entendemos que a transferência proposta dos alunos não é a melhor solução, principalmente para os alunos. E se esse é um dos mais importantes escopos que nós queremos defender, a transferência dos alunos não é, no nosso entendimento e dos próprios alunos, a melhor solução. E nem é para a UNITINS, que, hoje, se transformou num orgulho para o Estado. Ela tem a sua prestação de serviço muito significativa para o Estado, mas, hoje, presta sua contribuição a outros Estados da Federação, dando a oportunidade, sobretudo, a uma faixa da população mais pobre, mais carente, que não tem condição de frequentar outros cursos, em outras instituições, quer pela localização, quer pelos custos que esses cursos representam. Eu creio que as questões técnicas que foram apontadas aqui, tanto pelo Professor Joran quanto pela Professora Nilmar, merecem as nossas reflexões, e, sobretudo, com um posicionamento novo, de um novo Governo, de um novo reitor, querendo, ambos, continuar a discussão do MEC, para que nós possamos encontrar a solução definitiva, que consulte os interesses da legalidade, que são defendidos pelo MEC, mas que consulte, sobretudo, os interesses da UNITINS e dos seus alunos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem, Senador Quintanilha. Eu tenho absoluta certeza que V. Exa. tem toda uma personalidade de negociação, de entendimento, de escuta, também, e de busca de soluções, e tenha certeza de que será fundamental para a educação no Estado, como Secretário de Educação, como Parlamentar e também para que esta questão da UNITINS possa ter um encaminhamento adequado.

Muito bem. Passo, em seguida, a palavra à Dra. Ludmila Fernandes da Silva Ribeiro, que é Procuradora da República, no Estado do Tocantins, e que vem já, há alguns meses, acompanhando os desdobramentos desse processo.

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Bom-dia a todos! Eu quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Flávio Arns, da Deputada Nilmar Ruiz, do Professor Carlos Eduardo Bielschowsky, do Deputado José Nunes, Senador Leomar Quintanilha e a todos os presentes, Senadores, Senadoras. Tarefa... Enfim, vou tentar ser breve e não ser repetitiva naquilo que já foi plenamente esclarecido por todos aqui. Tentar fazer uma abordagem das irregularidades que foram verificadas e traçar um histórico do nosso trabalho. Primeiro, eu quero fazer um esclarecimento, e isso vai ficar bem claro no decorrer da apresentação, que o processo... Esse processo de descredenciamento da UNITINS não foi algo que aconteceu, como foi colocado por um dos presentes, e por um mês. "Ah, esse descredenciamento aconteceu em apenas um mês". Isso não é verdade. Há um procedimento administrativo, dentro do Ministério Público Federal, desde 2004. Nesse... Eu não estava presente, não era que acompanhei, eu peguei já essa questão da UNITINS agora, em maio de 2009. Mas é fato que há um procedimento administrativo para verificar regularidades na distância. E esse procedimento administrativo, ele aconteceu em razão de denúncias, feitas por alunos, em termos de qualidade do ensino. Foi assim que começou todo esse processo, dentro do Ministério Público Federal, no Tocantins. Foram feitas inúmeros expedientes administrativos, e o Ministério Público, ele oficiou ao MEC, para que fizesse a fiscalização devida, porque esse assunto de ensino a distância, ele é afeto ao MEC. Por ter um tema que ultrapassa uma única unidade federativa, é necessário que tenha um contorno nacional do tema, um tratamento nacional uniforme. E foi assim que iniciou o processo de fiscalização pelo MEC. Nós oficiamos ao MEC, solicitamos uma fiscalização, para verificar se aquelas denúncias que haviam chegado até o Ministério Público Federal eram procedentes ou não. E, nesse passo, o MEC nos atendeu prontamente e realizou a nota técnica nº. 37. E, quando essa nota técnica foi realizada, nós ficamos muito surpresos e alarmados com o cenário que encontramos, porque não eram só algumas irregularidades, que eu falarei, jurídicas, que foram verificadas na UNITINS, também questões técnicas graves. A nota técnica, ela fala e descreve... Eu coloquei alguns pontos, mas é muito amplo esse documento. Se vocês quiserem, depois, ter acesso, é público, enfim, não tem problema. Mas eu não vou entrar nessa questão técnica porque o Dr.

Carlos Eduardo Bielschowsky já, no meu entender, exauriu todos os aspectos técnicos e problemáticos da UNITINS. Enfim, aí realizamos a Nota Técnica 87(F) e continuamos as negociações com a UNITINS e com o MEC. Posteriormente, realizamos... O MEC, também, em razão de uma recomendação do Ministério Público Federal, nós encaminhamos uma recomendação à UNITINS e uma recomendação ao MEC, para que suspendesse os vestibulares, para que garantisse apenas a entrada, e a nova entrada só pudesse ser feita se fosse observada a gratuidade. Em razão dessa recomendação que o MEC elaborou uma nota técnica nº. 17, e, nesta nota técnica, ficou suspenso o processo de vestibular, de entrada, de ingresso de alunos na instituição, enquanto não saneada os problemas que foram verificados. Foi uma medida cautelar para se evitar maiores problemas... Que o problema, que já era enorme, já estávamos falando em torno de algo de 90 mil alunos, que esse problema aumentasse. Então, era necessário frear a entrada para tentarmos dar uma solução ao caso. Posteriormente, continuamos a avançar nas negociações e conseguimos, o MEC, junto com a UNITINS, tendo o Ministério Público Federal como agente fiscalizador, intermediando todo esse processo, firmar um TAC. O TAC é um Termo de Ajustamento de Conduta, e ele é muito importante porque ele não é um contrato ou uma negociação pura e simples. Por um TAC, a instituição que está irregular, ela assume, publicamente, estas irregularidades e assume, também, um compromisso em sanar essas irregularidades. Então, a UNITINS, quando ela firmou esse TAC, ela assumiu as irregularidades que estavam presentes, e isso foi de forma voluntária, não houve coação, não houve... Foi no âmbito de convencimento. Ela assumiu essas irregularidades e se comprometeu em saneá-las. Esse era o aspecto que nós tínhamos.

O TAC, ele... Pode passar, por favor. O TAC, dentre outras... É um TAC bastante simples. Porque esse termo, ele seria simplesmente o primeiro passo de outros ajustes. Todos nós sabemos que a questão é bem complexa e não é possível estabelecer, de uma forma simples, com apenas um único gesto ou ato, resolver todo o problema. Então, o TAC seria apenas o primeiro passo, em direção da construção de uma solução definitiva e inteira. Nós ficamos... O que a UNITINS, ela se comprometeu e assumiu... Isso é muito importante: nós não impomos, ela assume isso, ela assume a gratuidade do ensino. Ela assinou esse termo. Ela assume a transferência dos estudantes. Por que as transferências? Porque ela não tinha condições de assumir, ela não tinha controle desses estudantes. Ela não tinha nem ciência do total do número. Quando nós começamos a conversar com a UNITINS, ela não sabia quem era esse aluno, o quantitativo desse aluno. Foi tudo construído com o passar das negociações. Ela não tinha essas informações. Ela simplesmente não tinha. E a continuidade da oferta pela UNITINS até a conclusão de todo o processo de regularização. Esses foram os termos.

Eu quero fazer um esclarecimento com relação à transferência. Posteriormente, a assinatura desse TAC foi assim que eu cheguei ao Estado de Tocantins. Eu saí de Manaus, eu era Procuradora no Estado de Manaus, e fui para Tocantins. E, chegando em Tocantins--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, por favor, gostaria que voltasse à tela anterior, se fosse possível. Esse aqui é o TAC que vocês queriam que a UNITINS assinasse, que o Governo de Tocantins assinasse?

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Não, perdão. Esse é o TAC que a UNITINS assinou.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Esse é o TAC que a UNITINS assinou?

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Isso, em abril desse ano.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Transferindo os estudantes na modalidade a distância para outras instituições credenciadas. É isso?

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Isso.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): A UNITINS assinou?

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Ela assinou esse TAC.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Você vai mostrar o que foi que o Governador não quis assinar?

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Eu vou explicar. Eu não coloquei aqui, mas eu vou explicar os termos. É bem simples, é basicamente isso. O que é que acontece? É justamente agora que eu vou falar. Esse foi o TAC. Já foi assinado. Já existe esse termo. Ela assinou. O Governo do Estado deu o aval. Esse é o TAC que nós temos. O que acontece? Assim que eu cheguei lá no Estado, houve uma série de... Eu recebi muitos alunos, representantes de alunos, eu recebi representantes da Educon, representantes de polos... E tentei... Acho que a gente chega para resolver um problema, um problema tão complexo, nós temos que ouvir a todos os envolvidos. Qualquer construção, para ser construída, ela tem que ser democrática, ela tem que dar voz a todos os envolvidos. Por isso, eu realizei, também, no Estado do Tocantins, uma Audiência Pública, em que convidei muitos dos presentes que estão aqui. Convidei alunos, representantes dos

polos bases, convidei a Educon, que estava se falando afora do processo... Convidei, enfim, alguns Deputados do Estado... Eu tentei chamar todos aqueles e deixei aberto, para que a sociedade pudesse comparecer e colocar, sim, os seus problemas, enfim, suas visões sobre o problema.

Nessa Audiência Pública, uma coisa que ficou muito clara era que os alunos, muitos alunos, gostariam de concluir os seus cursos na UNITINS. Inclusive tivemos uma reunião, em que estava presente o Senador, o Ministro da Educação, o Hélio(F), o Carlos Bielschowsky. Assim que eu cheguei, tentando mostrar: "Olha, há uma demanda muito grande, por parte dos alunos, em querer concluir seu ensino na UNITINS. Só que nós temos um problema. Se a UNITINS não transferir esses alunos, se esses alunos forem transferidos... Enfim, alguns vão sem a vontade, vão de forma compulsória; não era o que nós queríamos. E teria um problema: se os alunos continuassem na UNITINS, como viabilizar esse ensino, que é caro? A UNITINS não tinha recursos do Governo. Também nós não poderíamos pedir para que o Governo incluísse, no orçamento, que já tinha se iniciado, não havia previsão... Por mais que houvesse uma previsão extraordinária, algo nesse sentido, não daria vazão para ela custear esse serviço. Então, nós construímos... Isso... Eu quero deixar bem claro: esse é o TAC. Nós construímos uma leitura desse termo e aí seria o aditivo. Em que sentido? Eu sou bem clara e bem sincera aqui. A minha vontade era que fosse exatamente assim: a transferência e gratuidade para todos, porque é isso que a Constituição manda com relação ao ensino a distância, ofertado por estabelecimentos oficiais. Só que eu também entendo que, em qualquer decisão, deve ser ouvidas as partes interessadas, deve ser construída de forma democrática. Então, nós fizemos uma leitura, sopesando os valores, ponderando os princípios constitucionais que estavam envolvidos no caso. Que a gente tinha, de um lado, tanto o ensino a distância, o direito ao estudante, mas também, de outro lado, a gratuidade, mas, também, tinha que dar voz a esse estudante, deixar que o estudante escolhesse em que instituição continuar seu estudo. E foi assim que nós construímos o aditivo ao TAC. Na verdade, seria uma interpretação... Na verdade, seria apenas uma mera explicitação de que termos aconteceria isso.

Então, ficou na seguinte forma: a transferência de estudante, ela continuaria, sendo que seria feito um período para que o estudante optasse entre se transferir ou permanecer na instituição. Essa transferência não seria mais compulsória, seria facultativa. O estudante escolheria, dentre o rol das instituições credenciadas, enviadas pelo MEC, faria sua opção pelo ensino. Qual instituição ele quer ir? Ele quer ficar na UNITINS? Ótimo, você vai continuar na UNITINS. Você quer ter o direito de sair? Saia. Por que, então, fazer algo que já é um direito do estudante? Por que uma transferência facultativa? Porque só assim nós poderíamos também colocar para esse estudante certos direitos, que uma transferência meramente facultativa, sem nenhuma interferência, sem que o Ministério Público Federal, nem o MEC, estivesse intermediando, não possibilitaria para ele. Que tipo de garantia? Que fosse feito um ajuste na carga horária do estudante; ou seja, o programa tem que se adequar, a instituição que receberia esse aluno seria também responsável por adequar esse curso. Ou seja, garantir que o aluno já tenha cursado aquele tempo, seja respeitado pela nova instituição, garantir também a equivalência de mensalidades, porque nós também estamos falando de um público, de estudantes que, normalmente, não têm potencial aquisitivo. Ou seja, se a gente faz uma transferência e não garante ao estudante o mesmo valor, muitos não teriam condições de continuar seus cursos. E essa é uma precaução do Ministério Público Federal. Se a gente está falando de ensino a distância, de democracia do ensino, eu também tenho que garantir a continuidade desse ensino, mas de forma viável e com qualidade. Esse era o nosso cenário. Estava tudo ok. Houve uma ação judicial, em que a Educon ingressou em face do Ministério Público Federal, da UNITINS... Da UNITINS e do MEC. O Juiz Federal, então, deu uma liminar, suspendendo a exigibilidade desse TAC. Só que nós tivemos um agravo de instrumento... E houve a suspensão dessa liminar. Ou seja, o TAC passou a vigorar. E nós estamos falando... Em todo esse período em que ficou, quase um mês, ou um mês e meio, com o TAC suspenso, nós conversávamos intensamente com a UNITINS, com donos de polos, com todos os envolvidos, sempre de forma aberta e muito clara. E a UNITINS, nesse momento, mostrava-se muito contente, muito satisfeita com o resultado, com essa transferência voluntária, com a questão dos critérios... Tudo ok.

Quando marcamos uma reunião no MEC, o agravo havia suspendido a liminar, o agravo garantia, então, a exigibilidade desse TAC. Quando, então, estava tudo pronto e acertado para nós assinarmos o aditivo, que seria a mera explicitação... E eu volto a dizer: esse aditivo foi justamente um pedido dos estudantes, em Audiência Pública, e também um pedido da própria UNITINS. Foi um pleito dela. Não foi algo imposto, foi um pedido da própria UNITINS e dos estudantes. Quando nós iríamos assinar esse termo, simplesmente, não sei como, nem por que, a UNITINS era uma outra instituição. Ela se esqueceu de tudo que tinha

sido pactuado, de que ela havia assinado e se comprometido, e volta atrás. Também é claro que, nesse TAC, está claro em que ela deveria assinar um Termo de Saneamento, junto com o MEC. E esse Termo de Saneamento, ele vinha sendo construído junto com o MEC, a UNITINS e MEC conversando sempre, inúmeras reuniões, para quê? Para que se finalizasse um saneamento, sem ser imposto, flexibilizando regras, datas, termos, condições. E a UNITINS também volta atrás nesse momento. Uma coisa que eu quero deixar claro é que a cláusula sétima do TAC, ela também é muito clara, quando fala que o descumprimento das obrigações constantes neste termo, nos respectivos prazos, autoriza a responsabilização judicial dos signatários desse instrumento, pelo Ministério Público Federal do Estado do Tocantins, sem prejuízo da instauração--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Procuradora... Pela ordem, Presidente. Só para organizar meu pensamento. V. Exa. está falando sobre o TAC anterior ou o novo TAC, essa cláusula?

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Exatamente. Essa cláusula é do TAC anterior.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já existia no anterior, então?

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Já existia.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está valendo.

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: E eu estou dizendo assim: na verdade, o aditivo não é um substitutivo. Ele seria simplesmente algo interpretativo. Não modifica substancialmente nada. Nós não mudamos cláusulas. Nós explicitamos. Por quê? A transferência ali, ela não ficou clara se era compulsória ou facultativa. E ela seria facultativa. Era a posição que nós queríamos para resguardar o interesse dos alunos. E essa cláusula que estou lendo, ela já existe e foi assinada pela UNITINS. E fala: "Sem prejuízo da instauração do competente processo administrativo, pela Secretaria de Ensino a Distância, conforme previsão, constante no art. 50, do Decreto nº. 5773/06". Ou seja, o que o MEC fez, o descredenciamento, nada mais é do que já estava previsto no TAC. E se, por um acaso, o MEC não tivesse agido de ofício, como seu dever, até dever legal disso, nós, Ministério Público Federal, iríamos ingressar judicialmente, para compelir ao MEC realizar aquilo que ele mesmo se comprometeu e que nada mais é do que simplesmente cumprir a Legislação pertinente sobre o assunto. O MEC não atuou de ofício ao alvedrio(F) da lei, sem ouvir as partes. Não. Isso tudo já estava previsto e já era de ciência de todos os autores. Porque esse TAC, aqui, ele está público há muito tempo. Todos têm acesso, inclusive na página do Ministério Público Federal. E há previsão, a não atuação da UNITINS, o não comprometimento, não assinar o Termo de Saneamento e aos outros compromissos, firmados no TAC, redundaria, sim, num processo de descredenciamento. Ocorre que a UNITINS findava esse credenciamento dela, na data do dia 20 de julho, e foi justamente diante de todo esse viés, esse histórico que eu traço a vocês, que redundou num descredenciamento. Então, a gente não está falando de algo arbitrário, não. Foi algo muito trabalhado e... Nós não queríamos isso. Eu sou como uma das defensoras árduas do processo de educação a distância, porque acho que é uma forma de se levar democracia ao país, de levar educação a quem precisa, só que essa educação tem que ser levada de forma... com parâmetros, com qualidade--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Doutora, pela ordem, Presidente. A senhora poderia, objetivamente, ler o TAC que a senhora queria que o Governo assinasse, e ele não assinou, por favor?

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Eu não tenho esse termo aqui.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Nem se lembra, em linhas gerais, do que ele se tratava?

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Exatamente isso que eu falei com a senhora. Transferência facultativa dos estudantes e garantir a esses estudantes, que optarem por permanecer na UNITINS, que fosse continuar a cobrar mensalidade. Por quê? O Governo do Estado não tinha condições de arcar, naquele momento, com o passivo de estudantes.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Então, repetindo: os alunos continuariam... Os que quisessem ficar na UNITINS, continuariam pagando, e os que quisessem ser transferidos, poderiam ser transferidos?

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Com parâmetros nessa transferência, sendo garantido--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Basicamente, o TAC era esse, que o Governo se recusou de assinar? Só isso?

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Basicamente, não. Era exatamente isso. Exatamente isso. E seria simplesmente uma mera interpretação do TAC anterior. Essa questão da cobrança de mensalidade para os alunos que continuassem na UNITINS foi algo, fruto de uma interpretação da Constituição, sopesando os princípios. Porque eu não poderia... Se eu estou garantindo ao estudante o direito de optar - e eu acho que é uma forma importante, tem que se dar voz ao estudante e garantir essa escolha - eu também tenho que garantir os recursos para isso. O Estado me

apresentava ali que não tinha recursos. O orçamento estava fechado, e, mesmo que fosse para o outro orçamento, não teriam condições. Apenas por isso seria mantida essa cobrança, de uma forma excepcional e ponderando no caso concreto. Então, apenas para a situação.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Então, se eu entendi, se os 96 mil alunos assinarem um documento que querem ficar na UNITINS, portanto, estão concordando em pagar mensalidade, aí o problema está resolvido? É isso?

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Não. O problema está resolvido... Nós não tínhamos mais cem mil alunos. Nós estamos falando algo em torno--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Que seja 10 mil, que seja 40 mil. O princípio é que eu gostaria de entender. Se 40 mil alunos concordarem ficar na UNITINS, portanto pagando mensalidade, está tudo ok?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Posso esclarecer?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Só a resposta dela, por favor.

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Só um minuto. Isso é apenas um dos lados, porque nós não estamos falando só de cobrança de mensalidade. A UNITINS também deveria sanear.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, não. Eu estou perguntando exatamente isso. Se estiver tudo ok, se os centros estiverem bem, bem estruturados, os alunos, optando, eles podem pagar mensalidade e continuar na UNITINS?

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Nesse caso, sim, em razão de uma ponderação... Se a UNITINS, ela assinasse o Termo de Saneamento do MEC, que era a situação técnica, e ela cumprisse com os demais termos de saneamento, outras questões jurídicas também, que eu vou apresentar, sim, poderia continuar. Agora, eu quero deixar claro que há uma demanda muito grande de estudantes de todo o Brasil, inclusive outros colegas, outros procuradores, chegando até mim na seguinte situação: estudantes da UNITINS querem fazer transferência voluntária, querem simplesmente sair, não esperar o cumprimento de TAC, nem nada. A UNITINS não tem garantido os documentos. A UNITINS tem segurado, retido, indevidamente, os documentos e não tem liberado para fazer a transferência.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): A senhora tem alguma denúncia formal?

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Eu tenho denúncia formal.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Formalizada?

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Tenho denúncia formalizada. Inclusive eu já tenho um procedimento administrativo sobre esse assunto.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Quantas pessoas?

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Eu tenho um procedimento administrativo que foi encaminhado por Pernambuco, eu tenho também do colega Procurador da República, em Cachoeiro do Itapemirim--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Quantas pessoas? Quantos alunos quiseram sair e não conseguiram documento?

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Doutora, eu não tenho exatamente em números. Eu tenho... Porque, normalmente, quando a gente pega uma representação, é o suficiente para autuar. Um ou dois, não. É um número considerável. Porque, diariamente, vêm e-mails, dizendo--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Claro, porque não pagaram mensalidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu só quero ponderar uma situação. A Dra. Ludmila é a última expositora, e V. Exa., como autora do Requerimento, é a primeira a fazer os posicionamentos. Aí a gente pode fazer até um pingue-pongue, no sentido de pergunta, resposta... Sem problema também. Só, Dra. Ludmila, conclua a exposição, para dar o quadro geral, por favor.

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Bom, então esse é o histórico. Simplesmente estava traçando um histórico da UNITINS. Eu esqueci de falar que, em consequência do não cumprimento do TAC, nós ingressamos com uma ação de execução desse TAC. Já há uma ação de execução em curso, para que ela cumpra com que deve ser cumprido. Porque o TAC é um instrumento válido, importante, e deve ter seu respeito, deve ser observado.

Enfim, agora, rapidamente falando sobre a UNITINS, natureza jurídica e consequências. [ininteligível] a Fundação Universidade UNITINS é uma Fundação de Direito Privado, destinada a prestar serviços educacionais de nível superior, nos termos da Lei Estadual 874, de novembro de 96, combinado com a Lei 11160/00 e a Lei 1478/04. Não obstante ser uma pessoa jurídica de Direito Privado, a fundação pública, esse instituto jurídico que existe no nosso direito, ele é uma pessoa jurídica, podemos dizer, híbrida, porque ela tem, sim, uma maior flexibilidade, ela, sim, tem um contorno privado, mas a Constituição coloca a ela inúmeras imposições, tais como: ingresso no quadro de pessoal tem

que ser por concurso público, art. 37 Incisos II e IX, da Constituição da República; necessidade de prestação de contas, art. 70 e 75 da Constituição; exigência de licitação para seus contratos, art. 37, Inciso XXI, e gratuidade no ensino público. O Pleno do STF, nesse ponto... Esse recurso extraordinário, que está ali, ele foi que deu origem à Súmula Vinculante nº. 12. Então, nos votos, tanto do relator como nos votos de Ministro, que votaram pela gratuidade, está muito claro que nenhum valor pode ser cobrado por instituições públicas. Nenhum. Não obstante o nome que se dê. Não é taxa, matrícula... Enfim, nenhum valor pode ser cobrado. E isso foi sumulado pela Súmula Vinculante nº. 12. A Súmula Vinculante, ela é vinculante, não só ao Poder Judiciário, como também à administração pública - o Executivo tem que cumprir essa súmula - e os demais ramos da administração e ao Poder Judiciário. A Súmula Vinculante, ela é bem simples, ela fala: "A cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no art. 206, Inciso IV, da Constituição Federal". Esse é o termo. Ela falou em cobranças de mensalidades, porque nós... Nas razões do voto, você consegue entender que, se a cobrança de matrícula, a taxa de matrícula, ela não é possível, porque ela está violando a gratuidade, muito mais a mensalidade. É porque é impensável imaginar que uma instituição pública cobre mensalidade. A UNITINS--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Há uma série de fundações, Procuradora, dentre(F) todas as universidades públicas, cobrando mensalidade.

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Mas é uma situação irregular.

[falas sobrepostas]

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Eu só estou explicitando a decisão do Supremo Tribunal Federal, que é o órgão máximo e que delibera sobre o assunto. Eu não tenho competência, nem atribuição, para falar contrário a uma decisão que já é vinculante.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas executar, V. Exa. pode executar.

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Sim, mas a Súmula Vinculante, ela inclusive vincula a minha atuação. Ela vincula a atuação do Executivo e Judiciário. Então, agir contra uma Súmula Vinculante pode, inclusive, ser dever funcional. Então, assim, eu devo respeito às decisões do Supremo Tribunal Federal e devo respeito às Súmulas Vinculantes, sim. Só estou explicitando algo que já foi sumulado e já foi explicitado. E esse recurso extraordinário, ele é bem claro: os votos do relator e dos demais Ministros, ele explicita de forma bem clara essa questão da gratuidade do ensino. Isso está na Constituição da República, isso aí vincula a todos nós. Não é minha vontade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [ininteligível] está no nome da UNITINS?

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Eu vou explicar toda a situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Novamente, eu faço um apelo - até estou combinando com a Secretaria - que a gente forneça, Dra. Ludmila, se a senhora concordar, mais cinco minutos para a conclusão. E aí, depois, nós teremos a pergunta. Senão, fica difícil de concluir. Então... Mais cinco minutos para a conclusão. Peço que não haja interrupções, e, na sequência, então, as perguntas serão feitas.

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Bom, só esclarecendo que a Deputada Nilmar Ruiz falou sobre a decisão judicial, que foi proferida na Ação Civil Pública, promovida pelo Ministério Público Estadual, no Tocantins, e que a decisão judicial falou que era possível a cobrança de mensalidade pela UNITINS. Essa decisão, com todas as vênias possíveis e respeitando, enfim, a atuação do Magistrado, ela é equívoca, porque a única exceção que a Constituição traz para a cobrança de mensalidade em termos está no art. 242. E ele estabelece três requisitos, dos quais dois requisitos a UNITINS realmente se enquadra. Mas o último requisito, que são requisitos cumulativos, ela não se enquadra. Primeiro requisito: "Instituições educacionais oficiais, criadas por lei estadual ou municipal". Ok. A UNITINS foi criada por lei estadual. "Que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos". Ok. Infelizmente, a UNITINS, hoje em dia, ela não é mantida preponderantemente por recursos públicos. Mas o último requisito, ela não se enquadra. Ela deveria ter sido criada na... Ela deveria já ser existente na data da promulgação da Constituição da República. Ela foi criada posteriormente à Constituição da República. Logo, ela não faz jus à exceção constitucional, que permitiria a cobrança de mensalidades. Esses são os fundamentos básicos da negativa, da não possibilidade da UNITINS fazer cobrança.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Não, interpretação do Supremo. Há recurso... O Ministério Público Estadual já fez o recurso e também é possível o manejo da reclamação ao Supremo Tribunal Federal, por descumprimento de decisão do Supremo. São recursos jurídicos, possíveis nesse caso. Só algumas ponderações, colocando aqui: que a decisão

judicial - foi colocada pela Deputada Nilmar Ruiz - era que consequências e prejuízos do caso, uma atuação, da cobrança da... Da gratuidade. Eu quero deixar claro que está havendo uma inversão aqui dos vetores, enfim, dos agentes. Na verdade, o Ministério Público Federal, nem o MEC são responsáveis pela atual situação da UNITINS. Quem se colocou nessa situação foi o Governo do Estado, em que não assumiu essa UNITINS, que não assumiu a responsabilidade dessa instituição. Quem se colocou nesse estado foi a própria reitoria da UNITINS, que não assumiu e não tomou a rédea da sua instituição e perdeu o controle sobre os seus discentes. Quem não respondeu por isso não foi MEC, Ministério Público Federal, que está atuando justamente para tentar salvar e trazer uma solução para um problema que não foi causado por nós. Nós estamos atuando estritamente na legalidade, para salvar os interesses dos alunos. Esse é o viés, é o nosso motivo. O nosso mote de atuação é sempre esse. A UNITINS não é mantida por recursos públicos, é verdade, mas uma forma tortuosa e inversa, porque o Estado de Tocantins tem, sim, de assumir o compromisso de uma instituição pública. A população do Tocantins precisa de uma instituição pública, voltada para o Estado, para as necessidades do seu Estado. Ela precisa crescer dentro do Estado, se fortalecer e, talvez, num futuro, pensar, junto com a Universidade Aberta do Brasil, formar parcerias, consórcios, convênios, e aí, sim, expandir esse ensino; um ensino de qualidade.

E outra coisa, só esclarecendo... Enfim, as outras ilegalidades simples, só passando aqui: primeiro que a UNITINS, ela se comprometeu a sanear os problemas que foram apresentados pelo MEC. Ela se comprometeu no TAC, e ela não cumpriu. Ela se comprometeu no TAC, também, com a gratuidade do ensino, que seria simplesmente executar uma decisão do Supremo, que já existe, respeitar essa decisão. Ela não cumpriu. E ela se comprometeu no TAC. Ela não cumpriu com as demais normas do TAC, ou seja, viabilizar transferência dos alunos, fazer editais, para que esses estudantes pudessem. E observar normas constitucionais. Esse contrato com a UNITINS não observou licitação. É um contrato que deveria preceder licitação. Qualquer contrato administrativo, de instituições que fazem parte da administração pública indireta, administração pública direta, necessita de licitação, a não ser que haja previsão entre aquelas escusas que a própria lei apresenta. Então, dispensa de licitação, legibilidade e licitação, que não é o caso presente. Então, é mais uma irregularidade desse contrato Educon-UNITINS. E inúmeras irregularidades no contrato. Aqui não vou falar porque já extrapolei o tema e...

Enfim... As soluções que nós apresentamos - já foram bem colocadas e trabalhadas - elas não podem ser... Para se pensar em solução, não se pode ignorar que a UNITINS tem que assumir o seu papel de instituição pública de ensino. Ela tem que assumir essa responsabilidade. Ela tem que garantir essa gratuidade, ela tem que estar saneada, ela tem que estar prestando ensino de qualidade. Não é simplesmente continuar com o ensino, mas sem que observe normas técnicas que o MEC e, nesse caso, Secretaria de Ensino a Distância, que é competente para fazer, fazer essa avaliação, rever esses contratos administrativos e fazê-los, sim, respeitando a licitação, prestação de contas, Tribunal de Contas Estadual, concurso público... Enfim, as demais normas constitucionais.

Obrigada e desculpa avançar o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Não, foi... Era necessário também. Eu penso que todas as exposições eram necessárias para os esclarecimentos. E, agora, passamos para os posicionamentos e questionamentos dos Srs. Senadores. Começamos com a Senadora Kátia Abreu, que, regimentalmente, tem a preferência, porque é uma das autoras do Requerimento. Ou passo, em seguida, para o Senador João Ribeiro, mas até para não fazermos todas as perguntas... Se V. Exa. quiser fazer a pergunta, e a pessoa responder, já direcionar. Acho que até fica algo mais dinâmico.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria. Muito obrigada. Minha primeira pergunta é para o Diretor--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu até quero propor... Senadora Kátia Abreu, eu até quero perguntar o seguinte: se... Por exemplo, V. Exa. começa, mas, se, por um acaso, a resposta não ficar clara, ou alguma informação complementar que quiser ser obtida, tanto o Senador Wellington Salgado quanto o João Ribeiro já podem complementar, aí V. Exa. vai para outra pergunta e assim sucessivamente. Mas só perguntar dentro do mesmo tema, porque, depois, será dada oportunidade para as demais perguntas.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Secretário de Ensino a Distância, quanto a UNITINS tirou no último ENADE? Qual a avaliação da UNITINS no último ENADE, por favor? O último, senhor. Quanto a UNITINS tirou no último ENADE, a avaliação feita pelo MEC, que a nota máxima é cinco?

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Senadora, eu não tenho conhecimento da última avaliação da UNITINS, no ENADE. O Dr. Hélio(F), que faz o contato com o INEP, me disse que ela não...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Se o senhor tem tanta certeza que o ensino é ineficiente, o senhor deveria saber quanto é que a UNITINS tirou no ENADE. Para o senhor estar tão seguro de que a UNITINS é uma universidade oca e sem conteúdo, eu acho que a primeira coisa que o senhor tinha que fazer era tirar a certidão dela. A certidão de universidade é a comprovação e a sua análise pelo ENADE, que V. Exa. coordena, lá, junto com o seu Ministro.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Senadora, em primeiro lugar, eu gostaria de destacar para a senhora que a senhora está colocando na minha boca palavras que não correspondem ao que eu falei.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): À medida que o senhor descredenciou a universidade do meu Estado... À medida que o senhor descredenciou a universidade do meu Estado, você já fez a análise sobre ela. Eu quero lhe informar que a nota dela no ENADE foi 3, se V. Exa. não sabe. E a nota máxima é 5. E tem muita universidade que tirou dois no ENADE e que ainda continua aberta nesse país. Segundo ponto. Segunda pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Não, eu só quero perguntar para V. Exa.--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Ele já respondeu. Ele não sabe a nota, Presidente. E eu já respondi por ele, que é minha obrigação saber a nota do ENADE da minha universidade, do meu Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Mas, Senadora, o que acontece é o seguinte: ele disse que não sabe, não sabia. Mas, ao mesmo tempo, ele quer completar a informação. Então, com a palavra o Professor Carlos Eduardo.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu não sabia que ele queria complementar. Ele só me deu a resposta que não sabia a nota.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Eu manifestei o desejo de complementar, Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pois não.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Eu, em primeiro lugar, quero destacar que, quando a senhora falou que eu me expressei rapidamente, no início da minha apresentação, até por solicitação da Mesa, para que eu passasse rapidamente, eu atendi prontamente a senhora e passei a me expressar de uma maneira mais pausada, para que pudesse ser muito claro. Eu expressei para a senhora que eu gostaria de complementar. Eu, em momento nenhum, disse que o quadro docente, o que era emanado pela instituição, era oco. Não sei qual o termo que a senhora usou. Oco? Eu não... A senhora colocou na minha boca palavras que eu não expressei. Eu queria destacar para a senhora e, de novo, para o quadro docente da UNITINS, que, no nosso entendimento, o problema da UNITINS é que ela não pôde se manifestar na relação com os alunos, dado que ela passou apenas a emitir o sinal da videoconferência e o material didático. Ela não teve nenhum controle [ininteligível]. Portanto, no nosso entendimento, o problema da UNITINS foi o cerceamento da possibilidade do exercício pleno da sua atividade acadêmica. Portanto, foram essas as minhas manifestações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de saber de V. Exa., V. Sa., por que a Universidade UNITINS faz a cobrança, por dez anos, da escolaridade presencial, dos cursos presenciais e há cinco anos também trabalha com a cobrança a distância e nenhuma providência foi tomada pelo Ministério da Educação? Ou, se foi, eu gostaria de saber qual providência foi tomada, diante da cobrança por longo tempo, e, depois, quero saber do Ministério Público Federal por que deixou se estender nesse tanto, por que deixou se alongar dessa natureza para, depois, fechar a universidade. Mas, primeiro, eu gostaria de terminar os meus questionamentos para o Sr. Secretário.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: É um prazer, Senadora. O Ministério da Educação passou a receber denúncias contundentes sobre essa questão a partir de 2007. Portanto... Por favor, Senador. Portanto, do meu conhecimento, isso, o problema começou a ficar um problema público, inclusive através de notificação do Ministério Público, a partir de 2007. Quando nós recebemos as notificações do Ministério Público, nós tomamos imediatamente as providências cabíveis. E essa foi a trajetória adotada pelo Ministério da Educação.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Tá. Então, quer dizer que, com relação à cobrança feita para os alunos, o MEC não tem nenhuma obrigação de fiscalizar se está sendo cobrado, ou não, a mensalidade, se precisa haver uma denúncia?

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Não foi isso que eu falei, Senadora. Eu--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O senhor disse que só recebeu a denúncia em 2007. Portanto, o senhor não sabia antes que tinha cobrança, ou entendi mal?

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Eu acho que a senhora não me entendeu plenamente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Então, por favor, o senhor podia repetir?

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Nós temos duas maneiras de tomar as providências cabíveis, na área de controle dos cursos de graduação no Brasil, Senadora. Uma é através do rito usual do processo de regulação. A UNITINS passaria, nesse momento, pelo seu rito usual do processo de regulação da educação a distância, que é de competência do Ministério da Educação Federal. E a fiscalização da UNITINS, sob o ponto de vista da sua oferta presencial, é de competência do Conselho de Educação do Estado. Portanto, nós estamos seguindo a trajetória normal do rito de regulação apenas da área de educação a distância, o que aconteceria esse ano. Isso foi antecipado pelas denúncias que motivaram as atividades de supervisão. E, com isso, eu respondo a senhora completamente.

Muito obrigado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Infelizmente, é inadmissível que a cobrança possa ter durado tantos anos e que ninguém possa ter visto isso, inclusive para evitar o aumento dos alunos neste período. Se é cobrado há cinco anos atrás, se a providência tivesse sido tomada há cinco anos atrás, quando os alunos ainda eram 3500 alunos, seria muito mais fácil e muito simples de tomar uma providência. Pois esperaram completar quase cem mil alunos no Brasil para, agora, lembrarem que a lei existe e para fazer valer as suas autoridades, neste momento. Inadmissível que isso possa persistir. O senhor disse, durante a sua fala, ou também estou equivocada, de que a UNITINS perdeu a conexão com os seus alunos, a inexistência de apoio presencial e que o senhor observou o repasse de delegação; a atividade educacional foi repassada para o terceirizado. Qual é o documento que o MEC tem, qual é o documento que o--

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Estou ouvindo, Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Qual é o documento que o MEC tem que comprova, realmente, a existência dessa falta de conexão do repasse da questão educacional para o terceirizado? O que o senhor tem na mão que comprova isso, além dos recursos financeiros? Que isso... O MEC não tem que entrar no mérito disso. Isso não é problema do MEC verificar. O senhor, no meu entendimento, não tem que aferir que o repasse financeiro para a UNITINS era de 44%, que caiu para 16, que isso, então, comprova que foi repassado a terceirizado a atividade educacional. Gostaria de saber se o senhor tem algum documento em mãos, um contrato, alguma coisa que a UNITINS te entregou, que esse repasse realmente foi efetivado, o repasse da ação educacional. Se isso é verdadeiro, se tem documentos sobre isso.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Senadora, eu quero destacar para a senhora que o Ministério da Educação tem uma prática democrática de aferição do funcionamento das instituições de ensino superior, através de Comissão de especialistas da área. Essa Comissão foi estipulada. Nós temos aqui, atrás da senhora, um dos ícones da educação a distância no Brasil, que é a Professora Selma Leite, um outro colega que também veio especialmente para essa Comissão, dentre dos mais de dezenas de membros que foram vistoriar os polos de apoio presencial da instituição. E esses vistoriadores geraram documentos, esse documento gerou um documento, que é a nota técnica, que a nossa Procuradora já mencionou que está à disposição da senhora. Eu posso garantir à senhora, inequivocamente, que isso estava acontecendo. Se a senhora não acredita no depoimento desse secretário, a senhora pergunte aos docentes ou aos alunos. Eu não tenho a menor dúvida, fruto, Senadora, de todo o trabalho realizado, competente, pela Comissão de avaliadores, de que isso era verdade, e mais: nós temos, sim, o documento, que é a nota técnica, que está à disposição da senhora, com o maior prazer.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Bom, eu realmente não compreendo a natureza jurídica disso, mas eu gostaria de dizer ao Secretário da Educação que uma nota técnica é muito pouco para comprovar esse repasse educacional para o terceirizado. Essas coisas têm que ser comprovadas com contratos ou de forma judicial. É muito frágil, apesar da competência daqueles que assim o fizeram, as notas técnicas, nós temos ainda Justiça nesse país. Eu gostaria de--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senadora, só queria acrescentar que nós tivemos tirando cópia dos autos, são sete volumes no MEC, e, dentre essas cópias, existem os contratos, efetuados entre a UNITINS e Educon, que, efetivamente, eu os li, e realmente... Essa questão do repasse, inicialmente, no contrato de 2005 e 2006, constava em 44,9% para ser repassados à UNITINS. Logo em seguida, no contrato de 2007, caiu-se para 26%. E o contrato... E logo em seguida um aditivo para... Que houve um percentual de 9,5, que seria para a infraestrutura, para esse investimento, caiu para 16,5, salvo engano.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): E ficou escrito, nesses contratos, que a parte educacional estava sendo passado para o terceirizado?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sim. Nos termos contratuais, é possível ver que algumas questões, que deveriam ser legalmente pedagógicas da UNITINS, foram repassadas. E é isso que é a grande luta pra gente retomar e que é possível, mesmo que... Não é

uma questão de estar condenando A ou B, mas são questões da competência pedagógica.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de perguntar para a Deputada Nilmar qual foi os termos do TAC que o Governo do Estado se recusou a assinar?

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): Bom, eu queria, antes, dizer o seguinte: que eu trouxe um documento que foi entregue a vocês e não cabe a nós questionar a Justiça. Então, a questão da legalidade da UNITINS cobrar mensalidade já foi resolvida pela Justiça e não cabe ninguém... Pelo menos eu não me sinto com a capacidade de questionar a Justiça. Uma outra coisa que eu quero deixar claro, que eu acho que é importante, é o seguinte: o Ministério, há dois anos, proibiu a UNITINS a fazer vestibular. Não entrou mais aluno. Com esse impasse que foi criado, os alunos foram saindo, muitos abandonaram. Os polos, que precisavam desse recurso para funcionar - porque o recurso não é repassado pelo Governo do Estado, a UNITINS é mantida por aquilo que arrecada com as suas mensalidades -, os polos foram, cada vez mais, ficando impossibilitados de atender seus alunos. A morte da UNITINS já vem acontecendo gradativamente. Ela não foi feita agora. Aí o TAC, minha querida Senadora, colocou o seguinte: que os alunos da UNITINS, que você conhece muito bem o papel da UNITINS no decorrer desses anos, que os alunos teriam que ser transferidos - mesmo que eles pudessem escolher, ou não - para outras instituições. Primeira coisa. Primeira coisa.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Deputada Nilmar, eu gostaria que a Procuradora pudesse ouvi-la, porque ela está descrevendo o TAC que vocês gostariam que a UNITINS assinasse.

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): E por que a UNITINS não assinou? Primeiro TAC. Por que a UNITINS assinou o primeiro TAC? A UNITINS assinou o primeiro TAC porque reconheceu, no trabalho que foi feito pelo Ministério, com todo o empenho dos técnicos, dos assessores do Ministério, que o Ministério tinha razão em muita coisa. Existe uma Normativa nº. 40, do MEC, recente, não daquela época em que a UNITINS foi criada e nem que o nosso secretário também começou educação a distância. Então, agora, recente, uma Normativa nº. 40, que foi essa que o Secretário falou, que obrigou a todas as instituições de ensino superior se adequar, Senadora, a muitas coisas importantes, mas coisas que não cabem na educação a distância. Mas, mesmo assim, a UNITINS assinou para fazer as adequações, reconhecendo que o MEC tinha razão em muita coisa. Assinou o primeiro TAC. Quando chegou no segundo TAC, veio a questão da transferência dos alunos. Primeiro pedi para passar só três, mas eu tenho e todos que estão aqui--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Qual é o prazo de um TAC para outro, Deputada Nilmar?

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): O segundo TAC, que pode ser chamado de Termo de Ajuste... Não vou saber dizer quantos meses. Quantos meses, Senador?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): Quatro meses. Quatro meses. Então, o que aconteceu? Quando veio a questão da transferência de alunos, eu recebi - eu tenho isso no meu e-mail - inúmeras cartas, mais de cinco mil assinaturas, dizendo que os alunos não queriam sair da UNITINS, que estavam satisfeitos com a UNITINS, que, se fosse necessário fazer mudanças, que se fizessem as mudanças, mas que eles não queriam sair da UNITINS. E eu queria perguntar aqui para vocês, para os meus nobres Senadores, para os nossos educadores que estão aqui, para os nossos Deputados, queria perguntar uma coisa: será que é tão fácil você transferir, não vamos botar 90 mil, não, vamos botar 40 mil, 50 mil, 20 mil alunos para outras instituições? Aí diz assim: "Não, mas a UNITINS não fica com os alunos porque não quer". Como que vai ficar, se os polos não estão tendo condição de atender e estão vendo acabar...? Quantos polos foram fechados porque não tinham condição de atender! Foi por isso que não foi assinado o TAC. Porque o TAC, se assinasse aquele TAC, nós íamos ter um problema muito sério. O Tocantins ia tirar, se eximir da responsabilidade que assumiu, quando colocou educação a distância no Brasil inteiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Senadora Kátia, me permite, eu queria só fazer uma perguntinha, dentro dessa pergunta que a Senadora Kátia fez, à Deputada Nilmar ou o Secretário de Ensino a Distância. A qualidade, Deputada Nilmar, desses polos... Porque, quando eu tive audiência com o Ministro da Educação, fui lá, tratar disso pessoalmente, e disse, na primeira conversa minha com o Ministro: "Ministro, eu vim aqui para defender a instituição". A preocupação minha é com os alunos. Eu não quero nem saber quem é dono da outra parte, não me interessa. Não tenho nada contra, também, cada um faz o que pode fazer. E os contratos que a UNITINS fez, Deputada, não compete a nós; compete à instituição. Mas eu... O Ministro me disse: "Olha, porque a qualidade desses polos é um absurdo, o que eu constatei". Ora, pela nota que nós vimos, que a própria Senadora Kátia divulgou, do ENADE, me parece que a coisa não é tão feia como

se pinta. Então, eu queria só saber se V. Exa. sabe, ou se o nosso Secretário pode responder.

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): Eu quero. Eu gostaria de falar, depois eu passo para o Secretário.

[falas sobrepostas]

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria que a Deputada pudesse complementar o fim do TAC, o que ainda era exigência, antes de responder ao Senador João Ribeiro.

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): A questão do TAC, a questão da não assinatura do TAC foi a questão da transferência dos alunos. E o que a UNITINS... Senadora, vou falar em relação ao polo. Mas o que a UNITINS quer? A UNITINS reconhece que, nesses dois últimos anos, houve, na questão do contrato da UNITINS com a instituição privada, nesses dois últimos anos, houve, sim, como foi colocado pelo nosso companheiro, mudanças no contrato, que desvirtuaram a forma como a UNITINS iniciou os trabalhos de educação a distância. A UNITINS reconhece. Então, o que a UNITINS quer e vai fazer? E o Governador Carlos Eduardo Gaguim tem um documento que está na mão, inclusive, [ininteligível] por escrito, ele determinou que fosse revista a questão da parceria da EAD com a UNITINS. Para quê? A UNITINS não pode ser contratada, ela tem que ser contratante. Ela tem que voltar a ser contratante, porque ela foi e sempre foi contratante. A UNITINS, ela tem que ficar, sim, com todo o controle acadêmico e pedagógico. Não pode ser para uma instituição privada. Porque a instituição privada, ela só tinha como atribuição montar o polo, equipar o polo. E a UNITINS vai voltar esse papel. E outra coisa é a questão de recursos, Senadora. Porque, da forma como está, está errado. Mas há a disposição da UNITINS e do Estado em corrigir. Agora, queria... Só para responder o nosso Senador João Ribeiro a questão do polo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu voltaria a palavra para V. Exa., mas, antes, porque se refere à pergunta do TAC, a Senadora... A Procuradora Ludmila pediu a palavra para um esclarecimento também.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria que a Procuradora pudesse aguardar um minutinho, que eu tenho duas perguntas para ela, e inclusive uma é essa do TAC. A Deputada Nilmar... Eu já estou... Já está satisfatória a questão do TAC. Eu gostaria ainda de uma pergunta. O que significa a transferência dos alunos da UNITINS para a Universidade Aberta? Eu estou sentindo, e também recebi denúncias, como o Secretário Nacional recebeu, em algumas oportunidades, eu também tenho recebido denúncias de que tem um desejo muito forte, por parte do Ministério da Educação, que não conseguiu, satisfatoriamente, decolar a Universidade Aberta, de absorver todos esses alunos, parece que de uma forma mais efetiva, forçando um pouco a barra, para que esses alunos pudessem ir para a Universidade Aberta. Eu quero saber se isso é bom para os alunos da UNITINS e o que significa ir para a Universidade Aberta.

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): Eu quero, primeiro, fazer a diferença da Universidade Aberta do Brasil para o nosso modelo, para que as pessoas possam entender o que é isso. A Universidade Aberta do Brasil, ela tem a parceria com entidades públicas, centros de ensino superior e universidades federais, que a gente sabe que não estão nas pequenas cidades, mas estão nos grandes centros, e a parceria com Estados e Municípios. Quem monta a estrutura, Senadora, do polo, quem coloca lá o equipamento dentro do polo, são os Municípios e o Estado. E aqui eu vou aproveitar para responder um pouco da pergunta do nosso Senador. Da mesma forma como tem polos funcionando de formas excelentes, e a gente tem isso já até nos ofícios que eu tenho recebido, nos e-mails que tenho recebido, nós temos polos que também precisam de melhor adaptação. Só que - o senhor, que conhece muito bem o Tocantins, nossa Senadora, os nossos companheiros -, da mesma forma que se tem dificuldade em se manter os polos, com mais dificuldade ainda nós vamos ter os nossos Municípios e Estados fazendo isso. Eu recebi um Prefeito, e eu vou dizer de onde, de Cristalândia, que chegou pra mim e falou assim: "Deputada, por favor, me ajuda, junto com a Secretaria de Educação, a conseguir umas carteirinhas, para eu poder colocar na minha sala, para eu poder montar meu polo da OAB". Então, a dificuldade que nós temos, em poucas situações, é igual ou maior. Qual é a diferença do modelo, Senadora? A parceria da Universidade Aberta do Brasil é com instituições públicas. A nossa... O nosso modelo, nós contratamos uma empresa privada, que não é pública, com o objetivo de equipar, de organizar os polos, que, por sua vez, fez outras parcerias com instituições que mantêm polos no Brasil inteiro, privado, que depende da matrícula para poder manter. São dois modelos diferentes. Para concluir, eu só quero--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): A senhora quer dizer, com isso, que a Universidade Aberta teria dificuldades financeiras para assumir todos esses alunos e montar os polos, porque é gratuita, é isso?

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): Não é a universidade que monta; quem monta são os Estados e os Municípios. Não é a Universidade Aberta do Brasil.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): Eu não quero questionar o modelo da Universidade Aberta do Brasil. Eu quero questionar a democracia nesse país. E eu vou dizer por quê. Porque eu acho que pode haver um modelo Universidade Aberta do Brasil Pública, mas pode haver um modelo UNITINS, Eadcon, a empresa que for, para, também, fazer educação privada nesse país. Sabe por que, nossa Senadora? Porque menos de 3% da nossa população tem ensino superior, e 80%, ou mais, do ensino superior desse país é feito por entidades privadas. Então, nós não podemos dizer assim: "Não, o ensino tem que ser público". Quem dera. Eu, como brasileira, gostaria muito, muito, que pudesse ser pública, gratuita, para todos os brasileiros. Mas essa não é a nossa realidade. Muito obrigada.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Sim. Mas só um minuto. V. Exa. disse que faria duas perguntas para a Dra. Ludmila, mas, antes de ela falar, eu só tenho que passar a palavra para o Dr. Carlos Eduardo.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Muito obrigado. Eu, com todo o respeito que eu tenho pela Deputada, ela cometeu algumas inverdades, que podem ser facilmente constatadas e provadas. Primeira inverdade cometida pela Deputada é de que justamente o primeiro TAC, assinado pela UNITINS, não previa a permanência dos alunos na UNITINS. Nós trabalhamos meses... Estou afirmando, isso pode ser provado, está escrito no TAC. Esse primeiro TAC não abria espaço para que os alunos pudessem permanecer na UNITINS, apesar do nosso esforço, na época, com o Ministério Público, para que eles pudessem permanecer na UNITINS. Eu gostaria de continuar, Deputada.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): A Deputada não disse isso, Secretário. Ela não falou isso.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Permita-me continuar. Quando nós trabalhamos com o Ministério Público para o segundo TAC, que não foi assinado, foi justamente para permitir uma excepcionalidade na cobrança, para que os alunos pudessem permanecer na UNITINS. Portanto, nós trabalhamos exatamente na direção que os alunos... Fizemos isso em respeito aos estudantes. Nós achamos uma brecha para que os alunos pudessem permanecer na UNITINS, com a viabilidade financeira, até o final dos seus estudos. Então, primeiro TAC, assinado, só admite transferência. O segundo TAC a ser assinado abriu uma brecha para que eles pudessem permanecer sensíveis às demandas dos estudantes.

A segunda questão abordada é que em momento nenhum foi oferecido pra a UNITINS que transferisse seus alunos para a Universidade Aberta do Brasil. Isto não poderá acontecer. Nós não oferecemos a transferência dos estudantes, como a Senadora colocou, para que eles sejam absolvidos pela Universidade Aberta do Brasil. O que nós oferecemos para o Estado é que a UNITINS, no seu futuro, não com a situação passada, mas que, a partir desse momento, ela possa se posicionar com o seu projeto político pedagógico para ter uma atividade, enquanto instituição pública, com respeito ao corpo docente da UNITINS, aqui presente, para que ela pudesse ter um futuro nesse sentido.

Em terceiro lugar, eu quero destacar a posição do Ministério da Educação, em defesa das instituições privadas. Nós estamos trabalhando junto com as instituições privadas e públicas, na área de regulação e supervisão. Tanto que nós temos... Das 13 instituições que nós já trabalhamos, 12 assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta e estão fazendo transformações excelentes, em prol da melhoria da qualidade da educação brasileira, e as outras vinte e poucas que nós estamos trabalhando, inclusive públicas, aí nós estamos trabalhando na supervisão com todas, se dispõem a trabalhar, em um Termo de Saneamento, para melhoria da sua qualidade. Então, portanto, não é política do Ministério da Educação a execução de um modelo único de oferta de ensino público. É política do Ministério da Educação a exigência da garantia da qualidade das instituições e o fortalecimento das públicas para a atuação como instituições públicas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Senadora, eu, antes de V. Exa. só continuar, eu gostaria de propor o seguinte: que fossem feitas as duas perguntas para a Dra. Ludmila, aí eu passaria a palavra ao Senador João Ribeiro. Só todos nos lembrando de que o objetivo desta audiência é discutir, entender, portanto, diagnosticar, refletir, discutir e buscar soluções. Então, esse debate todo tem que se esclarecer nesse sentido e buscar soluções. Então, a Senadora Kátia Abreu, para fazer as perguntas para a Dra. Ludmila. Pode fazer as duas, eu acho. Ela responde as duas.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Vou fazer as duas. Nós estamos com muita responsabilidade do Ministério Público, Dra. Ludmila, que tem um papel fundamental neste país, tem tido um papel fundamental nesse país, mas está ajudando a construir o país do TAC e dos covardes. É o Brasil inteiro assinando TAC todos os dias, quer seja no setor rural, quer seja na educação, quer seja na saúde... A Legislação e nós, Senadores da República e Deputados, que fazemos e formulamos as leis neste país, não estamos tendo

função nenhuma. É muito mais forte um TAC, proposto pelo Ministério Público, a força dele, do que a Legislação existente. E, infelizmente, ainda encontramos os covardes que assinam esses TACs. Porque, se alguém me propor - eu, no Executivo - um TAC de qualquer natureza, eu vou dizer ao Ministério Público que entre na Justiça contra mim e eu vou me defender. O Prefeito Cesar Maia, do Rio de Janeiro, foi Prefeito oito anos e se recusou a assinar todos os TACs, nunca assinou um TAC. Talvez seja um dos raros Prefeitos do Brasil. E é isso que nós estamos fabricando, TACs que não são cumpríveis, TACs impossíveis de serem cumpridos. Os políticos se sentem pressionados, como fizeram agora, lá, com a questão dos frigoríficos no Pará, com a exigência da venda de gás, prejudicando, de forma ilegal, de forma abusiva, todo o direito que as pessoas têm de se defenderem. Os TACs estão diminuindo o direito de ampla defesa. Porque, depois que assinou esse documento, não adianta ir para a Justiça, porque aquilo tem força de cumprimento judicial. Então, a senhora não é culpada disso. Infelizmente, o Ministério Público encontra covardes que assinam TACs todos os dias, colocando em risco os nossos valores, como esse primeiro TAC que assinaram na UNITINS. E aplaudo o ex-Governador, que não assinou o segundo TAC. Não tem que assinar TAC. Está aí o Judiciário do Brasil todinho composto, para que cada um tome suas providências. Por que nós temos que assinar TAC? Para que o Ministério Público possa dar por solução e por resolvido seu problema? A senhora me desculpe a franqueza. Eu tenho, em todos os momentos, até mesmo usado do Ministério Público Federal; da sua importância, da sua presteza. A Instituição importantíssima, que muitos, aqui dentro, têm vontade de diminuir o poder. Eu, sinceramente, não tenho. Eu tenho vontade de diminuir a idade. A idade, sim. Porque os cabelos brancos trazem mais juízo às pessoas, inclusive a nós, Senadores, e, por isso, temos idade mínima para ser Senador. Apenas isso. Mas sou integralmente a favor da existência do Ministério Público e suas prerrogativas.

Então, eu quero saber da senhora só uma resposta. Com todo o cumprimento da lei que a senhora aqui descreveu, que a senhora foi bastante eficiente no cumprimento da lei, eu gostaria... Se a senhora puder me responder, o que ganharam os alunos da UNITINS, com todo esse cumprimento dessa lei? Para onde vão esses alunos? Que educação gratuita e eficiente é essa que a senhora espera, como disse a Deputada Nilmar? É o que nós queremos. O Brasil gasta não sei quantas vezes, mas talvez o triplo - Senador Cristovam deve saber mais do que eu -, do que a Coréia. E, portanto, lá tem 80% na universidade, e aqui, 16. Então, dinheiro não é o problema. Então, esse mundo aqui, no país, eu não conheço esse mundo que a senhora tanto quer e nós também. Ainda não conhecemos essa universidade gratuita, que todas(F), de conteúdo e de qualidade. Esse é o objetivo de todos nós. Não é só o da senhora, não. É de todos nós. Então, eu gostaria que a senhora falasse, assim, o que ganharam os alunos, além do desespero, da incerteza, do gasto que tiveram, da insegurança... Em 27 Estados do Brasil tem alunos e tem Senadores da República nos três. E nós vamos ter que agir, principalmente os Senadores da base do Governo, que o Ministro da Educação vai ter que ter uma solução política para isso, como ele acha solução política para as coisas que ele quer e para as coisas que o Governo quer, para as universidades que não deviam estar abertas e estão. Então, vai ter que achar uma solução política para o Tocantins. Porque nós não vamos dar trégua e nem paz aqui, nesse Senado. Porque cada Estado tem três Senadores da República, e, nos 27, tem alunos da UNITINS. Alguma solução política vai ter que ter. Agora, claro que a UNITINS tem que melhorar suas condições, melhorar conteúdo, voltar suas prerrogativas, voltar com a sua função. Esse terceirizado, que diz que tem noventa e tantos alunos e tem 43 mil, isso só pode ser lavagem de dinheiro. Nós queremos que a Polícia Federal possa investigar esse assunto. Tem que investigar. O Ministério não vai investigar? Eu quero investigar. Eu quero saber se esse cidadão praticou lavagem de dinheiro. Porque é uma pessoa estrangeira, não é do Brasil. Não tenho preconceito contra os estrangeiros, muito pelo contrário. Mas nós precisamos entender o que aconteceu. Eu acho que o Ministério Público daria uma grande contribuição, se ajudasse nessa fiscalização em saber o que houve dessa diferença de noventa e tantos mil alunos para 43.

Então, eu encerro, perguntando qual foi o ganho, o ganho dos alunos. E como solução, Sr. Presidente, que o senhor preza muito por elas, e eu também, nós precisamos achar uma solução política, e conclamo o Senador Leomar Quintanilha e João Ribeiro, e eu estarei junto, mesmo sendo da oposição, mas com as mesmas responsabilidades que vocês, mas, por estarem na base do Governo, tem muito mais prerrogativas para exigir que isso possa ser praticado. Enquanto a oposição, eu que faço parte dela e farei o meu papel aqui dentro, no sentido de que essa solução possa ser encontrada com os demais Senadores daqui. A outra solução seria ampliar a regra de exceção do art. 242, da Constituição, que permitiu que essas universidades continuassem gratuitas, as construídas antes de 88. E o Tocantins, em 88, não era criado, Sr. Presidente. O Tocantins foi criado em 88. Portanto, não houve como ser

premiado com essa prerrogativa. O Estado de V. Exa., por exemplo, foi premiado, e com muita justiça. Então, por que não alterarmos essa PEC, se temos alunos nos 27 Estados do Brasil, e nós podemos incluir outras universidades a distância que foram prejudicadas, estão sendo tratadas de forma desigual pela Constituição Federal? Constituição não é Bíblia; é para ser mudada todas as vezes que for preciso for mudada.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Dra. Ludmila.

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Obrigada pelas colocações feitas ao Ministério Público Federal. Eu só quero fazer um esclarecimento, também, sendo bem clara com relação a isso, que o TAC, ele nada mais é... Ele não cria situações jurídicas; ele simplesmente explicita aquilo que já está na lei, que foi feita por vocês, Deputados, Senadores. Nós, Ministério Público Federal, apenas executamos a Legislação que foi aprovada por todo o povo. Então, nós não estamos criando nada no TAC. O TAC, simplesmente, ele é o cumprimento, e dando validade e força à palavra de vocês, que representa todos nós. Então, quando assina um TAC, não se está sendo covarde; está sendo, pelo contrário, corajoso em assumir uma situação irregular, corajoso e querendo sanear essa situação.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, doutora. Não senhora, doutora. Um aparte, Sr. Presidente. Por favor, Sr. Presidente. A senhora disse muito bem: quem legisla é essa Casa. As leis foram feitas, formuladas e aprovadas nessa Casa--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Por favor, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Não, não. Mas é que eu tenho que assegurar a palavra da Dra. Ludmila--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu pedi um aparte a ela a um comentário que ela fez nesse momento. Se o senhor me permitir, eu gostaria de aparteá-la.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Só mais um minutinho para ela conduzir um pouco mais o pensamento, e, na sequência, V. Exa. tem direito à réplica. Regimentalmente, réplica e até tréplica. Então, por favor, Dra. Ludmila.

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Obrigada por me deixar concluir. Então, só o esclarecimento. O TAC, ele não cria, ele não legisla. O TAC simplesmente explicita e dá voz e eficácia àquilo que o Congresso legislou e considerou como algo devido à nossa Legislação. Então, o TAC não cria. Outra situação é que o movimento... No mundo, se fizer um estudo comparado, é mundial a ampliação de medidas extrajudiciais para solução de conflitos. Nós estamos, pelo contrário, avançados, e não queremos retroceder na contramão daquilo que o mundo todo pleiteia. É fato público e notório que o Judiciário está sobrecarregado, as decisões judiciais complexas duram anos, dez anos, 20 anos, e, aí, uma situação irregular, que simplesmente poderia ser solucionada, vira algo, um problema sem solução, complexo e, às vezes, chega a decisão depois de dez, 20 anos, e aquilo não é mais satisfatório, não tem mais resposta. Então, nós, quando assumimos e firmamos TACs, Termos de Ajuste de Conduta, nós estamos não só buscando soluções extrajudiciais, dando eficácia e efetividade aos comandos constitucionais e legais... Não criamos direito, nós não estamos aqui para legislar, estamos justamente para responder, dar eficácia àquilo que os senhores estão legislando. Nós não temos esse poder, nossa atribuição não nos compete a isso. Só esse esclarecimento.

Outro fato que eu quero deixar bem claro é que a atuação, aqui, do MEC e do Ministério Público Federal é com relação a sanear irregularidades que foram verificadas, que não foram criadas por nós, mas que estavam lá. Se houve um lapso de atuação, nós... Há esse lapso... O fato é o seguinte: há uma situação irregular. Então, por isso, não vou atuar? Não. Eu, diante de uma situação irregular, eu tenho o dever de ofício de ter uma postura com aquilo e procurar uma solução. Agora, a solução também tem que ser construída e conversada. E eu já explicitei que essa conversa aconteceu. Só esclarecendo um ponto: a Sra. Nilmar Ruiz, ela disse que o segundo TAC previa transferência. Esse fato--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É Deputada.

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Perdão, Deputada. Com toda excelência...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Sim, com todo respeito. Desculpe, é pela rapidez de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu só quero dizer que eu acho que a Audiência Pública está transcorrendo com todo o respeito, e a Dra. Ludmila tem sido extremamente precisa e também nesse sentido.

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Eu peço desculpas porque eu falo rápido e, às vezes, a gente atropela. Mas com todas as desculpas e vênias possíveis, por todo o respeito que eu tenho pela Casa e por todos vocês. Justamente porque minha função é simplesmente dar efetividade àquilo

que vocês legislam, em nome de todos nós. Mas só esclarecendo: quando foi falado sobre o primeiro TAC, o primeiro TAC havia a previsão de transferência. O segundo TAC... Que, na verdade, volto a dizer: não havia um segundo TAC. Era simplesmente, justamente por pressão... Aquela demanda que surgia dos alunos, da própria UNITINS, dos donos de polos... Nós fizemos audiências públicas... Esse pedido, então, no sentido de que? Dar voz ao estudante, que ele pudesse fazer essa opção de permanecer na UNITINS. Isso foi dado. Por isso um termo aditivo explicitando, dando interpretação ao TAC. Não era um segundo TAC. E essa... Nesse aditivo, que se colocava a transferência como algo facultativo, ele veio atender. Então, o primeiro TAC que foi assinado já tem a previsão da transferência. O que não havia era em que termo seria feito a transferência. E isso estaria no aditivo, explicitando que seria facultativo e que seria dado ao estudante a opção por permanecer, ou não, na instituição. Então, eu quero deixar isso muito claro. O primeiro TAC já fala sobre transferência. O aditivo era pelo contrário, em atendimento ao pleito dos estudantes, ao pleito da UNITINS e o pleito dos centros associados. Foi por isso que nós ponderamos e abrimos mão para que fosse ouvido e dado voz aos outros interlocutores. E com relação ao que os estudantes ganharam ou perderam, infelizmente a nossa atuação, ela prima por isso, para que o direito à educação... Mas uma educação de qualidade. Não adianta eu abrir educação, sem estabelecer parâmetros mínimos. Outro fato que eu também quero que fique claro é que a Legislação que existe, pertinente sobre o assunto, entrega à Secretaria de Ensino a Distância o poder de regulamentar e fiscalizar. É esse o órgão que tem competência legal para fazer essa fiscalização. Fiscalização técnica, algo que não me compete. Eu não tenho capacidade técnica de fazer avaliações *in loco* para verificar o parâmetro, a qualidade, enfim, excelência de ensino que deve ter. Isso é termo de política pública, e quem estabelece é o Governo; no caso, o MEC tem essa atribuição e, mais especificamente, a Secretaria de Ensino a distância. E isso está minuciosamente descrito nos decretos e na Legislação que toca no assunto.

E para finalizar: se há algum prejuízo para o aluno, e acredito que há, é porque a UNITINS, ela tem se mostrado irresponsável. Por que eu falo isso? Porque ela assumiu um compromisso numa direção de sanear essas dificuldades. Essa solução já estava sendo construída, já estava sendo conversada, já estava pronta. Ela retrocedeu. Ignorou-se todo um trabalho, um trabalho sério. Ninguém aqui quer prejudicar a UNITINS. Pelo contrário, a gente quer salvar essa instituição para o Estado do Tocantins. Agora, tem que se ter parâmetros, tem que seguir a lei. O contrato--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, desculpe. Mas quando falar UNITINS, fale ensino a distância. Porque está sendo transmitido e vai dar insegurança aos alunos da UNITINS se eles acharem que vai fechar a UNITINS. É o ensino a distância da UNITINS. Eu sei. Mas eu estou dizendo, não coloca assim que vai... A UNITINS é ensino a distância, entendeu? V. Exa.... Por favor.

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Perdão. Especificamente, o ensino a distância da UNITINS. E também quero deixar claro, já que vai ser algo, enfim, para que fique claro e leve segurança ao estudante, que o processo de descredenciamento ele não significa a invalidade de diplomas de estudantes que já estão em curso. Esses estudantes têm assegurado seus direitos, seus diplomas têm validade... O MEC deixou claro isso. Então, assim, esses estudantes de ensino a distância, eles têm, sim, os seus diplomas reconhecidos e validados. A questão é que está freada a entrada de novos estudantes. Com relação aos que estão cursando, hoje, todos os diplomas tem validade. Inclusive, uma das exigências nossas, no TAC que foi assinado, é que a UNITINS se comprometa a dar continuidade aos estudantes que queiram permanecer na instituição. Porque um risco também de efetivar isso. E outra coisa, que a gente tem que colocar em primeiro lugar, o respeito às normas constitucionais e o direito de educação de qualidade. Não inverter, botar em primeiro lugar o direito econômico dos donos de polos que tem o seu interesse e os donos da Educon. Então, assim, é muito sério e muito grave isso. Nós devemos colocar em primeiro lugar o interesse dos estudantes e dos alunos, e não o inverso. Então, os estudantes, sim, que pleiteiam o interesse de ser transferidos, tem que ser garantido a eles. Desde que respeitada a opção deles. E, às vezes, na nossa atuação no dia a dia, mostrou-se que a pressão econômica, nesse caso, foi muito intensa. Só para finalizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Senadora Kátia Abreu, V. Exa.... Havia interrompido antes e dito que V. Exa. tem direito à réplica.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, apenas para lembrar à Procuradora da República que eu sei exatamente quem é que fazem as leis. Tanto é que disse isso nas minhas palavras. E as leis estão aí para serem cumpridas, sendo desnecessário qualquer encurtamento do direito que essas leis propõem aos cidadãos brasileiros. E a assinatura de um TAC, eu disse que encurta o direito que as pes-

soas têm de se defenderem. Elas, ao assinarem um TAC, não têm como retroagir na sua legítima defesa. O TAC utiliza-se da lei para encurtar o direito de justiça que as pessoas possuem. Por exemplo, o caso do TAC assinado pela UNITINS no passado. Aquilo foi um crime cometido com a universidade. Aquele foi o Decreto que finalizou com a universidade. Aquele TAC dificilmente nós conseguiremos reverter a situação. E não deveria ter sido assinado e não deveria ter sido permitido. Porque é impossível de ser cumprido. É uma desonestidade com o Estado do Tocantins e com os alunos da UNITINS.

Portanto, eu reitero a minha contrariedade com relação ao excesso de TACs propostos por todo o país nos últimos anos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Eu só quero dizer, antes de passar a palavra ao Senador João Ribeiro, que no Estado do Tocantins houve uma coincidência interessante, que quando aquele TAC foi assinado, a Procuradora da República era a Dra. Ludmila. Mas não esta Ludmila.

[risos]

Por incrível que pareça, duas Procuradoras com o nome de Ludmila. Isso é algo interessante. Mas eu só quero colocar também, porque quando eu falei com a Dra. Ludmila, telefonei naquela época, eu acho que falei por telefone ou com outro Procurador, ele disse: "Não, é outra Ludmila". Eu disse: "Não é possível que tenha duas 'Dras. Ludmilas' aí no Tocantins". Mas eu quero dizer o seguinte, o objetivo nosso, apesar de eventualmente o argumento ser mais forte, mas eu gostaria que fosse sempre muito respeitoso, e de escuta, e de compreensão e de busca de caminhos, não é verdade? Que esse é o objetivo. Nós temos que discutir e vamos pensar juntos. Por isso que os fatos estão sendo expostos. A gente pode não gostar, eventualmente, não concordar, mas é essencial que nós saibamos com clareza o que cada uma das partes pensa sobre o assunto. Porque se nós não soubermos, esse que é o objetivo da Audiência Pública.

Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu e demais membros componentes da Mesa, eu quero me dirigir, vou ser bastante objetivo, porque a gente tem que discutir até que se ache um caminho. Mas eu quero perguntar primeiro ao Dr. Carlos Eduardo, Professor Carlos Eduardo, primeiro, se existe ainda um caminho para sentar a UNITINS, o MEC... A UNITINS, o MEC e Ministério Público para encontrar ainda uma saída para essa situação, esse impasse que é, no meu ponto de vista, algo assim horroroso, algo terrível. Porque a morte da UNITINS está neste momento decretada. Eu quando perguntava sobre... Quando se encontrou logo lá atrás, dois anos atrás, que se proibiu novos vestibulares, aí o caminho realmente já era a morte. Porque independentemente de um ajuste de conduta, de nova situação, o que iria acontecer? Com o passar do tempo os alunos iam... Os cursos aonde têm 50 alunos, 60, ia começando a ficar com 20, com 10, com cinco. Isso, lamentavelmente, no nosso ensino superior no Brasil, esse dia fui paraninfo de uma turma de formandos lá, Deputada Nilmar, que eu fiquei... Conversei com o Diretor da UBRA, eram quatro turmas formando, Senadora(sic) Nilmar. A que tinha mais alunos tinha 14. Tinha uma com dois alunos, outra com um, outra com quatro. Formando. Então, isso na questão do... Do ensino presencial, não do tele, como é nesse caso. E, portanto, a gente vê que a situação é complicada. Quando eu estive com o Ministro, e aí vou fazer essa pergunta, por quem eu tenho muito respeito, o Ministro me falou muito da questão, um dos argumentos fortes do Ministro que logo de cara, eu não sei se foi já o Ministro querendo me desmontar naquele momento, já que eu não sou da área, eu não sou educador, mas todos nós nesse Brasil somos técnicos de futebol e entendemos um pouquinho de cada coisa, sobretudo quem aqui é Parlamentar e tem obrigação de entender, eu levei algumas questões para perguntar para o Ministro. A primeira coisa que ele me disse: "Olha, a qualidade é péssima. Não dá para continuar". Eu falei: "E os... E os polos, Ministro?" "Olha, tem uma televisãozinha lá, tem um lugar que é negócio assim vergonhoso". E aí quando a gente vê a nota 3 no ENADE, a gente vê que se tem mesmo...

Eu queria esclarecer bem essa questão da nota, queria que o nosso Secretário de Ensino a distância, Professor Carlos, primeiro esclarecesse a questão da nota. Segundo... São duas ou três perguntas que vou fazer para ser bastante objetivo. Qual será a saída, Sr. Secretário? Nós temos ainda como voltar a discutir o assunto, ou a saída só será política se houver uma ordem superior para que se abra nova discussão? Se existe a disposição do MEC através de V. Exa., que aqui neste momento, claro, fala pelo Ministério, porque é sua pasta, com muita razão, se ainda existe a disposição do MEC, embora já tenha descredenciado a UNITINS. Mas o que se descredenciou pode voltar a credenciar, pode voltar atrás, porque não é a primeira vez que se faz isso no Brasil, um Juiz dá uma decisão para condenar alguém, depois dá uma decisão analisando melhor o processo e volta atrás, e então isso não pode ser tão radical. Essa decisão não pode ser

tão radical de forma que não possa se discutir voltar a conversar.

Eu achei que... Achei, não, tenho certeza que o problema hoje é a instituição. O problema hoje é a situação desses alunos. A gente não adianta repetir o que já foi dito aqui. Então eu quero, basicamente, perguntar isso. O que levou realmente o fechamento da instituição? A qualidade do ensino? É a parceria que a instituição fez com terceiro? E se há... Aquilo que a Senadora Kátia falou é muito grave. Se há esse levantamento do MEC, realmente, o MEC comprovou que só tem 40 e poucos mil alunos, em vez de 91. Foi dito isso? A Senadora colocou e eu entendi isso. Também gostaria de uma resposta nesse assunto. Se tem 91 mil alunos no Brasil, aparentemente matriculados, se tem 91 mil alunos aparentemente matriculados. E se este, não, se tinha, se teve esses 91 mil. Se houve transferência desses 91 mil alunos para chegar a esses 40 e poucos mil que a Senadora citou. Porque aí a gente... Eu vejo que se... A saída do MEC, nesse sentido, era desfazer essa parceria. Que a UNITINS assumisse totalmente esses alunos. No meu ponto de vista seria a saída mais lógica e mais justa, que ela assumisse. E aí, se ela não conseguisse, aí sim, aí é uma medida mais drástica.

Então, basicamente, para não ser confuso, essas três perguntas. Se existe... Primeiro, a gente... V. Exa. pode responder as outras, mas se existe ainda disposição do MEC de sentar, Ministério Público, o MEC e a UNITINS para que haja um novo entendimento e para que a gente possa recuperar essa instituição.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Presidente, poderia fazer um aparte à colocação do Senador João Ribeiro?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Pois não. Senador Quintanilha.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Com todo prazer, Senador.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador João Ribeiro, acho que V. Exa. com uma frase resumiu o que todos nós aqui estamos desejando. É saber se, efetivamente, há esse ânimo por parte do MEC de conversar com a UNITINS, com o Governo do Estado do Tocantins, para buscar uma solução. Porque nós vimos aqui a discussão acerca de dois TACs. Um que o Governo... Um que a UNITINS não assinou e o outro que a UNITINS assinou. Que não deveria ter assinado. Porque as condições do primeiro TAC são totalmente adversas. Se há equívoco, precisa ser corrigido. Mas a gratuidade proposta no Item 1 do TAC inviabiliza o funcionamento da UNITINS. Ele é um modelo novo. É um modelo híbrido que merece a atenção de todos nós. O Estado Brasileiro já [ininteligível] muito revelou sua capacidade de oferecer vagas, de oferecer oportunidades para as pessoas estudarem. Então, esse modelo híbrido... Porque os cursos são cobrados... Se V. Exa. for comparar o preço cobrado pela... De um ensino a distância pela UNITINS é muito mais em conta abaixo, bem abaixo dos preços cobrados hoje, efetivamente, para... Pelo ensino presencial. A transferência dos estudantes da modalidade a distância para outras instituições também fere um direito individual da pessoa. Acaba com a UNITINS. Esse primeiro TAC, realmente decreta, como V. Exa. falou, a morte da UNITINS. E a continuidade da oferta. A interrupção dos vestibulares--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu acho que é basicamente isso, Senador.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Exato. Ou nós melhoramos a qualidade do ensino e encontramos a forma de funcionar, ou vai... Dessa forma aqui é para fechar a UNITINS.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, eu queria acrescentar o seguinte: Não adianta... A gente pode discutir aqui dois, três dias, se a gente não tiver essa posição do MEC. Porque uma coisa é a gente saber do Ministério da Educação se ele tem disposição de conversar ainda de abrir, de dialogar. Se o MEC disser que não tem mais condição de conversar, embora a presença do MEC aqui, e eu queria dizer ao Dr. Carlos Eduardo, o nosso Diretor, que a presença dele me dá a impressão de que o MEC... E torço muito para que volte a ser discutido o assunto. Porque nessa audiência que eu tive com o Ministro, quero só falar isso para encerrar, o Ministro me disse: "Senador, eu não tenho dúvida que o ensino a distância é o futuro do mundo. Nos países mais desenvolvidos do mundo o ensino a distância cresce e com qualidade". Então, foram palavras do Ministro para mim. Então, se é isso, nós temos que achar um caminho, porque o Tocantins não quer ficar fora desse... Dessa nova modalidade, sobretudo o que é o futuro no mundo. Tocantins não deseja ficar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu quero só dizer o seguinte: Como os dois Senadores do Tocantins fizeram só pergunta para o Dr. Carlos Eduardo, que ele possa responder, Senador Cristovam, e na sequência, eu passo a palavra para o Senador Wellington e para o Senador Cristovam para daí encerrarmos as perguntas.

SR. JORAN OLIVEIRA BARROS JÚNIOR: Sr. Presidente, Sr. Presidente

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, é que a minha pergunta é na mesma linha dessa, embora colocada de outra forma. De repente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Então, se V. Exa. puder reforçar essa pergunta.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, eu sugiro que os três... Não, não, eu sugiro que as perguntas sejam todas feitas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Não, mas vamos primeiro--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E o Senador Wellington pergunte antes de mim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro. Mas que não deixemos para depois se as perguntas podem--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Se ele pudesse responder, porque acho que é muito importante o que eu perguntei e o que o Senador Leomar perguntou, com todo respeito, acho que é uma das maiores autoridades desse país na educação, é o nosso Senador que tem que dar direito aqui para que nós sempre tenhamos que tirar o chapéu, Senador Cristovam. Mas eu gostaria de mesmo... Que ele tem que de a gente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): O Professor Carlos Eduardo também pode ser objetivo na resposta.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Eu gostaria de cumprimentar V. Exa., o Senador João Ribeiro, pela objetividade e pela clareza das perguntas colocadas. Muito oportuno e... Gostaria também na ocasião, saudar o nosso ex-Ministro, Senador Cristovam Buarque, do qual nós temos o respeito e admiração grande.

Senador, em primeiro lugar eu queria... Eu pedi para verificar... Eu não tinha conhecimento, também dirijo isso à Senadora Kátia, eu não tinha nenhum conhecimento de algum ENADE vinculado à área de educação a distância. Não tinha. Por isso a minha resposta objetiva. Eu não tenho nenhum conhecimento de qualquer medida através do ENADE para os alunos de educação a distância. Note que a educação a distância no Tocantins ocupa 95, 97% do seu alunado. Portanto, é o essencial. E, de fato, até onde nós podemos checar, não tem. Nós não temos nenhum exame ENADE aplicado à área de educação a distância. Porque eu solicitei à época. E não tinha. Nós não temos ainda--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Nós ainda não temos conhecimento... Eu pedi, solicitei ao ENADE da UNITINS e também não recebi, mas eu não tenho total certeza disso. De qualquer maneira, 97, 98% do alunado da UNITINS é educação a distância. Portanto, nós estamos tratando do tema de educação a distância e quero destacar que nós não temos esse parâmetro. Que eu tenho buscado e seria muito interessante tê-lo.

Agora, entrando nos outros quesitos colocados pelo senhor. O MEC está permanentemente preocupado e a busca de diálogo para resolver a situação dos alunos atuais. Nossa principal fonte de preocupação, assim como no Ministério Público, é achar uma solução boa para os alunos que estão, nesse momento, participando do processo da UNITINS. Além disso, nós queremos construir junto com o corpo docente da UNITINS, que vem não sendo ouvido, nós tivemos lá, ouvimos o corpo docente, nos solidarizamos. Ouvido o corpo docente, nós encontramos uma solução que atendia ao Estado de Tocantins. Atendia à população de Tocantins. Atendia ao corpo docente da instituição, que essa instituição pudesse dignamente, porque ela já adquiriu o conhecimento de educação a distância, para que ela pudesse atuar. Então, são duas questões que nós tratamos. Uma: o que nós podemos fazer de melhor para os alunos que existem. Dois: o que nós podemos fazer de melhor para essa instituição que tem o corpo docente e que merece respeito? E essas duas soluções foram encontradas, no passado, através do aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta, a Procuradora tem razão, e através da possibilidade, não para os atuais alunos, porque não é possível admiti-los na universidade... A UnB, por exemplo, para aceitar um aluno, ela vai fazer todo um processo que não nos cabe determinar.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Exame de seleção, não é vestibular.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Exatamente. Então, não é possível. O que nós estamos oferecendo à UNITINS, Senador Cristovam Buarque, é que a UNITINS possa traçar um futuro para o Estado de Tocantins, de apoio ao Estado, através do ensino público e gratuito. Com relação à questão da parceria entre uma universidade e uma outra instituição privada, nós quebramos a espinha dorsal de parcerias de instituições particulares com outras instituições. Isso está custando caro a essas instituições no sentido delas se reposicionarem. Porque nós exigimos que a universidade seja completa, total e absolutamente, tenha total controle e seja responsável pelo processo acadêmico.

Uma universidade pode terceirizar o serviço de limpeza. Ela pode terceirizar o serviço de satélite. Nós definimos um conjunto de critérios pelos quais as universidades, e menciono aqui várias universidades, três pelo menos, grandes universidades brasileiras que

desfizeram seus contratos, que operavam a exemplo da UNITINS com a Educon, e passaram a assumir plenamente o controle acadêmico dos seus alunos. Nós queremos que o corpo docente da universidade seja responsável pelos alunos da universidade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Poderia citar o nome, Secretário Carlos? Porque muitas vezes--

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Posso citar o nome, sim. Estou falando da Universidade Castelo Branco, estou falando de instituições privadas. A UBRA... A Universidade Castelo Branco, e estou falando também da... Tem uma terceira que é a... UNICID. Então, estamos falando de três instituições que estão trilhando o caminho de conseguir controlar seus alunos. É impensável, Senador, é impensável que nós aceitássemos que uma instituição, que não vou citar o nome, que contratasse uma segunda, que contratasse um terceiro e esse terceiro... Eu vi na minha frente, Senador, falar o seguinte, uma dona de um polo: "Eu consigo reunir 15 alunos, eu ligo para a universidade e abro uma turma". Que ela nem conhece. Portanto, nós estávamos estabelecendo no Brasil um sistema de franquia. O MEC não trabalha com esse conceito. Agora, o MEC favorece as instituições privadas para se atuarem e que elas contratem os serviços de terceiros, é óbvio. Portanto, isso responde parte da sua pergunta.

Voltando agora à questão dos alunos. Senador, nós temos hoje o registro de 47 mil alunos. Nós não conseguimos o registro dos--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Dos 91, não.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Agora, note bem, eu não estou traçando aqui nenhuma linha de acusação. Só estou dizendo que nós não conseguimos a documentação comprobatória no ano passado. O que nós imaginamos que aconteceu? Partes desses alunos se formaram, partes evadiram e pode ser que seja esse... Muitos se formaram. Pode ser esse o motivo. Agora--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Muitos, muitos. No nosso Estado esse ano formou gente demais lá. O ano passado... Todo ano.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Vinte mil se formaram, se não me engano.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Muitos se evadiram.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Então, houve uma formatura em espécie... Agora, o que nos causou muita estranheza, Senador, é que uma instituição não tenha a documentação de seus alunos. É inaceitável--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Isso aí é grave.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: É grave. Portanto, eu estou destacando aqui nessa Comissão de que nós precisamos a comprovação de todos os 91 mil alunos, de todos que se formaram, enfim, esse é um outro trato. Agora, de novo, vou--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): A posição, então, Secretário, me desculpe, do MEC, de continuar conversando para encontrar uma saída... Se a gente matar a universidade--

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Esse é o aspecto principal. Nós entendemos que... O MEC vê dois caminhos, Senador. Dois caminhos. Um caminho é fazer todo o esforço com o Ministério Público e com a UNITINS de atender aos alunos que lá estão. Para que eles tenham o direito que eles têm de optar em continuar com a UNITINS. Inclusive, eu quero destacar a atuação de alguns diretores de polo, eu estou aqui na frente de uma diretora, que ofereceu aos alunos tutoria e outros elementos adicionais, nós não vistoriamos, mas acreditamos que deve ter alcançado um padrão e imagino que isso pode ter acontecido com outros polos pela relação que nós estabelecemos. Então, primeiro nós queremos... É nosso desejo resolver da melhor forma o problema dos alunos da UNITINS. Quanto ao processo futuro, ou seja, o que acontecerá com a UNITINS na área de educação a distância, eu quero destacar para aqueles que estão nos ouvindo, em respeito ao Senador, que nós estamos falando da área de educação a distância, e para os alunos que entrarão no futuro, caso se ache uma solução. O Ministério da Educação está colocando à disposição a possibilidade da parceria que ele estabeleceu com as outras universidades públicas. Essa parceria não significa impor nenhum tipo de modelo. Essa parceria significa aproveitar essa beleza que o Estado do Tocantins tem, que construiu, que é uma instituição que entende de educação a distância, para o bem da população do Estado do Tocantins. Isso, como que se viabiliza isso? Possivelmente, realizando um credenciamento específico para que ela possa caminhar na direção de aproveitar esse corpo técnico, esse corpo de professores, e trilhar um caminho de sucesso. E eu tenho a impressão que ganhamos todos, ganha o Governo do Estado, o Ministério da Educação... Então, respondendo a sua pergunta, Senador, está à disposição, está aberto como esteve ao diálogo, e quer... Quer que nós consigamos encontrar a solução que seja boa para os alunos que estão lá atualmente, e que possa atender e colocar essa instituição a serviço do Estado de Tocantins que tanto demanda.

Eu só queria fazer mais uma observação, Senador, que a UNITINS credenciou 2.400 polos de educação a distância, e isso é gravíssimo, Senador, gostaria que a senhora também prestasse atenção, por favor, por gentileza, V. Exa., quando nós solicitamos... Quando a UNITINS credenciou 256 dos 1.400 polos, mais centros associados, ela cadastrou apenas quatro polos no Estado do Tocantins. Eu acho que isso mostra claramente de que ela precisa olhar para dentro do Estado. Ela precisa desenvolver o seu Estado.

Com relação ao desenvolvimento do restante do país, eu posso mostrar para o senhor que todos os lugares onde a UNITINS atualmente atua, estão sendo cobertos, quase todos, por outras instituições que estão podendo oferecer o serviço.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu quero apenas, Sr. Presidente, dizer que fico... Fico em parte contente com as respostas do Secretário, até quando ele abre para que se continue conversando e tentar encontrar uma saída. E eu gostaria, inclusive, que a gente já tirasse uma proposta daqui. Então, nesse momento, que a gente conseguisse extrair uma proposta de conversação, de entendimento... Porque realmente nós, Sr. Presidente, não podemos permitir a morte da UNITINS. Nós não podemos permitir. Eu quero só fazer, ilustre Secretário, uma... Uma crítica construtiva, e acho que isso serve de exemplo para o Ministério da Educação, sobretudo para a pasta de V. Exa., de que quando... Eu pensava que fosse assim, quando fosse autorizar um polo, qualquer polo em qualquer cidade do Brasil, passasse por uma supervisão do MEC. Que o MEC verificasse... Não é possível que você autorize uma instituição, porque as instituições particulares são assim, e o MEC é bastante criterioso nisso, eu sei a dificuldade que é porque eu tenho acompanhado isso, de algumas instituições, todos nós Senadores somos procurados para isso, para esse fim, e, portanto, se tem polo que tinha lá uma televisãozinha, que era deficitário, eu também quero aqui dizer que o MEC tem responsabilidade sobre isso, porque como é que se autoriza uma instituição a sair espalhando polos pelo Brasil afora e sem que o MEC esteja acompanhando a cada... Que se tenha um, um profissional, Sr. Presidente, um profissional em cada... Em cada Estado Brasileiro acompanhando de perto, e verificando e atestando se esse polo... Atente, foi isso que eu disse ao Ministro, por isso que estou repetindo aqui para V. Exa., uma sugestão que dei como leigo no assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu só quero... É claro que o Dr. Carlos Eduardo vai responder, mas para a dinâmica--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Mas eu encerro, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu passo a palavra ao Senador Wellington e na sequência ao Senador Cristovam.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, muito obrigado passar a palavra e demais componentes da Mesa. Eu queria dizer o seguinte: eu sou doutorando em ensino a distância. Fiz na UNED, Universidade Nacional de Educação a distância, na Espanha. Pensei que nessa reunião, eu pudesse acrescentar alguma coisa a nível acadêmico, a nível da discussão... Doutorando, para depois não falar que meu currículo não tem doutorado... Não defendi a tese porque eu vim trabalhar. O que acontece? Qual é o grande segredo do ensino a distância? O que dá validade? É a prova presencial. Os meios todos podem acontecer de tudo quanto for jeito. Satélite, unidade didática, por internet... Mas tem que ter a prova presencial. Em qualquer lugar do mundo tem a prova presencial. Senão, o sistema perde a credibilidade. Esse caso da UNITINS, diante de tudo que foi apresentado aqui, Senador, que vai ser o próximo secretário e vai nos deixar saudade na Casa, Senador Quintanilha, eu vou... Todo mundo tem razão. Como pode uma instituição falar que a contratada é a instituição que dá o diploma? Logo, se a contratada é a instituição que dá o diploma, não tem licitação. Porque ela é contratada. Licitação é quando você vai contratar alguém. Então, quer dizer, foi tudo armado da maneira que você vai burlando a lei de tudo quanto é jeito. Então, no momento que a contratada é a UNITINS, não é ela que contrata, não tem licitação. Então, já começou por aí toda a estrutura. Depois você vai vendo que à medida que vai aumentando o número de alunos, que vai tendo mais recursos, vai diminuindo repasses para a UNITINS. Então, isso alguém está levando por fora. Não quero saber quem é, mas dá a entender que é isso. Então, lesando a UNITINS. Que, pela informação que eu tenho, vive somente desses cursos. Não tem dinheiro de Governo, não tem... Então, acaba a UNITINS.

Agora, por outro lado, o sistema que o MEC está utilizando... Ele não está utilizando só com a UNITINS. Ele está utilizando em todo o sistema. O Ministro criou... Ele colocou todo o sistema de educação a distância sob supervisão - se estiver errado me fale -. E, diante disso, ele não deixa criar novos polos, porque ele está se organizando para poder controlar esse aumento estupendo que houve. Para poder tentar impor uma qualidade que o MEC acha que é a qualidade que tem que vigorar. E, diante disso, nós caímos nessa situação que eu não vejo um outro caminho que não

seja os Senadores de Estado, mais a Procuradora, mais o Secretário e mais o Ministro, e a Dallari, que é quem entende de Legislação hoje, da SESU, que é a pessoa do MEC que entende de Legislação e sabe encontrar solução junto com o Ministério Público, o Ministério Público não pode estar fora disso. Porque senão a secretária vai responder. A gente sabe como que isso funciona. Então a solução vai ter que ser política. E o Ministro tem condições de dar a solução, porque ele sempre encontra soluções para fazer uma Portaria. A gente conhece bem o Fernando Haddad. O Ministro Fernando Haddad. Agora, faz tudo direito. Faz tudo direito.

Então, diante de do que eu vi aqui, eu vi tudo errado. A verdade é essa. E o MEC não tem como não fazer uma intervenção na UNITINS. Ele é responsável por isso. Ensino superior no país é responsabilidade do MEC. O Supremo já deu a decisão, no caso da UNIPAC, que era no meu Estado e que autorizava, a Secretaria de Educação autorizava criar curso superior. E foi decidido que quem controla é o MEC. As avaliações vêm por intermédio do MEC. Agora, tem uma série de coisas que nós precisamos esclarecer. E também o Senador não tem obrigação de saber, porque aqui nós não podemos entender de tudo. ENADE não é nota de instituição. ENADE é nota de curso. A nota da instituição é o chamado IGC, que na verdade é uma média ponderada de todos os ENADEs mais um... IGC mais CPC e chega a essa nota que é o IGC, Índice Geral de Curso que é o que dá a nota para a instituição. Talvez a UNITINS tenha o IGC. IGC. O IGC. Não é ENADE. ENADE é de cada curso. Isso tem que ficar bem claro aqui. Não sei nem se tem nota do ENADE lá.

Então, Senador Flávio Arns, acho que foi super importante essa situação, mas eu não vejo uma solução que não seja passando pelo MEC, os Senadores, se precisar de mim estarei ao lado dos Senadores de Tocantins, pela Procuradora e pelo MEC. O MEC está fazendo o papel dele corretamente. Não é uma coisa específica contra a UNITINS, não é. Está fazendo em todo o Brasil. A Procuradora também está correta em entrar na ação, porque diante da quantidade de erros que tem aqui, não tem como ela não entrar para tentar valer o direito dos alunos. E os Senadores afetaram tremendamente o Estado dos Senadores. Ele não tem como ficar. Inclusive, um Senador vai ser o próximo Secretário de Educação. Assume sexta-feira. Então, essa Audiência Pública é perfeita, bem colocada, muito bem debatida, as pessoas que estão nessa questão estão aqui presentes. E, Senador Flávio Arns, eu tenho que dizer o seguinte: todo mundo tem razão, porque todo mundo tem que corrigir alguma coisa. É inadmissível que uma instituição, e olha que eu sou da iniciativa privada, mas é inadmissível que você crie uma instituição, aí precisa de alguém que vá dar o diploma, procura-se no Brasil inteiro, faça... Se contrate a UNITINS... Ela é a contratada. E ela que emite o diploma. Ela não sabe, e eu sei que ela não sabe, a quantidade de alunos, quem são os matriculados, onde é que estão... Porque ela só recebia a informação e assinava o diploma. A verdade é essa. A verdade é essa. Os polos tinham a informação, passavam para a Educon, a Educon mandava para a UNITINS e ela emitia o diploma. A Procuradora não pode deixar isso, o MEC não pode deixar isso. E aí, Senador, V. Exa. tem que ir ao Ministro, junto com a Dallari, junto com o nosso amigo Carlos, que entende da Legislação e junto como esse grupo tentar encontrar uma solução que não prejudique os alunos. Eu não vejo... Eu, sinceramente, fiquei aqui pensando em tudo e não tem outra solução. O Ministério Público tem que estar presente para poder avalizar o que chamam aí de TAC, no MEC chama de Termo de Saneamento, e na verdade só muda o nome. É encontrar uma solução que dê a questão jurídica, a política e a autoridade do Ministro e da Secretária de Educação Superior, que é a Dallari. Que entende muito bem da questão legal, haja visto o sobrenome, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sei que é filha. Entendeu? Então, não vejo outra saída, Senador. V. Exa. que vai assumir a Secretaria de Educação, tem que sentar com a nossa Procuradora e que é jovem e vai ter que entender que essas coisas, tipo, esse problema que nós temos aqui é muito mais político... V. Exa. vai ter que colocar a questão legal, mas também vai ter que colocar o político. E o Supremo ele é mais político do que legal. O Supremo é um órgão político. Se ele sentir que vai prejudicar muita gente, ele vai dar uma decisão que não vai prejudicar os alunos. Pode ter certeza disso. Os Ministros que estão lá não vão, de maneira alguma, dar uma decisão que prejudique os alunos. Agora, vai levar tempo, como V. Exa. colocou. Isso não interessa para os alunos. Todo mundo tem que ter o seu diploma e cair no mercado de trabalho. E o MEC tem que avaliar. O que é isso. Tem 90 mil, só aparece 45 mil? Como colocou a Senadora, será que isso é lavagem de dinheiro? Entra com dinheiro ali, fala que existe o aluno, vai entrando no caixa, no caixa, no caixa... Diminui o repasse para a UNITINS e bota a diferença aonde? O dinheiro está entrando, Senador. Para onde está indo isso? Lavou, soltou nota fiscal, entrou o dinheiro... O dinheiro está limpinho. Posso comprar o que quiser aqui no Brasil. E as pessoas são de fora do

Brasil. Que dinheiro é esse? De onde vem? É branco, é preto, sei lá o que é. É verde?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Qual é o rumo que vem... Não, não sei. Aí não quero colocar que país que vem. Nós somos Senadores. Mas estão corretos todos, Senador. Todo mundo tem razão. E estourou a bomba aonde? Na mão do Ministro, na mão da Procuradora, na mão do reitor e dos Senadores, que são representantes aqui do Estado, vamos ter que resolver isso. Então, eu sinto...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sinto não poder ajudar. Eu vim aqui crente que eu poderia ajudar, falar do meu lado acadêmico antes de ser Senador... Mas, a solução é política. Sorte que o Ministro Dallari, Secretário, a Procuradora, todo mundo, sabe que não pode prejudicar os alunos. A solução vai ter que ser encontrada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero pedir desculpas de que apesar de ter sido um dos subescritor junto à Senadora Kátia, dessa Sessão, não cheguei no começo. Mas vou explicar por quê. Aqui ao lado está havendo uma Sessão, transmitida ao vivo pela televisão, para debater, colocar 37 bilhões na compra de submarinos e aviões. E aqui a gente querendo discutir alguns pingados de reais para salvar a universidade. É um país muito contraditório com prioridades muito equivocadas. E aqui no corredor, Senadora, encontrei um senhor desesperado pedindo que eu o ajudasse porque a filha teve que trancar matrícula numa faculdade aqui no Distrito Federal. E ela estuda farmácia. Talvez o setor mais importante nas próximas décadas vai ser farmácia. Química de fármacos. E a gente aqui discutindo como salvar uma universidade.

Eu quero dizer também que, para mim, não há educação privada. Toda educação de qualidade é pública. Quando a gente dá, Senador Wellington, educação em casa para os filhos, a gente está fazendo na casa da gente, com a roupa da gente, tudo da gente. Mas é pública. Porque presta um serviço público. Toda educação de qualidade é pública. Quando a gente paga para que um filho estude numa educação de base particular, se for de qualidade, estamos botando o dinheiro da gente para prestar um serviço público. Um filho da gente. Mas o resultado é para o país. O mesmo vale para uma faculdade. Faculdade de qualidade é pública. Independente do dono. Lamentavelmente, como no Brasil, o Estado não preenche o seu papel do ponto de vista dos serviços públicos, aí o serviço público da educação é pago com o dinheiro privado. E tem empresário que ganha dinheiro com isso. Mas o resultado é público. Por isso que me preocupa, nesse caso, é como a gente vai fazer, e essa é a pergunta, para evitar que o potencial de alguns jovens, eu estou supondo que eles são capazes de fazer o curso, se não são, tem que estar fora da universidade. Eu estou supondo que eles são capazes, o potencial de jovens não seja desperdiçado porque não podem pagar. E segundo, como é que o potencial de uma instituição, com seus equipamentos, seus professores, supondo que ela tenha qualidade, não vai ser desperdiçado. Porque fechar... Não fechar a instituição, fechar o curso a distância, é um desperdício. E aí vem a pergunta: Dr. Carlos, que é um pouco na linha do Senador João Ribeiro, mas diferente. O que é que o MEC pensa fazer para não desperdiçarmos esses dois potenciais, dos jovens e da instituição? É estatizando? Se for, vamos trabalhar nesse sentido. É dizendo, por um exame dos alunos, que eles não têm condições de fazer o curso e, portanto, não justifica gastar dinheiro estatal? Porque também uma... Quem não é capaz de fazer um curso superior ou uma instituição que não é capaz de passar... Colocar dinheiro estatal lá é jogar dinheiro fora. Aí não é público. Então, o que a gente vai fazer para elevar a qualidade dos jovens e dos... E da instituição? Qual é a proposta do MEC para que a gente não jogue fora isso? É claro que a minha proposta, desde sempre, é ir lá para trás, na educação de base. Ontem eu terminei minha aula na UnB, fui andando no corredor e encontrei uns alunos de engenharia. Eles entraram sem saber nada que permitisse aprender cálculo. E saíram de uma escola particular, boa. Não sabiam. A faculdade teve que dar cursinho de pré-cálculo. No meu tempo, eu entrei na escola de engenharia, eu já entrei sabendo esses negócios de [ininteligível] dos limites, sabendo derivadas--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um aparte. Não vamos entrar nessa discussão público-privado, pelo amor de Deus, Senador. Senão eu vou ter que defender o privado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas eu estou defendendo, Senador Wellington? O senhor não entendeu nada. Me desculpe.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Entendi, entendi. De cálculo... Falar que veio de uma escola boa e não tem conhecimento para começar cálculo?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, uma escola boa. Pode ser pública, o que fosse. É verdade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. falou que era privada.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não. Essa escola aqui privada podia ser pública.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está bom, então retiro--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É que o senhor estava conversando aqui e arrumando os papéis. Eu comecei dizendo que toda educação é pública. Agora, algumas têm donos que passam... E alguns são pagos pelo pai. Mas a educação, se for boa, é pública. Não existe educação de qualidade, privada.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aí é duro. Eu sei, eu sei. Eu estou entendendo. É que o Senador Cristovam tem uma habilidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Não. Senador Wellington... É que o Cristovam Buarque está dizendo que vocês fazem um serviço público.

[falas sobrepostas]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, desculpe. Não é habilidade. É a importância da educação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu acho que a falta de entendimento do Senador Wellington mostra como precisa dar prioridade à educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Não, não, é que o Senador Wellington... Só para até ajudar a esclarecer... Apesar de ser privado, é um serviço público.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer que uma faculdade que tem um dono privado, mas que presta uma boa qualidade, ela é pública. Agora, o Estado se nega a pagar e aí o pai tem que pagar. O pai está pagando para prestar um serviço público. E eu paguei duas filhas minhas que estudaram em universidades particulares. Mas eu prestei um serviço público ao formar minhas filhas, colocando meu dinheiro ali, em vez do Estado colocou.

Então, eu quero saber como é que a gente vai salvar o interesse público. É estatizando? Que eu acho que, em geral, não é a boa saída hoje em dia. É pagando para que esses jovens estudem, desde que eles tenham competência. Desde que eles estejam preparados. Qual é a saída para gente não jogar fora esse recurso? Essa é a minha proposta. Eu não falo... Eu deixo aberta se é uma questão jurídica, se é uma questão financeira, se é uma questão de intervenção. Um dia desse alguns bancos começaram a quebrar, todo mundo interviu em banco. Quando a universidade está quebrando, a gente deixa quebrar e não põe recursos públicos se os seus donos não são competentes para mantê-lo funcionando?

Então, eu quero deixar claro que a gente tem que salvar tudo que for ensino nesse país, de qualidade. E o que não for de qualidade não é ensino. É farsa. Mas, tendo qualidade, qual é a proposta do MEC? E, anualmente, quantas outras estão nessa situação, no Brasil, que o senhor tem conhecimento? É a única? Ou a gente tem uma porção de outras UNITINS por aí esperando que a gente faça audiências?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Eu vou passar a palavra para o Carlos Eduardo, mais para os demais membros da Mesa para fazerem considerações e irmos conduzindo para o encerramento.

SR. JORAN OLIVEIRA BARROS JÚNIOR: Sr. Presidente, pela ordem, após a fala do Senador João Ribeiro eu pedi a palavra... Após a resposta do Secretário, eu gostaria--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Não, será dada. Todos os membros da Mesa falarão. Antes do Senador Wellington Salgado se retirar, eu só quero dizer que acho que ficou claro também que não havia aqui um conflito, uma dicotomia entre o público e o privado. Agora, ao mesmo tempo, eu só quero dizer que me parece que nós vamos encaminhar o assunto como consequência, desdobramento dessa Audiência Pública, já que está sendo realizada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, que nós façamos esta sugestão, salvo melhor juízo, colocada pelo Senador João Ribeiro, colocada pelo Senador Leomar Quintanilha e colocada pelo Senador Wellington Salgado, e pelo Senador Cristovam Buarque também, no sentido de... De se pleitear, e eu até já faço esse apelo para o assessor parlamentar aqui presente, Rodrigo Lamego, e também para o Secretário e o vice-Secretário, o Professor Hélio que também nos honra com a presença, no sentido de que as partes se sentem, discutam, cheguem aí a conclusões tendo como objetivo o aluno. Quer dizer, isto que o Senador Wellington inclusive colocou. Felizmente, todo mundo está pensando numa saída boa, objetivando o aluno. Então, penso que nós vamos caminhar nesse sentido, porque os pontos de vista foram externados.

Eu vou começar pelo Professor Carlos Eduardo, mas, na sequência, eu vou passar a palavra para a

Deputada Nilmar, para o representante dos docentes, que é o Jonas, não é?

SR. JORAN OLIVEIRA BARROS JÚNIOR: Joran.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): O Joran, desculpe. Joran, para o nosso colega Senador Leomar Quintanilha e também para a Dra. Ludmila. Eu só peço, assim, a brevidade porque eu tenho a impressão de que os objetivos dessa audiência... Não propriamente... Quer dizer, foram alcançados no sentido de que todos nós sabíamos que não teríamos uma solução aqui. Seria impossível ter a solução. No sentido de encaminhamento para a busca de uma solução. Então, Professor Carlos Eduardo.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Eu queria cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, porque sintetizou muito bem a nossa preocupação ao longo desses últimos um ano. Fazer só uma observação, Senador João Ribeiro, que é de fevereiro a nossa solicitação, nossa determinação de não fazer vestibular. Então, não tem dois anos, só meio ano. Foi de fevereiro desse ano.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Que, na verdade, alguém aqui tinha falado e eu não quero... Ah, sim, a Deputada Nilmar--

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Não, não se preocupe. Não. V. Exa.... É só uma observação. Mas, Senador Cristovam Buarque, o senhor sintetizou muito bem a nossa preocupação. O senhor não teve a oportunidade de ouvir a exposição nossa e da Procuradora, e dos demais membros, mas nós passamos um ano agora com duas coisas na cabeça: Primeiro, como fazer com que esse potencial desses alunos possa chegar ao final no curso de graduação de qualidade, receber um diploma e ir para o mercado de trabalho. Foi isso. Isso é uma preocupação nossa fundamental. E a segunda preocupação, com os docentes em respeito à UNITINS e eu tenho testemunhos da ex-Secretária de Educação e de vários participantes, da minha preocupação o tempo todo. Vamos levar a UNITINS com o seu potencial, sabe fazer educação a distância, tem consciência, só que foi impedida de exercer esse direito, primeiro, porque foi contratada e esse contrato implicou em redução inicialmente de 44% do valor que recebia... 16% é resumido à transmissão de suas aulas, portanto, o corpo docente da UNITINS não é responsável. Nós trabalhamos intensamente com essas duas pérolas. E tentamos aí uma terceira saída que é como preservar, digamos assim, não destruir a vida dos colegas que entraram como diretores de polo, como donos de polo terceirizados. Quer dizer, a UNITINS contratada por uma empresa privada que contratou os polos e eles assinaram contrato e não tinham noção conforme... Na época, seguindo a orientação... Enfim. Também com essa preocupação. Mas essas duas pérolas principais e uma terceira que nós temos certeza, pela relação que estabelecemos com os diretores de polo, os donos de polos, que de alguma maneira, eles tinham a oferecer também à população brasileira.

Com relação a esses dois aspectos, Senador, nós trabalhamos muito. Tive diversas vezes no Estado com o conselho da UNITINS e nós achamos um caminho, Senador. O caminho era: Um, que a UNITINS pudesse levar os alunos até o final, e nisso nós conseguimos dessa Ludmila 2, porque a Ludmila 1 não autorizou, nós tentamos com a Ludmila 1 e não conseguimos por causa do processo. Ela, sensibilizada, a nossa Procuradora... Desculpa... Soltar essa... Mas é que são duas Ludmilas. A gente... Que são procuradoras, a primeira Ludmila... Ela sucedeu a Ludmila Procuradora, também, do Estado a cerca de meio ano. Então, nós conseguimos alcançar com a... É sensibilizada apesar de não estar... Ter uma série de justificativas na lei que não permitissem, ela entendeu que, dado a excepcionalidade desse problema, seria aberto para a UNITINS uma excepcionalidade de poder cobrar desses alunos até o final. Por que cobrar dos alunos? Porque não tem mecanismo legal que faça com que o Governo do Estado, que é responsável por ter, digamos assim, tomado essa atitude de colocar os alunos, ele não tem nenhum mecanismo legal de poder fazer com que esses alunos terminem seus cursos de maneira gratuita. Então, primeira questão, como é que a gente preserva esses alunos na UNITINS até o final? Foi equacionada. A segunda questão, como é que a gente faz com a UNITINS? Nós oferecemos, Senador, que a UNITINS pudesse se agregar ao sistema universidade aberta do Brasil, é simplesmente... O senhor conhece bem, é financiamento, é gestão, é... Enfim, é uma irmandade de instituições, e nós oferecemos para a UNITINS, oferecemos ao Governo do Estado, que a partir de agora, então, não cobrasse. Se dedicasse ao Estado do Tocantins. O Estado do Tocantins precisa desse envolvimento. Então, se dedicasse porque já temos isso em todos outros Estados de instituições privadas e públicas. O Estado do Tocantins é um Estado novo, ele precisa de instituição voltada para seu Estado. Então, nós oferecemos, o Ministro ofereceu, nós oferecemos para o futuro da UNITINS que ele fosse parcialmente bancado pelo Governo do Estado e tivesse financiamento intenso do MEC a exemplo das outras. Então, nós resolvemos essas duas equações, Senador. Nós conseguimos resolver. Elas estariam expressas no aditivo do TAC e no Termo de Saneamento que nós propusemos. Eu trouxe aqui o Diretor-Geral da

Universidade Aberta do Brasil, Professor Celso Costa, Diretor da CAPES, que pode atestar o que nós estamos falando. Nós estamos dispostos.

Bom, isso nós não conseguimos. Como é que nós podemos vislumbrar, Senador, e... Senadores, Excelências, Senadores aqui presentes, que estão com o foco correto, preocupados com a questão. Como é que nós podemos vislumbrar uma solução para o futuro? Eu acho que uma solução para o futuro passa por isso que nós passamos, um ano agora tentando vislumbrar. Achar uma forma para que a UNITINS possa ainda... Não sei se é possível, a Procuradora possa fazer algum ajuste ainda que permita que ela leve esses alunos até o final, e iniciar um novo processo de credenciamento especial, junto com a Universidade Aberta do Brasil, que dê para essa instituição o que ela merece, que é a possibilidade de junto com o Governo do Estado, já faço um apelo para o Secretário de Educação do Estado, nós estamos dispostos, muito... Nós ficaremos profundamente felizes, Secretário, de conseguir achar uma solução. Eu não gostaria de... Agora falo em nome pessoal, eu não gostaria de como uma pessoa entusiasmada com a educação a distância, que vibra com isso há tantos anos, eu não gostaria de ver uma oportunidade de uma instituição que tem o conhecimento, terminar. Eu gostaria de vê-la seguir uma trajetória. A mim não cabe, Senador, qualquer discussão sobre a possibilidade de poder ou não poder cobrar. Essa discussão que a Dra. Dallari, Maria Paula Dallari, filha de Dalmo Dallari, já com a assessoria jurídica do MEC, entendeu que não é possível, e que a Procuradora também. Então, acho que a solução quem tem que achar é uma solução juridicamente factível. E eu acho que essa solução pode ser tomada numa conversa com o Governo do Estado achando juntos um futuro para a UNITINS que do MEC não passa pela possibilidade de cobrança. Eu não vejo... Eu não vislumbro, e já abro essa conversa a partir de agora, eu não vislumbro... Esse caminho nós não temos autonomia, Secretário, futuro Secretário, Excelência, Senador.

Eu queria terminar agradecendo a oportunidade ao Senador Flávio Arns. Ah, sim, Senador, mais uma coisa, Senador Cristovam Buarque. Nós estamos indo em todas as instituições. Não teremos mais... Todas as instituições com mais de 10 mil alunos--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Carlos, eu poderia fazer, só 30 segundos, uma perguntas mais uma pergunta? Uma pergunta dentro da resposta de V. Exa.? Porque há uma preocupação também, a gente esgotar aqui tudo que puder no sentido de encaminhamento, porque os alunos concluírem os seus cursos, eu acho isso muito bom, a proposta de V. Exa. e estou plenamente de acordo, é isso que a gente quer, mas eu tenho... Me vem aqui agora uma preocupação, como é que ficariam os alunos dos outros Estados brasileiros, e aí eu sei que foi a vinda do Senador Valdir Raupp aqui e outros Senadores, o Senador Nery que esteve aqui, do Pará, preocupado, porque se nós mantivermos a nossa UNITINS... Se ela não puder fazer, dentro dessa nossa parceria, desse novo modelo, não puder fazer novos polos por esse país afora e manter, como é que esses alunos ficariam? Porque vai chegar a 40 alunos, a 20, a 15... Daqui a pouco vai fechar tudo pelo país afora. Então, para que não se prejudique o projeto como um todo. Então, eu faço esse apelo a V. Exa. para ver se a gente pode incluir esse item na discussão.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Senador, gostaria de destacar para o senhor, em resposta ao seu item, de que todos os lugares onde a UNITINS atuava, praticamente todos, exceto o Tocantins e um Estado do Norte, estão sendo cobertos por novas instituições. Portanto, alunos que possam querer fazer educação a distância, estão sendo cobertos e eu tenho um mapa que demonstra isso que apresentei na Comissão de Educação da Câmara.

Com relação aos alunos que a UNITINS tem atualmente, nós oferecemos à UNITINS, Senador Flávio Arns, apoio para fazer um apelo para todas as instituições que operam hoje em dia para que possam ajudar a UNITINS a terminar esse estoque de alunos. Ou seja, nós vamos trabalhar junto.

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): [pronunciamento fora do microfone].

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Eu vou repetir para a Deputada Nilmar. Nós combinamos com a UNITINS, que caso ela queira levar até o final o seu curso com seus alunos, nós iremos tentar. Sendo alunos da UNITINS, pediu apoio para outras instituições para que esses alunos tivessem algum ponto para poder terminar seus estudos de tal maneira... Então nós estamos totalmente envolvidos, Senador, totalmente com as soluções possíveis de levar esses alunos até o final. Isso não esgota o terceiro tópico que são a sobrevivências dos polos que foram criados, que nós não temos nenhuma solução. Estou falando da solução dos alunos sendo levados pela UNITINS até o final do seu curso e da solução para a instituição UNITINS para o seu futuro.

Com relação ao terceiro tópico, nós não temos nenhuma brecha legal. Se esse Senado fizer uma medida abrindo uma brecha ou se tiver saída legal, nós estamos querendo. Nós não temos nenhuma brecha legal para o tópico das... Não é administrativa, nós consultamos juridicamente, nós não temos [ininteligível] legal.

Então, Senador, nós estamos total e absolutamente interessados em achar e amealhar parcerias com... Para levar esses alunos até o final da melhor forma possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Senador João Ribeiro, eu só quero pensar no seguinte também, que quando nós estamos chegando a uma conclusão de que, como V. Exa. sugeriu, os outros Senadores todos, o Wellington e eu próprio como Presidente sugiro também, que haja esse encontro das partes para a discussão. No meu ponto de vista é para a discussão de todos os tópicos. De todos, de toda a situação--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Perfeitamente, Presidente. Plenamente de acordo. Já existem, Presidente, eu percebo que existem... Existe uma posição do MEC, enquanto alguns tópicos, e que esse último, que foi o que o nosso Secretário disse... Eu acho que há espaço para conversar, sobretudo, pelo que percebo, não é? Então seria muito bom e é muito bom que haja realmente uma definição. Inclusive, sairmos daqui já com datas, se possível amanhã ou depois já começar a conversar. Porque o caso requer urgência, Presidente. Esse é o nosso problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agora, de qualquer forma esta Comissão entregaria o documento ao Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, e todos são assessores da equipe do Ministro da Educação, e ele naturalmente terá, como foi dito, é uma decisão política, então ele tomará a decisão nesse sentido--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Não tenho dúvida, Presidente, que o Ministro é um homem sensível, apaixonado pela educação e não vai querer que fique essa quantidade de estudantes pelo país afora e sem solução.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): E quando eu digo tudo será discutido, eu não quero dizer também que tudo será solucionado ao arrepio da lei. Quer dizer, mas tudo tem que ser debatido, visto e encaminhado da maneira correta.

Passo em seguida a palavra à Deputada Nilmar Ruiz.

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): Primeiro, eu quero reforçar que nós estamos discutindo como salvar uma instituição de ensino. Segundo, nós estamos discutindo o destino dos alunos que estão nos cursos em andamento e dos brasileiros que tem direito ao acesso ao ensino superior. Terceiro, a questão da cobrança não é competência do MEC, não cabe ao MEC dizer que não aceita a cobrança. Que só aceita a universidade pública. É uma questão de justiça e a Justiça já decidiu que a UNITINS pode cobrar. Terceiro, qual é o crime de uma fundação pública de Direito Privado fazer parcerias com empresas privadas, cobrar mensalidades e muito abaixo do preço da maioria, inclusive é subsidiada através de bolsa pelos Estados e por muitos Municípios, para ofertar educação a distância? O Secretário disse que não admite franquia em educação. Mas, na realidade eu não chamo de franquia, chamo de parceria. Da mesma forma que a universidade aberta do Brasil faz parceria com os Estados e com os Municípios, por que a UNITINS também não pode fazer parceria? Por que as outras também que já fazem... Não é só a UNITINS que faz parceria.

A outra questão que eu queria levantar é o seguinte: Por que a UNITINS não pode atuar no Brasil inteiro? Tem que se restringir ao Estado, se ela já vem fazendo isso há tantos anos? E se ela abrir, pode? Qual é o motivo? Por que a UNITINS não pode prestar esse serviço ao nosso país, de dar condições para que um número maior de pessoas possam ter acesso ao ensino superior? E terceiro, que eu acho que isso é muito importante, a UNITINS já atendeu em 62% o que foi acordado ou o que foi mostrado em relação à necessidade de suas adequações físicas, da parte pedagógica, se ela já atendeu em 62%. Já reconheceu, como foi muito dito aqui, eu reconheço e todos reconhecem que a parceria, ela foi desvirtuada nos dois últimos anos e o Estado, a UNITINS tem intenção e vai corrigir. Então, já foi colocado por diversas vezes que a gente sabe que estava errado, mas que tem interesse em corrigir. Se a gente quer corrigir, se a gente já atendeu em 62%, se a gente quer atender em 100%, se a gente quer um ensino de qualidade no nosso Estado, se a gente defende um modelo como o nosso Senador Leomar Quintanilha colocou, é diferenciado. Que é um modelo que eu defendo porque ajudei a criar como Secretária de Educação. Eu não consigo entender, sinceramente, porque tanta resistência do MEC em conceder o recredenciamento da UNITINS e autorizar a realização dos vestibulares. Não consigo entender.

Eu espero, sinceramente, que após a proposta do Senador Leomar... Do Senador João Ribeiro, de todos nós, possa sentar à Mesa e se possa, realmente, achar uma solução que, a meu ver, não é complicada quando se tem a vontade de fazer. Porque se não houvesse a vontade de fazer, era complicado assim. E eu acho que aqui não é questão de ganhar ou perder, não. Aqui é questão de resolver. E eu quero repetir, para terminar as palavras do Senador Wellington, ele falou e eu botei entre aspas, todo mundo tem a razão nessa Audiência Pública, todo mundo tem razão e todo mundo tem que corrigir alguma coisa. A UNITINS tem que corrigir, o MEC tem que corrigir também. Todo mundo tem que corrigir alguma coisa. A UNITINS está disposta a cor-

rigir e fazer a parte dela. O que a gente quer é o apoio do MEC para que isso seja feito e a nossa instituição possa continuar funcionando e os alunos atendidos.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Passo a palavra para o Professor Joran Oliveira Barros Júnior.

SR. JORAN OLIVEIRA BARROS JÚNIOR: Agradeço. E como observamos, já há um bom entendimento sobre a causa, a dimensão do problema, como também há uma grande vontade tanto política como técnica para a resolução. Então, vemos dessa forma que, sim, nós vamos encontrar o caminho. E sabedores que esse caminho partiria também e, talvez, apenas, de uma decisão política, visto que as questões técnicas e legais estão exauridas, nós, professores, nos encaminhamos aqui na semana passada e peregrinamos em todos os gabinetes da bancada Federal do Tocantins, e aqui está a assinatura de todos que estão empenhados em resolver o problema solicitando uma reunião, não só com o Ministro, mas com o Presidente da República. Deixamos também uma carta aberta demonstrando toda essa situação nos gabinetes dos Senadores e Deputados das Comissões de Educação tanto do Senado como da Câmara. Alguns ainda faltam ser colocados, mas hoje mesmo nós vamos junto com os professores deixar essa carta em todos os membros da Comissão de Educação tanto do Senado quanto da Câmara.

Só queria ressaltar cinco pontos para finalizar a nossa fala. O primeiro, que nós temos o desejo e sempre nos colocamos nessa situação de finalizar as turmas que já existem, porque além do elo profissional, existe um elo até mesmo pessoal... Existe um elo de... Um elo emocional que nós conhecemos, apesar de ser a distância, mas eu, particularmente, já fiz várias palestras, já fui em vários locais e tenho esse contato direto com os alunos, com os polos. Então, há um desejo, sim, pode até ser que tenha uma pequena parte de alunos que queiram ser transferidos e tem esse direito. Mas a grande maioria, como já recebi diversos e-mails, diversos abaixo assinados, querem permanecer na UNITINS porque sabem da qualidade como foi enaltecida do trabalho dos profissionais que lá existem.

Segundo ponto, falei da decisão política e está aqui o documento. Terceiro, seria a situação que até agora foi discutido questões das instituições e questão dos alunos, mas é preciso ver que existem 700 servidores que estão também em algumas situações, nós, professores, temos um regime de trabalho, CLT, que é preciso saber como é que nós vamos ficar dependendo do cenário que se aponta.

Uma outra questão, e eu quero deixar aqui, Sr. Presidente, registrado que nós queremos voz também nas discussões futuras. Está se falando que os Senadores e toda a bancada política e os técnicos do MEC vão discutir o futuro. Nós queremos estar incluso nessa discussão porque temos professores que já estão atuando em Subcomissões com vários cenários de proposta, com soluções, e temos competência suficiente para ajudar nesse desenvolvimento dessas propostas. E por último, agradecer o apoio de todos os professores e todos servidores que deixaram o Estado do Tocantins e estão ali atrás representados por servidores, por demais colaboradores, gostaria que levantassem para gente ter uma noção. Muito obrigado pelo apoio de todos vocês. E vamos continuar, que a nossa luta não é só agora. Nossa luta só vai terminar quando nós tivermos um novo credenciamento, a vida dos professores e servidores ajustadas e a continuação do ensino a distância, porque nós acreditamos e temos certeza que é o futuro da educação no Brasil e no mundo.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Agradeço, inclusive, a presença de todos vocês, que a gente sabe que é um sacrifício se deslocar também aqui para acompanhar a Audiência Pública. Mas esperamos, ao mesmo tempo, que a Audiência Pública tenha contribuído para os encaminhamentos que são necessários. E quero estender, inclusive, esse agradecimento a todas as pessoas que estão na outra sala, acompanhando a distância... Com o telão, mas a distância física, e esta Audiência Pública também. A todos da outra sala um abraço.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, só queria dizer o seguinte, que nós esgotamos praticamente todos os assuntos, e vamos haver agora, pelo que vejo Senador Leomar Quintanilha, mas para dizer o seguinte: Eu, por exemplo, me sentiria representado e me sentirei representado nessa nova reunião que tiver, porque se a gente colocar muita gente, a gente acaba não achando a solução. O Senador Leomar Quintanilha, que é o Secretário já indicado para tomar posse, inclusive na próxima sexta-feira vou estar lá de manhã para presenciar a posse dele como Secretário de Educação do Estado. Já que ele foi... O Senador Leomar Quintanilha foi quem plantou a Secretaria de Educação no Estado do Tocantins em 1989. E a UNITINS também. Então, ninguém está mais credenciado que ele para isso, junto com a... Com a UNITINS, com o novo retorno da UNITINS, reitor, não é, Senador Leomar? E que também com o MEC e com o Ministério Público. Eu tenho plena confiança de que nós vamos encontrar, Sr. Presidente, uma saída, uma solução.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Então nós podemos designar o Senador Leomar Quintanilha como o negociador.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Da minha parte, sim, e tenho a impressão que a Deputada Nilmar também se sentiria representada. Toda bancada, já que até ontem era nosso coordenador, inclusive, aqui da bancada do Tocantins.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Não, quando eu falo também o negociador, porque eu sei que não há nenhuma semelhança com o filme "O negociador" também. Mas a gente sabe da grande capacidade de articulação, de negociação, em conjunto com as partes interessadas. Isso é fundamental.

Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Ele está me pedindo um aparte aqui antes de eu começar a falar. Já quer me cassar a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu sempre digo assim, que quando as pessoas dizem um aparte ou pela ordem, vem aqui nas Audiências Públicas e diz: "Pela ordem". Esse pessoal está dizendo muito a TV Senado. Todo mundo: Pela ordem, um aparte, tal, não sei o quê...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Senador Leomar, eu compreendo, é a ânsia do nosso representante dos estudantes aí. Dos professores. Perdoe, dos professores e dos estudantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flávio Arns, eu tenho que cumprimentar V. Exa. pela disposição, pelo interesse demonstrado em discutir esse assunto que é extremamente relevante para o Estado do Tocantins, para a instituição UNITINS, para muitos servidores e para muitos alunos do Tocantins e de outros Estados brasileiros. A organização administrativa do Estado estranhamente colocou a UNITINS vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia. Eu estarei assumindo a pasta da educação. Então, a UNITINS não está vinculada à Secretaria da Educação. Mas tal é o meu interesse pela busca da solução dessa questão, desse impasse relativo à UNITINS que eu vou continuar participando, e agora mais intensamente, das discussões que ocorrerão de agora para frente.

Gostaria de dizer para V. Exa. que esta Audiência Pública teve êxito, sim. Foi muito importante quando nós pudemos perceber dos principais agentes interessados a preocupação com o destino dos alunos e com o destino da instituição, da nossa UNITINS. E quando nós falamos do destino da nossa UNITINS, nós estamos envolvendo os seus Recursos Humanos. Não só o corpo docente, mas também o quadro administrativo. E fico muito feliz, meu caro Secretário de Ensino a Distância, V. Exa. tem uma responsabilidade muito grande de conduzir, e se Deus quiser, expandir o meio mais importante que nós temos hoje de comunicação e de educação, e mais democrático que nós temos. Não há como negar que o sistema de comunicação hoje utilizado, que é tão útil para outras coisas, não pode ser eficaz para a educação. Então, V. Exa.... Eu estou seguro que haverá de universalizar o ensino brasileiro com a participação efetiva do ensino a distância. E fico muito feliz se não houvesse nenhuma outra decisão aqui tomada, mas a manifestação expressa de V. Exa., da nossa querida Procuradora, Dra. Ludmila, do Professor Joran, da Professora Nilmar, de nós continuarmos o debate, a discussão, todos com... Imbuídos do propósito de encontrar a solução para as questões da UNITINS, essa Audiência Pública já se justificou.

E eu gostaria, Senador Flávio Arns, que a gente sabe quando você quer uma coisa demora ser resolvida, você constitui Comissão. Mas eu considero do maior interesse e da maior importância a participação da Comissão de Educação do Senado enquanto representante desta instituição, Senado Brasileiro nessa discussão. E gostaria de sugerir a V. Exa. que designasse um membro da Comissão para acompanhar--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): O próprio Presidente da Comissão é educador e acho que ninguém melhor do que ele, Senador Leomar, que conhece esse assunto profundamente. De acordo com a disposição de tempo dele, acho que seria a pessoa escolhida por todo o Plenário que está presente aqui, e eu represento o Plenário, porque já que os outros não estão, eu posso fazer a indicação com o apoio de V. Exa. aqui na Mesa.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Ainda tenho direito a voto hoje. E fico muito feliz se o Presidente se dispusesse, ele mesmo, o membro dessa Comissão e do Senado nessa discussão. E ele pôde perceber a sua amplitude, a sua complexidade e a sua importância. Por isso, Professor Joran, que representa, sobretudo, o quadro docente, e servidores também; e alunos também, uma representação bem ampla. Eu espero que nós possamos até num espaço mais curto de tempo, nós possamos, efetivamente, encontrar uma solução. E a solução é boa quando ela serve às partes que negociam. Que serve ao MEC, que deve acompanhar a Legislação, mas que serve também à UNITINS, aqui representa pelo seu quadro docente e também pelo quadro administrativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Agradeço a participação

do Senador Leomar Quintanilha e desejando sucesso no trabalho, ficando todos nós à disposição para os entrosamentos que forem necessários também a favor do Estado.

Passo em seguida a palavra à Dra. Ludmila--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, V. Exa. vai fazer parte dessa Comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Posso fazer parte.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Pois é, mas a gente não ouviu ele... A insistência, Presidente, é porque a presença de V. Exa. dará muito mais força... E a representação mais forte da Comissão é, exatamente, V. Exa.. A Comissão de Educação do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Acabei até me especializando em UNITINS, sabe? Escutei tanto que...

[risos]

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): E a professora aqui atrás acaba de colocar, Presidente, sem falar que o senhor hoje é unanimidade. Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Mas eu vou participar também com prazer.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): E nesse caso a unanimidade não é burra, é inteligente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Pois é. Dra. Ludmila, então, com a palavra.

SRA. LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO: Bom, agradeço a todos aqui, a presença, poder esclarecer um pouco... Pretendi me fazer clara, não sei se eu consegui, mas a ideia aqui é que eu acho que qualquer decisão, ainda mais quando se tem um caso muito complexo, deve partir do debate, do diálogo, interinstitucional, quer dizer, os diversos atores, e a gente sempre constrói decisões melhores assim, ouvindo o outro. E é nessa... Dessa forma que eu pauto a minha atuação. E foi sempre assim que eu atuei desse caso todo. E já falando, por isso foi feita a Audiência Pública e foram colocadas inúmeras solicitações.

Também quero deixar claro que qualquer atuação do Ministério Público Federal, o que nos faz ter atuação nesse caso, é justamente por ser ensino a distância, porque a UNITINS é uma instituição, é uma universidade pública e estadual, do Estado do Tocantins que não deveria ter atribuição do MEC. Mas o ensino a distância ele, sim, é atribuição do MEC e por isso justifica a nossa atuação com o Ministério Público Federal. E a nossa preocupação sempre foi com o estudante. Dar voz ao estudante e dar a ele o direito de escolha. E é esse direito de escolha que eu continuo lutando e pretendo manter. Ele tende a escolha. Agora, essa escolha tem que ser dada e tem que ter critérios para que ele possa exercer, efetivamente, essa escolha. Então qualquer decisão eu acredito que tem que levar em consideração isso. O estudante tem que optar por permanecer ou não. E há uma preocupação que esse direito não venha sendo observado pela UNITINS. Mas isso é uma outra questão.

Enfim, a nossa vontade de estar junto, de escutar e também deixar claro que a minha atuação ela é pautada pela Legislação, pela Constituição, pelas normas. Então... Mas acredito que atendendo a Legislação, isso a gente não pode nos afastar, não pode ser ignorado, a forma, prazos, modelos, possam ser pensados, discutidos. Mas... Para finalizar, assim, a decisão judicial que foi colocada aqui ela foi... Já há recurso do Ministério Público Estadual, não é uma decisão definitiva, não é uma decisão transitada em julgado, o Ministério Público Federal irá lutar, sim, pela gratuidade, para salvar a UNITINS como instituição pública para todos, para que fortaleça o Estado do Tocantins, e se ela estender esse ensino a distância, com formas claras, com uma Legislação correta, acho possível o estabelecimento de parcerias, inclusive parcerias entre entes privados. Isso é possível. O próprio Decreto que regulamenta, 5.622, e estabelece no seu art. 26, mas quando se fala em uma instituição pública de ensino, essa instituição ela pode, sim, firmar parcerias. Mas essas parcerias devem ser pautadas por critérios constitucionais previamente estabelecidos. Então, é possível fazer contratos, convênios? É possível. Agora, seja feita da forma correta. Existem leis que devem ser observadas. E é nisso que vai pautar minha atuação. Sempre estou aberta a ouvir, aberta a escutar, a poder transigir sobre um procedimento, sobre um prazo. Agora, não dá para transigir o que está na Constituição. Então, às vezes a gente parece intransigente, mas é porque é uma própria limitação da nossa atuação porque a gente tem que atuar de acordo com a Legislação, com o ordenamento jurídico. E no caso, a Lei Maior estabelece critérios e que não podem ser ignorados.

Mais uma vez obrigada e qualquer esclarecimento aberta, site, enfim, podem me procurar.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, desculpa a insistência, mas eu quero... Eu já sei que V. Exa. vai fazer a fala final, já que começou agora também, está começando já a Sessão do Senado, e só para dizer o seguinte, queria deixar uma fala para reflexão do nosso representante, Dr. Carlos Eduardo, que é o homem do ensino a distância no Brasil, do Senador Leomar, da nossa Procuradora... Eu digo nossa Procuradora porque ela é Procuradora e está no Estado do Tocantins, sei que ela vai olhar com carinho, embora obedecendo e a gente não quer que seja feito nada fora

da lei, mas dizer que diz o ditado popular que "calma e caldo de galinha não faz mal a ninguém". Então, que todo mundo tenha o discernimento necessário. Mas que coloque, acima de tudo, o interesse público, acima de qualquer questão. E que se houve aqui algumas farpas, isso é natural aqui no Congresso, isso é natural na vida pública, e que a gente não leve... Eu, da minha parte, fiquei absolutamente contente com tudo o que aconteceu, que foi esclarecedor desde o primeiro... Do primeiro TAC ao segundo, a história da UNITINS, enfim, de tudo que foi aqui mostrado, do nosso... Sobretudo do diretor do ensino a distância, do MEC. E a certeza, Sr. Presidente, que eu tenho, quero deixar isso aqui registrado, da sensibilidade do Ministro da Educação. Homem preparado, competente, e que eu tenho certeza absoluta de que ele não deseja prejudicar, e nós estamos pedindo essa abertura exatamente para recomeçar a reconstruir esse processo de forma que haja uma solução definitiva para os problemas. Aí vai agradar à Deputada Nilmar que é uma educadora extraordinária, que foi nossa Secretária de Educação, nossa vice-Presidente da Frente Parlamentar de Ensino a Distância, e ela conhece de ensino como pouca gente nesse país, e o Senador Leomar, como eu disse, o homem que implantou, que recebeu um papel, disse ontem até de forma emocionada, eu senti a emoção quando ele virou e disse assim para o nosso Governador, hoje em exercício que deve se efetivar dentro de poucos dias: "Eu quando implantei a educação no Tocantins, a UNITINS, eu recebi um papel dizendo: 'está aqui o seu Decreto, vai implantar a educação nesse Estado'". Então, que o Senador Leomar possa também, firme, sempre como ele foi, mas a discussão aqui é no sentido da defesa dos alunos. A defesa daqueles que deseja ter o ensino.

Dr. Carlos Eduardo, eu fui em algumas formaturas. Eu não aceito não ter aceitado o convite para paraninfar, ou padrinho, paraninfe, enfim, de formaturas, devido ao meu tempo. Hoje, como Senador e coordenador de bancada, agora, da Comissão de Orçamento, líder... É muito difícil. Nós trabalhamos muito mais nos fins de semana do que o período aqui. Mas fiz questão de ir a algumas formaturas. A emoção que essas pessoas tem, que os pais e muita gente humilde... E quero aqui confessar uma coisa, Presidente, eu paguei do meu bolso algumas vezes mensalidade de estudantes nossos lá no interior, sobretudo no Bico do Papagaio que V. Exa. conhece também, que conhece o Brasil todo, de gente que passa fome, a família passa fome. Mas quer ver alguém formado e ter um dia melhor, ter um futuro melhor do que teve. Eu encontrei um pai lá que me deixou emocionado. "Senador, minha filha tem três meses atrasado. Eu sou lavrador. Eu não estou dando conta de pagar". "Quanto é que o senhor deve?" "Devo 650 reais". Eu falei: "Eu vou lhe ajudar a pagar essa". E falou: "Ó, Senador, estou fazendo o curso da minha filha assim, eu peço para o senhor, eu peço para o Prefeito, eu peço para alguém... Mas o senhor sabe o quê, Senador, eu não quero ver minha filha com as mãos calejadas como eu estou, levar ela para puxar a enchada".

Então, a gente tem que levar isso em consideração, se a gente não levar quem vai levar? É a cidadania, meu caro Dr. Carlos Eduardo, que nós estamos querendo. É a cidadania para essas pessoas. É a integridade de vida. A pessoa sentir respeitado. É a mesma coisa de você ensinar uma pessoa é melhor do que você dar uma casa para ele morar. Você dar um diploma. Mas um diploma também que seja um diploma com preparação... Nada feito aí... Nós não queremos uma fábrica de diplomas no nosso Estado. Nós queremos um curso que seja respeitado.

Com essa fala eu encerro, peço desculpas, não era para ter falado mais, mas a gente acaba se emocionando. É isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu agradeço as palavras de V. Exa. e quero dizer que faço das suas palavras as minhas palavras como um apanhado geral dessa audiência. Eu sei que o Professor Joran, inclusive, está pedindo um aparte, mas a gente costuma não dar os apartes nesse final de audiência, porque sempre isso ensejará que outro também--

SR. JORAN OLIVEIRA BARROS JÚNIOR: Só porque não foi respondido o pedido, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): -- peça o aparte. Por exemplo, se alguém se manifesta... Senador Leomar ou a Procuradora Ludmila, ou alguém, a gente pensa: "Me dá uma vontade de falar porque eu queria ter falado sobre isso e a pessoa acabou falando também". Mas... No final, assim, foi dada a palavra para todo mundo, para que todo mundo se manifestasse.

Eu quero também dizer que houve, como V. Exa. colocou, eventualmente usando a palavra de V. Exa., farpas, mas também quero dizer o seguinte, que uma das obrigações nossas é assegurar com tranquilidade, com segurança a manifestação dos Srs. Senadores, das Sras. Senadoras e dos expositores. Como eu disse durante as apresentações, quer a gente concorde ou não concorde. Mas nós estamos fazendo Audiência Pública para que as pessoas se manifestem. Só não sendo, naturalmente, ofensivos com... Seja lá com um lado ou com outro. Então, isso é natural eu diria dos debates, aqui dentro do Congresso Nacional, porque cada um de nós tem o direito de defender com mais veemência o ponto de vista. Mas procurando conduzir a um caminho de tranquilida-

de, de solução, como foi o caso desta Audiência Pública. Eu tenho certeza que os encaminhamentos sugeridos, a própria Comissão vai tomar esse encaminhamento em relação ao Sr. Ministro da Educação, enviando documento, fazendo relato e pedindo, inclusive, para os assessores do Ministro, como já foi dito, que comuniquem a ele como que tudo aconteceu, como é que foi o encaminhamento e o que vai ser solicitado.

Eu quero agradecer aos expositores e às expositoras que contribuíram de maneira decisiva para esta Audiência Pública, agradecer todos que estão nesta sala e na outra sala, no Plenário, e àquelas pessoas que vão nos acompanhar também, não foi uma transmissão direta, mas a TV Senado, Rádio Senado, Jornal Senado, Agência Senado faz essa comunicação com todo o Brasil automaticamente e na sequência toda essa Audiência Pública vai ser na íntegra transmitida para o Brasil e se, porventura, alguém tiver sugestões ainda para dar em relação ao tema, mesmo que não tenha estado aqui, esteja acompanhando por um dos veículos de comunicação, que o faça também.

E eu quero também de uma maneira muito particular desejar felicidades para a nossa Procuradora, Ludmila Fernandes da Silva Ribeiro, que está grávida, esperando neném... E abril, maio do ano que vem a renovação da vida também vai acontecer, que é filho ou filha, tenha sempre uma caminhada bonita pela vida, com dignidade, com cidadania, com oportunidades, que é o que a gente deseja para filho, para a filha e para todos os cidadãos e cidadãs brasileiras, que tenham oportunidades e principalmente felicidade no decorrer da caminhada pela vida. Fazendo só uma pequena brincadeira, ela estava enjoada, não por causa da audiência, mas enjoada por causa da gravidez. Então, está desculpada. [risos]. Mas felicidades. Que bom, que continue fazendo um bom trabalho não só no Estado do Tocantins, mas em todos os locais por onde a senhora passar.

Agradeço a todos e declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 14h12.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Valter Pereira, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, João Pedro, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Goellner, Osvaldo Sobrinho, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Sérgio Guerra e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Expedito Júnior, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino, Alvaro Dias e Marisa Serrano. Justificam a ausência os Senhores Senadores Augusto Botelho e Sérgio Zambiasi. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 001: Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Presidência da República, que "Institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta Lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional". O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Wilson Matos, que "Altera o Art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para aumentar, na educação básica, a freqüência mínima exigida para aprovação". O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do relator. Neste momento, o Senador Gilberto Goellner requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para a deliberação do item 022, o que é aprovado. **Item 022: Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, que "Confere ao Município de Não-Me-Toque, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional da Agricultura de Precisão". O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Insere inciso VIII no art. 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, entre as finalidades da educação superior, seu envolvimento com a educação básica". O relator designado, ad hoc, é o Senador Adelmir Santana e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 015: Projeto de Lei da Câmara nº 049, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que "Institui o Dia da Legalidade no calendário oficial brasileiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Lincoln Portela, que "Suspende os procedimentos de seleção para o acesso ao corpo discente das Faculdades de Direito, nos casos previstos. (Faculdades cujos diplomados não alcançarem 10% de aprovação nos exames da OAB)". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer, pela rejeição, é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2006, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2007, e em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2008; Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 638, de 2007; Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 042, de 2009; Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 072, de 2009; Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 585, de 2007; Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2009; Item 011: Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2003; Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2004; Item 013: Projeto de Lei da Cãmara nº 096, de 2009; Item 014: Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2009; Item 016: Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2009; Item 017: Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2008; Item 018: Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2008; Item 019: Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2009; Item 020: Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2008; Item: 021: Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2008 e Requerimento**, de autoria do Senador José Nery**.** O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e dezoito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os Srs. senadores e Sras. senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. o sobrestamento do Item 03 até a próxima reunião, que é um assunto que eu tomei conhecimento somente hoje e eu gostaria de debruçar-me sobre ele para a próxima reunião. Retirar da pauta, na próxima reunião eu tenho condições de debatê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Isto. Eu vou conversar sobre o pedido de V.Exa. com o relator da matéria, Senador Expedido Júnior, que deve estar vindo aqui... Deve estar se dirigindo a esta Comissão e vou ponderar com ele para que ele faça essa solicitação, em função do pedido de V.Exa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu peço a gentileza de todos permanecerem no Plenário, que temos algumas matérias terminativas, de muita importância, como de hábito, e para as quais se exija o *quórum* qualificado. Nós temos 10 senadores e senadoras já presentes, há necessidade de mais quatro, somente.

Então, eu peço a gentileza de permanecermos durante a reunião para que possamos fazer essa votação. Eu vou solicitar, inclusive, ao Senador Inácio Arruda, que é o Relator do Item nº 01 da Pauta, que faça a leitura do relatório e iniciemos a discussão do relatório e possamos votá-lo também quando tivermos já o *quórum* presente.

O número 01 da Pauta é terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2009, "que institui o Ato Olímpico, no âmbito da Administração Pública Federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpi-

cos e Paraolímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional". Autoria da Presidência da República, relatoria do Senador Inácio Arruda, o parecer é favorável.

Com palavra, então, V.Exa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Projeto, da maior relevância para o Brasil, trata de discutir o ato olímpico, praticamente todos os países que recebem as Olimpíadas preparam Projeto de Lei dessa natureza para que os atletas e os organizadores dos jogos possam ter facilidades de entrar nos países onde se realizam os Jogos Olímpicos. Por isso considero a iniciativa muito significativa e passo a ler o meu relatório.

"O Projeto da Câmara nº 128, de 2009, Projeto de Lei nº 4.667, de 2009, na Casa de origem, de iniciativa da Presidência da República, institui o Ato Olímpico e traz uma série de determinações para o caso da escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Especificamente, no seu art. 1º, institui o Ato Olímpico no âmbito da Administração Pública Federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 - Denominados 'Jogos Rio 2016' - e estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional.

O art. 2º dispensa a concessão e a posição de visto aos estrangeiros vinculados aos 'Jogos Rio 2016', no período de 05 de julho a 28 de outubro de 2016, prorrogável por 10 dias.

Fora desse período, para os estrangeiros que irão atuar na organização dos 'Jogos Rio 2016', o art. 3º determina ser remetida permissão de trabalho, isenta da cobrança de taxa ou demais encargos.

O art. 4º determina que o período da permissão de trabalho, especificada no art. 3º, variará segundo a categoria profissional, bem como de acordo com a necessidade e a relevância de sua permanência, devida expressamente justificada pelo Comitê Olímpico dos 'Jogos Rio 2016', mas restrito ao período compreendido entre outubro de 2019(sic) e dezembro de 2016.

O art. 5º trata da possibilidade do Poder Executivo revisar instrumentos bilaterais e unilaterais, cujo objetivo seja a utilização de forma precária, ou não, de bens, de imóveis ou de equipamentos pertencentes à União, as suas autarquias indispensáveis à realização dos jogos.

O art. 6º define a obrigação das autoridades federais no controle, fiscalização e repressão de atos ilícitos quanto à infração dos direitos sobre os símbolos relacionados aos 'Jogos Rio 2016', definidos no Parágrafo Único.

Os arts. 7º e 8º trazem a vedação da utilização desses símbolos, ou similares, para fins comerciais, ou não, sem autorização do Comitê Organizador dos Jogos ou do Comitê Olímpico Internacional.

Nos arts. 9º e 10º determina-se a suspensão dos contratos publicitários em aeroportos e áreas federais de interesse dos jogos, na forma do regulamento, entre 05 de julho e 26 de setembro de 2016, condicionada ao requerimento do Comitê Organizador, com antecedência mínima de 180 dias.

O art. 11º trata da aplicação das disposições sobre antidoping, durante os 'Jogos Rio 2016'.

Segundo o art. 12º, serão disponibilizados pelo Governo Federal, para realização dos jogos, sem custo para o Comitê Organizador, serviço de segurança, médicos e de saúde, de vigilância sanitária e de alfândega e imigração entre outros, respeitando-se a Lei Complementar nº. 101/2000 e instrumento próprio de regulamentação.

O art. 13º assegura a disponibilização de todo o espectro de frequência, de rádio difusão e de sinais necessários à organização e à realização dos jogos de 2016 a entidades listadas em seu parágrafo 1º no período de 05 de julho a 25 de setembro de 2016. O uso será isento do pagamento de preços públicos e taxas ordinariamente devidas e não inclui as faixas de uso militar e aeronáutico, conforme ditam os §§ 2º e 3º.

No art. 14º faz a previsão de adição de normas complementares para a realização dos jogos, inclusive, sobre serviços públicos de competência Federal e a adoção de ações afirmativas para garantir a reprodução da entidade étnica brasileira das diversas atividades relacionadas aos 'Jogos Rio 2016'.

O art. 15º autoriza a destinação de recursos para cobrir eventuais déficits operacionais do Comitê Organizador dos 'Jogos Rio 2016', a partir da data da sua criação, desde que atenda as condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e esteja previsto no orçamento e em seus créditos adicionais, após serem ouvidos os Ministérios do Esporte; do Planejamento; Orçamento; Gestão; e da Fazenda.

Por fim, o Projeto de Lei da Câmara, no art. 16, prevê a vigência da lei a partir da data de sua publicação até 31 de dezembro de 2016, com efeitos a partir 02 de outubro de 2009, no caso, da cidade do Rio de Janeiro ser escolhida sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

A matéria foi objeto de análise em regime de urgência e urgentíssima na Câmara dos Deputados e nessa Casa já tramitou por várias Comissões, chegando agora para decisão terminativa desta Comissão. Destaco a decisão da Comissão de Constituição e Justiça, porque fez a análise aprofundada do mérito da constitucionalidade, da juridicidade, já antecipando várias questões que poderiam ser examinadas pela Comissão de Educação, Cultura e de Desporto do Senado Federal.

O Projeto de Lei da Câmara, nº 128/2009, de autoria do Presidente da República, responde as exigências do Comitê Olímpico Internacional para que a cidade do Rio de Janeiro seja candidata a sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, conforme os dispositivos do caderno de encargos daquela entidade.

De forma sintética, como informa a exposição de motivos que acompanha o Projeto de Lei, o projeto engloba três espécies de dispositivos: A. Os que atendem as garantias expressamente exigidas pelo COI em seu caderno de encargos e, portanto, de promulgação imperiosa. B. Os que versam sobre garantias, que muito embora não estejam englobadas no rol apresentado pelo COI, decorre de comprometimento, quando do preenchimento do formulário de candidatura, sendo, portanto, de caráter vinculante e ser aqueles que não consistem em garantias propriamente ditas, mas que reforçam o compromisso da candidatura.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte cabe analisar expressamente e basicamente o mérito da proposição. Além, claro, que examinamos aqui também a constitucionalidade, a juridicidade, a técnica legislativa, mas considero que essas atribuições devem dizer expressamente... Deve deixar, quer dizer, nas mãos da Comissão de Justiça que já examinou a matéria. Além de extremamente louvável, o Projeto se antecipa ao anúncio a ser realizado no próximo dia 02 de outubro, da cidade que sediará os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, que esperamos ansiosamente sejam trazidos para a cidade do Rio de Janeiro.

Essa antecipação é apropriada por servir como mais uma demonstração do interesse brasileiro em todas as esferas de poder em sediar o que serão as primeiras Olimpíadas e Paraolimpíadas da América do Sul. Fato de absoluta relevância, Sr. Presidente, quer dizer, trazer os jogos pela primeira vez para um país da América do Sul.

Por fim, não há ressalva a serem feitas quanto à observância e aos princípios de constitucionalidade, juridicidade e da boa técnica legislativa pela proposição.

Ante o exposto, Sr. Presidente, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2009". E que peço o voto aqui também de todos os meus pares, nossas camaradas Senadoras e nossos camaradas Senadores, pela aprovação da matéria, pelo alto grau de relevância que ela imprime e de urgência, que já solicito à V.Exa. a mais rápida tramitação possível da nossa Comissão, para que a matéria vá ao Plenário do Senado Federal.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente, pela aprovação desta significativa matéria para o esporte brasileiro, mas também para a vida do povo brasileiro, para a sua autoestima, que eu considero muito significativa. Peço a urgência e urgentíssima também da matéria para que ela seja votada e imediatamente vá ao Plenário do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço, Senador Inácio Arruda pelo relatório. Está em discussão a matéria.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): O Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero manifestar também favoravelmente, é evidente que para o Brasil é muito importante que esse evento possa acontecer aqui, o país tenha uma longa tradição esportiva e tem condições, seguramente, de realizar um evento desse porte. De maneira que eu queria só manifestar de maneira favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu também gostaria de colocar aqui a minha posição favorável. É fundamental que cada vez mais o nosso país possa ter o espaço para eventos tão importantes, de nível internacional, até porque se nós observarmos bem, na realidade, eventos desse esporte estimulam a nossa juventude, fazem com que possamos, a partir daí, ampliar cada vez mais as atividades esportivas, valorizá-las como um processo importante, dentro de uma transformação social que passa necessariamente pelos caminhos da educação.

Então, eu vejo que a realização das Olimpíadas tem, além de fundamental, na geração de renda, na visibilidade do país, para o turismo, é uma vitrine para o turismo, não somente no Estado do Rio de Janeiro, mas para todo o Brasil, mas também é fundamental, porque passa cada vez mais a inserir o esporte como ferramenta, como instrumento, de promoção social, de processo educativo dentro de todo... Com a visibilidade que se dá e a valorização acontecendo no nosso país.

Então, eu queria aqui, inclusive, parabenizar o Senador pelo brilhante trabalho que fez com o seu relatório e dizer que nós estamos plenamente de acordo, porque não poderíamos jamais, em tempo algum, contestar um projeto que vem exatamente para apoiar e para dar as condições necessárias aos inúmeros atletas e às mais diversas atividades que vão acontecer e que vão beneficiar o nosso país.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigada a V.Exa. pelo tempo que me foi concedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Senador Adelmir Santana.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem. Nós estamos votando ou se encaminhando?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Não. Não. É o último Senador Inscrito para discutir.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu quero louvar o Relator pelo teor de seu relatório. Num determinado momento eu questionava aqui como é que tinha sido o procedimento de outras nações quando da realização, naqueles territórios, desse tipo de evento esportivo; e fui informado que esse é um procedimento que todos fazem quando são sedes de Jogos Olímpicos em outros procedimentos têm sido idêntico.

Então, eu queria dizer da oportunidade, da beleza desse relatório, eu acho que isso nós temos que facilitar, que é bom para o país, aumenta o fluxo e dá garantia da visitação de atletas, de comissões e de turistas.

Então, parabenizo ao autor do relatório e concordo plenamente com a sua posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Encerrada a discussão. Passamos à votação nominal do Item nº 01 da Pauta. O Senador Inácio Arruda o voto é conhecido. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sim, com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Então, está aprovado o Item nº 01 da Pauta.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Pois não, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acho que V.Exa. entendeu equivocadamente a questão de ordem formulada anteriormente. Eu falei sobre o Item

07 e V.Exa. confundiu com Item 03. É o 07 que eu quero sobrestar ou, então, eu quero vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): É, eu de fato havia entendido de maneira equivocada, achava que fosse o nº 03, mas o nº 07 é o Senador, o Relator, Marconi Perillo. E nós deixaremos, então, para a próxima, adiaremos para a próxima reunião—

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): --por solicitação de V.Exa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, não é o assunto desta Comissão, mas eu quero aproveitar a presença dos senadores, e muitos deles são membros da Comissão de Relações Exteriores, nós teremos uma reunião extraordinária às 15h00, porque o Exército de Honduras cercou a Embaixada do Brasil, naquele país, exatamente pela presença do Presidente deposto dentro da Embaixada Brasileira.

Então, eu só queria chamar os Senadores que estiverem aqui presentes para que às 15h00, nós possamos discutir esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Senador Inácio Arruda.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu solicito à V.Exa. a retirada do Item 02, qualidade de Relator, porque recebi várias notas técnicas, agora, de forma mais recente, que eu gostaria de apreciar para, se for o caso, revisar o meu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Está retirado de pauta, então, o Item 02, por solicitação do Sr. Relator. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria de contar com a sua compreensão e de todos os senadores aqui presentes, pedir a V.Exa. que, se fosse possível, nós invertermos a pauta. Tem um projeto, que é o Item 19, que eu sou Relatora, e eu estou com uma reunião--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Autora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Que eu sou a autora. Não sei se o Relator...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Não, o Relator ainda não se encontra presente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Mas caso ele compareça, nós, com prazer, apreciaremos também o Item 19 da Pauta que será votado em conjunto com os demais dias comemorativos, conforme decisão desta Comissão. Senador Gilberto Goellner.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inclusive, Sr. Presidente, só pra concluir aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Desculpe. Sim, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Como tem outro dia que serão votados e o senhor pretende fazer essa votação em conjunto. Não é assim?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Em conjunto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, eu gostaria, inclusive, de informar que o Senador Mozarildo concorda em que seja colocado o Relator *ad hoc.*

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Certo. Então, já apreciaremos essa matéria, antes só ouvimos o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu como relator de dois projetos em caráter terminativo, eu me encontrando presente, me coloco à disposição de relatar o Item 22 e o 20.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): O 20, V.Exa. é autor.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Desculpe, o 22.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): 22. Então, a solicitação por inversão de pauta. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, Item 22 da pauta, terminativo. Eu peço só que os Srs. Senadores e Senadoras ainda permanecem, porque nós temos só dois ou três itens de natureza terminativa e com os Relatores presentes, exatamente. É o Item 22, então, terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2009, "que confere o município de Não-Me-Toque, no estado Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional de Agricultura de Precisão". Autoria Deputado Luis Carlos Heinze, Relatoria Senador Gilberto Goellner, parecer favorável.

Com a palavra, V.Exa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras.

É com muita satisfação que eu relato esse Projeto de Lei do Deputado Luis Carlos Heinze, por consideração especial dos Senadores Paim, Sérgio Zambiasi, Pedro Simon, que nos concedem essa preferência por

eu ser oriundo e natural da cidade de Não-Me-Toque, do Rio Grande do Sul.

É um projeto que confere, como o senhor já mencionou, o título de Capital Nacional da Agricultura de Precisão.

"Análise. Em face do caráter terminativo cabe a esta Comissão manifestar-se contra os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e mérito da matéria. No tocante à constitucionalidade, estão obedecidos os requisitos constitucionais que diz respeito à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional. A juridicidade o PLC nº 124 inova no ordenamento jurídico e dispõe de forma coercitiva, estando de certo consoante com a Legislação Pátria.

O Projeto de Lei da Câmara está também vazado da boa técnica legislativa de que trata a Lei Complementar nº 95. Com o respeito ao mérito entendemos que a proposta está em linha com o desenvolvimento tecnológico, alcançado pela cidade de Não-Me-Toque, município pioneiro da mecanização agrícola no país. No fim do século XIX, o município recebeu imigrantes italianos e alemães que se dedicaram à agricultura de subsistência e a instalação de pequenas ferramentarias. A partir de 1949, chegaram, aí sim, as primeiras famílias de holandeses, momento em que foram dados os passos iniciais no desenvolvimento da agricultura mecanizada.

O município de Não-Me-Toque, berço da imigração holandesas, no Rio Grande do Sul, já importava em meados do século XX as primeiras máquinas agrícolas para o consultivo do trigo, da batata, do milho e da mandioca. A capacitação tecnológica industrial dos produtores de origem holandesa possibilitou a implementação de pequenas fábricas de implementos agrícolas: arados, grades, cultivadores e plantadeiras.

Já na década de 60 há o surgimento da indústria de tratores. As técnicas do cultivo do solo, o uso de calcário, fertilizantes e sementes adaptadas à região, firma o município com o pólo de desenvolvimento agrícola modelo do estado. O potencial agrícola de Não-me-Toque incentivou a adoção, em 1956, da Organização e Sistema de Cooperativas; o desenvolvimento tecnológico na fabricação de implementos agrícolas, o plantio direto dentre outros fatores foram fundamentais para o desenvolvimento técnico e a introdução da agricultura de precisão.

Ressalta-se que a agricultura de precisão é o manejo específico e diferenciado de pequenas unidades de terra, encontrar-se com o manejo tradicional, onde um campo inteiro é compreendido como uniforme ou no máximo dividido em talhões. Essa técnica de se administrar pequenas áreas de terra individualmente ficou possível devido à disponibilidade do Sistema de Posicionamento Global, o GPS, por meio de uso de satélite. Isso permitiu que se pudesse mensurar precisamente a fertilidade e a produtividade em cada uma dessas pequenas áreas e também aplicar insumos agrícolas de acordo com a especificidade de cada uma delas.

O município gaúcho já é nacionalmente reconhecido como área de uso de Satélite de Posicionamento Global e foco de aprimoramento da agricultura brasileira, por meio de pesquisas inovadoras, desenvolvidas pela Embrapa, e por inúmeras universidades brasileiras e estrangeiras. Na última década a cidade de Não-Me-Toque se destacou realizando a 'Expodireto', a maior e mais importante feira de divulgação de tecnologias modernas de produção, integrando agricultura de precisão, plantio direto e a conservação do solo. A 'Expodireto' possui grande expressão em âmbito nacional e internacional, nela se realizam anualmente o Fórum Nacional da Soja e a Conferência MERCOSUL sobre agronegócio, os quais reúnem milhares de produtores de toda região sul do país e dos países do MERCOSUL: Argentina, Paraguai e Uruguai.

Com todos esses destaques, nada mais justo do que conferir ao município gaúcho o título de Capital Nacional da Agricultura de Precisão. A medida do Deputado Luis Carlos Heinze vem complementar a Legislação Municipal, que já reconhece a cidade como o 'Centro de Excelência em Agricultura de Precisão'. E a Legislação Estadual do estado do Rio Grande do Sul, que declara o município Capital da Agricultura de Precisão.

Assim sendo, consideramos que a aprovação desse projeto proporcionará o reconhecimento nacional ao mérito empreendedor de Não-Me-Toque, município que tanto tem contribuído aprimorar a agricultura do país.

Voto. Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, nº 124 de 2009".

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Em discussão a matéria. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu sou simpático a esta cidade e queria narrar aqui uma coisa muito interessante. Eu era Governador do estado, estava em Porto Alegre e havia um plebiscito para mudar o nome da cidade de Não-Me-Toque para outro nome, e aí a TV de Porto Alegre--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] Campo Real.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Campo Real. E aí a TV de Porto Alegre entrevistou uma moça de Não-Me-Toque e perguntou: "Você é

a favor da mudança do nome?" Ela disse: "Voto para mudar o nome". E aí o rapaz da televisão perguntou: "Por quê?" "Porque quando a gente vai à Porto Alegre os rapazes leem a placa do carro e dizem assim "Toco sim". Meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Encerrada a discussão. Passamos habitualmente, conforme decisão da Comissão, votamos todos esses projetos em bloco. Como os Relatores dos demais projetos dessa natureza não estão, vamos votar somente esse, então. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Gilberto Goellner, conhecido. Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Então, está aprovado. Passamos ao item, que é terminativo ainda, Item nº 09, Projeto de Lei do Senado nº 258... Ah, desculpe. Eu me desculpo ainda em relação à votação anterior. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Então, o voto de V.Exa. será computado também. Me desculpe.

Terminativo, Item 09. Projeto de Lei do Senado, nº 258, de 2008, "que insere inciso VIII, no art. 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 96, que estabelece as diretrizes, base da educação nacional, para incluir entre as finalidades da educação superior seu envolvimento com a educação básica". Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Heráclito Fortes. Parecer é favorável, a matéria constou na pauta das reuniões os dias 08 de setembro e 15 de setembro de 2009. E como é do conhecimento de todos, na 3ª Sessão, em que a matéria consta da pauta, é indicado um Relator *ad hoc*, e, além disso, tenho absoluta certeza que o Senador Heráclito Fortes também não se oporia a essa iniciativa, mas é a 3ª Sessão.

Então, eu solicito ao Senador Adelmir Santana que seja o Relator *ad hoc* da matéria. Item nº 09.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Como foi bem dito, o Projeto é de autoria do Senador Cristovam Buarque, um conhecedor da área da educação e que marca a sua posição no Senado em defesa dessas teses e em defesa basicamente da educação como um todo.

De acordo com o projeto, "a educação superior deverá atuar em favor da democratização e do aprimo-

ramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares".

Na análise do projeto é feito uma análise dos objetivos da educação superior, enfocadas no art. 43 da LDB, que eu não vou me ater, mas cita aqui sete pontos principais. E como se pode perceber esses objetivos são bastante abrangentes e de fato abarcam o conjunto das ações no âmbito universitário.

"Formada pela educação infantil, pelo ensino fundamental e médio, a educação básica brasileira enfrenta grandes dificuldades, de um lado ainda há contingente expressivo de crianças e adolescentes fora da escola, apesar da expansão do atendimento, ocorrido nas últimas décadas".

Eu costumo dizer que há uma dívida social imensa do Brasil, naturalmente na área da educação, por termos ainda um volume expressivo de analfabetos no Brasil. Se a universalização do acesso está quase concluída no ensino fundamental, o nível médio e na educação infantil ainda existe um longo caminho a percorrer que demanda não apenas novos recursos financeiros, mas também competência técnica para orientar as políticas educacionais públicas, que é o objetivo do projeto.

Como afirmou o Senador Cristovam, na justificação do projeto, "à universidade cabe a maior parte das tarefas de desenvolver novas técnicas e metodologias de ensino, de aprimorar a formação e a capacitação de profissionais da educação e, com base no voluntariado, se dispor do esforço do seu corpo discente particularmente.

O setor público, onde vigora a gratuidade do ensino em programas especiais dos quais merecem destaque a luta contra o analfabetismo".

Por isso, em vista de tudo isso e do exposto pelo Relator é pela aprovação do Projeto da Lei do Senado nº 258, de 2008.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Agradeço ao Senador Adelmir Santana. Está em discussão a matéria. Não sei se o Relator gostaria de... Aliás, o autor da matéria gostaria de se manifestar?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o parecer como este, apresentado por uma personalidade tão importante quanto esta, que honra o Distrito Federal, eu não preciso dizer nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Está bem. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, eu gostaria aqui de parabenizar o Senador Cristovam pelo permanente preocupação, trabalho, luta, em prol da educação, e o Senador Adelmir Santana que, como Relator *ad hoc*, muito bem desempenhou aqui o seu trabalho.

Dizer, Sr. Presidente, que realmente o objetivo do Projeto do Senador Cristovam, ele reflete exatamente uma necessidade fundamental de que possamos fazer com que as universidades cada vez mais cumpram o seu papel social e neste poder, assim dizer, nessas mãos dadas, nesse verdadeiro mutirão, encontremos formas de apoiar, de melhorar, de levar conhecimentos, aprimoramentos, para que as crianças, principalmente os pequenininhos, porque aí é onde está a grande... Eu sempre digo que jamais conseguiremos ter ensino de qualidade se nós não dermos qualidade ao ensino, à educação infantil. Daí por quê? Se não existir qualidade na educação infantil, no ensino fundamental as dificuldades vão se agonizando, quando o aluno chega no 2º grau, além das precariedades, da falta de vagas, ele ainda está desmotivado e nós temos uma evasão que, realmente, é uma mancha muito vergonhosa no nosso Brasil.

Então, é em função da educação que nós estamos aqui para defender e aprovar esse projeto que é importante para as nossas crianças e à nossa educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço. Encerrada a discussão. Passamos à votação da matéria. Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Voto conhecido. Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Cristovam Buarque, autor, voto conhecido. Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Está aprovado. Passamos ao último item da Pauta, de natureza terminativa, com relatoria *ad hoc*. É o último item, por isso que eu peço só mais cinco minutos de presença. É o Item nº 15 e "institui o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2009, que institui o Dia da Legalidade no Calendário Oficial Brasileiro". Autoria Deputado Pompeu de Matos. Relatoria Senador Sérgio Zambiasi. Parecer é favorável.

O Senador Sérgio Zambiasi concordou que o Senador Romeu Tuma fosse o Relator *ad hoc* dessa matéria.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

"O Projeto de Lei da Câmara nº 49, de autoria do Deputado Pompeu de Matos, institui o Dia da Legalidade, a ser celebrado anualmente em 25 de agosto.

De acordo com a art. 102, do Regimento Interno, compete a Comissão de Educação opinar sobre datas comemorativas, objeto do Projeto de Lei em análise". Sem dúvida é inegável a importância que o movimento conhecido como 'Cadeia da Legalidade', aqui ele conta a história do ex-Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que instalou a 'Cadeia da Legalidade' durante os acontecimentos que houve àquela época.

Então, ele procura, através da história, instituir essa data como a data da legalidade e praticamente em homenagem ao Governador Leonel Brizola que naquela época comandou uma cadeia nacional de rádio que nós todos jovens tivemos oportunidade de acompanhar de perto.

Então, a proposta assinada por Sérgio Zambiasi, também gaúcho, é pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço o Senador Romeu Tuma. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. Encerrada discussão. Em votação. Nominal. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Romeu Tuma, conhecido. Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Então, está aprovada a matéria. Passamos agora ao Item 05 da Pauta, de natureza não terminativa. Aliás, desculpe, não é o Item 05. Item 10 da Pauta.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O Item 20 também é terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Não, o Item 20, Senador Gilberto Goellner, inclusive, é a V.Exa. é o autor do Projeto de Lei, mas a Relatora não se encontra presente. Pois é. É que nós temos adotado um procedimento aqui na Comissão, que é conhecido, que o próprio Relator precisa externar esse ponto de vista de que está cedendo, para não haver qualquer tipo de dificuldade. Eu sei perfeitamente da relação excelente entre V.Exa. e a Senadora Kátia Abreu, mas sempre deve haver algum tipo de manifestação, do Relator, pessoal comigo ou com a Secretaria, dizendo: "Olha, eu concordo que haja um Relator *ad hoc* para a matéria que está sendo relatada por mim".

Então, passamos ao item do Senador Gerson Camata, que é o Relator. Desculpe, qual é o item mesmo? É o Item 10 da Pauta. Exatamente, 10 da Pauta, não terminativo. "Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2007, que suspende os procedimentos de seleção para o acesso ao corpo docente das Faculdades de Direito nos casos previstos, faculdades cujos diplomados não alcançaram 10% de aprovação nos exames da OAB". Autoria: Deputado Lincoln Portela. Relatoria: Senador Gerson Camata, parecer pela rejeição.

Com a palavra, V.Exa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, uma coisa que eu detesto é dar um parecer por rejeição, principalmente depois que o projeto passou pela Câmara, por aquelas Comissão. É de autoria e eu quero homenagear o Deputado Lincoln Portela. Ele objetiva suspender os procedimentos de seleção para acesso ao corpo discente das faculdades de Direito, naqueles casos que ele prevê, não existência de pós-graduação, não existência de registro na OAB.

Entretanto, veja V.Exa., em 2005, quando ele apresentou o projeto, o projeto era necessário e relevante. Só que no ano de 2006, enquanto estava tramitando o projeto dele, por isso que eu acho que nós temos que ser mais rápidos em determinadas apreciações, o Governo baixou o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. O decreto tornou obsoleto, prejudicado, o Projeto de Lei do Deputado Portela.

Então, eu quero homenagear o Deputado Lincoln Portela, pela autoria do projeto, e dizer que infelizmente a burocracia da tramitação, demorou cinco anos, fez com que o Executivo, diante da necessidade de regulamentar, baixasse um decreto, baixado o decreto, prejudicou o Projeto de Lei do Deputado.

Por isso, eu faço um relatório, que não é contra, mas é um relatório pela prejudicialidade dele. É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Está em discussão o relatório do Senador Gerson Camata, o parecer é pela prejudicialidade. E não havendo quem queira discutir, os que estiverem de acordo ou com o parecer pela prejudicialidade permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer pela prejudicialidade, pela rejeição, do Projeto de Lei.

Muito bem. Senador Roberto Cavalcanti, V.Exa. está pedindo a palavra? Não. Muito bem.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria só, pela ordem, Presidente, saber se os Itens 03 e 06, se eles vão ser incluídos na pauta do dia de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): O Item 03 é de relatoria do Senador Expedito Júnior, V.Exa. pediu vistas deste projeto na semana passada. Eu sugiro a V.Exa. que nós possamos, já que o Relator não está presente, apreciá-lo na próxima reunião.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Concordo. A nossa sugestão, inclusive, é que o mesmo seja retirado de pauta para finalizar um acerto de proposição do Ministério de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Então, será apreciado na próxima reunião. E o Item nº 06, que V.Exa. também indagou, também o Senador Marconi Perillo, que é o Relator

dessa matéria, não se encontra presente. Então, ele retornará à pauta na próxima reunião.

Eu quero dizer que em relação ao Item 04, a Senadora Fátima Cleide, inclusive, pediu para justificar a ausência em função de morte de pessoa conhecida no seu estado e ela se encontra, então, lá no estado ainda, em Rondônia. O Item 05, o Senador Augusto Botelho solicitou que também não poderia estar presente no dia de hoje, na reunião, justificando. E quero também dizer que os Senadores: Efraim Morais, Sérgio Zambiasi, Marisa Serrano e José Nery, eles se encontram no Parlamento do MERCOSUL e, por isso, não estão presentes no dia de hoje.

Muito bem. Nada mais havendo a deliberar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

Sessão encerrada às 12h18

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, e com a presença dos Senhores Senadores Cícero Lucena, Rosalba Ciarlini, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, José Nery, Roberto Cavalcanti, Gilberto Goellner, Efraim Morais e Marconi Perillo, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Marisa Serrano e Augusto Botelho, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 31/09-CE, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini e ao Aditamento nº 01/09-CE, de autoria dos Senadores Rosalba Ciarlini e Paulo Paim, que tem como objetivo **Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 698, de 2007, que "Cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a expansão da rede física (PRONEI), dispõe sobre financiamento para construir e equipar unidades de ensino infantil, altera a lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências"**. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Maria Aparecida Camarano Martins, Representante do Fórum de Educação Infantil do Distrito Federal; Senhora Maria Dione Soares Félix, Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado do Ceará – UNDIME/CE; Senhora Natália Vergutz, Assessora de Comunicação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; Senhor Dioclécio Campos Júnior, Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria; Senhora Patrícia Andrade, Assessora da Senadora Patrícia Saboya; Senhor Ney Piacentini, Presidente da Cooperativa Paulista de Teatro; Senhora Professora Maria Célia Cardoso Lima, da Secretaria de Educação do Distrito Federal e dos estudantes do curso de pedagogia da Universidade de Brasília – UnB. Neste momento, o Presidente, Senhor Senador Flávio Arns, submete ao Plenário, proposta de envio de expediente ao Excelentíssimo Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, solicitando explicações a respeito da ausência do Senhor Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário-Executivo do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, como convidado da presente Audiência. A Comissão tomou conhecimento, via e-mail, da justificativa de ausência do referido convidado no dia de hoje, por volta das 9 horas, impossibilitando o envio de convite a outra instituição interessada em discutir o tema ou, até mesmo, o comparecimento de outro representante do Ministério do Trabalho e Emprego, prejudicando o debate em questão. A autora do Requerimento, Senadora Rosalba Ciarlini, lamenta o ocorrido e reitera os termos da sugestão da Presidência. A proposta é aprovada. Dando prosseguimento à Audiência comparecem como expositores, o Senhor Carlos Eduardo Sanches, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; Senhor Tiago Lippold Radunz, Coordenador Geral de Infra-estrutura Educacional do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação -FNDE/MEC; Senhora Maria de Fátima Guerra de Sousa, Professora Especialista em Educação Infantil da Universidade de Brasília – UnB e Senhora Denise Rinehart, Coordenadora do Núcleo de Participação e Controle Social do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra a Senhora Senadora Rosalba Ciarlini – autora do Requerimento. Antes de encerrar a Audiência o

Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, faz a leitura dos comunicados que se seguem: **Comunicado 01:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Jorginho Mello, parabenizando o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Poder Executivo pela aprovação e sanção da lei que cria a Universidade Federal da Fronteira do Sul – UFFS. Os Senadores que desejarem uma cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 02:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) que o Excelentíssimo Senhor Senador Romeu Tuma (PTB/SP), membro titular deste colegiado, foi indicado para representar esta comissão no 11º Fórum Nacional: Ensino Superior Particular Brasileiro – FNESP, promovido pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo – SEMESP, a realizar-se nos dias 24 e 25 de setembro do corrente, no Novotel Jaraguá São Paulo Conventions, em São Paulo – SP. Os Senadores que desejarem uma cópia do convite com a programação poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 03:** Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) que de acordo com o que preceitua o art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, indico os nomes dos(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Senadores(as) para compor os quadros da Subcomissão Permanente do Esporte do Senado Federal: -Bloco Parlamentar da Minoria: Titulares: Alvaro Dias (PSDB/PR), Raimundo Colombo (DEM/SC), Gilberto Goellner (DEM/MT). Suplentes: Flávio Arns (S/Partido) e Papaléo Paes (PSDB/AP); - Maioria: Titulares: Wellington Salgado de Oliveira (PMDB/MG) e Sérgio Zambiasi (PTB/RS). Suplentes: Gerson Camata (PMDB/ES) e Neuto De Conto (PMDB/SC); - Bloco de Apoio ao Governo: Titulares: Eduardo Suplicy (PT/SC) e Inácio Arruda (PCdoB/CE). Suplente: João Vicente Claudino (PTB/PI). A Matéria vai ao Arquivo. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião atende ao Requerimento nº 31, de 2009, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, e ao Aditamento nº 1, da Comissão de Educação, de autoria dos Senadores Rosalba Ciarlini e Paulo Paim, para a realização de Audiência Pública destinada a "Instruir o projeto de Lei do Senado nº 698, de 2007, que cria o Programa Nacional de Educação Infantil para expansão da rede física (PRONEI), dispõe sobre financiamento para construir e equipar unidades de ensino infantil; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências".

Dando início à Audiência, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa. Quero destacar que queremos como convidados, com muita honra, Carlos Eduardo Sanches, que é Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); Tiago Lippold Radünz, Coordenador-Geral de Infraestrutura Educacional do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) - Ministério da Educação (MEC); Maria de Fátima Guerra de Sousa, Professora Especialista em Educação Infantil da Faculdade de Educação da Universidade de Brasileira (UnB); e Denise Rinehart, Coordenadora do Núcleo de Participação e Controle Social do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS); e teríamos a participação de Paulo Duarte Cabral Furtado, que é o Secretário Executivo do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - Ministério do Trabalho e Emprego. Porém, recebemos na manhã de hoje, às 09h24, um documento dizendo da impossibilidade do Dr. Paulo Eduardo Cabral Furtado participar deste evento. A gente lamenta, porque a participação do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço seria fundamental e seria interessante se houvesse um substituto para a ausência dele. Então a

gente lamenta profundamente e vamos externar ao Sr. Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, essa nossa tristeza pela ausência do Sr. Secretário Executivo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Quero dar as boas-vindas aos expositores e expositoras, é um assunto da mais alta importância. Essa Audiência Pública tem por objetivo instruir o Projeto de Lei que cria o PRONEI - Programa Nacional de Educação Infantil, no sentido de expandir, de equipar e, também, de financiar. Convidamos o MEC/FNDE porque o MEC já tem iniciativas altamente relevantes nesta área e então é uma discussão para se ver como que estas alternativas podem se somar. A educação infantil está entre os objetivos do sistema municipal de educação na educação infantil, ensino fundamental, seres iniciais, por isso que nós temos o Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, que é lá do Paraná, meu Estado, por isso uma saudação ainda especial também, e também temos, porque o Projeto de Lei aborda a questão da saúde dentro do PRONEI, por isso que nós temos a participação da Denise Rinehart, que é do Conselho também dos Secretários Municipais de Saúde, e tudo isto dentro de uma abordagem pedagógica, educacional, didática, sempre a expansão, estrutura, equipamentos, financiamento dentro de uma visão educacional. E, por isso, que nós temos a participação da Maria de Fátima Sousa, que é da UnB - Faculdade de Educação e Professora Especialista em Educação Infantil.

Então é um assunto da mais alta importância, interessa muito aos municípios, interessa ao Brasil inteiro. É a fase, a etapa, o nível inicial do processo educacional, a primeira etapa da educação básica e é uma preocupação sempre em termos de municípios, Estados, sociedade, termos muita qualidade também na oferta da educação infantil. Então eu agradeço também, por enquanto, a presença... Vários Senadores já passaram, mas temos o Senador Cícero Lucena, da Paraíba, que bom que V. Exa. está aqui, o Senador José Nery, do Estado do Pará também. Esta Audiência Pública também foi requerida pela Senadora Rosalba Ciarlini e Paulo Paim e a autoria do Projeto de Lei é da Senadora Patrícia Saboya.

Então eu passo a palavra, em primeiro lugar, ao Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Carlos Eduardo Sanches.

SR. CARLOS EDUARDO SANCHES: Bom-dia a todos e a todas. Inicialmente eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão de Educação, Senador Flávio Arns, dizer que é um prazer para a UNDIME poder participar, contribuir com uma iniciativa importante como essa, como é a criação do PRONEI. Cumprimentar as demais pessoas que dividem a Mesa, cumprimentar aos Senadores Cícero Lucena e também o José Nery e todas as pessoas que estão aqui.

Inicialmente a UNDIME gostaria de destacar a importância de nós conseguirmos construir, neste momento no País, a possibilidade de termos uma nova fonte de financiamento para a educação infantil. Neste momento nós estamos vivendo um ano bastante atípico, bastante diferente por conta da queda de arrecadação, por conta da complementação do FPM, que não previu a vinculação para a área de educação por conta do ajuste para baixo no valor do custo/aluno do FUNDEB e estamos num ano em que nós estamos implantando o piso nacional dos professores, num ano em que nós temos uma demanda para construir ou reconstruir os nossos planos de carreira, um ano bastante atípico, de bastante dificuldade financeira e um ano em que, infelizmente, os municípios não conseguem vislumbrar a possibilidade da ampliação da oferta de matrícula na educação infantil por conta de todas essas adversidades. Mas quando nós vemos a possibilidade de, ao lado de uma iniciativa que existe no Ministério da Educação, que é o Pró-Infância, termos uma nova fonte de financiamento, evidentemente que nós renovamos a esperança, porque certamente a criança que frequentar a educação infantil vai ter um sucesso escolar maior. Se ela tiver um sucesso escolar maior, ela vai ter, evidentemente, um sucesso na sua vida maior também. Então é claro que nós defendemos a ampliação da oferta de matrícula na educação infantil. E os municípios, evidentemente, tem uma dificuldade muito grande neste momento, porque com o advento do FUNDEB nós não conseguimos dar conta de toda a expectativa que a sociedade teve de ampliação das matrículas na educação infantil. Agora se nós, felizmente, tomara que aconteça, a aprovação da DRU também aqui no Senado, tivermos a incorporação desses novos recursos, teremos também a obrigatoriedade das matrículas de quatro e cinco anos. Nós precisamos ofertar essas matrículas com qualidade. Então são razões que evidentemente levam qualquer pessoa que trabalha na área da educação a defender uma iniciativa como essa, um projeto como esse.

A UNDIME gostaria de apresentar rapidamente algumas considerações do ponto de vista de contribuir inicialmente com a concepção do projeto e, depois, com a redação do projeto, para que nós possamos adequar o projeto à legislação que existe na área da educação e, também, possamos adequar o projeto a uma grande responsabilidade que os municípios têm hoje de ofertar as matrículas.

Inicialmente, eu destaco que nós entendemos que não é apropriável no projeto a possibilidade de financiamento para construção, reforma e equipamento

para entidades conveniadas. E gostaria de dizer o porquê de as entidades sem fins lucrativos não poderem ser contempladas numa iniciativa como essa. Se nós aumentarmos a possibilidade de financiamento para as entidades sem fins lucrativos, logo nós poderemos ter, infelizmente, a ausência, poderemos ter um fator de indução da ausência da iniciativa dos municípios em gerar novas matrículas. Cabe ao município gerar nova matrícula. Se nós formos cada vez mais buscar fontes alternativas de financiamento para gerar matrícula em entidade sem fins lucrativos, nós vamos estar induzindo a matrícula nessas entidades. Evidente que existem os problemas das grandes cidades, existe a falta de vagas e isso tem que ser relevado, mas uma nova iniciativa como essa, ela não poderia, no entendimento da UNDIME, conceber a possibilidade de financiamento para essas entidades, porque daqui a pouco os municípios, Presidente, vão começar a terceirizar a matrícula da educação infantil e isso seria completamente inviável, não seria correto no nosso entendimento.

Gostaríamos de fazer algumas observações pontuais acerca do texto no sentido de também contribuir com o projeto. No Capítulo II, que trata das finalidades, no art. 2º nós temos a primeira citação da previsão da abrangência das entidades de natureza privada sem fins lucrativos e aí nós já nos posicionamos de forma contrária.

No Capítulo III, entendemos que é preciso adequar a redação à LDB, porque aqui nós temos a previsão de matrícula com uma redação um pouquinho diferente do que está na LDB, então é preciso adequar o texto ao que prevê a LDB. Ainda no art. 3º, e me desculpe pontuar tudo, mas eu acho que é importante do ponto de vista da UNDIME contribuir com a Comissão, ainda no art. 3º, no § 2º, quando trata desse atendimento concomitante com a saúde, nós entendemos que o projeto poderia propor a possibilidade da implementação de uma política interssetorial em cada município reunindo só a saúde, mas também a área da assistente social e a educação, as três áreas. No Capítulo III, da estrutura do programa, logo no art. 4º nós vemos a possibilidade de, talvez, termos o que hoje não temos no Pró-Infância, que é conseguirmos os recursos do próprio Fundo, do próprio PRONEI para também trabalharmos com a aquisição do terreno. O Tiago da FNDE sabe, ele está aqui, se eu não estiver enganado quase quatro mil municípios tentaram acessar o Pró-Infância, mas talvez quase metade desses municípios não tinham terrenos para oferecer ao Ministério da Educação em seu domínio para receber investimento para construir a unidade de educação infantil. Se nós tivermos a possibilidade de, através desse projeto, utilizar um recurso para também comprar o terreno, isso é fundamental, sobretudo nos grandes centros, em que não houve o planejamento da expansão das cidades e acabou que os municípios ficaram sem terrenos e os terrenos apresentados, muitas vezes, não atendem às exigências do Pró-Infância. Aliás, o Pró-Infância - e o Tiago vai compreender o que eu vou falar agora - é um pouco engessado do ponto de vista que os municípios têm uma grande dificuldade de encontrar o terreno da forma como é exigido, a concepção do projeto, e também do ponto de vista do projeto arquitetônico nós precisaríamos respeitar as individualidades não só de cada região, mas de cada Estado. O nosso frio do Paraná é completamente diferente desse ar seco aqui da Região Centro-Oeste. Os prédios amplos, abertos, não servem para nós lá na Região Sul. Assim como lá na Região Norte, onde faz muito calor, nós precisamos de prédios mais amplos, talvez um pouco mais abertos, com maior ventilação. Então seria interessante que o projeto desse a possibilidade de que houvesse a padronização, precisa haver evidente uma padronização do projeto arquitetônico, mas uma padronização respeitando a individualidade de cada região, mas, sobretudo de cada Estado, porque mesmo dentro da Região Sul, em algumas regiões você vai encontrar a possibilidade de áreas mais frias, mais quentes, com mais chuva, com menos chuva, e isso interfere muito.

Então é importante que a gente tenha essa possibilidade. Ainda da estrutura do programa no art. 5º, quando fala ali “as unidades de educação infantil já existentes poderão ser integradas ao PRONEI desde que reúnam condições mínimas e espaço, equipamento e tal”. Se elas já reúnem as condições, elas não precisam de ajuda; se elas precisam de ajuda, é porque elas não reúnem as condições. Então a gente precisa adequar melhor o objetivo deste art. 5º. E em todo o texto, quando a gente vê a citação de que “o recurso será destinado por uma entidade específica”, nós gostaríamos de adequar a legislação e sempre quando houver a destinação e a fiscalização que a previsão no texto seja do órgão gestor e do órgão concedente do recurso para que não haja nenhum problema.

No Capítulo IV, quando fala da localização das unidades, é a primeira citação que a gente vê falando do financiamento. Como nós percebemos no projeto o espírito de também contemplar reforma, e aqui eu queria abrir um parêntese, os municípios muitas vezes têm unidades escolares, mas precisam adequar essas unidades escolares, então a possibilidade de reforma é imprescindível também, então nós gostaríamos de sempre colocar a reforma e o funcionamento das unidades, sempre destacar a palavra reforma ao longo do texto. Mas o que nos preocupa aqui do ponto

de vista da localização, aonde localizar cada unidade, nós entendemos que esta deve ser uma definição não política, mas técnica. Unidade de educação infantil e qualquer unidade escolar, ela não pode ser construída onde dá mais voto; ela tem que ser construída aonde existe demanda e a demanda tem que ser apresentada no Plano Municipal de Educação, que é o resultado de um esforço coletivo de toda a estrutura da educação e da comunidade de cada cidade. Então nós entendemos que seria importante ajustar aqui no art. 6º, do Capítulo IV, a determinação do local a partir da previsão do Plano Municipal de Educação. "Ah, o município não tem plano". Tem que fazer e tem que construir de forma democrática, porque senão daqui a pouco a gente vai abrir a possibilidade de construir unidade aonde não precisa e aí seria um equívoco muito grande. E se nós levarmos isso em consideração, vamos entender que não há necessidade do § 7º deste Capítulo.

No Capítulo V, que fala da construção, eu volto a repetir aquela questão, é apenas uma adequação de redação, mas ali no § 1º, do art. 8º, a gente vai ver ali na terceira linha: "deverão preencher os requisitos exigidos pelo órgão financeiro responsável"; não, "pelo órgão concedente". A questão de adequação ao longo de todo o texto, não "ensino infantil", "educação infantil".

No Capítulo VI, do contrato de operacionalização, nós entendemos que há possibilidade de excluir esse capítulo, não vimos a necessidade de haver esse capítulo ao longo do texto da Lei.

No Capítulo VIII, no art. 11º, é fundamental adequar a redação dele aos termos do Conselho Nacional de Educação e Legislação Educacional Nacional em vigor. Quando a gente trata dos profissionais das unidades, "serão recrutados segundo a legislação pertinente e critérios estipulados pelo Ministério da Educação", tem que ser contratado mediante concurso público e de acordo com a legislação própria de cada município. Eu acho que não é o Ministério que vai definir a forma de contratar as pessoas, é a legislação municipal.

Quando fala no Capítulo VIII da qualidade, nós entendemos que o capítulo todo poderia ser reformado, reconstruído à luz da nova legislação e precisamos entender que existe, neste momento, a Rede Nacional de Formação de Professores. E, talvez, a professora da UnB, com maior propriedade, vai tratar desse assunto e vai poder nos trazer, talvez, a possibilidade de aprimorarmos ainda mais o texto, mas se nós já temos a Rede Nacional de Formação de Professores e a Plataforma Paulo Freire, não precisamos inventar outra iniciativa.

No Capítulo VIII, da fiscalização do programa, a fiscalização tem que ser feita pelo órgão concedente, não pode ser apenas pelo município. O município vai receber o recurso e vai executar. Quem tem que fiscalizar, tem que haver uma fiscalização, sim, rígida, séria, por parte do órgão concedente do financiamento.

E, ainda, quando a gente vê a previsão de alteração no art. 19º da finalidade da FGTS ser apropriada, mas quando a gente vê no art. 20º a alteração de legislação, eu não consegui, a UNDIME não conseguiu perceber claramente, mas talvez o espírito foi ao tempo em que está sendo construída gerar, termos a possibilidade de gerar a previsão de matrículas para que já no início do funcionamento já haja remuneração dessas matrículas [soa a campainha]. Se foi esse o espírito - e estou concluindo - é excelente, é extraordinário, mas a gente precisava adequar melhor a redação então desse art. 20º.

Para finalizar, mais uma vez ressaltar, parabenizar a iniciativa do projeto da Senadora Patrícia, dizer que ele é apropriado, ele vem num excelente momento, a educação pública deste País recebe com bons olhos essa iniciativa, defende esse projeto e quer contribuir no sentido de que ele possa realmente gerar efeito para que nós possamos, na sequência, ter um número maior de crianças frequentando a educação infantil e para que, efetivamente, a gente possa, através de uma nova iniciativa como essa, melhorar a qualidade da educação pública das crianças que estão nas escolas públicas deste país.

Obrigado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço a participação, nesse primeiro momento, do Presidente da UNDIME, Carlos Eduardo Sanches. Só quero destacar, Senadora Rosalba, a presença de Maria Aparecida Camarano Martins, que é do Fórum de Educação Infantil do Distrito Federal; Maria Dione Soares Félix, Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado do Ceará (UNDIME/Ceará); Natália Vergütz, Assessora de Comunicação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); Dioclécio Campos Júnior, muito prazer também em tê-lo aqui, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, muito importante; Patrícia Andrade, que é também Patrícia e que é Assessora da Senadora Patrícia Saboya; e vários estudantes, sejam todos bem-vindos, do curso de pedagogia da Universidade de Brasília (UnB). Quero dizer que o Carlos Eduardo Sanches, como Presidente da UNDIME, fala por 5.564 municípios do Brasil, 5.564 municípios, que é a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

A Senadora Rosalba pediu pela ordem. Então só antes de passar a palavra ao próximo expositor,

eu passo rapidamente, pela ordem, para a gente ter a sequência das apresentações.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero agradecer a todos que aqui vieram, até porque sou a Relatora desse projeto da Patrícia Saboya. O motivo que solicitei a Audiência, o requerimento é de minha autoria, é exatamente porque de apesar de já existir uma análise, um relatório, mas gostaríamos inclusive de ouvir, como já terminamos de ouvir aqui o Professor Carlos Eduardo Sanches - digo professor porque é da UNDIME, então deve ser professor - já algumas observações e que vocês aqui estão dando uma grande contribuição para que a gente possa melhorar cada vez mais o projeto, que eu considero fundamental. A educação infantil precisa mais do que nunca nesse Brasil existir para todas as crianças. Inclusive, eu já tinha colocado aqui que nós temos o levantamento das crianças nessa faixa e vamos ter agora pelo IBGE, vai ser feito novo censo, mas é muito importante quando os municípios se envolvem fazer a chamada; chamada escolar. Tem que ter também para a educação infantil, para que a gente possa dimensionar realmente.

Eu sou muito entusiasta da educação infantil, até porque não é pela minha formação de ser médica pediátrica, não é só por isso, é pela experiência que tive quando Prefeita, que desenvolvemos um programa arrojado de educação infantil, através de unidades de apoio à criança, e tivemos um resultado muito positivo. As crianças da educação infantil iam para o ensino fundamental já sabendo ler. Isso dentro de uma visão de que os melhores professores, alfabetizadores, educadores, tinham que estar preparados para como tratar com a criança naquela faixa etária e fazendo da unidade algo integrado exatamente com a saúde.

Então quando a Senadora Patrícia fez esse projeto e veio me mostrar, eu disse: "Olha, eu vou lutar para ser a Relatora porque defendo", e exatamente eu acho que esse é o sentido de vocês estarem aqui, que vocês tratem o sentimento não somente dos trabalhadores da educação, mas o sentimento da comunidade para que a gente possa fazer o melhor, para que a gente possa avançar nesse sentido.

Só para complementar, Presidente, com a permissão de V. Exa., eu vi um trabalho da UNICEF com relação à educação infantil que aí foi que me empolgou ainda mais, me estimulou sempre a defender creche e pré-escola, ter o atendimento de zero a cinco anos, que a partir dessa idade já vai para o ensino fundamental, porque foi comprovado que nos países onde as crianças têm acesso realmente à educação infantil e de qualidade, no futuro são pessoas que promovem a paz e que tem sucesso na sua vida profissional. Então veja que é o início. Eu acho que toda caminhada, se você der uma caminhada, vamos dizer assim, com um passo bem forte, você vai conseguir fazer essa caminhada muito melhor do que se você chegar na caminhada já de perna quebrada, andando de bengala, não é verdade? [risos]

Pois bem, gente, muito obrigada e vamos estar aqui felizes em poder contar com a colaboração, com as ideias que venham a melhorar o nosso relatório.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço a fala inicial da Senadora Rosalba Ciarlini, que é Relatora do projeto e autora do requerimento para a realização desta Audiência Pública. E, além disso, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, onde se debate a saúde, assistência, previdência e trabalho, duas das áreas mencionadas pelo Carlos Eduardo que, além da saúde, deveria constar também outras áreas, um trabalho interssecretarial, interssetorial de atendimento à criança.

Passo em seguida a palavra ao Tiago Lippold Radünz, Coordenador-Geral de Infraestrutura Educacional do FNDE/MEC.

SR. TIAGO LIPPOLD RADÜNZ: Bom-dia a todos, bom-dia Presidente. É uma satisfação imensa do FNDE poder participar dessa discussão, eu acho que o momento é propício em função do programa que nós temos hoje, que é um dos carros-chefes da nossa gestão, que se chama Programa Pró-Infância.

Só para se ter uma ideia e contextualizar um pouco a questão, o Pró-Infância foi lançado em 2007 por meio de uma Resolução, a Resolução nº 6 do FNDE, que determinou que nós tentássemos expandir e melhorar a infraestrutura das redes físicas municipais voltadas para a educação infantil.

Com base nisso, nós começamos a resgatar algumas experiências que tivemos em programas anteriores e chegamos à conclusão de que nós precisávamos, antes de mais nada, determinar o que é um padrão construtivo ideal, ou seja, o que é o padrão mínimo para o funcionamento de uma escola de educação infantil. Então apoiado em alguns programas do Banco Mundial que iniciaram na década de 90, alguns finalizados em 2004, 2005, a gente usou essa experiência para criar o Programa Pró-Infância. E naquela tentativa de poder executar com a maior brevidade possível esse programa, nós estabelecemos que desenvolveríamos um projeto básico para atendimento de crianças de zero a seis anos de idade e ofertaríamos esse projeto para os municípios, ou seja, prestaríamos assistência financeira suplementar mediante celebração de convênios, com contrapartida mínima de 1%, sendo que

o município ofertaria o terreno e o FNDE repassaria o recurso para que pudesse ser executado, ser realizado o processo licitatório, se construísse então essa escola e num segundo momento entraríamos com o repasse financeiro para a aquisição de kit de mobiliária e equipamento. Isso surgiu em meados de 2007 e após dois anos aí quase de execução chegamos a 1.024 unidades conveniadas, sendo que 600 dessas unidades já estão em execução em todo o território nacional, temos uma meta de mais 500 unidades agora no exercício de 2009, sendo complementada por um último lote de 500 unidades no exercício de 2010, ou seja, chegaríamos ao final de 2010 com duas mil novas unidades construídas e equipadas em todo o território nacional.

A gente faz uma *mea culpa*, digamos assim, do nosso programa, o programa vem sendo lapidado ao longo desses anos e ele não surge como proposta definitiva para a solução da educação infantil no País. Eu acho que o PRONEI, a proposta do PRONEI surge exatamente para complementar esse nosso programa e o momento é propício para discussão, para a gente poder colocar realmente as nossas experiências, as dificuldades que a gente enfrenta, os erros, os acertos, eu acho que é assim que a gente consegue construir uma política sólida para a educação infantil.

As dificuldades que nós enfrentamos no Pró-Infância são as seguintes: uma delas é a questão realmente da dominialidade, quer dizer, o número de demandas que a gente recebe no nosso dia a dia, ele é infinitamente maior do que o orçamento disponível e, por outro lado, a gente esbarra na questão da burocracia, ou seja, a celebração de convênio no Brasil hoje é regulamentada por uma Portaria, é a Portaria 127, de 29 de maio de 2008, que vem a substituir uma antiga Instrução Normativa da Secretaria do Tesouro Nacional, que era de 1997. Então uma das premissas dessa Portaria é o seguinte: para que se faça convênios tendo como objeto obras, é necessária a comprovação da dominialidade do terreno por parte da Prefeitura ou do Governo do Estado. Nós sabemos que dentro da estrutura histórica desse País, nós temos um regime cartorial copiado, digamos assim, do sistema americano, que muitas vezes as terras não são escrituradas. Essa realidade existe principalmente no Norte e no Nordeste do País. Então muitas vezes o Prefeito tem a necessidade de construir a escola, demonstra a demanda, tem um terreno em posse da Prefeitura, porém, ele não tem o documento que comprove que esse terreno realmente pertence à Prefeitura. A gente esbarra nessa questão de legislação, quer dizer, a Portaria prevê que obrigatoriamente a certidão tem que ser emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis. Com isso, a gente deixa de celebrar uma série de convênios.

Então eu acho que a discussão do PRONEI, ela surge também para a gente fomentar esse debate paralelo, ou seja, a questão de convênio celebrado entre entes federados no País hoje, a legislação é uma legislação muito vaga, é regido por Portaria. Eu faço até aqui uma brincadeira, o nosso próprio procurador fala que quem cuida de portaria é porteiro. Então nós precisaríamos de uma legislação mais firme, que conseguisse viabilizar a nossa execução financeira para que a gente conseguisse prestar realmente o apoio que nós pretendíamos prestar quando criamos o programa. Alerto isso porque dentro da proposta do PRONEI existe essa questão de repasse a ser prestada pelo Governo Federal para os municípios, e se nós não tentarmos modificar, não tentarmos encontrar um caminho diferente do caminho que tem hoje, nós talvez tenhamos o mesmo problema daqui um certo tempo. Então eu acho que o debate, ele é válido nesse sentido.

Quando o Carlos Eduardo colocou a questão de aquisição de terreno, eu acho que a questão é válida, a proposta é válida porque o convênio hoje, ele é celebrado exigindo 1% de contrapartida do município para a construção da escola e também tem que se ofertar a questão do lote. É óbvio que nós vamos ter que verificar como é que faríamos isso. Em determinados locais o terreno vai ter um custo inferior do que um terreno nas grandes cidades, por mais que seja um terreno destinado para a construção de uma obra pública, com fins de interesse social, enfim, tem que ver como é que o nosso orçamento, o orçamento do Ministério da Educação ficaria poderia se adequar para essa questão da aquisição dos lotes.

Especificamente em relação ao texto, nós fizemos algumas observações. Eu acho que a principal delas é a seguinte: quando se fala em reestruturação física e eu falo dessa área porque eu sou arquiteto de formação e trabalho especificamente na questão de convênios envolvendo obras, envolvendo escolas, eu acho sempre importante falar em questão de construção, de reforma e de ampliação, ou seja, a construção seria provimento de novas vagas para a educação infantil em municípios que não têm unidades escolares desse tipo.

A ampliação, muitas vezes se tem um prédio em condições adequadas, mas não se tem espaço físico suficiente para aumentar o número de vagas. Então nesse caso não se faz necessário construir uma nova escola e sim ampliar a estrutura já existente. E, terceiro, a questão da reforma, que implica em custeio, ou seja, se tem já um prédio em "condições construtivas ideais" ou em boas condições para atendimento

da educação infantil, caberia, no caso, o repasse de recurso para recuperar o que já existe, ou seja, não haveria a ampliação de área construída.

Em paralelo também entraria a questão de fornecimento de mobiliário e equipamento. Aí eu abro um parêntese nessa questão, que é o seguinte: nós não tínhamos até um tempo atrás e não temos até hoje um manual que consiga nos fornecer a especificação técnica ideal, digamos assim, para mobiliário para a educação infantil. Nós trabalhamos com alguns itens da educação infantil e quem é professor, quem é da área pedagógica sabe disso melhor do que eu, algumas itens são cruciais na questão da segurança. Um deles é o berço, aí falo mais na questão do berçário, que o Pró-Infância envolve também o atendimento a essas crianças, o berço não pode ser um berço convencional, não pode ser um berço comercial. Então ele deve, obrigatoriamente, atender a algumas especificações para fornecer segurança. E aí entra um dado alarmante, isso nós tivemos uma conversa com o pessoal do INMETRO no Rio de Janeiro, num ensaio que foi feito recentemente com isso itens, nenhum deles passou no teste de qualidade do INMETRO, ou seja, não temos hoje no mercado brasileiro berços que forneçam total segurança às nossas crianças. Um dos requisitos básicos é a questão do afastamento entre as barras do berço, que eles têm que ser suficientes para que haja ventilação, lógico, e também não pode ser muito espaçada para que a criança não prenda a cabeça. É algo importante que deve ser pensado. Um outro aspecto é a questão das cadeiras de alimentação das crianças, afinal, vai se trabalhar com grande número de crianças e essa cadeira tem que ter uma resistência tal que dure pelo menos cinco, seis, sete anos, e também ter a segurança para que a criança não caia. Então são itens atrelados à questão da expansão da rede de educação infantil que devem ser discutidos.

Dentro do Pró-Infância nós fizemos uma primeira proposta agora, já que nós estamos finalizando o primeiro lote de obras e estamos fornecendo o mobiliário e equipamento, nós solicitamos o auxílio do INMETRO para que nos auxiliasse na especificação de todos esses itens, da cadeirinha de alimentação, passando pelo berço, fogão, geladeira, enfim, esses itens da linha branca mais convencionais para que a gente tenha segurança de que o kit que nós estamos repassando para os municípios é um kit adequado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só uma dúvida.

SR. TIAGO LIPPOLD RADÜNZ: Pois não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu não poderia deixar para depois.

SR. TIAGO LIPPOLD RADÜNZ: Pois não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Todo o mobiliário então é o próprio Ministério que está... Não seria muito mais prático dar as características para os municípios e eles fazerem isso?

SR. TIAGO LIPPOLD RADÜNZ: É, na realidade o que ocorre?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Até porque o Brasil é muito grande para ficar centralizado assim.

SR. TIAGO LIPPOLD RADÜNZ: Sem dúvida. O que nós estamos fazendo é repassando o recurso para que os municípios adquiriram o mobiliário e equipamento em consonância com as especificações que a gente está fornecendo, está certo? De repente eu me expressei mal.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então foi bom, ficou bem claro, porque eu fiquei assim: Meu Deus do céu, já pensou numa cidadezinha lá, Espírito Santo, no meu Estado, onde a distância é grande, para que esse Prefeito receba é uma confusão.

SR. TIAGO LIPPOLD RADÜNZ: Não, a lógica hoje é repassar o recurso.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Até porque é muito importante para os municípios, porque dentro das características também é um fator de aquecimento da economia.

SR. TIAGO LIPPOLD RADÜNZ: Sem dúvida, sem dúvida. Então eu acho que é importante a gente começar a pensar nessa questão de especificação, como é que a gente pode, acima de tudo, fornecer um padrão mínimo para que os municípios consigam executar escolas de qualidade, adquirir mobiliário e equipamento de qualidade.

E, também, reiterando a questão da gente começar a fomentar, discutir, colocar na pauta esse aspecto da Portaria 127, que engessa um pouco hoje o repasse de recurso mediante celebração de convênio.

Em relação ao texto, fizemos algumas observações, eu vou tentar passar de maneira rápida aqui. Uma preocupação também do FNDE é como faríamos o repasse ou o convênio com entidades, com ONGs. Isso é uma coisa que preocupa, já tivemos alguns problemas nos últimos anos, principalmente em relação à prestação de contas desses convênios. Eu acho que a fala do Carlos Eduardo foi importante no sentido de que quem deve prover as vagas são as Prefeituras. Então eu coloco aqui a posição também do FNDE em relação a esse assunto. Nós achamos mais viável a celebração de convênios, se esse for o caminho, com Estados e, principalmente, Prefeituras Municipais para a expansão dessa rede.

Outro aspecto, principalmente em relação ao Capítulo VIII, se nós pudéssemos levar em paralelo os ter-

mos ampliação, reforma e fornecimento de mobiliário e equipamento, além da questão de construção, seria algo importante. Em relação ao Projeto do Pró-Infância, foi outra coisa que o Carlos Eduardo colocou, na realidade como é que nós começamos? Nós desenvolvemos um primeiro projeto para atendimento a 224 crianças, uma obra hoje em que o projeto se chama hoje de Projeto Tipo B, para atendimento a 224 crianças, com 1.212m². A partir de um certo momento nós identificamos que esse projeto era um pouco exagerado para o porte de alguns municípios, então partimos para uma segunda proposta, que hoje a gente denomina de Projeto Tipo C, ou seja, ela atende 60 crianças em período integral, 120 em dois turnos. Isso não foi o suficiente. Por quê? Nas grandes cidades, sabidamente, não se têm às vezes terrenos nas dimensões que a gente exige. Então nós criamos, no início do ano, um manual técnico, eu acho que a evolução do programa está justamente aí, o PRONEI poderia pegar esse caminho, temos um manual de procedimentos para a elaboração de projetos de escola de educação infantil, ou seja, não estamos engessando, não estamos fornecendo um projeto arquitetônico padrão, estamos fornecendo os subsídios para que cada entidade desenvolva o seu próprio projeto. Um exemplo clássico: determinamos, sei lá, que uma sala de atividade deve ter pelo menos 2m² por criança, tendo piso quente, pé direito de 2,60m, ventilação cruzada, enfim, características técnicas que permitem que cada entidade possa desenvolver o seu próprio projeto em consonância com as características regionais climáticas, culturais, questão de materiais de construção também, que a gente sabe que existe uma variação muito grande de Norte a Sul do País.

Então essa é a evolução e eu acho que talvez esse seja o legado que nós daríamos para esse PRONEI, um projeto que surjo como um projeto bem mais amplo do que o próprio Pró-Infância. Eu acho que o caminho é realmente esse, a gente agregar a experiência que cada entidade teve ou está tendo com a educação infantil e o processo é irreversível. O FNDE até dois anos atrás não trabalhava com educação infantil. O Ministério da Educação até dois anos atrás não pensava, nem sabia o que era educação infantil [soa a campainha]. Hoje nós temos uma coordenação constituída, uma diretoria que trabalha vinte e quatro horas por dia pensando nisso e esse é o legado que a gente quer deixar ao final da nossa passagem por aqui.

Obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço ao Tiago Lippold Radünz, que atrás, assim, uma experiência importante, prática, já fruto assim de reflexão, de trabalho, muito importante.

Passo, em seguida, a palavra à Maria de Fátima Guerra de Sousa, que é Professora Especialista em Educação Infantil da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

SRA. MARIA DE FÁTIMA GUERRA DE SOUSA: Obrigada, saúdo o Senador Flávio Arns, agradeço ao convite, me senti muito honrada, muito desafiada. Eu venho trabalhando na educação infantil nos últimos 25 anos, criei essa área na UnB e certamente que a minha palavra aqui não reflete apenas o meu pensamento, mas de todo um grupo que a gente vem trabalhando. Então o meu olhar é o olhar pedagógico, educacional pedagógico.

Eu começo dizendo qual é o meu pressuposto no que eu venho falar em seguida, mostro um pouco como é o entendimento de uma educação infantil de qualidade, o que é que a gente significa quando a gente quer falar sobre qualidade, faço algumas sugestões ao texto da Lei e faço algumas perguntas também para ficar no ar, para a gente buscar resposta. Por favor.

O primeiro eixo da exposição é a indissociabilidade entre proteger, cuidar e educar. Então a gente teria que o tempo todo pensar nessas três coisas ao mesmo tempo. Vejo a educação infantil de qualidade como um direito das crianças e das suas famílias, um investimento insubstituível, porque não há segunda chance para a gente estruturar o que acontece na primeira infância, nem as consequências ao longo da vida, quer dizer, aquilo que você estruturou ou deixa de estruturar vai desempenhar a pessoa ao longo da vida. E que proteger, cuidar e educar é sempre um trabalho interdisciplinar da assistência, da educação, da saúde. Tem um pensamento da Lílian Katz, que é americana, que está publicado no Programa de Educação Infantil em Portugal: "As últimas investigações evidenciam claramente que só os programas de grande qualidade poderão dar um contributo decisivo para a qualidade de vida das crianças e para o seu futuro em geral. De outro modo, a educação pré-escolar, seja qual for o contexto em que se insere, não seria mais do que uma oportunidade gorada", que é também o que a Senadora Rosalba falou.

Então o que é que é uma instituição educativa de qualidade, seja ela creche, pré-escola ou centros de educação infantil? No meu entendimento e do nosso grupo é crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, proteção e bem-estar da criança de forma saudável e, portanto, ter um ambiente acolhedor, estimulante e desafiador, rico em oportunidades para desenvolver suas capacidades, sua autonomia e cidadania. Essa seria uma síntese do que é uma educação ou uma instituição de qualidade; se ela não conseguir isso, pouco vai influenciar positivamente as crianças.

Detalhando um pouco mais, alguns dos facilitadores ou indicadores dessa qualidade, eu trouxe rapidamente, a democratização do acesso e permanência - a qualidade política, integração do proteger, cuidar e educar, equipe de profissionais devidamente formado, trabalho de equipe integrado e interssetorial, gestão democrática, estruturação e organização dos espaços, a forma de estruturar os espaços reflete que percepção e como é ou não a qualidade, respeito à diversidade, equilíbrio entre a iniciativa infantil e o trabalho dirigido, atenção privilegiada aos aspectos afetivos e emocionais, utilização de linguagem enriquecida, diversificada, expressiva e comunicativa, rotinas estáveis, respeito à cultura local, atividades e materiais diversificados e polivalentes, atenção individualizada a cada criança, trabalho de parceria com as família, interdisciplinaridade, satisfação e crescimento de todos os atores envolvidos na instituição educativa, parcerias com a comunidade mais amplas e a comunidade tem que sentir que a creche é parte dela e não alguma coisa que é dada como favor. É um direito e como direito ela também tem a obrigação de conservar e de se envolver com o projeto educativo da creche.

Então no Capítulo II, art. 3º, em cima está a redação, abaixo está o que eu estou sugerindo para a análise. O que eu estou sugerindo, então, está em vermelho para dar destaque. Então o PRONEI tem por finalidade garantir a proteção social, o bem-estar, o cuidado e uma educação de qualidade, as crianças na faixa etária de quatro meses até o final do quinto ano, início do ingresso no ensino fundamental de nove anos assegurando as condições mínimas para o seu crescimento, desenvolvimento e aprendizagem saudável. E, segundo, a base argumentativa para cada sugestão, eu dou uma base argumentativa no próximo slide.

Então por que eu estou sugerindo antecipar para quatro meses. Idealmente, é óbvio, que nasceu já tem acesso, mas existe uma série de problemas. Eu estou sugerindo ampliar o atendimento do Pró-Infância para equiparar o que eu li no Projeto Executivo do Pró-Infância. O FNDE está aqui, ele pode confirmar, mas, enfim, está lá no projeto, eu falei: porque no Pró-Infância o prédio é construído para quatro meses e nesse outro só começa com seis. A indissociabilidade entre proteção, cuidado e educação, a relação estreita entre o processo de desenvolvimento e aprendizagem, tanto que a gente se refere muito a ensino-aprendizagem, desenvolvimento, ensino e aprendizagem, ingresso no ensino fundamental de nove anos, que eu sugeri, porque explicita melhor a especificidade da educação e mostra a importância da continuidade da educação da criança do que apenas o referencial, o início da idade escolar.

A minha sugestão é que antes que entre esse § 1º, que crie um antes desse e seria o seguinte: As unidades do PRONEI deverão ter um projeto de atendimento integrado, quer dizer, cada unidade teria o seu projeto de atendimento integrado, tendo como princípio básico a integração entre a proteção, o cuidado e a educação da criança e uma proposta pedagógica que integre os aspectos físicos, afetivos, emocionais, cognitivos, culturais, linguísticos e sociais do processo de desenvolvimento da criança. Então a cada unidade seria uma filosofia ter o seu próprio projeto de atendimento. Então por que eu estou sugerindo esse parágrafo? Porque já explicitaria uma política de atendimento das instituições educativa e porque é coerente com os termos das diretrizes curriculares nacionais e que fala exatamente sobre isso. Eu não vou ler para a gente ganhar tempo, eu estou deixando.

Na segunda sugestão está assim: as unidades do PRONEI deverão prover nutrição saudável, práticas educativas planejadas, contextualizados e apropriadas ao nível do desenvolvimento da criança, medidas preventivas dos agravos(F) da saúde da criança na respectiva faixa etária, segurança em ambiente sadio e desafiador e acolhimento afetivo, social e cultural plenos, e não apenas a palavra acolhimento pleno. Por quê? Porque eu acredito que falar em nível de desenvolvimento da criança é melhor do que apenas fazer referência à faixa etária, principalmente no caso de criança com necessidades especiais não é pela idade que a gente vai saber como atendê-la ou que deve atendê-la. Depois que a oferta de um atendimento de qualidade supõe práticas educativas intencionalmente planejadas e contextualizadas, em sintonia com o meio cultural, social e suas famílias, porque a pesquisa internacional mostra que um ambiente acolhedor e desafiador favorecem o desenvolvimento e a aprendizagem da criança, e na hora em que eu sugiro que o acolhimento pleno, coloque afetivo, social e cultural, porque mostra a importância da necessidade de se ser sensível à diversidade e também indico o que é que precisa ser priorizado na proposta pedagógica e no planejamento do trabalho educativo.

Quanto ao 3º, a sugestão dentro desse artigo seria: as unidades do PRONEI desenvolverão, em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde, atividades educativas junto aos pais, parentes ou substituto para conhecimento e respeito dos direitos das crianças, das práticas preventivas de cuidado, da paternidade responsável, da prevenção de negligências, violências e abusos contra a criança e de acidentes domiciliares, sinais e sintomas das doenças mais comuns na infância e informações sobre primeiros socorros e providências a serem tomadas em relação às informações recebidas.

Por que isso? Porque a proteção, o cuidado e a educação é uma responsabilidade da família, das instituições e da sociedade. Então o trabalho interinstitucional deve ser visto como uma relação de parceria e não auxílio. O texto fala em auxílio da Secretaria de Saúde.

Conhecimento e respeito, para mim, é mais adequado do que dizer despertar nos pais. Parece que eles ainda não têm noção nenhuma e a gente precisa despertar. Eu acho que assim até pode ser preconceituoso em relação aos pais esse termo despertar. Noções de primeiros socorros porque muitas vezes, eu fiz um concurso com bombeiros dos primeiros socorros, e vi da importância disso, que o professor precisa ter esse conhecimento, quem cuida de criança e que pode prevenir agravamentos de acidente, inclusive os domésticos, no caso dos pais. A ideia de tomada de providências para ter uma perspectiva mais próativa para os próprios pais. O trabalho com a família baseia-se, também, na ideia da LDB que fala em ação complementar. E quanto à prevenção de negligências, violências e abusos contra a criança sendo trazido para a discussão com os pais, tem a ver com os dados do próximo slide.

Esses dados são da Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Governo Federal. Houve um Seminário Nacional do Disque-Denúnica em julho de 2009, então os dados são recentes. Eles receberam 100 mil denúncias de abusos contra crianças e adolescentes e de 2003 a 2008 receberam 2,3 milhões de ligações, aumentou sete vezes a média de ligação por dia, de 12 passou para 94; 131.287 atendimentos, recebidos e encaminhados, 17.009 denúncias, e os tipos dessas denúncias passam por negligência, violência psicológica e física, [ininteligível] sexual, sendo as maiores vítimas as meninas, 62%, e se agrava quando se trata de violência sexual, que passa para 81%.

Então esses dados, essas coisas ocorrem nos municípios, nas cidades, está ocorrendo o tempo todo e esse debate tem que ser trazido para a área de educação, para a formação dos professores e para a formação dos pais para que se evitem, e uma das coisas que particularmente nos sensibiliza muito nesse projeto de grande alcance social é o fato de que muitas crianças que estão sendo violentadas em casa poderiam estar na creche. Então nós estaríamos também prevenindo um problema sério, traumático e que a gente não pode pensar que ele não existe ou negar que ele não existe.

Em relação ao art. 4º, a minha sugestão seria: as unidades previstas para o desenvolvimento da educação infantil do PRONEI serão construídas obedecendo padrões mínimos de concepção arquitetônicas e funcional [soa a campainha] definida pelo Ministério da Educação, respeitadas as características regionais e o processo e a dinâmica do desenvolvimento infantil. Eu vou ir mais rápido para tentar terminar. Obrigada.

Então no próximo, porque a consideração do processo e a dinâmica do desenvolvimento infantil é importante estar na concepção arquitetônica. Vamos para o próximo.

No art. 5º eu estou sugerindo, ao invés de "conforme normas do Ministério da Educação", que se termine "e a formação dos seus profissionais docentes e não docentes". E por que isso? Porque lá está escrito "qualidade dos recursos materiais e humanos". Então os profissionais de educação não podem ser tratados como recursos. Uma Lei na área de educação infantil deve fortalecer a sua especificidade e a sua formação social e, portanto, a necessidade de formação específica, valorização e reconhecimento dos seus profissionais docentes e não docentes, e o próprio FUNDEB fala na valorização dos profissionais da educação.

Quanto à estrutura do programa, eu estou sugerindo que a integração das unidades já existentes será decidida pelo Conselho Municipal de Educação, que já decide muita coisa na educação. O Conselho é responsável por competências normativas deliberativas, fiscalizadoras e orientadoras do sistema, e também no GDF, eu já fui do Conselho de Educação do Distrito Federal, definir em Lei a instância gestora dará menos problema em relação à sua interpretação quando da aplicação aos municípios.

Quanto à localização, eu estou sugerindo, já foi também aqui falado, que se inclua, segundo critério do Ministério da Educação, inclusive no que se refere ao estudo de demanda, porque precisa de um estudo de demanda para poder se pensar onde construir creche. A base argumentativa, a orientação para a elaboração de estudo de demanda, que há uma orientação muito boa por parte do FNDE e eu acho que precisamos seguir também.

Eu tenho uma pergunta, fica para o MEC, que está se referindo aos critérios do MEC, se contempla atendimento às crianças das comunidades mais excluídas, que são as quilombolas, as indígenas e as crianças do campo, que são sempre deixadas de lado nas políticas de atendimento.

No próximo, quanto ao art. 7º, é sobre a localização, se não seria importante, é uma pergunta que eu faço, o envolvimento, o pronunciamento e o comprometimento do Conselho Municipal de Educação também em relação a isso.

De novo, já foi inclusive sugerido aqui, o controle de financiamento deverá ter cláusula obrigatória à destinação de uso exclusivo para atividades de educação infantil e não de ensino infantil. Podemos passar.

Podemos passar, que o ensino é menor do que a educação.

Onde tem no Capítulo VII "dos recursos humanos", a minha sugestão seria "da equipe docente e não docente", justamente para não ficar "recursos materiais e recursos humanos", "da equipe".

Quanto ao pessoal, está escrito lá: "O pessoal encarregado dos cuidados diretos com as crianças será constituído..." Então eu estou sugerindo: "A equipe de profissionais docentes e não docentes responsáveis pelo cuidado e educação das crianças, devem ser definidas pelo sistema de ensino e ter a devida formação para a função a ser assumida, sendo que os professores devem ter preferencialmente o curso de pedagogia e, no mínimo, diploma de curso de formação de professores". Por que isso? Primeiro, o reconhecimento universal que a formação dos professores é um dos pilares fundamentais dos professores e da equipe toda, é um dos pilares fundamentais para a qualidade, e, segundo, coerência com o espírito das diretrizes curriculares que fala também que a proposta pedagógica deva ser criada, coordenada, supervisionadas e avaliada por educador com pelo menos o diploma de curso de formação de professores.

No Capítulo VIII, da qualidade, eu estou sugerindo o Ministério organizará e manterá em operação regular um Programa de Capacitação Continuada à Distância na modalidade semipresencial dos profissionais integrantes em parceria com as universidades, podendo envolver a equipe das Secretárias de Educação Estaduais e Municipais e a iniciativa privada, que faz parte do texto da Lei.

Bom, por que eu estou dizendo isso? Porque na organização e funcionamento da educação brasileira as universidades e, em especial, as faculdades de educação, têm papel social relevante na formação de gestores, docentes e demais profissionais de educação. Ter, ainda, conhecimento acumulado nessa área, experiência, estudos e pesquisa. Isso significa que já existe muito investimento do País em todo esse processo de formação. Esse fato não pode ser desconsiderado pelo PRONEI. Precisamos e queremos ser parceiros no PRONEI.

Aqui eu mostro que a implantação do Programa de Capacitação à Distância, restrita apenas para dizer isso, eu preciso dizer que eu já fui Diretora do Centro de Educação à Distância da Educação da UNB, já fui Coordenadora da Educação à Distância do Centro de Excelência em Turismo, já fui Coordenadora Pedagógica do Programa UnB/SESI Nacional, já orientei mais de cem monografias à distância, já tive alunos nesse Brasil inteiro, já viajei por conta de cursos à distância no Brasil inteiro. Então não dá para pensar numa capacitação de pessoal dessas creches apenas pela internet, à distância, mas no conceito semipresencial.

Então para a formação dos profissionais que são lá da creche é fundamental que a gente não tenha apenas essa ideia de fazer pela internet, porque seria comprometer. Muitos não têm, por exemplo, no interior e eu viajei em Sousa, na Paraíba, viajei na Bahia, viajei em muitos Estados, então têm cantos que a internet só tem ou na casa do padre ou na Prefeitura. Então os professores não têm acesso fácil, então não dá para pensar no programa e capacitar. Precisa de toda uma cultura, além de o perfil de treinamento à distância é uma pessoa com muita autonomia. Então a gente tem que repensar isso.

Tenho um minuto para terminar. Vamos em frente, vamos em frente. Eu não vou ler esse.

Então o que mesmo se conseguiria com a proposta de capitação? Que qualidades se estaria construindo e para atender os interesses de quem? Então eu digo: se a gente não transformar... Essa Lei, ela é tão relevante, ela tem a possibilidade de transformar para melhor a vida e o destino de muitas crianças e suas famílias. A gente não pode criar uma situação que faça transformar essa Lei num *natimorto*. Então sobre a qualidade, eu gostaria de... Pode passar.

Eu sugiro então que peça o projeto pedagógico e o Regimento Interno, porque são dois documentos - pode passar - que se complementam. Finalmente, eu penso que a gente não poderia pensar apenas em assistência técnica, mas abrir uma parceria e acolho, entrar toda essa capacitação no programa de rede de formação do próprio Ministério da Educação, na Plataforma Paulo Freire.

Por último, esse pensamento: "Muitas coisas de que precisamos podem esperar. A criança, não. Agora é o tempo que os seus ossos estão sendo formados; seu sangue está sendo feito; seu corpo sendo desenvolvido. Para ela não podemos dizer amanhã. Seu nome é hoje". Gabriela Mistral, poetiza chilena e Prêmio Nobel em Literatura.

Obrigada e parabéns por essa Lei que tanto entusiasma e é tão urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem, muito bom.

SR. MARIA DE FÁTIMA GUERRA DE SOUSA: Desculpe ter passado o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Não, e desculpe até a gente ter que, na verdade, dizer um pouco mais de tempo, mas a contribuição que a senhora está trazendo também está por escrito, está à disposição das pessoas que desejarem, muito bem fundamentada. Comentávamos aqui durante a apresentação que de fato a senhora trouxe muitos

pontos, altamente relevantes, para termos assim uma reflexão sobre a consistência pedagógica num projeto importante como foi dito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Passo a palavra à Denise Rinehart, que é Coordenadora do Núcleo de Participação e Controle Social - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS). Antes, porém, Denise, eu só quero destacar também a presença, além das pessoas já mencionadas, da Professora Maria Célia Lima, que é da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Mais importante do que ser da Secretaria de Educação do Distrito Federal e de ter trabalhado, assim, toda a trajetória profissional na área da educação infantil, é que é a mãe da Andréia [risos]. A Andréia está aqui, nossa funcionária, Assessora da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Advogada e fazendo um belo trabalho junto com as demais pessoas da assessoria nesta Comissão. A senhora seja muito bem-vinda também.

Muito bem, Denise, a palavra está com você.

SRA. DENISE RINEHART: Bom-dia a todos e todas. É um imenso prazer estar aqui hoje para falar sobre um Projeto de Lei tão interessante, importante e necessário, como já foi colocado aqui pelos que me antecederam. A posição de ser a última a falar é interessante, é um desafio, e gostaria também de dizer que o Presidente do CONASEMS e a nossa entidade hoje está fortemente mobilizada buscando a aprovação da Emenda Constitucional 29 para trazer mais recursos para a saúde. Então ele não pode estar aqui presente e eu, com muita satisfação, venho aqui representá-lo e a minha entidade.

Eu gostaria de não me repetir, mas é inevitável a gente querer deixar alguma fala e a nossa marca. Sem dúvida nenhuma a saúde, que deseja a qualidade de vida, sem essa parceria que foi tantas vezes exaltada pelos meus colegas é inevitável. Hoje a gente tem uma palavra que às vezes nos enrola a língua, a interssetorialidade, mas ela traduz esse compromisso que sem essa união, essa busca dessa união mesmo dos diversos atores envolvidos, e eu digo mais, eu acho que saúde, educação, promoção, segurança, porque quando a Fátima colocou - vou chamar de Fátima -, colocou a questão da violência, eu também pude ter a oportunidade de fazer curso com bombeiros, prevenção de acidentes, inevitavelmente a gente já pensa em outras áreas, outras Secretarias, como o esporte também para trazer atividades, e gostei muito da fala apaixonada da Senadora Rosalba, eu acho que todos nós que militamos nessas áreas de educação e saúde somos verdadeiramente apaixonados. Eu pediria para colocar já a minha primeira, a próxima.

Na verdade aqui os objetivos, já ouvi aqui que não só passa pela construção, mas também pela ampliação e reforma e equipamento.

Bom, do ponto de vista da nossa saúde, além dessa questão da qualidade de vida, eu gostei muito também de ver a Professora Fátima colocando essa questão do acesso aos excluídos e de grandes discussões que a saúde também faz a respeito da questão da equidade e do cuidado que a gente tem que ter para não criar políticas e propostas e desenvolver trabalhos que perpetuem as iniquidades já existentes, ou seja, se a escola ou as nossas ações ou a educação infantil, tem que ser pensada a sua localização, tem que estar perto de onde o povo está e a saúde tem esse pensamento também, vem corroborar com muitas ideias que a gente já desenvolve.

Dentro do PRONEI, já indo direto para essa questão da nossa apresentação aqui, a regulamentação da estrutura física para a promoção da nutrição saudável, ela tem ela deve ter o olhar da Vigilância Sanitária, pois sempre que vamos construir, ampliar ou reformar alguma unidade, alguma estrutura que tenha risco à saúde ou interface com a saúde deve ter o olhar da Vigilância Sanitária. E no município, ele deve oferecer esses meios para que ocorra e se desenvolva essa ação prevendo esse olhar. Outra coisa também que eu acho que deve ser considerado é o Programa Nacional de Alimentação Saudável que, além de proteger, como a professora Fátima colocou, proteção, cuidado e educação, a gente fala muito em promoção também. E mais uma vez eu volto a dizer: promoção da saúde não se faz de forma isolada, há que se traçar ações interssetoriais e a educação é um parceiro fundamental nesse momento.

Outra interface importante é a prevenção e a promoção da saúde que está inserida no Programa de Saúde Escolar, Programa de Saúde das Escolas, que está inserido no PAC da Saúde. Ele é o Decreto nº 6.286, de 05 de dezembro de 2007, e ele fala claramente aqui em fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação como um dos objetivos do PSE; regulamentação da estrutura física para a promoção da nutrição saudável com a Vigilância Sanitária, as ações básicas de Vigilância Sanitária, eu vou listar essas duas aqui: a aprovação no projeto no que se refere a normas de manipulação de alimento em estabelecimentos públicos coletivos e a fiscalização do processo de trabalho na manipulação de alimentos, ou seja, isso vai ocorrer dentro dessas unidades de educação infantil? Isso precisa ter o olhar da manipulação saudável, da manipulação cuidadosa desses alimentos para que a gente tenha saúde nisso e não mais fontes de doenças.

O Programa Nacional de Alimentação Saudável, que também tem esses olhos voltados à promoção de saúde, é importante evidenciar que os municípios desenvolvem o Programa Nacional de Alimentação Saudável, que está previsto na Política Nacional de Promoção da Saúde, através dessa Portaria. Ele é financiado por editais do Ministério da Saúde e essas ações são desenvolvidas basicamente pela atenção básica, que hoje a estratégia mais interessante são as equipes de saúde da família, conhecido como PSF, Programa de Saúde da Família. É interessante saber, é importante saber que o Brasil é signatário dos Objetivos do Milênio e nós temos como uma de nossas metas a redução da mortalidade infantil, a redução da desnutrição e de outros distúrbios alimentares. Eu gostei quando a Senadora Rosalba falou dos primeiros passos, eles serem bem dados, eles serem bem colocados para que a gente percorra esse caminho da nossa vida com segurança, de uma forma que não seja titubeante. Eu acho que nesse momento o Programa de Saúde da Família voltado, e essa parceria com essas unidades de educação infantil é importante, porque são momentos em que você vai avaliar a vacinação dessas crianças e a entrada precoce, ou seja, colocar essas crianças mais cedo, como foi proposto pela Professora Fátima, eu acho que é fundamental porque a gente também previne o desmame precoce dessas crianças. O aleitamento materno hoje está mais do que comprovado como um grande promotor de saúde e, assim, uma forma de prevenir os distúrbios futuros na vida desses adultos, como diabetes, obesidade. Tudo isso a saúde deve estar oferecendo e participando de forma conjunta dessa tecnologia junto dessas unidades.

O Programa Nacional de Alimentação Saudável de Promoção da Saúde, eu coloquei aqui pontuado por quê? Vai ser aprovado na CIT do mês de novembro, que é a Comissão Intergestores Tripartite, uma Portaria que vai oferecer mais recursos para os municípios, ou seja, ela estabelece o repasse anual fundo a fundo para a estruturação e implementação das ações de alimentação e nutrição no âmbito das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde baseando-se na Política Nacional de Alimentação e Nutrição para municípios com mais de 150 mil habitantes. É o que a gente tem hoje do Ministério da Saúde nos oferecendo, só 172 municípios apenas, 49% da nossa população brasileira. Então se a busca de recursos para a saúde desenvolver alguma ação direta nessas unidades de educação infantil, existe alguns municípios que vão receber esses fundos. E aí eu cito a Portaria que a gente chama da PNAN, que aprovou a PNAN, que é a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, que já completou os seus dez anos e está passando, inclusive, por uma revisão.

Eu tirei aqui um pedacinho da Portaria que vai ser aprovada na CIT de amanhã, a CIT vai ser amanhã: determinar que os recursos financeiros sejam transferidos para a efetiva implementação das Políticas Nacional de Alimentação e de Nutrição com base em suas diretrizes; promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis; monitoramento da situação alimentar e nutricional; prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e de doenças associadas à alimentação e nutrição; desenvolvimento e capacitação de recursos humanos em saúde e nutrição. E coloquei aqui um adendo meu: os recursos repassados aos municípios giram em torno de 100 mil reais a 20 mil reais/ano. Pouquinho? Pouquíssimo, mas existe esse dinheiro. E a gente tem, infelizmente, alguns dados que muitos Estados e muitos Municípios, mesmo sendo pouquinho dinheiro, não gastam. Existe uma insegurança do gestor, às vezes um desconhecimento de como gastar adequadamente dentro do que está previsto na Portaria, mas eu acho que uma das formas do destino desses recursos é com ações para essa população alvo que vai estar prevista para o PRONEI, para essas unidades.

Prevenção e promoção da saúde, ainda agora falando um pouco do PSE, está inserido no PAC Saúde, alguns municípios estão habilitados a receberem o financiamento para o desenvolvimento do Programa de Saúde do Escolar, que é complementar ao Saúde da Família. O que significa? Eu tenho uma escola numa área onde eu tenho uma equipe de Saúde da Família, essa escola vai receber a visita da equipe de Saúde da Família, vai receber uma atenção pela equipe de Saúde da Família; não é uma coisa fragmentada, não vem outra equipe trabalhar com a escola dessa região, dessa área. É previsto de uma forma articulada com Saúde da Família. O PSE é uma ação prevista no Mais Saúde, que é o PAC da Saúde, como eu já falei. O PSE, ele expressa as ações previstas no § 2º, do art. 3º, desse projeto, que foi citado pelo Carlos Eduardo também e pela professora Fátima também, inclusive com algumas propostas de alteração da sua redação.

Conclusões. O projeto, ele está de acordo com as Políticas Públicas do SUS e suas ações devem estar inseridas no Plano Municipal de Saúde, no relatório anual de gestão e, portanto, devem ser aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde. A questão do controle social hoje é muito importante e passa por essas instâncias. E o Plano Municipal de Saúde, como o Carlos Eduardo falou do Plano Municipal de Educação, também da importância dessas ações estarem pautadas lá e serem construídas de forma ascendente, contar com a

participação da população na construção desse plano através das Conferências Municipais de Saúde.

Em alguns municípios de pequeno porte as responsabilidades de vigilância em saúde são dos Estados. É previsto legalmente às Secretarias de Estado da Saúde atuarem de forma completar aos municípios, ou seja, se não há Vigilância Sanitária Municipal, o Estado atua de forma completar, mas ele deve ser acionado para conhecer essas plantas, opinar, ver as questões de fluxo e de segurança na manipulação desses alimentos.

O financiamento para essas ações ainda não são universais em relação à nutrição, quando eu falei da Portaria que vai ser aprovada na CIT, ou seja, não são contemplados os municípios com menos de 150 mil habitantes, que na verdade representam 97% dos municípios do nosso País e que concentram 51% da população brasileira. Então esses municípios precisam ser pensados de forma separada, ou seja, como nós vamos atuar do ponto de vista financeiro, da saúde, como ela vai trabalhar para poder desenvolver as suas ações. Se em qualquer ação que for pensada houver a ampliação das responsabilidades municipais, além das citadas aqui, será necessário vincular recursos financeiros específicos. Meu colega Carlos Eduardo está dando risada aqui [risos], mas é verdade, eu fiz questão de apresentar o que a gente já desenvolve, que não é nada de novo, como os colegas que me antecederam também fizeram questão de colocar algumas coisas, olha, já desenvolvemos, eu acho que a gente tem que implementar o que já se desenvolve, valorizar e agregar, ou seja, agregar valor ao que a gente já faz, e onde já existe, buscar e chamar essa parceria.

Eu me senti muito satisfeita quando eu ouvi todos que me antecederam reforçar essa questão da interssetorialidade, porque embora seja uma palavra ainda que de difícil, como eu falei, interssetorialidade, na prática mesmo e na ponta, que é onde nós, municípios, lá estamos desenvolvendo nossas atividades, muitas vezes elas se dão ainda de forma lenta, custosa. Então eu fico satisfeita quando eu vejo as pessoas que me antecederam fortalecer, fazer a sua fala tão próxima disso, que eu acho que é um dos passos que a gente tem que tomar quando se fala em ações de promoção e proteção à saúde.

Mais uma vez, obrigada pela atenção e pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço a participação da Denise Rinehart, inclusive quando se fala em interdisciplinaridade ou em interssetorialidade, eu só quero dizer que inclusive em termos de escolas de educação básica, escolas públicas, de uma maneira geral, nós inclusive outro dia aprovamos um projeto nesta Comissão dizendo da necessidade de se ter o profissional assistente social e psicólogo dentro da escola pública comum, ou seja, trabalhar com a família, trabalhar com os alunos, necessidades eventuais de desenvolvimento cognitivos, afetivos, emocionais, quer dizer, ter o profissional dentro da escola, parceria com o Sistema Único de Saúde para um trabalho eventualmente conjunto, mas diferente de mandar o aluno unicamente para o Sistema Único, que também é importante o Sistema, mas também ter o psicólogo e o assistente social dentro de um projeto político-pedagógico, quer dizer, a saúde interagindo pedagogicamente e educacionalmente dentro da escola com o apoio do Sistema de Saúde. Então é muito importante.

Quero da minha parte só destacar a qualidade das exposições. Muito boas, estão de parabéns. Que bom que vocês estiveram aqui.

Passo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero aqui, mais uma vez, agradecer a grande contribuição que vocês estão nos trazendo, a começar pelas mulheres, a Professora Maria de Fátima, a Dra. Denise, ao Carlos Eduardo, que eu não esqueço que é o nome do meu filho, de um dos filhos, eu tenho quatro [risos], e ao Tiago, Dr. Tiago.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Do Paraná.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Do Paraná, o Carlos Eduardo, e o Dr. Tiago. Também pelo sobrenome é do Sul também, do Rio Grande do Sul. Eu sou Ciarlini, mas sou do Nordeste [risos], do Rio Grande do Norte, lá de Mossoró, do semiárido mesmo.

Minha gente, mas é o seguinte: eu achei que foi muito bom, inclusive, Presidente, eu vou pedir para o projeto retornar, porque eu acho que têm algumas coisas aqui que a gente já vai com as ideias, com a análise de todos vocês melhorar, mas têm alguns pontos, por exemplo, a dificuldade é o seguinte: o ensino fundamental, você faz uma chamada escolar e diz que é obrigatório. Hoje os municípios têm que oferecer as vagas, é obrigatório, e é obrigatório os pais colocarem eles na aula. Inclusive, eu cheguei, como Prefeita, a fazer algo que foi muito interessante para que toda criança estivesse na escola. Havia aquelas resistências, sempre existe, de pai que matrícula, mas a criança não vai. Então eu fiz um convênio com o Juizado da Infância e da Adolescência, professor ia na casa quando a criança não vinha, aí o Juiz chamava os pais. E você sabe que aí a coisa começou e foi interessante como a gente conseguiu, porque a grande maioria, 96% de pais e mães são responsáveis, colocam os seus filhos,

mas aqui e acolá escapava um que não ia. Primeiro a gente fazia um trabalho social, saber por que, o que é que estava acontecendo, como poderíamos apoiar, e mesmo com esse apoio, quando não ia, aí sim precisava fazer uma ação mais incisiva.

Mas na educação infantil não pode ser obrigatório, porque nessa faixa de idade realmente ninguém substitui um lar que seja, vamos dizer assim, um lar bem composto e a presença de uma mãe, principalmente dos seis meses. Esse aí, inclusive, nós temos um projeto, o projeto não, uma proposta de Emenda à Constituição ampliando a licença à maternidade para seis meses, está na Câmara, não é Senador, nós estamos aqui na torcida que votem logo lá, porque aqui a nossa parte nós já fizemos, para que a licença maternidade passe a valer para todas as mulheres, seis meses, direito assegurado, que nós já temos seis meses do projeto também da Patrícia, que foi aquele da Empresa Cidadã, onde o empresário que concordar, ele já tem um incentivo. Mas a gente sabe que no Brasil uns fazem, um aqui, dez não. Os poderes públicos, por exemplo, o Senado já instituiu, algumas Prefeituras por Lei Municipal, alguns Estados, mas nós queremos que seja universal, para todas as mulheres. Então isso que é fundamental, esses seis meses do aleitamento; pelo menos isso, se pudesse ser um ano, melhor ainda.

Então já não tem essa questão, mas nós mesmo assim precisamos levantar para ter a necessidade, agora embora muitas vezes possa ser melhor ficar com a mãe, com a avó ou com a tia, mas a realidade hoje brasileira é que a mulher sai de casa para trabalhar. Então para deixar essa criança bem guardada, aí entra a ação fundamental das Políticas Públicas. Nós precisamos ter essa unidade de qualidade.

Quanto à questão da saúde, Dra. Denise, é fundamental, inclusive eu tenho um projeto que já está sendo encaminhado tornando obrigatório na matrícula na educação infantil e no ensino fundamental, como documento obrigatório, a carteira de vacina. Nós avançamos muito na questão de vacinação, mas nós precisamos supervisionar se isso realmente está acontecendo e é nessa idade, porque é uma oportunidade, se você chega com o cartão de vacina e não estiver em dia, se a equipe da educação infantil já vai estar preparada e aí tem que ter os cursos de capacitação, de valorização, de interssetorialidade vendo outras questões, então vai estar já orientando para colocar em dia. Isso é fundamental.

A questão nutricional também é outro ponto, porque nós sabemos que essas unidades serão para crianças de famílias, a grande maioria, de baixa renda; o que pode pagar já está com o seu filho na educação infantil, não é verdade? Então o que está faltando é para essas crianças que têm o mesmo direito daqueles que podem pagar. Então isso aí, a nutrição, é fundamental, porque é o combate à desnutrição e à mortalidade infantil.

Eu tenho, assim, um dado que me deixou muito gratificada, até porque eu sou pediatra, que quando eu falei que tínhamos feito a unidade de apoio à criança, chegamos a ter dez mil crianças em creche e ensino infantil numa cidade de 300 mil habitantes. Então era prioritariamente na periferia, claro, no bairro mais pobre, onde havia muita desnutrição e mortalidade infantil. Eu fiquei muito feliz quando numa avaliação do PSF os agentes comunitários de saúde chegavam: "No meu bairro faz cinco anos que não morre uma criança, a não ser que não seja de acidente, ou de câncer", que é outra coisa inevitável. E os diretores, os coordenadores das unidades diziam assim: "Vá ver as minhas crianças, cada uma está mais bonita do que a outra; rosada, gordinha", gordinha sem ser gorducha. Então aquela coisa, a nutrição, nós inclusive, como lá era um problema muito sério, com a Pastoral da Criança, de onde que eu fui e participei, nós fazíamos aquela multimistura, era um programa dentro de todas as unidades. Então isso é uma experiência que mostrou o quanto é válido essa nutrição, o acompanhamento [ininteligível] que a criança tem.

A prevenção na saúde bucal é outra coisa fundamental. O acompanhamento, eu tive essa experiência que foi em três mandatos, eu nunca tinha sido política, quer dizer, política todos nós somos, desde que nasci nunca tinha ocupado cargo público. Aí eu fui Prefeita três vezes, aí tive a oportunidade de avançar e fiz a sucessora, então isso também contribuiu muito para que a gente pudesse avançar nos programas, entre um mandato e outro eu fiz a sucessora. Então a nutrição, a questão da nutrição, da prevenção para a saúde bucal, que foi comprovado também o avanço, e educação ambiental e educação sanitária. Isso se começa com a criança desde pequenininho, na própria unidade ela sabendo onde tem que colocar o lixo, ela sabendo que a plantinha tem que ser cuidada, lavar as mãos, os cuidados que essa criança... É educação mesmo. Então é algo bem diferente, se bem que a educação, o ensino fundamental também contempla isso através da saúde escolar, toda essa questão. Então eu vejo que isso é algo...

E tive a oportunidade de conhecer também algumas unidades fora do Brasil e queria muito um dia a gente chegar àquele estágio. Na Cidade de Offenburg, na Alemanha, eu tenho um colega médico que me levou para ver, foi quando eu conheci também o sistema de maternidade, de acompanhamento da gestante, é uma realidade e nós vamos chegar um dia lá, nós vamos ser

fortes daquele jeito, como a Alemanha, mas fiquei... A unidade, primeiro, não é obrigatório, mas o Governo oferece para todas as crianças a partir de dois anos. Não é algo que é Lei, tem sim, você tendo dois anos, tem a vaga. Então teve algo que me chamou muito a atenção, porque tinha uma aula de música. A aula de música, você diz assim: a criança com dois anos aprendendo a tocar algum instrumento? Não, era simplesmente um ambiente com música, música clássica, música que traz bem-estar, música que desperta sonhos. Então lá as criancinhas, meu Deus, um silêncio, elas estavam lá pegando alguma coisa da natureza e ouvindo a música. Vejo um dia que a gente chega a isso, o que isso é importante para o equilíbrio psicológico, porque é outra coisa que nós temos que ter na unidade de apoio, na educação infantil. A saúde, não é apenas a saúde que vai acompanhar se a criança está gripada ou não, se tem vacina ou não, mas esse desenvolvimento social, a socialização e o desenvolvimento físico e mental. Então se nós um dia, quanto mais a gente fizer pelos pequenininhos, hoje, como se diz o hoje, nós vamos ter esse Brasil melhor.

Muito obrigada, eu não tenho nem perguntas a fazer, porque eu acho que vamos fazer uma revisão para melhorar ainda mais o projeto, agradecer e já estou aqui com os telefones, qualquer coisa eu vou procurar fazer... A questão arquitetônica, só para concluir aqui, eu achei fundamental, Tiago, aquelas características, eu conheço o projeto das escolas para a educação infantil que estão sendo colocadas, e foi muito bom essa tomada de deixar, assim, dar as características de como a obra deve ser realizada, mas deixar que cada município elabore o seu projeto dentro das suas peculiaridades. No Rio Grande do Sul a sala tem que ter uma série de características que lá no meu Nordeste não pode. Para ser mais arejada a gente precisa de muitas janelas, precisa de muitas vezes que não tenha nem forro, porque é uma outra situação. E, ao mesmo tempo, de muita proteção, porque tem muito sol.

Então são uma série de coisas que eu acho bem interessante e que com certeza vamos conseguir avançar, desde que, eu sinto isso, que todas têm essa dedicação aos nossos pequenininhos. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem, Senadora Rosalba Ciarlini, que é Relatora do Projeto, também foi muito clara e destacou a importância dessa Audiência Pública.

Eu, da minha parte, também quero só reforçar as palavras da Senadora Rosalba, além daquilo que eu já mencionei no decorrer das falas, agradecendo também e vou passar a palavra para as considerações finais dos expositores, mas falar da importância da educação, da presença do Carlos Eduardo, que é o Presidente a UNDIME, ter a estrutura, o envolvimento das Prefeituras, esse olhar atento para a educação infantil. Ele, inclusive, mencionava a questão da biblioteca, contar história para as crianças, ele mencionava, quer dizer, isso é algo tão fundamental, contar 20 vezes a mesma história, desenhar a história, representar a história. Então um trabalho de história assim, de biblioteca, é um trabalho que tem que começar na educação infantil, ou a música como a Senadora Rosalba colocou, também fundamental. Eu ainda visitava anteontem um coro de meninos cantores no Paraná, eu dizia para os pais: "Olha, vocês têm que valorizar, porque ter a música, a sensibilidade, a conscientização, isso vai fazer com que a afetividade melhore, a emoção, a amizade, e isso vai fazer com que os adultos sejam adultos melhores também".

Eu sempre me preocupo, como também a Maria de Fátima colocou, na diversidade que vamos encontrar em todas as etapas aí da educação, mas também em primeiro lugar na educação infantil. Diversidade sob todos os aspectos, sejam econômicos, culturais, físicos, cognitivos, e ela mencionou crianças com necessidades especiais, quer dizer, alguma criança que tenha algum tipo de deficiência. E lembrar que existe a grande necessidade, particularmente na educação e na saúde, não precisa ser pela saúde, só pode ser pela educação, de termos nessa etapa assim programas muito bem estruturados de triagens formais de problemas reais, identificação tão precoce quanto possível de problemas reais ou potenciais. Então desenvolver instrumentos adequados, eu digo que pode ser pelos professores, porque os professores podem aplicar as escalas de triagens, não só as pessoas da saúde.

Eu só faria uma observação para a Maria de Fátima para a gente pensar junto em relação à idade dos quatro meses. Eu não colocaria idade alguma porque educação infantil não é necessariamente assim a educação que acontece inclusive na escola. A família pode procurar o centro de educação infantil, eu penso, por exemplo, para uma família que tenha uma criança com necessidade especial, quer dizer, esta família pode procurar o centro de educação infantil e ser orientada no que vai fazer em casa. É uma das tarefas das atribuições de um centro de educação infantil. Ou a família ter alguma necessidade assim de dizer: "O que é que eu faço nesse caso?" Quantas dúvidas que as mães e os pais têm no início e perguntam para os pediatras também, mas pode perguntar na escola, por que não? Pergunta lá na escola. Então a educação infantil acontece na escola ou fora da escola junto com a comunidade.

Mas eu quero dizer que aprecie sobremaneira, quero reforçar os cumprimentos à Maria de Fátima, os

cumprimentos ao Tiago também, dizer da importância do trabalho do MEC no Pró-Infância, o Carlos Eduardo que também tem um trabalho fundamental no Brasil como Presidente e da Denise.

Então eu passo a palavra agora para vocês, talvez na mesma ordem, para as considerações finais para esta Audiência Pública. Carlos Eduardo Sanches, de Castro, Paraná, Secretário de Educação daquele município, e já posso dizer que eu vou visitar lá para ver o comentário que você fez no local mesmo em termos da biblioteca.

SR. CARLOS EDUARDO SANCHES: Obrigado, Senador. Uma vez mais reforçar a felicidade da UNDIME em ver uma iniciativa dessa dentro do Senado Federal, uma iniciativa que vem realmente de encontro com um anseio que todos nós, que fazemos gestão municipal, temos em ampliar as matrículas na educação infantil no País nesse momento. E ampliar matrícula com qualidade. Eu acho que tudo que foi colocado aqui contribuiu nesse sentido, não basta apenas ofertar matrícula, mas temos que ofertar a matrícula com qualidade.

Reforçar inicialmente nesse momento a posição da UNDIME, mais uma vez, de que a matrícula deve ser gerada pelo Poder Público. Não podemos induzir a terceirização das matrículas de educação infantil nesse País. Seria lastimável que isso acontecesse.

Gostaria de chamar a atenção do Presidente da Comissão e também da Relatora, mais uma vez, para que principalmente lá no Capítulo VIII, no art. 14º, a formação realmente deva ser feita através da Rede Nacional de Formação de Professores. Nós não precisamos ir buscar na iniciativa privada a formação dos nossos professores no País. Nós temos já um belo instrumento, temos já um conjunto de ações criadas, temos já uma oferta de vagas inicialmente bastante atraente e nós temos que utilizar essa ferramenta e acho que a educação pública não precisa nesse momento ir buscar a parceria da iniciativa privada, até porque nós temos que cada vez mais aproximar a educação básica da academia pública nesse País. As universidades públicas, na medida em que pudermos interagir a universidade pública com a educação básica [soa a campainha], a educação vai dar um grande salto de qualidade.

Agradecer a oportunidade da UNDIME manifestar a sua opinião aqui e dizer que esse projeto, sem sobra de dúvida, será um fator indutor de matrícula da educação infantil no País, tomara que ele realmente corra aqui dentro, tomara que ele trâmite aqui dentro e seja aprovado para que a gente possa ver essa iniciativa virar realidade. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem, agradeço a presença, seja sempre muito bem-vindo também, Presidente da UNDIME, Carlos Eduardo Sanches.

Passo a palavra para as considerações--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só uma colocação que eu queria colocar que o Dr. Carlos Eduardo--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Pois não, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Na realidade, o ideal é que seja tudo feito, vamos dizer, a capacitação, a melhoria de conhecimentos, seja feito exatamente assim, mas a gente volta à questão das características brasileiras: têm regiões em que tudo é muito difícil e existem, através de algumas instituições que não são públicas, as privadas, são eles que muitas vezes chegam àquela cidade levando professores especializados e é o único meio que o município tem de capacitar, de levar mais informações, mais conhecimento. Eu acho que isso aí a gente não pode amarrar tanto. O que eu acho é que tem que ser uma decisão do município de acordo com as suas características, claro, em primeiro lugar criar o sistema, em primeiro lugar, como é na saúde, no caso da assistência à saúde. Na rede de saúde quando você vai... Os municípios, devido à saúde ser municipalizada, faz os convênios, qual é a obrigatoriedade? Primeiro, onde tiver rede pública é com a rede pública; em segundo, com as filantrópicas; e, em terceiro, aí você tem que ir para a privada, porque não pode deixar o povo sem ser assistido.

Então eu acho que é o mesmo caso, tem que criar esse sistema obrigatório, em primeiro lugar, com a rede pública. Em segundo lugar, se não houver tem que ser usado esse artifício. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Passo a palavra então ao Tiago Lippold Radünz, que é do FNDE/MEC.

SR. TIAGO LIPPOLD RADÜNZ: Eu gostaria de externar mais uma vez o nosso agradecimento, da possibilidade que está sendo dada para o Fundo de poder discutir e participar da estrutura desse projeto, que indiscutivelmente é um avanço tremendo dentro do nosso contexto.

Eu gostaria de ressaltar mais dois pontos aqui que talvez não tenha deixado muito claro na minha fala. O primeiro deles é em relação ao planejamento para a localização dessas unidades escolares. Na realidade, quando se trata de educação infantil a gente tem que ter em mente que geralmente a mãe carrega o filho no colo e o leva até a escola. Então, portanto, a localização da unidade escolar é algo fundamental e tem

sido um critério muito discutido pelos nossos técnicos no âmbito do Pró-Infância, a gente sempre alerta aos gestores municípios: não se constrói creche afastada da população. Do contrário, estaremos causando um impacto na questão do transporte escolar. Tudo bem, nós temos programas de fomento ao transporte escolar, um deles é o Caminho da Escola, mas que não prevê o transporte de crianças assim pequenas. Então é crucial que se construa uma escola próxima da comunidade que vai utilizar. O segundo ponto, nós já estamos participando de um grupo de trabalho multidisciplinar envolvendo a questão da educação infantil no campo, que tem uma característica diferente da educação infantil nas áreas urbanas, geralmente integrada com o ensino fundamental. Então nós já estamos participando há dois meses de um grupo de trabalho e certamente para o exercício de 2010 nós teremos uma proposta para poder atender essas localidades.

Em relação, professora, eu não sei se foi a que a senhora que comentou sobre o atendimento de comunidades quilombolas, já temos um trabalho desenvolvido com a SECAD, com a Secretaria da Adversidade do Ministério da Educação, e essas questões são abordadas permanentemente. Se destaca muito a ausência de salas para o ensino fundamental em comunidades indígenas, quilombolas, enfim, isso já é tratado de maneira especial dentro do Ministério da Educação e nós temos muito cuidado nesse aspecto para não interferir na questão cultural dessas comunidades, tentar preservar ao máximo as características dessas populações.

Então, assim, o que eu gostaria de deixar nessa nossa fala final é a importância de tentar planejar. A gente sabe [soa a campainha] da dificuldade que os municípios têm em poder planejar as suas redes, mas o Ministério já tem algumas ferramentas que estão sendo aplicadas e que podem auxiliar nessa questão de onde colocar a escola, de que maneira ela vai poder ser mais adequada às populações que vão ser atendidas. Uma ferramenta se chama LSE - Levantamento da Situação Escolar, e uma outra que ainda está em desenvolvimento se chama Microplanejamento da Rede Educacional.

Novamente agradeço a atenção de todos aí e estamos à disposição sempre lá no FNDE. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço também ao Tiago, mande um abraço também para o Diretor de Programas e Projetos Educacionais, que é o Leopoldo.

Passo, em seguida, a palavra para a Professora Maria de Fátima Guerra de Sousa, que é da Faculdade de Educação - UnB.

SRA. MARIA DE FÁTIMA GUERRA DE SOUSA: Eu agradeço mais uma vez, me senti muito honrada, obrigada pela indicação, pelo convite.

Eu tenho três pontos só. O primeiro é dizer que esse projeto, ele pode mudar a história da criança no Brasil, o rumo da história da criança no Brasil. E a nossa história de criança começou com a negação da sua identidade e da sua cultura. Nós chegamos, tinha a população indígena e nós dissemos que descobrimos o Brasil. Então nós já começamos e se vocês relerem a carta de Pero Vaz de Caminha, ele faz uma pequena referência a uma criança no colo da índia. E, assim, parece que só fala, faz tempo que eu li, mas parece que só fala na perna, nem no rosto foi falado. A segunda coisa é essa ideia da geração de matrículas no Poder Público, eu acho assim indispensável para caracterizar a força desse projeto, e a participação das universidades públicas na formação dos professores. Nós temos experiência, nós temos desejo, porque não basta ter experiência, precisa ter desejo e paixão e eu tenho certeza que nós temos isso também, além da competência, e desejo de querer se envolver com as crianças. A terceira coisa é dizer, quando eu era diretora da Faculdade de Educação, eu me candidatei a ser diretora e ganhei a eleição, eu queria ser diretora, uma das coisas que eu fiz uma proposta no Encontro Nacional de Educação para Todos. Nós reunimos lá na UnB, no dois candangos, e eu fiz então uma proposta por que é que nós, diretores de Faculdade de Educação, não criávamos um Fórum de Diretores [soa a campainha] de Faculdade de Educação para fazer toda essa discussão do curso de pedagogia e de formação. Ele foi criado, hoje ele cresceu e fico feliz e tenho certeza que é uma bandeira que o próprio Fórum de Diretores de Faculdade de Educação vai abraçar também com muito entusiasmo.

Então agradecer, eu fico feliz dessa mudança dos rumos da história e parabenizo o Senado, tanto a Patrícia Saboya como a Senadora, que é também da minha terra. Eu sou de Natal, eu sou filha de Othon Guerra, não sei se você conhece.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Meu Deus do céu, como conheci.

SRA. MARIA DE FÁTIMA GUERRA DE SOUSA: Othon de Brito Guerra

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Othon Brito Guerra fez história.

SRA. MARIA DE FÁTIMA GUERRA DE SOUSA: Eu sou a nona filha dele.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A nona filha? Que coisa boa! Olha aí, uma conterrânea, eu não sabia, e de uma história tão bonita, tão forte, de tanta dedicação e sempre no campo da educação.

SRA. MARIA DE FÁTIMA GUERRA DE SOUSA: Ele é fundador da Federal do Rio Grande do Norte.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente, até a Federal fez agora 50 anos.

SRA. MARIA DE FÁTIMA GUERRA DE SOUSA: Foi.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu sabia que tinha algo diferente, a gente já estava assim, olha, essa identidade muito forte [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Tentando sintonizar.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito bom, pois é, sintonizar mesmo. Que coisa boa, fiquei feliz em conhecê-la e dizer que essa identidade é ainda maior e quero aproveitar e mais uma vez dizer para o Brasil todo que o Professor Othon Guerra realmente deu uma contribuição importante para a nossa universidade, para a nossa educação, e nessa escola de Othon Guerra nós temos aqui a Maria de Fátima.

SRA. MARIA DE FÁTIMA GUERRA DE SOUSA: Eu tenho uma herança de educação desde o meu avô, o Felipe Guerra também, que--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Também, que tem uma cidade inclusive com o nome de Felipe Guerra, fica na minha região, a cerca de 80 km Cidade de Mossoró.

SRA. MARIA DE FÁTIMA GUERRA DE SOUSA: É.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Também já atendi lá, atendi muitas crianças de Felipe Guerra e vi nascer muitas crianças naquela cidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Eu quero destacar aqui a presença do Ney Piacentini, que está sentado aqui à direita, que é Presidente da Cooperativa Paulista de Teatro, que tem mais de 20 mil integrantes. E se nós estamos falando de contar histórias, como nós mencionamos agora há pouco, um bom entrosamento com a área do Ney Piacentini seria bastante interessante, teatro, representação por escrito. Seja muito bem-vindo, aliás, você tem sempre vindo aqui à Comissão, que nós temos na área da cultura também a Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação. Seja sempre bem-vindo, você é da Comissão [risos].

Eu só quero lembrar, antes de passar a palavra também para a Denise, que foi aprovada a Lei 11.770, de 09 de setembro de 2008, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade por 60 dias. Então, quer dizer, existe esta Lei com a possibilidade de prorrogação e com incentivo fiscal. Quero lembrar que no setor público já existe a possibilidade, inclusive, de se ter os seis meses de licença-maternidade.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E vamos aprovar a nossa PEC, aí todas as mulheres vão ter direito. Começou a luta com um Projeto da Empresa Cidadã e agora vamos avançar ampliando para todos, se Deus quiser.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): E o Senado Federal, inclusive, já vem adotando essa iniciativa.

Passo a palavra, finalmente, não por ser finalmente, mas sempre com honra para a Denise Rinehart, da CONASEMS.

SRA. DENISE RINEHART: Bom, eu fico muito satisfeita de poder participar de um momento como esse porque, na verdade, como nós estávamos conversando na sala antes de começar, a vida se desenrola no município e os gestores municipais, eles têm que cada vez mais se empoderar e participar de momentos como esse para serem ouvidos e para ouvirem também, porque muitas vezes a gente se vê diante de desafios, hoje no SUS a gente abraça desafios gigantescos: o olhar holístico sobre as pessoas, a mudança de vários paradigmas que hoje a saúde enfrenta, como é o caso do olhar da saúde para além da doença, a luta pelo que a gente tem hoje de conseguir a força de trabalho nos recursos humanos, obter isso e fixar isso nos municípios, a mudança que o modelo de saúde muitas vezes se vê centrado nos médicos em hospitais, quer dizer, nós estamos diante de mudança de modelo de repensar de paradigmas que sempre adotamos e sempre vivemos e com certeza o CONASEMS vê esse projeto com muitos bons olhos, porque ele vem somar os esforços para romper esses modelos que a gente considera cristalizados e que a gente ainda precisa reverter. E hoje a gente está diante de uma realidade em que muitos avanços acontecem ao lado de posições ainda cristalizadas, quer dizer, o novo convivendo com o velho. Eu estive em Belém na semana passada e eu fiz essa colocação para alguns colegas locais, porque a gente percebe aqueles prédios históricos maravilhosos e casas com arquitetura moderna, e um modelo de saúde também é assim [soa a campainha]. Esses desafios e essas mudanças, como eu falei, eu acho que o projeto vem somar forças para que a gente alcance isso. O CONASEMS traz essa contribuição nesse sentido do projeto fortalecer mais uma vez essa questão da parceria, da ação contextualizada, que aqui foi colocado que a gente considere as diferentes realidades quando a gente aplica ou coloca esses recursos. Foi colocado aqui também pela Senadora essas questões das populações excluídas, que também está sendo contemplada no projeto.

Mais uma vez agradecer a oportunidade, colocar a nossa entidade à disposição e parabenizar a todos os colegas aqui também pela fala e agradecer.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, me perdoe, eu sei que o senhor vai dizer que hoje eu tomei água de chocalho, estou falando demais [risos], mas quando fala em criança, aí eu me empolgo. Esse que é o ponto, o respeito aos municípios. Tem que se respeitar as características, até porque hoje eu estou vendo uma mudança, eu acho que o nosso Presidente também, o Senador Flávio Arns, deve estar acompanhando isso, que ele, como eu, faz do mesmo jeito, volta sempre lá no Estado, vai aos municípios. Eu fico muito feliz em ver como as cidades, a gente sente que as gestões estão cada vez melhorando. Eu estive agora numas cidades do interior, pequenas, como [ininteligível], que se transformou, como Riacho da Cruz é outra coisa, Viçosa, Porto Alegre, quer dizer, você fica feliz, Ipanema, e valorizando a cultura, valorizando as características que são bem próprias de cada região.

Mas eu queria aqui também agradecer mais uma vez, foi maravilhoso estar com vocês.

Agora, Presidente, eu não poderia deixar de fazer esse registro, porque eu acho que é uma desatenção à nossa Comissão, a qual o senhor preside tão bem, o Secretário Executivo do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, Dr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, que foi convidado não somente pela Senadora, pela Comissão, através do seu Presidente, somente hoje informou que não viria e não mandou nem representante. Então uma questão que nós estamos tratando aqui que é fundamental para o trabalhador, porque é para o filho do trabalhador.

Então eu considero isso realmente uma desatenção com a nossa Comissão e não poderia ficar sem fazer esse registro, porque realmente nós ficamos indignados com uma posição dessa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu quero, Senadora Rosalba Ciarlini, em primeiro lugar, dizer que eu inclusive mencionei esse fato na abertura da Audiência Pública, dizendo que ele não tinha vindo e que nós tínhamos recebido o comunicado só às 09h24 da manhã de hoje, impossibilitando, inclusive, de se fazer os contatos para haver uma pessoa que pudesse substituí-lo. Aliás, isso não deveria ser nem da nossa iniciativa, deveria ser da iniciativa dele dizer: "Eu não posso ir, então, por favor, fulano, cicrano, me substitua na Audiência Pública". Nós dissemos e eu solicito à Secretaria que iríamos comunicar esse fato ao Sr. Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, estranhando esse fato numa discussão dessa importância, dessa natureza, e para o filho do trabalhador como V. Exa. colocou de maneira muito clara e correta. Então eu concordo inteiramente--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O senhor tem todo o nosso apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): --e vamos fazer isto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Tem todo o nosso apoio, comunique ao Ministro e se for preciso, se achar necessário, nós assinamos com o senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Está bem. Eu quero destacar também que eu compartilho com V. Exa. de maneira muito clara a importância, a valorização que se deve dar para o município. No Estado do Paraná, inclusive, e no Brasil inteiro, os Prefeitos, Vereadores, a Frente Municipalista está buscando a todo instante o contato, o diálogo, a busca de soluções, porque os problemas são muitos, inclusive na área da educação infantil. Está aqui o Professor Monlevade, inclusive outro dia aprovamos aquela questão do repasse do Fundo de Participação dos Municípios e o Professor Monlevade destacou muitas vezes a importância de que 25% daquele repasse extra, compensação, não era extra, a compensação por renúncia fiscal que está acontecendo teria que ser destinado para o município e 25% para a educação. Mas de qualquer forma além dos impostos e contribuições os municípios estão sendo muito penalizados. Então é, assim, uma injustiça, um sistema tributário injusto que ocorre e com a falta de privilegiamento necessário para Estados e Municípios.

Então eu concordo, V. Exa. se manifestou ontem no Plenário neste sentido, para dizer que nós temos que achar mais soluções para os municípios onde, como a Denise colocou, as condições acontecem. Tudo acontece no município.

Quero só destacar três coisas bem rápidas.

Estamos indicando o Senador Romeu Tuma para representar em São Paulo, que é o Estado natal dele, esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para a realização do 11º Fórum Nacional sobre o Ensino Superior Particular na Economia Nacional. Esse é o convite e o Senador Romeu Tuma estará, então, representando esta Comissão. Ele, inclusive, esteve em parte desta Audiência Pública.

Recebemos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina o seguinte texto resumido: "A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, acolhendo proposição do Deputado Pedro Uczai, parabeniza ao Poder Executivo Federal, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados pela aprovação e sanção da Lei que cria a Universidade Federal da Fronteira Sul. Atenciosamente, Deputado Jardim Homero(F)". As

Universidades da Fronteira Sul é uma iniciativa conjunta, uma Universidade da Fronteira Sul que atende aos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, com cinco campings, dois no Paraná, Laranjeiras do Sul e Realeza, uma em Santa Catarina, em Chapecó, e dois campings no Estado do Rio Grande do Sul. Então é uma universidade para atender aquela região de acordo com sua realidade.

E, por fim, um comunicado: "Comunico aos Srs. Senadores que de acordo com o que preceitua o art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, indico os nomes dos Exmos. Srs. Senadores e Senadoras para compor os quadros da Subcomissão Permanente do Esporte do Senado Federal: Bloco Parlamentar da Minoria - Titulares: Alvaro Dias, Raimundo Colombo, Gilberto Goellner; Suplentes: Flávio Arns e Papaléo Paes; Maioria - Titulares: Wellington Salgado e Sérgio Zambiasi; Suplentes: Gerson Camata e Neuto de Conto; Bloco de Apoio ao Governo - Titulares: Eduardo Suplicy e Inácio Arruda; Suplente: João Vicente Claudino".

Agradeço novamente aos expositores, agradeço a todas as pessoas que estiveram aqui, de uma maneira muito particular ao Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, seja muito bem-vindo; a mãe da Andréia de uma maneira particular também, seja sempre bem-vinda, e a todos que participaram desta Audiência Pública, de uma maneira muito especial aos estudantes também de pedagogia da Universidade de Brasília.

Agradeço mais uma vez a todos e declaro encerrada a presente Reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 12h33.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 9ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 28 DE ABRIL DE 2009, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e nove, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Assinam os livros de presença os Senhores Senadores **DELCÍDIO AMARAL, NEUTO DE CONTO, GILBERTO GOELLNER, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, OSMAR DIAS, FÁTIMA CLEIDE, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO, CÍCERO LUCENA, MARINA SILVA, WELLINGTON SALGADO, FÁTIMA CLEIDE, ALMEIDA LIMA** e **ADELMIR SANTANA.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros das Comissões. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores dessas Comissões, que são dadas como aprovadas. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 17, de 2009 - CMA, de autoria do Senador João Pedro, com adendo da Senadora Marina Silva, aprovado em 14/04/09; e dos Requerimentos nºs 03 e 10 de 2009 – CRA, de autoria do Senador João Pedro e outros Senhores Senadores, aprovados em 10/03/09 e 24/03/09, respectivamente, com a finalidade de debater a Medida Provisória nº 458, de 2009, que "dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia da Legal, altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.383, de 7 de dezembro de 1976 e 6.925, de 29 de junho de 1981 e dá outras providências". Comparecem os seguintes convidados: Sr. Sérgio Leitão - Representante do Greenpeace; Sr. Lázaro Dobri – Coordenador Regional Norte da CONTAG e Presidente da FETAG - Rondônia; Sr. Anaximandro Doudement Almeida – Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Sr. Paulo Barreto – Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON; Sr. Egon Krakhecke – Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente – MMA; e Sr. Carlos Mário Guedes de Guedes – Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. EXTRA-PAUTA, é aprovado o **REQUERIMENTO Nº 23, DE 2009-CMA**, que "requer nos termos do art. 90, III, IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Audiência Pública tendo como convidados Roberto Messias Franco, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e Luiz Antonio Pagot, Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, para debaterem sobre a Medida Provisória nº 452, de 2009, que tratava originalmente apenas do Fundo Soberano e de ações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT)". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Resultado: **Aprovado.** A Presidência registra a presença do Senhor Deputado **ANSELMO**

DE JESUS (PT/RO). Após a explanação dos convidados, apresentam seus questionamentos os Senhores Senadores **GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, JAYME CAMPOS, MARINA SILVA** e **RENATO CASAGRANDE,** bem como o Senhor Deputado **ANSELMO DE JESUS.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual da Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Valter Pereira,** Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 28/04/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. A presente reunião destina-se à Audiência Pública Conjunta, em cumprimento aos Requerimentos nºs 3 e 10, de 2009, de autoria do Senador João Pedro e outros Srs. Senadores, aprovados em 10/03/2009 e 24/03/2009, respectivamente, e do Requerimento nº 17, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, com o adendo da Senadora Marina Silva, aprovado em 14/09/2009, com a finalidade de debater a Medida Provisória nº 458, que "dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nº 8.666, de 93, 6.015, de 73, 6.383, de 76, e 6.925, de 81, e dá outras providências".

Estão presentes os seguintes convidados que chamamos para participar da Mesa dos trabalhos desta Comissão: o Sr. Sérgio Leitão, representante do GREENPEACE; o Sr. Lázaro Dobri, Coordenador Regional Norte da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da FETAG-RO; o Sr. Anaximandro Doudement, Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); o Sr. Paulo Barreto, Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON); o Sr. Egon Krakhecke, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Carlos Mário Guedes, Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Como os senhores perceberam, nós temos aqui autoridades relacionadas à política fundiária do País e à área ambiental também. Obviamente trata-se de uma Sessão Conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e, por isso, nós vamos discutir a questão da regularização sob o enfoque ambiental e fundiário. Esperamos que os trabalhos que vão se desenvolver nesta manhã produzam subsídios importantes para um problema que preocupa extremamente essas duas áreas, já que é a ferramenta necessária para normalizar questões de crédito, de ocupação e até mesmo da segurança jurídica.

Vamos de imediato passar a palavra para o primeiro expositor, que representa o GREENPEACE, o Sr. Sérgio Leitão. Nós vamos fixar um tempo de dez minutos para cada expositor, mas obviamente, como aqui é uma Casa Legislativa, o que prevalece sobre tudo é o resultado. Portanto, a regra é de dez minutos, mas nós teremos a flexibilidade necessária, desde que não comprometa o período completo da reunião. Com a palavra o Sr. Sérgio Leitão.

SR. SÉRGIO LEITÃO: Inicialmente o meu bom dia a todos e a todas aqui presentes. Em nome do GREENPEACE aqui no Brasil eu gostaria de agradecer ao convite que nos foi feito para estarmos aqui e discutirmos esse assunto que me parece da mais alta relevância, não só para a Amazônia, mas como para o País como um todo.

O tema que nós estamos a tratar aqui diz respeito justamente à questão da regularização fundiária, o problema do conflito agrário na Amazônia, e é importante como um ponto de análise que nós verifiquemos que do ponto de vista daquilo que é a solução para o problema ambiental, para o problema do conflito agrário na Amazônia, o recente pacote de medidas feito pelo Governo Federal não é a solução para este problema. A rigor, do ponto de vista seja da inovação, do ponto de vista do caráter de uma solução duradoura, essas ações feitas agora, no sentido de criar um processo de agilização da concessão de terras públicas na Amazônia, em nada difere daquilo que, por exemplo, foi feito durante os anos 70, em plena ditadura militar; não tem nenhuma novidade. Aliás, se nós verificarmos todo o processo de ocupação territorial do Brasil que até hoje deixa um legado de conflitos físicos, de confrontos, de soluções não definitivas, de problemas jurídicos que permanecem sem solução, como é o caso, por exemplo, do Pontual do Paranapanema, em São Paulo, a gente vai verificar que o Estado, neste caso, nunca conseguiu criar uma solução em definitivo.

Por que é que eu digo que esse conjunto de soluções, agora apresentados pelo Governo, não se trata em nenhum caso de nenhuma novidade? Porque isso já foi feito. O histórico das intervenções do Governo Federal em torno da regularização fundiária na Amazônia sempre foi caracterizado pelo binômio "deixa invadir" e, depois, "deixa regularizar", sempre marcado pela

necessidade de criar-se um processo de regularização que visa tão-somente, tão-somente e tão-somente ao final reconhecer situações que foram feitas sem que o Governo Federal tivesse qualquer condição de dar o devido controle em relação ao que estava acontecendo no patrimônio fundiário.

Se nós quisermos verificar, basta que a gente cite o que foi feito nos anos 70, quando o Governo criou o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins, o GETAT, criou o GEBAN, que era o Grupo Executivo do Baixo Amazonas, na margem esquerda do Rio Amazonas, que era justamente uma ação fundiária extraordinária, inclusive era feito no âmbito do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, era assim que se chamava no Governo Figueiredo o MDA de então, que nesse momento agora diz que vai fazer novamente "ações extraordinárias". Então nós vemos que a ação do Governo nesse sentido, ela está sempre se rotulando, se definindo como algo que visa resolver o problema, mas que sempre se repete por uma ação tópica em cima de alguns casos isolados e que, muitas vezes, inclusive, digamos assim, ajuda a agravar o quadro de conflitos.

Então a primeira questão que nós queremos deixar claro é que o conjunto de soluções para essa definição da questão fundiária na Amazônia não virá pela ação atual do Governo Federal. Ela é simplesmente uma ação que visa, aí sim, criar aquilo que tem sido reclamado insistentemente por um conjunto de atores econômicos que se predispõem a investir pesadamente na União, inclusive fundos que querem adquirir grandes extensões de terras, que têm capital para tanto, mas que reclamam para fazer esse investimento justamente a estabilidade. Então ela não é uma reforma ou uma ação agrária que se prende ao interesse da solução do conflito dos trabalhadores rurais e que vai evitar, por exemplo, que nós tenhamos a repetição, nos dez anos, do Massacre de Eldorado de Carajás, justamente a repetição daqueles fatos. Aliás, esse mês de abril de 2009 é significativo porque faz vinte anos do assassinato do padre Josimo Tavares, em Imperatriz, e faz dez anos do Massacre de Eldorado de Carajás, e os massacres voltam a se repetir, os assassinatos voltam a se repetir e, no caso do Estado do Pará, que é o Estado mais premido e premente em termos de uma solução, nós temos pelo menos oitocentos assassinatos nos últimos vinte anos, onde só três casos foram levados a julgamento, onde só três mandantes estão na cadeia e onde a impunidade campeia. Então nada disso está sendo tocado nessa ação fundiária do Governo Federal. Então não há diferença nenhuma do ponto de vista da sua significação, do ponto de vista do investimento, do ponto de vista da iniciativa daquilo que fez o Governo Militar na década de 70. Pelo contrário, mais uma vez o que a gente verifica é que a Amazônia é tratada como uma espécie de quarto de despejo dos conflitos agrários nacionais, ou seja, aquilo que o Governo Federal não tem coragem ou não tem competência ou não quer fazer por uma falta de vontade política, é atuar onde os conflitos também acontecem, porque o conflito não é só na Amazônia, o conflito é no País inteiro, o Governo não o faz. Eu me lembro quando houve a campanha para a eleição do Presidente Lula, desde mandato, um dos compromissos assumidos era justamente a questão da atualização dos índices de produtividade das propriedades rurais no Brasil, porque hoje a gente tem uma situação que é muito estranha: a agricultura brasileira reconhecidamente recebe os maiores elogios pelos seus índices de produtividade, ela é capa da Revista Exame com máquinas do último tipo, que dão um dinamismo à agricultura, por exemplo, no caso do Mato Grosso, mas quando chega o fiscal do INCRA a fotografia que se mostra é aquela do machado e do arado de madeira dos anos 60. Então a premiação é pela foto do Século XXI, mas a avaliação do índice de produtividade é do Século XIX e aí tem um descompasso que é fundamental e que precisa ser resolvido.

Então o que nos parece fundamental colocar é que nós temos aí sim uma situação em que do ponto de vista fundiário a ação do Governo Federal, ela tem uma espécie daquilo que o antropólogo Alfredo Wagner Berna de Almeida, que é um dos maiores especialistas na questão agrária no Brasil, chama de "O intransitivo da transição", ou seja, seja governo militar, sejam governos democráticos, seja o governo Fernando Henrique, seja o governo Lula, nada muda nesse tocante. E nada muda por quê? Porque 2/3 da reforma agrária durante a ditadura eram feitos na Amazônia, 2/3 da reforma agrária no governo Fernando Henrique foram feitos na Amazônia e 2/3 da reforma agrária no governo Lula são feitos na Amazônia. Ou é muita coincidência, é apenas um dado a ser observado, ou esses governos não têm uma política que variou de governo para governo; seja o General Figueiredo, seja o Presidente Fernando Henrique Cardoso, seja o Presidente Lula, todos fizeram a mesma linha de ação e todos estão a repetir o mesmo padrão, que é justamente fazer um processo de regularização fundiária que nada mais nada menos significa uma mera concessão de títulos que anistia o passado e estimula a sua repetição no futuro. Nós estamos sempre a fazer isso, anistiando o passado e estimulando que ele se repita no futuro.

E aí tem uma questão fundamento que é fundamental e que precisa ser deixada clara e especificada de maneira bem oportuna, que nesse sentido essa

história do processo fundiário no Brasil, que é um processo onde eram terras públicas que foram sendo privatizadas, essa é a história e a tradição agrária brasileira, ela tem na Amazônia uma espécie daquilo que, se não me engano um Senador do Mato Grosso, se não me engano o Gabriel Müller, quando esteve aqui numa CPI da Reforma Agrária nos anos 50, sobre titulação, chamou de uma espécie de curso superior da grilagem de terras públicas no Brasil. Ele disse aqui nesse Senado que a grilagem de terras no Brasil fez o curso primário no Paraná, ele fez o seu curso superior na região da Sorocabana, em São Paulo, no interior, e estava fazendo o seu Mestrado e o seu Doutorado no Mato Grosso e no Pará, porque justamente a última extensão daquilo que é o processo de avanço sobre terras públicas, sem que haja uma discussão democrática de como é que os conflitos vão ser solucionados, como é que não se gera um processo de concentração fundiária, como é que não se gera todo um processo que hoje esse governo deveria estar se pautando pela Lei que ele fez... Eu estou vendo aqui a Senadora Marina Silva, quando foi Ministra do Meio Ambiente, esse governo fez uma Lei chamada do quê? Lei de Gestão das Florestas Públicas. Qual era o pressuposto básico dessa Lei? O pressuposto básico dessa Lei era que o governo iria fazer um processo de reconhecimento da titulação das terras públicas na Amazônia, separando aquelas que fossem particulares e fazendo um amplo processo de investimento na concessão de áreas para a exploração florestal, ou seja, reconhecendo aquilo que é uma vocação natural da Amazônia, que é a exploração florestal. O que é que o governo está fazendo agora? Abandona esse processo [soa a campainha], porque é isso que a gente pelo menos pode verificar, o governo não está dando nenhum passo significativo nesse processo inclusive de cruzamento de dados fundiários entre os Estados e aqueles dados do Governo Federal, e o governo agora faz de conta de que essa Lei de Gestão não foi votada aqui pelo Senado, não foi votada pela Câmara dos Deputados, não foi sancionada pelo Presidente Lula e faz um pacote novo que simplesmente desconhece isso, cria um esvaziamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, porque simplesmente o órgão agora se vê esvaziado das suas funções porque se cria uma espécie de instância extraordinária dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário, repetindo, como eu já disse, o padrão de intervenção clássico feito durante os Governos Militares, que era justamente criar uma espécie de ação extraordinária que sempre resultou na concessão de mais e mais títulos, avanço da fronteira agrícola sobre a região amazônica, como se nós estivéssemos capazes de repetir o padrão dos anos 70; se nós anos 70 houve um padrão de destruição que era feito por ignorância e má-fé ou até por desconhecimento, este processo agora é cientificamente pensado, ele é elaborado dentro das instâncias do Governo Federal, ele tem como mote de preocupação inclusive as iniciativas feitas pelo Ministro Extraordinário das Ações de Longo Prazo, o professor Mangabeira Unger, que entende que a região amazônica não pode ficar sem ter todo um processo de reconhecimento das suas ocupações, porque é impossível que um País do tamanho do Brasil, digamos assim, gere um processo de impasse no seu ordenamento fundiário, só o que professor Mangabeira Unger também desconhece que este processo que ele está, digamos assim, a estimular, porque foi dele a iniciativa desta reformulação que o Ministério do Desenvolvimento Agrário teve que aceitar, foi caudatário desta proposta feita pelo Ministério, simplesmente irá significar uma nova abertura de um processo de expansão da fronteira amazônica com a destruição. Se hoje nós já temos 17% de toda aquela região, digamos assim, destruída ou com toda a sua cobertura florestal totalmente colocada no chão, nós podemos imaginar que este novo processo que se iniciará com essa titulação em função da aprovação e da discussão dessa MP 458 tanto na Câmara como no Senado, irá abrir sim um novo ciclo, como aquele que foi aberto nos anos 70, que se casava pelo binômio "reconhecimento dos títulos" e "acesso aos cofres públicos", que é justamente o que o Governo Federal está fazendo agora, basta que se veja o pacote de incentivos econômicos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social sem nenhuma exigência de contrapartida, sem nenhum tipo de condicionante para que a ação seja feita sem o desrespeito ao meio ambiente.

Então eu gostaria de, nessa abertura, inicialmente repetir o agradecimento feito ao Senado pelo convite, mas deixar aqui patenteada a nossa extrema preocupação, que nós estejamos a repetir os erros dos passados, sendo que dessa vez é preciso que a gente diga que a sociedade brasileira não compreenderá o que nós estamos fazendo com a regularização fundiária da Amazônia e a história não irá nos perdoar de jeito nenhum, porque ignorância nós não poderemos alegar em nosso favor. Então é muito grave e eu peço a compreensão dos Srs. Senadores para examinar com todo o cuidado isso que o Governo Federal está fazendo, repetindo os erros do Governo Militar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Nós agradecemos ao Dr. Sérgio e vamos passar ao seguinte expositor, porque a nossa metodologia vai ser a seguinte, Srs. Senado-

res: vamos ouvir primeiro todos os expositores, obviamente com a anuência do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, ouvir todos os expositores e, depois, passar para os debates. V. Exa. concorda, Senador Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Integralmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então vamos para o segundo expositor, que é o Sr. Lázaro Dobri.

SR. LÁZARO DOBRI: Um bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar aqui, em nome da Senadora Marina, a todas as mulheres presentes, em nome do Senador Valdir Raupp, do Estado de Rondônia, e do Deputado Anselmo de Jesus os demais Senadores presentes, e agradecer, Senador Valter, pelo convite. A CONTAG se sente orgulhosa em poder participar desse debate. Dizer da presença de nove representantes das federações ligadas, filiadas à CONTAG, da região Norte e da região Amazônica, que estão presentes. Para nós é uma satisfação poder estar aqui. A CONTAG tem hoje na região Norte - e neste caso a região Amazônica - nove federações filiadas a ela que tem, no seu seio, aproximadamente oitocentos sindicatos filiados nesta região.

Deixando claro, nós não somos contra a regularização fundiária na região amazônica. O que nós estamos questionando e estamos querendo discutir e debater é a forma como ela está sendo conduzida na região. Nós entendemos que um processo tão complicado como é este, que ao longo da nossa história de ocupação da região amazônica acumulou uma quantidade enorme de problemas, de conflitos, nós não podemos imaginar que um processo desse possa ser feito dentro de um gabinete e querer que em um ano se resolva o problema existente há mais de séculos naquela região.

Nós temos uma preocupação muito grande com a MP, entendemos que da forma como ela está colocada não vai beneficiar os pequenos produtores, os agricultores familiares, os que detêm posse abaixo ou até cem hectares, e ao longo da nossa fala nós vamos também dizer o porquê somos contra, mas a CONTAG traz uma proposta para que isso possa ser corrigido e não deixar acontecer como em muitos outros casos no Brasil quando se trata da questão agrária.

Um dos problemas da MP, que nós entendemos ser e que precisa ser corrigido, é no que se refere à participação das organizações existentes naquela região. Nós entendemos que quem vive a região amazônica há mais de vinte, trinta, quarenta anos, não poderia ter ficado fora de um processo desse.

Um outro ponto que nós entendemos prejudicial é a desvinculação da regularização fundiária com a reforma agrária naquela região, porque se nós não pautarmos a reforma agrária relacionando a mesma com a regularização fundiária, nós estamos estar propiciando a legalização do latifúndio, a legalização das grandes propriedades, que infelizmente são, essas grandes propriedades, que estão tirando da região amazônica a sustentabilidade que todos pregam.

Um outro problema é o não condicionamento dessa regularização fundiária com o Zoneamento Sócio-Econômico já existente, no nosso caso, por exemplo, no Estado de Rondônia. É impossível você imaginar ou nós imaginarmos fazer uma regularização sem levar em consideração esse zoneamento que, com certeza, é ele que define e tem que definir na região amazônica aonde pode ser ocupado por agricultura, aonde pode ser preservado pelo Estado e aonde pode detectar os povos que lá vivem muito antes da fundação ou do descobrimento do Brasil.

Outro ponto que nós questionamos é a situação que ficou o INCRA. Entendemos que o INCRA precisa ser equipado, precisamos fazer um aprimoramento no quadro humano, na estrutura, mas acima de tudo precisa de recursos, e o principal problema, quando se trata de regularização fundiária, é a falta de recursos.

Outro ponto para nós importante é a questão da regularização fundiária sem georreferenciamento das áreas. Para os senhores e senhoras terem uma idéia, 55% de proprietários da Amazônia possuem módulos, possuem terras até cem hectares; 55% da população. 16% da população ocupante de terras na Amazônia detém o poder de 81% das terras da Amazônia. Se nós não levarmos em consideração e não fizermos o georreferenciamento, nós vamos estar legalizando o latifúndio, legalizando o documento e deixando de detectar as áreas que no documento está com mil hectares, mas que lá, na realidade, possuem dois, três, quatro mil hectares de terra.

O que é que nós estamos propondo? Nós estamos propondo a revogação da Medida Provisória. Nós estamos pedindo para que o Governo faça um Projeto de Lei que possa debater com a sociedade, debater com o Parlamento, buscar nos Estados e na região as entidades, os governos que lá vivem e que lá administram para construir uma proposta, um Projeto de Lei que possa, então, suprir a necessidade com relação à regularização fundiária. Nós pedimos que todas as áreas sejam georreferenciadas. Como já foi dito, por que é que nós pedimos isso? Nós queremos que a agricultura na região amazônica seja sustentável, produza dentro da realidade amazônica. Sabemos que o meio ambiente é importante, que no meio ambiente

também vivem famílias e nós não podemos deixar que essa regularização seja feita a toque de caixa, sem discutir e sem planejar; que seja realizado o cadastro e a vistoria de todas as propriedades. Nós não temos pressa em fazer, nós queremos fazer bem feito [soa a campainha]. A quantidade de anos que existe esse problema na Amazônia não pode, volto a repetir, tentar ser resolvido em uma hora. Realizar a regularização fundiária para pessoas físicas. Que os títulos sejam alienáveis por dez anos e que as pessoas beneficiárias da regularização fundiária vivam na região amazônica, vivam em seu município onde a terra existe.

E, por último, nós queremos dizer que o movimento sindical da região amazônica ainda não foi convidado para sentar em nenhum momento, para discutir ou para contribuir no processo de regularização, e que da forma como está colocado dificilmente os movimentos sociais e, principalmente, o movimento ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) irá participar da forma como está sendo colocado. Obrigado.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Primeiro eu quero cumprimentar aos dois Presidentes de Comissão, dizer da acertividade dessa Audiência Pública, como o primeiro pontapé para esse debate tão importante, o Senador Casagrande me dizia lá no Plenário que nós tínhamos que ser proativos em relação a esse debate, e sugerir, Presidente, que a gente mantenha a tradição das nossas Comissões de fazer um processo intercalado: um representante da sociedade e um representante de governo para que não fique dois blocos estanques, que a gente possa ter uma interação. Então a minha sugestão é de que agora a gente possa ouvir alguém do governo para ter essa alternância.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou acatar, com a anuência do Senador Casagrande, Presidente da CMA, eu vou acatar a sugestão da Senadora Marisa, que eu acho que o contraditório é fundamental nesse momento. Então eu passaria a palavra para o agrônomo Egon Krakhecke.

SR. EGON KRAKHECKE: Não poderia, Senador, ser o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não há problema, da nossa parte não tem problema. Então vamos anunciar a palavra do Sr. Carlos Mário Guedes, Secretário Extraordinário da Regularização Fundiária do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Me ligou o Ministro alegando que estaria impossibilitado de comparecer a esta Comissão porque, como houve uma mudança na data desta realização, ele foi colhido com uma agenda externa que não dava para ele comparecer aqui. Ele está viajando para o exterior, parece que está chegando hoje ou amanhã. Então nós vamos passar a palavra para o Sr. Carlos Mário Guedes.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Primeiramente bom dia--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Qualquer recurso audiovisual que o senhor quiser se valer, não tem problema.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Bom, primeiramente bom dia Senador Valter Pereira, uma saudação muito especial ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o Senador Renato Casagrande, quero fazer uma saudação muito especial à companheira Senadora Marina Silva, uma saudação às representações dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil, à representação da CNASI(F) aqui presente, dos servidores do INCRA.

Quero registrar, Presidente, que estou aqui mandatado pelo Ministro Guilherme Cassel para trazer todos os esclarecimentos necessários acerca da Medida Provisória 458, da proposta que o governo encaminhou ao Congresso, bem como do Programa Terra Legal, visto que a iniciativa da Medida Provisória viabiliza o Programa de Regularização Fundiária na Amazônia Legal. Eu vou tentar, inclusive pedir para não fazer uma exposição que nós tínhamos preparado, porque eu acho que vou tentar aproveitar o nosso tempo dialogando com temas que foram trazidos aqui à Mesa e com temas que têm sido recorrentes e que a gente tem percebido, aliás eu estava comentando aqui com o nosso Secretário Egon, o meu companheiro de governo, que se dá de fato tanto por uma opinião acerca da Medida Provisória, mas, também, por uma necessidade de uma aproximação e de um diálogo mais permanente com as entidades e que é o que o Ministério do Desenvolvimento Agrário se propõe a fazer neste momento, a partir da publicação do Decreto, que saiu hoje no Diário Oficial, que estrutura o Programa Terra Legal, que regulamenta a Medida Provisória 458 e que nos permite já iniciar as operações do programa. Nada faremos na regularização fundiária sem um amplo diálogo com todas as entidades da sociedade civil, ainda mais porque essa é uma prática do Ministério do Desenvolvimento Agrário em todas as suas experiências de implementação de políticas públicas, cito apenas um exemplo, que são os Territórios da Cidadania, que é uma referência concreta de uma ação integrada de governo com participação social. Esta é a nossa refe-

rência, esta é a nossa marca, é com este espírito que nós estamos implementando as iniciativas.

Em primeiro lugar, destacar que a reflexão que foi feita interna no governo acerca da regularização fundiária na Amazônia Legal, ela teve ontem um exemplo concreto da sua vitalidade, da sua necessidade. O Presidente Lula esteve ontem com os Governadores da Amazônia assinando o compromisso Mais Amazônia pela Cidadania, onde a regularização fundiária é um dos principais pontos, e nós tivemos numa ação conjunta com os movimentos sociais, conjunta com o Instituto de Terras do Amazonas, a concessão de títulos para mais de 4.240 famílias, todas de produção familiar, que agora tem o seu título, o seu reconhecimento, o seu direito assegurado para poder ter a porta de entrada para a cidadania, viabilizando recursos, viabilizando condições de assistência técnica que está no bojo desse programa, que é o compromisso, é o pacto que o Presidente Lula assinou com os Governadores da Amazônia Legal. E, nesse sentido, um dos temas que foi tratado nessa atividade ontem era exatamente a integração da regularização fundiária com outras políticas governamentais como, por exemplo, o Plano de Apoio à Sociobiodiversidade, com a garantia da compra de alimentos e de produtos típicos da Amazônia para garantia de renda para esses produtores familiares, começando por produtores, por cooperativas organizadas e estimulando o trabalho com as entidades que estão sendo também objetos da regularização fundiária. Então ontem foi uma amostra concreta do que para nós é o Programa Terra Legal e é sobre esse aspecto, sobre esse sentido do programa, que dá uma prioridade, dá uma atenção especial, é que nós vamos dialogar aqui.

Se destacou aqui, fundamentalmente, de que nós, talvez, estimulássemos um processo de regularização na Amazônia Legal que levasse a uma nova corrida à ocupação de terras na Amazônia. A Medida Provisória é muito clara em relação a isso e nós hoje temos mecanismos - e estamos trabalhando com mecanismos nesse sentido - de não regularizar um hectare de terra que não seja demandado ou destinado para as ações em curso do governo. O Ministério do Meio Ambiente é testemunha do que nós já reiteramos, já solicitamos de conhecimentos de todas as áreas que são demandadas pelo Serviço Florestal Brasileiro, pelo Instituto Chico Mendes da Biodiversidade e que nenhuma dessas áreas serão passíveis à regularização, porque há um interesse do governo em destiná-las para um objeto da atuação de conservação da biodiversidade.

Da mesma forma, semana passada nós estivermos com todos os superintendentes do INCRA da Amazônia Legal e afirmamos concretamente e foi solicitado aos superintendentes do INCRA que nós repassassem todas as terras que estão sendo pensadas para destinação a projetos de reforma agrária com a característica da Amazônia, porque o INCRA não fará mais projetos de assentamento tradicionais, fará os PAS, os PDSs, fará os PAFs, que são modalidades de assentamento típicos da Amazônia, que o INCRA informe todas essas áreas que serão destinadas para esse modelo de reforma agrária da Amazônia e que as áreas que não serão demandadas para esse tipo de reforma agrária, será feito o trabalho da regularização fundiária.

Outro aspecto importante nessa lógica do planejamento é que nós estamos exatamente integrando o Programa Terra Legal com a Operação Arco Verde. Nós analisamos e identificamos que muitos dos municípios que estão no chamado Arco de Fogo, estão por quê? As terras que tiveram o desmatamento ilegal, estão sim em terras da União e estão sim com processo de regularização no mínimo confuso, no mínimo sem a informação necessária. Então é absolutamente necessário que nós entramos sim com a regularização fundiária para imputarmos responsabilidade sobre esses ocupantes e viabilizarmos da mesma forma os instrumentos de fomentos sim para que essas pessoas revertam o seu modo de produção, o seu modelo de produção, coerente com a estratégia da Amazônia. E nessa lógica, o fato de nós iniciarmos junto com a Operação Arco Verde, ela demanda tanto no planejamento quanto no que nós chamamos no pós-título um conjunto de iniciativas de monitoramento e controle e por isso é que o Programa Terra Legal está operando em conjunto com o SIPAM e operará em conjunto com os instrumentos do meio ambiente por que? Porque no art. 13 do próprio Decreto de regulamentação prevê que produtores que não cumprirem as cláusulas ambientais resolutivas terão os seus títulos anulados pelo período de dez anos, que nós faremos o processo da regularização, e que hoje os mecanismos de controle e monitoramento são muito diferentes de trinta anos atrás. À luz do que nós temos de materiais produzidos pelo PRODES, pelo DETER, pelo INPE nessa atuação com o Ministério do Meio Ambiente, nós mesmos temos no Ministério do Desenvolvimento Agrário instrumentos como a Declaração de Aptidão do PRONAF, que caracteriza o agricultor familiar, e que nós temos essa base de dados que inclusive os movimentos sociais nos auxiliam a identificar esses agricultores, que nós podemos ver tranquilamente quais são os produtores que alteraram o seu modo de produção, o seu modelo de produção a partir da regularização e que nós podemos acompanhar o que nós queremos de uma forma central, que é o cumprimento da função social

da propriedade. Não há sentido nós emitirmos título se não viabilizarmos o cumprimento daquilo que diz a Constituição brasileira, de que as propriedades cumpram a sua função, na dimensão produtiva coerente com a dinâmica da Amazônia, na dimensão ambiental e na dimensão social. Esses são os instrumentos que nós temos do pós-título que nós autorizam a ter muita segurança de que o processo da regularização, desde o seu cadastramento até o georreferenciamento de todos os imóveis que nós faremos o trabalho... E aqui esclareço ao representante da CONTAG que será feito o georreferenciamento sim de todos os imóveis, o que nós não faremos, que foi instituída uma faculdade a nós, é a necessidade de uma vistoria quando nós identificarmos que não há essa necessidade, em imóveis até quatro módulos fiscais; em imóveis de quatro a quinze módulos fiscais continuam não só o cadastramento, quanto o georreferenciamento, quanto a vistoria desses imóveis. Agora adianto para todos os senhores e senhoras aqui presentes: em municípios aonde nós identificamos aumento do desmatamento a partir de 2005 e a Operação Arco Verde já nos aponta, aonde nós identificamos um histórico de conflitos agrários que o Mapa da Ouvidoria Agrária Nacional já nos aponta isso de 2004 em diante, aqui eu posso adiantar para vocês que pegando o Mapa da Ouvidoria Agrária Nacional nós temos apenas 1% das terras que foram ocupadas pelos movimentos sociais que era de imóveis entre quatro a quinze módulos, 1% dos imóveis; 99% dos imóveis que foram objeto de reivindicação dos trabalhadores rurais não são imóveis de quatro a quinze módulos, ou seja, há uma clareza que nós temos produtores médios que precisam se enquadrar, precisam entrar e ter uma regulação muito forte da sua atuação, mas não são eles o objeto da reforma agrária, e por isso que nós dissemos que a regularização fundiária pode andar sim tranquilamente de mãos dadas com uma reforma agrária coerente com a estratégia da Amazônia, e é isso que o Ministério do Desenvolvimento Agrário está fazendo.

Portanto, os elementos que trago aqui e que a Medida Provisória traz e esclarece de uma forma muito contundente, os Decretos que preveem a participação social não só no âmbito nacional, mas em cada Estado nós criaremos grupos executivos estaduais do programa e grupos de acompanhamento e controle social, com participação social e participação do Ministério Público nós divulgaremos pela internet todos os dados de cadastramento feito em todos os municípios em tempo real na internet, como faz o Ministério do Trabalho com a lista suja do trabalho escravo, só que essa nossa lista será uma lista positiva, porque são pessoas que estão reivindicando a regularização, e teremos também canais de denúncias junto com a Ouvidoria Agrária Nacional que ficarão expostos, públicos, numa lógica de um chamado Twitter(F) Terra Legal, aonde nós poremos, todas as pessoas que queiram fazer denúncia [soa a campainha] sobre a regularização fundiária na Amazônia, poderão fazer e nós iremos atrás e vamos atacar essas situações.

Então, só para encerrar a minha exposição, eu queria trazer esses pontos de esclarecimentos sobre a Medida Provisória, sobre o Programa Terra Legal, sobre a coerência da ação de regularização fundiária que o Presidente Lula encaminhou ao Congresso e que nós vamos começar o operar na Amazônia Legal, que ela tem estrita coerência com uma estratégia de reforma agrária, tem uma estrita estratégia de conservação e preservação da Amazônia, tanto é que nós dizemos que o Terra Legal é um programa que visa dar terra para viver, produzir e preservar. Esse é o sentido fundamental, Presidente, da MP 458. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a exposição do Sr. Carlos Mário e vamos passar ao representante da IMAZON, o Dr. Paulo Barreto, pesquisador sênior desse instituto. Com a palavra o Sr. Paulo.

SR. PAULO BARRETO: Bom dia a todos. Em nome do Senador Valter Pereira eu queria cumprimentar a todos os parlamentares aqui presentes. Esse tema é bastante complexo, eu vou enfocar em alguns pontos, sendo bem direto, aproveitando o tempo. Provavelmente, Senador, cerca de dez a quinze minutos, ao invés de só os dez minutos.

O título da minha apresentação está ali, se essa MP será uma oportunidade perdida, porque o tema fundiário na Amazônia é essencial, a gente precisa resolver esse problema, mas a Medida Provisória tem vários riscos em que a gente pode perder uma oportunidade de que a proposta realmente contribua para um desenvolvimento mais sustentável na região.

Eu colocaria como um dos objetivos desejáveis desse tema que a gente tivesse uma regularização de áreas ocupadas que são passíveis realmente de uma regularização, nem todas são, eliminar vários subsídios perversos que a má gestão fundiária ao longo do tempo criou - e eu vou explicar um pouco mais isso, porque é um tema chave - e é importante também fechar a porteira da ocupação desonerada. Já foi falado aqui, o Sérgio colocou muito bem, a gente tem uma tradição de ter esses momentos extraordinários de tentar resolver o problema do passado e, quando se tenta fazer isso, muitas vezes se deixa a porteira aberta para novas ocupações. É importante fechar isso, senão daqui quinze anos nós estamos estar com um

novo movimento extraordinário aqui. Então é superimportante fazer isso.

Eu queria destacar muito o tema dos efeitos perversos de que as posses gratuitas, que têm muito na Amazônia, não foi dito aqui, tem cerca de trezentas mil posses gratuitas na Amazônia, ou seja, as pessoas ocuparam, não tem título, não pagaram por essas áreas, não pagam **royaltys** por essas áreas, não pagam aluguel, então é um subsídio bastante grande. Só que esse modelo tem efeitos bastante perversos. O primeiro ponto é que você, tendo terras públicas que ninguém toma conta, as pessoas correm para essas áreas tentando controlar a maior área possível. Isso é uma fonte de grande parte da violência que tem lá. O outro problema na área ambiental é que você tem um desmatamento prematuro, pois a pessoa tem que demonstrar uso para tentar segurar aquela área, porque se ele não está lá usando pode vir outro também tentando ocupar. O outro problema, que é bastante grave, é que cria-se uma lógica que é mais barato desmatar novas áreas do que recuperar as áreas já degradadas. Se a pessoa tem áreas abertas, florestas que ele pode ocupar gratuitamente, é mais barato desmatar ali do que comprar adubo e investir em tecnologia para reformar as áreas já desmatadas.

Eu queria mostrar isso geograficamente, porque é muito importante as implicações para toda a região desse modelo. Aí eu vou ter uma sequência mostrando um pouco como é que funciona esse tipo de ocupação, as implicações para o uso da terra. A gente pode imaginar, aquela figura ali, tem um preto lá, uma estrada, imaginar que têm duas cidades, que seriam os mercados para os produtos agrícolas e os mercados madeireiros também. Numa situação em que as pessoas teriam que pagar pela terra, ou seja, não teriam subsídio, as pessoas ocupariam uma certa região que seria viável ter a agropecuária, os madeireiros. O problema é que no cenário em que é barato, é de graça ocupar terra pública, as pessoas ocupam uma área adicional, que passa a ser viável ocupar porque ela tem aquele subsídio, porque ela não paga por aquela área. Então você estende a área de ocupação que se torna viável. Tem um agravante que, já que a terra é barata, muita gente vai tentar ocupar antes de ser viável produzir na área florestal e mesmo na área agropecuária, ou seja, uma ocupação especulativa esperando se o governo vai investir um pouquinho mais em infraestrutura ou que os preços vão aumentar no futuro, ou seja, esse uso subsidiado das posses expande bastante a área de ocupação. Ele expande e isso cria vários problemas com demanda de infraestrutura depois, que o governo não tem condições de implementar, e não só de infraestrutura, de serviço, de educação, de saúde, de justiça. Não é à toa que os maiores índices de violência, quando a gente pede per capta, não está no Rio e em São Paulo, estão em várias cidades da Amazônia, juntamente porque as pessoas estão disputando aqueles espaços azul e azul claro que estão ali no mapa. Então ela tem uma implicação muito forte em tudo que está acontecendo na Amazônia em termos de ocupação.

Para dar alguns exemplos bem simples e concretos, aqui tem um mapa de uma cooperativa de colonização em Novo Progresso, no Pará. Aquele mapa à esquerda mostra o mapa da colonização, que pessoas chegaram naquela região, formaram uma cooperativa, cada um pegou o seu lote, várias pessoas dela não estão na região, elas estão em Mato Grosso ou até mesmo em Santa Catarina e no Paraná, e pagam pessoas que ficam cuidando dessa área e basicamente significa contratar pessoas armadas que vão controlar essa área e pagam uma espécie de mensalidade para controlar aquela área. É o exemplo concreto desse modelo. Então cria-se uma situação bastante grave de disputa por essas fronteiras.

Um outro exemplo bastante importante tem a ver com o que eu falei do estímulo ao uso extensivo, que é mais barato desmatar do que usar as áreas, melhorar o uso nas áreas já desmatadas. Esse gráfico, ele mostra o retorno sobre o investimento que a pessoa faz no imóvel em quatro lugares importantes da Amazônia e na criação de gado: Alta Floresta, Paragominas, Ariquemes e Redenção. E lá mostra que só é viável, só é positivo, o retorno só é positivo da criação de gado extensiva, que aparece em azul. O modelo semi-intensivo e o intensivo, que significa melhorar a pastagem, investir em tecnologia, em genética, ele é negativo, porque é mais caro investir nessas coisas do que desmatar novas áreas. Quem fez os dados, nem é do IMAZON, é de uma empresa de consultoria que mostra esse tipo de dado, ou seja, se a gente continuar com esses modelos com vários subsídios do uso da terra, a gente vai estar sempre estimulando novos desmatamentos do que melhorar o uso das áreas. O Ministro da agricultura tem dito que não precisa desmatar mais nenhuma árvore na Amazônia, que pode se duplicar ou triplicar a produção de gado, as pessoas da EMBRAPA também dizem isso, então a pergunta que se deve fazer é: por que é que isso não acontece? Essa é a explicação, esse gráfico explica porque o Ministro da Agricultura continua dizendo que não precisa desmatar, mas pelo menos um milhão de hectares todo ano são desmatados na Amazônia.

Então eu olhei essa proposta, a Medida Provisória, com os olhos muito pensando em subsídio. O que é que essa medida contém ainda de subsídios

que podem levar à continuação desses problemas? Uma delas tem a ideia de doar a terra até um módulo fiscal, ou seja, continua a ter o subsídio; a outra, não está muito claro lá, mas no final das contas tem uma possibilidade de ter o preço abaixo do mercado até quatro módulos fiscais. Está lá o artigo que trata disso. A proposta aí é realmente cobrar preço de mercado para todo mundo e, no caso dos pequenos, pode ter um tipo de financiamento para a compra. Depois eu vou falar um pouquinho mais sobre isso, de como isso poderia ser feito.

Outro subsídio que tem lá, ele ressuscita [soa a campainha] a chamada Licença de Ocupação até um módulo fiscal por quatro anos e daria uma carência de três anos para começar a pagar após os quatro anos. A proposta aqui é extinguir essa licença e, também, cobrar à vista de qualquer caso. Outra coisa que tem lá é dar até vinte anos para pagar e também três anos de carência para começar a pagar. Realmente tem que vender à vista qualquer área que for vendida.

Essas pessoas já estão lá há vários anos, já exploraram a madeira dessas áreas, já tiveram várias safras de grão ou de gado, já venderam, ou seja, elas já tiveram a oportunidade de se capitalizar, então elas têm a oportunidade de pagar por essa venda à vista. Se elas disserem que não tem dinheiro para pagar, elas podem ir no banco e buscar dinheiro para pagar essas áreas. Num último caso, o governo poderia ter um programa de arrendamento, mas pagamento, preço de mercado, nem mais um dia de subsídio.

A proposta que tenho aqui é: o que é que o governo deveria fazer com a venda dessas áreas e também dos arrendamentos? Têm duas áreas fundamentais para regularização ambiental e fundiária, poderia ser criada um fundo. Várias áreas protegidas na Amazônia têm problema de regularização fundiária, esse dinheiro poderia ser investido nesse tipo de situação. Na semana passada eu estava em São Felix do Xingu e os produtores locais mostraram um vídeo de famílias que ocupam uma terra indígena e até hoje o INCRA não conseguiu retirar essas famílias de lá, e aquelas famílias pobres, várias chorando porque não querem sair de lá e o INCRA não tem condições de realocar essas pessoas; então é o conflito de pobres indígenas contra pobres querendo cem hectares de terra, onde tem terra abundante na Amazônia. Esse é o tipo de dinheiro que poderia ser usado imediatamente para resolver esse tipo de situação. Também o INCRA tem um passivo ambiental enorme na Amazônia, a maioria dos assentamentos não têm licença ambiental e têm problema com a reserva legal; esse dinheiro também poderia ser usado para regularização ambiental desses assentamentos.

Outro tema essencial é que grande parte dos assentamentos na Amazônia estão em condições muito difíceis de fato em serem viáveis, porque o governo não vai ter condições de investir toda a infraestrutura necessária onde eles estão localizados. Aí o Governo deveria realmente focar parte desse dinheiro em ter desapropriações para fazer assentamento de fato próximo do mercado. Em algumas situações não têm áreas passíveis de desapropriação próxima do mercado, mas o governo poderia usar um programa que já existe, que é o Cédula da Terra, para ajudar na compra de terra também próxima do mercado, ou seja, no final das contas seria muito mais trato, muito mais eficiente ter as pessoas próximas do mercado do que em assentamentos fazendo uma pecuária extensiva, a setenta, cem quilômetros do mercado.

Eu queria mostrar esse gráfico que mostra a relação entre distância do mercado, isso é um gráfico que vem de um trabalho feito pelo Banco Mundial, que mostra ali o eixo, mostrando a distância para o mercado medido pelo tempo que as pessoas gastam para chegar no mercado e o percentual de pessoas pobres no meio rural; quanto mais distante, mais pobre as pessoas são, tem maior proporção de pessoas pobres, ou seja, por isso que eu insisto que o foco da regularização para os pequenos e também de reforma agrária e da Cédula da Terra deveria ser próxima do mercado, onde ele tem a possibilidade de ao invés de ter uma pecuária extensiva, ter, por exemplo, usos que têm a ver com a produção de produtos [soa a campainha] hortifrutigranjeiros, por exemplo, que são intensivos em mão-de-obra.

Finalmente, fechar as fronteiras. Têm fronteiras ainda que são instáveis porque têm populações indígenas e, também, tem necessidade de criar unidades de conservação. Onde tenham essas demandas o governo deve fazer isso imediatamente, juntamente com esse processo de regularização fundiária.

Têm dois itens específicos que são meio miscelânea, que eu recomendaria eliminar da proposta. Um é que a proposta original do governo é que isso fosse para as posses até 2004, o Relator estendeu isso até 2009. No final ele beneficia esses especuladores recentes, ou seja, quem está naquelas fronteiras mais distantes, quem especulou e está lá agora; tem que eliminar isso da proposta. E o outro item, ele premia o descumprimento de contrato, porque ele coloca que quem já está lá e que não cumpriu os contratos que já existem vai ter três anos de carência para renegociar ou começar. Então realmente tem que eliminar esse tipo de linguagem da proposta.

No final, eu tinha colocado de forma afirmativa que ainda há tempo para a gente promover essas mu-

danças, mas eu acabei de ouvir que já tem inclusive o Decreto que regulamenta, então eu não sei se dá mais tempo. Então por isso eu deixei uma pergunta. Espero que haja tempo de realmente reformular essa proposta drasticamente, incorporar coisas que a gente não precisa estar aqui daqui há quinze anos com mais medidas extraordinárias para tratar desse problema. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos ao Dr. Paulo Barreto e vamos agora ao Dr. Egon Krakhecke, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, aliás, meu conterrâneo, ex-Governador de Mato Grosso do Sul, Vice-Governador, mas foi Governador também por alguns dias.

SR. EGON KRAKHECKE: Mas só tinha lapiseira.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Só tinha lapiseira, não tinha tinta [risos], mas é na lapiseira que usa madeira. Muito bem, então o Dr. Egon.

SR. EGON KRAKHECKE: Eu quero, inicialmente, saudar os membros da Mesa na pessoa do Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão, como destacou meu conterrâneo e ex-companheiro de militância no movimento ambientalista no Mato Grosso do Sul há cerca de vinte e cinco, trinta anos atrás, nos anos 80. Saudar ao Senador Renato Casagrande, saudar aos demais parlamentares que se encontram aqui presentes na pessoa da Senadora Marina Silva, minha eterna Ministra do Meio Ambiente, saudar aos representantes das Organizações Não Governamentais aqui presentes, da CNA, da CONTAG, meu companheiro Carlos Guedes, do MDA, e a todos os participantes desta Audiência Pública.

Eu queria, também, abordar a Medida Provisória 458 dentro de um contexto mais amplo, não como uma medida isolada, mas como parte de um conjunto de medidas do Governo Federal que visam dar um novo rumo para o desenvolvimento da Amazônia, particularmente no que diz respeito a um modelo de produção rural da Amazônia Legal. A Medida Provisória, por si só, tem a sua importância, mas ela não é, sozinha, capaz de promover o redirecionamento do padrão de desenvolvimento rural da Amazônia. Desatar o nó fundiário, do caos fundiário na Amazônia, é absolutamente relevante. Para que o desenvolvimento da Amazônia possa trilhar o caminho da legalidade e o caminho da sustentabilidade há, no entanto, necessidade de um conjunto de outras medidas. É nesse sentido, e o Guedes abordou isto já quando referenciou aqui outras medidas do Governo Federal que dialogam estreitamente com a questão da regularização fundiária. Quero aqui me referir ao PAZ, lançado no ano passado pelo Presidente Lula, quero me referir a uma providência anterior, ainda do tempo da Ministra Marina Silva, que é o PPCDAM, o Plano de Controle e Prevenção do Desmatamento na Amazônia, conhecido mais pela sua feição dura das ações de comando e controle, mas que, contudo, contém um conjunto de diretrizes e de ações estruturantes que procuram dar um novo rumo para o desenvolvimento da Amazônia. Referiu também aqui o Guedes à Operação Arco Verde e efetivamente a Operação Arco Verde contém um conjunto de ações que procuram estruturar um novo padrão de desenvolvimento rural para a Amazônia e que procuram, também, dar concretude às diretrizes e aos eixos estruturantes contidos no PAS e no PPCDAM. Também da mesma forma a agenda social para povos e comunidades tradicionais, aqui referido através de uma de suas vertentes, que é o Plano Nacional de Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade, que foi pactuado pela ex-Ministra Marina com o Presidente Lula, se insere dentro desse conjunto de medidas que visam imprimir uma nova direção ao padrão de desenvolvimento da Amazônia.

Em relação à Operação Arco Verde, em particular, eu queria referenciar aqui rapidamente que essa operação se organiza em torno de dois eixos estruturantes básicos para dar um novo rumo para a produção rural na Amazônia Legal. Refiro-me aí ao eixo do ordenamento territorial e fundiário da Amazônia, dentro do qual se insere a regularização fundiária e se insere também a regularização ambiental da Amazônia; e o segundo eixo, que é o eixo do apoio às atividades sustentáveis na Amazônia. Ambos os eixos contém um conjunto de ações, são cerca de sessenta e poucas ações que envolvem por parte do Governo Federal um conjunto, hoje, de cerca de treze Ministérios. É importante destacar que a Operação Arco Verde também foi iniciada, as tratativas foram iniciadas ainda na gestão da Ministra Marina e concluídas na gestão do Ministro Carlos Minc. Não é uma agenda do Ministério do Meio Ambiente, é uma agenda do Governo Federal, embora tivesse surgido por iniciativa do Ministério do Meio Ambiente. É hoje coordenada a Operação Arco Verde pela Casa Civil e está envolvendo agora mais diretamente, mais efetivamente agora na fase de execução o MDA, o Ministério de Desenvolvimento Agrário, com duas ações principais, que é a da regularização fundiária e da assistência técnica. Envolve muito diretamente o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através sobretudo da EMBRAPA, com a oferta de tecnologias que trabalham, que dialogam com a sustentabilidade ambiental do desenvolvimento na Amazônia, particularmente da produção rural.

Dialoga também com outras ações do MAPA, também na linha da oferta de tecnologia sustentáveis. Dialoga com o Ministério do Meio Ambiente também, com o conjunto de iniciativas que estão relacionadas especialmente com os produtos da sociobiodiversidade, dos povos e comunidades tradicionais apoiando as atividades extrativistas. A PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos, que acolheu a proposta de incluir os produtos extrativistas, dez produtos já estão abrigados dentro da Política de Preços Mínimos para serem adquiridos ou subvencionados através dessa política. A ampliação de oito para quinze produtos da sociobiodiversidade no PAA - Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal.

Então há um conjunto de iniciativas aí que se articulam, não dá para isolar, examinar isoladamente a regularização fundiária ou a Medida Provisória entendendo que ela sozinha vai dar conta de resolver o tamanho do desafio que é redirecionar o padrão de desenvolvimento da Amazônia. Então é neste sentido que eu queria destacar a importância em si da Medida, mas que ela faz parte de um conjunto de medidas do Governo Federal que dialogam com um novo modelo, um novo padrão de desenvolvimento da produção rural na Amazônia.

Neste sentido eu queria destacar que há iniciativas importantes nos Estados que dialogam com esse objetivo que o Governo Federal tem em mente, de fazer uma transição de modelo para um padrão mais sustentável de produção rural. No caso de Mato Grosso, com o MT Legal, o Programa MT Legal, que dialoga estreitamente com esse objetivo do Governo Federal, e a nossa relação está estreita com o Governo de Mato Grosso nesse sentido, do Governo Federal, não é o Ministério do Meio Ambiente sozinho, é do Governo Federal, então as tratativas estão avançadas nesse sentido. O caso do Estado do Pará, também com o Cadastro Ambiental Rural, que não está formalizado da mesma forma que no caso de Mato Grosso, que tem uma Lei Estadual que trata do assunto, e com a regularização ambiental dos imóveis rurais que se seguem ao Cadastro Ambiental Rural. O MT Legal faz isso, procura fazer isso, e, também, o Estado do Pará, com outras medidas na área administrativa, trabalha nesta mesma linha.

O Zoneamento Ecológico-Econômico, nós consideramos também uma medida extremamente importante. Os Estados da Amazônia estão todos envolvidos com isto, alguns já concluíram, é o caso de Rondônia, o caso do Acre que já concluíram. O Mato Grosso, do ponto de vista técnico, concluiu, está na fase de debate público para até julho ser aprovado na Assembléia Legislativa. Outros Estados da mesma forma estão diretamente envolvidos e nisso tem a participação do Governo Federal, são catorze Ministérios também envolvidos com o Zoneamento Ecológico-Econômico através do Consórcio ZEE Brasil, procurando dialogar com o primeiro eixo da Operação Arco Verde, que é o do ordenamento territorial; o ZEE é uma peça fundamental para promover o ordenamento territorial.

Então era isso que eu queria destacar, que há um conjunto de providências em curso por parte do Governo Federal e que dialoga com iniciativas dos Governos Estaduais e também estamos indo aos Governos Municipais também para promover essa mesma harmonização para se conseguir fazer uma inflexão de modelo de produção rural na Amazônia.

Da nossa parte, do Ministério do Meio Ambiente, nós consideramos que tanto na Medida Provisória proposta pelo Executivo quanto na última versão dada pelo Relator na Câmara Federal, resguarda à questão ambiental nos seus aspectos fundamentais. Esta é a leitura que nós temos.

Eu queria, de certa forma, concordar com uma observação feita pelo representante da CONTAG no sentido de que seria importante, eventualmente, que a regularização fundiária obedecesse ao ZEE, ao Zoneamento Econômico-Ecológico naqueles Estados que já tem o seu zoneamento. Não dá para colocar o ZEE como um obstáculo para regularizar a regularização fundiária se o ZEE não existir, mas onde ele existir seria muito importante porque dialoga com esse objetivamente mais geral de promover uma transição de modelo de produção rural na Amazônia. Então me parece que isso talvez fosse uma sugestão interessante que aqui no Senado, eventualmente, poderia ser incorporada. Esta é a sugestão que eu queria fazer e, com isto, eu encerro a minha intervenção [soa a campainha]. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós é que agradecemos ao Dr. Egon Krakhecke. O próximo expositor será o Sr. Anaximandro Doudement, assessor técnico da Confederação de Agricultura e Pecuária (CNA). Com a palavra o Sr. Anaximandro.

SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA: É um nome grego, é de origem grega. Primeiramente eu gostaria de cumprimentar ao Senador Valter Pereira, Presidente da CRA, e, também, o Senador Renato Casagrande, Presidente da CMA, bem como aqui aproveitando a oportunidade e cumprimentar aos demais presentes, demais Senadores e Senadoras presentes.

Pois bem, num primeiro no momento nós colocamos a questão da Medida Provisória com o texto original. Pode passar.

Aí rapidamente num cenário fundiário, que foi destacado muito em 2006 e 2007 em relação à Amazônia como um todo. Num primeiro momento é o seguinte: o que existe de dados referente à Amazônia é de que em torno de 24% seria reclamado como área que seria destinada à iniciativa privada, 29% legalmente as áreas protegidas como unidades de conservação e terras indígenas; nesse cenário fundiário restariam, então, 47% de áreas ainda como terras públicas e devolutas que poderiam servir, segundo essa justificativa que foi lá para o Projeto de Gestão de Florestas Públicas, para essa destinação. O próximo.

Uma outra fonte sintetiza isso e deixa como visualizar: nós teríamos então em torno daqueles 24%, 26%; de terras da União ainda sem destinação em torno de 36%; e as já destinadas, unidade de conservação em 17% e outras para terra indígena em 21% só da Amazônia Legal.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): 21% são de terras indígenas?

SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA: Terra indígena, exatamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Terra da União e dos Estados.

SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA: Exatamente, da União e dos Estados, perfeito. O seguinte.

Bom, o que existe na Amazônia? Aí nós vamos voltar à década de 60, 70, 80, em que nós tivemos um fluxo muito grande de pessoas que se estabeleceram lá por diversas formas, por diversas motivações e que resultaram na simples ocupação, como muito já foi falado aqui, mas, também, em muitos casos, com algumas ocupações devidamente autorizadas; seria a posse a justo título. Então em algum momento algum desses produtores, desses possuidores de terra foram para lá com essa autorização ou com certidões de ocupação, contratos de alienação de terras públicas, os famosos CPCVS, contrato de concessão de direito real de uso, contrato de concessão de domínio das terras, contrato de parceria de compra e venda e a licença, propriamente dita, de ocupação. Então isso é uma primeira justificativa, aí mais jurídica, para tentar, digamos, que a MP estaria vindo para organizar um pouco essa questão dessas posses que são irregulares no sentido de que ora com títulos precários, sem um título definitivo. O seguinte.

A legislação atual, como é que está? Aqui é o conhecido, ou seja, antes da MP 458, a famosa legitimação, já foi falado aqui mais cedo, [ininteligível] cem hectares de legitimação, aí para o art. 29 da Lei 6.383, de 1976, em que seria a aquisição pelo valor histórico da terra nua à época. Depois nós tivemos esse avanço aqui em termos de cem a quinze módulos, quer dizer, concessão de título de propriedade de direito real de uso dispensada a licitação já do ano passado, promovido por essa Lei 11.763, ou seja, e aqui eu digo que a MP, o objeto principal dela, nós não temos nenhuma novidade; a matéria é essa, já existe. O que a MP está colocando seria uma espécie de maior detalhamento de como fazer, da parte mais processual e de como executar propriamente a regularização fundiária. E as áreas acima de quinze módulos, seria a concorrência pública, conforme está no Estatuto da Terra, a Lei 4.505, de 1964, e com licitação.

Eu vou colocar a próxima lâmina comparando, mas antes só um destaque. A destinação de terra pública, o art. 4º do Estatuto da Terra permite a transferência do domínio público para o domínio privado, ou seja, segundo o Estatuto da Terra basicamente as terras deveriam permanecer públicas enquanto não tivessem uma destinação para a iniciativa privada e essa seria permitida basicamente para pesquisa em geral. Então essa transferência que foi citada mais cedo, ela é legal, ela é permitida pelo Estatuto da Terra.

Lei 8.629. Aqui para esclarecer conceitos, nós temos o minifúndio, que seriam áreas menores de um módulo fiscal, então essas áreas, na medida do possível, elas deveriam alcançar pelo menos um módulo e não menos de um módulo para ter sustentabilidade dessas famílias que lá estão. A pequena propriedade então de um a quatro módulos fiscais, a média propriedade de quatro a quinze e a grande propriedade acima de quinze módulos fiscais, ou seja, essa classificação está de acordo com a legislação e a nossa Constituição de 1988, que o conceito de latifúndio, são dois sentidos: a produção, às vezes dez hectares ou um módulo ou dois módulos, enfim, ou mil hectares podem não estar sendo produzidos e, também, pela extensão. Se for pela extensão, o conceito de latifúndio, que a Constituição nossa não mais adota, diz que são apenas as áreas maiores do que seiscentos módulos fiscais, que no recadastramento de 1992 falava em trezentos imóveis apenas, que seria um latifúndio, e a atual deve estar abaixo de duzentos imóveis, chamados de latifúndio, que hoje a Constituição já não mais adota, mas sim a questão da grande propriedade. O seguinte.

Esclarecimento. É também para justificar um outro, aqui a região Amazônia como um todo, dados do próprio INCRA, um levantamento especial de dezembro de 2005 em que nós temos, corrigindo o que foi falado mais cedo, minifúndio 51%, a pequena propriedade 30%, então nós temos 81% como pequenas propriedades, até quatro módulos, somando aí de um a quatro, e a média propriedade 10% nessa região da Amazônia, ou seja, nós temos então praticamente um

pouco mais de 90% que são o objeto da Medida Provisória, que serão beneficiários, e são todas pequenas e médias propriedades. Então não tem essa história que foi comentada mais cedo, de beneficiar o latifúndio.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas é até mil e quinhentos hectares--

SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA: Sim, até mil e quinhentos. A observação do--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --que o governo pode repassar sem a licitação.

SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA: Sem a licitação, correto. A questão do limite de mil e quinhentos hectares é em função do módulo. O módulo, ele tem variado de trinta e cinco até cem hectares, dependendo do município. Então nós vamos ter como objeto dessa regularização, se for em quinze módulos o teto máximo, nós vamos ter de quatrocentos e cinquenta hectares a no máximo mil e quinhentos, dependendo do módulo específico do município. Então não serão todas de um mil e quinhentos, serão muito poucas. Então, em síntese, a Medida tem um alcance social muito grande no sentido de que vai permitir o mérito dela a regularização de mais de 90% dessas posses. O seguinte.

Aí é uma síntese do que está sendo proposto no texto original. A concessão ou a alienação de até um módulo gratuita, dispensada a licitação até um módulo, já foi falado. Acima de um até quinze será onerosa, dispensada a licitação, e com a diferença do seguinte: de um a quatro, que é a pequena propriedade, o texto original está permitindo uma redução com um índice diferenciado no preço da terra. E acima de quinze módulos nós vamos ter uma titulação ou parcial, ou seja, o produtor que quiser aderir à proposta como um todo da MP vai abdicar, teria essa titulação parcial até os quinze módulos, ou seja, o limite de um mil e quinhentos hectares, ou vai se submeter à licitação garantindo apenas o direito de preferência. Por que isso? Porque afinal ele está lá há trinta, quarenta anos, então tem que ter o direito; mesmo sendo no processo licitatório o direito de preferência deve ser preservado. O seguinte.

Condições da titulação. Aqui só para fazer um rápido gancho do que está sendo exigido para aquele que for se submeter então ao processo de regularização fundiária, conforme regulamento, isso aqui é uma instância, vai para o Executivo, averbação em reserva legal, as áreas ambientais estão todas aqui previstas, as condições de pagamento então intransferíveis e inegociáveis entre vivos, o descumprimento da legislação ambiental poderá causar a rescisão imediata do título, então essas restrições ambientais ou as condições ambientais estão plenamente contempladas na MP, então não descumprem a questão ambiental.

Das condições e formas de pagamento. Aqui existe uma preocupação porque apesar de ser em até em vinte anos, com carência de três anos, nós temos um problema aí de capacidade de pagamento desses imóveis, aqueles que acima de um módulo então que vão ter que pagar, eles vão ter que se adaptar a essa realidade e aí destinar parte de sua renda atual para o cumprimento da aquisição da terra. O desconto é previsto até 20% do pagamento à vista, de 20%, e o pagamento em até vinte anos. O seguinte.

Então, finalizando, há uma grande preocupação nisso aqui, que nós não sabemos em relação à MP, apesar do mérito dela, a efetividade da execução, quanto que ela vai ser exeqüível em função, principalmente, do preço que vai ser cobrado, do preço que vai ser adotado. Estabelece-se então como referência o valor mínimo estabelecido de uma planilha referencial, que é praticada pelo INCRA, a partir desse valor mínimo então aqui eu estou entendendo que se vai aplicar a questão da antiguidade, da ancianidade da ocupação, observar alguns aspectos também específicos de cada região e, novamente, coloco para um segundo momento, que não estou visualizando, a questão da compra da terra, o quanto que se vai pagar. Então essa é a preocupação maior porque você não sabe, efetivamente, quanto vai pagar e se pode pagar. A necessidade é muito grande de se regularizar, mas não se sabe o custo efetivo. Agregado a isso soma-se ainda os custos relativos à execução do serviço topográfico, já que toda a área vai ser georreferenciada, ou seja, cada propriedade vai ter a sua carteira de identidade [soa a campainha].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só quem está requerendo?

SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA: Exatamente, só quem está requerendo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [ininteligível].de quem está requerendo fazer o georreferenciamento?

SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA: Não, todos que se submeteram vão ter que fazer o georreferenciamento, exatamente.

Aí voltando rapidamente e concluindo, a MP então, ela, hoje, com a tecnologia existente, não é uma repetição de ciclos anteriores de Governos Militares, e sim, você tem com outros instrumentos como monitorar e estabelecer uma relação efetiva de que isso realmente se torne mais concreto do que foi no passado e coíba os erros que aí estão. O seguinte.

Fechando aqui, só para visualizar, seriam alguns exemplos, aqui do Tocantins, o preço mínimo, o preço

médio e o preço máximo, o que seria um módulo fiscal, considerando aí que a maioria são oitenta hectares, até quatro módulos, o que seria quinze. Então os preços variam desde sessenta até seiscentos e vinte. Daí a preocupação nossa do é que é que vai acontecer efetivamente e da capacidade do produtor poder ou não comprar esse material. O seguinte.

Um outro exemplo, no sudeste do Pará, com dados do INCRA também, 2006, vejam bem, não são dados atuais, essa variação de preço, muito antes, preço mínimo, médio e máximo. Então dependendo do que se vai pegar nessa planilha e o que se vai adotar, talvez se torne inexequível a boa ideia que é da regularização fundiária. O seguinte.

O outro aqui do Mato Grosso, também uma amplitude muito grande, a média está em cento e noventa, no caso, o mínimo, médio e o máximo, o que um produtor de até quinze pagaria, um de quatro e um de um módulo pagaria por essa terra. O seguinte.

Bom, só para fechar, então concluindo, nós entendemos com esta preocupação que deveriam ter com maior clareza a questão dos parâmetros de preços e não transferir para um regulamento posterior, a um segundo momento. Nós acreditamos que na medida em que a MP permita ter um dono, que hoje as invasões, os conflitos de toda a ordem ocorrem porque as terras não têm um dono efetivo. Embora tenha o dono que seria a União, que tem o domínio, mas não tem a posse direta, ela tem a posse indireta, então isso preocupa de tal forma que, efetivamente, se você tiver o domínio, e aí o Poder Público vai poder cobrar também as questões ambientais, as questões fundiárias de melhor maneira do que como está. Hoje existe uma espécie de circunstância de desordem; com a MP, com esses títulos definitivos, será possível, então, responsabilizar aqueles que eventualmente cometam irregularidades. Então a MP, nesse mérito, ela é importante, faltando então ajustar esses parâmetros de preços e condições de pagamento. Eu encerro, por enquanto, e deixo para os debates as dúvidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos o Sr. Anaximandro e, a seguir, nós vamos passar para os debates. Para iniciar esses debates, nós vamos abrir a palavra para o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente. Mas, antes do debate, eu quero pedir a permissão dos Senadores da Comissão de Meio Ambiente para que eu coloque um requerimento de minha autoria em votação. Primeiro, a inclusão extrapauta e, posteriormente, em votação.

O requerimento é para que nós possamos fazer uma Audiência Pública com a presença do Diretor-Geral do DNIT e do diretor do IBAMA para que discutamos a Medida Provisória 452, que tratava originalmente do Fundo Soberano e, de algumas ações do DNIT, nessa MP foi incluída uma Emenda do Deputado José Guimarães, na Câmara dos Deputados, que causou uma polêmica com relação à flexibilização das regras de licenciamento. Como nós temos que aprofundar também esse tema, eu estou colocando o requerimento, primeiro a inclusão extrapauta. Os Senadores que forem favoráveis à inclusão do requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovado. Posteriormente, então, eu coloco em apreciação o requerimento de Audiência Pública para que nós possamos discutir a MP 452, que está aqui no Senado para ser apreciada por nós e, também, é uma MP polêmica porque trata da questão do licenciamento ambiental. Os Senadores e Senadoras favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Sr. Presidente, com relação ao tema, eu acho que nós tivemos aqui boas explanações. Eu considero que há necessidade de nós de fato fazermos a regularização fundiária da Amazônia. Se nós não tivermos a carteira de identidade de cada um, de cada propriedade, como disse aqui o Anaximandro, nós teremos dificuldade de fazer o controle. Então é fundamental que a gente possa georreferenciar todas as áreas da Amazônia Legal. Então eu acho que esse é um trabalho importante do governo, que ainda é um trabalho inicial. Então nós temos concordância com relação a esta tese, você só pode fiscalizar aquilo que você conhece; se você não conhecer, você não tem fiscalizar. Então essa tese é uma tese importante.

O que me deixa um pouco, assim, reflexivo e inquieto com relação a este procedimento é que nos últimos anos o governo já mudou esse limite três vezes, não é isso? Eu acho que houve uma mudança de três vezes, uma ampliação da possibilidade--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Duas vezes.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Duas vezes, de cem para quinhentos e de quinhentos para mil e quinhentos. Então, assim, mudamos duas vezes, de cem para quinhentos e de quinhentos para mil e quinhentos. Então nós temos mudado.

O ponto também de revolução é assim: se tem um ponto positivo, é a tese da regularização fundiária, que eu acho que é um ponto positivo. Se tem um ponto negativo, é essa questão que o Sérgio colocou no início; nós acabamos, assim, avançando na autorização da regularização sem o controle do passado. Eu não vejo problema em regularizar áreas já ocupadas, não vejo problema em regularizar. O problema é que você

vai autorizando a regularização sem o governo ter instrumento de controle; o governo não tem instrumento de controle, não tem conseguido. Essa MP, ela amarra um pouco mais as coisas? Amarra, ela amarra mais do que outras, mas temos esse ponto de fragilidade com relação à política do governo.

No último projeto, que foi final do ano passado, final do ano passado ou no meio do ano passado, que a Ministra Marina Silva já estava aqui no Senado inclusive, quando nós discutimos esse tema, esse tema é um tema recorrente que nós estamos debatendo aqui, então eu, assim, gostei muito da explanação, vou continuar fazendo uma análise para que eu possa verificar se o governo tem condições efetivas de fazer o controle desse avanço, desse passo adiante que ele está tendo, porque se nós não tivermos a condição de ter o controle efetivo, nós não temos como votar favorável à matéria, mesmo compreendendo que é fundamental a regularização, mas não temos como votar favoravelmente à matéria porque nós não temos segurança que o governo tenha estrutura para poder fazer todo este controle necessário numa área tão grande como a área da Amazônia. Então eu queria fazer esse registro, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, está presente aqui o Deputado Anselmo de Jesus, do PT de Rondônia. É da tradição aqui da Comissão assegurar, preliminarmente, a palavra aos Srs. Senadores que compõem as Comissões e, posteriormente, franquear a palavra ao parlamentar que tem interesse no assunto e que aqui comparece com o desejo de participar. Então nós vamos inscrevê-lo também para que, caso V. Exa. deseje participar, ter assegurado esse direito.

DEPUTADO ANSELMO DE JESUS (PT-RO): Eu agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Srs. Senadores, eu acho que o governo acertou com relação à iniciativa, ao mérito. Indiscutivelmente essa questão da regularização de áreas da região amazônica é uma preocupação que a todos acomete e vai chegar um momento em que esse assunto terá que ser enfrentado de qualquer forma. Mas acho que o governo errou no método. Eu acho que o governo tinha que ter buscado outro caminho que não a Medida Provisória. Essa modalidade de proposta tem recebido críticas duras, constantes, frequentes do Plenário desta Casa, porque a Medida Provisória deve se destinar a questões relevantes e urgentes, como preceitua a Constituição, e nós sentimos aqui pela exposição que a matéria não é tão pacífica assim; ela tem questionamentos muito duros e tem repercussões que precisam ser bem avaliadas. Mas, de qualquer forma, eu suscito essa questão para o debate. A partir de agora nós vamos começar efetivamente o debate e, depois, eu gostaria de ouvir dos expositores uma avaliação sobre essa questão do tratamento que foi dado na tramitação. É uma matéria efetivamente urgente, inadiável, que vai trazer efeitos danosos caso não seja aprovado no regime que a Medida Provisória geralmente garante? Mas, antes desse questionamento, nós vamos ouvir os Srs. Senadores e Sra. Senadora que estão inscritos. O primeiro inscrito aqui é o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente Valter Pereira, da Comissão de Agricultura, Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Renato Casagrande, os convidados dessa Audiência Pública, Sra. Senadora.

Eu vou entrar direto nas perguntas. Eu tenho duas perguntas, aliás, três perguntas ao representante do MDA, Carlos Guedes, aonde a pergunta seria o seguinte: Não seria adequado ampliar as medidas de regularização de ocupação fundiárias previstas na MP 458 ao todo território do País? O problema de ocupação e uso de terras, ele é tão grave nas zonas de fronteira que não são zonas de dez, cinco quilômetros, é de até cinquenta ou de até cem quilômetros, no caso específico o Estado do Paraná, que está aí com Medidas Provisórias, eu não digo Medidas Provisórias, está provisório o cumprimento da regularização por parte do INCRA, está sendo protelado de dois em dois anos e não tem uma definição de tempo para o seu cumprimento. A verdade é a seguinte: nós temos um órgão no País que é ineficiente, totalmente, nessa área de regularização, que se chama INCRA. Foi isso que nos levou a sugerir ao Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc e ao Ministro Mangabeira Unger, foi sugestão que eu tratei, sempre tratei, que eu vi com bons olhos, que se instituísse no País uma autarquia, um instituto para a regularização fundiária aos moldes de uma iniciação que foi feito no Estado do Mato Grosso, que eu passei aos mesmos, que é Lucas do Rio Verde Legal, que é um município, depois passou para o MT Legal, algo similar, sendo que os georreferenciamentos, que tanto se colocou aqui como necessários, se fizesse em todo o território terceirizando esse serviço; já que nós não temos uma instituição pública competente para isso, que se terceirize esse serviço, Estado por Estado, baseado no novo zoneamento de cada Estado e, com isso, facilitaria então essa regularização fundiária. Aí foi criado o IRFAM; o IRFAM ficou restrito ao Amazonas. Na nossa Comissão de Agricultura, Senador Valter Pereira, do ano passado, nós destinamos Emendas, destaques para regularização fundiária de nossa autoria, objetivando que o

MDA, que outros órgãos, pudessem crescer nisso aí, se desenvolver dando condições para se estruturar. Agora um órgão que tem um bilhão de reais, que vai ser repassado pelo PAZ, por certo seriam suficientes esses recursos para promover a regularização fundiária em todo o País. Então essa é a nossa proposta, será o nosso intuito de que este órgão, o novo órgão, fizesse isso aí, terceirização de serviço para que todo território, todas as áreas públicas e privadas passassem a ser regularizadas.

Outra pergunta é a seguinte: o art. 4º, inciso III da MP, veda a alienação ou concessão de direito real de uso sobre áreas ocupadas por populações tradicionais. A pergunta é: Quais os critérios utilizados pelo MDA para definir com objetividade populações tradicionais e dar a dimensão da área do território necessário para a sobrevivência dessas populações, de modo a evitar que espaços significativos sejam excluídos desse processo?

Outra consideração ao Dr. Egon Krakhecke, que eu vi com muitos bons olhos, é o seguinte: o Zoneamento Econômico-Ecológico tem sido considerado pelo Governo Federal, pelo Ministério do Meio Ambiente, como um fator importante desse instrumento de planejamento e gestão do território e dos ecossistemas brasileiros. Então a pergunta é a mesma que o senhor faz: Como justificar a ausência de qualquer menção desse zoneamento no contexto da regularização fundiária do País a ser implementada nessa região da Amazônia? Então essa Medida Provisória deveria contemplar isso aí.

Eu gostaria de ter ouvido aqui também a consideração dos representantes do Ministério de Assuntos Estratégicos, mas pelo visto não estão presentes. A pergunta a algum outro membro do governo seria ouvir, em relação ao art. 19 da MP, em todo o *caput* do mesmo, ali está prevista a nulidade de todas as cessões de direito a terceiros que envolvam contratos firmados com o INCRA e eventuais ocupantes em data anterior à MP 458. Pelo que eu analiso essa Medida parece-nos inconstitucional, de nulidade desse aspecto, pois a Constituição Federal, no inciso XXXVI, do seu art. 5º, estabelece que a irretroatividade da Lei possa prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Qual é a opinião de V. Exas. sobre isso?

E, também, o art. 14 da MP estabelece que o título de domínio e o termo de concessão de direito real de uso deverão conter, entre outras cláusulas, uma condição resolutiva pelo prazo de dez anos. Eu vejo que no inciso I, do mesmo art. 14, estabelece a impossibilidade de negociação do título. Pelo prazo que essa cláusula nos oferece, que é razoável, para o adquirente possuir imóvel, quitar imóvel, se ele já o fez, por que impedi-lo que ele seja proprietário para poder negociar essa área pelo prazo de dez anos - que não é curto - e para obter então essa legitimidade adquirida? Qual é o teor dessa legitimidade, já que ele paga, compra e não tem a legitimação da área? Então essa restrição, sem razão, do mercado de terras, também não pode inibir o desenvolvimento e a consequente integração territorial da Amazônia que tanto almejamos? Há uma incoerência nesse sentido.

Quanto ao art. 6º, também, § 2º da MP, a regularização não poderá ocorrer se o ocupante da área fundiária for proprietário de imóvel rural em qualquer outra parte do território nacional. Em tese, é possível que o mesmo produtor e sua família possam produzir culturas diversas em áreas distintas. Desse modo, essa limitação não seria um desestímulo aos brasileiros que têm vocação agrícola e agropecuária e não aturaria como fator inibidor da necessária ocupação da região amazônica por brasileiros?

Então essas considerações são que eu tenho para colocar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu consulto aqui ao Plenário se gostaria que fosse feito, primeiro, uma rodada de questionamentos e, depois, as respostas. De acordo? Então a Senadora Kátia Abreu, com permuta com o Senador Jayme Campos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Presidente. Eu quero cumprimentar os senhores convidados que aqui participam dessa Audiência Pública. Eu confesso que quando entrei achei que estava no lugar errado, achei que estava na Comissão errada. Depois eu vi o Anax e tive certeza que estava na Comissão certa.

A MP 458, pelo que me consta, ela trata de titulação de terras na Amazônia. Titulação de terras em qualquer lugar do mundo, inclusive no seu Estado, em Mato Grosso do Sul, Presidente, não pode estar condicionado absolutamente a nada, a não ser à Lei e à Constituição. Então eu fico impressionadíssima com a dificuldade que certas pessoas gostam de criar para a Amazônia. Eu fico impressionada quando ouço alguém dizer que para titular terra tem que fazer Zoneamento Ecológico-Econômico, sendo que o próprio representante desse governo, que está lá há seis anos, não conseguiu fazer Zoneamento Econômico-Ecológico praticamente em lugar nenhum do Brasil. E ainda quer condicionar a titulação de terra. Uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa, quer dizer, titulação de terra, nós estamos falando de direito de propriedade, nós estamos falando de direitos humanos; direito de propriedade é um direito humano, Presidente. Quando eu tiver o meu direito de propriedade assegurado,

que ninguém foi jogado ali igual como cachorro não; são pessoas que estão lá há vinte, trinta, cinquenta anos enfrentando malária, enfrentando dureza e tudo quanto é tipo de transtorno na vida. Não tem ninguém lá comprando terra não, Sr. Presidente. Tem lá seres humanos e famílias que foram colocadas lá, inclusive para ocupar a Amazônia por conta da segurança nacional. E agora eu vou vender terra para esse povo? Eu vou condicionar a eles regras ambientais fora do resto do povo que tem documento na Amazônia? Tratar de diferente os iguais? Com que direito? Com que petulância que eu posso admitir um negócio desse?

Eu posso ainda ver o meu Presidente da Comissão, eu gostaria que ele estivesse aqui, do Meio Ambiente, dizer que não poderá votar a matéria se não tiver segurança de fiscalização com relação às questões ambientais. Eu estou falando é de paz, eu estou falando é de tranquilidade, eu estou falando é de direito, Presidente. Vocês viram ali a lista de documentos e de tipos de posse que essas pessoas receberam para estar lá. Lá não tem invasor de terra não, lá não tem grileiro não, Sr. Presidente. Nós estamos falando é de posse mansa e pacífica. Eu não estou falando de invasão não, porque aonde não tiver mansidão e pacífico, não será titulada. São pessoas que estão lá há anos e eu vou deixar criar um balcão no INCRA de venda para produtores de um até quinze módulos fiscais? Um a quatro são pequenas propriedades. Pelo amor de Deus! São 30% deles, 30% de todos que estão na Amazônia e mais 10% da média propriedade. São proprietários que não podem, pela Constituição, serem desapropriados. Sr. Presidente, nós não podemos confundir regularização fundiária com titulação e venda de terra não. Eu quero, eu que estou lá, eu só quero isso aqui, eu quero o meu papel dizendo que é meu, porque a terra é minha, a posse é minha, eu estou lá há anos.

Sr. Presidente, eu fico impressionada com determinados comentários e até mesmo a algumas questões aqui dessa MP. Olha onde é que nós chegamos. Quem é que conhece aqui o art. 184, 185 e 186 da Constituição Federal? Agora eu vou colocar aqui condicionado a dez anos prerrogativas que estão na Constituição? Porque aqui no art. 13º está assim, Sr. Presidente: a impossibilidade de negociação do título. Quer dizer que a terra é mica, eu fui empossado nela, eu trabalho nela há dez, vinte, trinta, quarenta anos, e eu ainda tenho que ter autorização de alguém para vender as minhas terras, que são minhas, patrimônio meu, que eu estou investindo? Não, Sr. Presidente, não. Nós não estamos falando de terra devoluta não, nós estamos falando de posse mansa e pacífica há anos; isso é covardia. É covardia fazer isso com essas pessoas que foram autorizadas a estarem lá e não faz parte de movimento armado que invade terra. Está escrito aqui no art. 13º: condicionando aos dez anos. Eu não estou lendo isso aqui, eu penso que eu não estou lendo isso. O aproveitamento racional e adequado da área titulada. Isso está na Constituição, Sr. Presidente. Isso aqui é não prerrogativa desses aqui que serão titulados não. Está no art. 186 da Constituição Federal. O inciso III: a utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente. Está no art. 186 da Constituição. O que é isso? E, também, está no artigo da Constituição o poder da livre iniciativa; ninguém vai ficar com documento meu dez anos, igual vocês fazem com o assentamento do INCRA não, que têm vinte anos que o INCRA não serve é para nada, nem para titular os seus. Vinte anos de assentamento, trinta, sem aquelas pessoas terem o seu documento na mão, por princípio ideológico que não podem dar a emancipação para eles. Agora percorram os assentamentos do INCRA no Brasil inteiro e perguntem o que eles mais querem na vida? Como qualquer ser humano é o direito de propriedade, Presidente, está no DNA do ser humano, é o direito de propriedade. Direito de propriedade não é de latifúndio não, é direito da bicicleta, é da casa, é do seu carro, é de tudo que você conquistou na vida e trabalhou. Eles querem transformar a Amazônia num grande assentamento do Brasil, aonde não entrega os documentos, Sr. Presidente. Os assentamentos do Brasil, nenhum por cento deles estão titulados, nenhum por centos deles estão emancipados, porque eu não entendo um órgão, como o INCRA, que só serve para repartir terras e montar grupos de dependentes e escravos. Por que é que não dão a alforria? A alforria é o título da terra. É isso que eles querem, eles querem ser donos e fazer o que bem entender dela. Eles não ganharam não, isso é um direito, é um programa de governo que está sendo repassado a quem precisa. Não se está dando de presente nada. Portanto, se é meu, é um direito meu, eu quero o documento para eu vender para quem eu quiser e não na hora que alguns queiram.

Direito de propriedade, Sr. Presidente, é o instrumento mais poderoso de todo o País do mundo que quis crescer. É cumprimento a contratos, é direito de propriedade. E um País que não quer crescer impõe legislações aos seus que não dão conta de cumprir, porque o que fizeram com esse País, nós teremos arrependimentos perpétuos e eternos, porque hoje está lá a EMBRAPA na CNA nesse minuto Evaristo Miranda, mostrando a EMBRAPA Satélite, que a legislação desse País hoje, que maldosamente fizeram e esse Congresso aceitou, cobre hoje de cobertura vegetal 71% do País; é isso que conseguimos fazer com o

Brasil, é isso que nós permitimos nessa Casa fazer com o Brasil. Se for cumprida a legislação à risca hoje, que Lei foi feita para ser cumprida, se for para ser cumprida hoje, são 71% do Brasil com cobertura florestal. Eu não tenho nada com isso não, eu não quero aqui discutir esse mérito. Eu só quero saber se nós temos condições de falar isso para o povo brasileiro, que nós temos condições econômicas, sociais e morais de cobrir 71% desse País em prol do meio ambiente. É só isso que eu quero perguntar; se a sociedade aguentar, se o Brasil aguentar, eu acho ótimo, porque reserva legal é igualzinho casa. Eu moro numa casa de 40 m² e moro em uma de 1.500; o que vai fazer eu morar na de 40 e de 1.500 é o tanto de dinheiro que eu tenho. Quanto melhor a casa, melhor. Reserva legal não tem diferença: quanto mais, melhor. Agora se eu não posso ter uma casa de 100, de 200, de 1.500 m², eu vou morar numa de 40. Então nós temos que perguntar ao Brasil é se nós estamos preparados para isso.

Então todas essas condicionantes aqui dessa MP maluca que deveria ser um bem, mas eu tenho certeza que com influências ideológicas obrigaram a colocar artigos aqui, que só pode ser, o princípio disso não era esse, o princípio disso era titular, regularizar as pessoas, por que como é que eu posso ser criminalizado? O MST não pode ser nem criminalizado, não tem CPF, não tem CNPJ. Então como é que eu posso criminalizar essas pessoas aqui que nem o documento da terra tem? Vocês querem fazer com eles o mesmo que vocês, INCRA, fizeram com o pessoal da faixa de fronteira? Sabe o que fizeram com a sua faixa fronteira, Sr. Presidente? É o mesmo caso, é o mesmo caso. Ou agora vão querer impor questão ambiental na faixa de fronteira para dar documento? Porque a faixa de fronteira, ela diz o seguinte: você tem que receber o seu documento, basta estar produzindo em 50% dela. Aí o Sr. INCRA foi lá e fez uma outra instrução que: "Não, primeiro [ininteligível] e o GE em cima de você". A terra nem é sua; me titulava primeiro, depois manda o INCRA. Então esse é o princípio, esse é o princípio do direito de propriedade.

Então, olha, sinceramente, Sr. Presidente, me perdoe, conversa fiada, conversa fiada de querer condicionar qualquer coisa à titulação de terra e a direito de propriedade. Isso não existe, isso é palhaçada. Nós estamos tratando aqui é de regularização e de organizar a Amazônia. Urgência, Sr. Presidente? Nós temos urgência, urgentíssima, são anos, anos e anos. Além de que as margens das BRs também não podem ser tituladas, por causa da Lei de Segurança Nacional. São cem quilômetros às margens das BRs. Quem é que pode viver assim, gente? Eu não estou lá não, eu tenho os documentos das minhas terras; de todos que eu tenho, eu tenho documento. Agora a gente tem que ter dó das pessoas, a gente tem que ter compaixão pelas pessoas. Não é justo fazer isso. Agora deixar virar aquele balcão ali, aquele balcão ali não pode deixar acontecer não. Aquilo vai ficar um balcão, Presidente. Aquilo o INCRA vai colocar à sua revelia, do seu jeito, ao seu bel-prazer, os valores de terra nua mínimo e nós não damos conta de pagar, os produtores não dão conta de pagar. Pega quem está no bico do papagaio, que os meus problemas em Tocantins não estão ali para baixo não, estão lá em cima, no bico do papagaio, na divisa com o Pará e o Maranhão. Nós pusemos todos os Estados ali, olha lá. Quem tiver de quatro até quinze módulos poderá ter que desembolsar quase duzentos mil reais para titular a sua terra. Quinze módulos é a média propriedade, Sr. Presidente, são pessoas que têm quinhentos hectares, que têm mil hectares. Isso não é tamanho de chão não. Olha o que vai acontecer nas outras regiões.

Presidente, eu vou dar um exemplo claro. Quando inicia uma cidade, como iniciou Palmas, o que é que a gente faz com uma cidade que começou do nada, igual começou Palmas? Era uma grande fazenda que foi desapropriada para poder criar Palmas. Naquele tempo tinha que pegar gente quase a laço para morar em Palmas, que ninguém queria ir. Nós tínhamos que dar chácara, dar lote, ajoelhar no pé dessas pessoas para elas irem para Palmas. A maioria das pessoas ganharam tudo em Palmas ou não iam para Palmas. Agora o senhor acha que hoje, imagine que o Governo do Estado tivesse sido incompetente e não tivesse titulado essas pessoas com os lotes em Palmas. Agora, vinte e um anos depois, querer vir cobrar dessas pessoas que enfrentaram lá atrás a dureza que nem valor de terra nua não tinha na Amazônia, na época, e eu vou cobrar o preço dos lotes de Palmas hoje, vinte anos depois que Palmas está como está? Não, Sr. Presidente, não, não posso fazer isso com as pessoas não. Essas pessoas estão lá há quarenta, cinquenta anos. É valor simbólico, até quinze hectares eu, pessoalmente, não voto, para ir para balcão. Até quinze módulos tem que ser praticamente é de graça, Sr. Presidente. Vamos calcular o valor da terra nua lá atrás quanto é que custava. Custava era nada, como não custava nada os lotes em Palmas. Agora, por favor, eu estou falando, eu gostaria que tivesse silêncio aí atrás, é assim que esta Comissão se comporta. Olha o respeito.

Então, Sr. Presidente, eu não posso querer corrigir os valores de cinquenta anos atrás, eu não posso fazer isso com essas pessoas. Sabe quanto é que no Governo de Tocantins faz? Lá nós cobramos, está na Lei, de três a cinco reais por hectare de acordo com o tamanho. O Estado não quer vender terra não, é sim-

bólico, nós não somos imobiliária não; o Estado não pode se transformar em imobiliária. O Estado tem que ser condutor do desenvolvimento. Agora dê o documento para essas pessoas e depois até toma a terra, por causa do meio ambiente, mas não condicione as coisas não, porque já temos Leis suficientes, coerciva suficiente para expropriar a terra, como está o Decreto prorrogado, que na Amazônia não está prorrogado não, Sr. Presidente. Hoje o Decreto que existe, que excluiu a Amazônia de forma equivocada e inconstitucional, os produtores poderão ver as suas terras confiscadas com multa. Então dê o documento e depois faz o que quiser com esse infeliz: toma a terra, decreta trabalho escravo, meio ambiente, põe o que quiser, mas dê o documento para ele. Vamos dar o documento para essas pessoas. Acima de quinze módulos eu sou favor do mesmo pensamento, mas não vou discutir, não vou discutir, que são tão poucos, deixem ficarem sofrendo, ir para o balcão comprar terra de novo, sem ter que comprar, mas até quinze módulos, Sr. Presidente, nós não podemos permitir. Até quinze módulos é de graça sim, é valor simbólico para essas pessoas terem a dignidade. São 90% que estarão com o seu documento e com a sua titularidade e, portanto, aptos a cumprir com legislação trabalhista, ambiental, fundiária e tudo mais. Agora, antes disso, não dá para condicionar nada na minha avaliação.

Vir falar de novo padrão de desenvolvimento rural na Amazônia, meu Deus, eu fico impressionadíssima com um tipo de conversa dessa. Que novo padrão é esse, meu senhor? Que novo padrão é esse? Quem entende de tecnologia e de produção nesse Brasil somos nós; quem entende de tecnologia nesse Brasil é a EMBRAPA, são os órgãos de pesquisa, e nós sabemos desenvolver a nossa produção do ponto de vista tecnológico. Agora vir falar de terra degradada, vocês estão achando que o produtor é burro, vocês estão achando que ele é ignorante, vocês estão achando que ele não conhece quanto ele tem de por de calcário, de fertilizante numa terra não? Ele não põe porque ele não tem dinheiro, meu senhor. Ele não põe porque ele não tem dinheiro. Você sabe como mede a produtividade ideal de uma fazenda? De acordo com a condição do produtor, de acordo com o tanto de dinheiro que ele tem. É isso, a produtividade de uma fazenda é essa, porque quanto mais fertilizante eu por, mais dinheiro eu vou ganhar. Então por que eu não ponho, por que eu sou burra? Eu não ponho porque eu não tenho, meu senhor, eu não ponho porque não tem política pública suficiente para amparar os pequenos que têm, cada dois anos, cortar dois hectares para comer, se não morre, porque não tem um Ministério que vai lá e dê calcário para ele e dê adubo. Aí a força da terra acaba, ele vai lá e desmata e ainda leva a fama de que destrói o meio ambiente, os assentados do Brasil; ou vende sem poder vender.

Então vamos conversar sério, Sr. Presidente, sinceramente me perdoe, me desculpe, mas eu convívio na Amazônia, eu sei o que é a Amazônia, a fronteira, eu sei o que essas pessoas estão fazendo lá e nós não podemos continuar fazendo da Amazônia um bangue-bangue que nós vimos na televisão um dia desses, que não tem nada a ver com questão ambiental, tem de documento. Lá tem terra suficiente para assentar duzentas mil pessoas e por que é que o INCRA não faz? Porque é incompetente, é ineficiente, não quer fazer, não tem estrutura para fazer. Porque o certo era agência para titular como o Mangabeira Unger queria e o INCRA pulou dessa altura e não aceitou. Não faz e não quer que os outros façam, não faz e não quer que ninguém faça. Eu não sei por que é que existe o INCRA nesse País, que a função dele é regularizar, regularização fundiária e titulação de terras. Vai ver na faixa de fronteira. Têm produtores há três anos esperando o título de terra e não consegue ter do INCRA. Na Amazônia são quantos anos? Tem gente com três, com quatro, ontem um declarou a CNA--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, depois da instrução nova, depois da instrução nova o primeiro a protocolar foi o Presidente da Federação da Agricultura do Paraná, têm três anos, nunca conseguiu nem resposta, sumiram com o processo dele. No Tocantins tem 2.600 processos aguardando a incompetência do INCRA. E vem falar que é órgão de titulação de terra? É órgão de enganação das pessoas, incompetente, ineficiente, balcão de negócio de corrupção. Quero excetuar os bons que estão lá dentro, quero fazer questão de excetuar, eu não quero nem nominar que eu não sei quem são, mas com certeza tem gente boa no INCRA. Não pode o Brasil ter um órgão só com 100% de mal caráter, não tem, em lugar nenhum não tem. Lá deve ter muito gente boa, mas infelizmente sem poder para fazer.

Então eu gostaria muito que os colegas, junto comigo, pudessem refletir a respeito desta situação. Aqui está dizendo, nessa MP, que o que será cobrado será o valor mínimo estabelecido em planilha de referência de preço pelo INCRA. Brincadeira, Sr. Presidente! Eu perco no voto, mas não faço isso com os seus produtores. Com esse voto não ganha, com o meu voto não, porque eu sei o que é que vai ser o *after day*, o dia seguinte, o que é que vai acontecer nas filas do INCRA por esse Brasil afora, com o componente ideológico pesadíssimo em todos os lugares.

Então eu encerro aqui dizendo aos colegas que nós fizemos um debate lá na Câmara com o Relator, que é o Asdrúbal Bentes, conversamos muito a respeito, ele tem estado conosco para discutir esses assuntos e eu espero que nós possamos realmente fazer dessa MP o seu objetivo. Lá atrás, há sete anos atrás, o Ministro do Meio Ambiente ainda era aquele senhor do Rio Grande do Sul, do Ministério do MDA, o Rosetto, e o Rolf Hackbart já era Presidente do INCRA, na CNA que era o prédio velho, só de lá nós mudamos tem cinco anos; naquela semana seguinte ia emitir a MP para titular até oitocentos e eu tinha pedido até quinhentos, naquela época. Então são mais de seis anos, quase sete. Não há condições de continuar como está. Vamos pegar essa MP e vamos usá-la honestamente, dar o documento a quem precisa e, depois, resolvermos o resto com a quantidade de Lei que já tem para punir quem for punido, quem precisar ser punido. Muito obrigado.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Só para sugerir a metodologia de V. Exa., de que haja agora uma reação da Mesa, já que falaram quatro Srs. Senadores e que os outros possam se inscrever num próximo bloco.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): A tradição, nesta Comissão, é cada quatro Senadores e as respostas; só falaram aqui dois Senadores. Portanto, ainda têm mais duas vagas para que possam todos falarem.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): É que falou V. Exa. e o Senador Casagrande, não foi isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu fiz um ligeiro comentário como Presidente e o Senador Casagrande também. Na verdade, os Senadores mesmo que fizeram intervenção são dois. Eu acho que nós podemos, como são poucos Senadores, nós podemos ouvir os quatro, inclusive V. Exa.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu ainda não estou inscrita; se outros Srs. Senadores quiserem se inscrever, oportunamente, quando assim desejar, eu me escreverei.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está inscrito o Senador Jayme e depois V. Exa.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Obrigado. V. Exa. está inscrito.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Obrigado. Sr. Presidente, senhores convidados, Sras. e Srs. Senadores. Eu quase nada tenho a acrescentar na medida em que a Senadora Kátia Abreu, através da sua fala aqui, já expressou o sentimento naturalmente daquelas pessoas que conhecem a matéria. Todavia, eu tive a oportunidade de presidir aqui a Comissão de Risco Ambiental, da Operação Arco de Fogo, e percorri alguns Estados, o Pará, Rondônia e o Mato Grosso, em que de forma bem permanente e, acima de tudo, depois de várias oitivas que nós tivemos com as comunidades de alguns municípios inseridos dentro do Decreto 6.321, deu para perceber com muita clarividência de que o problema maior que existe hoje, em relação à nossa região amazônica, é a problemática da regularização fundiária.

Lamentavelmente, talvez alguns dos senhores não saibam perfeitamente como é que foi feita a ocupação da Amazônia. O Governo Federal dizia, lá atrás, de que nós tínhamos que ocupar para não entregar. Recordo muito bem que na década de 70, 80, o próprio Governo Federal, através do INCRA, dizia: "Você derruba cinquenta hectares que eu te dou mais cinquenta"; o incentivo que se dava é de que o cidadão, quanto mais ele derrubava, ele seria muito mais premiado.

Eu cheguei à conclusão de que a questão ambiental, ela necessariamente tem que buscar efetivamente a questão da regularização fundiária. Aqui os números já foram citados por alguns Senadores que me antecederam e me causa muita preocupação, eu estou seguro disso aí, de que se o governo não tomar providência com relação à regularização fundiária na região amazônica, não tem governo, não tem força nacional, não tem polícia federal, não terá nenhuma ferramenta nesse País que vai com certeza segurar eventualmente a questão do desmatamento. Diminuiu, diminuiu, sobretudo com um custo muito caro para o Governo e sobretudo para nós, brasileiros, que pagamos os nossos impostos.

Desta feita, quando se propõe através dessa Medida Provisória 458 a regularização fundiária, nós temos que esquecer os viés políticos, partidários e ideológicos. Nós temos que efetivamente dar a garantia de propriedade àquele cidadão que está à mercê de uma política pública decente por parte do Governo Federal. Eu tenho andado, Senadora Kátia, e visto alguns assentamentos no meu Estado de Mato Grosso e vejo com tristeza, com dor no meu coração, até porque já tive a primazia de ser Governador do meu Estado, de ser Senador da República e de ser Prefeito por três mandatos, quase catorze anos como Prefeito, e desta

feita, lamentavelmente aqueles que prometeram fazer algo para aquelas pessoas que estão ali produzindo, sobretudo com o suor do seu rosto, enfrentando aquele calor de mais de quarenta graus da Amazônia, essa pessoa não está tendo respeito. Lamentavelmente o governo não tem nenhuma política pública definida. O que precisamos aqui, Dr. Sérgio, são de políticas públicas decentes, compatíveis com a nossa realidade. O que nós precisamos, na verdade, é a presença do governo na região deste País, sobretudo essa região amazônica. Não se têm políticas públicas decentes. O cidadão que mora ali é cidadão de quinta categoria, que não tem escola, não tem educação, não tem um mínimo daquilo que ele possa com certeza viver com dignidade e ter a sua cidadania plena.

Vi com dor no coração onde eu passei, em que o governo vai lá de forma, sei lá, constrangedora, humilhante, desativa alguma atividade comercial, todavia ele não leva a solução. O próprio Minc domingo reconheceu, num programa de televisão, no Fantástico, quando fechava-se uma madeireira lá no Estado do Pará, ele dizia: "Precisa fechar madeireira". Todavia, quando fechou a madeireira, quarenta empregos foram para o quiabo; precisaria chegar ali e oferecer quarenta novos empregos àqueles pais de famílias que estão ali.

Os assentamentos, na verdade eu tenho percorrido e andado alguns, Senador Valter, que eu mantenho um bom relacionamento também, eu tive quase 70% de Senador e certamente essas pessoas também me deram essa procuração, e vejo a falta de políticas públicas, mas, acima de tudo, nós temos que buscar a regularização fundiária, dar a ele o título da terra. O que está ocorrendo, a bem da verdade, é que o cidadão não tem acesso à linha de crédito coisa nenhuma. Hoje complicou muito mais, que essas pessoas que não tem a GEO, não tem a LAU, não está tendo acesso nem ao PRONAF hoje; pelo menos lá no Mato Grosso eu tinha esse questionamento todos os dias. Nós precisamos definir. E quando eu vejo aqui o MDA, que está assumindo a responsabilidade de fazer essa regularização fundiária, nós temos estrutura? Eu não sei se tem essa estrutura. Qual vai ser o instrumento, o mecanismo que vai ser criado para nós termos essa solução para esse grave e sério problema no Brasil?

O INCRA, como bem disse aqui a Senadora Kátia Abreu, é um órgão lamentavelmente de uma incompetência, de uma ineficiência que, para a minha tristeza, têm pessoas que entraram com o pedido de GEO, Senador Valter, há cinco, seis anos, ele não tem o GEO na mão e não vai ter nunca, e quando tem que ter, tem que entrar lá, vamos aqui ser sinceros, muitas vezes tem que correr por baixo, você sabe o que eu estou dizendo, um dinheirinho para sair, talvez, tem que entrar então com mandado de segurança na justiça para ter o direito de ter o seu GEO. Ora, nós temos que dar um basta na hipocrisia, Senadora, nós temos que dar um basta na hipocrisia neste País aqui, caso contrário nunca seremos um País que as pessoas possam ter dignidade, ter cidadania. Não adianta queremos envolver nesse exato momento aqui a questão ambiental com a questão da regularização fundiária; uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. Se nós formos com esse viés, não vamos chegar a lugar nenhum, vai ser o maior engodo, a maior tapeação e o maior estelionato.

Eu espero que certa feita esta Comissão aqui reúna-se através das pessoas ou convidados para nós saímos com coisas concretas, porque hoje gerou uma expectativa tão grande que vocês não imaginam. Eu tenho andado no meu Estado do Mato Grosso, um Estado de dimensão continental, tem vários assentamentos, temos problemas fundiários, gerou-se essa expectativa com a Medida Provisória 458, que naturalmente tem que ser revista, ou seja, feita alguma coisa para melhorar a sua essência, sobretudo quando se fala em cobrar valores aqui. O governo tem o papel de fazer o social, o governo não pode se transformar ali, como bem disse, numa imobiliária, o INCRA. Tem gente que não tem capacidade hoje de pagar sequer um real, dois reais, e agora quer fazer esses preços que estão aqui? Esqueça, não vai acontecer nunca, porque o cidadão não vai conseguir ter o dinheiro para ir lá pagar a sua documentação, ou seja, pagar o seu título de terra.

Portanto, eu espero que o MDA, as demais instituições envolvidas, os organismos, o Governo Federal, o aparelho governamental, façamos realmente uma política decente. O Brasil é um grande País, um País de terras férteis, de subsolo rico e de gente trabalhadora e competente. Se nós estamos hoje atingindo esse patamar de produção é porque o brasileiro, ninguém pode desconhecer, ele é competente. Nós temos nesse exato momento é que fazer com que possamos compatibilizar o desenvolvimento sustentável com a preservação, com a economia, com o social. Eu imagino, quando vocês falavam aqui de que... Vários assuntos foram tratados, evidentemente, mas eu imagino que se nós fazermos a regularização fundiária urgentemente, nós teremos bem rapidamente, com certeza, uma nova perspectiva. O cidadão vai pensar em ficar na sua terra lá.

Eu vou só dar um dado para vocês aqui. Dos assentamentos que existem no Mato Grosso, algo parecido em torno de 40% ou 50% já venderam, já negociaram, já foram embora. O que eu fico mais preocupado é que essas pessoas que vendem essas

propriedades deles, sabe o que fazem? Vão para as preferirias das grandes cidades, sobretudo a região metropolitana. Sabe o que é que vira? No máximo o que o cidadão vira é um guarda, vigilante de banco ou guarda noturno, e a maioria dos filhos ou as filhas... As filhas vão se prostituir e os filhos, podem ter certeza, uma grande maioria vão para a marginalidade. Vocês não imaginam de quanto está aumentando as pessoas que usam, hoje, o pó, a cocaína, crack, etc., etc., maconha. Por quê? Porque o cidadão que poderia estar muito bem acomodado ali na sua pequena propriedade, com o incentivo do Governo Federal, não está vendo esse incentivo, nada, quase nada. Eu fui num assentamento chamado São Pedro, lá perto de Alta Floresta, 986 famílias estavam ali. Estão à mercê de uma política pública, não tem estrada, não tem saúde, não tem telefone, enfim, o que não podemos deixar é essas pessoas serem reféns do governo para ser transformado em instrumento, em ferramenta política partidária. Essa tese é que eu defendo literalmente e espero que os senhores, que estão representando o Governo Federal, com certeza vamos dar um tratamento diferenciado nesse exato momento, vamos chegar de política partidária, vamos deixar de fazer com que esse cidadão brasileiro, como eles são iguais a todos nós, realmente tenham uma perspectiva de melhorar de vida, principalmente para os seus filhos, Valter, que eu vejo ali, eu fico triste, o meu coração corta porque eu sou pai de família. Eu tenho ajudado, feito a minha parte como cidadão brasileiro, que eu espero que esse País seja um País de oportunidades e, sobretudo, um País para todos nós, caso contrário vamos continuar nesse mesmo marasmo que vivemos hoje, como estamos vivendo já há trinta, quarenta anos atrás. Portanto, a regularização fundiária é fundamental, desde que façamos com critério, com responsabilidade e, acima de tudo, pensando num Brasil melhor para todos nós. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado, Senador Jayme. Com a palavra a Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Obrigada, Sr. Presidente. Primeiro eu quero cumprimentar a iniciativa dos Presidentes das Comissões por essa Audiência Pública, como já fiz anteriormente. Acho que essa Casa, para orientar a sua atuação, ela deve buscar ao máximo ter a sustentação em alguns casos técnicos, em outros teóricos, enfim, para as suas decisões, sobretudo quando se trata de uma questão tão polêmica, que suscita tantas discussões e opiniões tão diferentes, que não é diferente o que acontece aqui com o que acontece na sociedade. Quero cumprimentar a todos os senhores expositores, agradecer por vossas contribuições e dizer que a mim me impressionou muito a apresentação feita pelo Dr. Paulo Barreto. É uma pena que não tenhamos aqui uma grande quantidade de Srs. Senadores, mas, infelizmente, aqui nós temos várias Comissões igualmente importantes funcionando e ainda não temos o dom da onipresença, então vários Srs. Senadores estão na Comissão de Educação, que inclusive o Ministro Haddad está na Comissão, enfim, e outros Srs. Senadores.

A apresentação e as falas de todos vocês, no meu entendimento, a porta para essa discussão da regularização fundiária, aquilo que quando eu estava no Ministério do Meio Ambiente sempre dizia: a questão da Amazônia não pode ser tratada de forma isolada, fragmentada. Essa é a minha visão e é a visão que defendi juntamente com a equipe. Quando pensamos no Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia, estabelecemos quatro eixos estruturantes: o combate às práticas ilegais, o apoio às atividades produtivas sustentáveis, a questão do ordenamento territorial e fundiário e o investimento em tecnologias inovadoras voltadas para atendermos demandas sociais, porque de fato precisamos de ter uma perspectiva de desenvolvimento econômico e social, porque a região tem cerca de 25 milhões de habitantes. Então pensamos as coisas de uma forma bem estruturada.

A regularização fundiária era um dos pontos da estratégia de ordenamento territorial. E, naquela oportunidade, tivemos alguns avanços no que concerne à agenda do combate às práticas ilegais, ainda que insuficientes, apenas o começo. Esses quase 60% de queda do desmatamento é apenas o começo. Por quê? O nosso quando objetivo deve ser uma queda estrutural do desmatamento pela mudança do modelo de desenvolvimento na região e não pura e simplesmente porque vai lá o IBAMA, vai lá a Polícia Federal, o Exército, a Polícia Rodoviária e consegue fazer as operações com os resultados que tivemos. A criação das unidades de conservação ajudou na queda do desmatamento à medida em que se fez um barramento na frente da expansão predatória, como foi o caso da BR-163; o desmatamento estava aumentando desde que foi anunciado, em 2002, cerca de 500%, só com o aumento da estrada, e com a criação das unidades de conservação caiu 91%. Então tudo isso fazia parte de uma estratégia, como o Dr. Egon acaba de falar.

Eu continuo advogando e tendo o entendimento de que as coisas devem ser tratadas de forma integrada, graças à complexidade do problema. Por quê? A proteção do meio ambiente, muitas vezes, no meu entendimento, erroneamente é colocada como em oposição ao desenvolvimento, ou o desenvolvimento legítimo e correto para a sociedade brasileira é colo-

cado em oposição à proteção do meio ambiente. Para mim, ambos fazem parte da mesma moeda. Não consigo imaginar como possamos ter o desenvolvimento cada vez maior da agricultura se perdermos florestas, se não tivermos proteção dos nossos recursos hídricos, se não tivermos a proteção da biodiversidade; estudos já estão dizendo que a perda de biodiversidade está prejudicando o processo de polinização, que está prejudicando a agricultura, são estudos que estão dentro da EMBRAPA. Então, para mim, trata-se de uma visão integrada.

Qual é o esforço que nós temos que fazer? É como responder a essa equação, como desenvolver com proteção e como proteger com desenvolvimento, e é por isso que eu disse que a observação do Dr. Barreto, muito objetivamente, trouxe aqui algumas contribuições para que a gente possa refletir. Eu acho que a Medida Provisória, ela colocou algumas cláusulas, sim, e no meu entendimento, importantes, para evitar com que no lugar de cumprir o objetivo de colaborar com o ordenamento territorial e fundiário, que ela é um ponto dentro dessa estratégia, e ao mesmo tempo favorecer o uso desenfreado dos recursos naturais. Todavia, no meu entendimento, ela coloca corretamente, não tem como ser diferente, que tem que cumprir a legislação ambiental no que concerne à unidade de conservação, no que concerne à terra indígena e assim por diante. Só que quando diz que o processo é puramente autodeclaratório e dispensa a vistoria, todo esse processo de condicionante, no meu entendimento, acaba ficando nula. Por quê? Não tem a obrigatoriedade da vistoria. Para fazer isso que está sendo reivindicado aqui por todos, que aqueles que são de posse mansa e pacífica, que estão de acordo com aquelas tipificações que foram apresentadas aqui pelo representante da CNA, que, aliás, fez uma excelente exposição da medida do governo, que aqueles que se enquadraram naquelas tipificações feitas, esses aí não pediram para ir, estão respaldados; eu acho que não são esses que se está falando em ter os cuidados, exatamente para separar o jargão que se diz do joio do trigo. Se nós partirmos do princípio de que só temos trigo, talvez seja uma ingenuidade; se nós partimos do princípio de que só temos joio, talvez seja uma injustiça. Eu parto do princípio de que temos joio e de que temos trigo, de que temos que fazer tudo para favorecer o trigo e fazer de tudo para evitar o alastramento cada vez maior do joio, por isso que mais uma vez eu acho que a ideia aqui apresentada foi importante.

Acho que o Congresso Nacional tem a oportunidade de fazer esse debate nos termos em que a sociedade brasileira espera de nós. Que façamos esse debate considerando os nossos erros do passado, o desafio que temos para o futuro e aprendendo com os nossos próprios erros. Essa é a minha expectativa. Por exemplo, uma pergunta que eu faço em relação a esses 67 milhões de áreas que serão destinadas: quantos por cento, se o INCRA sabe, quantos por cento em termos de área vai para os pequenos e quanto para a média e grande propriedade? Por quê? Em termos de quantidade de propriedade nós temos uma maior quantidade; em termos de área destinada, qual é a diferença que se faz, para que a gente possa qualificar esse debate, para que a gente não trate, concordo, os diferentes como se fossem iguais; vamos tratar diferentes como diferentes e iguais como iguais. Quanto de área destinado para pequenos, ainda que seja maior em quantidade, quanto de área está indo para eles efetivamente?

Uma outra coisa que eu acho interessante: existem alguns Estados que fizeram o Zoneamento Ecológico-Econômico ou já estão em fase de conclusão. O rio de dinheiro que foi gasto é porque isso era uma ferramenta para que se pudesse planejar adequadamente as atividades produtivas, mudar a dinâmica de ocupação, uma série de questões. Então alguns Estados, Acre, Rondônia, Mato Grosso deve estar terminando, o Pará também já está fazendo por região, vários Estados estão fazendo o seu zoneamento. Como é que a gente pode fazer com que o processo da regularização possa premiar aqueles que fizeram o dever de casa e alavancar aqueles que ainda não fizeram? Porque há um problema no Brasil, e isso é muito grave, é que quem cumpre a Lei, quem se esforça para fazer direito, lá na frente ele descobre que foi, no mínimo, ingênuo. Por quê? Alguém diz para ele: "Faça o Zoneamento Ecológico-Econômico como forma de você mudar ou não a reserva legal de 80% para 50%, como forma de consolidar essa ou aquela área, para destinar quais são as áreas de proteção integral, as áreas de uso sustentável, o lugar para pequenos, para grandes" - tudo isso. Aí as pessoas investiram, fizeram. Depois, quando chega o momento dele dizer: "Bem, agora eu posso fazer a minha regularização fundiária porque eu fiz o dever de casa, está aqui". Aí ele descobre que não, que ele, tanto quanto aquele que não fez, são a mesma coisa, como aquele que paga ou não os seus direitos e às vezes é a mesma coisa daquele que não paga. Então eu gostaria de saber: por que é que a Medida Provisória não estabeleceu que o mecanismo que favoreça, obviamente, os que já fizeram o dever de casa e que alavanque os que ainda não fizeram para que o façam, porque a maioria estão fazendo, falta concluir. Quando eu estava no Ministério do Meio Ambiente junto com o INCRA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, outros setores,

o Presidente Lula, lá no Estado do Pará, aprovou um Decreto que estabelece que o zoneamento pode ser reconhecido, vou usar esse termo, eu não me lembro o termo técnico agora, por região. Por quê? Era uma grita dos produtores que para concluir o Estado inteiro do Pará, do Mato Grosso ou de Roraima, enfim, do que for, era muito grande. Por que é que a gente não poderia fazer um zoom numa determinada região mais tensionada, mais conflituosa e aquilo já ser validado? No início houve uma certa resistência: "Não, tem que fazer o zoneamento do Estado inteiro". Depois foi aceito, muito corretamente no meu entendimento, eu advoguei isso, de que pudéssemos fazer por região. Isso já é um Decreto do Presidente, não precisa ser o Estado inteiro; se você conclui o zoneamento na escala tecnicamente exigida numa determinada área, já é válido e isso pode estimular um dever de casa correto. Então fiz uma pergunta para o INCRA.

Uma outra coisa: nós dizemos que a reforma agrária no Brasil é como se fosse um saco sem fundo. E por que um saco sem fundo? Porque as pessoas recebem a terra e, depois, ela é reconcentrada, passando para outras pessoas, e entra-se na fila de novo demandando terra e mais terra para pequenos. No meu entendimento qual é o levantamento que temos da reconcentração fundiária, levando em conta inclusive isso que o Dr. Barreto falou: já que existe, digamos assim, uma acessibilidade permissiva, então as pessoas ficam o tempo todo com uma espécie de *dumping* pelo uso da terra, porque na verdade é isso que pode acontecer.

Então, Sr. Presidente, eu o parabenizo por essa Audiência e pergunto a todos os senhores em relação a termos uma visão integrada para os problemas do desenvolvimento do Brasil, aonde a questão da regularização fundiária faz parte, mas não é um fim em si mesmo. Nós queremos, sim, que as pessoas tenham a terra, nós queremos que a terra cumpra a sua função social, nós queremos que a terra esteja de acordo com os preceitos da Constituição Brasileira e, com isso, os brasileiros e brasileiras que não estão demandando por titulação de terra, mas que igualmente se sentem donos das terras porque são terras públicas, são terras da União, não se sentirão em nenhum momento lesados se o Governo Federal estiver fazendo transferência, porque a transferência de terra cumpre aos objetivos constitucionais da função social da terra e do interesse social altamente relevante. Para aqueles que estão de acordo com esses preceitos constitucionais não há nenhum óbice; para aqueles que não cumprem esses preceitos - e seria no mínimo ingenuidade achar que todos estão cumprindo -, eu acho que ninguém aqui está advogando por eles; está se advogando por um processo que leva em conta uma visão integrada: meio ambiente e desenvolvimento faz parte da mesma moeda, não há como separar. Ou nós fazemos isso pelo coração ou fazemos pela razão. Ou nós fazemos pela razão e pelo coração ou nós fazemos porque a Lei está aí para coibir aqueles que não respeitam aquilo que se constitui como marco legal desse País para proteger aquilo que está no art. 225 da Constituição Federal, que é o direito a um ambiente saudável para todas as pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Feitas as considerações da Senadora Marina Silva, eu gostaria de fazer uma ponderação aqui, principalmente em razão do depoimento da Senadora Kátia Abreu quanto à sustentação que nós fizemos de que a matéria não se ajusta ao perfil da relevância e da urgência. É claro que historicamente é urgente para todos aqueles que estão assentados, para todos aqueles que ocupam uma área que padece de regularização, que tenha direito ao seu título e que possa efetivamente desembaraçar-se de todas as peias que impedem o regular funcionamento de uma propriedade rural. Todavia, do ponto de vista jurídico a relevância e a urgência realmente não se afiguram pelo seguinte: caracteriza a urgência, Senadora Kátia, o fato que, não sendo enfrentado com a devida urgência, pode trazer grandes transtornos imediatamente; é por isso que existe a Medida Provisória e que refletia o espírito do antigo Decreto-Lei. Por exemplo, nós estamos hoje enfrentando a peste mexicana, que também é chamada aí de gripe suína. Essa peste, se realmente exigir alguma medida que o governo precisa tomar imediatamente para conter o seu surto, é claro que aí ele pode se valer da MP, que está inteiramente configurada. Mas veja o seguinte: V. Exa. mesmo disse que há seis anos atrás foi prometida a regularização fundiária num evento do qual V. Exa. participou e que até hoje não aconteceu. Não aconteceu e as coisas permaneceram do jeito que estavam. Então efetivamente não é o caso de Medida Provisória por quê? Porque é um projeto que visa enfrentar uma situação que é de natureza ordinária, que está dentro de uma paisagem jurídica que já era preexistente.

Na minha avaliação essa matéria tem controvérsia e são grandes as controvérsias. V. Exa. tem razão, Senadora Kátia, quando faz algumas críticas quanto à morosidade desse processo de regularização. Eu sou testemunha viva disso porque convivo nos assentamentos, visito os assentamentos, discuto com os assentados e posso lhes dizer, sinceramente Senadora Kátia, que os assentados hoje estão numa peia danada porque eles não conseguem fazer contratos, não conseguem fazer financiamentos, não conseguem

se expandir exatamente porque não tem o título para oferecer como garantia, não tem o título para provar a titularidade. Então essas dificuldades realmente travam o desenvolvimento daqueles que buscam no assentamento uma forma de inclusão social e, de repente, continuam vivendo numa favela rural e não num assentamento, num projeto de reforma agrária.

Veja o seguinte: existe uma questão, aqui por exemplo a MP ainda não foi votada, não sei nem se chegou no Senado ainda, mas já tem um Decreto regulamentando a MP. Aqui o art. 3º coloca todas as exigências que são feitas para que seja definida a regularização. Uma delas é a questão do georreferenciamento, que foi duramente criticado aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Decreto 6.829, de 27 de abril.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: De ontem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): De ontem, 27 de abril. Então aqui fala, na questão do georreferenciamento diz aqui o seguinte: a declaração ou laudo assinado por técnico habilitado atestando que área objeto do pedido de doação perdeu a sua vocação... Não, não é esse aqui. Aqui diz o seguinte: comprovação das condições de ocupação da área pretendida por meio de levantamento topográfico cadastral, fotogrametria aérea, imagem de satélite ou outro meio equivalente, georreferenciado, apresentados em cópia impressa e em meio digital que possibilite a identificação de: acidentes geográficos, massa de vegetação - e aí vai por diante. No entanto, apesar de ser até uma regra que não apresenta grandes dificuldades de cumprimento, o georreferenciamento é verdadeiramente um calvário, é um calvário. Nós que lidamos com essas áreas aqui sabemos perfeitamente. Há poucos dias atrás eu fui conversar com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Dr. Cassel, e falei sobre esse problema. Por quê? Porque a grande demanda que existe hoje no INCRA é o georreferenciamento e não é para facilitar a vida do proprietário de grandes áreas; é para consolidar o próprio assentamento fundiário que não acontece se não houver o georreferenciamento. Apesar de as normas serem simples, como a norma técnica para georreferenciamento de imóveis rurais, quando é para expedir o georreferenciamento, o credenciamento do técnico habilitado é uma dificuldade quase que intransponível. Parece que existe um cartel que impede que isso aconteça.

Então eu gostaria que os expositores que vão abordar essas questões que foram suscitadas agora falassem sobre essas duas questões a que me aferi nesse momento: primeiro, o caráter da não urgência e da não relevância. Eu acho que não está caracterizado e eu gostaria que todos aqui me provassem que durante seis anos do atual governo, a Medida não tendo sido proposta lá atrás, como é que se prova a urgência e a relevância? A segunda questão que eu quero suscitar é: como é que vai ser feito para que o novo órgão que vai cuidar dessa política de regularização da região amazônica possa fazer para ultrapassar essa cultura burocrática que tem travado todas as normas para o georreferenciamento e para a configuração final dos assentamentos fundiários?

Então agora nós vamos começar com as respostas dos expositores aos questionamentos que foram suscitados aqui nesta primeira parte da nossa Audiência. Antes, eu vou passar a palavra para o Deputado Anselmo de Jesus para que ele faça a sua intervenção.

DEPUTADO ANSELMO DE JESUS (PT-RO): Sr. Presidente, no qual quero cumprimentar os demais da mesa, primeiro parabenizá-lo pela forma democrática pelo que o senhor me tratou aqui, até porque na semana passada, Sr. Presidente, eu fui impedido nessa sala aqui de falar, já presidi Audiências Públicas lá e quando o Senador chegava lá a gente colocava na frente dos Deputados. Então hoje eu fiquei bastante satisfeito aqui por ter essa oportunidade. Quero cumprimentar também aqui o representante da CONTAG, que hoje é o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia, federação essa que presidi por dois mandatos, no qual eu quero cumprimentar a todos os representantes das novas federações da Amazônia, também cumprimentar aqui, em nome da Ministra, a Senadora Marina Silva, todos os Senadores e Senadoras, enfim, cumprimentar a todos e a todas aqui presentes.

Sr. Presidente, eu acho assim que o papel da regularização fundiária na Amazônia hoje não se discute. Eu acho que mesmo aqueles que querem revogar, que estão sendo contra, não são contra a regularização fundiária da Amazônia. Quando se trata da questão da participação, Guedes, aí eu quero dizer que eu gostaria que você detalhasse melhor isso, que não houve. Eu diria que hoje a maior parte dos movimentos, da CONTAG, não teve... Até quando você fez a referência da questão do Território da Cidadania, ninguém contestou, porque houve a participação da sociedade civil naquele debate.

Eu acho assim que a forma no afogadilho que foi tratado isso é que foi o grande problema, que não deu oportunidade, nem nós Deputados tivemos esse espaço, e hoje a sociedade civil teve o espaço através de se socorrer através do Parlamento, que em Audiências dessas é que teve a participação mesmo nesse debate. A estrutura que foi montada também, até hoje

nós continuamos a questionar, porque ninguém da Amazônia participa dessa estrutura hoje para discutir uma regularização que é sua também e também isso nos deixa muito preocupado.

A questão da reforma agrária, eu vou citar uma questão lá de Rondônia, quer dizer, hoje foi requisitado quarenta servidores, escolhidos a dedo, para a regularização fundiária. Nós não estávamos muito satisfeitos com o INCRA na questão da reforma agrária, quer dizer, tivemos já várias audiências com o Ministro e ele diz: "Não, não vai acontecer", mas não detalhou nada até hoje. Ele não diz: "Não vai acontecer assim e assim", porque é muito fácil falar: "A reforma agrária vai continuar", mas não tem detalhado. Eu gostaria que o Guedes pudesse detalhar de que forma hoje, mesmo requisitando quarenta servidores, dos melhores, para a regularização fundiária, como é que a reforma agrária vai continuar nesse espaço?

Também eu acho que tem uma questão aqui que a gente deveria levar em consideração: MP e relatório. É claro que o Fernando estava cochichando aqui no meu ouvido que a partir daquela Audiência Pública na Câmara dos Deputados o Relator está propício aí a fazer algumas alterações, algumas buscas aí, que até então eu não concordo de forma alguma com o relatório do relator, porque abre porteira, passa boi e passa boiada.

Outras questões também a partir dos relatos que teve aqui, e aí eu quero agora, Lazinho(F), dar a mão à palmatória, porque eu estive ontem num seminário da Amazônia, da CONTAG, onde eu queria convencer eles de não pedir a revogação da medida, até porque eu acho que ela é importante e eles diziam assim a partir do primeiro relatório que foi colocado, ele diz assim: "Nós não concordamos. Nós não concordamos por quê? Porque você abre todo um caminho para especulação da Amazônia". E aí eu queria dizer, Guedes, que hoje, diante da exposição que eu vi aqui, você vai perder a vaga para o Daniel Dantas e para o Marcos Valério, porque se trata de especulação mesmo quando você fala, quando você abre e quando você trata daquela casa de 1.500 metros e você trata daquela de 40, porque se tiver a de 1.500 metros não vai ter a de 40, e aí nós vamos ter lá o cara lá na beira do rio, debaixo da ponte, e isso nós não queremos. Eu acho que nós temos que realmente pensar a regularização sim, porque dessa forma já está hoje, dessa forma já está hoje. Então nós queremos, sim, regularizar, mas levar em consideração e ter parâmetros.

Aí eu quero dizer assim uma coisa que sempre o INCRA pagou e que não é culpado por isso, porque eu acho que essa regularização fundiária, ela é de responsabilidade muitas vezes do governo que não arrumou dinheiro para o INCRA, que nesses seis anos já teria ter feito ela. Agora não dá que o superintendente jogasse a máquina nas costas e fosse fazer georreferenciamento e que fosse fazer a regularização fundiária sem dinheiro. E aí, nesse afogadilho agora, muitas vezes você remete essa responsabilidade dizendo que não vai ser mais o INCRA que vai fazer a regularização fundiária, mas vai lá e requisita todo o pessoal do INCRA para poder fazer, porque eles é quem sabem fazer e eles é que vão fazer isso; não dá para hoje a gente chegar aqui e colocar a culpa em cima do INCRA, sendo que o INCRA não foi o culpado disso não. Então eu acho que isso também não dá para a gente aceitar.

E aí eu fiquei aqui agora, quando a Senadora falou aqui, eu fiquei pasmado, fiquei mesmo. Aí eu passo a me juntar com a CONTAG nesse momento e pedir a revogação sim, buscar um Projeto de Lei para nós discutirmos e aprofundarmos isso, porque se nós tratarmos da forma que eu ouvi gente falar aqui, nós podemos, realmente, acabar com a nossa Amazônia [palmas], Amazônia essa que tem um papel fundamental, e aí eu sempre fui esse defensor, sempre buscando essa defesa, mas eu quero isso com responsabilidade. Vou fazer essa defesa, vou buscar o governo para que a gente possa fazer, sim, essa regularização, mas ter responsabilidade, responsabilidade com aqueles que precisam de ter a casa de 40 metros, vou buscar também aquela questão ambiental que nós precisamos do meio ambiente, vou buscar também discutir hoje essa situação que está a nível de mundo hoje quando se trata da questão do aquecimento global, nós temos que ter responsabilidade com isso, e aí nós também precisamos de ver na regularização fundiária aqueles vinte que têm mais de oitenta e aqueles oitenta que têm menos de vinte; isso está na Amazônia hoje. Se nós dermos dar continuidade nisso, nós vamos acabar com a Amazônia.

Então eu quero pautar aqui, Sr. Presidente, dessa regularização a partir de uma responsabilidade. A partir de hoje eu vou defender sim a revogação e quero sim um Projeto de Lei a partir do governo, que a gente possa discutir com os movimentos sociais, que nós possamos discutir com a sociedade, até porque esse governo fez mais conferência dentro do Palácio do Governo do que todos os outros governos para trás e agora nessa ele pecou, pecou porque não chamou o povo, pecou porque não discutiu com o povo e aí eu acho que está aqui já o grande problema colocado na sala e é nessa sala aqui.

Então parabenizar a V. Exa. por esse espaço que me deu, porque ainda na semana passada não me deram esse espaço aqui, agradecer e quero, espero

que o Senado possa rever também o seu Regimento e permitir que a gente possa vir falar também nas Audiências Públicas aqui. Obrigado, Sr. Presidente.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, por favor. Como eu acho que os nossos expositores já vão fazer as suas manifestações e as suas considerações finais, suponho, eu só queria agregar, se V. Exa. me permite, uma questão.

Eu apresentei uma Emenda propondo que a gente possa fechar essa questão da regularização até quatro módulos fiscais. Por quê? Porque até quatro módulos fiscais atende a cerca de 90% das demandas por regularização e isso, com certeza, teria um impacto menor do ponto de vista, enfim, até dos problemas ambientais, mas altamente relevante do ponto de vista social. Por quê? Pelo que eu pude observar ali da apresentação feita, 90% das propriedades são até quatro módulos fiscais, mais 10% de médias e grandes, mas quando se trata do tamanho da área, cerca de 90% vai para os médios e grandes e 10% para os até quatro módulos fiscais. Portanto, os que aqui, com justa razão, manifestaram suas preocupações com os pequenos, com os que não estão tendo, digamos, nenhum atendimento por parte do Governo Federal, estaríamos todos contemplados e eu acho que nós desconstruiríamos a ideia de que, na verdade, vamos atender a um processo de ocupação indevida de terras públicas.

Eu não me canso de dizer, Sr. Presidente, que quando apresentamos a Lei de Gestão de Florestas Públicas, que tratava de 13 milhões de hectares para um período de vinte anos até chegar os 13 milhões, se dizia em alto e bom tom que era um projeto de privatização da Amazônia e era para que as terras continuassem públicas, continuassem florestas em regime de concessão. Agora é a titulação de 67 milhões de hectares. Isso é como se fosse Minas Gerais e Santa Catarina, eu acho, para a regularização, aonde os pequenos que são 90% ficam com 10% da área e os que são 10% ficam 90%. Então é algo para que a gente possa refletir, para que a gente possa, no meu entendimento, fazer com que o Congresso Nacional se atenha a uma questão que eu considero importante e estratégica, que é o ordenamento territorial, e não pegar a regularização como se já o fosse. A destinação das áreas, que são terras públicas, elas podem ser para o atendimento da função social da terra, para o altíssimo interesse social e para a criação de unidade de conservação, de terra indígena, para a criação, enfim, de ações do governo, mas que atenda os interesses estratégicos da sociedade brasileira, que é igualmente dona de todas essas áreas. A gente às vezes questiona determinadas atitudes do governo, mas quando se trata desse aceno com essa quantidade toda de terra as pessoas têm que ficar um pouco mais atentas, mas no meu entendimento, pelo que eu pude ouvir nos discursos, as pessoas preocupadas com os pequenos, com os 90% de proprietários que são pequenos, até quatrocentos módulos, eu acho que se fizer um zoom só nesses, até quatro módulos fiscais, ainda que eu concorde teria que ser por um Projeto de Lei, para ter tempo de debater, mas acho que essa pode ser uma boa construção para essa Medida Provisória. Eu apresentei oito Emendas e uma delas é essa, que fiquemos até quatro módulos fiscais e que não haja dispensa da vistoria, porque a dispensa da vistoria é que, no meu entendimento, inviabiliza a separação do joio e do trigo [palmas]. A não dispensa da vistoria faz a separação, porque quando eu quero fazer a separação, eu não estou dizendo que todos os grandes são joio e todos os pequenos são trigo; até quatro módulos fiscais também têm uma série de irregularidades, têm pessoas que se dão para ser laranjas. Como é que nós vamos tratar os laranjas, que são muitos? Então é a vistoria. "Ah, vai ser em 100%?". "Não, você vai fazer a vistoria, é por amostragem", mas as pessoas têm que saber que podem ser pegos na malha fina do INCRA. O que não pode é ter a certeza da impunidade. Com a certeza da impunidade, não vão fazer a vistoria, qualquer um vai lá e declara que a sua posse é mansa e pacífica e que nunca teve problema nenhum. Aí não é regularização fundiária no Brasil e nem no mundo, deve ser no céu, porque um processo autodeclaratório em que todos dizem "de fato isso aqui foi uma grilagem", não está de acordo com aquelas tipificações que o Dr. Anaximandro mencionou, "eu não estou de acordo com aquilo ali, eu estou completamente legal, portanto, venho aqui renunciar à pretensão a essa posse". Isso não é regularização fundiária na terra; seria, provavelmente, no céu, mas como no céu não precisa é melhor que a gente faça correto aqui na Terra.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, Senadora Marina. Vamos passar agora a palavra aos expositores. Então o primeiro que falou foi o Sérgio.

SR. SÉRGIO LEITÃO: Eu só queria deixar claro que algumas respostas de comentários que foram feitos por Senadores, que infelizmente se encontram ausentes, não são feitas com o intuito de, digamos assim, responder pelas costas, porque os Senadores não se encontram mais aqui. Eu até disse à Senadora Kátia que eu iria comentar algumas das observações dela e ela me disse: "Não, eu assisto a televisão, eu tenho assessores que estão presentes", mas eu não quero passar uma ideia de uma valentia, digamos assim, pelas costas, o que seria muito fácil.

Bem, a primeira coisa que a gente tem que dizer é que setores do agronegócio do Brasil são profundamente ingratos com os esforços do povo brasileiro no sentido de apoia-los. O agronegócio no Brasil sempre recebeu um tratamento privilegiado desde que esse País se entende por gente. A história desse País é uma história de concessão fundiária para a ocupação do território. Isso já nos levou uma Mata Atlântica, isso já nos levou metade do Cerrado, isso já nos levou 20% da Amazônia e o setor fala como se ele fosse uma vítima eterna dos maus-tratos do povo brasileiro. O setor recebeu e recebe vultosos recursos de incentivos fiscais, de empréstimos, boa parte deles inclusive que não são pagos. Esse Senado já fez quantas CPIs sobre dívida agrária justamente para identificar aqueles que não são pagadores dos empréstimos ou que são devedores contumazes? Mas o setor está sempre reclamando como uma criança mimada de que não recebe os incentivos da Nação. Em terceiro lugar, é preciso que a gente diga que tinha um tempo, a partir dos anos 50, que Estados brigavam para fazer parte da Amazônia Legal, porque a Constituição de 1946 fixava os incentivos fiscais que permitiram nos anos 60 toda a farra dos incentivos que permitiu o uso e a ocupação da região. Tem uma famosa expressão do professor José de Souza Martins que diz: "Na Amazônia não se pastoreia gado, se pastoreia incentivos". É uma definição clássica da sociologia brasileira e o setor continua reclamando como se não tivesse o apoio. Hoje tem Estados que pedem para sair da legislação da Amazônia Legal, alegando que a legislação ambiental cria situações de constrangimento, mas eles esquecem, na linha do bocado comido, bocado esquecido, o que foi o volume espantoso de recursos a partir dos anos 60 para fazer com que hoje o Estado do Pará e o Estado do Mato Grosso seja o maior rebanho de gado do País, ou seja, a política do Governo Militar deu certo; pela ótica da política do Governo Militar ela foi extremamente bem sucedida, porque ela conseguiu ocupar sim a região, ela conseguiu sim destruir, ela conseguiu sim fazer um conflito agrário que permanece até hoje, que se espalha nas mortes que todo dia a gente verifica na televisão, se verifica nos setecentos e tantos assassinatos no Estado do Pará que permanecem impunes até hoje, mas o agronegócio continua reclamando como se o País, o estado brasileiro, a população brasileira não desse nenhum incentivo. O estado ou o agronegócio não reconhece em nenhum momento o que foi o passivo enorme da concessão de áreas como, por exemplo, aquele famoso caso da Fazenda Suiá-Missu, os Deputados do Mato Grosso não estão mais aqui, lá em São Felix do Araguaia, se eu não me engano, que era uma fazenda de setecentos mil hectares, uma concessão que era de um grupo internacional, a Agip Petróleo italiano, mas o Estado e os setores do agronegócio ficam falando em internacionalização, o Estado não reconhece que no caso do Mato Grosso, se você pega toda aquela região de Querência, pelo menos 20% das terras que têm ali hoje estão todas nas mãos de estrangeiros, sendo que ali o hectare vale cinco mil reais e que foram concessões de terras públicas e o agronegócio não reconhece que, quando ele fala mal do INCRA, ele deveria falar mal do INCRA porque o INCRA não cumpriu com o seu papel de vigiar as terras públicas que foram invadidas sim, foram griladas sim, foram tituladas indevidamente sim, mas isso em nenhum momento é colocado em conta. O agronegócio está sempre reclamando, o que, aliás, ele faz de uma forma muito inteligente, que é para sempre manter o Estado e o povo brasileiro sobre um processo de chantagem para lhe fazer mais e mais concessões, como essa que foi feita aqui para se dar terra pública de graça. E o patrimônio do povo brasileiro, esse não merece ser protegido pelo direito de propriedade? Nós não temos? Eu não tenho, quem está aqui não tem, nenhum de nós tem? Ou não vale o que está escrito na Constituição, que terra pública é uma terra de cada um de nós e que esse é o maior patrimônio que tem que ser protegido? Mas isso não é visto, em nenhum momento é visto, isso não é colocado.

Então eu acho que tem um processo de distorção nesse debate brutal, brutal, onde nós vemos aqui, mais uma vez, um processo de arrancar concessões do Estado para fazer privilégios a setores particulares que vão pegar terra pública de graça e, depois, vão vender a cinco mil o hectare, como acontece no município de Querência, ou como não aconteceu no Estado do Pará, que comprou a um dólar, a um dólar e hoje tem um Estado que quer, naquela região de Marabá, que é a região inclusive do Relator da Medida Provisória na Câmara, Deputado Asdrúbal Bentes, que foi integrante dos órgãos fundiários nos anos 70, que foi integrante do GETAT, do Grupo Executivo de Terra do Araguaia-Tocantins, quando era Ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários o General Danilo Venturini, quando a concepção fundiária do País era uma concepção de segurança nacional, autoritária, que foi um grupo de trabalho que se seguiu ao desmantelamento das lutas camponesas na região do Araguaia, com sofrimentos que perduram até o dia de hoje, mas o agronegócio aqui dizendo o que País não lhe deu nada. Por quê? Lógico, ele quer mais, ele é insaciável na sua vontade de dizer que meio ambiente atrapalha o desenvolvimento da Nação, como ele também hoje se agarra a um estudo que não tem a ratificação da confirmação do seu órgão oficial da EMBRAPA para

dizer que o meio ambiente atrapalha o desenvolvimento nacional, quando a questão não é o limite da reserva legal de oitenta na Amazônia ou de vinte na Mata Atlântica, porque se fosse uma questão de tamanho a Mata Atlântica estaria preservada e a reserva legal lá existente estaria preservada, porque essa reserva legal existe desde 1935, quando foi feito o primeiro Código Florestal do País, e lá, se você verificar, só não se planta dentro da água porque não é possível ainda, ainda não se desenvolveu essa técnica. Então que meio ambiente é esse que atrapalha? Então eu acho que tem uma questão que precisa ser trazida para este debate que é: nós temos sim uma dívida de gratidão com a agricultura nacional? Temos. Ela é o motor de desenvolvimento da economia nacional? É. Ela responde por 1/3 do agronegócio do PIB brasileiro hoje? Responde. Ela é maior do que a soma de todas as outras exportações da nossa balança comercial? É verdade. Ela responde por 1/3 dos empregos no País? É verdade. Mas isso foi feito porque o povo brasileiro deu o seu dinheiro; não é um esforço individual de cada um. E isso, em nenhum momento, é colocado, porque simplesmente nos querem manter sobre esse processo de chantagem permanente.

Então eu acho que precisa ser discutido nessa questão de concessão de terras, que é um problema que existe no Brasil sem solução há muito e muito tempo, porque isso só vai significar mais e mais concentração fundiária, quem é o beneficiário desta medida que está aqui se discutindo? Se a gente não faz esse debate, nós vamos ficar, mais uma vez, sendo chantageados como se essas questões que fossem aqui colocadas para criar um processo de ordenamento fundiário sério e não concessão a qualquer um, como se sempre fez, fosse uma coisa para prejudicar o pequeno; não é o pequeno que está sendo prejudicado, o pequeno sempre foi prejudicado e o grande sempre foi beneficiado. Esse é o debate que a gente tem que fazer para tornar esse debate sério, transparente, respeitoso e não prejudicial aos interesses do povo brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu confesso que eu divirjo um pouco, eu acho que esse enfoque ideológico que se dá nessa discussão é extremamente prejudicial.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Mas, Sr. Presidente, o senhor me desculpe: por que é que quando as pessoas têm uma posição contrária é ideológico e por que é que aqueles que afirmam ao contrário a esses não é ideológico? O que é que caracteriza o científico e o ideológico? Qual é a linha que separa os dois olhares para que um seja qualificado como ciência e o outro desqualificado como ideológico? Eu estou falando isso e eu estou vendo que V. Exa. está acolhendo muito bem aqui o debate, V. Exa. está promovendo o debate, só que a mim me preocupa muito que toda vez que alguém coloca que outros dados e que não são inventados, aí as pessoas dizem: "Isso daí é ecologia". Por exemplo: quando eu dizia que na questão dos transgênicos nós teríamos que ter um regime de coexistência, as pessoas diziam: "A Ministra é ideológica". Os que diziam que não precisava de cuidado, eram científicos. Agora eu vi que os produtores do Rio Grande do Sul estão entrando na justiça contra o Monsanto porque não suportam mais pagar os *royaltys*. Eles estão entrando por uma questão ideológica ou uma questão científica? Na época eu achava que era científico, que se tivesse cuidado, porque não se tinha certeza em relação. É só para que a gente tome esse cuidado, porque é muito difícil manejar essa linha do que é científico e o que é ideológico, porque no meu entendimento são muito científicos os dados relevantes que estão sendo colocados aqui. Por quê? Incentivos fiscais, cientificamente a gente consegue encontrar nas planilhas de custo do governo, a gente consegue encontrar isso. Qualquer historiador, qualquer pessoa ligada aí à sociologia rural, os economistas, vão encontrar.

É só esse apelo que vos faço, porque eu acho que a gente pode divergir no mérito, no mérito, dados que são dados, visão contra visão, mas não que uma é ideológica e a outra é científica.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Veja o seguinte, há um visível confronto, um confronto de natureza ideológica, que é o agronegócio contra o meio ambiente. É um confronto. Então eu acho que não é por aí que nós vamos encontrar o ponto de equilíbrio que nós buscamos. Eu acho o seguinte: o incentivo para o agronegócio não é uma invenção do Brasil. No mundo inteiro a competição se dá com o agronegócio sob a proteção do agronegócio nos outros países. Na Europa, nos Estados Unidos, em todos os lugares o agronegócio tem os serviços, porque é a forma de competição que se assegura a esses países. E o Brasil, se não conceder os incentivos para o agronegócio, obviamente vai enfrentar uma dificuldade de concorrência que é extremamente penosa para a sua competição.

SR. SÉRGIO LEITÃO: Senador, se o senhor me permite, só para esclarecer, para não parecer que eu dei uma informação errada, eu não tenho nada contra o incentivo ao agronegócio, pelo contrário, eu fiz questão de reconhecer o papel que a agricultura fez; eu sou cearense, eu só quis dizer que a discussão do incentivo não pode estar desligada de condicionantes no empréstimo. Se eu for pedir um empréstimo à Caixa

Econômica, a Caixa me diz: "Você tem que cumprir essas e essas obrigações". Então eu só quis ressaltar e realçar que esses dois pedaços fazem parte da mesma discussão, eles não precisam estar dissociados, como se ao se pedir condicionante a gente quisesse criar constrangimentos ao agronegócio. Seria isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que o ponto de equilíbrio aí tem um nome: se chama sustentabilidade.

SR. SÉRGIO LEITÃO: Concordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quer dizer, essa é a divisória que nós temos que seguir. Dentro dessa divisória nós temos que reconhecer o papel do agronegócio, é um segmento dos mais importantes da economia brasileira, são 34% do PIB que estão aí, então é questão de assegurar essa premissa em todas essas decisões, na decisão da Amazônia e fora da Amazônia também. Até nos assentamentos fundiários, no meu Estado, a questão ambiental tem sido objeto de grande questionamento, especialmente por parte do Ministério Público. Faz-se um projeto de governo, governo que tem compromisso com a questão ambiental e tudo, e, de repente, enfrenta grandes problemas ambientais lá dentro. E, às vezes, as exigências ambientais realmente acabam até prejudicando a execução do projeto de um determinado assentamento; isso eu estou cansado de assistir e mediar.

Mas vamos seguir, então, ouvindo os demais expositores. O próximo é o Lázaro.

SR. LÁZARO DOBRI: Eu já vou começar dizendo que sou contra o agronegócio porque ele é concentrador, porque ele acumula capital e não distribui renda, porque no Brasil mesmo o PIB tão alto tem uma parcela muito grande da agricultura familiar nesse PIB também. Mas é importante o debate e eu acho que o Senador Valter está de parabéns por ter aberto e o Brasil tem essa vantagem: nós podemos estar aqui hoje; só no Brasil isso acontece, podendo estar discutindo e colocando pontos divergentes.

É uma pena, Senador, que a gente tenha que ouvir uma Senadora dizer que isso aqui é uma palhaçada, como nós ouvimos aqui dentro de um Senado, onde nós estamos discutindo pontos... Não sou ambientalista, sou um produtor familiar e posso dizer cientificamente que eu tratei e criei a minha família em cima de dois alqueires de terra. Então, por isso, a concentração de terra não traz riqueza e nem traz crescimento para o País não.

Alguns pontos que nós anotamos aqui. Primeiro, nós não estamos tratando de área de assentamento; nós estamos tratando de áreas invadidas, ocupadas. Eu digo para os senhores: cheguei em Rondônia há quase trinta anos e se nós quiséssemos pegar um pedacinho de terra, nós tínhamos que ocupar áreas, porque já estavam todas invadidas. Quem é que invade a terra, é o grande ou é o pequeno? Eu acho que a gente tem que pautar isso, porque quando o pequeno entra é invasor; quando o grande tem a terra, ele é o dono legítimo e legal pela Constituição. Para quem é essa Constituição? Quem fez essa Constituição que o pequeno não tem direito a ter o seu pedaço de terra?

Quando nós estamos falando aqui que vai beneficiar o grande, é porque 55% dos ocupantes de terra na Amazônia ocupam até um módulo fiscal, 55%. 6% ocupam 81% dessas áreas ocupadas. Vai beneficiar a quem? Ao pequeno? Discurso aqui no Senado é muito bonito, dizer que em assentamentos, que hoje não tem mais morador lá dentro, mas quem questionou isso, que o governo não faz, foi o Governador do Estado e não fez, lá nos assentamentos, lá no campo, o que precisa ser feito. Então por não ter mais beneficiários da reforma agrária lá nesse assentamento é porque não teve política pública; a culpa não é dele por terem saído. E uma forma de se concentrar é não colocar política pública naquelas áreas, é não colocar políticas públicas, porque se colocar não sai; se colocar educação, colocar saúde, colocar estrada, colocar preço mínimo na produção, colocar assistência técnica, não sai, não sai. Agora jogar lá, como sempre foi feito, sem estrada... Eu sou beneficiário da reforma agrária e abandonei o meu lote porque nós ficamos quinze anos sem estrada. Foi trabalhar de ameia e comprei dois alqueires de terra para criar a minha família, Senadora. Por isso. Meus filhos tinham que estudar. O que adiantava eu ficar quinze quilômetros sem estrada, longe a oitenta quilômetros da primeira cidade?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Foi isso que ele falou [ininteligível].

SR. LÁZARO DOBRI: O que é que adianta eu ficar? Hoje tem um que está terminando uma faculdade, a minha esposa se formou agora, em cima de dois alqueires de terra. Então vai beneficiar os grandes.

Eu quero dizer para os companheiros do MDA, Senadores, Deputados, políticos, proprietários, com todo o respeito, que eu peço desculpas pelo que eu vou dizer, se estão defendendo essa proposta ou o Brasil está errado ou nós estamos errados, estamos no lugar errado, porque beneficiar o pequeno e beneficiar o Brasil é redistribuir terra, não é legalizar as ocupações e o que tem sido feito no Brasil ao longo da história. Nós temos região no Estado de Rondônia, nós temos região no sul do Pará, no sul do Amazonas, onde têm cooperativas de terras e as propriedades são mil e quinhentos, mil hectares. Quem é esse povo? Moram lá? Não. No Estado de Rondônia tem

cooperativas de fazendeiros do Estado de Rondônia que estão invadindo terra no sul do Amazonas e serão legalizadas. Conforme está a Medida Provisória, será legalizado. Então alguma coisa está errada, alguma coisa está errada. Não ouviram os movimentos sociais, não buscaram alternativas. Como é que nós vamos discutir regularização fundiária desligada da questão ambiental, desligada das outras práticas na agricultura? Agora entregar título de terra resolve o problema? O Deputado Anselmo ontem falou uma coisa na CONTAG muito séria: se quiser distribuir título, vai para uma gráfica, faz um bloco de título e sai jogando; aquele que pegar é dono. É o que está acontecendo com essa Medida Provisória.

Então nós não vamos concordar com essa prática. Eu volto a repetir aos companheiros do MDA, ao Ministro que deveria estar aqui e que nunca está nos debates que a gente precisa que ele esteja: a CNA está defendendo uma Medida Provisória, Medida Provisória que sempre foi questionada. Parabéns pelo questionamento com relação às Medidas Provisórias, mas ela está defendendo no campo, para o campo, uma Medida Provisória com um pano de fundo; pano de frente é uma coisa, mas lá no fundo é outra coisa. O que nós pedimos para os Srs. Senadores que estão presentes: procurem ver a realidade real do que vai acontecer. Peguem, por experiência, uma região ou uma gleba, façam um levantamento e vejam quem está lá dentro dessa gleba, se é pequeno ou se é grande, se quem será beneficiado vai ser o pequeno ou será o grande.

A CONTAG, quem defende agricultor familiar no Brasil é a CONTAG. Nós defendemos agricultores familiares e temos a consciência de que fazemos a nossa parte muito bem. Participamos, também, com acampamentos, participamos com mobilizações, participamos com ocupação de terra, porém, não ficamos em mídia e nem queremos ficar. Agora o que nós não podemos aceitar é que deste governo... De outro até a gente engoliria, mas esse governo dizer que isso é fazer regularização fundiária pensando no social, comparando isso com o Território da Cidadania, é estar brincando com os agricultores e agricultoras familiares da Amazônia. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Lázaro, eu sou obrigado a manifestar a minha divergência também em alguns aspectos. Em primeiro lugar, eu acho o seguinte: matéria controvertida e que não tenha aquela característica da relevância e da urgência, e a característica da relevância e da urgência está associada, indissoluvelmente, às questões não previstas.

SR. LÁZARO DOBRI: Eu concordo com o senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aquelas questões que surgem às vezes até por uma imposição da natureza. Então essa questão aqui, ela se insere dentro desse debate. Tem que discutir mais, fazer o que nós estamos fazendo aqui com a maior abertura possível para que erros que têm sido cometidos até agora não venham a se cometer num momento em que se propõe fazer uma transformação tão grande e numa região tão delicada como é a região da Amazônia, a Amazônia Legal. Então o meu entendimento é esse. Eu concordo contigo num aspecto: a importância da agricultura familiar. Tão importante quanto o agronegócio, a agricultura familiar tem um lugar de destaque na economia, porque ela responde, se eu não me engano, por 10% do PIB também. Então é um segmento importante. Mas discordo de uma questão: não há nenhuma incompatibilidade entre o agronegócio e a agricultura familiar. Na minha avaliação, a grande virtude da reforma agrária, ela só cumpre a sua finalidade se ela fizer uma transformação na vida do lavrador: se ela transformar o lavrador sem terra em produtor rural; se ela fizer isso, ela está promovendo a inclusão social. Aí sim ela estará cumprindo o seu desiderato. Fora disso aí é enganação. E, infelizmente, o projeto de reforma agrária que está em curso no Brasil, se nós fizermos um levantamento - e ninguém tem esse levantamento - sobre os resultados que ela tem produzido agora dentro desse enfoque da inclusão, dentro desse enfoque da transformação do lavrador, do simples lavrador em produtor rural, se fizer essa avaliação, eu tenho dúvidas dos resultados que serão produzidos.

Vamos então seguir o nosso debate. Pela ordem falou o Carlos Guedes.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Eu quero, Presidente, mais uma vez parabenizar pela condução dos trabalhos, porque eu acho que essa Audiência vai ser muito elucidativa em vários aspectos, em vários pontos, inclusive no que concerne ao aperfeiçoamento do programa e da própria Medida Provisória. Então, pensando em ir pontualmente nas observações dos Senadores para que nenhuma questão fique sem resposta, obviamente que tivemos questões coincidentes nos debates, então eu pretendo vencê-las uma a uma e, naquelas que possivelmente já tenha me reportado, não vou repetir.

O Senador Renato Casagrande fez uma observação muito pertinente sobre os mecanismos de controle e monitoramento na emissão ou do que vai acontecer com os beneficiários do Programa Terra Legal. Essa é uma questão que nós viemos trabalhando constantemente, desde a elaboração da Medida Provisória e mais agora na operação, no conjunto do governo, en-

tão as cláusulas resolutivas são sim um instrumento real de regulação do comportamento de quem vai ser beneficiado pela Medida, e do ponto de vista operacional, já destaquei anteriormente aqui da integração de ações entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Meio Ambiente, que temos hoje um conjunto de instrumentos da época da Ministra Marina, esses instrumentos foram constituídos, dos trabalhos do INPE na questão do controle do desmatamento, bem como nós temos um conjunto de informações, como já destaquei, em especial na produção familiar, na própria atuação do PRONAF em apoio a esses agricultores. Soma-se agora a esse trabalho que nós estamos desenvolvendo a parceria que nós fechamos internamente no governo com o Sistema de Proteção da Amazônia, o SIPAM. O Programa Terra Legal ficará situado dentro do SIPAM, não só em Brasília, mas como nos centros regionais que o SIPAM tem colocado nos Estados e o objetivo fundamental é que nós avancemos não só no trabalho de campo, de auditoria, de acompanhamento do pós-título, mas, fundamentalmente, no trabalho de inteligência daquilo que tem acontecido do ponto de vista dos impactos e das consequências da regularização fundiária. Nós sempre dizemos que não adianta nada nós cumprirmos uma meta de duzentas, trezentas mil posses regularizadas, se isto resultar no aumento do desmatamento, no aumento da grilagem. Então o Programa Terra Legal fracassou do ponto de vista da sua atuação. Então não tem sentido nós iniciarmos uma ampla regularização fundiária, acelerarmos um processo de regularização fundiária, que já vinha sendo feito pelo INCRA. O ato que nós tivemos ontem no Estado do Amazonas, ele foi um exemplo concreto de algo que já vinha acontecendo. Mas qual era o grande problema? É que as exigências para a regularização fundiária de produtores pequenos na Amazônia, era igual de um produtor de Ribeirão Preto e as condições completamente diferentes. Por isso que nós alteramos e por isso que entendemos que a Medida Provisória tem um sentido de urgência, porque ela só consegue ter efetividade, a regularização fundiária, tratando de forma diferente os diferentes. Nesse sentido nós acreditamos que com a mudança do marco legal é possível, sim, avançar e acelerar o processo da regularização fundiária, chegando em quem precisa. E o momento é agora, Senador. Por quê?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deixa eu só te fazer um questionamento.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Veja o seguinte: o governo está no sexto ano e só agora que ele propõe essa mudança, certo? Imagine o seguinte: se há cinco anos atrás tivesse sido preparado um Projeto de Lei para assegurar o amplo debate sobre o mérito, e eu aqui concordo contigo, eu acho que, por exemplo, pelo pouco que eu conheço, pelo pouco que eu li sobre a Medida Provisória, eu acho que ela tem um conteúdo de mérito altamente defensável, extremamente justo. No entanto, o que eu acho é que não caracteriza a urgência por quê? Porque o governo teve seis anos e só agora que está propondo. Então você vê: no apagar das luzes, nós já estamos em mais da metade do segundo mandato do Presidente Lula, é que vem essa proposta. Então aí é que descaracteriza a urgência. Então não é uma medida urgente por quê? Porque o governo teve tempo, o governo teve a oportunidade. Não vai acontecer um desastre da natureza se, por acaso, retardar mais trinta dias, até porque passaram-se seis anos; é essa a questão.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Senador, a própria exposição que foi feita aqui relatou um histórico de esforços do governo de alteração no marco legal e aperfeiçoamento no processo da regularização fundiária; o próprio representante da CNA demonstrou isso. E nós vemos nos debates, quero destacar e aqui faço um registro importante, de que à luz da condução do último período da discussão do Plano Amazônia Sustentável, esse debate veio à baila e que este desenho de alteração no marco legal foi incorporado nesse conjunto do debate, ou seja, o governo veio acumulando, veio tomando iniciativas do ponto de vista da regularização. Chegamos a um momento aonde entendemos que era necessário acelerar esse procedimento e aí sim aperfeiçoar novamente o marco legal. Por isso da noção de que é um processo de acúmulo constante porque, como já está dito aqui, nós não somos os donos da verdade, nós viemos aprendendo nesse processo. A condução do que foi destacado aqui anteriormente, o próprio Ministro Mangabeira Unger conduziu um debate dentro do bojo do Plano Amazônia Sustentável, passou nos Estados e esse debate da regularização aconteceu. Não foi conduzido pelo MDA, não foi liderado pelo MDA; foi liderado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos. O nosso papel foi o papel de demonstrar claramente que a proposta que estava surgindo de regularização fundiária, essa sim era uma proposta que na nossa opinião não se sustentava. Por quê? Porque, primeiro, repassar as terras simplesmente para os Estados e que nós podemos ver que na estatística dos 67 milhões de hectares de terras da União a serem regularizadas os Estados têm mais de 100 milhões e também não conseguiram realizar a regularização. Nós temos que fazer um trabalho conjunto com os Estados, apoia-los naquilo que é necessário. Mas um exemplo,

Mato Grosso, nós temos muito menos problema com terra federal do que com terra estadual e por isso estamos dialogando com o Governo do Mato Grosso no sentido de identificar o processo da regularização. Então nós viemos num acúmulo, viemos alterando instrumentos de ordem legal, mas identificamos que para fazer uma regularização fundiária que não é exceção, não seja uma exceção, mas seja uma política a ser implementada, e aqui todos defenderam o mérito da regularização, isto é absolutamente necessário. Segundo, nós temos uma característica da Amazônia - e estamos vivenciando agora nesse último período também um período de cheias, de chuvas - na qual nós poderemos entrar em campo, temos condições de entrar em campo e entraremos junto com a Operação Arco Verde no mês de junho e nós teremos até outubro ou novembro para trabalhar. Então são elementos concretos que se a decisão é fazer - e ontem ficou muito claro no pacto dos Governadores com o Presidente da República, - a regularização, o momento é esse para fazermos. Então temos que enfrentar, exatamente nesse período nós estamos numa construção com os Governos Estaduais. Quero quitar aqui uma referência muito positiva que foi feita de que a regularização não tem um fim em si próprio, ela é uma ferramenta importante para o ordenamento territorial. É o desenho, por exemplo, que nós estamos modulando o programa a cada realidade. Por exemplo, o Governo do Acre nos propôs que fizéssemos a regularização e a atuação da regularização no entorno da BR-364, só que nós não vamos lá dar títulos a não ser por dentro de um projeto de ordenamento territorial construído com o Governo do Estado do Acre. Então o programa nos cria essas condições positivas. Assim como no Mato Grosso nós estamos discutindo com o Governo do Mato Grosso, que teve recentemente reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente um sistema de regularização ambiental, aonde nós poderemos com o georreferenciamento das posses, com a assistência técnica garantida, eles possam imediatamente encaminhar a sua regularização ambiental. Então são ganhos operacionais que nós tivemos nesse período do programa. Até registro, eu ouvi uma fala da Prefeita de Alto da Floresta, que é um município que vem sofrendo muito com esse processo, de que ela não acreditava que nós, em sessenta dias, pudéssemos estruturar o programa, apresentá-lo publicamente e organizar uma operação de campo. Eu acho que perdermos isso é muito pior do ponto de vista do resultado que pode ser gerado a partir desse trabalho que nós estamos desenvolvendo.

Então por isso que eu o parabenizo, Senador, mais uma vez pela condução, e trago elementos para a noção de urgência e de emergência do tema. Esse foi um tema muito debatido no bojo da atualização do Plano de Amazônia Sustentável, como eu já disse apresentamos divergências de mérito internamente dentro do governo, mas construímos uma síntese e essa síntese estamos em condições de defender em qualquer fórum, em qualquer instância de debate. Então basicamente em relação aos temas que o Senador Casagrande trouxe, pretendi responder dessa forma.

O senhor traz um tema muito importante também em relação ao georreferenciamento e a certificação dos imóveis. De fato, desde a criação da Lei 10.267, de 2001, nós também viemos acumulando e entendendo formas de poder acelerar o processo de georreferenciamento e certificação dos imóveis. Eu posso lhe dizer com toda a segurança: não interessa para nós, seja no INCRA, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, protelarmos processo de certificação de imóveis. Um exemplo disso é que o georreferenciamento que nós vamos fazer da regularização fundiária na Amazônia, todo ele será terceirizado, todo ele será contratado. Agora o que nós estamos discutindo concretamente é o seguinte: é que nós criamos regras tão perfeitas do ponto de vista do georreferenciamento que cria mesmo uma reserva de mercado, um nicho, poucas empresas têm capacidade de execução do trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pois é, aí é que está, a norma técnica para o georreferenciamento, ela tem traços de simplicidade. Ela assegura ao profissional o direito de fazer o georreferenciamento desde que ele seja um profissional habilitado. Agora a habilitação é um calvário. Eu fui conversar com o Ministro e, diga-se de passagem, o Ministro recebeu bem a proposta que lhe fiz para fazer uma parceria com o Estado. Por quê? Porque a notícia que se veicula pelos quatro cantos é que o georreferenciamento é uma fonte de bandalheira dentro do INCRA. Então como eu fiz a indicação do superintendente do INCRA lá e eu quero exorcizar definitivamente essa pecha, eu sugeri ao Ministro que faça uma parceria com o Governo do Estado para colocar duas dezenas de profissionais à disposição do órgão a fim de que elimine de uma vez essa morosidade e, consequentemente, essa inquinação que se faz do INCRA. Ele aceitou e eu vou levar a proposta formalmente para que se faça uma experiência a fim de destravar essa área do INCRA lá do Estado. Eu vou lhe dizer mais uma: o INCRA de Mato Grosso do Sul é o que mais fez georreferenciamento proporcionalmente em todo o Brasil, é o que tem o maior índice de georreferenciamento feito, e no entanto existem milhares de processos que ainda aguardam uma definição e que tem lá dois anos, três anos de morosidade no órgão.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Senador, lhe garanto que não há interesse nem da direção do MDA, nem da direção do INCRA e nem dos servidores do INCRA de que esses processos fiquem paralisados, naquela linha de que nós podemos ter casos excepcionais, situações concretas, mas do ponto de vista da regularização fundiária da Amazônia, uma das inovações que nós estamos construindo com o setor é no sentido de que é possível que algumas possam ser georreferenciadas, mas as divisas naturais, elas têm mais valor do que a precisão de cinquenta centímetros, e o custo vai significativamente, ou seja, tem o leito do rio, todo mundo sabe que tem o leito do rio, e a exigência da norma hoje exige que a gente coloque lá uma estação total, que tem um custo altíssimo de deslocamento, e atrasa o trabalho por todas as inferências técnicas colocadas. Então nós estamos inovando na regularização fundiária da Amazônia e acredito que aquilo que nós estamos construindo com o setor para derrubar a reserva de mercado e manter a precisão, porque nós estamos tratando de questões de limites de propriedade, então nós temos que ter muita seriedade nesse assunto, muito cuidado, muito zelo nesse assunto, e o INCRA tem sido zeloso nesse assunto, para nós acharmos a equação de equilíbrio entre a precisão técnica, o custo dessa operação e que possa efetivamente resultar em um imóvel certificado.

A boa notícia é que o INCRA veio trabalhando ao longo desses anos e dos 67 milhões de hectares que nós fizemos referência aqui, 21 milhões de hectares, 21,7 milhões de hectares são glebas federais já georreferenciadas e por aí nós vamos começar, ou seja, esta é uma forma de nós acelerarmos o processo da regularização por quê? Porque já conhecemos os limites desses imóveis, já estão no processo da certificação desses imóveis pelo trabalho que o INCRA veio fazendo em anos anteriores, ou seja, nos garante que não haverá sobreposição de imóveis para realizar a regularização. E em 2009, fruto de acordos que o INCRA também fez com os órgãos estaduais de terra e com o Exército brasileiro, nós estaremos já georreferenciando os perímetros das demais glebas. Então o trabalho que a gente já vai estar fazendo é um trabalho na qual a gente trabalha naquela glebas que já está georreferenciada, de lá faz os destaques e vai preparando o trabalho do próximo ano, numa sequência que garanta a segurança de que aquele título que fora emitido é de fato de uma terra da União. Então eu queria dar esse esclarecimento para o senhor, porque eu acho que é um planejamento que a gente vem desenvolvendo e é um planejamento feito pelo INCRA que merece todo o nosso registro do ponto de vista de trabalho.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, é só uma questão: eu acho que a gente vai ter as notas taquigráficas que ficarão para todos os Srs. Senadores, que inclusive tiveram perguntas, mas por, talvez, problema de agenda não puderam ficar, então que as notas taquigráficas sejam encaminhadas a todos os membros da Comissão de Meio Ambiente e de Agricultura dessa Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Soê-lo-á.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu gostaria muito que pudessem ser respondidas as minhas questões, as que eu fiz.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Pois não, Senadora, eu vou fazer isso. Deixa eu localizar aqui.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Até diante da colocação que foi feita aqui de forma muito enfática pelo nosso companheiro Lázaro, da CONTAG, eu acho que é muito importante termos essas informações.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: A observação da ideia da ação integrada, Senadora, tem sido um princípio nosso do programa, até porque o programa tem como também princípio seu não constituir mercado de terras; o programa tem como princípio reconhecer direitos, auxiliar no combate ao desmatamento e combater a grilagem e isso nós não faremos sozinhos. Até eu dei um exemplo aqui de um trabalho que nós estamos desenvolvendo no Acre porque o sentido maior do trabalho que nós vamos fazer na 364 não será emitir títulos, será proporcionar que o Governo do Estado, no seu Plano de Ordenamento Territorial, possa fazer a locação e a relocação, se for necessário, das famílias que estão distantes cem, cento e cinquenta quilômetros da BR para poder fazer essa ocupação. Então obviamente que esse trabalho não é feito só pelo MDA e é essa a parceria que nós estamos casando e compondo conjuntamente com os demais Estados.

Eu queria esclarecer um ponto que foi também destacado sobre a preocupação da fragilidade do procedimento proposto. Eu acho que esse talvez seja o tema mais recorrente aqui no debate, eu queria fazer questão de esclarecer esse ponto. Em primeiro lugar, nós fizemos sim uma opção de fazer um cadastramento declaratório, seguido do georreferenciamento de todos os imóveis que estão se apresentando, e quando você analisa isso casado, que nós vamos começar o trabalho com glebas já georreferenciadas, nós vamos ter condições de identificar quem quer se regularizar e quem não quer; esse é um primeiro aspecto importantíssimo. Segundo aspecto importante: a vistoria, na nossa concepção, ela deixa de ser uma obrigatoriedade, passa a ser uma faculdade e nós estamos criando critérios concretos para que até em áreas até quatro módulos

façamos a vistoria. Então, por exemplo, municípios da Operação Arco Verde, que é a nossa parceria que nós estamos desenvolvendo aqui com o Ministério do Meio Ambiente, nas áreas identificadas que foram foco de calor, que foram as áreas dentro do município, que levaram o município para a Operação Arco Verde, para a operação Arco de Fogo, nós vamos fazer sim a vistoria em todos os imóveis, todos os imóveis; nós não queremos ter nenhuma dúvida de quem nós estamos regularizando naquelas áreas.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Isso não está na Medida Provisória?

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Não, não está na Medida, por isso que eu falei que é uma faculdade, não uma obrigatoriedade, e compõe uma estratégia operacional de governo; é isso que eu estou esclarecendo de uma forma muito contundente. Segundo, municípios que têm terras da União e que foram objetos de conflitos agrários nos últimos cinco anos, pelos relatos da Ouvidoria Agrária Nacional, nós também faremos as vistorias nos locais onde aconteceram os conflitos; também não queremos de nenhuma forma termos qualquer tipo de dúvida sobre o título, sobre a regularização que está sendo emitida. Agora nós conhecemos, dentro da Amazônia, um conjunto de áreas que, mais do que os cinquenta centímetros de precisão, é aquela relação de quarenta, cinquenta anos que estabelece os limites entre os ocupantes, entre as pequenas posses. O Marajó tem sido um exemplo de um trabalho que a Secretaria de Patrimônio da União está desenvolvendo num diálogo com os ribeirinhos e está conseguindo acelerar a regularização a partir dessa questão; não precisa colocar os cinquenta centímetros. Dialogando com os trabalhadores rurais, com os ribeirinhos, que consegue identificar os imóveis a serem ocupados. Então essa ideia de equilibrar--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Agora em relação a esses que historicamente estão ali assentados, não é o problema.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Exatamente, Senadora.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): O problema é com aqueles que estão na zona cinzenta e o Relator ainda fez uma Emenda que estende o período não só até 2004, mas até 2009; é regularização de grilagem mesmo, porque lá os marajoaros, em 1968, quando eu desci no Navio Augusto Montenegro, eles já estavam lá. Esses não são o problema; o problema são esses até 2009, como está aqui.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Exatamente, por isso que nós constituímos operacionalmente esses critérios, estamos trabalhando junto com o Ministério do Meio Ambiente e com o SIPAM, por isso que no projeto original e uma boa notícia é que o Relator reconhece a necessidade de manter 2004 como limite da ocupação, eu acho que a partir dos debates acontecidos no Congresso Nacional o Relator está se aproximando da proposta do Governo--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Posso interrompê-lo?

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Como vocês estão enxergando essas medidas todas, essas mudanças todas, em face dos cortes que estão sendo impostos ao orçamento?

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Então uma boa notícia, Senador, é de que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a partir de Emendas, a partir de recursos já do orçamento do próprio INCRA, que é o nosso órgão operacional, que vai nos auxiliar nesse trabalho, a decisão do Ministro Guilherme Cassel é que nenhum centavo da regularização fundiária - e nós estamos no orçamento do INCRA com 70 milhões de reais só para contratação de equipes terceirizadas de georreferenciamento -, nenhum centavo desses será contingenciado. Eu posso confirmar isso com o que nós fizemos ontem no Amazonas, na qual nós depositamos na conta, o INCRA depositou na conta do Instituto de Terras do Amazonas 5,5 milhões de reais para que o Estado do Amazonas possa continuar o seu processo de regularização fundiária, ou seja, a decisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário é garantir que o ciclo completo da regularização aconteça: o cadastramento das posses, o georreferenciamento de todas as posses, a eventual vistoria por esses critérios que nós estamos destacando e a titulação com muita segurança. Esses são os elementos que eu queria colocar.

Uma outra questão que a Senadora trouxe e que de fato é um aspecto relevante do ponto de vista da informação, sobre a composição das áreas. Então nós vamos ter, Senadora, mais segurança agora quando nós formos a campo(F), mas desses 21 milhões de hectares que nós estamos iniciar o trabalho, nós já sabemos que mais de 50% dessas áreas são ocupadas por posseiros, até quinze módulos, ou seja, nós teremos um trabalho nos outros 40% forte a ser feito e esta é a decisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de que essas terras que não são passíveis de regularização tenham que ter outro destino. E é por isso que nós estamos dialogando com os demais Ministérios, inclusive com o próprio INCRA, sobre a destinação dessas terras; só faremos regularização quando o Serviço Florestal Brasileiro nos disser: "Não temos interesse nessa área porque é uma área consolidada", quando o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade nos disser: "Não temos interesse nessa área porque

não tem característica de unidade de conservação", quando o INCRA nos disser: "Não vamos fazer projeto de assentamento, ali tem uma característica de regularização fundiária", e aí nós entraremos não só com a regularização daqueles que se apresentaram, que tiveram o interesse de regularizar, como atuar em conjunto com o INCRA, que é o órgão fundiário, que é o órgão responsável pela reforma agrária, na retomada desses imóveis e a sua possível destinação. O que nós não podemos é continuar num ambiente de inação e verificar essas situações ocorrendo. Essa, na nossa opinião, é a equação que estamos conseguindo construir dentro do governo de uma forma operacional casada e que eu confio muito, Senadora, na perspectiva da criação tanto do grupo intergovernamental que foi criado quanto nos grupos estaduais que nós estamos criando, inclusive o de acompanhamento e controle social com presença do Ministério Público Federal e Estadual, de que de que qualquer irregularidade dentro do programa possa ser imediatamente constatado. Erros nós vamos ter obviamente no processo, mas a vantagem dessa vez é que os nossos erros poderão ser vistos por todos e todos poderão nos apontar e nós corrigirmos aquilo que for necessário.

E o que eu tenho ouvido, principalmente dos meus colegas do INCRA, quem é servidor do INCRA aqui me conhece, eu fui superintendente nacional do INCRA antes de ser servidor, prestei concurso do INCRA por vontade própria, porque acredito na instituição e acredito na missão em Belém do Pará, onde eu prestei o concurso, e o que eu tenho ouvido dos servidores do INCRA é que é um grande momento que nós podemos fazer a regularização casada com a reforma agrária e, dessa forma, o INCRA demonstrar claramente que é um órgão que tem consistência para tocar as questões fundiárias do nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Agora o Paulo, do IMAZON.

SR. PAULO BARRETO: Senador, eu acho que eu vou começar tentando responder a sua pergunta sobre a urgência dessa questão. Eu não sou especialista em processo legislativo, mas essa é uma questão urgentíssima e relevantíssima. A questão é qual é o mecanismo apropriado para tratar dela. Eu ouvindo aqui o Lázaro, por exemplo, que representa a CONTAG, que é um dos órgãos que supostamente seriam mais beneficiados com esse tipo de medida, ele está dizendo que o processo não teve uma consulta suficiente, eu acho que é um indicativo do problema da gente ter uma Medida Provisória, pois não tem um tempo, um processo suficiente para essas consultas. E, também, o outro indício disso é que a gente está discutindo aqui, mas já tem um Decreto que regulamenta e tem questões essenciais que precisam ser discutidas.

Uma questão que apareceu hoje aqui muito interessante e duas semanas atrás em São Felix do Xingu foi também muito interessante, é qual é o preço justo da terra na Amazônia? Os fazendeiros lá dizem que eles têm que receber a terra de graça mesmo, que o governo tem que só cobrar o custo do processo, que eles merecem terras de graça. A Senadora Kátia Abreu acabou de dizer isso aqui também. "Eu não quero uma terra na Amazônia, eu quero ações do Banco do Brasil". Pode ser; se o povo, se cada um vai receber patrimônio público, a gente tem que escolher o que a gente quer fazer. Então eu acho que tem um problema nesse conceito, que as pessoas vão ter que ter terra de graça enquanto o valor da terra--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PAULO BARRETO: O valor da terra nua, que foi colocado aqui, eu acho que essa é uma discussão fundamental: qual é o preço justo? A gente não entrou aqui numa discussão sobre isso e tem que ter um detalhamento de qual é o preço justo da terra, qual é a base para se calcular isso. Então esse é um tipo de debate e tem que ter realmente uma metodologia científica que seja apresentada; qual é o preço justo da terra? Não é de graça. Então tem que ter alguma razão, alguma metodologia. Isso não tem sido discutido, tem sido colocado que é uma planilha. E qual é a planilha então? Isso tem que vir para o debate, porque é uma parte central.

Foi colocado que não tem invasor na Amazônia, não tem grilagem. Esse é um debate que é crucial também, a Senadora Marina colocou muito bem, dividir o joio do trigo. Quando começa esse debate na Amazônia, todas as pessoas começam a falar: "Eu vim para cá porque eu fui incentivado e tal". Realmente muita gente foi para lá porque teve algum incentivo e essas pessoas merecem realmente ter o seu direito de propriedade assegurado, agora você tem que ter critério para dividir, separar esse joio do trigo. Têm algumas metodologias possíveis para isso. Como é que isso pode ser feito? Foi citado aqui alguns documentos de pessoas que já têm contratos do passado, ou seja, o governo até determinado momento tinha uma política, iniciou contratos e isso ficou para trás. Então você pode considerar. Tem que ter um mecanismo claro, tem que definir isso, isso não está muito claro nos debates, isso fica perdido. Aí de um lado fica a impressão, eu acho que a Senadora Marina também colocou, de um lado de inocência ou de injustiça, ou não tem grileiro ou todo mundo é grileiro. Então isso fica muito confuso

se não tiver critério claro; isso tem que ter mais debate para ficar claro.

O aspecto, por exemplo, de ter condicionantes em relação ao contrato que vai ser feito, se tem cláusula resolutiva ou não, eu sou favorável que as pessoas tenham o seu título e tenham o direito de vender a terra, agora se a pessoa está recebendo de graça a terra, você vai ter que ter algum condicionante, que foi o tipo de proposta que foi colocado aqui. Também se vai fazer um contrato de vinte anos, tem que ter condicionante, agora se a pessoa vai pagar à vista, imediatamente, aí as restrições ambientais vão estar asseguradas com a reserva legal, com outros mecanismos, isso poderia não ser necessário os tipos de condicionantes que foram colocados, porque já estão estar em outras condicionantes, por exemplo, no Termo de Ajuste de Conduta em relação à reserva legal, por exemplo, que é separado do título.

Então eu acho que têm muitas questões ainda a serem debatidas e que a gente não esgotou hoje aqui. De fato a apresentação mais detalhada quem fez do projeto não foi uma pessoa do governo, foi o representante da CNA, até parabéns, que colocou vários das questões. Eu acho um absurdo que não foi feita uma apresentação mais detalhada do projeto, dos detalhes que foram necessários. Então eu acho que ainda tem bastante coisa a ser discutida e merece ainda mais outras consultas, ter consultas regionais, inclusive. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Egon.

SR. EGON KRAKHECKE: Senador Valter Pereira, eu quero me somar às manifestações dos outros participantes desse debate, desta Audiência Pública, destacar a importância e a relevância da discussão do tema; o tema é da mais absoluta relevância realmente. Creio que não há nenhuma dúvida quanto à relevância, eu acho que todos os que aqui se manifestaram não tem dúvida, nesse critério da admissibilidade creio que não há dúvida, a dúvida está mais em relação à questão da urgência.

Eu não sou da área, isso é uma questão muito mais de técnica legislativa do que um problema para agrônomo estar se manifestando, mas eu queria reportar algumas coisas, algumas questões com as quais eu queria fazer uma ligação na fala do Sérgio Leitão, de que embora a gente reconheça a importância que tem para a economia brasileira o agronegócio, como também a agricultura familiar tem uma contribuição importantíssima, sobretudo na produção de alimentos, é importante também que o setor reconheça o que é feito para ele. O que destacou aqui, o Sérgio(F), os incentivos que têm sido concedidos, todo o estímulo que tem sido concedido ao setor, e também é importante que o setor reconheça a contribuição que teve para o avanço de um modelo que é predatório de fronteira agrícola. Em todos os biomas brasileiros se repetiu um modelo de avanço predatório. Em todos eles. O que estamos assistindo na Amazônia nós vimos acontecer com a Mata Atlântica, nós vimos lá em Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste acontecer com o Cerrado, na Caatinga, no Pampa, se repete em todos eles.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nas fraudas do Pantanal.

SR. EGON KRAKHECKE: Nas fraudas do Pantanal, agora com a cana querendo entrar lá também, na frauda do Pantanal, de tal sorte que é importante também o setor reconhecer que tem um débito aí; se tem um crédito, pelo que faz para a economia brasileira, mas também tem que reconhecer que teve uma contribuição sem dúvida muito significativa para a contribuição brasileira para o questionamento global, a gente não pode esquecer isso, pois o Brasil é um dos cinco maiores emissores de gases do efeito estufa e é a contribuição deste modelo predatório de avanço da fronteira agrícola, que é o principal responsável pela contribuição brasileira para o aquecimento global. O governo brasileiro está fortemente empenhado e assumiu compromissos hoje perante a Nação e perante o mundo de metas em relação ao desmatamento, às queimadas, de controlar esse processo; são metas pesadas que foram assumidas pelo governo brasileiro.

A questão do caos fundiário é o substrato sobre o qual vicejou a ilegalidade e a insustentabilidade deste modelo de avanço da fronteira agrícola, nós não podemos esquecer isso, e atacar esse problema, embora talvez tardiamente, isto já deveria ter acontecido há algumas décadas atrás, isso não pode nos impedir de tratar agora do tema realmente com a relevância e com urgência também desse tema. Cada dia que nós adiamos na solução, no desate deste nó, do nó fundiário, significa um ônus a mais na contribuição brasileira para o aquecimento global; vou me restringir a este aspecto, porque há outros problemas do ponto de vista ambiental, assoreamento de rios, a questão dos agrotóxicos, o pimentão agora é o grande vilão na questão do acúmulo de resíduos de agrotóxico, era o tomate, mas a nossa soja não está livre disso também, de acúmulo de resíduos, etc. Há uma porção de aspectos aí que precisam também entrar na análise para a gente poder estar discutindo um modelo realmente mais sustentável. Não dá para dissociar, como aqui foi bem enfatizado, dissociar a questão da regularização fundiária de um modelo todo que precisa tomar uma outra direção, um outro rumo; por isso que o governo está empenhado de associar essa medida com um

conjunto de outras providências que possam trabalhar nesta linha de promover uma gradativa transição de um modelo que não é sustentável para um modelo que tenha efetivas bases de sustentabilidade, sustentabilidade ambiental, mas, também, sustentabilidade social, claro que pressupõe também a sustentabilidade econômica, evidente que nenhum modelo se sustenta se ele não tiver sustentabilidade econômica.

Eu fiquei um pouco preocupado com os dados trazidos pelo Barreto sobre a questão da tecnificação da pecuária na Amazônia. Aparentemente isto navega contra a tendência no mundo todo e nas outras regiões, nas regiões, vamos dizer assim, de produção mais tradicional da pecuária no Brasil. Eu gostaria até de conhecer um pouco os detalhes desse estudo, porque a lógica com a qual nós estamos trabalhando no governo é exatamente essa: ao invés de avançar horizontalmente, nós temos que aprofundar a produtividade, a produção e etc., não avançar neste modelo. Eu acho que na mesma área que está aberta hoje, dá para recuperar áreas que estão degradadas além daquilo que deveria estar e ter uma produção igual ou maior do que essa que nós temos; não é possível você estar trabalhando na Amazônia com uma média de lotação(F) abaixo de uma cabeça por hectare, 0,7 cabeça por hectare; isso não tem sustentabilidade. A produção extrativista pode ser mais rentável do que a pecuária, essa pecuária extensiva. Ela é muito pouco, ela produz muito pouco. Se nós pudéssemos fazer uma conversão para um modelo realmente, e é nesse sentido que evidentemente o Governo Federal está se empenhando, os Governos Estaduais estão se mostrando parceiros nisso, os municípios, sobretudo os quarenta e três municípios que estão hoje na lista dos maiores desmatadores, eles estão com uma disposição muito grande de trabalhar. Nós estamos indo lá na ponta, a gente está verificando isso, eles querem sair dessa condição e eles estão aceitando de muito bom grado a oferta do Governo Federal e dos Governos Estaduais de ações que possam contribuir para que os municípios possam sair desta condição e ter um modelo mais sustentável.

Então eu acho que nós estamos, vamos dizer, enfrentando um desafio, eu diria que nós estamos agarrando o touro pelo chifre, um touro bravio, que é a questão da ilegalidade e da insustentabilidade lá na Amazônia. Eu pediria, inclusive, que o representante da CONTAG e o Deputado Anselmo pudessem rever um pouco essa ideia de revogar a Medida Provisória, embora reconhecendo a importância do debate. Eu reconheço a importância do debate, é absolutamente relevante, mas espero também aqui que mais debates sejam promovidos pelo Senado, além daqueles que a Câmara também já promoveu e nós participamos lá de discussões também com a Câmara; particularmente como representante do Ministério do Meio Ambiente eu quero me colocar à disposição dos movimentos sociais para a gente fazer uma discussão dentro daquilo que a gente ainda puder contribuir, creio que esta também é a disposição do Guedes, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e dos outros órgãos do Governo Federal que eventualmente estão envolvidos, outros Ministérios, de a gente poder discutir mais amplamente possível dentro do tempo que nos resta aí para fazermos esta discussão.

Era isso, em suma, que eu queria trazer e, por fim, ainda, lembrar que esse conjunto de medidas têm que dialogar entre si para cumprir um objetivo maior, que é a transição de modelo, dentro da linha inclusive que é da intervenção da Senadora Marina as medidas são articuladas, tem que se articular o ZEE, e eu queria ainda reiterar que é uma medida importante, não para retardar a regularização fundiária, mas para balizar a regularização fundiária onde ela existe, onde o zoneamento já existe. Eu acho que isso é importante e corrobora inclusive uma observação sua feita, Senador Valter Pereira. Era isso e muito obrigado pelo convite que o Ministério do Meio Ambiente recebeu para participar desse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu é que agradeço.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Antes de passar para o nosso último expositor, foi convidado também o Ministro Mangabeira Unger para essa Audiência? Teve alguma justificativa da ausência do Ministro?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ele mandou uma justificativa.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): É só para que não fique--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ele mandou uma justificativa. Eu não sei se convenceu a todos, mas mandou.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Qual foi a justificativa? Eu gostaria de saber.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou pedir para o Secretário trazer e nós vamos--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que seria fundamental a participação dele nessa Audiência. Mas tudo bem, é direito dele de--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Claro, aqui é a convite, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É a convite, não foi intimação e nem nada.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): V. Exa. tem toda a razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas eu acho que tem que aprofundar o debate.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu gostaria de saber a justificativa porque, geralmente, quando os Srs. Ministros não vêm mandam representantes e, quando não podem mandar, mandam uma justificativa para que fique também nos anais da nossa Comissão, das nossas Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É verdade. Agora o Anaximandro.

SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA: Senhores e senhoras, eu vou procurar me ater mais aos questionamentos e acho que se não responder alguma coisa de forma específica do questionamento, no andamento das outras respostas vão estar resolvidas, pelo menos parcialmente pontos do debate.

Bom, primeiro em relação ao que o Senador Gilberto Goellner colocou em relação à faixa de fronteira, a regularização dessas áreas, a validação dos títulos, lá é um pouco diferente. Eu acho que com isso aí o governo tem que se preocupar, já têm muitos anos que vem se arrastando essa questão, e como colocou bem a Senadora, antes de fazer essa titulação, no dia seguinte vai, faz a vistoria e verifica as condições de produtividade, se for o caso, para estar apta ou não aquela propriedade para a reforma agrária. Então isso aí é uma medida que tem que ser trabalhada e não é objeto de discussão agora.

Em relação ao Senador Jayme Campos, a questão das dificuldades do georreferenciamento, eu vou responder conjuntamente com a do Senador Valter, eu vou pular, vou diretamente para alguns pontos que a Senadora Marina Silva colocou. Em relação ao por que é que a MP não estabeleceu instrumento para alavancar as melhorias ambientais? Eu entendo, eu acho que o representante do MDA já respondeu, no sentido de que o art. 14 da própria MP prevê o contrato com as condições resolutivas e lá estão dez anos, então eu entendo que havendo passivo ambiental existe o prazo de dez anos, o prazo mínimo de dez anos para procurar solucionar os passivos ambientais eventuais que existam naquele imóvel que está sendo regularizado. Então eu acho que isso aí é uma medida pró-ativa, é o que realmente falta, existem muitas medidas coercitivas na questão ambiental, mas foram mais medidas pró-ativas que estimulam os produtores ou a recuperar ou a manter as suas reservas ambientais.

A título de esclarecimento, que a Senadora falou nos percentuais, seriam 51%, que o Lázaro até ratificou, de minifúndios, 30% de pequenos, de um a quatro módulos, e 10% de médios. Tal perfazem 90%, então, que seriam beneficiários da questão da Medida Provisória, que seria o objeto maior de atendimento. Aqui seriam os minifúndios, pequenas propriedades e médias propriedades, então daria 91% ao todo que estariam sendo contempladas e o restante, que seriam áreas não classificadas ou grandes propriedades, seriam objeto de outra política, que seria da análise ou não da reforma agrária, aí estaria(F) no cadastro do INCRA para fazer ou não uma outra política pública de reforma agrária. Então aí as propriedades, grandes propriedades, teriam que comprovar a questão de produtividade, etc. e etc.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Em termos de áreas também, como é que fica?

SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA: Seriam esses imóveis acima de quinze módulos rurais.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não, mas eu estou dizendo--

SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA: Ah, o tamanho médio?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): O tamanho da área. Para noventa qual é o tamanho da área e para os 10%, os 9%,l o tamanho da área?.

SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA: O volume está naquela planilha, mas eu acho que vai ser divulgado isso aí, eu não tenho agora de cabeça o tamanho, o quantitativo de quanto essas propriedades, 6% de grandes propriedades, detém do volume em hectares. Mas seria, como eu já falei, não objeto dessa Medida Provisória, mas objeto da apreciação do que está na Constituição Federal, no Programa da Reforma Agrária.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): O INCRA tem esses dados?

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Só para esclarecer, Senadora, sempre quando temos que fazer uma apuração do SNCR, que é o Sistema Nacional de Cadastro Rural, a gente tem que ter um cuidado, o pessoal do INCRA sabe disso, que às vezes estão lá dentro os próprios imóveis que o INCRA arrecadou e estão lá dentro às vezes imóveis grandes já destacados, como áreas de regularização de quilombolas. Então às vezes tem que fazer uma depuração nesses dados, mas é aquilo que eu lhe falei: dos 21,7 milhões de hectares que nós temos glebas georreferenciadas, 97% das posses estão com áreas até quinze módulos, mas elas perfazem em torno de 55% da área. Então sobre 45% da área nós teríamos que ter uma atuação

complementar apoiando o processo do INCRA, que é a sua atividade de destinação desses imóveis.

SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA: Bom, retomando, em relação ao mencionado pela senhora com relação a que a reforma agrária, a afirmação, melhor dizendo, que a reforma agrária é um saco sem fundo, nós acreditamos que a reforma agrária deveria ter começo, meio e fim, ou seja, os produtores que entrassem provenientes aí, os trabalhadores rurais para a reforma agrária, deveriam receber todas as condições de produção, além da terra e tal e etc., serem consolidados e emancipados--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Só fazendo uma reparação: eu disse que existiam pessoas que diziam que a reforma agrária é um saco sem fundo.

SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA: Perfeito, então nesse ponto vamos fazer uma correção. Achamos que existe esse movimento, esse ciclo de entrar na reforma agrária, voltar e por motivos diversos esse que é assentado sai, abandona o assentamento e, depois, retoma procurando mais terra, deveria ser parado e, sim, como eu coloquei: o ideal é que nós tivéssemos esse trabalhador que entra para a reforma agrária, ele se torna sustentável e depois passa para uma outra política pública, que seria a agricultura familiar, como já comentado aqui.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Senador, se o senhor me permite, só uma observação, eu não sei se poderia fazer, porque tem--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): O problema é que já começou a Sessão, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É, está começando a Sessão. Eu acho que nós vamos ter que fazer depois outras audiências. Mas, Senadora Marina, eu disse aqui para V. Exa. que ninguém convenceu das pessoas com as quais eu conversei, e eu quero ver se V. Exa. se convence com a explicação. Ele diz aqui que se sentiu muito honrado e tal com o convite, etc. e etc. "Na oportunidade levo ao conhecimento do Sr. Senador e dos demais membros da Comissão que, em razão de preocupações que lhe prefiro explicar pessoalmente, rogo desculpar-me de atender a esse convite". V. Exa. está convencida?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Depois, se V. Exa. quiser compartilhar comigo a explicação, talvez eu me convença [risos], mas fica a critério de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está certo. Eu acho que o debate não se encerra aqui. Eu acho que vai ter ainda algum pano para a manga ainda.

Anaximandro, você estava concluindo.

SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA: Bom, Senadora, em relação à visão integrada para o desenvolvimento sustentável, a gente acredita que os dispositivos principais aqui da Medida são um alicerce, pelo menos o início para que se consiga isso.

Com relação aos pontos do Senador Valter Pereira em relação à urgência e à relevância da Medida Provisória, com a sua licença nós concordamos que ela é urgente sim, ela tem característica e justificariam, principalmente pelo fato social, a forma como ela está sendo apresentada. Primeiro, em relação a que ela vai propor segurança jurídica, onde hoje existe insegurança jurídica, total insegurança jurídica e isso vem alimentando mais conflitos. Quem é vizinho vai e invade do outro porque diz que ele não é o dono, quem não tem o título não pode pegar crédito, não pode pegar um Plano de Manejo Florestal no órgão ambiental, então há um círculo vicioso. Como a edição do Decreto lá da área do Arco Verde você tem a produção embargada, então não se consegue coibir o desmatamento. As ações do Decreto, do referido Decreto, não tiveram a devida eficiência porque apenas alguns produtores atenderem ao chamamento de fazer o cadastro, porque não existia nenhuma proposta pró-ativa de acenar com uma regularização que pudesse em definitivo por fim à questão. Então se isso não for feito vai estar alimentando mais conflitos e, como eu já disse, a questão é um fato social e daí a relevância.

Com relação à Lei de Georreferenciamento, já foi explicado aqui, não vou dar muitos detalhes, mas realmente é um problema sério. Em algumas superintendências nós temos visto dificuldades muito grandes do INCRA em cumprir, dar o título que é exigido no momento da transferência de titularidade, ou seja, dar a certificação do georreferenciamento que deveria aferir as condições da peça, se atende ou não aos requisitos das normas técnicas do INCRA, mas eu acho que o INCRA avança na análise da cadeia dominial e isso tem trazido muitos atrasos. Alguns produtores entram com mandado de segurança, ao entrar com esse mandado existe uma nova fila, a fila dos que têm mandado de segurança. Então isso daí é uma medida que a gente tem que conversar mais, que o governo tem que rever para adequar, aproveitar uma Lei que é muito boa, a questão do georreferenciamento, que é a Lei de Registro Público, com a redação dada pela Lei 10.267, de 2001.

O GEO proposto aqui, eu vejo que pode ser mais flexibilizado ou, se não o for, pelo menos está se partindo de terras que são públicas, terras da União, então já seria um processo naturalmente mais célere, então não justifica a demora que se aplica no caso aí. Então eu acho que são dois tipos de GEO: um que está sendo adotado por ocasião das transferências de titularidade e esse da regularização, que pode perfeitamente ser

muito mais rápido, porque a União é a própria dona da terra em questão.

Em relação aos pontos colocados pelo representante do GREENPEACE, eu acho também que há um grande equívoco, principalmente em termos de conceitos. Partiu-se do agronegócio. A CNA não representa o agronegócio, a CNA representa produtores rurais, pequenos, médios e grandes, aqueles que contratam, pelo menos têm empregados, ela representa, e, acima de dois módulos fiscais, isso que está na legislação, e o agronegócio é um conceito de 1950, do Goldberg, que falou que são todos aqueles que estão envolvidos antes da porteira e pós-porteira, aqueles que trabalham com insumo, aqueles que estão na porteira, que são produtores rurais, pequenos, médios ou grandes, depois a indústria e a distribuição, enfim, então isso aí é a cadeia, é o agronegócio como um todo. Então em função dessa parte conceitual eu acho que não se aplica ao que foi comentado. Em relação à frase "processo de arrancar concessão do governo", nós discordamos; não se trata disso, trata-se de uma questão social, é o fato social gerado lá atrás, há décadas, quase há cinco décadas. Não se pode resolver simplesmente por uma leitura única, isolada de concessão, não está se pedindo concessão, mesmo porque é claro: a MP está baseada na concessão gratuita, aí sim, para um módulo fiscal, que vai de 35 a 100 hectares, que isso respeita o instituto da legitimação de posse, e as outras áreas serão vendidas. Então não está se fazendo concessões. O que está se pedindo é um preço justo, nem ser o de mercado, porque aí tem a famosa antiguidade, a posse anterior, que é diferente da posse civil.

SR. SÉRGIO LEITÃO: Desculpa, só um aparte, mas quem pediu o preço gratuito aqui foi a Senadora, ela disse reiteradas vezes "não queremos pagar nada".

SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA: Não, ela falou que--

SR. SÉRGIO LEITÃO: Ela falou reiteradas vezes "não queremos ter custo".

SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA: É questão de interpretação.

SR. SÉRGIO LEITÃO: Não, não é de interpretação.

SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA: Por favor, eu não lhe interrompi na sua explanação, eu peço por favor.

SR. SÉRGIO LEITÃO: É da tradição da Casa conceder aparte.

SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA: Por favor, eu gostaria de concluir, mesmo porque em respeito aos que estão aqui ouvindo.

Vejam bem, eu vou esclarecer também na frente sobre isso em função do que o Paulo comentou. Então quem está lá, eu vou fazer desintrusão? - eu pergunto. Aí o governo vai ter que pagar as benfeitorias para quem lá está. Ele não é o dono da terra não, mas das benfeitorias é, as benfeitorias de boa-fé.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): O governo só faz isso quando é posse mansa e pacífica; ninguém está questionando aqui posse mansa e pacífica, que as edificações necessárias, enfim, todas aquelas categorias que estão lá na Lei, elas podem ser indenizadas. O que está se falando aqui é em relação ao joio, com todo respeito por joio, que em outros países faz parte da biodiversidade, não é o caso aqui do Brasil, mas aqui no Brasil é uma invasora. Então a gente quer combater as invasoras, literalmente falando, que é o joio, e mesmo quando se trata de que vai ser um processo oneroso, ter a licitação com preferência, preferencial. Quem é a outra pessoa que entra numa licitação já sabendo que tem preferência para quem está lá? Tem toda uma relativização que não se caracteriza como um processo oneroso mesmo, porque poucos eu acho que comparecerão para um processo de licitação, viu Dr. Guedes, quando já tem o mecanismo da preferência.

SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA: Eu acho que estamos falando dentro da mesma linha, que seria a posse mansa e pacífica, eu acho que aí conseguimos separar.

Bom, em relação ao que o representante da CONTAG falou, o Lázaro, em relação à questão da agricultura familiar, a concentração de terras, reforma agrária, aí novamente: são políticas distintas; nós estamos falando de uma questão da regularização, continua a reforma agrária, a política de reforma agrária, o Programa Nacional da Reforma Agrária, o Programa da Agricultura Familiar e outros tantos outros que beneficiam tantos os pequenos como os médios ou grandes produtores.

Enfim, a função social da terra vai estar presente, é o que está na Constituição, ninguém pode escapar da Lei Maior. Agora com relação a que vai beneficiar grandes produtores, me permita discordar novamente. Está clara a legislação, a MP, a legislação já diz que o que são, são pequenas e médias propriedades. E aí cabe uma ressalva: o que são grandes produtores? Mundialmente falando o que você tem nos Estados Unidos, na Europa, o conceito de agricultura familiar é aquele em que o próprio dono é o gestor do empreendimento, ele que toma as ordens e tal, etc., podendo contratar trabalhadores. E aqui não, aqui nós temos o nosso conceito diferenciado, adotado, que o agricultor familiar é aquele que é até quatro módulos, então é limi-

tado por área, quando no mundo inteiro é a questão de renda. Nos Estados Unidos você separa os agricultores que são familiares das grandes corporações, que são empresas jurídicas, que têm gerentes e tal, etc. São situações muito diferentes, então cuidado com esses conceitos. E aí eu digo: não vai beneficiar os grandes; vai beneficiar, como nós colocamos aqui, 90% e, dentro desses 90%, 51% de mini, 30% de pequenos e 10% de médio. Então não são grandes produtores.

Em relação ao que o Paulo comentou, achei interessante a parte do trabalho dele, principalmente das alternativas, e aí nós lembra situações que produtores querem adotar o Plano de Manejo, alguns já pensam em fazer isso, mas aí encontram o primeiro obstáculo, que é justamente não ter o título para ir nos órgãos estaduais de meio ambiente, conseguir a licença e fazer o manejo florestal. Não seria possível, aí volto, porque o Paulo rapidamente comentou também que teria a gratuidade, dar o título e pronto, acabou, que teria sido o que a Senadora comentou, isso seria impossível, juridicamente pelo menos, porque não existe a criação de um direito novo; o direito só existe se for derivado. Derivado de onde? Do público para o privado. Então tem que haver um destaque do bem público para o privado e se dar ou como está previsto na Lei, pela gratuidade, a transmissão gratuita de até um módulo, ou pela onerosidade que foi comentada. Agora o grau dessa onerosidade é que vai depender, que tem que ser exequível também, porque senão não se faz a regularização. E está previsto na MP a questão da antiguidade, que tem gente que está há anos lá na questão.

E, finalizando, o que o Egon comentou, o ZEE, nós estamos falando de áreas já estabelecidas, já consolidadas, posse mansa e pacífica há muitos anos. Então o ZEE, se for colocado, não pode obstar a titulação. Então primeiro titula e, depois, se for o caso, faz as devidas adequações para estimular ou não determinadas atividades de acordo com o que o ZEE indicar.

Então são essas as considerações gerais que eu tinha a fazer. Coloco à disposição a CNA para dialogar mais sobre o assunto, mas acreditamos que a Medida pode trazer mais benefícios e é um começo; talvez ela não contemple todas as vertentes, mas é um bom começo para um trabalho que é necessário para a resolução de um conflito social na Amazônia Legal. Então esse pontapé inicial é essa Medida Provisória. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu neguei ao Guedes a possibilidade de fazer uma intervenção final. Eu vou lhe dar um minuto e você faz a intervenção final que, certamente, é coisa curta mesmo que você tem para falar.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Eu queria chamar a atenção, porque eu acho que tem uma avaliação às vezes muito açodada sobre a situação dos assentamentos. O que a gente verificou nesse processo agora da regularização é que se misturavam assentamentos que foram criados há trinta anos atrás, numa outra situação, com assentamentos novos e que ainda estão no seu processo de maturação de implantação e desenvolvimento. Tem uma pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que demonstrou concretamente que os assentamentos criados acompanham, via de regra, a renda gerada da região, e muitas vezes a renda por hectare, ela se equivale dos imóveis já estabelecidos. O novo censo agropecuário está vindo e vai nos dar os elementos concretos para fazer uma avaliação, como o senhor diz, sem ideologias, fazer uma avaliação concreta. O que se comprovou nesse estudo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro é que essas pessoas viviam antes do assentamento numa situação muito pior. Então eu acho que esse é um elemento que o assentamento traz de generosidade, mas obviamente que ele precisa ser aperfeiçoado, nós precisamos avançar com políticas públicas, de infraestrutura, assistência técnica. Eu tive a experiência de, na superintendência do INCRA, trabalhar no ajuste de iniciativas nesse sentido, junto com a equipe do INCRA que está até hoje lá, com o Presidente Rolf, e esse é o espírito da forma que o Governo Lula vem implementando os assentamentos de reforma agrária. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Foi um minuto, você foi disciplinado. O Sérgio também quer fazer uma intervenção, também de um minuto.

SR. SÉRGIO LEITÃO: Só para responder a pergunta do Deputado [ininteligível] não exige a relevância e a urgência, inclusive pelo fato de que boa parte das descrições do representante do MDA sobre o que é necessário fazer para implementar a Medida Provisória, são providências que poderiam estar sendo adotadas desde sempre, porque tem a ver com discriminação de terra pública, tem a ver com processo de arrecadação. Portanto, isso não tem nada a ver com qualquer medida decorrente da Medida Provisória. E, também, pelo fato de que a própria Senadora Kátia Abreu, quando defendeu a urgência, falou justamente que era um fato social relevante em função de posses mansas e pacíficas e o representante aqui da CNA coloca justamente o contrário, que existe todo um processo de contraditório, de conflito que precisa ser dirimido. Por-

tanto, está claro que não tem relevância, muito menos urgência, e é preciso, inclusive, que do ponto de vista do Congresso Nacional, a Medida seja rejeitada, porque é um absurdo que se queira discutir uma Medida Provisória que já tem Decreto de regulamentação, transformando esta Casa apenas num carimbador de decisões do Poder Executivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Lázaro, um minuto.

SR. LÁZARO DOBRI: Só confirmando a questão da urgência, nós entendemos que ele é urgente desde sempre com relação à necessidade que tem de fazê-lo, agora a forma como está sendo feito nós somos contra, entendemos que essa urgência passa a ser protelada, inclusive por Decretos e coisas que vêm supor isso.

E um último dado, Presidente, que é importante saber, a Amazônia tem 178 milhões de hectares. Nós estamos, Senadora, e V. Exa. sabe, tratando aqui, como disse o companheiro do MDA, somente de 21 milhões de hectares.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Anaximandro.

SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA: Só para não ficar a dúvida, primeiro, é o seguinte: não é mais 11, pelo menos no Parecer reformulado do Deputado Asdúbral Bentes, não é 11 de fevereiro de 2009 e, sim, a ideia anterior, que o corte seria 1º de dezembro de 2004. Então eu acho que isso aí já justifica mais um pouco a Medida.

E, finalmente, em relação ao que foi comentado da eventual distorção, controvérsia, é o que nós estamos colocando dentro da linha de separar o joio do trigo, que seriam as posses mansas, pacíficas, mas o que ocorre lá na Amazônia é o que eu coloquei: o risco eminente de turbações, o risco eminente de conflito, quer dizer, o perigo de conflito que está em volta. Então embora o que é objeto seja propriamente a posse mansa e pacífica, entretanto, continua, é um estado permanente de risco, de perigo em relação às invasões que eu comentei dos vizinhos, porque não tem o título e sempre está [ininteligível]. Então é em função do risco, existe um momento consumado, que é o conflito propriamente dito, e do risco que ainda não se consumou. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Senhora Senadora Marina Silva, senhores expositores, nós estamos encerrando a nossa Audiência Pública e é preciso ficar claro que o que discutimos aqui foi a regularização de ocupações da região amazônica, mais especificamente da Amazônia Legal, que extrapola o Estado do Amazonas, abrangendo outras áreas que compõem todo esse complexo. Indiscutivelmente essa matéria trará grandes repercussões na segurança jurídica, nas condições de crédito, na administração de conflitos. No entanto, é preciso que tenhamos a consciência de que a sua aprovação depende de sanar todas as dúvidas que ainda pairam sobre a execução desse projeto. A importância, medida pelo mérito, é inquestionável, todos aqui concordam no mérito que é necessária, que é relevante; a dúvida que ainda subsiste é quanto à urgência. A urgência do ponto de vista de quem está lá, de quem está sofrendo as restrições de crédito, de quem necessita do seu título de domínio, é inquestionável. A urgência que nós discutimos é do ponto de vista de tramitação, porque dadas as repercussões que isso vai provocar em toda a região, e aqui não é só na vida de cada ocupante, mas de todo um ecossistema, é claro que é preciso uma avaliação meticulosa, cuidadosa, responsável. Não tenho dúvida de que a inspiração do projeto é das melhores. É o enfrentamento de um gargalo que desafia governos e governos, mas é preciso que esse enfrentamento se faça com a maior responsabilidade possível. Acredito que o debate de hoje no Senado não se esgota. Está recém pautada na Câmara dos Deputados a discussão e a aprovação do projeto naquela Casa. Nós temos, portanto, Senadora Marina, uma oportunidade de aprofundar o nosso debate e amadurecer para a hora da votação. É o que acredito que iremos fazer doravante.

Quero comunicar aos membros da Comissão que logo mais, às quinze horas, nós vamos dar prosseguimento a esta reunião para aprovação de matérias que estão na pauta desta Comissão e quero concitar a todos os componentes deste órgão para que compareçam na próxima reunião, de terça-feira, quando nós teremos aqui uma Audiência Pública para debater a crise da suinocultura brasileira, que hoje certamente recebe as influências danosas da gripe suína, que na minha avaliação tem um nome equivocado, eu acho que na verdade é a gripe mexicana, como foi a gripe asiática, como foram outras tantas gripes, mas a repercussão que começa a se produzir aqui no Brasil já dá os primeiros sinais de preocupação, afinal de contas o Brasil é o quarto exportador mundial de suínos, é o quarto produtor mundial e tem um milhão e quinhentos mil empregos diretos nesse segmento. Então é muito importante o debate sobre mais essa pedra no sapato da economia do planeta e, especialmente, do Brasil.

Está encerrada esta primeira fase da nossa reunião.

Sessão encerrada às 14h36.

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, CONJUNTA COM A CONJUNTA COM A 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO E 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e nove, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência Eventual do Senador **VALTER PEREIRA**, reúnem-se as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Agricultura e Reforma Agrária, Assuntos Econômicos, Assuntos Sociais, Constituição, Justiça e Cidadania, Educação, Cultura e Esporte, Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relações Exteriores e Defesa Nacional, Serviços de Infra-Estrutura, Desenvolvimento Regional e Turismo, Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**,** com a presença dos membros das Comissões Permanentes do Senado Federal**.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Almeida Lima, Alvaro Dias, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Augusto Botelho, Delcídio Amaral, Efraim Moraes, Eliseu Resende, Epitácio Cafeteira, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Gerson Camata, Gim Argelo, Heráclito Fortes, João Tenório, João Vicente Claudino, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Magno Malta, Maria do Carmo Alves, Mário Couto, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Duque, Paulo Paim, Pedro Simon, Renan Calheiros, Sérgio Guerra, Sérgio Zambiasi, Tião Viana e Wellington Salgado. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 12, de 2009 – CRA**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 14/04/09 e **com os adendos aprovados nas demais comissões,** com a finalidade de analisar e discutir a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio, com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Gustavo Ribas Curcio** – Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em **Colombo – PR**, que tratará do tema: Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs: Uma Proposta de Parâmetros - **EMBRAPA**; **Dr. Evaristo Eduardo de Miranda** – Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em **Campinas – SP**, que tratará do tema: Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio - **EMBRAPA**; **Sr. Adalberto Veríssimo –** Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – **IMAZON**; **Sr. Carlos Alberto Ricardo** – Coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental- **ISA; Sr. Antônio Herman Benjamim** – Ministro do Superior Tribunal de Justiça – **STJ**; **Sr. Márcio Meira** – Presidente da Fundação Nacional do Índio – **FUNAI**; **Dra**. **Samanta Pineda** - Advogada Socioambiental; **Sr**. **Tasso Rezende de Azevedo** - Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas - **MMA**. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, Osmar Dias, João Pedro, Jayme Campos, Wellington Salgado, Flexa Ribeiro, Marina Silva, Demóstenes Torres, Aloisio Mercadante, Gilberto Goellner, Papaléo Paes, Renato Casagrande, Neuto de Conto e Ideli Salvatti. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Valter Pereira,** Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 29/04/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com as demais

comissões permanentes do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa das Atas das Reuniões anteriores que com a anuência do Plenário, são dadas como aprovadas.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 12 de 2009, CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu aprovado em 14 de abril e com os aditamentos aprovados nas demais Comissões Permanentes do Senado Federal, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, com a presença dos seguintes convidados: Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e monitor da EMBRAPA, Monitoramento por Satélite; Gustavo Ribas Curcio, doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas; Sr. Adalberto Veríssimo, pesquisador sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia, IMAZON; Sr. Carlos Alberto Ricardo, coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Sócio-Ambiental, ISA; o Excelentíssimo Sr. Ministro Antônio Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; a Sra. Iara Cardoso, aliás, Iara Vasco, coordenadora-geral do meio ambiente e patrimônio indígena da Fundação Nacional do Índio, FUNAI; a Sra. Samanta Pineda, advogada socioambiental; e o Sr. Tassio Azevedo, assessor do Ministro do Meio Ambiente.

Convidamos os expositores Sr. Evaristo, Sr. Gustavo, Sr. Adalberto Veríssimo, Sr. Carlos Alberto Ricardo, Sr. Ministro Antônio Herman Benjamim, Sra. Iara Vasco, Sra. Samanta e Sr. Tassio Azevedo para tomar assento à Mesa.

Comunico ao plenário o recebimento da seguinte correspondência, correspondência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados: "*Sr. Presidente, esta Comissão aprovou requerimento do Deputado Marcos Montes, Vice-Presidente, propondo a participação desse órgão técnico em reunião coordenada por essa Comissão de Agricultura, a realizar-se no próximo dia 29/04, às 09h30, no Plenário do Senado Federal, conjunta com outras comissões, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e aplicações para o agronegócio. Em virtude da realização de reunião deliberativa ordinária dessa Comissão, no mesmo dia e horário, impossibilitando a minha participação e dos demais membros, comunico a V.Exa. que o Deputado Marcos Montes, 1º Vice-Presidente representará esse órgão técnico no importantíssimo evento. Reitero que esta Comissão permanece ao inteiro dispor de V.Exa. para outras atividades de mútua colaboração. Deputado Roberto Rocha, Presidente*."

Portanto, nós convidamos para tomar assento ao plenário os nossos visitantes da Câmara dos Deputados. Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer as minhas considerações a respeito do requerimento, durante as apresentações, Sr. Presidente.

Nesse momento, eu gostaria apenas de fazer aqui um agradecimento. Agradecer em primeiro lugar ao Presidente Sarney por ter autorizado a Audiência Pública no Plenário do Senado Federal, pela primeira vez, um debate tão importante para o Brasil. Agradecer aos onze Presidentes das Comissões do Senado Federal, as Comissões Permanentes. E a todos os Senadores que aprovaram por unanimidade o nosso requerimento para que aqui pudéssemos fazer esse debate tão importante para o país, para todos os setores, para todos os segmentos e, principalmente, importante para todos os brasileiros. Agradecer aos Deputados Estaduais de Santa Catarina, o Governador Luiz Henrique, parabenizar pelo trabalho desenvolvido naquele estado com relação à questão ambiental, ao Código Florestal Estadual, a responsabilidade e a seriedade com que tem tratado este assunto, um exemplo para o Brasil. E agradecer a presença dos 27 Presidentes de Federação de Agricultura de todo o Brasil, de todos os estados, vieram os nossos Presidentes, os seus assessores jurídicos, os seus assessores técnicos, para assistir as palestras de todos os nossos convidados, em especial, o Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e pesquisador da EMBRAPA, Monitoramento por Satélite, doutor Gustavo Ribas, doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas no Paraná. Enfim, todos os nossos convidados aprovados por outros Senadores, Adalberto Veríssimo, Carlos Alberto Ricardo, Antônio Herman, Iara Vasco, Samanta Pineda e Tassio Azevedo.

Muito obrigado a todos pela presença. E eu tenho certeza que hoje, agradecer a imprensa pela presença e pela participação e dizer apenas que eu tenho certeza absoluta que hoje é um dia histórico para o Senado Federal e para o Brasil, aonde nós, com certeza, sairemos daqui muito mais enriquecidos com as palestras e o conteúdo que aqui serão expostos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu gostaria de comunicar ao plenário que representando a FUNAI, estará presente aqui e nós convidamos para participar da Mesa o seu

Presidente Márcio Meira. Dr. Márcio Meira para participar da Mesa.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, primeiro registrar aqui da minha satisfação desse debate. E ele é diferenciado, porque eu estou na Casa há três anos e eu nunca tinha participado de uma audiência pública com todas as Comissões e aqui neste Plenário. Então quero dizer dessa... Do diferencial da importância do debate.

Agora, é muito importante que os Presidentes das outras Comissões do Senado estejam aqui, porque eu sou membro da Comissão de Agricultura, acho importante V.Exa. estar aqui, mas como é um requerimento, um debate que envolve todas as Comissões e pela importância do debate, que os Presidentes compareçam e os demais membros das outras Comissões, para a gente fazer um debate aprofundado.

A outra questão: qual o tempo de fala de cada representante das instituições aí? Eu gostaria de saber o tempo das falas?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, V.Exa. suscitou dois assuntos. Os Presidentes de Comissões certamente comparecerão, dada a relevância do assunto, a matéria realmente é palpitante, eu acredito que todos participarão.

Quanto a questão de ordem relacionada ao tempo, eu proponho ao Plenário que fixemos um prazo de 10 minutos para cada intervenção, obviamente levando em conta que os expositores terão que prestar todas as informações, às vezes com exposições já adrede preparadas. Então, é necessário que se assegure a todos eles o tempo indispensável para as suas respectivas intervenções.

E que nós temos... Nós temos que levar em conta nessa... nós temos que levar em conta nessa Sessão que até as 13 horas e 30, fatalmente esta sessão deverá ser encerrada por força da Sessão Ordinária do Senado Federal.

Portanto, em tese, 10 minutos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Dez minutos?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas como é uma Casa Legislativa nós teremos a tolerância necessária para garantir a exposição em toda a sua plenitude.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Para flexibilizar. Ok. [sobreposição de falas] Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E nós vamos passar, para economia processual, dar a devida velocidade, já chamando o primeiro expositor, Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, que representa aqui a EMBRAPA, para fazer a sua primeira exposição.

Eu gostaria de informar ao Plenário que está aberta a lista de inscrição para todos os Srs. Senadores. Eu vou pedir para passar a lista nas bancadas. Mas, de imediato, Senador Casagrande e Senador Neuto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Primeiro eu quero garantir a MINHA inscrição, mas eu quero um esclarecimento. Os autores dos requerimentos, como em toda Audiência Pública têm a precedência? É isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Regimentalmente sim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Regimentalmente sim. Então o senhor está abrindo a lista dos... Além dos requerentes.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O autor do requerimento foi a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas teve requerimentos em várias Comissões, são vários autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela lógica, os autores, nas respectivas Comissões, devem ter prevalência.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso. Então, os autores de todos os requerimentos vão falar antes de nós, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E na lista, eu gostaria que cada um dos autores--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, eu só quero que V.Exa. me inclua aí na lista dos... Fora os autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria que cada um dos autores, colocasse autor, Comissão tal.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente. Pela ordem. Aqui. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Duas questões. Primeiro: eu já assinei a lista de... Presidente, eu já assinei a lista de inscrição. Mas se V.Exa. está

abrindo outra, eu queria saber se aquela está sendo considerada porque eu cheguei aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. é o segundo inscrito.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ah, bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Primeiro a autora e depois V.Exa., pelo menos é a lista que está aparecendo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Outra coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É a primeira lista, aliás, a única lista.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para que todos entendam: os 10 minutos é para os convidados ou... E quanto tempo será dado para cada senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho o seguinte, nós temos que ter aqui um livre arbítrio com um teto máximo de 10 minutos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para os Senadores também?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sob pena, sob pena de atropelarmos o horário de início da sessão do Congresso... Do Senado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Regimentalmente, o prazo para o senador em audiência pública é de cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Cinco minutos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se houver réplica, de mais dois.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É isso, é regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sendo regimental, sendo estabelecido pelo Regimento, então, nós vamos manter os dez minutos para os expositores, com a tolerância necessária e indispensável, e cinco minutos para os Senadores, também com a devida tolerância, porque aqui é uma Casa Legislativa e nós temos que levar em conta isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu solicito a V.Exa. que seja cumprido os prazos estipulados regimentalmente, caso contrário vai ter Senador aqui que vai viajar na maionese aqui uma hora de relógio e não vai chegar a nenhuma conclusão.

Eu peço, caso contrário não vai dar oportunidade aos demais senadores também fazerem suas indagações. É um apelo que eu faço a V.Exa..

E faço mais aqui uma indagação a V.Exa.: alguns Deputados me perguntaram, me indagaram se vão ter direito também a fazer alguma indagação aos palestrantes aqui da Comissão no dia de hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, regimentalmente, a sessão é do Senado Federal e a restrição é porque a convocação foi feita nesse sentido. Certo? Então, se o Plenário decidir de forma contrária, a Presidência não tem nada contra. Mas regimentalmente há restrição.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O nosso requerimento, o requerimento de minha autoria, Sr. Presidente, foi aprovado com a minha autoria nas onze comissões permanentes do Senado Federal. E por direito regimental, a autora do requerimento tem a prerrogativa da fala antecipada.

Eu gostaria de abrir mão neste momento e no momento oportuno eu gostaria de interpelá-lo e pedir o meu direito à fala no momento oportuno, se o senhor permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Será assegurado a V.Exa. o direito no momento em que achar que deve fazer a sua intervenção.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Presidente. Pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só pedir a minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Dr. Evaristo.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Bom dia a todos, Senadoras, Senadores, público presente.

Eu vou apresentar aqui um trabalho realizado pela EMBRAPA, monitoramento por satélite e focado no tema dessa audiência em que está em pauta os desafios que nós estamos enfrentando por uma revisão justa, bem feita do nosso Código Florestal. Pode ser a próxima?

Esse trabalho foi realizado por uma equipe de um dos centros da EMBRAPA, que é a EMBRAPA por Monitoramento por Satélite, que fica em Campinas. Pode ser a próxima.

E cuja missão, dessa unidade da EMBRAPA, é a gestão territorial da agricultura brasileira. Nós não produzimos sementes, não fazemos variedades, nem máquinas, nós cuidamos da gestão territorial, mapeamos a agricultura, a safra, o uso das terras, etc. Nisso, a gente está focado nisso nesse Centro. Por favor, a próxima.

Essa pergunta surgiu, e esse trabalho surgiu, de uma indagação da Presidência da República, inicialmente, de quanta terra estava disponível legalmente para expandir a produção de alimentos e de agroenergia no Brasil?

Quando nós fizemos esse trabalho a pauta do trabalho realmente foi a área disponível para expansão da agricultura, ou seja, nós estamos falando aqui, no meu estudo, de plantar feijão, de plantar arroz, plantar milho, plantar trigo, plantar soja, plantar cana-de-açúcar, atividades que implicam em remoção da vegetação natural, substituída por laranja, por café. É disso que nós estamos falando.

Isso não impede que no senso lato haja em outros tipos de unidades, atividades econômicas. Você pode, numa reserva extrativista, extrair seiva da seringueira, você pode fazer pesca, você pode tirar fibras, etc, nós não estamos falando dessa atividade, estamos falando da atividade agrícola senso estrito.

Bem, e para isso então nós precisamos respeitar uma legislação que existe e que é muito oportuna e importante, tanto em termos territoriais do ponto de vista indigenista, do ponto de vista ambiental, e existem outras legislações também territoriais. Pode ser a próxima.

Para isso, e o que eu vou apresentar para os senhores é isso, e eu gostaria de destacar muito, nós fizemos um sistema de gestão territorial, é um sistema computadorizado, que usa imagens de satélite, usa mapas, banco de dados e que responde a muitas perguntas.

É um processo de pesquisa que está sempre evoluindo, incluindo coisas novas, então, ele está sempre evoluindo, nunca é uma coisa totalmente acabada, mas que objetiva apoiar as políticas públicas e ajudar na governança territorial. Pode ser a próxima.

A primeira área que não está disponível para essa agricultura que eu falei e é normal que não esteja, são as áreas indígenas, não que lá não possa ter uma produção agrícola própria, de autoconsumo, etc. e as unidades de conservação. Então, no sistema, eu vou ser rápido por causa do tempo. Pode ser a próxima.

Nós colocamos no mapa, nesse sistema todas as unidades de conservação federais e as unidades de conservação estaduais. Ontem mesmo eu estava com o Secretário de Meio Ambiente do Amazonas, ele falou: "Não, mas tem mais, uma ou outra que foi criada que não está aí no seu sistema", "Bom, então, preciso integrar essas unidades que ainda não estão". Mas essas unidades foram colocadas no mapa.

Aqui a gente vê o caso da Amazônia, que é onde mais nós temos hoje terras indígenas, e é normal, e unidades de conservação federais e estaduais. Pode ser a próxima.

Isso está dentro de biomas. Pode ser a próxima.

Então, nós fizemos uma tabela calculando quanto que de cada bioma desses está sendo ocupado hoje por essas unidades que ninguém contesta, está certo, é isso que está aí.

Então, nós temos unidades de conservação estaduais, federais e terras indígenas. Existe alguma sobreposição entre elas e no cálculo da EMBRAPA nós eliminamos essas sobreposições, então nós temos hoje que 27%, arredondando, do Território Nacional, está ocupado por unidades de conservação de diversas categorias e por terras indígenas.

Evidentemente que na Amazônia você tem quase 47, 46% e há regiões como a Caatinga, ou a Pampa, onde existe muito pouco, muito unidade de conservação e área indígena. Pode ser a próxima.

E aqui são os dados por estado. Eu vou passar. Pode ser a próxima.

Mas isso é o resumo. A próxima.

Bem, esse cálculo, ele ainda está subestimado, porque nós não colocamos aqui as unidades de conservação municipais, vocês têm muitos parques municipais, a ilha de Santa Catarina, tem cinco parques municipais, Naviraí, vários estados têm unidades municipais, nós não temos estes limites hoje disponíveis, nesse trabalho precisa ter o mapa mesmo, o mapa da unidade.

Por exemplo, o Exército Brasileiro tem 1.917 áreas no Brasil. Dá um Sergipe. Agora, eu não tenho esses limites, nem sei se eles vão me passar, para colocar no mapa e também introduzir isso na conta, que também não é uma área que você pode instalar uma usina de álcool e produzir açúcar.

Existem áreas aeronáuticas como Cachimbo, Alcântara, etc. [ininteligível] e outras ocupações que são irreversíveis. Então, esse cálculo, na medida que você obtém mais dados, ele vai sendo enriquecido, é claro que ele não volta para trás, ele avança, ele está um pouco subestimado. Pode ser a próxima.

Bem, o resto das áreas estariam teoricamente disponíveis para a agricultura, más nós temos, incide sobre essas áreas, um dispositivo legal importantíssimo – pode ser o próximo - que é a reserva legal. A reserva legal diz, é uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a área de preservação permanente, necessária, etc., e a porcentagem de reserva legal, ou seja, uma área que tem que ser mantida, sem esse uso intensivo no seio das propriedades rurais. Pode ser a próxima.

Nós não buscamos de forma alguma minimizar a disponibilidade de terra para a agricultura e fizemos esse cálculo como se todo o resto do Brasil estivesse disponível para agricultura. Faz de conta que não tem água, que não tem estrada, tudo está disponível. Pode ser a próxima.

Aplicados esses percentuais, eles totalizam quase 32% do Território Nacional. Quer dizer, esse dispositivo da reserva legal imobiliza, dá esse destino a cerca de 32% do Território Nacional. Uma parte grande fica na Amazônia e as outras são variadas, dependendo dos biomas. Pode ser a próxima.

Aqui são os dados por Estados, os cálculos por Estados, que o sistema gerou. Pode ser a próxima.

Então, em resumo nós temos, unidades de conservação em terras indígenas 27%, reserva legal 32%, total de 59% e 41% do resto disponível para essa expansão agrícola. Pode ser a próxima.

Bem, acontece que nós temos ainda uma segunda categoria importantíssima, inclusive, para a agricultura sustentável que são as áreas de preservação permanente As áreas de preservação permanente... Por favor, a próxima.

São áreas de preservação, são áreas protegidas no termo dessa lei e que devem ser mantidas. Pode ser a próxima.

Existe muito tipo de APP; o CONAMA tem uma... Resoluções, várias resoluções. Nós não tratamos, aqui no trabalho, de calcular todas as APPs, mas nós calculamos dois principais tipos de APP, e essa foi a parte mais trabalhosa até desse estudo: as APPs ligadas ao relevo e as APPs associadas à hidrografia, aos rios. Pode ser a próxima.

As APPs associadas ao relevo. Próxima.

Todas as áreas com declividade acima de 45% são APPs no Brasil. As áreas acima de 1.800 metros de altitude são APPs, os topos de morros são APPs, e declives entre 25 e 45, se for florestal, também é APP. Pode ser a próxima.

Para fazer esse cálculo de relevo, nós utilizamos uma base de dados homogênea para o Brasil. Foi uma missão da nave Endeavor, com radar topográfico, que calculou a topografia do Brasil a cada 30 metros fez uma medida de altitude muito precisa.

Para os Srs. Senadores terem uma idéia da precisão desse trabalho, isso aqui é uma área da Amazônia desmatada e que nós não estamos vendo uma foto aqui, nós estamos vendo o desnível do desmatamento, quer dizer, aqui está mais baixo a pessoa desmatou essa área, então, isso aqui está 18, 20 metros mais baixo que a floresta em volta, e o que a gente vê é essa parte mais baixa, quer dizer, ele detecta com esse detalhe, o relevo do Brasil. Foram esses dados numéricos que nós utilizamos para fazer esses cálculos. Pode ser a próxima.

Então, nós calculamos e mapeamos pela primeira vez, na escala 1 para 250.000, todos os topos de morros do Brasil, seguindo o método lá da legislação, ninguém contesta nada, é o que está lá. Pode ser a próxima.

Por exemplo, aqui a gente vê Santa Catarina, que é uma região de muito relevo e tudo o que está em verde aí é APP de topo de morro. E assim foram calculados declives e outras coisas. A próxima.

Aqui o Sul do Maranhão, então isso foi mapeado, colocado no mapa, o que estava no dispositivo legal. Pode ser a próxima.

Em segundo lugar foram estimadas, e não mapeadas totalmente, as APPs associadas a hidrografia, aos rios. Quer dizer, a lei determina, eu vou passar rápido, pode ser? Próxima.

A água é protegida e uma faixa marginal ao longo de cada rio também protegida, com valores variando em função da largura do rio. A próxima.

Bem, esse é um trabalho feito pelo LBA, com um radar japonês, que vê água embaixo da vegetação e que mapeou a água disponível na Amazônia. Então, essa água, essas áreas são as áreas que são águas, na cheia, por exemplo, na Bacia do Amazonas. Só essas áreas representam 500 mil Km2. E evidente que isso não tem nenhum destino, e nem deve ter, nenhum destino agrícola, nem de uso, nem de nada, ainda mais de água. Se você colocar junto aqui as unidades de conservação - pode ser a próxima - você tem uma visão disso. Próxima.

Então, para cada rio foi calculada essa faixa marginal. Esse é um trabalho que exige rigor, porque você vem com a faixa marginal de um rio, ele encontra o outro, as duas faixas marginais se sobrepõem, então aqui tem uma sobreposição, você tem que descontar todos esses cruzamentos, etc. Pode ser.

E o resumo aqui, grande parte dessas APPs, está dentro já de área indígena, está dentro de unidade de conservação, então não tem sentido contabilizar isso, isso foi tudo descontado. E você chega nas

APPs, vamos chamar de APP líquida, que dá quase 1 milhão 440 mil Km2, cerca de 17% do Território Nacional. Próxima.

Aqui é por estados. Próxima.

Bom, esse dado ele está também subestimado, porque todas as nascentes têm que ter APP em volta, isso é muito justificado mesmo e deve ter mesmo, certo, mas nós não temos mapas das nascentes.

Um outro exemplo são os açudes. Os açudes do Nordeste, no Nordeste, tem 70 mil açudes, segundo o DNOCS, 37 quilômetros cúbicos de água. Bem, todos esses açudes são APPs e têm uma faixa marginal e nós não temos esse dado mapeado, então, falta aqui agregar, certamente que esse dado, a medida que for introduzindo mais informação, ele vai aumentar esse número. Pode ser a próxima.

Bem, então, aí nós temos uma questão que com isso eu vou para a finalização, que é discutir no Código Florestal esse relacionamento entre APPs e reserva legal. Essas duas coisas têm suas justificativas. O código representou muitas conquistas e a reformulação do Código não pode questionar conquistas, avanços obtidos, que melhora a sustentabilidade da agricultura.

E agricultura não pode trabalhar contra o meio ambiente, nem o meio ambiente contra a agricultura, a agricultura precisa do meio ambiente e o meio ambiente precisa da agricultura. Na Mata Atlântica, hoje, são os agricultores que mantêm um número enorme de remanescentes, dependemos deles para fazer corredores e etc.

Então, o que eu vou mostrar aqui, são algumas reflexões que esse sistema permite fazer, para ver como nós podemos encaminhar nessa questão, evitando qualquer crescimento do desmatamento, sobretudo na Amazônia, que é impensável e sobretudo dando legalidade às atividades agrícolas. Pode ser a próxima.

O primeiro cenário que tem aqui, eu vou apresentar três cenários disponíveis no site da EMBRAPA, tem até quatro cenários. O primeiro cenário é o seguinte: a reserva legal exclui APP; então, reserva legal, além da reserva legal tem que ter APP na propriedade. Se a gente fizer isso *tout court*, aplicar essa regra - pode ser a próxima - o cálculo fica negativo na Amazônia, fica negativo no Pantanal e sobra uma área disponível de 2 milhões e meio de Km2 para atividade agrícola. Próxima.

Aqui é por Estados. Os dados por Estados. Pode ser a próxima.

Então, teoricamente você teria 27% de unidades de conservação dos territórios indígenas, 32 de reserva legal, 17 de APP, então cerca de 71% do território e 29 disponível para as atividades agrícolas.

Hoje a área de pastagem do Brasil já é 2 milhões de hectares, só a área de pastagens. Pode ser a próxima.

Mas nós podemos também incluir a APP dentro da reserva legal. O Código prevê isso. Só que ele prevê com condicionantes variados e a gente está aqui falando do Brasil, então estou aplicando ao Brasil inteiro.

No caso da Amazônia, é muito lógico, se atingir 80% da propriedade, está valendo. Pode incorporar até 80% que é o exato limite da reserva legal, quer dizer, a reserva legal incorpora a APP na prática.

No resto do Brasil, a soma das duas têm que ultrapassar 50% da propriedade. Quando você aplica isso ao Brasil todo - pode ser a próxima - isso é possível aplicar, porque justamente nós calculamos quanto que tem de APP em cada bioma; então, supondo que todo mundo optasse por fazer, por juntar a APP com RL, para ter 50%, o que a gente obteria? Por favor a próxima.

Nós teríamos uma redução da área agrícola. Na Amazônia desaparecem os números negativos, e você tem o que, é efetivo, hoje, uma disponibilidade da ordem de 10% de área, 10% utilizável.

Mas nas outras regiões você teria uma queda grande. Sei lá, na Caatinga, que hoje a disponibilidade é de quase 60%, você cai para 47%. Pode ser a próxima.

Bem. E o terceiro cenário que é o cenário que está em debate, simplesmente a reserva legal incorpora a APP. O cálculo da reserva legal incorpora a APP, como já é o caso na Amazônia, só que aí isso valeria também para todo o Brasil.

Bom, se a reserva legal incorporar a APP no Brasil inteiro, como é o caso na Amazônia, você teria uma disponibilidade de 3 milhões e meio de Km2 de terras para a agricultura, ou seja, 41%, que é uma situação extremamente confortável. Extremamente confortável.

Notem que nos três cenários a situação da Amazônia ela não muda. Ela não é problemática, vamos dizer assim. Pode ser a próxima.

Eu queria, então, fazer um resumo final. Pode ser a próxima.

Bem, existe um histórico de ocupação das terras no Brasil. E hoje nós estamos vivendo uma situação complexa porque essa legislação - pode ser a próxima - tornou irregular ou ilegal diversas atividades que os brasileiros fazem em áreas de preservação permanente há mais de um século.

É o caso do café em áreas de declive em Minas Gerais, é o caso da ocupação das várzeas com arroz no Rio Grande do Sul, no Maranhão, a própria criação de búfalos em várzea. Enfim, nós temos uma série de

aplicações agrícolas, a própria pecuária no Pantanal, a uva, vitivinicultura no Rio Grande do Sul, que é feita em relevo; quer dizer, essas áreas são todas de preservação permanente.

Então, isso é uma situação que tem que ser adequada e resolvida no caso do Código Florestal, porque essas pessoas têm uma legitimidade, uma prática, isso nós temos que achar uma saída para isso. Pode ser a próxima.

É o caso da irrigação também no Nordeste, que é muito em beira de rio e etc., eu não vou entrar em detalhe pelo tempo. A próxima.

Aqui são algumas imagens de satélite mostrando, isso aqui é área de pecuária leiteira na divisa do Rio de Janeiro com Minas Gerais, todas essas áreas são APPs, mas isto está tudo desmatado e é área de pecuária leiteira há um século. A próxima.

É o caso do café em Minas Gerais. Por favor, próxima.

O café em São Paulo. Pode ser a próxima.

A pequena produção de olericultura no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em Teresópolis, Petrópolis, nessas regiões que são regiões serranas. Pode ser a próxima.

Os vinhedos no Rio Grande do Sul. Próxima, próxima, próxima, próxima.

Toda a beira do rio São Francisco que está ocupada, todos esses ribeirinhos e teoricamente essa faixa marginal não poderia estar ocupada. Pode ser a próxima.

As ilhas do São Francisco, são todas cultivadas. Próxima.

Tinha banana no vale do Ribeira em São Paulo, etc e etc. Próxima. Mais uma. Isso.

Eu queria, então, aqui se a gente esquecesse o que eu falei até agora, colocar aqui quatro pontos que me parecem essenciais para avançar numa revisão do Código Florestal que preserve o meio ambiente, garanta uma agricultura sustentável e regularize a situação de muitos agricultores, sem favorecer nenhuma ampliação do desmatamento no Brasil, principalmente na Amazônia. Por favor, a próxima.

Eu acho, e queria deixar para os senhores, para sua reflexão, três, quatro pontos finais para meditar. Eu não vou entrar em detalhes. Queria dizer aos senadores o que eu disse na Câmara dos Deputados, o que eu disse a dois Ministros do Supremo, que pediram esse estudo, o que disse ao Presidente Sarney, a quem apresentei esse estudo, que esse estudo... Ao Presidente Lula.

Esse sistema ele não está tomando partido, opinião, ele está gerando números e pode fazer cenários, conforme... "Se nós fizermos tal alteração na lei, o que acontece com as áreas no Estado de São Paulo, de Minas Gerais?" Ele simula, ele está aí para ajudar a procurar, avaliar o alcance territorial não só do que existe mas principalmente do que nós estamos propondo, do que vai acontecer se a gente mexer nessa lei. Para que não ocorram coisas indesejáveis, imprevisíveis e o que a gente deseja. Acho que tem quatro pontos que estão merecendo a nossa reflexão.

O primeiro é a relação entre reserva legal e área de preservação permanente, quer dizer, em grandes números nós temos 30% do Brasil disponível. Se a gente aplica do jeito que está hoje no Código, cai, se a gente une reserva legal com APP, do jeito que possibilita o Código, cai a disponibilidade de terra. Se a gente aplica do jeito que é possível fazer na Amazônia, que a reserva legal incorpora APP, você chega a uma disponibilidade de 41%. Só um dispositivo desse seria enorme, ele ajustaria... Ao invés de escrever lá a reserva legal excluída APP, incluída APP.

Agora, também não é tão fácil assim, nós temos que refletir. Primeiro a realidade dos Estados. Pode ser que tenha Estados que isso fique complicado. Então, tem que ver e pode ser que tenha Estado que nem necessite de tudo isso.

Esse sistema pode ajudar a analisar a situação de cada Estado e também temos que ter atenção aos biomas. Isso é para o bioma Amazônia ou é para a Amazônia legal? Nós temos que pensar também o caso de cada bioma, qual é a situação. Será que nos cerrados essa é uma decisão boa ou a gente precisa ser mais restritivo no caso de bioma Cerrado? Então, o sistema pode ajudar nessa discussão, a ver as implicações de alterar a lei nesse sentido, incorporação da APP dentro da reserva legal.

O segundo é que a legislação nossa prevê que o ZEE e as leis estaduais podem alterar esses códigos, mas existem muitas restrições para essa alteração, mas isso pode ser feito. Acho que esse é um campo importantíssimo. No caso da Amazônia é possível, por um processo que não é simples, nós acabamos de ver isso na 163, é possível reduzir essa reserva legal de 80 para 50 quando a área já está desmatada anteriormente, etc. e etc.

Bom, isso é algo que nós temos que refletir, como isso será processado. Se nós falássemos assim muito globalmente, é um pouco menos que isso, mas se 400 mil Km2 estão desmatados na Amazônia, eles teriam que gerar, cada um desses quilômetros quadrados, uma reserva legal de 640, 680 mil quilômetros. Bom, se for 50% tem que gerar 400 mil, você ganha aí 400 mil quilômetros.

Agora, isso também não pode ser uma regra geral, porque tem situações e situações. De novo a gente

volta na necessidade de analisar e esse sistema pode ajudar o Senado, pode ajudar quem precisar, como estamos assessorando a Presidência, outras instâncias nisso, Agricultura, enfim, quem nos pede análise, nós incorporamos no sistema e fazemos as análises. Pode ajudar.

Porque, por exemplo, vamos supor a região Bragantina do Pará, que está totalmente, praticamente, desmatada, há muito tempo. Bom, "Será que eles vão recompor? Vai ser igual?" Não é como na 163, também é diferente do Acre, enfim, cada estado tem sua particularidades e isso teria que ser avaliado em cada caso, eu creio.

E há diversidade de vegetações. Mesmo dentro do bioma Amazônia, você tem áreas que não são florestas, são campos, cerrados, tem áreas de lavrados, etc., o Amapá e Roraima exemplo típico disso.

Também são casos que merecem uma análise particular. Mas é algo que o Novo Código [soa a campainha] deveria avançar.

O regime de uso da reserva legal e das APPs é algo que o Ministério do Meio Ambiente já vem avançando e creio que isso é fundamental, sobretudo no caso de recuperação das APPs. Quem tem que se adequar e ter 50% de reserva legal na Amazônia, poder fazê-lo dentro de um certo limite, com florestas produtivas, com árvores que produzam. Quer dizer, ele pode plantar castanha, ele pode plantar pupunha, mas pode plantar [ininteligível], enfim, ele pode plantar, fazer uma floresta produtiva, ao invés de um pasto degradado, qualquer coisa desse tipo, fazer uma floresta produtiva. Então, aqui há uma discussão.

Também aqui cabe se analisar a situação dos Estados. Por quê? Porque tem muita APP que já está ocupada por árvore; por árvore de café, árvore de maçã, por árvore de uva, por árvore de laranja. Bom, então precisa ver até que ponto. Eu creio que os estados têm muitas particularidades e caberia aos Estados ter a autonomia de legislar [interrupção no áudio] e adequar dentro da legislação estadual.

Por último, é o caso das pequenas propriedades. As pequenas propriedades têm alguma isenção nessa temática, até 25%. Mas estão definidas segundo critérios que, por exemplo, todos os pequenos agricultores lá de Holambra, em São Paulo, ou da região de Holambra e outros lugares de São Paulo, eles não se enquadram nisso.

Eu acho que o caso das pequenas propriedades merece muita atenção, porque tem um impacto social enorme, são mais de 2 milhões de estabelecimentos agrícolas no Brasil. Cortar 25% da área ou inviabilizar ou dificultar o uso em 25% do uso da área de uma pequena propriedade, isso tem um peso econômico muito grande, socialmente muito grande.

Então, o caso das pequenas propriedades nós estamos fazendo alguns estudos de cenários nesse sistema [soa a campainha] do que acontece com isso, com o caso das pequenas propriedades, se você permitisse que elas usassem totalmente essas áreas com atividade produtiva, ou com árvores, etc.

Eu não sei se fica claro, mas o caso das pequenas propriedades já têm [soa a campainha], já é contemplado parcialmente e nós precisamos contemplar melhor e com critérios que a gente possa usar melhor o Censo, porque, por exemplo, o limite de 30 hectares não existe no Censo, não existe agregado, ou tem 25 ou você pula para 50.

Então, tudo isso tem que ser feito de forma que seja mais operacional e que outros dados do IBGE, outros dados de outros órgãos, a gente possa usar facilmente para poder analisar essa situação. A próxima.

Então, concluindo. Esse sistema de gestão territorial da EMBRAPA, que nós desenvolvemos, ele permite dar uma estimativa do alcance atual das legislações que influem no território: áreas indígenas, unidades de conservação, etc. e etc, APPs.

Eu não questionei de forma alguma aqui, creio, espero que os Srs. Senadores me ouviram, nenhuma área indígena, nenhuma unidade de conservação, nenhuma APP [interrupção no áudio]. Eu estava dizendo.

Nós estamos mostrando aqui as melhores estimativas que nós podemos fazer dentro de vários cenários. Eu vejo, às vezes, pessoas que pegam um dos cenários que nós fizemos e usam esse cenário, outro, com outra causa política, pega um outro cenário e usa um outro dado. É importante saber que é um sistema que produz números, produz cenários, conforme o que a gente estiver estudando.

E não é tão fundamental a gente olhar só o passado, olhar essa reforma do Código Florestal e usar esse sistema da EMBRAPA para ter uma idéia das consequências das alterações que estamos propondo na legislação.

Nós vamos melhorar esse sistema completando esse cálculo de áreas protegidas, incluindo essas áreas que ainda faltam. Nós vamos completar cálculos de APPs e é necessário também que a gente considere a aptidão das terras que estão sobrando, das terras que estão disponíveis, porque também não é qualquer terra que serve para agricultura. Precisamos saber a qualidade dessa terra, existem mapas de solos na EMBRAPA, etc.

[interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acabou? Então... O senhor tem um minuto para concluir.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Estou sem som... Obrigado. Então, eu reitero o seguinte: a agricultura tem que estar a favor do meio ambiente [soa a campainha] e o meio ambiente tem que trabalhar com a agricultura e ela com o meio ambiente.

Nós precisamos ganhar sustentabilidade. A reforma do código não deve e não pode incentivar o desmatamento, premiar o desmatamento, premiar a baixa produtividade. Ela tem que ajudar o agricultor que tem produtividade, que tem rentabilidade, o uso de tecnologias, a recuperação de pastagem, o ganho de novas áreas.

Agora, nós temos hoje uma situação de irregularidade muito grande na agricultura, e isso precisa procurar caminhos de adequação. Eu não tenho sugestão de leis, os senhores fazem as leis, os senhores sabem fazer isso, o que eu tenho é, tecnicamente, um sistema que pode, eventualmente, se for o caso e necessário, contribuir para simular esses cenários e apoiar essa avaliação e esse diagnóstico.

Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Valter Pereira. Perguntaria a V.Exa. da possibilidade da exposição feita pelo técnico ser distribuída aos senadores das comissões? Vai ser acessado?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Solicitar a ele que deixe toda a documentação necessária para ser disponibilizada para os Srs. Senadores. Eu gostaria de comunicar ainda...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De todos os expositores, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Todos os expositores. Eu gostaria de informar ainda, o seguinte; nós vamos adotar aqui a metodologia que adotamos na Comissão de Agricultura, ou seja, nós vamos ouvir primeiro todos os expositores, aí nós vamos abrir para os debates. Certo?

Então, nós vamos ouvir agora o segundo expositor, que é o Sr. Gustavo Ribas Curcio, pesquisador da EMBRAPA Florestas. Ele terá o prazo que foi avençado aqui de 10 minutos, mas obviamente nós não vamos prejudicar a apresentação de suas transparências.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V.Exa. acaba de dizer que não será prejudicada a intervenção no que diz respeito ao tempo. Mas nós combinamos 10 minutos e com flexibilidade. Eu quero só chamar a atenção que a primeira exposição da EMBRAPA, agora vem EMBRAPA Floresta, que levou quase 30 minutos.

Quero chamar atenção porque esse... Nós queremos participar do debate. E V.Exa. [interrupção no áudio] na primeira fala de V.Exa., V.Exa. fez um limite da reunião, lá na tarde.

Então quero só chamar atenção para a gente ter... Condensar mais, para que todos possam participar desse debate e no final ninguém ser prejudicado nas suas falas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu já até fiz um apelo ao próximo expositor para que ele abrevie o máximo possível a sua exposição.

Mas nós não queremos prejudicar, dada a relevância do assunto para que a matéria toda trazida á colação, são informações da mais alta importância. Mas é claro que precisamos conciliar a necessidade do tempo, nós temos que fatalmente concluir essa sessão até a uma e trinta, às 13h30, portanto, o tempo urge.

Com a palavra o senhor Evaristo, aliás, o Sr. Gustavo Ribas.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Senhoras e senhores, bom dia, é um prazer muito grande estar na Casa. Eu estou representando um grupo liderado pela EMBRAPA Sede, pelo pesquisador Felipe Ribeiro e tenho a incumbência de mostrar os trabalhos que realizamos dentro da EMBRAPA sobre rios.

E nesse sentido eu gostaria de colaborar, entendo que a proposta possa colaborar na melhora do Código Florestal Brasileiro, que se trata de um documento muito importante e sem esse, sem dúvida, as florestas do país estariam totalmente devastadas.

Então, seriam duas apresentações. Eu começo com uma proposta para a legislação brasileira sobre considerações sobre APP fluvial.

Então, no caso, os compartimentos que foram estabelecidos pelo Código Florestal Brasileiro de 65, foram estabelecidos três compartimentos em 1965. A questão dos solos hidromórficos, a questão dos solos não hidromórficos e os solos hidromórficos constituindo as APPs, nas áreas de alta fragilidade de declividades e solos rasos que se preveja a execução da permanência das reservas legais e na ciência se tem em mente sempre da necessidade da conexão de corredores entre as APPs e as reservas legais, para a questão de fluxo gênico.

Então, aleatoriamente, escolhi alguns locais, sobrando na paisagem uma grande área, que é o terceiro compartimento, das áreas de uso alternativo, constituindo assim as áreas de preservação permanente, a reserva legal, área de uso alternativo, isso já instituído pelo Código Florestal Brasileiro.

A nossa proposta é de que sistemas de preservação, as APPs, elas devam harmonizar ao máximo com sistemas de produção. Para isso, nós devemos considerar que as paisagens possuem naturalmente zonas de alto potencial de produção, mas também têm zonas de altíssima fragilidade ambiental e devem ser consideradas essas questões.

Portanto, as leis ambientais, no nosso entendimento, devem considerar a diversidade das paisagens e não ficar tomando algumas medidas como se a paisagem fosse constituída de isopor por baixo.

Então, dentro da diversidade de paisagens nós vamos abordar a questão da geomorfologia e pedologia, porque entendemos que ela possa responder sobre as questões climáticas, geológicas e vegetacionais também.

Nós temos, em APPs, temos duas paisagens: vales bem fechados e vales bem abertos. Duas paisagens importantíssimas dentro das zonas de APPs e que têm possibilidade de uso nas suas... Nas zonas mais afastadas dos rios, completamente diferentes, ou seja, possuem fragilidades e potencialidades distintas.

Nós temos embaixo, fazendo o arcabouço da paisagem, diferentes tipos de rochas, mas aqui eu quero ressaltar aos senhores a importância de que essa diversidade geológica, ela constitui a presença de solos totalmente distintos, que possuem, por si só, várias características que podem ser adicionadas ao Código Florestal, mas para questões de simplificação para a lei, nós adicionamos como importante para os senhores, guardarem a espessura ou profundidade de solo e textura que nós vamos usar isso para o debate.

Vejam que para mesmo relevo... Perdão, para mesmo tipo de rocha, nós temos relevos muito suaves com alto potencial agrícola, mas nós também temos, derivados da mesma rocha, relevos altamente movimentados, de alta fragilidade ambiental e que podem comprometer a questão dos recursos hídricos e também a questão de fluxos gênicos.

Eu gostaria de chamar a atenção para vocês, que nas duas localidades, infelizmente nós não vemos a questão das APPs, porque não está sendo um sistema produtivo que considere fragilidades ambientais na sua íntegra.

A questão geomorfológica que eu falei aos senhores que é muito importante, nós temos que ter em mente que as paisagens são muito variáveis. Elas variam quanto a forma, ao comprimento e ao declive, esses três entes constituem os relevos. Mas a questão de forma e comprimento são entes qualitativos, não podem ser colocados em aplicação de lei, deveria ser apenas um, no nosso entendimento, que tem um caráter quantitativo, no caso, o declive. Este sim, seria um agente que poderia somar para termos uma correta visualização da questão da paisagem sobre o ponto de vista de potencialidades e fragilidades.

Isto é muito importante porque o relevo é um dos condicionantes de enxurrada e eu gostaria de chamar atenção para os senhores, da importância que a enxurrada causa a tensão ecológica. Isto é muito importante que o Código considera como importante a largura do rio. Nós vamos apresentar aos senhores uma tensão ecológica diferenciada, que venha de encostas.

A declividade de rampas é muito natural e qualquer um dos senhores poderiam responder a esse questionamento. Nós temos rampas de baixa declividade e rampas de alta declividade. Então, nós temos que pensar nas rampas de baixa declividade, nós temos uma APP e nas rampas de alta declividade nós precisamos amenizar esta tensão ecológica proveniente das encostas e eu estou falando apenas de relevo, por enquanto, apenas de declividade.

Então, é natural, no nosso entendimento, de que as APPs não devam variar de acordo com a largura do rio. A tensão ecológica não vem daí, a tensão ecológica vem das encostas. Se nós, como uma sociedade séria que somos, queremos preservar a questão hidrológica e de fluxos gênicos nós temos que pensar também na questão geomorfologia e o declive pode atender a isso.

Então, no caso, quanto maior o declive de rampa, necessariamente maior a largura da APP, maior largura de APP, sem dúvida, menor a tensão ecológica.

Quanto às características de solos, as pedológicas, existem várias características, e eu aqui vou deixar apenas essas duas em vermelho, porque são características quantitativas e fáceis de serem obtidas, em razão dos mapas já existentes no Brasil. Essas duas... Esses dois atributos, essas duas características, textura e espessura, facilmente é reconhecido por técnicos, elas são muito importantes porque elas nos predizem a questão de permeabilidade e a capacidade de filtro do solo, quer dizer, ela atenua ou não a capacidade de contaminação de águas, e isto é importante porque temos que pensar, como sociedade, na qualidade da água.

Então, por exemplo, solos muito profundos, medianos e rasos têm capacidade de filtrar soluções com defensivos agrícolas ou adubos muito distintas em razão do volume que eles oferecem. Isto não é

considerado hoje pela legislação brasileira dentro do Código Florestal.

Então, eu gostaria de colocar para vocês a questão de encostas muito espessas com encostas com solos bem rasos. Naturalmente, eles têm capacidade de filtro, a capacidade de amenizar as tensões ecológicas completamente diferentes. Não tem nada a ver com a largura do rio e sim com a característica do solo quanto a sua profundidade.

Então, naturalmente, nós teríamos que pensar que para uma condição de diferenças de espessura de solo nós temos a maior fragilidade em solos rasos e isso a Constituição, o Código Florestal poderia ser... Poderia considerar. Então, em APPs com solos de maior espessura, naturalmente nós teríamos menores espessuras de APP e maiores espessuras em solos mais rasos [soa a campainha], garantindo a qualidade de água. E isto seria suficiente para se dizer que menores espessuras de solos implicariam em maiores larguras de APP.

A mesma coisa é para texturas. Vejam os senhores que coloquei aqui para simplificar, como a capacidade de carga dos solos com mais argila, comparativamente aos solos mais arenosos que são menos... Que possuem menos carga, portanto, possuem menor capacidade de filtro, eles têm uma possibilidade de filtragem completamente diferente.

Então, de qualquer maneira, nós estaríamos expressando as fragilidades ambientais através de texturas de solos, que é uma coisa também não considerada. Então, declive, textura e espessura poderiam ser gabaritos, fatores a serem considerados a melhorar o Código Florestal.

Então, naturalmente as APPs de solos de textura arenosa devam ter necessariamente uma APP mais larga do que solos, do que rampas com solos mais argilosos.

A conclusão que para estabelecer APP fluvial nós devemos ter três fatores regenciais adicionados ao Código: a questão da declividade, a espessura e a textura de solo.

A segunda apresentação, que é mais rápida, é a proposta de topo de morro, também é uma proposta. Eu vou passar bem rápido, eu gostaria de colocar aos senhores uma questão muito importante que é a conceituação de morro, não é nem de topo de morro. Morro, cientificamente, não se tem homogeneidade na ciência, isso. Então, necessariamente, é indevido na questão técnica.

A conotação, então, de fragilidade ambiental em topo de morro, no nosso ponto de vista, é totalmente distorcida. Nós deveríamos para falar em fragilidades de topo de morro, que foi o que o legislador quis em 1965, ele quis amparar as questões de fragilidade.

Nós estamos insistindo que a questão geológica, geomorfológica e de solos deva ser considerada; então, as questões de geomorfológica, forma, comprimento e declive, assim como textura e espessura, também poderiam ser visadas hoje para o Código.

Gostaria de colocar uma questão muito simples para os senhores, de topo de morro, ainda tem duas questões muito interessantes. Nós temos a questão de dimensão e simetria de topo. Então, vejam, esse topo totalmente assimétrico contra este topo simétrico. Um assimétrico com afloramentos de rocha, e aí eu perguntaria aos senhores, o topo de morro é o terço superior? Mas nós já não temos definido cientificamente o que é um morro, eu estou perguntando aonde seria o topo de morro? Poderíamos colocar naquela condição ou vamos deixar um pouco mais para cima ou então, quem sabe, mais em cima ainda?

O que é o topo, então, eu estou perguntando? É aonde eu quero... Nós vamos instituir topo de acordo com o quê? Nós não vamos respeitar potencialidades e fragilidades ambientais? [soa a campainha] Como é que nós podemos ficar com um topo com simetria, mas com dimensões pequenas e um muito espesso com solos mais espessos e bem amplos, onde tem potencialidade de uso?

Então, me parece que a questão de topo de morro fica totalmente desamparada com essas questões porque não considera cientificamente nem o declive, nem a espessura e nem a textura.

Então, eu gostaria de exemplificar para vocês esses potenciais de uso ou de fragilidade. Este é um tipo de morro no Brasil, que tem dezenas, senão centenas de quilômetros. É uma *cuesta*. Vejam que quem está aqui embaixo vai chamar isto aqui de morro [soa a campainha]. Mas quem está lá em cima não vai chamar de morro.

Então, por exemplo, no Paraná a primeira *cuesta*, eu gostaria de colocar aos senhores, o topo da primeira *cuesta* é constituído por solos rasos e arenosos. Eu, como pedólogo, acho mesmo que tem que ficar protegendo, não pode ser usado lá em cima.

Agora, a segunda cuesta *paranaense* que vai atingir até o Rio Grande do Sul, entra de São Paulo e vai ao Rio Grande, isto tem aqui para cima também, nós temos solos profundos e argilosos, com alto potencial agrícola. Isto é topo de morro também.

Então, eu gostaria de dar um exemplo para os senhores. O que é topo de morro para o Plenário, por favor? A quem está lá embaixo é topo, quem está lá em cima é plano, isto é uma *cuesta*, isto tem no Brasil aos montes. O que é topo de morro? Isto é simétrico,

é assimétrico, qual é a dimensão disso? Estou falando disso, de dezenas de quilômetros, de centenas de quilômetros. Mas eu gostaria de ainda chamar mais atenção.

Eu também tenho pontos que tenho que defender topo de morro, porque eu respeito a questão da fragilidade ambiental, sob o ponto de vista científico, e não pelo que eu acho, do que eu vi ontem, é o que eu fiz na minha carreira. Então, por exemplo, nós temos um *hogback*, desculpem o termo, é um afloramento de rocha de mares, de bilhões de anos atrás que foram elevados pela formação dos continentes e são topos de morro extremamente aguçados e esse topo de morro é exatamente este que vocês vêem.

Eu tirei de uma outra altura, meu trabalho é frequentar esses lugares, beira de rio [soa a campainha] e topo de morro. Este é um topo de morro que não pode ser usado mesmo, porque ele é raso, é arenoso e ele é assimétrico. Tem afloramento de rocha. Então, nesse sentido o Código é perfeito.

Agora, eu queria mostrar isso para vocês também. Isto é importante. Nós temos uma *cuesta* aqui no caso, eu estou, por exemplo, me localizo aqui embaixo, a *cuesta* está lá em cima, com o relevo plano, aqui é uma recarga de aquíferos e isso acho que nós cientistas temos que estar preocupados, porque nós vamos depender da maneira irresponsável que nós estamos tratando a nossa água hoje, nós vamos depender de água de sub-superfície logo, já dependemos disso, dependemos da qualidade desta água e temos que lutar por esta água. Aqui é uma recarga de aquíferos, tanto do ponto de vista livres, que são rios, mas também tem os aquíferos confinados. Aqui entra [interrupção de áudio] [soa a campainha]. Alô, oi... Faltam dois *slides*. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dois *slides*?

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Dois *slides* ou três.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então peço, pedimos a maior abreviação possível.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Estou sendo o mais rápido possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está ótimo.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Estou até sem... nem estou tomando água aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Então, este... Eu fiz esse desenho para os senhores terem uma noção. Essa ponta de *cuesta*, esse fronte de *cuesta*, aqui entra água para o Aquífero Guarani, que é o segundo aquífero do mundo, e que hoje já tem coliforme fecal.

Aquilo lá deveria estar com floresta lá em cima, nós temos que ter floresta, hoje não tem, porque nós temos o boi gerente; nós não temos gerência sobre boi na grande maioria das vezes, nós temos boi gerente. Nós precisamos ter gerência sobre os sistemas produtivos e sistemas de preservação, mas em harmonia, de acordo com fragilidades ambientais e potencialidades.

Eu acho que a ciência nesse sentido é um papel, cumpre um papel excelente porque é o compromisso com ciência. E isto é o papel da EMBRAPA, isto é o papel das universidades, instituições de pesquisa, enfim, nos sentimos até muito gratos de estar na casa.

Agora eu queria chamar a atenção, é o último slide. Este é a frente, eu gostaria de chamar atenção para os senhores, eu fotografei de frente, agora vou fotografar atrás, é isto aqui. Atrás é este, aquele topo de morro é este aí ó.

Então, vejam, o que é topo de morro pela legislação hoje, pelo Código Florestal? Vamos respeitar a água? Vamos. Então vamos criar as APPs fluviais, são essas APPF. Mas ainda existem zonas de altíssimo declive, de solos rasos, suscetíveis a erosão, e que vão determinar fragilidade ambiental. Nós temos que usar isso? Não. Nós temos que preservar isto. Então, está lá, APPD, por declividade, sobra tudo isso de P para produção.

Essas zonas não são impactantes. A ciência tem manejo suficiente para colocar condições de sistemas de produção coerentes e ainda chamo a atenção para os senhores: o que é topo, então, nesta foto? Aqui? "Não, vamos colocar um pouco mais para cima. Não, só vamos deixar lá em cima." Isto é terra argilosa de mais de um metro de profundidade, com alta saturação por bases [soa a campainha] ou seja, mínimo de adubação. Temos que pensar o que que é topo de morro e então, no Código Florestal, assim como temos que pensar sobre a largura dos rios, as tensões ecológicas estão nas encostas. Muitas vezes também no topo. Isto pode ser agraciado perfeitamente pela ciência hoje e auxiliar o Código.

Para terminar, na minha... No meu ponto de vista, compartimento de paisagem topo de morro é totalmente inadequado para constar numa lei. Por quê? Porque não confere com fragilidade ambiental sobre o ponto de vista geológico, geomorfológico e pedológico.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos Dr. Gustavo... Gusta-

vo Curcio, pela brilhante exposição. E convidamos o próximo expositor.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir, se o senhor me permitir, a EMBRAPA é um órgão do Poder Público Federal, eu gostaria de ouvir o Ministério do Meio Ambiente, seguido, como também um membro, uma instituição do Poder Público Federal, para que a gente pudesse ouvir as suas impressões, se o senhor concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou... Eu já anunciei aqui o próximo que é o Sr. Adalberto Veríssimo e em seguida...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, o Dr. Adalberto Veríssimo é representante de uma ONG, IMAZON. Eu gostaria de insistir que nós pudéssemos, assim como ouvimos a EMBRAPA, do Poder Público, pudéssemos ouvir o Ministério do Meio Ambiente, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. sugere que sejam todos os membros do Governo, depois...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC) Pela ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Primeiro, há uma tradição na Casa que a gente faça uma intercalação, isso é uma tradição da Casa. Em segundo lugar, uma indagação que faço, é se os senhores pesquisadores, estão falando de suas pesquisas ou se estão institucionalmente representando a instituição EMBRAPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que é impertinente, porque...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não, não é impertinente, porque a questão de ordem da Senadora Fátima... Da Senadora Kátia, diz que eles estão fazendo, representando a instituição. E ela propõe que também fale os representantes das demais instituições.

Se, porventura, o Dr. Miranda está falando como pesquisador e não em relação a representação da instituição EMBRAPA, e por isso que eu digo que deveria, ele mesmo pode, assentir com a cabeça ou não, para que tenha validade a questão de ordem--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Porque, no meu entendimento, há uma tradição na Casa de que a gente faz uma intercalação, governo - sociedade, sociedade - governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quanto a intercalação, V.Exa. tem razão, acho que é saudável que se siga a tradição. Todavia, basta se observar a exposição feita por cada um dos primeiros expositores, para se constatar que eles falaram enquanto técnicos, enquanto pesquisadores, enquanto cientistas.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Quanto a isso, não há dúvida que são técnicos da EMBRAPA, mas o que eu pergunto, foi suscitado, eu não faria a pergunta se não tivesse dito que eles estão representando a instituição EMBRAPA. A pergunta que eu faço: eles estão representando a instituição EMBRAPA? Os estudos apresentados pelo Dr. Miranda é uma posição da EMBRAPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que foi requerido...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que foi requerido... Pela ordem.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, nós não estamos aqui com a menor intenção de desmerecer ou desclassificar os trabalhos dos pesquisadores da EMBRAPA. Eu não consigo entender que pesquisadores da EMBRAPA, que são financiados todos eles, merecidamente, com dinheiro público, ainda possa ter um questionamento se são posicionamentos da EMBRAPA ou não.

A ciência não é única, não é absoluta e não tem unanimidade, graças a Deus! Mas, nem por isso, os dois pesquisadores deixam de estar aqui representando a EMBRAPA porque são financiados por ela através do dinheiro do contribuinte.

Eu gostaria, Sr. Presidente, neste momento que os dois pesquisadores, colocaram a questão da produção, eu gostaria de insistir na posição do Ministério do Meio Ambiente com relação a estas duas apresentações, como relatora principal, como autora do requerimento de Audiência Pública principal, autorizada nas onze comissões, gostaria de poder merecer essa prerrogativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Sr. Presidente, acho que já que criou um certo desconforto de responder essa questão, eu não vou aqui constranger ninguém.

Eu fiz uma pergunta que eu considero muito normal, porque existe o momento que você fala, por exemplo, eu aqui estou falando como Senadora. Existirá

um momento, se eu for delegada por essa Casa para falar pela Casa, eu estou representando a Casa. São coisas de natureza diferente, não significa em hipótese alguma qualquer desqualificação, com todo o respeito pelos senhores pesquisadores. É uma linguagem que existe na academia. Uma hora você fala representando a instituição, já como algo que está consensuado na instituição, outra hora é o pensamento do pesquisador, altamente normal, aonde se faz ciência.

Todavia não quero criar uma polêmica, não tenho nenhum problema de que possamos ouvir. Aqui tem a FUNAI que representa o Governo, me parece que o Dr. Tassio, que é consultor do Ministério do Meio Ambiente. Não é essa a intenção; aliás o Dr. Tassio já está se antecipando e seria muito bom que pudéssemos ouvir a sua apresentação.

Por favor, não vamos aqui distorcer o que está sendo dito, porque tenho todo o respeito pelos pesquisadores, como independentes que produzem sua ciência. Agora, uma coisa é quando eles falam do seu *locus* de pesquisador, outra coisa é pela instituição. A pergunta que fiz foi tão somente essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia, vou resolver a questão de ordem da seguinte forma: foi preparada uma ordem cronológica que V.Exa. tomou conhecimento e todos tomaram conhecimento, porque ficou disponível. Então, nós vamos seguir essa ordem. Então, nesse momento nós vamos chamar o próximo que é o representante... Já está lá. Então, pode ser. Então... Com a palavra o Sr. Tassio, Tassio Azevedo.

SR. TASSIO AZEVEDO: Bom, queria agradecer primeiro a oportunidade de participar desse debate, acho que é bastante importante.

E... Talvez, de início colocar aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu só gostaria, por uma questão de ordem aqui, o seguinte: só vai subir à Tribuna aquele que for chamado, a partir de agora. Certo? Porque é uma irregularidade o orador que não foi chamado subir à Tribuna.

Mas como o senhor já está na Tribuna, já está com o consentimento do que estava inscrito, então, o senhor já vai fazer o seu posicionamento. Mas doravante nós não vamos tolerar.

SR. TASSIO AZEVEDO: Só peço desculpas, porque eu tinha entendido que era para eu vir para cá.

Eu queria de... Primeiro salientar, sim, a posição que a gente apresenta aqui ela tem um viés claro, ela é um viés de quem defende que a gente deva conservar a floresta, porque o Código Florestal é um instrumento de conservação da floresta, não é uma apresentação meramente técnica, ela tem, sim, um viés, e um viés bem definido.

O primeiro... Eu queria começar com uma figura que mostra as florestas no planeta. As florestas, elas equivalem a 4 bilhões de hectares, é 30% da superfície terrestre. Desse total de florestas que a gente tem 1/4, 25%, 1 bilhão de hectares são florestas tropicais.

Embora seja uma parcela menor do total de florestas que a gente tem, elas representam sozinhas mais de 50% do carbono terrestre, de toda a superfície terrestre, e também representa mais de 70% da biodiversidade que nós temos no planeta. Então tem uma importância absolutamente crucial essas áreas florestais.

Também é importante colocar em perspectiva de que florestas, as áreas florestais são a única fonte que nós temos que agrega a produção de material estrutural, de alimento, de remédios e de energia renovável, conjuntamente. Então, ela tem um papel absolutamente importante para a saúde do planeta.

Eu coloquei algumas fotos aqui que ontem eu capturei na internet, que são curiosas, porque a gente podia imaginar que fossem em algum lugar que a gente conheça aqui no Brasil. Essas fotos foram tiradas no final do Século XIX nos Estados Unidos, durante a ocupação do Oeste americano, quando se moveu do Oeste para o Leste.

Nesse processo aconteceu algo que é muito conhecido de nós, do que acontece hoje no Brasil, que aconteceu na Mata Atlântica e hoje acontece no caso da Amazônia, que é um processo absolutamente devastador com relação às florestas, a substituição de florestas para outros usos alternativos do solo, ao mesmo tempo com um processo muito forte de apropriação de bens públicos, num processo que a gente chama aqui de grilagem.

Nessa época, se conhecia muito pouco sobre conservação, aliás, quase nada sobre conservação. Não existia movimento de conservação, não existiam ONGs, não existia nada disso. Mas, nessa época, lá nos Estados Unidos se tomou a decisão de definir o que chamavam reservas florestais.

Eles não sabiam para que essas reservas seriam utilizadas, eles não tinham certeza se estes eram os lugares ideais para fazer essas reservas, mas eles tomaram uma decisão estratégica de autorizar o Poder Executivo naquele momento, de definir áreas que deveriam servir de reserva para o futuro

E por uma razão muito simples que está expressa na lei que tinha apenas quatro artigos e que dizia que o processo de reservar só poderia acontecer naquele momento, porque depois que a floresta tivesse ido, era irreversível.

Então, muitas vezes a gente toma decisões e as decisões de conservação elas estão muito ligadas a esse processo de que a gente toma ela por precaução. Se nós esperássemos ter certeza da ciência não existiria a Convenção de Mudanças Climáticas. Ela foi aprovada em 92 quando o grau de certeza sobre aquilo que a gente estava falando era próximo de 20%.

Então, essas decisões são muito estratégicas. Durante um processo de aproximadamente 20 anos foi criado todas as áreas de floresta nos Estados Unidos, que existem hoje como florestas nativas. Não existe nenhum pedaço dos Estados Unidos onde você tenha florestas nativas que não tenham sido aquelas que foram reservadas há 100 anos atrás, naquela decisão que foi tomada, mesmo sem todo o conhecimento que importante.

Esse é o debate que nós estamos tendo hoje. A decisão de se criar um Código Florestal já na década de 30, e depois a evolução dele, durante todos os anos, se ela tivesse esperado a gente ter certeza sobre o conhecimento científico que poderia embasar cada uma dessas decisões, nós não estaríamos aqui conversando sobre a floresta, porque ela não existiria, ela não estaria lá.

Eu coloquei, dividi essa conversa em três pontos bem objetivos. O primeiro, para dialogar com a proposta que foi feita para esse debate, é discutir, fazer uma leitura, talvez um pouco diferente, sobre o trabalho tão importante que os nossos colegas da EMBRAPA, especialmente o trabalho que o Evaristo vem desenvolvendo, sobre o alcance da legislação ambiental e territorial. Segundo, encaixar um pouco isso no desafio do desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, que é o maior desafio da humanidade hoje. E, por fim, uma mensagem muito rápida, a diferença de você reformar um Código Florestal, fazer mais uma mudança nele ou a gente verdadeiramente encarar o debate de uma política florestal brasileira.

Duas perguntas, elas estão na origem desse estudo que está sendo elaborado pela EMBRAPA, embora, acho até interessante a colocação do Dr. Evaristo, de que esse é só um instrumental para a gente poder gerar cenários. Na verdade, quando você lê o material ele claramente tem um viés objetivo, é definir onde vai estar a área de não floresta, não a área de floresta. Então, são duas abordagens bem diferentes.

Então, eu coloquei essas duas perguntas: será que o alcance da legislação ambiental indígena prejudica a economia brasileira? Será que o alcance da legislação ambiental brasileira inviabiliza o crescimento da produção agrícola e pecuária?

Esse quadro resume um dos cenários propostos nesse estudo da EMBRAPA, que é o cenário que de fato trabalha com o que está dito no Código Florestal em relação às reservas legais, aplicando aquilo que está no Código Florestal. E ele propõe que cerca de 70,5% das áreas do Território Nacional, elas seriam áreas que teriam o seu potencial econômico restringido, digamos assim, para ser, talvez, mais leve.

Eu vejo... ao analisar um trabalho, que tem várias coisas muito interessantes, inclusive para formação de cenários. Eu vejo que tem dois problemas de abordagem que a gente, que é importante levar em consideração e que levam a resultados talvez distintos quando você lê os mesmos dados de outra forma.

O primeiro é a definição de área para ocupação econômica. O quê que é que tem uso econômico e o que não tem? E o segundo é como que a gente estima a reserva legal? Depende da forma como você observa, você tem dados distintos. Sobre a tipologia de destinação de áreas, e seus possíveis usos, a gente, basicamente nesse trabalho ele aponta cinco categorias que estão agrupadas como categorias que há restrição de uso.

A primeira delas são as unidades de conservação de proteção integral, que são aquelas unidades de conservação que você não pode fazer uso direto dos recursos naturais que ali estão. Mas ela também permite alguns usos sustentáveis, por exemplo, turismo, visitação e pesquisa. Só para citar um número, isso representa, no caso do sistema de parques nos Estados Unidos, que tem 1/3 das áreas florestais brasileiras, representa uma receita de aproximadamente 3 bilhões de dólares por ano e o uso intensivo, obviamente, como a agricultura, ele não é permitido nesse tipo de área, isso é uma restrição realmente adequada de ser colocada.

As unidades de conservação de uso sustentável é permitido o manejo dos recursos naturais madeireiros e não madeireiros. E não é pouca coisa. Basta a gente lembrar que no caso da economia florestal brasileira, o ano passado o superávit comercial do setor florestal quando você desagrega, ali dentro do agronegócio brasileiro, ele representou 10 bilhões de dólares de superávit, frente a um superávit total do Brasil, de 24 bilhões de dólares, ou seja, quase que representou sozinho, o superávit feito pelo setor florestal, alguma coisa como 40% do superávit da balança comercial. Então, é uma atividade que tem uma importância econômica salutar.

E no caso do uso, de uso intensivo, é sim permitido em algumas situações. Por exemplo, nas áreas de APAS, que são as áreas de proteção ambiental, são unidades de conservação em que você pode ser atividade agrícola, atividade de uso intensivo. Vale lembrar que elas representam 4% do território, então é uma

área relativamente significativa quando você faz esse tipo de contas, dá alguns Estados de Pernambuco, não Sergipe, mas Pernambuco.

Terra indígena é permitido tanto o uso sustentável quanto é permitido o uso intensivo, mas com regras específicas que são de acordo com o definido nas respectivas leis. Em reserva legal é permitido fazer o uso sustentável dessas áreas, não há nenhuma limitação para isso desde que se mantenha a cobertura florestal. E não é permitido uso intensivo, e nas áreas de preservação permanente, como muito bem explicado pelo Gustavo, essas atividades não são permitidas.

Muito bem, então, o que realmente terá restrição de uso econômico? Então, eu tentei colocar nesse gráfico, do mais escuro para o mais claro, aonde está a maior restrição seguindo para a menor restrição. Quando a gente tenta somar isso dividindo em três grupos, um grupo é aquilo que tem muita restrição, portanto, baixa atividade econômica, um outro grupo é aquele que permite o uso sustentável, portanto permite atividade econômica em escala acontecer nessas áreas, mas com cobertura florestal, e a terceira, com uso intensivo, o gente tem o seguinte quadro. Eu vou passar rapidinho aqui.

Então, nós temos que 22% apenas tem restrições severas de uso econômico, ou seja, só sobram atividades de baixíssimo impacto, em menor escala, como a questão do turismo, visitação e outras. Mas nós temos 78% que sim, permite uso econômico com alta intensidade, embora com suas regras específicas, como é o caso de manter o bioma florestal.

Muito bem, quando a gente olha isso pelos diferentes biomas, é mais importante, porque quando a gente olha pelos diferentes biomas, o que a gente vê aqui em vermelho é a proporção de área que não há limitação, ou seja, é aquelas áreas que pode ter uso intensivo, agricultura, etc., pelos critérios que foram apresentados no próprio trabalho.

Onde apresenta essas restrições maiores? Na Amazônia, mas isso é uma proporção, então é uma área relativamente grande, mas proporcionalmente a Amazônia é uma área relativamente pequena, a gente vê lá em cima e no Pantanal, aonde, na prática, no Pantanal, não há área que poderia ter uso intensivo para agricultura, de acordo com os critérios da legislação ambiental, e isso é correta a afirmação que é feita ao longo do trabalho.

O segundo ponto é uma... Aliás, a palavra está errada, é subestimação da reserva legal, aliás, uma superestimação da reserva legal. São... A gente tem na legislação vários mecanismos de flexibilização ou compensação, que estão disponíveis para que você possa compor a reserva legal. Entre eles está a redução através do zoneamento ecológico econômico, vale lembrar que na Amazônia onde isso se aplica principalmente, nós já temos o zoneamento ecológico econômico terminado, praticamente terminado em Mato Grosso, em Rondônia está terminado e aprovado, no Acre terminado e aprovado, no Amapá ele está quase pronto, em Rondônia... Em Roraima está quase pronto e no Amazonas está quase pronto, ou seja, quase todos os Estados já estão com seus... E o Pará que está fazendo em pedaços, também já está com várias áreas em andamento.

Quando termina o zoneamento, o zoneamento, em todos os casos, ele aponta as regiões, exatamente as regiões que já tem maior utilização do uso da terra, ele aponta a possibilidade de que, para fins de recuperação, essas áreas sejam mantidas como reserva legal em 50%.

Depois temos compensação de reserva legal em unidades de conservação, que é muito interessante, porque você compensa sua reserva legal em uma unidade de conservação, isso significa que você não aumenta a área, você desconta a área de floresta. Esse é um dispositivo novo, que veio com a aprovação da lei da Mata Atlântica, até então você tinha... Você podia compensar, mas deveria, ainda no futuro, recuperar a sua reserva legal. Muito bem, além da possibilidade da cota de reserva aqueles e outros instrumentos.

Quando a gente faz um cálculo com isso, aplicando, a gente faz alguns exercícios rápidos, a gente infelizmente não teve acesso e esperamos poder no futuro ter essa discussão mais aprofundada tecnicamente com a equipe do Evaristo, nós estimamos que esse valor, ele provavelmente está super estimado, a reserva legal em 20%. [soa a campainha].

Então, se a gente faz um recálculo da reserva legal considerando essa super estimação, a gente aumenta, esse é um dado bem conservador, a área que estaria disponível para uso intensivo, chega a 30% do Território Nacional, a área para uso sustentável, 43% e se mantém os 22% de preservação permanente.

O que significa 35%? 35% significa 300 milhões de hectares; 300 milhões de hectares. Isso é muito? É pouco? É possível a gente expandir a nossa economia sem necessidade de que a gente perca cobertura florestal, que reduza os gases do efeito estufa? Aliás, com frases que a gente... O próprio Ministro Reinhold Stephanes, o Presidente Lula, sempre dizem, nós não precisamos mais abrir nada, não precisamos mais de novas áreas para expansão da nossa atividade agrícola.

Muito bem. A gente foi buscar um pouco o que significa 300 milhões de hectares. 300 milhões de hectares é a maior, é a quarta maior área de uso intensivo

do planeta, só fica atrás dos Estados Unidos, da China e da Austrália [soa a campainha]. Mas, interessante, significa 1,5 hectares por habitante no caso brasileiro e, no caso americano, significa 1,3 hectares por habitante, números que permitem a gente comparar o que significa 300 milhões de hectares, é muito.

Nesse quadrinho de baixo, eu fiz questão de utilizar só números que eu pude acessar no site da EMBRAPA, para ter certeza que eu estou usando comparações adequadas.

Então, nós temos uma situação em que 76 milhões de áreas agrícolas hoje no Brasil, que está colocado aqui no canto. Segundo dados que a gente tem também em vários centros da EMBRAPA, eles apontam que nós últimos dez anos, a agricultura brasileira dobrou de produção, a quantidade produzida e aumentou a área só em 15%.

Então, eu peguei a mesma regra e apliquei ela para o futuro, mas para ser generoso, eu apliquei que seria de 20% a área de agricultura, próximo de 20%. Então nós saímos de 76 milhões de hectares, para daqui 10 anos, 90 milhões de hectares ocupados pela agricultura, dobrando a produção agrícola brasileira. Isso nos dizem, quem trabalha com pesquisa, que é plenamente possível com a capacidade que nós temos instalada no Brasil, inclusive com a própria EMBRAPA.

No caso da pecuária, o que dá conta os números apresentados [soa a campainha] é que você pode aumentar a lotação de pastagens, no Brasil hoje, em média, menos de uma cabeça por hectare, para cerca de 3,8, 3,5 a 4 cabeças por hectare. Então, eu fiz a mesma coisa, multipliquei por dois, dobre a quantidade do nosso rebanho e realoquei eles em 100 milhões de hectares, ou seja, você pode fazer todo processo de dobrar a produção agrícola brasileira e até diminuir a área que a gente ocupa. E é até curioso, que a área que a gente... A diferença seria uma economia de 76 milhões de hectares, que é igual à área agrícola que a gente tem hoje no país.

Então, 300 milhões de hectares é absolutamente tranquilo, folgado, que a gente tem espaço para água, tem espaço para as áreas urbanas, temos espaço para as áreas estradas e temos espaço suficiente para uma agricultura

Ora, se isso tudo é verdade, precisamos considerar quanto a gente tem de floresta. Muito bem, o Brasil tem hoje uma cobertura florestal, quando você conta floresta, mais os ecossistemas associados, de mais de 500 milhões de hectares. Bom, eu disse que 500 milhões de hectares de um lado e disse que 300 milhões de hectares é aquilo que estaria disponível para que a gente pudesse ter o uso intensivo, quer dizer, não florestal, porque o resto deveria ser florestal. Logo, tem 50 milhões de hectares que já estão desmatados e que, na verdade, não deveriam estar desmatados, deveriam estar como floresta, sabendo que isso é suficiente como área, para a gente fazer uma boa gestão territorial no Brasil.

Então, o que me faz acreditar que hoje o que nós precisamos é um esforço enorme para recuperar 50 milhões de hectares, que não deveriam ter sido desmatados, não precisavam ser desmatados e que precisam ser retornados à sua função, como função florestal. E que existe, tranquilo, espaço suficiente para que a gente [interrupção no áudio] possa aumentar as áreas de unidade de conservação e de terras indígenas, sem que isso prejudique o montante de área que é necessário, que esteja disponível para que a gente tenha atividades intensivas.

Eu queria só dar um exemplo aqui, realmente as fotos são difíceis de ver, eu vou passar rapidamente, vou para os dois minutos finais.

A gente tem um desafio muito grande colocado a nossa frente que vai se materializar em Copenhagen, na discussão de clima e que essa Casa tem participado intensamente, tanto aqui quanto a Câmara, e é muito importante entender o que significa as decisões que nós tomamos sobre nossa floresta, sobre o que acontece com o clima do planeta e depois como o clima do planeta afetará a nossa floresta e afetará as nossas vidas.

Essa situação que nós temos hoje, a despeito de uma convenção de clima que foi assinada em 92, com objetivos definidos de reduzir as emissões, o que tem acontecido é que as emissões estão aumentando no planeta. E essas emissões, hoje, já são maiores nos países em desenvolvimento, e aí eu incluo no Brasil, ainda não passamos nesse tema para outra janelinha, já são maiores do que emissão dos países desenvolvidos.

Em 2020 nossas emissões, dos países em desenvolvimento, representarão 80% das emissões globais. Não há maneira da gente pensar uma solução para o clima, sem que a gente tenha um forte compromisso dos países em desenvolvimento e do Brasil, especialmente, como líder nessa área para que a gente possa alterar essa curva.

Essa curva que eu estou apresentando para vocês, talvez o que há, hoje, de mais atual sobre que cenários estamos trabalhando na discussão que se aproxima em Copenhagen, o que vocês veem na linha preta é o aumento, é a curva das emissões [soa a campainha] previstas para... De emissões de gases do efeito-estufa equivalente em carbono, somando todas as emissões do plano em gigatons, e a curva em vermelho é aonde precisamos estar se quisermos

estabilizar a temperatura em, o aumento de temperatura em até 2 graus, que é o que permite a gente pelo menos conseguir sobreviver.

Significa que nós temos um *gep*, uma diferença entre aquilo que está previsto acontecer com tudo que nós já estamos fazendo hoje, frente ao que precisaria estar sendo as nossas emissões, de 17 gigatons, é isso que temos que diminuir até 2020.

O que são 17 gigatons? É duas vezes e meia o total das emissões do Estados Unidos, que é o maior emissor. Equivale a 7 a 8 vezes as emissões totais brasileiras, esse é o desafio que o planeta tem pela frente.

Recentemente foi feito um estudo mostrando todas as alternativas que existem para redução das emissões, o quanto que elas podem reduzir e qual o custo dessa redução. A boa notícia é que é possível se utilizar todas as oportunidades que estão na mesa, todas elas, de eficiência energética, todas as oportunidades de transição tecnológica, todas as oportunidades relacionadas a mudança de uso do solo, nós somos capazes de chegar aos 17 gigatons, a um custo de até 60 euros por tonelada de carbono, mas é impossível, é impossível, atingir os 17 gigatons se nós não tratarmos o tema de floresta.

Nesses 17 gigatons, cinco gigatons é o que nós podemos fazer reduzindo as emissões de desmatamento e aumentando a recuperação das áreas florestais. Esse é o desafio da humanidade que está colocado para nós quando estamos discutindo esse tema, ele é muito mais amplo.

Por fim, [soa a campainha] e é o meu último, meus últimos dois Slides, eu acho que é muito importante essa perspectiva. A gente pode e a gente já fez isso, a gente sabe fazer isso. Nós podemos ter agricultura se adaptando às condições e limitações territoriais que serão impostas pelas condições ambientais globais a qual nós temos que atender. Agora, o clima e a regulação climática do planeta jamais poderá se adaptar com a perda de florestas e esse é o desafio que está colocado para nós.

Qualquer tentativa que nós fizermos nesse momento de enfraquecer os instrumentos que permitem a conservação e a restauração de florestas no Brasil nos fará andar na contramão da história, num ano absolutamente decisivo para tudo [soa a campainha].

Por fim, e esse é o meu último slide [soa a campainha], a gente tem claramente uma série de temas dentro do Código Florestal que mereceria uma revisão importante, dado o conhecimento técnico que nós agregamos. Acho que a apresentação do Gustavo, ela consolida uma série de informações que vem sendo trabalhadas por muita gente nos últimos anos e que tão brilhantemente você conseguiu consolidar apontando quais são os problemas técnicos.

Mas uma discussão como essa, ela só pode ser feita se nós começarmos a discussão com uma premissa: nós estamos discutindo o Código Florestal para aprimorar o instrumento de conservação das florestas brasileiras, nós não estamos discutindo o Código Florestal para que possa ser mais acessível para a gente ter não floresta. Isso seria um absurdo nessa etapa que nós estamos da história e dos desafios ambientais que a gente está vivendo.

Então, sim, a fazermos uma profunda reflexão e um trabalho assertivo nesse tema, mas para constituir uma política nacional [interrupção no áudio] [soa a campainha] assim como temos uma política nacional de águas, por exemplo.

É importante, queremos descentralizar a gestão? Ótimo, mas a gente tem que criar governança para isso, tem que criar os movimentos de controle social, será que temos que ter um conselho nacional de florestas, será que temos que ter conselhos estaduais que tenham as suas definições bem regulamentadas? Qual é o regramento? Quais são os instrumentos que vão estar disponíveis? Qual é a nossa meta de cobertura florestal de longo prazo? Esse é o debate que a gente tem que fazer sobre uma reforma do Código Florestal; não é repará-lo, é fazer uma verdadeira política florestal brasileira.

Obrigado.

[palmas].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal está realizando aqui no Brasil o intercâmbio de magistrados do MERCOSUL, com objetivo de possibilitar que magistrados do MERCOSUL conheçam o funcionamento da estrutura da justiça brasileira, e aqui nós temos dois desses magistrados, a Dra. Dora Szafir Slotolow, juíza letrada de primeira instância na área cível de décimo segundo turno, que representa o Uruguai, juíza em Montevidéu, e o Dr. Juan Freddy Gonzales Gonzales, juiz de instrução da província de Vila Serrano na Bolívia.

Eu peço a V.Exa. e aos nossos pares que considerem visitas honrosas ao nosso parlamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está deferido, nós damos os nossos votos de boas-vindas a Dra. Dora e ao Dr. Juan, em visita à nossa Casa. Esperamos que a participação

nesta sessão seja útil, inclusive para formar um juízo de como que funciona o processo legislativo brasileiro. Muito obrigado pela sua presença.

Nós passamos a palavra agora ao Dr. Adalberto Veríssimo, também pesquisador sênior do Instituto do Homem do Meio Ambiente da Amazônia, IMAZON.

SR. ADALBERTO VERÍSSIMO: Obrigado, Sr. Presidente, eu vou ser breve, até porque o meu antecessor, o Dr. Tassio Azevedo, cobriu muito bem a matéria que eu ia abordar, eu vou reforçar alguns pontos.

Primeiro, no exercício, nos cenários feitos pelo Dr. Evaristo de Miranda que eu aliás eu gostaria de ressaltar, que é um material do qual a a gente pode se debruçar, e, obviamente, como o Dr. Evaristo mesmo colocou, gerar outros cenários, colegas do IPHAM, ontem, em conversa, geraram um cenário parecido com o do Tassio, que na verdade parte de um patamar mínimo de 36% do Brasil, que seriam áreas aptas para uso agropecuário intensivo, todos nós queremos uma agropecuária intensiva e de melhor uso.

Nós estamos falando provavelmente, novamente, de um número que eu gostaria de reforçar, que o Tassio reforçou, na ordem de 3 milhões de quilômetros quadrados, 300 a 310 milhões de hectares para ocupar e para viabilizar a nossa agropecuária, mas uma área extremamente generosa, do qual a gente acredita que a tecnologia que a EMBRAPA vem desenvolvendo pode tranquilamente abrigar nesse território.

Reforçaria também o ponto que o Tassio colocou na necessidade da gente recuperar 50 milhões de hectares e áreas que estão degradadas, nas representações do Dr. Gustavo ele mostrou muito algumas áreas do vale do Paraíba, regiões também do Paraná, absolutamente detonadas, que precisam ser recuperadas, e o estoque restante de floresta que nós temos ser efetivamente conservada.

Há uma expectativa, portanto, de que qualquer discussão que a gente esteja fazendo no Código Florestal, a gente não pode permitir: 1) avançar sobre as áreas de floresta que existem no país; 2) garantir que haja mecanismos para que a gente possa recuperar áreas degradadas que não deveriam ter sido desmatadas.

Eu acho que o princípio de precaução tem sido fundamental no debate da questão da reserva legal.

No caso da Amazônia, eu gostaria de fazer alguns reparos um pouco mais profundos sobre o trabalho, eu acho que como o Tassio mencionou o Senador Flexa Ribeiro do meu Estado, o Estado do Pará aprovou, no governo anterior do Dr. Simão Jatene, um zoneamento que prevê 35% do Estado para a área de consolidação e 65% para a área de conservação.

E o Estado do Pará está realizando o zoneamento. Na região oeste foi delimitado 50% para fins de recomposição da reserva legal. Portanto, a equação de adequação, das preocupações levantadas pelo [ininteligível] estão se dando no âmbito, que eu acho que é o âmbito correto, do zoneamento ecológico-econômico. É lá, e não mexendo genericamente na lei, no Código Florestal que a gente vai resolver e equacionar a nossa conta.

Que eu acho que o Tassio novamente colocou muito bem, é a conta de garantir toda a área de floresta que nós temos, avançar mais 50 milhões de hectares e aí criando novas unidades de conservação, talvez não unidades muito grandes como já foram criadas, mas unidades de conservação em regiões muito críticas; quando a gente viu o próprio mapa apresentado pela EMBRAPA, a gente via a Amazônia bem protegida, mas os outros biomas, a Mata Atlântica, o Cerrado, os campos sulinos, absolutamente desprotegidos de áreas protegidas.

Então, eu acho fundamental e quero encerrar que há uma expectativa de que o Brasil seja a vanguarda na discussão de mudanças climáticas. O Brasil tem o ativo fundamental, que são as florestas, e a biodiversidade, e tem também uma agricultura que é exemplar no mundo e eu sou engenheiro agrônomo, acho que a agricultura brasileira, tem dizer, nós podemos fazer uma agricultura de qualidade, de ponta no país, sem avançar um centímetro sobre as florestas, inclusive recuperando áreas de florestas que foram desmatadas no passado, esse deve ser o nosso paradigma, esse deve ser o espírito pelo qual a gente tem que abrir essa discussão e trazer a ciência, que tem também têm visões muito diferentes, não só as representadas aqui nessa mesa.

Então, eu acho que é o ponto de partida, mas a gente não pode dar um passo atrás, a gente não pode retroceder, nós temos que garantir o patrimônio florestal e assegurar um futuro para o país e para a humanidade, que tem no Brasil a grande potência ambiental e florestal do planeta.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós anunciamos agora a intervenção da Dra. Samanta Pineda, advogada socioambiental.

SRA. SAMANTA PINEDA: Bom dia a todos. Eu, na verdade, até esperava ter ficado por último, por uma questão de que todos aqui que estão falando são técnicos e eu sou advogada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É por isso mesmo, para intercalar.

SRA. SAMANTA PINEDA: [risos] Então agradeço Sr. Presidente e agradeço a oportunidade de estar aqui.

Eu sou advogada, sou especialista em direito socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, eu sou consultora da Frente Parlamentar Da Agropecuária para Assuntos Ambientais.

O que nós estamos discutindo muito lá na frente parlamentar é exatamente isso que os técnicos acabaram de colocar aqui: como fazer uma agricultura sustentável, como fazer uma agricultura que cuide do meio ambiente, mas fazê-la. Porque infelizmente hoje, com a legislação que nós temos, não conseguimos fazê-la. E isso não é um discurso vazio.

No Paraná, nós conseguimos reunir mais de 20 mil agricultores pedindo mudanças na legislação ambiental. Então, se é realmente o fim que nós queremos, é igual, veio aqui o Tassio que muito bem colocou, nós precisamos proteger, como que nós vamos fazer isso? É para ter floresta, então, vamos colocar as florestas aonde elas devem estar, a nossa legislação hoje, ela não contempla absolutamente nenhuma peculiaridade, simplesmente APP tem que ser de 30 metros para determinar o tamanho de rio.

Foi demonstrado aqui pelos técnicos se são, estão falando pela EMBRAPA ou se estão falando por eles eu não questiono, porque eu acho que são extremamente competentes, conhecedores do que vem colocar, eles vem dizer que isso não é critério plausível, não é critério efetivo para se proteger meio ambiente; como é que eu vou colocar num país de 8 milhões de hectares, de 8 milhões de quilômetros quadrados um critério de proteção de beira de rio igualzinho lá para o Sul e lá para o Norte?

Quer dizer, a legislação ambiental foi boa, realmente, ela foi um avanço, nós temos uma Constituição que trouxe a legislação ambiental para a discussão constitucional, tem um capítulo dedicado ao meio ambiente, isso, sem dúvida, é um avanço.

Agora, nós não podemos continuar com a resistência que existe de alguns ambientalistas em mudar a legislação ambiental. É preciso que ela avance, isso não quer dizer que a gente vai avançar sobre a mata como alguns querem falar. Isso quer dizer que nós vamos fazer a proteção com base em fundamentos técnicos e científicos, vamos discutir de fato uma política ambiental para o país.

A lei de política ambiental brasileira que é de 1981, infelizmente está ultrapassada, ela precisa ser rediscutida. Então, a proposta da Frente Parlamentar Agropecuária que em conjunto com as entidades, com a CNA e com todos os setores que queiram vir para a discussão, e convidamos aí os ambientalistas para discutir conosco, a nossa proposta é fazer um código ambiental brasileiro, e não só a mudança do Código Florestal.

Vamos mexer nos paradigmas, nós somos bons nisso, porque a gente tem como dogma APP e reserva legal? Isso é criação de lei, isso não é criação técnica, a gente pode rediscutir esses institutos, criando proteção de áreas frágeis, aí nós vamos considerar o solo, nós vamos considerar qual é o bem que está sendo protegido e qual é a ferramenta adequada para proteger esse bem, com base em fundamentação técnica e científica.

Nós temos universidades, instituições de ensino superior, instituições de pesquisa no país que não são ouvidas na hora de se fazer a legislação e a gente comete pecados como esse. APP hoje, se fala mexer em conceitos de APP é uma heresia, mas isso foi criado por lei e lei não muda fragilidade de solo, não muda declividade, proteger topo de morro, estamos protegendo uma coisa que não existe definição técnica.

Ou seja, a Lei de fato estada inadequada. A lei precisa ser revista e ela precisa partir de uma mudança profunda.

Infelizmente, hoje, o agricultor precisa de uma, um remédio muito rápido, porque o conceito de reserva legal que foi aí sedimentado durante todos esses anos, ele está para acontecer no momento agora em dezembro, que esse Decreto 6.514 que depois foi modificado pelo 6.686, vem exigir do agricultor, do produtor rural, que averbe a sua reserva legal até dezembro desse ano.

Agora, cá entre nós, com tudo que ouvimos aqui, é de fato efetivo para a proteção ambiental que cada propriedade tenha um fragmento isolado de floresta? A gente tem que ter coragem de questionar e dizer: "Não, reserva legal é um instituto ultrapassado"; nós partimos de uma incerteza técnica e nós estamos agora avançando nos estudos ambientais e podemos dizer que esses instituto que nós criamos e que hoje são a base da defesa ambiental precisam ser modificados.

Então, vamos esquecer reserva legal e propriedade e comunidade de planejamento da nossa política ambiental e vamos falar em bioma, vamos falar em bacia, a política de recursos hídricos, nacional de recursos hídricos está muito avançada, a gente pode fazer uma política nacional de florestas, mas uma política nacional de meio ambiente que atenda a história do país.

Tudo aquilo que foi mostrado aqui pelo professor Evaristo que existe de café em Minas Gerais, de vinho no Rio Grande do Sul, de arroz, não dá para ignorar. É impossível a gente querer fazer uma política ambiental com base em ideologia nós precisamos nos basear em técnica para que essa política funcione.

Então, a proposta da Frente Parlamentar hoje é trazer um projeto de código ambiental brasileiro que comece definindo uma política ambiental brasileira séria, com objetivos claros, calcada na ciência e na sustentabilidade, ou seja, vamos falar de meio ambiente, vamos falar de sociedade, vamos falar de economia, juntos não dá para dissociar, porque onde tem fome não há preservação; o sujeito que tem um filho com fome em casa não pensa duas vezes em derrubar uma árvore e a gente precisa dar para ele uma situação de sustentabilidade.

O Dr. Tassio citou aqui os parques dos Estados Unidos, concordo plenamente, realmente eles geram muita receita, mas a infraestrutura que é permitida se colocar dentro desses parques nos Estados Unidos, não é aqui no Brasil, nós não conseguimos fazer nada dentro das unidades de conservação para dar a elas uma sustentabilidade econômica, nem que seja turismo ecológico. Eu não consigo abrir uma trilha num parque hoje, mesmo que tenha sido só decretado e não tenha havido a regularização fundiária, como aconteceu só em 10% das unidades de conservação criadas, federais, criadas até hoje.

Então, é preciso repensar. A proposta é definir a política ambiental, definir os seus objetivos, as suas diretrizes, definir quais são os bens que nós pretendemos proteger ambientalmente, e aí nós incluímos a sociedade humana como o primeiro bem, com água, com solo, com biodiversidade, mas a sociedade como organização e como parte da natureza.

Quais são as ferramentas que nós precisamos para proteger esses bens? Nós precisamos ter uma idéia de remuneração por serviço ambiental, porque enquanto a floresta derrubada valer mais que a floresta em pé, vão derrubar; nós vivemos num país capitalista. Precisamos rever os nossos conceitos de consumo, precisamos rever a nossa forma de sobrevivência, mas precisamos encarar a realidade e não ser utópicos de acreditar que nós vamos preservar o meio ambiente por bom samaritanos que somos.

Remuneração por serviços ambientais, um licenciamento ambiental justo, adequado, empreendimentos internacionais que vem se instalar no Brasil não conseguem, em muito que vem aqui, tentar os licenciamentos ambientais, acabam desistindo de instalar os empreendimentos, porque a burocracia é muita.

Então, a lei está, de fato, inadequada. E essa proposta que a frente parlamentar quer discutir, vem aqui convidar os ambientalistas para compor conosco e para de fato fazer uma política ambiental que baseada na lei que foi feita com fundamento científico, consiga conciliar produção e conservação ambiental.

Era isso, obrigada, Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós é que agradecemos já que foi concisa e objetiva.

O próximo é o senhor Carlos Alberto Ricardo, coordenador do programa Rio Negro do Instituto Socioambiental, ISA.

SR. CARLOS ALBERTO RICARDO: Bom dia, agradeço ao convite Sr. Presidente e eu começo dizendo que não vou fazer a apresentação que havia planejado inicialmente, vou apenas mostrar aos os senhores o estudo que o ISA acaba de publicar junto com uma rede de instituições públicas de pesquisa e organizações da sociedade civil dos nove países da Amazônia, é um estudo sobre áreas protegidas e territórios indígenas em toda a bacia amazônica e eu entrego simbolicamente ao Presidente da sessão uma cópia e, na próxima semana, o ISA estará encaminhando aos gabinetes de todos os senadores uma cópia desse estudo. Eu vou recuperar apenas um aspecto dele para os objetivos desse debate.

Primeiro, eu queria dizer que de acordo com a inspiração geral das pessoas que falaram hoje aqui nessa mesa, eu acho que a nossa pergunta fundamental não deveria ser especificamente a pergunta que, pelo que eu entendi, originou o estudo da EMBRAPA aqui apresentado, que foi de perguntar que áreas estão disponíveis para a expansão da agricultura.

Eu acho que a questão de fundo é a questão de um projeto para o Brasil e eu não vejo nenhuma possibilidade da gente responder essa questão sem passar por uma discussão séria sobre um projeto para o Brasil, do qual nós estamos absolutamente carentes. Eu me lembro, como geração, que a última vez que essa sociedade se empenhou numa discussão fecunda e efetiva sobre o Brasil com resultados práticos a nível legal foi durante a elaboração da Constituição de 1988, e de lá para cá há uma brutal fragmentação da conversa política sem que a gente consiga uma urdidura consistente e representativa para discutir um projeto para o Brasil de desenvolvimento sustentável.

Não há parâmetros para equacionar as divergências de interesse entre as partes e não é possível pensar apenas no setor da agricultura, da agropecuária e de nenhum setor que não esteja disposto a compartilhar uma discussão estratégica, eu acho que essa Casa tem como missão abrir espaço para isso, e eu sugiro que esse seminário se estenda com um âmbito um pouco maior, para o que Brasil não navegue na contramão da história e execute a sua missão e assuma suas responsabilidades sociais diferenciais no panorama da América do Sul e do planeta.

E se a pergunta de fato é essa mais ampla, eu lembro que o Brasil está patinando nessa, nessa como em outras discussões estratégicas. O Brasil é grande, mas o mundo é pequeno, a terra não vai nada bem nesse começo de século e há hoje uma insustentabilidade aguda dos padrões globais de produção e distribuição, o consumo de energia necessária à vida human,a ameaçada pela mudanças climáticas.

O Brasil é dos poucos países que ainda tem viabilidade do ponto de vista da sua base de recursos e ostenta uma população extremamente diversa com mais de 220 povos indígenas, várias categorias sociais, diversificadas culturalmente e um amplo mosaico de paisagens únicas e com grande expressão florestal.

Mas o Brasil insiste em serrar o galho em que estamos sentados, protelando decisões estratégicas que direcionem o país no rumo do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental. Não existe uma dimensão ambiental do crescimento econômico, do desenvolvimento social, do progresso em geral. Ambiente é o nome da coisa toda, do problema inteiro e portanto o Brasil deveria encarar isso como um projeto de país e de nação.

Eu queria, sendo bastante breve, então, mencionar, acrescentar a esse debate algumas informações. Primeiro, que eu acho que também é impossível tratar dessas questões nesse momento da vida do país sem correlacioná-las com o Processo Eleitoral das eleições majoritárias, que já está na rua e que torna o ambiente bastante complexo para que essa discussão seja travada com tranquilidade e com resultado político.

Sobre isso, eu quero registrar a publicação, hoje, pela Folha de São Paulo, de uma pesquisa encomendada pela organização da sociedade civil chamada Amigos da Terra, que mostra que a população brasileira está atenta e a quase totalidade da população brasileira está em favor de uma política de desmatamento zero e aponta que os brasileiros são quase unânimes em querer parar o desmatamento, mesmo que isso signifique abrir mão de mais produção agropecuária e ainda pretende punir no voto os políticos que se destaquem por defendê-lo.

Eu não vou ler essa matéria, a matéria é uma matéria grande, quero incorporá-la ao repertório desse debate.

Finalmente, eu queria terminar dizendo que o Brasil, nós devastamos mais da metade do nosso país acreditando que era preciso deixar a natureza para entrar na história; pois eis que agora que esta, com a sua costumeira predileção pela ironia, exige-nos como passaporte justamente a natureza. O Brasil tem um papel diferenciado no plano internacional, está patinando, corre o risco de navegar na contramão da história e não é possível debater isso sem recordar e fazer um certo paralelo com a arrastada polêmica sobre a abolição da escravidão no Brasil, durante o Século XIX.

A abolição da escravidão foi um processo prolongado, o tráfico e o negócio da escravidão era extremamente lucrativo, mas foi proibido por questões também morais, o Brasil foi recordista na importação de escravos e foi o último país das Américas a abolir a escravidão. Só em 1888; o Haiti aboliu a escravidão em 1804.

Eu queria lembrar que o Relatório Stern, que trata das mudanças climáticas e dos efeitos sobre a economia foi publicado em 2006; eu espero que o Brasil não perca tanto tempo como no caso da escravidão, para ficar na contramão da história, sugiro que a gente "pense no Haiti, reze pelo Haiti, o Haiti é aqui, o Haiti não é aqui". Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos a agilidade do Sr. Carlos Alberto, nós passamos agora ao próximo expositor, que é o Excelentíssimo Sr. Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça.

SR. MINISTRO ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN: Presidente, eu queria agradecer o convite que me foi feito e o faço nas pessoas da eminente Senadora Marina Silva e Kátia Abreu, que organizaram esta importante reunião de hoje.

Eu fiquei em dúvida qual seria o sentido da minha presença hoje aqui, Senador Mercadante, o que os Srs. e Sras. senadores esperariam hoje de um juiz, que tipo de relatório e contribuição eu poderia fazer na data hoje.

E acredito que as observações que as Sras. Senadoras e Senadores esperam, não são tanto em relação a jurisprudência do direito brasileiro, que isso está nos repertórios e que todos esses acórdãos estão, Senador Valter Pereira, disponíveis na Internet.

Imagino que seria muito mais algumas observações a título geral, no sentido de contribuir para esse debate que vem há bastante tempo desde a época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que era Ministro o Deputado, hoje Deputado, Sarney Filho.

E é nesse sentido que eu gostaria de expor e me explique aqui, por favor, como eu passo as transparências.

Eu queria começar com um olhar de fora e de alguém hoje que está há quase três anos, Senador Tassio Jereissati, um olhar de fora sobre esse processo legislativo, como que nós, especialmente o juiz, que estão aplicando a Medida Provisória e o Código Florestal veem o processo como está posto hoje, especialmente

eu, porque eu e não tenho a legitimidade para falar em nome de todos o judiciário brasileiro.

A primeira pergunta é se nós temos efetivamente um debate. Porque para o juiz é muito fácil, Senador Agripino, há um litígio, uma parte traz os seus especialistas, os seus peritos, a outra parte trás os especialistas e o juiz nomeia um perito da sua confiança, e aqui nesse debate nesses anos todos, a dificuldade é separar realmente o que é conhecimento científico, o que é conhecimento científico produzido, da maneira espontânea nos laboratórios e aquilo que às vezes é "conhecimento científico", entre aspas, mas é encomendado por pesquisas, por consultorias, de toda a natureza.

O segundo aspecto que eu gostaria de ressaltar é que aqui nesses anos todos e eu fui parte desse processo, nesses anos todos nós temos nos concentrados nas nossas divergências e esquecendo as enormes convergências que há entre o setor rural brasileiro, e vejo vários representantes das federações estaduais aqui, e aqueles que estão lá para defender as terras, como se também os ruralistas não defendessem suas florestas, a qualidade das águas, as suas matas ciliares.

E essa confusão toda faz com que imaginemos que o conflito que está posto aqui é em relação a totalidade do Código Florestal quando, a meu juízo, não é.

Por exemplo, a própria Senadora Kátia Abreu, que hoje além de ter enorme liderança nessa casa preside a Confederação Nacional da Agricultura, já disse por inúmeras vezes, a mim pessoalmente, que desmatamento não.

Então a divergência não é em relação às partes do Código Florestal que proíbem e coibem, limitam, restringem, organizam o desmatamento, mas em outro setor, no que tange ao passivo que está aí posto, e que, portanto, vamos localizar muito bem essas divergências.

Um outro aspecto é que o Código Florestal tem sido utilizado, nesta Casa, mas na Câmara dos Deputados e também nos debates no âmbito do Executivo e por vezes até no Judiciário, como desaguadouro para todo tipo de reivindicação de vários setores e não apenas do agronegócio brasileiro.

No tema das áreas de preservação permanente, por exemplo, quem construiu mansões ilegalmente, Senador Mercadante, no nosso Estado, no meu Estado por adoração, eu sou paraibano por nascimento, tenho essa graça de ter uma dupla filiação. Em Campos do Jordão, nas ribanceiras e nos penhascos de Campos do Jordão, estes estão buscando alterar o Código Florestal para legalizar as mansões que estão lá construídas.

É isso que queremos debater aqui? Diante da bancada dos brasileiros que representam o setor rural? Reduzir as áreas de preservação permanente para legalizar empreendimentos imobiliários? Então, vejam que acaba sendo o debate, aspas, "contaminado" por temas que não estão relacionados com agronegócio no nosso país.

Terceiro, há muita desconfiança sobre os dados científicos produzidos. E eu digo, para o Juiz é fácil; quando eu era do Ministério Público de São Paulo, houve um estudo coordenado pelo professor Evaristo no que tange às queimadas da palha da cana. Os representantes de São Paulo sabem que esse é um grande problema que está sendo resolvido no nosso Estado.

Muito bem, esse estudo científico do professor Evaristo dizia, comparando números e vejam como números não mentem, mas a interpretação pode levar muitas vezes a equívocos. Comparando a mortalidade e os dados de saúde pública de várias cidades do Estado, chegou a conclusão que o ar de Ribeirão Preto na época da queimada, das grandes queimadas da palha da cana era melhor do que na instância climática de Atibaia.

E este relatório foi utilizado em todas as ações civis públicas pelos usineiros, até que caiu no descrédito e levou os usineiros de bom senso a propor simplesmente a extinção ou acabar com as queimadas. Então, é importante que nós resgatemos a credibilidade e sempre ter em mente quando alguém faz uma pesquisa, porque foi contratado - não é o caso aqui, não estou dizendo que é o caso - quando fala em nome da instituição ou quando fala em nome próprio, ou quando fala em nome de uma entidade, como essa ECOFORÇA, que coordenou esse estudo lá em São Paulo, que causou grandes estragos na saúde dos paulistas de várias cidades... De São Paulo.

E, finalmente, não vamos esquecer dos implementadores. A lei, ela precisa ser clara, ela não pode criar dificuldades para nós juízes, ela não pode criar dificuldades para os implementadores. E aqui eu acompanhei com muito gosto a apresentação do técnico da EMBRAPA Floresta sobre APPs, em que fala de profundidade, fala de textura; agora imaginem um Juiz, em cada uma das áreas de preservação permanente exigindo uma perícia para calcular a profundidade e a textura.

Uma das técnicas utilizadas pelo parlamento, isso é feito todos os dias aqui, são os cortes temáticos, que permitem que a legislação seja promulgada e aplicar, querem um exemplo, só para lembrar? O corte

temático dos 18 anos para a maioridade penal. "Por que 18 anos?" Porque alguém que matou a sangue frio, às vésperas do seu aniversário, torturou, barbarizou 10 pessoas, uma família inteira uma chacina e não vai para a cadeia? Não vai para a cadeia, porque o parlamento chegou a conclusão de que não haveria a hipótese, possibilidade de tecnicamente examinar cada circunstância individual, porque isso inviabilizaria a implementação da lei.

Então, o Código Florestal não está inovando quando diz o que piso das áreas de preservação permanente é X. Pode estar errado? Pode e se o parlamento mudar nós juízes cumprimos, mas não vamos dizer que a técnica do Código Florestal inova em relação ao ordenamento jurídico brasileiro.

Imaginem esse mesmo argumento no campo da reforma agrária. No Judiciário, todos os dias nós aplicamos e indenizamos, porque a Constituição assim determina e garante ao proprietário rural que é desapropriado pelo INCRA, não é com base na qualidade específica da sua terra.

Algum proprietário rural gostaria de fazer e produzir essas perícias, "A minha terra só tem pedra". É pela média geral e isso é técnica legislativa e técnica também do Judiciário.

Para terminar, o norte que me parece que é possível e eu vejo nessa Casa, no Senado a força e a vontade política de resolver esse impasse que inclusive nós juízes acabamos envolvidos indiretamente [soa a campainha].

Se me permite dois minutos, Senador Presidente.

Primeiro a purificação temática. Vamos deixar nesse debate aquilo que é efetivamente o que importa e está já agenda do agronegócio brasileiro, só isso, as outras questões serão tratadas nas leis específicas.

Por exemplo, na Câmara dos Deputados há um projeto de lei do parcelamento do solo urbano, já aprovada numa Comissão Especial em vias de vir para esta casa, que cuida das APPs e de outros temas ambientais no que tange a área urbanística, porque contaminar esse debate hoje no Código Florestal com esta matéria.

Separar o passado do futuro. Repito as palavras *ipsis litteris* da Senadora Kátia Abreu: não se trata de desmatamento, o tema não é novo desmatamento, isso precisa ficar muito bem claro, porque já aproxima as partes.

Terceiro, um tratamento diferenciado para os pequenos. É do direito que a isonomia olha para quem é grande, para quem é médio e para quem é pequeno. Eu não posso exigir de um proprietário rural que tem 50 hectares o mesmo tratamento daquele que tem 100 mil hectares, que tem acesso fácil aos financiamentos bancários e assistência técnica necessária para regularizar a sua propriedade.

Mas também um tratamento diferenciado para as cooperativas. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e outros Estados tem um sistema forte, vibrante de pequenos proprietários que estão organizados em cooperativa. Essas cooperativas são baseadas na solidariedade, vamos aproveitar essa solidariedade em benefício do meio ambiente para buscar regularizar os problemas ambientais que lá estejam [soa a campainha].

E, finalmente, buscar um tratamento casuístico não, no sentido de arbitrário, mas tópico, claro também, para que a chamadas, que eu denomino, não é linguagem técnica, perdão os colegas da EMBRAPA, denomino de culturas topográficas; culturas topográficas, a meu juízo e eu usei isso num acórdão, culturas topográficas são aquelas que dependem necessariamente de certas características topográficas do terreno, altitude, inclinação. Agora não dá para sair com um instrumental medindo a profundidade, porque isso inviabiliza a aplicação da própria lei.

E a última palavra reduzir os custos da legalização. Há muito proprietário rural, eu já estive em vários Estados da Amazônia, estive na minha Paraíba várias vezes no Rio Grande do Norte do Senador Agripino Maia, em todo o país eu viajo e há muitos proprietários que querem se regularizar, mas não tem condições de assumir os custos cartorários, os custos técnicos para esta regularização e acho que é papel do legislativo, e do judiciário quando for possível viabilizar esta regularização da forma mais fácil possível.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao eminente Ministro Hermann pela objetividade de sua exposição.

O último expositor é senhor Márcio Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio, FUNAI. Enquanto ele assume a tribuna, eu gostaria de registrar aqui as escusas do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação que tem uma audiência neste órgão técnico e por isso teve que ausentar-se, mas ele já requisitou todo o material produzido aqui com as exposições, com as transparências para que aqueles que compõem a sua Comissão também possam acompanhar a evolução desse trabalho que nós estamos produzindo hoje. Com a palavra... Sr. Márcio Meira.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Apenas para dizer que vamos tomar o mesmo procedimento do Senador Flávio Arns. Ou seja, a Comissão de Constituição e Justiça, a partir da última exposição, volta para a pauta de hoje liberando, claro os membros que desejam ficar aqui até o final, ao final nós pegaremos todo o material que foi produzido, distribuiremos a todos os senadores que compõe a Comissão de Constituição e Justiça e a partir do meio dia, então, peço a V.Exa. que não considere mais formalmente para que a participação da Comissão de Constituição e Justiça para que nós possamos abrir regularmente a nossa sessão.

E deixando claro aos senhores senadores que vou votar as matérias consensuais não polêmicas; se houver o quórum adequado nós podemos partir para aquelas discussões mais polêmicas, caso contrário votaremos as matérias de consenso entre governo e oposição.

Aproveito apenas para deixar uma exortação, uma provocação ao debate que deve se estender, quanto às competências, eu subscrevo aqui praticamente tudo que disse o Ministro Hermann Benjamin, a quem conheço há muito tempo, um lutador pela causa ambiental e há muitas discussões, naturalmente, lado a lado, que nós temos que considerar.

Acho que é inevitável a atualização do Código, sem sombra de dúvida, mas a questão da competência, hoje nós temos superposição de competência, especialmente para licenciamento ambiental, o que acaba gerando um atrito, falso, na minha opinião, entre produtores e ambientalistas, porque todos têm que ser ambientalistas e todos tem que ser a favor do progresso do país.

Então, como é que nós vamos conciliar isso? A medida que nós estabelecermos, convenientemente, qual é a competência dos municípios, qual é a competência dos estados e qual é a competência da União.

Se continuarmos com essa sobreposição, ou essa superposição de competência, certamente não vamos contribuir muito para que o debate possa avançar.

Com essa consideração, Sr. Presidente, peço desculpas por ter feito agora ainda durante os debates, mas peço a V.Exa., assistirei o último expositor, para que considere a partir do final da exposição que a CCJ não mais participa formalmente, para que nós possamos abrir a nossa reunião a partir de então.

Muito obrigado a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A Mesa compreende as razões arguidas por V.Exa. e levará na devida consideração, da mesma forma que o fez em relação ao Presidente da Comissão de Educação.

Com a palavra o Sr. Márcio Meira.

SR. MÁRCIO MEIRA: Obrigado Senador Valter Pereira, queria agradecer o convite feito à FUNAI, para participar deste debate aqui no Senado, parabenizando as Senadoras Kátia Abreu e a Senadora Marina Silva por essa iniciativa, que considero muito importante e que acho que deve ser continuada, inclusive, e ampliada, com convite a outras instituições científicas, técnicos, que possam contribuir para esse debate que é crucial, não só para a questão da agricultura, do desenvolvimento da agricultura, da pecuária, no Brasil, mas crucial para o Brasil como um todo, em termos da sua sociedade, da sua necessidade de desenvolvimento.

Eu aqui vou me ater explicitamente a contribuição que tem as terras indígenas nesse debate e vou aqui ser bem breve, na medida em que eu... Parte do que eu ia expor já considero parcialmente realizado pela apresentação do Tassio quando fez aquela apresentação geral sobre a configuração do mapa de áreas protegidas no Brasil e vou me ater aqui explicitamente às terras indígenas.

No caso das terras indígenas a legislação brasileira, ela é muito clara e específica, destacando as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, do mercado imobiliário ou do mercado de terras do Brasil. As terras indígenas são aquelas que são de usufruto exclusivo dos povos indígenas, são de propriedade da União e constituem um direito originário, ou seja, um direito anterior ao direito.

Portanto, quando o estado brasileiro identifica uma terra indígena, ele apenas reconhece que aquela terra é tradicionalmente ocupada pelos índios, conforme os seus usos, costumes e tradições, conforme estabelecido no art. 231 e no art. 232 da Constituição Federal.

Hoje as terras indígenas brasileiras constituem aproximadamente 13% do território nacional, elas estão ali contidas naquela... Na apresentação do técnico da EMBRAPA e também na apresentação do Tassio, dentro daquelas áreas protegidas e elas têm esse estatuto particular que não são apenas terras de proteção ambiental, elas são, sobretudo, terras de direito originário dos povos indígenas, portanto, de proteção também do patrimônio cultural brasileiro constituído principalmente pelos 225 povos indígenas que vivem no Brasil, que são de enorme diversidade cultural e étnica.

E o Brasil é um dos países que tem a maior ou uma das maiores diversidades linguísticas e étnicas do planeta e que tem na sua ordem constitucional a

obrigação de proteger, promover esses povos, essas culturas e as suas terras tradicionalmente ocupadas.

Então, nesse sentido, o que nós observamos nos últimos anos, nas décadas, inclusive, desse período republicano brasileiro, principalmente, é que as terras indígenas reconhecidas pelo Estado brasileiro, que sempre tiveram como foco principal a proteção dos povos indígenas e continuam tendo esse foco, elas também, sobretudo nos últimos anos, com o avanço do processo de desmatamento ocorrido na Região Amazônica, principalmente no bioma amazônico.

E também com os fenômenos climáticos que estão ocorrendo cada vez mais no planeta, as terras indígenas brasileiras tem se constituído um enorme contributo do país, do Brasil, e esse contributo nós devemos principalmente aos próprios povos indígenas, de proteção de partes extremamente importantes do bioma amazônico e também de outros biomas e no caso, sobretudo do bioma amazônico, de partes da Amazônia extremamente singulares do ponto de vista da biodiversidade e dos recursos florestais.

Portanto, há aí nesses, aproximadamente, como eu disse, 13% do território nacional, uma contribuição imensa do Brasil, e uma contribuição imensa dos povos indígenas do Brasil, e aqui eu aproveito para cumprimentar os caciques xavantes que estão presentes no Senado hoje, assistindo a nossa sessão, lá do Mato Grosso, Cacique Aniceto, que está ali participando deste debate, como testemunha a proteção que tem também outros biomas, como por exemplo, o Cerrado, como por exemplo o Pantanal, como por exemplo a Mata Atlântica e que muitas pequenas áreas de Mata Atlântica no Brasil foram protegidas e estão protegidas por conta da presença, por exemplo dos Guarani ou de outros povos indígenas dessa região.

Portanto, do nosso ponto de vista, do ponto de vista do Estado brasileiro, do órgão indigenista brasileiro que é responsável pela proteção dos povos indígenas e das suas terras, que são de propriedade da União e inclusive com o aval agora mais fortalecido ainda nesse... Nessa compreensão e nessa função política que tem a Fundação Nacional do Índio, pela decisão recentemente tomada pelo Supremo Tribunal Federal em relação a correção da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, nós temos a convicção que as terras indígenas tem uma contribuição realmente muito importante, significativa para essa parte do território nacional que é destacada, no bom sentido, para a proteção.

Mas eu queria, antes de concluir, Senador Valter Pereira, senadores, senadoras, ousar dizer que eu acho que esse debate, ele diz respeito ao que nós queremos para o nosso planeta, na verdade. Quer dizer, o Beto Ricardo falou aqui, o que nós queremos para o Brasil, um projeto de Brasil, eu creio que esse debate, ele é tão importante, Senadora Kátia Abreu, Senadora Marina Silva, que merece continuidade e amplitude científica, técnica, política, inclusive debatendo com os indígenas, que tem uma enorme contribuição, porque viveram e vivem no Brasil há 15 mil anos e nunca destruíram as florestas, portanto tem um conhecimento extremamente sofisticado de como produzir agricultura na floresta sem destruir e que muito desse conhecimento foi aprendido pelos brasileiros como um todo, nesses 500 anos.

Eu creio que o grande desafio que temos a discutir e aí foi mostrado o exemplo dos Estados Unidos é... Se existe a possibilidade, hoje, de um grande país do mundo oferecer à humanidade, a possibilidade, de promoção do desenvolvimento econômico, agrícola, da pecuária, o desenvolvimento industrial, enfim, o crescimento econômico, com o cuidado necessário, às florestas, aos biomas, sem destruí-los, é o Brasil.

Ou seja, o grande desafio que o mundo tem hoje para o cuidado do seu meio ambiente, inclusive com a preocupação do aquecimento global que se dá hoje, o Brasil é um ator fundamental, porque ele ainda é um dos pouquíssimos países de grande porte no mundo que pode dizer para o mundo que o que aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos no Século XIX, o que aconteceu na Europa ao longo de tantos séculos, o que tem acontecido na Ásia, na China, nós do Brasil podemos dizer ao mundo que: "Não, é possível sim, no Brasil acontecer diferente", acontecer de uma forma em que as florestas sejam preservadas para os nossos netos, bisnetos e nós possamos também promover o desenvolvimento.

E eu creio que nesse aspecto, Senador Valter Pereira, de forma muito, obviamente de muito... Com muita humildade, eu creio que os povos indígenas podem dar um ensinamento muito grande à sociedade brasileira de como isso pode ser possível, pelo exemplo, pela preocupação pelas referências culturais que eles têm em relação, ao respeito que eles tem às florestas e ao meio ambiente.

Portanto concluo dizendo que a FUNAI, a instituição indigenista brasileira, e tenho certeza, os povos indígenas brasileiros, tem interesse em participar de um debate como esse para contribuir para que a gente possa mostrar para o mundo que o Brasil pode sim mudar a história e deixar um legado para a humanidade de que é possível o desenvolvimento com a proteção do meio ambiente, com a proteção das florestas.

Então, essa era a mensagem que eu queria trazer, pedindo, agradecendo mais uma vez e pedindo desculpas pela chegada um pouco atrasado, porque eu

estou hoje presidindo a Comissão Nacional de Política Indigenista, em reunião ordinária, e por isso tive que me ausentar de lá rapidamente, para vir aqui, mas não deixei de vir exatamente, porque considero esse debate muito importante no Senado Federal brasileiro.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a intervenção do senhor Márcio Meira, Presidente da FUNAI e registramos aqui a presença dos dois caciques lá do Mato Grosso que estão presentes nessa Sessão, em nome dos quais homenageamos todas as etnias que tanto contribuíram para o país, não só na preservação das florestas, mas na preservação da integridade territorial.

A seguir nós vamos passar para os debates, tendo prioridade a Senadora Kátia Abreu, autora do requerimento desta Sessão. Senadora Kátia Abreu com a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente, eu gostaria dizer da minha alegria e satisfação novamente, poder estar acontecendo essa Audiência Pública de minha autoria, aonde percorri as onze comissões permanentes do Senado Federal para aprovar esse requerimento, mas agradecer a todos os senadores, especialmente aqueles que complementaram o meu requerimento inicial, da minha autoria como o Senador Mozarildo Cavalcanti, Senadora Rosalba, Paulo Paim, Senadora Marina Silva, Senador Suplicy e Crivella, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Valter Pereira, Senador Gilberto Goellner, Senador Leomar Quintanilha, muito obrigada pelos apoiamentos e os complementos dos convidados, que aqui se encontram hoje.

Sr. Presidente, hoje tem uma pesquisa na *Folha de São Paulo* encomendada por uma ONG dizendo que 94% dos brasileiros prefere a suspensão de desmate a maior produção. Eu só sinto muito a pesquisa não ter sido feita apenas junto aos produtores rurais, apenas com os produtores rurais, porque ao invés de 94%, teria dado 100% dos produtores rurais do Brasil são contra o desmatamento.

[palmas].

Então, eu quero iniciar aqui as minhas palavras falando três coisas da maior importância. Nós não estamos aqui, senhor Tassio, representante do Ministério do Meio Ambiente, nós não estamos aqui discutindo o desmatamento, nós não temos interesse em desmatamento, nós estamos falando de outra coisa, nós estamos falando de regularização fundiária, porque apesar da palestra de V.Exa. ter sido bastante esclarecedora, bastante lúcida, muito bem, didaticamente bem explicada, nós não estamos no foco que V.Exa. aqui apresentou, V.Exa. apresentou um foco de questão de desmatamento de aquecimento global, não é essa a tese da CNA, dos produtores rurais do Brasil, de todos os tamanhos.

Segundo ponto. Nós não estamos discutindo, Sr. Representante da FUNAI, absolutamente sobre as terras indígenas e nem as unidades de conservação. Elas somadas, todas as terras indígenas, unidades de conservação, estadual, federal e municipal já ocupam 30% do território nacional, não estamos discutindo isso, ou seja, em torno de 250 milhões de hectares dos 850 milhões que o Brasil tem.

Então não estamos discutindo desmatamento, não estamos discutindo terra indígena e não estamos discutindo unidades de conservação. Nós estamos discutindo, Sr. Presidente, sobre regularização fundiária, e apesar de não queremos desmatamento, de não estar na nossa pauta essa questão, eu vejo aqui nos debates a questão da solicitação especialmente pelo Ministério do Meio Ambiente e demais sobre a recuperação necessária de 50 milhões de hectares, que devem ser replantados no Brasil, sugeridos aqui pelo Ministério do Meio Ambiente.

Eu não quero discutir se isso é bom, se é ruim, se dá para fazer se não dá, se é necessário ou não é. Eu só quero colocar preço nisso, a S.O.S. Mata Atlântica orça que a recuperação por hectare fica em torno de 10 a 12 mil reais por hectare, mas vamos colocar 10 mil reais por hectare, porque eu não precisaria da S.O.S. me dizer isso, porque sou produtora rural e sei que custa isso.

Se nós pegarmos 10 mil reais multiplicarmos 50 milhões de hectares, nós precisamos de 500 bilhões de reais pra recompor o que V.Exa. sugere. Só ficou faltando dizer da onde seria a fonte que nós usaríamos para recompor essas áreas.

Com relação ao aquecimento global, eu também me preocupo muito, acho da maior importância essa discussão, mas nós precisamos, nós brasileiros, continuar fazendo o que estamos fazendo, porque, graças a Deus, nós estamos numa emissão de CO2 muito inferior ao que o mundo está fazendo, enquanto a média, Dr. Hermann, no mundo, de emissão de CO2 por indivíduo é quatro e meia toneladas por cada um, na América Latina a média é dois e meio, e aqui no Brasil nós estamos emitindo apenas 1.8 de CO2 por habitante, mas se nós pudermos diminuir e ajudar o mundo isso ainda é bastante prudente e necessário.

Quando nós vemos aqui apresentado por um dos membros, não tem importância, pode sorrir aqui é todo mundo livre, aqui é Democracia, pode sorrir cinicamente como o senhor quiser, quando nós estamos aqui falando de limitação de áreas e que 350 milhões

de hectares já é suficiente, que não precisamos mais disso, eu também não quero discutir sobre isso.

Se o Ministério do Meio Ambiente está dizendo que 350 milhões não precisa mais, porque é o mesmo tanto que tem nos Estados Unidos, quem sou eu para discutir. Eu só quero lembrar a V.Exa., que nós temos 1 bilhão de pessoas que passam fome no mundo, especialmente na África subsaariana, mas talvez não seja problema do Brasil, talvez nós não somos a fazenda do mundo, e nós somos, por incrível que pareça, por uma benção de Deus, nós somos o único país do mundo que temos áreas para matar essa fome, sem desmatar uma árvore, Dr. Benjamin, sem desmatar uma árvore, apenas utilizando melhor as áreas de pecuária, melhorando a produtividade de áreas de agricultura, porque aqui fala 4 a 5 cabeças por hectare, eu fico impressionadíssima com a precisão de alguns aqui, 4 a 5 cabeças por hectare no Brasil, é alta tecnologia, de pouquíssimos pecuaristas que conseguem atingir isso.

Nós estamos falando de 5 milhões de produtores rurais, aonde apenas 1 milhão e 200 mil deles são produtores comerciais e ainda assim, de um 1 milhão e 200, eu não tiro 10% que tem essa alta tecnologia de 4 a 5 cabeças por hectare, e a produtividade ideal, Se V.Exa. não sabe, eu vou repetir o que um pesquisador da EMBRAPA me disse, a produtividade real de uma propriedade e a melhor possível, é aquela que o produtor pode ter; porque a tecnologia está aí, define quanto de adubo, quanto de defensivo, quanto de calcário, porque será que o produtor não põe, será que ele é bobo? Ou ele não põe porque não tem esse aqui? Ele não usa a produtividade máxima por falta de recurso e política agrícola, que esse país não tem.

Então, eu fico impressionadíssima de imaginar que nós temos 100 milhões de hectares, no mínimo, disponíveis para produção, isso dá para alimentar 1 bilhão de pessoas, porque isso significa, colegas, amigos senadores e senadoras, significa 280 milhões de toneladas de grãos, apenas nessa área que não tem necessidade de desmatamento.

Nós estamos aqui, uma conta que nós fizemos na CNA, mas não com muita certeza, mas, no mínimo, 13 anos discutindo o Código Florestal, 13 anos de discussão; 60 modificações foram feitas, mais de 60 modificações, dentro de 11 legislações, de 1965 a 2009, em 44 anos. Eu só quero lembrar aos colegas que o Código Florestal, o segundo Código Florestal foi feito em 1965, o primeiro em 1934. Em 1965 nós não tínhamos a EMBRAPA, que foi criada em 73, em 1973, nós não tínhamos o mapeamento pedológico de solo, que foi criado muito depois, nos anos 70, nós não tínhamos o RADAM, que só veio na década de 70, que é o radar, aonde identificou a primeira vez Carajás, a Jazida de Carajás, nós não tínhamos satélite de monitoramento, nós não explorávamos a Amazônia, nós não tínhamos a BR 164, nós não tínhamos a BR 153, nós não tínhamos a tecnologia de Cerrado, que só veio na década de 70, 75 até 85, nós não tínhamos o plantio direto, Sr. Presidente.

Hoje, 40% da produção de grãos está no plantio direto. Portanto, lá naquela época as Cataratas do Iguaçu eram vermelhas e hoje são verdes, cristalinas e transparentes, por conta do plantio direto no Estado do Paraná.

O Brasil era um grande importador, especialmente de carne, de feijão e de leite. O Brasil só existia, colegas senadores, vocês sabem disso, na faixa litorânea, o Brasil só existia a Mata Atlântica quando foi feito o Código Florestal Brasileiro, o Brasil do interior, ele começou de fato com a criação de Brasília.

E eu quero lembrar que se não fosse a EMBRAPA, se não fosse a EMBRAPA a desenvolver as tecnologias que nós temos hoje assessorada com outras universidades federais, estaduais, privadas que vem fazendo um trabalho maravilhoso pelo agronegócio, se nós tivéssemos produzindo hoje a mesma quantidade de grãos, com a tecnologia dos anos 60, nós precisaríamos de mais 60 milhões de hectares para produzir o que produzimos hoje.

Isso significa que nós aumentamos nesse período, em torno de, pouquíssima área e alta produtividade em todo esse período. Então, quero aqui lembrar o Código Florestal de 34 a 65, os dois Códigos Florestais, o primeiro e o segundo, foram criados quando o Brasil era o Brasil da Mata Atlântica e o interior não existia.

O que aconteceu com esse Brasil de 1965, até 2006, 41 anos depois? Aconteceu, nada mais, nada menos de que as áreas dos estabelecimentos agropecuários aumentaram em 30%, em 1965 nós tínhamos 30% a menos de propriedades rurais. Mas a população nesse mesmo período no Brasil aumentou 127 e a população rural infelizmente decresceu em 24, nós tínhamos 40% naquela época, da população no campo, e hoje nós temos apenas 16%.

O que aconteceu ainda? As áreas de lavoura aumentaram 145%, nós tínhamos 31 milhões de hectares em 1965 e hoje, em 2006, nosso último dado, nós temos 76 milhões de hectares um aumento de 145% em área. Mas apesar de termos aumentado 145% em área plantada em 44 ano, nós aumentamos a nossa produção em 624%, aumentamos a nossa produtividade em 221% neste país ao longo desses 42 anos.

Mas, eu quero, Sr. Presidente, aqui cumprir a meta da CNA; nós não queremos mais, nós não podemos mais discutir assuntos que nós não entendemos, nós

entendemos disso que eu acabei de dizer, de produção, de produtividade, de emprego, de PIB, de exportação, de balança comercial, pode falar conosco que nós nos empenhamos para responder a respeito desses questionamentos eu não posso me vestir de ecóloga, eu não posso me vestir de engenheira florestal e querer dar palpite aonde eu não sou chamada, aonde eu não conheço. Eu sei as minhas limitações.

Agora eu não posso abrir mão também, Sr. Presidente, da legislação. Eu não abro mão da Constituição Federal. Então, nós não pretendemos estar aqui discutindo se é muito, se é pouco, se está bom, se tem que recompor, quanto é, quantos metros e quantos porcento, me recuso. Nós, produtores rurais do país, nos recusamos a esse debate; nós queremos a palavra com a ciência, e quem não valoriza a ciência, quem acha que a ciência não está a altura de nos orientar, é pessoa que apóia os achismos, porque a ciência é tudo aquilo que eu tenho de concreto, embora ela não seja absoluta, mas é o que eu tenho de concreto, e eu quero pautar toda a minha vida em cima da ciência, em qualquer área que eu posso debater nessa casa.

Mas eu quero, Sr. Presidente, apenas aqui fazer um comentário da maior importância a respeito dos debates, das informações equivocadas, que às vezes são repassadas à sociedade. Por que nós temos que perdoar os produtores que desmataram? Por que eles não tem que recompor suas reservas? Porque esse pessoal motosserra foi lá e destruiu tudo? Esse pessoal que fez o Brasil exportar mais de 170 milhões de tonelada de grãos, esse pessoal que é responsável pelo único setor do Brasil que faz a balança comercial superavitada. Não existem nenhum, esses motosserra, que faça a balança comercial ficar positiva se excluírem nós da economia nacional.

Mas isso não é desculpa e nós nem queremos usar isso de argumento para desmatamento e para não proteger o meio ambiente, porque se o meio ambiente é importante para todos, para nós é muito mais, porque além da saúde, além da preservação do nosso patrimônio genético, além do nosso patrimônio de biodiversidade, o meio ambiente para nós é vital para ganhar dinheiro, nós não vivemos sem água para produzir, nós não vivemos com terra com erosão, nós precisamos da biodiversidade para equilibrar as pragas e as doenças dos nossos animais e plantas.

Então, o meio ambiente para nós é vital, faz parte do nosso bolso, nós precisamos dele economicamente. Então, não existe produtor rural *versus* meio ambiente; existe produtor rural e meio ambiente. Nós somos os verdadeiros fiscais e os mais importantes desse meio ambiente, desde que nós não possamos fazer a maior injustiça que esse país está fazendo: impor leis que não podem ser cumpridas, isso não é honesto com a sociedade.

Nós estamos colocando os produtores do país, quase 5 milhões de produtores rurais, hoje estão criminalizados, Senador Tassio Jereissati, sem exceção, especialmente os pequenos e especialmente os da reforma agrária, que foram todos assentados às margens dos rios, com muita inteligência, pequenas propriedades não podem ficar longe da água.

Mas ninguém se lembrou que a margem de rio é APP e os assentamentos, quase que 90% deles estão ilegais, assim como os pequenos produtores, assim como todos nós estamos com um Decreto que foi prorrogado até dezembro pelo Presidente, editado o ano passado que criminalizou a todos, com multas pesadas, confiscatórias das propriedades rurais, produtores sendo presos pelo interior do Brasil, pelos promotores de meio ambiente, que estão tentando cumprir a lei.

É uma legislação que não condiz com a realidade brasileira, Sr. Presidente. Eu quero aqui rapidamente fazer três comentários sobre a reserva legal. Em 34, olha se os produtores desmataram sem ordem, olha se os produtores não cumpriram a lei a risca, e depois a lei seguinte jogou todos eles no crime; em 34, o Código Florestal primeiro dizia que nós podíamos desmatar uma quarta parte do país, isso significa 75%, e portanto a reserva legal seria de 25 para o Brasil inteiro, em que pese aquele tempo só existia a Mata Atlântica. Trinta e um anos depois, o Código de 1965 mudou a regra, dizendo "Não, vocês não precisam deixar 25, vocês podem deixar só 20%, pode desmatar mais 5. Agora, vocês da Região Norte e Norte do Mato Grosso, é 50, hein? Não é 25 mais não, se vocês tiverem desmatado, podem plantar de novo", "Então está bom".

Depois, em 1989, 24 anos depois vem de novo a legislação e disse: "Ôpa, vamos criar agora os 20% do Cerrado, o Cerrado não tem reserva legal, então vamos criar agora 20%", em 1989; eu quero lembrar a todos senhores e senhoras que o Cerrado foi desenvolvido entre 75 e 85 e em 10 anos se desmatou tudo do Cerrado brasileiro. Em 89, vem dizendo "Não, agora vocês do Cerrado que ampliaram a produção em 40%, podem recompor 20% de suas propriedades", sem indicar a fonte do dinheiro. 20% para as demais, continuou e 50% para o Norte continuou e criou o termo reserva legal, porque aqui o representante do Ministério do Meio Ambiente, disse que os Estados Unidos está correto, lá é cobertura florestal, aqui também era, aqui também era. Era cobertura florestal e depois virou reserva legal.

Depois, colegas senadores, 7 anos depois, em 1996 começou uma Medida Provisória, valendo como

lei, que nós não votamos. Hoje, a grande maioria da legislação ambiental não foi votada por nós, nem pelos senadores nem pelos deputados, porque é aquela Medida Provisória antiga, que foi congelada, que vem sendo reeditada inúmeras vezes sem ser apreciada por nós.

Então, em 96, aí alterou de novo: "Ôpa, vocês produtores do Cerrado, esperem um pouquinho. Cerrado no Norte e no Norte de Mato Grosso, não é 20 mais não, é 50, está bom, é 50%" e disse para o pessoal do Norte, de floresta e Norte de Mato Grosso, 'Não, vocês não é 50 mais não é 80, está bom, de reserva", isso 96. Quatro anos depois, não satisfeitos, em 2000, a mesma MP que basta ser acrescida pela Presidência da República, Casa Civil, não foi votada por esta Casa, disse de novo: "Opa, espera aí um pouquinho. Cerrado da Amazônia não é 50 mais não, espera aí é 35, mas a floresta continua 80 e as demais 20."

Então, eu quero apenas aqui deixar nenhum comentário, se é 20, se é 30, se é 40 ou se é 100 que querem deixar, eu só preciso comentar, nós que entendemos de lei, que fazemos as leis, que isso aqui não é possível, a retroatividade da lei para sucumbir uma categoria é inconstitucional. A retroatividade não pode vir para prejudicar e antes que alguém diga: "Mas preservar o meio ambiente não é prejudicar." Depende. Se você pega um cidadão, um indivíduo e não mostra as fontes e os recursos que ele deverá recompor essa área e quem vai substituir a produção e a renda dele naquele espaço, você está prejudicando ele sim. Porque o meio ambiente ele é um bem coletivo, e não pode ter um ônus individual.

Agora, na APP, a mesmíssima coisa, isso na reserva legal, desde o Código de 1934, ainda com relação a reserva legal, sempre se descreveu em todas as mudanças, isso nunca foi alterado, mas tem gente que faz de conta, especialmente o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente, que isso não é bem assim, porque fala-se da reserva, senadores, na propriedade e não da propriedade, o *na* com o *da* são duas coisas totalmente diferentes. "Eu quero um espaço na sua casa, ou eu quero 20% da sua casa, ou eu quero 20% num espaço na sua casa."

Então, quando eu digo que eu quero a floresta em pé em 80% ou 20, ou 35, *na* sua propriedade, eu estou dizendo que é daquela, daquele espaço que está em pé naquele momento e não naquele que já foi desmatado, desde 1934 é assim, são das florestas e formas de vegetação existentes na propriedade e não 80 ou 20 *da* propriedade inteira, é totalmente diferente e claríssimo, embora muitas pessoas fazem questão, é o art. 16, quem tiver a curiosidade, do Código Florestal, está claramente, em todos eles demonstrando isso.

APP não foi diferente, APP são as margens de rios e os topos de morro. Nós começamos em 1965, no Código Florestal, dizendo o seguinte: "Produtores do Brasil" [interrupção no áudio] Por favor. Um pouquinho de paciência, eu acho que o desequilíbrio aqui das apresentações foi bastante forte, não tem importância, a democracia é isso, nós nos descuidamos, mas acho importante poder fazer o contraponto.

Sr. Presidente, em 1965, o Código Florestal disse aos produtores do Brasil: "Na margem de rio, vocês não se preocupem não, se o rio for de 5 metros, a metade de 5 a 100 metros a largura do rio. Então, o seguinte: 5 metros se o rio for de 10 metros, pode deixar só 5 que está bom. Agora, se o rio for de 10 a 200 metros, vocês podem deixar só a metade. Então se o rio for 10 é 5, se o rio tiver a largura de 200, 100 metros, Ok."

Então, sempre em cima da largura do rio. E o professor Gustavo colocou aqui com muita clareza e brilhantismo, a largura do rio não é parâmetro para a análise de margem de rio, o que é parâmetro para escolher a margem do rio é exatamente o solo, a margem do rio, se ele é arenoso ou argiloso se ele tem declive ou se é plano ou se o solo é profundo ou se o solo é raso, isso é óbvio. Isso significa que num mesmo rio, um de frente para o outro eu posso ter uma margem maior de um lado e uma margem menor do outro.

Agora, Dr. Herman, por isso que essa legislação não pode ser tratada nessa Casa. Não, há possibilidade da Legislação Federal tratar desses detalhes, dessas peculiaridades. Então a APP, depois 21 anos depois 86, "Ó, não é assim mais não, vamos começar tudo de novo", em 86, gente, olha quantos anos tem isso, foi agora. Então, as margens de rios que antes poderiam variar de 5 a 100 metros, agora mudou tudo. "Agora é o seguinte: você tem que plantar 30 metros se o seu rio tiver 10", antes era 5, vocês lembram. Então, o rio de 10 metros de largura, planta 30 na margem, se o rio tiver 10 a 50 de largura planta 50, se o rio tiver de 50 a 100 metros de largura, planta 100. Era a metade, hein? Rio de 100 a 200 de largura, planta 150 e chegou a 200 metros o máximo.

Mas não satisfeitos, três anos depois, não estou discutindo se é pouco ou se é muito, eu estou discutindo legislação e retroatividade de lei como nós fomos jogados no crime ao longo desses anos e ainda querem que a gente recomponha. Três anos depois, em 89, "Vamos mudar de novo, resolvemos aqui, então tá, os rios com 200 a 600 metros de largura, agora vocês têm que plantar 200 e os rios com mais de 600 metros de largura, aí vocês plantam 50 metros. Ah, e tem mais um detalhe, a partir de hoje, nascente e olho d'água 50 metros tudo". E nas borda dos tabuleiros, que não tinha nada... O que é borda de tabuleiro? É o

seguinte: vem o morro e por cima ele é plano, a borda do tabuleiro é essa quina antes de sair do plano [soa a campainha], para descer para a encosta, que nunca tinham dito nada e tudo produzindo, "Não, agora, dessa quina para dentro 100 metros", sem condições de recomposição, sem nenhuma orientação com relação à recuperação e eu quero aqui entrar no assunto que mais me interessa nesse momento.

Sr. Presidente, eu disse que preciso da ciência como preciso da água e do ar, para me orientar, meu mandato e minhas posições sempre, mas eu preciso da Constituição. Eu gostaria de chamar atenção dos colegas no art. 24 da Constituição, especialmente nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do inciso VI, aonde diz o seguinte: matéria de meio ambiente não é mais competência da União, como era antes de 88. A Constituição de 46, a Constituição de 67 colocavam... Na emenda 1, inclusive, colocava que a matéria de meio ambiente era exclusividade da União. Ponto.

Depois de 88, Sr. Presidente, depois de 88 as coisas mudaram e meio ambiente passou a ser matéria de competência concorrente [soa a campainha], o que significa matéria de competência concorrente, essa casa sabe mais do que todo mundo no país: a União define as linhas gerais, as normas gerais e os Estados definem as suas particularidades, as suas peculiaridades locais ou regionais, como o caso da APP. Eu vou definir a minha APP de acordo com o meu solo, de acordo com o meu relevo, de acordo com a textura dele, com a profundidade dele, com o declive dele, isso é assunto para estado resolver e não essa casa.

Nós temos é que padronizar o que é importante, o que é urgente e que pode ser padronizado para o país todo, mas nós não podemos, por isso estamos aqui há 13 e vamos ficar mais 13, mais 13, mais 13, porque todo mundo aqui tem responsabilidade com os seus estados, se a legislação pretender ser votada aqui dentro, cada senador e cada deputado, assim como eu, vou querer cuidar do meu Estado, do meu Tocantins, e não vai virar uma legislação e um código não, vai virar um tratado.

Por isso essa legislação está emperrada e prejudicando o país a crescer. Eu estive com o Presidente Lula em audiência [soa a campainha] como Presidente da CNA e ele pediu a nossa ajuda para que pudesse isso ser resolvido. O professor Evaristo fez esse trabalho sob encomenda do Lula, que ficou estarrecido, quando viu que se a legislação fosse cumprida 100%, nós ocuparíamos 71% do Brasil.

Eu não sei não, se disser que é isso mesmo, se a ciência disser que precisa 71, nós temos que dar 71 silenciosamente. Agora, por favor, justifique, nós temos que justificar do ponto de vista científico e do ponto de vista social [soa a campainha].

Esse país não está em condições de abrir mão desse tanto de área para a preservação. E quem gosta muito de comparar os Estados Unidos, porque não lembrou que o Brasil é o segundo país do mundo, o primeiro é a Rússia, o segundo somos nós e o terceiro é o Canadá nós somos o país do mundo em segundo lugar, que ainda mantemos de 70 a 75% da cobertura natural, nativa de floresta; 450 milhões de hectares, a Rússia 800 em terceiro o Canadá com 280 da nativa, da original, 70 a 75%.

Agora, você sabe quanto é que tem na África? 7.8, na Ásia 5.6; na América Central? 9.7 [soa a campainha]; e na Europa sabe quanto tem da cobertura original? 0.35. Não acho que eles estão corretos não; acho que eles erraram, erraram muito, não são parâmetros para nós, mas vim dar exemplo americano sem contar as verdades e esses conceitos, esses dogmas, esses paradigmas, nós não vamos aceitar mais silenciosamente.

Então, nós não estamos tão mal na fotografia assim não. Nós estamos poluindo por pessoa 1.8 enquanto a média nacional é 4.5. Vai ver a Holanda, Holanda é 25 toneladas de CO2 por indivíduo na Holanda, a média mundial 4 e ½, e nós 1.8.

Então não venha assustar o Brasil, nós precisamos ter responsabilidade, continuar trabalhando para melhorar a legislação. Agora, não podemos mentir para as pessoas.

Encerro, Sr. Presidente, aqui, solicitando o pacto federativo. Nós vivemos numa federação, por isso, Brasília não pode querer mandar no Brasil [soa a campainha], nós não podemos negar o pluralismo desse país, o federalismo nasceu, se originou junto com a república [soa a campainha] e é graças ao federalismo que existe o Senado Federal, que existe nós senadores.

Então, o federalismo, ele pressupõe a diversidade, é para isso que ele existe e os governadores têm credibilidade, nós temos que dar credibilidade aos governadores, a assembléia legislativa, aos órgãos de pesquisa dos estados, para não tirar deles a responsabilidade, Sr. Presidente, de resolver as contradições dos seus estados a peculiaridades dos municípios.

Nós temos que respeitar a integridade do pacto federativo, temos que respeitar os governadores, nós temos que respeitar as urnas, porque nós estaríamos desacreditando a elas também. Nós precisamos abrir mão desse debate, esse debate para o Senado e a Câmara, na minha opinião, me perdoe, nós temos que obedecer a Constituição no art. 24.

Vamos normatizar as leis gerais, as normas gerais e vamos deixar que cada Estado no Brasil, vamos

confiar a eles e nós temos, bem ou mal, o IBAMA para fiscalizar, nós temos o Ministério Público, nós temos todos os instrumentos para não temer essa receita. Nós precisamos confiar neles como confiamos a saúde, como confiamos a educação, porque não podemos confiar o meio ambiente aos governadores e aos prefeitos, assim como fez Santa Catarina, Governador Luiz Henrique, que merece o nosso aplauso pela sua coragem, pela sua atenção com seu estado, e assim estão todos os governadores do Brasil, preocupadíssimos, porque não conseguem trabalhar.

Eu tenho perguntado aos prefeitos do Brasil, na CNA, em campo, que percorro de Norte a Sul, Leste, Oeste, "Prefeito, qual é o problema número 1 que o senhor tem?" Quando ele não diz meio ambiente, ele diz meio ambiente e saúde, meio ambiente sempre.

Porque essa legislação de margem de rio é para o Rio Tietê, em São Paulo, é para todos os rios e que estão passando dentro das cidades ou estão pensando que é só para área rural, não é não. Não é não. Então, nós precisamos, Sr. Presidente, tratar e continuar dialogando, fugir do debate, fugir do diálogo jamais, porque nós estamos cansados do radicalismo que bloqueou o debate, os radicalismos ideológicas [soa a campainha], nós precisamos parar de formar torcida, não existe torcida contra ou favor, é a favor do Brasil, nós queremos discutir o desenvolvimento desse país.

E claro que isso, desenvolvimento inteligente, inclui o meio ambiente, nós não somos inimigos, nós só precisamos ter bom senso, racionalidade e fazer contas. E fazer contas. Eu tenho certeza absoluta, o diálogo só não pode levar, gente, 13 anos, mais 13 anos nós não damos conta, Nós precisamos sim abrir o debate e eu não abro mão de participar de todos que for convidada ou de, também, de promover debates para que a gente possa resolver tudo isso o mais rápido possível.

Mas não como torcida organizada e sim uma torcida que veste uma camisa só, a verde amarela que é do Brasil, muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, a Senadora Kátia Abreu não pode mais reclamar da falta de equilíbrio.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de passar a palavra para o próximo Senador, eu gostaria de registrar aqui a presença de alguns parlamentares, alguns deputados federais que estiveram nessa sessão e outros que aqui ainda permanecem. O Deputado Sarney filho, o Deputado Nam Souza, Deputado Marcos Montes, Deputado Homero Pereira, Deputado Adauto de Freitas, Deputado Paulo Piau, todos estiveram hoje participando, ou estão participando ainda da nossa Sessão, o que demonstra a importância do tema que está sendo discutido nesta manhã. Deputado Luciano Pizzatto também está presente é uma alegria, recebê-lo.

O próximo orador inscrito, aliás, o próximo Senador que deve participar do debate é o Senador Osmar Dias que cedeu, aliás, que permutou com o Senador Mercadante a sua colocação, é isso Senador Osmar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só pergunto se o Senador Mercadante é o terceiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Mercadante... É, permutado com o Senador João Pedro é.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então, eu falo logo após o Senador Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu estou em que posição Sr. Presidente Valter Pereira?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande é o quarto.

Então, com a palavra Senador Mercadante e a seguir o Senador Osmar Dias.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Eu queria saudar, em nome de Valter Benjamin, Ministro e juiz de direito que tem prestado um grande serviço ao país, Carlos Alberto Ricardo do ISA, a quem eu conheço há mais de 35 anos e de Evaristo, que vem fazendo um trabalho importante, estimulando o debate, todos os demais representantes que contribuíram para essa Audiência Pública.

Queria começar dizendo que acho que será um grande equívoco nós aprofundarmos um caminho que separa a visão de desenvolvimento econômico, social, de uma nação, da questão da sustentabilidade ambiental. Se nós aprofundarmos esse fosso, se nós estimularmos esse conflito, seguramente nós não encontraremos um caminho de desenvolvimento sustentável e muito menos preservaremos o prestígio que o Brasil hoje passa a adquirir em todos os fóruns relevantes internacionais como recém demonstramos na reunião do G-20.

É verdade que nós somos um país com papel fundamental no agronegócio, a agricultura brasileira terá seguramente um papel decisivo não apenas para alimentar a população brasileira, mas nos últimos cinco anos nós fomos o país que mais aumentou o excedente exportável de alimentos, e também é verdade que parte dessas reservas cambiais de 200 bilhões de dólares

teve um papel decisivo da agricultura brasileira, das exportações, do trabalho, onde a EMBRAPA teve um papel decisivo na inovação tecnológica, no aumento da eficiência, da produtividade.

O Brasil é hoje o maior exportador mundial de carne, de aves, o terceiro em carne suína, o primeiro em soja, o primeiro produtor exportador de álcool de açúcar, o primeiro em café, o primeiro em suco de laranja, portanto... O terceiro em milho, nós somos um país que tem um papel fundamental e boa parte, especialmente da Ásia, precisa da capacidade de produção alimentar, da geração de riqueza que nós temos no campo, de produção de proteína.

Mas uma outra verdade que nós não poderemos mais fugir é que nós estamos assistindo um desequilíbrio ambiental, que a pegada ambiental no planeta e no Brasil terá que ser revista. A questão da sustentabilidade e do desenvolvimento não é mais um problema de ONGs e de intelectuais; é um problema que está batendo a porta de quem quiser enxergar.

Os desequilíbrios, o derretimento das geleiras a mudança do ciclo das chuvas, as secas, as inundações e a instabilidade do clima é decorrente do efeito estufa, do aquecimento global, que tem um componente antropogênico absolutamente incontestável hoje do ponto de vista de tudo que diz respeito à ciência e ao pluralismo da ciência, que não é apenas um debate de agrônomos, nem de geólogos, é um debate de biólogos é um debate daqueles que pesquisam a física, a química o meio ambiente, é uma reflexão plural que a ONU e as instituições mais importantes internacionais, chamam atenção de todos que tem alguma responsabilidade de governo, mas também daqueles que tem responsabilidade na produção que nós teremos que enfrentar esta agenda.

Se o Brasil não quiser se associar ao lixo da história em que estão condenados lideranças como Bush, não apenas pelo que fez no enfrentamento militar, mas também pelo que desconsiderou da agenda ambiental quando o mundo pedia a responsabilidade americana para que nós pudéssemos encontrar pelo menos um compromisso em torno do protocolo de Kyoto.

Qual é o debate internacional hoje? É que Kyoto já não resolve mais. E felizmente nós temos Obama com muito mais sensibilidade ambiental e que procura mudar a atitude, a reflexão e a presença americana nessa discussão do efeito estufa e do aquecimento global, como faz a União Européia, e como nós, brasileiros, porque brasileiros eram aqueles que vinham para cá expropriar a Mata Atlântica e levar o pau-brasil, nós nos autodenominamos como aqueles que predavam a natureza.

Nesse início de Século XXI, o Brasil pode ter um outro significado, exatamente aquele país que além de ser um grande produtor de alimentos, de ser uma das economias emergentes nessa crise como é Índia, China e Brasil, pode ser um exemplo do desenvolvimento com preservação do meio ambiente, de um desenvolvimento que preserva a natureza.

É verdade aqueles que dizem que se hoje nós temos o peso que temos na preservação das florestas tropicais, é porque os outros desmataram, de forma absolutamente irracional, especialmente os países do norte, que destruíram suas florestas e hoje colocam sob as nossas responsabilidades um encargo muito maior, para manter os ciclos das chuvas, a umidade do ar e a qualidade do meio ambiente, cada vez mais comprometido e deteriorado.

As metas em relação ao que será a conferência de Copenhagen serão muito rígidas, muito mais exigentes e o Brasil não poderá se furtar, nem virar as costas. E acho que é muito importante que a gente saía daqui dessa audiência, que é apenas o início do processo.

Se alguém imagina que vai passar o rolo compressor num tema como esse, esqueça, que não vai. A sociedade brasileira vai reagir [palmas] e nós vamos debater isso com muita profundidade e não haverá nenhum atropelo numa matéria como essa. Não haverá.

Nós não podemos mais fechar os olhos para os incêndios da floresta. E não é possível que tenha gente que já não ouça o barulho da motosserra, porque o mundo inteiro está ouvindo.

E o Brasil vai ter que responder a esta agenda, fico muito feliz, Sr. Presidente, se hoje, pelo menos, nós sairmos daqui com um compromisso, porque eu entendi que há um compromisso, que não haverá mais desmatamento, que haverá uma intolerância absoluta desse país com o desmatamento, que esse país vai buscar aumentar a produtividade, a eficiência, inovar a tecnologia e rediscutir esta agenda a partir dessa premissa maior. Se pelo menos isso nós fizermos, já é um grande passo.

Mas entre os discursos e as ações continua tendo uma profunda diferença. O que é que nós assistimos recentemente em Santa Catarina? Nós assistimos uma mudança no Código Florestal, hoje aqui alegado como sendo respeito ao pacto federativo, o pacto federativo pressupõe o respeito à Constituição Brasileira, é a partir dela que ele se constrói.

E quero lembrar que no seu artigo 225, a Constituição é muito clara, ela inicia o Capítulo do meio ambiente dizendo, "*Todos têm direito a um meio ambiente, ecologicamente equilibrado, como do uso co-*

mum do povo e essencial à sadia qualidade da vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações."

Eu pergunto: se é um acordo contra o desmatamento, aprovar uma legislação estadual que reduz de 30 metros para 5 metros a mata ciliar dos rios? É esse o caminho do acordo que estão propondo nessa tribuna ou a gente fala uma coisa e estimula outra? Porque a questão ambiental também será um tema fundamental, a preservação da água. Da água.

Eu vivo numa cidade que está ficando cada vez mais longe a capacidade de abastecer e não é só que as minas e a capacidade de produção da água está se reduzindo. É que a água está sendo poluída e o custo de captação e de uso está cada vez mais irracional. Portanto, preservar água nesse planeta, nessa altura do Século XXI, é uma questão que não podemos mais reverter dessa forma, açodada, atropelada e absolutamente inconstitucional.

Eu vou ler aqui a sentença do juiz, apesar das contradições na legislação, tem parte do Judiciário que continua fiel a lei. O juiz Wesley Schneider Collyer, ele diz: "*Mais do que isso, é patente a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 112 do Código Ambiental de Santa Catarina, que estabeleceu a faixa de cinco metros, uma vez que a Lei Federal 4.771/65, o Código Florestal, em seu artigo 2º, dispõe ser de 30 metros a largura mínima para fins de aferição da área de preservação permanente*."

Portanto, é evidente que é inconstitucional, é evidente que é inconstitucional, e eu tenho certeza que o Supremo Tribunal Federal julgará a inconstitucionalidade.

Então, nós temos aqui uma questão que eu espero que essa, esse início de debate no Senado Federal não seja um estímulo, não seja um estímulo para ações que como essa, que longe de partir de uma reflexão que tem que ser feita onde as várias correntes do pensamento científico possam se apresentar e que a gente possa dialogar e que a gente possa construir um caminho, a gente possa... Agora, assistir passivamente, nós que temos a responsabilidade que o povo deu e que a Constituição estabeleceu de legislar e defender as leis, que tenham um caráter nacional e um projeto de nação, a pretexto de um suposto pacto federativo que eu tenho certeza que não sobreviverá no âmbito da decisão do Supremo Tribunal Federal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador,

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou concluir, nós temos uma lista de inscrição longa, eu não fiz aparte, escutei 30 minutos de intervenção e é muito importante que tenha o contraditório, tenho certeza que poderei ouvi-lo depois com atenção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Era só para esclarecer--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria só continuar dizendo que, não é verdade, não é verdade que os produtores rurais que desmataram estão sujeitos às exigências da pena.

Estão sujeitos aqueles que desmataram depois da lei. Que desrespeitaram a lei, porque aquilo que foi feito antes da lei, a lei não retroage. Portanto, não tem nenhuma responsabilidade, aí já temos um caminho para poder solucionar parte desse passivo ambiental, eu fiquei muito feliz com a intervenção do Juiz Valter Benjamin, porque o meu amigo... Herman, ao apresentar a sua intervenção, o Herman Benjamin a apresentar a sua intervenção, ele pôs a bola no chão, ele disse: "Olha, vamos fazer um pacto para o futuro, não desmatamento e vamos rediscutir o passivo", porque existe um passivo que nós vamos ter que ajudar a equacionar.

Ele sugeriu uma agenda, por exemplo, a questão topográfica que foi mencionada; é evidente que nós não podemos continuar criando restrições à agricultura, para produzir arroz na várzea, me desculpe, o mundo inteiro produz arroz em várzea, então há áreas que estão destinadas ao cultivo do arroz, nós vamos ter que resolver essa questão e encontrar com equilíbrio e ponderação uma solução.

Da mesma forma que na questão do topo de morro que foi bem aqui colocado um pouco da parte do debate, mas temos culturas centenárias, centenárias. Meu Estado de São Paulo, nós temos ali o cultivo da banana, pequenos produtores em topo de morro, é uma cultura centenária que tem que ser preservada, mas tem que ser reconhecida, especialmente, como bem disse ele, aos pequenos produtores, às cooperativas, vamos encontrar uma mediação e uma saída política institucional.

Vamos construir uma saída seguramente acordada para essa agenda, que me parece uma agenda legítima quando os agricultores, as federações agrícolas, aqueles que estão vivendo essa agenda sentem na pele e trazem ao Congresso Nacional [soa a campainha].

Agora, para que a gente possa encontrar o caminho do entendimento não vai ser atropelando o Congresso Nacional, desrespeitando a Constituição e estimulando uma fragmentação de uma política nacional de desenvolvimento sustentável, de preservação de recursos naturais estratégicos, como começa surgir em algumas iniciativas que nós estamos assistindo.

Se isso aqui não é uma cortina de fumaça e não creio que seja, se isso aqui é para abrir uma... E, portanto teve a adesão da Casa, de fazer uma audiência ampla, pública, plural, transparente, para que todas as correntes do pensamento comecem a se colocar e que com muita profundidade e cuidado a gente possa definir nosso caminho e os ajustes que terão que ser feitos, eu acho que é um bom caminho e seguramente estamos abertos a dialogar, a construir e a negociar.

Mas quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que para mim isso é apenas o início [interrupção no áudio] o início de um debate, é o início de um processo, nós temos nessa casa pessoas extremamente abalizadas para contribuir para essa reflexão, como a Ministra Marina, que tem uma longa vivência e um conhecimento bastante profundo, temos senadores que tem uma vivência importante na área da agricultura, um empenho muito grande, como o Senador Osmar Dias que vai falar logo após e desse contraditório, dessa pluralidade, dessa discussão, eu acho que nós encontraremos um caminho seguro.

Mas um caminho que esse país diga ao mundo, diga às futuras gerações que nós temos compromisso com a preservação das florestas, do meio ambiente, que nós queremos continuar ser um país pujante na agricultura que produz, que aumenta a eficiência, que nós não queremos penalizar os produtores rurais de uma forma irracional, mas nós queremos respeito a legislação ambiental, respeito irrestrito, e especialmente sair daqui hoje, pelo menos com um acordo para valer, que não haverá mais desmatamento [soa a campainha], a partir desse acordo eu acho que tudo a gente consegue avançar, sem essa definição objetiva e não retórica dificilmente nós vamos construir algum entendimento nessa Casa.

Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, gostaria de parabenizar todos os expositores. Eu lamento [interrupção no áudio] o debate é extraordinário, mas saio daqui muito confortado, Sr. Presidente, porque ao final da exposição do Senador Mercadante, eu verifiquei que ele e Kátia, que são dois grandes--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. está inscrito, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, eu estou saindo, Presidente, eu vou abrir mão. São dois grandes tribunos, indicaram que realmente há muito a se negociar, há muito espaço para conversa, há muito espaço para o debate e gostaria também aqui, Sr. Presidente, antes de sair, em 30 segundos, dizer que nós debatemos muito o Código Florestal.

Não é fácil fazer uma lei, as negociações são exaustivas e invadem as noites, é fácil criticar uma lei, principalmente quando nós não participamos do debate [soa a campainha], é impossível fazer uma sondagem ao longo de milhares, e milhares de quilômetros, nas margens do rio, para saber profundidade, para saber granulometria do solo e às vezes isso muda de 50 em 50 metros. É preciso adotar algum parâmetro para proteger.

Mas Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela sessão, desculpe aqui essa pequena interrupção e temos um longo caminho pela frente.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado V.Exa..

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, uma questão de ordem, por favor, artigo 14. Questão de ordem, fui citada, inciso VIII, pelo Senador Mercadante. Apenas--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de não deixar passar um comentário equivocado do Senador, a respeito do Código Florestal de Santa Catarina.

O Código, nós não estamos defendendo o não desmatamento e fazendo ao contrário como insinuou aqui o Senador. Eu tenho a impressão que talvez não tenha tido tempo suficiente para ler o Código Florestal de Santa Catarina, que é muito claro ao dizer que retroage ao Código Florestal de 65, de 5 a 10 metros, as áreas já desmatadas e consolidadas com produção, proibindo no parágrafo único, "*Não desmatando áreas que tenha mais de 5 a 10 metros*".

Então, o diálogo e o debate tem que ficar muito claro, muito honesto, com relação a essa situação, para que não fique aqui a impressão de que Santa Catarina e nós estamos apoiando o desmatamento e não foi isso que dissemos no início.

Então, repito: 5 a 10 metros para áreas que já estão consolidadas e estudo de pesquisas do Estado de Santa Catarina poderão indicar no futuro, nunca menos, mas sempre mais do que 5 a 10 metros, de acordo com o solo, textura, profundidade e declive.

E mais um detalhe, por último. O Senador mencionou que quem desmatou antes da lei não é penalizado

[soa a campainha]. Gostaria que V.Exa. pudesse ter uma atenção e V.Exa. tem razão em ficar estarrecido com isso, porque a lei não pode retroagir para prejudicar, mas não é isso que o Decreto está dizendo, o Decreto está criminalizando todos os produtores do Brasil e não estão levando em consideração a 'retração' da lei.

Então, esse Decreto que foi prorrogado até dezembro, se não me engano, deste ano, com exceção da Amazônia, a Amazônia não tem prorrogação, tem que recompor imediatamente, o IBAMA não está considerando a lei, está passando a régua e pedindo recomposição de 100% ou multas expropriatórias, isto nós temos exemplos para poder demonstrar a todos senadores aqui nesta casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, artigo 14 por ter sido citado.

[interrupção no áudio].

É uma prerrogativa regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [sobreposição de falas].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exa. abriu a possibilidade à Senadora Kátia a comentar a minha intervenção, eu tenho a prerrogativa e vou e faço questão de usar o Regimento.

O que eu fiz foi ler o despacho do juiz *ipsis litteris*, eu não acrescentei uma palavra nem retirei nada do que ele disse. O juiz, e citei o juiz, Wesley Schneider Collyer [soa a campainha], da Justiça Federal de São Miguel D'Oeste, negou o pedido de liminar e disse, entre aspas: "*Mais do que isso, é patente a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 114 do Código Ambiental de Santa Catarina, que estabeleceu a faixa de cinco metros, uma vez que a Lei Federal nº 4.771/65, Código Florestal, em seu artigo 2º, dispõe ser de 30 metros a largura mínima para fins de aferição da área de preservação permanente*."

Eu gostaria, só para concluir, que existem outras experiências no Brasil talvez muito mais promissoras do que essa, por exemplo a de Extremo, no Estado de Minas Gerais, eles fizeram um fundo para pagamento por serviços ambientais prestados, não só mantiveram os 30 metros, como estão cercando os 30 metros, os 50 metros da área de manancial, estão indenizando os produtores rurais por essa área e criaram com isso um amplo consenso entre a área rural e a perspectiva ambiental, como fez em Nova Iorque para garantir a sua reserva estratégica [interrupção no áudio].

Então, nós temos por aí outras iniciativas muito mais exitosas do que claramente afrontar o Código Florestal desta forma. Eu prefiro esse caminho aqui, da porta aberta, transparente, quem quer reduzir apresenta a sua proposta, estabelece quais são os argumentos, nós vamos debater.

E, evidentemente, eu acho que recursos hídricos são estratégicos e essa cautela é absolutamente indispensável para o futuro da água no Brasil, mas vamos abrir o debate com fundamentação científica e técnica no fórum adequado, que é o Congresso Nacional que não pode abdicar das suas prerrogativas nacionais.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, o Senador Gilberto Goellner. V.Exa. está inscrito para fazer a intervenção, então se V.Exa. pedir pela ordem, eu vou suprimir, até porque V.Exa. está substituindo aqui o Senador Crivella.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. está sendo... Está discriminando Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não é discriminando, eu quero democratizar. Tem vários senadores inscritos, eu acho que todos têm o direito de falar. A palavra... É questão de ordem que V.Exa. vai suscitar? Então, pela ordem, primeiro o Senador Gilberto que foi... Arguiu antes.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente Valter Pereira, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, eu lhe perguntaria: o senhor vai seguir a ordem dos inscritos—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A ordem de inscrição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ou vai levar em consideração também os co-autores dos requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A ordem de inscrição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa, um minuto pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, 30 segundos [soa a campainha], é só pedir a V.Exa. que dê um tempo para cada Senador possa usar da Tribuna.

V.Exa. disse no início da audiência que às 13h30 iria encerrá-la. Faltam 35 minutos e todos nós queremos usar. Fica...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se V.Exa. suprimir 30 segundos, nós vamos acrescentar 30 segundos na fala do Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já cumpri, já dei a V.Exa. os 30 segundos pedidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. Senador Osmar Dias.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Presidente, eu também estava...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Papaléo, pela ordem.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Colaborar com o debate. Eu quero registrar aqui dois discursos que o Presidente da República fez ontem.

Primeiro, da minha área, da área da saúde, quando ele, infelizmente, se postou da mesma maneira quando chamou a crise mundial de marolinha. Ele disse que não tem problema, está tudo sob controle, porque nós temos remédio para a gripe suína. Eu vejo que sair isso da boca do Presidente da República é muita irresponsabilidade com a saúde pública do Brasil.

A segunda, faz parte do tema que nós estamos discutindo aqui. Ontem o Presidente da República, fez o discurso no Acre e jogando nas costas do IBAMA toda e qualquer responsabilidade pelo atraso do desenvolvimento desse país em áreas que precisem da liberação do IBAMA para que hajam construções hidrelétricas e outras obras, jogou como se ele não tivesse nada a ver com esse governo, nada a ver com o IBAMA.

Quer dizer, ele deu uma de oposição, jogando para cima do IBAMA e citou um exemplo: se existisse o IBAMA trabalhando como está trabalhando hoje e Juscelino Kubstichek fosse o Presidente da República, não teria construído nem o aeroporto para pousar o avião presidencial.

Então, quero deixar isso claro para nós levarmos a sério essas questões e pedir ao Sr. Presidente da República, que quando vá a público não se sabendo o Estado que ele se encontra de emoção, vá a público fale com responsabilidade, porque esse é um país que precisa de respeito e não perdoo, como médico que sou as palavras do Presidente ontem, dizendo que nós já temos remédio para a gripe suína. Fica esse registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Osmar Dias. Com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, senhores convidados, senhores senadores.

Presidente, hoje é o dia do aniversário da EMBRAPA.

Aniversário da EMBRAPA tem que ser muito comemorado por todos os brasileiros e eu começo por aí a discutir esse tema.

Se não fosse a EMBRAPA e os cientistas que trabalham em entidades privadas e públicas nesse país, nós não estaríamos hoje discutindo a preservação de 67% dos recursos naturais desse país, do meio ambiente, das florestas como foi colocado aqui.

Nós teríamos uma devastação muito maior nesse país. Esse tema não pode ser apartado em hipótese nenhuma da tecnologia, da ciência, ele tem que ser baseado na ciência e na tecnologia. Vou dar um dado: em 90, 1990, portanto há 28, 29 anos atrás, o Brasil produziu 57 milhões de toneladas de grãos; no ano passado o Brasil produziu 134 milhões de toneladas, o que dá um aumento de 132% no volume de produção.

Se nós considerarmos o que aconteceu nesse período, nós vamos verificar que a área cresceu menos que 30%, a área ocupada para o plantio de grãos. Então nós crescemos em cima da produtividade, nós não precisamos abrir novas áreas para conquistar essa produção. Nós devemos muito à EMBRAPA, parabéns ao Evaristo, a todos os técnicos e funcionários da EMBRAPA, por terem construído uma empresa que é um orgulho nacional e internacional, por ter proporcionado a EMBRAPA esse momento de discussão aqui, em que nós podemos ainda brigar para preservar 67%, mais ou menos, mas temos isso exatamente, porque existe a EMBRAPA, os seus técnicos, os seus pesquisadores os cientistas brasileiros espalhados por esse território, dizendo o que pode e o que não pode fazer e nós devemos seguir a orientação técnica, científica para não cometermos aqui um erro que pode ser histórico.

No grito não dá, Presidente; nem de um lado, nem de outro. Eu não quero gritar dessa Tribuna, porque se a gente começar a gritar, os dois lados vão gritar e nós não vamos avançar em nada.

O que está acontecendo é que as premissas, os dogmas não estão sendo utilizados por inteiro, como disse o Evaristo, se usar uma parte desse trabalho feito pela EMBRAPA, por ele, pelos seus auxiliares, nós podemos distorcer a realidade, então vamos colocar alguns dados aqui para a gente começar em cima de premissas que possam recolocar o tema no seu devido lugar.

Primeiro. Quando falam que nós estamos ajudando a destruir o planeta, a camada de ozônio, que o Brasil está dando a contribuição grande para a contaminação do meio ambiente, a destruição do meio ambiente mundial, isso é absolutamente mentiroso.

O Brasil emite 1.28% do dióxido de carbono que é emitido em todo mundo, somando os Estados Unidos que foi citado como exemplo aqui e a China, 40%. Vou repetir: o Brasil emite 1.28% do dióxido de carbono emitido no planeta; Estados Unidos e China juntos 40%.

Se nós juntarmos mais 2 países nós vamos chegar a 70%. Então vamos parar com essa conversa mole que o Brasil tem sido o grande responsável pela poluição, porque está destruindo as suas florestas.

Segundo lugar. Nós temos que considerar um outro dado que rotineiramente é colocado nos meios de comunicação, por alguns interessados em tirar o

Brasil do contexto mundial dessa discussão do meio ambiente, colocando o Brasil como um condenado, Sr. Juiz, e não como um protagonista importante na preservação dos recursos naturais.

Falam: a soja está invadindo o território nacional e é a causadora do desastre ambiental; a soja ocupa 2,5% do território nacional e o balanço de dióxido de carbono da soja é positivo, não é negativo. A cana, 0,9% do território nacional, o balanço, se não houver queimada, e tem que parar com a queimada, é positivo e não negativo.

Se nós pegarmos todos os grãos que são plantados nesse país, nós vamos chegar a 7% do território nacional, e o balanço é positivo e não negativo.

E eu gostaria de fazer aqui uma homenagem ao meu estado, estado que criou a tecnologia, junto com a EMBRAPA, do plantio direto. Às vezes a pessoas falam do que é ruim e esquecem do que é bom. O que seria da agricultura brasileira se não fosse o plantio direto e o que seria do meio ambiente, se não fosse o plantio direto? 25 milhões de hectares neste país são plantados pela tecnologia moderna do plantio direto, criado no meu estado, por pessoas como Nonô Pereira, Frank Dijkstra, Francisco Terasawa, que colocaram essa técnica a disposição do mundo, e aí eles tem que ser lembrados como grandes preservacionistas, sabe por quê?

Porque a cada hectare plantado, com plantio direto, Sr. Presidente Valter Pereira, nós deixamos de mandar para os rios, assorear os rios, de 20 a 40 toneladas de terra, de solo com nutrientes que deixam de ser aproveitados pelas plantas para assorear os rios, e acabar com os rios.

Essa tecnologia é responsável pela economia de 2 bilhões de dólares em fertilizantes e evita, exatamente, a perda da riqueza do nosso solo. Nós precisamos basear na tecnologia e na ciência, para decidirmos qual é a lei que nós devemos aprovar aqui no Congresso Nacional, para não cometermos um erro histórico e eu não quero participar desse erro histórico, eu não quero participar, Sr. Presidente, porque também tenho formação agronômica e o Senador Mercadante disse que não pode ser resolvido pelos agrônomos, não pode, mas os agrônomos tem que dar opinião também, assim como toda a sociedade, porque ele leu aqui o artigo 225, e eu vou fazer a interpretação do artigo 225.

O artigo 225 da Constituição, diz claramente que toda a sociedade tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo imposto à coletividade o dever de preservá-lo; a coletividade, inclusive os governos, porque eu sou rigorosamente a favor de preservar as margens dos rios, sou rigorosamente a favor de nós protegermos as fontes de água, porque 21% dos nossos rios já estão com a sua qualidade de água praticamente condenada.

O que é isso? Nós precisamos da mata ciliar? Sim. O tamanho dessa mata tem que ser definido tecnicamente, sim, cientificamente. Não pode um senador, um deputado, se arvorar, dizer: "Tem que ser 5, 10, 20, 30", não, tem que ser a ciência que vai dizer o que é bom preservar para preservar a água que será o grande problema, alguém já disse, que será o motivo das futuras guerras e o Brasil pode usar isso, inclusive, como *commodity* no futuro.

Alguém está dizendo aí "Ah, mas ele já está pensando em vender água"; até, se for preciso, isso, mas, para isso, nós temos que conservar para a nossa gente primeiro. Eu sou defensor da mata ciliar sim.

Agora, eu não posso concordar, Sr. Presidente, com o discurso de que nós podemos colocar toda a responsabilidade nos ombros de quem tem uma propriedade rural e só ele tem a responsabilidade, porque fica muito bonito, a mata ciliar verdinha de cada lado do rio, e um rio correndo poluído, cheio de detritos, de dejetos, contaminado, onde não há vida mais, porque lá em cima, na sua cabeceira, ele foi poluído, pela irresponsabilidade de governos que não fazem o saneamento e na hora de cobrar a responsabilidade do produtor rural, cobram.

Nós temos 48% de água tratada nas cidades, nas cidades deste país, o resto não é tratada, mas vai ver o que acontece em todas as cidades brasileiras. As águas são jogadas nos rios sem nenhum cuidado, sem nenhuma responsabilidade.

Este país produz 125 milhões de toneladas de lixo, e joga nos lixões, a céu aberto, sem nenhum cuidado, nós não podemos continuar discutindo o meio ambiente, falando só em floresta, nós temos, sim, que cuidar da floresta, das águas, mas nós temos que envolver a sociedade, porque a constituição não diz que a responsabilidade é só do produtor rural, mas é da sociedade e dos governos.

Para o governo cobrar a recomposição da mata ciliar, tem que dar assistência técnica, fornecer mudas, instrumentalizar o produtor e isso não acontece. Não adianta um rio com mata ciliar, com rio podre dentro, porque dele não poderá se tirar a água para abastecer os animais, nem os homens. Nós precisamos de rios limpos, até eu estou iniciando um projeto no estado, que quero colocar como desafio à sociedade paranaense.

Lá nós vamos limpar todos os rios do estado, este é um projeto, é um projeto sério, porque fazer o discurso que o produtor tem que fazer a mata ciliar, também faço, mas ele deve ser complementado pelo trabalho dos governos que devem fazer o saneamento,

tratar as águas que são despejadas nos rios e córregos, porque senão não adiantará a mata ciliar.

Estão matando os rios e com eles, estão morrendo pessoas. Morre muito mais gente de endemias provocadas por águas contaminadas neste país do que se imagina. Morre muito mais gente por falta de água no mundo, do que se imagina, mas sobretudo, nós precisamos, Sr. Presidente, envolver a sociedade. Então, eu quero aqui fazer a proposta que a OCEPAR me entregou. Nós não podemos abrir mão dos direitos que os produtores conquistaram ao longo dos anos, de produzir e sustentar, inclusive, nesse momento, o país que precisa muito mais da agricultura, do que antes da crise.

Quando eu ouço dizer, palavras agressivas, depreciativas ao agronegócio, ignorantes, que querem se colocar como intelectuais, fazendo um discurso ideológico atrasado, um discurso rançoso, porque agricultores, o agronegócio é composto por agricultores, familiares, pequenos, médios e grandes, todos, que tem muita preocupação com a preservação do meio ambiente, porque ele sabe que é preciso [interrupção no áudio] que é preciso preservar para produzir, Sr. Presidente.

Agora, eles não são os únicos que tem que fazer isso. E aí eu trago aqui e vou ler rapidamente, porque eu sei que o meu tempo acabou em dois minutos, e vou fazer: "*Aos produtores rurais*", essa é uma proposta da OCEPAR do Paraná, que deve ser considerada nos debates, eu gostaria que os participantes da Mesa levassem essa proposta, "*Aos produtores rurais caberá a preservação e recuperação das áreas de preservação permanente de suas propriedades. Caberá à sociedade, sobre coordenação da administração direta, município, estado e federação com a participação dos comitês municipais de meio ambiente, a obrigação de complementar o índice de reserva ambiental denominada reserva coletiva, necessária e suficiente para garantir o mínimo de 20% da cobertura florestal do estado*", no caso do Sul, 80% no caso da Amazônia, 35% no caso do Cerrado, é a reserva coletiva; Então não está na constituição, que todos tem responsabilidade? "*Os produtores rurais que tiverem suas atividades inviabilizadas economicamente pelas exigências da legislação ambiental* [soa a campainha] *serão remunerados por meio de pagamento pelos serviços ambientais prestados. A propriedade que apresentar área florestal que não se enquadre como área de preservação permanente, poderá preservá-la em benefício da coletividade, recebendo benefícios diretos ou indiretos para sua manutenção*."

Todo mundo achou bonita aquela reportagem da água que é servida em Nova York, que dá para abrir a torneira e tomar, mas quem está preservando aquela água lá em cima perto do Canadá, está recebendo para preservar, ele está recebendo em forma de *royalties* ou de outra forma, e é isso que está sendo proposto aqui.

Quem preservar tem que ser premiado por isso e não ser condenado, não ser punido por isso. Se nós premiarmos aqueles que preservam o meio ambiente, mais preservarão o meio ambiente e o Poder Público tem que pensar nisso, isso tem que estar na lei.

> "*Em se tratando de pequenos fragmentos florestais, isolados, será permitido a relocação dessas áreas mediante* [interrupção no áudio] [soa a campainha] *projeto técnico, desde que comprovado o ganho ambiental*."

Então, Presidente, para encerrar. O meio ambiente tem que preservado, porque sem preservar, nós não vamos produzir mais. Esta aí a técnica do plantio direto, estão aí as técnicas que a EMBRAPA lançou por todo país, que proporcionaram aumentar 132% de produtividade, de produção, 100% baseado na tecnologia, na produtividade.

Nós precisamos usar isso aqui, a lei não pode ser apartada disso. E nós não podemos nos esquecer desta premissa, preservar o meio ambiente não é responsabilidade do produtor rural apenas, mas de cada cidadão que está nesse país esperando uma legislação nova, com menos conflitos, com menos confusão, para que ela possa ser cumprida, mas tem que ser uma obrigação de todos.

Fazer discurso da Tribuna é fácil. Cada um tem que dar sua contribuição, preservar para produzir, Sr. Presidente, mas todos participando com responsabilidade da preservação [interrupção no áudio].

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado Senador Osmar Dias. O próximo orador inscrito é o Senador Casagrande.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu gostaria de aproveitar essa Audiência Pública, Sr. Presidente, para anunciar que na sessão de hoje, aqui do Senado, estarei protocolando, junto a Secretaria Geral da Mesa, um requerimento no sentido de formalizar a proposta aqui apresentada, no sentido de criarmos uma Comissão Especial destinada a elaborar o Projeto de Código Ambiental Brasileiro.

Só assim, Sr. Presidente, conseguiremos rever conceitos, colocar as florestas onde elas devem estar

e compatibilizar a preservação e a produção em nosso país, com a participação ampla dos setores interessados e toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande, com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente senhores senadores e Sras. Senadoras, senhoras e senhores, eu vou falar do lado de cá, para que vocês possam fazer o equilíbrio aí das articulações também, não ficarem só olhando para o lado de lá. Liderança, ambientalistas e entidades presentes, lideranças do setor da agricultura, do agronegócio, na pessoa do Júlio Rocha, lá do Estado do Espírito Santo, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo.

Sr. Presidente, primeiro dizer da importância das exposições, mesmo que as exposições possam não ter toda... Todo o foco num único ponto, mas as exposições dos dois pesquisadores da EMBRAPA foram muito boas, eu quero aqui reconhecer.

O trabalho pode ser utilizado, acho que o Evaristo falou sobre isso, para um ou para outra, de acordo com o interesse, mas as informações são importantes, mesmo que elas possam ir sendo corrigidas no decorrer do tempo, as informações são importantes.

O debate sobre a APP fluvial e de topo de morro é importante. Não adianta nós acharmos que não é importante o debate. As exposições de cada um, os dados que o Meio Ambiente trouxe para nós aqui, foram fundamentais, são importantes porque mostram uma visão, os mesmos números, uma visão um pouco diferente daquela apresentada por outros.

Então nós estamos aqui bem servidos, bem atendidos, eu vi aqui a proposta do Jayme, eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que é Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Já propus aos membros da comissão, nós vamos fazer, vocês todos e todas, serão convidados a participar, vamos fazer um ciclo de debates. Nós vamos aprofundar o debate da gestão florestal, que aí entra a questão do Código Florestal, lá na Comissão de Meio Ambiente, esse debate é um debate importante, nos temos que fazer, Senadora Ideli, esse debate de forma profunda, para que a gente encontre de verdade, e aí eu concordo plenamente, na definição de uma política nacional de florestas, tem todo o meu entendimento, eu sou engenheiro florestal, quer dizer, me formei em Engenharia Florestal, já não sou mais engenheiro florestal, sou político hoje, já ocupei diversos cargos, mas eu tenho as noções básicas da Engenharia Florestal ainda na cabeça, sei da necessidade da floresta, sei da importância da floresta, eu acho que o Brasil ter uma política florestal é fundamental.

E a floresta cada vez mais, se os brasileiros não quiserem fiscalizar as florestas, outros povos, de outras nacionalidades, fiscalizarão por nós, porque a floresta cada vez mais vai estar sendo vigiada por nós ou por outros. Por nós ou por outros. E nós estamos agora no meio de uma crise financeira, que virou uma crise econômica e a crise não é econômica-financeira, a crise é de modelo, a crise é de modelo, o modelo de desenvolvimento adotado pelo mundo é um modelo que fracassou na área social, porque não consegue incorporar milhares de irmãos e irmãs de qualquer país do mundo, no consumo, na qualidade de vida.

Fracassou agora na área econômica e na área financeira, e já tinha fracassado na área ambiental, este modelo fracassou na área ambiental. E eu vejo até, falava ontem com a Telma Kruger, que é do INPE, foi Secretária de Mudanças Climáticas, falei assim: "A senhora acha que essa disputa é uma disputa perdida, a senhora acha que nós não vamos chegar a uma posição de vencermos os desafios colocados por nós, para que a gente possa ter um modelo que se autosustente?" Porque do jeito que nós estamos indo, do jeito que nós estamos indo, nós estamos no caminho errado. Estamos no caminho errado com o desmatamento que a gente tem, no caminho errado na luta ambientalista, porque você vê que no ano passado, quase 20 termoelétricas a carvão e a óleo foram licenciadas e só uma hidrelétrica foi licenciada.

Os ambientalistas focam algumas coisas que não dão resultados, e deixam de focar outras que tem resultado. Tem aqui, parece, uma disputa ideológica, já vem para cá, parece que alguém quer desmatar, outro quer proteger, alguém quer ser radical e outro quer que seja todo liberal .

Eu acho que nós... Acho que a virtude não está de um lado nem do outro aqui neste debate, acho que a virtude tem que ser uma virtude de nós buscarmos um caminho do entendimento, o Parlamento é para isso, o Parlamento é para buscar o caminho do entendimento, para tentar buscar o caminho do jeito [soa a campainha] que a coisa se colocou lá na Câmara e no debate, da alteração do Código Florestal, não vai, não vai porque as forças se anulam.

Sr. Presidente, eu não vou gastar o tempo que gastou a Kátia, não tenho pretensão, nem o tempo que gastou o Mercadante, não tenho a pretensão, mas eu quero um pouquinho mais do que os cinco minutos concedidos, que o senhor me concedeu, para eu acabar de fazer, acho que mais dois ou três minutos de fato, eu concluo o meu pensamento.

Do jeito que começou na Câmara, não vai, não vai as coisas vão se anular. Não adianta aqui alguns parlamentares ligados ao agronegócio mais diretamente fazer a defesa, não adiante outros ligados aos ambientalistas fazer a defesa, não vai avançar para lado nenhum.

O que está claro é o seguinte: tem diversidade no Brasil? Tem diversidade. Tem que considerar isso? Tem que considerar isso. O tema das características pedológicas, da inclinação, da formação do solo é fundamental? É fundamental para a avaliação. Tem que ser o mesmo tamanho aqui, o mesmo tamanho ali? Não, acho que não, agora, se nós hoje não temos condições nem de fiscalizar uma coisa linear como é hoje, como é que nos vamos fiscalizar uma coisa que seja dependente de um estudo mais profundo? [soa a campainha] Nós não temos essa capacidade, a gente não tem condições, Ministra Marina Silva, não temos essa capacidade.

Então eu concordo em repassar tarefas para os estados e para os municípios, eu sou um defensor de um novo pacto federativo em todos os assuntos, tem um projeto de lei, mas a gente discute muito, mas não avanço muito naquilo que pode.

Tem um Projeto de Lei do Governo na Câmara, que dá novas tarefas aos estados e municípios, com relação ao licenciamento ambiental, esse projeto não avança na Câmara, tem diversos deputados, tem um deputado aqui, tinha diversos deputados aqui, ao invés de pedir mais coisas, vamos cuidar daquilo que já está lá, já tem uma proposta de lei na Câmara, dando tarefa aos municípios e aos estados, para que a gente possa fazer uma nova ação na área de licenciamento ambiental; eu sou favorável.

Agora, não sou posso ser favorável a você dar liberdade, se você tem certeza que essa liberdade vai causar mais desmatamentos, não posso ser. Só posso dar liberdade, porque hoje em dia, porque os ambientalistas não querem a mudança do Código Florestal? Porque acha [soa a campainha] que o governo não controla as coisas, não controla, então não confia, então é melhor ter uma coisa restrita, restrita, porque o estado, não vou colocar o Governo Federal, o Estado não controla.

Por que que não avança com relação a florestas produtivas em áreas já desmatadas na Região Norte? É porque acha que se abrir isso, vai abrir um rio de desmatamento. Por que não estamos discutindo legalização de 1500 hectares na Amazônia? Por que não estamos discutindo? Porque a gente acha, estamos discutindo, porque a gente acha que a medida que vai legalizando mais, mais abertura para novo desmatamento, não tem um limite, não tem um corte no tempo, então não tem essa confiança na ação do Estado, com relação às mudanças.

Eu estou propondo, então, que nós possamos fazer um seminário profundo, um ciclo de debates para sairmos da superficialidade [interrupção no áudio] o interesse de todos nós, para quem não conhece o tema, é fundamental, mas que a gente possa na Comissão de Meio Ambiente, aí em conjunto com outras Comissões, Agricultura, o Demóstenes quer fazer, da Justiça, eu acho que a gente deve aprofundar um debate, para que todos vocês possam vir com tempo, discutir conosco, a gente ter alguma coisa que possa caminhar no entendimento, porque acho que esse é o único momento da gente sair dessa letargia que nós temos hoje, de discutir assuntos tão importantes e não conseguimos encaminhar uma solução.

De fato, se quiser preservar, eu sou do Espírito Santo; o Espírito Santo, se for aplicar a legislação na ponta do lápis, nós perderemos mais da metade dos nossos cafeicultores do Estado do Espírito Santo. Então, nós temos uma realidade, tem que ser considerada, não dá para não considerar a realidade que a gente tem no Brasil hoje. Isso tem que ser considerado efetivamente, agora, se quiser preservar, mais do que a legislação determina, de fato, tem que pagar, o pagamento por serviços ambientais, já foi dito aqui um exemplo, nós temos o exemplo do Espírito Santo, o Governo do Estado está pagando [soa a campainha] por serviços ambientais, temos diversos outros exemplos, então acho que nós temos que estabelecer novos conceitos, e o debate não é do Código Florestal, o debate é de gestão de floresta, o debate daquilo que a gente quer para o Brasil.

Se nós quisermos zero de floresta, então vamos ter uma política zero de floresta. Se a gente quer preservar o que tem, vamos adotar todos os instrumentos para que a gente possa preservar o que aidna nós temos de floresta.

Obrigado Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado, Senador Casagrande, pela brevidade e o Senador Neuto de Conto é o próximo inscrito. Com a palavra o Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente Senador Valter Pereira, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, nossa saudação a todos os debatedores, que vieram enriquecer o debate.

Sr. Presidente, eu estava refletindo o próprio debate; parece que vivemos uma crise estrutural, não só no Brasil, mas no mundo, e que estamos passando para o fim de um ciclo e a exaustão de um modelo de governar. Eu subo a essa Tribuna para defender o

meu estado, defender Santa Catarina, o estado que tem somente 1.13% do território nacional, é o quinto maior produtor de alimentos do Brasil, é o 6º maior arrecadador da pátria, um estado que tem 213 mil propriedades rurais, 186 delas são pequenas, menos de 50 hectares, divididas pelas heranças, pelas famílias e que desse potencial todo está pagando um preço muito alto, porque, primeiramente, eu que fui Secretário da Agricultura, há mais de duas décadas, quando lançamos o Projeto Microbacias.

E o Projeto Microbacias, só nesses últimos 6 anos, investiu o governo 100 milhões de dólares para a pequena propriedade rural, investiu em todos os seguimentos, 936 microbacias, onde vivem 141 mil famílias. E o fundamento básico foi a educação, a educação que para que eu não perca o raciocínio, eu vou ler: "*Capacitação em temas ambientais, sociais e econômicos: 96.140 agricultores, 34.399 lideranças das associação de microbacias, 7 mil técnicos, 942 dirigentes, e 1.380 indígenas e 11.636 jovens foram treinados; educação ambiental: 1.158 oficinas de educação ambiental, 822 eventos para troca de experiências entre as microbacias, 290 viagens educativas de excursões de uma microbacia para outra, 3.796 escolas rurais envolvidas com a atividade educacional ambiental, 860 projetos de educação ambiental, executados nas escolas rurais, e 236 oficinas práticas de educação ambiental para professores*." E aqui nós poderíamos ler durante duas horas, o investimento e o treinamento das pessoas.

Por isso eu não posso concordar que um passivo ambiental possa se transferir para um passivo social, se imagino o que acontecerá, se as leis, aqui citadas deverão ser cumpridas nas formas que a legislação estabelece.

Vamos engordar os cinturões, vamos criar mais favelas, vamos deixar a terra abandonada, porque já não tem mais condições de sobreviver com os pequenos espaços de terra, com tanta pressão que aqui se faz.

Sr. Presidente, senhores senadores. Só falam do projeto e eu fico engrandecido, porque o projeto Santa Catarina nasceu, primeiramente na educação, depois ele partiu para o debate, a lei foi para a Assembléia, a Assembléia fez dezenas de Audiências Públicas em todas as regiões do Estado, para que dessas Audiências Públicas pudesse, os senhores deputados ter a consciência [soa a campainha] do que eles estariam fazendo não só para o agricultor, mas para a sociedade barriga verde.

E dessas audiências, foi uma votação unânime, para que... E eles sabem que nós precisamos do meio ambiente, nós precisamos da produção, nós precisamos associar a produção, o meio ambiente e a área econômica.

Já o meu tempo está se terminando, tanta coisa, Sr. Presidente, poderia trazer aqui. Não concordo com o discurso do Senador, principalmente quando ele atinge o meu estado, que fez com responsabilidade, fez a sua grande maioria estar dentro da Lei Federal, está de acordo com a Constituição, ele foge em dois ou três itens, e foge, porque não é possível que uma sanga de 1 metro de largura, que uma vertente de meio metro de largura possa se inutilizar a sua proteção em 30 metros. Agora, é possível num rio de 30 metros manter 50, 30 ou 50, então nós temos... E essa estrutura, esse conhecimento é que nós temos que buscar, debater e eu fico aqui gratificado, porque se ele não está perfeito, está levando o Brasil ao debate. Todos os estados estão aqui representados pelos seus representantes na área rural, para que o debate venha e possa nos dar uma legislação segura, forte que nos dê meio ambiente e que nos dê, principalmente, também a área econômica.

Nós temos um maior patrimônio, precisamos preservá-lo, que é o ser humano, nenhum patrimônio é superior a ele. E na defesa dele, que estou aqui para representar Santa Catarina e a sua gente.

Vou encerrar, Sr. Presidente, citando o filósofo chinês [soa a campainha] que viveu há três séculos antes de Cristo e parece que a sua filosofia está presente hoje, Sun Tzu dizia que se queres projetar a vida por um ano, plante cereais, porque dá para plantar e dá para colher, se quer preservar a vida por 30, 40 ou 50 anos, plante árvores, que ela será satisfatória, mas se queres projetar a vida para sempre, treine e eduque o homem.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradeço ao Senador Neuto Conto, e a próxima oradora inscrita seria a Senadora Ideli Salvatti que permutou com a Senadora Marina Silva.

Nós fazemos um apelo a todos os senhores parlamentares agora, que abreviem o tempo, que nós estamos trabalhando contra ele. Tem a Sessão ordinária da casa que vai começar brevemente, então nós precisamos abreviar.

Então, com a palavra a Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Primeiro lugar eu quero dizer da importância desse debate sendo feito no Plenário dessa casa. E da importância de termos uma visão trans-disciplinar, interdisciplinar das questões. E eu fico muito feliz com a postura das demais Comissões ao terem agregado sugestão de outros nomes para que pudessem vir participar desse debate.

Quão rico foi a apresentação feita por cada um dos senhores expositores, que suscitou, da parte dos senhores senadores, um conjunto de manifestações, e interpelações, em relação ao que aqui foi dito, de sorte que aqueles que fizeram apresentações em *Power Point* , tiveram a oportunidade de colocar melhor as suas posições, mas nem por isso aqueles que foram sucintos deixaram de dar uma grande contribuição.

Eu acho que é assim que se produz a ciência, que se produz o conhecimento, é nesse contato e não necessariamente no embate entre idéias diferentes, entre posicionamentos diferentes. E aí, não só as ciências exatas, mas também as ciências humanas aqui representadas, não só as ciências humanas, mas também o olhar mediador da política que em última instância faz essa mediação para os processos decisórios.

A ciência é fundamental, foi dito por vários colegas aqui, que eu concordo, para poder calçar os processos decisórios. Todavia, não é ela que dá a última palavra, assim como não é a política que dá a última palavra, é o processo de mediação que é feito o tempo todo, para que possamos chegar a esses resultados.

Eu fico muito feliz de que esse objetivo tenha sido alcançado com essa mesa plural. E quero parabenizar todos os senhores na pessoa do Dr. Tassio, do Ministério do Meio Ambiente e do Dr. Herman Benjamim, aqui representando o campo das ciências ditas humanas, para mim todas elas são humanas, porque todas elas se prestam a um único benefício, a produção do conhecimento, que não é estagnado que não é, em hipótese alguma, terminativo, é um processo cumulativo, e como processo cumulativo que se diz hoje, amanhã pode não ser, mas é assim que se produz a ciência.

Muitas verdades que foram ditas, hoje, foram relativizadas ou foram até negadas. Muitas que foram negadas ou relativizadas, no decorrer do processo histórico, elas foram confirmadas. E olha que quem está falando aqui é uma professora de ensino médio, de História, mas que por ter sido alfabetizada aos 16 anos de idade, se apaixonou pelo conhecimento, e é fantástico, a gente vê que existem pessoas aqui de cabelo branco produzindo conhecimento, pessoas jovens e brilhantes produzindo conhecimento, para que nós, os senadores, possamos aqui sair um pouco do debate da agenda do cotidiano, que tem sido tão amarga, tão dura para esse Congresso Nacional, e entrar nos grandes temas da sociedade brasileira.

Eu fico pensando o quanto os telespectadores da TV Senado devem ter se sentido orgulhosos de ver um debate que coloca as questões de uma forma integrada, não dicotomizada, não vamos dizer aqui, em hipótese alguma, que a agricultura não tem nada a ver com mudanças climáticas; tem a ver, tem tudo a ver e foi muito bem demonstrado aqui; não vamos dizer aqui que regularização fundiária, ordenamento territorial e fundiário, não tem nada a ver com cobertura vegetal, tem tudo a ver.

Como que um país que ainda tem mais de 60% de cobertura vegetal, pode negligenciar esse debate, quando pensa em um processo estratégico de desenvolvimento? Pensar o desenvolvimento no Século XXI, significa colocar novos paradigmas, significar ter uma nova visão, uma visão que faça uma inflexão civilizatória, uma inflexão civilizatória que dialoga com os representantes dos vários estados aqui, da agricultura, do setor, da agricultura do nosso país, com os ambientalistas, que durante muito tempo, foram vilipendiados, como se fossem um bando de irresponsáveis que só contemplam borboletas e passarinhos. Pelo contrário. Durante muitos anos, os ambientalistas pediam aos desenvolvimentistas que fizessem alguma coisa pelo meio ambiente [soa a campainha].

Hoje, eu fico muito feliz de verificar, Sr. Presidente, que são aqueles que estão na agenda do desenvolvimento que pedem aos ambientalistas tem que façam alguma coisa pelo desenvolvimento, e com alegria eu pude ver o governador Blairo Maggi, que tivemos embates muito grandes durante a minha gestão Ministério do Meio Ambiente, mas numa recente entrevista, ele disse: “Olha, o problema da reserva legal já não é um problema do Mato Grosso; o problema da reserva legal é um problema nas outras regiões do país, aqui está muito bom, 80%, nós estamos satisfeitos com 80%.”

Se na minha época do Ministério do Meio Ambiente, eu tivesse me rendido ao discurso fácil, com certeza, hoje o Governador não poderia dizer isso, porque com certeza ele gostou de ver o desmatamento reduzir no seu estado, que crescia 48% e graças às medidas caiu cerca de 72% em 2005, quando tivemos os primeiros itens de desmatamento caindo.

Eu sei que V.Exa. fez um apelo para que a fala fosse rápido, eu sei que V.Exa., no começo, foi liberal com nossos expositores, com os nossos Senadores, porque ainda havia o tempo e agora V.Exa., com justa razão, pede para que se cumpra o tempo, mas eu vou pedir um pouco de *data venia*, porque isso para mim é muito importante, porque a legislação ambiental brasileira não é fruto de esforços escusos, de interesses não confessos, como disse o Ministro Mangabeira Unger.

Ela é fruto do constituinte originário, que apresentou essa proposição numa constituinte exclusiva, para escrever ali o artigo 225 da Constituição Federal, e o constituinte derivado tem que respeitar o que disse o constituinte originário sob pena de não estarmos respeitando aquilo que é o pacto feito pela sociedade brasileira, a sociedade brasileira fez um pacto na

democracia e esse pacto democrático precisa ser observado.

As leis mudam e elas podem ser mudadas, mas devem ser mudadas numa perspectiva de melhoria e o que está sendo colocado aqui não é apenas uma mudança na nossa forma errada de fazer a agricultura, de fazer a mineração, de fazer a exploração florestal, do que quer que seja, o que está em questionamento aqui é a nossa forma errada de ser.

Se nós não fizermos esse questionamento, da nossa forma inadequada de ser, nós nunca chegaremos a uma resposta adequada para a nossa forma incorreta de fazer. Não se trata mais de um debate, aonde o meio ambiente se opõe a meio ambiente, o desenvolvimento se opõe ao meio ambiente, isso faz parte da mesma moeda, quem tiver capacidade técnica, que responda a essa equação, quem tiver compromisso ético que responda a essa equação, quem tiver compromisso que vá além do aqui, agora, de sacrificar os recursos de milhares e milhares de anos, pelo lucro de apenas algumas décadas, que responda essa equação, como desenvolver protegendo, como proteger desenvolvendo?

É isso que na Convenção do Clima está posto como desafio, aonde as pessoas dizem: "Vamos mitigar, vamos adaptar, vamos enfrentar as vulnerabilidades das mudanças climáticas, mas vamos fazer de tudo para não ter os efeitos indesejáveis." Quais são os efeitos indesejáveis? Que a nossa agricultura perda a competitividade e o bom é que é possível fazer as ações todas sem perder competitividade.

Agora, nós vamos perder, sim, competitividade, se nós não formos capazes de nos antecipar, se nós continuarmos fazendo como sempre fizemos. É uma irresponsabilidade, será uma irresponsabilidade, do governo, do Estado Brasileiro, desse Congresso, porque nós não estamos aqui não é para fazer o discurso mais fácil é para fazer aquilo que é necessário.

Durante todos esses anos no Ministério do Meio Ambiente, com incompreensões, mas nós fizemos uma agenda estratégica. O Dr. Tassio que veio aqui sabe que o serviço florestal brasileiro é parte dessa equação, a BR 163, com plano de desenvolvimento sustentável, com 91% é parte dessa equação, as ações voltadas no PAS, Programa Amazônia Sustentável...

Eu vou suplicar à V.Exa., um pouquinho da liberalidade de que V.Exa. teve com meus outros colegas, porque eu sei que daqui a pouco vamos ter a homenagem a Dom Helder, mas esse momento é muito importante, até em homenagem a memória de Dom Helder.

Dom Helder foi um homem que viveu a sua humanidade com a mais profunda radicalidade e ser humano com radicalidade, não é colocar o homem em primeiro lugar, é colocar o homem no seu devido lugar, como aquele que é capaz de pensar por si mesmo, e pensar por aqueles que não pensam, que é a natureza.

Nós somos os olhos da natureza, nós somos as mentes da natureza, nós somos as mãos da natureza, nós podemos usá-la para nos beneficiar, protegendo-a, mas nós podemos usá-la para nos derrotar, derrotar a nós mesmos, destruindo.

Quando sai de 30 [interrupção no áudio] sai de 30 metros para 5 metros, na margem dos rios, nós estamos dizendo uma coisa, é como se eu conversei com os alunos da Conferência de Meio Ambiente, eles queriam entender porque havia uma diferença entre 5 metros e 30 metros para as matas ciliares, "Olha, os nossos cílios, as nossas sobrancelhas, é para proteger do suor; agora se nós decidirmos que basta um cílio, com certeza não vai proteger do suor". É isso que está sendo proposto, é isso que está sendo feito, é por isso que o vosso estudo é muito importante e é por isso que a fala do Dr. Herman Benjamim foi muito importante.

Nós estabelecemos preceitos gerais para que a lei possa ser aplicada, na mediação que é feita pela sociedade, porque se cada juiz, se cada fiscal do IBAMA não tiver um parâmetro, aí sim vamos ser todos prejudicados e na ausência de uma legislação que seja respeitada, que seja cumprida e implementada [soa a campainha], aí nós temos o Deus dará e não é isso que está sendo reivindicado aqui.

Eu tinha uma série de informações que eu trouxe para esse debate, mas o Senador Mercadante, o Tassio, os que fizeram suas exposições, o Beto Veríssimo, o Beto Ricardo, todos eles colocaram com maestria, outros Srs. Senadores, o que estamos fazendo aqui é algo estratégico, é algo importante, que deve calar fundo no coração de cada homem e cada mulher, porque nós estamos diante de um compromisso intergeracional, aqui não se trata de fazer agricultura apenas para o filho e para o neto, trata de se defender o direito daqueles que ainda não nasceram e o Brasil, graças a Deus, para além de nós os políticos, ele é capaz de dar essa resposta.

A pesquisa do Datafolha diz que 91% dos brasileiros não querem desmatamento, 90% dos brasileiros querem ver combater desmatamento, mesmo que tenhamos um custo maior nos nossos produtos de agricultura, e nos nossos produtos madeireiros. Isso é um pensamento que pode ser apenas um sentimento difuso, pode ser apenas um sentimento difuso, mas, se canalizado por quem tem pensamento estratégico, por quem é capaz de utilizar a força inventiva, criativa, da ciência e do coração daqueles que querem muito

além do lucro aqui agora, nós podemos fazer esse país uma outra história.

O Beto falou que o Haiti é aqui, mas pode não ser aqui, nós não precisamos retardar a escravidão do homem sobre a natureza. Nós podemos acelerar a reconciliação do homem consigo mesmo, do homem com o seu trabalho, do homem com o seu conhecimento, para aquilo que há de melhor na humanidade.

O problema da meia verdade é quando a gente diz que a meia verdade é a verdade inteira; a verdade é parcial e ela se constrói na coletividade. É por isso que isso aqui foi importante, a decisão sobre o Código Florestal brasileiro, sobre a legislação ambiental brasileira, não será fruto [interrupção do áudio] [soa a campainha] não será fruto de uma cabeça, por mais iluminada que seja. Será um processo em co-autoria, não será do Congresso para a sociedade, será com a sociedade, porque nós não fomos eleitos para substituí-la, nós fomos eleitos para representá-la, e 90% do povo brasileiro, diz que quer produção com sustentabilidade, quer sustentabilidade com produção. Essa é a equação, que a nossa competência e que Deus nos ajude a respondê-la.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado Senador Marina Silva, o próximo orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro, por permuta com o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de alertar o Senador Flexa Ribeiro que nós estamos a 13 minutos de começar a sessão ordinária do Senado, portanto, o prazo de V.Exa. tem que ser encurtado o máximo possível.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, pelo informe de V.Exa. eu tenho 13 minutos para poder usar da Tribuna.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. vai usar cinco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Prorrogáveis por tanto quanto foram prorrogados os Senadores que me antecederam. Mas, não precisarei de tanto tempo não, Senador, eu quero dar oportunidades a outros colegas que possam também fazer uso da Tribuna.

Quero saldá-lo e em seu nome saudar a todos os integrantes da Mesa aos nossos Senadores e Senadoras, e dizer da importância, da importância dessa Audiência Pública.

Pelo meu conhecimento, e quero aqui parabenizar a Senadora Kátia Abreu, é a primeira Audiência Pública de todas as Comissões permanentes do Senado Federal. Ela aprovou o seu Requerimento em todas as 13 Comissões, eu, há pouco conversava com um jornalista, e o jornalista me perguntava de que lado eu estava, se eu estava do lado da Senadora Kátia Abreu ou se eu estava do lado da Senadora Marina Silva.

Eu respondi com muita tranquilidade, eu disse que eu estava do lado do Brasil, do lado da Amazônia, do lado do Pará, e o que eu verifico, prestando atenção a todas as brilhantes exposições que aqui foram feitas, o que eu verifico e me preocupo muito, Senador Valter Pereira, é que nós estejamos tendo uma conversa entre surdo e mudo, ou seja, nós não conseguimos avançar, aqueles que não querem ouvir, e aqueles que não querem falar.

Os discursos são muito bonitos, muito bonitos, cada um vem e defende, eu vou defender os que plantam banana no topo de morro lá em São Paulo, eu vou defender os que plantam café lá no Espírito Santo, aí não pode, é uma atividade centenária, nós não podemos alterar aquilo que já está consolidado.

Gente, o que está faltando a todos nós, a todos nós, é bom senso. É querer resolver o problema, como bem disse o Ministro Hermam Benjamin, pelo aquilo que nos une e não pelo aquilo que nos divide, nós não vamos chegar a lugar nenhum, nem do lado da produção e nem do lado ambiental, se nós não buscarmos uma agenda que seja convergente, vamos buscar aquilo que pode ser resolvido e vamos resolvê-la, o mais breve possível, vamos deixar as questões que não há consenso, para tentar resolvê-las com o diálogo mais amplo.

A Senadora Marina Silva, que eu tenho o maior respeito, ela acabou de dizer que 90% dos brasileiros, das pessoas, melhor dizendo, concordam que precisam produzir preservando e preservar produzindo. Eu digo que não são 90% não, 100% tem este pensamento. Agora, vamos colocar em prática o pensamento, vamos sair do discurso para fazer com que a coisa possa funcionar, o meu estado, o meu estado e aqui, o Dr. Adalberto Veríssimo, que representa uma ONG, IMAZON, ele sabe, ele sabe o respeito que o Estado do Pará teve no governo passado, no Governo de Simão Jatene, com a questão ambiental.

Foi, se não me falha a memória, o segundo estado do Brasil, a aprovar o zoneamento econômico ecológico, aprovado depois de uma discussão com toda a sociedade. E nem por isso foi aprovado pela unanimidade dos votos dos deputados da Assembleia Legislativa, de todos os partidos, inclusive, do PT, aprovado por unanimidade.

Então já subiu aqui à Tribuna, deputado, Deputado, se não me falha a memória, Renato Casagrande defendendo o pacto federativo. Os estados têm que

ter liberdade dentro da federação brasileira de definir; já foi transferida para os estados e municípios, a ação na área da saúde, educação, é lá que nós vivemos, é no município que nós habitamos, é lá que as coisas acontecem, então é por lá que nós temos que também fazer a gestão ambiental dos estados e municípios.

Nós vamos ficar aqui discursando eternamente, se não fizermos o zoneamento econômico ecológico de todos os estados brasileiros, e, aí sim, definir quais são as áreas que devem ser preservadas, quais são as áreas que devem ser utilizadas intensamente, e quais são as áreas que podem ser semi-utilizadas através de manejos e outras técnicas [soa a campainha]. Mas, para isso, precisa fazer um levantamento e não há.

Uma outra ação importante que precisa ser feita, e que é consenso de todos é a regularização fundiária; é a regularização fundiária. Então, eu apresentei um projeto, Senador Valter Pereira, em 2005, um projeto que era de uma única folha e dois ou três artigos, que dizia o seguinte: que nas áreas já alteradas, nas áreas já modificadas, eu quero repetir isso, porque os ambientalistas de má-fé, não são todos, não são todos, mas os ambientalistas de má-fé divulgam pela mídia que o meu projeto é floresta zero, como se eu quisesse cortar raso todos os projetos da Amazônia, para a qual ele foi inicialmente projetado e do Brasil, como um todo.

Pelo contrário, o meu projeto não permite o corte de uma única árvore a mais, mas é preciso que sejamos inteligentes, que nós possamos consolidar aquilo que já está aberto, nós possamos usar aquilo que já foi alterado pelo homem, de forma intensiva e manter a reserva legal de 80%.

É outra informação de má-fé, que o meu projeto altera a reserva legal. Não é verdade, o projeto mantém a reserva legal na Amazônia de 80%, apenas, apenas ele vai na direção do uso do bom senso, ou seja, em vez de se fazer reserva legal por propriedade, temos que fazer reserva legal por lote, através de compensação em áreas de preservação ou áreas, que sejam elas públicas ou privadas, gerando, gerando o que já foi falado aqui [interrupção no áudio] [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós estamos no limite.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já concluo, já concluo, gerando aquilo que já foi falado, que é o pagamento do serviço ambiental para aqueles que preservaram e poderão usar a sua área de preservação, locando essa área, ou vendendo essa área, para que ela sirva de reserva legal, em áreas que já foram antropizadas anteriormente.

E não é, e não é também como está sendo dito, indutor para novo desmatamento, porque o projeto, ele remete a um prazo anterior à aprovação da lei. Era até 2006, no projeto original.

Então eu quero parabenizar, parabenizar aos expositores, quero parabenizar ao Senado Federal, e dizer que essa Audiência Pública, Senador Valter Pereira, tem que ter continuidade.

Há pouco o Senador [interrupção no áudio] [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, Senador Campos, Jayme Campos propôs a criação de uma comissão para discutir a questão, não do Código Florestal, mas da política florestal brasileira.

Eu diria que nós temos que manter permanentemente aberto esse diálogo, para chegarmos aos poucos àquilo que possa melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros, principalmente aqueles brasileiros da Amazônia, que se nós fossemos andar por lá, iríamos constatar exatamente aquela verdade que não é dita, que lá existem brasileiros que não tem acesso a água potável, não tem acesso a saneamento, não tem acesso à vida digna, de forma, à vida humana digna.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

[palmas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, Sr. Presidente, pela ordem. V.Exa. pretende encerrar às 14 horas. Vai haver ampliação do prazo ou será encerrada às 14 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, tem que encerrar, às 14 horas, porque... Sessão ordinária do Senado. Está... Trinta segundos para a Senadora Ideli, e temos que encerrar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu sou o próximo inscrito?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O próximo seria o Senador Suplicy, certo? Mas ele esta lá, inclusive, pedindo pela ordem para ser.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sem prejuízo da fala da Senadora Ideli Salvatti, eu gostaria apenas então, dada a premência do horário, cumprimentar todos os oradores, observar, do ponto de vista regimental, que com respeito a sugestão formulada pelo Senador Jayme Campos, só cabe a formação de uma comissão para examinar projetos de código, depois da formulação de um projeto, conforme diz o artigo 374.

Isso apenas para chamar a atenção e eu só tenho uma pergunta a todos os expositores, a quem tanto cumprimento, para aprender, se, a luz do estudo que o Dr. Tassio Azevedo, do Ministério do Meio Ambiente colocou, que aponta termos 300 milhões de hectares

disponíveis para a exploração agropecuária, como avaliar o estudo do Dr. Evaristo Miranda, pesquisador do EMBRAPA, que afirmou que cerca de 71% do território está legalmente destinado à preservação ambiental e minorias, e, sobretudo, se há uma maneira de chegarmos a um entendimento, conforme aliás entendi, foi a formulação de quase todos os oradores, porque me parece que o sentido comum da palavra dos depoentes, ainda que com pontos de vista diferentes, é que possamos nós chegar a um entendimento sobre o assunto.

Concluí, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu passo a palavra para a Senadora Ideli, que terá um prazo de 10 segundos para concluir seu pronunciamento.

[risos].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu tenho certeza absoluta que V.Exa. não será tão indelicado para comigo.

Eu queria cumprimentar todos os nossos expositores [soa a campainha], parabenizar esta atividade extremamente importante do Senado da República, um tema tão apaixonante, que se nós tivéssemos todo o horário do mundo, vararíamos a madrugada.

E eu quero terminar aqui este evento com algumas questões, que eu imagino que quem está nos assistindo deve estar perguntando, como eu estou perguntando desde o início da sessão.

O Brasil é grande, o Brasil é muito grande, o Brasil é diferente, ele é muito diferente. Então como é que a gente pode explicar que num Brasil deste tamanho, a gente tenha ainda pessoas e não são poucas, brigando para ter o direito de trabalhar um pedacinho de terra, um pedacinho de terra? Num Brasil destas dimensões, destas dimensões e veja bem, como a democracia do uso da terra está muito longe aqui no Brasil, muito longe.

Santa Catarina não é um estado considerado de latifundiários, não é, não é. Mas olha a realidade da posse da terra, no meu estado, em Santa Catarina: 90% das propriedades rurais, 90% das propriedades rurais, tem no máximo até 50 hectares, não é Senador Neuto de Conto? Mas sabe quanto do território estes 90% de proprietários rurais catarinenses ocupam? 40%, porque tem 10%, Senador Neuto de Conto, lá em Santa Catarina, imagina no resto do Brasil, tem 10% que ocupa 60% das terras. 60% das terras.

E aí como é que a gente vai explicar então essa história de falta de terra, como é que a gente vai explicar que... Mas Santa Catarina produz, com toda a dificuldade, somos o primeiro produtor nacional de cebola [interrupção no áudio]. Já vou--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já deu uma demonstração cabal de uma senhora capacidade cívica.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Segundo produtor nacional de fumos e aves, terceiro produtor nacional de arroz e aí por diante.

Agora, se a gente não quiser falar, que quando a gente vai falar de meio ambiente tem que falar de propriedade, de distribuição de terra, gente, senão parece que o problema é o meio ambiente, só, quando não é.

[palmas].

Agora, vamos entrar num outro assunto, usando a realidade de Santa Catarina: a distribuição do resultado do trabalho na agricultura, o resultado. A agricultura familiar, que ocupa 40% da terra, emprega mais de dois terços dos que trabalham na terra, tem como resultado econômico, menos de um terço do agronegócio.

Ocupa dois terços da mão-de-obra [soa a campainha], tem só 40% da terra, e consegue só um terço do resultado econômico. O agronegócio emprega apenas um terço da mão de obra, tem 60% das terras e consegue de lucro, de resultado econômico, mais do que três vezes a agricultura familiar.

Então, quando nós vamos tratar do assunto, nós temos que tratar da propriedade da terra e nós temos que tratar do resultado da distribuição do resultado econômico da agricultura, porque senão fica parecendo, Senador Neuto de Conto, que na hora do nosso produtor de suíno e de ave de lá, que ganha uma merrequinha, e que a grande lucratividade acaba indo para o agronegócio e não para o agricultor familiar.

E aí nós vamos querendo cada vez mais terra para a agricultura, cada vez mais isso, cada vez mais aquilo, quando a situação poderia muitas vezes ser [interrupção no áudio] [soa a campainha] por uma solução que pudesse fazer uma justiça social, num melhor distribuição da renda e numa melhor distribuição da terra.

Isso tem que estar colado, tem que estar junto com a discussão que nós queremos fazer aqui.

E queria dizer ainda mais um outro elemento: nós temos 60 milhões de hectares de terras degradadas. Isto é quase 10% de todo território nacional. Então num país deste tamanho, tão diferente, com 10% do território que a agricultura já avançou e abandonou, a pecuária usou e jogou fora, que nem lenço descartável, nós temos como explicar para o mundo e para o Brasil de que nós vamos desmatar mais?

Nós temos [interrupção no áudio] 10% das terras degradadas, nós temos muito mais do que nós poderíamos reivindicar mexendo na legislação ambiental indigenista do nosso país.

Então eu quero dizer de forma muito clara: temos que discutir as diferenças, a realidade que cada estado tem, os pequenos agricultores lá de Santa Catarina e eu quero dizer, inclusive, que muitos deles entraram nessa discussão do código ambiental com razões, motivos, etc. e tal, mas a solução para os pequenos agricultores, está em democratizar o uso da terra, democratizar e distribuir a riqueza oriunda da terra e a gente recuperar as áreas degradadas em vez de mexer em floresta e área de preservação.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado pela síntese da Senadora Ideli Salvatti. E antes de encerrar essa sessão, eu quero registrar a presença dos presidentes dos sindicatos rurais dos municípios de Maracaju, Ribas do Rio Pardo e de Três Lagoas, do meu Estado de Mato Grosso do Sul, juntamente com o Coordenador da Comissão de Meio Ambiente da Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul, FAMASUL, José Armando Amado.

Muito obrigado a todos pela presença, especialmente os nossos agradecimentos a todos os expositores que deram hoje um combustível extraordinário, uma contribuição muito relevante para esse debate, que certamente levará a bom termo, o tema que aqui nós estamos debruçando.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 14h07.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e cinqüenta e um minutos do dia cinco de maio de dois mil e nove, na Sala nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores(as) Senadores(as) **MARINA SILVA, JOÃO RIBEIRO, WELLINGTON SALGADO, VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELLNER, HERÁCLITO FORTES, ELISEU RESENDE, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, GIM ARGELLO, JEFFERSON PRAIA, CÉSAR BORGES, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Presente também o Senhor Senador **EXPEDITO JÚNIOR** não pertencente à Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 23/2009-CMA, de sua autoria, com a finalidade de debater "a Medida Provisória nº 452, de 2008, que tratava originalmente apenas do Fundo Soberano e de ações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)". EXTRA-PAUTA é deliberado o **REQUERIMENTO Nº 24, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que requer, "nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 23, de 2009-CMA, de autoria do Senador Renato Casagrande, que propôs audiência pública para debater a Medida Provisória nº 452, de 2008, para que seja convidado o senhor André Lima, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM". Autoria: Senadora **MARINA SILVA.** Resultado: **Aprovado.** Comparecem os seguintes convidados: Roberto Messias Franco – Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Miguel de Souza – Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e André Lima – Instituto de Pesquisa da Amazônia – IPAM. A Presidência concede também o uso da palavra ao Sr. Hideraldo Luiz Caron – Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura – DNIT. Após a explanação dos convidados, apresentam seus questionamentos os Senhores Senadores **JEFFERSON PRAIA, CÉSAR BORGES, MARINA SILVA, JOÃO RIBEIRO, EXPEDITO JÚNIOR, WELLINGTON SALGADO** e **FLEXA RIBEIRO.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 05/05/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Legislação e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores, que estiverem de acordo... Senadores e Senadoras, que estiverem de

acordo com a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata da Reunião anterior. E esta reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em conformidade e comprovação do requerimento nº 23, de minha autoria, aprovado em 28/04/2009, com a finalidade de debater a Medida Provisória 452, de 2009, que tratava, originalmente, apenas do Fundo Soberano e de ações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, DNIT, mas que as mudanças na flexibilização do licenciamento ambiental e que tem causado polêmica. Então, essa é a razão da Audiência Pública, e eu vou convidar já as--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): --autoridades aqui presentes. Pela ordem, Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): De acordo com o que já havia manifesto à V. Exa. e em acolhimento ao requerimento muito oportuno que apresentou para essa Audiência Pública, com os dois convidados que já temos aqui, eu quero ler um requerimento de minha autoria, que faz um aditamento ao requerimento de V. Exa., para que, nos termos regimentais, de acordo com o Regimento Interno nº 23, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, de autoria do Senador Renato Casagrande, que propôs Audiência Pública para debater a Medida Provisória nº 452, de 2009, para que seja convidado o Sr. André Lima, do Instituto de Pesquisas da Amazônia, IPAM. Esse requerimento justifica-se pela razão de que temos que ter um representante da sociedade para, junto com os agentes governamentais, colocar aqui as várias questões e pontos de vista no que diz respeito a essa Medida Provisória.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Em discussão o aditamento feito, solicitação de aditamento feito pela Senadora Marina Silva. Os senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. E, então, nós também convidaremos o Sr. André, do IPAM, para que possa participar.

Então, vamos compor a Mesa, convidando o Presidente do IBAMA, Roberto Messias Franco, para poder participar junto conosco da Mesa, convidando também o Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, substituindo e representando o Dr. Pagot, o nosso amigo e ex-Deputado Miguel de Souza, convidando também o Hideraldo, que é Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte, DNIT, e convidando o Sr. André Lima, do IPAM, para poder participar junto conosco. Sejam todos bem-vindos, muito obrigado pela presença de vocês aqui na nossa Audiência Pública. Então, André, aqui à esquerda. Obrigado, André, pela presença.

Então, nós vamos começar, então, com o Dr. Miguel, que representa aqui o DNIT, para apresentar a proposta e a visão do DNIT. Vamos inicialmente conceder dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos. É lógico que aqui ninguém vai ficar limitado ao tempo de um minuto, dois minutos, três minutos, o tempo que for necessário para as explicações que nós precisamos aqui na Comissão. O tema já foi abordado. Um tema que gerou polêmica por aquilo que foi aprovado na Câmara dos Deputados, não era matéria da Medida Provisória, foi incluído, isso gerou um grande debate na sociedade, no movimento ambientalista, dentro do Governo, tem posições distintas dentro do Governo. Então, é por isso que nós estamos promovendo a Audiência Pública, e eu concedo a palavra e já agradeço sua presença ao Dr. Miguel.

SR. MIGUEL DE SOUZA: Obrigado, Senador Casagrande, quero cumprimentar a Mesa--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Só... A lista de inscrições já se encontra aberta.

SR. MIGUEL DE SOUZA: Dr. Roberto Messias aqui, Presidente do IBAMA, a nossa também eterna Ministra Marina Silva, Senadora Marina Silva, senadores aqui presentes. Eu vou me utilizar de slide para apresentar, me ater no material já pré preparado, até por causa do tempo que eu tenho, que é curto. Eu vou utilizar do slide, pedir licença para sair da Mesa para apresentar algum slide, para nós acompanharmos nossa apresentação.

Nós estamos trazendo aí algumas lâminas. As razões para aperfeiçoamento, licenciamento ambiental, prevista a MP 452, ou seja, a emenda que foi feita na 452. Pode passar.

O objetivo geral que nós entendemos que essa emenda traz é para dar agilidade ao licenciamento ambiental do país, respeitando rigorosamente as exigências ambientais, previstas na Legislação. E conciliando os projetos de desenvolvimento com os cuidados ambientais mais ágeis e menos burocráticos. Pode passar. Os objetivos específicos, ou seja, é simplificar o procedimento de licenciamento, dispensando de licenciamento ambiental prévio os empreendimentos rodoviários já existentes, no caso dos empreendimentos existentes, quero grifar, cuja localização e viabilidade já foram definidas pela sociedade, pelo Poder Público, através de instrumentos específicos do setor de transporte, consagrados em lei. Pode passar. Diminuir a burocracia, o excesso de exigências documentais prévias para o licenciamento ambiental. Pode passar.

Substituindo por equilibrado controle ambiental antes, durante e depois da realização do empreendimento. Pode passar. Descentralizar o licenciamento ambiental de empreendimentos cujo impacto ambiental, na sua imensa maioria, é de caráter Estadual, de acordo com a concepção própria da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme a lei 6938/81. Pode passar.

O que diz o texto que foi introduzido da MP? O art. 3º da MP diz o seguinte: O art. 10, da lei 6938, de 31 de agosto de 81, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 10, § 5º foi introduzido. "*As obras rodoviárias de pavimentação, melhoramentos, adequação e ampliação de capacidade a serem executadas no âmbito da faixa de domínio de Rodovias Federais existentes. Por terem estas a destinação vinculada à lei e constar do o Plano Nacional de Viação, PNV, ficam dispensadas licença ambiental prévia*". Grifo meu, licença prévia ali em vermelho. O que diz a nossa resolução do CONAMA sobre licenciamento, a definição de licença prévia? Ela é concedida na fase preliminar do planejamento, do empreendimento ou atividade e aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando sua viabilidade ambiental. Portanto... Pode passar. Nós vamos estar tratando de uma estrada de licenciamento ambiental prévio. É cabível, no caso de empreendimentos novos, utilizadores de recursos ambientais, considerada efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar a degradação ambiental, que não estejam contemplados ou previstos em adequado planejamento governamental, respaldado em lei.

Assim como ocorre nos países da Europa, não cabe aplicar a empreendimentos do setor de transporte, e ao rodoviário em particular, o licenciamento ambiental prévio que se destina a questionar a localização e a viabilidade ambiental destes empreendimentos, questões estas já definidas pela sociedade, pelo Poder Público, através de instrumentos específicos do setor de transporte consagrado em lei. Por que isso? Nós estamos tratando na faixa de domínio de obras já implantadas. Pode passar.

Faixa de domínio. Qual é a definição para a gente balizar? Faixa de domínio é a base física sobre a qual se assenta a rodovia, sendo constituída pela pista de rolamento, onde os veículos trafegam, os canteiros, as obras de arte, acostamentos, sinalizações, verticais, estendendo-se até o alinhamento da cerca que separa a estrada dos imóveis marginais ou das faixas de recuo, que varia em torno de 60 a 100 metros, dependendo do tipo da categoria da estrada. A desapropriação por utilidade... Ela é desapropriada por utilidade pública, desapropriada, sendo sua finalidade exclusivamente direcionada à implantação da infraestrutura rodoviária, não podendo ser utilizada para outros fins. Pode passar.

A decisão do Poder Público, num determinado momento histórico, de construir uma Rodovia, determina um tipo de uso de sua respectiva faixa de domínio que corresponde a uma escolha feita pela sociedade, a qual resulta de maneira inevitável em ganho para o desenvolvimento regional e nacional, e perdas, inclusive, a ambientais em geral, circunscrita a que deve e pode ser mitigadas. As intervenções adicionais que venham a ser feitas nessas faixas de domínio, tais como construção de terceira faixa ou mesmo duplicação de rodovia, incide sobre uma parcela do ambiente que tem destinação previamente definida e cujos impactos ambientais já foram admitidos e reconhecidos como necessária pela sociedade. Pode passar.

Não se trata, portanto, de área em que caiba opções em termos de alternativas locacionais ou em que opção de conservar o meio natural como se encontra, se contrapõe à intervenção humana. Trata-se claramente de uma faixa escolhida e destinada pela sociedade para a implantação de uma infraestrutura de serviço público. Assim, que um adequado ordenamento ambiental seja essencial para a própria eficiência da infraestrutura implantada, nem mesmo os interesses da conservação ambiental deve se sobrepor aos interesses socialmente definidos para estas áreas. O texto da MP, o § 6º : "*O licenciamento ambiental de instalação...*", grifo nosso aí em vermelho, "*licença ambiental, licença de instalação, as autorizações de supressão vegetal, ASV, e demais autorizações ambientais, necessárias para a execução das obras, referida no § 5º, serão emitidas em até 60 dias, contadas para novos empreendimentos, e a partir da publicação do pedido de licenciamento junto ao órgão ambiental licenciador competente e para as obras com licenciamento em andamento, a partir da publicação desta lei*". Pode passar. § 7º: "*Decorrido os prazos mencionados no § 6º, as respectivas licenças e autorizações serão emitidas, delas constando, sob forma de condicionantes, as exigências estabelecidas pelo órgão licenciador"*. Pode passar. § 8º: "*O licenciamento ambiental das obras a que se refere o § 6º, cujo impacto ambiental é de natureza estadual, será descentralizado, cabendo aos órgãos estaduais de Meio Ambiente a competência para realizá-lo, no âmbito de seus respectivos territórios*". Passa.

O que diz o nosso art. 225 da Constituição Federal? Estabelece: "*Todos têm o direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-los e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º: Para assegurar a efetividade desse direito incum-*

be o Poder Público". Então, vamos ao inciso IV: "*Exigir na forma da lei para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação de Meio Ambiente*". Grifo nosso aí: "*significativa degradação do Meio Ambiente"*. "*Estudo prévio de impacto ambiental que se dará publicidade*". Pode passar.

"*Obras que envolvem melhoramento, adequação, ampliação e capacidade ou duplicação de rodovias federais, pavimentadas, já existentes, não altera ou impacta de maneira significativa o ambiente, visto que os impactos ambientais significativos foram provocados quando da implantação da rodovia. Ademais, não se trata do impacto sobre o ambiente preservado ou destinado, ainda que, parcialmente, a preservação, trata-se, ao contrário, de um ambiente destinado ao desenvolvimento de atividades socialmente necessárias e aceita como modificadora do ambiente natural. Desta forma, pode-se afirmar que os impactos ambientais decorrentes desse tipo de intervenção são, no máximo, moderados, tendo em vista que geram impactos incomparavelmente menores do que aqueles produzidos no período de sua abertura*". Pode passar.

"*Assim, por se tratar de impactos moderados e de caráter Estadual, é procedente resgatar o espírito da lei fundadora, a de 6938, de agosto de 81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, cujo caráter nitidamente descentralizador está materializado no que se refere ao licenciamento ambiental, conforme o seu art. 10º do texto original in verbis"*. Pode passar. "*A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos de atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerada efetiva potencialmente poluidora, bem como as capazes, sob qualquer forma, de causar a degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente integrante do Sistema Nacional do Ambiente, sem prejuízos de outras licenças exigidas"*. Passar.

"*A competência específica dada por esta lei, fundadoras aos órgãos estaduais, para realizar o licenciamento ambiental, contrasta com o atual acúmulo de projetos a licenciar concentrado no órgão federal, desprovido de Recursos Humanos em quantidade adequada, formação para responder ao ritmo de aceleração do crescimento que o país atingiu nos últimos tempos. É urgente para o desenvolvimento do país capacitar e utilizar a capacidade descentralizada dos órgãos estaduais de Meio Ambiente, para fazer fluir com agilidade e competência o licenciamento ambiental, devendo caber ao órgão federal do Meio Ambiente, como ocorre na melhor experiência internacional. Não competir com os órgãos federados, mas federá-los, ou seja, atuar como órgãos de excelência no desenvolvimento institucional e capacitação técnica dos órgãos estaduais, que são a base do Sistema Nacional do Meio Ambiente, o SISNAMA"*.

Por último, último artigo da lei, § 9º: "*Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte, DNIT, e os demais órgãos empreendedores, deverão concomitantemente a execução das obras a que se refere os § § 5º e 6º, do inciso V e VI, realizar as medidas mitigadoras e cumprir com a redução do passivo ambiental originário das obras, de acordo com parâmetros definido pelo órgão licenciador. A preservação ambiental é responsabilidade tanto dos licenciadores quanto dos empreendedores. Há inúmeras demonstrações de que os órgãos empreendedores do país, principalmente os públicos, vêm internacionalizando adequadamente em seus projetos e políticas setoriais as preocupações de normas ambientais. O próprio DNIT, órgão responsável pela execução de projeto de infraestrutura de transporte, dispõe de uma extensa série de normas ambientais que orientam a ação dos seus profissionais vigiada diuturnamente pelos órgãos de controle da administração pública. A formulação das exigências, normatizadas e padronizadas, pode permitir, com maior eficiência do licenciamento e responsabilidade ambiental do empreendedor, não apenas na fase prévia à obra, mas, também, equilibradamente, durante o mesmo, após a sua execução*".

Aí estão as principais normas que o próprio DNIT, norma interna nossa, que nós temos que obedecer, o manual rodoviário de conservações, instruções de proteção ambiental, manuais... Pode passar. São vários, devido ao tempo... Nós temos as nossas resoluções, todo tratamento, tudo diz a respeito ao Meio Ambiente que nós temos que obedecer e somos monitorados pelos órgãos de controle externo. Pode passar.

Enfim, nós temos uma série aí. O que nós entendemos? O prazo que nós queremos simplificar. Este prazo no mínimo de 24 meses, dois anos, que nós temos desde a entrada do pedido de licenciamento do EIA/RIMA até a sua licença prévia, e, como os senhores observam aqui, está colocado, prazo mínimo de dois anos. O que nós estamos defendendo aqui não é implantação, a licença prévia, e esse cronograma vai continuar funcionando, essa regra, para novas obras, novos empreendimentos, onde temos que fazer os estudos de viabilidade também e o EIA/RIMA para definir o traçado do novo empreendimento, a localização. O que nós estamos aqui com a Medida Provisória defendendo para as obras já implantadas e dentro da faixa de domínio, somente, é que nós tenhamos a simplificação da licença prévia. Nós passamos direto para licença de instalação, de supressões, demais licenças, sem prejuízo, e, comitantemente com a obra, o DNIT

fazer todas as medidas mitigadoras e compensatórias, inclusive dos passivos ambientais da construção daquela obra lá no seu passado, entendendo que o grande impacto ambiental aconteceu na sua construção primeira. Agora, nós estamos dando melhoramento social de uma duplicação, de uma terceira faixa, de um viaduto, de uma travessia. Lógico que a implantação continua *in verbis* como está na lei, na resolução 237. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Miguel, nosso Diretor, obrigado pela sua participação, pela sua exposição, muito objetiva e com certeza vai contribuir com nossa formação de concepção aqui com relação a essa matéria. Também pelo mesmo tempo de 10 minutos prorrogáveis por mais cinco minutos, passo a palavra ao Presidente do IBAMA, Roberto Messias Franco.

SR. ROBERTO MESSIAS FRANCO: Casagrande, prezada Senadora e ex-Ministra Marina Silva, aqui presente, Srs. Senadores Jefferson Praia, César Medeiros, João Ribeiro, César Borges, perdão, Expedito Júnior, João Ribeiro, aqui presentes, senhores e senhoras todos aqui presentes, meus companheiros de Mesa, Senador Raupp, é um prazer, é uma satisfação estar aqui para discutirmos um tema que é tão candente dentro de uma necessidade, que são as políticas ambientais para o país e que o IBAMA tem tentado responder com toda a pressa possível, sem a perda de qualidade.

Então, tem dois, talvez dois conceitos fundamentais: nós temos, sim, que trabalhar para o licenciamento de novas obras, sobretudo quando vemos que o país está num processo acelerado de crescimento e um crescimento que leva a justiça a todas as pessoas, a todos os lugares do país. Entretanto, não podemos deixar de perder a qualidade das análises ambientais, que levam a que nós possamos ter um ambiente saudável com as gerações, segundo, inclusive, o preceito Constitucional.

Então, como os senhores todos, Srs. Senadores, é quase que redundante dizê-lo, mas a Constituição Federal recepciona, no seu art. 225, a Política Nacional do Meio Ambiente, e, logo em seguida, nós temos essa Legislação, que vai, depois da própria Constituição Federal, ser também recepcionada pela lei 6938, de agosto de 81, como meu caro Dr. Miguel já dizia, agora mesmo mostrava. E nós temos que... Sobretudo, tem um conceito fundamental nisso, que é o estado, o órgão do estado, no caso o IBAMA o órgão licenciador. No caso dos estados brasileiros, e mesmo no caso dos órgãos municipais das prefeituras, o Sistema Nacional do Meio Ambiente deve se preparar para dizer, em nome da sociedade, sim ou não. Essa obra, quaisquer delas, devem ser feitas, entretanto, com respeito aos cuidados ambientais, porque se trata de guardar o Meio Ambiente para gerações futuras também. E é esse equilíbrio, esse difícil equilíbrio que a autoridade ambiental tem que respeitar. Ou seja, é um poder arbitral de certa forma, que, em seus diferentes modelos... Em alguns estados, por exemplo, há decisões colegiadas; outros lugares, a decisão é de uma autoridade concedente, mas que vai dizer, em nome do país, que aquela obra vai poder ou não ser feita e, sobretudo, as condições. Lembro-me de uma frase da, então, Ministra Marina Silva, que dizia tantas vezes: "Mais do que fazer ou não fazer é como fazer uma determinada obra ou um empreendimento". O mesmo empreendimento, feito com cuidados ambientais, pode trazer benefícios sem trazer desgastes, mas, se for feita de qualquer jeito, for feita sem uma análise criteriosa e sem condições, pode também se tornar um gerador de passivos ambientais.

Então, é isso que a lei 6938 diz, em seu art. 10, que também o Dr. Miguel já fazia referência a ela, e, quando fala que a construção e instalação, ampliação e funcionamento de atividades que tenham recursos ambientais, efetivamente, potencialmente poluidores, ou poluidores ou degradadores, provocam até degradação, vem, então, talvez uma primeira dificuldade, que é: dependem de licenciamento prévio ambiental. Agora, evidentemente, e muitas vezes, nós, ao longo da própria prática do licenciamento, temos que fazer... O Ministro Minc tem, reiteradas vezes, dito isso, fazendo com que nós possamos ter os dados que são necessários, não mais que os necessários, mas não menos que os necessários para se prover nesse licenciamento. Às vezes, isso, inclusive, causa algumas dificuldades até de interpretação. E temos, inclusive, tratado e tentado, repetidamente, junto com o DNIT, por exemplo, meus companheiros do DNIT que estão aqui, conversar e tratar disso. O que é, efetivamente, o necessário para que se possa ter, dar uma licença, dizendo: "Temos, se não certeza, pelo menos uma convicção, baseada nos elementos que foram mostrados, que os impactos positivos daquele empreendimento são maiores, superam os impactos negativos que possa haver e poder dar a licença ambiental".

É nesse artigo... Então, baseado neles... Então, tem, talvez, um outro ponto que nós temos que estar sempre atentos, que é a questão de quais são os participantes, aquelas instituições que, embora recaia sobre o órgão licenciador a responsabilidade de dar ou não a licença, existem também outros participantes desse mesmo processo de licenciamento, que são, no caso, por exemplo, os órgãos estaduais de Meio Ambiente, o IPHAN, quando existe um Patrimônio Histórico, a

Fundação Palmares quando existe o patrimônio dos quilombolas, a FUNAI, os gestores de unidades de conservação, quando eles estão próximos dos empreendimentos, e um elemento a mais, que são as Audiências Públicas, ou seja, um direito que é também que é dado pela própria Legislação Ambiental de a sociedade se manifestar sobre os ganhos, os custos, os benefícios daquele empreendimento.

Então, com tudo isso, faz com que realmente o processo de licenciamento não é alguma coisa de extrema simplicidade; pelo contrário, às vezes, como eu disse, como existe a possibilidade de dizer sim, não e como, nós temos, então, uma complexidade, que é, inclusive, tratada pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente de 1997, resolução 237, na qual estabelece, com base na Legislação, na lei ambiental, na lei 6938, que existe um procedimento ambiental, no qual o órgão licenciador vai dar três etapas da licença: licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação.

Então, a licença ambiental, que é o Ato Administrativo que estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental. Vem, talvez... E aí uma coisa que é uma coisa que é recepcionada pelo passivo da própria Legislação ambiental. O que é? Quando a lei ambiental foi sancionada, existiam vários empreendimentos anteriores a ela. Por não obrigação, inclusive, não havia análise ambiental do que eram os prejuízos e ganhos que existia. Então, como nós... E pareceu uma figura importante, que é a licença de operação corretiva, ou seja, não passando, inclusive, pela licença prévia para aqueles que já estivessem instalados. É uma coisa perfeitamente factível. Entretanto, que tem que ser ver, no processo de licenciamento, nós temos a licença prévia... Licença prévia é aquela que analisa o conceito do planejamento do empreendimento e a localização e concepção. Ou seja, aquele empreendimento como um todo, global, ele pode ou não pode ser feito ali. Se alguma obra preexistente, seja qualquer que seja ela, pensando, inclusive, na questão das estradas preexistentes, nunca houve uma avaliação de o que ela provocou naquele lugar, nunca foi avaliado anteriormente, que ela existia lá há muito tempo. E se vai fazer uma melhoria de capacidade, por exemplo, ela nunca foi avaliada previamente, não seria, pelo caso - inclusive pelo princípio da precaução -, necessário que se fizesse um estudo mais ampliado, um estudo que dissesse: Olha, sobretudo, em vista do aumento das capacidades, etc., que se faça um estudo completo, para que não haja agravamento de nenhuma situação preexistente"? E as demais...

Então, nós achamos que, depois da licença prévia, viria a segunda, que é a licença de instalação, aí, sim, é muito voltada para o como fazer, como o plano básico ambiental, as especificações constituídas, constituintes de programas, projetos e planos apresentados para aquele empreendimento. E, finalmente, talvez nesse caso, inclusive da licença de operação das estradas, seja quase que um automático. Ou seja, é uma verificação de, se aquilo que foi prometido, foi efetivamente cumprido. Alguém tem um projeto, alguém tem uma ideia de fazer uma estrada, por exemplo, depois ele aprova o como fazer e, finalmente, a licença de operação é: fez efetivamente o que havia se comprometido a fazer e, portanto, passa-se a ter, a partir daí, um acompanhamento rotineiro dela.

Bom, esse processo do licenciamento tem, evidentemente, dificuldades, como eu dizia agora mesmo. E essas dificuldades que vem, sobretudo... Quais são algumas... Listamos ali algumas dificuldades. Que, no caso, quais seriam? Termos de referência para elaboração de estudos ambientais. Termos de referência é uma espécie de um sumário, quando se diz no licenciamento o que são os dados que são importantes para a tomada da decisão, que é permitir que a obra seja feita e como ela é feita. O planejamento, em muitos casos, deixa de considerar... Nós temos informações de estudos ambientais que muitas vezes nem sempre são incorporados como instrumentos de planejamento e execução das medidas ambientais. Os estudos... Vejam, aí tem, talvez, um conceito que nós, inclusive, estamos tentando para quebrar de toda a maneira, que é: às vezes, os estudos são volumosos demais, tem uma quantidade de lista de fauna, de flora, etc., mas não tem exatamente as informações mais importantes, que são: aquele lugar, aquela parte, ela provoca uma erosão, ela provoca uma voçoroca, ela afeta uma comunidade, ela passa por dentro de uma cidade e a corta? Então, quer dizer, o importante, muitas vezes, não é o volume, mas, em muitas vezes, a baixa qualidade dos estudos ambientais traz uma quantidade grande de dados, mas não aquelas que são efetivamente as mais importantes.

A próxima. Depois, nós temos fatores, ainda, também, durante o processo. As licenças têm uma possibilidade de fazer os condicionantes da licença, na qual esses condicionantes intervém aqueles outros atores, existem conflitos de competência e em muitos casos judicialização de processos. Isso não é de menor importância. No caso, por exemplo, desse licenciamento das obras federais ou consideradas no âmbito federal, muitas vezes, quando se passa aos órgãos estaduais, existe a judicialização e o pedido para que se volte para os órgãos Federais. Na realidade, nós temos uma quantidade, uma montanha de processos, que, licenciados por órgãos estaduais, por judicialização, volta

para o IBAMA, que tem que dar [ininteligível], porque é de entendimento de que a responsabilidade seria uma responsabilidade federal, e é por isso, então, que nós temos que, evidentemente, melhorar a lei. Por isso, inclusive, acho que tem fatos importantes que podemos destravar e avançar nesse sentido.

No ponto de vista desses fatores internos, evidentemente, então, nós temos aí - eu coloquei alguns pontos - a deficiência quantitativa dos quadros de servidores do IBAMA. Talvez haja um ponto importante a ser destacado, no qual, inclusive, o DNIT, inclusive o Dr. Miguel se referiu ao fato. Nós temos relativamente poucas pessoas para a quantidade de coisas que se faz, que estão acontecendo no Brasil e num Brasil que está crescendo, e, agora, especialmente, com as obras do PAC, em grande velocidade, e nós estamos absolutamente convencidos que precisamos ter cada vez mais eficiência, para não sermos um entrave, mas, pelo contrário, um adicionador de qualidade aos processos de tudo isso que está acontecendo no país, em função do crescimento que o país está vendo.

Nós temos também uma dificuldade, que é a alta relatividade de analistas ambientais. No caso, por exemplo, em Brasília, talvez muitos dos senhores estejam familiarizados com isso, nós temos um concurso, depois tivemos vários concursos em vários lugares. Para os senhores terem uma ideia, Sr. Senador, nós estivemos, por exemplo, fazendo uma rápida análise do tempo de permanência em uma das áreas, área de licenciamento não é essa específica, setor hidrelétrico, o tempo médio de permanência de analistas no IBAMA foi de um ano e oito meses. Por quê? Os analistas chegam e entram, começam, aí vem um concurso, um salário melhor, com condições melhor de trabalho, ele sai e vem um outro e colocar um analista que possa, por exemplo, no caso uma análise de licenciamento ambiental não é uma coisa que a gente consiga do dia para noite. Às vezes, a pessoa, quando se torna mais capaz, mais expedito na análise dos trabalhos, então vem uma oportunidade profissional melhor e torna... É uma dificuldade suplementar que nós temos. Então, nós temos essa que acaba sendo uma deficiência na estruturação dessa carreira que devia, que, afinal de contas, provoca uma dificuldade.

Quais são os passos e desafios que nós vemos atualmente? Simplificar processos e procedimentos. Estamos fazendo um grande esforço para a simplificação dos processos e procedimentos e dos dados que são pedidos, exatamente para evitar listas enormes que são de pouca importância, deixando de lado procedimentos que seriam os mais importantes. A qualificação de novos participantes na [ininteligível] ambiental, em especial os membros do SISNAMA, é um ponto extremamente importante, porque, inclusive, nas propostas de estadualização desses licenciamentos, já houve casos, que nós podemos citar, de áreas em que se pediu para ir para os estados e depois pedem para voltar para nós. Por quê? Porque vários órgãos de alguns estados brasileiros não têm a qualificação, são ainda mais precários e mais difícil o seu processo de análise. Então, a gente manda e, de repente, depois, tem trazer de volta para o órgão do IBAMA, às vezes não por questões judiciais, mas porque o órgão estadual chega e se sente incapaz de fazer aquilo.

Depois um desafio, um passo que nós damos, é a criação de Bancos de Dados Regionais, evitando repetir estudos. O que acontece? Um empreendimento num lugar descreve a fauna, a flora, a geologia, as populações que estão. Se um outro empreendimento é feito naquele mesmo lugar, na medida que nós já temos os dados ali, não precisa pedir de novo. Então, passamos imediatamente para a análise, que vai ser certamente... Nós estamos nesse processo de implantação desse Banco de Dados, que vai ser uma coisa que vai facilitar muito.

Quarto ponto: a facilitação de contatos permanentes com os empreendedores durante a análise dos projetos, por exemplo, no caso do DNIT. Às vezes, muitas vezes, isso certamente torna mais expedito, em vez de esperar para dizer no fim da análise: "Olha, está faltando isso, tal coisa", durante o processo já vamos avisando: "Olha, estão faltando... Complementem essas coisas". Só que essas complementações também não é uma coisa automática. Às vezes, um empreendedor faz uma coisa [soa a campainha], tem uma dificuldade, e, depois, tem o aumento do número de análises ambientais e o acordo de cooperação com instituições, como, por exemplo, as grandes universidades brasileiras que são possuidoras de conhecimentos nas áreas específicas. Dito isso, senhoras e senhores, Sr. Senador, acho que meu tempo está esgotado definitivamente... Só para, talvez, arrematando, se os senhores me permitem, as senhoras me permitem...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Pode concluir a sua apresentação.

SR. ROBERTO MESSIAS FRANCO: Pois não, muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Desde que não passe de muito tempo.

SR. ROBERTO MESSIAS FRANCO: Não, não, é questão de dois minutos.

No caso, por exemplo, inclusive, em relação a proposta que o DNIT faz e traz a esta Casa para os Srs. Senadores. Nós estamos, então, gostaríamos de

colocar em discussão, primeiro, que no caso de restauração, ampliação de capacidade, tudo isso, aquelas em que já houve uma informação anterior de um licenciamento ambiental anterior que permita as condições, somos totalmente de acordo que isso possa passar imediatamente para a fase de licença de instalação e licença de operação. Pois não. É que em todas as obras que já tiverem tido uma análise anterior que permita o conhecimento do lugar da região onde ele passe, é uma licença prévia anterior ou um licenciamento anterior, exatamente. Então, já foram licenciados ambientalmente, estão no Plano Nacional de Viação, como dizia, então, dispense-se uma nova licença prévia.

Segundo, as licenças de instalação. Quando se fala que seria uma coisa corretiva, é um ponto a ser discutido. Em relação à licença de instalação no caso, por exemplo, eu acho que quando a proposta que estaria feita que seria de 60 dias, no caso da Instrução Normativa do IBAMA 184, atualmente vigente, é 75 dias. Então, questão de 15 dias a mais ou a menos, não acho que seja um cavalo de batalha, alguma coisa que seja impossível de se conciliar. 75 dias porque nos pareceu na época dentro de média geral, daria um certo conforto, sobretudo como eu disse, pelo grande volume de trabalhos que nós temos.

Em relação à questão da licença de operação, seria a terceira. Então, quando é proposto aí no caso de 30 dias, a partir da publicação na Instrução Normativa do IBAMA, a previsão é de 45 dias. Portanto, também não é uma coisa extremamente diferente da outra. O que achamos preocupante é a questão do decurso de prazo simples. Achamos que pode haver... Depois de 60 dias. Achamos que o decurso de prazo pode levar a alguns casos em que não haver a análise ambiental, achamos que abriria um flanco a descoberto, ou seja, de abrir mão de um conceito que é a sociedade através do seu órgão de estado estar se manifestando para um vácuo de manifestação possa ser um direito adquirido, sem se conhecer exatamente quais seriam as conseqüências dele.

Então, temos muita preocupação em relação a esse caso. Em relação ao licenciamento ambiental de natureza do âmbito estadual, uma vez mais o que nos preocupa é exatamente e nós estamos trabalhando desde anos já com uma capacitação que é não só do IBAMA, mas também dos órgãos estaduais, para não abrir uma fragilidade para que depois, inclusive, por exemplo, o Ministério Público questione a qualidade das análises. Então, é um processo que ao mesmo tempo tem, acho que deveria haver um meio termo que é poder delegar se estamos prontos a fazer acordo de cooperação técnica com os estados, entretanto que não seja absolutamente liminar porque pode ter caso que essa capacidade instalada não seja capaz de fazê-la adequadamente.

Então, são esses os pontos principais, inclusive do substitutivo sendo apresentado pelo Ministério do Meio Ambiente, e eu acho que é um tema que deve ser, que pode ser discutido, Sr. Senadores. Achamos que a defender o licenciamento ambiental é fundamental, defender também que ele seja feito da maneira mais rápida e expedita também é fundamental e termos cada vez mais a participação dos órgãos estaduais também concordamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Dr. Roberto, o senhor poderia repetir, por favor, o § 5º?

SR. ROBERTO MESSIAS FRANCO: O § 5º. Pois não. O parágrafo tal como estaria seria: "*As obras de conservação, recuperação e adequação e ampliação total, já licenciadas*...". Em vez de as existentes. "*As já licenciadas por ter essas destinações vinculadas ficam dispensadas da licença prévia*".

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Por exemplo, qual?

SR. ROBERTO MESSIAS FRANCO: Por exemplo, vamos supor que uma obra já tenha o estudo em relação à área onde ela foi feito, ela já existe uma licença para uma obra, para uma estrada e ela vai ser duplicada, por exemplo. Então, se ela já teve durante quando ela foi feita com pista simples, por exemplo, um estudo ambiental que dê os dados necessários para avaliação ambiental, então, para no caso a duplicação, já como os elementos de decisão já existem, seria dispensável fazer novamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Na época em que ela foi licenciada.

SR. ROBERTO MESSIAS FRANCO: Se ela foi licenciada, já. Agora, se não--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Seria dispensada a licença prévia.

SR. ROBERTO MESSIAS FRANCO: Seria dispensada a licença prévia. Agora, se não existe estudo anterior, então, vejamos o senhor, e também, Srs. Senadores, companheiros, amigos que estão aqui, tem algumas questões extremamente difíceis, que é a questão da escala, a escala dos... e talvez é um ponto a se discutir. Uma coisa é uma escala de um pequeno trecho que vai ser duplicado numa área extremamente antropizada, já antropizada o meu caro amigo Hideraldo dava alguns exemplos, inclusive, no Rio Grande do Sul, por exemplo. Essa é uma área em que por ter essa antropização grande, portanto, e um conhecimento grande se pode fazer um licenciamento que pode ser muito mais rápido e muito mais simplificado. Entretanto, quando temos, por exemplo, um asfaltamento de uma

Rodovia, de uma região que apresente características do ecossistema de grande preservação de grande interesse, e de maior--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): 319, por exemplo.

SR. ROBERTO MESSIAS FRANCO: Por exemplo, 319. Então, acho que seria temerário fazer um licenciamento simplificado, tendo em vista que você está vendo áreas que vão ter impactos, são novos em relação ao que existe anteriormente. Então, essa, Sr. Senador, Srs. Senadores, desculpando-me por ter me alongado um pouco mais, seria o princípio básico que gostaríamos de adotar, nessa nossa opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Muito bem, muito obrigado Presidente Roberto Messias. E passo a palavra ao André Lima que representa o instituto de pesquisas da Amazônia, o IPAM. Também, se possível, 10 minutos prorrogáveis por mais cinco, se necessário.

DR. ANDRÉ LIMA: Muito obrigado, Senador Casagrande. Agradeço ao convite e a oportunidade de estar aqui conversando sobre esse tema que é de fundamental relevância. Eu estava examinando aqui o assunto em função do que foi dito até agora. Nós estamos debatendo no Congresso Nacional o tema do Código Florestal há alguns anos e esse tema é colocado, digamos assim, como um tabu em função do potencial impacto que modificações mal feitas no Código Florestal podem causar em termos de desmatamento, em termos de impactos na floresta. E eu posso dizer, e digo sem sombra de dúvidas, que esse art. 3º dessa MP ele é muito mais grave do que a alteração do Código Florestal em termos relacionados a questão do desmatamento na Amazônia. Então, eu vou me ater aqui, eu não vou fazer uma análise ampliada para os impactos dessa proposta para fora do Bioma Amazônia, nós vamos falar um pouco da Amazônia, Amazônia legal e da necessidade, a importância do licenciamento prévio nos casos relacionados à Amazônia.

Então, o próximo slide, por favor. A gente fez uma análise rápida olhando, assim, quais são as principais rodovias que estão lá citadas explicitamente na lei que trata do Plano Nacional Viário, a grande maioria delas são todas na Amazônia, eu não vou listar todas mas são 15 ou 16, passa a BR-230, 425, 364, 317. Próxima, 230, 319 que foi dita aqui, 174, 401, 364, 163, até o item 10 ali, todas na Amazônia. Próximo. 156, Amazônia, 080 Amazônia, 230 010 Amazônia, 070 Amazônia, 307 Amazônia, 210 Amazônia. Então, eu vou me ater a essa análise, pegando ali no Plano Nacional viário as que são citadas explicitamente no corpo da lei, que é de 73, quando nem se falava ainda em danos ambientais, em desmatamento na Amazônia, em Mudanças Climáticas, em recursos hídricos, em biodiversidade e tal. Foi quando a lei citou essas importantes rodovias hoje na Amazônia. Então, a gente vai... motivo pelo qual a gente vai focar análise agora no tema na Amazônia.

Próximo slide. Quais as funções da licença prévia? Foram colocadas aqui algumas, mas, traduzindo o que foi dito, a função da licença prévia ela é definir e dimensionar com antecedência as medidas mitigadoras necessárias para que os custos dessas medidas sejam considerados na análise de viabilidade econômica dessa obra. Então, nós estamos falando aqui, claro, de estradas que já estão implementadas e operando, mas também estamos falando de estradas que foram abertas na década de 70, por uma outra lógica que não a lógica estritamente econômica, depois disso algumas foram praticamente abandonadas, é o caso da 319, e no caso da 319, por exemplo, para citar esse exemplo, que ele é mais, digamos, mais atual, é uma obra que só as medidas mitigadoras calculadas chegam a um volume da ordem de 550 milhões de reais, ou seja, dobra o custo de implementação da obra. Então, fazendo essa obra sem a licença prévia, a gente não chegaria a poder dimensionar o custo das medidas mitigadoras da implementação, da pavimentação ou duplicação dessa Rodovia. Ainda assim, essas medidas mitigadoras somente vão segurar 1/3 do desmatamento projetado para a região. Eu vou falar mais adiante disso. Ou seja, uma rodovia economicamente inviável nesse caso aqui.

Próximo. Então a função da LP é exatamente antever a necessidade de investimentos, para mitigar os impactos previstos da sua implementação.

Próximo slide. Alguns aspectos graves da Medida Provisória. Devagar aí. Espera aí, vai um pouquinho mais devagar. Não permite discussão sobre a prioridade e pertinência de algumas das obras. Tem estradas abertas praticamente da década de 70, em alguns casos abandonadas. Lembrando que algumas dessas estradas foram projetadas quando não se falava em zoneamento ecológico econômico, que é uma figura que surgiu no final da década de 80, sequer havia licenciamento ambiental previsto na época. Não permite discussão sobre viabilidade econômica, não permite discussão sobre melhor traçado. Há estradas antigas em que hoje é possível, inclusive, se discutir um novo traçado, ainda que em partes dessa rodovia. Próximo. Ignora zoneamentos ecológicos econômicos, que são figuras que estão sendo desenhadas e implementadas a partir da década de 90, que são os instrumentos que o Poder Público tem e a sociedade tem para equilibrar as prioridades do ponto de vista econômico, com as necessidades e vulnerabilidades do ponto de vista eco-

lógico. Então, a MP simplesmente ignora esse instrumento fundamental, que é um consenso em todos os debates que a gente faz aqui no Congresso Nacional, a importância e o respeito ao zoneamento ecológico econômico. Próximo.

Outros aspectos. Próximo. Vou passar, porque esse... acho que está esclarecido aqui que no caso estradas estaduais não estão contidas na versão atual. Não permite discussão prévia sobre medidas mitigadoras, como foi colocado inclusive aqui pelo Presidente do IBAMA e estabelece um princípio que é gravíssimo não só em relação ao Direito Ambiental, mas a qualquer direito fundamental Constitucional, que é o princípio de quem cala consente, quer dizer, o órgão ambiental, por algum motivo, não se sabe qual porque ele não falou e não está escrito em lugar nenhum, ele não se manifestou. Então, a obra está autorizada e pode ser implementada. Num prazo de 60 dias não se pronunciou, seja lá porque motivo for, inclusive ele não pode ter feito porque não quis, em alguns casos, ué. Porque se eu não falar ela está autorizada, eu não preciso falar. Não preciso nem assinar, botar meu nome na obra, então ela está autorizada e ela pode ser implementada. Bom, como é que nós vamos implementar o outro dispositivo da Medida Provisória, que diz que durante a sua operação e instalação tem as condicionantes ambientais têm que ser implementadas se as condicionantes ambientais não foram colocadas porque a obra está sendo implementada por decurso de prazo? Próximo.

Isso é gravíssimo. Então, algumas inconstitucionalidades que sem dúvida vão ser, se ela for aprovada da forma como está, vão ser arguidas. Nós temos conversado com alguns advogados da área ambiental, eu mesmo sou advogado da área ambiental, trabalho há 15 anos com algumas ações judiciais bem sucedidas em relação ao tema ambiental, eu posso dizer que vão ser questionadas judicialmente. A MP, tal qual ela está proposta, ela suprime o dever do estado de ponderar relevância socioeconômica em face de vulnerabilidades e riscos socioambientais, que não foram considerados à época da sua previsão, ou seja, década de 70, 80. Isso não pode ser suprimida, essa necessidade do estado de fazer essa avaliação de forma consistente e responsável. Quem define a prioridade viária não fez estudo sobre vulnerabilidade ambiental para tanto. Então, esse é um problema grave que suprime a aplicabilidade do próprio art. 225 que foi colocado pelo Dr. Miguel, do DNIT. Próximo.

Fere o princípio Constitucional, que esse é também fundamental, da motivação dos atos administrativos. Quer dizer, uma autorização é dada sem uma fundamentação, sem uma análise consistente, principalmente se for no caso do decurso de prazo. Então, esse é um dispositivo altamente relevante que está sendo ferido pela proposta que foi inserida na Câmara dos Deputados. Próximo.

Aí, aqui, alguns exemplos. Um pressuposto equivocado que foi colocado como justificativa para a Medida Provisória é de que os impactos já aconteceram. Esse pressuposto está equivocado. Estamos fazendo análises em várias rodovias, principalmente na Amazônia. No caso da BR-364, 67% do desmatamento aconteceu depois da pavimentação. 33% antes da pavimentação. Então, a obra em si, a sua abertura, não é o mais grave. O mais grave é a viabilidade da intensificação do uso da região no entorno daquela rodovia, que obviamente se dará depois da pavimentação em função da valorização do preço da terra, em função do custo mais baixo de transporte de produtos, que vão ser obviamente extraídos do entorno daquela região. Próximo dado.

Rodovia Cuiabá/Santarém, em que mais da metade dela não está pavimentada. Próxima. Os trechos pavimentados e não pavimentados. Próximo slide. Tem uma série de benefícios inegáveis da pavimentação e ninguém aqui está, eu não estou aqui em nome do IPAM questionando a importância da pavimentação de algumas rodovias, nós estamos discutindo um instrumento de gestão ambiental relevante para potencializar os benefícios econômicos, sociais e ambientais dessas obras públicas. Tem uma série de benefícios, mas também traz uma série de riscos. Próxima. E custos: migração intensiva, intensificação de ocupação da terra de forma desordenada, apropriação ilegal de recursos naturais, aumento de conflitos sociais, intensificação do desmatamento e extração madeireira, aumento de núcleos urbanos e marginalização social, desigualdade e distribuição dos benefícios. Uma série de impactos e custos que são gravados com a pavimentação, e a Licença de Instalação e a Licença de Operação não tratam dessas medidas, antecipadamente, dessas medidas mitigadoras. Próximo.

Aqui o mesmo exemplo, só que numa forma de gráfico, da BR-163. Na área não pavimentada, que é metade da BR-163, nós chegamos ali a um cálculo de 12 a 13% da área do entorno de 100 quilômetros da rodovia. Na área não pavimentada, foi desmatado. E 55% da área de entorno da parte pavimentada da rodovia foi desmatada, o que, mais uma vez, comprova, numa outra obra, que é de maior relevância ainda para o Governo, que, inclusive, estabeleceu o seu plano de desenvolvimento sustentável para a BR-163, demonstrando que a pavimentação, sim, é o momento em que o impacto ambiental se agrava, e nós, aqui, estamos dispensando de Licença Prévia o momento em o que o

maior impacto ambiental acontece nas rodovias, principalmente na Amazônia Brasileira. Próximo.

E aí nós vamos discutir governança. Como é que se discute processo de governança? Não se discute ao longo da implementação da obra ou depois da implementação da obra, é no momento da Licença Prévia que se discutem as medidas necessárias a serem antecipadas, inclusive, à implementação dessa obra. Então, aqui são dois modelos que mostra em vermelho... Pode voltar um pouco? Não sei se dá para voltar. Em vermelho sem governança, em verde com governança. Quer dizer, a implementação da rodovia com a sua pavimentação, implementadas as medidas previstas ao longo da discussão sobre Licença Prévia, permite uma diferença substancial em relação aos impactos no desmatamento, já que nós estamos tratando aqui especificamente desse tema na Amazônia. Próximo.

Aqui uma análise rápida, uma projeção feita cientificamente pela Universidade Federal de Minas Gerais, o IPAM participou desse processo, fazendo projeção do desmatamento com e sem pavimentação, com e sem implementação das unidades de conservação que são medidas que devem ser implementadas previamente.

Você dá dois cliques aí para a gente não tomar muito tempo, porque isso aí ele vai andando ano a ano, projeção até 2050. Próximo. Tá bom, tá bom. Deveria estar andando. Clica mais duas vezes aí, rápido. Aí. Isso é a... volta para aquele slide, por favor. Só uma vez. Bom, está aí, quer dizer.

Essa é a projeção de desmatamento, isso é só no Estado do Amazonas, com a implementação de algumas medidas mitigadoras ao longo da rodovia. Onde não se implementa unidades de conservação em função de migração, etc., o impacto ambiental, a área verde mais clara é o que pode acontecer em termos de desmatamento, considerando as tendências usuais de ocupação do solo após a pavimentação de rodovias. Então, é uma situação grave. Próximo slide.

Eu já devo estar cumprindo aqui o meu tempo... Uma simulação indica, por exemplo, no caso da BR-319, que o potencial de desmatamento sem "governança" de 5 milhões de hectares, praticamente 40% da sua área de influência, é desmatada. Num cenário de conservação, digamos, seria o melhor cenário possível, esse desmatamento até 2050 cai para 3,4 milhões de hectares. Parece que o Senador Raupp não está mais aqui, mas ele que é autor do projeto do desmatamento zero, deve estudar esse assunto com bastante atenção, porque a estrada ela é o grande vetor de abertura e de ocupação, principalmente na Amazônia hoje, apesar de toda a sua malha hidroviária. Então, no cenário de conservação, com a implementação de algumas medidas, só se vai conter 1/3 do desmatamento projetado até 2050 com as unidades de conservação que estão sendo estudadas previamente. Próximo.

Eu vou aqui concluindo, esse é um slide que mostra o compromisso que o Brasil vem assumindo, e aí é a sociedade brasileira, não só o Governo, de metas de redução de desmatamento no âmbito do seu Plano Nacional de Mudanças Climáticas. O Brasil apresentou metas e pretende chegar até 2020 com um desmatamento da ordem de 3800 mil Km², o que significaria uma redução de algo em torno de 80% na taxa média ocorrida entre 96 e 2005, e uma proposta desse potencial, com esse potencial, nós não temos dúvidas de que põe em risco e que contraria, a pavimentação em mão contrária à proposta recém-anunciada pelo próprio Presidente da República de metas de redução de desmatamento na Amazônia. Quebra praticamente a estratégia nacional contida no Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Próximo. Se as medidas de precaução não forem adotadas.

Então, é isso. A Medida Provisória, ao introduzir a dispensa de licença prévia e a autorização de instalação de obras várias por decurso de prazo, inviabilizará o cumprimento de metas de redução de desmatamento contidas no Plano Nacional de Mudanças Climáticas divulgadas pelo Presidente da República ao final do ano passado... dezembro de 2008, perdão. Próximo.

Concluindo, só para reforçar. Essa alteração, promovida subitamente numa Medida Provisória que não trata deste assunto, ela é mais grave do que o debate sobre o Código Florestal. Ela é o potencial de impacto nos desmatamentos no Brasil, e na Amazônia em particular é muito mais grave do que todo esse debate que nós temos feito a respeito do Código Florestal. A licença por decurso de prazo é gravíssima, ninguém consegue autorização para medicar sem passar por uma análise. Ninguém consegue uma autorização por decurso de prazo para pilotar um automóvel ou um avião. Isso inexiste no prazo e por que vai existir para o tema ambiental, quando estamos tratando de um direito difuso, não direito privado, de pilotar um automóvel ou coisa parecida. E por último, concluindo, existe uma portaria interministerial assinada pelo Ministério dos Transportes e o Ministério de Meio Ambiente, estabelecendo uma série de medidas para agilização da regularização ambiental e da melhoraria dessas obras. Isso está em vigor desde dezembro de 2004. E eu quero registrar aqui, Senador Casagrande, uma solicitação de informações sobre como anda a implementação dessa medida que diz, inclusive, que o Ministério dos Transportes apresentará ao Ministério de Meio Ambiente, no prazo de até 360 dias contados desta portaria, que é de novembro de 2004, levantamento da situação ambiental

das rodovias pavimentadas, com vistas à definição de cronograma de sua respectiva regularização ambiental, mediante realização de termos de compromisso de ajustamento de conduta com força de título Executivo extrajudicial entre o DNIT e o IBAMA, observando os seguintes critérios de prioridade: rodovias com maior índice de acidente e maior potencial de risco ambiental, rodovias prioritárias para escoamento de produção e em terceiro as demais rodovias. Isso está previsto desde novembro de 2004 e o que nos parece é que, como não é possível ao Governo, ao Estado Brasileiro cumprir as obrigações relacionadas à regularização dessas rodovias, se busca o caminho mais fácil, que é o caminho da eliminação das condicionantes ambientais ou das exigências ambientais.

Repito que não se está aqui, em momento algum, dizendo que não é necessário pavimentar, duplicar, tampar buraco, fazer melhorias nas estradas brasileiras, mas isso é preciso fazê-lo de forma responsável. Nós não podemos repetir o que foi feito há 30 anos atrás, agora legalizando esse tipo de atividade. Isso será um prejuízo para a sociedade brasileira, inaceitável. E lembrando que, inclusive semana passada, teve uma pesquisa feita pelo Datafolha que a sociedade é contra medidas legais que permitam o aumento do desmatamento no Brasil. Então, nós pleiteamos a esse Senado que corrija o curso dessa Medida Provisória e que nós possamos manter aquelas garantias, agilizar, fortalecer os órgãos ambientais para promover, sim, o licenciamento mais ágil. Temos que fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente e não eliminar os instrumentos de gestão ambiental, conquistados a muito custo, inclusive nesse Congresso Nacional. Agradeço, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Obrigado, André. E nós vamos também conceder, com a permissão de vocês, com aprovação dos senadores, se assim entenderem, um espaço para o Dr. Hideraldo também se pronunciar, ele quer acrescentar algumas coisas na visão do DNIT. Se ninguém se posicionar contra, nós concederemos um tempo, se possível cinco minutos, já estabelecido por ele.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Só para entender. Ele e o Dr. Miguel representam aqui o DNIT, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Isso.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Vai complementar a apresentação do Dr. Miguel?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Acho que é importante para nós. Então, com a palavra por até cinco minutos, sem a total inflexibilidade, Dr. Hideraldo.

SR. HIDERALDO LUIZ CARON: Obrigado, Presidente, é uma satisfação estar nessa Mesa, especialmente...

[interrupção de áudio]

SR. HIDERALDO LUIZ CARON: ... Quando o Roberto Messias era Secretário de Meio Ambiente.

[interrupção de áudio]

SR. HIDERALDO LUIZ CARON: A Ministra Marina Silva, com quem nós tivemos uma interlocução grande no início do Governo... Eu quero colocar duas ou três questões só, que eu acho relevantes para o debate, para os Srs. Senadores.

Primeiro, nenhuma rodovia da região Amazônica se enquadra na definição que foi apresentada na emenda, a MP 452. Eu vou repetir. Toda a exposição, André, que foi feita a respeito da região Amazônica não se enquadra na apresentação da emenda que foi apresentada na Medida Provisória, porque a nossa emenda, ela é muito específica. O que ela diz? Que será liberado de licenciamento prévio todas as obras de ampliação de capacidade, duplicação, melhoramento em rodovias já existentes. As rodovias na região Amazônica estão todas para serem pavimentadas. Não existem, a não ser pequenos trechos, muito pequeninhos, da 319, da 163 e da 230, trechos pavimentados na região Amazônica e não há nenhum projeto do Governo no sentido de melhoramentos, duplicações ou ampliação de capacidade dessas rodovias. Então, a região Amazônica está excluída da nossa emenda de plano. Eu vou depois voltar nesse ponto, porque nós fizemos um acordo com o Ministério do Meio Ambiente a esse respeito a época da gestão da Ministra Marina Silva.

Segundo lugar, nós não temos nenhuma apresentação na emenda de licenciamento por decurso de prazo, não há este item na emenda. Em nenhum momento consta qualquer tipo de prazo na emenda para a emissão de LP, LI ou LO. Não existe isso na nossa emenda. Portanto, e nós... Os 60 dias são para emissão de ASV, que é posterior ao licenciamento. A ASV, Srs. Senadores, para quem milita na área ambiental, a Autorização e Supervisão de Vegetação, ela é concedida posterior à LI, então, durante todo o processo de licenciamento não há nenhum prazo na nossa emenda, pelo contrário, os prazos já existem na lei, na própria Lei Ambiental é que constam os prazos, não na nossa emenda. E nós não colocaríamos uma questão dessa em hipótese alguma, porque estes prazos já estão previstos na Legislação Ambiental. Não há razão para que a gente coloque esse tipo de proposição na emenda.

Terceiro lugar. Na década de 90, um grande número de rodovias foram licitadas sem licenciamento ambiental. Foram licitadas e as suas obras foram iniciadas. Eu vou dar exemplos aqui: BR-163, BR-230, BR-319, BR-317, todas na região Amazônica. Todas elas sem licenciamento, não foi feito Estudo de Impacto Ambiental, não foi concedida LP, LU, LO e todas elas foram iniciadas. Em 2003 nós assumimos o Governo e a Ministra Marina Silva, junto com o Ministro Anderson Adauto à época, fizeram um protocolo em que a partir dele nós nos colocamos a seguinte obrigação: paralisar todas as obras que estavam em execução sem licenciamento, nós paramos todas. Nós paramos a Transamazônica, paramos a 163, paramos a 319, paramos a 392 e uma infinidade de outras que eu poderia citar aqui. Paramos totalmente essas obras, para quê? Para fazer as licitações, contratar os estudos de impacto ambiental e fazer o licenciamento, tal como preconiza a lei. Nós assumimos esse compromisso e estamos cumprindo ele religiosamente. Fizemos todos os EIA/RIMA de todas essas rodovias, nenhuma delas está em andamento hoje. Por quê? Porque desde 2003, depois de ter feito os estudos de impacto ambiental, entregá-los no IBAMA, começaram o licenciamento. Até hoje, nenhuma dessas rodovias tem licença de instalação. Nenhuma delas... O IBAMA não liberou até hoje, para nenhuma delas, licença de instalação. Então, até hoje, elas estão paradas. Todas elas, 100%. Então, esta ideia de que--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Você está se referindo também a 163?

SR. HIDERALDO LUIZ CARON: Claro, a 163 está parada.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não tem licença de instalação, a 163?

SR. HIDERALDO LUIZ CARON: Não. Não tem licença de instalação. Nós só temos licença de instalação na 163, na travessia urbana em Novo Progresso, Ministra, que são quatro quilômetros--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Então, não é que não tem.

SR. HIDERALDO LUIZ CARON: Não, não, me desculpe. Desculpe Ministra, Senadora, a 163 tem 1100 quilômetros de extensão. Nós temos... A ser pavimentada. [ininteligível] urbana de Novo Progresso são quatro quilômetros.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [ininteligível] priorizada pelo Ministério do Transporte. Depois de todo o trabalho que nós fizemos com 22 Ministérios, sequer colocaram como prioridade nas obras do PAC. Talvez seja isso que dificultou o IBAMA, porque a própria Ministra Dilma Roussef havia dito que eles tinham que priorizar. Eu não estou mais no Ministério, estou falando aqui por hipótese, que deveriam priorizar as obras do PAC. Como vocês não botaram ela como prioridade nas obras do PAC, é possível que tenha sido isso.

SR. HIDERALDO LUIZ CARON: Então, o que eu quero colocar? Que nós fizemos todos os estudos que o IBAMA exigiu. Adotamos e aqui o André levantou, em todas, em todo o Brasil. É que eu fiz questão de ficar um pouquinho mais na região Amazônica, porque tem mais rodovias na região Amazônica e não se pode nem cogitar e nem nós cogitamos, em hipótese alguma, de que nós não vamos fazer o licenciamento absolutamente regular. Aliás, nós viemos agora de quatro ou cinco Audiências Públicas da 319. A região Amazônica não está nessa emenda, porque essa emenda só trata de rodovia pavimentada e de ampliação de capacidade. Não há uma obra de ampliação de capacidade na região Amazônica. Então, terceiro ponto, nós não estamos propondo nenhuma redução de estudos ambientais. Há um absoluto equívoco. Eu acredito que não foi lida a emenda.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Me desculpe... Só para que eu possa entender adequadamente. Se já existe o acordo para aquelas atividades que não são de impacto ambiental, que foi na portaria. Eu lembro, inclusive, que, à época, queriam incluir todas as rodovias, inclusive a 319. E eu, juntamente com a minha equipe, identificamos que havia ali um cavalo de Tróia, e propusemos que saísse. E foi uma discussão muito intensa na época, mas teve o acolhimento, devo reconhecer que tivemos um avanço ali significativo e ficou as que V. Exa. acaba de mencionar. Agora, se já está contemplado na portaria, por que é preciso entrar como Medida Provisória?

SR. HIDERALDO LUIZ CARON: Só, por favor, só para concluir...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Vamos deixar o Hideraldo concluir e depois a gente passa.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): É porque, como eram os cinco minutos e eu acho que o Governo está com bastante gente, tem até um certo desequilíbrio aí. Ainda bem que V. Exa., como democrata, acolheu o aditamento do requerimento, eu já estou querendo esclarecimento para poder entender--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Mas o Governo não é tão unitário assim, não é...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não é que não é unitário. Talvez esteja precisando integrar mais a questão ambiental no planejamento de outros setores.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Então, com a palavra o Hideraldo.

SR. HIDERALDO LUIZ CARON: Decorrente o acordo entre o Ministério dos Transportes e Ministério do Meio Ambiente, à época da Ministra Marina Silva, o DNIT ficou de fazer, além de todos os estudos ambientais e o licenciamento de todas as obras que não haviam sido feitas antes, ficou de fazer exatamente o levantamento dos passivos ambientais da construção das rodovias desde o seu início, gente. Nós assumimos um compromisso de fazer levantamento de passivos de 40, 50 anos atrás e fizemos e entregamos ao IBAMA o nosso levantamento, André, está lá no IBAMA, disponível para ser analisado, o trabalho--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Me desculpe, Presidente, mas o levantamento do passivo...

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Depois que o Diretor Hideraldo acabar, a Ministra Marina vai falar.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Porque fica parecendo que o dever de casa foi feito e o levantamento do passivo não era só para termos uma obra literária nas gavetas do IBAMA. Era para que providências fossem tomadas. Quais as providências tomadas no Ministério do transporte para que o passivo fosse resolvido? Essa é a questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Senadora, então vamos combinar aqui o seguinte: Nós temos a figura do art. 14. Então, se V. Exa for citada novamente, ou se sentir citada, quando ele acabar de se pronunciar V. Exa pede a palavra pelo art. 14. Então, com a palavra...

SR. HIDERALDO LUIZ CARON: Nós fizemos. Nós fizemos duas coisas importantíssimas: a primeira, o levantamento de todo o passivo ambiental da construção das rodovias no Brasil, ou seja, num único período de Governo nós estamos tomando providências sobre pelo menos 10 ou 12 Governos anteriores. É um esforço enorme que está sendo feito dentro do DNIT para regularizar essa situação nesse tempo. E construímos, junto com o IBAMA, a partir desse levantamento, um sistema de avaliação desses passivos que é o SAGARF, que foi tanto o primeiro levantamento quanto o segundo foram desenvolvidos pelo CENTRAN, que é um centro de Excelência do Exército Brasileiro que foi, então, entregue para o IBAMA.

Por último, a proposição desta emenda, ela contém a manutenção de todos os estudos ambientais que existem na Legislação. Nós não estamos propondo a supressão de nenhum estudo, absolutamente nenhum. O EIA/RIMA será feito para todas as rodovias que o IBAMA julgar que deva ser feito o EIA/RIMA. A única coisa absolutamente diferente, a única diferença em relação ao procedimento que está sendo colocado, é de que nas rodovias já pavimentadas em que nós vamos construir, por exemplo, uma terceira faixa, por exemplo, vamos pavimentar o acostamento e fazer uma multivia, ou seja, duas vias para um lado e dias vias para o outro, nas rodovias já existentes, que nós vamos duplicar a rodovia, fazer outra do lado da existente dentro da faixa de domínio, ou seja, entre cercas já desapropriadas, já pertencentes à União, nestes casos nós não estamos dizendo que não vai ter EIA/RIMA, nós estamos dizendo o seguinte: que nós vamos fazer o EIA/RIMA como determina, mas queremos que o período da Licença Prévia seja ultrapassado e vá direto para Licença de Instalação. Não há supressão de nenhum estudo, de nenhum levantamento, de absolutamente nenhuma condicionante do ponto de vista ambiental, há apenas a concessão da Licença Prévia nesses casos, o que permitirá ao Departamento continuar os seus procedimentos em relação àquela obra, mas não executá-la. Não executá-la. Em hipótese alguma o Departamento poderá executar uma obra sem o licenciamento, sem a LI, isto é impossível pela Legislação e não está na nossa proposta de emenda, pelo contrário, nós estamos dizendo lá que a obra só será executada após a concessão da licença com todo o rigor que o IBAMA determinar para a sua concessão e todos os programas ambientais definidas no EIA/RIMA.

Vou dar dois exemplos aqui, Senador, só para encerrar. Na duplicação da BR-101, no Sul, nós temos 23 programas ambientais em andamento. Na duplicação da BR-101, Nordeste, nós temos 26 programas ambientais em andamento. No modelo que nós estamos propondo, seriam os mesmos programas e teria o mesmo procedimento, apenas que eles seriam exigidos na hora da LI e não na hora da LP. O licenciamento seria rigorosamente o mesmo. Nós estamos apenas propondo ultrapassar Licença Prévia nos casos específicos descritos na emenda e não nessa gama imensa de rodovias que está tentando se apresentar como fazendo parte da emenda, o que não é correto e não é verdadeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Muito obrigado, Hideraldo. E eu vou conceder aqui ao Presidente do IBAMA, um minuto, pediu meio minuto, concedido.

SR. ROBERTO MESSIAS FRANCO: Pedi meio minuto, Sr. Senador, Sr. Presidente, Sr. Senador, é porque o Dr. Hideraldo disse que não tem nenhuma licença, eu como tenho uma lista aqui com várias licenças de instalação, renovações emitidas e tal, co-

tejar com ele depois, para mostrar que tem algumas a ser concedidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Também um minuto para o André.

DR. ANDRÉ LIMA: Só um esclarecimento, porque eu estou entendendo aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): A sua palavra provocou...

DR. ANDRÉ LIMA: Estou entendendo, então, que nós não estamos falando do mesmo tema, porque eu estou lendo aqui o texto. Posso estar equivocado, posso estar com o texto errado, mas o texto diz o seguinte: "*As obras...*". No art. 10, § 5º, modificando o art. 10, a lei 6938, que é a Lei de Política Nacional de Meio Ambiente. "*As obras rodoviárias de pavimentação, melhoramentos, adequação e ampliação de capacidade a serem executadas no âmbito das faixas de domínio de rodovias federais existentes por terem estas a destinação vinculada a lei e constarem do Plano Nacional de Viação, ficam dispensadas de licenciamento ambiental prévio*". Aí eu fui olhar na lei do Plano Nacional de Viação, então, aquelas rodovias que eu listei ali pode até que ser que tenha mais, mas aquelas aí que eu listei, com certeza, porque elas estão lá num artigo da lei, que é a lei, cinco mil... Se não me engano, 5917 de 73. Então, está aqui. Se o nosso amigo do DNIT, como o Diretor do DNIT diz que não está, não é o que está na lei. É importante, então, que a emenda seja melhor tratada--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Então, vamos lá, vamos lá--

DR. ANDRÉ LIMA: Senador, só um último. Em relação ao decurso de prazo, a mesma coisa. § 7º: decorrido o prazo mencionado no § 6º e cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão licenciador... Inclusive, eu levantei a incongruência, fica autorizado o início das obras, decorrido o prazo mencionado, se o órgão não se manifestar, fica autorizada o início das obras? Aqui essa redação é ambígua e nós não podemos ser ambíguos num tema dessa relevância. Isso tem que ficar muito claro. Aqui, pelo que está dito aqui é--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Muito obrigado. Vamos dar, então, seqüência a nossa ordem de inscrição. Eu vou fazer só um comentário, sou autor do requerimento, mas vou questionar posteriormente depois que vocês fizerem o questionamento de vocês. Mas, de fato, sim, pelo menos há a ambiguidade, ou há objetivos distintos daquilo que a redação está dizendo. Eu prestei muita atenção na palavra do Hideraldo, do Miguel e algumas coisas colocadas como não presentes na proposta aprovada na Câmara, não condiz com o texto que foi aprovado efetivamente. Então, tem ambiguidades, de fato, colocados naquilo que foi aprovado na redação da Câmara dos Deputados. Mas depois eu vou entrar mais no debate sobre esse tema. Primeiro vamos ouvir os parlamentares. Três minutos está bom? Para cada parlamentar? Primeiro parlamentar inscrito, Senador Jefferson Praia. Podíamos ouvir, talvez, todo mundo, depois a gente...

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Isso. Sr. Presidente, eu vou ser breve. Quero parabenizar a todos. Eu acho que essa audiência está sendo muito importante. Veja bem, primeiro colocarei rapidamente o que eu penso. Nós estamos aqui dentro de um contexto de conciliar crescimento econômico com a questão ambiental. Não dá para não termos estradas, não dá para as estradas que já estão abertas nós não asfaltarmos, nós temos que buscar o melhor caminho para resolvermos essa questão.

Agora, que problemas nós percebemos? E eu quero falar isso para tratarmos essa questão daqui para frente. Primeiro eu vejo claramente o nosso país, infelizmente não tem um planejamento a médio e longo prazo. Se tivéssemos um planejamento, talvez muitos dos problemas poderiam ser resolvidos. Segundo observo órgãos desestruturados, órgãos que precisam ser mais bem estruturados, que precisam capacitar melhor os seus funcionários para se tornarem mais ágeis. Eu gostaria de também colocar, se for uma colocação errônea me corrijam, por favor, mas eu vejo aqui duas instituições do Governo, vocês em nenhum momento conversaram em relação a essa Medida Provisória? Como é que o Governo apresenta uma Medida Provisória, sem, no mínimo, conversar com instituições como as de vocês, que fazem--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É uma emenda à Medida Provisória.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Pois é, é uma emenda à Medida Provisória, mas eu vejo posições divergentes. É o Governo trabalhando. Então, tem que haver, na minha avaliação, tem que haver essa conversa e buscar o entendimento. Não é, vejam bem, não é questão aí de oposição ou situação. É questão de Governo. São dois órgãos governamentais que precisam se entender. Esse é meu encaminhamento. Agora, a minha observação, e aí acho que temos que trabalhar, Sr. Presidente, no que podemos avançar. O que, na verdade, André, você fez excelentes observações, todos aqui fizeram excelentes observações. Por exemplo, não dá para asfaltar para a gente intensificar o desmatamento, concordo plenamente. Eu não quero asfalto e que isso provoque desmatamento na Amazônia, eu sou do Estado do Amazonas. Mas eu

quero asfalto. Eu não posso também dizer: "*Essa rodovia está aberta, ela não vai ter asfalto nunca mais, nós vamos deixar a floresta crescer novamente*". Não, nós vamos ter que enfrentar esse problema e buscando pontos convergentes e aí eu pergunto, portanto ao Dr. Roberto Messias: Aonde podemos avançar? Sendo mais objetivo. Em que podemos avançar? Dr. Miguel, em que podemos avançar dentro do contexto do entendimento e Dr. Hideraldo e também o nosso companheiro Dr. André Lima, em que podemos avançar, porque nós vamos ter que enfrentar essa questão. Queiramos ou não, essa medida vai avançar. Agora, ela tem que avançar dentro do contexto de conciliarmos crescimento econômico com relevância da questão ambiental. Essa é a minha posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Obrigado, Senador Jefferson Praia. Com a palavra o Senador César Borges por até três minutos, se possível.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Srs. palestrantes. Sr. Presidente, esse dilema, como disse o Senador Jefferson Praia, é um dilema que hoje a nação brasileira vive. Nós não queremos, de forma nenhuma, colocar em risco o Meio Ambiente brasileiro, mas também não podemos impedir, tomando os devidos cuidados, que se avance pelo Desenvolvimento Econômico Social e para isso é necessário infraestrutura e o país tem pressa. O país tem pressa. Aqui eu assisti um debate extremamente proveitoso para todos nós, onde eu quero destacar, principalmente, a apresentação do Presidente do IBAMA, porque ele teve aqui a coragem de colocar as deficiências do seu órgão. As deficiências do IBAMA a nível de pessoal, de quantidade de pessoal para fazer análise, e, inclusive, a questão qualitativa também dos analistas de Meio Ambiente.

Então, eu acho que o IBAMA, que tem uma responsabilidade tão grande na Legislação Ambiental, ele precisa ser mais instrumentalizado pelo Governo para atender rapidamente as demandas da sociedade. O que existe, lamentavelmente, e aí, sim, há a reclamação de diversos setores que tratam de atender à sociedade com infraestrutura necessária ao Desenvolvimento Econômico e Social, que é fundamental para a vida das pessoas que estão neste país, é que o IBAMA pudesse responder com agilidade, com eficácia, rapidamente às demandas da sociedade. Lamentavelmente isso não acontece. Eu vi o Dr. André Lima falar, por exemplo, de desmatamento, o desmatamento que ele fala não é o desmatamento da pavimentação da faixa de domínio para implantar a estrada, ele fala do impacto na região, em função da estrada. Ora, você não pode deixar de fazer a estrada porque poderá ter um impacto na região. Essa fiscalização para que não haja esse desmatamento desordenado é uma obrigação do IBAMA. É uma obrigação do IBAMA.

Então, o que eu sinto, hoje, nos diversos órgãos responsáveis pela infraestrutura do país, é essa angústia. É preciso executar coisas importantes, que as populações de todo o país exigem, seja no setor elétrico, energia, que é fundamental para o desenvolvimento da sociedade, na aprovação rápida, e o IBAMA lamentavelmente, por essa deficiência estrutural do órgão, termina ou faz um coeficiente de segurança excessivo, ou não faz a liberação no tempo hábil, Sr. Presidente. Então, eu acho que o DNIT o que faz aqui é dar uma colaboração extremamente relevante porque não está se tratando de dispensar aqui, o Dr. Hideraldo, o Dr. Miguel de Souza colocaram com muita precisão. É só a Licença Prévia. É só a Licença Prévia. Não se mexe com a Licença de Operação, muito menos com a Licença de Instalação. A Licença Prévia se vai apenas agilizar esse processo, o EIA/RIMA será feito, todo o impacto será verificado. Não está se abrindo porta nenhuma para se colocar em risco o Meio Ambiente brasileiro.

Então, eu quero, nessa posição aqui, defender de que... Claro que se aproveitou uma oportunidade de uma Medida Provisória para se deslanchar programas importantíssimos dentro da faixa de domínio, veja bem, uma faixa de domínio que já foi delimitada, que já foi antropizada, já está utilizada e que não sofrerá nenhum dano ambiental além do que já aconteceu no passado e que, de certa forma, já foi de alguma maneira ou deverá ser compensado. Mas é dentro da faixa de domínio que vai acontecer essa intervenção. Sr. Presidente, é essa a minha posição--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Muito obrigado.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --E espero que o IBAMA possa atender essas demandas da sociedade, que não pode ficar de braços cruzados, se o IBAMA tem deficiência estrutural.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Muito obrigado, Senador César Borges. Só informando aos presentes. Senador Eliseu Resende, é o relator desta matéria. Então, ele terá um papel importante, porque se nós tivermos que aperfeiçoar aquilo que foi aprovado na Câmara, ele terá que ser convencido deste aperfeiçoamento, dessa exclusão, desses acréscimos. Então, o Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu quero informar a V. Exa, senhor Presidente, aos demais que eu estava até agora acompanhando as exposições e os debates pela televisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Muito obrigado, Senador. Com a palavra a Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Bem, Sr. Presidente, eu confesso que da leitura da Medida Provisória depreendi exatamente que nós temos um problema. Porque à medida que você estabelece prazo para Licença Prévia, você está prejudicando as fases subsequentes do processo à medida em que, se ela entra por decurso de prazo, a Licença de Instalação e de Operação será, digamos assim, consequentemente prejudicada em função de algo que foi feito sem a devida análise.

Eu acho que sempre que se coloca na Mesa a questão da necessidade do crescimento, vem sempre a tentativa de colocar isso em oposição aos cuidados ambientais. Ninguém diz que o planejamento de uma estrada, a feitura de uma hidroelétrica deve os projetos começarem a ser executados por decurso de prazo. Independentemente dos técnicos terem resolvido os problemas de engenharia, de estrutura, do que for, ninguém propõe isso e não propõe com justa razão, porque as pessoas não são loucas para propor uma barragem, ou uma estrada sem que se tenha todo o planejamento estabelecido. Quando se refere a Meio Ambiente, as pessoas, por acharem que isso não é relevante, e que se tiver ótimo, se não tiver também, tanto faz, então, entra a ideia do decurso de prazo, prejudicando todo o processo.

Eu acho que o representante do IBAMA aqui, o Dr. Roberto Messias, ele colocou algumas dificuldades. Mas eu acho que as dificuldades vem sendo superadas significativamente. Mas tem uma que não vem sendo superada, que é muitas vezes protocolar o pedido de licença sem ter os estudos de viabilidade técnica e depois fazer as cobranças como se tudo tivesse perfeito e que o IBAMA tivesse que dar a licença para algo que ainda não está devidamente cumprido. Isso eu posso citar, no setor elétrico com muita tranquilidade acontece. Mas só para os senhores terem uma ideia e não ficar a ideia de que o IBAMA, só o IBAMA é que tem deficiência em termos de estrutura, se formos ver o planejamento que é feito dentro das instituições de Governo, nenhuma está perfeita. Tem muitas dificuldades e muitas coisas não são adequadamente planejadas. Em 2002, Sr. Presidente, eram 139 licenças. 2001, 140 licenças, a média. 2002, 208 licenças. 2003, 222 licenças, já no início da minha gestão. 2004, 239 licenças. 2005, 294 licenças. 2006, 310 licenças. 2007, 374 licenças. 2008, já tivemos 477 licenças. Então, o órgão ambiental tem que ser aperfeiçoado com concurso, com criação de--

[interrupção de áudio]

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): --De hidroelétrica, de rodovias, de prospecção de petróleo e gás, uma série de aperfeiçoamentos têm sido feitos para que não fique a conta sempre no setor ambiental como se tenta colocar. E foi exatamente por isso que se fez concurso público adicionando mais de dois mil novos servidores com prioridade na destinação desses servidores para o setor de licenciamento ambiental, para atender a demanda legítima do país de crescimento e de desenvolvimento. Agora, quem disse que isso tem que acontecer sempre em prejuízo da questão ambiental. Não é isso que está colocando aqui, e no meu entendimento a Medida Provisória ela tem, sim, esse entendimento. Foi um cavalo de Troia numa outra Medida Provisória que era para a história dos fundos soberanos, isso não foi discutido adequadamente, pelas reações do Ministro Carlos Minc, parece que ele não foi consultado. A emenda, foi, sim, apresentada pelo Deputado Guimarães, com o aval do líder Vaccarezza, de sorte que o estranhamento aqui apresentado tem justa razão pelo Deputado Praia. Eu, inclusive, tenho total estranhamento em relação a isso tudo. Mas conhecedora das dinâmicas, muitas vezes, açodadas de tentar resolver as coisas pelos atalhos, nós estamos diante de algo que, no meu entendimento, é muito preocupante.

E a pergunta que faço ao Dr. Messias é se de fato esse quadro dramático de que não tem licença nenhuma sendo dada desde a portaria de 2004 se confere, até porque a portaria que foi assinada entre os dois Ministérios, inicialmente, ela tinha, sim, esse viés que nós agora estamos criticando, foi corrigido por sugestão do Ministério do Meio Ambiente e os levantamentos feitos do passivos não é para ser uma constatação do problema, é para haver um encaminhamento de recuperação do passivo e não simplesmente que o IBAMA agora tem consciência do quanto, ao longo de todos esses anos nós causamos impactos ambientais ao longo das rodovias, que é em torno de 50 quilômetros para cada lado. A BR-163 que foi feito com 22 Ministérios, um trabalho sério para toda a abrangência da BR, o plano de desenvolvimento sustentável. O pedido de licença de instalação só foi feito um ano depois da Licença Prévia e a estrada não entrou como prioridade nas obras do PAC. Isso poderia ser dito aqui. Porque todo aquele esforço que foi feito, só um ano depois é que foi feito o pedido de licença pelo órgão, já que a estrada já ia ser feita sem o levantamento com consórcio, com Prefeitura, com Governos e que só o anúncio da pavimentação da estrada aumentou o desmatamento em 500%? As medidas tomadas levou a uma redução de 91% porque ali criamos unidade de conservação, criou-se terra indígena, se fez um planejamento. E de-

pois do planejamento acabou a urgência da estrada. Nem mais na obra do PAC entrou.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Senadora Marina, com a palavra o Senador João Ribeiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela hierarquia, não é?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Pela idade.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Depois dos 51 eu já não me importo mais.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): É eu e ele, Senadora. Não é com V. Exa., não. Não é na minha frente, Senador, mas é porque...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu estou inscrito em quarto lugar, mas eu cedo a V. Exa...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Então se for assim, Sr. Senador, eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): É o senhor, pode falar.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): É porque ele chegou depois de mim. Mas Sr. Presidente e Srs. Diretores dos órgãos do Governo Federal, do DNIT. Eu observei bem a explanação de cada um dos que apresentaram a sua versão sobre o que nós estamos discutindo, essa emenda à Medida Provisória e eu observo o seguinte: Primeiro, nesse país, é preciso, sim, ter prazo para os órgãos resolverem essas questões. Isso deveria ser não apenas com o IBAMA, mas com outros órgãos. Lamentavelmente isso não tem acontecido. Então, essa questão do prazo, eu sou daqueles que acho que é preciso, sim, ter um prazo. Agora, é preciso também que o órgão apresente os dados que forem solicitados também, que ele tenha prazo para apresentar os dados. Eu não estou querendo dizer com isso que o órgão apresenta um documento. Ontem mesmo, eu discuti isso em Palmas, na Caixa Econômica Federal, com o Superintendente da Caixa do nosso Estado, com Prefeitos, e ele colocou uma coisa muito interessante, ele disse: "*Eu, com 12 dias, como Superintendente da Caixa Econômica, estarei autorizando qualquer obra que o Prefeito der entrada na documentação exigida por lei e que estiverem corretos os documentos apresentados. Ponto. A partir daí, eu em 12 dias entrego. Se o funcionário não resolver eu vou contratar mais, vou trocar de... vou mudar minha equipe, mas eu resolvo*".

Então, acho que isso é importante, Dr. Hideraldo, que isso seja colocado, para a gente não ser injusto com ninguém. Agora, é preciso disciplinar sim, é preciso ter prazo para tudo o que se faz, sobretudo os órgãos públicos. Senão uma licença ambiental, com todo o respeito que nós temos pelo Presidente do IBAMA, pelo órgão que presta um grande serviço para o país, daqui a pouco uma licença pode demorar um ano ou dois anos para ser autorizada uma Licença Prévia para uma obra que já está executada, sobretudo, nas Rodovias que já têm a sua faixa de domínio. E aí nós temos que esperar até quando isso? O país pode esperar? As estradas estão arrebentadas, nós precisamos resolver o problema de duplicação das estradas. Se a gente for aqui falar da Amazônia, a BR-153 está arrebentada. Nós vamos agora começar uma operação tapa-buraco. Quando eu digo nós, os órgãos do Governo e a gente como faz parte da base, coloca dessa forma.

Então, é preciso que haja agilidade, essa é a questão que está em jogo. Acho que essa emenda foi colocada, o motivo principal da apresentação dessa emenda é exatamente para que seja agilizado o processo de licenciamento e essa questão da Licença Prévia...

[interrupção de áudio]

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, pelos representantes do DNIT, os dois diretores que aqui colocaram exatamente preservando as demais fases do processo. Portanto, eu não vejo nenhuma forma de se prejudicar ou de se criar um cavalo de batalha realmente nessa questão dessa emenda aqui apresentada. Eu fico com a emenda apresentada, acho que a emenda é boa, agiliza. Agora, preservando e considerando aquilo que o Presidente do IBAMA colocou. Tem dificuldades? Todos os órgãos têm, nós sabemos disso. Então, é preciso respeitar a questão da apresentação e da documentação apresentada daquilo que é exigido. Sr. Presidente, era isso. Passei um pouquinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Não, está bom, Senador João Ribeiro, sua contribuição é sempre muito valiosa. Eu quero passar a palavra ao Senador Expedito Júnior, depois ao Senador Wellington Salgado, depois ao Senador Flexa Ribeiro. E, lógico que não tem nenhum prazo, mas como nós estamos com o estômago apertando, vamos pedir para, se puder, ficar dentro dos três minutos eu agradeço. Senador.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Senador Renato Casagrande, primeiro eu gostaria de cumprimentar a todos e acho que o Governo, acho que não está em sintonia. Eu não vou dizer aqui sobre a questão da deficiência do IBAMA, porque foi o próprio Dr. Roberto quem disse e que nos colocou aqui com clareza da deficiência do IBAMA. Agora, tem questões aqui que eu tenho que levantar, por exemplo, como é que eu posso e como é que eu consigo colocar na cabeça do

cidadão lá da região Amazônica, da BR, por exemplo, 319, uma BR que já existe, eu vou dizer para eles que nós vamos reflorestar de novo aquela BR? Que nós vamos ver a floresta de novo ali passando e nós não vamos fazer a estrada? Não vamos ligar o município? Não vamos ligar a região, o Estado do Amazonas a lugar nenhum? A única alternativa que nós temos, a única alternativa que nós temos é a BR-319. É muito fácil, me perdoem os ambientalistas, mas quem mora em São Paulo, quem mora no Rio de Janeiro, é fácil dar "pitacos" e falar sobre as questões que nós temos que fazer na nossa região.

Agora, tem que morar lá para saber. Dr. Messias, mesmo, Dr. André, me perdoe, Dr. André, a colocação dele toda aqui hoje foi dizer o que não pode. Isso nós já sabemos na nossa região, o que não pode ser feito. O que nós queríamos saber lá é o que pode. É o que é que nós podemos fazer na nossa região, é o que é que nós podemos fazer na região Amazônica. Por exemplo, quando se fala da deficiência, eu não vou entrar nesse assunto, eu quero só dar um exemplo, nós temos invasões de parques ambientais no Estado de Rondônia, seja ele Estadual, seja ele Federal, que com a conivência do IBAMA, a 10, 15 anos atrás. A deficiência do órgão não conseguiu coibir, aí de repente acha que numa decisão hoje, 15, 20 anos depois, vai simplesmente tudo aquilo que aconteceu no passado, eles vão conseguir numa canetada mudar tudo isso. Veja bem, quando eu falo que até acho que o Ministro... Eu quero dar os parabéns a V. Exa., eu acho que no pronunciamento, na colocação, Dr. Roberto aqui, eu acho que o Dr. Roberto, ele tem se aproximado daquilo que é possível, acho que tem que se buscar aqui um meio termo e eu acho que nós temos que buscar um meio termo também. Nós sabemos e nós entendemos, eu não quero... Jamais vocês vão ouvir discursos do Senador Expedito dizendo que eu quero desmatamento da minha região, não, mas eu quero desenvolvimento da minha região. Eu não posso abrir mão do asfalto. Como é que eu, da minha região, vou abrir mão do asfaltamento, do desenvolvimento do progresso chegando na minha região, com esse discurso aqui, com esse discurso que por causa do asfalto vai aumentar o desmatamento? Eu não posso permitir que isso aconteça. E eu ouvi do Presidente Lula, que me perdoe, Dr. Roberto, as maiores reclamações sobre o IBAMA numa viagem daqui a Porto Velho. Eu, a Senadora Fátima Cleide e o Senador Raupp, o desconforto que foi para ele para aquela questão das licenças da Usina de Jiral e de Santo Antônio, a demora naquilo. Você imaginou, você imaginou se todas as estradas, as rodovias esburacadas, hoje do nosso país, nós vamos precisar de licença, se nós fôssemos precisar de licença ambiental do IBAMA. Não citei. E acabar as rodovias e nós não íamos ter licença. Já estão acabando e nós não vamos ter licença.

E eu vou fazer questão, para finalizar, Sr. Presidente, eu quero ler aqui a declaração, eu quero ler aqui a declaração, quando eu disse que o Governo não está em sintonia, não é nem o Governo, é o próprio Ministério. O Presidente do IBAMA, de repente, fala uma coisa e o seu Ministro fala outra. Olha o que diz aqui a declaração do Ministro Carlos Minc à agência Estado, em 09 de abril de 2009: "*O Governo está preparando os últimos detalhes de uma Medida Provisória para simplificar o processo de licenciamento ambiental de rodovias que já existem, por exemplo, asfaltar ou fazer obras de continuidade da estrada. Uma coisa é uma rodovia nova, que nós vamos sonhar, 'Ah, vamos abrir aqui uma Rodovia', outra coisa é que se tem de abrir uma nova vegetação. Uma rodovia que já existe, neste caso, vamos adotar um procedimento muito mais simplificado. É um excesso de zelo manter para as rodovias já existentes as mesmas regras de licenciamento ambiental previstas para as nossas estradas*". Pena que nem tudo que o Ministro fala ele consegue colocar no papel, principalmente o Ministro Minc. Ele muda de opinião muito rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Obrigado, Senador Expedito Júnior. Olha, eu estou precisando administrar uma situação aqui, porque o André tem uma consulta médica às duas horas da tarde. E eu tenho o Wellington, o Flexa e a Marina reinscrita. Eu vou conceder, com a permissão de vocês também dois minutos para ele para ele poder fazer algum comentário sobre aquilo que foi dito até agora, e ele vai precisar sair, ele foi convidado hoje, ele não estava programado, então, a gente tem que compreender também a situação dele. Então, a palavra, se possível por dois minutos.

DR. ANDRÉ LIMA: Muito obrigado, Senador. Realmente eu recebi esse convite ontem à noite e não tive como cancelar essa consulta, senão ela ia para três meses, daqui a três meses. O que eu queria... o que eu quero reforçar, acho que o Senador Expedito fez uma fala importante, é que em nenhum momento, eu já havia dito isso, acho que é importante repetir. Nós estamos dizendo aqui que as rodovias na Amazônia não devem ser pavimentadas. Então, eu estou repetindo o que eu já disse e que a minha apresentação também veio nesse sentido. O que nós estamos dizendo é que: O que é preciso é fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente, o que infelizmente poucos passos nós damos nesse sentido. Isso é o fundamental. Para quê? Para ter uma análise mais responsável sobre as propostas de pavimentação, duplicação, intensificação

ou até abertura de novas rodovias na Amazônia, isso é o fundamental. Nós não podemos, por uma falta nossa, Governo, mudar a lei e eliminar um passo fundamental que é a Licença Prévia, porque é na Licença Prévia que nós tomamos todas as cautelas para que depois nós não tenhamos--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): E por uma falta de decisão do Governo, vocês acham que vocês podem penalizar toda uma região?

DR. ANDRÉ LIMA: Eu acho que por uma falta de decisão do Governo nós não podemos mudar uma lei que é para a sociedade brasileira e para as futuras gerações. Se este Governo errou, se este Governo errou, nós não podemos consolidar um erro para toda a sociedade e as futuras gerações. Então, a lei é do país. A lei é do país. Eu preciso concluir, Senador. Então, a lei é para o país, a lei não é de Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): O senhor vai concluir. Só pedindo para que as pessoas não se manifestem, para não causarem nenhuma interferência no debate que nós estamos fazendo, porque tanto o expositor como o Senador têm todo o direito de terem a opinião assim que acharem mais adequada. O que a gente pede aqui na Comissão é que não haja manifestação para não interferir no debate. Pois não, André.

DR. ANDRÉ LIMA: E só concluindo, Senador, então eu respeito muito a sua opinião. Eu, inclusive, estou como Consultor do Governo do Amazonas para o Plano Estadual de Combate ao Desmatamento, e esse é um tema sério colocado no âmbito do plano do Governo do Estado do Amazonas. E a minha preocupação é no sentido de garantir que a lei estabeleça os mecanismos para que isso seja feito. Nós precisamos fortalecer o Sistema de Meio Ambiente, os sistemas estaduais, inclusive, que são muito precários e essa Medida Provisória, ela delega aos órgãos estaduais esse licenciamento, quem conhece os sistemas estaduais sabem que existe. Eles estão aquém... eles estão aquém, talvez o da Bahia, há algumas exceções, o senhor tem razão, há algumas exceções, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul. Mas a realidade Amazônica infelizmente é outra. Nós estamos falando aqui especificamente da Amazônica. Concluindo, Senador. A Medida Provisória não deixa claro se ela se aplica ou não a rodovias previstas na lei mas ainda não implementadas.

Então, todo aquele rol de rodovias na Amazônia Brasileira, que, hoje, estão em situações muito diferenciadas de implementação, não está claro se ela dispensa, ou não, Licença Prévia. E o que nós estamos afirmando aqui é que a dispensa da Licença Prévia e consequentemente da previsão de medidas mitigadoras dentro do princípio da precaução, vai por água abaixo o Plano Nacional de Mudanças Climáticas que prevê a redução da taxa de desmatamento na Amazônia para uma taxa 80% inferior à atual, para daqui a 15 anos. Esse é o ponto mais grave, esse é um tema gravíssimo, mais grave do que a modificação do Código Florestal Brasileiro que a sociedade já se pronunciou, inclusive via pesquisas, contrariamente. Mas nós estamos à disposição para auxiliar na tentativa de uma formulação que contemple essas preocupações, porque nós também concordamos que obviamente estradas já existentes, e hoje viáveis e que vêm operando, não as estradas abandonadas, elas precisam ser melhoradas, elas precisam ser consolidadas. Com isso eu agradeço a sua atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Obrigado, André. Obrigado pela sua participação. Fique a vontade a hora que você precisar se ausentar. Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, eu cheguei após a explanação, porque, aqui, nós temos várias atividades, V. Exa. sabe muito bem nossa situação como Senador. Mas eu ouvi a explanação dos outros Senadores que estavam aqui presentes e consegui pegar o raciocínio lógico. Ouvi também a Senadora Marina, porque em termos de Meio Ambiente eu acho que ela é a pessoa que mais defende essa bandeira dentro do Senado Federal. Então, é muito bom sempre ouvi-la para você poder formar opinião.

Agora, o que nós não podemos perder é a inteligência. O que é importante para um país? Nós não podemos achar que, ao pavimentar uma estrada, ou tiver que aumentar uma estrada nós vamos ter que começar tudo de novo, ver se aquela estrada é viável, fazer um estudo. Nós não podemos fazer isso. Há muito tempo que eu ouvi uma palestra onde o Brasil ele tem que definir qual é o caminho, ou ele vai...

Hoje, o Brasil está no meio, não domina a tecnologia nem tem mão-de-obra barata. E, ao longo da sua história, ele vai ter que definir para onde ele vai. Ou ele vai participar do grupo que domina a tecnologia ou ele vai fazer como a Índia, ter mão-de-obra barata. Esse é o caminho do país, no meio ele não vai conseguir ficar. E isso envolve o quê? Envolve tudo. Tecnologia, asfalto, poder ligar as cidades serem ligadas. Tudo isso é desenvolvimento com objetivo. Eu sou um homem urbano, tenho um medo de cobra danado, entendeu? Até participo de... Vou a algumas fazendas e tudo mais, agora comecei a participar e ouvi tudo o que está acontecendo com relação ao Meio Ambiente, Presidente. Esse negócio... Eu estava vendo, eu estive

lá agora em Uberaba, estava com uma pessoa que é do Acre, ele falou para mim: "*Senador, eu fui para o Acre...*" É o Estado de V. Exa. "*Eu fui para o Acre, quando eu fui para lá, eu tinha uma terra e falava o seguinte. Você para ter o título da terra...*" Se eu estiver errado, V. Exa. me corrija, que já está bem concentrado. Ele falou para mim, ele falou o seguinte: "*Eu fui para lá, se eu desmatasse 50% me davam o título. Eu fui para lá e desmatei 50%, agora vem dizendo o seguinte, que eu sou criminoso porque eu desmatei 50%, eu tenho que plantar 30*".

Então, essas questões, a gente tem que chegar a um acordo, entendeu, Senadora Marina? Qual é o caminho que nós precisamos. Agora, vir aqui discutir que nós vamos ter novo licenciamento para asfaltar estrada que já existe, que está com buraco, que está atrasando o progresso, perdemos... O restante da defesa do IBAMA eu sou a favor, temos que ver como é que o IBAMA vai estar fortalecido, que eu acho que está bem fortalecido, pode não estar bem estruturado ainda, como V. Exa. colocou, mas fortalecido está. E a Senadora Marina é uma ex-Ministra, é uma voz atuante aqui dentro. Pode não ser a maioria, mas luta, pode ser que um dia será.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro, claro. Estou dizendo o seguinte: pode ser que, daqui um tempo, ela seja maioria. Agora, quando eu comecei a ver, Presidente, também só para aproveitar, a quantidade de terras que nós podemos trabalhar, comparadas com todos que têm, que não pode ficar de reserva... Não é possível, não sei para onde nós vamos. Sobrou parece que 27% do país para alimentar todo mundo. Comida não cresce em gôndola de supermercado, não. Comida cresce lá com quem planta. Nós não estamos podendo fazer isso e do jeito que está indo...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): E temos terras ociosas, ainda.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Do jeito que está indo, eu não sei. Sinceramente, quando eu comecei a estudar o assunto, eu estou cada dia mais... Não é possível que esteja acontecendo, estamos perdendo a racionalidade. E racionalidade nós não podemos perder, temos que saber o que é importante para o país. Se é fortalecer, Presidente, o órgão do IBAMA ou se é ver qual o caminho para o país ser um país do grupo dos países desenvolvidos. Essa é a minha posição. E eu, sinceramente, na posição que está vou votar a favor desse chamado cavalo de Troia, dito aqui pela Senadora Marina.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Presente de grego, se é um cavalo de Troia, tem um presente de grego. Flexa Ribeiro com a palavra, se possível dentro dos três minutos, é lógico, sabendo que é muito difícil atendimento a esse pleito meu, mas se possível em três minutos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., eu vou economizar os 20 segundos que V. Exa. gastou para poder orientar. Presidente Renato Casagrande, Diretores do DNIT, Presidente do IBAMA, Srs. Senadores, Sra. Senadora.

Eu, lamentavelmente, Presidente Casagrande, não tive a oportunidade de ouvir as exposições. Eu estava numa reunião da CAE na Subcomissão da crise e tinha que estar lá, que tinha alguns questionamentos a fazer e tinha que estar aqui também. Então, eu tentei me dividir, estou chegando no final mais a tempo de poder fazer o questionamento e pedir a V. Exa. que, se possível, seja distribuídas as exposições dos nossos convidados. Dr. Roberto, prazer em conhecê-lo. Uma satisfação. Eu quero fazer duas lamentações. A primeira a sua ausência na reunião de quinta-feira da Comissão de Infraestrutura, ausência sua e do Presidente da FUNAI, o meu amigo Márcio Meira. E que ficou lá uma Audiência Pública, Senador Casagrande, sem nenhum objetivo, porque era para ter o contraponto e não tivemos, daí termos até apresentado o requerimento, quero agradecer a V. Exa., que falei com V. Exa. na quinta-feira de que pudéssemos fazer em conjunto com a coisa... E outro lamento que eu queria fazer é que eu solicitei a V. Exa. há mais de dois meses, uma Audiência pelo gabinete. Não tive nem a delicadeza de ter a resposta negativa da Audiência, acho que a agenda de V. Exa. deve estar muito lotada para poder atender um Senador da República. Mas continuo aguardando, eu sou paciente, eu sou paciente. Eu vou continuar aguardando e espero que V. Exa. até o final do mandato do Presidente Lula possa agendar essa Audiência solicitada.

Com relação ao mérito da Audiência Pública, aqui na Comissão de Meio Ambiente, eu quero dizer que o que já disse lá na Comissão de Infraestrutura. Vou votar favorável à Medida Provisória 452. Senadora Marina, com todo o respeito e admiração, dizia ela, que tenho por ela, ela não sabia que ela tinha dito que era um presente de grego, um cavalo de Troia, só que esse é o do bem. Já tivemos a Medida Provisória do bem, então esse cavalo de Troia, o que tem no seu bojo é algo que vem para o bem. Então, não há como, Dr. Roberto, não há como, não como nós não fazermos aquilo que a Ministra Marina defende, que é

desenvolver preservando e preservar desenvolvendo. Não é assim, Ministra Marina? V. Exa. me deu essa lição já várias vezes e ultimamente na audiência sobre APPs lá no Plenário.

Então, a Amazônia não pode ser considerada um santuário. Não precisamos. E aí eu quero reafirmar, Senador Casagrande, não há necessidade de se derrubar uma única árvore na Amazônia mais. Uma única árvore. Há, sim, como disse o Senador Wellington, usar a tecnologia, usar a inteligência e o bom senso para que nós possamos utilizar aquelas áreas já abertas, que são mais do que suficientes para atender a produção de grãos, para atender a pecuária, para atender a necessidade de geração de alimentos para o mundo. Agora, vamos respeitar o zoneamento econômico ecológico. Vamos fazer com que os Estados da Amazônia façam o seu zoneamento econômico ecológico que eles sejam respeitados pelo Governo Federal, pelo Ministério de Meio Ambiente, pelo CONAMA. Porque os estados é que sabem e que definem quais são as áreas de preservação, quais são as áreas de uso intensivo e quais são as áreas de manejo.

E aí nós não vamos mais, não queremos abrir, não queremos derrubar árvore. Agora, Dr. Roberto, asfaltar estrada já aberta e querer que se tenha o mesmo procedimento de licenciamento, como se nós fôssemos abrir uma estrada no meio da floresta virgem, aí o bom senso não nos deixa apoiar uma proposta dessa. O meu Estado, o meu povo espera há décadas, há décadas, desde a época da revolução, o asfaltamento da Transamazônica, o asfaltamento da Santarém/Cuiabá só para falar nessas duas. O Estado do Pará é o Estado que tem a menor malha Rodoviária Federal do Brasil asfaltada, a menor do Brasil, é o Estado do Pará. E onde estão os maiores conflitos.

O responsável pelo desmatamento e já está dito isso, o maior responsável pelo desmatamento no Brasil são os assentamentos do INCRA, está comprovado isso. Por quê? Em função da miséria com que são colocados aqueles brasileiros lá, o desrespeito da forma como eles são assentados porque eles têm que cortar madeira, aí vem realmente aquele mal-intencionado que vai lá com o assentado para querer dar condições dele derrubar ou derrubar por ele para ficar com a madeira. E essa madeira, entre aspas, é legalizada. Meu Estado do Pará, meu Estado do Pará há alguns anos atrás foi objeto de uma CPI aqui na questão da CPI das terras, Senadora Marina, que ficou provado o uso indevido da madeira dos PDS, tinha até lá uma placa que dizia: Optante. Optante estava no caminhão e o PT do optante era em Letras maiores e vermelha, aquele caminhão podia passar. Era essa a regra que existia na questão do tráfico de madeira ilegal.

Então, Dr. Roberto, o Senador já leu os dados que eu iria ler, declarações do Ministro Minc, eu só queria perguntar à V. Exa. se V. Exa. concorda com o que o Ministro Minc disse ao Estado de São Paulo, no dia 9 de abril. E só para concluir, Presidente, eu queria que V. Exa. me desse uma explicação. Eu tenho que responder para o meu povo do Pará. Eu posso pecar até por incompetência, mas por omissão, não. Me diga uma coisa, eu tenho um documento aqui que me diz o seguinte: "*BR-163, Mato Grosso-Pará. Divisa Mato Grosso quilômetro 0 ao quilômetro 102 na divisa com Mato Grosso-Pará. A missão da licença de instalação ali prevista para 30/04/2009, teria que ter sido semana passada, foi prorrogada para até 30/06/2009*". Primeira pergunta. Ela será concedida nessa data ou será prorrogada novamente? Aí continua aqui: "*Aguardo a apresentação de projeto incluindo trecho de voçorocas*". Voçorocas. V. Exa. sabe o que é voçoroca, não é? Não sabe?

SR. ROBERTO MESSIAS FRANCO: Eu fui professor de morfologia 30 anos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então sabe, então tudo bem. Sendo que eu tive que lá ir ver, sendo que esse problema não interfere na execução das obras. Então, por que está esperando a questão do trecho com voçoroca. E mais adiante--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria saber o que é voçoroca.

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ah, pô, eu quero me aculturar.

SR. ROBERTO MESSIAS FRANCO: O senhor me permite, Senador? É quando tem uma erosão, que faz aquele grande--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ninguém melhor do que V.Sa. para dar uma aula de voçoroca para o Senador Wellington, que ele já tem uma voçoroca no cabelo.

SR. ROBERTO MESSIAS FRANCO: No caso tenho eu, que não falta cabelo, então tem aquela... Mas Senador, é o seguinte, Senador Wellington, Senador Flexa... Sem a brincadeira, normal, quando tem uma erosão ao longo de uma vertente, primeiramente quando se tira a vegetação tem uma ravina, que a água vai se aprofundando, depois essa água vai erodindo, erodindo, a erosão então vai tomar as áreas laterais a ela. Então, vai caindo aquele grande desbarrancamento e forma aqueles grandes buracos, aquelas grandes erosões, aquelas chagas na natureza que são as voçorocas. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Com palavra, então, a Senadora--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só concluindo aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Então, vamos, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ele tem uma voçoroca no meio aqui da cabeça, tem uma voçoroca--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não é voçoroca, não. V. Exa. não sabia o que era voçoroca.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A última pergunta que eu queria fazer à V. Exa., V. Sa., Dr. Roberto, eu não vou perguntar para os representantes, que nem eu fiz na... E eu sei da posição deles. Na questão mais grave ainda, eu tenho várias coisas da 163 aqui, tudo adiado. Tudo adiado. É para hoje, vira para amanhã, para depois de amanhã, ou seja, eu... Ministra Marina, eu tive uma reunião com uma grande autoridade do Governo na área ambiental, agora, recentemente. E essa pessoa, não vou citar o nome, essa pessoa me disse que a condição, que a condição de dar a licença de asfaltamento para a BR-163 seria de engessamento da região. Palavras dele. Mas aí nós vamos a Transamazônica. Nós vamos a Transamazônica: Altamira, Medicilândia, Marabá, Rurópolis. Há três anos o DNIT aguarda o IBAMA emitir a licença para coleta de fauna, para que possa realizar os estudos e apresentá-los ao IBAMA, com vistas à emissão da LI, já foram solicitadas sete complementações à metodologia apresentada pelo DNIT. Isso é verdadeiro, Dr. Roberto? Esse absurdo é verdadeiro? Há três anos o DNIT aguarda uma licença para coleta de fauna. Senador Casagrande, não é para asfaltar estrada não, é para fazer coleta de fauna e o IBAMA não libera essa licença, absurdo maior do que esse não precisa nem dar continuidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, eu vou falar agora muito rapidamente, mas me reservo a outra oportunidade se assim o desejar. Primeiro, talvez, aqui tivéssemos que ter duas perguntas, duas perguntas. Uma, aqui corretamente V. Exa. fez ao Presidente do IBAMA e a outra, por que a metodologia apresentada não está correta. Porque nós temos sempre dois pesos e duas medidas. Se o IBAMA não respondeu e questionou a metodologia, pelo que eu pude depreender das palavras de V. Exa., não poderia ter também um questionamento? Será que a metodologia está certa? Será que esse questionamento é um questionamento...? Exatamente, mas V. Exa., já de antemão, parte do pressuposto de que o DNIT está perfeitamente correto e de que o erro está apenas no IBAMA, ou seja, a velha frase: "*do rio que tudo arrasta se diz violento, porém não se diz o mesmo das margens que às vezes o oprime*". E eu vi que V. Exa. também ficou muito frustrado com o não comparecimento, que eu acho que uma vez convidado, ou você vem ou justifica uma razão porque não veio. Mas eu sinto assim, que V. Exa. tinha prego, tinha cruz, tinha tudo, mas faltou os dois para crucificar, e isso já de fato gerou uma frustração. Naquele dia, naquele dia. Porque quando se coloca o questionamento para o IBAMA, a FUNAI, é sempre eles que não estão colocando corretamente, adequadamente, as questões. Mas possivelmente eu que conheço, sei, e o serviço público não é perfeito, existem dificuldades em todos os setores do Governo, procuramos durante a minha gestão, manejar, havia um diálogo intenso, uma busca de solução intensa. Não foi a toa que saímos de uma média de 145 licenças para hoje termos mais de 400 licenças, e naquela época 145 licenças com 45 na justiça, judicializadas. Tivemos que resolver todos os problemas que os atalhos levavam a judicialização. Há um esforço que vem sendo feito.

Agora, não há como fazer se for na ideia de que o órgão ambiental tem que sempre fazer concessões e não o cumprimento das suas atribuições. O órgão ambiental tem que fazer a sua parte, a parte de transporte, de energia, do que for, também fazendo a sua parte. De sorte que eu acho que essa Audiência Pública tem um papel aqui, mas não é no meu entendimento, aquele de colocar que a Legislação Ambiental Brasileira, ela é ruim, ela engessa o processo de desenvolvimento. Não é verdade. Naquilo que nós fizemos os procedimentos adequados, as questões andaram. Alguém citou aqui a questão da demora, foi o Senador do Estado de Rondônia, a demora para o processo do Madeira que o nosso Presidente Lula se sentiu constrangido em relação ao IBAMA. Eu vou tomar para mim e não para o IBAMA o processo do Madeira. Nem precisava o nosso Presidente criticar o IBAMA. Poderia, muito bem, colocar na minha conta. Por quê? No processo de licenciamento do IBAMA nós tínhamos cinco questões importantes do Madeira, sedimentos. Havia um estudo dizendo que em 10 anos o rio poderia ser assoreado em 50%. 50%. Quem contratou? A empresa. Contratou quem? O Ministério Público, que fez um estudo e agregou o processo de licenciamento, dizendo que o rio iria ser assoreado em 50% por causa da grande quantidade de sedimentos. Segundo, um estudo dizia também que teríamos gra-

ves problemas com mercúrio, deposição de mercúrio. Terceiro, teríamos grave problema com malária. Quarto, teríamos problemas com os bagres da Amazônia, ou seja, o pirarucu. Se as pessoas fossem para o debate público, dizendo: "O Ministério do Meio Ambiente quer resolver o problema do sedimento, quer resolver o problema do mercúrio, o problema da malária", pareceria razoável. Pareceria razoável. Afinal de contas, ninguém faz um investimento de milhões e milhões de dólares e de reais para ser assoreado em dez anos, seria razoável. Se fosse o problema da malária, os que se importam com vida humana achariam que era razoável. Os que se importam com a questão da contaminação por mercúrio, que danifica o sistema nervoso central das pessoas de forma dramática, de forma dramática, também seria razoável. Agora, escolheram apenas um dos itens, os bagres, para ridicularizar utilizando os bagres. Eu não me senti ridicularizada em nenhum momento, sabe por quê? Me sinto honrada de termos resolvido o problema do mercúrio, o problema do sedimento, o problema da malária e o problema dos bagres, porque a evolução da raça humana diz, diz que se nós podemos certo por que vamos fazer errado? Vou tomar um pouquinho de tempo só, porque isso aqui foi colocado de uma forma pejorativa e, talvez vocês isso ajude a tirar a angústia do nosso Presidente que reclamou, segundo ele aqui, num avião para ele e a Senadora Fátima Cleide. Então, o quê que aconteceu com relação aos bagres? Havia... O Roberto Messias pode dizer, que isso foi uma verdadeira novela, havia a história dos sedimentos. Era preciso fazer um septo na frente das turbinas, para proteger as turbinas da grande quantidade de sedimento que iria destruir todo o processo de geração de energia. Com o septo, os sedimentos ficariam barrados. Com o barramento dos sedimentos, as larvas de alevinos dos grandes bagres não passariam e nós estaríamos comprometendo, estaríamos comprometendo o processo de reprodução dos peixes. Com estudos técnicos altamente qualificados, inclusive com a contribuição do Dr. Sultan Alan, dissemos que não era necessário colocar o septo na frente das turbinas e não haveria o prejuízo para os grandes bagres. Fizemos as cinco coisas, todas elas, e a licença foi dada.

Então, não há motivo nenhum de vergonha do IBAMA nesse caso, porque foi um trabalho árduo, pensando nos bagres, pensando nas pessoas, pensando na viabilidade do empreendimento. E mais, conseguimos no processo convencer de que não fizéssemos o barramento que afetava a Bolívia, senão, nós íamos ter um problema com a Bolívia e não se conseguiria a energia no tempo que era necessário. Isso, isso tem custo. Para isso é preciso ter coragem de ir lá e fazer aquilo que às vezes não é popular, é preciso ter a coragem de receber as críticas dos colegas que só falavam nos bagres, mas não falavam dos outros problemas e ficar calado porque dinâmica de Governo se faz é assim, não é expondo os colegas às vezes ao ridículo quando a gente sabe que o dever de casa precisa ser feito por todo mundo. Nesses cinco anos de Governo, eu aprendi muito, inclusive a respeitar esses abnegados do IBAMA, que servem de... Apanham que só, enfim, couro para pisar tabaco. E que, muitas vezes, não falam das fragilidades que a gente tecnicamente sabe que existe do outro lado. Não falam por uma questão de ética.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, não vou nem pedir o art. 14. Gostaria de pedir só um minuto de V. Exa. para mim, para que eu pudesse...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Um minuto, Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Primeiro, Sr. Presidente, eu gostaria de... Eu fui bem claro, as palavras não foram minhas, as palavras, as palavras foram do Presidente. E eu nunca disse de um Senador esse aqui, ou aquele ali. Eu sempre tive o cuidado e o respeito com todos os Senadores aqui nesta Casa. Sempre tive. Todo o respeito com todos os Senadores aqui desta Casa. Essa questão do bagre, palavras do Presidente, ele disse que ele e a Ministra Dilma precisou sair do Brasil, precisaram viajar, para que esse assunto fosse resolvido. Quando ele chegou ao país... Porque era uma questão pessoal. Quando ele chegou ao país, esse assunto não estava resolvido. Ele recorreu a um compadre dele em Campo Grande, um compadre dele em Campo Grande--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Desconheço perfeitamente essa história--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Palavras do Presidente, a senhora discuta com ele...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Nunca soube dessa história de compadre--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Discuta com ele. Ele recorreu a um compadre dele em Campo Grande, esteve na fazenda desse compadre dele e aí foi quando ele chegou e tomou essa decisão. Ou faz ou faz. Me perdoe a Ministra--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não, senhor.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Me perdoe a Ministra--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): V. Exa. me desculpe, mas eu nunca recebi do Presidente Lula ou faz ou faz. Inclusive, me desculpe, V. Exa., era no momento de mudar a equipe de Governo. Era no mo-

mento de mudar a equipe de Governo e eu fiz questão de ir ao Presidente Lula para dizer para ele que a licença não sairia no tempo que ele estava querendo, para que ele tivesse a oportunidade de me trocar. Foi isso que foi feito. Nunca recebi termo de referência ou faz ou faz. Foi feito porque foi resolvido.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu só sei, Sr. Presidente, que depois disso saiu a licença. Depois de ter trocado o Presidente--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não é verdade--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Depois de ter trocado o Presidente do IBAMA, a decisão da Ministra Dilma, uma pessoa arrojada, e decidiu essa questão nossa do Estado. E eu gostaria... e eu gostaria ainda de concordando com ela sobre a questão da Audiência Pública, naquele dia, Ministra, só faltou Jesus Cristo. Então, o que faltou, o que faltou, para ser apregoado lá foi Jesus Cristo. E ao Dr. Roberto me lembra aqui, o Senador Wellington, quando ele coloca aqui que nós temos que usar a nossa inteligência. Senador Wellington, eu quero concordar com V. Exa. Agora, veja bem... Senadora Marina, me respeite, eu estou com a palavra.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não, eu estou respeitando. É que V. Exa. disse alguma coisa que é muito ofensiva.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente, agora eu gostaria de pedir de V. Exa. Eu gostaria... eu ouvi ela. Ela tem que ser educada, tem que nos ouvir.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Fala, Expedito.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Não, eu não fiz isso. A senhora me tratou "*esse aqui*".

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Expedito, Expedito... Marina, Senadora Marina, por favor. Senador Expedito, Senadora Marina, por favor.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Veja bem, Senador Wellington, ele fala que nós temos que buscar... Os órgãos governamentais têm que buscar a inteligência e é verdadeiro. Agora, veja bem, lá no Estado de Rondônia nós estamos combatendo, nós estamos combatendo o desmatamento e quero destacar aqui o trabalho da nossa também, da nossa equipe estadual que está trabalhando nesse sentido. Nós temos um programa lá, o Miguel conhece, que é de lá, que é a questão do calcário. Nós estamos levando o calcário para aquelas áreas degradadas, para recuperação de áreas degradadas. Sabe o que o fez o IBAMA? Há seis meses interditou. Nós não podemos retirar o calcário de lá. "*Ah, porque tem isso, porque tem aquilo, caverna não sei do que, caverna disso, caverna daquilo*". Há seis meses. Sabe onde é que nós estamos buscando calcário? Estamos buscando calcário no Mato Grosso.

Então, isso, essa questão tudo se dificulta, nada se facilita na Região Amazônica. Então, o que nós precisávamos, o que nós estamos precisando dos órgãos governamentais, principalmente do IBAMA, é que seja parceiro nosso, é que nos dê a tarefa para nós cumprirmos, mas que também nos apóie nos nossos pleitos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Nós temos ainda--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): V. Exa. tem conhecimento disso?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Vai responder daqui a pouco.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Aí eu gostaria que V. Exa. me respondesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Nós vamos ouvir os nossos convidados. Mas antes eu gostaria de colocar, é uma pena que o Senador Eliseu Resende teve que se ausentar, porque o Senador vai ter um papel importante nesta Medida Provisória, porque esse assunto não constava da Medida Provisória original, então, nós não fizemos emenda sobre o tema. Quando foi editada a MP, nós temos cinco dias para fazer emendas. Esse assunto não constava da Medida Provisória. Então, o Senador Eliseu Resende vai ter um papel muito importante, para que ele possa, com equilíbrio, tratar do tema, mais equilíbrio do que nós estamos tendo aqui, está certo?

Porque a minha única preocupação... A minha única não, a minha maior preocupação, Senador Wellington Salgado, é que nós, pelas dificuldades que nós temos com relação ao licenciamento ambiental no Brasil, nós possamos querer caminhar para um processo de simplificação do sistema, que pode ser prejudicial aos ecosistemas brasileiros. Eu reconheço, assim, plenamente, apesar de todos os avanços aqui ditos pela Ministra Marina Silva, pelo Presidente do IBAMA, eu reconheço, eu, como cidadão e como Senador, representando a população do meu estado e do Brasil, reconheço que nós temos muita burocracia no processo de licenciamento ambiental, ainda. E que o processo de licenciamento ambiental merece, merece um debate sobre o seu aperfeiçoamento.

O problema é que isso veio numa Medida Provisória que não tratava do assunto. E que todos nós estamos vendo que é um assunto polêmico, não é um assunto fácil da gente tratar, não é um assunto que a

gente trata com rapidez. Então, eu tenho a preocupação que os nossos defeitos nos levem a um procedimento simplificado demais, que crie dificuldade e crie problemas. Então, o Senador Eliseu Resende vai ter um papel importante, para que nós possamos buscar algum nível de aperfeiçoamento, mas sem encaminhá-lo para um processo de aperfeiçoamento, de simplificação demais. Sabe por quê? Porque está claro que tem problema na redação. Está claro que tem problema na redação. Já foi dito aqui. A questão do decurso de prazo está mal posicionado, mal redigido, se foi esse o objetivo, se foi esse o espírito do Legislador e do DNIT, que está defendendo a medida. Está claro que nós temos problema com relação a essas rodovias como 319, todos esses números de rodovias, 63, 230. Olha, eu não moro na Amazônia, não, mas uma rodovia que tem mil quilômetros dentro da floresta como Picada, uma estrada de chão, que é a Picada; de vez em quando, está mais fechada ou está mais aberta. Na hora do asfaltamento, isso cria um impacto. Não vamos dizer que não cria, porque cria um impacto. Não é uma rodovia lá no Espírito Santo, que já está todo o ambiente alterado, esse ambiente é um ambiente que não tem toda a alteração ainda.

A outra questão é que o Hideraldo disse aqui o seguinte: se nós vamos ter o EIA/RIMA, nós vamos ter todos os estudos. Para que vai diminuir, então, para que vai excluir o licenciamento prévio, se o licenciamento prévio é para fazer esses estudos? O Hideraldo disse aqui, Hideraldo, que nós vamos fazer todos os estudos ambientais necessários. Se nós vamos fazer todos, nós vamos tirar o nome Licenciamento Prévio, porque todas as etapas do licenciamento prévio nós vamos cumpri-lo, então, para que que nós vamos dizer que não tem Licença Prévia na lei, se na prática nós vamos ter? Se na prática nós vamos ter a licença prévia? Então, eu acho que tem questões importantes, acho que o papel do relator vai ser... porque nós, no Plenário, vamos poder votar a favor ou contra. Se o relator não caminhar numa proposta que nos aglutine, que busque uma maioria, nós vamos ter que votar a favor ou contra.

Então, acho que tem essas preocupações colocadas, acho que nós temos muito o que fazer nessa área do licenciamento. Minha preocupação é que seja tratado no atropelo, sem um debate, sem uma discussão, sem um caminho que possa fortalecer o licenciamento ao invés de enfraquecer o licenciamento ambiental. Vou passar a palavra aos convidados. Começando aqui pela mesma ordem, para não ter... Pedindo aos convidados para que também sejam racionais na administração--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, antes, eu queria só, já que o Senador Expedito Júnior se sentiu ofendido porque eu falei "*este aqui*", eu peço desculpa à V. Exa. por ter usado demonstrativo este, e me reportarei sempre a V. Exa. com o devido cuidado de usar, enfim, as formalidades exigidas pelo protocolo da Casa. Peço desculpas a isso, todavia, em relação a essa questão. Todavia, em relação ao que foi dito e atribuído ao Presidente Lula, eu quero deixar registrado nos anais desta Casa, que eu prefiro não acreditar que isso tenha sido dito, que a licença foi dada por uma ordem de que ou dava ou dava a licença, porque isso nunca aconteceu e nem porque a Ministra Dilma fez uma cobrança arrojada, porque isso nunca aconteceu. O que aconteceu foi um esforço técnico, com vários pesquisadores que eu posso aqui chamar numa Reunião, inclusive, no Palácio do Planalto, onde tínhamos técnicos de vários setores, de Universidade, de Academia, Dr. Sultan Alan, um monte de gente para tentar uma saída que resolvessem os problemas que eu mencionei, um a cada um, e a viagem referida ao Presidente Lula fora do Brasil, a licença só foi dada seis meses depois em que as coisas foram resolvidas, e que você... enfim, desculpe, V. Exa., eu usando o protocolo, é testemunha do esforço que foi feito para que as coisas fossem feitas mediante o sentido republicano das coisas, da impessoalidade e da constitucionalidade dos processos.

Eu quero reivindicar isso aqui, porque isso aqui tem a ver com a minha biografia de vida, e, durante os cinco anos de Governo, todos os processos que foram feitos, nunca o Presidente Lula me disse que fizesse as coisas de qualquer jeito, que tinha que fazer de qualquer jeito, até porque nunca me senti ameaçada. No momento que senti que não reunia mais as condições políticas para manter as medidas do combate ao desmatamento, que hoje todo mundo celebra e reivindica a si os resultados e eu acho que tudo bem, cada Governo do estado pode reivindicar a si, naquele momento eu pedi para sair. Eu estou falando isso, Sr. Presidente, não quero polemizar, mas como o Presidente Lula fez confidências ao Senador Expedito, eu prefiro acreditar que possa ter sido uma infelicidade, porque pela biografia dele, pela minha, isso nunca aconteceu.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Senadora Marina Silva, acho que ninguém aqui tem dúvida que, pela sua história, jamais V. Exa. faria e teria uma atitude que fosse uma atitude que viesse contrário ao seu pensamento e a sua convicção. E, também, acho que pode ter sido um mal-entendido. Então, da minha parte, da Presidência, dos senadores aqui, todos nós sabemos da sua história de vida e de como você se procede com relação

especialmente ao tema da questão ambiental. Com a palavra Miguel.

SR. MIGUEL DE SOUZA: Sr. Presidente, Senador Casagrande, Srs. Senadores, eu gostaria aqui de relembrar um pouco da minha fala, e em cima do que está a proposta apresentada, de autoria do relator na Comissão lá na Câmara, em que nós concordamos e a ideia... Eu quero deixar também bem claro que o DNIT e IBAMA têm um bom relacionamento. DNIT e IBAMA têm sua dificuldade, tem sua dificuldade de exigências legais, que as leis foram feitas pelos homens e os homens podem modificá-la. Nós não temos tido. O Dr. Roberto Messias concordou com a maior parte que foi colocado. O Dr. Roberto Messias concordou aqui com aquilo que se foi colocado. Um representante do IPAM que discordou de tudo, está certo? Eu não quero entrar no licenciamento da Amazônia que nós tivemos audiências públicas toda essa semana feita que eu discordo de alguns números que foram colocados aqui por ele. Mas não cabe aqui rebater o colocado pelo IPAM. Mas dizer o seguinte: o âmago da proposta é buscar realmente a simplificação da Licença Prévia, a não Licença Prévia para as obras já implantadas, para aquelas no caso de duplicação de terceira faixa por entender, qualificar, de que essas obras são de médio a baixo impacto ambiental. A Lei, a Constituição, no seu art. 225, exige o EIA/RIMA, foi colocado pelo Dr. Roberto, por nós aqui, para as obras de grande impacto, quando você vai implantar uma obra nova. Eu vou abrir uma estrada nova na Amazônia? É lógico que eu tenho que fazer todo o EIA/RIMA, eu tenho que definir o melhor traçado, se é o traçado A, B e C, se eu tenho a questão indígena, se eu tenho a questão de IPHAN... Tudo aquilo está preconizado lá no EIA/RIMA.

O que nós estamos defendendo é naquela obra que já foi implantada, como colocou aqui o Hideraldo, 135, tantas outras obras já implantadas no país, em que já, inclusive, no termo de cooperação aqui, citado por Hideraldo, já foi levantado o seu passivo ambiental. No artigo que ele ia reler, art. 9º, da MP, diz o seguinte: "O DNIT e os demais órgãos empreendedores deverão, comitantemente à execução das obras que se referem os incisos V e VI, realizar as medidas mitigadoras e cumprir com a redução do passivo ambiental, originário da obra lá, de 50 anos atrás, de acordo com os parâmetros definidos pelo órgão licenciador". O DNIT colocou aqui o Hideraldo, fizemos todo o levantamento dos 55 mil quilômetros de Rodovias Federais que nós temos e foi classificado que é de alto impacto ambiental, média e alta, como citou a nossa Senadora e Ministra. Esse levantamento tem hoje de conhecimento do público, que está lá no IBAMA. O que nós queremos? Lógico, na obra já existente, nós vamos fazer o licenciamento já direto para ele ir e tem todo aquele passivo que está lá nos anais nossos e temos regras internas e normas para isso, como fazer um projeto de engenharia da duplicação, terceira faixa, de mitigar aquilo que vai fazer a obra, como recuperar o passivo, feito lá em mil novecentos e antigamente. Nós não estamos fugindo.

O art. 9º está muito bem claro e muito bem redigido. Para isso, não precisa ter LP. Como apresentei na última lâmina, que a liturgia da Legislação existente, eu levo no mínimo dois anos. Está aí o PAC, está aí a necessidade do país, está aí a necessidade dos acessos que nós precisamos, dos portos, dos aeroportos, das duplicações, dos avanços, das terceiras faixas que estão matando. Nós temos aí curvas da morte, os viadutos que nós desconhecemos, que precisamos mitigar. Quer dizer, essa ação social que é não matar mais o cidadão, que dá condições de trafegar, para que o aumento da exportação, do escoamento, também, da produção, possa acontecer. Que o cidadão, no seu feriado, fim-de-semana, possa transitar nas estradas com segurança. Para isso, nós temos que ter... Nós devemos, como foi dito aqui, para ontem. O Governo, o Poder Público deve essa melhoria dessa Rodovia há muitos anos. E nós não queremos mais ater a essa liturgia, que gasta, no mínimo, no mínimo dois anos... Se nós podemos passar, se eu já levantei todo o passivo dessas obras implantadas, lá atrás está todo de posse tanto do IBAMA como do DNIT, eu tenho, que, quando eu passar para a terceira faixa ou duplicação, eu não tenho que fazer LP. Vamos para a LI, o IBAMA vai estar dizendo aqui que terá, no seu § 6º, que colocar todas as condicionantes, tanto da medida mitigadora quanto o passivo que eu tenho que fazer.

É isso que nós queremos, que entendemos. Nós queremos simplificar. Acho que, com essa lei, vai facilitar... Dar mais velocidade ao IBAMA no seu licenciamento. Nós vamos sair de 400 licenças para mais, porque nós vamos dar uma velocidade, até porque foi dito a nossa deficiência. O IBAMA tem deficiência de gente também para fazer projeto. O nosso DNIT também tem a nossa deficiência. Nós vamos somar nossas deficiências, facilitando dentro da própria regra da Legislação, sem desobedecer a consoante ambiental, sem desobedecer.

Então, é nesse sentido, é nesse sentido que nós estamos propondo... Lógico, obra nova, vão implantar, como está foi feito toda o EIA/RIMA da 319, tivemos Audiências Públicas, o próprio estudo... É bom que se diga o seguinte: quando faz um EIA/RIMA, nós tivemos três cenários. O cenário primeiro de fazer a obra, sem fazer, e ainda com apoio do Governo Público, como

foi na 319, de fazer os assentamentos aí, criamos o esquema "espinha de peixe", fomentado pelo Governo, pelo Governo, estava lá em Rondônia, cheguei nessa época, fui convidado para Rondônia para ajudar a ocupar a Amazônia. Depois, nós temos o cenário um, esse é o mais desastroso que ele mostrou: em 50 anos, vai acontecer aquele desmatamento. Cenário dois: o Poder Público não influenciar, simplesmente fazer a pavimentação. E cenário três, que nós apresentamos nas Audiências de EIA/RIMA, nosso Presidente estava presente lá em Manaus, onde nós criamos já um mosaico todo de áreas de preservação e conservação, para conter qualquer avanço de espinha de peixe na BR-319. O EIA/RIMA demonstrou, próprio estudo nosso. Não foi de lá para cá determinado, não. Os estudos, contratado Universidade Federal da Amazônia, várias autoridades ambientais. Isso já demonstrou e mostrou que não vai ter aquele impacto todo. E os custos não é aquilo tudo que foi colocado aqui, não. Nós já contratamos já o Exército, CENTRAN para fazer as demarcações dessas áreas Federais, fizemos convênio com o Governo do Estado, que criou seis grandes reservas, nós estamos criando a proteção... Tem orientação ainda, quando a Ministra lá, que orientava já a isso, o Ministério do Meio Ambiente, foram criadas lá, nós temos 18 áreas em que são 11 milhões de hectares. Isso, sim, porque até as nossas normas internas do DNIT assim manda que nós procedamos. Nós não queremos aqui burlar lei nenhuma. Queremos que a Legislação, que o Congresso Nacional, os Srs. Senadores agora, possam dar continuidade a essa simplificação para o licenciamento das obras já existentes, dentro da pavimentação, nos trechos já existentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Obrigado, Miguel. Hideraldo, alguma complementação?

SR. HIDERALDO LUIZ CARON: Eu só gostaria de agradecer o convite e deixar registrado aqui que a nossa proposta... Só vou repetir isso. A nossa proposta, ela abrange um número reduzido de obras, de Rodovias no Brasil. Ela é focalizada na ampliação de capacidade nas duplicações das Rodovias já existentes, portanto, não abrange nenhuma obra que exija estudos ambientais rigorosos e que o DNIT está fazendo para todas, sem exceção. O DNIT, talvez hoje seja um órgão que tenha uma estrutura enorme na área de Meio Ambiente, o coordenador do Meio Ambiente do DNIT está aqui presente, é fundador do órgão ambiental do Estado do Rio Grande do Sul. Fundador de um dos principais órgãos ambientais do Brasil. É o coordenador de Meio Ambiente do DNIT, portanto, uma pessoa e uma equipe altamente exigente em relação aos projetos que nós fazemos, altamente exigente, porque, é importante explicar: quando um projeto é contratado pelo DNIT, ele passa pela aprovação técnica das áreas de geometria, pavimentação e assim por diante, mas passa também pela aprovação da Coordenação de Meio Ambiente, que tem que dar aprovação do projeto.

Então, nós já fazemos isso internamente e demonstrando o rigor com que isto é feito e analisado. Nós temos hoje provavelmente contratadas dezenas e dezenas de empresas fazendo estudos ambientais para o DNIT. Então, é uma demonstração inequívoca de que nós estamos cumprindo rigorosamente toda a Legislação Ambiental e o IBAMA reconhece isso e nós temos, por exemplo, uma Reunião amanhã de amanhã com o IBAMA, para discutir várias dessas obras que estão comentadas aqui. O que nós precisamos, Senadoras e Senadores, é que naquelas obras cujo impacto é médio e pequeno, seja mais rápido. É só isso que se quer. Fora isso é uma luta inexistente. O Senador falou, não é uma luta do bem contra o mal, não. É uma luta entre quem quer o bem em todos os recantos do país. É isso que nós todos queremos e estamos fazendo mais do que querer, estamos fazendo. Especialmente o DNIT que está fazendo todos os estudos necessários em todas as obras e cumprindo rigorosamente todas as condicionantes que o IBAMA tem colocado. Nós não estamos reclamando disso. Nós estamos dizendo o seguinte: onde o impacto é pequeno a exigência tem que ser pequena, gente, é só isso. O restante nós vamos fazer conforme a Legislação está mandando hoje, dentro do relacionamento que nós temos dentro do Governo. Obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Um esclarecimento ainda. Eu fiz o comentário para o Dr. Roberto, informação de que o DNIT aguarda há 3 anos a licença da Transamazônica para poder fazer coleta de fauna. A Ministra disse que se culpa o o IBAMA e não se culpa o DNIT. Eu queria que os representantes do DNIT pudessem esclarecer se é falta de informação do DNIT para que essa licença seja concedida ou é postergação do IBAMA?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Senadora Marina Silva, alguma coisa, V. Exa--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não, só que foi dito também, para que o Dr. Roberto Messias se atenha ao fato de que desde o termo de cooperação e o levantamento todo que o DNIT fez, me parece do passivo ambiental, de que nenhuma obra foi licenciada após aquele termo de cooperação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Então veja bem, gente, vou passar a palavra para o Presidente Roberto Messias.

O senhor quer comentar alguma coisa sobre o questionamento do Senador Flexa Ribeiro?

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Então, assim, acho que nós queríamos, o Presidente do IBAMA daqui, estão aqui dois diretores do DNIT. Uma boa Audiência Pública, e eu vou recuperar aqui o que o Senador Jefferson Praia falou no início como primeiro inscrito desse debate. Nós tínhamos que verificar, os dois órgãos tinham que se reunir e ver se tem caminho do Governo ter uma posição, ver se essa posição vai ser aprovada, pode ser aprovada ou não por nós aqui no Senado. Então, o apelo que eu faço é que os dois órgãos se reúnam, não para discutir só o licenciamento, mas que discuta também o texto da Medida Provisória, para ver se há entendimento com relação às propostas e aos objetivos que foram acrescentados lá na Câmara dos Deputados. Com a palavra Roberto Messias.

SR. ROBERTO MESSIAS FRANCO: Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Renato Casagrande. Em primeiro lugar, como os Srs. Senadores... Muito obrigado por essa chance de ter vindo aqui falar para os Srs. Senadores. Uma oportunidade muito gratificante para mim, sobretudo... Agora, vejam os Srs. Senadores, meus amigos, quando a Ministra Marina me convidou para fazer parte da sua equipe, durante cinco anos, e agora o Ministro Minc me colocou como Presidente do IBAMA, eu fui diretor de licenciamento e antes superintendente na gestão da Ministra Marina, vejo que às vezes não me deram uma coisa fácil de fazer, não. É uma quantidade enorme de problemas que nós temos e sobretudo à luz daquilo que o Senador Jefferson Praia dizia. E agora? Como? Afinal de contas, o que se pode fazer? Mas tem algumas coisas importantes, Srs. Senadores, o conceito do que se quer com o licenciamento ambiental. Quando se chega, apesar de todas essas dificuldades que foram... Que a gente tentou colocar, se chega à conclusão que o seguinte, no caso da Ministra Marina, especialmente, a questão, da hidroelétrica do Madeira, uma obra polêmica, que no final está chegando um projeto melhor do que entrou, que se conseguiu aperfeiçoar em muitos pontos, eu acho que é um ganho para todos, para a sociedade, para o futuro do país, para o estado, para todos. Teve dificuldades? Tem. Não é fácil. Agora, quando acho que Senador, começando pelo Senador Jefferson Praia, a questão: O que é importante? Eu acho que é a questão dos conceitos, o que são licenciamentos e que um estudo de impacto deve ser um estudo que dê dados, para que nós possamos todos ter a tranquilidade que estamos fazendo uma coisa que tem ganhos para a sociedade, para a natureza, com o menor número de danos possível. Essa análise de custo/benefício é o que nós estamos tentando, com todos os cuidados necessários, implementar no IBAMA.

Em relação à questão do... Evidentemente, nesse ponto, quando o Senador... Ainda, Jefferson Praia, dizia o senador: "O que são coisas importantes?". O Brasil é grande demais, o Sistema Nacional de Meio Ambiente não pode ser só o IBAMA, nós temos que qualificar e ir passando qualificadamente para todos os estados e até mesmo para os municípios, mas não podemos fazer de maneira automática e até para que não se reverta para depois, digam: "*Toma que o filho é teu*" e devolva, como muitas vezes o próprio Ministério Público devolve para nós, dizendo assim: "*Não reconhecemos que foi feito no estado tal*", porque não tinha estrutura, capacidade, etc. Então, é uma coisa difícil e que tem que ser cuidadosa. Temos feito o esforço de racionalizar, e quando o Senador César Borges falava sobre a questão do IBAMA, tem que ser um órgão eficaz. O Brasil está numa velocidade muito grande. Fora dessa área, inclusive, de licenciamento das rodovias, nós fazíamos uma conta rápida há alguns dias sobre a questão das licenças da PETROBRAS de perfuração até exploração, quando eu fiz uma conta, em 2008, nós demos 100 licenças para a PETROBRAS, uma de três em três dias. Alguns grandes empreendimentos estão para serem dados os termos de referência, o que se quer, depois Licença Prévia e Operação, além do Madeira, vem Belo Monte, muitas coisas por aí, é uma quantidade enorme, os portos do Brasil, os gasodutos, os oleodutos, os minerodutos, e acaba vindo uma quantidade muito grande. As responsabilidades grandes para uma equipe que vem se montando paulatinamente, mas tem uma questão que é interno de capacitação, que a gente vai melhorando com as dificuldades e também de outros participantes.

Agora, a Ministra Marina fazia, chamava atenção para uma coisa, que é a questão de qualidade dos estudos. Nós temos, muitas vezes, empreendedores, ainda existe, apresentam um estudo de impacto e fala: "*Agora está cumprindo prazo*", a hora que a gente abre, a qualidade não era o que seria desejável. Então a gente tem que falar: "*Complete isso no que é o mais importante, o que é essencial*". E muitas vezes, nós... Quando o estudo é de boa qualidade, a análise corre com muito mais fluidez. Às vezes, ele não é de boa qualidade. Há uns tempos atrás a gente via, por exemplo, que quando se faz lista de fauna, lista de flora, essa coisa, e que se isso é visto só como uma generalidade, isso acaba ficando uma coisa... E a hora que pede mais, fala: "*o IBAMA está sendo chato, exigente, não sei o quê...*", mas quando chega, por exemplo, um empreendimento e fala que tem peixe-boi na caatin-

ga, a gente pode falar: "*volta, porque isso foi tirado de algum lugar que não estava escrito*".

Então, quer dizer, são coisas... Então, no caso, o Senador João Ribeiro falou da questão de prazos. Acho, sim, que os prazos... Tanto que nós fizemos uma Instrução Normativa, onde os prazos são com EIA/RIMA, estudo completo de 180 dias, para licença de instalação; 75 dias, para licença de operação e 45 dias, quando os estudos vêm completos, vêm de boa qualidade. Temos tentado fazer com que isso ocorra sistematicamente. Agora, eu tenho uma dúvida grande, inclusive, pessoal, acho que não pode haver, por exemplo, o caso de... do decurso de prazo simplesmente a não manifestação. Eu acho que tem que ter uma manifestação motivada, e é importante isso.

O Senador Expedito Júnior falava sobre a questão da 319, inclusive eu estive na Audiência Pública de Manaus, tivemos várias Audiências Públicas, estamos fazendo um grande esforço, sabe, Senador. Então, agora no caso, por exemplo, quando eu lhes dizia, o licenciamento geral de Santo Antonio... As obras são complexas. Então, muitas vezes exigi que se faça uma licença rápido para uma coisa pequena, eu acho que nós temos que fazer o máximo de agilização. Mas tem algumas que são tantas as conseqüências, que o IBAMA tem a obrigação de ser cuidadoso. Na 319, bom, do ponto de vista atualmente desde que o Estudo de Impacto Ambiental foi apresentado, final do ano passado, nós estamos fazendo, partindo para termos todos os estudos que dariam Licença Prévia, em alguns a questão de dias ou semanas.

Nós estamos fazendo, tentando todo o possível para fazer com agilização, com exigências suplementares, o Ministro Minc tem nos passado essa orientação e quando... Eu queria dizer que eu gostaria, estou fazendo, nós estamos fazendo todo o possível para seguir a orientação de desburocratizar, andar depressa, mas sem perder a qualidade. Porque a qualidade é nossa responsabilidade do que vai acontecer no futuro. E é um esforço gigantesco que nós temos que fazer, com uma equipe relativamente pequena, num país muito grande, crescendo, trabalhando em grande velocidade.

Então, no caso, Senador, quando o senhor me perguntava sobre a questão do calcário, por exemplo, um esforço que a gente fez, por exemplo, tinha uma parte de calcário que estava extraída. Demos a autorização para que ele fosse utilizado, moído, levado e depois numa outra área ficou o próprio Cleto, o próprio Secretário de Meio Ambiente do Estado, o Cleto Brito, falou assim: "*Vamos fazer um estudo de impacto na para na área que tem grutas não haver destruição nenhuma*", tinha um decreto em tramitação, aquela coisa para que se possa continuar extraindo, mas não nas áreas onde tem cavidades, que podem ser potenciais importantes para o próprio Estado de Rondônia. Então, vejam os senhores, às vezes a cautela... É muito difícil a gente ser cauteloso e ao mesmo tempo não atravancarmos as iniciativas. Mas é o que nós estamos tentando decididamente fazer.

Estamos, evidentemente, com muita coisa. Me permita só concluindo, para não deixar de fazer um comentário sobre o Senador Wellington Salgado, quando ele falava sobre a questão de tecnologia e racionalidade. É o que nós estamos tentando fazer, Senador, sabe? Quando tem, por exemplo, hoje as análises, quando temos o georeferenciamento das áreas, quando fazemos que, por exemplo, se já tem estudos de impacto de fauna e de flora num lugar, o próximo empreendedor que vai fazer, não precisa fazer tudo de novo, usando as tecnologias, colocando todo o processo de licenciamento, tudo "on line", tudo absolutamente disponível para qualquer pessoa que queira fazer, e apesar disso aumentando o prazo de licença, mas muitas vezes não é fácil fazê-lo imediatamente. Porque, vemos que existe a pressa e ao mesmo tempo a preocupação com a qualidade ambiental.

Finalmente, Senador Flexa Ribeiro, eu queria pedir ao senhor e todos os Senadores desculpas sinceras por eu não ter estado aqui na quinta-feira passada, foi uma falha do gabinete, que não me avisou a tempo. Eu tinha voltado exatamente de Manaus, na Audiência da 319. A Audiência Pública acabou às três horas, das três horas eu peguei o avião das sete, às sete, cheguei aqui às onze horas, tive uma reunião que durou as quatro horas da tarde e outra até as sete horas da noite, e tinha uma viagem programada, que eu acabei saindo às onze horas, até as nove da noite, aliás, com o Consórcio, depois saí as onze horas, e nesse ínterim todo, o convite que havia chegado não me foi passado às mãos. Então, eu queria sinceramente me desculpar por isso, por isso. E em relação à Audiência solicitada por V. Exa., quero dizer, também eu, pessoalmente, não tinha conhecimento. Me perdoe, agora me permita solicitar-lhe que eu marcaria para que o senhor possa ir, eu ter a honra de recebê-lo e ver quais os problemas que o senhor, inclusive, cita para nós. No caso, então, especificamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Roberto, ficarei aguardando ansiosamente o agendamento da Audiência. E com relação a ausência na Comissão de Infraestrutura, que o Presidente Collor foi bastante enfático ao lamentar, a assessoria de V. Exa disse que V.Sa. não compareceria porque estaria em Cachoeiro do Itapemirim.

SR. ROBERTO MESSIAS FRANCO: E é verdade que eu fui. É verdade que eu fui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Depois da Audiência.

SR. ROBERTO MESSIAS FRANCO: Não, eu fui na véspera da Audiência, eu fui na véspera. Mas eu não cheguei nesse ínterim como eu lhe disse, entre uma ida chegada a Manaus, uma série de reuniões durante todo dia e a saída de noite, eu não me dei conta que havia aquela Audiência programada para aquele dia seguinte. Finalmente em relação--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só uma colocaçãozinha, Presidente. É que eu também sou membro dessa Comissão, Senador Flexa, eu acho que V. Exa. poderia reprogramar essa Audiência Pública, porque eu estou conhecendo o Dr. Roberto hoje, e a impressão que ele me passa é de uma pessoa culta, gentil, firme nos propósitos e eu não acredito que... Eu acredito, realmente, que houve essa... Essa condução errada da sua assessoria. Eu fico com essa impressão, entendeu, Senador Flexa? Eu sou membro da Comissão, se V. Exa. pudesse refazer, eu fiquei com uma boa impressão, talvez Professor Roberto, então, acho que nós podemos reconsiderar.

SR. ROBERTO MESSIAS FRANCO: Muito obrigado ao Senador do meu Estado. Eu gostaria de me colocar a disposição, para inclusive, dar todas as explicações necessárias. Finalmente, Senador, só terminando, me perdoe, Senador Presidente, em relação à questão do Senador Flexa Ribeiro, que falava sobre as questões da Amazônia. A história da demora das alterações de fauna. Tem duas coisas a ver: primeiro, a questão de como muitas vezes existe um vai e volta muitas vezes sobre metodologia de coleta de fauna. Nós estamos revendo a Instrução Normativa interna que provoca as dificuldades. Nesse caso, inclusive, se não houve acordo nosso com o DNIT sobre a metodologia ser aceitável ou não, acho que três anos realmente é inaceitável, e nós faremos, como já temos reunião programada para amanhã, inclusive, vamos pegar a partir de todos os empecilhos que existem. Se a gente for quebrando as lanças uma por uma, nós chegamos num acordo, que, afinal de contas, a nossa agenda comum é fazer com que haja desenvolvimento, como disse V. Exa., sem a destruição.

Então, o nosso cuidado e desde quando eu estou no IBAMA e trabalho na área ambiental já há muitos anos, há mais de três décadas, criando primeiro o sistema de Minas Gerais, depois trabalhando no Governo Federal, em outros lugares. Eu gostaria de dizer que nós estamos querendo fazer exatamente com que haja esse desenvolvimento preservado da maneira mais correta possível. Entretanto, preocupa-nos, sim, que não façamos, não deixemos nenhuma brecha para omissões, que, depois, possam significar prejuízos que seriam irrecuperáveis para o país. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Obrigado, Sr. Presidente, então um encaminhamento, Presidentes, Diretores, vocês acham possível a tentativa de construção de uma redação que pudesse ser ofertada para nós, para avaliação e para o relator? Acha que é possível?

[falas sobrepostas]

SR. ROBERTO MESSIAS FRANCO: Só uma observação, Srs. Senadores, o IBAMA é uma autarquia do Ministério do Meio Ambiente. Então, nós levaríamos isso através, também, evidentemente, com o conhecimento e com a total cooperaração que temos sempre com o Ministro Minc e o Ministério do Meio Ambiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Sim, mas vocês acham possível a tentativa de uma construção de uma redação...

SR. MIGUEL DE SOUZA: Fazer uma prévia, avançar, com o IBAMA e depois dois Ministérios irão conversar, Transporte e Meio Ambiente como colocou o Dr. Roberto. Acho que amanhã perfeitamente, vamos tratar, temos uma agenda já em comum de vários itens sobre licenciamento e esse não poderia ser diferente de ser tratado amanhã conjuntamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Gostaria Presidente Casagrande, de solicitar à V. Exa., que solicitasse ao IBAMA que pudesse encaminhar à Comissão de Meio Ambiente... O temporal nos últimos cinco anos a entrada dos projetos, aqueles que já estavam no IBAMA. O andamento desses projetos ao longo e a liberação. Queria ter uma ideia do tempo que os projetos estão demorando para ser aprovados--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): V. Exa. não quer requerer isso não?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Faço o requerimento, só gostaria que V. Exa. já solicitasse e depois eu encaminho por escrito, para ganhar tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Já está solicitado e a gente espera o requerimento de V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu aguardo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Eu quero agradecer aqui ao doutor--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Só um pedido de encaminhamento, que o DNIT, por favor,

encaminhe para os Senadores quais são as rodovias que eles acham que, enfim, estão enquadradas nessa iniciativa da Medida Provisória. Quais são as rodovias que, na metodologia do DNIT, já estão enquadrada no pressuposto da Medida Provisória.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Obrigado aos... Dr. Roberto Messias, obrigado Miguel de Souza, obrigado Hideraldo, Luiz Caron, e ao André, que esteve presente.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão. Convidando a próxima para a próxima terça-feira no horário ordinário de 11h30 da manhã.

Sessão encerrada às 14h40.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e cinquenta minutos do dia doze de maio de dois mil e nove, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **MARINA SILVA, JOÃO PEDRO, LEOMAR QUINTANILHA, VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELNNER, MARISA SERRANO, JEFFERSON PRAIA, FÁTIMA CLEIDE, INÁCIO ARRUDA, VALDIR RAUPP** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador **RENATO CASAGRANDE,** declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência informa que a primeira parte da reunião destina-se à aposição do retrato do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA** na Galeria de ex-presidentes desta Comissão. O Cerimonial do Senado Federal assume a condução do ato solene. Usam da palavra os Senhores Senadores **LEOMAR QUINTANILHA** e **MARINA SILVA.** Após a cerimônia, passa-se à segunda parte da reunião, destinada à deliberação de matérias e, a pedido do Senhor Presidente, Senador **RENATO CASAGRANDE** a Comissão aprova a inversão de pauta e inicia a deliberação com o **Item 03) REQUERIMENTO Nº 25, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos regimentais, que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União cópia de inteiro teor do(s) relatório(s) de auditoria e respectivos anexos que instruíram o processo de nº 017.177/2008-2, relativo à Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) que avaliou o relacionamento entre as instituições federais de ensino superior e suas fundações de apoio". Autoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. Resultado: **Aprovado**. **Item 02) REQUERIMENTO Nº 24, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 335, III, do Regimento Interno, o sobrestamento do PLS nº 407, de 2008, em virtude da tramitação, na Câmara dos Deputados, do PL n.º 7.291, de 2006, do Senado Federal, que "dispõe sobre o registro dos circos perante o Poder Público Federal e o emprego de animais da fauna silvestre brasileira e exótica na atividade circense". Autoria: Senadora **MARINA SILVA**. Resultado: **Aprovado**. EXTRA-PAUTA, é deliberado o **REQUERIMENTO Nº 31, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer nos termos regimentais, a realização de audiência pública desta Comissão com o objetivo de debater o trabalho de pesquisa do engenheiro agrícola Eduardo Macedo, professor do Departamento de Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco sobre as implicações dos herbicidas, aplicados nos canaviais e suas implicações na água e os efeitos nocivos sobre os recifes de corais. Solicita que, além do professor Eduardo Macedo, sejam convidados um representante do Ministério do Meio Ambiente e um representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento". Autoria: Senadora **MARINA SILVA.** Resultado: **Aprovado. Item 07) REQUERIMENTO Nº 29, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Audiência Pública com o objetivo de apresentar o processo de discussão, de implementação e dos resultados da iniciativa sobre a Diretiva Quadro da Água da União Européia, que entrou em vigor em dezembro de 2000, e que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água, com a presença dos seguintes convidados**:** Orlando Borges – Presidente do Instituto da Água de Portugal – INAG e José Machado – Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA. Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Resultado: **Aprovado. Item 08) REQUERIMENTO Nº 30, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos regimentais, a extinção da Subcomissão Permanente do Aquecimento Global, criada através do Requerimento nº 1, de 2007, aprovado em 7 de fevereiro daquele ano, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para estudar as mudanças climáticas, em

consequência do aquecimento global". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Resultado: **Aprovado. Item 09) REQUERIMENTO Nº 27, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, com vistas a tratar das questões atinentes à Preservação da Amazônia, a ser realizada no Plenário do Senado Federal, no dia 13 de maio, quarta-feira, às 18h30, com lista de convidados a ser decidida posteriormente mediante sugestão da Comissão". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Resultado: **Aprovado.** EXTRA-PAUTA**,** é deliberado o **REQUERIMENTO Nº 32, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer nos termos do art. 90, III, IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão, audiência pública tendo como convidados as seguintes autoridades: Raimundo Carreiro – Ministro do Tribunal de Contas da União; Bruno Caiado de Acioli – Procurador da República no Distrito Federal; José Dias Toffoli – Advogado-Geral da União; Cleonilson Nicácio Silva – Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, para debaterem sobre as irregularidades apontadas na contratação das obras e serviços de engenharia, reforma e ampliação do Aeroporto de Vitória, Estado do Espírito Santo, que motivaram despacho do Tribunal de Contas da União, determinando uma retenção cautelar nos pagamentos das medições dos serviços de engenharia e nos fornecimentos dos equipamentos e sistemas especias, objetos da referida contratação e a Ação Civil Pública de Responsabilidade por Ato de Improbidade Administrativa C/C Pedido de Ressarcimento – AIA 2008.34.00.039431-1, impetrada pela Procuradoria da República no Distrito Federal contra a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e outros". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Resultado: **Aprovado. Item 05) REQUERIMENTO Nº 28, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, sobre os problemas e perspectivas para disseminação do emprego da energia solar no Brasil e o incremento da participação dessa fonte na matriz energética nacional, contando com a participação dos seguintes expositores, representantes de segmentos públicos e privados diretamente ligados à temática em questão, a serem convidados: Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME); Dr. Máximo Luiz Pompermeyer, Superintendente de Pesquisa, Desenvolvimento e Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Dr. Mozart Siqueira, representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine); Professor Dr. Rubem Cezar Rodrigues Souza, Coordenador do Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico (CDEAM); e Dra. Flávia Grosso, Superintendente da Suframa." Autoria: Senador **JEFFERSON PRAIA.** Resultado: **Aprovado. Item 06) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada diligência pública na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, sendo convidadas as autoridades e instituições abaixo, para discutir as áreas de proteção ambiental (APPs), o alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as suas implicações para o Agronegócio, com a presença dos seguintes convidados: Deputado Belarmino Lins, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas; Dr. Eduardo Braga, Governador do Estado do Amazonas; Desembargador Francisco das Chagas Auzier Moreira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; General Augusto Ribeiro Heleno, Comandante Militar da Amazônia; Professor Doutor Adalberto Luís Val, Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); Professor Doutor Hidembergue O. da Frota, Reitor da Universidade Federal do Amazonas; Dr. Edivar dos Santos Almeida, Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Amazonas; Dr. Henrique dos Santos Pereira, Superintendente em Manaus do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Dra. Maria do Socorro Marques Feitosa, Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Amazonas; Dr. Otávio de Souza Gomes, Procurador-Geral de Justiça / Ministério Público Estadual do Amazonas; Dr. Denis Minev, Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas; Deputado Eron Bezerra, Secretário de Estado de Produção Rral do Amazonas; Dra. Nádia Cristina D'ávila Ferreira, Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Professora Doutora Marilene Corrêa da Silva Freitas, Reitora da Universidade Estadual do Amazonas; . Daniel Borges Nava, Titular da Secretaria Executiva de Geodiversidade e Recursos Hídricos / Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS); Dra. Adélia Didia Caloba Aguiar, Titular da Secretaria Executiva Adjunta de Gestão Ambiental / SDS; Dr. Sebastião Nunes, Presidente

do Instituto de Terras do Estado do Amazonas; Dr. Edson Barcelos da Silva, Presidente do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas; Dr. Néliton Marques, Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas; Professor Doutor Odenildo Sena, Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas; Dr. Raimundo Valdelino Cavalcante, Diretor-Presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas; Prefeito José Thomé Filho, Presidente da Associação Amazonense de Municípios; Dr. Eurípedes Ferreira Lins, Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas; Dra. Brenda Brito, Secretária-Executiva do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); Vereador Luis Alberto Carijó de Gosto, Presidente da Câmara Municipal de Manaus; Dra. Ivete Rodrigues Rabelo, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Amazonas (Fetagri-AM); Dra. Marta Valéria Cunha, Coordenadora Regional da Comissão Pastoral da Terra – Regional do Amazonas; Padre Guilhermo Cardona, Secretário Executivo do Fórum Permanente de Defesa da Amazônia Ocidental – FORPAC; e Dr. Paulo Caralo, Secretário de Política Agrícola e de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura". Autoria: Senador **JEFFERSON PRAIA.** Resultado: **Adiado. Item 20) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 188, DE 2008 (nº 6.608, de 2006, na origem) - NÃO TERMINATIVO,** que "cria a Comenda do Mérito Ambiental". Autoria: Deputado **BERNARDO ARISTON.** Relatoria: Senadora **FÁTIMA CLEIDE.** Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: **Adiado. Item 04) REQUERIMENTO Nº 26, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que " requer com fundamento no art. 71, VI, da Constituição Federal e nos termos regimentais, que o Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalize e acompanhe, passo a passo, os desdobramentos e a execução do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), criado por intermédio da Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009, e envie ao Senado Federal, para efeitos de controle por parte das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE), relatórios trimestrais desse acompanhamento, informando, inclusive, os quantitativos de casas e apartamentos construídos e valores aplicados, por unidade da federação e por município. Autoria: Senadora **MARISA SERRANO.** Resultado: **Aprovado. Item 10) AVISO Nº 20, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU), referente ao exercício de 2007". Autoria: **Tribunal de Contas da União.** Relatoria: Senador **JEFFERSON PRAIA.** Parecer: **Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.** Resultado: **Aprovado o parecer. Item 11) AVISO Nº 18, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia de acórdão proferido nos autos do processo nº TC 018.233/2006-1, bem como do Relatório e voto que o fundamentaram, referente ao reexame do Acórdão nº 1.989/2006, que trata de convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí". Autoria: **Tribunal de Contas da União.** Relatoria: Senador **JEFFERSON PRAIA.** Parecer: **Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.** Resultado: **Aprovado o parecer. Item 12) AVISO Nº 69, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal o Relatório de suas Atividades, referente ao 3º trimestre de 2008". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador **GILBERTO GOELLNER.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria, realização de audiências públicas sobre as conclusões do TCU, convidando, em especial, os parlamentares da CAE, da CPMI das ONGs e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Adiado. Item 13) AVISO Nº 140, DE 2000 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 597, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (TC - 014.356/99-6)". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Parecer: **Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.** Resultado: **Concedido pedido de vista à Senadora MARISA SERRANO. Item 14) AVISO Nº 102, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.458, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC - 007.823/2007-8)". Autoria: **Tribunal de Contas da União** Relatoria: Senadora **FÁTIMA CLEIDE.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado. Item 15) AVISO Nº 36, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 1097, de 2008 - TCU/Plenário, referente à Auditoria Operacional realizada com objetivo de avaliar a gestão governamental da Amazônia Brasileira, TC 019.720/2007-3." Autoria: **Tri-**

bunal de Contas da União. Relatoria: Senadora **FÁTIMA CLEIDE.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito dos diversos órgãos e instituições do Governo Federal à luz do Acórdão nº 1.097/2008, instando o TCU a trazer ao conhecimento desta Comissão os desdobramentos relevantes oriundos das referidas recomendações. Resultado: **Aprovado o parecer. Item 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 410, DE 2008 NÃO TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para instituir a pena de reparação do dano pelo prório agente". Autoria: Senador **EDUARDO AZEREDO.** Relatoria: Senadora **MARISA SERRANO.** Parecer: Favorável à matéria. Resultado: **Aprovado o parecer favorável. Item 20) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 188, DE 2008 (nº 6.608, de 2006, na origem) - NÃO TERMINATIVO,** que "cria a Comenda do Mérito Ambiental". Autoria: Deputado **BERNARDO ARISTON.** Relatoria: Senadora **FÁTIMA CLEIDE.** Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: **Adiado.** A Presidência adia os demais itens da pauta. **01) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que requer "nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente as seguintes informações para instruir a análise do Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle: 1) Quais estudos foram realizados para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos? Solicito cópia desses estudos, caso tenham sido realizados. 2) Qual a justificativa técnica para a definição dos limites da zona de amortecimento dessa unidade de conservação, que chega a ultrapassar 250 km de distância do parque nacional? 3) O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos possui Conselho Gestor? Quando foi instituído e quem participa dele? Solicito cópia dos atos legais que instituíram o Conselho. 4) O Conselho Gestor acompanhou a elaboração do Plano de Manejo da unidade de conservação, conforme determina o art. 20, inciso II, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000? Solicito cópia das atas das reuniões realizadas para essa finalidade". Autoria: Senador **HERÁCLITO FORTES.** Resultado: **Adiado. Item 16) AVISO Nº 66, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.731, de 2008-TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à fiscalização e avaliação do relacionamento das instituições federais de ensino com suas fundações de apoio (TC - 017.177/2008-2)". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador **WELLINGTON SALGADO.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Adiado. Item 17) AVISO Nº 4, DE 2009 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 28/2009, proferido nos autos do processo nº TC 028.935/2008-4, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente ao controle da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos praticados com base nas Medidas Provisórias nºs 442 e 443, de 2008, em especial por meio do acompanhamento junto ao Banco Central do Brasil, Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, acerca da implementação dessas medidas e de outras que vierem a ser adotadas". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador **GIM ARGELLO.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Adiado. Item 18) AVISO Nº 19, DE 2009 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 463/2009, proferido nos autos do processo nº TC 020.132/2005-8, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, referente a consulta do Tribunal Superior do Trabalho sobre a aplicabilidade do art. 37, XI, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda nº 41/2003, em face dos termos do art. 3º da Lei nº 10.887, de 2004". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora **KÁTIA ABREU.** Parecer: Pelo arquivamento da matéria após o encaminhamento de cópia à Mesa Diretora do Senado Federal. Resultado: **Adiado. Item 19) INDICAÇÃO Nº 1, DE 2009 - NÃO TERMINATIVO,** que "sugere que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, nos termos regimentais, manifeste ao Ministério de Minas e Energia - MME a importância de prorrogar prazos para recebimento de contribuições à proposta do Plano Decenal de Expansão de Energia". Autoria: Senadora **MARINA SILVA.** Relatoria: Senador **INÁCIO ARRUDA.** Parecer: Pela prejudicialidade da matéria. Resultado: **Adiado. Item 21) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008 (nº 371, de 1999, na origem) - NÃO TERMINATIVO,** que "altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Autoria: Deputado **ENIO BACCI.** Relatoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA.** Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: **Adiado. Item 22) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009(nº 6.171, de 2005, na origem) - NÃO TERMINATIVO,** que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos".

Autoria: Deputado **CELSO RUSSOMANNO.** Relatoria: Senador **ARTHUR VIRGÍLIO.** Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: **Adiado. Item 24) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 718, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO,** que "altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sobre a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário". Autoria: Senador **GERSON CAMATA.** Relatoria: Senador **CÉSAR BORGES.** Parecer: Favorável à matéria com cinco emendas que apresenta. Resultado: **Concedido pedido de vista coletivo. Item 25) EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2006 - NÃO TERMINATIVO,** que "inclui dispositivo no Código de Defesa do Consumidor, para determinar que conste, nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao consumidor, o nome e o endereço do fornecedor do produto ou serviço". Autoria: **CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Relatoria: Senador **GERALDO MESQUITA.** Parecer: Favorável às Emendas nºs 1 e 2 da Câmara dos Deputados. Resultado: **Adiado**. **Item 26) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 - TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público". Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR.** Relatoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Parecer: **Contrário à matéria.** Obs.: Foi apresentado voto em separado, de autoria do Senador **CÉSAR BORGES**, favorável ao projeto, na forma do relatório oferecido pelo Senador **MARCO MACIEL** na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Resultado: **Adiado. Item 27) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 – TERMINATIVO,** que "acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências', para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato". Autoria: Senador **AUGUSTO BOTELHO.** Relatoria: Senador **ALMEIDA LIMA.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado. Item 28) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 - TERMINATIVO,** que "institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente". Autoria: Senadora **SERYS SLHESSARENKO.** Relatoria: Senador **VALDIR RAUPP.** Parecer: **Contrário à matéria. Resultado: Adiado.** No transcorrer dos trabalhos, assume a Presidência temporariamente a Senhora Senadora **MARINA SILVA.** Usam da palavra os Senhores Senadores **LEOMAR QUINTANILHA, MARINA SILVA, MARISA SERRANO, JEFERSON PRAIA** e **FÁTIMA CLEIDE.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 12/05/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os senhores e as senhoras, senadores e senadoras, que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Quero dizer e anunciar que esta sessão, a primeira etapa dela é a cerimônia de aposição do retrato do Senador Leomar Quintanilha. E faço, então, o convite ao Senador Leomar Quintanilha para participar aqui da Mesa junto conosco. E registro a presença da Márcia Quintanilha, que é a esposa do Senador Leomar Quintanilha. E passo a palavra, então, para que haja a condução desta cerimônia para o locutor.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, bom-dia. Damos início à solenidade de aposição do retrato do Senador Leomar Quintanilha, na galeria de fotos dos ex-Presidentes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal. À frente desta Comissão, no período de 2005 a 2008, Leomar de Melo Quintanilha, Senador pelo Estado do Tocantins, foi o responsável pela condução de mais de 119 reuniões, 44 audiências públicas e ainda pela coordenação dos trabalhos de apreciação de 504 matérias submetidas à Comissão.

Com a palavra o Exmo. Senador Renato Casagrande, Presidente desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado. Quero cumprimentar o Senador Leomar Quintanilha, Senadora Marina, Márcia, pessoas, senhoras e senhores presentes nesta Comissão. É com alegria que a gente, hoje, faz essa cerimônia de aposição do retrato do Senador Leomar Quintanilha. Eu estava aqui, conversando com a Senadora Marina Silva e dizendo que o retrato, presente nesta parede, Leomar, na verdade, é uma forma também de ficar, de se estabelecer um registro histórico dos presidentes da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor. Então,

V. Exa., a partir de hoje, já faz parte dessa galeria de fotos aí e já está na história do Senado, naturalmente, mas com esse retrato aí que não deve ter ficado muito bonito, mas, com esse retrato, vai entrar ainda mais para a história. Como diz a Marina, só a Márcia que acha bonito e que pode achar também.

Mas é uma alegria estar aqui numa Comissão tão importante como esta. Eu mesmo, como membro da Comissão, no primeiro biênio, eu tive a oportunidade de desenvolver diversos trabalhos junto com V. Exa., trabalho na área de recursos hídricos, o debate que nós fizemos preparatório para o Fórum Mundial da Água, realizado em Istambul, onde nós estivemos presentes, que, de certa forma, culminou com o relatório aprovado aqui, neste momento, presidido pela Senadora Marina Silva e relatado pela Senadora Marisa Serrano. Também tive a oportunidade, com a sua colaboração e sensibilidade, de fazer um ciclo de debate sobre o controle interno e externo da administração pública, que redundou em diversos projetos que estão sendo, que já há alguns já tramitando aqui no Senado da República. Então, esta Comissão tem três grandes temas importantíssimos para a sociedade brasileira, e eu fui testemunha, do período que V. Exa. foi Presidente, do trabalho desenvolvido.

Mais do que nunca, V. Exa. continua fazendo parte desta Comissão e, hoje, preside a Comissão de Desenvolvimento Regional, que é uma comissão também tão importante como esta. E o momento é um momento de debate, debate sobre o novo modelo de desenvolvimento que nós temos que estabelecer no mundo e no Brasil, a crise financeira aponta esta necessidade. Vivemos uma fase de embate, onde a crise faz com que haja a pressão sobre a administração pública para que se simplifique o processo de licenciamento e se flexibilize a legislação ambiental, como se isso pudesse resolver o problema, e que nós sabemos que não vai resolver, e, ao mesmo tempo, também, a oportunidade que nós temos. Nós, que temos um nível de debate na área de desenvolvimento e de sustentabilidade, nós temos que estabelecer, a partir deste momento, novos conceitos sobre o modelo de desenvolvimento que nós desejamos. O planeta terra não suporta este modelo de desenvolvimento que nós estamos tendo no mundo, com este padrão de consumo, como o consumo sendo a referência da felicidade das pessoas. Nós, com o gasto de energia que nós temos, com essa fonte de energia, o planeta não suporta, não suporta e não sou eu que digo, porque eu sou, na verdade, como liderança política e até formado em engenharia florestal, mas um repetidor daquilo e um interlocutor daquilo que os cientistas estão nos dizendo a cada dia.

Então, hoje, ter essa oposição... A aposição da sua foto também é um momento de reflexão do papel e da função dessa Comissão, neste momento de transição que nós estamos vivendo no nosso país. Então, eu quero, como Presidente da Comissão, neste momento, dizer da importância desta solenidade, agradecer ao seu trabalho durante os dois últimos anos e dizer que esta Comissão aqui será sempre agradecida ao seu empenho, à sua dedicação, à sua capacidade de trabalho conjunto, o seu espírito democrático que sempre norteou o seu trabalho na Comissão. Parabéns.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Senador Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não sei se eu devolvo ao locutor. Então, devolvo a palavra ao locutor, já sabendo que a Ministra Marina Silva quer usar a palavra.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Passamos a palavra à Exma. Sra. Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, senhoras e senhores, Senador Quintanilha, Márcia, todos os membros do gabinete do Senador Quintanilha, senhoras e senhores presentes, as minhas palavras são muito mais de agradecimento. Eu, durante o período que o Senador Quintanilha foi Presidente da Comissão de Meio Ambiente, eu estava no Ministério do Meio Ambiente e, aqui, tive a oportunidade de ter várias matérias, de meu interesse, aprovadas, foi fundamental o vosso apoio na aprovação da Lei de Gestão... da Lei Florestal de Gestão de Florestas Públicas. Também quando fizemos a criação do Instituto Chico Mendes. E, sobretudo, o apoio que V. Exa. deu à Agência Nacional de Águas. Eu tive a oportunidade de ter alguns diretores e o próprio presidente da Agência, aprovado por este Senado... Em algumas oportunidades, V. Exa. chamou para si a relatoria das matérias, para dar, digamos, maior importância ao processo e buscar maiores apoios, porque V. Exa., com sua liderança e aceitação que tem entre seus pares, sabia que, chamando para si a relatoria, ajudaria na aprovação dos nomes de pessoas altamente competentes. Fiz questão de que fossem sempre pessoas ligadas à agenda, nunca indicações políticas, ainda que as pessoas tenham capacidade de diálogo político. Passou aqui a aprovação do Dr. Braga, do Dr. Oscar, que é, inclusive, da ABRH, do Dr. Alvino, do Dr. Bruno, do próprio José Machado. E quero agradecer por seu apoio e dizer que, como senadora e colega, também tive a oportunidade de, na Subcomissão das Águas, ter um período liderado por V. Exa., que deu todo apoio ao meu trabalho, juntamente com a Senadora Marisa Serrano, que, depois, foi secundado pelo querido amigo Casagrande.

De sorte, que é muito mais para parabenizá-lo e dizer que, às vezes, esses atos simbólicos, as pessoas não interpretam adequadamente, mas eu, que sou que formada em história, sei o quanto é importante o registro das coisas. E se a tecnologia nos permite a imagem para registrar não só os feitos no papel, mas também a imagem daqueles que, durante um determinado tempo, ocuparam determinadas funções, é fundamental para o registro e até para que possamos aprender o ato de celebrar e rememorar aquilo que fazemos.

Então, isso aqui é um momento também de rememorar e celebrar o trabalho feito por V. Exa., o que é muito bom, porque eu sei que nem sempre é fácil presidir uma Comissão como essa, em que os temas, às vezes, são tensionados, em que, em boa parte dos temas, às vezes, ainda não contam com a compreensão da maioria dos colegas e que é necessária uma boa capacidade de mediação para poder fazer as comissões funcionarem.

Então, parabenizo V. Exa. e o Senador Casagrande, que assumiu agora o bastão dessa corrida 4X4, rumo ao desenvolvimento sustentável do planeta e do nosso país.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Com a palavra o Exmo. Sr. Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, querido colega e ilustre representante do Estado do Espírito Santo, Senador Renato Casagrande, querida amiga e ilustre Senadora Ministra e minha vizinha, Marina Silva, Márcia, meus queridos amigos aqui presentes, eu sou como a grande maioria dos brasileiros, filho de um dos rincões deste país. E, seguramente, durante, sobretudo, a minha adolescência e a minha primeira fase de homem adulto e maduro, jamais havia me passado pela cabeça que eu viria a assumir uma função pública. Ser senador nunca tinha me passado pela cabeça, e eu que integro uma família que não tem precedente, que não tem antecedente nessa atividade política. Mas foi por impulso, projetado, possivelmente, pela atividade de representação de uma das mais importantes instituições brasileiras, o Banco do Brasil, a quem devo muito da minha vida, inclusive a minha complementação e a minha formação, a formação do meu caráter, foi no Banco do Brasil que eu a completei, que completou o trabalho iniciado no berço, feito pelos meus pais, na escola e depois o Banco do Brasil, e foi, seguramente, o Banco do Brasil e esse sentimento de procurar servir o próximo e a comunidade em que eu vivia que acabou me levando a postular um cargo público. Foi quando eu percebi que o universo da vida que eu vivia era muito mais amplo, sobretudo depois de poder conviver com os próceres nacionais, de conviver na Câmara dos Deputados e no Senado da República, com as figuras ilustres e mais importantes deste país, responsáveis pela discussão e decisão dos temas mais singulares e mais complexos, dos temas que interferiam, efetivamente, na vida de cada um dos cidadãos.

Este Congresso Nacional, com a convivência dos meus queridos pares, é, efetivamente, a grande universidade que qualquer cidadão, qualquer ser humano pode freqüentar. Aqui é um aprendizado permanente, aqui é um aprendizado profundo, aqui o aprendizado é amplo, e eu sinto muito orgulho de ser político, embora perceba que a interpretação, hoje, por parte da sociedade, da nossa atividade seja de certa forma equivocada, mas eu tenho orgulho muito grande daquilo que faço como representante de uma fatia da população, de um pedaço desse Brasil. E comemoro à larga os feitos conseguidos por tantos quantos contribuíram para o desenvolvimento da minha aldeia, do meu Estado, que tem apenas pouco mais de 20 anos e que experimentou, seguramente... Neste Brasil todo, talvez seja o território que tenha experimentado a mais forte transformação.

Seguramente, a população do Estado do Tocantins sabe avaliar as suas condições de vida, o que era aquele território há 20 anos e o que é hoje. E eu sinto, efetivamente, orgulho, repito, de poder ter dado a minha modesta contribuição para que essa transformação na qualidade de vida, nas oportunidades das pessoas, pudessem ter ocorrido. E conviver com os meus ilustres pares, com vários daqueles que o relacionamento profissional é ultrapassado, transcende nessa convivência essa relação de apenas colegas de parlamento para construir-se aqui, numa admiração e num respeito mútuo, muitas situações de amizade. E eu agradeço, Marina Silva, ilustra Ministra, ícone nacional, Renato Casagrande, jovem impetuoso e combativo, o privilégio e a oportunidade de conviver com ambos, dentre tantos companheiros importantes, que adicionaram à minha vida algo de positivo, algo de importante, para que eu pudesse levar também ao país e, particularmente, ao meu Estado, nessa contribuição de desenvolvimento.

Conviver com vocês nesta importante Comissão que, recentemente, já, quando eu assumi, teve por decisão do Senado ampliado o seu escopo que era restrita à fiscalização e controle, por si só já era uma Comissão de muita importância para o Senado, para o cenário brasileiro, mas quis a Mesa Diretora ampliar o escopo desta Comissão, atribuindo-lhe também as funções de cuidar das questões do meio ambiente e da defesa do consumidor. Mais duas atribuições enormes, gigantescas, e nós podemos afirmar, pelas nossas limitações, pelas limitações materiais e do tempo... Efetivamente,

não temos, ninguém tem, a condição de aprofundar o que é necessário e o que poderia ser feito em cada uma dessas atribuições que são cometidas a esta Comissão. De qualquer sorte, nós procuramos fazer aqui o melhor. De qualquer sorte, nós procuramos nos dedicar por inteiro, com paixão, buscando o máximo possível de compreensão naquilo que era tarefa a nós designado, e, seguramente, esta Comissão teve um trabalho consistente e importante, graças, sobretudo, à contribuição de suas excelências, que, também, trazendo o brilho das suas inteligências a particularidade da sua dedicação, fizeram com que o trabalho desta Comissão pudesse, efetivamente, trazer uma contribuição ao desenvolvimento do nosso país.

E não seria possível, também, nós desenvolvermos um trabalho mais ágil, mais ativo, mais participativo com tantas atribuições que temos nós pela Casa, se nós não pudéssemos contar com um corpo de servidores dedicados, competentes, leais, queridos, de quem eu não tinha tido ainda a oportunidade, ao encerrar o meu segundo mandato à frente desta importante Comissão, expressar o meu sentimento de gratidão pelo empenho, pela dedicação, pelo esforço desempenhado por cada um deles, para que esta Comissão, para que nós pudéssemos desenvolver o trabalho que o povo brasileiro, de nós, tanto espera. Por isso, Zé Francisco de Carvalho, Airton Dantas, Hipólito Gadelha, Ivone Pires, Moira [ininteligível], Cássia Egg(F), Everton Fernandes, Mendes da Silva, Jacqueline Oliveira, recebam, neste momento, ainda que com pequeno atraso, a expressão da minha maior gratidão, do meu maior respeito e da minha admiração pelo trabalho que desempenharam e pelas possibilidades que nos propiciaram de cumprir com a nossa obrigação à frente desta Comissão.

Deixar o meu retrato ao lado de ilustres companheiros - um deles, representante do meu Estado - pode ser um gesto singular, sim, é um gesto simples, sim, mas muito marcante na minha vida, porque eu sei que devo satisfações ao povo brasileiro, ao povo do meu Estado, à minha família e aos meus amigos daquilo que faço, em tudo que faço e como faço. E ao deixar ali registrado o gesto de reconhecimento desta Comissão pela minha participação efetiva nesta Casa, é, para mim, um fato significativo, importante, que marca e que marcará para sempre a minha história, uma parte importante da minha vida, vivida com vocês, aqui no Senado da República. Portanto, só me resta, diante disso, manifestar o meu profundo reconhecimento, dizendo a todos o meu muito obrigado.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, convidamos o Exmo. Sr. Senador Renato Casagrande, a Exma. Sra. Senadora Marina Silva, o Exmo. Sr. Senador Leomar Quintanilha e sua esposa, Sra. Márcia Quintanilha, para descerrar a foto que, a partir deste momento, passa a integrar a galeria de fotos dos ex-Presidentes da Comissão de Meio Ambiente.

[palmas]

Agradecemos a presença e desejamos a todos um bom dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, senhoras e senhores, vamos dar início a segunda etapa, a segunda parte da nossa reunião. E nós temos diversos requerimentos. Um requerimento de...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu gostaria de solicitar a inversão da pauta para que pudéssemos apreciar agora o item 3 do qual eu sou relator, porque eu teria necessidade de concluir a audiência pública que está sendo realizada no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para avaliar e discutir sobre a tragédia que se abate sobre diversos Estados brasileiros com a excessiva precipitação pluviométrica que eles estão experimentando.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o requerimento do Senador Leomar Quintanilha. Em votação. Senadores, que forem favoráveis à inversão de pauta, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, vamos dar início à pauta pelo item 3. Requer, nos termos regimentais, que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União cópia do inteiro teor dos relatórios de auditoria e respectivos anexos que ilustram o processo nº 17177/2008-2 relativo à fiscalização de orientação, centralização para avaliar o relacionamento entre as instituições federais de ensino superior e suas fundações de apoio. Autoria do Senador Leomar Quintanilha. Com a palavra o autor.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente e Srs. Senadores, o requerimento é muito simples. Essa decisão do Tribunal de Contas não deixou bem clara, para que nós pudéssemos ter uma compreensão perfeita das razões que levaram o Tribunal a tomar a decisão que tomou. Por essa razão, por esse motivo, nós estamos solicitando que o TCU nos remeta uma cópia de inteiro teor do relatório de auditoria e respectivos anexos que instruíram o processo 17177, relativo à fiscalização de orientação centralizada, para que nós pudéssemos fazer um exame mais aprofundado da questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Sras. e Srs. Senadores que aprovam o requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado o item nº 3, requerimento de autoria do Senador Leomar Quintanilha.

Item nº 2, autoria da Senadora Marisa Serrano, Marina Silva. Peço desculpas. Requer, nos termos do art. 3.353, do Regimento Interno, o sobrestamento do PLS 407/2008, em tramitação na Câmara dos Deputados do PL nº 707291/2005, Senadora, que dispõe sobre o registro de circos perante o Poder Público federal e o emprego de animais de fauna silvestre brasileira e exótica na atividade circense.

Com a palavra a autora Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Muito rapidamente, Sr. Presidente. O pedido de sobrestamento da matéria, porque essa discussão já foi mais aprofundada na Câmara dos Deputados, e o objetivo é para que possamos acolher as contribuições que vieram daquela Casa, e, ao mesmo tempo, fazermos as nossas sugestões à luz do acúmulo já existente.

Então, o sobrestamento é exatamente para que possamos juntar os esforços das duas Casas e termos, ao fim e o cabo, uma solução para esse problema que é de natureza complexa, como é esse que, no meu entendimento, esta Comissão tem obrigação de dar uma resposta, sobretudo, para que possamos ter um tratamento adequado aos animais, não importa se são exóticos, ou se são pertencentes à nossa fauna, eles merecem, igualmente, o cuidado e o respeito que os seres humanos devem ter para com todas as formas de vida. Entendo a complexidade da matéria e exatamente por isso que estou pedindo, nesse requerimento, para que possamos juntar o nosso esforço ao esforço da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão. Em votação. Os Senadores, favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovado o item 2.

Também o requerimento...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, já aproveitando e colocar extrapauta um requerimento de minha autoria que passo a ler. Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública desta Comissão com o objetivo de debater o trabalho de pesquisa do engenheiro agrícola Eduardo Macedo, professor do departamento de oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco, sobre as implicações dos herbicidas aplicados nos canaviais, suas implicações na água e os efeitos nocivos sobre os recifes de corais. Solicito que, além do professor Eduardo Macedo, sejam convidados um representante do Ministério do Meio Ambiente e um representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para que possamos fazer esse debate. Ainda mais, Sr. Presidente, que temos na Casa iniciativa de Projetos de Leis que tentam fazer algum tipo de regramento sobre uso desses herbicidas, inclusive, no que concerne aos seus vasilhames. Então, esse estudo que foi realizado pela Universidade Federal de Pernambuco, através do oceanógrafo Eduardo Macedo, ele traz informações que são assustadoras do ponto de vista da contaminação, enfim, dos recifes de corais e as influências que isso terá sobre a nossa fauna marinha.

Então, são essas as minhas palavras, e gostaria de contar com o apoio dos Srs. Senadores para a realização dessa audiência pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o pedido de inclusão extrapauta do requerimento da Senadora Marina Silva. Em votação. Aprovada a inclusão extrapauta. Em discussão o requerimento já apresentado pela Senadora Marina Silva. Em votação o requerimento. Aprovado o requerimento da Senadora Marina Silva.

Quero também ir ao item nº 7, que é o item de minha autoria, e também requer, nos termos do art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, que é promovida por esta Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle audiência pública com o objetivo de apresentar o processo de discussão de implementação do resultado da iniciativa sobre a Diretiva Quadro de Água da União Européia que entrou em vigor em dezembro de 2000, que estabelece um quadro de ação comunitária do domínio da política de água com a presença das seguintes autoridades e convidados: Orlando Borges, presidente do Instituto de Água de Portugal, e José Machado, presidente da Agência Nacional de Águas. Nós estamos, na verdade, é aproveitando a visita do Orlando Borges que estará no Brasil, neste período, para que façamos uma audiência pública com a Agência de Água de Portugal, e com isso discutirmos a Diretiva Quadro de Água da União Européia e o presidente da Agência Nacional de Águas do nosso País, o Sr. José Machado. Então, nós estamos propondo que seja feito no dia... Na verdade, ele vai estar aqui no dia, num período e estamos propondo que seja feito no dia 21 que é na próxima quinta-feira na parte da manhã. Então, eu gostaria de colocar em apreciação, em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação o requerimento. Os Senadores favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

O item nº 8 também de minha autoria que requer nos termos regimentais a extinção da Subcomissão Permanente do Aquecimento Global, criada

através do Requerimento nº 01/2007, aprovada em 7 de fevereiro daquele ano, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle para estudar as mudanças climáticas em conseqüência do aquecimento global. Na verdade, quando nós iniciamos essa legislatura eu propus aqui a criação de uma subcomissão de mudanças climáticas, foi criada, mas depois nós resolvemos fazer uma comissão mista temporária de mudanças climáticas, e foi criada, e trabalhou e essa ficou congelada, vamos dizer assim, sobrestada, e agora nós queremos uma comissão permanente, mista de mudanças climáticas, não vejo razão de que essa comissão possa continuar existindo. Então, como eu fui autor da criação da subcomissão, estou sendo autor para que haja a extinção dessa subcomissão. Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Senadores e Senadoras, favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovada. A comissão foi extinta.

O item nº 9, também de minha autoria, que requer, nos termos regimentais, realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Permanente de Mudanças Climáticas, da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa com vistas a tratar das questões atinentes à preservação da Amazônia, a ser realizada no plenário do Senado no dia 13, hoje, quarta-feira às 18h30, com lista de convidado a ser decidida, posteriormente, mediante sugestão da Comissão. Este requerimento também já um assunto resolvido, como presidente sou apenas o requerente formal, mas a Comissão já decidiu participar hoje de uma vigília amazônica a partir... Amanhã, desculpa, amanhã. Agradeço a observação. Amanhã, quarta-feira, uma vigília amazônica, a partir das 18h30, no plenário do Senado, com a presença do Movimento de Preservação da Amazônia, não sei se é este o nome exato, com a Cristiane Torloni e também com o Movimento Amazônia Para Sempre, que algumas personalidades, artistas estão à frente desse Movimento Amazônia Para Sempre e diversas outras autoridades, especialistas, entidades que, a partir de 18h30, vão estar presentes no plenário do Senado, não só os senadores, mas também os deputados, porque uma comissão é uma comissão mista, então teremos uma vigília com senadores, deputados, ONGs, autoridades, personalidades, artistas. Então, na verdade, o requerimento é para que a gente possa, formalmente, ter a Comissão de Meio Ambiente participando da vigília amazônica junto com a Comissão de Mudanças Climáticas, a presidente Ideli Salvatti e junto com a Comissão de Direitos Humanos, o presidente Cristovam Buarque. Em discussão. Com a palavra a Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, acho essa iniciativa altamente adequada para o momento que estamos vivendo, e é um momento de tentativas de retrocesso, referente às conquistas ambientais que já tivemos ao longo desses anos todos, desde a promulgação da Constituição de 88, e nós sabemos que existe um conjunto de iniciativas tramitando no Congresso Nacional. São mais de 30 projetos de decreto legislativo, tentando algum tipo de retrocesso na legislação ambiental, várias medidas provisórias. Recentemente, tivemos uma atitude da Assembléia Legislativa de Santa Catarina fazendo mudanças no Código Florestal, no meu entendimento, mudanças inconstitucionais, à medida que uma lei estadual não pode flexibilizar uma lei federal, e as ações voltadas, no meu entendimento, para o avanço da frente predatória na Amazônia. E aí são várias medidas provisórias com esse sentido, mas uma delas tem a ver com a medida provisória da regularização fundiária, em que pese o esforço feito pelo Ministério do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário para colocar ali algumas condicionantes. Essas condicionantes são desconstituídas do ponto de vista prático, à medida que outros artigos dispensam a vistoria e ainda foram alargadas as flexibilizações pelo relatório que vem da Câmara dos Deputados. Como não bastasse, temos a medida provisória do fundo soberano que o Deputado Guimarães colocou uma emenda que dispensa a licença prévia para edificações de rodovias alegando que quando essas edificações já existem, quando essas estradas já existem não há necessidade do licenciamento prévio, o que, no meu entendimento, é uma desconstrução do processo de licenciamento do Brasil com gravíssimos prejuízos para o país inteiro, sobretudo, para a Amazônia.

Então, todos os Srs. Senadores devem, no meu entendimento, reparar esse erro cometido na Câmara dos Deputados, e o requerimento de V. Exa. está inteiramente de acordo com o sentimento da maioria dos brasileiros que temem esses retrocessos que veem acontecendo na legislação ambiental, essas tentativas de retrocesso. A vigília acontecerá nos horários, já que anunciados por V. Exa., a partir das 19 horas, e, no meu entendimento, aqueles que podem acompanhar diretamente aqui do Senado estão convidados, mas os que não podem poderão fazê-lo pela TV Senado e, inclusive, mandando as suas manifestações para os Srs. Senadores, para a presidência das Casas, da Câmara e do Senado, dizendo o que os brasileiros pensam em relação a iniciativas que, em plena crise ambiental global, tentam retroceder para uma economia do século XX, quando deveríamos avançar para a economia do século XXI.

O requerimento de V. Exa. é altamente apropriado e está aprovada a iniciativa da Senadora Ideli Salvatti, Cristovam Buarque, com o movimento dos artistas Victor Fasano e Cristiane Torloni, do Movimento Amazônia Para Sempre, juntamente com várias instituições de entidades não governamentais, além de pesquisadores que estarão fazendo apresentações e comunicações da gravidade que está a questão ambiental global e os seus reflexos na Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Continua em discussão a matéria. Em votação o requerimento. Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

E eu também vou fazer um pedido, nós estamos votando um requerimento de minha autoria, vou fazer um pleito para que haja a inclusão extrapauta de um requerimento de minha autoria. Senadores e Senadoras que forem favoráveis à inclusão extrapauta, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu vou pedir autorização à Comissão para que eu possa apresentar um requerimento de um assunto regional, de um assunto do meu Estado na Comissão de Fiscalização e Controle, porque nós estamos desde 2005 com o aeroporto do Estado do Espírito Santo, que é um aeroporto muito precário, as obras iniciadas, paralisadas por decisão do TCU, não concordância do consórcio que realiza a obra e não temos nenhuma possibilidade de ver uma saída para essa obra, não estamos vendo uma luz no fim do túnel, não estamos vendo nenhuma saída para que a gente possa resolver a questão da obra. A obra está parada, 30, 40% da obra já foi feita e estamos perdendo todo o recurso aplicado naquela obra. Então, estou tomando a liberdade de fazer aqui, nesta Comissão, um debate sobre um assunto regional, local; mas de extrema necessidade para o nosso desenvolvimento do Estado do Espírito Santo. Então, estou chamando aqui, convidando o Raimundo Carreira, Ministro do Tribunal de Contas da União, o Bruno Caiado de Acioli, que é Procurador da República do Distrito Federal, José Antônio Dias Toffoli, Advogado Geral da União, Clenilson Nicácio Silva, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, a Infraero, para debater em cima das irregularidades apontadas na contratação de obras do serviço de engenharia e as saídas que nós temos com relação a esta obra. Então, eu peço o apoio de V. Exa. Vou marcar essa audiência num horário que não atrapalhe o desenvolvimento normal da nossa reunião. Mas eu, como Senador do Estado do Espírito Santo, tenho que dar uma resposta e tenho que buscar alternativa para essa obra, que virou um símbolo da má aplicação do dinheiro no Estado do Espírito Santo. Então, eu peço apoio de V. Exa. para esse requerimento. Senadores e Senadoras, que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento que vou também colher assinatura do Senador Gerson Camata e Senador Magno Malta, representante do Estado do Espírito Santo.

Item nº 5 de autoria do Senador Jefferson Praia, a quem eu passo a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Senador Casagrande, Sr. Presidente, um requerimento, Sr. Presidente, para que seja realizada uma audiência pública, no âmbito desta Comissão, sobre os problemas e perspectivas para a disseminação do emprego da energia solar no Brasil e o incremento da participação dessa fonte na matriz energética nacional, contando com a participação dos seguintes expositores, que, no requerimento aqui, já está colocado.

Sr. Presidente, esse requerimento é para que possamos perceber e buscamos como fazer com que a energia solar possa ser mais utilizada no nosso País, principalmente, na Amazônia. Eu vejo como uma das fontes de energia muito importante. Portanto, o requerimento é esse, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito Obrigado. Em discussão o requerimento do Senador Jefferson Praia. Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento do Senador Jefferson Praia. Srs. Senadores e Senadoras, que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Item nº 6.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, o item é um requerimento também de minha autoria. Desculpe-me interrompê-lo, mas estou pedindo para ser retirado para fazer modificações. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então está atendido V. Exa., pedindo de retirada de pauta do requerimento nº 6 como autor.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, eu também, como relatora, peço para retirar de pauta o item 20.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Item 20.

Então vamos voltar ao item nº 4. Como relatora, a Senadora Marisa Serrano, a quem passo a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Sras. Senadoras, Sr. Senador. O requerimento de minha autoria tem fundamento no art. 71C, da Constituição Federal, e nos termos regimentais. Eu estou requerendo ao Tribunal de Contas

da União, o TCU, que fiscalize e acompanhe passo a passo os desdobramentos e a execução do Programa Minha Casa, Minha Vida, criado por intermédio da Medida Provisória 459, de 25 de março de 2009, e envia ao Senado Federal, para os efeitos de controle por parte da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos – CAE, relatórios trimestrais desse acompanhamento, informando, inclusive, os quantitativos de casas e apartamentos construídos e valores aplicados por unidade da Federação e por município.

Eu quero aqui justificar esse meu requerimento, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, justamente porque andando por esse País e todos nós aqui defendemos aqui e representamos um Estado da Federação, e sabemos que é um projeto que envolve os municípios, envolve a iniciativa privada, envolve os governos dos Estados e é necessário que haja um acompanhamento mais de perto sobre essa questão, haja vista que o Presidente da República disse que deve construir milhões de casas, e é necessário que a gente tenha um acompanhamento mais de perto. Se o projeto é de tal magnitude essa Comissão de Fiscalização e Controle tem obrigação de acompanhar um projeto enorme como esse.

Vários prefeitos me levantaram as suas preocupações, e se as preocupações são dos prefeitos também que estão lá na base, nada mais justo que esta Comissão que tem essa função possa dar uma resposta a todos aqueles que precisam e querem o acompanhamento do que está acontecendo no Brasil, nessa questão da construção das habitações populares fundamentais para que a sociedade possa ter um teto e viver melhor. Era esse o meu requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o requerimento da Senadora Marisa Serrano, que eu acho um requerimento importante. Então, não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento. Quem for favorável, permaneça como se encontra. Aprovado o requerimento.

Vamos ao item nº 10. Relatoria do Senador Jefferson Praia. Aviso nº 20. Encaminho ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º, do art. 71, da Constituição Federal, o relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2007. Com a palavra o relator Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, vou direto aqui à conclusão e ao voto.

Considerando a ausência de quaisquer normativos emanados do Congresso Nacional sobre o conteúdo e a forma do relatório de atividades que o Tribunal de Contas da União deve apresentar, bem como o pronto atendimento das solicitações demandadas por esta Comissão, a que se concluir que o relatório apresentado para o ano de 2007 atende as determinações constitucionais e legais vigentes. Inegavelmente, os dados, apresentados pelo Tribunal, permitem que o Congresso Nacional tenha uma razoável visão sobre as atividades daquela instituição em 2007.

O voto, Sr. Presidente, ante todo o exposto e frente à realidade demonstrada num passado recente, propomos que o Senado Federal tome ciência do feito e remeta o processado para o arquivo.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o item nº 10, aviso do Tribunal de Contas da União. Em votação. Senadores e Senadoras favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

O item nº 11, também da relatoria do Senador Jefferson Praia, é um aviso nº 18, que encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão proferido nos autos do processo TCU 018233/2006, bem como o relatório e voto que o fundamentaram, referente ao reexame do acórdão 1989/2006 que trata do convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e a Secretaria de Estado de Saúde do Piauí. Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o Tribunal de Contas da União, o TCU, encaminhou ao Senado Federal o aviso 247 ao plenário, de 18/03/2009, o qual anexou cópia do acórdão proferido nos autos do processo TC018233/2006-1 pelo plenário desta corte, em sessão ordinária de 18/03/2009, bem como os respectivos relatórios, e o voto que o fundamentaram. O documento do TCU foi registrado no Congresso Nacional como aviso nº 18, de 23/03/2009, e enviada à Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Sr. Presidente, passo direto ao voto. Nesse sentido, propomos que esta Comissão delibere para tomar conhecimento da decisão do Tribunal de Contas da União e remeter o processado para o arquivamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão. Em votação. Quem for favorável, permaneça como se encontra. Aprovada a matéria, item nº 11.

Item nº 12. O Senador Gilberto Goellner pediu para que pudesse ser retirado de pauta.

Passaremos então ao item nº 13 que eu sou o relator. E eu peço a Senadora Marina Silva que possa assumir aqui a presidência da Comissão, para que eu faça o relato.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Tem a palavra o Senador Renato Casagrande para fazer a relatoria do item 3 da nossa pauta.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): 13.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): 13. Desculpa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Esta matéria, Sra. Presidente, é um aviso nº 140, do Tribunal de Contas da União, que encaminhou ao Senado cópia da decisão 597/2000, bem como respectivos relatórios e voto que fundamentaram auditoria realizada na Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP, órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia ainda de 1999. À época, o Tribunal fez diversas recomendações, determinando à FINEP diversos procedimentos. Nós estamos avaliando este tema, neste momento. Então, o Tribunal já tomou as decisões com relação à FINEP, já determinou à FINEP diversos procedimentos e, tendo em vista, então, o Aviso 140/2000, trata de fatos ocorridos em 1999, manifestamo-nos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento e providências adotadas pelo Tribunal de Contas da União sobre o caso, em exame, e delibere pelo encaminhamento desse processo ao arquivo. Este é o voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Em discussão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de pedir um esclarecimento ao Sr. Relator sobre o levantamento feito pelo TCU a respeito... Que o Ministro relator fez a respeito do INEP. No histórico, diz o seguinte: "O Ministro Relator da matéria, em seu voto, acompanhou o parecer da unidade técnica, TCU, endossando o diagnóstico de falta de seletividade criteriosa dos projetos a financiar, a falta de acompanhamento desses projetos e perda de foco nas atividades finalísticas do FINEP, que resultaram em crescente índice de inadimplência dos financiamentos". Parece-me, Sr. Presidente, que nós precisaríamos ter um estudo melhor sobre... Se V. Exa. me permite, eu gostaria de pedir vista, Sra. Presidente, para que a gente pudesse realmente acompanhar um pouco mais, porque a parte de fiscalização e controle não é só... É tudo aquilo que é feito com o dinheiro público, seja organismos federais, sejam órgãos da sociedade civil, mas, desde que tenha recurso público, recurso federal, nós temos a obrigação, nesta Casa, de acompanhar, e eu gostaria de saber um pouco mais a respeito desses óbices que o TCU colocou.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Diante do pedido de vista da Senadora Marisa Serrano, está concedida vista para a Senadora Marisa Serrano do item 13.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Posso fazer um esclarecimento sobre este item, Sra. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Pois não.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já concedida vista, mas, naturalmente, só para informar que o Tribunal de Contas da União, à época, determinou à FINEP o saneamento das irregularidades apontadas, determinar à Secretaria de Controle Interno do Ministério da Ciência e Tecnologia fazer constar das contas da FINEP as medidas saneadoras implementadas pela empresa, incluir a FINEP no plano de auditoria, com vista a verificar se a empresa, em sua reestruturação organizacional, adotou mecanismo gerencial para reverter o quadro destrutivo e voltasse para o seu foco principal, sem perda de solutividade. Encaminhar o relatório ao Congresso Nacional que foi feito e também determinou à FINEP que evite descumprir ou alterar. Depois, foi feita uma audiência pública no Congresso, em 11 de setembro de 2002, a partir de informação prestada pela FINEP ao TCU, a quem proferiu a decisão 11 de novembro de 2002, cujos principais itens foram determinar à FINEP que evite descumprir ou alterar regras estatuídas nos seus normativos operacionais, adote providência para o financiamento concedido, guardem incoerência com as linhas de atuação da empresa, inclua no cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federativas, federais, CADIM, assistência e auxílio jurídico responsável por obrigações vencidas e não pagas para com a FINEP. Só prestar esses esclarecimentos que, à época, foram tomadas essas medidas pelo TCU e, também, na época, a comunicação ao Congresso foi feita, à época.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O que eu gostaria, Sra. Presidente, me permite.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Feitos os esclarecimentos do Senador Casagrande, pede a palavra, novamente, a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Casagrande, aqui diz, no seu relatório, que, finalmente, em 1º de julho de 2004, o TCU julgou irregulares as contas do presidente e do diretor responsável pelas irregularidades na liberação da garantia em numerários contra os financiamentos a Guilherme Fontes Filme Ltda. e aplicou uma multa de 5 mil, indivi-

dualmente, ao responsável pelas irregularidades. Mas a minha preocupação maior, Sr. Relator, foi justamente o que é que nós, nesta Comissão, podemos fazer e colocando essa prestação de contas como motivo para melhorar todo o questionamento de recursos, todo o repasse de recursos públicos, para que tenha uma melhor seletividade, maior acompanhamento dos projetos, garantir o foco. Tudo aquilo que o TCU analisou como necessário para que um projeto de recursos que usem recursos públicos seja aprovado.

Então, eu acho que nós podemos, aqui nesta Comissão, inclusive, sugerir mudanças e propostas na liberação de recursos públicos, nesse caso aqui, do FINEP, mas podemos levantar isso para outros órgãos, que esta Casa possa ajudar a melhorar a execução desses projetos dos recursos emitidos pela União.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Senador Casagrande, para novos esclarecimentos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Presidente Marina Silva. Eu acompanho a angústia da Senadora Marisa Serrano desde o ano passado e retrasado, que ela faz críticas aos procedimentos na área de controle desta Comissão, que eu também sou apoiador dessas reclamações da Senadora Marisa Serrano. Agora, nós não temos aqui a competência de fazermos a fiscalização; nós, aqui, temos a competência de tomar conhecimento daquilo que um órgão vinculado ou não vinculado, mas que presta assessoramento ao Congresso, que o TCU desenvolve, e algumas das inspeções este órgão manda para cá, algumas das inspeções. De acordo com o critério do Tribunal de Contas da União, essas auditorias e inspeções são encaminhadas para o nosso conhecimento. A gente pode concordar ou não. Se não concordar, podemos pedir mais esclarecimentos ao Tribunal de Contas da União; se concordarmos, nós mandamos para o arquivo, porque os procedimentos são tomados pelo Tribunal de Contas da União e não pela Comissão de Fiscalização e Controle. O que nós temos protagonismo para desenvolver é que, recebida uma denúncia, a gente pode pedir uma inspeção do Tribunal de Contas da União, nos anteciparmos, às vezes, ao Tribunal de Contas da União. A gente recebe uma denúncia de qualquer Unidade Federativa, de qualquer órgão público, de qualquer órgão do Governo Federal. Nós temos aqui a autonomia de fazermos um pedido de inspeção do Tribunal de Contas da União.

Então, nós não temos muito como avançar nas nossas funções, porque nós não temos estrutura e competência para que a gente possa ficar avaliando, efetivamente, o detalhamento dessas inspeções.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Um aparte?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Lógico.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de dizer que, mesmo que a gente... E não podemos mesmo fazer nenhuma fiscalização, mas nós podemos sugerir melhorias na legislação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Podemos.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E a partir da análise do TCU é interessante que esta Comissão discuta se a legislação pode ser melhorada, pode ser aperfeiçoada em vista do levantamento que o TCU não faz legislação, ele não vai legislar que essa é a função nossa, a função dele é o que ele faz aqui. Ele vai lá fiscaliza, está errado aplica multa. Agora nós podemos, sim, melhorar, adequar e sugerir mudanças na legislação que é nossa função através das análises que o TCU faz. Senão nós vamos ficar sempre mandando para o arquivo quando tem casos como esse que a gente pode propor mudanças, porque senão vai ser sempre a mesma coisa, nós mandamos para o arquivo e acontece a mesma coisa em outros, e vai acontecer a mesma coisa. Então, uma sucessão de fatos idênticos que a gente pode talvez aqui ajudar a melhorar e a romper esta cadeia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu acho que feito o pedido de vista e concedido, a vista para a Senadora Marisa Serrano que eu posso entender das preocupações e manifestações de V. Exa., que V. Exa. quer tomar esse caso como paradigmático para sugerir algumas modificações na legislação de forma que possa ampliar a nossa capacidade de processar, enfim, essas vistorias, auditorias que são feitas pelo Tribunal de Contas--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Posso sugerir, Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Pode sugerir, sim.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A V. Exa. como presidente desta Comissão, neste momento. Este é um debate recorrente na Comissão. E eu queria sugerir que a Senadora Marisa Serrano pudesse coordenar uma comissão composta pelo Senador Jefferson Praia e Fátima Cleide, para que possa estudar o aperfeiçoamento nessa tramitação e nessa relação da Comissão com o Tribunal de Contas da União e nos apresentar alguma proposta com relação a esse tema.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu, diante, enfim, do acolhimento da Senadora

Fátima Cleide, indago ao Senador Praia se ele concorda em fazer uma espécie de grupo de trabalho--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Grupo de trabalho, coordenado pela Senadora Marisa Serrano.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): --dos Srs. Senadores, coordenado pela Senadora Marisa Serrano, para que possam apresentar sugestões de aperfeiçoamento na legislação, no que concerne aos trabalhos desta Comissão, referente aos processos de fiscalização e controle que nós fazemos.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Concordância plena com que o presidente, agora relator, sugere, Presidente Marina.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Concordo plenamente, Senadora Marina. E veja bem, eu estou discutindo com um grupo de técnicos dos Tribunais de Contas de vários Estados e Tribunais de Contas da União sobre obras públicas inacabadas. Então, é uma questão, é outra questão que passa e precisamos trabalhar. E é claro, chegamos ao ponto, por exemplo, de analisarmos também e nós vamos ter que ver isso, como fazer para aprimorarmos a legislação, como fazer para aprimorarmos as fiscalizações para que nós não tenhamos tantos problemas com a relação às obras públicas no nosso País. Será um prazer participar desta Comissão. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Então, aprovada a sugestão de uma comissão de trabalho, coordenada pela Senadora Marisa Serrano. Eu devolvo, então, a presidência dos trabalhos para o Senador Renato Casagrande.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigada, Senadora Marina Silva, pela colaboração.

E passo ao item 14, de relatoria da Senadora Fátima Cleide, que eu já transmito a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, o item 14 diz respeito ao Aviso nº 102/2007, do Tribunal de Contas da União, que trata de relatório e do voto com relação à inspeção feita no Programa Nacional de Combate à Dengue. Eu também tive a oportunidade de ser relatora de aviso de igual teor na Comissão de Assuntos Sociais, e, lá, nós tivemos uma grande discussão sobre essa questão, Sr. Presidente, de modo que vou passar à conclusão e às recomendações.

A auditoria, realizada pela TCU, verificou algumas inconsistências no Programa Nacional de Controle da Dengue, mas deixou acertada que o êxito da ação governamental exige a convergência de esforços de todos os órgãos e instituições de fiscalização, nos três níveis de governo, e passa a determinar, então, Sr. Presidente, várias recomendações, no sentido de que o Ministério da Saúde desenvolva norma, contendo indicadores relativos à incidência da dengue nos municípios, que estude a implantação de sistemática de controle e supervisão da execução do Programa Nacional de Controle da Dengue, que inclua a realização de fiscalizações a partir de levantamento feito, no final do ano, pelos consultores do Programa Nacional de Controle da Dengue, recomendar à Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, que, no caso de suspensão de repasse de recursos do teto financeiro de vigilância em saúde [ininteligível] que não cumpram as metas do programa, pactuada e integrada de vigilância em saúde, estude meios de dar publicidade do fato à população das localidades nas quais se verificou o problema, informando ainda a medida ao Poder Legislativo local, ao Tribunal de Contas do Estado ou do Município, jurisdição sobre o ente penalizado ao Ministério Público Estadual e ao representante do Ministério Público da União da respectiva área de abrangência. Como também defina e pactue com os Estados programas de treinamento mínimo necessário para os servidores alocados nos programas municipais de controle da dengue. Que oriente as Secretarias Estaduais de Saúde para que elaborem os programas de fiscalização do Programa Municipal de Controle da Dengue em seus municípios e que desenvolva um plano de intensificação das ações de fiscalização e das ações complementares do controle de dengue para o período no qual ocorrem os surtos.

O Requerimento nº 910/2008, de 22 de abril de 2008, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, solicita, nos termos regimentais por ela aprovado, de acordo com o parecer por ela aprovada, sobre o Aviso nº 102/2007, informações ao Ministro da Saúde sobre as providências que adotou para adequar as ações do Programa Nacional de Controle da Dengue às recomendações oriundas do TCU. O Ministro da Saúde, Sr. Presidente, por meio do Aviso nº 196, do Gabinete do Ministro, de 13 de março de 2009, encaminha os esclarecimentos prestados pela Secretaria de Vigilância em Saúde.

Nesse sentido, diante do exposto, ressaltando que consideramos satisfatórias as informações prestadas pelo Ministro da Saúde, por meio do Aviso nº 196, de 13 de março de 2009, julgamos que não há providências a serem adotadas por esta Comissão. Desse modo, o nosso voto é no sentido de que esta Comissão conheça da decisão e delibere pela remessa do processo ao arquivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores e Senadoras favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria. O relatório da Senadora Fátima Cleide.

Vamos ao item 15, também, da Senadora Fátima Cleide como relatora. Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, trata-se do Aviso nº 36/2008, do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão proferido no processo nº TC019720/2007, referente à auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a gestão governamental na Amazônia brasileira.

Sr. Presidente, fizemos uma análise bem profunda de cada um do estudo, de cada parte do estudo feito pelo Tribunal de Contas, e, diante da análise feita, manifesto-me no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 36/2008 e delibere pelo acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito dos diversos órgãos e instituições do Governo Federal à luz das recomendações constantes do acórdão nº 1.097/2008, instando o Tribunal de Contas da União a trazer ao conhecimento desta Comissão os desdobramentos relevantes oriundos das referidas recomendações. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, esse é um modelo que a Senadora Fátima Cleide acaba de fazer o seu relato, de como esta Comissão pode acompanhar, realmente, as questões aqui analisadas e fiscalizadas pelo Tribunal de Contas levanta óbices e obstáculos que são inerentes a esta Comissão. Por exemplo, se a auditoria, no relatório descrito, colocou ausência de coordenação institucional das ações de governo para a Amazônia. Falta de controle de conhecimento por parte do INCRA acerca da ocupação das terras rurais na região. Baixa efetividade da atuação do INCRA para criar assentamentos sustentáveis que tornem autossuficientes na Amazônia, e pode isso ser para o Brasil todo, não só para lá. Baixa efetividade na atuação da FUNAI para demarcar as terras indígenas. Baixa efetividade da atuação do Ministério do Meio Ambiente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis, o IBAMA na criação e na gestão das unidades de conservação sustentáveis, e por aí vai. Insuficiência disso e, assim por diante. São tantos e tão graves as incongruências que o TCU encontrou que não dá para esta Comissão passar ao largo. E aí eu acompanho aqui a proposta da Senadora Fátima Cleide de que é necessário um acompanhamento, que o TCU realmente seja o nosso braço, que ele faça a fiscalização e mande para nós, e que nós aqui, a parte legal fica por nossa conta vermos se ele está obedecendo a legislação ou não, se nós precisamos reformar ou não, o que é que nós poderemos fazer para que a população brasileira tenha um retorno do trabalho que nós fazemos nessa área da nossa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Continua em discussão. Em votação. Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório da Senadora Fátima Cleide, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº 23 de relatoria da Senadora Marisa Serrano, a quem eu passo a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente.

Esse Projeto de Lei do Senador Eduardo Azeredo é muito interessante, e eu gostaria muito que os nobres pares acompanhassem a análise e o voto. De conformidade com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal incumbe à nossa Comissão manifestar sobre as matérias de cunho ambiental, inclusive, aquelas que tratam do controle da poluição em todas as suas formas. Nesse contexto, passamos a analisar o mérito desse projeto, principalmente, no que trata de crimes ambientais.

Como já mencionado, o legislador propõe que a pena de detenção e multa culminada às condutas tipificadas como crime pelo art. 65 supracitado possa ser substituída pela obrigação de reparar o dano na coisa alheia mediante limpeza realizada pelo próprio agente. Preliminarmente, a análise do mérito ambiental da iniciativa cumpre observar que a lei de crimes ambientais já prevê aplicação de pena alternativa para delitos de menor potencial ofensivo. E aí tem toda a lei como prestação de serviço à comunidade. Cumpre ressaltar que esse procedimento já é adotado pela justiça para os casos de delito de pichação. Assim o próprio autor do projeto reconhece que para vencer a pichação os juízes em Curitiba, Paraná têm determinado penas alternativas, de modo que essa conduta proibida seja reparada pelos próprios agentes o que tem redundado em grande eficácia, uma vez que eles não têm reincidido nesse crime. Sob a ótica ambiental, é fato que a substituição da pena de detenção e multa pela obrigação do próprio agente promover a limpeza das edificações compuscada(F) é medida pedagógica e desejada. Esse modelo, associado a procedimentos formais da educação ambiental, vem se mostrando, realmente, mais eficiente para coibir os atos de picha-

ção e a poluição visual, decorrentes dessas condutas. No entanto, tendo em vista os arts. 7º, 8º e 9º, da Lei 9.605, de 98, caberá à CCJ competente para opinar em matéria de Direito Penal manifestar-se sobre a pertinência de explicitar no corpo do art. 65 a natureza da pena alternativa para as condutas criminosas tipificadas pelo dispositivo legal.

Assim, no que diz respeito às competências desta Comissão, somos favoráveis pela aprovação do Projeto de Lei no Senado, isto é, todos aqueles que picharem monumentos, locais públicos terão que, obrigatoriamente, fazer a limpeza do monumento como medida punitiva, e que isso não se torne um crime e que a pessoa não seja penalizada com a detenção, como aconteceu, há pouco tempo, em São Paulo, com uma estudante. Até pedagogicamente, como eu disse aqui, eu acho que é importante a aprovação desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano. Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação o parecer da Senadora Marisa Serrano que é favorável à matéria. Sras. e Srs. Senadores que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Os anteriores que não foram votados os relatores não estão presentes. Nós vamos dar um prazo para que na próxima audiência a gente possa votá-los com a presença dos relatores, e os demais são terminativos.

Então, para encerrar a nossa reunião, eu quero só passar um convite que o SESC fez aos membros desta Comissão para que possamos participar de um seminário sobre pagamento por serviços ambientais e turismo ecológico, a ser realizado na Instância Ecológica SESC Pantanal lá no Mato Grosso, do dia 21 até o dia 24 de maio. Então, ficam todos os membros... 21 a 24 de maio. 21 é quinta-feira, À noite é a abertura e 22, 23 e 24 é o seminário sobre pagamento por serviços ambientais e turismo ecológico, numa instância que o SESC tem no Pantanal. Então, os membros da Comissão estão convidados.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Já conheço a instância, Sr. Presidente, e acho que quem puder ir, primeiro que o seminário é muito importante e é num lugar que, realmente, a gente tem muito a aprender de como fazer educação ambiental de forma informal, a instância ambiental do SESC Pantanal vale a pena ser conhecida e divulgada por todos nós e por todos os brasileiros e brasileiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem, o depoimento de quem já conhece o trabalho do SESC lá no Pantanal.

Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, é só para destacar que nós apresentamos um relatório da diligência pública que foi aprovada aqui por esta Comissão quando realizamos essa diligência no meu Estado, no estado do Amazonas para discutir a Medida Provisória 458. Eu apresentei um relatório, também tem um relatório muito bom feito pelo técnico desta Comissão, o Hipólito, o Francisco também da Comissão que esteve presente.

Eu gostaria apenas, Sr. Presidente, de solicitar que providenciássemos cópias desses relatórios para serem enviadas a todos os Senadores e Senadoras para que tomem ciência do que foi discutido lá no Amazonas, e também assim que nós tivermos um relator revisor aqui no Senado em relação à Medida Provisória 458 que é a que trata da questão fundiária na Amazônia legal, nós encaminharemos também o resultado dessa diligência que aconteceu no Amazonas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado a você, Senador Jefferson Praia.

Só para acrescentar a informação, também o convite, na verdade, a organização do seminário é da Confederação Nacional do Comércio.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta presente reunião, convidando-os para a próxima, amanhã, às 18h30, no plenário do Senado, que é a Vigília Amazônica.

Sessão encerrada às 13h06.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

17ª REUNIÃO, CONJUNTA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS-SF; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO–CD; FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE–CD, DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO-CD E DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO-CN, DIA 27 DE MAIO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS, NO PLENÁRIO N° 2, DO ANEXO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Às quinze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e sete de maio do ano de dois mil e nove, sob a Presidência do Senador Almeida Lima, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, reúnem-se as

Comissões de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE/SF); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA/SF); Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), no Plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, titular da CAE/SF, Roberto Cavalcanti, suplente da CAE/SF e suplente da CMO/CN, e João Vicente Claudino, titular da CAE/SF e titular da CMO/CN, e, ainda, do Senador Augusto Botelho, titular da CMO/CN, e dos Deputados Aelton Freitas, titular da CFT/CD, Alex Canziani, suplente da CMO/CN, Alfredo Kaefer, titular da CFT/CD, Antônio Andrade, titular da CMO/CN e suplente da CDEIC/CD, Arnaldo Madeira, titular da CFT/CD, Carlos Eduardo Cadoca, suplente da CMO/CN e suplente da CDEIC/CD, Carlos Melles, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Carlos Willian, titular da CFFC/CD, Claudio Cajado, titular da CMO/CN, Cleber Verde, titular da CMO/CN, Devanir Ribeiro, titular da CFFC/CD, Duarte Nogueira, titular da CMO/CN e suplente da CFFC/CD, Edinho Bez, suplente da CFFC/CD, Edson Aparecido, suplente da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Eduardo Valverde, titular da CMO/CN, Eudes Xavier, suplente da CMO/CN, Eunício Oliveira, suplente da CMO/CN, Felipe Bornier, suplente da CFFC/CD, Félix Mendonça, titular da CFT/CD, Geraldo Resende, titular da CMO/CN, Gonzaga Patriota, suplente da CMO/CN, Gorete Pereira, titular da CMO/CN, Guilherme Campos, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD, Humberto Souto, titular da CMO/CN e suplente da CFFC/CD, Jerônimo Reis, titular da CMO/CN, Jilmar Tatto, titular da CMO/CN, João Carlos Bacelar, titular da CMO/CN, João Dado, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD, João Magalhães, suplente da CMO/CN, suplente da CFT/CD e titular da CFFC/CD, João Oliveira, suplente da CFT/CD, José Airton Cirilo, suplente da CMO/CN, José Chaves, titular da CMO/CN, José Guimarães, titular da CDEIC/CD, Júlio Cesar, titular da CFT/CD, Laurez Moreira, titular da CMO/CN e titular da CDEIC/CD, Leandro Vilela, suplente da CMO/CN, Leo Alcântara, suplente da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Luiz Carlos Hauly, titular da CFT/CD, Luiz Sérgio, suplente da CFFC/CD, Magela, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Manoel Junior, titular da CFT/CD, Márcio Reinaldo Moreira, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Narcio Rodrigues, titular da CMO/CN, Nelson Meurer, suplente da CMO/CN, Osmar Júnior, titular da CMO/CN, Osório Adriano, titular da CDEIC/CD, Otavio Leite, titular da CMO/CN, Paulo Rubem Santiago, suplente da CMO/CN, Pedro Eugênio, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Pedro Novais, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Pepe Vargas, titular da CFT/CD, Ricardo Barros, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD, Ricardo Berzoini, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD, Rodrigo Rocha Loures, titular da CFT/CD, Rubens Otoni, suplente da CMO/CN, Silvio Torres, titular da CFFC/CD, Valtenir Pereira, suplente da CMO/CN, Vanderlei Macris, suplente da CDEIC/CD, Vignatti, titular da CFT/CD, Walter Ihoshi, suplente da CMO/CNA, e, ainda, dos Deputados Emanuel Fernandes e Gilmar Machado, Parlamentares não integrantes das Comissões participantes. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Francisco Dornelles, Garibaldi Alves Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Pedro Simon, Eliseu Resende, Antonio Carlos Junior, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Jayme Campos, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgilio, Tasso Jereissati, Gim Argello e Osmar Dias. A Reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema A*valiação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referente ao* 2º semestre de 2008, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.. A reunião é iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador Almeida Lima, que convida as seguintes autoridades para tomarem assento à Mesa, Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Dr. Anthero de Moraes Meirelles, Diretor de Administração; Dr. Alexandre Antonio Tombini, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro; Deputado Vignatti, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Edmilson Valentim, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; Deputado Silvio Torres, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; o Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Con-

trole do Senado Federal. Em seguida, o Presidente informa que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o Palestrante dispõe de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que permitisse. Conforme o estipulado no mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor podem fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Em seguida, o Presidente anuncia a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles faz apresentação em *datashow* sobre o tema em referência e é interpelado pelo Deputado Emanuel Fernandes, finalizando sua apresentação às dezesseis horas e vinte e quatro minutos. Prosseguindo, o Presidente faculta a palavra aos Presidentes das Comissões envolvidas na Reunião, Deputado Silvio Torres, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e Deputado Luiz Carlos Hauly, 2° Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. O Palestrante responde aos questionamentos efetuados pelos Presidentes das Comissões. O debate é iniciado. Há consenso no sentido do palestrante se pronunciar após as intervenções de grupo de parlamentares. Interpelam o expositor os Deputados Duarte Nogueira, Vanderlei Macris, Júlio Cesar e Alfredo Kaefer. O Palestrante responde os questionamentos efetuados pelo grupo de interpeladores. É assegurada réplica aos Deputados Vanderlei Macris, Júlio Cesar e Alfredo Kaefer. Participam do segundo bloco de interpeladores o Senador Eduardo Suplicy e os Deputados Rodrigo Rocha Loures, Jilmar Tatto, João Oliveira, Osório Adriano, Pedro Eugênio e Otavio Leite. A seguir, o Presidente encerra a lista de inscrição para o debate. O Palestrante responde os questionamentos efetuados. É assegurada réplica aos Deputados João Oliveira, Jilmar Tatto, Osório Adriano e Otavio Leite. Finalizando, o Presidente do Bacen responde às últimas intervenções e conclui a exposição Não havendo mais oradores inscritos, o Presidente em exercício agradece a presença do Dr. Henrique Meirelles. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezoito horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Almeida Lima,** Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 27/5/2009

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Declaro aberta a 1ª reunião conjunta de audiência pública, de 2009, com a participação das seguintes Comissões: pela Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Pelo Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Pelo Congresso Nacional, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao segundo semestre de 2008, em atendimento ao estabelecido no § 5º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

O convidado para esta reunião conjunta é o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

Anuncio a presença do Dr. Anthero de Moraes Meirelles, diretor de Administração; do Dr. Alexandre Antonio Tombini, diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro.

A Presidência convida os Srs. Presidentes das Comissões para comporem a mesa: Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado Vignatti; Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, Deputado Edmilson Valentim; Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Silvio Torres; Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho – S.Exa. está chegando a esta reunião; Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Renato Casagrande.

Para melhor ordenamento dos trabalhos solicito especial atenção ao estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal.

Por sua vez, o palestrante, Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, só podendo ser aparteado desde que S.Exa. o permita.

Os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

Informo ao Srs. e Sras. Parlamentares que a lista de inscrição para o debate já se encontra aberta aqui na mesa.

Nesse instante, portanto, concedo a palavra ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, para a sua exposição.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente. Como sempre, é uma honra estar presente no Congresso Nacional para prestar contas das atividades do Banco Central do Brasil. Considero essa a mais importante ação do Banco Central, que é exatamente vir ao Congresso Nacional mostrar o resultado dos seus trabalhos e, através do Congresso, prestar contas à sociedade brasileira.

De acordo com a lei, vamos falar, primeiro, sobre o resultado contábil do Banco Central — objetivos do Banco Central em termos de política monetária; política creditícia; e nas políticas creditícia e cambial, os impactos da crise internacional, e os possíveis efeitos fiscais da política monetária, e terminar com a evolução recente da atividade econômica no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Permita-me interrompê-lo, Sr. Presidente.

Por gentileza, peço aos responsáveis técnicos, ao pessoal pela sonoplastia que melhore o som. Alguns Parlamentares reclamam da audição.

Retorno a palavra o Presidente Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma honra estar mais uma vez prestando contas à sociedade brasileira, através dos seus representantes. É a ação mais importante do Banco Central, na minha opinião, vir aqui prestar conta das suas atividades a S.Exas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vamos falar, em primeiro lugar, nos termos da lei, dos resultados contábeis do Banco Central do Brasil; dos objetivos do Banco Central em termos de políticas monetária e creditícia; e dentro das políticas creditícia e cambial, dos impactos da crise internacional, dos possíveis efeitos fiscais da política monetária, e, finalmente, a evolução recente da atividade econômica no Brasil.

Resultado contábil do Banco Central: no segundo semestre de 2008, objeto desta prestação de contas, o Banco Central do Brasil apresentou resultado líquido de 10 bilhões e 170 milhões de reais de lucro positivo. De acordo com a legislação aplicável, o resultado, no período do segundo semestre de 2008, foi transferido ao Tesouro Nacional em março de 2009.

Mostrarei, posteriormente, mais uma vez, a diferença da contabilização anterior, na medida em que a contabilização, até a promulgação da Lei nº 11.803, incluía também a variação cambial das reservas e dos SWAPs cambiais. Hoje, de acordo com a lei, o resultado líquido do Banco Central não mais inclui a variação das reservas e dos SWAPs cambiais, que são transferidos automaticamente ao Tesouro Nacional. Isso não impede que eu mostre aos senhores qual foi o resultado das reservas e dos SWAPs cambiais. Mas, contabilmente, nos termos da lei, isso já é transferido automaticamente para o Tesouro Nacional.

Portanto, nos termos da Lei nº 11.803 — aqui não aparece o resultado das reservas, mas o mostraremos em seguida —, o resultado das operações do mercado aberto, a receita é de 5 bilhões e 969 milhões de reais — juros com operações com títulos e juros com operações compromissadas. O Banco Central capta diariamente excesso de liquidez de mercado, via operações compromissadas, e aplica nas suas operações com títulos, particularmente títulos do Tesouro Nacional. Portanto, tem resultado positivo de 5.9 bilhões de reais; depósitos compulsórios o Banco Central os remunera; juros com o Governo Federal da Conta Única do Tesouro; resultado de operações com instituições: 2 bilhões e 800 milhões de reais; operações em moedas estrangeiras — organismos internacionais e outras despesas; e receitas administrativas, que são despesas gerais; e outras receitas e despesas financeiras, que são exatamente as aplicações do Banco Central, principalmente resultado de senhoriagem etc., que é o valor líquido das operações com moeda. No caso, o resultado positivo do Banco Central é de 10 bilhões e 172 milhões de reais. Esse resultado, depois da promulgação da Lei nº 11.803 tende a ser mais estável, na medida em que não está mais sujeito às variações do câmbio com os impactos das reservas.

No entanto, por transparência, vamos apresentar às Sras. e aos Srs. Parlamentares, o resultado financeiro das operações com reservas cambiais e SWAPs cambiais — porque são operações que têm resultados relevantes. Evidentemente, de novo, isso é transferido diretamente para o Tesouro Nacional.

O resultado total dessas operações, no segundo semestre de 2008, foi um lucro, do Banco Central — que, de novo, não passa por lucros e perdas, por causa dos termos da lei, mas vai direto para o Tesouro —, de 171 bilhões, 420 milhões de reais. O resultado proveniente das reservas internacionais foi de 160 bilhões e 870 milhões de reais; e o resultado proveniente dos SWAPs cambiais foi um lucro de 10 bilhões e

550 milhões de reais. Se olharmos o resultado dos SWAPs cambiais desde a sua inserção, em 2002, até agora, o resultado é positivo em cerca de 5 bilhões de reais. Apenas para os senhores terem uma visão, porque o SWAP é uma operação que eventualmente gera mais dúvidas e controvérsias. Mas se olharmos no correr dos anos, de 2002 até agora, é um resultado positivo: de cerca de 6 bilhões de reais; ele sobre e desce, dependendo, evidentemente, das variações cambiais. Com os resultados das reservas, também: quando o real se deprecia, sobe o valor do dólar, sobe o valor da reserva, e dá resultado positivo; e quando cai o dólar, o resultado é negativo. Exatamente por isso é que esses resultados são excluídos do resultado do Banco Central do Brasil, visando permitir uma avaliação mais transparente do resultado do Banco Central, separado do resultado das reservas. Esse resultado, inclusive, não necessariamente deveria ser apresentado aqui, porque ele não faz parte do resultado do Banco Central nos termos da lei. Mas eu estou apenas voluntariando, já para eliminar alguma pergunta, alguma dúvida etc.

Em termos do resultado do SWAP cambial, apenas elaborando, dando uma informação a mais: no segundo semestre de 2008, portanto, o resultado foi positivo, de 10.5 bilhões de reais, e no primeiro trimestre de 2009, apenas novamente antecipando, o resultado foi positivo, de cerca de 1 bilhão de reais.

Como eu vou mostrar mais à frente, hoje a nossa posição de SWAP é equilibrada, praticamente zero. Portanto, o resultado do SWAP, daqui para a frente, tende a ser zero, a não ser que o Banco Central venha, em algum momento, construir outra posição.

Objetivo do Banco Central em termos de política monetária — o cumprimento da meta de inflação, de 4,5%, com tolerância de 2 pontos percentuais para baixo e para cima. Vamos avaliar exatamente o que tem ocorrido com a inflação. Verificamos que no ano de 2008, objeto da nossa apresentação, o Brasil foi um dos poucos países do mundo em que a inflação esteve dentro da meta. Isto é, no intervalo superior de tolerância, próximo do teto do intervalo de tolerância, porém dentro da meta, exatamente, num ano em que houve uma grande pressão de preço internacional por conta do aumento dos preços das *commodities* agrícolas, metálicas, não metálicas, e minerais, em geral. Com isso, o Banco Central cumpriu, mais uma vez, o seu compromisso com a sociedade de ter uma inflação dentro da trajetória de metas.

Em vermelho, vemos aí as projeções dos analistas financeiros e macroeconômicos sobre a trajetória da inflação. Neste ano de 2009 vemos que, na avaliação dos analistas, a inflação deverá estar um pouco abaixo do centro da meta, de novo, consistente com a missão estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Falando em expectativas de inflação, vemos aqui em amarelo a expectativa de inflação de 12 meses à frente. Observamos que ela subiu bastante durante o segundo semestre do ano passado, caiu a partir do momento em que a crise mundial teve mais reflexo sobre o Brasil e hoje está em 4,03% a expectativa de 12 meses à frente, em vermelho, 2009, 4,33%, um pouco abaixo da meta, novamente subiu bastante no segundo semestre, depois caiu constantemente, e a inflação para 2010, projetada pelos analistas hoje, é de 4,30%.

Um dado da maior importância é com relação às taxas de juros de mercado, isto é, a taxa de juro que mais aparece do ponto de vista macroeconômico – não do ponto de vista do empréstimo, do *spread* bancário, que também tem alta visibilidade, e corretamente. No caso das taxas interbancárias é muito divulgada a taxa SELIC. Mas a taxa SELIC é a de um dia. A taxa que tem mais influência na economia é a de 360 dias. As taxas que prevalecem no mercado para 360 dias, que levam em conta uma trajetória futura da SELIC, que leva em conta expectativas de inflação, que levam em conta prêmio de risco. Pois bem, essa taxa, senhoras e senhores, em 2003, chegou a atingir 30% ao ano. Ela vem caindo gradualmente, com 2 componentes de queda: de um lado, um componente cíclico, de aperto monetário e flexibilização monetária; de outro, também uma tendência estrutural de queda nesses anos, produto da estabilidade, produto da inflação na meta, produto de dívida pública cadente, produto de uma política econômica que tem gerado uma estabilização da economia.

Hoje estamos no mínimo histórico. Essas taxas estavam, para 360 dias, em 9,38% no dia 25 de maio, e a de 180 dias, em 9,32%. É o mínimo histórico desde a existência desses mercados no País.

Se observarmos a taxa de juro real, isto é, a taxa de 360 dias, descontada a inflação esperada, veremos que, durante muitos anos, ouvíamos muitos economistas expressando a convicção de que um dia a taxa de juro real no Brasil estaria se aproximando de 5%, que é padrão internacional. Juro real de 5% é consistente com muitos emergentes. Evidentemente que as taxas hoje estão muito baixas na maior parte dos países por conta da recessão e da contração muito grande. Mas uma taxa de juro real de 5% é consistente, com muitos emergentes. Não no dia de hoje, mas dentro de um padrão histórico. Uma taxa de juro real nos Estados Unidos, por exemplo, é um pouco mais baixa historicamente, oscilando muitas vezes em pouco menos de 3%, se tomarmos uma média histórica, não dos

últimos anos. Pois bem, estamos aí nos 5,2%, que é o mínimo histórico.

Objetivos do Banco Central em termos de políticas creditícias. Ele tem como objetivo ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito. Não há metas formais, porque evidentemente não é o Banco Central que concede crédito.

Impactos da crise internacional: para analisarmos crédito no Brasil, temos de olhar, primeiro, o impacto da crise no mercado de crédito brasileiro, porque a crise internacional é de crédito. Portanto, tem impacto forte no crédito no Brasil.

Vamos ver como isso aconteceu.

Se observarmos o índice de preço de residências nos Estados Unidos, quando surgiu a crise, veremos que o aumento do preço de residências e imóveis foi o grande motor do crescimento americano depois de 2001, depois da crise da Bolsa, em função do chamado estouro da bolha da Internet, das ações ligadas a empresas voltadas para a Internet.

O que ocorreu? Observamos que o preço dos imóveis, de 2000 a 2006, dobrou. Isso gerou a possibilidade de as pessoas tomarem mais empréstimos baseados nos imóveis e a consumirem mais, impulsionarem a economia.

A crise aconteceu a partir desse momento e já caiu 32%. Isso gerou consequências graves nos Estados Unidos, pois todo o processo começou por aí. Por quê? Primeiro, a construção de novas residências entrou em colapso – queda de 80% em janeiro de 2006 – o que significa menos emprego; queda dos preços; menos financiamento, o que gerou um processo de perda nos bancos. As consequências foram: inadimplência no setor imobiliário, primeiro, no *subprime*, que é exatamente o setor de renda mais baixa, onde a crise surgiu; aumento da inadimplência – cerca de 5% ao ano em média, para, praticamente, 32%; foi aqui o problema – mesmo no segmento de renda alta, que é o *prime*, 11%.

Evidentemente, esse foi o início do processo. Depois foi para empresas; corporações; agora, cartões de crédito; empréstimo para consumo. Em resumo, foi onde os bancos começaram a perder e onde a economia começou a ter problemas.

Se observarmos as perdas dos bancos, comparando com crises financeiras anteriores, veremos que a crise americana no setor imobiliário, de 1986 a 1995, durante 10 anos, causou uma perda total de um pouco mais 300 bilhões de dólares; a crise no Japão, de 1990 a 1999, também 10 anos, cerca de 800 bilhões de dólares; a crise asiática, que foi muito grave para os países emergentes, cerca de 400 bilhões de dólares. As estimativas de perdas da crise atual está aumentando a cada ano. Temos hoje uma estimativa de perda global de 4,1 trilhões de dólares: nos Estados Unidos, 2,7; na Europa, 1,2, e no Japão, 0,1.

A perda total das bolsas de valores no mundo até hoje é de cerca de 28 trilhões de dólares. Isso é perda de riqueza da população; portanto, significa menos investimento, menos consumo. Hoje há uma recuperação das bolsas nos Estados Unidos. Atingiram níveis de outubro do ano passado mas, evidentemente, ainda não existe total segurança de que essa recuperação seja consistente e sustentável.

Crescimento do PIB mundial. Veremos como os países estavam crescendo.

Para os países desenvolvidos, em vermelho, há uma previsão hoje, segundo o FMI, de contração da economia de quase 4% no ano de 2009, voltando, em 2010, a cerca de zero. Então, é uma perspectiva difícil para o mundo desenvolvido, para os países ricos, na medida em que eles não só terão uma contração, uma recessão forte este ano, mas, na realidade, a recuperação, ano que vem, vai se dar para voltar a não crescer e terá um crescimento um pouco mais moderado nos anos seguintes. O crescimento negativo: menos 1%, menos 2%, e o crescimento moderadamente positivo, ano que vem, pouco acima de 1%.

Os emergentes crescerão um pouco mais do que a média. Segundo avaliação dos dados, os quais mostrarei no final, o Brasil está bem colocado, principalmente em relação a 2010.

A crise financeira nos Estados Unidos levou a uma contração muito grande do fluxo de capitais, de empréstimo, de financiamento para os países emergentes.

Quanto aos bancos comerciais, em vermelho, notamos que, em 2009, a previsão será negativa, isto é, haverá mais pagamentos, mais cobranças de dívida do que concessão de empréstimo.

Os fluxos privados caíram muito, ainda que positivos na previsão para 2009. É um problema grave. Na reunião do G-20, em Londres, os chefes de Estados concordaram em alocar recursos ao Fundo Monetário Internacional visando permitir ao FMI suprir uma parte desses fluxos, principalmente para países em desenvolvimento. Alguns dos países já têm acordo com o FMI, o último foi o México. Evidentemente, o Brasil está numa posição privilegiada, pois se encontra agora entre aqueles que vão emprestar dinheiro para o FMI e não entre aqueles, como no passado, que estão neste momento tomando recursos do FMI.

A crise atingiu o Brasil basicamente por três canais: o canal de crédito, e vou mencionar em seguida como funcionou; o comércio exterior, que caiu com a queda das exportações; e o nível de confiança, que

se expressa de diversas maneiras. Não é apenas o consumidor que fica receoso de comprar, de buscar financiamento porque não sabe se vai ter emprego daqui a dois anos e, portanto, tem receio de comprar alguma com financiamento. Também o empresário fica receoso, porque diminuíram os estoques; o investidor em banco, o depositante que começa a procurar bancos estatais, como o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica, e obtém recursos dos bancos menores; ou o próprio banqueiro, que fica com medo de emprestar e age de forma restritiva. Há também outros fenômenos internacionais. Os investidores, os grandes fundos internacionais que sacam esses fundos, têm que vender papéis na bolsa de valores brasileira, têm que vender ativos etc.

O que mais causou impacto no Brasil foi o canal de crédito. Vejamos como isso afetou o crédito externo e interno. Vamos observar o crédito brasileiro.

Eu coloquei em dólares para poder comparar com o impacto externo, mas evidentemente o crédito doméstico é em reais. Eu coloquei dólares pelo seguinte: dos 620 bilhões de dólares correspondentes ao crédito doméstico, 47 bilhões eram de financiamento externo. Considerando o dólar um pouco acima de 2, vamos supor: de 1 trilhão e 240 bilhões de reais de crédito do País nesse momento, a dólar de hoje, por exemplo, tínhamos cerca de 100 bilhões de financiamento externo. Na época, o dólar estava um pouco mais caro, mas esse número dá uma boa idéia.

O crédito externo era de cerca de 100 bilhões de dólares. Direto. Companhia brasileira que toma recursos no exterior. O que ocorreu? Na medida em que houve uma restrição muito severa dos bancos internacionais, que restringiram o crédito porque tiveram uma crise de crédito no exterior, nos Estados Unidos e na Europa, as empresas brasileiras que tomavam recursos no exterior tiveram dificuldades e voltaram-se para o crédito doméstico, e os bancos brasileiros, que também buscavam crédito no exterior para poder financiar principalmente os exportadores brasileiros, também tiveram dificuldades. Isso contraria o crédito total, mesmo que o crédito doméstico estivesse expandindo, porque havia mais empresas tomando recursos domésticos porque não o conseguiram no exterior.

O crédito doméstico em si, como mencionei, continua crescendo. Ele atingiu, em abril de 2009, 42,6% do produto, o valor mais alto desde o início dessa medida em 1988. Apenas para lembrar a V.Exas., em janeiro de 2003 esse número era 22%, hoje 42,8%. Portanto, nesse período, o crédito cresceu substancialmente no Brasil e foi uma das razões pelas quais o País, de fato, teve crescimento.

O crescimento brasileiro foi impulsionado por dois grandes fatores: primeiro, emprego e renda, massa salarial; segundo, crédito; além de outros fatores trazidos pela estabilidade. Observando o crédito livre direcionado, de abril de 2008 a abril de 2009, a pessoa física cresceu 18%; a pessoa jurídica, 22%; crédito direcionado – crédito do BNDES, rural etc. – 27%. Considerando abril em relação a março, a pessoa física cresceu, a jurídica decresceu um pouco. A variação neste ano: a pessoa física cresceu 4,4%, a pessoa jurídica decresceu 2,6% e o crédito direcionado cresceu 4,6%. Isso está claro na curva vermelha – crédito direcionado, amarela – pessoa jurídica – e azul – pessoa física. Há, de fato, uma contração na margem este ano de 2,6% no total de oferta de crédito para pessoa jurídica.

Vamos agora falar sobre o que já foi e o que está sendo feito para endereçar esse problema.

Antes disso, crédito imobiliário, continua crescendo. Este é um crédito importantíssimo e que continua crescendo. Em um ano, de abril de 2008 a abril de 2009, cresceu 40%; em abril sobre março de 2009, em um mês, cresceu 2,6%; e neste ano já cresceu 10%.

Vamos analisar a questão das empresas. O crédito total, como mencionei, agora medindo de setembro de 2008 a abril de 2009, cresceu 8,3%. No entanto, os bancos públicos foram os que lideraram este processo: os bancos públicos cresceram 19,5%.

Esse é um dado da maior importância. Não há dúvida de que os bancos públicos brasileiros estão na liderança do processo da normalização do crédito no Brasil, um anúncio importante do Banco do Brasil nos últimos dias; e o caminho, num momento como este no mundo, em que compete ao Poder Público exercer um papel contracíclico. O Brasil tem grandes bancos públicos, portanto tem condições de fazer isso.

Os bancos estrangeiros cresceram 3,2% e os privados nacionais, 2,2%. No entanto, e aqui vem a grande questão, os bancos grandes cresceram 11% e os pequenos e médios decresceram 5% até o mês de abril. Qual é a razão disso? É aquela razão que mencionei: no momento em que houve uma contração do crédito total em função da contração do crédito internacional, as empresas maiores tomaram recursos dos bancos, criando portanto um problema para as empresas menores que tiveram menos acesso ao crédito. Segundo, os bancos maiores deixaram de emprestar aos bancos menores e direcionaram o crédito para os seus melhores clientes e muitos investidores também deixaram de investir nos bancos menores. Esse foi o maior problema.

Isso foi atacado de maneira muito forte, em primeiro lugar, pela redução dos depósitos compulsórios no Banco Central, que liberou cerca de 100 bilhões

de reais para o sistema emprestar e injetar liquidez. Foi um movimento muito bem sucedido, mas a maior importância desse recurso é que houve um direcionamento específico para bancos pequenos e médios de 41,8 bilhões de reais. Isso equilibrou a situação dos bancos pequenos e médios, que receberam, portanto, uma aplicação dos bancos maiores de 41,8 bilhões de reais, que foram retirados do depósito compulsório do Banco Central do Brasil.

Além do mais, o Conselho Monetário Nacional criou um novo recibo de depósito bancário, que permite que depositantes nos bancos pequenos e médios principalmente, que estão usando esses recursos, possam ter garantia de depósito para contas com depósitos de até 20 milhões de reais. Isto viabilizou que os bancos pequenos e médios voltassem a captar.

Para os senhores terem uma idéia, ontem anunciei em São Paulo os números de captação através desse mecanismo no mês de maio, e o total, desde o início até o dia 12 de maio, tinha sido cerca de 4 bilhões de reais. Fizemos uma atualização até o dia 25, ontem à noite, para trazer esses números aos Srs. Parlamentares, e o número foi para 6 bilhões de reais.

É muito importante mencionar que esse programa permite que os bancos pequenos e médios voltem a atuar aumentando a competição no mercado juntamente com os bancos públicos, fazendo com que a oferta de crédito aumente e os preços caiam. Segundo, eles atendem segmentos específicos, como a pequena e média empresa. Isso é da maior importância porque as pequenas e médias empresas são atendidas pelos grandes bancos, inclusive pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica, mas há muitos bancos pequenos e médios especializados em tipos específicos de pequenas e médias empresas. Portanto a atuação dos bancos pequenos e médios é muito importante.

Além disso, existiu o anúncio, feito pelo Ministro da Fazenda, da criação de um fundo de aval, fundo que vai garantir crédito. Primeiro, o BNDES vai garantir créditos do BNDES, será um fundo do próprio BNDES, e depois um outro fundo mais geral, que vai fazer garantias, dar aval para empréstimos para pequenas e médias empresas. Esse é um passo adicional que visa viabilizar.

Mostrei aqueles números dos diversos tipos de bancos, mas a nossa expectativa é que, com essas medidas, os bancos pequenos e médios possam voltar a crescer a taxas compatíveis com o que prevalecia em termos comparativos com os maiores bancos.

Concessão de crédito, média diária. Para dar apenas uma visão a S.Exas., a média de 2008 estava em cerca de 7,1 bilhões, subindo e descendo. Isto caiu bastante em outubro; subiu um pouco em dezembro, porque era uma questão de final de ano; caiu fortemente em janeiro, um pouco por componente sazonal, um pouco pela questão da crise; mas começou a recuperar-se gradualmente janeiro, fevereiro, e em abril já estamos um pouco acima da média de 2008. Portanto, existe uma recomposição. Em resumo, essas medidas estão começando a mostrar efeito.

Uma outra maneira de ver a concessão de crédito, por exemplo, para veículos em vermelho e vendas internas, vendas gerais, em azul, e que talvez seja um dado relevante, é que já voltou ao nível que estava, caiu um pouco em abril, mas já estamos próximos aos níveis do ano passado.

Em termos de qualidade de crédito está em azul e vermelho. Estamos vendo aqueles créditos que estão tendo dificuldade; está aumentando um pouco em função da crise, mas já tenho algumas informações de que uma ação de recuperação do crédito, nos últimos 30 a 60 dias, já mostra em alguns bancos uma reversão desse quadro.

O índice de captação do sistema financeiro brasileiro é mais conservador do que o do restante do mundo. Uma das boas coisas que o Brasil tem feito é exigir índices de capitalização dos bancos maiores, e isso tem me dado muitos problemas. Para que os senhores e as senhoras tenham uma idéia, o nível mínimo nacional fixado por Basiléia é 8%; no Brasil exigimos 11%, e o número real está maior do que esse.

Política de câmbio. O objetivo do Banco Central é o aperfeiçoamento permanente do regime de câmbio flutuante; não há metas da taxa de câmbio. A crise atingiu fortemente o mercado de câmbio, como mencionei, em função não só da ausência de linhas de crédito, da cobrança das linhas de crédito, mas também da repatriação de capital por diversas razões.

O Banco Central do Brasil atuou de diversas maneira, em primeiro lugar fazendo leilões de vendas de dólares – no mercado à vista vendeu 14,5 bilhões de dólares – e fez empréstimos. Felizmente, o Brasil tinha reservas para fazer isso. a maior parte dos países em desenvolvimento e mesmo emergentes não tinha. Fomos capazes, porque tínhamos reservas, de emprestar, de os bancos emprestarem principalmente para os exportadores, cerca de 24 bilhões de dólares. Desses 24,4 bilhões de dólares, 12,9 já foram pagos, existe uma posição líquida hoje de 11,5. Portanto, uma intervenção total de quase 40 bilhões de dólares no mercado cambial, seja através de empréstimo, seja através de vendas do mercado *spot*. Essa foi uma atuação decisiva do Brasil neste momento.

Além do mais, o Banco Central tinha os *swaps* cambiais, que no Japão foram objeto de tanta discussão etc. O Banco Central estava sinteticamente comprado,

isto é, o Banco Central tinha 22 bilhões de dólares no mercado futuro, além das reservas.

Uma das crises que houve foi exatamente no mercado futuro, no mercado de derivativos, por causa daquelas empresas que tinham os derivativos cambiais que estavam vendidos em dólares e tiveram prejuízos enormes. Felizmente, o Banco Central do Brasil estava comprado; chegou a vender 33 bilhões de dólares no mercado futuro, além das intervenções do mercado a vista que mencionei. Ficamos portanto, no pico da crise, com 11 bilhões de dólares vendidos, na posição oposta no pico da crise. Esses 11 bilhões de dólares o Banco Central já fechou posição, isto é, foi sinteticamente comprando dólar no mercado futuro e hoje tem uma posição equilibrada. Portanto hoje estamos equilibrados no mercado futuro, não há essa operação de posições.

O Banco Central do Brasil está comprando novamente no mercado a vista e anunciou ontem o valor comprado desde o início de maio: um pouco acima de 2 bilhões de dólares O Brasil é um dos países que pôde reverter rapidamente essa posição. Não só tínhamos reservas fortes, não só usamos muito bem essas reservas, como já começamos a reconstituir as reservas, isto é, os investidores internacionais já apostam novamente que o Brasil vai superar bem a crise.

Em relação à evolução da taxa de câmbio, estou considerando apenas as duas últimas semanas, que foi o momento mais nervoso, quando esse assunto começou a concentrar as atenções, na medida em que o câmbio começou a se aproximar de 2 reais o dólar. Eu apenas gostaria de chamar a atenção de V.Exas. para o fato de que, realmente, o dólar caiu em relação ao real nesse período – desde o dia 8 de maio, caiu 2,4% – mas, nesse mesmo período, o dólar caiu em relação ao euro 2,7% e o real, na realidade, em relação ao euro não subiu; caiu. Quero dizer com isso que existe um fenômeno mundial de desvalorização do dólar, e é um fenômeno que não é relacionado ao real. Ou seja, quando olhamos o valor do dólar, não podemos olhar apenas o valor do real; o dólar está caindo no mundo todo – em relação ao euro, ao franco suíço, às moedas asiáticas, à coroa dinamarquesa etc.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Eu não tenho o número atual, mas podemos conferir a avaliação de hoje.

Um dado importante: se considerarmos a variação do real nos últimos tempos em relação às demais moedas, vamos ver que existe uma sincronia muito grande, digamos, uma correlação muito grande da variação do real com a variação do dólar australiano e do dólar neozelandês. Essas moedas tendem, nos últimos meses, a caminhar mais ou menos juntas. A razão disso é que são grandes países exportadores de *commodities.* Então, na medida em que sobe o preço da *commodity,* essas moedas tendem a subir junto; cai o preço das *commodities*, essas moedas tendem a cair junto. A correlação do real, portanto, com essas moedas e com *commodities* é muito elevada.

Se compararmos – e podemos fornecer para S.Exas., se tiverem um interesse especial nisso —, por exemplo, a correlação do real com o índice de preços de *commodities* é muito elevada, mais de 0,9, em alguns períodos chega a 0,98, o que significa que varia junto com a variação dos preços das *commodities*. O preço das *commodities* sobe, o dólar cai em relação ao real ou o real sobe em relação às demais moedas, deixando de lado a variação do próprio dólar em si.

O impacto direto das taxas de juros de curto prazo nas contas públicas, passando agora ao impacto da política monetária nas contas do Governo Federal e do Tesouro, se dá de diversas maneiras. Há impactos fiscais indiretos, por exemplo, por meio dos efeitos das expectativas, da inflação, da taxa de câmbio, do crescimento econômico de longo prazo. Portanto não é apenas a variação direta.

Agora, por exemplo, a taxa de juros está caindo, a Selic está caindo, e isso é um efeito positivo para o Tesouro. Mas às vezes está subindo e, a longo prazo, também causa um impacto positivo, porque está se estabilizando a economia, caem as taxas de juros reais, e as taxas de juros reais pagas pelo Tesouro também vão caindo ao longo do tempo, independente dos ciclos de subida e descida de juros de curto prazo.

Uma maneira de se avaliar os efeitos fiscais é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao produto. Esse, no final, é o grande instrumento. Vamos olhar, em primeiro lugar, a parte externa.

A dívida externa total do setor público brasileiro chegou, em setembro de 2003, a 138,7 bilhões de dólares e em março de 2009, era 83,9 bilhões de dólares. Nesses últimos anos o Brasil tem pagado dívida: pagou o Fundo Monetário Internacional, o Clube de Paris, a dívida reestruturada da década de 80, e foi também pagando uma parte da dívida privada.

A dívida pública total externa, que era um problema histórico no Brasil – desde que somos crianças ouvimos esse problema da dívida externa, do Governo principalmente e depois do próprio País – hoje é cerca de 84 bilhões de dólares, só que as reservas brasileiras, hoje, são de 205 bilhões de dólares.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Daria, certamente, seria possível, bastaria os credores concordarem em receber antecipadamente.

Um dado da maior importância é que entramos na crise com uma reserva de 205,1 bilhões de dólares e hoje estamos com 205,3 bilhões de dólares. Portanto, se compara de uma maneira muito favorável com outros países emergentes, que tiveram quedas dramáticas das reservas nesse período, e o Banco Central está comprando dólares no mercado diariamente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Cem por cento. A reserva para o balanço do Banco Central do Brasil é propriedade do Tesouro.

Em conseqüência desse fato, a dívida líquida pública é negativa exatamente por aqui que o senhor mencionou: a reserva é maior do que a dívida. Tínhamos, antes, a dívida líquida pública, isto é, dívida menos reserva menos caixa; agora é negativa 174.

A dívida líquida do setor público sobre o produto tem caído por várias razões: em primeiro lugar, o superávit primário; em segundo lugar, o juro real tem caído ao longo dos anos e isso tem diminuído o custo dos juros da dívida – isso é muito importante por causa da estabilidade econômica. No final do processo havia uma queda e uma subida porque, como tínhamos reservas internacionais, no momento em que o real se depreciou de 1,56 para acima de 2, houve um ganho para o Tesouro, porque o valor em reais das reservas subiu e a dívida em reais permaneceu.

Portanto, o Brasil hoje tem um efeito oposto ao que tinha no passado. No passado, quando éramos grandes devedores em dólar, quando havia uma crise o dólar subia e a dívida pública subia, isso gerava mais incerteza, o que levava ao aumento da saída de capitais. Era um ciclo vicioso. Hoje é ao contrário: quando depreciou o real, o dólar subiu e a dívida caiu. É o chamado estabilizador automático.

Uma das razões pelas quais o Brasil está sendo muito prestigiado internacionalmente é exatamente porque o setor público brasileiro, que, nas crises anteriores, sempre foi uma fonte de preocupação, hoje é parte da solução.

Vejamos o impacto da crise no déficit nominal em diversos países. Espera-se que esta crise leve o déficit nominal nos Estados Unidos a 13,6% no final de 2009 – saindo de 3 para quase 14; no Reino Unido, a 11%; no Japão, a quase 10%; na Alemanha, a 6%. O Brasil, no final de 2009, a expectativa é que chegue um pouco acima de 2, estável em relação ao número que está hoje, um pouco acima de 2. A expectativa, para 2010, é abaixo de 1.

O que estamos mostrando aqui é que o Brasil é um dos poucos países onde a situação fiscal está equilibrada porque não há o aumento do... A diminuição do superávit primário anunciado para 2009 é contrabalançada pela questão do ganho, principalmente em relação a taxas de juros reais menores prevalecendo na economia.

Impacto fiscal da crise sobre a dívida pública.

Isto aqui é dado do FMI, portanto está um pouco atrasado, é do final de 2008 no caso de diversos países, mas quisemos manter a consistência e não atualizamos o Brasil até agora porque não temos os números dos outros países. Para manter a consistência, fizemos isso.

Vemos aí, em verde, Brasil e os demais países. Apenas para dar um exemplo, no caso dos Estados Unidos, a dívida pública, que era 43% do produto, espera-se que chegue ao final de 2009 a 70%; Reino Unido, a 67%; Alemanha, a 78%; Japão, a 114%. O Brasil, hoje, está em 37,6%, começou a crise a 40%. Mesmo que suba um pouco até o final do ano, vamos supor, chegue um pouco acima disso, com certeza será abaixo de 40%. Portanto, o Brasil vai chegar ao final da crise com uma dívida pública sobre o produto menor do que entrou. Deve ser um dos poucos países do mundo em que isso vai acontecer.

De novo, fundamentos da economia brasileira. Evolução recente da atividade, para terminar. Primeiro, desemprego.

Em laranja, a evolução do desemprego no ano de 2009. Subiu um pouco em relação a 2008, como está claro – 2008 em amarelo —, mas nós mostramos claramente a comparação com os anos anteriores: 2007 está verde, 2006 em marrom, 2005/2004 em azul. Vemos claramente o comportamento do desemprego comparado com os anos anteriores.

Um dado da maior importância que vou mostrar é que, de fato, a evolução do índice de desemprego, comparado com outros países, é extremamente favorável ao Brasil. Existem diversas previsões sobre a evolução do desemprego até o final do ano, mas não há dúvida de que não devemos...

Aliás, desemprego sempre preocupa. Até fiz uma declaração recente dizendo que aumento de desemprego sempre preocupa, isso é normal e óbvio, e ninguém vai deixar de se preocupar que o desemprego vai aumentar. Por outro lado, é importante mencionar que o desemprego no Brasil tem um desempenho, e vou mostrar isso, muito favorável na evolução, em comparação com todos os demais países. As perspectivas de evolução disso até o final do ano também são favoráveis.

Retomada de atividades. Estamos num processo de retomada de atividade muito incipiente, no início. Sempre é bom ser cauteloso com isso, mas existem indicações de que, primeiro, dados concretos: a expansão da massa salarial. A massa salarial brasileira continua expandindo, crescendo. Isso é importante. Em relação ao ano passado, continua crescendo mais que 3% real. A recomposição das condições de crédito está acontecendo, e isso está levando ao aumento das vendas no varejo, à recuperação das vendas no varejo, vou mostrar isso, também favorecida pela desoneração tributária.

De outro lado, no sentido contrário, há um ajuste dos estoques para baixo, juntamente com a queda das exportações. Tivemos uma sustentação da demanda interna, beneficiada pela desoneração tributária, expansão da massa salarial e recomposição das condições de crédito. Por outro lado, o reajuste dos estoques em geral para baixo e queda das exportações.

Há uma recuperação na produção de bens intermediários, e isso deve levar, ao final do processo a uma recuperação dos investimentos com a melhora da confiança, apesar de que os investimentos ainda estejam em trajetória baixa em função, evidentemente, de que é mais volátil, isto é, o investimento é aquele que tem maior variação num período como este.

Se olharmos vendas no varejo, vamos ver o varejo ampliado, que incluía veículo automotores, como ele caiu de forma pronunciada no final do ano e tem uma recuperação. Por exemplo, de março de 2009 sobre fevereiro, cresce 2%; em um ano, de março de 2009 sobre março de 2008, cresce 6%. O restrito, sem automotores, cai menos e já sobe 0,3%, março sobre fevereiro; e março sobre março do ano passado 5,8%. Já vemos uma recuperação na margem das vendas no varejo.

Vendas e produção na indústria. Tivemos uma queda pronunciada da produção na indústria no final do ano passado, em dezembro, mantendo-se num nível baixo no primeiro trimestre, e já há um processo de início de recuperação em março. Vendas em azul. Os números de abril ainda não estão claros. Existe alguma inconsistência, alguns números que não são muitos bons, outros melhores, mas esses são os dados até março, mostrando a recuperação na margem.

Índice de confiança na indústria – como o industrial está vendo isso, como ele está olhando o seu mercado para frente: muito baixo em novembro, muito negativo em novembro do ano passado, dezembro ainda negativo. Começou a ficar de fato negativo em setembro, mas vemos que em abril já há uma recuperação grande no nível de confiança na indústria. O Industrial já começa a enxergar uma luz à frente.

Comecei a mencionar a variação do desemprego. No Brasil, em abril, em 12 meses o desemprego subiu 0,4%; Japão, 1%, Estados Unidos, quase 4%; na área do euro, 1,07%, até baixo. Esses números até abril aumentam um pouco. Em resumo, o Brasil está se comparando favoravelmente. Apesar de que, de novo, a meta seja aumentar o emprego e diminuir o desemprego, o impacto mundial da crise o Brasil está sentindo menos.

Por exemplo, produção de veículos. Azul, a produção de março de 2009 sobre dezembro de 2008: Reino Unido, 16% de crescimento; Japão, 23% de queda; Estados Unidos, quase 40, não, 2,5, na realidade, a queda; Alemanha subiu 40; o México caiu 16% e o Brasil subiu 182%. Houve uma recuperação grande na margem. A indústria automobilística puxou a recuperação. Em vermelho, comparado com o ano passado, o Brasil, menos 4%; o México, menos 32%; Alemanha, menos 19%; Estados Unidos, menos 38%; Japão, menos 50%; Reino Unido, menos 52%.

Portanto, claramente o Brasil não só está com uma recuperação em uma margem forte mas já está no nível praticamente compatível com o do ano passado. Inclusive tenho ouvido muitos casos de executivos da indústria brasileira automobilística que estão tendo que escrever relatórios para mostrar para as suas matrizes qual é razão pela qual o mercado brasileiro está se recuperando muito mais rapidamente do que a maior parte dos outros países produtores de veículos.

A utilização da capacidade instalada já começou a subir, mas num patamar mais baixo, resultado não só da queda mas do grande volume de aumento de investimentos nos últimos anos. Esse é um dado importante porque mostra que temos margem para crescer, ao contrário de crises no passado, quando o país começava a crescer e já tinha problemas logo em seguida, porque não tinha margem para crescer. Agora não: temos margem para crescer. Isso é importante.

Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - A Presidência agradece a exposição realizada ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

Vamos dar início ao debate.

Indago dos Presidentes presentes se desejam fazer uso da palavra.

Com a palavra o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Silvio Torres. V.Exa. tem a palavra.

Posteriormente, após o debate a partir da palavra dos Presidentes das Comissões, estenderemos ao Plenário, pela ordem de inscrição, que já se encontra aqui na Mesa e a lista continua aberta, à disposição.

Com a palavra V.Exa., Deputado Silvio Torres.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Obrigado Senador Almeida Lima; meus cumprimentos aos nossos convidados.

Foi uma exposição bastante objetiva e que cumpre suas finalidades. Até para torná-la ainda mais produtiva, digamos assim, gostaria de obter alguns esclarecimentos adicionais do nosso Presidente do Banco Central, e vou começar com uma pergunta genérica.

Presidente Henrique Meirelles, na sua exposição, o senhor expôs vários dados comparativos do Brasil, especialmente com o Japão, com os Estados Unidos e com a Europa. Eu queria saber se, na comparação com os chamados BRICs, teríamos uma situação semelhante? Não seria interessante conhecermos, por exemplo, como foi o Brasil comparativamente à China, à Índia, à Rússia, se se manteve essa proporção de que o senhor explanou ?

Uma outra questão que eu gostaria de saber de V.Sa.: se a dívida líquida do setor privado também ficou numa situação mais favorável. O senhor disse que a dívida líquida do setor público ficou mais favorável, mas a dívida líquida do setor privado como variou em função da crise? O montante dela era significativo?

Um debate que já está colocado e de que o senhor tem recorrentemente participado é a questão do câmbio. Essa tem sido, sem dúvida, uma das grandes polêmicas da gestão de V.Sa. à frente do Banco Central. Inclusive hoje houve uma Comissão Geral na Câmara dos Deputados, e alguns números foram levantados – era uma Comissão Geral para avaliar o impacto da crise no nosso País.

Um dos expositores, o Prof. Roberto Giannetti da Fonseca, que o senhor conhece, disse que cada 1 bilhão de dólares exportados significam 60 mil novos empregos e, evidentemente, o contrário também: cada 1 bilhão de dólares a menos significa uma perda de 60 mil empregos. Ele deu exemplos da perda que os exportadores têm, especialmente os exportadores da indústria, um deles muito interessante, que é o seguinte. Um produto exportado por cerca de 3 mil dólares ao dólar cotado a 1,60 real, que era um cenário hipotético antes da crise, significaria 4.800 dólares de receita. Um produto exportado depois da crise, considerando o fato de que a crise fez cair o preço dos produtos no mercado internacional, ao dólar de hoje, que é um dólar já preocupante de 2 reais, daria uma receita de 4 mil dólares. Ou seja, é uma perda, grande, significativa. E atribui-se isso, pelo menos os setores exportadores, a uma certa flexibilidade da política cambial, à entrada de dólares de investidores, que vêm especular no Brasil, entre outras questões.

Eu queria deixar apenas uma consideração: se para evitar esse efeito negativo... *(Pausa.)*

O Deputado Hauly está me dizendo que devo chamá-lo de V.Exa., mas foi apenas uma mera informalidade.

A pergunta é a seguinte, Ministro: entre tantas outras iniciativas que poderiam ser tomadas, mas que V.Exa. considera que talvez não sejam adequadas, se uma delas poderiam ser consideradas num momento em que o Brasil novamente tem sido buscado por investidores especulativos, aqueles que vêm trazer dinheiro de curto prazo, dado o fato de que os juros em outros continentes estão muito mais baratos, a ideia da quarentena. Seria uma ideia viável, para uma avaliação no cenário atual de crise?

Agradeço a V.Exa. a atenção.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, em relação aos chamados BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China – são países que têm componentes estruturais muito diferentes.

Em termos práticos, procurando sintetizar uma questão muito complexa, uma vez, Deputado, eu participei de uma discussão, num seminário internacional, em que estavam presentes um Ministro da Índia e um Ministro da China. Eu representava o Brasil, discutindo com investidores internacionais vários assuntos. Havia um representante do Brasil na platéia. Ele perguntou para o Ministro da China o que o Brasil deveria fazer para crescer igual à China, que na época estava crescendo a 12%. O Ministro chinês sorriu, embaraçado, e pediu que eu respondesse a pergunta, em nome da China. Eu disse, muito bem, eu explicarei, mas há várias coisas que podem ser feitas aqui.

Em primeiro lugar, na época, a China incorporava cerca de 30 milhões de novos trabalhadores ao mercado de trabalho por ano porque ela ainda tinha, segundo os critérios do governo chinês, cerca de 450 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. Nós não temos essa disponibilidade de mão-de-obra para incorporar ao mercado de trabalho. Já a tivemos, na primeira metade do século XX. Naquele período, o Brasil cresceu 7%, ao ano, em média. Felizmente, não temos essa vantagem, o que é positivo, evidentemente.

Segundo, na China, não há praticamente previdência social ou direito trabalhista. Então, a mão-de-obra é barata. Os sindicatos são fracos, não há lei trabalhista, o direito social é muito pouco, e não há previdência. Então, por definição, a mão-de-obra é barata e tem controles internos etc. Portanto, é um custo barato de produção. Mão-de-obra intensa, custo barato.

Além do mais, a poupança nacional na China é de 51% do produto, o que significa que os chineses, seja o governo, seja... O que nós dizemos aqui, muitas vezes, que sacrifica muito o superávit primário, lá, o

saldo nominal real do governo chinês é impressionante; eles têm saldo, poupança. Isso acaba chegando na última pergunta sobre o câmbio também.

E fui por aí. Eu disse que é muito simples: é uma questão de opção da sociedade brasileira se quer fazer o mesmo tipo de sacrifício da sociedade chinesa para crescer a essas taxas, para resolver a questão.

O que eu quero dizer é que a China, portanto, tem uma taxa de crescimento normal de cerca de 11% ou 12% ao ano por essas condições. Tem também investimento enorme em educação e em outras coisas.

Esse crescimento caiu pela metade, para 6%, este ano, segundo as previsões, o que na China é gravíssimo. Esse é o problema que devemos ver. É gravíssimo o aumento do desemprego lá, com 6% de crescimento, é uma pressão enorme, porque eles têm necessidade de absorver 30 milhões de novos trabalhadores por ano no mercado. Então, quando eles não absorvem, e ainda perdem, que é o que acontece, em última análise, é um problema.

Na Índia, a situação é similar. Com patamares menores, mas similar. A Rússia, não; ela não está bem, está numa situação muito difícil.

Em relação ao restante de outros emergentes, o Brasil está numa posição considerada muito boa, e as previsões de crescimento são bastante favoráveis, principalmente comparado com outros países, em relação a 2010, especificamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Presidente.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Há outros países produtores de algumas *commodities* específicas, inclusive alguns vizinhos nossos, que devem crescer mais este ano, porque essas *commodities* especificamente estão subindo de preço.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Ministro, aproveite e fale um pouco sobre a Rússia, rapidamente. A situação da Rússia é difícil, o senhor disse. O senhor falou sobre Índia e China. Por favor. Desculpe-me por interrompê-lo.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Sim.

A Rússia tem muita dependência da exportação, primeiro, de petróleo, gás natural e outros minerais. É uma economia muito dependente dessas *commodities*. Segundo, a situação do sistema financeiro russo é muito frágil, comparado com outros países. Então, o Governo está agindo bem, tomando uma série de providências importantes e agindo vigorosamente, mas não é um país que tem, por exemplo, nível de institucionalização, de mercado. É uma questão de tempo. A economia demora um certo tempo para se estruturar. É um país que se abriu para a economia de mercado há pouco tempo.

Sou muito amigo do Presidente do Banco Central da Rússia e conheço bem o Ministro da Economia. Eles estão fazendo um bom trabalho e se esforçando muito, mas a estrutura é um pouco mais difícil do que a da China, hoje, ou a de outros países.

Em relação à dívida líquida externa do setor privado, ela era, em setembro de 2003, de 81 bilhões e, em março, de 108 bilhões. Portanto, ela subiu. O setor privado normalmente não mantém grande parte das suas reservas no exterior porque precisa de capital de giro. A empresa brasileira tende a ter as suas reservas no Brasil. Algumas as mantêm no exterior, mas é uma dinâmica, certamente, diferente.

A dívida total, externa e interna, está subindo porque o crédito está aumentando.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - E o PIB privado também diminuiu.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Temos que aguardar os números do Produto, Deputado, para ver qual será o resultado do ano. No ano passado, subiu. No último trimestre, caiu. Mas há questões pontuais aí que temos que verificar.

Talvez seja melhor avaliar o comportamento do ano de 2009 no ano que vem. É quando vamos ver o Produto e o endividamento das empresas e das pessoas físicas. O Produto vai ter o consumo das famílias e das empresas e o investimento do Governo. Aí, sim, poderemos avaliar isso como um todo.

Mas o crescimento do crédito é positivo. As empresas, idealmente, aumentarão o volume do crédito em relação ao Produto na medida em que o crescimento do crédito é fundamental para impulsionar o crescimento das empresas, e o total do crédito sobre o Produto no Brasil ainda é baixo internacionalmente. Agora, na crise, isso é até positivo. Mas, evidentemente, temos muito espaço para crescer.

Em relação ao câmbio, é importante mencionar algumas coisas. Em primeiro lugar, não existe sucesso na história econômica recente de controle de taxa de câmbio por parte de governo ou de banco central. O Brasil teve meta de câmbio na década de 1990. Já viajamos por essa rota e tivemos problema com isso. A Argentina dolarizou a economia e teve problema. Nós também. Hoje, a grande totalidade dos países do mundo já abandonou a meta de câmbio porque os fluxos cambiais são muito fortes. Então, controlar câmbio tem uma certa similaridade com controlar preço.

O câmbio varia em razão de uma série de coisas, como fluxos financeiros. Não é apenas a questão do investidor. Às vezes focaliza-se num número específi-

co, o investidor que vem aplicar no mercado financeiro. Nos últimos anos, esse valor é menor.

Existe, por exemplo, um grande fluxo de investimento estrangeiro direto, que é um componente muito importante. O Brasil mostrou agora saldo de conta corrente novamente, depois de muito tempo de déficit. O saldo comercial ainda é positivo, ainda é superavitário. Houve uma contração do crédito no ano passado pelo corte do crédito internacional, então as empresas estavam comprando dólar para pagar os seus empréstimos. Agora muitas empresas nacionais já estão conseguindo acessar o mercado internacional de novo. Entra dólar. Isso não é negativo. Não vamos proibir a empresa nacional de tomar dinheiro no exterior para investir. Seria um contrassenso.

Esses são os grandes volumes, além de investimentos em bolsa de valores, que é outra forma de financiar a empresa brasileira. Pelas nossas avaliações, num primeiro momento do fluxo das últimas semanas, etc., existe uma grande predominância de entrada em bolsa, e empréstimos, empresas brasileiras voltando a acessar o mercado externo, e também investimentos estrangeiros diretos sob diversas formas. Empresas que estão no processo de investimento tinham diminuído, a empresa que está construindo uma nova unidade diminuiu o ritmo e agora o retomou. Tudo isso envolve fluxo de capital.

Portanto, retomada do preços das *commodities*, como mencionei, existe muita correlação entre o valor da moeda de países produtores de *commodities* e o preço da *commodity*. Então, tentativas de manipular esse preço por parte de autoridades monetárias e cambiais não têm sido bem-sucedidas no mundo.

Em relação à sua pergunta específica, da quarentena, essa não tem sido uma experiência muito bem-sucedida. Alguns países fizeram isso, isso gera muita distorção, e muitos outros caminhos, porque os mercados financeiros são muito sofisticados. Então, se se bloqueia aqui simplesmente se complica o processo, mas, na realidade, o Brasil já usou o mecanismo de imposto, que é, esse sim, um mecanismo direto, o IOF, no correr de 2008, e retirou durante a crise. Não é o caso agora. Evidentemente, se em algum momento for necessário, pode ser um recurso. Mas não é o adequado no momento. Mas, se for necessário, é o tipo de instrumento que se pode usar especificamente em relação ao mercado financeiro. Não estou dizendo que vai ser feito ou que deveria ser feito, nada disso. O que estou dizendo é que qualquer questão em relação a investimento financeiro deve se dar de forma direta. Agora, por que digo que não é o momento? Porque não está configurado esse quadro, não existe hoje, no momento, um grande influxo para esse mercado especificamente. A grande entrada de capitais, até o momento, se dá, por exemplo, para todas essas finalidades que mencionei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Srs. Parlamentares, ilustre palestrante, objetivando dar maior dinâmica aos nossos trabalhos, quero sugerir a V.Exa., Presidente, que faça a anotação das perguntas, como costumeiramente faz, uma vez que passarei a palavra a grupos de Deputados para que façam suas perguntas e V.Exa. possa respondê-las em bloco.

Com a palavra o nobre Deputado Luiz Carlos Hauly, Segundo Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, que aqui representa o Presidente.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, indago de V.Exa. se depois das palavras do Deputado Luiz Carlos Hauly pode nos anunciar quem são os outros inscritos, para que já possamos nos preparar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Sim.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – E serão quais? Em números de quantos no bloco?

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Em seguida ao Deputado Luiz Carlos Hauly farão uso da palavra os Deputados Duarte Nogueira, Vanderlei Macris, Júlio Cesar e Alfredo Kaefer.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, Senador Almeida Lima; ilustres Congressistas; Sr. Ministro Henrique Meirelles, toda a equipe da Diretoria do Banco Central, este é um momento importante e democrático que esta Casa obteve com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com essa presença ilustre nesta Casa 2, 3, 4 vezes por ano, que faz com que realmente o processo de gestão do Banco Central, do Governo Federal, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento seja democratizado e transmitido a toda a população. Sinto-me feliz de ter colaborado para essa importante conquista democrática. Democracia não é só a conquista da estabilidade política, é fundamentalmente a conquista da estabilidade econômica, mantida pelo Banco Central e pela política administrada por V.Exa., que tão bem conduz os interesses da nossa moeda, o Real — aliás, são 15 anos e alguns meses de Plano Real e, daqui a 1 mês, 15 anos também da nova moeda. Foi uma conquista da democracia, uma conquista nacional, do povo brasileiro. Através dos Governos, mesmo nos últimos 6 anos e quase meio, com um Governo que era de oposição, à época, mantém-se a estabilidade, e nos unimos nesse

ponto da conquista maior. Queremos o ajuste e desejamos a estabilidade.

Nós Congressistas nos deparamos sempre com problemas sobre os quais V.Exa., os outros Ministros e a área técnica se debruçam: números, dados técnicos e análises. O desejo, não só dos Parlamentares, mas de cada cidadão que representamos aqui, é o de que a taxa de juros seja menor, há muito tempo. Sempre tivemos o sentimento de que nós brasileiros sempre pagamos muito mais do que os outros países para ter estabilidade econômica. Com isso sangramos a economia, porque os recursos públicos vêm das camadas mais pobres da população. O Brasil é um País em que os ricos pagam menos impostos que os pobres. A carga tributária sobre o consumo é de 58%, e a renda é de 21% da arrecadação total.

Essa é exatamente a diferença: tiramos mais dos mais pobres e devolvemos menos para eles. Deparamo-nos com uma taxa de juros que na cadeia sucessiva, quando chega ao crédito direto ao consumidor, lá embaixo, coitados dos nossos compatriotas que dependem de financiar uma geladeira, um fogão ou qualquer eletrodoméstico. Realmente, ao passar por esse processo todo, e agora uma crise econômica mundial — que não é brasileira, veio de fora —, deparamo-nos com um momento de instabilidade econômica. Mas poderíamos estar iguais à China, Sr. Ministro? Há algumas contradições. Vejo o seguinte: se a China tivesse os sistemas tributário, trabalhista, previdenciário e de governo democrático brasileiro, por certo não teria nem metade do crescimento que o Brasil tem. É uma comparação de desiguais. O gigante China convive com a pobreza extrema nas regiões não-capitalistas, com uma região capitalista de grande prosperidade. Eles se dão ao luxo de, quando um trabalhador corta um dedo, trocá-lo por outro. Ou seja, ele é mandado de volta para a aldeia e é substituído por um inteirinho, novo, intacto.

Analisando as contas do Governo, do Tesouro, comparando-as com o resultado de V.Exa., o Tesouro aumentou a sua participação relativa na dívida em 2 pontos percentuais, enquanto todo o setor público diminuiu, como está aqui exposto no gráfico que V.Exa apresentou.

Sobre a questão do câmbio, que nos provocou agonia durante anos, porque o Brasil é um país exportador de produtos *in natura* e semielaborados, o campo brasileiro e populações interioranas pagaram essa conta do ajuste fiscal dos últimos anos, que ficou empobrecido, porque o real era muito forte e o dólar desvalorizado. Agora ficamos agoniados de novo porque ele recua novamente. O que vai acontecer com o câmbio e o futuro do nosso País, com o interior do Brasil, que produz, gera empregos, que tem saldo de exportação, que contribui com a balança positivamente?

Quanto à Bolsa, vemos com alegria que ela volta com todo vigor.

Quanto ao ajuste fiscal, vemos um crescimento preocupante das despesas públicas. Eu disse hoje de manhã, na Comissão Geral da Crise, que se tivéssemos chegado a um ponto de crise econômica absoluta, o Brasil teria que fazer um Pacto de Moncloa, um pacto envolvendo os entes federados, os trabalhadores, os empresários, a sociedade e o Governo. Uma coisa que não temos, Sr. Ministro, é capacidade de investimento, porque não temos poupança no setor público. Toda a nossa poupança é gasta com o pagamento de juros.

Diante dessa constatação, em nome da Comissão de Finanças, devo dizer a V.Exa. de outra preocupação adicional, que é a caderneta de poupança. Se os juros reais estão caindo para 5,2%, se se deduzir a inflação da remuneração da poupança, a caderneta de poupança não terá 1,5% de remuneração ao ano. Então realmente nos preocupamos muito com tudo isso que V.Exa. nos diz.

Acredito que tenha dado a contribuição da Comissão de Finanças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Duarte Nogueira, que disporá de 5 minutos, improrrogáveis, para fazer suas perguntas.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Obrigado, Sr. Presidente, Senador Almeida Lima; Sras. e Srs. Parlamentares; Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, à medida que somos antecedidos por outros questionadores, parte das perguntas que faríamos acaba sendo antecipada.

Para que eu possa ser bastante objetivo, Dr. Henrique Meirelles, a meta alvissareira, ideal para o desenvolvimento dos países no mundo sempre é buscar, a médio e a longo prazos, uma taxa de crescimento da ordem de 5%, dependendo da população, das condições econômicas e sociais. Mas ela sempre acaba sendo nessa faixa. Para isso, sabemos que é necessário que haja taxas de investimento, formação bruta de capital fixo na faixa de 25%.

O Brasil tem, nos últimos 3 anos, 2005/2007, operado numa média, segundo dados oficiais, de 16,6%. No ano passado, chegou a 19%. Portanto, um tanto aquém dos 25%. A todos esses ingredientes que hoje nós temos, ou seja, baixa taxa de investimento, baixa formação bruta de capital fixo, baixo crescimento, alta taxa de juros, apesar das quedas sucessivas na Taxa SELIC, a 10,25%, que, inclusive, passa a desencadear outros problemas, como é o caso da remuneração da

caderneta de poupança, outro tema bastante impopular para qualquer tomador de decisão em Governo ter que operar, além da alta taxa de juros, o problema cambial, mencionado anteriormente, e que hoje foi apontado de maneira bem didática na Comissão Geral, ou seja, tivemos redução do valor nominal das nossas exportações. Exportava-se algum produto a 3.000 dólares a tonelada. Hoje isso baixou para 2.000. O dólar estava a R$1,60, agora está a R$2,00. Mesmo sendo interessante aquela remuneração, a média de perda de renda, de perda de valor real desse exportador foi da ordem de 20%. Ou seja, além da diminuição do faturamento em dólar, a questão cambial diminuiu o faturamento em real, tirando a competitividade dos nossos exportadores, sabendo-se que, regra geral, apesar de termos um excelente mercado interno, que é o grande motor da nossa economia, a cada bilhão que aumentamos em nossas exportações são garantidos mais de 60.000 empregos.

Posto isso, eu gostaria de fazer uma indagação a V.Exa., um pouco baseado na sua afirmação, na semana passada, de que a questão do desemprego é preocupante. É preocupante porque estamos retrocedendo 2 anos. A cada 1% de crescimento que deixamos de ter, deixamos de gerar 0,44% de empregos, o que representa centenas de milhares de postos de trabalho.

Não estamos fazendo uma política de juros, uma política tributária, uma política cambial inadequada para esse momento?

Apesar da pergunta, louvo as medidas que foram tomadas até aqui, algumas até contrárias ao desejo do próprio Presidente e de alguns Ministros que subestimaram a crise, e reconheço que parte do Governo mais responsável e menos demagógica ou populista soube trabalhar em nome do País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - V.Exa. tem mais 30 segundos.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Vou concluir, Sr. Presidente.

O atual Governo reclama muito de seus antecessores, diz que não teria como consertar nesses 6 anos o que estragaram em 4 séculos. Mas, fazendo uma análise de curto prazo, tenho certeza de que o Presidente Itamar Franco entregou a seu sucessor um Brasil melhor que o recebido do antecessor; bem assim o Presidente Fernando Henrique, e espero que o mesmo ocorra com o Presidente Lula.

Mas é importante que, de maneira democrática, possamos ouvir o Presidente do Banco Central para que possamos – quem sabe? – oferecer o outro lado e até conformar com os caminhos que eventualmente estão sendo seguidos neste instante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Meu caro Presidente, Senador Almeida Lima; Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, vou fazer-lhe algumas questões muito objetivas. Peço que as anote, se puder.

Como o crescimento de gastos públicos interfere no crescimento do País e qual a atitude do Banco Central em relação a esse fato, especialmente relacionado ao aumento de crédito com o advento dessa crise mundial? Peço uma consideração de V.Exa. sobre isso.

Outra pergunta relaciona-se diretamente ao gráfico de nº 33, apresentado aqui por V.Exa., quando fala de concessões de crédito e vendas de veículos, especialmente. Existe um índice, estabelecido em 2003, de número 100. Todos os dados até agora apresentados por V.Exa. consideram o crescimento da venda de veículos até março deste ano. Mas esse gráfico mostra uma queda acentuada já no mês de abril. Isso é uma tendência, caindo de 220 para quase 180? Isso foi, Dr. Henrique Meirelles, apenas uma bolha ou uma antecipação de compra de parte da população, instigada pelo Governo com a queda do IPI?

Outra questão é o fenômeno mundial de desvalorização do dólar. Esse processo vai continuar ou, na sua opinião, ele se estabiliza a partir de agora? É muito importante, para o País se preparar, termos informações sobre a continuidade ou não da queda do dólar, motivo de preocupação, principalmente, dos exportadores brasileiros.

Outra questão, Dr. Henrique Meirelles: temos visto a volta do fluxo de dólar para o Brasil em decorrência desse diferencial da nossa taxa de juros, que ainda permanece alta frente às das demais economias globais. Esse fenômeno atrai muito o capital especulativo, como já foi citado aqui, já que a remuneração do capital lá fora é bem menor do que aqui. Mas, diante da retomada da economia, principalmente a economia americana, nós podemos ver a saída desses recursos, o que prejudicaria muito a capacidade produtiva do nosso parque industrial. Acreditamos, inclusive, que o Brasil perdeu o *timing* de baixar mais fortemente os juros nesse período. Qual é a consideração de V.Exa. em relação a esse ponto?

A última questão, Sr. Presidente, é a seguinte: a Medida Provisória nº 435, de 2008, transformada na Lei nº 11.803, segregou o resultado das operações cambiais do resultado geral do Banco Central. Em nosso entendimento, isso ocorreu na direção contrário do que estabelece o art. 7º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina claramente a apuração dos re-

sultados do Banco Central, bem como os prazos para pagamento do resultado positivo e a necessidade de consignação da dotação específica para cobertura do resultado negativo pelo Tesouro Nacional.

Em junho, conforme V.Exa. discorreu longamente nesta audiência pública, o Banco Central apresentava prejuízos bilionários, diante da crescente valorização do real.

Para concluir, Sr. Presidente, digo que tudo mudou no segundo semestre. Se a metodologia antiga prevalecesse, o resultado seria extremamente positivo.

A reversão desse cenário econômico não mostrou que a mudança foi precipitada? Essa é a questão que gostaríamos de apresentar a V.Exa., principalmente considerando... na verdade, prejudicando inclusive as séries históricas, com a possibilidade de se fazer comparação.

V.Exa. discorreu muito sobre isso e disse, ao longo de sua exposição, que falaria sobre esse tema, levando em conta o fato de não se ter essa nova modalidade de apresentação desses gráficos.

Portanto, eram essas as questões que eu queria colocar a V.Exa.

Agradeço a V.Exa. a presença no Congresso Nacional e as explicações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente; Srs. Presidentes das Comissões; Sr. Presidente e Diretores do Banco Central; Sras. e Srs. Deputados, quando observo os números do Brasil, às vezes me empolgo e às vezes me entristeço. Uma coisa que mais inibe minha alegria é o *spread* bancário.

Tenho aqui uma avaliação, feita nos 12 meses do ano passado, de 87 países. O Brasil tem o mais alto *spread* bancário. E estive comparando-o com países mais pobres: Serra Leoa, Cabo Verde, Uruguai – neste país, nosso vizinho, o *spread* é 2,49%, contra 34,8%.

Eu estava preocupado, mas a partir de hoje estou alegre, porque foi apresentado nesta Casa um projeto de autoria de três membros importantes do PT – e tenho impressão de que o projeto tem o respaldo de V.Exa.: o Presidente do Partido, o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e o ex-Presidente da Comissão de Finanças, que está presente, o Deputado Pedro Eugênio. O projeto prevê uma rápida queda do *spread* bancário. Não vou lê-lo, porque só tenho cinco minutos e está havendo votação nominal no plenário.

Pergunto a V.Exa. se há alguma sinalização positiva do Banco Central, uma vez que quem subscreveu o projeto entende do assunto. São pessoas importantíssimas do Governo, inclusive um deles é Presidente do partido do Governo.

Faço outra pergunta: qual é a avaliação de V.Exa. sobre o crescimento da nossa economia? Está havendo uma divergência muito grande do Presidente do Banco Central, do Ministro da Fazenda, do Ministro do Planejamento, do IPEA: um, zero, meio! Qual é a previsão de V.Exa. para o crescimento do PIB do nosso País?

Sr. Presidente, instalamos hoje, na Comissão de Finanças, a Subcomissão sobre o Sistema Financeiro. Uma das nossas preocupações refere-se ao lugar onde estão nossas reservas. V.Exa. disse que era o lugar mais seguro do mundo, mas, se tirar os Estados Unidos, quebra. Dos 205 bilhões, 145 bilhões estão lá, a não ser que tenham diminuído. Há um mês V.Exa. falou isso. A China tem quase 1 trilhão. Pergunto a V.Exa.: se o Brasil e a China resolverem tirar, eles têm como devolver esse dinheiro? Tomei conhecimento de que a remuneração lá é 3,75%, quando o *spread* bancário dos Estados Unidos é 3,12%. Por que o país mais rico do mundo opera uma remuneração tão pequena, um *spread* de 3,12%?

Era somente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Cumprimento o Senador Almeida Lima, o nosso companheiro Sílvio, o Presidente do Banco Central e os demais integrantes do Banco.

Já disse aqui, alguma vez, que temos o Triângulo das Bermudas que afunda a economia: juro, imposto e câmbio. Dentro dessa abertura, farei algumas considerações e deixarei algumas perguntas.

Em algum momento, ou por muito tempo, a taxa SELIC era usada com o argumento de que não poderia ser reduzida, porque era um forte instrumento para segurar a inflação, preços e política monetária. Era pressão inflacionária. Em algum momento da crise, os preços caíram, a demanda reduziu e não tínhamos a pressão inflacionária. Observamos, no meu entender e no de muitos economistas, que o Banco Central foi extremamente acanhado em reduzir, com mais velocidade, a taxa SELIC. Por que não aproveitamos o momento da economia com restrição e baixamos drasticamente a taxa SELIC?

Há outra questão: logo no início da crise, o Banco Central reduziu volumes consideráveis de compulsório. Pergunto: por que esse depósito compulsório não foi indexado à irrigação de crédito por parte do sistema financeiro? Ou seja, o depósito compulsório foi liberado, deu meia-volta, os bancos acertaram um pouco sua situação de liquidez, mas grande parte desse dinheiro voltou ao Banco Central sob forma de compra

de títulos. Então, não teria que ser concomitante: eu libero um pouco de compulsório, faço os bancos levarem mais crédito, movimento a economia, e assim por diante?

Quanto à questão câmbio – e alguns países fizeram isto —, considero que a função principal do Banco Central é estabilizar a moeda. Ele tem de honrar pela estabilização da moeda. Isso significa não só a estabilização da moeda internamente, o nosso real, mas a relação dela com outras moedas. É impossível o setor produtivo exportador fazer qualquer planejamento com uma variação cambial desse tipo.

Nós, em algum momento, perdemos o bonde, perdemos os melhores momentos da economia mundial, que estava bombando. Não aumentamos as exportações, não criamos novos mercados, porque a taxa cambial estava horrível e não nos permitiu fazer isso. Podíamos ter feito superávites cambiais enormes, se não tivéssemos tido câmbio a 1,60 ou a 1,70, e até a 1,53 em determinado momento.

Por que a tese do câmbio flutuante tem de ter essa forma rígida? Por que não criar, como alguns países, um "colchão" para evitar que esse dólar de especulação entre aqui, dê uma mordidinha e vá embora?

E há duas últimas questões: que mecanismo poderíamos adotar para usar esse volume expressivo de reservas que temos e fazer com que ele movimente a nossa economia, via nossas exportações? Qual mecanismo poderíamos usar? Ceder para algum banco financiar os nossos importadores para não trazer dólar para dentro do País, ou algo nesse sentido?

Quanto ao último título, pergunto: por que há necessidade de toda a nossa sobra de dinheiro do sistema financeiro ser usada para comprar título público? Tudo que tem de sobra no dia, o Banco Central vende título público, em vez de fazer leilões periodicamente. Isso certamente criaria mecanismos de redução de taxa de juro e principalmente de *spread*.

São essas as questões que estou levantando para serem debatidas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Em primeiro lugar, abordarei as questões levantadas pelo Deputado Luiz Carlos Hauly, que foram também levantadas por outros Parlamentares. Foram questões relacionadas ao câmbio, questões relacionadas ao desemprego, questões relacionadas à despesa pública. Algumas questões endereçadas pelo Deputado Duarte Nogueira referiram-se principalmente ao câmbio, que foi recorrente também em diversas outras perguntas. O Deputado Vanderlei Macris também mencionou a questão do crescimento dos gastos públicos, além de outras questões específicas sobre veículos, diferencial da taxa de juros, etc.

Primeiramente, vou abordar a questão referente a câmbio e a taxa de juros no passado recente do Brasil, até a crise e, depois, no pós-crise.

Em primeiro lugar, é importante mencionar que o Banco Central tem um grande instrumento de trabalho, que é a fixação da taxa de juros base, a taxa de juros de um dia. Portanto, ele tem um instrumento. A experiência internacional, empírica e teórica, mostra que um instrumento pode ter dois objetivos muitas vezes contraditórios. É aquilo que mencionei em um pronunciamento que fiz recentemente sobre objetivos cambiantes: uma hora objetivo interno; outra hora, externo. Normalmente, isso é um tipo de estratégia malsucedida. Temos que olhar o equilíbrio interno do País como um todo e a capacidade de produção e de consumo do País como um todo. Não podemos ficar olhando setores específicos, cada hora um, porque isso leva a uma inconsistência macroeconômica.

(Segue-se exibição de imagens.)

Se olharmos como estava o Brasil no ano passado – e foi mencionada aqui uma grande preocupação com alguns setores, etc. —, podemos ter a impressão de que a situação do País no ano passado foi dramática, muito ruim. Estou falando do ano todo. Não é o que mostram os números. Se olharmos as projeções, vamos ver que, até o final do terceiro trimestre, a demanda doméstica crescia 9,3% ao ano; as vendas do varejo, mais de 10% ao ano; a massa salarial real, 7% ao ano, o que significa que era uma política econômica que estava gerando riqueza e renda para a população como um todo, não apenas para um ou outro segmento. E este é o objetivo básico da política econômica: criar emprego, criar renda, produção e consumo, para o País como um todo, não para segmentos específicos da sociedade. A produção crescia 6,8%. Esse é, portanto, é um dado que precisa ser levado em conta. Esse equilíbrio macroeconômico que existia no Brasil estava gerando esse tipo de crescimento, com o investimento crescendo quase 20%.

Muito bem, vamos falar agora especificamente sobre câmbio, sobre como funcionou o câmbio no Brasil. Se olharmos a trajetória do câmbio frente ao dólar americano, por exemplo, com base em julho de 2008 – e vamos ver diversas moedas —, vamos ver, em verde, a trajetória do câmbio dos países exportadores de *commodities*, basicamente Brasil, Nova Zelândia e Austrália. E vamos dizer que eles têm uma variação muito parecida, o que significa que a possibilidade de governos manipularem essa taxa não é normalmente

bem-sucedida. Por quê? Porque são países grandes exportadores de *commodities*. À medida que o preço das *commodities* sobe, por exemplo, aumenta o valor das exportações em dólares; e, quando o preço das *commodities* cai, cai o valor das exportações. Portanto, existe uma correlação grande entre o valor dessas moedas e o valor do preço das *commodities*, o que é mostrado nessa correlação.

Aqui vamos ver exatamente como varia o preço das *commodities* mundiais e como varia o preço do real frente ao dólar. Temos uma variação bastante correlacionada.

A questão que se coloca é esta: *"Muito bem, então o Governo deveria, de alguma forma, intervir nesse processo, o que significaria fixar uma meta de câmbio."* A experiência mostra que não podemos ter um equilíbrio macroeconômico doméstico e um equilíbrio macroeconômico externo ao mesmo tempo. Isso quer dizer que, a uma dada taxa de câmbio, a taxa de juros que faz o equilíbrio doméstico não será necessariamente a taxa de juros que vai fazer o equilíbrio externo. O que assegura o equilíbrio externo é a taxa de câmbio. Se fixarmos a taxa de câmbio, porque temos uma meta, a tendência é termos um desequilíbrio doméstico.

Isso aconteceu no Brasil no passado. Se lembrarmos da crise de 1997, veremos que, para fazer face a um desequilíbrio externo, tivemos que subir a SELIC para 43% – nós nos esquecemos disso —; em 1999, para 45%; e, em 2002, para 25%. Hoje, com essa crise, o Brasil foi capaz de baixar a taxa de juros, ao contrário do que ocorreu no passado.

Imaginem que tivéssemos uma taxa de câmbio como meta e estivéssemos variando a taxa de juros para poder equilibrar a taxa de câmbio. Para onde teria ido a SELIC em dezembro, quando o câmbio aproximou-se de 2,50? Imaginem as consequências para o País.

O que quero dizer é o seguinte: esse sistema de metas de inflação e objetivo do Banco Central do equilíbrio doméstico e, ao mesmo tempo, uma taxa de câmbio flutuante, preservando o equilíbrio externo... E os resultados são extremamente favoráveis, inclusive na área externa, tanto que acumulamos 205 bilhões de dólares de reserva; tanto que tivemos, portanto, saldos positivos, ao contrário do que ocorreu no passado, quando tínhamos câmbio fixado ou controlado, ou outros países com câmbio controlado. Portanto, é o equilíbrio macroeconômico que tem funcionado bastante bem no Brasil.

Vamos agora para as perguntas mais específicas em relação a essa questão.

Em relação ao crescimento dos gastos públicos, há a pergunta do Deputado Vanderlei Macris. O crescimento dos gastos públicos é uma decisão macroeconômica, do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, etc., por meio das aprovações do orçamento. O que o Banco Central olha com muita atenção é a evolução da relação dívida/produto, porque isso significa a necessidade de financiamento do setor público brasileiro, e isso, sim, tem impactos do ponto de vista do Banco Central. E a relação dívida/produto está caindo, por toda essa série de fatores que mencionamos.

A questão do gasto público em si é uma decisão soberana do Congresso, desta Casa e do Senado, e do Executivo. Não compete ao Banco Central determinar. S.Exas. têm prerrogativa de decidir, em última análise, como representantes da população.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nem sempre é uma decisão da Minoria, Presidente.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Não me cabe entrar nessa... Se eu estivesse aqui, Deputado, certamente eu estaria opinando a esse respeito. Mas não o faço neste momento.

Em relação ao crédito de veículos, temos a seguinte situação: a produção de março foi 273.498 veículos, e a produção de abril foi 254.732 veículos. Não há dúvida de que uma parte de março foi a antecipação de compra em função da expectativa de que pudesse não ser prorrogada a isenção do IPI. Isso é verdade, mas uma parte apenas. Se compararmos abril com os meses anteriores, vamos verificar que houve um crescimento expressivo. E foi o segundo melhor abril da história da produção. Se olharmos vendas, abril foi 239.674. De fato, março foi bem superior, 283 mil. De novo o IPI, que foi de fato antecipação de compra. Mas, de novo, 239.674 foi o segundo melhor abril da história também – e, segundo, muito melhor do que os meses anteriores. Isso significa que há, sim, uma tendência de recuperação na margem, mas evidentemente houve uma parcela de antecipação. As duas coisas são verdadeiras.

Em relação ao diferencial da taxa de juros, como já mencionei para V.Exas., os números mostram que até agora a grande entrada de capital recente está se dando, em primeiro lugar, pela retomada do crédito externo por parte das empresas. Elas estavam tendo dificuldade de tomar, e voltaram ao mercado internacional. Em segundo lugar, pelo aumento dos investimentos de portifólios, isto é, de investimentos nas bolsas de valores; e também pelo aumento do investimento estrangeiro direto, ou mesmo por repatriação de capital de empresas brasileiras, de suas subsidiárias no exterior, para investir no Brasil. Portanto, isso não é resultado de diferencial de taxa de juros.

Como eu disse, quando houve esse problema no passado, foram adotadas medidas especificamente para isso. É muito importante, de novo, que a taxa de juros não seja usada para atender finalidades específicas e cambiantes. A taxa de juros tem que ser utilizada para manter o equilíbrio interno do País, o que tem sido feito com muito sucesso até agora.

Vou mais uma vez mostrar o gráfico do ano passado. Houve uma queda no último trimestre, que foi resultado do impacto da crise mundial no Brasil, mas as expectativas para o futuro para o País são favoráveis.

Em relação ao *timing* para baixar a taxa de juros, eu gostaria de lembrar aquela projeção que fiz com a evolução da taxa de juros real no Brasil. Vamos verificar que a taxa de juros real e a taxa de juros nominal do Brasil têm uma trajetória cadente. De novo, se olhamos esse gráfico, essa transparência que aqui está projetada, vamos verificar que o País estava crescendo muito, com o patamar da taxa de juros que prevalecia no passado, de um lado. E de outro lado ele está caindo durante os últimos anos.

Então, temos a seguinte situação, para simplificar uma questão complexa: quando assumimos, a SELIC, a taxa de juros, era 25%. Chegou a 26,5%. E ela hoje está num patamar de taxa base que é a mais baixa da história. As taxas de juros nominais do mercado são as mais baixas da série histórica, e as taxas de juros reais também.

De novo, essas decisões que foram tomadas visaram, na nossa avaliação, assegurar a consistência macroeconômica não só presente mas também futura. Levamos em conta, Excelência, que o equilíbrio macroeconômico do ponto de vista do Banco Central tem que ser olhado sempre numa visão prospectiva, não olhando para trás ou para o presente. Existe um processo de defasagem importante. O Banco Central tem que trabalhar com projeções. Levando-se em conta todos esses fatores, o Banco Central tem assegurado a consistência macroeconômica do Brasil e assegurado que as perspectivas do País sejam as melhores possíveis.

Não cabe muito falar em oportunidade para baixar ou subir. Se existirem condições, as taxas caem. Se existirem condições, o Banco Central baixa as taxas de juros. Se existirem necessidades, sobe. Não existe isto: se cortou ali, não pode cortar mais. Não é assim! Ou existem condições de corte, ou não existem. Ou existe necessidade de subir, ou não existe. Esse é um processo dinâmico que vai sendo analisado pelo Banco Central a cada reunião.

Voltando ao ponto, é o mínimo histórico. Não há condições de se avaliar, no momento, até que ponto isso é conjuntural e até que ponto isso é estrutural. Possivelmente existe uma conjugação dos dois fatores, se virmos a curva. Se olharmos a taxa de juros de mercado agora, por exemplo, vamos verificar que existe uma tendência de queda estrutural. De outro lado, há uma queda conjuntural. Vamos ver como esses dois fatores vão conjugar-se à frente.

Em relação à Lei nº 11.803, V.Exa. pergunta se a mudança foi precipitada. Pelo que entendi da pergunta de V.Exa., o que poderia justificar...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Isso poderia dificultar a comparação da série histórica. Essa foi a preocupação que tive.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Pois não, Deputado. A mudança foi exatamente para facilitar a análise. Explicarei a V.Exa. por quê. Quando avaliamos a série histórica, no passado não existiam essas reservas tão altas. A entrada das variações dos resultados das reservas, que é um dado novo no balanço do Banco Central, é que dificultava a análise histórica. Então, na medida em que retiramos os resultados da reserva – o que não é, digamos assim, uma operação clássica do Banco Central, operação no mercado aberto, etc. —, temos condições de visualizar a série histórica com as operações clássicas do Banco Central.

E os dados das reservas continuam disponíveis. Mostrei isso hoje. Comentei os resultados das reservas. Mostrei o resultado das reservas, mostrei o resultado do *swap*, e comparado também com o ano passado.

Alguém poderia dizer: *"Logo que foi modificado, as reservas deram um lucro de 171 bilhões mais swap no segundo semestre. Então, não deveria ter modificado."* Não, a razão da modificação não é lucro ou prejuízo. A razão da modificação é exatamente dar uma consistência histórica e maior transparência ao resultado do Banco Central. Os resultados do Banco Central são mostrados sem a variação das reservas. E a variação das reservas também é analisada comparada com sua própria série histórica. Então, acho que o movimento foi adequado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - V.Exa. me permite levantar apenas uma questão? V.Exa. não acha que isso contrariou a Lei de Responsabilidade Fiscal? Houve um estudo por parte do Banco Central para identificar se essa mudança de metodologia não contraria o art. 7º da Lei de Responsabilidade Fiscal?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - A avaliação da Procuradoria do Banco Central é que está de acordo com a lei, não só com a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque o resultado do Banco Central é transferido para o Tesouro, de acordo com a lei, de qualquer maneira, independentemente de transitar

ou não pelo Lucros e Perdas. A questão é só quando transferir para o Tesouro. A lei determina que seja transferido, e o resultado é transferido na data determinada pela lei. O que acontece, de acordo com a Lei nº 11.803, é que os resultados vão sendo contabilizados em contas a receber ou a pagar do Tesouro; e, na data determinada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, são transferidos nos termos da lei. Então, as duas leis são seguidas rigorosamente: a Lei de Responsabilidade Fiscal e certamente a Lei nº 11.803.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Obrigado.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Pois não.

O Deputado Júlio Cesar pergunta em relação ao *spread* bancário. S.Exa. confessa sua tristeza quando vê o tamanho do *spread* bancário no Brasil, comparado com o de outros países, etc.

Isso tem sido de fato uma preocupação, Deputado, inclusive deste Banco Central. O aumento do *spread* bancário no Brasil, nos últimos anos, no último ano principalmente, tem sido motivo de preocupação do Banco Central, que expressou isso publicamente várias e repetidas vezes.

Foram tomadas diversas medidas no sentido de aumentar a competitividade e a liquidez do sistema. Por exemplo, mencionamos aqui não só a questão dos compulsórios, os empréstimos de reservas, etc., mas também a restauração da competitividade dos bancos pequenos e médios, que são importantes para baixar o *spread* bancário. E é muito importante o aumento da competitividade dos bancos públicos.

V.Exas. têm de levar em conta um aspecto muito importante: o Brasil tem grande percentual do seu crédito concedido por bancos públicos. Os bancos públicos representam, se levarmos em conta o crédito direcionado também, como o do BNDES, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e agora também da Nossa Caixa, do Banco Nordeste, do Banco da Amazônia, dos bancos regionais e estaduais, quase 50% do crédito. Portanto, o papel do banco público nesse processo é muito importante. Existe um movimento da maior importância, anunciado pelo Banco do Brasil nos últimos dias, de queda dos *spreads* e do aumento de volume de crédito.

Em resumo, o caminho é exatamente o aumento da competitividade. O Estado brasileiro tem condições de intervir nesse processo por meio dos bancos públicos, o que, em situações de desfuncionalidade de mercado, como aconteceu na crise, é legítimo. No mundo inteiro, está-se mostrando exatamente a ação contracíclica do Estado, evidentemente desde que feita com critérios prudenciais adequados, julgamento de crédito adequado, profissionalismo, etc. E o Banco Central obviamente olha rigorosamente para que os bancos públicos mantenham a saúde da instituição e não gerem prejuízos ao esqueleto, etc., como já ocorreu em outras ocasiões, a fim de que mantenham um sistema de crédito bem feito, rigoroso, adequado a qualquer instituição financeira. Mas o fato concreto é que o fator contracíclico é muito importante.

Diversas medidas estão sendo tomadas e certamente a ação de competição por parte dos bancos pequenos e médios e por parte dos bancos públicos é fundamental para uma queda gradual dos *spreads* no Brasil.

Em relação ao projeto de lei em análise por esta Casa, como sempre eu me abstenho de comentar qualquer coisa que seja prerrogativa de V.Exas., pois é questão legal. É prerrogativa da Casa tomar decisões desse tipo; não é prerrogativa do Banco Central.

A outra pergunta feita pelo Deputado Júlio Cesar refere-se a divergências de projeção do PIB; qual é a previsão.

Deputado, isso é um problema que está acontecendo no mundo inteiro. Como a crise é global e os impactos vêm de fora, é muito difícil prever. A dispersão de previsões é muito grande como um todo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - São as três principais autoridades do Sistema Monetário Nacional: o Presidente do Banco Central, o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento, todos pertencentes ao mesmo Governo.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Deputado, não existe uma divergência tão grande. O que existe muitas vezes são momentos diferentes. Por exemplo: o Banco Central divulga a sua previsão a cada trimestre. A última previsão divulgada pelo Banco Central foi a de março; a próxima vai ser no final de junho. Nós não temos uma previsão hoje. O Banco Central tem determinada metodologia de trabalho. Como outras instituições, divulga-se regularmente. Portanto, nós não temos a previsão do Banco Central hoje. Existe uma previsão de 1% do Ministério do Planejamento. O Banco Central vai divulgar a sua e vamos ver qual é, no final de junho; a de março foi 1,2%.

Onde estão as reservas? Como V.Exa. mencionou, as reservas estão fundamentalmente aplicadas em títulos de países ou governos europeus ou americano. De fato, o valor superior a 100 bilhões de dólares está aplicado em títulos do Governo americano, como os chineses também. Deputado, apesar de a taxa de juros ter sido de fato baixa nesse período, e continuar baixa, essa foi uma aplicação muito bem-sucedida do ponto de vista financeiro. Essa é uma das razões pelas quais nós gastamos 14,5 bilhões de dólares das

reservas com vendas do mercado à vista. O Banco Central vendeu 14,5 bilhões de dólares e comprou um pouco mais de dois, e as reservas continuaram em 205 bilhões.

Uma das razões é que as reservas ganharam valor. Nós não podemos olhar apenas a taxa de juros, mas também o valor dos papéis. O fato é que o valor desses papéis subiu. Portanto, foi uma boa aplicação da reserva. Nesse aspecto, o Deputado não precisa se preocupar, porque as reservas foram muito bem aplicadas.

Os títulos do Tesouro americano têm liquidez bastante ampla, não só porque têm liquidez de mercado – apesar das questões do dólar, ainda é a grande moeda reserva: além do mais, o Federal Reserve Board está adotando uma política que eles chamam de facilitação à produção livre, uma facilitação quantitativa. É o *quantitative easing*. Na realidade, o Federal Reserve está comprando também títulos do Tesouro americano. Mas isso não é o mais importante. Títulos do Tesouro americano têm liquidez ampla e, portanto, não há essa preocupação. O que existe é uma preocupação estratégica de longo prazo, principalmente dos chineses, com o fato de existir apenas uma moeda reserva. Mas, basicamente, o fato é que as reservas estão aplicadas em títulos muito seguros, que têm grande valor. Portanto, a história da aplicação das reservas é muito favorável.

Deputado, V.Exa. pode imaginar o que seria, por exemplo, se tivéssemos buscado retorno mais elevado e aplicado em alguns dos grandes bancos internacionais que tiveram problema. V.Exa. não estaria possivelmente muito feliz com a administração das reservas brasileiras. Felizmente, as reservas brasileiras foram bem aplicadas, ganharam valor e estão em títulos muito sólidos.

Vou às perguntas do Deputado Alfredo Kaefer. Em primeiro lugar, eu já mencionei a questão da SELIC, do *timing*, etc.

"Por que não indexou o compulsório ao crédito?" Deputado, a movimentação toda do compulsório foi bastante bem-sucedida, na medida em que ela visou prover uma liquidez ao mercado em um momento importante. Portanto, ela visou assegurar um equilíbrio macroeconômico naquele momento. E ela foi muito bem-sucedida também na medida em que direcionou 41 bilhões de reais aos bancos pequenos e médios. Isso equilibrou de fato o sistema, na medida em que esse era o grande problema daquele momento; quer dizer, 40% do volume total foram direcionados para pequenos e médios. E agora, com o Fundo Garantidor de Créditos, tende a crescer a competitividade dos bancos pequenos e médios, etc. Isso é considerado exemplo de sucesso das administrações de crédito do mundo todo.

Em relação à meta de câmbio e de inflação, eu já respondi basicamente a essa pergunta do Deputado.

Outra pergunta muito importante do Deputado refere-se ao uso das reservas. Por que não estamos usando as reservas para beneficiar as exportações? Gostaria de falar a V.Exa. que estamos fazendo isso já: 24 bilhões de dólares; não há restrição de ofertas, Deputado. Oferecemos todos os recursos demandados pelas empresas exportadoras através dos bancos, isto é, anunciamos que atenderemos a toda a demanda, e estamos atendendo a toda a demanda. O Banco Central não restringe essa oferta.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Os bancos é que não têm apetite de emprestar.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - E, para isso, entre outras coisas, existe uma ação mais agressiva agora dos bancos públicos.

A última pergunta do Deputado é: por que o Banco Central faz a chamada "esterilização" do excesso de liquidez e por que o Banco Central toma recursos do mercado à taxa SELIC. Todo dia, exatamente.

Deputado, isso é a essência do regime. O que é a taxa SELIC? Ela é a meta de taxa base onde o Banco Central toma e empresta recursos todo dia. Se não fizer isso, não existe SELIC, e não precisa de COPOM também. Então, não é bom? Depende do que se considera bom. Era assim, no passado, no Brasil, na década de 80 foi assim; era o chamado Banco Central passivo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Há jeito de, algum dia, sairmos disso?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Já saímos durante muitos anos, Deputado. Durante muitos anos. Foi uma época que havia no Brasil o fenômeno da hiperinflação. Durante toda a década de 80, não havia exatamente esse procedimento. Inclusive, chegamos mais longe, tínhamos até uma conta-movimento do Banco do Brasil de onde o Tesouro sacava livre, sem orçamento, quando a moeda não tinha controle. O resultado, normalmente, era inflação elevada, segundo a teoria e a experiência macroeconômicas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)(Ausente.)*

Com a palavra o nobre Deputado Rodrigo Rocha Loures.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROCHA LOURES - Senador Almeida Lima, nosso Presidente, Presidente Silvio Torres, Presidente Henrique Meirelles, estou satisfeito com as informações, até porque, quando preciso examinar as informações do Banco Central,

consulto o *site* e muito do que é necessário saber lá está. Portanto, recebo este documento que o Presidente Almeida Lima nos fornece relativo ao ano que passou como um documento acessório às informações de que dispomos, mas temos aqui as demonstrações contábeis da CAP-MG, que estava lendo enquanto ocorria a reunião.

Então, Presidente Meirelles, não quero falar do passado, mas, talvez, um pouco do futuro. A ideia seria examinar a abordagem pela seguinte questão. Haverá uma próxima reunião como esta daqui a alguns meses, vamos voltar a examinar números como estes; não sabemos exatamente o que vem pela frente e algumas informações são mais previsíveis que outras.

Tenho observado que quem acha estar bem informado sobre o que está acontecendo, talvez esteja profundamente enganado. Por conta disso, com humildade, tenho observado os eventos recentes, mas me parece que vamos bem. Queria ouvi-lo, Presidente, portanto, com relação ao futuro.

V.Exa. sabe que aqui temos 5 Comissões que hoje trabalham examinando as consequências da crise econômica; não perdemos mais tempo com diagnóstico. Hoje, houve uma Comissão Geral, com as presenças do Ministro Reis Veloso, do Dr. Jorge Gerdau, do Ministro Roberto Rodrigues e de diversas lideranças do País dando suas contribuições ao debate. Inclusive, V.Exa. já confirmou a presença, ao que agradeço, e voltará a esta Casa para debatermos especificamente esse tema.

Mas quero aproveitar certo espaço de tempo para debatermos sobre que tipo de áreas de colaboração pode haver entre Câmara e Banco Central e entre Senado e Banco Central, para que, na próxima reunião, se V.Exa. achar conveniente, iniciarmos algum tipo de processo colaborativo com vistas a algum trabalho comum que possa reforçar ainda mais a parceria que há hoje entre Governo, Legislativo e, por que não dizer, Judiciário, que, creio, também está fazendo aquilo que é importante para o Brasil.

Dessas áreas de colaboração, por exemplo, a questão do *spread*. Não gosto da palavra *spread*. Nada contra os americanos, mas prefiro a palavra "margem"; fica mais fácil para quem observa e acompanha a discussão. Entre os principais componentes do que chamo de "margem", e o mercado chama de *spread*, estão a inadimplência; o segundo me parece ser a carga fiscal, impostos componentes da operação; e naturalmente também a margem dos bancos ou o lucro da instituição financeira. São os 3 principais componentes.

Já estamos examinando quais os componentes dessa inadimplência. O que se entende por inadimplência – evidentemente é uma leitura técnica —, por trás da qual há um hábito, uma realidade econômica que o País apresenta. Portanto, talvez essa fosse uma área de colaboração.

Outra área de colaboração, Presidente, tem a ver com o novo momento. A sociedade brasileira terá de aprender a viver com juros menores, porque isso faz parte da maturidade econômica em que nos encontramos enquanto economia. Isso trouxe um debate muito acalorado, há 2 semanas, por conta da mudança ou da pretensa mudança que o Governo faria na caderneta de poupança ou na remuneração da caderneta de poupança. Também realizamos um intenso debate, que agora foi ao Senado, referente ao cadastro positivo.

Gostaria de ouvir, portanto, os comentários de V.Exa., primeiro, com relação às possíveis áreas de colaboração imediatas, quando podemos, trabalhando juntos, garantir que a próxima reunião será tão boa quanto esta. Segundo, se V.Exa. quiser comentar sobre a questão da caderneta de poupança e a do cadastro positivo. Em terceiro lugar, os chineses estão abrindo um banco em São Paulo; a autoridade econômica ou monetária autorizará, ou já autorizou, a abertura desse banco. A China passa a ser nosso principal parceiro econômico, e o Presidente Lula acaba de voltar de lá.

Então, dentro do possível e sabendo que o Brasil e o trabalho do Banco Central brasileiro é reconhecido no grupo do G-20 e no grupo dos Presidentes de Bancos Centrais, gostaria de conhecer sua avaliação, o significado ou qual pode ser o significado dessa presença chinesa mais oficial, por que não dizer, em território brasileiro, e, nessa discussão referente a uma terceira moeda ou um terceiro caminho, que pode ser reserva de valor entre as economias, se essa questão deve ocupar, de alguma maneira, os esforços e as tensões da Câmara e do Senado com relação ao que pode vir pela frente.

Vejo que V.Exa. veio acompanhado da sua equipe, que, pelo menos no que diz respeito ao meu mandato – sou membro da Comissão de Finanças —, tem sido muito diligente e atenta. Então, cumprimento sua equipe pelas informações que, pelo menos a mim, já puderam prestar.

Obrigado, Presidente Meirelles. Obrigado, Presidente Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Jilmar Tatto.

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO - Caro Presidente, Senador Almeida Lima, Sr. Ministro Henrique Meirelles, demais membros da Mesa, primeiro, quero cumprimentar toda a equipe do Banco Central pela maneira que tem conduzido aquilo que V.Exa. chama de fundamentos macroeconômicos do Brasil, que são de sua competência. A forma competente com que tem

gerenciado e monitorado, permite, inclusive, que o Governo brasileiro possa investir de forma bastante segura na área social, na infraestrutura e na produção.

Na área social, todos conhecemos o investimento, principalmente, no Bolsa-Família e agora no Minha Casa, Minha vida.

Na área da produção, toda a desoneração por parte do Governo nos setores produtivos, principalmente agora, como foi comentado o setor automobilístico. E também na infraestrutura o programa do PAC.

Então, esses fundamentos e essa ingerência do Governo Federal de fazer com que o Estado possa também ser o indutor da produção e o indutor do crescimento. Isso é importante, é um detalhe do monitoramento feito pelo Banco Central.

O sucesso do Brasil tem a ver com essa política. Considero isso importante. Quer dizer, não é secundário o fato de nós termos, num momento de crise, um Governo que levanta a cabeça e diz o seguinte: *"Nós vamos enfrentar a crise, apostando na produção, apostando no emprego, apostando na distribuição de renda, para que tenhamos emprego e possa a população ter consumo".* A meu ver, isso é o mais importante que nós temos hoje no Brasil.

Eu tenho aqui várias perguntas que já foram respondidas. Mas tenho uma pergunta sobre *spread*. É inadmissível que o Banco Central tenha disponibilizado o compulsório de 100 bilhões e, de repente, não tenha ocorrido a diminuição de *spread*. Aliás, dizem inclusive que o Presidente do Banco do Brasil caiu em função disso, porque não adotou uma política arrojada de diminuição de *spread*. Essa questão, Sr. Henrique Meirelles, se V.Exa. me permitir, o Banco Central tem de trabalhar com carinho, porque é um elemento que pode virar um câncer hoje no País. É inadmissível que, no momento de crise, eles não abaixem o *spread* bancário para que a população possa consumir mais.

Outra questão, se V.Exa. puder responder, é sobre a poupança, um assunto delicado hoje no Brasil. O Executivo enviou para cá uma medida provisória que preserva 99% dos poupadores, com a preocupação em relação aos especuladores. Pergunto: o Banco Central tem controle ou existe mecanismo para fazer com que esses especuladores entrem na Conta Poupança simplesmente para obter lucro imediato e, de uma hora para outra, eles vão embora? Existe um mecanismo do Banco Central que alerte o Governo, o Executivo e o Ministério do Planejamento, para que o Brasil não sofra as consequências em relação à credibilidade da poupança?

A outra pergunta está relacionada com as nossas reservas. Até quando nós podemos usar as nossas reservas para investir na infraestrutura? Quer dizer, 205 bilhões agora. Será que nós não poderíamos pegar parte desse dinheiro e investir em infraestrutura, principalmente no momento de crise?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy. S.Exa. dispõe de 5 minutos para as indagações.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente Almeida Lima, prezado Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, em primeiro lugar, gostaria de perguntar a respeito da evolução positiva que tem ocorrido com os resultados da política de metas.

Observo no gráfico de V.Exa. que tem havido um comportamento mais e mais próximo, conforme ressaltou, da meta estabelecida da ordem de 4%. E está prevista, para junho próximo, a nova definição para os 3 anos seguintes, não é isso? Portanto, levando em conta esse resultado positivo, sabendo muito bem do quanto V.Exa. acredita que o objetivo do Banco Central centrado na meta de estabilização de preços como a principal, mas levando em conta também que outros países têm a sua autoridade monetária que leva em conta tanto a política de metas de inflação quanto o objetivo de diminuir a taxa de desemprego e de crescimento, consideraria o Banco Central que esses outros objetivos possam também ser considerados, ainda que colocando como central a política de metas de inflação?

Eu já fiz uma sugestão em ocasião anterior a V.Exa. e gostaria de reiterar, porque uma evolução positiva da política macroeconômica e política social do Governo do Presidente Lula e das autoridades econômicas e monetárias, desde o início de 2003, tem sido ano a ano a diminuição do coeficiente de desigualdade. Como V.Exa., nas suas exposições, coleta tão bem as informações da economia, sugiro que acrescente o Coeficiente Gini em 2002, 2003 etc. E V.Exa. poderá, como tem sido ressaltado por muitos – ainda nesta semana no Fórum Nacional, no Rio de Janeiro e no BNDES – economistas internacionais que, diferentemente de outros países, o Brasil foi aquele que, nestes anos recentes, conseguiu uma diminuição bastante significativa, passando de 0,59 para 0,55, próximo de 0,54 no Coeficiente Gini. A minha sugestão é no sentido de que isso esteja contido nas suas exposições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Carlos Willian. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado João Oliveira.

O SR. DEPUTADO JOÃO OLIVEIRA - Sr. Ministro, quero ser breve, pois são apenas 2 perguntas. O Governo tributando o rendimento da poupança acima

de 50 mil reais, resolve a questão da poupança? Qual o limite mínimo tolerável para a taxa de juros?

Com a criação de um teto para poupadores isentos de Imposto de Renda, não seria, por parte do Governo, uma ajuda aos bancos e prejuízo aos poupadores, uma vez que os fundos de investimentos concentram os recursos para empréstimos bancários? Essa é a nossa pergunta, Sr. Ministro. Alguma dúvida?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Sim, eu tenho uma dúvida em relação à segunda pergunta. Se entendi bem, a isenção dada ao aplicador de outros produtos que não a poupança beneficiaria os bancos. Queria entender exatamente isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO OLIVEIRA - Com a criação de um teto para poupadores isentos de Imposto de Renda, não seria, por parte do Governo, uma ajuda aos bancos e prejuízo aos poupadores?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - V.Exa. está falando de uma possível taxação de grandes poupanças no ano que vem ou da não-taxação de outros investimentos este ano? A qual das 2 V.Exa. se refere? Só para eu entender.

O SR. DEPUTADO JOÃO OLIVEIRA - À não-taxação deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Jerônimo Reis. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO - Sr. Presidente, eu cheguei um pouco tarde porque estava em outra audiência. E, quando cheguei, o Ministro já havia feito a sua dissertação. Todavia, eu não me inscrevi, mas o Deputado Jerônimo Reis teve de se ausentar e deixou um papel aqui para que eu pudesse fazer as perguntas. Sou o Deputado Osório Adriano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO - Sr. Ministro, a poupança sempre foi um mecanismo mais simples de ser entendido, pois se destina sobretudo

mais simples de ser entendido, pois se destina sobretudo aos pequenos poupadores. O cálculo da poupança, Sr. Ministro, é reconhecidamente difícil de entender, devido à relação da variação da Taxa SELIC com a inflação e outros determinantes. Quais os parâmetros que o Governo adotará para controlar o equilíbrio, os efeitos da SELIC e a atratividade da poupança? Essa é a primeira pergunta.

Sr. Ministro, a queda da taxa de juros não seria um instrumento, ao lado da compra de dólares, para compor as reservas internacionais e diminuir a tendência de desvalorização da moeda norte-americana? Qual o limite máximo para a composição de reservas internacionais?

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Valverde. *(Pausa.)*

Senador Roberto Cavalcanti. *(Pausa.)*

Deputado Leandro Vilela. *(Pausa.)*

Deputado José Chaves. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Eugênio.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Sr. Presidente Almeida Lima, Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, Srs. Diretores, caros amigos e colegas Parlamentares, a respeito da taxa de câmbio, Presidente Meirelles, quando vemos aqui o real valorizado em relação ao dólar, o euro valorizando-se em relação ao dólar, o real desvalorizando-se em relação ao euro, V.Exa. mostra, ao menos nesse período, que houve um processo muito mais de desvalorização do dólar no mercado mundial do que a valorização do real no mercado interno financeiro.

Isso me fez lembrar de um projeto de lei recentemente aprovado nesta Casa, do qual fui Relator, por meio do qual foi instituído, autorizado por esta Casa Legislativa, o sistema bilateral de troca de moedas entre Brasil e Argentina, que permite a compensação diária das operações entre os 2 Países. Pergunto se não seria esse um instrumento adequado a ser ampliado, na sua abrangência, para as trocas comerciais do Brasil com outros países do mundo, a fim de fugirmos dessa questão específica do dólar e dessa tendência que, parece-me, vem se configurando como uma tendência de longo prazo de desvalorização da moeda americana, em detrimento do nosso interesse enquanto País?

De outro lado, temos a notícia de que infelizmente, por razões que eu não conheço, esse sistema que já foi instituído, talvez pela sua complexidade ou pelo início da sua operação, ainda não foi adotado de forma significativa no comércio entre os países. V.Exa. teria uma previsão de que se isso poderá ser agilizado? Ou se realmente são dificuldades de longo prazo e mais estruturais que eu particularmente desconheço? V.Exa. entende que esse realmente é um instrumento importante para sairmos dessa ligação tão forte com o dólar?

Aproveito a oportunidade para fazer uma referência rápida ao projeto de lei, a que o Deputado Júlio se referiu, que V.Exa. respondeu de forma previsível, já que a sua posição recomenda um certo distanciamento das questões que ainda estão em debate nesta Casa, mas dizer do nosso reconhecimento dos esforços e das realizações importantes do Banco Central, em parti-

cular, e do Governo, em geral, no sentido de reduzir o *spread*, atingindo fatores determinantes para ele. V.Exa. fez referência a todos eles e não vou repeti-los; apenas quero ressaltar que o projeto de lei em referência procura especificamente estimular a competição. Esse é o objetivo do projeto; não é um projeto de fixação de tetos, de engessamento do *spread*, mas visa a estabelecer mecanismos que estimulam a competição bancária em direção a um *spread* mais baixo.

Esse é o objetivo do projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Tem a palavra o último orador inscrito, Deputado Otávio Leite, sergipano e Parlamentar pelo Rio de Janeiro

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sergipano com muito orgulho e Deputado pelo Rio de Janeiro com muita honra. Sr. Presidente, Senador Almeida Lima, Presidente Silvio Torres, Sr. Presidente do Banco Central, sem querer tomar muito tempo, há uma bandeira que há muito abraço e que merece uma reflexão do Banco Central.

Introduzo o que quero dizer lembrando um verso de que gosto muito, do poeta Gil. Ele disse a certa altura que é sempre bom lembrar que um copo vazio está cheio de ar. Acho isso formidável. Isso nos traz algumas reflexões em circunstâncias em que não visualizamos por completo a questão.

Isso se aplica aos indicadores econômicos do Banco Central extraídos hoje, porque embora a nossa balança comercial apresente superávit de 24 bilhões, por outro lado as nossas transações correntes apresentam déficit de 28 bilhões. Desde sempre, exportar será importante, ontem, hoje e amanhã. A saúde financeira de um país naturalmente se mede por sua capacidade de vender seus produtos e de incorporar mais valias ao cenário econômico interno. Portanto, não é à toa que desde sempre os governos procuram adotar políticas para fazer com que as exportações de manufaturados seja estimuladas. Agora mesmo votamos um bocado delas. Acho inclusive que em momentos de crise se faz necessário impulsionar alguns setores, para que prossigam no mercado externo e tragam divisas para o Brasil nas mais valias alcançadas em função das transações comerciais.

Não obstante essa óbvia afirmação, há nesse contexto um setor muito esquecido e ao mesmo tempo relevante. Embora se fale sobre ele, pouco se age sobre ele. Quero dizer sobre um componente dessas transações correntes, a intitulada conta turismo. Os números mais recentes indicavam, antes de o epicentro da crise ter eclodido, segundo dados do Banco Central, que os brasileiros deixaram no exterior, nas viagens internacionais, 10 bilhões. Por outro lado, os estrangeiros deixaram nesse mesmo período, no Brasil, 5 bilhões. Nesse déficit de transação corrente temos uma contribuição da conta turismo da ordem de 5 bilhões, o que é significativo.

Os dados de hoje, dado o refluxo do movimento das viagens internacionais, também revelam um déficit de 3 bilhões, se prosseguir o diagnóstico de janeiro a abril.

Fala-se que um momento de crise é também um momento de oportunidade, de criatividade – hoje houve uma Comissão Geral nesta Casa para apresentar propostas —, e há uma proposta, Sr. Presidente, que eu gostaria de trazer a V.Exa., para saber sua reflexão. Se, por um lado, oferecemos a "n" setores da indústria brasileira condições favoráveis para prosseguirem disputando mercado exterior, através de desonerações, por que não se toma iniciativa a fim de desonerar todos aqueles agentes econômicos que de alguma forma trazem turistas para o Brasil, que trazem pessoas para visitar o Brasil, seja no viés de lazer, seja para congressos, feiras e exposições, *business*? São efetivamente cidadãos do mundo que vêm ao País que consomem e deixam recursos aqui.

Um operador turístico, uma agência de turismo que traz pacotes, um organizador de eventos, um hotel que busca trazer clientela, no fundo estão produzindo para o Brasil, do ponto de vista do giro econômico, da movimentação da atividade econômica, absolutamente o mesmo efeito que o exportador de um móvel, de uma bicicleta ou de carro, porque estão trazendo recursos líquidos para a nossa economia através desse consumo.

Vimos lutando, não é de hoje, neste Parlamento, quer dizer, neste mandato – é o meu primeiro mandato —, para que se consiga introduzir na legislação brasileira, no nosso ordenamento jurídico, esse conceito de que, por um viés e por um fundamento, a retaguarda constitucional, no princípio da isonomia – porque são iguais os resultados —, haveria também de oferecer a todos os agentes econômicos do turismo receptivo, ou seja, àqueles que trazem pessoas ao País, o mesmo tratamento em linhas de crédito do BNDES, em linhas de fomento, qualquer que seja o programa, em providências tributárias facilitadoras, para que esses setores expandam suas atividades.

Queremos o desenvolvimento; não há saída sem desenvolvimento. O desenvolvimento social vem agregado, mas sem desenvolvimento econômico é tudo discurso, é blá-blá-blá, e não se chega a lugar nenhum. Eis que, de alguma maneira, postulamos a introdução dessa matéria no ordenamento jurídico. Tentamos isso várias vezes. Agora mesmo vamos votar a MP nº 460. Infelizmente, as medidas provisórias, do ponto de vista

técnico-legislativo, têm-se prestado a uma salada legislativa. Assuntos mais diversos são tratados no mesmo diploma legal, isso é complexo. Oferecemos mais uma vez essa proposta. Houve uma ocasião em que apresentamos a proposta, convidamos Deputados de outros partidos, do Governo e da Oposição, para que pudesse prosperar. Na Lei Geral do Turismo a apresentamos, foi aprovada, mas o Presidente a vetou.

O Banco Central nos informa dados preciosos que consubstanciam a defesa dessa bandeira. Temos que diminuir esse déficit, e diminuir esse déficit será saudável para o Brasil. portanto, eu gostaria que V.Exa. nos ajudasse, junto ao Ministério da Fazenda, para que compreendam a importância do setor do turismo receptivo para o desenvolvimento do Brasil, para as contas nacionais e para combater esse perverso déficit nas transações correntes.

Se me fiz entender, essa é a bandeira para a qual peço uma reflexão de V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Agradeço a contribuição ao nobre Deputado Otávio Leite.

Concedo a palavra ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, para responder às indagações e logo a seguir para suas considerações finais, já que este é o último bloco de oradores inscritos.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Pois não. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, em relação às questões colocadas pelo Deputado Rodrigo Loures, eu gostaria de dizer que olhamos com grande confiança exatamente o relacionamento nosso com esta Casa, com a Câmara e o Senado, no enderaçamento dessas questões. Nossas áreas técnicas estão à disposição, S.Exa. é sempre bem-vindo ao Banco Central, demais Parlamentares interessados, para discutirmos e apresentarmos uma colaboração técnica, não só para essas questões levantadas, mas também para as demais questões.

Em relação, por exemplo, à questão da margem, não do *spread*, na verdade, há um trabalho grande, feito pelas áreas técnicas do Governo, do BC, da Fazenda, e algumas dessas medidas já estão incorporadas atualmente na estrutura normativa, mas certamente há muito espaço ainda para o trabalho, e certamente trabalho com o Legislativo, porque muitas dessas medidas passam por este Poder.

Uma delas, muito importante, o cadastro positivo, certamente, é algo que tem uma importância muito grande no aumento da competição. Há algumas dúvidas importantes; uma delas foi muito discutida nesta Casa, a questão da postagem e do aviso ao consumidor sobre eventual negativação, por inclusão no cadastro. Isso já foi aprovado nesta Casa. Há algumas questões complexas aí em termos de custos e benefícios, mas estamos totalmente dispostos a dar o nosso parecer.

Eu vou já me antecipar, já que S.Exa. mencionou a questão da margem. Uma das perguntas do Deputado Pedro Eugênio foi em relação ao projeto em andamento nesta Casa. O Deputado falou também sobre algo muito importante, dizendo que o projeto visa estimular a competição. E certamente o estímulo à competição bancária é uma das missões do Banco Central. O estímulo à eficiência e à competição no sistema bancário.

Estamos todos totalmente dispostos a dar o nosso parecer, desde que, evidentemente, solicitado por esta Casa. O nosso departamento especializado já está trabalhando nisso, já estamos analisando o projeto, e, certamente, solicitados formalmente pelos Parlamentares, nós daremos certamente a nossa contribuição, para que esse projeto possa de fato caminhar no sentido de aumentar a competição, como observou claramente o Deputado Pedro Eugênio. Certamente, daremos nosso parecer de como o projeto pode ser encaminhado, para aumentar a competição, e não outra coisa.

Quanto à questão da poupança, também estamos trabalhando nisso. O Governo já anunciou algumas medidas, que certamente serão enviadas no devido tempo ao Congresso Nacional. Estaremos totalmente abertos e preparados para dar toda a nossa colaboração técnica de novo a essa discussão tão importante.

Em relação ao Banco da China, ele foi autorizado e ainda não começou a operar. Evidentemente, há uma reciprocidade para banco brasileiro na China. Não há dúvida de que a China está crescendo como parceiro comercial. Para o Brasil é muito importante atualmente, por causa da exportação de *commodities*, principalmente para a China, um grande consumidor. É muito importante para o preço das *commodities*, com o que tanto se preocuparam aqui alguns Parlamentares. É muito importante realmente.

Um dado fundamental para os produtores brasileiros de *commodities* é o consumo da China. Nesse aspecto, somos parceiros naturais, de um lado, e, de outro lado, competidores naturais do produto industrializado. Competidores duros dos chineses, aliás. Mas, de qualquer maneira, quanto à produção de *commodities*, parceiros naturais.

Então, não há dúvida de que há um interesse de ambas as partes em facilitar o comércio.

Quanto à questão da terceira moeda, há, sim, uma discussão, de que participei publicamente, em alguns fóruns de discussão na Europa, sobre qual seria a viabilidade de se criarem moedas multilaterais de reserva. É um conceito, que não é necessariamente muito fácil

e muito rápido de ser implementado, mas é uma idéia interessante, positiva. É um dos mecanismos, que seriam os direitos especiais de saque do FMI. Houve uma decisão do G-20 de aumentar o volume dos direitos especiais de saque, o problema é a questão do volume. Os volumes não são necessariamente relevantes para que, de fato, se possa configurar a ideia de uma moeda reserva alternativa ao dólar. Mas, de qualquer maneira, é uma discussão interessante, é uma discussão importante, o Brasil está participando dela de uma forma muito intensa.

As declarações do Presidente Lula, em Londres, referentes à possibilidade de o Brasil inclusive participar de aporte de recursos ao FMI é muito importante. Em resumo, o Brasil hoje já tem um peso importante, é um País que tem uma presença internacional forte e já participa intensamente dessas discussões.

Passo agora às perguntas do Deputado Jilmar Tatto. Em primeiro lugar, com relação ao *spread* bancário, não há dúvida, Deputado, de que estamos tomando uma série de medidas – diversas delas já foram mencionadas e discutidas aqui – visando, em última análise, a aumentar a competição. Isso é o que fez com que o *spread* bancário caísse em diversos países do mundo.

Existem outros fatores que foram também mencionados aqui: a questão da inadimplência – para isso o cadastro positivo é muito importante —; existe a questão também de mecanismos processuais, projeto que deverá, em determinado momento, ser discutido por esta Casa, suponho; existem outras questões referentes a questões fiscais, e a questão fiscal é permanente na maior parte das perguntas e sugestões. E evidentemente a questão fiscal que se coloca no *spread* bancário, na questão do turismo e na questão do investimento tem como contrapartida o equilíbrio das contas do Estado. Em resumo, essa já é uma discussão importante, que existe, real, mas existem também certas limitações nesses aspectos.

Em relação à reforma tributária, por exemplo, que está em discussão nesta Casa, acho que é muito importante que prossiga no futuro, porque boa parte dela passa por essa via.

Em relação à questão da poupança, não há dúvida de que o mecanismo de alerta sobre a entrada na poupança ou a saída da poupança de especuladores... Pelo que entendi da sua pergunta, V.Exa. está se referindo à questão de que, de vez em quando, a poupança poderia ficar muito atraente, então os grandes especuladores entrariam etc. É evidente que sim, nós temos medidas muito acuradas e seguimos não só os depósitos em poupança, mas em todos os demais veículos de investimento, e certamente o Governo tem acesso a todos eles, seja através do Ministério da Fazenda, através do Ministério do Planejamento, da Presidência da República, todos têm acesso a esses dados rapidamente, no sentido de que é possível, sim, ter uma visão muito clara disso. E isso é algo que é monitorado claramente. Essa é a razão de toda essa discussão a respeito do assunto, a respeito do equilíbrio do sistema financeiro como um todo e dos diversos instrumentos, para que não levem a desequilíbrios perigosos.

Em relação à questão do investimento das reservas na infraestrutura, Deputado, há um ponto importante que deve ser frisado, do que é cada mecanismo. O mecanismo de reserva visa, basicamente, como o próprio nome diz, a uma reserva de liquidez, isto é, algo que o País tem para garantir suas contas externas, de maneira que não entre em crise cambial. Essa é a finalidade da reserva. Se usamos a reserva para a infraestrutura, ela não é mais reserva por definição, é outra coisa, é uma despesa primária. Então a questão é saber se o volume de reservas é adequado.

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO - Isso. Qual é o volume de reserva? Porque pode ter haver 200, 300, 500. A China tem trilhões.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Tem 2 trilhões.

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO - Mas no Brasil qual o volume dessa reserva? Porque chega uma hora em que não adianta ter tanta reserva que...

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Está certo. Não há dúvida de que chega uma hora em que...

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO - Tem que usar o dinheiro, não é? O Brasil tem necessidades do ponto de vista de infraestrutura.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - É uma boa pergunta também, Deputado, como várias que já foram feitas.

Não há dúvida de que a relação custo/benefício das reservas é uma coisa que nós monitoramos com muito rigor. E isso tem mudado. Existiam modelos no passado do que seria o volume ideal de reserva. Esses modelos apontavam, inclusive, para números menores do que os que temos hoje.

Essa crise mostrou que esses modelos estavam errados, porque eles não levavam em conta todas as necessidades possíveis e todas as possibilidades de evasão de capital em caso de uma crise dessa magnitude. A crise mostrou que, de fato, os volumes de reservas que o Brasil tem hoje eram adequados e que volumes muito menores poderiam ter sido programados.

Em relação à reserva, não é apenas necessário olhar o que se gastou. É necessário olhar aquilo que não foi preciso gastar. Isto é, o fato de o Brasil ter uma

reserva dá a segurança de que eventualmente não será necessário gastar as reservas. Primeiro ponto.

Segundo, o fato de que o Brasil anunciou que poderia atender a toda a demanda por dólares, empréstimos em dólares, das empresas exportadoras ou não exportadoras brasileiras e dos bancos brasileiros. Quando o Banco Central do Brasil anunciou: *"Estamos fazendo leilões de linhas externas usando as reservas e não temos limite para isso"*, isso foi um sinal importante de que o Brasil estava líquido, o que colaborou muito para que o Brasil e as empresas brasileiras pudessem voltar o mercado internacional, não sendo necessário usar todo aquele volume. Mas se não tivéssemos as reservas, como muitos países não têm, aí teríamos problemas.

Em resumo, a finalidade das reservas se mostrou muito mais ampla do que parecia à primeira vista. Portanto, a conclusão a que se chega hoje é de que o patamar ideal – um conceito teórico, que não se sabe exatamente qual é – é maior do que se pensava anteriormente. É uma conclusão, inclusive, muito discutida no fórum dos bancos centrais, principalmente dos países emergentes, nas reuniões internacionais.

Portanto, o que está claro é que ainda temos margem para o crescimento das reservas. Dito isso, estamos trabalhando na recomposição das reservas. Por enquanto, estamos recompondo-as, considerando que, se somássemos a posição das reservas e a posição dos mercados futuros, teríamos uma margem total maior do a que temos hoje. Portanto, ainda temos tempo para aumentar as reservas se olharmos os 2 mecanismos conjuntamente.

Não estou dizendo que poderemos ou não voltar a ter posição no mercado futuro. O que estou dizendo é que devemos olhar os 2 mercados conjuntamente e que, portanto, existe espaço para continuar o crescimento das reservas, inclusive porque a indicação é de que, independentemente da posição que tínhamos no início, ainda temos espaço para crescer.

Basicamente, Deputado, o resultado líquido da existência das reservas é muito positivo, inclusive para a capacidade de investimento do Governo, porque isso assegurou a manutenção dos planos de risco do Brasil e, portanto, dos custos de captação do Tesouro a níveis mais baixos do que alguns países que tiveram os mesmos problemas que o Brasil enfrentou no passado. Já mostrei que, no passado, as nossas taxas de juros subiram acima de 30 no custo do Tesouro em momentos de crise. Agora, não. Então, não é só a reserva – é a dívida pública cadente, é a inflação na meta, é o equilíbrio macroeconômico —, mas ela é um fator importante.

Em relação às questões do Senador Eduardo Suplicy, a sua preocupação é absolutamente legítima e importante. V.Exa. tem esse enfoque, com o qual concordamos completamente porque ele está nos índices de desigualdade social e substituição de renda. V.Exa. mencionou dados importantes, como, por exemplo, o Índice de Gini de desigualdade social, que tem melhorado recentemente no Brasil. Não há dúvida de que esse é um dado importante.

O Senador mencionou algo também da maior importância, alguns dados e indicadores sociais do Brasil. Realmente, 30 milhões de pessoas cruzaram a linha de pobreza, para baixo e para cima, nos últimos 5 anos no Brasil. Hoje a maioria da população brasileira, mais de 50%, é classe média. Tudo isso são fatores mais importantes. Não é suficiente. Precisamos continuar melhorando esse quadro. Todos concordamos com isso, e V.Exa. tem a nossa concordância absoluta nesse aspecto.

Quanto à questão de meta, existe aí uma questão objetiva, técnica, Senador. O Banco Central, no caso de política monetária, tem um instrumento, a taxa básica de juros. E a questão sobre a qual os bancos centrais se debatem, já falamos sobre isso hoje, é, com um instrumento só, sair pesquisando, a curto prazo, objetivos diferentes. Isso normalmente tem dado resultados negativos.

Então a experiência brasileira mostra que um banco central que colabora, juntamente com outros órgãos de governo e com outros agentes, para que exista o equilíbrio macroeconômico do país – e, no caso, do Brasil —, esse equilíbrio macroeconômico permite a estabilidade do valor da moeda, previsibilidade, baixa dos prêmios de risco, portanto menor custo de capital para o Governo, o Tesouro e o setor privado, tudo isso ao longo do tempo aumenta o investimento, o emprego e a renda.

A colaboração que o Banco Central pode dar para o aumento do emprego e da renda e para a diminuição da desigualdade é simplesmente não permitir a volta da desorganização financeira do País, que houve durante tantos anos. Se nós olharmos a história recente, Senador, veremos isso, quer dizer, o Brasil criou 1 milhão e meio de empregos, em média, nos últimos anos – ali esses indicadores sociais todos que o senhor mencionou. A massa salarial cresceu durante os últimos anos cerca de 6% ao ano, real. O Governo Federal, por uma política determinada pelo Presidente Lula, mas com condições financeiras, geradas pelo aumento da arrecadação, pôde aumentar os programas sociais, instituindo diversos projetos, que colaboraram muito exatamente para esse processo.

Portanto, é exatamente essa a ideia, quer dizer, diversos órgãos de Governo trabalhando com objetivos na mesma direção, mas objetivos com instrumentos diferentes e com metas específicas diferentes, dentro do objetivo maior, que é o aumento do emprego, da renda e do crescimento do País.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Obrigado, Presidente. Eu peço licença, porque há votações no plenário do Senado. Então tenho que me ausentar.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado.

O Deputado João Oliveira. Agora, em relação à poupança. Em primeiro lugar, a pergunta objetiva do Deputado é se a questão dos 50 mil reais resolve. Não é isso?

Muito bem, as nossas avaliações, Deputado, são de que, dentro do panorama atual da economia brasileira, essa taxação, anunciada pelo Ministro da Fazenda, da poupança acima de 50 mil reais, a partir do ano que vem, certamente é algo que deve prevenir os movimentos especulativos da poupança, que preserva, de um lado, a grande maioria da população, que tem depósitos abaixo de 50 mil reais, e, por outro lado, evita movimentos especulativos dos grandes volumes, dos grandes investidores.

Pelos cálculos que fizemos, que são estatísticos, estimativos, essa é uma medida adequada, ponderada, que deve equilibrar o sistema quando for implementada – se aprovada, certamente, pelo Congresso Nacional —, no ano de 2010.

Em relação ao limite de taxa de juros – estamos falando agora para baixo —, é interessante essa discussão no Brasil. Agora as preocupações são com a queda de juros. Mas não há dúvida de que o Brasil tem toda uma estrutura, que não é só a questão de poupança, mas fundos de investimento, pensões, uma série de outras estruturas no Brasil, que partem de toda uma história de juros elevados, de alta margem de risco na economia, que demandavam juros elevados.

No momento em que a taxa de juros real na economia tem essa tendência declinante ao longo dos anos, começamos a enfrentar problemas que são resultado da estabilização e do sucesso da economia brasileira. Mas não há dúvida de que taxa de juros, como muita coisa na vida, Deputado, é aquela história: todos nós achamos que juros altos são muito ruins na hora de pagar e uma coisa menos ruim na hora de receber, não é verdade? Então isso vale para pequenos, médios e para os grandes. Todos querem proteger a sua poupança. O pequeno poupador que trabalhada duro e bota o seu dinheiro, dependendo do instrumento, quer o melhor retorno possível. E é legítimo. E o tomador quer o melhor possível. Então esse debate é normal.

Agora, do ponto de vista do conjunto da sociedade, não há dúvida de que a queda da taxa de juros é extremamente positiva para o País, e essa queda estrutural da taxa de juros que está acontecendo no Brasil, em função da estabilização econômica do País, não há dúvida de que é resultado de novo do sucesso da política econômica.

A isenção é uma questão objetiva, quer dizer, na medida em que uma taxação dos grandes investidores na poupança só se daria caso aprovada por esta Casa no ano que vem, então temos um possível desequilíbrio este ano. E conforme o que foi anunciado pelo Ministro da Fazenda, caso esse desequilíbrio venha a se configurar, etc., certamente serão necessárias medidas este ano, e a medida escolhida seria a isenção dos demais investimentos. Essa foi a medida anunciada pelo Ministro da Fazenda, responsável pela política fiscal do País. Certamente anunciou que tratará do assunto no momento adequado, segundo uma estratégia fiscal e de equilíbrio das aplicações financeiras, no caso da poupança.

Em relação às perguntas do Deputado Eduardo Valverde...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Ah, é Deputado Otavio Leite, que foi lido por ele, está certo. Os mecanismos para controlar, pelo que entendi, eram de controle de entrada e saída de capitais.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Eu não cheguei ainda às perguntas do Deputado Otavio Leite, não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Exatamente, é do Deputado Osório Adriano, que fez a pergunta em nome do Deputado Jerônimo Reis.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Ah, está certo. A primeira pergunta, o V.Exa. poderia repetir, por favor Deputado?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado. De fato é a questão novamente da poupança. Essa pergunta foi a que acabei de responder, no sentido de que os mecanismos são exatamente os anunciados pelo Ministro da Fazenda.

Quanto à segunda pergunta, em relação à SELIC e à taxa de câmbio, também já foi respondida. Em relação à terceira, sobre o limite máximo de reservas, também já foi respondida.

Em relação às perguntas do Deputado Pedro Eugênio, em primeiro lugar, temos a questão da ampliação do comércio em moedas locais. Esse comércio em moedas locais tem o nome de SML, Sistema de Moedas Locais. Já assinamos esse convênio e estamos

implementando um trabalho longo e difícil, porque tem que haver uma integração de sistemas de câmbio entre os 2 países. Com a Argentina já está em funcionamento, estamos em processo de implementação com o Uruguai, e estamos em estudos preliminares com a China. Então é um processo longo, difícil, trabalhoso, que envolve um esforço muito grande de todo o corpo técnico do Banco Central dos 2 países em tecnologia e outras coisas, mas está avançando.

Em relação à pergunta do Deputado, por que não houve um crescimento mais rápido do sistema de moedas locais, a questão, Deputado, é de várias ordens. Primeiro, porque é um processo de fato lento. As primeiras vantagens dizem respeito a custo, portanto os exportadores menores tendem a começar primeiro.

O número é grande, os valores são pequenos. Por quê? Porque, como a primeira grande vantagem é uma questão de custo operacional, isso tem mais impacto nas exportações pequenas, de pequeno valor. Para alguém que faz uma exportação de grande valor, o custo do contrato de câmbio, de todo o procedimento burocrático, é proporcionalmente menor. As grandes empresas e os grandes exportadores tendem, num primeiro momento, a não querer modificar seus sistemas por conta de algo que, como percentual de um valor muito grande, não é relevante. Quanto aos pequenos exportadores, sim, para estes, vale a pena o trabalho de modificar todos os seus procedimentos. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é, por exemplo, a de que a maior parte das mercadorias tem valor referenciado em dólar no comércio internacional. Então fica mais fácil, as empresas importadoras e exportadoras estão acostumadas a ter uma referência em dólar. Aqui passaria a ter referência em moeda local. Então esse é um processo que tem certa lentidão para ser implementado.

Depois, há também a questão de financiamento, linhas de crédito etc. nas moedas locais para o outro país. Estamos trabalhando nesse aspecto. Com a Argentina, por exemplo, estamos trabalhando intensamente em relação a isso. Existe um grupo de trabalho dos 2 países. Já anunciamos algumas medidas em relação a esse aspecto. Em resumo, é um processo que tem um início lento, mas que certamente será muito relevante no futuro, porque existem algumas mudanças importantes operacionais, técnicas, procedimentais. E é geométrico: quanto maior, mais haverá mercadorias que começam a ser referenciadas nas moedas locais. Portanto, é um processo que tende a crescer geometricamente no momento em que comece a pegar maior volume.

Em relação ao projeto do *spread* bancário, já mencionei um pouco do mencionado pelo Deputado, que a ideia original do projeto é aumentar a competição. Nós vamos analisar e apresentar a S.Exa. toda a nossa colaboração no sentido de que, de fato, se consiga um aumento da competição.

A última pergunta, do Deputado Otavio Leite, aí sim, é a questão da isenção do turismo.

Deputado, mencionei a mesma coisa em relação à questão da carga tributária nos empréstimos e no *spread* bancário, e é a mesma questão do turismo.

Não há dúvida de que o turismo é da maior importância, não há dúvida de que é um grande gerador de empregos. Existem exemplos abundantes nesse aspecto, principalmente em países que fizeram sucesso nisso. Não é só gerador de divisas, é um setor que, de fato, gera muito emprego.

A questão tributária, como sempre, é uma questão de possibilidades de diminuir a arrecadação pública em questão de prioridade em determinado momento. É uma discussão complexa e difícil, mas certamente vou levar sua sugestão aos órgãos tributários do País e ao Ministro da Fazenda, sua reivindicação nesse sentido.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - O que eu imagino – Sr. Presidente, permita-me – é também identificar, no âmbito do Banco Central, o que pode ser feito para ajudar esse setor, que tem que fazer o câmbio, que tem que se movimentar. Porque não se trata meramente de estabelecer isenções. Trata-se, primeiro, de reconhecer esse setor à luz da isonomia, como também fundamental para a atração de divisas, para a nossa balança, para as nossas transações correntes. Mas, dentro do Banco Central, como podemos pensar também um mecanismo facilitador?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Nós estamos, Deputado, trabalhando muito na questão da modernização do sistema de câmbio do País, no modelo. Muita coisa tem sido feita e muita coisa ainda resta a ser feita. Estamos trabalhando intensamente nisso. Temos uma diretoria dedicada exclusivamente a isso, quase exclusivamente a isso. E eu lhe asseguro que consideramos isso alta prioridade. Várias medidas foram tomadas nesse sentido, em termos de facilitação de pagamentos, etc.

Existem questões mais complexas. Vou citar um exemplo. Hoje é uma coisa nova no Brasil, mas, na extensão do que está acontecendo, europeus, principalmente aposentados, donos de propriedades de férias no Nordeste começam a ter problemas para pagar a conta. O cidadão mora na Europa, tem um apartamento numa praia do Nordeste, tem conta de luz, de água, etc. Ele tem uma conta de não-residente no Brasil, que tem

certa complexidade, por causa das leis internacionais de lavagem de dinheiro. Então, existe um trabalho intenso no sentido de operacionalizar esse mecanismo para que esse cidadão seja incentivado, de fato, a manter as suas despesas no Brasil, mas, ao mesmo tempo, que se mantenham todos os controles de lavagem de dinheiro, origem de recursos, etc. Em resumo, estamos trabalhando intensamente nisso. Tenha a certeza de que nós concordamos com V.Exa. no que diz respeito à importância do turismo para o País.

Bom, passo às minhas considerações finais. Como sempre, acho que foi um momento muito importante estar aqui no Congresso Nacional, tendo a oportunidade de prestar esclarecimentos sobre alguns aspectos da maior importância para o Brasil.

A mensagem final é de que esta crise internacional de fato é uma crise da maior gravidade, como os números mostram. Ela atingiu o mundo todo, inclusive o Brasil, com intensidade muito forte no final do ano passado. O Brasil mostra indicadores de que sairá dessa crise mais rápido do que a média dos países. Nós sairemos mais fortes dessa crise, porque o equilíbrio financeiro do País está sendo mantido. O Brasil é um dos poucos países que não está criando desequilíbrios macroeconômicos para tentar sair da crise mais rápido. Estamos mantendo o equilíbrio macroeconômico, isso é muito importante. Principalmente, temos espaço para crescer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Agradeço, em nome dos membros da Comissão Mista de Orçamento e de todas as Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de forma expressa ao Deputado Silvio Torres, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, agradeço ao Presidente Henrique Meirelles e a toda a sua equipe técnica a presença na tarde e noite de hoje.

Declaro encerrada, portanto, a presente reunião.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 21ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e cinqüenta e dois minutos do dia trinta de junho de dois mil e nove, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras **MARINA SILVA**, **JOÃO PEDRO, LEOMAR QUINTANILHA, WELLINGTON SALGADO, VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, ELISEU RESENDE, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, JEFFERSON PRAIA, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, VALDIR RAUPP** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência informa que a reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2009-CMA, de autoria do Senador **JEFFERSON PRAIA**, aprovado em 12/5/2009, com o objetivo de debater os problemas e perspectivas para disseminação do emprego da energia solar no Brasil e o incremento da participação dessa fonte na matriz energética nacional. EXTRA-PAUTA, é aprovado Aditamento, de autoria da Senadora **MARINA SILVA** e do Senador **JEFFERSON PRAIA**, ao Requerimento nº 28, de 2009-CMA, que propôs a presente Audiência Pública, para que seja convidado o Sr. Ricardo Baitelo, Coordenador Campanha de Clima e Energia do Greenpeace. Comparecem os seguintes convidados: Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME); Máximo Luiz Pompermeyer, Superintendente de Pesquisa, Desenvolvimento e Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Mozart Siqueira, Representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine); Ana Maria de Souza, Coordenadora Geral, substituta, da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e Ricardo Baitelo, Coordenador Campanha de Clima e Energia do Greenpeace. Após a explanação dos palestrantes, apresentam seus questionamentos os Senhores Senadores **JEFFERSON PRAIA, MARINA SILVA, JOÃO PEDRO, CÉSAR BORGES** e **CÍCERO LUCENA.** EXTRA-PAUTA, são aprovados os Requerimentos a seguir elencados. **REQUERIMENTO Nº 46, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos dos incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes para verificar se as obras relativas a pavimentação e recuperação da BR 319 possuem avaliação prévia da viabilidade técnica e

socioeconômica, nos termos dispostos no artigo 10, § 4º, da Lei 11.653, de 07 de abril de 2007, e para avaliar a eficiência, eficácia, efetividade e economicidade do projeto, frente a outras alternativas de transportes na região. Solicito, ainda, que, para a realização da citada auditoria, seja considerada a metodologia e os critérios utilizados no estudo *Eficiência econômica, riscos e custos ambientais da reconstrução da rodovia BR-319*, anexado a este requerimento". Autoria: Senadora **MARINA SILVA.** Resultado: **Aprovado. REQUERIMENTO Nº 47, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a recuperação da BR-319, obra do Governo Federal, que está no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com os seguintes convidados: Eduardo Braga, Governador do Amazonas; Ivo Cassol, Governador de Rondônia; Alfredo Nascimento, Ministro dos Transportes; Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente e Rolf Hackbart, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA". Autoria: Senador **JOÃO PEDRO**. Resultado: **Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 30/6/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Senadores que forem favoráveis à Ata da Sessão anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Bem, a presente Reunião se destina-se à realização de Audiência Pública, em conformidade com a aprovação do Requerimento 28, do Senador Jefferson Praia, aprovado em 12/05/2009, destinado à realização de Audiência Pública com o objetivo de debater os problemas e perspectivas para a disseminação do emprego de energia solar do Brasil e o incremento da participação dessa fonte na matriz energética nacional.

É um rol de convidados. Antes de ler e convidar os convidados, e convidar os palestrantes, tenho uma sugestão que, temos que aprovar antes, uma sugestão ao aditamento da Senadora Marina Silva e Senador Jefferson Praia, que convida o Sr. Ricardo Baitelo, do *Greenpeace,* para poder participar aqui também desse debate.

Os Senadores que forem favoráveis a este aditamento, permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu, então, convido, para fazer parte da Mesa, o Sr. Altino Ventura Filho, que é Secretário do Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, que já agradeço a sua presença... O prazer é meu. O Sr. Máximo Luiz Pompermayer, que é Superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento de Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia. Obrigado, Máximo. O Sr. Mozart Siqueira, que é representante da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica. E o Sr. Rubem Cezar Rodrigues Souza, Coordenador do Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico, está aqui presente? Não está presente. Sra. Flávia Grosso... Ana Maria de Souza, que está representando a Sra. Flávia. E convido o Sr. Ricardo Baitelo para fazer parte da Mesa.

Como vocês estão vendo, nós temos muitas... São cinco palestrantes; se vocês me permitirem, nós vamos conceder 10 minutos, até 10 minutos, naturalmente, se for preciso um pouquinho mais, a gente estica um pouco o tempo, para a gente poder ter uma referência e termos uma condição de depois a gente ter um debate com os Senadores presentes.

Então, poderíamos, então, começar? Pode ser essa a referência? Se possível, 10 minutos. Então, o primeiro a falar vai ser o Sr. Altino, por ser o mais novo da Mesa e por ordem alfabética.

Com a palavra, Sr. Altino por até 10 minutos.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Muito bem. Deixa eu me policiar aqui no horário. Bom, cumprimento o Senador Casa Grande, Presidente da CMA, através dele, os demais participantes das Mesa, os Parlamentares aqui presentes. Meus senhores e minhas senhoras.

Bom, o assunto que nós vamos tratar aqui é a questão da energia solar. Quero registrar a satisfação [interrupção no áudio]. Agora sim, registrar a satisfação do Ministério de Minas e Energia em participar dessa audiência público. O assunto da questão das energias renováveis e da energia solar, em particular, é um assunto importante para o futuro energético do Brasil. O potencial é muito grande e julgo, portanto, muito importante esse evento que estamos colocando aqui.

Eu estou trazendo aqui, e vou deixar, tanto em digital, como também uma cópia em papel, uma apresentação completa, com 27, digamos, transparências; é evidente que não vou usar todas, vou usar 10 minutos, eu vou fazer uma síntese do que eu queria colo-

car aqui, até para estimular os debates que podemos aprofundar alguns dos itens, está certo? Então, o assunto é problemas e perspectiva para o uso da energia solar no Brasil.

A apresentação está em duas etapas: A primeira, tentar mostrar muito rapidamente, digamos, quais são as possibilidades energéticas brasileira para o futuro mais imediato, fruto da política energética adotado pelo Ministério de Minas e Energia, e com base nos nossos estudos de planejamento de longo prazo, estudos estratégicos que estão sintetizados no nosso Plano Nacional da Energia até 2030 e a matriz energética.

Veja, a primeira informação é uma informação muito rápida, eu não vou entrar em detalhes; aí mostra esse cenário de 2030, onde o Brasil, digamos, em termos do consumo final de energia, seja de energia total, que envolve todos os energéticos ali expressos em toneladas equivalentes da petróleo, milhões de toneladas equivalentes de petróleo, e a parte da energia elétrica, em particular, que está incluída naquele primeiro gráfico.

Quer dizer, o desafio que o Brasil tem é muito grande, nós tamos ter... O país continuará crescendo, a sua população, o seu PIB, a sua economia e o consumo de energia.

Quando nós olhamos os números de 2007 e 2030, dá para ver o grande desafio que nós temos para enfrentar e construir um sistema energético desse porte e no horizonte da ordem de pouco mais de 20 anos. O caso da energia elétrica, a gente passa de 400 terawatts/hora, que é para algo como mil terawatts-hora, num horizonte relativamente pequeno.

A seguinte. Então, como é que o Brasil está atendendo a esta necessidade energética? Nós temos duas características no nosso balanço energético e que nos diferenciam do resto do mundo. A primeira característica é que nós atendemos a nossa matriz energética com grande parcela de energia renovável. Quando a gente olha ali, veja 45, quase 50%, ou seja, quase metade da energia que o Brasil usa é de fontes renováveis, baseado fundamentalmente na hidroeletricidade, na cana, na biomassa e outros renováveis. Quando o mundo usa 14, então, essa é uma situação privilegiada do Brasil.

Outro aspecto importante: o Brasil é praticamente auto-suficiente em termos de energia, quer dizer, nós atendemos as nossas necessidades quase com fontes exclusivamente nacionais; quando eu digo fontes nacionais, incluo aí tecnologia nacional. A parte de importação é uma parcela pequena, a parte de Paraguai é de Itaipu, um pouco da Venezuela, o carvão mineral para a siderurgia, o gás natural da Bolívia, mas cerca de 90, um pouco mais por cento, nós atendemos.

Esta situação continuará no longo prazo. Quando a gente vai até 2030, nós vamos manter essas duas características, ou seja, uma matriz com grande parcela de energia renovável e uma certa auto-suficiência energética. Poucos países do mundo tem essas duas características, em geral, não tem nenhuma das duas. Poucas regiões do mundo. Então, é uma situação privilegiada.

Bom, aqui tem uma comparação com o mundo, que não é relevante, eu vou passar a adiante, podemos ir adiante. Bom, quando vai para a energia elétrica, aquilo que eu falei, energia total, a situação é mais favorável ainda, quer dizer, o Brasil tem quase 90% de fonte renovável, por causa da hidroeletricidade, que é a grande parcela de geração nossa, enquanto o que mundo tem cerca de 18% apenas, quer dizer, o mundo produz energia elétrica a partir dos combustíveis fósseis, seja petróleo, carvão mineral e o gás natural; quase que 80% da energia elétrica produzida no mundo vem desses combustíveis fósseis; é um pouco menos de 80, mas a grande parcela é de combustível fóssil e o Brasil tem, nesse sentido, uma situação favorável. Vamos para mais um.

E eu queria agora fazer o seguinte, veja, com esse mercado que nós temos a atender, nesse horizonte de 2030, quais são as disponibilidades que nós temos? Aqui, eu não vou entrar em detalhe, mas mostra aqui esse nosso potencial de uma forma meio esquisita de apresentar, em milhões de barris equivalentes de petróleo. Pegamos todas as principais fontes e transformamos naquela unidade para ter uma comparação. Quer dizer, o que se pode comentar é o seguinte, o Brasil tem uma situação privilegiada. Nós não temos escassez de fontes primárias para a produção de energia elétrica, pelo contrário, o que existe é uma abundância. Então, veja, numa situação de abundância, surge o problema de como combinar essas fontes de tal maneira que se tenha o melhor resultado. Melhor resultado em termos de uma energia com um custo que a sociedade possa pagar, com segurança energética, e também com os maiores efeitos dos investimentos do setor energético na economia nacional, em termos de criação de empregos e coisas... Desenvolvimento tecnológico e coisas desse tipo.

Então, de todas essas fontes, nós temos realmente amplas possibilidades. Então, qual é a política que o Ministério das Minas e Energia defende? Nós devemos perseguir alguns princípios e diretrizes que são importantes. A primeira delas é o que nós chamamos a modicidade tarifária, ou seja, essas fontes, elas tem custos distintos. Então, o que nós devemos procurar é combiná-las de tal maneira que resulte num menor custo de energia e, consequentemente, em menores

tarifas de energia para a sociedade brasileira. Por quê? Porque a energia elétrica é cara. É cara no mundo inteiro e é cara no Brasil em particular. Quando se olha os impostos que nós temos, ela fica bastante cara. Quando se compara com a renda da população, então, ela se torna realmente uma energia cara.

Então, se nós não perseguimos a modicidade tarifária, a população de renda mais baixa terá dificuldade de consumir energia. A nossa indústria perde a competitividade porque a energia entra em toda a atividade econômica. Então, essa modicidade tarifária é algo importante.

Então, um segundo aspecto, que diz respeito à questão da solar que nós vamos falar mais adiante é a questão da diversificação das matrizes energéticas. Quer dizer, a política é voltada para uma combinação de todas as fontes, nós não vamos utilizar somente aquelas mais econômicas; nós vamos fazer, por diversas razões, uma diversificação da matriz energética brasileira; é a segunda prioridade que nós damos.

E uma terceira prioridade, que diz respeito à questão solar, é que o Brasil deve desenvolver fundamentalmente as chamadas fontes renováveis, porque há um uso civilizado disso aí, quer dizer, com baixas emissões de CO2 para a questão de mudança climática e fontes com tecnologia nacional. Pode passar.

Bom, aí eu queria destacar dois aspectos aqui, que são importantes para entrar diretamente na solar. Aqui está mostrando como é a competitividade das fontes primárias para a produção de energia elétrica no Brasil, em nível de planejamento; não é um projeto específico. Quando nós olhamos a seqüência, quer dizer, o ranking de custo, a hidrelétrica é aquela que apresenta mais condições mais favoráveis; valores na faixa de pouco menos de cem reais por megawatt/hora. Quer dizer, a Usina do Madeira, por exemplo, deu 71; outras que dão 120, mas digamos qualquer coisa como cem reais.

Em seguida, vem a biomassa; a biomassa é uma fonte muito interessante no Brasil; é o bagaço de cana fundamentalmente, resulta da indústria do açúcar e do álcool, num processo de co-geração, portanto, um processo energético eficiente, e ela está aí na faixa dos 130, qualquer coisa dessa ordem.

Em seguida, vem a nuclear e o carvão mineral operando na base, lá pelos 160, qualquer coisa dessa ordem. Eólica, temos dúvidas, vamos fazer um leilão agora, para ter uma resposta de mercado, mas é alguma coisa como 180, 200 reais, mais ou menos. Depois vêm os combustíveis fósseis, que não competitivos. Quando a gente olha aí, pela economicidade, uma combinação de hidrelétrica, biomassa, a eólica, se tiver uma boa resposta, é uma, coisa assim, que atende a esse aspecto de modicidades tarifárias. Não é que nós vamos fazer é o isso aqui. Outra, por favor.

Um outro aspecto relevante é a questão ambiental--

[Soa a campainha]

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Quer dizer, aqui está mostrando, vamos supor, as emissões em gramas de carbono por kilowatt-hora, das diferentes fontes, onde a nuclear é a menos emissora de CO2. Aqui nós estamos colocando não só o processo de operação da fonte, mas como uma fabricação dos equipamentos, por isso que a nuclear está tendo uma recuperação, no mundo, por conta de ser uma baixíssima emissora de CO2. Em seguida vem a eólica, a biomassa, a hidrelétrica tem uma parte de emissão, a solar também em seguida e as--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor precisa de mais quantos minutos?

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Uns dois minutos mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Três minutos para o senhor então.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Então, pode passar agora adiante. Bom, mais uma. Pode passar a outra. Essas aqui são as emissões de CO2. Mais outra, outra, outra... Bom, aqui tem a solar alguns dados interessantes, que são amplamente conhecidos, a seguinte. Pode passar mais uma. O atlas brasileiro. Mais uma.

Bom, aqui estão as principais aplicações comerciais da solar, começando com a geração calor e de energia elétrica. O calor, que são os coletores para aquecimento solar de baixa temperatura, esse tem um uso razoavelmente difundido no Brasil. Tem alguns dados aí, mostrando que realmente ele é competitivo; quando se usa um coletor solar, está certo? Para deslocar um chuveiro elétrico, é uma solução bastante competitiva e o Brasil tem usado intensamente.

No que diz respeito à produção de energia elétrica, é uma solução cara, de custo elevado, eu vou mostrar alguns números, onde a célula fotovoltaica é uma delas, ela tem para pequenas aplicações. No que diz respeito a esse aspecto da célula fotovoltaica, no Ministério de Minas e Energias, nós criamos um grupo de trabalho, envolvendo, não só o Ministério, como a Universidade e Centros de Pesquisas, no sentido de nós desenvolvermos a chamada geração distribuída com a célula fotovoltaica.

E a heliotérmica, que é muito cara, que é a produção, através do calor, de energia elétrica. Bom, aqui, só para dar os custos, para dar uma ideia disso aí. A

heliotérmica deve custar algo como... Esses número têm que ser usado com um certo cuidado; é uma referência indicativa, cerca de 330 dólares por megawatt/hora; a fotovoltaica é 530, e aqui embaixo estão colocadas as opções que o Brasil tem expandido, valores muito inferiores a esse aí. Portanto, a energia solar para a produção de energia elétrica ainda é uma solução muito cara, comparada com outras opções que o país tem.

Mais uma. Aqui tem uma casa solar do CEPEL, que não é referência importante. Mais uma. Bom, aqui diz uma série de dados, mostrando o uso do coletor solar no Brasil, está certo? Que é realmente aquilo que nós temos usado para aquecimento solar, com razoável intensidade. Pode passar mais uma. Bom, e aqui vem um conjunto de aplicações, mostrando seja a célula fotovoltaica, em diferentes locais no Brasil, para coisas pontuais e algumas aplicações também--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sistemas isolados--

SR. ALTINO VENTURA FILHO: --Sistemas isolados, então, aparecem aqui. Pode ir passando aqui, vários locais para bombeamento, regiões de--

[Soa a campainha].

SR. ALTINO VENTURA FILHO: --Nos arquipélagos São Pedro e São Paulo, quer dizer, ou seja, aplicações locais, pontuais, não é um programa de desenvolvimento para atender energia elétrica. Aqui mostra a questão da heliotérmica, que o país tem um potencial gigantesco, mas que os custos ainda são proibitivos--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Qual a diferença entre a heliotérmica e o--

SR. ALTINO VENTURA FILHO: No caso, a fotovoltaica transforma diretamente energia solar em eletricidade. A heliotérmica, ela passa pelo calor, ou seja, o sol aquece o fluído e esse fluído entra numa turbina, quer dizer, é aquecido e produz energia elétrica. Então, o rendimento é muito baixo por conta do segundo princípio da termodinâmica. Então, essa solução é uma solução, vamos supor, cara, tem três tecnologias, basicamente, o cilindro parabólico, a torre central e o disco parabólico.

Quem está na frente disso aí é a Espanha; é o país que hoje domina a tecnologia, e é um exportador [interrupção no áudio] para, digamos, o Marrocos e vários países da mundo. Eu tive oportunidade de compor uma equipe técnica do Brasil; fizemos uma equipe à Espanha, levantamos todos os dados de custos. Eu estou com as referências aqui, que posso colocar no debate, onde essa energia, tecnologicamente, ela já está desenvolvida, está certo? Mas com custos que ainda são proibitivos, diante de outras alternativas que o Brasil tem.

De qualquer maneira, existem algumas experiências piloto; nós vamos desenvolver agora, com o CEPEL, uma experiência com o protótipo desse tipo de tecnologia, a heliotérmica, em particular, cilindros parabólicos e torre central, na região do São Francisco, como uma experiência piloto para o Brasil acompanhar essa tecnologia e se preparar para um uso futuro dela.

Bom teria, mais alguns detalhes. Eu peço desculpa, que eu passei do tempo, mas, no debate, eu posso voltar a algum item. Muito obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Altino, pela sua exposição. Eu passo, então, a palavra ao Sr. Máximo Pompermayer, também por até 10 minutos.

SR. MÁXIMO LUIZ POMPERMEYER: Excelentíssimo Senhor Senador Renato Casagrande, demais Parlamentares e componentes da Mesa e demais presentes, muito bom dia. Como o Dr. Altino colocou, quando se fala em aproveitamento da energia solar, temos essencialmente duas formas, seja o aproveitamento direto para o aquecimento de água, por exemplo, mas outras formas de aquecimento ou a conversão em energia elétrica, e pode ser a fotovoltaica ou a heliotérmica.

Eu vou focar aqui, eu entendi do Requerimento que era mais focado para a questão do aquecimento solar, inclusive foi mencionado o programa de moradia do governo federal, “Minha casa, minha vida”. Então, eu vou focar aqui na questão do aquecimento solar, no âmbito dos programas de eficiência energética das concessionárias de energia elétrica, ou seja, do programa regulado pela ANEEL, conforme estabelecido lá em lei. O próximo, por favor.

Apenas para contextualizar a atuação da ANEEL, nesse aspecto, um comando legal foi dado lá no inciso IX do art. 4º do Decreto 2.335, que regulamenta a atuação ANEEL, regulamenta a lei 9.427, que criou a ANEEL, e diz lá que compete, então, à ANEEL incentivar o combate ao desperdício de energia elétrica, em todas as formas, inclusive no uso final, que é o que vou focar aqui na minha exposição.

Para fazer cumprir essa disposição, foi estabelecida uma obrigatoriedade nos contratos de concessão, lá em 98, 99, próximo, por favor. E aí, em 2000, julho de 2000, veio a lei 9.991, e estendeu essa obrigatoriedade a todas as concessionárias e permissionárias, de modo que não era mais apenas uma regulamentação do órgão regulador, uma disposição contratual, mas um comando legal, estabelecendo inclusive o percentual mínimo, que é de 0,25... 25 centésimos por cento

da receita operacional líquida, sendo que, até 2005, inicialmente, depois foi estendido até 2010, é de 0,5% da receita operacional líquida em programas de eficiência energética. Próximo, por favor.

A última regulamentação da ANEEL sobre esse programa é a resolução normativa nº. 300, de fevereiro de 2008, e eu vou colocar aí alguns dos pontos que julgo relevantes. Primeiramente, a obrigatoriedade de um plano de investimento, um plano indicativo de investimento com horizonte mínimo de dois anos; se estabelecem ali quais são os setores, os segmentos, a proporção de investimento em cada um e as razões pelas quais se escolheram estes segmentos. No mínimo 50% do recurso para as comunidades de baixo poder aquisitivo, ou seja, residencial, baixa renda; uma relação custo-benefício de, no máximo, 0,8 ou invertendo relação benefício-custo, maior ou igual a 1.25, ou seja, para cada real investido, deve recuperar, em termos de energia economizada e demanda evitada, pelo menos 1.25.; selo PROCEL de eficiência energética como referência, critérios rigorosos, os mais rigorosos que já existiam anteriormente para medição e verificação do desempenho dos projetos, ou seja, das reais economias da energia e demanda evitada; a obrigatoriedade de recuperar o investimento, a recuperação total do investimento, no caso de unidades consumidoras com fins lucrativos. Antes, havia alguma orientação, mas não era obrigatório e tinha casos que ficavam complicados de entender a lógica de se transferir equipamentos, por exemplo, para unidades consumidoras com fins lucrativos, essencialmente empresas, indústrias.

E deixamos a possibilidade de projetos prioritários, que são... Ainda não temos nenhum, temos alguma coisa já em andamento, em termos de perspectiva, por exemplo, na área de distribuição de refrigeradores domésticos, mas vai depender mais de uma orientação no âmbito de uma Política Nacional de eficiência energética, a possibilidade de darmos prioridade à atuação das concessionárias, dentro um programa que venha a ser estabelecido numa Política Nacional de eficiência energética. Próximo, por favor.

Alguns números aí, então, como eu disse, começamos lá no ciclo 98/99 e, ao longo desses vários ciclos aí, foram quase dois bilhões de reais em investimentos, encargos tarifários, investimentos que saem da tarifa de energia elétrica, com os resultados que estão aí em cerca de cinco mil e 600 Gigawatts/hora por ano de energia economizada, e uma demanda evitada em torno de 1700 megawatts, que é algo expressivo, quando a gente relaciona, por exemplo, com os custos que o Dr. Altino colocou ali, em termos de opções de expansão da oferta, dois bilhões para 1700 Megawatts é algo bastante relevante. Próximo, por favor.

Aí, um pouco mais detalhado por tipo de projeto ou segmentos beneficiários, então, iluminação pública recebeu ali, entre 2001 e 2005, cerca de 40% dos investimentos, e parte disso foi por conta do racionamento que teve, que se deu prioridade àquilo que era mais de se conseguir, economias de energia, residencial com 14%, industrial e serviços público, em torno de 10%, projetos educacionais, 9%, e depois tem uma série de outros dados que eu deixo aí à disposição para consulta. Próximo, por favor.

Bom, como eu disse, eu... Focamos... Eu estou focando essa exposição na parte de aquecimento solar, essencialmente a substituição do chuveiro elétrico ou, não a substituição total, mas a instituição do chuveiro convencional, associado a algum outro mecanismo como recuperador de calor, que está grifado, o caso da CEMIG, inclusive, pelos dados que a gente observa, está difícil de enxergar daqui, depois a gente pode consultar com um pouco mais precisão, mas o custo é bastante baixo se comparado... Pegamos a última coluna, o custo por unidade, o custo unitário, em torno de 1100 reais, é porque ali existe a combinação com o recuperador de calor, de forma que não substitui totalmente o chuveiro elétrico, mas substitui aquele chuveiro de quatro, cinco Quilowatts por um chuveiro de, no máximo, dois Quilowatts, e uma economia substancial de energia.

Então, temos essa lista aí, cerca de 14 projetos, no ciclo 2006/2007, totalizando um investimento ali da ordem de 15 milhões, sete mil, 584 substituições, chuveiros substituídos. Tem uma mistura ali de residencial, essencialmente... Essencialmente não, mas também baixa renda, e outros tipos residenciais e também instituições públicas, que aparecem ali como beneficiárias, tipo creche, asilos, hospitais etc. Próximo, por favor.

Aí são ações vinculadas, são outros projetos de eficiência energética, que contemplam também substituição do chuveiro elétrico; ali estão os beneficiários, essencialmente dentro daquela exigência que nós fizemos, de pelo menos metade do recurso para o residencial baixa renda, então, tem vários projetos que incluem também o chuveiro elétrico. E uma das razões pelas quais não se faz, às vezes, projetos específicos em aquecimento solar, é porque tem uma dificuldade de enquadramento naquele requisito da relação custo-benefício de no máximo 0.8.

Então, aí permitimos que se façam outras ações conjuntamente, como, por exemplo, iluminação, substituição de lâmpadas ou adequação das instalações, visando a melhorar a eficiência e a racionalidade no uso da energia. Então, ali o investimento não é só

aquecimento solar, por isso 44 milhões, porque envolvem outras ações; de qualquer forma, quatro mil e 300 substituições, chuveiros elétricos substituídos, somando aqueles cerca de oito mil, temos em torno de 12 mil no ciclo 2006/2007. O que é pouco e uma das razões pelas quais é o preço, que nós vimos ali, em alguns casos, quatro, cinco mil reais por chuveiro substituído, que é um custo relativamente elevado. Próximo, por favor.

Aí está o exemplo, então, que eu mencionei, do recuperador de calor, que não substitui totalmente o chuveiro elétrico, mas substitui o convencional por um de potência reduzida, e é interessante porque foi desenvolvido dentro do programa de pesquisa e desenvolvimento, também regulado pela ANEEL, desenvolvido pela CEMIG, em parceria com a PUC de Minas Gerais. E está sendo amplamente utilizado nos programas de eficiência energética, e agora já virou um produto comercial; existe uma empresa que está comercializando isso no Brasil todo, proporciona economias ali da ordem de 34 a 50%--

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Usa placa?

SR. MÁXIMO LUIZ POMPERMAYER: Ele é uma serpentina que se coloca e permite que se recupere parte do calor que iria... Que se perderia, e de forma que a água já está pré-aquecida e a potencia, invés de quatro, cinco Quilowatts, ela pode ser de, no máximo dois Quilowatts, e economiza até 50% da energia. Eles defendem que, inclusive, que é até mais racional, digamos assim, do que o aquecedor solar porque é de baixo custo, 300 a 400 reais, de fácil instalação, e tem uma economia substancial de energia.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas aí tem que estourar a casa, tem que colocar...

SR. MÁXIMO LUIZ POMPERMEYER: Não, não. É um tapete, são mangueiras, instalação extremamente simples, não precisa nenhuma modificação, onde tem chuveiro elétrico pode botar um equipamento como esse. Próximo, por favor. E tem outras soluções, outras alternativas, tem os aquecedores solar de baixo custo... Aí tem um exemplo, a Sociedade do Sol, que é uma organização da sociedade civil, e que tem [interrupção no áudio] aquecedores solar de baixo custo, inclusive com uma participação da comunidade na montagem, na instalação e até mesmo no desenvolvimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Onde é a Sociedade Solar?

SR. MÁXIMO LUIZ POMPERMEYER: Essa aí é vinculada ao CIETEC, que é o centro de... Encubadora Tecnológica da USP, e fica em São Paulo. E tem outras iniciativas também, em Santa Catarina, eu me lembro, como aquecedores solar de baixo custo--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vai precisar de mais quanto tempo?

SR. MÁXIMO LUIZ POMPERMEYER: Não, eu estou encerrando, esta é a última.

É interessante porque parte dessa demanda que existe, cerca de 30 milhões de unidades consumidoras passíveis da substituição, podem ser atendidas plenamente com o aquecedor convencional, principalmente quando se trata de programas de habitação, novas habitações, com financiamento, e é factível. Tem outras unidades de controle de baixa renda, baixíssima renda, que aí é preciso buscar alternativas como essas que foram mencionadas: recuperador de calor, aquecedor solar de baixo custo, fabricado com a participação da própria comunidade.

É isso. Eu deixo depois o espaço para a o debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Máximo. E eu passo agora a palavra para o Sr. Mozart Siqueira, da APINE, que também tem até 10 minutos, para poder fazer sua explanação.

SR. MOZART SIQUEIRA: Senador Casa Grande, em nome dele, eu cumprimento aqui a Mesa. Gostaria aqui de cumprimentar também o Plenário, aqui com o Senador César Borges, que conviveu conosco muitos anos nessa área, lá no nosso Nordeste.

Eu aqui estou representando a Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, a APINE, e a nossa contribuição é inicialmente dar algumas informações muito rápidas e, em seguida, colocar os argumentos importantes da utilização da energia solar, e fazer algumas sugestões que possam ser utilizadas pelo Senado e pelos Senadores. Por favor.

Como vocês sabem, o sol é a fonte de energia mais importante da terra. 15 minutos de energia solar aplicada à Terra é equivalente ao consumo de um ano de toda a população. Então, uma outra informação interessante e, muitas vezes, o sol... Se estima que ele tenha cinco bilhões de anos e tem um expectativa de vida de mais de 10 bilhões, ou seja, a gente ainda tem cinco bilhões de anos para utilizar o sol, ou seja, do ponto de vista da perspectiva humana, o sol é uma fonte inesgotável de energia. Por favor.

O sol também, ele contribui, sem dúvida, na utilização dos rios, dos ventos da biomassa, como fonte de geração de energia elétrica e que são formas indiretas de utilização de energia solar. Por outro lado, cada vez mais, com o desenvolvimento tecnológico, nós vemos aí a utilização que nós chamaríamos praticamente direta,

que é a energia termossolar e a utilização de painéis fotovoltaicos para gerar diretamente a energia.

É importante... Eu não quis, avaliando os meu predecessores, colocar valores, mas o grande desafio da energia fotovoltaica, sem dúvida nenhuma, é o custo. Por outro lado, no que diz respeito à energia termossolar, para aquecimento, ela é cada vez mais utilizada no mundo, sobretudo que não tem sentido nós aquecermos a água com eletricidade ou, então, queimando gás; essa é uma forma ineficiente, cara, e os conversores solares, cada dia mais, de aquecimento, são utilizados no mundo. E, particularmente aqui no Brasil, que tem um índice de radiação solar extremamente satisfatório, nós poderíamos substituir essa utilização, sobretudo a gente acaba de ver aqui, com o representante da ANEEL, na baixa renda, onde hoje a gente considera extremamente ineficiente você ligar um chuveiro elétrico. Quando você liga um chuveiro elétrico, normalmente a potência dele é duas vezes a potência do resto da casa de uma baixa renda. Se você pegar o refrigerador, a televisão e o microondas e somar, somando esses todos, devem dar 1500 quilowatts.

Um chuveiro elétrico, normalmente vendido, sobretudo lá no Nordeste, que a gente tem o hábito de tomar banho de água quente, é 4200 Quilowatts, e isso é energia realmente jogada fora e é um... Bom, por favor, a próxima.

Bom, uma das coisas que tem concorrido para o aumento da utilização da energia solar é a questão da competência técnica já desenvolvida, e hoje a expectativa mínima, quando você compra seja uma célula fotovoltaica, seja um sistema termossolar, é de uso mínimo de 20 anos. Eles também têm pouca manutenção, então, não uma fonte de manutenção continua, e isso faz com que eles sejam, sobretudo os painéis fotovoltaicos, que são muito caros, nas regiões longínquas do nosso país, sem dúvida nenhuma, a sua utilização seria aplicável. E os termossolares, obviamente, na nossa residência, já nos dias de hoje, é uma solução extremamente econômica e interessante. Por favor.

Bom, do ponto de vista... Qual... E nós gostaríamos aqui de abordar junto aos Senadores? Primeiro, é que, na questão de políticas públicas, a eficiência energética, que hoje, cada vez, mais tem se tornado uma eficiência da soberania do nosso país, é necessário que se comece, já no Ensino Fundamental, no segundo grau e no terceiro grau, a construção de disciplinas que conscientizem a população da necessidade de combater o desperdício de energia, de utilizar a energia de forma econômica e, obviamente, com isso, se tem um compromisso com o meio ambiente.

A utilização do Sol como fonte primária, sem dúvida nenhuma, deve ser introduzida das disciplinas de economia de energia e incentivado. Por favor, o próximo.

Do ponto de vista social, eu já falei sobre a questão de levar energia aos locais remotos do nosso país, muitas vezes, você fazer uma linha de transmissão de 10, 20 quilômetros leva a um custo muito maior do que a instalação do painel fotovoltaico, onde você tem acesso e alguns programas já foram feitos... O que a gente tem observado, que muitas vezes esses programas pecam, é que colocar o painel fotovoltaico, as baterias, é não se colocar também uma política de manutenção. Quer dizer, como a distribuidora está lá, ela dá manutenção nos seus transformadores na sua linha, na residência, é necessário que tenhamos uma política de manutenção para que a vida útil dos painéis fotovoltaicos seja totalmente utilizada. Por favor, a próxima.

No que diz respeito à pesquisa e ao desenvolvimento, eu acho que o representante da ANEEL aqui colocou, isso é uma questão importante, até porque acredito que o desenvolvimento de sistemas termossolares eficientes e o desenvolvimento de painéis fotovoltaicos extremamente eficientes, eles passam, obviamente, por um desenvolvimento tecnológico, e que esse desenvolvimento, ele ainda no está no nosso país. A gente importa, não a parte termo solar, mas a parte fotovoltaica, os filmes são todos importados, e a gente precisa desenvolver essa indústria para que a gente possa utilizá-la também.

Do ponto de vista regulatório, eu entendo que qualquer programa, seja ele para energia solar, a eólica, que também está sendo agora colocada pelo governo, através de um leilão, ou qualquer outro tipo de energia renovável, biomassa, é necessário ter uma sustentabilidade econômica. E essa sustentabilidade econômica, ela deve vir através de regulamentação e através de linha de financiamento e da conscientização da população. Por favor.

Nós deixaríamos, então, algumas sugestões aqui, é importante que, no programa decenal de expansão ou até no programa de 2030, que até o Ministério da Minas e Energia divulgou recentemente, estabelecer o que o Dr. Altino bem disse, a definição da matriz energética que nós queremos. O Brasil não vai fugir da matriz... Para produzir energia elétrica, da matriz hídrica; nós ainda temos um conjunto de potenciais hídricos quase de cem mil Megawatts disponível para ser explorado. Entretanto, cada vez mais, a diversificação dessa matriz vai se fazer necessárias.

Devido às questões ambientais, hoje não se faz mais hidrelétrica com grandes reservatórios; você precisa, obviamente, utilizar esse potencial eólico que

existe no país, tanto no Sul como no Nordeste, e nós precisamos também utilizar a energia solar como uma complementação, sobretudo para substituir, na parte de aquecimento e na parte fotovoltaica, naquelas regiões mais necessárias. Obviamente, não vamos abstrair de que todas essas energias renováveis, elas têm riscos. Os riscos hidrológicos, os riscos obviamente dos ventos e as eólicas também tem uma questão que é a questão da continuidade. Você não tem sol o dia todo, você precisa armazenar e, consequentemente, é melhor você armazenar isso num reservatório de energias hídrica. E nós teríamos obviamente que complementar isso com combustíveis fósseis e nucleares--

[soa a campainha].

SR. MOZART SIQUEIRA: --A definição de linhas de financiamento para os fundos de pesquisa, incluir a energia elétrica decorrente de fonte fotovoltaica nos programas de universalização do acesso da energia elétrica. Acho que o nosso país, Senador Casa Grande, mais dois minutos, ele tem um programa que, eu digo sempre, quando um programa atravessa dois governos, ele é extremamente bem sucedido, e nós temos aí o programa Luz no Campo, que mudou de nome para o Programa Luz para Todos, que é um êxito importante para a universalização do acesso à energia elétrica no nosso país.

Da mesma forma como o produtor independente de energia, que eu represento aqui, que continuou, iniciou-se no governo anterior e continua neste governo, participando e construindo hidrelétricas, termoelétricas, e mais recentemente, grandes hidrelétricas, como é o caso de Santo Antonio e Jirau.

Bom, estabelecer também restrições e até prazo para a eliminação de formas não eficientes de uso de energia para aquecimento, e é o caso do chuveiro elétrico. Iluminação. Não se admite mais a utilização da lâmpada incandescente; é uma lâmpada que ela, além de consumir muita energia, cinco vezes mais do que uma lâmpada fluorescente compacta, ela, o tempo de vida útil dela é 700 horas, enquanto que uma fluorescente compacta é de seis mil horas. Mas é preciso também fiscalizar os fabricantes para não deixar as lâmpadas chinesas, que pregam seis mil horas e obviamente, muitas vezes, demora 60.

E, finalmente, definir um programa de financiamento para implantação desses programas de substituição de energia fóssil por renovável. Acho que, com isso, nós agradecemos a atenção de todos, e obrigado pelo tempo excedente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Dr. Mozart, depois deixe a apresentação conosco.

SR. MOZART SIQUEIRA: Já está.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu agradeço. Com a palavra, a Sra. Ana Maria de Souza.

SRA. ANA MARIA DE SOUZA: Bom dia a todos. Vamos ser breves, pode passar, por gentileza. Pode passar. Bom, falar de energia na região da Amazônia brasileira, é preciso que a gente contextualize que nós vivemos num verdadeiro sistema isolado de energia. Pode dar mais um clique, por gentileza... São sistemas isolados na Amazônia brasileira, principalmente quando se fala da Amazônia Ocidental: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima.

Hoje a matriz energética do Amazonas, 85% dela vem exatamente do óleo diesel; numa região em que se fala de sustentabilidade e meio ambiente, isso é algo extremamente complicado. Nós temos hoje diversas alternativas para suprir esses sistemas isolados, as principais delas, aplicáveis na região Amazônica, são a energia hidráulica, a biomassa e a solar. Sabemos aqui que a questão da eólica e da geotérmica não se aplicam às questões geográficas da região.

Mas a grande questão, que vocês observam nesse mapa, é que nós estamos, nós, da Amazônia Ocidental, estamos isolados do sistema interligado nacional. Precisamos responder, diante das alternativas renováveis que nós temos para a Amazônia, quanto é que custam esses programas, essas energias renováveis para a Amazônia Ocidental brasileira, quem vai pagar essa conta... Nós sabemos que temos municípios, no Acre, cuja renda *per capita* da população seja a 54 reais. Precisamos responder se essa produção de energia, ela confiável, e se essa produção de energia sustentável, ela tem condições de ser armazenada em comunidades extremamente isoladas. Pode passar, por gentileza.

A SUFRAMA, ela atua dentro da área de abrangência da Amazônia Ocidental, como eu disse anteriormente, nos Estados do Acre, Rondônia, Amazônia e Roraima, e administra ainda os incentivos fiscais de Macapá, Santana. Por que nós colocamos isso daí? Porque a área de abrangência da SUFRAMA hoje é exatamente a área onde estão os maiores gargalos de fornecimento de energia para a sociedade. Pode passar, por gentileza.

No Estado do Amazonas, nós temos um pólo industrial violento, da ordem de um faturamento de 30 bilhões de dólares/ano; empresas médias hoje instaladas, em torno de 550 empresas, que demandam quase 50% da energia produzida no Estado dos Amazonas, geram mais de 100 mil empregos diretos e, aproximadamente, 500 mil empregos indiretos. Geramos, da ordem de tributos federais, algo perto de 13 bilhões de reais; temos uma taxa de adensamento da cadeia

produtiva de 26% e taxa de nacionalização da cadeia produtiva de quase 50%.

O que esses números traduzem? Traduzem que o pólo industrial de Manaus, nos próximos anos, ele vislumbra um crescimento gigantesco, e se nós não tivermos outras aplicabilidades de energias renováveis na região, no Estado do Amazonas, que consiga atender essa demanda, nós não estaremos desenvolvendo a região de forma sustentável. Pode passar, por gentileza.

Atualmente, o consumo de energia no Estado do Amazonas, o forte dele está dentro do setor industrial, como eu disse, quase 45%; depois vem a parte de residência e depois o comércio. Pode passar, por favor. Esse é um slide que traduz exatamente o potencial hoje do pólo industrial de Manaus, pode passar, com grandes marcas que demandam energia, marcas internacionais e marcas regionais. Pode passar. O consumo hoje de energia, no que diz respeito ao comércio, é da ordem de 22%. Pode passar. Os nossos grandes desafios. Nós temos um número muito elevado de ligações clandestinas, principalmente na periferia e na orla da cidade de Manaus. Nós temos uma situação crítica, que não é só no Estado do Amazonas, mas na Amazônia Ocidental, que são as comunidades isoladas. Então, quando se fala em energias alternativas, até que ponto nós conseguimos atender a essas comunidades e quanto custa atender a essas comunidades? Foi colocado aqui, em falas anteriores, que eu acho extremamente relevantes, que nós temos diversos programas de baixo custo, mas eu gostaria realmente de questionar por que esse baixo custo não chega até essas comunidades. Pode passar, por gentileza.

Esse é um perfil hoje do setor do faturamento por pólo, dentro da Zona Franca de Manaus; o nosso grande pólo hoje concentrador de faturamento está no eletroeletrônico e depois no segmento de duas rodas. Pode passar, por gentileza. Esses dois setores empregam quase 60% da mão-de-obra. Pode passar, por gentileza. Isso aí, senhores, é um perfil do que a gente pode prospectar para os próximos três anos; nós fechamos o ano de 2008 com 321 projetos aprovados, que devem se implantar no Estado do Amazonas para os próximos três anos. Já no ano de 2009, tivemos quase 100 projetos implantados, então, vejam a tamanha responsabilidade que nós temos em garantir o fornecimento de energia para que essas empresas efetivamente se instalem na Amazônia acidental.

Aqui nós temos os investimentos: Fechamos o ano de 2002 com investimento da ordem de sete bilhões de dólares e, apesar do desempenho fraco do primeiro trimestre da economia, nós já temos aí 828 milhões de dólares contratados em investimentos. Pode passar, por favor. Isso é uma perspectiva de crescimento que nós temos para a região; nós estamos falando aí de um número de empresa de... Média, de 500 empresas, caminhando para 550 empresas; tivemos, no ano de 2008, investimento fixo, ou seja, máquinas e equipamentos, que isso demanda energia, algo de três bilhões de dólares. Mão-de-obra empregada, quase 107 mil empregos diretos, que a gente comentou anteriormente, e um faturamento que fechou em algo próximo de 30 bilhões de dólares. Pode passar, por favor.

O faturamento do pólo industrial, ele está, no primeiro semestre de 2009, 30% abaixo do que estava em 2007. Então, isso garante hoje uma certa tranquilidade no fornecimento de energia na cidade de Manaus; se nós tivéssemos hoje o mesmo perfil, o mesmo desempenho do ano de 2008, nós estaríamos com a apagões constantes na cidade de Manaus, o que não pode ser concebido, uma metrópole com o porte de Manaus, ter horários de apagão e ter horários de racionamento. Pode passar, por gentileza.

Apesar desse primeiro trimestre ter se demonstrado, em uma escala 30% menor do que 2008, nós já vislumbramos aí, nos quatro primeiros meses do ano, um crescimento do faturamento. Então, esperamos para agora, o segundo semestre do ano, um crescimento razoável no número de empregos e faturamento, e isso demanda energia. Pode passar, por favor.

Pensamos que as grandes perspectivas, no que diz respeito ao fornecimento de energia, dentre elas a energia solar, que vem como uma das alternativas para resolver o problema energético na Amazônia ocidental, isso não é apenas um problema do Amazonas; nós não podemos falar nessas alternativas sem considerar os estudos que o INPA e que a EMBRAPA tem, juntamente com o CEDEAM, que é uma pena que o Prof. Rubens não esteja aqui, ou seja, nós já temos diversas pesquisas, estudos consolidados de implantação de projetos—

[soa a campainha].

SRA. ANA MARIA DE SOUZA: --Nas comunidades isoladas, provenientes do Açaí, do tucumã, do gás, dentre outros.

Nós temos que pensar na solução para a Amazônia Ocidental, em termos de energia sustentável, a longo prazo. E, ainda, nós precisamos considerar as peculiaridades do interior e da cidade. Embora eu não tenha... Só para erro é encerrar, embora eu não tenha colocado aí na transparência, mas o Senador Jefferson e a Senadora Marina sabem exatamente o que eu vou dizer. O Município de Envira, no Sul do Amazonas, para cada um litro de óleo diesel que é consumido pela comunidade, você gasta três litros de óleo diesel para poder fazer chegar óleo diesel até essa comunidade.

São 32 dias de balsa, viajando, para poder chegar diesel e abastecer uma comunidade dessa. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado, Ana Maria, por sua explanação. Eu passo agora a palavra, então, ao Sr. Ricardo Baitelo, que também tem até 10 minutos para sua exposição.

SR. RICARDO BAITELO: Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar o Senador Casa Grande, os convidados da Mesa e todos os Senadores presentes. Eu vou tentar ser bastante sintético aqui na minha exposição, falando um pouco sobre a campanha de energias renováveis, a qual represento, pelo *Greenpeace*, um pouco do potencial solar, entendendo sua principais formas no país, e fechando a explanação com a questão regulatória e o que nós precisamos para viabilizar esse potencial no Brasil. Pode passar, por favor.

O que a gente lida, nessa campanha de energias renováveis, é promover o uso de energias renováveis, a partir das premissas do desenvolvimento sustentável, considerando que mesmo algumas aplicações de energia renováveis impactam o meio ambiente; sabemos disso, das hidrelétricas e até das eólicas e da energia a biomassa. E considerando também a escala de produção de energia e emissão de gases de efeito estufa. Então, quais seriam as principais energias, não apenas para atender à modicidade tarifária no Brasil, mas também para atender à necessidade de redução de gases de efeito estufa, que é cada vez mais premente no mundo, então, onde pode passar, por favor.

Hoje a gente tem alguns cenários de possibilidade de aumento de temperatura média do planeta até o fim do século; infelizmente a gente já superou até as previsões pessimistas; é possível que a gente tenha um aumento de até seis graus, no final desse século. E muito provavelmente todos os países, inclusive países em desenvolvimento, devem assumir metas nas próximas décadas, metas de redução de emissão de gases e, dentro dessa obrigação, muito provavelmente nós teremos... Seremos obrigados a manter a nossa matriz limpa, isso não será fácil, um desafio manter uma proporção de 90% da matriz renovável, considerando as demandas por consumo de eletricidade. Pode passar.

Aqui também uma rápida explicação do nosso inventário de emissões, já um pouco desatualizado, de 94. Hoje a gente deve estar entre um e dois bilhões de gases de efeito estufa emitidos por ano, dos quais a maior parte vem do uso do solo e do desmatamento. Então, a energia, de uma forma geral, incluindo o setor de industrial, o setor de transporte e a eletricidade, ela responde, grosso modo, por um quarto das nossas emissões, essa participação deve crescer com o tempo também, considerando principalmente as tendências do aumento da geração termoelétrica, tanto no plano decenal, quanto no plano nacional de expansão até 2030. Pode passar.

Aqui, então, só repetindo algumas premissas, esse é o cenário que a gene desenvolveu, tanto no Brasil quanto no mundo, segundo a qual a gente propõe uma matriz essencialmente renovável, não apenas renovável, mas descentralizada e focada também numa grande penetração de medidas de eficiência energética, entendendo que o mais barato e mais ambientalmente favorável para o país é, em primeiro lugar, reduzir o nosso consumo e, em segundo lugar, atender a esse consumo com as fontes mais limpas e, claro, economicamente viáveis. Pode passar.

Bom, aqui, entrando em energia solar, as principais aplicações que já foram vistas, eu não pretendo repetir o que já foi colocado de informação, a gente tem energia solar para a geração de calor e para atender ao aquecimento da água, através dos coletores; a gente tem a energia solar para a geração de eletricidade e, dentro desse segundo... Dessa segunda aérea, a gente tem principalmente os painéis fotovoltaicos e a energia solar concentrada. Pode passar.

Aqui também colocando alguns dados do Atlas Solarimétrico Nacional; o país é realmente privilegiado, existe... A maior parte do território nacional tem uma grandes incidência, um grande número de horas de radiação solar por dia, e essas médias, é importante mencionar, frisar, que elas são superiores às médias dos grandes países geradores do energia solar no mundo, que seriam a Espanha e Alemanha, nessa ordem hoje, em relação a painéis fotovoltaicos. Pode passar. Aqui também, em termos de insolação diária, por dia. Pode passar.

Aqui são algumas informações que já não são atualizadas, sobre os coletores solares, então, existe um número de municípios com leis em andamento para garantir a obrigatoriedade da instalação de coletores para edifícios acima de uma determinada tipologia, acima de uma área específica. Então, já são 120 municípios, provavelmente mais, com leis em andamento, e mais de 20 com leis aprovadas.

Foi economizada uma grande quantidade de energia, até colocada pela apresentação da ANEEL, com números mais atuais inclusive do que esses, mas ainda temos uma participação baixa de domicílios com coletores instalados no Brasil. Se pensarmos no grande consumo do chuveiro elétrico, no perfil da nossa demanda, 1,5% realmente é muito pouco, a gente pode cortar muito mais desse consumo, através da instalação desses coletores, que é viável economicamente; é muito mais favorável do que os próprios painéis fotovoltaicos,

que ainda devem ter uma diminuição de preço para ter uma viabilidade comercial. Pode passar.

Aqui falando um pouco dos painéis fotovoltaicos, a gente tem um fator da capacidade médio entre 12 e 15%, experimentamos, no ano de 2008, um grande aumento na capacidade instalada mundial. Então, é importante também colocar que, apesar da crise financeira, essa capacidade passou de nove mil para 15 mil Megawatts, instalados no mundo. Então, a crise, apesar da dificuldade de financiamento, houve um boom desses painéis, principalmente na Espanha, que passou a ser o maior produtor do mundo, e isso se deveu essencialmente pela questão regulatória e pela legislação, que incentivou, concedeu uma tarifa especial para as pessoas que quisessem instalar esses painéis fotovoltaicos.

No Brasil, comparando o custo da geração com as principais modalidades, desde a hidrelétrica até as gerações fósseis, o painel fotovoltaico ainda é mais caro, mas, obviamente, temos que analisar a questão da cadeia completa, a questão da aplicação para comunidades isoladas, comunidades não assistidas; isso aconteceu com o Programa Luz para Todos, e acho que há potencial para que continue acontecendo. E a energia desses painéis, os painéis fotovoltaicos, deve ser comparada com o custo final da energia, então, após os impostos e após os custos de distribuição, nesse caso, com alguns incentivos, ela realmente começaria a ficar interessante, começaria a ficar economicamente viável.

E é importante também lembrar que a energia solar é a campeã em postos de trabalhos criados para cada unidade de energia. Então, através de alguns estudos feitos pelos Professor Goldenberg, referências colhidas por ele, a gente chega a esse resultado que a solar é em primeiro lugar e a eólica em segundo, conseguem gerar mais emprego para a mesma quantidade de energia gerada, dada a cadeia, o tamanho da cadeia, a desagregação dessa cadeia de componentes e manutenção e operação utilizada para essa energia. Pode passar.

Então, em relação ao custo, é uma simulação aí do Professor Ricardo Ruther, da Universidade Federal de Santa Catarina, até colocou que seria possível com um programa de incentivo em bases adequadas, em tarifas-prêmio, seria possível alcançar a paridade tarifária a partir de 2013. Então, essa tarifa da energia solar, a partir dos painéis, começaria já empatar com a tarifa de algumas termoelétricas, principalmente a gás, isso já vem acontecendo na... Tem essa projeção de que isso aconteça na Europa, nos próximos anos, isso poderia também acontecer no Brasil, considerando o grande aproveitamento que a gente tem dessa energia pela alta incidência solar. Pode passar.

Aqui falando um pouquinho da energia solar concentrada também; é uma energia que vem ganhando força; ela tem um potencial muito grande; tem alguns relatórios já lançados sobre isso; tem um grande potencial já sendo utilizado na Espanha, e a grande diferença é que pouco se comenta dessa energia que o potencial, a capacidade dela é muito maior do que a de painéis fotovoltaicos. Então, a gente não está falando em Quilowatts para telhados, a gente já começa a falar em 50 Megawatts, a 280 Megawatts, ou seja, equivalente a uma termoelétrica. Tem fatores de capacidade que são certamente maiores do que os painéis fotovoltaicos; o custo inferior aos painéis, já... Então, nos Estados Unidos, se comenta, já foi até colocado em apresentações anteriores--

[soa a campainha].

SR. RICARDO BAITELO: A tarifa de 15 cents por dólar, por Quilowatt-hora, perdão, ou seja já começa a empatar ou ficar um pouco mais caro do que a geração eólica no Brasil. E é um grande uso a possibilidade de gerar energia de base, o que não era mencionado, não era cogitado para a energia solar antes. Então, já se começa a colocar, a estudar a energia solar concentrada, como substituindo aí um pouco da geração fóssil no mundo. Pode passar.

Aqui são alguns dados do nosso cenário para 2050, considerando a distribuição das energias renováveis, enfim, a energia hidrelétrica continuaria atendendo com a maior parte, mas a biomassa teria uma participação importante, e a eólica também, e consideramos 4% para energia solar, o que, de certa forma, é até conservador, considerando as amplas possibilidades que ela pode vir a ter até 2050, e o comportamento da curva de aprendizado, que ela continua mostrando [interrupção no áudio]. O preço vem caindo cerca de 10% por ano, então, a gente pode ter um preço bastante competitivo no futuro próximo. Pode passar. Pode passar também.

Aqui é uma parte extremamente importante da apresentação, o que a gente precisa ter para a energia solar é a questão legislativa. Realmente, então, é um concepção de preços que una os benefícios que a energia provê, não apenas a parte técnica, mas também considerando a parte social e ambiental, que cada energia pode providenciar; então, se pensarmos em termos de custos completos, a energia solar tem aí um custo bastante interessante, em comparação a outras energias de altos impacto ambientais. Pode passar.

Enfim, o que nós pedimos é que seja aplicado o mesmo mecanismo tarifário que vem sendo aplicado nos maiores países em relação à energia solar e eóli-

ca, que são as tarifações *feed-in*, ou seja, obrigações contratuais entre concessionárias e produtores de fontes renováveis, as concessionárias compram a energia através de contratos que tenham um tempo mínimo de 10 a 20, e até 30 anos, e essas tarifas garantam uma remuneração justa para o gerador de energia ou para o empreendedor. Pode passar.

Aqui, fechando, é uma série de projetos de energias renováveis, que tramitam em conjunto na Comissão Especial de Energia Renováveis, na Câmara dos Deputados. Esses projetos já foram apensados ao projeto 630/03 e, nos próximos dias, acredito que nas próximas semanas deve sair um texto que dará origem à nova Lei de Energias Renováveis no país.

O Relator é o Deputado Fernando Ferro está elaborando esse texto, e esse texto, obviamente, deve passar pelo Congresso depois. Então, é extremamente importante o apoio a esse texto para que a gente possa ter aí a viabilização desse potencial, não apenas a energia eólica, mas a da energia a biomassa e a energia solar, no Brasil, para as próximas décadas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Ricardo, vamos, então... Primeiro dizer a vocês que as apresentações estão no site da Comissão. Quem quiser, depois, acessar e pegar mais informação, só entrar no site do Senado e clicar na janela da nossa Comissão.

Então, o autor do Requerimento, Senador Jefferson Praia é o primeiro a se pronunciar e fazer seus questionamentos. Depois, a Senadora Marina Silva; depois, Senador João Pedro... São esses inscritos por enquanto. São cinco Senadores; se todo mundo economizar nos questionamentos, a gente pode fazer tudo de uma vez só, e a gente pode depois ouvir aqui, porque eu tenho certeza que alguns já estão com fome, não é?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Energia nossa também, não é? Com palavra, o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, eu quero inicialmente parabenizar a apresentação de todos os expositores. O objetivo nosso é primeiro chamarmos a atenção para esta questão relacionada à energia solar, começarmos a aprofundar uma discussão no sentido de avançarmos no aproveitamento da energia solar do nosso país, e percebermos quais são os pontos que temos que avançar, aonde nós estamos precisando avançar.

O Dr. Altino fez uma excelente exposição, fiquei muito feliz com a presença dele, até porque já cheguei a assistir uma outra apresentação, em uma outra Comissão, eu não sei se foi nessa ou não, mas sempre ele traz boa informações, e eu gostaria de saber inicialmente, do Dr. Altino, como nós temos a nossa matriz energética e ela está desenhada até 2030 e, pelo que percebo, não vejo ali a energia solar como uma das fontes para podermos aproveitá-la. Como é que vocês pensam isso, já que nós tratamos do planejamento?

Nos recursos energéticos do Brasil, outro quadro que o senhor apresenta também, nós percebemos ali, como recursos energéticos, urânio, petróleo, hidrelétrica, vento, gás, carvão, biomassa, e não percebi a energia solar. Eu gostaria de saber por que é que o Ministério do Planejamento e Energia não coloca energia solar como, pelo menos, uma das prioridades mínimas para avançarmos nesse campo, já o que Brasil tem um potencial fantástico nessa questão? Pelo que percebemos aí, hoje, nós somos competitivos, na questão da energia gerada através do calor, para chuveiros elétricos, coisa dessa natureza e, com relação à energia elétrica, parece que esse é o grande desafio.

Muito bem, eu Dr. Máximo também faz excelente exposição, eu queria saber como fazer para que as projetos apresentados por V.Sa., como é que podemos avançar nesses projetos em relação ao aproveitamento da energia solar?

Dr. Mozart também coloca diversos pontos interessantes e, na verdade, em relação aos produtores independentes, o que vocês estão fazendo? Vocês estão realizando algum tipo de incentivo nesse campo do aproveitamento da energia solar? Também a Dra. Ana Maria faz uma excelente abordagem sobre toda a questão do problema de energia que temos na nossa região, destaca o papel da SUFRAMA, e eu gostaria de saber como a SUFRAMA pode incentivar o aproveitamento da energia solar na região de abrangência da sua atuação?

Ricardo também trouxe diversas soluções, que deveremos aprofundar, para que possamos aproveitar, Sr. Presidente, dentro do contexto do aproveitamento da nossa energia solar. E, para finalizar, eu gostaria apenas de saber, rapidamente, dos expositores, atualmente, nós utilizamos qual é a tecnologia? É tecnologia alemã? É tecnologia espanhola? Que tecnologia utilizamos? Essa tecnologia, ela é caríssima, ao que parece. Como nós podemos fazer para avançar no campo das pesquisas para o aproveitamento da energia solar no nosso país?

Veja bem, por mais que seja cara hoje, mas todo o investimento em pesquisa é fundamental. Nós estamos tratando de uma fonte de energia que ela é muito maior do que nos países europeus. E nós estamos percebendo a Europa muito à frente na utilização des-

sa fonte de energia e o Brasil, que é o país da água e do sol, não é? Está aí, desconsiderando, pelo que eu vi, no planejamento, no aproveitamento dessa fonte de energia.

Então, como, na verdade, eu acho que, de forma bem objetiva, como fazer para intensificarmos o aproveitamento da energia solar no Brasil? Qual é a nossa agenda? Não dá para ficarmos, Dr. Altino, eu, desde o momo que V.Sa. apresentou esse planejamento na outra exposição, eu fiquei com isso na minha cabeça. Então, ou nós vamos rever esse processo, ou, então, o Brasil está indo numa direção contrária ao que outros países estão fazendo em relação à energia solar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Jefferson Praia. Senadora Marina Silva, para seus questionamentos e colocações.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Primeiro, eu quero Senador Jefferson Praia pela iniciativa dessa audiência e agradecer aos participantes pela contribuição que aqui aportaram. Eu fiquei muito preocupada quando vi o Plano Decenal de Energia do Brasil, em que há uma forte presença da energia termoelétrica. E o tempo todo aparecem dois argumentos... Talvez, o Dr. Altino foi uma das pessoas mais sinceras que eu já vi, quando se trata de falar de energia aqui nesse debate. O primeiro argumento é de que esse processo de sujamento da matriz energética brasileira de forma progressiva é em função dos problemas ambientais; é isso que as pessoas dizem o tempo todo como justificativa. E por que eu falei que o Dr. Altino foi muito sincero? Por que ele disse que é falta de projeto? Os famosos projetos de prateleira, e a gente sabe que é isso, eu tive uma experiência modesta dentro do governo e sei o quanto é deficitária, em que pese o esforço até de ter se criada uma empresa voltada, uma estatal, uma empresa para fazer esse processo de planejamento, que é E.P.E.

Mas a gente sabe que tem isso. E ele colocou isso muito claramente, dizendo que era em primeiro lugar. E colocou, em seguida, os problemas ambientais. Eu diria que o maior problema que nós temos é sermos persistentes numa visão que coloque o Brasil numa posição privilegiada em relação... Que coloca o Brasil, em relação a todos os demais países, numa situação muito privilegiada. Primeiro, pelo que já acumulamos, perguntado pelo potencial que temos, não só para energia solar, mas para outras fontes renováveis.

Sempre que surge esse questionamento: Será que isso é seguro? Será que isso é viável? Etc. etc... Eu acho que insegura é a energia nuclear, que nós não sabemos o que fazer com os resíduos e nós sabemos que tem riscos envolvidos, além de que temos também que há uma produção de energia que é inquestionável, mas com sérios riscos, e é um custo muito alto, muito alto. Por que não utilizar esses recursos para apostar na continuidade da matriz energética limpa e diversificada?

O potencial de energia solar do Brasil é incomparável a qualquer outro que se conheça, no entanto, a Alemanha tem um investimento altíssimo em energia solar. Quando a gente vê a comparação da realidade da Alemanha, é claro que alguém vai dizer: "Não, mas eles são ricos, eles dominam a tecnologia". Mas eles começaram [interrupção no áudio], nunca vamos chegar lá". Alguém aqui da... Alguém disse uma vez que eu tenho uma voz muito estridente, e eu acho que o pessoal do som... Resolveram controlar ali, só que quanto mais eles controlam, mais eu sou tentada a falar alto. Então, se ajudarem ali, eu conterei a voz.

Então, se nós não começarmos de algum ponto, nós nunca vamos chegar lá. A mim me preocupa muito a ênfase que foi colocada em um processo de produção de energia suja, como falamos. E aproveitarmos corretamente esse potencial e continuar diversificando a nossa matriz energética, não só a solar, mas, por exemplo, a biomassa, que foi colocado aqui o problema das comunidades isoladas. A cidade de Itacoatiara conta com a produção de energia de biomassa que responde significativamente pela produção de energia de um Município de grande porte, se comparado aos Municípios da região Amazônica. Por que não se utiliza... Eu vou utiliza ar um termo que, tecnicamente pode estar inadequado, mas a taxa de regulamentação do preço da energia produzida de combustível para que se produza num preço acessível, é feita uma equalização, não é isso? Para a produção de termoelétrica na Amazônia. Por que não se utiliza esse recurso para a equalização da taxa de produção de energia na Amazônia para investir em energia em fontes alternativas, inclusive para as comunidades isoladas, que a Dra. Ana levantou o questionamento de que essas são ou não são viáveis, se elas podem ou não podem ser utilizadas. Aliás, o lugar onde elas melhor podem ser utilizadas e, inclusive, testadas como pilotos, são nas comunidades locais, exatamente a partir delas é que a gente pode expandir.

Eu gostaria de saber dos expositores o que poderá ser feito para corrigir esse viés inadequado, no Plano Decenal, porque, para fazer um Plano Decenal, apostando em energia convencional, ou em energia suja, nem precisa de plano decenal. A gente precisa de um Plano Decenal para pensar estrategicamente o suprimento de energia para o país, apostando em fonte limpa e renovável, apostando num outro caminho que, se comparado a outros países, nós já estamos na

frente. Afinal de contas, eu não me canso de repetir que a Inglaterra, que hoje lidera o debate sobre aquecimento global, tem 4% de energia renovável... 4%... Nós temos 45% e, invés de andarmos para a frente, nós queremos aqui, pegando um exemplo de uma das espécies da nossa biodiversidade, andar para trás, como caranguejo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senadora Marina Silva. Senador João Pedro, com a palavra, para seus questionamentos. Estamos tentando ficar dentro dos três minutos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. convidados, Senadores. Parabenizar o meu companheiro lá do Estado, o Senador Jefferson, que propiciou esse debate. Cheguei... Perdi algumas exposições. Eu quero, a primeira fala minha, Presidente, é dizer que esse é um debate importante na história da nossa Comissão de Meio Ambiente do Senado. Eu acho que a gente poderia intensificar, no sentido de andar para a frente, na contribuição do Senado de andar para frente.

Nós estamos no Século 21. Esse debate é um debate atual. Esse é um debate que nos coloca na pauta também atual, por conta da qualidade de vida, por conta das grandes cidades, por conta de atender também populações que vivem fora dos grandes centros urbanos e, olhando esse debate, para a minha região, e aqui tem a presença da SUFRAMA, eu penso que a SUFRAMA pode e deve liderar um debate, mudando inclusive um pouco o eixo da sua estratégia na nossa região, assumir esse debate.

Se tem o olhar, se tem a gestão do PIN, ela deve liderar esse debate, a SUFRAMA pode e deve fazer isso, mudando um pouco o seu projeto estratégico para a região, e esse é um ponto importante, energia, e energia limpa.

Eu... Dos expositores que eu ouvi—

[soa a campainha].

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): --Se falou de biomassa, mas nada concreto. Eu penso que nós podemos ter madeira certificada, geração de emprego, renda e energia, da madeira certificada; eu acho que esse é um projeto para a Amazônia.

Presidente Casa Grande, algumas cidades importantes na Amazônia, para chegar o diesel, é um sacrifício; uma cidade como Cruzeiro do Sul, no verão, algumas cidades ficam isoladas; para o diesel chegar, vai de canoas, em pequenas canoas, porque a balsa deixa de navegar, o transporte... Tem a indústria da balsa, tem muito desvio de óleo na região, na Amazônia como um todo. Nós temos que partir para alternativas não só [interrupção no áudio], mas de experiências contemporâneas modernas, vamos falar assim. Trabalhar com energia solar, mas a biomassa... A cidade de Itacoatiara hoje é uma cidade que tem 80% da energia, da energia vinda de experiência de manejo florestal, a experiência lá da Mil. Então, é uma experiência que a gente precisa incentivar uma cidade, senhores convidados e senhores que estão participando, Srs. Senadores, uma cidade de 85 mil habitantes já tem energia, 24 horas, 80% de biomassa, manejo florestal, uma coisa bonita, bem feita, com muita responsabilidade, com um padrão que nos orgulha.

Então, eu senti aqui pouca ênfase nessa experiência de nós termos, na Amazônia, energia a partir do manejo florestal. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador João Pedro. Senador César Borges, com a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria comentar aqui exatamente que eu acho que o Ministério de Minas e Energia é quem pode liderar, no Plano Decenal, a procura por energias alternativas, mas eu tive uma experiência recente, relatando a Medida Provisória nº. 450, que exatamente tratou de pequenas centrais hidrelétricas e energia renovável e, lamentavelmente, eu encontrei, no trabalho que fiz de negociação com o Ministério, uma resistência muito grande com relação às alternativas.

Eu tentei inclusive criar um mercado próprio, de pelo menos 10% do aumento futuro, da geração futura, fosse destinada para energias alternativas; eu não consegui incluir isso na Medida Provisória. Além de fixar também valores para energia alternativa, que fossem correspondente ao custo de cada uma, porque são diferentes, biomassa é um custo, pequenas centrais hidrelétricas é outro, um pouco maior, energia eólica um pouco maior. Porque sequer energia solar é contemplada como alternativa, e eu não vi ainda efetivamente isso. E encontrei essas resistências, lamentavelmente, encontrei por parte do Ministério, e não avançamos nesse aspecto.

Porque se fala em... Eles, pelo menos, tem o discurso da modicidade tarifária, a modicidade tarifária fala mais alto. Mas, se nós não procurarmos os outros aspectos sociais, ambientais, nós não vamos evoluir na nossa matriz energética, e aí eu tenho que concordar plenamente com o que disse a Senadora Marina Silva, e vamos andar para trás. Porque se estamos nos jactando que temos uma matriz limpa, podemos sujá-la; isso para mim é um raciocínio... E aí eu uso o raciocínio, por exemplo, no Nordeste, estão projetadas 40 termoelétricas. 40 termoelétricas a óleo, que será importado, que vai destruir as inclusive nossas rodovias, mas estão projetadas, no Estado da Bahia, 16.

E, Senadora Marina Silva—

[soa a campainha].

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --Todas com licenças ambientais já concedidas rapidamente. Nós não temos licença ambientais para pequenas centrais hidrelétricas, mas temos licenças ambientais para as termoelétricas. Eu acho isso um disparate, um despautério, que não pode perdurar. Eu acho que tem que mudar esse pensamento por parte do Ministério de Minas e Energia.

Vejam, por exemplo, no meu Estado na Bahia, agora o programa que era Luz no Campo, virou Luz para Todos, ótimo, um programa que todos nós apoiamos, entretanto, a Bahia tem metade, metade das unidades rurais, domiciliares, que não serão atendidas pelo programa porque o programa não está contemplando ainda a universalização. Então, se não me engano, 180 mil famílias não estão sendo atendidas; 90 mil estão na Bahia. E, claro, que tem uma participação da concessionária, tem uma participação do próprio Governo do Estado e, cada dia mais, fica mais claro você fazer uma linha de distribuição e depois dar manutenção.

Então, começa haver um desinteresse por conta da própria concessionária [interrupção no áudio] não quer avançar para atender essas famílias que são disseminadas no meio rural. Por que não tem uma política de energia solar para atender essas pequenas comunidades ou até casas isoladas no meio rural? Não tem. Não há nada que incentive, por parte do próprio... Uma política federal do Ministério de Minas e Energia. Então, essas questões, sem sombra de dúvida, me preocupam muito, e eu não entendi... Não entendi o que passava na cabeça exatamente do Ministério de Minas e Energia, com relação ao seu planejamento, quando não prioriza as alternativas que já estão consolidadas, como biomassa, que tem mercado, tem investidores interessados em colocar lá recurso, mas, claro que precisa ter retorno dos seus investimentos e prefere avançar pela termoelétrica e dizer o seguinte: "Não, nós vamos fazer, mas elas não vão funcionar". Esperai. "Vamos fazer termoelétricas e elas não vão funcionar, vão ficar de *stand by* para funcionar apenas num caso emergencial". E quem paga essa conta? O consumidor brasileiro, quando nós poderíamos estar em linha de uma energia moderna, limpa e com alternativa muito mais viável.

Era essa colocação que eu queria fazer, de forma expressiva, para o Dr. Altino.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador César Borges. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, eu também não tive a felicidade de ouvir todas as exposições por estar relatando matérias em outras Comissões, mas eu acho que, pelo que eu ouvi e pela participação dos Senadores que estavam aqui desde o começo, eu acho que nós temos... A essência do problema é o governo se definir como responsável para traçar uma política de energia renovável, não só fotovoltaica, solar, mas também outras, que nós já temos audiência, eólica aqui, sobre a energia eólica, e sempre tem a necessidade da participação efetiva da normatização desses programas.

Eu tenho ouvido alguns pontos e gostaria, não sei quem pode especificam nos responder, mas, discutindo a questão da energia fotovoltaica, a solar, um dos problemas mais graves é a questão do armazenamento, embora tecnologicamente tenha se tido evoluções da armazenamento, mas me chegou informação também, e eu estou querendo aprofundar e, talvez alguém... Os senhores e a senhora poderiam me informar de que, no Japão, já há uma tecnologia onde, quando você gera energia, por exemplo, numa empresa, numa comunidade, numa residência, o excedente que você usa funcionaria como se tivesse dois medidores; um, que você exporta o excedente da energia solar gerada, e outro para medir a importação de energia que esteja disponível na rede. Se isso existe, tecnologicamente já é comprovado, e se já existe alguém adotando isso pelo mundo?

E também, para não me estender, até em função de outros compromissos, eu vi aqui a preocupação do Mozart, bem como na citação do Sr. Ricardo, a questão da busca de reduzir o nosso consumo. A exemplo da lâmpada incandescente—

[soa a campainha]

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): --Sendo trocada por outra, alguns países já estão adotando, na verdade, na iluminação pública, o led, que tem vida útil maior ainda e consome menos energia.

Eu tive oportunidade de ver, por exemplo, numa feira na China, Presidente Casa Grande, que, na iluminação pública, há uma tendência muito forte da iluminação pública, acho que o Dr. Ricardo disse que é em torno de 4% aqui o consumo no Brasil, a iluminação pública, sendo feita com postes de geração de energia própria. Na maioria dos casos, acumulando eólica, pequeno gerador eólico, e placas de fotovoltaica, para gerar energia do próprio poste com a luminária em led. Isso nos daria já uma alternativa a ser adotada aqui, dentro de uma política pública, para talvez importar essa tecnologia, eu acho que nós já temos inclusive aqui, é só questão de ter incentivos, de ter política nesse sentido.

E, por fim, perguntar [interrupção no áudio] a gente escuta dizer que, nesse programa que tem aí,

do “Sonho da minha casa”, que espero que possa ser cumprido em um prazo que não foi definido, mas pelo menos na vontade daquele que está precisando, é falar em colocar aquecedor para o chuveiro dessas casas. E pergunto: Isso é viável economicamente? Eu já vi Ministro falando nisso. Isso é viável economicamente, quando está se discutindo o que preço da casa não está dando para construir a casa mais simples que seja, por que está se falando nisso ou está, mais uma vez, falando algo que não possível ser realizado?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. Vamos, então, passar às explanações, mas antes eu gostaria só de dizer também da minha preocupação e uma certa angústia com o planejamento do governo, com relação à matriz elétrica, não energética, não só elétrica energética nossa. O Plano Decenal que nós temos, até 2016, não é isso? 2017, e o planejamento para 2030, que também foi apresentado aqui. Também tenho uma preocupação, eu acho o que governo tem uma certa... Ainda tem uma certa resistência ao incentivo de algumas fontes de energia.

Eu mesmo apresentei, na área de eólica, um projeto para incentivar, como tem o incentivo das pequenas centrais hidrelétricas, eu apresentei a mesma proposta para geração eólica, com relação à taxa do fio, que é uma taxa cobrada, para que a gente pudesse reduzir a custo da geração de energia eólica. E tenho a expectativa de que a gente avance com esse leilão que nós vamos em novembro e que, para a gente poder avançar, em termos de custo, nós vamos ter que ter leilões permanente para criar o mercado efetivamente.

Eu também apresentei um projeto que fui aprovado no Senado, de um percentual de uma meta de 10% de energia renovável e alternativa, até 2016, dentro da nossa matriz elétrica, eu acho que trabalhar com meta é uma boa política, porque se tem meta da inflação, se tem meta de Protocolo de Kyoto, se você tem meta... Só tem meta, trabalhar com meta mobiliza a Administração Pública em torno da meta. Eu acho que é um debate importante que essa Comissão tem que fazer. Eu vou passar a palavra a vocês, primeiro para o Sr. Altino, que teve mais questionamentos do que outros, então, poderemos conceder até cinco minutos para ele e aos palestrantes, nós vamos conceder três minutos, se vocês concordarem, está certo? Com palavra, o Sr. Altino.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Bom, foram colocadas diversas questões aqui. Eu tenho que ter um poder de síntese muito grande para responder. Eu acho que algumas das questões caberia um longo debate para nós explicarmos tudo. Eu não quero, de forma nenhuma, monopolizar aqui a Mesa [interrupção no áudio]. Vão ter que ter o seu espaço, veja, mas eu vou selecionar aqui, talvez, os principais pontos, e fazer algumas... Mas eu temo que cinco minutos, talvez não seja suficiente, Senador, mas vamos ver.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Então seis...

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Perfeito. Primeiro a questão de sujar a matriz e a do Plano Decenal, que foi colocado por mais de um Senador aqui presente. Veja, o setor elétrico brasileiro trabalha com o planejamento estratégico de longo prazo, onde define as políticas energéticas, que é o plano de 2030. E o planejamento decenal, que é um programa de expansão física das instalações, sem nenhum demérito, é uma espécie de programa de obras. Este Plano Decenal, ele é implantado, no que diz respeito à geração e à transmissão, através dos leilões que são feitos com certa freqüência, para ter a competição e aparecem as soluções, tanto de geração quanto de transmissão.

Bom, no que diz respeito ao último Plano Decenal, de fato, nos primeiros cinco anos, que são obras que foram decididas nos anos anteriores, de 2008 e 2007, nos leilões A-3 e A-5, que é a nossa denominação, é um programa de obras que já está definida, porque foi definido anteriormente, de fato, a presença de geração térmica a derivados de petróleo é muito grande. E nós estamos sujando as matrizes.

Bom, nos cinco adicionais, onde a presença do planejador permite reverter essa situação, o programa está baseado fundamentalmente em usinas hidrelétricas, nas usinas da Amazônia. Há uma reversão completa, sãos as Usinas do Madeira, o Belo Monte, e depois as Usinas do São Luis. Por que entraram essas térmicas? A Senadora Marina colocou aqui muito bem, ela teve a oportunidade de assistir numa outra ocasião.

Essas térmicas entraram porque, dos leilões que foram feitos nos anos anteriores, em particular no leilão de 2008, não tinha projetos hidroelétricos para participar da licitação. Quando eu digo não ter projetos hidroelétricos, com os estudos de Engenharia, com os estudos ambientais e assim por diante. No último leilão de 2008, tinha um único projeto hidrelétrico Salto Iguaçu, o resto somente projetos térmicos. Então, veja vem, a sociedade tem que atender o seu mercado, então, só estavam disponíveis projetos térmicos. Agora por que não tinham projetos hidroelétricos?

Por duas razões, primeiro que o país abandonou os seus estudos de inventário e viabilidade durante um certo período, que a Eletrobrás desenvolvi isso, então, na década de 90, por vários razões que não cabem aqui, foi abandonada esse atividade, então, deixou de haver os estudos; essa foi uma dificuldade que hoje

está resolvido com a E.P.E, que está fazendo esse estudos de inventário de viabilidade.

A segunda razão é uma razão ambiental. A Legislação Brasileira, para licitar uma usina térmica, que, a nível dos Estados, é muito fácil licitar uma usina térmica; em poucos meses, se licita, se faz o licenciamento ambiental. Para a hidrelétrica, o licenciamento ambiental, a nossa legislação exige um tempo muito longo e inclusive permite que a Justiça suspenda os estudos. Nós temos locais, no Brasil, onde tem hidrelétrica, que não se pode estudar o recurso porque a legislação nossa proíbe que seja feito o estudo.

Então, a dificuldade realmente de ter um licenciamento ambiental da hidrelétrica não é culpa da equipe de meio ambiente não, do Ministério do Meio Ambiente, eles estão fazendo o que é possível e tem uma possível muito proativa; a dificuldade é que a nossa legitimação exige um tempo de audiências públicas, de uma seqüência muito grande de estudos aprofundados, de tal maneira que, para licenciar uma usina hidrelétrica, leva dois, três anos, às vezes, de estudo. Por isso que o Plano Decenal tem usinas térmicas nos primeiros cinco anos e usinas hidrelétricas no período que pode, digamos, ter ação do planejador.

Agora, eu queria destacar o seguinte, primeiro: O fato de ter essas usinas térmicas nós estamos tomando providências para amenizar esse efeito, através dos leilões de reserva, através de colocar usinas de reserva, que vão operar, tipo eólica, e que vão de locar essa térmicas para uma operação de complementação hidrelétrica; elas não vão operar permanentemente. Então, esse é o primeiro comentário sobre a questão da matriz suja.

Teve um aspecto aqui sobre a questão do por quê não aparece naqueles recursos o solar? Veja, não aparece o solar porque o solar é quase infinito; se nós fôssemos colocar ali, seria uma informação... Eu até apresentei aqui que se a energia solar que aparece no mundo, ela é suficiente para atender cerca de 10 mil vezes o... 10 mil vezes o consumo mundial, então, ela é imensa esse energia solar. Então, veja bem, naquela fonte ali não apareceu—

[soa a campainha].

SR. ALTINO VENTURA FILHO: --Porque já é um valor infinito. Agora, eu queria dizer o seguinte, veja, a energia solar para utilização da sociedade brasileira se faz através de duas vertentes distintas. Uma, através do calor, no aquecimento de água doméstico de baixa temperatura; isso é uma coisa utilizada freqüentemente no Brasil e é perfeitamente competitivo com o chuveiro elétrico. Quer dizer, custa a energia solar cerca de 20 dólares por milhão de BTU, quando a energia elétrica, no chuveiro, custa 40... 40 dólares por milhão de BTU.

Só que para fazer o chuveiro elétrico, o consumidor gasta 100 reais para botar seu chuveiro elétrico, e a sociedade tem que investir dois mil e 500 dólares por Quilowatt para essa energia chegar lá, junto do chuveiro. Enquanto que para o cara colocar um coletor solar, o investidor tem que gastar três mil reais, então, precisa ter um programa de incentivo que leve que... A sociedade use [interrupção no áudio], mas esta é uma... O que está sendo usado intensamente no Brasil, como nós vimos na apresentação da ANEEL, e mesmos alguns dados [interrupção no áudio].

Bom, agora, a outra forma de usar energia solar é produzir a energia elétrica, esta forma de produção, ela não é competitiva para a sociedade brasileira. Eu cheguei a dar alguns dados aqui indicativos, mostrando que o Brasil tem opções de colocar, de produzir energia elétrica a partir de valores, digamos, de 100 dólares por... 50 dólares, 100 dólares por Megawatt-hora, 100 dólares, e assim por diante. Enquanto que a energia solar, para produzir energia elétrica, é na faixa... Se for heliotérmica, de 330 dólares, e se for a fotovoltaica, 530 dólares.

Então, as aplicações da solar, ela tem que ficar restrita a seus usos específicos, que é nas comunidades isoladas, e vários exemplos foram colocados aqui, na região Amazônica, a fotovoltaica se aplica em comunidades isoladas. Agora, tem um custo muito elevado, e esta forma de utilização tem que ser subsidiada por toda a sociedade brasileira, a exemplo do que existe no diesel. Então, esta é uma solução que está preconizada e a gente tem usado.

Na região Amazônica, o planejamento do Ministério de Minas e Energia vai levar os sistemas de transmissão... A região Amazônica Ocidental, ela está sendo incorporada ao sistema interligado brasileiro; neste ano de 2009, no Acre e Rondônia, chega o sistema de transmissão e, em 2011, 2012 chega a Manaus e Amapá, com a linha Tucuruí-Manaus. Com isso, nós vamos atender quase à totalidade do mercado da região Amazônica e a população da Amazônia passa a ter o mesmo suprimento de energia elétrica dos restantes dos brasileiros porque se incorpora no sistema interligado.

As áreas isoladas da Amazônia que constituem pequenas comunidades, temos que buscar soluções criativas na linha de biomassa, na linha de eventuais pequenas centrais hidrelétricas, quer dizer, a biomassa, o manejo organizado da floresta, e também vai ser mantida a geração diesel, porque ela é uma solução muito prática. Ela pode ser implantada num tempo muito rápido, a manutenção dos equipamentos é muito fácil

e a sociedade brasileira tem todas as condições para subsidiar essa geração diesel dessas comunidades isoladas, que deve dar umas 300 localidades depois que interligarmos o sistema.

Ou seja, hoje o Brasil subsidia uma geração diesel na região Amazônica de grande porte, com a incorporação do sistema interligado, o que vai restar é uma quantidade insignificante e o custo que a sociedade brasileira vai ter que manter essa geração diesel, ela é... O que não quer dizer que não faça a biomassa e as outras soluções, como a eólica.

Bom, tinha mais um comentário que eu queria fazer aqui, é em relação a... Bom, a competitividade... Eu acho que sim, a questão do por que o Ministério não tem sensibilidade às energias, às fontes alternativas. Eu, pelo que... Por tudo que eu vejo no Ministério, a política que vem nos últimos anos, há uma preocupação muito grande de buscar as fontes alternativas, desde a hidrelétrica, que é uma fonte renovável, digamos, de alternativa, de baixa emissão de CO2, mas não vamos considerá-la.

As iniciativas voltadas para criar as fontes alternativas começaram com o PROINFA; o PROINFA foi um programa, veja, que priorizou a pequena central hidrelétrica, a biomassa e a energia eólica. Dessas três fontes, somente a pequena central e a biomassa hoje estão tendo um desenvolvimento sustentável; não precisa mais de incentivo. O Brasil vai atender muito mais de 10% com fontes alternativas, como resposta de mercado. Não precisa ter o incentivo porque, com a PCH e com a biomassa, hoje a biomassa do bagaço de cana, ela é uma fonte que tem uma fonte que tem uma eficiência energética enorme. O combustível aparece na economia com custo zero, como resultado da indústria do açúcar e do álcool, e o processo energético é de co-geração, utilização do calor e produção de energia elétrica. Então é extremamente eficiente.

Então, a biomassa e a pequena central hidrelétrica estão se desenvolvendo em ritmo de mercado; a eólica, ela não saiu do PROINFA como uma competição; para citar, o que custa hoje para os brasileiros a energia eólica é 270 reais por Megawatt/hora que os consumidores brasileiros estão pagando, quando se vê os resultados do PROINFA, e as correções, 270 reais, quando nós temos opções de 70 e 100 reais.

Apesar disso, o Ministério de Minas e Energia está com a firmeza de levar à frente o programa eólico, iniciando com a licitação de reserva, que nós vamos fazer agora, em novembro, e estamos muito esperançosos de que esta solução chegue a níveis de custo que a sociedade brasileira possa pagar. E isto acontecendo, a solução eólica será uma alternativa fortíssima no Brasil porque o nosso potencial é imenso. Então, estamos certos de que a eólica vai aparecer de uma forma sustentada, a exemplo do que aconteceu com o...

Só para encerrar, no que diz respeito à solar, veja, o que é... Qual é a política solar? Por que não parece a solar na matriz energética? Ela aparece junto de outras renováveis? Porque a solar, ela se aplica para o aquecimento d'água de pequena temperatura, nas residências; este mercado é muito pequeno em relação às demandas totais da sociedade. Mas ele deve ser atendido porque é competitivo. E produzir energia elétrica a partir da fotovoltaica e da heliotérmica, com custos na faixa de 500 dólares por Megawatt-hora, um país que tem opções de produzir energia renovável, fontes alternativas na faixa de 100 dólares por Megawatt-hora, não podemos pensar numa solução de produzir energia elétrica a partir da solar porque os brasileiros não vão poder pagar a conta de luz.

Esta solar para produzir energia elétrica, ela tem que ficar restrita a seus usos específicos, nos sistemas isolados onde as linhas de transmissão não chegam, dentro de uma solução para atender aquelas comunidades isoladas.

Então, resumidamente seria isso, teria outros pontos, mas eu passei do meu tempo e eu peço desculpas aos demais participantes aqui na Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Certo. Concedo a palavra ao Dr. Máximo, para fazer suas considerações.

SR. MÁXIMO LUIZ POMPERMEYER: Bom, eu anotei aqui três ou quatro pontos, dois deles diretamente que me foram dirigidos, dois deles pelo Senador Jefferson Praia, e o primeiro é em relação à ampliação dos projetos daquilo que eu apresentei, que a ANEEL, que está sob atuação da ANEEL, aquilo que as concessionárias já vem fazendo, dentro dos programas de eficiência energética que, pelo que eu entendi, como ampliar isso, porque são números ainda relativamente pequenos. Isto está diretamente relacionado à outra observação feita, foi mais uma indagação do Senador Cícero Lucena, que eu acho que ele não está mais presente, que eu vou tentar responder as duas de uma só vez, que é o aquecedor solar no programa "Minha casa, minha vida".

Bom, os dados que temos, que eu mostrei aí, de fato, é mais no sentido de sinalizar, de demonstrar, a importância, a viabilidade, do querer de fato preencher essa lacuna que existe para a substituição do chuveiro elétrico, dentro do programa, por meio de um mecanismo de encargo tarifário, não é razoável, por mais que poderíamos usar 100% desses encargos para isso, não iríamos resolver esse problema.

Agora, combinado com outros programas, com outras ações, aí eu vejo sim uma possibilidade de fazer essa combinação com—

[soa a campainha].

SR. MÁXIMO LUIZ POMPERMEYER: --Ações do governo, dentro desse programa de moradia, a minha opinião é sim perfeitamente viável, altamente desejável que se busque ampliar, quando se faz um financiamento de longo prazo, subsidiado por baixa renda, deixar de fora a alternativa do aquecedor solar não me parece razoável, até por que tem alternativas, nem toda elas são de alto custo, quatro ou cinco mil reais. E, quando vai se financiar, num horizonte de 20 ou 30 anos, esse custo perfeitamente pode ser absorvido pela unidade consumidora porque, no final das contas, fica mais caro com a chuveiro elétrico, só pela energia, pela tarifa que ele paga para o setor, para a sociedade, ainda mais caro, por conta da demanda que o chuveiro elétrico requer.

Então, é importante porque esses projetos são relativamente caros; quando se faz em parceria com financiamento da Caixa Econômica Federal, por exemplo, tem uma escala maior, uma parte da monitoração do acompanhamento já é feito pelo próprio sistema e não pela concessionária, com a atuação da ANEEL, fica mais fácil fazer isso.

Outra questão é em relação ao desenvolvimento tecnológico. Eu acho que foi colocado já aqui pelo Dr. Altino e outros, a questão de a energia solar, basicamente a fotovoltaica, ainda não é competitiva. Mas a gente deve, como sinalizado pela Senadora Marina Silva, começar a fazer alguma coisa em termos de desenvolvimento tecnológico, industrial, para o que dia em que ela for competitiva, como a eólica o é e não era, há 20 anos atrás, a gente tenha tecnologia que a gente não entre apenas com o sol, com o vento, como na eólica, de certa forma, aconteceu isso, nós buscássemos viabilizar a participação da eólica, mas pouco em termos de desenvolvimento tecnológico; hoje importamos, a tecnologia é produzida lá fora, já é competitiva, mas poderíamos ter feito muito mais e tem recursos para desenvolvimento tecnológico; eu acho que falta projeto, falta alguma diretriz, dizendo: "Olha, não é só para o sistema isolado solar, fotovoltaico, tem que ter alguma quantidade para viabilizar tecnologicamente o desenvolvimento dessa fonte para entrarmos também não apenas com o recurso, com a fonte energética, mas com alguma coisa em termos de desenvolvimento e de conhecimento gerado aqui, que nós temos condições de fazer isso. Seriam esses os pontos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Dr. Máximo. Sr. Mozart também, mais sucinto que o Sr. Puder.

SENADORA MARINA SILVA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MOZART SIQUEIRA: Eu serei rápido, eu acho que está, segundo... Nós somos engenheiros eletricistas, pelo menos eu e o Altino, o relé(F) de fome, pode estar começando a atuar e a gente tem que trabalhar.

Mas o que eu gostaria... Foram-me feitas especificamente três perguntas, mas eu acho que uma delas foi a mais prorrogativa(F), o que os produtores independentes de energia estão fazendo? Talvez o Senador César Borges não saiba, mas a Bahia, um produtor independente, está fazendo talvez um projeto que certamente será precursor, que é o uso de capim elefante para gerar uma Usina de 30 Megawatts, armazenando, estocando capim elefante... É um capim que dá oito metros de altura, Senador, eu não sei se o senhor conhece, na sua...

E que, sem dúvida nenhuma, é uma alternativa na área de biomassa, importantíssima, e que certamente pode ser utilizada em qualquer local do Brasil, inclusive a questão das comunidades remotas, com pequenas áreas, pequenas comunidades com consumos de cinco, 10 Megawatts, vai ter condições de estocar, que talvez um dos problemas fundamentais da energia elétrica é que nós no habituamos a meter o dedo no interruptor, na tomada, e ela tem que estar ali sempre, disponível. E quando se fala em energia solar, vem a questão do armazenamento. Quando a gente fala em energia eólica, vem a questão da disponibilidade do vento. E somente as alternativas de hidroeletricidade, onde você tem, através do armazenamento dessas energias dos reservatórios, é que você consegue controlar plenamente a demanda e consequentemente utilizando as vazões dos rios para poder gerar mais ou menos energia, em função da questão da solicitação do mercado de energia elétrica das residências--

[soa a campainha].

SR. MOZART SIQUEIRA: --Então, eu gostaria só de fazer... Eu vi aqui o Dr. Altino colocando uma questão importante sobre o planejamento decenal.

Primeiro, eu gostaria de dizer que... Parabenizar, nós, que somos do setor, estamos aí há mais de 30 anos, o planejamento decenal e o planejamento 2030 foram um marco importante, mas, sem dúvida nenhuma, ele vai precisar fazer aperfeiçoamentos. Na hora que você começa a projetar longo prazo, certamente, as tecnologias e as disponibilidades de projetos e de alternativas mais baratas, mais competitivas, elas vão surgir e, entre elas, obviamente, a energia... Eu queria

falar aqui o que Senador Casagrande colocou a questão da energia eólica.

Eu digo sempre o seguinte, a energia eólica, ela tem uma questão que é fundamental, quando não chove, tem mais vento e quando tem menos vento, chove mais, então, ela tem uma complementaridade com a energia hídrica extraordinária e que é preciso aprofundar na questão da modicidade tarifária e dessa vantagem da energia eólica, que ela traz realmente um beneficio muito importante para o nosso reservatório.

E a segunda questão que eu falo é que a questão que muitas vezes a energia eólica, ela tem está no contra-fluxo das linhas de transmissão que estão aí disponíveis. Então, na hora que nós criarmos um "selo", se você tem uma via e a mesma via você vai utilizar você vai desafogar a via, é necessário ter algum ganho econômico, até porque não teve o investimento da linha de transmissão.

Eu sei que isso não é fácil, em nível de governo, é preciso se estudar com profundidade, mas, certamente, a gente está trabalhando com modicidade tarifária. E isso é uma coisa importante para o nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Senador Casagrande, só de falar aqui do projeto capim elefante, ele se animou aqui para fazer o projeto Canarana, lá na Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Deve gerar bastante energia também a Canarana.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Agora um capim com oito metros de altura é um eucalipto. Dra. Ana Maria.

SRA. ANA MARIA DE SOUZA: Respondendo aqui ao questionamento do Senador, como é que a SUFRAMA pode incentivar a questão de energia na sua área de abrangência, a SUFRAMA, ela já faz isso com o projeto de interiorização do desenvolvimento, que é proveniente exatamente do recurso da TSA, que vem das empresas do pólo industrial de Manaus.

É algo em torno de 300 milhões de reais, e que a SUFRAMA hoje não o faz com maior propriedade porque tem o seu orçamento contingenciamento na ordem de 45%. Então, a SUFRAMA tem hoje mais de 714 projetos parados, mais de 500 milhões de reais parados e que ela não está fazendo absolutamente nada porque tem o seu orçamento contingenciado.

Então, a SUFRAMA, dentro do que está sendo liberado pelo Governo Federal, vem atuando em diversos projetos de interiorização do desenvolvimento no Município de Coari, no Município de Codajás, em Itacoatiara e em outros Municípios, e não faz mais por conta do contingenciamento.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dr. Ricardo Baitelo.

DR. RICARDO BAITELO: Eu vou ser bem breve. Respondendo à questão do Senador Cícero Lucena, existe esse mecanismo, em diversos países da Europa, de compra da energia por parte da concessionária, é justamente o que a gente comentou, é a tarifa *feed-in*. Então, um consumidor, ele pode gerar sua energia solar e vender esse excedente para a rede. E justamente esse é o maior incentivo para que se tenha uma grande expansão da geração solar na Alemanha e na Espanha, e não seria apenas a questão ambiental, seria principalmente a questão econômica. Se você faz essa conta, esse consumidor percebe que ganha uma quantidade de euros ao final do ano, que viabiliza rapidamente esse painel solar, amortiza, em alguns anos, esse custo do painel solar.

Em relação também ao que se comentou aqui na Mesa, da modicidade tarifária, as energias renováveis, elas têm um grande potencial também em contribuir para a modicidade tarifária. As energias renováveis, elas têm um grande potencial também em contribuir para a modicidade tarifária, quando a gente complementa a energia eólica e a energia hidrelétrica, a gente reduz o risco de abastecimento e a gente reduz a variação do preço liquido de diferença.

Com isso, se reduz a necessidade de se acionar termoelétricas no Brasil, então, esse custo foi bastante alto; se comenta do custo da eólica, que seria de 270 reais por Megawatt-hora, pago pelo consumidor, mas o custo que o consumidor pagou pelo acionamento das termoelétricas em 2008 e 2009, foi de 2,3 bilhões em 2008, e deve ser de 800 milhões em 2009. Então, esse custo certamente é mais alto do que o custo da eólica e certamente é mais alto do que o impacto tarifário de uma expansão das renováveis, através do PROINFA ou através de um programa que seguisse o PROINFA.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, muito obrigado, Ricardo. Agradeço a você, Ana Maria, Altino, ao Máximo e ao Mozart pela contribuição—

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --Mais uma vez repito, as exposições estão no site da Comissão, quem quiser mais detalhes das exposições aqui feitas. Eu agradeço e coloco também a Comissão à disposição de vocês. Com certeza, foi uma boa apresentação.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, fiquem à vontade, nós vamos dar seqüência aqui na Comissão. Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): É para pedir que seja apreciado o meu Requerimento, pedindo ao Tribunal de Contas da União auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional, no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, para verificar se as obras relativas á pavimentação e recuperação da BR-319, possui avaliação prévia de viabilidade técnica e socioeconômica. Esse Requerimento está sobre a Mesa, Sr. Presidente, eu tenho aqui as argumentações que me levam a fazer esse pedido, e gostaria que ele pudesse ser apreciado agora. Se necessário, farei a defesa assim que V.Exa. ponha em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Primeiro, a inclusão extrapauta do Requerimento. Os Senadores que forem favoráveis à inclusão, permaneçam como se encontram. Aprovado. Em votação o Requerimento. Quem for favorável à votação do Requerimento já exposto e defendido pela Ministra Senadora Marina Silva, pela Senadora Marina Silva, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento da Senadora Marina Silva.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Tem outros Requerimentos?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós não temos Requerimento.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Extrapauta só.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só este para a gente poder concluir a nossa Reunião.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu tenho um Requerimento, Presidente, também sobre a BR-319.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está aqui?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): [ininteligível] de promover um debate sobre a BR-319, com a participação da INPA, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério dos Transportes--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É uma discussão que vem acontecendo no Estado e em nível nacional, eu acho que a gente poderia travar um bom debate aqui na Comissão de Meio Ambiente. É o Requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está bem, então, inclusão extrapauta do Requerimento do Senador João Pedro. Os Senadores que foram favoráveis à inclusão, permaneçam como se encontram. Aprovado. Em votação o Requerimento do Senador João Pedro. Favoráveis ao Requerimento do Senador permaneçam como se encontram, aprovado o Requerimento. Parabéns à Senadora Marina Silva e parabéns ao Senador João Pedro pela aprovação dos dois Requerimentos.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente Sessão, convidando para a próxima Sessão, terça-feira da semana que vem, às 11h30 da manhã.

Sessão encerrada às 13h49.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 22ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e vinte e quatro minutos do dia sete de julho de dois mil e nove, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JOÃO RIBEIRO, LEOMAR QUINTANILHA, WELLINGTON SALGADO, GILBERTO GOELNNER, KÁTIA ABREU, CÍCERO LUCENA, GIM ARGELLO, JEFFERSON PRAIA, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, VALDIR RAUPP, RAIMUNDO COLOMBO** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador **RENATO CASAGRANDE**, comunica que se encontram à disposição dos Senhores Senadores, na Secretaria da CMA, por 15 dias, após o que serão encaminhados ao arquivo, as seguintes matérias oriundas do Tribunal de Contas da União: 1) Aviso nº 327 – Relatório das Atividades do TCU referente ao exercício de 2008; 2) Aviso nº 581 – Referente aos Embargos de Declaração contra Acórdão que não conheceu de pedido de reexame (Acórdão 910/2009); 3) Aviso nº 683 – Solicitação pelo Congresso Nacional de informações referentes dos processos que cuidam da aplicação de

recursos federais recebidos pela Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária – ANARA, ligada ao MLST (Acórdão 1049/2009); 4) Aviso nº 685 – Referente ao Relatório de Levantamento realizado como parte dos trabalhos do TMS nº 09, em conformidade com o Plano de Fiscalização 2008/2009 aprovado pelo TCU (Acórdão 1074/2009); 5) Aviso nº 585 – Referente à Audiência de gestores municipais determinada pelo Acórdão 810/2007; 6) Aviso nº 762 – Encaminhamento de cópia em CD-ROM do relatório elaborado pelo senhor Min. Augusto Nardes sobre as Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2008; 7) Aviso nº 612 – Em aditamento ao Aviso 683, encaminha documentação em resposta ao Requerimento nº 13/2009-CMA, de autoria da Senadora Marisa Serrano, tratando de possíveis irregularidades na liberação de recursos do INCRA e do Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA para a ANARA (Acórdão nº 1049/2009). O Presidente solicita à Secretaria da Comissão que encaminhe cópia à Senadora Marisa Serrano; 8) Aviso nº 586 – Encaminha Relatório das Atividades do TCU referente ao 1º Trimestre de 2009; 9) Aviso nº 728 – Referente a irregularidades na aplicação de recursos federais por meio de convênios entre a FUNASA e o Município de São Miguel do Guamá/PA, para obras de saneamento básico (Acórdão 1190/2009); 10) Aviso 844 – Referente à Auditoria Operacional realizada no BB – Banco de Investimentos S.A. (BB-BI), a fim de efetuar avaliação econômica, financeira e patrimonial das participações societárias do BB-BI e apurar a viabilidade, oportunidade e retorno do investimento realizado, a segurança do negócio e a adequada remuneração dos capitais envolvidos (Acórdão 1374/2009). Após, passa-se à deliberação da pauta. **Item 01) REQUERIMENTO Nº 48, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014, composta por sete membros titulares e igual número de suplentes, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Resultado: **Aprovado. Item 04) REQUERIMENTO Nº 49, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública conjunta com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, para instruir o PLS 73/2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, repteis e aves. Para tanto, solicito que sejam convidados: Flávio Vieira Meirelles, Doutor em Genética, professor da USP e membro da CTNbio; Rodolfo Rumpf, Doutor em Veterinária, Pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNbio; Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; e Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC". Autoria: Senador **GILBERTO GOELLNER.** Resultado: **Aprovado. Item 05) REQUERIMENTO Nº 50, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das ONGs – CPMI das ONGs e com a Comissão Mista de Orçamento – CMO, para ouvir as conclusões das auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU sobre o financiamento de 26 ONGs e OSCIPs por meio de 167 convênios. Uma vez que o TCU abriu processos específicos para apurar as irregularidades, faz-se necessário que estas comissões tomem conhecimento dos resultados apurados". Autoria: Senador **GILBERTO GOELLNER.** Resultado: **Aprovado.** EXTRA-PAUTA, são deliberados os requerimentos a seguir elencados. **REQUERIMENTO Nº 51, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "refere-se ao Ofício INCRA/SR. 13/g/nº 044/2002, por meio do qual foi liberado da cláusula de proibição de venda em dez anos o imóvel de matrícula 28.186 do Registro de Imóveis de Diamantino (MT), vendido pela União para Ruben Dario Almonacid, no âmbito do programa de reforma agrária, consoante denunciado pelo Consultor Hipólito Gadelha Remígio, conforme anexo. Em razão de esta liberação violar literal disposição do art. 18 Lei nº 8.629/93 e do art. 189 da Constituição Federal, requer, nos termos do art. 102-A, I, *c*, do Regimento Interno, e do art. 71, IV, da Constituição Federal, que seja solicitado: (i) ao INCRA, que promova rigorosa apuração dos fatos e, comprovando a ilegalidade e inconstitucionalidade daquele ato, declare sua nulidade e faça a devida comunicação ao respectivo cartório; (ii) ao TCU, que realize, nos termos do art. 71, IV, da Constituição, uma inspeção para verificar a legalidade e inconstitucionalidade daquele ato, promovendo, se for o caso, as devidas responsabilizações, inclusive do beneficiário daquele ato, Gustavo Alberto Almonacid, proprietário e diretor da empresa destinatária da alienação, Fazendas Paulistas Reunidas Ltda.; em sendo constatada a prática de crime, que o TCU promova as devidas comunicações ao Ministério Público Federal". Autoria: Senadores **LEOMAR QUIN-**

TANILHA e **GILBERTO GOELLNER.** Resultado: **Aprovado. REQUERIMENTO Nº 52, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos dos arts. 90, XI, 102-A, I, c, e III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado ao Banco Central do Brasil e ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça que informe sobre a legalidade da cobrança, por parte das Administradoras de Cartões de Crédito, de tarifas para as transferências de pontos obtidos em programas de fidelização para utilização nas formas de resgate oferecidas". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Resultado: **Aprovado. Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO,** que "proíbe as empresas de cartões de pagamento de autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil via rede mundial de computadores". Autoria: Senador **MAGNO MALTA.** Relatoria: Senador **CÉSAR BORGES.** Parecer: Favorável à matéria com as Emendas nºs 1, 2 e 3 aprovadas na CCT. Resultado: **Aprovado o parecer com as emendas nºs 1, 2 e 3-CCT/CMA.** A Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 02) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 335, III, do Regimento Interno, o sobrestamento do PLS nº 146, de 2008, em virtude da tramitação, na Câmara dos Deputados, do PL nº 1.991, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que visa 'instituir a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências'. Autoria: Senador **GIM ARGELLO.** Resultado: **Adiado. Item 03) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, sobre o Projeto de Lei do Senado Nº 489, de 2008, que altera o Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que uma escala de gradação em cores identificando o percentual de composição nutricional nos rótulos das embalagens dos alimentos, sendo convidadas as seguintes instituições de pesquisa e órgãos de defesa do consumidor para discutirem os aspectos do projeto em questão: Dirceu Raposo de Mello, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Lisa Gunn, Coordenadora-Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; Ricardo Morishita Wada, Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Gilda Pereira Carvalho, Sub-Procuradora Geral da República, Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério Público Federal; e Edmundo Klotz, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA". Autoria: Senador **JEFFERSON PRAIA**. Resultado: **Adiado. Item 06) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO**, que "requer nos termos do artigo 93, inciso, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão com o objetivo de debater a segregação de produtos transgênicos ao longo da cadeia produtiva e a denúncia do jornal Folha de São Paulo, do dia 10 de maio, de que o 'País perde controle dos transgênicos'. Solicito que sejam convidadas as seguintes autoridades: Valter Bianchini, Secretário de Agricultura do Estado do Paraná; Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Representante da AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa; Ricardo Tatesuzi de Sousa – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Grãos Não-Transgênicos; e Representante do IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor". Autoria: Senadora **MARINA SILVA.** Resultado: **Adiado. Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO**, que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que 'dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências' para incluir a exigência de selo de certificação florestal no transporte e na comercialização de madeira". Autoria: Senador **GERSON CAMATA**. Relatoria: Senadora **MARINA SILVA.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado. Item 08) OFÍCIO "S" Nº 46, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2006, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste". Autoria: Banco do Brasil S/A. Relatoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Resultado: **Adiado. Item 09) OFÍCIO "S" Nº 56, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, cópia do Ofício 253, de 13 de novembro de 2007, de autoria do Deputado Giovanni Queiroz, que apresenta considerações sobre os custos unitários constantes do projeto de lei orçamentária para 2008". Autoria: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Relatoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Adiado. Item 10) AVISO Nº 7, DE 2009 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 001.276/2009-8, acerca de auditoria da Secretaria de

Macroavaliação Governamental sobre percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na distribuição dos recursos tratados no art. 159, II, § 4º, da Constituição Federal". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Adiado. Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2009 - NÃO TERMINATIVO,** que "autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Reutilização de Água (FUNREÁGUA)". Autoria: Senador **MARCELO CRIVELLA.** Relatoria: Senador **INÁCIO ARRUDA.** Parecer: Favorável à matéria. Resultado: **Adiado. Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 - TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público". Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR.** Relatoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Parecer: Contrário à matéria. Obs.: Foi apresentado voto em separado, de autoria do Senador CÉSAR BORGES, favorável ao projeto, na forma do relatório oferecido pelo Senador MARCO MACIEL na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Resultado: **Adiado. Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 – TERMINATIVO,** que "acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências', para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato". Autoria: Senador **AUGUSTO BOTELHO.** Relatoria: Senador **ALMEIDA LIMA.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado. Item 15) PRO JETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 - TERMINATIVO,** que "institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente". Autoria: Senadora **SERYS SLHESSARENKO.** Relatoria: Senador **VALDIR RAUPP.** Parecer: Contrário à matéria. **Resultado: Adiado. Item 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Relatoria: Senador **FÁTIMA CLEIDE**. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 01-CCT e outra Emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008** - **TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Relatoria: Senador **GIM ARGELLO.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado. Item 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014". Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR.** Relatoria: Senador **CÍCERO LUCENA.** Parecer: Favorável à matéria com Emenda que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências". Autoria: Senador **FERNANDO COLLOR.** Relatoria: Senador **WELLINGTON SALGADO.** Parecer: Favorável à matéria com as Emendas que apresenta. Resultado: **Adiado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **GILBERTO GOELLNER** e **CÉSAR BORGES.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 7/7/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores, que forem favoráveis à dispensa da leitura da Ata da reunião, permaneçam como se encontram. Aprovado.

E vamos aproveitar que nós temos *quórum* formal, legal e vamos votar alguns requerimentos que estão em pauta.

Antes disso, quero informar ao plenário da Comissão e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle que recebemos diversos avisos e estamos dando conhecimento aos membros desta Comissão sobre o recebimento dos seguintes avisos, oriundos do Tribunal de Contas da União. Aviso 327, que é o relatório do TCU referente ao exercício de 2008. Aviso 581, referente aos embargos de declaração contra acórdão que não conheceu de pedido de reexame. Aviso 683, solicitação, pelo Congresso Nacional, de informações referentes do pro-

cesso, que cuidam da aplicação de recursos federais recolhidos pela ANARA, ligado ao MLST. Aviso 685, referente ao relatório de levantamento realizado como parte dos trabalhos do TMS, nº 09, em conformidade com o Plano de Fiscalização. Aviso 585, referente à audiência de gestores municipais, determinada pelo Acórdão 810/2007. Aviso 762, encaminhamento de cópia, em CD-ROM, do relatório elaborado pelo Sr. Ministro Augusto Nardes, sobre as contas do Presidente da República, relativa ao exercício de 2008. Aviso 612, em aditamento ao aviso 683, encaminha documentação em resposta ao Requerimento 13/2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, tratando de possíveis irregularidades na liberação de recursos do INCRA e do Fundo Nacional de Meio Ambiente para a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária. É este documento aqui. Eu peço à assessoria da secretaria que encaminhe cópia à Senadora Marisa Serrano, que é a autora do requerimento. Aviso 586, encaminha relatório das atividades do TCU, primeiro trimestre de 2009. Aviso 728, referente à irregularidade da aplicação de recursos federais, por meio de convênio entre Funasa e Município São Miguel do Guamá, no Pará, para obras de saneamento básico. Aviso 844, referente à auditoria operacional, realizada no Banco de Investimento SA, a fim de efetuar avaliação econômica, financeira e patrimonial das participações societárias do Banco e apurar a viabilidade e oportunidade de retorno dos investimentos realizados, assegurando os negócios e adequada remuneração dos capitais envolvidos no acórdão. Esses documentos encontram-se na secretaria da Comissão, à disposição dos Srs. Senadores.

Requerimentos. Tem dois... Primeiro, nós temos dois requerimentos, com pleito de extrapauta... Item 01 da pauta é um requerimento de minha autoria, que requer a criação... Requerimento de minha autoria, que requer a criação de uma Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014, composta por sete membros titulares e igual número de suplentes, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com o dinheiro público para a Copa de 2014.

Senador Gilberto Goellner e Senador Raimundo Colombo, essa Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Obras da Copa de 2014, acompanhamento e fiscalização, é decorrente de um diálogo que eu tive com o Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, que adotou medida como essa e que tem tratado do assunto com o Tribunal de Contas da União, com a Controladoria-Geral, vai fazer diversas audiências públicas com os governadores dos Estados que estão organizando a Copa de 2014. Então, é uma forma de nós acompanharmos a execução e o cronograma das obras, e uma forma de nós acompanharmos, também, em parceria com a Assembléia Legislativa, quando tiver recurso estadual, uma forma de nós acompanharmos também o trabalho que o Governo Federal vai fazer de investimento com relação à Copa de 2014.

Então, estamos compondo uma Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa. São sete membros efetivos e sete suplentes. Os senadores, que tiverem interesse, depois poderão se posicionar, se caso for aprovado o Requerimento. Então, em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores, que forem favoráveis ao Requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento.

O item 04, com a presença, aqui, do Senador Gilberto Goellner, que tem um requerimento, que eu passo a palavra a ele, para que ele possa fazer a defesa do seu requerimento.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, o assunto em questão diz-se referência de, também, se realizar, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na CCT e na CCJ, objetivando instruir o PLS 73, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente, comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, repteis e aves. Para tanto, que sejam convidadas as seguintes pessoas e entidades: pela CTNBio, Dr. Flávio Vieira Meirelles; também pela CTNBio, o pesquisador também é da Embrapa, Dr. Rodolfo Rumpf. Pelo MAPA, um representante; pelo MDIC, também um representante. Trata-se de requerimento já aprovado na CRA e na CCT para instruir o projeto da Senadora Kátia Abreu. Os nomes são indicações da Senadora Kátia Abreu. A audiência analisará o mérito do PLS 73/2007, que visa regulamentar as atividades que envolvam clonagem de animais. Preliminarmente, cabe observar que o Brasil já domina a tecnologia de clonagem de mamíferos, em especial a de bovinos, e a vanguarda nessa área coube à Embrapa, pioneira no desenvolvimento de clones na América Latina.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, devido à complexidade do tema, há necessidade de que, como o projeto em questão vai tramitar nas três referidas comissões: CRA, CCT, nesta Comissão do Meio Ambiente e na CCJ, está sendo aprovado o requerimento em conjunto com as três Comissões, a realização dessa audiência pública. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os

Senadores, que forem favoráveis ao requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

O item nº 05, também é do Senador Gilberto Goellner, a quem passo a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública conjunta com a CAE, com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das ONGs, CPI das ONGs, e com a Comissão Mista de Orçamento, para ouvir as conclusões das auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, sobre financiamento de 26 ONGs e OSCIPs, por meio de 167 convênios. Uma vez que o TCU abriu processos específicos para apurar as irregularidades, faz-se necessário que essas comissões tomem conhecimento dos resultados apurados. Essa audiência é decorrente do relatório de atividades do TCU, que eu relatei na Comissão de Meio Ambiente, e, no relatório, o TCU afirma que auditou 160 convênios de repasse de recursos para financiamento a 26 ONGs e OSCIPs. É nesse sentido que requeri essa audiência pública em conjunto, Sr. Presidente, que seja aprovada nesta Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o requerimento. Os senadores, que forem favoráveis... Não havendo quem queira discutir, os senadores, que forem favoráveis à votação, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Tem dois requerimentos, um da minha autoria e outro da autoria do Senador Leomar Quintanilha e Gilberto Goellner, a quem eu peço a inclusão extrapauta. Os senadores, que forem favoráveis à inclusão, permaneçam como se encontram. Aprovado. O requerimento do Senador Gilberto Goellner e do Senador Leomar Quintanilha... O Senador Gilberto Goellner poderia fazer, rapidamente, uma exposição do requerimento, para que a gente possa colocá-lo em discussão e, posteriormente, em votação.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Trata-se da questão do ofício do INCRA, por meio do qual foi liberada a cláusula de proibição de venda, em dez anos, com imóvel de matrícula 28.186, do Registro de Imóveis de Diamantina, vendido pela União para Ruben Dario Almonacid, no âmbito do Programa de Reforma Agrária consoante, denunciado pelo consultor Hipólito Gadelha Remígio, conforme anexo. Em razão dessa liberação violar literal disposição do art. 18, da Lei 8.629, e do art. 189, da Constituição Federal, requeiro, nos termos do art. 102A, do Regimento Interno, e do art. 71, da Constituição Federal, que seja solicitado, primeiro, ao INCRA que promova a rigorosa apuração dos fatos e, comprovando a ilegalidade e inconstitucionalidade daquele ato, declare sua nulidade e faça a devida comunicação ao respectivo cartório. Ao TCU, que realize, nos termos do art. 71, da Constituição, uma inspeção para verificar a legalidade e a inconstitucionalidade daquele ato, promovendo, se for o caso, as devidas responsabilizações, inclusive, do beneficiário daquele ato, Gustavo Alberto Almonacid, proprietário e diretor da empresa destinatária da alienação, Fazendas Paulistas Reunidas Ltda. Em sendo constatada a prática de crime, que o TCU promova as devidas comunicações ao Ministério Público Federal. É esse o requerimento do Senador Leomar Quintanilha a esta Comissão. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores, que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento de minha autoria, foi incluído extrapauta, ele solicita ao Banco Central do Brasil, ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça que informe sobre a legalidade da cobrança, por parte das administradoras de cartões de crédito, de tarifas para transferência de pontos obtidos em programa de fidelização, para a utilização das formas do resgate oferecido. Você tem o programa de pontos dos cartões, na hora que você vai transferir esses pontos para alguém, tem que pagar uma taxa. E achamos isso um comportamento, se, de fato, estiver acontecendo, abusivo, e estamos pedindo informações ao Banco Central e ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores, que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº 11. Relatoria do Senador César Borges, que proíbe empresa de cartões de pagamento de autorizar transações relacionados com jogos de azar e pornografia infantil, via rede mundial de computadores. Autoria do Senador Magno Malta; relatoria: César Borges, a quem passo a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Este projeto, Sr. Presidente, nº 121/2008, proíbe as empresas de cartões de pagamento de autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil, via rede mundial de computadores. É de autoria do nobre Senador Magno Malta, do meu partido, e é estruturado em três artigos. O art. 1º estabelece que as empresas de cartões de pagamento ficam proibidas de autorizar operações de crédito ou de débito em conta bancária,

decorrente do uso da rede mundial de computadores, Internet para: inciso I, participação em jogos ilícitos; Inciso II, aquisição e aluguel de filmes, textos, fotografias e demais bens e serviços que possa, à disposição por sítios que ofereçam material pornográfico, envolvendo a participação de menores de 18 anos. A proibição se estende a todos os sítios hospedados no Brasil e a todos os cartões de pagamentos emitidos no Brasil. Jogo ilícito para efeitos da proposição e qualquer atividade não autorizada pela legislação brasileira, que consiste em apostar em jogos de azar ou em resultados de eventos esportivos, ocorridos no mundo real. O art. 2º determina que o débito em conta bancária, o lançamento no extrato do cartão de crédito, relativo aos gastos enumerados no art. 1º, são consideradas cobranças indevidas, ficando o emissor do cartão sujeito a penalidades previstas em lei, e a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que é o Código de Defesa do Consumidor. O art. 3º consiste na cláusula de vigência da lei, que, se originado do projeto, que entrará em vigor 45 dias após a sua publicação.

O autor, ao justificar a proposição, ele argumenta que, mesmo sendo proibidos, no país, alguns sítios relacionados à exploração de jogos e à pornografia infantil, simplesmente continuam operando à margem da legislação, o que ocorre com maior freqüência, oferece seus serviços hospedados em outro país, com legislação mais branda. Afinal, como se sabe, a Internet não conhece fronteiras, e o jogador do Brasil pode acessar um sítio em qualquer país, às vezes com todas as informações em português. Sendo assim, a melhor forma de coibir o acesso a jogos e à pornografia infantil pela Internet é reduzindo as receitas dos sítios que oferecem os serviços. Ao proibir o pagamento utilizando cartões de crédito ou débito, dificulta, substancialmente, o acesso a tais sítios, pois, para pagá-los, o usuário terá que fazer, provavelmente, por ordem bancária. Além dos custos pecuniários mais altos, há outros custos não monetários, significativos, associados a deslocamento até o banco em horário comercial, filas e etc. Observe-se que, nos termos do art. 2º proposto, os emissores de cartões de crédito deverão arcar com os prejuízos financeiros, caso autorize o pagamento de jogos de azar ou de pornografia infantil. Busca-se, dessa forma, criar os incentivos corretos. Sendo a indústria de cartões que detêm a tecnologia para bloquear determinados pagamentos, essa indústria que deve sofrer os prejuízos por eventuais desrespeitos a normas.

Essa matéria foi distribuída as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e de Assunto Econômicos, cabendo à última, à Comissão de Assuntos Econômicos, a decisão terminativa. A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática deu parecer favorável à proposição, com três emendas, com o seguinte teor: A Emenda nº 01 altera a redação do inciso I, do art. 1º, do projeto, substituindo a expressão 'participação em jogos ilícitos' por 'participação em jogos de azar ou loterias não autorizadas'. Nos termos do parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia, o projeto procura definir o conceito de jogo ilícito, sendo que tal definição já existe em nosso ordenamento jurídico, em especial dos arts. 50 e seguintes da Lei de Contravenções Penais, razão pela qual foi apresentada a emenda, a fim de se evitar duplicidade de conceitos legais.

A Emenda nº 02 altera a redação do inciso II, do art. 1º, do projeto, com vistas a se promover uma aproximação da transação financeira proibida com ilícito penal, correspondente previsto no art. 241, do Estatuto da Criança e do Adolescente, mais uma vez, com intuito de prevenir ambigüidades.

Por fim, a Emenda nº 03, que altera a redação do § 1º, do art. 1º do projeto, e o renumera como parágrafo único, se justifica em virtude de não haver razão para limitar a aplicação da nova proibição aos sítios hospedados no Brasil. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e é legitima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61, da Lei Maior. Tão pouco a norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice quanto à constitucionalidade da medida, também não se verifica vício da injuridicidade. Quanto à regimentalidade, cabe destacar que o seu trâmite observou o disposto do regimento interno desta Casa, de acordo com o qual compete a esta Comissão opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor.

No mérito, somos inteiramente favoráveis à aprovação do projeto, como já foi aqui relatado.

Diante do exposto, manifestamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 121/2008, com as emendas aprovadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação. Esse é o nosso relato, é o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador César Borges. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação a matéria. E eu aproveito e parabenizo o Senador César Borges pelo relatório, e o Senador Magno Malta, pela autoria do projeto. E os senadores,

que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Os demais itens são terminativos ou os autores não se encontram presentes. Portanto, antes de encerrar a presente sessão, quero fazer um convite a todos os senadores para que, na terça-feira, nós possamos estar presentes à Comissão, para que a gente vote os projetos terminativos. É a última sessão, antes do recesso parlamentar, que inicia no dia 18. Antes do dia 18, e, portanto, vou pedir também à secretaria da Comissão que faça uma mobilização dos senadores, para que nós possamos fazer a votação dos projetos terminativos nesta Comissão.

E também lembrar aos senadores que nós teremos uma audiência pública sobre recursos hídricos, junto com a Agência Nacional de Águas, na próxima quinta-feira, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Nós estamos aproveitando e convidado a todos.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, convidando para a próxima, na quinta-feira, às 9 horas da manhã, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, e, na terça-feira que vem, sessão ordinária, às 11h30, para definição e deliberação de projetos não terminativos e terminativos. Obrigado.

Sessão encerrada às 12h48.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 25ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e nove, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, LEOMAR QUINTANILHA, MARISA SERRANO, GILBERTO GOELNNER, CÍCERO LUCENA, JEFFERSON PRAIA, GIM ARGELLO, CÉSAR BORGES, FLEXA RIBEIRO** e **VALDIR RAUPP.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Após, passa-se à deliberação da pauta. **Item 01) ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 49, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que requer, nos termos regimentais aditamento ao Requerimento nº 49, de 2009 desta Comissão para inclusão, como convidado a participar da audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ objetivando instruir o PLS 73/2007, de um Representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: Aprovado. **Item 02) REQUERIMENTO Nº 62 , DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO**, que requer, nos ermos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidadas as autoridades abaixo, para que, em audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, possam debater o Projeto de Lei do Senado Nº 173/2009, que estabelece prazo para que computadores, componentes de computadores e equipamentos de informática em geral, comercializados no Brasil, atendam a requisitos ambientais e de eficiência energética: Teruaki Yamagishi, da Diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas; Fernando Almeida, Presidente-Executivo do Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável; Nilo D'avila, Coordenador de Políticas Públicas do Greenpeace/Brasil; Humberto Barbato Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE e Carlos Alexandre Príncipe Pires, Coordenador Geral de Eficiência Energética do Ministério de Minas e Energia. Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA. Resultado: Aprovado. **Item 03) REQUERIMENTO Nº 63, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que requer, nos termos do art. 50, parágrafo 2º, da Constituição da República e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio as seguintes informações acerca do contingenciamento de recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa): a) série histórica dos valores contingenciados entre os exercícios de 2003 e 2009; e b) impactos desse contingenciamento no orçamento da Suframa (despesas de custeio e investimentos) ao longo do período acima. Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA. Resultado: Aprovado**. Item 04) REQUERIMENTO Nº 64, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que requer, nos termos do art. 50, parágrafo 2º, da Constituição da República combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao presidente da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras, José Sérgio Gabrielli, sobre os custos das obras em torno do gasoduto Urucu-Manaus. Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA. Resultado:

Aprovado requerimento convidando o Presidente da Petrobras para, em audiência pública nesta Comissão, apresentar o orçamento de execução desta obra e os investimentos da empresa associados ao fornecimento de energia para as regiões Norte e Nordeste. **Item 6) REQUERIMENTO Nº 65, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO**, que requer, nos termos do art. 70 e do art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais do Senado Federal conforme art. 216, inciso I, a solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União junto à Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA, para que preste esclarecimento quanto ao Processo Administrativo nº 174/2008 ("PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DA PONTE NORTE – TECON"), corrente naquela sociedade de economia mista, no sentido de verificar se este procedimento para ampliação/alteração do objeto do Contrato de Arrendamento Portuário nº 012/2000 com o TECON SALVADOR S/A para abarcar a Ponte Norte do Porto de Salvador atendeu as prescrições legais, em especial, a Lei Federal nº 8.630/92 e o Decreto Federal nº 6.620/2008. Autoria: Senador CÉSAR BORGES. Resultado: Aprovado. **Item 08) OFÍCIO "S" Nº 46, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO**, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2006, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. Autoria: Banco do Brasil S/A. Relatoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Resultado: Aprovado o Parecer**. Item 09) AVISO Nº 7, DE 2009 - NÃO TERMINATIVO**, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 001.276/2009-8, acerca de auditoria da Secretaria de Macroavaliação Governamental sobre percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na distribuição dos recursos tratados no art. 159, inciso III e § 4º, da Constituição Federal. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado o Parecer. **Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 718, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO,** que "Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sobre a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário". Autoria: Senador GERSON CAMATA. Relatoria: Senador CÉSAR BORGES. Parecer: Favorável à matéria com as emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer favorável com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6 – CMA. EXTRAPAUTA, são deliberados os requerimentos a seguir elencados. **REQUERIMENTO Nº 66, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO**, que requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT e da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI para debater o Projeto de Lei da Câmara nº. 006, de 2009, que "estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a lei nº. 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº. 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº. 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº. 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências", tendo como convidados: Mauro Grinberg, presidente do Instituto Brasileiro de Estudos em Direito Concorrencial e Comércio Exterior (IBRAC); Pedro Zanotta, Presidente da Comissão de Defesa da Concorrência da OAB/SP; Nelson Hubner, presidente da ANEEL, representando o Fórum dos presidentes das Agências Reguladoras; Ronaldo Sardenberg, presidente da ANATEL; Aurélio Rios, Subprocurador-Geral da República – MPF; Arthur Badin, Presidente do CADE – Conselho Administrativo de Direito Econômico; Mariana Tavares , Secretária da Secretaria de Direito Econômico/MJ e Antônio Henrique da Silveira, Secretário da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos SEAE/MF. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: Aprovado. **REQUERIMENTO Nº 67, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO**, que requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando os diferentes estudos e levantamentos feitos no Congresso Nacional sobre esse objeto específico, requeiro sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, na qualidade de responsável pela direção superior das atividades de transporte e respectivas entidades e agências, nos termos das alíneas do artigo 27, inciso XXII, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, as seguintes informações: a) Qual a execução, nos exercícios de 2006, 2007, 2008 e 2009, de dotações orçamentárias do Orçamento da União que destinem recursos a obras em ativos públicos federais que são objeto de concessão, arrendamento ou outro tipo de cessão da exploração a terceiros alheios à Administração Federal (tais como ferrovias arrendadas ou trechos concedidos de rodovias, entre outros)? b) Quais os concessionários,

arrendatários ou demais beneficiados pelas dotações de que trata a alínea anterior, e por quais valores? c) Para cada dotação orçamentária executada, qual o fundamento legal para a realização de tais despesas, à luz da legislação aplicável e dos respectivos processos licitatórios e instrumentos de concessão, arrendamento ou similares que regem a situação dos referidos bens? d) Para cada dotação orçamentária executada, quais os procedimentos adotados para avaliação do seu impacto na alteração do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão ou arrendamento? e) Para cada dotação orçamentária executada, quais os instrumentos de formalização do termo aditivo de modificação contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste envolvido? Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: Aprovado. A Presidência adia a deliberação dos demais itens da pauta. **Item 5) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que requer, nos termos do art. 335, III, do Regimento Interno, o sobrestamento do PLS nº 146, de 2008, em virtude da tramitação, na Câmara dos Deputados, do PL nº 1.991, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que visa "instituir a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências". Autoria: Senador GIM ARGELLO. Resultado: Adiado. **Item 7) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO**, que requer, nos termos do art. 58, incisos II, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública sobre os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO), com os seguintes convidados: Dr. José Antônio da Silva Parente – Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional; Dr. Djalma Bezerra Mello – Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAN); Dr. Paulo Sérgio de Noronha Fontana – Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); Representante do Banco do Brasil e Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER. Resultado: Retirado de pauta a pedido do autor. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, DE 2009 - NÃO TERMINATIVO,** que "estabelece prazo para que computadores, componentes de computadores e equipamentos de informática em geral, comercializados no Brasil, atendam a requisitos ambientais e de eficiência energética". Autoria: Senador JOÃO TENÓRIO. Relatoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. **Item 11) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2006 - NÃO TERMINATIVO**, que "autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica". Autoria: Presidente da República. Relatoria "ad hoc": Senador JEFFERSON PRAIA. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CCJ e com as duas emendas que apresenta. Resultado: Pedido de vista concedido ao Senador FLEXA RIBEIRO. **Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO**. Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor. Autoria: Senador VALDIR RAUPP. Relatoria: Senador JOÃO RIBEIRO. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 14) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2009 – TERMINATIVO.** Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (Proíbe a cobrança adiantada de mensalidade referente a serviço a ser prestado). Autoria: Deputado CELSO RUSSOMANNO. Relatoria: Senadora MARISA SERRANO. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2008 – TERMINATIVO.** Determina a forma de realização de campanhas de chamamento dos consumidores (recall), relativas à periculosidade de produtos e serviços já introduzidos no mercado de consumo. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Relatoria: Senadora MARISA SERRANO. Parecer: Favorável à matéria com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 – TERMINATIVO.** Altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público. Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR. Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 – TERMINATIVO**. Acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato. Autoria: Senador AUGUSTO BOTELHO. Relatoria: Senador ALMEIDA LIMA. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 – TERMINATIVO.** Institui incentivo fiscal para doações ao Fundo

Nacional de Meio Ambiente. Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO. Relatoria: Senador VALDIR RAUPP. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2007 – TERMINATIVO**. Dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Relatoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CCT e outra emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO.** Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Relatoria: Senador GIM ARGELLO. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2008 – TERMINATIVO.** Estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014. Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR. Relatoria: Senador CÍCERO LUCENA. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2009 – TERMINATIVO**. Altera o parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar o prazo de cinco dias para devolução ao consumidor dos valores pagos indevidamente. Autoria: Senador GIM ARGELLO. Relatoria: Senador JOÃO PEDRO. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2005 – TERMINATIVO**. Dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências. Autoria: Senador PEDRO SIMON. Relatoria: Senador INÁCIO ARRUDA. Parecer: Favorável à matéria com as emendas aprovadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: Adiado. Usam da palavra os Senhores Senadores **LEOMAR QUINTANILHA, GILBERTO GOELNNER, JEFFERSON PRAIA, CÉSAR BORGES, FLEXA RIBEIRO e GERSON CAMATA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 25/8/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental declaro aberta a 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada a dispensa.

Pauta desta Sessão. Item...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, em função inclusive de que eu tenho um almoço marcado com o Comandante da Marinha, só poderei ficar aqui na reunião até às 12h45, eu queria pedir à compreensão ao V. Exa. e do Senador Jefferson Praia, que nós pudéssemos fazer uma inversão de pauta e votarmos um requerimento de minha autoria, que é o Item 6º e um projeto, de autoria do Senador Gerson Camata, que eu sou Relator do Item 12.

Esse projeto já esteve aqui e nós modificamos ele, em função de um voto em separado da Senadora Marina Silva, que, pelo que eu tenho de informação, ela está agora de acordo com o projeto pelas reformulações que foram feitas e entendimentos com o Governo e com a Senadora Marina Silva.

Então, se V. Exa. e se os demais Senadores concordarem eu pedirei inversão de pauta para o Item 6º, que é um requerimento de minha autoria e para o Item 12.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em apreciação o requerimento do Senador César Borges. Os Senadores que forem favoráveis a inversão de pauta do Item 6º e do Item 12, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento do Item nº. 6, do Senador César Borges a quem passo a palavra, para que já possa fazer a explicação do requerimento e fazermos a discussão e apreciação.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois não.

Sr. Presidente, eu estou requerendo nos termos do art. 70 e do art. 71 do Inciso IV e VII da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais do Senado

Federal, conforme art. 216, inciso I, a solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União, que como todos sabem é um órgão auxiliar do Poder Legislativo, junto a Companhia de Docas do Estado da Bahia, CODEBA, para que preste esclarecimento quanto um Processo Administrativo de nº. 174, de 2008, com a proposta de ampliação da ponta norte pelo Tecom, que está ocorrendo naquela sociedade de economia mista, no sentido de verificar se este procedimento para ampliação e alteração do objeto do contrato de arrendamento portuário ora existente, que é o nº. 12, de 2000, com o Tecom Salvador abarca exatamente a ponta norte do porto de Salvador e se atende as pressões legais, em especial a Lei Federal nº. 8.630, de 92, e, o Decreto Federal nº. 6620, de 2008.

Eu darei uma breve explicação, Sr. Presidente. Na verdade, a economia da Bahia cresceu, cresceu muito, principalmente, depois que nós conquistamos a indústria automobilística Ford para a Bahia, a Bahia hoje representa, aproximadamente, 50% de todo o Nordeste Brasileiro, mas sabe V. Exa. que é de um Estado exportador e importador, como o Espírito Santo, que é fundamental ter a estrutura ou a infraestrutura portuária para atender as necessidades de ampliação das exportações e importações do Estado.

E, lamentavelmente, o nosso porto não atende hoje essa demanda. Há um contrato de arrendamento que vem do ano de 2000, entretanto a zona portuária é muito limitada, restrita, o cais mais restrito ainda, tanto que os grandes navios containeiros, eles precisam se movimentar para frente e para trás para operação de container. E resultado é que a economia baiana está prejudicada.

Há uma solicitação que este contrato seja ampliado, que ele seja estendido para que o porto possa ser ampliado dentro do contrato atual, existente para operação do porto. Entretanto há quem conteste essa solução e que seria necessária uma nova licitação.

A companhia de desenvolvimento dos portos de Salvador, a CODEBA, ela fez estudo de viabilidade técnico econômico e chega a conclusão de que não se deve ter um outro operador nesse porto, que poderia aí não ter economicidade na presença de dois operadores.

Pois bem, essa questão veio à Secretaria de Portos, que estudou o assunto, que defende uma solução que possa ser aditado o contrato, está hoje sob a apreciação da ANTAC, mas, de qualquer forma, eu acho que para que nós tenhamos segurança do que será feito posteriormente e que não se atrase mais para o desenvolvimento, porque o que nós queremos é a ampliação do Porto de Salvador, o mais rapidamente possível.

Então, eu estou solicitando a essa Comissão, este requerimento, para que pedir uma opinião abalizada do Tribunal de Contas de União. Então, aqui eu apresento as razões de todos os interessados, as razões e contra razões que vieram a mim como Senador pela Bahia e peço exatamente o apoio do Tribunal de Contas, que possa dar também a sua posição com relação a essa questão.

Então, é esse o nosso requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador César Borges. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento. Os Senadores que forem favoráveis ao requerimento do Senador César Borges permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Item nº. 12, de relatoria do Senador César Borges. O Item nº. 12 altera Decreto-Lei 467, de 03 de fevereiro de 69, para dispor sobre devolução de embalagens na venda de produtos de usos veterinário. Autoria do Senador Gerson Camata. Relatoria do Senador César Borges. O Parecer é favorável à matéria, com as emendas que apresenta.

No dia 18/05, foi recebido voto em separado da Senadora Marina Silva, com o voto pela rejeição das emendas apresentadas pelo Relator e aprovação do texto original, com duas emendas que oferece. No dia 20/08, foi recebido o relatório reformulado do Senador César Borges. A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra, o Relator, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, como bem disse V. Exa., esse projeto de lei já foi lido e já foi discutido aqui, ele foi feito com uma ampla discussão com o próprio Governo Federal, o Ministério da Agricultura. A Senadora Marina Silva, apresentou um voto separado, nós acatamos e discutimos com a Senadora Marina Silva as suas preocupações.

Então, eu vou apenas ler aquilo que nós modificamos que exatamente relata este processo com relação a este projeto de lei e a discussão com a Senadora Marina Silva.

Em 14 de abril de 2009 foi lido o relatório sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 718, de 2007, perante o Plenário da douta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Em função das solicitações da Senadora Marina Silva e do Senador Gilberto Goellner - que está aqui, muito bom que ele esteja nesse momento - foi concedido o pedido de vista coletiva o relatório.

Em 18 de maio de 2009, a Senadora Marina Silva apresentou voto em separado pela rejeição das

emendas apresentadas pelo Relator, com exceção da emendas de redação e pela aprovação do texto original do Projeto de Lei do Senado nº. 718, de 2007, apresentando duas emendas.

Posteriormente, foram realizadas reuniões com Assessores do meu gabinete e da Senadora Marina Silva, com a participação de representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na busca de encontrar uma solução consensual.

Esse novo relatório se beneficiou das discussões e amadurecimento sobre as emendas por mim apresentadas. Dois tipos de mudanças foram efetuadas: Primeiro, aperfeiçoei as emendas do tocante a ajustes pontuais de redação e técnica legislativa. Segundo, acrescentei uma emenda que também determina a corresponsabilidade dos produtores e distribuidores no processo de devolução das embalagens de produtos de uso veterinário, que era a preocupação essencial da Senadora Marina Silva.

Portanto, o nosso voto pelo exposto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 718, de 2007, com as seguintes emendas, aí nós temos a Emenda nº. 1, a Emenda nº. 2, nº. 3, nº. 4, nº. 5, e Emenda nº. 6. A nº. 5 é a inclusão da Senadora Marina Silva, que é a nova.

Inclua-se o seguinte § no art. 3º-A no Decreto-Lei nº. 467, de 13 de fevereiro de 1969, nós temos do Projeto de Lei do Senado nº. 718, de 2007. § 2º: "Os produtores, os distribuidores e as revendas varejistas também terão responsabilidades e competências no processo de devolução das embalagens, de que trata o *caput* do art. 3º-A".

Esse é o relato com as emendas, Sr. Presidente, e aqui nesta Comissão é em caráter não terminativo e será em caráter terminativo, ainda na Comissão de Assuntos Sociais, esse projeto de nº. 718, de autoria do Senador Gerson Camata.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão a matéria. Senador Gilberto Goellner, com a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu quero parabenizar o autor e o Relator Senador César Borges, pela, inclusive pelas emendas que foram colocadas aqui e dizer que, em se tratando de embalagens de uso agrícola, a situação que se consolidou no país foi muito mais fácil, mais viável, porque essas embalagens, elas possuem um valor muito grande econômico na sua forma de reciclagem. Em se tratando de embalagens veterinárias, nem todas possuem o valor econômico de reciclagem, da forma como a agricultura tem.

Então, os produtos veterinários vão ter sim uma necessidade de ter uma participação maior de toda a cadeia do produtor, dos revendedores, dos varejistas e de todos os segmentos envolvidos na cadeia de uso desses produtos, até o uso final, e o interesse dos produtores, dos pecuaristas de, realmente, devolver as embalagens, porque se tratam de embalagens inclusive de tipo uso médico, que são seringas, agulhas e de difícil manipulação e de retorno.

Mas eu vejo que a contribuição para o meio ambiente do país, a exemplo das embalagens agrícolas, que o país já possui o maior retorno de embalagens agrícolas do mundo, 94%, isso saiu aqui do Congresso, saiu a lei aqui ainda no saudoso Senador Jonas Pinheiro, e se transformou em algo concreto e de um efeito ao meio ambiente muito grande para o país. Países como a Alemanha, só possui 64% de recolhimento de agrotóxicos, o Canadá 74%. E o Brasil 94, e o nosso Estado do Mato Grosso possui 98% de efetividade de recolhimento das embalagens.

Então, esse avanço que nós conseguimos das embalagens agrícolas, por si se torna também um incentivo para que se consiga algo da mesma forma em produtos veterinários.

Então, eu parabenizo. Eu acho que é um avanço muito grande para o meio ambiente brasileiro, nesse contexto, já que o país é um exemplo já na área agrícola.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Continua em discussão. Não havendo quem ainda queira discutir, eu vou fazer um breve comentário sobre o tema.

Primeiro parabenizando o Senador Gerson Camata, pela autoria do projeto, que de fato é um projeto que avança no sentido de ampliar a prática adotada pelos produtores, comerciantes com relação às embalagens de agrotóxicos e as embalagens de produtos veterinários, também passam a ter uma necessidade desse recolhimento.

Então, nós avançamos, então, primeiro eu parabenizo o Senador Gerson Camata e, como Comissão de Meio Ambiente que somos, temos muito que de fato há muito que avançar com relação à Legislação, desde que nós não burocratizemos demais, desde que a gente não crie empecilhos e impedimentos, mas no sentido sempre de aperfeiçoamento de proteção do ecossistema.

Então, parabéns, Senador Gerson Camata, pelo seu projeto, se V. Exa. quiser fazer algum comentário antes da aprovação, ou da apreciação.

Então, continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação o projeto do Senador Gerson Camata, Item nº. 12. Os Senadores que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, onde é terminativo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a palavra, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu quero agradecer aos companheiros, o voto favorável, agradecer o empenho de V. Exa. na aprovação desse projeto e dizer que no Espírito Santo já tem essa lei, há mais de 20 anos, que separa e tem dado excelentes resultados na preservação da saúde das pessoas e também da natureza no Estado e inclusive de animais. Muito obrigado a todos, eu acho que é uma boa lei para o Brasil e nós marchamos na direção em que outros países, mais evoluídos do que nós, estão avançando. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, vamos lá então, retomarmos a pauta, pauta item, vamos começar do item, primeiro item da pauta, que é um requerimento de aditamento já ao requerimento nº. 49, que objetivando instruir o PLS 73 de representação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, já é um requerimento que nós aprovamos, estamos incluindo o Ibama e também o Instituto Chico Mendes.

Então, são aditamentos, quem quiser discutir está em discussão à matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores que forem favoráveis à matéria permaneçam como se encontram. Aprovado o aditamento.

Requerimento do Item nº. 2, o Senador Jefferson Praia, a quem passo a palavra para poder discutir, [interrupção do áudio] explicar a matéria.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, eu estou fazendo um requerimento, no sentido de que sejam convidadas autorizo dados abaixo, para que em Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, possamos debater o Projeto de Lei do Senado 173, que estabelece prazo para que computadores, componentes de computadores e equipe antes de informática em geral comercializados no Brasil atendam a requisitos ambientais e de eficiência energética.

Portanto, Sr. Presidente, nós aqui estamos chamando a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, o Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável, o Coordenador de Políticas Públicas do *Greenpeace*, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - ABINEE, Coordenador Geral de Eficiência Energética do Ministério de Minas e Energia.

Eu gostaria também, Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade, de sugerir um representante da Inmetro e, também, para essa discussão, que nós pudéssemos convidar um representante do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Esse então é o requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o requerimento do Senador Jefferson Praia. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores que forem favoráveis a matéria permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Item nº. 3, também de Senador Jefferson Praia, que requer nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição da República e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio as seguintes informações acerca do contingenciamento de recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus: A) Série histórica dos valores contingenciada entre os exercícios de 2003 e 2009. B) Impacto desse contingenciamento no orçamento da Suframa, ao longo do período acima.

Senador Jefferson Praia, com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, essa também é uma solicitação que, de extrema urgência para mim, porque hoje nós temos dos recursos gerados na Suframa, através de taxas, que as empresas que estão ali estabelecidas pagam aquela superintendência e desenvolvimento da Zona Franca de Manaus, hoje estão contingenciados.

São aproximadamente 700 milhões de gerados no modelo e que não são utilizados para os mais diversos investimentos que precisamos fazer nos Estados da Amazônia ocidental.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o requerimento. Os Senadores que forem favoráveis ao requerimento do Senador Jefferson Praia permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Item nº. 4, requerimento também do Senador Jefferson Praia. Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição da República combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Presidente da Petróleo Brasileiro S/A, Petrobras, sobre os custos das obras em torno do Gasoduto Urucu-Manaus.

Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, vimos recentemente, em vários veículos da mídia, que os gastos das obras do Gasoduto Urucu-Manaus, de responsabilidade da Petrobras, seriam da

ordem de 4.5 bilhões de reais. Quase o dobro do que a estatal havia previsto, inicialmente, quando apresentou um orçamento de 2.4 bilhões.

Por esta razão, Sr. Presidente, nós estamos aí solicitando informações ao Presidente da Petrobras, com relação a essa questão. Sabermos por que razão houve um aumento tão expressivo nas obras realizadas naquele gasoduto importantíssimo para a nossa região, que é o Gasoduto Urucu-Manaus.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O requerimento, Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Renato Casagrande, Srs. Vereadores.

O Senador Jefferson Praia, ele de forma correta faz o requerimento, pedindo informações sobre o custo das obras do Gasoduto Urucu-Manaus.

Ele próprio já disse que a imprensa tem divulgado que esta obra prevista, inicialmente, na ordem de dois bilhões, 2.4 bilhões de reais, já ultrapassou o custo de quatro bilhões. Essa obra é importante, porque vai levar gás para a matriz energética de Manaus, que hoje é toda feita em cima de óleo. Mas também é importante para o Pará, porque o Pará, ele está isolado do sistema de gasodutos.

O gasoduto que vem do Nordeste, ele termina em...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Fortaleza.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fortaleza, não. Que está chegando até Maranhão, até São Luis, parece.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ainda não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda, não, mas previsão, projeto, ou seja, vai até Fortaleza, que o vem de Urucu vai até Manaus. Então, nós precisamos fazer a integração de Fortaleza a esse de Manaus, de forma que toda aquela região é o Estado do Pará também seja atendido por essa matriz, que é a geração através de gás liquefeito.

E eu pediria então, com a anuência do autor do requerimento, que ao invés de ser uma solicitação de informações, que nós pudéssemos convidar o Presidente da Petrobras, Dr. Sérgio Gabrielli, para que ele vivesse aqui numa audiência expor não só os custos das obras, mas a importância da obra, o projeto que vai poder ter, levar, universalizar o gás a todo o território nacional.

Então, eu pediria com a anuência do autor do requerimento, que nós pudéssemos transformá-lo num convite ao Sérgio, ao Presidente da Petrobras, para que ele viesse aqui dar essas informações a todos nós.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Estou de pleno acordo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só lembrando aos Senadores, que ele vai ter que ser convidado a dar explicações do--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --da previsão--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Gasoduto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --orçamentária da obra e daquilo--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sobre.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --que de fato está sendo o custo da sua implementação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Essa é a Comissão de Fiscalização e Controle.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acrescentaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E o que V. Exa. está querendo, está muito mais pertinente a Comissão de Infraestrutura do que a essa Comissão. Mas se os Senadores aprovarem eu estou à disposição, naturalmente--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós vamos fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --para fazer os encaminhamentos, porque o que o Senador Jefferson Praia estava desejando é a informação sobre o valor diferenciado do custo da obra daquilo que foi programado. Está certo? E o que o Senador Flexa Ribeiro está desejando é a programação da empresa para os investimentos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Além disso, qual é a previsão para que a gente possa ter, o Senador César Borges está dizendo que o... Como é o nome do gasoduto lá do Nordeste é o Gasnor, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: GASENE.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): GASENE.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O GASENE, que está em execução é a ligação do Espírito

Santo até Catu na Bahia, está em andamento, por sinal a obra até está paralisada por greve dos trabalhadores. Mas está em franco andamento e isso vai resolver o problema de gás da Bahia, mas fica o restante ainda há uma ligação insuficiente até o Ceará, mas do Ceará, para Teresina é para São Luis, isso é um projeto não tem obra ainda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria de ter isso para a gente poder ver a questão também da ligação ou pelo Urucu, ou pelo Nordeste atender o Estado do Pará.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, questão de ordem.

Apenas para contribuir eu acredito que o Senador Flexa Ribeiro, ele coloca essa questão de forma muito mais abrangente e vai ser uma oportunidade.

Veja bem, essa Comissão é uma Comissão de Meio Ambiente, nós precisamos saber todos os cuidados que estão feitos em relação a questão ambiental e é claro, que possamos ter por parte da empresa, quais foram os pontos desse aumento do orçamento, que era de 2.4 que passou para 4.5 bilhões e que possamos discutir um pouco a questão da energia.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Podemos colocar em apreciação o requerimento, mas vocês terão que fazer um requerimento novo, com uma nova justificação, está certo?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos aprová-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos aprová-lo, mas vocês vão encaminhar, porque além das explicações, agora não mais um pedido de informação, mas um convite ao Presidente da Petrobras, para que esteja aqui, manifestando a posição da empresa com relação ao orçamento de execução da obra e ao valor exato da execução da obra, assim como, a previsão de investimento na região Norte.

Então, eu gostaria que V. Exas. refizessem o requerimento e encaminhasse. Em apreciação o requerimento. Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Senadores favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

E também lembrando, como disse o Senador César Borges, o Espírito Santo está resolvendo o problema da Bahia, está certo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E, futuramente, de todo o Nordeste.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Obrigado, Espírito Santo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Estado de V. Exa., ele é hoje, pela informação que eu tenho, o de maior renda per capita no Brasil. Confere isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não é o maior, não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas deve ser o segundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O segundo, o segundo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O segundo, mas como ele tem a proteção do Espírito Santo, com certeza, será o maior em pouco tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não tenha dúvida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria também que o Pará tivesse essa proteção, como tinha no passado, mas vai ter no futuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Espírito Santo pega o potencial do Nordeste e do Sudeste, por isso que ele é um Estado tão forte.

Quero então passar para o item seguinte, o Senador Gim Argello não se encontra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, o Senador Gim Argello, me pediu que pudesse relatar esse requerimento, subscrever, então foi uma solicitação dele--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Subscrevendo o requerimento.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --até sobre um projeto de V. Exa.

A argumentação que ele me fez aqui pessoalmente e que está na sua justificativa, ele pede o sobrestamento do PLS nº. 146, que é de autoria de V. Exa. Em virtude da tramitação na Câmara dos Deputados do PL nº. 1991, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que visa instituir a Política Nacional de resíduos sólidos e dá outras providências.

Ele pede para sobrestar a análise do seu projeto, que eu acho que está no Item 20, está no Item 20, exatamente, para esperar a aprovação deste projeto do Executivo, que visa instituir a Política Nacional de resíduos sólidos, que ele acredita ser mais ampla e que vai, de certa forma, açambarcar o projeto de V. Exa.

Eu aqui estou fazendo uma posição, que é do Senador Gim Argello, para conhecimento da Comissão e de V. Exa., para discussão e eventual aprovação ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, eu sou o autor do projeto, na verdade, podemos até acatar o procedimento do Senador Gim Argello, que deve ser uma orientação de governo, mas nós não temos nenhuma previsão da votação da política nacional de resíduos sólidos na Câmara dos Deputados, não há nenhuma, infelizmente, não há nenhuma previsão de votação da matéria, está certo?

Eu não sei se nós teríamos uma outra opção, Senador César Borges, que não fosse o sobrestamento, porque o sobrestamento colocaria o projeto de fato para esperar que a gente pudesse deixasse de apreciar o requerimento hoje, verificarmos a condição da matéria lá na Câmara e pudéssemos apreciar essa matéria na semana que vem, se V. Exa. assim concordasse, nós não votaríamos hoje, votaríamos na próxima Sessão.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu atendi ao Senador Gim Argello, mas verifiquei que V. Exa. é o autor do projeto. Então, respeito e vamos ver a posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Faço um pedido a V. Exa., para que a gente pudesse adiar a votação do requerimento.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Acatado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, agradeço muito a V. Exa.

Item 7º o Senador Gilberto Goellner, retirou o requerimento.

Item nº. 8 é um ofício do Banco do Brasil, que "Encaminha as demonstrações contábeis de 31 de dezembro 2006, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste". E o Relator é o Senador Leomar Quintanilha, a quem passo a palavra.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, eu já li o meu relatório e houve um pedido de vista do Senador Gilberto Goellner, eu creio que ele que deverá apresentar então, se for do seu interesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Gilberto Goellner não apresentou nenhuma matéria, então voltamos então à apreciação da matéria.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já apresentado o relatório por V. Exa.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Já.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão. Não há quem queira discutir, em votação o ofício, que é só um conhecimento, na verdade. Os Senadores que forem favoráveis à apreciação.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Conhecimento e encaminhamento à Comissão de Orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E a votação do relatório do Senador Leomar Quintanilha, que é pelo conhecimento da matéria e remessa do processado à Comissão Mista de Planos de Processamento Público de Fiscalização permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

O Item nº. 9 é um aviso do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº. TC 001.276/2009-8, acerca de auditoria da Secretaria de Macroavaliação Governamental sobre percentuais individuais da participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na distribuição dos recursos tratados no art. 159, inciso III e § 4º, da Constituição Federal.

Com a palavra, o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, este item também já foi objeto de apreciação nesta Comissão, quando apresentei o meu relatório pelo arquivamento, houve entretanto um pedido de vista da Senadora Marisa Serrano.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não se manifestou.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Se ela não se manifestou, mantenho o voto apresentado pelo arquivamento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A matéria é pelo arquivamento, os Senadores que forem favoráveis à matéria permaneçam como se encontram. Aprovado o relatório do Senador Leomar Quintanilha.

Item nº. 10, o Senador Leomar Quintanilha solicita a retirada de pauta. Procede, Senador?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Ministro me pediu que ouvisse alguns comentários que ele gostaria de fazer sobre essa matéria. Eu pediria então a retirada de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O item... Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para auxiliar esse projeto, ele vem ao encontro da

audiência que o Senador Jefferson Praia aprovou no requerimento, que diz respeito ao Item 2º, porque talvez até possa instruir--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --ao Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu acho está correto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Os dois estão casados, inclusive.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está correto. Antes de votarmos a matéria, nós temos que fazer Audiência Pública.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fazer a Audiência Pública, porque ele está pedindo informações exatamente sobre a questão do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado pela lembrança, Senador Flexa Ribeiro. Como sempre muito ligeiro nos suas observações.

O Item nº. 11, eu vou pedir ao Senador Jefferson Praia, que faça o relatório *ad hoc*, para que nós possamos apreciar a matéria de autoria do Presidente da República e Relatoria, Senador João Ribeiro.

Esta matéria "Autoriza o INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica no projeto".

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Passo, portanto, Sr. Presidente, ao relatório.

Para exame desta Comissão foi encaminhado o Projeto de Lei da Câmara, PLC nº. 50, de 2006, (PL nº. 7.074, de 2002, na origem), de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social, INSS, a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica.

O projeto foi distribuído originalmente, apenas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que opinou favoravelmente a ele, com uma emenda de redação.

Por força da aprovação, pelo Plenário do Senado Federal, do Requerimento nº. 511, de 2009, a proposição foi encaminhada a este colegiado, para que se manifeste a respeito da matéria.

Conforme consta a Exposição de Motivos, que acompanha a proposição, o Governo brasileiro firmou em 1998, em Londres, perante a comunidade internacional, o compromisso de converter 10% da Amazônia Legal em área de preservação ambiental.

Entre as medidas adotadas para realizar esse objetivo, destaca-se termo de cooperação firmado com o intuito de transferir à União imóveis recebidos pelo INSS em dação em pagamento, para saldar dívidas previdenciárias, quando as terras possam servir comunidades de conservação.

Nesse caso, feita a avaliação do imóvel pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA, e transferida a sua propriedade para a União, este ente efetua o pagamento do valor respectivo ao INSS.

Ainda nos termos da justificação, e, especificamente, com respeito ao imóvel, cuja transferência pretende-se autorizar, é assinalado *verbis*: O IBAMA realizou a vistoria na propriedade e verificou tratar-se de uma área com considerável cobertura florestal, em bom estado de conservação, relativamente às áreas do entorno e desprovida de indícios de ocupação humana intensa, além de abrigar grande estoque de madeira de valor comercial dentro do raio de acessibilidade econômica da indústria madeireira.

Enfim, conclui-se que a área em questão tem potencial para criação de Floresta Nacional, visando a conservação e uso sustentável da biodiversidade na Amazônia Legal.

O imóvel localiza-se no Município de Tailândia, no Estado do Pará, possui área superior a 33,6 mil hectares e foi oferecido pelas empresas Auto Viação Nossa Senhora do Carmo Ltda., Reunidas S/A, Transportes Coletivos e Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S/A, como pagamento de seus débitos perante a Previdência Social.

Na Câmara dos Deputados, o projeto recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de Redação.

Consoante informado no Parecer desta última Comissão, as terras foram avaliadas técnica e economicamente, por professores da Universidade de Brasília e por servidores do IBAMA, que estimaram seu valor em R$ 20.830.336,05.

Já a CDCMAM registrou que, em suas avaliações, o IBAMA observa os seguintes critérios: Computa somente espécies da floresta nativa com efetiva liquidez para o comércio interno e externo; o estoque de madeira em pé não pode ser explorado em quantidade superior a quarenta metros cúbicos por hectare; o valor do metro cúbico lançado no laudo tem em conta o preço efetivamente praticado na região, já deduzidas todas as despesas de extração, transporte etc.

O ciclo do manejo é estabelecido em vinte anos e o estoque de madeiras é chamado a valor presente obedecendo a taxa praticada pelo Programa Nacional de Florestas; a avaliação para as áreas de preservação permanente e reserva legal obedece rigorosamente os

dispositivos legais em vigor; é adotado para o solo, o valor da terra nua, calculado com base nos lançamentos para fins de cobrança do Imposto Territorial Rural.

Merece registro, ainda, que a CCJC teve acesso aos Autos do Processo Administrativo nº. 0300.005493/2001-51, iniciado no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do qual constam os seguintes pareceres favoráveis ao negócio jurídico, objeto do projeto de lei em exame:

A) Parecer PGFN/CJU nº. 541/02, de 12/03/2002, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

B) Manifestação favorável da Assessoria Econômica do MPOG, de 14/01/2002;

C) Parecer nº. 66 COARP/STN, de 07/03/2002, da Secretaria do Tesouro Nacional;

D) Parecer MP/CONJUR nº. 006-5.3.2/2002, de 04/01/2002, da Consultoria Jurídica do MPOG;

E) Manifestação favorável da Secretaria do Patrimônio da União, de 21/12/2001;

F) Parecer Eletrônico nº, 50 CONJUR/MMA/2001, de 03/12/2001, da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente.

Passo, portanto, Sr. Presidente, ao voto. Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 50, de 2006, com as alterações promovidas pela emenda nº. 1 - CCJ e pelas emendas de redação apresentadas a seguir: Emenda CMA, Substitua-se, no § 4º, do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº. 50, de 2006, a expressão "Secretaria Federal de Controle Interno da Presidência da República", por "Controladoria-Geral da União".

Emenda CMA, Substitua-se, no § 2º do art. 4º, do Projeto de Lei da Câmara nº. 50, de 2006, o termo "IBAMA", pela expressão "Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Peço vista, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vista concedida ao Senador Flexa Ribeiro.

Duas matérias de minha autoria, que eu gostaria colocar dois requerimentos, que gostaria de colocá-los em apreciação para inclusão extrapauta nesse momento. Os Senadores que forem favoráveis a inclusão extrapauta, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Um requerimento é uma Audiência Pública da CMA, da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Infraestrutura para tratarmos do projeto do CADE, do novo CADE, da livre concorrência. Então, como já aprovamos na CCT, já aprovamos na Comissão de Infraestrutura e faltava nós apresentarmos aqui, estamos apresentando e peço então a apoio de V. Exas. para que haja essa audiência conjunta, para que a gente possa agilizar a tramitação da legislação do novo CADE.

Em discussão a matéria, não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que forem favoráveis a matéria permaneçam como se encontram. Aprovado.

Um outro requerimento, é um requerimento de pedido de informação, ao Ministro dos Transportes, fazendo as seguintes perguntas: A) Qual as execução dos exercício de 2006, 2007 e 2008, e 2009 de dotações orçamentárias do Orçamento da União, que destinem recursos as obras em ativos públicos federais, que são objetos de concessão, arrendamento ou outro tipo de cessão da exploração a terceiros alheios da Administração Federal, tais como ferrovias, arrendadas ou trechos concedidos de rodovias entre outros?

B) Quais concessionárias arrendatárias ou demais beneficiados pelas dotações de que trata a alínea anterior e por quais valores?

C) Para cada dotação orçamentária executada, qual o fundamento legal para realização de tais despesas à luz da Legislação aplicável e dos respectivos processos licitatórios e instrumento de concessão, arrendamento ou similares, que regem a situação de referidos bens?

D) Para cada dotação orçamentária executada, quais os procedimentos adotados para a avaliação de seu impacto na alteração do equilíbrio econômico-financeiro do contrato da concessão ou arrendamento?

E) Para cada dotação orçamentária executada, quais os instrumentos de formalização do termo aditivo de modificação contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste envolvido?

Diversas rodovias, ferrovias concedidas, nós não temos informações exatas de qual é o recurso público envolvido. Na hora que envolve o recurso público, qual é o novo formato de concessão estabelecida? Então, eu estou pedindo uma informação ao Ministério dos Transportes com relação a esse tema.

Em discussão a matéria, não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que foram favoráveis a matéria permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Os outros projetos são terminativos não temos *quorum*. Eu queria muito combinar com vocês o seguinte, nós temos aqui muitas matérias terminativas e nós não estamos conseguindo *quorum* para votarmos as matérias terminativas.

Então, nós temos do Item 13, ao Item 23, são dez itens, onze itens de matérias terminativas. Eu quero saber o seguinte, é possível nós fazermos uma Sessão Extraordinária para tentarmos fazer votar as matérias terminativas? Ou é possível a gente tentar fazer na terça-feira que vem, com a presença dos Senadores, para que a gente tente votar as matérias terminativas? Nós não podemos deixar de votar as matérias terminativas são fundamentais que a gente vote aproxima concluir o projeto legislativo.

E nós estamos com dificuldade de nove Senadores presentes, para que a gente possa votar essas matérias. Então, eu quero fazer um apelo, e ao mesmo tempo pedir uma sugestão a V. Exas., com relação a essa situação.

Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [Interrupção do áudio] poderia convocar uma Sessão Extraordinária, por exemplo, para amanhã às três horas da tarde, antes da Ordem do Dia, de tal forma que a gente possa ter o *quorum* necessário para aprovar.

V. Exa. vêm algumas semanas tentando esse *quorum* qualificado para votar os terminativos, eu acho que no momento antes da Ordem do Dia, os Senadores poderão vir até aqui e dando *quorum* poderíamos votar esses projetos. Esta é a sugestão que eu faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A proposta do Senador Flexa Ribeiro tem o apoio dos demais Senadores?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Veja bem, eu sugeriria para a semana que vem. Eu, por exemplo, já tenho agenda amanhã às 15h, eu tenho audiência com o Ministro das Minas e Energia. Então, se for uma semana à frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos fazer uma convocação, vamos manter a Sessão de terça-feira às 11h30 e vamos convocar uma extraordinária para terça-feira às 15h.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Exa. que terça-feira eu tenho compromisso, que eu só vou poder chegar aqui na terça-feira ao final da tarde, lá para às 18h.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Quarta-feira às 15h.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, quarta-feira eu estarei presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, terça-feira, Sessão nossa normal, que deve ter Audiência Pública ou votação de projetos não terminativos e se der *quorum* votamos terminativos, mas já deixamos convocada uma reunião para quarta-feira às 15h para buscarmos votar os terminativos.

Nada mais havendo tratar, ah sim, nós temos hoje uma Audiência Pública lá na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, que vai discutir a questão da Copa do Mundo 2014, o acompanhamento das obras. Vai ser às 14h30, no Anexo 02, Plenário 07. Os Srs. Senadores que estiverem interesse em participar estão convidados a participar, e nós temos aqui uma Subcomissão para tratarmos do mesmo assunto, que vamos instalá-la nos próximos dias.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É só para convidar os Senadores da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, de que nós vamos ter amanhã, uma Audiência Pública às 09h, conjunta da CCT com a CCJ, para discutir os pareceres dos Senadores Senador Marco Maciel, e--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Senador Eduardo Azeredo sobre... Não é nem audiência é, não é uma audiência já é a leitura do Parecer, discussão e votação.

Então, seria importante a participação, para que possamos contribuir com os relatores, para que tenhamos uma mini reforma, mas que atenda a opinião de todos os interessados nas eleições de 2010.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, obrigado, Senador Flexa Ribeiro pelo convite, pela lembrança, é matéria importante.

Nada mais havendo a tratar convoco aos Senadores para a próxima reunião, que será na próxima terça-feira, às 11h30, Sessão Ordinária da Comissão.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h48.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 26ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e vinte e dois minutos do dia um de setembro de dois mil e nove, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **CÍCERO LUCENA,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Con-

trole. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **LEOMAR QUINTANILHA, VALTER PEREIRA, HERÁCLITO FORTES, MARISA SERRANO, CÍCERO LUCENA, JEFFERSON PRAIA, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, ADELMIR SANTANA** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Após, passa-se à deliberação da pauta. **Item 1) REQUERIMENTO Nº 68, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO**, que requer, nos termos dos artigos 90, inciso II e artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, que sejam convidados os seguintes representantes das instituições envolvidas nas obras em torno da conclusão da BR-319, que liga as cidades de Porto Velho (RO) e Manaus (AM), a fim de que possam prestar esclarecimentos sobre o atraso no asfaltamento da referida rodovia: Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga; Governador do Estado de Rondônia, Ivo Cassol; Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc; Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento; Diretor Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes (DNIT), Luiz Antônio Pagot. Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA. Resultado: Aprovado. O Senador CÍCERO LUCENA passa a Presidência à Senadora MARISA SERRANO, para deliberação de proposição em que é Relator. **Item 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2009 - NÃO TERMINATIVO,** que acrescenta "parágrafo ao art. 22 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências. (diminui para um ano o limite de retroação de débitos, junto a empresas fornecedoras)". Autoria: Deputado WALTER PINHEIRO. Relatoria: Senador CÍCERO LUCENA. Parecer: Favorável à matéria com a emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer favorável com a emenda nº 01-CMA. A Senadora MARISA SERRANO passa a Presidência ao Senador CÍCERO LUCENA. EXTRAPAUTA, são deliberados os requerimentos a seguir elencados. **REQUERIMENTO Nº 69, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO**. Requer, com base no artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com a participação do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, a fim de prestar informações acerca do repasse de recursos do governo federal para movimentos sociais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conforme noticiado em reportagem da Revista Veja, edição nº 2128, com o título "Por Dentro do Cofre do MST". Autoria: Senadora MARISA SERRANO. Resultado: Aprovado como audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, convidando, também, representantes do Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e Receita Federal. A Presidência adia a deliberação dos demais itens da pauta. **Item 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2006 - NÃO TERMINATIVO**, que "autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica". Autoria: Presidente da República. Relatoria "ad hoc": Senador JEFFERSON PRAIA. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CCJ e com as duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2009 - NÃO TERMINATIVO.** Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento. Autoria: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. **Item 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO**. Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor. Autoria: Senador VALDIR RAUPP. Relatoria: Senador JOÃO RIBEIRO. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2009 – TERMINATIVO.** Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (Proíbe a cobrança adiantada de mensalidade referente a serviço a ser prestado). Autoria: Deputado CELSO RUSSOMANNO. Relatoria: Senadora MARISA SERRANO. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 – TERMINATIVO.** Altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público. Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR. Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Parecer:Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 – TERMINATIVO**. Acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para

prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato. Autoria: Senador AUGUSTO BOTELHO. Relatoria: Senador ALMEIDA LIMA. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 – TERMINATIVO.** Institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente. Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO. Relatoria: Senador VALDIR RAUPP. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2007 – TERMINATIVO**. Dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Relatoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CCT e outra emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO.** Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Relatoria: Senador GIM ARGELLO. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2008 – TERMINATIVO.** Estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014. Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR. Relatoria: Senador CÍCERO LUCENA. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2009 – TERMINATIVO**. Altera o parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar o prazo de cinco dias para devolução ao consumidor dos valores pagos indevidamente. Autoria: Senador GIM ARGELLO. Relatoria: Senador JOÃO PEDRO. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2005 – TERMINATIVO**. Dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências. Autoria: Senador PEDRO SIMON. Relatoria: Senador INÁCIO ARRUDA. Parecer: Favorável à matéria com as emendas aprovadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: Adiado. A Presidência comunica que se encontram à disposição dos Senhores Senadores, na Secretaria da CMA, por 15 dias, após o que serão encaminhados ao arquivo, as seguintes matérias oriundas do Tribunal de Contas da União: 1) Aviso nº 120 – Referente ao acompanhamento de licitação para concessão de serviço público de transporte de passageiros por meio de Trem de Alta Velocidade (TAV) no trecho Rio-São Paulo, conduzido pela empresa pública Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. Acórdão 241/2009; 2) Aviso nº 884 – Resposta ao Ofício 32/2009-CMA, de 12/05/09, que solicitou ao TCU informações acerca do cumprimento do Acórdão nº 1097/2008 – Plenário, que trata de auditoria operacional para avaliar a gestão governamental na Amazônia Brasileira. Acórdão 1451/2009; 3) Aviso nº 1049 – Pedido de Reexame interposto pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/ BA, contra o Acórdão nº 351/2003-TCU-Plenário, relativo à Representação formulada pelo então presidente do Senado, Exmo Sr. Antônio Carlos Magalhães – com base em documentos da CPI do Judiciário – que tratou de irregularidades no referido tribunal. Acórdão 1663/2009; 4) Aviso nº 1057 – Referente à Tomada de Contas Especial instaurada para apurar irregularidades na utilização de recursos originados de celebrado entre o Ministério dos Transportes e o Município de Jaraguá do Sul – SC, tendo por objeto a implantação do contorno ferroviário de Jaraguá do Sul. Acórdão 1673/2009, que julgou irregulares as contas. A Senadora **MARISA SERRANO** propõe alteração na sistemática aprovada pela Comissão quanto aos Avisos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União. A Presidência solicitou que a Senadora formalize essa proposta para deliberação. A reunião foi suspensa às doze horas e quarenta e oito minutos e reaberta às dezesseis horas do dia dois de setembro de dois mil e nove, sob a Presidência do Senador **RENATO CASAGRANDE**. A Presidência cancela a reunião, devido à ausência de quórum qualificado para deliberação de matérias terminativas. Usam da palavra os Senhores Senadores **MARISA SERRANO, FLEXA RIBEIRO e CÉSAR BORGES.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 01/09/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Le-

gislatura. Os Srs. Senadores, que estiveram de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovados.

Vamos dar início com o Item 1, não terminativo, do requerimento nos termos do art. 90, inciso 2, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito dessa Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que sejam convidados os seguintes representantes das instituições, envolvidas nas obras em torno da conclusão da BR-319, que liga a cidade de Porto Velho a Manaus, a fim de que possam prestar esclarecimentos sobre o atraso no asfaltamento da referida rodovia: o representante do Governo do Estado, Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga; Governador do Estado de Rondônia, Ivo Cassol; o Ministro do Meio Ambiente, Celso(sic) Minc; o Ministro do Transporte, Alfredo Nascimento; o Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte, DNIT, Luiz Antônio Pagot. Requerimento esse de autoria do Senador Jefferson Praia e subscrito por outros senadores. Em discussão. Não tendo o que discutir, aprovado. Em votação. Aprovado.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Presidente, tem um requerimento da minha autoria sobre a Mesa?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Extrapauta. Para a aprovação do extrapauta do requerimento da Senadora Marisa Serrano. Não tendo quem queira discutir...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só para informar, Sr. Presidente, que esse mesmo requerimento foi feito na Comissão de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Agrário e Reforma Agrária, e eu acredito que é muito importante, porque é uma forma de nós unirmos as duas comissões, porque nós vamos discutir aí, principalmente, as denúncias que a revista Veja trouxe essa semana, "Por Dentro do Cofre do MST". Isso é algo que a gente precisa acompanhar. Diz aqui que 43 milhões de reais foram repassados pelo Governo, mais 20 milhões vindos do exterior, e, principalmente, eu li... Que isso, entre muitas e muitas denúncias que se faz, eu queria só ler um trechinho para dizer quanto essa Comissão de Fiscalização e Controle tem que acompanhar. Em agosto de 2007, agora, 2007, 153 mil reais do CPATC, que é uma das quatro ONGs que irrigam o MST, foram parar na conta de Márcia Carvalho Sales, uma vendedora de cosméticos, residente na periferia de Brasília. E ela diz: "Não sei do que se trata, não sei o que é CPATC e não movimento a conta no banco há mais de três anos", diz a comerciária. Ora, se é dinheiro público, via repassado e que... Só esse caso já justificaria nós discutirmos isso aqui, na Fiscalização e Controle. E, como vai ser discutido, também, na Comissão de Agricultura e Pecuária, eu achei por bem não deixar essa comissão de fora e discutirmos juntos nessa audiência pública. O Senador Flexa Ribeiro... Não, o Senador Goellner propôs a inclusão, aí, na audiência pública, não só do ministro, mas também do TCU e da Receita. E a Senadora Serys Slhessarenko incluiu também a Controladoria-Geral da União. Então seria só os órgãos de controle e só os órgãos de fiscalização. Se V. Exa. e todos concordarem...

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu vou colocar em votação a inclusão extrapauta. Tendo algum senador que queira discutir a inclusão...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu queria também fazer uma sugestão que seria no mesmo sentido, a inclusão do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, do Ministro Relator do Tribunal de Contas da União e de um representante da Controladoria-Geral da União. Isso já foi feito aqui, pela Senadora Marisa Serrano, que estaria de acordo com outros senadores, por ser essa proposta, então, também, da minha parte, estamos de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então, não tendo mais quem queira discutir a inclusão, está incluído, botaremos em votação logo depois dos itens da pauta.

Gostaria de convidar a Senadora Marisa para presidir aqui, por um instante, já que o Item 3, eu sou o relator, e, no caso do Item 2, o Senador Flexa Ribeiro pede para que seja retirado de pauta desta reunião e colocado na próxima pauta.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em análise o Item 3 do Projeto de Lei da Câmara n° 99, de 2009, não terminativo. "Acrescenta o parágrafo do art. 22, da Lei 8078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências. Diminui para um ano o limite de retroação de débitos junto a empresas fornecedoras". A autoria é do Deputado Walter Pinheiro, e relatoria, do Senador Cícero Lucena. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sra. Presidente, vou direto à análise.

"O PLC nº 99, de 2009, não apresenta vício de regimentalidade, com efeito. Cabe destacar que o seu trâmite observou o disposto ao art. 102 A, do inciso 3º, do Regimento Interno dessa Casa, de acordo com o qual compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor. Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade,

por sua vez, são ingêneres(F), atendidos pela proposição, tendo em vista que o projeto cuida da matéria inserta, na competência legislativa concorrente da União e dos Estados e do Distrito Federal. Cabe, portanto, ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e a legítima iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61, da lei maior".

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado. A matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico e possui o atributo da generalidade; IV) afigura-se dotado de potencial coercitividade; V) revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio. Quanto à técnica legislativa, entendemos que o projeto está em desacordo com o termo da lei complementar, LC 95, de 26 de fevereiro de 98, que tem por objetivo proporcionar utilização de linguagens e técnicas próprias, que garantam a proposições legislativas características esperada pela lei; clareza, concisão, interpretação, generalidade, abstenção e capacidade de produção dos efeitos.

Segunda objeção que refere ao art. 2 do projeto é que o inciso 4º, art. 7, da Lei 95/98, determina expressamente que o mesmo assunto não pode ser disciplinado por mais de uma lei. Desse modo, a fim de conferir eficácia aos ditames da lei complementar em comento, de maneira a se obter a correta modificação legislativa pretendida, oferece, quanto ao voto, a emenda, a fim de incluir, no corpo normativo do Código de Defesa do Consumidor, um novo dispositivo, de modo a contemplar quais os serviços que se consideram essenciais em domicílio. Salienta-se ainda que a redação de vários trechos do PLC 99, de 2009, obscura notadamente no art. 1º e poderia, decerto, ser melhor formulada. Igualmente, há erro em pontuações, em diversos segmentos. E para conhecer, obedecer ao disposto ao art. 11, inciso 1º, da linha B, o inciso 3º, da linha B, da lei complementar 95/98, dever-se-ia ter condensado em frases curtas e concisas o conteúdo normativo do art. 1º e 2º, do PLC 99 de 2009, num único artigo de lei, com a utilização de parágrafos complementares à regra estabelecida no cabo do artigo alterado.

A última objeção diz respeito à recomendação inserta na linha F do inciso 2, do art. 11, da mencionada lei completar, que determina que sejam grafados por extenso quaisquer referência a números e percentuais, de modo que se torne desnecessário indicar por extenso e entre parênteses o valor cardinal dos números expressos em algarismos arábicos.

Além disso, a redução do prazo de prescrição da pretensão, para haver prestações alimentares de dois para um ano, apresenta sérios problemas de técnicas legislativas e mérito. Realmente, em nenhum momento, seja na justificação do projeto, seja na análise dos pareceres, votados pela Comissão da Câmara dos Deputados, houve qualquer menção à alteração ao [ininteligível] do inciso 2, do art. 26, do Código Civil, para reduzir de dois para um ano o prazo prescricional, por haver a cobrança das prestações alimentares a partir da data em que se venceram. Ademais, entendemos desnecessária a ressalva da inserta do inciso 1º, do § 5º, do art. 206, do Código Civil, porque ele refere ao art. 3º do projeto, eis que é possível incluir novo inciso no § 1º, do art. 206, do Código Civil, para determinar, em especial, que a pretensão de cobrança de dívidas, oriundas de prestação contínua de serviços essenciais em domicílio, terá prazo prescricional de um ano. Assim, mantemos o espírito do projeto, como bem lembramos, pelo seu ilustre proponente, que ainda é comum o sacrifício dos consumidores que quitam os seus débitos religiosamente verem-se acuados a localizarem recibos de pagamentos feitos há mais de um ano passado. Para tanto, elaboramos emenda substitutiva, para corrigir imperfeições técnicas legislativas utilizadas. No mérito, somos favoráveis, com as devidas ressalvas, expostas nas alterações propugnadas.

Com efeito, o instituto de prescrição serve à segurança jurídica um dos princípios brasileiros de direito, encerrando relações jurídicas, sobre os quais há possibilidade de dúvidas e controvérsias. O projeto acerta, ao desobrigar o consumidor de manter, em sua guarda, um grande número de recibos de pagamento, referentes a débitos quitados há mais de um ano. Pela regra atual, os consumidores devem guardar o seu recibo pelo exagerado prazo de cinco anos, dando margem a abusos, cometidos pelas grandes empresas, de cobrar valores por serviços prestados há vários anos. Além disso, a diminuição do prazo é uma tendência atual da legislação do código civil de 2002, reduziu sensivelmente o prazo prescricional, máximo de 20 anos, previsto no código civil do início do século XX, para cinco anos. A evolução tecnológica, atualmente verificada, permite uma atuação mais ágil, tanto da empresa credora quanto do poder judiciário, na missão de cobrar os valores devidos pelo consumidor inadimplente, possibilitando a redução dos prazos prescricionais, sem prejuízo para a rigidez do mercado prestar os serviços públicos".

O voto, Sra. Presidente. "Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto Lei da Câmara, na forma seguinte da emenda substitutiva". Então o meu voto é pela aprovação, com a emenda substitutiva.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em votação. Em votação... Em

discussão o projeto. Não há quem queira discutir. Em votação. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidenta, pela ordem. Eu sugeriria que V. Exa. continuasse presidindo a sessão, no lugar do Senador Cícero Lucena. [risos]

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): É a mesma opinião que eu tenho, quando V. Exa. preside a Comissão de Ciência e Tecnologia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu agradeço muitíssimo, mas passo a presidência ao Senador Cícero. [risos]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Senadora Marisa Serrano. O Item 4, não terminativo--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Cícero Lucena.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Foi mantida a competência, mas o visual foi perdido completamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Repito a mesma coisa da Ciência e Tecnologia. O Item 4, Sras. e Srs. Senadores, é um projeto de março de 2001, que tem como relator o Senador Flexa Ribeiro. A matéria será terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos. Então, acrescenta o--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamentos fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, solicito a retirada de pauta do projeto, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Como relator, está atendido a retirada de pauta. Então, agora, vamos para os itens extrapauta, já que não temos número suficiente para a votação de itens terminativos. Nós temos, apresentado e aprovado a inclusão, o requerimento da Senadora Marisa Serrano para uma audiência conjunta com a Comissão de Agricultura, onde pede, inclusive, também, a pedido do Senador César Borges, a convocação de representante do CGU, TCU e da Receita Federal. O requerimento requer, com base no art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, Inciso 2, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, perante essa douta comissão, com a participação do Ministro de Estado e Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, a fim de prestar informações acerca do repasse de recursos do Governo Federal para movimentos sociais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conforme noticiado em reportagem da revista Veja, edição número 2128, com o título: "Por Dentro do Cofre do MST". Lembro que é pedido para que essa audiência dessa comissão seja em conjunta com as comissões que já fiz referência anteriormente. Em discussão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como eu já falei, Sr. Presidente, acredito que é o momento de nós discutirmos uma questão que já passou aí... Desde a CPI da Terra que nós estamos discutindo a questão de como é que essas ONGs se movimentam, como é que o MST tem recursos para implementar as suas ações, nem sempre ações que vão de acordo com aquilo que é importante para a segurança da população brasileira e do patrimônio público, e, também, Sr. Presidente, essas ONGs que recebem recursos para qualificar mão de obra. Mas nós não avaliamos e não acompanhamos. Se fosse com os 40 milhões que receberam do Governo Federal, mais os 20 milhões que receberam de fora, daria para qualificar muita gente nesse país, e, talvez, nós não teríamos nenhuma pessoa na beira da estrada. Quer dizer, então todos estariam qualificados, todos teriam condições de procurar um trabalho e garantir o seu sustento. Agora, se nós temos todos os acampados na beira da estrada aumentando, eu queria saber como é que eles estão formando essa mão de obra e aonde que essa mão de obra está sendo utilizada. Era essa a minha solicitação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Cícero Lucena, Senadora Marisa Serrano, Senador César Borges. O requerimento da Senadora Marisa Serrano foi discutido há pouco, na Comissão de Agricultura, e ele é de suma importância. Esse assunto já foi debatido aqui, através até de uma CPI, CPI da Terra, em que foi presidida pelo Senador Alvaro Dias, e essa CPI chegou próximo de... E, lamentavelmente, não pôde, por blindagem do Governo, da base do Governo, abrir o sigilo bancário das ONGs, que estão sendo, hoje, denunciadas, pela Veja, como sendo os braços financeiros do MST. E o requerimento da senadora vem exatamente em cima do momento em que volta a denúncia por parte da mídia. Ela solicita que seja convidado o Ministro de Desenvolvimento Agrário, e, lá na Comissão de Agricultura, por solicitação de outros senadores, inclusive minha própria, foram acrescidos os representantes do TCU... Já está agora, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): CGU.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Do CGU.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): E Receita Federal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E da Receita Federal. E também, que essa comissão faça, como fez a Comissão de Agricultura, o convite, e, se o ministro não atender o convite em 30 dias, que já esteja aprovada a convocação do ministro. Aí o Presidente fará a definição de datas, junto com o Presidente Valter Pereira, e o ministro, então, virá... Eu espero que ele venha dentro dos 30 dias do prazo do convite, mas, em não vindo, nós já ganhamos tempo, e o requerimento da Senadora já define, como também, a convocação, caso o ministro não defina o prazo em 30 dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Flexa Ribeiro, regimentalmente, nós teríamos que... Ou estar previsto nesse requerimento, ou ser feito um novo requerimento--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu peço à senadora que acate, no requerimento, essa sugestão, como foi feita na Comissão de Agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu pergunto à Senadora--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está acatada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então, para ficar bem esclarecido, que há um convite ao ministro, para que essa agenda seja marcada no prazo de 30 dias, para essa audiência conjunta, como foi aprovado na Comissão de Agricultura, e, caso ele não agende nesses 30 dias, então será feito uma convocação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já está aprovada a convocação e definida a data pelos dois Presidentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): A senadora concorda com a alteração do requerimento?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Concordo, Sr. Presidente, porque foi discutido na Comissão de Agricultura que é a terceira vez que convidam o ministro e ele nunca pode vir. E o Senador Valter já mandou, agora, um expediente, tinha mandado um expediente, dizendo que ele dissesse o dia que ele pudesse vir, que fica a critério dele, e, mesmo assim, ainda ele não respondeu. Então, eu acho que nós já nos blindamos um pouco. 30 dias. Se ele não vier, nós marcamos a data, aí a convocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então, feita a devida alteração no requerimento, incluindo também a questão da convocação do representante do CGU, do TCU, da Receita Federal, estabelecendo um prazo de 30 dias para esse convite; se não ocorrer essa audiência conjunta, nesse prazo, nós teremos, então, já, antecipadamente aprovada, a convocação do ministro.

Então, em discussão. Não tendo mais quem queira discutir, em votação. Senadores, que concordam com a aprovação do requerimento, nos termos pré-estabelecidos, se mantenham como se encontram. Aprovado.

Gostaria de comunicar... A presidência comunica aos membros dessa comissão o recebimento dos seguintes avisos, oriundos do Tribunal de Contas da União. Aviso número 20, referente ao acompanhamento de licitações para a concessão de serviço público de transporte de passageiros, por meio do trem de alta velocidade, no trecho Rio/São Paulo, conduzido pela empresa pública Valec-Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. O acórdão 241/2009. Também o aviso número 884, proposta ao ofício 32, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, de 12/05/2009, que solicitou do Tribunal de Contas informações acerca do cumprimento do acórdão número 1097, 2008, plenário, que trata de auditoria operacional para avaliar a gestão governamental na Amazônia Brasileira. Acórdão 1451, de 2009. Ainda o aviso de 1049, pedido reexame, interposto pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região da Bahia, contra o acórdão 351, de 2003, do Tribunal de Contas do Plenário, relativo à representação formulada pelo então Presidente do Senado, Exmo. Sr. Antonio Carlos Magalhães, com base em documento da CPI do Judiciário, que tratou de irregularidades no referido tribunal. O acórdão 1663, de 2009. E, por fim, o aviso número 1057, referente à tomada de contas especial, instaurada para apurar irregularidades na utilização de recursos, originados de convênio celebrado entre o Ministério do Transporte e o Município de Jaraguá do Sul, de Santa Catarina, tendo por objeto a implantação do contorno ferroviário de Jaraguá do Sul. Acórdão 1673, de 2009, que julgou irregulares as contas. Esses documentos, informando aos Srs. Senadores, encontram na secretaria, à disposição das senhoras e dos senhores que assim desejarem, conforme proposta anterior, aprovada nessa comissão, para que não seja repassado para todos aqueles que se interessarem sobre cada aviso desse, que a secretaria disponibilizará as informações. Pois não, Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Todos os acórdãos do TCU vão ser feitas dessa forma? Eu acho que eu não estava aqui no dia que votaram. Fica só na secretaria, não passa, para que os senadores façam a análise e deem parecer?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Ele é disponibilizado por 15 dias na

secretaria e, depois, é colocado apenas para o arquivamento, caso algum senador não faça o devido registro e convoque para a--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Por exemplo, nesse caso que o TCU faz ressalvas...

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Será procedido de acordo com a legislação. Se ele faz ressalvas, será encaminhado, então, para os meios que precisam ter a informação da ressalva, como Comissão de Orçamento e outros.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas aí, Sr. Presidente, eu acho que fica... A parte de fiscalização e controle nossa, aqui, fica muito superficial, porque como é que nós vamos conhecer uma obra como essa, uma estrada que está sendo feita? Nós vamos conhecer...

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas a senadora pode... Quando está disponibilizado, a senhora pode invocar o processo e fazer não só o conhecimento--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim, mas não é uma só, eu acho que nós devíamos fazer uma mudança, talvez, aqui, uma nova adequação a essa proposta que foi feita, que já foi votada, mas o seguinte: todos aqueles que o TCU, por exemplo, aprova e que não há ressalvas, etc. e tal, fica para o arquivamento, mas aquelas que têm ressalva, nós tínhamos que debater aqui, discutir. A minha briga sempre foi essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu acho que é muito pertinente a sugestão da senhora, sugiro que possa ser apresentado para um debate na próxima sessão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Como nós não temos números para regimentar ou para aprovar os projetos terminativos, eu gostaria de suspender essa sessão e remarcá-la para amanhã, às 15 horas, nesse mesmo local. Não tendo mais o que discutir, muito obrigado.

[Sessão suspensa no dia 01/09/2009 às 12h48].

[Sessão reaberta no dia 02/09/2009 às 16horas].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, estou reabrindo a reunião da sessão realizada nesta última terça-feira, dia 31 de agosto, 1º de setembro e reabrindo a sessão já por falta de quorum para votar matérias terminativas, declaro encerrada a presente sessão, e convidando para a próxima na próxima terça-feira, às 11h30, porque teremos audiência pública dia 8 de setembro, terça-feira, às 11h30 audiência pública para instruir o Projeto de Lei 260/2007 que institui a política nacional de integração lavoura pecuária com os seguintes convidados, Ministro do Meio Ambiente, EMBRAPA, Faculdade de Agricultura e Medicina Veterinária da UNB, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Grupo Campo representado pelo Dr. Alysson Paulinelli. O Senador Gilberto Goellner foi o autor deste requerimento. E no dia 9, na quarta-feira, às 9h30 em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para convidar o Sr. Rômulo Melo, audiência pública com o presidente do Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade, para que ele possa prestar informações sobre a atuação do instituto em que completa dois anos de existência. Obrigado.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 27ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e cinquenta e dois minutos do dia oito de setembro de dois mil e nove, na Sala nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores (as) Senadores (as) **MARINA SILVA, JOÃO RIBEIRO, GILBERTO GOELLNER, CÍCERO LUCENA, JEFFERSON PRAIA, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, VALDIR RAUPP** e **ADELMIR SANTANA.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 8 e 12, de 2009-CMA, ambos de autoria do Senador GILBERTO GOELLNER, com o "objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, que institui a política nacional de integração lavoura-pecuária". EXTRA-PAUTA são deliberadas os requerimentos a seguir elencadas. **ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 8 de 2009-CMA**, que requer a participação do Senhor Brent Millikan, representante dos Amigos da Terra, na presente audiência. Autoria: Senadora MARINA SILVA. Resultado: Aprovado. **REQUERIMENTO**

Nº 70, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO, que "requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública nesta Comissão, em data a ser definida, com o objetivo de debater junto aos diversos setores da sociedade e do governo envolvidos, os termos do Projeto de Lei do Senado nº 612/2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, com os seguintes convidados: Jorge Yunes, Presidente da Associação Brasileira de Livros – Abrelivros; André Vilhena, Diretor do Compromisso Empresarial com a Reciclagem – Cempre; Manuel Lúcio Padrecca, Diretor da Associação Nacional dos Aparistas – Anap; Elizabeth de Carvalhaes, Presidente da Associação Brasileira de Celulose Papel – Bracelpa e Rafael Torino, Diretor de ações educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE". Autoria: Senador CÍCERO LUCENA. Resultado: Aprovado. A Presidência registra a presença do Senhor Mark Trainor, Embaixador da Nova Zelândia, convidado pelo Senador GILBERTO GOELLNER. Comparecem os seguintes palestrantes: Roberto Vizentin, Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Territorial Sustentável, Representante do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Luiz Carlos Balbino, Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa; José Manoel Caixeta Haum, Presidente da Comissão de Pecuária e Corte da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás (Faeg) e membro da Comissão de Pecuária e Corte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Alysson Paolinelli, Representante do Grupo Campo; e Brent Millikan, Representante dos Amigos da Terra. Após a explanação dos convidados, apresentam seus questionamentos os Senhores Senadores **GILBERTO GOELLNER** e **MARINA SILVA.** No transcorrer dos trabalhos assume a Presidência o Senhor Senador **GILBERTO GOELLNER.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às catorze horas e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 8/9/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental declaro aberta a 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores e Senadoras, que estiverem acordo com a dispensa da leitura da Ata a reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em conformidade com a aprovação do Requerimento nº. 08 e 12, de 2009, dessa Comissão do Senador Gilberto Goellner. Foram aprovados nos dias 24 e 31 de março, respectivamente, destinado a instruir o Projeto de Lei do Senado 260, que "Institui a política nacional de integração, lavoura pecuária".

E nós temos já os convidados presentes, portanto, antes da convidá-los à Mesa, eu quero só colocar em apreciação desta Comissão um requerimento da Senadora Marina Silva, que "Requer que sejam convidados o Sr. Brent Millikan, para participar também deste debate". Então, primeiro pergunto aos Senadores e Senadoras, se concordam com inclusão extrapauta.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Concordo. Da minha parte sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Todos concordando está aprovada a inclusão extrapauta. Eu vou colocar então...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Em discussão.

Eu até, no requerimento inicial, nós havíamos convidado a WWF, então, eu quero reiterar pelo excesso de, possivelmente foi retirado. Mas era nossa proposta, que nós sabemos a participação da WWF na avaliação da exploração da pecuária, principalmente do Centro-Oeste, da área da Amazônia legal brasileira.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Gilberto Goellner.

Então, em votação o requerimento convidando o Sr. Brent Millikan para poder participar. Os Srs. Senadores que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovado. Então, vamos compor a nossa Mesa.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu pediria também que fosse colocado extrapauta um

requerimento minha autoria, Presidente, para discutir o Projeto de Lei 612, de 2007, de autoria de V. Exa., onde se discute a obrigatoriedade de todos os livros didáticos serem confeccionados em papel reciclado.

Como há uma controvérsia sobre esse tema, em termos da indústria, se é possível fazer, o custo que isso representa, e tendo o reconhecimento da importância do projeto de V. Exa., eu estou propondo nesse requerimento um pedido para que possamos fazer essa Audiência Pública, ouvindo representantes da Associação Brasileira de Livros, ouvindo também com a presença também do representante do CEMPRE, que é o Compromisso Empresarial para Reciclagem. Bem como da Associação Nacional de Aparistas, Associação Brasileira de Celulose e Papel e o representante do governo, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento, que seria então o órgão responsável para adotar caso as medidas, caso esse projeto seja aprovado.

Então, eu solicito à V. Exa. a possibilidade de a gente aprovar esta pauta esse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em apreciação o requerimento do Senador, o pedido de inclusão extrapauta. Os Senadores que forem favoráveis à inclusão permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em apreciação o requerimento, já exposto aqui pelo Senador Cícero Lucena. Os Senadores que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Então, vamos compor à Mesa, convido primeiramente o Sr. Alysson Paolinelli, meu amigo e Ministro da Agricultura, representando aqui o Grupo Campo. Convido o Sr. Roberto Vizentin, Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Territorial Sustentável do Ministério do Meio Ambiente. Bem-vindo, Ministro.

Convido Luiz Carlos Balbino, representando a EMBRAPA. E convido José Manoel Caixeta, Presidente da Comissão de Pecuária de Corte da Federação da Agricultura do Estado de Goiás e membro da Comissão Pecuária e Corte da Federação Nacional da Agricultura.

E convido então, o Sr. Brent Millikan, está certo a expressão? Está. Para que participe aqui, pelo que já foi anunciado, não está no requerimento, mas representando a WWF, participa com a gente aqui da Mesa, já aprovado o requerimento.

Registro, com alegria e com a importância, a presença do Sr. Mark Train, que é Embaixador da Nova Zelândia, presente aqui junto conosco. Muito obrigado pela sua presença nesta Audiência Pública, neste debate nesta Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

Muito bem. Nós temos cinco expositores, para que nós possamos ter um pouco de referência e um pouco de praticidade no debate e para que o estômago não tome conta das nossas vontades aqui, daqui a pouco.

Nós vamos conceder inicialmente dez minutos para cada expositor. Lógico que se precisar de mais um ou dois minutos não é um tema inflexível, não é uma postura inflexível, mas vamos conceder dez minutos e eu já pergunto se tem a necessidade de alguém iniciar esse debate, ou podemos começar pela ordem de chamada.

Que o representante da EMBRAPA possa falar primeiro. Luiz Carlos Balbino, representando a EMBRAPA, com a palavra, por até dez minutos.

SR. LUIZ CARLOS BALBINO: Eu tenho uma apresentação, ela não está pronta...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, vamos o representante da Federação da Agricultura de Goiás, não poderia falar primeiro? Não? José Manoel Caixeta representando a CNA também. Com a palavra, por até dez minutos, V. Exa.

SR. JOSÉ MANOEL CAIXETA: Muito obrigado, Sr. Senador, Presidente dessa Comissão. Exmos. Srs. Senadores, Sra. Senadora, um bom dia a todos. Eu cumprimento todos os membros dessa Mesa, na pessoa do nosso ilustre Presidente, Senador Renato Casagrande e aos Srs. Senadores cumprimento na pessoa do Senador Gilberto Goellner, conhecido já de longa data.

Senhoras e senhores, a CNA, diante desta proposta do Senador Gilberto Goellner, sentiu-se eu diria que muito satisfeita com a manifestação do Senado Federal, mais uma vez demonstrando a sua preocupação com a economia brasileira através do setor agropecuário.

Um setor que todos nós sabemos muito importante para o desenvolvimento de nossa nação, um setor que vem demonstrado respeito pela sociedade, vem demonstrado compromisso com os governos federal, que vem passando nos últimos anos. Uma vez que, toda vez chamado para compor junto ao governo, para ser parceiro do governo, tem tido esse comprometimento aumentando a cada ano a produtividade da carne, a produtividade de grãos em nosso país, servindo aí como a propulsão para a economia brasileira.

Se enfrentamos esse momento de crise com força, certamente foi porque tínhamos um preparo anterior que saiu do campo, saiu do meio rural, o que não é novidade para ninguém que o setor rural tem sido sempre a base de toda a economia brasileira.

Pois bem, a nossa satisfação também se demonstra a partir do momento em que, como eu já disse, o Senado discute uma matéria que vai buscar uma alternativa de renda para o produtor brasileiro. Nós enxergamos esta integração lavoura pecuária como mais uma alternativa da política agrícola brasileira, uma política que à medida que se seja implantado um processo, que entendemos que não deve ser implantado da noite para o dia, um processo em que demanda educação do produtor rural, que está acostumado e estruturado nas suas atividades corriqueiras seja ela só pecuária, seja ela só agricultura.

Um projeto dessa magnitude deve ser implantado ao longo de um prazo, dentro da formação, vamos dizer assim, educacional daquele produtor e até mesmo de seus empregados. Não se pode exigir de qualquer produtor, Srs. Senadores e Srs. presentes, até onde temos conhecimento, a implantação desse programa de grande valia de uma hora para outra. É preciso que ele tenha primeiro, a consciência de que esta é uma alternativa de rendimento, de que esta é uma alternativa de produção dentro daquela propriedade.

Em segundo momento entendemos que, apesar de ser um projeto, um programa em que tem todo o apoio do setor agropecuário, ele deve ter algumas cautelas, o produtor para aderir a esse projeto deve ter algumas cautelas, tais como não se deve realizar grandes investimentos num primeiro momento, até mesmo porque o prazo para o retorno dessa alternativa de rendimento é um pouco demorado.

Sabemos que para se ter, como disse o Senador Gilberto Goellner em sua justificação do Projeto de Lei, para se ter um retorno é preciso investir e aguardar um tempo que, como sabemos, se for a prática do eucalipto demora de três a cinco anos, citando o eucalipto para esse tipo de integração lavoura, pecuária e floresta.

Então, é preciso que se tenha cautela nesses investimentos iniciais, o produtor hoje, e até onde temos conhecimento os levantamentos feitos pela CNA, todo o produtor seja ele pecuário ou agrícola, ele tem enfrenta dificuldades financeiras, na agricultura em razão dos preços de seus produtos, na pecuária em razão dos frequentes processos de recuperação judicial de frigorífico por todo a país nos últimos dez meses, além do que várias dívidas já adquiridas ao longo dos anos para a atividade.

Então, temos já essas duas cautelas e para finalizar, também, uma primeira manifestação, Sr. Presidente, a nossa maior preocupação é a vinculação dessa atividade, como eu disse, que deve ser encarada como uma política agrícola vinculada ao Ministério da Agricultura, uma política de economia alternativa ao produtor rural, tal como já vem sendo praticada há vários anos a integração apenas lavoura pecuária. Então, é importante essa cautela, em estar em existir o vínculo com o Ministério da Agricultura, para ser uma alternativa econômica ao pecuarista e não uma alternativa ambiental.

Deve-se se lembrar que, hoje, o agricultor, o pecuarista tem a responsabilidade das áreas ambientais, e essa responsabilidade está sendo dividida com a sociedade. Então, é importante que a sociedade também participe nesse novo projeto e essa participação deve ser através da vinculação com o Ministério da Agricultura, que permitiria então tratar este assunto como uma política agrícola.

É este o entendimento inicial da Confederação Nacional da Agricultura, Sr. Presidente, lembrando que o projeto é de grande satisfação ao setor. O setor fica muito satisfeito em ter esse projeto para garantir à renda do produtor rural, que já vem sofrendo consequências há muito tempo.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, José Manoel, representando a CNA. E agora vamos passar a palavra ao representante da EMBRAPA, Luiz Carlos Balbino.

SR. LUIZ CARLOS BALBINO: Muito obrigado. Gostaria de agradecer o convite para fazer parte dessa audiência e trazer aqui algumas informações sobre a integração lavoura, pecuária, floresta.

A grande questão a gente vê as florestas intactas no mundo, o Brasil tem quase 20% dessas florestas é por isso ele tem estado na mídia como o grande desmatador da Floresta Amazônica.

E nós entendemos que mesmo na Amazônia é possível fazer uma agricultura sustentável, que seria o manejo, conservação dos recursos naturais e a orientação e aí sim, vêm as políticas públicas para mudanças tecnologias e institucionais, que assegurarem a satisfação das necessidades humanas para presente e futuras gerações. Então, uma agricultura que conserve o solo, a água, os recursos genéticos, tanto animais, vegetais, micro organismos, não degradando o meio ambiente, sendo tecnicamente apropriada, economicamente viável, socialmente aceitável.

Portanto, na nossa visão, a integração lavoura, pecuária, floresta é uma estratégia de produção sustentável que, para isso, Senadores, precisa de políticas agrícolas, políticas públicas para poder ser implementada. É uma demanda, hoje, a nível mundial de produção sustentável, inclusive sendo uma barreira não tarifária.

E no caso da integração lavoura, pecuária e floresta, ela integra sistema agrícolas, pecuários e florestais em dimensão espacial e temporal, buscando

sempre estar de acordo com a adequação ambiental, a valorização do homem e a viabilidade econômica. Então, esse tripé, eu acho que é extremamente importante e não é a curto prazo, mas nós temos que almejar essa questão.

Então, é importante que esses sistemas produtivos de origem vegetal ou animal sejam realizados na mesma área em cultivo consorciados em sucessão ou rotacionado. Para que ele vise contribuir para a reconstituição da cobertura vegetal, recuperação de áreas degradadas e é nelas que nós vamos poder estar produzindo evitando a abertura de novas áreas. Aperfeiçoando ainda a utilização de agroquímicos, aumentando a eficiência do uso de máquinas e equipamentos e mão-de-obra.

Evidentemente, que a gestão ambiental hoje tão discutida é importante, ela tem que ser levada em conta, por isso nós trabalhamos com outros tipos de projetos, de boas práticas agropecuárias que visam essa questão ambiental e estão de acordo com que o diz a lei.

Nós temos aí quatro principais sistemas de produção ou a lavoura pecuária, ou lavoura pecuária floresta, pecuária floresta e lavoura floresta, que compõe a integração lavoura pecuária floresta.

A lavoura pecuária você sai de um pasto degradado, infelizmente, a luminosidade ali não permite ver muito bem as fotos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Alguém apaga aqui.

SR. LUIZ CARLOS BALBINO: Obrigado.

Então, você sai de um pasto desagradado faz cultura por um ou dois anos, utilizando culturas de arroz, milho, soja e a partir de dois, três anos, você vem com o pasto já reformado, que nós vemos na figura abaixo do pasto da agradado. Então, essa é a lavoura pecuária.

Nesse outro, nós vemos já o plantio de árvores em consorciação com a cultura anual, no caso o milho, e na última figura debaixo, num estágio mais avançado, a fotografia do Paraná, onde o gado já aproveita da sombra deixada pela árvore e a produção madeira também certificada na propriedade.

Diferente de uma área, por exemplo, de pecuária tradicional, onde totalmente desarborizada, nós podemos ter uma imagem ao lado ali, a introdução componente arbóreo no sistema com a pecuária floresta.

E aí nós vemos que o gado de leite, não só o gado de leite, mas o gado de corte também, ele agradece essa sombra e o aumento na produtividade de leite pode ser até 20% em relação à pastagem não arborizada.

A lavoura e floresta, o caso seringueira, enquanto desenvolve a cultura da seringueira, nós podemos estar cultivando em volta. Lavoura floresta, no caso ali são imagens do Paraná, onde nós temos o cultivo entre as fileiras de árvores, no caso eucalipto para fins energéticos e pode ser também árvores nativas.

Para tudo isso, como que eu vou definir esse sistema e qual o tipo de sistema em função de aspectos não só socioeconômicos, porém ambientais dos diferentes agroecossistemas, ou seja, não é por bioma que eu vou estar trabalhando, mas o bioma vai estar mandando nisso e eu vou ter que ver as condições locais e regionais para poder estar implementando alguns dos sistemas.

Bom, são vários benefícios, você pode ir passando. Vários trabalhos científicos que mostram benefícios para o solo. Retenção de água, permeabilidade no solo, da água no solo, recuperação de fósforo, reciclagem de nutriente, enraizamento das culturas anuais, diminuição de perda de solo, aumento da atividade biológica, Rhizoctonia. São todos listados os trabalhos científicos, não só da EMBRAPA, mas também dos parceiros da pesquisa agropecuária nacional.

A diminuição de nematóides, diminuição da emissão de gases de efeito estufa, também aumento do estoque de carbono no solo. O uso de fungicidas, diminuição do uso de fungicidas, diminuição de plantas daninhas, banco de sementes o solo diminui. Balanço energético altamente positivo. E nós não podemos sair de uma condição de uma floresta seja ela de cerrado, seja ela Amazônica, ou do Sul e ficar duramente três, quatro anos num sistema produtivo de alta produção e em seguida estarmos em pastagens degradas.

Como é o caso, nós temos 185 milhões de hectares de pastagem no Brasil e sabemos que mais de 80% desses pastos estão abaixo da sua capacidade produtiva, ou seja, nós desmatamos e não estamos produzindo o potencial que ele tem.

Essa nascente do Rio Tocantins, do Rio Araguaia, desculpa do Rio Araguaia, leva todo o seu sedimento para a Bacia Amazônica. Também degradação em áreas de lavoura, com a monocultura e o manejo inadequado do solo, eu tenho baixa produtividade e elevado custo de produção.

Então, a grande questão é como aliar conservação com desenvolvimento. E nós entendemos que, nesse quesito, a integração lavoura pecuária floresta alia conservação com desenvolvimento sustentável. Então, algumas imagens como implantar o sistema. Pequenos produtores também podem fazer. Em Minas tem um trabalho muito interessante eu acho que o Dr. Alysson Paolinelli vai abordar lavoura, pecuária e floresta em Minas.

Banco de proteína também. Próximo. Plantio direto. Sistemas tradicionais com queima, degradação,

solo depauperado. Próximo. Vamos para sistemas mais tecnificados. Próximo. Milho plantado junto, sem perda de produtividade trabalho da EMBRAPA, arroz e feijão, mostrando que não existe perda de produtividade, desde que feito de acordo com as tecnologias recomendadas.

A colheita do milho. 48 a 60 dias após a colheita do milho, nós temos a formação de um pasto já, praticamente, com reduzido custo.

Animais aí, em julho, na Região do Cerrado, com alto escore, escore corporal excelente e grande taxa de lotação por área.

Aí o trabalho feito no Mato Grosso do Sul, em pastagem degradada nós temos 3,4 arrobas de hectariano de carne, enquanto renovada 19. E com integração lavoura pecuária floresta, não muito diferente disso, com 20, [soa a campainha] mas com o custo já acertado você paga parte da recuperação.

Bom, eu teria outros dados para mostrar, mas o tempo não me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tem mais minutos, se quiser.

SR. LUIZ CARLOS BALBINO: Pode ir passando, então. Pode passar pisoteio não é problema. Próximo. Plantio direto. Pode passar rápido então para chegarmos... Plantio direto com o sistema radicular mais desenvolvido. Próximo, vai passando. O solo sempre coberto, sem problema a causar impactos ambientais, produção de grande quantidade da matéria verde. Próximo. No plantio direto continua tudo na mesma área, máquinas adaptadas, já estudado isso, plantabilidade excelente empalhada, diferente de uma condição desse solo descoberto.

Próximo. Estruturação do solo muito boa. Próximo, que nos permite melhorar a eficiência do uso de nutrientes, onde eu planto soja na mesma área. Aumento a biodiversidade microorganismo do solo, tanto a biodiversidade como a quantidade trabalhos mostrando estoque de carbono no solo com a introdução do componente arbóreo, até dez toneladas por hectares/ano, de carbono incrementado no solo. Mais uma.

Alta capacidade de lotação da área.

Aí eu tenho o desempenho animal à emissão de metano, a pastagem degradada ela emite mais metano por quilograma de carne produzida, a integração de lavoura pecuária floresta praticamente emite a metade dos gases efeito estufa em relação pasto degradado, por quilograma de carne produzida. Nós podemos sair de oito milhões e 800 mil toneladas de carcaça passar para 11 mil, sem aumentar a emissão de gases.

O balanço energético também é bastante positivo, pode passar eu não vou ler isso. Só mostrando que na integração para cada um joule que eu invisto uma energia no sistema eu produzo 4.8, uma economia de 80% na energia no sistema integração lavoura pecuária. Próximo.

Parte econômica eu como vou ter tempo de falar, mas também conforme eu agrego tecnologia eu aumento a renda liquida, esse é um problema. Aqui está a questão do investimento são investimentos realmente pesados, por isso nós necessitamos de políticas públicas para que o agricultor possa utilizar essa tecnologia.

Nós temos que ter uma tecnologia não de curto prazo, mas temos que ver a propriedade como um todo e o investimento tem que ser no mínimo sete anos para poder ser um retorno positivo. E, a partir de então, o Brasil passa a ter um novo patamar de produtividade.

Independe do tipo de animais, pode ir passando algumas fotos, imagem para mostrar para vocês como é o sistema. Não só grandes produtores, mas pequenos produtores também como eu já havia falado. Próximo pode ir passando.

Em Toledo, no Paraná, vocês pequenas propriedades, vocês veem que vai mudando a configuração da propriedade rural. Pequenos produtores, pode passar. Transferência de tecnologia, esse é o gargalo para que a tecnologia chegue ao produtor rural. A EMBRAPA tem trabalhado intensamente a campo também para que essa tecnologia chegue ao produtor rural. Então, nós temos que treinar assistência técnica em extensão rural, para que a tecnologia chegue ao produtor.

Dias de campo no Nordeste. A EMBRAPA está com 30 unidades de pesquisa, trabalhando no projeto, lado direito, espalhadas no Brasil todo e as unidades de referência tecnológica, hoje, nós estamos com 128 unidades de referência tecnológica espalhadas em todo o Brasil, para mostrar para o produtor a viabilidade do sistema.

Perspectivas. Eu coloquei ali três milhões em 2006 foi o aumento da área de soja, que se deu basicamente em áreas de pastagem, eu cálculo para 2010, cinco milhões, mas com políticas públicas nós podemos dar um salto atingindo no menor espaço de tempo essas áreas.

Não podemos ter esse tipo de imagem, aumentar a área em detrimento ao impacto ambiental e sim produzir em áreas que são aptas para a produção e preservando o meio ambiente.

Então, só esse recado que eu gostaria de deixar, agradeço o tempo que me foi dado a mais, e estou disponível aqui para qualquer questionamento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem, muito obrigado,

Balbino, pela sua apresentação. Vamos ouvir agora representante do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Vizentin, com a palavra também por dez minutos.

SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIN: Obrigado, Senador Renato. Uma saudação muito respeitosa a todos, especialmente ao Senador Gilberto Goellner, nosso conterrâneo do Estado do Mato Grosso. E também um cumprimento muito respeitoso e carinhoso à nossa sempre Ministra Marina Silva.

Eu, sem maiores delongas, vou apenas citar algumas notas que possam contextualizar a importância que o projeto tem numa linha que certamente vai promover uma convergência entre as políticas agrícolas com as políticas ambientais.

Eu tenho comigo que, poucas vezes, uma proposta e por isso mesmo de antemão já saudar a iniciativa, ela tem o mérito de traduzir na prática, por exemplo, o conceito bastante difundido do desenvolvimento sustentável, mas que nem sempre ganha materialidade nas ações efetivas, nas políticas, nos programas e nos projetos, mesmo aqueles decorrentes diretamente das políticas públicas.

Então, nós estamos diante de um Projeto de Lei, que ao propor essa integração lavoura e pecuária nas suas mais diferentes modalidades, certamente, não é? Temos vários estilos, estamos frente a essa possibilidade de fazer convergir o que, diga-se de passagem, tradicionalmente no nosso país não tem sido historicamente a prática entre as políticas de desenvolvimento agrícola, ou rural, no sentido mais amplo, com a política ambiental. Tenho que a implementação de uma política com os instrumentos que estão previstos nesse Projeto de Lei avança nessa direção.

É bom ressaltar que o projeto, ele estabelece um conjunto de salvaguardas de natureza ambiental também para a sua execução, por exemplo, ao alinhar a sua implementação aos instrumentos da política ambiental como um todo, isso está bastante destacado e, em particular ao vinculá-la, vincular esta política a observância do zoneamento ecológico econômico, por exemplo, entre outros. De tal maneira que, uma vez aprovada a política, adotado os seus pressupostos, seus princípios, implementados seus instrumentos, nós teríamos, provavelmente, a possibilidade de promover essa transição em relação à sustentabilidade nas atividades da agropecuária no nosso país.

Nós sabemos todos que, no que pese todos os aspectos positivos e os avanços alcançados nos últimos anos em relação à agenda da sustentabilidade e da agropecuária brasileira, provavelmente seja o setor que ainda apresenta os maiores passivos ambientais e que provoca também impactos pela sua própria natureza, mas isso não necessariamente deva ser assim, não precisa e não pode também. Até porque, a necessidade de incorporar a sustentabilidade aos sistemas de produção hoje passa a ser uma exigência para além dos aspectos estritamente ambientais da própria competitividade do setor.

E nós temos certamente, se por um lado a agricultura brasileira, ela se apresenta como altamente competitiva pelos seus índices de produtividade, pela eficiência e eficácia dos seus sistemas de produção, na pecuária, especialmente em algumas regiões do Brasil, esse é uma desafio que ainda persiste.

Naturalmente, ninguém melhor do que a EMBRAPA para falar com autoridade sobre isso, mas todos aqui são profundamente conhecedores que o aumento da produtividade da pecuária brasileira é um desafio estratégico para o setor. E também, eu diria, Ministra Marina, Senadora, para a própria sustentabilidade ambiental da agropecuária.

Especialmente, porque nós estamos convencidos e, especialmente no âmbito das ações do zoneamento ecológico econômico que tem como meta principal assegurar a manutenção da capacidade produtiva dos ecossistemas, que essa é a questão central, dizia o nosso colega da CNA, sem fazer um contraponto, colega José, mas apenas para problematizar de que a política têm que se preocupar essencialmente com a questão econômica e não ambiental.

Eu entendi perfeitamente a sua colocação, de que ela é efetivamente, antes de mais nada, uma medida de viabilização econômica. Mas não podemos e não devemos separar essas duas dimensões, porque nós sabemos, Dr. Luiz, de que uma das causas principais da baixa produtividade da pecuária, sobretudo na Amazônia, mas também nos cerrados e em outras regiões é a falta de um manejo adequado dos solos, dos sistemas produtivos, um manejo de natureza ambiental.

Então, a política, ao mesmo tempo, ela é obviamente orientada para promoção da viabilidade econômica, mas parte dessa viabilidade passa por um adequado manejo do sistema de produção, que em última análise sempre é um manejo dos recursos naturais. Não há absolutamente como praticar a agricultura, a pecuária, os sistemas produtivos no meio rural, que não passe obviamente pela consideração, pelo adequado manejo dos recursos naturais como um todo.

Muito bem, então, se isso é certo, eu dizia que nós estávamos e estamos convencidos de que a meta de evitar o desmatamento, por exemplo, não apenas na Amazônia. Essa semana serão divulgados, eu acho que a imprensa já antecipou esse final de semana, as taxas de desmatamento no cerrado, por exemplo, que são altamente graves. E essa divulgação certamente deve ser considerada como um alerta do que está

acontecendo nesse bioma, que têm uma importância estratégica para o país como um todo e, principalmente, para a agropecuária brasileira.

Então, não apenas em relação à Amazônia, aonde que o desafio continua, mas também no bioma cerrado e em outros biomas, o enfrentamento do problema do desmatamento passa pela consolidação e o aumento da produtividade das áreas já alteradas, com a devida recuperação dos passivos ambientais dessas próprias áreas, de acordo com o que rege a Legislação Brasileira. A própria Legislação Ambiental.

Há uma insistência, Senador Renato Casagrande, no caso da Amazônia, em vários setores e segmentos, de alterar, por exemplo, e objeto de um Projeto de Lei que tramita nesta Casa, o Código Florestal Brasileiro para alterar os percentuais da reserva legal. Como que se dependesse disso, não é? A viabilização de uma agricultura, de uma pecuária, de um modelo de desenvolvimento para a Amazônia.

Nós estamos reincidentemente defendendo a ideia de que o marco normativo é mais do que suficiente para uma estratégia na linha de viabilizar e ampliar inclusive a geração de riquezas na região, com o que está aí posto. O próprio Código Florestal Brasileiro, isso é para fazer a ponte com esse Projeto de Lei, como é que tem uma sintonia fina.

O próprio Código Florestal estabelece que, no caso do bioma Amazônia, aonde que o zoneamento ecológico econômico indicar para fins de recomposição. Ou seja, aquelas áreas que já foram alteradas e que precisam agora ser recompostas, o percentual poderá ser adequado em função das necessidades, das características, das condições dos ecossistemas locais. E assim tem sido feito.

Nós, no Ministério do Meio Ambiente, que coordenamos esses instrumentos e é bom registrar que os nove Estados da Amazônia estão fazendo, já em fase bastante adiantada os seus zoneamentos ecológicos econômicos, estão adotando esse benefício que está estabelecido na Legislação, com critério, com rigor, com responsabilidade.

Então, especialmente nesses casos, [soa a campainha] para concluir, não é? Nós podemos vincular essa política de integração lavoura pecuária, tendo como base como o próprio Projeto de Lei já indica a observância do zoneamento ecológico de outros instrumentos, intensificando, agregando valor e renda nessas áreas alteradas e diminuindo as ações sobre as áreas florestadas. Seja da Amazônia, seja do cerrado, seja dos outros biomas, como o próprio pampa, a caatinga que sobre impressões brutais.

Então, para concluir, apenas duas ou três sugestões que talvez pudessem ser incorporadas do debate sobre o Projeto de Lei. A primeira é que há certamente, como demonstrou aqui o Dr. Luiz Carlos, uma série de benefícios ambientais com os sistemas propostos, talvez, os Senadores pudessem adequar o Projeto de Lei ao conceito [interrupção do áudio] se há uma alteração nos sistemas produtivos.

Se ao invés de gerar passivo a política e a integração lavoura pecuária gera ativos ambientais, serviços ambientais, como a recuperação do solo, a melhoria da água, aumento da biodiversidade, então, isso vem ao encontro do conceito de serviços ambientais e, talvez, os benefícios que a política concede pudessem estar vinculados a geração efetiva desses serviços ambientais.

Da mesma forma, talvez pudesse ser mais explicito o Projeto de Lei, porque ele prevê a concessão de benefícios, imagino de diferentes naturezas fiscais, creditícios e outros. Tenho comigo que, no que pese toda a sua vinculação com os aspectos ambientais, mas esses benefícios deveriam ser vinculados, por um lado ao conceito de serviços ambientais e por outro à efetiva recuperação dos passivos.

Então, a recuperação do passivo das propriedades gera um custo, esse ônus recai sobre o produtor. Agora, nós temos um Projeto de Lei que institui uma política, que considera benefícios, incentivos, então, esses incentivos poderiam estar vinculados ao conceito, a ideia de pagamentos serviços ambientais, associando a recuperação dos passivos das propriedades.

Em definitivo, no que pese esses ajustes, certamente, possíveis de serem feitos, nós queríamos saudar a iniciativa, colocar o Ministério que também tem experiência com seus projetos demonstrativos em várias regiões do país a disposição, para continuar o diálogo e aperfeiçoar a proposta.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Roberto Vizentin. E passo a palavra ao Brent Millikan, Amigos da Terra, que também tem o tempo de até dez minutos.

SR. BRENT MILLIKAN: Primeiro, eu gostaria de agradecer o convite da Senadora Marina Silva e da Comissão, para a gente participar desse evento.

Infelizmente, o nosso Diretor, o Roberto Smeraldi não pôde estar presente, então, eu estou aqui, humilde substituto de última hora, para falar um pouco sobre um seminário, que nós realizamos no final do mês passado, que teve duas partes, foi um *workshop*, uma oficina internacional sobre soluções para o desmatamento e emissões de gás de efeito estufa causados pela expansão da pecuária.

Aí você pode ver a nossa entidade e os outros parceiros que participaram da organização do evento

e também vê os parceiros, inclusive, tendo entre eles a própria EMBRAPA e o Fórum Paulista de Mudanças Climáticas e Biodiversidade.

E como os senhores podem observar no final, esse evento teve dois aspectos, primeiro teve uma visita de campo no Acre para visita de fazendas de gado, que são exemplos da modernização da pecuária de práticas de intensificação, de recuperação de manejo da pecuária em conjunto com a EMBRAPA do Acre e uma segunda parte que foi em São Paulo, logo em seguida.

Então, aí tem o objetivo do evento, de discutir os desafios, falarmos sobre a viabilidade econômica, da pecuária e as demandas relacionadas à sustentabilidade e também em relação a isso a redução do desmatamento, a mitigação dos impactos do efeito estufa, foram esses grandes desafios que nós discutimos no aspecto tecnológico, como aumentar a produtividade da atuação produção pecuária.

Em termos de políticas públicas, como assegurar que essa produtividade resulta numa redução liquida do desmatamento e não no aumento da migração da pecuária para a Região Amazônica, ou expansão da pecuária existente na Amazônia.

Em termos financeiros, como redirecionar, como ter uma política para voltado para o alcance dessas metas e em termos de mercado também. De como ter uma política de compras positivas ao longo da cadeia, a exemplo da iniciativa brasileira sobre a verificação da atividade agropecuária, eu vou falar um pouquinho sobre isso logo em seguida.

Aí os senhores e senhoras podem ver os participantes do evento, teve 120 instituições inscritas, incluindo frigoríficos, a indústria de couro, redes de supermercado, associações de criadores, bancos públicos e privados, *tradings*, ONGs, movimentos sociais, instituições de pesquisa e outros órgãos governamentais, como o Ministério Público do Pará e o Ministério do Meio Ambiente.

Certamente, essa crise, esse momento em que passa a pecuária, eu acho que também contribuiu para esse momento de convergência de diálogo. E, certamente, há uma coisa que o seminário demonstrou é que a importância de se juntar esses diversos atores em torno de uma mesa de negociação, de diálogo em busca de soluções práticas.

Algumas informações de contexto, inclusive, que ajudaram a embasar a discussão do seminário, a importância da Região Amazônica, em termos de pastagens, do rebanho, da produção de carnes, podem ver.

A importância econômica e social da pecuária na Amazônia, da economia regional de que existem, 27, desculpa, 57 milhões de hectares. Hoje estima-se de pastagens na Amazônia e desse total mais de 23 milhões em situação da baixa produtividade, ou estado de [ininteligível] estágio de severa degradação. E nesse sentido é importante frisar que a baixa produtividade e a degradação de pastagens contribuem para o modelo convencional extensivo de expansão horizontal da pecuária sobre a floresta.

Nesse sentido foi colocado inclusive pelo Paulo Barreto do IMAZON, que vez uma apresentação desse sentido, de que 44% das emissões brasileiras de gás de efeito estufa são causados pela pecuária, enquanto a atividade contribui para 2% do PIB. E que para que o país cumpra as metas do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, uma das áreas de atuação dessa Comissão e, principalmente, a meta reduzir em 70% do desmatamento, que precisa tornar a pecuária mais intensiva.

Alguns destaques da viagem de campo. Foram visitadas três fazendas que demonstraram que é plenamente viável combinar sustentabilidade com rentabilidade e geração de emprego. Que há índice de produtividade três vezes maior nas fazendas visitadas do que na pecuária convencional na região, que é de 0,9 cabeças por hectares.

Nas fazendas, onde se pratica esses sistemas avançados de intensificação, de recuperação, o animal chega para o abate com metade da idade, que é um fato muito interessante, e que emite metade do metano por quilograma de carne consumido.

Essas fazendas visitadas tiveram em 2008 o lucro líquido entre 40 e 47%, enquanto a pecuária tradicional gera um emprego por 400 hectares nas fazendas com práticas avançadas de intensificação, a proporção é de um para cada 80 hectares e com todos os trabalhadores registrados na CLT, ou seja, existe um aspecto de geração tanto de renda, quanto de emprego, o que é muito importante.

Uma outra observação que foi clara entre as pessoas que visitaram o campo, desses vários setores que eu apresentei é que existe uma plena compatibilidade entre as práticas modernas de intensificação e recuperação com o cumprimento da Legislação Florestal, ou seja, a reserva legal e APPs, tanto no sentido de manutenção de ativos, quanto a recuperação de passivos.

Algumas fotos, inclusive que foram tiradas durante a visita de campo, um sistema integrado, inclusive gramíneos com forrageiras, com o colega Judson da EMBRAPA que coordena essa pesquisa, inclusive coordenou tanto a parte de campo quanto a discussão do seminário, um exemplo inclusive da lavoura e pecuária.

Consórcio Brachiaria Humidicola, com legume forrageira, tem algumas coisas em inglês da apresentação dele que foi um evento internacional. Ele teve os slides em inglês e ele falou em português.

A Fazenda Bujari, também de cinco mil e 500 hectares, com 2500 de pasto, respeitando o Código Florestal na medida inclusive que é uma área pelo zoneamento de 50% de reserva legal. Um rebanho de seis mil cabeças e 2,6 unidades animal por hectare.

Teve um grupo de trabalho, sobre aumento de produtividade e manejo de pastagens, não tem tempo muito de falar, mas eu só queria mostrar um pouco assim como foi a discussão em termos de desafios, o que precisa ser feito e quem deve fazer o quê.

Então, desde a capacitação da classe produtora, profissionalização, a atividade de fortalecer a capacidade da assistência técnica, assistência ao rural, que é um tema muito pertinente que foi tocado pelo Luiz Carlos, a questão de incentivos econômicos para a recuperação de pastagens, inclusive o acesso ao crédito.

O trabalho de educação de produtores jovens rurais, resolução de passivo ambiental de reserva legal da propriedade também faz parte disso e as atividades de reflorestamento com as espécies econômicas também. Mais uma vez estamos falando de integração lavoura e pecuária floresta.

Mais uma vez a questão da gestada integrada dos recursos naturais na propriedade, agropecuárias, florestais com a visão de gestão de recursos naturais da propriedade rural, como o Roberto falou o MMA realmente que trabalha muito com essa linha, junto com a EMBRAPA e com outras instituições.

A questão de como trabalhar a recuperação de APPs, a questão do sistema de ATER. Realmente estávamos conversando hoje da manhã com a Senadora Marina Silva, que a gente só fala de um novo patamar de ATER, tanto no sentido qualificativo e quantitativo, para realmente dar um suporte para essa mudança de paradigma e de fato apoiar a disseminação dessas boas práticas, inclusive com a participação produtores que tenham um papel demonstrativo junto a seus vizinhos e trabalhando com associações, cooperativas e etc.

Um pouco assim, o apoio, os incentivos tanto de educação, quanto os incentivos econômicos para os produtores se engajarem, [soa a campainha] se interessarem por essa mudança. Próximo, é um minuto não é?

Bom, são enfim, mais alguns pontos. O apoio para a pesquisa, é bem na linha do que o Judson vem desenvolvendo com seus colegas, também nessa iniciativa integração agricultura e pecuária. E a questão do apoio para finalizar os programas de certificação, de verificação origem.

Vamos para frente eu acho que vamos... Aí é o contato para a EMBRAPA, para quem está interessado.

Teve um grupo que discutiu a viabilização de um sistema de compras positivas, esses são alguns destaques. A importância da regularização fundiária e ambiental, exemplo do cadastro ambiental rural e o sistema de licenciamento em propriedade rural, claro, para qualquer sistema de comprovação de origem. Um sistema eficiente de rastreabilidade da cadeia de forma integrada, ou seja, integrando os aspectos sanitários [interrupção do áudio] pode falar mais um minuto? Está.

O Flávio Montiel, do Ministério do Meio Ambiente, inclusive falou sobre isso, que é um desafio de integração inclusive entre os Ministérios, como o Ministério da Agricultura e o Ministério do Meio Ambiente. E a integração entre os esforços em curso de verificação de comprovação da origem dos produtos.

A exemplo da iniciativa brasileira sobre verificação a atividade agropecuária, que os Amigos da Terra, cumpre o papel da Secretaria Executiva dessa iniciativa, depois eu posso passar mais informações não vai dar tempo. Mas que é uma iniciativa muito interessante que trabalha com o conceito de piso de uma série de condições, de nível de propriedade que evita que para cada produto você tenha que ter um sistema separado de critérios. E eu acho que ajuda na eficiência do sistema de comprovação de origem. Essa iniciativa inclusive está numa segunda fase de consulta pública, e as contribuições de todos são muito bem vindas nesse processo de discussão de critérios, de indicadores e etc.

A Rede Brasileira de Agricultura Sustentável, Imaflora, e a própria ABRAS, Associação Brasileira de Supermercados, então, o desafio é integrar esses esforços, somar esforços. Próximo, para terminar.

As políticas de financiamento, um dos desafios identificados foi reorientar o financiamento, priorizando a intensificação e recuperação de pastagens em conjunto com a resolução de passivos.

Uma observação foi feita pelo IMAZON, que entre 89 e 2007 o FNO investiu 3,5 bilhões de dólares da pecuária na Amazônia, mas em geral foi no sentido de manter o *status quo* do modelo extensivo convencional e não de mudar esse patamar. Então, um desafio para os instrumentos de financiamento a exemplo do Fundo Constitucional do Norte.

Outras contribuições identificadas para o BNDES, que realmente tem um papel chave para os bancos, o apoio de iniciativas como o sistema de rastreabilidade, fortalecimento institucional para os [ininteligível] etc.

Remover outros incentivos perversos, como a terra gratuita em situações de impunidade, que cria uma situação da concorrência ilegal ou desleal e que incentivam também modelo extensivo e a necessidade de maior articulação entre os elos da cadeia pecuaristas, frigoríficos e supermercado.

Uma coisa interessante no seminário é que a gente sentiu que é assim, era uma das primeiras vezes que os diferentes elos da cadeia sentaram juntos para discutir questões de interesses comuns, inclusive sobre a ótica da cadeia da legalidade, da sustentabilidade da cadeia.

Então, esse diálogo acho que precisa ser aprofundado, eu acho que o seminário foi um passo importante nesse sentido.

Acabou, depois quem quiser saber mais sobre a iniciativa brasileira tem mais informações, se você for até o último *slide* tem o site, as pessoas pode ver. Você pode ir passando realmente não dá tempo, vocês podem ver os objetivos, participantes, resultados, os indicadores, é esse aqui, o site onde vocês podem visitar e colocar suas contribuições.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, pela sua contribuição.

Registro aqui, também, com alegria, a presença do Deputado Luis Carlos Heinze, que está nos visitando aqui na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Para fazer o desfecho e o fechamento final o nosso Ministro Alysson Paolinelli.

SR. ALYSSON PAOLINELLI: Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Deputado, caros companheiros de apresentação.

Deputado, eu achei que eu teria tempo para fazer uma apresentação aqui em *power point*, mas ela vai ser muito demorada. Então, eu acho que a apresentação do nosso representante da EMBRAPA, já deu uma ideia do aspecto e do amplo, a ampla capacidade de abrangência de um sistema de integração lavoura e pecuária e agora, mais recentemente, com as evoluções que nós estamos conseguindo ter, também florestas.

Eu venho aqui representando a Campo. A Campo é uma empresa que me honra muito, foi criada por mim. Hoje, ela já tem 30 anos e fez belíssimos trabalhos na área do cerrado e inclusive se associou agora com o Ministério de Agricultura, na tentativa de desenvolver os projetos de integração lavoura e pecuária no país. E está fazendo um trabalho, que eu considero quase que pioneiro, na tentativa de mobilizar o interesse do produtor numa tecnologia que, reconhecidamente, é uma evolução capaz, produzida no Brasil, para as condições brasileiras, para os biomas brasileiros.

Onde eu considero que nós não podemos perder a chance de ter o uso e o manejo de uma tecnologia dessa, com vantagens comparativas que colocam o Brasil com muito mais vantagens do que hoje tem no nosso sistema tradicional. E fico muito satisfeito que todos os oradores que nos antecederam de uma ou de outra forma reconheceram isso.

A segunda forma com que eu venho aqui é como um produtor que já há sete anos está trabalhando e praticando na sua propriedade a integração lavoura e pecuária. No meu *power point* eu ia mostrar algumas das evoluções que eu tenho tido, mas infelizmente posso deixar aí, o *power point* para quem quiser. É muito demorado, eu prefiro fazer um comentário dentro dos dez minutos. Posso depois, se quiserem, com muito prazer.

Então, a minha verificação é de um produtor que em dez anos está tentando promover na sua própria propriedade. Uma propriedade que eu adquiri a pouco mais de 17 anos, que estava ultra degradada e que hoje está se constituindo um exemplo para mim, com muita satisfação, onde a EMBRAPA, a Emater, os Secretários de Meio Ambiente, de Agricultura e de Ciência e Tecnologia tem usado essa propriedade como exemplo.

E, principalmente, os comentários que eu faria aqui, para que nós não fiquemos muito só em pontos um tanto poéticos das inovações que nós precisamos fazer.

Essa é uma inovação que tem custo, alguém chamou a atenção para isso, o agricultor não pode por decisão própria e simples decisão, passar a usar uma tecnologia dessa. Quem é agricultor tem a tendência de ser agricultor e a própria economia o leva na tendência de ser mono agricultor e fazer monocultura.

Quem é pecuarista tem a tendência de explorar os recursos da natureza, especialmente do solo, numa atividade que é de alta capacidade de exploração, ela exaure muito o solo. Eu tenho um quadro, eu vou deixar para os senhores, mostrando o que é a comparação entre o sistema produtivo agrícola e um sistema produtivo pecuário. A pecuária exaure muito mais rápido só solo. É difícil um solo brasileiro que, com mais de três anos, ele mantenha a mesma capacidade de suporte, é muito difícil de encontrar isso.

Eu quero dizer que no 7º ano, eu estou muito feliz, porque estou conseguindo aumentar a minha capacidade de suporte. Estou conseguindo ter uma captação de água muito melhor. Eu, hoje, me considero um produtor de água e vou me inscrever como isso, esse sistema não dá erosão. A erosão que tiver em laminar, o plantio

direto, seguindo claramente o nosso representante da EMBRAPA, o Dr. Balbino foi muito claro.

Seguindo diretamente a orientação tecnológica com o plantio direto, sem arar, sem gradear, fazendo o manejo adequado nesse plantio você tem uma cobertura do solo excelente, que não vai haver erosão laminar. Nós já temos feito experiências com relação a isso e é substancialmente diferente a área plantada. Eu quero chamar a atenção que, mesmo nas tecnologias, vamos chamar evolutivas que nós tivemos, no plantio direto e depois o plantio direto sob palha, isso já está comprovado, mas na integração lavoura e pecuária, com muito mais razão, nós estamos notando que há uma absorção maior da água.

Eu, além desse sistema, fiz 64 represas de contenção e hoje eu tenho água na minha propriedade, onde eu não tinha antes. Portanto, eu estou tentando me classificar como produtor de águas.

Agora, eu quero chamar a atenção dos Srs. Senadores, a Legislação hoje é tão rígida que se eu for usar essa água, provavelmente, eu vou ter várias restrições, vou ter que pagar para usar essa água.

Eu estou numa região que é relativamente seca, estou na mesma isoeita de Confins. Confins foi localizada lá porque não chove. E eu tenho tido todo ano longos períodos de seca, de veranico. Eu já tive período de veranico até de 44 dias. Cito o ano passado, que foi mais próximo, que eu tive 38 dias, em que a minha lavoura que foi visitada, que foi badalada, que ia ser a lavoura mais produtiva que se tinha noticia, eu estava produzindo média em algumas regiões, acima de 200 sacos por hectare. Este veranico me praticamente cortou a metade a minha produtividade.

Eu que ia colher na área que eu plantei 15 mil sacos, colhi sete mil sacos, porque foi absolutamente incomoda, hoje já teve alguém que falou sobre isso aqui. É difícil você manter, mas eu considero que inclusive parte dessa produção foi em função da melhoria que se provoca especialmente na biologia do solo.

Eu mostro nos *slides* que tenho o que está se passando em termos de enraizamento a profundidades até mais longas. E aquele enraizamento, além de ser canais de penetração de água, é, sobretudo, uma rede que recompõe tudo o que se perdeu por lixiviação, ou por perda de percolação. Especialmente de produtos que são caros, como os nitrogenados, como os potássicos e os microelementos.

E a gente nota com a sucessão de anos, que vai se formando uma camada cada dia maior de palhas. Os exames anuais que eu tenho de matéria orgânica e o Dr. Balbino se referiu a isso, vai havendo uma acumulação de matéria orgânica no solo o que beneficia em muito. E, com isso, eu estou conseguindo aumentar e muito a minha produtividade.

Eu estou dizendo isso, porque agora eu estou tentando usar a água que produzo. Eu tenho hoje água correndo em locais que nunca correu segundo os antigos da região. E vou ter que fazer um sistema de irrigação de salvação, porque veranico eu tive nos dezessete anos nessa região e estou me deparando com essa dificuldade. E a Legislação é tão amarrada, que eu corro o risco de não obter nem essa autorização. E eu já disse que se eu tiver dificuldades e ter de pagar por uma água que eu produzo, eu vou ter que não usar isso.

Eu pediria que os senhores que estão analisando essa atual Legislação Brasileira, que tomem cuidado. Houve muito 'achismo' dentro dela, nós fizemos legislação a jato, legislações "porque acho". Não houve nenhuma comprovação científica e hoje nós estamos sendo amarrados por isso. Quem quiser visitar a minha propriedade, eu recomendo. Estou lá sempre nos fins de semana, [soa a campainha] mas eu tenho também um bom gerente, que está muito integrado nisso e poderá ajudá-los.

É um exemplo que eu posso dar, quero chamar a atenção de que essa história de aumento de produtividade, este não é um foco que nós podemos hoje estabelecer muito no Brasil não. Não há políticas públicas, não há preço mínimo, o crédito está dificílimo, eu estou com recomendação de grupos da Campo, junto com o Ministério da Agricultura, mostrando que as instituições de crédito não funcionam em tecnologias desse tipo, não funcionaram ainda, nenhuma para a gente ter um exemplo.

Terceiro, não há seguro rural. Nós não temos políticas de comercialização, não há crédito de comercialização. Aumentar a produtividade sem ter preço ou renda é uma balela que nós não podemos continuar fazendo na agricultura brasileira.

A agricultura brasileira adquiriu muita competência, [interrupção do áudio] uma tecnologia tropical. Essa tecnologia tropical, hoje, comprovadamente é muito mais sustentável do que aquela agricultura de quatro milênios, que se desenvolveu nas regiões temperadas.

Esta agricultura precisa ter um mínimo de estímulo e políticas públicas que estão sustentando uma agricultura menos competitiva, num hemisfério temperado, para combater a nós mesmos e nós pagamos essa brincadeira com endividamento e empobrecimento.

O número de médios e pequenos produtores que deixaram as suas propriedades por dívida em banco e por execução judicial é impressionante, os senhores tem esses dados aí e poderão analisar.

Eu chamo a atenção que se o Senado está interessado em promover o desenvolvimento desta e de outras tecnologias que a EMBRAPA tem desenvolvido com muita eficiência.

Agora, inclusive, com a possibilidade, em Minas Gerais há um grande esforço do governo, ele está com mais de 111 campos de demonstração da integração agricultura, pecuária e floresta, mas com tremenda dificuldade no financiamento, porque não há um ambiente favorável para isso.

Eu acho que nós temos que botar o dedo na ferida, a coisa não está funcionando em termos de ação pública e aqueles que estão fazendo. Eu, como vários agricultores, hoje, felizmente, nós já temos no Brasil mais de mil agricultores fazendo a integração lavoura e pecuária. Eu comecei a floresta há dois anos, estou já começando a sentir os resultados também do setor florestal, mas quero dizer que eu não tenho tido financiamento para isso.

O que eu não consigo fazer sozinho, eu não vou perder tempo de ficar propondo projetos de financiamento porque não funcionam. Era bom que Senado mandasse verificar isso, porque estes órgãos públicos estão gastando dinheiro.

Aquele dado que foi apresentado ainda a pouco, que nós tivemos lá no Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, três bilhões e meio de dólares em oito anos, pouco mais. De 89 a 2007, eu posso lhe dizer que se ele tivesse dirigido para uma tecnologia já desenvolvida pela EMBRAPA, nós teríamos resultados muito mais eficientes, do que simplesmente manter o *status quo*.

Eu acredito que nós temos essa tecnologia, que é altamente competitiva. Quero confessar que as minhas produtividades, tanto de milho e soja, que eu faço, eu sou um produtor de carne. Eu planto uma pequena área de soja para manter o meu rebanho sem comprar a soja que, quando sai da fazenda vai na indústria e volta, ela volta com o dobro do preço. Então, eu consigo preços menores, eu forneço todo o milho e ainda vendo um pouco, porque sempre me sobra. E consigo com isto, pelo menos fazer a manutenção do sistema produtivo.

E na carne, eu posso informar para os senhores o seguinte, hoje nós estamos tendo uma aberração. A pecuária de corte intensiva está sendo prejudicada pela situação atual da política de preços. Não há nenhuma garantia de preços mínimos. O pecuarista que vai produzir intensivamente, ele acaba tomando prejuízo, porque os custos naturalmente são maiores. E nós estamos tentando andar numa navalha.

Por exemplo, eu estou conseguindo manter os preços e não tomei maior prejuízo, porque eu estou usando intensivamente a evolução da melhoria das minhas pastagens. Retiro o milho e retiro a soja e coloco o gado de forma intensiva em cima dessa pastagem e ele conhece ganhar 800 gramas por dia.

Eu que sou confinador desde 1979, quando deixei o Ministério, se eu fizesse o mesmo confinamento que eu fiz durante esses anos, eu estaria tomando prejuízo e já tinha quebrado.

Eu estou fazendo o seguinte, eu faço o manejo da pecuária, colocando o animal nessa pastagem que foi renovada no ano, intensamente, chego a colocar cinco animais por hectares e ele engorda 800 gramas. Estou levando o animal com 19, 18 meses para confinamento, com cerca de 14 arrobas. E ali, eu coloco mais duas ou duas e meia arrobas em 40 dias e olhe, lá.

Nesses 40 dias de confinamento é zero, não estou ganhando nada, apenas melhora a carcaça, dá a capa de gordura e os frigoríficos animam, dão preferência ao meu produto.

Eu sou um produtor de novilho precoce e que confesso aos senhores estou no meu limite. Se não houver uma ação de política pública de financiamento mais adequado, eu sinto que eu não tenho condições de manter o meu sistema por muito tempo.

Eu estou alertando isso, como um exemplo de quem já está a sete anos, levando à sério, investindo na sua propriedade. Eu já tenho todos os equipamentos de que preciso, todo o sistema de produtivo. A minha propriedade é pequena, fica próxima a Belo Horizonte, mas eu tenho mantido lá de 2000, a 2500 animais, em pouco mais de 900 hectares de pastagem, o que não é brincadeira. Daqui para frente, eu confesso aos senhores que eu não como eu vou fazer.

O boi em Minas Gerais, hoje vale dez reais menos do que São Paulo, porque os nossos frigoríficos exportadores quebraram não há, portanto demanda. Eu estou vendendo o gado para marchantes, porque a nossa política, infelizmente, não beneficiou efetivamente a cadeia como um todo, como deveria ter feito.

A minha solicitação ao Senado é que ao analisar um projeto de estímulo a uma tecnologia já comprovada, que é efetivamente uma grande evolução que nós tivemos no Brasil. E que pode sim, estabelecer uma forma de recuperação de áreas degradadas é o meu caso. A minha fazenda estava degradada era uma fazenda que foi explorada durante 20 anos, onde se colocou apenas o prego da cerca, mais nada.

Hoje, os senhores vão ver que é uma propriedade, 15 anos depois, 16 anos depois é uma propriedade exemplar, onde eu tenho conseguido através das tecnologias que me foram indicadas e que eu tenho acompanhado com muito carinho na EMBRAPA. Eu acompanho isso há mais de 15 anos na EMBRAPA,

pessoalmente. Eu tenho absoluta certeza que esta é uma evolução que vai dar uma capacidade competitiva muito maior ao Brasil.

Mas capacidade competitiva tem limites, um país que abandona a sua agricultura na fase em que está é quase inacreditável. Eu quero chamar a atenção para os senhores, a EMBRAPA passou por 20 anos de apagão, essa instituição exemplar que o mundo inteiro deseja. Foram 20 anos de apagão. Eu tenho que reconhecer que o atual governo está fazendo um grande esforço de recuperação nestes últimos dois anos, mas por enquanto muito em conversa e pouco, efetivamente, em ação produtiva.

Acho que precisamos encarar isso, as 17 instituições estaduais de pesquisa estão praticamente falidas. O Projeto Paz está tentando recompor, mas de uma forma que eu acho que não vamos chegar. Não temos mais o sistema nacional de pesquisas agropecuárias, precisava ser recomposto, porque o que o Brasil fez naqueles anos onde se investiu em ciência e tecnologia e colocou o Brasil de forma competitiva no cenário internacional, pode-se se perder se nós não continuarmos a achar as melhores soluções tecnológicas que nós precisamos ter para os nossos biomas.

Nós precisamos ter soluções tecnológicas como essa, para manejar o nosso bioma, e fazer aquilo que o agricultor quer e gosta. Entregar aos seus filhos a propriedade melhor do que ele recebeu. Eu acho que essa é a chave.

E parabenizo o Senado por esta iniciativa esperando que ele efetivamente localize os "nós gordios" da questão e coloque o dedo para resolvê-las.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Ministro Alysson. Com a palavra, o Senador Gilberto Goellner, como autor do requerimento, depois a Senadora Marina Silva para seus questionamentos ou colocações com relação ao tema.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Renato Casagrande, Srs. Expositores, eu quero cumprimentar a todos, Senadora Marina Silva, Senador Valdir Raupp, aqui presente.

E, realmente, o que se está a discutir hoje pode transparecer que já está sendo atendido preferencialmente pelo governo, é o que o governo tem se posicionado. Que já é, que já faz da parte da produção sustentável do agronegócio o incentivo às cadeias produtivas integradas, sistemas, aliás, produtivos integrados entre lavoura pecuária e silvicultura.

Porém, o correto incentivo do mesmo, eu vejo que ainda está por acontecer, nós não temos uma política específica para esse contexto de sistema integrado de manejo, tão bem apresentado aqui pela EMBRAPA, pelo Ministério do Meio Ambiente também, pelo Dr. Alysson Paolinelli, que foi Ministro da Agricultura e que conhece como ninguém o cerrado brasileiro.

Mas esse projeto que nós estamos hoje aqui tentando fazer com que a sua implementação realmente institua uma política nacional de integração incluindo o sistema florestal. Eu vejo com bons olhos a sugestão do Roberto Vizentin, do Meio Ambiente, que coloca que a concessão de benefícios sejam voltados também ao conceito de pagamento por serviços ambientais, como protetor de águas, protetor de solo, a integração dos ativos que nós temos e também a recuperação dos passivos ambientais, que isso aí poderia ser vinculado a esse projeto.

Eu, como Relator dessa matéria, do Projeto do Senado nº. 260, e também do Senador Expedito Júnior, e do Projeto nº. 78, que veio da Câmara do Deputado Rodrigo Rollemberg, eu vou estar atento a essas duas Relatorias que me cabem de incluir esse sistema integrado e de atenção especial a recuperação dos passivos ambientais, que tem o seu custo, mas que precisa ser intensificado, no tocante as áreas de preservação permanente.

Porque eu vejo que a questão de reserva legal hoje, a recomposição da mesma nos imóveis já é algo, que hoje questionado no país todo já existe um Decreto Presidencial 6.514, foi reposto pelo 6.686 e o 6.595 e que está mostrando que nenhum produtor brasileiro tem condições de, nas áreas que está produzindo está utilizando fazer a recuperação da reserva legal.

Nós precisamos analisar, essa Legislação Ambiental, colocá-la agora para a frente com um sistema de viabilizá-la, isso sim. Agora, a recuperação nos próprios imóveis, a dificuldade é muito grande. Nós precisamos achar ações compensatórias nos diversos sistemas.

Principalmente, eu coloco um questionamento aqui, que esses decretos inviabilizaram 100% a agricultura familiar até quatro modos, a pequena propriedade no Estado de Mato Grosso. Mais de 500 assentamentos, nenhum tem acesso a crédito rural esse ano no Banco do Brasil, para qualquer custeio, porque estão inviáveis na sua legalização ambiental.

Foi colocado que um papel qualquer, a pessoa fazia um termo de ajuste e faria a recomposição dos imóveis quando eles já receberam imóveis sem a reserva dos 80%, quando na Amazônia, ou sem a reserva dos 35 no cerrado, como preconiza Estados da Amazônia legal.

Eu gostaria só de alertar aqui, Amazônia legal inclui diversos biomas, Tocantins, Maranhão e Mato

Grosso possuem, Mato Grosso especialmente possui cerrado e Pantanal.

Então, nós não estamos falando de Amazônia, nós estamos falando de diversos biomas, e quando se fala em levantamentos como da pecuária que possuem 53 milhões de hectares na Amazônia, eu diria que não é área de florestas, porque grande parte dos mesmos está também em área de cerrado. E é nessa área de cerrado aonde se concentra os 50% de áreas degradadas desse sistema de produção.

Porque o solo normalmente é arenoso e tem fragilidade e precisa ser recomposto, como vários empreendimentos já são modelo, como o próprio Ministro Alysson Paolinelli colocou. Nós temos lá no Estado de Mato Grosso modelos também e que primam hoje, se não passar por um sistema integrado, integrado florestal, integrado principalmente com o sistema de lavoura pecuária e florestal é inviável. É inviável a recuperação.

Primeiro, pelos custos, pela já o solo degradado que não tem sustentabilidade. E a atividade econômica, por si, ela já não é sustentável, a atividade de pecuária. Então, nós precisamos realmente criar uma política nacional dessa integração, desses fatores, para evitar futuros desmatamentos no país.

Eu vejo que nós temos tudo para esses 170 milhões de hectares, que se utilizam com pecuária, se fala até em 200 milhões de hectares, que eles sejam realmente integrados nesse novo projeto uma política nacional de integração de modelos sustentáveis de produção.

E que essa pecuária extensiva dificilmente vai se recuperar dessa forma, porque não tem rentabilidade econômica para tal, seja substituída por um política realmente de preferência de incentivo a esses sistemas integrados.

Então, eu parabenizo a todos, por nós, realmente, eu vejo que essas exposições nos trouxeram subsídios, subsídios importantes, respeitando o trabalho da EMBRAPA que tem modelos, que tem um *workshop* de todos os sistemas em todos os biomas, tem pesquisas, pode congregar que precisa ser realmente discutido e colocado isso aí num sistema de uma política nacional, que insira um incentivo realmente creditício para quem fizer esse sistema produtivo integral.

Eu só gostaria também de colocar algumas considerações a respeito do nosso convidado, da ONG Amigos da Terra, e dizer que quando se fala esses sistemas que foram colocados lá no Estado do Pará, acho que eles deveriam ser realmente, do Acre também, muito promissores, que deveriam realmente ser mais difundidos no país, assim como a EMBRAPA poderia confundir o trabalho da propriedade particular do Ministro Alysson Paolinelli, deveriam ser realmente mais divulgados para o país.

Mas dizer que em todos os sistemas nós precisamos realmente basear em dados científicos, dados reais de medições, onde a EMBRAPA, pudesse sugerir análises concretas de dados. E nós, realmente, não termos aqui hoje questionamento com dados de 'chutômetros', às vezes, que aparecem nesse circuito todo, discutir hoje índice de produtividade, de eficiência da pecuária quando o problema é outro que não... É que o nós estamos discutindo aqui.

Eu chamei a atenção na audiência anterior, lá na Comissão de Agricultura, que hoje sim, nós estamos discutindo, estaríamos discutindo aqui uma proposta proativa do sistema agrícola e pecuário brasileiro. E que a adoção do mesmo iria transformar o contexto agro ambiental brasileiro de sustentabilidade real de todo esse processo.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Gilberto Goellner, que eu chamo para presidir a Sessão, e passo a palavra à Senadora Marina Silva.

[troca de presidência]

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Primeiro, eu quero cumprimentar a iniciativa dessa Audiência Pública, cumprimentando também a todos os que fizeram exposições aqui nessa Comissão e dizer que vale a pena destacar a abordagem aqui feita no sentido de que é uma das poucas vezes em que a questão da agenda do desenvolvimento não é colocada em oposição à agenda da sustentabilidade.

Eu tenho muitos anos aqui nesse Senado, já vai fazer 16 anos o ano que vem, e é a primeira vez que com exceção e, em um ponto apenas do representante da CNA que pediu para que essa questão fosse tratada como uma questão agrícola e não ambiental, todos os demais tiveram a compreensão de que as duas coisas fazem parte da mesma equação. E eu espero que essa visão, ela possa ser a base para a visão de desenvolvimento do nosso país e da agricultura brasileira, que é fundamental inclusive para o nossa balança comercial.

Uma outra questão que eu gostaria de registrar também é que nós temos já boas experiências e o Dr. Paolinelli aqui se colocou como parte desse grupo de pessoas que estão pensando estrategicamente o país, que estão tendo projetos antecipatórios para os vários segmentos da economia brasileira, inclusive no setor agrícola. E que para que esses projetos antecipatórios, que começam com a ação desprendida de determina-

dos segmentos que vão fazendo seus investimentos e provam em três dimensões que é possível que é viável, para que o Poder Público se sinta encorajado em fazer os investimentos adequados.

Desde que entrei no Ministério do Meio Ambiente, em 2003, coloquei como termo de referência para a política ambiental, quatro aspectos: Que nós tivéssemos uma política ambiental transversal, que fosse capaz de integrar critérios de sustentabilidade em todas as ações governo e, obviamente que na agricultura não deveria ser diferente; A questão do apoio as atividades produtivas sustentáveis que se expressam não apenas com discurso fazendo propaganda, mas criando os mecanismos de incentivo à assistência técnica, à inovação tecnológica difundindo essas tecnologias.

Infelizmente, quando se falava isso, parecia que se estava fazendo um discurso contra a agricultura brasileira, mas é exatamente isso que precisa ser feito se queremos ter viabilidade e competitividade e inserção adequada de mercado no contexto das exigências que estão postas.

Então, eu fico feliz de verificar que de existem de fato lideranças que se colocam na agenda do Séc. XXI e não na agenda de querer mudar o teste ao invés de passar no teste, são aqueles que dizem: Me deem os meios, as ferramentas, para que eu possa cumprir com as regras e fazer o benefício econômico e social que o país precisa.

E não insistimos quando a gente vê aquele pasto cheio de cupim ali, nós sabemos que aquilo ali não tem produtividade nenhuma, mas todas as tecnologias que a EMBRAPA já tem são cientificamente comprovadas para uma linguagem mais positivista de que dá certo e que devem ser implementadas.

Eu gostaria ainda de colocar antes de fazer as minhas perguntas, duas sugestões. Uma delas, é com relação à questão da lei. Essa lei, quando tramitou na Comissão de Agricultura, ela foi rejeitada, obviamente, que eu não participei do debate, não entendi porque foi rejeitada. Teve oitos votos contrários e apenas um voto a favor. Ainda bem que na Comissão de Meio Ambiente, isso aqui que está sendo tratado como uma questão integrada. É desenvolvimento com sustentabilidade e sustentabilidade com desenvolvimento. E eu espero que esse tema possa ser recuperado.

Mas, obviamente, que o Legislativo, ele tem algumas limitações, quais são as limitações do Legislativo? É que nós podemos propor a lei, mas não podemos propor os recursos e a lei sem os recursos é como disse o Dr. Paolinelli, não vai, digamos assim, se efetuar.

Como o governo está fazendo uma série de anúncios de que vai priorizar agora a agenda ambiental, a minha sugestão é que negociando com a autor da proposta, para que não se roube a autoria das pessoas, mas se faça um processo negocial.

O Vizentin sabe que nós na questão dos incentivos do imposto de renda ecológico, o governo teve uma conversação com os Parlamentares e que esse projeto pudesse ser apresentado pelo governo, porque o governo não só apresenta o Executivo, não só apresenta os marcos regulatórios, mas pode dizer inclusive quais as fontes de financiamento. Quais são, digamos assim, os incentivos para que tenha assistência técnica, para que os Estados possam ser estruturados adequadamente, porque o Executivo pode dar as fontes, os recursos e todos os mecanismos.

Então, é uma sugestão já que o projeto foi rejeitado, foi recuperado por um esforço do Senador autor e dos demais Senadores e que a gente pudesse agora verificar com o Executivo, que venha como parte de um processo, já com as receitas e os mecanismos, que eu sei que o Dr. Vizentin pode ajudar através do Ministério do Meio Ambiente.

A manifestação que foi feita pela EMBRAPA e pelo Brent, do Amigos da Terra, ela é digamos assim, eu nem diria complementar, faz parte de uma visão de um mesmo sistema.

Ele fala dos experimentos em termos práticos e dos estudos e o Brent mostrou que já existem produtores fazendo isso na realidade do Acre, com alta produtividade, sem questionar a Legislação Ambiental, partindo do que existe, fazendo aquilo que nós chamamos de o dever de casa. Então, acho que são visões que integram do ponto de vista prático.

Eu sei que durante esses vinte, trinta anos tem um esforço muito grande de segmentos da sociedade, da academia, de ONGs, de movimentos sociais, de alguns produtores de vanguarda, que estão prontos para serem transformados em políticas públicas e ganhar escala para a realidade do nosso país. Eu acho que caberá ao Congresso, caberá ao Executivo ter a humildade de transformar essas boas ideias em políticas públicas.

Ainda bem que existem aqueles que se antecipam para provar que é possível, que é factível, em que pesem todas as dificuldades. E eu tenho nesses quase 16 anos, trabalhado nessa direção, de uma agenda de desenvolvimento sustentável para reposicionar o Brasil.

O Brasil é uma potência ambiental e precisa fazer jus a essa potencia. O Brasil tem todas as possibilidades de criar uma nova narrativa para os nossos produtos.

A gente às vezes fica constrangida, quando as pessoas nos acusam disso ou daquilo e a melhor forma de esvaziar esse discurso é fazendo o defender casa. Quando eu andei aí mundo afora, em que o desmata-

mento começou a cair era um conforto, porque as pessoas vinham fazer o discurso contrário aos interesses do Brasil, até por questão de interesse econômico e a gente mostrava que estava havendo um processo de governança ambiental no Brasil.

Obviamente, que se evoluirmos no sentido de que diferentes setores integrem disso forma estratégica, como fizeram esses produtores que participaram do seminário que o Dr. Brent apresentou, e as empresas que fizeram o seminário na mesma data, inclusive, assumindo metas de redução, nós podemos fazer com que esse processo avance significativamente, porque o Brasil é o país que está melhor posicionado para dar esse salto.

Se os Estados Unidos foi o país que conseguiu acompanhar os países de cultura milenar da Europa, sobretudo e se transformar na lógica do Séc. XX, em um país talvez mais desenvolvido do que os europeus. O Brasil é o país que pode dar o passo para a economia descarbonizada do Séc. XXI, juntamente com eles, mesmo sem ter cultura milenar de três, quatro, cinco mil anos, por quê? Eles têm dinheiro, tecnologia, conhecimento, mas não tem os recursos naturais.

Nós não temos tantos recursos financeiros, mas temos já uma base de conhecimento significativa invejável, nós somos um país industrializado, somos um país bem posicionado economicamente e temos os recursos naturais.

O Brasil tem uma grande quantidade, me parece que são mais de 300 milhões de áreas agricultáveis, não precisa mais derrubar florestas. O Brasil tem matriz energética limpa, não precisa sujar sua matriz energética.

Basta ter pensamento estratégico, visão de mundo, visão de país, parar de ficar onde a bola está e começar a olhar para onde a vai estar. É isso que faz que as nações tenham projetos antecipatórios e consigam acompanhar as mudanças que estão acontecendo.

Lamentavelmente, eu acho que no Congresso uma audiência como essa no Senado, em plena terça-feira, era para que tivéssemos aqui uma grande quantidade de pessoas, para que a gente pudesse ver as boas novas que podem apontar nessa direção. Bem, infelizmente, me parece que ficam sempre os mesmos, os que já são convertidos é preciso que venham aqueles que precisam se convencer das novas ideias.

As perguntas que faço são as seguintes, para o representante da EMBRAPA, Dr. Balbino: Considerando essa tecnologia da integração, lavoura e pecuária, quais outras tecnologias estão hoje disponíveis na EMBRAPA, que podem ser usadas para elevar o patamar de sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira? E o que falta para que isso se torne efetivamente, seja efetivamente incorporado pelo setor? É uma pergunta. Eu vou fazer todas as perguntas aos senhores.

Ao dirigente, enfim ao representante dos Amigos da Terra, ao Brent: Quais são os próximos passos do processo iniciado com *workshop* do mês passado, o qual foi e qual foi na sua avaliação a percepção dos representantes do setor do agronegócio durante evento?

E ainda uma pergunta dirigida ao representante da CNA: Como o setor agropecuário pensa em se inserir no esforço nacional e global para reduzir as emissões de CO2 do país? E como pensa em contribuir para a redução do processo de distribuição de nossos, de destruição dos nossos ecossistemas, inclusive no que concerne a destruição de nossas florestas, na contaminação dos nossos recursos hídricos e a perda da nossa biodiversidade? Como é que o setor pensa em se inserir nessa agenda positiva com exemplos, que já temos concretamente que estão sendo feitos, transformar isso em uma prática mais geral?

E para todos, inclusive para o Dr. Paolinelli: Por que razão um Projeto de Lei, que propõe exatamente ajudar ao setor do agronegócio a ter apoio de políticas públicas para fazer esse salto tecnológico e de paradigmas, não encontra apoio nos representantes do setor, seja no Parlamento, seja nas entidades?

Como no caso da Confederação da Agricultura, que eu não vi um empenho para que isso fosse aprovado na Comissão de Agricultura, já que é algo que eu acho é muito benéfico para o setor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu passo a palavra, então, primeiramente, ao Dr. Balbino, depois à CNA ao representante da CNA e, também, logo após, ao Ministro, ex-Ministro Alysson Paolinelli.

SR. LUIZ CARLOS BALBINO: Uma pergunta bastante complexa, não é? Porque a EMBRAPA, ela busca as tecnologias que são sustentáveis. Quando nós estamos pesquisando, sempre temos em mente a questão da sustentabilidade.

Por exemplo, no caso da Amazônia existe todo um trabalho Tipitamba, talvez a senhora já conheça lá, para evitar queimada da capoeira. Você pode incorporar o sistema, a capoeira que foi deixada por um determinado tempo, triturando essa madeira orgânica, evitando a queimada que é tão prejudicial para o estoque de carbono, para a gente recompor o estoque de carbono no solo.

Então, eu acho que o que falta muitas vezes é a pesquisa estar mais próxima de momento do esse, procurando mostrar o que ela tem em estoque e como que isso pode se tornar uma política pública para o país e estrategicamente ser utilizada pelos agricultores.

Porque o que interessa para nós, na EMBRAPA, é que as tecnologias que a EMBRAPA desenvolve chegue ao agricultor. E, muitas vezes, o próprio Ministério da Agricultura sente algumas dificuldades de levar essas tecnologias, de criar algumas políticas agrícolas para que isso seja efetivado.

Nós temos um exemplo, que eu acho muito importante lá no Ministério da Agricultura, que são sistemas de produção integrado, onde você tem toda a questão de rastreabilidade, certificação desses produtos para poder atender ao mercado externo. E a integração lavoura, pecuária floresta, ela vem como um sistema onde tudo está junto. Porque uma propriedade, quando ela está diversificada, ela não vai estar só produzindo soja, ou só estar produzindo milho, ou só gado.

A propriedade, ela produz um pouco de tudo, ou pelo menos deveria ser assim. Então, nesse ponto, eu acho que realmente falta essa aproximação para a gente estar mostrando essas tecnologias. Existem outros exemplos aqui, que eu não vim até preparado para isso, mas eu acho que toda a tecnologia que a EMBRAPA procura estudar, trabalhar é visando a sustentabilidade.

Nós temos também um exemplo que me surge agora, a questão em Minas, as barraginhas, que é muito interessante para a questão da recomposição do aquífero lá. Mudas também com rizóbio, para que elas tenham um poder maior de sobrevivência, mudas de árvores com rizóbio, para poder ter um sistema de sobrevivência no campo.

A própria questão da soja, tão difamada, digamos assim, todo o trabalho da pesquisa nacional para incorporação do rizóbio para a fixação de nitrogênio da soja foi uma coisa fantástica feita pela pesquisa brasileira, que economiza muito de nitrogênio, muito de adubo nitrogenado viabilizando a cultura da soja.

SR. PRESIDENTE GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Bem, José Manoel Caixeta poderia responder à Senadora Marina Silva.

SR. JOSÉ MANOEL CAIXETA: Pois não, Senador.

Senadora Marina Silva, veja bem, eu acho que no começo eu não deixei muito claro o posicionamento da CNA. A CNA é totalmente a favor dessa prática de integração, lavoura, pecuária e floresta. As nossas ponderações, quando se diz de política agrícola é exatamente no que senhora destacou a pouco, que a lei sem previsão de recurso, ela não vai caminhar. Essa é a nossa preocupação.

Nós já fazemos essa integração em grandes propriedades, em grandes áreas, em diversos produtores rurais. Está aqui um exemplo. Mas o Ministro Paolinelli disse muito bem, que a atividade dele está se tornando insustentável por uma única razão, falta de condições de créditos, de...

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Mas você não acha que se tivesse sido aprovada a lei, e a gente trabalhasse nessa duração iria favorecer inclusive o exemplo pessoal dele?

SR. JOSÉ MANOEL CAIXETA: Exatamente, Senadora.

Mas exatamente por não estar contido na lei essa questão de linhas de créditos de benefícios fiscais é que, provavelmente, não foi aprovado na Comissão de Agricultura. É exatamente esse ponto que nós estamos rebatendo que é preciso existir a previsão. A senhora acabou de dizer isso a todos nós, sem o recurso a lei não vai caminhar é essa a nossa preocupação.

O Ministro Paolinelli está conseguindo fazer porque é considerado na sua região um produtor que tem um quantitativo que lhe permite isso, mas isso não é o quadro geral de todas as propriedades do nosso país. Esses projetos implementados também seguem essa linha.

Em junho, eu participei de um Congresso em São Paulo, em que grandes empresas já praticam essa integração, mas com financiamento da atividade urbana da empresa. Linhas de crédito das empresas direcionados para o setor rural daquela empresa.

Então, a nossa preocupação não é rebater o projeto, muito pelo contrário, somos totalmente a favor disso. Entendemos que não se pode mais desmatar da maneira como foi feita a 30, 40 anos atrás, quando a lei obrigava o desmatamento, a senhora sabe bem disso, eu não preciso repetir.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Como é feito hoje, infelizmente, ainda.

SR. JOSÉ MANOEL CAIXETA: Exatamente. E a senhora, enquanto Ministra, defendeu a extinção disso.

Então, nós somos a favor desse discurso da senhora. Sem qualquer questionamento. O nosso questionamento é a prática, é a forma como isso vai ser feito, para que não se torne um projeto inócuo, para que não recaia depois sobre o produtor a culpa do projeto não ter encaminhado. É essa a nossa preocupação.

No que se refere então às outras perguntas feitas pela senhora, de como evitar o desmatamento, do fim de emissão do CO2, cai exatamente nessa integração. Mas para que ela funcione é preciso que tenha essas linhas de crédito, esses recursos financeiros, incentivos fiscais, tributários. Para permitir que o produtor possa exercer sua atividade da melhor forma é isso que nós queremos.

Como disse o Ministro Paolinelli, nós queremos passar para os nossos filhos a fazenda que recebemos

melhorada é essa a nossa preocupação, jamais ser contra esse tipo de projeto. Muito pelo contrário, sabemos que o resultado para o setor é o melhor possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Bom, em linha gerais é uma indagação que fica, se o Senado não contribuir e a Câmara para que na Lei Orçamentária tenhamos orçamento suficiente para esse incentivo, dificilmente esse projeto teria êxito. É nesse sentido.

Então, eu vejo que nós teremos que rediscutir essa situação para implementar esse incentivo, que não é apenas um incentivo educacional, ou de incentivo tecnológico, como para a execução do mesmo, há necessidade de recursos orçamentários extras para que esse plano possa ser inserido no contexto produtivo brasileiro.

Mas antes de passar ao Ministro--

SR. JOSÉ MANOEL CAIXETA: Senador, só um aparte, me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pois não.

SR. JOSÉ MANOEL CAIXETA: E também uma preocupação de que pessoas, como o Ministro Paolinelli que não devem nada, está plantando, produzindo a carne com recursos próprios, não se enquadre na nossa categoria. De que dependemos efetivamente do Banco do Brasil ou de outra instituição bancária, sem condições de pagar nessa nova categoria de ficar dependente de linhas de créditos.

É preciso que crie também o incentivo, para que ele produza sem ter esse amarro, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Obviamente. Mas Ministro Paulo Paolinelli, o senhor também foi indagado. E proximamente também, parece que houve uma indagação ao Dr. Brent, depois então em seguida, Brent, só vamos ouvir Ministro aqui, Paolinelli.

SR. ALYSSON PAOLINELLI: Senadora, com muita honra, eu posso lhe responder.

Confesso à senhora que onde eu tenho andado, em todas as instituições de classe, seja do pequeno produtor, seja do médio, seja do grande há um grande interesse nisso. Eu sinto que o que há hoje é uma certa descrença com os instrumentos de política agrícola.

O Brasil teve uma experiência fabulosa, foi o país subdesenvolvido que mais conseguiu fazer o programa da política de preços mínimos, isso foi abandonado. Em 1990 se jogou isso para o ar e acabou, simplesmente acabou. De lá para cá vem tentando inventar alguns processos que não resolvem. O governo precisa ter absoluta certeza, que o agricultor, por mais esforço que ele tenha, se ele tiver garantia de preço e com isso ter uma renda ele não vai conseguir se animar, se posicionar como um enfático parceiro do esforço governamental.

Eu vou ser franco com a senhora, eu sou o redator daquela aberração que está na Constituição obrigando o governo a fazer seguro rural. É de minha lavra, eu era Deputado Constituinte, eu fiquei sinceramente com vergonha, como eu botei aquilo dentro da Constituição. Obrigando o governo, lá está obrigatório, de 88 para cá, Senadora, não existe seguro rural. O governo anuncia seguro rural, eu desafio não chega a 0,1% de seguro rural no Brasil hoje... Não, ali não é seguro rural.

Ali é um seguro de crédito que eu já fiz e que funcionou razoável em 74, que foi o PROAGRO, depois bagunçaram o PROAGRO. Foi uma briga intestina nos órgãos da política econômica, não queriam o PROAGRO e acabaram com ele. Ele agora voltou e acho que está exercendo uma função e eu defendo. O pequeno produtor precisa ter amparo sim e se o governo está bancando eu não sou contra acho que deve bancar.

Completando a pergunta da senhora, eu gostaria de dizer claramente, há uma ânsia de se ter uma abertura para que o agricultor volte a fazer aquilo que ele conseguiu fazer. Eu posso dar à senhora um exemplo. Quando se decidiu abrir o cerrado e foi uma alternativa para não se mexer na Amazônia, fui eu que tive essa iniciativa, porque nós não conhecíamos o bioma Amazônia, por isso eu criei cinco unidades da EMBRAPA lá e confesso à senhora foram as que menos cresceram no Brasil.

Então, nós ainda não conhecemos o bioma Amazônia naquela época era muito pior, então nós já tínhamos alguma indicação de que o cerrado era viável. Tinha São Paulo trabalhando com Campinas, tinha o IRI, que era o *International Resort Institute*, financiado por um Fundo Nacional Rockefeller. Nós tínhamos o Ministério da Agricultura em Sete Lagoas, que já davam uma indicação que o cerrado era viável.

A senhora vai dizer: "Foi uma certa aventura?". Foi uma certa aventura, mas foi uma aventura com cobertura governamental, junto com o crédito nós conseguimos na época três bilhões de dólares para abrir três milhões de hectares no cerrado.

Nós já tínhamos experiência que a abertura de um hectare de forma racional se gastava mil dólares. A moeda era um pouco estável naquela época, então, eu estou dando os números que na época representava o dólar. Hoje, o dólar também já não é muito mais.

Mas eu posso garantir à senhora que o produtor se sentiu amparado, ele teve o crédito no momento certo, teve a infraestrutura, a energia, a estrada vicinal, o armazenamento. E ele foi e fez mais ao invés de fazer três, nós fizemos cinco milhões de hectares com

os recursos de incorporação do cerrado ao processo produtivo. O cerrado já era uma área naturalmente degradada. Estava sendo ocupado quase só por uma pecuária extrativa, era um hectare, eram dez hectares para cada unidade animal.

E, de uma hora para outra, ele foi manejado adequadamente, a EMBRAPA funcionou muito bem, especialmente com seus 400 que trabalham na região do cerrado, criou tecnologia e o agricultor entrou valendo. Tanto assim, que ele conquistou esse espaço, quem diz isso não sou eu, foi o grande Norman Borlaug, diz que o mundo inteiro fez agricultura pegando suas áreas ultraférteis desmatando e um processo produtivo em degradação, eles estão continuando a produzir.

No Brasil foi inverso, pegou a terra mais pobre, ele usou a expressão dele, uma terra que só servia para fazer longe, e a transformou na mais produtiva e na mais competitiva do globo. Como? Pelas tecnologias, que a senhora perguntou, a EMBRAPA nos ensinou a como mudar aquele bioma e colocar aquele bioma muito mais ativo. Um cerrado recuperado hoje tem muito mais vida do que o cerrado natural. Muito mais.

O que nós precisamos e tivemos a preocupação, que foi a reserva de 20% e depois alguns companheiros vieram me dizer que não era suficiente. Eu saí adoidadamente junto com os Estados tentando criar algumas reservas onde não foram mexidas, as chamadas reservas federais, estaduais e até municipais, nós conseguimos uma para que se preservasse o bioma que é outra coisa. Agora transformar o bioma eu acho que nós já temos competência hoje.

E o agricultor também está louco para sair dessa agricultura extrativa e entrar na agricultura tecnificada, intensiva, mas infelizmente não está tendo apoio para isso.

Eu citei à senhora apenas dois instrumentos, o crédito não está funcionando bem, não tem seguro, não tem preço mínimo, a comercialização está se fazendo a esmo. Estranhamente, se permitiu colocar o agricultor na mão de empresas que só se beneficiam, são empresas que financiam a ele, mas a que custo? Custos altíssimos. Entregam produtos, entregam insumos, sementes e cobram na safra, isso não pode continuar.

Eu acho que o que está faltando é realmente um retorno à confiança do governo, do produtor no governo, ele está mais do que interessado e o Congresso pode ser uma porta para isso. Eu fico muito triste de saber que um projeto de integração lavoura pecuária teve apenas um voto a favor e oito contra. Eu não sabia disso, porque senão teria vindo aqui, voluntariamente, e daria o meu exemplo. Eu acho que precisa haver essa aproximação maior sim.

Eu vim aqui com muito prazer, Senador, nessa convocação, mas me coloco a sempre à disposição dos senhores. Como repito. Eu sou um homem que já agora ainda tem muito atividade, os fins de semana estou na minha propriedade, gostaria de receber qualquer um que queira ver *in loco*, mas gostaria também de mostrar que nós já temos casos efetivos, não só o meu, de respostas excepcionais, mas eu sei que o que está amarrando hoje é a falta da política pública, que não está funcionando no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Muito bem, Senador Alysson Paolinelli. Mas está faltando ainda o Dr. Brent, da ONG Amigos da Terra, para que responda a indagação da Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Eu só pediria que o Dr. Vizentin, como está representando o governo, sobre a ideia de que o governo possa nesse PAC Ambiental incluir a questão de algo dessa natureza, já inclusive com as fontes, porque o Legislativo por mais que queira não consegue versar sobre recursos num Projeto de Lei. Ainda que no orçamento, obviamente, que a gente pode fazer as designações.

Eu sei que o Ministério do Meio Ambiente, é favorável, eu sei que o Dr. Vizentin, até na minha gestão trabalhou muito essa agenda, é como a gente constrói isso já como uma ação do Executivo, porque não há tempo a perder.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Muito bem.

SR. BRENT MILLIKAN: Bom, sobre a pergunta da Senadora Marina Silva, na realidade duas, sobre os próximos passos agora depois do seminário e a percepção dos representantes do agronegócio que tiveram no evento.

Eu vou até começar com a segunda pergunta. Uma coisa interessante que a gente viu no evento é que, em geral assim, a reação dos atores lá é que não houve contestação dos dados, nem do IMAZON, nem de Amigos da Terra, nem do *Greenpeace* e nem do Ministério Público.

Então, eu acho que houve um reconhecimento que existem problemas de fato e que algo precisa ser feito. A questão é mais assim: Quem faz e quem paga a conta, como é que a gente avança concretamente.

Eu acho que parte dessa atitude positiva, tanto foi talvez a pressão, mas eu acho que também o fato de que é possível vislumbrar soluções práticas, então não era assim, "a gente está num beco sem saída", que de fato existem alternativas.

E uma das coisas que a gente constatou e que eu já comentei é a necessidade de mais diálogo dentro da cadeia produtiva da pecuária. Nesse sentido, eu

acho que até isso é valido para o evento em geral, eu acho que foi um passo importante, mas outros passos precisam ser tomados no sentido de aprofundar o diálogo entre esses atores do setor privado da cadeia, do governo da sociedade civil, para dar desdobramentos muito concretos em relação ao que foi discutido em cima de temas chaves, que eu aludi aqui na minha apresentação.

Nesse sentido, houve uma discussão: Qual seria o espaço institucional mais adequado? Em geral assim, a percepção, a conclusão que se chegou é que deveria trabalhar a partir do que já existe. Uma coisa que já existe, que é considerado uma referência, que vários atores presentes no evento já participam é o grupo de trabalho da pecuária sustentável, que foi criada inicialmente por uma iniciativa do IFC, do Banco Mundial, que até teve um começo um pouco tumultuado e pouco dinâmico, depois dos eventos, em meados do ano, que ele começou a se mexer e inclusive já se criou uma associação a partir desse grupo de trabalho.

Então, foi assim um sentimento geral, inclusive de Ocimar Vilela, que coordena esse grupo que é da Marfrig, gerente da área ambiental da Marfrig. E de que isso seria uma reinvenção da roda tentar criar um outro grupo de trabalho, uma outra instância.

Por outro lado teve uma certa preocupação de que vários atores presentes, tanto do governo quanto da sociedade civil e até do setor econômico não participa desse grupo, então, como é que fica? Ele é um espaço aberto ou é uma clube do bolinha fechado, que não tem espaço para o outro?

Em geral, o que se colocou é que esses temas todos são importantes que foram discutidos no seminário, as questões como rastreabilidade, e que estariam em espaço aberto, eu acho que a questão é como é que se viabiliza isso, inclusive considerando que o governo não faz parte desse grupo.

Então, na medida em que tem uma série de ações que pode sem era feitas independentes do governo precisar esperar, mas tem outras que dizem respeito diretamente a políticas públicas, então é importante que haja de fato essa mesa redonda entre os três setores. O setor privado, com os vários elos da cadeia, os órgãos governamentais, como Marfrig, MMA, Ministério Público, etc. e a sociedade civil, desde os movimentos sociais, as ONGs e outros atores.

Teve inclusive representantes da COIAB, nesse evento das Organizações Indígenas, a pecuária ilegal é um tema que interessa é preocupa muito a eles.

Então, em geral, o encaminhamento foi nesse sentido. Eu acho que o desafio é assim, como dinamizar esse grupo de trabalho.

Em termos de alguns pontos específicos, só para falar rapidamente, sobre a questão do financiamento. Como eu coloquei, eu acho que o BNDES tem um papel importante. O desafio, nesse momento, uma oportunidade também é o fato de que o BNDES está num processo de revisão da sua carteira e da sua política ambiental, social, institucional.

Então, essas questões de orientação para o setor da pecuária podem ser abordadas e devem ser abordadas nessa discussão sobre a política do BNDES, aproveitando experiências inclusive com os padrões do IFC, com os acertos e erros do IFC, por exemplo, no caso da Bertin.

Então, isso é fundamental e eu só queria lembrar, inclusive, que tem uma Audiência Pública, um requerimento que me parece que foi aprovado, inclusive para discutir a política ambiental do BNDES, então, eu imagino que vai ser uma oportunidade para fazer isso.

A questão da rastreabilidade, eu falei um pouco sobre a questão de um sistema integrado de rastreabilidade. Eu acho que é um grande desafio de integração entre o Ministério do Meio Ambiente, o Mapa, os Estados, isso vai ser muito importante de fazer isso. O Ministério da Fazenda, na medida em que trata da questão tributária também.

Sobre o Cadastro Fundiário Ambiental, também trata-se de uma iniciativa que envolve necessariamente os Estados, os Governos Estaduais. Mas com forte apoio do MMA, do Ibama, que já vem fazendo desde o programa piloto e outras iniciativas. Então, eu acho que a relevância disso é super importante.

Sobre a questão da certificação, então, mais uma vez, eu acho que existe um desafio de valorizar e integrar o que já existe. Então, a iniciativa brasileira, a ABRAS, eu acho que saiu com uma iniciativa meio preocupada com a pressão de Ministério Público. Ao mesmo tempo, se vê que um processo de certificação precisa ser em parceria, sozinho o setor privado não vai ter a credibilidade e os critérios que precisa. Então, precisa ser uma iniciativa em conjunto e trabalhando com coisas como a iniciativa brasileira e o trabalho do IMAFLORA e etc.

Eu acho que é isso. Só para finalizar, eu só queria frisar duas coisas. A questão da discussão da pecuária é extremamente importante para a discussão tanto para a questão dos biocombustíveis, o etanol especialmente, e a questão da soja. Nos dois casos, o argumento que é muito factível se fazer é que possível fazer expansão dessas culturas em áreas de pecuárias subutilizadas e que nas áreas remanescentes de pastagem é possível aumentar produtividade.

Então, é um argumento inclusive que tem importância estratégica para os biocombustíveis e para

a soja, inclusive em relação aos mercados internacionais, só para frisar essa importância.

E, por último, dizer que a nossa ideia é divulgar o relatório do evento, no site de Amigos da Terra que é: amazonia.org.br.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu fico satisfeito, eu só gostaria de fazer um comentário, Dr. Brent, fico satisfeito com essa visão, que realmente nós precisamos também tratar os combustíveis fósseis e da contribuição dos biocombustíveis e a estratégia de utilização de áreas para a produção dos mesmos.

Que isso aí, eu vejo que até o *Greenpeace* fez um levantamento, já contratou uma empresa de mercado para avaliar qual é a potencialidade real dessas áreas de pecuária com pasto, que poderiam ser reaproveitadas na agricultura, especialmente na produção de biocombustíveis. Então, essa discussão é muito interessante, e é o caminho que o país deverá percorrer.

E eu me coloco desde já à disposição de nós trocarmos ideias sobre o projeto de rastreabilidade. Já que existe um projeto do governo nesse sentido, do qual eu também sou Relator e que nós estamos construindo, aonde eu vejo que essa integração da área da rastreabilidade também, da certificação ambiental, que seja incluído nesse processo para a gente poder discutir a forma de integração não só da rastreabilidade sanitária para os mercados, mas da sustentabilidade dessa produção no contexto também da certificação ambiental. Então, eu me coloco desde já à disposição.

Eu daria o Dr. Roberto Vizentin foi citado, eu daria a palavra a ele para as considerações finais da sua apresentação.

SR. ROBERTO VIZENTIN: E é uma honra ser citado pela Senadora Marina Silva.

Dois comentários, nada mais. O primeiro, se a sugestão da Senadora Marina Silva for pelo senhor acatada no sentido de abrir esse diálogo em relação a uma eventual propositura do Executivo, em relação a esse Projeto de Lei, eu tenho comigo que os companheiros do Mapa estão aqui, tem vários colegas o Ministério da Agricultura, nós poderíamos então encaminhar junto ao Ministro Stephanes, ao Ministro Minc, essa iniciativa que pudesse potencializar na linha de que a Senadora sugeriu.

O segundo comentário, eu acho que o Ministro Paolinelli, ele foi muito duro na crítica à condução da política agrícola pelo Governo Brasileiro, mas o senhor tem autoridade para fazê-lo. E nós a recebemos de forma muito--

SR. ALYSSON PAOLINELLI: Eu sou produtor rural.

SR. ROBERTO VIZENTIN: --Produtor rural. Foi Ministro e nós a recebemos de forma muito... Está certo, nós a recebemos de forma muito respeitosa, mas creio que não é a ocasião, mas talvez seja a oportunidade de nós aprofundarmos esse debate, fazer um balanço realmente, porque se tem um mérito para além dessas contribuições muito concretas que saíram dessa audiência, eu acho que foi essa possibilidade da gente situar esse projeto num contexto muito mais amplo.

Ele adquiriu aqui um papel, uma dimensão estratégica para a agricultura, para a pecuária e para o país e isso tem a ver com as críticas que o Dr. Paolinelli fez, por isso que eu advogo que seria o momento oportuno para um grande balanço, porque veja bem, sem delongas, Senadora Marina. Parte desse debate que envolve toda a discussão sobre a revisão da legislação ambiental, e nós sabemos que o Senador Gilberto Goellner, como membro da frente da agropecuária é um engajado militante dessa causa tem a ver um pouco com essas perspectivas de futuro.

É óbvio que tem uma questão da porteira para dentro, no sentido dos constrangimentos eventuais que a Legislação causa para o setor produtivo, mas muito mais do que isso, trata-se de uma disputa que está sendo afeita agora, talvez de forma não tão visível, em relação à apropriação do espaço, do espaço do território nacional, para dar sustentação para essa projeção que indica que a agricultura brasileira, nos próximos 20, 30 anos, na sua inserção analógica, produtiva internacional da economia globalizada terá que crescer muito.

Então, o debate de fundo é esse, quais são realmente essas demandas que a agricultura tem em relação à incorporação de novas áreas? Ou que o nós temos já convertida seria suficiente para dar sustentação a partir de políticas como essa, por exemplo, para integração lavoura e pecuária? Não estaríamos antecipando talvez um debate que, se for necessário, teria que acontecer lá na frente. Mas para quê?

E nesse sentido, eu concluo, Senadora Marina Silva, e Senador Gilberto Goellner, de que a estratégia, companheiro da CNA, me permita assim dizê-lo de forma, obviamente, muito respeitosa também.

Mas eu acho que a estratégia da frente da agropecuária e a própria posição política defendida pela CNA está na contramão, isso não diminui em nada o mérito do debate, a legitimidade do que está sendo defendido absolutamente legítimo, mas veja que esse papel que nós queremos nas palavras da Ministra Marina Silva, criar uma nova narrativa para a agricultura brasileira não pode ser construída essa narrativa em cima de uma afronta à Legislação Ambiental, isso vai

na contramão do que está colocado hoje como mais moderno no mundo inteiro.

Então, quer dizer, a competitividade, o fortalecimento da agricultura, da pecuária, do agronegócio, que têm um papel nesse e em qualquer outro governo de sustentação da balança comercial, de âncora para o financiamento inclusive do desenvolvimento da indústria, não pode ser feita. Acho eu que acaba sendo um tiro no pé, um tiro pela culatra, elegendo como questão central para desbloquear os entraves que a agricultura passa hoje o debate sobre a Legislação Ambiental.

Cabe um debate sobre a legislação, nós devemos fazê-lo e há muito para ser aperfeiçoado. Não podemos ter nenhuma atitude conservadora nesse sentido daqui legislação está aí e não se mexe e estamos fazendo efetivamente.

Mas esse foco estratégico de que competitividade, o fortalecimento e o futuro da agricultura brasileira da expansão do agronegócio passa pela mudança do marco da Legislação Ambiental, como centro, eu acho que realmente pode não ser a melhor saída.

Então, eu, com isso agradeço, já entendendo que não nos cabe mais se não agradecer oportunidade o convite. Faço essa sugestão inclusive que o Ministro Stephanes pudesse ser convidado partindo das críticas positivas, construtivas que o Ministro Paolinelli fez aqui, que a gente pudesse fazer esse debate. Quais são realmente as limitações hoje da política agrícola brasileira?

Eu, sem prolongar, entendo que talvez poucos governos tenham feito tanto para a agricultura, como o nosso governo tem feito. A negociação da dívida externa a abertura de novos mercados, o aumento do crédito para a agricultura patronal e familiar também. Mas enfim, isso já é um outro debate. Fica essa sugestão e queria muito agradecer oportunidade dessa manifestação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu passo a palavra ao Dr. Alysson Paolinelli, que também vai fazer algumas considerações e dar sua palavra final.

SR. ALYSSON PAOLINELLI: Não, só ele fez referência a minha posição, eu gostaria de deixar especialmente com muito prazer ao meu colega, ele também é colega de profissão, Roberto Vizentin, que eu acho que está havendo uma certa dúvida.

O que nós temos hoje como posição no setor produtivo é que o governo deve ter a mesma eficiência na ação de política agrícola, como ele está querendo ter na ação ambiental, com uma legislação que nós consideramos um tanto esdrúxula.

O governo não está considerando que o Brasil é um país diferente, um país que tem os seus biomas, são biomas completamente diferentes, que nos levou quase 500 anos e foi a criação da EMBRAPA, fundamental para isso. Para que nós efetivamente conhecêssemos esses biomas, pelo menos parte deles, não estamos conhecendo todos não e aprendêssemos a manejá-los de forma sustentável.

Eu não tenho dúvida que no balanço que a EMBRAPA está preocupada e começando fazer ela vai demonstrar que a agricultura mais sustentável do globo hoje é a agricultura tropical brasileira, com muito menos... A equação do carbono é positiva, especialmente, quando se leva em conta esse manejo que a EMBRAPA tem sugerido. O manejo com integração, plantio direto, menor nível de mexer com a terra, cultivo mínimo, chamado cultivo mínimo e outras posições, vocês vão ver que é diferente a agricultura [soa a campainha] brasileira e a legislação não levou em conta isto.

O que nós estamos querendo é discutir essa Legislação Ambiental, para colocá-la sob base técnica e científica, onde não tiver vamos buscar juntos.

Em segundo lugar, que eu acho que é importante, a agricultura brasileira precisa urgentemente de que haja uma revisão da política agrícola, o Brasil hoje esbanja a sua força agrícola contra o seu produtor. Não venha com essa história que o Brasil tem crédito agrícola, não tem. Vá aos grandes produtores, vocês vão ver que eles dependurados nas multinacionais que os financiam.

Aliás, essa foi uma crítica do próprio governo, recentemente, a uma multinacional, acho que está havendo uma distorção aí que precisa ser corrigida, se o governo deixou de fazer alguém tem que fazer. [Interrupção do áudio] à acerca de 12 ou 15 anos, fazendo aquele discurso dele dizendo que não ia dar mais preço mínimo, que ia garantir renda mínima, eu achei que ele tinha ficado doido. Eu fui lá estudar, passei lá estudando, gostei mais até do sistema espanhol. Foi através do seguro rural, eles hoje garantem renda. E o Brasil? Nem o preço mínimo.

Então, eu acho que o que está havendo é uma visão errônea, estamos querendo evoluir no sentido e de forma errada, que é esse sistema finalista em cima do produtor, pelo que ele não realizou e será que foi ele? É esse que está aí que está sendo penalizado?

Olha nós temos encontrado uns casos ali esdrúxulos, nós achamos que tem que ser revisto isso. Queremos caminhar na direção de uma agricultura altamente sustentável que os nossos biomas sejam preservados e que a agricultura seja aquilo que nós temos condição de fazer, a mais sustentável do globo, mas para isso é preciso que se caminhe nas duas direções. [soa a campainha]

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Só uma breve questão, eu acho que já encerrou [interrupção do áudio] talvez facilite para a continuidade dessa Audiência Pública, partirmos de um ponto, em primeiro lugar, essas práticas da integração lavoura pecuária, lavoura floresta, pecuária floresta, ela não existe ainda para que a gente diga que o que está acontecendo no território já está perfeito em função dessa possibilidade, ainda é uma possibilidade.

Segundo, eu não tenho a concordância de que a Legislação Ambiental, como disse o Dr. Mangabeira Hunger, é uma invenção de ambientalistas que tem interesses escusos é uma boa legislação, e deve ser cumprida criando os meios para que seja cumprida. O erro é quando se parte do princípio de que não existe um problema a ser resolvido e aí a gente não resolve o problema.

Eu acho que existe a falta dos incentivos, dos mecanismos para que se cumpra a legislação, mas a legislação é boa e não há como retroceder. Os erros do passado nós não sabíamos, mas no presente nós sabemos e não temos o direito de querer persistir no erro.

Obviamente, que é uma tristeza que aqui tenha tido apenas um voto. É uma alegria que o projeto será recuperado para que a gente possa partir progressivamente, para fazer o dever casa, enquanto é tempo. Tanto do ponto de vista dos mecanismos que devem ser criados, quanto do ponto de vista da implementação do marco legal.

É só para que a gente dê continuidade a esse debate, que foi muito rico da parte de todos, e que a gente possa partir de um dado a realidade, temos um problema a resolver em todos os sentidos. E se a gente negar a realidade, a gente não vai conseguir resolver problema.

Então, está de parabéns V. Exa. pela condução dos trabalhos, as contribuições todas que foram dadas aqui, para que a agora a gente recupere o projeto no novo patamar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Muito obrigado, Senadora Marina.

Eu só gostaria antes de concluir, lembrar a todos os Senadores dessa Comissão e também da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para que amanhã vai acontecer aqui nessa sala, às 9h30 da manhã, uma Audiência Pública, com o objetivo de debater sobre a atuação do Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade, desde a sua criação.

Então, dando a partir dessa comunicação, dou por encerrada a presente Audiência Pública, que teve como objetivo: Instruir os projetos de uma política pública de integração lavoura, pecuária, silvicultura.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 14h08.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 28ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e quarenta e seis minutos do dia quinze de setembro de dois mil e nove, na Sala nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores (as) Senadores (as) **JOÃO PEDRO, WELLINGTON SALGADO, VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELLNER, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, JEFFERSON PRAIA, CÉSAR BORGES, DELCÍDIO AMARAL, FLEXA RIBEIRO** e **ADELMIR SANTANA.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência passa à deliberação da pauta. **Item 1) REQUERIMENTO Nº 71, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO**. Requer, nos termos do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), dia 12 de novembro de 2009, com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), Serviços de Infraestrutura (CI), Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) destinada a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com os seguintes convidados: Vincent Defourny – Representante da UNESCO do Brasil; Marco Antonio Raupp – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Jacob Palis Júnior – Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e Representante de renome da comunidade acadêmico-científica. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: Aprovado. **Item 2) REQUERIMENTO Nº 72, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO**. Requer, nos termos regimentais, que

seja designada uma comissão para representar a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle na 15ª Conferência das Partes sobre o Clima COP-15, que será realizada no período de 7 a 18 de dezembro de 2009, na cidade de Copenhague, Dinamarca. Autoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE e Senadores FLEXA RIBEIRO e CÍCERO LUCENA. Resultado: Aprovado. **Item 3) REQUERIMENTO Nº 73, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO**. Requer, nos termos dos artigos 90, inciso II Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, que seja aprofundando o conhecimento desta Comissão sobre o parâmetro de preços utilizados para as obras públicas, e que sejam convidados os representantes das seguintes instituições: Represente da CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA -responsável pela manutenção e gestão do sistema SINAPI; Representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes- DNIT- responsável pela manutenção e gestão do SICRO; Representante do Tribunal de Contas – TCU- responsável pelas auditorias e utilização dos sistemas SINAPE e SICRO; e Representante da Controladoria Geral da União – CGU-responsável pelas auditorias e utilização dos sistemas SINAPI e SICRO. Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA. Resultado: Aprovado com aditamento do Senador RENATO CASAGRANDE para inclusão de representantes da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA e da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção – ABRAMAT. **Item 5) REQUERIMENTO Nº 74, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO**. Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, no intuito de debater a experiência brasileira na utilização de energia nuclear nas usinas de Angra I e Angra II, tendo como convidados o Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletronuclear, o Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia e o Sr. Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente. Autoria: Senadores JOÃO PEDRO, AUGUSTO BOTELHO e FLÁVIO TORRES. Resultado: Aprovado com aditamento do Senador FLEXA RIBEIRO, para que a audiência seja realizada em conjunto à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. **Item 6) REQUERIMENTO Nº 75 , DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO.** Requer, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o PLS 150/2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para regulamentar a propaganda de alimentos. Para tanto, solicito que sejam convidados: Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Coordenadora-Geral do Centro de Pesquisa em Alimentação Saudável do Departamento de Nutrição da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília – UNB; Presidentedo Instituto ALANA; Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA; Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Promocionais – APPROM; e Presidente da Associação de Marketing Promocional – AMPRO. Autoria: Senadora MARISA SERRANO e Senador GILBERTO GOELLNER. Resultado: Aprovado. **Item 7) RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DAS ÁGUAS.** Relatoria: Senadora MARISA SERRANO. Parecer: Favorável à matérias com as seguintes recomendações: disponibilizar toda a legislação federal, estadual e municipal sobre os recursos hídricos, por meio do Interlegis, de maneira a criar um banco de dados disponível a todos os interessados; promover um ciclo de debates sobre as deficiências da legislação brasileira sobre a gestão dos recursos hídricos e que terá como resultado a elaboração de projetos de lei e recomendações ao Poder Executivo que tornem nossa legislação mais adequada; incentivar e participar de iniciativas para a construção do Pacto Federativo entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com o objetivo de estabelecer metas para a implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos e dos órgãos e estruturas que compõem o SNGRH, em especial os Comitês de Bacia; promover um ciclo de debates no Parlamento do MERCOSUL para discutir as questões referentes às águas fronteiriças, superficiais ou subterrâneas; harmonizar a legislação das águas transnacionais através do Parlamento do MERCOSUL; enviar o relatório da Subcomissão aos Presidentes do Senado, da Câmara e aos Parlamentos Estaduais e Câmaras dos Vereadores; enviar o Relatório ao Parlamento do MERCOSUL; encaminhar o Relatório à ANA, sugerindo o seu envio às entidades e organizações que compõem o SNGRH. Resultado: Aprovado. **Item 8) AVISO Nº 38, DE 2002 - NÃO TERMINATIVO**. Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 456, de 2002 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao Relatório de Auditoria Operacional realizada no Setor Elétrico Brasileiro (Ministério de Minas e Energia, Agên-

cia Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica), com o objetivo de identificar as causas da crise de abastecimento no setor elétrico, bem como as possíveis soluções para o setor, no intuito de evitar racionamento de energia nos próximos anos (TC - 005.308/2001-6). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria "ad hoc": Senador FLEXA RIBEIRO. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. **Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 566, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO.** Altera dispositivos do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para regular a cobrança de anuidades pelo Conselho Federal de Contabilidade. Autoria: Senador NEUTO DE CONTO. Relatoria "ad hoc": Senador CÍCERO LUCENA. Parecer: Favorável à matéria com as emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CCJ/CAS e Emenda nº 5-PLEN. Resultado: Aprovado com pedido de urgência regimental. **Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2009 - NÃO TERMINATIVO.** Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Reutilização de Água (FUNREÁGUA). Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA. Relatoria "ad hoc": Senador JEFFERSON PRAIA. Parecer: Favorável à matéria com as duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado com as emendas nºs 1 e 2-CMA. **Item 13) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO.** Dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras. Autoria: Deputado FERNANDO GABEIRA. Relatoria "ad hoc": Senadora MARISA SERRANO. Parecer: Favorável à matéria nos termos do substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: Aprovado com a emenda nº 1-CCJ/CMA (substitutiva). EXTRAPAUTA, são deliberados os requerimentos a seguir elencados. **REQUERIMENTO Nº 77, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO.** Requer, nos termos do artigo 90, incisos XI a XII, e 215, caput, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no dia 2 de dezembro do corrente ano, de um evento que marque a criação da Rede de Fiscalização e Controle do Poder Legislativo. Para tanto, fica autorizada a Secretaria desta Comissão de Fiscalização e Controle, em parceria com outros órgãos da Casa, a adotar as providências necessárias para o cumprimento desse requerimento. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: Aprovado. **REQUERIMENTO Nº 78, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO.** Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, tendo como convidado o Sr. Sérgio Machado Rezende, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e a Dra. Bertha Koiffmann Becker, professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para debater o livro "um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições. Autoria: Senador JOÃO PEDRO. Resultado: Aprovado. A Presidência comunica aos Membros da Comissão que : **a)** haverá Reunião Conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal e da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados para apresentação – pelo Presidente do Banco Central – da avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetárias creditícia e cambial, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, a realizar-se no dia dezessete de setembro, às nove horas e trinta minutos, no Plenário 2 do Anexo Luiz Eduardo Magalhães, Câmara dos Deputados; **b)** em vez da Reunião Ordinária da Comissão, na próxima terça-feira, haverá Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, para instruir o Projeto de Lei do Senado 73/2007, que regulamenta as atividades de pesquisa produção, importação, liberação no ambiente de comercialização de clones de mamíferos – exceto humanos –, peixes, anfíbios e répteis, a realizar-se no dia vinte e dois de setembro, às nove horas e trinta minutas, no Plenário 07 da Ala Alexandre Costa. A Presidência adia a deliberação dos demais itens da pauta. **Item 4) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO.** Requer, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal e do art. 102-A, inciso I, alínea e, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada pelo Tribunal de Contas da União auditoria relativa à eficácia na concessão, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, das diferentes modalidades de licenciamento ambiental de sua competência em empreendimentos custeados com recursos federais, abrangendo o exame das seguintes questões de auditoria (sem prejuízo de outras que o Tribunal de Contas entenda pertinente acrescer): a) A concessão de cada modalidade de licença ambiental é emitida nos prazos previstos pela legislação? b) Existe alguma evidência ou indicação de que os prazos efetivamente cumpridos pela autoridade ambiental para a concessão de cada modalidade de licença afetam de algum modo a viabilidade dos cronogramas de execução dos projetos licenciados, ou elevam significativamente os custos dos empreendimentos como decorrência de eventuais atrasos? c) Na hipótese de ocorrência de qualquer uma das inadequações previstas nas alíneas

anteriores, quais são os principais fatores que ocasionam o descumprimento dos prazos legais ou a manutenção de prazos de licenciamento inconsistentes com as necessidades mínimas de previsibilidade do planejamento das obras e investimentos públicos? Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA. Resultado: Retirado pelo autor. **Item 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2006 - NÃO TERMINATIVO**, que "autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica". Autoria: Presidente da República. Relatoria "ad hoc": Senador JEFFERSON PRAIA. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CCJ e com as duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2009 - NÃO TERMINATIVO.** Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento. Autoria: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Adiada a matéria e aprovado o Requerimento nº 76, de 2009-CMA, de autoria do Relator, a fim de se realizar audiência pública, com a participação de representantes da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN, do Banco Central e dos consumidores. **Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO**. Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor. Autoria: Senador VALDIR RAUPP. Relatoria: Senador JOÃO RIBEIRO. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, DE 2007 – TERMINATIVO.** Altera o art. 2º da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, para dispor sobre área de preservação permanente (APP) em áreas urbanas. Autoria: Senador NEUTO DE CONTO. Relatoria: Senadora MARISA SERRANO. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. **Item 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 – TERMINATIVO.** Altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público. Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR. Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 – TERMINATIVO**. Acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato. Autoria: Senador AUGUSTO BOTELHO. Relatoria: Senador ALMEIDA LIMA. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 – TERMINATIVO.** Institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente. Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO. Relatoria: Senador VALDIR RAUPP. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2007 – TERMINATIVO**. Dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Relatoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CCT e outra emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO.** Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Relatoria: Senador GIM ARGELLO. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2008 – TERMINATIVO.** Estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014. Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR. Relatoria: Senador CÍCERO LUCENA. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2009 – TERMINATIVO**. Altera o parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar o prazo de cinco dias para devolução ao consumidor dos valores pagos indevidamente. Autoria: Senador GIM ARGELLO. Relatoria: Senador JOÃO PEDRO. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2005 – TERMINATIVO**. Dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências. Autoria: Senador PEDRO SIMON. Relatoria: Senador INÁCIO ARRUDA. Parecer: Favorável à matéria com as emendas aprovadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: Adiado. O Senador FLEXA RIBEI-

RO solicita à Presidência informações sobre Audiência Pública com o Presidente da Petrobrás, Dr. Sérgio Gabriellli, de acordo com o Requerimento nº 64, de 2009-CMA, de autoria do Senador JEFFERSON PRAIA. O Presidente esclarece que a Secretaria da Comissão adotará providências no sentido de realizar essa audiência o mais breve possível. Usam da palavra os Senhores Senadores **MARISA SERRANO, FLEXA RIBEIRO, JOÃO PEDRO, JEFFERSON PRAIA, CÍCERO LUCENA e CÉSAR BORGES.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 15/9/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Srs. Senadores que estiveram de acordo com o dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata.

Item Nº 1. Item Nº 1 é um requerimento: Requer, nos termos dispostos do Art. 93 do Regimento Interno, realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, dia 12 de novembro de 2009, com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte; Serviços de Infraestrutura; Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com os seguintes convidados: Vincent Defourny – Representante da UNESCO; Marco Antônio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Jacó Palis Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Ciência e um representante de renome da comunidade acadêmica científica. Este requerimento será aprovado amanhã na Comissão de Ciência e Tecnologia em uma sessão conjunta. O Senador Flexa Ribeiro deve ser um parlamentar que tenha mais conhecimento da importância do tema, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para que possa rapidamente fazer a justificativa dessa Audiência Pública.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, dia 12 de novembro próximo será comemorado o Dia Mundial pela Paz e Desenvolvimento da UNESCO. Nós propusemos, junto com V. Exas. aqui na Comissão de Meio Ambiente, uma sessão especial no Plenário do Senado Federal, envolvendo várias comissões, a Comissão de Meio Ambiente, a Comissão de Ciência e Tecnologia, a Comissão de Infraestrutura, a Comissão de Educação, a Comissão de Defesa Nacional e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Para que nós pudéssemos ter nesse dia, essa sessão especial com a participação de todos os senadores, membros desta Comissão para ouvirmos dois convidados, o representante da UNESCO no Brasil, Sr. Vicente Defourny, o Presidente da Associação Brasileira para o Progresso da Ciência, Marco Antônio Raupp, o Presidente da Academia Brasileira de Ciência, Dr. Jacó Palis; e com certeza absoluta, como nesse dia se comemora o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, todas essas comissões têm como objeto de discussão da sua ação no Senado Federal, a questão da ciência, a questão do desenvolvimento e a paz perpassa por todos nós, brasileiros. Então, eu tenho certeza absoluta que vamos ter esta sessão, essa Audiência Pública, uma sessão especial no Plenário do Senado bastante concorrida e que possa levar a todos os brasileiros através da TV Senado e da Rádio Senado, não só as informações que os nossos três convidados trarão, mas também a participação de todos os senadores.

Eu quero agradecer a V.Exa. por ter atendido o requerimento e subscrito, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu que agradeço, Senador Flexa Ribeiro. Em discussão. Em votação o requerimento, os senadores que forem favoráveis a matéria, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Os demais requerimentos, os senadores não estão ainda presentes. Eu vou fazer então, pedir a permissão de V. Exas., para pedir incluir um requerimento extrapauta de minha autoria. Os Senadores que forem favoráveis à inclusão, permaneçam como se encontram. Aprovado. Este requerimento solicita para que no dia 2 de dezembro de 2009, façamos um evento que marque a criação da rede de fiscalização e controle do Poder Legislativo. Nós teremos uma programação, onde a Comissão de Fiscalização e Controle vai fazer um evento chamando as comissões de fiscalização e controle das Assembléias Legislativas onde não tem, que a gente incentive ter, de algumas Câmaras Municipais mais importantes para que a gente possa discutir o projeto de lei que estabelece a transparência nas administrações

públicas, que a gente discuta essa forma integrada de fazermos o controle da administração pública através do Poder Legislativo. Então, teremos um dia de seminário para que a gente implante a rede de fiscalização e controle do Poder Legislativo. Então, Senador Cícero Lucena e Senador Flexa Ribeiro, é um requerimento importante porque visa criar essa rede de controle do Poder Legislativo. Essa rede de controle terá que ter a participação do Senado, da Câmara, a participação das Assembléias Legislativas e de algumas Câmaras de municípios mais importantes, que têm grandes investimentos, o Poder Legislativo tem uma função importante na área de fiscalização, exerce às vezes mal essa função, ficamos muito mais num campeonato de apresentação de projetos e a parte de controle e de fiscalização fica colocada num plano inferior. Portanto, nós vamos fazer um seminário, estamos propondo fazer um seminário dia 2 de dezembro, e estou apresentando o requerimento, para que a gente possa marcar essa data e fazermos este seminário que posteriormente apresentarei uma sugestão de programação para V. Exas., junto, naturalmente com a consultoria da casa, com a consultoria do Senado, que tem me subsidiado na elaboração, na formatação deste seminário. Em discussão a ma matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Vamos então ao item de Nº 10. O relator é o Senador Flexa Ribeiro para Projeto de Lei do Senado Nº 138, de 2009. Acrescenta Art. 2 º-A com §§ 1º e 2º, da Lei 10.214 de 2001, para dispor que o boleto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro para que possa se posicionar, ou pedir mais tempo, como já disse, com relação à matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Renato Casagrande, Srs. Senadores. Meu parecer já está pronto e entregue já há algumas semanas à Secretaria da Comissão, favorável ao projeto do Senador Antônio Carlos Valadares. Nesse ínterim, fui procurado por representantes da FEBRABAN questionando dificuldades operacionais para a aprovação do projeto, tal como ele foi elaborado pelo Senador Antônio Carlos Valadares. Confesso que algumas das dificuldades que me foram relatadas, eu não as considero insanáveis, pelo contrário, eu acho que elas podem muito bem ser resolvidas em benefício do consumidor, que é o que nós pretendemos e que pretende também o autor do projeto, Senador Antônio Carlos Valadares, ou seja, facilitar a vida do consumidor, do usuário do sistema bancário, de tal forma que ele possa mesmo após o vencimento do boleto, pagá-lo em qualquer agência que for de maior comodidade para si. Diferentemente do que ocorre hoje, que só lhe é permitido até o vencimento do boleto. A partir daí, ele terá que pagar no banco que é detector do título de cobrança. Ora, se por algum motivo houver uma dificuldade no cumprimento daquele prazo estabelecido, o usuário vai ter que ir, se tiver 10, 12 compromissos a pagar, terá que ir em 10, 12 bancos diferentes fazer esse pagamento. Então, o Senador Antônio Carlos Valadares quis estender esse prazo para que ele possa, mesmo a após o vencimento, fazer o pagamento do boleto em qualquer agência, facilitando o comprimento da sua obrigação. Só que o Senador Antônio Carlos Valadares coloca esse prazo indefinido, ou seja, um ano, um mês, dois meses após ainda é possível pagar esse boleto. Aí me foi trazido um questionamento, que existe um prazo que é estipulado no boleto, para que na falta do pagamento o título seja encaminhado para o cartório de protesto. E que pode ocorrer que esse título tendo sido encaminhado, o usuário vá a um outro banco e faça o pagamento do boleto, ele já tendo sido encaminhado ao cartório. Então, eu... não, não quero pedir tempo mais. Já pedi. Eu gostaria de fazer um requerimento na forma oral, encaminho por escrito, para que a gente possa fazer uma Audiência Pública, trazendo aqui o representante dos usuários do sistema financeiro, quer dizer, os consumidores, e o representante da FEBRABAN para que a gente possa, se algum senador tiver também alguma sugestão para que possa haver um outro convidado, que possa dirimir alguma dúvida, talvez.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sugiro a V.Exa. o Departamento de Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ótimo. Desde agora já aceito essa brilhante, como sempre, indicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mais a FEBRABAN.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A FEBRABAN...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Defesa do consumidor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Defesa do consumidor do Ministério da Justiça, e o representante dos consumidores.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está ótimo. Algum órgão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Algum órgão de representação dos consumidores. Aí V.Exa. pode marcar dentro da agenda da Comissão o

mais breve possível, para que nós possamos colocar em pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está certo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em princípio, salvo algum esclarecimento que venha a convencer da necessidade de mudar a parecer, eu mantenho o parecer pela aprovação. Mas quero aprofundar a discussão através dessa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, então, a matéria fica adiada até a realização da Audiência Pública e já aprovado o requerimento, mas esperando formalmente o documento encaminhado por V.Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Encaminharei daqui a pouco a V.Exa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Marisa Serrano, pela ordem.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Presidente. O Senador Gilberto Goellner não pôde estar aqui nessa manhã, e conversou comigo o item Nº 6, que é não terminativo, que é solicitação de uma Audiência Pública para fazer conjunto com a CAS de um projeto da minha autoria. E eu gostaria de ver se é possível nós fazermos a votação desse projeto hoje ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É o requerimento?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É possível. V.Exa. assina em conjunto com o Senador Gilberto Goellner. E votaremos em seguida, depois da votação do item 5, que é de autoria do Senador João Pedro, Augusto Botelho e Flávio Arns, que é o requerimento que visa debater experiência brasileira na utilização de energia nuclear nas usinas de Angra 1 e Angra 2, tendo como convidados o Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletronuclear; Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento Desenvolvimento de Energia do Ministério de Minas e Energia; Sr. Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente. Com a palavra Senador João Pedro, um dos autores.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, os três Senadores signatários dessa propositura e mais o Deputado Maurício Rands, nós visitamos Angra 1, 2 e a construção de Angra 3. Trata-se de energia nuclear.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Construção de Angra 3 ainda não começou.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Começa a parte de terraplanagem, não, terraplanagem. Bem ao lado de Angra 2 e Angra 1. E nós achamos importante que no âmbito desta Comissão, nós possamos fazer um debate sobre energia nuclear. Esse é requerimento. Eu aproveito, Sr. Presidente, para dizer, eu tenho um outro requerimento, e gostaria que fosse lido extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos votar primeiro, o item 5.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o item Nº 5. Senador João Pedro, Augusto Botelho, Flávio Arns. Não havendo quem queira discutir. Para discutir, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, a solicitação de uma Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente para discutir a utilização da energia nuclear, a Usina Angra 1 e Angra 2. Eu diria, Senador João Pedro, V.Exa. que é um dos subscritores do requerimento, poderíamos discutir logo a implantação também da retomada das obras da Usina Angra 3, que já está no projeto do governo para isso. E eu gostaria, se tiver anuência dos subscritores, que nós possamos fazer em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia essa Audiência Pública, que trata de uma fonte energética--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Matéria importante para as duas comissões.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fonte de energia que tem tudo a ver com questão da ciência e tecnologia, e nós precisamos discutir isso. Eu quero parabenizar os Senadores João Pedro, Augusto Botelho e Flávio Arns, que trazem à Comissão de meio ambiente esse assunto, que é da maior relevância para a produção de energia para o desenvolvimento do nosso país.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Da minha parte tem acordo. Não tenho problema. Fazemos a audiência com a outra Comissão, junto com a Ciência e Tecnologia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já fica aprovada aqui em conjunto e nós aprovaremos o mesmo requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos fazer um adendo, um acréscimo ao requerimento, uma Audiência Pública

em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia e V.Exa. aprova.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O mesmo requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O mesmo requerimento na Comissão de Ciência e Tecnologia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na Comissão de Ciência e Tecnologia. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em votação o requerimento de audiência pública conjunta, Comissão de Meio Ambiente e Comissão de Ciência e Tecnologia. Senadores que forem favoráveis a matéria, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em discussão agora o item Nº 6, que seja feita uma Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais para instruir o PLS 150, de 2009 de autoria da Senadora Marisa Serrano, que altera o Decreto nº 986, de 21 de outubro 69, para regulamentar a propaganda de alimentos. Para tanto solicita que sejam convidados o Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Coordenadora Geral do Centro de Pesquisa e Alimentação Saudável do Departamento de Nutrição da Faculdade de Ciências da Saúde da UNB; Presidente do Instituto ALANA; Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação; Presidente da Associação Brasileira de Fabricantes de Produtos Promocionais e Presidente da Associação de Marketing Promocional. Quem é assina o requerimento é o Senador Gilberto Goellner e Senadora Marisa Serrano, a quem passo palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. A motivação em fazer essa Audiência Pública juntamente com CAS, é porque terminativo na CAS. E era importante que nós pudéssemos debater junto e ouvir juntos as pessoas que têm de alguma forma implicação numa proposta como essa. Primeiro, Sr. Presidente, que nós estamos acompanhando as pesquisas nacionais e internacionais que mostram que as nossas crianças têm tido uma dieta não recomendável, não saudável. Porque geralmente a propaganda indica que as crianças possam consumir um alimento, pela propaganda, por quem está apresentando um alimento, se é algum herói da criança, se é alguém que ele gosta muito, é claro evidente que isso também influi no alimento da criança. E as crianças pequenas, até 4 anos de idade, elas não têm ainda, elas têm muita dificuldade e as pequenininhas não fazem nenhuma distinção entre o que é filmezinho na televisão e o que é o comercial. Para elas, o comercial faz parte do filme. E é claro que a indústria, sabendo disso, para o público infantil tem todo um apelo, comprar um chocolate que tem um bichinho dentro, é claro que a criança quer o bichinho que está dentro do chocolate, mas tem comer o chocolate, tem que comprar o chocolate e assim por diante. O que eu espero fazer um Projeto de Lei baseado naquilo que tá no mundo todo, há países como o Canadá, por exemplo, que proíbe, não tem propaganda nenhuma para criança, na televisão não pode ter. Mas a maioria dos países tem horários específicos, tem uma regulamentação maior para fazer com que as nossas crianças sejam protegidas, porque é nossa função fazê-lo. Então, a proposta é essa e que a gente possa fazer essa audiência conjunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Continua em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores que forem favoráveis à matéria permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, V.Exa. me permite, só para...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador...

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu gostaria de no item 4, eu gostaria de refazê-lo para solicitar um requerimento de informações, eu pediria para que fosse retirado de pauta, para apresentar mais a frente. Muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Retirado o item 4.

E o Senador João Pedro tem um requerimento que solicita a inclusão extrapauta. Em apreciação a solicitação do Senador João Pedro, inclusão extrapauta, em votação. Aprovado o requerimento extrapauta, e o requerimento do Senador João Pedro: Convido o Sr. Sérgio Machado Rezende, Ministro da Ciência e Tecnologia, a Dra. Bertha Koiffmann Becker, professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro para debater o livro Um Projeto para a Amazônia no Século XXI - Desafios e Contribuições. Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadora Marisa. É uma obra, eu penso que todos nós Senadores recebemos essa obra, eu recebi, é do Ministério de Ciência e Tecnologia e de um conteúdo inovador, sério, atual, que trata da nossa Amazônia, Senador Flexa Ribeiro. É uma obra que merece uma reflexão aqui na Comissão de Meio Ambiente, daí a importância desse requerimento em trazer o nosso Ministro e trazer esta doutora que conhece, é de São Paulo, é da USP, mas conhece a Amazônia, conhece o Brasil e ela é coordenadora desta obra. Então tratar o livro, tratar a obra, que é uma obra para o presente, mas fundamentalmente para o futuro do nosso país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão, o requerimento do Senador João Pedro. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os favoráveis a matéria, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O item nº 3, do Senador Jefferson Praia, um requerimento para a Audiência Pública sobre o parâmetro de preços utilizados para as obras públicas. E que sejam convidadas as seguintes instituições: Presidente Representante da Caixa Econômica Federal, representante do Departamento Nacional de Infraestrutura e de Transportes o DNIT, representante do Tribunal de Contas da União, representante da Controladoria Geral da União. Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, é muito importante que nós, já que temos acompanhado nas CPIs, a CPI da Petrobrás e em outros casos, essa questão relacionada aos preços das obras públicas. Por isso, eu estou fazendo esse requerimento para que possamos perceber o trabalho feito por essas instituições, quais são as metodologia adotadas, como é que nós poderemos convergir para termos, dentro do contexto das obras públicas, preços em que possamos não perceber as divergências que acontecem na atualidade quando uma instituição utiliza para avaliação de preço, utiliza uma instituição, e outros utilizam outros parâmetros, portanto, é muito importante que nós façamos essa Audiência Pública para discutirmos, porque entendo que dentro do contexto das obras públicas no nosso país, a questão relacionada aos preços é fundamental e precisamos avançar no sentido de organizarmos mais essa questão dos preços em obras públicas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão. Senador Cícero Lucena com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, só para parabenizar o Senador Jefferson Praia, porque eu acho que fundamental nós termos exatamente esse debate, essa discussão nessa Comissão de Controle e Fiscalização, porque as informações que nos chega é exatamente que órgãos, ou que tem o papel de elaborar determinados parâmetros de preços, ou os que têm de fiscalizar, cada um adota uma metodologia, e quem lida na administração pública sabe que existem condições e particularidades que nem sempre pode ser adotado o mesmo serviço, a mesma condição de preço, que você adota pela condição do país na sua extensão, pela condição às vezes de transportes, você não pode acreditar que, por exemplo, o custo de um metro quadrado de alvenaria no rincão da Amazônia, que é transportado material de canoas e aquilo outro, é mesma coisa do custo feito numa cidade. Às vezes nós temos diferença na própria cidade. Por exemplo, uma alvenaria, um metro quadrado de alvenaria de um apartamento de tijolo de seis furos, ele não pode ter o mesmo preço que tem o metro quadrado de uma alvenaria em uma favela, porque a favela tem uma série de fatores, inclusive de segurança, de roubo de material, de dificuldade de acesso. Então, é importante que isso seja tratado de forma técnica, responsável, e que haja essa variação permitida e discutida e reconhecida pelos técnicos, não por qualquer outro tipo de influência.

Então eu acho muito feliz e oportuno essa chance de nós debatermos com os órgãos que nós sabemos que tem atuação nesse processo, como a Caixa Econômica, que é quem faz a gestão do CINAPE, como o DNIT que cuida estrada, que é outro sistema de construção, como o representante do Tribunal de Contas, que analisa como um todo. A própria CGU, que embora seja um órgão, em tese, do governo que pode estar sujeito a eventualmente a influências políticas. Então, é importante que nós tenhamos esse debate, essa discussão aqui, nessa Comissão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu só queria--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não só aprovo, como renovo os parabéns ao senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia, V.Exa. não acha que seria importante nós acrescentarmos alguém da Infraero, porque sempre a Infraero questiona muito os parâmetros adotados, uma vez que as obras aeroportuárias, segundo eles, têm condições de classificação, composição diferente. Se V.Exa. não se importar, talvez alguém da Infraero pudesse... Chamarmos o Presidente da Infraero para que participe dessa Audiência Pública.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu gostaria também de sugerir, Sr. Presidente, o CONFEA, que é Confederação Nacional de Engenharia.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Conselho Federal de Engenheiros.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): O Conselho, e também alguém, estamos vendo aqui uma associação que trata da questão das indústrias de materiais de construção.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas aí nós poderíamos verificar, para não ficar uma audiência muito grande...

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muitas instituições, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muitas instituições. Mas está bom. Três sugestões a mais. Infraero, CONFEA e Indústria de Material de Construção.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): É Associação Brasileira da Indústria da Construção.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok. Então, vamos colocar o requerimento em discussão. Vamos continuar em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação com estes acréscimos. De Infraero, Associação Brasileira da Indústria da Construção e CONFEA. Senadores que forem favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento, o item Nº 2, requerimento da Senadora Fátima Cleide, que também foi subscrito pelo Senador Cícero Lucena e Senador Flexa Ribeiro, que requerer a designação de uma comissão para representar a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, na 15ª Conferência das Partes sobre o Clima COP-15, a ser realizada na cidade Copenhague, Dinamarca. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Casagrande, V.Exa. que participa desse debate já há bastante tempo, através dos encontros internacionais da Globo, sabe que o do G8 Mais Cinco, sabe da importância que esse tema toma conta, vamos dizer do mundo como um todo e não só níveis de governantes, mas empresarialmente falando, organizações não-governamentais e cada vez mais se faz necessário nós aprofundarmos esse debate. Então, eu quero parabenizar a Senadora Fátima Cleide, no momento que subscrevo o seu requerimento, porque sem dúvida, nesse encontro vai ser um novo marco, que vai procurar se estabelecer nesse tema que hoje tem uma relevância tão grande e uma preocupação maior ainda. Então, eu tenho certeza que V.Exa., que é profundo conhecedor também nessa problemática, estará solidário a esta proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Continua em discussão. Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu quero também destacar a importância desta Comissão estar presente na COP-15. Na COP-14, Sr. Presidente, eu fui o único senador presente. Soube do evento em cima da hora, mas fiz questão de ir. Participei muito mais como ouvinte, porque é um evento que envolve os governos, mas é importante que nós estejamos presentes para percebermos como o mundo está avançado dentro desse contexto das questões climáticas. E esta Comissão, ela tem uma grande responsabilidade nesse contexto, pelo contexto ambiental e é claro no contexto do clima do nosso país e do mundo. Portanto, a iniciativa da Senadora Fátima Cleide é muito interessante, eu acredito que terá o apoio de todos nós, para que possamos ter um grupo de senadores e senadoras presentes na COP-15 em Copenhague, na Dinamarca.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Continua em discussão. Só para informar, antes de colocarmos em votação.

Então, pedi aos membros da Comissão quem tiver interesse faça aqui a manifestação junto ao secretário da Comissão, que o secretário da Comissão também vai... E eu estarei conversando com a Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, Comissão Mista de Mudanças Climáticas, que é Senadora Ideli, para que haja uma definição de uma comissão que possa representar, não só a Comissão de Meio Ambiente, de Mudanças Climáticas, mas o Senado nesta conferência.

Em votação. Os Senadores que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Item Nº 7, Senadora Marisa Serrano é a relatora, a quem passo a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. A subcomissão temporária que foi criada para discutir a questão hídrica no mundo e a participação nossa no Fórum Mundial de Águas em Istambul, acompanhou todos os fóruns preliminares. Fomos primeiro o Fórum da América do Sul, que foi Montevidéu, depois o Fórum das Águas das Américas, que foi em Foz do Iguaçu e finalmente o Fórum Mundial das Águas em Istambul. Foi criada essa subcomissão por meio do Requerimento Nº 6, de 2008 e que era destinada a participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, e o Fórum Mundial de Águas. Eu fui a Presidente dessa subcomissão, a Vice-Presidente... aliás, a Presidente foi a Senadora Marina Silva, o Vice-Presidente o Senador Renato Casagrande e eu fui a relatora da proposta toda. Fizemos um relatório, Sr. Presidente, colocando cada etapa do acompanhamento que fizemos até chegar no Fórum Mundial de Águas. E eu gostaria aqui, depois de todo o relatório que os senadores têm em mãos, eu gostaria só de ler o capítulo 4º, que é o último, com as recomendações e proposições.

As discussões e debates ocorridos ao longo de todo o processo de preparação e da realização do 5º Fórum Mundial da Água, demonstra o quão complexa é a questão da gestão dos recursos hídricos e quão importante é o tema, para assegurar o meio ambiente

equilibrado e a disponibilidade de água para as populações e agentes econômicos no presente e para gerações futuras. Nesse sentido, entendemos que para gerar resultados práticos, é necessário que o Senado Federal e o Congresso tenham uma atitude pró-ativa na execução de debates e discussões da legislação e dos planos nacionais referentes ao uso e gestão dos recursos hídricos. Portanto, com a intenção de orientar os futuros trabalhos a serem realizados no âmbito do Senado Federal, com relação ao tema tentemos algumas recomendações. Primeiro, disponibilizar toda legislação federal, estadual e municipal sobre os recursos hídricos por meio do Interlegis, de maneira a criar um banco de dados disponível a todos os interessados. Promover um ciclo de debates sobre as deficiências da legislação brasileira, sobre a gestão dos recursos hídricos e que terá como resultado a elaboração de projetos de lei e recomendações ao Poder Executivo, que torne nossa legislação mais adequada. Terceiro, incentivar e participar de iniciativas para a construção do pacto federativo entre União, os estados e Distrito Federal e os municípios com o objetivo de estabelecer metas para implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos e dos órgãos e estruturas que compõe o SNGRH e em especial os comitês de bacia. Promover um ciclo de debates no parlamento do MERCOSUL para discutir as questões referentes às águas transfronteiriças superficiais ou subterrâneas, a harmonização da legislação das águas transnacionais através do parlamento do MERCOSUL. Enviar o relatório da subcomissão aos presidentes do Senado e da Câmara e aos parlamentos estaduais e câmaras de vereadores. Enviar o relatório ao parlamento do MERCOSUL. Encaminhar o relatório a ANA, sugerindo o seu envio às entidades de organizações que compõe o sistema nacional gerencial de recursos hídricos do país.

Essas são recomendações e proposições feitas a partir da ida nossa a Istambul e da verificação e acompanhamento dos estudos preliminares feito tanto em Montevidéu quanto em Foz do Iguaçu. Sr. Presidente, esperamos ter colocado no relatório realmente aquilo que se passou em todos esses encontros, principalmente no Fórum Mundial das Águas em Istambul, reconhecendo que foi muito importante a criação dessa subcomissão e pedindo que a gente possa também aqui, Sr. Senador, criar... não criar, porque já foi criado, não é isso? A Subcomissão Permanente de Águas, mas tem que ser instalada. Que a gente possa instalar a Subcomissão Permanente de Águas, haja vista os problemas todos que estão enfrentando, as visitas que estamos fazendo a várias regiões do país junto à ANA, discutindo as questões de recursos hídricos e portanto, nada melhor do que nós termos aqui uma Subcomissão Permanente de Águas instalada, trabalhando para vermos o resultado a contento para todo o país.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. E dando por encerrado o trabalho da Subcomissão Temporária de Águas, cuja Presidente foi a Senadora Marina Silva.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Marina Serrano, eu vou ainda colocar em discussão o relatório de V. Exa., mas antes de passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, eu quero parabenizá-la pelo relatório, fui o Vice-Presidente dessa Comissão e V.Exa. fez um belo trabalho. O tema recurso hídricos, é um tema importantíssimo para o mundo e para nós aqui no Brasil. Fizemos uma Audiência Pública em Fortaleza, no Ceará, muito boa, V.Exa. participou dela e outros senadores participaram. A próxima Audiência Pública será no estado de V.Exa. Eu acho que é no mês de...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): De novembro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vinte e seis de novembro.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É, já está marcado, já falei com o Presidente da assembléia, já estão todos já pronto--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vinte e seis de novembro é uma quinta-feira.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quinta-feira. E depois eu quero convite especial, para que os membros da Comissão possam visitar Bonito e conhecer uma cidade que trabalha muito bem com a agilização dos voucher de visita, da preservação de meio ambiente, Bonito é um exemplo para o país e eu gostaria que os senadores que fosse a Mato Grosso do Sul pudessem visitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dia 26 de novembro é uma reunião regional, vamos começar já a mobilização do centro-oeste, porque temos que levar para lá os estados da região para esse debate. Então, vamos fazer uma bela discussão lá. E sugiro o seguinte, que a nossa assessoria aqui da Comissão já execute o primeiro item, que é disponibilizar a legislação na Interlegis. Que o secretário da Comissão já disponibilize essa legislação via Interlegis para que nós possamos já começar a executar as recomendações feitas por V.Exa. E gostaria que V.Exa. depois, fizesse uma proposta de como nós vamos promover este debate sobre legislação. Então, nós vamos fazer algumas audiências públicas, um seminário. Talvez um seminário funcione mais do que audiências públicas. Um seminário de um dia inteiro,

numa quinta-feira. Faço a proposta para que a gente possa aprovar o requerimento nessa Comissão. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Renato Casagrande. As minhas palavras são na linha que V.Exa. já pronunciou, primeiro parabenizando a Senadora Marisa Serrano. Senadora Marisa Serrano é uma das senadoras mais brilhantes que tem aqui nesta Casa. Senadoras e senadores, independente de gênero, o brilhantismo e a competência dela independe do gênero, ela é uma senadora que se destaca entre os 81, pela sua competência e pela sua determinação, a forma como ela, de forma responsável trata dos assuntos. Então, isso está comprovado aqui no relatório que ela apresenta a todos nós, das atividades da Subcomissão Temporária do Fórum das Águas das Américas, e Fórum Mundial das Águas.

A maior importância, Senadora Marisa Serrano, a água vai ser talvez, um dos bens mais preciosos daqui a pouco tempo. Daqui a pouco tempo, nós vamos ter... Deus queira que isso não ocorra, Senador Renato Casagrande, mas vamos ter uma escassez desse líquido que é essencial para a vida, para atendimento da população do mundo. A Amazônia brasileira detém mais de 20% das reservas de água doce do planeta. Essa talvez seja também, uma das fontes de cobiça que o mundo todo tem sobre a Amazônia. Nós temos lá a maior floresta tropical do mundo, nós temos a maior biodiversidade do mundo, nós temos a maior província mineral do mundo, temos a maior reserva de água potável do planeta. Ou seja, algo que ao longo do tempo vai começar a ter valor diferenciado. E a água, eu reputo de todas essas como seja a mais importante, porque ela é essencial para sobrevivência do homem. E a Senadora Marisa Serrano propõe algo que é fundamental, tornar essa comissão que era temporária, numa comissão permanente, para que nós possamos, através da Comissão de Meio Ambiente, acompanhar permanentemente a questão da utilização e dos mananciais, da preservação, da conservação desse sistema de tão importante para a sobrevivência do ser humano.

Quero parabenizá-la, Senadora Marisa Serrano, e quero dizer que farei todo o possível para participar, caso instalada esta Comissão Permanente, desta Subcomissão, participar dos trabalhos que é sem sombra de dúvida um dos mais importantes que o Senado Federal irá empreender a partir da sua implantação.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, na discussão ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Parabenizo o relatório da Senadora Marisa Serrano e todos os componentes dessa Comissão. O Senador Flexa Ribeiro já destacou muito bem a nossa região, nós temos um potencial fantástico, um grande rio, e temos também grandes problemas, que são rios e igarapés poluídos, percentual baixíssimo de saneamento básico, temos grandes problemas na Amazônia e por esta razão, Sr. Presidente, eu sou de pleno acordo para instalarmos esta Comissão e quero colocar meu nome à disposição para contribuir com este trabalho, viu, Senadora Marisa Serrano, dentro do contexto da atuação na Amazônia, principalmente no meu estado, no Estado do Amazonas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem, Senador Jefferson Praia. Senador Cícero Lucena, que de forma compulsória vai fazer a sua manifestação.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só fazer minhas as palavras de reconhecimento e de elogio que o Senador Flexa Ribeiro bem como Jefferson Praia, fizeram à Senadora Marisa Serrano dando meu testemunho da oportunidade que tenho ao conviver com ela, de reconhecer a sua sensibilidade, o seu espírito público e a sua vontade de acertar em favor do Brasil. Apenas isso, e acompanhar na sua proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Quem vê, naturalmente, pela TV Senado, a legenda de V.Exa. e a legenda do Senador Flexa Ribeiro, podem achar que vocês são suspeitos, porque são do PSDB. Então, eu também faço aqui das palavras de vocês as minhas palavras, porque eu não sou do PSDB, então posso elogiar com mais isenção a Senadora Marisa Serrano. Parabéns pelo relatório, senadora.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas, Presidente, se quiser o convite do PSDB para o seu ingresso, será uma grande honra.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Agradeço a V.Exa. Eu quero então pedir, vamos colocar em votação o requerimento... o relatório, o relatório da Senadora Marisa Serrano. Quem for favorável, permaneça como se encontra. Aprovado.

Parabéns, Senadora Marisa Serrano. E já convido V.Exa. para presidir a Comissão... Subcomissão das Águas.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Aceito, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E convido o Senador Cícero Lucena para presidir a Subcomissão da Copa do Mundo, que trabalha em conjunto com a Subcomissão da Câmara

para fazer a fiscalização de todos os empreendimentos que vão acontecer na Copa do Mundo.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado, Presidente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, convidados os dois presidentes, eu gostaria que vocês articulassem um organograma de trabalho das duas Subcomissões.

Item Nº 8. Designo e peço para que o Senador Flexa Ribeiro possa de forma bastante sucinta, se assim desejar, fazer o relatório *ad hoc* do Aviso Nº 38 de 2002.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Renato Casagrande, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. É com muita honra que leio o relatório do Senador Inácio Arruda.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Delcídio Amaral.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O item 8. Eu tava no 11. O Senador Delcídio Amaral, que trata sobre o Aviso Nº 38, de 2002 do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 456, de 2002 - TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que a fundamentam. Atendendo à solicitação do Presidente, vamos ao voto Sr. Presidente. A luz do exposto, concluo pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento da matéria. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os senadores que forem favoráveis à matéria permaneçam como se encontram. Aprovado.

Registrando aqui um fato histórico da forma sucinta como o Senador Flexa Ribeiro fez o seu relatório.

Item Nº 9. Relatoria *ad hoc* do Senador Jefferson Praia, autoriza o Instituto Nacional de Seguro Social a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pelo ordem, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pedi vista desse...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Concedido o pedido de vista. Desculpe.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E pedi a V.Exa. que me desse mais uma semana de prazo, que estou aguardando as informações que solicitei.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia, então vamos atender ao pleito do Senador Flexa Ribeiro, para que ele possa fazer uma análise mais adequada do conteúdo do mérito do projeto.

Item Nº 10, já foi aprovado, Audiência Pública.

Item Nº 11, eu peço ao Senador Cícero Lucena que possa fazer o relatório *ad hoc*. Altera dispositivo do Decreto-lei 9295, de 46, para regular cobrança de anuidade pelo Conselho Federal de Contabilidade. Senador Cícero Lucena, item Nº 11.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, como o relatório tinha sido distribuído anteriormente e lido com certeza pelos Srs. Senadores, eu vou direto ao voto. Portanto, o voto é pela aprovação do PLS 566, de 2007 com as emendas de nº 1, 2, 3 e 4 aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e pela Comissão de Assuntos Sociais, e da Emenda nº 5, do Plenário, igualmente aprovado por esta Comissão. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão a matéria. A matéria regula a cobrança de anuidade pelo Conselho Federal de Contabilidade. Não havendo quem queira discutir, em votação a matéria. Relatório do Senador Inácio Arruda manifestado aqui pelo Senador Cícero Lucena, permaneçam como se encontram. Aprovado a matéria.

SENADOR CÍCERO DE LUCENA (PSDB-PB): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Gostaria de colocar em votação a urgência da aprovação desse projeto também no Plenário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em votação o pedido de urgência para o Projeto item Nº 11. Projeto de Lei 566. Os Senadores que forem favoráveis ao regime de urgência, permaneçam como se encontram. Aprovado a matéria.

Item Nº 12. Eu solicito ao Senador Jefferson Praia que possa fazer o relatório, originalmente o relatório do Senador Inácio Arruda. Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Reutilização de Água. Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Passo ao relatório, Sr. Presidente. Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei do Senado PLS 154, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella. A proposição também foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos para decisão

terminativa, conforme estabelecido pelo inciso I do art. 49 do Regimento Interno do Senado Federal. O art. 1º da proposição autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Reutilização de Água. O artigo subsequente determina que o objetivo do FUNREÁGUA é apoiar financeiramente projetos de reutilização de água no âmbito das seguintes ações: desenvolvimento de tecnologia apropriada para o reuso de água, aquisição, instalação, conservação, ampliação e recuperação dos sistemas de reutilização de água em edificações residenciais, comerciais e industriais de serviços públicos e privados, produção e instalação de equipamentos comunitários, urbanos e rurais, destinados à reutilização de água, apoio financeiro aos centros de excelência engajados em promover e desenvolver tecnologia para a prática de reuso de água e outras formas de intervenção assim determinadas pelo Conselho Gestor do Fundo.

Sr. Presidente, passo, portanto a análise. Compete à Comissão de Meio Ambiente, nos termos do art. 102 dígito A, inciso II-D do Regimento Interno do Senado Federal apreciar o mérito das matérias relativas à conservação e ao gerenciamento dos recursos hídricos. Relativamente ao mérito, o autor informa que a proposição promove a economia de água, que constitui precioso recurso natural e deste modo contribui para a promoção da sustentabilidade ambiental. Compartilhamos este argumento e observamos que a prática de reutilização de água pode vir a ser imprescindível em regiões afetadas em pela escassez dos recursos hídricos, em especial o semi-árido do Brasil. Saliente-se ainda que o poder público e a coletividade, conforme estabelecido no art. 225 da Constituição Federal, têm a obrigação de preservar a proteger o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as gerações presentes e futuras. O projeto, portanto, ao autorizar o Poder Executivo a criar o Fundo Financeiro, pretende viabilizar a prática de reutilização de água de maneira a promover a preservação dos recursos naturais. Entretanto, convém acatar algumas sugestões enviadas pela Agência Nacional de Águas, com o objetivo de aprimorar a proposição. Nesse sentido, propomos ampliar o escopo da FUNREÁGUA para abranger o aproveitamento de água de chuva, e estabelecer que serão financiadas apenas as iniciativas que não produzam impactos indesejáveis ao meio ambiente e à saúde pública.

Passo ao voto, Sr. Presidente. Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2009 com as seguintes emendas. Emenda Comissão de Meio Ambiente dê-se ao inciso I, do caput do art. 2 do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2009 a seguinte redação: Art. 2 inciso I. Desenvolvimento de tecnologias apropriadas para o reuso de água incluindo o aproveitamento de água de chuva. Emenda CMA inclua-se no art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 154 de 2009, o seguinte § 2, remunerando-se com o § 1, o único existente. Art. 4, § 1º, § 2º. Trata-se o § 2º Sr. Presidente: Serão financiadas pela FUNREÁGUA apenas as ações práticas de reuso de água que não produzam impactos indesejáveis ao meio ambiente e à saúde pública. Esse, portanto, Sr. Presidente, é o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Jefferson Praia. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos ter a votação do último projeto, não terminativo. Mas antes de passarmos a palavra a Senadora Marisa Serrano, que vai colaborar fazendo o relatório deste projeto que originalmente é do Senador relator Adelmir Santana, eu quero só fazer dois convites. Nós teremos em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, o Presidente do Banco Central vai estar na Câmara dos Deputados numa sessão conjunta da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa com a Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, no Plenário 2 do Anexo Luiz Eduardo Magalhães, Anexo 2 da Câmara, para apresentar a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetárias creditícia e cambial. Esta reunião é dia 17 de setembro, quinta-feira às 9 horas e 30 minutos. Isso atende a Lei de Responsabilidade Fiscal, que como rotina o Presidente do Banco Central precisa prestar informação da política monetária creditícia e cambial. Esse é o primeiro convite, quinta-feira às 9h30 no Anexo 2 da Câmara. E também comunico aos membros dessa Comissão que será realizada na próxima terça-feira, portanto, é no dia da nossa sessão ordinária, terça- feira dia 22 de setembro às 9h30, não 11h30, 9h30, Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para instruir o PLS 73 que regulamenta as atividades de pesquisa produção, importação, liberação no ambiente de comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios répteis e aves. Para tanto, solicito que sejam convidados. Foram convidados Dr. Flávio Vieira Meirelles, doutor em genética da USP e CTNBio, Dr. Rodolfo Rumpf, doutor em veterinária pesquisador da EMBRAPA também do CTNBio, representante do Ministério da Agricultura, representante do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Então, ter-

ça- feira às 9h30, consequentemente essa audiência deverá se prolongar para o horário da nossa reunião, mas convidamos para terça-feira, às 9h30.

E passo a palavra a Senadora Marisa Serrano, para relatar o item nº 13.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente, relator é o Senador Adelmir Santana, que fez o seguinte relatório: Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, CMA, o Projeto de Lei da PLC, nº 19 de 2005, que era o PL nº 1683, de 2003 na origem, de autoria do Deputado Fernando Gabeira. A proposição tramitou na Câmara dos Deputados, pelas comissões de Defesa do consumidor, Meio Ambiente e Minorias e da Constituição e Justiça e da Cidadania. Aprovada naquela Casa Legislativa, o projeto foi enviado ao Senado Federal em 18 de março de 2005. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde substitutivo proposto pela Senadora Patrícia Saboya foi aprovado. Trata-se de proposição elaborada com intuito de criar o Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras, situado no Oceano Atlântico ao largo da Praia de Ipanema, no Estado do Rio de Janeiro. Segundo o parágrafo único do art. 1º, comporão a unidade de conservação da natureza, as Ilhas Cagarras, Filhote da Cagarra, Palma Comprida, Redonda, Filhote da Redonda e a Rasa. Além de uma área marinha variável para cada um dessas ilhas. Sr. Presidente, a Senadora Patrícia Saboya fez uma série de questionamentos, apresentando uma proposta substitutiva muito interessante, e que foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Por exemplo, a Ilha Rasa, por exemplo, é onde ficam as instalações da Marinha e do Brasil. Se a Ilha Rasa entrar nessa proposta, teria problemas sérios. Como a Senadora Patrícia Saboya fez toda uma relatoria com as mudanças apresentadas, e com essas mudanças o projeto se tornou muito mais palatável e pode ser esse substitutivo sendo aprovado, que é que nós vamos aprovar hoje, e já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, conserta e arruma algumas questões que poderiam trazer problemas futuros para o país. Portanto, eu sou a favor desse requerimento e solicito aos nobres pares pelo voto apresentado também pelo relator Senador Adelmir Santana, pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de autoria da Senadora Patrícia Saboya.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Renato Casagrande, queria saber de V.Exa. se já temos uma data prevista para a Audiência Pública com o Presidente da Petrobrás, Dr. Sérgio Gabriellli, a respeito do gasoduto. O requerimento é do Senador Jefferson Praia, sobre o Gasoduto Urucu-Manaus, o aumento de custo previsto, inicialmente para um bilhão e pouco de reais, e terminou em quatro bilhões, quase cinco. E também para ver nessa mesma Audiência Pública, que é de interesse, no caso do Estado do Pará, o projeto da Petrobrás para que possamos ter essa fonte de energia, que é o gás, energia limpa, levada a toda a Amazônia Brasileira, inclusive ao Estado do Pará, porque nos preocupa muito que o gasoduto termine em Manaus, não segue... atendendo inclusive, temos problema de energia firme na margem esquerda, ainda do Rio Amazonas, ali na região oeste do meu estado. Quando o Pará é hoje, e vai ser hoje um grande exportador de energia. Ainda no domingo estava em Altamira, participando de Audiência Pública para implantação do projeto da Usina de Belo Monte, e com o potencial que nós temos de energia, geração de energia hídrica, o Pará será brevemente, a médio e longo prazo, o maior produtor de energia do Brasil. Então, mas nós não temos energia firme nos municípios da margem esquerda do Amazonas, que podem ter através do sistema, da fonte de energia pelo gás. Então, me interessa muito saber do Presidente da Petrobrás, qual é esse plano, se o gás para o Pará vem do Nordeste ou se o gás do Pará vem de Manaus, através do gasoduto, que o Senador Jefferson Praia quer saber também, a questão do custo final da obra. Gostaria que V.Exa. pudesse fazer os contatos para que tivéssemos essa audiência pública o mais breve possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro, já fizemos o contato com a Petrobrás e os órgãos que estão convidados para se fazerem presentes na Audiência Pública, não obtivemos resposta, estamos formalizando hoje, além do contato vamos formalizar, para que a gente possa ter esta audiência sendo realizada o mais rápido possível.

Nada mais havendo tratar, encerro a presente reunião, convidando a próxima para a próxima quinta-feira, sessão conjunta com a Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, às 9h30 da manhã.

Sessão encerrada às 12h49

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 30ª REUNIÃO, CONJUNTA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A 34ª DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, 30ª DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA 37ª DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 9:30 HORAS.

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e nove, na sala 07, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Flávio Torres, Flávio Arns, Antonio Carlos Valadares, Gilberto Goellner, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra, César Borges, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Gim Argello, Inácio Arruda, João Pedro, Neuto de Conto, Osvaldo Sobrinho e Romeu Tuma, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Gerson Camata, José Agripino, Efraim Morais, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Delcídio Amaral, Augusto Botelho, Leomar Quintanilha, Raimundo Colombo, Kátia Abreu, Arthur Virgílio, Marisa Serrano, Osmar Dias, Marina Silva, João Ribeiro, Gilvam Borges, Heráclito Fortes, Eliseu Resende, Jefferson Praia, Serys Slhessarenko, Aloizio Mercadante, Ideli Salvatti, Expedito Júnior, Pedro Simon, Almeida Lima, Marco Maciel, Álvaro Dias, Lúcia Vânia e Tasso Jereissati. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Valter Pereira, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública Conjunta, atendendo Requerimento nº 17 de 2009-CCT, de autoria do Senador Gilberto Goellner e Aditamento nº01 dos Senadores Gilberto Goellner e Cícero Lucena, Requerimentos nºs 24 e 37 de 2009–CRA, de autoria dos Senadores Gilberto Goellner e Kátia Abreu, Requerimento nº 49 de 2009-CMA, de autoria do Senador Gilberto Goellner e Aditamento nº 01 do Senador Renato Casagrande e Requerimento nº 72 de 2009-CCJ, de autoria dos Senadores Jayme Campos e Antônio Carlos Júnior, com a finalidade de instruir o PLS 73/2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves, com os seguintes convidados: Dr. Flávio Vieira Meirelles – Doutor em Genética, Professor da USP e membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNbio; Dr. Rodolfo Rumpf – Doutor em Veterinária, Pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNbio; Beronete Barros de Freitas Araujo – Chefe da Divisão de Fiscalização de Material Genético Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;. Carlos Cristo – Secretário Interino de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; e. Cosette Barrabas Xavier da Silva – Diretora Substituta da Diretoria de Biodiversidade e Florestas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores João Pedro e Gilberto Goellner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos, determinando que nós, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania lavrássemos a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. – Senador **Valter Pereira,** Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 22/9/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 34ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a 30ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e 37ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores dessas Comissões já nominadas e, que havendo consenso, é tida como aprovada.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública conjunta dessas Comissões, que cumprem com a resolução proclamada pelos Requerimentos n° 24 e 37/2009 da CRA, de autoria do Senador Gilberto Goellner e Senadora Kátia Abreu, aprovadas em 09 de junho deste ano e 1° de setembro, respectivamente. Requerimento n° 17/2009 da CCT, de autoria do Senador Gilberto Goellner, aprovado em 27 de maio, com aditamento dos Senadores Gilberto Goellner e Cícero Lucena, aprovado em 09 de setembro. Requerimento n° 49 da CNA, de autoria do Senador Gilberto Goellner. O Senador Gilberto Goellner participa de todas as reuniões, não é? Com aditamento do Senador Renato Casagrande, aprovado em 25/08. E Requerimento n° 72 da CCJ, de autoria do Senador Jayme Campos e Antonio Carlos Júnior, aprovado em 26/08, com a finalidade de instruir o PLS 73/2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves, e que contará com a participação dos seguintes convidados: Dr. Flávio Meirelles, doutor em genética, professor da USP e membro da Comissão Técnica Nacional da Biossegurança, CTNBio, a quem eu convido para participar da Mesa dos trabalhos. Está aqui o Dr. Flávio? Seguinte: Dr. Rodolfo Rumpf, doutor em veterinária, pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNBio, também convido para participar da Mesa. A Sra. Beronete Barros de Freitas Araújo, chefe da divisão de fiscalização de material genético animal da Secretária de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento, MAPA, a quem também convido para participar da Mesa. O Sr. Carlos Cristo, secretário interino de tecnologia industrial do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. E, finalmente, o Sr. José Humberto Chaves, diretor de biodiversidade e florestas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, o IBAMA.

Nós agradecemos a participação de todos os convidados que aqui vão fazer a sua exposição, e, como são cinco os convidados, nós vamos abrir um prazo de dez minutos para cada um fazer a sua exposição, e, findo o qual, nós vamos passar para a segunda fase, que é a participação dos Srs. Parlamentares, que também terão um prazo exíguo, nós vamos fixar em cinco minutos para que possamos ter agilidade na reunião, e depois, finalmente, retomamos a palavra para eventuais esclarecimentos que possam ser prestados pelos expositores.

Não pode comparecer a esta reunião o Sr. José Humberto Chaves, diretor da biodiversidade e floresta do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais, o IBAMA, e em lugar dele e para prestigiar a mulher, que agora são duas em nossa Mesa, veio a Sra. Barrabas Xavier da Silva, que já está sentada à nossa Mesa, para que ela represente o IBAMA. Então nós vamos passar a palavra para o Dr. Flávio Meirelles.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de me pronunciar inicialmente, como autor do requerimento, porque eu também vou me ausentar rapidamente da Comissão, e, como a autora do Projeto de Lei que regulamenta as atividades de pesquisa, produção e comercialização e importação de clones de mamíferos e animais em geral, aquáticos, também, não está presente, que é a Senadora Kátia Abreu, gostaria de fazer um rápido relato de introdução, se me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou, Senador Gilberto, eu vou fazer um negócio, tomar uma providência, vou pedir para a assessoria comprar uma piola e nós vamos amarrar a perna de autor que queira se ausentar no decorrer da reunião, só assim nós vamos manter...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Autor de...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Autor de Requerimento de Audiência Pública. Então, a partir da próxima sessão, nós vamos ter uma piola aqui para amarrar o parlamentar.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas eu volto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mesmo que seja do Mato Grosso, onde os parlamentares são bastante astutos e assíduos também. Com a palavra V. Exa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de parabenizar a todos que aceitaram o

convite para integrar essa Audiência Pública, que vai nos permitir, como relator desse projeto, um relatório mais aprimorado, após ouvir todos os órgãos envolvidos, porque nós temos aqui membros renomados da atividade, como o Dr. Flávio Meirelles, que é doutor em genética e membro da CTNBio; o Dr. Rodolfo Rumpf, que é doutor também em veterinária, pesquisador da EMBRAPA, também membro da CTNBio, representante do MAPA, do MDI e do IBAMA. Então eu vejo que a atividade de clonagem de animais já é permitida no país, pela Lei 11.105, de 2005. O que nós precisamos agora, e que é o objetivo do projeto da Senadora Kátia Abreu, que e o Projeto n° 73/2007 - veja só o tempo que estamos perdendo, já poderíamos ter avançado - é a regulamentação para o aprimoramento dessa atividade de engenharia genética, que tanto contribui para a... Que tanto poderá contribuir ainda mais para o desenvolvimento da atividade comercial de importação, de produção e também na pesquisa cientifica, principalmente na medicina e no desenvolvimento desse setor. Então eu vejo que nós vamos ter aqui um amparo muito grande para viabilizar esse nosso relatório, cujo parecer já se encontra delineado já com sugestões que vieram de órgãos como o MDIC, Ministério de Industriais e Comércio, e também do MAPA e da EMBRAPA. Então nós já temos contribuições positivas, todos se manifestando favoravelmente a essa regulamentação dessa atividade. Então... Mas queremos também ficar atentos aqui, a nossa assessoria vai estar aqui, e precisamos... Eu volto logo em seguida, vou me ausentar pouco tempo, mas volto porque vejo que vai ser de suma importância a gente ouvir claramente de cada um a sua contribuição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradeço a fala de V. Exa. e passo a palavra ao Dr. Flávio Vieira Meirelles, para que ele faça a sua exposição.

SR. FLÁVIO VIEIRA MEIRELLES: Obrigado a V. Exa. Eu queria agradecer a oportunidade e o convite e a lembrança do meu nome para vir contribuir para organização dessa proposta. Eu trouxe um auxílio audiovisual para poder colaborar um pouquinho com a apresentação. E minha ideia, nesse momento, era justificar um pouco a clonagem, explicar um pouco o estado da arte da tecnologia no Brasil e colocar algumas possibilidades da qual nós enxergamos para a clonagem, do ponto de vista de aplicação, que possam ser favoráveis ou discutíveis no âmbito desta Comissão.

Então se vocês puderem passar o primeiro *slide*. Para contextualizar um pouquinho a ideia a clonagem... Próximo. O *agribusiness* brasileiro, eu acho que isso a gente não precisa parar muito, tem 33% do Produto Interno Bruto, 37% do emprego, 42% do total de exportação. Próximo. A carne, especificamente dentro do *agribusiness,* é responsável por uma fatia muito importante e vem crescendo nos últimos anos. No último ano, na ordem de 5,6%, de 2006 para 2007. E ela, do ponto de vista de exportação no país, é responsável por uma fatia de aproximadamente 24,5% de toda a exportação nacional.

Próximo *slide*. Aqui está um ponto mostrando do ponto de vista de produção de carne, o Brasil como segundo maior rebanho mundial, perdendo só para a Índia que, no entanto, não tem o rebanho claramente comercial. Próximo. E aqui, do ponto de vista de produção de carne, embora o Brasil seja o segundo e os Estados Unidos o quarto maior rebanho, os Estados Unidos é o que produz mais carne no mundo.

Próximo. Obviamente a carne dos Estados Unidos tem um balanço negativo, ou seja, ele produz o suficiente para o próprio consumo. Já o Brasil tem um excedente de carne suficiente para colocá-lo em primeiro lugar nas exportações, praticamente duas vezes acima do segundo colocado, que é a Austrália até em 2008.

Próximo. De toda a carne nacional, 75% é consumida no Brasil, 25% é exportada, sendo 79% *in natura* e 21% processada para uma série de países.

Próximo. E, finalmente, ainda existe uma grande demanda desse produto de proteína animal para vários continentes, e em especial aquele marcado em amarelo, que é a América Latina onde nós nos localizamos.

Próximo. E a tecnologia, o que é que ela vem contribuindo nos últimos anos, à medida que a gente observa? É que ela tem economizado uma grande quantidade da terra agricultável utilizado para pecuária e que tem servido para conservar as nossas terras ou as nossas florestas e as áreas que nós precisamos manter. Então se a gente olhar nesse gráfico aquela linha vermelha é a área usada atualmente e a linha azul seria a área que nós precisaríamos estar usando, se não houvesse o desenvolvimento tecnológico do ponto de vista da agropecuária.

Próximo. Do ponto de vista da bovinocultura especificamente, que é onde nós vamos tomar mais tempo, existe uma grande evolução do ponto de vista de biotecnologias envolvendo a genética - e aí um exemplo desse *slide* é o crescimento da utilização da inseminação artificial nos últimos 20 anos.

Próximo. Ele cresce tanto em rebanho de leite quanto em rebanho de corte e, ultimamente, com algumas tecnologias, como a inseminação artificial em tempo fixo, vem tendo incremento ainda maior, e nós esperamos para os próximos anos um número só de inseminação artificial em tempo fixo de aproximadamente 12 milhões de animais. Próximo. Resultando

em um rebanho como esse da foto, com os animais nascidos na mesma época e vindos de sêmens de animais selecionados.

Próximo. Do ponto de vista da fêmea... Nós falamos do macho. Do ponto de vista da fêmea, o Brasil tem demonstrado um crescimento absurdo, gigantesco da utilização de produção de embriões, né? Nesse gráfico, nessa tabela, na verdade, nós podemos olhar o número de embriões produzidos por fecundação *in vitro*, ou aquele gene que a gente chama de "bebê de proveta", que partiu de 12 mil, em 2000, e, hoje, está em 196.633, um crescimento de 1.561%. Então, o Brasil está no estado da arte da tecnologia de produção de embriões a partir... Ou de aproveitamento das fêmeas.

Próximo. Mais importante do que isso, o Brasil é o país que mais produz embriões fertilizados *in vitro* no mundo. Até 2008, 50% das gestações de embriões, produzidos no mundo pela tecnologia de fecundação *in vitro,* eram produzidos no Brasil, e, atualmente, existem no Brasil 35 empresas - sem contar as filiais - desenvolvendo a fecundação *in vitro* em bovinos, gerando mais de mil empregos diretos no setor.

Próximo. Bom... Com toda essa tecnologia, o que a gente espera é o incremento da produtividade e é uma coisa que nós viemos observando nos últimos anos, né? Com o incremento de 1,1 quilograma por ano, por hectare. Isso é um incremento relativamente alto e é responsabilidade tanto das tecnologias de genética quanto de manejo.

Próximo. Muito bem. Então, a partir desse preâmbulo, nós temos agora a pergunta: e a clonagem animal, o que é que ela vai contribuir, o que ela pode contribuir nesse sentido, né? E aí, a Audiência Pública para contribuir no Projeto de Lei.

Próximo. A transferência de nucleares de células somáticas, ou a clonagem, como a gente chama, ela tem um histórico, ela tem uma metodologia - que eu vou passar bastante brevemente - tem alguns problemas, tem possibilidades e tem a necessidade de regulamentação.

Próximo. Então, do ponto de vista de consideração técnica, o Dr. Rodolfo vai fazer isso com muito mais propriedade do que eu, mas esse é um oócito, né, um óvulo, que, normalmente, a gente ouve, a célula... o gameta feminino. Ele é capaz de reprogramar uma série de células, inclusive o gameta masculino, que é uma célula altamente diferenciada. Então a função desse gameta é disdiferenciar(F), essa e a função biológica dele. Essa imagem que nós estamos vendo são algumas células de fibroblas(F), são células de peles que podem ser obtidas a partir de uma pequena biópsia de pele de um determinado animal. E junto, né, juntando essas duas, sem uma necessidade muito grande de expertise, até uma criança pode fazer, nós, utilizando esse equipamento, que é o micro manipulador, nós podemos fazer exatamente o que está aí nessa tabela. No quadro A, esse oócito está tendo o material dele retirado, que continua no quadro B. Então, a gente vê aquela porção que está entrando para dentro da agulha ali, essa é a porção do citoplasma que está sendo retirado. No quadro C, nós estamos introduzindo uma célula no local dela. No quadro D, esse embrião está pronto para levar um choque, e esse choque é o que faz fundir as duas membranas entre a célula e os oócitos.

Essa fusão resulta em um embrião - como esse que nós estamos vendo do quadro direito, no alto - que rapidamente eclode esse embrião aqui... Rapidamente eclode, porque ele já tem um buraco na zona pelúcida, que é como a casca do ovo, e resulta nesse embrião aqui, de boa qualidade, como a gente está vendo nesse sentido. [soa a campainha]

Próximo. Esse embrião resulta em animais, eventualmente nascidos, que são os clones.

Próximo. Do ponto de vista de contribuição genética, então, nós temos o doador de núcleo, que é a célula; o doador do citoplasma, que é o oócito, que contribui com alguma fração de genética e a receptora, que é aquela que contribui com o ambiente.

Próximo. Esses primeiros clones, no caso a Dolly, especificamente, ela foi produzida a partir de clonagem, que foi o que chamou mais atenção. Mas, antes disso, houve outros clones, produzidos a partir da célula embrionária, e, nesse caso específico, se destaca um brasileiro, que, embora tenha esse nome de "Smith(F)", foi quem desenvolveu a primeira clonagem a partir dessa célula, já num estado mais avançado de diferenciação, embora ainda embrionária.

Próximo. Há uma série de laboratórios no Brasil, hoje, fazendo essa tecnologia. E agora, se você puder ir tocando devagarzinho, olha, nós temos laboratórios em Jaboticabal, em São Paulo, Brasília, Pirassununga, onde nós nos localizamos, no Belém do Pará, no Rio Grande do Sul, em Belo Horizonte, e vários outros laboratórios... Em Botucatu, no Rio de Janeiro, também no norte do Rio de Janeiro, em Santa Catarina, no Nordeste, agora, também. De novo, Belo Horizonte. Ou seja, existe um grande número de laboratórios aptos e realizando a tecnologia de transferência de núcleo no Brasil, que resulta numa estimativa de aproximadamente 100 clones produzidos no Brasil, vivos atualmente. A maioria desses laboratórios derivaram, assim como eu o e Prof. Rodolfo, de um laboratório do Prof. Smith(F), aquele brasileiro que trabalhou na Escócia, antes da Dolly, que, hoje, está sediado em

Montreal. Mas esses laboratórios ainda estão se instalando com colaboração na Colômbia, na Argentina... Próximo. Argentina de novo, Chile e Colômbia outro laboratório. Então, são dois laboratórios na Argentina e um no Chile, que nós temos conhecimento que já estão realizando a metodologia de clonagem. Ainda existe mais um, dois, três laboratórios no Brasil que também deram início à produção de clones.

Próximo. No ponto de vista de produção e de proteção da tecnologia, existem várias patentes de clonagem no mundo. Existe um no nosso conhecimento, que foi desenvolvid a pela Universidade Montreal, por brasileiros, mas foi patenteada pela Universidade. Existe outro processo que já foi encaminhado e que está aguardando, portanto, deliberação, na Universidade de São Paulo, de minha autoria e da equipe. E esses trabalhos, então, levaram a uma possibilidade de aplicação comercial da clonagem. Essa aplicação comercial teve início no nosso grupo junto com a empresa que fazia fecundação *in vitro,* que é a Vitrogen, e aqui estão alguns resultados como essa vaca, por exemplo, que foi clonada. Esse animal hoje tem aproximadamente três anos da idade.

Próximo. Essa outra vaca, que também foi clonada, tiveram dois produtos, um deles foi vendido num leilão por 1 milhão de reais, também um animal que já foi clonado e hoje tem quatro anos, aproximadamente. E esse aqui, um touro, muito importante, no Brasil, que foi clonado, foram produzidos três cópias dele, e essa aqui era a imagem dele há um ano e meio atrás. Então, quer dizer, esses animais já foram produzidos, já estão em idade adulta e já estão servindo do ponto de vista reprodutivo.

Próximo. E aqui é uma série de outros animais e a foto daquele colaborador, o brasileiro que vive no Canadá, o [ininteligível], e que, hoje, está trabalhando conosco em Pirassununga, num estágio sabático durante... Professor colaborador.

Próximo. Na nossa equipe, já foram produzidos 66 bezerros a partir de 19 doadores. Bom... Não é só a parte positiva, há também problemas na clonagem. O problema é esse: o desenvolvimento dos animais, e o parto não acontece de maneira tão natural e tão simples como acontece em vacas de monta natural, ou inseminação artificial, ou mesmo a fecundação *in vitro.*

Próximo. Alguns animais nascem de tamanhos bastante variáveis, e uma síndrome que a gente chama de uma síndrome similar à síndrome do bebê de mãe diabética. Então, muitas vezes, o bezerro nasce num determinado tamanho maior e apresenta algumas alterações da adaptação, no momento do nascimento.

Próximo. Então, aqui está um exemplo, né? Dois clones. Embora a gente imagine que eles são geneticamente iguais, nem sempre eles estão idênticos. Óbvio, esse aqui é um pouquinho mais velho, já está trocando de pele, mas a diferença de tamanho é relativamente clara.

Próximo. O que nós temos desenvolvido bastante é uma equipe que trabalha no sentido de fazer a obstetrícia e neonatologia, e, com isso, nós temos melhorado bastante as nossas taxas de nascimento. Essa obstetrícia, então, é um ponto que eu gosto de frisar, que, hoje, nós somos convidados para palestrar num Congresso Internacional de Biotecnologia ou de tecnologia de embriões.

Próximo. Bom... E aí, para que clonar? Existem efeitos nucleares que estão ligados ao envelhecimento? Esses animais vão envelhecer? Estudos mostrando em bovino, no grupo do Allan Kean(F), no Canadá, tiveram uma boa visão desses dados, e o que acontece é que aquela região telomérica, que inicialmente foi descrita pela Dolly, indicando uma diminuição do telômero, não acontece nos animais clonados, e, na verdade... No caso dos bovinos, na verdade, os bovinos têm um telômero mais longo, o que não quer dizer também que eles vão sobreviver mais, porque, via de regra, os animais não morrem por causa de células que replicam, e, sim, por causa de células que não replicam.

Próximo. Essa é a mesma coisa, mostrando o mesmo tamanho da região telômérica dos controles e dos clones. E o ponto final que eu queria chegar é justamente esse. Quer dizer, quando nós estamos trabalhando em reprodução, nós temos um ganho genético aditivo; quando nós estamos trabalhando em clonagem, a gente passa a trabalhar em linhagem. É uma coisa que os suínos já foram capazes de fazer a algum tempo. E, no caso de bovinos, nós ainda não fomos capazes, por causa do intervalo de geração e o número pequeno de descendentes das fêmeas. O fato de trabalhar em clonagem não permite um melhoramento genético, que é uma crítica que a gente recebe muito, quando fala de clonagem; por outro lado, permite um ganho genético, e é isso que eu vou tentar mostrar.

Próximo. Aqui está um exemplo de duas populações: nelore. Essa aqui é uma população real. E essa outra aqui é uma população simulada, a partir de Monte Carlo, mostrando que, se nós selecionarmos uma população que está nessa posição, na curva Gauss, e clonarmos ela, nós vamos ter, nesses 550 dias, um ganho de aproximadamente 200 quilos por cabeça em média. É um peso vivo, é um ganho muito considerável, e, para a gente fazer isso com melhoramento genético, clássico, sem uma utilização dessa, precisaria de bastante tempo. Se a gente usar um população

F1, a mesma coisa: 200 quilos por cabeça em média. No entanto, isso acontece em 390 dias, uma condição muito similar que aconteceu com o frango.

Próximo. E isso, então, óbvio, hoje, não está disponível para aplicação, inclusive por causa do custo e porque não existe ainda uma metodologia que permita produzir clones em larga escala. Mas nós acreditamos que ela vai existir e, talvez, inclusive, não seja a partir de clonagem com a tecnologia de transferência de núcleo, como eu mostrei para vocês, e, sim, utilizando células-tronco ou outras metodologias que estão sendo criadas. Mas isso permitiria produzir vacas como essa aqui, que é uma vaca Girolanda, adaptada para o nosso país, que resiste a carrapato, resiste à temperatura, e, no entanto, produziu 72 quilos em uma ordenha. Quer dizer, ela tem a vantagem da produtividade e tem a vantagem da resistência, isso é alguma coisa que a gente precisa para o nosso país.

Próximo. Um número grande de cópias desse animal seria uma solução que poderia vir a contribuir para a produção, já que ela, quando ela vai reproduzir, o mérito genético dela é perdido, porque essa vantagem genética que ela tem é "não aditiva" e, portanto, não dá para ser passada para a família, porque ela é um F1, ela é um indivíduo cruzado.

Próximo. Muito bem... Para praticamente finalizar, as avaliações estrangeiras em relação à clonagem. O USDA aprova o consumo de produtos de origem de animais clonados. Canadá, o relatório foi favorável à aprovação, baseado nos estudos do Dr. Willian Allan Kean(F). Na Nova Zelândia, aprova o consumo de animais clonados. Argentina não há a menor regulamentação, os animais existem, assim como está acontecendo no Brasil.

Próximo. Finalmente, para concluir, animais clonados não oferecem risco à saúde e tampouco à pecuária, como foi demonstrado pela USDA. A clonagem animal é uma realidade no país, que vive [soa campainha] o estado da arte da tecnologia. Há, no Brasil, mais de uma centena de animais clonados, milhares de descendentes... E esse é um ponto, né? Existem várias empresas do exterior que estão exportando sêmen de touros clonados e que já vieram para o Brasil e que já cobriram, ou já foram inseminados em várias vacas, principalmente da raça holandesa.

A clonagem animal pode ser uma ferramenta importante para o futuro.

Eu me coloco à disposição para qualquer eventual consulta ou contribuição que vocês acharem necessário.

Próximo. Há também a equipe que vem trabalhando nessa área e agradeço, aproveito para agradecer as duas empresas que vêm contribuindo com o estudo da clonagem, a FAPESP e o CNPq, e a Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da USP, onde eu estou alocado.

Próximo. O último. E esse... Encerrou [soa campainha].

Muito bem. O último *slide* teria o meu *e-mail*, mas eu posso passar individualmente para quem tiver interesse. É justamente esse... Então, esse é o *campus* de Pirassununga. Estaremos honrados com a visita dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós vamos ouvir agora... Ouvimos a extrema esquerda. Agora, nós vamos ouvir a extrema direita, a D. Cosette Barrabas, que representa o IBAMA. Ela tem dez minutos para fazer a sua exposição.

SRA. COSETTE BARRABAS XAVIER DA SILVA Bom-dia a todos. O IBAMA agradece a participação da Mesa. A gente gostaria de fazer um breve relato sobre a proposta, com relação, principalmente, à fauna silvestre. Atualmente, todas as atividades voltadas a manejo de animais silvestres, eles são regulamentados e precisam de licenciamento ambiental do órgão competente. O IBAMA já tem procedimentos de concessão de registro para manutenção, criação comercial da fauna silvestre, aí envolve mamíferos, répteis, anfíbios e peixes, e a gente... Toda essa questão do registro, procedimento, o IBAMA já tem.

A gente avalia que, atualmente, o importante para a nossa fauna nativa é a gente manter a nossa variabilidade genética, e a gente entende que inicialmente não existe uma necessidade da clonagem, e, sim, o desenvolvimento de tecnologias para que a gente aprenda a manter essa fauna em cativeiro.

Nós temos espécies hoje, no Brasil, que a gente não consegue fazer a manutenção dela em cativeiro. Por mais que a gente consiga retirá-lo da natureza, essa manutenção é temporária, e, quanto à reprodução, ela se torna bastante difícil porque também a gente tem que levar em consideração os fatores de manutenção da fauna em cativeiro quanto à ambientação. Então, o ponto principal hoje para a fauna silvestre é: como nós vamos manter a nossa fauna em cativeiro? Para que nós vamos manter? E aonde nós vamos chegar com isso?

Existe um mercado bastante grande quanto à manutenção de cativeiro, principalmente como os animais de estimação, e volta, aí, principalmente, o mercado de aves, de pequenas aves.

A tecnologia de reprodução para muitas espécies está bastante avançada e já tirou da lista de... Tiro algumas espécies de risco de... Ameaçadas da extinção, pelo fato de ter desenvolvido essa tecnologia em cativeiro.

A gente entende também que a clonagem da fauna silvestre a gente precisa de maiores discussões, para ver tanto quanto ao uso, para definir bem quais são essas categorias de uso que está se tendo, não só para alimentação, mas como manutenção em cativeiro, para fins científicos de pesquisa, como também para a questão da conservação, se essa tecnologia é importante para a manutenção ou para proteção de espécies ameaçadas.

Outro ponto que a gente relata, e é bastante importante, é quanto à soltura ou escape desses animais, quando se trata de fauna silvestre. A gente participa da Convenção da Biodiversidade, onde a gente tem a missão de erradicar espécies invasoras ou exóticas, e, com a clonagem dessas espécies, a gente não sabe qual é o potencial que vai ser melhorado e qual é o impacto que essa espécie pode causar no meio ambiente. Então, isso é uma preocupação que a gente tem de como vai ser isso, como vai ser o controle, para evitar que novas espécies sejam introduzidas no meio ambiente e a gente não consiga controlá-las, e causem mais danos tanto à área econômica, principalmente agricultura, pecuária, e a área energética, e aí a gente pode citar exemplos como javali, que ocorre... Foi introduzido principalmente na região Sul do país, que dá muito problema com a pecuária e com a agricultura, e com o mexilhão dourado que a gente tem problema com todas as hidrelétricas, que eles ficam nas turbinas. Então, para evitar esse tipo de problema, a gente não é favorável à introdução desses animais, porque a gente realmente não sabe qual é o impacto que ele vai causar no meio ambiente.

Quanto à importação de fauna silvestre, todos os procedimentos de importação são feitos em parceria, junto com o Ministério da Agricultura e com o IBAMA, ambas as instituições possuem normas que regulamentam essa atividade. E quando se trata de fauna silvestre, o IBAMA passa a anuir, autorizar, em conjunto com o Ministério da Agricultura.

Ainda temos as questões das espécies ameaçadas quanto à importação. Então, todo esse procedimento também já está preestabelecido e ambos os órgão devem ser ouvidos.

Dessa forma, a gente se manifesta, e eu vejo aqui que a questão da clonagem é bastante voltada à produção, principalmente de mamíferos, bovinos, suínos e caprinos.

Então quanto à fauna silvestre, que, em algum momento, será envolvida no Projeto de Lei, a gente entende que ele deve ser mais discutido, amplamente discutido de que forma vai ser importante para o IBAMA, de que forma vai ser importante para a fauna, para a contribuição da fauna e como é que nós vamos proceder junto ao processo de licenciamento ambiental. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos à D. Cosette pelo esclarecimento que presta sob a ótica do IBAMA.

E vamos, então, ao meio de campo agora, chamando aqui o Dr. Carlos Cristo, do MDIC, para dar a visão que tem o Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior.

SR. CARLOS CRISTO: Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, colegas da Mesa. Em primeiro lugar, queria trazer os cumprimentos do Ministro Miguel Jorge, que lamenta estar impossibilitado de estar aqui, neste momento, embora considere esta reunião e esta pauta de extrema importância.

Eu vou tentar ser bastante curto e bastante objetivo, até porque as exposições que me precederam já colocaram muitas as questões que nós vamos apresentar.

Por favor, o primeiro *slide*. Este quadro é absolutamente óbvio, já foi aqui referido pelo Dr. Flávio Meirelles, a importância das exportações de carne - que acho que é um foco principal desse Projeto de Lei no Brasil.

Próximo. Por favor. Evidentemente que nos interessa muitíssimo estar em dia com a questão tecnológica, não sermos ultrapassados por outros países, não estarmos a reboque de situações consolidadas no mundo, mas, sim, aproveitar. Como já me refiro novamente ao Dr. Flávio, ele mostrou que nós estamos na fronteira do conhecimento, em termos de clonagem, e, portanto, devemos considerar isto e capitalizar isso a nosso favor, e, nessa situação, esta regulamentação que esta Casa propõe é fundamental para que tenhamos um desenvolvimento tecnológico positivo.

Além do tema referido, que eu me referi no primeiro *slide,* da importância econômica em termos de carne, nós temos a questão dos biorreatores, a questão das pesquisas e saúde humana.

Evidentemente que, da mesma forma como já se realiza na clonagem vegetal, nós queremos e temos como objetivo o aumento de produtividade e melhoraria da qualidade. Preocupações? Sem dúvida. Nada... Nenhuma atividade... Hoje, eu acho que há uma consciência muito grande, no mundo inteiro, que nós não podemos fazer qualquer coisa a qualquer custo. Portanto, nós temos como preocupações o descontrole sobre eventual transbordo de criações confinadas, principalmente aquáticas, uma eventual cheia, algo que possa jogar no meio ambiente, de uma forma descontrolada, espécies que são objeto deste estudo, e aquelas de difícil confinamento, como é o caso da apicultura, né?

Agora, queremos absolutamente enfatizar que este tema não é um tema de organismos geneticamente modificados, não é isto, nós não estamos querendo introduzir organismos geneticamente modificados através desse processo. Esse é um processo de clonagem, né, que é completamente diferente e com, evidentemente, riscos oferecidos ao meio ambiente completamente diferente e de muito menor monta, basicamente centrados na questão da diversidade.

Outra preocupação muito grande nossa é que um instrumento legal importante como este não possa se tornar no indutor de processos burocráticos que atrapalhem a vida das empresas, a vida dos pecuaristas, enfim... Então, gostaríamos que isso fosse algo que os processos decorrentes dessa Lei fossem processos mais facilitados possíveis.

Por favor, o próximo *slide*. Nesse sentido, conciliar, para os casos de sobreposição, as normativas que já existem do CGEM, Centro de Gestão de Patrimônio Genético; da CTNBio, Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, principalmente quando nós estivermos falando de clonagem, aí, sim, de organismo geneticamente modificados; do Conselho Nacional de Ética e Pesquisa, o CONEP; e, eventualmente, o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal, o CONCEA. No entanto, nós observamos que as práticas de zootecnia estão foras dessas competências.

Por favor. Achamos, como reflexões, também, que a competência pela autorização deveria se extinguir pela atividade, não pela espécie, que poderíamos centrar no MAPA a questão de autorizações para todas as atividades de clonagens, em especial as de produção de alimentos *in natura*, como já é, enfim, do MAPA, que possa haver um autorização pelo CGEM, pelas pesquisas com animais de biodiversidade brasileira, uma autorização da CTNBio, como já me referi, para atividades que envolvam organismos geneticamente modificados, e aí uma autorização em conjunto, e autorização pela CONEP, para clonagem voltada à pesquisa pré-clínica que não faz parte da competência atual.

Eu gostaria dizer aos senhores que nós consultamos os participantes do Fórum de Competitividade da Biotecnologia e os membros do Comitê Nacional de Biotecnologia que nós coordenamos, inclusive me acompanha aqui o Dr. Sérgio Figueiredo, que é o coordenador suplente do Comitê Nacional de Biotecnologia.

Coloco-me à disposição, portanto, para qualquer esclarecimento e agradeço muitíssimo, mais uma vez, a oportunidade de podermos estar aqui, apoiando essa iniciativa importante do Senado Federal. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a exposição do Dr. Carlos Cristo. E vamos passar agora a mais uma mulher, a D. Beronete Barros de Freitas, que representa o Ministério da Agricultura e Pecuária.

SRA. BERONETE BARROS DE FREITAS: E quero assim dizer que o Ministério, após avaliar todo esse trabalho do projeto e também observando os nossos colegas que estão fazendo essas pesquisas e verificando a necessidade de organizar, de fazer a regulamentação pela... A intenção, o objetivo do segmento interessado em estar pedindo que a sociedade se organize. Então, o Ministério, como órgão do Governo, tem que se mobilizar para isso, e o Ministério da Agricultura, junto à Secretaria da Defesa e Agropecuária, que é o setor onde a equipe de material genético animal trabalha, se organizou para avaliar esse projeto, que é o Projeto de Lei 73, onde mencionam diversos setores, instituições que iriam fazer o registro para trabalhar com clonagem. Então nós avaliamos que o registro em diversas instituições não seria bom, porque iria acontecer uma burocratização muito grande, ônus para a sociedade e verificamos que seria melhor que o registro fosse feito exclusivamente no Ministério da Agricultura, e, assim, a nossa justificativa para vocês seria que o Ministério fizesse o registro para todos os tipos de clonagem, seja mamífero, seja animais silvestres, e sempre ouvindo as outras instituições. Por exemplo, se for clonagem voltada a assuntos referentes ao IBAMA, que seja ouvido o IBAMA, a Secretaria de Pesca ou talvez mesmo a ANVISA.

Também nós observamos, nesse Projeto de Lei, que havia algumas falhas com relação à ausência... Não posso falar falha. Ausência de algumas exigências que são importantes para o Ministério da Agricultura, os aspectos de ordem sanitária. A segurança sanitária para o Ministério é importante. Então, na importação de um material genético ou de um material para clonagem, é importante que haja também a segurança sanitária e que o Ministério da Agricultura... A importação venha... Autorização por ele. Mas sempre ouvindo os órgãos competentes... Aliás, as instituições competentes, seja o IBAMA, seja a ANVISA, seja a Secretaria de Pesca.

Na proposta da lei, houve uma necessidade de ser colocada - proposta do Ministério -, que seja colocada uma exigência do aspecto de segurança sanitária, porque nós observamos, e essa segurança sanitária é justamente para avaliar num momento que for... Num laboratório organizar a parte de aspectos de como vai ser os processos de clonagem. Então, esse aspecto sanitário seria tanto para a sanidade do homem quanto para a sanidade do animal. Nós solicitamos, na nossa

nota técnica, que seja colocado algum artigo que trate sobre os aspectos de segurança sanitária.

Outro assunto que também o Ministério observou é que, na lei, na proposta de lei, tem alguns itens que não poderiam ficar aqui. Na nossa visão, poderia ser colocada numa instrução de serviço. Que a lei, não caberia estar aqui, por exemplo, procedência do material genético utilizado, identificação de interesse na clonagem. Esses itens poderiam ser colocados num outro regulamento, como, por exemplo, uma instrução de serviço, e seria... A nossa sugestão é que seria retirado dessa proposta de lei para ser utilizado em outro regulamento menor, talvez uma instrução de serviço, mas que ele deve ser complementado. Não que não fique na lei, mas que seja usado em outro instrumento legal.

Outra observação do Ministério é que seria... Um setor do Ministério também fez um questionamento com relação a substituir... Ao invés de se usar mamíferos, peixes, aves, se utilizar a expressão "animais". E nós ficamos de avaliar se isso... Vamos dizer assim, essa definição com o código da OIE para ver se realmente tem referência e se vale a pena ou não, ou deixarmos como vocês colocaram aqui, no Projeto de Lei, na proposta de Projeto de Lei.

Outra observação que o Ministério fez, está fazendo aqui também, é com relação... É uma observação que não tem nas penalidades, que seria quando... Deverão ser tomados pelos órgãos de registro e fiscalização quanto ao destino de material ilegal que possa ser apreendido durante as operações de fiscalização. Um material ilegal na clonagem não está sendo identificado na parte de penalidades. Então, isso seria um item que a gente queria que fosse colocado também na parte de penalidade para ser observado quando acontecer essas situações. Essa foi uma observação que a Comissão de CTNBio que representa lá no Ministério, que se chama CBio, colocou. E tem uma outra alteração. Quando o plano foi obtido de animais que sofrem alterações por seu genoma... Não, essa observação foi o colega da parte de CTNBio que acha que deve ser assim. Quando o clone não for obtido de animais que sofreram alteração de seu genoma, por meio de técnica de engenharia genética, é dispensável... Haja vista que a Lei 11.105, de 24 de março. Ou seja, ele menciona que isso aqui já tem na Lei, então não precisaria estar nesse Projeto de Lei. Resumindo: o Ministério da Agricultura, a proposta dele é que o registro seja feito por ele em todas as situações, sempre ouvindo os órgãos competentes. Assim, um tipo de uma licença do IBAMA, quando couber, ou outro setor. E também quando acontecer importação de material genético, aliás, de clonagem, o Ministério da Agricultura vai ser o órgão, assim, que vai liberar essa importação, tendo em vista que tem uma Lei específica do Ministério para liberar as importações no país, em função de preservar os aspectos de sanidade de entrada de doença no país. O que é que tinha mais para explicar aqui para vocês...

Então a intenção do Ministério é essa: fazer o registro, tendo em vista que o Ministério da Agricultura já faz o registro de estabelecimentos que trabalham com sêmen, embrião, e também fiscalizam esses estabelecimentos. Assim, ele solicita que seja feito o registro por ele, sempre ouvindo as outras instituições que têm interface. É a minha manifestação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigada, D. Beronete, pelos esclarecimentos que prestou, acho que deu uma contribuição substancial, até porque apresentou subsídios para a mudança do projeto.

E nós vamos ouvir agora o último expositor, que é o Sr. Rodolfo Rumpf, doutor em veterinária, pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNBio.

Eu vou até adiantar aqui para o Dr. Rodolfo que, nesta Comissão, todos os Senadores são embrapianos. Portanto, o senhor está na sua casa. Então, com a palavra o Sr. Rodolfo.

SR. RODOLFO RUMPF: Depois desse depoimento, agradeço muito, realmente faz diferença, e que a gente também está empenhado para fazer o melhor possível sempre.

Agradecer a possibilidade de estar mais uma vez conversando e discutindo esses assuntos. O principal entrave é exatamente a questão da opinião pública, de a gente conseguir explicar adequadamente para a sociedade o porquê é que nós estamos trabalhando em determinadas tecnologias, quais os mecanismos que nós usamos para fazer o monitoramento de desenvolvimento da tecnologia lá no laboratório e, principalmente, depois, quando a gente leva essa tecnologia para a iniciativa privada. Nós queremos fazer melhoramento e não pioramento, e nós queremos ver cada vez mais. Então, isso é um lema, o homem é um ser vaidoso, e com toda razão, e nós temos que viver mais e com boa qualidade de vida. Então, esse é o princípio, vamos dizer assim, que norteia todo o nosso trabalho lá dentro da EMBRAPA. Não é só ter o resultado, mas ter um resultado diferente, que faça diferença na produção, no bolso do criador, na qualidade do alimento que vai à mesa do nosso consumidor.

Eu vou passar rapidamente alguns *slides* também, agradecer ao Flávio, Dr. Carlos, aos demais, Beronete, a Dra. Cosette, acho que... Excelente, nós estamos indo para uma maturidade e para um consenso. Eu

acho que isso é importante, quando a gente consegue atingir esse nível de convergência.

Bom... Clonagem nós já temos resultados no mundo inteiro e nas diferentes espécies, mas eu continuo insistindo que ela é uma tecnologia em desenvolvimento. Ela tem mais perguntas do que respostas, mas um instrumento regulamentador, isso nos daria... Como o Flávio mostrou, olha a força do trabalho que está se constituindo no país. Não existe evolução sem rotina, sem gente, sem infraestrutura e sem um grande volume de trabalho. E se nós já somos líderes em várias outras tecnologias, por que também não nessa?

Próximo. Transferência nuclear é a tecnologia, então, que permite clonagem, clonagem por conceito significa muitas cópias semelhantes, idênticas, e a transferência nuclear, basicamente... Esse eu acho que vocês já conhecem, mas eu parto de uma fonte doadora de núcleos, que é o genoma que nós vamos multiplicar, seja um embrião, células de um feto, ou, principalmente, o foco no animal adulto. Por que o animal adulto? Porque, geneticamente, ele já mostrou para que veio. Ele já provou a sua capacidade de produzir um determinado atributo que pode ser explorado comercialmente ou, então, dentro dessas diferentes linhas que nós já conversamos. Bem, essa célula, ela precisa se alojar no interior de óvulo, de um outro óvulo de outra vaca, aqui também existe um espaço para a gente discutir alguma coisa. Hoje, pela norma estabelecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, esse ovócito tem que vir de uma vaca registrada da mesma raça, e isso é uma precaução. Até que a gente consiga definir claramente qual a contribuição que essa herança citoplasmática pode trazer no fenótipo do futuro indivíduo, a gente estabelece essa regra. Amanhã ou depois, nós vamos poder exatamente fazer o contrário, de repente; trabalhar com raças distintas, bem distantes do ponto de vista de origem genética, e conseguir produzir um animal até mais estável, mais adaptado, como o Flávio também já colocou. Esse o óvulo, então, a gente matura ele. Em vez de fecundar, nós vamos remover o núcleo, colocar a célula doadora do núcleo, fazer a eletrofusão, a gente vai mostrar isso rapidamente, passo a passo. Sete dias, cinco dias depois... Sete dias depois nós vamos ter um embrião. Eu posso usar esse embrião na reclonagem, como doador do núcleo, mas eu posso também transferir para as vacas receptoras e produzir os embriões. Os índices são baixos, nós temos na faixa de 1 a 5% para fêmeas, em torno de 10% de sobrevivência para um doador macho.

Próximo. Rapidamente, a nucleação é feito nesses microscópios invertidos, pode ser manipulado até por crianças, mas exige algumas horas, não é, Flávio? Eu digo que é como pilotar um pequeno avião. Tem que ter um cursinho básico para começar, porque os comandos são invertidos. O 'Tico e o Teco', às vezes, entram em...

Próximo. Eu tinha um filminho aqui e de novo furou, peço desculpas.

Mas nós removemos o núcleo, com base na expulsão do primeiro [ininteligível], e aí checamos, na biópsia, a eficiência à nucleação. Nós evitamos causar qualquer dano para aquele citoplasma receptor, e, como o Flávio falou, é ele que tem as mensagens que vão permitir que o núcleo se reprograme, que era um núcleo de um fibroblasto lá da pele, que, daqui a pouco, vira núcleo do embrião e tem que reprogramar todo o seu desenvolvimento de novo. Então, esse, por si só, já demonstra o grau de complexidade da tecnologia. É diferente de tudo que nós já fizemos até hoje.

A coleta das células... Isso aqui é uma vaca [ininteligível], pode ser da ponta da orelha, da base da calda, um centímetro quadrado de pele, nós conseguimos isolar milhões de núcleos.

Próximo. Essa pele a gente leva lá, esse aqui é um pedacinho da pele, então, que removemos, colocamos na placa de cultivo... São as células que vão se soltando da biópsia e vão povoando o fundo da placa. Duas, três semanas, nós temos essa placa toda povoada por essas células. Nós vamos fazendo as repicagens, a cada duas semanas, dependendo do ritmo e o tamanho da placa, e nós temos aí um cultivo mais voltado para o fibroblasto.

Próximo. E nós já podemos começar a trabalhar. Aqui também a reconstrução, mas, agora, nós vamos... Então, naquele óvulo, que nós removemos o núcleo, nós vamos colocar uma dessas células que a gente isolou da pele do animal. Existem outras fontes de células também doadoras de núcleo.

Próximo. A eletrofusão, gente... Aqui é uma placa que nós temos. Dentro, nós temos dois eletrodos, e aqui tem o citoplasma, sem núcleo, a célula doadora do núcleo, e, agora, então, por esse equipamento, nós vamos fazer o que a gente chama de "eletrofusão". Isso também, não é Flávio, alguns anos de ajustes para chegar nos parâmetros ideais, mas, hoje, a gente já consegue ter uma boa eficiência da eletrofusão. A hora que tu estabelece esse estímulo elétrico, vai haver abertura de poros nas membranas plasmáticas das duas estruturas e a fusão propriamente dita. Nesse momento, então, é que nós estamos reconstruindo o embrião, e esse é um momento crítico, porque eu tenho que ter uma sinergia, uma pariedade entre o ciclo celular da célula doadora do núcleo com o citoplasma que está recebendo esse núcleo.

Próximo. Aplicações potenciais já foram faladas várias... A ciência básica... Eu sempre costumo dizer que só pela contribuição, como modelo de estudo, que a clonagem trouxe, para nos ajudar a entender determinadas coisas nessa parte de ciência básica, já justifica todo o esforço humano, mental e financeiro que foi feito. Na conservação animal... E aqui eu vou puxar um pouco a brasa para o nosso assado. A gente vai voltar a conversar um pouco sobre cada uma dessas. Produção de animais transgênicos, aí nós voltamos lá para a CTNBio, mas acho que o *link* está muito bem formado aqui, são duas tecnologias bem incipientes ainda, mas que, quando a gente consegue unir as duas, a gente consegue ter resultados interessantes. A produção animal e também a questão da medicina.

Próximo. Ciência básica, interação núcleo citoplasma. Eu, agora, posso entender cada coisa separada e depois colocar junto e ver como é que essas coisas se comportam. Quer dizer, isso é um modelo fantástico para estudo de determinadas doenças que a gente... Síndromes principalmente, que a gente não tinha modelo adequado.

A questão do DNA mitocondrial é uma questão também interessante. O Flávio tem uma linha importante de estudo nessa direção e que eu acho que a gente deve ainda concentrar bastante esforço.

Próximo. A questão da conservação animal. Eu acho que aqui é um dos grandes questionamentos. Eu já vou antecipar uma das conclusões. É a questão da clonagem diminuir a variabilidade genética. Qualquer uma dessas tecnologias pode contribuir para diminuir a variabilidade genética. Todas essas tecnologias devem ser usadas, alinhadas aos projetos de melhoramento genético, animal e monitoradas, devidamente monitoradas. Qual que é a grande saída para isso tudo? É nós termos a nossa variabilidade genética no botijão de nitrogênio líquido. Quer dizer, nós termos os bancos de germoplasmas, devidamente representados lá, com as variabilidades que nós encontramos nas diferentes raças e espécies. E esse é um trabalho que a gente já faz na EMBRAPA para raças em vias de extinção e espécies. Agora, nós estamos fazendo um mutirão mesmo para levar isso também para as raças comerciais. Isso é uma questão... Meu ex-chefe dizia que é uma questão de [soa campainha] segurança nacional, e eu concordo com ele, porque é extremamente importante o país, essa riqueza, esses genes que a gente dizia que era a moeda [ininteligível] de futuro, já são.

Próximo. Aqui alguns exemplos de resultados. Isso é uma vaca Junqueira do banco de germoplasma nosso.

Próximo. A gente usou, conseguiu mostrar, então, que a clonagem é uma ferramenta também para viabilizar a regeneração do banco de germoplasma. Quer dizer, o que é que eu coloco no banco? Sêmen, embrião, o ovócito e agora um centímetro quadrado da pele ou células congeladas, e eu tenho ali toda a variabilidade de uma determinada espécie, raça, assegurada por 2000 anos, pelo menos.

Próximo. Aqui, um outro exemplo de uma vaca que morreu. A gente conseguiu fazer, a partir das células que ficam na volta do ovócito, estabelecer uma linhagem celular e conseguir trazer aquela genética de volta para dentro de um programa. O seguro de animais, ele banca financeiramente, mas nós perdemos aquela genética. Aqui não, aqui nós estamos sugerindo manter a genética, que é o que interessa para o país de um maneira geral.

Próximo. Só exemplo... Animais, eu disse, os índices são baixos, mas o que nós temos visto é que os animais sobrevivem(F), fertilidade normal, animal criado a pasto, sem problema nenhum.

Próximo. A produção de animais transgênicos é uma das áreas que o país, o Brasil, já foi feito diagnóstico pelo MDIC, que nós somos carentes, nós somos grandes importadores dessas moléculas de alto valor agregado. A gente brinca que nós vendemos carne à granel, nós temos que vender o bife empanado, e, principalmente, na questão do subprodutos de origem animal, eu acho que tem um espaço enorme para o Brasil; nós vendemos o extrato e compramos os medicamento. Então nós temos um espaço enorme. E uma das plataformas, das rotas tecnológicas, passa por aqui. Por isso é importante o país ter competência nisso.

Próximo. A produção animal, como já foi bem justificada, nós achamos que nós temos que acompanhar o desenvolvimento do estado da arte e colocar isso, e, como eu já falei, com todo o monitoramento necessário.

Próximo. Aqui já há resultados comerciais também. Estamos estabelecendo uma parceria com uma iniciativa privada, porque não é com meia dúzia de clones, nascido num ano, que nós vamos conseguir responder todas essas perguntas. Então, há necessidade dessa interação público-privada.

Próximo. A medicina, pesquisa com células-tronco, já foi também um pouco adiantado. Isso é um... O bovino é um modelo de estudo para espécie humana muito interessante e que está sendo... E nós temos assim muitas provocações da área humana para trabalhar em conjunto nessa área mais básica, para entender esses mecanismos da diferenciação celular. E eu acho que é uma contribuição a mais que isso tudo pode trazer, como eu disse, para melhorar a nossa qualidade de vida e poder viver mais.

Próximo. Aqui é a Vitória, só um pouco de propaganda também, nasceu em 17 de março de 2001. Ela... Aqui nós usamos um núcleo de um... A célula, doador de um núcleo, era de um embrião. Não era uma clonagem somática, portanto.

Próximo. Também reproduziu, tem vários descendentes na fazenda.

Próximo. E o que são esses clones, então? A constituição de estabilidade biológica. Na verdade, o clone, hoje, ele é um sujeito, a gente diz assim, mais ou menos, que sobrevive com a nossa ajuda. Mas se ele atingir a puberdade, produzir gametas viáveis, passar por um ciclo sexuado, os seus descendentes são tão estáveis geneticamente quanto os do doador do núcleo. O que eu quero dizer com isso é que os descendentes de um clone são geneticamente iguais a qualquer um do doador anterior. Então, por isso que se colocou lá na norma também que o registro definitivo de um clone, junto à associação, só será efetivado no momento que ele provar a viabilidade de seus gametas.

Na questão de segurança alimentar. Hoje, nós temos uma discussão bastante ampla a nível europeu, mas eu acho que existe, também, por outro lado, uma mobilização bastante grande - Estados Unidos, Argentina, Brasil, Nova Zelândia, Austrália -, no sentido de mostrar que realmente não existe nenhum risco para a saúde humana. Clone não é transgênico. Nós não manipulamos o DNA diretamente. Nós usamos o DNA inteiro que está lá no núcleo da célula doadora.

Próximo. Clonagem *versus* variabilidade genética, é isso que nós estávamos comentando. Quer dizer, nós temos como manter essa variabilidade genética. Se eu tenho um banco de reserva, eu posso ser mais agressivo, eu posso ousar mais na produção, mas, assim mesmo, a tecnologia de clonagem, ela deve ser usada com monitoramento, ela deve estar embutida dentro dos programas de melhoramento genético animal. Aquilo que o Flávio mostrou, eu consigo desviar com muita rapidez um ganho genético fantástico. É competitividade [soa campainha], nós não vamos poder ficar empurrando com a barriga e não vamos ter todo o tempo do mundo pela frente.

Próximo. De novo o banco genético. Como eu disse, eu acho que isso é uma alternativa importante, e o país está se mobilizando para isso. E aí a importância da regulamentação da clonagem no Brasil. Eu era meio contrário a isso por muito tempo, até que, um dia, nós recebemos a visita do pessoal da Comunidade Européia, e, quando a gente comentou que nós tínhamos um instrumento legal, a conversa mudou do dia para noite. Então, eu acho que não basta ser, tem que parecer... Tem uma expressão popular nesse sentido. E eu acho que é importante esse esforço que a gente está desenvolvendo aqui, em conjunto com o Senado. É importantíssimo.

Propriedade intelectual do material genético. Isso é fundamental, talvez tenha que ser o dorso orientador desse Projeto de Lei, a questão... Um exemplo é a questão do sêmen. Quer dizer, eu posso comprar uma palheta de sêmen, isolar a célula somática e fazer um clone daquele touro. "Mas eu só comprei o haplóide masculino". Então, isso tem que ficar bem claro dentro da nossa lei aqui.

A regulamentação, eu acho que isso aí está bem, infraestrutura, recursos humanos, pegou um pouco da CTNBio, mas não faz mal, está sob controle, e a rastreabilidade é uma questão também que vai ser acompanhada de perto.

E por isso eu agradeço e me coloco à disposição para maiores esclarecimento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós é que agradecemos ao Dr. Rodolfo, pela brilhante exposição que fez.

Senador João Pedro, V. Exa. participa de quantas comissões temáticas?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Quatro comissões temáticas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu participo perto de dez. Eu fiz essa pergunta só para ilustrar para os expositores o drama dos Srs. Senadores que compõem esta Comissão. Quer dizer, ao mesmo tempo que tem uma reunião aqui, neste órgão, neste momento, e outras espalhadas, razão pela qual existe aqui um desfalque muito grande dos Srs. Parlamentares. E aqui, será que não seria o caso, Senador João Pedro, de aproveitar aqui a experiência da EMBRAPA, da CTNBio, do Ministério da Agricultura, de toda essa equipe técnica, de fazer um clone dos Srs. Senadores dessa Comissão, para que não ocorra esse desfalque de *quorum*? O único problema talvez fosse a reprovação da sociedade lá fora, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nós não temos esse banco de germoplasma aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então... Eu acho que o que se propôs nesta manhã foi trazer para a instrução desse Projeto de Lei--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --todas as informações...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Quem é o relator do Projeto de Lei?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É o Senador Goellner.

Todas as informações que são necessárias a sua boa instrução, e acho que os senhores e as senhoras trouxeram. Obviamente o relator vai subsidiar-se com os elementos que foram trazidos à colação nesta manhã.

Tudo que foi dito está gravado e todos os documentos, as exposições que foram feitas também serão disponibilizadas, não só para o relator, como para os demais componentes desta Comissão.

Acredito que houve aqui uma convergência importante entre todas as correntes que fizeram as sua exposições, o que mostra que a matéria está madura. O debate sobre a clonagem, sobre os avanços tecnológicos que foram demonstrados e essa preocupação com a biossegurança também mostraram que, efetivamente, há uma evolução significativa desse assunto para o país. E aqui ninguém divergiu quanto a um aspecto que é fundamental. É preciso marco regulatório. Resta saber o seguinte: o projeto que nós estamos apreciando atenderia efetivamente essas demandas, essas necessidades? Nesse sentido, eu prestei atenção na fala da D. Cosette, que alertou para a necessidade de algumas mudanças, retirar alguns dispositivos, acrescentar outros e etc.. Então, neste momento que nós estamos debatendo este assunto e que foram trazidas todas as preocupações e as necessidades à colação, nós estenderíamos também outro apelo aos senhores e às senhoras que participaram deste debate, no sentido de mandar sugestões de texto, devidamente acabadas, para que o relator possa louvar-se nessas informações, que serão, obviamente, muito úteis para a redação final do projeto, até porque, se não houver essa contribuição, muito possivelmente, no amanhã, poderá ocorrer alguma crítica ao texto que, certamente, esta Comissão vai aprovar. Esta Comissão não. As Comissões que vão apreciar esse projeto irão aprovar, e, depois, o Plenário deverá referendar também aquilo que sair da produção desses órgãos. Portanto, feita essa ligeira digressão, eu consulto ao Senador João Pedro se deseja fazer algum questionamento.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Convidados, representantes de instituições, da EMBRAPA, do Ministério da Agricultura, enfim... Primeiro, eu considero importante esta Audiência Pública, para contribuir com o projeto que vai redundar num marco regulatório. Então, a minha primeira pergunta é isso. Eu sinto que a pesquisa avança, tem já um caminho percorrido e falta o marco regulatório. Então, eu acho que nós poderíamos... E V. Exa. acaba de refletir sobre a contribuição das instituições. Um país que tem as potencialidades que temos, as exportações que fazemos... Quer dizer, essa... Não tem volta, nós temos que aprofundar, garantir recursos orçamentários. Eu gostaria até de ouvir um pouco sobre isso, como é que um objeto tão estratégico para o país e como é que andam os recursos para a pesquisa, nesse ponto, aí, sobre clonagem animal e enfim... Como é que anda esse recurso.

Para o Ministério da Agricultura: além da Embrapa, quem mais pesquisa nesse campo da clonagem? Eu acredito que...

SRA. BERONETE BARROS DE FREITAS: [ininteligível] mas universidades e EMBRAPA. Nós temos uma interface muito grande com os colegas da EMBRAPA. O Ministério sempre trabalha em sintonia com os colegas da EMBRAPA e algumas universidades. Também, no caso, como nós somos responsáveis do material genético animal, nós trabalhamos também com o Colégio Brasileiro de Reprodução, e, nessa instituição, tem representante de todas as universidades, pesquisadores na área de sêmen e também a [ininteligível], a parte de embriões, e que essas instituições estão sempre em sintonia com o Ministério. Qualquer dúvida que o Ministério tenha para fazer algum questionamento, em algum trabalho que precisa da justificativa e orientação do que é que está acontecendo fora do país e que o Brasil esteja trabalhando... As instituições de pesquisas, no caso as universidades também, são com essas substituições. O Colégio Brasileiro, EMBRAPA e universidades.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O setor... Para o Dr. Rodolfo. O setor privado avança também nas pesquisas?

SR. RODOLFO RUMPF: Isso... Quando eu mostrei nos últimos *slides...* Existe, existe, hoje, empresas no país constituídas para esse tipo de trabalho.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com padrão...

SR. RODOLFO RUMPF: Com padrão de excelência. Então, existe empresa, que o Flávio tem a parceria, a CLONEST, que ele mostrou.

Hoje, nós temos já uma força, uma mobilização na área da pesquisa bastante significativa, o que talvez a gente precisasse um pouco mais de gasolina e querosene até, que é o ponto que o senhor começou a sua colocação. Porque existe ainda necessidade de algumas pesquisas, sem dúvida, eu disse, mais perguntas do que respostas, mas a gente está conseguindo... O Brasil é o seguinte... A gente sempre dizia que o produtor rural era uma pessoa difícil. Na verdade, não. O brasileiro, de uma maneira geral, ele gosta de correr risco, ele topa parada, foi difícil a gente quebrar essa primeira barreira, mas, hoje, nós estamos conseguindo construir parcerias público-privadas para avançar nesse sentido. O que a gente sente, e com toda razão porque ninguém vai botar dinheiro a vida inteira nisso,

é que aquele dinheiro, ou, pelo menos, subsidiado, para você conseguir fazer aquela pesquisa necessária para alavancar e chegar num equilíbrio custo/benefício aceitável para a atividade. E isso eu acho que o Flávio pode me ajudar aqui. Mas, recentemente, a gente teve na FINEP, também, com esse intuito, porque você não pode esperar também que a iniciativa privada vai colocar milhões em cima de um projeto que você não tem marco regulatório adequado ainda. Então para isso também vai ser importante esse esforço que está sendo feito aqui. Mas se a gente conseguisse mobilizar certa linha de fomento para este tipo de coisa... Traria o transgênico junto, a produção das biomoléculas, biorreatores, que foi colocado pelo Carlos... Quer dizer, isso é um universo... E eu tenho certeza que mudaria o panorama e a competitividade do país.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Estão concentrados aqui, em Brasília, ou espalhadas pelas várias regiões do nosso país?

SR. RODOLFO RUMPF: Nós temos em várias regiões...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Na clonagem animal.

SR. RODOLFO RUMPF: Na clonagem animal, aqui em Brasília...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Brasília.

SR. RODOLFO RUMPF: E, hoje, temos uma parceria em Uberaba, que foi aberta para a prestação de serviço no sábado. Mas o Flávio tem um esforço bastante grande lá em Pirassununga, e nós temos aí, pelo menos hoje, trabalhando já, né, Flávio, uns cinco ou seis laboratórios, com potencial de entrar mais uns dez dos próximos dois anos. A demanda é extremamente grande. Por isso que eu disse: a gente tem uma dificuldade de quebrar a primeira barreira com o produtor rural, com o criador, mas, depois que você consegue mostrar para ele os benefícios, ele topa a parada e vem correr o risco conosco. Isso tem sido uma experiência interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acresceria um indagação ao Dr. Flávio. Tem empresa que investe em pesquisa, nesse tipo de pesquisa, que está ganhando dinheiro?

SR. FLÁVIO VIEIRA MEIRELLES: Uma boa pergunta, né? Atualmente, as empresas que desenvolvem a fecundação *in vitro* são as que estão entrando para área da clonagem, via de regra são microempresas e têm investido na área de clonagem, mas visando o futuro. Quanto ao que nós vivemos hoje é o seguinte: o nosso primeiro clone nasceu em 2004, com fins comerciais ligados à empresa. Esse clone nasceu a 150 mil reais o custo. Hoje, nós estamos fazendo clone a 14 mil. Então, é uma diminuição de 90% do custo. Mas creditamos que nós chegamos a 7 mil reais um animal. Então, essa é a situação que está hoje. Então, a empresa tem que, para fins de aumentar a produção dela, abrir mão dos lucros, mas visando o desenvolvimento. No nosso caso específico, a empresa que a gente tem colaboração, que é a CLONEST, ela tem um financiamento subsidiado do Fundo PIPE, de Programas de Pequenas Empresas da FAPESP, em São Paulo, e... Mas, óbvio, existem outras fontes de origem federal também disponíveis. É um investimento relativamente pequeno e a empresa banca a outra parte durante o desenvolvimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Beleza. Bom, eu acho que nós exaurimos a nossa Audiência Pública e eu agradeço aqui a todos que dela participaram: o Dr. Flávio Meirelles, da CTNBio; o Dr. Rodolfo Rumpf, da CTNBio também; a Dra. Beronete; Dr. Carlos Cristo e a Dra. Cosette. Obrigados a todos. Tenham a certeza de que deram uma contribuição e poderão oferecer mais ainda, se oferecer os subsídios que nós solicitamos.

Não havendo mais assunto a tratar, eu dou por encerrada esta Reunião, mantendo a convocação ordinária para a próxima terça-feira.

Muito obrigado e está encerrada.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 31ª REUNIÃO, CONJUNTA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A 35ª DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, 34ª DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 8:30 HORAS

Às oito horas e trinta e um minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e nove, na sala 13, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Fernando Collor e Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura e Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, respectivamente, com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Efraim Morais, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Flávio Torres, Delcídio Amaral, João Ribeiro, Paulo Duque, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Osvaldo Sobrinho, Jeffer-

son Praia e Eduardo Azeredo reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Lobão Filho, Gerson Camata, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Papaléo Paes, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Fátima Cleide, Francisco Dornelles, Gilvam Borges, Mão Santa, Heráclito Fortes, Kátia Abreu, Arthur Virgílio, João Tenório, Marconi Perillo, João Durval, Marina Silva, João Pedro, Leomar Quintanilha, Valter Pereira, Marisa Serrano e Gim Argelo. Justifica a ausência o Senador Flexa Ribeiro. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, submete às Comissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos **Requerimentos nº 027, de 2009-CCT e nº 66, de 2009-CMA**, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer "..., nos termos regimentais seja realizada Audiência Pública conjunta, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA e da Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI para debater o Projeto de Lei da Câmara nº. 006, de 2009, que "Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; Altera a Lei nº. 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº. 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº. 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº. 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências", tendo como convidados: Mauro Grinberg, Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos em Direito Concorrencial e Comércio Exterior - IBRAC; Pedro Zanotta, Presidente da Comissão de Defesa da Concorrência da OAB/SP; Nelson Hubner, Presidente da ANEEL, Representando O Fórum dos Presidentes das Agências Reguladoras; Ronaldo Sardenberg, Presidente da ANATEL; Aurélio Rios, Subprocurador-Geral da República – MPF; Arthur Badin, Presidente do CADE – Conselho Administrativo de Direito Econômico; Mariana Tavares , Secretária da Secretaria de Direito Econômico/MJ e Antônio Henrique da Silveira, Secretário da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos SEAE/MF", ao **Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 027, de 2009-CCT**, de autoria dos Senadores Wellington Salgado de Oliveira e Flávio Torres, que requer "..., nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o Aditamento do Requerimento nº. 27, de 2009-CCT, do Senador Renato Casagrande, para que seja convidado o Professor João Bosco Leopoldino Fonseca, OAB/MG 10.907, membro da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência e da Regulação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais", e ao **Requerimento nº 040, de 2009-CI**, de autoria do Senador Delcício Amaral, que requer "..., nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação – CCT, Comunicação e Informática e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA para debater o Projeto de Lei da Câmara nº. 006, de 2009, que "Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº. 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº. 7.347,de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº. 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências", tendo como convidados: Arthur Badin, Presidente do CADE – Conselho Administrativo de Direito Econômico; Representantes das Agências Reguladoras e Representante da Casa Civil" Comparecem à reunião os Senhores Antônio Augusto Brandão de Aras, Professor Doutor da Universidade de Brasília – UnB e Representante do Ministério Público Federal junto ao Conselho Administrativo de Direito Econômico – CADE; Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Arthur Sanchez Badin, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; Tito Amaral de Andrade, Diretor de Concorrência do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional – IBRAC; Pedro Zanotta, Presidente da Comissão de Defesa da Concorrência da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP; Bernardo Figueiredo, Representante dos Dirigentes das Agências Reguladoras; João Bosco Leopoldino Fonseca, Membro da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência e da Regulação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/MG; Mariana Tavares de Araújo, Secretária da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça – SDE/MJ; Rutelly Marques da Silva, Secretário-Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda –

SEAE/MF. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira e Renato Casagrande, autores do requerimento e aditamento, Fernando Collor, Marcelo Crivella e Paulo Duque. O Senhor Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e trinta e quatro minutos, determinando que nós, **Égli Lucena Heusi Moreira**, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, **Álvaro Araujo Souza**, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura e **José Francisco B. de Carvalho**, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle lavrássemos a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Wellington Salgado De Oliveira,** Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura – Senador **Renato Casagrande,** Presidente Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 23/9/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 35ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a 31ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, das 32ª e 33ª Reuniões da Comissão de Infraestrutura, da 34ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e da 31ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle. Os Srs. e Sras. Senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo aos requerimentos números 40 e 49, de 2009, da Comissão de Infraestrutura, de autoria dos Senadores Delcídio Amaral e Wellington Salgado. Requerimento nº. 27, de 2009, da Comissão de Ciência e Tecnologia, com aditamento nº. 1, de autoria do Senador Wellington Salgado; e Requerimento nº. 66, de 2009, da CMA, de autoria do Senador Renato Casagrande, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº. 06, de 2009, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. Altera a Lei nº. 8137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº. 3689, de 03 de outubro de 1941, e o Código de Processo Penal e a Lei 7347, de 24 de julho de 1985. Revoga, também, dispositivos da Lei nº. 8884, de 11 de junho de 1994, e a Lei 9781, de 19 de janeiro de 1999, e dá outras providências. Gostaria de chamar para que tomem assento à Mesa os nossos convidados: o Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL; o Dr. Arthur Sanchez Badin, Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico, CADE; a Sra. Mariana Tavares de Araújo, Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Dr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT; Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, professor doutor da Universidade de Brasília, a nossa UnB, e representante do Ministério Público Federal junto ao Conselho Administrativo de Direito Econômico, CADE; o Sr. Rutelly Marques da Silva, Secretário Adjunto da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Dr. Pedro Zanotta, Presidente da Comissão de Defesa da Concorrência da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB/São Paulo; Dr. João Bosco Leopoldino Fonseca, membro da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência e da Regulação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB/Minas Gerais; Sr. Tito Amaral de Andrade, Diretor de Concorrência do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional, o IBRAC.

Pediria às secretarias das Comissões que estão reunidas para essa Audiência Pública que, por gentileza, fizessem entrar no recinto, para tomarem os seus assentos à Mesa, os senhores convidados da manhã de hoje. Eu gostaria de informar aos nossos convidados e às senhoras e senhores presentes que o tempo destinado a cada expositor será de oito minutos, com dois minutos de tolerância. Após as exposições, abriremos aos Senadores e Senadoras a fala, para a discussão. Comunico que a lista de inscrição já está aberta, já se encontra aberta sobre a Mesa. O nosso primeiro palestrante de hoje é o Dr. Arthur Sanchez Badin, Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico, o CADE. Tem a palavra V. Sa.

SR. ARTHUR SANCHEZ BADIN: Muito obrigado, Sr. Presidente, demais membros da Mesa, senhores aqui presentes. É uma honra e um prazer poder participar de mais uma Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei 6, de 2009. Houve oito Audiências Públicas na Câmara dos Deputados; aqui, no Senado Federal, já foram duas, essa é a terceira. E felicito a iniciativa dos Srs. Presidentes da Comissão de Ciência e Tecnologia, V. Exa., Presidente da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, de realizar uma audiência conjunta para debater esse tema que, de fato, contém alguma transversalidade e é importante que seja amadurecido e discutido com profundidade por todas as Comissões. Esse é um projeto que representa um amplo consenso entre órgãos do Governo, classes empresariais, política e entidades representativas dos consumidores. Ele foi, na Comissão especialmente criada na Câmara dos Deputados para debatê-lo, amplamente discutido, e o texto que dali saiu é um texto que contou com o apoio de todos os partidos, com bastante... Um apoio entusiasmado de todos os partidos, porque é um texto de consenso, um texto em que houve concessões de todas as partes e parece ser um texto que foi lapidado para melhor atender aos interesses do país. É claro que ele merece melhorias, comporta diversos aperfeiçoamentos, lapidações. As sugestões que foram diligentemente apresentadas pela Ordem dos Advogados do Brasil, de São Paulo, pelo IBRAC, são extremamente meritórias, consensiosas e merecem ser levadas em consideração para que se possa aparar algumas arestas.

Agora, em relação ao coração do projeto, me parece que logrou-se despertar, na sociedade em geral, a importância das inovações que o projeto vai trazer. Sr. Presidente, o Projeto de Lei introduz no Brasil algumas recomendações, ou melhores práticas, que se verifica no âmbito internacional. Nós temos... Eu encaminho a todos os Srs. Senadores, a V. Exa., inclusive, ofícios do Presidente da *International Competition Network,* apoiando, entusiasmadamente, o projeto; da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento, OCDE; e esses apoios traduzem essa percepção de que o projeto introduz no Brasil o que tem de melhor, as melhores práticas internacionais. O que seja? Em primeiro lugar, a unificação da estrutura do sistema brasileiro de defesa da concorrência. Hoje, Sr. presidente, são três órgãos distintos que têm funções razoavelmente parecidas ou sobrepostas, o que, obviamente, na percepção de qualquer um, verifica que há um retrabalho. Um processo para ser julgado pelo CADE, hoje, uma fusão, por exemplo, entre duas padarias da esquina, tem que ser submetido aos pareceres do Ministério da Fazenda, depois do Ministério da Justiça, depois volta, vai para o CADE, um parecer da Advocacia Geral da União, um parecer do Ministério Público Federal; se for um mercado regulado, parecer da agência reguladora respectiva, um parecer do conselheiro relator e só então é votado.

Na linha do que aconteceu em Portugal, em 2004, na Bélgica, em 2006, na Espanha, em 2007, e na França, no final de 2008, o projeto unifica em um mesmo órgão essas funções, hoje divididas em órgãos separados, o que vai permitir uma maior racionalização do trâmite processual, conferindo, com isso, celeridade. E por que celeridade é tão importante, Sr. Presidente? Porque uma outra inovação importante que o projeto traz para o país é a análise prévia de atos de concentração, com prazos fixos e determinados para análise. Hoje, as operações são realizadas... É o que nós chamamos no sistema *expost*, ou seja, as empresas fecham a operação, a empresa adquirente passa a assumir o controle dos ativos da empresa adquirida, e só depois, 15 dias depois, é que apresenta essa operação ao CADE, que começa a fazer sua análise, e é uma análise demorada, muitas vezes complexa, e que pode demorar muito tempo. Isso é ruim para a sociedade e para os consumidores, porque torna pouco efetiva a atuação do Estado na proteção da rigidez do mercado. Isso é ruim, e muito ruim, para os empresários, porque impõe aos negócios no Brasil uma incerteza associada a essa demora, a essa questão jurídica. Tem operações, por exemplo, que hoje, realizadas há mais de seis anos, ainda pende uma dúvida jurídica sobre a sua possibilidade, ou não, de ter aprovação, ou não. Isso é um descalabro, isso é um custo-Brasil que não pode mais continuar acontecendo. Obviamente, quando o empresário não tem a certeza jurídica de que se tornará titular dos ativos, ele deixa de investir. Quando deixa de investir, são menos empregos que são criados, são menos investimentos em pesquisa e desenvolvimento e por aí vai.

A análise prévia, ela só faz sentido com a existência de prazos fixos e determinados de análise. Significa dizer que, hoje, não existem prazos para o CADE e para o sistema brasileiro de defesa da concorrência como um todo proferir seu parecer. O que em alguns casos aconteceu, Sr. Presidente, de uma decisão ocorrer dois anos depois da operação ter sido realizada. O projeto impõe aos órgãos de defesa da concorrência prazos fixos, determinados e improrrogáveis de análise, de modo que o empresário possa saber, com certeza, quando haverá a decisão favorável ou não, o que pode e o que não pode fazer em relação àquela concentração econômica. Isso é fundamental para que esse sistema funcione adequadamente e introduza no

Brasil uma melhoria no ambiente de negócios no país. Eu mencionei algumas contribuições que foram feitas pelos representantes dos advogados e dos economistas que militam mais proximamente do CADE, que são as Comissões de Defesa da Concorrência, da OAB de São Paulo, e o Instituto Brasileiro de Estudos, IBRAC... É um nome comprido e a minha miopia não permite... Mas também houve um diálogo bastante [soa a campainha] proveitoso, Sr. Presidente, com as agências reguladoras, que fizeram quatro propostas bastante razoáveis e que merecem, também, ser consideradas, e, sobretudo, com a Agência Nacional de Telecomunicações, a ANATEL, que tinha algumas demandas e que, em conversa ontem com o Embaixador Ronaldo Sardenberg, Presidente da ANATEL, foram equacionados. Então, eu acredito que aproximamos, mais uma vez, de um novo consenso que tornará o Projeto de Lei ainda melhor do que aquele que foi encaminhado ao Senado Federal. Obrigado e eu fico à disposição das perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Antônio Sanches Badin, pela sua exposição e passo agora a palavra ao Dr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT. V. Exa. disporá de oito minutos para a sua exposição, prorrogável por mais dois minutos.

SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA: Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Infraestrutura; Dr. Badin, Presidente do CADE; demais autoridades, senhoras e senhores. Eu vou, na verdade, apresentar aqui uma nota conjunta dos Presidentes das agências que participaram de diversas reuniões sobre esse assunto, inclusive de debates com o CADE, com a SEAE, e tiraram uma posição conjunta e um consenso entre as agências, e tem uma nota que eu trago, que já foi encaminhada para os Senadores que analisam esse projeto, e que refletem uma posição de consenso, e eu acho que inclusive de consenso com o próprio CADE, hoje. Essa nota é assinada pelos Presidentes da ANATEL, da ANEEL, da ANP, da ANVISA, da ANA, da ANS, da ANTAQ, da ANTT e da ANCINE. Os dirigentes das agências reguladoras federais, imbuídos do propósito de colaborar com a implementação dos instrumentos de política pública do Estado Brasileiro e conscientes da importância do projeto em discussão, por sua proposta de reformular o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, apresentam, na condição de responsáveis pelo processo regulatório de setores estruturais do país, contribuições para o aprimoramento do Projeto de Lei 06, de 2009, em tramitação no Senado Federal. Cabe manifestar, de pronto, o reconhecimento quanto a importância da convergência de esforços entre a missão das agências reguladoras e dos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, na busca de celeridade no trâmite dos processos e previsibilidade dos atos praticados, voltados para o desenvolvimento equilibrado do mercado e alicerçada no processo democrático de manifestação dos interesses de todos setores da sociedade, nas atividades reguladas pelo Estado.

Salienta-se que as agências reguladoras têm o dever precípuo de zelar pelo equilíbrio e desenvolvimento do mercado regulado, pela preservação do serviço, pela defesa dos direitos do usuário e pela implementação de políticas públicas setoriais. Para o desenvolvimento dessas importantes competências, foram providas de quadro técnico especializado e de estrutura decisória de colegiado para atender a necessidade de preservar a imparcialidade nas decisões. Nesse sentido, torna-se importante a parceria de atuação entre as agências e os órgãos do SBDC, em vista do alto nível de especialização e conhecimento exigido para atuar no âmbito dos diversos setores regulados, em face do ambiente de contínua e profunda inovação e de convergência tecnológica. Neste contexto, a *expertise* e o domínio de grande volume de informações técnicas são componentes essenciais para as agências contribuírem para a inibição das práticas e condutas anticoncorrenciais. Com esse intuito, as reflexões sobre o Projeto de Lei em referência resultaram na convergência de opiniões em relação a aspectos relevantes, não obstante as alterações afetarem de forma diferenciada os diversos setores regulados, apresentados a seguir sob a forma de proposições, com o objetivo de aprimorar o Projeto de Lei 06, de 2009.

Proposição A. Art. 9º: "Responsabilização das agências reguladoras, em relação à obrigação de prestar toda a assistência ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE". O art. 9º dispõe, em seu § 3º, sobre a obrigação das agências reguladoras prestarem, sob pena de responsabilidade, toda a assistência e colaboração que lhes for solicitada pelo CADE, incluída a elaboração de pareceres técnicos sobre as matérias de sua competência. Esse dispositivo que, em princípio, tem o objetivo de possibilitar que o CADE obtenha a assistência das demais entidades, confronta com os princípios da independência e da autonomia das agências, conceito esse essencial para o fortalecimento do sistema regulatório, ao submeter seus corpos diretivos a dirigentes de outra entidade. Além disso, causaria constrangimentos ao relacionamento entre os órgãos e entidades envolvidos no processo e ensejaria conflitos de competência e insegurança jurídica. Ademais, observa-se que a questão

de responsabilidade está adequadamente tratada em outros diplomas legais. A proposta das agências é a supressão do § 3º, do art. 9º.

B. Art. 19: "Competência opinativa da Secretaria de Acompanhamento Econômico, SEAE, em consultas públicas e revisões tarifárias". O art. 19, Incisos I e II, trata da competência opinativa da SEAE sobre regulamentos em consulta pública. O inciso II refere-se ao tema de forma geral e aplica-se a todos os setores. O inciso I é específico para agências reguladoras e destaca a competência da SEAE em relação aos pedidos de revisão de tarifas. A manifestação de opinião da SEAE, no momento das consultas públicas, ou audiências públicas, converge com as expectativas das agências reguladoras e fortalece o processo democrático de manifestação de interesses de todos os setores da sociedade nas atividades reguladas pelo Estado. Contudo, em relação à competência do Inciso I, de opinar, quando entender pertinente, sobre os pedidos de revisão de tarifa, faz-se necessário que essa alteração seja analisada à luz dos impactos sobre a estabilidade regulatória e a segurança jurídica. Necessário mencionar, nesse contexto, que a revisão dos termos constantes nos contratos de concessão, incluídas as revisões tarifárias, é presentemente de competência exclusiva das agências. Nesse sentido, entende-se prudente promover adequações na redação do artigo, assegurando, por um lado, a contribuição opinativa da SEAE sobre minutas e atos normativos em consultas públicas, e, por outro lado, preservando a estabilidade regulatória dos setores regulados, especialmente no que se refere aos processos de revisão tarifária. A proposta das agências é no sentido de supressão do Inciso I, considerando que o Inciso II trata do tema de forma geral, assegurando a participação opinativa da SEAE nas consultas públicas.

Item 6. Art. 64: "Aprovação tácita de projetos de concentração econômica". Em relação à proposta do art. 64 do Projeto, referente à aprovação tácita dos atos de concentração econômica, apesar de se perceber que a intenção da proposta seria de possibilitar celeridade e previsibilidade no julgamento dos processos, há de salientar que a aprovação tácita exporá a vulnerabilidade dos setores regulados, seus modelos e políticas. [soa a campainha]. A possibilidade de que uma operação danosa à competição possa ser aprovada tacitamente acarretará risco para a estabilidade dos setores regulados e fragilidade ao processo decisório das agências. Ademais, os órgãos do Poder Executivo deveriam fixar prazos factíveis o suficiente para as análises dos processos, a fim de não possibilitar que o seu volume ou a sua complexidade prejudique a conclusão da instrução processual. Estou concluindo, Presidente. Adicionalmente, menciona-se que a administração pública tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações em matérias de sua competência. A proposta das agências é no sentido da supressão do art. 64.

Art. 122: "Requisição de servidores de forma irrecusável". A proposta contida no art. 122, § 1º, fixa a impossibilidade de qualquer órgão do Poder Público Federal recusar requisição de servidores por órgão do SBDC. Se implementada, a medida pode constituir problema para a administração das agências, pois é notório o fato de que os entes reguladores já enfrentam dificuldades graves pela falta de pessoal. A proposta das agências é pela supressão do § 1º, do art. 122. E, finalmente, Presidente, a inclusão do art. 122 A, considerando que o dispositivo dessa lei, relacionado com as competências definidas para os órgãos do SBDC, estabelece sombreamentos com as atribuições legais das agências reguladoras. Propõe-se a inclusão do art. 122 A nas disposições finais, para evitar o comprometimento à estabilidade da segurança regulatória. A proposta é inclusão do art. 122 A, com a seguinte redação: "As disposições dessa lei aplicam-se subsidiariamente à legislação específica e às respectivas leis de criação das agências reguladoras". É essa a posição das agências. Agradeço a oportunidade de estar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Bernardo, pela sua exposição. Gostaria de registrar a todos os presentes a presença do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, Senador Renato Casagrande, um dos autores do Requerimento para a reunião de hoje, que está sendo realizada aqui, na Comissão de Infraestrutura. Gostaria de convidar para fazer parte à Mesa o Embaixador Ronaldo Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações. Em seguida, logo de imediato, passo a palavra ao Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, professor doutor da Universidade de Brasília e representante do Ministério Público Federal junto ao Conselho Administrativo de Direito Econômico, CADE. V. Sa. tem oito minutos para a sua exposição.

SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS: Excelentíssimo Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Também gostaria de anunciar a presença da Dra. Mariana Tavares, secretária da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, que também já se encontra com assento à Mesa principal dos trabalhos. Peço desculpas ao Dr. Antô-

nio Augusto. V. Sa. terá o seu tempo acrescido. Com a palavra, por favor.

SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS: Sr. Presidente, eminentes Senadores presentes. Inicialmente, o Ministério Público Federal agradece o convite para participar deste evento por demais importante, em momento significativo não só para a defesa da concorrência, mas também para toda a comunidade, para toda a sociedade. Na qualidade de representante do Ministério Público Federal, me caberia, de início, abordar o tratamento dispensado ao Ministério Público Federal, no que toca ao Projeto de Lei nº. 06, de 2009. Evidentemente que esta redação que aqui abordarei, e ela está lançada no art. 20, trata de forma restritiva na atuação do *parquet*. Atualmente, à luz da lei antitruste brasileira vigente, o Ministério Público participa de todos os processos que tramitam no CADE, e isso, de alguma maneira, preserva os interesses coletivos que estão expressamente previstos no parágrafo único, do art. 1º, da Lei 8884 de 94. Contudo, a prevalecer a redação que foi dada ao art. 1º, parágrafo único do Projeto de Lei, ora em discussão, teremos uma substancial redução das funções constitucionais do Ministério Público Federal, junto ao CADE, tendo em vista que, pela literalidade do respectivo dispositivo legal, ficará o *parquet* reduzido a se manifestar em menos de 6% dos processos que tramitarão pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. É evidente que uma situação desta natureza malfere a Constituição Federal, especificamente no art. 127, que confere ao Ministério Público a qualidade de guardião da ordem jurídica do Regime Democrático dos Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis. Dir-se-ia, a essa altura, que o Ministério Público já equacionou suas dificuldades com esse Projeto de Lei, e assim poderíamos dizer apenas hipoteticamente, porque o eminente Presidente do CADE tem se esforçado para conciliar os diversos interesses em destaque, para que os debates acerca do PL tenham um curso regular e de sucesso. Todavia, nós precisamos lembrar que não basta somente uma resolução conjunta entre o CADE e o Ministério Público, estabelecendo a atuação do *parquet* ali. Não basta, por outro lado, o eminente líder do Governo ter, em uma das sessões anteriores, se comprometido, em nome do Presidente da República, em vetar o dispositivo do art. 20, que restringe a atuação do Ministério Público no CADE. E eu chamo a atenção que não basta, dada a manifesta inconstitucionalidade do art. 20, ao restringir competências e atribuições constitucionais que emergem diretamente do art. 127, *caput*; do 129, III, da Constituição Federal, associado a uma Lei Complementar de número 7593, que preserva a rigidez à atuação do Ministério Público Federal em todos os processos do CADE, porque estes estão caracterizados por força da própria lei ora vigente, bem assim no mesmo dispositivo, numericamente enquadrado do PL, como bens de interesse coletivo, cuja titularidade, repita-se, é a coletividade.

E eu digo que não basta essas declarações, seja do líder do Governo em vetar a norma do art. 20, seja no que toca à nossa resolução conjunta do CADE com a Procuradoria-Geral da República, o que é louvável, a tentativa de conciliar e evitar que tenhamos alguma redução, mas não resolve por uma razão muito simples. Não resolve porque mais que nunca o Ministério Público precisa estar atento. Precisa estar pronto para fiscalizar a nova estrutura do CADE. Se este projeto vier a lograr êxito, vier a ser aprovado, mais que nunca o Ministério Público se fará presente. E por que eu digo? Trago para os senhores somente uma referência. E como este projeto trata da estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, só para trazer algumas observações. Quem quiser consultar pelo sistema de informática do computador, pelo Word, quantas referências se faz à Superintendência Geral da nova estrutura do SBDC. Nós encontraremos 96 referências à Superintendência Geral do CADE. Encontraremos para o Presidente do CADE apenas 36. Para os conselheiros, 46. Para a SEAE, 15 referências. À PROCADE, 25. Ao MPF, cinco referências. E para os destinatários de todo este trabalho ingente de defesa da concorrência, os consumidores, apenas, Senador Renato Casagrande, cinco referências. Ou seja, o destinatário de tudo isso tem apenas cinco referências. E aí a nossa preocupação, a preocupação do Ministério Público Federal. Quem vai fiscalizar o super xerife, o detentor dos super poderes que confere este Projeto de Lei à Superintendência Geral? Ora, somente o Ministério Público, se for preservada a sua atuação, conforme consta da Constituição Federal e da Lei Complementar 7593, poderia minimamente - não vou dizer satisfatoriamente, mas minimamente - ter qualquer tipo de atuação, Senador Collor, na fiscalização da atuação da Superintendência Geral. Imaginem V. Exas., Srs. Senadores, que o superintendente geral vai conduzir tudo. Pode mandar arquivar, pode mandar desarquivar, pode mandar instaurar e tudo isso sem a efetiva participação do colegiado. Do colegiado formado por sete conselheiros do CADE.

Então, esta situação pertinente à Superintendência Geral preocupa por demais o Ministério Público. Porque, se é verdade que nós do Ministério Público reconhecemos que o projeto tem avanços, que este projeto pode ser muito bem aproveitado em muitos pontos relevantes, nós sabemos que seria necessário reestruturar a questão da Superintendência Geral. Se

nós conseguíssemos obter um avanço no que toca à reestruturação interna do sistema brasileiro de defesa da concorrência, no que toca, especificamente, à Superintendência Geral, desconcentrando... E aí é uma ironia. Nós trabalhamos com a desconcentração, com o controle da concentração econômica, com o fim de preservar toda a cadeia produtiva até o consumidor final. Ora, nós temos aqui uma inversão de valores. E a inversão de valores é um órgão interno do SBDC, chamado Superintendência Geral, concentrando competências e praticamente exaurindo, sem a devida e correta fiscalização e sequer, em muitos momentos, do poder revisional do próprio Conselho, que é um órgão colegiado. Esta situação é por demais relevante, embora haja outras, Srs. Senadores, que exigem alguma atenção. Por exemplo, [soa a campainha] nós precisamos estar atentos para um fato corriqueiro. Nós não temos suplente no CADE. Nós não temos, também, previsão de suplência para o Tribunal Administrativo, criado dentro da estrutura do SBDC. Ficamos sempre esperando, naturalmente, a burocracia, o processo natural de provimento dos cargos, para que os processos tenham regular andamento. Ora, no nosso projeto, temos aqui uma competência dirigida ao Presidente do Conselho para prover, evidentemente, dentre cidadãos de reputação ilibada, o substituto, interinamente. Mas, dentre esses aspectos, o mais importante é dizer que o Presidente de um órgão colegiado é um coordenador. Ele não é o Presidente da República, que tem poderes para definir, para nomear, para indicar. Então, esse é mais um dos aspectos, Sr. Presidente, que poderia merecer a consideração ao menos no que toca à competência, para que caiba, não ao Presidente monocraticamente, mas, sim, ao Conselho, como um órgão colegiado detentor de poderes e competência para tanto. Me encontro à disposição dos Srs. Senadores para responder eventuais questões que se façam necessárias. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Exa., Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, pela sua exposição. Eu gostaria de convidar para fazer parte aqui dos trabalhos o Sr. Rutelly Marques da Silva, secretário adjunto da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, que acaba de chegar, e também gostaria de passar a Presidência dos trabalhos a S. Exa., o Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, um dos autores do Requerimento de convocação da presente reunião.

[*troca de presidência]*

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Fernando Collor, senhores convidados dessa Audiência Pública. O tempo já aqui determinado pelo Presidente Collor, e que nós seguiremos, são oito minutos mais dois, completando dez minutos. E agora, com a palavra, a Sra. Mariana Tavares de Araújo, secretária de direitos econômicos do Ministério da Justiça. Com a palavra por oito minutos, se precisar mais dois minutos.

SRA. MARIANA TAVARES DE ARAÚJO: Obrigada, Senador Casagrande. Bom-dia a todas e a todos. Agradeço aos Senadores presentes, especialmente ao Senador Fernando Collor, ao Senador Casagrande e Sr. Senador Wellington Salgado. Gostaria, também, de pedir desculpas pelo atraso e louvar a pontualidade dessa Comissão. Não vou usar nem de longe os oito minutos, muito menos os dez minutos. Gostaria apenas de reiterar o que foi dito pelo Presidente Badin. Esse é um projeto cujas três principais fundações têm obtido amplo consenso desde o Governo anterior, e estão, as três alterações fundamentais, em linha com as melhores práticas internacionais, e tem por objetivo melhorar o ambiente de negócios no Brasil. As contribuições que já foram feitas aqui na Mesa e que, certamente, ainda serão apresentadas, poderão, naturalmente, enriquecer o projeto. Algumas delas nós já tivemos oportunidade de discutir desde as últimas Audiências Públicas. Esse é um ponto que eu também gostaria de ressaltar. Esse projeto, desde o início da discussão na Câmara dos Deputados, foi discutido em inúmeras Audiências Públicas e desde que chegou aprovado, em dezembro do ano passado, na Câmara dos Deputados, e desde que chegou ao Senado, obteve ampla aprovação na CAE e onde também foi debatido em diversas oportunidades. Debater nunca é demais. Por isso louvo e agradeço por essa oportunidade e me coloco à disposição para esclarecimentos adicionais durante as perguntas. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Mariana, pela sua participação e pela economia do tempo. Eu passo a palavra, agora, ao Sr. Rutelly Marques da Silva, que também tem oito minutos e, se necessário, mais dois.

SR. RUTELLY MARQUES DA SILVA: Obrigado, Sr. Presidente. Eu também não farei uso, acho, dos meus oito minutos. Acho que boa parte do que eu teria a falar já foi falado aqui. Gostaria de enfatizar que o PL é um avanço para o sistema, assim como colocou a Mariana. Está em linha com as melhores práticas. Promove uma reorganização do sistema que ajuda na condução dos negócios, reduz custo de transação para as empresas, para os agentes econômicos, ajuda, também, o setor público a reduzir custos, na medida em que essa atribuição vai ser feita de forma mais ágil, e isso acho que é uma preocupação que todos

nós, gestores públicos, devemos ter, e acho que foi com essa ideia que o Projeto foi concebido. Talvez não seja o melhor desenho, mas foi o que foi possível, e, mesmo assim, é um avanço muito grande. No que diz respeito, particularmente, à SEAE, a gente entende que, como são definidas várias funções dos órgãos que hoje compõem o SBDC, o projeto reafirma o papel que a SEAE já tem exercido, que é o de advocacia da concorrência, isso tanto para fora do Governo como para dentro do Governo. Quem tiver a curiosidade de olhar no próprio site da Secretaria, vai ver que esse papel SEAE já tem desenvolvido, sempre procurando respeitar a autonomia dos órgãos que tem que ter autonomia. A nossa contribuição sempre tem sido de forma a contribuir para que as instituições melhorem o trabalho que elas têm realizado, trabalho, diga-se de passagem, louvável, principalmente no caso das agências reguladoras. O nosso intuito é sempre contribuir. Obviamente, a redação de texto é sempre passível de ajuste e a gente entende isso, e a nossa intenção é contribuir para que esses ajustes, que serão importantes, sejam feitos. Mas, enfatizando aqui, que o nosso papel é que... A nossa esperança é que esse projeto aprovado, ele melhore a conformação da atuação dos órgãos e que promova um ajuste na atuação desses órgãos e que, com isso, a gente tenha redução de custo para a empresa e para o setor público. Só isso, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Rutelly, também, pela sua síntese com relação à sua participação nessa audiência. Registro e agradeço a presença do Dr. Paolo Zupo Mazzucato, que é Presidente da Comissão de Concorrência e Regulação da Ordem dos Advogados da seção de Minas Gerais; Dr. Domingos Teixeira Bedran, conselheiro da ANATEL; Sra. Ângela Beatriz Catarcione, chefe de gabinete da Presidência da ANATEL. E passo a palavra ao Dr. Pedro Zanotta, por até oito minutos.

SR. PEDRO ZANOTTA: Bom-dia a todos. Sr. Presidente Renato Casagrande, Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Srs. Senadores e senhores presentes. O saudoso Professor Weter Faria, que foi Presidente do CADE no final dos anos 80, ele dizia que o órgão era conhecido como 'Cadê', porque ninguém sabia quem eram os seus membros, o que ele fazia e onde se reunia. Desde então, e por força de um trabalho extraordinário desse Congresso Federal, com a edição da Lei 8884, de 1994, houve uma mudança bastante significativa na defesa da concorrência no Brasil. A partir dessa lei, a defesa da concorrência no Brasil mudou radicalmente. Sucederam-se gestões muito eficientes nos três órgãos integrantes do sistema. Nós, advogados, também certamente contribuímos para a sua aplicação e evolução, e chegamos hoje, nos dias atuais, onde o nosso sistema está bastante maduro e de maneira a permitir a revisão legislativa e o seu aperfeiçoamento. Esse é o objetivo do Projeto de Lei, enviado pela Câmara no final do ano passado, e que é objeto da análise dos Srs. Senadores. Eu aqui represento a Comissão de Estudos da Concorrência e Regulação Econômica da OAB de São Paulo, que é uma Comissão composta de cerca de 60 advogados, todos atuantes nas áreas de concorrência e regulação, e, portanto, nos sentimos bastante intitulados a colaborar e participar desse processo. A nossa Comissão acompanha o projeto desde a sua edição, desde o seu nascimento em 2005. Participamos do processo na Câmara, apresentamos sugestões na Câmara, algumas acatadas, outras que nós queremos trazer à discussão novamente, e tenho certeza que é uma oportunidade bastante importante de se trazer melhoria e eficiência ao sistema.

De uma maneira geral, a nossa Comissão apoia o projeto. Ele representa, como eu disse, o amadurecimento do sistema brasileiro, depois de anos de aprendizado. Nós temos 15 anos de aprendizado da lei e anos de discussão bastante democrática e transparente. Os órgãos integrantes do sistema são bastante abertos à discussão. Nós tínhamos cerca de 40 sugestões de emendas a serem feitas ao projeto. Debatemos com o Presidente Badin essas sugestões, conseguimos consenso em algumas delas, em outras, infelizmente, não foi possível. E hoje eu trago aos senhores - depois eu entregarei - um trabalho, trazendo 30 sugestões de emendas a serem feitas ao projeto. O projeto está baseado em três pilares fundamentais com os quais a nossa Comissão está totalmente alinhada. O primeiro deles é a eliminação de guichês, a simplificação de procedimentos, sobre o qual o Presidente Badin falou; o segundo deles é a análise prévia dos atos de concentração, que é o modelo adotado em todo o mundo e que torna, sem dúvida, o sistema mais eficiente; e o terceiro pilar fundamental do projeto e necessário para atingir seus objetivos é a criação de um quadro de carreira. Os pilares, como eu disse, são relevantes e contam com o nosso potencial apoio. No entanto, temos, como eu disse, cerca de 30 sugestões ao projeto, algumas mais relevantes, outras mais simples. Mas eu queria chamar a atenção apenas cinco pontos em razão do... Não falaria sobre os 30, de maneira alguma, mas dos 30 eu selecionei cinco pontos para comentar rapidamente, dentro do tempo que me foi concedido. O primeiro deles diz respeito ao *quorum* para as decisões do colegiado. Nós sugerimos alteração do art. 6º, § 6º do Projeto, que, na sua redação original, permite

ao Presidente do CADE indicar qualquer servidor para cumprir mandato vago até a posse do novo conselheiro. Nós entendemos que essa concessão dada ao Presidente do CADE é extremamente ampla, deveria ser mais restrita, e a nossa sugestão... Eu até na Audiência Pública da CAE havia feito uma sugestão bastante difícil de ser implementada, depois nós reconhecemos, nas conversas com o Presidente Badin, que o Procurador-Geral do CADE, ou membro do Ministério Público Federal, tivesse assento no Conselho; mas, justamente por atuarem praticamente em todos os processos, eles poderiam estar impedidos, também, de proferir voto, e, por essa razão, a nossa sugestão é no sentido de que "qualquer servidor", que está previsto no Projeto, seja trocado pelo gestor público mais antigo na função no CADE, e, exclusivamente, para o julgamento de atos de concentração. Como o Projeto prevê a análise prévia de atos de concentração, as empresas estarão aguardando e dependendo da aprovação do CADE para efetivar as suas fusões, as suas aquisições, e a falta de *quorum* seria um problema bastante grave a impedir a efetivação do negócio.

Então, portanto, esse gestor mais antigo participaria da votação de atos de concentração e não participaria dos demais casos, e nós entendemos que nos demais casos não haveria prejuízo aguardar a recomposição do *quorum*. Outra sugestão, e eu vou mencionar rapidamente, diz respeito a procedimentos para o exercício da advocacia da concorrência. Nós incluímos um capítulo no Projeto tratando disso, com o objetivo de garantir aos administrados maior transparência na atuação dos órgãos responsáveis. No campo processual, um aspecto bastante importante e que nós divergimos do Presidente Badin, mas uma divergência saudável, é a nossa proposta de separar a investigação da instrução. A pessoa responsável por investigar e por denunciar não pode ser a mesma pessoa a fazer a instrução do processo. E, nesse sentido, nós também alteramos alguns artigos do Projeto, para permitir que haja uma outra pessoa responsável pela instrução, na nossa proposta um relator sorteado dentre os membros do conselho. Outro ponto que eu gostaria de comentar [soa a campainha] é o esforço para a preservação do Instituto de Leniência que é absolutamente louvável e com o qual nós concordamos inteiramente. A leniência, sem dúvida, é a ferramenta mais importante para o combate aos cartéis e às demais práticas anticoncorrenciais. No entanto, entendemos, para maior segurança dos futuros lenientes, que é necessária a participação de um Juiz criminal, seja desde o início, seja homologando o acordo de leniência, de forma a garantir aos beneficiários da leniência a extinção da punibilidade quando do cumprimento integral do acordo. Segundo a nossa avaliação, essa extinção não pode ser automática como está prevista na lei atual. Ela depende de um ato de Juiz criminal decretando essa extinção. A valorização do Instituto da Leniência não pode, por outro lado, prejudicar ou deixar de dar importância a outros institutos igualmente válidos para auxiliar as autoridades no combate aos cartéis e a outras práticas. E, nesse sentido, o acordo que vem previsto nos art. 85 e seguintes do projeto, que trata do termo de compromisso de cessação, TCC, na nossa avaliação ele precisa ter critérios mais claros e objetivos, de forma a criar maior segurança às partes que pretenderem apresentar propostas de acordo. E também dar maior segurança aos administradores, que hoje tem um leque de subjetividade muito grande e eu entendo que para o administrador seria oportuno e importante, também, ter limites nessa sua discricionariedade. E a nossa proposta procura sugerir alguns limites em linha de uma proposta que nós já apresentamos ao CADE quando da edição de uma resolução a respeito do assunto. Por fim, [soa a campainha] quero falar dos atos de concentração. O projeto evolui bastante ao prever a análise prévia. A experiência acumulada nos últimos 15 anos, a nosso ver, permitiria avançar mais um pouco e deixar mais claro, definir com mais objetividade quais atos estão, realmente, sujeitos a apreciação do sistema, e, nesse sentido, a nossa proposta procura fazer isso. Cumprimento os senhores, o Senador Renato Casagrande pela iniciativa dessa audiência. As sugestões que nós trazemos, elas derivam da certeza de que o Sistema de Defesa da Concorrência do Brasil vive momento extremamente positivo, rico, com reconhecimento internacional, e esse momento, portanto, é oportuno para este projeto. Agradeço a oportunidade dada à nossa Comissão e fico à disposição dos senhores. Eu vou entregar, depois, aos Srs. Senadores, cópia desse trabalho. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Dr. Pedro Zanotta. Registro a presença do Senador Eliseu Resende, Senador Flávio Torres, Senador Roberto Cavalcanti, Senador Sérgio Zambiasi, Senador Paulo Duque. Senador Wellington Salgado. Desculpa, Senador Wellington Salgado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem. Parabéns. Está muito elegante. Passo a palavra ao Dr. João Bosco Leopoldo Fonseca, que é membro da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência e da Regulação

Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil, da OAB, Minas Gerais.

SR. JOÃO BOSCO LEOPOLDO FONSECA: Exmo. Sr. Senador Renato Casagrande, Senador Fernando Collor, Senador Wellington Salgado. Eu agradeço o convite que foi feito à OAB de Minas Gerais e pertenço umbilicalmente à Universidade Federal de Minas Gerais, também é um convite feito à universidade e à faculdade de que participei há 41 anos. Alguns tópicos já foram mencionados, e eu, depois, entregarei a nossa opinião sobre alguns temas. Inclusive, o art. 6º, § 6º o Dr. Pedro Zanotta mencionou. Eu endosso a perspectiva de unificação dos órgãos, a comunicação prévia dos atos de concentração, isso é muito importante. Mas eu fiquei muito feliz em ouvir o professor Dr. Augusto Aras, com relação ao problema da Superintendência Geral. Eu até imagino que se poderia trocar o nome para Diretoria Geral ou Diretor-Geral, que é da tradição dos nossos órgãos. Se verificarmos no Supremo Tribunal, é o Diretor-Geral, o STJ é o Diretor-Geral; os outros tribunais também. A Superintendência me soa mais como um aspecto muito mercantil, muito empresarial. E também me preocupam os poderes dados ao superintendente geral, inclusive em um dos artigos, por exemplo, no art. 13, Inciso V, o superintendente tem o poder de requisitar de todos os órgãos... Eu entendo que aí todos os órgãos, autoridades e entidades, eu entendo que ele possa requisitar, também, do Supremo Tribunal, do STJ, e é, a meu ver, uma inadequação do verbo, pelo menos, porque requisitar é exigir. E eu acho que o superintendente que é membro... É um órgão administrativo, ele extravasaria de seus poderes se ele requisitasse uma informação ao Presidente do Supremo ou a algum Ministro do Supremo. Eu acho que aí seria mais um requerer ou solicitar, alguma coisa mais ou menos desse tipo. Mas também - e é um ponto que me parece sumamente importante - o art. 48, do Projeto, diz lá: "Esta lei regula os seguintes procedimentos administrativos, instaurados para prevenção, apuração e repressão de infrações à ordem econômica". Ora, quando se fala em infrações à ordem econômica, eu não posso contemplar o processo administrativo para a análise de atos de concentração, porque ato de concentração não se define, inicialmente, como infração da ordem econômica. Nós estamos sugerindo que pudesse até ser de forma diferente, dizer: "Regulam-se, por essa lei, os seguintes procedimentos administrativos instaurados quer para prevenção, apuração e repressão de infrações à ordem econômica, quer para a análise de atos de concentração econômica". E um outro aspecto é que aqui nós temos cinco ou seis procedimentos administrativos... Seis. O que, a meu ver, extravasa, até mesmo, do ponto de vista da sistemática do Código de Processo Civil, que anteriormente, o de 39, tinha lá: ação executiva, ação mais isso, ação... Hoje nós temos, simplesmente, ação. Ora, por que não ter aqui procedimento? E, dentre os procedimentos que estariam enumerados, seria inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica, porque eu tenho que apurar antes de punir, eu não posso, como diz no projeto, apuração... Vejam bem, apuração de infrações e processo administrativo para imposição de sanções. Ora, se o processo administrativo já se inicia com a intenção de aplicar sanção, então ele já prejulgou a situação. Eu acho que é um pouco inadequada essa situação. Eu sugeriria, ou quando digo eu, aqui, digo representando as pessoas que me trouxeram, mas o inquérito administrativo para apuração de infrações, processo administrativo para apuração de infrações, seguindo a ordem atual, ainda, de averiguações e processo e o processo administrativo para a análise de atos de concentração. Acho que é tudo simples. Não sei se estaria dizendo coisas tão simples que são até evidentes. Vejam, criticamos, também, o aspecto do poder decisório do superintendente geral. Ora, ele não tem poder decisório. Ele é meramente chefe, ele é Diretor de um órgão de instrução. Se ele é Diretor de um órgão de instrução, veja, no ponto de vista do Ministério Público, quando há um inquérito e depois o Ministério Público entra, se o Ministério Público opina pelo arquivamento, ele submete ao Juiz. Então, não há sentido em o superintendente, e que eu chamaria de Diretor-Geral, querer dizer que aqui se trata de poder ele arquivar o processo sem ulteriores considerações. Ele não tem poder decisório. E um último ponto. O Dr. Pedro Zanotta até me deu uma sugestão muito interessante do ponto de vista do Juiz criminal, da participação do Juiz criminal. Eu entendo que o art. 87 incide em uma inadequação. Por quê? A Lei 8137 definia os atos, as infrações contra a ordem econômica como crimes, em uma reversão de tendência totalmente inusitada, porque tanto a Legislação do Canadá caminhou no sentido de descriminalização, não é do contexto da União Européia a criminalização de condutas, nos Estados Unidos, sim. Aquilo nasceu, o próprio *Sherman Act* nasceu dentro de uma concepção de crime. Multa e crime. Não é da nossa concepção, da nossa cultura brasileira colocar esses atos como crimes. E até por aquilo que nós sabemos comumente: quantos grandes empresários vão para a cadeia no Brasil? E mais, eu diria, até, que todos os grandes empresários ficariam satisfeitíssimos em definir cartel como crime, porque todos eles iriam para a reunião de formulação de cartel já com o *habeas corpus* preventivo. Ou seja, é um problema realmente sério de nós transplantarmos criminalização de conduta do contexto norte-americano

para o contexto brasileiro. A nossa cultura é diferente, a nossa cultura é outra. E eu diria que a Lei 8157 ela foi revogada pela Lei 8884, porque aquilo que a gente pega na lei de introdução ao Código Civil, a lei nova, que descreve as condutas anteriormente, revoga a anterior. Ora, a Lei 8884 descreve exatamente as condutas da 8157 e diz: São infrações à ordem econômica. Não são crimes.

Então, é alguma coisa que nós deveremos pensar no sentido de reformular. Eu agradeço à Comissão, agradeço ao Senador Casagrande, ao Senador Collor, ao Senador Wellington Salgado pela convocação. Aliás, foi uma iniciativa do Senador Wellington Salgado nos trazer aqui para trazer essas opiniões, até porque, do ponto de vista de propriedade intelectual, nós já entregamos a ele e eu reformularei todo esse pensamento para entregar por escrito a V. Exas. e à Comissão também. Agradeço a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Dr. João Bosco, e passo, então, a palavra ao Sr. Tito Amaral de Andrade, que é diretor de concorrência do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional, IBRAC. Com a palavra por até oito minutos.

SR. TITO AMARAL DE ANDRADE: Muito obrigado, Senador Renato Casagrande. Agradeço e congratulo essa iniciativa do Senado. É um momento profícuo, oportuno para essa discussão, e na pessoa do senhor, também agradeço e congratulo Senador Fernando Collor de Mello, Senador Wellington Salgado. Só para fazer uma diferenciação entre OAB e IBRAC, apesar de eu ser Advogado, o IBRAC, além de Advogado, tem seus quadros economistas, engenheiros, acadêmicos, quer dizer, pessoas, de uma maneira geral, interessadas no tema do direito da concorrência. É um órgão plural, portanto, nenhuma crítica obviamente à OAB. Em linhas gerais, nós do IBRAC também estamos bastante alinhados com os pilares principais desse Projeto de Lei. Nós entendemos que esses pilares refletem de fato um avanço no que se refere ao direito da concorrência no Brasil, mas, a despeito disso, temos algumas considerações que achamos importante que sejam examinadas pelo Senado, algumas delas já tivemos oportunidade de discutir com membros do SPDC, Dr. Arthur Badin, Dra. Mariana, e gostaríamos, aqui, de apontar algumas delas. Vou tentar ser bastante breve, e em função do nosso tempo e talvez mencionar três ou quatro pontos que consideramos cruciais. Primeira situação é a questão da nomeação do conselheiro interino no período de vacância. Pegando um pouco a carona do Dr. Zanotta do cadê e do CADE, hoje nitidamente todo mundo sabe onde está o CADE. É difícil abrir uma página de jornal hoje no Brasil e não ter alguma notícia sobre o CADE, uma decisão importante, um ato de concentração examinado, um cartel desbaratado, etc. Ou seja, são assuntos e temas da mais alta relevância para esse país. Nesse sentido, nós achamos que é muito importante que o processo de nomeação e de aprovação de um conselheiro para esse Tribunal, passe pelos trâmites clássicos de indicação do Presidente, a sabatina do Senado, naturalmente, e até que ele possa ser empossado. Isso vai trazer, na nossa opinião, garantias importantes de transparência para esse processo, a legitimidade que certamente esse conselheiro terá, e a independência que ele vai ter. Portanto, esse é um ponto que a gente considera bastante importante. Nessa mesma linha, a questão da nomeação do Procurador-Chefe, que é esse cargo criado meio na linha do Procurador-Geral, hoje Procurador-Chefe, e do Economista-Chefe. São dois cargos também de extrema importância e que nós entendemos que a aprovação senatorial se faz bastante relevante.

Então, esse é um assunto que gostaríamos de deixar bastante claro. Um segundo aspecto, em relação ao setor de condutas, especificamente em relação a cartel, que é uma prioridade pública, mencionada pela SDE, pelo CADE, a gente entende que há uma situação bastante importante em relação à possibilidade de tomar termos de compromisso de cessação de prática. O Projeto de Lei, na maneira como ele está desenhado, ele permite que as empresas, ou indivíduos, façam uma única proposta de acordo para essa tomada do que a gente chama de TCC. Ainda que se entenda que há incentivos para que se mantenha dessa forma, na maneira que se negocia, talvez dando melhores fichas desde o primeiro momento, talvez fosse importante refletir para que as partes tenham pelo menos duas oportunidades de fazer esse tipo de acordo, de propor esse tipo de acordo. Uma alternativa, que foi a alternativa que o IBRAC já o fez e já transmitiu, inclusive, para o Presidente Badin, é que isso pudesse ser feito pelo menos em dois momentos. Um na SG, superintendência geral, e no segundo momento no Tribunal. A gente fala isso porque sabemos que vários dos casos hoje de cartel em andamento no sistema são casos internacionais com diversas jurisdições e, portanto, os casos tem peculiaridades e tem momentos processuais que impedem as partes, às vezes, de negociar e de fazerem acordos. De sorte que você abrir essa oportunidade para dois momentos pode ser extremamente importante e do interesse, no final do dia, da própria autoridade. Ainda na linha das condutas e dos cartéis, há uma preocupação muito grande hoje com os acordos de leniência. Entendemos que esse instrumento é absolutamente fundamental, se mostrou um

sucesso hoje no Brasil e no mundo, mas aqui temos um problema específico em relação à possibilidade dos lenientes, ou seja, dos signatário dos acordos de leniência, de serem também na justiça... Na justiça criminal, serem denunciados por crime de quadrilha ou bando. Esse crime não está previsto no contexto atual do Projeto de Lei. De sorte que seria muito importante para dar segurança jurídica a esse instituto, que esse artigo, que é o artigo 288 do Código Penal, fosse contemplado também no Projeto de Lei.

Na linha dos atos de concentração, há uma preocupação em relação aos filtros. O Projeto de Lei anterior previa nos filtros para atos de concentração, ou seja, aquelas operações que devem ser submetidas ao crivo do conselho, ao crivo do CADE, agora do Tribunal, 150 milhões de reais de faturamento de um lado e 30 milhões de reais o faturamento da outra empresa. Em algum momento houve uma alteração e se passou para 400 milhões de reais para um lado e 30 milhões para outro. Nós consideramos esse valor bastante alto levando em consideração o tamanho da economia brasileira. Apenas para um exemplo, a economia alemã que tem o PIB, mais ou menos, o dobro do PIB do Brasil, tem como critério para modificação de operações, 25 milhões de euros de uma empresa e cinco milhões de euros da outra empresa. Ou seja, são valores bastante inferiores. Tanto a gente acredita que o valor de 400 e de 30 vai deixar de analisar, o CADE deixará de analisar o número significativo de operações que podem ser importantes para a economia nacional. Não esquecendo que hoje o Projeto de Lei da maneira como está, se exclui o critério de *market share*. Portanto, você não mais terá o exame pelo *market share*, pela participação de mercado das empresas. De sorte que esse filtro, ele se torna ainda mais importante dentro desse contexto. E por último, temos uma crítica um pouco mais ampla em relação aos prazos, aqueles previstos no artigo 52 a 65. Como isso é uma... É um ponto extremamente técnico, mas nós submeteremos aos Senadores, às suas assessorias, a questão principal é que nosso entendimento os prazos não se fecham. Os prazos não estão bem concatenados. Isso pode, no futuro, na análise de procedimentos, gerar problemas muito graves. Eram essas as nossas contribuições principais, temos outras, mas achamos que essas sejam as mais importantes, mais uma vez agradecemos a oportunidade e vamos submetê-las todas aos ilustres Senadores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado pela sua contribuição, Dr. Tito Andrade, e passo a palavra, então, ao nosso último expositor, o Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, que é Presidente da ANATEL.

SR. RONALDO MOTA SARDENBERG: Sr. Presidente, Senador Renato Casagrande, Sr. Presidente Senador Fernando Collor, Sr. Relator, Senador Wellington Salgado, demais senhores e senhoras parlamentares, demais membros da Mesa, quero mencionar também o Dr. Bedran, Antonio Bedran, que é meu substituto eventual na ANATEL e, portanto, é Vice-Presidente da ANATEL. Senhoras e senhores convidados, é sempre um motivo de satisfação comparecer ao Congresso e muito mais nessa oportunidade em que o assunto interessa a significativas comissões do Senado Federal. Eu falo na qualidade de Presidente do Conselho Diretor e Presidente Executivo da ANATEL, nos termos da Legislação vigente que no que respeita a interação que deve existir entre os órgãos públicos e a representação político institucional da agenda. Esclareceria como uma preliminar que, do ponto de vista legal, todos conhecem, mas eu acho útil colocar que, no ponto de vista operacional, esclareceria como preliminar que, do ponto de vista legal, a ANATEL é o órgão do Estado que, no cumprimento da Legislação vigente, cumpre e cumprirá as políticas públicas existentes e que vieram a ser adotadas pelo Legislativo e pelo Executivo. Num ponto de vista operacional, nós, como todos, temos uma certa dificuldade em considerar as agências reguladoras em seu conjunto. E consequente nossas análises é sempre importante ter presentes as especificidades da ANATEL e as das demais, cada agência reguladora. No caso da ANATEL, muito brevemente, entre as especificidades está a lidar com a evolução tecnológica, que é uma realidade cotidiana de todos nós, e também o fato de que as decisões da ANATEL, por várias razões, tem uma repercussão forte no mercado. E ainda o fato de que o setor tem um tamanho relativo muito maior do que no passado.

Hoje, a receita operacional do setor alcança anualmente 187 bilhões de reais, ou seja, mais de 6% do Produto Interno Bruto brasileiro. Eu mencionaria também que nos últimos meses estivemos engajados em conversações informais com os representantes do CADE, especialmente o seu Presidente, Dr. Badin, e outros órgãos, com vista a aperfeiçoar o projeto em consideração. Nós tomamos o cuidado de dar conhecimento aos Senadores mais diretamente envolvidos nessa fase do processo, do fato que chegamos a alguns ajustes relevantes que podem ser analisados e na minha expectativa acolhidos por essa casa. Eu não vou voltar aos pontos comuns para as agências reguladoras, tendo em vista que o Dr. Bernardo Figueiredo já fez sua exposição. E eu mencionaria apenas que a ANATEL endossa a posição das demais agências reguladoras, quando creio foi mencionado pelo próprio Dr. Bernardo. Com relação a pontos específicos

da ANATEL, mencionaria alguns apenas. O primeiro deles é que o setor de telecomunicações é regulado pela Lei Geral de Telecomunicações, LGT, com a ressalva das atribuições pertencentes ao CADE. E a LGT marcou uma complementariedade de competências entre a agência reguladora e os órgãos responsáveis da concorrência. Na atual configuração, a LGT atribui à ANATEL competências complementares ao CADE em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações à ordem econômica. Modelo de competição que vigora para o mercado, tem suas diretrizes delineadas em lei e em regulamentação intralegal e resultou em um considerável manancial jurídico, uma série de decorrências são muito claras. Hoje em dia, a agência trabalha, por exemplo, com conceitos específicos como o poder de mercado significativo e com regras próprias para aferir a existência de relações de controle ou coligação societária. Nossa próxima etapa é o Plano Geral de Metas de Competição, que já está em elaboração na agência. No que diz respeito aos atos de concentração de condutas competitivas, a divisão de competências entre a ANATEL e o CADE também segue a lógica da cooperação. Eu devo... Precisarei ressaltar algumas partes, mas evidentemente o texto integral do meu pronunciamento está à disposição dos Senadores e de quem quer esteja interessado. Eu salientaria a cooperação com a SBDC, o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, que prossegue normalmente, inclusive, a ANATEL é parte desse sistema. A ANATEL adquiriu notável expertise com relação à promoção da competição. Eu passaria direto aos desenvolvimentos que ocorreram ontem no fim da tarde e início da noite, em conversas entre o Dr. Badin e pessoas da ANATEL, inclusive eu. Nós podemos informar, eu posso informar que chegamos a um entendimento no qual foi aceita a parcela significativa das proposições de aperfeiçoamento do projeto, a exceção do artigo 64, o qual possibilita a aprovação tácita dos atos de concentração. Esse artigo nós ainda teremos que discutir um tanto mais. Nós acolhemos, devo dizer, o argumento de que esse dispositivo propiciaria um avanço para o país. Pois permitiria implementar as melhores práticas internacionais relativas à anuência prévia para os atos de concentração. A ANATEL considerou, portanto, adequada a proposta finalmente apresentada pelo CADE. Mas nós teremos que consultar as demais agências sobre esse ponto específico de vez que não houve oportunidade de nós chegarmos a uma decisão no nível das agências, do conjunto das agências. Tendo em vista a especificidade do ponto de vista regulatório no que se refere a anuências prévias para operações que envolvem transferências de controle, tornou-se necessária e ontem foi acordada, a inclusão de artigo que prevê tratamento diferenciado para a ANATEL, de forma a possibilitar a instrução dos processos em prazos distintos aos previstos para a instrução dos atos de concentração, preservando-se os aspectos regulatórios, bem como as questões relativas à concorrência. Nesse sentido a ANATEL e o CADE, com vistas a adequar a proposta do projeto da regulamentação, propõe a faculdade de a ANATEL adequar o prazo para análise e instrução de processos. Devo salientar que o ajuste a ser regulamentado não deve levar a prazos que sejam excessivamente dilatados, mas sim que sejam suficientes para uma análise acurada que ao final refletirá em ganho para a sociedade brasileira. Este ponto é um ponto importante no sentido de que a ANATEL quer sim a agilidade, a ANATEL não está procurando nenhum tipo de subterfúgio para retardar o andamento do processo. Pelo contrário, nós estamos cientes da nossa obrigação de promover agilidade. Cita-se ainda que houve entendimento sobre a inclusão de dois artigos que prevêem a manutenção das competências da ANATEL. Desse modo, estamos na ANATEL confiantes em que o relator possa considerar os termos ajustados, enquanto esses que serão remetidos à sua consideração ainda esta semana. Da mesma maneira acreditamos que o assunto já está maduro para a decisão e que as sugestões propostas possam ser proveitosas para o aprimoramento do projeto e para o país, considerando os benefícios que o referido projeto trará para o SBDC. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Embaixador Ronaldo Sardenberg, e eu quero aqui fazer o registro da justificativa do Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Flexa Ribeiro, que hoje participa do Primeiro Simpósio de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha. Então, está justificando sua ausência e pedindo desculpas aos participantes. Eu tenho aqui os autores do requerimento, que tem preferência, naturalmente o projeto é um projeto muito importante, projeto que estabelece as normas da livre concorrência e reestrutura toda a sua normativa legal. Estabelece claramente a relação com os demais órgãos que também atuam nessa área, e define com clareza ou procuram definir com clareza a função de cada um e o trabalho de cada um. Fortalece essa anuência prévia com relação às decisões do CADE, então é uma matéria de fundamental importância e as informações que nós temos, aqui passadas pelo Embaixador Ronaldo Sardenberg, e aqui uma relação que precisava ser ajustada com relação à ANATEL está bem encaminhada. A relação com as demais agências reguladoras também está muito bem encaminhada e também com

o Ministério Público, também está encaminhado no sentido de uma redação que ajuste a posição dos dois órgãos. Ministério Público e CADE. Naturalmente, nós que estamos no Senado precisando recuperar o tempo, votarmos uma matéria dessa seria muito importante. O mais rápido que a gente puder votar, num ponto de amadurecimento como já foi aqui dito. Então, um dos autores do requerimento, que é o Senador Wellington Salgado, também é o relator da matéria na Comissão de Ciência e Tecnologia. Então, vou primeiramente passar a palavra a ele e perguntar ao Presidente Collor se ele quer se inscrever para qualquer questionamento. Então, o primeiro, o Senador Wellington Salgado, com a palavra. Se possível, por até três minutos. Se possível, não. Vamos marcar três minutos. O máximo para a gente poder ganhar tempo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Casagrande, Arthur Badin, Presidente do CADE, Bernardo Figueiredo, Rutelly, Ronaldo Sardenberg, Secretária Mariana, Sr. Augusto Aras, demais convidados, Pedro Zanotta, meu querido professor de Minas Gerais, João Bosco. Eu queria dizer o seguinte. Essa questão do CADE, essas mudanças que vão acontecer e o Badin a gente sabe muito bem que o CADE, antes do Badin e depois do Badin, você foi um marco. Porque você tem um carinho especial pelo trabalho que faz. Jovem, dinâmico, e isso é importante. Acredita no que faz e isso é que traz resultados. Quando você gosta do que faz, acredita e é competente, você consegue bons resultados. Agora, uma coisa... Uma coisa, não, algo que é muito importante no Senado Federal são as audiências públicas. Porque muitas vezes todos acham que os Senadores entendem de tudo. E não entendem de tudo. É impossível entender de tudo. Então, para mim, eu acredito também para os demais Senadores, esse é um momento importantíssimo no Senado Federal. Muitas vezes os telespectadores da TV Senado acham que quando não há uma reunião no Plenário principal, que nós não estamos trabalhando. Pelo contrário, as comissões estão acontecendo, trabalhamos exaustivamente, várias comissões, são 81 Senadores representando seus partidos, então estão sempre correndo de uma Comissão para outra e muitas vezes até acompanhamos muito o relator que é quem se dedica mais a preparar o relatório. O relator da matéria. Agora, é importante também os setores venham discutir entre eles. Porque não é só nós escutarmos cada um dos senhores e tirarmos uma conclusão. Não é isso. Precisa, como teve o Embaixador Ronaldo Sardenberg colocou aqui, que teve uma reunião com o Badin, discutiram pontos importantes que os senhores detem mais conhecimento do que nós Senadores. São pontos importantes. Eu peço desculpas de ter chegado um pouco atrasado, mas é que sabe que está acontecendo a questão da nomeação do Sr. Toffoli para o Supremo, eu sou Vice-Presidente da CCJ e vice líder do PMDB, e as coisas acontecem e conversam, e quando você vê, você acaba correndo para suas responsabilidades. Mas, vejo um ponto importante, o Sr. Badin até achou que eu estava demorando um pouco, mas eu sabia que esse momento ia acontecer. A própria audiência, os convidados, a conversa entre vocês... Isso é importante para que venha acontecer. Agora, sim, agora vou pegar todo esse material. Com certeza, vou ver se marco um encontro pessoal com cada um. Agora, também, não existe, assim, nenhum interesse em atrasar, viu, Sr. Badin. Nenhum interesse em atrasar esse projeto, aprová-lo. Acho que as pequenas mudanças vão acontecer e vão ser pequenas. Ouvindo aqui todos presentes, vou convidar, vou ler o material e vou pedir o material antes de eu chegar da exposição de cada um dos senhores, o que eu não peguei, e vou pedir uma ligação para que possa conversar pessoalmente. E marcar, inclusive, uma reunião também com o Sr. Badin, que eu ainda não tive. Porque eu achei que como o Sr. Badin já tem um conhecimento bem da área, eu não tinha esse conhecimento, se eu tivesse antes com ele, de repente eu não teria conteúdo para discutir. Agora não, agora a gente já sabe o que pode ser mudado, o que que não pode, e vou querer ouvi-lo para ver se algumas mudanças que eu venha a apresentar no projeto, não vai interferir no caminho que o CADE e o Governo pretendem.

Então, já está maduro, viu, Presidente Casagrande, para que possa sair esse projeto, no máximo aí em 15 dias. Daqui a 15 dias, a gente pode botar em votação e resolver. Sabendo que na casa é tudo no voto, não é, Badin? Muitas vezes pode se pedir vista e apresentar e você perde e vale aquele outro. O importante é isso. Então só isso que eu queria colocar, Senador Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Wellington Salgado. Anunciar que chegou o Senador Paulo Duque, e como vocês estão... Muito parecidos hoje com relação... À roupa...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Concorrência desleal. Tem que ser tomada uma atitude.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Senador Wellington pediu um terno emprestado a ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pediu um terno. O Senador Wellington Salgado pediu hoje um...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É concorrência desleal. Porque essa marca do terno branco é do Paulo Duque desde que eu era menino. Ele tem oito mandatos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já é uma cópia.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Casagrande, eu queria dizer que, realmente, hoje, eu vim em homenagem ao Paulo Duque, que foi alguém muito importante nessa Casa, assumiu responsabilidades e acalmou o Senado Federal. E muitas vezes a imprensa não teve a consideração devida com o posicionamento dele. Posicionamento firme, corajoso, independente de lado. Então, eu mandei fazer esse terno especialmente para um dia caminhar com ele. Porque eu tenho, assim, o maior orgulho de tê-lo no meu partido, e tê-lo como um grande político. Então eu acho que...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas a grande homenagem vai ser cortar o cabelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está faltando só a parte do cabelo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso é ciúme do Crivella, porque é do Rio também. Mas depois eu vou...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ainda bem que o senhor falou...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas depois eu vou, também botar uma roupinha e vou andar com o Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Viu, Senador Wellington? O senhor falou que o senhor comprou o terno, porque todo mundo achava que tinha buscado emprestado lá com o Senador Paulo Duque. Mas vamos dar sequência. Só informar o seguinte: esse projeto está na Comissão de Ciência e Tecnologia, vai para a CAE, Comissão de Infraestrutura, Comissão de Defesa do Consumidor, CCJ. Então, essa audiência aqui é uma audiência conjunta para que a gente possa evitar ou diminuir o processo, economizarmos nessa tramitação e já essa audiência aqui embasar todas as demais comissões. Com a palavra o Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente Renato Casagrande, Sr. Senador Wellington Salgado, subscritores para que essa reunião pudesse ser realizada, senhores expositores, Sras. e Srs. Senadores. A grande preocupação, acredito que esteja na mente de cada um dos Senadores nesta relação CADE agência reguladora, é exatamente para que... É exatamente o fato de não se desejar, em nenhum instante, que em função desse Projeto de Lei 06, o CADE venha a entrar demasiadamente nas atribuições das agências reguladoras. A criação das agências reguladoras foi um avanço relevante, importante, nessa renovação porque vem passando o Brasil, sobretudo tendo em vista a desregulamentação, a desestatização e, consequentemente, a preocupação com a defesa dos direitos do consumidor. Foi um grande avanço a criação das agências reguladoras. E esse avanço, acredito, nós todos tenhamos consciência que devemos mantê-lo. Sem desmerecer em nenhum instante o papel desempenhado pelo CADE, que se no passado não tinha uma proeminência que devia, em função das suas atribuições serem muito fragilizadas, em função do tipo de economia em que estava o Brasil inserido, mas a partir de agora, e sob a presidência de Dr. Badin, nós estamos verificando que há o desejo de ativar o CADE, de fazê-lo funcionar adequadamente. Vejo com muita satisfação esse pré-entendimento, porque ainda faltam alguns pontos a serem devidamente costurados, mas já houve um grande avanço nesse debate, entre as agências reguladoras e o CADE, que eu e todos os Senadores hoje festejamos pelo que falou o Presidente da ANATEL, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, e nós aguardamos nas comissões por onde irá tramitar esse Projeto de Lei 06, nos determos mais ainda na análise dessa questão para que saiam fortalecidos o CADE e as agências reguladoras. Eram essas minhas palavras, Sr. Presidente. Muito obrigado a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Presidente Fernando Collor. E gostaria de convidá-lo a reassumir aqui a presidência dos trabalhos. Senador Wellington. A sugestão do Senador Wellington, por favor, pudesse assumir a presidência dos trabalhos aqui na Comissão. Alguém... Não temos ninguém inscrito. Senador Marcelo Crivella com a palavra. Depois nós vamos dar direito a cinco minutos, se ninguém mais estiver inscrito, a gente já dá direito a alguns comentários finais, para a gente poder partir para o encerramento da audiência.

[*troca de presidência*]

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu queria apenas me manifestar sobre a importância do tema. Porque eu não vejo no Brasil nada mais... Eu diria... Nada mais conspiratório contra o nosso progresso e desenvolvimento político, econômico, social e até espiritual, do que a concentração de poder e renda. Estou convencido disso. O problema de concentração de poder e de renda é uma coisa que já foi tratada os primórdios da civilização quando do êxodo hebreu da saída do Egito. Quem lê com cuidado os tratados de Moisés, com três milhões de judeus a caminho da terra prometida, vai verificar que ele teve preocupação, uma

preocupação importante e estratégica em traçar normas que evitasse, já naquela ocasião, a concentração de poder e de renda. Nem poder político, nem poder social, muito menos poder econômico. O dízimo era exatamente isso. E não é só isso, não. De sete em sete anos, todas as dívidas eram perdoadas, e, de 49 em 49, se terminava a servidão. É interessante notar também que ele dizia que o sujeito quando saísse para chegar o campo, as espigas que caíssem no chão, era indigno pegar. Você vê que coisa interessante. Elas pertenciam ao solo, aos pássaros e aos pobres. Quando o povo hebreu pede a Samuel um rei e ele consulta a Deus, a resposta foi divina mesmo. Disse: "Olha, não é para os Hebreus serem rei". "Mas por quê?", perguntou o povo no conselho dos anciões. "Porque o rei vai pegar os filhos mais fortes de vocês e vai colocar no Exército para lutar pelas suas conquistas. Suas filhas mais formosas vão para o harém. De tudo que vocês plantarem, o melhor vai para a Mesa do rei". E o povo insistiu e a história dos reis Hebreus é uma história de decadência. Não tiro nem Salomão. Todos ali, com a concentração de poder e de renda, foram iníquos e ímpios. De tal maneira que essa discussão do CADE, em um Brasil que se... Desde o Império, aliás, desde a colonização, passando ao Império e por todas as décadas da República, sempre sofreu na mão de suas oligarquias, e hoje apresenta uma desigualdade social extraordinária, segundo [ininteligível] nós somos das maiores do mundo, fator fundamental da violência anômica que assola nossas cidades, eu não vejo nada mais importante do que nós discutirmos e aprovarmos um projeto que vai exatamente na contramão disso tudo. Que vai contra a formação de trustes e de reserva de ampla partes do mercado que acabam construindo no Brasil esse monumental, essa monumental concentração de poder e renda. Eu vou concluir, Sr. Presidente, mas ao longo da nossa trajetória política, nossa evolução histórica nos faltou, e eu digo isso aqui sem nenhum demérito, aos ilustres brasileiros que nos presidiram com honra e patriotismo, mas nos faltou instrumentos eficazes e idôneos para garantir na escala da nossa necessidade a distribuição de renda a todos os brasileiros. O Rio de Janeiro é hoje duas irmãs siamesas e monstruosas. De um lado você tem uma riqueza extraordinária. Mas há uma distância constrangedora, uma imensa parcela da população vivendo abaixo da... Vamos dizer assim, da dignidade humana. E o que causa isso? Ah, isso causa esse caos, essa violência, essa tristeza que nós vemos, um banho de sangue descendo dos morros, os meninos divididos em facções, uns são lançados nos presídios nossos, que são medievais, são barbarizados, vegetam. Outros esquartejados, ensanguentados nas sepulturas, uma triste cena de um país que no estágio nosso de desenvolvimento já devia ter superado isso.

Então, eu acho que nós não podemos, de maneira nenhuma, atrasar qualquer ação que nessa casa venha para contribuir na desconcentração de poder e renda. Eu acho que é fundamental nós termos esse postulado como diretriz das nossas ações e pensamentos. Nós queremos, acima de tudo, no Brasil distribuição de renda, diminuir a desigualdade social e terminar com essa concentração de poder e renda que existe na economia e se reflete na sociedade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Senador Crivella. Senador Paulo Duque, deseja alguma consideração a respeito?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente, eu, depois das considerações aqui do Marcelo Crivella, que representa também o Rio de Janeiro, eu estou até sem jeito de entrar nesse assunto. Eu conheço a CADE há muitos anos, se não me engano, foi criado pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Não foi ele que criou?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Meia dois.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Meia dois? Foi o Jango que criou o CADE. Eu me lembro da primeira Diretoria, porque havia até um representante do meu partido, na época, Dr. Vanor, era representante do partido na CADE. Não sei se vocês se lembram dele. Lembra? E começou devagar, sem muita importância, não se dava muito crédito à instituição. Ela custou a se firmar. Mas, para estar havendo essa reunião hoje aqui, para o Senador Marcelo Crivella ter feito essa explanação histórica e impressionante desse ambiente, é porque a CADE tem uma importância fundamental, grande, grandiosa. Muito maior do que aquela CADE que eu conheci dando os primeiros passos. Mas muito maior. E é isso que nós queremos, que ela tenha realmente a importância que merece. E não fique na plena burocracia de outrora que eu conheci. Sr. Presidente, em homenagem a V. Exa., aos nossos ilustres convidados, eu os saúdo e espero que tenham sucesso na instituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Presidente Paulo Duque. Eu vejo, agora vou pedir por dois minutos, as considerações finais de cada expositor para que nós possamos encerrar essa sessão, essa Audiência Pública, acho que eu não estou com a lista aqui, pela ordem que foi observada, mas se... Eu vou... Está aqui. Eu vou obedecer a mesma ordem. Queria, inclusive, anunciar que o representante da

ANTT teve que se ausentar, porque tinha uma reunião com o Governador. Ele me comunicou, então ele foi para a reunião do Governador. Considerações finais, dois minutos. Está bom? Arthur Badin, Presidente do CADE, tem a palavra V. Exa.

SR. ARTHUR SANCHEZ BADIN: Obrigado, Sr. Presidente. Queria agradecer, inclusive, a sua intervenção, Sr. Presidente, que foi importante para facilitar e proporcionar um melhor entendimento que hoje nós podemos apresentar a todos os Srs. Senadores. Nós reconhecemos como legítimas as sugestões e proposições da ANATEL, que foram apresentadas, e acredito que chegaremos a um bom termo, inclusive, Sr. Senador, nessa sexta-feira haverá uma reunião do Fórum dos Presidentes das Agências Reguladoras, os Presidentes das Agências Reguladoras se reunirão nessa sexta-feira no Rio de Janeiro e eu espero que até lá nós possamos todos envolvidos trazer para os Srs. Senadores um texto já de consenso e que, como o senhor bem disse, facilite o trabalho de Vossas Excelências. Eu teria um comentário para fazer sobre cada uma das proposições que foram feitas, mas o tempo está premente. Eu só queria dizer que as proposições do IBRAC e da OAB são extremamente consensiosas, importantes, cuidadosas, os advogados que estão na frente de batalha sabem das dificuldades que a aplicação da lei tem hoje, então, a questão do crime de quadrilha, incluir é absolutamente importante, de fato o problema da indicação do conselheiro substituto pelo Presidente, talvez o remédio seja pior do que... Vai causar um efeito colateral maior do que se pretendia consertar, então, eu acho que devem ser ouvidos com bastante cuidado e também com bastante atenção e nós também pretendemos chegar num... Cada uma dessas instituições já estão apresentando suas proposições em separado e a respeito das quais nós vamos apresentar, na medida do possível, um documento conjunto ou pelo menos comentários de apoio a elas. Com relação ao Ministério Público Federal, também já houve um avanço de um consenso. Eu acho que Dr. Aras, ele pode ser avançado ainda mais a solução que foi acordada com o relator, Senador... Na CAE, Senador Romero Jucá, era uma solução que tinha um contexto de uma aprovação mais rápida, talvez sem grandes alterações, acho que isso mudou esse contexto e eu acho que é possível já sair do Senado com um texto adequado à Lei Complementar 75. E a própria Constituição da República. O Senador Collor mencionou a relação do CADE com as agências, essa boa relação, essa relação sinérgica, ela é fundamental para a defesa dos consumidores e da sociedade como um todo, para os investimentos e do crescimento econômico, e é por isso que tem sido buscado com bastante cuidado por todos seus dirigentes. Então, é isso que eu tinha para falar. O tempo, se me for concedido mais, eu falarei mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria só esclarecer, Senador Crivella, nós conversávamos há pouco e nós vimos os valores que o CADE já tem em caixa e conversava com o Sr. Badin. Ele me falou que esses são valores efetivamente no caixa. E que tem em torno de questões ainda discutidas com depósitos, discussões na justiça, em torno de um bilhão de reais. Então, 80 milhões está no caixa já, que já arrecadou. Passaria agora por dois minutos ao Sr. Antonio Aras, para que faça suas considerações finais.

SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS: Sr. Presidente, renovo nossos agradecimentos pela oportunidade de participar dessas discussões, aproveito o ensejo para dizer da nossa esperança à luz do que disse o nosso Presidente Badin, acerca da possibilidade de encontrarmos um consenso no que toca a atuação do Ministério Público à luz da lei, do PL 06/09, até porque, do jeito como está redigido atentaria diretamente contra o texto constitucional e da Lei Complementar 7593. Então essa é uma esperança, Senador, que nós levamos na busca do consenso. Finalmente, o Ministério Público manifesta a sua... Mais uma vez, a sua preocupação com a grande concentração de poderes dirigidos diretamente à superintendência geral. Este problema é um dos mais graves e como me permita, disse o Professor João Bosco Fonseca, que é um homem que tem contribuído por demais no Direito Econômico do Brasil, este assunto creio que há de merecer de Vossas Excelências um cuidado especial, porque ele está na contramão não só da República, mas da própria federação que desconcentra poderes. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria, como relator, já pedir ao Sr. Antônio Aras que me encaminhasse uma ideia de... Não quer dizer que eu vá aceitar, mas que sabe que... Por ver... Muitas vezes encaminha e não entra do jeito que foi discutido e parece que a gente não cumpriu o que estava combinado. Não é isso. Gostaria de uma visão específica do Ministério Público. O Ministério Público esse que eu tive um voto solitário semana atrás, quando foi dado todos poderes do Ministério Público para a Defensoria Pública. Eu achei que estava se criando um novo Ministério Público e na hora da votação só tive eu apoiando os senhores. Perdi de lavada. Mas é assim que é a democracia. Gostaria de passar agora, então, para as considerações finais a palavra à Mariana Tavares, secretária

de... Secretária da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Tem a palavra, V. Sa.

SRA. MARIANA TAVARES DE ARAÚJO: Obrigada, Senador Wellington Salgado. Muito brevemente gostaria de sublinhar todas as palavras do Dr. Arthur Badin. Ele fala pelo Ministério da Justiça, quando falou e fala pelo Ministério da Justiça em todas essas... Em todas as... Toda interlocução com o Embaixador Sardenberg na ANATEL e as outras agências e também nas conversas que houve com o IBRAC e com a OAB. Da mesma maneira ressaltar a nossa... A nossa intenção de avançar ainda mais nas questões aqui levantadas, os advogados, como já foi dito, tem a experiência diária e tem uma percepção que permite identificar possíveis gargalos e quanto mais pudermos aprimorar o texto nesse sentido melhor... Melhor será a lei que será aprovada. Eu gostaria de... De responder uma única questão levantada pelo Dr. Aras e foi mencionada novamente pelo professor João Bosco, já não me recordo se pela OAB ou pelo IBRAC, em relação às 96 menções à figura do superintendente. Na verdade, essa crítica existe desde o início do projeto, mas essas 96 menções tem por objetivo disciplinar em relação a prazos e em relação aos limites do exercício do superintendente a função do próprio superintendente. E que todos os atos, todos expedientes que são arquivados na superintendência, podem ser avocados pelo Tribunal, e mais do que isso, tem por objetivo garantir que pelo Tribunal passarão somente as questões que de fato são relevantes. Tanto no que diz respeito aos atos de concentração, quanto a eventuais expedientes que tratem de condutas. Mas, mesmo assim é importante, em primeiro lugar, que o Tribunal pode avocar qualquer um desses expedientes, mas voltando para o começo, que nós estamos abertos a discutir sugestões para aprimorar o texto, porque o importante é que haja um sistema de freios e contrapesos entre o Tribunal e o órgão de instrução. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Sra. Mariana. Passarei agora ao quinto, Rutelly Silva, que é o Secretário Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, CAE-MF. Tem a palavra, V. Sa.

SR. RUTELLY MARQUES DA SILVA: Obrigado, Senador Wellington Salgado. Antes de mais nada, acho que a audiência foi muito proveitosa. Acho que é importante para que o Senado consiga cumprir melhor o papel que brilhantemente cumpre, e que esse PL que tanto a gente espera que melhore o sistema brasileiro de defesa da concorrência, ele prospere. Então, acho que... Uma iniciativa, assim, louvável. Eu gostaria de enfatizar que a CAE está à disposição para discutir pontos que possam melhorar o PL, que... Para promover o consenso, porque o projeto tramite mais rápido possível, e que ressaltar também... A gente está em linha com que o Senador Collor disse que é importante tanto fortalecer o papel do CADE como das agências reguladoras. A CAE, ela tem uma preocupação muito grande com isso, porque ela entende que as agências reguladoras, elas precisamos ser fortes para cumprir o papel que a elas foi designado. Então, essa é uma preocupação da CAE e que a CAE, em nenhum momento esquece disso. Em toda a atuação da CAE, ela visa ajudar as agências reguladoras a cumprir bem o seu papel. A CAE não tem nenhum tipo de interesse em retirar, longe disso, as atribuições dessas agências, pelo contrário, enfatizo, mais uma vez, que o desejo da CAE é fortalecer as agências reguladoras para que elas possam cumprir o papel que elas tem desempenhado e que a gente espere que seja aperfeiçoado ao longo dos anos. Era só isso, Sr. Senador. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Rutelly. Eu vejo o seguinte, quando a gente começa a achar que tem muita gente jovem na Mesa, é que a gente está ficando mais velho. [Risos]. Antigamente. [risos]. Passaremos a palavra agora ao Sr. Pedro Zanotta. Tem a palavra, Vossa Senhoria, Presidente da Comissão de Defesa da Concorrência da Ordem dos Advogados do Brasil. Tem a palavra.

SR. PEDRO ZANOTTA: Seccional de São Paulo. Eu queria, Senador Wellington Salgado, mais uma vez cumprimentar V. Exa., pela iniciativa desse debate extremamente importante, a contribuição da sociedade de uma maneira geral e das autoridades envolvidas com o projeto. Essa mudança é bastante ousada, porque nós temos uma lei que funciona há 15 anos, a sua eficácia vem sendo testada ao longo do tempo. Evidente que nós, advogados, e também os administradores do sistema, sentem dificuldade com alguns pontos, mas de qualquer maneira a própria evolução do sistema, o amadurecimento do sistema, o relatório de gestão da SDE, do ano passado, que trouxe progresso fantástico em relação aos anos anteriores, a diminuição dos dias para julgamento de atos de concentração e processos que o CADE vem dia-a-dia trazendo melhoras, o reconhecimento internacional do nosso sistema, que hoje é modelo para alguns sistemas mais novos que vem implantados no mundo. Tudo isso nos leva a ter a certeza de que o momento é oportuno, nós temos massa crítica suficiente para fazer alteração do projeto, a mudança da análise dos atos de concentração de mudança pós para mudança pré é bastante... Mais uma vez, eu repito a palavra, ousada, porque vai exigir eficiência dos órgãos componentes do sistema, mas eu

tenho absolutamente... Absoluta certeza, e isso está espelhado na nossa... No nosso trabalho, de que os órgãos estão preparados para enfrentar esse desafio e cumprí-lo com bastante eficiência. Então, mais uma vez, cumprimento V. Exa., coloco a nossa Comissão à sua disposição, se precisar de algum tipo de ajuda, de esclarecimento, de comentários, eu vou lhe entregar o trabalho que nós fizemos e estamos à disposição. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado ao Presidente da Comissão de Defesa e Concorrência da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, São Paulo. E passarei agora a palavra ao querido Professor João Bosco Fonseca, membro da Comissão Permanente de estudo de direito de concorrência da regulamentação econômica da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, Minas Gerais. Tem a palavra, V. Exa..

SR. JOÃO BOSCO LEOPOLDINO FONSECA: Exmo. Sr. Senador Wellington Salgado, eu quero agradecer, em nome da OAB, Minas Gerais, e em nome também da Universidade Federal, a atenção que recebemos de V. Exa., tanto na reunião de outra semana, como agora. Eu quero salientar que a nossa preocupação da Comissão e da universidade é no sentido de criar uma instituição na qual haja equilíbrio de poderes. E então, havendo essa necessidade de equilíbrio de poderes, não se concebe que haja uma preponderância de alguns aspectos. E um aspecto, e isso nós encaminharemos a V. Exa., retomando a posição da Dra. Mariana e do Dr. Aras, vejam bem, o Presidente avocar, ele nem sempre vai ficar sabendo daquilo que o superintendente decidiu. Então, pode-se, e isso dentro da experiência que eu aprendi e pude aprender alguma coisa como conselheiro do CADE, há inúmeros processos que são de *minimis*, sem dúvida. Mas, essa comunicação é necessário o superintendente opina, dá o parecer pela aprovação ou não aprovação, mas quem decide é o Tribunal. E esta comunicação do Diretor-Geral, e eu insisto nesse ponto, esta comunicação do Diretor-Geral, ela pode ser sucinta ao Presidente do Tribunal. E o Presidente comunica aos seus pares a opinião do Diretor-Geral no sentido de aprovação sem maiores considerações, sem nenhuma restrição dos atos tais, tais, tais. Isso se faz em meia hora. É questão de agilizar o processo quando a opinião do Diretor-Geral já vem bem sucinta e bem clara. Nós encaminharemos essa sugestão para que não haja simplesmente avocação. Eu acho que ela não resolve. O que resolve é o encaminhamento de forma sucinta, de forma ágil e eficiente. Esses são aspectos muito importantes que a gente vê no sentido de aperfeiçoamento da instituição. A nossa intenção é realmente de colaborar e nos colocamos à disposição de V. Exa., no sentido de trazer alguma contribuição que possamos trazer e que seja frutuosa. Muito obrigado, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Professor João Bosco Fonseca, membro da Comissão Permanente de Estudo de Direito Concorrência da Regulamentação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, Minas Gerais. Agora, com a palavra, por dois minutos, considerações finais o Sr. Tito Amaral de Andrade, Diretor de concorrência do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional, IBRAC. Tem a palavra, V. Exa..

SR. TITO AMARAL DE ANDRADE: Muito obrigado, ilustre Senador. Mais uma vez, renovando e congratulando por essa iniciativa. Acho que é muito importante que o Senado possa efetivamente auscultar o que a sociedade civil tem para falar, o que as partes interessadas tem para comentar. Fiquei muito feliz também de ouvir a manifestação pública do Dr. Badin em relação à receptividade a alguns de nossos comentários, esse canal já estava aberto, mas eu tenho certeza que ele vai ficar reforçado depois dessa audiência, e meu comentário é muito breve, mais no sentido de um apelo de aproveitarmos essa oportunidade ímpar, singular, para fazermos uma lei o melhor possível. Uma lei que efetivamente reflita aquilo que o país precisa, uma lei que efetivamente reflita um consenso de todos os interessados e que o açodamento não os faça cometer alguns equívocos no caminho. Então, acho que devemos, efetivamente, aproveitar essa oportunidade que estamos tendo para fazer uma lei melhor possível para o Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado. O último convidado, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL. Tem a palavra V. Exa.

SR. RONALDO MOTA SARDENBERG: Obrigado. Acho que nós estamos vivendo um momento importante de modernização. Modernização de instituições, de relação entre instituições, e que é muito importante que todos atores tenham um papel importante nesse... Nesse processo e se manifestem. Acho que... Saúdo a realização dessa audiência com a participação do IBRAC, da OAB, do Ministério Público, de órgãos públicos e representantes das agências reguladoras. Eu acho que esse é um bom momento que nós devemos aproveitar ao máximo que pudermos. Evidente que a ANATEL vem atuando de forma construtiva e cooperativa, e que considera, por outro lado, positiva a atuação do CADE. Nós temos consciência que o processo de mudança é inerentemente complexo e necessita de

diálogo. Nós estamos confiantes de que diante dos progressos alcançados, nós estejamos próximos a concluir o processo do PL do CADE. A ANATEL se insere nesse esforço e também sob a bandeira da atualização. Nós também estamos procurando com base no nosso programa geral de atualização da regulamentação, regulação, não estamos procurando promover um processo de atualização não só adjetiva da ANATEL, mas substantiva das normas que regulam o setor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Ministro Presidente da ANATEL. O Badin, acho que ele tinha me dado um preparatório de que gostaria de falar mais uns dois minutinhos. Existe alguma consideração final? Não? Antes de encerrarmos a presente Reunião Conjunta das Comissões de Serviços de Infraestrutura; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle, gostaria de agradecer a presença de nossos convidados, que trouxeram inestimável contribuição ao Senado da República com suas exposições. Muito obrigado. E não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, encerro a presente reunião.

Sessão encerrada às 10h34.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA 26ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 34ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 25 DE AGOSTO DE 2009.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e nove, na Sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores **VALTER PEREIRA** e **GARIBALDI ALVES**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos seguintes senadores(as): **FLEXA RIBEIRO, CÉSAR BORGES, ROBERTO CAVALCANTI, JAYME CAMPOS, MARCELO CRIVELLA, GERSON CAMATA, EDUARDO SUPLICY, JEFFERSON PRAIA, RENATO CASAGRANDE, TASSO JEREISSATI, NEUTO DE CONTO, IDELI SALVATTI, ELISEU RESENDE, EFRAIM MORAIS, VALDIR RAUPP, GIM ARGELLO, OSMAR DIAS, ANTONIO CARLOS VALADARES, MARISA SERRANO, TIÃO VIANA, HERÁCLITO FORTES, DELCÍDIO AMARAL, KÁTIA ABREU, AUGUSTO BOTELHO, CÍCERO LUCENA, ROMEU TUMA E EDUARDO AZEVEDO.** Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores titulares das referidas Comissões. **OBS:** A Presidência registrou, também, a presença de Deputados Federais, Prefeitos e Vereadores do Estado de São Paulo, além de representantes de entidades de classe ligados ao setor de citricultura. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente da CAE, Senador Garibaldi Alves, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública conjunta de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 25, de 2009 – CRA,** de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Eduardo Suplicy, aprovado em 16.6.2009 e **Requerimento nº 1, de 2009 – CAE**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, aprovado em 10.03.2009, com a finalidade de **debater acerca do intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira**, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Arthur Badin** – Presidente do Conselho Administrativo da Defesa Econômica – **CADE**; Sr. **Flávio de Carvalho Pinto** – Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores – **ASSOCITRUS**; Sr. **Christian Lohbauer** – Presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos – **CITRUS BR;** Sr. **Eduardo Porfírio –** Diretor da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Representante do Sr. **Hélio Neves** – Presidente da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo) **– FERAESP.** Às onze horas e quarenta e seis minutos, o Senador Garibaldi Alves, Presidente da CAE, passa a presidência da reunião para o Senador Valter Pereira, Presidente da CRA. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Eduardo Suplicy, Gerson Camata, Roberto Cavalcanti, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Osmar Dias e Kátia Abreu. Também usaram da palavra os Deputados Federais Antônio Carlos Mendes Thame e Afonso Hamm, além do Presidente do Conselho da ASSOCITRUS, Sr. Renato Toledo de Queiroz. Resultado: Audiência Pública Conjunta Realizada. **EXTRA-PAUTA: ITEM ÚNICO: REQUERIMENTO Nº 36, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública perante esta Douta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a finalidade de analisar e debater os seguintes tópicos: Criação do Consecitrus – contrato padrão para o pagamento da laranja; Cronograma da

apuração de denúncia em apuração pela Secretaria de Direito Econômico – SDE, sobre suspeita de formação de cartel das empresas processadoras que dominam o mercado de sucos de laranja e, por conseqüência, vem causando a redução da remuneração de produtores e trabalhadores; Ações implantadas pelo governo brasileiro para combater a doença "Citrus Greening". Com a participação dos seguintes convidados: **Mariana Tavares de Araújo** – Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça – **MJ**; **Pedro Antonio Arraes Pereira** – Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **EMBRAPA**; **Reinhold Stephanes** – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; e **Antonio Henrique Pinheiro Silveira** – Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – **MF**. **AUTORA:** Senadora **Kátia Abreu**. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e pelo Senhor Presidente da CAE e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADOR VALTER PEREIRA, PRESIDENTE DA CRA; – SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, PRESIDENTE DA CAE.**

26ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, CONJUNTA COM A 34ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 29 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 26ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, a realizar-se em conjunto no dia 25 de agosto de 2009.

Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovada. As Atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Audiência Pública contando com a presença aqui do Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Reforma Agrária, de Agricultura e Reforma Agrária. Trata-se de uma Reunião Conjunta, de uma Audiência Pública, a fim de debater acerca do intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira em atendimento ao Requerimento de nº. 01/09, da CAE, e 25/09 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Augusto Botelho, respectivamente.

Convido para compor a Mesa os Srs. convidados Arthur Badin, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADÊ; Sr. Flávio de Carvalho Pinto, Presidente da Associação Brasileira dos citricultores, ASSOCITRUS; O Sr. Christian Lohbauer, Presidente da Associação Nacional de Sucos Cítricos. E o Representante da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo, Sr. Hélio Neves. Convido o Sr. Eduardo Porfírio, em razão da ausência do Sr. Hélio Neves.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy. Senador Eduardo Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr. Presidente Valter Pereira, da Comissão de Agricultura, Srs. Christian Lohbauer, Presidente da Citrus BR, Presidente da ASSOCITRUS, Flávio de Carvalho Pinto, Sr. Arthur Badin, Presidente do CADE, gostaria de informar que neste último domingo, às duas e meia da tarde, infelizmente, em Araraquara, ali logo depois de ter chegado de Porto Alegre, onde veio de uma reunião de trabalho, o Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo, Hélio Neves, que havia sido convidado para esta reunião, foi ao seu sítio com a sua esposa descansar e estava, inclusive, deitado no sofá da sua residência, e eis que entrou uma pessoa mascarada, sem a possibilidade de ser identificada, apontou o revólver para a sua esposa, Silvia de Castro, a esposa de Hélio Neves, e ela então... E mandou que ela saísse, ela saiu, saiu pedindo socorro, e, infelizmente, ouviu então um tiro e este tiro foi desferido sobre Hélio Neves, o atingindo na nuca. O projétil se alojou no pescoço e Hélio Neves se encontra agora em estado estável, consciente, mas ainda com algum risco, no hospital São Paulo de Araraquara, e os membros da FERAESP todos estão muito solidários. E eu pedi ao Ministério da Justiça, através do Secretário-Assessor Pedro Abramovay, do Ministro Tarso Genro, que desse toda proteção à família, uma vez que Hélio Neves, exatamente em função dos esforços que vinha realizando para entendimento, seja na área da cana-de-açúcar, seja na área da laranja e outros, estava sendo continuamente ameaçado.

Hélio Neves é Presidente da FERAESP há muitos anos, e então o Sr. Eduardo Porfírio, que é Diretor da FERAESP, aqui vem representá-lo. Mas eu quero aqui externar, inclusive também conversei com o Luiz Antonio Marrey, o Secretário da Justiça do Estado de São Paulo, solicitando toda a segurança à família de Hélio Neves.

Então, apenas queria dar esta informação e assim o Sr. Eduardo Porfírio aqui está em nome do Presidente Hélio Neves, Srs. Presidentes.

Muito obrigado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, pela ordem e aditamento. Nós deveríamos--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Agradeço a V. Exa. Dirigir uma solicitação ao Governador José Serra no empenho para apuração desse fato que é muito grave. Quer dizer, às vésperas de vir a essa Comissão, um cidadão brasileiro sofre um atentado contra a sua vida. Eu acho que tem que mobilizar de maneira muito efetiva a Polícia de São Paulo para dar uma satisfação à população brasileira e também a nós que o convidamos. Não pode significar um convite nosso, uma carta da Comissão convidando, virar sentença de morte nesse país.

[palmas]

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem razão e a Comissão vai se dirigir ao Governador José Serra exigindo... Solicitando, aliás, providências com relação à apuração desse fato lamentável que ocorreu ao Sr. Hélio Neves, Presidente da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo.

Eu, mais uma vez, registro aqui a presença do Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e vamos dar início às exposições dos senhores convidados, sem antes pedir desculpas aos citricultores pela falta de uma melhor acomodação dos senhores. Na verdade, foi solicitado o auditório Petrônio Portela, que melhor acomodaria a todos. Mas acontece que não foi possível contar com o auditório Petrônio Portela, que já estava comprometido com outras atividades. E agora nós estamos com duas salas, com o telão. Uma na sala 3 e outra a sala 7, onde os senhores e as senhoras poderão assistir aos depoimentos e aos debates.

Concedo a palavra ao Sr. Arthur Badin, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE.

SR. ARTHUR BADIN: Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom-dia Senadores aqui presentes. Queria de início registrar meus cumprimentos à Comissão de Assuntos Econômicos, na pessoa de V. Exa., Senador Garibaldi Alves, e do Senador Eduardo Suplicy, que propôs o Requerimento de realização dessa audiência. E queria cumprimentar a todos citricultores e representantes da indústria aqui presentes que com a sua presença revelam a beleza do processo democrático e que essa Casa é uma Casa da democracia e a presença dos senhores aqui permite que essa democracia seja viva e próxima dos interesses de quem deve representar.

O CADE, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, é um Tribunal Administrativo. Ele compete a esse Tribunal Administrativo julgar os processos que são encaminhados à sua apreciação pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Isso significa dizer que o CADE não tem um papel de formulação de política pública no sentido de tomar a iniciativa de investigar ou de intervir em setores econômicos em que se identifiquem algum problema anticompetitivo. O CADE, como funciona a própria organização da Justiça, é inerte. Ele espera que as denúncias e os processos cheguem para que possam ser julgados. A secretaria de Direito Econômico é o órgão que investiga, apura e, uma vez identificadas... Indícios suficientes ou provas suficientes de eventuais práticas anticompetitivas, propõe ao CADE a imposição de alguma sanção.

É importante eu fazer esse esclarecimento para que os senhores entendam que alguma limitação de minha parte para poder me manifestar sobre alguns assuntos que estejam ou possam vir a estar... Estejam ou possam vir a ser submetidos à apreciação do CADE proximamente. Não me furtarei, entretanto de fazer algumas considerações gerais sobre o mercado. A minha visão, o CADE é um... Tem um... É um... Um testemunho... É uma testemunha privilegiada da série de conflitos que esse setor vem passando nos últimos 20 anos, até porque teve algum papel nesse... Nesse meio tempo, e manifesto a minha... A minha grande esperança, expectativa de ouvir bastante as manifestações de todos aqui na Mesa e poder de alguma forma, no futuro, contribuir para pacificação do campo que é algo urgente. A presença dos senhores aqui revela o quão urgente ela é.

E quero registrar a minha alegria também de ver sentados na Mesa, coisa que não... Há muito tempo não acontecia, os representantes da indústria dos citricultores e daí a minha expectativa de que esse diálogo

nesta audiência poderá ser bastante profícuo, poderá ser bastante produtivo.

A indústria respondeu no começo da década de 90, perante o CADE, a um processo, a uma acusação de cartel. Uma acusação de que estariam se coordenando e combinando preços para deprimir os preços na compra da laranja. É preciso fazer um esclarecimento também bastante pontual de que não existe hoje no Estado Brasileiro de defesa da concorrência nenhuma investigação de cartéis de venda de suco de laranja. A investigação que existe hoje é um cartel supostamente formado para a compra da laranja.

Em 94 esse processo foi encerrado, graças a um ajustamento de conduta que foi firmado, então, perante o CADE, pelo qual as empresas então se comprometeram a não mais concertar as suas condutas, não mais combinar as suas condutas nas negociações com os citricultores.

Em 2005 foi reaberta uma negociação que ainda está em curso e que ainda não chegou ao CADE a julgamento. E por essa razão não gostaria de me manifestar sobre o mérito deste processo que certamente, mais cedo ou mais tarde, será encaminhado ao CADE para julgamento. Mas acho que este é o menor dos problemas. A investigação de práticas anticompetitivas na indústria é o menor dos problemas. Nós temos este que é o presente, para ser resolvido, mas muito mais grave é um passado de insatisfações acumuladas que precisam ser de alguma forma equacionadas, dirimidas, solucionadas e um problema do futuro. Porque todo ano o conflito se sucede na mesma frequência com que as safras são colhidas. Eu acredito que devam haver soluções institucionais de governança do mercado, eu quero dizer com isso de organização do mercado que possam mitigar ou pelo menos procedimentalizar os conflitos que hoje existem nesses dois elos da cadeia entre produtores e indústria. Acho que isso é importante e isso interessa a todos. Isso interessa à coletividade de citricultores, acredito que isso possa interessar aos produtores e isso interessa ao Brasil.

O suco de laranja é um dos principais produtos de exportação do Brasil, é um dos produtos em que o Brasil tem uma das maiores vantagens competitivas. O Brasil é o maior produtor de suco de laranja do mundo, maior exportador de sujo de laranja em todo mundo, 90% dessa produção ela é exportada. Portanto, esse é um patrimônio de todos nós brasileiros. E que, portanto tem que ser preservado e que, portanto tem que ser melhorado. E eu acho que nós perdemos muito com a beligerância, a litigiosidade com que os elos da cadeia se articulam. Acho que é preciso inaugurar um novo tempo de entendimento com corações abertos e boa vontade, homens eu acredito que aja de boa vontade para que inicie-se um diálogo, para que se pense soluções institucionais, para que ordenem o mercado daqui para frente. E nesse sentido, eu tenho certeza que o CADE e os órgãos de defesa... Do Estado Brasileiro de defesa da concorrência terão todo interesse, toda disposição e toda boa vontade de colaborar e de pensar esse novo desenho institucional, esse novo rearranjo institucional. Não quero aqui, por conta dessas limitações éticas e funcionais, as quais estou adstrito hoje pelo fato de ser o Presidente da instituição, de manifestar as minhas opiniões, eu só poderia fazê-lo em casos concretos que vão ser julgados pelo Conselho, mas digo que é importante se iniciar o diálogo sobre soluções institucionais de governança desse setor. Porque senão, essa... Eu estava conversando com o representante da FAPESPA, essa deve ser a 20ª Audiência Pública que trata do mesmo tema. E se a forma de relação das transações nesse setor não for repensado, novamente procedimentalizado, ano que vem nós vamos estar aqui novamente, às vésperas da safra do ano que vem, de novo, com insatisfações de parte a parte.

Então, Sr. Presidente, a minha colocação introdutória é essa. Eu fico à disposição dos debates inclusive para dialogar com os demais membros da Mesa.

Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu, na verdade, no primeiro momento, eu esqueci de combinar se haveria uma marcação de tempo para cada expositor, e já deixei o Sr. Arthur Badin aqui livre, inteiramente solto. Apesar dele ter se comportado bem com relação ao tempo. Espero que os outros possam também colaborar com o encaminhamento dos trabalhos, porque vários Parlamentares que estão presentes, Senadores, inclusive Deputados. A Deputada Aline Corrêa, do PP de São Paulo; o Deputado Vanderlei Macris, do PSDB de São Paulo; o Deputado Mendes Thame, do PSDB de São Paulo; o Sr. Paulo Carvalho Viana, Secretário de Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Estado de Sergipe; o Sr. Liberato Caldeira, Prefeito de Valentim Gentil, no Estado de São Paulo, do PP. E mais o Sr. Deputado Estadual Simão Pedro, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e o Prefeito Dorival Sandrini, Prefeito do Município de Cajobi. Agradeço a presença destes ilustres convidados e concedo a palavra ao Sr. Flávio de Carvalho Pinto, Presidente da Associação Brasileira dos citricultores, ASSOCITRUS.

SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO: Bom-dia. Quero agradecer ao Presidente Garibaldi Alves, ao Presidente Valter Pereira pela organização dessa Au-

diência Pública. Aos Senadores presentes, Deputados e aos citricultores que tanto nos apoiam.

Eu gostaria de fazer uma apresentação no *Power Point*. O primeiro slide, por favor.

Bom, o Brasil, como vocês já ouviram falar, é o maior produtor, exportador mundial de suco de laranja, seguido da... Dos Estados Unidos, da Flórida, e esse negócio do suco de laranja no Brasil foi construído pelos pequenos e médios citricultores. Esses foram os que iniciaram o plantio e supriram as fábricas de suco durante todos esses anos, permitindo que assumissem a posição de liderança que detém hoje nesse mercado.

O mercado de suco de laranja, muita gente está dizendo que é um mercado em decadência, um mercado que não tem futuro, mas é um mercado que cresce. É um mercado, hoje, basicamente restrito aos países ricos, de maior poder aquisitivo, mas está crescendo a taxas altíssimas nos países em desenvolvimento. Taxa de 15, 20% ao ano. Tanto é que as grandes empresas de refrigerantes, como a Coca-Cola, a Pepsi-Cola, estão fazendo investimentos brutais nesse país. A Coca-Cola, recentemente, tentou comprar uma das empresas de suco na China por 2,5 bilhões de dólares e foi rechaçada. A Pepsi-Cola comprou uma empresa na Rússia, Lebedyansky, por um bilhão de dólares. A Coca-Cola comprou aqui no Brasil todas as fábricas de suco. A Del Valle, Suco Mais... Então, há um investimento muito grande justamente porque vêm grandes perspectivas de crescimento desse mercado. E as indústrias de suco não ficam atrás, investindo maciçamente nos pomares.

A partir de meados da década de 90, iniciaram um processo de plantio que levou de praticamente zero, tinha 600 mil pés, para hoje números que eu já atualizei, que nós estimamos em torno de 80 milhões de árvores, num parque citrícola de cerca de 200 milhões de árvores. Quer dizer, isso representa um investimento brutal. Cada árvore, só o plantio para levar até o quarto ano, que é o início de produção, corresponde a um investimento de 20 dólares por planta. E o que se vê como projeção desse mercado, estudos da Flórida mostram que a tendência realmente da diminuição da oferta de laranja, tanto no Brasil como na Flórida. E essa queda está se dando numa maneira muito mais acentuada do que previram os cenários construídos pelos economistas americanos. Por outro lado, há uma informação de que a demanda caiu. A demanda caiu e também caiu a oferta. Então, a relação oferta e demanda tem se mantido estável, e ao contrário do que se diz a relação estoque/demanda caiu nesses últimos anos. E principalmente caiu no Brasil.

O Brasil, hoje, tem estoques estimados pelo USDA da ordem de 50, 60 mil toneladas, que correspondem acerca de 15 dias de exportação. Então, não me parece que isso justifique uma política de preços que a indústria está colocando e não renovação de contratos, de pagar preços que mal cobrem os custos de colheita e frete. Corresponde, efetivamente, a uma doação de fruta. Se vocês pegam os gráficos de exportações do Brasil, esses gráficos, em volumes totais, são crescentes. Se você converte... Porque está havendo uma substituição de parte do suco concentrado pelo suco não concentrado, que tem maior valor de mercado. Então, em termos de valor, essa exportação cresce. E em termos de volumes, convertidos sobre a mesma base, elas estão razoavelmente estáveis. Tanto é que da safra passada para essa safra, a queda de volume exportado pelo Brasil foi de apenas 1,6%. Então, houve sim uma contração grande nos países da Nafta, de 40%, crescimento de 10% no nosso grande mercado, porque o nosso mercado é primordialmente o mercado europeu que compensou perfeitamente. Inclusive uma pequena perda no mercado... No mercado asiático.

Se vocês olham um gráfico, oferta e demanda estoques do Brasil e comparar... Podia ir para o... Podia avançar, por favor? Gostaria de mostrar um gráfico mais na frente, por favor. Mais para frente. Mais. Esse aí. Esse aqui é um gráfico muito interessante. Mostra aí a evolução dos estoques no Brasil comparado com o... Comparado com o preço do suco na bolsa. Vejam o comportamento do suco na bolsa comparado com os estoques. Veja, aqui houve uma diminuição de estoque, um pequeno aumento de preço. Aqui houve aumento de estoque, queda de preço, aqui o estoque caiu... Tudo bem, começou a subir. Aqui aumentou estoque e o preço continua subindo. Daí o estoque caiu e o preço caiu. Então, não há uma correlação, quer dizer, não há um comportamento esperado de preços e estoques. O comportamento da bolsa não é compatível com os estoques. Nós vamos ver outros casos que... Seguinte, por favor. Que confirmam isso.

Então, o que nós vimos a partir dos anos 90? A cartelização, a concentração, as alianças estratégicas, essas empresas estão hoje aliadas aos grandes engarrafadores mundiais, principalmente a Coca-Cola e Pepsi-Cola, iniciaram o processo de verticalização. O processo de discriminação de preço. Isso é muito interessante. Eu vou mostrar para frente mais. Entre produtores brasileiros e entre produtores brasileiros e norte-americanos. Isso significa que dentro do Brasil há produtores classe A, que recebem uma remuneração condizente e os produtores que estão sendo intencionalmente expulsos do setor. E na Flórida eles estão tendo um tratamento diferenciado também. Porque essa

indústria que está aqui no Brasil processa 50% da safra da Flórida e tem uma presença muito forte lá.

A outra questão é a questão da bolsa ser um ente... Essa bolsa de suco de laranja é um ente adequado para a formação de preços desse setor. Ela é uma bolsa que... Onde um pequeno grupo, que nós consideramos cartelizados, que controla 80% do mercado mundial atuam. Então, eles têm um poder de... Vamos dizer, influenciar essa bolsa brutal. A bolsa envolve poucos negócios. Eu comparei aí bolsa de açúcar, de café, essas bolsas giram cerca de 20 vezes o volume fisicamente comercializado. Enquanto essa bolsa não chega a metade do volume comercializado. E há o comportamento dessa bolsa que se descola completamente do preço do suco no mercado físico, no mercado ao consumidor. E também nos Estados Unidos o citricultor está sendo remunerado por um preço acima do valor da bolsa. Isso aí nós vamos ver mais para frente. E aqui a expulsão dos citricultores independentes. Seguinte.

Bom, esse é o ponto de inflexão do nosso negócio. As indústrias em 23 de maio de 95 assinaram um contrato de cartel. Em plena vigência do TCC que eles haviam assinado no CADE. Então, estabelecem volumes definidos, conhecimento de comum acordo entre os integrantes, assegurar seguinte distribuição de aquisição de matéria-prima e moagem de fruta. Enfim, prazo de duração do cartel, participação fixa... E aqui as empresas e o *market share* que elas tinham naquele momento e se obrigavam a manter. Capacidade de moagem, informações... Esse é um documento de 12 páginas manuscritas, mas copiadas pelo Presidente de uma das empresas. Seguinte.

E isso que foi o final do processo de concentração. Duas empresas cada uma com 30 e tantos por cento no mercado e duas outras com cerca de 15%. E uma ou duas pequenas empresas que não fazem nenhum... Não tem nenhuma relevância, sobraram nesse mercado. Seguinte.

Bom, isso aqui em 2003, o representante da associação, então, das indústrias faz um longo arrazoado sobre o setor e fala que o aumento da produção... Implicam em excluir do negócio a maioria dos agentes econômicos de baixa produtividade. Isto é, pequenos produtores que hoje representam 92,5% dos citricultores brasileiros. O número deles em 10 anos já se reduziu de 29 para 17 mil, e são pessoas que tem uma tradição agrícola familiar de várias gerações que deixaram de ser competitivos e demandam algum tipo de programa de realocação para não contribuir com esse inchaço das cidades, agravamento dos problemas sociais do Brasil. É preciso que o Governo reorganize, tá, tá, tá. Então, isso aí mostra, é uma declaração clara de intenção de excluir do setor os pequenos... E médios produtores. E alcançaram isso com grande... O seguinte, por favor.

Isso aqui é a curva de plantio das indústrias a partir de 94, 95. A partir da assinatura do contrato de cartel. Vejam, então hoje essas indústrias já tem aí, nós estimamos 80, 90 milhões de árvores. Aí tem cada uma o que plantou... O seguinte.

Isso é como o mercado mudou a partir de 94 e 95. Antes de 94... Essas barras azuis são os preços de registros FOB Santos. Corrigidos pelo CPA(F) e aqui a linha é a curva de preço da matéria-prima da laranja na árvore. Então, vocês veem que até o início da década de 90 os preços de registros FOB Santos estavam na faixa de valores corrigidos, atualizados, dois mil dólares. E a partir do cartel caíram para a metade do preço. O mesmo aconteceu com o preço da caixa de laranja. Vinha na faixa de 4,5, dólares valores atualizados, para um patamar de 2,5 dólares depois do... Da organização do cartel. Seguinte, por favor.

Esse gráfico é um gráfico montado pela ASSOCITRUS dos Estados Unidos, *Florida Citrus Commission,* que mostra a evolução do preço do suco ao consumidor, na gôndola do supermercado, com o preço do suco na bolsa. Então, vocês veem que até 95 os preços dos dois sucos tinham uma... Eram extremamente correlacionados. A partir de 95, olha o que aconteceu, o preço do suco na bolsa caía enquanto que o preço do suco ao consumidor subia. E isso continuou. Isso aqui é gráfico até 2000, 2001, isso continuou até 2004, quando houve uma série de furacões na Flórida e isso desarticulou momentaneamente. Mas eu vou ver o seguinte: Em 97, a partir de janeiro de 97, é o mesmo gráfico pulando a fase em que houve uma interferência dos furacões; 97. Janeiro de 97. O preço ao consumidor e olha a curva de queda de preço do suco na bolsa, que é o referencial para a remuneração dos citricultores; 63% de queda nos preços sem nenhum reflexo, sem nenhum reflexo ao consumidor final. Seguinte.

Isso aqui é uma reprodução que mostra que o preço da bolsa cai independente do comportamento da relação oferta e demanda. Então, houve a partir também de 94, 95, os preços caíram e pode ver mesmo que os patamares da relação estoque/demanda fossem semelhantes, o comportamento do preço é totalmente diferente. Seguinte.

Esse outro ponto interessante, essas barras azuis são os valores das exportações brasileiras FOB Santos. E a barra azul é esse mesmo volume recalculado ao preço do mercado na Europa. E o que a gente tem verificado é que existe uma diferença média de 660 milhões de dólares por safra nesse período. Aqui essa diferença superou um bilhão de dólares. E isso é uma

questão para gente entender, porque esse produto é registrado num preço tão diferente do preço que é eventualmente comercializado na Europa. Seguinte.

E aqui é mostrar o preço, custo da caixa de laranja, nessa faixa de 15, 16 reais, 13 a 16 reais. Seguinte.

E o comportamento do preço da caixa de laranja pago ao produtor. E com o agravante daquilo que eu chamei já de discriminação de preço. Quer dizer, você tem uma faixa de produtores que estão sendo expulsos, remunerados nesse patamar e outra faixa remunerando nessa faixa. E essa discriminação de preço só pode ocorrer no mercado em que as forças, no setor em que não haja um mercado perfeito. Ou que seja cartelizado. E aqui mostra o comportamento do preço da remuneração do citricultor americano que é remunerado também por essa mesma indústria comparado com a remuneração do citricultor brasileiro. O citricultor brasileiro recebe por essa barra verde, enquanto o citricultor americano é essa barra azul. E o mais grave, essa linha laranja é o valor do suco, da libra de sólidos na bolsa. E a linha azul é o valor da caixa de laranja ou o valor da libra de sólidos que remunera o citricultor americano. Então, vocês veem que mais uma distorção o citricultor, a indústria nos Estados Unidos paga pela matéria-prima, pagava num certo momento, o mesmo valor do suco acabado. Quer dizer, a matéria-prima vale... Tem o mesmo valor do suco pronto. E a partir de 2004 houve um descolamento. Hoje o citricultor recebe pela matéria-prima que entrega na fábrica 10, 15, 20%, um valor 15, 20% superior ao valor da bolsa. E esse gráfico é baseado em dados que não incluem a fruta que vai pelo NFC. Seguinte.

E esse é o resultado. Foram expulsos já 20 mil citricultores, endividamento, desemprego, concentração de renda, desestabilização da economia dos Municípios citrícolas. Os pequenos e médios citricultores residiam ou residem nos Municípios citrícola, promovem a economia desses Municípios. A concentração, o grande produtor não mora nisso, mora nos grandes centros e transforma os Municípios citrícolas que eram altamente dinâmicos em cidades dormitório de boias frias. Seguinte.

A nossa reclamação contra a atitude anterior do CADE. Em 94, como se viu, o TCC não foi cumprido. E adicionalmente isso que foi muito grave, o CADE proibiu a continuidade do contrato padrão. O contrato padrão era um contrato que previa a correção do preço da caixa de laranja em função do preço do suco no mercado. Não só isso. Proibiu também que a negociação continuasse como era feita, através de associações negociando com as indústrias. Proibiu isso e forçou cada pequeno citricultor que vocês veem aí negociar com monstros do porte dessas indústrias. Então, veja a relação de poder que tem um citricultor aqui para negociar com uma empresa desse porte. Volta um pouquinho aí.

Foi feito o contrato de cartel, foi feito o encerramento desse TCC quando já havia uma nova denúncia de cartel. Esse encerramento foi em 99 e a nossa denúncia foi em 99. Então, havia já uma denúncia e apesar disso o CADE encerrou esse acordo. Aprovou a venda da Cargill que nós denunciamos como uma atuação, venda do cartel. Quer dizer, o cartel... Duas indústrias combinaram, compraram a Cargill para fechar. Também afirmamos que ia haver o fechamento e eu estava lendo recentemente eles negando absolutamente que a fábrica... As fábricas não seriam fechadas. Está lá fábrica de bebedouro que era a fábrica comprada da Cargill com a intenção de fechar e efetivamente fechada.

Uma tentativa de acordo em 2006 que propunha entregar todos os documentos apreendidos na "Operação Fanta" lacrados. A troca de uma contribuição das indústrias de 100 milhões de reais e que não previu nenhuma... Nenhum benefício para o citricultor, nem para os trabalhadores. E enfim, a lentidão na apuração e falta de investigação. Quer dizer, essa... Todos esses documentos apreendidos estão no SDE, mas estão sendo analisados de uma forma extremamente lenta, quer dizer, estão desde 2006. O SDE não faz novas investigações porque o cartel continua atuando e inclusive há informações de que a impressão que o SDE tem é que o cartão não funciona mais. Enfim, essa é a situação.

Bom, e aqui nós temos as nossas reivindicações. Restabelecer a concorrência no setor, limitar a verticalização, fortalecer a organização dos produtores, estabelecer preço mínimo para a laranja, incentivar a ampliação no mercado para laranja e suco, criar um sistema de informações que torne mais transparente o setor, como existe na Flórida; instituir o Consecitrus e resolver os problemas emergenciais criados por todas essas ações. E é isso, assim encerro a minha apresentação.

Muito obrigado.

DEPUTADO VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP): Presidente, uma questão de ordem.

[palmas]

DEPUTADO VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP): Questão de ordem, Sr. Presidente. Apenas uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra Deputado Vanderlei Macris.

DEPUTADO VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP): Sr. Presidente, eu acho que não é possível desconsiderar a gravidade da denúncia do Sr. Flávio Carvalho

Pinto aqui no Senado. Nós gostaríamos de ter, se possível, da parte dele, cópia de todas essas informações e transparências apresentadas até para repercutir na Câmara também, Sr. Presidente. Se puder, seria importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu informo ao Deputado que o trabalho já foi distribuído mas não chegou às mãos de V. Exa.

DEPUTADO VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP): Não, não chegou não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então a Secretaria vai providenciar.

DEPUTADO VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Flávio de Carvalho Pinto e concedo a palavra ao Sr. Christian Lohbauer, Presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos.

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Srs. Senadores, Senador Garibaldi, Senador Valter Pereira, Senador Suplicy, Srs. Senadores presentes, Srs. Deputados presentes, autoridades presentes, citricultores e cidadãos. Eu tenho... Eu trago aqui a mensagem da nova entidade criada pela indústria exportadora de sucos cítricos, a indústria de suco de laranja, que é a Citrus BR, que acabou de ser formada. O estatuto foi aprovado em maio desse ano. Ela congrega, por enquanto, as quatro maiores empresas exportadoras de suco de laranja do Brasil, que são a CITROVITA, que pertence ao grupo Votorantim, a Citrosuco que pertence ao grupo Fisher, a Cutrale e a Dreyfus, que pertence ao grupo francês *Louis Dreyfus Commodities*. A entidade pretende ser uma entidade nacional, pretende agregar outros produtores e exportadores de suco, mas por enquanto está sendo fundada por essas quatro empresas.

Com essa nova entidade a gente inicia um trabalho de... Um novo trabalho. Um trabalho para pensar o futuro da citricultura e o futuro do setor industrial exportador de suco. Nós estamos aqui depois de muito tempo, me parece que não havia esse diálogo entre a entidade representativa da indústria e a entidade que representa uma parte dos produtores da citricultura, e além de estarmos aqui estamos abertos para qualquer tipo de conversa. Nosso trabalho vai ser um trabalho de transparência, um trabalho de... A gente pretende que seja de inovação, de renovação, e com isso a gente só vai trabalhar com informações que são reconhecidamente informações de fontes seguras, vamos dizer assim. A gente não quer trabalhar com ressentimentos passados, com questões individuais, com a discussão... Discussões que tem permeado esse setor durante os últimos anos e que não tem levado a nenhum avanço. A gente quer trabalhar com fatos e dados. Nós vamos trabalhar pela entidade para trazer dados que são reconhecidamente os dados do setor. Eu poderia aqui reagir a uma boa parte das transparências e comentários que foram feitos pelo Presidente da ASSOCITRUS, mas eu não vou fazer isso. Eu posso fazer isso por escrito depois, muito abertamente e francamente envio nossos comentários sobre essa apresentação, porque certamente existem muitos dados aí que não conferem com os dados que nós trabalhamos. Portanto, é uma questão de dado contra dado. E nós temos que trabalhar em cima de... Se a gente quiser estabelecer um diálogo minimamente civilizado, a gente tem que trabalhar com dados que são reconhecidamente dados reconhecidos pela indústria de todos os lados. E pelos produtores de todos os lados.

Então, eu acho que o que tem acontecido realmente nesse setor é um enorme mal entendido, existe um problema de--

[manifestação da plateia]

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu faço um apelo aos citricultores para que possamos ouvir o expositor, como foram ouvidos os outros expositores. Na verdade, não são permitidas manifestações. Mas as manifestações bem humoradas serão bem-vindas. As mal-humoradas, não. Então, eu faço um apelo a todos para que colaborem aqui com a condução dos trabalhos e possamos ouvir o Presidente da Associação Nacional de Exportadores de Sucos Cítricos. Por favor.

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Nós temos que reiniciar um processo de informação para a sociedade para a opinião pública de como funciona o negócio do suco de laranja. Então, eu vou tentar aqui em um período muito curto de tempo explicar da maneira que a gente entende que funciona esse setor. E de uma maneira a combater uma campanha que vem sendo feita de desinformação. Quer dizer, é uma campanha... Existe uma acusação mútua de desinformação. Não vou entrar aqui no mérito se existe ou não existe. O fato é que a gente tem que tratar em cima de fatos e dados que nós vamos apresentar a partir de agora na nossa perspectiva.

Então, o suco de laranja é sim uma *commodity*, assim como a soja, como outros produtos conhecidos, o café e outros produtos conhecidos pelos senhores do *agribusiness*, é uma *commodity* sim. E, portanto os preços são marcados na bolsa de Nova Iorque e a bolsa de Nova Iorque é a referência internacional. Todos os dias os senhores podem abrir o jornal, está lá uma

referência de custo, de preço, em Cents por libra-peso, e ela serve sim de referência nos últimos 10 anos, pelo menos. Eu distribuí para os senhores aí um gráfico que mostra que o preço pago pela caixa no Brasil, o preço pago aqui, acompanha sim o preço de bolsa. Isso é um dado que está registrado e a gente pode discutir o tempo que for necessário. Mas é fato. Depois existe uma acusação permanente da questão dos preços, a divisão de produtores, divisão de preço, etc.

Eu acho importante esclarecer à opinião pública, aos Srs. Senadores e aos companheiros aqui da citricultura conhecem isso, que existe a produção de fruta que pertence à indústria, é verdade, foi apresentado aqui, existe uma boa parte da produção em torno de 20 a 30% é de laranja da própria indústria, e existe em torno de 50% de contratos plurianuais, os contratos plurianuais são aqueles que a indústria fecha com o produtor dois, três, cinco, até 10 anos e um preço de caixa fixo, portanto é um contrato, e o agricultor vai receber aquele preço de caixa independente das variações internacionais de preço. Esses contratos inclusive incluem... Eles são diferentes entre si, entre as empresas e entre os produtores, enfim, depende de cada negociação, mas existe a variação internacional de preço, paga um prêmio... Quando é positiva paga um prêmio para o produtor. E quando é abaixo, a indústria paga um piso. Para ser muito sucinto nessa explicação, eu quero dizer aos senhores que hoje, neste ano, 2009, a indústria tem uma série de contratos estabelecidos nos últimos anos, com preços muito mais altos que serão pagos pela caixa do que aquele que ele vai receber pelo suco. Então, os senhores podem perguntar: Então as indústrias vão perder dinheiro? Se alguma indústria esse ano empatar o seu balanço já vai ser uma vitória. Porque é assim que o mercado funciona. E isso está acontecendo por quê? Porque o mercado mundial realmente apresenta uma queda no consumo de suco de laranja. Isso também é fato e é dado. Nos últimos oito anos o mundo consumiu 17% menos de suco de laranja. Por quê? Porque existe uma concorrência com outras bebidas, como sempre existiu, existe uma concorrência com outros sucos que crescem nos Estados Unidos e Europa que são os principais mercados no Brasil, e existe um excesso de estoques, é fato, é dado do *Florida Department of Citrus,* **que f**oi citado pelo Presidente da ASSOCITRUS, existe um estoque hoje nos Estados Unidos em torno de oito meses de consumo. Existe um estoque também importante na Europa, que a gente não sabe medir porque ninguém consegue medir, na verdade, o estoque europeu. E o fato é que uma combinação de fatores negativos que provocam o quadro atual. A conjuntura atual deveria ter sido vivida em 2005. A gente esperava que fosse acontecer o que está acontecendo hoje em 2005. O que aconteceu em 2005? Houve o furacão, ou os furacões na Flórida que dizimaram boa parte da produção norte-americana e deram um *gap*(F) de tempo porque o preço naquele momento foram... Dobraram de... Por demanda de laranja e de suco, aumentou demais, porque a Flórida estava com produção pela metade, e toda recuperação da produção norte-americana que veio vindo nesses anos e a produção nossa também que aumentou em função dos bons tempos de 2005 e 2006 geraram esse quadro atual de excesso de oferta e de queda de procura. Nós vivemos um caso clássico de excesso de oferta e redução de procura.

Eu volto ao raciocínio anterior para dizer o seguinte: Os outros 20% da produção trabalha em contratos de safra ou o que a gente chama de mercado *spot*. E uma boa parte dos produtores que trabalha com *spot,* trabalha no risco. É legítimo que seja assim. O agricultor faz com sua terra e sua produção aquilo que ele bem entender. A terra é dele, ele produz da maneira que ele quiser e ele se não quiser fechar um contrato, quiser partir para o risco, é direito dele. Em momentos que o mercado internacional vai bem, o risco remunera. É o que aconteceu em 2005. Em momentos que o mercado internacional vai mal, que é o caso desse ano, ele não remunera. E, portanto vive uma crise realmente. Eu entendo a aflição da citricultura que não está contratada, que está aqui presente, com o quadro atual. É um quadro preocupante, porque o sujeito está endividado. E não vai haver demanda para a laranja dele. Mas eu insisto, é um quadro de oferta e de procura.

Só para dar um exemplo, não entrar em detalhes desses cálculos todos que foram apresentados aqui, que a gente poderia discutir longamente, mas hoje o quadro é o seguinte: Vamos imaginar que a indústria esteja pagando quatro dólares a caixa, que é um preço aí médio das médias que a gente pode fazer um exercício, se a gente imaginar e os senhores sabem melhor do que eu, que em torno de 240 a 250 caixas fazem uma tonelada de suco, se a gente tiver pagando quatro dólares a caixa, então só de laranja nós estaríamos gastando mil dólares para fazer... Para comprar e produzir uma tonelada de suco. Hoje os senhores veem que o preço internacional não está pagando mil dólares. Eu estou excluindo dessa minha... Desse meu exemplo todo o custo de transporte, todo o custo de frete, todo o custo de transporte por navio, todo o custo de estoque a menos 18 graus nos terminais europeus e americanos, e estou excluindo também do cálculo a tarifa de importação que se paga no caso dos Estados Unidos. Portanto, é uma comprovação muito simples de que o quadro está muito ruim para o exportador de suco hoje.

Um dos temas que vem sendo ventilado muitas vezes aqui, acho que merece discussão, uma reflexão do Senado e reflexão das autoridades brasileiras é a seguinte: Existe uma concentração do setor e aí nós estamos falando de duas concentrações. A concentração da produção que também é verdade, existe cada vez menos produtores maiores e produzem mais, e cada vez uma concentração maior da laranja fornecida pelos produtores para as indústrias. Por que isso acontece? Porque a laranja não é mais uma atividade como foi nos anos 80. Ela foi se sofisticando, ficando cada vez mais cara, foi ficando cada vez mais complicada, as doenças foram ficando cada vez mais violentas, o grini é uma doença muito preocupante para o produtor. E o fato é que o investimento é cada vez mais alto, tem que ser um investimento cada vez mais pesado, as margens são cada vez mais menores para o produtor e para a indústria, e virou um negócio muito pesado. É investimento pesado e as margens são muito pequenas. O que tem acontecido, portanto na concentração da produção é que o citricultor mais competitivo acaba excluindo o citricultor menos competitivo. Isso também é fato. Não é a indústria que inventou isso. Esse é um fato da realidade do comércio, do capitalismo moderno. Do lado das indústrias também há uma concentração. Há uma concentração. Está ali, foi mostrado. Haviam 15 empresas, hoje há quatro. Há outras empresas importantes, mas são muito pequenas.

Agora, senhores, qual é o setor do agronegócio brasileiro que não enfrenta uma concentração? Qual é o setor da economia mundial que não enfrenta uma concentração? Não estou falando só de agronegócio, estou falando de todos setores da indústria internacional e todos setores do agronegócio brasileiro internacional. Hoje à tarde há uma conferência aqui, uma nova Audiência Pública tratando de um setor avícola, de onde eu venho e eu conheço um pouco melhor do que laranja, que trata de um processo de concentração. E não há nada de errado nisso. O Presidente do CADE está aqui, é a atividade que o CADE trata. O fato é que existem hoje processos de concentradores que são resultado do capitalismo moderno. A Sadia se uniu à Perdigão porque existe um interesse dessas empresas enfrentarem um mercado mundial muito competitivo. Se nós quisermos escolher qualquer setor do agronegócio, também existe no caso da soja, os senhores conhecem, existem quatro grandes compradores, eu não vou discutir se isso é bom ou é ruim. Isso é um fato da realidade. Se os senhores quiserem discutir o caso de café também existem quatro grandes compradores no mundo de café. Se os senhores quiserem discutir o caso da cana-de-açúcar, o Deputado Thame está aqui, conhece bem essa matéria, a cana-de-açúcar também vai enfrentar e está enfrentando um processo concentrador. Existem cinco grandes usinas, alguma centena com outras, e daqui a dois anos vamos ver que talvez metade desse número. E se os senhores quiserem partir para outros setores da economia, também existe uma concentração no setor de varejo brasileiro, eu digo supermercados, distribuidores... Porque isso é um fato da realidade. Eu não vou discutir se isso é bom ou é ruim. Talvez até seja ruim para a economia mundial. Mas é uma realidade.

Então, o que aconteceu com o setor citrícola e exportador de suco é que talvez tenha se antecipado a esse movimento. Por quê? Porque o Brasil tem todas as qualidades e capacidades que tem, a terra, a água, o trabalho, o clima, e, portanto ele tem muita condição de ocupar o espaço que ocupa no mercado internacional de suco de laranja. Deveria ser motivo de orgulho no Brasil, e é, uma boa parte da sociedade reconhece isso, que esse setor é brasileiro por excelência e ele tem 80% do mercado mundial. Então, tem pra ninguém. É do Brasil. E ele enfrenta... Ele enfrenta o mercado internacional com grande competência.

Finalmente, eu entro talvez no que mais nos interessa nessa audiência que seria uma agenda positiva. Acho que a gente tem que sair desse jogo de... Talvez de acusações e de... De diferenças e pensar o seguinte: O que é que pode ser feito para evitar esses ciclos de alta e queda? Porque em ciclos de alta ninguém se queixa, em ciclos de queda a gente enfrenta esses movimentos difíceis e legítimos que são o movimento da crise e da... Dos baixos... Das baixas... Das receitas. O que pode ser feito, acho que é o seguinte: Nos Estados Unidos, e os Estados Unidos são sempre citados aqui porque na verdade são os nossos maiores e únicos concorrentes, na verdade, o que se faz lá quando se enfrenta um quadro como esse? Se aplicam políticas públicas. Nos países desenvolvidos existem recursos que levam a subsídios. Eu não acho que dá para sugerir aqui no Brasil subsídio a... Enfim, a qualquer setor. É muito difícil. Os orçamentos são apertados, etc. Mas se as autoridades quiserem subsidiar, criar um movimento, um fundo que subsidie os momentos de queda da citricultura, eu acho que é legítimo. Não é a indústria que vai ser contra. Aliás, a indústria é parte da solução desses problemas, não é parte do problema. Essa é uma ideia. A outra ideia seria promover o consumo. Os senhores sabem e muita gente não entende, mas todo... 98% do produto brasileiro, da *commodity* brasileira, é exportada. O mercado brasileiro de suco de laranja é irrisório. Estou me referindo ao suco concentrado e ao NFC. O que nós consumimos com muita... Consumimos em grande quantidade é o suco de laranja natural. O Senador Suplicy outro dia

me fez essa observação. Disse: “Eu tomo muito suco de laranja”. Falei: “É verdade, Senador”. Mas a gente toma o suco da fruta. A gente tem o privilégio nesse país de pegar o suco da fruta e espremer em casa. O suco fresco. Não é desse produto que nós estamos falando quando a gente trata da indústria. Nós estamos falando do produto commoditizado, concentrado ou NFC que é o pasteurizado, enfim, que traz a água junto com ele. Então, esse produto é 98% exportado. O que a gente tem que fazer e a indústria vai fazer, a nossa entidade vai trabalhar por isso, já começou a trabalhar nisso, é promover o consumo no mundo. Uma campanha de consumo mundial que também incorpora um consumo nacional. A gente pode e existe espaço no mercado brasileiro para aumentar o consumo de suco de laranja industrializado dentro do país.

Existe... Estou quase concluindo, mas existe um processo importante apresentado pelo Deputado Afonso Hamm, que até gostaria que ele estivesse aqui, infelizmente deve ter tido um outro compromisso, mas um projeto apresentado aqui na Câmara, que a gente apoiaria com muito... Com muito entusiasmo, que é de transformar o suco de laranja numa bebida ou sucos de frutas regionais e enfim, não só o de laranja, mas todos os sucos regionais naturais, nas escolas para que seja, portanto... A gente estaria substituindo o refrigerante, fazendo um movimento de melhor... De saúde para a criançada e... Que são projetos que a indústria só tem a apoiar. E acho que citricultura em todos os níveis da cadeia também. Então, existem aí... Existem aí algumas possibilidades de trabalho que seriam favoráveis para evitar esses ciclos de alta e baixa que a indústria estaria plenamente disposta a apoiar.

Para concluir, eu quero dizer aos senhores o seguinte: A gente vai trabalhar para estabelecer esse diálogo permanente com todas as entidades representantes dos produtores. E nós vamos continuar tentando esclarecer à sociedade que existe uma indústria organizada, uma indústria competente que investe enormemente em tecnologia, que é orgulho nacional, e que cumpre os contratos que assina. Então, tem que ficar claro para a sociedade que os contratos, esses contratos plurianuais, que estou me referindo aqui em torno de 50%, são cumpridos. E muitas vezes, como no caso atual, em prejuízo da indústria. E isso faz parte do jogo. Em momentos de alta e momentos de baixa. E eu deixo aqui a mensagem da Citrus, cumprimento os membros da Mesa, mais uma vez, e estou disponível para qualquer questionamento que for colocado.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Christian. E antes de dar a palavra ao próximo expositor, eu quero registrar a presença, nesse recinto da Comissão de Assuntos Econômicos, a presença do Prefeito de Conchal, em São Paulo. Sr. Orlando Caleffi Júnior; Prefeita de Engenheiro Coelho, de São Paulo, Sra. Rosimeire Guidotti; Vereadores de Monte Azul Paulista, José Alfredo Perez Cantori; Antônio da Costa Filho, Alexandre Vidotti Machado, Marcelo Otaviano dos Santos; Vereadores de Bebedouro, São Paulo, José Batista de Carvalho, Sebastiana Tavares de Camargo, Rodrigo da Silva, Nelson Sanchez Filho; Vereadores de Paraíso, em São Paulo. Antônio Carlos Fontanele(F), Eder José da Silva, Edmar Donizete Isepan; Sindicato dos trabalhadores na indústria de alimentação de Bebedouro, São Paulo, seus representantes José Antônio Janota, Presidente, e o Sr. Edson Cardoso, Diretor Administrativo. Registro a presença do Deputado Federal Lobbe Neto, vice-líder do PSDB; e a presença de João Batista Bianchini Italiano, Prefeito Municipal de Bebedouro. E ainda representantes do Município de Itápolis, capital da laranja. Eles é que estão dizendo, não sou eu. Engenheiro agrônomo Nestor José Dias Filho, Secretário Municipal de Agricultura de Itápolis, representando Júlio César Nigro Mazzo, Prefeito do Município de Itápolis; Nivaldo Donizete Pastrelo(F), Diretor do Sindicato Rural de Itápolis, representando Valdir Butarello, Presidente do Sindicato Rural de Itápolis; Antonio Roberto Puzzi, Vereador da Câmara Municipal de Itápolis; Antonio Boava, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itápolis. Citricultores de Itápolis que vieram participar... 45 citricultores de Itápolis que vieram participar da Audiência Pública nesta Comissão.

E agora, como último expositor, eu concedo a palavra ao Sr. Eduardo Porfírio, Diretor da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo.

Com a palavra o Sr. Eduardo Porfírio.

SR. EDUARDO PORFÍRIO: Sr. Presidente, eu agradeço todos vocês. Eu vou fazer uma exposição da realidade e da maneira que a Federação dos Empregados Rurais vive nesse momento de... Dessa discussão da questão da citricultura. A gente vem sentindo nos últimos anos a concentração, e a aliança estratégica que as empresas vêm fazendo.

Desde 94 a gente vem debatendo a precariedade do trabalho rural na colheita de laranja. E de lá para cá a gente não tem... Não tem ano que a gente consiga trazer alguma melhoria para esses trabalhadores. A gente percebeu, isso foi dito aqui, a concentração de fazendas compradas, possuídas pelas empresas, e aonde cada vez mais vem dificultando a vida dos trabalhadores. É desemprego, a má qualidade de vida, precariedade... Estamos agora em plena colheita de laranja no Estado de São Paulo. É época da negociação

coletiva, aonde as empresas se organizam no Estado todo e você não consegue avançar, nem mesmo em cima do índice do INPC. Estamos em plena negociação de laranja no Estado de São Paulo, aonde a gente vê que os pequenos produtores estão perdendo a sua propriedade, estão ficando... Indo para a cidade e acumulando mais ainda a precariedade nos Municípios e junto com eles os trabalhadores rurais.

Em plena negociação coletiva, as propostas que nós estamos tendo da empresa, eles nem falam em índice. Eles falam em salário mínimo para colheita de laranja no Estado. Citam um valor de 30 centavos a caixa para colher. Se a gente pegar um salário mínimo hoje paulista, dividir por 30 centavos, cada colhedor terá que colher 57 caixas por dia para poder tirar um salário mínimo. E isso, você senta com uma empresa, é o mesmo valor. Você senta com a outra empresa, é o mesmo valor. Você senta com uma outra empresa é o mesmo valor. Todas as empresas é o mesmo valor. O que é isso? Você não consegue. Não tem uma proposta, não tem uma proposta de outros benefícios. Dividem a nossa categoria. Negociam duas datas-base para a questão da negociação da laranja. Querem discutir valor e colheita em julho e trabalhadores fixos em outubro. Aí agradam os trabalhadores fixos com algumas coisas e os colhedores, que é a maioria, trabalham seis, sete meses, vão para o Seguro Desemprego, ou vão para a precarização ou pedir cesta-básica para os Municípios.

Então, gente, é uma situação que vem se alastrando nos últimos anos e a gente tende ficar assim. É uma concentração muito grande pelas empresas. Meses atrás, aonde empresa não colheu, não pegou, não moeu a laranja dos pequenos produtores, dois mil empregados tocou de viver de cesta-básica do Município. Então, o que é isso? Para nós, na verdade, é uma concentração grande disso, sim. E nós temos sentido. Então, eu trago para vocês isso, a realidade. Estamos em plena negociação. Essas negociação ocorreram agora na última semana. E é a realidade. Sabemos que estamos aí numa época de crise. Mas crise também desse jeito é... Precarizado do jeito que nós estamos.

Então, gente, trago essas... Essa realidade dos credores de laranja do Estado de São Paulo e acredito que em outros Estados também para ajudar nessa reflexão. Para ajudar nesse debate. E trago também, em nome da família FERAESP, a indignidade do acontecido com o Presidente da FERAESP, o Sr. Hélio Neves, que com certeza a família FERAESP continuará lutando em defesa dos assalariados rurais, seja do Estado de São Paulo, seja do Brasil, e continuará lutando para a questão da Reforma Agrária que a gente sabe que é uma saída para os trabalhadores rurais nesse país.

Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Estão presentes os Vereadores de Bebedouro, Antonio Sampaio e Paulo Bianchini. E eu queria agradecer ao Sr. Eduardo Porfírio pela sua exposição e conceder a palavra aos debatedores, mas antes de conceder, eu quero passar a Presidência... Aliás, eu não vou conceder. Quem vai conceder é o Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Valter Pereira. Estão inscritos oito Senadores. Os Deputados poderão também participar logo após os Senadores e eu peço ao Senador Valter Pereira que assuma a Presidência dos trabalhos, ele que é Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nós estamos numa Audiência Conjunta entre duas comissões, a de Assuntos Econômicos e a de Agricultura e Reforma Agrária.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Como Senador mais idoso, eu acho que o Senador Garibaldi é que deveria prosseguir os trabalhos. Todavia--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas, como idoso, eu preciso descansar um pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [risos]. Como ele está amparado pelo Estatuto do Idoso, então está concedida essa... Está deferido esse Requerimento. Então, estão inscritos... Aliás, prioritariamente, os dois autores terão direito à palavra. O Senador Suplicy e logo em seguida o Senador Augusto Botelho que não se encontra presente.

Então, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, originalmente nós havíamos também incluído no Requerimento que houvesse convite aos Presidentes dos Sindicatos Rurais de Bebedouro e Itápolis, Itaquaritinga, José Osvaldo Junqueira Franco, Valdir Butarello, Marco Antonio dos Santos, mas houve o apelo de V. Exa. para que fosse como que enxugada a... O depoimento dos representantes dos produtores rurais e na pessoa do Presidente da ASSOCITRUS, Flávio de Carvalho Pinto Viegas, mas eu gostaria de informar, Presidente Valter Pereira e Presidente Garibaldi Alves Filho, que estes senhores estão aqui presentes, e inclusive trouxeram uma manifestação e gostaria de sugerir que pudessem os mesmos fazer uma apresentação muito sumária, se V. Exa. concordar. Eles disseram que em poucos mi-

nutos, além de... Vou entregar a V. Exa. o depoimento de ambos, José Osvaldo Junqueira Franco, de Bebedouro, Marco Antonio dos Santos, de Itaquaritinga, se houver também o de Itápolis, pediria que aqui fosse encaminhado. E se V. Exa. julgar adequado, Presidente, em algum momento, antes do término, além de oficialmente estarmos considerando o depoimento deles por escrito, mas eles gostariam de poder dizer em breves palavras, porque aqui estão, também o seu depoimento. Mas no momento que V. Exa. considerar adequado, quem sabe numa... Após a própria arguição dos Senadores e Deputados. Mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu sugiro fazer uma primeira rodada de questionamentos e logo em seguida a gente pode ouvir com breve relato de cada um dos três que foram apontados.

Então, V. Exa. é o primeiro debatedor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado. Sim. Primeiro, eu gostaria de perguntar ao Presidente da FERAESP, Eduardo Porfírio, se ele poderia detalhar um pouco mais a condição do contrato para o trabalhador que colhe a laranja, em especial, quando ele falou da relação dele com a empresa e que seja numa empresa, seja na outra, seja na outra, todas estão dizendo o preço, agora é 30 centavos por caixa e você vai precisar, então, colher 57 caixas por dia, pelo que entendi, e para receber o salário mínimo, se quando mencionou a empresa, esta empresa... Qual é a empresa? Se é uma das quatro empresas produtoras de suco ou se está mencionando os proprietários de áreas rurais onde se planta laranja e que fornecem a laranja para os produtores de suco de laranja. E se há diferenças de procedimentos na hora em que os pequenos, médios agricultores ou mesmo fazendas maiores que produzem laranja, se há diferença de procedimento. E se, digamos, nos últimos 20 anos houve uma diferença de procedimento na hora de contratar os trabalhadores.

Então, pediria que na hora que... Eu vou fazer todas as perguntas, mas, sobretudo esta questão gostaria que respondesse. E também eu tenho uma pergunta que vou pedir a todos para responderem sobre a questão da... Da ConseCitrus e daí gostaria de saber também a opinião dos trabalhadores sobre a ConseCitrus, que vou desenvolver daqui a instantes.

Há questões que gostaria de formular tanto ao Presidente do CADE, Arthur Badin, como ao Sr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas e ao Sr. Christian Lohbauer, Presidente da Citrus Brasil. E cada um vai poder dar a sua informação na sua perspectiva. Há 20 anos existiam 26 mil produtores de laranja e a indústria não chegava a um milhão de pés. Atualmente, o número de produtores caiu para seis mil. E a indústria verticalizou para quase 60 milhões de pés, o que significaria 50% da produção nacional. Quais foram os fatores que, sobretudo, levaram a essa verticalização? Sr. Christian Lohbauer, se pode aqui nos informar, na sua apreciação, por que a Cutrale e a Citrosuco adquiriram a Cargill dividindo os ativos se eles já tinham espaço sobrando de moagem? Teria a Cargill exigido que as fábricas vendidas funcionassem por pelo menos cinco anos? O grupo Fisher cumpriu a exigência e fechou a unidade de Bebedouro, em São Paulo, no vencimento dos cinco anos. Gostaria, Sr. Christian Lohbauer, se puder nos historiar o que aconteceu de fato com a unidade de bebedouro que, inclusive, fechada no início deste ano, foi como que o alerta para que nós, então, inclusive atendendo o apelo dos produtores de laranja da região de bebedouro, mas de toda São Paulo e da própria ASSOCITRUS foi, digamos, como que a motivação que nos levou a solicitar esta Audiência.

Agora, é possível se ter a informação sobre qual foi o valor da compra da Cargill? E isto pode ser tornado público? Agradeceria se puder, Sr. Christian Lohbauer, nos dar esta informação porque ela pode ser relevante para a análise que todos estamos fazendo. Por que empresas pequenas de importação e de exportação são fiscalizadas por superfaturamento e as indústrias de suco chegam a superfaturar, se é verdade, numa safra de um bilhão e não se faz esta investigação? Confere esta informação, Sr. Christian Lohbauer? E aqui perguntaria... Gostaria que o Sr. Arthur Badin, Presidente do CADE, também possa nos dar uma informação.

Eu gostaria de lembrar que como o Presidente Valter Pereira preferiu na sua sugestão como que enxugar os depoentes para que pudéssemos ter maior debate em nossa Audiência Pública, que em função disso, sobretudo, convidado apenas um representante do Governo. Então, Sr. Arthur Badin aqui representa o CADE, mas de alguma maneira também pode nos dar as informações na medida em que souber em nome da Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Fazenda, uma vez que foi ponderado que talvez fosse menor... Mais eficiente se não tivéssemos tido tantos depoentes nesta manhã. Então, o Sr. Antônio Henrique Pinheiro Silveira, Secretário de Acompanhamento Econômico está aqui representado pelo senhor como representante do Governo. Se podem os dois representantes da Citrus BR e da ASSOCITRUS responderem também porque atualmente existem dois mil produ-

tores sem vender laranja e as indústrias continuam a formar novos pomares? Se avaliam que seria o caso de, através de Projeto de Lei, se estabelecer um limite máximo de fruta própria de mais ou menos 30% para que num futuro próximo, seis mil produtores restantes não viessem a sair do negócio.

Mas, eu gostaria... E aqui de perguntar aos quatro depoentes, a respeito da sugestão que foi... Formulei, inclusive, no Requerimento sobre a possibilidade de se constituir uma Câmara de arbitragem, a qual denominaríamos Consecitrus, com o objetivo de definir as formas de comercialização de laranja e seus derivados a exemplo do que ocorre com a Consecana, instituída desde 1999. É interessante observar que esta entidade, a Consecana, é uma associação sem fins lucrativos, com sede na capital de São Paulo, mas que tem por finalidade zelar pelo relacionamento da cadeia produtiva, tanto da agroindústria canavieira, conjugando esforços de todos os que dela participam, desde o plantio da cana até a venda de produtos finais, objetivando a sua manutenção e prosperidade; zelar pelo aprimoramento do sistema de avaliação da qualidade da cana-de-açúcar efetuando estudos, desenvolvimento de pesquisa, promovendo a sistematização; desenvolver e divulgar análises técnicas sobre a qualidade da cana e sua aferição; promover a conciliação de conflitos surgidos entre os integrantes do sistema que para tanto vierem a ocorrer ao Consecana, e encaminhar ao Juiz arbitral da Bolsa de Mercadorias e Futuros os conflitos não conciliados. Portanto, trata-se de uma proposição que inclusive quando Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, colocou que deveria haver algo tendo em conta a experiência positiva que se deu na Consecana.

Então, eu... Tendo em conta os conflitos havidos, as dificuldades inclusive de diálogo mencionadas aqui pelo Sr. Christian Lohbauer, mas levando em conta, por outro lado, que ao relatar a Constituição da Citrus BR e pelas suas próprias palavras, que há como que uma disposição por parte das indústrias de suco de laranja de chegar a um entendimento, eu inclusive disse ao Sr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas, tendo em conta o seu próprio apelo e relatando isto ao Presidente do CADE, que seria próprio se nós, Presidente Valter Pereira, nesta reunião pudéssemos estimular e daí a relevância de ouvirmos as quatro partes e essa então acho que seria importante que a própria FERAESP também opine sobre em que medida avaliam, seja o Governo, os produtores de laranja, os produtores de suco de laranja, acreditam que possa se chegar a um entendimento e qual seria o procedimento. Se o desenho da Consecana é um bom exemplo ou se para a laranja e suco de laranja deveria haver algumas características especiais. Que cuidados deveria ter e se possível até se todas as partes pudessem depois encaminhar por escrito a sua sugestão para que a própria Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Agricultura quem sabe, Presidente Garibaldi Alves e Presidente Valter Pereira, possa esta Comissão, eventualmente, propor uma iniciativa desta natureza, se for o caso até por Projeto de Lei que possa nascer deste encontro e de uma maneira a tranquilizar todos os que trabalham com laranja, com suco de laranja, em todos os ramos da... Da citricultura.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes das respostas, eu gostaria de submeter ao Plenário um encaminhamento metodológico para que a gente assegure o direito de participação mais amplo possível. Seria o seguinte: Cada um dos Srs. Parlamentares que estão inscritos fazem os seus questionamentos, findo os quais, viriam as respostas dos expositores. Se todos estiverem de acordo, acho que asseguraria com esse método uma participação mais ampla dos Srs. Parlamentares. Todos de acordo?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): De acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, o segundo inscrito é o Senador Roberto Cavalcanti. Já que o Senador Augusto Botelho não se encontra no recinto neste momento.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, por diversas vezes eu tenho me manifestado a respeito de Audiências Públicas. Acho extremamente construtivas. E a força da presença nessa Audiência Pública, na verdade, me emocionou. Porque não é fácil deslocar-se para o Senado da República, se percebe pessoas vindas de diversas cidades, diversos Municípios que não estão aqui próximos a Brasília, pelo contrário, a maioria na região de São Paulo. Então, eu gostaria de em primeiro lugar destacar a força dessas presenças. Isso na verdade demonstra que algo de importante está sendo discutido nessa Casa.

Outro ponto que eu queria registrar é o tempo. Nós tivemos, segundo consta nos Requerimentos, tivemos uma Audiência no dia 25 de março de 2000, na Comissão de Assuntos Econômicos, e tivemos outra Reunião no dia 10 de agosto de 2005, na CRA, que segundo consta no Requerimento, o que demonstra a reunião nossa em 2009 são 10 anos trabalhando o mesmo tema, prova de que algo tem que ser feito.

Então, partindo dessas duas premissas vou me acostar somente a um item referente aos Requerimentos que é o Item B, que consta na página 04 do Requerimento que sobre a denúncia de uma suposta fraude, suposta subfaturamento que é feito pela AS-

SOCITRUS para com as empresas exportadoras, na qual existe afirmação de que o preço médio do NFC praticado, teria sido de 311 dólares a tonelada quando na verdade o produto teria sido vendido a 750 dólares. Eu vou me ater ao esclarecimento dessa denúncia para que essa Comissão se, porventura, a resposta não for convincente, a própria Comissão leve às autoridades competentes os indícios dessa suposta fraude para com a economia brasileira.

Era essa a pergunta que eu tenho a fazer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A indagação de V. Exa. é dirigida a quem precisamente?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A indagação nossa eu gostaria de ouvir... Se houvesse um representante da ASSOCITRUS para que a ASSOCITRUS confirmasse a denúncia e por parte do representante dos produtores que estão hoje associados através de uma Associação dos Produtores e exportadores de suco de laranja.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. O seguinte é o Senador Garibaldi Alves, Presidente da CAE, da Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu abro mão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Abrindo mão, o terceiro debatedor é o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente Valter Pereira, Srs. Debatedores, Srs. Senadores. Eu, por circunstâncias pessoais, acompanho há algum tempo essa questão, evidentemente, que de longe, mas acompanho de uma maneira razoável a questão dos sucos, bebidas não alcoólicas no Brasil de uma maneira geral. E queria ressaltar uma coisa aqui importante que não foi dito até agora, mas ficou subjacente quando foi colocado o histórico dessa indústria no Brasil.

É importante ressaltar que a indústria de suco de laranja no país representa hoje realmente um marco importante da evolução da indústria brasileira como um todo. Quando em alguns anos atrás esta questão importante, sem dúvida alguma, provavelmente não estaria sendo discutida aqui no Brasil. Estaria sendo discutida na Flórida, pois o suco de laranja que dominava o mercado mundial era o suco de laranja da Flórida, e não o suco de laranja do Brasil. Portanto, nós não podemos esquecer que a representatividade do setor hoje na geração de empregos, geração de riquezas, geração de exportação do Brasil é fundamentalmente devido à evolução e à eficiência da indústria brasileira que conseguiu hoje, sem dúvida nenhuma, ser a grande líder do mercado mundial de suco de laranja se impondo no mundo inteiro. E que, talvez, do ponto de vista de indústria, seja o caso único. Porque se o Brasil é muito relevante no café, por exemplo, não é a indústria brasileira, a marca brasileira que é preponderante na produção do café industrializado. Eu não sei... Mesmo na questão da soja, não me parece que exista uma circunstância como essa. Na questão da indústria do suco de laranja, é a indústria do suco de laranja brasileira que realmente hoje, e graças à produtividade, graças ao trabalho, conseguiu ser o que nós somos hoje.

Portanto, eu acho muito perigoso quando se vai para esse caminho do bem contra o mal que foi de alguma maneira estabelecido aqui, porque se isso... A acusação, por exemplo, de cartel, que foi feito aqui, seria uma notícia muito bem vinda aos produtores americanos. Porque provavelmente esta denúncia traria a oportunidade de se proibir, por exemplo, a exportação do suco de laranja do Brasil. E essa questão de preço não existiria porque não existiria mercado aqui e sim o mercado lá fora. Por isso eu queria colocar essa questão com muito cuidado e, evidentemente, sem diminuir a importância da discussão que deve ter aqui. E por isso fiquei muito... Feliz com a colocação feita pelo Sr. Christian e aqui pela própria sugestão feita pelo Senador Suplicy, que foi o Requerente dessa Audiência, ao colocar que nós deveríamos tratar de uma maneira mais enfática a questão da agenda positiva que foi colocada aqui e ver quais seriam os mecanismos de controle que poderiam ser estabelecidos, ou reabrir realmente o diálogo para que essa questão beneficie realmente a todos. A vitória de qualquer um dos lados, aqui dos lados colocados, seria ruim para o setor como um todo. Um derrotado aqui não deve sair. E por isso eu queria colocar e elogiar a palavra do Senador Suplicy quando colocou que nós devemos tratar da agenda positiva, reabrir o diálogo e ver como isso pode ser bom para o setor dos sucos de laranja, da produção de laranja como um todo no país.

E gostaria de fazer apenas duas perguntas. Uma pergunta que me intrigou na colocação feita pelo Sr. Flávio Pinto, se existe essa diferença e por que existe essa diferença na compra da laranja, do produtor de laranja aqui no Brasil e do produtor da Flórida. Se existe essa diferença.

E a outra, ao Sr. Eduardo Porfírio, que colocou... E me parece que de alguma maneira o Senador Suplicy já fez essa colocação. Se esse preço de 30 centavos por caixa, não é isso que foi falado? Quando um produtor independente que não seja ligado às indústrias também é o mesmo. Existem produtores independen-

tes no setor porque não são ligados. Se produtores independentes também cobram o mesmo preço. São essas duas colocações que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O próximo debatedor seria o Senador César Borges que não está presente e o Senador Osmar Dias também que se ausentou.

Com a palavra então o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Srs. Convidados para essa Audiência Pública, Sr. Presidente Garibaldi Alves. Em primeiro lugar, eu gostaria de enaltecer os autores do Requerimento, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Augusto Botelho por essa iniciativa louvável, trazendo para o âmbito desta Comissão um assunto tão palpitante que diz respeito à economia do nosso país, a ocupação de milhares e milhares de trabalhadores rurais e de pequenos produtores que vivem as expensas do trabalho diuturno praticado na zona rural para a produção de laranja, insumo indispensável à produção de sucos para consumo interno e também para exportação. Como se vê, através desse debate a laranja ocupa um grande espaço na economia do nosso país. Em São Paulo e outros tantos Estados como no Estado de Sergipe, proporcionando no Estado de São Paulo mais de 400 mil empregos, além do aumento da arrecadação do ICMS, e no Estado de Sergipe com perto de 50 mil pessoas vivendo exclusivamente dessa atividade econômica.

A revitalização da citricultura, não só em termos econômicos como também em termos de produtividade, de assistência técnica, de pesquisa, é importante para o desenvolvimento do nosso país. Efetivamente, aqui o que se debate com mais intensidade é a questão da verticalização da citricultura em São Paulo. E que acontece também em outros Estados produtores, como o nosso pequenino Estado de Sergipe. Por exemplo, eu tenho dados aqui que me foram fornecidos pelo Dr. Renato de Queiroz, Presidente do conselho da Associação Brasileira de Citricultores que demonstram insofismavelmente que há uma concentração de indústrias produtoras de sucos. Não só de indústrias que se dedicam ao esmagamento da laranja, mas também de indústrias que se ocupam também da produção no campo, aumentando a área plantada, contribuindo para uma alteração substancial no sistema agrário do Estado de São Paulo, concentrando a indústria e também concentrando a produção da laranja. Prova disso é que, por exemplo, a Citrosuco, ela hoje detém, em 2004 detinha 32% da produção de sucos. A Cutrale, que tinha em 1970, uma produção equivalente a 23%, hoje tem uma produção equivalente a 36. Enquanto que outras pequenas indústrias que detinham em 1970 um parque industrial na produção de sucos da ordem de 13%, hoje foi reduzida essa produção para 6.9. Isso significa, Sr. Presidente, sem dúvida alguma, perda na força de trabalho, desocupação, inchação na Capital de São Paulo com as consequências advindas dessa inchação como a violência, o desemprego, a fome. E a falta de assistência em todos os setores, os segmentos, o saneamento básico, a saúde e a educação.

Eu acho que essa política está errada. É preciso que se faça alguma coisa para evitar essa concentração, essa verticalização, a exemplo do que está acontecendo. Posso dizer que eu assisti pessoalmente ao lançamento e depois a execução de um programa chamado Programa de Aquisição de Alimentos e Distribuição Simultânea, que é conduzido pela CONAB. Como procede a CONAB? Reúne os pequenos produtores de laranja, os pequenos agricultores, e compra a sua produção que é direcionada para a alimentação escolar. Ou seja, o estudante lá em Sergipe. Nós começamos lá pelo sertão e está recebendo na sua escola o suco de laranja natural, que é produzido na região sul do Estado. Então, seria uma fórmula, quem sabe, de evitar que os pequenos produtores desapareçam. Ora, hoje se resumem em São Paulo a 6.9, daqui uns dias só temos grandes latifundiários, indústrias monopolizadas concentrando toda a produção de suco e também toda a produção de laranja.

Para finalizar, Sr. Presidente, para finalizar, eu gostaria de apenas dizer que para evitar que os pequenos desapareçam, que haja maior diálogo... E os médios desapareçam, haja maior diálogo entre os industriais e os produtores do campo. Porque há uma imposição, quanto mais se concentra o setor industrial, que se revela um... Que se revela um instrumento de monopólio, disfarçado, maiores são os prejuízos de quem trabalha no campo. Porque há imposição do preço. O preço combinado. O preço da laranja é tanto e está acabado. Venda se quiser, então apodrece. Lá em Sergipe, infelizmente, tem acontecido isso. Não há um diálogo, não há integração entre o campo e a indústria. E isso vem em detrimento da economia de nosso país.

Por isso, portanto, Sr. Presidente, Srs. Presidentes, Garibaldi Alves e Valter Pereira, eu gostaria de parabenizá-los por estarem aqui presidindo esta Sessão. Daqui certamente que surgirão as ideias que vão consubstanciar o pensamento que deve ser integrado, indústria, produtores no campo. Porque do contrário, essa atividade pode desaparecer como desapareceu em muitos lugares a produção do algodão. A produção algodoeira. Me recordo, o meu pai tinha um descaroçador e era também um plantador de algodão. O que aconteceu? Havia a imposição do preço pelas indústrias

reinantes no Estado de Sergipe, não havia diálogo entre os produtores e os industriais e hoje não se produz mais um quilo de algodão no Estado de Sergipe. Nós não queremos que venha acontecer isso em outros Estados da federação com relação à laranja.

Obrigado, Sr. Presidente. Não vou fazer nenhuma pergunta.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. O próximo debatedor é o Senador Osmar Dias, com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, senhores convidados, essa história da indústria de laranja eu conheço bem, porque convivi com este drama na década de 80. Eu era secretário de agricultura do Paraná, no Governo do Senador Alvaro Dias. Era nepotismo mesmo, mas é que eu tinha sido convidado para ser secretário, mais pelos conhecimentos que eu tinha, por ser um engenheiro agrônomo. Aí, quando entrei para a Secretaria, o Paraná reclamava que, há 30 anos, não podia plantar laranja em função do lobby paulista. E eu falava: "Mas como o lobby paulista pode impedir que o Paraná plante laranja?". Então, eu fui atrás da história. O Ministério da Agricultura impunha condições sanitárias ao Paraná que o Paraná não podia oferecer. Então, o Paraná erradicava suas plantas, seus pomares, em função daquele problema que atingia os pomares do Paraná, o cancro cítrico, mas que também atingia os pomares de São Paulo. Aí eu não entendia. Se em São Paulo tem, por que São Paulo pode plantar e o Paraná não? E eu desrespeitei a norma técnica do Ministério da Agricultura e instalei um viveiro de mudas com um produtor de São Paulo, a família Pratinha, que eu trouxe para o Paraná, lá de Araraquara. A família se instalou e instalou um viveiro. No primeiro ano, o Ministério da Agricultura mandou queimar todas as mudas daquele viveiro, porque eu tinha desobedecido uma regra. Não tive dúvidas. Eu mostrei que a exigência que estava sendo feita ao Paraná, ela não era resultado apenas da vontade dos técnicos do Ministério, mas de algumas indústrias que, instaladas em São Paulo, não queriam a competição do Estado do Paraná. E isso ficou provado, porque, um dia, visitando uma dessas indústrias, um dos seus diretores me disse: "Você querer colocar uma pequena indústria no Paraná é a mesma coisa que colocar um Fusca na frente de uma carreta. A carreta vai atropelar esse Fusca". Eu me lembro até hoje que eu respondi: "Mas eu não quero colocar o Fusca na frente da carreta. Eu quero colocar do lado ou atrás. Porque há mercado para todos".

Pois bem. Nós enfrentamos uma guerra que ficou na história, inclusive, e me deram até uma homenagem na região de Paranavaí, no noroeste, onde me chamam de pai da citricultura do Paraná, em função de eu ter enfrentado aquela guerra. Mas, a mim, ninguém pode afirmar que as indústrias do Estado de São Paulo não tinham poder para determinar regras ao Ministério da Agricultura, a ponto de proibir o plantio de laranja no Paraná. Era isso que acontecia. O poder das indústrias de São Paulo era tão forte que o Estado do Paraná ficou 30 anos sem poder plantar. E foi preciso, como a gente fala lá no meio da lavoura de laranja, peitar a indústria do Estado de São Paulo e o Ministério da Agricultura, e nós peitamos, para permitir que o Paraná plantasse laranja.

[palmas]

O que houve, então? Nós fomos até os Estados Unidos e pegamos um parceiro, junto com a COCAMAR, cooperativa de Maringá, que teve a coragem, junto conosco, de enfrentar tudo isso e implantou a indústria que está lá até hoje, está lá até hoje. O IAPAR, Instituto de Pesquisa do Paraná, criou variedades tolerantes ao cancro cítrico. E, lá, nós estamos com a citricultura se ampliando. O Pratinha, que eu levei para montar um viveiro de mudas, é, hoje, dono de mais uma indústria, mas uma indústria que tem cooperados, porque funciona como uma cooperativa. Então, a COCAMAR, uma cooperativa, com seus cooperados integrados, decidindo em assembléia o preço da caixa de laranja, decidindo em assembléia o preço a se pagar para os trabalhadores nos pomares. Assim que funciona no Paraná. A cooperativa que teve a coragem de instalar a citricultura discute, em assembléia, qual é o preço da caixa, qual é o preço, qual o custo da mão de obra. O Pratinha tem que acompanhar, porque, se ele não acompanhar, os trabalhadores vão trabalhar lá na cooperativa, e os produtores vão entregar só para a cooperativa. Uma outra cooperativa, a COROL, de Rolândia, instalou também a sua indústria. Então, aquilo que parecia impossível, em 15 anos, se transformou em três grandes indústrias, produzindo, exportando para o mercado americano, para o mercado europeu, e com a possibilidade de expansão da citricultura no Estado do Paraná. Mas as cooperativas sabem que devem, em assembléia, decidir o preço a pagar. Eu, que acompanho essa história da citricultura há muito tempo, não posso aceitar, por exemplo, o argumento das indústrias de que não dá para pagar mais numa caixa de laranja por causa que o estoque está alto. Se nós não tivéssemos os dados oficiais, eu poderia concordar. Os estoques, em mil toneladas, em 2007, quando o preço da caixa estava 60% acima do preço de hoje, 56 a 60%, o estoque era de 526.820 toneladas. O estoque hoje: 527.721 toneladas. Portanto, 0,17% a mais. Isso não se justifica um preço de 56% a menos

que se paga para o produtor. Isto tem que ser, sim, investigado, sob o ponto de vista do cartel, do oligopólio. Porque, se esse preço caiu em quase 60% de um ano para outro, e o estoque é o mesmo, alguma coisa está errada. Podem dizer que o consumo caiu em torno de 15%, mas a soma desses fatores não poderia ter derrubado o preço ao produtor nesse tamanho que derrubou. E se o produtor não recebe, o trabalhador vai continuar reclamando da mão de obra.

[palmas]

Eu entendo que é muito difícil, hoje, uma pequena indústria de laranja sobreviver, de suco de laranja. Tem que ser grande. Mas não é porque é grande que vai fazer uma negociação com outra, que também é grande, e combinar o jogo para estabelecer o preço do mercado tanto para o produtor quanto para os trabalhadores. Creio que é hora de fazer uma revisão nos métodos, porque esse método já existia na década de 80. O Paraná enfrentou. E creio que é hora, também, de se enfrentar, por parte dos produtores e trabalhadores, esse método, para que ele mude e que seja pelo menos reconhecido o esforço dos produtores, porque, sem eles, as indústrias não vão existir, e, sem os trabalhadores, os produtores também não vão existir. Um depende do outro. E se não houver boa vontade, é bom mesmo que o CADE verifique o que está acontecendo.

Eu não tenho pergunta, Sr. Presidente, só tinha essa manifestação.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria... Eu gostaria de pedir, aqui, moderação nessas manifestações, para que não haja prejuízo no andamento dos trabalhos. O Senador Osmar Dias não fez nenhuma indagação, mas, certamente, o ponto de vista que ele sustentou aqui deverá ter, sim, alguma avaliação daqueles que fizeram as suas exposições. Não há senadores inscritos para abordar sobre esse mesmo tema, e nós, embora não seja regimental, nós vamos franquear por um curto período, em deferência a presença e o prestigiamento que os Srs. Deputados estão fazendo a essa Audiência Pública, nós vamos franquear a palavra a dois--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, pela ordem. Eu gostaria de sugerir, já que os senadores todos já se manifestaram, que fossem respondidas as questões aqui colocadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E, em seguida, os Deputados Federais.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E, em seguida, abre para os Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Exatamente. Então, nós vamos franquear a palavra aos Srs. Deputados logo a seguir da resposta dos senhores expositores. Eu gostaria, aqui, antes de passar a palavra para os senhores expositores, de fazer uma pequena ponderação sobre o que eu ouvi. Nós enfrentamos, na Comissão de Agricultura, Senador Garibaldi Alves, várias denúncias sobre cartelização, uma delas relacionada a fertilizantes. E podemos colher algumas informações importantes, uma das quais a de que o caminho mais adequado para o enfrentamento dos quartéis seria a organização do segmento que está sendo prejudicado pela ação deles. E, nesse sentido, na questão dos fertilizantes, nós temos experiências muito bem sucedidas na região sul do país. E o Senador Osmar Dias levanta aqui, em momento diferente, mas com assunto, também, pouco diferente, uma experiência bem sucedida com a COCAMAR.

Então, uma das provocações que eu quero fazer aqui é se os produtores brasileiros, citricultores brasileiros, não estão na hora de se organizar, através de cooperativas, para fazer este enfrentamento, para garantir uma lisura maior, uma regra mais ética no comércio da laranja e, enfim, de todos os cítricos. Então, para a fase seguinte, nós vamos começar, aqui, pela extrema esquerda, com o Eduardo Porfírio. Extrema esquerda, obviamente, da Mesa. Não estou me referindo do ponto de vista ideológico. E vamos começar com o Eduardo Porfírio, já que a maior parte das indagações, feitas pelo primeiro interveniente, Senador Suplicy, a maior parte foi direcionada a ele. Eu gostaria só de pedir, também, a todos que vão responder que fossem sucintos nas respostas, para dar agilidade ao debate.

SR. EDUARDO PORFÍRIO: [interrupção no áudio] em duas perguntas. Uma, a questão do preço, e outra, a questão da contratação. Nós assistimos e combatemos, a partir do ano de 94, o incentivo que as indústrias fizeram na questão das formações daquelas 'coopergatos', que eram cooperativas de mão de obra na colheita da laranja. Graças a Deus, esse modelo, até o momento, está parado. Não se tirou parágrafo da lei, mas não estão usando o mesmo sistema. A partir daí, a contratação dos trabalhadores na colheita da laranja, quando ele é feito pelas empresas, em fazendas próprias das empresas, eles têm feito, estão contratando direto, mas ainda há um número grande de colhedores de laranja que não são registrados, que não têm direito a férias, não têm direito a 13º, que não têm direito a uma aposentadoria no futuro. Há um número grande disso. Então, em termos de contratação, na colheita de laranja, tem acontecido muito isso, é a prática ainda hoje.

Quando eu falei de negociação coletiva, o que eu citei da negociação coletiva foi realmente com as indústrias, não é com o pequeno produtor. As nego-

ciações que nós falamos que nós temos dificuldade e chamamos para negociar realmente foi as indústrias, é a Citrovita, é a Dreyfus, é Cutrale... São essas empresas que a gente tem chamado para as negociações. E é dessas empresas que a gente não tem conseguido, ao menos, repor a inflação nas negociações salariais. A última reunião que nós tivemos, agora, semana passada, a oferta de salário para os colhedores de laranja foi de 515, 505 e 510, e 30 centavos a caixa. Sem se falar em inflação. Sem se falar em repor a inflação. Preço fixo. Por que isso? Dividem a categoria. Querem discutir trabalhadores fixos na colheita de laranja ou na lavoura citrícola, para trabalhadores fixos em outubro, para colhedores em julho. Para dividir. E isso é a prática. Isso é o que vem acontecendo no Estado de São Paulo. Então, não avançou. Estamos em metade da safra, começou em julho, já, julho, agosto, setembro, entrando no mês de setembro, e os trabalhadores ainda não tiveram reajuste salarial de julho para cá. A maioria estão aí, ganhando menos que um salário mínimo. Se bem que eles acabam completando diária e acabam pagando salário mínimo. Mas muitos deles não conseguem ganhar o salário mínimo na colheita da laranja.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se puder também opinar sobre a ideia da concorrente Citrus, que é a... Eu agradeceria.

SR. EDUARDO PORFÍRIO: O sistema Consecana, que o Senador citou na lavoura canavieira, na verdade, nós, empregados, nós, assalariados, não temos... Não conseguimos infiltrar muito nessa negociação, nessa discussão, porque é uma discussão centralizada entre fornecedor e indústria. Então, não tenho dados que possa ajudar nessa pergunta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas na sua indagação... Permita, Presidente Valter Pereira. Eu... Já me vem, então, a sugestão de que, na formulação da Consecitrus, seria importante haver também a representação dos trabalhadores, e não apenas da participação da indústria e dos produtores de laranja, mas também dos trabalhadores. Fica aqui a sugestão para quando for formada a Consecitrus.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. A seguir, o Sr. Arthur Badin, que é Presidente do CADE.

SR. ARTHUR BADIN: Obrigado, Sr. Senador Valter Pereira. Professor Marcos Neves, da USP de Ribeirão Preto, escreveu, há uns meses atrás, um artigo importante sobre o setor citricultor, da citricultura brasileira, e ele conclui, dizendo que o principal problema da citricultura é de natureza organizacional. É um pouco o que eu quis dizer, na oportunidade da minha exposição, com a necessidade de se discutir novos mecanismos de governança deste setor. Como o Senador Tasso Jereissati muito bem mencionou, esse é um jogo que pode ser de perde-perde, mas também pode ser de ganha-ganha. Os elos, todos os elos da cadeia produtiva têm que compreender que estão no mesmo barco e que o desastre de um será o desastre de todos; não só de quem está na cadeia, envolvido diretamente na cadeia, mas todos nós cidadãos e demais brasileiros, que nos beneficiamos deste que eu chamei patrimônio nacional, que é a inegável liderança do Brasil no mercado internacional de suco de laranja. Essa situação de permanente, ou, pelo menos, antiga, litigiosidade, beligerância que existe no setor prejudica a todos. Essa... Uma verdadeira disputa de margens entre diversos elos da cadeia produtiva e uma... No contexto de uma alta complexidade. Ao contrário, por exemplo, do café, em que o produtor pode pôr o café na tulha, esperar o preço melhorar e, portanto, o mercado *spot* funciona bem nessas situações; laranja, se demorar muito, apodrece e cai. O fruto apodrece. Essa é uma cultura que tem uma colheita custosa. Ao contrário de cana ou da soja, que a grande máquina pode colher, esse é um mercado que exige mão de obra razoavelmente intensiva, o que é bom porque gera empregos, mas complexifica os custos e os contratos. São mercado de uma certa perenidade. Quer dizer, não dá para se tirar a árvore da laranja, numa safra, o preço está ruim e começar a produzir. Uma decisão de cortar, arrancar a árvore e mudar de cultura é uma decisão muito dolorida e difícil para o citricultor, ao contrário de uma cultura como a soja ou como a cana.

Então, todos esses fatores tornam particularmente complexa a transação, complexificam o custo das transações entre citricultores e indústria e processadores. E é por isso essa relação precisa ser lubrificada. É por isso que essa relação precisa de se pensar mecanismos, e de forma corajosa e com boa vontade, mecanismos de, eventualmente, negociações coletivas, se rediscutir contratos padrão, regras mínimas de autorregulação desse setor. Eu acredito que o debate, ele está posto na Mesa. Eu, particularmente, não poderia e nem teria condições, hoje, de sinalizar de que forma e de que melhor maneira de se viabilizar isso, mas eu acho que a criatividade, a engenharia institucional está... A plasticidade é infinita para a forma de organização deste... Se é Consecitrus, se é câmara, contrato-padrão, câmara de... Isso acho que é pouco relevante agora. O que acho que é relevante hoje, Sr. Senador Suplicy, é nós colhermos de todos o depoimento de que há a boa vontade de se caminhar numa discussão nesse sentido. A verticalização, que foi mencionada, pode-se explicar um pouco por essa... Existem... Não saberia dizer a razão e, de novo, seria leviano da minha parte

fazer qualquer consideração a respeito, mas, na teoria econômica, uma das explicações para essa verticalização é o elevado... A internalização de uma parte da produção pode ser explicada pelos elevados custos de transação. Talvez seria importante, portanto, reduzir os custos de transação neste setor, o que vai gerar um setor mais forte, uma inserção mais forte do Brasil lá fora e uma redistribuição mais equânime dos ganhos entre os elos da cadeia e para toda a sociedade. Então, acho que esta é a agenda que tem que ser feita.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Falou o Presidente do CADE, Arthur Badin. E, agora, nós vamos passar a palavra ao Sr. Flávio Carvalho Pinto, que não é Governador, mas é um grande entendido de Citrus.

SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO: Obrigado. Bom, a nossa posição é essa. Nós reivindicamos a nossa participação no setor, como participamos durante quase 40 anos e propiciamos o crescimento desse negócio. Esse negócio cresceu na mão de pequenos produtores. A concentração, na verdade, é uma verdadeira contra a Reforma Agrária. São Paulo, hoje, a média da propriedade é de 63 hectares, e a proposta da indústria é tirar a produção desse produtor de 63 hectares e levar para a produção de milhares de hectares. Quer dizer, é um contrassenso contra... E não se justifica... Nós já verificamos essa questão. Não existe esse ganho de escala, muito menos esse ganho... Nem mesmo esse ganho de custos de transação. Porque nós tínhamos um processo em que se negociava coletivamente, através de associações, e isso funcionava perfeitamente. Isso foi tudo destruído por aquela decisão do CADE, em 94.

Respondendo diretamente à questão da colheita, Senador Suplicy, a colheita era feita pela indústria. As indústrias tinham departamentos de colheita. Elas contratavam os colhedores, davam toda a assistência e, também, a indústria, se aproveitando dessa falha do CADE de 94, vamos dizer, deu a oportunidade para a indústria de transferir a colheita e frete para o produtor, e, naquela época, se fez sem nenhuma compensação. Quer dizer, o produtor continua recebendo a mesma remuneração que ele recebia pela fruta entregue na árvore para a fruta que ele colheu, transportou e assumiu todos os riscos de contratação de pessoal, de acidentes, etc., etc. Então, isso aí foi outro desastre muito grande que nós sofremos.

Há também um discurso muito variável da indústria, em momentos muito próximos. Por exemplo, nós vamos ver que a indústria alegou fechamento da fábrica da Citrosuco por falta de matéria-prima. No momento seguinte, ela deixa de renovar contratos. Ao contrário do que ela disse, não foi a opção dos produtores, da maioria dos produtores, em não fazer novos contratos. A indústria se negou a renegociar contratos, e, aqui, tem vários produtores médios, pequenos e grandes que tentaram renegociar e a indústria se negou a... E, agora, ela impõe preços que sequer cobrem os custos de colheita e frete. Então, obriga o citricultor a doar a fruta, se ele quiser ficar. Com relação ao subfaturamento, senador, é o seguinte. É simples. Os dados da SECEX dão essas informações, a quantidade de tonelagem exportada e o valor registrado. Então, na safra passada, a indústria registrou 311 dólares na exportação do suco não concentrado, enquanto que, no mercado, esse suco esteve na faixa de 500 a 800 dólares permanentemente. Então, esses dados também se encontram... Uma das fontes é o relatório que é apresentado no World Trade Organizacion, que faz levantamento periódico dos preços do suco no mercado internacional e mostram claramente essa diferença.

Bom, com relação à possibilidade de uma câmara de arbitragem, a gente vem discutindo isso há muito tempo. Senador Tasso, nós tentamos negociar com essa indústria desde 2000. Fizemos uma Audiência Pública no Senado, em 2000, 2005, fizemos audiências na Câmara... Só em 2006, quando nós vimos que não havia mais possibilidade... Inclusive o representante da associação das indústrias, na época, depois de uma tentativa de uma negociação para um Consecitrus, ele, em dezembro, fez uma declaração, dizendo que encerrava todas as negociações e que as coisas iriam continuar como estavam. Foi então que nós decidimos entregar os documentos que nós tínhamos em nossas mãos, desde 2000, comprovando a cartelização do setor.

Essa indústria, Senador Tasso, não tem marca. Ela trabalha junto com Coca-Cola, Pepsi-Cola. A Cutrale entrega para a Coca-Cola na embalagem final. Então a Coca-Cola que tem a marca. Agora, ela fez, realmente, um grande trabalho, como os citricultores fizeram. Agora, não acho que eles tenham o direito de, no momento que eles acharem conveniente, expulsarem do setor os parceiros que promoveram o crescimento desse mercado e que levaram essa indústria... Nós fomos, estivemos juntos. E nós ganhamos dinheiro. Ganhamos dinheiro, realmente, na década de 80. Mas, hoje, nós devolvemos todos os nossos ganhos e estamos entregando o nosso patrimônio para essas indústrias.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO: É, a questão essa... Quer dizer, nós temos, em São Paulo, uma estrutura agrária de pequenos e médios proprietários, e a indústria acha que o caminho tem que se concentrar,

distorcendo todo esse negócio. Concordo plenamente com o Senador Osmar Dias, é possível, mas eu afirmo que, mesmo as indústrias do Paraná, infelizmente estão sendo obrigadas a comercializar grande parte da produção deles através das grandes indústrias. Isso aconteceu numa indústria menor em São Paulo, que ela foi tão cercada que ela foi obrigada a fazer, contratar toda a produção dela... Toda a produção dessa indústria, que chama-se a Suco Rico, ela foi obrigada a contratar toda a produção dela, vender todo o suco, através do Cutrale, vendia para Cutrale, e o Cutrale é que comercializava a produção dela. Então, é esse o esquema de estrangulamento que eles fazem.

E o Senador Valter Pereira sugere as cooperativas. Tentamos. Temos, recentemente, uma tentativa de organizar um grupo de citricultores para processar a nossa fruta, conseguimos fazer um contrato até com uma dessas empresas menores, com um dos acionistas, mas, rapidamente, o outro acionista, que é muito ligado ao cartel, impediu a negociação. Nós estamos lá, gastamos dinheiro, estamos com o dinheiro preso em ações judiciais, etc. Então, existe um bloqueio sistemático a qualquer tentativa do pequeno e médio citricultor de se desvencilhar dessas indústrias. Acho que são esses os comentários.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas apreciaria se puder nos falar da análise que a ASSOCITRUS faz da proposição do Consecitrus.

SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO: Nós somos totalmente a favor, participamos de diversas tentativas de negociação com a Associação das Indústrias, mas, infelizmente, depois de duas, três reuniões, quando aparentemente as coisas estavam caminhando, a industrializo chegava, entrava... E uma dessas últimas vezes, ela entrou e falou assim: "Não vou mais conversar porque o CADE nos proíbe". E não é bem a verdade. Porque, pura e simplesmente, eles não queriam continuar essas negociações. Esperamos que, agora, com essa nova associação, as coisas mudem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Apenas, Sr. Presidente, dada esta observação, acho que seria importante, depois do Sr. Christian Lohbauer expor seu ponto de vista, que possa o Presidente do CADE, Arthur Badin, explicar se é possível se realizar algo como a Consecana, a Consecitrus, de uma maneira a não se ferir as regras de concorrência e que, inclusive, possa ser acompanhados pelo SDE e pelo CADE. Então, depois agradeceria, porque esse ponto não foi, aqui, respondido pelo Presidente Arthur Badin. Mas só para assinalar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, agora, nós vamos passar ao último, que é o Christian, que representa a CITRUS BR.

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Eu vou tentar responder, ou comentar, os questionamentos dos senadores, mas eu não posso deixar de começar pela intervenção que foi feita pelo Senador Osmar Dias, que, infelizmente, se ausentou.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas, com certeza, está ouvindo.

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Eu acho... Assim, ele fez duas afirmações que me parecem muito incisivas e muito perigosas. A primeira que... Importante que ele tenha a experiência que tem com a citricultura no Paraná, é importante porque é uma pessoa que pode dar opinião sobre uma experiência vivida. Mas essa história de lobby paulista, isso é uma coisa que permeia muitas discussões aqui, no Congresso Nacional, e que é muito ruim para a federação. Essa ideia de que lobby paulista tem alguma influência, alguma função conspiratória é muito ruim para a discussão da democracia brasileira, e dizer que o lobby paulista mandava no Ministério da Agricultura me parece muito perigoso, porque é desmoralizar o Ministério da Agricultura. Quem manda no Ministério da Agricultura é o Ministro da Agricultura. Eu não acredito que haja qualquer lobby paulista que mande no Ministério da Agricultura. Portanto, acho que ele se excedeu nessa afirmação.

O fato é que existem produtores muito competentes no Paraná. A COCAMAR é uma cooperativa altamente respeitada. Nos diálogos internos que nós temos na nossa entidade, só se faz elogios ao Paraná, pelo desenvolvimento que o Paraná tem tido na citricultura, há também uma outra empresa recente, a Citric(F), que está se desenvolvendo muito bem. Existe uma total simpatia entre as indústrias de São Paulo e do Paraná na produção do suco de laranja, e a gente até quer, e estamos trabalhando para que as primeiras empresas fora do Estado de São Paulo, que se associam a nossa entidade, sejam as empresas do Paraná, com quem eu já conversei pessoalmente. Então, essa história de que peitamos a indústria do Estado de São Paulo acho que é uma coisa que não cabe muito bem num tipo de diálogo como esse. E a gente apoia, sim, que as cooperativas, sim, se desenvolvam. Cooperativismo é uma atividade que tem futuro, tem sido promovido pelo ex-Ministro Roberto Rodrigues e tem uma atividade muito relevante em outros setores do Brasil. O cooperativismo é uma das saídas, uma das alternativas para ganho de escala e de organização. A ideia que também o Senador Osmar Dias desenvolveu de que a indústria não reconhece o produtor, acho que também a gente gostaria de questionar esse posicionamento. A indústria reconhece, sim, o produtor. Não

existe indústria sem o produtor e não existe indústria de suco de laranja sem produtor.

Então, a gente quer dizer o seguinte: a indústria se posiciona da seguinte maneira: ela respeita o produtor que está se desenvolvendo, que está investindo na produção e que está cumprindo os contratos que foram firmados. Aquele que acha que, porque tem um pé de laranja, pode fornecer e tem direito num preço fixo de caixa, isso não combina com a lógica do mercado. Então, existe um respeito muito grande, e eu queria insistir aqui que não existe, não existe embate entre produtor e indústria. Isso não existe. O que existe é uma insatisfação de um grupo de produtores que prefere trabalhar com mercado *spot*. E isso, sim, é uma questão que pode ser desenvolvida aqui, nesse nosso ambiente.

Voltando, então, à ordem das colocações, para ser muito breve, e ainda seguindo na agenda positiva. Senador Suplicy, o Consecitrus. Na verdade, vamos chamar... Vamos caracterizar de uma espécie de... Vamos dar um outro nome, de câmara de discussão de arbitragem, que seja discutida. Nós estamos dispostos a discutir isso, sim. Eu tenho autorização, a nossa entidade está disposta a sentar na Mesa, sim, para discutir uma eventual câmara... Câmara de arbitragem, etc. O importante que fique claro é o seguinte: a comparação que se faz é com o Consecana. Mais uma vez, está aqui o Deputado Thame, que foi um dos artistas desse processo, que, hoje, é considerado um modelo para a negociação. A cana é diferente da laranja, todo mundo sabe. A cana... O Consecana tem... Em primeiro lugar, a gente tem que levar em consideração que existe açúcar e etanol. Um. Dois: existe um mercado interno muito importante, coisa que não existe para a laranja. Portanto, você tem a força do mercado interno para ajudar no ajuste de altos e baixos do setor. Nós não temos na laranja. O mercado interno não ajusta nada. É o mercado internacional que faz o preço. Mas o mais importante de tudo é que, se nós fizéssemos uma câmara com essa característica, tem que ficar claro que, como acontece no Consecana, muitas vezes define-se um preço abaixo do preço de custo. Os senhores sabem que, no mundo da cana, hoje, define-se um preço, muitas vezes, que é abaixo do preço de custo, que é o que está acontecendo hoje, com a laranja.

Então, se a gente tivesse, hoje, uma câmara de arbitragem, definida, com todos nós aqui presentes, nós fôssemos fazer as contas, fazer os cálculos, a gente ia chegar à conclusão de que, hoje, a caixa, vamos supor, de hamling, no *spot*, vale quatro reais. É abaixo do preço de custo. Se todos estiverem dispostos a criar um conselho que tenha esse tipo de conclusão, então a gente pode conversar, porque praticamente é o que já existe hoje. E a discussão que se tem colocado, me parece, se não for isso, que me corrijam, é um preço fixo de caixa, que eu não tenho a menor ideia como se calcula, porque a discussão de preço de caixa não tem cabimento. O que tem, sim, é quanto custa uma caixa. É o cálculo que a ASSOCITRUS expôs aqui, do estudo da Professora Margarete Boteon, publicado no Hortifruti, que ela fez o quê? Ela fez um cálculo médio com dois modelos de fazenda, com todos os custos médios de produção, os custos de produção, e ela define um preço médio do médio das caixas, de caixa para aquelas duas propriedades. Eu quero dizer, com isso, o seguinte: não se pode comparar o preço ou o custo de uma caixa de uma propriedade que tem mil árvores, que não combate o greening, cujas árvores estão espaçadas, foram plantadas há 20 anos e que não tem irrigação, com uma fazenda que tem 700 hectares, que tem irrigação, que tem mudas que são resistentes a doenças e que tem uma escala muito maior. Quer dizer, o custo da caixa é muito menor. Se uma indústria que inventou... Isso é do mercado, isso é do capitalismo.

Então, assim, voltando ao ponto, Consecitrus, conselho de arbitragem, o que seja, estamos dispostos a conversar e sempre estaremos. Agora, cientes de que, como acontece no Consecana, além das adesões voluntárias, e diga-se de passagem que a adesão é voluntária, mas acho que todos estariam dispostos a aderir, há momentos em que o preço do mercado diz que o preço de custo definido ali é mais baixo que o de produção. É uma realidade da vida da agricultura.

Sobre a Cargill, eu tenho muito pouco a me posicionar, senador, porque eu nem... Eu sou muito novo nesse ambiente e o que aconteceu com a Cargill... A venda da Cargill foi em 2004... Eu só posso dizer, baseado na regra básica de qualquer industrial, de qualquer setor, que é muito difícil um setor investir para comprar um patrimônio e fazer um investimento desse com o objetivo de fechar. Acho muito difícil isso acontecer. É uma conspiração muito grande. Na verdade, o sujeito compra o outro para ganhar em escala e ganhar mais dinheiro. E acho que foi isso que foi feito quando se comprou a Cargill, e o resultado é que, em função do mercado, a Citrosuco teve que tomar uma decisão de fechar a fábrica de bebedouro, que é uma decisão da empresa, eu não faço aqui avaliação de decisões das empresas em particular, mas eles têm as razões que foram expostas pela Citrosuco nessa ocasião. Foi feito, também, aqui... Foram feitas observações sobre subfaturamento. Eu quero deixar bastante claro que isso também é uma acusação leviana. É uma acusação que diz respeito à lei brasileira. Existe uma lei no Brasil, para quem não conhece, uma lei de preços de

transferência. A lei de preço de transferência é rigorosamente cumprida pelas empresas brasileiras. Nós não estamos falando de empresas amadoras, nós estamos falando de grandes grupos econômicos. A Receita Federal tem presença permanente no controle dessas empresas. Nós estamos falando de Grupo Votorantim, estamos falando de Grupo Fischer, estamos falando de Cutrale, estamos falando de LDC, uma empresa de 18 bilhões de dólares, uma multinacional francesa. Esse pessoal não está brincando de fisco. Esse pessoal tem a Receita Federal permanentemente presente nas suas empresas, respeitando a lei de transferência de preços.

O que acontece é o seguinte: muitas vezes se faz uma análise equivocada de que a empresa brasileira vende para uma empresa estrangeira dela mesma. E isso é legal e é fato. E pode se conferir. É tudo aberto e rigorosamente controlado pela Receita Federal.

Um outro aspecto muito importante que vou repetir, que eu já coloquei na nossa introdução, é o seguinte: nós vamos trabalhar com fatos e dados. Então, a quantidade de números falsos e números, vamos dizer assim... Vamos assumir aqui que não existe nenhuma má intenção. Então, os números mal colocados... É impressionante. Então, vamos aqui colocar um número que é um número que todo mundo conhece. O Estado de São Paulo, através do CATI, fez o levantamento, através de levantamento georreferenciado das propriedades do Estado de São Paulo que produzem laranja, cujo critério é: propriedades com mais de 200 árvores. Está lá, registrado, em 2008, no último relatório, Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, que são em torno de 20 mil propriedades citrícolas no Estado de São Paulo. As empresas aqui estão dizendo, neste fórum, que existem... Restaram seis mil produtores. Não é verdade. Se nós vamos considerar o levantamento do Estado de São Paulo, são 20 mil. Se nós vamos considerar os levantamentos georreferenciados das indústrias, as quatro fazem individualmente porque não compartilham as informações, ao contrário do que todo mundo imagina, elas estão competindo e concorrendo entre si; portanto, elas fazem o levantamento caro, elas mesmas, e calcula-se em torno de 10 mil fornecedores de laranja para a indústria. Portanto, seis mil e 10 mil me parece bastante diferente. Se a gente tem uma discussão de... Os números variam em 40%, a gente não consegue conversar. Então, a gente precisa começar a trazer dados, e todos concordem que esses dados são os dados aceitos para início de conversa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quer dizer, pelo levantamento das quatro... Só para esclarecer. Pelo levantamento das quatro empresas, maiores produtoras de suco, há, hoje, 10 mil produtores de laranja--

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Fornecedores da indústria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Fornecedoras da indústria. Excluindo elas próprias, que também fornecem?

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Excluindo elas próprias.

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Uma pergunta sobre se deveria haver limite para a laranja própria. Olha, a indústria não tem absolutamente a intenção de ter 100% dos pomares. Isso é uma ilusão. Eu não sei de onde surgiu uma coisa dessa. Não interessa. A quantidade de capital que a indústria deveria investir para ser dona de todos inviabiliza o negócio. Então, acredita-se, e isso é um cálculo que se faz hoje, que já chegou o limite da laranja própria. Isso pode variar de acordo com a empresa. Se a empresa quiser investir mais ou menos. Mas não existe interesse absoluto em eliminar o produtor. Pelo contrário, é bom que o produtor seja livre, exista e possa fornecer laranja como ele bem entender ou que seja parceiro contratado. Então, essa ideia que se veicula e se repetiu aqui várias vezes: a indústria quer acabar com o produtor. Isso não é verdade! Eu reitero: isso não é verdade. O Senador Cavalcante fez uma referência à ideia de superfaturamento. Eu acho que já foi dada a resposta... Enfim, é uma leviandade, não existe superfaturamento, é tudo registrado e controlado pela Receita Federal. O Senador Jereissati fez algumas observações muito importantes, mas eu gostaria de reiterar a observação que fez sobre a evolução da indústria. A indústria do século XXI, a indústria do suco de laranja, é muito diferente da indústria dos anos 80. Houve uma evolução, uma progressão, não vou dizer que ela é melhor ou pior. O mundo mudou. O mercado mudou. E a indústria teve que se adaptar. A indústria fez uma adaptação duríssima, justamente quando teve que investir muito dinheiro para transformar as exportações de suco concentrado e começar a investir em suco NFC. Não sei se todos conhecem isso, mas imagine o que é você exportar suco concentrado e depois ter que começar a exportar o suco pasteurizado com água, que é o mais natural, que obtém volume seis meses maior; portanto, você tem que investir em frota, você tem que ter navios adaptados a isso, você tem que ter assepsia adaptada a isso e você tem que investir muito dinheiro para manter o mercado que mudou. O hábito de consumo na Europa e nos Estados Unidos é pelo suco mais natural. O suco concentrado tende a cair e está caindo. Isso é estatístico. E o investimento que foi

feito pela indústria, para se adaptar a esse novo mundo, isto é um custo. E a indústria fez, ela tem o mérito de ter feito isso, senão teria saído do negócio ou teria perdido mercado.

E o Senador Jereissati também faz referência à agenda positiva, que é o nosso objetivo aqui, agregou valor, é diferente do café, sem dúvida nenhuma, ela agrega valor. O café é o grão ainda exportado, por incrível que pareça. Mas o Presidente da ASSOCITRUS tem razão, nós não temos marcas brasileiras de suco lá fora. E muita gente pergunta: "Por que é que não tem marca de suco lá fora?". Não tem porque a gente também vai enfrentar grandes gigantes da distribuição internacional. Uma empresa como a Citrosuco ou Cutrale, se quiser colocar uma marca de Suco Cutrale no supermercado europeu, vai concorrer com Carrefour, vai concorrer com esses gigantes, também, que são uma concentração de distribuição de alimentos na Europa e no mundo. Ou seja, é a parte do jogo do novo capitalismo que eu estou querendo estabelecer aqui como uma das premissas da discussão.

Finalmente, a referência que fez o Senador Valadares sobre Sergipe. Sergipe também é um dos grandes produtores de laranja, merece todo respeito e admiração da sociedade brasileira porque é um estado pequeno, com condições naturais bastante mais complicadas do que de São Paulo, no entanto é um grande produtor de laranja e tem lá pequenas empresas produtoras de suco, muito competentes, que a gente também quer trazer para o nosso rol de associados. Ele faz referência à concentração. Eu volto a colocar o que nós falamos anteriormente: a concentração é um fenômeno do nosso tempo, a concentração da indústria é comparável a qualquer concentração dos outros setores do agronegócio e a concentração da produção, essa, sim, eu vou insistir, ela não ocorre em função da pressão da indústria, ela ocorre em função da capacidade que o produtor tem de se adaptar aos novos custos. É fato, sim, está no livro do Professor Fava Neves, que é a melhor referência que a gente tem para explicar o processo de concentração da produção, que é... Hoje, em torno de 55% da laranja, fornecida para a indústria, vem de 5% das propriedades. A indústria que provocou esse processo? Não. É porque a propriedade, para ser competitiva, para combater greening, para investir em irrigação, para ter maior produtividade, mais de 700 caixas por hectare, para conseguir adensar as árvores, para conseguir comprar mudas resistentes a doenças, para combater o greening com eficiência, ela tem que ser grande. E o investimento é muito pesado. O que vai se fazer? O que que vai se fazer? Então, acho que quem não conseguiu investir tem que haver uma política pública para o sujeito poder se recuperar. Ninguém é contra. Política pública para o agricultor, o citricultor poder ter crédito mais barato do BNDES para fazer a modernização do seu pomar. Nós somos a favor. Se quiser a indústria, o produtor, o grupo de produtores arrendar uma fábrica e fazer uma fábrica de suco, a indústria de suco não é contra. A indústria de suco não é contra. O mercado é livre.

[manifestação da plateia]

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Valter Pereira, por favor, isso já está virando uma manifestação. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de fazer um apelo ao público, para que se observe o Regimento Interno. O Regimento Interno, a rigor, não tolera nenhum tipo de manifestação. As manifestações que foram toleradas, desde o início desta reunião, foram liberalidades da Mesa, mas desde que elas sejam respeitosas serão admitidas. E se forem debochadas, não serão aceitas. De sorte que nós fazemos um apelo para que os senhores respeitem aquele que está fazendo a sua contradita, para que essa reunião cumpra a sua finalidade. Eu asseguro, então, a palavra ao orador que está usando do microfone.

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Senador, eu agradeço e realmente não me ofendo. Realmente eu entendo que existe aqui um ambiente de muitos anos de embate, de desentendimento. Eu quero dizer que, se eu fosse citricultor e tivesse vivendo uma situação de mercado como é a atual, muito complicada, eu estaria realmente aflito com a minha produção. O que eu quero dizer é que há sempre uma explicação muito transparente e muito lógica para que nós possamos entender como funciona essa indústria.

Só para concluir, finalmente, eu ouvi alguns comentários sobre o contrato-padrão. Eu vou lhes reproduzir o que eu estou aprendendo sobre a citricultura, não vivi esse tempo... O contrato-padrão deixou de existir em 94. Eu tenho me informado com literatura, com documentos oficiais. O que eu posso dizer é que existiu um movimento que, naquela ocasião, era contra o contrato-padrão como se estabelecia. E a decisão do Estado foi, então, que deixasse de existir o contrato-padrão. A reação das indústrias, por aquilo que eu aprendi, foi a seguinte: muito bem, se não existe contrato-padrão, que implica na coleta e no transporte da fruta pelas indústrias, então, agora, a coleta e o transporte vai ser feito pelos pomares. As indústrias retiram a sua posição, que me parecia uma posição quase paternalista, por uma situação nova. Se não existe contrato padrão, o produtor vai transportar e colher. E, nos últimos 15 anos, o quadro mudou. Agora, discute-se novamente a viabilidade de um contrato-

padrão. Eu vou dizer para os senhores o seguinte: se houver consenso entre todos os membros da cadeia de se reconstruir um novo acordo, que chame como quiser, contrato-padrão, contrato de aproximação, o nome que quiser, a indústria vai discutir. Porque ela já trabalhou com contrato-padrão, e funcionava. Então, se houver uma outra modalidade de contrato, de acerto, que traga aquele ambiente antes de 94 e que garanta que a indústria consegue trabalhar como trabalha, sob a pressão do mercado internacional, será feito. A gente deixa essa mensagem, ainda na linha da agenda positiva. Encerro a minha participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu gostaria de ponderar aqui o seguinte: nós dissemos, e tem sido conduta da Comissão de Agricultura que aqui é um confessionário do produtor. O produtor sempre que tem suas dificuldades, sempre que atravessa seus momentos mais difíceis, ele procura a Comissão e, aqui, encontra guarida. Foi assim na questão dos frigoríficos, foi assim na questão dos produtores, quando se discute a questão do custo de produção, a questão dos fertilizantes, e está sendo assim na questão da citricultura. Neste debate aqui, é possível perceber que existe um segmento que se impõe, um segmento forte, vigoroso, que tem uma robustez que favorece a economia do Brasil, quando se fala, quando se analisa a sua atuação no mercado internacional. No entanto, percebe-se, também, que aqui existe uma medição de forças desigual entre produtores e o setor da indústria exportadora. E, como em todo o debate, o que tem que se buscar, na verdade, são alternativas capazes de resgatar o equilíbrio entre as forças que estão nessa peleja. E, neste caso aqui, pelo que eu pude perceber, acho que o equilíbrio tem que se dar de uma negociação justa. E se essa negociação justa não ocorre, do diálogo franco e livre entre as partes, talvez essa alternativa, que eu acho que foi proposta pelo Senador Suplicy, da criação do Consecitrus, talvez seja o caminho. Pelo que eu pude deduzir, talvez seja por aí a forma de se encontrar este fórum de debates, essa câmara de discussões entre os dois lados. E essa... E a criação da Consecitrus pode se dar tanto através de uma negociação entre as partes ou, talvez, Senador Suplicy, com um debate, depois da Comissão de Agricultura, no sentido de criar por força de lei. Mas a verdade é que tem que buscar, buscar esta solução. Que, se não tiver esta solução, ou se não tiver uma outra solução viável, é claro que o debate fica inútil. E nós não queremos que seja inútil. Eu acho que essa semente que, hoje, nós estamos plantando, precisa vicejar nos debates da Comissão de Agricultura e, talvez, com a participação efetiva da Comissão de Assuntos Econômicos, a CAE, mas que precisa ser encontrada, sim, uma solução, nós não temos dúvida.

Antes de passar a palavra para os deputados que estão inscritos, que pediram para participar, como tem ainda senadores que não fizeram uso da palavra, como o caso, por exemplo, da Senadora Kátia Abreu, e aqui um dos... O Senador Augusto Botelho declina do direito de fazer uso da palavra. Eu passo, então, a palavra à Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Presidente. Eu gostaria de cumprimentar a todos os nossos convidados que vieram aqui contribuir com esse debate tão importante para o Brasil. Sr. Presidente, nós temos que considerar alguns aspectos, e eu gostaria, rapidamente, aqui, de fazer essas considerações. Em primeiro lugar, nós estamos assistindo, aqui, no dia de hoje, o que se repete em todo o setor agropecuário do Brasil e do mundo, onde nós temos milhares e milhares de produtores produzindo em abundância, e meia dúzia de gente formando preço. Nós somos tomadores de preços e não formamos o nosso preço. Por isso que os produtores não pagam a conta. Por isso que os produtores pedem prorrogação de suas dívidas. Por isso que o banco de fábrica está estourado nos seus riscos, porque, se o produtor não consegue pagar o custeio...

[palmas]

Se os produtores não conseguem pagar o custeio, imagine a depreciação do seu patrimônio. O que acontece, Sr. Presidente? O senhor conhece isso muito mais do que todos nós, como Presidente dessa Comissão e de um Estado importante em produção. Na formação do preço mínimo, mal e mal computa-se os insumos, que é o custo operacional efetivo. Abaixo da realidade. E não embute ali, de forma profissional, o desgaste do patrimônio. Portanto, os implementos e as máquinas, os galpões, tudo o que o produtor tem na sua propriedade rural, ele não recebe por esse desgaste. Portanto, quando ele vai reformar esse desgaste, quando ele vai reabilitar o desgaste, quando ele vai comprar uma nova máquina, é óbvio que ele não consegue pagar o seu preço. Como é feito nos Estados Unidos, Sr. Presidente? Lá não existe CONAB, órgão governamental, e não é desse Governo Lula, não. Sempre foi a CONAB que fez esse papel no Brasil, mas, nos Estados Unidos, a academia independente que faz o preço mínimo dos produtores e coloca, não só o custo operacional efetivo, os insumos, mas os desgastes e a renda do produtor, porque nem relógio trabalha de graça, tem que dar corda nele ou ele para.

[palmas]

Então, esse é... Eu gostaria de agradecer aos colegas produtores, mas que não pode haver manifes-

tação, senão o nosso Presidente vai ficar contrariado, e ele tem que cumprir o regimento. Por favor.

Então, o que acontece? Esse é um ponto que exige que todos os países do primeiro mundo dão subvenção aos seus produtores. Não é por excesso de bondade, não, é por excesso de inteligência, para poder permanecer os produtores no campo e não tirá-los... Não tirar a sua renda é o mesmo que preservar as galinhas dos ovos de ouro.

Então, como é que eu posso impor o abastecimento que compõe preço barato, quantidade e qualidade, se esse abastecimento, o preço vendido ao consumidor, ele é infinitamente distante do produto que custou dentro da porteira da fazenda? Normalmente, o litro de leite custa um, e o produtor rural recebe 50 centavos, 70. Tem um amigo que diz que o leite só tem duas fases: ou ele está ruim ou muito ruim. Mas os demais produtos não são diferentes. Nós, no Brasil, contamos com a sorte. Nós, no Brasil, contamos com a bolsa. E ficamos torcendo e – somos católicos todos, a maioria do povo brasileiro é cristão – ficamos rezando para que haja um revertério internacional de preço, para que a gente possa ter alguma rentabilidade. Normalmente, isso não acontece, porque, também, além de toda a formação de preço por meia dúzia de pessoas, de empresas, nós ainda temos o Risco Brasil, que é falta de logística, portos ineficientes, carga tributária, a maior do mundo, 16.9 na cadeia, enquanto, no resto do mundo, é cinco. Então, nós não conseguimos competir, por conta, não só da formação de preço, dos cartéis, nem sempre cartéis, mas formação de preço, e também por conta do custo Brasil.

Então, o que que é que nós precisamos, Sr. Presidente, na minha avaliação, que não sei se está correta, mas a consciência, por parte do Governo, de que esse setor precisa de subvenção, sim, hoje, ontem e sempre, enquanto houver milhares e meia dúzia formando preço. O que que isso quer dizer? Nós não estamos trabalhando pela subvenção que distorce mercado, nós não estamos querendo que premie a ineficiência, nós não queremos que premie, por exemplo, o açúcar de beterraba, o etanol de milho, mas produtos competitivos, que passam revestrés em mercado, precisam ser socorridos. Porque eu não posso querer fazer um programa de Governo que a população tem que comer comida, com preço barato, e não remunerar quem produz a diferença que custou na sua propriedade.

Então, a política pública, ela tem que ser bastante clara. Nós precisamos de mecanismos de mercado, opções, derivativos, mercado futuro, mas a subvenção é importante, é necessária, se quisermos fazer abastecimento e se esse país quiser continuar sendo a fazenda do mundo.

Segundo ponto, Sr. Presidente, eu, ainda, além do Consecitrus, eu gostaria de aprovar, nesta Comissão, aqui, o convite à secretária de Direito Econômico, a Dra. Mariana Tavares, em Audiência Pública, para que ela possa nos dizer a respeito do pedido da denúncia de cartel, protocolada em 2004. Nós estamos em 2009, portanto são cinco anos, e eu compreendo que várias ações na Justiça foram impetradas e atrapalharam e prejudicaram a abertura desses documentos. Me parece que tem um mês que a última ação judicial foi julgada. Então, agora, me parece que o SDE, a Secretaria de Direito Econômico, vai poder, enfim, abrir os documentos de denúncia de cartel, para que o CADE possa analisar. Então, eu acho muito justo, as referências a respeito da Dra. Mariana Tavares são as melhores possíveis, que ela possa vir aqui dar um cronograma, uma perspectiva da análise desse pedido de cartel, de toda essa documentação, Sr. Presidente, para que nós possamos dar um alento. O futuro é importante, mas não podemos esquecer o passado, o prejuízo monstruoso que esse setor teve. Já tivemos mais de 20 mil produtores; hoje, nós temos seis mil. E estamos falando de 80% de produtores pequenos da agricultura familiar, pequenos produtores e médios produtores. Então, eu acho da maior importância que, além da criação do Consecitrus, nós poderemos trazê-la aqui, em Audiência Pública.

O terceiro ponto, Sr. Presidente, é com relação à doença, o greening. É talvez o ponto mais importante, fora essa questão comercial, e nós precisamos entender o que o Governo Brasileiro está fazendo em prol de. Basta ver o que aconteceu com o cacau brasileiro, com a vassoura de bruxa, pelo atraso das pesquisas. O que a pesquisa nacional, o que a EMBRAPA pode estar fazendo para combater essa doença, que já dizimou seis milhões de pés de laranja neste país, para que nós possamos avaliar, do ponto de vista técnico e científico, o que fazer. Até mesmo no orçamento, se nós possamos colocar recursos para implementar as pesquisas nessa área.

E, por último, além das questões de preços, que são problemas no mundo todo, não só dos produtores do Brasil. A diferença é que nós não temos subversão adequada no momento certo e os outros países têm. Além dessa questão jurídica, que nós precisamos solucionar, via Comissão, e eu quero parabenizar essa Audiência Pública, tecer algumas perguntas para a indústria que não podem ficar sem respostas, aqui, nessa manhã. Vocês estão clamando por conta do mercado. Os números que eu tenho demonstram que houve, realmente, um acréscimo no mercado americano, de produção, de 2.15%. Mas nós tivemos uma diminuição no Brasil de menos 21%. Portanto, na Eu-

ropa, um aumento de 50. Mas nós temos uma média geral, nacional, mundial, aliás, de um crescimento de apenas 0,17%. Eu quero entender se isso, 0,17% de aumento de produção, pode significar... No estoque, aliás, desculpa, os três principais estoques, que é Estados Unidos, Europa e Brasil. Se esse aumento, tão pequeno e irrisório, de 0,17 poderia afetar tanto o preço da laranja como está sendo feito. Outra pergunta para o Dr. Christian. Se a laranja é uma *commodity*, como o senhor mesmo já repetiu aqui, várias vezes, por que que tem produtor que recebe sete reais a caixa e outro, 2.9? *Commodity* é *commodity*. Não pode haver diferença de preços. Claro que nós consideramos a questão frete. Mas, se nós pegarmos a grande produção nacional, ela praticamente está no mesmo estado ou em dois, três Estados do Brasil. E a diferença de preço é de um município vizinho do outro. Então, não é o componente frete, como é a soja, lá, no Mato Grosso, no meu Tocantins, em Goiás, e a soja lá no Paraná. Não. Está tudo concentrado num lugar só. Gostaria de obter essa resposta.

A outra resposta é a seguinte: como se justifica o produtor receber três reais e cinquenta centavos a caixa de laranja, e vocês venderem ela no mercado internacional, para o NFC, o suco fresco, a 38,19 dólares, sai a caixa para vocês, transformando em reais, 72? Eu sei que a empresa visa o lucro, e eu apoio totalmente o liberalismo econômico, acho que as empresas têm que crescer, a indústria nacional é importante para o Brasil, a de suco de laranja é importantíssima, é orgulho nacional, mas o fato da indústria de laranja ser o orgulho nacional não pode significar que nós possamos desprezar centenas e centenas de pessoas que estão empobrecendo e comprometendo todo seu patrimônio.

Então, essa diferença de 72 reais a caixa que vocês vendem para o que paga o produtor de 3,50, eu gostaria de entender essa cadeia, com a diferença tão exorbitante. E quando eu pego ainda o suco concentrado, a diferença é de 21 dólares, que deve chegar... Multiplicando a 1,80, você pode fazer a conta. Mas me responda o NFC, 72 para 3,50. E o custo de produção da CONAB é 15. Então, é fácil entender a situação desse pessoal. Eles vendem a caixa por 3,50 e custa para plantar 15. Então, claro que a indústria não é totalmente a única responsável por isso. Também é. E nós precisamos averiguar essa questão completamente.

E para encerrar, Sr. Presidente, apenas para dar uma noção. Se nós retroagirmos, nós fizemos um cálculo na CNA e fizemos uma retração do preço que era pago ao produtor em julho de 1995. E fazendo a deflação pelo IGP-DI, em 1995, significou que o produtor recebeu... Receberia, à época, cinco reais e quarenta e seis centavos. Em 1995. Fazendo a deflação pelo IGP-DI. E, hoje, ele recebe, então, os 3,50, 3,65. Então nós precisamos compreender essa situação. Nós sabemos que o caminho do mundo é a concentração de produção, a concentração da indústria, as alianças das indústrias do mundo, mas nós precisamos, não só estar atentos com relação ao prejuízo aos produtores, e fazer com que o CADE e todos esses mecanismos de defesa da concorrência possam ser fortalecidos, em detrimento, em favor dos produtores, para que eles possam ficar mais protegidos.

Eu quero apenas lembrar que, quando houve, em 2004, a denúncia no CADE, a denúncia na Secretaria, do Ministério da Justiça, Direito Econômico, sobre a formação do cartel, àquela época, a indústria propôs ao CADE uma negociação para não abrir os papéis de cem milhões de reais. Foi uma proposta espontânea, e o CADE não aceitou essa proposta. Imagine se entenderam que podia pagar 100 milhões de reais por prejuízos causados, avalio que pode ainda estar por ser avaliado e compensar esses produtores que empobreceram e perderam toda a sua renda neste período. Então, gostaria de ver essas respostas respondidas, se for possível. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Sr. Christian Lohbauer assumiu a Presidência da Citrus há dois meses, mais ou menos. Não é isso? E, agora, a Senadora Kátia Abreu brinda a sua ascensão, com essas embaraçosas perguntas. Então, com a palavra.

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Cumprimento ao Senador e agradeço pelas questões. Tentar ser o mais claro possível e o mais transparente. São vários itens que ela levantou. Eu vou tentar seguir a ordem. Dizer o seguinte. Primeira coisa é que, no Brasil, também, o CEPEA apresenta os levantamentos, do ponto de vista da academia, dos preços que são utilizados por nós, aí, no mercado. Quando a gente fala que, há dois meses atrás, se pagava 3,70 a caixa do *spot*, é o CEPEA que fez o levantamento. Eu entendi que a senhora fez referência à isenção da academia nos Estados Unidos e até a determinação, muitas vezes, de alguns itens, de alguns valores. A gente também tem trabalhado com os números que o CEPEA tem divulgado. Importante dizer--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Apenas um aparte. O custo de produção do CONAB é 15; do CEPEA é 13.

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Tudo bem. O custo de produção, que é uma coisa que já chamei atenção aqui, no começo da audiência, é muito questionável,

tanto do ponto de vista das fontes de informação, aí, que estão sendo dadas aqui, nessa audiência, quanto à diferença entre as propriedades. A gente está dizendo o seguinte: não existe um custo fixo. Só se ele for feito em cima de médias das médias das médias ponderadas, que é o que fez o estudo da Dra. Margarete Boteon, que está ali, na Hortifruti, "Quanto custa o seu pomar?". Então, ali tem, ela determinou todas as médias... Ela pegou duas propriedades, com diferentes tamanhos, diferentes condições, e ali definiu um custo médio das médias. O que eu posso dizer para a senhora, com isso, é o seguinte: existe propriedade que produz a 2 X e propriedade que produz a 15 X, depende da irrigação, do investimento, da escala, do adensamento, do combate ao grenning... Tudo isso dá diferença, sim, no custo de produção.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, por favor. Nós estamos falando de média. Média é média. Quando eu digo média de 13 reais, eu já estou falando daquela que é ineficiente e aquela que é a mais eficiente. Então, a média nacional, a média nacional de custo--

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Senadora, não existe média de 13. Não existe média de 13. Eu estou contestando esse número. Deixa eu começar minha argumentação de outra maneira.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu acredito que é um argumento, é uma estratégia sua de querer descredenciar a fonte. CEPEA e ESALQ, será que merece dúvida dessa natureza, eu fico bastante preocupada. O CEPEA e ESALQ têm uma parceria com a CNA e calcula custo de produção das dez cadeias mais dinâmicas e nunca foi contestado. Muito pelo contrário. O Ministério da Agricultura aceita todas as nossas fontes. CEPEA, CEPEA, ESALQ, ESALQ. Então, essa forma de querer descredenciar uma fonte eu acho uma coisa um tanto temerária.

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Eu vou voltar ao raciocínio e dizer o seguinte... Eu ia começar meu raciocínio dizendo o seguinte: eu descredencio boa parte das fontes que a senhora utilizou na sua arguição. E digo, por exemplo, que a senhora citou aqui, são seis mil produtores, esse é um dado que uma entidade dos produtores registra. Eu acabei de dizer aqui que, utilizando os dados da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e do CATI, existem 20 mil produtores de citrícolas no Estado de São Paulo. E utilizando levantamento georreferenciado das empresas disponível, as quatro empresas fazem isso individualmente, existem 10 mil fornecedores de laranja para a indústria. Ou seja, esse número que a senhora iniciou a arguição já não existe. Então, assim, acho que o que a gente pode fazer aqui é o seguinte: para não ter que discutir aqui número por número, a gente estabelece um documento, que, aliás, já entreguei um documento, não sei se a senhora recebeu da nossa parte, que explica, com números de fontes fidedignas, qual é o quadro da citricultura lá fora e aqui dentro. E a gente combate os números e vê quem tem razão. Porque, senão, a gente vai ficar falando aqui de um diz um número e outro diz outro.

Então, quero voltar... A única observação importante, que acho que condiz para a nossa agenda positiva é o seguinte: a senadora sugere uma espécie de subsídio ou subvenção. Acho essa ideia extraordinária. A indústria não tem nada que se opor. Pelo contrário. Essa é uma política pública, sim, de interesse nacional e que não compete à indústria dizer se está certa ou está errada. Se o Governo quiser fazer, criar, desenvolver uma subvenção a todo setor [ininteligível], incluindo a citricultura, é muito bem-vindo. É uma política de interesse coletivo.

Concordo, também, que existe o Risco Brasil. Ainda bem que a senhora sublinhou para todo mundo, e também concordo que o greening é para todo mundo. Se existe uma coisa que é mortal, ou é vital para o setor todo, é o greening. O greening também afeta os 25% ou 30% dos pomares que pertencem à indústria. Portanto, é um problema coletivo e que deve ser combatido com política pública. E não é uma indústria ou produtor, pequeno produtor... Tem diferença nesse ponto. Não tem diferença nenhuma. Aliás, uma parte da nossa agenda é a mesma agenda. A agenda do combate ao greening, a agenda das políticas públicas, a agenda do aumento do consumo são agendas comuns entre os produtores, aqui presentes, entre os outros produtores e a indústria.

A senhora utilizou, para concluir essa arguição, alguns dados também que foram fornecidos pela... Provavelmente pela ASSOCITRUS. Por que que um produtor recebe 2.9 e outro recebe sete reais? A senhora sabe que 30% dos pomares são da indústria e 50% são contratos plurianuais. O que são os contratos plurianuais? Se o citricultor fecha um contrato de dois, três, cinco, dez anos, com uma determinada empresa, ele tem uma negociação de custo de caixa fixo diferente do outro. É assim que é mesmo. As indústrias estão concorrendo entre si; portanto, elas estão disputando a laranja e, portanto, elas fazem ofertas com características de toda natureza, até investimento em mudas resistentes à doença, investimento em irrigação, investimento em uma série de operações do produtor que recebem laranja de volta. Então, os contratos variam enormemente. Esses preços variam, e é bom que variem, porque depende muito do contrato que for feito. O preço, finalmente, do *spot*, esse, sim, é marcado pelo

mercado, e o risco é assumido por cada agricultor que não quiser, ou citricultor, que não quiser ter um contrato da maneira como a indústria lhe ofereceu.

Essa ideia de que uma caixa a 3,50, e o NFC a 38,19, sinceramente eu nunca vi esse número. Não tenho a menor ideia de onde ele saiu. O que eu posso dizer é que os últimos números que foram publicados pela ASSOCITRUS e pelo meu parceiro aqui, o Queiroz, com quem eu conversei justamente antes de ter audiência com a senhora, pela primeira vez, uma conversa muito cordial, por sinal, ele tentou, ali, justificar uma série de custos e de explicações que ele publicou no site e na publicação da ASSOCITRUS, que incluía uma série de cálculos, que são todos contestáveis, dentro dessa linha de que uma caixa de NFC, não sei como é que se fez essa conta aqui, chega a 38 dólares e 19. Não tenho a menor ideia do que a senhora está falando. Isso daqui não tem sentido, na minha opinião, mas a gente pode discutir depois, em detalhe, pelo seguinte: o Queiroz, quando fez a conta, na explicação da exportação dos cálculos, os lucros milionários que a indústria ia ter de um bilhão de dólares, ele esqueceu o seguinte: ele colocou um preço fixo de caixa de dois ou de 1,50 para todo mundo e esqueceu de incluir uma taxa de 416 dólares de importação, que existe para você importar dos Estados Unidos, e deu um preço de 1500 dólares. A senhora me diga, por favor, hoje, quem está pagando 1500 dólares a tonelada de suco de laranja, que eu vou sair daqui, vou ligar para os meus associados e vou dizer para eles ligarem para esse sujeito, porque ninguém está pagando 1500 dólares a tonelada hoje. Isso é fato, está registrado em bolsa. E tem aí, num gráfico, apresentado, dos nossos cálculos, a queda do preço do suco e a comparação com o pagamento que se faz no preço da caixa. São linhas semelhantes.

Então, a gente tem que ir... Voltando ao ponto. Vamos partir para a agenda positiva, que, senão, a gente não vai conseguir ir para frente aqui. Subvenção, não temos nada contra. Pelo contrário, se o Governo Brasileiro quiser fazer uma subvenção, que faça, será bem-vinda. Aliás, eu vejo o Deputado Hamm, aqui, e não posso me esquecer de uma coisa, para a agenda positiva que já citei aqui, no início. O Deputado Hamm tem um projeto que já foi apresentado, ou está em processo de apresentação, que também é de interesse coletivo, de aumento de consumo generalizado, baseado na obrigação dos estados colocarem nas merendas o consumo de sucos naturais de todas as frutas, aquelas que combinarem mais com seus próprios estados. A laranja cabe nesse espectro. Esse tipo de política que cabe para a convergência de uma agenda. O resto... Esse tipo de discussão aqui, se for esse número, e eu contesto mais uma vez esse número de 38.19, do NFC, mas, de qualquer maneira, há muitos números a contestar e a gente pode ter essa conversa o tempo que a gente quiser, quando a gente quiser, o que interessa é o seguinte: essa ideia de que a indústria – não é só da laranja -, a indústria ficou rica e o agricultor ficou pobre, ela não combina. Não existe. O que existe é que 80% da citricultura hoje está ganhando dinheiro. 80% da citricultura, hoje, está ganhando dinheiro. 80% da citricultura, hoje, ganha dinheiro. Isso vale para todos os outros setores. Aqueles que estão coordenados na linha da integração com a produção. Eu pego o caso... Para concluir, senadora, eu pego o caso que eu conheço um pouco melhor, que é o caso... É um pouco diferente da laranja, mas, enfim, que é o caso da integração da avicultura e da suinocultura. Ali existe... Qual é o grande sucesso dessa atividade? É a integração. Existe uma espécie, muito superficialmente, uma espécie de contrato-padrão. O integrado está totalmente conectado à indústria de exportação, por isso que a coisa avança em alta escala. E o que faltaria nesse setor é uma espécie de integração ou uma espécie de contrato-padrão, que é o que deveria ser discutido nessas câmaras de arbitragem, aí, que vierem a ser colocadas, da maneira que forem colocadas pelas partes da cadeia produtiva da citricultura.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria, se for possível, Sr. Presidente, antes--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não é chamar a Lina Vieira para arbitrar isso aí, não, né?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, não. Eu gostaria, se for possível, aprovar, ou não, colocar em votação, o Requerimento para que nós convidássemos a secretária de direito econômico e – eu sei que os assuntos são divergentes, mas do mesmo tema, a laranja – a EMBRAPA, para que pudesse também vir falar sobre a questão do greening. E a secretária de direito econômico e mais alguém que os senadores quiserem sugerir para discutir e fazer um cronograma a respeito dessa avaliação de cartel. Denúncia de cartel.

SR. RENATO TOLEDO DE QUEIROZ: Senador, eu fui citado por ele. Eu sou o Queiroz.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Art. 14. A hora que V. Exa. for senador, pode invocar o art. 14, que já estará assegurado da palavra na hora. Mas, daqui a pouco, o senhor vai ser chamado. Só para dar uma descontraída. Deputado Mendes Thame, ele vai falar em nome próprio e também em nome do seu colega Duarte Nogueira, que teve que se ausentar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem. Eu fiz uma solicitação, se era possível nós aprovarmos... Antes de ver a Comissão totalmente esvaziada de senadores, nós aprovar... Só tem eu e o Suplicy aqui, neste momento, e V. Exa., claro, para que nós pudéssemos aprovar esse Requerimento de Audiência Pública, convidando a secretária de direito econômico do Ministério da Justiça.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP): Sr. Presidente... Está sem som? [interrupção no áudio] Bom, são rápidos pontos, aqui, que queria colocar. Primeiro é que se deslumbra, aqui, uma hipótese de uma fase nova no entendimento entre os produtores e a indústria, com a presença do Dr. Christian, que vem, pela primeira vez, participar de uma reunião.

A respeito dos entendimentos, eu queria, no entanto, dizer que nós temos dois caminhos: um é ter apenas uma presença formal no âmbito das relações públicas, ou, realmente, entendimentos consequentes, que mudem o relacionamento, de fato, dentro de uma agenda positiva, como foi colocado pelo Senador Tasso Jereissati, pelo Senador Eduardo Suplicy. Para isso, nós temos que afastar, realmente, tudo aquilo que aconteceu no passado. Nós tivemos uma série longa de reuniões com as indústrias, no âmbito da FAESP, e, na verdade, era tudo uma farsa. Na maior boa vontade, nós participamos, esperávamos que houvesse uma convergência; no final, não houve a menor concessão por parte das indústrias, e era uma farsa porque o que se queria era ganhar tempo para que, nesse interregno, se conseguisse assinar o termo de ajuste de conduta e ficasse livre da investigação no âmbito do CADE.

Bom, o que nós imaginamos agora é que, com a sua presença, possa, de fato, haver um entendimento efetivo, em que haja concessões de ambas as partes para se chegar a uma convergência. E eu acredito que essas tratativas podem começar pelo Consecitrus. Já há uma base, uma base teórica desenvolvida, que é o caso do Consecana. Consecana é uma fórmula, não é uma ONG, não conseguiu chegar nem a uma câmara de arbitragem ainda. É uma fórmula. Não é uma fórmula acabada. Os agricultores, os produtores de cana reclamam muito, porque, nessa fórmula, não entra o valor do bagaço. O bagaço tem um grande valor. Hoje, uma tonelada de bagaço custa 30 reais, que é quase o preço de uma tonelada de cana. Não entra na fórmula. Tinha que entrar, para remunerar melhor a cana. Mas há uma similaridade. O preço de venda dos produtos é que condiciona o preço da matéria-prima. Esse é o ponto básico e essa fórmula vem funcionando, funcionando bem e servindo de modelo até para outros estados. Não é suficiente? Eu acho que não é o suficiente. Não vai ser a solução da lavoura, nem a solução do agronegócio. Não vai ser a solução. É insuficiente. Mas é um grande caminho. E, na minha opinião, nós temos que atacar, enfrentar a questão do contrato-padrão.

Nosso representante do CADE, nosso jovem Presidente do CADE colocou bem que é favorável ao contrato-padrão. O Christian colocou: há outros setores que funcionam como um típico contrato-padrão, que é o caso da suinocultura e outros. A agricultura integrada funciona com contratos do tipo-padrão. É um contrato que rege, não só o preço, mas outras condições, condições colocadas por lei ou condições acertadas entre as partes. Se nós queremos colocar na lei, aqui, com a votação, alguns dispositivos na área de subvenções, na área de leque, da lei especial de crédito, que são condicionadas ao cumprimento de certas condições no pagamento ou no atendimento aos agricultores, nós temos, no contrato-padrão, um excepcional elemento para regular as condições entre as partes, dar estabilidade e, com isso, fazer com que o preço seja mais estável e dê também condições à agricultura de... Não pode armazenar a laranja, mas pode armazenar o suco, e, com isso, ter condições de ganhar mercado e enfrentar a concorrência. Nós defendemos um preço mínimo ou condições ligadas à leque. Esse preço mínimo pode ser condicionado até a um preço mínimo ao suco. Pode ser. Nada impede. Nós temos que estudar, colocar a serviço de resolver essa questão os órgãos do Executivo. Que, na verdade, eu sinto que a presença só do representante, aqui, do CADE é absolutamente insuficiente. Essa reunião foi excelente, eu acho que é um começo, mas ela tem que ter seu desdobramento. Nós precisamos de recursos, recursos que tem que ser liberados para a rolagem da dívida, que só em São Paulo chega a 670 milhões e vence até o fim do ano, recursos para financiamentos, para poder renovar pequenas propriedades, para elas poderem ficar livre do greening. Como é que eu vou dar novos recursos, se não consigo, antes, fazer equalização das dívidas? Eu tenho, primeiro, que rolar as dívidas. Eu tenho questões ligadas a recursos para formar pequenas cooperativas que possam processar o seu próprio suco. E aí cai no que disse o Senador Dias. Se eu tiver uma cooperativa que reúna para discutir o preço, é um sinalizador. Se essa cooperativa está podendo pagar sete, está podendo pagar oito, acabou. É um sinalizador. Não precisa que toda a laranja vá ser comprada por essa cooperativa. Mas é um vigoroso sinalizador do mercado, como foi a FRUTESP, no passado, que, infelizmente, foi comprada pelo próprio setor.

Portanto, é um imenso trabalho, eu acredito que isso tudo pode ter um encaminhamento positivo nas duas direções: primeiro com uma participação que pode ser completamente diferente, se, realmente, o Dr. Christian receber uma delegação das quatro grandes para sentar e negociar. Negociar de uma forma concreta, aberta e transparente. E a segunda, Kátia, é no sentido de trazer para essa discussão mais gente do Governo, da EMBRAPA, do setor de Ciência e Tecnologia, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura, para que, em conjunto, nós encontremos uma solução. Na minha avaliação, é um setor que tem solução. Tem jeito? Tem jeito. Dá pra ser uma imensa riqueza para o nosso país. Era isso e muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado, Deputado Thame. Eu vou aproveitar esse interregno para colocar em votação o Requerimento da Senadora Kátia Abreu, para designar Audiência Pública da CRA, a fim de ouvir a Sra. Mariana Tavares, secretária de desenvolvimento econômico, e o Presidente da EMBRAPA, Dr. Pedro Antônio Arraes Pereira, que assumiu recentemente. Então, os senadores, que estiverem de acordo com a proposta, permaneçam como se encontram. Agora, aprovado por unanimidade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, estou de acordo com a proposição da Senadora Kátia Abreu, mas gostaria até de, pensando alto, tendo em conta até a sugestão do Deputado Mendes Thame, se, além de Senadora Kátia Abreu, tivermos o depoimento da Sra. Mariana Tavares de Araújo e da EMBRAPA, mas, se for para, além de ter as informações, avançarmos na direção do que o Deputado Mendes Thame propõe, se não seria o caso de esta audiência, por ela proposta, significar um pouco mais, irmos um pouco mais além na direção, por exemplo, da... Quais serão os passos para avançarmos em direção a Consecitrus? Pelas próprias sugestões do Deputado Mendes Thame, quem sabe a presença do Ministro da Agricultura seja importante para essa finalidade. E do próprio... Quem sabe, então, do secretário de acompanhamento econômico da fazenda, porque, assim, nós poderíamos ter além da palavra, mas essa pode ser, hoje, completada, que eu até já pedi que o Sr. Arthur Badin, Presidente do CADE, possa nos dizer em que medida a Consecitrus está nos moldes que se está pensando, que guarda relação com a Consecana, pode ser efetivada de uma maneira tal a não conflitar com a lei de proteção da concorrência que o Presidente do CADE conhece muito bem. Ou seja, é possível compatibilizar a Consecitrus de uma maneira tal a não conflitar, tal como foi dito aqui que, certo dia, não era ainda o Sr. Christian, mas que se chegou a argumentar que não poderia se realizar a Consecitrus porque o CADE não permitia. Então acho... Achei importante termos. Mas eu faço aqui, portanto, o acréscimo, se a Senadora Kátia Abreu estiver de acordo, para avançar em direção ao que o Deputado Mendes Thame propõe que tenhamos ali mais a secretaria de acompanhamento econômico e o Ministro da Agricultura. É a sugestão que formulo.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Perfeitamente, Sr. Presidente. Não tem nenhum óbice.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a anuência da Senadora Kátia Abreu, então, o Requerimento em votação está acrescido da proposta do Senador Suplicy, para incluir no rol o secretário de acompanhamento econômico do Ministério da Fazenda e o Exmo. Sr. Ministro da Agricultura. Em votação. Não havendo manifestação em contrário--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E o objetivo da motivação da construção do Consecitrus. Só no item, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Foi colocado em votação nesses termos, Senador Suplicy. Então, não havendo manifestação em contrário, declaro aprovado por unanimidade. Agora, nós vamos ouvir--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para complementar, o representante da indústria contestou os números, com bastante veemência, com relação a custos de produção, da CONAB, que é um órgão oficial, e também da ESALQ/CEPEA, que o Ministro da Agricultura, que tem a CONAB sob a sua guarda, do seu Ministério, que ele possa também trazer uma palavra a respeito dos custos de produção, feitos pela CONAB, para o plantio de laranja no país. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Será acrescido no ofício a ser endereçado ao Ministro. Então, agora, nós vamos ouvir um breve comentário, e faço apelo para que seja mais breve possível, porque já são 14 horas nessas alturas do campeonato e já está aberta a sessão ordinária do Senado Federal. Portanto, nós temos que encerrar o mais breve possível essa reunião. Deputado Afonso Hamm.

DEPUTADO AFONSO HAMM (PP-RS): Gostaria rapidamente de procurar contribuir e dizer aqui, Senador Valter Pereira, que é nosso Presidente da Comissão de Agricultura, e os assuntos ligados às questões agrárias, eu sou, como Deputado Federal, membro da Comissão de Agricultura, e até pouco tempo exerci a função de vice-Presidente. Também atuei por muito tempo na extensão rural, também na EMATER, do Rio Grande

do Sul, sou fruticultor, e, aqui, no Congresso Nacional, nós constituímos uma frente parlamentar em defesa da cadeia da fruticultura. E esta frente parlamentar, nós temos, hoje, 226 deputados federais e 19 senadores que aderiram a essa frente. E por que nós teríamos razões ou qual seria a razão de nós efetivarmos uma frente parlamentar, onde a Senadora Kátia Abreu faz parte, convidei também o Deputado Suplicy e temos aqui 19 senadores que também se somaram? Porque a nossa visão é uma visão efetiva e vejo com bons olhos e de necessidade e de oportunidade. Absolutamente oportuna esta Audiência Pública, porque esta Audiência Pública, ela faz com que nós possamos pensar e ter a visão de cadeia produtiva. Ou nós vamos pensar com a presença aqui, do CADE, com a presença do produtor e do fruticultor... Eu sou fruticultor, e o fruticultor, o produtor é sempre a parte mais fraca. Sempre se repassa tudo ao produtor. É verdade? É.

Então, nós precisamos de uma política para o país, em todos os conceitos, em todas as cadeias de fruticultura. E no que se refere à questão específica, aqui, da citricultura, o Estado de São Paulo, mas é uma questão para o Brasil inteiro. Porque, quando nós falamos de suco e frutas, nós estamos falando em saúde. Estamos falando em saúde das pessoas. Estamos falando em longevidade, estamos falando em absoluta condição para melhorar a condição da nossa população e das pessoas que têm a felicidade de consumir frutas e sucos. Tanto é que também é um excelente mercado que grandes empresas, até do segmento de refrigerantes, investem nesse setor.

Agora, nós queremos a ampliação do número de empregos e de oportunidades e também de oportunidade aos produtores. Nós temos hoje 2.2 milhões hectares de fruticultura no Brasil e temos aproximadamente cinco milhões de empregos diretos, diretos na cadeia da fruticultura. Então, esta cadeia, eu quero fazer um apelo no sentido e acho interessante, até porque as duas associações sentam aqui, ao lado, e esta audiência propicia sentar ao lado, debater, e, quem sabe, esse Conselho de Citricultura... Mas é importante ir para o Conselho com a vontade de construir uma equação absolutamente positiva. Porque nós precisamos que mais produtores possam ampliar a produção. Por exemplo, o mercado interno, o mercado interno é um mercado aberto. Mercado absolutamente de oportunidade. Onde estão as políticas de incentivo e de viabilidade para aumentar esse consumo no Brasil, que oportuniza grandes empresas e oportuniza o surgimento de médias e, quem sabe, no futuro, grandes e importantes empresas também exportadoras? Porque nós precisamos também dos exportadores. Porque, se nós não tivermos esse canal exportador, onde colocamos o nosso suco? Então, é absolutamente de equilíbrio e de necessidade nós fazermos a busca do entendimento, onde... Se falou aqui em política de subsídio, é difícil, hoje, preconizar no país, mas tem que achar um ponto de equilíbrio e um ponto de compensação. Que tem safras boas, tem curvas econômicas e de resultado absolutamente positivos, e que tem que dar sustentação aos momentos de baixa. Talvez temos que buscar algum caminho, um suporte de Governo, uma política pública, com certeza.

Agora, o que eu gostaria de frisar e deixar aqui, sublinhado, até porque, aqui, eu fui procurado pelas duas associações, e elas são fundamentais, mas nós temos aqui um Projeto de Lei, sim, na Câmara Federal, já aprovado, e que está em regime de prioridade de votação e vai passar pelo Senado, que possibilita e cria a condição para a merenda escolar do uso das frutas e sucos da época e da região, estimulando as cadeias produtivas e também um projeto que vai dar suporte à expansão de mercado. Mas, no que se refere a esta condição de concentração, como é dita, e de relação de dependência dos produtores, se nós expandirmos a base produtiva, o percentual das empresas vai ficar menor na equação de equilíbrio e, logicamente, também, da formação de preços. Ao mesmo tempo, eu quero imaginar que... E é verdadeiro, até porque eu conversei com as duas associações e vejo aqui, Presidente, nesse momento, um momento de encaminhamento de propostas, e criar um fórum de entendimento é o caminho, criar o aprofundamento do que se chama de agenda positiva para estabelecer rentabilidade, através de uma política de equilíbrio e através de uma abertura, também, de posições em relação ao que pode a indústria também dar retorno, sob pena de não ter o seu fornecedor, porque existe a situação de quem produz e detém a matéria-prima e tem a situação de quem conhece o mercado e acessa esse mercado, e, portanto, é o canal de oportunidade.

Então, eu queria, ao resumir, sem me estender, dizer da absoluta convicção da condição, até porque aspectos técnicos, como greening, como questões outras que preocupam o setor, mas, fundamentalmente, o entendimento, estabelecendo uma política de equilíbrio de preços, de rentabilidade e de oportunidade. E isto, com certeza, eu tenho a convicção que, para o Brasil, para o nosso país, este segmento é um segmento importante. É necessário que nós, produtores, que os citricultores permaneçam no seu segmento produtivo. Precisam, lógico, de complementos, que são políticas complementares, para sair da situação de crise, mas a equação para frente, ela tem que ser construída com essa postura. Eu saúdo a formação de uma associação que, hoje, tem quatro empresas. Quem sabe, ela

vai ser mais abrangente. Acho que isso é possível e é importante que a Associação dos Citricultores, que a gente já conversou em tantas oportunidades, nós possamos fortalecer esse elo que é o mais fraco, sim, da cadeia, mas que é fundamental porque detém a matéria-prima. Não sei se hoje é 50, 60, 70%; portanto, há condições de estabelecer um caminho, porque é esse o caminho que vai gerar oportunidades e acho que é essa a atribuição de competência e responsabilidade que tanto parlamentares, nós, parlamentares, Câmara e Senado, Deputados Federais e Senadores e, fundamentalmente, líderes setoriais e, fundamentalmente, aqui, produtores, que eu me concluo neles, porque sou produtor de pêssegos e produtor de uvas para vinho, e temos, lá em Bagé, na minha cidade, no Rio Grande do Sul, uma parceria com uma indústria, um contrato de 15 anos, onde nós estabelecemos que preço é mercado. Mas se estabelece uma flexibilidade boa, e nós somos 28 produtores. E nós temos, nesse pequeno exemplo, um exemplo que viabiliza produtores e viabiliza a condição da indústria receber um produto de qualidade. Se há essa vontade, e eu entendo que ela exista de forma verdadeira de espíritos desarmados e com vontade de construir essa equação positiva, e eu percebo, nessa audiência... Eu tenho certeza que, também, a nossa frente parlamentar aqui, do Congresso, Câmara e Senado, poderão dar um grande subsídio, Senador Valter Pereira, com satisfação. Era isso e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado pela sua intervenção. Bom, Senador Suplicy, a próxima Audiência Pública que V. Exa. propuser para discutir a citricultura, por favor, providencie suco de laranja para ser distribuído aos senhores participantes.

[palmas]

Afinal de contas, com o suco de laranja, nós ingeriríamos uma razoável quantidade de sais minerais indispensável a suportar tamanha Audiência Pública. Então, espero que essa providência V. Exa. tome na próxima Audiência Pública. Quero, aqui, agradecer a participação de produtores de Taiúva, de São Paulo, de vereadores de Bebedouro, estão aqui, presentes, dois: Antônio Sampaio e Paulo Bianchini; do Deputado Valadares Filho; dos vereadores de Cajobi, São Paulo: José Saraiva, Sérgio Spigiorin, Nivaldo Ferreira, Valdecir(sic) Calixto; do engenheiro agrônomo Calos Eduardo, Diretor de Agricultura; do Prefeito Dorival Sandrini; do representante do Prefeito de Tabatinga, Valdeir Vasconcelos; do Diretor do Sindicato Rural de Ipatinga; Pedro Aparecido Tonetti, Presidente do Sindicato Rural de Pirassununga e Diretor da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo; do Sr. Douglas Eric Kowarick, vice-Presidente da ASSOCITRUS; do Sr. Jerônimo Reis, Deputado... Do Sr. José Antônio, prefeito de Pedrinhas; do Sr. Pedro Becker, representante do Prefeito Ademir Alves; do Sr. Renato Toledo de Queiroz, Presidente da Associação Brasileira de Citricultores; do Sr. Luis(F) Gustavo de Sousa(F), assessor técnico da Secretaria de Agricultura do Governo de São Paulo. Estando já vencidos pela hora, nós declaramos encerrada a presente--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, só... Ficou faltando apenas a palavra do Presidente Badin sobre se há, na Legislação, qualquer impedimento para o CADE, do indicativo do CADE, relativamente à Consecitrus, Sr. Presidente. Acho que... Em que medida a Consecitrus pode ser compatível com a Legislação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deferido o pedido de V. Exa. Com a palavra o Sr. Arthur Badin.

SR. ARTHUR BADIN: Eu vou ser bem rápido e essa é uma oportunidade para esclarecer a posição. Eu não antecipo--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Som, por favor.

SR. ARTHUR BADIN: Eu não antecipei e nem poderia, pela lei, antecipar qualquer opinião a respeito de qualquer tipo desses modelos de negociação. Inclusive, contrato-padrão, eu não disse que nem é legal e nem é ilegal. Eu acho que é válida a discussão, mas o CADE só poderá se pronunciar depois de um processo. E é importante que assim seja, porque, no processo, há um amadurecimento da discussão, são ouvidas as partes e só, então, que nós, conselheiros do CADE, podemos formar uma opinião a respeito dessas questões. Portanto, Sr. Senador, eu não poderia, sob pena de cometer inclusive uma violação às obrigações legais de julgador, antecipar qualquer opinião a respeito da legalidade ou ilegalidade, qualquer uma dessas formas. Agora, o que eu encorajo é que essa discussão seja feita de forma franca, honesta e de boa vontade por todos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se permite, Sr. Presidente, apenas... Existe a Consecana e não há, hoje, objeção da parte do CADE, que eu saiba, com respeito ao Conselho que formou a Consecana e que existe desde 1999. Portanto, há 10 anos. E talvez é um dado relevante.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, antes de declarar o encerramento dessa reunião, houve, aqui, menção à pessoa do Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Citricultores, Renato Toledo de Queiroz. Embora ele não sendo Senador, nós vamos aplicar a ele a regra

do art. 14, do Regimento Interno, para que ele possa falar pelo prazo de três minutos.

SR. RENATO TOLEDO DE QUEIROZ: Muito obrigado pela oportunidade. Eu falo diretamente ao Sr. Christian e digo, olha, bem-vindo ao setor.

Sr. Christian, o senhor falou realmente, inclusive, duvidando de alguns números. Um número que o senhor duvidou foi o número de citricultores. E, nesse caso, o senhor foi preciso. Falou que as quatro indústrias se conversaram e falou que tinha um número aproximadamente de 20.200 produtores. O senhor está de parabéns. Esse número que o senhor está falando é um dos números que nós temos como estimativa, inclusive embaixo está sempre como ASSOCITRUS. Porque nós vimos, nas relações dos produtores da Cargill, que correspondia a 15%, na ocasião, quando a Cutrale e Citrosuco compraram ela, e nós fizemos uma média e fizemos aquela regrinha de três e percebemos que, no total, estaria em torno de sete mil produtores. Como nós somos atuantes, nós sabemos que, pelo menos, 800 produtores, daquela ocasião até hoje, saíram da citricultura, por isso o número de 6200. Mas o senhor pode duvidar.

Mas quanto aos outros números todos que o senhor desacreditou aqui e colocou em dúvida, todos eles, sem exceção – porque eu trabalhei junto com o CNA, trabalhei junto com o Dr. Flávio Viegas -, nenhum número não é inventado. São do CEPEA, são do FDOC, são de todos órgãos que o senhor não pode... Da USDA. O senhor, por acaso, vindo agora para o setor, eu gostaria que o senhor entendesse que esses órgãos, nunca ouvi ninguém duvidar deles, a não ser num mercado tão fechado quanto o de vocês, que possa imaginar que saiba mais do que eles. E pode mesmo. Vocês são uma caixa fechada, a qual ninguém tem condição de saber mais. Então, por favor, abra esta caixa negra, que nós vamos acreditar nos seus números. Mas não duvide dos nossos.

O que eu queria dizer também é que, quanto aos números que o senhor diz que 80% dos produtores estão satisfeitos... Por favor, já que o senhor está aqui para falar a realidade, mande para essa audiência, para os Srs. Senadores, para todos os Srs. Deputados, todas as autoridades e nós, citricultores, por favor, a relação desses nomes. Já que nós vamos informar para o senhor de onde nós tiramos os números, que está aberto para o senhor, nós sentamos na Mesa, queremos conversar, negociar, fazer Consecitrus, traga esse número de 80% dos produtores satisfeitos com o preço pago e com a forma com que a indústria nos trata. Já terminou, Senador.

E gostaria, inclusive, de dizer ao senhor que o suco de laranja não fosse só servido na próxima audiência para citricultura, e, sim, o suco de fruta fresco brasileiro em todas as sessões da Câmara e do Senado, daqui pra frente. Com certeza, o suco de laranja também será servido. E muitos pequenos, médios produtores serão muito bem atendidos com o aumento do consumo interno. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, no cafezinho do Senado, já é servido. Então, nós já estamos prestigiando os citricultores brasileiros. Citricultores, não, os fruticultores brasileiros. Eu gostaria de dar uma informação para encerrar essa reunião. Há documentos que foram entregues pelo Presidente do Sindicato Rural de Bebedouro, José Osvaldo Junqueira Franco, pelo Presidente do Sindicato Rural de Itápolis, Valdir Butarello, pelo Presidente do Sindicato Rural de Taquaritinga, Marco Antônio dos Santos, e outros dirigentes, que serão considerados integrantes desta Audiência Pública e disponibilizados para todos os senadores que compõem as duas comissões, a Comissão de Agricultura e a Comissão de Assuntos Econômicos, para consulta sobre esse tema, que certamente será recorrente nessas duas comissões, dada a relevância das informações que foram trazidas aqui, através dos documentos dos depoimentos.

Portanto, ao declarar encerrada esta sessão, eu quero deixar claro dessas providências que nós vamos tomar para que ela seja abrangente, como todos esperavam e como se faz necessário. Portanto, não havendo mais assunto a tratar, está encerrada a presente reunião. Obrigado a todos os senhores.

[palmas]

Sessão encerrada às 14h21.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 27ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 1º DE SETEMBRO DE 2009.

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia primeiro de setembro de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **AUGUSTO BOTELHO, CÉ-**

SAR BORGES, LEOMAR QUINTANILHA, NEUTO DE CONTO, GERSON CAMATA, GILBERTO GOELLNER, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, EXPEDITO JÚNIOR, SERYS SLHESSARENKO, VALDIR RAUPP E JOÃO TENÓRIO. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, João Pedro, Raimundo Colombo, Kátia Abreu e Jayme Campos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Regula o Programa de Seguro-Desemprego Rural, o Abono Salarial Rural, o Programa de Educação e Formação de Mão-de-Obra Rural – PRORURAL, e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural – FAT Rural e dá outras providências. **AUTOR**: Senador Paulo Paim. **RELATORA:** Senadora Kátia Abreu. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **OBS:** A Matéria será apreciada ainda pela CAS, em decisão terminativa. **RESULTADO: Adiado. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2008. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas, e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências**. AUTOR**: Senador Gilberto Goellner. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com quatro emendas que apresenta. **OBS:** Em reunião realizada em 16/6/2009, foi realizada audiência pública em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a finalidade de instruir o Projeto, nos termos do art. 93, I, RISF. A Matéria será apreciada ainda pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Flexa Ribeiro, Gerson Camata e César Borges. **RESULTADO: Aprovado o Parecer favorável com as Emendas nºs 1 a 4 – CRA. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, DE 2008. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Autoriza a abertura de capital da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). **AUTOR**: Senador Delcídio Amaral. **RELATOR:** Senador Expedito Júnior. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **OBS:** A Matéria será apreciada ainda pela CAE e CCJ, cabendo à última a decisão terminativa. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores: Expedito Júnior e Gilberto Goellner. **RESULTADO: Aprovado o Parecer pela rejeição da matéria. ITEM 4: REQUERIMENTO Nº 37, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais, aditamento ao **Requerimento nº 24 de 2009-CRA**, que seja incluído como convidado na audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ com o objetivo de instruir o PLS 73/2007, um representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA**. AUTOR:** Senador Gilberto Goellner. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Gilberto Goellner e Gerson Camata. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 5: REQUERIMENTO Nº , DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com a finalidade de conhecer, analisar e discutir a preparação da posição do Brasil, e em particular ao que se aplica ao Setor Agropecuário, sobre o novo acordo global para limitar a emissão dos gases do efeito estufa Pós-Kioto. À oportunidade, apresenta sugestão no sentido de que sejam convidados para participar da presente audiência pública: Sr. **Celso Luiz Nunes Amorim**, Ministro de Estado das Relações Exteriores – **MRE;** Sr. **Assuero Doca Veronez**, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA;** Sr. **Evaristo Eduardo de Miranda**, Doutor em Ecologia e pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP – **EMBRAPA**; e Representante da Confederação Nacional da Indústria – **CNI. AUTORA:** Senadora Kátia Abreu. **RESULTADO: Adiado. ITEM 6 : REQUERIMENTO Nº 38, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Em aditamento ao **Requerimento nº 32, de 2009-CRA**, requer a inclusão dos seguintes convidados para discutir o plantio da primeira safra do milho transgênico autorizado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Para tanto sugerimos que sejam convidados: Sr. **Glauber Silveira da Silva,** Presidente da **APROSOJA-MT**; Sr. **Antônio Álvaro Corsetti Purcino,** Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Milho e Sorgo – **EMBRAPA;** e Sr. **Ivo Marcos Carraro** Diretor-Executivo da **COODETEC. AUTORA:** Senadora Serys

Slhessarenko. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Serys Slhessarenko e Gilberto Goellner. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 7: REQUERIMENTO Nº 39, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta entre esse Comissão e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a finalidade de analisar e debater os impactos resultantes da publicação e aplicação do Decreto nº 6.620/08 e da Resolução ANTAQ nº 1.401/09, especialmente a inibição de investimentos privados na construção de terminais portuários privativos destinados à movimentação de cargas próprias e de terceiros e o impacto dessa inibição para o agravamento do "apagão portuário" já anunciado pelo Tribunal de Contas da União – TCU. À oportunidade, apresenta sugestão no sentido de que sejam convidados para participar da presente audiência pública: Sr. **Fernando Fialho** – Diretor-Geral da Agencia Nacional de Transportes Aquaviários – **ANTAQ;** Sr. **Willen Mantelli** – Diretor Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – **ABTP;** Representante da Confederação Nacional da Indústria – **CNI;** Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA. AUTORIA:** Senadora Kátia Abreu e Senador Flexa Ribeiro. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. EXTRA-PAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 40, de 2009-CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 93, II, combinado com Art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão a fim de discutir os problemas do setor cacaueiro, especialmente no Estado da Bahia, bem como a evolução das ações e resultados do programa denominado PAC do Cacau, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Reinhold Stephanes** – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Sr. **Jay Wallace da Silva e Mota** – Diretor da Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira – **CEPLAC**; Sr. **Antônio Zózimo de Matos Costa** – Superintendente da CEPLAC regional da Bahia e Espírito Santo – **SUBES;** Representantes dos Produtores de Cacau do Estado da Bahia. **AUTOR:** Senador Cesar Borges. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): César Borges, Gerson Camata e Gilberto Goellner. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 41, de 2009-CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 93, II, combinado com Art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública perante esta Comissão a fim de discutir os problemas do setor cacaueiro, especialmente nos Estados do Pará e Espírito Santo, bem como a evolução das ações e resultados do programa denominado PAC do Cacau. **AUTORES:** Senadores Flexa Ribeiro e Gerson Camata. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Flexa Ribeiro e Gerson Camata. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 3: REQUERIMENTO Nº 42, de 2009-CRA. ASSUNTO:** Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública conjunta entre essa **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA e a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE,** para debater aspectos relacionados à exploração, tributação e uso da água mineral. Sr. **Edison Lobão** – Ministro de Estado das Minas e Energia – **MME**; Sr. **Reinhold Stephanes** – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Sr. **Paulo Camillo Vargas Penna** – Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração – **IBRAM**; Sr. **Claudio Scliar** – Secretário de Geologia e Mineração do **MME**; Sr. **Carlos Lancia** – Presidente da Associação Brasileira de Indústria de Água Mineral – **ABINAM**; Sr. **Nelson Machado** – Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária – **CONFAZ. AUTOR:** Senador Neuto de Conto. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Neuto de Conto, Gerson Camata e Flexa Ribeiro. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 4: REQUERIMENTO Nº 43, de 2009-CRA. ASSUNTO:** Requer, com base no artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Direitos do Consumidor, com a presença das autoridades abaixo nominadas, a fim de prestar informações acerca do repasse de recursos do governo federal para movimentos sociais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conforme noticiado em reportagem da **Revista Veja**, edição nº 2128, com o título "**Por**

Dentro do Cofre do MST". Convidados: Dr. Guilherme Cassel – Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; Dr. Jorge Hage Sobrinho – Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União; Dr. Ubiratan Aguiar – Ministro – Presidente do Tribunal de Contas da União; e Dr. Otacílio Dantas Cartaxo – Secretário da Receita Federal do Brasil. **AUTORA:** Senadora Marisa Serrano. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Marisa Serrano e Gilberto Goellner. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 5: REQUERIMENTO (DE INFORMAÇÕES) Nº 44, de 2009-CRA. ASSUNTO:** Requer, com base no artigo 50, parágrafo 2º da Constituição Federal e no artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Saúde sobre quais os países (relação nominal) proibiram os seguintes agroquímicos: **ABAMECTINA, ACEFATO, CARBOFURANO, CIHEXATINA, ENDOSSULFAM, FORATO, FOSMETE, GLIFOSATO, LACTOFEM, METAMIDOFÓS, PARAQUATE, PARATIONA METÍLICA, TIRAM, TRICLORFOM**. Ademais, solicita-se quais os estudos que embasaram a reavaliação dos mencionados produtos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **AVISA**. **AUTORIA:** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADOR VALTER PEREIRA, PRESIDENTE DA CRA.**

27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 01 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 09 HORAS E 59 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente Reunião destina-se à apreciação de matérias submetidas à apreciação desta Comissão.

O Item 1 é o Projeto de Lei do Senado de nº 246, de 2007, Não Terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Regula o Programa de Seguro-Desemprego Rural, o Abono Salarial Rural, o Programa de Educação e Formação de Mão de obra Rural – PRORURAL, e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural – FAT Rural e dá outras providências". Como não está presente a Relatora do Projeto, Senadora Kátia Abreu, nós vamos sobrestá-lo, esperando que, chegando a Relatora, ela possa prolatar a sua decisão.

Antes de ingressarmos no Item 2, que é o Projeto de Lei do Senado nº 81, eu gostaria de fazer um registro importante de visita que está fazendo a esta Comissão. Trata-se do Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul – ACRISSUL, Francisco Maia, uma jovem liderança do agronegócio de Mato Grosso do Sul, que desde que assumiu o comando daquela entidade tem vindo a Brasília com uma certa frequência, entrando em contato com o Ministério da Agricultura, com esta Comissão, cuidando dos interesses dos produtores do meu Estado. Portanto, seja bem-vindo, amigo Francisco Maia.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): A imprensa está noticiando desde domingo, o Brasil obteve uma grande vitória na Organização Mundial do Comércio no caso do algodão brasileiro, com o direito de retaliação sobre os Estados Unidos de 800 milhões de dólares. Eu acho que foi uma vitória muito importante, conduzida com muita habilidade pelo Ministério das Relações Exteriores. Eu acho que a Comissão devia mandar pelo menos uma mensagem, um telegrama de cumprimentos ao Ministro Celso Amorim por essa vitória, que é importante.

E, ao mesmo tempo, acho que se a gente tivesse tempo, para pedir que não usasse o direito de retaliar, pois pode atrapalhar depois outras exportações do Brasil. Mas usar esse grande triunfo da diplomacia brasileira, que é um triunfo para a agricultura do Brasil, usá-lo para futuras negociações no sentido de derrubar, por exemplo, na área da laranja e na área do próprio algodão, as sobretaxas que estão sendo impostos a produtos brasileiros, como, por exemplo, até no caso da indústria têxtil brasileira.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu quero me unir a essa solicitação de que seja até discutido, possamos ir até o Ministério Público das Relações Exteriores e ouvir a estratégia que o Brasil fará. Realmente qualquer retaliação poderá trazer, quer dizer, dificilmente o setor de algodão terá os resultados diretos concebidos pela OMC, que são subsídios norte-americanos, excessivos subsídios que são dados à produção daquela cultura e na parte de exportação. Se esses subsídios fossem utilizados unicamente na produção para consumo interno, o Brasil não poderia fazer nada. Agora essa competição desleal no mercado internacional, fazendo com que outras regiões, principalmente regiões mais pobres do mundo, não tenham competitividade no algodão, como a África principalmente, por causa desses subsídios norte-americanos, realmente foi um ganho muito promissor.

O Brasil deveria utilizar isso sim, fazer com que outros produtos de origem agrícola, como o etanol e os biocombustíveis, pudessem ter as suas alíquotas diminuídas naquele País, quem sabe como troca de moeda por essa retaliação que a OMC autorizou o País.

Então se nós pudéssemos fazer uma visita ao Ministro de Relações Exteriores, marcar uma Audiência, saber um pouco mais e mostrar a necessidade que o País tem de abertura de mercado americano para biocombustíveis e, principalmente, o etanol, que sofre muita retaliação, também o suco de laranja, nós poderíamos estar ganhando e fazendo com que a agricultura ganhasse no País.

Tivemos aqui uma Audiência Pública mostrando a dificuldade dos produtores de citrus desse País por causa das alíquotas de internação dos sucos nos Estados Unidos. E, com isso, nós poderíamos estar discutindo esse assunto para que as vantagens econômicas das relações comerciais fossem atingidas, fossem compensados para produtos agrícolas e não de outras matérias-primas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu quero associar-me à manifestação do Senador Gerson Camata e do Senador Gilberto Goellner porque entendo que o Brasil precisa afastar sempre qualquer tipo de receio de recorrer a esses organismos internacionais, às Cortes internacionais para arbitrar essas contendas que, muitas vezes pela hesitação, acabam ficando sem serem acionadas e trazendo prejuízos para produtores brasileiros. Eu acho que todos os recursos no comércio internacional têm que ser manejados de forma apropriada para que os países com os quais o Brasil comercializa respeitem os marcos regulatórios que devem orientar essas relações.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu quero apresentar a essa Comissão um requerimento e pedir aos nobres pares que pudessem aprovar o requerimento, onde eu gostaria que essa Comissão de Agricultura, tão importante do Senado Federal, pudesse voltar a discutir a questão do cacau, especialmente com relação à Bahia, maior produtor brasileiro de cacau, que é uma lavoura em permanente crise e que tem visto frustrado todos os anúncios com relação à recuperação da lavoura. Se lança programas atrás de programas. O último, só para não fazer um histórico muito longo, foi o chamado PAC do Cacau, mas nos parece que na verdade quando se vai para a aplicação efetiva, os obstáculos encontrados para a superação do endividamento do cacauicultor e as próprias rotas tecnológicas para combate à praga da vassoura de bruxa, que assolou essa cultura, como todos sabem, reduzindo drasticamente a produção brasileira, que no passado já chegou a quase 400 mil toneladas e hoje não sei se chega a 150 mil toneladas. Estamos importando para manter em funcionamento a nossa indústria moageira de cacau, que foi implantada em função da produção que nós tínhamos.

Os cacauicultores se sentem extremamente desamparados, sofridos, porque nós temos um organismo importante para a região, chamado CEPLAC, e a CEPLAC induz o cacauicultor a determinadas práticas. Ele vai ao banco tomar empréstimo, depois essa prática não se mostra, a prática efetiva e a melhor para combater não só a praga como o aumento da produtividade, que é o que se deseja, e aí fica o cacauicultor endividado.

Encontra-se outras rotas, como nós imaginávamos que tivéssemos encontrados uma rota para resolver os problemas tanto da praga como da produtividade, que eram os clones, os clones que foram trazidos inclusive da Amazônia e selecionados na própria região para serem implantados renovando todos os cacauais no sentido de que fossem resistente à praga, viesse uma nova árvore com uma nova arquitetura e com uma produtividade muito interessante, muito boa para revitalizar toda a cultura. Entretanto, quando começa a produção, a produtividade esperada não se faz, não atinge aquilo, o esforço muito grande do cacauicultor feito para renovar a sua cultura, na verdade não tem aquele retorno desejado.

Então essa questão, ela impacta uma região muito grande, são mais de 90 municípios da região cacaueira da Bahia que abrange alguns milhões de baianos,

que causou um desemprego em função dessa crise, mais de 250 mil pessoas que foram alijadas, e quando se fala aí nesses novos índices de produtividade, aí é que se abate o terror sobre a região, porque são índices que querem ser aplicados e que nunca foram obtidos pela região, nunca foram obtidos. Como é que se você aplicar um índice agora que nunca foi obtido no passado e que nós não temos hoje condições de vermos esses índices atingidos? Era muito bom que nós tivéssemos altos índices, Senador Goellner, era muito bom, todos querem, mas não temos essas condições. O Senador Gerson do Espírito Santo conhece bem essa realidade.

O que nós estamos assistindo hoje, lamentavelmente, é uma migração dessa cultura para o Estado do Pará. Nada contra o Estado do Pará, só que nós não podemos aceitar que ela se desenvolva no Estado do Pará, pode se desenvolver, eu acho que deve se desenvolver onde ela tiver capacidade de se desenvolver, mas não podemos esquecer da importância dessa lavoura no Estado da Bahia, porque ela já foi o sustentáculo não só da economia Bahia, como também o sustentáculo de divisas para o Brasil na década de 50, quando essas divisas serviram para a industrialização do Sul e Sudeste do País.

Então é uma questão que realmente nos angustia a todos os produtores, os que vivem na região do cacau, porque é uma espécie de uma morte dolorosa, longa, é um horror sem fim para essa questão. Costumamos dizer que, além da queda, o coice que acontece, hoje já são várias quedas, vários coices, as coisas não se resolvem e lamentavelmente a gente sente que o próprio Governo Federal, e não falo apenas desse Governo, mas já de algum tempo, começa a olhar o cacau como algo que dentro do agronegócio brasileiro passa a ser uma coisa muito pequena, que não merece atenção. Pode não merecer atenção a nível estatístico, de números, mas para aqueles que vivem socialmente, que vivem dessa cultura, é uma tragédia. O que nós vimos foi, na verdade, um empobrecimento completo da região, uma destruição de patrimônio feito através de gerações e mais gerações, porque essas plantações não foram feitas agora, elas foram feitas no final do Século XIX, depois ao longo do Século XX, pessoas que vieram de outros Estados, de Sergipe. A CEPLAC avançou essa produção na Amazônia, existiam plantações muito mais nativas do que culturas e a CEPLAC foi para a Amazônia, induziu o crescimento do cacau lá no Pará, no Amazonas, no Acre, em Rondônia e assim por diante, isso tudo com recursos que era da Bahia. Hoje o que nós vemos é que parece que querem abandonar o que a Bahia já deu de contribuição, avançar para outros Estados, que às vezes pode ter condições fitossanitárias melhores, de cultura melhor, mas não podemos abandonar. Nós não aceitaremos, nós, baianos, esta situação. Então é um horror sem fim, como eu estou dizendo a V. Exa.

Por isso que eu estou, nesse requerimento, convidando o Ministro do Estado da Agricultura, o Sr. Reinhold Stefanes, também o Diretor da Comissão Executiva da CEPLAC, o Jay Wallace, o superintendente da CEPLAC, e uma lista de representantes de produtores de cacau do Estado da Bahia que eu vou ainda encaminhar a V. Exa., porque são alguns, não discriminei aqui no requerimento, mas eu quero apresentar esse requerimento e pedir a V. Exa., se possível, que coloque em apreciação--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --porque, lamentavelmente, eu vou ter que ir à CAE, sou Relator de dois importantes Projetos, mas pedir a V. Exa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Para discutir também, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Senador César Borges faz uma verdadeira súplica acerca de um drama vivido pelo setor cacaueiro da Bahia, cujo problema já foi até abordado em outras Audiências Públicas. Nós tivemos, seguramente, duas Audiências Públicas que antecederam a essa proposta por V. Exa.

Eu estava prestando atenção aqui, Senador César Borges, quando V. Exa. se referia ao Pará, foi como se tivesse dado um beliscão no Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Deu uma flechada no Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É, foi uma flechada no Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas falou com carinho, falou com carinho, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Foi com carinho, exatamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o carinho que ele tem pelo Estado do Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas, de qualquer forma, eu acho que o assunto é palpitante e eu passo para comentar a palavra ao Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, a tragédia do cacau brasileiro foi muito enunciada aqui, há uns 18 anos atrás, por um Senador baiano que chamava-se Juraci Magalhães, grande Senador. Ele uma certa vez aqui, numa discussão sobre a incompreensão dos Governos lá de trás também,

sobre o problema do cacau e do café, ele disse assim: "O Brasil vai acabar importando cacau". Naquela época o Brasil era o maior produtor de cacau do mundo, junto com a Costa do Marfim. Pois bem, o Brasil hoje, ninguém acreditava, riram, o Brasil está importando cacau. O maior produtor do mundo hoje é importador de cacau, não cuidou como devia das suas lavouras.

O que é que acontece que as autoridades não conseguem enxergar? A cultura anual, o cara planta milho, soja, feijão. Se no ano seguinte não tem preço bom, ele diminui o feijão, planta mais milho e tal. Mas o cacau, o café, quando ele planta, ele fica escravo de uma árvore, de um arbusto. Vai durar 100 anos, ele pode ir lá cortar, jogar fora e começar com outra coisa, porque o cacau inclusive é essencial na conservação da Mata Atlântica ao longo do litoral brasileiro. O Espírito Santo já foi o segundo produtor, perdeu para Rondônia, porque entrou a vassoura de bruxa, o pessoal foi abandonando, uma certa época os preços caíram. E um outro problema, nós não cuidamos porque numa certa época o cacau subiu muito de preço. Os chocolates hoje têm 15% de cacau. Quando tem 50%, eles põem até "50% de cacau". Então veja V. Exa. que deveria haver um Código de Alimentos que dissesse o que é chocolate. Chocolate não ser feito de gordura de abacate, com outro tipo de gordura, tem que ser feito com cacau. E isso desvalorizou muito, fez cair muito o preço do cacau, mas a tragédia nossa foi que o maior produtor de cacau do mundo hoje é um importador de cacau. Vai acontecer com o café. O Brasil hoje é o maior produtor do café do mundo, o segundo maior consumidor de café do mundo. Já no ano passado tentaram importar café do Vietnã. O Brasil vai acabar importando café se nós não tomarmos providências no sentido de amparar e entender que um arbusto café dura trinta, quarenta anos, e que tem que ter planos de longo prazo no trato desse tipo de lavoura, tanto do cacau, quanto do café. Não é uma cultura anual, é uma cultura perene.

É o que eu queria dizer, apoiando o requerimento do Senador.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tinha pedido a palavra primeiro o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Valter Pereira, Srs. Senadores. A preocupação do Senador César Borges, como bom baiano, defensor e digno representante, competente representante daquele Estado da Bahia aqui no Senado Federal, ela é de total importância.

O Senador fala de uma cultura em que o seu Estado já foi o maior produtor do Brasil e que está em declínio, está em declínio.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Ainda é, o Pará ainda não passou.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, o Pará, se não passou, está perto, aí nós ficamos disputando quem é o maior produtor aqui. O Pará, ele tem nesta cultura, principalmente ao longo da Transamazônica, uma das suas importantes culturas, eu diria não mais de subsistência, mas numa escala já que daria para que nós pudéssemos ter uma indústria de beneficiamento do grão no Pará. Lamentavelmente, Senador César Borges, ainda não temos isso. O nosso cacau, ele é exportado *in natura* para a indústria de chocolate do Espírito Santo, de outros Estados.

V. Exa. tem toda razão de se preocupar e eu sou parceiro na sua preocupação, só que nós também temos problemas no Pará com relação à indústria cacaueira. A desatenção do Estado, Estado que eu falo em todos os níveis, falta de apoio aos pequenos, porque a maioria deles são pequenos produtores. Ainda agora criaram uma área de reserva indígena, Apitereua, em que tem mais de três mil, duas mil famílias dentro dessa área que produzem cacau e aí eles não sabem o que vão fazer, porque estão querendo tirá-los da área e eles--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Contra a vontade dos índios.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Contra a vontade dos índios, os índios não querem. É uma área de 750 mil hectares, eles estão numa área de 200 mil hectares e os índios ficaram com 550 mil hectares, mas a FUNAI não aceita e está nesse conflito lá.

Tem outra cultura, Senador César Borges, que a Bahia já foi o maior produtor, que é o do dendê, do óleo de palma, que o Pará hoje é o maior produtor do Brasil, lamentavelmente numa escala muito pequena. Nós temos lá plantado um pouco mais de 100 mil hectares e temos um potencial para o Brasil se tornar o maior produtor de óleo de palma do mundo, que hoje é a Malásia. Como tivemos em épocas passadas ao café, que entrou no Brasil pelo Pará, hoje praticamente não se produz café no Pará. A produção do café está em Minas, Espírito Santo, em São Paulo, Paraná, quer dizer, há essas migrações. A própria borracha, a própria seringueira, que é nativa da Amazônia, hoje está sendo plantada no Sul também, com êxito, quer dizer, há essas migrações.

O que eu solicitei ao Senador César Borges, se ele permitisse e concordou, é que nós pudéssemos fazer essa Audiência Pública com maior abrangência, para que nós pudéssemos avaliar a questão da cultu-

ra do cacau, a cacauicultura, a nível nacional. Então vamos ver qual é o problema que tem de redução de produção na Bahia, qual a falta de incentivo que falta para que no Pará a gente possa aumentar essa produção, no Espírito Santo também, então vamos fazer uma Audiência Pública para discutir a questão da cultura do cacau a nível nacional, para que o Brasil possa voltar a ter a importância que teve no passado e não corra esse risco de importar os grãos do Vietnã ou de outros países que possam produzir, Costa do Marfim, que possam produzi-lo.

Então a minha sugestão, a minha sugestão não, a minha solicitação é que nós possamos agregar outros nomes a essa Audiência Pública, eu poderia passar à Secretaria da Comissão ainda hoje, de pessoas que possam vir trazer esse assunto também a nível nacional. E se o Senador Gerson Camata tiver também do Espírito Santo, a gente colocaria. Essa é a proposição que faço.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. O Senador Gilberto tinha pedido pela ordem?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É, eu só queria me associar a essa solicitação e dizer que a cultura do cacau sofre, além de problemas de difícil produtividade por problemas sanitários, ela também com isso vem sofrendo contínuas renegociações das dívidas dos produtores. Recentemente o Conselho Monetário Nacional colocou novamente em renegociação as dívidas dos cacauicultores. Nós deveremos dar uma atenção especial também a essa situação porque passam as dívidas desses produtores, porque essa constante renegociação não está resolvendo o problema do setor. O setor carece de renda. Para ter renda, precisa ter uma garantia de preço mínimo. Sem haver isso aí, dificilmente nós vamos recompor, revitalizar a cultura de cacau no País.

Então, nesse sentido, eu também sugiro que se coloque ou que seja apresentado a real situação financeira por que passam todos os produtores de cacau, tanto do Estado da Bahia, como do Espírito Santo e outros, isso aí poderia ser então possivelmente canalizado dentro da CNA, que ela possui dados e pessoal técnico que poderia levantar esses dados e trazer aqui para nós vermos qual as soluções para esse endividamento do setor. Então eu sugiro o nome do representante da CNA para que viesse aqui trazer, dando a conotação da situação econômica e do endividamento da lavoura cacaueira do País. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. O requerimento que está sob a apreciação é de autoria do Senador César Borges, que propõe a realização de Audiência Pública para ouvir as seguintes autoridades: o Ministro Reinhold Stefanes, da Agricultura; o Sr. Jay Wallace da Silva Motta, Diretor da Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira – CEPLAC; o Sr. Antônio Zózimo de Mattos Costa, Superintendente da CEPLAC Regional da Bahia e Espírito Santo; e representantes dos produtores de cacau do Estado da Bahia.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, o Secretário da Agricultura do Espírito Santo, que é um especialista de cacau, se pudesse incluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Secretário de Agricultura do Espírito Santo?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): É, é o ex-Senador Ricardo Santos, ele foi Senador aqui com a gente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, aqui já tem quatro. Nós temos orientado as nossas Audiências para este número, que sai uma Audiência mais enxuta e mais eficaz.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou colocar dois nomes, eu vou sugerir dois nomes.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Só se fizermos duas Audiências Públicas, duas seguidas. Então entra o outro representante do Espírito Santo na próxima Audiência.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou encaminhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então em votação.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem. Eu já participei de Audiências Públicas na Câmara dos Deputados, na Comissão de Agricultura, aonde é dado dez minutos, 15 minutos para cada apresentador. Então, nesse contexto, chegava a oito expositores. Eu vejo que bem conduzido e já avisado anteriormente, esses expositores poderiam nos enriquecer. Às vezes seis é melhor do que quatro, dando meia hora para cada um. Então seis de dez minutos, 15 minutos, e de diferentes áreas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas, Senador Gilberto, V. Exa. há de convir comigo que, via de regra, é contraproducente. É contraproducente principalmente quando você traz alguém que vai discorrer sobre assuntos que tenham algumas questões técnicas, científicas que precisam ser enfocadas. Então acaba sendo contraproducente. Dez minutos às vezes é pouco para um expositor.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Agora cinco é possível, cinco?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Até cinco eu acho que é tolerável.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu não coloquei nome para representante dos produtores porque eu ainda vou conversar com os produtores para que eles possam eleger, no máximo, duas pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Uma?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Uma ou duas pessoas para que venham representando os produtores, que tenham todo o conhecimento da problemática. Então eu vou consultá-los, não ousei indicar o nome, mas vou ainda complementar o requerimento com a indicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então eu acho que está bem calibrado aqui o tamanho da Audiência Pública.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu queria propor a V. Exa., como sugestão, que nós pudéssemos fazer duas Audiências no mesmo dia, para não perder a sequência. Faríamos uma pela manhã e uma à tarde, para dar continuidade ao assunto, senão nós poderíamos perder o foco.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu sugeriria, Senador Flexa, que nós realizássemos esta primeiro e, depois, nesta data, aquilo que ficasse pendente--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): É melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --abordaria na outra Audiência pública.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para que a gente possa ter o que eu penso que seja importante, amplitude nacional, então era bom que nós pudéssemos mesclar, que tivesse pelo menos um participante do Espírito Santo, um participante do Pará.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu vou fazer um apelo ao Senador Flexa Ribeiro para que ele possa atentar para essa questão que o Presidente acaba de colocar. Veja bem: o meu requerimento visa essencialmente a questão da crise do cacau da Bahia, que é muito grave, que é muito grave. Eu não me omito para discutir, por exemplo, a ampliação do cacau no Pará, um projeto específico para o Pará, para a Amazônia, eu acho que é natural o que o Senador Flexa falou, nós já tivemos seringa no Brasil, levaram a seringa para o sudoeste da Ásia e a seringa hoje aqui no Amazônia virou uma atividade secundária. Tudo bem, isso faz parte da economia. Agora eu, como baiano, tenho que lutar pela lavoura cacaueira da Bahia e vou lutar por ela, porque é a base, ainda é o maior produtor brasileiro. Nós temos lá, como disse, famílias e mais famílias, milhares de trabalhadores que vivem dessa atividade. Essa é uma atividade que começa no Pará e já avança no Pará, sem sombra de dúvidas. Como, por exemplo, a Indonésia não produzia nada e hoje produz 450 mil toneladas, não é? A Indonésia. Mas acontece que na Bahia foi o inverso. Então nós estamos num processo quase de extinção. Então nós temos que discutir, o meu requerimento é esse. Então se V. Exa. puder manter e fazer uma segunda Audiência para discutir o cacau lá no Pará, sem sombra de dúvidas nós estaremos presente colaborando, mas queríamos agora discutir a grave crise que vive a cacauicultura da Bahia e cujo projeto, chamado PAC do Cacau, na verdade aqui eu trago uma matéria do Jornal da Tarde que diz "O PAC está empacado", com relação à lavoura do cacau.

Então se V. Exa. puder manter na íntegra para que a gente possa discutir esse assunto Bahia, eu gostaria muito, e marcasse uma outra Audiência para discutir o cacau da Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós vamos colocar em votação o requerimento nos termos em que ele foi formulado, certo? Então os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, neste caso eu votaria contra, porque não pode botar o Espírito Santo no meio, é produtor de cacau.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, a discussão, sim, V. Exa. mesmo concordou anteriormente que se fizesse uma outra Audiência Pública onde--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então nós estamos aprovando duas Audiências Públicas?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, aqui nós estamos aprovando primeiro este requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aí eu pediria a V. Exa. que nós já--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E V. Exa. sugeriu que se desdobrasse a Audiência Pública em duas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ampliasse.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então numa segunda etapa, realizada essa aqui, vamos acolher o requerimento de V. Exa. para a realização de outra Audiência Pública. Agora obviamente não vamos votar agora, até porque V. Exa. ainda não tem os nomes que deseja colocar. O Senador Gerson Camata foi o único que apontou um nome, então eu acho que poderíamos votar na próxima Reu-

nião. Na hora que realizar essa aqui, claro que como está sendo focada na questão específica da Bahia, problemas vão ficar pendentes com relação à política cacaueira de maneira geral.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu concordo, eu acho que o Senador César Borges tem razão, ele quer discutir a questão da crise da cultura do cacau na Bahia, vamos fazer esta Audiência. Agora eu já gostaria que V. Exa. deixasse aprovado uma segunda, que haverá de ter uma abrangência nacional, em que eu indicarei os nomes do Pará, o Senador Camata do Espírito Santo, mas já deixamos aprovado, só depois os requerimentos virão com os nomes e V. Exa. marcará a data.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não há óbice.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Alguém diverge? Não havendo divergência, está aprovado também esse outro requerimento.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, me desculpe o Senador César Borges, mas eu acho que nós estamos criando um precedente. Quando discute a soja, nós temos que discutir a soja no Brasil. Quando discute café, a lavoura cafeeira e o setor café do Brasil, porque não é uma Comissão só do Estado da Bahia, ela é nacional, embora ele tenha que brigar pela Bahia, eu tenho a obrigação de brigar pelo Espírito Santo, mas todos juntos temos a obrigação de brigar pelo Brasil. Eu acho que nós não podemos separar muito, compartimentalizar--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que V. Exa. tem parte de razão. Eu acho que nós representamos a Federação brasileira, portanto, todos os Estados têm abrigo nesta Casa. Todavia, quando o Senador foca um problema específico do seu Estado, também está cumprindo o seu mister, até porque ele representa aquela fração da Federação que é o seu Estado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu voto a favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Portanto, V. Exa. tem razão e o Senador César Borges também tem razão. Aprovado o requerimento de autoria do Senador César Borges e o do Senador Flexa Ribeiro, junto com o Gerson Camata.

Eu gostaria de dar conhecimento, viu Senador César Borges, antes de V. Exa. deixar esse recinto, uma correspondência que foi recebida pela EMBRAPA. Ela faz aqui um apelo que, quando for designada alguma Audiência Pública com técnicos e cientistas dessa empresa, sejam solicitados os especialistas daquela área específica sem nominá-los, já que a empresa está buscando estabelecer uma política específica de governo para cada tipo de assunto a ela pertinente. Acredito que, neste caso aqui, o que ela busca é uma impessoalidade, para que ele exprima o pensamento que a empresa tem. Eu até, ao receber esta correspondência, recebi com simpatia, porque se tem uma instituição que merece todo o respeito, todo o acatamento e a admiração dessa Comissão é a EMBRAPA. Eu acredito que aqui não há nenhum Senador que não seja "embrapiano". Portanto, ao dar conhecimento, espero que mereça a compreensão de todos.

Há sobre a Mesa também outro requerimento, de autoria do Senador Neuto de Conto: "Nos termos do art. 104 do Regimento Interno, requeiro a realização de Audiência Pública conjunta com a CAE para debater aspectos relacionados à exploração, tributação e uso da água mineral". Ele sugere os nomes do Ministro Edison Lobão, do Ministro Reinhold Stefanes, do Dr. Paulo Camilo, Presidente do IBRAM, do Dr. Cláudio Scliar, Secretário de Geologia e Mineração do Ministério das Minas e Energia, do Dr. Carlos Lancia, Presidente da ABINAM, do Dr. Carlos Pedrosa, Advogado, Procurador da ABINAM.

Com a palavra o autor do requerimento, o Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Presidente Valter Pereira, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. O requerimento se baseia principalmente, Sr. Presidente, que a água mineral, ela é extraída do solo como mineral e paga CEFEM paga imposto como mineral. Depois ela é comercializada como mercadoria e paga imposto. E é consumida como alimento. Hoje ela é o segundo componente mais importante do ser humano, para o seu ciclo vital, só perde para o ar. Sem água, nós não vivemos, como não vivemos sem ar. Consequentemente, uma tributação de mais de 40% sobre um produto de necessidade primeira para toda a sociedade brasileira, nós entendemos que deveríamos ter um debate, juntamente com a CAE, para que possamos ouvir as autoridades da área, do Ministério de Minas e Energia, do Ministério da Agricultura, da classe produtora e, também, dos consumidores. Por isso os nomes que aqui nós colocamos.

Eu acrescentaria ainda que a Comissão de Agricultura, ela é a responsável pela segurança alimentar e, também, pelo uso de recursos hídricos na alimentação.

Por essas razões é que nós solicitamos uma Audiência Pública para que possamos esclarecer e, principalmente, buscar uma adequação na tributação, porque não é possível que se pague para extrair do solo, paga-se para comercializar e paga-se para con-

sumir um importante alimento na vida do ser humano e que, no nosso entendimento, ela deveria ir para a cesta básica da sociedade, para que nós possamos ter vida melhor com produto de qualidade.

Por isso, eu quero agradecer esta oportunidade e pedir aos senhores pares que se associem a uma causa tão importante para a humanidade.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, já que vamos entrar nessa política da água, qual que é a grande luta, não é da Comissão de Agricultura, mas do Senado inteiro? Transformar todas as águas que são fornecidas nas torneiras do Brasil em água potável, para que qualquer cidadão, qualquer brasileiro abra uma torneira e beba um copo d'água sadia, bem servida, bem tratada, como acontece na maioria dos países do mundo. Essa seria também a grande briga.

Em 1978, eu era Deputado quando ocorreu a crise do petróleo. Eu apresentei um projeto que foi derrubado, que não podia a água mineral ser vendida a mais de cem quilômetros da fonte, porque se gasta milhões de litro de combustível para carregar água para lá e para cá. No Espírito Santo aparece água, Sr. Presidente, lá de São Paulo, e aparecem águas do Espírito Santo lá em São Paulo. Caminhões rodando, pneus enchendo as estradas, carregando água de um lugar para outro. Então faríamos com que maior número de pequenas empresas fornecedoras de água existem no Brasil, economizando combustível. E agora a gente já vê a Prefeitura de Nova Iorque estimulando a instalação desses modernos filtros nos restaurantes, para evitar transporte de água para lá e para cá. O filtro torna qualquer água, água mineral, e faz com que haja uma enorme economia de combustível, uma enorme economia de quotas de gás carbônico, fazendo com que se lute também, junto com a boa qualidade da água, pela boa qualidade do meio ambiente. Eu acho que tudo isso é que deveria ser englobado nessa Audiência pública, que eu voto a favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero parabenizar ao Senador Neuto de Conto pelo seu requerimento apresentado e, como disse o Senador Gerson Camata, é lamentável que no Brasil um percentual muito pequeno da nossa população tenha acesso a água potável.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): De boa qualidade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Água potável, eu diria, de boa qualidade, como você encontra nos países do primeiro mundo, que você pode acessar direto da torneira e ingerir, porque a água já vem pronta para o uso, a qualidade dela é garantida para o uso. Aqui no Brasil, lamentavelmente na grande maioria dos casos, a água fornecida pelas companhias são totalmente fora de padrão de uso. Então tem essa questão levantada aí pelo Senador Neuto de que tenha mais acesso às águas que são comercializadas, a água mineral.

O projeto que o então Deputado e hoje Senador Camata apresentou de impedir a distribuição além de 100 Km vai contra a lei de mercado, não tem como você impedir, aí é a questão de você acessar mercado, mas eu digo que têm águas que vêm do exterior e são comercializadas no Brasil.

Agora eu acho que o Senador Neuto tem razão e conversando com ele, na cadeia aí da tributação ele não colocou um item que é o tributo estadual. É importante. Já que ele quer discutir a carga tributária sobre o produto, era importante que trouxesse um representante do CONFAZ, que representa todos os Secretários de Fazenda dos Estados brasileiros, porque você tem o ICMS, que é pesado em cima do produto, e ele não está nessa relação.

Era só isso, eu voto favorável, quero parabenizá-lo, só com essa sugestão ao Senador Neuto de Conto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Neuto, V. Exa. falou em 40%?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): 40%.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E quanto que é a cachaça, V. Exa. tem conhecimento?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Deve ser menos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deve ser menos?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Deve ser menos. A cachaça tem o IPI, que eu não sei quanto é, e essa não tem IPI. Eu não tenho aqui os cálculos, mas é considerável, porque a água não é mineral e paga-se como mineral a água. E, depois, paga-se na comercialização normal. Agora a cachaça deve ter IPI e o IPI, certamente, eu não sei quanto é.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Há uma outra questão da água aqui, Senador Gerson Camata, que V. Exa. já tem abordado essas questões, que eu acho que realmente nós tínha-

mos que discutir, não só essa questão da tributação, mas a questão da qualidade da água.

Veja por exemplo: nós ouvimos uma propaganda, que tudo indica enganosa, durante muito tempo, que nos levou à cultura e à convicção de que o flúor é indispensável à água para proteger a cárie, para evitar a cárie. Esses tempos eu andei lendo um trabalho onde o articulista diz exatamente o contrário, que é um elemento inócuo com relação à cárie, mas que provoca outros danos à saúde bucal, não só à saúde bucal como à saúde da pessoa humana. Então eu acho que nós tínhamos que trazer especialistas também para abordar essas questões relativas à qualidade.

No entanto, eu gostaria de fazer um apelo aqui ao Senador Neuto de Conto. V. Exa. aqui apontou seis expositores e nós estamos adotando uma política aqui de reduzir, tendo como parâmetro quatro.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Tem seis nomes, mas, por exemplo, essas duas pessoas da ABINAM são o Advogado e o Presidente. Provavelmente um vem mais para assessorar juridicamente os dados, eu não tenho preocupação de... E o Ministro de Minas e Energia, nós colocamos também, como talvez ele tenha dificuldade, o Secretário de Geologia e Mineração, que talvez aqui eu tenha que extrair um dos dois. Aí eu tiraria aqui da ABINAM e coloco um do CONFAZ então.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Do CONFAZ?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): É, eu não sei o nome agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em lugar do Presidente da ABINAM?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Do Dr. Carlos Pedrosa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Do Advogado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Do Advogado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, nós devíamos chamar aqui também o Presidente da ANA, a Associação Nacional das Águas. É interessante porque veja V. Exa. o que é que acontece hoje: a Agência Nacional de Petróleo, ela fiscaliza a gasolina nos postos de gasolina, não fiscaliza muito, mas fiscaliza, e de vez em quando a gente vê aí na televisão gasolina falsificada, gasolina com aditivos proibidos. Agora quem fiscaliza a qualidade da água é a própria empresa que fornece a água.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. não acha mais interessante nós realizarmos uma Audiência Pública para discutir só a qualidade da água e aí chamaríamos a ANA e chamaríamos--

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): É inviável.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Fazemos outra então, é uma sessão mineral, depois a outra?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Que toda água é mineral.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Porque a água mineral, toda ela é no Ministério de Minas e Energia.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Positivo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): A agência reguladora é a ANA, que poderia regular, ela fiscalizar a água que nós bebemos nas torneiras do Brasil e não a própria companhia.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vamos fazer uma Audiência sobre a qualidade da água.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ótimo, uma Audiência sobre a qualidade da água.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então em votação o requerimento do Senador Neuto de Conto, com a substituição do Advogado pelo Coordenador do CONFAZ.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pronto, muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que tiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agora vem um requerimento aqui da Senadora Marisa Serrano.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu já pedi a retirada, pela ordem, em homenagem à Senadora Marisa Serrano. Leia o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ela está aqui fustigando um formigueiro. Como o formigueiro é da alçada da Comissão de Agricultura também, vamos apreciá-lo. "Requeiro, com base no art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento, seja realizada Audiência Pública perante essa douta Comissão com a participação do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, a fim de prestar informações acerca do repasse de recursos do Governo Federal

para movimentos sociais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conforme noticiado em reportagem da Revista Veja, Edição 2.128, com o título: "Por dentro do cofre do MST".

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra, Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir depois, Sr. Presidente. Primeiro é a autora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Prioridade para a autora e, depois, V. Exa., Senador Gerson Camata.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Eu queria primeiro informar, Sr. Presidente, que também quero apresentar hoje ainda na Comissão de Fiscalização e Controle, da qual eu faço parte, um requerimento idêntico e solicitando a possibilidade de, sendo aprovado aqui e sendo aprovado lá, que a Audiência Pública seja conjunta, já que fiscalizar e controlar também é obrigação desta Casa e nessa questão especificamente.

Desde a discussão do Estatuto da Terra, da CPI da Terra que teve aqui, vários passos já foram dados, discutidos, e sempre se discute a questão do MST, isso não é de agora, só que nunca a gente chega ao cofre. E hoje, com a imprensa investigativa que temos, as questões às vezes afloram, como é este caso. E se aflorou, a população brasileira que leu a Veja está ciente de que há alguma coisa por trás e nós aqui não podemos colocar a cabeça como avestruz na areia e dizer: "Não é conosco". Como é conosco, nós temos que dar uma resposta à sociedade brasileira e a esta Casa dessas questões.

Primeiro, se são 43 milhões de reais de 2003 a 2007 que foram repassados, contas governamentais, a quatro entidades que irrigam o MST, que é uma relação muito pesada com o MST, já que o MST, juridicamente, não existe, não presta contas à Receita Federal e a ninguém, ficam essas ONGs de fachada acompanhando, recebendo recursos e irrigando esse organismo.

Em geral, Sr. Presidente, os recursos que vão para essas ONGs são para formação de pessoal. é qualificação de mão de obra. Agora eu queria saber: Quem acompanha a qualificação de mão de obra, quem avalia a qualificação de mão de obra? Gente, é uma senhora escola, Senador Camata. Receber 43 milhões do Governo Federal, mais 20 milhões do exterior, quer dizer, dava para qualificar e muito bem. Essas pessoas estão sendo qualificadas? Aonde elas aplicam aquilo que aprendem? Se é para aplicar no campo mesmo, se é para qualificar quem trabalha no campo.

Eu não tenho conhecimento de que os trabalhadores rurais ligados ao MST estão sendo qualificados a tal ponto que melhorem a vida daqueles que acampam nesse País e muito menos os que são assentados. Todos os que são assentados, os Governos Estaduais têm que investir e muito para qualificá-los e requalificá-los. Então como é que recebe a quantidade de dinheiro que recebe para qualificar a mão de obra e a gente não acompanha, não tem fiscalização e não tem verificação dessa qualificação?

Eu falo assim, nós queremos avaliar tudo nesse País e não temos condições de avaliar o que essas ONGs fazem neste País, se realmente o dinheiro recebido nos convênios a que se destina estão sendo realmente efetuados.

Eu quero aqui deixar ainda claro, Sr. Presidente, que há denúncias incríveis. Eu quero só relatar uma, só uma para refrescar a memória de todos. Em agosto de 2007, 153 mil do CEPATEC, que é uma das quatro ONGs que irrigam o MST, foram parar na conta da Márcia Carvalho Sales, uma vendedora de cosmético, residente na periferia de Brasília. Ela dizendo, a reportagem foi atrás, ela diz: "Não sei do que se trata, não sei o que é que CEPATEC e não movimento a conta de um banco há mais de três anos" – diz a comerciaria. Quer dizer, alguma coisa está errada.

Então é em vista dessas questões e muitas outras que eu poderia ficar aqui a manhã toda discorrendo, Sr. Presidente, do que nós temos visto e acompanhado dessas ONGs no País nesses últimos anos, eu gostaria que os nobres pares aqui apoiassem esse requerimento, que a gente fizesse uma Audiência Pública.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Que a gente ouvisse o nosso Ministro do Desenvolvimento Agrário. Agora, Sr. Presidente, eu tenho uma pergunta a fazer a V. Exa.: Quantas vezes essa Comissão já convidou o Sr. Guilherme Cassel para vir aqui? Quantas vezes ele se desculpou que não poderia vir? O senhor tem essa informação, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu há poucos dias atrás ainda encaminhei um ofício e nesse ofício coloquei claramente que não podendo ele pessoalmente comparecer naquela data, que ele designe uma data onde ele possa comparecer, porque eu acho que tem que ser este o nosso procedimento doravante para evitar que o Ministro sempre se esquive de cumprir aqui aquela sua obrigação institucional com esta Casa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas aí eu queria fazer uma ressalva, Sr. Presidente. Ele pode colocar aí uma segunda-feira, que às vezes nós não temos nem Comissão. Então eu acho que nós

teríamos que delimitar os dias da semana em que nós gostaríamos que ele estivesse aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas foi esclarecido na correspondência especificamente na terça-feira. Então qual é a próxima terça-feira--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Terça-feira que V. Exa. queira participar?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É, porque V. Exa. tem razão na crítica. Eu acho que o Ministro de Estado, quando é surpreendido com uma data onde esteja agendado--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós convidamos, não estamos convocando.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --ele realmente não tem como comparecer. Porém, é preciso que ele marque uma data de Reunião desta Comissão onde ele não tenha agenda e que possa cumprir a sua obrigação com esta Casa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E, Sr. Presidente, se com toda essa diplomacia de V. Exa., marcando data, esperando, deixando a ele aleatoriamente que ele decida quando queira vir, embora não seja essa a obrigação ministerial, é vir aqui quando o Senado, o Congresso o convoque, da próxima vez, se o convite não for aceito e se o Ministro reiteradas vezes não têm comparecido aqui, não aceita os nossos convites, aí sim nós temos que entrar com aquilo que o nosso Regimento nos autoriza, que é a convocação. Era isso que eu queria colocar.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir, Sr. Presidente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Para discutir, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tinha pedido primeiro para discutir o Senador Gerson Camata, em seguida o Senador Gilberto e, posteriormente, o Senador Flexa.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): E eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Depois a Senadora Serys. Com a palavra o Senador Gerson.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu acho esse requerimento muito importante, a Comissão precisa se debruçar sobre ele. O desvio de recursos públicos nessa área é complicado e está praticamente comprovado pela reportagem da Revista Veja.

Mas o mais grave, tem que olhar isso lá na Comissão de Fiscalização, é oficiar a Embaixada desses países que estão mandando milhões de dólares para cá, milhões de dólares que estão financiando invasões, quebras de prédios públicos, destruição de postos rodoviários, perguntando aos Embaixadores desses países que organizações são essas que injetam dinheiro no Brasil e mexem na estrutura brasileira. Imagine se nós mandássemos dinheiro para a Argentina para financiar aquela greve dos caminhoneiros e dos agricultores da Argentina? Seria uma intromissão indevida nos assuntos internos da Argentina. Imagine se na época da briga da Bolívia com a província de Santa Cruz de la Sierra, o Brasil tivesse mandado dinheiro para a província de Santa Cruz de la Sierra para atrapalhar as evoluções "caritativas" do Presidente Evo Morales. Isso seria interferência direta nos assuntos internos da Bolívia.

Entretanto, países estrangeiros mandam 23 milhões de dólares para cá, que interferem no circuito interno do Brasil, provocam problemas sérios policiais e sociais. Que Países que são esses, que Organizações são essas, que Embaixadas são essas? Elas têm que explicar isso ao Congresso brasileiro e à Comissão de Fiscalização e Controle. Isso é mais grave, eu acho, sobre interferência de um País dentro do outro, do que até o desvio dos recursos brasileiros. Voto a favor do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gilberto Goellner, estando em condições, pode falar.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de solicitar a inclusão do TCU, que possui controle também--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É importante.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): --dessas doações e, também, de outros movimentos, como a CUT e outros também que recebem subvenções do MDA. Então nesse sentido eu quero me unir à solicitação indicando então a convocação, o convite ao TCU, ao Ministro Relator que acompanha diretamente essas matérias e, também, além do MST, que seja incluído outros movimentos sociais, que nós poderemos aqui elencar e ajudar a definir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A Senadora Marisa concorda com os acréscimos?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu estava dizendo aqui ao Senador Goellner que está tão difícil o Ministro Guilherme Cassel vir aqui, que eu gostaria que viesse o Ministro, que ele nos desse todas as explicações e que nós tivéssemos tempo de

questioná-lo, porque não é uma coisinha simples isso aí, é toda uma rede que existe no País. Mas eu acho que o Senador Goellner tem razão em algo: o TCU, que é o nosso braço financeiro, e a Receita Federal, porque, afinal de contas, é um dinheiro que vem do exterior e não passa pela Receita.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Um aparte, Presidente. Eu sugiro a CGU também, a Controladoria-Geral da União.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A Controladoria-Geral da União, certinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A CGU.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Suprimiríamos os movimentos sociais e incluiríamos TCU e CGU, ficaríamos nos órgãos financeiros.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): De controle. V. Exa. tinha pedido para discutir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só quero parabenizar a Senadora Marisa Serrano, que traz um assunto que está sendo discutido aqui no Congresso há muito tempo. Há mais de quatro anos a CPI da Terra, ela chegou próximo de mostrar à sociedade brasileira a utilização indevida de recursos públicos no Movimento dos Sem-Terra. Não houve possibilidade por blindagem da base do Governo de se quebrar o sigilo bancário dessas entidades que apoiam o movimento. A Revista Veja, como disse a Senadora Marisa Serrano, colocou esta semana aquilo que a própria CPI da Terra já tinha dito, só que precisamos concluir a investigação.

Eu iria propor o TCU, já está feito e aprovado, eu acho que é importante, a Senadora Serys também tem razão com a CGU. Eu só queria propor, Senador Valter Pereira, que há por parte de alguns Ministros, graças a Deus não são todos, há Ministros que, quando convidados, eles prontamente atendem ao convite do Senado Federal e veem com uma presteza impressionante. Agora mesmo fiz um requerimento para ouvir a questão da compra dos armamentos ao Ministro Nelson Jobim e ele marcou na mesma semana, quer dizer, eu fiz o requerimento numa Sessão e ele esteve na Sessão seguinte, mostrando o reconhecimento e o--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O apresso pela Casa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --apresso que ele tem pela casa. Outros Ministros atendem também. Agora têm alguns que sistematicamente não dão nem satisfação às Comissões. V. Exa. diz que o Ministro do MDA já está convidado para outra Audiência Pública aqui, me pareceu isso, e também não responde. Então eu queria propor--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, ele não respondeu negativamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois é, não marca.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na verdade, para prevenir isso, nós já encaminhamos o ofício de convite ressalvando essa questão da data: "Caso V. Exa. não possa comparecer na data designada, que marque outra terça-feira, que é data de Reunião da Comissão, para fazê-lo".

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas não fará, não fará.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu não tenho resposta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas não dará. Então eu queria propor--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acredito que ele atenderá sim, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu espero que faça, eu espero que faça, mas eu queria propor--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Até porque ele sabe que há mecanismos capaz de trazê-lo de outra forma.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente, mas como este assunto que a Senadora Marisa trouxe hoje é um assunto que não pode deixar esfriar, vamos usar essa palavra, não pode deixar cair no esquecimento, eu queria propor que o requerimento da Senadora Marisa Serrano fosse: "Convite no prazo de 30 dias". Ele vai ter trinta dias para dizer quando ele quiser vir. Em não atendendo, ele já está automaticamente convocado e aí V. Exa. definirá a data. Eu proporia desta forma, porque nós já ganhamos tempo. Vamos esperar os trinta dias que ele possa agendar. Se ele não agendar, V. Exa. já está autorizado pela Comissão como convocação para definir a data da vinda dele até aqui.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ele tem 60 dias para vir aqui, teria setembro e outubro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pronto, já fica automaticamente convocado se nos 30 dias ele não atender o convite. Essa é a minha sugestão à Senadora Marisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então se a autora concorda, submeto a votos o requerimento nesses termos propostos pela Senadora Marisa, com o adendo do Senador Flexa Ribeiro e as Emendas do Senador Gilberto Goellner e Serys Slhessarenko. Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Não havendo nenhum óbice, está aprovado por unanimidade.

Há outro requerimento, de autoria do Senador Gilberto Goellner, para "Oficiar o Sr. Ministro da Saúde sobre quais países proibiram os seguintes agroquímicos: abamectina, acefato, carbofurano, cihexatina, edossulfam, forato, fosmete, glifosato, lactofem, metamidofós, paraquate, parationa metílica, tiram e triclorfom. Solicita, ainda, quais os estudos que embasaram a reavaliação dos mencionados produtos pela Agência de Vigilância Sanitária – ANVISA". Esse é um requerimento de informações endereçado ao Sr. Ministro da Saúde.

Na verdade, esta questão aqui desses agroquímicos está sendo questionada por produtores, por distribuidores. É uma discussão que tem colocado muito em dúvida sobre se a política adotada hoje está consultando aos interesses da agricultura e da pecuária brasileira.

Então em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Não havendo questionamento, está aprovado por unanimidade também.

Requerimento da Senadora Kátia Abreu, "Com a finalidade de analisar e debater os impactos resultantes da publicação e aplicação do Decreto 6.620, que seja realizada Audiência Pública com a seguinte participação: Fernando Fialho, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Willen Mantelli, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários, representante da CNI, representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA". O requerimento visa estudar, debater os impactos resultantes da publicação e aplicação do Decreto 6.620, referente à movimentação de cargas próprias e de terceiros e o impacto dessa na inibição e o agravamento do "apagão portuário", já anunciado pelo Tribunal de Contas da União. Com a palavra, para discutir, o Senador Gerson Camata. Informando ainda, Senador Gerson, que é coautor desse requerimento o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito bom, Sr. Presidente. Primeiro eu quero dizer que eu voto favorável ao requerimento. Nós tivemos uma discussão muito ampla lá no Plenário quando se antevia a edição desse Decreto. Ele, no meu entender, é inconstitucional porque ele fere artigos da Constituição. Na época nós dissemos que seria melhor ser redigido assim: "Fica proibida a construção de portos no Brasil", era mais explícito. O objetivo dele foi impedir que se construíssem portos no Brasil, para beneficiar aqueles que concorreram e ficaram donos de portos públicos, principalmente portos de containers em Santos e outros portos brasileiros. Então para proteger esses indivíduos, se proibiu construir portos no Brasil, está proibido.

Então veja V. Exa.: a Senadora Kátia anunciou, eu anunciei que ia ser uma tragédia, e agora o próprio Tribunal de Contas fez um estudo que terminou com o anúncio do "apagão portuário". O que é que está acontecendo? Cada dia mais, e agora o Brasil começa a retomar e o mundo o seu crescimento, depois dessa crise, os portos brasileiros começam a ficar congestionados, a pagar demurrage cada vez mais caras pela permanência de navios na espera. Nós vamos ter um problema seriíssimo no Brasil dentro de dez anos. Então daquele dia que nós discutimos isso até hoje já se passou um ano, já está o Tribunal de Contas avisando que nós vamos ter um "apagão portuário". Daqui há dez anos, Sr. Presidente, vai ser proibido exportar pelo Brasil ou importar, o que até seria bom, porque os portos brasileiros vão congestionar. E aqueles que estão hoje donos desses portos, que não estão investindo na sua melhoria, vão ficar cada vez mais milionários cobrando cada vez mais pela exclusividade que está se dando a eles do direito de manobrar as cargas através desse Decreto.

Eu vejo que dentro do Governo há um núcleo que protege esses indivíduos, que não estão a favor do Brasil, estão a favor desses donos de portos. Na época eu disse: Nós estamos aqui fazendo uma Lei, não é uma Lei para o dono de porto, nem uma Lei para quem quer construir novos portos. Temos que fazer uma Lei para o Brasil, que beneficie os brasileiros, que possibilite o crescimento e o progresso do Brasil. Infelizmente, fizeram um Decreto para proteger donos de portos e proibiram a construção de novos portos no Brasil.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou só fazer uma indagação aqui, porque nós estamos discutindo aqui uma matéria que tem uma característica eminentemente ligada à infraestrutura. Não seria o caso de fazer uma Audiência Pública... Ah, está aqui, é com a Comissão de Infraestrutura.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É conjunta, é conjunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Correto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É conjunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então é uma Audiência conjunta, eu acho que está correto, nós não estaremos invadindo área de outra Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para defender, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. quer comentar? Então com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu subscrevi o requerimento da Senadora Kátia Abreu, que não se encontra presente, pela importância que esse requerimento tem. O Senador Gerson Camata já colocou com propriedade os assuntos e as questões que impossibilitaram a aprovação do projeto em Plenário. Nós estamos tratando aqui de reserva de mercado. Os investimentos que estão previstos aqui são investimentos privados. Aqueles que quiserem correr o risco de fazer um porto para que possam dar condição de melhorar o escoamento da produção brasileira, terão o direito de fazê-lo e o Decreto impede que isso seja feito.

Então eu acho que nós temos que discutir isto e eu gostaria só, Presidente, de incluir um representante ou o Presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros, que terão que estar aqui nessa ocasião, porque são aqueles que são mais atingidos pela falta de infraestrutura portuária para a exportação. Isso tira competitividade do produto brasileiro. Eu pediria a V. Exa. então que fosse incluído aqui o Presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros, AEB me parece que é, que eu não sei quem é que está presidindo agora.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se os senhores parlamentares estiverem de acordo... Está aprovado por unanimidade, não havendo manifestação em contrário.

Há um Projeto de autoria do Senador Gilberto Goellner, que é o Projeto de Lei do Senado nº 81, que eu vou retirar da pauta porque ele não está presente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então vamos adiar para a volta dele, enquanto isso nós votamos outros requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É o Projeto nº 81, é o que dispõe sobre a comercialização e uso de óleo vegetal. É o Item 2.

Enquanto isso, há um requerimento de autoria da Senadora Serys Slhessarenko. "Em aditamento ao Requerimento nº 32, de 2009, requeiro a inclusão dos seguintes convidados para discutir o plantio da primeira safra de milho transgênico autorizado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Para tanto sugerimos sejam convidados: o Presidente da APROSOJA, Glauder Silveira da Silva; o Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da EMBRAPA – aqui ela especifica o nome do Sr. Antônio Álvaro Corsetti; e do Sr. Ivo Marcos Carraro, Diretor-Executivo da COODETEC".

Eu vou informar à Senadora Serys sobre a correspondência que nós recebemos da EMBRAPA. A empresa solicitou que a gente não indique o nome do técnico quando for convocar algum especialista dessa instituição para prestar depoimento, já que ela tem a política da empresa que ela quer preservar, certo? Então eu sugeriria que na correspondência fosse solicitada a participação da EMBRAPA impessoalmente.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Não tem problema, Sr. Presidente. Eu só queria um esclarecimento também. Eu sei que no corpo do requerimento, esse aqui é um aditamento, nós já tínhamos quatro nomes e temos aí mais três, são sete. Entendo também, como o senhor e vários Senadores, que muitos nomes--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Fica contraproducente.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): É, acaba a Audiência ficando contraproducente. Mas isso a gente pode sentar e juntar os quatro com os três e ver quem é que fica, quem é que tira, para não ficar sete, a gente dá um jeito de reduzir. É que a APROSOJA, eu acho que é muito importante a participação da APROSOJA. O pessoal da APROSOJA Mato Grosso esteve comigo e nós avaliamos como importante. Eu acho que a gente pode ver aí, Presidente, juntando o requerimento e o aditamento, como é que faz aí para ficar quatro ou cinco, está certo?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Positivo.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em votação. Não havendo manifestação contrária, está aprovado por unanimidade, com as devidas ressalvas apontadas pela própria Senadora Serys Slhessarenko.

Requerimento: "Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 24, para incluir como convidado na Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e informática – CCT, e com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com o objetivo de instruir o PLS 73/2007, um representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA". O autor é o Senador Gilberto Goellner. Aqui o Senador Gilberto Goellner já está adotando a metodologia sugerida pela EMBRAPA. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Não havendo questionamento, está aprovado por unanimidade.

Nós vamos agora retomar a nossa pauta original.

Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, Não Terminativo, que "Dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências". Lembro à Comissão que em Reunião realizada em 16 de junho deste ano, foi realizada Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a finalidade de instruir o Projeto, nos termos do art. 93 do Regimento.

Com a palavra o ilustre Relator, Senador Flexa Ribeiro, para realizar a leitura do seu relatório.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Valter Pereira, Sra. Senadora, Srs. Senadores. Em exame o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, de autoria do Senador Gilberto Goellner. O Projeto foi encaminhado à apreciação da CRA, devendo em seguida ser avaliado pela CI para decisão em caráter Terminativo. O PLS autoriza a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal, puro ou com mistura, como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário desse mesmo produto e de seus insumos em geral.

Estabelece que para os fins especificados não se aplicam os dispositivos constantes no art. 2º da Lei nº 11.076, de 13 de janeiro de 2005. Autoriza todas as indústrias refinadoras, devidamente estabelecidas, a produzir e comercializar o biodiesel, vendendo-o diretamente ao consumidor para ser utilizado nos fins previstos do *caput* do art. 1º. O art. 3º trata da vigência e o art. 4º revoga eventuais disposições em contrário.

Análise. A análise deve ficar restrita, a princípio, ao mérito que toca esta Comissão, uma vez que o Projeto ainda seguirá para a Comissão de Infraestrutura, onde será analisado terminativamente. Nesse sentido, é importante relembrar algumas informações prestadas por convidados a diversas Audiências Públicas realizadas pela Subcomissão Permanente de Biocombustíveis.

Em Audiência Pública conjunta com a Comissão de Agricultura e a Comissão de Meio Ambiente, realizada em 2007, sobre a produção e exportação de álcool e biocombustíveis, o responsável pelo Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB no Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos informou que como não existem regras internacionais de padronização para o biodiesel, ainda não há mercado externo consolidado. Portanto, a viabilização desse biocombustível deve se ancorar no mercado interno como primeira opção. Em outra Audiência Pública realizada em 2007, sobre proposta para estimular, aprimorar e viabilizar a implantação do Programa de Biodiesel na Região Nordeste, o representante do Ministério da Agricultura afirmou que "O grande desafio do Programa de Biodiesel é identificar matérias-primas que permitam alto rendimento por unidade de área cultivada e que minimizem consequentemente a competição entre a agricultura de alimento e a agricultura energética".

A Lei nº 11.116, de 2005, concedeu incentivos tributários às empresas produtoras de biodiesel. O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel tem como principais diretrizes: 1) Implantar um programa sustentável e promovendo a inclusão social; 2) Garantir preços competitivos, qualidade e suprimento; 3) Produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas.

A Lei nº 11.097, de 2005, fixou em 5% o percentual mínimo de adição de biodiesel ao óleo diesel até 2013. Desde 1º de julho, o diesel comercializado contém 4% de biodiesel. Entretanto, hoje é impossível utilizar 100% de biodiesel por limitações técnicas dos motores. Todavia, a legislação brasileira e o Programa Nacional de Biodiesel não incentivam a introdução na matriz energética nacional do óleo vegetal *in natura* como combustível. Em Audiência Pública realizada por esta Comissão em 16 de junho, diversos especialistas mostraram que a utilização de óleo vegetal *in natura* em motores diesel já é realidade em diversos países, como a Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, com o uso de quites de adaptação dos motores. Foi infor-

mado, ainda, que o custo de transformação do óleo vegetal em biodiesel é de R$ 0,40 por litro.

O País é grande produtor de soja, cultivado em 22 milhões de hectares. Temos, ainda, cerca de oito milhões de hectares de áreas com potencial para o plantio de dendê, do qual é possível extrair até cinco mil litros de óleo por hectare. Isso aí é um programa, Presidente Valter Pereira, da maior importância, nós temos lutado há anos, há décadas, eu diria, para que pudesse incentivar esse programa. O Brasil pode ser o maior produtor de óleo de palma do mundo. O Pará, que tem um potencial da ordem de três a 3,5 milhões de hectares de áreas propícias a esse plantio, só tem plantado um pouco mais de 100 mil hectares e é o maior produtor do Brasil. Lamentavelmente ainda não conseguimos vencer as barreiras ambientais e as barreiras de falta de estímulo e de políticas do Governo para que o Brasil possa, através da palma, ter a sustentabilidade do Programa de Biodiesel.

O pinhão manso possui pesquisas de melhoramento genético em andamento na EMPRAPA, que em alguns anos viabilizarão economicamente o seu cultivo. O mesmo se aplica para outras culturas.

É possível a Agência Nacional de Petróleo autorizar a comercialização de combustíveis alternativos entre produtor e consumidor proprietário de frota cativa. Isso foi dito aqui na Audiência Pública.

Entretanto, o PLS inova ao permitir a comercialização direta do óleo vegetal *in natura* pelos seus produtores com os consumidores finais, ampliando e diversificando o mercado e reduzindo custos de transação com intermediários, como seria o caso da PETROBRAS, que detém praticamente o monopólio do processo de mistura do biodiesel ao óleo diesel. A Agência Nacional de Petróleo deverá fazer a regulamentação necessária e a definição dos patrões técnicos da composição e caracterização do óleo vegetal *in natura*, a fim de que seja comercializado nos termos do PLS. Dessa maneira, as indústrias refinadoras poderão então comercializá-lo livre e diretamente aos consumidores, evidentemente após regulamentado pela ANP.

O Parágrafo Único do art. 1º estabelece que para os fins especificados não se aplicam os dispositivos constantes no art. 2º da Lei 11.097, de 2005. Tais dispositivos determinam que seja adicionado o mínimo de 5% de biodiesel ao óleo diesel de origem fóssil até o ano de 2013. Na realidade, os 5% são de óleo vegetal para misturar ao diesel para formar o biodiesel. E que a matéria-prima para a produção do biodiesel tenha que ser oriunda, preferencialmente, de agricultores familiares. Assim, quaisquer produtores rurais poderão fornecer às indústrias refinadoras a matéria-prima necessária à produção do óleo vegetal para uso *in natura* como combustível. Lamentavelmente, é necessário que se tenha um plantio, Presidente Valter Pereira, que dê, evidentemente, o apoio à agricultura familiar, mas que seja também em escala industrial, senão o Brasil não atenderá o que está previsto na Lei, para que até 2013 tenha a mistura de 5% no diesel de óleo vegetal, e pode muito bem ser associada à cultura em escala industrial com a cultura da agricultura familiar, em parceria com as duas, como é feito no Pará, com o maior sucesso que se possa esperar.

Para ampliar o escopo da proposição incluindo as frotas de ônibus urbanos utilizados no transporte público e o transporte de mercadorias, foi procedida a alteração do art. 1º para inclusão do transporte de pessoas e de mercadorias. A medida visa, também, melhorar a qualidade do ar dos centros urbanos através da utilização de óleo vegetal refinado como combustível em substituição ao óleo diesel.

Por fim, com vistas ao aprimoramento da técnica legislativa, propomos a exclusão do art. 4º, que revoga disposições em contrário, sem, no entanto explicitá-las, sendo, portanto, desnecessário, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Voto. Sr. Presidente, pelas razões expostas, somos favoráveis à aprovação do PLS nº 81, de 2008, com as Emendas já relatadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão o Parecer. Não havendo discussão, em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade.

Vamos ao Item 3 da pauta. Projeto de Lei nº 222, Não Terminativo, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que "Autoriza a abertura de capital da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA)". Com a palavra o Relator, Senador Expedito Júnior, para proferir o seu relatório.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente, Srs. Senadores, Senador Flexa Ribeiro. Sr. Presidente, na verdade o Projeto do Senador que representa o Mato Grosso do Sul, quando ele apresentou o Projeto, o Senador Delcídio Amaral, eu acho até que o Projeto do Senador Delcídio deveria ser um Projeto diferente. Eu acho que nós deveríamos hoje estar discutindo aqui investimentos para a EMBRAPA, não abrir o capital da EMBRAPA.

Eu estive visitando, fui pessoalmente lá na EMBRAPA, tive várias audiências, várias reuniões nesse sentido. Eu acho que o que nós temos que buscar aqui na Comissão de Agricultura, não tenha dúvida, é que a empresa, a EMBRAPA, nós precisamos é arrumar recursos para que possamos investir mais ainda em

pesquisas, que hoje se nós temos alguém que ainda faz esse trabalho, é a EMBRAPA.

Então, Sr. Presidente, eu respeito muito o Senador Delcídio Amaral, acho que o Projeto dele foi um Projeto bem intencionado, mas infelizmente nós vamos votar pela rejeição do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão. O Senador Expedito Júnior manifesta-se contrário, amparado no princípio de que aquilo que está dando certo não se deve mudar. A EMBRAPA é uma instituição modelar na área de pesquisas, tem dado uma contribuição substancial para o desenvolvimento tecnológico e científico na área do agronegócio, tem alavancado efetivamente o Brasil no *ranking* internacional de avanços nessas áreas. Portanto, eu acho que o Parecer que ele exara tem toda a razão de ser. Embora na presidência, tendo a obrigação de manter-me isento, sinto que não poderia silenciar-me diante de uma manifestação tão responsável como essa prolatada pelo ilustre Senador expedir Júnior.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de lembrar que a EMBRAPA hoje é o grande regulador desse mercado de pesquisa no País. Abrindo o capital, poderia a empresa vir a ser adquirida por empresas multinacionais que detêm biotecnologia e que poderiam impor determinados procedimentos de mercado biotecnológicos que pudessem levar a EMBRAPA, uma empresa privada, para andar num caminho de mercado diferente daquele que a agricultura brasileira hoje tem como uma grande parceira do produtor brasileiro. Então nesse sentido, a independência que existe hoje na pesquisa brasileira é muito importante. Então um órgão público nesse contexto é primordial continuar. Nós não podemos deixar que interesses mercadológicos definam a diretriz da pesquisa brasileira.

Por isso, eu concordo com o Senador Expedito Júnior, que a EMBRAPA necessita, sim, de mais recursos para expandir seus projetos, e não abertura de capital, porque a independência dela, a forma como ela realiza os trabalhos também em biotecnologia, mas sem colocar o mercado de resultados econômicos como o seu principal objetivo. Então, nesse sentido, eu concordo que a EMBRAPA receba, sim, mais recursos, e fique da forma como está, uma empresa pública para assuntos de pesquisa no País. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Talvez, Senador Gilberto Goellner, o fundamento que inspirou o Senador Delcídio Amaral a apresentar esse Projeto tenha sido até o de garantir uma maior autonomia financeira. No entanto, eu acho que o caminho que nós devemos trilhar, o mais adequado seria outro. Talvez através de um Projeto de Lei garantir que os avanços tecnológicos, as patentes que são conquistadas pela tecnologia desenvolvida pela EMBRAPA, deva reverter todo lucro para ela. Eu acho que nós temos que discutir é esta questão, porque uma coisa é certa: ela tem feito importantes descobertas em razão das pesquisas que são recorrentes nessa instituição e nós não sabemos se efetivamente ela desfruta dos *royalties* resultantes dessas descobertas. Então eu acho que é importante que nós, em busca da autonomia financeira da EMBRAPA, procuremos criar mecanismos que sejam capazes de alavancar mais recursos. Concordo com o Senador Expedito no sentido de buscar mais recursos para a EMBRAPA e não transformá-la, já que ela está cumprindo e cumprindo muito bem o seu papel em favor do desenvolvimento da nossa agricultura e da pecuária brasileira.

Em votação o Parecer do ilustre Senador Expedito Júnior. Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Não havendo manifestação em contrário, está aprovado, por unanimidade, o Parecer pela rejeição da matéria.

Os demais requerimentos que estão na pauta já foram votados. Portanto, não há mais matéria a ser apreciada e eu declaro encerrada esta Reunião.

Sessão encerrada às 11h36.

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 8 DE SETEMBRO DE 2009.

Às dez horas e dezoito minutos do dia oito de setembro de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, CÉSAR BORGES, GILBERTO GOELLNER, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, EXPEDITO JÚNIOR, VALDIR RAUPP, MARCONI PERILLO E EDUARDO SUPLICY.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores: João Pedro, Augusto Botelho, Leomar Quintanilha, Neuto de Conto, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Kátia Abreu, Jayme Campos, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro e Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da

Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **1ª PARTE: REQUERIMENTO Nº 45, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do artigo 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública perante esta Douta Comissão, com a finalidade de analisar e discutir a atualização dos índices de produtividade rural, com a presença dos seguintes convidados: **Reinhold Stephanes,** Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **Eliseu Alves,** Engenheiro Agrônomo e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **EMBRAPA. Autoria:** Senadora Kátia Abreu e Senador Gilberto Goellner. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado. **2ª PARTE: Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 45 de 2009–CRA**, de autoria da Senadora Kátia Abreu e Senador Gilberto Goellner, aprovado em 8/9/09, com a finalidade de analisar e discutir a atualização dos índices de produtividade rural, com a participação dos seguintes de convidados: **Sr. Reinhold Stephanes,** Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento **– MAPA**; **Sr. Eliseu Alves,** Engenheiro Agrônomo e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **EMBRAPA.** Após as exposições dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Gilberto Goellner, Eduardo Suplicy, Osmar Dias, Romeu Tuma e Valdir Raupp. Resultado: Audiência Pública Realizada. **EXTRA-PAUTA: REQUERIMENTO Nº 46, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública para debater a atualização dos índices de produtividade para fins de reforma agrária e, ainda, para convidar, como debatedores: **Exmo. Sr. Guilherme Cassel**, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário – **MDA; Sr. Plínio de Arruda Sampaio**, Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária – **ABRA; Sr. João Pedro Stédile**, da coordenação nacional do **MST; Sr. Alberto Ercílio Broch**, presidente da **CONTAG**; **Sr. Luiz Marcos Suplicy Hafers**, Ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira – **SRB; Sr. Roberto Rodrigues**, Ex-Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA. Autoria:** Senadores Eduardo Suplicy, Gilberto Goellner, Valdir Raupp, Romeu Tuma e Osmar Dias**.** No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADOR VALTER PEREIRA**, **PRESIDENTE DA CRA.**

28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 18 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é tida como aprovada.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública, em cumprimento a requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu e do Senador Gilberto Goellner, que fizeram, que iniciaram esse requerimento após a reunião realizada na última terça-feira.

Ponderaram os dois signatários que, dada a relevância do assunto que lhe deu motivação, era imprescindível que convidasse as duas personalidades que aqui estão, o Ministro Reinhold Stephanes e o Sr. Eliseu Alves, para debater com este órgão acerca da produtividade rural que está sendo discutida entre os dois Ministérios envolvidos, o Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária, o MDA, e o Ministério da Agricultura.

Há indiscutivelmente uma inquietação no setor rural, são agricultores e pecuaristas que têm instado Parlamentares que compõe esta Comissão, para tomar posição. E é claro que a Comissão de Agricultura não poderia ficar infensa a tais manifestações, desta forma não teríamos outra alternativa se não acatar o requerimento, que só vai ser submetido a votos aqui nesta reunião.

De sorte que já tomamos a liberdade de convidar o Exmo. Sr. Ministro Reinhold Stephanes, titular da Pasta da Agricultura e Pecuária. E o Sr. Eliseu Alves, que é Engenheiro Agrônomo e Pesquisador da EMBRAPA, por sugestão de uma das signatárias, a Senadora Kátia Abreu e o seu colega, Senador Gilberto Goellner.

Portanto, nós inicialmente queremos agradecer a presteza das duas personalidades que compõe esta Mesa, o Exmo. Sr. Ministro da Agricultura e o Técnico Eliseu Alves, que é um especialista de renome, que

conhece a matéria e que tenho certeza dará subsídios importantes para aqueles que se preparam para debatê-la. Especialmente levando-se em conta que esta Comissão já teve oportunidade de apreciar uma proposta relatada pela ilustre Senadora Kátia Abreu, nessa mesma direção. Porém, com redação diferente e divergente daquela que está sendo sustentada pelo MDA, de sorte que, nós vamos passar a palavra, inicialmente, para o Dr. Eliseu Alves, a fim de que ele exponha o seu juízo sobre esse assunto que inquieta tanto os produtores do nosso país.

Antes, porém, nós queremos consultar aos Senadores presentes, se estão de acordo com a iniciativa que tomamos *ad referendum* desta Comissão. Não havendo manifestação em contrário está aprovado o requerimento, por unanimidade.

De sorte que, agora, nós vamos passar a palavra ao Sr. Eliseu Alves, para que ele passe as suas impressões sobre o tema a que se debruça hoje a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

SR. ELISEU ALVES: Senador Valter Pereira, meu querido Ministro da Agricultura, meus senhores.

O assunto é índice de produtividade da agricultura. E esse assunto é velho no Brasil, tem uma marca na Constituição e tem levado a muitos debates. Eu vou discutir o assunto do ponto de vista técnico. Não vou discutir o assunto do ponto de vista político, porque isso não é a minha área.

Do ponto de vista técnico, por que quem votou na Constituição, quem estabeleceu na Constituição, estabeleceu um índice baseado numa agricultura tipicamente tradicional? Numa agricultura que usa terra e trabalho e que terra e trabalho são usados mais ou menos em proporção fixa, porque é assim na agricultura tradicional, a produtividade da terra reflete à produtividade econômica, ou seja, reflete à produtividade total dos fatores.

Numa agricultura que se sofisticou ao longo do tempo, que usa máquinas e equipamentos, que usa fertilizantes, que usa agrotóxicos, que usa trabalho sofisticado, que usa computador, numa agricultura como essa, evidentemente, a terra e o trabalho perderam a capacidade de explicar a produtividade total da agricultura. Então, o que a gente tem que fazer para analisar essa questão tecnicamente? Lembrem que a Constituição fala em aproveitamento racional. Isso significa basicamente que os produtores não podem quebrar.

Se o produtor está sendo induzido a tomar decisões que o levam à falência, essas decisões, evidentemente, não são corretas.

Agora, o que a acontece dentro de uma propriedade? Um produtor, evidentemente, ele recebe de um lado a renda bruta dele, que é o resultado da venda de todos os produtos que ele produziu ou venda no mercado, ou venda em consumo da família, etc., mas é o resultado da produção medida em reais.

Do outro lado, ele gasta um conjunto de insumos, esse conjunto de insumos, como: terra, trabalho, mão-de-obra, mão-de-obra familiar, fertilizantes, agrotóxicos, um conjunto enorme de insumos. Desse conjunto, uma parte ele desembolsa, paga com dinheiro, que são as despesas operacionais, e de outra ele tem que pagar os aluguéis disso, tem que pagar o aluguel da terra. Mesmo que a terra seja dele, tem que pagar o aluguel das máquinas, equipamentos e é despesa com isso.

Então, ele tem um conjunto de despesa, esse conjunto de despesa nós chamamos de custo. E quando a gente considera o conjunto de despesa total, chama custo total isso. Agora é uma coisa muito clara, se uma propriedade não paga, não vende produtos capazes de fazerem face ao custo total, essa propriedade no médio e no longo prazo está destinada ao fracasso, está destinada a falência e a fechar.

Portanto é absolutamente importante que a venda dos produtos cubram o custo total de produção. Então, o que gente faz? A gente tem uma coisa muito importante que chama renda liquida. O que é a renda liquida? É a renda bruta menos o custo total. Se esse resultado for negativo, se o custo total for maior que a renda bruta, significa que a fazenda é insustentável. Agora, há um problema com a renda liquida. Qual é o problema com a renda liquida? Ela não pode ser menor que zero, mas pode ser qualquer número acima de zero.

Então, a gente poderia inclusive construir um índice baseado na renda liquida. Teríamos toda a condição de construir um índice, que é exatamente o que a gente quer. Todo mundo que estudou administração rural, sabe que uma propriedade bem administrada é aquela que paga todos os fatores de produção e ainda sobra um resultado para poder investir nos anos subsequentes. O que isso quer dizer? É uma propriedade que têm uma renda liquida positiva.

Mas nós podemos ir um ponto na frente, invés de ficarmos com a renda liquida, nós podemos construir um índice que chama Índice de Produção Total dos Fatores. O que é esse índice? É a renda bruta dividido pelo custo total. Tão simples como isso. Pode ser um pouco complicado de calcular, mas o índice atualmente em uso pelo governo é um índice também muito complicado de calcular.

E a gente tendo esse índice, o que a gente vai fazer? Todo mundo que tiver índice abaixo de um, está com renda liquida negativa e todo mundo que tiver o índice um ou acima de um, o um estará com a renda

líquida zero e acima de um estará com a renda liquida positiva.

Então, esse índice, ao contrário dos índices de produtividade da terra, ele tem limite. Produtividade da terra, eu posso ter uma produtividade baixa, posso ter uma produtividade alta, posso ter uma produtividade muito alta, eu não sei qual que é o limite bom. Não temos uma ideia de qual é o limite bom.

Agora, com esse índice produtividade total dos fatores eu sei, olha, se o índice estiver abaixo de um significa que as coisas não estão andando bem. Se estiver em um significa que a propriedade está sendo capaz de pagar todos os custos de produção, mas não está sobrando nada. E se tiver acima de um está sobrando alguma coisa.

Agora, o ponto importante é o seguinte, a produtividade da terra, como é que a produtividade da terra se correlaciona, a produtividade da terra, na forma que é medida atualmente pela reforma agrária? Como é que a produtividade da terra se correlaciona com o índice de produtividade total? Se na agricultura tradicional, a correlação é muita alta e, basicamente, quem votou a Constituição de 88, imaginou que o Brasil tivesse uma agricultura tradicional, que já não era verdade isso naquela época.

Para trás, possivelmente, entende? Quando os militares votaram a primeira coisa de reforma agrária aqui ainda tinha uma área grande aqui no Brasil, que tinha agricultura tradicional. Mas na medida em que nós saímos dessa agricultura tradicional, surge o problema: Como é que correlaciona o índice de produtividade da terra com o índice de produtividade total, que mede a saúde econômica da propriedade?

Eu já tive ocasião de realizar um estudo de caráter limitado lá no Rio Grande do Sul e a correlação foi zero ou negativa, mostrando que a produtividade da terra, como é medida atualmente, pode ter uma correlação com a saúde, uma correlação negativa ou nula com a saúde econômica do estabelecimento.

Portanto, produtividade da terra tem, portanto um grande defeito. O fato de o indivíduo ter uma produtividade alta da sua fazenda, não significa que ele esteja bem do ponto de vista econômico e do ponto de vista financeiro. Ele pode estar tendo problemas.

E nós sabemos evidentemente, que esses problemas estão aí na imprensa. Estão aí na imprensa, entende? Mostrando que há muitas dificuldades com os produtores em pagarem as suas dívidas com os bancos. E esses produtores todos, vocês podem examinar, tem uma produtividade elevada da terra, eles têm as suas razões para ter esse tipo de problema.

Mas o que eu estou com isso significar é que a produtividade da terra medida pelos índices, como são medidos atualmente, não tem uma correlação. Não tem uma correlação positiva com a sanidade econômica da fazenda, ou seja, essa produtividade da terra mede uma coisa e a saúde econômica da agricultura está noutra direção.

Portanto, eu acho o seguinte, se nós formos modificar os índices de produtividade levando em consideração, raciocínio de natureza técnico econômica, nós temos que optar pelo índice de produtividade total da terra, que é um índice claro, tem limites, se o índice for abaixo de um as coisas estão ruins, se for acima de um as coisas estão melhores, isso significa basicamente que esse índice leva em consideração todas as forças que estão atuando dentro do mercado, inclusive as forças de natureza ambiental, porque a gente pode adicionar a esse índice de produtividade total uma correção levando-se em consideração as questões de meio ambiente.

Agora, então, o ponto que eu quero dizer é o seguinte. Atualmente, nós temos uma discussão na direção de corrigirem-se os índices de produtividade do algodão, da soja, etc. Então, se prevalecer essa ideia, se não for possível modificar o índice para o índice de produtividade total dos fatores, é necessário ter-se um cuidado muito grande, por quê? Como é medido as informações que a gente tem atualmente são informações da PAN, ou seja, informações coletadas em nível de município, coletadas em nível de município por um tipo de painel, ou seja, pessoas que conhecem o município dão opinião.

Essas pessoas que conhecem o município acabam dando opinião baseada nos agricultores que têm produtividade muito elevada. Portanto, há uma tendência da PAN, super estimar os índices de produtividade em relação à média daqueles agricultores que estão lá dentro do município. Os índices da PAN, não são índices baseados em coleta de dados junto aos agricultores, mas são índices baseados em opinião de pessoa que se dizem conhecedoras das condições do município.

Portanto, esse índice tem esse perigo, se você adota um índice de produtividade do algodão, da soja, do milho, puxando esse índice para cima e considerando a grande possibilidade desse índice estar correlacionado negativamente com a produtividade econômica da fazenda, nós temos um risco muito grande de estarmos ao invés de ajudar o Brasil a ter uma agricultura saudável, nós poderemos estar puxando essa agricultura para o buraco.

Portanto, prevalecendo a ideia de se manter os índices de produtividade da terra, que não é o índice, na minha opinião, correto. Prevalecendo-se a ideia de se manter o índice de produtividade da terra é impor-

tante que esse índice seja baseado num nível muito menor do que o que está sendo colocado aqui.

Na minha opinião, o dessio(sic) de 10% não deveria nunca ser ultrapassado, porque com isso nós estaríamos, nós teríamos certeza que não estaríamos puxando a produtividade por um nível que não é de acordo com a realidade econômica do país. Mas eu tenho ouvido dizer que a ideia básica é manter esse índice no percentil de 75%. Eu, na minha opinião, isso é uma loucura.

Se, realmente, a ideia é manter a produtividade da terra, medida pela produtividade do algodão, da soja, etc., precisa ter muito cuidado para evitar um problema sério.

E uma outra coisa também importante, o seguinte, os produtores têm numa situação econômica ruim, eles evidentemente vão usar menos fertilizante, vão usar menos agrotóxicos. É natural que numa situação dessa, de um determinado ano ou de uma década, essa situação pode levar a um índice de produtividade, puxar o índice de produtividade para baixo.

E muita gente que tem o potencial numa situação econômica de ter uma produtividade mais elevada, vai estar entrando na condição de ser desapropriado pela reforma agrária, quando na realidade isso não cabe, porque é uma situação do momento.

Então, resumindo o que eu quero dizer, eu quero salientar duas coisas, primeiro uma medida correta de índice de produtividade é a produtividade total dos fatores, se quiserem usar índice mais sofisticado que é a produtividade total dos fatores, tem esses índices aí dentro da economia, mas acabam medindo a mesma coisa.

Segundo ponto. Se for impossível utilizar uma medida como essa, tenham cuidado em estabelecer um nível de corte na produtividade para efeito de desapropriação, que seja relativamente baixo, por causa do grande perigo que existe de uma correlação negativa entre a produtividade da terra e a produtividade total dos fatores.

Sr. Ministro, o que eu queria dizer, basicamente, Sr. Senador, basicamente era isso, entende? A minha discussão é estritamente técnica. Eu não estou entrando no caráter político da discussão desses índices de produtividade.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. E o depoimento, o seu depoimento, Sr. Eliseu, vale especialmente pela natureza técnica que o reveste, até porque, esta Comissão não é contra a fixação de índices. O que ela manifesta inquietação é com relação a não adoção de critérios científicos que possam trazer repercussões econômicas e financeiras danosas para o produtor.

De qualquer forma, nós agradecemos a sua intervenção e sua exposição e vamos passar para o Exmo. Sr. Ministro Reinhold Stephanes, para que ele dê a sua posição com relação ao que está sendo travado de discussão, entre os dois Ministérios que se debruçam sobre esse assunto.

SR. REINHOLD STEPHANES: Eu cumprimento os Srs. Senadores. É um prazer poder estar aqui novamente.

E o Eliseu colocou a primeira questão, que é a questão técnica desse debate e o pensamento que o Eliseu colocou reflete mais ou menos o que toda a comunidade técnica, pelo menos na área do Ministério da Agricultura e na área da EMBRAPA pensam a respeito desta questão.

Eu confesso que eu até me surpreendi com a força da reação no momento em que foi anunciada a perspectiva ou a possibilidade de se estabelecerem os novos índices de produtividade. E essa reação se deu de maneira muito forte, inicialmente, na área política e, logo em seguida, inclusive, na área técnica, quando eu recebi um documento assinado por 25 Secretários da Agricultura dos mais diversos Partidos, que compõem as Secretarias da Agricultura dos Estados Brasileiros, se mostrando contrários em função, exatamente, da inadequação dos índices e também do momento que eles também consideravam inadequado.

E, assim, nós tivemos opiniões e reações as mais diversas, eu cito apenas a questão mais política aonde o PMDB se reuniu em termos de Bancada e mostrou logo uma posição contrária em função desses dois argumentos, um argumento técnico e um argumento político e, logo em seguida, os Secretários da Agricultura, além de praticamente todas as lideranças. E virou tema de debate em qualquer situação aonde nós pudéssemos estar presentes, desde uma Expointer até em qualquer outro evento agrícola, isso virou um ponto de debate e uma reação bastante forte.

E a reação técnica, sob o ponto de vista de técnico, ela se dá exatamente em função disso que o Eliseu colocou com muita clareza é que se considera basicamente o fator terra para o cálculo desse índice, quer dizer, não se leva em consideração uma coisa muito simples que vai acabar num dos itens que ele colocou, num dos objetivos, que é a questão da renda ou a questão da eficiência da produtividade, que é a existência do mercado e do preço, para que você possa colocar o seu produto.

E quando se fala que o momento é inadequado isso fica muito claro, quer dizer nós estamos num momento de crise mundial, ainda. Ela refletiu de uma

forma ou de outra no Brasil, refletiu também na agricultura, os preços de muitos produtos hoje estão abaixo dos custos de produção. Se nós quisermos pegar um exemplo bem típico deste momento é a questão do milho, no Mato Grosso ou no Centro-Oeste, mas de uma forma ou de outra, isso acontece também em outras grandes regiões produtoras de milho.

Nós já tínhamos estoque, produzimos milho além das nossas necessidades e os preços estão bem abaixo dos preços dos custos de produção. Quer dizer, para a gente ter uma ideia, uma saca de milho lá no Mato Grosso hoje está vendendo por oito ou nove reais. E aí temos inclusive aí um outro fator, que é a falta total de logística, infraestrutura, para aqueles que produzem em determinadas regiões.

Então, essas questões tornaram esse debate bastante difícil, bastante complexo eu já transmiti isso ao Ministro Cassel do MDA, das dificuldades que nós estamos enfrentando nessa questão e que teríamos que de preferência reestudar toda a questão, começando pelo reestudo da questão dos fatores que deve compor o cálculo deste índice, começando por aí.

Eu acho que em síntese é isso, eu me coloco à disposição dos Srs. Senadores. Eu acho que ninguém está trazendo nenhuma novidade, eu acho que isso já é ponto que todos estão, já é do conhecimento do todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a exposição do Ministro Reinhold Stephanes, que está economizando bastante as suas palavras, certamente, a sua posição é uma posição delicada e nós entendemos muito bem que, realmente, nessa peleia que se trava dentro do governo, existe, aliás, exige muito cuidado, porque, afinal de contas, o Ministro Reinhold Stephanes é integrante do governo, como é integrante também o Ministro Cassel.

O primeiro inscrito para abordar os dois expositores é o Senador Gilberto Goellner, autor do requerimento.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Muito obrigado, Senador Valter Pereira. Sr. Ministro Reinhold Stephanes, Dr. Eliseu Alves, demais Senadores aqui presentes.

A discussão, hoje, de índice de produtividade no país, ela obedece uma Legislação vigente. O que nós podemos fazer Senador Valter Pereira, é avaliar o mérito da lei, avaliar a eficiência da lei em relação ao grau de eficiência na exploração agrícola brasileira e se ela se coaduna com a circunstância, porque passa a agricultura brasileira.

Nós devíamos aqui hoje, estar discutindo um seguro de renda para a agricultura brasileira. Essa sim, é o verdadeiro debate, nós passamos hoje a agricultura a maior parte dos produtos agrícolas brasileiros precisam de subvenção governamental para se tornarem economicamente viáveis em algumas regiões de fronteira do país, assim como é para o algodão, para o milho, ainda passa o trigo pelo Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina. Enfim, nós não temos hoje uma viabilidade da atividade agrícola, como tal.

E um seguro de renda, hoje seria essencial para possibilitar a continuidade das atividades. A questão não é produtividade, o produtor brasileiro possui produtividade, eficiência e não tem renda e, por isso, nós precisamos dar ao país a produção agrícola brasileira um seguro de renda. Ele nada mais é do que assegurar uma produção média de cada atividade, de cada região, com um preço compatível para superar o seu custo de produção, é o que nos colocou aqui o Dr. Eliseu.

E mais. Nós precisamos também de um fundo garantidor, porque da forma como está a situação com determinadas épocas do ano com calamidade, com dificuldade de preço, com a valorização do real, a agricultura brasileira não consegue ter renda.

Então, nós precisamos ter um fundo, assim como tem a micro e pequena empresa, que vai ser votado pela MP 464, nós precisamos embutir uma emenda possibilitando um fundo garantidor para o produtor rural, para se criar com um fundo mecanismo de garantia de todos os investimentos futuros que ele fará na sua atividade.

Além dos mais, nós precisamos fazer com que os assentamentos que o INCRA possui no país sejam e emancipados e, para tal, eles precisam ter um auxílio real, para eles se estabelecerem como unidades produtivas, porque hoje não são porque não tem assistência, porque não tem a legalização do imóvel, porque não tem acesso à crédito.

No Estado do Mato Grosso, mais de 500 assentamentos nenhum terá auxilio do Banco do Brasil, nesse ano, por falta de legalização ambiental. Olha onde é que nós estamos, olha em que nível, em que situação se encontra agricultura brasileira.

Nós não precisamos de índice de produtividade nesses locais e nem a da outra agricultura empresarial. Não existe condições hoje de renda e, para isso, eu proponho aqui uma discussão, não é da produtividade que esse sim, todos produtores procuram as melhores tecnologias e coloca o seu melhor trabalho, utilizam os melhores insumos, se utilizam da tecnologia empreendida pela EMBRAPA, divulgada por todo o agronegócio brasileiro. Está muito bem divulgada a assistência técnica.

O que se precisa é garantir a sobrevivência dessa agricultura, porque hoje é uma questão de sobrevivên-

cia. Os produtores estão endividados, a sua maioria, existe mais de 40, 50 bilhões de dívidas, desses produtores em investimento. Os bancos estão assistindo a maior inadimplência, que já ocorreu por falta de renda dessa atividade.

Então, nós precisamos discutir aqui um seguro para essa renda e para isso precisamos construí-la. E eu proponho que se coloque já esse fundo garantidor do produtor rural, para ele poder, para que seja constituído um fundo, aonde participariam todos os elementos da cadeia, o produtor pagando por esse fundo, o governo e os fornecedores de insumos.

Então, dessa forma, eu não vou discutir índice de produtividade que eu acho temário isso aí, tecnicamente, não é por aí que nós precisamos, nós não precisamos de terra para colocar mais agricultura em produção, nós temos um excesso de produção. Estão aí os preços de milho caindo em função de quê? A eficiência da agricultura brasileira. É o contrário, nós temos super produção os agricultores são muito eficientes. Esse ano choveu bem no Centro-Oeste, a safrinha deu 100, 120 sacos de milho, por hectares, quando era 70.

Então, não depende de eficiência do produtor, depende de uma série de fatores que, conjuntamente, com os insumos, com a tecnologia, com o clima, principalmente, é que vão definir produtividade.

Então, não é um parâmetro feito pelo governo, que vai influir com que o produtor seja mais ou menos eficiente e que vai obter mais ou menos terra para ser desapropriada. O INCRA possui mais de 70 milhões de hectares, hoje, disponíveis para assentamentos. O que não tem é condições financeiras hoje de assistir nem os que estão assentados, muito menos novos que poderiam ser colocados no esquema de produção.

E se colocar vai virar favela, porque não tem competitividade, já temos um excesso de produção no país, porque todos os elementos, esta aí o feijão hoje dando prejuízo econômico, o feijão dando prejuízo. O arroz do Rio Grande do Sul dando do prejuízo ao produtor, o algodão dando prejuízo e o milho dando prejuízo, por quê? Por causa da eficiência. Não precisamos ter índice de produtividade para ter essa eficiência, ninguém está preocupado com o índice de produtividade da... Ele está preocupado com a sobrevivência dele, com a rentabilidade da atividade.

Então, por isso, a minha proposta é que hoje não tem ambiente para se discutir produtividade, porque ela é superavitária em todos os sentidos.

Eu vou dar um exemplo que eu estive na Expointer, no Rio Grande do Sul, hoje lá o índice da pecuária no pampa gaúcho é de 0,8 unidade de animal por hectare. A proposta é subir para 0,95. Sabe o que dizem os técnicos locais? Nós precisamos diminuir o índice lá para 0,6, porque senão não há condição de manter um gado, uma unidade animal naquele hectare, porque você está degradando aquele pasto. E um ano que tem muita geada, como é que fica aquele pasto? Um ano de seca? Então, a verdade é a seguinte, é uma discussão inócua no país hoje, discutir índice de produtividade.

Então, eu quero cumprimentar o Ministro Reinhold Stephanes, pela posição que tem adotado. Ele ouviu os Secretários de Agricultura, ouviu os representantes da classe produtora brasileira e ele sabe, é coerente e conhece. Então, nós não precisamos medir, nós não precisamos estar fazendo isso para assentar mais produtores no país, ao contrário. Vamos antecipar os assentamentos, vamos dar assistência e vamos possibilitar que eles plantem, porque nem custeio agrícola eles terão no meu Estado do Mato Grosso. Não é nem 10%, não. É zero por cento, vão ter assistência financeira para poder produzir.

Eu pergunto: Que condição é essa que é dado para essa reforma agrária? É zero de assistência. Por isso, eu proponho seguro de renda para os produtos agrícolas brasileiros por região, viabilizar as resseguradoras com os fundos de catástrofe, criar o fundo garantidor dos investimentos e dos custeios daqui para frente, para a gente não ter novamente novas renegociações de dívidas. Enfim, dar segurança para a agricultura que está produzindo e que está sem renda.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Queremos comunicar ao Plenário, a presença do Deputado Luis Carlos Heinze, que tem frequentado aqui essas Audiências Públicas com uma certa frequência. O Ministro aqui está colocando muito bem, parece até que ele começa a se adaptar aqui com a Casa, não sei com qual intenção, difícil prever [risos].

Mas o próximo inscrito é o Senador Eduardo Suplicy. V. Exa. está inscrito Senador Romeu Tuma.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Sr. Presidente Senador Valter Pereira, eu quero saudar a iniciativa desta Audiência com o Ministro Reinhold Stephanes e o Engenheiro Agrônomo Eliseu Alves da EMBRAPA, porque essa questão vem trazendo enorme debate. O Ministro Reinhold Stephanes bem salientou, houve uma reação muito forte nas mais diversas áreas.

Eu até gostaria Senador Valter Pereira, de propor que possa haver uma outra Audiência, em complementação a essa, e vou explicar por que e, sobretudo porque esta Audiência permite que os próprios autores, Senador Gilberto Goellner e em especial também a

Senadora Kátia Abreu, que fez um pronunciamento tão veemente na semana passada, da Tribuna do Senado, mas sobretudo para que este assunto possa aqui ser debatido com toda a racionalidade.

Se de um lado houve uma preocupação por parte de produtores rurais com respeito à modificação dos índices de produtividade, que foi inclusive objeto de uma reivindicação dos movimentos sociais, como o MST, como da própria, do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e assim por diante. Então, e como alguns produtores nos informaram: "Olha, pode haver problemas com estes indicadores".

O Sr. Eliseu Alves, aqui nos fala de que melhor do que os indicadores de produtividade, simplesmente rurais, tais como os que estão ou produtividade da terra, tais como os que estão sendo observados neste Projeto de Lei, talvez fosse melhor um indicador de produtividade denominado total, que leve em consideração os diversos fatores.

É claro que na hora de se medir a produtividade de qualquer área agrícola, qualquer que seja a sua finalidade, seja para criação de gado, seja para criação da soja, do café, do algodão, do milho e assim por diante, os fatores climáticos, como o Deputado Luis Carlos Heinze aqui já de prontos falou em aparte ao Senador Gilberto Goellner, precisam ser levados em conta, qualquer pessoa de bom senso você leva em conta isto.

Nesta madrugada, nesta noite e madrugada, nós estivemos ali, vindo no carro para cá, ouvindo o rádio que houve tornados em Santa Catarina, que destruíram significativamente, outra vez, diversas áreas, tanto de cidades como áreas agrícolas.

Então, na hora em que chuvas torrenciais vierem a ocorrer, ou que uma seca vier ocorrer, ou que um tornado, ou um ciclone ,ou um furacão estiver ocorrendo é claro que isso modifica inteiramente às condições.

Se ocorrerem situações de fenômenos internacionais, tais como digamos a intempérie ali na Flórida, que vai prejudicar a produção laranja, isso faz com que o preço da laranja suba lá para cima e vice-versa, quando o clima está muito bem na Flórida e a produção é alta, então, o preço da laranja vai lá para baixo e com efeitos aqui para a produção e para as condições de rentabilidade dos produtores e assim por diante.

Acredito que sejam fatores tais como esses, que o Sr. Eliseu Alves está apontando, que precisariam ser levados em consideração.

Eu, ainda na semana passada, eu conversei com duas pessoas que mostraram a sua preocupação com o debate que está havendo aqui. Por exemplo, o ex-Presidente Sociedade Rural Brasileira, o Sr. Luiz Marcos Suplicy Hafers, que ponderou a mim que justamente estes fatores precisam ser considerados.

Conversei também com o ex-Deputado Federal Plínio de Arruda Sampaio, que é o Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, que avalia com respeito a estes argumentos, semelhantes ao que o Sr. Eliseu Alves mencionou, que eles são de bom senso. Então, vamos ajustar a Legislação para levar em conta estes fatores.

Assim, Sr. Presidente, a minha indagação ao Ministro Reinhold Stephanes e ao Sr. Eliseu Alves é: Em que medida está o próprio Ministério da Agricultura e a EMBRAPA, sugerindo a nós, na hora de examinar este projeto, como aperfeiçoar este indicador de produtividade, que possa ser objeto de uma decisão de bom senso, que possa ser comum a todos, seja aqueles que temem tanto a reforma agrária, como aqueles que desejam a reforma agrária?

Assim, Sr. Presidente, eu além de forma lar basicamente esta pergunta, eu gostaria de propor que possamos aqui também fazer uma nova Audiência, com a oitiva do próprio Ministro do Desenvolvimento Agrário, que está estudando este assunto, como também Desenvolvimento e Reforma Agrária, o Ministro Cassel. E também que possa haver a participação, por exemplo, do Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, de um dos coordenadores nacionais do MST, que tem tratado deste assunto, o Sr. João Pedro Stedile. E gostaria de ouvir a própria Senadora Kátia Abreu, o Sr. Senador Gilberto Goellner, talvez, eles tenham mais uma sugestão.

Dentre pessoas de grande experiência nesta área, eu, por exemplo, conheço bem uma pessoa, se eles estiverem de acordo poderia ser também o Sr. Luiz Marcos Suplicy Hafers, conhecido de ser primo, irmão meu, mas ele foi Presidente da Sociedade Rural Brasileira e foi uma das pessoas que chamou a atenção para este caso.

Então, Ministro Stephanes, a minha pergunta, basicamente foi: Em que medida o próprio Ministério da Agricultura, em cooperação com o Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária, estaria pensando na reformulação do índice à luz dos comentários aqui feitos pelo Sr. Eliseu Alves e que podem ser objetos de ponderação?

Porque eu avalio que é possível, em que pese o calor do debate, se chegar a uma solução de bom senso e que coloque as posições e, justamente, Presidente Senador Valter Pereira, quem sabe esta Comissão colabore para o bom senso ser alcançado.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O próximo inscrito é o Senador Osmar Dias e após, Senador Romeu Tuma e Senador Valdir Raupp.

Então, com a palavra, Senador Osmar Dias

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, Ministro Reinhold Stephanes, Eliseu Alves, prazer novamente encontrá-lo aqui nesta Comissão e cumprimentá-lo pelos serviços já prestados à pesquisa do país e à nossa EMBRAPA.

Eu acho que quando o Ministro encurtou o tempo com a sua fala, ele descreveu bem o que eu ia dizer aqui, ele praticamente quis dizer aquilo que eu vou dizer. Esse não é um debate que tem ser colocado no campo político e ideológico, isso é um debate técnico. Nós não podemos transformar uma questão que vai mexer com a vida do Brasil inteiro, baseado em indicadores técnicos, num debate político, para ver numa queda de braço quem ganha, porque isso é temário especialmente nesse momento, em que se levantou esse debate.

O mundo inteiro está debatendo como sair da crise, o mundo inteiro está pensando quais políticas deve colocar em prática para colocar o setor produtivo a rodar novamente numa velocidade que possa gerar empregos, produzir alimentos, a indústria voltar a funcionar.

Nenhum país do mundo nesse momento está ausente, alheio à preocupação de proporcionar aos setores produtivos totais condições e segurança, principalmente, segurança, para que os setores produtivos voltem a investir e investindo gerar renda e emprego para o país.

Nesse momento, se levanta esse debate. Começou no meu entendimento o equívoco aí, não é o momento, num momento de crise você levantar um debate dessa magnitude.

Segundo, o foco para mim também está equivocado. Creio que o mais prudente seria que esse tipo de decisão fosse tomada pelo Congresso Nacional. Creio que os Ministérios envolvidos, da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, poderiam trabalhar numa parte até de Assessoria, numa etapa de Assessoria, para depois o Congresso Nacional ser chamado para votar esses índices.

Porque eu no acredito que esses índices possam ser os mesmos que serão pensados se o governo mudar. A cada governo, nós vamos ter um pensamento diferente e vamos mudar os índices? Ou se segue os critérios técnicos e obedecem aos critérios técnicos ou vamos votar no Congresso Nacional.

E quem tem competência técnica estabelecer isso é a EMBRAPA. Se não, por que vamos continuar homenageando a EMBRAPA, todos os dias, dizendo que é a maior empresa de pesquisa do mundo, que tem todos os instrumentos...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas tem uma explicação, não é Senador Osmar Dias? É que todos os Senadores aqui são embrapianos. Não precisa...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É, mas essa EMBRAPA é uma unanimidade.

Mas a gente olha assim, o feijão hoje está 60 reais a saca, para produzir o produtor gasta 80. O trigo, o preço mínimo é 31 reais a saca.

No Paraná, eu liguei agora para COAMA, para saber, 24 reais e 50. Ele está pagando para produzir seis reais e 50, por saca, ele está pagando para produzir trigo, que é um alimento que está na mesa do cidadão brasileiro em todas as refeições, no café manhã, no almoço, no jantar, no café da tarde, que a gente costuma tomar.

O milho. Outro alimento básico, que vai ser transformado em proteína, que vai ser transformado em alimento para o cidadão também, ainda que no Paraná está 14,30, mas no Mato Grosso, quando eu ouço falar que está nove reais, isso é uma agressão contra o produtor. E o custo de produção é 18, pelo menos no Paraná.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Lá é 15.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Lá em 15, no Paraná é 18.

Por que é uma discussão técnica e não política? Qual é o produtor de trigo, que plantou trigo este ano, que sofreu primeiro com estiagem na hora de plantar, depois chuva em excesso e depois geada no Sul do país--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Depois brusoni(F).

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): --depois brusoni(F), que veio exatamente pelas condições de clima.

Uma queda de dois milhões e meio de toneladas, nós vamos ter mais ou menos no Sul do país. Esse produtor, ele está com uma produtividade completamente comprometida e vai ter que enfrentar o mercado onde os moinhos que nós conhecemos, eu conheço há muito tempo, esses moinhos, eles fazem o quê?

Eles usam as tarifas que o Mercosul estabeleceu, importam porque fica melhor importar do que comprar no mercado interno. E quando o produtor estiver com a corda no pescoço, eles vão lá e aplicam o golpe compram a 24 reais, porque não tem jeito, o produtor tem que vender a 24 reais.

Então, eu quero aqui defender a postura do Ministro Reinhold Stephanes, corajosa em relação na discussão do Código Ambiental, em todos os assuntos do

Ministério e neste assunto, porque o seguinte, o mesmo governo, e olha que eu estou aqui no Partido da Base do Governo, mas a gente tem que ser sincero.

O mesmo governo que está discutindo os índices de produtividade, não cumpre o preço mínimo é o mesmo governo. A luta do Ministro Reinhold Stephanes, para que o preço mínimo seja cumprido eu estou acompanhando, estou tentando dar apoio, mas a gente não consegue convencer algumas cabeças do governo, e ele não pode falar, mas eu posso, algumas cabeças do governo que o produtor não sobrevive se ele não tiver pelo menos de volta o que ele gastou para produzir.

Por exemplo, se ele gastou 31 para produzir o trigo, ele tem que receber 31, para ele continuar sobre vivendo. Se não ele deixa de plantar o trigo, o que vai acontecer o que ano que vem? Ele deixa de plantar o trigo, ele ao invés de plantar o milho com 400 quilos de fertilizante por hectare, ele baixa para 200. Ao invés de adubar o milho em cobertura, ele tira a cobertura do milho, tira o nitrogênio do milho, tira os micronutrientes, para quê? Para baixar o custo, aí baixa a produtividade.

Então, tem razão o Senador Gilberto Goellner, quando fala assim: "Nós tínhamos que estar aqui discutindo seguro, fundo de catástrofe, nós estamos discutindo a tempo, mas isso ainda não aconteceu". O mesmo governo tem que definir essa questão de seguro, fundo da catástrofe, que é uma luta do Ministro Stephanes.

Agora, sem preço de garantia não dá para continuar. As pessoas estão hoje pedindo ao governo pelo amor de Deus, acerte essa questão, porque não dará para produzir feijão, não dá para produzir trigo, não dá para produzir milho.

Eu não estou falando em *commodity*, eu estou falando feijão, eu estou falando trigo, que o Brasil não exporta, o Brasil importa, é para comida e arroz que está na mesma situação em algumas regiões não se paga o custo de produção. Se não se paga o custo de produção, como é que você pode exigir que o produtor mantenha um índice de produtividade que lhe é exigido, se ele não pode usar os insumos modernos e a tecnologia que a própria EMBRAPA criou. Se ele não pode ele não vai manter.

Uma outra coisa, a questão do clima. Quando o INCRA vai fazer uma vistoria numa propriedade, ele não leva em conta o clima daquela região específica daquela propriedade, mas sim de uma região inteira. Os institutos metereológicos fazem previsão e depois dão a precipitação corrida em tal região. Ocorre que todos nós que somos do interior sabemos que em muitas ocasiões pode chover no vizinho e não chover naquela propriedade, às vezes, chove até nos vizinhos entorno e não chove naquela propriedade.

Ali perto de Cascavel, por exemplo, Ministro Stephanes, tem uma região, e eu tinha uma propriedade exatamente ali, em Céu Azul, que venta bastante. E naquela região, às vezes, eu estava ali na casa da minha propriedade olhando e estava chovendo no vizinho, na divisa de lá, às vezes chovia no vizinho de frente e ali não chovia. E às vezes chovia ali e não chovia no vizinho.

Vamos supor que esteja a cultura num processo de desenvolvimento de frutificação e de floração e bem ali ocorre uma seca, uma estiagem, num período ali de 15 dias não mais do que isso.

Para o milho é fatal, na floração principalmente, na frutificação do milho é fatal. Para a soja é um pouco menos, porque há variedades hoje um pouco mais tolerantes. Mas quando atinge o feijão, que é de ciclo curto, não tem perdão. O feijão é uma semana, se der uma semana de seca naquele período o feijão não produz mais. "Ah, mas, na região choveu". Mas naquela propriedade não choveu. Então, aquela propriedade não cumpriu o índice. Essas coisas não são levadas em conta na hora de se estabelecer essas regras.

Uma outra coisa, existe um equívoco tão grande na regra, até na regra que está estabelecida mesmo, que o pecuarista, se ele hoje investir em tecnologia ele é penalizado. Porque quando você conta unidade animal e você reduz a idade do animal, porque é do tempo que o boi levava três anos para abater, aí sim está errado, tem que corrigir. Hoje, você vai abater com 14 meses, mas não dá uma unidade animal, então não preenche o número de unidades animais exigidos por hectare, por unidade de área.

Então, essas coisas não podem ser debatidas politicamente, porque mesmo a gente que é técnico, quando se afasta muito tempo da profissão, você tem dificuldades em acompanhar a evolução técnica da pesquisa e tudo o mais para saber que o é recomendável e o que não é recomendável.

Então, eu quero cumprimentar o Ministro Stephanes, pela posição corajosa que tem assumido nessa questão, pela cautela que tem tido no debate dessa questão, porque ela é muito complicada. E, principalmente, por entendermos que não se justifica debater esse assunto, nesse momento, em que a agricultura pode ser o grande instrumento para tirar o Brasil da crise, o pré-sal vai demorar um pouco, mas a agricultura está aí, ela está tirando o Brasil da crise.

No Paraná, eu tenho um dado, no primeiro semestre 47% das exportações do Paraná saíram do campo, está bom? Ou não está bom? 40% dos empregos saíram do campo, mesmo que queiram falar contra

agronegócios, que queiram demonizar o agronegócio é ele que banca hoje o desenvolvimento da economia e enfrenta a crise.

Vou repetir, pré-sal existe, sim, mas vai demorar. A agricultura está aí e a gente não pode agora detonar aquele instrumento econômico e social que nós temos nas mãos.

Existem quatro milhões e meio de produtores, que são agricultores familiares, que estão aguardando o fundo de catástrofe, o seguro. Existem cinco milhões e meio de produtores no país que geram 40% dos empregos no país que estão esperando o cumprimento do preço mínimo, preço de garantia e outras políticas que o governo pode trabalhar para melhorar muito o cenário de produção e, sobretudo de paz no campo, que é o que todo mundo quer.

Creio que nós não devemos politizar essa discussão e deixar que, tecnicamente, ela seja decidida.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Bom, Presidente.

Senador Reinhold é um prazer vê-lo aqui, uma pessoa que eu admiro muito e não é de hoje. E o nosso da EMBRAPA, Dr. Eliseu.

E eu cumprimento V. Exa., Senador Valter Pereira, pela visão de trazer dois homens conscientes do que acontece na área da agricultura, do que botar seis, sete pessoas para uma Audiência Pública, onde os Senadores se confundem com as exposições que são feitas.

Então, é um debate de Mesa, que praticamente complica o entendimento daqueles que vêm aqui para tentar ajudar dentro de uma Legislação, da busca de algo que possa realmente trazer soluções ao que se passa.

O Senador Geraldo Motta, que já é um... V. Exa. sabe o especialista, a gente tem que seguir sempre a linha daquilo que ele fala, porque ele é um especialista... Gelder?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, você falou Geraldo Motta é Gilberto Goellner

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Gilberto Goellner.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu pensei que você estava se referindo a mim, mas ele tem me chamado de Geraldo. Então... Ele tem um amigo que é Geraldo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É Gilberto, não. Geraldo é porque entende geralmente de tudo.

Senador Osmar Dias, eu não queria também deixar de cumprimentá-lo.

Ministro Reinhold, eu estive aqui, o primeiro período que eu assumi o Senado eu vim da área da segurança pública, então, de polícia eu entendia um pouco. Aí ir li um artigo, não sei se V. Exa. lembra, da Folha, sobre segurança alimentar.

Eu li eu fiquei entusiasmado, eu falei: "Segurança não é física é patrimonial só, ela tem outras visões, que o Estado tenha responsabilidade". E fui conversar com ele. Ele disse: "Não, isso é assim e assim. E eu já tenho um livro a respeito". E me ofereceu um livro sobre segurança alimentar.

Então, nós estamos com dois parceiros aqui que realmente sabem o que dizem e acompanham de perto toda essa evolução, nessa busca de melhora da produtividade, que já alcança altos índices no momento de crise mundial. Principalmente, sustentando a economia brasileira.

Eu tenho visto V. Exa. a briga da manutenção do preço mínimo, porque preço mínimo é a garantia de acabar com a inadimplência. Porque se o cidadão custa algo em torno de dez e ele tem que vender por oito, como é que ele vai sustentar o pagamento de insumo de tudo que vier? É claro que a explicação do Osmar alcança bem a ideia e a gente tem que apoiar V. Exa. nessa luta, praticamente desigual, porque tem muita gente no governo que não quer saber.

Quer saber de índice de produtividade e eu não sei se tem fundamento Senador Valter, Senador Reinhold, essa ameaça do MST, de invadir terras produtivas se não modificar os índices de produtividade, foi o que eu falei com o Senador, que me apavorou um pouco isto.

É uma invasão que não pode ser permitida em hipótese alguma, porque destruir o que é produtivo em razão de um argumento que o governo não tomou providência de melhor produtividade, que foi explicada pelo Senador Gilberto Goellner, então, nos assusta bastante.

Eu acho que além de ser um crime, é impatriótico, eu acho, Senador Ministro, eu acho que é impatriótico também, porque se houver realmente essas inovações para paralisar aquilo que já é produtivo, nós teremos consequências graves, por quê? Porque já começa um movimento em defesa contra as invasões. O que poderá surgir sem dúvida nenhuma, confronto que nos trará bastante amargura, com a intervenção que o Estado não poderá deixar de fazer, de forças para impedir que isso aconteça, que poderá trazer morte de ambos os lados.

Já vi argumento dos dois, dos produtores e do Movimento Sem-Terra, de que se houver invasão haverá defesa e a ameaça de invasão será já, porque o governo não reviu o índice de produtividade.

Então, eu acho que não sei se... Eu não sou um economista, mas o índice de produtividade está intimamente ligado ao índice de preço mínimo. Não é Senador? O índice de produtividade está intimamente ligado ao preço mínimo, como é que você vai aumentar a produtividade se não tem a garantia de uma resposta financeira aquela produtividade responder.

Eu tenho andado pelo Interior de São Paulo, principalmente região de Ribeirão Preto, uma produção enorme de cana. E, hoje, ela traz um beneficio enorme, com a queda da produtividade da Índia, segundo o noticiário, o preço do açúcar subiu internamente de 1.8 para 1.95, se não me engano foi o que o Jornal Nacional deu pela manhã.

Então, a dona de casa se referindo a essa alta, mas o que é? Tem favorecido a exportação pela falta do produto no mercado internacional. Então, a agricultura ainda hoje é o alicerce que sustenta a economia brasileira, principalmente no mercado interno.

Então, eu queria cumprimentar os dois expositores e ter a esperança que o governo cuide para que não haja essas invasões comprometidas e traga maior tranquilidade ao produtor do campo e apresse essa reforma agrária. Daqui a pouco, Ministro Reinhold Stephanes, vão propor o *royalty* para o produtor, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): *Royalty* para a agricultura.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): *Royalty* para agricultura. Porque se tem no pré-sal, por que não tem para o produtor agrícola? Foi a proposta que ele me fez e eu aceitei. E cumprimento a ambos e agradeço a V. Exa.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

Só um segundo. É o seguinte, o Ministro vai falar, eu sei que V. Exa. vai passar a palavra para ele. Existe uma pergunta, que é muito difícil de responder: O que falamos para o produtor quando ele pergunta assim: "Averbo até o dia 17 de dezembro a reserva legal ou..."--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): 11 de dezembro.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): --11 de dezembro, ou qual é a orientação do governo nesse caso?". Eu sei que o Ministro vai dizer: "O Congresso é que tem que votar".

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acolho a questão de ordem de V. Exa. e passo... Eu vou... Ele vai só responder essa indagação e já passar a palavra a V. Exa., Sr. Senador Valdir Raupp.

SR. REINHOLD STEPHANES: Eu peço permissão para entrar apenas num dos itens, que foi levantado pelo Senador Osmar Dias.

Que eu acho que ele caracterizou com muita clareza, quando ele deu o exemplo do trigo, que é um exemplo deste momento. E não só a questão da produtividade em relação ao trigo, então, ele já citou todos os problemas que tivemos em termos de produtividade nesse momento, mas principalmente contra outras imperfeições preço e mercado.

Então, vejam como o Brasil, de uma maneira geral, tem se demonstrado incapaz de proteger sua produção e seus produtores. Quando digo incapaz pela construção, ao longo do tempo, ou de leis ou de acordos ou de entendimentos, sem, muitas vezes, aqueles que participaram da elaboração dessas leis ou desses acordos serem pessoas conhecedoras ou terem sido pessoas conhecedoras da realidade nossa.

Então, hoje, é no caso do trigo. Nós produzíamos no passado, chegamos a ser auto-suficientes em trigo, aí se adotou uma política de aquisição de trigo, porque era mais barato se adquirir trigo, porque os Estados Unidos subsidiava o trigo e ainda exportava o trigo com prazo longo de carência para pagar ou ainda entregava o trigo para o governo vender e aí o governo usar esses recursos para enfim, para outros programas.

Outros países seguiram mais ou menos a mesma linha, até que num determinado momento achou-se que era mais barato importar do que se produzir internamente, se pensando no preço do pãozinho e não do produtor brasileiro, ou nos milhares de empregos que deixavam de ser gerados num determinado momento do ano, pelo fato de não estarmos produzindo isso internamente e estarmos recebendo trigo subsidiado de fora ou com financiamentos de longo prazo. Então, chegamos a produzir um terço do trigo.

Muito bem. Assinamos acordos, tudo bem corretos, sob o ponto de vista geral aqui na América do Sul, aonde nós podemos exportar o trigo sem tarifa da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, que são os três fornecedores, sendo o principal Argentina, mais o Uruguai crescendo no seu fornecimento e o Paraguai também crescendo no seu fornecimento. E estabelecemos uma tarifa relativamente baixa, para importação de países terceiros, tarifa extremamente baixa.

Com a impossibilidade da Argentina, de nos atender e os outros países nos atender, passamos a produzir um pouco mais de trigo no Brasil, chegamos hoje a produzirmos a metade do trigo que se consome no Brasil, vejam sem só a metade. Só a metade.

Agora, os compradores do trigo, aí começam as imperfeições do mercado. Os compradores do trigo são muito poucos e muitos deles já construíram os seus

parques moageiros exatamente no litoral ou perto dos portos para importarem trigo, já que eles têm condições, muitas vez, de importar, inclusive, trigo, que está sendo subsidiado por outros países produtores.

E eles estabelecem uma política, que começa sempre, como são poucos, no mês de março, abril, forçar o governo a ainda diminuir mais a TEC ou zerar a TEC de importação para se abastecerem. Quando a nossa produção chega, que é só a metade das necessidades brasileiras, eles não adquirem o trigo, eles têm estoques de trigo permitidos pelo próprio governo de uma forma ou de outra, a tal ponto que compensa inclusive às vezes importar o trigo, mesmo com a tarifa, mesmo que seja um pouco mais elevado até do que o trigo nacional, para que você tenha estoque e no momento da produção você possa dizer: "Bom, eu não vou adquirir e não dá comércio".

E aí o trigo cai, aí ele vem evidentemente abaixo do preço mínimo, aí se obriga que o governo intervenha no sentido de sustentar e subsidiar essa diferença para o parque moageiro.

Nesse momento, por outro lado, a Argentina, ela que teve dois anos seguidos de quedas de produção e que não dá estabilidade para o abastecimento brasileiro, por isso que nós passamos a produzir mais, mas de qualquer forma, as *tradings* Argentina têm trigo estocado para exportar e que a qualquer momento podem obter autorização.

E o Brasil fica aqui na instabilidade, porque fazem o ajusto com o parque moageiro, que aí já tem um estoque no sentido de deprimir os preços internos no momento da colheita e ainda podem obter mais trigo importado, no sentido de ainda pressionar mais o preço para baixo.

Então, vejam que ao lado de todos os problemas que o agricultor enfrenta, ele ainda enfrenta as imperfeições do mercado, muitas vezes gerado pelo próprio governo ao longo com o tempo. Quer dizer cria regras que geram esta imperfeição.

Então, efetivamente, em algumas questões, neste momento, que foram levantadas aqui, tanto pelo Goellner como pelo Senador, se eu sou um produtor neste momento de milho no Mato Grosso, ou algodão no Mato Grosso, o melhor que eu tenho a fazer é parar de produzir ou deixar a terra descansando, pelo menos por um ou dois anos, para ver se há uma reação de preço que vá cobrir o meu custo de produção. E isso são dados que, evidentemente, não são detectados pelos índices.

Da mesma forma, se eu sou produtor de trigo, o melhor que eu tenho a fazer na próxima safra é não produzir trigo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ministro, só um apartezinho? E se o cara tem dívida ele não pode parar de plantar, certo? Aí o princípio da bicicleta.

SR. REINHOLD STEPHANES: Eu até ia citar quando você começou a falar eu ia dizer, bom o nosso problema da agricultura é que você é como a bicicleta, que você não pode parar de rodar nunca, mesmo com o prejuízo você não pode parar de rodar. Mas a atitude racional, efetivamente seria esta.

Então, vejam que a coisa, a questão não é tão simples. Eu citei o exemplo do trigo, eu poderia citar o exemplo do café, das imperfeições do mercado do café. Podíamos citar o exemplo das imperfeições dos mercados suínos é a mesma coisa.

Quer dizer, então, nós teríamos que... E aí a questão está muito bem colocada pelo Senador Osmar Dias e até pelo seu conhecimento. Quer dizer isso tem que ser um debate técnico.

Só que este momento, até para debate técnico, este é um momento inadequado, porque nesse momento nós teríamos que estar debatendo exatamente aquilo que precisamos para manter a produção, que é o momento de crise.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O consumo de trigo aumentou.

SR. REINHOLD STEPHANES: Sim. É, apesar tudo bem, apesar que você veja bem, o preço do pão na padaria foi estabelecido quando o trigo estava a 800 reais a tonelada. E hoje está a 480 e o preço do pão continua exatamente o mesmo... Mas o preço do pão continua o mesmo. Isso, mais ou menos, isso a gente observa isso com o preço da carne suína, você observa a mesma coisa, quer dizer, o preço a nível de produtor cai e o preço a nível de mercado, evidente se manteve, o que aconteceu em grande parte também com o leite.

Eu acredito que o Senador, quando falou dessa questão de que o debate tem que ser técnico, mas que é muito temerário discutir essas questões nesse momento, eu acho que ele traduziu o pensamento de quase todos aqueles que tem trazido uma posição contrária à minha pessoa.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está isso inscrito para falar e até agora não falou ainda, o Senador Valdir Raupp, deixa ele--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não, eu só queria fazer uma comunicação inadiável. Nós estamos também na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle...

SR. REINHOLD STEPHANES: Ah, eu esqueci de responder a pergunta, só.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa., pode responder após a intervenção do Senador Valdir Raupp, que a aí V. Exa.--

SR. REINHOLD STEPHANES: Na reserva legal.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --pega todas as...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu só gostaria de comunicar aos Srs. e Sras. Senadoras, que na Comissão de Meio Ambiente, agora, 11h30 inicia, já estamos no horário, inicia também uma Audiência Pública sobre integração, lavoura e pecuária, quer dizer é uma pauta proativa para se melhorar a eficiência da pecuária brasileira e evitar o desmatamento.

Então, nós precisamos criar mecanismos de incentivo, esse modelo de produção e por isso estamos instituindo essa Audiência Pública e convidar então os Srs. Senadores para que compareçam lá também, para que a gente discuta essa pauta proativa de eficiência da agricultura e pecuária brasileira.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Senador Valter Pereira--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Depois da nossa Audiência, obviamente.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): --Sr. Ministro Reinhold Stephanes, Dr. Eliseu Alves, renomado Engenheiro Agrônomo e Pesquisador da EMBRAPA.

E a EMBRAPA teve um papel fundamental no aumento dos índices de produtividade do nosso país, tanto da agricultura quanto da pecuária. E eu acredito que essa preocupação do Ministério não é apenas para liberar terras para a reforma agrária. Mas sim para manter o poder aquisitivo das famílias mais pobres desse país em condições de comprar um pouco mais do que comprava no passado.

Nós sabemos que o aumento da produtividade brasileira possibilitou sair a pouco mais de dez anos atrás, em que a salário-mínimo comprava apenas 0,6% de uma cesta básica, hoje está comprando mais do que duas cestos básicas. Então, ao mesmo tempo, que dificulta um pouco para o produtor no campo, isso é verdade, por isso que tem que ter a política de preços mínimos, para garantir o lucro do produtor para que não venha quebrar como muitos estão quebrando e devendo aos bancos que financiam as safras, mas que a gente possa continuar dando essa condição das pessoas poderem comer um pouco melhor do que comia no passado.

Hoje, um salário-mínimo compra de duas cestas básicas, isso graças ao aumento da produtividade no nosso país, mas tem que ter repito, preços mínimos compensatórios e o que não tem hoje, infelizmente, para quem produz feijão para quem produz trigo, como falou o Senador Osmar Dias, e os outros produtos da agricultura.

Mas na nossa região, aqui ao lado, na Sala da CAE está se discutindo o pré-sal e o que fazer com o dinheiro do pré-sal. Infelizmente, na Amazônia não temos pré-sal, nós temos pré-safra e não pré-sal, e nós temos que discutir os nossos problemas da agricultura e da pecuária, que é o carro chefe da nossa economia.

E eu vejo que neste momento a preocupação da Amazônia e creio que também em grande parte do Brasil é o zoneamento agrícola, que é importante para definir o que plantar e aonde plantar e o Ministro Reinhold está nesse momento trabalhando debruçado com sua equipe nessa questão do zoneamento agrícola e também no Código Florestal, o Código Ambiental Florestal, por isso é o que mais nos preocupa hoje e têm uma relação direta também com a produção, porque se formos averbar tudo que o IBAMA quer que seja averbado no Brasil, não só na Amazônia, mas em todo o Brasil, vai cair aí não precisa nem de aumento do índice de produtividade, aliás, aí que vai precisar triplicar o índice de produtividade, porque vai cair consideravelmente a produção de produtos agrícolas no país.

Esse é um debate que tem que ser travado com velocidade e com celeridade e que a gente possa concluir isso até o final do ano. A questão do zoneamento sai logo e essa questão do Código Florestal, que eu defendo o desmatamento zero. Eu acho que nós não precisamos para aumentar a nossa produtividade, para continuar aumentando através de novas tecnologias e crédito a produtividade no país, nós não precisamos de expansão agrícola e pecuária.

E se não estabelecer o desmatamento zero, sobretudo na Amazônia, vai continuar a expansão, a escalada de desmatamento ilegal, de aumento de terras para produção. E aí que vai complicar ainda mais o cenário, que já está bastante complicado em nosso país.

Então, era essa intervenção que eu queria fazer, Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Ministro, antes de passar a palavra a V. Exa., eu gostaria de lhe dar uma informação.

Esta Comissão aprovou um projeto relatado pela Senadora Kátia Abreu, que prevê a definição desses índices de produtividade com base no grau de eficiên-

cia, tão somente pelo grau de eficiência, não levando em conta o grau de utilização da terra.

E, também, sustenta que os ajustes periódicos devem ser debatidos pelo MDA e pelo mapa obviamente ouvindo também o Conselho Nacional de Política Agrícola, mas submetendo a apreciação do Congresso, o Congresso sempre vai falar sobre esses critérios.

Então, eu gostaria de ouvir de V. Exa. e até opinião do Eliseu, que é abalizada por sua formação técnica, por sua autoridade nesse assunto, já que a inquietação que existe é com as mudanças que ocorrem, que vão ocorrer agora e, certamente, no futuro poderão retomar a discussão.

Então, nós gostaríamos de ouvir opinião dos senhores a respeito dessa mudança, que foi proposta aqui na Comissão de Agricultura.

E agora, eu vou, eu consulto aqui o Deputado Luis Carlos Heinze, se deseja fazer alguma intervenção.

DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS): Um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, com a palavra.

DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS): Só aproveitando, Ministro Stephanes e o Dr. Eliseu, colocar aqui ao Senador Eduardo Suplicy e também ao Senador Romeu Tuma, um trabalho que gostaria Ministro, depois, a EMBRAPA capitaneada pelo Dr. Eliseu Alves e também a Fundação Getúlio Vargas, Senador Valter Pereira, fizeram um trabalho chamado Pobreza Rural. Esse trabalho tem uns três, quatro, cinco anos, mas ele foi feito em salários mínimos.

Se nós atualizarmos aquele valor para hoje, viu Ministro, dá para dizer que mais de três milhões de propriedade nas regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste vivem miseravelmente, hoje propriedade zero a cem hectares.

Veja que esse é um trabalho que eles fizeram nas melhores regiões, a média do faturamento bruto de zero a cem hectares na região Sul, na nossa região Ministro, 50 mil reais por ano. Quer dizer pode ter algum que ganha cem e alguém que fatura vinte, dez, sei lá, daqui a pouco dá a média de 50 mil.

Se nós botássemos 10% de renda liquida, isso daria cinco mil reais por ano, isso não dá uma salário-mínimo por mês à média, isso é um trabalho feito aqui pelo Dr. Eliseu.

Então, isso aqui chama a atenção, Senador Eduardo Suplicy, se nós aqui vamos desapropriar ou criar mais pobreza nesse pessoal que já estão em cima da terra. Vamos tirar esse pessoal de cima da terra? Não, nós temos que achar um meio de fazer esse pessoal produzir e ter renda em sua atividade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não é mais salário-mínimo, é salário pobreza.

DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS): Pois é. Não eu estou dizendo este é um exemplo que eles fizeram, a EMBRAPA e a Fundação Getúlio Vargas, onde o Dr. Eliseu participou desse trabalho, e me disse ele agora que atualizar esses dados e, seguramente, não está diferente hoje esse trabalho.

Tem 77 milhões de hectares com assentados, Senador Eduardo Suplicy, hoje mais de um milhão de família e, seguramente, esse pessoal está pior do isso que nós estamos falando aqui.

Então, veja, agora, vou desapropriar para quê? Para colocar mais gente nessa situação. Essa é só a contribuição, Senador Valter Pereira.

Então, a preocupação é fazer o quê? E no Jornal Zero Hora a semana passada, disse assim: "Eu vou tirar de cima da terra um cara que está produzindo pouco para botar um cara que não está produzindo praticamente nada, uma vez que no seu Estado a Universidade Federal lá do Mato Grosso do Sul, fez um levantamento três quatro anos atrás e dizia que apenas 6% dos assentamentos lá do Estado poderiam ser emancipados". 6%. Quer dizer 94% não tinham se emancipado.

Então, eu vou tirar produtores de cima da terra botar o que em cima da terra? Essa é uma outra questão que eu só trago à contribuição, para que a gente possa discutir melhor essa questão.

E parabenizar Ministro Stephanes, pela posição corajosa e o seu Partido também, Ministro, que o seu Partido lhe deu apoio. E nós também fizemos um trabalho com o PP, com o PTB, com o PDT, vários outros Partidos estão dando apoio, viu Senador Romeu Tuma, ao Ministro Stephanes, pela posição dele, porque realmente não é o momento e não é o foco de nós trazermos esse debate nesse instante. É isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na verdade têm uma questão aí, Deputado Luis Carlos, que precisa se levar em conta quando se noticia que poderá haver protestos contra essa indefinição com relação aos critérios para a definição da produtividade rural.

Na verdade, hoje, não existe só a desapropriação para se obter terras para a reforma agrária, aliás, eu tenho até minhas dúvidas se a desapropriação tem sido o instituto mais recorrido, porque na verdade a aquisição tem se dado pela compra com mais frequência, que é inclusive a modalidade que acarreta menos traumas entre governo e o proprietário.

Então, nós estamos sentindo que não há esse óbice da produtividade. O governo precisa na verdade valer-se desse instituto que ele já tem que é a possibili-

dade de adquirir a terra por compra, pagando da forma que está prevista na lei, com TDAs e com dinheiro, no caso das benfeitorias.

Mas os Srs. Expositores, eu vou passar a palavra inicialmente para o Prof. Eliseu, para que ele faça suas considerações finais sobre esse evento e depois ao Ministro Reinhold Stephanes.

SR. ELISEU ALVES: Olha, eu quero ressaltar que foi uma honra para mim estar presente aqui. Eu ouvi muitas coisas aqui que firmam minha posição, que um índice de produtividade total reflete as coisas do clima, os maus preços, as imperfeições de mercado, o índice de produtividade da terra está longe de captar essas coisas.

Agora, evidentemente, que a discussão aqui transcendeu muito o aspecto técnico dos índices de produtividade e caiu numa coisa que eu acho absolutamente importante, que é o que nós devemos fazer em matéria de política agrícola para adaptar-se essa política agrícola a uma agricultura tremendamente dinâmica e é uma agricultura conectada com o resto do mundo.

Esses preços que nós estamos vendo aqui em queda aqui no Brasil, eu estou fazendo um estudo agora com o Salazar Brandão, lá do Rio de Janeiro, nós estamos fazendo um estudo sobre a cesta básica. De 73 para cá, até o início da subida dos preços, mais ou menos em 2006, a cesta básica caiu em termos reais de 70%. Uma queda enorme, quem pagou essa queda enorme? Evidentemente, os produtores que modernizaram a sua agricultura.

A modernização trouxe-lhes recurso para fazer face aos preços baixo, mas e a grande maioria dos pequenos agricultores que estão fora dessa modernização da agricultura? Eles estão sofrendo o impacto da queda dos preços. É claro que os agricultores mais avançados poderiam estar ganhando mais se os preços não estivessem caindo tanto, mas de onde vem essa queda dos preços? Vem da modernização da agricultura brasileira e da modernização toda a agricultura do mundo. A agricultura de todo o mundo está passando por um processo de modernização acelerada.

A Índia, que morria... Eu estive na Índia, em 82, a gente assistia tratores equipados com pá carregando gente que tinha morrido nas ruas de fome. Hoje, a Índia é um pequeno exportador, tem uma produção muito grande e crescendo irrigou 50 milhões de hectares de terra, tem a produtividade crescendo e conseguiu equacionar o seu problema. A mesma coisa a China, isso está acontecendo no mundo todo.

Quer dizer essa revolução, que começou nos Estados Unidos e na Inglaterra, se expandiu no mundo todo e está trazendo um aumento de produção muito grande.

Qual é o impacto dessa coisa? É uma coisa que eu quero deixar claro para vocês. É uma coisa muito simples. Ou você mantém muita gente na agricultura e o governo paga esse preço, ou a gente tem que deixar reduzir o número de agricultores para poder equilibrar. Não tem como equacionar isso, simultaneamente. O total de gente que está na agricultura do mundo é muito mais do que a agricultura cabe.

Por que acontece isso? Porque os países ricos do mundo dão um grande subsídio para sua agricultura e mantém muito mais gente lá do que devia, consequentemente deprime os preços internacionais.

Aqui no Brasil também nós temos a mesma política de manter muita gente nos campos e assim acontece em todos os países. É errada essa política? Na minha opinião, não é. É uma política correta, porque deixar essa multidão de gente vir para a cidade não é uma coisa boa, mas isso trouxe um novo problema.

Esse novo problema tem que ser enfrentado pela sociedade, como é que nós vamos manter um grande número de pessoas numa agricultura que está crescendo a sua produtividade e, portanto precisa de menos gente para abastecer, como nós vamos conseguir manter esse pessoal lá com uma renda decente? No meu modo de entender, isso é um grande problema para toda a sociedade brasileira. É certa, é correta a política de, no meu modo de entender, de manter gente no meio rural aqui no Brasil, para evitar que as nossas cidades se tornem intoleráveis para ser vividas, e a violência também.

Mas isso trouxe um problema a gente tem que ser realista. O custo de manter gente no meio rural tem que ser custeado por toda a sociedade brasileira, não pode ser custeado só pelos agricultores como está ocorrendo atualmente.

Isso é basicamente, o que eu gostaria de trazer aqui, Senador, e um apelo para que essa questão da pobreza rural seja discutida num ambiente mais amplo em que a sociedade tem como política manter um grande número de agricultores no campo e que isso tem um custo que tem que ser custeado por toda a sociedade e não só pelos produtores, como atualmente está acontecendo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Me permita, Sr. Presidente, só uma indagação mais precisa ao Engenheiro Eliseu Alves.

Quando o senhor menciona índice de produtividade total, diferentemente e contrapôs ao índice de produtividade da terra, qual é a definição precisa? Porque é importante isso. Então, o índice de produtividade total da propriedade é o índice total do que, exatamente? Como é a definição precisa?

SR. ELISEU ALVES: Senador, o importante numa propriedade agrícola é você ter uma renda liquida positiva. A renda liquida é o resultado da venda dos produtos menos o custo total. Se a venda dos produtos for inferior ao custo total, o senhor vai ter uma renda liquida, no longo prazo essa propriedade não tem condições de sobreviver.

Agora, como é que a gente constrói um índice que reflete a renda liquida? O índice que não refletir a renda liquida, não está refletindo as condições do mercado. Como é que é a gente constrói? A gente divide a renda bruta pelo custo total. Se esse índice for um ou mais, significa que a renda bruta é superior ao custo total. Se esse índice for menor do que um, significa que a renda liquida é negativa. Então, o jeito de construir isso. Agora, esse índice deve representar a situação de uma fazenda, deve representar a situação de uma região? Isso é uma coisa que tem que ser definida posteriormente.

Mas a ideia básica do índice de produtividade total é ligar às condições de mercado a esse índice. Eu mesmo já tive oportunidade de fazer um estudo mostrando que o índice de produtividade total, que reflete às condições de mercado e a rentabilidade da fazenda, se correlaciona negativamente com o índice de produtividade da terra, um estudo empírico que nós fizemos alguns anos atrás.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de fazer uma indagação: Com quanto, qual é a repercussão por exemplo dos fertilizantes nesse custo de produção?

SR. ELISEU ALVES: Olha, isso varia muito de ano para ano, mas tem sido em torno, depende de cultura também tem sido em torno de 60% onde eu tenho conhecimento. Em torno de 60% os insumos ficam em torno de 60% o custo, entende? Depois entra máquinas, equipamentos, entra terra, muita gente fala, por exemplo, que não deve-se considerar o custo da terra, por isso que a gente houve falar em tanta terra degradada aqui.

Se a rentabilidade não pagar o custo da terra, o resultado é que o produtor não vai cuidar de manter a produtividade da sua terra. E a terra vai resultar finalmente, entende? Em terra degradada. Portanto, é importante pagar todos os custos de produção, inclusive o custo de aluguel da terra.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, aí, está uma questão crucial, viu Senador Eduardo Suplicy, porque veja o seguinte, se os fertilizantes, entram no custo de produção com tamanho índice--

SR. ELISEU ALVES: Fertilizantes e os outros.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --os defensivos agrícolas--

SR. ELISEU ALVES: Defensivos, o custo operacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --Os combustíveis--

SR. ELISEU ALVES: Os combustíveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --preço do óleo diesel, aí vem o valor do dinheiro, enfim, todo o custo de produção. Se não tiver preço, efetivamente o agricultor se descapitaliza. E o que está acontecendo hoje, a maior grita no campo é a perda da renda e a perda da renda decorrente do quê? Do custo de produção. Custo de produção muito alto, preço baixo, quer dizer, a oferta abundante é claro que leva a esses efeitos perversos.

SR. ELISEU ALVES: Senador, o senhor me permite?

Eu estou querendo insistir com um ponto que eu venho falando há muito tempo e que, infelizmente, eu não sou escutado. Essa perda da renda é uma condição que veio para ficar, veio para ficar em função das políticas econômicas que nós temos no mundo inteiro, entende? Por isso é extremamente importante que o governo tome, já que é posição do Governo Brasileiro manter um grande número de pessoas na agricultura. É absolutamente necessário que o governo tome medidas para que essa renda possa ser mantida, como o nosso Ministro aqui falou.

E isso não é uma consequência de um fato brasileiro, entende? Isso é uma consequência universal, está acontecendo no mundo inteiro.

Eu vou dizer um caso para vocês, só para não me alongar muito. Quando eu estudei nos Estados Unidos tinha dois milhões de produtores de leite lá nos Estados Unidos. Sabe quanto tem hoje? 60 mil, caíram de dois milhões para 60 mil. O número total de produtores dos Estados Unidos, da época que eu estudei lá, que eu fiz o meu PhD em Economia lá nos Estados Unidos, em 65 e 68, na época que eu estudei de lá para cá o número de produtores dos Estados Unidos caiu para a metade.

Então, esse movimento, apesar de todo o subsídio que o Governo Americano dá para manter gente do campo, então, as forças da produtividade são forças tremendas, que tem poder tremendo para deslocar a população do meio rural para a cidade, entende? E para infernar a vida dos produtores, do ponto de vista da sua renda. Então, nós temos um novo problema, que eu acho que a gente tem que considerar esse problema não só na sua dimensão brasileira, que é extremamente importante, mas na dimensão total.

E essa questão, por exemplo, de ter índice de produtividade da terra, muito elevado, num contexto desses, no meu modo de entender não é uma coisa boa, entende?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Ministro Reinhold Stephanes.

SR. REINHOLD STEPHANES: O Senador Gilberto Goellner, ele falou que a atual Legislação é inadequada. Já o Senador Eduardo Suplicy, ele me perguntou se não achava importante a constituir um grupo um debate para a reformulação da Legislação. Evidentemente, eu estou totalmente de acordo com isso. Eu acho que grande parte da nossa Legislação, de maneira geral, em relação desde o que está na Constituição e como disse o Eliseu, considerou um determinado momento da agricultura brasileira e que, aliás, nem era mais um momento. Ela considerou...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O momento anterior.

SR. REINHOLD STEPHANES: É talvez o momento anterior, com 20, 30 anos antes e tentou traduzir isso já dentro da própria Constituição e da Legislação consequente. Então, não levou em consideração a modernização, o desenvolvimento e toda essa questão que ele acabou de colocar de renda e dessa opção que nós temo que ter. Quanto mais aumenta a eficiência no campo, mesmo gente nós precisamos no campo. Então, isso é uma questão que evidentemente tem que ser observada.

E no caso específico do Brasil, onde é muito interessante quatro mil municípios dos 5600 e pouco, hoje vão bem quando a agricultura vai bem ou vão mal quando a agricultura vai mal. Então, isso evidentemente tem que ser considerado nesse contexto.

Então, eu acho que a mudança da Legislação, ou a discussão, ou o debate da Legislação no sentido de modernizá-la e dentro dela prever esses critérios, eu acho extremamente importante.

Agora, eu gostaria de levantar uma outra questão, que é extremamente importante. A agricultura brasileira é considerada uma das mais eficientes do mundo e nos últimos dez anos é a que mais cresce em eficiência em relação a todos os demais países. Quer dizer, não significa que eu já tenha atingido o limite de alguns produtos que os Estados Unidos atingiu, embora em outros eu já ultrapassei, mas por exemplo no milho não. Mas o Brasil está crescendo mais do que os Estados Unidos a cada ano em melhoria de eficiência. Como está crescendo mais do que qualquer país europeu em eficiência.

Então, é muito interessante isso, por um lado nós estamos nos transformando na agricultura mais eficiente do mundo, ou com padrões extremamente elevados e aí claro que a tradução final é produtividade.

Mas, por outro lado, nós temos problema seriíssimos, seriíssimos, aqui se falou em fertilizantes. E eu faço uma pergunta, Senador, que é a pergunta que eu faço sempre, inclusive quando se fez o marco regulatório do pré-sal, eu passei um bilhete para a Ministra Dilma e perguntei: E o marco regulatório para exploração de potássio?

Por que não um marco regulatório para a exploração de potássio. Se eu tenho a terceira maior jazida do mundo de potássio e que eu não exploro uma única grama dessa jazida e eu importo 91% do potássio que eu preciso no país e o potássio sai de 200 dólares a 1200 dólares de um ano para o outro controlado por quatro países no mundo e por duas empresas que comercializam o produto.

Então, veja bem, nós não temos nenhuma política de utilização de recursos minerais como fóssil, potássio, ou nitrogenados para a agricultura, nenhuma, absolutamente nenhuma.

Nós temos cartório, aonde você vai lá e pede permissão para fazer lavra e pede permissão para fazer pesquisa e é isso que você tem. Mas você não tem uma política de exploração dos nossos recursos minerais, para que eles sirvam de elemento básico para a produção agrícola.

E veja bem eu estou falando que nós temos fósforo sobrando, jazidas de fósforo sobrando no Brasil. Eu importo fósforo de Marrocos, atravesso o oceano, coloco no caminhão milhões de toneladas, são 25 milhões de toneladas que eu preciso e levo até Lucas do Rio Verde, ou até Sinope lá no Mato Grosso. Mas eu tenho jazidas de fósforo no Mato Grosso, eu tenho grandes jazidas aqui Goiás, com Tocantins.

Enfim, então, eu não tenho nenhuma política e nem um marco regulatório para poder explorar as nossas jazidas e poder diminuir em consequência os meus custos de produção.

Segundo item. Embora eu continue sendo eficiente como produtor, mas eu pago todo esse preço da falta de uma política ou das imperfeições de mercado, já que quem controla a venda dos insumos são duas ou três empresas. E o mais interessante é que quando eu produzo duas ou três fornecem os insumos e quem vai comprar são as mesmas duas ou três empresas, aí talvez acrescente uma quarta, ou uma quinta empresa. Então, eu tenho um mercado altamente imperfeito, onde a renda da minha eficiência não fico comigo. Então, esse é um problema sério.

Evidentemente, que eu também tenho o problema de logística. Eu até mandei tirar fotografia do que aconteceu no Mato Grosso, aquelas filas de 50 caminhões

encalhados nas estradas, com tratores puxando o da frente e 49 aguardando a vez para poder, ficando, um dia, dois dias, três dias ali. Então, veja o custo disso, da falta de infraestrutura e de logística também que nós temos e o impacto que isso trás.

Então, nós temos uma série de questões e aí eu concordo com o Senador Osmar Dias, que, evidentemente, nós teríamos que debater com mais profundidade e teríamos que enfrentar essas questões.

Agora, em relação à Legislação, eu gostaria de dizer uma questão que sempre é colocada. Veja vem, é claro que a Legislação, a Constituição prevê que não é desapropriável propriedade pequena e média. Propriedade média é até 15 módulos, ou seja, só seriam teoricamente desapropriáveis propriedades grandes, então, essas pequenas e médias não estariam sujeitas ao índice.

Mas temos uma questão na Legislação, para quem tem uma única propriedade, ou seja, isso foi evidentemente um erro. Então, quem tem duas propriedades pequenas, uma delas está sujeita a desapropriação e é isso que gera a instabilidade. Então, efetivamente, além disso, nós teríamos que corrigir algumas questões.

E como disse o Eliseu, e esse não é o pensamento não é só do Eliseu, mas ele é o pensamento quase generalizado quando se fala com profissionais com técnicos que atuam, que tem formação para isso. É de que os índices estão inadequados. Ou seja, nós deveríamos rediscutir, eles foram estabelecidos numa época dentro de uma condição e de dentro de uma visão não é a visão da agricultura moderna. E até que isso sirva para estimular essa agricultura moderna, dar condições para essa agricultura moderna.

Embora, eu acho que, Senador Eduardo Suplicy, uma coisa nós temos que ter bem claro neste momento. Neste momento atual, a discussão é muito mais política, emblemática e até ideológica do que técnica, nesse momento. Quer dizer, por isso que eu até acho difícil você fazer uma discussão técnica nesse momento.

Porque eu tentei inclusive isso comigo, o Cassel e ele tentou isso comigo, nós tivemos um entendimento muito bom, um relacionamento muito bom, a tentarmos uma discussão técnica, mas acabamos, pelo menos eu acabei chegando a conclusão, de que nem isso seria mais possível, da forma em que as questões enfim, foram conduzidas até aqui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Quem sabe essa Comissão aqui consiga... Fazer luz a uma melhor definição e com a colaboração dos senhores, por isso que eu até encaminhei aos Senadores um requerimento para prosseguir o diálogo.

SR. REINHOLD STEPHANES: Se depender da minha opinião, eu diria sim--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Muito bem.

SR. REINHOLD STEPHANES: --você está certo, seria interessante a gente começar a trabalhar isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Está bem.

SR. REINHOLD STEPHANES: E amadurecer isso.

Agora veja bem, em todo esse debate, essa foi uma coisa que também permeou um pouco as discussões aqui, sobre a situação dos atuais assentamentos, aqui foram citados alguns exemplos de alguns Estados e de alguns estudos.

O Ministério fez um estudo do Pará, que, evidentemente, não serve de referência e de projeção como para refletir uma situação nacional. Mas de qualquer forma é o Estado onde houve o maior número de assentamentos foi o Pará, com 180 mil assentados. E quando se faz uma análise da produção per capita, quer dizer por propriedade ou por família, ao longo de todo o período de assentamento acontece o fenômeno extremamente interessante, a produção per capita do Pará, ou por propriedade, ou por família caiu para um terço à medida que ia aumentando os assentamentos a média ia caindo, ia caindo, ia caindo hoje é um terço. Então, alguma coisa não está certa.

Aí um colega, eu peço permissão para citá-lo, porque eu já ouvi dele duas citações extremamente importantes, a segunda eu vou citar a seguir dentro de uma pergunta que me foi feita. Mas uma das questões que ele me colocou numa conversa informal. Informal. "O nosso maior problema no momento não é aumentar o número dos assentamentos, mas sim cuidar da qualidade dos atuais assentamentos". Esse Deputado chama-se Assis do Couto, que é oriundo do movimento e uma pessoa que efetivamente conhece. Eu acho que na minha visão ele está correto e isso foi colocado em parte aqui. E isso foi colocado em parte aqui.

E uma outra citação que ele fez numa reunião tratando de meio ambiente, com a participação do Ministro Minc, com a participação do Deputado Zequinha Sarney, enfim, outros técnicos e pessoas vinculadas à questão, quando ele afirmou na reunião confirmando aí um estudo da EMBRAPA, mas ele que afirmou primeiro, a EMBRAPA nem havia afirmado isso ainda. Ele disse o seguinte: "Um milhão de pequenos e médios agricultores perderão a sua propriedade e a sua condição de produzir se entrar em vigor a legislação ambiental, atualmente, como está posta no Brasil". Veja bem, isso é um dado que deveria nos preocupar. Um milhão.

Isso não foi dito... Depois, claro que os nossos estudos também apresentaram esses dados, mas o primeiro a dizer isso foi o Deputado Assis do Couto. Ou seja, uma pessoa que conhece a realidade, que trabalha a realidade, que vive a realidade, que mostra que cometemos erros no passado que temos que ter a coragem de corrigir.

Para concluir, quer dizer, antes de agradecer evidentemente, as referências feitas pelo Senador Romeu Tuma, elogiosas, feitas eu gostaria de... Porque vale a pena citar isso, pelas preocupações que existem.

O Senador Gilberto Goellner, se retirou daqui falando que iria participar de uma discussão de um programa de integração lavoura pecuária. Que é um programa extremamente interessante, que a EMBRAPA vem trabalhando firme, temos tecnologia muito boa já à disposição e já estamos trabalhando no sentido de implantar isso. Começando inclusive pela Região Noroeste do Paraná, que é uma Região de Arenito Caiuá, quer dizer de terras ruins, aonde houve uma degradação total das pastagens de toda a região, assim muitas outras áreas do Brasil e aí mais fortemente também no Estado do Pará.

Então, o programa integração lavoura pecuária, ou lavoura, ou pecuária e silvicultura também é extremamente importante. Então, são programas que estão sendo desenvolvidos e que nós já temos inclusive hoje recursos financeiros à disposição para financiar a execução desses programas, mas que devemos caminhar muito na direção deles, que são importantes para proteger de um lado e para aumentar a produtividade em muito de outro lado.

Mas ao tratar disso, eu gostaria de voltar a informar isso aos presentes e aos jornalistas. O Ministério da Agricultura tem a convicção de que nós temos que chegar ao desmatamento zero no bioma Amazonas. Ou seja, diz que a agricultura não poderá ser culpada, ou continuar sendo culpada pelo avanço do desmatamento.

Em relação à soja, hoje, ninguém mais tem dúvida que a soja já há três anos não é mais responsável pelo aumento do desmatamento. Até porque existe um acordo já em relação a isso e eu ouvi o próprio Ministro Minc, dizer que esse acordo está sendo executado, está sendo cumprido e de que a soja não está mais sendo culpada pelo avanço do desmatamento em função do plantio de soja.

Mas nos ainda temos a pecuária. Então, em relação à pecuária que eu gostaria de voltar a frisar. Nós estamos terminando um programa que já estamos estudando há oito meses com o envolvimento dos frigoríficos da região do Pará, com o envolvimento de produtores com o envolvimento do governo do Pará, com o envolvimento do serviço de defesa sanitária animal estadual e federal, com o envolvimento da EMBRAPA e de outras instituições... Não. Aí não entra Ministério Público. Não, esse é um outro acordo.

O que nós estamos tentando fazer com isso e já há oito meses e o programa está quase pronto? Nós queremos instrumentalizar uma condição para chegar ao desmatamento zero em relação ao avanço da pecuária. Como é que nós instrumentalizamos isso? Primeiro, nós temos a unidade, que é o frigorífico para onde vão os animais produzidos ou eles vão à exportação para a Venezuela, via portos já determinados, ou para o Oriente Médio em pé. Nós temos os frigoríficos e temos as áreas de exportação. Em cada frigorífico nós temos um fiscal federal, obrigatoriamente. Em cada unidade de exportação, nós temos um fiscal federal, obrigatoriamente.

A pecuária para circular ela precisa de uma guia de trânsito, você não circula um boi de uma fazenda para outra, ou um boi para um frigorífico sem uma guia de trânsito. O que nós precisávamos? É transformar essa guia de trânsito numa guia de trânsito eletrônico dentro de um sistema, para você, com muita rapidez ou em tempo real, se pudesse controlar a saída do boi de um lugar e a entrada no outro e se conferir se isso efetivamente está acontecendo. Mas nós precisávamos aí uma segunda questão, nós precisamos georreferenciar essa guia eletrônica. Nós tínhamos que ter um ponto da fazenda para saber aonde está localizado geograficamente essa fazenda.

E quando eu estou falando aqui em guia eletrônica, ela estará implantada até o final do ano. Quando eu falo aqui georreferenciamento, hoje, nós já devemos estar, nós estamos já com o pessoal em campo, georreferenciando as primeiras 12 mil propriedades da região mais critica do Pará, via satélite. Via satélites, Ok?

Eu tendo uma guia eletrônica que é emitida, que é controlada por um sistema e gerenciada a cada dia, eu tendo essa guia eletrônica georreferenciada como obrigatória, por sinal nem será aceita nem pelo meu fiscal e nem pelo meu frigorífico, no dia 1º de janeiro, quando isso entrar em vigor a EMBRAPA satélite, monitoramento via satélite fará a leitura de toda a região georreferenciada.

Que, inicialmente, uma é região com 140 mil quilômetros quadrados, ou seja, quando o tamanho do Estado do Paraná, nós vamos começar com uma chamada área piloto, mas essa área piloto é quase do tamanho da área do Paraná, somente para se ter uma ideia, com 12 mil fazendas. E até seis meses após entra uma outra parte, até o final do próximo ano entra uma outra parte e aí fecha o Estado do Pará.

Mas, então, em janeiro, a EMBRAPA, monitoramento via satélite vai fazer o rastreamento de toda a área das propriedades georreferenciadas e, seis meses depois, ela confere com a precisão de um hectare de desmatamento. Ou seja, se houve um hectare de desmatamento, a propriedade não estará mais no jogo, ela estaria fora, ou seja, é a forma instrumentalizada de você efetivamente dizer o seguinte. "Olhe, daqui para diante acabou não tem mais desmatamento".

Claro que esse sistema não vai tratar do passado, o passado não é mais problema nosso. Mas o Ministério da Agricultura está montando o sistema de forma estruturada e instrumentalizada para o desmatamento zero. E aí como compensação entram programas de recuperação de áreas degradadas, o BNDES participa desse grupo de trabalho.

Eu tinha citado algumas instituições crescidas ao BNDES, porque ele entra o programa de financiamento e recuperação de áreas de degradadas, como também entra com programas de integração lavoura pecuária ou lavoura silvicultura, no sentido de melhor a produtividade e a recuperação das áreas.

Então, eu gostaria só de voltar a frisar, embora está um pouco fora do tema, mas quando se falou muito aqui também nessas questões, no sentido de colocar esta posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E V. Exa. vai disponibilizo reclamo esse programa para o Ministério do Meio Ambiente, Ministro Reinhold Stephanes?

SR. REINHOLD STEPHANES: Eu diria que o debate com o Ministério do Meio Ambiente tem sido tão difícil, que este programa eu prefiro implantar sozinho, para mostrar que nós temos capacidade e condição de efetivamente chegar ao desmatamento zero, sem precisar fazer caça ao boi pirata.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Só se for oferecido por V. Exa., que é policial.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou oferecer o árabe.

SR. REINHOLD STEPHANES: Olha, isto é capaz de dar jogo. [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas Ministro Reinhold Stephanes, saiba V. Exa. que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária tem por V. Exa. o maior apreço dada a franqueza e a responsabilidade com que conduz a sua pasta e enfrenta todos os questionamentos que são feitos pelos produtores e trazidos aqui a este órgão, porque aqui é o confessionário do produtor tanto do agronegócio como da agricultura familiar.

E V. Exa. trouxe informações preciosas e vai levar daqui a convicção de que essa questão dos índices de produtividade inquieta o produtor e inquieta os componentes desta Comissão.

Agradecemos a sua presteza, agradecemos os subsídios oferecidos pelo Prof. Eliseu Alves. E, antes de encerrar esta reunião, eu quero submeter à apreciação do Plenário, requerimentos subscrito pelo Senador Eduardo Suplicy e os outros que os acompanham.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Por todos os Senadores aqui presentes, Sr. Presidente, que foi consenso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Exatamente.

E que pede Audiência Pública para debater a atualização do índice de produtividade para efeito de reforma agrária, com seis convidados. E eu gostaria de sugerir aqui, Senador Eduardo Suplicy, que reduzisse aqui para quatro, porque a experiência já tem demonstrado que a presença de muitos expositores acaba trazendo dificuldades para o bom desempenho dessa Comissão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Mas V. Exa. pode sugerir depois no diálogo iríamos chegar a um entendimento então.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ok.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Mas aí estão os seis nomes.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, nós vamos negociar pessoalmente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que não havendo questionamento e já que há inclusive subscritores suficientes está aprovado o requerimento, por unanimidade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): V. Exa. pode citar os citados.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Os convidados aqui sujeitos obviamente à alteração são os senhores: Ministro Guilherme Cassel; o ex-Deputado Plínio Arruda Sampaio, que hoje é Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, nosso ex-colega da Constituinte; o Sr. Pedro Stedile, da Coordenação Nacional do MST; Sr. Alberto Ercílio Broch, Presidente da Contag; Sr. Luiz Carlos Suplicy--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Luiz Marcos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aliás, Luiz Marcos Suplicy Hafers, ex-Pre-

sidente da Sociedade Rural Brasileira; e o ex-Ministro Roberto Rodrigues.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Depois chegaremos a um entendimento sobre os quatro nomes.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sobre os quatro nomes. Não havendo mais assunto a tratar declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 12h22.

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 15 DE SETEMBRO DE 2009.

Às nove horas e cinqüenta e cinco minutos do dia quinze de setembro de dois mil e nove, na Sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **JOÃO PEDRO, CÉSAR BORGES, RAIMUNDO COLOMBO, OSVALDO SOBRINHO, FLEXA RIBEIRO, ROMEU TUMA, SERYS SLHESSARENKO E VALDIR RAUPP.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, Augusto Botelho, Leomar Quintanilha, Neuto de Conto, Gilberto Goellner, Arthur Virgílio, Marisa Serrano e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 31 de 2009 – CRA**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e Senador Augusto Botelho, aprovado em 30/06/09, com a finalidade de discutir o cadastro de segurados especiais a ser realizado pelo Ministério da Previdência Social, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **José Barroso Pimentel** – Ministro de Estado da Previdência Social – **MPS;** Sr. **Evandro José Morello** – Assessor de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – **CONTAG**; Srª **Alessandra da Costa Lunas** – Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – **CONTAG**; Srª **Rosângela Piovezam** – Representante do Fórum Itinerante e Paralelo Sobre a Previdência Social – **FIPPES.** Após as exposições dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Serys Slhessarenko, João Pedro e Osvaldo Sobrinho. Resultado: Audiência Pública Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADOR VALTER PEREIRA, PRESIDENTE DA CRA.**

29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 09 HORAS E 55 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 29ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que havendo anuência do Plenário é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se a Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº. 31, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e do Senador Augusto Botelho, aprovado no dia 30 de junho, com a finalidade de discutir o cadastro de segurados especiais a ser realizado pelo Ministério da Previdência Social. São convidados o Exmo. Sr. Ministro José Barroso Pimentel, Titular do Ministério do Estado da Previdência Social, a quem eu convido para participar desta Mesa Diretora. A Sra. Alessandra da Costa Lunas, vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a CONTAG. E o Sr. Evandro José Morello, que é Assessor de Políticas Sociais da CONTAG.

Hoje a Comissão, Senador César Borges, está reservada para os assuntos sociais do campo, por iniciativa da Eminente Senadora Serys Slhessarenko, que hoje substituiu a produção pela assistência, não é isso, Senadora?

E nós damos boas-vindas Ministro da Previdência, por algumas razões. A primeira das quais é porque é um Parlamentar que tem dignificado o Congresso Nacional frente ao Ministério da Previdência e, em segundo lugar, porque tem procurado fazer o enfrentamento com as questões mais intrincadas que essa pasta coloca em sua frente.

De sorte, que é uma alegria muito grande recebê-lo nesta manhã, Sr. Ministro. E para dar início a esta Sessão, nós vamos passar a palavra ao Exmo. Sr. Ministro José Pimentel.

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Eu quero saudar o Exmo. Senador Valter Pereira, nosso Senador,

com quem nós já tivemos vários diálogos, particularmente no Orçamento da União de 2008, quando eu fui ali Relator. Saudar a Senadora Serys Slhessarenko e, em nome dela, saudar as mulheres aqui presentes, autora do requerimento. Saudar o Senador César Borges, lá da nossa Bahia, do nosso Nordeste estávamos aqui conversando um pouco sobre as questões da Região Nordeste. Saudar aqui a Alessandra representando a CONTAG, o Evandro, saudar as mulheres que integram a caminhada das mulheres do campo.

E registrar que esta audiência solicitada pelo nosso Senado Federal, para nós da Previdência Social é muito importante. Estamos construindo o Cadastro Nacional dos Segurados Especiais, que é constituído pelos proprietários de terra que tem até quatro módulo fiscal de terra, pelos assentados, pelos pescadores artesanais, pelos extrativistas, os povos quilombolas, os povos indígenas, os meeiros, parceiros arrendatários. Ou seja, esse conjunto de homens e mulheres que produzem boa parte da riqueza vinculado ao campo e que nós chamamos de modo geral de agricultores familiares, mas que tem esse conjunto de ações, porque ora ele é pescador artesanal, ora ele é o pequeno produtor rural, ora ele é extrativista e também outro pequeno produtor rural.

Ele é dos povos indígenas, mas também um pequeno produtor rural. Termina tendo essa identidade com a agricultura familiar, que é objeto de todo um debate no Congresso Nacional, na sociedade brasileira, no Governo Brasileiro e que hoje responde por 70% da produção que vem para a nossa cozinha, que vem para a nossa mesa de alimentação.

Eu vou nosso Presidente da Comissão, se o senhor permitir, passar algumas lâminas, para nos ajudar. A próxima.

Todos nós aqui vivenciamos muito a feitura da Constituição de 88 e ali, no art. 195, o Constituinte trouxe todo um capítulo e um parágrafo voltado para o segurado especial, que hoje é o § 8º do art. 195, onde trata do segurado especial com essas características: O produtor ou parceiro, o meeiro, o arrendatário rurais, o pescador artesanal bem como os respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social, mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

Nós tivemos recentemente, a Lei nº. 11.718, de junho de 2008, disciplinando totalmente esse capítulo, o § 8º do art. 195, reformando Lei 8.212 e 8.213, uma trata do custeio a outra trata dos benefícios.

E, em seguida, veio a Lei Complementar 128, já de dezembro de 2008, nosso Senador Valter Pereira, que aposenta o saco de documentos para os trabalhadores vinculado à Previdência Social e passa a reconhecer o direito previdenciário com reconhecimento automático desses direitos.

Na parte urbana, nós implantamos tudo isso ainda em janeiro de 2009, e agora, estamos construindo no segurado especial. Em seguida veio o Decreto 6722, também de dezembro de 2008, que regulamentou a Lei 11.718 e a Lei Complementar 128, que é a base de tudo isso o que nós estamos discutindo. A próxima.

Aqui é um pouco mostrando quem são os segurados especiais e ao mesmo tempo disciplinando, chamando a atenção para o agricultor familiar, que são os proprietários que tem até quatro módulo fiscal de terra, como também os usufrutuários, os possuidores que são os posseiros, os assentados, os parceiros, os meeiros, outorgados, os comodatários, o arrendatário rural, esse conjunto de pessoas em que a sua família tira o sustento basicamente do setor rural.

O outro grande grupo é o pescador artesanal, o outro é o extrativista, tem os povos indígenas e as nações quilombolas e, junto com eles, os membros do agrupamento familiar também integram esse segurado especial.

Os objetivos desse cadastro. O primeiro grande objetivo é aposentar o saco de documentos, a partir dali, toda vez em que a mulher trabalhadora, que integra o segurado especial, ganhar a sua criança, e trazendo a certidão de nascimento ou atestado médico de nascimento da criança, nós não vamos pedir mais nenhum documento comprobatório da sua condição de agricultura familiar, esse cadastro substituirá esse documento e a concessão do salário-maternidade será feito imediatamente.

O segundo grande objetivo é na hora de receber os benefícios da Previdência, ao completar 55 anos de idade a mulher e 60 anos de idade o homem, independentemente de comprovar com novos documentos a sua condição de agricultor familiar ou do segurado especial, esse cadastro vai substituir aquela documentação.

E com isso simplificará bastante aquele conjunto de documentos que hoje as entidades precisam fornecer e que o trabalhador precisa nos trazer de última hora, para poder conseguir os seus benefícios.

E estamos trabalhando para tão logo esse cadastro esteja pronto, também encaminhar a esses trabalhadores que completam 55 anos de idade a mulher e 60 anos de idade o homem, a carta ao aposentando, como já estamos fazendo com a parte urbana, informando de que ele preencheu as condições de aposentadoria, querendo receber o seu benefício, ligue

para 135, que é o nosso *call Center,* para que a gente possa conceder a certidão do seu benefício.

Esse sistema, ele está sendo constituído de uma série de documentos públicos que se encontram junto à Receita Federal do Brasil, que nós chamamos de CAFIR, que se encontra junto à Secretaria, o Ministério da Pesca, a FUNAI, o INCRA, os CREA, PRONAF, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que é a SEPPIR. Uma série de documentos, que hoje já são documentos públicos na mão do próprio Estado.

Aqui nós tínhamos uma situação em que uma trabalhadora rural ganhava uma criança, a gente concedia o seu salário-maternidade. Se, porventura, ela tivesse uma outra criança tinha que repetir toda a documentação que tinha apresentado na vez anterior, com isso a gente simplifica a facilita a vida dessas trabalhadoras. Portanto, o objetivo todo é facilitar o reconhecimento do Direito Previdenciário.

Nós firmamos um convênio, um termo de cooperação técnica com o Ministério da Pesca e Apicultura, firmamos um outro com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, firmamos um outro com a FUNAI, todos esses já estão homologados pelo Conselho Nacional de Previdência Social.

E com os nossos parceiros, já firmamos com a CONTAG, no último dia 25 de agosto, com a SEPPIR estamos terminando a sua formatação, com a FETRAF estamos também com o documento bastante adiantado para que nós possamos firmar com essas entidades também o mesmo termo de cooperação técnica, para que nos ajudem na elaboração dessa grande cadastro do segurado especial.

O CAFIR, como nós todos sabemos é um cadastro vinculado à Receita Federal do Brasil e ali estão vinculados todos os registros das propriedades rurais e também o ITR, que é o imposto territorial rural, aonde eles declaram todo ano.

No ano de 2008, nós tínhamos oito milhões 603 mil, 171 propriedades do Brasil. Esta é a quantidade das propriedades registradas na Receita Federal do Brasil e também com a declaração de ITR.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Que ano que é?

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: 2008. Desse montante, cinco milhões 119 mil, 337, tem até quatro módulo fiscal de terra. E a Lei 11.718, determina que quem tem até quatro módulo fiscal de terra, integra o segurado especial. Esse módulo fiscal de terra, ele tem uma diferenciação de seu tamanho de regiões para regiões.

Nós temos região no Brasil, em que o módulo fiscal de terra é de apenas três hectares, temos regiões em que ele é de 100 hectares, no caso da Região Amazônica. No caso da Bahia, do Ceará, do nosso Nordeste, ele é tenho 70 hectares. Portanto, isso está vinculado à produtividade. Fizemos esse batimento e encontramos cinco milhões, 119 mil, 337 propriedades com até quatro módulos. E temos 514 mil 611 propriedades vinculadas a Previdência Social que tem mais de quatro módulo fiscal de terra.

Porque até a essa Lei 11.718, não tinha uma definição do tamanho da propriedade para ser agricultor familiar e tínhamos uma demanda judicial muito grande, pessoas com propriedades maiores, mostrando de que o sustento da sua família vinha totalmente da agricultura e pedia também o benefício previdenciário. E tinha aquele conflito grande entre os procedimentos do INSS, da Previdência Social e essa demanda por parte desses proprietários.

O Congresso Nacional, ao aprovar a Lei 11.718, pôs fim a essas dificuldades e agora nós temos o marco legal determinando que integra a agricultura familiar quem tem até quatro módulo fiscal de terra.

E isso, o nosso Senador Valter Pereira, tem contribuído para diminuir a judicialidade, porque aquela demanda toda que nós tínhamos, graças a Deus, com isso aqui está sendo resolvido. E o Poder Judiciário está acompanhado rigorosamente essa orientação da Lei Federal aprovada pelo Congresso Nacional.

Aqui são os pescadores artesanais, após esse termo de cooperação técnica feito com o Ministério da Pesca, recebemos um banco de dados significativo e 711 mil 585 pescadores artesanais, efetivamente integram esse ramo de atividade. E temos 76 mil 155, que embora tenha alguma identificação com o pescador artesanal, mas não são pescadores artesanais. Uma parte, porque já recebeu a aposentadoria da Previdência Social, ou já tem pensão, ou tem uma pequena propriedade e tem uma atividade mista, ou é agricultor familiar, ou é pescador artesanal. E, para esses, nós estamos pedindo para que eles nos declarem qual é a principal atividade econômica para fazer o enquadramento.

Então esse processo todo está nessa fase de homologação e, para esses aqui, nós estamos identificando cada um deles que visitando, conversando para que possamos ter um cadastro, o mais realista possível. E aqueles que nós temos dúvida, a gente deixa com uma identificação para visitá-lo e só homologamos aqueles que a gente tem 100% de certeza de que eles integram o cadastro especial.

Esse cadastro, ele também vamos iniciar agora, em outubro, um grande cadastro voltado prioritariamente para o meeiro, ou parceiro, ou arrendatário, aquele pequeno proprietário que não foi possível identificá-lo

através do Banco de Dados Oficial ou Banco de Dados do Governo Federal. E esse cadastro será feito em parceria com as entidades rurais, os seus sindicatos, as suas entidades.

Para isso, nós estamos firmando esse termo de cooperação técnica e na proporção em que os sindicatos vão fazendo previamente a sua identificação, eles são convidados para vir à Agência da Previdência Social, ou o nosso servidor vai lá à sua comunidade fazer aquela visita e a partir dali vai certificando um a um.

Temos uma outra demanda muito grande, que são pessoas que receberam as suas propriedades de direito de herança, mas ainda não fizeram a partilha e, com isso, não tem o título da propriedade.

Com o Programa Território da Cidadania, que envolve um conjunto de Ministérios, temos uma ação conjunta para fazer essa regularização fundiária. E temos também da questão dos assentados o que nós chamamos de agregados. É o filho que era dependente daquela família de assentados, atingiu a sua maior idade, mas continua no assentamento, embora não tendo o lote no assentamento, que também faz parte da agricultura familiar e que a gente precisa dar uma saída, seja viabilizando uma nova terra para esse agregado, ou criando as condições, a partir da produtividade do assentamento, para que ele possa ali ter o seu sustento.

Nosso Senador Valter Pereira, vamos aproveitar e conversar um pouquinho sobre o regime geral, dar alguns números aqui para subsidiar os nossos Senadores, as nossas Senadoras e o Congresso Nacional.

A gente lembra que lá, em 808, o Constituinte criou todo um capítulos da seguridade social, envolvendo a Previdência, a Assistência Social e a Saúde, que é objeto de recursos vinculados de uma série de ações para fortalecer esse setor que atende bastante a família brasileira.

No caso concreto da Previdência Brasileira, ela foi distribuída em quatro grandes ramos. O primeiro ramo é o regime geral de INSS, que hoje nós temos 26 milhões e 700 mil benefícios sendo pagos todo mês, rigorosamente em dia, em qualquer ponto do Brasil. Nós temos o regime próprio dos servidores públicos, que envolve 1903 Municípios, os 26 Estados, o Distrito Federal e, também, a União.

Aqui nós temos uma preocupação com os municípios, porque parte desses municípios não tem ainda uma mão de obra qualificada para gerir bem essa Previdência própria. Estamos dialogando com o Tribunal de Contas da União, com os Tribunais de Contas Estaduais, para que nossa possamos ter uma ação dirigida para a capacitação e para uma melhor formação dos servidores públicos municipais, que atuam nesses regimes próprios de Previdências Municipais.

Temos a Previdência Complementar, ela é anterior ao regime geral, é de 1904, o regime geral, como todos nós sabemos, é de 1923. E essa Previdência Complementar tem hoje, em média, 20% do produto interno bruto brasileiro, que é uma grande poupança, para alavancar o desenvolvimento brasileiro e complementar as previdências desses trabalhadores na época do seu benefício.

E temos também a Previdência dos militares, que a exemplo de todos os demais países, eles têm uma previdência diferenciada, uma previdência própria para protegê-los.

Aqui é a quantidade de benefícios. No mês de agosto, nós pagamos 26 milhões e 700 mil benefícios, desse total 15 milhões e 400 mil são da área urbana, sete milhões e 900 mil é o segurado especial, que nós chamamos de rurais, que é um termo mais convencional em que todos acompanham.

E aqui eu faço um parêntese para chamar a atenção, de que até 1988, nós tínhamos zero de benefício aqui nos rurais. Isto é o reconhecimento de uma Constituição cidadã, que permitiu organizar esse conjunto de homens e mulheres que trabalham na roça, que plantam cultivam para sustentar a sua família e nos sustentar na área urbana. Por isso, já temos sete milhões e 900 mil.

E um dos olhares principal dessa Audiência Pública, hoje é para este público aqui que é cada vez mais crescente na agricultura familiar, como nós tratamos.

E temos na Assistência três milhões e 400 mil benefícios. Por falar em assistência, com a Lei 11.718, com esse cadastro que nós estamos fazendo a intenção nossa é universalizar a Previdência Pública do segurado especial. Porque a partir dali, todos na terceira idade passarão a ter benefício previdenciário fruto do Constituinte de 88 e da regulamentação da Lei 11.718, de 2008, e esse cadastro que nós estamos construindo. A próxima.

Esse é o montante de recursos que nós repassamos todo mês para os nossos aposentados e pensionistas, para os beneficiários do nosso sistema. A nossa folha média é de 17 bilhões de reais/mês.

No mês de agosto, ela foi de 24.800, quase 25 bilhões de reais, porque nós antecipamos 50% do décimo terceiro salário, que era pago em dezembro e trouxemos para agosto. Pagamos entre o dia 25 de agosto e o quinto dia útil agora de setembro, que foi exatamente no dia oito de setembro. Mas a nossa folha, ela é da ordem de 17 bilhões de reais, todo mês, que é o montante de recurso que a nossa Previdência

Social, transfere para as nossas famílias e coloca na nossa economia.

Nós temos 62% dos municípios brasileiros que recebe mais dinheiro da Previdência Social do que do Fundo de Participação Municipal. A próxima. 62% dos municípios brasileiros.

A Previdência Social é o principal instrumento brasileiro de combate à pobreza e se não fosse a Previdência Social Brasileira, nós teríamos 22 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza no Brasil, mas com ela isto foi resolvido.

Aqui é mostrando exatamente os municípios que recebem mais dinheiro da Previdência Social, do que do Fundo de Participação. Como todos nós sabemos, no Brasil nós temos cinco milhões, aliás, cinco mil 664 municípios. Desse montante, três mil 449, recebe mais dinheiro da Previdência Social do que do FPM.

E a gente tem a impressão de que esses municípios estão mais na Região Norte e Nordeste. Não é verdade. A ampla maioria desses municípios estão na Região Sudeste, um mil 166 municípios da Região Sudeste, recebe mais dinheiro da Previdência Social, do que o Fundo de Participação dos Municípios. Portanto, é uma política nacional em que todos são beneficiados a partir dessa sistemática de gestão e de construção da Previdência Pública Brasileira.

Esse é um item também de muita preocupação nossa. Ampliação da cobertura previdenciária. O ideal é que quanto mais cobertura previdenciária você tem da sua população, mais justo é esse país. Lá em 2003, nós tínhamos 62,5% da população brasileira, acima de 16 anos de idade, com cobertura previdenciária. Em 2007 chegamos a 65,1, quem calcula, quem faz esse levantamento para a Previdência Social é o IBGE, na Pesquisa PNAD.

Agora, em outubro está saindo a nova Pesquisa PNAD e a previsão é de que nós estamos indo para 67%, de toda a população brasileira, acima de 16 anos de idade, com cobertura previdenciária.

Agora, com a universalização da Previdência Pública na área rural no segurado especial, que é a Lei 11.718, e com a formalização do empreendedor individual, nós vamos ter um crescimento significativo também nesse setor.

Nesse esforço do Empreendedor Individual, nós queremos formalizar 11 milhões de homens e mulheres que vivem na área urbana e que tem receita bruta anual de até 36 mil reais. Esse sistema começou em julho de 2009 e já temos um milhão e 280 mil empreendedores individuais, que já pediram a sua formalização e estamos fazendo agora o batimento entre o nome da firma individual que eles pediram e a existência de outros pedidos.

Já homologamos em torno de 60 mil firmas individuais para formalizar e já temos mais de 20 mil de pessoas que já receberam a certidão de nascimento da firma individual do Empreendedor Individual, que é o seu CNPJ. Então tem uma ação toda voltado para a formalização do Micro Empreendedor Individual.

São 11 milhões de homens e mulheres na área urbana, distribuídos por todos os Estados na Federação Brasileira. E nós queremos chegar em julho de 2010, no primeiro ano de existência do Empreendedor Individua,l no mínimo com um milhão de pessoas formalizadas.

Essas pessoas não pagam um centavo de imposto para o Governo Federal é totalmente isento de impostos para o Governo Federal. Se eles forem do comércio ou da indústria, eles contribuirão com um real por mês à título de ICMS. Se for do setor de serviços, não paga isso e paga cinco reais por mês à título de ISS e tem os mesmos benefícios da Previdência Social, e contribuem com 11% sobre o salário-mínimo para ter esses benefícios.

Essa Previdência, o nosso Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar 128, em dezembro do ano passado, que nos permitiu a aposentadoria do saco de documentos e que esse reconhecimento automático é parte daquela lei e que nos permite o reconhecimento automático do direito previdenciário. É por isso que, a partir de janeiro de 2009, nós estamos concedendo os benefícios em até meia hora.

As pessoas ligam para 135, marca o dia, marca a hora para ser atendido, chega ali, nós tiramos o extrato da sua vida previdenciária onde constam todos os seus vínculos empregatícios e todas as suas contribuições. E se ele concorda, a gente emite a certidão de aposentadoria em até meia hora, nosso Senador Valter Pereira. E ainda sobra um tempinho para falar do Pantanal, ou quem é lá do Nordeste, para falar das boas chuvas que chega ali no mês... Na Amazônia toda, na Região Norte.

Eu estou falando, porque o Senador Valter Pereira é dali do Pantanal, não é? Nosso Senador, mas em todas as regiões do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A maior parte do Pantanal está no Mato Grosso do Sul, mas tem aqui a representante da menor parte, que é o Mato Grosso, que é a Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): As maiores são as mais bonitas.

[risos]

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Esta é apenas uma provocaçãozinha, para despertar a Senadora Serys Slhessarenko.

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Cada região do Brasil tem seus encantos, as suas belezas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aliás, Mato Grosso aqui está predominando. A maior Bancada aqui é a de Mato Grosso, porque o Senador Osvaldo Sobrinho, também representa o Mato Grosso.

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Coisa boa, sejam bem-vindos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eles estão maiores do que a Região Amazônica, não é?

[risos]

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Aí com o reconhecimento automático do direito previdenciário apareceu o primeiro grande problema, o contribuinte só tomava conhecimento da sua vida previdenciária quando chegava na agência para pedir o benefício.

E na década de 70, década de 80, os nossos controles internos não eram tão bons. E temos algumas situações em que falta o vínculo empregatício, faltava uma anotação.

A partir de maio de 2009, passamos a liberar o extrato previdenciário para todos os contribuintes, todos os aposentados e pensionistas da Previdência Social.

Nesse extrato, nós temos todos os seus vínculos empregatícios, todas as suas contribuições mês a mês, de julho de 94 para cá. E isso tem permitido, nosso Senador Valter Pereira, uma transparência do que é público para aquele que é o nosso contribuinte.

E, a partir de janeiro de 2010, todos os segurados especiais do Brasil também receberão o seu extrato do seu vínculo empregatício, mostrando se ele é agricultor familiar, se ele é pescador artesanal, se é dos povos indígenas, dos povos quilombolas, se é extrativista e traz também os seus dependentes, o chamado grupo familiar.

Quando o cadastro estiver em nome de mulher vinculado a ela verá, veio o nome do seu marido, ou do seu companheiro e dos seus dependentes. Quando a propriedade estiver ou o cadastro estiver em nome de homem, virá o nome da sua companheira, da sua mulher, dos seus dependentes, para superar aquele debate que nós tínhamos. O homem era identificado como agricultor familiar, mas na hora do batizado da menina, ou na hora do casamento desta mulher, nós colocamos lá: Do lar, doméstico, aí nós tínhamos dificuldade para conceder o benefício tinha que entrar com uma ação no Ministério Público, para fazer essa retificação de documentos, esta Lei 11.718, supera tudo isso e nos permite a criação desse grande banco de dados, com a liberação do extrato para todos eles.

E desde julho de 2009, na parte urbana, nas aposentadorias por idade, estamos mandando uma carta ao aposentando dizendo que ele preencheu as condições dos aposentados, que o valor do benefício é tanto, se ele quer receber ligue para 135, que é o nosso *call center,* que nós estamos lá para conceder o seu benefício.

E tenho recebido uma série de correspondências, de e-mails, pedindo para que esta carta seja encaminhada pelo menos 60 dias antes, porque nós estamos mandando com 30 dias antes. E eles dizem que gostam muito de mostrar nos batizados, nos casamentos, nas quermesses, na feira, no--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente.

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: --nos lugares aonde eles...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador João Pedro, pela nossa metodologia, nós vamos ouvir primeiro os expositores--

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Estou finalizando.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --e logo em seguida, já vou assegurar aqui a primeira inscrição à V. Exa., depois da autora.

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Porque eles querem apresentar mais essa carta ao aposentando para dizer como que a Previdência Social, hoje está trabalhando.

Portanto, nós vamos atender o pedido, aí a partir de janeiro a carta que estava indo com 30 dias antes, vamos mandar com 60 dias antes para que as pessoas possam se programar melhor. A próxima.

Eu vou correr aqui, eu estou finalizando. Nós, em 86 anos, tínhamos chegado mil 110 municípios. Em algumas regiões, como na Região Norte e Centro-Oeste, nós tínhamos poucas agências.

No Pará, por exemplo, em 86 anos, nós tínhamos chegado a 17 municípios apenas. O Presidente Lula, o Governo Federal com apoio do Congresso Nacional, resolvemos ampliar a nossa rede de agências e estamos construindo mais 720 agências.

E, no caso concreto no Estado do Pará, estamos instalando ali mais 74 agências. Todos os municípios brasileiros, acima de vinte mil habitantes, estão recebendo uma agência da Previdência Social, como forma de nós ficarmos mais próximos do local de moradia, do local de trabalho, da agricultura familiar. E estamos recuperando 318 das existentes.

Esta é uma preocupação em que o Congresso Nacional e o Senado Federal tem sempre debatido, a questão da sustentabilidade da nossa Previdência Pública.

Nesse sistema da sustentabilidade, a Previdência Pública Urbana Brasileira, que é a contributiva, está voltando a ser superavitária. Nesse primeiro semestre de 2009, comparando com o primeiro semestre de 2008 e fazendo a correção pelo INPC, as nossas receitas urbanas cresceram 5,7%, comparando com o primeiro semestre de 2008. Isso é o resultado da empregabilidade que o Brasil passou a ter e ela volta a se equilibrar.

Aqui é a parte rural, a parte urbana também. A próxima. Aqui é a parte rural, na parte rural, a contribuição ela é sobre a comercialização da produção, ela é eventual. A próxima.

Essa aqui é ano a ano, de 2003 para cá. O último ano em que a Previdência Pública Urbana foi superavitária foi em 1985, ali, nós tínhamos quatro milhões de beneficiários. Hoje, nós temos 26 milhões e 700 mil. Desses, em torno de 16 milhões são segurados urbanos. Esta Previdência, até 2007, precisava em torno de 12 bilhões de reais/ano para fechar a conta com um simples acional e com empregabilidade.

Em 2008 faltou apenas 1,2 bilhões de reais. Em 2009, ela só não será superavitária, porque nós resolvemos pagar seis bilhões e 100 milhões de reais de passivo judicial previdenciário, fruto de uma ação do Estado nacional, na década de 80 e 90, que não respeitava o direito dos aposentados e das pensionistas. Eles entraram em juízo e nós estamos começando a pagar essas ações e vai faltar algo em torno de um bilhão de reais para fechar as contas em 2009.

Em 2010, nós estamos pagando seis bilhões e 750 milhões de reais de passivo judicial previdenciário e a nossa Previdência Urbana será superavitária em 2010, com as bênçãos de Deus e o apoio do Congresso Nacional.

Essa é a parte rural, a parte rural a contribuição é sobre a produção. É uma obrigação do Estado Nacional resultado do Constituinte de 88, portanto ela tem subsídio da sociedade brasileira. E estamos discutindo no Congresso Nacional, para que parte do pré-sal venha exatamente para ficar vinculado à Previdência Rural em substituição a CPMF, que era vinculada à Previdência Rural, uma boa parte da CPMF. A próxima.

Aqui é um item que nos preocupa muito, a diminuição do tamanho de família. Eu venho de uma família de 15 irmãos. Morreram dois, somos 13 vivos. Eu tenho três filhos, para ter a ideia da diminuição do tamanho da família. E aproveito aqui para registrar, quanto foi criado o salário-maternidade para a trabalhadora rural, eu vi alguns artigos dizendo que a família rural iria crescer muito. Os números dizem outra coisa.

Na época da minha mãe, não tinha salário-maternidade. Hoje, com o salário-maternidade, em 2008, a média de nascimento de filhos por mulher no Brasil foi de 1.8, apenas 1.8. Em 2003, quando nós fizemos o planejamento da Previdência Pública Brasileira, nós tínhamos 2.3 criança por mulher. As políticas sociais, a organização da sociedade brasileira, o programa saúde da família, esse conjunto de ações tem contribuído para o planejamento familiar e em 2008 caímos para 1.8.

E, a partir de 2025, deveremos ter em média 1.5 criança por mulher. Para repor a população, nós precisamos de 2.1 criança por mulher. A partir de 2025, a população brasileira passa a diminuir não cresce mais.

Esse é um outro item que para nós também é objeto de muita satisfação por conta de melhoria da qualidade de vida e do aumento da longevidade, mas nós na questão previdenciária precisamos estar atentos para criar s condições de garantir os benefícios. A próxima.

Este foi o planejamento de 2003, nós previámos de que em 2050, nós teríamos 259 milhões de habitantes. O planejamento de 2008 traz para apenas 215 milhões de habitantes, portanto uma diminuição de 44 milhões e meio em face das políticas públicas de apenas cinco anos. Isso traz um impacto muito grande na economia brasileira, no mercado nacional e também nos nossos hábitos.

Nós precisamos repensar um conjunto de itens e de políticas públicas que vínhamos fazendo até agora, para incorporar exatamente a terceira idade na questão da saúde, da alimentação, da moradia, da acessibilidade do novo mercado de consumo nacional, da cultura, esse conjunto de itens em que nós precisamos nos debruçar para enfrentar essa nova realidade.

O Brasil, a partir de 2020, estará entre os cinco países do mundo de maior número de pessoas acima de 60 anos de idade. 2020 é daqui a 11 anos, 10 anos, basicamente.

Nesse esforço de redução das despesas, nós temos implementado na Previdência Social uma série de ações para torná-la além de atuarialmente equilibrada, também queremos firmar com o Ministério do Planejamento um contrato de gestão com metas, com objetivos, a partir de 2010. E, nesse esforço, nós pagávamos um real e sete centavos, por cada benefício pago pela rede bancária em face desse serviço prestado.

Nesse ano de 2009, a previsão era de 265 milhões de reais de tarifas bancárias. Nós tínhamos uma leitura de que isso tinha um determinado preço e era

um debate muito difícil com a rede bancária. Em 2009, nós assinamos um contrato em que nós nem pagamos a eles e nem recebemos e resolvemos fazer uma licitação dos benefícios novos. Aconteceu no dia cinco de agosto e o menor valor que eles irão nos pagar a partir de janeiro de 2010 é de 11 centavos e o máximo de 2,70.

E aqui tem uma série de obrigações a mais que eles não tinham para atender melhor os nossos segurados e isto nós estamos deixando de pagar tarifa bancária e vamos passar a receber. E aí tem uma série de outras ações que foram feitas como forma de redução de custo.

Por fim, nós fizemos um planejamento da Previdência Pública Básica como política de Estado, para que o Presidente ou a Presidente que assuma o Brasil, em janeiro de 2011, encontre a Previdência Pública planejada com a política de Estado. E não como aconteceu até então, em que cada governo que chegava tinha essa obrigação de planejar.

E essa política, ela está planejada em três grandes fases, uma fase vai até 2011, que é o atual Plano Plurianual. A segunda vai até 2015, com o novo Plano Plurianual, a terceira vai até 2050 nesse planejamento estratégico. E até 2019, mantida as atuais regras da Previdência Pública Brasileira, ela será superavitária da parte urbana.

E vamos precisar de reforma constitucional, a partir de 2019, para ajustar a nova realidade brasileira, fruto da diminuição do tamanho da família e da melhoria da longevidade.

Por falar em longevidade e para concluir, nós não inserimos nesse planejamento os efeitos da célula tronco e ela, nos próximos dez anos, estará presente na nossa vida.

Portanto, nosso Presidente, nosso Senador Valter Pereira, me desculpa ter estendido um pouquinho aqui, mas é porque essas coisas são tão empolgantes que a gente termina fazendo uma radiografia geral para que o nosso Senado, os nossos Congressistas possam cada vez mais ter mais subsídio, que é o nosso papel lá do Executivo. Portanto, muito obrigado. Estou à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não há escusa a fazer, até porque V. Exa. está trazendo para cá uma infinidade de informações que entram bem nos ouvidos de bem participa dessa Audiência Pública. Em meio a tantas notícias ruins, V. Exa. traz boas novas.

Nós vamos convidar também para participar desta Mesa, a representante do Fórum Itinerante sobre a Previdência Social a Sra. Rosângela Piovesan. Por favor. E agora nós vamos chamar o próximo debatedor, que é o Sr. Evandro José Morello. Alessandra? Então, Alessandra da Costa, que é a vice-Presidente da CONTAG, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, para fazer a sua exposição.

Ela vai dizer aqui, se o que o Ministro falou aqui, realmente encanta os ouvidos dos trabalhadores. Ele falou a parte do Estado, agora vamos ouvir a parte dos trabalhadores.

SRA. ALESSANDRA DA COSTA LUNAS: Ok, obrigada, Senador Valter Pereira, em nome do qual eu gostaria também aqui de agradecer o convite para CONTAG também convidar dessa audiência. A Senadora Serys Slhessarenko, também aqui como autora do requerimento, para esse momento a gente poder estar debatendo essa questão do cadastro dos trabalhadores rurais, para nós é motivo de muita satisfação poder estar aqui nesse momento podendo dialogar sobre isso.

Eu queria também aqui cumprimentar o Senador João Pedro, o qual tem sido parceiro nosso forte nesse diálogo em muitos momentos que tem discutido não só a Previdência rural, mas várias outras pautas.

E também cumprimentar aqui o Ministro Pimentel, companheiro também de muitas conversas, principalmente ainda da época enquanto Deputado Federal, uma das pessoas que também contribuiu normalmente conosco nesse diálogo da construção e do trâmite da Lei 11.718, da qual a gente aqui pode estar vendo e falando hoje a respeito da regulamentação de uma parte dela.

Também cumprimentar o companheiro Evandro, também da Assessoria da CONTAG, Rosângela também aqui representando o Fórum Itinerante da Previdência.

Eu queria principalmente, inicialmente trazer também um pouco do histórico desse processo do cadastro dos trabalhadores rurais, que acho que é importante a gente registrar o quanto a gente costuma dizer, que a luta faz a lei.

E isso é uma das coisas que nós conquistamos, entendemos como uma das grandes conquistas da luta dos movimentos sociais do nosso país. Onde a gente começou a discutir principalmente a elaboração de um Projeto de Lei de iniciativa popular para dentro dessa Casa, ainda no ano de 2000 na CONTAG, onde a gente nomeava principalmente as questões que a gente achava que precisava mudar nessa questão da Previdência.

E eu acho que isso, então, depois de praticamente dez anos, entre coletas de assinaturas, de debates e de votação no Congresso Nacional, a gente ter hoje a Lei 11.718, hoje se tornar realidade e poder aqui agora estar discutindo já a regulamentação de vários itens

dessa lei, são avanços de muitos anos de conquista. E queria registrar isso aqui, porque eu acho que é um conquista, uma das leis trabalhadas conjuntamente aqui com as organizações, com movimentos sociais, para que a gente possa estar melhorando no nosso dia-a-dia.

Uma das questões que eu acho importante salientar de por que esses itens vieram para a pauta e que se tornaram hoje aqui o nosso principal ponto de debate a questão do cadastro dos trabalhadores rurais. Mas a grande preocupação era exatamente o quanto na hora de encaminhar o seu benefício, os trabalhadores rurais tem estado refém da pessoa que o atende.

Não é aqui desmerecendo a importância dos companheiros que faz dos servidores do Ministério da Previdência. Mas a preocupação nossa era como superar uma situação que fica extremamente difícil para ambos, tanto para o trabalhador como para o servidor, porque ele precisa gerar convicção aí, assim bem que é a palavra que os servidores usam, precisa gerar convicção se aquele trabalhador tinha direito ou não. Quer dizer um processo que é muito difícil, não é palpável de fato.

Então, a discussão do cadastro é exatamente, assim como o Ministro estava colocando aqui, você poder ter hoje aí um mecanismo que dá o extrato dos urbanos e diz qual foi o histórico previdenciário dessa pessoa. Para os trabalhadores rurais, essa a tentativa da gente conseguir fazer isso, que era a grande preocupação nossa. Invés de eu ficar refém exclusivamente da convicção do servidor que está me atendendo. Quer dizer eu tenho um apoio também maior para o próprio servidor, que também vai poder ter ali um histórico dessa pessoa e poder não ter ficado: "Será que era, será que não era, será que tinha direito ou não". Porque a gente sabe que só as mãos calejadas é pouco nessa hora.

Então, assim, para nós o ponto de Partido de discutir o cadastro dos trabalhadores rurais é principalmente de como superar nesse dia-a-dia, como o Ministro estava dizendo a sacola de documentos, que é a grande preocupação.

Documentos esses que são público que estão aí inclusive em outros cadastros a nível nacional e que nessa hora você precisa novamente estar guardando tudo, estar levando em mãos.

E se você pegar um exemplo que a própria DAP, Declaração de Aptidão para o Pronaf, é um documento que serve também para a prova de atividade, que está no cadastro nacional, mas o trabalhador tem que ficar levando em mãos, porque não tem um cadastro unificado. Não tinha vamos fazer o exercício agora.

Então dessa preocupação principalmente que a gente veio nesse debate discutir como nós podemos avançar. Até, principalmente, porque uma das grandes dificuldades também que a gente tem olhado, eu acho que avançamos muitos com a globalização, com acesso a tecnologias, a Internet aí acessível não é para todos ainda, mas é assim para uma grande e significativa maioria do nosso país. Só que um processo tecnológico que tem avançado muito, no sentido a gente costuma dizer assim de nos cobrar as coisas. Se nós formos, qualquer um de nós, a partir do nosso CPF é possível rastrear a nossa vida em questão de segundos, para algumas coisas quando se interessa.

Para garantir direitos, a gente tem uma dificuldade imensa de que esse processo tecnológico possa também estar a nosso favor para a garantia de direitos. Então, o ponto de partida nosso, também no diálogo de propor principalmente essa questão do cadastro dos trabalhadores rurais é também poder discutir possibilidades desse acesso tecnologia que nós temos hoje poder também trabalhar em torno da garantia de direitos.

Então, uma das questões foi exatamente essa preocupação: É possível ter um cadastro nacional, é possível cruzar dados que já são dados públicos, que comprovam as atividades dos trabalhadores rurais e você ter... A gente está acostumando dizer inclusive, para numa linguagem para que os nossos trabalhadores também possam compreender ter eu diria uma conta corrente no Ministério da Previdência. Porque lá está o nosso histórico está lá o que foi a cada ano produzindo.

E inclusive a nossa proposição, que achamos extremamente importante de que a cada ano a pessoa possa também vir fazer a sua autodeclaração desse processo. O que foi que esteve produzindo? O que se passou? Houve seca? Não produziu? Qual é a condição que ele exerceu durante aquele ano? Porque eu acho que esse é um processo que às vezes é exigido da gente apenas na hora de encaminhar o benefício, na hora da entrevista.

E que uma questão que ele falar trocado ali que confundiu qualquer coisa, pronto, já não é mais, não mais seu direito garantido, porque confundiu uma data ou alguma coisa, portanto não é mais segurado especial, não é mais trabalhador rural. Então, a gente quer que também que essa declaração seja anual, ele possa realmente passar e fazer essa declaração, dizer o que ele estava fazendo, que o foi que ele produziu e isso vai poder também, ao longo dos anos, dizer se corrobora de fatos ou não com os documentos públicos, inclusive que ele esteve acessando.

Então, eu acho que para nós, para a CONTAG, esse debate principalmente de regras mais claras para Previdência Rural, o nosso grande ponto de partida para discussão desse cadastro. Porque como o Ministro mesmo colocou hoje nós podemos ter aí com clareza que até quatro módulos fiscais, apesar de que na negociação a gente não queria só isso, mas tanto uma regra clara agora que diz quem são os segurados especiais, quem são os trabalhadores rurais que vão ter poder ter acesso.

Porque também era uma outra situação que a gente ficava também refém nesse processo ora é, ora não é, o que estava fazendo, enfim. Então, eu acho que a tentativa de realmente ter regras claras de todo o procedo e poder garantir esse acesso é o nosso grande ponto de partida.

Uma outra questão que eu queria trazer ainda nessa questão é que inclusive é resultado de muitas negociações dos nossos gritos da terra, das pautas da Previdência, que geralmente era uma das listas maiores no processo de negociação.

É a grande preocupação, por quê? Eu acho que não dá mais para admitir no nosso país que quando se trata dos trabalhadores rurais nós não sabemos quantos são, aonde estão e nem quando vão precisar da Previdência. Não só para a Previdência, mas para outras coisas que eu acredito que esse cadastro depois vai nos ajudar inclusive com muitas outras coisas. Mas não dá para essa altura, já com tanto acesso a tecnologia que a gente tem não saber isso e isso é fato hoje.

Porque com tantos problemas, inclusive eu acredito que para o próprio Ministério da Previdência, esse vai ter um dado que vai permitir inclusive fazer uma gestão muito melhor do processo, porque uma das grandes dificuldades que nós enfrentamos ao longo dos anos, às vezes, a lista de espera, a fila para o atendimento do Ministério da Previdência é exatamente também porque não se sabe o mês que vem quantas pessoas vão vir aqui, que estão tendo necessidade.

Eu acho que o cadastro vai permitir para a gente também ter isso. Quantos são, onde é que estão, e o que estão fazendo e também quando é que, minimamente, se identificar qual é a necessidade de atendimento que a gente vai ter nesse processo. Eu acho que agiliza para nós todos, esse processo também.

Então, eu acho que olhar para o cadastro hoje, para nós assim não é um exercício fácil, para nós é um exercício extremamente delicado, porque nós estamos falando de muitos milhões de trabalhadores, que precisam. Precisamos fazer um esforço conjunto para esse cadastro e aí, a gente diz assim: Tempo recorde. Eu acho que o mais rápido possível para esse processo, para que todos realmente passem a existir para o Ministério da Previdência e a gente poder a partir disso, inclusive discutir a melhoria no atendimento. A melhoria de outras coisas, inclusive, que nós possamos avançar a partir do cadastro e, principalmente, do reconhecimento do direito.

O Ministro colocou aqui o que já foi assinado aqui um convênio com a CONTAG, o termo de trabalho [soa a campainha]. Nós tivemos conversando principalmente no sentido da contribuição que o Movimento Sindical a CONTAG, a partir dos seus quatro mil e 200 sindicatos filiados, estamos aí nos colocando à disposição a nossa estrutura também, para que possamos contribuir nesse cadastro a nível nacional. E podermos trazer também aí, não só para o cadastro, mas para a alimentação desse sistema também enquanto entidade que declara esses trabalhadores como trabalhadores rurais também, então somos parte desse processo que construímos conjuntamente e estamos aí com certeza fazendo, então, a nossa contribuição para que nós possamos o mais rápido possível.

Até porque, muito trabalhadores estão longe das agências ainda e a gente pode então avançar nesse sentido de também garantir para ele mais próximo, para que esse cadastro possa fluir e que para nós um cadastro extremamente importante, porque também traz o cadastro do grupo familiar, que não é olhar, inclusive, só quem já está próximo de se aposentar. [soa a campainha], mas olhar e fazer a gestão exatamente do grupo familiar que está no campo.

Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a sua intervenção e foi com precisão cirúrgica no tempo. Parabéns. Vamos passar a palavra, a seguir, ao Sr. Evandro Morello, que é Assessor de Políticas Sociais da CONTAG, também.

SR. EVANDRO MORELLO: Bom dia a todos e a todas. Eu queria saudar aqui a Mesa, o Senador Valter Pereira, o Ministro José Pimentel, a Alessandra, a Rosângela, os demais Senadores, Parlamentares e todos os presentes.

Eu acho que toda a exposição já feita, ela já foi muito esclarecedora do que já vem sendo trabalhado, eu só queria fazer algumas complementações, do ponto de vista inclusive dos trabalhadores.

A CONTAG, ela sempre se colocou como uma protagonista dessa discussão da Previdência Rural e isso é uma questão histórica, desde a década de 60 do século passado, que vem discutindo e trabalhando isso. A luta da Constituição de 88, para você garantir regras na Constituição e garantia desses direitos previdenciários foi muito intensa e nós identificamos depois da Constituição dois marcos importantíssimos, do

ponto de vista legal, na consolidação desses direitos na área rural.

Um foi em 91, com a Legislação que regulamentou a Constituição, a Lei 8.212, de 2003, e a outra a Lei 11.718, que muito já foi falado aqui. A gente reverencia muito essa lei, porque ela traz um conjunto de elementos novos para a Previdência Rural de regras claras, mais objetivas, que está permitindo a gente evoluir nessa política da Previdência Social da área rural.

O que nós estamos vendo hoje e a gente coloca muito o quê? A partir de 2008, nós estamos com um novo marco da Previdência e temos certeza daqui Previdência, ela vai trazer muito mais cidadania e garantia de direitos na área rural.

Para quem acompanha esse processo desde, sobretudo de 91 para cá, do ponto de vista do reconhecimento do direito dos trabalhadores na Previdência Social sempre foi muito difícil garantir o acesso a esse direito. O critério da subjetividade, que já foi falado, que se coloca para o servidor.

O próprio servidor, a gente sempre diz, ele ficava muito num fio de navalha para reconhecer direito dos trabalhadores. De um lado o trabalhador solicitando os seus direitos, do outro ele tendo que analisar a situação, se a pessoa era ou não trabalhadora rural e correndo o risco de se der um benefício que se detectava qualquer irregularidade vinha a auditoria e abria um processo contra ele.

Então, do ponto de vista do atendimento a Previdência, nós acreditamos que esse cadastro, ele vai ser um instrumento importantíssimo para a gente amenizar um pouco esse grau de responsabilidade que está sendo colocado em cima do servidor.

E a gente acha por quê? Porque o servidor, ele passa a ter agora instrumentos palpáveis de outras informações com que ele pode estar consultando para ter mais certeza e segurança na hora de conceder um benefício.

E mais importante do que isso, essa base cadastral que vai ser criada agora do segurado especial e que vão ser cruzados com vários outros cadastros do Governo Federal, vai permitir a Previdência, ela ter muito mais segurança no reconhecimento do direito, ou seja, é um instrumento importantíssimo para se coibir o quê? Possibilidade de fraude do sistema. Então tem várias possibilidades. Nós vemos que o cadastro, ele é uma extensão e uma das possibilidades enormes de avançar com a política.

Agora, como já bem foi falado aqui, a essência do reconhecimento do direito no futuro está muito vinculado aquilo que a gente está chamando de uma declaração anual de atividade rural. Essa é a essência, porque não adianta você criar uma base cadastral, qualquer cadastro hoje público e esse cadastro ficar inerte lá.

Isso, a gente, desde 2005, quando foi criado um grupo de trabalho no âmbito da Previdência Social para discutir isso, nós sempre argumentamos com o Ministério da Previdência com o INSS. Não basta apenas ter o cadastro, nós precisamos alimentar esse cadastro, e esse cadastro tem que ser alimentado com o maior segurança possível.

Então, todo um desenho que está sendo feito do cadastro e a DATAPREV se empenhou muito em três anos de estudo junto com o INSS, com o Ministério da Previdência, e a CONTAG tem acompanhado isso, para a gente construir um cadastro que ele possa ser alimentado com segurança, com identificação das informações que vão ser colocadas lá e por quem vão ser colocadas. Isso tudo vai remeter uma possibilidade enorme de fazer com que, no futuro, em 30 minutos, ou menos até, se reconheça o direito de um trabalhador rural. E é isso que nós queremos, é isso que a Previdência, ela vai permitir e gerar cidadania para a população do campo.

Então, a gente acha que o fator é muito positivo, a gente está na expectativa de viver um novo tempo da Previdência Social na área rural, com toda essa remodelagem que está sendo feita agora. É um processo de desburocratização, de objetividade, de transparência e de maior segurança.

Apenas, eu queria mencionar duas outras questões, que eu acho que também ela é inerente ao que a Lei 11.718 trouxe e que a gente precisa ver como que avança. Uma é que todo o aspecto do conceito mais objetivo para identificar quem é o segurado especial, ele trouxe outros elementos do tipo assim, permite que o trabalhador rural ou segurado especial contrate mão de obra diz a lei por até 120 dias/ano para poder... E manter a sua qualidade de segurado especial.

Nós colocamos muita expectativa de que esse critério é um instrumento importantíssimo para a gente também ampliar o processo formalização das relações de trabalho no campo, principalmente na relação da mão de obra assalariada. Só que, hoje, nós enfrentamos uma dificuldade enorme, que aí nós temos que pensar como que um sistema desse, ele precisa funcionar, um sistema de informatização.

A GFIP, por exemplo, é um instrumento extremamente eu diria burocrático e complexo para um trabalhador rural preencher ela mensalmente.

E aí Ministro Pimentel, essa é uma das reivindicações que nós já pautamos em outros espaços. E é uma questão que a gente precisa avançar ela em relação ao Ministério da Previdência, a Receita Federal do Brasil, ao Ministério do Trabalho, para pensar

mecanismos mais simplificados para formalizar essas relações de mão de obra. Porque a gente, ao mesmo tempo que reconhece o direito do segurado especial, precisamos também reconhecer o direito do assalariados rurais.

E esses assalariados são os diaristas, os eventuais é o público mais vulnerável que nós temos na Previdência, hoje, no campo. Nós precisamos garantir inserção desses trabalhadores dentro de um sistema de proteção. E para nós assim, é fundamental a participação do Congresso, o empenho do governo para a gerente também avançar com essa política.

Eu queria no mais, agradecer participação. Eu acho que foi muito importante essa convocação dessa Audiência Pública para começar a expor isso para a sociedade e mostrar inclusive o quanto a Previdência está evoluindo.

Eu acho que tem que ressaltar isso, nos últimos anos todo um trabalho que vem sendo feito tem olhado exatamente o aspecto da cidadania, uma Previdência cidadã, solidária, pública e uma Previdência, eu diria saudável e transparente.

É isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós é que agradecemos a sua intervenção, Sr. Evandro, que foi mais cirúrgico ainda do que a Alessandra.

A seguir, nós vamos passar a palavra a Sra. Rosângela Piovesan, que é do Fórum Itinerante e Paralelo sobre a Previdência Social.

SRA. ROSÂNGELA PIOVESAN: Bom dia a todos e a todas. E eu quero cumprimentar o Senador Valter Pereira, que está presidindo essa Sessão. E cumprimentar também a Senadora Serys Slhessarenko, pela convocação, isso é muito importante a gente sempre estar trazendo os debates e avivar sempre a memória tanto do nosso povo, mas principalmente de quem está nessas casas aqui. E cumprimentar o Ministro Pimentel, que tem dialogado bastante com a gente. E a Alessandra e o Evandro, representantes da CONTAG. E a todos aqui presentes, assessores, pessoas do movimento que estão aqui presentes também.

Sou do Movimento de Mulheres Camponesas da Via Campesina e estamos também participando do Fórum Itinerante Paralelo, que daí são várias organizações de mulheres. A gente já fez várias vezes um resgate de por que a criação desse Fórum Itinerante da Previdência. E teimosamente a mulheres sempre tem que estar brigando para criar seu espaço, inclusive vir para a Mesa, que estava na convocação e a gente não foi, não é? Até que fomos reconhecidos e viemos para a Mesa.

Então, essa a questão, a luta das mulheres e foi criado o Fórum, por conta do Fórum oficial que foi criado na época e que todas as organizações de mulheres desse país, desde nós enquanto camponesas, a marcha mundial de mulheres, a articulação de mulheres brasileiras, um monte de organizações de mulheres não foram convidadas a fazer parte daquele Fórum.

Enfim, mas é com a luta e com a resistência e isso nós temos aprendido bastante e que a gente vai conseguindo romper alguns limites e ser reconhecida também. Então, eu só queria fazer esse registro.

A questão do cadastramento do segurado e segurada especial, nós queremos dizer que é uma luta que, inclusive, nós viemos pautando isso desde 95, porque para nós a garantia dos direitos na Constituição Cidadã foi um avanço histórico na luta dos trabalhadores e trabalhadoras desse país e das mulheres. Que a gente consegue trazer mais reconhecimento de que produzem, que são cidadãs, que estão trabalhando, que estão contribuindo desse país, mas também reconhecer também que é para isso, para as mulheres a condição também de ter uma segurança que, no final da vida ou quando estiver num momento especial da sua vida, ou seja, tendo um filho ou um momento de doença, de ter aquele período de que está repousando enfim.

Então para nós e a gente é reconhecida inclusive na América Latina toda, por ter um sistema de Previdência muito bom. Lógico, a gente tem muito que avançar ainda, nós inclusive temos várias preocupações e sempre a gente vem no intuito de não só criticar, mas de propor, de contribuir para avançar. Porque a inclusão social, do reconhecimento dos trabalhadores das categorias, das pessoas que estão fora do sistema, isso é de extrema importância. Nós vivemos num país imenso, de uma imensa riqueza e que milhões de brasileiros passam fome.

Nessa rodoviária do plano piloto moram mais quase 200 pessoas ali, crianças mendigos, isto para mim é absurdo quando a gente vê muito gente com muita riqueza. Isso aqui é só um dado é só ir ali na rodoviária, eu passo todo dia ali e a gente vê e aí é um retrato do que o Brasil. E é porque é Brasília, imagine então as outras cidades como é que é. Assim é inadmissível isto.

E, de repente, se a gente tivesse políticas voltadas para a geração de renda, de fato, para esses direitos serem assistidos de fato, concedidos de fato estas situações a gente não veria e não dá para fechar os olhos para essas situações que acontecem no Brasil.

Então, essa questão da conquistas dos direitos para nós é uma coisa fundamental e é um avanço que a gente teve enquanto Brasil. Porém, também, a gente

vê que a gente precisa estar em sempre alertas, sempre dialogando, sempre reivindicando, sempre pautando, porque isto vira e mexe também há interesses de retirada de direitos, seja daqui seja dali. Enfim é necessário estar vigilante sempre.

Para nós a vinculação do salário-mínimo ao benefício e várias coisas que o Ministro tem colocado aqui, a gente acha de suma importância. Eu não vou repetir inclusive o que as falas anteriores, já colocaram.

A nossa preocupação aqui é sobre, por exemplo, o recadastramento dessas pessoas de ano em ano. Nós temos preocupação, porque e aí eu já quero levantar inclusive, Ministro, uma pergunta, porque vocês vão cruzar os dados do PRONAF, dos ITRs, de quem tem propriedades, das pessoas que são vinculadas a sindicatos, cooperativas, que se cadastrarem e afirmarem esse convênio com o Ministério. Eu sou também, Senador João Pedro, da Região Amazônica e eu conheço muito bem os interiores da nossa Amazônia e também o Nordeste e outras regiões de Brasil.

Então muitas pessoas estão fora de qualquer sistema destes. E também por uma opção, eu não quero ser filiada a uma cooperativa e eu não tenho o documento da terra, eu não acesso do PRONAF, eu não tenho DAP, então, assim, como é que essas pessoas vão ser reconhecidas? Como é que a gente vai fazer para reconhecer essas pessoas como segurada especial? Essa é uma pergunta que eu faço.

A outra pergunta é a questão do cadastro. Ele é por pessoa ou é por núcleo familiar? Essa é uma outra questão que a gente traz aqui como preocupação e perguntas.

A questão do recadastramento, nós tínhamos discutido inclusive, tanto o cadastramento como o recadastramento, nós sugerimos na época que estava propondo, esperamos inclusive a chamada do Ministério para discutir com a gente o final e daí ficou o Ministro até me ligou em fevereiro e dizendo: "Olha, nós acertamos aqui, depois a gente liga e vamos marcar com vocês". E aí não conseguimos, não sei o que aconteceu. Enfim, nós temos a preocupação que é preciso cruzar outros dados.

E o outro dado interessante. Primeiro tem essas que estão fora qualquer de organizações e qualquer desses temas aí de crédito e tudo o mais. Mas também sugerimos inclusive o cruzamento dos dados do SUS, porque os Agentes de Saúde vão em todas as comunidades. Então era interessante. Na época, o Ministro dizia que não era possível. Então a gente quer pedir apoio aqui dos Senadores a bom, vamos conversar, vamos dialogar, porque isso é mais, como tudo está informatizado, são mais dados, já está feito e chega nas comunidades, chega nas famílias, então é mais uma base de dados para cruzar que pode ajudar. Não resolve de tudo ainda conhecendo a realidade país, mas já ajuda também.

E a questão do recadastramento anual, que para nós a gente acha que é muito pesado pelas distâncias e pelo acesso, e nem todo mundo tem Internet. Eu moro no Estado do Roraima, que, às vezes, a gente passa uma semana sem Internet e, às vezes, na capital e a gente tem problema. Imagina nos interiores.

E que é muito importante uma vez feito o cadastro dos segurados e seguradas especiais e como tudo está informatizado, se a pessoa não assinar a carteira ele é assegurado, ele continua da atividade.

A partir do momento que ele assina a carteira, esses dados, com certeza, como está tudo informatizado cruzam então ele já deixa de ser segurado especial. Então, eu acho que a gente deveria levar isso em consideração também.

A outra questão são as fontes, me alegra bastante quando se fala no pré-sal, porque parece que o pré-sal vai resolver todos os nossos problemas e eu espero, porque diz a estimativa hoje é muito dinheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O problema é que tem muito candidato hoje a esse pré-sal.

SRA. ROSÂNGELA PIOVESAN: exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não fora isso daí, eu acho que os problemas estariam resolvidos.

SRA. ROSÂNGELA PIOVESAN: exatamente.

Existem pessoas que especulam estudiosos e tudo o mais, que diz que se a gente tirasse todo ele hoje e divididos daria em torno de 200 mil reais para cada habitante desse país. Então, não é pouco dinheiro, mas isso tem que estar de fato para o bem da nação e do povo brasileiro e não para grupos e para interesses outros e que isso é importante.

Porém, nós queríamos levantar mais duas fontes de financiamento e negamos essa história de que é déficit. E eu fiquei muito contente que o Ministro hoje não falou isso. O Pimentel não diz isso: "Não é déficit, eu vim da área rural, não tem déficit". Quer dizer basta reconhecer a forma de contribuição que nós segurados especiais damos. Não é mensalmente com dinheiro, mas é com a nossa produção, isso é interessante reafirmar cada dia.

Mas queremos também, por exemplo, a taxação das grandes fortunas essa é uma das coisas que a gente sempre vem batendo, tem que ser tachado sim. É como princípio da solidariedade, da igualdade, da universalidade, têm que ser tachadas as grandes fortunas sim.

A outra fonte que a gente vem batente sempre, querendo trazer aqui para os Senadores e Senadoras é taxar as exportações do agronegócio.

O produtor, quando ele vai vender sua produção, ele paga 2,3% para vender sua produção, isso é cobrado de imposto. Agora, as exportações nesse país são feitas isentas. A soja, o eucalipto, que são exportados os países não pagam nada. Então temos que taxar sim, temos que recolher sim. E aí, além de estar trazendo uma contribuição para o país, para a população, tenho a questão também de todo o desastre ambiental que esses estão provocando no nosso campo e nos nossos territórios.

Então está passada da hora de a gente levantar esse debate e taxar sim, essa história de isentar, por que nós não somos isentos de pagar impostos do nosso saco de arroz, os nossos cachos de banana, agora para vender soja para fora é isento? Para competição lá no mercado lá fora. Sim, mas aqui para abastecer de alimentação de comida o nosso povo brasileiro. Eu acho que tem que repensar isso e a gente traz aqui como uma proposta, essas duas fontes de que é preciso avançar nos debates.

Enfim, são poucas as questões, porque eu acho que foram levantadas bastante coisas aqui. A outra coisa que a gente queria colocar também é que precisamos melhorar, Ministro, é a questão do atendimento. Eu acho que a gente tem políticas muito interessantes nesse país, políticas de saúde, políticas de educação, políticas muito boas que nós ajudamos a construir e a da Previdência também. Porém, o atendimento, a humanização nos INSS é uma tristeza gente.

Nós temos funcionários ainda que pensam muito a partir do caixa da Previdência e não dá mais, eles têm que entender que estão tratando com o povo e quando vão ali, não vão buscar favor, vão buscar direito e nós temos que respeitar isto.

Eu moro aqui, eu sou agricultura eu moro aqui a 40 quilômetros, a minha vizinha a gente foi encaminhar a salário-maternidade, ela é arrendatária, ela não conseguiu, foi indeferido. Entramos com recurso foi indeferido. E aí o cara do INSS diz para mim, eu fui acompanhar: "O salário-maternidade aqui no Distrito Federal não existe". É dolorido para a gente ter uma luta histórica com isso, que é reconhecido como política, dizer isso para a gente.

Então, eu acho que tem que fazer um trabalho com as pessoas que trabalham nos INSS, para atender a nossa população. Não dá mais para continuar desse jeito olhando a partir do caixa e sim tem que olhar as pessoas que vêm buscar um direito que é seu, que trabalhou, que produziu e que contribuiu com esse país.

Então são essas as minhas questões poucas, mas que espero ter contribuído para esse debate e que a gente consiga avançar cada vez mais no direito do acesso ao benefício, mas da distribuição de renda e na condição digna de uma pessoa de viver com um benefício digno também.

Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado [soa a campainha] a Sra. Rosângela, pela breve exposição que fez. E agora nós vamos passar à fase de debates, tendo primazia para usar da palavra a autora do requerimento, Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Nosso Presidente, Senador Valter Pereira, nosso Ministro, querido Ministro da Previdência, que a gente sabe de toda a sua luta, a sua labuta. Eu costumo dizer que além da extrema competência técnica como o senhor está levando para o Ministério, seu compromisso político, não político partidário, político com a causa da Previdência tem sido realmente extremoso. Isso é reconhecido por onde a gente passa, por onde a gente anda, que está fazendo a diferença e de forma muito significativa, não é diferençazinha não.

Eu quero saudar aqui a Alessandra, dizer a Alessandra que é tão bom a gente ver uma vice-Presidente assim, uma mulher é uma coisa tão rara, tão difícil.

O Evandro, a Rosângela, o Evandro, Assessor da CONTAG, com posições muito firmes. E a Rosângela. A Rosângela, como sempre muito contundente, mas suas colocações são sempre fruto e produto de uma realidade que está posta. Eu acho que todas as conquistas que a gente está aqui satisfeitas de ouvir e de ver são frutos desta luta e dessa labuta da organização dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Se não fosse, mas também nunca está pronto tem que estar sempre em construção e é graças a essas pessoas que os avanços vão acontecendo.

Eu, quando nos veio a ideia de pedir essa Audiência Pública, sobre cadastro dos trabalhadores, cadastro especial da área rural da Previdência, foi no sentido da gente, que a gente está vendo os avanços que teve na área urbana. E estamos sabendo também que tem avanços na área rural, mas também não se tem muito conhecimento.

Então, a gente está meio titubeando, um perguntando para o outro, eu falei: "O melhor de tudo é a gente ouvir diretamente da fonte, da origem dos trabalhadores e do nosso Ministro". E isso está acontecendo.

Eu só acho que precisava muitos de nós estarmos aqui, porque o que eu já apreendi aqui hoje, que o eu vou ter que aprender ainda estudando tudo isso aqui é bastante coisa, não é João Pedro? Nós estamos

aqui um perguntando para o outro aqui, ainda com um monte de dúvidas, mas também elas não precisam ser tiradas todas num momento só.

Agora, eu também não sei e aí, é óbvio que deve ter as formas que o próprio Ministério está levantando isso a conhecimento da população. Mas, nosso Presidente, eu são sei se teria alguma forma de, após esta Audiência Pública, da gente sei lá colocar isso de uma forma que pelo menos alguns dados, que eu atribuo da maior relevância que foram colocados aqui, passar para a sociedade. Para que chegue lá, claro que é difícil chegar lá na área rural: "Ah, a Internet, tem na Internet tem aqui, tem ali", mas é meio complicado.

Lá no meio rural, eu nesse final de semana que passou eu estive lá em Mato Grosso, no sábado, domingo e segunda eu visitei dez municípios, daqueles assim meio longinho da capital. Uma das maiores reclamações que eu recebi, pelo menos de uns dez, uns três ou quatro foi a questão da Internet. "Aqui parou de funcionar, a gente precisa, pelo amor de Deus", porque a turma também está gostando da coisa, e isso é bom. Isso é bom, que o pessoal está sabendo que é importante estar usando este meio, mas também este meio falha seguidamente.

E área rural deve ser muito mais, porque eu ouvi mais da área urbana, porque você passar três, quatro, municípios em Mato Grosso, com uma distância significativa um do outro, num dia você passar quatro municípios, você mal vê algumas pessoas ali da área urbana. O agrupamento de pessoas, de lideranças etc., então, eu acho que essa questão aí eu não sei como que a gente poderia passar para as prefeituras, sei lá, se já está fazendo e eu não sei, mas que a pessoas precisam saber, precisam saber, porque como perguntam meu Deus do céu.

Mas eu sou mulher, como é que é mesmo a coisa mais básica vamos dizer: "Quantos anos, mesmo Senadora?", você lá com um monte de gente fazendo mil perguntas e saindo do recinto atrasada para ir para outro lugar e as pessoas não... "Eu, como mulher é 50 ou 55 anos? E como é que é? Eu trabalho lá na roça? E como é que é?". E eu falo: "É 55". Mas ela precisa de muito mais informações, do que um Senador dizer 55 anos. Então, eu não sei.

Eu acho que essa questão aí é extremamente relevante, do meu ponto de vista, porque é aquela velha história que a gente está cansada de saber, informação é poder. E quem tem informação tem esse poder para se movimentar para dirigir sua vida, direcionar sua vida etc.

Eu tenho algumas questões aqui, que eu vou colocar logo para todos, eu não sei o quê sabe para cada um, mas eu acho que no final das contas é tudo para o Ministro, ou quase tudo, que talvez eu não tenha conseguido acompanhar toda a exposição, ou eu seja meio bastante desinformada na área. A questão é que lá no meu Estado de Mato Grosso é complicado, porque a gente tem muito disto, que nós temos mais de 600 assentamentos da reforma agrária.

E temos ainda vários acampamentos, acampamentos grandes como da Bordolândia, da Bridão, lá na Região do Araguaia, só para citar dois exemplos, cada uma com mais de 500 barracos, às vezes, na beira da estrada. Porque a Bordolândia, entra e sai e vai e vem e despeja e volta por conta de questões, às vezes, que o INCRA, com a sua média competência, para não dizer, não usar um termo mais forte, às vezes, não consegue fazer as coisas acontecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas pode usar o termo mais forte, Senadora, por que não?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): O encravado?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É pode falar. Falar a verdade.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sabe, às vezes tem muita dificuldade e não dá conta de fazer as coisas no tempo hábil e sai a emissão de posse, ele não consegue emitir a posse no tempo hábil. E aí outros ocupam a área, que não são clientes da reforma agrária e aí a confusão está estabelecida e os acampados, os clientes da reforma agrária continuam ali do mesmo jeito, ralando e sofrendo há anos, gente. Sabe, aqui eu estou só citando a Bordolândia, que parece deve ter uns dez anos de luta daquele povo. Parece que, agora, talvez, quem sabe vá começar a acontecer.

A questão dos acampados. Eu não sei como é que eu, como acampada, alguém como acampada, como é que é? Não sei. Porque ele como é que vai se operar, como é que vão operar, como é que a Previdência vai operar, por exemplo, junto aos acampados?

Aqueles que não têm, por exemplo, carteira de pescador, eu sei que eles têm que se organizar, eles têm que se registrar, etc. e tal, mas então tem que essas coisas tem ser instruídas. Claro que eu não estou discutindo aqui a coisa no maior, eu estou achando assim fantástico, Ministro. Fantástico. Ponto.

Agora, ainda tem como diz o outro, como todos os companheiros demais da Mesa disseram tem muita coisa ainda, coisas às vezes pequenas entre aspas, que tem que acontecer. Às vezes não são tão pequenas.

As áreas quilombolas que ainda não são reconhecidas, sabe? Eu não sei que mecanismos já podem ser usados ou tem que se esperar ser reconhecido, o reconhecimento das áreas quilombolas a gente sabe

que não é fácil, que é moroso, que é processo complicado.

Aqueles que trabalham como integrados, por exemplo, o exemplo que cria porco para a Sadia, vamos dizer assim, agora a Sadia juntou com a Perdigão, mas que cria toda... Eu estou dando só um exemplo aí, quer dizer eles são considerados integrados é um termo assim, eu acho, se eu não estou equivocada. Ou seja, como ficam aqueles que ainda não são cadastrados em lugar nenhum, vamos dizer.

Na questão do CAFIR, o CAFIR, identifica o proprietário, como vai fazer para a identificação do núcleo familiar? Talvez, eu não tenha entendido. É tranquila essa questão da identificação do núcleo familiar na questão aí do CAFIR? Porque eu sei que identifica o proprietário, mas tem um núcleo familiar, que é a questão também precisa ser resolvida.

O PRONAF, quem está registrado é o tomador do crédito, e o restante da família, como está sendo operado? É por desconhecimento meu mesmo. Porque eu ando muito no interior, no meu Estado do Mato Grosso, eu não dou sossego naquele interior, às vezes, o município tem 1400 quilômetros de distância da capital com 500 quilômetros de chão, mas a gente, pelo menos de vez em quando, a gente parece por lá.

E aí é tanta pergunta, Ministro, que na hora dá vontade de ligar para o Ministro para perguntar, ou para alguém do Ministério, mas aí não tem telefonia celular. Aí já complica tudo, não é? E a telefonia, às vezes, fixa também está complicada, apesar de que lá em Mato Grosso agora já está tudo licitado, todo mundo já vai ter telefonia celular lá. Só faltam menos de 15 municípios, dos 53, que no começo de 2007 não tinham telefonia celular. Mas nós fomos à luta e hoje está tudo licitado e tem pouco mais de dez, entre dez a 15 só que não está instalado e aí já fácil para a gente perturbar o Ministério na hora da pergunta lá.

Eu acho que é mais ou menos isso aí, sabe? É tanta coisa que os senhores e as senhoras já falaram, tantas coisas tão importantes que seria tão bom se todo mundo lá na área rural estivesse ouvindo tudo o que foi dito aqui, sabe? Para tomar conhecimento, para ter informação e para ir se organizando para fazer a coisa acontecer.

Quando eu pergunto: "Ah, mas não está cadastrado". Aí se o Ministro me responder: "Tem que cadastrar". É claro que é por aí mesmo, mas e aí, se ele não souber disso, se ele estiver esperando que vá acontecer mesmo sem ele ser cadastrado... Desculpe, mas esse telefone o meu foi roubado e eu recebi esse agora, e eu não sei nem desligar ele, a tecnologia às vezes dá um baile na gente.

É isso aí Ministro, parabéns. Parabéns a esse Ministério, que o senhor sabe não de hoje eu venho sempre falando. Tem problemas? Tem ainda, óbvio. Mas quem pegou esse Ministério do jeito que pegou a partir de dez de quando? Sei lá quando aí que o senhor disse que vai estar assim, zerado?

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Janeiro de 2010.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Pois é, gente, já pensou é inacreditável um negócio desse. Esse nosso país que recebia críticas tão violentas contra o sistema previdenciário, era o caos, era só o que a gente ouvia era o caos estabelecido. E isso prova que tudo tem jeito, basta que a gente consiga fazer com que as pessoas certas com a competência e o compromisso com a causa chegam lá. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Bom dia a todos e a todas. Presidente da CONTAG, Associação de Mulheres, Ministro Pimentel, Presidente.

Primeiro, eu quero dizer da, elogiar a iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko, de suscitar esse debate, apresentar o requerimento para se fazer esse debate. E é um debate, para mim considero importante, porque você vai discutir justamente o Estado Brasileiro, ele impõe a isso.

E quando você vai discutir o Estado, você tem que discutir quem compõe esse Estado, como é formado esse Estado e aí nós vamos tratar das pessoas, de gente. E esse é um debate que nos remete à própria história do país. A própria história do país. E a história do país, ela não é uniforme, ela tem diferenças. E como eu sou lá da Amazônia, eu quero colocar essa história. O Estado Brasileiro, ele deixou sempre a Amazônia, ou o Norte do Brasil, para depois.

Então, quando eu vejo o Presidente Lula ir lá em Roraima e isso é novo, e olho que o Presidente Lula só foi uma vez, parece que a primeira duas vezes, já foi mais vezes, mas como Presidente só foi uma vez. Isso é simbólico para a Amazônia. Então se discutir o Estado, ele é atual.

Então, eu quero parabenizar a vinda do Ministro, que tem uma vida pública reconhecida, conhecida, V. Exa. tem e é V. Sa. e V. Exa., veja só, tem uma vida como cidadão, como militante social, muito importante. Não só para Fortaleza para o Ceará, mas para o Brasil como um todo.

E eu reconheço e quero aqui nesse início da minha intervenção, da minha fala reconhecer a forma como V. Exa. vem conduzindo, fazendo a gestão da Previdência no nosso país. Eu quero parabenizá-lo pelas várias frentes que abriu e que algumas não

concluídas, porque isso é um processo também, mas quero parabenizá-lo pela conduta de Estado.

O Brasil tem que fazer esses reparos. O Brasil que é rico, que é reconhecido internacionalmente e que um setor segmentos fortes da economia, da sociedade brasileira já ganharam espaços, reconhecimento, mas nós temos isso, que a Presidente da Associação já externou isso.

Esse é um Brasil de ribeirinhos, de povos indígenas, de dezenas e dezenas de etnias e nós precisamos tratar isso. E reconhecer, reconhecer direitos. Aquela população que vive na Amazônia, ela não é só o Exército Brasileiro, as Forças Armadas, mas eles garantem a soberania nacional ali, vivendo isoladamente eles estão garantindo a presença brasileira, dizendo: "Isso aqui é Brasil".

Então um homem simples, que não tem hoje CPF. Uma parte significativa do povo brasileiro na Amazônia, não tem documentos para ele chegar nesse cadastro.

Então, Ministro, e aqui já entrando na importância e no papel do cadastro. A documentação de brasileiros na Amazônia e com certeza em todo o Brasil, mas na Amazônia é comum você entrar num rio, num lago, no interior do Brasil e o cidadão ter produção, ter uma casa e ele não tem o CPF. Então, nós precisamos, o Estado precisa fazer ações para se ter acesso a documentos básicos. Precisamos fazer isso.

A outra questão, quando V. Exa. fala do cadastro, eu faço aqui uma pergunta: O técnico do INSS da Previdência, ele se desloca para a zona rural com um *notebook* para fazer o cadastro, ou o cidadão dólar que vir mesmo lá em Manaus, na capital, sair do interior ou ir numa Agência do INSS, que tem em alguns municípios, o técnico vai à localidade? Vai. Isso é importante, esse deslocamento, porque é o encontro do Estado, é o interesse do Estado. O Estado tem que ser paternalista? Não. O Estado tem condições de reconhecer o cidadão, a cidadã.

Um outra questão nesse cadastro, quando fala a partir dos 16 anos, o CONTAG poderia, na sociedade civil há um debate muito forte acerca dos 16 anos, da participação. Inclusive, a discussão penal sobre, está colocado isso. Mas um jovem de 12 anos, de 14 anos, ele participa da economia familiar, ele vai tirar, ele vai lá na pescaria, ele faz parte da pescaria. Ele vai lá plantar a mandioca, 15 anos faz isso, não tem como na economia familiar, o marido, mulher e o garoto, de 16 anos, não participar da vida rural.

E se a Previdência começa a pensar para efeito do cadastro, porque é claro que é uma lei que trata isso, uma lei específica, a partir dos 16 anos. Eu gostaria de refletir sobre isso. Interagir com algumas instituições é fundamental, acho que o INCRA tem um bom cadastro, o cidadão, ele o técnico... Porque o INCRA vai lá na zona rural, então, ele tem lá um CCIR, ele faz parte do cadastro do INCRA lá dos anos 80, dos anos 70 e só com essa instituição eles têm uma relação.

Então é muito interessante a vida rural, às vezes, você tem uma relação com a FUNASA, o técnico da FUNASA vai lá e é a única instituição do Estado Brasileiro que bate a porta do cidadão, que está lá no interior do Brasil, a FUNASA. Porque muitas instituições, elas são urbanas, o Banco do Brasil, os Correios, enfim, a EMBRAPA, as instituições de pesquisa são mais seletivas, mas eu sinto, eu vejo que a FUNASA joga um papel importante no sentido de combinar, de testemunhar de dizer: "Olha, o cidadã mora ali, nós já fomos lá borrifar, matar o carapanã", enfim.

Então, interagir com as instituições do Estado Brasileiro é estratégico para garantir esse cadastro. Então, eu quero parabenizar o cadastro, ele é fundamental para fazer justiça, para o Estado Brasileiro reconhecer todos, todas, que formam essa grande nação.

V. Exa. foi muito enfático em falar do Pará, e não deu mais a construção, eu não sei se tem tempo para falar de outros, no Pará 74 agências sendo construídas.

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Salvador, também tem.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu não escutei falar de Amazonas.

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Amazonas também tem.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): De Roraima.

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Tem em todo lugar.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Na página 13, aí eu fiquei meio confuso aqui, tem uma transparência que fala das transferências previdenciárias e com transferência e sem transferência e têm um número, que é muito grande de pobres, 22,2. O é que isso, essa conta aqui, mais de 22,2 milhões de pessoas pobres? V. Exa. poderia explicitar isso?

A questão da idade, questionar mais essa questão da idade para efeito do cadastro e o deslocamento de técnicos até a zona rural com esse objeto de fazer um bom cadastro e da Previdência interagir com instituições que vão do sindicato, que é legitimo, que é legal à instituições que trabalham de uma forma ou de outra com as zona rural.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, Sr. Ministro, eu vou aproveitar

para fazer algumas intervenções aqui também, que eu acho que são oportunas.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, trinta segundos. Eu acabei esquecendo de uma questão, que é de não paga nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Trinta segundos, eu vou fazer um aparte de uns trinta segundos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não é isso? É bom falar isso que, às vezes, aqui e acolá, que você tem que pagar alguma, algo, alguma taxa por ter, por fazer um cadastro, por alguma coisa. Eu acho que V. Exa. poderia abordar isso, sobre pagamento. Se o cidadão para ter acesso precisa pagar algum tipo de taxa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, Sr. Ministro. Eu prestei muita atenção em toda a fala de V. Exa. e, como observador dos fenômenos econômicos, eu posso garantir a V. Exa., que o Sistema de Previdência e Assistência Social praticados no Brasil, não só universalizou a Justiça Social, como também deu uma contribuição substancial para a blindagem da economia do nosso país.

Eu me lembro ainda nos anos 60, quando eu estava em processo de formação, eu li quase toda a obra, eu acredito que eu tenha lido até toda a obra de um observador econômico, de um analista econômico de formação socialista, que V. Exa. deve ter lido também, que é era o Prof. Leôncio Basbaum.

E qual era a linha a mestra dos ensinamentos que ele preconizava naquela ocasião? O Brasil ainda não tinha esse extraordinário mercado interno era bem mais acanhado, mas ele já entendia como um grande mercado interno. E apontava exatamente na robustez do mercado interno, o caminho que nós deveríamos seguir, para ter uma economia sólida e ao mesmo tempo praticar a Justiça Social, que naquela época, nos anos 60 para trás, as iniquidades eram muito mais pronunciadas, muito mais fortes.

Embora se deva reconhecer que no Governo do Presidente Getúlio Vargas houve um marco significativo, que separou duas fases da história do Brasil, em relação aos direitos sociais e trabalhistas.

E o que aconteceu nesta recente crise, pela qual nós atravessamos? Não foi outra coisa, se não a presença de um robusto mercado interno, a presença de um exército de consumidores, que deu aquela, o conforto de um colchão para que a economia não sucumbisse como em muitos países isso aconteceu.

Então, eu acho que V. Exa. tem razão quando fala da capilaridade e dos efeitos que essa capilaridade da Assistência Social exerce em cada município.

Eu atuo muito em municípios do interior do meu Estado e sei que naqueles, nas datas, por exemplo, que chegam os repasses do FPM, que chegam os recursos da Previdência Social, que são pagos a cada um dos beneficiários, repercute em cada município. É extraordinário. Quanto menor o município, Senador João Pedro, maior é o efeito.

Chegou a aposentadoria, chegou a Assistência Social, a economia local que é tímida, que é inerme acaba dando respostas imediatas para a municipalidade, para o comércio, a indústria, enfim, a economia se movimenta com os recursos provenientes da Previdência Social, da Assistência Social e dos fundos de participação de Estados e Municípios e etc.

Então, eu concordo com V. Exa. sobre esse efeito que provoca lá no município, no município mais distante esse esquema todo, esse sistema todo de proteção social que o Brasil desenvolveu ao longo de sua história, começando lá com Getúlio Vargas, passando pelos anos 60 com aquelas turbulência todas, mas sempre ampliando essa rede de proteção social, que tem trazido inarredáveis benefícios para a sociedade e para a economia brasileira.

Há, entretanto, um questionamento que eu gostaria de fazer. É o seguinte, aqui se trava uma discussão, que também é discussão da sociedade quanto à natureza da Previdência Social. Nós temos na verdade o seguro, Seguro da Previdência e temos também a assistência. E há uma confusão, estão ambas estão no mesmo Ministério, Ministério da Previdência e Assistência Social, mas quando se faz a contabilidade, a gente começa a ver distorções.

Eu li um relatório do Tribunal de Contas de União, que analisou um determinado período de funcionamento da Previdência e, talvez, pelos números que eu vou mostrar a V. Exa., V. Exa. até deve se lembrar desse relatório, porque é um relatório muito importante.

Ali, esse período que foi analisado detectou-se uma receita decorrente dos rurícolas, da ordem de 1,9 bilhões de reais e dos segurados, de 30,4 bilhões de reais. Então, o Seguro Previdenciário, na minha avaliação pessoal, é aquele que segue regras contábeis cujos números de receita e de benefícios se compatibilizam e a Assistência Social é quando não ocorre esses números, essas contas não fecham.

No entanto, o que nós assistimos? Nós assistimos o seguinte, a Assistência Social vai muito bem, como V. Exa. esclareceu aqui e a todos convenceu, e nós o aplaudimos por isso. Agora, quanto ao Seguro Previdenciário, ai o bicho pega. O bicho pega por quê? Porque está muito distante de se praticar a Justiça Social.

Eu vou dar aqui um dado, para que V. Exa. tenha ideia da discrepância que existe. Em março de... Esse aqui é um holerite, em março de 1990, o trabalhador aposentou com 3,95 salários mínimos e, de repente,

o salário-mínimo dele, o provento da aposentadoria dele foi encolhendo, encolhendo até chegar a 1,9 salários.

Então, o que está acontecendo? O segurado está tendo uma perda que está comprometendo a vida dele no momento mais difícil, quando ele chega nos 65, 70, 75 anos que exige tratamentos para uma série de problemas. Tem problemas de osteoporose, tem problemas de demência, tem problema cardiovascular, problema de diabetes e são todas patologias da idade, que exigem tratamentos caríssimos e medicamentos que não são disponíveis na Rede de Atenção Básica da Saúde. E faz com que o trabalhador tenha um verdadeiro, sofra um verdadeiro calvário para conseguir assistência e, às vezes, ele passa a não tomar o medicamento, a não ser que ele ingresse em Juízo, para conseguir que uma sentença acaba lhe dando a garantia desse atendimento.

Então, aí, existe um gargalo que a Previdência tem que enfrentar e que está sendo duramente cobrado aqui do Senado Federal, que V. Exa. como Parlamentar que é também, Deputado atuante e competente, lá na Câmara dos Deputados, certamente, já fez essas cobranças e já ouviu uma infinidade dessas cobranças.

É bem verdade que essa discussão não é pertinente à Comissão de Agricultura, Pecuária e Reforma Agrária, porque na verdade nós até extrapolamos o limite da nossa jurisdição para homenagear a Senadora Serys Slhessarenko, que queria a sua presença aqui. Mas esse é um problema que nós não poderíamos, estando diante do Ministro da Previdência, nós não poderíamos deixar de enfrentar.

Existe inclusive uma proposta do Senador Paulo Paim, que trata do fator previdenciário, que é talvez, a forma de equacionar essa questão. A grande verdade, e aqui falou a Rosângela, que esses aposentados que estão nessa situação sofrendo perdas num momento em que a saúde mais exige deles, não podem esperar o pré-sal, porque o pré-sal vai chegar no seu ponto de equilíbrio lá pelos anos de 2016, 2014, 2016, 2018 etc.

Mas essa questão, Sr. Ministro, dos segurados da Previdência, é uma questão que precisa sim de um enfrentamento. Porque veja o seguinte. O que é o segurado? O segurado é aquele que contribuiu tendo como referência aquele valor de salários. Ele percebia a época, cinco salários mínimos, ou seis salários mínimos e fazia o seu recolhimento com base nesse valor. A média que foi estabelecida encontrou aquele valor. De sorte, que é uma injustiça gritante e uma lesão profunda essa defasagem que ele sofre e que o governo se esquiva daqui e se esquiva dali.

Então, o que está acontecendo? O governo nem sempre assume a condição de uma política, de distinguir essa política que se pratica na Previdência. Nas contas de Previdência entra o rurícola, entra aquele que recebe a assistência, a mera Assistência Social por problemas de saúde, certo? Entra tudo na mesma conta da Previdência. E, no entanto, o segurado, aquele que contribui, aquele que sustenta é quem vai pagando a conta.

Na verdade, eu acho que tem que dar sim a assistência, eu acho que é um avanço significativo, um avanço não se pode cogitar de retroceder a universalização do atendimento social. Mas só que há que se fazer isso daí por conta do orçamento da União.

A União tem que assumir na rubrica da Assistência Social, tem que separar na contabilidade a assistência social da seguridade. Isso aí nós não conseguimos digerir essa política em hipótese alguma. Essa é uma questão que eu gostaria de suscitar à V. Exa.

Acredito que se houvesse uma separação, V. Exa. não ia dizer: "Olha, nós estamos aqui a um passo de um balanço superavitário. Só falta um bilhão para chegar a esse resultado". V. Exa. já poderia dizer aqui alto e de bom som: "Nós estamos caminhando com uma contabilidade superavitária, por quê? Porque está separada a assistência da Previdência".

Outra questão que eu gostaria de suscitar a V. Exa. é a seguinte. E isso aqui, que eu vou falar para V. Exa., é coisa que eu ouço lá no meu critério em Campo Grande, ou que eu ouço também em viagens que faço no interior, como faz a Senadora Serys Slhessarenko.

O trabalhador, quando enfrenta problemas de saúde, ele vai para a assistência médica, às vezes recebe uma licença de dez dias, de 15 dias, etc. E quando a patologia que ele enfrenta é irreversível, ao invés da Previdência assumir esta condição e garantir-lhe a aposentadoria, ela estabelece um verdadeiro calvário. O sujeito que têm que ir durante, dois, três, quatro anos, seguidos às pericias que são infindáveis para conseguir aposentadoria. Eu conheço N casos e posso passar para V. Exa., se tiver qualquer dúvida a esse respeito.

Há um caso específico, Ministro, de uma paciente que eu até já consegui consulta aqui no Sara Kubitscheck, que é um hospital de excelência, é um hospital cujo laudo não é colocado em dúvida em lugar nenhum do mundo. E ela não consegue aposentar. Ela não consegue porque ela vai lá dão mais licença para ela, mais licença para ela, por quê? Aí o médico explica, fala: "Não, isso é aqui é o seguinte. Nós temos que evitar a aposentadoria, a aposentadoria vai onerar o orçamento da Previdência". Então, a política

de Previdência é concedendo as licenças para evitar a aposentadoria.

Ora, esse é um calvário, um calvário você enfrenta o trabalhador que está espalhado pelo país afora. O que é que eu exigiria a V. Exa.? Que eu tenho certeza que depoimentos como esse, muito provavelmente, V. Exa. não houve com frequência, porque para chegar no Ministro às vezes é muito difícil, V. Exa. como Deputado é mais fácil o povo chegar a V. Exa. do que como Ministro, passei já pelo Executivo e sei como é que é isso.

Sua agenda é muito mais exigente, muito mais difícil, mas eu sugeriria à V. Exa. que a Ouvidoria da Previdência, deixasse os gabinetes de Brasília e fosse ao interior. E que se estimulasse na mídia o manejo da Ouvidoria, para que a população pudesse levar esses dramas do dia-a-dia, do trabalhador, para que na formulação das políticas da Previdência, V. Exa. pudesse ter essas informações, que são tão importantes para quem tem o espírito público, que V. Exa. reiteradas vezes têm demonstrado possuir.

Então, Sr. Ministro, eram essas as questões que eu gostaria de colocar à V. Exa., mas é claro que não posso fazer essas considerações sem reconhecer os grandes méritos da sua gestão frente ao Ministério da Previdência, que são visíveis, são palpáveis por todos nós.

Eu gostaria antes de passar à palavra a V. Exa., de indagar ao Senador Osvaldo Sobrinho, se deseja fazer alguma intervenção.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Sr. Ministro.

Na verdade, eu ouvi um pouco da sua exposição e pude entender da sua vontade, da sua ansiedade até, de fazer com que seja célere esse processo de aposentadoria, principalmente dos especiais.

E, na verdade, uma tese daqueles que, na verdade, não querem que isso aconteça é que dizem que a desburocratização, ela pode criar brechas para que se possa na verdade, alguns incautos é fazer fraude a Previdência esse negócio todo, causando logicamente prejuízo ao erário público.

E eu sei na verdade que hoje é um calvário, até então era um calvário conseguir uma aposentadoria, seja de qualquer forma que ela fosse, especial ou não.

Mas eu estou vendo aqui que V. Exa. está determinado e criando meios já para que isso não aconteça mais, que seja célere mesmo de verdade. Mas eu perguntaria está também criando algumas condições, barreiras, para que evite esses espertinhos de última hora a tomar medidas que venha a fraudar, atrapalhar esse trabalho tão bom que V. Exa. está fazendo no Ministério?

E, também, eu queria ao mesmo tempo louvar a atitude de V. Exa., porque eu sei que não é fácil mexer com a Previdência desse país, principalmente quando é uma Previdência deficitária, quando na verdade nós temos uma população já envelhecendo e sabemos que é necessário que o Estado sobre ela volte seus olhos. Então é necessário que também na Previdência como um todo se tome cuidados especiais não a curto mas a longo prazo, no sentido de que essa Previdência não seja tão deficitária que o erário público não possa aguentar depois.

Então seriam essas perguntas que eu faria e se V. Exa. está tomando alguma precaução nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, com a palavra o ilustre Ministro José Pimentel, para fazer a réplica dessas considerações que nós fizemos.

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Vai dar um bom diálogo o primeiro registro aqui.

O cadastro que nós estamos construindo do segurado especial é o cumprimento de uma determinação do Congresso Nacional. A Lei 11.718 determinou que nós precisamos fazer o cadastro nacional e ali determinou as regras e nós estamos cumprindo na integralidade aquelas regras. Esse Decreto 6.722, disciplinou como deveriam ser os procedimentos administrativos.

E esse cadastro, ele parte de um conjunto de dados já públicos na mão do Estado, que nós estamos consolidando. Na questão das propriedades rurais é um grande banco de dados. Na questão dos assentados, seja do INCRA, ou dos institutos estaduais, outro grande banco de dados. Há aqueles que já receberam benefícios da Previdência Social, ao longo do tempo, outro grande banco de dados. O pescador artesanal que já recebeu seguro defeso e tem o cadastro, outro grande de banco de dados público. A FUNAI, que todo o setor voltado para isso, outro grande banco de dados.

Então, tudo aquilo que é público, nós estamos unificando e divulgando para a sociedade. A partir dali, aqueles que ainda não tem identificação por parte do Estado ou dos documentos público vêm o cadastro com apoio das entidades da sociedade civil. E esse cadastro, ele é construído em nome da mulher, quando é a chefe de família e junto a ela todos os seus dependentes, independentemente da idade. Quando está em nome do homem como chefe de família vem o nome da sua companheira e todos os seus dependentes, independentemente da idade. Então, essa é a grande montagem desse cadastro.

A grande preocupação nossa é a atualização desse cadastro, em que aqui as entidades fazem esse levantamento. Nós estamos trabalhando para alterar

alguns documentos, um deles é o ITR. Como o ITR é preenchido todo ano no mês de setembro, ali tem um item para que declare os membros que integram aquele grupo familiar e aquela família.

Nós temos a DAP, que é um outro documento, que queremos também que ali seja feito esses dados. Temos o Seguro Defeso que é um outro documento, também estamos pedindo para incluir, porque a partir dali nós não precisamos mais pedir à esse conjunto de segurados especiais qualquer documento a mais atualizando. E temos o meeiro, parceiro, arrendatário, que temos uma outra forma de trabalhar, porque não temos documentos públicos para identificá-lo.

Além desses temos um outro grupo de pessoas que, lamentavelmente, ainda não tem os seus documentos de pessoa natural, seja a certidão de nascimento, seja o documento de identidade, seja o CPF, os vários documentos. E tem uma ação conjunta, através dos territórios da cidadania voltado para isso, que envolve os Governos Municipais, os Governos Estaduais, o Governo Federal e as entidades da sociedade brasileira, nesse esforço de construir esse conjunto de dados.

Temos também um outro problema, que são as pessoas que receberam uma terra de herança, e não fizeram a partilha, não transferiram para o nome deles essa propriedade. Ali, junto com essa grande ação da demarcação das terras, da definição da titularidade, da regularização fundiária também ter esse grande esforço. Esse cadastro não se paga um centavo para fazê-lo, é totalmente gratuito.

E ele tem início, mas não tem término, o término dele é quando nós terminarmos de fazer todo o cadastro da sociedade brasileira. É evidente que nós queremos encurtar o máximo esse prazo.

A questão dos que, dados do Sul, outros dados, estamos trabalhando com todos eles, estamos fazendo esse grande batimento, até porque, o cadastro nacional de informações sociais vai se transformar no principal cadastro social da sociedade brasileira, que servirá tanto para a Previdência Social, como também para toda a sociedade.

Os Governos Municipais, os Governos Estaduais, para as entidades, para se produzir políticas públicas e ter uma clareza de qual é a realidade de toda as nossas famílias, portanto é um cadastro em construção e que nós temos um esforço muito grande para fazê-lo, queremos encurtar os prazos, mas ele não tem data certa para ser concluído. Ele será concluído quando a última família brasileira estiver aqui integrada.

A questão da idade, dos 16 anos de idade, essa diferenciação é para a concessão do benefício previdenciário, serão cadastrados desde o nascimento todos. Agora, nós vamos marcando, porque ao completar 16 anos de idade, aquele que integra o grupo familiar da agricultura familiar também passa a ter o benefício, seja a licença saúde, o benefício da licença saúde, seja o salário-maternidade para as mulheres que começam a ter sua crianças.

E por que nós não antecipamos, não concedemos mais cedo? Porque a Constituição Federal assim determina. Ela determina que é reconhecido como vínculo empregatício no Brasil, a partir dos 16 anos de idade. Mas todos, desde o nascimento, já estarão vinculados a esse cadastro construindo.

E nós temos determinados benefícios que exijam a carência em tempo menor. Quer ver um exemplo? O salário-maternidade, basta ter dez meses de vinculado ao sistema de segurado especial para poder recebê-lo.

Então nós vamos marcando também, porque a pessoa vai na proporção em que vai preenchendo aqueles pré-requisitos, passa a ter determinados benefícios de natureza temporária e outros de natureza permanente. Então é um cadastro que têm essas configurações.

Por que nós priorizamos primeiro consolidar os documentos públicos? Porque aqueles que nós já pudermos adiantar de que eles são segurados especiais, não tem necessidade de ser feito a cadastro família a família e a visita dos nossos técnicos também a essas famílias.

Então, nós vamos por exclusão. Aqueles que nós certificarmos está assegurado os direitos, os demais, dentro do atual processo de comprovação, nós vamos trabalhando. A atuação das entidades rurais para nós é decisiva, porque quem conhece essas pessoas são as entidades rurais, nós temos muitos deles que não tem documentos, quanto mais já tendo vindo à cidade, nunca vieram à cidade.

E aí as entidades do campo, as entidades que atuam nesta área é quem conhece a todos, e é esse esforço da construção de um Estado Republicano, que dê transparência para a sua sociedade de como está sendo construído esse grande banco de dados.

Por isso, que o extrato previdenciário é fundamental para que o segurado especial também o tenha e nesse extrato previdenciário, além de identificar desde ele atua como segurado especial, ou se ele deixou um certo período e depois voltou a ser segurado especial, os seus dependentes nós queremos incluir tudo isso nesse extrato.

E esse extrato, ele é fornecido pelas nossas Agências Previdenciárias, é retirado pela Internet. E também quem é correntista do Banco do Brasil, nos terminais de autoatendimento. E a Caixa Econômica Federal, a

partir de janeiro de 2010, também está oferecendo o mesmo serviço.

Por que nós optamos pelos bancos públicos? Porque esse cadastro, ele tem caráter confidencial, diz respeito aquele grupo familiar e os bancos públicos têm na Legislação autorização para ter acesso a esses banco de dados. Os demais bancos é possível ter? É, desde que a gente altere a Legislação, para que também possam ter acesso.

No caso concreto da FUNAI, esse termo de cooperação técnica firmado com a FUNAI determina de quem vai alimentar esse banco de dados são os servidores da FUNAI.

Nos dias 03 e 04 de setembro, nós fizemos um seminário capacitando 130 servidores da FUNAI, para que eles nos ajudem nesse grande cadastro desse setor especial. Com as entidades rurais tem um conjunto de reuniões que já se vem a mais ou menos dois anos. E as próprias entidades rurais também já estão capacitando os seus dirigentes locais e eles são todos habilitados a partir do seu cadastro, que já tem junto ao MDA. Para que a gente não tenha que fazer um outro cadastro de quase quatro mil, de quatro a cinco mil entidades que hoje fornece a DAP, que é o documento para o crédito do PRONAF.

Portanto é uma grande articulação, nosso Presidente, em torno dessas questões. Vamos precisar de fazer ajuste fatalmente na proporção em que o cadastro vai andando, os problemas vão aparecendo, a gente vai identificando e vamos fazendo esses ajustes para que não venhamos a cometer injustiças, mas também vai nos permitir separar aqueles que ontem fabricavam determinados documentos fraudando o sistema.

Era indeferido por nós, entrava com uma ação na Justiça e alguns documentos eram considerados como prova plena. O Poder Judiciário corretamente dava a liminar por tratar de benefício alimentar e nós levávamos de quatro a cinco anos para comprovar que aquilo se tratava de uma fraude. Essa fraude, ela era muito mais na área urbana.

As pessoas pegavam o CNPJ antigo, ali emitiam um conjunto de medidas de carteiras profissionais, distribuía pelo Brasil, pedia o benefício, nós negávamos. Eles pegavam essa carteira profissional, entrava com uma ação no Poder Judiciário, como carteira profissional era documento pleno era concedido o benefício e a gente passava de quatro a cinco anos para poder cancelar.

Com esse sistema, isso fica totalmente imune, é por isso que a nossa Polícia Federal ampliou as prisões em tempo real, porque hoje eles chegam nas agências como a parte urbana, já está identificada a cada CNPJ, imediatamente, a polícia se desloca e essas quadrilhas, que até ontem eram criativas, agora não conseguem mais através dessa criatividade que elas tinham.

E nós temos uma sala de situação, que acompanha a movimentação de cada CNPJ filtrando, identificando e antecipando nessa forma de controle e é um dos motivos que a Previdência Social está voltando a ser superavitária, porque o desperdício também está ficando menor.

Essa questão da página 13, em que traz aqui a diminuição da pobreza, aqui, se não tivesse a Previdência Rural, nós teríamos hoje 22 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Que não seriam consumidores.

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: E mais grave, que estava numa situação muito crítica, portanto é uma política de inclusão, de distribuição de renda muito importante. E é a principal política deste país, exatamente fazer essa proteção.

Na questão dos benefícios previdenciários, dos seus reajustes. Nós temos hoje 26 milhões e 700 mil benefícios da Previdência Social, foi o que nós pagamos no mês de agosto de 2009. Desses 18 milhões e meio recebem até um salário-mínimo. Por que nós colocamos até? Porque nós temos uma pequena quantidade de pessoas que são pensionistas e a pensão é distribuída entre aqueles que vão receber aquele benefício.

Por exemplo, você tem um trabalhador rural, ele falece, a pensão é distribuída com a sua mulher, a sua dependente e os seus filhos menores. Vamos supor que ele tem três filhos e mais a mulher, então, cada um recebe uma fração deste salário-mínimo por isso...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Qual o total? 18 milhões é salário-mínimo.

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: 18 milhões e 500 mil recebe um salário-mínimo.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Ok. O total?

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: O total de 26.700. E Nós temos oito milhões e 200 mil que recebem benefícios acima do mínimo.

Na década de 80 e na década de 90, o Estado Nacional não pagava nem sequer a inflação para o salário-mínimo e nem para os aposentados e pensionistas.

Aqui eu sou um dos mais velhos, a gente lembra muito bem da década de 80 dos Decretos-Leis 2.045, 2.044 e 2.043, em que mandava pagar uma pequena parcela da inflação na concessão do salário-mínimo e também dos outros benefícios. Na década de 90 também, isso perdurou muito tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quanta gente perdeu eleição, por causa do 2.045 naquele tempo.

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: E é por isso em que hoje nós estamos tendo a nova política de recuperação do poder de compra. Nessa época, o crescimento da nossa economia não ultrapassava a dois pontos percentuais. Pode observar 20 anos, em que a cada ano se você pegar a média do crescimento da nossa economia, não chegava a dois pontos percentuais. Por que isto? Porque não tinha um mercado nacional. As pessoas não tinham condições de consumo, as pessoas não tinham capacidade de compra.

Após a reeleição do Presidente Lula, para não dizer que fosse eleitoreiro, em dezembro de 2006, ele chamou as seis Centrais Sindicais, as entidades dos aposentados e fez um acordo baseado em quatro grandes pontos. O primeiro item, o reajuste do salário-mínimo, das aposentadorias e das pensões que eram feitos sempre em maio do ano seguinte e pago a partir de junho, ele fez uma antecipação a cada ano, de maneira que nesse 2010 está vindo para janeiro.

Em 2008 veio para abril, aliás, em 2007 veio para abril, em 2008 veio para março, em 2009 veio para fevereiro e em 2010 vem para janeiro. Por que isto? Porque nós definíamos o reajuste do salário-mínimo, o reajuste das aposentadorias e das pensões em dezembro, só concedia em maio e pagava em junho. E aí tinha um alinhamento de preço e corroia totalmente esse alinhamento.

Segundo item que foi feito nesse acordo, todas as aposentadorias, todas as pensões, todos os benefícios previdenciários e o salário-mínimo receberia integralmente a inflação de 1995 para cá. Portanto, fizemos um corte no Plano Real e calculamos essa inflação pelo INPC, pagamos integralmente até 2006 e de lá para cá ela é concedida integralmente, coisa esta que não foi feita durante a década de 90 e até 94.

Por isso, nosso Senador Valter Pereira, essa reclamação do senhor é correta. O Estado Nacional meteu a mão no bolso dos aposentados e pensionistas na década de 80 e até 1994. De 95 para cá, nós começamos a corrigir essa distorção do Estado Nacional e, nesse 2009, o reajuste das aposentadorias e das pensões foi de 5,92%. Apanhamos muito de alguns dizendo que nós não poderíamos dar esse reajuste, porque estava no meio de crise.

E aqui amplo setor do Congresso Nacional e o Governo Federal diziam: "Nós precisamos estimular o consumo, exatamente, para poder sair da crise", mas editoriais em grande parte da imprensa brasileira bateu pesado dizendo que nós não poderíamos dar aquele reajuste, porque não comportava na economia brasileira. A história está dizendo que amplo setor do Congresso Nacional e o Governo Brasileiro estavam corretos por garantir isso.

E o salário-mínimo? Se nós tivéssemos na política anterior, não tenha dúvida de que nessa Audiência Pública teríamos aqui algumas faixas, ou alguns materiais pedindo o mínimo de 100 dólares, essa bandeira veio até 2004. Eu sou um daqueles que perdi os cabelos pedindo o mínimo de 100 dólares, porque sou dirigente sindical, fui dirigente sindical.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E por isso que acabou a queda, então?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Está paralisado, estacionado.

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Ah, se eles voltassem na proporção que o mínimo está crescendo, eu voltaria a ser cabeludo, viu?

Mas, nosso Presidente, em 2006 foi feito um acordo com as Centrais Sindicais, que vale até 2023. Esse acordo prevê que o mínimo, além de receber a inflação cheia, recebe também, no mínimo, o crescimento do produto interno bruto de dois anos anteriores. E com essa política, nós estamos trabalhando para que a cada seis anos o mínimo dobre o seu valor real, já está com 67%, agora, em 2009.

Com isso, aqueles que recebem o piso previdenciário, que são 18 milhões e 500 mil aposentados e pensionistas e beneficiários da Lei Orgânica e da Assistência Social passaram a ter ganho real. E os outros oito milhões e 200 mil, de 95 para cá, recebem integralmente a inflação, tem perdas? Tem anterior a 94. E tem participação na riqueza, no crescimento da riqueza brasileira? Ainda não.

E, no último dia 25 de agosto, as Centrais Sindicais apresentaram uma proposta ao governo. Essa proposta também está sendo apresentada a todos os líderes aqui do Congresso Nacional, porque esta é a Casa que decide e a gente cumpre as decisões.

O que as Centrais Sindicais estão apresentando? Que no ano de 2010 e no ano de 2011, esses oito milhões e 200 mil, além de recebo área inflação que é correta que passou a ser paga de 1995 para cá, também participe da riqueza nacional. E que nesses dois anos, 2010 e 2011, esse ganho real seja de 50% do produto interno bruto de dois anos anteriores, como é feito hoje com o mínimo.

E, em 2010, seja feito um grande debate nesse país, e o Presidente ou a Presidente que assumir o Brasil, em janeiro de 2011, juntamente com o Congresso Nacional e a sociedade brasileira defina os reajustes de 2012 em diante.

É bom lembrar que nenhuma parte do mundo aposentados e pensionistas tem ganho real. Eles têm

a reposição na inflação. O Brasil, por ter clareza de que na década de 80 e na década de 90, nós não conseguimos expor nem a inflação, por isso esse público foi extremamente prejudicado por uma ação do Estado Nacional, em que não repunha a inflação resolveu em 2010 e 2011 por proposta das Centrais Sindicais acolher e, em 2012, você discute para esse público qual será o ganho real a partir dali.

Estamos apanhando muito na imprensa, temos recebido editoriais de setores da imprensa dizendo de que nós estamos comprometendo as finanças públicas, por estar dando um ganho real de 50% do PIB, em 2010 e 2011.

Inclusive, dizendo, nosso Senador Valter Pereira, de que isso era competência do novo Presidente, do novo governo, que vai tomar posse em janeiro de 2011. Mas como nós vamos aprovar o novo orçamento de 2011 em 2010 e o reajuste que antes era em maio veio para janeiro, nós temos a obrigação também já de definir qual é a política a partir, para 2011, para quando o Congresso Nacional votar o orçamento também já definir isto.

E esta matéria virá, está vindo para o Congresso Nacional para ser discutido, debatido o que for aprovado aqui, nosso Senador Valter Pereira, nós vamos cumprir na totalidade, esse diálogo franco, fraterno às vezes com dificuldades dado as questões graves que o Brasil acumulou ao longo do tempo.

Nós tivemos em 1999, uma greve dos médicos peritos. O governo de então, ao invés de dialogar extinguiu a perícia médico e aí passou a ser terceirizada virou um caos o Brasil. Nós levávamos, nosso Senador Valter Pereira, até 210 dias entre o pedido de uma perícia médica e a sua realização. Isso era 2004 e 2005, há 180 dias era a média nacional, hoje está em 48 horas. Hoje está em 48 horas, em 90% das nossas agências e nas outras nas capitais a gente entre cinco e oito dias entre o seu telefonema é a realização da perícia médica.

E por que isso aconteceu? Porque em 2006, o Governo Brasileiro, o Governo Federal mandou para o Congresso Nacional um Projeto de Lei criando a carreira da perícia médica, esta Casa aprovou, fizemos concurso público e temos hoje cinco mil e 200 médicos peritos, estamos reconstruindo a perícia médica no Estado Nacional. Essas pessoas são servidores do Estado, não é de governo, com estabilidade no emprego, com remuneração digna e concede os laudos de acordo com a sua consciência.

Não tem em lugar nenhum, qualquer orientação para reduzir benefícios. Muito pelo contrário, nós estamos fazendo esse esforço todo, o reconhecimento automático do direito, pagando o passivo previdenciário judicial da década de 80 e 90, implantando a universalização da Previdência do segurado especial, exatamente, para superar essa situação difícil em que o Estado Nacional tratava os mais pobres. E nós... Pois não.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Ministro, qual é a média do salário de um profissional de um médico?

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: O salário de ingresso é de nove mil 450. E de aposentadoria 14 mil e um real.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Do médico perito, não é?

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: É do médico perito.

Em 2003, esse salário de ingresso era um mil 299 reais. Saiu de um mil 299 para 9 mil 450. Entre 2003, o primeiro ano do Governo Lula e o que tem hoje.

E a aposentadoria era um mil 950, em 2003, foi para 14 mil e um real para podermos ter tempo integral desses peritos médicos. E encaminhamos aqui para o Congresso Nacional, no dia 25 de agosto último, um novo Projeto de Lei pedindo autorização para fazer concurso público e contratar mais 500 médicos peritos para colocar nessas praças, onde temos ainda alguns problemas.

Portanto, nosso Senador Valter Pereira, estamos reconstruindo essa Previdência Nacional. É muito trabalhoso, sabemos que têm muita coisa ainda por fazer, mas muita coisa já foi feita. E eu tenho convicção de que daqui a cinco, seis anos, a sociedade brasileira vai olhar para 2009 e dizer: Na Previdência Social teve um careca que tomava meia hora da minha vida para conceder o benefício previdenciário, porque agora está em cinco minutos com a certificação digital.

E, a partir de janeiro de 2010, nós começaremos a certificação digital na Previdência Social. Dentro de cinco ou seis anos, a certificação digital no Brasil estará tão popular como é hoje o celular. E quem presta serviços e se que propõe ter a excelência no atendimento no setor público, precisa ser antecipado e tudo isso é feito sem nenhuma Consultoria, são todos servidores públicos concursados da Casa, o único que não é servidor público é o Ministro e o meu papel é não atrapalhar. Se a gente não atrapalhar já estamos fazendo muita coisa.

E vir sempre aqui, nosso Senador, como sempre pedir para nos ajudar e temos tido por parte do senhor, no Orçamento da União ali em 2009, quando ali esteve ajudando muito todos nós conduzindo esse debate pedindo autorização aqui à Casa para que essas coisas possam acontecer. Por isso, eu quero agradecer o convite e dizer que estou à disposição para outros esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Em primeiro lugar Sr. Ministro, para dizer a V. Exa., que divirjo. V. Exa. não é o único que não é servidor, V. Exa. é o primeiro servidor.

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Porque o múnus público.

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Eu quis dizer estatutário.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. não é servidor de carreira, mas é o primeiro servidor.

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria aqui de fazer um registro importante, que é a visita que nós estamos recebendo do Presidente da Associação dos Defensores Públicos do meu Estado do Mato Grosso do Sul, é o Dr. Andrew Robalinho, certamente está aqui porque a área de atuação dele está intimamente ligado a questões previdenciárias. Ele também, que é Vereador lá do meu Município de Paranaíba.

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Coisa boa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas, Sr. Ministro, eu ainda não me convenci de uma coisa, V. Exa. não me respondeu, a separação das contas da Previdência e Assistência Social, por quê? Porque eu entendo que o governo tem que assumir sim a Assistência Social e o Governo do Presidente Lula está assumindo.

O mecanismo é que eu estou achando equivocado. Porque eu não consigo entender que aquele contribuinte que recolhe mensalmente sobre determinado número de salários, portanto é um seguro, de repente o salário dele é devorado pelo desnível de reajustes que se estabelece exatamente no momento que ele vai para a inatividade. Então, eu ainda vou voltar à palavra a V. Exa., para falar sobre essa questão.

Eu acho que deveria ser uma meta do seu Ministério fazer essa separação, para que V. Exa. venha aqui com números ainda mais promissores, porque eu tenho certeza que se houver essa separação, V. Exa. vai mostrar uma robustez ainda maior do seu Ministério. E poderá dar uma celeridade maior ainda a essa grande defasagem que foi-se acumulando ao alongo dos tempos.

Não poderia também deixar de manifestar aqui uma convergência e uma divergência com relação à manifestação da Sra. Rosângela Piovesan, quando falou sobre duas questões, dois sugestões que ela deu que uma merece o nosso aplauso que é a taxação das grandes fortunas. Não tenho dúvida alguma que as grandes fortunas tem que contribuir sim, e acho que ela deve contribuir com a Assistência Social, acho que é fundamental.

Mas a taxação do agronegócio, essa daí é uma coisa que tem que ser melhor pensada. Afinal de contas, o agronegócio brasileiro está competindo no mercado internacional e lá fora os seus competidores tem generosos subsídios que fazem com que a competição fique desigual. E nós não podemos deixar de pensar o agronegócio como um competidor do mercado internacional.

Então, eu acho que a questão não a taxação, a questão é ver aonde que existe gorduras que possam ser queimadas e a gordura que pode ser queimada no caso apontado é o das grandes fortunas, essa sim.

Agora, quanto à carga tributária, o Brasil já é um dos campeões mundiais de carga tributária. A grita que se faz e que é justa é com relação ao excesso da carga tributária. Certo? Nós não podemos advogar e não podemos concordar com quem ser que seja que advogue o aumento da carga tributária em nosso país.

Mas Sr. Ministro, retorno a palavra à V. Exa., para que se manifeste sobre essa separação das contas, afinal de contas, por exemplo, o seguro, quando nós falamos no seguro, quando nós falamos no sistema previdenciário quer dizer, ali existe um balizamento no momento em que é concebido o seguro, que é o calculo atuarial. E o cálculo atuarial leva em conta a aposentadoria que tem que se garantir ao contribuinte, tendo como parâmetro o momento em que ele foi para a inatividade.

Se ele foi para a inatividade com cinco salários mínimos, lá atrás o cálculo atuarial tem que prever que a aposentadoria será com base em cinco salários mínimos. Essa é a base, agora se não decorrer do processo começam surgir novos encargos para a Previdência, que não decorrentes de receitas específicas para aquele fim, aí, ele não pode ser penalizado.

Infelizmente, o que acontece hoje é exatamente isso. O aposentado recolheu sobre aquele valor, no momento em que ele foi para aposentadoria havia cálculo atuariais que garantiam aquele valor. E, de repente, essa aposentadoria é devorada por outros benefícios, que não são os previdenciários. Então, eu gostaria que V. Exa. se manifestasse sobre essa separação específica.

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Na apresentação, na página 11, nós trouxemos os benefícios separados por grupo. A parte urbana 15 e 400 a parte rural sete e 900 e a assistencial três e 400 milhões de benefícios.

Na página 20, nós também trouxemos já os valores separados. Na parte urbana as arrecadações de 2003 e a sua projeção que está no PLOA de 2010.

A última vez que a Previdência Pública Urbana foi superavitária foi em 1985, ali nós tínhamos apenas em torno de quatro milhões de beneficiários de 1985 a 2007, a Previdência Pública Contributiva Urbana foi sempre deficitária. E, entre 1995 e 2007, ela precisou em média de 12 bilhões de reais para poder fechar as contas da Previdência Pública Urbana. Em 2008, essa necessidade caiu para um bilhão e 200 milhões.

Nesse 2009, vai precisar menos um bilhão de reais, nós deveremos arrecadar 180 bilhões de reais na parte urbana e pagar 181 bilhões de reais. Todos os benefícios urbanos.

E aqui nós resolvemos pagar seis bilhões e 100 milhões de reais de passivo judicial previdenciário, por conta de o Estado Nacional ter negado o direito dos aposentados, na década de 80 e na década de 90, esse período em que a economia não crescia e que nós tomávamos o direito dos trabalhadores.

E, em 2010, nós vamos arrecadar 197 bilhões de reais, e deveremos pagar 197 bilhões de reais, está na peça orçamentária de 2010. E, nesse montante de 197 bilhões de pagamento tem seis bilhões 750 milhões de reais, que vamos continuar pagando o passivo judicial previdenciário da década de 80 e da década de 90, os chamados esqueletos.

Quando eu cheguei da Previdência, em junho de 2008, encontrei cinco milhões e 800 mil processos judiciais contra a Previdência Social.

Nós somos o maior órgão demandado pela sociedade, fizemos um termo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Justiça, com o Supremo Tribunal Federal, com os cinco Tribunais Regionais Federais e com os 26 Tribunais de Justiça, para fazer acordo. Nesse mês de setembro estamos fazendo outro mutirão judicial, exatamente para agilizar esse conjunto de demandas judiciais.

Portanto estamos reduzindo estoque e para frente, com o reconhecimento automático do Direito Previdenciário, vamos evitar que novas ações ali possam ajuizar.

Como todos aqui sabem, eu fui o Relator Geral do Orçamento da União, em 2008, e me debrucei muito sobre essas questões. O preço médio de uma ação judicial do Brasil é de nove mil reais, entre a sua propositura e o seu término.

Portanto, cada ação judicial contra a Previdência Social custa em média nove mil reais. E quando você abre o preço médio da indenização, que nós pagamos por cada ação é em torno de cinco mil reais. Portanto, se o Estado Nacional resolvesse pagar integralmente os cinco milhões e 800 mil processos, ele teria uma economia média de 40%. Portanto, se o Estado Nacional resolvesse pagar todas as ações, os cinco milhões 800 mil processos que tem contra a Previdência Social, ele faria uma economia média, nosso Presidente, de 40%, resultado da negação de direitos da sociedade do Estado Nacional, na década de 80 e na década de 90, construindo esses esqueletos achando que o Estado não teria que pagar. Portanto, só o custo da tramitação desses processos, é 40% mais caro, do que se a gente tivesse pagado tudo na década de 80 e na década de 90.

O Constituinte de 88, deliberou na Constituição, que não pode ter vinculação entre salário-mínimo e qualquer outro benefício, exatamente, por isso as pessoas, a partir dali, ao se aposentar não tem mais qualquer vinculação com o salário-mínimo.

Hoje, o teto da Previdência Social são dez maiores valores de referências e soma três mil 218 reais e 90 centavos. Ninguém contribui para a Previdência Social com valor superior a este, enquanto que dez salários mínimos somam quatro mil 650 reais.

Agora, nosso Senador, se o Congresso Nacional alterar a Constituição e trouxer a vinculação para o salário-mínimo, não tem problema, o Estado Nacional vai continuar discutindo isso, mas o Constituinte de 88 fez esta separação. E o senhor tem razão, na década de 70, ao se aposentar tinha vinculação sim ao salário-mínimo. Isso é fato, portanto o senhor tem toda a razão quando traz essa matéria.

No entanto, o Constituinte de 88 resolveu quebrar este vínculo e, a partir dali, ninguém mais tem vinculação com o salário-mínimo após a aposentadoria, exceto o piso previdenciário. Porque o Constituinte de 88 também determinou que o piso previdenciário é exatamente o salário-mínimo. Já tivemos aqui em 1995, a PEC 33, que propunha a desvinculação do piso previdenciário do salário-mínimo.

Eu fui vice-Presidente naquela Comissão e, em 1998, nós aprovamos aqui a Emenda Constitucional nº. 20 derrotando essa proposta que não teve eco no Congresso Nacional. Portanto, a única vinculação que tem pela Constituição Brasileira com o salário-mínimo é o piso previdenciário, que hoje nós temos 18 milhões e 500 mil pessoas que têm o piso previdenciário, que é de um salário-mínimo. E temos oito milhões e 200 mil pessoas que tem benefícios acima do mínimo.

E, que de 1995 para cá, estamos pagando integralmente a inflação e eles com justiça querem participar do crescimento da economia brasileira.

E as Centrais Sindicais apresentaram para 2010 e 2011, que eles tenham um ganho real de 50% do produto interno bruto. E, a partir de 2012, o novo go-

verno discutirá os critérios de ganho real para repor as perdas desses oito milhões e 200 mil pessoas. E que reclamam com Justiça, porque foram vítimas de um momento econômico do Estado Nacional, na década de 80 e na década de 90, que não se pagava nem sequer a inflação para eles.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, Sr. Ministro. Eu gostaria de consultar os demais expositores se gostariam de fazer alguma indagação. Pode fazer, Alessandra.

SRA. ALESSANDRA DA COSTA LUNAS: Eu queria inicialmente, aqui eu acho que várias coisas o Ministro já respondeu. Mas algumas eu queria ainda contribuir nas dúvidas que foram apresentadas.

Uma delas, que eu acho que é a preocupação eu acho está com um pouco de eco não? Uma delas é a preocupação de como que nós vamos dar contas dessa demanda do cadastro.

Essa é uma primeira questão e eu acho que nas discussões que nós estamos fazendo exatamente uma das preocupações é por onde que nós podemos começar, longe de imaginar que nós conseguimos, por exemplo, sanar todos os problemas a nível nacional de uma vez só. Mas da nossa parte, principalmente da CONTAG, nos colocando a disposição exatamente para que a gente possa fazer uma parte de contribuição nesse cadastro e que, principalmente, essa contribuição, ela possa ser para garantir a seriedade desse cadastro.

Porque acho que a preocupação que alguns trouxeram inclusive que esse cadastro porventura, possa servir inclusive para outras pessoas que possam fraudar esse processo. Para nós também sempre foi muito recorrente nesse processo de diálogo da construção do cadastro e exatamente foi um longo debate inclusive e a CONTAG de início inclusive discordamos.

A proposta do Ministério da Previdência era trazer o cadastro de uma forma aberta, que *online* qualquer pessoa pudesse entrar e fazer o cadastro. E da nossa parte da CONTAG discordamos disso e dialogamos até chegar nesse consenso, de que esse cadastro minimamente precisa ser feito pelas instituições que hoje tem por responsabilidade já garantido por lei declarar quem são ou não trabalhadores rurais.

E essa é uma das discussões que fizemos no sentido de que as instituições nessa responsabilidade de não só fazer o cadastro, porque se não qualquer pessoa automaticamente poderia entrar no sistema e dizer: "Sou trabalhador rural" e não é assim. Então, minimamente, para que a gente pudesse estar garantindo esse processo é que estamos também nos colocando a disposição para que as instituições que hoje são os sindicatos dos trabalhadores que já fazem essa declaração, a gente poder também garantir lisura desse processo com responsabilidade também. Para que ele possa ser um cadastro também sério e que, nos próximos anos, a gente possa utilizar desse cadastro para garantir direito de fato e essa é uma das coisas que a gente tem perseguido nesse diálogo.

A outra questão que eu gostaria de trazer ainda. Eu acho que um dos grandes debates, o Senador João Pedro já saiu, não vou me ater a aprofundar o que ele tinha trazido agora, até porque, ele já saiu.

Mas é um dos grandes debates que a gente tem conversado e acho que é um diálogo profundo que nós precisamos também estabelecer com a sociedade sobre esses diálogos que têm acontecido com relação ao trabalho infantil na área rural. Há um profundo desconhecimento dessa relação de aprendizagem, da relação com a sua família e que nós precisamos inclusive avançar e reconhecer inclusive qual é a situação que de fato ocorre na área rural.

Então, eu acho que esse é um dos, eu não vou aqui discorrer nesse momento, mas um dos posicionamentos exatamente que nós precisamos aprofundar. E trazer para o diálogo do cadastro também, o cadastramento do grupo familiar é inclusive, como eu disse, que ele vai servir para identificar para outras políticas, quantas pessoas estão lá, que políticas estão necessitando e não simplesmente para o acesso a Previdência. Eu acho que, futuramente, inclusive esse cadastro vai nos ajudar também a identificar isso.

Com relação à questão dos acampados, nós tivemos um momento inclusive na mídia durante um bom tempo que esse debate veio com muita força também como se as pessoas que estão acampadas não tivessem direitos. Eu acho que é importante a gente esclarecer que na questão dos trabalhadores rurais, o direito ao acesso é garantido com a comprovação de atividade. Não importa se ele está morando no acampamento, no assentamento, onde ele está, ele conseguindo comprovar a atividade.

SR. JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Até na área urbana.

SRA. ALESSANDRA DA COSTA LUNAS: Até na área urbana. Se ele comprava que ele é trabalhador rural, desenvolveu atividade de trabalhador rural, não importa em que espaço ele está. São algumas coisas realmente que a gente precisa estar entendendo da diferenciação que é a Previdência Rural nessa questão.

Eu acho que ainda trazer, o Senador João Pedro trazia a preocupação aqui também como é que a gente daria contas das pessoas que estão nos distantes acessos, não conseguem às vezes estar acessando a Agência da Previdência, o sindicato mais próximo.

Esse é um desafio que a gente tem discutido conjuntamente, inclusive foi um grande exercício no debate do cadastro de que o cadastro seja feito também de forma *off-line*.

Que você possa ir à comunidade, eu acho que não só nós estamos dispondo a discutir essas possibilidades, não só os nossos sindicatos, mas a Previdência também poder fazer isso, que é deslocar a própria comunidade e poder fazer esse atendimento. Fazer um processo de priorização, inclusive, desses atendimentos nas comunidades onde tenha dificuldade. E é possível fazer de uma forma diferenciada. Vai ser mais trabalhoso, eu acredito, mas é preciso que a gente faça esse esforço.

Por último, eu queria trazer ainda, Senador, eu acho que os diálogos trazidos aqui em torno do que significa a Previdência Rural, realmente, eles demonstram a necessidade da gente conversar muito para compreender esse espaço. Porque eu acho que quando o senhor traz aqui essa preocupação inclusive com relação a se é Previdência ou Assistência, como é que seria essa identificação.

Os benefícios rurais, inclusive, a gente sabe que já por um bom tempo vem sofrendo esse ataque de que são benefícios que deveriam ser da Assistência Social e não da Previdência. E eu queria colocar aqui o posicionamento nosso da CONTAG, enquanto trabalhadores rurais, de discordância desse tipo de posicionamento, porque nós entendemos que benefícios assistenciais são benefícios... Até pela forma de identificação dos benefícios assistenciais que para nós ainda é uma coisa que ainda precisamos superar no nosso país, porque ela é vergonhosa ainda imaginar que uma família sobrevive com um quarto de salário-mínimo.

É principalmente reconhecer no benefício previdenciário a contribuição real de quem inclusive desempenhou o trabalho nesse processo. É reconhecer a situação inclusive dos trabalhadores rurais, a forma que o próprio sistema definiu de recolhimento, que é contribuição indireta e que aí dá a impressão que parece assim que ninguém fez nada por isso, isso é uma das coisas que nós precisamos desmistificar.

E aí e agora uma coisa que a gente tem inclusive colocado para o Ministério da Previdência é uma questão que nós precisamos superar inclusive a fiscalização no nosso país. Porque se um dos grandes problemas que nós temos é a que ao trabalhador rural ao comercializar sua produção é feito esse desconto lá, só que eles não chegam os cofres da Previdência. Não chegam por quê? Ora porque se ele dessa compra que a cerealista comprou lá se ele for exportar ele já está isento.

Então é nesse sentido também que a companheira trazia e nós concordamos que é preciso olhar essa situação, porque se eu vou exportar, bom então nessa parte eu já não preciso recolher, então é uma parte que deixa de vir para os cofres da Previdência. Sem contar o alto índice de sonegação desse processo que existem nos municípios, a maior dos cerealistas, ele faz é a pergunta para a pessoa: "Você quer que eu tire ou não". Entendeu?

Então esse é um dos problemas que nós temos e que realmente precisa ser perseguido com mais eficiência para que ainda que ele não consiga sobrepor todo o recolhimento com os benefícios pagos, mas certeza ele vai fazer uma grande diferença nos cofres da Previdência.

Por outro lado, o próprio debate do Fórum da Previdência trouxe para a gente, inclusive experiência de diversos países, onde a Previdência rural, ela tem esse subsídio também para equilibrar essa balança, inclusive em contraponto a ausência de diversas políticas públicas de que a gente tenha dificuldade de que chegue ao campo e a acesso principalmente para a agricultura familiar.

Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado.

Você falou aí o do desconhecimento que existe na zona rural com relação a essa visão que se tem hoje do papel, que a família tem com relação ao menor. De fato, ainda persiste e o pior é que não é só o pai, a mãe, a família do menor rurícola, são segmentos até importantes.

Eu vou relatar aqui um episódio que ocorreu recentemente, tem talvez um ano ou menos do que um ano. O Prefeito de uma pequena cidade do meu Estado inaugurou uma escola de tempo integral na zona rural, veja que absurdo, Ministro. E desativou duas salas que funcionavam com o sistema seriado, ou seja, o aluno fazia as quatro séries numa só sala, com um só professor, aprendizado zero. O Ministério Público ajuizou um inquérito civil público para pedir o fechamento da escola de tempo integral, recém inaugurada, porque ela estava conspirando contra a mão de obra familiar. Ou seja, a família se arvorava no direito da mão de obra da criança, quando o lugar da criança, por todas as convenções internacionais que aborda o assunto o lugar da criança é na escola. Certo?

Então veja a que ponto nós chegamos, um representante do Ministério Público ousar entrar com um Inquérito Civil Público, para impedir que a criança acessasse a escola de tempo integral, porque iria faltar a mão de obra à família.

SRA. ALESSANDRA DA COSTA LUNAS: Posso só contribuir nessa questão, eu acho que o senhor traz exatamente um exemplo do desconhecimento inclusive dessa questão--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É verdade.

SRA. ALESSANDRA DA COSTA LUNAS: --da necessidade de profundamente dela, porque assim, primeiro que tem vários equívocos acontecendo. Nós temos discutido inclusive, por exemplo, uma preocupação que é qual é o papel da escola inclusive na erradicação do trabalho infantil. É um dos temas inclusive que está sendo discutido com muita força esse ano e olhando para o campo inclusive a gente tem conversado.

Olha, precisa primeiro temos uma ausência da escola que, por exemplo, essa transferência de conhecimento da família inclusive com relação às questões rurais ela tem hoje sido única e exclusivamente de responsabilidade da família, por uma ausência que a escola hoje não consegue trazer inclusive de capacitação tecnológica, de contribuição nesse processo. E entendemos que esse é um papel da escola. E, principalmente, quando nós temos escolas no nosso país que oferece às vezes para o aluno poder estar em sala de aula uma vez por semana.

Então assim e ainda por outro lado, tem um equivoco no debate da escola integral. Porque muitos municípios no nosso país, inclusive estão adotando colocar numa escola que os alunos chegam pela manhã e saem ao final do dia, sobre o nome de escola integral, só que no diário ele está lançando dois dias. Então, assim, têm muitos equívocos nessa conversa que realmente nós precisamos aprofundar e discutir qual é o papel.

E nós não queremos nos esquivar do papel da família nesse diálogo da construção, em principalmente discutir a importância da sucessão rural no nosso país. Agora tem uma ausência de políticas públicas que não chega para essa criança no campo, um desentendimento inclusive desse papel, que eu acho que é nesse sentido que a gente diz que nós precisamos aprofundar muito e conhecer melhor essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É verdade. Bom, o Evandro quer fazer mais uma intervenção?

SR. EVANDRO JOSÉ MORELLO: Eu acho que todas as preocupações que foram levantada aqui pela Senadora Serys Slhessarenko, o Senador João Pedro e V. Exa. são muito pertinentes da preocupação do ponto de vista com relação ao cadastro, sobretudo. Claro que você pensar um cadastro hoje da Previdência Social para fazer cruzamento com outras bases cadastrais é o melhor dos mundos, sobretudo para a Previdência Social.

Para nós também, a gente acha que é um elemento extremamente positivo, mas não temos duvida que só nesse campo vamos identificar enormes problemas que precisam ser solucionados. Exemplos de pessoas hoje que estão com seus dados, por exemplo, desatualizados num desses cadastros que quando chegar com um cadastro dele na Previdência, os dados vão se cruzar. E, provavelmente, pode haver a possibilidade de dizer que a pessoa não se enquadra dentro dos critérios para ser um segurado especial. Então, esse é um ponto negativo.

Agora, qual é o ponto positivo que a gente vê nisso? É que nesse caso hoje, quando essa pessoa for cadastrada hoje na Previdência dá para identificar um problema com bastante antecedência em relação ao momento que ele vai requerer um benefício. Porque os problemas hoje na Previdência Rural acontecem que o trabalhador só procura a Previdência no momento que ele vai requerer um benefício. A Previdência não existe para ele hoje.

Então, eu acho que a gente pode criar tendo esse mecanismo um instrumento para começar a identificar determinados problemas com bastante antecedência e aí procurar solução. E aí, nesse caso, a Previdência Social e o INSS têm que ser um instituto, uma instituição totalmente aberta para sentar e dialogar e tentar resolver esses casos, que vão ocorrer.

A outra situação que a gente discutiu muito é exatamente a situação dos que não têm hoje cadastro e informação nenhuma dos dados oficiais e que são milhões de pessoas na área rural hoje.

Essa é uma preocupação recorrente nossa do ponto de vista de ver o seguinte, precisamos chegar até essas pessoas e aí seja por qualquer política, ou seja para trabalhar a documentação inicial.

Um exemplo para nós é esse, nós estamos pegando uma política da Previdência, que ela vai certamente gerar uma necessidade de discutir outras políticas. O exemplo que o Senador João Pedro trouxe da necessidade de documentação. Se esse trabalhador, se chegar alguma informação para ele lá na comunidade e nós do Movimento Sindical, a CONTAG está muito empenhada em fazer essas folhas chegar lá no campo.

Se chega a informação de que ele precisa, ele pode ter acesso aos seus direitos e a previdência é um grande instrumento para isso, de trazer as pessoas para um debate, para conhecimento, de que ele precisa se cadastrar, mas ele não tem esse documento, há uma necessidade de pensar a política para fazer essa documentação desse trabalhador.

Eu vou dar um outro exemplo, os nossos municípios hoje, a maior parte ou não tem Internet ou funciona com Internet precariamente no interior.

Nós já discutimos isso internamente e vamos ter que entrar numa luta forte de política pública para fazer com que a Internet chegue em todos os municípios nesse país. É um instrumento de formação super importante e mais, de democratização desse país.

Então, para nós assim são questões que nós não vamos resolver é claro isso de imediato, mas a médio e longo prazo, nós precisamos também avançar em outras políticas que vão ajudando a superar os problemas que vamos enfrentar no processo de identificação desses trabalhadores no sistema.

Eu acho que isso são várias questões que estão colocadas, as preocupações que se colocam para as regiões, sobretudo a Região Norte elas são muito pertinentes dadas as características das regiões. Temos que pensar estratégias diferentes inclusive de comunicação com esses trabalhadores e irregular até esses trabalhadores nessas regiões.

Apenas para concluir, Senador e dialogar um pouquinho do que o senhor mencionou em relação a essa questão das contas da Previdência Social.

Lá no Conselho Nacional da Previdência, a gente tem debatido muito e tem sido tema recorrente discutir essa questão do financiamento do sistema, discutimos isso no Fórum da Previdência criado em 2007. Eu acho que a gente, eu falo a gente porque a gente se sente parte de um processo hoje para discutir essa política da Previdência Social, institucionalmente, até mesmo como pessoas. Mas, por exemplo, já na gestão do Ministro Berzoini se deu grandes passos de pensar uma contabilidade mais transparente possível da Previdência Social.

E exatamente olhando um pouco que você tem um Sistema de Previdência, que ele está articulado com um sistema de seguridade social. E para nós, sobretudo, eu acho que a classe trabalhadora desse país, a gente nunca pode pensar um sistema de Previdência no Brasil dissociado de um sistema de seguridade social, por que isso?

Mesmo reconhecendo que a Previdência, ela tem o seu caráter de seguro de contribuição, no nosso país é indispensável você ter um sistema que dê tratamento, que dê uma sustentabilidade à Previdência dado todas às condições sociais que nós conhecemos.

Primeiro, de que claro que você tem estrutura hoje de capacidade contributiva de um grande volume de pessoas hoje que estão no mercado de trabalho, agora quando a gente olha isso, nós olhamos apenas os que têm uma relação formal. São aqueles que têm o quê? Que tem carteira de trabalho assinada e que a empresa faz o recolhimento.

Nós temos um enorme contingente de pessoas que trabalham e aí a gente precisa ter claro que discutir a Previdência nesse viés é não olhar apenas seu aspecto do seguro contributivo. É olhar a Previdência e deve ser um sistema previdenciário de proteção em função do trabalho que as pessoas exercem. E aí eu acho que um pouco da diferenciação possível de fazer em relação à assistência. Porque a assistência, ela pressupõe uma pessoa que ela não exerce o trabalho, ou seja, ele ela está incapacitada para o trabalho, para sobreviver com algum tipo de renda proveniente do seu trabalho. O que não é o caso da Previdência.

Nessa possibilidade de entender a Previdência, a partir da relação da pessoa com o trabalho, já o Congresso nosso, os sistema brasileiro, ele é muito inteligente, porque ele pensou uma fonte de financiamento bastante ampla, que está articulada com a seguridade social, que dá essa sustentação.

E aí eu acho que têm alguns aspectos que precisamos discutir perfeitamente do tipo, as renúncias previdenciárias hoje que são colocadas são grandes para o Sistema da Previdência Social.

Um exemplo que foi citado aqui em relação à contribuição da comercialização da produção na hora da exportação, eu acho assim, tem que ter todo um incentivo de fato para se vender lá fora os produtos brasileiros. Agora, nós precisamos discutir isso é uma fonte que tem que ser a Previdência Social pagar essa conta? Qual é a outra fonte de recurso? Só Estado Brasileiro é que tem que discutir isso, não é? Ele pode falar: "Não isso pode vir de uma outra fonte de recurso, que subsidie isso aqui".

A Previdência ou a seguridade social é ela que tem que cobrir hoje está sendo, como existe para os clubes de futebol, como existe para questão rural, para o benefício rural, como existe hoje para os trabalhadores que estão vinculados ao SIMPLES. Todos eles têm subsídios que vêm das fontes de recurso da seguridade social, como vai existir agora para o Micro Empreendedor Individual. Há uma necessidade de você ter esse amparo de um sistema.

E é assim a gente vê que o nosso sistema de seguridade social é um sistema eficiente para essa finalidade, dele ter uma robustez de fontes de contribuição para dar suporte a essa política que tanto faz eu diria assim ela tem um efeito fantástico em todos os setores da economia no campo social.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, dado o avançado da hora e sobretudo da ausência de inscrições, nós vamos encerrar esta Audiência Pública.

Antes de fazê-lo, entretanto eu quero agradecer aqui a participação do Evandro, da Rosângela, da Alessandra. E, sobretudo do Ministro José Pimentel, que

tem dado demonstrações de seu espírito democrático e do seu grande compromisso com o interesse público de estar sempre presente quando chamado para prestar esclarecimentos e nos diversos órgãos que compõe o Senador Federal e a Câmara dos Deputados e o Congresso, enfim, como um todo.

E desejamos ao encerrar esta Audiência Pública, que o Ministro José Pimentel prossiga nesta senda de trabalhos e de avanços que tem propiciado no Ministério da Previdência Social.

Muito obrigado. Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 13h05.

ATA DA 30ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 34ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, 30ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 22 DE SETEMBRO DE 2009.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúnem-se as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos seguintes senadores(as): **ANTONIO CARLOS JÚNIOR, ANTONIO CARLOS VALADARES, CÉSAR BORGES, DEMÓSTENES TORRES, EDUARDO AZEREDO, EDUARDO SUPLICY, FLÁVIO ARNS, FLÁVIO TORRES, FLEXA RIBEIRO, FRANCISCO DORNELLES, GILBERTO GOELLNER, GIM ARGELLO, INÁCIO ARRUDA, JOÃO PEDRO, NEUTO DE CONTO, OSVALDO SOBRINHO, RENATO CASAGRANDE, ROBERTO CAVALCANTI, ROMEU TUMA, SÉRGIO GUERRA E VALDIR RAUPP.** Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores titulares das referidas Comissões. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente da CRA, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública conjunta de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento aos **Requerimentos nºs 24 e 37 de 2009–CRA**, de autoria do Senador Gilberto Goellner e Senadora Kátia Abreu, aprovados em 9/06/09 e 1/9/2009, respectivamente, **Requerimento nº 17 de 2009-CCT**, de autoria do Senador Gilberto Goellner, aprovado em 27/5/2009, com Aditamento dos Senadores Gilberto Goellner e Cícero Lucena, aprovado em 9/9/2009, **Requerimento nº 49 de 2009-CMA,** de autoria do Senador Gilberto Goellner, aprovado em 7/7/09, com Aditamento do Senador Renato Casagrande, aprovado em 25/8/2009 e **Requerimento nº 72 de 2009-CCJ,** de autoria do Senador Jayme Campos e Antônio Carlos Júnior, aprovado em 26/8/2009, com a finalidade de instruir o PLS 73/2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves, com os seguintes convidados: Dr. **Flávio Vieira Meirelles** – Doutor em Genética, Professor da **USP** e membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança **– CTNbio**; Dr. **Rodolfo Rumpf** – Doutor em Veterinária, Pesquisador da **EMBRAPA** e membro da **CTNbio**; Sra. **Beronete Barros de Freitas Araujo –** Chefe da Divisão de Fiscalização de Material Genético Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Sr. **Carlos Cristo** – Secretário Interino de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – **MDIC**; e Drª. **Cosette Barrabas Xavier da Silva** – Diretora Substituta da Diretoria de Biodiversidade e Florestas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA.** Resultado: Audiência Pública Conjunta Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADOR VALTER PEREIRA**, PRESIDENTE DA CRA**; SENADOR FLEXA RIBEIRO,** PRESIDENTE DA CCT; **SENADOR RENATO CASAGRANDE,** PRESIDENTE DA CMA; **SENADOR DEMÓSTENES TORRES**, PRESIDENTE DA CCJ.

30ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, CONJUNTA COM A 34ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 09 HORAS E 41 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 30ª Reunião da Comis-

são de Agricultura e Reforma Agrária, 34ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a 30ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e 37ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores dessas Comissões já nominadas e, que havendo consenso, é tida como aprovada.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública conjunta dessas Comissões, que cumprem com a resolução proclamada pelos Requerimentos n° 24 e 37/2009 da CRA, de autoria do Senador Gilberto Goellner e Senadora Kátia Abreu, aprovadas em 09 de junho deste ano e 1° de setembro, respectivamente. Requerimento n° 17/2009 da CCT, de autoria do Senador Gilberto Goellner, aprovado em 27 de maio, com aditamento dos Senadores Gilberto Goellner e Cícero Lucena, aprovado em 09 de setembro. Requerimento n° 49 da CNA, de autoria do Senador Gilberto Goellner. O Senador Gilberto Goellner participa de todas as reuniões, não é? Com aditamento do Senador Renato Casagrande, aprovado em 25/08. E Requerimento n° 72 da CCJ, de autoria do Senador Jayme Campos e Antonio Carlos Júnior, aprovado em 26/08, com a finalidade de instruir o PLS 73/2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves, e que contará com a participação dos seguintes convidados: Dr. Flávio Meirelles, doutor em genética, professor da USP e membro da Comissão Técnica Nacional da Biossegurança, CTNBio, a quem eu convido para participar da Mesa dos trabalhos. Está aqui o Dr. Flávio? Seguinte: Dr. Rodolfo Rumpf, doutor em veterinária, pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNBio, também convido para participar da Mesa. A Sra. Beronete Barros de Freitas Araújo, chefe da divisão de fiscalização de material genético animal da Secretária de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento, MAPA, a quem também convido para participar da Mesa. O Sr. Carlos Cristo, secretário interino de tecnologia industrial do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. E, finalmente, o Sr. José Humberto Chaves, diretor de biodiversidade e florestas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, o IBAMA.

Nós agradecemos a participação de todos os convidados que aqui vão fazer a sua exposição, e, como são cinco os convidados, nós vamos abrir um prazo de dez minutos para cada um fazer a sua exposição, e, findo o qual, nós vamos passar para a segunda fase, que é a participação dos Srs. Parlamentares, que também terão um prazo exíguo, nós vamos fixar em cinco minutos para que possamos ter agilidade na reunião, e depois, finalmente, retomamos a palavra para eventuais esclarecimentos que possam ser prestados pelos expositores.

Não pode comparecer a esta reunião o Sr. José Humberto Chaves, diretor da biodiversidade e floresta do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais, o IBAMA, e em lugar dele e para prestigiar a mulher, que agora são duas em nossa Mesa, veio a Sra. Barrabas Xavier da Silva, que já está sentada à nossa Mesa, para que ela represente o IBAMA. Então nós vamos passar a palavra para o Dr. Flávio Meirelles.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de me pronunciar inicialmente, como autor do requerimento, porque eu também vou me ausentar rapidamente da Comissão, e, como a autora do Projeto de Lei que regulamenta as atividades de pesquisa, produção e comercialização e importação de clones de mamíferos e animais em geral, aquáticos, também, não está presente, que é a Senadora Kátia Abreu, gostaria de fazer um rápido relato de introdução, se me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou, Senador Gilberto, eu vou fazer um negócio, tomar uma providência, vou pedir para a assessoria comprar uma piola e nós vamos amarrar a perna de autor que queira se ausentar no decorrer da reunião, só assim nós vamos manter...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Autor de...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Autor de Requerimento de Audiência Pública. Então, a partir da próxima sessão, nós vamos ter uma piola aqui para amarrar o parlamentar.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas eu volto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mesmo que seja do Mato Grosso, onde os parlamentares são bastante astutos e assíduos também. Com a palavra V. Exa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de parabenizar a todos que aceitaram o convite para integrar essa Audiência Pública, que vai nos permitir, como relator desse projeto, um relatório mais aprimorado, após ouvir todos os órgãos envolvidos, porque nós temos aqui membros renomados da atividade, como o Dr. Flávio Meirelles, que é doutor em

genética e membro da CTNBio; o Dr. Rodolfo Rumpf, que é doutor também em veterinária, pesquisador da EMBRAPA, também membro da CTNBio, representante do MAPA, do MDI e do IBAMA. Então eu vejo que a atividade de clonagem de animais já é permitida no país, pela Lei 11.105, de 2005. O que nós precisamos agora, e que é o objetivo do projeto da Senadora Kátia Abreu, que e o Projeto n° 73/2007 – veja só o tempo que estamos perdendo, já poderíamos ter avançado – é a regulamentação para o aprimoramento dessa atividade de engenharia genética, que tanto contribui para a... Que tanto poderá contribuir ainda mais para o desenvolvimento da atividade comercial de importação, de produção e também na pesquisa cientifica, principalmente na medicina e no desenvolvimento desse setor. Então eu vejo que nós vamos ter aqui um amparo muito grande para viabilizar esse nosso relatório, cujo parecer já se encontra delineado já com sugestões que vieram de órgãos como o MDIC, Ministério de Industriais e Comércio, e também do MAPA e da EMBRAPA. Então nós já temos contribuições positivas, todos se manifestando favoravelmente a essa regulamentação dessa atividade. Então... Mas queremos também ficar atentos aqui, a nossa assessoria vai estar aqui, e precisamos... Eu volto logo em seguida, vou me ausentar pouco tempo, mas volto porque vejo que vai ser de suma importância a gente ouvir claramente de cada um a sua contribuição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradeço a fala de V. Exa. e passo a palavra ao Dr. Flávio Vieira Meirelles, para que ele faça a sua exposição.

SR. FLÁVIO VIEIRA MEIRELLES: Obrigado a V. Exa. Eu queria agradecer a oportunidade e o convite e a lembrança do meu nome para vir contribuir para organização dessa proposta. Eu trouxe um auxílio audiovisual para poder colaborar um pouquinho com a apresentação. E minha ideia, nesse momento, era justificar um pouco a clonagem, explicar um pouco o estado da arte da tecnologia no Brasil e colocar algumas possibilidades da qual nós enxergamos para a clonagem, do ponto de vista de aplicação, que possam ser favoráveis ou discutíveis no âmbito desta Comissão.

Então se vocês puderem passar o primeiro *slide*. Para contextualizar um pouquinho a ideia a clonagem... Próximo. O *agribusiness* brasileiro, eu acho que isso a gente não precisa parar muito, tem 33% do Produto Interno Bruto, 37% do emprego, 42% do total de exportação. Próximo. A carne, especificamente dentro do *agribusiness,* é responsável por uma fatia muito importante e vem crescendo nos últimos anos. No último ano, na ordem de 5,6%, de 2006 para 2007. E ela, do ponto de vista de exportação no país, é responsável por uma fatia de aproximadamente 24,5% de toda a exportação nacional.

Próximo *slide*. Aqui está um ponto mostrando do ponto de vista de produção de carne, o Brasil como segundo maior rebanho mundial, perdendo só para a Índia que, no entanto, não tem o rebanho claramente comercial. Próximo. E aqui, do ponto de vista de produção de carne, embora o Brasil seja o segundo e os Estados Unidos o quarto maior rebanho, os Estados Unidos é o que produz mais carne no mundo.

Próximo. Obviamente a carne dos Estados Unidos tem um balanço negativo, ou seja, ele produz o suficiente para o próprio consumo. Já o Brasil tem um excedente de carne suficiente para colocá-lo em primeiro lugar nas exportações, praticamente duas vezes acima do segundo colocado, que é a Austrália até em 2008.

Próximo. De toda a carne nacional, 75% é consumida no Brasil, 25% é exportada, sendo 79% *in natura* e 21% processada para uma série de países.

Próximo. E, finalmente, ainda existe uma grande demanda desse produto de proteína animal para vários continentes, e em especial aquele marcado em amarelo, que é a América Latina onde nós nos localizamos.

Próximo. E a tecnologia, o que é que ela vem contribuindo nos últimos anos, à medida que a gente observa? É que ela tem economizado uma grande quantidade da terra agricultável utilizado para pecuária e que tem servido para conservar as nossas terras ou as nossas florestas e as áreas que nós precisamos manter. Então se a gente olhar nesse gráfico aquela linha vermelha é a área usada atualmente e a linha azul seria a área que nós precisaríamos estar usando, se não houvesse o desenvolvimento tecnológico do ponto de vista da agropecuária.

Próximo. Do ponto de vista da bovinocultura especificamente, que é onde nós vamos tomar mais tempo, existe uma grande evolução do ponto de vista de biotecnologias envolvendo a genética – e aí um exemplo desse *slide* é o crescimento da utilização da inseminação artificial nos últimos 20 anos.

Próximo. Ele cresce tanto em rebanho de leite quanto em rebanho de corte e, ultimamente, com algumas tecnologias, como a inseminação artificial em tempo fixo, vem tendo incremento ainda maior, e nós esperamos para os próximos anos um número só de inseminação artificial em tempo fixo de aproximadamente 12 milhões de animais. Próximo. Resultando em um rebanho como esse da foto, com os animais nascidos na mesma época e vindos de sêmens de animais selecionados.

Próximo. Do ponto de vista da fêmea... Nós falamos do macho. Do ponto de vista da fêmea, o Brasil

tem demonstrado um crescimento absurdo, gigantesco da utilização de produção de embriões, né? Nesse gráfico, nessa tabela, na verdade, nós podemos olhar o número de embriões produzidos por fecundação *in vitro*, ou aquele gene que a gente chama de "bebê de proveta", que partiu de 12 mil, em 2000, e, hoje, está em 196.633, um crescimento de 1.561%. Então, o Brasil está no estado da arte da tecnologia de produção de embriões a partir... Ou de aproveitamento das fêmeas.

Próximo. Mais importante do que isso, o Brasil é o país que mais produz embriões fertilizados *in vitro* no mundo. Até 2008, 50% das gestações de embriões, produzidos no mundo pela tecnologia de fecundação *in vitro,* eram produzidos no Brasil, e, atualmente, existem no Brasil 35 empresas – sem contar as filiais – desenvolvendo a fecundação *in vitro* em bovinos, gerando mais de mil empregos diretos no setor.

Próximo. Bom... Com toda essa tecnologia, o que a gente espera é o incremento da produtividade e é uma coisa que nós viemos observando nos últimos anos, né? Com o incremento de 1,1 quilograma por ano, por hectare. Isso é um incremento relativamente alto e é responsabilidade tanto das tecnologias de genética quanto de manejo.

Próximo. Muito bem. Então, a partir desse preâmbulo, nós temos agora a pergunta: e a clonagem animal, o que é que ela vai contribuir, o que ela pode contribuir nesse sentido, né? E aí, a Audiência Pública para contribuir no Projeto de Lei.

Próximo. A transferência de nucleares de células somáticas, ou a clonagem, como a gente chama, ela tem um histórico, ela tem uma metodologia – que eu vou passar bastante brevemente – tem alguns problemas, tem possibilidades e tem a necessidade de regulamentação.

Próximo. Então, do ponto de vista de consideração técnica, o Dr. Rodolfo vai fazer isso com muito mais propriedade do que eu, mas esse é um oócito, né, um óvulo, que, normalmente, a gente ouve, a célula... o gameta feminino. Ele é capaz de reprogramar uma série de células, inclusive o gameta masculino, que é uma célula altamente diferenciada. Então a função desse gameta é disdiferenciar(F), essa e a função biológica dele. Essa imagem que nós estamos vendo são algumas células de fibroblas(F), são células de peles que podem ser obtidas a partir de uma pequena biópsia de pele de um determinado animal. E junto, né, juntando essas duas, sem uma necessidade muito grande de expertise, até uma criança pode fazer, nós, utilizando esse equipamento, que é o micro manipulador, nós podemos fazer exatamente o que está aí nessa tabela. No quadro A, esse oócito está tendo o material dele retirado, que continua no quadro B. Então, a gente vê aquela porção que está entrando para dentro da agulha ali, essa é a porção do citoplasma que está sendo retirado. No quadro C, nós estamos introduzindo uma célula no local dela. No quadro D, esse embrião está pronto para levar um choque, e esse choque é o que faz fundir as duas membranas entre a célula e os oócitos.

Essa fusão resulta em um embrião – como esse que nós estamos vendo do quadro direito, no alto – que rapidamente eclode esse embrião aqui... Rapidamente eclode, porque ele já tem um buraco na zona pelúcida, que é como a casca do ovo, e resulta nesse embrião aqui, de boa qualidade, como a gente está vendo nesse sentido. [soa a campainha]

Próximo. Esse embrião resulta em animais, eventualmente nascidos, que são os clones.

Próximo. Do ponto de vista de contribuição genética, então, nós temos o doador de núcleo, que é a célula; o doador do citoplasma, que é o oócito, que contribui com alguma fração de genética e a receptora, que é aquela que contribui com o ambiente.

Próximo. Esses primeiros clones, no caso a Dolly, especificamente, ela foi produzida a partir de clonagem, que foi o que chamou mais atenção. Mas, antes disso, houve outros clones, produzidos a partir da célula embrionária, e, nesse caso específico, se destaca um brasileiro, que, embora tenha esse nome de "Smith(F)", foi quem desenvolveu a primeira clonagem a partir dessa célula, já num estado mais avançado de diferenciação, embora ainda embrionária.

Próximo. Há uma série de laboratórios no Brasil, hoje, fazendo essa tecnologia. E agora, se você puder ir tocando devagarzinho, olha, nós temos laboratórios em Jaboticabal, em São Paulo, Brasília, Pirassununga, onde nós nos localizamos, no Belém do Pará, no Rio Grande do Sul, em Belo Horizonte, e vários outros laboratórios... Em Botucatu, no Rio de Janeiro, também no norte do Rio de Janeiro, em Santa Catarina, no Nordeste, agora, também. De novo, Belo Horizonte. Ou seja, existe um grande número de laboratórios aptos e realizando a tecnologia de transferência de núcleo no Brasil, que resulta numa estimativa de aproximadamente 100 clones produzidos no Brasil, vivos atualmente. A maioria desses laboratórios derivaram, assim como eu o e Prof. Rodolfo, de um laboratório do Prof. Smith(F), aquele brasileiro que trabalhou na Escócia, antes da Dolly, que, hoje, está sediado em Montreal. Mas esses laboratórios ainda estão se instalando com colaboração na Colômbia, na Argentina...
Próximo. Argentina de novo, Chile e Colômbia outro laboratório. Então, são dois laboratórios na Argentina e um no Chile, que nós temos conhecimento que já

estão realizando a metodologia de clonagem. Ainda existe mais um, dois, três laboratórios no Brasil que também deram início à produção de clones.

Próximo. No ponto de vista de produção e de proteção da tecnologia, existem várias patentes de clonagem no mundo. Existe um no nosso conhecimento, que foi desenvolvid a pela Universidade Montreal, por brasileiros, mas foi patenteada pela Universidade. Existe outro processo que já foi encaminhado e que está aguardando, portanto, deliberação, na Universidade de São Paulo, de minha autoria e da equipe. E esses trabalhos, então, levaram a uma possibilidade de aplicação comercial da clonagem. Essa aplicação comercial teve início no nosso grupo junto com a empresa que fazia fecundação *in vitro,* que é a Vitrogen, e aqui estão alguns resultados como essa vaca, por exemplo, que foi clonada. Esse animal hoje tem aproximadamente três anos da idade.

Próximo. Essa outra vaca, que também foi clonada, tiveram dois produtos, um deles foi vendido num leilão por 1 milhão de reais, também um animal que já foi clonado e hoje tem quatro anos, aproximadamente. E esse aqui, um touro, muito importante, no Brasil, que foi clonado, foram produzidos três cópias dele, e essa aqui era a imagem dele há um ano e meio atrás. Então, quer dizer, esses animais já foram produzidos, já estão em idade adulta e já estão servindo do ponto de vista reprodutivo.

Próximo. E aqui é uma série de outros animais e a foto daquele colaborador, o brasileiro que vive no Canadá, o [ininteligível], e que, hoje, está trabalhando conosco em Pirassununga, num estágio sabático durante... Professor colaborador.

Próximo. Na nossa equipe, já foram produzidos 66 bezerros a partir de 19 doadores. Bom... Não é só a parte positiva, há também problemas na clonagem. O problema é esse: o desenvolvimento dos animais, e o parto não acontece de maneira tão natural e tão simples como acontece em vacas de monta natural, ou inseminação artificial, ou mesmo a fecundação *in vitro.*

Próximo. Alguns animais nascem de tamanhos bastante variáveis, e uma síndrome que a gente chama de uma síndrome similar à síndrome do bebê de mãe diabética. Então, muitas vezes, o bezerro nasce num determinado tamanho maior e apresenta algumas alterações da adaptação, no momento do nascimento.

Próximo. Então, aqui está um exemplo, né? Dois clones. Embora a gente imagine que eles são geneticamente iguais, nem sempre eles estão idênticos. Óbvio, esse aqui é um pouquinho mais velho, já está trocando de pele, mas a diferença de tamanho é relativamente clara.

Próximo. O que nós temos desenvolvido bastante é uma equipe que trabalha no sentido de fazer a obstetrícia e neonatologia, e, com isso, nós temos melhorado bastante as nossas taxas de nascimento. Essa obstetrícia, então, é um ponto que eu gosto de frisar, que, hoje, nós somos convidados para palestrar num Congresso Internacional de Biotecnologia ou de tecnologia de embriões.

Próximo. Bom... E aí, para que clonar? Existem efeitos nucleares que estão ligados ao envelhecimento? Esses animais vão envelhecer? Estudos mostrando em bovino, no grupo do Allan Kean(F), no Canadá, tiveram uma boa visão desses dados, e o que acontece é que aquela região telomérica, que inicialmente foi descrita pela Dolly, indicando uma diminuição do telômero, não acontece nos animais clonados, e, na verdade... No caso dos bovinos, na verdade, os bovinos têm um telômero mais longo, o que não quer dizer também que eles vão sobreviver mais, porque, via de regra, os animais não morrem por causa de células que replicam, e, sim, por causa de células que não replicam.

Próximo. Essa é a mesma coisa, mostrando o mesmo tamanho da região telômérica dos controles e dos clones. E o ponto final que eu queria chegar é justamente esse. Quer dizer, quando nós estamos trabalhando em reprodução, nós temos um ganho genético aditivo; quando nós estamos trabalhando em clonagem, a gente passa a trabalhar em linhagem. É uma coisa que os suínos já foram capazes de fazer a algum tempo. E, no caso de bovinos, nós ainda não fomos capazes, por causa do intervalo de geração e o número pequeno de descendentes das fêmeas. O fato de trabalhar em clonagem não permite um melhoramento genético, que é uma crítica que a gente recebe muito, quando fala de clonagem; por outro lado, permite um ganho genético, e é isso que eu vou tentar mostrar.

Próximo. Aqui está um exemplo de duas populações: nelore. Essa aqui é uma população real. E essa outra aqui é uma população simulada, a partir de Monte Carlo, mostrando que, se nós selecionarmos uma população que está nessa posição, na curva Gauss, e clonarmos ela, nós vamos ter, nesses 550 dias, um ganho de aproximadamente 200 quilos por cabeça em média. É um peso vivo, é um ganho muito considerável, e, para a gente fazer isso com melhoramento genético, clássico, sem uma utilização dessa, precisaria de bastante tempo. Se a gente usar um população F1, a mesma coisa: 200 quilos por cabeça em média. No entanto, isso acontece em 390 dias, uma condição muito similar que aconteceu com o frango.

Próximo. E isso, então, óbvio, hoje, não está disponível para aplicação, inclusive por causa do custo e porque não existe ainda uma metodologia que permita

produzir clones em larga escala. Mas nós acreditamos que ela vai existir e, talvez, inclusive, não seja a partir de clonagem com a tecnologia de transferência de núcleo, como eu mostrei para vocês, e, sim, utilizando células-tronco ou outras metodologias que estão sendo criadas. Mas isso permitiria produzir vacas como essa aqui, que é uma vaca Girolanda, adaptada para o nosso país, que resiste a carrapato, resiste à temperatura, e, no entanto, produziu 72 quilos em uma ordenha. Quer dizer, ela tem a vantagem da produtividade e tem a vantagem da resistência, isso é alguma coisa que a gente precisa para o nosso país.

Próximo. Um número grande de cópias desse animal seria uma solução que poderia vir a contribuir para a produção, já que ela, quando ela vai reproduzir, o mérito genético dela é perdido, porque essa vantagem genética que ela tem é "não aditiva" e, portanto, não dá para ser passada para a família, porque ela é um F1, ela é um indivíduo cruzado.

Próximo. Muito bem... Para praticamente finalizar, as avaliações estrangeiras em relação à clonagem. O USDA aprova o consumo de produtos de origem de animais clonados. Canadá, o relatório foi favorável à aprovação, baseado nos estudos do Dr. Willian Allan Kean(F). Na Nova Zelândia, aprova o consumo de animais clonados. Argentina não há a menor regulamentação, os animais existem, assim como está acontecendo no Brasil.

Próximo. Finalmente, para concluir, animais clonados não oferecem risco à saúde e tampouco à pecuária, como foi demonstrado pela USDA. A clonagem animal é uma realidade no país, que vive [soa campainha] o estado da arte da tecnologia. Há, no Brasil, mais de uma centena de animais clonados, milhares de descendentes... E esse é um ponto, né? Existem várias empresas do exterior que estão exportando sêmen de touros clonados e que já vieram para o Brasil e que já cobriram, ou já foram inseminados em várias vacas, principalmente da raça holandesa.

A clonagem animal pode ser uma ferramenta importante para o futuro.

Eu me coloco à disposição para qualquer eventual consulta ou contribuição que vocês acharem necessário.

Próximo. Há também a equipe que vem trabalhando nessa área e agradeço, aproveito para agradecer as duas empresas que vêm contribuindo com o estudo da clonagem, a FAPESP e o CNPq, e a Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da USP, onde eu estou alocado.

Próximo. O último. E esse... Encerrou [soa campainha].

Muito bem. O último *slide* teria o meu *e-mail*, mas eu posso passar individualmente para quem tiver interesse. É justamente esse... Então, esse é o *campus* de Pirassununga. Estaremos honrados com a visita dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós vamos ouvir agora... Ouvimos a extrema esquerda. Agora, nós vamos ouvir a extrema direita, a D. Cosette Barrabas, que representa o IBAMA. Ela tem dez minutos para fazer a sua exposição.

SRA. COSETTE BARRABAS XAVIER DA SILVA Bom-dia a todos. O IBAMA agradece a participação da Mesa. A gente gostaria de fazer um breve relato sobre a proposta, com relação, principalmente, à fauna silvestre. Atualmente, todas as atividades voltadas a manejo de animais silvestres, eles são regulamentados e precisam de licenciamento ambiental do órgão competente. O IBAMA já tem procedimentos de concessão de registro para manutenção, criação comercial da fauna silvestre, aí envolve mamíferos, répteis, anfíbios e peixes, e a gente... Toda essa questão do registro, procedimento, o IBAMA já tem.

A gente avalia que, atualmente, o importante para a nossa fauna nativa é a gente manter a nossa variabilidade genética, e a gente entende que inicialmente não existe uma necessidade da clonagem, e, sim, o desenvolvimento de tecnologias para que a gente aprenda a manter essa fauna em cativeiro.

Nós temos espécies hoje, no Brasil, que a gente não consegue fazer a manutenção dela em cativeiro. Por mais que a gente consiga retirá-lo da natureza, essa manutenção é temporária, e, quanto à reprodução, ela se torna bastante difícil porque também a gente tem que levar em consideração os fatores de manutenção da fauna em cativeiro quanto à ambientação. Então, o ponto principal hoje para a fauna silvestre é: como nós vamos manter a nossa fauna em cativeiro? Para que nós vamos manter? E aonde nós vamos chegar com isso?

Existe um mercado bastante grande quanto à manutenção de cativeiro, principalmente como os animais de estimação, e volta, aí, principalmente, o mercado de aves, de pequenas aves.

A tecnologia de reprodução para muitas espécies está bastante avançada e já tirou da lista de... Tiro algumas espécies de risco de... Ameaçadas da extinção, pelo fato de ter desenvolvido essa tecnologia em cativeiro.

A gente entende também que a clonagem da fauna silvestre a gente precisa de maiores discussões, para ver tanto quanto ao uso, para definir bem quais são essas categorias de uso que está se tendo, não só para alimentação, mas como manutenção em cati-

veiro, para fins científicos de pesquisa, como também para a questão da conservação, se essa tecnologia é importante para a manutenção ou para proteção de espécies ameaçadas.

Outro ponto que a gente relata, e é bastante importante, é quanto à soltura ou escape desses animais, quando se trata de fauna silvestre. A gente participa da Convenção da Biodiversidade, onde a gente tem a missão de erradicar espécies invasoras ou exóticas, e, com a clonagem dessas espécies, a gente não sabe qual é o potencial que vai ser melhorado e qual é o impacto que essa espécie pode causar no meio ambiente. Então, isso é uma preocupação que a gente tem de como vai ser isso, como vai ser o controle, para evitar que novas espécies sejam introduzidas no meio ambiente e a gente não consiga controlá-las, e causem mais danos tanto à área econômica, principalmente agricultura, pecuária, e a área energética, e aí a gente pode citar exemplos como javali, que ocorre... Foi introduzido principalmente na região Sul do país, que dá muito problema com a pecuária e com a agricultura, e com o mexilhão dourado que a gente tem problema com todas as hidrelétricas, que eles ficam nas turbinas. Então, para evitar esse tipo de problema, a gente não é favorável à introdução desses animais, porque a gente realmente não sabe qual é o impacto que ele vai causar no meio ambiente.

Quanto à importação de fauna silvestre, todos os procedimentos de importação são feitos em parceria, junto com o Ministério da Agricultura e com o IBAMA, ambas as instituições possuem normas que regulamentam essa atividade. E quando se trata de fauna silvestre, o IBAMA passa a anuir, autorizar, em conjunto com o Ministério da Agricultura.

Ainda temos as questões das espécies ameaçadas quanto à importação. Então, todo esse procedimento também já está preestabelecido e ambos os órgão devem ser ouvidos.

Dessa forma, a gente se manifesta, e eu vejo aqui que a questão da clonagem é bastante voltada à produção, principalmente de mamíferos, bovinos, suínos e caprinos.

Então quanto à fauna silvestre, que, em algum momento, será envolvida no Projeto de Lei, a gente entende que ele deve ser mais discutido, amplamente discutido de que forma vai ser importante para o IBAMA, de que forma vai ser importante para a fauna, para a contribuição da fauna e como é que nós vamos proceder junto ao processo de licenciamento ambiental. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos à D. Cosette pelo esclarecimento que presta sob a ótica do IBAMA.

E vamos, então, ao meio de campo agora, chamando aqui o Dr. Carlos Cristo, do MDIC, para dar a visão que tem o Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior.

SR. CARLOS CRISTO: Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, colegas da Mesa. Em primeiro lugar, queria trazer os cumprimentos do Ministro Miguel Jorge, que lamenta estar impossibilitado de estar aqui, neste momento, embora considere esta reunião e esta pauta de extrema importância.

Eu vou tentar ser bastante curto e bastante objetivo, até porque as exposições que me precederam já colocaram muitas as questões que nós vamos apresentar.

Por favor, o primeiro *slide*. Este quadro é absolutamente óbvio, já foi aqui referido pelo Dr. Flávio Meirelles, a importância das exportações de carne – que acho que é um foco principal desse Projeto de Lei no Brasil.

Próximo. Por favor. Evidentemente que nos interessa muitíssimo estar em dia com a questão tecnológica, não sermos ultrapassados por outros países, não estarmos a reboque de situações consolidadas no mundo, mas, sim, aproveitar. Como já me refiro novamente ao Dr. Flávio, ele mostrou que nós estamos na fronteira do conhecimento, em termos de clonagem, e, portanto, devemos considerar isto e capitalizar isso a nosso favor, e, nessa situação, esta regulamentação que esta Casa propõe é fundamental para que tenhamos um desenvolvimento tecnológico positivo.

Além do tema referido, que eu me referi no primeiro *slide,* da importância econômica em termos de carne, nós temos a questão dos biorreatores, a questão das pesquisas e saúde humana.

Evidentemente que, da mesma forma como já se realiza na clonagem vegetal, nós queremos e temos como objetivo o aumento de produtividade e melhoraria da qualidade. Preocupações? Sem dúvida. Nada... Nenhuma atividade... Hoje, eu acho que há uma consciência muito grande, no mundo inteiro, que nós não podemos fazer qualquer coisa a qualquer custo. Portanto, nós temos como preocupações o descontrole sobre eventual transbordo de criações confinadas, principalmente aquáticas, uma eventual cheia, algo que possa jogar no meio ambiente, de uma forma descontrolada, espécies que são objeto deste estudo, e aquelas de difícil confinamento, como é o caso da apicultura, né?

Agora, queremos absolutamente enfatizar que este tema não é um tema de organismos geneticamente modificados, não é isto, nós não estamos querendo introduzir organismos geneticamente modificados através desse processo. Esse é um processo de clonagem, né,

que é completamente diferente e com, evidentemente, riscos oferecidos ao meio ambiente completamente diferente e de muito menor monta, basicamente centrados na questão da diversidade.

Outra preocupação muito grande nossa é que um instrumento legal importante como este não possa se tornar no indutor de processos burocráticos que atrapalhem a vida das empresas, a vida dos pecuaristas, enfim... Então, gostaríamos que isso fosse algo que os processos decorrentes dessa Lei fossem processos mais facilitados possíveis.

Por favor, o próximo *slide*. Nesse sentido, conciliar, para os casos de sobreposição, as normativas que já existem do CGEM, Centro de Gestão de Patrimônio Genético; da CTNBio, Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, principalmente quando nós estivermos falando de clonagem, aí, sim, de organismo geneticamente modificados; do Conselho Nacional de Ética e Pesquisa, o CONEP; e, eventualmente, o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal, o CONCEA. No entanto, nós observamos que as práticas de zootecnia estão foras dessas competências.

Por favor. Achamos, como reflexões, também, que a competência pela autorização deveria se extinguir pela atividade, não pela espécie, que poderíamos centrar no MAPA a questão de autorizações para todas as atividades de clonagens, em especial as de produção de alimentos *in natura*, como já é, enfim, do MAPA, que possa haver um autorização pelo CGEM, pelas pesquisas com animais de biodiversidade brasileira, uma autorização da CTNBio, como já me referi, para atividades que envolvam organismos geneticamente modificados, e aí uma autorização em conjunto, e autorização pela CONEP, para clonagem voltada à pesquisa pré-clínica que não faz parte da competência atual.

Eu gostaria dizer aos senhores que nós consultamos os participantes do Fórum de Competitividade da Biotecnologia e os membros do Comitê Nacional de Biotecnologia que nós coordenamos, inclusive me acompanha aqui o Dr. Sérgio Figueiredo, que é o coordenador suplente do Comitê Nacional de Biotecnologia.

Coloco-me à disposição, portanto, para qualquer esclarecimento e agradeço muitíssimo, mais uma vez, a oportunidade de podermos estar aqui, apoiando essa iniciativa importante do Senado Federal. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a exposição do Dr. Carlos Cristo. E vamos passar agora a mais uma mulher, a D. Beronete Barros de Freitas, que representa o Ministério da Agricultura e Pecuária.

SRA. BERONETE BARROS DE FREITAS: E quero assim dizer que o Ministério, após avaliar todo esse trabalho do projeto e também observando os nossos colegas que estão fazendo essas pesquisas e verificando a necessidade de organizar, de fazer a regulamentação pela... A intenção, o objetivo do segmento interessado em estar pedindo que a sociedade se organize. Então, o Ministério, como órgão do Governo, tem que se mobilizar para isso, e o Ministério da Agricultura, junto à Secretaria da Defesa e Agropecuária, que é o setor onde a equipe de material genético animal trabalha, se organizou para avaliar esse projeto, que é o Projeto de Lei 73, onde mencionam diversos setores, instituições que iriam fazer o registro para trabalhar com clonagem. Então nós avaliamos que o registro em diversas instituições não seria bom, porque iria acontecer uma burocratização muito grande, ônus para a sociedade e verificamos que seria melhor que o registro fosse feito exclusivamente no Ministério da Agricultura, e, assim, a nossa justificativa para vocês seria que o Ministério fizesse o registro para todos os tipos de clonagem, seja mamífero, seja animais silvestres, e sempre ouvindo as outras instituições. Por exemplo, se for clonagem voltada a assuntos referentes ao IBAMA, que seja ouvido o IBAMA, a Secretaria de Pesca ou talvez mesmo a ANVISA.

Também nós observamos, nesse Projeto de Lei, que havia algumas falhas com relação à ausência... Não posso falar falha. Ausência de algumas exigências que são importantes para o Ministério da Agricultura, os aspectos de ordem sanitária. A segurança sanitária para o Ministério é importante. Então, na importação de um material genético ou de um material para clonagem, é importante que haja também a segurança sanitária e que o Ministério da Agricultura... A importação venha... Autorização por ele. Mas sempre ouvindo os órgãos competentes... Aliás, as instituições competentes, seja o IBAMA, seja a ANVISA, seja a Secretaria de Pesca.

Na proposta da lei, houve uma necessidade de ser colocada – proposta do Ministério -, que seja colocada uma exigência do aspecto de segurança sanitária, porque nós observamos, e essa segurança sanitária é justamente para avaliar num momento que for... Num laboratório organizar a parte de aspectos de como vai ser os processos de clonagem. Então, esse aspecto sanitário seria tanto para a sanidade do homem quanto para a sanidade do animal. Nós solicitamos, na nossa nota técnica, que seja colocado algum artigo que trate sobre os aspectos de segurança sanitária.

Outro assunto que também o Ministério observou é que, na lei, na proposta de lei, tem alguns itens que não poderiam ficar aqui. Na nossa visão, poderia

ser colocada numa instrução de serviço. Que a lei, não caberia estar aqui, por exemplo, procedência do material genético utilizado, identificação de interesse na clonagem. Esses itens poderiam ser colocados num outro regulamento, como, por exemplo, uma instrução de serviço, e seria... A nossa sugestão é que seria retirado dessa proposta de lei para ser utilizado em outro regulamento menor, talvez uma instrução de serviço, mas que ele deve ser complementado. Não que não fique na lei, mas que seja usado em outro instrumento legal.

Outra observação do Ministério é que seria... Um setor do Ministério também fez um questionamento com relação a substituir... Ao invés de se usar mamíferos, peixes, aves, se utilizar a expressão "animais". E nós ficamos de avaliar se isso... Vamos dizer assim, essa definição com o código da OIE para ver se realmente tem referência e se vale a pena ou não, ou deixarmos como vocês colocaram aqui, no Projeto de Lei, na proposta de Projeto de Lei.

Outra observação que o Ministério fez, está fazendo aqui também, é com relação... É uma observação que não tem nas penalidades, que seria quando... Deverão ser tomados pelos órgãos de registro e fiscalização quanto ao destino de material ilegal que possa ser apreendido durante as operações de fiscalização. Um material ilegal na clonagem não está sendo identificado na parte de penalidades. Então, isso seria um item que a gente queria que fosse colocado também na parte de penalidade para ser observado quando acontecer essas situações. Essa foi uma observação que a Comissão de CTNBio que representa lá no Ministério, que se chama CBio, colocou. E tem uma outra alteração. Quando o plano foi obtido de animais que sofrem alterações por seu genoma... Não, essa observação foi o colega da parte de CTNBio que acha que deve ser assim. Quando o clone não for obtido de animais que sofreram alteração de seu genoma, por meio de técnica de engenharia genética, é dispensável... Haja vista que a Lei 11.105, de 24 de março. Ou seja, ele menciona que isso aqui já tem na Lei, então não precisaria estar nesse Projeto de Lei. Resumindo: o Ministério da Agricultura, a proposta dele é que o registro seja feito por ele em todas as situações, sempre ouvindo os órgãos competentes. Assim, um tipo de uma licença do IBAMA, quando couber, ou outro setor. E também quando acontecer importação de material genético, aliás, de clonagem, o Ministério da Agricultura vai ser o órgão, assim, que vai liberar essa importação, tendo em vista que tem uma Lei específica do Ministério para liberar as importações no país, em função de preservar os aspectos de sanidade de entrada de doença no país. O que é que tinha mais para explicar aqui para vocês...

Então a intenção do Ministério é essa: fazer o registro, tendo em vista que o Ministério da Agricultura já faz o registro de estabelecimentos que trabalham com sêmen, embrião, e também fiscalizam esses estabelecimentos. Assim, ele solicita que seja feito o registro por ele, sempre ouvindo as outras instituições que têm interface. É a minha manifestação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigada, D. Beronete, pelos esclarecimentos que prestou, acho que deu uma contribuição substancial, até porque apresentou subsídios para a mudança do projeto.

E nós vamos ouvir agora o último expositor, que é o Sr. Rodolfo Rumpf, doutor em veterinária, pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNBio.

Eu vou até adiantar aqui para o Dr. Rodolfo que, nesta Comissão, todos os Senadores são embrapianos. Portanto, o senhor está na sua casa. Então, com a palavra o Sr. Rodolfo.

SR. RODOLFO RUMPF: Depois desse depoimento, agradeço muito, realmente faz diferença, e que a gente também está empenhado para fazer o melhor possível sempre.

Agradecer a possibilidade de estar mais uma vez conversando e discutindo esses assuntos. O principal entrave é exatamente a questão da opinião pública, de a gente conseguir explicar adequadamente para a sociedade o porquê é que nós estamos trabalhando em determinadas tecnologias, quais os mecanismos que nós usamos para fazer o monitoramento de desenvolvimento da tecnologia lá no laboratório e, principalmente, depois, quando a gente leva essa tecnologia para a iniciativa privada. Nós queremos fazer melhoramento e não pioramento, e nós queremos ver cada vez mais. Então, isso é um lema, o homem é um ser vaidoso, e com toda razão, e nós temos que viver mais e com boa qualidade de vida. Então, esse é o princípio, vamos dizer assim, que norteia todo o nosso trabalho lá dentro da EMBRAPA. Não é só ter o resultado, mas ter um resultado diferente, que faça diferença na produção, no bolso do criador, na qualidade do alimento que vai à mesa do nosso consumidor.

Eu vou passar rapidamente alguns *slides* também, agradecer ao Flávio, Dr. Carlos, aos demais, Beronete, a Dra. Cosette, acho que... Excelente, nós estamos indo para uma maturidade e para um consenso. Eu acho que isso é importante, quando a gente consegue atingir esse nível de convergência.

Bom... Clonagem nós já temos resultados no mundo inteiro e nas diferentes espécies, mas eu continuo insistindo que ela é uma tecnologia em desenvolvimen-

to. Ela tem mais perguntas do que respostas, mas um instrumento regulamentador, isso nos daria... Como o Flávio mostrou, olha a força do trabalho que está se constituindo no país. Não existe evolução sem rotina, sem gente, sem infraestrutura e sem um grande volume de trabalho. E se nós já somos líderes em várias outras tecnologias, por que também não nessa?

Próximo. Transferência nuclear é a tecnologia, então, que permite clonagem, clonagem por conceito significa muitas cópias semelhantes, idênticas, e a transferência nuclear, basicamente... Esse eu acho que vocês já conhecem, mas eu parto de uma fonte doadora de núcleos, que é o genoma que nós vamos multiplicar, seja um embrião, células de um feto, ou, principalmente, o foco no animal adulto. Por que o animal adulto? Porque, geneticamente, ele já mostrou para que veio. Ele já provou a sua capacidade de produzir um determinado atributo que pode ser explorado comercialmente ou, então, dentro dessas diferentes linhas que nós já conversamos. Bem, essa célula, ela precisa se alojar no interior de óvulo, de um outro óvulo de outra vaca, aqui também existe um espaço para a gente discutir alguma coisa. Hoje, pela norma estabelecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, esse ovócito tem que vir de uma vaca registrada da mesma raça, e isso é uma precaução. Até que a gente consiga definir claramente qual a contribuição que essa herança citoplasmática pode trazer no fenótipo do futuro indivíduo, a gente estabelece essa regra. Amanhã ou depois, nós vamos poder exatamente fazer o contrário, de repente; trabalhar com raças distintas, bem distantes do ponto de vista de origem genética, e conseguir produzir um animal até mais estável, mais adaptado, como o Flávio também já colocou. Esse o óvulo, então, a gente matura ele. Em vez de fecundar, nós vamos remover o núcleo, colocar a célula doadora do núcleo, fazer a eletrofusão, a gente vai mostrar isso rapidamente, passo a passo. Sete dias, cinco dias depois... Sete dias depois nós vamos ter um embrião. Eu posso usar esse embrião na reclonagem, como doador do núcleo, mas eu posso também transferir para as vacas receptoras e produzir os embriões. Os índices são baixos, nós temos na faixa de 1 a 5% para fêmeas, em torno de 10% de sobrevivência para um doador macho.

Próximo. Rapidamente, a nucleação é feito nesses microscópios invertidos, pode ser manipulado até por crianças, mas exige algumas horas, não é, Flávio? Eu digo que é como pilotar um pequeno avião. Tem que ter um cursinho básico para começar, porque os comandos são invertidos. O 'Tico e o Teco', às vezes, entram em...

Próximo. Eu tinha um filminho aqui e de novo furou, peço desculpas.

Mas nós removemos o núcleo, com base na expulsão do primeiro [ininteligível], e aí checamos, na biópsia, a eficiência à nucleação. Nós evitamos causar qualquer dano para aquele citoplasma receptor, e, como o Flávio falou, é ele que tem as mensagens que vão permitir que o núcleo se reprograme, que era um núcleo de um fibroblasto lá da pele, que, daqui a pouco, vira núcleo do embrião e tem que reprogramar todo o seu desenvolvimento de novo. Então, esse, por si só, já demonstra o grau de complexidade da tecnologia. É diferente de tudo que nós já fizemos até hoje.

A coleta das células... Isso aqui é uma vaca [ininteligível], pode ser da ponta da orelha, da base da calda, um centímetro quadrado de pele, nós conseguimos isolar milhões de núcleos.

Próximo. Essa pele a gente leva lá, esse aqui é um pedacinho da pele, então, que removemos, colocamos na placa de cultivo... São as células que vão se soltando da biópsia e vão povoando o fundo da placa. Duas, três semanas, nós temos essa placa toda povoada por essas células. Nós vamos fazendo as repicagens, a cada duas semanas, dependendo do ritmo e o tamanho da placa, e nós temos aí um cultivo mais voltado para o fibroblasto.

Próximo. E nós já podemos começar a trabalhar. Aqui também a reconstrução, mas, agora, nós vamos... Então, naquele óvulo, que nós removemos o núcleo, nós vamos colocar uma dessas células que a gente isolou da pele do animal. Existem outras fontes de células também doadoras de núcleo.

Próximo. A eletrofusão, gente... Aqui é uma placa que nós temos. Dentro, nós temos dois eletrodos, e aqui tem o citoplasma, sem núcleo, a célula doadora do núcleo, e, agora, então, por esse equipamento, nós vamos fazer o que a gente chama de "eletrofusão". Isso também, não é Flávio, alguns anos de ajustes para chegar nos parâmetros ideais, mas, hoje, a gente já consegue ter uma boa eficiência da eletrofusão. A hora que tu estabelece esse estímulo elétrico, vai haver abertura de poros nas membranas plasmáticas das duas estruturas e a fusão propriamente dita. Nesse momento, então, é que nós estamos reconstruindo o embrião, e esse é um momento crítico, porque eu tenho que ter uma sinergia, uma pariedade entre o ciclo celular da célula doadora do núcleo com o citoplasma que está recebendo esse núcleo.

Próximo. Aplicações potenciais já foram faladas várias... A ciência básica... Eu sempre costumo dizer que só pela contribuição, como modelo de estudo, que a clonagem trouxe, para nos ajudar a entender determinadas coisas nessa parte de ciência básica, já justi-

fica todo o esforço humano, mental e financeiro que foi feito. Na conservação animal... E aqui eu vou puxar um pouco a brasa para o nosso assado. A gente vai voltar a conversar um pouco sobre cada uma dessas. Produção de animais transgênicos, aí nós voltamos lá para a CTNBio, mas acho que o *link* está muito bem formado aqui, são duas tecnologias bem incipientes ainda, mas que, quando a gente consegue unir as duas, a gente consegue ter resultados interessantes. A produção animal e também a questão da medicina.

Próximo. Ciência básica, interação núcleo citoplasma. Eu, agora, posso entender cada coisa separada e depois colocar junto e ver como é que essas coisas se comportam. Quer dizer, isso é um modelo fantástico para estudo de determinadas doenças que a gente... Síndromes principalmente, que a gente não tinha modelo adequado.

A questão do DNA mitocondrial é uma questão também interessante. O Flávio tem uma linha importante de estudo nessa direção e que eu acho que a gente deve ainda concentrar bastante esforço.

Próximo. A questão da conservação animal. Eu acho que aqui é um dos grandes questionamentos. Eu já vou antecipar uma das conclusões. É a questão da clonagem diminuir a variabilidade genética. Qualquer uma dessas tecnologias pode contribuir para diminuir a variabilidade genética. Todas essas tecnologias devem ser usadas, alinhadas aos projetos de melhoramento genético, animal e monitoradas, devidamente monitoradas. Qual que é a grande saída para isso tudo? É nós termos a nossa variabilidade genética no botijão de nitrogênio líquido. Quer dizer, nós termos os bancos de germoplasmas, devidamente representados lá, com as variabilidades que nós encontramos nas diferentes raças e espécies. E esse é um trabalho que a gente já faz na EMBRAPA para raças em vias de extinção e espécies. Agora, nós estamos fazendo um mutirão mesmo para levar isso também para as raças comerciais. Isso é uma questão... Meu ex-chefe dizia que é uma questão de [soa campainha] segurança nacional, e eu concordo com ele, porque é extremamente importante o país, essa riqueza, esses genes que a gente dizia que era a moeda [ininteligível] de futuro, já são.

Próximo. Aqui alguns exemplos de resultados. Isso é uma vaca Junqueira do banco de germoplasma nosso.

Próximo. A gente usou, conseguiu mostrar, então, que a clonagem é uma ferramenta também para viabilizar a regeneração do banco de germoplasma. Quer dizer, o que é que eu coloco no banco? Sêmen, embrião, o ovócito e agora um centímetro quadrado da pele ou células congeladas, e eu tenho ali toda a variabilidade de uma determinada espécie, raça, assegurada por 2000 anos, pelo menos.

Próximo. Aqui, um outro exemplo de uma vaca que morreu. A gente conseguiu fazer, a partir das células que ficam na volta do ovócito, estabelecer uma linhagem celular e conseguir trazer aquela genética de volta para dentro de um programa. O seguro de animais, ele banca financeiramente, mas nós perdemos aquela genética. Aqui não, aqui nós estamos sugerindo manter a genética, que é o que interessa para o país de um maneira geral.

Próximo. Só exemplo... Animais, eu disse, os índices são baixos, mas o que nós temos visto é que os animais sobrevivem(F), fertilidade normal, animal criado a pasto, sem problema nenhum.

Próximo. A produção de animais transgênicos é uma das áreas que o país, o Brasil, já foi feito diagnóstico pelo MDIC, que nós somos carentes, nós somos grandes importadores dessas moléculas de alto valor agregado. A gente brinca que nós vendemos carne à granel, nós temos que vender o bife empanado, e, principalmente, na questão do subprodutos de origem animal, eu acho que tem um espaço enorme para o Brasil; nós vendemos o extrato e compramos os medicamento. Então nós temos um espaço enorme. E uma das plataformas, das rotas tecnológicas, passa por aqui. Por isso é importante o país ter competência nisso.

Próximo. A produção animal, como já foi bem justificada, nós achamos que nós temos que acompanhar o desenvolvimento do estado da arte e colocar isso, e, como eu já falei, com todo o monitoramento necessário.

Próximo. Aqui já há resultados comerciais também. Estamos estabelecendo uma parceria com uma iniciativa privada, porque não é com meia dúzia de clones, nascido num ano, que nós vamos conseguir responder todas essas perguntas. Então, há necessidade dessa interação público-privada.

Próximo. A medicina, pesquisa com células-tronco, já foi também um pouco adiantado. Isso é um... O bovino é um modelo de estudo para espécie humana muito interessante e que está sendo... E nós temos assim muitas provocações da área humana para trabalhar em conjunto nessa área mais básica, para entender esses mecanismos da diferenciação celular. E eu acho que é uma contribuição a mais que isso tudo pode trazer, como eu disse, para melhorar a nossa qualidade de vida e poder viver mais.

Próximo. Aqui é a Vitória, só um pouco de propaganda também, nasceu em 17 de março de 2001. Ela... Aqui nós usamos um núcleo de um... A célula, doador de um núcleo, era de um embrião. Não era uma clonagem somática, portanto.

Próximo. Também reproduziu, tem vários descendentes na fazenda.

Próximo. E o que são esses clones, então? A constituição de estabilidade biológica. Na verdade, o clone, hoje, ele é um sujeito, a gente diz assim, mais ou menos, que sobrevive com a nossa ajuda. Mas se ele atingir a puberdade, produzir gametas viáveis, passar por um ciclo sexuado, os seus descendentes são tão estáveis geneticamente quanto os do doador do núcleo. O que eu quero dizer com isso é que os descendentes de um clone são geneticamente iguais a qualquer um do doador anterior. Então, por isso que se colocou lá na norma também que o registro definitivo de um clone, junto à associação, só será efetivado no momento que ele provar a viabilidade de seus gametas.

Na questão de segurança alimentar. Hoje, nós temos uma discussão bastante ampla a nível europeu, mas eu acho que existe, também, por outro lado, uma mobilização bastante grande – Estados Unidos, Argentina, Brasil, Nova Zelândia, Austrália -, no sentido de mostrar que realmente não existe nenhum risco para a saúde humana. Clone não é transgênico. Nós não manipulamos o DNA diretamente. Nós usamos o DNA inteiro que está lá no núcleo da célula doadora.

Próximo. Clonagem *versus* variabilidade genética, é isso que nós estávamos comentando. Quer dizer, nós temos como manter essa variabilidade genética. Se eu tenho um banco de reserva, eu posso ser mais agressivo, eu posso ousar mais na produção, mas, assim mesmo, a tecnologia de clonagem, ela deve ser usada com monitoramento, ela deve estar embutida dentro dos programas de melhoramento genético animal. Aquilo que o Flávio mostrou, eu consigo desviar com muita rapidez um ganho genético fantástico. É competitividade [soa campainha], nós não vamos poder ficar empurrando com a barriga e não vamos ter todo o tempo do mundo pela frente.

Próximo. De novo o banco genético. Como eu disse, eu acho que isso é uma alternativa importante, e o país está se mobilizando para isso. E aí a importância da regulamentação da clonagem no Brasil. Eu era meio contrário a isso por muito tempo, até que, um dia, nós recebemos a visita do pessoal da Comunidade Européia, e, quando a gente comentou que nós tínhamos um instrumento legal, a conversa mudou do dia para noite. Então, eu acho que não basta ser, tem que parecer... Tem uma expressão popular nesse sentido. E eu acho que é importante esse esforço que a gente está desenvolvendo aqui, em conjunto com o Senado. É importantíssimo.

Propriedade intelectual do material genético. Isso é fundamental, talvez tenha que ser o dorso orientador desse Projeto de Lei, a questão... Um exemplo é a questão do sêmen. Quer dizer, eu posso comprar uma palheta de sêmen, isolar a célula somática e fazer um clone daquele touro. "Mas eu só comprei o haplóide masculino". Então, isso tem que ficar bem claro dentro da nossa lei aqui.

A regulamentação, eu acho que isso aí está bem, infraestrutura, recursos humanos, pegou um pouco da CTNBio, mas não faz mal, está sob controle, e a rastreabilidade é uma questão também que vai ser acompanhada de perto.

E por isso eu agradeço e me coloco à disposição para maiores esclarecimento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós é que agradecemos ao Dr. Rodolfo, pela brilhante exposição que fez.

Senador João Pedro, V. Exa. participa de quantas comissões temáticas?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Quatro comissões temáticas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu participo perto de dez. Eu fiz essa pergunta só para ilustrar para os expositores o drama dos Srs. Senadores que compõem esta Comissão. Quer dizer, ao mesmo tempo que tem uma reunião aqui, neste órgão, neste momento, e outras espalhadas, razão pela qual existe aqui um desfalque muito grande dos Srs. Parlamentares. E aqui, será que não seria o caso, Senador João Pedro, de aproveitar aqui a experiência da EMBRAPA, da CTNBio, do Ministério da Agricultura, de toda essa equipe técnica, de fazer um clone dos Srs. Senadores dessa Comissão, para que não ocorra esse desfalque de *quorum*? O único problema talvez fosse a reprovação da sociedade lá fora, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nós não temos esse banco de germoplasma aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então... Eu acho que o que se propôs nesta manhã foi trazer para a instrução desse Projeto de Lei--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --todas as informações...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Quem é o relator do Projeto de Lei?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É o Senador Goellner.

Todas as informações que são necessárias a sua boa instrução, e acho que os senhores e as senhoras trouxeram. Obviamente o relator vai subsidiar-se com os elementos que foram trazidos à colação nesta manhã.

Tudo que foi dito está gravado e todos os documentos, as exposições que foram feitas também serão disponibilizadas, não só para o relator, como para os demais componentes desta Comissão.

Acredito que houve aqui uma convergência importante entre todas as correntes que fizeram as sua exposições, o que mostra que a matéria está madura. O debate sobre a clonagem, sobre os avanços tecnológicos que foram demonstrados e essa preocupação com a biossegurança também mostraram que, efetivamente, há uma evolução significativa desse assunto para o país. E aqui ninguém divergiu quanto a um aspecto que é fundamental. É preciso marco regulatório. Resta saber o seguinte: o projeto que nós estamos apreciando atenderia efetivamente essas demandas, essas necessidades? Nesse sentido, eu prestei atenção na fala da D. Cosette, que alertou para a necessidade de algumas mudanças, retirar alguns dispositivos, acrescentar outros e etc.. Então, neste momento que nós estamos debatendo este assunto e que foram trazidas todas as preocupações e as necessidades à colação, nós estenderíamos também outro apelo aos senhores e às senhoras que participaram deste debate, no sentido de mandar sugestões de texto, devidamente acabadas, para que o relator possa louvar-se nessas informações, que serão, obviamente, muito úteis para a redação final do projeto, até porque, se não houver essa contribuição, muito possivelmente, no amanhã, poderá ocorrer alguma crítica ao texto que, certamente, esta Comissão vai aprovar. Esta Comissão não. As Comissões que vão apreciar esse projeto irão aprovar, e, depois, o Plenário deverá referendar também aquilo que sair da produção desses órgãos. Portanto, feita essa ligeira digressão, eu consulto ao Senador João Pedro se deseja fazer algum questionamento.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Convidados, representantes de instituições, da EMBRAPA, do Ministério da Agricultura, enfim... Primeiro, eu considero importante esta Audiência Pública, para contribuir com o projeto que vai redundar num marco regulatório. Então, a minha primeira pergunta é isso. Eu sinto que a pesquisa avança, tem já um caminho percorrido e falta o marco regulatório. Então, eu acho que nós poderíamos... E V. Exa. acaba de refletir sobre a contribuição das instituições. Um país que tem as potencialidades que temos, as exportações que fazemos... Quer dizer, essa... Não tem volta, nós temos que aprofundar, garantir recursos orçamentários. Eu gostaria até de ouvir um pouco sobre isso, como é que um objeto tão estratégico para o país e como é que andam os recursos para a pesquisa, nesse ponto, aí, sobre clonagem animal e enfim... Como é que anda esse recurso.

Para o Ministério da Agricultura: além da Embrapa, quem mais pesquisa nesse campo da clonagem? Eu acredito que...

SRA. BERONETE BARROS DE FREITAS: [ininteligível] mas universidades e EMBRAPA. Nós temos uma interface muito grande com os colegas da EMBRAPA. O Ministério sempre trabalha em sintonia com os colegas da EMBRAPA e algumas universidades. Também, no caso, como nós somos responsáveis do material genético animal, nós trabalhamos também com o Colégio Brasileiro de Reprodução, e, nessa instituição, tem representante de todas as universidades, pesquisadores na área de sêmen e também a [ininteligível], a parte de embriões, e que essas instituições estão sempre em sintonia com o Ministério. Qualquer dúvida que o Ministério tenha para fazer algum questionamento, em algum trabalho que precisa da justificativa e orientação do que é que está acontecendo fora do país e que o Brasil esteja trabalhando... As instituições de pesquisas, no caso as universidades também, são com essas substituições. O Colégio Brasileiro, EMBRAPA e universidades.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O setor... Para o Dr. Rodolfo. O setor privado avança também nas pesquisas?

SR. RODOLFO RUMPF: Isso... Quando eu mostrei nos últimos *slides...* Existe, existe, hoje, empresas no país constituídas para esse tipo de trabalho.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com padrão...

SR. RODOLFO RUMPF: Com padrão de excelência. Então, existe empresa, que o Flávio tem a parceria, a CLONEST, que ele mostrou.

Hoje, nós temos já uma força, uma mobilização na área da pesquisa bastante significativa, o que talvez a gente precisasse um pouco mais de gasolina e querosene até, que é o ponto que o senhor começou a sua colocação. Porque existe ainda necessidade de algumas pesquisas, sem dúvida, eu disse, mais perguntas do que respostas, mas a gente está conseguindo... O Brasil é o seguinte... A gente sempre dizia que o produtor rural era uma pessoa difícil. Na verdade, não. O brasileiro, de uma maneira geral, ele gosta de correr risco, ele topa parada, foi difícil a gente quebrar essa primeira barreira, mas, hoje, nós estamos conseguindo construir parcerias público-privadas para avançar nesse sentido. O que a gente sente, e com toda razão porque ninguém vai botar dinheiro a vida inteira nisso, é que aquele dinheiro, ou, pelo menos, subsidiado, para você conseguir fazer aquela pesquisa necessária para alavancar e chegar num equilíbrio custo/benefício aceitável para a atividade. E isso eu acho que o Flávio pode me ajudar aqui. Mas, recentemente, a gente

teve na FINEP, também, com esse intuito, porque você não pode esperar também que a iniciativa privada vai colocar milhões em cima de um projeto que você não tem marco regulatório adequado ainda. Então para isso também vai ser importante esse esforço que está sendo feito aqui. Mas se a gente conseguisse mobilizar certa linha de fomento para este tipo de coisa... Traria o transgênico junto, a produção das biomoléculas, biorreatores, que foi colocado pelo Carlos... Quer dizer, isso é um universo... E eu tenho certeza que mudaria o panorama e a competitividade do país.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Estão concentrados aqui, em Brasília, ou espalhadas pelas várias regiões do nosso país?

SR. RODOLFO RUMPF: Nós temos em várias regiões...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Na clonagem animal.

SR. RODOLFO RUMPF: Na clonagem animal, aqui em Brasília...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Brasília.

SR. RODOLFO RUMPF: E, hoje, temos uma parceria em Uberaba, que foi aberta para a prestação de serviço no sábado. Mas o Flávio tem um esforço bastante grande lá em Pirassununga, e nós temos aí, pelo menos hoje, trabalhando já, né, Flávio, uns cinco ou seis laboratórios, com potencial de entrar mais uns dez dos próximos dois anos. A demanda é extremamente grande. Por isso que eu disse: a gente tem uma dificuldade de quebrar a primeira barreira com o produtor rural, com o criador, mas, depois que você consegue mostrar para ele os benefícios, ele topa a parada e vem correr o risco conosco. Isso tem sido uma experiência interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acresceria um indagação ao Dr. Flávio. Tem empresa que investe em pesquisa, nesse tipo de pesquisa, que está ganhando dinheiro?

SR. FLÁVIO VIEIRA MEIRELLES: Uma boa pergunta, né? Atualmente, as empresas que desenvolvem a fecundação *in vitro* são as que estão entrando para área da clonagem, via de regra são microempresas e têm investido na área de clonagem, mas visando o futuro. Quanto ao que nós vivemos hoje é o seguinte: o nosso primeiro clone nasceu em 2004, com fins comerciais ligados à empresa. Esse clone nasceu a 150 mil reais o custo. Hoje, nós estamos fazendo clone a 14 mil. Então, é uma diminuição de 90% do custo. Mas creditamos que nós chegamos a 7 mil reais um animal. Então, essa é a situação que está hoje. Então, a empresa tem que, para fins de aumentar a produção dela, abrir mão dos lucros, mas visando o desenvolvimento. No nosso caso específico, a empresa que a gente tem colaboração, que é a CLONEST, ela tem um financiamento subsidiado do Fundo PIPE, de Programas de Pequenas Empresas da FAPESP, em São Paulo, e... Mas, óbvio, existem outras fontes de origem federal também disponíveis. É um investimento relativamente pequeno e a empresa banca a outra parte durante o desenvolvimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Beleza. Bom, eu acho que nós exaurimos a nossa Audiência Pública e eu agradeço aqui a todos que dela participaram: o Dr. Flávio Meirelles, da CTNBio; o Dr. Rodolfo Rumpf, da CTNBio também; a Dra. Beronete; Dr. Carlos Cristo e a Dra. Cosette. Obrigados a todos. Tenham a certeza de que deram uma contribuição e poderão oferecer mais ainda, se oferecer os subsídios que nós solicitamos.

Não havendo mais assunto a tratar, eu dou por encerrada esta Reunião, mantendo a convocação ordinária para a próxima terça-feira.

Muito obrigado e está encerrada.

Sessão encerrada às 11h05.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2009

Às dez horas e cinqüenta e sete minutos do dia vinte de agosto de dois mil e nove, na sala 03, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senhores Senadores Demóstenes Torres e Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, respectivamente, com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Magno Malta, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Cícero Lucena, Flávio Torres, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Gilvam Borges, Jayme Campos, Álvaro Dias, Lúcia Vânia, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Cristovam Buarque, Augusto Botelho, César Borges e Geraldo Mesquita Júnior, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, José Agripino, Efraim

Morais, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Marina Silva, Aloízio Mercadante, Ideli Salvatti, Expedito Júnior, Almeida Lima, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Kátia Abreu, Marco Maciel, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati e Osmar Dias. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Demóstenes Torres, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente, Senador Demóstenes Torres, passa a Presidência para o Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos **Requerimentos n˚s 28 e 29, de 2009-CCT** de autoria dos Senadores Renato Casagrande, Flávio Torres e Sérgio Zambiasi e **Requerimentos n˚s 63 e 64, de 2009-CCJ** de autoria dos Senadores Serys Slhessarenko e Flávio Torres que requerem "..., nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a finalidade de instruir o PLC n.º 141, de 2009, que altera as Leis nºs 9.096/1995 – Lei dos Partidos Políticos -, 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições e 4.737/1965 – Código Eleitoral. Para que possamos ampliar o debate e ouvir posições diversas sobre a informatização dos pleitos eleitorais, como já ocorreu na Câmara dos Deputados, onde a divergência de posições contribuiu significativamente para o aprofundamento do conhecimento da matéria, sugiro a participação dos seguintes professores universitários e técnicos da área de informática: Doutor Jorge Stolfi, Professor titular do Instituto de Computação da Unicamp; Doutor Clóvis Torres Fernandes, Professor associado da Divisão de Ciência da Computação do ITA; Professor Pedro Dourado Rezende, Matemático e Criptógrafo do Departamento de Criptografia e Ciência da Computação da UnB; Engenheiro Amilcar Brunazo Filho, representante técnico do PDT para acompanhamento do desenvolvimento dos sistemas eleitorais desde 2000; Senhor Frank Varela de Moura, Delegado nacional do PT e representante técnico do partido para o acompanhamento do desenvolvimento dos sistemas eleitorais desde 2004 e o Senhor Marco Antônio Machado de Carvalho, Analista de sistemas e representante técnico do PR para acompanhamento do desenvolvimento dos sistemas eleitorais em 2008", e que requerem "..., nos termos regimentais, realização de audiência pública conjunta com a CCJ para a discussão e aprofundamento da apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009, que altera as Leis nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral". Solicito as providências necessárias da presidência no sentido de determinar uma data na qual a Comissão de Ciência e Tecnologia, se reúna conjuntamente com a Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista a aprovação de requerimento de igual teor no âmbito daquela Comissão, de autoria da nobre Senadora Serys Shlessarenko. Para tanto convidamos as senhoras: Drª. Fátima Nancy – Ministra do STJ; Drª. Nilcéia Freire – Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Drª. Eva Blay – Doutora em Sociologia, Professora da USP e ex-senadora. Comparece à primeira parte da reunião como convidada, a Excelentíssima Senhora Nilcéia Freire, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Finda a exposição e uso da palavra pela convidada, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Antonio Carlos Valadares, Lúcia Vânia, Flávio Torres, Eduardo Suplicy, Geraldo Mesquita Júnior, Serys Slhessarenko e Wellington Salgado de Oliveira, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Nesse momento, o Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente em exercício, passa a Presidência para o Senhor Senador Flexa Ribeiro, que requer oralmente, a inclusão Extra-Pauta de requerimento, com o que todos concordam. **Extra-Pauta Item 01: Requerimento nº 33, de 2009–CCT e Requerimento nº 69, de 2009–CCJ**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Torres que requer "..., nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do Professor Mamede Lima Marques, Professor Titular da Universidade de Brasília e Membro do Comitê Multidisciplinar instituído pela Portaria TSE n°. 192, na Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara n°. 141, de 2009". O requerimento é aprovado. Comparecem para a segunda parte da Reunião como convidados, os Senhores Giuseppe Dutra Janino, Secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral – TSE; Jorge Stolfi, Professor Titular do Instituto de Computação da Unicamp, Amilcar Brunazo Filho, Representante Técnico do PDT para Acompanhamento do Desenvolvimento dos Sistemas Eleitorais desde 2000 e Mamede Lima Marques, Professor Titular da Universidade de Brasília – UnB e Membro do Comitê Multidisciplinar instituído pela Portaria TSE n°. 192. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Flávio Torres, Roberto Caval-

canti, Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. O Senhor Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Flexa Ribeiro, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às quatorze horas e trinta minutos, determinando que nós, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania lavrássemos a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada, no Diário do Senado Federal. – SENADOR **FLEXA RIBEIRO**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; SENADOR **DEMÓSTENES TORRES**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, EM CONJUNTO COM A 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE AGOSTO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 27ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A presente reunião destina-se à realização da 2ª Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº. 141/09, que altera as Leis nºs 9096 de 19 de setembro de 95, Lei dos Partidos Políticos, nº 9504, de 30 de setembro de 97, que estabelece normas para as eleições e nº 4737, de 15 de julho de 65, Código Eleitoral, conforme os Requerimentos nº. 28/09, CCT, de iniciativa dos Senadores Renato Casagrande e Flávio Torres e nº. 29/09, CCT, de iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi, e os Requerimentos nº. 63/09, CCJ, de iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko e nº. 64/09, CCJ, do Senador Flávio Torres.

São convidados: A Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire. O Secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral, Giuseppe Dutra Janino. O Professor Titular do Instituto de Computação da UNICAMP, Jorge Stolfi. O Representante Técnico do PDT para acompanhamento desenvolvimento Sistemas Eleitorais desde 2000, Amilcar Brunazo Filho. Justificou ausência, Doutora em Sociologia, Professora da Universidade de São Paulo, USP, Ex-Senadora, Eva Blay. De acordo com o Art. 94, § 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: Os convidados farão suas exposições no prazo de 10 minutos, prorrogáveis a critério da Presidência. E, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas senadoras e senadores inscritos. A palavra aos senadores será concedida na ordem de inscrição, exceto aos senadores que apresentaram os requerimentos, que terão precedência.

Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, sendo-lhes vedado interpelar os membros da Comissão. Inicialmente convido para que possa fazer a sua exposição à Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire. Convido o Senador Antonio Carlos Valadares e o Senador Wellington Salgado para que possam acompanhar a Ministra até a Mesa. Inicialmente, com a palavra, a Ministra Nilcéia freire, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, pelo prazo inicial de 10 minutos. Havendo necessidade prorrogaremos o tempo. Com a palavra a Ministra.

SRA. MINISTRA NILCÉIA FREIRE: Bom dia. Eu gostaria de agradecer o convite para participar da sessão desta Comissão, hoje, no sentido de discutirmos o Projeto de Lei encaminhado pela Câmara dos Deputados que diz respeito às propostas de reforma no Código Eleitoral. Eu gostaria, inicialmente, de dizer que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres tem participado de diferentes instâncias, fóruns internacionais, por mandato do Governo do Brasil, em função dos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, e que tratam da igualdade entre homens e mulheres e da promoção dos direitos das mulheres. Em todas as instâncias internacionais, das quais temos participado, uma das questões que tem sido colocada como prioritária, inclusive, no âmbito dos

objetivos do milênio, é o fato de que é preciso ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão.

Particularmente, no que concerne à participação das mulheres no Legislativo, o Brasil, no ranking internacional, tem ocupado uma posição bastante desvantajosa. Nós ficamos atrás de inúmeros países do continente africano, de países da América Latina e isso, evidentemente, não condiz com o processo... Nem com o processo democrático no nosso país, tampouco com a luta emancipatória das mulheres brasileiras que data de mais de 40 anos. Chega a ser um paradoxo a participação intensa e numerosa das mulheres em todas as dimensões da vida nacional e nos processos de transformação que o nosso país sofreu, nos últimos anos, na conquista do Estado Democrático de Direito, na sua reinstalação no Brasil nos últimos anos, a participação intensa que as mulheres tiveram no processo constituinte. E isso contrasta com a participação que as mulheres têm nas diferentes esferas legislativas.

Nós evidentemente temos que discutir isso e não foi por outra razão que se instituiu no país o sistema, a previsão dentro da legislação eleitoral a previsão do estabelecimento de cotas de participação nas listas partidárias, para cada um dos sexos, tendo o mínimo de participação de 30% para cada um dos sexos. No caso, entende-se automaticamente para as mulheres, porque é quem não está presente nesse percentual, tanto no Parlamento Federal, quanto nas Assembléias Legislativas, quanto nas Câmaras de Vereadores. Porque não muda. Esse percentual em torno de 9% que temos no Congresso Nacional, se vamos para o âmbito dos legislativos estaduais e municipais, não há uma variação. Só para vocês terem uma ideia, no site da UNALE, da União Nacional dos Legislativos Estaduais, temos lá o número absoluto de deputadas estaduais e temos, hoje, apenas 125 deputadas estaduais em todo o país. O que é um número muito pequeno.

Nós costumamos dizer que a ampliação da participação das mulheres, no âmbito do Legislativo, não é apenas uma questão de justiça social, tampouco é uma questão vinculada apenas ao direito das mulheres participarem, mas é uma questão da democracia brasileira. A democracia brasileira, democracia essa representativa, ela precisa efetivamente corresponder à representação de todos os segmentos que compõem a sociedade brasileira, em igual proporção à sua representação demográfica. Portanto, as mulheres estão muito aquém disso e é preciso completar, então, e consolidar a democracia brasileira com as possibilidades de ampliação.

É a partir dessa constatação, e mais... Da constatação de uma enorme aceitação, por parte da sociedade brasileira, dessa ampliação, através de uma pesquisa IBOPE que foi realizada no início desse ano, em janeiro e fevereiro, que foi a campo, onde uma ampla parcela, cerca de 80%, 85% de entrevistados dizem ser favoráveis ao aumento da participação das mulheres e, mais do que isso, da existência de um instrumento formal que permita essa ampliação, nós, da Secretaria, tomamos a decisão de instituir uma comissão para estudar a modificação desse dispositivo na legislação eleitoral, que trabalha a questão das cotas. A Comissão tripartite é formada por representantes do governo, portanto, do Executivo, representantes da sociedade civil através da indicação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher e de representantes do Legislativo, tanto do Senado, quanto da Câmara Federal, como participante desta Comissão.

Mas esta Comissão está fazendo um trabalho que é mais para médio e longo prazo e, emergencialmente, trabalhamos para incidir nessa proposta de mini reforma eleitoral. E foram negociadas algumas questões na Câmara, evidentemente não é aquilo que gostaríamos, que teríamos como ideal, mas aquilo que foi possível negociar na Câmara nesse momento e que nós entendemos como uma agenda mínima, que demonstrará à sociedade brasileira e às mulheres brasileiras, uma vontade política de ir, pouco a pouco, mudando esse cenário de participação das mulheres no Congresso Nacional. Essas mudanças dizem respeito a uma mudança que nós entendemos absolutamente crucial, porque quando aprovado o dispositivo das cotas, a linguagem utilizada implica numa interpretação de que ficam reservados os 30% e, portanto, os partidos não estão instados, de fato, a preencher os 30%, apenas a reservar, portanto, se não se apresentarem espontaneamente mulheres, também não há nenhum esforço para trazer as mulheres para preencher os 30%.

Então, a mudança de *reserva* para *preenchimento*, uma mudança na linguagem, mas que é uma mudança substantiva, essa é uma mudança importante, uma proposta que vem no projeto da Câmara, que também nós julgamos importantíssima, é a reserva de 5% dos recursos do Fundo Partidário para que, justamente, toda uma discussão que há em torno da não participação, porque as mulheres não vêm à participação, porque as mulheres não estão preparadas, ela possa efetivamente ser enfrentada com a criação de programas de capacitação para as mulheres na política, programas de estímulo e incentivo à sua participação na esfera partidária, a reserva de 10% do tempo de propaganda partidária para que, não só as questões relativas aos direitos, mas a participação das mulheres, mas como as próprias mulheres possam aparecer. Porque hoje muitas mulheres se ressentem da desigualda-

de, do ponto de vista de oportunidades, para que se disponham a uma candidatura. Então isso também é extremamente importante, e nós havíamos proposto em nível de sanção aos partidos que não cumprem com esse dispositivo.

Só para vocês terem uma ideia, isso não passou na Câmara, mas países como a Argentina, que tem também o mínimo de 30% de cargos para serem preenchidos por mulheres, não oficializam a lista, caso o partido não cumpra os 30%. No caso da Bolívia também as listas não são admitidas. No caso da Costa Rica, em que a cota é 40%, também as listas não são inscritas. Não Equador não há, também, inscrição. No Paraguai, também. Na República Dominicana que é 33%, no México, enfim, em vários países da América Latina há sanção, caso os partidos não cumpram com o mínimo determinado, em termos de cotas. E nós estamos na média que são os 30%. Mas, eu queria basicamente, aqui, fazer um apelo a esta Casa: Que aquilo que foi acordado, como acordo mínimo na Câmara, fosse preservado no âmbito do Senado. Nós... Eu diria, nós, da Secretaria e a Comissão Tripartite, o fórum de mulheres, o fórum de instância de mulheres dos partidos políticos que é apoiado pela Secretaria, temos aqui várias representantes do PSB, do PPS, enfim, esse fórum tem se reunido regularmente, é um fórum suprapartidário, dele participam PMDB, PCdoB, PSB, PT, PPS, enfim, PDT... É um fórum efetivamente suprapartidário, os movimentos sociais de mulheres que estiveram na Câmara fazendo o seu justo lobby no momento dessa negociação.

Temos uma expectativa, inclusive, de que possa haver emendas que melhorem aquilo que veio da Câmara e que a gente possa avançar. Mas, o nosso apelo mais forte é no sentido de que não haja nenhuma modificação, nenhuma emenda que retire essas conquistas que obtivemos. É um acordo mínimo? É um acordo mínimo. É o mínimo que podemos almejar nesse momento? É o mínimo, mas sentimos que isso faz com que avance um processo no qual não se mexia, há muito tempo, e é uma sinalização importante para a sociedade e para as mulheres brasileiras.

Eu queria encerrar a minha fala dizendo que em momentos muito importantes esta Casa mostrou uma sensibilidade muito grande no sentido de garantir os direitos das mulheres, como por exemplo, no momento que votou por unanimidade a Lei Maria da Penha e que todos vocês são, portanto, sabedores da repercussão positiva que teve isso na sociedade e que, portanto, eu faço aqui, reitero esse apelo e digo que o reconhecimento por esse passo tão importante, na direção da consolidação da democracia brasileira também saberá ser reconhecido pelo conjunto de mulheres brasileiras. Muito obrigada.

[palmas]

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigada Ministra Nilcéia Freire. É importante ressaltar que metade da população é formada por mulheres, a outra metade é mãe dos homens, não é? Então, quer dizer... A outra metade é filha, não é, das mulheres. A população está bem representada. Eu queria abrir logo o questionamento para que não pudéssemos afetar a agenda da Ministra. Senador Valadares, tem a palavra V. Exª.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Ministra Nilcéia freire, Sr. Presidente, Senador Wellington Salgado, em primeiro lugar, as minhas homenagens pessoais à Ministra que, sem dúvida alguma, vem executando um trabalho, na sua pasta, pelo fortalecimento da luta para a participação da mulher em todos os setores da vida nacional. É uma luta que nasceu do sacrifício de muitas mulheres que, inclusive, perderam a sua vida numa tentativa louvável que, depois, avançou pelo mundo afora, de conseguir um lugar ao sol e igualdade de condições com o sexo masculino. Aqui no Brasil, desde há muito tempo que se procurou dar, conceder na legislação eleitoral, um espaço adequado à participação da mulher na vida pública. É verdade que, não por falta de uma legislação. Mas, talvez, por falta de estímulo, de confiabilidade no sistema, de acreditar que as coisas, dificilmente, mudam no Brasil, e nós temos sérias dificuldades.

Eu já fui presidente de partido, há quase 15 anos estou no PSB e sinceramente, como... Apesar da nossa boa vontade, estamos sempre de braços abertos. Lá no Nordeste há uma dificuldade enorme para conseguirmos preencher os 30% da participação da mulher. Nós queríamos que fosse, no mínimo, 50% ou talvez 60%. Porque a mulher é caprichosa no que faz, tem uma tenacidade enorme quando enceta uma luta. E, além do mais, leva nos embates que são travados com a comunidade, a sua condição ímpar, da sua inteligência conjugada com a sua meiguice que, dificilmente, se encontra no homem. Porque devido quem sabe à sua cultura, a cultura que recebeu dos seus pais, da tradição que se integrou à nossa sociedade, como o homem mais embrutecido é menos sensível, é mais dura nas suas propostas. Quer dizer, a mulher carrega essa sensibilidade na luta que faz, não só no setor público, também no setor privado, conforme já se tem demonstrado.

Não estou dizendo que é a superioridade da mulher, mas é a sensibilidade da mulher naquilo que faz. Portanto, eu sou totalmente favorável, nós somos

totalmente favoráveis, aqui no Congresso Nacional, a uma integração cada vez maior. Mas quero confessar que, pelo menos, na minha região, não sei lá em Minas Gerais, o Estado aqui do Senador, se há essa dificuldade de registrar candidaturas. Porque o seguinte, a cota é importante, mas acontece que em determinados municípios para cumprir esta obrigatoriedade na legislação, o chefe político, o líder político, se não é só para constar, não se registra a sua candidatura, mas nós temos que cumprir esse preceito legal, sem o que, nós ficaremos com a chapa em aberto.

Então, se fosse, porventura, obrigado que esse percentual fosse cumprido religiosamente e não fosse permitido o registro de candidaturas partidárias porque aquela cota não foi cumprida, haveria uma espécie de hipocrisia na formação da chapa. Porque essa obrigatoriedade não iria se harmonizar com a realidade do Brasil, principalmente nas regiões mais pobres, onde a mulher ela está mais disposta a se integrar à vida social, à vida doméstica do que, propriamente, a vida política. Nós temos exemplos edificantes de senadoras que brilham. Está aqui a Senadora Lúcia Vânia, que é um dos exemplos de força, de energia, de trabalho, de competência. Mas eu garanto que, talvez, no Estado dela, quem sabe, ela como líder partidária tem encontrado as mesmas dificuldades que nós encontramos no Nordeste do Brasil. Por isso, o § 3º, do Art. 10 que diz assim: *O número de vagas resultantes das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidatura de cada sexo*. Acho que foi o máximo que se conseguiu nas tratativas que foram feitas na Câmara dos Deputados. Eu acho que isso aqui vai ser mantido, sem dúvida alguma, V. Exª pode ficar tranquila que estarei na Comissão, ao lado dos nossos colegas, lutando pela preservação desse mecanismo. E meus parabéns pela sua palestra.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone]

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Não, pode falar. O senhor estava aí antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Viu como a posição da mulher é firme, não é? Tem a palavra V. Exª, Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, Sra. Ministra, eu vou rapidamente concordar com o meu colega Valadares porque eu também fui presidente de partido no Ceará e não é fácil se cumprir a cota. E eu concordo também que a obrigatoriedade na cota ia forçar os partidos a botarem candidaturas só para constar na lista.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Candidatura fantasma.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Fantasmas. Nomes que se bota lá, obrigatório. Não adianta. Eu acho a cota importante porque os partidos são obrigados a procurarem a despertar nas mulheres essa vocação para a política. E eu também quero me comprometer com a Ministra para manter as conquistas das mulheres aqui no Senado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Lúcia Vânia, tem a palavra V. Exª.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sra. Ministra Nilcéia Freire, quero cumprimentá-la por, mais uma vez, estar aqui conosco e cumprimentá-la pelo trabalho. V. Exª tem estado presente em todos os momentos importantes das legislações que aqui votamos em favor do crescimento político, econômico e social da mulher. Portanto, cumprimento, não é a primeira vez que está aqui defendendo uma lei importante, como esteve no passado defendendo a Lei Maria da Penha que V. Exª, brilhantemente, conduziu os trabalhos, com resultados altamente positivos. Em relação a essa legislação eleitoral, a nova legislação eleitoral, eu sinto tristeza que ela tenha chegado ao Senado já com o carimbo de urgência. E, por antecipação, todo mundo pressionando, no sentido de que não haja emendas, que não haja... Que o projeto não volte para a Câmara.

Foi colocada aqui, pelos dois parlamentares que me antecederam, a dificuldade que se tem nos Estados, de preencher as cotas. Mas isso é perfeitamente explicável. Na verdade, nós temos, na estrutura dos partidos, principalmente, os maiores partidos, mais conservadores, inventaram um apêndice para o partido, que é PMDB Mulher, PSDB Mulher, não sei que *mulher...* Tudo bem. Isso é uma forma que é importante para mobilizar a mulher, mas é uma forma de alijar a mulher da estrutura partidária. Então, V. Exª pode ver que a maioria dos partidos e, eu falo isso por experiência própria, eu tenho três mandatos de Deputada Federal e um de senadora. A maioria dos partidos não tem a preocupação de colocar nas suas executivas a presença da mulher. Então, ela simplesmente se contenta com aquele segmento que é formado à parte, não tendo, portanto, dentro do partido, o direito a voz e a voto.

As cotas teriam certa importância se ela tivesse mais atuação na estrutura partidária. Então, eu acredito que pra gente romper isso e os partidos mais conservadores resistem a isso, teria que estabelecer uma cota nas executivas dos Municípios e do Estado. Para se ter um exemplo, o meu Estado, que eu sou uma mulher que

teve um milhão e 50 mil votos, não tem uma mulher na executiva regional do partido. E não há forma. Porque os partidos têm dono. Os partidos são fechados. Quem é de confiança é que entra ali. Então, na verdade, enquanto a gente não modernizar, e aí vem a história da Reforma Política que é importante, enquanto a gente não modernizar isso e exigir... Outra dificuldade da mulher é a questão financeira. A mulher não detém o comando financeiro da família. Ou se detém, ela tem uma responsabilidade como arrimo muito forte e não tem o hábito e nem... Ela, às vezes, não trabalha fora para ter apoiadores substanciais.

Então, ela precisa de um respaldo do partido. E não adianta colocar 5%. Eu acho que é um avanço, não tem dúvida, 5% do fundo partidário. Mas, na verdade, se nós temos 30% das cotas, 30% teria de ser de recursos para bancar essas candidaturas. Eu acho que foi um avanço enorme a questão do tempo na televisão. Eu acho que os 10% é um tanto razoável, mas em relação ao fundo partidário, nós vamos continuar ainda numa dificuldade enorme. Primeiro, que os fundos partidários são uma caixa de segredo. Ninguém sabe para onde vai, ninguém presta conta, se presta conta é para o Tribunal, mas não há transparência na execução do fundo partidário. E não havendo as mulheres na executiva do partido, dificilmente, ela tem um controle sobre isso. Então, na verdade nós precisávamos aqui, no Senado, ter um tempo para que a gente possa... Pudéssemos avançar um pouco mais do que já avançou a Câmara.

No entanto, acho que temos que deixar para outra oportunidade para evitar que o projeto não passe a viger nas próximas eleições. Eu acho que nós temos a obrigação de assegurar os avanços que já conseguimos para as próximas eleições e trabalhar de forma efetiva para que, no futuro, nós tenhamos um avanço maior. Eu não creio que nós vamos avançar nas cotas se não tivermos um financiamento público de campanha. Porque na verdade... E tem outra coisa que é pouco levantada, mas acho que é muito importante para a mulher, que é o voto facultativo. A mulher não gosta desse método de arregimentar as pessoas, de pagar para votar, aquela coisa toda complicada que a gente vê, hoje, no sistema eleitoral. E eu acredito que o voto facultativo vai favorecer enormemente a presença da mulher na discussão política.

Portanto, eu deixo aqui os meus cumprimentos, podem ter certeza que estarei atenta para que essas conquistas sejam garantidas aqui. Só não posso me comprometer em avançar porque, na verdade, nós estamos com esse carimbo de urgência no projeto e eu própria acredito que é muito importante que nas próximas eleições a gente já tenha esse pequeno avanço. Meus cumprimentos, mais uma vez, pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pela competência com que tem gerido este Ministério, e conte sempre com a nossa participação aqui no Senado da República.

SR PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senadora. Eu queria deixar só um posicionamento aqui, até em homenagem à Senadora Lúcia Vânia que eu tive oportunidade de vê-la durante a caminhada para ser senadora. E foi muito duro, porque tinha de um lado o Senador Demóstenes, Presidente desta Comissão, e hoje o Prefeito de Goiânia, do meu partido, Senador Íris Rezende. E V. Exª acabou vencendo o Senador Íris e chegando à condição de senadora. E eu tive oportunidade de participar de alguns eventos em que a senadora estava presente e vi da dificuldade, realmente, da mulher conquistar os votos e daquela eleição dura, apertada. Em determinado momento o Prefeito Íris hoje passou à frente de V. Exª, V. Exª voltou a trabalhar, passou à frente de novo e acabou vencendo. Então, acho que, Ministra, um exemplo de grande política-mulher é a Senadora Lúcia Vânia que eu tive a oportunidade de presenciar. Por isso eu queria deixar aqui esse depoimento meu. Algum mais senador gostaria de fazer uso da palavra? Senador Geraldo Mesquita? Gostaria de fazer uso da palavra sobre--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valadares, tem a palavra V. Exª.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Só dar... Da palavra, da participação da Senadora Lúcia Vânia, assim como existem cotas de participação da mulher na formação das chapas, e também se observasse algum percentual na formação do corpo diretivo de cada partido. Isso futuramente, porque agora não sei se vai ser possível fazer essa alteração. Mas... Entendeu, Senadora Lúcia Vânia? V. Exª poderia propor uma emenda nesse sentido. Não sei se será possível agora, porque a preocupação é voltar para a Câmara, não é?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Volta para a Câmara. E ela passa na... Se ela não for sancionada até 30 de setembro, ela não vale para a próxima eleição.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Nós poderíamos fazer uma paralela.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É importante deixar bem claro para os telespectadores da TV Senado e também os ouvintes da rádio porque dessa necessidade de nós analisarmos e procurar não colocar

emendas. Justamente, o que a Senadora Lúcia Vânia colocou. Devido à anualidade, se nós não aprovarmos essa lei há um ano antes das eleições, as mudanças não poderão ocorrer nas próximas eleições. Então, a Câmara deixou o Senado um pouco de mãos atadas. Porque, de repente, os avanços dessa legislação, se nós colocarmos alguma emenda, voltará para a Câmara e, de repente, ela não poderá ser usada nas próximas eleições. Então, nós estamos numa situação... A não ser que algum senador ache importante mesmo alguma emenda e aí a Câmara vai ter que tentar resolver o problema dentro do prazo. Algum senador mais gostaria de fazer uso da palavra? Senador Suplicy, tem a palavra V. Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Wellington Salgado, prezada Ministra Nilcéia Freire, eu quero cumprimentá-la, quero justificar que não pude estar aqui desde o início porque estava participando de uma banca de tese na UNILEGIS, aliás, sobre o Senado Federal, e do Chefe de Gabinete Aires, do Senador Flávio Arns, que teve um excelente desempenho, nota dez. Mas gostaria de dizer, Ministra Nilcéia Freire, que sou inteiramente a favor do ponto de vista que V. Exª aqui externou, de assegurar às mulheres que tenham em cada partido, pelo menos, 30% de presença das candidatas e, inclusive, também estou apresentando emendas, no sentido de garantir certa proporção, tanto no que diz respeito à destinação do fundo partidário para as mulheres, aumentando o que estava proposto e bem como, pelo menos, um tempo no horário eleitoral reservado às mulheres.

E estas proporções são... Aumentar para 10% a questão do fundo e no que diz respeito ao tempo, já vou informar, mas... Sr. Presidente, eu... Sobre outro aspecto, eu avalio que é essencial que, sim... 10 para 20%, no que diz respeito ao tempo de participação das mulheres no horário eleitoral. Essa é a proposta. Mas eu acho importante, Sr. Presidente, que façamos, sim, o ajuste. E, por isso o quanto antes, para dar tempo de voltar à Câmara e ter o projeto aperfeiçoado. No que eu o avalio como essencial? Em algo que o Senado Federal já havia aprovado, salvo engano, em 2007 e que a Câmara não colocou. E retirou o que nós havíamos colocado. Eu me refiro à transparência antes da realização das eleições, das contribuições, tanto de pessoas físicas, quanto jurídicas, aos partidos e aos candidatos. Que... Vamos supor, que a eleição seja no primeiro domingo de outubro. Então, até 30 de setembro, todas as contribuições recebidas pelos partidos políticos, pelos candidatos, um a um, a deputado estadual, deputado federal, governador, senador, Presidente da República, que se constate que esteja lá relacionado na *internet*, no *site* do respectivo partido, do respectivo candidato, quais as contribuições que receberam, seja do fundo partidário, portanto, de recurso público, seja de pessoa jurídica, seja de pessoas físicas.

Lembro que o Senado havia aprovado isto, mas quando chegou à Câmara, esse princípio de transparência foi modificado para ser revelado somente após a realização das eleições. Em 2006, Presidente Wellington Salgado, eu candidato ao Senado, coloquei na minha página, na *home page* ou no sítio eletrônico, para quem quisesse saber, a relação completa das contribuições de pessoas físicas e jurídicas para a minha campanha para o Senado. E eu tenho sugerido ao Partido dos Trabalhadores que, mesmo que, se a lei não exija isso, que façamos isso. Mas eu quero aqui informar, Sr. Presidente, eu estou apresentando emenda com o objetivo de isto ser apreciado pelo Senado. Algo que o Senado já aprovou uma vez, mas eu espero que aqui avancemos novamente.

Meus cumprimentos à Ministra Nilcéia Freire e, sobretudo, é importante, V. Exª deve estar contente porque a mulher na disputa para a Presidência da República estará sendo representada, quase que certamente e, possivelmente agora, tanto pela Ministra Dilma Rousseff, como possivelmente pela Ministra... Pela Ex-Ministra, sua colega e nossa colega aqui no Senado, Marina Silva. Então, do ponto de vista da mulher na vida política brasileira, isso é muito importante. Eu tenho muitas vezes assinalado aquilo que Leonardo Boff disse nos seus livros: *Para nós homens é muito importante estarmos alternando, ora mulher, ora o homem à frente das instituições, das empresas, dos órgãos de governo*. Então, meus cumprimentos pelo estímulo que V. Exª, como Ministra, tem dado a todas as mulheres e a nós homens para no sentido de estarmos compartilhando com as mulheres as decisões importantes para a nossa nação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Senador Suplicy. As considerações de V. Exª são sempre muito importantes. Acho que as mudanças que V. Exª tentará colocar são importantíssimas e passo agora a palavra ao Senador Geraldo Mesquita. Tem a palavra V. Exª.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente, Senador Wellington, Srs. Senadores, Ministra Nilcéia. Senador Wellington, havia me comprometido com a Ministra Nilcéia, ela estava há pouco na Comissão de Relações Exteriores, de fazer referência a essa tão importante matéria. A impressão que... Olha, nós temos eleições há tanto tempo, há tantos anos no nosso país e toda vez que a gente se debruça para alterar a lei que trata da realização

de eleições, é sempre no afogadilho... Um assunto como esse, tão importante, nós não podemos avançar nele porque a gente correria o risco, inclusive, de alguma... De algum prejuízo, como disse a Senadora Lúcia Vânia. É sempre assim. É de afogadilho, é... A impressão que dá é que está se fazendo concessões às mulheres. Quando na verdade, não se trata disso. É questão de justiça. A participação da mulher na sociedade brasileira, na política brasileira deve ser cada vez mais valorizada.

Agora, não é só no discurso. Tem que ser amarrado direitinho na legislação. O partido, por exemplo, que não cumpre determinadas condições, Ministra, ele tem o... O fundo partidário, a transferência das cotas do fundo partidário é suspensa. O que me causa espécie(F) de... É que, por exemplo, a gente... Eu estava vendo aqui dois dispositivos, rapidamente. Promove... *Dedicando às mulheres o tempo será fixado pelo órgão nacional de direção, observando o mínimo de 10%.* O outro trata da... *Cada partido preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para a candidatura de cada sexo*. Agora, eu não vejo onde está a punição pelo descumprimento disso. A punição deveria ser, por exemplo, suspensão do fundo partidário. É uma punição severa. Enquanto não introduzirmos na legislação um mecanismo de punição para que dispositivos como esses não sejam contrariados, a gente não vai avançar muito, Ministra. A verdade é essa.

Portanto, eu queria deixar registrado aqui a nossa simpatia à causa, e esclarecer, em termos absolutos, que não se trata de concessão, se trata de um direito, de justiça. Se trata de um direito, se trata de se fazer justiça à participação da mulher na sociedade brasileira, na política brasileira. E, portanto, eu acho que mais uma vez teremos que, mais na frente, apertarmos esse parafuso, inclusive, estabelecendo punições severas para o descumprimento de mecanismos como esse. Do contrário, vamos ficar apenas no discurso, aparentemente, comprometidos com o cumprimento de metas como essas e, na prática, é o que se vê até hoje. Uma frouxidão, um relaxamento com relação a metas que são fixadas na legislação, mas que, na verdade, não faz com que isso seja... O Chico Anysio que dizia, introjetado mesmo. Introjetado na comunidade daqueles que militam na política, que militam nos partidos.

Portanto, a nossa solidariedade, o nosso compromisso, inclusive, em avançarmos sempre. Acho que essas duas Casas precisam se compenetrar da necessidade de fazermos essas introduções, essas modificações com serenidade, com tranquilidade, para que os avanços sejam mais significativos. E que a gente não fique sempre aqui na pendura e nessa pendência, Senadora Serys. Não podemos alterar, não podemos avançar mais ainda porque tem que voltar pra Câmara e pode sofrer... Negativo. Que sirva de exemplo esse fato. Futuramente precisamos avançar nessa caminhada de forma segura e sem a conotação do improviso que sempre cerca a discussão de matérias como essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Senador Geraldo Mesquita. Passarei agora a palavra à Senadora Serys. Tem a palavra V. Exª.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Muito obrigada Presidente Wellington Salgado, senadores, nossa Ministra muito querida, senhoras e senhores que aqui estão. Quero começar pedindo desculpas, Sra. Ministra, porque eu tinha reunião da Mesa e terminou nesse exato momento. É uma situação complicada. Agora, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que como não estive aqui, eu tenho dificuldade daquilo que foi tratado. Mas como também eu conheço a postura de grande parcela dos Srs. Senadores a esse respeito, conheço bem, muito bem, a postura da nossa grande Ministra, até que na altura ela não é tão alta, mas na competência e no compromisso com a causa ela é gigantesca. E a gente tem assim... As mulheres do Brasil têm uma honra muito grande de ter Nilcéia Freire como nossa Ministra, causa das mulheres, o trabalho que ela vem fazendo é gigantesco, a partir da base, dos Municípios, das conferências que foram feitas... Não são coisas pensadas dentro de gabinete. São coisas oriundas e vindas da base.

E agora, com essa questão que nós estamos vivenciando nesse momento que é a reforma eleitoral na parte de gênero. Eu ouvi parte da fala do Senador Geraldo Mesquita, extremamente... Politicamente correta no sentido de que nós precisamos avançar. Nós precisamos avançar. Essa tentativa foi feita pelas nossas companheiras na Câmara. A bancada da Câmara realmente foi muito determinada, Srs. Senadores, Sr. Senador Wellington Salgado, que preside esta reunião, esta Audiência Pública, a bancada feminina da Câmara foi muito firme. Lutou bravamente para essas pequenas conquistas que estão aí. Pequenas realmente. O movimento de mulheres, o movimento organizado de mulheres na sociedade brasileira, AGENDE, CFEMEA, enfim, só como exemplo, que são muitos outros. A Secretaria, a nossa Secretaria, com status de Ministério, não é, de políticas públicas para as mulheres, todos lutaram bravamente lá na Câmara. E como o senhor viu, são pequeníssimos os avanços. Pequenos, diminutos.

Eu já ouvi falar, eu espero que esteja enganada, que já tem emenda reduzindo esses ganhos. Reduzindo, emendas feitas aqui no Senado, reduzindo esses ganhos. Eu realmente... Isso me deixou indignada, não

posso fazer afirmação categórica, a Ministra acaba de me dizer que tem, acaba de afirmar, que tem. Gente, eu acho que no mínimo, no mínimo, eu gostaria de aproveitar esse momento e a gente poder avançar. Já que vai voltar para a Câmara, que vai voltar, há muitas emendas em outros setores, vai voltar, tem muitas emendas em outros setores. Vai voltar. Que a gente pudesse aperfeiçoar mais, aprofundar um pouco mais essa questão da mulher. Um pouco mais. Agora, se isso não for possível, pelo menos, que se respeite o que veio da Câmara. Nós não vamos abrir mão, eu tenho certeza que o Senado, os nossos senadores, as nossas senadoras não vão permitir que haja retrocesso naquilo que veio da Câmara. Aquilo lá é o mínimo, o mínimo [ininteligível], mas tem que ser assegurado. Reduzir, nós não vamos aceitar.

E eu tenho certeza, nossa Ministra, nosso Presidente, Srs. Senadores aqui presentes, que a bancada feminina no Senado, que somos poucas senadoras, mas tem, pelo menos, a maioria dos partidos tem pelo menos uma senadora. E o meu partido tem quatro, aliás, três senadoras, que a gente faça um trabalho, nós senadoras, com certeza, estaremos atuando junto a cada bancada nossa, junto aos companheiros senadores para que tire isso... Aliás, totalmente, como uma posição de unanimidade. É o mínimo da Câmara. Se a gente puder avançar, que se avance. A minha vontade é que avance. Vou fazer emendas para avançar. Porque ela vai voltar pra Câmara. Já conseguimos assinaturas aqui, Ministra, para avançar. Mas, se de todo, a gente não conquistar avanços, Senador Geraldo Mesquita, que acaba de anunciar aqui que vai nos ajudar, e é muito importante.

Eu tenho certeza que outros senadores vão nos ajudar. É só a gente se organizar direitinho e dizer o que a gente realmente... É prioridade para nós, Ministra. O que é prioridade? Para avançar o que já está na Câmara. Eu acho que a gente pode ter essas conquistas asseguradas, sim. Porque através dos tempos, sempre quem fez as leis... Tem 20 anos que nós tivemos a primeira senadora. Eram só senadores. Então, quer dizer, a preocupação não era, realmente, fazer políticas que pudessem cuidar dessa questão da mulher. Para o fim da discriminação, da violência, para igualdade de direitos, na política, no trabalho, na família, eu acho extremamente complicado a discriminação que a grande maioria de nós mulheres sofremos na família. Porque às vezes a gente sai fazendo políticas por aí, nós mulheres, mas principalmente companheiros homens, dizendo que somos democráticos, etc e tal. Mas, dentro da família eu sou autoritária, eu humilho, eu etc e tal... As mulheres da minha família... É a minha companheira, é a minha filha, é a minha mãe, etc e tal. E a gente tem que ter muita cautela com isso, senhores e senhoras. Porque os menininhos que crescem, que se criam do nosso lado e ouvem isso acontecendo dentro da família, isso vai se reproduzir para o resto dos tempos. Ele vai achar que pode crescer, fazer a mesma coisa com suas colegas de escola, com a sua namorada, com a sua esposa, com a sua filha, com a sua mãe, enfim, com as mulheres de sua família.

E aí eu faço sempre um apelo, já encerrando, Presidente, que eu tenho convicção de que os homens atuais, de que os homens modernos, de que os homens que estão no nosso Senado da República, que são grande maioria, porque nós somos 10% só. Às vezes, a gente chega a 12, às vezes diminui, depende aí. A Senadora Roseana virou governadora, uma senadora está licenciada, etc. Então, oscila um pouco esse percentual, que nós contamos com os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras, é claro, eu tenho certeza disso, que são homens fraternos, homens generosos, homens solidários, homens conscientes e consequentes da consciência de que nós mulheres temos direitos absolutamente iguais aos companheiros homens na sociedade.

E isso... Isso homens, homens, aqui, Roberto Cavalcanti, nosso senador, dizendo que homens vão bancar realmente, nos ajudar e vão bancar conosco, como um todo, senadores e senadoras, na reforma eleitoral, avanços para a conquista na questão eleitoral, na questão política para nós mulheres. Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado à Senadora Serys. Só esqueceu de falar que nós somos homens altamente influenciados pelas mulheres. Altamente. Senador, deseja fazer uso da palavra? Ministra Nilcéia, considerações finais para V. Exª, o tempo que precisar.

SRA. MINISTRA NILCÉIA FREIRE: Bom, eu queria agradecer as palavras das intervenções de V. Exªs. Dizer que, efetivamente, nós contamos que minimamente seja preservado o texto que veio da Câmara, mas que avanços no sentido, tanto de assegurar recursos para o estímulo à participação das mulheres no interior dos partidos políticos e, portanto, no processo eleitoral, e assegurar que haja algum nível de sanção aos partidos que não preencherem as cotas, evidentemente, serão muito bem vindos. Há um projeto, sim, que... Uma proposta de emenda que considera os 5% que estão propostos ao fundo partidário, que sejam considerados os 5% dos 20% que vão para as fundações dos partidos. Ou seja, nada vira pó. Então, nós gostaríamos de apelar para que isso não fosse acatado. Portanto, eu quero mais uma vez agradecer

esta oportunidade. Nós estaremos o tempo inteiro à disposição desta Casa para discutirmos, para fornecermos elementos que embasem essa discussão e que nos permitam avançar um pouco mais, ainda que não da maneira como gostaríamos, mas que avancemos um pouco mais na participação das mulheres na vida política do país. E avancemos na consolidação da nossa democracia, tão jovem ainda, e que precisa ser reforçada. Muito obrigada, Senador Wellington, pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Ministra Nilcéia. Quero dizer que essa Comissão estará à disposição de V. Exª sempre que quiser uso da palavra ou algumas considerações. Antes de passarmos aos demais convidados, tenho sobre a mesa requerimentos. Requerimento: *Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inclusão do nome do Professor Mamede Lima Marques, Professor da Universidade de Brasília... Um minuto, por favor. Professor Titular da Universidade de Brasília e membro do Comitê Multidisciplinar instituído pela Portaria TSE nº. 192, na Audiência Pública, para instruir Projeto de Lei da Câmara nº. 141/09. Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009, Senador Flávio Torres.*

Os senadores que estão de acordo com esse requerimento permaneçam como estão. Aprovado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, passando à continuação da nossa Audiência Pública, vou chamar os demais convidados, inclusive, esse convidado que foi aprovado nesse requerimento, neste momento. Chamaremos o Sr. Giuseppe Dutra Janino, Secretário de Tecnologia Informação, Tribunal Superior Eleitoral. Também o Sr. Jorge Stolfi, Professor Titular do Instituto de Computação da UNICAMP. O terceiro convidado é o Sr. Amilcar Brunazo Filho, Representante Técnico do PDT para acompanhamento desenvolvimento Sistema Eleitoral de 2000. E também o Professor Mamede Lima Marques, que foi aprovado requerimento neste momento, Professor Titular da Universidade de Brasília para tomar assento à Mesa. Professor Mamede não se encontra? Está no aquecimento? Obedecendo a ordem dos convidados, eu queria que a Assessoria me informasse quanto tempo normalmente temos para... Dez minutos para explanação. Eu preferiria... Queria consultar os Srs. Senadores, preferem cada um e depois perguntas, ou os quatro fazem a explanação e, ao final, nós...?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Os quatro--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valadares, tem a palavra V. Exª.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sobre o requerimento que falei a V. Exª agora há pouco. Ao invés de fazermos uma substituição, eu sugiro a V. Exª que nós acrescentemos mais um.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu gostei da ideia, que V. Exª estava substituindo um dos meus requeridos.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, eu não vou pedir a V. Exª a substituição de nenhum e, sugerindo V. Exª, então, seria o Dr. Rogério Fabretto, na Audiência Pública, para tratar da Defensoria, sendo que ele atualmente é o Secretário da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça. Então--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se V. Exª encaminhar o requerimento imediatamente levarei à Comissão para que possa deliberar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Requerimento sob a Mesa, extrapauta. Requerimento. *Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao requerimento anterior do Senador Valadares, apresentado por esta Comissão, visando instruir o Projeto de Lei da Câmara, complementar, com o escopo de incluir o Dr. Rogério Fabretto, Secretário de Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça, para Audiência Pública,* que teremos para discussão das mudanças quanto aos advogados, não é?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Defensoria Pública. O Projeto nº 173.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Da Defensoria Pública.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): 137, digo melhor. 137.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): 137, Defensoria Pública. Então, senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Então, portanto, podemos voltar à Audiência Pública. Passaremos, então, na mesma ordem que nós temos aqui. Primeiramente,

por dez minutos, terá direito à palavra o Sr. Giuseppe Dutra Janino, Secretário de Tecnologia de Informação Tribunal Superior Eleitoral, TSE. Tem a palavra V. Sª.

SR. GIUSEPPE DUTRA JANINO: Sr. Presidente Wellington Salgado, Srs. Senadores, senhoras e senhores. Agradeço a oportunidade de estarmos aqui colocando a experiência e posição do Tribunal Superior Eleitoral com relação aos sistemas automatizados. E com a proposta apresentada pelo projeto de lei que ora está sob análise desta Casa. O Projeto de Lei nº 141/09. Nós vamos fazer uma pequena contextualização da Justiça Eleitoral, dentro do processo eleitoral que hoje vige. A Justiça Eleitoral conhece profundamente o processo de votação eletrônica. Portanto, é a autoridade para efetuar e implementar melhorias necessárias dentro do processo de votação. Principalmente, porque conhece a realidade. O processo eletrônico de votação não se resume à urna eletrônica. É um detalhe muito importante. Porque se foca muito na urna eletrônica e a urna eletrônica simplesmente é uma ferramenta, uma das ferramentas da automação, do processo eleitoral brasileiro.

Então, a segurança e a transparência não estão focadas apenas no equipamento e, sim, no processo como um todo. O sistema de votação de um país depende de vários... De várias influências, como a lei vigente, a Constituição, o Código Eleitoral, as Leis Complementares, a cultura histórica do processo democrático, a capacidade financeira e a legislação em si. Qualquer solução do sistema de votação deve ser completa. Todas as possibilidades devem ser avaliadas e resolvidas. Ou seja, não basta apenas apresentar uma solução, mas tem que se verificar como ela se insere dentro do contexto e quais são as consequências dela dentro do processo como um todo. Funcionar em qualquer lugar. Ela tem a questão das nossas características que são bastante divergentes. Como por exemplo, funcionar desde a aldeia indígena até uma sessão eleitoral instalada na capital, em São Paulo, ou no Distrito Federal. E locais com influência do crime organizado, que é outra característica que tem um fator importante dentro do nosso processo, principalmente, no que concerne á segurança. Atender a todos os públicos, deficientes visuais, analfabetos, totais, idosos, etc. Ou seja, toda a sistemática implementada no processo eleitoral tem que ter considerações e observações para que essa diversidade seja atendida, que haja inclusão e não exclusão.

Nós tivemos até 1996 um processo, como todos já conhecem, o processo manual. O processo manual por consecução depende muito da intervenção humana. Ou seja, pessoas atuando dentro do processo. E a intervenção humana tem as seguintes consequências. A lentidão que todos os senhores conhecem, o resultado da eleição há 15, 20 anos, certamente, os senhores lembram muito bem que demorava semanas para ser divulgado. Falhas intencionais, erros, pessoas envolvidas no processo, a grande fragilidade, consequência de erros não intencionais, o que é comum, é inerente ao ser humano. E falhas intencionais, principalmente, com relação à fraude. Nós conhecemos um portfólio bastante completo de várias fraudes possíveis, todas ligadas à intervenção humana no processo. Para resolver esse cenário, nós adotamos a automatização do processo. E a automatização do processo, não diríamos eliminou, mas mitigou em níveis muito pequenos a atuação humana no processo. E isso trouxe certamente a segurança e a credibilidade na situação que vivemos hoje.

O que nós temos hoje? Seria interessante nós apresentarmos aqui e, principalmente, nos colocarmos na situação de que a Justiça Eleitoral sempre esteve aberta a novas soluções. Principalmente, naquilo que vem a contribuir na melhoria do nosso processo eleitoral. Sustentar a melhoria contínua que é uma das diretrizes da Justiça Eleitoral. Então, o que nós temos hoje e, muitas vezes, não é de conhecimento dos nossos clientes, do cidadão brasileiro? A abertura do *software* das urnas eletrônicas e sistemas correlatos. Ou seja, todos os programas que são utilizados na eleição, primeiro, são desenvolvidos pelo TSE, pela Justiça Eleitoral, e todos eles são colocados abertos à disposição para análise e verificação e até acompanhamento por parte dos partidos políticos, OAB e Ministério Público. O lacre por meio de assinatura digital. 180 dias antes da eleição os sistemas são abertos, os partidos políticos podem comparecer ao TSE, inclusive, tirar dúvidas com o próprio técnico que está desenvolvendo os programas e, após o período de 180 dias, os sistemas são lacrados digitalmente. Ou seja, são assinados com certificados ICP Brasil. E esse certificado, cabe ressaltar aqui, tem a validade jurídica. E quem assina esses programas, antes de serem utilizados, são o Ministro Presidente do TSE, o Procurador-Geral da República, partidos... Representantes dos partidos políticos, o Diretor-Geral do Tribunal Superior Eleitoral, secretário, ou seja, entidades que participam efetivamente dessa assinatura.

E essa assinatura garante basicamente duas coisas. A autoria do sistema e a sua integridade. Para que houvesse uma possível alteração nesses programas, haveria necessidade e que essa alteração obtivesse sucesso, haveria necessidade de que todas essas entidades assinassem novamente para que aquela nova versão tivesse sucesso e obtivesse o resultado desejado. O *software* se autoverifica por meio das as-

sinaturas digitais. Além de nós termos a garantia da auditoria para verificar se o *software* está íntegro e se é de autoria efetivamente da Justiça Eleitoral, a própria urna eletrônica, quando é acionada, quando é ligada, ela verifica, lê as assinaturas digitais. Se essas assinaturas conferirem, ela funciona. Se não conferirem, ela não funciona. Ou seja, se entrar um *software* não autorizado pela Justiça Eleitoral ou não reconhecido que não tenha as assinaturas com aquelas identificadas que já mostramos, o *software* simplesmente não funciona.

Mesmo que se vença essa barreira das assinaturas digitais e se consiga uma urna não oficial da Justiça Eleitoral e se consiga emitir um determinado boletim e esse boletim certamente não será totalizado. Porque o sistema que faz a totalização verifica a autoria do boletim que está chegando. Ele sabe, exatamente, quais são as urnas oficiais e verifica, inclusive, se esse resultado, esse boletim foi assinado por uma urna oficial.

A votação paralela. A votação paralela é uma forma muito simples e didática de se fazer auditoria. Ao alcance de qualquer cidadão brasileiro. Nas vésperas da eleição, quando as urnas já estão instaladas nas seções eleitorais, há um sorteio capitaneado pelo Juiz eleitoral nos Tribunais Regionais de todos os Estados e se, por meio desse sorteio, das seções, se busca a urna que já está lá instalada na seção eleitoral e se traz para um ambiente onde há câmeras de filmagem e se faz ali, no dia da eleição, e horário da votação, uma votação ostensiva, onde se colocam os votos, se escrevem os votos, os quais vão ser digitados, esse voto é filmado, verificado pelas pessoas que estão ali presentes e se digita no teclado da urna aquele voto com a câmera filmando. Ou seja, tudo aquilo se permite perfeitamente para se verificar se tudo aquilo que é digitado no teclado da urna, corresponde ao que é apresentado no boletim de urna. Isso não necessita que a pessoa conheça profundamente elementos como: Criptografia, assinatura digital, etc, etc. Ou seja, é um sistema extremamente simples e eficaz e didático para auditoria. O registro digital do voto--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só um minuto, Sr. Presidente. Queria passar para a Presidência o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Bom, o Presidente me devolveu a Presidência. Pode continuar.

SR. GIUSEPPE DUTRA JANINO: Obrigado. O registro digital do voto. O registro digital do voto é a materialização do voto do eleitor. Ao invés dele ser impresso no papel que é dispositivo extremamente frágil, ele é gravado no dispositivo de memória da urna eletrônica, de uma forma aleatória que não vincula, de maneira nenhuma, o eleitor com o seu voto, mas possibilita uma recontagem. Mas uma recontagem eletrônica, que é o nível da solução que nós temos hoje. Permite uma totalização paralela e uma recontagem de 100% das seções eleitorais. A publicação dos boletins de urnas na *internet.* Aquele mesmo boletim de urna que é impresso na seção eleitoral, que é entregue para os partidos em papel, pode ser verificado, como ele é admitido na totalização. Então, esse arquivo é publicado na *internet* e o fiscal de partido pode verificar se o resultado que saiu na seção foi o mesmo que foi totalizado. Simplesmente utilizando o recurso da *internet*.

A publicação dos boletins da urna é, como todos os senhores sabem, nas seções eleitorais, e são entregues aos partidos políticos, esses relatórios são mantidos por cinco anos. O resultado é registrado numa mídia digital e essa mídia digital é transmitida para os Tribunais Regionais Eleitorais e esses resultados, antes de serem totalizados, conforme está sendo demonstrado, são publicados na *internet*. Ou seja, se possibilita que o fiscal do partido verifique o resultado que saiu na seção, lá na escola, na sala de aula da escola, com o resultado que foi efetivamente totalizado no Tribunal Regional Eleitoral. É uma auditoria extremamente fácil e acessível para os fiscais de partido. E aí, como é representado, finalmente efetua-se a totalização.

Eu chamo atenção para esse gráfico porque aí mostra o que nós temos da história do processo eleitoral brasileiro. Esse eixo representa a segurança e a transparência do processo e aqui a cronologia. Então, em 1996, 1986, foi... Se tomou a primeira ação no sentido da informatização. Foi criado o cadastro automatizado dos eleitores. Em torno de 70 milhões de eleitores. Em 1994 foi... Obtivemos a primeira totalização informatizada. Em 1996 o advento da urna eletrônica com votação nos Municípios em todas as capitais e Municípios acima de 200 mil eleitores. Em 1998, a votação eletrônica nos Municípios com mais de 40 mil e 500 eleitores e, finalmente, em 2000, 100% das seções eleitorais estavam automatizadas e com algumas implementações, como foto para candidatos proporcionais e a tabela de correspondência. A tabela de correspondência é um mecanismo de segurança que vincula a urna com a seção eleitoral. E essa informação é passada para o totalizador. O totalizador não recebe um boletim de urna que não tenha a relação de uma urna oficial com a seção eleitoral. É um dispositivo de segurança, é mais uma barreira de segurança.

A partir de 2002, nós tivemos uma... Uma auditoria no nosso sistema por meio da UNICAMP, e a UNICAMP fez um estudo aprofundado no nosso sistema, analisou a realidade da sistemática utilizada e emitiu

um relatório que foi bastante positivo para o nosso sistema eleitoral brasileiro. Inclusive, colocou oito recomendações, e todas essas oito recomendações foram já atendidas. Mostrando aí que a Justiça Eleitoral está aberta para sugestões e melhorias que venham realmente contribuir para a transparência e segurança do processo eleitoral brasileiro. Agora, é importante, eu queria deixar claro e ressaltar que dentre essas oito recomendações, não havia nenhuma delas relativas ao voto impresso. Em 2003, o acompanhamento e desenvolvimento do software, seis meses antes, para que os partidos políticos pudessem avaliar com tempo suficiente o que seria utilizado na eleição e, posteriormente, a sua assinatura digital.

Em 2004, a implementação do registro digital do voto, que é a materialização do voto na forma digital. O sistema hoje é digital. A materialização do voto é o armazenamento dessa informação dentro de um arquivo, de um dispositivo, aonde as escolhas do eleitor são registradas numa tabela, de uma forma aleatória que permite a recontagem. E uma recontagem efetivamente eletrônica. Em 2008 nós colocamos o sistema Linux em todas as urnas eletrônicas que é um sistema totalmente auditável, é um sistema aberto, além de todos os sistemas já utilizados na eleição também estarem disponíveis e abertos para análise e auditoria em qualquer tempo, não somente, antes da eleição, mas também, posteriormente às eleições.

A análise de segurança feita pelo CTI, Centro Tecnológico de Informação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Submetemos novamente o nosso sistema a uma análise, uma auditoria do instituto competente que fez, ali também, um estudo aprofundado, verificando a realidade, o sistema, os dispositivos de segurança e procedimentos e também apresentou um relatório com algumas recomendações que nós vamos, inclusive, apresentar aqui. Estou acompanhado do Professor Mamede Lima Marques que fez parte dessa Comissão e poderá esclarecer, inclusive, contribuir no sentido de quais foram as impressões e os resultados desse trabalho.

Em 2009 os testes públicos de segurança eletrônica de votação. Se fala muito com relação à fragilidade da urna que na forma... E se estabelecem muitas, digamos assim, estratégias no campo teórico. Nós vamos colocar, agora, em novembro desse ano, a urna a um teste de segurança. Ou seja, todos aqueles que apresentam teoricamente possibilidade de fraudar o sistema eletrônico, terão possibilidade agora de colocar em prática. Nós vamos submeter a urna eletrônica, o processo eleitoral, na verdade, na apuração e votação, a teste de segurança para sondar a segurança efetivamente do nosso processo e, também, ter contribuições no sentido que se quebram, que venham a quebrar algumas dessas barreiras, para que nós tenhamos condição de melhorá-las e torná-las mais fortes.

Bom, agora nós estamos num ponto de decisão. Aqui justamente nesta Casa, no Senado Federal, que é o ponto de decisão da implementação dessa proposta, e mais especificamente do Art. 5º do projeto de lei que volta com uma proposta da impressão do voto. Que é... Fazendo uma análise rápida, algo interessante, porque possibilitaria o eleitor de conferir o que realmente ele está escolhendo. Mas, fazendo um estudo um pouco mais aprofundado, nós já verificamos que essa solução, esse tipo de auditoria, não somente é ineficaz, ineficiente, como também traz um enorme prejuízo. Um nome prejuízo para a situação do sistema eleitoral que hoje nós temos que já evoluiu, conforme nós mostramos aí alguns requisitos ao longo do tempo. Então, nós chegamos em um ponto de evolução e trazendo esse dispositivo de auditoria, nós vamos trazer juntamente com ele a intervenção humana. Como nós já mostramos no início da apresentação, a intervenção humana traz agregada: Falhas, a morosidade, a lentidão, e um portfólio de fraudes inerentes, aonde o ser humano coloca a mão. Falsas suspeições na questão da contagem do papel, se sumiram papéis, se acrescentaram papéis, nós já vamos levantar uma suspeição no dispositivo eletrônico por meio da contagem manual.

A quebra do sigilo do voto que também é uma característica que está apresentada nesse projeto, onde se propõe que o voto seja impresso, verificado, e que haja uma assinatura da urna e do eleitor. Quando há uma assinatura, nós estamos automaticamente fazendo uma ligação do voto dele com... Voto com a identidade do eleitor. E isso quebra um preceito constitucional, Capítulo IV da Constituição que prevê o sigilo do voto. Então, a coisa é muito mais grave do que possivelmente possa parecer. E há ainda outro elemento que foi instituído nesse Art. 5º que é a separação da identificação do eleitor com o seu voto. Ou seja, um equipamento identificando o eleitor e outro equipamento recebendo voto. Como é que nós vamos controlar isso? Como é que nós vamos garantir que aquele eleitor identificado é o mesmo que votou? Como é que nós vamos identificar que aquele que foi identificado vai votar uma só vez? Como é que nós vamos garantir que o número de presença dos eleitores seja igual ao número de votos?

Então, esse é um complicador grave que vai realmente trazer aquela perspectiva que está representada no gráfico ali, em termos da evolução, da segurança e da transparência. Chega até ao ponto de nós questionarmos se, realmente, o papel é o que vale e que a identificação do eleitor também não tem requisitos de

controle, então, por que não voltar ao voto impresso? Porque nós estaríamos no mesmo nível. Vamos voltar realmente à mesma situação a que nós estávamos ali, no início da década de 80 e 90. É o que nós representamos, estamos trazendo lá detrás, de 1995 para trás, aquela figurinha ali do papel em cima da mesa para que nós venhamos a contar o papel e nós sabemos muito bem... Já adotamos uma experiência no Distrito Federal, em 2002. Nós não estamos falando aqui de teorias, nós estamos falando de constatações. Nós vivemos essa situação do voto impresso em 2002 e, principalmente, quem esteve aqui no Distrito Federal conhece muito bem essa realidade. Havia filas nas seções eleitorais até uma hora da manhã. O fechamento da eleição no Distrito Federal levou uma semana, sendo que após a implementação do voto eletrônico, os resultados são obtidos duas horas, três horas depois do fechamento das urnas. Nós levamos uma semana para divulgar o resultado. Então, essas são as consequências. Isso não é, digamos assim, inferências. São constatações, a realidade que nós efetivamente vivemos.

A fraude, já estamos chegando ao final, a fraude é inviável. Inviável por quê? Porque nós não colocamos apenas um dispositivo de segurança, nós colocamos vários dispositivos de segurança encadeados. A análise que nós fazemos é se nós pegarmos um lápis, nós quebramos esse lápis com facilidade. Se nós pegarmos uma dúzia de lápis, já não conseguimos quebrar. Então, sistema eleitoral hoje é... Está representado aí como várias barreiras que são os lacres, mecanismo de software, assinatura digital, criptografia, procedimentos, fiscalização externa e tudo mais. Ou seja, são vários elementos colocados encadeados que tornam a fraude inviável. E se uma dessas barreiras for derrubada ou for vencida, certamente, nós teremos condições de identificar. Agora, para conseguir o resultado final tem que se vencer todas as barreiras. E diga-se de passagem, em 13 anos de história da Justiça Eleitoral, nós não tivemos nenhum caso constatado de fraude.

Os testes públicos de segurança serão feitos em novembro de 2009, são as ações futuras que nós já estamos propondo e coloco, mais uma vez, que estamos abertos para sugestões e soluções que estejam, efetivamente, ao nível da solução que nós temos hoje. A entrega dos registros digitais, RDVs aos partidos políticos. Isso é muito importante, porque o registro digital do voto é a materialização da escolha do eleitor, em forma digital. E essas escolhas, nós vamos entregar aos partidos políticos, fazer uma analogia, como se nós entregássemos a urna de lona para cada partido, para que eles contem os votos que ali estão. Isso é uma coisa inédita, todos os partidos terão todos os votos de todas as seções eleitorais para que possam fazer uma auditoria e, inclusive, uma recontagem. Agora, a vantagem dessa recontagem é que ela permite elementos automatizados, e não pessoas contando papel.

Parcerias com o meio acadêmico, científico. São as ações que já estamos tomando. Novas tecnologias, ampliação da análise do *software* da urna eletrônica e sistemas correlatos. Temos só mais duas transparências. A identificação biométrica do eleitor que é um mecanismo de melhoria muito interessante que vai eliminar a possibilidade de um eleitor se passar por outro. As recomendações do relatório dos professores que estão aí nas pastas dos senhores para que os senhores possam analisar, que analisaram o processo eleitoral hoje. Que colocaram algumas sugestões como a criação de uma comissão pública permanente para analisar e aferir o processo. A melhoria de comunicação dentro do processo eleitoral é a nossa fragilidade, é justamente a dificuldade de comunicar a realidade do sistema que hoje é complexo e atingiu total transparência com ampla divulgação dos programas utilizados na urna eletrônica. Já encerrando, gostaríamos de colocar aqui alguns indicadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exª tem certeza que está encerrando?

SR. GIUSEPPE DUTRA JANINO: Sim. Essa é a última. Penúltima. 30 segundos. Então, 97% dos eleitores aprovam a urna eletrônica. Isso é um indicador importante, uma pesquisa realizada pelo Instituto Nexus. 90% dos entrevistados não relatou qualquer dificuldade para votar usando o equipamento eletrônico. Hoje já está inserido dentro da cultura do brasileiro. Esta foi a conclusão a que chegou o Diretor do Instituto Nexus sociólogo e mestre em Ciência Política, Rodrigo Mendes Ribeiro. De acordo com ele, a urna eletrônica afirma-se como uma unanimidade nacional. Amplamente aprovada pela população, ou seja, 97% e a maioria esmagadora nela confia. E 95% confiam totalmente ou em parte. Então, peço desculpas aí por estender o meu tempo, mas só queria deixar o último recado. A Justiça Eleitoral está aberta e, como demonstramos aí, várias implementações na melhoria e implementações tecnológicas de procedimento. Continuamos abertos. Mas só que nós precisamos de soluções que estejam hoje ao nível da maturidade da evolução que nós chegamos. Precisamos, eu volto a ressaltar, mais cérebro do que braços para fortalecer o processo eleitoral brasileiro. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Giuseppe. Eu queria dizer que eu deixei bastante à vontade o tempo porque é importante passar para o telespectador da TV Senado que, com certeza, tenham

oportunidade de ver a demonstração com o retroprojetor aqui, de como funciona toda essa estratégia. Por isso que eu deixei o tempo bem à vontade, para tirar as dúvidas em casa, do telespectador e tudo mais. Mas eu prometo que agora vou ser um pouco mais duro no tempo. Passarei ao segundo convidado, Sr. Jorge Stolfi, Professor Titular do Instituto de Computação da UNICAMP. Tem V. Exª o tempo de dez minutos.

SR. JORGE STOLFI: Bom dia, senhores, Excelências. Eu gostaria de começar agradecendo a Exª. Sr. Senador Demóstenes Torres, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, ao Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, ao Senador Flexa Ribeiro, e as Exªs, o Senador Marco Maciel, Senador Eduardo Azeredo, Senador Flávio Torres e o Senador Renato Casagrande pelo seu empenho em criar esta Sessão de Audiência Pública e dar a minha oportunidade de falar nela. Eu tenho, acho que, estou confortado que apesar de ter 10 minutos para falar, eu tenho a sorte de ter uma missão relativamente fácil. Meu papel aqui é discutir especificamente o Art. 5º da proposta da Comissão... Da lei de... De nº. 141/09 que diz respeito à introdução do comprovante impresso e à separação entre a máquina de identificação e a máquina de votação. E os fatos aí que dizem respeito a esses dois assuntos, em particular, são muito simples. São fatos conhecidos, que máquinas de votação totalmente eletrônicas, sem comprovante impresso, como é a urna eletrônica usada atualmente no país, são inaceitáveis para... Por causa de riscos incuráveis e extremamente graves de segurança, que dizem respeito, especificamente, a fraudes cometidas por pessoas de dentro.

Todas as medidas que o Sr. Secretário do TSE descreveu aqui são excelentes e eu tenho certeza de que elas são implementadas com a maior competência, mas todas elas são eficazes apenas contra ataques externos, contra... Todas elas... Porque todas elas pressupõem que o *software* que está na urna é confiável. Todas elas, em algum ponto, dependem dessa suposição. Infelizmente, não há tecnologia que permita garantir esse pequeno ponto fraco de todas essas tecnologias. Não há tecnologia que permita garantir que o *software* que está na urna no dia da eleição é o *software* que o TSE acreditava que estava lá. Não há tecnologia... Não há perícia que possa ser feita na urna, depois da votação, para descobrir se o *software* que foi usado durante a votação é o *software* que está lá depois da votação.

Há técnicas que são até acessíveis a adolescentes, hoje em dia, que permitem introduzir *software* maligno no computador que faz a fraude ou o dano que for necessário e, no final se apaga sem deixar vestígios, de modo que uma perícia, simplesmente, não consegue descobrir o que foi que aconteceu. É por causa desse risco, e é um risco que, infelizmente, não tem solução conhecida, que peritos em todo mundo, todas... Os relatórios independentes concluem que o método de um equipamento de votação, um sistema de votação qualquer em que a informação sobre os votos está em algum momento concentrada totalmente dentro de uma máquina, não apresenta garantias de segurança.

Uma máquina pode ser programada para além de fraudar eleição, além de roubar 10% de votos talvez em todas 400 mil urnas no país, ela pode ser programada para mentir a respeito de si mesmo. Ela pode ser programada para apagar os vestígios da própria fraude. Essa é a realidade. E por essa razão, por exemplo, os Estados Unidos que trocaram todas suas urnas... As máquinas mecânicas de votação. Em seguida, os problemas que houve na eleição de 2000, agora estão trocando de novo as máquinas eletrônicas que eles instalaram, sem registro de voto, por máquinas com registro de voto. A maioria, creio que dos Estados Americanos, já passou legislação proibindo máquinas de votar sem registro impresso e, exigindo, além disso, a contagem obrigatória de uma porcentagem dos votos depois da eleição. Contagem manual dos votos impressos.

O Secretário Janino mencionou nas suas transparências, quer dizer, uma frase que acho que é bastante reveladora, que o *software* da urna se autoverifica. E esse é exatamente o ponto fraco. Todas as verificações que são feitas, por exemplo, mesmo as verificações que são feitas com programas dos partidos, das assinaturas digitais do *software* que está na urna, dependem da colaboração do *software* que está na urna, que vai oferecer os arquivos a serem verificados. Ora, o *software* na hora de fornecer esses arquivos, se ele estiver comprometido, ele vai obviamente fornecer as versões corretas do programa, aquilo que deveria estar lá e não aquilo que realmente está sendo usado na urna. A outra frase que acho que o Secretário mencionou é a questão que a introdução do voto impresso criaria falsas suspeições. A isso eu acho que devo dizer o que significa um sistema confiável de votação. Acho que um sistema confiável não quer dizer que o TSE confia nele, que o Ministro do TSE venha e diga que nós temos certeza que o *software* é confiável. Confiável quer dizer confiável pra mim, confiável para todos os senhores, confiável para os 200 milhões de eleitores do país. E, principalmente, confiável para os candidatos que perderam a eleição e para os eleitores que votaram nele.

E eu prefiro muito mais uma falsa suspeição que é demonstrada fácil pela recontagem de votos do

que uma suspeição que nunca vai ser resolvida se é falsa ou verdadeira, de que houve marmelada, que o programa que foi... Que fez... Que recolheu os votos dos eleitores, não trocou os votos na hora de contar. Todas as medidas, por exemplo, o secretário mencionou o RDV. O RDV, na verdade, parece que é uma... Permite a recontagem independente, mas se a gente for examinar as fontes dos dados que geram o RDV, são exatamente os mesmos dados que geram o boletim de urna. E a urna eletrônica o mesmo *software* que gera as duas coisas.

Portanto, se o *software* está comprometido de modo a fraudar um, vai fraudar obviamente o outro. Os dois vão ser consistentes. Quer dizer, verificar o RDV contra o boletim de urna é como o fiscal da fazenda pedir uma nota fiscal e desconfia que a nota é nota fria e pede uma xerox da nota fria para a mesma firma, para conferir as duas. É basicamente esse... Esse que é o problema fundamental do voto sem comprovante. Que se você tem só uma fonte, um lugar onde a informação dos votos está guardada em determinado momento, qualquer fraude naquele ponto torna-se absolutamente indetectável. Quer dizer, é verdade, até agora não houve nenhum caso comprovado de fraude, especialmente, fraude interna. Mas também não poderia haver, se a fraude é bem feita, infelizmente, não há como comprovar que a fraude tenha ocorrido ou não.

Finalmente, eu queria mencionar outro ponto que é a questão da teoria versus prática sobre o que vai acontecer se a gente introduzir o voto impresso. A teoria é que isso vai causar, vai ser um desastre que vai causar atrasos, que vai criar um monte de problemas. A prática, infelizmente... A prática... Ou felizmente, que é aquilo que se tem observado em todo mundo aonde esses sistemas foram introduzidos é que esses sistemas funcionam sem maiores problemas, que não só isso daí, mas ele traz ao público uma confiança, especialmente, torno a frisar de novo aos candidatos derrotados, a confiança de que realmente eles foram derrotados. [soa a campainha]. Bom, eu devo dizer que as mesmas considerações se aplicam quanto à separação dos equipamentos... Posso avançar alguns minutos, Sr. Presidente? A separação entre o equipamento que identifica o voto e o equipamento do leitor--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só para organizar. Quantos minutos? Três minutos, está bom?

SR. JORGE STOLFI: Três minutos. Três minutos, está bom. Essa também é a prática comum. Hoje em dia, é o padrão de máquinas de eleição. Não cria caos nenhum, simplesmente, você tem uma [ininteligível] na frente que identifica o eleitor e as máquinas de recolher voto ficam atrás. O controle é tão... Qualquer falha que possa haver de um eleitor se identificar e outro eleitor votar é a mesma que acontece hoje. Se os mesários, os fiscais que estão lá não ficam atentos a essas coisas, pode acontecer com a urna eletrônica de hoje, com a urna eletrônica biométrica também. Nesse sentido, a proposta de Lei da Câmara nº 141/09 vem simplesmente atualizar a tecnologia de votação eletrônica do país em colocá-la em linha com aquilo que já é fato... Aquilo que é o lugar comum no mundo inteiro. Nesse sentido, acho que não há... Aliás, essa medida simplesmente reinstala aquilo que este Senado já aprovou em 2001, com presciência e com clareza de entendimento que é... Aquilo que já era, naquela ocasião, já era óbvio. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Acabamos de ouvir o Professor Titular do Instituto de Computação da UNICAMP, Professor Jorge Stolfi. Passaremos agora ao próximo convidado, Sr. Amilcar Brunazo Filho, representante Técnico do PDT para Acompanhamento, Desenvolvimento Sistemas Eleitoral de 2000. Como é do PDT, da época do pró-consulte do Brizola, com certeza, teremos alguns questionamentos sérios aí. Passo a palavra a V. Sª.

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: Muito obrigado, Presidente. Gostaria de agradecer ao Presidente Wellington Salgado pela oportunidade, mas também agradecer aos Presidentes da Comissão CCJ e CCT, Demóstenes Torres e Senador Flexa Ribeiro, aos relatores do Projeto de Lei do PLC Nº 141, Senador Marco Maciel e Senador Eduardo Azeredo, e gostaria de agradecer pessoalmente aos Senadores que pediram, fizeram a petição para que nós fôssemos ouvidos, O Senador Flávio Torres e Senador Renato Casagrande, por esta oportunidade que considero muito importante. Primeiramente, gostaria de me apresentar, eu sou engenheiro, trabalho no acompanhamento do... Como representante do PDT, acompanhamento do desenvolvimento dos sistemas junto ao TSE desde 2000, todas essas evoluções que foram apresentadas aqui eu acompanhei. Boa parte delas, não foi dito, foram solicitadas, algumas sugeridas por mim, outras solicitadas. Por exemplo, em 2000, nós solicitamos a abertura do software, do *software* de segurança de criptografia e solicitamos a abertura do *software* básico que era o sistema operacional. Solicitamos o uso de assinatura digital e a publicação da chave.

Em 2000, todos esses pedidos foram rejeitados, mas com o tempo foram sendo implementados e, hoje, estão entre salvaguardadas tudo isso que nós dissemos. O *software* aberto, sistema de criptografia que a gente pode avaliar, assinatura digital que nós solicitamos fosse implementada para que fosse permi-

tido que os partidos verificassem a assinatura digital dos programas, tudo isso foram solicitações nossas. Outras sugestões nossas nesse processo. O teste de votação paralela, aqui que foi apresentado como uma das grandes salvaguardas do sistema. Foi colocado na lei, a lei era... O Projeto de Lei do Senador Requião, depois substitutivo do Tuma e eu fui assistente dos dois. A redação do artigo da lei que diz que tem que ter teste de votação paralela é de minha redação, é de minha autoria.

Enfim, tem muitas coisas que estão implementadas hoje que desde o começo desse processo, quando comecei a participar, em 2000, venho sugerindo, algumas coisas vêm sendo acatadas, nem sempre com a celeridade que eu gostaria, mas acaba sendo acatado. Uma coisa muito importante que foi acatado agora 2008, foi citado aqui como uma das salvaguardas, se refere ao processo de totalização que é a publicação do boletim de urna na *internet* que, junto com a impressão do boletim de urna, que isso já existia antes, tornou possível e nas palavras do Secretário do TSE, tornou muito barato e muito fácil para os partidos fiscalizarem a totalização. Isso é um ponto muito importante porque aqui ele está falando que um procedimento, onde há boletim de urna impresso, ou seja, em papel, e a disponibilidade do dado digital para ser conferido a gente pode fazer uma conferência muito barata que independe do *software*. A gente não precisa saber se o *software* de totalização, a gente que eu digo, os partidos, não precisam saber se o *software* de totalização é honesto, se não é honesto, a gente pega os boletins de urnas impressos no papel, que saem nas seções eleitorais, o máximo que puder, se não conseguir 100% não há problema, não é necessário recolher 100%, faz uma amostragem em tempo hábil, é suficiente. Depois compara com os dados que foram os dados da totalização e a gente confere a totalização desse jeito.

Então, todas essas sugestões, a publicação do boletim de urna na *internet* para facilitar essa auditoria foi mais uma das sugestões nossas do PDT para esse processo. Eu quis fazer essa primeira apresentação minha, só para mostrar que eu acompanho esse processo há muito tempo, estudo esse processo há muito tempo. Não vou esconder aqui o orgulho de me considerar uma pessoa muito bem informada a esse respeito e em nível teórico e, principalmente, o que eu posso trazer para os senadores em nível prático. Como fiscal do PDT e não só do PDT, já trabalhei para todos os partidos políticos, em geral pós-eleição, antes da eleição eu costumo dar aulas como faz a fiscalização e depois da eleição sou chamado para fazer auditorias ou acompanhar auditorias como assistente técnico. Já trabalhei para todos os partidos políticos, tenho muita experiência nisso, muito conhecimento da prática. E o que eu posso trazer para os senhores é justamente essa questão da prática. Porque uma coisa é a apresentação teórica que de todas as salvaguardas e, outra coisa, é como funciona na prática.

Vou falar então aqui um breve histórico de como chegamos a essa situação hoje aqui num projeto de lei aprovado na Câmara que está aqui para ser votado no Senado. Em 2002 foi aprovado... Foi em 2001, acabou sendo sancionado em 2002, um projeto de lei de autoria do Senador Requião com substitutivo do Senador Tuma que criava o voto impresso e auditoria do voto impresso, auditoria independente do *software*. Como a lei foi criada, sancionada em 2002, não valia para eleição de 2002. Em 2002, então, foi feito um teste que já foi citado aqui pelo Ministro Jobim a semana passada, ele era Presidente do TSE, ele propôs que fossem testadas 5% das urnas o uso do voto impresso. Antes de a lei valer mesmo, passaria a valer em 2004, ela foi derrubada por outra lei de autoria do relator, o Senador Eduardo Azeredo, que retirou o voto impresso, retirou a auditoria independente do *software* e criou o registro digital do voto, sem criar uma auditoria equivalente com ele. Isso é uma parte do projeto de lei.

Outra parte se referiu ao Art. 66 da Lei nº 9504, se falava dessas outras salvaguardas, apresentação do software, uso de assinatura digital no *software,* apresentação partidos, 180 dias, o... A votação paralela, teste de votação paralela, a impressão da... Tudo isso aí estava também incluído na lei que incluiu todo esse conjunto de salvaguardas que foi aprovado em 2003 e, então, desde 2003 tem valido. Essa lei tem vigorado e os partidos têm convivido com ela para tentar fazer fiscalização e nisso eu tenho muita experiência. O que aconteceu é que depois de várias eleições com essa lei vigorando, muitos candidatos começaram a sentir, tentar fazer essa auditoria que se diz que é possível, pega, faz, analisa o programa, faz verificação de assinatura digital, analisa RDV... Analisa Log... Excluir o Log mas antes o Log era um arquivo que se recomendava muito que fosse estudado.

Muitos partidos tentaram fazer essa fiscalização e tiveram dificuldade. Ela realmente é muito difícil. O Dr. Giuseppe falou que o processo todo eletrônico de votação não é só urna, é todo um conjunto de coisas. O que nós estamos discutindo aqui é um ponto do projeto realmente que se refere à urna. Nós não estamos aqui propondo nada relativo à totalização porque hoje a totalização é perfeitamente auditável e, como ele disse, barato para os partidos auditarem a totalização. O que os partidos não conseguem, tentaram e não conseguiram fiscalizar é a apuração na urna eletrônica. É por isso que o projeto fala da urna eletrônica, é por

isso que estamos discutindo a urna eletrônica e não o resto... Esse projeto de lei aqui não pede para acabar com a assinatura digital, não pede para acabar com a apresentação de sistemas, não pede para acabar com o que já existe. Está querendo criar um jeito de auditar a urna eletrônica.

Diante dessas dificuldades os deputados começaram, a partir de 2007, convocar Audiências Públicas para ouvir o que estava acontecendo sobre isso daí. Foram feitas sete Audiências Públicas na Câmara, na CCJ, foram... Duas vezes foi ouvido o Secretário de Informática do TSE, ele foi chamado para falar duas vezes, apresentar esclarecimentos e depois novamente. Eu também fui chamado duas vezes na Câmara para fazer duas apresentações. Outros professores foram chamados. Eu fui como experiente fiscalizador, outros professores como técnicos e teóricos foram chamados, o Professor Jorge Stolfi foi chamado na Câmara, o Professor Pedro Rezende, que está aqui foi chamado à Câmara, o Professor Mamede que está na Mesa foi também, testemunhou na Câmara. Enfim, a Câmara fez sete Audiências Públicas e foi do balanço dessas opiniões que aconteceram na Câmara que eles formaram um consenso.

Eles perceberam que há uma posição que o pessoal contra o voto impresso defende, e há uma posição que o pessoal a favor do voto impresso defende. Eles analisaram, ponderaram e ganhou a convicção lá que era necessária alguma coisa para tornar auditável a urna eletrônica que hoje tem o tal do registro do voto. E prevaleceu isso e, por isso, acabou aparecendo agora, nessa mini reforma eleitoral, foi incluído, porque na Câmara há já um consenso, uma compreensão de que é necessário fazer alguma coisa na urna eletrônica para permitir que uma forma de auditoria que seja viável, eu digo viável, inclusive, economicamente para os partidos.

E então, depois que houveram essas sete Audiências Públicas foram feitos dois relatórios pela CCJ da Câmara, os dois dizendo da necessidade de impressão do voto. Foram criados alguns projetos de lei que estavam em tramitação até que surgiu essa oportunidade da mini reforma e fizeram a condensação das ideias e colocaram na mini reforma. O TSE, então, convocou, montou um comitê chamado Comitê Multidisciplinar, coordenado pelo Dr. Giuseppe e mais quatro professores que ele indicou, um deles é o Professor Mamede, o outro que está lá, que foram convocados para fazer uma análise dos relatórios da Câmara. Eles emitiram relatório agora, acho que, em junho de 2009, agora recentemente, o relatório em que eles voltam a apresentar a posição da Secretaria de Informática, ou seja, contra o voto impresso.

Então, essa situação que nós temos hoje. Na Câmara, houveram sete Audiências Públicas, com todos os lados se apresentando e com tempo suficiente, e disso saíram dois relatórios a favor do voto impresso e acabou resultando nesse projeto de lei. Há um relatório feito, sob coordenação do Secretário de Informática do TSE, com esses quatro professores, que voltam a reafirmar a posição de que o voto impresso não é suficiente. Não é adequado. E nós estamos aqui para tentar fazer alguma coisa. Vou tentar agora apresentar minha posição, justificar ou contestar algumas coisas colocadas pelo Dr. Giuseppe, e a minha experiência vai sempre vir do lado da experiência na prática, de quem tentou fazer a fiscalização--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Dr. Amilcar, quanto tempo V. Sª vai precisar para essa explanação?

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: Eu não vou apresentar tudo isso que está aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu estou meio assustado.

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: Eu acredito que vou mostrar só dois arquivos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas quanto tempo leva mais ou menos? Porque eu já dei para V. Sª dez minutos, enganei todo mundo e dei mais oito, enquanto todo mundo estava prestando atenção em V. Sª, já tem dezoito, viu? E eu dei bastante tempo para o nosso amigo Giuseppe. Quanto tempo mais?

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: Pediria mais uns 15 minutos, se o senhor me desse... Eu vou acelerar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aí eu tenho que submeter ao meu... À minha Comissão aqui. Quanto tempo mais acham justo?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não, Senador Cavalcante.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria que nós tirássemos o maior proveito dessa reunião, dessa exposição. Porém, nós todos vamos ter que nos retirarmos daqui a pouco. Porque a Sessão Plenária começa às 14h00 e nós temos aí... Estamos próximos a uma da tarde, 13h00, acho que o que puder ser, em termos de... O mais objetivo para poder até dar tempo de nós fazermos as nossas perguntas e V. Sªs poderem dar as respostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu submeto a--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu acho que a tolerância aí de três minutos, ou X, e passar a palavra para os outros expositores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Cinco minutos vou dar para V. Sª. Está bom assim, cinco minutos? Está bom, de acordo?

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: Eu vou fazer um esforço muito grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom, mas aí...

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: Não, eu tenho que atender os senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aí... Senão eu estou sendo injusto com o Sr. Mamede. Cinco minutos.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Mamede o senhor não vai ser injusto, não. Porque o senhor vai poder dar a tolerância igual. Agora, estaria sendo injusto com o Jorge e com o Giuseppe, porque esses--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, o Giuseppe, não. Giuseppe, não. Giuseppe abusou do tempo aqui e da tolerância. O Sr. Jorge, sim.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, já gastamos três minutos nessa discussão. Vamos... Tenho que almoçar, tenho que viajar...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bem resumido, como o Sr. Azeredo, sempre.

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: A condição... Bom, vou direto ao assunto. A questão é a seguinte. Todas as salvaguardas, esses conjuntos de técnicas que hoje são possíveis na urna eletrônica que rapidamente são: Abertura do *software*, assinatura digital do *software*, verificação da assinatura digital do *software*, votação paralela, o registro digital do voto e depois a recontagem do registro digital do voto... Todas essas são técnicas dependentes do *software* da urna. Neste relatório que eu acabei de falar que o comitê interpartidário do TSE fez sob a coordenação do secretário de informática, eles apresentaram o seguinte argumento. Que o voto impresso é uma questão discutível. Eu tenho o texto aqui, a gente poderia ler, mas vou perder meu tempo. É discutível, mas que existem relatórios importantes no mundo, estudos teóricos que dizem que todos os sistemas têm falhas e qualquer sistema que for adotado tem que ser coberto de salvaguardas para tentar corrigir essas falhas de segurança para poder funcionar direito. E que no Brasil, isso valeria para o Brasil, essa postura, se usa o sistema DRE, *direct recording eletronic voting machine*, sem voto impresso e que, dando as salvaguardas, estaria de acordo com esse estudo muito importante.

Esse estudo chama *voluntary voting sistem guardlines* de uma comissão americana. Eu fui ler esse estudo, ele tem 600 páginas, e lá está escrito o seguinte. Um sistema... Ele é voluntário porque ele não é obrigatório para os Estados Americanos. É recomendação do governo federal para os Estados Americanos. Um sistema eleitoral para ser credenciado, estar de acordo com aquela... Com esse relatório, como eu estou dizendo, foi indicado pelo comitê multidisciplinar do TSE como justificando a qualidade de todo esse conjunto de salvaguardas, lá está dizendo o seguinte, que um sistema eleitoral tem que ter... Eletrônico, para estar de acordo com as recomendações tem que ser permitida auditoria independente do *software.* Auditoria independente do *software* tem que ser feita através de um registro do voto conferido pelo eleitor, independente do *software.* Que o voto impresso conferido pelo eleitor é uma forma, hoje, conhecida de criar auditoria independente de *software* em máquinas eleitorais. Outra forma seria o voto escaneado. O eleitor escreve, põe numa máquina que vai ler e depois segue eletronicamente, mas o voto material continua existindo. É uma segunda forma.

E lá está finalmente a conclusão, dizendo o seguinte, literalmente, senhores: Máquinas de votar DRE que é essa máquina que o TSE usa, como está escrito no relatório, senhores, não é independente do *software*. Ela é dependente do *software.* E, nesses termos, ela não se enquadra nas guias, nas orientações de segurança dessa norma. Ou seja, a norma que eles indicaram que justifica adotar a máquina tipo DRE sem voto impresso diz que máquinas de votar sem voto impresso não se enquadra nas normas. Eu estou aqui usando um argumento, uma norma internacional porque foram eles que citaram elas. Eles citaram isso como justificativa para todo esse *software.* Todas essas verificações, autoverificação de assinatura digital, eu já desenvolvi programa de verificação de assinatura digital, desistimos, a gente não fez mais, desde 2008, abri mão disso, por que? Porque nós colocamos o nosso disquete na urna, a urna liga, acende e fala: Olha, está tudo bem. Não fui eu que fiz a auditoria. Então, nesse aspecto, agora, para encerrar, Senador, muito obrigado pela paciência--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu estou tendo a paciência. Eu estou tentando entender a explanação

de V. Exª, mas eu já sei o seguinte, V. Exª é contra a urna. Isso eu já sei.

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele é a favor do voto impresso, mas que esse sistema pode ser fraudado. Não é isso? Que os organismos internacionais dizem que esse sistema pode ser fraudado.

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: Não, não. Os organismos internacionais dizem que a urna eletrônica, como é, não permite auditoria. Não permite comprovar o resultado. E que uma maneira de permitir, comprovar o resultado é através do voto impresso feito pelo eleitor. Uma coisa muito importante--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Sª conseguiu resumir tudo agora. Não é isso? Agora.

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: Gostaria de dizer o seguinte, não sou contra o voto impresso. O que nós estamos propondo é manter o voto impresso e criar nele uma forma barata dos partidos poderem auditar o resultado. Quem ganhou, saber que ganhou. Quem perdeu... Quem ganhou, poder provar que ganhou e quem perdeu comprovar que perdeu. O voto impresso... Tenho que só refutar, só mais um argumento, foi falado aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas promete que vai ser um minuto?

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: É o último ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas qual o tempo que vai levar?

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: Menos de um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, está bom. Tem a palavra V. Exª.

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: Me surpreendeu quando o Secretário de Informática falou que o voto impresso vai permitir a identificação do voto. Isso é um engano absoluto. O que está escrito no projeto de lei é que deve-se associar o número único com a assinatura digital da urna com o conteúdo do voto. Não tem nada de identificação do voto do eleitor aí. Eu pensei que ele entendia, sabia que essa técnica chamada de número único não é número sequencial. É uma técnica matemática que associada à outra técnica da assinatura digital, permite, vai dar ao voto impresso a possibilidade de ser identificado com a urna. Isso é para impedir a falsificação do voto impresso. Técnica de segurança que não vai, de forma nenhuma, vai ser identificado o voto na urna eletrônica com o voto impresso. Muito obrigado, senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A minha experiência quando eu começo a olhar para os senadores eu já sei que eles já estão satisfeitos. E foi importante o que V. Sª colocou. Acho que os senadores estão de acordo que estão preparados diante da explanação de V. Sª, para acompanhar ou não o que está vindo da Câmara. Passaria agora a palavra ao Sr. Mamede. Mamede Marques. Só um minuto, por favor, Sr. Mamede. Só um minuto para eu apresentá-lo por inteiro, que foi apresentado o requerimento de V. Sª nesse momento. Requerimento não está comigo. Então, tem a palavra V. Sª.

SR. MAMEDE LIMA MARQUES: Bem, gostaria de agradecer a oportunidade de expressar ao Presidente Senador Wellington Salgado, demais Senadores. Gostaria de manifestar alguns pontos importantes do relatório que foi encomendado pelo Ministro Presidente do TSE, Ayres Britto, a partir de um convite feito a alguns profissionais especializados na área, e que eu tenho a honra de compor esse comitê. Trata-se de um comitê, portanto, multidisciplinar com o objetivo de analisar o relatório da Subcomissão Especial de Segurança do Voto, da Comissão de Constituição e Justiça e cada um desses profissionais, eu gostaria de citar cada um deles, o Amândio Ferreira Balcão Filho, e o Antônio Montes Filho do Centro Tecnológico da Informação, vinculado ao MCT. O Professor Ricardo Dahab, da Universidade de Campinas, UNICAMP. Eu próprio, da UnB, e a partir da oportunidade oferecida pelo TSE, de uma completa abertura de todo o processo eleitoral, completa abertura no sentido de acesso irrestrito a todo o sistema, no sentido de... Da possibilidade de análise de cada *software*, de cada detalhe em termos de equipamentos e processo como um todo. Ressaltando também uma... Observação do Ministro Ayres Britto que nós teríamos a completa liberdade de analisar todo o processo e nos manifestarmos independente de qualquer uma posição. Claro que não poderia ser diferente disso.

Gostaria de ressaltar então que pessoalmente nós tivemos... Eu, pessoalmente, tive oportunidade de fazer uma análise bastante específica em todo o sistema, incluindo *softwares*, etc. Não vou evidentemente relatar o que foi colocado, os senhores têm acesso ao documento, gostaria de ressaltar alguns pontos que acho fundamental para o processo como um todo. O primeiro deles é o seguinte, é uma constante a necessidade de fazer uma analogia entre o sistema eleitoral brasileiro com o sistema eleitoral de outros países. Eu

gostaria de ressaltar o seguinte, tem uma peculiaridade em cada um dos sistemas eleitorais, não somente do Brasil, mas de cada país, de cada um desses sistemas são sistemas específicos, são únicos. Significa o seguinte, que o conjunto de pressupostos legais, a estrutura institucional da Justiça Eleitoral brasileira que dá um caráter federal para o sistema, é peculiar ao Brasil. Isso faz com que o nosso sistema eleitoral seja um sistema que não é comprável a outros sistemas, ele não pode ser assemelhado a outros sistemas, porque em consequência disso o sistema que automatiza todo esse processo é um sistema muito específico do país.

Então, fazer uma analogia com outros sistemas é, provavelmente, colocar, dentro de um denominador comum, algo que não é possível fazer isso. É fundamental que se esclareça que, cada um desses sistemas, como sendo único, merece uma análise específica e, não, uma análise comparativa. A consequência disso é que os aspectos de segurança, todos eles devem ser analisados, existe um princípio norteador que é bastante forte e que acho que está sendo... Não está sendo considerado pelos analistas e que é o seguinte... E foi considerado pelo grupo que é o seguinte, a análise de segurança é contextual. Esse é um princípio. Significa o seguinte, que cada sistema exige uma análise específica sobre os aspectos de segurança. Como a minha primeira premissa foi que o sistema eleitoral brasileiro é único, consequentemente a análise, a segurança associada a esse sistema também é única.

A consequência é a seguinte, a conclusão é que todos os aspectos de segurança relacionados a isso devem ser analisados especificamente para o nosso sistema eleitoral. Bom, e quais são esses aspectos de segurança que faz com que exista uma dificuldade muito grande? Veja que o comitê se deteve a um raciocínio da relação custo/benefício da quebra da vulnerabilidade do sistema, da segurança do sistema. Já foi colocado isso, que o sistema de segurança do processo eleitoral brasileiro não está somente na característica de uma urna, da máquina. Essa urna está dentro de um contexto. Qual é esse contexto? Esse contexto é um ritual bastante sofisticado que vai, desde o processo de lacração do sistema de *software,* com participação dos partidos políticos e de um conjunto de pessoas envolvidas, fazendo com que cada um desses processos crie aí uma camada que, para se quebrar essa camada, não é uma questão de quebrar somente o *software*, mas é uma questão de convencer uma série de pessoas envolvidas em todo o processo.

Isso faz com que esses aspectos sejam muito peculiares ao sistema brasileiro. Como o sistema é federativo, isso tem que acontecer não somente nesse específico tempo, mas propagado isso à extensão territorial que ele ocupa, dificultando sobremaneira a quebra dos aspectos de segurança. Veja, de maneira nenhuma, a gente está afirmando a impossibilidade disso, mas nós estamos reafirmando, e essa é a conclusão do relatório, que o custo associado a essa quebra de segurança é extremamente expressivo, fazendo com que, como consequência disso, uma inviabilidade da quebra de segurança. Esta é a conclusão do relatório. Evidentemente, outro aspecto que eu gostaria de ressaltar nesses últimos minutos que me restam é que o sistema, como um todo, é um sistema vivo. O Secretário, a Geni(F) já tinha colocado isso, mostrando naquele gráfico evolutivo, o sistema ainda continua em evolução.

Ações estão sendo propostas. E o relatório feito pelo comitê aponta, inclusive, algumas dessas possibilidades de evolução do sistema, em termos de transparências, testes de vulnerabilidade, o processo de auditorias serem mais instrumentalizado, fazendo com que os partidos tenham uma maior facilidade no processo de auditoria, um processo de comunicação mais adequado porque um conjunto de informações que o TSE detém, deveria ser colocado mais publicamente. Enfim, tem um conjunto de indicações de recomendações feitas pelo Comitê Multidisciplinar que, certamente, deve fazer parte do processo natural que já é, que já existe, de evolução do sistema. Os senhores podem notar que de tempos em tempos vêm novas tecnologias, as coisas mudam, as coisas se transformam e o TSE tem acompanhado isso. Ressalto, inclusive, a iniciativa de adoção das tecnologias relacionadas à biometria que vão fazer com que uma nova camada, um novo aspecto de segurança seja utilizado fazendo com que o sistema fique mais robusto em termos do processo de segurança como um todo. Gostaria de agradecer.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Mamede Marques pela sua exposição e vamos abrir os questionamentos. Pela lista de inscrição, mas... Regimentalmente, o autor do requerimento tem precedência. Então, Senador Flávio Torres, como autor do requerimento pode iniciar os questionamentos. Eu perguntaria aos Srs. Senadores se nós podemos fazer os questionamentos em um único bloco e ouvirmos, em seguida, as respostas dos convidados. Então, como há o consenso de todos, faremos em um único bloco e ouvindo os Srs. Senadores presentes. Em primeiro, o Senador Flávio Torres, com a palavra.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, senhores componentes da Mesa, excelentís-

simos Srs. Senadores. Nós estamos promovendo aqui uma Audiência Pública, no sentido de esclarecer a nós senadores que vamos votar, vamos tomar uma decisão e, ao mesmo tempo, ao eleitorado brasileiro que assiste a discussão. A prova da isenção de que nós queremos ouvir é que eu próprio que puxei a Audiência Pública, porque tenho uma convicção da importância do voto impresso, assinei o convite do Dr. Mamede que é exatamente pensando justamente o contrário. Quer dizer, eu não quero aqui tomar... Quero que a gente ouça democrática, até para que eu tome a minha posição. Eu queria fazer uma pergunta. Eu estou acostumado, eu que sou da academia, a ouvir teorias contraditórias e fundamentadas. E isso é uma coisa que não me assombra. Agora, eu queria esclarecer uma coisa. O Dr. Giuseppe afirmou que o voto impresso significa necessariamente fraude, possibilidade de fraude e a quebra do sigilo do voto do eleitor. Isso eu ouvi dele.

Eu ouvi do Amilcar Brunazo o contrário, que o voto impresso não significa nem a possibilidade de fraude e nem a quebra de sigilo do eleitor. Então, eu queria que vocês comentassem, especificamente, sobre essas possibilidades. Uma coisa bem imediata. Essa é a pergunta. E eu queria perguntar ao Professor Jorge Stolfi, que é da UNICAMP, nos é dado um relatório da UNICAMP que avaliou o sistema e esse relatório apresentou uma série de sugestões e não apresenta o voto impresso como uma sugestão para aprimorar o sistema. Eu queria que o senhor comentasse sobre isso. Eu só tinha isso a perguntar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Flávio Torres e passo a palavra ao segundo inscrito, já que os senadores autores do requerimento, Senador Renato Casagrande e Sérgio Zambiasi não se encontram, ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu agradeço, Sr. Presidente, e gostaria de fazer, antes de iniciar sobre o tema, fazer uma ressalva. Que bacana no Senado Federal ter senadores suplentes. V. Exª chegou nesta Casa através da suplência, estava sentado na cadeira presidindo essa sessão, um senador chegou nesta Casa como suplente, eu estou aqui fazendo uma pergunta como suplente, o autor desta nossa audiência é um brilhante novo suplente na Casa. A presença do Senador Flávio Torres, ela se justificaria no Senado Federal somente por ter feito essas convocações dessas Audiências Públicas. Veja, Sr. Senador Presidente, nós estamos nesta Casa aqui nesse momento, com a presença de quatro senadores. V. Exª, eu, Senador Eduardo Azeredo, estamos aí com o Senador Flávio Torres e com a ausência momentânea do Senador Wellington Salgado.

Então, veja, nós estamos hoje em quatro, estávamos em cinco, mesmo se estivéssemos em cinco estaríamos com menos de 6% da presença dos senadores do Senado Federal que compõem o todo do Senado Federal. Eu acho o assunto, que está sendo discutido, de extrema, extrema importância. É um assunto... Muitas vezes nós vimos esta Comissão ou outras comissões lotadas que parece que não se consegue uma vaga nem para se sentar. E, lamentavelmente, nós não estamos como senadores dando a importância dessa discussão nesse momento. A presença de apenas quatro senadores para discutir o assunto eleitoral, eu acho que é um... Eu lamento. Gostaria de fazer esse registro lamentável. Excetuando o Senador Eduardo Azeredo, que tem uma experiência política fantástica, ex-governador, que está aqui graças à sua liderança e graças a seus votos, nós outros estamos aqui, frutos de termos vindo dos supostos senadores sem votos. Cessado esse registro, gostaria de me ater ao tema que é o seguinte.

Em 2002, na Paraíba existiam eleições majoritárias e nessas eleições foi questionada uma suposta fraude que aconteceu nessas eleições. Existiram várias ações dos partidos eleitorais, tentando identificar e comprovar a existência de fraude ou não. E não se conseguiu. Conforme foi dito aqui pelo Dr. Amilcar, existe alguma fragilidade no tocante à apuração da fraude após passado o processo eleitoral. Na informática, eu não domino, mas o que eu consigo me informar é que hoje existe... Existem tecnologias que... De acesso fácil e que permitem que a urna, em si, possa mudar a qualidade da sua informação entre o momento da eleição e o momento pós-eleição, pós-votação, no qual a exponha à possibilidade de fraude. Principalmente, quando em determinada cidade ou em determinado Estado possa haver uma cumplicidade do Tribunal Eleitoral. É humano, eu tenho o maior respeito pelo Tribunal Superior Eleitoral, tenho o maior respeito pelos Tribunais Regionais Eleitorais de todos os Estados, porém o ser humano é passível de influência, passível de fraude, passível de agir.

Então, se eventualmente houver uma cumplicidade com a estrutura de um eventual tribunal, estou partindo do campo da suposição, não estou fazendo nenhuma afirmação, o conceito atual da urna eletrônica passa a ser fragilizado. Razão pela qual eu perguntaria, a pergunta vem dirigida a todos, se nós não poderíamos, na próxima eleição, fazermos alguns simulados, vamos dizer, o objetivo... Existe uma barreira de dificuldades, mas acho que exceder em proteção à urna eleitoral, exceder permitir que os partidos políticos tenham uma aferição maior, eu estou... Assisti a primeira palestra aqui, inclusive, com o atual Minis-

tro da Defesa, que foi muito enfático, bateu na mesa e disse que o que estava se discutindo era uma coisa produtiva que garantia as urnas e tal.

Eu tenho maior respeito à explanação do Giuseppe foi muito bem feita, mas eu perguntaria especificamente ao TSE: O que nós podemos... Que mal ocorreria se nós tentássemos aprimorar no tocante à defesa desse sistema? O que nós poderíamos criar, ter a criatividade brasileira, já que foi dito que a tecnologia brasileira eleitoral está, em nível mundial, como muito avançada. Que dano, qual é o mal que nós estaríamos fazendo, se nós estaríamos, nesse projeto que está aí, que eu não domino a tecnologia nem a intenção do projeto, que ele poderá... Poderia ser até modificado se estiver falho, mas eu acho que nós poderíamos migrar para alguma outra tecnologia, alguma outra sistemática que não fosse a sistemática atual porque, tecnologicamente, existem várias afirmações de que com a participação fraudulenta de partes integrantes do todo, possa permitir que haja imprecisões ou, pelo menos, não permita a aferição por parte dos partidos políticos da validade de determinadas urnas.

É basicamente isso e mais uma vez gostaria de parabenizar o senador suplente que muito honra que a passagem dele aqui pelo Senado, qualquer que seja o tempo já marcou época, já marcou validade, somente por nós estarmos hoje, aqui, tão poucos discutindo um assunto tão importante. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti e passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, relator na CCT do projeto que trata da questão da Lei Eleitoral. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores expositores. É natural que os políticos todos tenham algum receio, tenham o pé atrás com questões de votação. Afinal de contas, é uma definição de uma vida pública que está em jogo. Eu já perdi, já ganhei eleições, então, entendo que essa ansiedade exista. É natural que isso aconteça. E, vez por outra, a culpa sempre é colocada no processo eleitoral. Entretanto, eu já acompanho esse processo desde 1974, quando era analista de sistemas da IBM e eu participei da totalização de votos pelo... Do antigo MDB. Isso foi continuando, em 76, 78, 82... Em 82 foi o ano que teve o problema da própria PRÓ-COMPUTER(F) do Rio de Janeiro, e em Minas Gerais eu era o fiscal eu lembro bem, que teve um problema que os boletins que eram enormes, boletins enormes com os quadrinhos de votos, eles eram primeiro xerocados, a cópia e entregue ao SNI. Depois é que vinha uma cópia para nós. Os fiscais dos partidos... Eram cinco partidos na época, apenas o PDT, o PSDB, o PMDB na época, o PDS, o PT já existia e o PTB.

Então isso, na época, ainda levantei essa questão e foi resolvida, passou-se a ter a informação simultânea aos partidos. A apuração com esse processo que nós tínhamos manual, de preenchimento de boletins era uma coisa extremamente frágil e que trazia um prazo enorme de votação... Depois eu fui Presidente da PRODEMG, em 86, a empresa mineira de informática e ela fez a contabilização final dos votos, a totalização, a digitalização demorou mais de 20 dias para conseguir terminar o processo eleitoral. Então, eu venho desde essa época acompanhando essa discussão sobre a automação. A necessidade de uma automação. Fui ao exterior, fui à França, fui aos Estados Unidos para ver quais são os métodos que fazem uso e, na verdade, eles não avançaram muito. Nós é que avançamos muito mais do que eles.

Nos Estados Unidos eles têm um sistema muito variado. Não é um sistema só. Cada cidade, cada Estado, talvez, não cidade, cada Estado usa um sistema diferente. Ainda nós vimos aquele vexame da questão do voto perfurado, do cartão perfurado, mas existe também o voto por *internet*. Então, a primeira pergunta é essa, com o voto com a *internet,* como é que nós vamos ficar? Nós vamos chegar no voto pela *internet* um dia. E aí? Como é que fica o voto impresso? Porque você imprimir o voto e entregar para o eleitor, evidentemente, você tira toda a inviolabilidade do voto. Não pode entregar a cópia para o eleitor. No caso da *internet*, como você faria? Não é no caso da urna proposta, o voto impresso, eu sei que se propõe, que se verifique no visor plástico e aquele papel não vem para a mão do eleitor. Ele cai numa sacolinha, cai na caixa. Ao cair na caixa, qual é a tendência desse voto? Ele caindo sequencialmente. Primeiro voto cai primeiro, o segundo cai depois, o terceiro cai depois. Na hora de fazer a contagem desse voto, manualmente, se tiver caído direitinho, o voto que está lá é de quem votou primeiro, o segundo de quem votou segundo... Então, o risco da violação está colocado aí.

Em 2003 nós aprovamos aqui um projeto que é exatamente do registro digital do voto para que nós tenhamos no *chip* para entendimento mais claro, tenhamos no *chip,* o voto digitado ali e ele é gravado de maneira aleatória, criptografado. Então, o primeiro voto entra lá na 20ª posição, o segundo entra na centésima, e assim por diante. Não há nenhuma possibilidade de violação de identificação do voto. E ele foi aprovado em 2003 pelo Senado, assim como tinha sido aprovado o anterior, pelo Senado, em 2000. Por quê? Porque se reconheceu que existe uma evolução realmente da tecnologia. Se reconheceu que o uso do voto impresso nas

eleições de 2002 não teve, realmente, nenhuma consequência. Ninguém fez nenhuma recontagem, ninguém solicitou recontagem. Então verificou que houve atraso na votação, que houve quebra de máquinas porque a impressão é mecânica. Então, como hoje, uma questão mecânica, evidentemente, tem mais possibilidade de quebra, de defeito do que uma eletrônica.

Nos Estados Unidos não me parece que seja nenhum exemplo nesse caso. O Senador Flávio foi comigo agora ao Haiti e nós vimos o que pode ser um país desestruturado. E acredito que nós temos que ter orgulho do que o Brasil fez. Do que o Brasil conseguiu avançar nesse setor de automação, o que avançou no setor de Imposto de Renda que é o país líder também. Nós poderíamos dizer assim vamos parar de fazer declaração de Imposto de Renda pela *internet* porque tem algum risco. Tem. Poderia dizer isso também. Por que outros países não copiaram o Brasil e fazem 99% das declarações pela *internet*? Não sei. Mas nós devemos desistir de fazer o Imposto de Renda pela *internet*? Porque outros não copiaram o Brasil? O Brasil é líder no Imposto de Renda pela *internet*. E é conhecido que erro pode haver. A informação do SERPRO é que houve 300 tentativas de passar declarações falsas do Presidente Lula para incriminá-lo.

A declaração dizendo que ele tinha um castelo, coisa desse tipo. E o SERPRO é que já estava alertado e bloqueou pelo CPF do Presidente Lula. Então, eu estou dando esse exemplo para dizer que são pontos em que o Brasil avançou e nós não devemos desistir porque existe alguma crítica ou porque outro país não nos copiou. Nós temos que... O Brasil é a oitava economia do mundo, nós temos que ser adultos. Eu estou falando Haiti porque voltei do Haiti com sentimento assim... Olha, o pessimista de plantão devia ir lá ao Haiti, para ver o que é realmente problema, país com problema. Aqui, não. Aqui a gente fica criando problema. Fica pondo chifre em cabeça... Não tem jeito. Não adianta ficar discutindo essas questões de procurar só problema. Audiências Públicas nós fizemos aqui semana passada, foram nove convidados e estamos fazendo esta novamente e eu fico, portanto, com essa colocação final: Qual reclamação existe? Qual foi o caso em que algum candidato realmente reclamou ou pediu a recontagem de voto? Eu não tenho conhecimento de alguém ter pedido contagem de voto.

Existe aqui no material, Giuseppe, uma informação de que houve um custo de dois milhões. Você vê, Flávio, como é diferente. Tinham te dito que eram seis milhões. Aqui já diz dois. Eu sempre tenho muito cuidado com esse negócio de número porque é sempre assim. Os exageros são enormes. Fala que custou dois milhões para um candidato poder contratar alguns técnicos. Seria isso... O que é essa história? São técnicos indicados pela Justiça Eleitoral. Então, o ponto principal que me deixa com essa interrogação é, exatamente, que a recontagem pode ser feita a partir do registro digital de voto. E ninguém pediu. Mas a identificação, a gravação do registro digital é feita por um programa, e esse programa pode estar manipulado.

Por isso é que o programa tem que ser assinado eletronicamente para garantir que ele é o programa oficial. É isso que eu queria colocar. Acho que o processo nosso é muito bom, é um grande avanço, é um orgulho para o país, não digo que ele seja perfeito, ele tem realmente alguns riscos, por exemplo, na identificação do eleitor, por isso é que eu aprovo a busca da identificação biométrica porque hoje, realmente, se o mesário e o Presidente estiverem em conluio, eles podem autorizar que alguém vote por um eleitor ausente. Porque a identificação é pelo número, e não pela identificação digital. Eu, realmente, ouvi aqui, mas não mudo muito a minha opinião de confiança na urna eletrônica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo. Eu antes de passar a palavra aos nossos convidados, também quero fazer alguns comentários. Essa audiência de hoje basicamente se restringe à questão da utilização do voto impresso ou não. As outras questões todas já discutimos nas audiências passadas. O Senador Eduardo Azeredo ao ser escolhido por mim para relatar esse projeto na CCT, ele o foi por ser um técnico reconhecido, de reconhecida competência na área da informática. Ele tem a sua formação nesta... Nesse segmento, já foi Presidente do PRODASEN, do SERPRO, aliás, desculpe, do SERPRO, e tem um projeto que está em discussão há algum tempo aqui no Congresso que fala sobre os crimes cibernéticos. Que esse da urna não deixaria de ser um deles. Não deixaria de ser um deles.

Realmente, a nós que buscamos a lisura do processo eleitoral, que queremos que as urnas correspondam à vontade dos eleitores, ficamos preocupados com as informações ou boatos que surgem a cada momento da possibilidade de haver uma forma de você fraudar o resultado. Nós sabemos que os sistemas de informática são sujeitos a essas interferências, aos hackers. A informação que se tem... As urnas, até por isso, e aí seria já uma pergunta, até por isso é que o sistema não é integrado. Porque se ele fosse integrado, não haveria necessidade da transferência do resultado de cada urna ser feito *a posteriori* da apuração, para a central do Tribunal. Se fosse integrado automaticamente a urna já transferiria o resultado para a central e a apuração seria quase que em tempo real. Quase

que em tempo real, ou senão em tempo real. Porque à medida que se completasse a votação, ela transferiria e seria, então, computado no total.

Realmente o voto impresso daria ao eleitor uma segurança maior daquilo que ele está exercendo, seu direito de preferência. Aí eu pergunto. Se o voto impresso... Me parece que a grande dificuldade é em ser utilizado, uma já foi dita aqui pelo Senador Eduardo Azeredo, é de que pode tornar o voto não secreto. Ou seja, você tem como identificar em quem aquele eleitor teria votado. Não só por esta condição que o Senador Azeredo colocou, de que à medida que eles fossem sendo impressos, iriam sendo depositados em uma urna, vamos dizer assim, e aí poderia vir na sequência. Mas isso poderia ser resolvido com o embaralhamento antes da apuração. Então, não há... Não há... Mas você pode ter, aí sim, pode ter, e eu perguntaria aos nossos convidados, uma identificação pelo *software.* Pelo *soft.* Quer dizer, você vai identificar no *soft* o voto do eleitor. Eu acredito, e sou parceiro do pensamento do Senador Azeredo, que a forma mais segura para que se tenha um aprimoramento do processo é a identificação biométrica. Em a identificação biométrica a urna será aberta, ao invés de ser aberta pela digitação do código do eleitor, ela será aberta pela impressão digital do eleitor.

Então, isso daria uma segurança para que não houvesse por... Como disse o senador, conluio entre os membros da mesa, votação de uma pessoa que não corresponderia ao eleitor. Mas fiz uma pergunta ao Senador Azeredo, em quanto tempo a gente teria essa condição de ter essa identificação biométrica. Parece que vamos ter agora uma parte já, uma parte experimental disso. E aí a minha pergunta aos convidados é se esse detalhe resolveria a questão do voto impresso, daria segurança para que não houvesse fraude na urna eletrônica. E, por último, a questão da... Do voto eletrônico, ele... Evidente que nós estamos à frente de todos os outros países. E evidente que quando as coisas acontecem dessa forma, a gente, talvez até, por uma síndrome de ser brasileiro, a gente pergunta: Por que os Estados Unidos não usa esse processo? Por que os outros países já do primeiro mundo não usam esse processo? Mas não usam também no sistema bancário. O sistema bancário brasileiro é modelo internacional. É copiado internacionalmente.

Então, eu acho que essa expertise nossa nessa área, tecnologia da informação, nos levou a este avanço. Nos levou a esse avanço. E eu acho que isso está no relatório, mas deveria constar, é que houvesse uma auditagem, Senador Azeredo, como relator, num determinado percentual de urnas. Aleatória. De tal forma que a verificação da recontagem, se fosse feita nessas urnas. 1%, 2% das urnas em cada seção eleitoral, cada zona eleitoral. Então, com isso daria já a possibilidade de evitar uma fraude porque haveria evidentemente essa verificação e, em havendo essa distorção entre o que estava apurado e o que foi verificado, levantaria suspeição sobre todo o processo e, não, evidentemente, só sobre aquelas urnas. Seria todo o processo colocado em suspeição. Eram essas as questões que eu queria fazer, mais comentários e questionamentos e vou passar a palavra aos nossos convidados, para que possam, em bloco, responder os questionamentos dos Srs. Senadores. Começando pelo Dr. Jorge Stolfi.

SR. JORGE STOLFI: Muito obrigado. Bom, primeiro às observações do Exmº. Senador Flávio Torres. O senhor pergunta a questão, se o voto impresso afinal traz ou não traz maiores possibilidades de fraude ou possibilidades de quebra de sigilo. Se o voto for implementado como está proposto na PLC nº 141/09, eu não consigo imaginar como isso pode aumentar a chance de fraude. Claro que pode haver fraudes, as mesmas fraudes que há hoje no sistema eletrônico, por exemplo, de mesários desonestos votarem por candidatos ausentes. Isso existiria e existirá.

A urna biométrica, talvez, elimine esse perigo, mas não estamos questionando a urna biométrica. Estamos questionando a necessidade de voto impresso. Da mesma maneira o sigilo, se for implementado da maneira como está especificado na coisa, em que você tem uma separação entre as máquinas que registram os eleitores e as máquinas onde o eleitor vota, e a urna pode estar acoplada à máquina ou pode estar separada, isso há vários modelos em vários países. Isso daí impede que você, olhando para a sequência com que os eleitores votaram, consiga casar isso com a sequência com que os eleitores depositaram seu voto ao ser registrado. Então, eu realmente eu não consigo ver aonde que a impressão de voto aumenta a chance de voto. O senhor também perguntou sobre a questão do relatório da UNICAMP.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Jorge, aumenta ou elimina? A impressão?

SR. JORGE STOLFI: A impressão não cria... Não cria novas modalidades de fraude, além daquelas que já existem. Ela elimina. Ela elimina esse enorme perigo de fraude que é a fraude centralizada. A fraude por atacado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas V. Sª disse há pouco, eu entendi assim, que mesmo o voto impresso não eliminaria a possibilidade de os mesários estarem em conluio de fazerem a votação por terceiros. Por outro eleitor. Então,

não muda. Pelo que estou entendendo, a impressão, ou não, não altera o processo de segurança?

SR. JORGE STOLFI: A justificativa para a impressão não é esse tipo de fraude. Não é a fraude cometida externamente ao sistema. O objetivo do voto impresso é o voto cometido por dentro do sistema, por empregados--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em alteração do *software,* não é?

SR. JORGE STOLFI: Que é um perigo muito sério. Ao contrário dessas fraudes tradicionais, é uma fraude por atacado, um tipo de fraude que não temos experiência nos sistemas de votação tradicional. Bom, a segunda pergunta é sobre o relatório da UNICAMP. Bom, primeiro esclarecer um ponto aqui, quer dizer, referir a esse relatório como relatório da UNICAMP é incorreto apesar daquilo que está escrito na capa porque ele não foi nunca foi avaliado ou aprovado por nenhum órgão colegiado da UNICAMP, então, não representa a opinião oficial da UNICAMP. Pelo contrário, o mal estar que causou, que se seguiu a divulgação desse relatório, dentro da universidade, levou a reitoria a baixar uma portaria, proibindo docentes que prestam laudas, que fazem consultorias como esta de usar o nome da UNICAMP nesses relatórios.

Então, embora esteja aí na capa que o relatório é da UNICAMP, deve ser entendido como relatório dos docentes da UNICAMP que foram contratados para fazer. Esse relatório... Bom, em primeiro lugar ele analisa... Ele foi feito em 2001 e analisa o *software* que deveria estar nas urnas, na eleição de 2000. E esse relatório, especificamente, não recomenda o voto impresso porque, como ele mesmo diz, ele não considerou a questão da fraude interna. Toda ênfase do relatório foi supondo que não há corrupção interna no sistema de algum tipo, como é que... Se esse sistema é seguro quanto a fraudes externas. E, de fato, quer dizer, eu tenho que reconhecer que o TSE tem se esmerado em produzir muitas medidas de segurança que devem continuar, não há nenhuma razão, inclusive o RDV, não há nenhuma razão para que o RDV seja eliminado, se for introduzida a votação impressa.

Bom, respondendo agora ao Senador Roberto Cavalcanti que infelizmente não está aqui, o senador perguntou... Bom, que mal haveria... Se eu entendi a pergunta. Que mal haveria em aprimorar esse sistema? E é exatamente isso que eu creio que a PLC nº 142/09 quer fazer. É simplesmente aprimorar esse sistema colocando uma verificação extremamente importante que é uma salvaguarda contra fraudes internas que, até onde se sabe, não pode ser sanada de nenhuma outra maneira. O Senador Eduardo Azeredo... Bom, eu me sinto mal de ter que discordar do senhor quanto à validade da verificação do RDV. Quer dizer, eu só posso lhe repetir aquilo que informei. Quer dizer, tanto o RDV, quanto o boletim de urna são retirados, em algum momento, dentro da votação. É uma única informação guardada em um único ponto. De modo que, se compromete aquele ponto, os dois relatórios continuam consistentes, mas fraudados.

É justamente essa questão que o voto impresso tenta resolver, criando o registro do voto, independente que permite, portanto, uma conferência real das coisas. O senhor perguntou também como ficará eventualmente quando houver votação por *internet*. Eu não sei de nenhum lugar que... Talvez a Estônia tenha tentado fazer votação pela *internet*. Mas eu não conheço nenhum país que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JORGE STOLFI: Estados Unidos já fez... Que eu saiba, eles já consideraram essa possibilidade, por exemplo, para os soldados que estão em missão poderem votar via *internet*, usando a rede militar de segurança pública. Bom, todos os relatórios que conheço e analisaram essa questão, concluíram simplesmente que não há condições de garantir segurança em voto pela *internet*. Uma falha que é evidente que eu não sei como poderia ser consertada, como é que você garante que a pessoa que está votando é, realmente, o eleitor e que não tem nenhum coronel com o revólver na cabeça dele, obrigando-o a votar desse jeito ou de outro. Quer dizer, há toda ideia de fazer a votação num lugar especial, com toda segurança, cabine indevassada, ninguém sabe como fazer isso numa votação por *internet*. E é por essa razão que ninguém faz. A UNICAMP inclusive tentou implementar um sistema de votação pela rede para a eleição, para o conselho universitário, agora, recentemente.

Bom, não sei se é muito relevante isso aqui, mas houve, no dia em que isso daí foi usado, houve uma pane, o sistema não pôde ser usado, a pane era do tipo o eleitor digitava o número do candidato, aparecia outro número na tela. Felizmente, foi uma pane visível que levou a universidade a abandonar esse sistema e votar pela votação em papel, até que, bom, algum dia alguém reconheça isso daqui... Isso não é essencialmente uma fraqueza da votação pela *internet,* mas mostra uma fragilidade de sistemas de votação eletrônica, quer dizer que se você... Se esse erro tivesse... Se esse defeito fosse que o voto é mudado, mas aparece certo na tela, ninguém ia ficar sabendo. É isso que alertou... Mesmo as pessoas que eram favoráveis a esse sistema de votação, se deram conta de que... Espera aí, tem riscos que a gente não enxerga enquanto não acontecem, infelizmente.

Então, finalmente para... Não sei se eu respondi a todas as suas questões... Creio que agora... Bom, para responder agora a colocação do Senador Flexa Ribeiro, creio que a proposta nº 141/09 introduz exatamente isso, uma auditoria de 2% das urnas. E é uma auditoria de uma maneira realmente confiável, que qualquer pessoa, mesmo que não confie no governo, pode confiar, porque vai ser feita por fiscais do partido dele, vai ser feita na frente de todas as pessoas, usando uma coisa que... Fraudar uma... Quer dizer, você... É claro, você pode substituir as cédulas, você pode fraudar por voto eletrônico. Mas fraudar as duas coisas, ao mesmo tempo... E fraudar em todas as urnas do país é muito, muito mais difícil do que fraudar apenas a parte eletrônica. A parte eletrônica você pode fraudar mil urnas com quase a mesma facilidade que frauda uma. Fraudar mil urnas com os votos comprovantes em papel requer pessoas indo lá, furtivamente trocando as urnas ou botando mais votos. É uma coisa muito mais arriscada. Bom, eu espero... Obrigado pela paciência. Mais uma vez obrigado pela oportunidade de falar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Jorge. Passo a palavra ao Dr. Amilcar Brunazo Filho.

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: Obrigado, Senador. Ao Senador Flávio Torres, perguntou-se se o voto impresso cria risco de identificação do voto e se aumenta a possibilidade de fraudes. Essa que foi apresentada aqui pelo Giuseppe, do TSE, foi citado também na audiência da semana passada de que o voto impresso vai permitir a identificação do voto porque está escrito no projeto de lei o seguinte, um artigo só... *Após confirmação final do voto pelo eleitor, a urna eletrônica imprimirá um número único de identificação do voto, associado à sua própria assinatura digital.* Houve uma má interpretação, eu pensei que o Giuseppe tinha entendido isso. Esse número único não é número sequencial. É uma técnica matemática que gera um número único a cada interação, esse número associado à assinatura que identifica a urna e ao conteúdo do voto, que não identifica o eleitor, torna o voto impresso, isso seria impresso no voto, torna o voto impresso... Dificulta a falsificação dele.

Quer dizer, se alguém tentar pegar um voto impresso, outro papel, imprimir em outra urna, não vai conseguir produzir número único de identificação que sirva para aquela urna. Então, o sistema de auditoria que o TSE pode desenvolver perfeitamente identificaria que aquele voto impresso é falsificado. Então, esse ponto aqui está sendo colocado para impedir a falsificação do voto impresso, e não para identificar voto, isso foi um entendimento absolutamente errado. Não é nada disso, Senador. Quanto à fraude, se aumenta possibilidade de fraudes, o doutor... O Professor Stolfi já, mais ou menos, comentou. O objetivo do voto impresso é enfrentar uma fraude que, do relatório BRENA, que foi citado pelos professores aí do Comitê Multidisciplinar, foi identificado como a mais perniciosa das fraudes, ou seja, a fraude interna de adulteração do *software*. Lá descreveram 120 modalidades de fraudes, criaram um método de avaliação, quais são os riscos, o potencial de dano dessas fraudes e falaram a principal, a mais perigosa é a adulteração interna do *software* e, para isso, era necessário o voto impresso.

Outras modalidades de fraude, Senador Flexa Ribeiro, não são enfrentadas pelo voto impresso. A fraude do mesário, inclusive, aqui já vou responder uma questão sua que foi colocada aqui. A fraude do mesário desonesto, em conluio, que coloca votos nas urnas, é muito importante que seja entendido, não é resolvido pela urna biométrica. Não é. A urna biométrica, o mesário conluio, no final do dia, sem fiscal, pode continuar colocando votos na urna biométrica. Isso eu posso demonstrar, o dia em que eu tiver tempo e oportunidade, a gente pede para o TSE trazer uma urna biométrica, que a gente faz a demonstração de como é possível isso para um mesário.

Está escrito numa resolução do TSE que todo mesário terá uma senha para liberar o voto para o eleitor, no caso do falso negativo. Ou seja, o eleitor é legítimo, pois o dedo não é identificado, o mesário tem uma senha que ele libera para esse eleitor. Esse mesário de posse dessa senha, sendo desonesto, em conluio com os outros, vai colocar voto na urna biométrica. Urna biométrica não resolve fraude do mesário. A urna biométrica não resolve a fraude da compra de votos, aquela modalidade em que a pessoa compra o título, paga para o eleitor, pega ao título e manda outra pessoa votar com o título da pessoa, porque ele comprou o título. Essa fraude não vai acabar com a urna biométrica, porque vai ser mudada. A pessoa em vez de comprar o título, ela vai dar um celular para a pessoa e fala: Vai lá e fotografa o seu voto e traz o celular aqui ou uma caneta com câmera.

Então, essa modalidade de fraude, de compra de voto não vai ser resolvida pela urna biométrica. A urna biométrica resolve só uma modalidade de fraude, Senador Flexa Ribeiro, que é a modalidade do cidadão que pegava o título do filho, do pai, do tio que foi viajar, pega o título, vai lá e vota. Vota por ele, vota pelo filho vota pelo pai. Esse não vai conseguir votar duas vezes na urna biométrica. É uma modalidade de fraude muito pequena, pouco perigosa e ela ainda é autocompensada, quer dizer, tem gente que faz isso para um candidato e tem gente que faz isso para

outro candidato. Então, é a única modalidade pra se resolver com urna biométrica. A urna biométrica não resolve tudo isso e por isso não é adotada no resto no mundo. Bom, relatório UNICAMP, o professor resolveu. Gostaria de falar que o relatório UNICAMP foi criado, foi solicitado aqui por uma audiência que teve na CCJ do Senado, pelo Senador Roberto Requião, que nomeou a mim como representante técnico do TSE, representante técnico do Senado, para acompanhar o relatório, desenvolvimento do relatório UNICAMP. E nós apresentamos então 13 quesitos.

Esses quesitos e a assistência técnica que seria feito por mim e pelo Engenheiro Márcio Teixeira, tenho a ata, aqui, da reunião que foi... Da CCJ que foi aprovado esse pedido. Foram excluídos os relatórios chamados da UNICAMP, que não são da UNICAMP, foram oito professores que fizeram e excluíram... Nós não pudemos participar como assistentes técnicos e nossos quesitos, os quesitos do Senado, não foram respondidos. E tem mais, foi dito aqui que as sugestões... As oito sugestões do relatório UNICAMP foram implementadas, não. Uma delas não foi, porque o relatório da UNICAMP sugeria que a verificação das assinaturas digitais fossem feitas pelos fiscais dos partidos recursos próprios. Isso nunca foi permitido. A verificação de assinatura digital é permitida é sempre autoverificação dos próprios problemas da urna. Nunca foi permitido, nunca foi atendida a proposta, essa específica, do relatório UNICAMP.

Falei da biometria que era importante... O Sr. Flexa Ribeiro falou da auditagem, 2% das urnas. Essa é a proposta. A proposta do voto impresso é criar a possibilidade de auditar 2% das urnas. Está no projeto de lei. Tem que imprimir voto em todas as urnas e depois sortear 2% delas para fazer auditoria que a gente chama de *auditoria independente de software.* Auditoria que é barata para os partidos fazer. Assim como na totalização é impossível fazer uma auditoria muito barata que é contar os boletins de urnas e conferir se foram totalizados, a proposta do voto impresso é isso, é tornar os partidos viáveis à auditoria. Então aqui já aproveito para responder à pergunta do Senador Roberto Cavalcanti que falou que, na Paraíba, em 2002, houve um caso em que se tentou descobrir se ouve fraude [ininteligível] e não conseguiram. E não consegue. Isso é característica do sistema da urna eletrônica atual. Não é possível provar.

Essa é a conclusão do relatório feito pelo Professor do Ita que foi chamado para fazer uma avaliação lá em Alagoas, ele concluiu o seguinte. Analisei... Verifiquei Logs, analisei BUs e pediu para analisar o Log, não teve acesso, o registro oficial do voto não foi fornecido para ele analisar. E ele concluiu o seguinte. Com todos esses dados que têm disponíveis nas urnas atuais, não dá para provar que houve fraude. E não dá para provar que não houve fraude. Essa é a conclusão dele e é por isso que a gente está sugerindo o voto eletrônico. Finalmente, ao Senador Eduardo Azeredo, voto na *internet,* ele já respondeu corretamente. Eu vou fazer a questão dos dois milhões, foi no caso de Alagoas, foi cobrado dois milhões do candidato que pediu para fazer a perícia dos registros oficiais dos votos, ele não pagou dois milhões, os registros oficiais dos votos não foram periciados.

Eu gostaria de fazer só mais uma última colocação ao Eduardo Azeredo que falou que o registro digital do voto não viola o voto e que está disponível para a auditoria. Eu vou ler aqui uma... Um ofício do Secretário de Informática do TCE, ele é [ininteligível] do Diretor Geral, na época, era o Dr. Ataíde Fontoura Filho, em resposta a uma petição dos registros digitais do voto para fazer auditoria, dentro daquele processo de Alagoas. Foram feitas as análises, os arquivos e Logs apresentavam inconsistência, foram solicitados registros digitais dos votos para verificar essas inconsistências o que eram afinal. O Secretário de Informática de Alagoas não conseguiu obter os dados, porque estavam criptografados, a lei não diz isso, a lei diz que tem que ser assinado e não criptografado. Teve que solicitar ao Secretário de Informática. O Secretário de Informática respondeu que não poderia entregar os dados, por uma questão de segurança, somente o Tribunal pode abrir os arquivos... No entanto, antes de... É necessário... Bom, cadê? Ele alega, senador, eu teria que procurar agora aqui... Então, para ser mais ligeiro, é o seguinte, que não entregaria os registros digitais dos votos porque existia o risco de identificação do voto se ele entregasse para a auditoria.

Este argumento também é apresentado numa petição que nós apresentamos pelo PDT ao TSE em 2006. A petição foi apresentada em 06 de dezembro de 2006. Nós pedimos acesso aos registros digitais dos votos de cinco Estados. Esta petição não foi respondida até hoje. Eles continuam decidindo se vão entregar ou não. Mas, dentro do processo, existem duas manifestações, uma da Secretaria de Informática, uma da Secretaria Jurídica, dizendo que não devem entregar os registros para o partido solicitante, o PDT, porque haveria o risco de identificação do voto. Essa técnica de identificação do voto, através do RDV, foi primeiramente anunciada pelo Professor Jorge Stolfi. Assim que lei foi aprovada, ele falou: *Olha, se a gente pegar esses dados de correlação que existem no registro digital do voto, dá pra fazer uma modalidade assim...* Não é tão simples, não é nada que você pega o arquivo e olha... Não é assim que faz. O eleitor tal votou para tal. Não é

assim. Mas existia a possibilidade de violação através do voto de cabresto.

Esse problema já foi resolvido agora, em 2008, através de uma sugestão nossa, nós conseguimos convencer o Secretário de Informática que adotou e quebrou a tal correlação. Então, hoje, o registro digital do voto não permite mais aqueles estudos de correlação que o senhor alegava que permitiria... Que os partidos poderiam verificar se votou em dobradinha ou não. Isso não é mais possível porque essa possibilidade, isso que existiu até 2006 permitia a violação do voto através do registro digital do voto. Era isso que eu queria colocar. Agradeço aos senhores e muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Amilcar Filho. Pela ordem, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero só colocar que a nós cabe fazer a lei. A lei diz com clareza que a apuração, a verificação da urna pode ser feita através do registro digital do voto. Evidentemente, que cabe ao TSE definir de que maneira realmente os partidos podem pedir a recontagem urna por urna. Evidente, que pedir todos os arquivos dos 130 milhões de eleitores brasileiros é uma questão mais ampla. Então, mas cada urna, o objetivo da lei com o registro digital, onde os registros estão gravados aleatoriamente, ela não permite a identificação do voto. Ela não permite a identificação do voto porque está gravado de maneira aleatória essa questão de você combinar os votos todos, já está corrigido, então, foi uma maneira que o TSE não implementou o que estava na lei previsto, o objetivo da lei. Agora, eu quero só ainda, Senador Flávio, o § 2º aqui, da lei, diz assim: *Após a confirmação final do voto pelo eleitor, a urna eletrônica imprimirá um número único de identificação do voto, associado a sua própria assinatura digital.*

O voto que tem muito no interior, V. Exª sabe disso, é o voto de cabresto, o voto do coronel, ele vai dizer e falar assim: *Olha, eu quero saber qual é o número do seu voto.* Certo? Porque aqui não está dizendo porque esse número é invisível para o eleitor. *Qual é o número do seu voto? Meu número é o 102.* Então, eu quero a recontagem dessa urna. *Qual é o voto do 102? Não é o Flávio? Vou te matar. Você falou pra mim que ia votar em mim e não votou.* Está identificado o voto. Certo? Então, eu acredito que... Assim que está escrito aqui na lei. A lei está dizendo--

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: Aí não está dizendo que--

[falas sobrepostas]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Você terá um número identificado a cada voto.

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: Aí na lei não está dizendo que precisa mostrar esse número para o eleitor. Isso é pode ser gravado em código de barra, pode ser feito uma porção de soluções. Essas soluções--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas não está dizendo que não é.

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: O TSE não precisa fazer isso.

[falas sobrepostas]

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: Se ele identifica, se é um risco, ele deve corrigir.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Me desculpe, mas se ele tem que ser visível pelo eleitor, a informação tem que estar ali. Ele tem que ver o que está--

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: Não. Não está escrito que tem que ser visível.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Após a confirmação a urna eletrônica--

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: Após a confirmação. O eleitor viu o voto, confirmou. Depois é impresso.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pois é. Você tem o risco de ter ali o número e a pessoa perguntar o número. De maneira que eu, realmente, mantenho essa posição de que não considero, acho que é um retrocesso realmente voltar ao voto impresso, porque ele vai é trazer mais dificuldades ainda. Quando for fazer apuração manual, o risco de erro é maior ainda. Porque vai pegar aquela cedulazinha todas, vai colocando sim, não, sim, não... Depois conta na mão... É muito mais frágil essa conta, do que a conta feita pelo computador. A informação que eu tenho do contrato da UNICAMP também é de que esse é um contrato que o TSE tem com a UNICAMP. Não é uma questão esporádica de alguns professores, não. É um contrato que eu tenho. Acho que esse que eu tenho a informação--

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: Não. Eu tenho aqui o ofício que saiu, da Subcomissão do voto eletrônico, do Senado, foi entregue ao reitor e ao Professor Klotz(F) que tinha sido feito relatório do painel do Senado. Que foi entregue ofício da Comissão aqui para eles, pedindo para que a UNICAMP fizesse uma auditoria no sistema eletrônico de votação com concordância do... Na época, o Ministro Jobim. Ele teve uma reunião no Gabinete do Agripino Maia junto com

o Jobim, o Jobim e o Requião e decidiram que seria feita uma auditoria. Foi enviado um ofício, tenho cópia do ofício aqui, posso mostrar ao senhor, para a UNICAMP, para solicitar, indicando os dois assistentes técnicos do Senado e indicando os 13 quesitos. Quer dizer, o ofício tinha três quesitos e dizia que tinha mais 10 complementares. Nós fomos excluídos da assistência técnica, foi feito contrato exclusivamente do TSE com a UNICAMP. Foi feito um em novembro de 2001, o relatório ficou pronto em maio ou abril de 2002 e os quesitos não foram respondidos. Nós não fomos permitidos a acompanhar a perícia.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Acho que isso aí o Secretário pode explicar melhor. Então, basicamente, o que eu queria colocar é essa posição de que eu, realmente, considero que a introdução do impresso vai aumentar o risco de identificação e o risco de... Da própria manipulação, na hora da recontagem manual que, essa sim, ela é muito mais sujeita. Acho que fazer uma questão centralizada de programa estar manipulado, para isso que os partidos podem e, nós podemos fazer isso. Podemos fazer na lei um aprimoramento de que... Da disponibilidade para os partidos. Ou seja, da obrigatoriedade do TSE permitir que os partidos auditem o programa que está fazendo a gravação digital.

Acho que isso aí podemos deixar na lei, mais claro, que esse é um assunto que os partidos têm direito de ver se o programa está manipulando ou não, que é a única forma que teria de garantir. Agora, eu reitero, eu não... O cartão pré-pago do telefone celular, as pessoas não desconfiam dele, que está acabando... A carga lá... Então, devia pedir a impressão em papel e o chip, está lá gravado. Vai diminuindo. A pessoa gastou dois minutos, diminui. Gastou três minutos, diminui. Ninguém desconfia disso, não. Não é possível. Senão, nós vamos parar o país. Eu não desconfio, quando eu voto aqui no Senado, tem voto impresso aqui, na hora que voto sim, não, abstenção... Eu não desconfio se isso está errado ou não. É o voto eletrônico. Voto eletrônico. Voto eletrônico que eu dou aqui eu não desconfio dele, não. Então, deveria desconfiar...

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: Aqui é voto aberto. Voto aberto não tem problema.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É o voto eletrônico secreto que estou dizendo. Nós temos voto secreto, professor. Nós temos o voto secreto aqui. Então, quando eu dou o voto secreto, eu não desconfio. Já perguntei para os senadores se eles desconfiam se o voto secreto dele será gravado erradamente. Ninguém desconfia. As pessoas desconfiam em que existe uma veracidade ali, assim como eu estou dizendo numa coisa mais corriqueira que a população brasileira confia de que aquele *chipizinho* do telefone celular pré-pago está correto, que vai diminuindo o número de minutos que foi gasto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Passo a palavra agora ao nosso convidado Dr. Giuseppe Dutra Janino, Secretário de Tecnologia do TSE.

SR. GIUSEPPE DUTRA JANINO: Bem, seguindo a sequência dos questionamentos, a primeira seria pelo Senador Flávio Torres, com relação... Se o voto impresso agrega realmente fraude e quebra o sigilo do voto. Nós entendemos que isso é uma realidade e não é suposição. Porque quando nós afirmamos e mostramos ali a nossa experiência no processo de apuração de cédulas, nós temos um portfólio imenso de possibilidades de fraudar. Não precisa ser nenhum mágico para esconder ou incluir um papelzinho num monte de papel. E já alterar a contagem. Não bateu, houve uma diferença de um voto, há ali a argumentação para se anular aquela seção, inclusive. Então, há um instrumento que, no mínimo, desestabiliza a confiança naquilo que está ali registrado.

E aí vem outra questão, se não bateu o papel com o eletrônico, vale o quê? O papel? Então, para que precisa do eletrônico? Então, vamos voltar para o papel. Então, essas questões estão muito mal resolvidas. E nós sabemos, nós sabemos, pela experiência, todas as possibilidades de fraudes que existem com a intervenção humana dentro do processo. Existem algumas, eu citei uma aqui de esconder, outra de incluir, a própria urna plástica pode vir já com alguns votos impressos. E há outras. Eu não sou nenhum especialista em fraude, mas existe... Certamente, vai abrir a oportunidade para várias outras e trazer a instabilidade do sistema e, uma vez, não havendo o batimento entre o papel e o eletrônico, nós abrimos portas para aumentar esse percentual de 2%, certamente, e nós vamos passar a apurar toda eleição em papel novamente. E aí, todo aquele portfólio de possibilidades de fraudes estará aí disponível. Vamos voltar, inclusive, a dilatar o tempo da apuração da eleição que, hoje, são em algumas horas, para semana. Isso não é teoria. Nós vivemos isso aqui em Brasília, na experiência do voto impresso, em 2002.

A eleição do Distrito Federal demorou praticamente uma semana para fechar. Isso já é uma coisa que não... Já não se admite mais, pelo fato da evolução do processo que atingiu uma melhoria utilizando tecnologias e automação. O sigilo do voto, como bem colocou o Senador Eduardo Azeredo, é o fato. A assinatura vai estar ali no papel. Então, isso é um elemento justamente de negociação. E nós sabemos que a pressão, inclusive, no Rio de Janeiro com relação às

milícias, que estavam distribuindo celulares para que se tirasse a foto do voto para comprovar que houve. Agora nós estamos criando instrumento. Cadê o número? O meu voto está associado ao número 123. Pode verificar lá que ele vai estar lá, constando. Então, estamos criando um elemento aqui de, efetivamente, de vinculação do eleitor com o seu voto, quebrando um preceito constitucional. E, além disso, há outra possibilidade, nós colocamos um mecanismo para auferir, um mecanismo eletromecânico, que tem um índice de falha muito mais alto. O próprio Engenheiro Amilcar Brunazo, que é engenheiro mecânico deve saber disso. O índice de falha do equipamento eletromecânico é muito maior do que o eletrônico. Isso é potencializado pela movimentação da urna na logística, onde ela encontra variação de temperatura, poeira, umidade e muito impacto.

A urna falha... A impressora falha muito mais e isso nós constatamos. Temos indicadores para isso, isso não é teoria. E aí, quando o papel, por exemplo, trava na impressora. Travou, é comum. Isso acontece, a impressora falha. E falha com um percentual considerável. Travou o papel lá com o voto. Como é que fica agora? O técnico tem que ir lá para fazer a manutenção. E ele vai fechar o olho para dar manutenção? Não dá. Ele vai ver o voto que está ali. Se ele viu o voto ali, nós quebramos o sigilo do voto. Então, a gente percebe a fragilidade dessa ferramenta, dessa solução. Então, não é possível que nós não tenhamos outra solução de auditoria mais eficaz e eficiente do que essa. Nós não estamos fechados, só estamos vendo, comprovando toda essa problemática que nós trazemos com essa solução frágil. E não é teoria, é prática. Nós vivemos efetivamente isso.

A questão da identificação separada. Como é que nós vamos resolver isso? O voto desvinculado com a identificação. Hoje nós estabelecemos uma relação biunívoca. Uma presença, um voto. Nós garantimos ali que o eleitor votou uma vez, que ele está apto e que ele consta ali no cadastro da urna eletrônica. Que ele pertence àquela seção, votou uma vez e está apto. Desvinculando eu perco todo esse controle. Nós não temos mais a garantia de que o eleitor que está votando, primeiro, que ele é apto, segundo, que ele votou uma ou não votou nenhuma vez. Nós perdemos totalmente o controle disso. Não vamos ter mais a garantia de quem vota, seja habilitado para isso e a quantidade de votos que ele vai fazer. É um descontrole. É muito complexo. A não ser que nós venhamos colocar agora uma pessoa acompanhando a outra para votar em cada seção eleitoral. Perceberam a complexidade disso, dessa solução, a fragilidade?

Então, é um descontrole. Como é que nós vamos garantir que não existe relação entre a presença, o eleitor com o voto? Analisando o *software*. O *software* está lá aberto. Ele não fica só aberto antes da eleição, ele fica aberto posteriormente à eleição. *Ah, tem muitas linhas de código*. Nós colocamos o tempo disponível que for necessário para analisar isso. E o *software* está assinado. Se ele está assinado, foi exatamente aquele que foi utilizado lá. E se pode perfeitamente comprovar.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Algum partido pediu para analisar esse programa de *software* e foi negado?

SR. GIUSEPPE DUTRA JANINO: A assinatura? Não. Já houve vários pedidos e nenhum caso de não conferência dessas assinaturas. Inclusive, o caso de Alagoas, o caso agora mais recente de Caxias do Maranhão. E houve vários pedidos. E todos eles foram... Foi-se utilizado a verificação dessas assinaturas. Eu gostaria de continuar aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só o... Dr. Giuseppe concluir e depois V. Sª volta a usar da palavra.

SR. GIUSEPPE DUTRA JANINO: Com relação ao questionamento do Senador Roberto Cavalcanti, em 2002, na Paraíba, a questão da fragilidade da auditoria. Nós colocamos disponíveis possibilidades de auditoria, assim como foram feitos em vários casos. Cito agora o último que foi o caso de Maranhão de Caxias que foi amplamente divulgado na imprensa, se fez uma... A Polícia Federal fez uma auditoria, analisando todos os mecanismos que há lá, registro digital do voto, assinatura do *software* e todos outros elementos que estão disponíveis na urna eletrônica e constatou que não houve nada. Ou seja, há possibilidade, sim, de fazer uma auditoria antes, acompanhando o desenvolvimento do *software*, analisando os programas, durante, acompanhando a votação por meio, inclusive, da votação paralela e, posteriormente, analisando os resultados que estão todos lá.

O TRE, a questão da possibilidade de uma cumplicidade do TRE com os candidatos regionais. Não há essa possibilidade. Porque todo o sistema é desenvolvido no TSE. Eles são analisados pelos partidos, OAB e Ministério Público, e assinados. Eles saem do TSE assinados. Então, se por acaso, chegar num TRE e houver alguma alteração num desses programas as assinaturas não batem. E se essas assinaturas não batem, primeiro, a urna eletrônica detecta isso. Segundo, o resultado que ela vai gerar não vai ser aceito pela totalização, entre outras barreiras que ela vai encontrar pela frente. Ou seja, não há possibilidade de se alterar o *software* em nível dos regionais sem que isso aí...

Conseguindo obter um sucesso posteriormente. E, no mínimo, isso aí deixaria um rastro que seria facilmente identificado. O que foi pedido pelo senador aqui é se nós teríamos como criar mecanismos para melhorar. Nós estamos abertos para isso. Nós demonstramos aqui o quanto nós implementamos de melhoria. Inclusive, o próprio Engenheiro Amilcar Brunazo colocou aqui que contribuiu, ele citou vários elementos aqui, isso mostra que nós estamos abertos para receber qualquer sugestão que venha, efetivamente, melhorar o processo. E nós fazemos assim, essa é uma evidência de que nós agimos dessa maneira. E estamos, claro, abertos para quaisquer outras alternativas que venham efetivamente contribuir e, não, prejudicar o processo que hoje está instalado.

Com relação ao Senador Eduardo Azeredo, colocou o voto da *internet*, seria uma questão. Resolvendo essa questão da questão do... Que o voto precisa ser vigiado, resolvendo isso aí, mas como é que nós vamos fazer agora com o voto impresso? Uma dificuldade praticamente intransponível. O Senador Flexa Ribeiro fez o questionamento, inclusive, uma contribuição no sentido de alertando que as urnas não estão ligadas à rede de computador. Isso já é um preceito de segurança que garante e torna imune a urna eletrônica com relação à invasão de *hackers*, por exemplo. Então, esse é um dispositivo de segurança importante, isso diferencia qualquer outra sistemática de, por exemplo, de votação de *internet,* como sistema bancário, como a própria declaração da Receita Federal que todos eles usam a *internet*. Nós não usamos.

Então, esse já é um mecanismo positivo no sentido da segurança. Foi falada a questão da identificação do voto, acho que já falamos sobre isso. Por que não se usa essa solução nos outros países? Isso é... Está muito ligado à particularidade de cada país. A necessidade, a questão da cultura e, principalmente, no fator motivacional. Qual foi o grande nosso fator motivacional? Foi a situação que nós estávamos vivendo de descrédito no sistema eleitoral manual, com intervenção humana no papel. Então, isso foi motivador para que nós quebrássemos os paradigmas e implementássemos a automação. Primeira coisa, qual é o preceito da automação? Tirar a intervenção humana do processo. Então, veja bem, se nós... A quebra do paradigma foi tirar a intervenção humana do processo para conquistar a credibilidade, a segurança e a transparência no processo, então, não podemos trazer o mecanismo que nós usávamos lá na daquela de 80, 90, que é contar papel na mão. Nós estamos trazendo de volta todos os problemas, as mazelas que nós abandonamos com a automação.

A auditoria e percentual pequeno na... Nós já temos aí algo que é pouco divulgado que é a votação paralela. Inclusive, isso desmobiliza essa teoria que foi apresentada pelo Professor Stolfi de que um *software* malicioso pode ser inserido, fazer a alteração e, depois, sair e não deixar nenhum resquício, nenhum rastro. A votação paralela é utilizada desde 2002. E não houve nenhum caso, até hoje, que não comprovasse que tudo aquilo que foi digitado, saiu no resultado. Ou seja, não é uma... Algo que nós colocamos agora. Desde 2002, em todas as edições, 2002, 2004, 2006, 2008, foi utilizada a votação paralela, sem nenhum registro de irregularidade. Todos bateram. Inclusive, na última eleição de 2008, nós contratamos uma auditoria externa para acompanhar esse processo, para dar mais credibilidade. E nenhum caso de inconsistência foi registrado.

Se houvesse essa possibilidade, certamente, nós detectaríamos um desses casos, desse *software* malicioso, que aparece por acaso e, depois, ele apaga seu rastro. A análise do RDV, do registro digital de voto é justamente nós entregarmos, fazendo uma analogia, entregarmos a urna convencional. Todos os votos estão ali dentro para que os partidos políticos possam avaliar, fazer inclusive uma recontagem. E isso é muito pouco explorado. Existe realmente a lei, como foi... Agora abordado pelo Engenheiro Amilcar Brunazo, em 2006 o registro do voto não foi oferecido porque não havia uma legislação que regulamentasse essa entrega. Isso foi feito agora, a partir de 2008. Então, basta requerer à Justiça Eleitoral que, certamente, receberão todos os arquivos de registro digital do voto. E, se for o caso, inclusive, 100% das seções. Não há restrição nenhuma quanto a isso.

O relatório da UNICAMP. Houve, sim, contrato com a UNICAMP. Basta requerer e pedir para que isso seja demonstrado no Tribunal Superior Eleitoral. Está lá, inclusive, há uma cópia na pasta dos senhores, houve sim, e a instituição se responsabilizou pelos resultados ali apontados. Então, inclusive, apontar e dizer que essa comitiva não... Não analisou a questão do voto, por isso que não sugeriu o voto impresso, seria subestimar a capacidade dessa comissão. Porque eles foram efetivamente analisar a segurança do processo. Se eles não foram analisar o voto que é o centro da coisa, que é o centro do processo, então, que espécie de análise foi feita? Claro que sim. Analisaram profundamente o processo, inclusive. Não superficialmente. E não adotaram o voto impresso porque não entenderam que seria uma alternativa adequada. A posição com... Já falamos aqui com a assinatura, na questão da vinculação do voto com a assinatura. Voto impresso.

A urna biométrica que foi falado aqui que não resolve a questão de um eleitor se passar por outro. Acho que infelizmente há uma desinformação por parte do Engenheiro Amilcar Brunazo que não conhece o escopo da solução por completo. Nós já fizemos um projeto piloto em três Municípios, em 2006. O Município de São João Batista, em Santa Catarina, Fátima do Sul em Mato Grosso do Sul e Colorado do Oeste em Rondônia. E nessa experiência nós verificamos que apenas 1% desses eleitores, não foi possível identificá-los biometricamente. Por quê? Porque possivelmente houve algum desgastena... Algum problema na sua digital e isso impediu que o *software* identificasse corretamente.

Para que nós não excluíssemos essas pessoas, por uma possibilidade de uma, digamos, inconsistência técnica, nós criamos uma alternativa para não impedir que esse eleitor votasse. Vamos supor que o eleitor cortou o dedo. Chega ao momento lá o *software* não reconhece. Nós não podemos impedir que ele vote. Ele votará, sim. Mas o que vai acontecer a partir daí? Ele vai... O mesário vai digitar uma senha, mas ele vai gravar a imagem daquela digital que ele habilitou. E esse eleitor será, posteriormente, chamado no cartório eleitoral para ser verificado. Ou seja, a imagem da digital da pessoa que votou está e vai ficar lá registrada. Ou seja, há um link muito forte com aquele que foi habilitado de uma forma convencional, com a sua identificação. A sua identificação biométrica. Esse será convocado para o cartório eleitoral e será esclarecida a causa da divergência.

Então, a identificação biométrica elimina, sim, a possibilidade de um eleitor se passar por outro. Nós temos total convicção e controle dessa solução. Bom, então... Eu acho que nós abordamos aqui todos os questionamentos. Obrigado Presidente, desculpe ter ultrapassado um pouco o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado Dr. Giuseppe. Vamos ouvir o último convidado e, em seguida, o Dr. Amilcar gostaria de fazer ainda algumas considerações. Passo a palavra ao Dr. Mamede Lima Marques, Professor Titular da Universidade de Brasília.

SR. MAMEDE LIMA MARQUES: Bem, eu gostaria de salientar que como... Sou representante do Comitê Multidisciplinar e as perguntas foram todas muito bem atendidas pelo Secretário Junino e não gostaria de voltar a essa mesma argumentação, porque ela já foi plenamente satisfatória. Eu gostaria de ressaltar simplesmente o seguinte, que o comitê está muito bem confortável com o relatório colocado, reafirmamos a nossa posição em relação ao que o que foi manifestado, o que foi escrito, inclusive, salientando que o comitê fez várias indicações evolutivas no sistema, no sentido de, a partir de então, seguir o seu caminho natural de evolução que já vem sendo colocado pelo TSE. Desse ponto de vista, talvez, valesse à pena ressaltar somente um aspecto que é bastante importante dentro do contexto que é o seguinte, uma das sugestões foi que pudessem ser abertos a possibilidade de testes de vulnerabilidade para o grande público. O TSE está acatando essa sugestão, fazendo com que, a partir de então, seja possível os partidos ou o público em geral definir testes, ou seja, vir até o TSE e provocar esses testes de vulnerabilidade.

Claro que isso aí vai ser depois coletado e servir como insumo, como estudo para que o sistema seja aprimorado. Acho esse aspecto um aspecto importante e mostrando a abertura do TSE em relação ao problema evolutivo do sistema. Então, acho que basicamente é isso. Reafirmar que em função disso, em função da análise aprofundada e do acesso que o Comitê Multidisciplinar teve a todo processo eleitoral, o Comitê reafirma então esta... O relatório enviado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Mamede. E antes de encerrar a Audiência, por solicitação dos nossos convidados, vou conceder um minuto ao Dr. Amilcar e um minuto ao Dr. Stolfi que gostariam de fazer alguns comentários sobre as respostas que aqui foram dadas. Dr. Amilcar.

SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO: Vou ser bem breve. Sobre a questão da urna biométrica, eu não disse que vai impedir o eleitor de votar. Eu disse que a urna biométrica vai impedir que uma pessoa que pegue um título de um parente, que estava em casa, que não foi votar, vai ele votar... Que essa fraude será impedida. Eu disse isso. O que eu disse é que a fraude do mesário não será impedida. Fraude do mesário é aquela em que o mesário, no final do dia, em conluio, não tem eleitor, não tem fiscal, eles liberam a urna e colocam o voto. Um fica liberando e outro colocando voto. Essa fraude não será impedida por causa dessa senha que foi concedida. Agora, falar que será guardada a impressão digital da pessoa que não foi identificada, para depois ser chamada, para ser identificada? A fraude do mesário consiste em liberar a urna sem que haja impressão digital para ser gravada.

Então, está tendo um descompasso aqui, uma falta de compreensão, a fraude do mesário... Estou falando, se trouxer uma urna, a gente pode demonstrar isso, marcar para outra data aqui, talvez, aqui na CCT, talvez, a gente demonstra que é perfeitamente possível o mesário liberar a urna e colocar o voto sem que tenha informação nenhuma para ser gravada. E ainda tem uma questão mais importante, vamos falar

que um mesário colocou 10 votos na urna. Um grupo de mesários, aproveitando, colocou 10 votos na urna. No final eles analisam o Log e verificam que tem mais votos que esse 1% que é o normalmente. Que medida jurídica vai ser tomada? Vai ser chamado e vai ser resolvido o quê? Eles vão anular a urna porque tem 10 votos que o mesário liberou? Eles vão identificar esses 10 votos? Ele sabe, consegue identificar o voto desses 10 eleitores? Então eles podem identificar o voto na urna? Não tem solução legal para isso. Não tem solução.

Bom, era isso daí só e votação paralela... Ah, só um detalhe. A última coisa agora. Votação paralela, foi dito aqui que se identificaria o *software* eventualmente que tivesse distorcido lá, o falso ou dentro da urna. Eu fiz uma conta, a votação paralela... São sorteadas duas, três ou quatro urnas, conforme o Estado, para fazer o teste. Nas cidades lá onde moro, eu moro em Santos, tem uma cidade chamada Cubatão que tem 100 urnas. Se alguém conseguisse adulterar o *software* da urna que está supondo que teria um *software* que seria detectado pela fraude da votação... Pelo teste da votação paralela. Se alguém alterar o *software* de 50 resultados, porque para fazer uma fraude para eleger um Prefeito, Vereador, não precisa fraudar 100% das urnas. Se você fraudar 50%, você elege a bancada que você quiser. Toda eleição... Se em toda eleição, alguém conseguisse adulterar o *software* de 50% das urnas de Bertioga, o teste de votação paralela detectaria essa fraude, uma vez a cada 800 anos. Tão baixa é a frequência, a amostra que é sorteada.

Nós fizemos essa consulta para o TSE, solicitamos que, foi citado aqui que o TSE contratou uma auditoria para fazer auditoria do teste em votação paralela e nós consultamos e perguntamos qual é a frequência e a significância da amostra? Não foi permitido que os auditores respondessem a essa consulta da gente. Porque a resposta seria: *A amostragem é uma urna em cada 20 mil, que é escolhida para esse teste, e a possibilidade dessa amostra, amostragem pegar uma fraude, um software se tiver alguma... Sei lá, 1% das urnas do Estado tiver fraudado, a possibilidade de pegar é mínima.* Então é isso, senhores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço. Dr. Stolfi.

Dr. JORGE STOLFI: Muito obrigado. Eu gostaria de ter mais tempo para poder rebater a vários pontos que foram colocados pelo Secretário, mas eu vou ter que me limitar só aos mais importantes. Em primeiro lugar, acho que é importante que todos se conscientizem de que o sistema brasileiro foi copiado. Foi copiado nos Estados Unidos, foi copiado na Europa e foi rejeitado. A mudança para sistema votação impresso veio depois de sistemas de votação com registro apenas digital. Justamente, porque se percebeu que havia um perigo muito grande dessas fraudes por atacado.

Outra coisa que queria questionar do Secretário é a afirmação de que a impressão de voto vai aumentar a fragilidade do sistema. Na última eleição nós tivemos... Pelas informações que eu tenho, 80 mil urnas em que houve defeito, devido ao defeito de um cartão... Dos cartões usados que tiveram a votação atrasada e tiveram que ser substituídos, o cartão substituído. Em votações anteriores, em Alagoas, foi em 2006, se não me engano, teve, acho que, 30% das urnas de Alagoas que apresentaram problemas... Falhas no Log da urna que... Bom, provavelmente, não invalidaram o resultado, mas são defeitos. Quer dizer, o *software*... É verdade, ele parece ser mais robusto, mas quando o *software* falha, em geral ele falha... Por atacado. Então, dizer que a impressão da urna... Que vai tornar isso aqui é... Acho que é exagerado. Desculpe ter me estendido. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Dr. Stolfi. E o Dr. Giuseppe gostaria só fazer também uma consideração final. Bastante rápida.

SR. GIUSEPPE DUTRA JANINO: Só para esclarecer. Parece que não foi bem entendida a minha explicação com relação à biometria. Quando o mesário habilita um eleitor que não foi identificado pelo *software*, esse eleitor tem que colocar sua digital. E essa digital é armazenada e ele é convocado depois, juntamente, com a sua digital será analisado o caso. Agora, se o mesário for habilitar para ele próprio votar, vai ficar registrado lá. Ele votou 10, vai ficar 10 vezes a digital do mesário lá. E isso aí está evidente que a fraude foi estabelecida. Inclusive, com a própria... Isso aí já é uma consequência dos órgãos competentes. Isso é a Corregedoria, o Ministério Público, Polícia Federal... Isso já é uma consequência. Agora, certamente, a prova está ali, é uma prova irrefutável de que houve fraude. Então, o processo está altamente consistente. Se é habilitado, 10 eleitores para que ele vote, 10 vezes vai ficar a digital dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço aos nossos convidados pelas exposições aqui feitas que, com certeza absoluta, servirão para instruir os pareceres dos relatores. Senador Eduardo Azeredo, na CCT, e Senador Marco Maciel na CCJ. Lembro aos Srs. Senadores que na próxima quarta-feira faremos uma reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e da Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação, marcada para as 09h00, faltando só definir, confirmar com o Senador Demóstenes. Mas, em princípio, marcada para 09h00

porque, em seguida, vamos ter outra audiência na CCT e temos Pauta na CCJ. Então essa reunião conjunta marcada para as 09h00, da próxima quarta-feira, da CCJ com a CCT, ela se destina a discutir e aprovar os pareceres que serão, em conjunto também dos Relatores Eduardo Azeredo e Marco Maciel. Não havendo mais...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, eu queria só sugerir que fosse, nessa conversa com o Senador Demóstenes, que nós pudéssemos marcar para terça-feira. Acho que era mais adequado para que desse mais prazo disponível. Se não puder ser de manhã, na parte da tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, entrarei em contato com o Senador Demóstenes porque, em princípio, nós tínhamos combinado que faríamos na quarta-feira, antes das sessões das comissões. Mas não sei, por que...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, mas a Comissão... As duas comissões reúnem normalmente às quartas-feiras. Estaríamos fazendo uma antecipação, inclusive, das sessões das comissões. Mas vou acatar a sugestão de V. Exª, Senador Eduardo Azeredo, entrarei em contato com o Senador Demóstenes Torres. Mas, em princípio, fica já feita a convocação para a reunião conjunta das duas comissões, na quarta-feira, às 09h00. Agradeço a presença dos senhores convidados, dos Srs. Senadores e, não havendo mais assunto na Pauta, dou por encerrada esta Audiência Pública.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2009

Às dez horas e um minuto do dia vinte e seis de agosto de dois mil e nove, na sala 03, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senhores Senadores Demóstenes Torres e Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, respectivamente, com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Papaléo Paes, Flávio Torres, Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Expedito Júnior, Pedro Simon, Almeida Lima, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Marco Maciel, Valter Pereira, Álvaro Dias, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Flávio Arns, Leomar Quintanilha, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Augusto Botelho, Inácio Arruda, César Borges, Serys Slhessarenko, Neuto de Conto, Adelmir Santana, Raimundo Colombo e Marconi Perillo reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, José Agripino, Efraim Morais, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Marina Silva, Almeida Lima, Gilvan Borges, Jayme Campos e Sérgio Guerra. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Demóstenes Torres, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item Único: Projeto de Lei Câmara nº. 141 de 2009, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Henrique Eduardo Alves, que "Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral". Os relatores designados são os Senadores Marco Maciel na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Eduardo Azeredo na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e o parecer é favorável à matéria com oito Emendas que apresentam; favorável às Emendas nºs 1, 2, 5, 11, 14, 15 e 22 apresentadas perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; favorável às Emendas nºs 4, 12, 13, 20, 23 e 40 apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; favorável parcialmente às Emendas nºs 3, 4, 6, 9, 10, 12, 13, 17, 20, 21, 23 e 33 apresentadas perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; favorável parcialmente às Emendas nºs 1, 5, 8, 14, 16, 17 e 24 apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; contrário às Emendas nºs 7, 8, 16, 18, 19 e 24 a 32 apresentadas perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; contrário às Emendas nºs 2, 6, 7, 9, 10, 11, 15, 18, 19, 21, 22 e 25 à 39 apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. O Senhor Presidente, Senador Demóstenes Torres, agradece a todos pela

presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e vinte e seis minutos, determinando que nós, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania lavrássemos a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada, no **Diário do Senado Federal.** – SENADOR **FLEXA RIBEIRO**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; SENADOR **DEMÓSTENES TORRES**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ e

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA CONJUNTA COM A 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro a aberta a 30ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em conjunto com a 28ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação do item único Projeto de Lei da Câmara nº. 141/2009, conforme Requerimento nº. 66/2009 CCJ de iniciativa do Senador Marco Maciel e Requerimento nº. 30/2009 CCT de iniciativa do Senador Eduardo Azeredo. A proposição recebeu, até o momento, 33 emendas na Comissão de Ciência e Tecnologia e 41 emendas na Comissão de Constituição e Justiça. Foram designados relatores da matéria o Senador Eduardo Azeredo da Comissão de Ciência e Tecnologia e o Senador Marco Maciel na Comissão de Constituição e Justiça. A matéria será instruída nos termos do art. 113 do regimento interno do Senado Federal que dispõe, art. 113; o estudo de qualquer matéria poderá ser feito em reunião conjunta de duas ou mais comissões, por iniciativa de qualquer delas aceita pelas demais sobre a direção do presidente mais idoso, ainda nos termos do art. 492. § único: nas reuniões conjuntas observar-se-ão as seguintes normas, um: cada Comissão deverá estar presente pela maioria absoluta de seus membros. Dois: o estudo da matéria será em conjunto, mas a votação far-se-á separadamente na ordem constante do despacho da mesa. Três: cada Comissão poderá ter o seu relator se não preferir relator único. Quatro: O parecer das Comissões poderá ser em conjunto desde que consigne a manifestação de cada uma delas ou em separado, se essa for a orientação preferida mencionando em qualquer caso os votos vencidos ou em separado pelas conclusões e os com restrições. Esclareço a V. Exas., primeiro estou presidindo a sessão a pedido do Senador Flexa Ribeiro; segundo: a opção dos relatores foi por um relatório único assinado pelos dois; terceiro: após a leitura do relatório eu suspenderei a sessão por uma hora para que os Srs. Senadores tenham tempo de analisar o relatório, uma vez que a lei eleitoral afetará a todos nós, especialmente, nós que disputaremos eleição o ano que vem. Então é um momento único para que essas sugestões sejam apresentadas. Então, suspenderei, farei a reunião da CCJ em seguida para que os senhores possam analisar pelo prazo da uma hora e oferecerem as suas sugestões. Se ainda após esse prazo e os ajustes feitos com os relatores, houver algum senador que desejar pedido de vista, nós concederemos vista e a audiência será ali realizada no hoje no final do dia em horário a ser deliberado por nós.

Eu não iniciei ainda a sessão, formalmente, porque como o relatório chegou às nossas mãos ainda agora, nós estamos tirando cópia do voto dos relatórios para que os senhores possam acompanhar a leitura com os relatórios em suas mãos.

Eu concedo a palavra ao ilustre Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Senador, ainda não tenho relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já tem o relatório, mas mandamos tirar cópia.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Está chegando agora com a cópia.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, presidente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Nós vamos receber a cópia para acompanhar a leitura?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com todo respeito eu pretendo pedir vista, mas acho que não tenho condições de devolver para discutir ainda hoje. Eu estou achando, com todo respeito, uma rapidez absolutamente exagerada. Nós estamos aqui com algumas modificações profundas--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O problema, Senador Pedro Simon--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): --Sérias e eu acho que não é possível--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Como a matéria ainda vai a plenário e no plenário ele pode receber emendas e voltar para a Comissão de Constituição e Justiça-–

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com todo carinho, se nesta sessão que é a mais importante se nós não tivermos condições de esclarecer as dúvidas, não vai ser no plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. É o que eu digo, se houver apresentação de emendas em plenário volta para a CCJ.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu faria um apelo a V. Exa. que se houver dúvida o pedido de vista se estendesse não ainda hoje, com toda sinceridade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O apelo que eu faço é que nos dê um prazo 48 horas, alguma coisa, para voltar à reunião. O apelo que eu faço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Essa suspensão, Senador Pedro Simon, por uma hora é para um estudo, se houver necessidade eu defiro pedido de vista. Apenas por uma questão regimental, como o projeto sofreu modificações e voltará para a Câmara, se nós não o devolvermos até a semana que vem, ou seja, o projeto não será aprovado pela Câmara porque lá também ele tem que ser votado num prazo de um mês e ainda tem o prazo de sanção ou veto do Presidente da República.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Veja V. Exa. como é mais uma prova que nossa... São quase desnecessários. A Câmara ficou lá um tempo enorme discutindo, um longo debate, veio para cá, nós devolvemos em 48 horas e aí ela vai decidir o que faz e o que deixa de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas aqui já tem mais de um mês também, nós já fizemos audiências públicas, já debatemos a matéria. Mas havendo necessidade eu posso até em vez de no fim do dia, marcar para amanhã. Vamos atender a V. Exa.

Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Demóstenes Torres, Srs. relatores, Srs. Senadores.

O Senador Pedro Simon levanta um questionamento que é relevante, essa discussão, Senador Pedro Simon, afeta, como bem disse, o presidente Demóstenes Torres a todos nós parlamentares porque ela vai entrar em vigor, se pretende isso por isso que estamos acelerando processualmente as eleições já de 2010. Fizemos audiências públicas já aqui nas Comissões para que pudéssemos ouvir os contraditórios e as propostas de vários segmentos da sociedade, e os relatores agilizaram os seus pareceres e o fizeram em conjunto exatamente para que ele pudesse ser hoje apresentado aos senhores, e como disse o presidente Demóstenes, será feita a leitura do parecer que é único, e em seguida ele suspenderá a sessão para que os senadores possam melhorar aprofundar o conhecimento do parecer.

Foi distribuído a V. Exas. as emendas em dois blocos, um das emendas que foram entregues nas Comissões até 20/08 que somam 23 na CCT e 15 na CCJ um outro bloco de emendas que foram entregues até o dia de ontem que completam 33 da CCT e 40 na CCJ e mais uma em avulso que foi entregue ontem à noite pelo Senador Suplicy.

Eu pediria só, Senador Demóstenes, V. Exa. tem na CCJ uma sessão com matérias de pauta, nós temos na CCT uma audiência pública para discutirmos a questão das rádios comunitárias, eu sugeriria ao invés de uma hora essa suspensão que V. Exa. propõe para que os senadores possam aprofundar a leitura e o conhecimento do parecer, nós pudéssemos marcar para meio dia a retomada da sessão, daria um tempo maior, V. Exa. completaria a pauta na CCJ e nós faríamos a audiência pública na CCT. Essa é a proposta que faço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente. Atendido.

[pronunciamentos fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra ao ilustre Senador Marco Maciel, inicialmente, Eduardo Azeredo, em seguida ao Senador Marco Maciel para leitura do relatório.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Srs. Presidentes Demóstenes e Flexa Ribeiro, Srs. Senadores, senadores presentes.

Passo, inicialmente, à leitura do relatório, portanto. O Projeto de Lei da Câmara, PLC 141/2009 de coautoria do Deputado Henrique Eduardo Alves, líder do PMDB com quase todos os demais líderes partidários foi lido na Câmara dos Deputados no dia 30 de junho de 2009 e objetiva, segundo os seus autores, estabelecer regras claras para o funcionamento da atividade político-eleitoral no país, mediante o aperfeiçoamento de normas que constam das leis dos partidos políticos e das eleições, que ainda estão pouco ou mal regulamentadas. Tal situação tem deixado espaço para que a Justiça Eleitoral crie mediante resoluções regras jurídicas gerais e inovadoras, no dizer dos autores: as divergências nas interpretações dos juízes em diferentes momentos e localidades, por sua vez, geram insegurança na definição das condutas que devem ser evitadas pelos agentes políticos durante o processo eleitoral. Além disso, novas mudanças nos meios de comunicação também estão a desafiar as normas existentes exigindo regulamentação específica que permita que a princípios essenciais à democracia como um controle sobre o abuso do poder econômico e o direito à liberdade de expressão possam ser aplicados quando esses meios são usados nas eleições. O projeto foi elaborado por comissão indicada pelas lideranças partidárias, coordenada pelo Deputado Flávio Dino do PC do B do Maranhão e integradas pelos Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, DEM-BA, João Paulo Cunha PT-SP, Márcio França PSB-SP e Luiza Erundina PSB-SP. O projeto foi apreciado em regime de urgência pela Câmara dos Deputados que aprovou em plenário o relatório do Deputado Flávio Dino no dia 08 de julho de 2009, a tramitação acelerada da matéria na Câmara dos Deputados teve como objetivo permitir que a proposta possa ser votada nesta Casa e se aprovada e promulgada fosse publicada até o dia 03 de outubro do corrente, de modo a ser aplicada às eleições de 03 de outubro de 2010, tendo em vista o disposto no art. 16 da Constituição que, como todos sabem, diz que o art. 16 que a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data da sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. Lido no Senado no dia 17 de julho de 2009 o projeto foi distribuído à análise às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Constituição, Justiça e Cidadania--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Silêncio, por favor. Deixem o relator ler.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --Que hora aprecio de modo conjunto, como permite o regimento interno do Senado em seu art. 113.

A principal finalidade do PLC 141/2009, portanto, é de cobrir as lacunas e sanar obscuridades da legislação eleitoral para facilitar a sua [ininteligível] pela Justiça Eleitoral. Merece destaque as detalhadas normas sobre campanha eleitoral na Internet e a permissão para realização de doações eleitorais por esse meio. O Projeto de Lei da Câmara foi objeto de três audiências públicas promovidas em conjunto pelas duas Comissões do Senado, incumbidas de seu exame para a instrução da matéria. Em uma dessas audiências o Ministro Nelson Jobim, ex-presidente do TSE durante as eleições de 2002 ressaltou que o projeto tem como eixo a maior valorização dos partidos no processo eleitoral, frisou também S. Exa. a importância das novas regras para doação nas campanhas que contribuem para reduzir irregularidades nas doações feitas por pessoas jurídicas. Ainda em relação ao projeto da Câmara pode-se afirmar que, os temas mais importantes e inovadores do projeto são a ampla abertura concedida a candidatos, partidos e coligações para explorarem a Internet como meio de comunicação com o eleitor, a instituição do voto em transe para Presidente da República e Vice, normas sobre recursos, doações a candidatos e partidos em campanha e prestação de contas e a impressão do recibo do voto eletrônico, além de outros temas destacados na justificação pelos autores. [soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Está difícil. Eu vou ter que tirar os senhores da sala. Se os senhores quiserem assistir são convidados, mas assim. Já é a quarta vez que eu toco a campanha, já fiz uma admoestação verbal. Então, peço aos senhores que permaneçam em silêncio para que o tema possa ser lido, discutido e que possamos chegar ao final. Peço aos senhores silêncio, é isso que eu estou pedindo. Fiquem tranquilos, sentados ou em pé e vamos assistir. Só isso. Se conversarem eu não tenho alternativa senão pedir para que os senhores se retirem daqui. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Presidente, a corda vocal agradece.

O uso da Internet. Fica amplamente autorizado o uso da Internet nas campanhas eleitorais diminuindo custos e fixando regras claras, além, de prever doações de pessoas físicas por esse meio, sem, entretanto, admitir propaganda paga nesse meio. Isso foi aprovado na Câmara e esse é um ponto que está sendo alterado no relatório. Definição do conceito de quitação eleitoral. Passa a ser considerado quite com a Justiça Eleitoral aquele que comprovar o regular pagamento

das parcelas das multas eleitorais, além disso, sempre que houver concomitância de multas para diferentes candidatos, será considerado quites aquele que pagar a multa que, individualmente, lhe couber sem qualquer tipo de responsabilidade solidária com outros candidatos. Item 3. A inelegibilidade. Permite que o candidato considerado inelegível pela Justiça Eleitoral possa concorrer quando no transcorrer do processo eleitoral sobrevier a decisão judicial que restabeleça os seus direitos mesmo que emanada por outro ramo do Judiciário. Ponto 4. Prazo para julgamento de registro de candidatura. Os pedidos de registro de candidatos deverão ser julgados até 45 dias antes da data das eleições, hoje esse prazo não está definido em lei. No ponto 5. Arrecadação de recursos e gastos no começo da campanha. Os candidatos poderão, imediatamente, após as convenções arrecadar recursos e realizar atos referentes à estruturação da campanha, pois os partidos receberiam os números de CNPJ com antecedência para distribuir entre eles. Esse foi um problema nas últimas eleições, a demora na obtenção do CNPJ. Ponto 6. Déficit de campanha. A prestação de contas faculta às instâncias partidárias assumir desde que autorizadas pelo órgão nacional de direção eventuais débitos pendentes, dessa forma estamos afastando a hipótese de um candidato ter suas contas desaprovadas em relação de débito não quitado. O próprio TSE definiu recentemente que os mandatos são dos partidos. Recursos ao TSE. Possibilita-se a apresentação de recurso para o TRE e para o TSE na hipótese de rejeição de contas dos candidatos. No ponto 4. Prazos para representação. São estabelecidos prazos para os partidos apresentarem representação no que diz respeito à captação irregular de sufrágio, gastos não autorizados e a apuração de condutas vedadas a agentes públicos em campanhas eleitorais, Art. 73 da Lei 9.504/97. Atualmente não há prazo determinado, o que também tem gerado insegurança jurídica para partidos e candidatos em razão de julgamentos contraditórios. Ponto 9. Estabelecimento do valor da multa em razão do potencial lesivo da conduta praticada em desconformidade com a lei, visando evitar injustiças contra candidatos. Ponto 10. Ainda do projeto aprovado pela Câmara. Definição mais clara do que é que caracteriza propaganda eleitoral antecipada. Propõe-se uma definição clara sobre aquilo que deve ou não ser considerada propaganda antecipada de forma a evitar decisões judiciais que variam conforme o município ou Estado. Deixam de ser assim consideradas algumas condutas expressamente previstas no projeto, tais como a participação de pré– candidatos em entrevistas jornalísticas, a realização de reuniões em recinto fechado e a realização de prévias partidárias. No ponto 11. Bonecos, cartazes, cavaletes móveis. Permite-se a colocação desses meios de propaganda em vias públicas, desde que não dificulte o bom andamento do trânsito de veículos e de pessoas. Ponto 12. Pagamentos de material impresso na prestação de contas quando se tratar de propaganda impressa de vários candidatos em conjunto, cada um deve declarar apenas o valor de que foi individualmente gasto por ele. Se somente um custear o material, evidentemente, bastará que este o declare.

No Ponto 13, o maior controle quanto à campanha suja na TV. São criados critérios legais claros, definindo os conceitos de montagem e também de trucagem. O Ponto 14, definição de regras para debates. Permite-se a transmissão de debates no rádio, na televisão, sempre que houver a concordância de 2/3 dos partidos que possuem candidatos majoritários naquela circunscrição. Celeridade no julgamento dos processos. Passam a ter tramitação preferencial na Justiça Eleitoral, os pedidos de direito de resposta e as representações por propaganda irregular em rádios ou TV, de forma a assegurar também maior celeridade no seu julgamento. Já aconteceu, como todos o sabem, pedidos de direito de resposta serem concedidos depois das eleições, usados em tempo inábil para a sua veiculação. No Ponto 16, impressão do voto. O projeto cria, a partir das eleições de 2014, o voto impresso para ser conferido pelo eleitor. Por tal procedimento todos os votos serão impressos para serem checados pelo eleitor e, depois disso, depositados em local previamente lacrado. Para verificar a eficácia do sistema, 2% das urnas eletrônicas de cada zona eleitoral terão os seus votos impressos contados e comparados com o resultado da urna. Esse ponto também está sendo alterado por nós, nesse relatório. O voto em trânsito é o Ponto 17, a Câmara aprovou, colocando que é permitido o voto em trânsito em todo o território nacional, nas eleições para Presidente da República e seu Vice, em urnas instaladas nas capitais dos estados, conforme disciplina do TSE. Também esse ponto está sendo alterado por impossibilidade prática de fazê-lo sem risco de fraude.

Essas mudanças, disseminadas em oito artigos, estão organizadas em duas partes. Na primeira, são propostas alterações na Lei, de 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei dos Partidos Políticos. Os Art. 15-A, 19, 28, 37, 39, 45, Art. 2º, do PLC e na Lei nº. 9504, de 30 de setembro de 1997, estabelece normas para eleições nos Arts. 6º, 7º, 10º, 11, 12, 13, 14... Estão na lista aí todos, os senhores estão acompanhando. No segundo bloco, os autores reuniram os acréscimos nos dispositivos da Lei 9504/97, com vários artigos também colocados. Além disso, como dito, o projeto cria o voto

impresso no Art. 5º e o voto em trânsito em eleições para Presidente de Vice-Presidente no Art. 6º.

Finalmente, já caminhando, Sr. Presidente, revoga o § 3º, do Art. 45 da Lei 9504/97, que determina a aplicação das disposições desse artigo aos sítios mantidos pelas empresas de comunicação social na *internet* e demais redes destinadas à prestação de serviços de telecomunicações de valor adicionado. Foram apresentadas, perante as duas Comissões, 73 emendas. Mais uma hoje, 74, ontem à noite. A análise de tais proposições consta do anexo a esse relatório e nesse momento, portanto, eu passo a palavra agora, Sr. Presidente, com sua autorização, para o nobre Relator Marco Antônio Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu vou ler a parte a partir da página seis, que me chamou à atenção o nobre Senador Eduardo Azeredo, da análise da proposição. E, posteriormente, o Senador Eduardo Azeredo voltará a ler o relatório para novamente tecer considerações sobre a parte relativa, mais uma vez, à *internet*. Nós combinamos uma espécie aqui de um jogral. Então, o que eu gostaria de dizer, com relação à análise do projeto, conforme dispõe o Art. 101, Inciso I e II. Alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, opinar sobre constitucionalidade, juridicidade e a regimentalidade das matérias que lhe foram submetidas, em especial, o Direito Eleitoral, caso em que deve opinar também quanto ao seu mérito.

Por disposto ou propaganda na *internet*, outros procedimentos tecnológicos, a matéria foi distribuída também à comissão temática competente, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, presidida pelo nobre Senador Flexa Ribeiro, que opinará a esse respeito. Entendemos que o projeto conforma-se às normas regimentais e atende aos quesitos de juridicidade, legislação do Direito Eleitoral e Partidário. A competência, como V. Exª.sabem, é do Congresso Nacional, e o meio adequado para alcançar o objetivo formulado, é a lei ordinária. De igual modo, a propulsão se ajusta aos requisitos de juridicidade, regimentalidade e está formulada em conformidade com as normas de boa técnica legislativa, e Leis Complementares nº. 95/98 e nº.e107/2001.

Observa-se que ficaram fora da proposta os grandes temas estruturais e polêmicos do sistema eleitoral vigente que vêm ocupando os debates políticos brasileiros nos últimos anos, como a adoção de lista fechada de candidatos na eleição proporcional, a fidelidade partidária, o financiamento público de campanha, a proibição de coligações nas eleições proporcionais, a instituição de cláusula desempenho ou de barreira, como alguns chamam, entre outros. Ainda assim, não se pode negar que o projeto reabre e situa, com propriedade, a discussão do papel dos Poderes Legislativo e Judiciário no Brasil, com a interdição de normas jurídicas primárias sobre Direito Eleitoral e Partidário. Aliás, eu abriria um parêntesis para lembrar que a própria Câmara dos Deputados, ao aprovar o projeto que ora estamos apreciando, fez questão de dizer que se tratava de uma proposta de lei eleitoral, com isso queremos dizer, assim faço a leitura, que não é um projeto que pudesse ser considerado de reforma política, que abrangeria esses itens a que acabo de fazer referência.

Trata-se, em outras palavras, do Congresso Nacional reassumir a sua função legislativa que, por fatores que escapam a este relatório foi, em alguns casos, exercida concomitantemente à função julgadora, quando o Tribunal Superior Eleitoral editou normas genéricas e inovadoras do mundo jurídico e, nessa condição privativa do Congresso Nacional, conforme expressa dicção constitucional, inscrita no Art. 22, Inciso I, da Carta Magna: "Compete privativamente ao Congresso Nacional legislar sobre o Direito Eleitoral." Aquelas normas disciplinadoras do TSE, mesmo que do ponto de vista formal se enquadrem no rol de resoluções, acabaram por invadir a seara legislativa, pois, na verdade, regularam o funcionamento do processo eleitoral e do sistema partidário e o fizeram de modo genérico, abstrato e inovador. Incito, portanto, a reserva de legislação e, desse modo, privativo de lei formal.

Nesse processo foram ultrapassados os limites da mera interpretação judicial da norma jurídica elaborada pelo poder competente, o Legislativo. Disso vem resultando diversos efeitos, como o enfraquecimento dos efeitos benéficos da Lei 9504/97, que estabeleceu regras para todas as eleições. Aliás, eu à época Vice Presidente da República tive a ocasião de sancionar a referida lei e, inclusive, apondo alguns vetos, de acordo com o entendido com o Congresso Nacional. Até então, tínhamos uma lei eleitoral para cada eleição, o que resultava em casuísmos, em normas elaboradas, quando os atores do processo eleitoral, já se colocavam praticamente diante dos leitores. A segurança jurídica, protegida pela constituição, em benefício do eleitor, em seu Art. 16, é também debilitada quando o órgão judicial como o TSE, edita as normas inéditas além daquelas previstas na Lei Eleitoral e o faz a menos de um ano da eleição.

Nesse caso, se está enfraquecendo o papel democrático e de segurança jurídica, que havia sendo conquistado com a edição da Lei Geral das Eleições. O presente projeto, ao conferir permanência a diversas regras, inclusive, algumas emitidas pela via de resolução, resgata o papel norteador da lei eleitoral,

deixando à Justiça Eleitoral a sua missão precípua de exercer a função jurisdicional nos feitos eleitorais, bem como, a de administração de todas as fases do processo eleitoral, desde o alistamento dos eleitores, até a apuração dos votos e a proclamação dos eleitos. Cabe aqui o registro de que não há, no Brasil, interferência do Poder Executivo ou do Poder Legislativo na administração das eleições ou na decisão final sobre o seu resultado. A Justiça Eleitoral, como sabemos, é o único órgão do Judiciário brasileiro e, certamente, um dos poucos no mundo, com função administrativa, que extrapola o seu próprio âmbito e que age sem a necessidade de provocação, atuando no limite dos princípios da separação dos poderes e do monopólio da prestação jurisdicional, característica de nossa formação constitucional.

As instruções emitidas pelo órgão máximo da Justiça Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral, para disciplinar o processo eleitoral chegaram, algumas vezes, a criar direito, o que revelou a visão equivocada do caráter muito peculiar da Justiça Eleitoral no Brasil. Dois aspectos merecem ainda ser destacados. Em primeiro lugar, diferentemente do que ocorre em grande maioria das democracias, no Brasil, os partidos políticos estão alijados da organização do processo eleitoral e, em segundo, diversamente das demais federações no Brasil, cabe ao órgão federal, a Justiça Eleitoral, o disciplinamento e a organização de eleições locais e regionais. É bom lembrar, como é de conhecimento público, que desde 1932, o Brasil passou a ter uma Justiça Eleitoral, portanto, separada dos demais ramos do Judiciário.

Numa palavra somam-se, no mesmo órgão, as atribuições quanto ao processo eleitoral dos Poderes Executivo e Judiciário. Acresce que em nossa vida política recente, sempre que se enfrenta alguma questão polêmica em matéria eleitoral, a opção tem sido transferir a decisão à Justiça Eleitoral. Como as questões polêmicas não são raras em matéria eleitoral, o espaço de atuação do Juiz acaba sendo extremamente amplo, muitas vezes, conferindo o caráter judicializante ao processo eleitoral. Essa relativa despolitização do processo eleitoral não é, certamente, totalmente negativa, não se pode negar os enormes avanços na gestão de nossas eleições, que se realizam, atualmente, de forma eficiente e democrática. Mas não podemos nos omitir diante dos problemas decorrentes da autodelegação da disciplina legal que é a atividade política ou administrativa por um órgão judicial, porque disso decorrem graves problemas que prejudicam a atividade eleitoral e a política partidária e porque, desde a primeira instância e, muitas vezes, de forma mais grave, é grande a interferência do Juiz no processo eleitoral, praticamente, obrigando o Poder Judiciário a agir como Poder Executivo e Legislativo, o que prejudica sua competência jurisdicional.

[pronunciamento fora do microfone]

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Depois que terminar, [soa a campainha], depois será aberta a discussão da matéria, eu pediria à V. Exª.que permitisse que nós pudéssemos terminar a leitura do relatório.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É, porque era só meio minuto. Era só meio minuto que eu gostaria de V. Exª., V. Exª., levantando um ponto da maior importância, eu só acho que uma coisa está faltando, essas coisas todas aconteceram porque desde a Constituinte o Congresso Nacional não fez o que devia, na sua parte. A Justiça está fazendo aquilo que nós devíamos ter feito e não fizemos e acho que poderia estar aqui na nossa explicação.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Muito bem. Assim, por avançar no encaminhamento dessas questões, as matérias tratadas no PLC nº. 141/09, ainda que não enfrentem de modo resoluto os graves problemas do processo eleitoral, são importantes para aperfeiçoar um sistema que, cumpre reconhecer, já é dotado de méritos indubitáveis. Ao fazê-lo propicia o estabelecimento de um campo adequado ao diálogo institucional entre os poderes da república. Entre as principais inovações contidas no PLC 141/09 destaca-se a abertura concedida aos candidatos, partidos políticos e coligações para explorarem a *internet* por meio de comunicação com o eleitor. Embora tenha sido bastante elogiado nas Audiências Públicas realizadas no Senado Federal, houve polêmica em torno de alguns pontos que a presente análise procurará detalhar.

Em resumo. Propõe-se que a *internet* seja utilizada para facilitar o procedimento próximo de pessoas físicas e como veículo de propaganda eleitoral, como já ocorre com o rádio e a televisão, inclusive, para divulgar conteúdo produzido em direito de resposta concedido pela Justiça Eleitoral. Em relação às doações realizadas por pessoas físicas, o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados altera a redação dos §§ 2º e 4º do Art. 23, da Lei 9504/97, para permitir que a doação, porque hoje existe doação pela *internet*, possa ser feita em formulário eletrônico com dispensa da assinatura do doador. A doação pela *internet*, segundo o texto, pode ser concretizada, inclusive, por cartão de crédito. Cabe frisar que a emissão do recibo de doação e a adequada identificação do doador permanecem como diretrizes obrigatórias, associadas ao princípio da transparência do processo eleitoral, prevendo a possibilidade de fraudes e erros na introdução desses novos meios de pagamento, o projeto afasta a possibilidade de rejeição da prestação de contas, se não for

demonstrado de conhecimento prévio do respectivo partido ou candidato.

Ainda no âmbito do Art. 23, a que eu já me referi, o projeto amplia a possibilidade de doação de pessoa física, de bens móveis e imóveis, estimados em dinheiro, além do limite de 10% dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição, desde que tal valor não ultrapassasse 50 mil reais. Entende-se a manifestação da Câmara dos Deputados como voltada à ampliação dos mecanismos de participação e contribuição do cidadão com o partido ou candidato da sua preferência. Nesse sentido, o presente relatório acolhe ideia contida pela emenda prestada pelo Senador Arthur Virgílio que sugere a inclusão de telefone como ferramenta adicional a facilitar os procedimentos de doação por pessoa física.

A população brasileira já demonstrou inúmeras vezes disposição para se enquadrar em atividades de relevância social ou cultural, inclusive, com contribuições financeiras realizadas à distância por telefone e *internet*. Se os partidos políticos investirem para transformar essas ferramentas em efetiva participação do cidadão nas suas ações e decisões, poderá ocorrer, em longo prazo, amadurecimento na gestão das campanhas e fortalecimento no papel e representação dos partidos. Frise-se nesse contexto, que o uso da *internet* e do telefone como meio de transferência de doações exigirá dos partidos e dos intermediários financeiros, os bancos e as operadoras de telecomunicações, cooperação mútua para que toda a movimentação possa ser contabilizada nos termos da lei. Tendo em conta o que dispõe o Art.22, cujo conteúdo não foi alterado pelo PLC nº. 141/09, o uso de recursos provenientes dessas doações, não prescindirá de prévio depósito em conta bancária específica aberta pelo partido ou pelos candidatos para registrar o movimento financeiro da campanha.

Diz o texto legal vigente e inalterado pelo projeto. Art. 22: "É obrigatório para o partido e para os candidatos, abrir conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha." O § 1º: "O uso de recursos financeiros para pagamento de gastos eleitorais que não provêm da conta específica de que trata o *caput* deste artigo, implicará desaprovação da prestação de contas do partido ou candidato, comprovado o abuso de poder eletrônico. Eu concluo a aqui minha intervenção e passo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo que relata o referido projeto, como representante e como relator na Comissão de Ciência e Tecnologia, presidida pelo Senador Flexa Ribeiro, e quero apenas dizer ao Senador Pedro Simon que subscrevo às suas palavras com relação à necessidade de fazermos as reformas políticas, e que elas sejam diligentemente tratadas, posto que se tratam, essas reformas, de algo imprescindível ao aperfeiçoamento institucional do país. Concedo, portanto, a palavra, novamente, ao nobre Senador Eduardo Azeredo, o relator da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu só pediria aos Srs. Senadores que acompanhassem a leitura desse relatório, são alterações profundas na sistemática da eleição do ano que vem, que nós todos vamos participar. Então, daqui a pouco nós vamos discutir e vamos votar ainda o mais brevemente possível. Então vamos ler, acompanhar a leitura, para que nós possamos fazer um debate consciente de quais as alterações que estão sendo propostas, com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): No que tange ao uso da *internet*, como veículo de propaganda eleitoral, o projeto insere diversos dispositivos no capítulo que versa sobre o uso de rádio e televisão, no sentido de regulamentar tal matéria. Conforme o texto encaminhado ao Senado Federal, fica permitida, após cinco de julho do ano da eleição, a propaganda eleitoral na *internet*, que poderá ser realizada nas seguintes formas: A) Em sítio do candidato do partido da coligação, desde que seu endereço seja comunicado à Justiça Eleitoral e seu conteúdo seja hospedado por provedor de *internet* estabelecido no país. B) Por meio de mensagens eletrônicas, para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, partido ou coligação, e o C) Por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e assemelhados, cujo conteúdo seja gerado por qualquer pessoa natural ou pelos próprios candidatos, partidos ou coligações.

O projeto proíbe a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na *internet*, na versão original da Câmara e veda, também, a veiculação, ainda que gratuita, de propaganda em sítio de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, e de órgãos estatais. Ressalte-se, portanto, que o PLC nº. 141/09 não autoriza a realização de propaganda, mesmo gratuita, nos principais portais noticiosos e informativos da *internet,* nos quais há maior audiência. Nota-se que o critério adotado implicitamente relaciona-se à responsabilidade editorial, no conteúdo residente na página ou sítio, no qual se quer veicular a propaganda eleitoral.

A Câmara dos Deputados optou por restringir a veiculação de propaganda às páginas em que o conteúdo é gerado ou editado por pessoas naturais, impedido que as empresas, mesmo aquelas cuja atividade principal é a oferta de notícia, informações pela *internet*, possa hospedar a propaganda eleitoral. Há, então, dois aspectos a analisar, o uso de propaganda paga, e o critério que define em que sítios qualquer

propaganda pode ser hospedada. A vedação à propaganda paga na *internet* alinha-se, em princípio, com o disposto na Lei Eleitoral e na Lei dos Partidos Políticos, em relação ao rádio e à televisão. Com efeito, o Art. 44 da Lei 9504/97, restringe a propaganda eleitoral paga nesses meios, ou seja, o Art. 44 diz: "A propaganda eleitoral no rádio e na televisão restringe-se ao horário gratuito, definido nesta lei, vedada a veiculação de propaganda paga".

A Lei Partidária também veda a compra de espaço publicitário no rádio e na televisão, nos termos do Art. 45, § 3º. O título IV, do acesso gratuito a rádio e televisão, sobre o seu Art. 45, é bem claro onde diz: "A propaganda partidária gratuita, gravada ou ao vivo, efetuada mediante transmissão por rádio e televisão, será realizada entre as 19 horas e 30 minutos, e às 22 horas para com exclusividade". E no § 3º diz que a propaganda partidária, no rádio e na televisão, fica restrita aos horários gratuitos, disciplinados nesta lei, com a proibição de propaganda paga. A legislação restringe a propaganda paga no rádio e na televisão, em razão da influência que esses meios exercem sobre a decisão de votos de muitas pessoas. Ao se estabelecer limites ao tempo de exposição dos partidos na mídia eletrônica, procura-se equilibrar a disputa política, principalmente, na época de eleições.

Ninguém despreza o papel da rede, na formação de opinião de uma parcela expressiva do eleitorado. A facilidade, a rapidez com que se difundem ideias, informações e notícias na *internet*, tem sido fator decisivo na consolidação de sistemas políticos mais democráticos em todo o mundo. Sabe-se, contudo, que o nível de influência que a *internet* pode exercer no processo eleitoral brasileiro ainda é reduzido, pelo simples fato de a *internet* estar presente em menos de 25% dos lares do país, enquanto os demais meios têm nível de penetração superior a 90%, ou seja, rádio e televisão têm níveis superiores a 90 % de penetração. A *internet* ainda está reduzida a cerca de 20%. Além disso, a forma de explorar a *internet,* como instrumento de propaganda partidária, será desvendada, já que a reação do usuário é distinta da que observa nos meios tradicionais, não interativos. Na *internet*, o usuário típico é menos tolerante, mais crítico e, portanto, menos suscetível aos efeitos da propaganda.

Outro aspecto que precisa ser considerado nesse debate é a contribuição financeira aos meios de comunicação, advinda da propaganda eleitoral. As emissoras de rádio e televisão têm direito à compensação fiscal pela cessão do horário gratuito previsto em lei, conforme dispõe o Art. 99 da Lei Eleitoral. De forma que, indiretamente, esses meios acabam sendo remunerados pelos serviços prestados ao debate político partidário nacional. Como o custo de oportunidade desse espaço de antena reservado gratuitamente aos partidos é elevado, é razoável compensar a perda de receita das empresas que cedem seus recursos. Será efetivo, entretanto, estender esse modelo de financiamento às empresas que prestam serviços e divulgação de conteúdo pela *internet*? É a indagação que se coloca. Será que esse mecanismo não restringirá a quantidade de provedores aptos a participar do bolo publicitário, na medida em que o setor se caracteriza pela existência de muitas empresas de pequeno e médio porte? O uso da *internet,* como veículo de propaganda, segue a lógica dos demais meios de comunicação. Para ser efetiva deve contar com a audiência, mas os sítios e páginas de maior audiência são, evidentemente, mais onerosos.

Assim, entende-se que o uso da *internet* nas eleições não dispensa o mecanismo eficaz de compensação financeira dos provedores, nesse contexto, nada seria mais direto e transparente do que a propaganda paga diretamente ao provedor, desde que devidamente contabilizada na prestação de contas. Ante todo o exposto, propõe-se a emenda ao projeto que abre a possibilidade de veiculação de propaganda paga na *internet*. Com essa proposta pretende-se ampliar as possibilidades de uso dessa tecnologia e fortalecer as empresas que fazem dela a sua principal e, às vezes, única fonte de renda. Para minimizar práticas abusivas, a emenda restringe a propaganda aos sítios voltados, primariamente, à veiculação de notícias e informações ao público em geral. Mantém-se vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda em sítio de pessoas jurídicas, cuja atividade final não esteja relacionada à oferta de serviço de informação pela *internet*.

Permite-se ainda, Sr. Presidente, Srs. Presidentes, que esse meio de comunicação, ainda em desenvolvimento, receba mais investimentos e, sobretudo, fomentas à experimentação da propaganda partidária, em meio, cujas respostas ainda não se conhecem. Com relação ao critério da responsabilidade editorial, a emenda propõe vincular a propaganda paga a sítios e páginas, cujo conteúdo é gerado ou editado pelo próprio provedor, excetuada a propaganda comercial eventualmente presente. O objetivo é impedir a contratação abusiva ou indevida de pessoas naturais que poderiam usar as páginas pessoais para fazer a apologia a candidatos ou partidos. Além disso, os provedores de *internet* podem estabelecer, assim como fazem as emissoras comerciais de rádio televisão, padrões mínimos de qualidade na propaganda paga, que será por elas veiculada. Assim, o provedor não poderá alegar a ausência de responsabilidade, se o conteúdo veicu-

lado for claramente ofensivo à imagem de qualquer partido ou candidato.

Espera-se uma postura mais criteriosa, por parte dos provedores, com o tipo de conteúdo e com os profissionais envolvidos na produção da propaganda eleitoral. Para concluir essa parte é necessário alterar a redação do Inciso III, do Art. 33, da Lei 9096/95, dos partidos políticos, para harmonizar o seu texto com as novas disposições da Lei Eleitoral, mediante a determinação da obrigatoriedade dos partidos apresentarem e comprovarem suas despesas com a propaganda paga na *internet*. O projeto também aproxima o comportamento esperado de emissoras e provedores, quando estende aos últimos a obrigação de cumprir o disposto nos Arts. 45 e 46 da Lei Eleitoral, até então, aplicáveis às empresas de comunicação social. Tais dispositivos estabelecem regras para o conteúdo a ser veiculado no rádio, na televisão e na própria *internet*, procurando garantir o tratamento imparcial e isonômico aos partidos, candidatos e coligações, a partir de primeiro de julho do ano da eleição.

Para as entidades das quais os candidatos, partidos ou coligações não podem receber doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro, o projeto estende a proibição à utilização, doação ou cessão de cadastros eletrônicos de clientes. Como tais cadastros têm, por si só, valor monetário, a sua cessão não deixaria de ser uma doação estimável em dinheiro. Nesse sentido, essa alteração não representa exatamente uma inovação à legislação em vigor porque, conforme já prevê a Lei Eleitoral, no seu Art. 24, é vedado, a partir do candidato, receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive, por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de entidade ou governo estrangeiro; órgão da Administração Pública direta ou indireta; fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público. É proibido também receber de concessionária ou permissionária de serviço público; de entidades de direito privado que recebam, na condição de beneficiárias, contribuição compulsória, em virtude de dispositivo legal; de entidade de utilidade pública; de entidade de classe ou sindical; de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, que recebam recursos do exterior; de entidades beneficentes e religiosas, de entidades esportivas que recebam recursos públicos; de ONGs que recebam recursos públicos e, também, de organizações de sociedades civis de interesse público.

Nesse mesmo artigo, o projeto insere o parágrafo que proíbe a venda de cadastros, de endereços eletrônicos, gerando dúvidas acerca do alcance pretendido para tal norma. Entende-se que a comercialização de cadastros de endereços eletrônicos, quando feita sem o consentimento prévio dos cadastrados, afeta a sua privacidade e deve ser vedada não apenas para as entidades listadas no Art. 24, que eu listei aí, agora há pouco, mas para qualquer pessoa física ou jurídica. Nesse sentido, propõe deslocar o § 1º desse artigo, para o corpo do Art. 57, letra "g", também inserido pelo PLC nº. 141/09, que trata do envio de mensagens eletrônicas.

Ainda relacionada à utilização indevida ou inoportuna de cadastros de endereços eletrônicos, o projeto acertadamente impõe que as mensagens enviadas por candidatos dos partidos ou coligações, por qualquer meio, disponham de mecanismo de descadastramento de usuário. E dá o prazo de 48 horas para a efetivação da solicitação. Eu faço apenas um comentário que o Senado já aprovou o projeto específico sobre *Spam,* que está paralisado ainda na Câmara e que deixaria essa questão mais clara, sobre o envio de mensagens. Na questão da responsabilidade civil, é preciso salientar que os provedores de *internet* não devem ser responsabilizados quando seus serviços são utilizados indevidamente por terceiros. A *internet* permita que qualquer pessoa, sem conhecimentos técnicos específicos, hospede, a baixíssimo custo e, sem conhecimento prévio do provedor, conteúdos considerados ilegais pela legislação de um país.

É evidente que não se pode exigir, dos provedores, conhecimento ou aprovação prévia de todo o conteúdo a ser publicado na rede. Assim, a responsabilização dos provedores da *internet* só deve ser feita nos termos do Art. 57, letra "f", ou seja, quando não houver providências no sentido de suspender a divulgação de conteúdo julgado legal, pela autoridade competente, no caso, a Justiça Eleitoral. No obstante, o projeto utiliza, reiteradas vezes, a expressão "responsável pela divulgação da propaganda" para caracterizar o autor que será responsabilizado pelo descumprimento das normas previstas no Art. 57, "b", "c", "d", "e", tendo que arcar com as multas estabelecidas. Mas quem será essa entidade? De acordo com o projeto, não é o partido, candidato ou coligação que só será responsabilizado subsidiariamente se for comprovado envolvimento culposo, também não será o produtor do conteúdo, na medida em que o projeto se refere apenas àquele que divulgou a propaganda.

Resta, então, o próprio provedor, cujos serviços efetivamente deram suporte à divulgação e a pessoa física que introduziu o conteúdo, sem o conhecimento prévio do provedor em seu sítio na *internet*. Para evitar que a Justiça Eleitoral puna indevidamente o provedor e para reduzir a insegurança jurídica em prol de inibir a efetiva utilização da rede no processo político eleitoral, propõe-se incorporar no Art. 57, "f", o parágrafo que

isente o provedor, da mesma forma que é feito com o partido, candidato ou coligação. Sua responsabilização dependerá de comprovação de seu prévio conhecimento ou envolvimento na divulgação do conteúdo. Eu lembro aos Srs. Senadores, que é importante fazer essa regulamentação porque se trata de um novo mecanismo de comunicação e que começa agora, ainda, a ser usado, inclusive, em países mais desenvolvidos do que o nosso. Em matéria de uso de tecnologia no processo eleitoral, o PLC nº. 141, na tentativa de aprimorar a segurança, transparência e a confiabilidade do sistema, introduz, a partir das eleições de 2014, o voto impresso, conferido pelo leitor.

Já estou passando agora, então, já para a questão do voto impresso. O objetivo primordial do voto impresso não será, entretanto, dar a certeza ao leitor, logo após ter utilizado a urna eletrônica, que essa registrou apropriadamente as suas escolhas. De acordo com o projeto submetido à revisão do Senado, o voto impresso será depositado de forma automática e sem contato manual do eleitor, em local previamente lacrado, para que após o término da votação, a Justiça Eleitoral possa realizar auditoria por amostragem aleatória. Diante disso, julga-se inadequada à celeridade e ao sigilo do processo eleitoral, a utilização do voto impresso. A esse respeito está transcrito o trecho do relatório do TSE, página 20 e seguintes, em que se avalia a questão das eleições de 2002. Em 2002 já se utilizou o voto impresso em algumas eleições, no Brasil.

E aí está escrito, Srs. Senadores... Já tem, acho que... Por questão de economia de tempo, eu vou passar mais para frente, para a análise, porque aí estão descritos todos os comentários do TSE, a respeito da utilização do voto impresso nas eleições de 2002, em que se especifica que foram utilizados impressores externos em todo o Distrito Federal, no estado de Sergipe e em algumas cidades próximas da capital de cada estado, que o objetivo foi testar o voto impresso, que a experiência demonstrou vários inconvenientes na utilização, que a sua introdução nada agregou em termos de segurança ou transparência. Na verdade, criaram-se alguns problemas, como o maior tamanho das filas, o maior número de votos nulos e brancos, maior percentual de urnas com votação por cédula, maior percentual de urnas que apresentaram defeito, além das verificadas no modo impressor.

E aí são citados alguns desses exemplos de problemas que aconteceram. Outro dado que impressiona e muito preocupa, também, do citado e planilha do documento um é o fato de que nas sessões com o voto impresso, 30,2% delas, teve utilizado sistema de voto cantado enquanto as sessões que utilizaram urna eletrônica sem o voto impresso, o percentual foi de apenas 0,68%. O voto cantado fragiliza o processo de votação e apuração, na medida em que possibilita a interferência da ação humana com todas as suas consequências. Pelos inconvenientes e riscos, demonstrados na utilização de determinado dado módulo e em vista de sua desnecessidade, a posição firmada foi no sentido da revogação daquela lei de 2002, que o Senado aprovou em 2003, uma lei que foi aprovada pela Câmara, criando registro digital do voto.

Conforme expôs o representante do TSE nas Audiências Públicas realizadas pela CCT e pela CCJ, a melhor maneira de auditar a consistência dos boletins de urna, com a real manifestação dos eleitores é acompanhar o procedimento e geração e validação das assinaturas digitais, os testes preliminares das urnas e, se necessário, requerer a verificação dos registros digitais de voto, arquivos RDV, com base nas próprias assinaturas, o que dispensa o uso de papel. Foi também ressaltada pelo TSE a realização, desde 2002, de um procedimento de auditagem na véspera da eleição. O tribunal sorteia uma amostra de urnas prontas para uso e verifica, na presença de um Juiz Eleitoral, e sob gravação em vídeo, o correto funcionamento dessa amostra. A utilização de componentes mecânicos acoplados ou inseridos nas urnas eletrônicas aumentará drasticamente a taxa de falha desse equipamento, [soa a campainha] o que poderá exigir a votação em papel em diversas sessões. Isso atrasará o cômputo dos votos e a conclusão do processo, bem como, dará margem às mesmas fraudes já conhecidas no processo eleitoral não eletrônico.

Em busca de contemplar o objetivo principal, associado à impressão do voto, propõe-se a emenda que estabelece um método mais eficiente e seguro para auditar os resultados das eleições, ou seja, tornar disponíveis para os partidos, coligações e candidatos, 100% dos arquivos RDV e das urnas utilizadas nas eleições, preservando-se por 180 dias, a contar do término das eleições, os arquivos digitais. Para maior transparência e clareza da norma, propõe-se a emenda para alterar o § 2º do Art. 66, da Lei 9504/97, para nele inserir a expressão “e até o dia 5 de março do ano das eleições”, fixando claramente quando os programas-fonte, programas executáveis, inclusive, os sistemas aplicativos de segurança. E as bibliotecas especiais deverão estar prontas e sendo colocadas à disposição dos partidos, coligações de candidatos, por pouco mais de seis meses para a verificação dos seus técnicos credenciados.

Seguindo na busca de maximizar a eficiência e o uso da tecnologia o projeto prevê o direito de votação para Presidente e Vice-Presidente, para eleitores em trânsito, em todo o território nacional, por meio de

urnas especialmente instaladas nas capitais dos estados, conforme regulamentação a ser editada pelo TSE. Entendemos, entretanto, que embora reconhecendo elevado propósito de ampliar a participação do cidadão no processo eleitoral, que a complexidade tecnológica em uma análise de custo/benefício desaconselha tal medida, e ainda sugere que se continue a exigir, tão somente, a justificação do voto para aqueles que se encontram fora do seu domicílio eleitoral, no dia da votação. O risco de fraudes seria muito grande se pudéssemos ter o voto em trânsito, tendo em vista que os cadastros não são interligados, *on-line*. Alguém poderia votar aqui em Brasília de manhã e, votar em Belo Horizonte, de tarde.

Para que fosse consistente a votação em trânsito, cada sessão eleitoral do país deveria ser capaz de identificar corretamente o eleitor e notificar a sessão de domicílio daquele cidadão, cujo voto já foi realizado. Além disso, seria necessário que o sistema bloqueasse a realização de votação em mais de uma zona eleitoral, no mesmo dia, sob pena de computar votos em duplicidade. Em termos tecnológicos, todas as sessões eleitorais deveriam estar conectadas em uma única rede corporativa, com segurança suficiente para que o TSE garantisse a consistência do resultado, com a mesma agilidade que faz hoje. Os custos e os riscos, associados à demanda do voto em trânsito, ainda não justificam a sua implementação, até porque, o percentual de abstenção e de justificação é baixo, em relação ao total de votos apurados. Sendo assim, sugere-se suprimir o Art. 6 do projeto em análise. Eu tenho certeza de que nós vamos chegar, um dia, a ter o voto em trânsito no Brasil, eu defendo que tenhamos. Mas, infelizmente, não é possível, pela atual forma de voto. Senador Marco Maciel, quer continuar agora, mais um pouco? Estamos nas outras alterações, na página 20.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria, nobre Senador Eduardo Azeredo, que prosseguisse até o final da página 20.

SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. Então, vamos lá. Outras alterações merecem comentário nesse relatório. Acerca da utilização de material de propaganda em vias particulares, o projeto estabeleceu o limite de quatro metros quadrados para faixas, placas, cartazes e assemelhados, com o propósito de disciplinar o uso, e evitar o abuso de poder econômico, e reduzir a poluição visual gerada pelo excesso de material publicitário usado pelos partidos durante a campanha. Além de estabelecer o limite único de tamanho para todos os materiais, independentemente do bem a ser utilizado, o que é tecnicamente inadequado para fins de propaganda, a restrição não evitará a degradação estética da cidade ou o abuso de poder econômico, na medida em que não estabelece o limite de ocupação da área do bem.

Nota-se que as propagandas veiculadas em páginas de jornais, ou em páginas eletrônicas, de sítios na *internet*, sujeitam-se a limitações diárias, por razões semelhantes. Propõe-se, então, a adoção, [soa a campainha] de mais um critério de controle, uma taxa máxima de 20% de ocupação da área visível, do meio de suporte à propaganda, no caso, a fachada do prédio, o muro ou qualquer outro bem particular. Nessa seara, julga-se adequado manter a vedação à utilização de *outdoors*, que tem se mostrado efetiva para apresentar a limpeza e o padrão estético nas cidades, além da dificuldade de controle. Está terminado, portanto, a parte de análise. E agora passamos para a parte de voto, em que, então, devolvo a palavra para o Presidente.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador Eduardo Azeredo, eu gostaria de agradecer mais uma vez a S. Exª. pelas considerações que acaba de fazer, ajudando a instruir o processo de votação dessa complexa proposição e gostaria de, ante o exposto, dar o voto a respeito do Projeto nº. 141/09. O voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PLC nº. 141/09 e, no mérito, pela sua aprovação, considerando as emendas propostas a seguir e os resultados apresentados no quadro 01, que sumariza a análise das emendas apresentadas perante as Comissões de Constituição Justiça e Cidadania, de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática. Como sabem, V. Exªs, como está aberto o prazo de emendas, [interrupção do áudio] emendas chegaram ao conhecimento. Mas, de toda maneira, eu gostaria de fazer o resumo de análise das emendas apresentadas.

Aprovadas sem alteração as Emendas CCT: 1, 2, 5, 11, 14, 15, 22; CCJ, 2, 4, 13, 20, 23 e 40. As Emendas aprovadas parcialmente no termo de Subemendas: 3, 4, 6, 9, 10, 12, 13, 17, 20, 21, 23 e 33; 1, 3, 5, 8, 14, 16, 17 e 24. Rejeitadas: 7, 8, 16, 19 e 24 a 32. E as Emendas: 2, 6, 7, 9, 10, 11, 15, 18, 19, 21, 22, e de 25 a 39. Frise-se que a justificativa para acolhida integral ou parcial, ou rejeição das emendas consta da análise das emendas e decorre da expressiva quantidade de sugestões enviadas às Comissões. A seguir, apresentam-se as emendas de relator, cuja fundamentação foi devidamente apresentada ao longo da Sessão II, deste relatório. Emenda do Relator n° 1.

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Prestem atenção, senhores, prestem atenção para a leitura. Esse é o projeto que está saindo dos relatores.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não estou entendendo o seguinte, foi feita a análise do projeto que veio da Câmara até agora, se analisou fundamentalmente as questões relativas à *internet* e etc. Agora nós vamos analisar as emendas que nós apresentamos. Mas, ou eu não entendi ou eu não vi a análise, a análise, o relatório das propostas que foram aprovadas na Câmara que vão ser... Quer dizer, o que a Câmara aprovou? O que o projeto da Câmara apresentou... E que nós vamos discutir as emendas? Agora, o que a Câmara apresentou, quais foram as inovações que a Câmara apresentou? Eu não estou sabendo ainda.

[falas sobrepostas]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Foram lidas todas as partes.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mercadante... Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de dizer ao Senador Pedro Simon, que o PLC 141/09 da Câmara dos Deputados, foi distribuído às duas Comissões.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Heim?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Foi distribuído às duas Comissões: Comissão de Justiça e Cidadania, e Ciência e Tecnologia. E, a partir daí, foram apresentadas as emendas. Então, além do projeto que foi apreciado nas Comissões, está sendo apreciado nas duas Comissões, além disso, surgiram novas emendas e poderão surgir emendas, inclusive, quando o projeto for para a apreciação do Plenário. Não sei se V. Exª.considera...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exª. vai analisar as emendas que o Senado está propondo? Com toda a sinceridade, eu até agora, não sei quais foram as propostas que a Câmara aprovou e que estão tendo o parecer, o relatório.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O projeto que a Câmara encaminhou já contém o que a Câmara aprovou. Para ser mais claro, o que estamos discutindo agora são emendas, vamos passar a discutir agora as emendas que foram apresentadas ao projeto, e que foram aprovadas pela Câmara.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas, Senador Marco... Dá para fazer silêncio? [soa a campainha] Não é possível, há um desentendimento aqui...

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Aí não dá não é? Por favor, silêncio!

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Senão, eu vou fechar para eu ir embora, não há interesse nenhum... Nós precisamos discutir, porque uma sessão dessa seriedade, um assunto que é para votar em dois meses estão querendo votar em dois dias, e não há o mínimo de silêncio aqui. Então... Pra quê, o que eu estou fazendo aqui? Eu volto a repetir, o que eu digo é o seguinte, eu vi a análise feita pelos dois relatores, com relação a aspectos importantes, agora, vamos apresentar as emendas que o Senado quer apresentar. Com toda a sinceridade, eu não vi ainda uma exposição do que a Câmara está propondo, o que a Câmara está propondo?

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas foi feito. Foi... A leitura foi disso, a Câmara propôs voto impresso, a Câmara propôs propaganda na *internet* com pessoa não jurídica... Então, todas as propostas foram detalhadas.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O que a Câmara propôs é só o que foi analisado pelos relatores?

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Exatamente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, sim. Senador Pedro Simon, está aqui na página 3. São os Itens nº. 1 – O uso da *internet*, Item nº. 2 – A definição de conceitos de quitação eleitoral. Item nº. 3 – Inelegibilidade, o que modificou. O Item nº. 04 – Prazo de julgamento de registro de candidatura--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É só isso que a Câmara está propondo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só isso. É isso que ela está propondo.

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Aloizio Mercadante, pela ordem.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu queria, primeiro, dizer que essa matéria é de grande interesse da democracia brasileira. Acho que nós temos que aprimorar e votar ajustes na Lei Eleitoral. Nós, não tivemos uma negociação, qualquer negociação entre os relatores e os partidos políticos. Pelo menos, o meu partido não foi consultado, não houve nenhum tipo de entendimento, entendo que os dois relatores sejam da oposição, isso não necessariamente prejudicaria o entendimento. Mas não houve nenhum tipo de construção, de diálogo, para nós chegarmos ao entendimento. Essa é uma matéria que todos os senadores têm interesse e todos os partidos têm especial interesse. Porque não é só o problema do Senado, é o problema da Câmara, do Senado, do prefeito, vereadores, deputados estaduais, governadores, presidentes... Então, eu acho que nós tivemos um encaminhamento que não pode, de forma alguma, ser atropelado. Então, nós temos que partir do que foi

apresentado hoje, só temos condições de votar isso na semana que vem, votar hoje, daqui a uma hora é, absolutamente, impraticável.

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas não vai votas daqui uma hora. V. Exª. informou errado, uma hora é para a discussão, vota. Se houver o pedido de vista, eu marco uma-–

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu, já encaminhando o pedido de vista, pedindo que a gente tenha uma semana pra conversar com relatores, buscar construir os demais partidos. Acho que devia ter uma reunião... Cada partido poderia indicar um representante para ser o canal de negociação com os relatores, é o que deveria ter feito antes e não foi feito...

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós tivemos até Audiências Públicas.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, Audiência Pública sim. Não houve uma negociação em torno desse relatório, nós não fomos consultados.

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Estão sendo agora. Como em toda sessão--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por isso que nós precisamos de um prazo para que a gente possa analisar o relatório, tem dezenas de páginas, dezenas de emendas, rejeitadas e aprovadas. E, a partir daí, nós votaríamos quarta-feira da semana que vem, construindo o entendimento, buscando o entendimento mais amplo possível, em torno do projeto.

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, eu vou conceder, então. Vamos marcar para terça-feira, porque na quarta-feira se vota no Plenário, pode voltar para a CCJ, eu marco uma sessão especial, e a semana que vem eu despacho para a Câmara, se todos concordam? Terça-feira, então, marcada às 09 da manhã, a Audiência, concedo vista coletiva.

[falas sobrepostas]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu propus, V. Exª.nem ligou, eu... Como líder, ele é líder e continua líder, propôs e todo mundo aceitou.

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, a matéria é relevante, é relevante e exige um calendário muito curto, muito apertado para que ela possa entrar, efetivamente, em vigor no momento em que for aprovada e que for publicada.

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu gostaria de sugerir à V. Exª... Eu só vou concluir a leitura, o Senador vai ler o voto e, em seguida, vista coletiva, mas, pela ordem, V. Exª.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de sugerir a V. Exª, em primeiro lugar, que restabelecesse o silêncio. Em segundo lugar, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu peço à Assessoria que chame a Polícia do Senado, infelizmente, já não há mais condições de os senhores permanecerem aqui. Infelizmente. Desde o início da sessão...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que a gente vai ter que aplicar a Lei da Mordaça aqui. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu acho que chame a Polícia do Senado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que seria de bom alvitre que V. Exª.mandasse elaborar um quadro comparativo do que veio da Câmara com as mudanças que estão sendo introduzidas e distribuir a cada um dos senhores.

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Os Srs. Senadores que fizeram o relatório, podem fazer o quadro que eu mando distribuir.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É rápido, Presidente, tão somente para pedir ao Senador Marco Maciel que é o relator na Comissão de Justiça, que observe atentamente a Emenda nº. 17, que V. Exª.afirma que foi contemplada em parte, na realidade, não foi contemplada em parte nenhuma. Em parte... Então, na prática, ela foi rejeitada. Então, eu chamo à atenção desse aspecto porque a palavra *interesse pessoal* que está na legislação atual, está estimulando ao Ministério Público que nas inserções partidárias, eles entrem com a ação no TRE, na Justiça Eleitoral para retirar a divulgação dos partidos, alegando que um senador, apresentando o seu trabalho no Senado Federal, ele está agindo com interesse pessoal. Mas qual é o interesse pessoal?

Então eu estou propondo que se coloque *interesses estranhos* ao programa partidário. Por exemplo, defender uma empresa privada, não é? Aí sim, mas *interesse pessoal*, eles estão alegando que eu... Como sou senador, e eu sou um possível, que eu não disse ainda, candidato à eleição. "Ah, o Valadares tem *interesse pessoal*". Resultado: Tiraram o PSB e mais dez partidos lá em Sergipe, das inserções eleitorais gratuitas, porque eles alegam do Ministério Público que nós temos *interesses pessoais*, mas qual é o interesse

pessoal em divulgar o trabalho do Senado? O que nós estamos fazendo aqui? É por isso que eu estou propondo, Sr. Presidente, que vamos alterar esse artigo, permitindo, inclusive, que detentores de mandato no Legislativo, no Executivo, Secretário de Estado, primeiro escalão, possam falar no programa partidário, nas inserções. Mas lá em Sergipe estão proibidos, infelizmente. Não vamos deixar brecha nenhuma.

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos fazer da seguinte forma. Vamos concluir a leitura do relatório, os senhores que têm o interesse na modificação, procurem diretamente os relatores. Nós vamos ter quase uma semana para isso. Os senhores relatores vão fazer um quadro comparativo, eu vou distribuir aos senhores. E na terça-feira nós votaremos definitivamente, com a palavra o Senador Marco Maciel para concluir a leitura do relatório.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador Antonio Carlos Valadares, na realidade, a emenda foi parcialmente aprovada, na medida em que diz: A divulgação de propaganda, e tiramos a palavra "antecipada", de candidatos a cargos eletivos, a defesa de outros partidos ou de interesses pessoais...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Justamente, essa expressão *interesse pessoal* é que está dando margem ao Ministério Público de impugnar, inserções partidárias, pelo menos, está acontecendo isso no Estado de Sergipe. Então, eu estou proponho que se coloque *interesses estranhos* ao programa partidário.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, pois não. Eu vou acolher a sugestão de V. Exª.

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra, o Senador Marco Maciel.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas eu coloquei aqui, Sr. Presidente. A Emenda nº. 17 fala, Sr. Presidente, a Emenda nº. 17 fala, na alteração na 90/96 de 1995, para permitir aos secretários, quer dizer, aos detentores de mandato eletivo, senadores, deputados, vereadores, deputados estaduais e os que ocupam cargos na administração direta ou indireta, primeiro escalão, a falarem na televisão na divulgação partidária. Eu não estou falando... Não é na época das eleições. Eu estou falando é no programa político que todos os anos a gente tem direito. E V. Exª.rejeitou essa parte da possibilidade de os candidatos aparecerem na televisão, dos candidatos não, de os senadores, deputados, parlamentares aparecem na televisão.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, então, como eu disse a V. Exª., foi acolhida.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): A Emenda 17, V. Exª.acolhe *in totum*, não é?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Acolho com a mudança que V. Exª. sugeriu.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Obrigado.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agora, eu gostaria, Sr. Presidente, aliás, Srs. Presidentes, Demóstenes Torres e Flexa Ribeiro e, também, o nobre Relator Senador Eduardo Azeredo, eu gostaria, concluindo o relatório, dizer que foram apresentadas durante a presente reunião... Foram apresentadas as emendas da Senadora Serys Slhessarenko e, também, a emenda da Senadora Kátia Abreu e, também, sugestões apresentadas pelo Ministério Público, com relação às matérias tratadas no projeto de lei em discussão. De minha parte, Sr. Presidente, está concluído.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, tem mais uma do Senador Suplicy, também.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E sim, também, uma do Senador Eduardo Suplicy que não foi acolhida, que chegou ontem à noite e não foi concluída. Então eu acho que estamos, que concluímos o relatório. Agora, há aqui um anexo que contém todas as emendas apresentadas. Eu indagaria aos presidentes da presente reunião, Senador Demóstenes Torres e Senador Eduardo Azeredo, se nós poderíamos considerar como lidas as emendas, posto que, os avulsos serão distribuídos a todos os senadores, então, isso é para apenas por economia processual. Isso simplificaria muito e, faria com que também nós não tivéssemos que perder praticamente uma hora ou mais de uma hora lendo emendas apresentadas.

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Lembrando que as emendas poderão ser apresentadas até a sessão de terça-feira. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta aos dois relatores, Senador Eduardo Azeredo e Marco Maciel, sobre um ponto que considero muito importante e lembrar que o Senado Federal, antes da última eleição, aqui, nesta Comissão votou que haveria na reforma eleitoral, então proposta, ou nas normas eleitorais, a transparência de todos doadores de pessoas físicas e jurídicas ao longo da campanha e, de tal maneira, que se saberia quais os doadores antes da realização das eleições. Isso foi aprovado aqui pelo Senado. Foi para a Câmara dos Deputados e lá foi modificado para que, então, esse conhecimento só se desse após as eleições. Ora, eu imaginei que o Senado Federal iria

restabelecer aquilo que nós já havíamos aprovado e até por causa disso. Eu só vou... Eu vou concluir Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Suplicy, mas na terça-feira nós faremos a discussão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu sei, mas eu gostaria só de chamar à atenção, porque eles vão estudar ao longo da semana esse aspecto.

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Conclua, por favor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então... Por essa razão é que eu apresentei a Emenda n°. 36 para dar ao processo de prestação de contas transparência em tempo real, pela *internet*. Eu gostaria de convidar a ambos os relatores para dar maior atenção a isso, porque seria restabelecer algo que avalio como muito importante e que o Senado mesmo já havia aprovado antes das últimas eleições. A Câmara modificou, mas por que não manter aquilo que o Senado já uma vez já havia aprovado?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Suplicy, V. Exª.vai poder... Tem tempo suficiente para conversar, reunir com os relatores, mostrar a eles a emenda que V. Exª.apresentou e que eles não acataram até a próxima terça-feira. Nós precisamos agora concluir para que possamos aprovar o pedido de vista e V. Exª.terá a semana toda para conversar com o relator, eu pediria que nós pudéssemos dar continuidade à conclusão desta reunião.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu já registrei o meu apelo que é, inclusive, a V. Exª.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já está atendido, V. Exª.vai ter que conversar com os relatores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Gostaria que V. Exª.também ficasse persuadido da minha intenção. Obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senão, V. Exª.pode levar um cartão vermelho aqui da Comissão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Já concluí, já concluí. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Azeredo. Silêncio, por favor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria apenas responder ao Senador Suplicy, que essa preocupação com a questão de transparência, senador, não é só de V. Exª., é de todos nós, evidentemente, como relatores, nós todos temos essa preocupação. Agora, no primeiro momento, ela não foi aceita por questão de praticidade, fazer uma prestação de contas diária não é uma questão que seja possível em todos os recantos do Brasil, essa que é a dificuldade. Fazer diariamente, não é assim ainda. Nós não temos, eu lembrei aqui a *internet* está disponível em 20% das residências brasileiras, então é mais a questão prática de você fazer, realmente, a prestação. Fazer todo dia, nós podemos ter a mesma transparência, o mesmo perfil de qualificação ética, mas com a prestação em prazos mais razoáveis.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu vou propor um prazo razoável, até 30 de setembro, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É uma ideia. É uma ideia.

[falas sobrepostas]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, eu queria solicitar ao Presidente Demóstenes Torres para que pudéssemos pedir às Secretarias, tanto da CCT, quanto da CCJ, que distribuíssem o parecer e as emendas, até agora entregues nas duas Comissões, a todos os senadores, independentemente de participarem, ou não, das duas Comissões, para que todos os senadores tenham conhecimento do parecer e das emendas, para que possamos ter ampla publicidade, tanto do parecer, quanto das emendas, que a discussão na próxima terça-feira possa ser conclusiva para que possamos votar o projeto e encaminhá-lo ao Plenário, essa é a proposta, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu mandarei, então, via eletrônica a todos os Srs. Senadores, está suspensa a presente sessão, que terá continuidade na terça-feira, primeiro de setembro às 09 horas, quando encerraremos todo o trabalho das duas Comissões. Então, eu peço aos Srs. Senadores que prestem atenção nesses termos. E mais, quem tiver alguma emenda, apresente com a maior brevidade, porque a sessão será realizada na terça-feira, às 09 da manhã, quem quiser apresentar, preferencialmente, até quinta feira, seria muito bom.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, Presidente. Presidente, pela ordem. Presidente Demóstenes, pela ordem.

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exª.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só gostaria de lembrar aos membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, que nós vamos agora para a Sala 13, onde teremos uma Audiência Pública que tratará da questão da regulamentação das rádios comunitárias. Eu pediria a presença dos membros da CCT, na Sala 13 para essa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, eu lembro aos senhores o seguin-

te, em vez de suspender, eu vou encerrar a sessão para que o prazo de vista possa correr. Então a sessão está encerrada e nós vamos reabrir, vamos ter outra sessão em conjunto, CCJ e CCT, na terça-feira, dia primeiro de setembro às 09 horas.

[pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): As emendas já apresentadas, e o avulso dessas emendas estão sendo distribuídos agora para os senhores senadores. Então, está encerrada a presente reunião, e outra será aberta, já aprovada em conjunto, aqui, por todos os senhores membros e até vamos deliberar a respeito disso. As Srªs. e os Srs. Senadores que concordam que uma nova reunião, em conjunto, se realize, CCT e CCJ, no dia primeiro de setembro às 09 horas, queira permanecer como se encontram. Aprovado. Encerrada a presente sessão e vamos reabrir outra, agora, da CCJ.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2009.

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Junior, Demóstenes Torres, Papaléo Paes, Flávio Torres, Flávio Arns, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, Valter Pereira, Leomar Quintanilha, Eliseu Resende, Marco Maciel, Kátia Abreu e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, José Agripino, Efraim Morais, Cícero Lucena e Sérgio Zambiasi. Comparece à reunião o Deputado Federal Zenaldo Coutinho (PSDB/PA). Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 024, de 2009-CCT, de autoria dos Senadores Papaléo Paes e João Ribeiro, que requer "..., nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater a radiodifusão comunitária e a radiodifusão educativa, em vista da constatação de descumprimento de normas legais que regulam a execução dos serviços. Os nomes dos debatedores serão oportunamente indicados." Comparecem à reunião os Senhores Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações; Edilson Ribeiro dos Santos, Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Paulo Machado de Carvalho Neto, Membro do Conselho Superior da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Marcelo Cordeiro, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – ABRATEL; e Clementino dos Santos Lopes, Coordenador Executivo da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – ABRAÇO. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores João Ribeiro, autor do requerimento, Roberto Cavalcanti, Flávio Torres e Gerson Camata. Nesse momento, o Senhor Senador Flexa Ribeiro requer, oralmente, a inclusão Extra-Pauta de requerimento, com o que todos concordam. Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 034, de 2009–CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer "..., nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa nacional – CRE, para debater o necessário reequipamento da Forças Armadas – FFAA, espacialmente nos aspectos relacionados com a compra de submarinos e aviões de combate, considerando os seguintes postos: 1 – Com quais cenários de conflitos internacionais envolvendo o Brasil trabalham nossas FFAA; 2 – Quais os necessários equipamentos para enfrentar os conflitos baseados nesses cenários e em que forma os novos equipamentos são armas necessárias; 3 – Como nesses cenários o conhecimento de ciência e tecnologia é considerado um recurso fundamental; 4 – Além do reequipamento físico, quais as necessidades e recursos necessários e métodos para o equipamento cientifico e tecnológico inclusive com o apoio ao ITA e ARAMAR; 5 – Quais os Recursos necessários para o fortalecimento dos serviços de inteligência internacional. Para debater o assunto sugerimos o próprio Ministro Nelson Jobim." O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às quatorze horas e

três minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**. – SENADOR **FLEXA RIBEIRO,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 26 de agosto de 2009, para realização de Audiência Pública sobre o tema: Debater a Radiodifusão Comunitária e Educativa, em vista da constatação de descumprimento de normas legais que regulam a execução do serviço, atendendo ao requerimento nº. 24, de 2009 – CCT, de autoria dos Exmos. Srs. Senadores João Ribeiro e Papaléo Paes. Iniciando os trabalhos dessa reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunicado da Presidência: Expediente recebido, ofício DP nº. 21923/2009, convite do Diretor Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados, SERPRO, ao Presidente desta Comissão para participar do Congresso Internacional de Software Livre e Governo Eletrônico, CONSEGI 2009, que se realizará no dia de hoje às 17h30 no auditório da ESAF. A solenidade contará com a presença do excelentíssimo Sr. Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva.

Quero informar aos Srs. Senadores que o Senador Renato Casagrande irá representar a Comissão de Ciência e Tecnologia na abertura deste Congresso Internacional, face à viagem que estarei realizando ainda hoje à Argentina para fazer uma palestra amanhã no Senado Federal Argentino sobre o tema Meios de Comunicação Audiovisual, Regulação e Antecedentes Regionais e Autoridade de Aplicação. O nosso Vice-Presidente, Senador Lobão Filho, estará também nos representando hoje no encontro, no seminário, no Congresso, em Guarujá, das Teles, que terá abertura também hoje à noite. Então, o Senador Renato Casagrande, quero agradecer ao Senador Renato Casagrande pela sua disposição de representar esta Comissão na abertura desse importante Congresso Internacional.

Dando continuidade à Audiência Pública, justifico a ausência do representante do Ministério Público da União, Subprocurador-Geral da República, Aurélio Virgílio Veiga Rios, Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em razão de compromissos assumidos em data anterior ao recebimento do convite.

Solicito aos Senadores Roberto Cavalcanti e Flávio Torres que acompanhem os convidados para tomarem assento à Mesa quando convocados.

Convido para sentar-se à Mesa o Sr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações; o Sr. Edilson Ribeiro dos Santos, Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL; o Sr. Paulo Machado de Carvalho Neto, Membro do Conselho Superior da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT; o Sr. Marcelo Cordeiro, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações, ABRATEL; o Sr. Clementino dos Santos Lopes, Coordenador Executivo da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, ABRAÇO.

Tendo todos os nossos convidados tomado assento à Mesa dos trabalhos, eu quero agradecer inicialmente a todas as V. Sas. por terem aceito o convite da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, para que possamos nessa Audiência Pública debater a radiodifusão comunitária e educativa em vista da constatação de descumprimento de normas legais que regulam a execução do serviço. V. Sas. vão dispor para a exposição das suas teses de 10 minutos, prorrogáveis por mais cinco.

Passo a palavra ao nosso primeiro orador, Dr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações. Dr. Marcelo, V. Sa. terá 10 minutos prorrogáveis por mais cinco.

SR. MARCELO BECHARA: Obrigado Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, Senador Flexa Ribeiro, a quem cumprimento saudosamente os demais Senadores aqui presentes. O Ministério das Comunicações mais uma vez agradece a oportunidade que essa Comissão sempre nos dá de colocar nossas visões, nossos posicionamentos, Comissão essa que, apesar de jovem, tem realmente feito um trabalho muito importante, muito importante no setor da comunicação e da tecnologia de um modo geral no país. O tema é um tema oportuno, que é sobre a questão da radiodifusão comunitária, a radiodifusão educativa. Por que eu digo oportuno? Porque nós es-

tamos exatamente nesse momento que estamos vivendo, um momento de discussão profunda no setor de comunicação no Brasil. Eu não estou só falando da realização da conferência nacional de comunicação convocada pelo Executivo que tem a participação dessa Comissão e que será realizada aqui em Brasília em primeiro, dois e três de dezembro. Eu estou falando de uma série de discussões que têm sido colocadas nesta Casa, em especial nessa Comissão, mas também na Câmara dos Deputados através principalmente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática também da Câmara, em relação à questão do serviço de radiodifusão.

Nós estamos falando, Presidente, de um serviço que está regulado, em regra, a partir de um código de 1962, chamado Código Brasileiro de Telecomunicações. Veja que o código, apesar de se chamar Código Brasileiro de Telecomunicações, de telecomunicações já não tem mais nada, porque toda a tratativa desse segmento já está desde 1997 no âmbito da Lei Geral de Telecomunicações, a Lei 9472/97, que inclusive criou o órgão regulador aqui representado, a ANATEL. Bom, após, nós tivemos em 1967 um Decreto-Lei que criou o Instituto da Televisão Educativa. O Decreto-Lei de 67, ele não fala em rádio educativa. É interessante isso. E por que ele não fala em rádio educativa? Porque a radiodifusão sonora já nasceu educativa. Na década de 30, o então Presidente Getúlio Vargas instituiu a primeira norma de radiodifusão brasileira, dizendo que o serviço de radiodifusão deveria atender ao interesse nacional e educativo. Então, a rádio já nasceu na sua essência educativa. A televisão, não, a televisão em 1950, ela já nasceu com o caráter mais comercial. Então, em 1967 foi entendido a criação do Instituto da Televisão Educativa. Bom, e a rádio comunitária, por sua vez, é um instituto novo, tem uma década basicamente por lei, a lei é de 1998, a Lei 9612, que estabeleceu essa modalidade de exploração do serviço de radiodifusão.

Bom, então, para resumir, em termos de televisão nós temos duas modalidades. A radiodifusão privada e educativa e em radiodifusão sonora nós temos a privada, a educativa e a comunitária.

Feito esse preâmbulo, o tema colocado aqui, de autoria dos Senadores Papaléo Paes e João Ribeiro, já coloca aqui no seu conteúdo temático uma carga importante em relação a um problema. Qual seja? Em vista da constatação de descumprimento de normas legais que regulam a execução do serviço. Então, nós já estamos aqui começando uma discussão debate, partindo do pressuposto colocado num tema, de descumprimento. E na verdade, nós não podemos ser hipócritas de nenhuma maneira e temos que dizer, realmente existem vícios que são cometidos e descumprimentos em relação a esses serviços. Não só a esse serviço de radiodifusão, mas o próprio serviço comercial também, existem algumas questões que merecem reparos. A questão é: Qual a razão evidentemente para nós estarmos então diante de uma situação como essa? A razão é muito simples: A Legislação não dá conta de acompanhar mais as questões da modernidade. Eu não vou ficar aqui falando mais uma vez a bandeira da convergência tecnológica, eu estou falando especificamente da própria evolução do serviço de radiodifusão. A própria radiodifusão, a comunicação social como já é conceituada na Constituição de 1988, no seu capítulo 5º, já trouxe ali desde 1988 alguns conceitos que nós ainda não incorporamos do ponto de vista legal, porque são normas programáticas que ainda não foram colocadas de uma forma legalmente estabelecida. Então, nós temos realmente... Quando a Legislação se torna obsoleta e a tecnologia evolui, porque a sociedade evoluiu e é um serviço extremamente dinâmico, nós começamos a encontrar então realmente alguns buracos, alguns vácuos, que começam a se tornar problemas na medida em que são brechas que passam a ser contornadas a partir de uma série de emaranhados de normas, decretos e portarias, que na minha visão, no setor de comunicação social, mereceria uma consolidação através de uma lei nova. Nós estamos precisando de uma lei geral de comunicação que estabeleça a partir do capítulo 5º da Constituição algumas regras. Existe o princípio da complementaridade, que está lá na Constituição que ainda não foi de uma forma objetiva normatizado, o princípio da complementaridade do serviço público, privado e estatal e tem tudo a ver com esse assunto, porque quando a Constituição diz que existe o princípio da complementaridade, ela nada mais está falando que os três modelos: público, privado e estatal, e nós temos um grande exemplo de estatal que é a própria TV Senado, é um exemplo realmente de serviço de radiodifusão estatal que funciona e que realmente dá uma... Tem uma qualidade e por isso tem audiência importante, mas nós também temos o privado que já existe aí no mercado a partir de 1996 com processo licitatório a partir de técnica e preço, antes era apenas a técnica, não havia a questão do preço, e um sistema público, que recentemente teve uma... Mostrou a cara de uma forma um pouco mais estruturada com a criação da EBC. A lei que criou a EBC ela não fala só da criação da EBC, mas ela estabelece alguns princípios de radiodifusão pública. Então, nós temos alguns conceitos muito claros sobre radiodifusão.

Agora, quando nós vamos verificar, realmente nós temos um problema de fiscalização muito em razão do

processo de despriorização em relação a uma estrutura do Ministério das Comunicações. Foi criado o órgão regulador, a ANATEL, a ela foi dada uma estrutura, que é uma estrutura para que ela atue basicamente no setor de telecomunicações, em que pese ela faça a fiscalização da radiodifusão no aspecto do espectro, porque a agência é a gestora do espectro. Mas com o fechamento das delegacias regionais, o Ministério das Comunicações, ele perdeu presença nos estados. Ele tinha presenças materializadas de forma física e passou a se tornar mais distante do radiodifusor. Isso é um prejuízo não só para o processo de fiscalização de um modo geral, mas é um prejuízo para o próprio radiodifusor. Eu estou falando do radiodifusor aqui em todas as esferas, seja ele comunitário legalmente outorgado, seja ele o privado, seja ele o público. Isso nós estamos tentando mudar. Já estão sendo abertas esse ano ainda quatro delegacias regionais, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em Florianópolis para atender a região sul, e vamos tentando buscar outras delegacias para tentar restabelecer essa presença. Não adianta a gente ficar discutindo as mazelas e as dificuldades do setor, se nós não reconhecermos que comunicação é prioridade.

É preciso, Srs. Senadores, que a gente estabeleça uma premissa, qual é a premissa? O serviço de comunicação social inserido, no caso específico a radiodifusão, é prioridade, em sendo prioridade, eu acredito que deva ser, eu acredito que seja, tendo em vista a importância que ele exerce, porque nós não podemos criticar os conceitos de radiodifusão comunitária, de radiodifusão educativa e da radiodifusão privada. Os conceitos, eles estão relativamente bem enquadrados. A radiodifusão comunitária, por exemplo, ela tem uma grande importância quando ela atende ali os anseios daquela comunidade, mas desde que ela efetivamente atenta aqueles anseios daquela comunidade. A radiodifusão educativa, ela se presta, como o próprio nome já diz, a levar um conhecimento diferenciado que gere um nível de informação para a população, mas desde que ela realmente eduque e de que ela não se preste a concorrer com a radiodifusão privada, e a radiodifusão privada tem o seu modelo. Tem o seu modelo de entreter. Eu não vejo qual é o... Eu acho que do tanto do ponto de vista da informação da comunidade quanto do ponto de vista da educação é importante, mas é importante também o direito ao lazer também estar previsto na Constituição e a radiodifusão privada tem que exercer esse compromisso, exerce esse compromisso de levar entretenimento e cultura, diversão de um modo geral à população, e não existe problema nenhum absolutamente nisso. O que falta efetivamente é que nós temos algumas brechas que são estabelecidas e que através dessas brechas e algumas dificuldades, alguns vácuos, eles acabam permitindo algumas distorções.

Eu vou dar o exemplo de um claro aqui. Por exemplo, o conceito de patrocínio. Quando você pega o Decreto-Lei 236/67, no seu art. 13 ou no seu art. 14, no § 1º que estabelece que é vedado a radiodifusão educativa o patrocínio de programas, mesmo que de forma indireta e a comercialização, você está colocando a educativa no seguinte sentido, que ela não pode fazer absolutamente nada. Só que... Mas esse princípio, ele era muito bem construído na medida em que você tem educativas que pertençam a universidades, ou seja, que através do orçamento principalmente das universidades públicas, elas possam se manter, como é o caso por exemplo aqui da TV Senado, que se mantém a partir do orçamento desta Casa. Acontece que a própria Legislação estabeleceu que fundações privadas possam prestar o serviço de radiodifusão educativa e muitas fundações privadas prestam esse serviço, só que por trás dela não tem orçamento. E como ninguém, como diz o ditado popular, vive de vento, eles têm que buscar mecanismos de sobrevivência. E muitas vezes esses mecanismos, como nós não temos os limites muito bem estabelecidos por falta desse preenchimento dessa lacuna legal, vão sendo utilizados subterfúgios, alguns extremamente criativos e outros extremamente agressivos, competindo de forma desleal com o modelo da radiodifusão privada.

É claro que a radiodifusão comunitária e é claro que a radiodifusão educativa tem que ter um modelo de sustentação e de financiamento, nós não podemos ignorar que esses serviços para serem prestados existem custos. Você tem ali equipamentos, você tem ali técnicos, você tem a conta de energia, e só o radiodifusor sabe quando ele paga de energia, que são realmente insumos e custos que estão embutidos dentro da prestação de serviço. O que nós temos que estabelecer são modelos para que esses financiamentos e esse modelo de sustentação existam sem que nós tenhamos um processo de canibalismo dos serviços que tem que ser complementares e não concorrentes. E esse é o ponto que eu queria entrar. A Constituição estabeleceu um princípio da complementaridade. Se eles são complementares, eles têm que coexistir. Porque as três modalidades até então existentes, elas são igualmente importantes, mas cada uma dentro do seu foco, cada uma dentro do seu objetivo e atendendo as suas limitações, inclusive de natureza técnica. Então, essa é uma questão que precisa ser muito colocada.

Em relação à radiodifusão comunitária, é importante ser dito de uma forma especial, que nós temos algumas visões. Existem efetivamente rádios comuni-

tárias outorgadas que prestam bom serviço à comunidade e existem rádios comunitárias que eu não chamo de comunitárias, mas que pretensas comunitárias que não outorgadas, portanto, irregulares, mas que prestam bom serviço à comunidade, mas existem rádios comunitárias que se dizem comunitárias e que de comunitárias não tem nada. Algumas inclusive outorgadas e outras não outorgadas. Aí surgem aqueles conceitos como da rádio pirata, da rádio clandestina, aliás, o conceito de rádio pirata surgiu na Inglaterra, na medida em que no território inglês, na década de 60 e 70, havia a proibição de determinados tipos de conteúdo, era naquela época que você tinha alguns movimentos anarquistas, enfim, então foi proibido que no solo britânico tivesse rádios que não fossem evidentemente outorgadas e que não tivesse ali a chancela do Governo britânico. E aí qual foi a criatividade das pessoas? Eles pegaram barcos, foram para o Tâmisa e começaram a emitir sinal para dentro do solo britânico. Então, não estariam ferindo a lei, porque não estavam exatamente no solo britânico. Daí que surgiu esse conceito da rádio pirata, porque estavam ali nos barcos, assim como os piratas atuavam. Esse é o conceito que nasceu de rádio pirata. Mas o que nós temos que trabalhar não é se a questão é se ela é pirata. A questão é se existem ilegalidades. E aí eu entendo a dificuldade, e a ANATEL vai colocar isso de forma muito clara, que a agência reguladora tem para exercer essa fiscalização, porque muitas dessas rádios não têm endereço. É mais fácil você fiscalizar quem tem outorga porque você sabe a frequência do endereço, de quem não tem o endereço. E realmente existe uma falta também de... O trabalho heróico que a fiscalização da ANATEL faz, porque realmente dá conta de um volume de situações dessa é muito constante.

Então, qual é a visão que o Ministério passa? A nossa gestão tem atuado, dentro de suas possibilidades, de forma rigorosa. Educativas, as outorgas de educativas têm saído no Ministério das Comunicações a conta-gotas. E quem milita nesse setor sabe disso. Por que eu estou falando disso? Porque o Sr. Ministro Hélio Costa entende que educativa tem que ser preferencialmente para as universidades públicas. Em caso de não ser para as universidades públicas, que seja para alguma entidade que tenha vínculo com universidades públicas. E também tem se prestado esse serviço para atender as Assembleias Legislativas. Que as Assembleias Legislativas, assim como a TV Câmara, assim como a TV Senado, também... Elas já operam nas TVs a cabos, mas muitas delas têm a pretensão de ir para o sinal aberto, porque prestam um serviço de qualidade, levam aquela informação importantíssima de transparência da atuação do Poder Legislativo local àquelas comunidades. Para isso as assembleias têm pleiteado a colocação no sinal aberto e a modalidade da radiodifusão educativa tem se prestado a isso. Porque é educação, sim. É uma educação de cidadania, na medida em que leva aquelas informações de forma transparente.

Em relação às comunitárias, o Ministério das Comunicações criou uma Comissão de técnicos do próprio Ministério, que tem feito uma análise rigorosa, e nós fizemos outorgas de várias comunitárias nessa gestão. Várias. Aliás, hoje já existem mais rádios comunitárias do que rádios comerciais em frequência modulada. Então, a modalidade de outorga individual que mais tem presença é a da radiodifusão comunitária. Nós estamos falando de legalizadas, portanto comunitárias mesmo, à ordem de 3600.

Então, tem tido feito um esforço muito grande, a demanda é imensa, e eu gostaria de finalizar pedindo aos Srs. Senadores que levem em consideração que o principal ponto aqui, o que é? Precisamos estabelecer um novo marco legal para a comunicação social no Brasil. Já tem alguns anos que toda vez que venho fazer algumas palestras, eu vem falando essa frase, eu já estou preocupado em não me tornar caricatura de mim mesmo e ficar repetindo aquelas bandeiras que a gente não tem... E cada vez vamos perdendo mais a fé de que elas efetivamente vão se consolidar, mas nós não temos escolha. Eu acho que a realização da Conferência Nacional de Comunicação é uma oportunidade ímpar para que suas conclusões possam, quando encaminhadas ao Congresso Nacional, aqui em especialmente a essa Comissão, à Câmara dos Deputados e também para o próprio Poder Executivo, sirva de norte, pelo menos de norte em relação à legitimação das ideias da sociedade e que efetivamente a gente possa startar. Eu não tenho muita fé que isso vá acontecer ano que vem, porque ano que vem é ano de Copa do Mundo e de eleição e a gente sabe que as agendas ficam muito políticas, muito espremidas em ano de eleição. Mas eu tenho fé de que pelo menos a gente possa startar um processo e que esse processo maduro, já existem várias iniciativas aqui, existem algumas iniciativas na Câmara, que a gente possa efetivamente fazer uma Legislação moderna, porque o Brasil tem um serviço de comunicação que é referência no mundo, é um serviço importante, universal, que atinge a totalidade da população brasileira. Nós não temos condições mais de conviver com uma legislação que não atenda aos anseios dessa sociedade que gosta de ser informada e que gosta de estar informada.

Então eu queria terminar agradecendo mais uma vez, Sr. Presidente, a participação do Ministério das

Comunicações e me colocando aqui à disposição dos Srs. Senadores para esclarecimentos adicionais.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, a sua exposição e passo a palavra ao nosso segundo convidado, Dr. Edilson Ribeiro dos Santos, Superintendente de Radiofrequência, fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL.

V. Sa. terá também 10 minutos prorrogáveis por mais cinco.

SR. EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS: Srs. Senadores, demais presentes. Em nome do Embaixador Ronaldo Sardenberg, gostaria também de agradecer o convite. Lamentavelmente ele pessoalmente não pôde estar aqui porque está em viagem, mas me incumbiu de vir aqui trazer as informações da ANATEL no sentido de contribuir com essa Comissão no seu mister.

Inicialmente eu gostaria de fazer, traçar um panorama sobre a questão das competências entre Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações. Parece que isso pode ajudar, porque como no Brasil nós temos uma dicotomia, uma separação na gestão dessa questão de radiodifusão, me parece interessante a gente esclarecer, a princípio, quais os limites dessas competências. Gostaria de deixar aqui patenteado de que com a Lei Geral de Telecomunicações houve uma separação entre serviços e bens e suporte para a prestação desses serviços. E uma das questões fundamentais é a questão do espectro rádio elétrico brasileiro que, de acordo com o art. 156 da Lei Geral de Comunicações, é um bem público de uso finito, administrado pela Agência. É uma questão fundamental esta separação entre serviço e espectro de radiofrequência. É a mesma coisa de você ter claramente a rodovia e os ônibus que vão trafegar nessa rodovia, os mares e os navios que vão navegar nesses mares, quer dizer, uma coisa não se confunde com a outra, são coisas completamente separadas e a lei estabeleceu como competência para administrar esse bem público a Agência Nacional de Telecomunicações, como faz isso de uma forma geral, inclusive para as faixas de uso privativo das Forças Armadas, também são administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações.

No que se refere a serviço de radiodifusão, a lei deixa clara no seu art. 211 de que a competência é, sem dúvida, do Poder Executivo, sendo exercida pelo Ministério das Comunicações. Isso pode ser visto na alínea 'A' do inciso XII do art. 21, combinado com o art. 223 da Constituição Federal, associando ao art. 211 da Lei Geral, como eu já tinha comentado inicialmente. No que se refere a espectro, nós temos o inciso XI art. 1º da Constituição Federal combinado com o art. 157 da Lei Geral de Telecomunicações. Nessas competências específicas estabelecidas, nós temos, por exemplo, a questão de editar normas para o serviço, nós estamos falando agora sobre serviço, como sendo a competência do Ministério das Comunicações a emissão das outorgas para a exploração desse serviço, a extinção dessas normas e extinção das correspondentes outorgas, e fiscalizar a questão de conteúdo, situação econômico-financeira, composição societária, toda essa questão que... Inerente, que estão inerentes à exploração do serviço propriamente dito, fica a cargo do Ministério das Comunicações, inclusive sancionar sobre essas questões da exploração do serviço.

No que se refere à administração do espectro, me parece que com essa questão há algo que precisa ser melhor definido legalmente, melhor clarificado legalmente, porque hoje há, me parece, um peso maior para um lado do que para o outro. Então, tentando esclarecer melhor, você atribuiu à agência toda a responsabilidade para administrar o espectro, inclusive assumindo os riscos por qualquer acontecimento que venha em consequência dessa administração, no entanto não lhe deu a competência suficiente para que ela possa exercer essas responsabilidades. Assim o é, que embora seja competência da agência para administrar o espectro de radiofrequência, expedir as normas, expedir os autos de outorgas, editar os planos básicos de FM e TV, extinguir direitos de uso de radiofrequência, aprovar projetos técnicos, licenciar o funcionamento de estação, disciplinar a fiscalização quanto aos efeitos técnicos e sancionar com referência as infrações praticadas em decorrência das regras para uso de radiofrequência, no entanto, no que se refere a radiodifusão, com a edição do Decreto 5220, essas atribuições para sancionar e exercer alguns aspectos técnicos foi avocado pelo Ministério das Comunicações dentro da sua competência que eu não quero aqui entrar no mérito absolutamente dessas questões. Eu acho apenas que nós precisamos clarificar melhor essas questões de modo que haja um equilíbrio na Agência entre o limite da sua responsabilidade com o limite da autoridade correspondente, porque senão nós vamos ficar igual a história do padre, que dá com uma mão e toma com outra. E aí fica ruim, quer dizer, se tiver um problema de radiofrequência, de risco à vida, a ANATEL teria que ir lá, mas ela não pode sancionar, ela tem que fazer um processo e mandar para o Ministério, porque é o Ministério que vai efetivamente apelar com referência a essas questões. Me parece... Se você tem a competência para administrar, você teria que ter também as competências correspondentes para fazer

exercer o seu poder coercitivo, o que hoje na prática não está acontecendo.

Com referência especificamente o trabalho de fiscalização, como nós vimos pelas competências, no que se refere a conteúdo... Eu tinha até dispensado, porque dado o adiantado da hora, mas o... Pode passar. Passar, passar... Aqui é o que eu terminei de falar. Aí.

Com referência à fiscalização, a parte de conteúdo nós trabalhamos mediante demanda do Ministério das Comunicações. Então, todo o trabalho, nós fazemos mediante demanda e previamente através de um planejamento em que nós consultamos o Ministério das Comunicações perguntando o que ele quer que a gente faça no ano seguinte, a gente planeja e faz isso daí. No que se refere a aspectos técnicos, nós fazemos de ofício, atendendo o mandamento do Parágrafo Único do art. 211 combinado com o art. 119 da Lei Geral de telecomunicações. E aí cuidamos de toda a parte de parâmetros técnicos, local de instalação, inclusive radiação não ionizante, que essa Casa, muito sabiamente, no projeto que tratou sobre a questão da radiação não ionizante, estabeleceu algumas responsabilidades à Agência e competência para a Agência, que foi lamentavelmente não acatado pelo Poder Executivo e nós ficamos então com o mesmo desequilíbrio de competência, temos a responsabilidade pela questão da radiação não ionizante, no entanto não temos o poder coercitivo para fazer com que as pessoas atendam os limites estabelecidos nessas regras.

Mesmo essas fiscalizações, e eu queria apenas a título de informativo, trazer aqui alguns números com referência a essas questões de fiscalização, em 2008 nós realizamos 168.748 ações de fiscalização envolvendo radiodifusão... Quando eu falo radiodifusão, estou falando radiodifusão que atenda a lei, que esteja autorizado nos termos da lei. Desse total de ações e fiscalização, nós identificamos 10.234 infrações. Isso envolvendo tanto a radiodifusão comercial quanto a comunitária, quanto às educativas.

Com referência às comunitárias especificamente, nós realizamos 673 ações de fiscalização e identificamos 748 infrações à regra das próprias estações comunitárias. Quanto às educativas, de som e imagem, nós fiscalizamos, fizemos 1.827 ações de fiscalização e identificamos 84 anomalias. E a radiodifusão educativa de frequência modulada, nós fizemos 2.292 ações de fiscalização e encontramos 195. Essas ações englobam inclusive Voz do Brasil, todas essas questões que por isso o número é significativo. É porque nós fazemos o acompanhamento na questão da Voz do Brasil periodicamente.

Então, dessa forma eu estou encerrando a minha participação e reservando então para as questões *a posteriori*.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Edilson Santos, Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização da ANATEL, e vamos ouvir agora o nosso terceiro convidado, Dr. Paulo Machado de Carvalho Neto, membro do Conselho Superior da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT.

V. Sa., Dr. Paulo, terá os mesmos 15 minutos prorrogado por mais 10. Com a palavra, o Dr. Paulo Machado Neto.

SR. PAULO MACHADO NETO: Bom-dia a todos. Eu, com muita honra aqui, represento a ABERT, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, da qual sou ex-Presidente e aqui represento o atual Presidente, Dr. Daniel Slaviero Pimentel, que por razões de ordem pessoal não pôde aqui estar presente.

Eu queria em primeiro lugar, mais uma vez, e parece uma cantilena que se repete com frequência, afirmar que a ABERT, em momento algum, foi ou é contrária à radiodifusão comunitária ou a radiodifusão educativa. O que nós somos, somos uma entidade legalista e absolutamente cumpridora das suas obrigações, razão pela qual entendemos que a recíproca é verdadeira.

Eu vou procurar não me alongar muito no assunto, até porque o Dr. Marcelo Bechara e o Dr. Edilson fizeram aqui uma belíssima exposição e colocaram absolutamente tudo, o que no nosso ponto de vista deveria ter sido colocado.

Gostaria de saudar ao Senador Flexa Ribeiro, Presidente dessa Comissão, ao Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, bem como aos Senadores João Ribeiro e Papaléo Paes, autores deste requerimento, e o Senador Roberto Cavalcanti e Flávio Torres aqui presentes.

Eu vou falar um pouquinho sobre conteúdo, voltando ali no aspecto das rádios comunitárias, porque o art. 13 do Decreto-Lei 236/67 diz textualmente o seguinte: "*A televisão educativa se destinará a divulgação de programas educacionais mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates*". Vejam textualmente: transmissão de aulas, conferências, palestras e debates. Isto está explícito no Decreto-Lei 236 que foi o decreto que na verdade criou a televisão educativa. Como bem colocou aqui o Dr. Marcelo Bechara, o rádio já o era considerado como tal desde o início dos anos 40. O art. 1º e o art. 2º da Portaria Interministerial do Ministério das Comunicações e do Ministério da Educação e Cultura, 651, de 99 diziam

textualmente o seguinte: Por programas educativos culturais entende-se aqueles que, além de atuarem conjuntamente com sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visem a educação básica e superior, a educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais. O art. 2º: "*Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativos culturais, se nele estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques culturais identificados pela sua apresentação*". Então, vejam os senhores que a própria legislação já especifica regras para o conteúdo da televisão educativa. Por analogia, apesar de que desde o início dos anos 40 o rádio já se tornava ou já era considerado como tal, as rádios educativas, por analogia, têm sido consideradas dentro dessa Legislação do Decreto-Lei 236, apesar do decreto não fazer menção expressa ao rádio, e sim à televisão. Outro.

Com referência às rádios comunitárias, o art. 4º diz textualmente o seguinte: "*As emissoras do serviço de radiodifusão comunitária atenderão em sua programação aos seguintes princípios: Primeiro, preferência a finalidade educativas, artísticas, culturais e informativas, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade. Segundo, promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade, e na integração dos membros da comunidade atendida. Terceiro, respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida. Quarto, não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político e ideológicas partidárias e condição social nas relações comunitárias. É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação de radiodifusão comunitária, § 2º: As programações opinativa e informativa obedecerão os princípios da pluralidade de opinião e diversões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados*". É bastante claro, basta a simples leitura desse art. 4º para se perceber que, primeiro, o assunto refere-se à comunidade, e o segundo aspecto, sempre com uma pluralidade ou no mínimo uma dualidade de pontos de vista. O outro, por gentileza.

Art. 8º. "*A entidade autorizada a explorar o serviço deverá instituir um conselho comunitário composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora com vista ao entendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta lei*". Art. 15º: "*As emissoras de serviço de radiodifusão comunitária assegurarão em sua programação, espaço para planos e realizações de entidades ligadas por suas finalidades ou desenvolvimento da comunidade. Art. 16: É vedada a formação de redes na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias, os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo definidas em lei*". Tudo isso na Lei 9612. Aqui existe um aspecto importante com referência a formação de redes. Lamentavelmente constata-se que emissoras comunitárias, legalmente outorgadas, operam em redes. Algumas inclusive sendo retransmissoras de emissoras comerciais.

Entrando agora no aspecto da publicidade, nós temos aqui nas rádios educativas, no art. 13, Parágrafo Único, por analogia, "*A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda direta ou indireta, bem como o patrocínio dos programas transmitidos mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos*". O Parágrafo Único do art. 13º do Decreto-Lei 236 especifica textualmente a impossibilidade da televisão educativa, que não tem caráter comercial, vedar a transmissão de propaganda.

A Lei 9637/98 admite patrocínio e apoio cultural quando organização social, art. 19: "*As entidades que absorverem atividades de rádio e televisão educativa poderão receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos, vedada a veiculação remunerada de anúncios e de outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos*". Aqui nós temos uma grande dificuldade, que é a de definirmos o que fundamentalmente se lê em cada um desses textos. Essa diferença entre o que é apoio cultural, o que é publicidade, como esse recurso pode ou não ser... E deve ser repassado, é algo que efetivamente transtorna um pouco o nosso meio.

No caso das rádios comunitárias, o seguinte, por favor, as prestadoras do serviço de radiodifusão comunitária poderão admitir patrocínio sob a forma de apoio cultural para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida. Aqui existe um aspecto que nós temos que considerar que é o seguinte, as emissoras comunitárias, elas têm uma limitação--

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Paulo.

SR. PAULO MACHADO NETO: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Foi concedido a V. Sa. 10 minutos para sua exposição. Esse tempo já foi estourado. Eu vou fazer uma prorrogação por mais dois minutos.

SR. PAULO MACHADO NETO: Perfeito. Então, nesse aspecto, as rádios comunitárias, elas tem aqui uma situação extremamente importante que é o seguinte: Elas têm uma área delimitada de cobertura e tem uma potência determinada. E vejam, desde que restrito aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida, ou seja, nesta área de cobertura desta emissora que, segundo a lei, é de um quilômetro. Estou certo, Dr. Edilson?

Aqui tem alguns aspectos técnicos que exatamente estabelecem estas condições, com uma potência máxima de 25 watts ERP, potência irradiada de 25 watts.

Isso que eu queria colocar aos senhores. Muito obrigado, Sr. Presidente, e me coloco à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Agradeço a exposição do Dr. Paulo Machado de Carvalho Neto, representando aqui a ABERT, e passo a palavra nesse momento para o Sr. Marcelo Cordeiro, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações, ABRATEL.

SR. MARCELO CORDEIRO: Senador Lobão Filho, Presidente da Mesa, Srs. Senadores presentes, Senador Roberto Cavalcanti, Senador João Ribeiro--

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): V. Sa. tem 10 minutos para sua exposição.

SR. MARCELO CORDEIRO: Acho que não vou levar nem os 10 minutos todo, porque o Dr. Marcelo e o Dr. Edilson e o Dr. Paulo já expuseram muito bem.

A ABRATEL... Gostaria de lembrar e acho que é oportuna essa discussão, principalmente no Senado, sobre a questão de algumas coisas de onde parte a audiência, descumprimento de normas legais e regulamentações. Hoje no Brasil nós temos já aprovado e segundo dados da ANATEL mais de 3.380, se eu não estou errado, rádios comunitárias, pelo menos esse era o número até final de 2008, e temos uma infinidade, ninguém sabe o número, de rádios ditas rádios comunitárias não legalizadas, que rádio comunitária não legalizada é rádio pirata, que não passou, pelo menos não passaram pelo mesmo processo que as rádios legalizadas passaram. Ora, uma rádio legalizada, ela tem um endereço certo, tem uma frequência que ela vai usar certa, ela pode ser fiscalizada pela ANATEL, pode ser fiscalizada pelo Ministério das Comunicações, coisa que não é permitido no caso da outra rádio que vai ter que se achar onde ela está, onde está a frequência com todos os riscos que todos nós sabemos, de se utilizar uma frequência radiofônica não autorizada que pode invadir até mesmo frequência de aeronaves e o risco é enorme. Mas o que eu estava vendo sobre a questão legal, e o Dr. Marcelo Bechara lembrou bem, nós precisamos de um novo marco legal, concordo plenamente com o Dr. Marcelo, e concordo também com o Dr. Edilson, quando falou que na criação da ANATEL eu acho que a ANATEL ficou com um pedaço e o Ministério das Comunicações com outro pedaço.

Eu comentava antes do início da audiência com o Senador Roberto Cavalcanti, que não gostaria de estar na posição dele, quando falei na posição dele quis falar de todos os Srs. Senadores. Porque como vai se estabelecer uma lei para um setor que muda por segundo? Eu estabeleço uma lei agora, daqui a 10 dias chega uma tecnologia diferente e tudo aquilo que vai ser aplicado com base naquela lei vai se alterar, porque agora a situação é outra. Eu não sei como, talvez hoje, definir um telefone. Antigamente era uma coisa que a gente usava para fazer uma comunicação pessoa a pessoa. Hoje a gente tem televisão ali dentro, eu viajei recentemente usei o GPS do telefone, quer dizer, não sei mais definir aquele aparelho, e daqui a pouco também não vamos saber mais definir rádio. Está aí a internet, qualquer um pode colocar uma rádio na internet e não deve satisfações a ninguém, porque pode entrar na internet via outro país. A tecnologia, ela evolui com uma velocidade muito grande e talvez seja difícil o trabalho do legislador tentar prever todas as questões envolvidas naquele tipo de serviço para definir numa única lei, que teria que ser um catálogo e teria que ser fruto também, pedir auxílio aí de pitonisas para saber o que vai acontecer daqui a 15 anos para que a lei não morra tão cedo.

Eu acho, e especificamente porque estamos aqui no Senado, que talvez fosse uma boa discussão em cima do novo marco legal, que se estabelecesse para o setor de telecomunicações, de radiodifusão especificamente, a lei como hoje é feita, por exemplo, no caso financeiro. Nós temos leis que estabelecem como funciona o mercado financeiro, mas que não são reformadas pelo Senado, pelo Congresso Nacional o tempo todo. Porque existe um órgão para o caso dos bancos que é o Banco Central, que pode por resolução, por portaria, por seja o que for definir: “Olha, a partir de hoje à luz disso aqui que é novo o entendimento é esse”. Nós teríamos uma Lei Geral, não sei se o Dr. Marcelo Bechara concorda comigo, e a ANATEL seria esse órgão que não conseguiu ser ainda, porque segundo o Dr. Edilson, só cuida da radiofrequência. Não cuida do serviço. E isso não existe em outros lugares.

Na economia tem um Banco Central, tem uma CVM, tem uma SUSEP, tem uma série de órgãos.

Então, eu não acredito que seja difícil solucionar aí o problema dos Srs. Senadores, que seria fazer uma lei que envolvesse todas as situações possíveis num ambiente que não é possível imaginar todas as situações porque ele muda a cada hora, com uma lei geral e mais poderes talvez no caso para a ANATEL, que aí seria responsável não só pela radiofrequência, mas também pelo serviço. E isso não há prejuízo nenhum do serviço do Ministério das Comunicações, que é responsável pela outorga, que é responsável por uma série... Como não há nenhum desserviço ao Ministério da Fazenda, ao contrário, é um auxílio prestado ao Ministério da Fazenda pelo Banco Central e pela CVM.

Na questão do descumprimento, eu acho que talvez fosse... E o Senado é a única Casa que pode fazer isso, porque os conselheiros da ANATEL inclusive são aprovados no Senado, são indicados e aprovados pelo Senado, quem pode tirar o mandato deles é o próprio Senado Federal, e se nós temos aí um problema de descumprimento, eu fico imaginando que o radiodifusor e mesmo tanto o educativo como o comunitário, que está legalizado, que pode ser encontrado, ele pode uma vez ou outra, pode acontecer o erro da frequência dele, a potência dele estar maior do que a permitida, ou alguma coisa pode ser interpretada como propaganda ou não. Mas ele está fiscalizado. Há como chegar a isso, há como, inclusive, puni-lo, porque isso também está na lei. E isso é o que o Ministério das Comunicações e a ANATEL deveriam estar fazendo e tem instrumentos para isso e inclusive recursos para isso, por conta do FISTEL. E o Senado pode fiscalizar tudo isso. Quanto é que você arrecada de FISTEL? O FISTEL chega à ANATEL, não chega à ANATEL, para nos cofres do tesouro? Mas isso tudo é uma questão que o Senado pode com facilidade verificar e se há um erro, o dinheiro não chega, então vamos ao tesouro fazer com que o dinheiro chegue à ANATEL. "Não, chega, mas a ANATEL não cumpre", então, vamos à ANATEL, os senhores tem poderes inclusive para mudar todo o conselho da ANATEL. Então, eu acho que é uma discussão do dia a dia na questão legal que eu acho que é o que se deve discutir no Senado Federal, a nossa opinião na ABRATEL é que seja, que se evolua para uma lei em que ela é mais geral e que o órgão de fiscalização e normativo desse setor, que deveria ser a ANATEL funcione e efetivamente como um órgão normativo, como um órgão fiscalizador, como ocorre em outros setores da economia brasileira.

Fora isso, Sr. Presidente, eu não teria mais a acrescentar, o que já foi dito pelo meu colega Paulo Machado de Carvalho, pelos Drs. Marcelo Bechara e Edilson e escuto o nosso próximo palestrante. Muito obrigado a todos os senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Essa Comissão é que agradece a exposição do Dr. Marcelo Cordeiro, representante da ABRATEL.

E nesse momento, dando continuidade e finalizando estas exposições, eu passo a palavra ao Dr. Clementino dos Santos Lopes, Coordenador Executivo da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, ABRAÇO.

Com a palavra por 10 minutos, Dr. Clementino dos Santos.

SR. CLEMENTINO DOS SANTOS LOPES: [ininteligível] esclarecer que eu sou coordenador, faço parte da coordenação nacional da ABRAÇO, como coordenador da região sul, mas estou representando aqui nosso Coordenador Executivo José Sóter, que há pouco teve que se retirar. Para nós é assim um motivo sempre de bastante importância esses espaços de debate sobre a radiodifusão comunitária. Como o próprio título do assunto dessa Audiência Pública, debater a radiodifusão comunitária e radiodifusão educativa em vista da constatação de descumprimento de normas legais que regulam a execução do serviço. Em todos os debates sobre esse tema, os representantes das rádios comunitárias ficam numa posição sempre desproporcional. Vejamos aqui quase todas as falas, com exceção do Dr. Marcelo, é quase que de acusação a esse setor. Está na nossa testa o termo clandestino, pirata. E nós invocamos nada mais nada menos que a Constituição Federal, o art. 220 e seguintes, para a nossa defesa, porque todo esse debate é quase que uma defesa. Não sei se estou correto, mas parece que o tema que levou inclusive a esta Audiência Pública é que havia um debate sobre se as rádios comunitárias a mesma entidade poderia ter mais de uma... Postular mais de uma rádio na mesma entidade. Nós diríamos que esse não é uma pauta nossa, que as rádios comunitárias defendem. Nós defendemos a consolidação deste modelo que já é pelos números o maior modelo de radiodifusão comunitária em FM. Temos mais rádios comunitárias outorgadas do que mesmo as comerciais, mas isso não é parâmetro. Se for ver a potência, a rádio comercial com a menor potência representa mais de 10 rádios comunitárias.

A nós interessa que se regulamente o art. 223 da Constituição Federal. O que é que diz? "*Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observando o princípio da complementaridade do sistema privado, público e estatal*". O único sistema que está... Que mais pratica

ilegalidade, com todo respeito aos representantes do setor, os radiodifusores comerciais, é o setor privado. Nós perguntamos se o setor privado... Nós queremos agradecer o trabalho sobre as rádios comunitárias, o Dr. Paulo muito bem já expôs ali. O que diz o art. 220? A manifestação do pensamento, a criação, a expressão, informação sobre qualquer forma, processo ou veiculação, não sofrerão qualquer restrição observado o disposto nessa Constituição. É vedado a todo qualquer censura de natureza política, ideológica e artística, diz o parágrafo segundo. Será que o setor, que as rádios comerciais observam isso? Coitado do jornalista ou do radialista que usar a expressão ocupação em vez de invasão em qualquer conflito social. Ele não trabalha um dia nesse temo, então é o que mais pratica aí a censura inclusive ideológica. O que diz o § 5º do art. 220? "*Os meios de comunicação social não podem direta ou indiretamente ser objeto de monopólio ou oligopólio*". Onde é que está mais caracterizado, concretizado o monopólio se não é no setor da comunicação? Então, quem mais pratica a ilegalidade é o setor privado e não as rádios comunitárias, que são taxadas de clandestinas.

Nós propugnamos por um mínimo de igualdade. Pelo mínimo de reconhecimento. A lei das rádios comunitárias diz o quê? Dr. Paulo Leone. De que se uma rádio comercial, a 9612/98 diz, é a lei mais inconstitucional que pode ter, mais restritiva. Se uma rádio comercial causar interferência numa comunitária, ela não responde. Se uma rádio comunitária causar interferência por uma infelicidade, um desajuste no seu equipamento, causar uma interferência numa rádio comercial, ela é punida. Isso é constitucional? É uma lei totalmente inconstitucional, restritiva, que nós só defendemos na Lei 9612 exatamente que para nós é essencial, que seja sem fins lucrativos e essa deveria ser a única diferença nossa, porque nós nos reivindicamos o modelo de rádio pública não estatal e é isso que nós queremos, que essa migalha que nos é jogada às vezes embaixo da mesa, inclusive na área da sustentabilidade, que nos seja dado. Quer dizer, as rádios comunitárias estão nesse campo aqui no art. 223, nós somos um sistema público não estatal, porque é o único sistema que não tem um centavo de verba pública, e é o setor que mais divulga inclusive as campanhas sociais tanto do Governo como qualquer... Das Prefeituras, como dos governos estadual e federal. Quer dizer, o setor privado se não recebe 100% das verbas de publicidade dos órgãos públicos a qualquer nível é quase 100%. Então, nós queremos, reivindicamos esse mínimo de condições para que as nossas rádios comunitárias possam se consolidar como um modelo de comunicação realmente comunitário em que a comunidade é ator, é ouvinte e ator desse modelo. Ele é o próprio protagonista da comunicação.

Então, eu acho que... O que mais nós propugnamos é exatamente que o que se vê aí? Uma desproporcionalidade nos agentes de fiscalização do Ministério das Comunicações com as rádios comunitárias, nós admitimos inclusive que se faça um laudo e a não outorga é um dos itens para ser observado. Agora, nós propugnamos, e a ABRAÇO especialmente, de que as nossas rádios realmente sejam comunitárias e que as outorgas sejam concedidas exatamente para as rádios comunitárias. O que nós vimos aí é que agora melhorou bastante esse processo. Ainda com muitos entraves, mas as primeiras outorgas, especialmente no Governo Fernando Henrique e no início do Governo Lula, estava escancarado e nós esquecemos. Têm estudos, Prof. Venício Lima, Cristiano Aguiar de que era um sistema de outorga totalmente eleitoreiro, de troca de favores políticos e inclusive com muita ligação religiosa. Nós defendemos as rádios comunitárias que seja um processo democratizado em que as nossas... As verdadeiras rádios comunitárias sejam outorgas, nós defendemos que seja revisto a maioria das outorgas dado... Perdoe. Desculpe. Seja revisto muitas outorgas denunciadas já pelo próprio movimento das rádios comunitárias, nós defendemos isso, para que as rádios não comunitárias não se beneficiem disso.

Agora, o que nós vimos aí é que os próprios setores privados, os próprios radiodifusores comerciais, usam de laranjas e se apropriaram desse modelo construído pelos lutadores sociais para a outorga ser usada. Exemplo é o Rio Grande do Sul, que inclusive a ABRAÇO fez uma ocupação lá, até o companheiro Josué inclusive participou e que o presidente [ininteligível] presidente de uma afiliada da ABERT era detentor de uma outorga de uma rádio comunitária dentro [ininteligível] dentro da rádio comercial. Nós denunciamos isso, inclusive tivemos que chegar ao extremo de fazer uma ocupação pacífica lá, para ler a nossa denúncia sobre isso. Nós defendemos que seja revisto essas outorgas de rádios não comunitárias e nisso nós temos acordo com a ABERT.

Esse espaço é importante para essa discussão. Agora, se o Senado Federal tivesse reinstalado, digamos assim, o Conselho de Comunicação Social, talvez esse debate já estivesse mais avançado e nós ali estivéssemos representados também de igual para igual. O que vimos é que quando as rádios comunitárias, os lutadores sociais tiveram um pequeno espaço no Conselho de Comunicação Social do Senado, este Conselho foi desativado e está aí há praticamente três anos. Acho que esse é um espaço que democratiza essa discussão, que subsidia o Senado e o Congresso

Nacional para que esse debate se dê pelo menos numa forma mais igualitária. Nós estamos aí num processo de discussão da Conferência Nacional de Comunicação, que nós sempre defendemos, esta noite foi uma noite do nocaute ao movimento social, em que imperou o desejo dos radiodifusores comerciais e vamos para uma conferência em condições totalmente desiguais--

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Dr. Clementino.

SR. CLEMENTINO DOS SANTOS LOPES: --mas mesmo assim, vamos para a conferência, achamos que deveria preceder a Conferência Nacional de Comunicação, nós encerramos, uma lei de anistia. Nós precisamos que os nossos companheiros fossem anistiados, injustamente respondendo a inquéritos porque quem tivesse, se existisse um mínimo de igualdade, os radiodifusores comerciais estariam aí também sendo processados. Porque só no Rio Grande do Sul--

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Dr. Clementino, V. Sa. tinha 10 minutos. Eu vou prorrogar, e são improrrogáveis, mais dois minutos.

SR. CLEMENTINO DOS SANTOS LOPES: Só no Rio Grande do Sul tem 143 rádios comerciais AM e FM com outorga vencida, muitas há mais de 12 anos. Dirão os representantes desse setor que existe um decreto. Mas o que prevê a Constituição? Que as outorgas, elas têm que ser por um processo de licitação, de concessão de outorgas. E se prorrogar por mais de 10 anos uma concessão à base de decreto, nós reivindicamos também então que para as rádios comunitárias fossem através de decreto reconhecidas aquelas que realmente são comunitárias.

Se alguém pratica ilegalidade, é o setor consolidado, que é o setor privado, e nós reivindicamos o mínimo de igualdade nesse espaço garantido no art. 223 da Constituição Federal.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Esta Comissão agradece a participação do Dr. Clementino dos Santos Lopes, representando a ABRAÇO.

E passo a palavra nesse momento aos Senadores para que possam fazer a inquirição e fazer suas colocações, iniciando pelo autor da proposta, Senador... Senador João Ribeiro, o nosso querido Senador Flexa Ribeiro acha que não conheço V. Exa. Devem ser parentes. Então, está justificada a sua interferência. Então, ao meu querido amigo, Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Obrigado, Senador Edinho Lobão, Senador Flexa Ribeiro, meu parente lá do Estado do Pará, e que me dá muito orgulho desse parentesco. Demais senadores e convidados para este debate nesta Comissão, e eu considero extremamente importante que a gente faça esse debate, essa discussão, e tem outros companheiros que são também autores deste requerimento, outros Senadores que aqui estão, exatamente inclusive o Senador Flexa. Exatamente porque a gente tem observado, eu queria cumprimentar a Mesa, pedir licença aos demais todos palestrantes, mas sobretudo em nome do Dr. Marcelo Bechara, que é o consultor jurídico do Ministério das Comunicações.

Para iniciar essa nossa fala, eu tenho que fazer justiça. O Ministro Hélio Costa tem sido um Ministro muito operoso e tem sido muito correto conosco e franco. Quando pode, pode, quando não pode, ele justifica e mostra por que uma outorga não pode ser feita, ou um assunto ou outro não pode ser autorizado. E lá a gente sempre fala com ele, ou com o Dr. Zé Vicente ou com o próprio Dr. Bechara. O acesso ao Ministério é aberto para a população. Então isso o meu elogio que faço, a maneira como o Ministro tem conduzido essa questão da transparência e, sobretudo do acesso às pessoas que desejam ir lá para discutir, porque muitas vezes uma associação comunitária, uma... Isso no caso das rádios comunitárias, das educativas, das TVs, as pessoas normalmente procuram os parlamentares, ou o Senador ou o Deputado Federal, enfim, porque aqui nós estamos em Brasília e o centro das decisões é aqui mesmo. Então, isso é natural que ocorra as interferências políticas, não tem jeito de não haver, porque a gente quando é procurado, Senador Edinho Lobão quando é procurado por uma associação lá do interior do Maranhão, por mais longínqua que seja a sua cidade, ele como senador, ele tem o dever e obrigação de dar apoio e assistência, e fazer a sua interferência no sentido de verificar o que está havendo, o que está acontecendo. Então, essa questão política é natural, porque a casa é política, o nosso mandato é político, nós somos políticos por natureza, a gente vem para cá trazido pelo povo, encaminhado pela população, e, portanto não tem jeito de não ser assim.

Mas, quando nós fizemos esse requerimento, é porque na verdade... Eu aqui não quero fazer acusação a ninguém, nem às rádios comunitárias que eu defendo muito porque consegui, claro, lá com o apoio do Ministério, nós conseguimos liberar muitas rádios comunitárias, independentemente de coloração partidária, de religião, se é evangélica, se é católica, se é... Agora mesmo, recentemente, nós tivemos um evento na cidade de Natividade no Tocantins, aonde a gente tenta uma rádio educativa para a cidade de Natividade. Mas como o Ministro Hélio Costa tem colocado as dificuldades e que o Ministério Público está em cima, está dificultando a questão das rádios educativas,

sobretudo, e das TVs, ele nos autorizou em caráter provisório e eu até não sabia que existia essa possibilidade, de uma rádio comunitária para transmitir o festejo do Senhor Do Bonfim na cidade de Natividade e por lá passam cerca de 200 mil pessoas na semana do festejo. E eu lá estive e pude observar a importância desta rádio transmitindo os eventos religiosos. Ela ficou provisoriamente lá e eu tenho certeza que nós agora vamos resolver em caráter definitivo, porque é importante para aquela comunidade. Já que nós não tivemos condição de liberar a rádio educativa. E também a todas as... Nas caminhadas que eu tenho feito pelo Tocantins afora, e quando alguém chega ao meu gabinete eu não quero saber se ele é preto, se é branco, se é católico ou evangélico, de que partido ele é, agora mesmo eu me reunia com cinco Vereadores de uma determinada cidade, Ponte Alta do Bom Jesus do Tocantins e eles diziam isso: "Senador, a gente veio para cá porque aqui a gente é bem recebido, aqui a gente sente que tem um Porto Seguro, e a gente veio aqui para reivindicar uma série de coisas. Dentre eles, uma rádio comunitária para a cidade". Eu falei: "Desde que as coisas estejam solicitadas de forma correta, a gente vai tentar ajudar a resolver essa questão". Para se ter uma ideia eu tenho no meu gabinete um funcionário para tratar quase que exclusivamente dessa questão, de documento, o que está acontecendo, qual o problema que está havendo, para a gente fazer, tentar fazer a coisa de forma correta.

Agora, a reclamação qual é? As pessoas podem... Os nossos palestrantes podem perguntar: "Mas qual é o motivo da Audiência Pública?" Para gente tentar ajustar. A minha saudosa mãe costumava dizer, e eu acho que muita coisa da vida pública é assim, que a carrada de abóbora só ajusta na viagem. Não adianta a gente querer ajustar ela na saída quando você enche ela. O caminhão vai balançando, no interior a gente fala isso, não é Senador Flexa? Lá no Pará, principalmente, que tem muita estrada ruim, no Tocantins também, aí...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone]

[risos]

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Quando for de V. Exa. eu sei que será melhor. Eu sei que com as rádios, sobretudo nessa questão, Dr. Clementino, nas rádios comunitárias e nas TVs educativas, das rádios educativas, eu sei que elas também passam por esse ditado popular que é muito simples, é lá do sertão, mas que acaba sendo uma verdade muito grande. Nós temos é que ajustar. Fazer um ajuste de conduta. Como será isso? Nós temos setor que regulamenta essa questão? Eu sei que o Ministério faz todo o esforço para fazer as coisas de forma certa, que quem trabalha na questão da rádio comercial, ele paga uma outorga, ele paga o preço por essa outorga. As rádios comunitárias... Aqui não quero fazer a defesa das rádios comerciais, quero fazer uma defesa das coisas justas e o que eu quero das rádios comunitárias, sobretudo, que eu tenho dentro da medida do possível procurado ajudar tanto. Eu quero é que eles façam realmente o trabalho comunitário que deve ser feito. É preciso que isso, sobretudo eu trato dessa questão e vejo como base o meu Estado do Tocantins, até ali a região do sul do Maranhão, o sul do Pará que eu não interfiro, até agora a pouco mesmo passei ao Senador Flexa um pedido de um amigo dele, falei com o Dr. Bechara, aproveitei para fazer uma meia audiência aqui e disse: "Olha, vou passar isso ao seu amigo Senador Flexa, porque estive com ele recentemente".

Então, a gente tem tratado e eu tenho observado que é preciso que as rádios comunitárias sejam carimbada, Dr. Clementino. Que tenha na testa não só a figura... Essa figura da ilegalidade não, tem que desaparecer, o senhor tem toda razão. Agora, a questão da palavra comunitária, ela tem que estar carimbado naquela entidade, naquela instituição, porque lamentavelmente as pessoas às vezes, as associações, as pessoas têm procurado esconder isso um pouco. Ela prefere dizer que a rádio... "A minha rádio ela é uma FM Fulano de Tal". Eles colocam até um nome de fantasia. Eles nunca tem... E eles precisam ter orgulho de dizer que a sua rádio é comunitária. Assim como o gari tem que ter orgulho de dizer que ele é gari, toda profissão, ela é digna desde que exercida com dignidade e com honradez. Do médico, do advogado, do juiz, quer dizer, todos têm uma importância na sociedade e na vida do nosso país. Agora, é preciso que as pessoas assumam aquilo que é, verdadeiramente. Então, a minha intervenção e aqui nós debatemos, foi exatamente nesse sentido, eu acho até que a rádio comunitária nós deveríamos fazer uma lei permitindo que eles também pudessem ter uma sobrevivência, que é aquilo que o senhor coloca, no sentido de ter o mínimo, uma... Ou vamos dizer como que seria isso, uma maneira de sobreviver, porque a rádio comunitária nós sabemos que normalmente as associações comunitárias, até... No caso das igrejas é um pouco diferente porque ela tem lá o seu dízimo, ela tem sempre uma rendinha. Agora, as emissoras de rádio comunitária nós sabemos que não tem. Isso é extremamente complicado, porque a gente acabou de ver que a lei não permite. Então, é preciso que dessa Audiência Pública a gente tire algumas conclusões que sejam e que represente avanços para o setor, que a gente não fique apenas no debate, mas que a gente parta para a prática real. Para que a gente regulamente, melhore e não preju-

dique também as rádios comerciais. Que aquele que pagou por uma outorga, que pagou o preço da outorga, seja preservado os seus direitos, não só nas rádios, mas na questão também das TVs educativas e das rádios educativas.

Nós sabemos que a questão das TVs e das rádios são muito ligadas à questão do ensino, isso tem que ser mesmo, não pode ser diferente, das nossas faculdades, das nossas universidades, isso é extremamente importante. Eu acho que é preciso que seja assim. Agora, é preciso que a gente aqui crie alguma coisa que permita a sobrevivência, senão daqui a pouco vai ficar sempre aquela situação da ilegalidade porque o cidadão, ele precisa sobreviver, ele precisa pagar a energia elétrica, ele precisa de ter lá alguém para a limpeza, ele precisa ter alguém para fazer um trabalho de divulgação, que é importante. Esse camarada ou esta pessoa não pode fazer isso muitas vezes de graça, porque ele tem que sobreviver também, tem que sustentar a sua família. Então, é preciso que a gente permita uma maneira de um convênio com a Prefeitura, com o Governo do Estado, com os órgãos públicos, que alguém possa criar também alguma coisa que lhe proteja e que isso possa funcionar bem em benefício com a sociedade, e para funcionar bem tem que haver isso. Se não houver isso, aí vai ficar sempre, Senadores, aquela questão da ilegalidade. O cidadão cobrar por baixo do pano... O cara quer fazer um anúncio, um cidadão, como é que funciona a rádio comunitária? Ela funciona para os anúncios, para os eventos, eventos religiosos, enfim, e o cidadão que... Às vez ela funciona até como a comunicação aonde não tem, aonde não tem o telefone celular, o telefone público lá no sertão, no interior, até para um aviso. Eu tenho até observado muito isso: "A família de tal setor, de tal área de assentamento, o Fulano de Tal está aqui te procurando..." Enfim, a gente vê sempre isso, não é preciso que eu dê esses exemplos de forma mais clara, porque todos os amigos que aqui estão sabem que é assim que funciona.

Então, quero deixar bem claro que a minha preocupação é no sentido de que a gente regulamente, mas que a gente emplaque, que a gente exija também, que a gente cobre também a transparência. Que o cidadão tenha associação, volto a repetir, que ela tenha a clareza de que ela é proprietária de uma rádio comunitária e que ali tem que ficar carimbado que é comunitária, que tem que atender a população de modo geral. Não é só o cidadão que é do partido do Senador João Ribeiro ou do Senador Leomar Quintanilha, que seja uma rádio verdadeiramente comunitárias e que atende a qualquer pessoa, e que não seja uma rádio, uma emissora para debate político, que ela seja proprietária apenas de um grupo político. Porque hoje, até a gente... E isso é muito natural dentro da vida pública, que aqueles chavões, o companheiros de hoje pode ser o adversário de amanhã... Isso não importa, nessa questão não pode entrar isso, acho que tem que ser uma coisa bem transparente nesse sentido.

Então, foi nesse sentido que nós fizemos o requerimento, sei que os outros Senadores terão mais coisas para apresentar. Eu paro por aqui para não ser cansativo.

Então, cumprimento a todos pela exposição, cada um mostrando que conhece bem dessa área e que conhece, e que cada um faz a defesa daquela área que representa e isso é natural e a gente tem que compreender isso.

Obrigado, Presidente Flexa, obrigado Senador Edinho Lobão, meu irmão Edinho Lobão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Concedida a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Lobão Filho, V. Exa. conduzirá a reunião até o final, presidindo-a, eu só queria propor a V. Exa. que nós pudéssemos fazer os questionamentos dos senadores em conjunto, para que depois os nossos convidados possam responder. Eles iriam anotando os questionamentos e fariam também as respostas depois de todos os Senadores fazerem as suas perguntas. Essa é a proposta que eu gostaria que V. Exa. colocasse em discussão ao Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu coloco em discussão, mas visto que faltam apenas três Senadores, eu acredito que, por exemplo, o Senador João Ribeiro não demandou nenhuma indagação aos expositores. Ainda assim, está atendido o pedido do Senador Flexa Ribeiro no sentido de fazermos em bloco.

Agora, eu queria fazer uma colocação antes aos expositores aqui presentes e aos senadores. Esta Audiência Pública, de coautoria do Senador João Ribeiro, também tem por objetivo dar subsídios a nós, Senadores, que estamos inclusive através de um projeto do Senador Renato Casagrande, onde eu sou o relator, estamos discutindo a legislação sobre as TVs comunitárias. No bojo deste projeto, eu estou inserindo temas sobre rádios comunitárias. Para usar um termo da moda, percebe-se claramente que é necessário fazer um marco regulatório das comunicações, tal qual está sendo feito um marco regulatório da mineração, tal qual está sendo feito o marco regulatório do petróleo. Precisamos fazer das comunicações. Mas,

antecedendo este marco regulatório, eu espero corrigir pequenas distorções já neste meu projeto que eu estou relatando. Porque, conforme estamos vendo, a atual legislação abre muitas brechas e a rotina hoje das rádios comerciais, educativas e comunitárias estão sendo inteiramente desvirtuadas, corrompidas, modificadas, trazendo prejuízos para ambas as partes, tanto as rádios comunitárias quanto as rádios comerciais, quanto as rádios educativas. Haja vista, por exemplo, que na gestão do Ministro Hélio Costa pouquíssimas rádios educativas foram concedidas, e ao que eu saiba há uma diretriz interna do Ministério cessando qualquer concessão de rádio educativa

Então, percebe-se claramente que é preciso haver uma grande discussão sobre o tema, para gente possa esclarecer, clarear a legislação, de forma a abrir novamente o campo para as rádios educativas e normatizar, regular e esclarecer para a população as reais obrigações e deveres e direitos das rádios comunitárias. Houve uma discussão aqui na sessão passada sobre a questão das igrejas, eu fui estudar o assunto. Hoje, hoje por norma e por lei interna do Ministério das Comunicações, já é proibida a concessão de rádios comunitárias a igrejas, já é proibida a concessão de rádios comunitárias a redes que possam ser formadas de duas ou mais rádios. Então, isso hoje já é vedado pelo Ministério, mas não é o que a gente percebe que acontece hoje na nossa sociedade, onde existem rádios cedidas a igrejas e onde existem hoje rádios cedidas o mesmo grupo, um grupo de rádios cedidas à mesma pessoa, fazendo parte de diferentes associações. O que é expressamente vedado, segundo o site do próprio Ministério das Comunicações que eu tenho aqui em meu poder. Então eu quero só fazer esse registro, de que esta reunião hoje dá subsídio a nós Senadores para que nós possamos fazer leis que melhor regulem este tema.

Dando prosseguimento, passo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti para que faça uso da palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço ao Senador... Está ouvindo? Agradeço ao Senador Lobão, ao Senador Flexa Ribeiro para descontrair, vou saudar a todos em nome da bancada aqui dos Ribeiros. Eu descobri que tem o João Ribeiro, o Flexa Ribeiro, eu sou Roberto Cavalcanti Ribeiro e ainda tem aqui na Mesa o Edilson Ribeiro. Então, nós estamos em maioria aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pronto, estamos aí com essa bancada. Mas na verdade vou tentar ser bem pragmático, mas não vou deixar de ser detalhista.

Em primeiro lugar eu talvez tivesse abordando um tema que deveria estar no final. Mas, falar para o Dr. Clementino que em nenhum momento, nem a Comissão, nem nenhum Senador aqui e eu acredito que nenhum dos expositores em nenhum momento confundiu o que é ser rádio pirata com rádio comunitária, até porque nós tivemos o privilégio histórico de aprendermos inclusive a origem do nome rádio pirata com o Dr. Marcelo Bechara e toda essa história londrina da origem do nome. Então, em nenhum momento está se imputando às rádios comunitárias a alcunha de pirata. De forma nenhuma. A razão de ser dessa audiência é na verdade disciplinar, uma coisa que hoje se percebe uma indisciplina e se evidencia que essa indisciplina é fruto da não precisão de leis ou da impossibilidade da gestão do acompanhamento das leis serem efetivamente no Brasil, hoje, cumpridas no tocante a comunicações.

Eu vou me ater a cada um dos expositores da forma mais rápida, começando com o... Eu vou seguir a ordem, com o Dr. Marcelo Bechara, que na verdade foi evidenciado aqui que o fechamento das delegacias regionais é um fato marcante, é um fato importante que nós devemos, à medida do possível e da nossa força de Senado Federal em partilha com o Poder Executivo, tentar revogar isto, tentar sanar esse problema que foi muito bem caracterizado. Então, é um ponto que merece o nosso destaque. No tocante ao conceito das rádios comunitárias ou das rádios educativas, nós todos acho que todos os presentes, quer sejamos senadores ou não, estamos inteiramente de acordo que tem que haver a democratização da comunicação. Em nenhum momento ninguém aqui foi contrário ao modelo. O modelo é perfeito. Se na verdade possam haver desvirtuamento da operação é uma coisa diferente, mas o conceito da democratização da comunicação, isso aí acho que é consenso entre todos nós que deva haver.

No tocante ao marco da Conferência Internacional de Comunicação, acho que é importantíssimo que nós possamos a nível de Senado interagir com essa... E gostaria muito que o Dr. Marcelo Bechara, se possível, através dos seus consultores e dos seus assessores pudesse depois que acontecida, realizadas essa conferência internacional, pudesse subsidiar o Senado Federal através dessa Comissão de uma sinopse do que for mais preciso no conteúdo dos fatos que forem relatados por ocasião dessa... Nós particularmente poderemos, talvez não termos a oportunidade de estarmos profissionalmente presentes nessa conferência, porém o Ministério das Comunicações com certeza

vai estar dando todo o acompanhamento e pode nos instrumentalizar, nos ajudar e especificamente ao Senador Lobão e a todos nós no sentido de nós termos uma sinopse disso daí.

Então, encerradas as minhas observações no tocante ao Dr. Marcelo, eu passaria ao Dr. Edilson que na verdade existe evidenciado um conflito ou pelo menos uma imprecisão de competências. E está visto de que essa imprecisão de competência, ela provoca uma ineficiência operacional. Então, cabe talvez ao Senado Federal também cuidar disso, do que na verdade na operação... Sou do ramo, ouvi as comunicações, porém ainda para mim na operação e acho que o público também que está ouvindo, deve também ficar... A imprecisão dos limites de concessão, limites de acompanhamento de conteúdo e administração dos serviços. Foi muito bem ilustrado que a rodovia e os ônibus que trafegam nas rodovias, mas no frigir dos ovos nós ficamos com uma imprecisão de quem é que manda em que, de que forma manda, e de que forma tem a responsabilidade de acompanhamento. Então acho que está evidenciado que nós temos realmente deixar mais claro essas competências.

No tocante a abordagem do Dr. Paulo Machado de Carvalho Neto, da ABERT, eu parabenizo a legalidade da entidade, o espírito legalista da entidade e é isso que o Senado Federal, através dessa Comissão, está buscando. Nós estamos buscando através de instrumentos legais darmos uma precisão maior no tocante ao que está acontecendo. Um dos grandes problemas que está acontecendo é na verdade o conteúdo de lei e o conteúdo operado, o que na verdade acontece na prática, o que está escrito na lei e o que acontece na prática. E diria que até começa com a falha na lei que foi ali apresentada, que é uma imprecisão do texto. Na hora que diz que relata preferência nas programações tais, tais e tais, preferência significa que é um critério de preferência. Mas não é uma obrigatoriedade. Então, aí já começa, já nasce com imprecisão. O termo preferência, Dr. Marcelo Bechara, com a sua formação jurídica, pode até se acostar ao meu pensamento, eu acho que no futuro nós deveríamos até tentar ajustar esse termo, porque preferência é a preferência de quem entra aqui nessa sala, mas não quer dizer que todos outros também não entrem e isso significa um não disciplinamento. Acho que preferência deva ser mais bem exposta e substituído esse termo no tocante ao conteúdo.

E no tocante a propaganda especificamente, que esse é um grande problema que talvez o Dr. Clementino não tenha percebido, o que está se questionando aqui é um vazio em termos de imprecisão também, no tocante ao que é propaganda e o que é apoio cultural, porque muitas vezes se tem um apoio cultural que está na fatura, que está na contabilidade da empresa comunitária ou cultural, mas na verdade aquilo é um falso documento, e o que está exposto na tela, o que está exposto no áudio é uma propaganda de marcas, de preços, de promoções, de produtos, quando na verdade isso é incorreto. Então, tem que haver um disciplinamento. Está com o apoio cultural para um evento cultural, evento que mereça e tem o apoio cultural, banco tal, entidade tal, eu até concordo com o Dr. Clementino no tocante a Governo. Eu não acho que deva estar de fora o Governo, as verbas de Governo que foram ditas aqui que fazem parte e tal, desde que essas verbas de Governo sejam para promover uma festa, vamos dizer, São João no Nordeste, apoio cultural da Prefeitura Tal. Qual é o problema? Eu acho que isso não é... Agora, o que se percebe na prática é o desvirtuamento disso, é o falso documento que calça uma contabilidade e que na verdade o conteúdo deixa de ser apoio cultural e passa a ser uma publicidade comercial normal.

No tocante ao Dr. Marcelo Cordeiro, da ABRATEL, eu pensei mais a preocupação da evolução tecnológica e da dificuldade que nós senadores teremos, e eu diria que primeiro nós temos que partilhar essa dificuldade. E segundo, de que eu dividiria em dois campos. Eu dividiria o campo da tecnologia e o campo... Que é a evolução das leis ao tocante a velocidade da tecnologia com o tocante a obsolescência das leis, concordo perfeitamente, então nós temos que tomarmos cuidado no tocante a precisão e imprecisão do aspecto tecnológico. Agora, uma coisa eu discordo, que é o tocante a conteúdo e a atuação comercial. O conteúdo e a atuação comercial, elas não evoluem na mesma velocidade que evolui o campo tecnológico. Então, nesse campo nós temos que ser extremamente precisos e não precisamos estar permanente sendo atualizados porque os conceitos de atuação comercial podem ser absolutamente precisos e não vão evoluir ao longo do tempo. E os conceitos de conteúdo também podem ser mais precisos e não precisam ser... Então nós dividiríamos aí as nossas dificuldades em tecnológicas e operacionais de conteúdo e comercial. Acho que facilitaria em termos no futuro.

O Dr. Clementino que está aqui alistado em último, deveria ser o primeiro, porque é na verdade um foco maior da nossa audiência, eu acho que houve um grande equívoco de interpretação. O Dr. Clementino chegou aqui como se tivesse com a imagem de magoado, porque as rádios comunitárias estavam sendo perseguidas, que as rádios comunitárias estavam sendo carimbadas de pirata, tal, eu queria dizer que da parte de, acredito que todo Senado brasileiro, não existe isso.

O que existe é uma concordância no modelo, porém determinados pontos deverão ser ajustados para que esta operação seja uma operação que tem uma precisão melhor. Eu listei alguns pontos que foram relatados por V. Sa. no sentido de que, em primeiro lugar desse equívoco de que rádio comunitária não é pirata. Em nenhum momento ninguém aqui pensou isso, e o Dr. Marcelo Bechara teve a felicidade de por primeiro ilustrar o que é ser pirata e o que é ser pirata. Até porque para nós, digamos, cidadão brasileiro e para quem faz comunicação, o pirata é o pior deles, que é o que não é fácil de encontrar. A comunitária, a comercial, a rádio educativa, essas tem endereço, tem equipamentos que se sabe com determinada tolerância a precisão. Os piratas, piratas verdadeiros, são os clandestinos. Eu diria que as comunitárias nunca foram consideradas clandestinas no sentido da pirataria.

No tocante da quantidade que foi referendado de que o volume das comunitárias é realmente são hoje, avançam numa velocidade o que atesta o modelo correto, eu diria também, lógico, desde que elas... É gratuita, vamos dizer, o modelo da comunicação brasileira antigamente era o modelo de força política. O Ministério, a ele cabia escolher quem. Hoje não, hoje o Ministério das Comunicações abre envelopes e estabelece quem ganhou numa concorrência pública. Concorrência de quais as empresas interessadas em operar determinados canais, determinadas frequências, eles pagam X, Y e tem um preço mínimo e o Dr. Marcelo Bechara é testemunha de que hoje esses preços mínimos são de referência, preços praticados às vezes são 10, 20 vezes o que está lá como preço mínimo. Isso é muito bom para o país, mas essa arrecadação reverte ao cidadão brasileiro de forma indireta.

No tocante a interferência, concordo plenamente com o Dr. Clementino de que as interferências, a lei tem que ter as duas vertentes. Se uma rádio comercial interfere na comunitária e a comunitária interfere na comercial, isso eu concordo, eu acho que é justo que essas interferências no futuro sejam ajustadas para que não tenhamos dois pesos e duas medidas.

No tocante ao volume de outorgas, eu sou testemunha, eu estou aqui período de mais de seis meses e evidencio de que semanalmente aqui nós aprovamos dezenas de rádios comunitárias. É impressionante o volume e a operacionalidade tanto do Ministério das Comunicações como da Comissão de Ciência e Tecnologia no tocante a agilização disso. O senhor, se fizer um levantamento aqui na estrutura burocrática da Comissão, vai verificar que historicamente nós aprovamos dezenas de rádios comunitárias semanalmente.

No tocante as falsas comunitárias, que acredito que há uma denúncia de que determinados grupos utilizam instrumento de rádio comunitária que é uma coisa a ser apurada pelos órgãos competentes e eu tenho certeza tanto o Senado Federal como as entidades que administram a comunicação no Brasil, elas desconhecem com precisão isso, cabe especificamente em cada caso, porque isso é um fato pontual, e eu diria que o grande estímulo dessa suposta fraude dessas comunitárias que não fazem parte efetivamente da comunidade, ou fazem parte de grupos que tem interesse de expandir sua rede de comunicação, tal, eu acho que cabe exatamente às autênticas lideranças comunitárias a identificar isso e comunicar. Porém, não há uma cumplicidade do poder concedente, nem do Ministério, nem nós aqui que recebemos isso depois de ter passado pela Câmara, quando nós recebemos aqui já recebemos um produto que já está quase finalizado. A operação do Senado é uma das fases que conclui o processo.

E para finalizar eu diria que o grande problema é que se tem que assumir a identidade das rádios comunitárias. O que existe hoje é uma irrealidade, é uma falsa realidade. O DNA da rádio comunitária já nasce contaminado. Quando aqui nós passamos... E isso o Senador João Ribeiro foi muito preciso, aqui quando nasce a rádio chama-se FM Tal, nós já começamos de orelha em pé. Nós já estamos... Por quê? Porque quando ele se propõe a não ser uma comunitária, quando se assina, a assinatura dele já no seu DNA já é uma rádio FM Tal, já demonstra a má intenção de operar uma rádio comercial de forma gratuita. E o grande problema é que, lógico, o grande facilitador disso é exatamente ter uma... ser gratuito. Na hora que a rádio um é gratuito e outro entra no sistema de concorrência, gera essas aberrações, que são rádios que já nascem desejando no íntimo serem rádios comerciais operacionais.

Eu peço desculpas ao Senador Lobão, aos demais presentes, parabenizo a todos, mas eu tinha que realmente ser um pouco mais preciso no tocante ao que foi abordado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pela ordem, mas antes de passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro pela ordem, eu queria fazer o registro dessa Comissão que dos cinco expositores presentes, três tem voo para daqui 20 minutos. Então eu pediria a V. Exas. que fossem os mais sucintos e céleres possível, para que eles possam poder viajar em paz. Passando a palavra pela ordem para o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Serei bem rápido, Presidente. Só para saudar a presença do Deputado Federal Coutinho, do PSDB do Pará, foi líder

da bancada do PSDB na Câmara, e também do Gerente Comercial do Grupo de Comunicações Rauland, o Dr. Flávio lá do Pará, começou como uma empresa há 50 anos atrás que fazia som ambiente e hoje é um grupo de comunicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então, aproveitando o seu comercial, faço o comercial da minha Prefeita, da Cidade de Araioses do Maranhão, ali presente, Prefeita Luciana Trinta.

Dando prosseguimento, passo a palavra--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pela ordem, Sr. Presidente. Só um segundo. Eu já falei demais, mas eu anotei tudo certinho e me esqueci de fazer meu *happy end*. Na verdade, o que está visto é o que foi dito pelo Dr. Marcelo Bechara, que é a... Uma lei nova. Está identificado, Senador Flexa, está identificado Senador Lobão, que nós precisamos cuidar de uma nova lei de comunicações.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Passando a palavra, assim, para o Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, o senhor pode ficar tranquilo, que ninguém vai perder o avião por mim. Eu queria declarar que acho que a Audiência Pública foi muito esclarecedora pra mim. Nós vimos o estado reclamando de legislação, de condições de fiscalização, o sistema privado satisfeito, mas querendo de novo um ajuste de legislação, mas eu queria fazer uma pergunta, que eu entendo que é o nó da questão. A legislação, embora capenga, proíbe que a rádio comunitária obtenha recursos. Todo mundo sabe que ela não pode funcionar sem recursos, que ela tem que pagar energia, tem que pagar um operador, tem que consertar um equipamento. A pergunta que eu faço ao Dr. Clementino e eu queria que quem for comentar no final sugira até para que o Senado possa clarear é, qual é a sugestão que o sistema comunitário tem para permitir que ele possa sobreviver sem estar falsificando notas fiscais ou encontrando formas de burlar a legislação para ter o mínimo para funcionar. Se o sistema tem... Podia fazer uma sugestão de legislação para permitir essa legalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Agradecendo ao Senador Flávio Torres, tenho a oportunidade de passar ao próximo Senador inscrito, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Lobão Filho, Srs. Senadores, senhores convidados. Eu serei também bastante breve, mesmo porque o Senador Roberto Cavalcanti já abrangeu todas as questões que preocupam a Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação do Senado. Eu concordo, Dr. Bechara, que nós temos que agilizar esse processo de criar um novo marco regulatório, nós estamos discutindo no Congresso Nacional a questão da convergência tecnológica, temos projetos que estão no Senado encaminhados à Câmara, temos da Câmara encaminhado ao Senado e eu já até sugeri que se fizesse um grupo único, Senador Lobão Filho, para que a gente pudesse discutir em conjunto, de tal forma que não ficássemos indo e vindo e não chegássemos a um... Nós estamos... A tecnologia está avançando e nós estamos com Legislação que demanda 40 anos atrás. Então, isso... Eu vou fazer uma palestra amanhã no Senado argentino exatamente sobre isso. Eles estão querendo saber o que é que o Brasil está avançando nessa área da convergência tecnológica e também na questão da TV Digital.

Eu quero iniciar também dizendo, Dr. Clementino, que fique tranquilo que com relação ao Senado, e eu tenho certeza que a Câmara Federal, não há nenhuma restrição às rádios comunitárias. Nenhuma. Pelo contrário. Todas, todos os Parlamentares apoiam a instalação de rádio comunitária, que elas são da maior importância para levar a informação naquelas localidades aonde a rádio comercial não atinge. Aí o termo e a denominação de rádio comunitária. Eu sou do tempo, e ainda existe hoje no meu Estado do Pará a chamada rádio pião, que é aquela rádio de poste, que funciona nas feiras, nos lugares, até em comércio, aquelas rádios que são colocados autofalantes no poste e fica a pessoa fazendo a divulgação de informação, até de... Procurando as pessoas perdidas, mandando notícias de aniversário, de encontro lá onde o rio acaba. Isso acontece muito na Amazônia e elas foram substituídas pelas rádios comunitárias. Mas é evidente que tem que haver uma regulamentação para que as rádios comunitárias exerçam a sua função de informar realmente. E aí é, lamentavelmente ou... A forma correta de se fazer é que nós temos que discutir essa questão de forma transparente. Como é que nós vamos ter a rádios comunitárias que possam sobreviver. Elas têm que ter uma forma de sobrevivência. Isso é importante. Elas exercem um papel importante, mas tem que ter sobrevivência. Se elas querem ser rádios comerciais, elas tem que solicitar ao Ministério das Comunicações uma outorga para uma rádio comercial, e não funcionar de rádio comunitária para rádio comercial.

Com relação, então, a essa questão, o Ministro e o próprio Bechara já colocou que existem hoje mais de 3600 rádios comunitárias no Brasil. Muito mais do que rádios comerciais. Tem ideia, Bechara, da quantidade de um para outro? Uma relação de uma para outra?

SR. MARCELO BECHARA: Em comerciais FMs, não é? 3.600 FMs comunitárias e 2.400, 2.500 FMs comerciais, mais ou menos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Inclusive o Senador Roberto Cavalcanti fez sustar aqui a aprovação de alguns projetos de concessão de outorga a rádio comunitária, porque na razão social falava rádio comunitária FM não sei o quê. Ele teve que se ausentar, ele achava que isso... O Ministério das Comunicações não deveria aprovar uma rádio comunitária que trouxesse na sua razão social já um nome de fantasia que não fosse de rádio comunitária. De rádio comunitária. O Senador... Eu proporia, Senador Lobão Filho, eu proporia V. Exa. é o Relator do projeto do Senador Casagrande sobre TV comunitária, eu proporia que nós pudéssemos criar um Grupo de Trabalho coordenado por V. Exa., em que nós discutíssemos essa questão de rádio e televisão comunitária e que já propusesse uma Legislação nova. Porque nós vamos ter o mesmo problema na TV comunitária que temos na rádio comunitária. E apesar de ser algo a ser ainda instalado, mas é preciso que se corrija desde já.

Por último, eu pediria ao Dr. Bechara que o Ministério das Comunicações, quando fizesse análise para outorga dessas concessões já prevesse essa questão da fiscalização que efetivamente o que precisa... A fiscalização, apesar de legalmente ser competência do Ministério das Comunicações, ele terceiriza essa fiscalização à ANATEL. A ANATEL, por sua vez, ela é, entre aspas, impedida de fazer a fiscalização como deveria ser feito, porque o Governo contingencia os seus recursos da FISTEL. Então, nós temos um FISTEL que apenas 10% é transferido para a ANATEL. Eu não sei, e eu estou em busca disso, Senador Lobão Filho, se o FISTEL é necessário no montante que ele está sendo cobrado ou não. Se não for, vamos reduzi-lo. Porque a sociedade paga por algo que não é necessário para a ANATEL, se é só 10%, então que se reduza, porque o restante do FISTEL é usado para superávit primário para pagar os juros da dívida externa. Então, eu pediria que o Ministério fosse mais rigoroso nessas concessões, inclusive atentando essa questão que o Senador Roberto Cavalcanti colocou e o Senador Lobão Filho também concorda, que a rádio comunitária não pudesse ter na sua razão social questão de FM ou outro tipo de denominação.

E por último, que aí seria esse grupo de trabalho, encontrar uma fórmula de atender a sobrevivência das rádios comunitária que acho que é da maior importância, principalmente nas áreas menos desenvolvidas, em especial na Amazônia e no Nordeste. Com relação às rádios educativas e as TVs educativas, já que há essa condição de... A bem da necessidade de ter uma fonte de receita, que elas sejam outorgadas apenas às universidades, aos governos. Por exemplo, foi solicitado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a concessão de um canal de rádio e de TV para que ele pudesse divulgar os trabalhos, que é educativo, que é educativo o trabalho do Judiciário do Estado do Pará. Eu recebi um ofício do Ministério das Comunicações dizendo da impossibilidade de atender essa solicitação. Então, que essas rádios sejam concedidas exatamente para o Judiciário, o Legislativo, as universidades, porque eles terão fontes outras de manutenção que não a comercial, que se for dada a uma fundação, vai ter que buscar realmente no mercado publicitário a sua fonte de receita. Então, eu defendo também que nós precisamos, o Ministério das Comunicações pode e deve comandar esse processo de se criar um novo código, uma nova Legislação, uma modernização da legislação da comunicação em nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Agradecendo as palavras do Senador Flexa Ribeiro, essa Presidência entende que é muito pertinente o requerimento de V. Exa. no sentido de montar um Grupo de Trabalho para discussão de uma nova legislação referente a rádio comunitária e TV comunitária. Sendo assim peço à Secretaria dessa Comissão que promova o ingresso individual de todos os membros dessa Comissão, para que façam parte desse grupo, a formalização desse convite, para que esse grupo possa se reunir depois da próxima sessão dessa Comissão. Então, após o trabalho da próxima sessão, fica convidado todos os Senadores que queiram fazer parte desse grupo para discussão desse tema. Criação de uma nova lei para rádio comunitária, para radiodifusão como um todo.

Passo a palavra, com grande prazer nesse momento, ao próximo e último inscrito, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Se eu passar de um minuto V. Exa. me cassa, depois que eu pedi desculpas pelo atraso que eu estava na Comissão de Justiça, o Presidente lá estava também, vendo um projeto meu ser derrubado.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com grande prazer vamos ouvir o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria dizer o seguinte: Primeiro, na época da votação das rádios comunitárias aqui, eu já era Senador, eu fui aos Estados Unidos no FCC. E lá aprendi uma grande lição. Eles me disseram: "Não façam lei para engessar tecnologia". Quando nós fizemos o nosso código de telecomunicações, ele está ultrapassado, engessa tudo

e tudo que está sendo feito de novo está meio irregular, vamos falar a verdade, porque não se sabia que ia ter, nós não sabíamos. Então, a ideia deles é o seguinte, portaria do FCC, portaria, delega para o FCC, porque a tecnologia evolui muito mais rápido. Nós estamos discutindo TV comunitária aqui há oito anos. Já evoluiu, já entrou HD, alta definição, UHF, quer dizer, nós estamos discutindo oito anos para trás. Então, o que nós temos que fazer aqui é fazer um esboço geral, uma lei, um corpo central e passa para portaria, eles dizem nem decreto, porque decreto tem que ir no Presidente e demora, tem que ser portaria. E eles evoluem muito, porque é portaria, portaria... Vamos fazendo portaria. Eu acho que por isso que nós criamos a Agência Nacional de Telecomunicações. Foi para isso.

A outra coisa, na época das comunitárias eu botei uma emenda que a Câmara Municipal dava licença da comunitária, para que tem que vir em Brasília? O vereador conhece tudo ali. Aí derrubaram. Botei uma Assembleia Legislativa, trouxe até os presidentes de assembleia aqui que eles estavam doido para pegar o poder concedente, mas também foi derrubada a emenda. É local, se tiver mazela, ainda é um grande negócio. E outra coisa, o anúncio deles eu vejo lá nas comunitárias, 50 centavos do açougue, três reais do botequim, 60 centavos da costureira, não está concorrendo com as rádios comerciais que não tem condição de pagar uma rádio comercial dessa e tem que se manter.

A outra coisa que eu queria sugerir aqui, a TV comunitária. Há oito anos discutindo. Não vai atingir a área comercial de ninguém, pelo contrário. Quanto mais você distende, tirando a comunicação da mão de cinco, seis famílias que dominam a comunicação com o Brasil, menos corre o risco de entrar um Chávez cassando televisão. Porque se tiver democratizado, na hora que cassa uma, tem um monte de gente brigar a favor. Está vendo na Venezuela lá, as manifestações estão o quê? Contra as televisões e a favor do Chávez. Porque dominaram, dominaram, dominaram, massacraram, o Chávez está manobrando a opinião pública, nós temos que abrir e democratizar, e isso faz muito bem.

A outra coisa interessante que o Ministério tem que criar por portaria, a Rádio Estrada. O Brasil falta Rádio Estrada. É aquela rádio que você vai em qualquer país do mundo, você está na rodovia BR-101, você liga, vai dando notícia ao longo da BR, da cidade, de trânsito. Por que não se abre concessões de rádio estrada? Precisa. Rádio Cultura de música clássica. Devia ser doado um canal, quase em todo o país é o primeiro canal. É doado. Quem quiser vai administrar. Só para tocar música clássica, para levantar um pouco o gosto musical, criar o prazer da música clássica que evolui depois, influenciando a música popular. Tanto que se vocês virem o Rock'n'Roll que está dominando o mundo, nasceu o quê? Do encontro da música caipira americana com a música urbana, inspirada na música clássica de Mozart e de tantos outros. O Brasil precisa dar um calço um pouco, para renovar como último movimento renovador que nós tivemos foi a Bossa Nova. Nós estamos... Temos que evoluir mais na música, nossa música é admirada no mundo todo, mas parou. Se você dar um calço um pouco clássico com base mais sustentada, pode surgir novas novidades. Outra coisa é a Rádio Donativo. Inúmeros países do mundo têm a Rádio Donativo. É uma rádio FM e você... Não pode pessoa jurídica, só pessoa física, toca música clássica que eu gosto, eu dou para aquela rádio 100 reais por mês, o outro dá 30, o outro dá 40, o outro dá mil reais por mês e mantém um grupo de 100 mil, duas mil pessoas, mantém aquela rádio sem comerciais. É uma novidade que está acontecendo no Brasil. E... Não, a novidade está acontecendo no mundo e não começou a acontecer no Brasil. E está uma evolução tão interessante, que eu vi numa cidade perto da capital da Flórida, Tallahasee, uma coisa interessante. Lá tem muitos ucranianos, porque tem fábricas de locomotivas e os ucranianos são os grandes fabricantes de locomotivas quando eram da Rússia. Então, os Estados Unidos pegou aqueles tecnólogos todos e levou todos eles para lá nas fábricas de locomotiva. Tem um colônia de cinco, seis mil ucranianos. Eles agora alugaram a rádio, a colônia, de donativos a rádio americana transmite em ucraniano, só música ucraniana, você liga aquela rádio e você pensa que está na Ucrânia, lá dentro do território americano. Não é ruim? Não. A diversidade cultural é boa. Eu me lembro que no nosso código é proibido transmitir em língua estrangeira. Agora, você pega um canal de cabo, está cheio de inglês para tudo quanto é lado. Deixa falar a língua estrangeira, universaliza, torna a pessoa mais ecumênica, avança nisso. Tanto que eu estou propondo que nas escolas técnicas tenha aula de uma outra língua, que é aquela história do gato. O gato... O cachorro encantou no gato e o gato quando viu que ia ser devorado começou a latir. O cachorro correu. Falou: Se eu não tivesse uma segunda língua o cachorro tinha me comido. Então, tem que fazer as pessoas abrirem a cabeça para o mundo. Esse mundo ele está mudando terrivelmente.

Então, eu acho que nós podemos começar a mudar, fazendo só um corpo central de uma lei e deixa por portaria. E não tentar engessar a tecnologia com lei e deixa as pessoas mergulharem nesse mundo de comunicação, nesse mundo de ciência, de popularização do conhecimento, que é essencial para a evolução do Brasil, do ser humano e da humanidade.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Essa Comissão é que agradece, fazendo o registro de que sua exposição foi tão relevante que passastes muito de um minuto e eu não lhe cassei a palavra. Mas aproveitando--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): É um minuto grande. Mas aproveitando a sugestão de V. Exa., eu pediria ao Dr. Marcelo Bechara a possibilidade de encaminhar a essa Comissão o mais breve possível um conjunto de sugestões para que a gente tenha um sumário em que se basear para fazer esse novo marco regulatório de leis.

Falando em concessão, eu faria uma concessão regimental e convidaria o Deputado Zenaldo Coutinho, perguntando se gostaria de fazer uso da palavra também.

DEPUTADO ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA): Eu agradeço, mas, sobretudo preocupado com a viagem dos palestrantes, eu dispenso a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Essa Comissão agradece e passa, enfim, aos palestrantes para que possam fazer suas últimas declarações e esclarecimentos aos Senadores.

Inicio pela ordem pelo Dr. Marcelo Bechara, mantendo a ordem anterior.

SR. MARCELO BECHARA: Bom, eu primeiramente agradecer mais uma vez a oportunidade, o Senador João Ribeiro não está presente, mas pela forma gentil com que se mencionou ao Ministério, o Ministro Hélio Costa, e agradeço muito em relação a essa manifestação dele. O Senador Lobão Filho fez uma intervenção logo após, falando sobre a questão do projeto da TV comunitária. Particularmente eu tenho uma posição contrária à TV comunitária. Eu acho que, muito diferentemente de uma rádio, uma TV tem outra estrutura, a rádio é para atender a comunidade, baixa potência, a TV tem uma outra característica, eu não sei se uma TV teria realmente esse caráter comunitário. E acho que isso já foi resolvido pelo Decreto 5820 da TV Digital, que criou o Canal da Cidadania. No Canal da Cidadania tem espaço para as comunidades locais. Então, eu gostaria de chamar atenção dos Srs. Senadores que a TV comunitária já existe, como o Canal da Cidadania, e que a EBC está fazendo uma rede pública, está em consulta pública, para a implantação junto inclusive com a TV Senado, que é parceira, com a TV Câmara, com a TV Justiça, com a TV Escola e com a TV da Cultura e o Canal da Cidadania, um consórcio para a contratação de uma infraestrutura para levar a todas as localidades com mais de 100 mil habitantes seus conteúdos, inclusive o Canal da Cidadania, que é o que pelo Decreto 5820 art. 13 estabelece que vai ter conteúdos comunitários. Então, acho que isso já está resolvido, nós temos é que fortalecer o Canal da Cidadania e implementá-lo, ao invés de criar mais um modelo.

Nós não fizemos uma interrupção nas outorgas de educativas, mas nós diminuímos muito, cheguei a usar a expressão a conta-gotas e realmente empregamos o maior rigor, não só nas educativas como nas comunitárias. A questão do nome fantasia, eu confesso não era uma coisa que nos chamasse tanta atenção, até porque não é uma exigência, não há uma vedação à lei por parte disso das rádios comunitárias, mas eu entendo a preocupação colocada pelos senadores e vou tentar identificar se dentro da nossa atuação a gente pode estabelecer alguma forma de que lá no começo as próprias associações, elas não façam uso de nomes fantasias, exceto aqueles que estabeleçam que efetivamente são comunitárias.

Senador Roberto Cavalcanti deu uma verdadeira aula, profundo conhecedor que é do setor de comunicação. A Conferência Nacional de Comunicação, Senador, já tem a participação na comissão organizadora de quatro representantes dessa Comissão, salvo engano é o próprio Senador Lobão Filho, Senador Flexa Ribeiro, mais ainda o Senador Antônio Carlos Júnior e o Senador Wellington Salgado. Mas existem consultores legislativos, consultores do Senado, técnicos, o Dr. Igor é um deles, Dra. Ana Luiza, salvo engano, que estão acompanhando, a gente estava um pouco fechado para balanço para algumas negociações dos empresários dos movimentos sociais, mas na próxima terça-feira já está sendo retomadas as reuniões da comissão organizadora, e certamente o Senado receberá ao final da etapa nacional, as propostas de políticas públicas, são propostas, repito, colocadas pela sociedade.

O termo preferência, eu também tenho uma certa restrição a esse termo preferência, acho que ele cria algumas brechas, mas a própria Constituição também estabelece no art. 220 preferência em relação a conteúdo, o que não impede que o legislador dê uma delimitação mais objetiva. Não há impedimento dessa delimitação.

O Senador Flávio Torres colocou aqui a questão do apoio cultural em relação às comunitárias dizendo: "Olha, reconhecendo a importância das comunitárias de ter um modelo de financiamento". Já existe esse modelo de financiamento através do apoio cultural. O que eu acho que realmente precisa é nós termos conceitos mais claros do que é apoio cultural, patrocínio, publicidade, publicidade institucional, menção de patrocínio. Todos esses conceitos eles existem espalhados ao longo da Legislação e algumas portarias, a

própria SECOM tem uma forma de visão, a Lei Rouanet, que estabelece benefícios a questões culturais tem seus conceitos, eu acho que precisa unificar, eu acho que essa Legislação também deveria tratar dessa unificação.

O Senador Flexa Ribeiro, ele fez uma sugestão aqui que eu acho que é uma sugestão fundamental. Que se buscasse dentro da proposta regimental das duas casas, seria muito importante, Senador, a criação de uma comissão conjunta que tentasse de uma forma unificada fazer a coleta de todos os projetos de lei que estão em tramitação em relação à comunicação social e convergência de um modo geral para se trabalhar uma lei geral, porque esse é o grande problema que acaba atrasando muitos processos legislativos. Não por culpa dos Senadores, mas por culpa dos diversos interesses que querem ser refletidos de forma minuciosa dentro de uma lei, dando uma segurança, até porque a lei é uma norma segura, mas que acaba acontecendo aquilo que o Senador Gerson Camata colocou, que o FCC já dizia e que nós entendemos hoje uma forma muito clara, não dá mais para fazer lei regular a tecnologia. Não faz mais sentido você ter uma lei do cabo. A lei tem que ser da televisão por assinatura e o cabo é uma das formas de tecnologia para fazer a exploração desse serviço. Isso acaba engessando a tecnologia, eu acho que essa seria uma das grandes contribuições.

Realmente, existe uma situação em relação a fiscalização na ANATEL, nós temos o próprio Ministério buscado junto a equipe econômica maiores recursos não só para a ANATEL, mas também para o próprio Ministério das Comunicações, para que ele implemente essa fiscalização. Existe uma certa zona cinzenta, mas existe uma atuação muito clara de competência das duas entidades, eu acho que o Edilson pode falar isso com maior autoridade.

E finalmente, concluindo com algumas manifestações do Senador Gerson Camata, eu acho que uma Legislação... Existe já a Rádio Estrada, mas em caráter experimental e científico. Salvo engano, na Dutra e na Park Way no Estado do Rio Grande do Sul. Por que caráter experimental e científico? Porque não existe a possibilidade jurídica de implantação da Rádio Estrada, porque não tem previsão legal para a Rádio Estrada. Mais uma vez nós voltamos na questão do marco e outras sugestões que foram colocadas de uma forma muito clara, o Senador Lobão Filho chegou a fazer uma boa provocação no sentido de que o Ministério pudesse fazer sugestões, nós esse ano, Senador, estamos fazendo um trabalho junto a uma consultoria, para a revisão de todo marco legal interno do Ministério e a propositura de um marco legal para a comunicação. Uma proposta, na verdade uma minuta para gente ter alguma coisa para começar em que pese essa Casa e a Câmara dos Deputados já ter muita coisa. Mas eu acredito que com a própria conferência mais essas propostas, eu te confesso que eu não tenho esperanças para esse ano ainda e o ano que vem também é um ano muito complicado, mas acho que se nós tivermos uma estrutura bem montada de um marco legal, eu acho que a gente tem condições assim de avançar e de pular uma série de etapas de audiências públicas, enfim, que poderiam ser concentradas dentro de uma atividade que trabalhasse de forma quase que uma Força Tarefa realmente, porque infelizmente a partir do momento que a gente não consegue evoluir nesse sentido, os prejuízos começam a chegar e o prejuízo não é só para a sociedade, o prejuízo também é para os empresários, é para o Parlamento, é para o Poder Judiciário que começa a ter que legislar na ausência do Poder Executivo e no próprio Poder Legislativo e enfim a gente começa a ter uma série de conflitos de competência que não são bem-vindos no Estado Democrático de Direito.

Agradeço mais uma vez a oportunidade e coloco à disposição o Ministério das Comunicações dessa Comissão sempre que precisar.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Essa Comissão que agradece a contribuição valorosa do Dr. Marcelo Bechara e passo a palavra nesse momento ao Dr. Clementino dos Santos Lopes, e pedindo que seja breve.

SR. CLEMENTINO DOS SANTOS LOPES: [ininteligível] da dificuldade para chegar lá. Nós queríamos já respondendo a pergunta do senador, que uma das prioridades nossas hoje, seria se clarear e definir a questão da sustentabilidade das rádios comunitárias. Com todos os entraves, com toda restrição da Lei 9612, essa etapa da legalização a gente está vencendo. Aí os números com todos esses entraves aí. Mas está a quase que uma indústria da multa hoje as rádios legalizadas. Hoje as rádios comunitárias com outorga, elas estão recebendo outro tipo de pressão. Quando estava sem outorga era a Polícia Federal, tudo isso que a gente conhece. O momento é outro, quer dizer, agora que está abarrotando inclusive já chegando no Judiciário, são as execuções fiscais, quer dizer, rádios com 10, 12 mil de multas. Essa questão do apoio cultural, eu acho que o Senador Roberto fez uma exposição e o Senador Gerson Camata ali também entrou nessa área, só dando um exemplo assim de um caso que eu conheço especificamente, Cidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul lá, tem uma rádio comunitária já outorgada, e o que está acontecendo assim? As filiadas

à ABERT, não é uma acusação, mas é uma realidade, nessa disputa das comerciais com as comunitárias, elas chegam, gravam as programações. E aí entra a questão dos apoios culturais, que estão contribuindo ali para a sustentação local. O anúncio como o Senador colocou do pequeno açougue, a primeira padaria, do prestador de serviços que ele dá o endereço, tudo. Essa falta de clareza do apoio cultural. Aí as próprias rádios comerciais e as filiadas a ABERT gravam as programações e estão considerando, por exemplo, o apoio do sindicato dos bancários da Rádio Santa Cruz, que não tem fins lucrativos, não faz comércio, é uma entidade sindical considerado que está fora da lei, que não poderia isso, não poderia dar o endereço. É quase que uma indústria das multas e aí a ANATEL faz, aplica a multa administrativa, eles fazem a defesa e agora está entrando, vai para inscrição em dívida ativa e começa as execuções. As rádios estão se inviabilizando por isso. Acho que é preciso um armistício, nessa guerra surda que existe com as comerciais com as comunitárias, essa é a verdade.

O que está acontecendo? Então, as rádios, elas tem que ter um meio de sobrevivência. Qual é a nossa proposta? Primeiro é se definir isso, acho que não tem nenhuma ilegalidade que as rádios comunitárias possam fazer o apoio cultural, anunciando ali o comércio com a localidade da área da rádio comunitária. Isso acho que não tem nada demais nisso, até porque esse pequeno comércio, ele não tem como anunciar nas rádios comerciais. Acho que essa é a diferença. A diferença básica é que as rádios comerciais visam lucro, por isso elas têm que pagar a outorga, nós é gratuito, nós não visamos lucro, não vai para o bolso das lideranças das rádios comunitárias, vai para entidades que é sem fins lucrativos. Então, acho que essa diferença mais. Agora, o que nós precisamos? Primeiro, receber pelo serviço que se presta, das políticas públicas dos órgãos, dos governos. Anunciar uma política pública do governo na área social, da saúde, nós temos que receber por essa prestação de serviço. Qual é a ilegalidade que existe? Nós falamos num fundo público. Tem que discutir. Acho que... Essa Comissão com bons olhos criar um grupo e talvez essa Força Tarefa, inclusive junto Senado e Câmara, para se definir isso. Acho que nada impede inclusive no processo da conferência, que se aprove o novo marco regulatório. Até porque a conferência vai acontecer no final do ano, não é deliberativa, e essa realidade ela está inviabilizando as rádios comunitárias. Então, para nós hoje, definir a sustentabilidade das rádios comunitárias é a nossa principal reivindicação.

E um outro conflito que seria regulamentar o art. 223 na questão do espectro. Nós queremos o nosso um terço. Nossa reserva do espectro ali, porque nos municípios ao contrário da região da Amazônia e do Norte, que são... Comunidades às vezes mil quilômetros ou mais, agora onde está concentrado, tem o Rio Grande do Sul, falo de conhecimento de causa, tem uma região que os municípios ficam a cinco, quatro quilômetros de distância um do outro. Então, mesmo... A lei ela... Ela já é ilegal no sentido restringir a um quilômetro, não tem como. A gente sabe que a onda onde não há mesmo com 25 watts, 30 metros de altura, aonde não há impedimento ela vai, não tem como medir isso e parar a onda. E as rádios estão se inviabilizando para a mesma frequência. Então, nós precisamos ter mais frequências aí destinadas a rádios comunitárias para resolver esses conflitos. A nossa proposta é essa, precisamos definir a sustentabilidade das rádios comunitárias. A potência que nós reivindicamos agora, acho que o principal, hoje ainda conversava ali com o nosso Presidente José Sóter, é de que se defina um maior... Se reserve às rádios comunitárias um maior número de frequência para resolver esses conflitos a nível das localidades.

Agradecer aos Srs. Senadores, nós tenho certeza de que os senhores não nos consideram piratas, quer dizer, essa é uma prática que está aí na vida, fora aqui do Senado. Nós somos testemunha do que os projetos que vem para cá também eles são quase que preferência aprovados aí não estaria aqui o impedimento. Mas vemos assim uma das reivindicações nossa para acelerar e democratizar esse processo é que o Governo instale, reinstale as delegacias regionais do Ministério das Comunicações, quatro estão sendo instaladas, isso aí vai aproximar mais da realidade, acelerar o processo e fazer audiências públicas nos estados para definir realmente quais são as rádios comunitárias ou não. E temos acordo também de que as rádios comunitárias usem na sua identificação o termo comunitária. Essa nós temos total acordo, é uma reivindicação nossa. Muito obrigado.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Essa Comissão agradece os esclarecimentos do Dr. Clementino e passo a palavra para o Dr. Edilson Ribeiro dos Santos.

SR. EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS: Eu, rapidamente mesmo porque o avião a uma altura dessas já deve estar no pátio. Mas eu queria apenas fazer um esclarecimento, porque foi citado a ANATEL sobre a questão do sancionamento das rádios comunitárias. Na verdade a ANATEL hoje, no que se trata a radiodifusão, a ANATEL não aplica nenhuma sanção. Nem relativo a conteúdo, nem relativo a aspectos técnicos. O trabalho de fiscalização é feito, encaminhado ao Ministério, a quem cabe aplicar a sanção. No entan-

to, quando se trata de clandestina, ou seja, aquelas instituições que não reverte das formalidades legais aí sim aplicamos as sanções e quando não liquidado, nós executamos pelo problema de obrigação de ofício. Essa era o esclarecimento que eu queria, para não restar dúvida com essa questão e agradecer mais uma vez a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Essa Comissão é que agradece ao nobre superintendente da ANATEL Dr. Edilson Ribeiro dos Santos, e passo a palavra para o Dr. Paulo Machado de Carvalho Neto.

SR. PAULO MACHADO NETO: Sr. Presidente, Srs. Senadores, em nome da ABERT, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, que defende a radiodifusão livre, aberta e de recepção gratuita, gostaria de agradecer o convite, agradecer a possibilidade de participação e contra argumentar aí com o meu companheiro da radiodifusão comunitária, de que na verdade o escopo da lei, quando essas rádios, quando essas emissoras foram constituídas e criadas, o foram dentro daquilo que colocou muito bem o Senador Flexa Ribeiro. Era na verdade uma substituta das rádios pião, para que elas tivessem uma pequena cobertura, uma pequena abrangência. Quem deve sustentá-las? Efetivamente a comunidade ou a entidade proprietária desta emissora é que deve sustentá-la. É o exemplo citado há pouco pelo Senador Gerson Camata, que já acontece em alguns países do exterior, em que existe uma contribuição para que aquela emissora se mantenha.

É esse o meu ponto de vista.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Essa Comissão agradece ao Dr. Paulo também pela exposição e passo a palavra nesse momento ao Dr. Marcelo Cordeiro.

SR. MARCELO CORDEIRO: Sr. Presidente, sendo rápido como da outra vez, era só para colocar, Senador, quando eu falei, talvez não tenha me explicado direito, não era só o aspecto tecnológico. Quando eu falei da lei, se ela vai chegar no conceito de como se faz televisão, como se faz rádio... Ela é uma lei conceitual. Realmente o senhor tem toda razão, não precisa ser alterada. O que vai precisar ser alterado é a questão tecnológica que vai alterar esse troço todo. Então, é possível sim fazer uma lei geral, ela é conceitual e o resto é feito, como até lembrou bem o Senador Gerson Camata, por portaria via ANATEL.

Era só isso. Eu agradeço ao senhor, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Essa Comissão que agradece sua participação e nesse momento encerra a Audiência Pública e eu coloco em votação para os Senadores presentes, o requerimento do Senador Flexa Ribeiro, onde vou ler os termos do requerimento: "Requeiro nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública dessa Comissão em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater o necessário reequipamento das Forças Armadas Brasileiras e especialmente os aspectos relacionados com a compra de submarinos e aviões de combate, considerando os seguintes [ininteligível], com quais cenários de conflitos internacionais envolvendo o Brasil trabalham as nossas Forças Armadas, quais os necessários equipamentos para enfrentar os conflitos baseados nesses cenários e em que forma os novos equipamentos são armas necessárias, como esse cenário ao conhecimento de Ciência e Tecnologia é considerado recurso fundamental, além dos equipamentos físicos, quais as necessidades e recursos necessários e métodos para equipamento científico e tecnológico, inclusive com o apoio do Ita e Aramar. Quais os recursos necessários para fortalecimento de serviços de inteligência internacional.

Para debater esse assunto, o nobre Senador Flexa Ribeiro sugere o convite ao Ministro Nelson Jobim.

Coloco em votação... O Presidente... Coloco em votação este Requerimento para os Senadores aqui presentes. Aqueles que concordam, permaneçam como estão. Está aprovado o presente Requerimento.

Não tendo mais nada na pauta, encerro essa Sessão.

Muito obrigado.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2009

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e nove, na sala 07, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senhores Senadores Eduardo Azeredo e Lobão Filho, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, respectivamente, com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Wellington Sal-

gado de Oliveira, Flávio Torres, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Marco Maciel, Heráclito Fortes, João Tenório, Fernando Collor, Flávio Arns, Leomar Quintanilha, Eliseu Resende, Cristovam Buarque, Augusto Botelho, Inácio Arruda e Tasso Jereissati reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Efraim Morais, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, João Pedro, Tião Viana, Pedro Simon, Romero Jucá e Paulo Duque. Justificam as ausências os Senhores Senadores Flexa Ribeiro e Roberto Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Eduardo Azeredo, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. O Presidente informa que recebeu, na Comissão, Carta do Senhor Robert Amsterdam, da Amsterdam&Peroff, encaminhando relatório daquela instituição sobre as violações de direitos humanos na Venezuela e a destruição sistemática do sistema judicial do país. Comunica, também, a presença dos Senhores Aurélio Ribeiro da Silva Filho, Almirante de Esquadra e Chefe do Estado-Maior da Armada; Marco Aurélio Gonçalves Mendes, Tenente-Brigadeiro do Ar e Secretário de Política Estratégica e Assuntos Internacionais; Sérgio Etchegoyen, General de Divisão e Assessor Especial do Ministro. O Presidente convida o Ministro Nelson Jobim para compor a mesa da Comissão. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Azeredo, passa a Presidência para o Senhor Senador Lobão Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos **Requerimentos nºs 34, de 2009-CCT,** de autoria do Senador Flexa Ribeiro, e **Requerimentos nºs 57 e 59, de 2009-CRE** de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Azeredo que requerem "..., nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa nacional – CRE, para debater o necessário reequipamento da Forças Armadas – FFAA, espacialmente nos aspectos relacionados com a compra de submarinos e aviões de combate, considerando os seguintes postos: Com quais cenários de conflitos internacionais envolvendo o Brasil trabalham nossas FFAA; Quais os necessários equipamentos para enfrentar os conflitos baseados nesses cenários e em que forma os novos equipamentos são armas necessárias; Como nesses cenários o conhecimento de ciência e tecnologia é considerado um recurso fundamental; Além do reequipamento físico, quais as necessidades e recursos necessários e métodos para o equipamento cientifico e tecnológico inclusive com o apoio ao ITA e ARAMAR; Quais os Recursos necessários para o fortalecimento dos serviços de inteligência internacional. Para debater o assunto sugerimos o próprio Ministro Nelson Jobim e "..., nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha, a participar de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para fazer exposição acerca do Projeto Submarino nuclear Brasileiro (NUC)" comparece à reunião como convidado, o Excelentíssimo Senhor Nelson Jobim, Ministro de Estado da Defesa. O Excelentíssimo Senhor Ministro faz uso da palavra. Finda a exposição e uso da palavra pelo convidado, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Heráclito Fortes, Lobão Filho, Cristovam Buarque, Francisco Dornelles, Flávio Arns, Eduardo Suplicy e Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Lobão Filho, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e onze minutos, determinando que nós, **Irlene Martins Pinheiro**, Secretária Adjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e **José Alexandre Girão Mota da Silva**, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional lavrássemos a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada, no **Diário do Senado Federal.** – SENADOR **LOBÃO FILHO,** Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; SENADOR **EDUARDO AZEREDO**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL CONJUNTA COM A 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas de reuniões anteriores, da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão de Ciência e Tecnologia. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

Antes de iniciar a Audiência Pública, nós temos dois assuntos mais rápidos, primeiro um comunicado que quero transmitir aos Srs. Senadores que recebemos na Comissão carta do Sr. Robert Amsterdam da Amsterdam Dean Peroff encaminhando relatório daquela instituição canadense sobre as violações de direitos humanos na Venezuela e a destruição sistemática do sistema judicial do país. Os Senadores que tiverem interesse podem solicitar uma cópia na secretaria da Comissão. Por outro lado, eu solicito também ao Senador Augusto Botelho, nós temos... É um Requerimento dentro do que previa o regimento, as autorizações de viagens internacionais devem ser aprovadas previamente aqui pelo Senado, por esta Comissão, de maneira que o primeiro trata-se de um requerimento e que eu passo a palavra ao Senador Augusto Botelho autorizando o Senador João Tenório em missão oficial no período de 07 a 09 de setembro para falar sobre agronegócio no Brasil e sua inserção internacional na França, e o segundo Requerimento também já, em seguida, passo ao Senador Augusto Botelho que faça a leitura como Relator, trata-se de viagem a convite do Governo da Nova Zelândia e também viagem ao Canadá para participação na Conferência do Forum Interparlamentar das Américas nos dia 13 e 14 do mês.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal prevê que a ausência de Senador quando incumbido de representação da Casa ou ainda no desempenho de missão no país no exterior deverá ser autorizada mediante deliberação do plenário, se houver ônus para o Senado.

O Senador comunica que em cumprimento ao disposto do art. 39 do regimento interno, o Senador João Tenório se ausentará do país para participar do encontro que abordará o tema: o agronegócio no Brasil e sua inserção internacional, a ser realizada em 08 de setembro na Embaixada do Brasil em Paris. Promovido em conjunto pela Câmara de comércio Brasil/França e pela MRSA Consultoria Ltda., com patrocínio e apoio da Companhia Hidroelétrica de São Francisco, a Chesf da Empresa Brasileira de Agropecuária – Embrapa. O encontro constará de três conferências básicas que abordarão o cenário econômico brasileiro frente à crise mundial, o agronegócio no Brasil sob o ponto de vista do Ministério da Agricultura e Pecuária e agroenergia do Brasil e as possibilidades de inserção internacional. Trata-se, pois, de importante evento na difusão do nosso país como potência no campo agroalimentar e agroenergético.

O voto. Diante do exposto o meu voto é pela aprovação da solicitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

O outro Requerimento, por favor, Senador.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O Requerimento dentro do mesmo art. 40, o Senador informa que em cumprimento do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Heráclito Fortes se ausentará do país no período de 04 a 11 de setembro do corrente ano e o Senador Eduardo Azeredo no período de 07 a 11 do mesmo mês para o desempenho desta missão que será dividida em duas partes: a primeira consiste em viagem a Nova Zelândia com passagem pela cidade de Washington, Auckland, Remington, Christchurch e a convite do Parlamento neozelandês, entre os dias 04 e 12 de setembro onde serão debatidos os temas de cooperação educacional, acordos sobre programa férias e trabalho, parceria agroindustrial e mudança climática, ademais de proporcionar a discussão acerca do aprofundamento das relações bilaterais entre Brasil e Nova Zelândia, a segunda parte compreende uma viagem a cidade de Ottawa no Canadá, somente com a participação do Senador Eduardo Azeredo para a 6ª Assembleia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA nos dias 13 e 14 do mesmo mês. Visando promover a participação parlamentar no sistema interamericano e o incremento do diálogo interparlamentar sobre questões importantes para o hemisfério.

Informo ainda que o Governo neozelandês ficará a cargo da hospedagem dos parlamentares no período de 04 a 12 de setembro.

Voto. Diante do exposto o meu voto é pela aprovação da solicitação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos, portanto, agora já com a presença do Senador Lobão Filho, vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia a esta audiência conjunta das duas Comissões: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Esta Audiência Pública é para debater o necessário reequipamento das Forças Armadas, especialmente, nos aspectos relacionados com a compra de submarinos e aviões de combate, e também sobre o projeto submarino nuclear brasileiro em atendimento aos Requerimentos nº 57 do Senador Cristovam Buarque, nº 59 de minha autoria e também o nº 34 de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Convido para compor a Mesa o Ministro Nelson Jobim, Ministro de Estado da Defesa que aqui comparece novamente. O Ministro já esteve aqui recentemente para falar sobre a estratégia nacional de defesa.

Registro ainda a presença do Almirante de Esquadra Aurélio Ribeiro da Silva Filho, Chefe de Estado Maior da Armada, Tenente Brigadeiro do ar, Marco Aurélio Gonçalves Mendes, Secretário de Política Estratégica e Assuntos Internacionais, e do General de Divisão Sérgio ***Etchegoyen***, Assessor especial do Ministro.

Ministro, já dando segmento, portanto, à audiência, já lhe passo, de imediato, a palavra, agradecendo, mais uma vez, o seu pronto atendimento aos convites desta Comissão.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Srs. Senadores, senhoras e senhoras. Cabe-me fazer uma exposição sobre os trabalhos que estamos desenvolvendo em relação ao submarino nuclear e aos submarinos convencionais e as negociações que sendo produzidas com o estado francês.

Eu vou fazer uma exposição global sobre o tema em todos os seus âmbitos. Vejam os Srs. Senadores... Srs. Senadores, os temas que nós vamos expor agora aos senhores dizem respeito primeiro ao ambiente estratégico que nós analisamos, segundo a questão específica da Marinha do Brasil dentro do conjunto do ambiente estratégico brasileiro, e depois o submarino convencional, submarino propulsão nuclear e por último os aspectos econômicos financeiros do contrato com os franceses.

A primeira questão que eu queria mostrar aos senhores é em relação à Convenção do Mar de 1982 para que seja compreendida claramente qual é a situação jurídica do mar nas proximidades do litoral brasileiro.

A convenção do mar estabelece como limites marítimos no que diz respeito a esta questão, primeiro: uma linha base do litoral que já foi fixada no Brasil há alguns anos. Dessa linha base 12 milhas marítimas da linha base constituem o mar territorial. Aqui o país tem soberania sobre o subsolo marítimo e sobre a coluna d'água, como também tem soberania sobre o espaço aéreo. Logo após, pela convenção do mar, vem a zona contígua em que essa soberania reduz-se, não obstante a isso o país tem controle do subsolo... Nós temos a zona contígua que são mais 12 milhas e nós temos um conjunto de 24 milhas.

A seguir nós temos a chamada zona econômica exclusiva, na zona econômica exclusiva o país tem a propriedade, digamos assim, do subsolo marítimo como também tem a propriedade de todas as riquezas existentes sobre as águas. Agora observem bem, esta zona que é a parte zona econômica exclusiva é uma zona de passagem de qualquer navio de qualquer país que se chama passagem inocente. A única parte onde temos soberania absoluta são as 12 milhas. Temos soberania e propriedade do subsolo e também das riquezas da coluna d'água, isto corresponde ao que nós conhecemos por zona econômica exclusiva. No entanto, a Convenção do Mar previa ainda de que se a plataforma continental do país fosse além das 200 milhas, poderia o país estender a legitimidade sobre o subsolo e não sobre a coluna d'água até o limite da borda exterior da plataforma continental e com outro limite não passando de 350 milhas. Então, o que é que temos? Nós temos o seguinte: zona econômica exclusiva 200 milhas, zona econômica, ou seja, borda exterior da plataforma continental 350 milhas, e aqui está o bordo exterior, e aqui está a plataforma continental.

Então, eu queria observar para os senhores o seguinte, e aqui é importante ter presente isto considerando a soberania brasileira. Nessa região aqui, até aqui o Brasil tem titularidade sobre a riqueza das águas e sobre a riqueza dos fundos marinhos, a partir das 200 milhas até 150 milhas o Brasil não tem controle sobre a riqueza do mar, da coluna d'água, mas tem controle sobre o subsolo marítimo. Essa é a diferença fundamental, ou seja, nós temos até 350 milhas em 150 milhas no subsolo é do Brasil, na riqueza acima das 150 milhas posteriores as 200 milhas nós não temos controle, não temos propriedade sobre as riquezas, ou seja, peixes e etc., sendo que nas 200 milhas

nós temos titularidade sobre a coluna d'água e sobre o subsolo. Isso é para compreender a situação...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Entre 200 e 350 qual é a situação?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não, a situação dos 200 veja, repito, os 200 milhas corresponde à zona econômica exclusiva. Nestas 200 milhas nós temos titularidade absoluta sobre o fundo marinho e sobre as riquezas existentes da coluna d'água. Nos outros 150 que completam os 350, nas outras 150 milhas nós temos somente titularidade do fundo marinho, mas não temos titularidade sobre a riqueza na coluna d'água.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A lagosta só 200 m?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Peixes, etc., etc., e etc. Isso é importante. Agora vamos deixar bem claro o seguinte: a zona econômica exclusiva independentemente da borda continental, da plataforma continental o país tem a zona econômica exclusiva até 200 milhas, agora se e somente se a plataforma continental daquele país limítrofe ou litorâneo se estender além das 200 milhas é que vai se estender este pedaço. E se se estender além de 150 milhas não pode. O limite na borda do limite exterior da barra continental é 150 milhas. Perceberam, entenderam agora o problema? Por exemplo, se a borda continental terminasse aqui nós tínhamos até 200 milhas, se a borda continental termina aqui nós não vamos ter mais 150. Depende da existência da borda continental. Correto?

Com isso nós temos o seguinte: sobre as 12 milhas marináuticas o espaço aéreo nacional se estende até 12 milhas náuticas, após isso o espaço aéreo é internacional. Ou vejam que os limites marinhos e os limites do espaço aéreo são distintos, em cima espaço aéreo internacional começa a 12 milhas náuticas da linha base do litoral. Este, digamos, é o pano de fundo jurídico da Convenção do Mar de 1982.

Aqui eu apresento aos senhores a questão do pré-sal. Aqui temos Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e aqui estão todas as bacias, a Bacia do Espírito Santo, a Bacia de Campos e a Bacia de Santos. E agora eu mostro aos senhores o que é que se passa sobre esse tema. Esta zona azul que os senhores estão vendo aqui são as 200 milhas, ou seja, aqui nós estamos com as 200 milhas totalmente inscritas. Quando o Governo Sarney iniciou, iniciou no Governo Sarney os trabalhos da Marinha e da Petrobras para o levantamento da borda exterior da plataforma continental, chamava-se projeto Leplac, apresentamos o projeto Leplac à ONU que é aquela parte cinza, ou seja, ali estão os limites do bordo exterior da plataforma continental brasileira até o limite máximo desse bordo. Então, vejam bem, nós acrescemos ao país essas áreas aqui, e aquele lá de cima. Aqui a plataforma continental não passava de 200 milhas, portanto, não podia ser estendida até 350 milhas. Com isso nós temos a seguinte realidade territorial: o território emerso do Brasil é 8.5 milhões de kms², que é isso aqui. A zona econômica exclusiva que é a parte azul nós temos 3.5 milhões de kms², a extensão da plataforma continental submetida à ONU dá mais 1 milhão de kms² o que nos dá um total de águas a parte do mar de 4.5 milhões de kms². Agora observem bem, ainda há uma controvérsia na ONU nesta parte em que a ONU faz recomendações sobre a pretensão brasileira neste ponto, uma discussão técnica que vai ser resolvida pela comissão, junto à divisa com a Guiana Francesa, tem ainda um pedaço de uma discussão que a ONU está submetendo... Nós estamos submetendo à discussão é um pequeno pedaço em frente à Fortaleza e tem um pedaço aqui embaixo em frente ao Brasil. Aqui havia um problema que já foi resolvido, ou seja, a ONU reconheceu que Trindade e Martim Vaz estão dentro da cordilheira correspondente à plataforma brasileira. Então, na verdade, o que nós temos hoje, em linhas gerais, são 4.5 milhões de kms² de águas jurisdicionais brasileiras, quando eu falo águas jurisdicionais eu estou falando riqueza da coluna d'água do subsolo e riqueza do subsolo, e temos 8.5 milhões de kms² de zona do território emerso.

Agora eu queria mostrar aos senhores uma imagem sobre um problema geopolítico importante levantado pelo Ministério da Defesa. Observem bem. Nós temos aqui em azul mais claro e em azul mais escuro o zona total do Brasil. Aqui está a África com toda a zona, o Brasil fez o levantamento do bordo dos limites exteriores da plataforma continental da Namíbia, vai fazer em negociações com a Angola e chamou atenção do tema para a África do Sul. Nós conversamos com Angola, Namíbia, África do Sul, já conversamos também, embora, Congo Quinxaça é pequeno, porque são 20 km de litoral, é um bico, e depois a parte da África do Norte, ou seja, Marrocos e etc.

Qual é o problema que temos? Esta área, aqui são ilhas inglesas que eu vou mostrar aos senhores que são águas também de zona econômica exclusiva dos ingleses. A área em azul escuro entre a África e a América do Sul corresponde àquilo que em direito do mar se chama área que é a parte internacional que é controlada ou disciplinada pela Convenção do Mar. Os ingleses têm isso aqui. Os ingleses têm a Ilha de Ascensão, a Ilha de Santa Helena, Tristão Cunha, Bock(F), Sandwich, Geórgia, Orçada e Malvinas. Malvinas lembrem-se de toda esta disputa, inclusive, da guerra de Malvinas. Aqui os senhores observem o cin-

turão estratégico ou a linha estratégica inglesa sobre o Atlântico Sul.

Agora dentro da área na parte azul escura e isso é importante que os senhores estejam presentes, nós temos outro fenômeno. Aqui nós temos o seguinte, os senhores observem esses quadradinhos aqui. Esses quadrados correspondem ao que já foi identificado de riquezas nos fundos marinhos, os fundos marinhos tem nódulos polimetálicos, tem sulfetos polimetálicos e crostas cobaltíferas que são minérios. Vou dar um exemplo. Os senhores estão observando zona aqui, uma luz mais clara aqui, isto aqui é a chamada elevação do Rio Grande. Está há 450 milhas do litoral do Brasil e é uma zona onde já há pesquisas por parte de alemães e russos em relação aos nódulos polimetálicos dos fundos marinhos, que dão riquezas, ou seja, são minérios que podem ser explorados por qualquer país ou qualquer empresa e não precisam ser empresas que estejam dentro ou sob a titularidade dos países correspondentes a esses litorais, quer africanos, quer brasileiros, argentinos ou uruguaios.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Qual o procedimento?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Acontece o seguinte: O país faz pesquisa, qualquer país faz pesquisa nessa região da área, submete essas pesquisas a uma comissão de fundos marinhos da ONU, e a comissão de fundos marinhos da ONU pode fazer uma autorização, uma espécie "de concessão" para que aquele país explore o fundo marinho, e cada linha de exploração é um nódulo, é um polígono de 10 km por 10 km, sendo que cada país pode agregar a si conjuntos e até 25 subconjuntos, o que dá 2.500 km². Ou seja, a comissão dos fundos marinhos poderá outorgar a exploração de até 2.500 km² do fundo marinho a qualquer pretendente, dependendo se cumprir as regras estabelecidas pela própria comissão de fundos marinhos da ONU. Observem bem. Quando a Brasil fez o levantamento para nós levantarmos à ONU e sustentarmos à ONU a plataforma continental brasileira para estender até 350 milhas, evidentemente, que o levantamento feito pela Marinha veio, mais ou menos, até esse ponto do Atlântico, nós levantamos até aqui os fundos marinhos.

E outros países fizeram outros levantamentos e nós identificamos o seguinte: Aqui, o que os senhores estão vendo aqui, observem que tem uma lógica aqui. Estas aqui são as chamadas crostas cobaltíferas e sulfetos polimetálicos que estão na chamada cordilheira meso-atlântica que de acordo com os geólogos surgiu com a separação dos contentes. Nesta cordilheira meso-atlântica nas crostas cobaltíferas os japoneses identificaram, encontram um ser vivo porque aí envolve também o ser vivo que pode produzir hemoglobina humana, ou seja, tem uma bactéria nesta região que os japoneses têm condições de trabalhando cientificamente em laboratórios e transforma em hemoglobina humana, ou seja, uma riqueza brutal. E também temos aqui os nódulos metálicos e os sulfetos metálicos que estão no fundo do mar. Esta concessão pode ser feita ou esta autorização pode...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: A empresa e país. Empresa legitimada por país, mais ligada, porque normalmente é empresa, o Pacífico já tem isso, no Atlântico ainda não, no Atlântico Sul ainda não temos. Mas observem bem, temos riquezas, mas já temos pesquisas desenvolvidas pelos alemães e russos aqui na chamada elevação do Rio Grande onde é rica em nódulos de manganês.

As concessões, Srs. Senadores e Senadoras, essas concessões, como eu acabei de dizer, poderão chegar a 2.5 km² para explorar no fundo do mar. Ora, se nós temos uma autorização para explorar no fundo do mar, evidentemente, que quem estiver explorando esta riqueza no fundo do mar num espaço de 2.5 km² o que é que nós vamos ter? Nós vamos ter instrumentos na superfície, plataformas na superfície que dão suporte logístico para a exploração do fundo marinho. Correto? Logo teremos em cima no mar, na superfície do mar plataformas fixas para explorar a concessão.

Agora eu vou colocar em cima do mapa as linhas marítimas comerciais brasileiras de exportação. 90 e poucos por cento da riqueza brasileira utilizam as linhas marítimas do mar. Observem as linhas marítimas brasileiras como também as linhas marítimas das Antilhas, chilenas, alemães e italianas olhem onde passam isso. Ou seja, as linhas marítimas brasileiras passam por sobre as áreas que são ricas. E aqui nós temos um problema, ainda não resolvido com a África ou, melhor ainda, não resolvido na Organização das Nações Unidas que corresponde aqui, como é que faz, por exemplo, aqui ou como é que faz aqui? Se uma linha marítima coincidir com uma plataforma de exploração de fundo marinho quem paga o custo que vai aumentar porque esta linha terá que mudar, porque esta linha terá que fazer um desvio e ao fazer o desvio sobre essa plataforma nós temos um aumento do custo do frete, um aumento do custo do transporte da produção.

O Pacífico já tem, mas o Pacífico não tem problema de linhas marítimas, o Pacífico hoje é uma parte correspondente ao Equador e um pouco ao sul do Equador. Esse assunto não foi debatido ainda na ONU. Eu fiz uma conversa com a África do Sul, com a Namíbia,

com a Angola com Quinxaça e também com Marrocos para levantar o problema e dizer que nós temos interesses geopolíticas idênticos. Foi identificada, inclusive, pela África do Sul a necessidade de nós termos uma política unificada no tratamento do Atlântico sul sob pena de chegarmos tarde, e aí temos um controle, ou seja, a distribuição de todo o Atlântico Sul em prejuízo das linhas marítimas dos países litorâneos. Eu estou querendo colocar para os senhores o universo do que nós estamos tratando.

Agora eu vou falar sobre a Marinha do Brasil. Mas antes disto eu queria mostrar que na estratégia nacional de defesa aprovada pelo Sr. Presidente da República e elaborada pelo Ministério da Defesa nós tínhamos que na maneira de conceber a relação entre as tarefas estratégias da Marinha, ela tem três tarefas estratégicas: a negação do uso do mar, o controle das águas marítimas e a projeção de poder, são estas as funções estratégicas das marinhas do mundo, negação do uso do mar, controle de áreas marítimas e projeção de poder.

Na discussão que se estabeleceu sobre esses três pressupostos estratégicos, ficou claro e definido pelo Brasil e pelo Governo de que nós não poderíamos ser igual nas três, nós não poderíamos tratar a função estratégica de negação do uso do mar de forma igual ao controle das águas marítimas de projeção do poder porque correríamos o risco de sermos medíocres nas três, tendo em vista a vastidão dos 4.5 milhões de km² das águas jurisdicionais brasileiras, além das águas marrons que são as águas dos rios, as duas grandes bacias, a Bacia do Amazonas e a Bacia Paraná-Paraguai.

Foi estabelecido então a seguinte ordenação na estratégia nacional de defesa, vamos privilegiar a negação do uso do mar como primeira função estratégica da Marinha, a segunda o controle das águas marítimas e a terceira a projeção do poder, ou seja, a ordenação é a negação do uso do mar a terceiros das nossas águas jurisdicionais, segundo: o controle das águas marítimas, e o terceiro a nossa projeção de poder. A projeção de poder praticamente para nós de baixa densidade, porque corresponderia à tentativa expansionista e o Brasil nunca tem pretensão expansionista.

Então, vejam, dentro deste critério a primeira tarefa da Marinha relativa à negação do [ininteligível] é a defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas, a segunda é a defesa pró-ativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos, das ilhas oceânicas e das águas jurisdicionais brasileiras. Nós teríamos as plataformas petrolíferas com objetivo principal e teríamos como também objetivo as águas jurisdicionais brasileiras no seu conjunto global.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ministro, me permita só interromper um momento. Eu vou pedir licença porque eu vou a uma oração no Plenário aqui do Dia do Soldado, então passo a Presidência ao Senador Lobão Filho que é presidente da CCT e retorno ainda.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Fique à vontade.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ministro, aproveitando. A negação do uso do mar, quer dizer, a proteção do uso do mar para nós e negação pelos outros?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Essa expressão técnica: negamos o uso do mar para terceiros que não brasileiros.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito. E defesa pró-ativa.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Pró-ativa é no sentido, eu volto lá, no sentido de nós termos ações pró-ativas e termos instrumentos no local para negar o uso do mar, se for necessário. Esse é o sentido pró-ativo, não podemos ficar esperando para depois chegar. Temos que estar lá, ou seja, a negação pró-ativa é esse o sentido, como também a negação pró-ativa das instalações navais portuárias e as águas jurisdicionais e arquipélagos e ilhas oceânicas, ou seja, não precisamos deixar que a coisa aconteça para depois não nós estarmos lá, nós temos que estar lá antes que aconteça por quê? Porque a política estratégica fundamental do Brasil em termos de defesa é dissuasória e a presença dissuade a tentativa, a presença brasileira neles locais dissuade a pretensão de terceiros de vir a esses locais, terceiros que eu me refiro podem ser nações. Hoje, Senador Cristovam, nós estamos num mundo de conflitos assimétricos, estão cada vez mais desaparecendo os conflitos convencionais que são conflitos entre estados, normalmente são conflitos de estados com organizações criminosas e isso nós encontramos os conflitos que ocorrem na margem da Somália com piratas, os conflitos que se deram, por exemplo, no Iraque hoje, os conflitos no Iraque é um conflito assimétrico, não é um conflito de um Estado nacional com outro Estado nacional é um conflito de um Estado nacional com organizações não nacionais, criminosas e ideológicas, políticas e etc.

Continuo, Senador. A terceira determinação [ininteligível] em relação à Marinha é prontidão para responder a qualquer [ininteligível] por Estado ou por forças não convencionais ou criminosas às vias marítimas de comércio. Então, você protege as áreas petrolíferas, bacias petrolíferas, portos, toda a extensão de portos e etc. e, por último, proteção das vias marítimas para o assédio nessa vias marítimas, quer seja feita por

estado o que é praticamente inviável, quer seja feita por forças não convencionais ou criminosas como é o caso da Somália, para proteger as vias marítimas de comércio brasileiros. Essas seriam as três funções básicas da Marinha na negação do uso do mar as duas primeiras e na terceira no controle das vias marítimas. E ainda a capacidade do Brasil de participar de operações internacionais de paz fora das águas do território brasileiro e fora das águas jurisdicionais brasileiras que é o caso, por exemplo, em que a Marinha não participe por hora, mas, sim, como apoio logístico é o caso do Haiti e etc. em que nós teremos que participar de forças de manutenção de paz.

Observem bem. Na discussão sobre as participações internacionais de forças brasileiras, o Brasil se nega a participar de qualquer operação de fazer a paz, que é aquele conceito de operações humanitárias americanas que vão para fazer a paz, não, o Brasil não vai para fazer paz, o Brasil vai para manter a paz. E também agora eu estou discutindo com a ONU, principalmente, considerando o Haiti a função do Brasil de construir a paz. O que significa isso? Viabilizar a construção, a recomposição das infraestruturas do país para o desenvolvimento econômico. Então, nós temos três conceitos internacionais: fazer a paz, nós não participamos, que é invadir, manter a paz e construir a paz nós sustentamos. E ainda para assegurar esse objetivo de negação do uso do mar que é o primeiro que nós estamos falando, o Brasil contará com força naval submarina de envergadura composta de submarinos convencionais e submarinos de propulsão nuclear. Essa foi a decisão que nós tomamos em novembro, submetemos ao Sr. Presidente da República que, por sua vez, submeteu ao Conselho de Defesa Nacional e acabou sendo aprovado pelo decreto correspondente.

Agora eu gostaria de mostrar um problema aos senhores também que são as infraestruturas críticas no país, que não tem a ver, logicamente, exclusivamente, com a Marinha, mas eu gostaria de fazer um voo sobre esse tema que representa o tema que conduz à reestruturação e à reorganização das Forças Armadas.

Observem bem. Primeiro as estruturas críticas nacionais, são aquelas que correspondem e servem a todo o país. Bacias petrolíferas e campos de produção. Observem as bacias. Nós temos a Bacia de Santos, a Bacia de Campos, a Bacia do Espírito Santo, esta região aqui junto à Bahia, esta região que está Urutu que são campos de produção dentro do território emerso, no território imerso nós temos essas bacias. Depois temos os dutos, todos esses conjuntos são os dutos, oleodutos e também gasoduto. Depois temos as hidrelétricas, essas são as hidrelétricas de que estão acima de mil megawatts, por isso eu estou chamando de hidrelétricas nacionais, que são distribuidoras, são produtoras para todo o país.

Eu já queria chamar atenção dos senhores, a concentração disso na região Sul e Sudeste. Observem aqui. Aqui está Itaipu. Estas todas são zonas de produção de energia hidroelétrica acima de mil megawatts, depois temos as termoelétricas que são essas em verde que aparecem aqui, depois temos as de gás natural que é este azul que está colocado aqui, depois temos as nucleares, temos a usina nuclear de Angra e temos ainda Rezende. Portos, todos os portos que são saídas de grandes produções nacionais, portanto, nós consideramos isto como infraestrutura crítica nacional. Aeroportos também os aeroportos nacionais, ou seja, que fazem as grandes ligações nacionais. Telecomunicações. Os nódulos, nós de telecomunicações. Ferrovias. Observem. Eu volto a chamar atenção da concentração de toda a infraestrutura no Sul e Sudeste. Observem a rarefação desta região e a rarefação desta região. Começa o nascimento, ou seja, a concentração nesta região. Por último as linhas de transmissão. Essas linhas de transmissão escolhidas, Srs. Senadores, são aquelas que se derrubadas cria um problema regional brutal, ou seja, são nós de transmissão, e ainda o centro do poder político que é aqui em Brasília. E aqui nós temos aquilo que eu chamaria, nós estamos chamando tecnicamente dentro do Ministério da Defesa de infraestruturas críticas nacionais.

Eu coloco agora para os senhores terem uma ideia do complexo as regionais, e aqui nós temos todas as infraestruturas críticas nacionais e regionais somadas num conjunto. Termoelétricas, hidroelétrica a quem de mil megawatts, e todos os conjuntos que respondem, vejam aqui. Aqui o rio Amazonas, esta região toda aqui, esta região em cima de termoelétricas que temos nesta região aqui, agora observem bem a distribuição do conjunto do poderio de infraestrutura do Brasil, vocês encontram nesta região aqui, os vazios se encontram nessa região, como também aqui nessa região do Nordeste. Eu não sei se os senhores já conheciam este tipo de análise, mas demonstra...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: São pequenas, são todas pequenas, porque você não tem como ter aqui, nessa região só funciona térmica, você não tem como fazer grandes hidrelétricas no Amazonas, e aqui também são as termos e as produções de energia elétrica para o pelotão e fronteira do Exército, é o conjunto global do país.

Mas vamos voltar ao nosso tema. O nosso tema são as bacias petrolíferas, já que nós vamos tratar de

questão de submarinos, o nosso tema é esse aqui: Bacia de Campos, Bacia de Santos, Bacia do Espírito Santo. Eu queria mostrar aos senhores a situação da Marinha do Brasil hoje, como a Marinha Brasileira está hoje. Nós temos distritos navais em Rio Grande, Ladário que é o lado de Corumbá no Mato Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Natal, Belém e também Manaus, e ainda Brasília; temos um batalhão de operações ribeirinhas, um mero batalhão de operações ribeirinhas junto a Manaus, aqui se leia fuzileiros navais, como também temos alguma coisa em Ladário e ainda temos a base, a primeira esquadra e a primeira divisão anfíbia e a base de submarinos da Baía da Guanabara.

Eu quero chamar atenção dos senhores, um dado histórico importante, lembrem-se do conflito da Marinha pós proclamação da república, com o conflito da Marinha pós proclamação da república, a Marinha não se posicionou favorável à república, somente o Exército se posicionou com o Marechal Deodoro. Quando Floriano Peixoto assumiu o governo ele condenou a Marinha ao fundo da Baía da Guanabara para evitar [ininteligível] da Marinha e a Marinha lá ficou no fundo da Baía da Guanabara onde hoje ainda está lá o instaleiro, lembrem-se que esse instaleiro, essa região e a Escola Naval e etc. e tal, não, a Escola Naval, o instaleiro e esta região é exatamente a Escola Naval é a parte onde foi em 1808 a entrada dos fuzileiros, hoje fuzileiros navais que veio a parte da esquadra portuguesa que veio com D. João VI, e tudo ficou no Rio e lá permaneceu desde 1808.

Com a república Floriano prende a "Marinha" prende a Marinha, eu estou fazendo uma expressão forte no Rio de Janeiro por causa da Revolta da Armada e por causa da posição dos marinheiros contrários à república.

Isto é o que temos. Uma base submarina no rio e esses conjuntos de situações. Qual é o projeto que nós vamos de reestruturação e de reorganização das Forças Armadas considerando a estratégia nacional e defesa que fizemos? É o seguinte, número um: vamos criar batalhões e operações ribeirinhas em Ladário, em Tabatinga e na entrada do Rio Amazonas em Belém. Por que faremos isso? Porque vejam, Ladário pega a região, a Bacia do Paraná, aqui pega a tríplice fronteira e nós vamos ter aqui nessa região um grande afluxo de fronteiras do Peru, Colombia e Brasil, ou seja, Tabatinga e Letícia, e aqui depois, eu não vou... Evidentemente, que eu estou falando na Marinha, mas eu gostaria de chamar a atenção que plano idêntico ou similar nós temos com o Exército, tendo em vista, que nessa região aqui vamos ter que começar um afluxo de pessoas com a construção que está sendo feita em comum com o Brasil, Bolívia e o Peru da ligação com o Atlântico, e aqui nós já temos em Assis Brasil uma ponte já construída. Então, nós vamos aqui, inclusive, levar para o Acre uma brigada de infantaria do Exército para proteção daquela região.

Mas falando, continuando com a Marinha. Batalhões de operações anfíbias nesses três pontos. Base de submarinos. Faremos outra base de submarinos em Itaguaí no Rio de Janeiro que é o assunto que nós vamos tratar com os senhores agora. Essa base de submarinos vai ser a base de submarinos de operação do submarino moderno mais um submarino de propulsão nuclear. Temos ainda a criação nesta região, a estratégia nacional de defesa nos determina a criação de uma segunda esquadra e de uma segunda divisão anfíbia em região mais próxima a foz do rio Amazonas, por que em regiões mais próximas ao rio Amazonas? Porque o rio Amazonas na sua foz é de águas rasas, então temos que encontrar uma zona nesta região do Nordeste que viabilize nós protegermos a grande entrada para o Brasil. Lembrem-se os senhores que os portugueses, ou melhor dito, Marquês de Pombal na década de 1750 com D. João I ele construiu aqui o forte que os senhores conhecem no Amapá para proteger a entrada, ele construiu aqui a forte Príncipe da Beira para proteger a parte do rio Guaporé na divisa com a Bolívia. Ele construiu aqui o forte Coimbra na entrada do rio Paraná, e nós estamos, digamos, retomando aquilo que o Marquês de Pombal havia determinado em 1750 e que nós abandonamos.

E por último algo que é fundamental para tudo que é o monitoramento, se lembrem que uma das funções da Marinha é o monitoramento das águas jurisdicionais, isso só é possível via satélite. Daí a brutal importância do centro de lançamento de Alcântara no Maranhão onde nós dispomos da possibilidade de estar a três graus no Equador e os senhores sabem que os satélites óticos, satélites de radar ou geoestacionários eles precisam ser lançados a partir do Equador, ou seja, o veículo lançador do satélite sobe vai à linha do Equador é deslocado do satélite e aí é uma decisão de terra se o satélite será polar ou será equatorial, se ele vai circular assim ou se ele vai circular assim. Daí a maior riqueza em termos estratégicos do Brasil é exatamente o centro de lançamento de Alcântara, ou seja, a necessidade de termos lá, no mínimo, 20 bases de lançamento de satélites, satélites geoestacionários, satélites de radar e satélites visuais, os satélites óticos são satélites que não passam das nuvens, então nós temos problemas, precisamos ter também o satélite de radar para suprir esta deficiência, e o satélite de radar tem a possibilidade de passar, inclusive, pela folha das árvores.

Eu, recentemente, estive na França e fui examinar o centro de vigilância e de monitoramento do território francês, e vi o trabalho, o satélite que controla a Guiana Francesa e você enxerga gente se movimentando, exatamente com o satélite ótico ou o satélite de radar, então você tinha duas imagens, a imagem do satélite ótico que às vezes tinha nuvens ou não tinha nuvens e você enxergava o que estava acontecendo no combate ao garimpo, por exemplo, o garimpo ilegal na Guiana, os franceses controlam [ininteligível] que é próximo a Paris através exatamente do satélite, isto o Brasil precisa ter satélites nosso e está exatamente o projeto que nós temos da ampliação de Alcântara e aquilo que nós chamamos os três grandes nódulos estratégicos, os três grandes pontos estratégicos nacionais, o nuclear, o satelital e o cibernético. O nuclear para propulsão, para energia e para fármacos. Isto é ou esta é a Marinha que pretendemos e que o projeto global, isso aqui tudo corresponde a 20 anos, 20 a 25 anos a complementação desse projeto global, mas todo ele estabelecido com sequência anual. E ainda por último nós temos um projeto final que é o projeto da Amazônia segura, é a transformação e criação de capitanias, delegacias e agências da Marinha nesta região toda aqui. Para que? Para garantir as águas jurisdicionais brasileiras da Bacia do Amazonas. Isto aqui se os senhores... A imagem é outra, com isto se os senhores somarem isso aos pelotões de fronteira que nós temos hoje que são 21 e vamos criar mais 28, passaremos a ter 49 pelotões de fronteira de selva na Amazônia, nós temos a segurança completa de toda a fronteira da Amazônia até o início do Paraná, e, inclusive, nessa região a previsão da estratégia nacional e da ocupação é termos um satélite que fará toda a visibilidade desta região até o início do Paraná. Essa aqui é a região amazônica e aqui começa a zona de transição para o cerrado, nessa região começa a transição do cerrado. Isto é o que nós temos.

Agora o que é que correspondente, o que é que isto... Vejam. A lógica dessas locações estão vinculadas àquelas estruturas críticas. Nós não somos países de pretensões imperialistas, nós somos país dissuasão e de proteção das nossas riquezas. O que é que nós temos para fortalecer o poder naval e fazer com que aquilo ali seja dissuasório conforme eu referi ao Senador Cristovam? Primeiro o Programa de Desenvolvimento de Submarinos que é o Prosub que nós vamos conversar em seguida, e os outros meios que a Marinha necessitará para este conjunto, navios de patrulha oceânica, costeiro e propósitos múltiplos, aviões embarcados, helicópteros que já está em andamento o projeto com os franceses para a construção na Elibras em Minas Gerais de 51 helicópteros com total transferência de tecnologia para empresas brasileiras e construção no Brasil. Observem bem, o ponto fulcral da estratégia nacional de defesa em termos de aparelhamento das forças tem uma regra, o Brasil não é comprador de prateleira, o Brasil é parceiro, daí porque o Ministro da Defesa como também o Ministro da Assuntos Estratégicos circulou o mundo todo antes da elaboração da estratégia nacional conversando com franceses, com a França, com a Índia, com a Rússia, com os Estados Unidos, com outros países também, com a China para discutir que nível de relação estratégica nós poderíamos ter em termos de ligar a defesa com o desenvolvimento nacional. Fomos bem sucedidos em relação aos helicópteros com os franceses, e os franceses se dispõem a construir o 725 que é o Cougar moderno, o super Cougar, o mais moderno dos aviões de transporte na Elibras lá em Minas Gerais, mas com supridores brasileiros e a transferência de tecnologia sensível como a turbina, a produção da turbina, cuja negociação está sendo feita, por hora, com a Turbomeca do Rio de Janeiro que é a maior das empresas brasileiras capacitadas para esse assunto. A Aviônica está sendo negociada com a Aéreo Eletrônica uma empresa que está no Sul do país, em Porto Alegre e que tem especialidade completa no que diz respeito à Aviônica.

Ainda temos um quarto tipo de instrumento para aquela situação que são os veículos aéreos não tripulados que é a possibilidade de você ter monitoramento do país através desses veículos não tripulados que são veículos de monitoramento ou veículos de ataque, no caso específico e nós precisamos são veículos de monitoramento do litoral e de monitoramento também das fronteiras. Esses veículos têm a seguinte característica: eles têm um centro, um console num determinado lugar, são lançados e transmitem imagens para este console e desse console você controla o monitoramento. Por que isto? Porque a estratégia global de defesa que nós estabelecemos é a seguinte, global, não só da Marinha, mas global, monitoramento em primeiro lugar, mobilidade em segundo lugar e presença em terceiro lugar. Nós não podemos ter presença em todo o Estado nacional, portanto, a ordem que se estabeleceu, Senador Dornelles, é o monitoramento do território e das águas jurisdicionais através dos satélites dos Andes, em seguida a capacidade de mobilização, ou seja, a mobilidade das forças nos pontos do território para fazer presença, já que não podemos ter presença em todos os lugares de um território de 8.5 milhões de km². A Marinha e, portanto, tem este e, ainda por último, meios de fuzileiros navais para as duas divisões anfíbias que vamos construir. Os fuzileiros navais têm uma característica específica que eles correspondem,

digamos, aos soldados de infantaria do Exército, tentando fazer uma péssima comparação.

Agora vamos fazer uma análise sobre as características de um submarino convencional e um submarino de propulsão nuclear. O submarino convencional, a primeira observação, a propulsão do submarino convencional é diesel elétrica com a energia armazenada em baterias que pesam, mais ou menos, 250 toneladas cada uma delas, ou seja, a propulsão são quantas baterias que se usam?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Mas quantas baterias são?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Duas baterias.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: São duas grandes baterias. Capacidade. A capacidade desse submarino convencional considerando natureza do seu casco e a sua estrutura ele vai de 50 m até 500, ou seja, antes de 50 m não tem espaço para ele passar, ou seja, a sua capacidade são águas rasas, de 50 até 500, mais de 500 ele não suporta, ou seja, a estrutura não aguenta a pressão que vem de dentro da água. Dependência. Dependente do ar atmosférico, a cada, mais ou menos, 12 horas ele precisa subir à superfície e fazer aquilo que os marinheiros chamam de snorkel que é substituir, renovar o ar e recarregar as baterias, ou seja, isto corresponde a, mais ou menos, um espaço de 12 horas. A cada 12 horas ele precisa subir, e vai assim por causa dessa natureza tecnológica, porque ele depende da bateria diesel elétrica. A velocidade, aqui vejam, observem bem, a velocidade desses submarinos convencionais são de quatro nós a seis nós, o que em quilômetros, eu pedi para traduzir em quilômetros para nós entendermos melhor, são 7.4 km, no mínimo, a 11.2 km, no máximo, ou seja, ele pode circular em torno de 10 km por hora submerso. É a velocidade do convencional. Ele desloca o Ticuna, que é o Ticuna brasileiro e que foi construído com a tecnologia dos alemães, ele desloca 1.400 toneladas e o Scorpene desloca 1.800 toneladas, que é outro submarino francês.

O emprego. Tendo em vista a velocidade, o emprego desses navios e aquilo que eu referia no início, está limitado pela posição, ou seja, a estratégica da posição, vocês têm que estar no lugar porque a velocidade que ele desenvolve não viabiliza o deslocamento rápido. Então, você tem que ter uma estrutura, a dependência e, portanto, a estratégia é a estratégia da posição que depende exatamente do monitoramento e do conjunto. Agora o submarino nuclear a propulsão é gerada por um reator nuclear, ou seja, em vez de uma energia oriunda de diesel ela tem oriunda de combustível de origem nuclear que aciona o reator nuclear. Eu queria chamar a atenção dos senhores que é o seguinte: este reator nuclear é um trabalho que nós estamos fazendo... Nós temos duas tecnologias, o Brasil já tem detém em Iperó em São Paulo, o enriquecimento ciclo completo do enriquecimento do urânio e também a capacidade de construirmos o reator nuclear. E isto é tecnologia que não se transfere. Nenhum país transfere tecnologia nuclear para ninguém. O Brasil tem uma coisa curiosa e aqui eu queria lembrar, principalmente, os Senadores do Rio de Janeiro, o Almirante Álvaro Alberto que conseguiu trazer para o Brasil de uma forma muito curiosa a primeira supercentrífuga que era produzida na Alemanha e que ele trouxe dentro de um navio cheio de batata inglesa, de Cartofer(F), trouxe porque tinha de trazer dessa forma, não se deixava comprar, trouxe e nós começamos... Os marinheiros no Brasil no projeto nuclear iniciado pelo Almirante Álvaro Alberto e depois desenvolvido pelo Almirante Othon, nós hoje temos um tipo de centrífuga, a única do mundo. Os americanos e os alemães, os alemães e os europeus dispõem de centrífugas com eixo. Os senhores sabem que tomando o minério de urânio você precisa separar o urânio 238 do 235 e para enriquecê-lo, ou seja, enriquecer urânio significa ficar puro no máximo de 20% porque chegando a 80% é para bomba nuclear, se você fizer um enriquecimento de 20% é para propulsão nuclear para uso em agricultura, para uso em medicina e para uso na produção de energia elétrica, que é o caso da usina nuclear de Angra.

Pois bem, o Brasil hoje tem uma centrífuga, as supercentrífugas brasileiras não são sobre eixos, elas rodam, giram sobre um leito eletro magnético, não tem fricção e, portanto, não tem desgaste. Foi por isso que os senhores assistiram há uns dois ou três anos uma briga entre a agência de fiscalização decorrente de tratados de não produção de armas nucleares conosco brasileiro, eles queriam trazer os técnicos para examinar as nossas centrífugas, não mesmo, nós botamos, inclusive, painéis para eles não enxergarem as centrífugas, e eles medirem o tipo de concentração de urânio que estávamos trabalhando para demonstrarmos que estávamos trabalhando com urânio 235 em 20% e não além de 20%, mas não deixamos olhar as centrífugas, e eles queriam olhar as centrífugas, e houve um fato em que um dos fiscais da agência abaixou para tentar olhar por baixo e levou um ponta-pé do nosso representante para impedir que ele conhecesse qual a nossa tecnologia da base da circulação sobre o eletromagnético. Esta capacidade nós temos, como estamos tendo a capacidade da construção do reator.

Portanto, no submarino de propulsão nuclear nós temos claramente energia gerada por reator nuclear. Segundo, capacidade superior a 100ms, a sua capacidade. Dependência, imersão por tempo indeterminado, ou seja, este submarino não depende do ar para a sua recarga e a substituição do ar interior para a tripulação se dá por filtros especiais cuja tecnologia é dominada da Europa, e ele então pode ficar um tempo indefinido no mar, a única limitação que esse submarino tem não é do submarino, mas a tripulação do submarino por causa do nível de estresse. Os americanos conseguiram ficar, no máximo, seis meses imersos, os franceses conseguiram chegar a 4.5, quatro meses e meio imersos na tentativa maior, porque começa a levantar o nível de estresse, ou seja, do problema da claustrofobia imposta à tripulação, mas ele não tem a necessidade de sair a cada doze horas, portanto, ele tem uma capacidade de ocultação extraordinariamente superior em relação ao submarino convencional.

A velocidade do submarino é de seis a 35 nós, ou seja, ele tem uma velocidade mínima de 11 km/h a 65 km/h. Vocês observem a diferença de velocidade que nós vamos depois comparar entre o convencional. E com isso o que é que acontece? O deslocamento é maior, ou seja, um deslocamento de seis toneladas e ainda o emprego não é limitado pela posição, com alcance em várias áreas geográficas. A estratégia do submarino com a propulsão nuclear não é a estratégia da posição, mas a estratégia do movimento, porque ele tem essa capacidade de ir a 60 km/h. E aqui vocês têm uma comparação entre o nuclear e o convencional e propulsão diesel elétrica nuclear, profundidade de operação águas rasas, águas profundas porque o casco do submarino nuclear é um casco brutalmente mais resistente que o casco do submarino convencional. Dependência da atmosfera, o convencional depende, o nuclear não. Velocidade: quatro a seis nós, seis a 35 nós. Vejam que o mínimo do submarino nuclear é o máximo do submarino convencional em termos de velocidade na imersão. O deslocamento: desloca 1.400 a 1.800 toneladas e o nuclear, mais ou menos, seis mil toneladas, e o [ininteligível] estratégico, tendo em vista, a velocidade de cada um, o [ininteligível] de estratégia é de posição e o outro é de movimento. Essa é a diferença entre ambos os submarinos, considerando essa necessidade.

Agora vejam. Aqui temos um perfil do submarino convencional. Ele tem um cumprimento de, mais ou menos, 70 m e desloca, conforme eu disse, 1.800 toneladas. Segundo, o propulsor nuclear tem um cumprimento de, mais ou menos, 100 m e desloca 6 mil toneladas. Essa é a diferença, digamos, estrutural entre os dois submarinos e a outra são as diferenças técnicas. E aqui nós temos a destinação e o emprego. Qual é a destinação e o emprego para este conjunto? Defesa da soberania brasileira, do território e dos interesses marítimos, e isto se loca nessa região aqui. Segundo: o emprego em conjunto e tarefas que se complementam, ou seja, nós não podemos ter somente submarinos nucleares ou somente submarinos convencionais, devemos ter ambos já que nesta região é uma região de águas rasas, e, portanto, os convencionais operam mais próximo da costa e os nucleares mais distante da costa, tendo em vista, a sua capacidade, e, portanto, é uma estratégia de operação conjunta, são tarefas que se complementam, os convencionais cumprem um determinado tipo de tarefa e os nucleares cumprem outro tipo de tarefa.

Eu quero falar a vocês como é que nós construímos no Brasil os submarinos Ticuna que são submarinos de tecnologia alemã decorrentes do acordo que foi feito em 1983. O objeto foi a construção de um mais quatro submarinos, ou seja, cinco submarinos convencionais, o primeiro foi construído na Alemanha e os demais foram construído no Rio de Janeiro no instaleiro no Rio de Janeiro, o instaleiro naval no Rio. O projeto... E agora aqui eu gostaria de fixar muito bem isso, tendo em vista, os interesses alemães em relação às discussões que estamos tendo hoje. No projeto de 1983 ele foi elaborado na Alemanha sem nenhuma participação de técnicos brasileiros, nós não aprendemos e não transferiram. os alemães. a tecnologia do projeto do submarino, de projetar a construção de um submarino. Não houve qualquer transferência de tecnologia na elaboração do projeto. O projeto foi inteiramente elaborado pelos alemães e trazido para o Brasil para a construção dos outros quatro. A construção. Na Alemanha foi construído o primeiro submarino e no Brasil foram construídas todas as seções de proas, tubos e torpedos; o resto tudo nós tínhamos sempre a execução de um projeto que nós não tínhamos acesso na sua elaboração. No Brasil, vejam, na Alemanha foi construído... O primeiro submarino na Alemanha e todas as seções de proa que são os tubos de torpedo, a parte inicial do submarino foram todas elas construída na Alemanha e no Brasil todas as demais quatro restantes.

Observem bem. Eu queria chamar atenção desse detalhe. O primeiro submarino foi construído integralmente na Alemanha, dos outros quatro submarinos todas as seções de proa que é a parte sensível do submarino foram construídas na Alemanha.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: É importado, ou seja, eles fizeram e nós trouxemos para cá. E as

demais quatro seções que completam o submarino convencional Ticuna foram construídas no Brasil.

A manutenção. A manutenção dos submarinos, dos cinco submarinos Ticuna brasileiro, ou seja, de modelos brasileiros são feitas no arsenal de Marinha no Rio de Janeiro. Agora vejam bem, os principais sistemas desses submarinos Ticuna são feitos por técnicos alemães, ou seja, os técnicos alemães veem e os brasileiros deslocam os submarinos e os ajustes nos instrumentos sensíveis são feitos por técnicos alemães sem qualquer transferência de tecnologia, ajustes no sonar, no sistema de controle de imersão e todos os demais sistemas sensíveis. Os demais sistemas são elaborados pela... Os demais sistemas que não são os principais são feitos pela Marinha do Brasil nos ajustes, isto foi o que nós fizemos com a Alemanha, nós não aprendemos a construir submarinos porque não aprendemos a projetá-los e não apreendemos a mantê-los na sua manutenção considerando as partes sensíveis, ou seja, os principais sistemas, os demais sistemas não tinha problema, nós fizemos isto.

Agora eu quero trazer a vocês o programa do desenvolvimento submarino, ou seja, o programa de desenvolvimento de submarinos para a Marinha chamado Prosub que eu referi aos senhores como elemento integral e que íntegra a estratégia nacional de defesa. O objeto é a construção no Brasil de um instaleiro e de uma base. O lugar escolhido foi Itaguaí. E aqui está o desenho da base e do instaleiro para a construção dos novos submarinos brasileiros e, inclusive, o nuclear. Por que a base em Itaguaí? Porque está próximo da Nuclep. A Nuclep, os senhores conhecem, os que conhecem está aqui atrás, e a Nuclep é a grande empresa que nós podemos fazer torços de grandes metais.

o Senador Francisco Dornelles conhece a Nuclep que fica naquela região e que hoje está, praticamente, paralisada sem encomendas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não, não está. Ela está hoje com o Ministério de Ciência e Tecnologia. Há uma discussão depois eu falarei isso.

O que é que acontece? O instaleiro e a base vão ser construídos por um consórcio chamado Consórcio Baía de Sepetiba constituído pela TCNS que é empresa governamental francesa e a Odebrecht, foi escolhido pela TCNS a participação com a Odebrecht brasileira. A operação do instaleiro naval e a construção, manutenção dos submarinos nucleares e convencionais, tudo isso será feito nesse estaleiro, nós vamos operar, a Marinha operará o estaleiro naval e vamos construir dentro disso com esse Consórcio Sepetiba vai fazer o instaleiro, a base, a operação do instaleiro, a construção e manutenção dos submarinos que é a destinação do estaleiro. Para isso constituímos, para essa finalidade, nós vamos constituir uma sociedade e propósito específico a ser constituída pela Odebrecht com 50%, a TCNS com 49 o governo brasileiro com 1%, teremos ainda normas de proteção de propriedade intelectual e da tecnologia a ser transferida para ficarmos com ela no Brasil e a União deterá de uma golden chair e participará do conselho de administração. Isto é o modelo Embraer, ou seja, nós teríamos uma empresa para a construção de propósito específico, encerrada a construção do submarino do estaleiro da base a empresa desaparece, mas toda ela com controle brasileiro, através do controle da União pela golden chair e pelo conselho de administração.

Objeto. Além do estaleiro e da base o objeto é o projeto e construção, vejam bem, o projeto e construção no Brasil com transferência e tecnologia do estaleiro e da base com parceiro nacional. E ainda, o projeto e construção do submarino convencional, agora vou tratar só do projeto e construção dos submarinos convencionais, que serão quatro. A França, nós construiremos junto com técnicos brasileiros que já estão sendo formados pelos franceses, construiremos na França o primeiro submarino, a construção da seção de proa do primeiro submarino por técnicos da Marinha do Brasil e da TCNS, nós não temos condições, ou seja, o instaleiro no Brasil não terá condições de começar a construir desde logo a seção inicial da proa do primeiro submarino. E no Brasil construiremos o que? Todas as demais seções do primeiro submarino e todas as seções dos demais submarinos, a Marinha do Brasil com a assessoria da TCNS, ou seja, a primeiro proa, a primeira seção de proa do primeiro submarino se constrói-se na França com a participação de técnicos do Brasil e de formação de técnicos brasileiros, e depois construímos as demais seções do primeiro submarino no Brasil, sendo que dos outros três submarinos convencionais tudo será construído no Brasil porque aí o instaleiro já estará com a capacidade de funcionamento global com toda a transferência de tecnologia de todas as condições do submarino convencional.

Ainda o segundo, o segundo projeto que é o projeto de construção, e agora eu falarei da propulsão nuclear. Eu quero chamar atenção dos senhores que é o seguinte: a negociação com os franceses é exclusivamente da parte não nuclear do submarino de propulsão nuclear. A parte nuclear do submarino de produção, a parte nuclear é nossa, é o combustível brasileiro e o reator brasileiro que se chama Labgene que está sendo desenvolvido em Iperó, no projeto Aramar em Iperó lá em São Paulo.

Os submarinos de propulsão nuclear nós consideramos no Brasil todas as partes não nucleares, casco resistente, sistema de controle de imersão, censores, motores elétricos, propulsão e etc., tudo isso com a tecnologia transferida para a Marinha do Brasil e para os consórcios brasileiros com controle brasileiro, ou seja, nós vamos construir integralmente no Brasil os submarinos de propulsão nuclear, a parte não nuclear exclusivamente brasileira, e a parte não nuclear da propulsão, toda ela com tecnologia francesa transferida ao Brasil e construída por brasileiros, através de um leque imenso de empresas supridoras, porque atrás disso tudo não é a base, o instaleiro que vai construir todos os instrumentos do submarino, você vai ter que estabelecer um leque de supridores, porque normalmente tal qual se passa com a Embraer e com o Elibras, normalmente, essas empresas são montadoras, elas fazem a parte substancial, por exemplo, a parte de casco vai ser trabalhada com a Nuclep, mas a tecnologia do casco resistente os franceses é que detém, nós não detemos, nós detemos a tecnologia de casco de submarino convencional que era aquela dos franceses, que os franceses não transferiram a tecnologia do projeto, só nós construímos no Brasil, os alemães, minto.

Ainda o segundo elemento, além, do projeto de construção do submarino nuclear vamos ter o sistema de combate, ou seja, a integração sonar e direção do tiro que é exatamente o elemento componente dos submarinos. Observem bem que eu gostaria de chamar atenção dos senhores que é o seguinte: o Brasil tem proibição constitucional de armas nucleares, portanto, os mísseis e os torpedos que vão ser utilizados nos submarinos com propulsão nuclear serão mísseis convencionais, nós não podemos usar e não vamos produzir armas nucleares, o que precisamos é a propulsão nuclear por causa da velocidade, que aí nós ganharíamos a estratégia do movimento. Além, evidentemente, atrás disto um enorme arraso tecnológico que representa. Vejam só as áreas e as empresas brasileiras aqui um rol de empresas brasileiras que são candidatas aos diversos elementos dos submarinos: segurança, tratamento do ar, habilidade do suporte à vida, sistema de combate. Aqui está o número das empresas, sistema de armas, eletricidade e automação. Vejam, eu não estou dizendo que todas elas vão fazer isso, eu estou dizendo que todas elas são candidatas a fazer isso, ou seja, poderemos ter quatro ou cinco que participarão do projeto ou mais dependendo do sistema. Sistema de propulsão, sistema de gerenciamento de plataforma, mastros, tubulação de ar que aqui só tem a bardela, que é a única com competência, materiais compostos e bombas. Sistema hidráulico, sistema de ar comprido e sistemas mecânicos.

Observem. Eu queria chamar atenção dos senhores que trazendo esse conjunto, os senhores observem que os submarinos de propulsão nuclear e os submarinos convencionais, ou seja, o projeto sob Prosub importa em investimentos radicais de tecnologia no Brasil e desenvolvimento das empresas brasileiras do setor. Porque uma das sustentações que eu fiz ao Presidente Lula e quando elaboramos a estratégia nacional é que nós não podíamos descolar a defesa do desenvolvimento, ou seja, a indústria nacional de defesa tinha que estar colada ao desenvolvimento, mudamos a estratégia anterior que era a compra de prateleira. O Brasil saía por aí e comprava um treco aqui, um treco lá e depois só dava incômodo. Havia uma coisa chamada compras de oportunidade. Não é isso, senhores oficiais? E a compra de oportunidade era o seguinte: um determinado país abandonava um determinado instrumento e vendia a troco de banana, nós íamos lá e comprávamos, e depois para manter aquela tralha era um horror, porque a manutenção daquilo que já tinha sido descartado por uma força armada de outro país nós tínhamos que manter no Brasil, e aí começavam os embargos tecnológicos decorrentes das decisões do país, ou seja, nós não somos compradores, somos parceiros, quem quer ser parceiro o seja, dependendo das negociações que se façam. Agora venda exclusiva não.

E aqui nós temos o programa do desenvolvimento. Labgene é o reator. Eu quero lembrar o seguinte: temos que fazer em Iperó e estamos trabalhando em Iperó para a construção do Labgene que é o laboratório do reator, nós precisamos construir um reator, reproduzir um reator igual ao reator que será utilizado no submarino de propulsão nuclear, e esse reator para termos segurança e fazermos todos os testes nisso. Agora uma coisa, este reator não é um reator de propulsão exclusiva para submarinos, é um reator também de propulsão de produção de energia elétrica. Então, nós teremos com o Labgene a possibilidade de termos um reator com propulsão nuclear tanto para propulsão de um submarino, como para produção de energia elétrica. Isso aqui o projeto de 2007 a 2014 nós estaremos com todo ele levantado.

Aqui embaixo, isto aqui é a infraestrutura nuclear do submarino de propulsão nuclear. O projeto em construção nós vamos ter aqui, começa agora em 2010 as experiências, aqui nós vamos falar do submarino brasileiro, a construção do primeiro submarino que é do tipo Scorpene começa em 2011 e termina em 2015. Lembre-se que a primeira seção de proa deste primeiro submarino será construída na França, as demais serão

construídas no Brasil. Em 2013 começamos a construção do segundo submarino convencional com toda a transferência de tecnologia construída em Itaguaí. Aqui se constrói todas as seções. Em 2015 iniciamos a construção do terceiro submarino que terminará em 19, em 2016 começamos a construção do quarto submarino que terminará em 2021. Neste período aqui de 2011 a 2015 no que diz respeito a transferência de tecnologia e o projeto de submarino nuclear teremos a transferência de tecnologia dos equipamentos e censores, ou seja, as empresas nacionais começam a produzir. A construção do nuclear começará na coincidência quando já estivermos construído o dois e o três, ele começa a ser construído em 2016 e terminará em 2021 e a construção da propulsão do submarino que é o reator para ele terminará em 2010, portanto, em 2021 nós contaremos com quatro submarinos de propulsão... Quatro convencionais e um submarino de propulsão nuclear. Os senhores poderão dizer: isso aqui é um tempo muito largo. Muito largo para a nossa geração, e nós não estamos tratando do tempo da nossa geração, nós estamos tratando do tempo da nação, e o tempo da nação é distinto do tempo de uma geração. Às vezes as gerações querem só se interessar pelas coisas que fazem no seu tempo e se esquecem de que são degraus do tempo de uma nação, e isso tudo mostra o desenvolvimento. Isso aí lembra o Dr. Ulysses que dizia que o tempo não perdoa o que se faz sem ele. E aqui nós estamos tratando exatamente de um tempo, de um tempo da nação e não do tempo na nossa geração, porque até lá, se Deus quiser, todos estaremos mortos. E o Brasil continuará crescendo brutalmente.

Agora vamos ao problema dos aspectos econômicos e financeiros. Material dos quatro submarinos, material para os quatro submarinos convencionais e respectivo apoio logístico, o preço em euros é 1.6 bilhões de euros, construção dos quatro submarinos 726.2 milhões de euros, submarinos de propulsão nuclear, exceto, reator, 700 milhões de euros, porque aqui nós já estamos detendo a tecnologia dos demais, a construção dos quatro que veem daqui. Construção do submarino nuclear 551 milhões de euros, é um só, a diferença é fundamental. Equipamentos e sensores 99.7 milhões de euros, instaleiro e base naval 1.7 bilhões de euros, administração do contrato 215 milhões de euros, transferência de tecnologia 908.5 milhões de euros, o que dá um total 690 bilhões de euros acrescidos a ele do seguro de 100 milhões. A mensagem que o Sr. Presidente da República da República enviou ontem para ao Senado para autorizar a contratação nacional acresce aqui 100 milhões de euros que corresponde ao seguro do Coface, isso tudo através de uma divisão de financiamento nacional, participação nacional no financiamento e financiamento internacional com participação nacional de contrapartida.

O custo médio. Só para referir aos senhores. Aqui é o seguinte: desses 6.7 milhões de euros 4.3 milhões de euros é o financiamento, e o Brasil entrará com 598 milhões, e isto o prazo de pagamento disto vai a 2026 do financiamento internacional, sendo que a contrapartida nacional será implementada até 2024 no conjunto global desse projeto. Aqui nós temos o custo médio por tipo, o convencional: 415 milhões de euros e no nuclear sem o reator 1.2 bilhões de euros é o custo da construção desse submarino. E aqui nós temos o impacto fiscal do Prosub mostrando todo o andamento da base do submarino, aqui estão os totais, e aqui está a sequência o que mostra que nós encerraríamos a parte brasileira em 2024 orçamentado. O mecanismo...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Esse quadro. Se puder só...

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Qual é a explicação que o senhor quer?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu queria ver quanto custava em reais exatamente o total ali.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: O total eu lhe digo em seguida, porque nesse dado aqui eu estou só falando em impactos financeiros, eu vou chegar lá.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Aqui vem o roteiro da operação de crédito. Como é que nós fizemos a operação de crédito que corresponde a 4.3 bilhões de euros que é a operação de crédito com financiamento da Coface inglesa, aliás, a Coface francesa. A Marinha do Brasil fez a carta-consulta ao Ministério da Defesa, nós negociamos... Antes disso houve uma circulação mundial, circulei pelo mundo para saber quem estava disposto a transferir tecnologia nuclear. Somente os franceses aceitaram, os russos não, os países que dispõem de tecnologia nuclear para construção de submarinos de propulsão nuclear que são a Inglaterra, a França, os Estados Unidos e a Índia que estão tentando fazer agora, e a Rússia, ninguém queria transferir, somente a França aceitou transferir. A Marinha do Brasil com isso faz uma carta-consulta ao Ministério da Defesa, nós encaminhamos ao Ministério do Planejamento, ao SEAIN, foi ao COFIEX o projeto de financiamento, o COFIEX aprovou, veio ao Ministério do Planejamento, o Ministério do Planejamento ratificou a decisão do COFIEX, voltou à Marinha do Brasil e dirige-se ao Ministério da Defesa, nós nos dirigimos ao Ministério da Fazenda depois da apro-

vação do COFIEX, o Ministério da Fazenda mandou para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que deu o parecer, de lá foi para a Secretaria do Tesouro Nacional que lá deu parecer, foi ao Banco Central, do Banco Central voltou à Procuradoria da Fazenda, da Procuradoria da Fazenda foi à Casa Civil, portanto, a Presidência da República e o Presidente da República enviou ontem a mensagem do Congresso ao Congresso Nacional para autorizar a operação de crédito. E depois de tomada a decisão dos senhores será reexaminada pela Procuradoria da Fazenda, o Ministério da Fazenda, a Marinha do Brasil e aí poderemos assinar os contratos. Eu acho impossível que nós venhamos a assinar o contrato no dia 07 de setembro considerando essa tramitação. Mas teremos uma assinatura no dia 07 de setembro simbólica com o Presidente Sarkosy para efeitos da manutenção. Eu creio que ainda temos Projetos de Leis sobre a parte brasileira.

Aqui os aspectos econômicos financeiros, o custo do Prosub, que estava inquieto o Senador Suplicy. Essa coluna é que interessa aqui. Isso aqui tudo foi evolução das negociações. Nós temos o custo do financiamento 4.3 bilhões de euros serão financiados pelos franceses, ou seja, pela Coface francesa que é uma espécie de BNDES francês com taxa de juros 5.5, [ininteligível] de 50 que são os acertamentos internos, os [ininteligível] que corresponde exatamente a também elementos internos, aqui é a questão de advogados etc. e etc., prêmios de seguro, e nós teremos um custo de 6.3% no total a partir, portanto, dessa proposta de junho de 2009. Eu quero lembrar aos senhores que esse financiamento a coisa funciona da seguinte forma: a parte nacional construiu, fez uma etapa da obra, o organismo internacional paga a parte nacional, o produtor nacional, o produtor nacional, o Brasil então terá seis meses para em cinco anos a cada duas parcelas por ano, a cada cinco anos para pagar a parcela, aquela parcela correspondente, ou seja, o retorno brasileiro, nós pagamos, os franceses pagam o correspondente, abre-se um prazo de seis meses, seis meses depois nós pagamos uma parcela, seis meses depois pagamos outra até completarmos em cinco anos o total do débito, ou seja, dividido em 12 parcelas a serem atendidas, cumpridas em cinco anos, seis meses cada uma delas.

Essa é a parte... Lembre-se que esta aqui é a proposta correspondente à parte francesa, a parte brasileira é 598.2 milhões de euros.

E aqui eu venho com as considerações finais. Eu queria lembrar os senhores o seguinte: o que é que significa ter submarino nuclear? Alguns dos Srs. Senadores não assistiram a exposição inicial sobre a questão estratégica, e eu queria fazer uma lembrança, me lembrar de algo que foi péssimo para a América do Sul que foi exatamente a guerra das Malvinas e da Argentina. E lembre-se e aqui estão as notícias que saíram no Clarin de 13 de abril de 1982 quando os ingleses enviaram os navios de propulsão nuclear para o teatro de operações das Malvinas, e olhem o poder dissuasório que representa a existência e a disposição que tivermos de um submarino que tenha a estratégia de movimento e não exclusivamente a estratégia de posição. E isto correspondente o quê? Ao cumprimento da negação do uso do mar, do uso das águas jurisdicionais brasileiras nos 4.5 milhões de km², conjugados, evidentemente, com os submarinos convencionais. Na época a Veja publicou esta matéria de 14 de abril de 1988 e chamou isso de bloqueio em alto-mar exatamente porque os ingleses resolveram deslocar para as Malvinas um submarino de propulsão nuclear. E vejam o que diz aqui esse trecho da matéria da Veja daquela data: *"Mesmo sem disparar um torpedo no fim de semana os submarinos atômicos ingleses que, na verdade, era um só, já tinham obtido um feito importante, deixar permanentemente intranquila a frota argentina diante do perigo de um ataque silencioso e mortal vindo do meio das águas"*. Isto se chama o seguinte: demonstra claramente a capacidade dissuasória da manutenção e da existência de um submarino de propulsão nuclear.

E as considerações finais minhas é o seguinte: aqui eu elenco os países com capacitação de projetar, construir e operar submarinos de propulsão nuclear: Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e China, são esses cinco países, os únicos no mundo que projetam, constroem e operam submarinos de propulsão nuclear, mas eles também armam os seus submarinos com armas nucleares que não é o caso do Brasil.

Portanto, esse projeto significa que nós vamos entrar nesse clube, ou seja, no clube dissuasório com a capacitação de projetar, construir e operar submarinos de propulsão nuclear. Lembre-se que nós temos limitações constitucionais por decisão soberana em 1988 em relação aos submarinos, a uso de armas nucleares, o Brasil não usa armas nucleares, e, portanto, o enriquecimento de urânio que nós realizamos é um enriquecimento do urânio 235 até 20% para efeito do uso na propulsão nuclear, na energia nuclear, seja para a propulsão nuclear de um reator que propulsione o submarino, seja na propulsão de um reator que gere energia elétrica, seja o uso do urânio enriquecido a 20%. 20% significa o seguinte: o urânio que tem no mundo, o mais rico que tem no mundo pela informação dos séculos é o urânio 238, o mais raro é o 235 que está misturado. Quando você coloca na supercentrífuga você separa o 235 do 238 e a separação que

nós precisamos é uma separação que leve a 20%, ou seja, 20% de urânio 235 e 80% de pureza, é por isso que tem depois da operação de uma usina nuclear tem rejeitos que é exatamente aquela parte que não é aproveitada. Agora se você enriquece urânio até 80% aí você começa a caminhar para a produção de bomba, ou seja, produção de bomba atômica que é a necessidade de urânio superenriquecido.

Há outras formas de experiência no mundo, não só das supercentrífugas, eu queria repetir porque alguns não estavam presentes, inclusive, o Senador Heráclito Fortes. Nós, e ele conhece, nós temos em Aramar uma supercentrífuga, a única do mundo que foi inventada por técnicos brasileiros, repito, que faz o enriquecimento de urânio sobre um leito eletromagnético. As supercentrífugas americanas e as supercentrífugas européias é eixo, ou seja, elas giram, fazem a rotação em cima de um eixo, as brasileiras fazem em cima de um leito eletromagnético sem atrito, essa tecnologia é nossa. E essa tecnologia é que alguns países desejam a todo plano que a gente transfira e não transferiremos, porque é uma riqueza decorrente das aventuras, digamos, e das ações do Almirante Álvaro Alberto lá em 1950 quando trouxe, pela primeira vez no Brasil, uma supercentrífuga misturada com batata inglesa num navio de importação, a Marinha Brasileira acabou importando Cartofer, exatamente, mas no meio da Cartofer estava a primeira centrífuga na qual nós fizemos essa elaboração.

Eu queria terminar esta exposição para dizer aos senhores de que nós estamos a caminho, portanto, da possibilidade de termos uma capacidade dissuasória absolutamente necessária, considerando que a América do Sul, leia-se, no caso específico o Brasil tem riquezas excepcionais no pré-sal, conforme eu mostrei aos senhores e mostrei também as regras da ONU em relação a isto.

Agora, Senador Suplicy, o total do projeto que deverá ser atendido a parte brasileira em 24, até 2024 e o pagamento final da parte financiada até 2026 nós temos um total de 6.7 bilhões de euros, 6.6 bilhões de euros é o projeto, mais 100 em relação ao seguro, ao prêmio de seguro, nós temos 6.7 milhões de euros. Disto 4.3 milhões de euros corresponde à parte financiada e 598.2 milhões de euros corresponde à parte orçamentada no Brasil nós já enviamos.

E aqui eu queria encerrar, meu caro presidente, mas antes disso eu preciso fazer uma observação relevante, considerando o que foi difundindo claramente pela mídia nacional. Nós temos então condições de fazermos essa orçamentação. Qual é o problema que houve nos últimos dias em relação à difusão, Senador Jereissati? Houve uma indagação do porquê nós não negociamos com os franceses e não mantivemos o programa de 1983 com os alemães.

Primeiro os alemães não têm, não constroem navios de propulsão nuclear, segundo quando fizemos o projeto de 83 não transferiram tecnologia da elaboração do projeto, só construímos. E eu, Srs. Senadores, sou um deputado, aliás, minto, sou um advogado que teve lá passagem por tudo que é lugar e advogado, mas tem uma característica que advogado mantém em toda a sua vida, ele trabalha com precedentes. Quando conversava eu com o secretário americano Robert Gates e também com o general James Jones em que eles na discussão sobre o problema ainda não resolvido dos FX, ou seja, dos caças em que eles sustentavam de que a Boeing faria transferência de tecnologia em relação ao F18 eu disse a ele que queria examinar o assunto, mas que eu trabalhava com precedentes e apresentei ao general Jones dez precedentes de embargos americanos na transferência de tecnologia. Um deles tinha um ano atrás, fui auxiliado para solucionar esse problema pelo embaixador Sobel que já foi embora, que era um grande embaixador que nós tivemos aqui dos Estados Unidos e que resolveu um embargo. Qual era? O supertucano tem na sua composição e na sua construção um GPS com um metro de definição, GPS de direção do avião e de direção de tiro. Quando os americanos na terceira ou quarta partida de remessas para a Embraer do GPS mandaram um GPS degradado um GPS com 150 m de definição. E eu disse aos generais: é difícil eu ter com os Estados Unidos, tendo em vista, a minha formação de advogado que trabalha com jurisprudência e precedente e a jurisprudência ou precedentes americanos em transferência de tecnologia é próxima a zero.

Eu queria mostrar aos senhores dois problemas que surgiram recentemente com a Alemanha. Lembrem-se da Avibras. A Avibras é uma grande empresa brasileira produtora de mísseis, mísseis esses que são de combustível sólido. Na década de 80 a Petrobras com uma empresa que ela dispunha chamada Petroflex trabalhou ardentemente com o CTA a Aeronáutica, o Centro Tecnológico Aeroespacial da Aeronáutica de grande capacidade tecnológica situado em São José dos Campos, trabalhou para desenvolver um produto chamado PBLH que é um dos elementos que compõe "a torta do combustível sólido dos veículos lançadores de satélite" e nós trabalhando para o lançamento do satélite brasileiro. Pois bem, a CTA e a PETROBRAS conseguiram produzir o PBLH como patente brasileira. O CTA que é órgão de pesquisa transfere tudo isso para a Petroflex empresa controlada pela PETROBRAS.

Na década de 90 a Petrobras privatizou a Petroflex e as ações da PETROBRAS foram compradas

por acionistas brasileiros, e os acionistas brasileiros continuaram a produzir este elemento componente do combustível sólido. Em 2008, casualmente, em 2008 a Petroflex foi adquirida por um grupo alemão que interrompeu a produção do fornecimento do PBLH. Comunicou ao CTA e comunicou à Avibras, o CTA por causa da propulsão dos veículos lançadores de satélite e à Avibras por causa da propulsão de mísseis, comunicou que não produziria mais e avisava que aquilo não interessava à produção e que não tinha nenhum interesse naquela produção. Nós estamos agora retrabalhando para produzir com produção que não houve na década de 90 a preocupação na privatização de assegurar o controle de golden chair ou o controle da participação do governo brasileiro no Conselho de Administração para impedir decisões dessa natureza que são claramente para atingir a capacidade dissuasória do Brasil. Se os senhores quiserem outro exemplo.

Esta mesma empresa Avibras dispunha, esta mesma empresa Avibras dispunha, produz mísseis, e lembrem-se os senhores que acompanharam o assunto, no ano passado ela esteve com grande dificuldade financeira e nós conseguimos a exportação de 250 milhões de euros, mais ou menos, ou melhor, de dólares, para a Malásia, ou 350, não me recordo muito, uma quantidade substancial que viabilizava a Avibras, só que os mísseis da Avibras operavam sobre chassis, sobre plataformas produzidas pela Mercedes Benz alemã, a Mercedes Benz alemã envia uma carta à Avibras depois de nós termos, já a Avibras fechado as transações com a Malásia e envia ao Sr. Sami Hassuani que substituiu o presidente da Avibras que morreu num acidente de helicóptero. Os senhores estão lembrados disso, lá quando saía de Angra, enviou uma carta dizendo que por motivos do código de ética da empresa era não negociável os chassis U5000 que eram os chassis necessários para... Lembram-se, o caminhão tem um leque, uma espécie de uma flauta e ali se coloca os mísseis, isso era produzido pela Mercedes Benz. Essa carta, Srs. Senadores, foi enviada, foi um fax enviado à Avibras em abril, em 2008, em 11 de abril de 2008. Base, o chassi necessário para os mísseis que havíamos negociado com a Malásia, a propulsão nuclear, a propulsão dos veículos lançamentos de satélite de combustível sólido. Casualidade? Isto é uma pergunta. Não é uma afirmação e nem uma insinuação. O que é que aconteceu? Estamos nós operando no sentido de termos um acordo com os chineses para conseguirmos reproduzir aquilo que já fazíamos aqui, e que estamos agora também negociando, a Avibras já consegue negociar com outras empresas para conseguir fazer, com certa rapidez, os chassis necessários. Nesse assunto não tem ingênuo. E aqui do que se trata? Trata-se daquilo que eu apresentei aos senhores desde o início.

Retorna só porque alguns senadores não estão aí, e eu gostaria só de fechar, meu caro presidente, mostrando a primeira imagem onde estão as estruturas críticas. Senhores, eu mostrei aqui aos senadores as estruturas críticas nacionais, as bacias petrolíferas e os campos de produção. Perdoem-me que eu repita isso, aqueles que assistiram, mas é fundamental para entender do que estamos falando. Os dutos nacionais, as hidroelétricas nacionais que produzem acima de mil megawatts, as termoelétricas nacionais, o gás, as produções de gás natural, a nuclear que corresponde à Usina de Angra em Rezende, os portos, os aeroportos, as telecomunicações, as ferrovias, as linhas de transmissões nacionais de energia, o centro de poder em Brasília está lá e acima eu agrego, Senador Tasso Jereissati, o que nós chamamos de futuras críticas regionais e aqui temos do que se trata, trata-se de tudo isso aqui. Trata-se, portanto, senhores, não só do Brasil, mas trata-se de um continente ou sub-região que tem primeiro: riquezas energéticas de hidrocarbonetos limpas extraordinárias, portanto, é o maior centro possível de produção de energia, tanto de hidrocarboneto quanto renováveis. Segundo, dispõe este continente ou este subcontinente da maior estrutura de água doce do mundo a Bacia do Amazônia e o Aquífero Guarani, e é o maior produtor de alimentos do mundo. É disto que se trata e é disto que estamos a falar, ou seja, estamos a falar exatamente... Agora eu chamaria a atenção já...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O verde o que é?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: O verde é Amazônia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não. A bolinha verde. O Piauí está cheio delas e eu assombrado aqui.

[risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O que é isso?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: São as termos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para futuro?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não, não. Isso já tem. Isso aqui já existe no Brasil de termos, são pequenas termoelétricas, principalmente, na Amazônia que se usa muito termoelétricas pequenas para geração de pequenas cidades ou poços de fronteira.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Elas devem estar do lado do Maranhão, não é no Piauí.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: O Maranhão está um pouco abandonado. Que observem tem uma curiosidade aqui, esta região está vazia e essa região aqui é vazia. Se os senhores voltarem para a situação nacional observem como é que fica, ou seja, as infraestruturas críticas nacionais são as infraestruturas que estão... Ou seja, o Brasil em termos de infraestruturas nacionais ainda não passou do Tratado de Tordesilhas, o Tratado de Tordesilhas passa aqui, mais ou menos, a linha de Tordesilhas passa aqui, ou seja, o Sul e o Sudeste é a grande concentração das grandes infraestruturas críticas. Aqui no Norte um vazio, um imenso vazio. Isso vocês vão ver na aviação, na aviação você tem uma aviação toda verticalizada em que para você ter uma circulação das cidades do Nordeste entre si, salvo aquelas situadas junto ao mar vocês precisam vir a Brasília para depois subir de novo, porque não tem um voo horizontal, ou seja, toda ela é vertical e toda ela concentrada na linha à direita do Tratado da linha de Tordesilhas.

O que nós mostramos aos senhores em relação à Marinha é tentar retomar a grande imaginação do Marquês de Pombal, primeiro-ministro ou valido de D. João I na década de 1750, depois ele foi derrubado por Maria Louca e que conseguiu expandir o Brasil com aqueles fortes que os senhores conhecem: Príncipe da Beira, Coimbra, os fortes existentes lá em Pernambuco, os fortes existentes no Amapá que protegiam a entrada no Amazônia e etc. É disso que se trata. E os senhores receberam a mensagem do presidente. E eu creio que era o que eu tinha a dizer em relação ao Programa de Submarinos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia agradece a presença e a brilhante exposição do Ministro Nelson Jobim. E nesse momento passamos a lista de inscritos para que possam fazer as indagações necessárias ao Ministro.

Antes eu gostaria, eu pediria ao Ministro, já que o tema é o reaparelhamento das nossas Forças Armadas e mais especificamente a temática dos submarinos, que o Ministro pudesse complementar esta exposição, esta brilhante exposição com a questão do submarino já em construção, o nosso submarino nuclear que já está há 10, 15 anos sendo construído, para que pudesse atualizar também esta Comissão em relação a esse tema.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Desculpe-me, Senador, nós não temos construção em submarino nuclear, nós construímos com os alemães foi os submarinos convencionais Ticuna. O que nós temos é a parte nuclear que é o enriquecimento do urânio e a construção do reator, isso que nós estamos trabalhando em Iperó que não tem nada a ver, seguramente, com o submarino propriamente dito. O reator é necessário para o submarino, mas também é necessário para a geração de energia elétrica, isso nós temos em Iperó.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então, passamos ao primeiro inscrito o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Ministro e amigo Jobim, eu tenho a certeza que a sua vinda aqui seria absolutamente convincente até mesmo para os que já estão convencidos, como eu, há muito tempo, da necessidade de termos forças armadas compatíveis com a nossa dimensão e a nossa vocação. E nesse sentido eu sou em defensor das compras que estão sendo feitas.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Compras não, parcerias.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Parcerias que estão sendo feitas, porque eu acho que a gente já devia ter feito isso há algum tempo. Entretanto, como o senhor lembra, eu coloquei cinco pontos no que eu gostaria, um é qual o cenário dos conflitos. Eu acho que o senhor mostrou, deu para perceber, não são cenários de conflitos, são cenários de defesa, na verdade. Depois, quais os necessários equipamentos para enfrentar os conflitos? Não há dúvida do que eu vi sobre submarinos, eu tive que sair por causa das homenagens às Forças Armadas, não sei se se discutiu depois o caso dos aviões, mas satisfez. E aí é que entra a minha preocupação. Nesses cenários o conhecimento de ciência e tecnologia é considerado um recurso fundamental, a ciência e tecnologia, e, além, do reequipamento físico quais as necessidades e recursos necessários e métodos, além, desses equipamentos e dessas parcerias o que é que é necessário orçamentariamente para apoio a instituições como ITA e Aramar.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Formação, não é?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Formação, pesquisa. E, finalmente, foge um pouco disso, talvez fosse outro momento, e talvez devesse ser uma reunião sigilosa. Quais os recursos necessários para o fortalecimento dos serviços de inteligência em nível internacional? Porque eu fiquei muito assustado quando eu vi aqui o Ministério das Relações Exteriores dizendo que a maior parte das informações que eles usam é proveniente dos jornais lidos pelos diplomatas. Eu fiquei extremamente preocupado que o Brasil seja assim.

Mas eu queria me reportar àquele quadro das infraestruturas sobre o qual, inclusive, foi muito útil para mim, não só para o Senador Heráclito vê o que existe de termoelétrica--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: No Piauí.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): No Piauí que também me surpreendeu. Mas eu falei a pouco na sessão de homenagem desse quadro das infraestruturas. O senhor listou de uma maneira bastante ampla treze itens, não há nenhum centro de ciência e tecnologia a ser defendido no Brasil em caso de guerra. Eu tenho quase certeza que nos Estados Unidos--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: É que não é considerada infraestrutura isso, na linguagem técnica não é considerada como infraestrutura.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Mas eu prefiro considerar como sendo. Eu não conheço esse quadro dos Estados Unidos, mas eu tenho a impressão-–

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não, não, não é nos Estados Unidos é no mundo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Eu estou dizendo um quadro desses de infraestruturas--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Críticas.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): **--**para os Estados Unidos ou para a França, outro país, eu não conheço, mas eu acredito que os Estados Unidos devem colocar como parte--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Nós colocamos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): **--**dessas infraestruturas. Também colocam?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Colocamos. Só que nós não chamamos de infraestruturas críticas, chamamos infraestrutura de informação e de técnicos que não é a infraestrutura crítica, e não são considerados infraestruturas, são centros de formação que no caso específico em relação às Forças Amadas é o CTA da Aeronáutica que temos um problema que é a concentração em São José dos Campos, um dos problemas é de nós abrimos aquilo, ou seja, criarmos outros centros, o grande centro tecnológico, o centro da Marinha que está junto à USP, além do centro de Aramar, o IME o Instituto Militar do Exército está no Rio de Janeiro, que hoje é um dos maiores centros matemáticos do mundo, que tem grandes trabalhos de física, e ainda o do CETEX do Exército. Todas essas organizações. E eu quero trabalhar, foi bom V. Exa. ter levantado tudo isso, eu quero trabalhar exatamente com a possibilidade de termos serviços de inteligência em relação à nossa preservação do nosso conhecimento. Que isso é um problema.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas é que eu gostei tanto desse quadro, e se ali cabe nos centros, na infraestrutura cabe os centros de poder político, eu acho que deveria também colocar os centros de poder do conhecimento, os centros do poder científico e tecnológico. Mas é uma questão de metodologia, poderia ser colocados em outro quatro também.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Em outro quadro.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas o que eu quero chamar atenção é se o Ministério, se o Governo está consciente e está tomando as medidas para a ideia que eu gosto de dizer que um país deseducado é um país desarmado, bem como, não só para fazer submarinos, até para os marinheiros que vão para esses submarinos, eles têm que ter formação. E a formação de uma minoria é tanto melhor quando a totalidade é educada, e aí você pode separar os bons entre todos, e não os bons entre alguns. Para a Seleção Brasileira de Futebol nós somos muito cuidadosos, nós deixamos todos os meninos jogando futebol dos 14 aos 18 e os bons chegam lá em cima. Lamentavelmente, na educação a cada minuto 60 estão saindo da escola, minuto escolar, digamos, não com 365 dias.

Eu vi quando o senhor falou... São dois pontos que eu quero. Um é quando o senhor falou da reunião do Conselho de Defesa Nacional. Eu queria sugerir um dia que esse Conselho se reunisse para discutir os riscos que o Brasil vive pela questão do abandono, do descuido histórico da educação. Eu acho que os Estados Unidos chegaram a fazer isso num documento chamado nação em risco coordenado até, eu acredito, pelo falecido ontem Senador Ted Kennedy.

Eu acho que deveríamos colocar como um dos armamentos fundamentais do futuro um país educado e graças à educação um país com muitos e bons cientistas tecnológicos. E a outra coisa. Eu não tenho dúvida da negociação em relação à transferência de tecnologia. Mas eu gostaria de saber se dá para gente dizer que essa transferência de tecnologia pode significar invenção de tecnologias, que uma coisa é transferir que já é algo bom, a outra coisa é o poder de inventar.

Eu li não sei aonde que os iraquianos tinham recebido aqueles radares todos e até tinham certas transferências de tecnologia, inclusive, recebidas do Brasil, no caso de tanques, mas quando começou a guerra os americanos, aliás, os franceses deram informações aos americanos e eles desligaram os radares iraquianos à distância, hoje se movimenta avi-

ões à distância, dependendo da tecnologia que tiver esse submarino, mesmo que a gente tenha tecnologia transferida para nós. A minha pergunta é: eles não têm condições de desligar os sistemas? Eles não têm condições de mudar a navegabilidade? Que a gente sabe sobre tudo isso é quase tudo importado, mas, sobretudo, eu queria perguntar: em quanto tempo a gente vai transformar a importação, transferência de tecnologia em capacidade inventar tecnologia? E se há um plano para isso? Não só usando os centros como o CTA e Aramar, mas também usando a infraestrutura que existe nas nossas universidades e seus centros de ciência e tecnologia.

Então, essas são as questões que eu gostaria.

Ficamos nos devendo um dia discutir um sistema de informações internacionais. Eu gostaria de um dia podermos discutir isso, obviamente, talvez numa sessão sigilosa, até não dizerem lá fora que nós não temos nenhum sistema de inteligência.

E a outra coisa é até quando a gente vai conseguir substituir a transferência recebida, a recepção de tecnologia por invenção de tecnologia própria aqui dentro, como me parece, hoje o senhor pode me corrigir, estão fazendo, por exemplo, a China e a Índia e até mesmo o Irã, na medida em que boicotam o Irã eles estão sendo obrigados a desenvolver por eles próprios suas armas.

Esses são os pontos. Mas fique certo que tem aqui um defensor do fortalecimento das nossas Forças Armadas para termos uma boa defesa.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Obrigado, Senador.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu apenas agrego um vetor a mais, eu acho que a palavra vetor é muita apropriada para isso, um vetor a mais da defesa que é o vetor educação de base até os últimos níveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Ministro, por sugestão do Senador Francisco Dornelles e do Sr. Tasso Jereissati, nós faremos as indagações em bloco para que possam ser respondidas de uma vez só.

Então, sendo assim, passo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente Lobão Filho, Ministro Nelson Jobim, eu queria cumprimentar V. Exa. pela competência como V. Exa. vem conduzindo o Ministério da Defesa e pelas políticas anunciadas por V. Exa. de que o Ministério da Defesa, Marinha, Aeronáuticas e Exército não serão, usando o próprio termo de V. Exa., de forma permanente compradores de prateleiras, mas vão ser braços da política industrial e tecnológica do país.

A minha indagação é muito simples, é um caso só. Analisando o quadro apresentado por V. Exa. eu perguntaria: pegando o índice de um a dez, de um a cem qual é a situação da Marinha Brasileira para o exercício daquelas funções, daquelas atividades próativas que V. Exa. enumerou na defesa da nossa estrutura crítica?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: De zero a dez?

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Tendo o Senador Francisco Dornelles encerrado. Passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Ministro, em primeiro lugar também quero parabenizar V. Exa. e o Ministério da Defesa pela apresentação clara, boa, segura, tranquila. Que eu penso assim e esclarece as dúvidas que, porventura, qualquer pessoa tenha e, ao mesmo tempo, indica também o planejamento estratégico, a visão de futuro, as necessidades. Então, foi uma apresentação... E quero parabenizar o Ministério da Defesa pela apresentação. Ao mesmo tempo, quero elogiar também, mais uma vez, a Marinha do Brasil. Já estive no Rio de Janeiro visitando a base também de submarinos, tive a oportunidade, inclusive, de sair também com outros parlamentares no trajeto na Bahia, um pouco para fora também, e fiquei muito impressionado, muito bem impressionado com a organização, com a dedicação, com a competência, com o potencial daquela base para o Brasil, inclusive, a manutenção dos submarinos brasileiros toda feita lá, melhorando o seu tempo, gasto, inclusive, para manutenção de submarinos, e estendendo essa possibilidade de manutenção, inclusive, para outros países que não têm, sequer, a capacidade tecnológica de manutenção dos seus submarinos, então isso é feito pelo Brasil que significa um avanço tecnológico importante. E não só lá, mas também no programa Proantar que também a Marinha desenvolve na Antarctica e que é um centro de pesquisa, de informação, de desenvolvimento, de presença do Brasil naquela área e, inclusive, nesse ano, em agosto, neste mês, me desculpe, tivemos a oportunidade de que três escoteiros brasileiros através da União Parlamentar Escoteira do Brasil numa parceria com a Marinha pudessem visitar a base brasileira na Antarctica, e foi uma experiência importante, eu deveria ter ido junto, mas, infelizmente, não foi possível, talvez numa próxima oportunidade eu possa ter essa chance e essa oportunidade também. Eu penso que a explicação de V. Exa. foi muito adequada no sentido de mostrar a necessidade da Marinha de uma maneira geral, e dentro dessa necessidade identificou a questão do submarino, é uma necessidade ampla também.

Eu só gostaria que V. Exa. abordasse a questão do orçamento da Marinha. Como é que está o orçamento, a previsão financeira? O Senador Dornelles falou, mais ou menos, nessa direção também para que essa infraestrutura pensada, planejada e idealizada não só do submarino, mas essa visão global do país em termos da presença em todas as áreas mencionadas em quanto que esta esse orçamento. E como é que esta o orçamento, como anda, como é que esta essa situação do diálogo com as instâncias do Governo, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, o próprio Presidente da República, naturalmente, como condutor maior de todo esse processo, para que isso se transforme em realidade.

Eu quero lembrar que Marinha, a pouco tempo, estava com muitas dificuldades no Proantar, por exemplo, para manutenção e revitalização das instalações não tendo obtido, não estava, naquela época, conseguindo dez milhões de reais para a manutenção daqueles equipamentos, mas depois e atualmente essa situação mudou e a gente sabe que o recurso hoje é suficiente para manutenção. Só gostaria de saber em termos gerais. E, inclusive, incluindo nesse sentido que o Senador Cristovam Buarque colocou, eu nem penso em termos de educação, mas as verbas necessárias para a pesquisa, principalmente, pesquisa, tecnologia, ciência, como é que os órgãos oficiais estão se posicionando em relação a esses grandes objetivos, porque a pesquisa, o conhecimento é a riqueza fundamental, concordo com isso, de um país para se chegar ao ponto de produzir e não só importar, mas produzir. É um processo permanente, difícil, a gente sabe, mas que deve ser direcionado para isso.

Mas quero parabenizar V. Exa. e dar explicações em termos financeiros, econômicos, não só disso, mas uma visão mais global. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Concluídas as colocações do Senador Flávio Arns. Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Lobão Filho, prezado Ministro da Defesa Nelson Jobim. Também quero agradecer as informações que V. Exa. nos trouxe.

No que diz respeito à questão do custo financeiro eu agradeceria se puder nos informar, porque como há uma perspectiva, segundo a sua explicação, de irmos até 2026, então este custo vai se distribuir ao longo de alguns anos. E agradeceria se puder nos informar, pelo menos, por exemplo, 2009, 2010 e quem sabe para os próximos cinco anos, ao nível do orçamento, digamos, da República, da Marinha ou do Ministério da Defesa, quanto este programa poderá representar. E aí em termos de reais, aproximadamente, se o custo chega a quase sete bilhões de euros, o euro hoje em torno de 2,65 centavos, daria algo como 18,5 bilhões de reais, mas isso se distribuirá ao longo de alguns anos. Então, eu acho que seria relevante se pudermos ter a informação sobre isso e em comparação, por exemplo, com o orçamento da Marinha e do próprio Ministério da Defesa, que peso isso significará.

Eu conversava com o Senador Cristovam Buarque e me perguntava se houve hoje a exposição também da sua palavra, uma exposição sobre os aviões. Eu disse que não, hoje não tratou do assunto, mas dada a proximidade no próximo dia 07 da visita referida por V. Exa. do Presidente Sarkosy, e como tem havido muitas informações a respeito de como é que está a compra de aviões, embora, esse não seja o tema de hoje, eu acho que seria interessante se pudesse aproveitar a oportunidade para uma breve informação também sobre a compra de aviões pelo Ministério da Defesa, pela FAB e como é que está o procedimento.

E na questão relativa tanto aos submarinos nucleares quanto os aviões se puder nos colocar um pouco qual é o procedimento de escolha, V. Exa. Ministro Jobim mencionou que um dos principais fatores na escolha da nação que irá nos ajudar a França, foi a única nação das que dispõe de tecnologia e constroem submarinos nucleares no mundo hoje, as cinco que mencionou, que se dispôs transferir, realizar uma verdadeira transferência de tecnologia para o Brasil, e que este, portanto, foi o critério que me pareceu principal. Se puder nos dizer um pouco a respeito do processo de escolha se tem outros aspectos, além, desses tais como as questões referentes ao custo, e aí poderia aproveitar também para falar da questão de escolhas para a compra de aviões.

E relacionado a este tema acho que foi na última visita que V. Exa. fez à nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mencionou que o Ministério da Defesa teria interesse em formular sugestões no que diz respeito ao Projeto de Lei que o Senado está por concluir a sua votação que atualiza a Lei 8.666 de concorrências, de métodos de licitações à luz da nova tecnologia vigente, seja da Internet, do pregão eletrônico ou da inversão de fase e, assim por diante.

Então, eu gostaria de informar a V. Exa. que justamente com o Senador Francisco Dornelles e com o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo nós chegarmos a um entendimento que está praticamente pronto e na fase de redação final e que, se porventura, V. Exa. como Ministro da Defesa quiser apresentar alguma sugestão, então que estaríamos na reta final para recebê-las. Ministro Jobim, só gostaria de dar essa informação que nós estamos na fase final de um enten-

dimento, então já está praticamente pronto o parecer e o acordo entre as diversas lideranças, entre eu e o Senador Dornelles que tivemos algumas diferenças, mas fomos ao Ministro do Planejamento acordarmos, e é provável que esteja dentre as matérias que poderão ser votadas nesse próximo mês de setembro. Então, avaliei que esta é uma informação relevante.

Finalmente. O Senador Cristovam Buarque sempre coloca a sua preocupação sobre como é que vamos ter uma nação com muita segurança, sobretudo, na medida em que todos estiverem educados. E com uma boa educação universalizada oportunidades boas. E V. Exa. sabe que eu tenho tido a preocupação para que o Brasil possa estar também promovendo ações de paz no mundo, e acredito que seja também uma das preocupações do Ministério da Defesa que possa estimular as ações que signifiquem evitar as guerras no planeta terra. Então, seja no que diz respeito ao que se passa ali no Iraque ou na Colômbia, ou no Oriente Médio, e assim por diante, nas Coreias, acho importante que as iniciativas para que possam significar a promoção da paz e do entendimento sejam relevantes. Por exemplo, quando estive na Coreia do Sul, ali disse que avaliaria como muito importante até para que um dia possa, de fato, haver a unificação da Coreia que possa o Brasil colaborar com isso, dada a paixão que os coreanos do Norte e do Sul mostraram pelo futebol, quando o Brasil lá ganhou a copa do mundo, que quem sabe um dia possa a seleção brasileira fazer um jogo com as duas seleções do norte e do sul da Coréia, uma partida na capital Pyongyang e outra em Seul. Isso foi muito bem recebido ali como uma proposta, além, de eu também ter proposto a eles que instituíssem uma renda básica de cidadania para as duas Coréias e assim por adiante.

Nesse mesmo sentido eu até quero dará dar a V. Exa. um exemplar do relatório da minha viagem ao Iraque.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu terminei. Foi a última frase.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então, depois da concisa exposição do Senador Suplicy. Eu passo a palavra, com grande prazer, ao nosso Ministro Nelson Jobim.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: O Senador Suplicy é obediente.

Eu agradeço as perguntas que foram formadas, inclusive, as manifestações feitas pelos Srs. Senadores. Mas eu queria fazer uma observação genérica inicial. Em 1988, 86, 87, 88, 89, 90 quando participei de 88 até 95, até janeiro de 95 no Congresso Nacional, mas, fundamentalmente, quando da elaboração da Constituição de 87 havia por parte de todos nós parlamentares ou havia por todos nós civis uma dificuldade para tratar de assuntos de defesa.

Em 1987, 88 no debate da Constituinte onde eu fui líder do PMDF na parte final depois que o Senador Mário Covas foi para o PSDB, o que se observara é uma discussão exclusiva sobre destinação das Forças Armadas a de 1942 e hoje, soberania poderes constitucionais e garantia da lei e da ordem quando demandados pelos poderes públicos. Os civis não queriam tratar de defesa, os civis identificavam no imaginário do político da época a defesa com repressão política, e, portanto, nós nos afastávamos desse assunto, não tratávamos disso. O que é que ocorreu? Qual foi a consequência dessa posição política daquela época? Deu-se um enclausuramento dos militares na sua função constitucional e as decisões militares sobre as necessidades militares eram exclusivamente feita pelos militares. Os civis não assumiram a defesa como uma questão nacional, os civis achavam, os parlamentares achavam que a defesa era uma questão exclusivamente militar e serem tratadas por militares.

Quando eu assumi o Ministério da Defesa eu acabei dizendo ao Presidente Lula, os senhores sabem que o meu retorno à vida pública decorreu daquelas questões de avião aérea decorrentes no ano de 2007, eu disse a ele que havia necessidade de que nós consolidássemos o Ministério da Defesa no sentido de ser o Ministério da Defesa o centro da formação da política militar do país, controlada por civis, a execução dessa política seria função dos militares. E aí o que é que acontecia, Senador Buarque, em relação à questão do orçamento? A questão do orçamento, Senador Buarque, era tratada da seguinte forma: cada força fazia o seu cálculo, o seu orçamento e enviava ao Ministro da Defesa, o Ministro da Defesa encaminhava, consolidava aquelas propostas e enviava para o Ministro do Planejamento e pronto. Não havia nenhuma participação sobre decisões de projetos de cada força.

Eu consegui agora, Sr. Senador, alterar este quadro, mas é uma alteração e entendimento com as forças e que virá com o projeto de reforma da Lei Complementar 97, mas eu já estou utilizando disso. Eu dividi com o orçamento das forças em três conjuntos: manutenção operativa, o que é que uma força precisa para manter no estado em que se encontra? Ou seja, manter os equipamentos, alimentos, fardamentos, etc. e etc., munições para o estado em que se encontra, portanto, daí chamamos isso de manutenção operativa. Segundo os projetos que estavam em andamento e o terceiro os projetos futuros. Para fazer com que o Ministro da Defesa pudesse participar da decisão po-

lítica e o governo civil da decisão política sobre qual dos projetos seriam projetos nacionais, não projetos meramente setoriais às forças. E é por isso, porque não tinha esse tipo de visão é que os projetos, todos os projetos... As forças eram contingenciadas de qualquer jeito, sem a menor referência, porque não eram considerados projetos nacionais, eram considerados projetos de corporações setoriais. Então, vejam. Com esta mudança o projeto Prosub, por exemplo, que é o que o senhor referiu, já vem no orçamento deste ano previstos dois bilhões e 314 milhões destinados ao Projeto Prosub para assegurar o início no orçamento de 2010 na PLOA no Projeto de Lei Orçamentário vem um valor correspondente a dois bilhões, 310 milhões negociados com o Planejamento.

Há um projeto importantíssimo para aquela estrutura de defesa e, principalmente, para a estratégia de mobilidade que é a aeronave cargueiro KC390 sendo produzida pela Embraer que vai substituir o antigo Hércules dos americanos, hoje têm o C137F que é caríssimo, mas nós vamos construir no Brasil um avião de transporte para 19 toneladas, portanto, o Hércules movido a jato e precisa de uma pista de 1.300 m, pistas dos pelotões de fronteira da Amazônia. Para esse nós destinamos 180 milhões de reais no primeiro investimento.

Aos helicópteros que vamos construir no Brasil que estamos negociando com os franceses, cujo pedido de autorização já veio para cá o que corresponde a um valor total do financiamento de 1.7 bilhões de euros, nós já destinamos no orçamento 630 milhões de reais para o ano que vem, a aeronave da defesa FX, e agora vem a questão referida a FX, nós não destinamos nada ainda, não tem nada ainda sobre o FX por uma razão simples, não houve ainda o encerramento da fase analítica da força aérea. O FX e aqui serve tanto ao Senador Suplicy quanto o Senador Cristovam, houve apresentação de propostas do Sukhoi russo, do Rafale francês, do Gripen da Saab sueca, do Eurofighter que é um projeto comum alemão, espanhol, italiano e inglês, houve propostas da Boeing americana do F-18 e apresentou-se também o F-16 da Lockheed americano, portanto, seis aviões ou seis ofertas se apresentaram para a força aérea analisar. Havia uma determinação política do poder civil, não compramos nada de prateleira, tem que haver transferência de tecnologia para o Brasil, se não tem transferência de tecnologia fora. Esse era o condicionante principal, porque a experiência brasileira, Senador Cristovam e Senador Suplicy é de que as compras de prateleira que fizemos foram muito baratas, mas a manutenção depois foi um desastre, porque conseguir manter essas compras de oportunidade, portanto, de prateleira acabaram custando ao Brasil dinheiro do contribuinte brasileiro sem reversão alguma porque não aprenderam nada com aquilo, e, portanto, a instrução política, determinação do Presidente da República decorrente da estratégia nacional de defesa era a transferência de tecnologia.

A força aérea tem uma tecnologia, uma técnica e uma metodologia importantíssima de análise desses aviões, dessas ofertas, fez o primeiro conjunto de análise, descartou o Sukhoi russo, por quê? Porque no item de transferência de tecnologia, os russos teriam respondido em fórum ao Brigadeiro Saito que isso era assunto para tratar depois. Descartou o F-16 da Lockheed americana porque é um projeto terminal, ou seja, um projeto que se esgotou, onde não pode exatamente aquele problema agregar invenções novas e tecnologias novas. E descartou também a força aérea desta análise o Eurofighter das quatro nações europeias, volto a repetir, Itália, Espanha, Inglaterra e Alemanha, porque a transferência de tecnologia dependia de uma manifestação dos quatro Estados e não houve. Restaram três na lista, na Shortlist que é o nome técnico dado final que foi o F-18 da Boeing que afirmava transferência de tecnologia, o Rafale francês feito pela Dassô(F) e o Gripen feito pela Saab, o Gripen-NG que é um projeto novo a ser feito. Isso está sendo ainda objeto de análise, Senador Suplicy, está sendo objeto de análise pela força aérea, a força aérea, inclusive, pediu complementações das empresas que negociavam, que fizeram as ofertas, e quando terminar a análise feita por isto, pela força aérea, essa análise será submetida ao Ministério da Defesa que levará ao Presidente da República para uma decisão final. Agora eu quero lhe afirmar com toda a absoluta tranquilidade, tem um axioma, falando numa linguagem que o eminente Cristovam Buarque conhece da filosofia analítica e da lógica matemática, tem um princípio básico axiomático, transferência de tecnologia. Nós queremos nos capacitar nacionalmente na nossa indústria de defesa. E isso eu disse aos americanos, disse aos franceses e disse também aos suecos da Saab de que sem este jogo, sem isto não tinha jogo. Chega de nós criarmos dependência.

Portanto, Senador Buarque e Senador Suplicy, os quadros, o pressuposto básico é o grau de transferência de tecnologia, ou seja, o of set que nós podemos construir no Brasil. Qual é a história que nós temos? A história que nós temos chama-se Embraer, chama-se acordo Brasil e Itália para a construção no Brasil do subsônico M1A1 que é o MX, foi o projeto MX, lembram-se? Há uns anos que a Embraer que foi uma invenção genial do Montenegro que contra todo mundo resolveu inventar de que a força aérea no CTA tinha

que construir um avião e ninguém acreditava nisso e aí se construiu o Bandeirante, um grande sucesso no mundo. Isto foi uma "maluquice" no Montenegro que deu certo. Depois veio o Ozires conduzindo todo esse processo de entendimento com os italianos, e quando fizemos o acordo de transferência de tecnologia com os italianos a Embraer deu um salto tecnológico, e hoje é uma das grandes empresas produtoras do mundo, principalmente, de aviões regionais que depois do Bandeirante veio o Brasília, em seguida veio o projeto MX e depois começaram o EMB145, tal e tal, Legacy e chegamos hoje ao EMB190 que é um avião de transporte civil. Quero lembrar que toda essa indústria de defesa é uma indústria dual, ela caminha tanto para a construção de materiais de defesa, como materiais civis, a Embraer produz o maior sucesso em termos de aviões de controle de espaço aéreo, não de ataque, mas também de ataque que são os supertucanos, que são construções da Embraer e que houve uma empresa americana que quis copiá-lo e que acabou quebrando.

A transferência de tecnologia, Senador, é vital, mas junto à transferência de tecnologia tem que vir a formação dos nossos técnicos e dos nossos cientistas. Então, no projeto nós temos também itens de formação, não é somente é assim que se faz, não, eles têm que formar, primeiro fazem formação de um grupo nas escolas franceses, na parte da construção e depois esse pessoal transmite todo esse conhecimento, fora os conhecimentos técnicos que vão transmitidos via papel, a formação nos institutos da Marinha, nos institutos do Exército e nos institutos da Aeronáutica, ou seja, nós não desligamos a formação porque senão não adianta nada, vamos receber projetos, nos ensinam isso e desaparece esse conhecimento, e esse conhecimento tem que ser internalizado na formação. É por isso, Senador Buarque, que o Ministro da Defesa tomou uma decisão de examinar toda a estrutura de formação nas escolas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. E eu já avisei aos comandantes que num dia X a tantas horas, Y que só serão reveladas no dia, eu irei a cada uma dessas academias para assistir aula para ver o que é que está acontecendo, exatamente por causa do problema da formação.

Quero dizer mais, Sr. Senador, Que tudo isso vai nos levar à possibilidade de inventar, ou seja, de criar, ou seja, a transferência da tecnologia e a formação dos nossos cientistas para isto viabilizará exatamente a sua preocupação que é exatamente a de criar a Marinha, no caso que estamos tratando, ela precisa receber essa tecnologia, manobrar essa tecnologia e programar criações em cima da tecnologia que recebemos, ou seja, é pressuposto para o desenvolvimento da nossa formação dentro das nossas academias, não das academias operacionais, mas as academias científicas que é o caso do instituto da Marinha que está casualmente situado no campus da USP em São Paulo, ou seja, o campus, o instituto da Marinha está junto com as unidades, e isso está, Caro Senador, no item, na página 52... Eu fornecer um exemplar a V. Exa, e isso estão na Internet, inclusive, sobre ciência e tecnologia na indústria, na estratégia nacional de defesa. A política de ciência, tecnologia e inovação para a Defesa Nacional tem como propósito estimular o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação de interesse para a Defesa Nacional. Isso ocorrerá por meio de um planejamento nacional para o desenvolvimento de produtos de alto conteúdo tecnológico, o envolvimento coordenado às instituições científicas e tecnológicas, civis e militares. Ou seja, tentar fazer a integração das pesquisas, porque nós sabemos que determinados institutos estão fazendo a mesma pesquisa que outros estão fazendo, e uns estão mais desenvolvidos que os outros, se nós juntarmos a força dos dois nós vamos dar um salto em relação a isso. E isso, meu caro Senador, eu levei ao Presidente da República exatamente mostrando o seguinte: temos que mudar a regra do jogo. Antes havia uma relação promíscua entre o Executivo e a Força, em relação à formação do orçamento, pediu dinheiro, vocês querem 50, vamos negociar isso aqui, dou 25, e aí com os 25 eles faziam o que bem entendiam que era a regra do jogo da época, muda. Ou seja, se estabelece a defesa dentro da agenda nacional, se estabelece projetos, e na apresentação que fiz ao Presidente da República e a apresentação que farei também aos senhores em relação às alterações que pretendo introduzir a uma delas que diz respeito ao problema de assegurar a permanência de recursos dos projetos de defesa. E ele concordou de que nós pudéssemos trazer Sr. Senador Suplicy, um Projeto de Lei, um PL a ser votado pelo Congresso que proibisse o contingenciamento de recursos destinados a projetos específicos de defesa que fossem aprovados pelo Presidente da República. Não são projetos das forças exclusiva, são projetos do Ministério da Defesa aprovados pelo próprio Presidente da República. E aí nós teríamos uma forma de evitar, assegurar a atividade. V. Exa. falou no Engesa, lembre-se disso.

Eu quero lembrar a V. Exa. as causas da quebra da Engesa e que nos mostra o que é que nós temos que fazer. A Engesa foi a maior produtora de blindados que nós tivemos no Brasil, Urutu, Cascavel, toda uma estrutura de produtos de defesa que, inclusive, se jogavam para produtos civis, só que a Engesa fez um projeto num determinado ano, chamava-se o Osório

que era um tanque, numa linguagem, digamos, inteligível. O tanque Osório concorre, ganha uma concorrência internacional para a venda à Arábia Saudita. Só que outro país não permitiu que a Arábia Saudita comprasse os Osórios e exigiu que a Arábia Saudita comprasse Sherman, e todos os investimentos que a Engesa havia feito no Osório determinaram a quebra da Engesa. Ou seja, isso aqui não é terreno para ingênuos e nós temos que exatamente ter a consciência de que os programas de defesa que sejam atendidos dentro daquela visão de estrutura de assegurar as infraestruturas críticas, inclusive, as de conhecimento que V. Exa. se referiu, são projetos que têm esses investimentos e essas necessidades.

Hoje o Ministério da Defesa, fora a folha de pagamento, tem destinado para a PLOA de 2010 nós temos um limite orçamentário determinado pelo Ministério do Planejamento de 13.5 bilhões de reais, desses 13.5 bilhões de reais eu tenho que fazer a redistribuição disto entre o Exército, Marinha e Aeronáutica, a Administração Central que é o próprio Ministério da Defesa, a Escola Superior de Guerra e também a ANAC e a Infraero que estão vinculadas ao Ministério da Defesa.

Eu quero dizer aos senhores que progredimos, se considerarmos o passado progredimos, e a resposta que eu posso dar ao Senador Dornelles sobre de zero a dez, a capacidade que tem a Marinha hoje de atender ao pré-sal, ou seja, possibilitar garantia do pré-sal ela consegue manter uma patrulha de 15 dias por casa mês. Então, eu daria nota quatro. Isso aqui não é crítica, não é nada, isso aqui é uma constatação do mundo, esse é o mundo que estamos tratando. E, portanto, eu já encerro, Sr. Senador, para dizer mais de que quando temos em relação à Antarctica, Senador Flávio Arns, V. Exa. me fez agora alguma coisa que não sabe o que fez, com a sua pronúncia eu me lembrei dos meus vizinhos [ininteligível] lá de Santa Maria. V. Exa. deve falar um alemão [ininteligível] e não [ininteligível], mas o sotaque é parecido.

Senador Flávio Arns, a questão da Antarctica é gravíssima, gravíssima no sentido de política geopolítica nacional. Qual é a grande disputa que existe na Antarctica? Se a Antarctica vai haver ou não pretensões territoriais. Dois países da América do Sul têm pretensões territoriais na Antarctica, o Chile e Argentina. O Brasil não tem pretensões territoriais, a presença do Brasil se justifica exclusivamente pela pesquisa, foi esta a razão de que quando nós fomos, eu acompanhando o Presidente da República fui à Antarctica, chamei a atenção ao presidente o seguinte: em 2045, 2050 vai se rediscutir o Tratado da Antarctica e a destinação da Antarctica. A presença do Brasil, dizia eu ao Presidente, só se justifica exclusivamente pela capacidade de pesquisa que nós aportarmos dentro da Antarctica. Resultado: compramos mais um navio de pesquisa para a Antarctica, o navio oceanográfico Ary Rongel que é antigo, que os senhores devem ter conhecido que ficava na Baía do Almirantado, hoje nós já deveríamos mandar para lá. Como é que vocês botaram o nome? Almirante Albuquerque?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Maximiano.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Maximiano, Almirante Maximiano que é um navio três vezes, com capacidade de três vezes mais que o Ary Rongel para exatamente a pesquisa e justificar a presença do Brasil. Portanto, Senador, nós estamos investindo na Antarctica através da infraestrutura de pesquisa para viabilizar que as universidades brasileiras e os pesquisadores brasileiros tenham condições de realizar as pesquisas na Antarctica. Nós administramos, a Marinha administra e o Ministério da Defesa administra a infraestrutura da Antarctica que é utilizada pelas universidades brasileiras, principalmente, as universidades mais ao Sul do Brasil, Curitiba, Santa Catarina que tem lá aquela pesquisa oceanográfica, etc. e etc. Então, já uma segurança nesse sentido, Rio Grande também, Rio Grande que tem aquela pesquisa.

E em relação à questão de custos, meu caro Senador, nós temos o seguinte, nós vamos ter um financiamento na ordem de 4.3 bilhões de euros, e é o aporte nacional orçamentário e, portanto, nós já temos segurança orçamentária de 2010, precisamos de um valor agora para o [ininteligível] e vamos seguir até 2011, nós já temos assegurados os recursos que deverão ser prolatados no tempo até 2024, os recursos nacionais. O pagamento do financiamento vai até 2026, ou seja, orçamento até 2024 e pagamento até 2029, é verdade, tem cinco anos, o último tranxe(F) que a técnica que se montou é a seguinte: o órgão internacional financiador paga a obra, o Brasil tem seis meses para pagar uma parcela correspondente a um décimo do que foi pago, então nós pagamos a cada cinco anos pagamos a parcela que foi paga, portanto, o financiamento vai ser saldado em 2029 que corresponde à conclusão final de todo o processo, ou seja, como eu disse anteriormente, até lá, se Deus quiser, estaremos todos mortos, mas isto é o Brasil que nós precisamos tratar. De outra parte ainda, Senador Suplicy--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas só do ponto de vista anual para os próximos anos, aproximadamente.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Já tem previsão orçamentária de dois bilhões e 314 já vem previsto no PLOA do ano que vem e em 2011 nós temos também a previsão orçamentária e temos já assegurados até 2000 e...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em 2011, 2.164.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: 2.164 em 2011, e depois então o Governo de 2011 vai ter que fazer os cálculos orçamentários para prosseguir o programa, já que esse programa se torna um programa obrigatório. É claro que isso aqui não é um Programa de Governo, isso aqui não é um programa de um partido, isso aqui é um programa da nação que compreende que precisa estabelecer aquelas estruturas de defesa que nós sustentamos.

E eu quero dizer aos senhores que o que se torna necessário, absolutamente necessário é que nós tenhamos quadros civis competentes na defesa e não temos. E é por isso, Senador Buarque, que nós vamos criar aqui em Brasília um campus da Escola Superior de Guerra para formação efetiva de civis que conheçam as questões de defesa, não tem civis no Brasil conheça as questões de defesa e não há uma carreira civil de defesa, o Ministério da Defesa é um amontoado de personagens: Banco Central, BNDES, Banco do Brasil, PETROBRAS, e assim você vai puxando, esse povo desaparece e a memória se vai, eu quero criar também no projeto um projeto de reformulação completa uma carreira civil de defesa, ou seja, que tenha competência para dialogar com os militares e possa subir à minha incompetência de fazer isto com eles.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Permita-me, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ministro, eu, mais uma vez, agradeço, mas eu queria insistir e fazer uma consulta. Insistir na ideia de que os 200 milhões de cérebros que esse país tem são parte de um sistema de defesa, desde que esses 200 milhões de cérebros recebam o desenvolvimento necessário através da educação.

Eu gostaria de perguntar, com quem eu posso dialogar no Ministério da Defesa para discutir esse assunto? Para ver o risco que o Brasil corre por não aproveitar esse imenso potencial que é mais importante que todo o pré-sal da vida, esse imenso potencial que nós temos de cérebros capazes de inventar todas as armas e sistemas-–

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Senador Buarque, desde logo eu lhe convido, então o Ministério da Defesa, nós vamos alterar a estrutura do Ministério da Defesa, porque vamos criar o Estado Maior conjunto das Forças Armadas cujo chefe do Estado Maior terá a mesma precedência dos comandantes das forças e será conduzido para a reserva quando for nomeado e teremos secretarias, entre as secretarias teremos uma secretaria de ensino que é aquela que exatamente vai tratar do ensino, saúde e esporte.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas é mais do que o ensino específico para dentro.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Eu sei, mas é a formação e é a ciência. Também teremos uma secretaria de ciência e tecnologia. Eu então lhe convido para um almoço no Ministério da Defesa em que possamos discutir isso com mais profundidade.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, aceito. Mas eu quero dizer que é mais do que isso, não é só a formação dos que estão dentro, os soldados, os estrategistas; mas é a educação de todo um povo para que a gente possa selecionar--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Aí o senhor começou a extrapolar o meu Ministério.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro, sem dúvida alguma, mas não a sua-–

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Aí já é com o Ministério que V. Exa. foi titular em um momento que era o Ministro da Educação.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --o seu Ministério sim, mas não a sua preocupação, da mesma maneira que os postos petrolíferos são uma preocupação, aqueles 13 pontos são preocupação. Então, eu queria incluir esse décimo quarto na sua preocupação, aumentar as suas preocupações. Preocupar-se com o fato de que um país deseducado é um país desarmado, por mais que compre e mais tenha transferência de tecnologia.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Concordo com V. Exa. Obrigado a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu vou passar a palavra para o Senador Eduardo Azeredo, mas eu gostaria de fazer um registro, nas conversas constantes que tenho com o Ministro Edison Lobão ele tem referenciado V. Exa. como um dos maiores valores deste governo, valores pela competência, pelo conhecimento e pela diligência. Depois desta exposição aqui nada me resta mais a concluir de que a defesa da soberania nacional está em muito boas mãos.

Eu passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Primeiro, quero concordar com as palavras do Senador Lobão Filho. O Ministro está, inclusive, agora muito familiarizado com a tecnologia da informática, as apresentações estão realmente muito boas, Ministro, de conhecimento.

Mas eu quero só, mais uma vez, lembrar então do pronto atendimento do Ministro a esta Comissão,

agradecer a sua vinda. Comunicar aos Srs. Senadores que as duas mensagens referentes ao financiamento do programa de submarinos, do programa de helicópteros já estão na Comissão de Assuntos Econômicos, a Mensagem 169 de quatro bilhões, 324 milhões para a questão do submarino e com a relatoria do Senador César Borges e a Mensagem 170 é de um bilhão, 764 milhões de euros, nesse caso todos os dois de euros, já estão também lá com o Senador João Vicente Claudino.

Ministro, mais uma vez, apresentar as minhas escusas, eu estava fazendo uma saudação ao Dia do Soldado, e a solenidade ainda está em andamento ainda, mas eu vim aqui para poder lhe agradecer, mais uma vez, a presença.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Obrigado V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Registrei que V. Exa estava na Casa, não estava lá, mas eu estava na Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Esta Comissão agradece a presença do Ministro Nelson Jobim, bem como a presença do Almirante de Esquadra Aurélio Ribeiro da Silva Filho, chefe do Estado Maior da Armada; ao Tenente Brigadeiro do ar Marco Aurélio Gonçalves Mendes, Secretário de Políticas Estratégicas e Assuntos Internacionais, e ao General de Divisão, Sérgio ***Etchegoyen***, Assessor especial do Ministro a quem cumprimento pelo Dia do Solado a toda a sua tropa.

Fica encerrada então esta Audiência Pública, agradecendo a presença do Ministro e também dos Senadores presentes.

Muito obrigado.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º e 2 DE SETEMBRO DE 2009

Às onze horas e vinte e um minutos do dia primeiro de setembro de dois mil e nove, na sala 03, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senhores Senadores Demóstenes Torres e Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, respectivamente, com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, José Agripino, Efraim Morais, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Flávio Torres, Marina Silva, Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Expedito Júnior, Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Valter Pereira, Kátia Abreu, Marco Maciel, Álvaro Dias, Sérgio Guerra, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Flávio Arns, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Augusto Botelho, Inácio Arruda, César Borges, Serys Slhessarenko, Neuto de Conto e Adelmir Santana reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Francisco Dornelles e Jayme Campos. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Demóstenes Torres, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item Único: Projeto de Lei Câmara nº. 141 de 2009, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Henrique Eduardo Alves, que "Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral". Os relatores designados são os Senadores Marco Maciel na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Eduardo Azeredo na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e o parecer é favorável à matéria com quinze Emendas que apresentam; favorável às Emendas nºs 1, 2, 5, 11 e 15 apresentadas perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; favorável às Emendas nºs 6, 12, 13, 20, 23, 40, 48 e 54, apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; favorável parcialmente às Emendas nºs 3, 4, 6, 9, 10, 12, 13, 14, 17, 20, 21, 22, 23, 33 e 34 apresentadas perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; favorável parcialmente às Emendas nºs 1, 4, 5, 8, 14, 16, 17, 24, 50, 52, 58, 61, 62, 63, 64 e 67 apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; contrário às Emendas nºs 7, 8, 16, 18, 19 e 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32 apresentadas perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; contrário às Emendas nºs 2, 7, 9, 10, 11, 15, 18, 19, 21, 22, 25, 26,

27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 65, 66, 68, 69 e 70 apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela prejudicialidade da Emenda nº 49, apresentada perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em vinte e seis de agosto, o Senador Tasso Jereissati retirou a Emenda nº 3, apresentada perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Foram apresentadas durante a reunião as emendas de número 71 à 76 perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Foi encerrada a discussão na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a reunião conjunta foi suspensa e será reaberta no dia dois de setembro, quarta-feira, às nove horas, para dar continuidade à apreciação da matéria. O Senhor Presidente, Senador Demóstenes Torres, agradece a todos pela presença e declara suspensos os trabalhos desta sessão. Nada mais havendo a tratar, a Presidência suspende a reunião, a uma hora e dezessete minutos. Às onze horas e vinte minutos do dia dois de setembro de dois mil e nove, na sala 03, Ala Senador Alexandre Costa, é reaberta a reunião sob a Presidência dos Senhores Senadores Demóstenes Torres e Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, respectivamente. O parecer favorável à matéria, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Marco Maciel, com vinte (20) Emendas de relator que apresentam e pela aprovação, ressalvado os destaques, das Emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de números 1, 6, 12, 13, 20, 23, 40, 48, 54, 57, 72, 73, 75 e 76; e das Emendas na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática de números 1, 2, 5, 6, 11, 14 e 15; pelo acatamento parcial, nos termos de subemendas, das Emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania números 2, 4, 5, 8, 14, 16, 17, 21, 24, 25, 50, 52, 58, 61, 62, 63, 64 e 67; e das Emendas na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática de números 3, 9, 10, 12, 13, 20, 21, 22, 23, 33 e 34; pela rejeição das emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de números 7, 9, 10, 11, 15, 18, 19, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 53, 55, 56, 59, 60, 65, 66, 68, 69, 70 e 74; e das Emendas apresentadas na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática de números 4, 7, 8, 16, 17, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32; pela prejudicialidade da Emenda nº 49 (subemenda à Emenda Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 3, retirada pelo autor, Senador Tasso Jereissati, é aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e passa a constituir Parecer CCT/CCJ. Foram aprovados requerimentos de Destaque para Votação em Separado das Emendas de Relator CCT/CCJ n.ºs 1, 2 e 6; Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda CCT n.º 33; Requerimentos de Destaque para Votação em Separado das Emendas CCJ n.ºs 2, 7, 25, 29, 31, 32, 34, 35, 38, 46, 50, 60 e 76. Aprovado o Requerimento, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, para votação pelo processo nominal referente aos destaques para as Emendas CCJ n.ºs 29 e 50. A Senadora Serys Slhessarenko retira a Emenda CCJ nº 71. Retirado, pelos respectivos autores, os Requerimentos de Destaque para as Emendas CCJ números 2, 25, 31, 32, 34, 35 e 38. Rejeitado o Destaque, de iniciativa do Senador Marcelo Crivella, referente à Emenda CCT nº 33. Votam vencidos os Senadores Osmar Dias, Roberto Cavalcanti, Aloizio Mercadante e Eduardo Suplicy. Rejeitado o Destaque, de iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko, referente à Emenda CCJ nº 46. Rejeitados os Destaques, de iniciativa dos Senadores Osmar Dias e Valter Pereira, referente às Emendas CCJ nº 7 e 60, respectivamente. Votam vencidos os Senadores Osmar Dias, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira e Francisco Dornelles. Procedida a votação nominal, é rejeitado o Destaque, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, referente às Emendas CCJ números 29 e 50. Rejeitado o Destaque, de autoria do Senador Inácio Arruda, referente à Emenda de Relator nº 1 CCT/CCJ. Votam vencidos os Senadores Inácio Arruda, Renato Casagrande, Pedro Simon e Eduardo Suplicy. Vota pela abstenção a Senadora Marina Silva. Rejeitado os Destaques, de iniciativa dos Senadores Inácio Arruda, Osmar Dias e Flávio Torres, referentes à Emenda de Relator nº 2 CCT/CCJ. Votam vencidos os Senadores Inácio Arruda, Osmar Dias, Pedro Simon e Wellington Salgado de Oliveira. Rejeitado o Destaque, de iniciativa do Senador Inácio Arruda, referente à Emenda de Relator nº 6 CCT/CCJ. Vota vencido o Senador Inácio Arruda. São acolhidas, parcialmente, as Emendas CCJ nºs 2 e 25. É aprovado, na íntegra, o Destaque referente à Emenda CCJ nº 76. É Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas 1-CCT-CCJ a 64-CCT-CCJ. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprova o Requerimento nº 97, de 2009-CCJ, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, de urgência. O Senhor Presidente, Senador Demóstenes Torres, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam

anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às quatorze horas e quinze minutos, determinando que nós, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania lavrássemos a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada, no **Diário do Senado Federal.** – SENADOR **FLEXA RIBEIRO**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; – SENADOR **DEMÓSTENES TORRES**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, CONJUNTA COM A 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 53ª LEGISLATURA.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 31ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação do Item único. Projeto de Lei [soa a campainha] da Câmara nº 141 de 2009, conforme requerimento nº 66 de 2009, CCJ, de iniciativa do Senador Marco Maciel, e requerimento nº 30 de 2009, CCT, de iniciativa do Senador Eduardo Azeredo.

A proposição recebeu, até o momento, 34 emendas na CCT e 63 emendas na CCJ.

Como é do conhecimento dos Srs. e das Sras. Senadoras foram designados relatores da matéria o Senador Eduardo Azeredo, na CCT, e o Senador Marco Maciel, na CCJ. Reiterando a informação apresentada na reunião anterior, a matéria será instruída nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal que dispõe: Art. 113: O estudo de qualquer matéria poderá ser feito em reunião conjunta de duas ou mais Comissões por iniciativa de qualquer delas, aceita pelos demais, sob a direção do Presidente mais idoso. Ou ainda, nos termos do art. 492, Parágrafo Único: Nas reuniões conjuntas observar-se-ão as seguintes normas. 1. Cada Comissão deverá estar presente pela maioria dos seus membros. 2. O estudo da matéria será em conjunto, mas a votação far-se-á separadamente, na ordem constante do despacho da Mesa. 3. Cada Comissão poderá ter o seu Relator, se não preferir Relator único. 4. O parecer das Comissões poderá ser em conjunto, desde que consigne a manifestação de cada uma delas, ou em separado, se essa for a orientação preferida, mencionando, em qualquer caso, os votos vencidos, os em separado pelas conclusões e os com restrições.

Senhoras e senhores, hoje o Brasil perdeu um dos seus grandes juristas, o Ministro do supremo Tribunal federal Carlos Alberto Menezes Direito, jurista e também professor representante na área educacional. Participou de programas de televisão, de programas em que instruía diretamente a população sobre questões jurídicas. Por muito tempo foi membro do Superior Tribunal de Justiça, e já de algum tempo enfrentava uma doença que resistia historicamente, mas nessa madrugada ficamos sem o nosso Ministro.

O Senado Federal, por seu Presidente, designou a mim e ao Senador Marco Maciel para que pudéssemos representar o Senado no velório e no sepultamento que acontecerá às 16 horas. Então, nós faremos a sessão e em seguida, tanto eu quanto o Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, eu estendi o convite ao Senador Mercadante e ao Senador Pedro Simon, mas que têm outros compromissos e não poderão comparecer. Então, outros Senadores, outros Srs. Senadores, se desejarem ir a esse velório prestar uma última homenagem em nome próprio e em nome da Casa seriam muito bem-vindos a essa comitiva.

De sorte que registro aqui todo esse momento, a consternação nossa, que tivemos... Eu tive a oportunidade de conviver com o Ministro Direito por muito tempo. Uma pessoa extraordinária, lhana como poucos, extremamente cortês, um homem firme, um jurista que encontrou o ápice de sua carreira merecidamente no Supremo Tribunal Federal.

Nós, dessa legislatura, tivemos aqui a oportunidade de sabatiná-lo, tivemos a oportunidade de averiguar os seus conhecimentos, de aprová-lo, e a orientação feita pela Comissão de Constituição e Justiça, então presidida pelo Senador Marco Antônio Maciel, foi seguida na íntegra pelo Plenário da Casa, que acabou referendando o seu nome.

De sorte que ao comunicar essa designação por parte do Presidente da Casa, à qual especialmente me sinto bastante honrado em poder representar o Senado nesse último ato do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, tenho certeza que os Srs. Senadores também têm uma palavra de conforto para a família, e especialmente de engrandecimento dessa

personalidade pública que foi o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria também de expressar o nosso sentimento de pêsames à família e as nossas homenagens a esse jurista importante que tanta contribuição deu à vida pública brasileira: desempenhou cargos executivos, contribuiu na jurisprudência, deu pareceres que definiram soluções, eu diria, definitivas para questões complexas no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Queria prestar minha homenagem a Carlos Alberto Menezes Direito e tenho certeza que é o sentimento de todos os Senadores. Tivemos a oportunidade de ver a sua competência na sabatina do Senado e a sua atuação irreparável no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Queria, portanto, desejar que essa delegação realmente represente o Senado nessa oportunidade e gostaria de fazer uma sugestão de encaminhamento sobre essa matéria complexa que é a Lei Eleitoral.

Eu, ao estudar a matéria, verifiquei que-–

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, como alguns outros Senadores ainda querem falar sobre o primeiro tema, em seguida eu concedo a palavra a V. Exa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Perfeito. De qualquer forma registro meus pêsames e espero fazer [ininteligível] no âmbito do Plenário do Senado nós deveremos votar hoje um voto de pesar e de homenagem e que, seguramente, V. Exas. poderão encaminhar à família nessa visita que farão representando todos os Senadores da Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Caro Senador Demóstenes Torres; caro Senador Eduardo Azeredo, Relator na CCT do Projeto de Lei Eleitoral oriundo da Câmara; Sra. Senadora Serys Slhessarenko; Sr. Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante; Senador Antonio Carlos Valadares; Senador Pedro Simon; Sras. e Srs. Senadores. Eu desejo, em rápidas palavras, referendar aquilo que acaba de dizer o nobre Presidente Demóstenes Torres a propósito do passamento, para nós tão doloroso, do Ministro Carlos Alberto Direito.

Tive a ventura de conhecê-lo nos idos de 70, quando ele era, à época, Chefe do Gabinete do Ministro da Educação Ney Braga. A partir daí, estreitamos o relacionamento e nos transformamos em amigos, e, por isso mesmo, acompanhei, ao longo desses trinta e poucos anos, a sua proba e digna vida pública, tendo sido elevado a diferentes cargos no plano do Executivo Federal e Estadual, posto que ele foi Secretário de Estado no Rio de Janeiro, mas também sendo, posteriormente, elevado à condição de Ministro do Superior Tribunal de Justiça e finalmente alçado aqui, com os votos quase unânimes da Casa, ao Supremo Tribunal Federal.

A sua morte nos deixa tristes, mas, por outro lado, nos recompensa saber que ele, embora ainda podendo oferecer relevantes serviços ao país e às suas instituições, nos deixou muitas lições, não somente no campo jurídico, mas também no campo cívico, porque o Ministro Carlos Alberto Direito era, antes de tudo, um patriota naquela mais genuína e expressiva definição do que é ser patriota.

E, por isso, eu gostaria de, circundando aquilo que já foi dito pelos que me antecederam, inclusive o Senador Mercadante, eu gostaria de, mais uma vez, associar-me ao sentimento de pesar que eu acho que pervade não somente o Senado Brasileiro, o Congresso Nacional, mas a todos aqueles que com ele conviveram, com ele ou com sua família. Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra ao ilustre Senador Aloizio Mercadante para fazer a sugestão de encaminhamento de votação.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, eu verifiquei... Eu tinha contado 50 novas emendas, mas é mais do que isso que os relatores receberam e ainda estão recebendo.

Nós precisamos conhecer o parecer dos dois relatores sobre as emendas que foram apresentadas. E eu queria fazer a seguinte sugestão de encaminhamento: que nós fizéssemos, hoje ainda, uma reunião dos dois relatores com um representante de cada uma das Bancadas para discutirmos e tentarmos um entendimento sobre o projeto. Porque algumas matérias, não é um problema político, é um problema operacional, é um problema de adaptação, de construção, que nós poderemos chegar em um entendimento.

Se nós formos iniciar a votação agora, com tantos destaques e desconhecimentos, nós não só não concluiremos a votação como eu acho que será muito difícil nós resolvermos as questões pendentes.

Então, eu sugeriria ao Senador Marco Maciel e Eduardo Azeredo uma reunião hoje, no final da tarde, e nós poderemos aguardar o retorno do Senador Marco Maciel, às 19 horas, por exemplo. Poderia ser na sala da Presidência, na sala do gabinete do Senador Demóstenes. Um representante de cada Bancada, ou os outros que quiserem participar também estariam

convidados, e nós faríamos a discussão ponto a ponto para tentar construir um entendimento para votarmos amanhã. Aquilo que houver consenso a gente vota em bloco e os destaques a gente organizaria para a votação. Porque como não houve essa negociação, a chance de nós gerarmos uma sessão muito difícil, eu acho que é o mais provável.

Então, eu solicitaria o parecer dos relatores sobre as emendas já apresentadas, das novas emendas, que já está disponível, e nós poderíamos, às 19 horas, nos sentarmos e buscarmos o entendimento para votar o que há acordo, e simplesmente organizar, também, os destaques onde for haver disputa no voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Passo a palavra ao Senador Marco Maciel, mas eu acho que é razoável. Como a matéria é muito complexa, nós poderíamos fazer essa discussão e amanhã faríamos uma sessão prévia, as nove, para, justamente, essa reunião conjunta, e, em seguida, faríamos a reunião da Comissão de Constituição e Justiça e assim concordar os Srs. Relatores.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Presidente, eu só sugeriria que nós lêssemos o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, sim. Nós faríamos toda a discussão agora e poderíamos afinar a posição e amanhã já viríamos para a votação. Se houver algum pente-fino para fazer, algum ajuste...

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu acho que isso daria, inclusive, racionalidade ao processo, porque obviamente as Sras. e Srs. Senadores já teriam conhecimento do parecer dos relatores.

E, de minha parte, com relação à reunião durante à noite, também não há problema, porque eu espero que às 19 horas, mais tardar 19h30, nós estejamos de volta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então nós faremos da seguinte forma: como é uma reunião conjunta, cabe outra Vista, após a leitura nós faremos a concessão de outra Vista coletiva e amanhã voltaremos já para o processo de votação.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria só... Diz que o óbvio é aquilo que não se faz, por isso eu gostaria de fazer uma observação, com a devida anuência do Presidente e do Relator Senador Eduardo Azeredo. É que nós estamos lutando contra o calendário. O prazo para a sanção, quer dizer, uma vez apreciado no Senado e com emendas que certamente serão acolhidas, a matéria volta à Câmara. E posteriormente, uma vez aprovado na Câmara, segue para o Poder Executivo para sanção ou veto. Hoje é dia 1º de setembro. O último dia de prazo para a publicação da lei com... Exatamente, na realidade, se formos precisos, 02 de outubro, porque, se eu não me engano, 03 de outubro é um domingo, não há Diário Oficial. Eu posso estar equivocado, vou pegar meu calendário aqui. Mas então isso torna o espaço menor. Então, eu faria um apelo para que nós tentássemos...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Até porque, no Plenário pode haver emenda e retorno para cá.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Dia 03 de outubro é um sábado, não há Diário Oficial.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas se tiver emenda de Plenário pode fazer em Plenário mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode se houver dispensa de oitiva da Comissão, mas a regra é fazer aqui nas duas, até porque é esse conjunto. Se puder, melhor ainda.

Por isso que eu acho que a ponderação do Senador Aloizio Mercadante é correta, porque nós poderemos suprimir essa fase, ao menos de fato. De direito, todo mundo tem direito de reapresentar suas emendas, mas, se nós nos ajustarmos, poderemos evitar as emendas de Plenário e o projeto seguirá mais rapidamente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Presidente, mas votaríamos em Plenário, então, amanhã?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se nós encerrarmos pela manhã, como está previsto, imediatamente eu remeto para o Senador Sarney e, dependendo dos líderes, nós podemos votar no período da tarde.

Então, Item único. Projeto de Lei da Câmara nº 141 de 2009. Altera as leis nº 9.096, de 19 de setembro de 1995; Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelece normas para as eleições; 4.737, 15 de julho de 65, Código Eleitoral. Autoria: Deputado Henrique Eduardo Alves e outros Srs. Deputados. Relatoria na Comissão de Ciência e Tecnologia: Senador Eduardo Azeredo. Relatoria na Comissão de Constituição e Justiça: Senador Marco Maciel. Parecer: favorável, com, inclusive, algumas emendas que já foram relatadas, outras foram julgadas prejudicadas e outras com parecer favorável.

Houve Audiências Públicas e, por fim, foi concedida Vista. Alguns Srs. Senadores retiraram as suas emendas e outras foram apresentadas.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se há manifestação decorrente do pedido de Vista. Não havendo, concedo a palavra aos Srs. Senadores Eduardo Azeredo, Relator na Comissão de Ciência e Tecnologia, e Marco Antônio Maciel, Relator na Comissão

de Constituição e Justiça, para proferirem o relatório conjunto. E os dois podem se ajustar para ver, como fizeram da outra vez, qual fará a leitura ou se os dois farão a leitura de uma parte do relatório. Com a palavra, V. Exas.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras. Após a leitura do relatório, que altera aqui na última semana, foi concedida Vista coletiva, como já lembrado. As novas emendas ao projeto de... Surgiram, entretanto, uma na CCT, nº 34, e aqui na CCJ mais 30, 29 emendas, mais duas hoje. Portanto, já somadas as 74 anteriores, já passamos do número de 100. E existem, também, novas emendas de Relator, colocadas nessa Comissão.

Então, na análise, as discussões foram realizadas, as discussões ainda ontem à noite. Então, nós temos as subemendas, que estão listadas, e também as emendas em si, com a sua avaliação.

Leríamos cada uma delas, Presidente? Leremos?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. Talvez seja bom.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Então vamos lá. Primeiro a subemenda à Emenda nº 4 da CCT. No § 4º do art. 2º do PLC nº 141, propõe acrescentar ao art. 28 da Lei 9.096 a substituição da palavra devem por podem, e a palavra mediante pela palavra salvo, passando o referido dispositivo a ter a redação seguinte. Despesas realizadas por obras partidárias municipais ou estaduais, ou por candidatos majoritários nas respectivas circunscrições, podem ser assumidas e pagas exclusivamente pela esfera partidária correspondente, salvo acordo expresso com órgão de outra esfera partidária.

Uma outra subemenda é a subemenda à Emenda nº 12, também da Ciência e Tecnologia, alterando a redação do art. 23, passando a ter a seguinte redação: Pessoas físicas poderão fazer doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais obedecido o disposto nessa lei. § 2º: As doações a candidatos, partido ou coligação exigirão, a cada transação, a identificação do doador e a emissão, segundo modelo constante do anexo, do respectivo recibo, que deverá ser: 1. Entregue impresso ao doador quando o pagamento for feito pessoalmente, ou 2. Remetido por via postal ou eletronicamente, situação em que fica dispensada a assinatura do doador.

No § 4º: as doações de recursos financeiros somente poderão ser efetuadas na conta mencionada no art. 22 dessa lei, sendo válidos quaisquer meios de pagamento que atendam aos dispositivos nesse artigo, inclusive o sistema disponível em sítio do candidato, partido ou coligação na Internet, permitindo o uso de cartão de débito ou de crédito. E no item quatro a autorização de débito em fatura de serviço de telefonia.

A subemenda à Emenda nº 14 diz que o Parágrafo Único do art. 31 da Lei 9.504 de 97 é mantido nos termos do PLC 141 de 2009. O comando da emenda sugere que o seu autor propõe, além da mudança no *caput*, também a supressão do parágrafo.

Nova subemenda: subemenda às Emendas nº 4 da CCJ, nº 17 da CCJ e nº 22 da CCT, dando nova redação ao inciso I do art. 36 A da Lei 9.504 de 97. E o art. 36 A passa a ter a seguinte redação: A participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão, no jornal, na revista e na Internet, e nos programas de propaganda partidária a que se refere o art. 45 da Lei 9.096, inclusive com a exposição de plataformas, projetos políticos e críticas político-partidárias, desde que não haja pedido de votos, observado pelas emissoras de rádio e televisão o dever de conferir tratamento isonômico.

E no art. 2º, ainda do Item 2 do § 1º, a divulgação de propaganda de candidatos, ressalvado o que dispõe no art. 36 da Lei 9.504 e a defesa de interesses pessoais ou de outros partidos e a divulgação de interesses estranhos ao programa partidário, isso no item de proibições.

A modificação do parecer quanto a emendas. Então essas são as subemendas de Relator. Agora, a modificação do parecer quanto às emendas. Na Emendas nº 6, da CCJ, reformula-se o parecer à Emenda nº 6, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, para acolhê-la. Desse modo, permanece o art. 99 da Lei 9.504, com o texto hoje vigente, e se transfere o texto proposto para o art. 99 em questão pelo art. 3º do PLC 141, substituindo no seu *caput* a expressão nesse artigo pela expressão nessa lei, se refere à questão de compensação fiscal às emissoras que transmitem o horário gratuito. Acredito que não há necessidade de ler mais o item que se está alterando.

Novas emendas de Relator. A emenda de Relator nº 9, nº 10, 11, 12, 13, 14, 15. São as novas emendas de Relatores.

A Emenda nº 9 apela para excluir o inciso V do art. 2º do PLC 141. A adoção da nova redação impõe a exclusão do Inciso V, porque o substitui. A emenda de Relator nº 10, exclua-se a expressão irrelevantes, na redação dada pela subemenda à emenda da CCT nº 13.

Na emenda de Relator nº 11, portanto só questões mais de redação. Na emenda de Relator nº 11 fica mantido o § 2º do art. 37 em razão da retirada da Emenda nº 3, pelo autor, Senador Tasso Jereissati.

Emenda de Relator nº 12: O art. 57 C, no *caput*, na forma de parecer, emenda de Relator nº 1, é alterado para adequar a linguagem ao veículo de propaganda, a Internet, substituída a expressão inserções por exposições por até 24 horas, e também excluída a expressão datas diversas.

Emenda de Relator nº 13, também mudando a relação do art. 57 F, aplicam-se ao provedor de conteúdo de serviço multimídia que hospeda a divulgação de propaganda eleitoral de candidato, partido ou coligação, as penalidades previstas nessa lei, se no prazo determinado pela Justiça Eleitoral, contado a partir da notificação da decisão sobre a existência de propaganda irregular, não tomar providências para a cessação dessa divulgação.

E a emenda de Relator nº 14. Acrescenta aos art. 30 da Lei nº 9.504 o que está no § 4º. Vencido o prazo do *caput* desse artigo, sem a manifestação do interessado, a representação poderá ser apresentada pelo Ministério Público Eleitoral no prazo de cinco dias. Essa foi uma sugestão do Senador Demóstenes Torres.

Ainda uma emenda de Relator nº 15, inserindo o § 4º do art. 44 da Lei 9.504, cuja redação é dada pelo art. 3º do PLC 141, com a seguinte redação: A obrigação de veicular propaganda eleitoral estende-se a todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas do serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, buscando atingir, inclusive, as rádios comunitárias e TVs educativas comunitárias, ou seja, todos aqueles que têm, que são concessão ou permissão ou autorização estariam obrigados a transmitir o programa eleitoral.

E passamos à análise das novas emendas. Análise das novas emendas. Emenda nº 34, apresentada pela CCT, e de nº 41 a 70, apresentadas perante a CCT. Hoje é que chegaram a 71, 72 e 73 aqui. Aqui está a análise, já, portanto, de todas essas outras emendas.

A Emenda 34, do Senador Delcídio Amaral apresentada na Ciência e Tecnologia foi acatada nos termos de subemenda, basicamente dando ao Inciso III, do § 4º, do art. 23, a seguinte redação: O mecanismo disponível em sítio do candidato, partido ou coligação na Internet, permitido o uso de cartão de crédito ou cartão de débito, boleto, transferência bancária e outros meios eletrônicos de pagamento, que deverão atender aos seguintes requisitos: identificação do doador e emissão obrigatória de recibo eleitoral para cada doação realizada. Está sendo acatado, portanto, nos termos da subemenda.

A Emenda nº 41 do Senador Eduardo Suplicy é rejeitada. Embora destinada a alterar o Código Eleitoral, a emenda trata, na verdade, de inelegibilidade, matéria tratada em Lei Complementar, não podendo ser tratada em Projeto de Lei Ordinário, por força do disposto na Constituição Federal.

Emenda nº 42, da Senadora Serys Slhessarenko, é também rejeitada. A emenda reduz a quantidade máxima de candidatos que pode ser registrada por partido ou coligação. A justificação, entretanto, fala no propósito de aumentar esse número.

Emenda nº 43, também da Senadora Serys Slhessarenko. Rejeitada. Trata-se de emenda que propõe pena de advertência, pena pecuniária e cassação do registro de candidatos de partido que não cumprir cota de candidatura do sexo feminino. Entendemos que o meio utilizado não se afigura adequado para realização dos fins colimados pela emenda, apesar da nobre intenção.

Emenda nº 44. Senadora Serys Slhessarenko. Rejeitada. Propõe que seja negado o registro dos candidatos masculinos e femininos do partido que não consiga cumprir plenamente a cota de candidatura do sexo feminino. A clara desproporção entre a falta e a pena, e prejuízo para todos, mesmo as candidaturas registradas do sexo feminino.

Emenda 45, também da Senadora Serys Slhessarenko. Acatada parcialmente nos termos de subemenda. Determina que nos formulários de requerimento de registro de candidatos deve constar o campo reservado à informação sobre raça e sexo, de preenchimento obrigatório. Propomos que o preenchimento dessa informação fique a critério do candidato, o objetivo é mais estatístico, para estudos sobre o resultado das eleições. Então fica da seguinte forma: Nos formulários de requerimento de registro de candidato, deve constar campo de preenchimento, por opção do candidato, reservado à identificação de raça ou cor, conforme critérios adotados pelo IBGE. O TRE dará divulgação, mediante campanha institucional educativa, sobre a proporção de candidatos em conformidade com os critérios desse artigo.

A Emenda nº 46, também da Senadora Serys Slhessarenko, também é rejeitada. Propõe que seja alterado o percentual mínimo de recurso do fundo partidário destinado à difusão da participação feminina. Opinamos pela manutenção do texto acordado durante exame da matéria na Câmara, com a participação da Bancada e de entidades femininas, mantendo, portanto, o que está na Câmara, e tivemos também aqui a presença da Ministra da Igualdade Nilcéa Freire, que também defende essa manutenção.

Emenda nº 47, Senador Valdir Raupp. Foi rejeitada. O relatório propõe a supressão do art. 6º do PLC, que trata do voto em trânsito, porque entendemos,

após entendimentos com o Tribunal Superior Eleitoral, que a adoção de tal medida poderia ensejar problemas técnicos e de segurança difíceis de estimar. A matéria é altamente meritória e deve ser objeto de lei especial para uso no futuro.

Emenda nº 48, Senador Alvaro Dias. Ela é aprovada. Trata-se de aperfeiçoamento formal e substancial do que dispõe o art. 11 da Lei Eleitoral. Quanto à quitação: estimula a agilidade do processo, como quer o texto aprovado pela Câmara, e cerceia a impunidade.

Emenda nº 49, da Senadora Kátia Abreu. É prejudicada. Trata-se de substância de uma subemenda à Emenda 3 do Senador Tasso Jereissati. Como o Senador Tasso retirou a Emenda 3 fica prejudicada a Emenda 49.

Emenda 50, Senador Eduardo Suplicy. Acatada parcialmente nos termos de subemenda, de maneira que ficaria a seguinte redação: Os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante a campanha eleitoral, a divulgar pela Internet, no dia 06 de agosto, 06 e 30 de setembro, relatórios discriminando os recursos em dinheiro, ou estimáveis em dinheiro, que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral e os gastos realizados, isso em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim, exigidos a indicação dos nomes dos doadores e os respectivos valores doados somente na prestação de contas final de que trata os Incisos II e IV do art. 29 dessa lei. Portanto, é acatada parcialmente. Hoje a lei fala em dia 06 de agosto e 06 de setembro. Está se acatando uma terceira data, que é a data de 30 de setembro, nas vésperas da eleição.

A Emenda nº 51, do Senador Marcelo Crivella, é rejeitada. Trata-se da eliminação de critério fundamental utilizada para distribuição das sobras quando da aplicação dos quocientes eleitoral e partidário. É matéria complexa, que altera substancialmente o sistema eleitoral. Deve ser objeto de debate e elaboração específica. Portanto, ela não é acatada. A Emenda 51 do Senador Marcelo Crivella propõe que no cálculo do quociente, na hora das sobras também se distribua por todos os partidos, independentemente de terem alcançado uma vaga ou não.

A Emenda nº 52 do Senador Marcelo Crivella é acatada parcialmente, acrescendo à Lei 9.504 o art. 77 A: Nos seis meses que antecede ao pleito, é vedada a propaganda institucional ou eleitoral relacionada à inauguração ou ao lançamento de pedra fundamental de obras públicas.

A Emenda nº 53, Senador Pedro Simon, que propõe a aprovação, que é rejeitada. A aprovação do que propõe essa emenda, como menciona a sua justificação, depende de alteração a ser promovida na constituição, necessária para fornecer a mudança que se pretende fazer na Lei Ordinária e o seu necessário fundamento de validade constitucional.

A Emenda 55... A 54 está retirada. Emenda 55. Também é rejeitada. A emenda impõe à Justiça Eleitoral obrigação de divulgar, aos domingos, durante a campanha eleitoral, os nomes dos candidatos que sejam réus em processos criminais ou que respondam a representações por quebra de decoro Parlamentar. Ocorre que além de existir diversos processos criminais que correm em segredo de Justiça por determinação legal, existem outros que, embora públicos, em princípio podem ter o segredo de Justiça determinado a qualquer momento por decisão do Juiz ou Tribunal. Além disso, o amplo leque de legitimados para a apresentação de representações por quebra de decoro Parlamentar pode tornar todos os candidatos que ocupam cargo no Legislativo objeto desse tipo de representação.

A Emenda nº 56 da CCJ, Senador Pedro Simon, rejeitada. A Lei Eleitoral vigente já proíbe o uso de trucagens e o faz de maneira bastante rigorosa. O Senador Pedro Simon propunha exatamente essa mesma visão, de proibição de trucagens de imagens.

A Emenda nº 57, Senador Pedro Simon. Rejeitada. Prevê inscrever na lei a exigência de idoneidade moral e reputação ilibada para o registro de candidatos, que pode ser uma iniciativa contraproducente com relação à proposta, claro, do eminente autor da emenda, que é fortalecer a moralidade dos processos eleitorais. É que as noções jurídicas abertas e indeterminadas, ou pouco determinadas, podem ensejar uma dificuldade de tipificação nesse caso. Assim, ao invés de proteger o processo eleitoral de pessoas inidôneas, se estaria lhes conferindo atestado de idoneidade pelo só fato de inscreverem-se como candidato.

A Emenda 58, do Senador Valter Pereira, é acatada parcialmente nos termos de subemenda. Está no art. 97: Compete ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público fiscalizar o cumprimento dessa lei pelos Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais, determinando de ofício, ou mediante provocação, a abertura de procedimento disciplinar para a apuração de irregularidades que verificarem, especialmente descumprimento dos prazos estabelecidos para a tramitação dos processos na Justiça Eleitoral. Portanto, é acatada parcialmente a emenda do Senador Valter Pereira.

A Emenda nº 59, também do Senador Valter Pereira, é rejeitada. A possibilidade de ações judiciais nesse caso, apresentadas durante a campanha eleitoral, poderá provocar judicialização do processo político-eleitoral em prejuízo de sua autonomia política. Entendemos que a representação, nesse caso,

deve ser apresentada após a diplomação, nos termos da lei vigente.

A Emenda nº 60 da CCJ, também do Senador Valter Pereira, é rejeitada. Além do abuso de poder econômico que o outdoor expressa, há que observar, quanto a esta matéria, [soa a campainha] as políticas públicas municipais, destinadas a tornar a cidade limpa, que podem ser prejudicadas pelos outdoors eleitorais. Não foi possível chegar a um consenso sobre esse assunto, existindo, realmente, a decisão de manter o que foi decidido pela Câmara dos Deputados.

Emenda nº 61, do Senador Valter Pereira. Acatada parcialmente nos termos subemenda. Os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de outros recursos, salvo se manifestamente protelatórios e assim declarados na decisão que os rejeitar.

Emenda nº 62, da CCJ, Senador Valter Pereira. Acatada parcialmente nos termos de subemenda à Emenda 16 da CCJ, do Senador Antônio Carlos Valadares. O presente relatório já contempla norma pela qual todas as referências a UFIRs na Lei Eleitoral serão convertidas, mediante critério a ser adotado pelos TSEs, em reais.

Emenda 63, Senador Lobão Filho. Acatada parcialmente nos termos de subemenda. No art. 16, § 1º: até a data prevista no *caput* desse artigo, todos os pedidos de registro de candidatos, inclusive os impugnados e os respectivos recursos, devem estar julgados em todas as instâncias da Justiça Eleitoral e publicadas as decisões a ele relativas. Busca, exatamente, acelerar o processo de julgamento de recursos.

Emenda 64. Eu estou caminhando para o fim, que são 70. A Emenda 64, do Senador Pedro Simon, é acatada parcialmente, nos termos subemenda, colocando no art. 40 B a seguinte redação, suprimindo-se o Parágrafo Único: A representação relativa à propaganda irregular deve ser instruída com as provas da autoria ou do prévio conhecimento do beneficiário, e tramitará no rito estabelecido no art. 22 da Lei Complementar 64 de 18 de maio de 1960.

A Emenda 65, do Senador Pedro Simon, é rejeitada. O texto proposto pelo art. 39 A, que se pretende suprimir com a emenda, apenas permite a manifestação silenciosa e individual da preferência do eleitor no dia da eleição. Tal permissão deve ser mantida, a nosso juízo.

Emenda 66, também do Senador Pedro Simon. O art. 36 A, na forma do projeto, sem afastar a competência da Justiça Eleitoral para o julgamento das lides e a organização das eleições, resgata a competência do Congresso para legislar sobre o Direito Eleitoral, competência esta que é exclusiva e assim delegável. Por tal razão deve ser preservada, portanto rejeitando a Emenda 66.

A Emenda 67 é acatada parcialmente, nos termos de subemenda, também de proposta do Senador Pedro Simon. Dando as alíneas A e E do Inciso IV, do § 3º, do art. 58 da Lei 9.504, a redação apresentada pelo art. 3º. Dando a seguinte redação: Deferido o pedido, a divulgação das respostas dar-se-á no mesmo veículo e espaço – trata-se de direito de resposta -, mesmo veículo, espaço, local, horário, página eletrônica, tamanho, caracteres e outros elementos de realce usados na ofensa, mediante procedimento iniciado em até 24 horas após a entrega da mídia física com a resposta do ofendido. E no item E: não sendo possível em tempo hábil para que o efeito de resposta produza o efeito desejado, a identificação do responsável direto pela geração ou edição do conteúdo da mensagem considerada ofensiva, a Justiça Eleitoral poderá notificar a empresa responsável pela hospedagem da página que contém a devida mensagem, para que providencie a retirada daquela página do ar, sem prejuízo da aplicação infrator das penas previstas nessa lei.

A Emenda 68, também do Senador Pedro Simon, é rejeitada. Embora o uso lícito e saudável das tecnologias e serviços disponíveis na Internet seja um desafio para todas as atividades e setores da economia e da vida política de uma ação, pois normalmente impõe rupturas aos processos sociais já estabelecidos, não é possível ignorar a existência da rede, as mudanças de hábitos, de práticas e de regras sociais provocadas por seu uso disseminado. A rigor, doações e pagamentos pela Internet já são uma realidade, e essa tecnologia permitiu que os custos e a velocidade dessas transações fossem modificadas drasticamente. Da mesma forma, a veiculação da propaganda partidária pela Internet, quando feita por qualquer pessoa natural, que exerce seu direito de livre manifestação do pensamento, também nunca foi vedada. Assim, julgamos que é adequada a utilização da rede com propósito eleitoral, dentro de regras jurídicas que retratem práticas sociais geralmente aceitas, não prescinde da aprovação de normas legais. Em nossa sociedade, trata-se do legítimo processo de validação e legalização de práticas sociais, que evoluem à medida da evolução tecnológica. Considerando válida, então, a doação de recursos para campanhas eleitorais mediante a Internet, conforme aprovados já pela Câmara. Embora sejam compreensíveis as preocupações do Senador Pedro Simon em relação ao mau uso da rede com fins eleitorais, não será possível coibir tais práticas. Ao contrário, devemos definir o que é permitido, para que se possa sancionar, justamente, o malfeitor.

A Emenda 69, nesse caso, como de resto, em toda disciplina que consta nesse Projeto de Lei, não se trata de invadir competência de outro Poder, mas de resgatar as atribuições do Poder Legislativo. Também é rejeitada.

A Emenda 70 também é rejeitada. A emenda pretende a supressão do art. 2º do PLC 141 destinado a promover mudança na Lei dos Partidos Políticos. Ocorre que tais mudanças são necessárias para melhor adequação dessa lei às outras mudanças aqui propostas para promoção de condições técnicas especialmente para reafirmação da natureza constitucional dos partidos políticos.

O Senador Marco Maciel, então, vai fazer a leitura do voto.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu vou ler aqui emendas. Agora eu vou fazer a leitura das emendas que foram apresentadas agora e, consequentemente, ainda não possuem a nossa opinião, o parecer escrito. Todavia, eu gostaria de fazer uma ressalva com relação à emenda do Senador Pedro Simon, que hoje de manhã houve uma conversa sobre esse assunto. E a Emenda 53, CCJ, que já havia sido rejeitada passou a ser aprovada com a nova redação que foi dada.

Então, eu vou excepcionar para ler a emenda como ficou. A emenda 54, CCJ, Senador Pedro Simon: Esta Comissão de Constituição e Justiça aprovou o Projeto de Lei do Senado 688 de 2007, de autoria do Senador Pedro Simon, autor desta Emenda 54, que exige reputação ilibada para os candidatos às eleições tal como ocorre nos termos constitucionais com os Ministros dos Tribunais Superiores, Embaixadores e Servidores Públicos. A matéria encontra-se na Câmara dos Deputados.

Entendemos que este projeto é mais uma oportunidade para consagrar em lei esta exigência fundamental. Daí porque o nosso parecer é favorável.

As demais emendas eu vou lê-las, mas não há parecer, posto que foram apresentadas hoje pela manhã. São mais quatro.

São a emenda 73, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que diz o seguinte: Dê-se ao § 11, do art. 73, da Lei 9.504 de 1997, alterado pelo art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 141 de 2009, a seguinte redação: Art. 73, § 11. No ano de eleição, os programas sociais de que trata o § 10º não poderão ter critérios novos de ampliação e não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida.

A justificação diz o seguinte: A redação ora proposta tem por escopo a necessidade de combinar o necessário rigor na concessão de benefícios de assistência social em anos eleitorais, de forma a se evitar a nefasta prática do clientelismo com os imperativos de justiça social. A pobreza e a marginalização não deixam de existir nos anos eleitorais e sua erradicação constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, nos termos do § 3º, inciso III da Constituição Federal.

Assim, entendemos ser absolutamente legítimos os expedientes de reajuste geral de benefícios em face da inflação pretérita apurada, e de forma individualizada a correção de benefícios em razão de erros diagnosticados e a ampliação ante o preenchimento de requisitos que habilitam o cidadão à sua obtenção.

Então, eu li e gostaria de dizer que o sentimento do Relator é no sentido de acolhimento da presente emenda que guarda compatibilidade com a prestação dos serviços sociais sem prejuízo, porém, de buscar a fazer com que eles sejam administrados observados os princípios republicanos.

A emenda a seguir, que também foi agora apresentada, trata-se de iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko que faz Emenda nº 71 e diz o seguinte: O art. 10 da Lei 9.504 de 97 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo: § 6º: A não observância do estabelecido no § 3º deste artigo implicará em: A) Advertência pública, na primeira vez do descumprimento do estabelecido no § 3º deste artigo, e acréscimo de 20% sobre o tempo disposto no inciso IV, do art. 45 da Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995. B) Aumento em 50% dos repasses para o disposto no inciso V, do art. 44 da Lei 9.096 de setembro de 95, na reincidência, mais o disposto na alínea anterior, de forma cumulativa. C) Reserva do tempo disposto no art. 47, 20% superior ao das candidaturas do sexo em vantagem numérica para o sexo em desvantagem numérica, no partido ou coligação, além da aplicação das sanções previstas nas alíneas anteriores de forma cumulativa quando do descumprimento do estabelecido no § 3º desse artigo ocorrer pela terceira vez. D) Indeferimento do pedido de registro das candidaturas do partido ou coligação no pleito subsequente quando do descumprimento do estabelecido no § 3º desse artigo ocorrer pela quarta vez, somado às penalidades previstas nas alíneas anteriores de forma cumulativa.

A justificativa diz, basicamente, o seguinte: É importante que o desrespeito à Lei Eleitoral, no que tange à participação feminina, tenha sanções que impliquem na real aplicação da lei. Entendemos que a punição positiva, quer dizer, que se reverta em benefício para as mulheres do partido ou coligação, significará um ganho para o sistema partidário brasileiro, cuja punição pelo descumprimento não se reverterá em ônus para as próprias mulheres, atingirá apenas aqueles

que descumpriram a regra de forma deliberada ou não, fortalecendo a participação feminina nas agremiações partidárias. Hoje a não observância não gera qualquer ônus aos partidos. Senadora Serys Slhessarenko.

Emenda 72, do Senador Antônio Carlos Valadares. Dê-se ao inciso IV, do art. 36 A, da Lei 9.054 de 30 de setembro de 1997, de que trata o art. 4º do Projeto de Lei da Câmara 141 de 2009, a seguinte redação: Art. 4º. A seguir, art. 36 A, inciso IV: A divulgação de atos de Parlamentares e debates legislativos, bem como do trabalho dos filiados ao partido que exerçam cargo no primeiro escalão da Administração Pública direta ou indireta, desde que não se mencione a possível candidatura ou se faça pedido de votos ou de apelo ou de apoio eleitoral.

Justificação: A emenda busca viabilizar que não seja caracterizada propaganda eleitoral antecipada tanto a divulgação dos atos Parlamentares e debates legislativos como também o do trabalho daqueles que exercem cargo no primeiro escalão da Administração Pública direta ou indireta.

Não são raras as vezes em que as ações judiciais logram suspender as propagandas partidárias e com isso impedir a divulgação do programa partidário na forma como ele é executado no Legislativo e no Executivo por seus filiados. Ocorre que não é razoável pensar que um Parlamentar, seja ele Senador, Deputado ou Vereador, ou mesmo Ministro, Secretário Estadual ou Municipal, ou ainda, outro agente público que desenvolva uma atividade pública em nome do partido, na Administração indireta, não possa divulgar seu trabalho em nome do partido ou como parte da execução do programa partidário.

A divulgação do trabalho realizado em nome do partido ou na qualidade de membro filiado ao partido é legítima e não pode ser impedida sob o argumento de se tratar da defesa de interesses pessoais se o trabalho é alinhado ao programa partidário.

Agora uma emenda, e acho que é a última, a emenda... E por fim temos a emenda, também de autoria do nobre Senador Antônio Carlos Valadares, a Emenda 75 ao PLC 141 de 2009: Acrescente-se o § 10º ao art. 39 da Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997, na forma de que trata o art. 4º do Projeto de Lei da Câmara nº 141 de 2009, com a seguinte redação: Art. 4º. Art. 39, § 10º: Nos comícios eleitorais é permitido projetar em telões trabalhos, propostas e discursos dos candidatos a cargos para o Poder Executivo e para o Legislativo, inclusive vídeos e músicas de campanha.

Justificativa: A presente emenda busca permitir a divulgação, durante os comícios eleitorais, de vídeos e músicas de campanha dos candidatos, bem como de suas propostas, seus projetos e discursos. Autor: Senador Antonio Carlos Valadares.

São essas as emendas, portanto-–

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, Relator, eu apresentei uma emenda, também, a 97 A, § 2º do 97 A. Sobre o problema de eleição direta, cassação de mandatos e eleição direta. Gostaria só que fosse dado conhecimento.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): É Emenda 74, não é Senador Aloizio Mercadante? Dê-se ao § 2º, do art. 97 A, da Lei 9.504 de 97, acrescido pelo art. 4º do Projeto de Lei da Câmara 141 de 2009, a seguinte redação: § 2º. Vencido o prazo de que trata o *caput*, inciso I, será aplicável o disposto no art. 97, sem prejuízo da representação ao Conselho Nacional de Justiça. 2. Sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, serão aplicáveis as sanções de cassação de registro, diploma ou mandato em caso de processo que envolva eleição majoritária, se ante a decretação judicial de vacância nos dois primeiros anos do período de exercício do cargo Executivo, ou faltando mais de 15 meses para o término do mandato de Senador for possível a realização de eleição em 90 dias depois de aberta a vaga mediante voto direto, secreto, universal, em âmbito da circunscrição eleitoral, devendo os eleitos completar o período de seus antecessores.

A justificativa é a seguinte: A emenda que ora apresentamos – que é de autoria do Senador Aloizio Mercadante – tem por escopo reforçar a preocupação de se imprimir maior celeridade à jurisdição eleitoral, sem que se fixem graves impedimentos à adequada prestação jurisdicional como sanção pela demora do julgamento.

Aqui se estabelece que a restrição mais draconiana só deixará de ser observada se não puder ser assegurado o primado da soberania popular, que se respeita na proposta pela convocação de nova eleição no prazo de 90 dias.

São estas as emendas apresentadas que ainda não têm, portanto, parecer dos Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão, Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, Senador Alvaro Dias.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Gostaria, também, de participar da discussão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em seguida, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente e senhores, Sr. Presidente Senador Demóstenes Torres [soa a campainha], Srs. Relatores Marco Maciel e Eduardo Azeredo. Eu gostaria de, em

primeiro lugar, formular uma indagação sobre o que me parece estar ausente das preocupações desse projeto, mas não ausente daquilo que é uma realidade que pode acontecer. Eu me refiro, e gostaria de lhes perguntar.

Os Relatores Marco Maciel e Eduardo Azeredo consideraram a hipótese da regulamentação de prévias que, eventualmente, os partidos venham a realizar? Por exemplo, qual o tratamento dado, se porventura houver uma... A prévia que se imagina pode ou não acontecer, vamos supor, em um partido de oposição ao do PT, entre os Governadores Aécio Neves e José Serra. Ou se, porventura, surgir, no âmbito do Partido dos Trabalhadores, seja nacionalmente ou em algum Estado, a possibilidade de realização de prévias. Poderão os pré-candidatos se declararem pré-candidatos? Poderão os meios de comunicação, eventualmente, transmitir debate entre aqueles pré-candidatos? Que tratamento será dado?

Eu considero esta questão de grande relevância, porque acredito que o processo de realização de debates em prévias pode se tornar em processo de grande relevância para a democratização de decisões entre a população, entre os eleitores interessados. Então, eu pergunto se não deveria haver esta preocupação e uma previsão da eventual hipótese de realização de prévias precedidas de debates. E, portanto, poderá aquele que é um pré-candidato se declarar abertamente pré-candidato até que depois se torne candidato para efeito da realização de prévias? Que tratamento a Justiça Eleitoral dará se houver omissão da nossa legislação?

É essa a preocupação, Sr. Presidente, que eu acho que deveríamos lidar hoje, inclusive antes do prazo de término para a apresentação de emendas. Me disporia, inclusive, mas gostaria de ter a colaboração dos Relatores, pensar junto a respeito, porque se trata de um assunto de interesse comum de todos os partidos. Então, eu indago se foi pensado isso e se não é o caso de efetivamente-–

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu respondo a V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Infelizmente, o projeto que veio da Câmara ele é mais uma reforma eleitoral pequena, diminuta, do que uma reforma política. Infelizmente, a conclusão que nós chegamos, e até será composta uma Comissão, se V. Exa. quiser participar será um orgulho para todos nós, assim que encerrar esse processo. Porque para o ano que vem não adianta ter ilusão que não vai aprovar mais nada, a não ser a possibilidade dessa lei. Então, os outros temas, como prévias, coligações partidárias, fidelidade partidária, voto fechado em lista, financiamento público, etc., nós vamos iniciar uma discussão logo em seguida ao encerramento do prazo eleitoral, a fim de que... Porque muita coisa já foi aprovado nosso e foi para a Câmara e não andou, e isso seria o ideal.

Então, o que nós estamos imaginando? Com os atuais Parlamentares, nós não vamos conseguir aprovar nada. Então, após encerrado esse período, já para aplicação nas eleições de 2012 ou 2014, haverá uma chance de aprofundarmos nessas discussões. Então nós ficamos restritos ao que veio da Câmara, porque se nós aprofundarmos a discussão aqui, não vai sobrar possibilidade de aprovação de nenhum tema polêmico. Então, mesmo esses temas, nós estamos aqui há mais de um mês em um processo de discussão, e talvez só amanhã encerraremos essa fase na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Ciência e Tecnologia, porque resolvemos fazer o estudo conjuntamente. Caso contrário, nem isso daríamos conta.

De sorte, Senador Suplicy, que encerrado esse período, encerrada a discussão desse Projeto de Lei, nós vamos tentar fazer uma reforma política que valha para 2012 ou para 2014, porque, quem sabe, nós poderemos conseguir sensibilizar os Parlamentares para que possam ir adiante essas ideias como as de V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria ainda de mencionar dois tópicos diferentes deste. O primeiro refere-se à proposição que fiz, que foi parcialmente acatada, referente à informação que os partidos e candidatos devem dar com respeito às contribuições, sejam elas do fundo partidário, de pessoas físicas ou jurídicas.

Mas os Relatores avaliaram que a divulgação das respectivas contribuições só deverão ser tornadas públicas depois da realização das eleições.

Eu gostaria de ponderar, Sr. Presidente, que-–

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O senhor poderia fazer o outro questionamento, que os Relatores... V. Exa. disse que tem mais dois pontos. Esse é um, e o segundo? Porque aí nós já faremos o-–

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A ponderação que eu quero fazer é que me parece que é muito importante – o Senado já havia aprovado antes das últimas eleições, isso é a Câmara que retirou – que pudéssemos fazer até 30 de setembro a divulgação das contribuições que cada candidato e partido recebe. Por que não dar transparência a isso?

Alguns Senadores ponderaram: "Mas quem sabe isto poderá inibir doadores de darem aqui ou ali?".

Mas será que não é muito mais democrático se saber de antemão quais as contribuições, e será que é isto que vai inibir os doadores, já que depois vai se saber mesmo? Então-–

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E o outro questionamento, Senador?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, eu coloco para os Relatores a indagação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O segundo ponto, que havia também nas minhas emendas, refere-se àquilo que o Senador Pedro Simon tanto tem aqui explicitado, e que... Inclusive a CNBB, nesta campanha, está procurando fazer, no sentido de... E havia a minha Emenda 41, no sentido de obrigar que somente candidatos com fichas judiciais limpas possam concorrer nos pleitos eleitorais e também-–

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Passou a emenda do Senador Pedro Simon, que aceite só candidatos com reputação ilibada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está aprovado? Então eu estou satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Foi acolhido.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E solidário à proposição do Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Temos, pela sequência, Senador Flexa Ribeiro, Senador Antonio Carlos Valadares e Senador Pedro Simon.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas eu pedi, juntamente com o Senador Suplicy, eu havia pedido a palavra, Sr. Presidente, juntamente com ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, em seguida, o Senador Alvaro Dias, que tem razão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Demóstenes Torres, Srs. Relatores, Srs. Senadores.

O objetivo desse projeto que está sendo competentemente relatado pelos Senadores Marco Maciel e Eduardo Azeredo, é fazer, como bem disse o Senador Demóstenes Torres, uma reforma que não é uma reforma, é algo emergencial para que possamos melhorar o processo eleitoral do ano que vem. Então, nós temos que votá-lo, daí porque fizemos em conjunto a reunião da CCT com a CCJ, um relatório único entre os dois Relatores, para que tivéssemos economia processual.

Nós temos que terminar a votação nas Comissões para que possamos discuti-lo em Plenário e retorná-lo à Câmara a tempo de ser sancionado até o dia 03 de outubro. Se não fizermos isso, nós não vamos ter nada. Nós não vamos ter nem o bom contra o ótimo-–

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A Câmara ficou três anos com esse projeto. Tem mais de 10 projetos aprovados pelo Senado que estão na gaveta. Agora manda, às vésperas de eleição um requerimento, e nós temos que votar correndo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda a razão. Agora, o que nós precisamos é alterar, então, o regimento, dividindo, de forma isonômica, os prazos da Câmara e do Senado, porque o que ocorre é que sempre o Senado tem que votar de forma acelerada, em pouco tempo, porque a Câmara fica com os projetos lá até o limite. Ou o limite é imposto por uma Medida Provisória, por um projeto que tramita em regime de urgência, ou, no caso aqui, pelo processo que define o regime eleitoral que tem que ter alteração até um ano antes das eleições.

Então, Senador Demóstenes Torres, V. Exa. compreende? Na CCJ nós poderíamos estudar uma forma, o Senador Pedro Simon tem razão-–

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Oportunamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --para que não estejamos sempre tendo que votar de forma açodada no Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador Presidente, Srs. Senadores. Disse bem o Presidente Demóstenes Torres que trata-se de uma reforma eleitoral insuficiente, apressada e em momento inoportuno, que ignora a existência de tantas propostas já aprovadas [soa a campainha] pelo Senado Federal e que poderiam compor uma reforma política que viesse a conferir ao país um modelo político moderno, compatível com a realidade e as aspirações políticas da sociedade brasileira.

Eu, particularmente, não tenho muita esperança que o Congresso possa aprovar uma reforma política, a não ser que o Presidente da República, eleito em 2010, assuma a liderança desse processo. Nesse presidencialismo forte, o Presidente da República é o grande legislador. Se ele lidera um processo de reforma, pode ocorrer. Sem que o Presidente da República se interesse por uma reforma de amplitude, certamente teremos dificuldades aqui no Congresso Nacional.

Imagino que é uma tarefa a ser liderada pelo Presidente da República no início da sua gestão, logo após a consagração popular. Desta forma, certamente

nós vamos alcançar os objetivos de uma reforma política, de atender às aspirações do povo brasileiro em ter um modelo político capaz de reduzir, inclusive, o impacto das ações de corrupção que começam quase sempre durante a campanha eleitoral e prosseguem depois durante o exercício do mandato, especialmente na Administração Pública. Mas é o que temos, é essa reforma eleitoral. É bom enfatizar isso, para não gerar essa falsa expectativa. Acho que temos o dever de esclarecer sempre a opinião pública sobre o que estamos aprovando e o que pretendemos com o que estamos aprovando, aonde queremos chegar.

Não vamos chegar muito longe com essa reforma eleitoral. Não vamos promover grandes alterações, é uma reforma pífia. A reforma política foi, mais uma vez, relegada a um segundo plano, fica para as calendas. Nós vamos aguardar um novo período Legislativo, com a eleição de 2010, para alimentarmos a esperança de termos um novo modelo político no país, porque esse realmente é retrógrado, é superado, tem sido condenado reiteradamente em todas as eleições. E, certamente, é um desestímulo a que pessoas talentosas, vocacionadas para a vida pública se afastem desta atividade.

Sr. Presidente, eu aproveito o ensejo para fazer apenas duas considerações [soa a campainha] dirigidas aos dois relatores ainda a tempo, sei que debaterão a possibilidade de alguma alteração até a deliberação final.

A primeira é relativamente a outdoor. Eu não considero outdoor um instrumento para que se abuse do poder econômico. Há uma regulamentação que pode ser mais ou menos rigorosa. E, sobretudo, há uma regulamentação que pode ser liderada pela Administração Municipal, no âmbito do Município, já que há iniciativas como a de São Paulo, Capital, de limitar a utilização de *outdoor* como veículo de publicidade. Portanto, Sr. Presidente, eu acho que nós deveríamos considerar melhor. Substituir outdoor por placas, aí sim me parece não só emporcalhar as cidades, e isso é possível que ocorra, não há possibilidade de um controle mais rigoroso em relação à quantidade de placas utilizadas. Aí sim é possível até se estimular o abuso de poder econômico: quem pode mais, coloca um número maior de placas, até porque é praticamente impossível essa fiscalização.

Eu creio que nós estaríamos reduzindo a possibilidade de abuso de poder econômico com o outdoor, e estaríamos possibilitando, inclusive, uma propaganda mais limpa, a cidade limpa. Nós estaríamos possibilitando uma propaganda mais moderna.

Acho, Sr. Presidente, que é possível rever isso e é o apelo que eu estou formulando. Temos várias emendas, emenda do Senador Jarbas Vasconcelos, emenda do Senador Valter Pereira, emenda do Senador Osmar Dias, parece que várias emendas com o mesmo objetivo.

E a outra questão diz respeito a uma proposta do Deputado Silvio Torres na Câmara dos Deputados. O Deputado Silvio Torres foi Relator de uma CPI que investigou a CBF. No Senado Federal eu fui Presidente de uma CPI do futebol, que também investigou a CBF e outras entidades esportivas. E a conclusão é de que a CBF patrocina campanhas eleitorais.

O que nós devemos indagar? Por que a CBF patrocina campanhas eleitorais? Qual é o propósito desse patrocínio? Tem direito o Presidente da entidade de utilizar-se de recursos que não são seus para patrocinar candidaturas da sua preferência?

Eu não quero fazer ilações, até porque não seria inteligente, já que o objetivo é eliminar isso que nós consideramos um equívoco. As entidades esportivas, em que pese o fato de serem consideradas entidades privadas, que não manipulam recursos públicos, reiteradamente manipulam recursos públicos de forma direta ou indireta. A CBF, sobretudo, administra um patrimônio cultural do povo brasileiro que é a Seleção Nacional. É da nossa Constituição. A Seleção Brasileira é parte do patrimônio cultural do povo brasileiro. E, evidentemente, os recursos manipulados pela CBF, que têm origem em espetáculos oferecidos pela nossa Seleção em campos do mundo, esses recursos devem ser considerados, de forma direta ou indireta, recursos públicos, oriundos de uma atividade que passa a ser pública na medida em que a Seleção Brasileira é um patrimônio cultural do povo desse país [soa a campainha].

Isso nós discutimos amplamente na CPI do futebol. Mandados de Segurança remetidos ao Supremo para impedir a CPI de funcionar foram rejeitados exatamente porque se considerou a CBF uma espécie de paraestatal, e como talo tal deve ser tratada, inclusive deveria prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

Portanto, Sr. Presidente, esse texto deve ser claro. As entidades esportivas não podem patrocinar campanhas eleitorais. Nós estaremos, se permitirmos, ensejando corrupção, sim. É por isso que, de quando em vez, se noticia a existência da chamada bancada da bola. Não há como evitar o favorecimento se nós possibilitarmos que alguém, eventualmente, presidindo essa entidade, a CBF, possa escolher a quem financiar aleatoriamente, em função dos seus próprios interesses, para obter, futuramente, apoio político.

Portanto, eu faço esse apelo para que os Srs. Relatores possam atender este pleito do Deputado Silvio Torres, que só o apresentou exatamente por conhecer

em profundidade o que ocorre nos bastidores do futebol brasileiro, especialmente nos bastidores das entidades que administram o futebol do nosso país.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Relatores, esse é o apelo que eu formulo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares. [soa a campainha].

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente-–

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em seguida, V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria de indagar do nobre Relator na Comissão de Justiça, Senador Marco Maciel, como ficará, então, a redação da Emenda 17, que eu apresentei e V. Exa. acatou. Eu tenho uma curiosidade, porque é fundamental, uma vez que nós estamos, Sr. Presidente, alterando duas leis: a 9.096, que é a Lei dos Partidos Políticos; e a Lei 5. 094, que é a Lei das Eleições.

Então, eu acho que se a gente não fechar essa questão dos dois lados, em uma lei e na outra, vamos deixar alguma brecha para o Ministério Público continuar proibindo, ou seja, entrando com ações contra os partidos políticos.

Então, o meu desejo é que nós não deixemos nenhuma brecha, tanto em uma lei quanto na outra, repetir praticamente a mesma coisa. De vez que são leis que uma trata dos partidos políticos e a outra trata das eleições. Então, vamos... O que eu estou propondo é colocar mais ou menos a mesma redação nas duas leis, modificando o art. 36 e modificando o art. 2º, modificando o art. 45 da outra lei, da Lei dos Partidos Políticos.

Então, o que eu gostaria de saber é como ficará esta redação com as emendas que eu apresentei, inclusive possibilitando não só detentores de mandatos eletivos, mas também ocupantes de cargos no Executivo, na Administração direta ou indireta, a aparecerem na televisão fazendo a divulgação do seu trabalho? O Ministério Público tem dado em cima disso, o que eu acho um absurdo, mas tem dado em cima disso.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador-–

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Será que V. Exa., como tem questionamentos também do Senador Alvaro Dias e Eduardo Suplicy, talvez fosse melhor, se V. Exa. concordar, de ouvirmos por último o Senador Pedro Simon-–

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então eu teria outra indagação a fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não. Então faça, que responde em conjunto.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Tudo bem, Presidente.

Visando dar, de forma expressa, aos candidatos a cargos eletivos, na Lei 9504, que é a lei que trata das eleições, a possibilidade de projetar, mediante telão, os seus trabalhos.

Por exemplo, o senhor faz um programa de televisão, suponhamos, de três minutos. É repetir mais ou menos aquele programa de televisão em um telão em um comício eleitoral. O que tem? Isso não está bem... A Lei Eleitoral não explica essa questão do telão. Não proíbe nem expressamente deixa essa possibilidade. Então, o que eu estou propondo? É que na Lei Eleitoral se permitam os candidatos projetar em telões os seus trabalhos. Por exemplo, o discurso do Senador Marco Maciel que proferiu em defesa da Defensoria Pública, suponhamos-–

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Aloizio Mercadante apresentou uma emenda nesse sentido que foi acolhida pelos Relatores, possibilitando nos comícios-–

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas eu gostaria de saber, então, quando o senhor me responder, qual a redação da emenda proposta pelo Senador Aloizio Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já foi lida, mas leremos novamente.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de informar muito conciso, dizer o seguinte: com relação ao art. 2º, art. 45, § 1º, inciso I, já havia comunicado a V. Exa. que nós tínhamos acolhido a emenda, e aqui se encontra, já: A divulgação da propaganda de candidatos, ressalvado o que dispõe no art. 36 A da Lei 9.504, a Lei das Eleições, de 30 de setembro de 1997, e a defesa de interesses pessoais ou de outros partidos e a divulgação de interesses estranhos ao programa partidário. Essa foi a proposta que V. Exa. fez.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, eu não falei em interesses pessoais. Eu falei em interesses estranhos.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não, interesses estranhos ao programa partidário. Interesses estranhos ao programa partidário.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então V. Exa. aceita?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Essa foi acolhida.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Alterou o art. 2º?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Que corresponde ao art. 45 da...?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente, isso já foi acolhido e já tinha passado a V. Exa., inclusive ontem, quando nós conversamos, mas-–

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas é porque eu não encontrei aqui no relatório.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Mas está aqui e foi lido.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não estou duvidando da palavra de V. Exa., longe de mim.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não, eu sei disso, mas apenas queria reiterar-–

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pelo contrário, o texto sempre... O seu comportamento e a sua conduta é ética e decente com os colegas.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, muito obrigado. E sabe da recíproca.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Passaremos a palavra, então, ao Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, se me fosse permitido eu gostaria de falar dois assuntos. O segundo é a matéria que nós estamos falando, mas antes eu gostaria de perguntar a V. Exa.: nós, da Comissão de Constituição e Justiça... Eu queria... Deu?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu continuo ouvindo V. Exa., como sempre.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, eu não queria atrapalhar o telefonema de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não atrapalhou, não atrapalhou. Fique tranquilo que V. Exa. não atrapalhou e nem eu atrapalhei a fala de V. Exa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Fico satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Fique à vontade. Continuo ouvindo V. Exa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Um grupo de Senadores entrou com recurso no Supremo Tribunal com relação ao fato da decisão tomada pela Comissão de Ética da qual, da rejeição da Comissão de Ética, se fez o recurso à Mesa e a Mesa, através do seu Presidente, passou para o segundo vice-Presidente. Não sei se o primeiro estava ou não estava, para que a questão fosse decidida com a rapidez impressionante na sexta-feira. E decidiu pelo arquivamento.

Dessa decisão, um grupo de Parlamentares recorreu ao Supremo Tribunal. No sorteio caiu um ilustre Ministro que se deu por suspeito. O segundo estava de licença e a licença terminava... Terminaram ontem, segunda-feira.

Eu respeito, eu não conheço as regras internas do Tribunal, mas eu não entendi por que entrou o terceiro, se tinha alguém que tinha sido sorteado e que segunda-feira assumiria.

Esse Ministro praticamente arquivou a nossa decisão. Eu quero dizer, com todo respeito, eu também não entendi, assim como eu não entendi a decisão do Presidente do Senado que, não querendo decidir, é normal que não decidisse, deu para o primeiro vice, mas em uma sexta-feira apareceu a segunda vice. Eu acho que o normal é ficar com o primeiro vice e o primeiro vice teria um prazo de 48 horas para tomar a decisão.

Com todo respeito ao Supremo, e quem sou eu para entrar em assunto interno do Supremo, mas eu também não entendi. Dando-se por suspeito e não querendo decidir o primeiro sorteado; o segundo a licença terminava ontem, terminou ontem, ele estava aqui; fazer um novo sorteio para que o assunto obrigatoriamente tivesse que sair na sexta-feira.

A pergunta que eu faço a V. Exa.: se, pelo menos por uma questão de seriedade, de equilíbrio, nós não deveríamos discutir e V. Exa. marcar uma data para discutir na Comissão o assunto em si, debater essa questão? No momento em que a Comissão de Ética praticamente desapareceu, porque a maioria dos membros... Os membros de oposição renunciaram, e o próprio Presidente do Senado é a favor da extinção da Comissão, então ela praticamente não tem mais significado.

Então, eu não consigo entender... Podemos até decidir que não se fale mais no assunto, mas nós temos que decidir. Eu acho que em cima de uma decisão surpreendente do Presidente do Senado, que a gente sabe que se ele tivesse entregue para o primeiro Presidente a decisão podia ser uma, entregou para a segunda. Eu não consigo entender... Calma Senador, deixa eu terminar, depois V. Exa. entra. Não fica nervoso. Não, V. Exa., a tropa de choque já está preparada. Calma. Deixa eu expor primeiro.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Nem pedi a palavra. Eu nem quero trabalhar-–

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Depois, V. Exa., com o conhecimento importante e jurídico que tem, fará a sua exposição, mas vá com calma.

Eu acho, eu falo com toda a sinceridade... Foi aprovada uma proposição absurda dizendo que decisões da Comissão de Ética não têm recurso para o Plenário. Um despacho negativo do Presidente pode ser recurso para a Comissão, mas o despacho é negativo e da Comissão está arquivado, não vai para o Plenário. Mas essa decisão tomada... Esse Senado é fantástico! Ela foi tomada à época em que... Nem quero discutir porque é muito delicado, envolve o Senador Renan, ex-Presidente, mas a verdade é que essa decisão não resolve nada, não alterou nada. Porque tem um artigo no regimento do Senado e o regimento do Senado é muito mais importante do que o regimento da Comissão de Ética. E esse artigo diz o seguinte: De todas as Comissões cabe recurso ao Plenário.

Se de todas as Comissões cabe recurso ao Plenário, a Comissão de Ética, que é uma Comissão, dela também cabe recurso ao Plenário. E esse artigo está em vigor, esse artigo existe. De todas as Comissões cabe recurso ao Plenário. O que é a Comissão de Ética? É uma Comissão. Das decisões dela cabe recurso ao Plenário. Isso é o que foi feito. Isso é o que foi feito.

O Presidente Sarney não tomou a decisão e fez muito bem, devia passar o primeiro vice. Era uma sexta-feira, mas não estava o primeiro vice, nem podia adivinhar. Apareceu a segunda vice e tomou a decisão de pura e simplesmente mandar arquivar. Pura e simplesmente mandar arquivar.

Eu defendia, Sr. Presidente, eu defendia que nós deveríamos ter entrado com recurso desse despacho da segunda vice-Presidente para o Plenário, para nós discutirmos no Plenário. Mas os juristas acharam melhor entrar no Supremo, e houve essa decisão do Supremo. Com todo o respeito ao Supremo, eu acho estranho. É claro que nós sabemos que o Supremo, e está correto o Supremo, a tese do Supremo é não entrar nas brigas internas do Senado e da Câmara. Não é o Supremo que vai entrar nos fuxicos, nas brigazinhas internas na Câmara e no Senado. Correto. Mas há momentos que não é bem isso. O próprio Supremo deu um exemplo. Quando o Senador Sarney, o Senador Renan e o líder do PT não deixaram criar a CPI que deu no "mensalão", porque a minoria pediu. Foi instalada, instalada não foi, mas foi criada, o Presidente do Senado mandou os líderes indicarem. Os líderes não indicaram, e não só não indicaram como deram uma nota. O líder do MDB, do PT e outro deram uma nota dizendo o seguinte: CPI só se instala aqui quando tiver aprovação da maioria. Nós somos contra e não vamos indicar nome. Nós recorremos ao Presidente, pelo regimento, se não o regimento do Senado é o regimento do Congresso. Se as Bancadas não indicam, compete ao Presidente indicar, e ele não quis indicar. Entramos no Supremo e ganhamos.

O Supremo Tribunal... O querido Senador do Amazonas, falecido, e eu entramos com a rescisão e o Supremo mandou instalar. Aquela foi uma decisão importante, onde, a rigor, o Supremo entrou na economia interna do Senado, mas entrou para defender uma causa importante, uma causa justa, que era o direito da minoria de instalar uma CPI. Agora, eu não entendo... Arquivar uma decisão do Conselho de Ética e não aceitar que venha para o Plenário?

E outra, com todo o respeito, Sr. Presidente, um Conselho de Ética que já foi composto de uma maneira profundamente triste, em vez de ser composto em fevereiro, junto com todos os órgãos da Casa, foi se instalar no meio da crise. Então, as pessoas que foram compor o Conselho de Ética já eram pessoas comprometidas, marcadas. Eu estranho, com todo o respeito, eu estranho a decisão do Presidente Sarney de entregar para a segunda vice, porque o normal era o primeiro vice, e não precisava ser na sexta-feira, podia ser na segunda.

Eu estranho a decisão do Supremo, onde quem foi indicado não aceitou e fez bem em não aceitar, ele tinha sido indicado Ministro do Supremo pelo Presidente Sarney, teve uma atitude até elegante, muito respeitável. Mas sortearam o segundo, e o segundo está lá segunda-feira, segunda ele chegou. Porque o terceiro, eu não entendo.

Então, o que eu estou pedindo a V. Exa., Sr. Presidente, é, com todo o respeito, eu acho que V. Exa., como Presidente, devia marcar uma reunião nossa para debater essa matéria, para debater. Podemos arquivar, podemos dizer: "Olha, não tem mais o que fazer", mas eu acho que é um absurdo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon, só para prestar esclarecimentos a V. Exa.-–

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O que eu acho um absurdo é a Comissão de Constituição e Justiça não discutir a matéria. Vamos discutir, vamos debater. Querem arquivar, arquive: "Não tem mais o que falar", mas vamos discutir a matéria. Vamos passar pela Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Justiça vai discutir a matéria. A decisão que quiser tomar eu não quero nem discutir. Agora, vamos discutir a matéria. Essa é a coisa, Sr. Presidente-–

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. me permite um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Deixa eu só fazer um esclarecimento antes de passar a palavra a V. Exas.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu peço, por favor, primeiro dar a palavra para o nosso ilustre representante do Maranhão, que ele quer mostrar serviço.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Veja bem, Senador Pedro Simon. Nós estamos exatamente do mesmo lado nessa briga. Nós assinamos as representações, nós assinamos os recursos do Conselho de Ética para a Mesa da Casa e o Plenário da Casa, e, em seguida, nós ajuizamos a ação no Supremo Tribunal Federal. Agora, nós entendíamos, V. Exa., juntos, que o Regimento Interno da Casa, no art. 254, é claro: toda a deliberação de Comissão, quando um décimo dos Senadores resolvem recorrer, essa decisão deixa de ser terminativa.

Muito bem. Se deu o apelido àquela Comissão de Conselho de Ética, mas nada mais é do que uma Comissão. Tanto é que a constituição não fala em Conselho de Ética. A Comissão fala em Mesa e fala em partido político com direito de [soa a campainha] representar. Foi o que nós fizemos. Recorremos e quando nós perdemos, definitivamente, em um "tratoraço" patrocinado dentro do Conselho de Ética, nós resolvemos fazer o recurso. Então, nós recorremos. Recorremos para a Mesa. Também não gostei, nenhum de nós, da maneira como a coisa foi feita, mas foi mais ou menos o que fez o Supremo Tribunal Federal. Na quinta-feira nós entramos com recurso. O recurso foi repassado ao primeiro vice-Presidente. Não estando o primeiro vice-Presidente foi distribuída à segunda vice-Presidente, que resolveu arquivar.

Contra esse recurso não há qualquer previsão regimental de um outro recurso administrativo, mas ainda assim nós poderíamos tentar. Nós resolvemos, em uma reunião em que V. Exa. também esteve presente, entrar diretamente no Supremo Tribunal Federal. Na reunião, nós avaliamos o quê? Que o Supremo Tribunal Federal poderia, muito bem, como vem decidindo há vários anos, decidir que não entraria nessa questão, por ser uma questão regimental. Enquanto que na questão mencionada por V. Exa., em relação à CPI, há um mandamento constitucional para que o Supremo proceda daquele jeito. E até para que internamente nós procedamos daquele jeito. É o art. 58, § 3º, que diz o seguinte: *As Comissões Parlamentares de Inquérito que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado...* Então, aí veio o Regimento Interno e disse o seguinte: o líder partidário vai indicar os membros. E o líder se recusou a indicar.

Muito bem. O líder não é superior à Constituição. Por isso que o Supremo se manifestou. No caso do Supremo, o Ministro Celso de Melo se deu por suspeito, uma vez que foi indicado pelo Presidente Sarney para ser membro do Supremo. Perfeito, como disse V. Exa., mas, de licença, o Ministro Joaquim Barbosa, que era o seu substituto, para quem foi distribuído, o Ministro Joaquim Barbosa se encontrava de licença médica, e foi distribuído o recurso, então, para o Ministro Eros Grau. Também não gostei da decisão do Ministro Eros Grau, mas não podemos deixar de dizer que ela é regimental. É assim que funciona aqui, ou seja, nós não podemos dizer que a Senadora Serys Slhessarenko agiu errado. Por quê? O Senador Marconi Perillo foi procurado e não estava na Casa. V. Exa., como eu, achamos que foi açodado, que podia ter sido decidido de outra forma. Assim como achamos, também, que o Ministro Joaquim Barbosa poderia ter decidido, e não o seu substituto, mas também não podemos dizer que eles descumpriram o regimento.

Há alguma reação ainda? Podemos entrar com agravo regimental, mas como nós também ponderamos naquela sessão: pode o Supremo, como tem decidido sempre os seus Ministros, dizer: "Nós não entramos em questão regimental". Nós não podemos interferir na autonomia de um outro Poder. O Poder decidiu daquele jeito. Também não vou gostar dessa decisão, mas não podemos dizer o que Supremo está agindo de uma forma equivocada.

Muito bem. Administrativamente, como é que nós vamos proceder? Nós, primeiro, saímos do Conselho de Ética, porque, como V. Exa. disse, entendemos que é um Conselho feito de maioria. E aí é tribunal de inquisição, não importa quem for julgado, quem for julgado, se estive quer a maioria, por maior que seja o pecado cometido, será absolvido. E aquele que, às vezes, não cometeu nada, será condenado, porque faz parte de uma minoria. Saímos do Conselho. Pedimos ao Senador Antonio Carlos Júnior, que é Relator de três projetos de Resolução, agora quatro, se não me engano, para que ele fizesse, de forma urgente, um parecer para que nós pudéssemos discutir aqui amanhã, tratando, obviamente, do passado recente, e tratando de como nós podemos revitalizar o Conselho de Ética.

Quais são essas medidas? Entre elas é uma que nós já apontamos, e o próprio Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior concorda, é que deve ficar explícita a possibilidade de se recorrer do Conselho de Ética para o Plenário da Casa quando houver um

arquivamento. A Casa decidir, assim como outras modificações quanto à formação de maioria. O Conselho não terá mais proporcionalidade de Bancada, mas a indicação de um membro que, por sua vez, deve ser, como V. Exa. fez introduzir agora na Lei Eleitoral, uma pessoa de reputação ilibada, que não tenha problemas na Justiça, que não tenha...

Então, acredito que amanhã, um item que está extrapauta, mas vou incluir como item 1, para que nós possamos concluir essa discussão. Ou seja, o que decidir, decidiu, não é verdade? Nós vamos mostrar a nossa indignação, a Casa terá como refazer esse procedimento para o futuro e, quem sabe, os próximos Conselhos possam julgar de uma forma mais equilibrada, digamos assim.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu agradeço a V. Exa. e concordo, principalmente, com a conclusão. Quer dizer, vamos fazer uma discussão singela, onde pelo menos nós estamos mostrando que se fez alguma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não é que não aconteceu nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Essa discussão será feita amanhã.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pode ser até a conclusão que V. Exa. está apresentando: "Não tem mais o que fazer", mas vamos tomar essa decisão. Eu agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa. também. Com a palavra o Senador Lobão Filho. Em seguida, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Pedro Simon, eu, diferente do Senador Demóstenes Torres, não estou do mesmo lado dessa querela política que vocês estão envolvidos, pelo contrário, estou do lado oposto.

V. Exa. cassou minha palavra liminarmente por presunção, achando que eu ia fazer a defesa do Presidente Sarney.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não cassei.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu estou falando. Eu posicionei o microfone para fazer um comunicado de que amanhã a Comissão de CCT não irá se reunir em função de uma nova reunião conjunta com a CCJ. Mas, já que V. Exa. cassou minha palavra preliminarmente, eu quero dizer que acho estranho, porque nós estávamos aqui discutindo reforma política com dois Senadores fazendo seus relatórios sobre um tema e uma pauta importante para o país, que é a reforma política, e, de repente, de forma surpresa, o tema muda novamente para o assunto José Sarney.

Aqui, eu acho que... Eu estava aguardando os Senadores deliberarem sobre reforma política. Não sei por que V. Exa. puxou, do fundo do baú, novamente, o assunto Sarney. Fico triste, de novo, pela segunda vez manifesto a V. Exa. a minha tristeza de ver V. Exa., especificamente, puxando, novamente, esse assunto no bojo de uma discussão tão importante como reforma política. Um assunto, este, que já foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, que V. Exa. colocou em dúvida a decisão do Ministro Eros Grau, de forma injustiça. O Ministro decidiu regimentalmente, legalmente. Não sou professor de Direito, mas melhor aula de direito do que o próprio Senador Demóstenes Torres acabou de dar sobre a decisão do Ministro Eros Grau, impossível.

Então, eu queria fazer esse registro. Eu ia fazer apenas o aviso da CCJ e da CCT. Fica dado o aviso aos membros da CCT de que amanhã não haverá sessão, conforme a Secretária-–

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não tem reunião da Comissão.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Lobão, só para esclarecer esse ponto. Presidente Demóstenes, então como fica a nossa sessão de amanhã para votação da--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Às nove horas faremos uma reunião conjunta da CCJ e CCT e, em seguida, CCT, com o Item 1 da pauta, com V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra V. Exa., e já pediu, também, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu me atrevi a dizer que tinha dois assuntos. Pedi a V. Exa. se podia falar o primeiro, V. Exa. concordou. Agora, então, sobre a matéria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra, V. Exa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Meu querido Senador do Maranhão, eu apresentei mais de 40 emendas, mais de 40 emendas. E é uma matéria que eu estou aqui ainda, no tempo do seu pai, no tempo do seu avô já estava discutindo essa matéria aqui.

Vamos ser sinceros, Sr. Presidente. Eu quero felicitar os nossos dois Relatores. Realmente, a competência, a capacidade e a dedicação, nota mil. Mas, vamos ser muito claros, nós temos que ser muito claros.

O Senado há algum tempo vem tentando, com muita coragem, apresentar emendas de reforma polí-

tica e de reforma eleitoral. Há muito tempo nós viemos fazendo isso. Por exemplo, verba pública de campanha, a Comissão aprovou por unanimidade, está lá na Câmara há não sei quantos anos. Fidelidade partidária, nós aprovamos por unanimidade, está lá na Câmara, eu não sei há quantos anos. Há uma série enorme de projetos de reforma eleitoral e de reforma política, as mais importantes, que essa Casa já votou. Todas estão na gaveta da Câmara.

Falando com alguns Senadores, e eu já disse isso com o Senador Marco Maciel, falando com alguns Parlamentares, eles dizem o seguinte. Que nós votamos essas matérias, realmente matérias corajosas, de mudanças profundas, mas eles dizem que nós votamos essas matérias porque nós confiamos no patriotismo da Câmara, patriotismo entre aspas, porque nós sabemos que a Câmara vai ficar lá, e, na verdade, tem acontecido isso.

Há um problema sério, e quando se falar na extinção ou não extinção do Senado, não por esses motivos que estão aí, mas pela validade ou não, um dos argumentos a serem analisados é esse. Nenhum projeto importante, nenhum projeto que tenha consequência, se sai desse Senado, fica na gaveta da Câmara. Eu não me lembro, e gostaria que vocês me lembrassem, de algum projeto polêmico que tivesse saído do Senado, votado na Câmara, apresentando emenda na Câmara, e voltado para essa Casa para essa Casa dar a última palavra. Essa Casa não dá nunca a última palavra. Já aconteceu, mais de uma vez, e eu tenho feito esse levantamento mais de uma vez, projetos importantes que são votados pelo Senado, aprovados pelo Senado, vai para a Câmara, fica na gaveta da Câmara e um ano depois um Deputado apresenta um projeto igual e vem para essa Casa. Vota lá, votamos aqui, ou votamos como eles querem. Ou apresentamos emenda que vai para a Câmara e a Câmara resolve. A Câmara não deixa, jamais, a última palavra ficar com o Senado. Esse é um problema que eu já levantei nessa Casa, e eu achei que devia haver uma reunião das duas Mesas e os líderes para discutir aonde isso ia conduzir.

Então, emenda política, da reforma política, emenda da reforma eleitoral, essa Casa tem apresentado. Estão lá na gaveta. Aí vem esse projeto para cá. Vamos ser sinceros. Aqui não tem reforma política coisa nenhuma. Esse projeto que está aqui, e a imprensa tem publicado, é uma autodefesa da Câmara. Dizem até, alguns, eu não quero chegar lá, que é com medo do futuro Presidente do Tribunal Eleitoral, que esse futuro Presidente do Superior Tribunal Eleitoral teria uma série de teses, de ele entrar lá no vazio onde o Congresso Nacional, desde a Constituinte até hoje não regulamenta. São projetos, são dispositivos que estão na Constituição, dependem de Lei Complementar e essa lei não sai. E o Supremo tem tomado as decisões, como foi a questão referente à fidelidade partidária, onde eles estão fazendo o nosso papel. Eles estão legislando no nosso lugar, e nós perdemos a autoridade, porque de 20 anos nós não fizemos nada.

Então, dizem que o que está acontecendo nesse projeto é uma série de medidas que eles estão correndo para votar com medo que, se não fizerem agora até setembro, o Tribunal, por lei, por disposição do Tribunal, faça aquilo que nós não fizemos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Senador, me dá um aparte, só, por favor? Eu só queria dizer que, na verdade, são mais de 100 emendas. Nós estamos analisando as emendas com interesse de acertar o processo eleitoral. Não tem nada a ver com o futuro, de mudança do TSE, não tem nada a ver com isso, não. Pelo menos da parte minha e do Senador Marco Maciel, nós estamos analisando as emendas com interesse eleitoral, para fazer a legislação.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Nem me passa pela cabeça, e até quero fazer justiça a V. Exa. e ao Senador Marco Maciel, que melhoraram e aprimoraram, inclusive agradeço ao Senador Marco Maciel com relação à emenda que V. Exa. concordou hoje, que diga-se de passagem é uma emenda que nós já votamos, que nós já aprovamos e está lá na Câmara dos Deputados. Vai ser muito interessante, porque agora, votando aqui, a Câmara vai ter que discutir. Ou ela aprova ou ela rejeita. Provavelmente ela vai rejeitar. Eu tenho quase a convicção que vai rejeitar, mas vai ter que tomar uma posição.

Eu acho que o trabalho do Senado, nota 10, e o trabalho que nós estamos fazendo nesse trabalho aqui, no trabalho de V. Exa., Presidente, o trabalho dos Relatores, o trabalho dos dois Presidentes das duas Comissões, nota 10. Eu acho que Senado está dando uma demonstração de grandeza, de humildade, de espírito público que merece respeito. Quer dizer, nós estamos tentando pegar o que vem e vamos melhorar. Eu acho isso correto, não pense que estou achando... Estou fazendo algum tipo de recessão a isso. Eu acho o nosso trabalho magnífico. Quer dizer, nós temos que pegar a matéria-prima que nós temos, o que vem para nós. É isso que nós temos. Dentro disso nós estamos aprimorando e tentando fazer. Agora, eu não tenho nenhuma dúvida que isso não houve lá, do lado de lá houve o sentido...

Por exemplo, eu vejo mexer na Lei Orgânica. Cá entre nós, não era hora de mexer agora. Mas por que mexer correndo, assim, na Lei Orgânica Partidária? Com algumas questões que se leva a muitas interro-

gações de qual o motivo de fazer uma coisa dessas. De repente, não mais que de repente, correndo, na última hora, estamos alterando os artigos, os mais profundos da Lei Orgânica Partidária. Era hora de fazer isso? Sinceramente, eu não sei [soa a campainha]. Eu, mesmo assim, apresentei 40 emendas. Fiz o que a minha consciência disse que eu devia fazer.

Eu agradeço a emenda aprovada, porque essa é muito importante. E acho que vamos tentar, pelo menos, fazer algumas coisas.

Eu faria aos Srs. Relatores, para a reunião de amanhã, tem alguns itens que estão, exageradamente, no sentido de facilitar o trabalho para alguns Parlamentares. Eu acho que tem algumas coisas que, no sentido de evitar que o Tribunal venha, os caras estão fazendo, na minha opinião, com todo exagero. [soa a campainha] Eu acho que aí nós tínhamos que opinar.

Por exemplo, eu vejo, na parte referente, nós defendemos e aprovamos a emenda do financiamento público de campanha, a Câmara não quer. Mas eu vejo alguns itens aqui liberalizantes, onde facilitam ainda mais, facilitam ainda mais a questão do dinheiro público. Eu acho que, se for possível fazer algumas correções, até porque não quer dizer que as correções que nós vamos fazer aqui vão ser aprovadas lá. Provavelmente, a informação que eu tenho, foi dita pessoalmente a mim quando eu entrei com muitas emendas, Parlamentares e meus amigos vieram dizer: "Olha, para com essa história, que você pode até aprovar lá, aqui não passa". Até por isso eu acho que algumas medidas para, pelo menos dar o sentido que o Senado tem da coisa pública, seria muito importante, porque a impressão e a imagem que ficou desse projeto na Câmara dos Deputados foi muito negativa. Que bom que o Senado está diferente, que bom que nós estamos fazendo um trabalho profundamente diferente. E eu o felicito por isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito obrigado. V. Exa. ainda deseja usar a palavra?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, Sr. Presidente. Rapidamente. Primeiro, eu queria dizer que amanhã solicitarei destaque para a Emenda 29, que inviabiliza a chamada doação oculta, pois obriga que os partidos, ao distribuírem as doações por eles recebidas aos seus candidatos, informem o doador original na mesma linha da transparência que vinha colocando.

Quero informar que, na linha do que eu propus, encaminhei há pouco a V. Exa., à Mesa, em tempo hábil, portanto-–

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já foi entregue aos Srs. Relatores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --uma emenda pela qual os partidos políticos poderão realizar prévias com a realização de debates públicos entre os pré-candidatos inscritos, de acordo com as normas partidárias, e, Parágrafo Único, os meios de comunicação, inclusive a rede mundial de computadores, Internet, poderão transmitir esses debates.

E relativamente à preocupação do Senador Pedro Simon e de V. Exa., com respeito ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eu acabo de transmitir ao Relator Antonio Carlos Júnior. Ele pediu para que eu, então, encaminhasse a proposição de emenda no seguinte sentido.

No início do ano Legislativo, cada Senador, no início do período Legislativo... Uma proposta do jurista Pedro Dallari, que deu uma entrevista à CBN que eu achei muito interessante. Propondo o seguinte: cada Senador, no início do período Legislativo, escolherá até três nomes, dentre os seus pares, para se tornarem membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Digamos que, no primeiro mês, deveremos todos escolher os três mais... E, inclusive, assim se considerará a proporcionalidade, porque, digamos, um partido como o DEM, como o PMDB, todos os seus Senadores estarão votando, mas dentre os 81 membros, cada um escolherá quais aqueles três que mais avaliam deveriam ser membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Os mais votados, os primeiros sete serão os titulares, os segundos sete, os suplentes.

Então, é uma ideia, Sr. Presidente, porque aí estaria a palavra, o voto de todos nós, sobre os Senadores que melhor consideramos que procederão da forma mais adequada, sem que haja o conhecimento, naquele período, de quais os Senadores sobre os quais, eventualmente, possa haver representações, a não ser que surja no primeiro dia de... Mas eu acho que assim seria um procedimento que com o qual certamente o Senador Lobão Filho vai achar uma boa ideia.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Essas propostas mais ou menos exóticas me lembra uma história do Bernard Shaw. Bernard Shaw, extremamente feio e capacitado, inteligente, e uma mulher maravilhosa, atriz, chegou a ele e falou: "Olha, precisamos ter um filho para nascer com a minha beleza e a sua inteligência". Ele falou: "E se der o contrário?".

[risos]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Bem, me parece que essa é uma solução de bom senso, mas V. Exa. considerou exótica.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não entendi. A beleza de quem, a beleza de quem?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Da atriz, com a inteligência do Bernard Shaw, que era muito feio.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É que V. Exa. disse: "A minha beleza" e apontou para o peito, eu me assustei.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. me ama, V. Exa. me ama.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas, Presidente, para resolver o impasse entre o Senador Lobão Filho e o Senador Pedro Simon, há uma solução que é de bom senso. Que apesar de todas as decisões havidas no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e no Supremo Tribunal Federal, se, porventura refletir bem o Presidente José Sarney e simplesmente disser: "Olha, dada toda essa polêmica, eu acho que poderíamos, então, examinar a representação no âmbito do Plenário, assim ele faz ali a sua exposição detalhada, dirime todas as dúvidas e daí o Plenário considera", e isso poderia ser até de ponte própria do próprio Presidente José Sarney. Não é tão exótica essa proposição, mas-–

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Senador Suplicy acredita em Papai Noel.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Já disse o Presidente Lula, mas, às vezes, é bom acreditar em Papai Noel, Sr. Presidente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Suplicy, não há nenhuma coisa entre eu e o Senador Pedro Simon, esse assunto é um assunto démodé, não há nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Os Srs. Senadores e os Srs. Relatores desejam fazer, ainda, alguma consideração para encerrarmos? Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nem o Senador Eduardo Azeredo, pelo que ele me falou, nem eu pretendo fazer nenhuma consideração. Apenas eu gostaria de registrar que foram apresentadas mais duas emendas, ambas de autoria do Senador Eduardo Suplicy. E, de minha parte, então...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então prosseguiremos-–

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria apenas, também, de manifestar o meu sentimento de pesar pelo falecimento do Ministro Carlos Alberto Direito, já expresso por diversos colegas. E, se ainda está de pé, o convite que V. Exa. me fez, eu me disponho a acompanhar, se já não foi...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Lamentavelmente, Senador Suplicy, fomos informados que os aviões que a Aeronáutica dispunha já partiram, então-–

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem, tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): --ficamos, também, só na intenção de ir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero associar-me, também, ao voto de sentimento pela morte do Ministro Direito, inclusive de família paraense, ele próprio nascido lá e tendo feito a sua carreira no Rio de Janeiro. Eu estou tomando conhecimento e quero associar-me às manifestações de pesar por essa perda bastante significativa para o Brasil.

E aproveitando, Sr. Presidente, também informar que a CCT suspenderá esta sessão, encerrando a discussão da matéria, para que retornemos amanhã, às 9 horas da manhã, em sessão conjunta com a CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já foi comunicado, então, pelo Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Amanhã, portanto. Nós encerramos a discussão nesse momento. Qualquer alteração só poderá ser feita pelo Relator, as emendas não poderão mais ser apresentadas. E suspendemos a sessão conjunta para que ela tenha reinício, seja reaberta amanhã, às nove horas. Em seguida, a Comissão de Constituição e Justiça fará sua reunião, após deliberar sobre esse projeto.

Agradeço a V. Exas. e está suspensa, portanto, a Sessão.

[Sessão suspensa no dia 01/09/2009 às 13h17].

[Sessão reaberta no dia 02/09/2009 às 11h20].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Declaro reaberta a 32ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 31ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Daremos continuidade à presente reunião conjunta que se destina a deliberação do item único. Projeto de Lei da Câmara nº 141/2009.

Eu vou pedir a todos os senhores que estão de pé que se retirem, por favor, da sessão, para ficar apenas os assessores. Os demais vão assistir no telão, porque, infelizmente, o silêncio aqui é necessário. Então, quem estiver sentado, permaneça; quem estiver de pé e não for assessor, cinegrafista ou da imprensa, por favor, se retirem, para que possam assistir no telão, a fim de que a ordem aqui seja mantida e nós consigamos fazer a votação.

Faremos da seguinte forma: todos os senhores receberam aí o avulso com a matéria que veio da Câmara. Os senhores têm aqui, dentro da pauta, o que veio da Câmara. Também todas as emendas estão distribuídas. Acabou de ser distribuído o relatório final, analisando todas as emendas. Quem tiver discordância sobre algum tema, faça o destaque do tema que tenha discordância. Ao final do relatório, nós faremos a votação global. A discussão foi encerrada ontem, mas os senhores têm direito de fazer o encaminhamento da matéria. Portanto, nós vamos adotar o seguinte procedimento: os relatores vão ler o que eles estão propondo. Ao final, nós votaremos os relatórios, ressalvados os destaques, e aí, nos destaques, nós iremos discutir os pontos polêmicos. Todos de acordo com esse encaminhamento?

Então, com a palavra os senhores relatores. Pela Comissão de Constituição e Justiça, Marco Maciel; pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Eduardo Azeredo.

Com a palavra os Srs. Relatores.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Conforme já explicado pelo Presidente, o material está aí, então, em mãos, o primeiro relatório, que foi lido em 26/08, o segundo que foi lido ontem, 01/09, o projeto da Câmara, e, agora, esse último que foi distribuído hoje, que é o parecer sobre as últimas emendas que foram apresentadas. No total, foram 110 emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Peço à polícia do Senado que identifique quem está de pé, quem não for assessor e quem não estiver aqui, trabalhando, não for jornalista, por favor, os senhores vão assistir do telão. Então, fechem as portas, e quem não estiver nessas categorias, por favor, serão os senhores retirados daqui. Peço a polícia do Senado que faça esse serviço.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, após a leitura do relatório ao Projeto de Lei da Câmara 141/2009, que altera a Lei das Eleições, a Lei dos Partidos Políticos, e o Código Eleitoral, em sessão conjunta das duas Comissões, realizada em 26 de agosto, foi concedida vista coletiva aos membros das duas Comissões, não houve nenhum voto em separado, marcada nova reunião para discussão e apresentação do relatório sobre a matéria e sobre as novas emendas apresentadas, que se realizou ontem, em sessão conjunta, no dia primeiro de setembro. No total, foram apresentadas, como já mencionei, 76 emendas na CCJ e 34 emendas da CCT e ainda 17 emendas de relator. O presente relatório resulta nas discussões promovidas do exame das novas emendas e de reunião realizada com a participação de lideranças partidárias na tarde de ontem. Passo à análise. As alterações efetuadas por esse relatório são destacadas a seguir: 1) foi acolhida a emenda nº 73 da CCJ, do Senador Aloizio Mercadante, que altera a normatividade relativa aos programas sociais em ano de eleição, o que implicou a rejeição da reformação do parecer, para rejeitar a emenda nº 17 CCT do Senador Arthur Virgílio, com a concordância do Senador Arthur Virgílio, que tinha sido acolhida anteriormente; portanto, em consenso, nós modificamos essa parte que diz respeito à proibição do lançamento de novos programas, sendo permitido o reajuste dos programas já existentes. A emenda CCJ nº 21--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso qual artigo? Só para que nós todos-–

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A emenda nº 73.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Está alterando qual artigo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --da CCJ, que altera... Tem que pegar a emenda aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Os senhores acompanhem, porque, se quiserem fazer algum destaque, o momento é agora. Art. 4º, do PLC 141, § 6º.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente.

Posso continuar, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode. Por favor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O item 2, a Emenda à CCJ nº 21, do Senador Renato Casagrande, que proíbe candidatos comparecerem, nos três meses que precedem o pleito, à inauguração de obras públicas, lançamento de pedra fundamental de obras públicas ou atos de assinatura de ordem de serviço para realização de obra pública, havia sido rejeitada em parecer anterior, passando, agora, a ser acatada, em virtude das negociações dos entendimentos, com o prazo de seis meses, nos termos de subemenda que está listada nas mãos dos senhores. Ou seja, é proibido a qualquer candidato comparecer

nos seis meses que precedem o pleito a inaugurações de obras públicas, lançamento de pedra fundamental de obra pública ou nas alíneas anteriores... Ou no ato de assinatura de ordem de serviço para realização de obra pública. No ponto 3, decidiu-se acolher a reivindicação da chamada bancada feminina, mas que tem o apoio de todos nós, para prever penalidades em caso de descumprimento da regra eleitoral que determina o mínimo de 30% para candidatura de cada sexo, nos termos de subemenda à emenda 71 da CCJ, apresentada pela Senadora Serys Slhessarenko.

Eu vou ler, então, essa primeira modificação, que está nas mãos dos Srs. Senadores, que diz o seguinte: "Que acrescente ao art. 10º, da Lei 9.504, de 30 de setembro de 97, nos termos do art. 4º, do PLC 141/2009, o seguinte § 6º: a não observância injustificada no estabelecido do § 3º, deste artigo – ou seja, o não cumprimento de 30% de candidatas nas eleições -, se for de forma injustificada, implicará em advertência pública na primeira vez do descumprimento do estabelecido e acréscimo de 20% sobre o tempo disposto, o tempo de propaganda, não da propaganda eleitoral, mas da propaganda partidária. Aumento em 50% dos repasses para o disposto, também, no inciso V, do art. 44, na reincidência, mais o disposto na alínea anterior, de forma cumulativa, e ainda a reserva do tempo disposto no art. 47 em 20% superior ao das candidaturas do sexo em vantagem numérica para o sexo em desvantagem numérica no Partido ou Coligação, além da aplicação das sanções previstas". Ainda... Já no Item 4, houve uma troca no grampeamento. Alterou-se a subemenda...

Então, é isso aí. Do ponto de vista da questão das mulheres, é essa a posição, ou seja, um incentivo a que os partidos cumpra o percentual de 30%, e esse incentivo se dará de forma a que, na propaganda partidária, aquela propaganda não a eleitoral, possa aumentar o tempo para as mulheres, para os partidos fazerem o chamamento às mulheres para participar do processo eleitoral.

O ponto 4 de alteração é que altera essa subemenda às emendas nº 4, do Senador Tasso Jereissati, 17, do Senador Antonio Carlos Valadares, da CCJ, e nº 22, da Ciência e Tecnologia, do Senador Zambiasi, para permitir a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão, no jornal, na revista, na internet e nos programas de propaganda partidária a que se refere o art. 45 da Lei 9.096, inclusive com a exposição de plataformas, projetos políticos, críticas político-partidárias, desde que não haja pedido de votos, observado pelas emissoras de rádio e televisão o dever de conferir tratamento isonômico nos termos que estão descritos a seguir. Ou seja, repetindo o que eu coloquei, então, o art. 36A passa a ter a seguinte redação: a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão, no jornal, na revista, na Internet e nos programas de propaganda partidária, inclusive com a exposição de plataformas, projetos políticos e críticos político-partidários, desde que não haja pedido de votos, observado pelas emissoras de rádio e televisão o dever de conferir tratamento isonômico.

E ainda o Item 5 onde está previsto. Esse não está distribuído para os senhores. Ele está aqui colocado. A participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em encontros, reuniões ou eventos festivos e comemorativos, desde que não faça pedido de votos ou de apoio eleitoral com o parágrafo único de que o filiado ou pré-candidato não poderá ser responsabilizado por quaisquer manifestações espontâneas de terceiros, no sentido de pedido de voto ou de apoio eleitoral. O objetivo é exatamente de esclarecer essa questão que, por vezes, tem entendimento diferente nas várias regiões do Brasil. Ou seja, os pré-candidatos podem comparecer à televisão, podem dar entrevista em rádio, televisão, Internet; ele não pode pedir voto, mas ele pode comparecer e falar do dia a dia, dos problemas do país e das questões político-partidárias. E, por outro lado, se ele estiver numa reunião e alguém lá lançar a candidatura dele, quiser pedir voto, não é culpa dele, é o terceiro que é responsabilizado. Está claro eu acho que isso aí.

Ponto 5, que modificou a subemenda, as emendas nº 12 e 34 da CCT, para permitir a doação para campanha eleitoral também por meio de cartão de débito. Que se falava só no cartão de crédito. Então essas subemendas... As emendas nº 12 são do Senador Dornelles, e a nº 34, da CCT, do Senador Delcídio Amaral. Altera-se a redação do art. 23, da Lei 9.504, nos seguintes termos: art. 23: pessoas físicas poderão fazer doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais, obedecido o disposto nesta lei. As doações a candidato do Partido ou coligação exigirão, a cada transação, a identificação do doador e a emissão, segundo modelo constante do anexo, do respectivo recibo, que deverá ser: 1) entregue impresso ao doador quando o pagamento for feito pessoalmente, ou remetido por via postal ou eletronicamente, situação em que fica dispensada a assinatura do doador. As doações de recursos financeiros somente poderão ser efetuadas na conta mencionada no art. 22 desta lei, ou seja, aquela conta específica que é aberta para eleição, sendo vedados quaisquer meios de pagamento que atendam ao disposto nesse artigo, inclusive – aí

vem novamente a explicação – mecanismo disponível em sítio do candidato, Partido ou Coligação na Internet, permitido o uso de cartão de crédito ou cartão de débito, boleto ou transferência bancária e outros meios eletrônicos de pagamento que deverão atender os seguintes requisitos: a identificação do doador e a emissão obrigatória de recibo eleitoral para cada doação realizada, e ainda, também, a questão de autorização de débito em fatura de serviço de telefonia, ou seja, a doação por telefone, o sistema 0800, ou outro tipo de sistema. Como a alteração 6, também, foi alterada a subemenda, a emenda nº 23 da CCT, para ampliar de 12 para 24 o número de exposições referentes à propaganda paga na imprensa escrita e respectiva reprodução na Internet. A emenda é do Senador Zambiasi nº 23. Essa subemenda, portanto, coloca a possibilidade. Por que 24? Porque são doze semanas de propaganda. Então, seriam, no máximo, duas propagandas por semana. A Câmara tinha aprovado o máximo de dez. Então, está se alterando, colocando dessa maneira.

Permanece, como está aqui, no art. 43. São permitidos, até antevéspera das eleições, a divulgação paga na imprensa escrita e a reprodução na Internet de jornal impresso de até 24 anúncios de propaganda eleitoral, por veículo, em datas diversas, para cada candidato, no espaço máximo por edição de 1/8 de página de jornal padrão ou 1/4 de página de revista ou tablóide. No seu § 1º, o órgão de imprensa deverá comunicar à Justiça Eleitoral, sempre que solicitado, a tabela de preços em vigor à data da edição, isso exatamente para que não haja risco de preços majorados artificialmente com preferência partidária. Portanto, os jornais, revistas têm que mandar a tabela de preços para a Justiça Eleitoral.

No processo de discussão da matéria, se formou a convicção de que a propaganda paga na Internet deveria ser adotada, inicialmente, apenas na eleição para Presidente da República, porque não se encontrou um caminho que assegurasse tratamento isonômico a todos os candidatos, aos demais cargos que, no caso do deputado estadual, pode chegar a milhares e, no caso de vereadores, também. Portanto, foi alterada a emenda de relator nº 01, que trata de propaganda paga na Internet, para limitar tal espécie de propaganda às eleições para Presidente da República apenas, e para ampliar também, conforme foi colocado na imprensa escrita, de 12 para 24 o número de exposições permitidas. A lei atual não tem nenhuma limitação, ela permite o número indefinido de propagandas pagas.

Então, essa alteração da emenda de relator nº 01 passa a ter a seguinte redação: art. 57C: "É permitida, até antevésperas das eleições, a divulgação de propaganda eleitoral paga em sítios de provedores de Internet que sejam destinados a veiculação de notícia e informações ao público em geral, inclusive por meio de serviço de busca em datas diversas para cada candidato, limitada a 24 inserções. § 1º: o espaço total de propaganda eleitoral não deve invadir espaço de conteúdo e não pode exceder em cada tela, a cada momento, a 1/8 ativo do espaço total. § 2º: o espaço dedicado à propaganda eleitoral em qualquer sitio ou página da Internet não pode ser reservada exclusivamente a um único partido ou candidato. § 3º: a hospedagem e veiculação da propaganda eleitoral paga só pode ser contratada junto à empresa instituída sob as leis brasileiras, devidamente registrada junto à Receita Federal do Brasil e ao Tribunal Regional Eleitoral, da circunscrição em que se localiza a sua sede e cuja infraestrutura esteja instalada no país. § 4º: a propaganda eleitoral será exibida somente em páginas em que todo conteúdo for de responsabilidade editorial do próprio provedor com o qual se contrata, excetuada a propaganda comercial, eventualmente presente ou em sítio de busca de informações. § 5º: é vedada qualquer tipo de propaganda, ainda que veiculada gratuitamente em sítios, 1: de pessoas jurídicas ou sem fins lucrativos, cuja principal atividade não seja oferta e serviço previsto no caput; 2: sítios oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. § 6º: a propaganda paga na Internet que trata desse artigo abrange apenas eleição para Presidente da República. Isso é que foi, então, incluído.

Eu tinha proposto, nós tínhamos proposto, o Senador Marco Maciel e eu, que fosse para todos os candidatos. Entretanto, existe uma discussão se será possível para todos, neste momento. É um assunto novo, e teriam, por exemplo, os provedores que são nacionais. Como é que ficaria a propaganda dos Estados.

Então, em virtude disso é que definimos por fazer apenas para Presidente da República. E o § 7º, que trata de penalidades para quem não cumprir o que está previsto na lei.

Portanto, eu quero aqui, ainda, só, finalmente, dizer que esse assunto da Internet é, obviamente, um assunto novo, é uma tecnologia, um meio de comunicação novo. Eu pediria àqueles que são críticos, muito afoitos, que, pelo menos, lessem o que está acontecendo, soubessem o que tem sido feito, entendessem que a legislação atual, por falta de uma lei feita pelo Congresso, o TSE proibiu até a Internet. Nós, então, fizemos, a Câmara fez um avanço importante, permitindo a propaganda em Internet, em blogs, em sites pessoais, por e-mails, e nós estamos dando um passo

a mais, também, no caso da propaganda paga, nesse caso, apenas para presidente.

E eu digo, Srs. Senadores e Senadoras, porque é lamentável que alguns continuem criticando o Congresso gratuitamente, dizendo que nós estamos num processo de atraso, quando nós estamos é o contrário, nós estamos é avançando, nós temos a legitimidade do voto para legislar. É isso que eu quero insistir, que nós estamos cumprindo a nossa obrigação aqui, de maneira que eu acho que é um avanço que nós possamos ter, sim, um novo meio, que é a Internet.

De maneira, Presidente, que eu passaria agora ao Senador Marco Maciel para continuar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu gostaria só de...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só um instantinho. Nós não terminamos ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos fazer as observações depois desse esclarecimento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nós não terminamos. Agora, tem o item 08, que é emenda de relator nº 11, que foi alterada com relação a placas, pinturas e inscrições.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Eduardo Azeredo, V. Exa. já terminou o relatório?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. O Senador Marco Maciel.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não. Apenas por uma economia processual falo um pouquinho, o Senador Marco Maciel fala mais um pouco, enquanto eu bebo uma água.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, Sr. Senador Flexa Ribeiro, Presidente da CCT, Sr. Relator na CCT, Senador Eduardo Azeredo, Sras. e Srs. Senadores.

Eu vou começar agora a ler a parte do relatório a partir da página 9, na realidade, da página 9, alteração de emenda de relator nº 11. Dê-se ao § 2º, do art. 37, da Lei 9.504, de 1997, nos termos do PLC nº 141/2009, a seguinte redação: art. 37: em bens particulares, independe de obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral, por meio de fixação de faixas e cartazes não colantes, que não excedam a 4 metros quadrados, proibida a pintura de muros e paredes externas e observada a legislação eleitoral, sujeitando-se o infrator às penalidades previstas no § 1º do pré-falado dispositivo. Art. 37. Alterou-se a emenda de relator nº 15 para excluir as TVs por assinatura da obrigação de veicular a propaganda eleitoral. Alteração da emenda de relator nº 15. Insira-se o § 4º no art. 44, da Lei 9.504, de 1997, nos termos da redação do art. 3º, do PLC nº 141/2009, art. 44, § 4º: a obrigação de veicular propaganda eleitoral estende-se a todas as concessionárias permissionárias e autorizadas dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. § 5º: inclui-se no disposto no § 4º as aplicações de vídeo, oferecidas por meio de serviços de telecomunicações. 10: a emenda de relator nº 16 substitui a expressão "cinco anos" pela expressão "quatro anos", conforme entendimento consensual obtido em reunião de líderes, ontem realizada, com o objetivo de agilizar a apreciação da prestação de contas dos partidos pelo juízo competente, isto é, federal, estadual ou municipal. Emenda de relator nº 16º. No § 3º, do art. 37, da Lei 9.096, acrescentado pelo art. 2º, do PLC nº 141/2009, substitua-se a expressão "cinco anos" pela expressão "quatro anos", pelas razões que já acabamos de expor. 11: propõe-se nova emenda de relator de nº 17 para permitir o pagamento de multas eleitorais, com títulos da dívida pública. Emenda de relator 17. Acrescente-se ao art. 367, da Lei 4.737, de 1965, Código Eleitoral, § 6º, com a seguinte redação: "art. 367: a imposição e a cobrança de qualquer multa, salvo no caso das condenações criminais, obedecerão as seguintes normas: § 6º: as multas eleitorais de pessoas, partidos, coligações ou candidatos poderão ser pagas com títulos da dívida pública". Item 12: Propõe-se nova emenda de relator de nº 18 para garantir que o parcelamento, concedido ao pagamento de multas eleitorais, seja considerado para todos os efeitos nos termos da lei. Emenda de relator nº 18: acrescente-se ao art. 11 da Lei 9.096 de 95 o seguinte § 12, art. 11, § 12: o parcelamento concedido ao pagamento de multas eleitorais será considerado para todos os efeitos nos termos desta lei.

Vou ler também a emenda 19 que agora chega. Dê-se nova redação ao § 2º do art. 45, da Lei 9.504. Art. 45, § 2º: sem prejuízo do disposto no parágrafo único, do art. 55, a inobservância do dispositivo neste artigo sujeito a emissora de pagamento de multa de 4 mil reais a 200 mil reais, duplicada em caso de reincidência.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Terminou, Presidente?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Estou terminando. Eu gostaria de chamar para um esclarecimento, saber a essa multa. A que se refere, trata-se de uma emenda do Senador Lobão Filho. E gostaria de saber a que se refere essa multa para esclarecimento do plenário. Essa emenda foi apresentada agora. É o art. 45, § 2º, da Lei 9.504. É a correção de UFIR que já não existe mais para o valor monetário agora em real pela nova lei. E também diminuição do valor mínimo da multa para que os pequenos veículos possam pa-

gar também, e eles não poderiam fazê-lo se a multa continuasse elevada.

Então, agora, vou para a fase final do relatório. Ante o exposto é voto é... E gostaria de pedir a atenção das Sras. e Srs. Senadores. Ante o exposto, o voto é pela aprovação das emendas CCJ nº 01, de autoria do nobre Senador Tasso Jereissati, e que vou passar a ler. Vou passar, então, a ler a emenda que estava acolhida parcialmente e que, agora, será pelo relator acolhida integralmente. Emenda 01 CCJ do Senador Tasso Jereissati.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está na página 64.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O voto, após a reunião com os líderes, é pela aprovação do texto integral da emenda 01, CCJ. Portanto, a emenda 01, CCJ, passa para o rol das emendas aprovadas integralmente e não parcialmente.

Sr. Presidente, nós adotamos o paradigma federal aos Estados e Municípios, e se aplicando também, lógico, ao Distrito Federal, que é o ente federativo. Então, com isso, nós damos certa... Nós perfilamos certa compatibilidade entre o modelo estabelecido com as eleições de Presidente e vice-Presidente da República aos Estados, Municípios e, obviamente, o Distrito Federal. Acredito que esse foi o melhor caminho e que, de alguma forma, insisto estar compatível com o texto da Emenda Constitucional nº 11.

Então, é esse o meu parecer.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Presidente.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E agora eu gostaria de fazer uma observação que acabo de receber uma emenda do nobre Senador Valdir Raupp e que vou examiná-la agora para a viabilidade de seu acolhimento.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem para esclarecer...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, depois do Senador Mercadante, também para esclarecimento, por favor.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu quero pela ordem também, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós vamos conceder a palavra para esclarecimentos, perguntas aos relatores. Então, Senador... Primeiro, Mercadante...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Valadares está aqui.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Espera aí só um instante, Senador. Valadares, Wellington.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Enquanto faço as inscrições, o Senador Marco Maciel conclui o seu voto.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de dizer que, além da Emenda nº 01, a que já me reportei, do Senador Tasso Jereissati, nós estamos acolhendo as emendas 6, 12, 13, 20, 23, 40, 48, 54, 57, 72, 73 e 75, e das Emendas CCT: 01, 02, 05, 06, 11, 14 e 15. Pelo acatamento parcial, nos termos de subemendas das emendas CCJ 01, a que já me reportei, 04, 05, 08, 14, 16, 17, 21, 24, 50, 52, 58, 61, 62, 63, 64, 67 e 71. E das emendas CCT nºs 03, 09, 10, 12, 13, 20, 21, 22, 23, 33 e 34. Pela rejeição das emendas CCJ: 02, 07, 09, 10, 11, 15, 18, 19, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 53, 55, 56, 59, 60, 65, 66, 68, 69, 70, 74 e 76. E das emendas CCT de nº 04, 07, 08, 16, 17, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32. Pela prejudicialidade da emenda 49 CCJ, subemenda à emenda 03 CCJ, retirada pelo autor, pela retirada da emenda nº 03 CCJ, conforme solicitado pelo autor Senador Tasso Jereissati. Pela aprovação das seguintes emendas de relator: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18. Este é, portanto, Sr. Presidente, o parecer que, ora, tenho a... A emenda 19 não estava devidamente assinalada e foi uma emenda que chegou agora, razão pela qual eu incorporo a Emenda nº 19, aqui, no relatório, que acabo de oferecer às Sras. e aos Srs. Senadores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, para esclarecimento, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tenho inscrito, então, os Senadores Mercadante, um; Valadares, dois; Wellington, três; Dornelles, quatro; Serys, cinco; Suplicy, seis, e Raupp, sete; Valter Pereira, oito; Lúcia Vânia, nove. Mais alguém deseja se inscrever? Alvaro Dias, dez. Pedido de esclarecimento. Dez, Alvaro; Pedro Simon, onze. Suplicy já está inscrito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já está inscrito. Mais alguém quer se inscrever? Nº 7. Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, primeiro, eu queria parabenizar os relato-

res por terem permitido uma negociação que eu acho que construiu um caminho mais convergente e que permitirá que a gente aprove uma lei mais aprimorada, apesar de ser uma lei eleitoral que, evidentemente, não é a reforma política que todos nós esperávamos. Não foi possível.

Eu queria os seguintes esclarecimentos. Primeiro em relação a debates eleitorais. Eu, hoje, vi uma crítica dura do jornalista Fernando Rodrigues aos relatores e a mim, por ter participado da reunião de ontem, quando tinham dez senadores na reunião sobre um tema que foi discutido na reunião e que tem uma posição crítica em relação ao projeto da Câmara. Fiquei surpreso, mas não é uma novidade o que tem acontecido, às vezes, com alguns articulistas da imprensa.

Sobre o debate, eu gostaria do seguinte esclarecimento. Foi acatada a emenda do Senador Antonio Carlos Júnior, que restringe a 2/3 dos candidatos a obrigatoriedade de convite para debate? Eu sou totalmente simpático à emenda. Eu só proporia um aperfeiçoamento. 2/3... É a emenda cinco. Portanto, emenda 5. 2/3 é um critério aleatório. Por exemplo, tem três candidatos, um pode ser excluído: Qual o critério? Então eu ponderaria que seria mais razoável que nós utilizássemos como critério a obrigatoriedade de convidar todos os candidatos majoritários que pertencem a partido ou coligação com o mínimo de dez parlamentares no Congresso Nacional. Ou seja, o critério da representação institucional. Com isso, nós eliminaríamos aqueles candidatos, chamados nanicos. Que, muitas vezes, o sujeito é candidato a presidente para ser vereador na outra eleição, ou, então, ele vai para um debate por motivações sempre escusas para atacar um candidato em benefício do outro, e isso prejudica o debate, a democracia e o eleitor que quer ver exatamente os candidatos que têm representatividade, que têm consistência disputarem eleição. Então, eu acho, eu concordo com a preocupação do Senador Antonio Carlos Júnior, mas sugeriria esta minha formulação.

Segundo ponto de esclarecimento.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu queria só fazer um aperte. A intenção foi um debate com mais de seis candidatos--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É impossível.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Essa foi a intenção...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por isso que eu tenho o mesmo objetivo, mas eu acho que a minha forma é mais qualificada, porque é uma representação mínima no Congresso Nacional.

Segundo esclarecimento. Se o proponente da emenda aceita a sugestão, se for possível...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Acho que a Marina fica fora dos debates?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não. O PV tem mais de dez parlamentares... Mesmo partidos que não tenham--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Estou só perguntando.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não é obrigatório, não quer dizer que não será convidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode ser.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas ela, pelo critério de dois terços, também poderia ficar fora, mas nenhum programa de televisão excluiria a Marina do debate, não vejo como. E o PV tem mais de dez Parlamentares, espero que a coligação tenha mais de dez Parlamentares. Então,

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Até o final de setembro? Até o final de setembro tem.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Esse risco não existe, esse risco não existe. Então, as candidaturas representativas serão convidadas.

Os veículos não têm porque não convidar, mas o critério da obrigatoriedade, o mínimo 10 Parlamentares faz uma exigência de representação, é uma cláusula de barreira para não prejudicar o pleito. Tem que fazer o debate com 10, 12 candidatos, seis, sete, oito não representam nada, não vão ter voto. Então, ali, para uma promoção pessoal ou outros objetivos escusos, que só prejudicam a democracia brasileira. Então, vamos estabelecer um critério de representação, no mínimo 10.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Esse é o primeiro questionamento.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Primeiro questionamento. Segundo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Essa proposta é fundamental.

Hoje, o debate para Governador e para Presidente da República é ridículo. No Rio Grande do Sul, o debate é zero, porque tem candidatos que não representam nada e, na verdade, eles terminam funcionando um levantando a bola para o candidato do lado de lá e o outro levantando a bola para o candidato do lado de cá.

Eu acho que tem que ter um número X de Parlamentares, vai dar seriedade ao debate, e ao contrário de hoje, candidatos para debate de Governador e

Presidente não tem significado pelo exagero de candidatos, eu acho que seria algo realmente altamente positivo. Eu acho que é uma das melhores medidas que nós vamos tomar para o debate partidário é exatamente essa proposta do Senador ACM, aperfeiçoada com a inversão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu só gostaria de fazer uma observação, tem questão das coligações.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É, partido ou coligação, está escrito isso, partido ou coligação. É, mais de 10 partidos ou coligação. Portanto, a coligação três partidos que cada um tem três, quatro Parlamentares têm o direito a participar. Eu acho que a gente recuperaria o espírito da cláusula de barreira, que infelizmente prejudicou a qualidade do processo democrático no Brasil.

Segundo questionamento. A Câmara aprovou o dispositivo que, no meu ponto de vista, é inconstitucional, e é indevido, ou seja, todos os processos eleitorais têm que ser julgados no máximo em um ano. Isso para mim é completamente indevido e acho que inconstitucional.

Eu pergunto se esse dispositivo está mantido no texto ou não. Porque quando nós estamos tratando da Emenda 74, que eu apresentei, ou da 19, dizendo que nos dois primeiros anos haverá eleição direta e nos dois últimos eleição indireta, que é o princípio constitucional, nós estamos quebrando esse princípio de todos os processos serem julgados no primeiro ano. Está certo? E está implícito que não prevalece a decisão de apenas um ano para julgar todas as demandas eleitorais.

Então, eu sugiro a revogação explícita desse dispositivo de obrigatoriedade de julgamento em apenas um ano de todas as demandas eleitorais, o que vai gerar impunidade. Porque os advogados vão fazer recurso, recurso, recurso e não vai ter tempo para julgar sejam as eleições municipais ou estaduais. Eu acho completamente inconstitucional e indevido.

Pergunto, portanto aos relatores se esse dispositivo foi retirado do projeto.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu acho que era melhor V. Exa. concluir suas considerações, ao final daremos resposta.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está certo.

Terceiro esclarecimento. Nós discutimos ontem a Emenda 4, da Comissão de Constituição e Justiça, da CCT, Ciência e Tecnologia, com emenda do Senador Arthur Virgílio, que dizia o seguinte, é o problema da dívida do candidato, por exemplo, a Prefeito ou Diretório Municipal. Muitas vezes, ele sai candidato, faz uma dívida imensa, sai do partido e depois quem tem que pagar essa conta é o partido nacional regional.

Então, a emenda era que quem tem que pagar essa conta é o candidato ou o partido local. A não ser que a instância superior avoque a dívida. Porque entende que aquilo é uma dívida partidária.

A emenda do Senador Arthur Virgílio diz que pode, na nossa emenda, na Emenda da Câmara, diz que deve. Eu quero saber se ficou deve ou pode, ou seja, se foi acatado a emenda do Senador Arthur Virgílio ou prevaleceu a redação da Câmara, que me parece a melhor redação. Então, eu gostaria desse esclarecimento sobre a Emenda 4 da CCT.

Porque como está dito que acatou parcialmente, eu pergunto se nós votamos, podem ou devem. Porque se não, fica ambíguo o texto e vai continuar o problema jurídico.

Meu quarto esclarecimento, também é uma emenda do Senador Arthur Virgílio, que diz respeito à prestação de contas. Prestação de contas, nós discutimos isso ontem e ficou acertado que essa emenda seria rejeitada. Eu pergunto se foi rejeitada ou não.

Quinto comentário sobre Internet paga. Eu acho que nós construímos um passo importante, que é reconhecer o direito de esses veículos receberem a publicidade paga, mas sem quebrar o princípio do acesso de todos os candidatos a essa possibilidade. Como são, se estima 20 mil candidatos, era inviável imaginar que os portais nacionais poderiam abrigar. Então, ficou só para Presidente.

Só que o texto, Sr. Presidente, o texto fala o tempo inteiro em publicidade paga só num parágrafo lá na frente fala exclusivo para Presidente.

Então, eu proporia mudar, já no primeiro artigo dizer: "É permitida apenas para as eleições presidenciais", e aí segue o texto na íntegra. Porque da forma que está, tudo fala de publicidade paga e lá no finalzinho fala só para Presidente. Então, eu proponho já no primeiro artigo chamar o § 6º que está lá no final para dar clareza. Apenas para as eleições presidenciais e segue o dispositivo.

E proponho um adendo, e proponho um adendo que só pode para portais, para hospedagem e leis brasileiras, ou seja, entidades registradas na Receita Federal do Brasil e no Tribunal Regional Eleitoral. Ou seja, não pode ter publicidade paga hospedados fora do país, porque a Internet, isso seria permitido. Então, só aquilo que está registrado na Receita ou no Tribunal Eleitoral. Estou propondo esse aperfeiçoamento, que eu acho fundamental que seja assegurado.

Para concluir. Sobre aquela questão da publicidade, das despesas de anúncios pagos em veículos, jornais ou Internet. Falou em tabela, mas ficou expli-

citado o quanto foi pago pelo anúncio, como veio da Câmara? Então, eu gostaria desse esclarecimento.

A Emenda 23 da CCT. Para finalizar, essa emenda de multa, que foi anunciada aí, eu não conheço, gostaria que fosse lido para saber o que essa alteração de multa, que passou agora a ser o valor nominal mínimo etc., gostaria de ter conhecimento.

Então, esses são os meus esclarecimentos, para que depois a gente possa fazer destaque ou não no processo de votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra, os Srs. Relatores.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de, com relação ao primeiro item, suscitado pelo Senador Aloizio Mercadante, dizer o seguinte.

Com relação ao debate, a participação de dois terços. Eu gostaria de mencionar que esse dispositivo [soa a campainha] foi aprovado na Câmara dos Deputados. E nós estamos mantendo dentro do pressuposto que é mais ou menos o evidente, que o debate se coloca muitos debatedores, fica praticamente um não debate, fica inviável o debate.

Então, eu acho que essa regra que foi estabelecida na Câmara dos Deputados, ela, a meu ver, como Relator, sou pela manutenção dessa regra, que foi uma regra aprovada na Câmara dos Deputados. E a meu ver, disciplina o debate de tal maneira que ele possa ocorrer, possibilitando ao espectador, vale dizer, ao eleitor, tomar conhecimento correto do que pensa cada candidato.

Na hora que nós multiplicamos a presença de candidatos, nós, de alguma forma, terminamos por fazer o não debate, ou seja, porque não se consegue extrair opinião de todo o universo exposto pelos debatedores. Daí porque eu sou a favor pela manutenção desse dispositivo que, aliás, já vem da Câmara dos Deputados.

Com relação ao Item 2º, que o Senador Aloizio Mercadante suscitou, eu quero dizer que esse o dispositivo foi mantido e não foi rejeitado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A emenda não veio da Câmara, é do Senador Antonio Carlos Júnior e há acordo entre a gente para fazer um aprimoramento no texto. Nós estamos fazendo um dispositivo mais rígido. 10 Parlamentares de partido ou 15 de coligação. Mais restritivo ainda.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu quero de fato retificar a informação que eu tinha recebido é que tinha vindo da Câmara dos Deputados, retifico a informação, e espero que o Senador Antonio Carlos Júnior [soa a campainha] possa rapidamente trazer a proposta.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Isso já está acertado com o Senador Aloizio Mercadante. Esse novo critério já foi ao acordo, foi de um acordo meu com o Senador Aloizio Mercadante.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Somariam os dois critérios?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Partido político 10, e coligação 15.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas tirando dois terços?

[falas sobrepostas]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, vamos colocar ou partido ou coligação, com pelo menos 15 Parlamentares do Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ou seja, continua do mesmo jeito. Claro ué! Coligação você junta um com outro, todo mundo. Você faz uma Coligação do PT com o partideco(sic), aquele partideco(sic) pode participar.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por isso que nós estamos botando exigência de 15 Parlamentares. Os pequenos, esses nanicos não têm 15 Parlamentares no Congresso Nacional.

Agora, eu não quero prejudicar partidos como o PV, o PPS, partidos que têm representação política e que podem ter um candidato a disputar um cargo eleitoral.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O cálculo que fez aqui o Senador Eduardo Azeredo, é que tem no mínimo 15 partidos que tem mais de 15 Parlamentares, ou seja, nós continuaríamos com um grande número de participantes. Eu acho que dois terços.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou fazer esse levantamento e voltaremos ao final. Vamos fazer um corte que seja representativo, mas que não impeça o debate democrático. Eu sou favorável. 20 Parlamentares, eu sou favorável, eu acho que tem que ter o corte de representação. A partir da coligação, com 20 Parlamentares.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Por que não as duas regras? Dois terços, no mínimo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Porque você tem 15 nanicos que se inscreveram e três candidatos competitivos. Quando você fala dois terços, você vai ter que botar sete ou oito. Simplesmente vai aumentar o número, vai participar do debate.

Não é uma regra, porque o critério da representação no Congresso é um critério de representação nas urnas. Quem alcançou certo patamar de legitimidade eleitoral, tem o direito de disputar participando dos debates, que é o mesmo princípio da cláusula de barreira, que nós tínhamos criado.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Aloizio Mercadante, por economia processual, me perdoe, eu gostaria de concluir, se não, nós não terminamos as intervenções.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou fazer o levantamento e fazer uma proposta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu concederei a V. Exa., posteriormente.

Então, o Item 3º, a emenda foi rejeitada, Senador Mercadante. E Item 4º. Eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo que se manifestará posto que foi emenda apresentada na CCT. E penso que com isso, as colocações de V. Exa. foram devidamente atendidas, salvo no que diz respeito a essa regra do debate que V. Exa. apresentará posteriormente.

Com a palavra, então, o nobre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Com relação a essa questão do Presidente da República, propaganda paga na Internet, eu não vejo problema, podemos pegar o § 6º e transformá-lo no *caput*, ou seja, no caput teria que a propaganda paga seria apenas para Presidente da República.

Essa aqui, agora já com a outra sugestão, Senador Aloizio Mercadante, da retirada aqui do ponto em que diz que a infraestrutura esteja instalada no país, o problema é que isso vai dificultar o processo de busca e apreensão se a infraestrutura estiver instalada fora.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, mas, por exemplo, se pegar os sites de busca, em vez de dizer que tem que ser instalado no Brasil, que tenham registro na Receita Federal do Brasil e tem, ou e no Tribunal de Contas Regional. Então, colocando nessa forma, não importa onde está, ele tem vínculo no Brasil, porque paga os impostos e está registrado na Receita Federal. Aí elimina o problema.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Sim, pois é, mas aqui já está assim: "Ao hospedar veiculação de propaganda paga só poderá ser contratada junto à empresa instituída sobre as leis brasileiras, devidamente registrada junto à Receita e junto ao Tribunal Regional Eleitoral".

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está ótimo. Está contemplado. Então, eu estou de acordo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, o meu primeiro esclarecimento é a respeito da alteração da Subemenda às Emendas 4 e 17, da CCJ e 22 da CCT. Está na página cinco do relatório de V. Exa., que diz assim: "Divulgar os trabalhos dos filiados ao partido que detêm o mandato eletivo, os que exerçam o cargo no primeiro escalão da Administração Pública direta e indireta".

Então, ao invés de, da palavra "os", vamos colocar "e dos" que exerçam. Houve um equívoco aqui quando a Assessoria fez a redação. É só uma questão de redação.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nós vamos retificar já, agora.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Divulgar o trabalho dos filiados do partido que mantenham o mandato eletivo, vai ficar assim, e dos que exerçam cargo no primeiro escalão da Administração Pública direta ou indireta.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Está atendida a sua colocação.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Exa.

Segunda observação é a seguinte: A Emenda 75, Relatoria da CCJ acatou, como também a da Ciência e Tecnologia. Emenda 75, que fala que nos comícios eleitorais é permitido projetar em telões trabalhos, propostas e discursos dos candidatos a cargos para o Executivo e para o Legislativo, inclusive vídeos e música de campanha.

Eu queria sugerir às duas relatorias o seguinte, que nós acrescentássemos entrevistas, debates. Onde tem: "Em telões, trabalhos, propostas", nós acrescentaríamos entrevistas, debates, e terminaríamos em discursos, só isso.

É uma emenda, é uma sugestão para que esta emenda seja mais ampla possível e não dê margem ao Ministério Público. O candidato apresentando, por exemplo, uma cópia do debate travado num canal de televisão, no telão, o Ministério Público diz: "Ah, mas aqui não está escrito que debate pode colocar no telão".

Então, eu gostaria que acrescentasse as expressões: Entrevistas e debates. Ok?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Está entendido.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Tem uma outra aqui, observação, para melhorar a redação do projeto.

Os relatores aceitaram e com muito, dentro da lógica a Emenda nº. 19, que trata da substituição de um índice de correção monetária pelo real.

Acontece que, anteriormente, nós apresentamos uma emenda de CCJ, a de nº. 16, que atualizava to-

dos os índices. Ao invés de UFIR, nós colocávamos em reais todas as multas que fossem conferidas aos canais de televisão e rádio, que não observassem a Legislação, ou seja, a partir de 1º de julho, os canais de televisão e as emissoras de rádio tem que observar, em determinadas entrevistas com candidato não pode acontecer sob pena de multa. Então, as multas estão em UFIR. UFIR me parece que já é uma correção defasada.

O que é que nós estávamos propondo?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): UFIR já não mais existe, UFIR já foi extinto.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Defasada. Não existe.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não existe mais.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O que estamos colocando? Na Emenda 16, nós estamos colocando [soa a campainha] tudo real, como V. Exa. colocou na 19. Então, para não haver uma distorção em relação à Legislação Eleitoral, V. Exa. está adotando aqui real no art. 45, da 9.504. E aqui, nós estamos adotando no art. 3º, o real também. A Emenda 16. Para não haver uma, vamos dizer assim, porque fica então uma lei. Hein?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Disparidade de tratamento.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agora, eu gostaria de pedir a V. Exa. que nos ajudasse, por uma razão muito simples. V. Exa. alterou um dispositivo que nós já tínhamos acolhido, dando nova redação. E eu gostaria então, que V. Exa. me ajudasse primeiro fornecendo essa nova alteração, mas também dizer que nós não podemos--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Está aqui.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): --que nós não podemos estar alterando depois do voto oferecido.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Na verdade, V. Exa. rejeitou. Eu só estou apenas sugerindo que, através de uma emenda de Relator, seja restabelecida uma igualdade de tratamento na Legislação. V. Exa.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com relação à questão da UFIR, da UFIR, eu acho que com isso não há nenhum problema. Nós temos que adotar o modelo. Já que não existe mais o UFIR, nós devemos tratar tudo em real.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Exatamente.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Como acontece a Emenda 19, de autoria do Senador Lobão Filho, se eu não estou equivocado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Desculpe Relator, mas o art. 3º, do Projeto de Lei 141, não faz essa observação. Eu vou entregar a V. Exa. aqui como sugestão, para que a redação última do art. 3º observe essa questão do pagamento da multa ser em real, e não em UFIR. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, encaminhe então à Mesa, que nós verificaremos. Senador Wellington Salgado de Oliveira, para pedidos de esclarecimentos e sugestões.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria, Sr. Presidente, para que não haja um 'destempo' na informação, eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer o seguinte. Que a Subemenda à Emenda 16 da CCJ, do Senador Antonio Carlos Valadares e a Emenda 62 do Senador Valter Pereira, diz o seguinte. Artigo: "O Tribunal Superior Eleitoral estabelecerá o critério monetário de substituição da UFIR, que está extinta, já há bastante tempo, nos casos em que houver necessidade de adequação observada a Legislação pertinente". Eu acho que isso resolve a questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É, passou para o TSE.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Está claro e evidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salgado de Oliveira. Com a palavra, Senador Wellington Salgado de Oliveira. [soa a campainha]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu pediria [soa a campainha] à Assessora da Senadora Serys Slhessarenko, um pouquinho para a esquerda só.

Eu queria um esclarecimento do Senador Eduardo Azeredo, sobre um fato. V. Exa. sabe muito bem que num acordo feito pelo nosso querido Governador, com o Marcos Lacerda, que acabou tirando a Prefeitura do PT que estava na mão do PT em anos em Belo Horizonte, eu tive oportunidade de assistir os pequenos vídeos do Tom Cavalcante, e esses vídeos eram vídeos que acabavam ironizando o nosso candidato, que é o Leonardo Quintão.

E esse vídeo foi assistido por um milhão de pessoas, mostrado para mim, que eu fui visitar o Senador Heráclito Fortes, o grande comediante Tom Cavalcante é amigo do Senador, tivemos oportunidade de conversar no hospital. Como é que fica essa situação, diante da Legislação que estamos aqui apresentando? Porque ele pegou simplesmente, como é o trabalho dele, fez

uma, ironizou uma caricatura, mas não é bem caricatura, ele personalizou, não é? O nosso candidato e botou lá no *YouTube* e ficou. E com isso, visto por um milhão de pessoas, já que ele é um bom ator.

Como é que fica uma situação, nesse sentido, com a nova Legislação que V. Exa. é o Relator?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Senador Wellington Salgado de Oliveira, permanece como está, não há nenhum impedimento a esse tipo.

Na verdade, o houve ali foi um e-mail, o e-mail mandava para as pessoas pesquisarem aquele determinado site onde tinha no *YouTube* o filme. Agora, o candidato que se sentir ofendido, ele pode entrar na Justiça Eleitoral. Esse é o caminho. Não há como proibir a Legislação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não há como aplicar uma multa ao ator?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): A Justiça Eleitoral tem que entrar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem que entrar com uma ação?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Sim exatamente. Tem que entrar com uma ação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas a Legislação não prevê nada disso?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Não, o que está aprovado inclusive pela Câmara e está mantido é que a propaganda que for considerada difamatória e suntuosa, ela poderá ser objeto de ação. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Francisco Dornelles.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Esclarecimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Presidente Senador Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Inscreverei V. Exa.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senador Eduardo Azeredo, o § 6º, do art. 23 do projeto diz o seguinte: "Na hipótese de doações realizadas por meio da Internet, as fraudes ou erros cometidos pelo doador não ensejarão a responsabilidade destes, nem a rejeição de suas contas eleitorais". [soa a campainha] Eu pergunto se não seria o caso de dizer na hipótese de doações realizadas por meio da Internet ou de cartões de crédito, as fraudes ou erros cometidos pelo doador sem conhecimento dos candidatos não ensejarão a responsabilidade desses.

Porque, muitas vezes, esse erro que pode ser feito pela Internet pode ser por vários motivos feitos também pelo cartão de crédito. É a consideração que eu apresento. É a § 6º do art. 23. Se não seria o caso de botar também a expressão Internet ou cartão de crédito e débito.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu acho que V. Exa., nobre Senador Francisco Dornelles, tem razão, e aí V. Exa. domina muito bem o tema. E sua observação é procedente.

O que eu gostaria de fazer era justamente agora consultar um especialista no assunto, para encontrar o melhor caminho. Porque V. Exa. tem razão ao suscitar essa questão que pode efetivamente ocorrer.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. tem a redação que propôs? Por escrito?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não, eu apenas vi, agora eu apenas a propus, porque não tem redação por escrito. Eu propus a exclusão da palavra, da expressão: "Internet ou cartão de crédito ou débito", só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Internet ou cartão de crédito ou débito.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Porque no § 6º, já está dizendo, na hipótese de doações realizada por meio da Internet, as fraudes.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Aí é que eu coloco pela Internet ou cartões de débito e crédito e continuarão como está.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Está bom, o resto continua: "As fraudes cometidas pelo doador, sem conhecimento"...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Só incluir cartão de crédito ou débito. Só incluir essa expressão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Serys Slhessarenko, para esclarecimento.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Especialmente, os nossos relatores, Senador Marco Maciel, Senador Eduardo Azeredo.

Com relação à Emenda 71 de nossa autoria, que traz uma chamada a não observância do estabelecido no § 3º desse artigo implicará em, seriam aquelas punições que a gente chamou de punições positivas.

Com a nossa emenda, diz que a não observância do estabelecido. Como entrou a palavra: "A não observância injustificada", como surgiu a palavra injustificada na nossa emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Como nós sugerimos ontem--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Como foi sugerido ontem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): --e acatado, inclusive por V. Exa.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Pois é, mas a busca das várias organizações de mulheres e da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, nós estamos pedindo a retirada da emenda, porque o Movimento de Mulheres e a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, realmente avaliam que perde totalmente o efeito a emendas. Então, nós estamos pedindo a retirada da emenda.

E, como temos algumas conquistas nessa proposta da reforma política, temos alguns ganhos na lei, nós vamos tentar ver se esses ganhos ampliam a participação da mulher na política. Se isso não acontecer, mais tarde, nós buscaremos por outros caminhos, talvez, mais duros, mais fortes, tentar realmente fazer com que a participação das mulheres seja uma participação realmente de conquista. Nós estamos retirando a emenda.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senadora Serys Slhessarenko, nós vamos acolher a solicitação de V. Exa. e quero louvar o trabalho que V. Exa. fez no sentido de estimular a participação da mulher na vida pública brasileira. Isso eu acho que estamos todos de acordo, e vamos acolher o seu pedido de retirada da proposição e acredito que o projeto em debate, ele incorpora grandes conquistas, importantes conquistas para a qual V. Exa. muito contribuiu, assim como também a Senadora Lúcia Vânia, vi a intervenção dela dias atrás pela TV Senado, eu estava no gabinete [soa a campainha], assim também a Senadora Kátia Abreu, Senadora Marina Silva, enfim. Eu acho que essa é uma luta que está sendo bem recebida no projeto que tramita aqui no Senado Federal, o Projeto 41, PLC da Câmara dos Deputados. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy, para, se for matéria de destaque, Senador, vamos deixar a discussão para a matéria de destaque.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, as minhas observações são sobre destaques. Então, peço para ser inscrito na hora adequada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dos destaques, perfeito. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, a minha proposta, eu tinha uma emenda, que é do voto e entrância, mas já foi rejeitada, mas eu sugeri as dois relatores, ao Senador Marco Maciel e Senador Eduardo Azeredo, [soa a campainha] para inserir nos seus relatórios o show, não show de artistas, mas o audiovisual, a música eletrônica antes.

Porque o comício não caiu de moda, ele enfraqueceu, mas o povo ainda gosta de ver, de ouvir e assistir o candidato falar nas praças públicas em todo o país, mas que tivesse pelo menos colocar o som no telão, porque fica morto e nem tirar o som, aqueles técnicos que ficam montando o palanque, eles não conseguem nem colocar uma música, para que o Promotor, o Juiz local, manda lá e manda cancelar tudo, manda parar tudo. O áudio não era permitido na Legislação anterior. Então, a minha sugestão é que pudesse colocar uma música eletrônica sem custo de shows, não é?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, Senador Valdir Raupp. Eu recebi a emenda de V. Exa. e conversei com V. Exa. sobre uma forma de atender, penso, a sua preocupação, mas ao mesmo tempo, não contrariar o espírito da lei, a vertebração da lei que nós estamos discutindo e votando.

A redação ficaria o seguinte. Art. 39, § 11. § 11: "Durante a campanha eleitoral, é permitida a exibição de material audiovisual assegurado o pagamento dos devidos direitos autorais". Eu cortei a expressão apresentação de artistas mediante, cortei essa parte, porque isso está vedado em vários dispositivos de Código Eleitoral, da Legislação Eleitoral e Partidária. Eu não sei se isso satisfaz V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu acho que, me permita, eu acho que a emenda que apresentou o Senador Antonio Carlos Valadares já é completa, porque permite debate, discurso, tudo e tal.

As músicas de campanha, etc. Então, me parece que a emenda do Senador Antonio Carlos Valadares é mais completa.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu participo do sentimento do Senador Demóstenes Torres.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): A música eletrônica, o *jingle* da campanha.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O *jingle* sim. Esse é permitido.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): É, o *jingle*. Nós poderíamos fazer o seguinte.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Um videoclipe não?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Videoclipe sim, desde que não tenha artista, não tenha, mas um debate aqui no Senado, um trabalho de um.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Quer dizer, a música está proibida num comício, mesmo que o artista não esteja lá, que não tenha sido contratado o show?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso. A música nossa é permitida. O *jingle* do candidato, de todo mundo que está lá.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): O que eu estava querendo estender para música eletrônica, porque o comício fica muito morto, fica muito morto, até a hora que começa, não fica, sabe? Ninguém. Para rodar uma música antes.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Isso não tem como controlar, é difícil demais.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Me permita insistir, Senador Valdir Raupp, que sabe acolher aquilo que já está na emenda do Senador Antonio Carlos Valadares.

Nós, eu na condição de Relator, poderia tentar aqui, com o apoio da Assessoria Técnica também do Senador Eduardo Azeredo, de compor uma redação que abrigasse a sua preocupação e fosse acolhida na emenda do Senador Antonio Carlos Valadares, que já está devidamente incorporada ao texto. Eu acho que aí chegaríamos a um denominador comum.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Ok, está certo. Tranquilo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira. [soa a campainha] Senhores, agora a balbúrdia é dos Assessores. Senhores, por favor. Srs. Assessores, vamos moderar. Continuamos conversando, mas em som menor.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu quero inicialmente felicitar os dois relatores, pelo trabalho exaustivo e construtivo que realizaram.

Indiscutivelmente, o texto é o texto que recebeu um aprimoramento significativo e nós sabemos do esforço que foi desenvolvido pelo Senador Marco Maciel e pelo Senador Eduardo Azeredo, para chegar a um consenso.

Mas, eu diria até o seguinte. O consenso, na verdade, acabou não sendo encontrado. Aproximou-se dele, aproximou-se daquilo que é possível. Aliás, realizou-se aquilo que é possível, mas eu ainda tenho, o Senador Valdir Raupp acabou de dizer aqui que a preocupação é que o comício fique muito morto, com as restrições que foram impostas. E eu diria o seguinte, a campanha será muito apática com as regras que foram estabelecidas. Há restrições aos *outdoors*, há restrições à Internet.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas essa é matéria de destaque, tem muitos destaques. Então, daqui a pouco nós vamos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Inclusive eu gostaria de ponderar exatamente isso. Eu vou discutir no momento apropriado.

Mas eu gostaria de ponderar, Senador Marco Maciel e Senador Eduardo Azeredo, que nesses últimos momentos que antecedem a votação, que seja, e que sejam observadas algumas regras, não é? Algumas propostas. Por exemplo, me preocupa quando nós, na Legislação, deixamos, prevemos, por exemplo, a inflação, mas deixamos para o Tribunal dosar o tipo de penalidade que vai ser aplicada a ela.

Eu acho que na Legislação, se aquilo que nós identificarmos como infração tem que ser acompanhada da sanção, porque é a única forma que tem de se tornar eficaz a lei.

No caso específico, eu estou respondendo, estou sugerindo até, Senador Eduardo Azeredo, a hipótese aventada pelo Senador Wellington Salgado de Oliveira, certo? Que é um fato real, que pode acontecer e que é preciso sim prever a sanção, se não a lei vai ser inócua.

Mas eu gostaria de ponderar, Senador Marco Maciel, com relação ao *outdoor*, por exemplo, eu acho que--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, essa matéria já está destacada.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --vou apresentar o destaque, no momento apropriado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E pode apresentar o de V. Exa., no momento adequado nós discutimos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Era só essa ponderação, que eu gostaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Faça um relatório. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Srs. Relatores, em primeiro lugar gostaria de cumprimentar os relatores pela matéria. E quero dizer que em relação às mulheres, eles não foram nenhum pouquinho generosos, o que veio da Câmara ficou e ainda queriam tirar mais um bocadinho.

Eu acho que eu vou entrar com destaque dessa matéria, principalmente, no que diz respeito ao fundo partidário. Eu acho que poderíamos avançar mais,

porque a justificativa de que a Lei de Cotas não preencheu, não foi preenchida pelos partidos em função das dificuldades, mas é preciso que os Srs. Relatores entendam que essa dificuldade se trata da forma com que a mulher é tratada dentro do partido.

Nós não estamos na Executiva dos partidos, não têm direito ao voto, os partidos mais conservadores, como os grandes partidos, PMDB, PFL, etc., tem um segmento feminino, por exemplo, PSDB Mulher, que é uma aberração [soa a campainha], porque ele é bom enquanto mobilização, mas enquanto participação efetiva da mulher, isso não existe, porque a mulher tem que estar dentro da Executiva do partido e ter direito a voto, para que ela possa realmente participar.

E da forma com que a maioria dos partidos trata essa questão da mulher, nós vamos continuar da mesma forma, [soa a campainha] dar 5% do fundo partidário para as questões relativas às mulheres é um negócio muito complicado.

Então, eu vou entrar com o destaque para ver se isso chega a, pelo menos, 10% do fundo partidário, porque os fundos partidários é uma caixa preta também. Ninguém sabe quanto é, como é aplicado, e quem é que usufrui deles. Enquanto a mulher não tiver participação nesse fundo, também, nós vamos continuar à margem do partido. Por isso, eu vou entrar com o destaque, para sugerir que seja de cinco para 10% a participação do fundo partidário, em relação às mulheres [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias. Senador Pedro Simon. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sr. Presidente, primeiro o meu apoio à Senadora Lúcia Vânia. Eu acho que nós temos que apurar todos os mecanismos que possibilitem às mulheres participar mais ativamente da política. Especialmente, as camadas populares que têm mais dificuldades de ascender nas estruturas partidárias do nosso país.

Quero dizer que no nosso partido, Partido Comunista do Brasil, nós temos feito um esforço muito grande e o resultado é positivo. Nós temos conseguido eleger entre os candidatos um bom número de mulheres para a Câmara Federal, para as Assembleias Estaduais, para as Câmaras Municipais, e espero que, brevemente, o número de mulheres comunistas no Senado seja expressivo.

Mas quero tratar de um tema, que é muito caro para todos nós. É uma espécie de novidade eleitoral que ganhou expressão mais forte com a campanha americana, porque grosso modo, a mídia ocidental é uma mídia americana. Então, isso ganhou muito relevo com a eleição de Obama, que é a questão da Internet.

Eu discordo absolutamente de nós tratarmos a Internet como propaganda paga, seja para Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Federal, Governador, ou Presidente da República. Esse é um espaço que surgiu na vida política também de maior equidade. Esse é o espaço de maior equidade. Todos têm direito a constituir a sua página na Internet, todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas isso está assegurado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Por que eu tenho que introduzir também na Internet a propaganda paga? Que estava restrita exclusivamente a jornais e revistas? Que já é um problema, já é um problema. Porque você tem que ter recurso e ter meios para poder trazer as suas inserções nos jornais e revistas. E quando não aparece no jornal e na revista, há um questionamento do eleitor por que você não apareceu. Porque é paga, e porque é cara, não é barato não, é muito caro.

Quem foi candidato sabe disso, que é muito caro você fazer uma inserçãozinha ali no jornal, pequenininha. Imagina na Internet quanto é que vai ser cobrada? Porque nós estamos determinando que é paga, mas ninguém está dizendo qual é o preço, e isso, com certeza, não é coisa barata.

Então, eu quero dizer que vamos destacar, eu vou destacar esse aspecto, acho que a Internet é um instrumento de maior liberdade que surgiu na vida política no nosso país, e no mundo, todos têm, todos podem fazer a sua página. Sinceramente, para quê?

No jornal eu não posso ter a minha página no jornal, eu não tenho a minha página na revista, não tenho não. Revista tem dono, não tem a página do Inácio Arruda, não tem a página da Marina, não tem a página do Mercadante, não tem a página do Flávio Torres, nossos colegas do Ceará. Lá no jornal não tem não. Na revista não tem não. É caro, é pago. Por que eu tenho que introduzir esse instrumento na Internet?

Eu acho que isso é absurdo, favorece [falha no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas pode, no momento adequado, na hora do destaque eu vou dar as palavras.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Eu estou fazendo o destaque, porque todos falaram até agora sobre aquelas questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não sobre os destaques, os destaques serão no momento oportuno. V. Exa. quer falar agora?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Mas Presidente, está aberto para o debate ou não está?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Destaque não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Eu acompanhei as intervenções já de todos, todos opinaram sobre esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não destaque.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Por último, eu quero questionar esse problema dos candidatos nos debates. O que ocorre? É que mesmo com a tal famigerada cláusula de barreira, que felizmente caiu no Supremo Tribunal Federal, e espero que não seja reintroduzida no nosso país, que é absurda. Nós já temos uma cláusula de barreira draconiana chamada de cociente eleitoral, mas os caras querem introduzir uma outra, mais perniciosa à vida democrática brasileira.

O que ocorre no debate na TV? É que, constitucionalmente, você não pode dizer que é partido que tem 10, 15, 20 ou 30 Parlamentares, porque a constituição assegura a participação de todos os partidos, tenham assento ou não no Congresso Nacional nas eleições majoritárias. Todos os partidos podem ter candidato a Presidente, não precisa ter Parlamentar, não precisa ter Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, essa que é uma garantia inconstitucional, cláusula pétrea, ninguém vai mudar, nem Emenda Constitucional.

Então, se nós criarmos um instrumento que vai dizer, "Olha, só pode participar de debate se tiver 10, 15, 20, 30", vai cair. Não vai ser sustentar. Não tem como se sustentar. Eu acho o que problema dos debates é de outra natureza.

O sucesso ou não de um debate na televisão, no rádio, ou em uma revista, em um jornal, é de outra natureza, é o conteúdo de cada candidato, é como cada candidato se apresenta. Qual é o problema de ter mais um candidato ou menos candidato?

E nós, do PC do B, pelas propostas que foram apresentadas até agora, digamos, não estamos fora. Tanto pelo critério de 10, como pelo critério de 15 em coligação, ou 20, nós poderíamos participar de todos os debates, eu não estou tratando do meu partido, eu estou tratando de uma regra constitucional que hoje já é assim. Todo partido pode ter candidato, independente de ter presença ou não no Congresso Nacional.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Inácio, só um minutinho?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Pois sim.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): O grande problema é que um debate com mais de 10 candidatos é impossível, ele se inviabiliza.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Isso tem sido resolvido, os meios de comunicação que querem fazer debate, que desejam fazer debate têm feito sorteios para poder ter um número menor e um aproveitamento maior do debate. Eles sorteiam X candidatos, quatro ou três [soa a campainha] participam do primeiro dia, mais três no segundo, e assim sucessivamente.

O que eu estou dizendo é que essa regra não vai se sustentar, mesmo que a gente possa desejar que para um melhor aproveitamento fosse assim, mas ela não se sustenta porque tem um vício de constitucionalidade flagrante, que vai bater no Supremo Tribunal Federal e talvez o TSE já resolva isso de antemão, não precisa nem chegar no Supremo Tribunal Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Era em relação à questão da emenda que trata do recorte para participação dos debates, que me parece tem a emenda do Senador Aloizio Mercadante, que faz o recorte até 10 Srs. Parlamentares. E a emenda do Senador Antonio Carlos Júnior, que está propondo que as coligações até 15. Eu queria entender se ao colocar as coligações até 15, quem não conseguir as coligações se está salvaguardado nos 10, é isso que eu quero.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senadora, no acordo ficou dois terços assegurados a participação dos partidos que tenham mais de 10 Parlamentares na Câmara dos Deputados, partidos.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Independente de coligação?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Independente de coligação.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Ok.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Eu queria só propor que sejam Parlamentares eleitos, não é? Para não ter aquela coisa.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eleitos, no caso dessa eleição, eleitos em 2006, tomaram posse 2007, eleitos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Cícero Dias, por último. Senador Cícero Lucena, perdão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não, Presidente.

A minha preocupação, também é um grande cidade em artes plásticas, nossa Paraíba e Pernambuco.

Presidente, eu gostaria de chamar atenção a essa Comissão, nessa Sessão, porque na Legislação, Senador Marco Maciel, nós tivemos algumas mudanças ao longo dos anos e entre elas, eu identifico ainda um resquício do período da ditadura.

Quando se começou os guias eleitorais, a propaganda política chamada, inicialmente, se iniciou apenas com os grandes blocos, em horários específicos. Depois, se abriu para as inserções, o que nós chamamos propagandas dentro da grade normal da programação das TVs e rádios.

Ocorre que, no princípio, havia muitas restrições para a produção dos guias, dos blocos, e também das inserções. Foi mudado, hoje é permitido imagem externa para os blocos, mas ficaram, no caso específico das propagandas, as mesmas amarras que estabelecia, Senador Marco Maciel, a condição de que a propaganda tinha que ser produzida em estúdio, e sem efeitos de computador. Sem efeitos tecnológicos.

Ora, vivendo o momento que nós estamos vivendo, o avanço do setor de comunicação, em especial de propaganda, você produzir nas inserções políticas uma qualidade abaixo daquelas que estão sendo vinculadas pelo setor privado, ou mesmo pelo setor público que, no caso, no período, estará suspenso, você em vez de abrir uma oportunidade para que a propaganda seja instrumento de divulgação daquilo, da sua proposta, daquilo que você está querendo comunicar ao eleitor, você está elevando a condição de muita concorrência desleal.

Porque você imagine uma bela propaganda produzida com os efeitos tecnológicos, com a qualidade que hoje são produzidos os comerciais, e, de repente, entra um político pedindo voto de forma atrelada, Senadora Marina Silva, apenas com o seu discurso, sem poder levar a mensagem também de forma moderna, de forma eficiente, no novo método de comunicação.

Então, nós tínhamos uma dificuldade muito grande, e aí eu gostaria de trazer esse assunto, para que nós pudéssemos inserir a possibilidade da mesma liberdade que é dada ao bloco de propaganda, ser dado também à inserções que entram no horário comercial da grade da programação dos veículos de comunicação.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa. Encerrado os pedidos de esclarecimento.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, CCT, para que possa votar em bloco, possa votar o relatório, ressalvados os destaques.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Eu quero só fazer um complemento aqui.

No item, no art. 44, que trata da questão que está sendo colocada de que as rádios comunitárias também devem transmitir o programa eleitoral, isso é uma modificação da redação, de maneira que fique mais claro. Então, ficaria assim, § 4º. É obrigatória a inserção da propaganda eleitoral na programação nas concessionárias, permissionárias e autoridades no serviço de radiodifusão de sons e imagens e dos canais sob responsabilidade de órgãos estatais ou de empresas públicas de Comunicação Social, mesmo quando conteúdo for exibido por meio de serviço de telecomunicações.

No § 5º é que estaria quem não precisa. A obrigação que se refere ao § anterior não se estende às demais programações do serviço audiovisuais oferecido por meio de serviços de telecomunicações. Então, é apenas uma redação mais clara desse aspecto, ou seja, as TVs tipo TV Senado, essas estarão também obrigadas, que está no serviço a cabo, você tem o canal, tem o pacote básico, digamos assim, e tem as TVs públicas. Essas todas teriam que transmitir o programa eleitoral. E, no caso das rádios, as rádios também as comunitárias. Então, só para esclarecer. Então, estaria incorporado ao voto, não é Senador? Essa parte aqui.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Isso, aliás, responde a uma reivindicação que foi apresentada na Comissão de Ciência e Tecnologia presidida pelo Senador Flexa Ribeiro, entendida aqui como seu Relator, o Senador Eduardo Azeredo, e algo aqui, a meu ver, corresponde o interesse também de via rádios comunitárias, se dar também condição de participação dos interessados nos debates, na veiculação dos programas, etc. Então, eu acho que de fato é uma conquista que, a meu ver, vai produzir resultados positivos, sobretudo levando em consideração a imensidão do território brasileiro e ao grande número de cidades e povoados que existem em todo território nacional.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em votação na Comissão de Ciência e Tecnologia, o requerimento de destaque para votação em separado. "Requeiro nos termos regimentais destaque para votação, em separado, da Emenda nº. 33, de 2009, da Comissão de Ciência e Tecnologia, que altera a redação do art. 33, da Lei nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997, Lei das Eleições. Sala das Comissões, 22 de setembro de 2009, Senador Marcelo Crivella". Em votação o requerimento de destaque.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu fiz esse destaque.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós não vamos discutir, é só para aprovar o requerimento, a discussão é posterior. Só para aprovação do destaque.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Está bom, então vamos aprovar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): As Sras. e Srs.Senadores que concordam com a aprovação do destaque lido, permaneçam como se encontram. Aprovado o destaque. Retorno a Presidência ao Senador Demóstenes Torres, para aprovação do destaque na CCJ.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Votação em bloco dos requerimentos de destaque, para votação em separado, feitos pelo Senador Inácio Arruda, Senador Gim Argello, Senador Romeu Tuma, Senador Osmar Dias, Senador Eduardo Suplicy, Senador Eduardo Suplicy, Senador Eduardo Suplicy, Senador Eduardo Suplicy, Senador Eduardo Suplicy, Senador Valter Pereira e Senador Eduardo Suplicy.

Dois da Senadora Serys Slhessarenko. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovados.

Votação em conjunto. Destaque para votação em separado CCT e CCJ. Senador Inácio Arruda, Senador Inácio Arruda, Senador Flávio Torres, Senador Osmar Dias, Senador Inácio Arruda. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Requerimento. "Requeiro nos termos do art. 294, do Regimento Interno do Senado Federal, que as votações relativas aos destaques para votação em separado das Emendas nº. 29, CCJ, e 50, CCJ, ao PLC 141/2009, sejam realizados na CCJ pelo processo nominal". As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Volto a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para votação do Parecer.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Demóstenes Torres.

Apenas para fazer um reparo. Na aprovação do destaque do Senador Marcelo Crivella, não foi, nós não aprovamos o destaque, aprovamos o requerimento. O destaque será discutido após a votação do Parecer.

Em votação o Parecer na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Ciência e Tecnologia ressalvados os destaques. Os Srs. e Sras. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o Parecer na CCT. Retorno ao Senador Demóstenes Torres.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em votação o Parecer na Comissão de Constituição e Justiça, ressalvados os destaques. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. O Parecer está aprovado, ressalvados os destaques.

Agora, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para votação do destaque na Comissão de Constituição e Justiça.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Votação do destaque do Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, serei breve.

O meu discurso, a minha emenda, ela tem uma preocupação. É fato notório, todos nós políticos sabemos que determinados meios de comunicação escolhem um instituto de pesquisa para estar ligado. E a esse instituto de pesquisa dão toda distinção, ou dão todo destaque.

Isso, Sr. Presidente, não é saudável para a democracia, porque pode ocorrer que aquele instituto de pesquisa tenha uma pesquisa diferente da de outros. Isso é comum ocorrer. E, às vezes, apontam tendências que outros institutos não apontam.

Ora, se cada candidato tem que ter um tratamento isonômico pela mídia, por que não as pesquisas, Sr. Presidente? As pesquisas, pelo menos os institutos que registram a pesquisa e que tem pelo menos 10 anos de funcionamento no país...

Sr. Presidente, pede para haver silêncio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pediria silêncio [soa a campainha] para que o Senador Marcelo Crivella possa defender o seu destaque.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Então, Sr. Presidente. Os institutos registrados no país há mais de 10 anos, portanto, que tenham notório saber daquilo que estão fazendo, devem ter o mesmo tratamento isonômico.

Então, suponha. O Jornal A resolveu publicar só pesquisa do Data Folha. Então, por que não do Ibope? Por que não do Sensus? Por que não do... Isso é uma coisa isonômica, é uma coisa justa dar destaque a todos, isso dá mais informação aos leitores. Os lei-

tores poderão ter uma visão completa do que dizem todos os institutos, ao invés de serem levados a acreditar, induzidos a crer de que aquele instituto tem a palavra final.

Recentemente, no Rio de Janeiro, eu quero citar um exemplo prático. Havia uma grande diferença entre as pesquisas feitas pelo Data Folha e pelo Ibope. E o jornal [soa a campainha] que, normalmente dava destaque às pesquisas do Ibope, passou a dar só do Data Folha.

E, com isso, o que ocorreu é que o Data Folha e o Ibope, no Rio de Janeiro, na última eleição, se desentenderam completamente, um brigou com outro e foi notícia de jornal. O que ocorreu, Sr. Presidente, é que muitos eleitores foram influenciados por uma pesquisa, porque só aquela foi publicada.

Então, eu acho que é justo, é democrático, constrói a república, é bom para os candidatos, é bom para os institutos de pesquisa, é bom para a mídia que haja tratamento isonômico aos institutos de pesquisa, pelo menos. Não se pode dar a todos, porque são muitos institutos de pesquisa, mas pelo menos aqueles que já estão funcionando há 10 anos. Registrou pesquisa, na hora da divulgação, dá-se tratamento isonômico a todos os institutos.

É esses, Sr. Presidente, essa a minha emenda, que eu peço a compreensão dos meus companheiros, para que a gente possa aprovar.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Flexa Ribeiro, Senador Demóstenes Torres, V. Exas. estão comandando essa reforma eleitoral com a maior justiça, com a maior justeza. Eu diria que esse tema abordado pelo Senador Marcelo Crivella é de vital importância.

Eu faço parte, V. Exas. sabem, minha área de atuação empresarial é comunicação e, por diversas vezes, nós vemos que determinados órgãos de imprensa geram danos irreparáveis, irreversíveis em campanhas eleitorais, exatamente pela força da mídia e pela força de participação nas áreas que atuam e da escolha de determinados institutos de pesquisas. E, muitas das vezes, esses substitutos têm resultados completamente divergentes, da realidade, do resultado eleitoral ou divergente entre si.

Acho que algo tem que ser feito, eu não tenho uma proposta concreta, mas V. Exas. podem criar um instrumento, que permita que esse tema que foi abordado pelo Senador Marcelo Crivella, com tanta clarividência, possa ilustrar e demonstrar preocupação eu acho que de todos nós. Cada um de nós pode ter sido vítima de eleitorais passadas. É isso que eu teria a agregar ao depoimento do Senador Marcelo Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Roberto Cavalcanti. Vou passar a palavra ao Relator Senador Eduardo Azeredo, para que possa fazer o seu Parecer sobre o destaque apresentado pelo Senador Marcelo Crivella. Senador Eduardo Azeredo. [soa a campainha]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Sr. Presidente Senador Flexa Ribeiro, o comentário é que foi acatado o § 7º, como Subemenda. Agora, a questão dos itens do § 4º, do 5º e do 6º, eles não foram acatados, também. Foi acatado o Item 4º. O 4º e o 7º. § 7º.

A dificuldade, Senador Marcelo Crivella, é que, legalmente, constitucionalmente, obrigar o jornal a publicar a pesquisa com a mesma caracterização, com o mesmo tamanho, não nos pareceu adequado, foi mais nesse sentido. Eu entendo que acontece sim, evidentemente que todos nós somos políticos, já disputamos eleição, sabemos que às vezes acontece de uma pesquisa ser divulgada de maneira com mais realce do que outra, mas obrigarmos um órgão de imprensa a publicar a pesquisa de outro instituto, não nos pareceu adequado. Foi mais nesse aspecto da questão.

A própria proibição de pesquisa, quer dizer, a França tem uma proibição uma semana antes. Aqui no Brasil, já há o entendimento de que não se pode proibir a divulgação de pesquisa, porque seria inconstitucional. Então, foi mais nesse raciocínio, que nós realmente optamos por acatar parcialmente a emenda, no que diz exatamente que o plano é mostrar a ponderação quanto a sexo, idade, tem que ser aqueles do IBGE, para não haver manipulação também na amostra. E dessa maneira, que acatamos parcialmente.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Flexa Ribeiro, V. Exa. e nobre Senador Marcelo Crivella, sabem que há algumas empresas de pesquisas que têm contratos com respectivos jornais, ou televisões, ou rádios, ou que então faz com que isso seja algo um pouco complexo de ser cumprido.

Agora, com relação ao modelo francês, nós sabemos que a França veda, mas Luxemburgo, Bélgica, que estão ali ao lado, divulgam os resultados e os franceses tomam a informação quase online das pesquisas feitas. Aí, então, razão pela qual o Senador Eduardo Azeredo, pela CCT, resolveu acolher como subemenda o § 4º e o 7º e acho que dessa forma de Subemenda, V. Exa. está sendo atendido e está prestando uma boa colaboração nos nossos trabalhos. Eu agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Parecer do Senador Eduardo Azeredo é pela rejeição do destaque, pelo fato de já ter sido acatado parte da Emenda 33, como já foi aqui, como Subemenda. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Apenas à época, Sr. Presidente.

Eu agradeço muito ao Relator, ele fez uma grande contribuição ao acatar isso. Por que como é que os institutos manipulavam a pesquisa? Eles acrescentavam, por exemplo, para prejudicar um candidato, um número maior de eleitores de alta renda. Então, aquele candidato que tem votação na base popular, fica prejudicado.

Essa foi a controvérsia que ocorreu na eleição do Rio de Janeiro, nessa última eleição a mais recente, em que o Ibope disse, declarou nos jornais, que o Data Folha tinha alterado o plano amostral.

Agora, por essa emenda acatada pelo Senador Eduardo Azeredo, o Data Folha não vai poder mais fazer isso, ele não vai poder inchar o número de eleitores com nível superior, e inchar o número de eleitores de classe A e B, porque agora ele tem que seguir o plano amostral dado pelo IBGE, isso é um grande avanço e eu quero agradecer o Relator por isso.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Gostaria muito que houvesse o tratamento isonômico, ou seja, que ainda assim todas as pesquisas fossem publicadas, porque já há tratamento isonômico com a cobertura, não é? Todo candidato tem que ter um tratamento isonômico na cobertura que os jornais fazem da campanha. Era nesse sentido que apresentei o destaque.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Marcelo Crivella. Pela ordem, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É que o Senador Eduardo Azeredo, o Relator, falou que é inconstitucional proibir a pesquisa uma semana antes, ou 15 dias, o que seja.

Eu fiz um Projeto de Lei, ele até que foi aprovado, porque duas histórias. Dois mísseis. Eu fui candidato a Governador do Paraná. O Ibope, eu vou citar o instituto, na véspera da eleição, deu que eu estava 10 pontos atrás, a diferença foi 0,018. E aquele, aquela pesquisa da véspera, foi fatal para o resultado da eleição. 10%, a diferença de um candidato para outro.

No primeiro turno, o Ibope deu que por 14% não teria segundo turno. O segundo turno no Paraná ocorreu com uma diferença pró segundo turno, de 14%, eles erraram exatamente do outro lado.

Agora, o Vox Populi, eu vou citar o instituto, porque não é possível isso. O Vox Populi, na última semana de julho, fez uma pesquisa no Paraná e me deu, em relação a outro candidato, 19 pontos de vantagem, na última semana de julho, de junho. Na primeira semana de julho, até o mesmo partido, o mesmo partido que não se satisfez com o resultado da Vox Populi, na última semana de junho, encomendou uma outra pesquisa na primeira semana de julho. E o resultado foi sete pontos de desvantagem para mim. Eu que estava 19 numa semana, passei a ficar atrás do candidato do partido que encomendou a pesquisa sete pontos. Dá 26 pontos de diferença em uma semana. Só se eu cometi uma tragédia na rua, para que isso acontecesse.

Então, as pesquisas, longe da eleição, são um terror, porque não tem nenhum compromisso em acertar e acertam mais para quem encomenda a pesquisa.

E na época da eleição, elas distorcem, elas induzem o resultado, porque há cientificamente comprovado que 12% dos eleitores em quem vai ganhar. Se o resultado sai na véspera 10% dando vantagem para um candidato, quando era o contrário que estava acontecendo, o resultado acabou sendo 0,018 porque houve muita gente que deixou de votar em quem poderia ter vencido a eleição.

Então, até o próprio Governador do Paraná tem uma frase, que é bastante explicativa do que eu estou falando, ele dizia lá na campanha, lá atrás, não quando disputou comigo, lá atrás, em 2002. Ele dizia: "Se eu quero peixe, eu compro na peixaria. Se eu quero comprar uma pesquisa, eu compro" e citava o instituto de pesquisa, que agora eu não vou citar porque foi ele que disse, isso ele disse publicamente.

Então, essa Legislação aqui, para mim ela teria muito mais valor se nós tivéssemos modificado essa regra das pesquisas, para proibir mesmo, pelo menos 10 dias antes da eleição, e se é inconstitucional, que se torne constitucional, que se reforme a constituição. Foi isso que eu fiz, não consegui aprovar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço o Senador Osmar Dias. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Senador Osmar Dias, eu quero só dizer que eu mencionei aqui o TSE tem já decisões nesse sentido. Então, nós teríamos que fazer modificação e de antemão, digo que assino junto a Proposta de Emenda Constitucional, nesse sentido. Eu realmente acho que o sistema da França poderia ser utilizado aqui. Agora, nesse momento, não houve nenhuma emenda e seria impossível publicar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu vou elaborar a proposta de emenda constitucional e apresen-

tar e pegando a assinatura de V. Exa. como segunda assinatura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, poderia então fazer aqui então um texto de conciliação, publicar três pesquisa se houverem, três, três pesquisas se houverem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marcelo Crivella, como já foi dito pelo Relator, é difícil você impor a publicação em toda a mídia da pesquisa.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Tratamento isonômico.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Porque alguns, alguns institutos com veículos de comunicação tem contratos de exclusividade, de exclusividade.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Agora, podíamos proibir isso também, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acho que isso tem que ser visto na reforma que nós precisamos fazer da Lei Eleitoral, não o que nós estamos fazendo agora, emergencialmente, mas como colocou o Senador Osmar Dias, com muita propriedade, eu acho que todos, todos, em todos os Estados, já passaram pela situação que o Senador Osmar Dias aqui relatou, de haver influência no resultado da eleição em função de uma pesquisa colocada na véspera, com o resultado que não corresponde à realidade da vontade do eleitor, Então, isso eu só acho que nós temos que fazer uma reforma completa do Código Eleitoral.

E, neste momento, o Relator é pelo acatamento, como já disse, parcial da sua emenda, Senador Marcelo Crivella, e pela rejeição do destaque que V. Exa. apresentou.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Vamos ao Plenário, vamos ao voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em votação o Parecer do Relator com relação ao Regimento, ao destaque do Senador Marcelo Crivella, pela rejeição do destaque. Os Srs. Senadores, Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam com a rejeição, que é o Parecer do Senador Eduardo Azeredo, permaneçam como se encontram. Aprovado, por voto contrário do Senador Osmar Dias, Senador Marcelo Crivella, Senador Roberto Cavalcanti, Senador Aloizio Mercadante e Senador Eduardo Suplicy. [soa a campainha]

Retorno a Presidência ao Senador Demóstenes Torres, para votação dos destaques na CCJ. E passo a Presidência da CCT, Senador Demóstenes Torres, ao nosso vice-Presidente Senador Lobão Filho.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Requerimento Senadora Lúcia Vânia, Senadora Serys Slhessarenko. Destaque para votação em separado da Emenda 25. Agora é a votação em separado. Pode argumentar, Senadora.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

No projeto consta 5% do fundo partidário para visibilidade às mulheres, vamos resumir.

A Emenda 25, a emenda da Senadora Lúcia Vânia, [soa a campainha] que ela já fez uma fala sobre isso aqui a pouco e houve o entendimento de que passe para 10% o fundo partidário. Então, eu assinei junto com ela, ela não pode estar presente nesse momento, mas é uma emenda da maior importância para a mulher brasileira, para as mulheres de nosso país.

A emenda da Senadora Lúcia Vânia consta um aumento de 20% [soa a campainha]. Nós reduziremos para 10%, é esse o acordo que estamos propondo. 10% o fundo partidário para as mulheres.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senhores, com Parecer, Senador Marco Maciel. Contra ou a favor?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, eu acho que, em função da declaração da Senadora Serys Slhessarenko, nós podemos acolher o destaque feito, e acredito que isso ajuda também a formar um grande acordo que estamos fazendo para que a lei seja a mais representativa possível, dentro dessas limitações que estamos atravessando.

O Parecer.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Para 10%.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Acatando que reduz para 10%.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Acatando a emenda da Senadora Lúcia Vânia 25, que está assinada por mim e por ela, que consta 20 reduzindo para 10%. Era cinco no projeto. Então, na verdade, aumentando para 10, mas reduzindo a emenda para 10 também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, houve o entendimento?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Houve entendimento.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a Senadora Lúcia Vânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, na realidade, passa a ser emenda dos relatores, vamos retirar o destaque de vo-

tação, porque eles estão acolhendo. Porque se fosse votar teria que ser para 5%, como é para 10%--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim, perfeito. Desde que acate 10% o fundo partidário para as mulheres.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, houve entendimento. Emenda dos relatores, acolhendo em parte.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Estamos de acordo, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agora, destaque de votação em separado para Emenda 46.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Emenda 46 é de nossa autoria, também combinado com a Senadora Lúcia Vânia, onde a gente pedia o aumento em 20% do tempo de rádio e TV para promoção da mulher na política. Foi acatado 10%, a gente está solicitando 15%.

[risos]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Tem meu apoio, Senadora Serys Slhessarenko, de imediato.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Senador Inácio Arruda.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Se com relação à emenda anterior, com relação à segunda, já fica mais difícil, não é? Eu acho que V. Exa. compreenderá as dificuldades, já que está fazendo um grande avanço.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Podíamos negociar para 12%, Senador, ao invés de 10, aumentar um pouquinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parecer é pela rejeição. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado, ou seja, rejeitado o destaque.

É só levantar a mão, pronto. Três. Senador Pedro Simon, Senador Eduardo Suplicy, Senador Wellington Salgado de Oliveira, Senador Inácio Arruda. Pronto. Rejeitado.

Requerimento de destaque em votação em separado. Senador Inácio Arruda, "Requeiro nos termos do art. 312, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº. 2, CCJ, de minha autoria", vocês têm que ficar atentos, se não vão cochilar e vão perder, eu não vou voltar a votação não.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Senador, mas eu só gostaria.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): 19 de setembro de 95, que dispõe... Se os Srs. Relatores quiserem acolher, está acolhido. Aí é com eles. O destaque foi rejeitado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Já está dobrando de cinco para 10, já é um grande avanço. 100% que a Câmara aprovou. Nós todos somos favoráveis às mulheres, não venha um ou outro querer dizer que é mais não, que nós todos somos.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): E com relação ao recurso? A nossa emenda que estaríamos votando não era mais com relação ao recurso, era com relação ao tempo, que está em 10% no projeto, nós pedimos 20, estávamos querendo negociar 12 ou 15%. Era só isso.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Já foi um grande avanço, nesse outro campo.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Vamos votar, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já votou, já perdeu. Agora, se os relatores quiserem, aí é com eles. Eles têm, o único que tem poder regimental agora são os relatores.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Houve a contagem dos votos?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Senadora Serys Slhessarenko, eu proponho que V. Exa. levante a questão no Plenário na hora da votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso, exatamente. Muito bem.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, vai para o Plenário. Obrigada, negociador.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra, V. Exa., por três minutos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): V. Exa. poderia arguir os relatores, qual é a opinião dos relatores em relação ao nosso destaque?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. Então, o destaque, então, o Senador abre mão de falar. Opinião, Emenda nº. 2. Destacou Emenda nº. 2.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Emenda nº. 2.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Emenda da CCJ, Senador Eduardo.

Sr. Presidente, esse destaque que eu apresentei diz respeito ao problema dos provedores, que levantou-se que os provedores têm que ser de conteúdo e, ao mesmo tempo, estabelecidos no país. Eu fiz um destaque [soa a campainha] apoiando que venham da Câmara, por quê? Porque, dificilmente, essa regra encontrará condições de aplicabilidade. Você exigir que sejam provedores estabelecidos no país.

Ontem, o Senador Eduardo Azeredo e o Senador Marco Maciel estavam examinando a possibilidade de, mesmo que ele não fosse, mesmo que ele não fosse um provedor estabelecido no país, mas se ele estiver credenciado pela Justiça Eleitoral, ele pode se credenciar, você pode então ter a sua página lá nesse provedor.

Por que vai assumir esse destaque? Para que a gente não amarre as páginas dos candidatos na Internet, porque os provedores de conteúdo chamados provedores de conteúdo não são tão largos assim. O número de provedores de conteúdo é ainda limitado no Brasil. Em alguns Estados, são dois, três. Então, a gente precisa ter essa ideia para não fechar demais o espaço da participação de todos os candidatos, que aqui nós estamos tratando da participação dos candidatos nas suas páginas [soa a campainha], é gratuito. Então, eu acho que era preciso a gente tratar de uma formo mais ampla.

Eu considero que a Câmara tratou de forma mais ampla. Por isso eu fiz o destaque para preservar o da Câmara. Modificando o da Câmara. Emenda modificando.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria dialogar no seguinte sentido.

Primeiro, nós estamos tentando construir uma Legislação, que diminua a poluição, que nós tínhamos até então. Antigamente, tudo era permitido, e era um estrago na cidade, um desperdício de recursos, uma desorganização visual completa.

Então, nós estamos buscando fortalecer a publicidade gratuita em rádio e televisão, que é a mais importante, disciplinamos com muita rigidez todas as outras formas de publicidade, que signifiquem imagem pública, somos bastante severas, inclusive com muro, com todas as outras formas de publicidade, e estamos liberando toda a campanha no âmbito da Internet, direito absoluto de se expressar, ao contrário do que nós tínhamos na Legislação anterior.

Agora, um portal de notícia não é a mesma coisa que o portal que o candidato dispõe. Porque o acesso no portal do candidato é absolutamente significante diante dos acessos num grande portal.

Então, se nós pegarmos o G1, se nós pegarmos UOL, nós temos um milhão e meio de acessos diários. E nenhum Candidato Parlamentar vai ter nada próximo a isso. Então, não é verdade que é igual.

Da mesma forma que a publicidade no jornal e na revista. Por que o jornal e a revista? Porque o jornal tem uma tiragem de um milhão de exemplares, 300 mil, 500 mil. O candidato pode ter o seu jornal também. Ele pode ter seu jornalzinho, mas vai ter 10 mil, 20 mil, 30 mil. Por que a publicidade paga? Para atingir um público mais amplo.

Assim, o que nós estamos falando? Ou nós acabamos com publicidade em jornal e revista, ou nós estendo esse à mídia eletrônica, porque é um jornal ou uma revista editada eletronicamente, e cada vez mais ser mais eletrônica. A tendência é o fortalecimento do espaço eletrônico. Então, está correta a posição.

Deveria ser extensivo também a Governadores e Senadores. Como não é possível ainda a isonomia do tratamento para os outros cargos, nós estamos dando o primeiro passo para Presidente da República [soa a campainha] e no futuro resolveremos o resto. Portanto, eu queria apoiar a iniciativa, respeitando a intervenção do Senador Inácio Arruda, eu acho que ele está colocando ponderações bastante razoáveis, mas a construção desse entendimento veio nessa perspectiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A partir de agora, nós vamos rejeitar, vamos cumprir o Regimento, ou seja, fala o autor do requerimento do destaque, e fala os Srs. Relatores. Com a palavra, Srs. Relatores.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Eu quero, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero dizer que não há realmente nenhum inconveniente, quer dizer, existe só o risco de que numa busca e apreensão do material que tenha sido divulgado, por exemplo numa matéria ofensiva, se o site não tiver, se não tiver hospedado no país, pode ter uma dificuldade, mas, da minha parte, eu não teria problema maior em acatar então, não precisaria nem do destaque, poderíamos atacar mantendo o que está na Câmara em relação a essa parte de hospedagem.

Com relação à questão da propaganda paga--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Eu modifico o que está na Câmara, permitindo que você tenha a possibilidade.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Sim, da possibilidade de hospedar no exterior.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Eu aproveito para dizer, mais uma vez, o seguinte. Na Internet, a Câmara já avançou e nós estamos mantendo a liberdade em todos os sites de candidatos, em todos os blogs, é permitido fazer entrevista, é permitido que você mande e-mails como quiser, isso tudo está liberado na Internet. O que nós estamos colocando apenas na restrição é na parte da paga, que na verdade não é restrição, é um avanço com relação à Câmara, que aí teria a propaganda paga também para Presidente da República, apenas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): É outro destaque.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Mas só esse ponto. Então, para ficar claro que não se está equiparando a Internet que só pode ser como é na rádio e televisão. É igual rádio e televisão a questão de debates. O restante pode ser utilizado a Internet, da mesma [soa a campainha] maneira que se utiliza hoje em sites, entrevistas, em blogs.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parecer é pela rejeição.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Não, não, ao contrário, pela aprovação, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Estou acatando.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Pela aprovação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Estou acatando. Acatando o destaque de retirar a colocação de que tem que ser exclusivo, site instalado no país.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Exclusivo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Com certeza. Ele poderia dar... Ele tem que ser.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem, a emenda é nesse sentido, porque é o Relator que está fazendo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Continue: "Sítio do candidato, com endereço eletrônico comunicado à Justiça Eleitoral, em sítio partido, por meio de mensagem eletrônica, por meio de blogs", isso tudo permitido. Eu estou retirando só a parte que estava dizendo que tinha que ser com a infraestrutura instalada no país.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. concorda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): De acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, está retirado o destaque, V. Exa. assume como Relator, porque se não tem que votar inteiro, está bom assim?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Retirando a expressão estrutura instalada no país, só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso. Os relatores admitem.

Requerimento do Senador Romeu Tuma e Senador Gim Argello. Nenhum dos dois estando presentes, segundo o Regimento, mantém-se o relatório.

Senador Osmar Dias, Emenda nº. 7. Com a palavra, o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu fiz a Emenda nº. 7, para voltar, se possível, a apresentação de *outdoor*, para fins de propaganda eleitoral, mas apenas para as eleições majoritárias, Presidente da República, Governador, Senador e Prefeito. Com a ressalva, já que o Senador Aloizio Mercadante disse que tem cidades que ficavam contaminadas visualmente pela propaganda e há cidades que colocaram regras até em período fora da eleição.

Então, eu coloquei aqui: "Ficam ressalvadas as legislações municipais e do Distrito Federal, restritivas, proibitivas e regulatórias do uso de *outdoor"*. Então, o que eu estou propondo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Voltar o *outdoor*.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Por quê? Porque tem partido que tem pouco tempo de televisão, como o meu, que precisa mostrar mais a cara do candidato, principalmente quando o candidato tem boa aparência, não é Presidente? [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Especialmente, especialmente. Com a palavra, os relatores.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Só para eleição majoritária.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se não tiver, o *Photoshop* ajuda.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): A Câmara não aprovou a volta do *outdoor* e nós estamos mantendo pelo aspecto realmente do custo, que seria realmente mais elevado.

Essa sugestão de que seria o *outdoor* apenas para eleições majoritárias, que teriam regras mais rígidas do ponto de vista de sortear aqueles pontos já existentes, 30 dias antes, a questão de que não poderia ter o *outdoor* pirata, digamos, aquele *outdoor* instalado só para eleição, são evidentemente algumas questões colocadas, mas nós não conseguimos chegar no consenso que possibilitasse a volta do *outdoor*, nem entre, com a reunião de líderes ontem à tarde, esse assunto na reunião de líderes onde não foi objeto de consenso. Então, o que eu quero fazer é esse comentário. Quer dizer, evidente, que já utilizei também *outdoor* em campanhas, [soa a campainha] mas não houve consenso na volta do *outdoor*.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parecer é pela rejeição.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Essa também é a minha opinião, já foi expressa na reunião de ontem à tarde.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para discutir, Senador Wellington Salgado. Embora não possa, mas vou abrir uma exceção para V. Exa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu já senti qual é a tendência da Casa e a tendência dessa Comissão.

Agora é totalmente incoerente, nós não podemos usar *outdoor* quando se usa gráfica, se usa tudo, não se pode fazer *outdoor*. Se há um erro de fiscalização, o problema não é nosso. Agora, o que eu não acho justo é deixar de fora alguém que tenha uma questão mercadológica nesse sentido, de vender espaço de *outdoor*. Eu acho isso injusto, queria deixar aqui a minha manifestação. Se não há como acompanhar, se não há como fiscalizar, esse problema não é nosso.

Agora, o que eu acho injusto é tirar alguém que faz o trabalho, gera emprego, tem oportunidade de mercado, nesse momento, e nós simplesmente por uma canetada, tiramos esse direito de geração de emprego, de geração de mercado, tiramos com uma canetada. Eu acho injusto.

Se nós não temos condições, Senador Azeredo, de fiscalizar, esse não é problema nosso, esse é problema do Tribunal Eleitoral. Agora, nós simplesmente tirarmos, eu acho injusto isso. É a manifestação que eu queria dizer, mas a vontade dessa Casa é que não volte.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu abri exceção para o Senador Aloizio Mercadante, tive que abrir para o Senador Wellington Salgado de Oliveira, posso até abrir para V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu só quero dizer a V. Exa. e à Comissão, que a Legislação anterior que é vigente, que está ainda em vigor, ela proibiu o uso de *outdoors*. Como também proibiu a utilização de shows artísticos como propaganda eleitoral. Ou seja, durante a realização dos comícios. Isto reduziu substancialmente essa duas medidas, reduziram substancialmente as despesas, os custos de campanha.

Eu, muito embora eu seja favorável a que todos os Senadores e membros dessa Casa não tenham restrições à propaganda eleitoral, entretanto, no que diz respeito a *outdoors* e à realização de shows artísticos, já que isso resulta na arrecadação de muito dinheiro, de muito, talvez no Sul do país não tenha esse problema, mas lá no nosso Nordeste tem esse problema, eu voto pela rejeição, mas estou sempre ao lado do Senador Osmar Dias, menos neste aspecto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Sr. Presidente, eu compreendo que o Senador Osmar Dias está dizendo no sentido de que ele quer ter a oportunidade para que aqueles que não conseguem se expor com algum equilíbrio, o possa fazer, mas não acho que seja o meio mais adequado. E eu vou justificar por que.

A razão econômica já foi dita pelo Senador Antonio Carlos Valadares, tem custos e custos muito altos, que nem todos podem acompanhar. No entanto, nós já temos avanços em algumas cidades no Brasil, inclusive cito aqui São Paulo, em que houve um processo de limpeza da cidade em relação à propaganda que causava uma verdadeira poluição visual. São Paulo hoje é um exemplo para o Brasil.

Eu acho que seria um grande contra senso, depois de termos um exemplo positivo, nós os políticos contribuirmos para poluição visual, por uma questão do nosso interesse na hora de fazermos a nossa propaganda, quando nós achamos que não é justo fazer a propaganda dos produtos. Em que o nosso produto político é melhor do que o produto daqueles que querem anunciar?

De sorte que não devemos dar esse exemplo, no sentido de que a limpeza durante a campanha em termos visuais é algo muito importante para o eleitor, e ainda não é equilibrado, porque quem pode fazer os grandes reclames da sua imagem, farão. Agora, os que não podem, ficarão devendo e ainda sofrendo a poluição visual para o eleitor e para o cidadão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parecer portanto é pela rejeição.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, nós vamos transformar a eleição num funeral, daqui a pouco, porque não tem graça nenhuma, Presidente.

[falas sobrepostas]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Tem o *outdoor* móvel, colocar carro de som e deixar funcionando.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, só me dá um minuto, porque eu preciso falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Primeiro, o Senador Valter Pereira. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eleições Diretas Já sem Fafá de Belém não existe, não existiria, Senador Pedro Simon.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É o seguinte. Há uma emenda de minha autoria de nº. 60, que também está destacada, e que trata de uma proposta parecida com essa. Eu gostaria de solicitar autorização de V. Exa. para discutir em conjunto, até por economia processual, que eu acredito que ela pode trazer aqui solução de consenso para o desate dessa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pronto, está aqui. Pode argumentar. Se é igual, faremos em conjunto.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, é diferente, ela tem diferenças, mas com o mesmo objeto.

Veja o seguinte, Sr. Presidente. A Senadora Marina Silva tem razão quando fala na poluição visual. Eu aplaudi o Prefeito de São Paulo, o Prefeito Kassab, no momento em que ele promoveu aquela grande limpeza visual.

No entanto, é preciso entender que de município a município, a poluição visual se apresenta de forma diferente. Aquilo que havia em São Paulo era efetivamente um alto grau de poluição. Acho que o Prefeito agiu corretamente. E acho que tem que se reservar ao município o direito de fazer aquilo que o Município de São Paulo fez por quê? Porque a poluição tornou-se insuportável.

No entanto, Sr. Presidente, é preciso se considerar as distinções que existem. E.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu acho que é a mesma emenda do Senador, porque ele colocou respeitado onde os municípios e tal, a mesma emenda.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A emenda que nós estamos propondo ela diz o seguinte: "Depois da realização do sorteio pela Justiça Eleitoral, será permitida a propaganda eleitoral por meio de *outdoor* nas cidades – eu gostaria atenção aqui, Senadora Marina Silva [soa a campainha] – nas cidades onde esse tipo de publicidade não for vedada para fins eleitorais". Então, nós estamos dando ao município esse direito.

Até porque, Senadora Marina Silva, se não forem utilizados esses espaços para propaganda eleitoral, eles estão assegurados para propaganda comercial. Portanto, nós não estaremos aqui combatendo a poluição visual. É um ledo engano.

Outra questão, Sr. Presidente, que eu gostaria de ressalvar aqui é o seguinte. A Senadora Marina Silva ponderou pelo alto custo da propaganda. Historicamente, o que tem se observado [soa a campainha] é que há manobras, há artifícios que permitem que determinados partidos acabem se valendo dos direitos dos pequenos partidos para veicular as suas propagandas, no momento em que se promove a redistribuição.

Aqui, há um mecanismo, na emenda que apresentei, vazado nos seguintes termos: "É vedada a redistribuição de *outdoors* não utilizados pelos partidos e coligações", é um freio para evitar que o poder econômico se imponha neste momento.

E a outra, e o outro freio, Sr. Presidente, está aqui no § 11, que diz o seguinte: "O preço para veiculação da propaganda eleitoral de que trata este artigo não poderá ser superior à média dos valores cobrados nos últimos 12 meses para publicidade não eleitoral". Então, os mecanismos de proteção contra esses males que têm sido apontados aqui, estão aqui nesta emenda, portanto, eu gostaria de sugerir ao Senador Osmar Dias, e a V. Exa., Sr. Presidente, e aos Relatores, que fundíssemos essas duas emendas, a fim de que com a redação final dada a elas, nós pudéssemos evitar que a campanha eleitoral se transforme naquilo que o Senador Wellington Salgado de Oliveira apontou: Um grande velório.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Osmar Dias. Precisamos votar. Olha, nós precisamos votar para mandar ainda hoje para o Plenário.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu vou ser bem rápido.

Primeiro, em relação aqueles que contestam focando em cima do custo do *outdoor*, mas meu Deus do céu, os programas de televisão para serem produzidos, se paga uma Produtora ou a um Coordenador de Marketing, milhões de reais. Então, vamos proibir também a propaganda na televisão, se for esse motivo. Fica muito mais barato você divulgar o *outdoor*, do que você pagar uma Produtora para fazer o seu programa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu tenho emenda nesse sentido, propaganda de televisão tem que ser ao vivo, sem agência de publicidade. Ao vivo o candidato fala.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Aí eu concordo.

Segundo, Senadora Marina Silva, quando V. Exa. fala da poluição visual, os *outdoors* que estão espalhados pelo Estado na campanha eleitoral, eles ocupam apenas e tão somente os mesmos painéis que se ocupa com outras propagandas. [soa a campainha] então, não haverá poluição a mais do que os *outdoors* que já estão espalhados com propagandas comerciais. São os mesmos pontos.

Na minha emenda está escrito que cidade onde está é proibido *outdoor*, continua proibido. Então, esse argumento de V. Exa. não serve.

E de mais a mais, a gente tinha que também ver a poluição sonora, a poluição sonora nas campanhas eleitorais. E quando eu digo sonora, principalmente as coisas que a gente houve de promessa que se faz e não cumpre depois, aquela baboseira que se fala na campanha eleitoral.

Então, se for para ir contra a poluição visual, tem que ir contra a poluição sonora também, Presidente. Agora, não polui mais do que se polui com a propaganda comercial, porque os pontos são os mesmos e a minha emenda diz que onde está proibido, continua proibido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Parecer é pela rejeição. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A partir da próxima não haverá exceção. O autor do requerimento e o Relator. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa. lembrou de falar isso quando eu vou falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, V. Exa. tem prestígio sempre.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Falaram 20, V. Exa. vem falar na minha vez?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. tem prestígio sempre. Tem muito crédito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, cá entre nós, se nós tivermos a coragem de analisar, não tem explicação essa nossa reunião.

O Brasil inteiro dizia, o Fernando Henrique quando assumiu no primeiro ano de Governo, a reforma política e a reforma eleitoral, não fez. Na reeleição, a reforma política e a reforma eleitoral, não fez. O Lula a mesma coisa. E agora está reconhecendo que ou é no primeiro ano ou não é nunca. De repente resolveram fazer isso que está acontecendo aqui. Cá entre nós não é reforma política, não é reforma eleitoral.

Já se disse e eu repito aqui que o que se afirma é que a Câmara dos Deputados, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal vem aumentando a sua ação, e vem legislando naquele vazio do Congresso Nacional, onde nós não regulamentamos as leis que na Constituição, os artigos que na Constituição dizia de acordo com Lei Complementar, como é o caso de que o mandato pertence ao partido e não [soa a campainha].

É difícil, Sr. Presidente, é muito difícil mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Silêncio, por favor. Agora são só os Assessores.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É muito difícil.

O que se diz é que com medo do Ministro Joaquim Barbosa, que vai ser o Presidente da Comissão de, perdão do Tribunal Superior Eleitoral, a Câmara está entrando com essa para brecar o Tribunal Superior Eleitoral legislar sobre isso. Então, a Câmara está saindo na frente.

Eu não sei, pois nessa hora nós estamos aqui nas vésperas das eleições entrando na Lei Orgânica dos partidos. Eu não consigo entender. Eu não consigo entender. Eu, com toda sinceridade, acho que toda a questão [soa a campainha] com relação à Internet, é de uma gravidade, é de uma profundidade, que eu acho que nós estamos decidindo aqui brincando.

Eu acho que a argumentação apresentada pelo nosso líder do PC do B é absolutamente correta. De repente, vamos botar matéria financeira, pagar essa questão relativa.

Agora, com toda a sinceridade, vim para cá projeto da Câmara para nós Senadores voltarmos à questão dos painéis? É piada, é piada, porque não dá para entender. Isso já aconteceu, já foi um grande debate, foi considerada uma grande vitória, foi altamente positivo, não é apenas no sentido visual, é no sentido financeiro, é no sentido de quem tem dinheiro, de quem não tem dinheiro. Então, foi uma conquista.

Agora, de repente, nós vamos votar aqui, além da Câmara, a Câmara não tocou nessa matéria e o Senado vai tocar nessa matéria voltando ao painel?

Ora, Sr. Presidente, cá entre nós, nós estamos numa situação muito ruim, Câmara, Senado, Congresso Nacional. E essa reforma toda que nós estamos fazendo está sendo interpretada ridiculamente pela sociedade.

A imprensa diz, os comentaristas dizem com todas as letras, que nós estamos legislando em causa própria. Nós estamos fazendo as causas para nos defender, para nos salvar, para nos garantir. E fruto disso, me perdoem, graças a Deus, eu não sou candidato nem nessa eleição que vem nem nunca mais, mas eu até que não gostaria de ser candidato na próxima eleição, porque é uma antipatia geral contra nós. E isso que nós estamos fazendo aqui está aumentando essa antipatia, porque está dando a entender que nós precisamos fazer...

Voltar painel? Mas a custo de quê? É um assunto que não se fala mais, que não se discute mais! A imprensa toda aplaudiu em respeito de todos. Eu não vi ninguém que não dissesse que foi uma medida al-

tamente positiva em todos os sentidos. Vamos voltar a criar agora, Sr. Presidente?

E o Senado, a Câmara não fez, nós é que vamos fazer? Mas nós Senado é que vamos criar uma medida dessa natureza? [soa a campainha] Com todo respeito, Sr. Presidente, o mínimo que nós vamos poder fazer é arquivar essa medida.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parecer é pela rejeição das duas emendas. Quem concorda com o Parecer, pela rejeição dos destaques, melhor dizendo. Quem concorda com a rejeição permaneça como se encontra. Aprovado com os votos, ou seja, rejeitado com os votos em contrário do Senador Osmar Dias, Senador Valter Pereira, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Osmar Dias e Senador Francisco Dornelles.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É que o Senador Pedro Simon foi tão enfático que eu resolvi nem votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Abstenção, então, do Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ele quase me convenceu, então, na dúvida, eu deixei de votar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, pela ordem, falta muita coisa? Que realmente--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós temos que mandar para o Plenário.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --não dá para ganhar de V. Exa., Senador Marcos Maciel e Senadora Marina Silva. Eu não consigo ganhar no regime, eu não consigo ganhar.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pretendemos voltar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Temos que mandar para o Plenário, ainda. Destaque para votação em separado da Emenda 29 do Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy para sustentar. E a votação é nominal.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, pergunto se eu reduzi só a três emendas, quer que fale as três de vez?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, fale sobre essa logo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, a primeira diz que: "Em ano eleitoral, os partidos políticos poderão aplicar ou distribuir pelas diversas eleições o recurso financeiro recibo de pessoas físicas e jurídicas informando na distribuição quem é o doador original e observando o disposto no § 1º, no art. 23, no art. 24 e no § 1º do art. 81, da Lei 9.504, de 30 de setembro de 97, bem como os critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção e pelas normas estatutárias".

Ora, esta emenda tem por finalidade modificar a redação do § 5º do art. 39, para esclarecer quem são os doadores originais dos recursos recebidos pelos partidos e pessoas físicas e jurídicas e aplicados nas campanhas dos seus candidatos, pois como está a redação original, fica permitido o tráfego de dinheiro do partido para candidato sem indicação do doador, caracterização a chamada doação oculta, pois essa emenda tem o propósito de eliminar a doação oculta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem. Parecer dos Srs. Relatores. Ou não desejam dar Parecer?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Eu quero só repetir o que eu coloquei ontem lá na reunião das lideranças, que o TSE decidiu o que mandato do Parlamentar é um mandato do partido. As eleições majoritárias são feitas em nome dos partidos e coligações. Por isso, é que é válido realmente as doações partidárias, são doações para os partidos arcarem com os custos da campanha majoritária e também da campanha proporcional, no sentido de que quanto maior o número de Deputados, melhor para o partido e assim por diante.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só para discutir. Senador Eduardo Suplicy, um candidato que é pouco conhecido, Senador Demóstenes Torres, ele vai ter dificuldade de arrecadar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós resolvemos não abrir mais exceções.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok, vou cumprir porque V. Exa. tem razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quem vota com o Relator pela rejeição vota não. Quem vota com o Senador Eduardo Suplicy vota sim. Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Com Senador Eduardo Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eduardo Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. Senador Eduardo Suplicy. Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Pedro Simon. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel, Relator. Senador Antonio Carlos Júnior, com o Relator. Senador Osmar Dias, Senador Eduardo Suplicy. Senador Inácio Arruda, com o Relator. Senador Lobão Filho. Senador Roberto Cavalcanti, não. Senador Pedro Simon, sim. Senador Eduardo Suplicy. Então, tivemos... Sim, já votou.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Foi equilibrado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, não ficou equilibrado não. Os relatores, só para computar os votos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quanto foi? Eu nunca ouvi. Ah, está equilibrado mesmo, então. Resultado apertado. Vamos ver.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sete não, cinco sim? Não, três, tem mais de três. O autor do requerimento não conta. Então.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não conta o meu voto?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, V. Exa. é o autor do requerimento. Então, Senadora Marina Silva, Senador Pedro Simon e Senador Aloizio Mercadante e Senador Osmar Dias. Quatro votos. Sete não e quatro sim. A matéria foi rejeitada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A próxima, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Próxima de V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): 50.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): 50. Essa também é nominal?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, essa é nominal.

Essa refere-se à transparência antes da realização das eleições, ou seja, os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados durante campanha eleitoral divulgar pela Internet nos dias 06 de agosto, 06 e 30 de setembro, relatório discriminando os recursos em dinheiro ou estimados em dinheiro que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral, a indicação dos nomes dos doadores, sejam de origem do fundo partidário, de pessoas físicas ou jurídicas e os respectivos valores doados e os gastos que realizarem em sítios criados pela Justiça Eleitoral para esse fim, mas e que isso possa, portanto, ser divulgado não só após a realização das eleições, mas até 30 de setembro.

É outra coisa. É outra coisa. Se saber quanto cada um recebe antes da realização das eleições, Sr. Presidente. É isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadores Relatores, com a palavra.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Gostaria de solicitar ao Senador Eduardo Suplicy, que leu as duas emendas, confere? Está certinho. Então, essa é última. E aí eu gostaria de fazer um parênteses.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, tem mais uma só.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Por favor, leia.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, vamos nessa nominal, porque a outra não é nominal.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, só para um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Quer dizer, agora a gente fica sabendo um ano depois, quanto é que a empreiteira tal deu para fulano, para beltrano, essa coisa toda. O que ele está querendo é que antes de começar a eleição, antes da apuração, a gente fique sabendo, cá entre nós, hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Azeredo, Senador Marco Maciel, com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): A emenda foi acatada parcialmente. Atualmente, a prestação da contas tem que ser feita 06 de agosto e dia 06 de setembro. Está se aceitando mais uma data, que seria 30 de setembro. Essa é acatando parcialmente, sob esse aspecto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Satisfaz V. Exa.?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É, mas o que eu gostaria é que a divulgação fosse dia 30 de setembro também. Estar lá no sítio para todos saberem. Antes do primeiro domingo de outubro, quanto se realiza as eleições, se sabe, conforme o Senador Pedro Simon aqui ressaltou, a relevância de se saber antes do primeiro domingo de outubro, quando se realiza a eleição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, pronto, o Parecer é?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Contrário. Senadora Marina Silva. Senador Aloizio Mercadante. Senador Eduardo Suplicy. Senador Antonio Carlos Valadares. Senador Pedro Simon. Senador Francisco Dornelles. Senador Valter Pereira. Senador Wellington Salgado de Oliveira. Senador Marco Maciel, Relator. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Inácio Arruda. Senador Lobão Filho. Senador Eduardo Azeredo, Relator.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Foi esclarecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. não vota porque o titular está aí.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu não votei.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Renato Casagrande, o desempate é com V. Exa. Está cinco a cinco. Exatamente. Pode.

O Senador Eduardo Suplicy está propondo e os relatores são contra, que as matérias, ou seja, que os doadores de campanha sejam conhecidos concomitantemente com a doação. Já tem três momentos. No dia, quais são os momentos, Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Hoje é dia 06 de agosto e 06 de setembro. Nós acatamos também dia 30 de setembro, na véspera da eleição. Quanto gastou, quanto recebeu e quanto já gastou.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E os valores são conhecidos *a posteriori*.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Qual é a dúvida? Porque se acatou dia 30.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Ele quer que divulgue antes da eleição o nome de cada doador. O doador é esclarecido na prestação de contas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Mas ele tinha acatado, já antes?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Ele tinha acatado antes, não houve modificação nenhuma. Os doadores são conhecidos na prestação de conta.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, pela ordem. Nós não temos *quorum* para votar nominalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Temos *quorum* para votar nominalmente, estamos votando.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Cinco a cinco não é *quorum*.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, é porque eu não voto, eu completo o *quorum*. E o autor não vota.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E os Relatores votam?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim votam, naturalmente. Então, nós temos *quorum* para votar. Eu só voto para desempatar.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Aloizio Mercadante, eu queria fazer um apelo a V. Exa., que colaborasse com o desenvolvimento da nossa...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu não acompanhei o debate, não estou em condições de votar.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Se abstém?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Me abstenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu voto com os relatores.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Bom, agora, eu gostaria de fazer um apelo ao Plenário, já que o Senador Mercadante disse que o *quorum* está cada vez mais reduzido e é, em parte, verdade isso. Eu gostaria de fazer um apelo que nós concluíssemos essa votação, para que nós possamos levar a matéria para o Plenário. Possamos cumprir assim o desejo--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, só tenho a última. A última sem ser nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Qual é a última de V. Exa.?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Os partidos políticos poderão organizar as prévias com a realização de debates públicos entre os candidatos inscritos, de acordo com as normas partidárias, os meios de comunicação, inclusive, a rede mundial de computadores poderão transmitir esses debates. Só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem. Parecer pela... Dos senhores relatores.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria uma explicação melhor, Senador Suplicy. Porque eu estou meio atraído por essa sua... O que... Podia explicar melhor?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ora, se V. Exa. avalia como positivo. Se, porventura digamos, no PSDB tem Aécio Neves... Os Governadores Aécio Neves e José Serra resolverem realizar prévias, que possa haver debates entre os mesmos, serem transmitidos. Se, porventura, no Partido Verde surge um candidato ou uma candidata para debater com a pré-candidata Marina Silva, que possa haver o debate e que possa haver a transmissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Qual é o número da emenda? Só isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É 76. Está aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É só isso? Srs. Relatores, o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, da parte do PSDB não há nenhum... Aí eu falo pelo partido.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se não há objeção, por que não aprovar?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não há nenhuma objeção, não. Agora, é um assunto partidário, um assunto que cabe a cada partido.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu concordo com a opinião do Senador Eduardo Azeredo. Isso é problema de economia interna de cada partido.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Perdão, me permita Senador Marco Maciel e Senador Eduardo Azeredo, notem só... Um momentinho. Se...

[pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas é o seguinte. Presentemente, se há uma... Se uma pessoa...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode concluir, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Hoje, Sr. Presidente, Srs. Relatores, enquanto não houver a convenção que a pessoa se declara candidato, ele pode, se houver esta regulamentação, inclusive, se candidatar ou se colocar como um pré-candidato. Isso estará previsto em lei. Então, o pré-candidato, digamos, José Serra e o pré-candidato, digamos, Marco Maciel, para falar... Quem sabe Senador Marco Maciel queira também, Senador... O Governador Aécio Neves. Eles podem dizer: Olha--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Governador Aécio Neves está pedindo prévia no PSDB. Eu não estou entendendo qual é--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem. Eu não entendo por que a objeção. É possível que haja prévias em São Paulo para candidato a governador. Então, é só para prever, a Lei Eleitoral prever que possa haver prévias e com uma regulamentação que é de bom senso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O parecer, portanto, é favorável?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Favorável. Eu sou favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parecer favorável.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu só vejo, Senador Suplicy, só vejo um risco. Se houver interesses dos órgãos de comunicação em transmitir debates fictícios de candidatos que vão dizer que são candidatos, vão fazer prévia só para usar os veículos de comunicação. Mas aí deixa para lá.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não. Para fazer debate sério mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): As Sras.. e Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. Agora os destaques conjuntos. Senador Inácio Arruda.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A minha opinião é coincidente com a do Senador Eduardo Azeredo, até mesmo porque o TSE, se não estou equivocado, entendeu em certo momento que isso podia ser antecipação de campanha. Mas, de toda maneira, da nossa parte, nada a opor.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Emenda de Relator nº. 01, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu já... Como não... Eu não pedi votação nominal, nem quero criar dificuldades para o *quorum*, mas essa é a emenda que eu considerei mais significativa, porque trata da propaganda paga na internet.

Eu sou contrário a nós estabelecermos essa regra de propaganda paga na internet. Eu acho que ela não... Ela não atende ao princípio democrático. Pelo contrário, ela desequilibra, na internet também, a eleição. Por isso nós somos contrários e peço apoio aos nossos colegas para que a gente possa rejeitar a propaganda paga na internet. Acho que a propaganda, cada um tem o seu sítio, cada um tem a sua página. Eu acho que nós deveremos rejeitar essa proposição.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): [soa a campainha] Eu gostaria de fazer um apelo aos senhores membros da Comissão, das Comissões, que permaneçam, para que nós concluamos o nosso trabalho. Será significativo se nós concluirmos hoje. E dará condições também para que a Câmara possa se manifestar tempestivamente, mesmo porque, depois da apreciação pela Câmara, a matéria vai ser encaminhada à sanção ou veto do Presidente da República. Então, faria um apelo para que nós concluamos nosso trabalho e aproveitemos hoje à tarde para votar no Plenário a proposição. E gostaria, portanto, que todos permanecessem presentes, já que ficamos aqui desde nove horas da manhã.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Aguenta a mão aí.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Estamos concluindo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu quero apoiar a manifestação do Senador Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pronto. Já é um apoio. Parecer dos relatores.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Pedro Simon também já manifestou apoio.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nós temos normalmente críticas, dizendo que a internet devia ser ampla, que a internet é um novo meio de comunicação, que não se pode colocar restrição à internet. Nós estamos exatamente acatando parcialmente essas críticas, ou seja, estamos abrindo um novo meio de comunicação que é a propaganda paga na internet, apenas para Presidente da República, conforme a reunião de ontem, das lideranças. Só para Presidente da República a propaganda paga.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O parecer é pela rejeição.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto contrário à posição do relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Consignado o voto. V. Exa. não vota porque o Senador Osmar Dias, titular, está presente. Senador Flávio Torres. Quatro votos contrários. Abstenção? Senadora Marina, abstenção. Relator. A Emenda de relator nº. 02 já foi votada, então está prejudicada.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Simon votou favoravelmente, Casagrande... Sr. Presidente, mesmo que eu não tenha pedido votação nominal, mas as pessoas são concretas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Foram consignados os votos. Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Renato Casagrande. Pronto. Com esses votaram. E a Senadora Marina, abstenção. Já estão consignados esses votos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E o resultado final do senhor foi quanto? Cinco?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. A votação não é nominal. Mas só a Mesa derruba essa votação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas essa Mesa não pode derrubar nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então... Emenda do relator... Emenda do relator nº. 02.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Já está claro, V. Exa. é contra a internet.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Por favor. Emenda do relator, nº. 02. Senador Flávio Torres e Osmar Dias. Essa matéria já foi julgada, foi o primeiro... Primeiro item apresentado pelo Senador Inácio Arruda. Primeira votação.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Presidente, só um esclarecimento. A emenda nº. 02 que foi analisada pelo Inácio, não foi a emenda do relator. Foi a Emenda nº. 02...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. tem razão. Então, para sustentar, o Senador Osmar Dias.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Correto, Flávio.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu transfiro a responsabilidade ao Senador Flávio Torres.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É que, como o PDT só tem um representante, então V. Exa. teria que se ausentar para que ele pudesse--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não. Não me ausento de jeito nenhum, Presidente. Eu vou... Embora... Eu estou aqui--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas, na qualidade de suplente, ele pode ter a palavra, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode falar. Mas quem tem que fazer a sustentação--

[sobreposição de falas]

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu vou falar. Presidente, eu confesso que eu já fui lá fora, já almocei e voltei. Porque, quando eu vi V. Exa. e o Senador Marco Maciel, eu achei que não ia ter almoço.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Mas o que nós estamos defendendo é uma defesa do PDT muito antiga, é a questão da urna eletrônica.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O voto impresso.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): O voto impresso. O que o ex-Presidente do nosso partido, o falecido Leonel Brizola, colocou, sempre, é que a urna eletrônica deixava dúvidas. E ele defendia isso claramente. E eu também penso que nós temos que tirar a prova dos nove na questão da urna eletrônica. Até achava que 2% era pouco de voto impresso, para fazer essa contraprova do voto impresso. Então, nós estamos defendendo isso de uma forma partidária até, essa é uma questão que o PDT defende, porque sempre defendeu, o Leonel Brizola, essa posição. E nós vamos continuar defendendo, embora possam achar que eu esteja sendo ultrapassado, que a tecnologia não permite que haja qualquer fraude na urna eletrônica. Mas eu tenho minhas dúvidas, Presidente, e eu tenho motivos para ter minhas dúvidas. Então, eu estou aqui defendendo essa emenda no sentido de que a gente tenha, pelo menos, 2% de voto impresso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Considerarei a palavra agora, como suplente, ao Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu até achei que eu podia falar, porque eu fiz o pedido de destaque pela CCT, que eu sou membro titular. Depois é que o Senador Osmar assinou. Mas tudo bem, o senhor me concedeu a palavra, eu lhe agradeço. Eu queria pedir a compreensão dos relatores para essa questão, até porque eu tenho assistido muitas entrevistas dizendo que o voto impresso é um retrocesso. E eu queria pedir permissão para dizer que eu não concordo com isso. E tomo a liberdade para dizer que no relatório dos relatores, tem uma informação que eu acho também que não corresponde precisamente, quando diz o seguinte, que o objetivo primordial do voto impresso não é, entretanto, dar certeza ao eleitor do que ele votou, mas permitir uma auditoria. O que diz o artigo da lei, no Art. 5º, ao contrário do que está dizendo no relatório, é o seguinte. "Fica criado, a partir das eleições de 2014, inclusive, o voto impresso conferido pelo eleitor." Então, o eleitor confere o voto dele na urna.

Então, esse é o objetivo. Confere o voto. Hoje, quando ele aperta o botão, ele ouve uma buzina. Ele não vê o voto dele impresso. Então, a nossa ideia não é o retrocesso, porque o modo de apuração continua eletrônico, não vai andar para trás para contar voto manual, a gente só acha que isso daria uma legitimidade à eleição. Peço a permissão para dar a minha opinião. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, é que a minha emenda... A emenda que eu fiz nessa mesma matéria, ela não foi examinada ainda. Eu apenas--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então vamos agrupar. Com a palavra V. Exa..

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Agrupar. Porque, o que eu faço? Reestabelece o da Câmara. Que permite auditar, garante auditagem... Eu sou a favor de encontrar um mecanismo de maior velocidade tecnológica, desde que a gente esteja protegido. É uma necessidade que nós temos. Então, acho que restabelecer o da Câmara é mais confortável para todos os partidos no nosso país. É um método mais adequado, eles mandam imprimir uma parte dos votos e auditar. Então acho que isso é mais justo, mais correto, e necessário--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [ininteligível] manda imprimir todos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para encaminhar a votação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A Câmara manda imprimir todos. Todas as urnas eletrônicas.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para encaminhar, Presidente. Só queria de forma muito breve dizer o seguinte.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu proporia que nós sugeríssemos ao relator, pelo menos,

uma parte desses votos serem impressos para que a gente possa ter mais segurança no processo.

[sobreposição de falas]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para encaminhar a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não tem...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para encaminhar a votação. Art. 308 do Regimento. De forma muito objetiva e breve. De forma muito objetiva e breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vou indeferir, então, porque o art. 308 não permite. Eu até abriria exceção novamente para V. Exa., para o destaque de votação em separado, não.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, o art. 308 permite encaminhar qualquer matéria no âmbito da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Destaque de votação em separado tem--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Anunciada a votação de qualquer matéria... Presidente, "anunciada a votação de qualquer matéria, é lícito ao senador usar a palavra por cinco minutos para encaminhá-la". Primeiro, é lícito. Segundo, V. Exa. permitiu que todos falassem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Bom, aí eu posso fazer. Nesse caso, sim. Porque... Nesse caso, eu posso abrir exceção. Porque no artigo... Porque aí V. Exa.... Art. 300, Inciso XVII. Porque eu iria indeferir a palavra de V. Exa..

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): 308.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tem matéria específica. "Anunciada a votação de dispositivo ou emenda destacada, se o autor do requerimento destaque não pedir a palavra para encaminhá-la, considera-se-á como tendo o Plenário concordado com o parecer e tal." Então, só fala o autor da matéria.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, Presidente, isso aí é quando o autor não está presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, quando o autor não está presente, está prejudicado. Porque é o único que tem a palavra. Então, vou abrir a exceção para V. Exa., de novo. Mas abrirei a exceção para V. Exa..

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu quero ponderar o seguinte--

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de ponderar ao Senador Aloizio Mercadante que, após a presente reunião, nós vamos ter consolidado todo o texto para submetê-lo à tarde ou à tardinha ao Plenário. Então, gostaria que fosse conciso, para que nós possamos aproveitar esta semana que...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só quero ser bem objetivo. É evidente... Pediria só silêncio. [soa a campainha]. É evidente que a votação eletrônica tem riscos. Como também tinha riscos à votação em cédula. Nós tivemos fraude em votação em cédula. Inclusive, na contagem do voto da cédula. Portanto, o risco sempre existe em qualquer regime. Agora, o que está sendo proposto aqui é uma opção tecnologicamente viável, tão segura quanto à impressão do voto. Que é o registro digital do voto pelo prazo de seis meses. Quando você escreve o texto no computador, no Word, você faz um *backup* ali, você imprime no CD, aquilo ali é o texto imprimido. Se você fizer na impressora ou não, é a mesma questão. O que nós estamos fazendo é fazendo um *backup* da eleição, vamos ter ali o registro digital do voto que poderá ser auditado por um período de seis meses.

É a mesma eficiência da impressão. Só que para quem tem uma cultura do papel, parece que o que está impresso é mais seguro do que está digitalizado. Não é. É a mesma passagem de informação, seja no disquete, seja na impressora. Por isso está absolutamente seguro o direito de auditagem com a proposta que os relatores encaminharam.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadores relatores.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sou contra o destaque.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pela rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela rejeição. Em votação. As Sras. e Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Rejeitado. O Osmar... Está. Então... Três votos contrários, Senador Osmar, que não se registra, por ser o autor. Pedro Simon, Inácio Arruda e Wellington Salgado. Uma última matéria ainda, Senador Inácio Arruda.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A última matéria. Vamos concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Emenda de relator nº. 06.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, trata-se do voto em trânsito, porque você veja, nós terminamos aprovando que, no caso da internet, pode ser paga para Presidente. Mas no voto em trânsito não pode nem para Presidente. Porque não se

encontrou o meio tecnológico para resolver esse problema. Você imagina como uma tecnologia tão avançada, nós não conseguimos acatar o texto que já veio da Câmara, com o voto em trânsito, que eu acho que, tenho a opinião de que ele tem, sim, condições tecnológicas para a gente responder a esse problema, de fazer o voto em trânsito, pelo menos, para Presidente da República. Não há razão para a gente impedir que os eleitores no Brasil inteiro, pelo menos, para a eleição presidencial, possam votar. Então, por isso eu quero sustentar de que é possível, sim, tecnologicamente é possível, tem ciência para isso, se pode pagar na internet, imagina votar em trânsito.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador, me perdoe. O Ex-Deputado Federal e atual Ministro da Defesa, Nelson Jobim, quando aqui compareceu, deixou claro que era absolutamente impossível garantir o voto em trânsito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que já faz tempo que o Ministro Jobim saiu do TSE.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não, semana passada. Duas semanas atrás.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu sei. Mas a questão é que faz tempo que ele saiu do TSE. Agora está na Defesa, é outra coisa.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E mais, que também... A se adotar, sim, essas cautelas, poderíamos ter ocasião de muitas fraudes. Isso ele deixou muito claro e nos convenceu.

[sobreposição de falas]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É porque é feito em rede. A votação do Brasil inteiro teria que ser feito em rede. É uma chance para fraude muito grande.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Em rede, não teria. O problema é em não sendo em rede, poderia hipoteticamente ter fraude. O eleitor estando fora, votar numa fronteira, passando de uma fronteira para outra. Mas ele vai ter que registrar o seu título de eleitor na hora. Então, quer dizer, não tem...

[sobreposição de falas]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O parecer é contrário.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O parecer é contrário. Só explicar, porque é evidente que tecnologia existe. O que acontece é que nós não temos as urnas eletrônicas interligadas. Então, alguém poderia sim, votar aqui em Brasília de manhã, e votar em Goiânia de tarde. Então, evidente que esse risco de fraude é muito grande. Não há condição de fazer o voto trânsito hoje. Eu sou favorável ao voto trânsito, no futuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O parecer é contrário. As senhoras e senhores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. Rejeitado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Registre meu voto, Sr. Presidente. Contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Obviamente. V. Exa. é o autor do requerimento. Então, diante disso... Nada mais havendo...

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Vamos votar a matéria principal. Peço que permaneçam. É só uma votação simbólica. Para que nós possamos fazer a consolidação do texto, quem sabe, votar no fim da tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião conjunta, convocando os membros--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tem que votar o texto final e a urgência. Pediria a votação do texto e a urgência. Texto final consolidado e a urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O texto final já foi aprovado, uma vez que nós votamos o texto ressalvados os destaques.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, eu peço urgência à Plenária.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o regime de urgência.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de aproveitar a ocasião para agradecer a presença de todos e cumprimentar o Presidente Demóstenes Torres, o relator, Senador Eduardo Azeredo e também fazer um agradecimento à Assessoria Técnica do Senado Federal. Ao Arlindo Fernandes de Oliveira, ao Fernando Antônio Trindade, ao Igor Vilas Boas de Freitas, Eliane Barros, que se empenharam em dias e dias e, às vezes, virando a noite no acompanhamento da tramitação da proposição e, também, na análise das emendas. Portanto, nós queremos aproveitar a ocasião em nome do Presidente Demóstenes Torres para agradecer a colaboração da Assessoria Técnica do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião conjunta, convocando os membros da Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania para a continuação da audiência amanhã, às 10h00. É isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Convocando os membros da Comissão... Ou seja, está encerrada esta sessão e a da CCJ. Amanhã é reunião conjunta com a CE, tem que ter *quorum* específico. Agradeço a V. Exa.. Encerrada esta e a da CCJ também.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2009.

Às oito horas e cinqüenta e cinco minutos do dia nove de setembro de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Flávio Torres, Flávio Arns, Antonio Carlos Valadares, Gilvam Borges, Gilberto Goellner, Eduardo Azeredo e Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Lobão Filho, Demóstenes Torres, José Agripino e Papaléo Paes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, inovação, Comunicação e Informática, registra a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma e Marconi Perillo, não-membros da Comissão, e do Ex-Senador Antero Paes de Barros. Prosseguindo, inicia-se a primeira parte da presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento n.° 31, de 2009-CCT** de autoria do Senador Flexa Ribeiro que requer "..., nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inc. V do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o General Augusto Heleno, Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, para discutir as atividades deste departamento, e a implantação do Centro Tecnológico do Exército em Campinas". Comparece à Reunião como convidado, o Excelentíssimo Senhor General Augusto Heleno, Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército. Finda a exposição e uso da palavra pelo convidado, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores Roberto Cavalcanti, Flávio Torres, Marcelo Crivella, Gerson Camata, Cristovam Buarque, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Gilberto Goellner e Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, inovação, Comunicação e Informática. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, inovação, Comunicação e Informática, encerra a primeira parte da Reunião. Dando prosseguimento, iniciam-se os trabalhos da segunda parte da Reunião. **Item 02**: **Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Torna obrigatória a adoção de formato único para os teclados dos terminais de auto-atendimento da rede bancária". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer pela rejeição é aprovado. **Item 03: Aditamento n.º 01 ao Requerimento n.º 17, de 2009 – CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Gilberto Goellner e Cícero Lucena, que requer "..., nos termos regimentais, aditamento ao requerimento nº 17 de 2009, desta Comissão, que seja incluído como convidado na Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA e com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com o objetivo de instruir o PLS 73/2007, um representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA." O Aditamento ao Requerimento é aprovado**. Item 04: Requerimento nº 35, de 2009 – CCT**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Requer a realização, em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, de painel de debates preparatórios para a Conferência Nacional de Comunicações." O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2008, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2009**, **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 245, de 2009**, **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 227, de 2009**, **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 235, de 2009**, **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 597, de 2009**, **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 259, de 2009**, **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 261, de 2009**, **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 589, de 2009**, **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 590, de 2009**,

Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 598, de 2009, **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 290, de 2009**, **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 322, de 2009, Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 528, de 2009**, **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 537, de 2009**, **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 52, de 2008**, **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 409, de 2009**, **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 446, de 2009**, **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 417, de 2009**, **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 426, de 2009, Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 199, de 2009, Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 201, de 2009, Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 438, de 2009, Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 539, de 2009, Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 447, de 2009, Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 440, de 2009** e **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 548, de 2009.** O Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta Reunião, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal.** – SENADOR **FLEXA RIBEIRO,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 09 de setembro de 2009. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada. Dispensada a leitura, a Ata será publicada no diário do Senado Federal.

Comunicado da Presidência: Expediente recebido. Convite da Chefia da Delegação da Comissão Europeia para um café da manhã em Brasília, no próximo dia 10 de setembro, quinta-feira, das 08h30 às 10 horas, por ocasião da visita do Sr. Fábio Colasanti, Diretor Geral para a Sociedade da Informação e Mídia.

Eu gostaria de contar com a presença dos Srs. e Sras. Senadoras, membros da Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Comissão, neste café da manhã. Então, eu pediria àqueles Senadores que puderem participar deste café em que, com certeza absoluta, teremos informações preciosas por parte do Sr. Fábio Colasanti, Diretor Geral para a Sociedade de Informação e Mídia da Comissão Europeia, que façam uma comunicação à Secretaria para que nós possamos encaminhar os nomes de V. Exas. para que possam participar, pela manhã de quinta-feira, deste café.

Eu quero saudar o Senador Sérgio Zambiasi, primeiro pela presença sempre permanente nas Sessões da Comissão de Ciência e Tecnologia, e também por ser hoje seu aniversário. Receba, Senador Sérgio Zambiasi, os cumprimentos de todos os seus pares e amigos, mais do que pares, seus amigos, que festejam esse dia, pedindo as bênçãos de Deus, que cubra V. Exa. com saúde, com paz, com luz, e que V. Exa. continue esse Senador brilhante, competente, que defende permanentemente o seu Estado de origem, o Estado que V. Exa. tão bem representa aqui no Senado Federal, o Estado do Rio Grande do Sul e o Brasil.

Eu quero saudar o nosso convidado de hoje, General Augusto Heleno, que comanda... É Diretor da Diretoria de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro, e que nos brindou com um convite para que visitássemos as instalações da Diretoria, o que fizemos e ficamos bastante impressionados com que o General Augusto Heleno e sua equipe desenvolvem na Diretoria de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro.

Eu, ao voltar da visita, e na Sessão seguinte, General Heleno, da Comissão, fiz um relato, um breve relato aos senhores e senhoras Senadoras, membros da Comissão, e disse a eles que... E eles aprovaram por unanimidade o convite a V. Sa., para que V. Sa. aqui estivesse conosco, para que pudesse transmitir, não só a mim, que o já teria feito naquela visita, mas a todos os Senadores e ao Brasil, através da TV e da Rádio Senado, para que a sociedade brasileira possa tomar conhecimento do trabalho que V. Sa. desenvolve à frente da Diretoria de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro. V. Sa., que teve um papel da maior importância como comandante militar na Amazônia.

Nós... Eu tenho dito aqui, General Heleno, que, desde que assumi a Comissão, de que nós vamos manter Ciência e Tecnologia na pauta da Comissão. E temos feito isso permanentemente. E discutimos, já em duas audiências, e faremos uma terceira audiência, especificamente "Ciência e Tecnologia na Amazô-

nia brasileira". V. Sa., que é um detentor de conhecimento, eu diria, privilegiado, da Amazônia, sabe que, para que possamos desenvolver a nossa região, nós precisamos ter Ciência e Tecnologia e investimento. O resto tudo são discursos que são feitos e que não levam a lugar nenhum.

Essa questão da dicotomia entre desenvolvimentista e ambientalista... Nós todos temos, nós, brasileiros, temos que defender a soberania da nossa região. É uma região cobiçada internacionalmente, e para isso, nós precisamos ter, sim, ajuda dos países já de primeiro mundo, que nos transmitam muito mais do que posições discursivas, mas, sim, apoios tecnológicos e de investimentos para que possamos desenvolver, de forma sustentável, a Amazônia brasileira.

E V. Sa., com certeza absoluta, na sua exposição, que vai brindar a todos nós aqui, vai fazer referência ao trabalho da sua Diretoria e também a questão, Senador Casagrande, que está na Ordem do Dia, que é a compra dos armamentos por parte do Governo Brasileiro, para modernizar as Forças Armadas, que é absolutamente necessária. Há um consenso, não só no Senado Brasileiro, mas de toda a sociedade brasileira, da necessidade de se fortalecerem as Forças Armadas Brasileiras, que estão, há décadas, sem estarem modernizadas. É evidente que o Brasil é um país que reina... Onde reina a paz; não temos nenhuma motivação belicosa, mas precisamos estar preparados. Precisamos estar prontos para, em necessidade, termos condições de defender o território brasileiro.

E eu quero passar a V. Sa., General Augusto Heleno, a palavra, para que V. Sa. possa iniciar a sua palestra, e que dará, como eu disse, a todos nós os conhecimentos do brilhante... Do brilhante trabalho que é desenvolvido pelo Exército Brasileiro.

O General de Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira, que atualmente é o Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro, graduou-se pela Academia Militar das Agulhas Negras -AMAN, como oficial de cavalaria, em 1969, e foi promovido ao posto atual em 31 de julho de 2007. Realizou, entre outros, os cursos de paraquedista militar, mestre de salto, operações na selva e instrutor de educação física. Foi instrutor da AMAN e assessor de educação física da missão militar brasileira de instrução no Paraguai. Como Coronel, foi adjunto da Casa Militar da Presidência da República, comandante da Escola Preparatória de Cadetes do Exército e adido militar na Embaixada do Brasil na França e na Bélgica. Como Oficial General, foi comandante da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada do Centro de Capacitação Física do Exército; Chefe do Centro de Comunicação Social do Exército; Chefe do Gabinete do Comandante do Exército e Comandante Militar da Amazônia.

Destacou-se ainda como Primeiro Comandante, por um ano e três meses, da Força de Paz da Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti. Em 2004, o prêmio "Faz diferença", na categoria "mundo", foi oferecido pelo Jornal "O Globo", para as personalidades brasileiras que mais se destacaram naquele ano. O General Heleno é casado com a Sra. Sônia Maria Pereira, tem dois filhos e três netos.

Com a palavra, V. Sa., General Augusto Heleno, Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro. Só quero pedir permissão para corrigir o tratamento a V. Exa., e não V. Sa.

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Não, isso aí é bobagem, não tem nenhuma importância. Muito obrigado. Eu queria agradecer essa oportunidade, agradecer a presença dos Exmos. Srs. Senadores. Eu não pretendo fazer palestra porque não tenho competência para isso; devem ter percebido que meu currículo não é um currículo de cientista, nem de tecnólogo. Eu estou chegando ao fim da minha carreira e tive a honra de receber essa missão de chefiar o Departamento de Ciência e Tecnologia, e tenho me valido da assessoria de brilhantes Oficiais Generais e Coronéis, que me permitem navegar tranquilamente nas águas da Ciência e Tecnologia, ouvindo-os bastante.

E aqui eu vou procurar conversar com V. Exas. sobre o sistema de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro, porque nós temos uma relevância muito grande no mundo de hoje, como integrantes desse sistema maior de Ciência e Tecnologia, reconhecidamente um diferencial entre as diferentes nações do mundo. Vamos lá.

Então, vou falar um pouquinho sobre o sistema de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro. Vou apresentar esse sistema e vou falar sobre alguns conceitos básicos... Fazer algumas considerações iniciais, apenas para colocar, não tem nada de novidade para V. Exas., é apenas para colocar alguns aspectos que são... Fazem parte do nosso dia a dia. Então, isso aí é um conceito muito importante e, com todo respeito à Marinha, à Força Aérea, que eu não tenho dúvida que são indispensáveis para o sucesso no combate, é à força terrestre que cabe decidir a guerra. Só a posse efetiva do terreno vai determinar o fim do conflito e o início das tratativas de paz entre os contendores. Isto é evidente nas situações indefinidas que nós temos no Iraque, no Afeganistão, na Tchetchênia, aonde há uma série de bombardeios cirúrgicos, bombardeios navais... Mas, enquanto a força terrestre não consegue se impor no terreno, a guerra não termina.

Isso é outro conceito que nós temos em mente todos os dias, em todos os momentos: A melhor maneira de manter um país em estágio de subdesenvolvimento é entregar-lhe sempre as tecnologias prontas e acabadas. Nós estamos vivenciando essa semana vários comentários em relação à transferência de tecnologia. Essas três palavrinhas aí, que dá para discutir muitos dias sobre isso.

Precisamos ter em mente que a autonomia, em termos de material de emprego militar, significa a capacidade de pesquisar e desenvolver, fabricar, manutenir e repor. Se nós não tivermos esses quatro estágios denominados, nós não podemos falar em autonomia. Quando nós pensamos em soberania, nós temos que entender que soberania é a capacidade do país tomar decisões sem interferência externa. E o exercício da soberania tem mostrado uma relação direta com o poder militar.

Por sua vez, o poder militar tem, no poder tecnológico, um fator preponderante. Então, há uma ligação direta entre soberania, poder militar e poder tecnológico. O poder tecnológico, nós... Analisando superficialmente a história, não precisa analisar com profundidade, nós vamos perceber que, a partir da Segunda Guerra Mundial, a capacidade científica e tecnológica passou a ser a grande ordenadora do poder. Nós avaliamos o poder das nações pela sua capacidade científica e tecnológica. E daqueles fatores de produção, capital, mão de obra, matéria-prima e tecnologia, esse último passaria a predominar sobre os demais, quando nós tratamos de valor estratégico de uma nação.

Há, portanto, o reconhecimento da Ciência e Tecnologia como sendo um vetor primordial do poder nacional. E tem sido, nos países desenvolvidos, objeto de políticas vigorosas e estratégicas para que a ação governamental se faça sentir na busca desse poder nacional. Então, nós vemos que, em nações desenvolvidas, Estados Unidos, França, Alemanha, Japão, o Estado joga o seu poder, inclusive o poder financeiro, seu orçamento, uma grande parte em cima da área de Ciência e Tecnologia.

Isso aí é um exercício de futurologia, aonde três fatores são considerados: Uma população de mais de 100 milhões de habitantes, que indiscutivelmente é um fator de poder nacional; a área do país, que é outro fator que pesa na balança na hora de se analisar o poder nacional, e um PIB de mais de 400 bilhões. E, quando se juntam esses três fatores, quatro países se destacam no cenário mundial: A Rússia, os Estados Unidos, o Brasil e a China. E a pergunta que é imediata: "E a Índia?" A Índia, ela não atinge esse patamar que foi estabelecido para a área de um país. Não quer dizer que ela não possa entrar ali nesse grupo, mas, considerando esses três fatores, aqueles quatro países fatalmente terão um papel relevante no futuro.

Essa é a estrutura organizacional do Departamento de Ciência e Tecnologia. Não vou entrar em maiores detalhes, que isso é extremamente cansativo. É só para ter a noção da pujança desse Departamento dentro do Exército, eu tenho, sob meu comando, o maior número de Oficiais Generais de todos os Departamentos, que são órgãos de direção setorial; tenho quatro dessas organizações militares localizadas aqui em Brasília; a Diretoria de Serviço Geográfico; o Centro Integrado de Telemática do Exército; o Centro de Comunicação e Guerra Eletrônica, que é, de todos esses organismos aí, o mais voltado para a área operacional, ele trabalha diretamente com operações de guerra eletrônica; o Centro de Desenvolvimento de Sistemas, e, no Rio de Janeiro, eu tenho os outros quatro organismos: O Instituto Militar de Engenharia; a Diretoria de Fabricação; o Centro de Avaliações do Exército e o Centro Tecnológico do Exército.

Eu não vou entrar em maiores considerações porque é um volume de informações muito grande. Mas depois, quem tiver curiosidade, nós temos condições de explicar o que faz cada um deles. Pode tocar.

Temos três fundações que estão diretamente relacionadas ao sistema de Ciência e Tecnologia: A Fundação Ricardo Franco, que trabalha diretamente ligada ao Instituto Militar de Engenharia; a FAPEB, que trabalha junto ao Centro Tecnológico do Exército, e o Instituto de Fomento e Inovação do Exército Brasileiro, que inclui inclusive uma incubadora de empresas e que trabalha nesse fomento científico-tecnológico e de inovação, principalmente, em apoio às empresas que desejam desenvolver sistemas que possam ser interessantes para o Exército Brasileiro. Pode tocar.

Bom, aí vem um ponto nevrálgico da história: Recursos financeiros. Claro que todo mundo reclama recursos financeiros, desde o Flamengo até a Presidência da República, todo mundo quer recursos financeiros. Mas esse é um ponto de estrangulamento do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército. Hoje é uma data horrível para falar de recursos financeiros para a área de Ciência e Tecnologia, porque ontem foram 23 bilhões aí assinados. Então, eu hoje estou aqui com... Mas porque o sistema de Ciência e Tecnologia do Exército é um outro departamento, e os senhores vão ver aí por que é que a gente tem aspirações em termos de recursos financeiros. Essa é a aplicação total de recurso do Departamento de Ciência e Tecnologia nos quatro últimos anos. Tem havido um aporte maior de recursos, e isso é lógico que é muito bem-vindo, mas ainda está longe do que nós podíamos aspirar nessa área. É uma área que é cara. Não tem dúvida que a área de Ciência e

Tecnologia é cara. Qualquer pesquisa custa caro. Às vezes, não se tem certeza do resultado, e por isso é uma área que exige recursos. E recurso, normalmente recursos do Estado, porque, exatamente como não se tem certeza do resultado, nos países desenvolvidos, a gente percebe que o investimento, na maior parte das vezes, é do Estado. Pode tocar.

Isso aí é a LOA de 2009, na área de Ciência e Tecnologia. Então, nos quatro grandes pilares da Ciência e Tecnologia, nós temos esses valores alocados, cerca de 4,7 bilhões na União; 3,3 bilhões no Ministério de Ciência e Tecnologia; 190 milhões no Ministério da Defesa, e 28 milhões no Exército. Claro que há um aporte de recursos, da esquerda para a direita, que vai aumentar esses recursos disponíveis para o Exército. Só que, com o contingenciamento, nós chegamos a estes valores aí. Então, nós temos um crédito autorizado de 51 milhões, temos destaques para o Estado maior do Exército de 28 milhões, isso já recebendo recursos desses outros pilares, e vamos chegar num total de 80 milhões de reais. 80 milhões de reais é uma quantia considerável. Talvez até fosse. Mas, quando a gente faz uma comparação rapidinha aí, a gente descobre que 80 milhões de reais é meio Cacá... Meio Cacá. Então, esse é o que tem de recurso no sistema de Ciência e Tecnologia do Exército. Metade do passe do Cacá. Tem alguma coisa... Eu acho o Cacá genial. É difícil pesquisar e chegar num Cacá. Mas tem alguma coisa aí que... Vamos lá.

Isto é a área privilegiada do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército. Os nossos Recursos Humanos são excepcionais. Extraordinários, como costuma dizer o nosso Presidente. Os Recursos Humanos são extraordinários. Nós temos um Instituto Militar de Engenharia que é referência como engenharia militar, como engenharia no Brasil... Esse Instituto Militar de Engenharia, dos oito cursos de engenharia que foram avaliados pelo ENADE 2009, sete obtiveram nota máxima cinco e apenas um recebeu nota quatro. E nós temos certeza que o nosso material humano é da melhor qualidade. Temos um problema de evasão, exatamente porque mentes privilegiadas, como são os alunos do Instituto Militar de Engenharia, se eles, quando se formam, não vêem as suas aspirações satisfeitas, eles naturalmente vão procurar aonde eles possam aplicar todos os conhecimentos e todo o seu potencial.

Essa semana, acho que foi no Jornal Nacional de anteontem, que apareceu um menino ainda aluno do ITA, de engenharia Aeronáutica, sendo aliciado e levado para uma empresa francesa de Aeronáutica. Isso acontece muito com os nossos alunos no Instituto Militar de Engenharia. Pode tocar.

Nós temos quatro macro problemas nesse sistema de Ciência e Tecnologia do Exército. Primeiro, nós precisamos investir em pesquisa, porque pesquisa não é uma área muito divulgada no país. Pesquisa é caro e normalmente são as instituições governamentais que têm que investir. Nós temos que coordenar, vou voltar a falar mais tarde sobre guerra cibernética. O nome "guerra" sempre causa um choque, mas esse nome está sendo utilizado mundialmente para caracterizar esse assunto. Desenvolver projetos duais, ou seja, projetos que possam ser interessantes também para o meio civil. Não ficam restritos ao meio militar. E fomentar a indústria nacional de defesa, que já foi uma indústria poderosa e que veio caindo ao longo do tempo. E que nós estamos tentando levantar essa indústria nacional de defesa, porque ela não é uma simples... Um *hobby* do país ser bom em material de defesa. Isso acrescenta ao poder nacional aquela autonomia que nós já falamos e nos dá a possibilidade de exportar, numa área aonde o que é movimentado de recursos no mundo inteiro, é uma fábula. É só verificar o que foi movimentado o ano passado, em termos de recursos na área de material de defesa, para ver que quem entrar como exportador nessa área vai ter, na sua balança comercial, um aporte bastante significativo.

Vamos ver as ações concretas do sistema de Ciência e Tecnologia do Exército nesse quadro de defesa e soberania nacional. O sistema de Ciência e Tecnologia do Exército só tem finalidade, só tem objetivo se ele trabalhar para que a nossa defesa seja exercida em melhores condições. E, com isso, trabalha em prol da soberania nacional.

Primeira coisa é recuperação da IMBEL. Nós conseguimos... A IMBEL vem se arrastando. A IMBEL é uma empresa reconhecidamente de cunho estratégico; ela fabrica o que ninguém se interessa por fabricar, até porque o estatuto da IMBEL e imposição legal, ela não pode fabricar aquilo que uma empresa fabrique em condições melhores. Ou seja, se eu fabrico microfone, a IMBEL não pode fabricar microfone, porque eu vou para a Justiça e digo: "Não, a IMBEL é uma empresa estatal, ela não pode fabricar microfone porque eu fabrico e vendo mais barato do que ela". Então não pode, na concorrência... Ela não pode entrar porque é considerada uma concorrência desleal. Então, a IMBEL já fica numa limitação enorme porque, ainda que ela seja uma empresa que dependa de lucro para sobreviver, ela só pode fabricar aquilo que uma empresa civil não fabrique em melhores condições. Então, isso é uma restrição enorme. Mas perfeitamente admissível. Ela é uma empresa estratégica. Ela tem que trabalhar naquilo que as outras empresas não se interessem por trabalhar.

A IMBEL viveu se arrastando durante muito tempo, inclusive com dívidas muito sérias na área de pagamento de INSS, de COFINS, e todos esses encargos trabalhistas e, no ano passado, conseguiu uma posição muito importante e histórica. Ela passou a ser uma empresa dependente. Então, hoje ela tem dependência direta do Governo Federal e ela hoje está em condições de se transformar, na realidade, numa empresa de valor estratégico, fabricando artefatos, fabricando materiais, matérias-primas que em outras empresas não... Nós não vamos encontrar. Então, nós estamos trabalhando muito pela recuperação da IMBEL.

A guerra cibernética é um assunto relativamente novo, só que nós estamos mergulhando na guerra cibernética para nunca mais sair. Nós enfrentamos guerra cibernética todos os dias sem perceber. Só o sistema de pagamento do Exército tem, pelo menos, 10 mil tentativas de entrada por mês nesse sistema. Então, isso nada mais é do que guerra cibernética. Pode dar outro nome, pode dar... Inventar um nome de... Vamos dizer, de competição pela privacidade de informações... Mas, no fundo, no fundo, é uma guerra. É uma guerra. Bom, vamos lá.

Eu vou apresentar um filmete aí sobre a guerra cibernética contra a Geórgia, que foi aquela invasão da Rússia na Geórgia, uma invasão surpreendente.

[exibição de vídeo em outro idioma]

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Vou mostrar um outro filmete de um exercício de defesa cibernética na Academia Militar de West Point, para verem o grau de preocupação que isso está levando os Estados Unidos.

[exibição de vídeo]

NARRADOR: *Treinamento para batalhas cibernéticas: Esta é a Academia Militar de West Point, onde, há mais de dois séculos, os cadetes participam de jogos de guerra. Antigamente, isso significava treinar com cavalos e canhões, mas agora os cadetes competem em jogos de guerra muito diferentes, que exemplificam a conscientização do Exército sobre os ataques a computadores e o esforço para treinar os oficiais na arte da guerra cibernética.*

No mês passado, numa competição entre sete academias militares, cadetes de West Point trabalharam 24 horas por dia, durante quatro dias, para montar uma rede de computadores e mantê-la funcionando. Enquanto hackers *da Agência Nacional de Segurança – NSA – faziam o papel do inimigo e tentavam invadir a rede dos cadetes.*

Durante um semestre, nós aprendemos todas as técnicas dos hackers e como derrotá-los. Nesse exercício de quatro dias, nós tivemos que montar uma rede e defendê-la contra os invasores, que são a célula vermelha da NSA. Nós construímos a rede e instalamos os serviços para ela funcionar como uma rede normal, como a Internet.

Os cadetes examinaram e bloquearam diversos endereços da internet. Enfrentaram vírus e fizeram testes, como recuperar informações críticas de discos rígidos parcialmente apagados. Cada equipe foi julgada por seu desempenho em neutralizar as ameaças criadas pelos peritos da NSA, a maior agência de inteligência dos Estados Unidos. A maioria desses cadetes será enviada ao Afeganistão para fazer o mesmo tipo de trabalho. As equipes recebem simulações de situações de guerra e devem ter um bom desempenho mesmo sob pressão.

As diretivas do exercício são dadas pela NSA. Nosso papel é de uma Força-Tarefa que está na Rituânia, para ajudar os rituanos a combater os inimigos. Estes são os rituanos, usando os mesmos computadores do dia a dia.

Estes cadetes podem ser tecnonerds do Exército, mas ainda são militares, como demonstra o cadete Iwin(F). Os cadetes estão aprendendo técnicas pesadas de hackeamento e se comprometem a utilizá-las dentro dos padrões éticos mais altos.

Muita gente pensa que Exército é só bomba. Mas esse é o trabalho que se faz nos bastidores. Todo dia existem hackers tentando acessar arquivos militares sem autorização. Isso aqui é o que acontece nos bastidores e ninguém vê. Você fica sabendo quando alguém morre no Iraque ou no Afeganistão. Mas não quando um hacker acessa informações confidenciais.

Versão brasileira, Aiupa(F).

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: E o último filmete é para mostrar que toda essa preocupação às vezes não é suficiente para evitar isso aí que já apareceu no Jornal Nacional:

[exibição de vídeo]

FÁTIMA BERNARDES: *Estados Unidos e Coreia do Sul foram alvos nos últimos dias de ataques cibernéticos.*

WILLIAN BONNER: *Piratas de computadores chegaram a bloquear sites dos governos dos dois países na Internet.*

REPÓRTER: *Os hackers, os piratas de computadores, começaram a agir há quatro dias, no feriado de independência dos Estados Unidos. Atacaram 14 endereços virtuais, como o da Casa Branca, do departamento de segurança interna e da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Na Coreia do Sul, agências do Governo, Ministério da Defesa e o Congresso tiveram as páginas na internet bloqueadas. Clientes de bancos sul-coreanos não conseguiram acessar a conta pelo computador.*

Agências de espionagem dos Estados Unidos estão investigando de onde surgiram os ataques, mas o Serviço Secreto sul-coreano já responsabilizou a Coreia do Norte pela invasão no espaço cibernético. Seria uma nova forma de ataque do regime comunista de Pyongyang. Agora, pela Internet.

A Coreia do Norte já vinha provocando a comunidade internacional com o lançamento de mísseis e o desenvolvimento de armas nucleares. O ditador norte-coreano Kim Jong-il, aparentando estar abatido, participou hoje de uma cerimônia pelos 15 anos da morte do pai dele Kim Il Sung. É a segunda vez que ele participa de uma cerimônia pública, desde agosto do ano passado, quando teria sofrido um derrame.

O ditador não respondeu à acusação da Coreia do Sul.

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Bom, isso aí é a prova de que ninguém é capaz de se tornar invulnerável à guerra cibernética. Mas nós temos que criar instrumentos de proteção. A estratégia nacional de defesa, ela é muito clara em mostrar que três grandes áreas são objeto de cuidados nessa estratégia nacional de defesa, e de prioridades. A área nuclear, que naturalmente está por conta hoje da Marinha do Brasil, por razões óbvias, a área aeroespacial, que também por razões óbvias, está nas mãos da Força Aérea Brasileira; não quer dizer que nós não participemos, mas a responsabilidade pela condução da política nessas áreas já está direcionada para a Marinha, área nuclear, e a aeroespacial pela Aeronáutica. E nós resolvemos encampar, dentro da estratégia nacional de defesa, essa área da guerra cibernética. E pretendemos trabalhar, não só no âmbito Forças Armadas, mas também estender o nosso conhecimento e tudo aquilo que a gente puder colaborar para que esses alvos aí sejam protegidos. Claro que eles já têm a proteção natural e buscada ao longo dos anos. Mas nós podemos contribuir para ter um sistema mais avançado disso aí.

Quanto maior o desenvolvimento tecnológico do país, maior a vulnerabilidade. Se nós considerarmos hoje o Brasil, nós estamos num ponto extremamente delicado. Nós não somos altamente desenvolvidos tecnologicamente e não somos tão primários quanto o Afeganistão e o Iraque, por exemplo, que as forças que se opõem lá às forças legais ou às forças da OTAN, da ONU, dos Estados Unidos, não têm nenhuma preocupação com relação à guerra cibernética. Falar que vai cortar a internet do Talibã, está morrendo de rir. Ele não usa Internet. Se cortar o GPS do Talibã, ele não tem GPS. Agora, aqui nós somos alvos compensadores e seríamos altamente atingidos se nós não nos protegêssemos e se não nos protegermos no futuro em relação à guerra cibernética. Então, essa é uma preocupação nossa e é uma área que precisa de recursos. Pode ir.

Nós temos ainda uma grande preocupação na pesquisa de desenvolvimento de produção de material de emprego dual. Porque esses são materiais que isso é ao longo da história, toda pesquisa científico-militar, ela acabou trazendo um aporte de conhecimentos para emprego em atividades civis. E nós temos alguns dos nossos projetos, que são nitidamente projetos duais. Pode ir.

Temos essa participação intensa do Centro de Tecnologia do Exército na produção do biodiesel na Amazônia, que é uma aspiração nacional e é uma contribuição para o mundo inteiro para diminuir a emissão dos gases de carbono. Pode ir.

A argila calcinada, que interessa a toda a área de construção no Brasil. Nós temos um grande... Uma grande área do território nacional, onde nós não temos pedra e que custa muito caro transportar pedra de outros lugares para essas áreas. A argila calcinada já está funcionando, já o primeiro... O primeiro projeto, nem é projeto, primeiro equipamento já está instalado em Santarém, e toda aquela área azul daquele mapa é a área onde não existe pedra. E nós precisamos da argila calcinada para diminuir o custo da construção civil. E isso já está pronto, já está realizado, e nós podemos contribuir com o desenvolvimento nacional, colocando argila calcinada em toda aquela área azul.

A fibra de carbono. As três Forças estão pesquisando sobre fibra de carbono. Fibra de carbono é fundamental, até para o êxito do pré-sal. Não existe perfuração no pré-sal sem fibra de carbono. Nenhuma perfuratriz de aço é capaz de ir a seis mil metros sem quebrar. Então, todo mundo sabe que hoje, os grandes materiais... Até raquete de tênis hoje é fibra de carbono. É material leve, de altíssima resistência e que nós importamos. E que nós precisamos produzir. Nós temos um enorme avanço em relação à produção de fibra de carbono. Temos já um complexo de... Trabalhando em cima de fibra de carbono, na área da Marambaia, complexo que recebeu aporte de recursos da PETROBRAS; a PETROBRAS tem sido parceira nossa, colocou... Silva Ribeiro... Ribeiro Souto, 30 milhões que a PETROBRAS já colocou nesse projeto, não é? Então, a PETROBRAS já colocou 30 milhões. Para a PETROBRAS, 30 milhões é troco. Mas, para nós, é um aporte fundamental. E ela tem sido uma parceria importantíssima no desenvolvimento da fibra de carbono.

A Força Aérea e a Marinha trabalham, nós pretendemos realizar esse trabalho conjunto, mas é fun-

damental para o país conhecer, dominar a tecnologia de fibra de carbono. Isto é fundamental para o país.

O nosso radar-saber, que nós já temos interesse, não só do SIPAM-SIVAM, como de Itaipu, da própria PETROBRAS, é um radar de aplicação dual, de vigilância aérea e terrestre; nós temos condições de chegar, a partir do Saber 60, chegar ao Saber 200 e ao Saber 600. Esse número é de acordo com o alcance do radar. Então, este é um outro produto fundamental para a nossa vigilância aérea e outros tipos de vigilância, que não são só de interesse militar. Também já está praticamente pronto. O Ribeiro Souto é o filho querido dele, é o radar, e já está pronto, não é?

SR. ALÉSSIO RIBEIRO SOUTO: Dois radares prontos e cinco na linha de montagem.

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Na linha de montagem. E aí que é o problema, esses projetos, quando têm interrupção, para recuperar o tempo perdido é um desastre. Qualquer interrupção nessa área de Ciência e Tecnologia significa... A retomada é muito difícil.

E a pesquisa, desenvolvimento e produção de materiais de emprego militar para apoiar o combatente. Aí é outro ponto que choca. Quando se fala em guerra, os primeiros a ficarem chocados somos nós. Nós somos os que menos queremos guerra. Podem estar certos disso. Eu estive um ano e três meses no Haiti, eu e o General Vilela, foi meu comandante de brigada no Haiti; tive na minha mão 13 contingentes estrangeiros, de países acostumados com guerra, como é o caso do Sri Lanka, como é o caso do Nepal, e a gente percebe que os militares são os que menos desejam a guerra. Nós não somos profissionais de matar. Ao contrário, nós somos profissionais de evitar matança, de evitar a guerra. Só que isso aí depende de poder de dissuasão. A melhor maneira de buscar a paz é exatamente se preparar para a guerra para que nos respeitem. Ninguém dá um soco no Mike Tyson impunemente. E todo mundo sabe disso. Então, se o camarada tem um acidente de trânsito, e o Mike Tyson sai do carro, eu garanto que o cara vai pensar 10 vezes se vai dar um murro no Mike Tyson. Agora, se sai um sujeito raquítico, ali ele já pode até... O adversário já pode pensar em... Que o desforço físico vai resolver o problema.

Então, nós somos os maiores interessados em que não cheguemos à guerra. A guerra é um... É uma decisão extrema, e nós seremos os primeiros a ser atingidos. Então, nós não temos nenhum interesse em ser belicistas, imperialistas, conquistadores de território. Pelo contrário, nós queremos é que nos respeitem. Nós queremos ter a cara do Pit Bull, que não podemos é ser um poodle, para tomar conta de um país do tamanho e da expressão do Brasil. Isso é que a gente tem que deixar claro. Nós não podemos ser um poodle para tomar conta do Brasil. Senão, toda hora nós vamos ter gente pulando o muro da nossa casa e, não tenham dúvida que nós não vamos ter condições de responder.

Então, nós nos preocupamos em fabricar material de emprego militar para apoiar um combatente, que nós esperamos que ele não seja utilizado numa situação de guerra. Mas ele precisa estar permanentemente treinado e equipado. Que isso é outra coisa que não se pega na prateleira. Não se consegue um piloto de caça tirado da prateleira. Não se faz um piloto de combate em um mês. Não é entrar para a autoescola e aprender a dirigir para tirar uma carteira. É uma habilitação extremamente complicada. Então, não se pega na prateleira. Vamos lá.

Nós temos algumas tarefas básicas do combatente, que não vou entrar em detalhes aqui, mas, para conseguir que essas tarefas sejam realizadas com êxito, eu preciso que ele disponha de um material aperfeiçoado, atualizado, e que ele se sinta em condições de combater. E nós temos alguns materiais sendo fabricados. Quando nós falamos em atirar, nós temos uma arma leve anticarro, que está pronta; a nossa linha toda de morteiros, que levou anos para que se chegasse a um final feliz, hoje já estão sendo distribuídos às nossas organizações militares; nós temos um míssil 1.2 anticarro, que é uma arma de emprego muito difícil, fundamental numa área como a Amazônia, e temos o nosso fuzil 556, com seus acessórios. Também estamos nessa guerra há mais de 10 anos, tentando produzir um fuzil totalmente nacional. Nós hoje temos um fuzil comprado em 1964, com 45 anos de uso. Pois não... 45 anos de uso, e que ninguém tem um objeto com 45 anos de uso, a não ser guardado como estimação ou no museu. E nossos fuzis têm 45 anos de uso. Claro que estará na hora de trocar. Então, nós estamos buscando um fuzil nacional, que possa atender às nossas necessidades. Vamos lá.

Para comunicar-se, nós hoje temos esse rádio Mallet, que é um rádio de avançadíssima, que trabalha com um *software*, capaz de fazer salto de frequência, e que também é fundamental; num país desse tamanho, comunicações é fundamental. Se eu não conseguir falar, se o comandante que está em Manaus não consegue falar com o seu comandante de brigada em São Gabriel da Cachoeira, eles não tem condições de montar uma cadeia de comando. Quer dizer, a cadeia de comando fica comprometida se eu não tiver comunicações eficientes.

Então, eu também estou em final de produção de um sistema de comando e controle em combate

totalmente nacional. E com a preocupação de fazer face a essa guerra eletrônica que pode, de uma hora para outra, impedir as minhas comunicações. Então, hoje eu tenho que ter um sistema avançado e protegido. Vamos lá.

Em termos de deslocar-se. Aí vou me estender mais um pouquinho porque esse é um projeto dual... Esse não é nem dual, é trial, quadrial, porque interessa a muita gente. Até hoje, nós, na Amazônia, só temos cartas, mapas, feitos com a tecnologia antiga, que era um raio que chegava até a copa das árvores. Então, eu não tinha um levantamento real da Amazônia. Eu não dispunha de conhecimento tecnológico para que esse raio ultrapassasse as nuvens, e quando eu conseguia fazer sem nuvens, tempo aberto, eu parava na copa das árvores. Então, o que estava abaixo das copas das árvores, eu não tinha noção. Ora, isso em termos de Amazônia, é um erro gravíssimo porque quem conhece a Amazônia no chão sabe que aquela ilusão que a gente tem da grande... Daquela grande planície amazônica, que a gente sobrevoa a copa das árvores, estão todas as árvores na mesma altura, bonitinho, aquilo é porque ela buscou a luz do sol e param por ali.

Agora, quando a gente anda lá no chão, é a primeira grande decepção que a gente tem é descobrir que os nossos livros de geografia estão redondamente enganados. A Amazônia não tem nada de planície. A gente começa a subir, descer, o que a gente chama socavão, que são ravinas intermináveis, que, graças a Deus, a maioria delas, no fundo, tem o igarapé para gente se entupir de água. Mas a gente sua pra burro pra andar na Amazônia, com a umidade, o calor que faz e aquele sobe e desce interminável. Quando a gente começa a andar no plano, pode sair do plano que vai morrer de sede. Então, é melhor andar no sobe e desce e ter água do que andar no plano e morrer de sede. E isso não aparecia nos nossos mapas. E hoje nós estamos utilizando uma tecnologia nova, que um raio ultrapassa a copa das árvores e nós vamos ter um levantamento exato do que existe na Amazônia. Inclusive, as primeiras cartas estão prontas; nós já fizemos o levantamento da Cabeça do Cachorro, que é do tamanho da Alemanha, e já tivemos grandes surpresas: Igarapés que nós não conhecíamos, trilhas que nós não conhecíamos, e a surpresa mais agradável é que houve um reflorestamento natural. Ao contrário do que acontece na Amazônia oriental, a Amazônia ocidental, que está altamente preservada, o Estado do Amazonas é um Estado praticamente preservado, do ponto de vista de desmatamento, houve, ao contrário, houve reflorestamentos naturais e que aparecem nessas cartas que estão sendo feitas. Pode tocar.

Vou mostrar um pedacinho do Globo Repórter que tratou desse assunto.

[exibição de vídeo]

REPÓRTER: *Uma viagem por uma Amazônia desconhecida, misteriosa, escondida sob um gigantesco manto verde, que até hoje não aparece em nenhum mapa. Montanhas que brotam da selva. Rios desconhecidos, que rasgam a mata. Vales nunca imaginados, impressionante parte do Brasil, que só agora está sendo descoberta.*

Vamos decolar de Manaus. Nosso destino é o ponto mais remoto do país. São 1.160 km pelo ar. Quatro horas em um voo onde os pilotos só têm referência dos instrumentos. Aos nossos olhos, cores deslumbrantes, rios espalhados pela floresta, que esconde o que há debaixo das árvores. Os mapas que nos orientam não mostram o que existe lá. "Região sem informação de relevo" é o que está escrito neles. Ao todo, 610 mapas da Amazônia, com três mil quilômetros quadrados cada um, são assim, uma imensa região chamada de "vazio cartográfico". Um milhão e 800 mil km² de um gigantesco Brasil desconhecido, onde caberiam, por exemplo, 11 vezes a Alemanha.

Rio Padauari, médio Rio Negro. Militares do Exército prontos para entrar em ação. Esta é uma operação de guerra contra a ilusão de uma planície amazônica, coberta de mata e de água. Para descobrir o que existe debaixo das árvores, os soldados enfrentam a correnteza dos rios. Um lugar selvagem, mas que também é a casa de muitas famílias. Estamos a 70 km da fronteira com a Venezuela. Lá vai o pelotão para mais uma missão. Com as coordenadas nas mãos, eles avançam floresta adentro. Vão instalar estes refletores de alumínio, que funcionam como espelhos para os radares de aviões que decolam longe daqui.

Avião no ar, soldados na mata. Os refletores em terra ajudam a orientar o radar do avião lá em cima, que recolhe as informações do relevo. Sem eles, seria impossível encaixar as centenas de pequenos mapas que estão sendo produzidos pelos computadores do Exército. Os equipamentos não podem ficar escondidos debaixo das árvores. Se há um pedaço de terra a céu aberto, na beira do rio, ótimo. Se não tem... O único lugar que resta... Este é um avião adaptado com radares especiais. É como se os radares do avião tivessem uma espécie de visão de raio X. Voando 7,5 km acima das copas das árvores, eles emitem microondas potentes, com 70 cm de cumprimento. Por causa do movimento ondulatório, um volume grande dessas ondas consegue passar por entre as folhas e galhos, refletir no chão e voltar até o avião, onde o mapa da parte escondida da floresta vai sendo construído lentamente nos computadores a bordo.

E agora, o Brasil está redescobrindo uma Amazônia desconhecida, aqui no chão, cheia de vales, morros, rios, e onde mora gente, muita gente. Do alto, o maior rio do mundo, de tão grande, parece um mar. E por baixo das árvores, a vida dos homens daqui segue seu caminho. Um novo mapa que está sendo desenhado pelo Exército da Amazônia revelará, finalmente, os contornos de uma das regiões [ininteligível] do planeta e também os tesouros que estão escondidos aqui. A ciência aguarda, ansiosa, a divulgação dos primeiros dados deste trabalho audacioso.

O conhecimento da Amazônia é fundamental. Como você vai cuidar de um patrimônio se você não o conhece? Quando tiver esse mapa pronto, a gente vai estar olhando para que Amazônia?

Eu acho que nós teremos resultados fantásticos. Ele é um projeto integrador. Ele vai trazer o conhecimento necessário a todas as demais ações que os governos poderão executar futuramente, exatamente no sentido de proporcionar às comunidades que hoje habitam a Amazônia o que elas necessitam de forma sustentável, sem degradar o nosso meio ambiente.

E os brasileiros vão poder dizer que sabem exatamente onde estão pisando?

Os brasileiros vão poder... Exatamente onde estão pisando e onde estão navegando.

[música]

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Então é óbvio que isso aí para as operações militares é muito importante, eu vou trabalhar com uma [ininteligível] real, mas não é o mais importante. O mais importante é que esse projeto vai permitir um levantamento geológico da Amazônia. Então, nós temos colaboração direta do Serviço Nacional de Geologia, trabalhando diretamente conosco, parceiros no projeto. Vou ter o que nós nunca tivemos na Amazônia, cartas de navegação corretas. Porque a navegação na Amazônia, ela é feita na base do prático, ali, do improviso. O camarada... E mais, muda toda hora, então, aquelas barrancas, que são das terras de aluvião, elas mudam e por isso que a gente vê vários acidentes acontecerem na Amazônia, mesmo com práticos experimentados.

Vou ter, e aí vem o diferencial, vou ter um senso florestal da Amazônia. Porque exatamente como esse raio passa da copa das árvores, eu tenho condições de levantar a altura das árvores. Tenho condições de saber, pela altura, as espécies das árvores. Então, eu vou ter, em cada quadradinho daquele que aparece como sendo objeto de levantamento, eu tenho condição de fazer um senso florestal, saber qual é o potencial daquilo ali, em termos de biodiversidade, e controlar o desmatamento. Então, isto aí é um projeto de altíssimo interesse para o país. Só está sendo tocado em frente porque nós temos parceiras. Se nós dependêssemos de nossos recursos, nós não tínhamos condições de realizar esse projeto. É um projeto caro, ambicioso e nós vamos chegar ao fim. A ideia é que, em 2011, nós tenhamos toda a Amazônia levantada. A Amazônia é maior do que a Europa ocidental. Tudo na Amazônia é grandioso e tudo é complicado. Viram o que é ali para colocar um refletor dentro do rio, na Cabeça do Cachorro. Todo esse trabalho aí, por enquanto, está sendo feito na Cabeça do Cachorro. Vamos lá. No alto Rio Negro.

Em termos de combater. Eu vou fazer uma referência à nossa família de blindados. Nós temos, depois de uma licitação, a parceria da Iveco/FIAT, na construção dessa nova família de blindados. Nós tivemos, durante algum tempo, a primazia do blindado sobre rodas no mundo. Não éramos únicos, mas éramos altamente cobiçados, os nossos dois blindados que todo mundo conhece, que é o Urutu e o Cascavel. Exportamos muito para o mundo inteiro. Aí, um hiato desses que a gente não consegue entender, nós tivemos um hiato de ciência e tecnologia, um hiato de produção, a ENGESA fabricou o melhor carro sobre lagartas do mundo e, por questões políticas, não conseguiu colocar esse carro no mercado mundial, e o pouco êxito do Osório, que era o nome desse carro de combate, fez com que a ENGESA naufragasse. Com o naufrágio da ENGESA, naufragou a fabricação de blindados sobre rodas. E nós tivemos um hiato enorme aí. Então, nós estamos correndo atrás do prejuízo para termos os nossos blindados de fabricação nacional.

Ora, mas eu estive lá visitando o projeto. A FIAT é muito clara. Diz: "Olha, nós temos um contrato, já estamos fabricando o protótipo e vamos chegar ao lote piloto, que está no contrato". Eles vão fabricar 16 carros do lote piloto para serem testados no nosso centro de avaliações, que é um centro extremamente rígido. Nossos testes são muito duros. Eles vão testar lá o lote piloto. Mas eles dizem claramente: "General, se nós não tivermos um compromisso de Governo para a compra de carro de combate, nós vamos parar no lote piloto. Nós não vamos montar uma planta de fabricação de carro de combate no Brasil se esses carros não forem usados pelo Exército Brasileiro. Se o Exército não tiver recurso para comprar o que nós esperamos que ele compre, para equipar o seu próprio Exército, nós não vamos continuar a fabricar isso no Brasil. Nós vamos parar no lote piloto. E não vamos fazer uma planta de fabricação de blindados. Nós só vamos fazer se o Governo assumir um compromisso formal de compra desses carros". Claro, é um jogo. E eles têm interesse em vender o carro. E também nós não... Jamais conseguiríamos exportar esse carro se

ele não fosse de uso do Exército. Ninguém compra um material sem perguntar: "Escuta, vocês usam?" "Não, nós não usamos". "Não usa por quê? Você quer que eu compre o carro que você fabrica e não usa? O que há?" É impossível. Vamos lá.

Temos uma preocupação com combatente do futuro. Combatente do futuro é um projeto de todos os grandes exércitos do mundo. O Exército francês, eu fui adido na França, em 1996, desde aquela época eles batem nessa história do combatente do futuro. Nada mais é que um soldado que possa usufruir dos avanços tecnológicos. Um soldado com GPS, com rádio potente... É óbvio que isso aí depende do grau de desenvolvimento do país. E o importante é que ele disponha de material nacional. Porque aquilo que nós falamos, se não for nacional, na hora do vamos ver, nós não vamos ter. Vão nos negar, não só a venda como a reposição e a manutenção. Então, precisamos de material nacional.

Então, nós temos aí uma ideia do que seria o combatente do futuro, eu até brinco: Cuidado com o combatente do futuro tão equipado que ele vai morrer em pé. Não pode nem se mexer. Vai para a selva e morre em pé. Então, tem que ter cuidado com essa história do combatente do futuro. Vamos lá.

Isso aí é outra aspiração nossa, é ativar o nosso Centro de Estudos Científicos Tecnológicos Avançados do Exército, em Campinas. Campinas, sabidamente, é um centro tecnológico fantástico. E nós temos já um contato direto com a UNICAMP, já temos projetos em desenvolvimento juntamente com a UNICAMP, e possuir esse centro de estudos na área de Campinas seria muito importante para essa troca de conhecimentos, para essas parcerias, não só com a UNICAMP, mas com outras universidades de São Paulo, que têm um avanço tecnológico reconhecido. Vamos lá.

Então, esse centro de estudo seria localizado no interior do pólo tecnológico de Campinas; há já um imóvel que está em processo de doação pela Prefeitura, e o orçamento estimado para a construção das instalações desse centro seria em torno de 4,5 milhões de reais. Pode ir. Teríamos condições de trabalhar, em termos de parceria, com todas essas instituições de ensino superior, localizadas em São Paulo. Pode ir.

E esses já são os projetos que estão sendo desenvolvidos em parceria com a UNICAMP. O radar Saber, que eu já tive oportunidade de comentar, que é o filho querido do General Ribeiro Souto, que custou muito cabelo branco, e a tecnologia de visão termal, que é outro instrumento de tecnologia fundamental, não só para as atividades militares, mas também com o emprego dual. Pode ir.

Conclusão... Pode ir. Nós temos alguns aspectos negativos, na conjuntura atual. O que todo mundo reclama, falta de recursos... Por essa falta de recursos, a gente não tem um planejamento que possa ser cumprido. Então, a gente vive, muitas vezes, de espasmos. Apareceu o recurso, faz uma determinada coisa. O recurso some, cancela algumas coisas. Então, a falta de um aporte de recursos permanentes, ela acaba prejudicando o planejamento e a definição de prioridades.

Nós... Eu coloquei ali como aspecto negativo não o fato, mas o fato é recente. Nós só colocamos a discussão sobre Defesa Nacional, soberania, no Congresso Nacional, que é a Casa onde esse assunto tem que ser discutido; aqui estão os representantes da sociedade brasileira. O assunto "Defesa Nacional" não é um assunto militar. É um assunto da sociedade brasileira. Então, a sociedade brasileira tem que discutir o que quer, em termos de Defesa Nacional. Não são os militares que têm que discutir o que eles querem em termos de Defesa Nacional. Nós somos instrumentos da Defesa Nacional. Nós somos preparados para o uso institucional da violência em caso de necessidade. E, principalmente, para sermos instrumentos de dissuasão em relação às ameaças à integridade territorial e à soberania nacional. Mas quem trata do que o país precisa, do que o país quer, em termos de possuir esse Pit Bull que eu falei, é esta Casa aqui. É o Congresso Nacional que tem que tratar do assunto. E é recente essa preocupação.

Eu considero isso o grande feito do Ministro Jobim, é ter levado a discussão sobre Defesa Nacional para um nível que é o nível compatível: Presidência da República, Congresso Nacional e acaba tendo reflexo no Poder Judiciário. Então, esse é um assunto da sociedade brasileira. Precisamos ter consciência disso.

Outro aspecto negativo é que 2010 é um ano eleitoral. Não vou entrar em maiores considerações; os senhores sabem melhor do que eu o que isso quer dizer. E as referências da mídia a uma suposta corrida armamentista na América do Sul. Nós não estamos participando de nenhuma corrida armamentista. Nós estamos tentando ter uma expressão de poder militar, que é um dos vetores do poder nacional, isso é indiscutível, nós queremos ter uma expressão de poder militar compatível com a expressão estratégica do país.

Eu quero saudar a chegada do Senador Cristovam Buarque, ele, outro dia, na... Na sessão solene em homenagem ao Exército, ele fez um pronunciamento muito feliz, onde ele colocou a relevância da educação. Sem dúvida, tudo isso que nós tratamos de Ciência e Tecnologia, se nós não tivermos gente educada para tratar disso aí, não adianta ter aparelhos de alta tecno-

logia numa juventude deseducada. E a educação talvez seja a nossa grande arma. A gente tem que ter sempre isso na cabeça. E Ciência e Tecnologia é o estado da arte da educação. Então, sem dúvida.

E nós pleiteamos, há muito tempo, um fundo setorial para pesquisa e desenvolvimento em engenharia, que fosse de interesse da Defesa, e isso poderia ser administrado junto com o Ministério de Ciência e Tecnologia, com o FINEP, haveria comitês para tratar desse assunto com participação de especialistas de diversas áreas, mas isso daria condições de ter esse aporte de recursos permanente e um planejamento mais eficiente nessa área. Vamos lá. Pode ir.

E nós temos alguns aspectos positivos e quase que impositivos da conjuntura atual. Diante da inevitabilidade do Brasil – potência, nós temos que pensar positivamente e nos valer desses aspectos positivos. Nós temos hoje uma estratégia nacional de defesa, que faz postulações fundamentadas sobre desenvolvimento, autonomia e soberania, eu tive oportunidade de pincelar alguns desses conceitos. Nós temos que aproveitar os recursos humanos de alto nível que nós temos nessa área. Nós temos um instituto militar de engenharia, o instituto tecnológico da Aeronáutica que tem cabeças privilegiadas nessa área. E que nós não podemos perder, por falta de iniciativa, essas cabeças, seja para o estrangeiro, seja por falta de aproveitamento mesmo dentro do país.

Nós hoje sabemos, os nossos engenheiros militares, eu tenho uma equipe de generais e engenheiros militares da melhor qualidade. E hoje impregnados nesse sentido de objetividade e resultado, buscando projetos duais. Nós sabemos que quando os projetos são duais, a chance de eles chegarem a um final feliz é muito maior.

E temos isso aí, a posição estratégica do Brasil no contexto mundial, cada dia nós temos maior relevância nesse contexto. É inevitável que nós cheguemos a... Essa história o Brasil é um país do futuro já é coisa do passado. Nós hoje somos uma realidade na conjuntura mundial e não há quem consiga pendurar uma pedra no pé do Brasil. Nós vamos ser um país-potência, sem nenhuma dúvida. E isto traz uma série de vantagens, mas também tem uma série de servidões. E uma delas é ter autonomia na área de Ciência e Tecnologia e um poder militar compatível.

Muitíssimo obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quero parabenizar o General Augusto Heleno pela sua brilhante palestra, General Heleno, que nos trouxe aqui informações da maior importância sobre o desenvolvimento de Ciência e Tecnologia pelo Exército Brasileiro e, como V. Exa. bem disse, nós não podemos... O Brasil não pode ficar dependente de tecnologias de outros países porque ficaria sempre refém dessas tecnologias, quando nós temos talentos capazes de desenvolver tecnologias aqui em nosso território. Basta que, para isso, eles sejam incentivados.

V. Exa. nos dá aqui o panorama que é comum a todos os segmentos nessa linha de Ciência e Tecnologia, que é a insuficiência de recursos. A insuficiência de recursos, haja vista que, lamentavelmente, ainda não chegamos ao nível de investimento em Ciência e Tecnologia que seja compatível com os países de primeiro mundo. Estamos hoje no nível próximo de 1.2% do PIB brasileiro, em Ciência e Tecnologia, quando países outros aplicam mais de 3% do seu Produto Interno Bruto nesse segmento.

Eu tenho certeza absoluta, pela presença dos Srs. Senadores e pelas inscrições aqui já registradas, que continuam abertas, do interesse que a palestra de V. Exa. trouxe aos membros da Comissão. Eu, como autor do Requerimento, regimentalmente teria precedência nos questionamentos, mas vou abrir aos senhores membros da Comissão, Srs. Senadores, para que possam fazer os seus questionamentos e, ao final, farei a complementação. Nós temos inicialmente inscritos os Senadores Roberto Cavalcanti, pela ordem, Flávio Torres, Senador Marcelo Crivella e Senador Gerson Camata. Consultaria--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Consultaria Senador Cristovam Buarque...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V. Exa...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Romeu Tuma--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu não sou da Comissão. Estou pedindo licença--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. é de todas as Comissões, como membro nato--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --não só pela amizade que tenho com o General, mas pela paixão que sinto pela Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --pela sua competência. E nós, então, temos seis, sete comigo, eu proporia aos Srs. Senadores que nós pudéssemos fazer dois blocos, para não fazermos os sete... Para que o General Heleno possa responder esses questionamentos em dois blocos.

Então, eu começaria com o primeiro inscrito, Senador Roberto Cavalcanti, com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro, Presidente da

CCT, por esta oportunidade. Cumprimento os demais Senadores presentes, e cumprimento pela excelente palestra feita pelo General Augusto Heleno. E diria mais, eu, me apresentando, eu venho da iniciativa privada, então, não tive o privilégio de fazer parte do Exército Brasileiro. Mas, se eu lá estivesse, eu gostaria de ter tido a honra e o privilégio de ter um currículo que foi apresentado do currículo de V. Exa., porque cavalaria é uma arma que me encanta. Ser paraquedista da arma de cavalaria, mais ainda. Ter tido as oportunidades que V. Exa. teve, de ser adido na França, na Bélgica, é, sem dúvida, enriquecedor. Participar, no Haiti, de uma experiência de presença militar no Brasil é uma outra... E, no final, nesse momento, não omitindo outras... Ou me desculpando por outras omissões, a Amazônia, a passagem de V. Exa. na Amazônia também, sem dúvida, é um fator fantástico para... Acho que para... Uma experiência mundial. A Amazônia é uma experiência mundial. Está hoje na... Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia. Então, acho que é um encanto em termo de currículo. E nos encanta especialmente por estarmos aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia.

V. Exa. fez uma abordagem muito correta no sentido de que nós estamos no lugar certo para discutir o assunto certo. Estamos no Congresso Nacional e estamos na Comissão de Ciência e Tecnologia. E as abordagens trazidas na palestra de V. Exa., ela dá uma conotação de que nos envaidece pelo lado de saber que o Exército Brasileiro está atento em todos aqueles itens, que são os itens estratégicos de uma Comissão de Ciência e Tecnologia, dentro do Exército, e nos frustra pelo aspecto financeiro. E eu diria que o Brasil é um país fantástico, como V. Exa. apresentou itens aí de Amazônia e de outras... Da própria tecnologia desenvolvida pelo Exército. Mas o Brasil nos frustra por determinados fatos que acontecem. E vou citar um, que V. Exa. vai entender perfeitamente.

Eu acredito que a área de Ciência e Tecnologia do Exército estaria plenamente abastecida se nós pudéssemos proporcionar oito bilhões de reais e entregarmos a V. Exa. Sem dúvida, seria um orçamento que foi apresentado aqui de que 2008, foram manuseados 163 milhões... 677 milhões, então, o orçamento é bastante... É expressivo, mas nem próximo de oito bilhões. E eu gostaria de transmitir a V. Exa. que, no Brasil, nós temos, numa gaveta, guardado, sem uso, oito bilhões, que são do FUST, por exemplo. Então, sobra dinheiro guardado em uns locais e falta dinheiro em outros.

Então, acho que é uma corresponsabilidade nossa, da Comissão de Ciência e Tecnologia, também interferirmos nisso. O exemplo do FUST é um exemplo clássico brasileiro. Foi criado no Governo de Fernando Henrique Cardoso, representa 1% do faturamento bruto das empresas de telecomunicações; este fundo arrecada por ano 770 milhões de reais ao ano; nunca usou, esse dinheiro nunca foi tocado, desde 2000 até 2009, nós estamos acumulando recursos ao longo de nove anos; estamos hoje em caixa com oito bilhões de reais, que são, de forma indireta, direcionados à Ciência e Tecnologia, que o próprio nome... É um fundo de universalização de telecomunicações, mas, na verdade, é voltado para a tecnologia de comunicação.

Então, acho que existe uma corresponsabilidade nossa de ajudarmos e buscarmos uma forma de darmos ao centro de... Ao Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército uma condição. Porque, se falta dinheiro para concluir ou implementar determinadas medidas que foram expostas, acho que o Brasil, quando quer ter dinheiro, tem. E tem este dinheiro guardado em algumas gavetas não utilizadas, que servem tão-somente para, no balanço das contas públicas, aparecer como estivesse o balanço positivo quando, na verdade, o balanço é positivo em função do não uso. O Tribunal de Contas da União fez uma auditoria nesse fundo e detectou que ele não é mal gerido. Ele não é gerido porque ele nunca foi usado. Então, dinheiro tem, eu tenho certeza que nós temos essa corresponsabilidade.

E, para encerrar, eu gostaria só de fazer um questionamento, é uma avaliação mais precisa do que é que aconteceu, na verdade, com ENGESA? Se foi uma questão política, se foi uma questão de gestão da empresa? E o que é que isso pode se fazer para resgatar ou uma nova ENGESA ou refazer a ENGESA? E fiquei curioso de saber também qual a linha específica de produção da IMBEL. O que é que a IMBEL produz hoje, que foi feito de que não pode fabricar microfone, não pode determinadas coisas, tal, mas o que é que a IMBEL hoje, em linhas gerais, produz?

Eu parabenizo, mais uma vez, pelo pronunciamento de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Roberto Cavalcanti. Segundo inscrito, Senador Flávio Torres, com a palavra.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, General, gostaria de parabenizar o senhor pela sua palestra também, e parabenizar pelo trabalho no Haiti, que eu sei que o senhor foi o primeiro comandante lá do destacamento brasileiro lá no Haiti.

Com relação à sua palestra, eu queria fazer um comentário e duas perguntas. O comentário é que a gente vê, na sua palestra, nitidamente, a preocupação de toda vida que o senhor menciona um projeto de pesquisa, falando uma pesquisa dual, que seria de interesse da comunidade. Eu compreendo a neces-

sidade disso, porque está embutida aí a questão do recurso. Mas eu queria dizer para o senhor que dificilmente o senhor vai encontrar uma pesquisa que não seja dual. Quer dizer, a pesquisa já é dual. Tudo que a gente investiga, tudo que a gente pesquisa repercute paralelamente na sociedade. Isso tem a ver, porque para sensibilizar os órgãos financeiros.

Aí vem a minha pergunta. Eu queria saber qual é a participação do sistema de Ciência e Tecnologia do Exército, digamos, no bolo de financiamento nacional dos organismos clássicos de pesquisa, como FINEP, CNPq, tanto no balcão, como nos editais. Quantos deles participam deste bolo competindo, digamos, com a sociedade civil, com as universidades e os grupos de pesquisa.

A segunda pergunta diz respeito à formação de pessoal. A gente sabe que pesquisa se faz com dinheiro e Recursos Humanos. E eu queria saber, então, qual é a política de formação de pessoal nessas áreas do Exército e qual é, digamos assim, se pode ser dito, a quantidade de doutores investidos... Se essa é uma política de formar pessoal em nível de doutorado no Brasil. Queria saber, então, a política de formação de Recursos Humanos para trabalhar nessas áreas, General.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Flávio Torres. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente Flexa Ribeiro, Srs. Senadores, Sr. General Augusto Heleno, cada vez que vem aqui um representante das Forças Armadas para falar nas nossas comissões é um momento de alegria, momento até de ufanismo, porque o Brasil é um grande país e o Exército Brasileiro é um grande Exército. Tive a honra de servir ao Exército Brasileiro, na década de 70, e vi que, com muito esforço... Naquela época, tínhamos mais recursos do que hoje. Eu agora estava pensando, a safra brasileira foi anunciada ontem. Nós colhemos 134 milhões de toneladas só de soja. Quando prestei vestibular, 76, a produção de grãos do Brasil era 60 milhões de toneladas. Hoje só soja já são 134 milhões de toneladas. Em determinados setores, o Brasil cresceu tanto, mas, no setor de Defesa Nacional, de Forças Armadas, de equipamentos etc., nós não crescemos tão bem assim. E acho que nós podíamos dar uma colaboração importante...

Há uns quatro anos, Senador Flexa Ribeiro, na época, veio aqui o Ministro da Defesa, o Vice-Presidente José Alencar, acompanhado dos comandantes: Marinha, Exército e Aeronáutica. Nós fizemos uma reunião na Comissão de Relações Exteriores, que foi recorde. Ela durou quase sete horas. Naquela ocasião, nós decidimos que íamos lutar por um projeto para que os recursos de pesquisa do Exército não fossem contingenciados. Apresentei esse projeto e, desde lá, tenho lutado, já passou por várias comissões, mas é terminativo na Comissão de Constituição e Justiça, aonde nós não conseguimos passar, por conta do líder do PT, Senador Eduardo(sic) Mercadante, que não se sensibiliza com isso, embora seja de família militar.

Mas o General Augusto Heleno foi muito feliz em dizer que, nesse campo de pesquisa, quando os recursos não são locados continuamente, nós temos prejuízos incalculáveis. É o próprio caso da Marinha, no setor nuclear, em que ela tem que, numa determinada fase do enriquecimento do urânio, mandar o material para o Canadá para depois trazer de volta e continuar o processo porque faltam os recursos... Ela tem a tecnologia, mas não tem o recurso para construir um determinado edifício para aquela fase do enriquecimento do urânio.

Ora, isso é uma coisa que diminui tanto a nossa soberania, quer dizer, depõe tanto com respeito ao nosso... À nossa autoimagem. Como é que o Brasil aceita ser tão pequeno assim, meu Deus? É uma tristeza. É uma pena.

Então, eu queria, Senador Flexa Ribeiro, fazer um apelo aqui, em homenagem ao General Augusto Heleno, ao Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, a esses militares tão valorosos, que nós pudéssemos votar esse projeto. Aprovar isso aqui. E evitar contingenciamento dos recursos de Ciência e Tecnologia. Já daríamos um grande passo, uma grande ajuda às Forças Armadas.

Com certeza, projetos que hoje estão em andamento não sofreriam solução de continuidade e nós teríamos um bom êxito. Eu reitero aqui esse apelo e peço o compromisso do Presidente e dos meus colegas que atentem a isso. Não é possível que o Senado Federal, há três anos, não consiga aprovar um projeto tão relevante, que é simplesmente não contingenciar recursos para pesquisa, para Ciência e Tecnologia das Forças Armadas, com imensas implicações em todas as áreas do setor econômico brasileiro. Aliás, da nossa Defesa.

Você vê, agora, por exemplo, nossos poços do Pré-Sal estão a 1.000 km de distância. Nós não temos helicóptero para levar gente lá. Os poços da Bacia de Santos, todo mês, 40 mil pessoas são transportadas de helicóptero, das plataformas para o continente. Agora... É uma distância de menos de 100 km. Agora, imagina 1.000 km. Aí, não tem por que, nós não fabricamos helicópteros? Fabricamos. Mas não pesquisamos, não alocamos recursos... Tem esses hiatos... Então,

eu faço aqui esse apelo, mais uma vez, para que nós, Senadores, possamos assumir essa responsabilidade e dar prestígio às nossas Forças Armadas, votando esse projeto e evitando que recursos de Ciência e Tecnologia das Forças Armadas sejam contingenciados.

Senador, muito obrigado pela paciência e tolerância no tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Marcelo Crivella. V. Exa. não fez nenhum questionamento ao General Heleno, mas quero responder à inquietação de V. Exa., que é a de todos nós. Lamentavelmente, General Augusto Heleno, a base do Governo, ela, quando não tem interesse em que os projetos que são apresentados pelos parlamentares tenham a tramitação normal, eles fazem um processo de engavetamento desses projetos. Mas quero dizer a V. Exa. que podemos fazer, e eu terei a honra, se V. Exa. me permitir, de ser signatário junto com V. Exa., e acho que de todos os membros da Comissão, porque, regimentalmente, nós podemos encaminhar à Mesa um Requerimento para que o projeto passe... Vá imediatamente ao Plenário. E, lá, nós faremos a discussão com o Pleno do Senado e votaremos. E espero que aprovemos.

E quero, desde já, dizer a V. Exa., primeiro parabenizá-lo pela... Pela autoria do projeto, que é da maior importância. Eu defendo aqui o projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães, que era do orçamento impositivo. Porque, lamentavelmente, a peça orçamentária, Senador Marconi Perillo, e aqui nós temos Senador Antonio Carlos Júnior, que sabem a alegria e a honra que tivemos de conviver com o pai de V. Exa. Ele fez um projeto aqui de orçamento impositivo, para que a vontade do Parlamento brasileiro fosse respeitada pelo Executivo. E, lamentavelmente, a peça orçamentária é mera ficção, porque aquilo que o Congresso discute e aprova, ele não é respeitado pelo Executivo, pelo contingenciamento.

O Senador Antonio Carlos Júnior, de saudosa memória, fez um projeto e aqui defendeu--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Antônio Carlos Magalhães.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Antônio Carlos Magalhães. Desculpe, Senador Antonio Carlos Júnior. Vida longa a V. Exa. Ele fez um projeto de orçamento impositivo, foi aprovado no Senado Federal, por unanimidade, e está dormitando na Câmara Federal. Ele, naquela altura, inclusive, permitia que 20% pudesse ser contingenciado, e 80%, para dar uma flexibilidade necessária ao Executivo. Não anda.

O Senador Marcelo Crivella faz um só para a área de Ciência e Tecnologia do Exército. Se V. Exa. me permitir, em Plenário, vou apresentar uma emenda para que essa sua ideia seja--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Forças Armadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Forças Armadas. --Seja estendida a todo e qualquer recurso financeiro para a Ciência e Tecnologia, em qualquer área. Não há como fazer contingenciamento para a Ciência e Tecnologia por tudo que nós temos visto aqui, principalmente nesse momento. Ou seja, investir em Ciência e Tecnologia é necessário para que o nosso país possa realmente ter autonomia na produção de conhecimento.

Então, V. Exa. pode preparar o Requerimento para que o seu projeto vá... Não há necessidade mais, porque já foram vencidos todos os prazos regimentais na CCJ, que ele passe imediatamente a Plenário, e terá a assinatura e o apoio de todos nós.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Presidente, eu quero primeiro cumprimentar o General Augusto Heleno pelo trabalho, e dizer que foi muito importante essa exposição, não só para nós, Senadores, mas para os brasileiros que, através da TV Senado, têm oportunidade de ver quanta coisa boa e excelente está sendo feita pelo Exército Brasileiro que a gente não tem conhecimento. Porque normalmente a população trava conhecimento com o Exército quando seu filho vai servir o Exército, quando ele vai assistir à Parada do 07 de setembro. Ele não sabe que atrás de tudo isso está lá um laboratório, ciência e tecnologia... É bom que os brasileiros saibam disso. E dizer também que todo desenvolvimento, toda pesquisa militar é dual.

Nós temos hoje, e um dia teríamos, mas o satélite, o computador, o laptop, a internet foi exatamente a corrida armamentista da Guerra Fria. Não fosse ela, daqui a 100 anos nós tivéssemos isso. E se deve tudo a um russo, que chama Sergei Korolev. Esse homem estava na Sibéria, mandado pela ditadura do Stalin, quando a Rússia fez a bomba atômica e não tinha um míssil intercontinental para tornar essa bomba atômica efetiva, que pudesse levá-la a território americano em caso de uma guerra.

Pois bem, chamaram esse homem de volta; ele desenvolveu os mísseis e, no dia do desfile dos mísseis, o Krushov, que era um operário de mina, um mineiro de carvão, não era lá um grande intelectual, esse cientista vira e diz: "Olha, nós podemos, com esses mísseis, botar um satélite em volta da Terra". E o Krushov, com aqueles generais ali, disse a ele assim: "Um satélite

para quê?" Ele disse assim: "Nós podemos fazer ele girar e mandar uma mensagem comunista em volta do mundo". Quinze dias depois, o Krushov manda chamar. Analfabeto igual ao Krushov. Isso é importante. Nós podemos transmitir sinais de televisão, sinais de rádio no mundo todo e o Sergei Kurolev trabalhou durante sete anos escondido, com aquela espionagem que o americano fazia, que o inglês fazia, o israelense fazia. Nunca desconfiaram que ele estava preparando um satélite, quando o Sputnik surgiu no ar e mudou o mundo. Aí vieram os satélites, satélites geoestacionários, o Air Liberty, aí provocou os americanos.

E, muito interessante, quando o Kennedy é desafiado, disse que "nós seremos capazes, em 10 anos, de colocar o homem na lua e trazê-lo de volta em segurança", ele foi muito criticado. Naquela época, quatro bilhões de dólares. Quer dizer, o Brasil hoje com esse mesmo dinheiro está comprando um monte de avião, submarino e tal. E ele botou o homem na lua. E aí, na crítica, o Kennedy respondeu: "Nós não estamos pegando quatro bilhões de dólares e jogando na face da lua, não. Nós vamos gastar aqui quatro bilhões de dólares, desenvolvendo tecnologia, criando emprego para botar o satélite na lua. O homem na lua".

Então, veja V. Exa. que um lampejo desse cientista russo, e o operário ignorante que era o Krushov, ignorante, não, sabido, mas não tinha muita ciência, fez com que o mundo desse essa escalada de progresso e desenvolvimento.

Então, toda aplicação militar, ela tem uma aplicação civil muito melhor, às vezes, até mais útil, do que ela foi feita no campo militar. Aí eu queria... Eu fico pensando, às vezes, por exemplo, a Internet e o GPS, todos esses modelos estão muito na mão de um só país, que é os Estados Unidos. Suponha que houvesse um conflito e eles resolvem desligar isso tudo. Na hora que desligarem esses satélites e GPSs e Internet, dá uma pane no mundo. Ou, na hora que eles resolverem cobrar um centésimo de dólar por dia de cada país que usa, o dinheiro do mundo vai parar todo lá. Então, tem uma coisa que nós temos que desenvolver, como... A China já está lançando um astronauta para a lua daqui a dois anos e já tem satélite no Irã. A Índia já mandou um foguete para a lua, girou lá, e nós estamos ainda aqui, precisamos entrar por esse caminho do desenvolvimento.

Então, o que aconteceria, uma pergunta minha, se um dia eles desligassem os satélites que alimentam a Internet e o GPSs do mundo todo? O que aconteceria com o Exército, por exemplo, com todo o Governo do Brasil? Então, coisas que nós temos que nos preocupar.

Uma outra coisa, nós estamos agora fazendo a Lei Eleitoral, e V. Exa. é um *"expert"* nisso, e estão tentando censurar a Internet, que eu acho uma bobagem. Porque é impossível censurar. Você pode chegar: "No blog tal, saiu uma notícia contra mim, eu tenho direito de defesa". Mas pode sair em mil blogs. Como é que a polícia... Estão arranjando um pepino para a Polícia Federal, que ela não vai fazer outra coisa a não ser descobrir aonde os blogs saíram... Acho que é impossível, e a outra pergunta que eu faço, se é possível censurar, controlar a Internet.

E a outra coisa, aí eu não vou pedir um comentário de V. Exa., mas acho que o Brasil se precipitou muito, gastando 34 bilhões nesses... Nesse contrato com a... De dólares, né? Porque qual o país que está ameaçando o pré-sal? Timor Leste... Não pode ser. A Venezuela tem 20 e poucos milhões de habitantes; se eles invadirem aqui, nós botamos eles para fora a tapa. Nós somos 200 milhões. Então, eu acho que podia ir mais devagar, desenvolvendo um pouquinho mais essa coisa aqui. Então, por exemplo, lugar de comprar quatro submarinos, compra dois, e dá mais um pouco para desenvolver aqui. No lugar de 50 helicópteros, compra 30. Bota o dinheiro de 20 helicópteros para desenvolver processos aqui. No lugar de três caças, um monte de caça, compra a metade e outra metade desenvolve, aqui na EMBRAER, caças brasileiros, como Supertucano hoje é um caça mundialmente conhecido, apesar de não ser supersônico, pelo tipo de guerra que o mundo enfrenta hoje, é um belo de um caça de guerra.

Mas, então, era isso aí as perguntas que eu queria fazer, o problema do que é que acontece quando um país só dominar toda essa tecnologia e se V. Exa., como *"expert"* no assunto, acha que nós podemos censurar a Internet sem que a Polícia Federal fique ocupada em fazer só uma única coisa em época de eleição: Descobrir os sites, os blogs, essas coisas, aonde pode ocorrer algum crime dentro da campanha eleitoral.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Gerson Camata. Eu, com a concordância do General Augusto Heleno, vou concluir os Senadores inscritos para que ele possa... Mas aí ele concordou que pudéssemos fazer num único bloco, porque nós temos uma segunda parte da nossa Reunião de hoje, com uma pauta de projetos a serem aprovados.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. será o seguinte, após o Senador Cristovam Buarque, a quem concedo a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, General Heleno, é um privilégio a gente ter uma sessão como essa aqui no Senado. Lamentavelmente, hoje em dia está até meio raro termos oportunidade de debatermos aquilo que realmente é a razão de ser essa Casa: Discutir o futuro do país. Futuro que a gente pode construir com professores até, mas só pode defender com soldados. Daí a importância de ver aqui o senhor falando de algo que casa esses dois braços do país. Ou seja, termos uma ciência e tecnologia que vem de professores porque, se Einstein não tivesse aprendido as quatro operações, não teria desenvolvido as suas teorias da relatividade. E também colocar isso nas mãos das Forças Armadas brasileiras.

Eu quero dizer que, se há algo importante hoje, é o Brasil ter um sistema de defesa fundamental e capaz de nos proteger. Embora eu tenha concordado muito com a fala do Senador Camata, mas eu acho que só em tapa a gente não expulsa os venezuelanos, se não tivermos um Exército profissionalizado e bem equipado.

Hoje em dia, nas guerras, não se faz apenas com as massas, carregando pedras ou espadas para vencer o outro lado. Então, nós precisamos fortalecer as Forças Armadas. É triste saber que o Brasil é um país que, apesar de todo o seu potencial não tem... Não tem dado às Forças Armadas o apoio que deveria.

Entretanto, eu quero me apegar a esse lado da Ciência e Tecnologia, vinculado à Educação, para ouvir o senhor. Não vou querer que o senhor dê opinião sobre algumas coisas porque acho que a gente tem que respeitar a hierarquia, completamente. Mas só é um comentário meu, não é uma pergunta. Eu fiquei preocupado, quando o Ministro Jobim esteve aqui, e fez a apresentação aqui de 13 pontos estruturais, 13 pontos da estrutura brasileira que precisam ser protegidos, como rodovias, ferrovias, tudo isso, e não colocou nenhum centro de ciência e tecnologia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já fez naquele dia. Eu fiquei preocupado e disse a ele na hora; ele disse que é porque estava no outro departamento, mas eu lembrei que o centro do poder estava naquele poder. Ou seja, não era só o hardware, tinha o software também ali. O software político. Não o software inteligência, no sentido de ciência e tecnologia. Eu garanto como, nos Estados Unidos, não conheço, Harvard e Yale devem estar dentro daquilo que vão proteger em caso de uma tragédia, de um ataque. Então, fiquei preocupado porque tem desprezado esse lado.

Aí, eu queria uma pergunta, embora sinceramente eu tenha a impressão até que a gente muito já saiba, mas é para isso que a gente está aqui. Eu queria saber qual é o nível educacional dos nossos soldados hoje, na frente? Ou seja, os soldadinhos, como chamavam quando eu estava no serviço militar. Os soldadinhos lá, qual é o nível de escolaridade deles? Primeiro grau, segundo grau?

Segundo, qual o grau de educação que necessitamos para que esses soldados, eu estou falando soldados no sentido de recrutas mesmo, não estou falando no sentido de genérico, qual é o grau de educação que o senhor considera necessário para que esses soldados sejam plenamente habilitados ao uso dos modernos equipamentos, a entender a linguagem para descrever, por exemplo, os fenômenos geográficos da região, as configurações dos diversos equipamentos e das armas que eles usam, e até mesmo o sentimento patriótico? Porque, embora uma pessoa sem educação possa ser patriota, eu não tenho a menor dúvida, aliás, são mais patriotas do que muitos doutores, mas eu quero dizer que, sem a educação cívica na escola, a gente tende a ter um patriotismo apenas de coração, não de força intelectual. Então, qual seria o grau que a gente precisa hoje... Ou melhor, qual é o grau que os americanos usam, os ingleses, os franceses, nas suas tropas?

E outra coisa, se o senhor está de acordo, mas eu acho que o senhor já falou, eu estou querendo é mais provocar, o senhor já respondeu, se o senhor está de acordo que um país sem educação é um país indefeso? E se a grande ameaça à segurança brasileira está no nosso território, esses 200 milhões que falava o Senador Camata, sem grau de educação?

E, terminando, mais duas coisas: Como ter um centro tecnológico plenamente desenvolvido, se nós estamos incinerando os cérebros dos brasileiros que não vão à escola? Dois terços dos nossos cérebros não terminam o segundo grau. Podemos ter um centro desenvolvido tecnologicamente, mas ele será ainda precário, porque ele não pode contar com o potencial dos que foram excluídos. E ali, entre eles, poderíamos ter alguns gênios.

E, finalmente, uma pergunta a qual eu já digo de antes que eu sou favorável, apesar de sentir que há hoje uma... Um peso político defender isso, mas se o senhor quiser, se não quiser, o senhor diz, não quer dizer, o que o senhor acha, eu defendo, o serviço militar obrigatório para a nossa juventude?

Esses são os pontos, Sr. Presidente, que eu quis colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Cristovam Buarque.

Quero fazer aqui um registro de muita alegria para a Comissão de Ciência e Tecnologia, com a presença do Senador Antero Paes de Barros, nosso companheiro, representou aqui muito bem o Estado do Mato Grosso, tenho certeza que voltará, pela vontade do povo daquele Estado, ao Senado Federal. Seja bem-vindo, Senador Antero Paes de Barros.

Com a palavra, o Senador Romeu Tuma. Em seguida, o Senador Cícero Lucena.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Primeiro, queria agradecer V. Exa., Presidente, pela oportunidade que me dá em poder usar da palavra, não sendo membro efetivo dessa Comissão. Mas, quando eu soube que o General Heleno estaria aqui para fazer sua exposição, hoje chefiando o Centro de Ciência e Tecnologia do Exército, Senador... General Heleno, eu fiquei com saudades. Eu me lembrei dos seus cabelos negros. E a logística... [risos] Faz tempo. E a logística que V. Exa. desenvolvia na Presidência da República, principalmente na distribuição de alimentos que estavam para se perder a validade para as comunidades mais pobres. E a coragem e o desenvolvimento, aquela logística sem canseira, pensando e agindo, dia e noite, e cumprindo todas as missões que programava para realizá-las.

E eu olhava com muito carinho, às vezes, tinha a oportunidade de acompanhá-lo, e me sentia feliz com isso. Acho que o Brasil deve muito a V. Exa., em muitos muito difíceis porque passamos. O General Heleno é um homem respeitado, não só no Exército, mas na vida civil também, pelo desenvolvimento e por todo o carinho e pelo amor que ele demonstra para com a pátria brasileira e para, principalmente, para com seus soldados, seus subordinados.

Ia chamar de Ministro, quase aqui eu caio do cavalo [risos]. Mas, General, eu estive a semana retrasada em Aramar, lá no Centro de Pesquisa Tecnológica, principalmente para a área de desenvolvimento, enriquecimento do urânio. Eu fiquei encantado pela... Pela postura do Almirante, da paixão que tem pelo que está fazendo. E vi também que, deve ser no Exército ou na Aeronáutica também, a vinculação entre a atividade militar e a atividade civil industrial, aonde se vão buscar nas pesquisas a realização que traz benefício, não só para a Força, mas também para a população.

Conversava eu com o oficial aqui sobre a ação dual, que é para a vida civil e para a vida militar, que tem um objetivo principal das Forças Armadas: desenvolver tecnologia para servir à sociedade. E nós vemos a modernidade da tecnologia que aparece dos Estados Unidos, Japão, tudo, nasce normalmente na atividade militar; pela necessidade militar, ela imediatamente usada na vida civil porque ela traz conforto, traz mais tranquilidade e, sem dúvida nenhuma, mais produtividade e mais riqueza para o país. Eu, quando estava... Eu sou membro da Comissão de Relações Exteriores, e a outra vez que eu lá pertenci, eu criei, fui Presidente da Subcomissão de Recuperação da Indústria de Defesa. Eu não sei se fala indústria bélica ou defesa. Eu prefiro falar indústria de defesa porque o país não é um país de agressividade. Ele se forma para poder fazer a defesa. E até porque um dia conversei com o comandante militar da Amazônia, antes de V. Exa., e eu perguntei para ele se o Brasil tinha condições de rechaçar o ataque de um Exército forte na Amazônia. Ele disse que não. Teria, com toda capacidade de guerrilha da selva, de luta na selva, de rechaçar e dificultar a invasão. Porque, à época, faz mais de 10 anos, provavelmente, a infraestrutura militar da Amazônia era a coragem do homem. Mas a força de armamento, a força de trabalho era muito menor do que pode ter sido hoje, e V. Exa. lutou e teve que até brigar porque deu o grito do que falta para poder desenvolver uma logística, uma tecnologia de defesa realmente do território nacional para manter a soberania, principalmente do ataque, não só de forças inimigas, mas, pelo próprio crime que circunda aquela região com um terrorismo terrível. E hoje, até o próprio Governador do Amazonas diz que, na fronteira do Brasil com alguns países da região amazônica, já se detecta o plantio de cocaína, não mais o transporte, mas o plantio.

E houve algumas ocorrências lá, quando... Acho que o General Tinoco foi comandante da Amazônia?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: No episódio Traíra--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Era o episódio Traíra, que teve que ter uma ação do Exército... Porque garimpeiros, traficantes acabaram matando soldados brasileiros, que faziam o patrulhamento na região. Então, é uma coisa que a gente tem que pensar.

Quando o General Heleno assumiu, ele reagiu corretamente. Teve apoio do Senado nas colocações que fez. Não estou querendo criar problema para V. Exa. não. Mas, para o nosso coração, nós ficamos muito felizes. É superado, mas ficou a marca. Então, a recuperação da IMBEL, para mim, é uma coisa muito sagrada pelo que ela representou durante o período que ela produziu o armamento. Até para nós da polícia, conseguiram fazer vários armamentos, e ela está aberta ali, mas com dificuldade financeira de dar continuidade à sua atividade principal de produzir armamento sem uma técnica de modernidade porque não tem dinheiro para investir em pesquisa... O lançamento de foguetes, os tanques de guerra que se fazia na ENGESA e outros, que eu fui fazer uma palestra, quando estava Presidente da Subcomissão... Recuperação das Forças

Armadas, no Exército, fiquei encantado, porque tinha um Coronel que era chefe, eu não me lembro o nome, infelizmente, até uma falha minha, mas a vinculação forte dele com o setor industrial brasileiro, querendo recuperar, mas o custo-benefício... Teria comprador, teria capital suficiente para adquirir o material que eles pudessem desenvolver e produzir? Teria Força Armada Brasileira, capacidade de fazer a compra?

Quando teve aqui a discussão da remessa de lucros para o exterior, dividendos, uma parcela teria que ser repassada para a pesquisa, ciência e tecnologia. Eu briguei com... Briguei, não, discuti com um dos rapazes que fazia o convencimento da aprovação do projeto e perguntando se ia uma parte para as Forças Armadas, pela importância que ela representa na área de ciência, pesquisa e tecnologia: "Não, fica sossegado que vai dar". Eu duvido que isso tenha sido cumprido a contento, porque o maior investimento de pesquisa, eu verifico que são as três Forças vinculadas às universidades. O pessoal da Marinha trabalha com a Escola Politécnica de São Paulo. O Exército tem o IME, mas tem outras unidades; Campinas, se não me engano, também tem um desenvolvimento tecnológico de pesquisa e V. Exa. tem que coordenar tudo isso, mas precisa de dinheiro para realmente investir.

Eu vi o senhor... V. Exa., eu estava no carro, vindo para cá, quando falava no enriquecimento do urânio. E, lá em Aramar, eles conseguiram usar... O senhor fez aqui a... O desenvolvimento... Está até aqui, eu vi agora, estou meio perdido aqui porque eu quis ver tudo, mas não deu tempo. Como é que chama aquele produto que pesa muito menos que o aço e... Fibra de carbono.

Então, conseguiram desenvolver a fibra de carbono e, junto a uma indústria têxtil, eles fizeram o fio para tecer o tecido de carbono para determinadas aplicações. Como o enriquecimento de urânio tem que ficar no ar, pelo ar, ele fica trabalhando, tinha um que já estava mil e oitocentos e tantos dias sem parar. E a fibra de carbono tem uma utilidade muito grande. E quando importaram o primeiro enriquecedor de urânio, da Alemanha, ele não podia funcionar porque, até eu brinquei com o Almirante, que tinha relógio para burro. Se um relógio atrasasse, o peso não dava para fazer... E foi desenvolvida em Aramar uma tecnologia. Já tem o prédio. O próprio submarino, o laboratório que vai desenvolver o submarino é cópia idêntica do submarino. E é o laboratório que vai ser instalado lá. E lá, além de desenvolver a tecnologia, porque já tem urânio enriquecido, eles já conseguiram enriquecer urânio suficiente para alimentar o submarino que vai ser ainda comprado e construído.

E vão fazer produto medicinal, General, porque Canadá quebrou a máquina para fazer contraste de curta duração, 20 minutos, uma hora, meia hora, e eles já estão desenvolvendo uma tecnologia para fazer com o produto... O próprio produto que... Diz que, em poucos meses, terão à disposição dos hospitais brasileiros.

Então, vê como é importante investir maciçamente na pesquisa da Ciência e Tecnologia das Forças Armadas. Não diria só do Exército, das três Forças porque elas têm uma União, deve ter troca de informações permanentes, não é isso? Cada chefe tem que passar para o seu companheiro o desenvolvimento da tecnologia que imediatamente vai servir para... Para o civil. Eu sou muito contra esse negócio de sociedade civil, sociedade militar... Para mim, é brasileiro todo mundo. Não existe sociedade civil nem sociedade militar. Existe o cidadão brasileiro, que todos nós... Uma hora estamos com a farda, mas, quando chega em casa, provavelmente põe o pijama. Então, não tem jeito de ser milico dentro de casa. Que a gente sabe que a mulher manda mais que nós. Desculpe...

Mas é uma honra estar aqui com V. Exa., me sinto até emocionado porque eu sei, e V. Exa. fique sabendo a grande admiração que sinto por V. Exa. Que Deus o abençoe e o mantenha com esse entusiasmo permanente a serviço do país.

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Romeu Tuma. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Flexa, muitas das indagações que eu faria já foram feitas pelos Senadores, então, procurarei ser bastante breve. Mas não poderia deixar de registrar a minha satisfação, General Heleno, quando o senhor colocou de... Esse novo momento que nós estamos vivendo, em termos de Defesa Nacional, onde o tema está sendo provocado e, com certeza, será motivado para que esse debate seja feito também no Congresso Nacional, com as palavras que o senhor mesmo colocou, talvez pela contribuição do Ministro da Defesa, Jobim, que, oriundo dessa Casa, tenha colaborado para que isso viesse a ocorrer, como espero também que tenha feito no âmbito da própria Defesa Nacional, em todas as nossas Forças.

E dizer que isso é tão verdade que, coincidentemente, numa matéria hoje do colunista Anselmo Góes, ele faz exatamente referência a isso, no comportamento americano. Onde ele diz que o Governo americano lutou até o fim para evitar a escolha brasileira pelos caças franceses. E que isso o Presidente Obama pro-

meteu tentar, junto ao Congresso americano, mudar a Legislação no sentido de que a prática possa permitir a transferência de tecnologia dos seus aviões.

Então, é uma demonstração que já é uma prática em outros governos, do envolvimento, da participação e da responsabilidade do Congresso na Defesa Nacional, algo que me deixa bastante feliz com a colocação que o senhor aqui fez... Mas também me deixou preocupado, quando primeiro registrou que nós já chegamos a ter tecnologia, senão de ponta, mas como referência em determinados veículos do Exército Brasileiro, produzido por indústria nacional, e que hoje... Não vamos dizer que de forma prejudicial, mas algo que também está sendo desenvolvido com a iniciativa privada, que tem um piloto de 16 veículos, mas que precisa ter o testemunho ou, então, o compromisso do Governo, porque a sua produção só será viável caso, não poderia ser diferente, aonde é produzido é consumido.

Então, eu acho que isso é muito oportuno e eu perguntaria ao senhor, General, quanto custaria a viabilidade dessa indústria e qual é a real necessidade do Exército Brasileiro em ter esse equipamento e qual seria o planejamento financeiro para ele?

E, por fim, Presidente Flexa, eu só lamento de que nessa... Vamos dizer, nesse momento em que tudo quem vai resolver é o pré-sal, no Brasil, pelo menos é o que está tentando ser passado à nação brasileira, é que o Exército não vá tomar conta do pré-sal. Porque, se fosse, com certeza, teria recursos para resolver todos os seus problemas.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Cícero Lucena. E a questão do pré-sal, tão colocada... Da forma--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Flexa, se o senhor me permite, só um pequeno detalhe--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): À vontade, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não posso deixar de registrar o meu estarrecimento quando do anúncio da compra feita, pelo Brasil, dos equipamentos franceses, e a imprensa traz recentemente de que, por exemplo, a FAB ainda não tinha fechado a questão do parecer técnico. Isso é estarrecedor. Isso é muito preocupante... Que Governo é esse, que anuncia algo que não está definido? No princípio básico que é a condição técnica das Forças Armadas? Será que estão brincando com a Defesa Nacional? É algo muito preocupante, que todos nós devemos ter.

Na minha terra, lá na Paraíba, tem um ditado: "Colocaram o carro na frente dos bois", ao anunciar a compra do equipamento que ainda não foi aprovado tecnicamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., Senador Cícero Lucena, traz dois assuntos que fogem da pauta, mas são importantes. O primeiro, com relação à tecnologia de... E primeiro com relação ao pré-sal, sem sombra de dúvida, da forma midiática que está sendo tratado, ele depende substancialmente de Ciência e Tecnologia, Senador Augusto Heleno. Para que se possa explorar essa riqueza que presume-se que exista nessas regiões a 300 km da costa brasileira, mas que ainda hoje não há tecnologia dominada para que seja feita essa exploração.

Então, são... E é bom que a nação brasileira tenha conhecimento disso, o que nós estamos discutindo agora, e não há necessidade dessa urgência e emergência, para trazer resultados, se Deus quiser, positivos, mas daqui a 10, 15 anos, o início da exploração.

O segundo assunto que V. Exa. colocou, Senador Cícero Lucena, é lamentável. É lamentável o arroubo do Presidente Lula, no seu pronunciamento, se bem que... Estávamos comemorando o nosso 07 de setembro, Independência do Brasil, de ele ter se antecipado e ter dito algo que o Ministro da Defesa, Ministro Nelson Jobim, ontem, por uma nota oficial, disse que não era aquilo que o Presidente tinha dito. Quer dizer, ao anunciar de que os países que ainda disputam a venda dos caças podem fazer novas propostas, ou seja, não está definido. Talvez, o Presidente tenha, pessoalmente, uma tendência para atender o seu colega, Presidente Sarkozy. Isso não quer dizer que as Forças Armadas, em especial a Aeronáutica, já tenha definido tecnologicamente qual a melhor proposta para a nação brasileira. E, soberanamente, o Congresso Brasileiro e em especial o Senado Brasileiro vai se posicionar sobre isso.

Ainda ontem, tive oportunidade de assistir o Senador Eduardo Azeredo no programa da "Globo News", entre aspas, fazer referência a este assunto, como Presidente da Comissão de Defesa Nacional. E quero aqui saudá-lo, Senador Eduardo Azeredo, e justificar V. Exa. só ter chegado neste momento à reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, mas uma justificativa, para nós, muito auspiciosa. Porque, assim como o Senador Sérgio Zambiasi também faz aniversário no dia de hoje, V. Exa. nos dá o prazer de estar aqui conosco comemorando os seus... Oitenta e quantos anos, Senador? Cento e vinte anos? Segundo o Senador Camata, 31, mas que são 120 anos a serviço de Minas Gerais e do Brasil. V. Exa., como Senador que tão bem representa o Estado das Minas Gerais, com a sua competência, a sua determinação, e com a sua inteligência, preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Parabéns a V. Exa., que Deus o cubra de muita paz, saúde e bênçãos, a V. Exa. e sua família.

Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo, também aniversariante do dia de hoje.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente Flexa Ribeiro, eu quero primeiro agradecer, saudar o General Augusto Heleno, na verdade, eu já estava bem cedo aí, algumas entrevistas, alguns assuntos referentes à Lei Eleitoral, mas também sobre essa questão dos caças. Então, eu quero, inclusive, a propósito do assunto levantado aqui pelo Senador Cícero Lucena, que o Ministro Jobim, já falei com ele hoje cedo, o Senador Casagrande está pedindo a presença dele novamente e ele virá semana que vem aqui na Comissão, podemos até fazer uma reunião conjunta da Relações Exteriores com Ciência e Tecnologia, que vai ser na quarta-feira que ele vai poder estar aqui para exatamente fazer uma exposição sobre essa questão dos caças, que ele ligou hoje cedo, manifestando essa concordância.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Azeredo. Eu, lamentavelmente, não pude estar na reunião passada, da Comissão de Relações Exteriores, com a presença do Senador... Com o Ministro Nelson Jobim, Ministro de grande competência, e que está sempre disponível a vir aqui ao Senado Federal nos convites que a ele são feitos. E também não estarei, Senador Eduardo Azeredo, na próxima quarta-feira porque estarei representando o Senado Federal, com muita honra, na comemoração dos 80 anos da imigração japonesa para a Amazônia, no Município de Tomé-Açu no Estado do Pará.

Eu... Completando, General Augusto Heleno, a ordem de inscrição para ter as informações tão bem transmitidas por V. Exa., eu quero apenas, para que V. Exa. possa responder a todos os Senadores que fizeram questionamentos, aduzir aqui duas ou três perguntas bem objetivas.

A primeira: V. Exa. fez várias referências, e os Senadores aqui também, à questão do desenvolvimento de tecnologia de uso dual. Eu perguntaria a V. Exa. como é que está essa integração? Porque, falar em tecnologia de uso dual é o que todos nós queremos. Mas, se isso efetivamente, na prática, está acontecendo? Ou seja, se a sociedade, através da iniciativa privada, está tendo acesso a essa tecnologia e desenvolver produtos que possam vir a melhorar, inclusive, a qualidade de vida da sociedade brasileira.

Uma outra questão, V. Exa. fez uma referência a que os alunos do ITA, me parece que do ITA ou do IME, do IME, estão sendo aliciados para trabalharem no exterior. Eu tenho feito aqui referências várias a essa questão, que o Brasil, lamentavelmente, por falta de incentivo à Ciência e Tecnologia, à pesquisa, no Brasil, nós estamos exportando talento. Os nossos talentos estão indo para o exterior desenvolver essas pesquisas lá no exterior e depois o Brasil importa conhecimento, quando nós deveríamos incentivar os talentos brasileiros a desenvolverem as pesquisas e as inovações aqui e nós exportarmos conhecimento, como estamos agora investindo 30 bilhões de dólares, na realidade, porque não temos tecnologia para poder fabricar esses equipamentos aqui em território brasileiro.

Então, eu perguntaria se... Quais os incentivos para a manutenção desses pesquisadores, sejam civis ou militares, nos projetos desenvolvidos pelo seu departamento ou amplamente por toda a área de Ciência e Tecnologia, tendo visto, como V. Exa. já fez referência, do aliciamento desses pesquisadores, tanto pelo setor privado, tanto nacional quanto estrangeiro, para a exportação desses talentos.

Perguntaria também a V. Exa., é evidente que não temos como definir quais os recursos suficientes para que pudéssemos investir maciçamente e ter os resultados que todos nós esperamos na questão do desenvolvimento da tecnologia. V. Exa. colocou aqui um quadro em que o Exército Brasileiro tem algo em torno de 80 milhões, se não me falha a memória, para investirem em Ciência e Tecnologia.

Eu perguntaria, e V. Exa. já deu esse número como insuficiente, qual seria o valor, a juízo da sua Diretoria, minimamente necessário? Não que fosse o ideal, mas o minimamente necessário para que se pudesse avançar com maior velocidade no desenvolvimento desses projetos tão importantes que V. Exa. trouxe ao conhecimento aqui da nação brasileira e dos Senadores, através da rede de comunicação do Senado Federal.

E, finalmente, V. Exa. fez referência ao desenvolvimento de uma tecnologia que permite o conhecimento do relevo da Amazônia, não só em nível, como era anteriormente feito, da copa das árvores, mas que tecnologia desenvolvida, me parece, já pelo seu departamento, que pode chegar a definir o relevo da Amazônia... Há alguma relação de parceria entre a Diretoria de Ciência e Tecnologia do Exército com o Programa de SIVAM e do SIPAM da Amazônia, em nível dessas pesquisas ou dessas... Desses levantamentos feitos?

E, por último, se as diretorias de Ciência e Tecnologia das outras duas forças, da Marinha e do Exército, reúnem periodicamente com a do Exército, ou seja, há uma troca de informações entre a área de Ciência e Tecnologia das três Forças Armadas Brasileiras? Eram essas as questões que eu gostaria de fazer a V.

Exa. e passo a palavra para que possa responder às indagações que aqui lhe foram feitas.

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Bom, começar pelo Senador Roberto Cavalcanti. O senhor fez uma pergunta sobre o que a IMBEL produz. Eu não sei... Vou pedir auxílio aos universitários ali, pedir ao General Ribeiro Souto, que é velho veterano nessa área de Ciência e Tecnologia, para me auxiliar um pouquinho, nós temos inclusive algumas projeções que podem ser feitas ali, que podem também te ajudar. Nós temos o... A IMBEL, ela é um conjunto fabril. Nós temos fábricas espalhadas no Brasil, vamos colocar ali para facilitar a compreensão do papel da IMBEL dentro do sistema de Ciência e Tecnologia. Está aí.

SR. ALÉSSIO RIBEIRO SOUTO: Bom, eu gostaria de manifestar minha honra e o privilégio de me encontrar aqui nesse momento. A IMBEL, como todos sabemos, é um conjunto de fábricas, como se pode ver na projeção, em que tem, em Itajubá, a fábrica de Itajubá; em Piquete, a fábrica Presidente Vargas; em Juiz de Fora, a fábrica de Juiz de Fora; em Magé, a fábrica Estrela, e, no Caju, no Rio de Janeiro, a fábrica de material de comunicações e eletrônica.

Bom, a fábrica de Presidente Vargas ela produz explosivos, propelentes e, vamos sintetizar, em pólvoras do tipo base simples e base dupla voltada para munição de armas leves e armas pesadas. Ali, temos exemplos de insumos, que sintetizam essa produção. As pólvoras, dinamite, trinitrotolueno, emulsão explosiva, nitrocelulose e até ali já algo para o SBAT-70.

A fábrica Estrela, ela, de certa forma, complementa a fábrica de Piquete, a fábrica Presidente Vargas, e ela produz... Ela produz explosivos, como cordel detonantes, espoletas, estopim, petardos... E eu chamaria atenção de que essa fábrica foi criada por D. João VI, quando chegou no Brasil. Uma das primeiras preocupações dele foi criar, então, essa fábrica, que era onde hoje se encontra o atual Jardim Botânico. E depois ela foi mudada para Magé.

A próxima é a fábrica de Itajubá, que fundamentalmente produz armas leves, sobretudo pistolas, carabinas e fuzis. Eu destacaria que é uma produção voltada para o mercado americano, na área de pistolas, e os fuzis são fundamentalmente um objetivo atual de produzir um fuzil similar aos dois melhores do mundo, que são o Tavor israelense e o fuzil FN Herstal, da Bélgica. Claro que nós não iremos produzir exatamente iguais aos melhores do mundo, mas, com certeza, em 2010, teremos um produto brasileiro com todas as funcionalidades dos melhores do mundo. Não será certamente o melhor, mas será o melhor porque será nosso, feito com nossos esforços.

A próxima fábrica, a de Juiz de Fora, ela, usando insumos das fábricas Estrela e da fábrica Presidente Vargas, ela produz as munições de calibre maior, para canhões, para morteiros, e ali estão as munições 90 milímetros, morteiro 120, SBAT-70; não está citada aí uma munição importantíssima para a chamada arma leve anticarro, que é um salto tecnológico importantíssimo. Ela tem também e não está citado aí a munição 120 mm, com chamada pré-raiada, com propulsão adicional, que atualmente no mundo somente a França produz. É um produto, sendo o morteiro uma arma antiga, mas nós conseguimos atingir uma munição que poucos exércitos do mundo têm nessas condições.

Bom, eu tenho a impressão que só está faltando agora a fábrica de material... De comunicações e eletrônica, no Caju, no Rio de Janeiro, que trata naturalmente de produtos como rádios militares, rádios definidos por *software*, talvez a grande meta, um produto que sirva para as três Forças Armadas, que pode ter todas as funcionalidades alteradas simplesmente por alteração de programa computacional. É, então, um salto tecnológico que nos coloca em igualdade de condições com muitos países desenvolvidos.

E, naturalmente, computadores robustecidos, como está ali mostrado no Sistema Genesis, que é do controle de tiro de artilharia e tem um computador robustecido, fabricado na fábrica. Esse rádio Mallet já é uma realidade, já está se encomendando 40 rádios para, num lote piloto inicial, depois de ter as primeiras versões falando perfeitamente.

Eu acho, General Heleno, que não devo me estender mais, acho que dá uma visão bastante aproximada do que a IMBEL produz.

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Bom, com relação à pergunta sobre a ENGESA, eu não tenho, assim, dados absolutamente seguros. Eu vivi o problema, eu era oficial de gabinete do General Leônidas, quando a ENGESA incursionou nessa produção do Osório. Então, a ENGESA sabidamente tinha tido um êxito muito grande com Urutu e Cascavel; exportou para o mundo inteiro, principalmente América Latina, Iraque e Irã... Eu tive oportunidade de, lá no Haiti, conviver com contingente que usava o nosso Urutu.

E aí a ENGESA resolveu partir para uma coisa ambiciosa, construir um carro de combate sobre lagarta, que é uma tecnologia mais elaborada capaz de ser colocado também no mercado mundial. E o nosso conhecimento, na época, era muito grande. E nós conseguimos fazer do Osório o melhor carro de combate do mundo, isso comprovadamente. Nós participamos de teste na Arábia Saudita, onde o Osório suplantou inclusive esse que é o atual Main Battle Tank, do americano, que é o XM1 Abrams. Nos testes, o Osório superou todos os

carros. Teve israelense, inglês, o americano, francês, acho que tinha também, e o Osório superou em todos os testes. Aí entrou o fator político, e o Osório não foi comprado. Não vou entrar em grandes detalhes, mas o Osório não tinha comprado.

A ENGESA, que tinha jogado todas as fichas no Osório, tinha tido um gasto enorme, não só para produzir, mas para fazer um marketing do Osório, ela teve um baque enorme. E, a partir daí, ela entrou num regime falimentar. Então, essa é mais ou menos a história da ENGESA. Claro que, se tivesse alguém da ENGESA aqui, teria mais detalhes, mas, em resumo, é isso aí que aconteceu.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: É, houve uma encomenda, a primeira encomenda acabou não sendo confirmada, nós chegamos inclusive a comemorar essa encomenda, o Exército Brasileiro chegou a comemorar, que havia uma... Não sei se eu posso chamar de cláusula de compensação, mas havia uma promessa, um documento que dizia que, para cada... Cada 'X' carros vendidos, o Exército Brasileiro ganharia um. Então, nós já tínhamos comemorado porque isso já estava quase certo. E aí, de repente, andou tudo para trás. Isso é negócio. E negócios de armas envolvem um componente político muito grande e, dali em diante, a coisa andou para trás.

Bom, a outra pergunta é com relação à participação do sistema de Ciência e Tecnologia do Exército nos órgãos de fomento. Nós temos necessidade de ter parceria com vários órgãos de fomento. Nós mantemos um estreito contato com o Ministério de Ciência e Tecnologia, com o FINEP e com o Banco... O BNDES. Mas, logicamente, se nós não tivermos uma contrapartida, esse relacionamento fica um pouco mais difícil. E tem outros atores no cenário, que também correm atrás de recurso. Todo mundo fica com o pires na mão e acaba dividindo um pouquinho para cada um.

Com relação à formação de pessoal, nós temos... Já tive oportunidade de citar o nosso Instituto Militar de Engenharia, que é um orgulho do Brasil, é um orgulho para nós possuirmos um instituto nessa. Com essa grandiosidade, do ponto de vista de cérebros, nós temos... Foi a primeira escola de engenharia criada nas Américas; a terceira do mundo, e é uma escola pioneira, em vários dos ramos da nossa engenharia. Pioneira, inclusive, no ensino de pós-graduação.

Nós temos... O IME, ela forma engenheiros civis para o meio civil e forma engenheiros que, por opção, é um problema de opção, quando eles ingressam no Instituto Militar de Engenharia, escolhem se querem ser militares ou civis. E a partir daí, orienta sua vida profissional. Nós temos, em termos de graduações no IME, a quantidade que nós graduamos nos últimos anos: Em 2005, 53; em 2006, 79; 2007, 58; 2008, 47. Isso só na área... Engenheiros que optaram pelo caminho militar. Só militares. Civis, eu acho que dobra isso aí.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: São 36 civis. No ano de hoje, temos isso: 56 militares e 36 civis, sendo formados em... Com graduação no IME, temos ainda, na área de pós-graduação, nós formamos, em mestrado, 23, e doutorado, 11, em 2008. São cursos extremamente exigentes, daí o número ser pequeno, mas de muita expressão, do ponto de vista de capacitação. Então, isso aí é o que nós temos em relação à nossa participação na formação de mestres e doutores em Engenharia. Ribeiro Souto, você tem doutorado em...

SR. ALÉSSIO RIBEIRO SOUTO: Não, senhor. Meu nível... Eu tenho mestrado na área de engenharia de sistemas e informática.

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Sistema. Você tem doutorado? Mestrado também, não é? Então, nós temos... É o que eu estou dizendo, nós temos um material humano de altíssima qualidade. Às vezes, não conseguimos empregar esse material convenientemente.

Pergunta sobre Internet e GPS, o que aconteceria. E se é possível censurar a Internet... Essa é uma área difícil de eu entrar. Pelo que a gente sente, eu acho que é muito difícil. Já houve comentário, Senador, que, só para correr atrás de blog, já ia enlouquecer todo mundo. Eu acho extremamente difícil. Mas não posso dar opinião sobre esse assunto, está fora da minha pauta.

Com relação ao bloqueio de Internet e GPS, é uma preocupação enorme nossa. Nós procuramos não nos vincular decisivamente a esses meios de comunicação. Nós temos, no Exército, outros meios de comunicação fora... Utilizamos hoje largamente a Internet, somos vulneráveis, não pomos dizer que não somos vulneráveis, mas não somos totalmente dependentes.

Em relação ao GPS, eu posso dizer a nossa experiência no curso de operações na selva. No curso de operação na selva, nós usamos o GPS como um recurso tecnológico moderno, altamente válido. Mas, todas as operações têm o acompanhamento de carta e bússola. Nós continuamos a ter um homem-carta e um homem-bússola e, volta e meia, nós simulamos a destruição do GPS, para que a patrulha continue se valendo de meios não tão tecnológicos, mas que estão na nossa mão. Menos sofisticados, mas que estão na nossa mão. Nós fazemos questão de conduzir

as coisas dentro desse princípio de que esses meios podem, de uma hora para outra, faltar.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): É verdade que, quando eles entram em guerra, eles mudam seis, sete metros de um lado para outro, as conferências de GPS, para não dar precisão no tiro do adversário?

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Pode acontecer. Nós sabemos que o GPS é um instrumento altamente vulnerável, que nós não dominamos a origem. Então, pode de uma hora para outra, ficar sem GPS. Por isso que eu comentei: Quanto maior o grau de tecnologia, maior a vulnerabilidade na guerra cibernética. O Talibã está pouco ligando: Não tem GPS, não tem internet, não tem nada. Pode fazer o que quiser porque eles estão pouco ligando. Então, é um problema de quem tem tecnologia, brigando contra o tacape. Chega uma hora que se iguala. A guerra do Iraque foi típica. Enquanto houve uma ascendência de poder militar, poder tecnológico viável, pelas condições do terreno, a tropa americana entrou e chegou em Bagdá muito mais rápido até do que se esperava. Quando entrou no terreno da guerra urbana, aonde a situação de combate passou a igualar os contendores, quer dizer, a tecnologia deixou de ter a relevância que tinha no outro tipo de terreno, as coisas se igualaram. Aí, a situação passou a ser muito menos confortável para a tropa americana e vem sofrendo baixas quase diárias porque a tecnologia não é suficiente para impedir o tipo de ação que é realizada.

Inclusive, quando foi falado sobre o problema de invasão da Amazônia por forças... Senador Romeu Tuma falou sobre invasão da Amazônia por forças mais poderosas do que a que nós dispomos, nós treinamos exaustivamente a guerra da resistência, baseada nos conceitos aprendidos no Vietnã, no Iraque, no Afeganistão, e hoje nós temos o melhor combatente de selva de mundo e é capaz de criar sérios problemas para uma força nitidamente superior. Não vão levar boa vida. Mas é o tal negócio, há um desequilíbrio de forças. Mas, quando entra na selva, a conversa é outra.

Não vou entrar em considerações sobre a precipitação no gasto com material militar, está fora da minha pauta também. A única coisa que quero testemunhar é em relação aos helicópteros. Falaram aí em compra de helicópteros, considerando excessiva a compra de 50 helicópteros. No caso dos helicópteros, que eu tenho a experiência de ter na minha mão, lá na Amazônia, no meu quarto batalhão de aviação do Exército, eu tinha 12 helicópteros. Sem dúvida, é a unidade aérea que tem sob sua responsabilidade a maior área do mundo porque é uma unidade aérea com 12 helicópteros, tendo que atuar na Amazônia inteira. E o nosso emprego, o emprego das nossas Forças Armadas, na realidade nacional, e principalmente na Amazônia, ela foge a essa atividade militar. Os meus helicópteros lá eram muito mais usados em atividades não militares do que atividades militares.

Então, eu usava meus helicópteros para resgatar uma criança indígena mordida numa comunidade na Cabeça do Cachorro, que às vezes tinha que fazer dois dias de viagem para chegar lá para poder resgatar, porque não tinha pista de aviação capaz de levar um avião para resgatar, tinha que ir de helicóptero. Quando houve a seca na Amazônia, quem resolveu o problema foram os helicópteros. Quando há enchente, quem resolve é o helicóptero. Nós mandamos um helicóptero para a Bolívia, um Black Rock, que é helicóptero americano, cuja capacidade de manual dele são 18 militares equipados. Nós, numa situação em que o comandante da aeronave, e era, por coincidência, uma feliz coincidência, era o comandante do batalhão de aviação que estava pilotando esse Black Rock, uma área enchendo, 53 bolivianos em cima de um lá cocuruto, com o risco se ele fizesse uma viagem anos com os 18, quando voltasse para buscar o restante, não estivesse mais lá. Ele pegou os 53, meteu dentro do Black Rock. E voou. Então, isto não se tem na prateleira. Esse tipo de conduta, essa confiança, com um helicóptero, ele resgatou 53 bolivianos... Então, o resgate dos reféns lá na Colômbia, se eu não tiver um piloto capaz de receber o envelope com as coordenadas do ponto onde ele vai buscar o refém, e eu ter certeza absoluta que o meu piloto é capaz de fazer isso, eu não tenho condições de fabricar isso em curto prazo. Não se faz Defesa de uma hora para outra, não se cria esse tipo de indivíduos, e aí entra naquela área que o Senador Cristovam Buarque comentou, eu preciso alguém que esteja familiarizado com essa tecnologia para poder empregá-la. Senão, não adianta eu comprar. De repente, eu resolvo comprar helicóptero. Mas de onde é que eu vou tirar os pilotos? A Venezuela está vivendo esse problema com o Sukhoi. Compra o Sukhoi. E aí? Um avião sofisticado, tecnologicamente. Eu preciso gente. E eu levo tempo para fazer gente, que é o material mais precioso que as Forças Armadas têm nas mãos, e isso leva tempo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): E teve uma vez que vocês resgataram até o Presidente da Bolívia, que ele estava cercado numa situação constrangedora.

[risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas eu queria lembrar que todas as operações de sucesso da Polícia Federal nós devemos aos helicópteros que

percorrem, de uma região a outra, para se chegar a tempo e desenvolver--

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: É, helicóptero é projeção de poder. Outra coisa que meus helicópteros eram empregados frequentemente, apoio ao IBAMA. Então, sem helicóptero, não tem condição. O tempo de deslocamento na Amazônia e a dificuldade... Não tem estrada. O Estado do Amazonas só tem uma estrada. É a BR-174, que sai de Manaus, passa em Boa Vista, vai em direção a Goiânia. Não tem mais estrada. Então, o helicóptero e a embarcação são os meios de deslocamento. E a embarcação é muito lenta. Então, o helicóptero é projeção de poder--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ou é pelo rio ou é pelo ar.

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: É. E 12 helicópteros em relação ao que eu preciso de me projetar na Amazônia, e não é a projeção do poder pelo poder, para fazer uma ação militar, é projeção do poder do Estado se fazer presente nas situações de crise. E isso só consegue com helicóptero na Amazônia. E um país de dimensões continentais como o Brasil, o helicóptero é fundamental.

Então, eu... Eu argumento nesse aspecto em relação a esse número de helicópteros que foi comprado, e vão ser divididos pelas três Forças. E é um instrumento fundamental na mão dos comandantes para essa presença do Estado.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, General.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O senhor falou dos helicópteros, submarinos... Agora, não falou dos aviões. Eu gostaria de saber--

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Eu não falei de submarino também não. Eu estou fora dessa área. [risos]

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas a sua opinião sobre a propriedade desses aviões, se eles são... Sua opinião sobre essa compra desses aviões.

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: O Brigadeiro Saito terá o maior prazer de vir aqui na Comissão falar sobre o assunto. Eu não quero entrar nessa área. Não tenho conhecimento para isso e tenho juízo. Não vou entrar nessa área.

[risos]

Senador Cristovam Buarque, com relação ao nível educacional do recruta. Eu vou fazer algumas confissões aqui. Primeiro, o que nós temos que considerar é que nós temos referências regionais marcantes. Eu não posso comparar... Eu não posso querer que o meu recruta, recrutado nas comunidades indígenas do alto Rio Negro, que são índios; eu tenho o batalhão de São Gabriel da Cachoeira, 85 a 90% é indígena, de 23 etnias diferentes, que nós sabemos as dificuldades, em termos de educação formal nessa área, eu não posso querer que esse recruta tenha o mesmo nível, a mesma escolaridade do recruta do sudeste, do Rio de Janeiro, São Paulo.

E o senhor vai se surpreender quando pegar... Hoje o Exército... Falaram em serviço militar obrigatório. Realmente o serviço militar é obrigatório. Mas, eu posso garantir que 98% dos recrutas hoje são voluntários... Voluntários. Então, apesar do serviço militar ser obrigatório, nós temos o cuidado hoje, e não temos por que não fazer isso, de ter convivendo conosco, no dia a dia 98% de voluntários. Mas, o senhor vai se surpreender, pegando o certificado de reservista desses meninos, que eles têm, a maioria deles, certificado de alistamento, eles têm segunda série do segundo grau. Agora mudou de nome. Toda hora muda. Na minha época, era científico, virou segundo grau, agora é ensino médio... Mas eles têm, quase completo, o seu ensino médio. Nós evitamos recrutar quem está na faixa de vestibular e universitário. Por que é que nós evitamos? Porque é um desvio na vida do indivíduo, que muitas vezes não é compensador para o país. Não compensa nós puxarmos para o serviço militar jovens que já estão direcionados, e que para um país como o nosso, que há uma carência de gente formada com ensino superior, não seria justo que nós puxássemos esse pessoal. Teríamos o direito até de fazê-lo, mas não é lógico isso.

O que eu constatei, ao longo de minhas vivências como comandante? Eu tive o privilégio de ter, a minha vida inteira, tido missão de comandar, que acho que é para isso que fui formado, e é isso que eu gosto de fazer. E, como comandante, eu sempre procurei conversar muito com meus soldados. Então, eu ia naquelas inspeções e entrava no pelotão, "sentido, não sei o quê, apresenta o General etc.", aí começava a perguntar as coisas para o soldado. Perguntava: "Fulano, você de onde é? Como é o nome do patrono do Exército?" "Luís Alves de Lima e Silva. Duque de Caxias". A resposta vinha na ponta da língua. Que o Tenente tinha falado aquilo para ele 200 vezes e ele sabia. Se ele fosse de uma unidade de infantaria, "qual é o nome do patrono da infantaria?" "Brigadeiro Antônio Sampaio". "Onde é que nasceu o Sampaio?" "No Ceará". Ele sabia, tudo bem. Aí eu fazia o seguinte. Dizia: "Vem cá, e quem foi que descobriu o Brasil?" Isso não está no nosso Manoel de instrução. Isso aí o Tenente não falou para ele. Aí, de vez em quando, tinha dúvida... O cara falava... "Cristovão Colombo". "Você acha que é o Cristovão

Colombo?" Eu não dizia que não. "Você acha que é o Cristovão Colombo? Você fica em pé. Quem acha que não foi o Cristovão Colombo? Quem é que acha que foi o Cabral? E vem cá, não foi o D. Pedro I? Quem acha que foi o D. Pedro primeiro?"

Aí tinha um primeiro impacto de ver que há conhecimentos que a gente pensa que estão absolutamente consolidados, que não estão. A coisa aumenta de... A surpresa aumenta quando o senhor tenta colocar alguma cronologia nas coisas. O senhor pergunta: "Está bom, você acha que foi Cabral que descobriu o Brasil. Concordo com você. E você acha que foi D. Pedro? D. Pedro fez o quê? D. Pedro I fez o quê?" Aí, um mais esperto, falava: "Proclamou a Independência". Aí: "A proclamação da Independência foi antes ou depois do descobrimento do Brasil?" Aí era uma confusão generalizada. Então, isso aí é que às vezes assusta um pouco. O nível de escolaridade, muitas vezes, não representa, na realidade, a compreensão do mundo em que nós vivemos.

Eu fui comandante da escola preparatória de cadetes e vivi, fiz uma baita de uma reforma de ensino lá, "educação pela computação", não sei o quê... Hoje eu sei quanto sou ignorante em termos de educação, porque eu já estudei muito, então, quanto mais a gente estuda o assunto, mais a gente vai se tornando... Vai percebendo que a gente é ignorante. Então, hoje eu sei quanto eu sou ignorante em matéria de educação, e acho que é uma das coisas mais complicadas que existem, é buscar um modelo e padrões de educação num país do tamanho do Brasil.

E, na verdade, fica difícil buscar, no recruta, um padrão... E o que o senhor falou é verdade: Equipamentos. Um carro de combate, por exemplo. Carro de combate, a gente pode falar, mal comparando, que é um caça que anda no chão. Porque ele dispõe hoje de equipamentos eletrônicos, um conjunto de equipamentos que a gente chama de optrônicos, que são, talvez, não tão sofisticados quanto de um caça, mas que são altamente sofisticados. Um equipamento de estabilização do canhão automático. Hoje o atirador do canhão não fica lá mexendo a manivela. O canhão se estabiliza automaticamente. Ele atira em movimento. Ele tem, dentro, computadores que permitem conduzir o seu armamento. Não fica... O camarada não fica mais com a cara de fora mexendo com seus armamentos. Então, há um grau de sofisticação muito grande. O senhor não pode colocar um soldado de nível fundamental ali. Porque ele vai quebrar o equipamento porque não tem condições para mexer naquilo ali.

Em compensação, nós temos uma outra vantagem. Nós estamos tendo uma geração aí que tem uma familiaridade enorme com o que hoje são os instrumentos de controle dos equipamentos militares. Hoje é tudo *joystick*, não sei o quê... A garotada tem uma intimidade com isso aí danada. Eu brinco sempre que a minha geração tem medo de banco 24 horas. O cara vai no banco 24 horas... [risos] não quer ninguém atrás não é com medo de ver a senha não. É com medo de pagar mico. Então, está ali se cuidando. Enquanto, meu neto pega um *joystick* lá, meu genro traz um joguinho para ele dos Estados Unidos, instala sem ler nada, não lê um troço, se for ler esses manuais, só um relógio, o manual é desse tamanho. Meu neto recebe aquele joguinho que meu genro traz dos Estados Unidos, enfia lá no troço e dois minutos depois, está matando gente, está morrendo, está não sei o quê, está jogando tênis...

Então, essa intimidade com esse tipo de material, que parece que essa geração, geneticamente, já traz uma coisa embutida, apesar de ser um absurdo, mas o que parece para gente... Os caras já estão nascendo com um troço aí, um chip que permite que eles tenham um convívio harmônico com o que para nós é um problema. Isso facilita também esse recrutamento. Porque hoje até os recrutas que vem de meios menos favorecidos, eles têm intimidades, às vezes, frequentam essas Lan House, e a gente se surpreende com o conhecimento. Por exemplo, outro dia pedi a um menino para pegar na minha mesa e quis explicar para ele, dizer para ele: "Olha, você pega um trocinho que está lá na minha mesa, branquinho, que é uma coisa da Vivo lá... É um troço escrito Vivo, não sei o quê". Aí ele virou para mim e falou assim: "O senhor quer um *pendrive*? "É, o *pendrive* [risos]. E eu tava achando... Estava careca de saber o que era *pendrive*.

Então, tem esse outro lado da coisa. Mas, sem dúvida, essa sofisticação de equipamentos, ela tem que ser acompanhada por uma educação, e aí não cabe a nós fazer esse tipo de educação, é preciso que o recruta tenha o conhecimento para poder sentar nesse tipo de equipamento. Vai exigir isso aí, sem dúvida.

Com relação a sentimento patriótico, o senhor falou também sobre sentimento patriótico. Eu vou voltar a falar das comunidades indígenas. Uma das coisas que mais emociona os Parlamentares, quando fazem conosco as viagens lá aos pelotões de fronteira, é primeiro constatar *in loco* que o nosso soldado da Amazônia ele é, na maior parte, indígena. Não precisa nenhum esforço. Está ali. Ali é uma foto do batalhão de São Gabriel da Cachoeira. Isso aí não é chinês fabricado em série, não. Isso é índio. Então, não tem nenhuma dúvida que o batalhão de São Gabriel da Cachoeira é de indígenas. E o que emociona é ver esses meninos cantando o hino nacional sem nenhuma dúvida de letra, nem de... Eles cantam hino nacional e com uma emoção muito

grande estampada. Não resta dúvida que eles estão fazendo aquilo ali com a alma. Não é só da boca para fora. Isso é um trabalho. Isso eles não nascem assim. Eles não têm consciência patriótica, de berço. Isso é trabalho. Isso é colocação de valores na cabeça deles, quando eles vão servir, são voluntários para servir, é um *status* para ele na comunidade indígena ter servido, e ele é inoculado com esse... Com esse antídoto em relação às culturas que estão em volta dele. Ele tem que saber que ele é brasileiro, que ele é responsável pela defesa do território nacional.

E a maior prova que isso não é no nascedouro é que, quando houve alguma denúncias aqui do Senador Mozarildo Cavalcanti, de invasão do espaço aéreo brasileiro em Roraima, por aviões venezuelanos, eu tinha acabado de chegar na Amazônia. E o Brigadeiro Xavier era o comandante do comando aéreo regional lá, 7º COMAR, e o Brigadeiro Xavier... Eu tinha acabado de chegar, não tinha nem desmontado meus caixotes e o Xavier me ligou, nós somos amigos de muito tempo: "Pô, você quer ir lá em Caramambatai e Xitei junto comigo?". Eu, inadvertidamente, falei: "Vou. Vamos embora, vamos lá". Embarquei num tal de Caravan... O senhor conhece o Caravan? É um aviãozinho para sete lugares, nove lugares. Quando nós sobrevoamos a pista lá de Caramambatai e de Xitei, as duas pistas são muito parecidas, uma pista de terra, e a sensação que eu tive... Os pilotos da FAB, eles sempre, quando não conhecem a pista, fazem uma passagem baixa ali, dão um rasante para dar uma olhada como está a coisa e aí avisa: "Ó, tarraxa o cinto que eu vou pousar".

Quando ele fez a passagem baixa, a sensação que eu tive é que se eu esticasse a mão para fora do avião, agarrava uma árvore. Eu falei: "A pista de barro, vou parar dentro do mato". Mas ele era muito bom. O piloto pousando ali... Parou. Descemos... Aí já tinha uma equipe da Aeronáutica lá, porque tinha ido fazer uma investigação sobre essa possível invasão do espaço aéreo, aí mandamos chamar o Tuxaua. O cacique. Aí veio o Tuxaua. Cumprimentei: "Tudo bem?" Aí eu vi que ele ficou sem saber o que responder... Aí eu senti que ele não falava português, aí eu falei... Aí ele falou: "*I speak english*". Ele só falava inglês. Ele tinha acabado de chegar da Guiana com a tribo dele ali, a etnia dele. E ele só falava inglês. Acreditar que esse homem tem consciência patriótica para defender o território nacional... Só quem nunca foi na Amazônia. Então, é óbvio que esse homem não tem consciência patriótica e nem tem noção do que seja defesa do território nacional e da soberania do Brasil. Então, o papo com ele foi em inglês. Eu, Xavier e ele conversamos em inglês dentro do território nacional, que ele tinha acabado de chegar da Guiana; é uma etnia que tem representantes dos dois lados da fronteira...

Então, essas coisas são particularidades de um país continental como o Brasil, que a gente só conhece indo lá ver. E, na verdade, não houve invasão do espaço aéreo; houve um aproveitamento do terreno muito natural, porque eram duas... Dois destacamentos venezuelanos, tinha uma ponta de Brasil aqui, os dois destacamentos aqui. É lógico que o cara não ia gastar gasolina para dar essa volta toda numa área de selva... Ele passava aqui no... Ele passava aqui... Bem aqui nessa pontinha, para não dar essa volta toda, ele passava aqui e usava o território brasileiro, mas, sem nenhuma intenção de invasão de espaço aéreo, conversamos lá, acertamos, fizemos um acordo e passamos a considerar isso aí como sendo viável e para que eles economizassem combustível e tempo. É isso aí. Vamos lá.

Eu já comentei sobre a relação educação e defesa. Eu acho que é uma postura de V. Exa. extremamente válida. Eu acho que não há como se falar em desenvolvimento sem falar em defesa. E não há como falar em desenvolvimento sem falar em educação. Então, se não houver uma estreita relação entre educação e defesa, vai haver uma dicotomia aí, que ninguém vai conseguir, mais tarde, equilibrar. Nós temos que caminhar juntos. Eu acho que, quando a gente quer aumentar a nossa capacidade de defesa, nós temos que falar em melhorar também a nossa educação.

Eu uso muito essa... Volta uma aí. Eu uso muito isso aí nas palestras que eu ainda me vejo... Não obrigado, mas eu tenho prazer de falar sobre a Amazônia, e eu sempre uso isso aí como a grande arma para preservar a Amazônia, é a educação. Eu sempre falo que a presença do Estado na Amazônia, ela é fundamental para fiscalizar, para normatizar, para reprimir, mas sempre coloco em letra maiúscula, para educar. Não há condições de se preservar a Amazônia se nós não educarmos o amazônida, o indígena, o ribeirinho... O homem da Amazônia, ele tem que ter consciência de que ele é o grande defensor da selva, da preservação da floresta. E, se nós não dermos a esse homem condições de sobrevivência no nível que ele acha razoável, para que ele não precise se valer nem do ilícito, nem da devastação da floresta, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Nós temos que ser capazes de proporcionar ao amazônida as condições de vida que ele tem direito, usufruindo da floresta de maneira sustentável, senão, ele vai se meter no ilícito. Ele vai fazer o que é condenado pela lei. Isso aí faz parte da ambição do ser humano. E acho que a educação, nesse caso, é primordial. Vamos lá.

E uma coisa que eu queria comentar, que isso é quase que um ponto de honra para as Forças Armadas, mas eu vou falar do Exército, que é o meu chão. Nós temos uma... Não só o orgulho de termos um sistema militar de ensino primoroso, e eu não estou fazendo ufanismo, não, porque está toda hora o resultado dos colégios militares no exame do ENEM, e está agora o resultado do IME, e quem conhece a Academia Militar das Agulhas Negras sabe o orgulho que os brasileiros têm que ter uma universidade daquele padrão, nós temos a preocupação permanente de preservar a qualquer custo o sistema militar de ensino. Ainda que nossos recursos sejam ínfimos, eles vão ser com prioridade absoluta destinados ao sistema militar de ensino. Nós temos plena consciência que o nosso maior tesouro é o indivíduo, é o ser humano, é a figura do sargento, do oficial, do cabo, do soldado. São eles que fazem a instituição. Então, nós temos preocupação total com o sistema militar de ensino.

Senador Romeu Tuma falou uma coisa aqui que eu tenho também tocado em todas as minhas palestras, que sempre sai alguém que fala em negócio de sociedade civil. Eu considero sociedade civil... Agora está na moda tudo ser politicamente correto. Até o João Ubaldo falou que está com dificuldade de escrever porque tem que procurar tudo no ser politicamente correto. Então, hoje ele leva mais três dias para escrever uma crônica que ele escrevia em 20 minutos, para procurar o que está politicamente correto. E eu considero esse termo "sociedade civil" uma das coisas mais politicamente incorretas que existe. Quando eu ouço falar em sociedade civil, eu me sinto como esse negócio do "Caminho das Índias" aí, um... Como é o Bahuan, o dáliti... "Pô, eu sou um pária. Eu sou um dáliti". Que história é essa de sociedade civil? Quer dizer que tem uma sociedade civil e uma sociedade militar? Isso não existe. Existe uma sociedade brasileira. Os assuntos têm que ser tratados pela sociedade brasileira. Eu estou incluído pela sociedade brasileira. Eu ando fardado porque é minha profissão, como o carteiro anda com roupa de carteiro. Eu sou um profissional militar e ando fardado. Mas essa história de sociedade civil é terrível. Não tem sociedade civil. Tem sociedade brasileira. Nós estamos dentro da sociedade brasileira. Isso é ranço. Nós estamos dentro da sociedade brasileira. Nós pagamos imposto, pago IPTU, caio no buraco... Tudo igualzinho aos outros. Então, é sociedade brasileira. Essas coisas são... A hora para falar é aqui, e eu estou aproveitando.

Ele falou também sobre plantio de cocaína na Amazônia. Nós não temos notícia de plantação de cocaína na Amazônia. A única plantação de cocaína que foi identificada na Amazônia foi agora em 2008, eu recebi um pedido da Polícia Civil do Amazonas, tinha identificado, próximo a Tabatinga, uma plantação de cocaína. Eu disponibilizei minhas forças especiais, montei uma operação, destruímos a plantação de cocaína, destruímos o laboratório e, felizmente, nós não temos notícia de plantação de cocaína. E se isso acontecer, nós temos que tomar providências. Claro, se houvesse plantações de cocaína em grande escala... Ninguém está conseguindo destruir. A Colômbia não consegue diminuir nem a área de plantio. Mas nós, por sorte, não é que não tenha gente interessada em plantar cocaína na Amazônia, mas acho que o solo, pelo menos a notícia que se tem, é que não é dos mais favoráveis. E como notícia, como coisa concreta, esse plantio de cocaína que existiu junto a Tabatinga foi destruído juntamente com o laboratório que existia ao lado.

Senador Cícero Lucena perguntou sobre... Não. Não, o senhor perguntou sobre qual a necessidade de recursos, não é? Do... Do Exército, em termos de--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Dos veículos para justificar a indústria... Exatamente.

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Blindados. A nossa nova família de blindados. O levantamento que se tem é que nós precisávamos de um aporte de cerca de 500 milhões por ano, ao longo de 10 anos. Porque é uma família. Nós... Além do veículo tipicamente militar, nós teríamos veículos-ambulância, veículos de comando... Vários... Veículo de comando e controle... Então, várias viaturas sobre uma mesma plataforma, mas com utilidades diferentes.

Para que a gente tivesse cerca de três mil unidades no Exército Brasileiro, que é o que se precisaria para equipar as nossas unidades blindadas e mecanizadas, precisaria um aporte anual de cerca de 500 milhões de reais, para, inclusive, consolidar essa encomenda do Governo. Claro, é ambicioso isso. Não resta dúvida de que é ambicioso. Mas é um poder de dissuasão muito grande, em termos de força terrenos, a força blindada. Tanto é que há uma preocupação, por exemplo, das Forças Armadas chilenas em manter seus blindados atualizados. Eles têm ali umas áreas um pouco mais complicadas, e eles têm procurado manter o seu poder dissuasão apoiado em cima de viatura blindada.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): General, se me permite o Presidente, o senhor fez referência, nas suas colocações, no sentido de que os blindados, esses veículos, seriam caças terrestres. E também na sua explanação, mostrou o centro de testes onde esses veículos estão sendo... Então, o senhor nos tranquilizaria de que, com certeza, as Forças Armadas brasileiras, da forma como o senhor colocou que o Exército procede, nós podemos ter a tranquilidade de que a Aeronáutica, através da FAB, e a Marinha, terão

o mesmo procedimento na contratação de eventuais equipamentos a serem importados, a exemplo dos caças franceses que, sem dúvida, podemos ter a tranquilidade que a FAB vai se postar com o compromisso republicano de não participar de projetos apenas de interesse político, mas, sim, de Defesa Nacional.

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Não, eu não tenho dúvida. Nós temos... Exatamente pela dificuldade de recursos, ao longo do tempo, nós fomos aprendendo a valorizar ao máximo aquilo que nós conseguimos. E eu não tenho dúvida que... Lógico, há um componente político. É impossível alijar totalmente o componente político. Mas, não há dúvida que o compromisso com a soberania e a Defesa Nacional são muito maiores do que seriam esses compromisso políticos. Isso eu posso garantir ao senhor que é por problema de formação nossa. Nós não... Não seríamos mordidos por essa mosca azul, não. Acredito.

Senador Flexa Ribeiro perguntou sobre... Alunos do IME e do ITA, que eu comentei que são aliciados para... O aliciamento é um termo até forte. Eles são convidados a se transplantar para o exterior e para empresas, dentro do território nacional, muitos dos nossos, que escolheram a carreira militar, acabam sendo atraídos pela iniciativa privada, porque falta... E aí o importante é que, na grande maioria deles, não é a motivação salarial. Eu estive visitando o IME há pouco tempo, e abri o Plenário lá para discussão, que é minha maneira de ser: "Quero o Plenário livre, Tenente fala, Capitão fala, o que tiver para falar, fala". E uma capitã levantou e falou: "General, eu queria dizer ao senhor o seguinte: Eu vou aqui expressar uma frustração de alguns companheiros meus. Não é o meu caso. Eu fui formada aqui no IME, sou engenheira..." Acho que era engenharia química, "e fui para o arsenal de guerra do Rio de Janeiro trabalhar no projeto do morteiro 120. Eu me realizei. E voltei aqui para o IME e estou trabalhando numa área, estou dando aula e estou realizada. Mas eu tenho alguns companheiros que se frustraram totalmente porque conheciam profundamente, fizeram uma universidade de altíssimo nível, com alto grau de dificuldade, saíram daqui e foram trabalhar em funções burocráticas". Não é porque a gente queira, é porque falta recurso para ter projetos capazes de absorver esses engenheiros.

E, no momento que um jovem... E a maioria... Acho que... Quase totalidade de um jovem que joga todas as suas fichas para fazer um vestibular para o ITA, para o IME, para uma PUC, para uma UNICAMP, USP, o sentido monetário na cabeça dele funciona pouco. Pode ser que mais tarde tenha isso até num maior grau, porque aí entra a família, construção de patrimônio... Mas, nessa idade em que ele entra na universidade, ele quer se realizar profissionalmente. Se eu não der chance, ele vai procurar aonde ele possa colocar tudo aquilo que ele aprendeu em prática. E a gente se recente disso. Tanto o IME, e eu posso assegurar que o ITA deve ter também esse problema, ainda que a indústria Aeronáutica esteja numa situação até melhor do que a nossa área de indústria bélica, mas tenho certeza que alguns são atraídos por voos mais altos do que a gente pode proporcionar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas há algum incentivo por parte da sua Diretoria?

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Nós estamos, inclusive, procurando terminar aquela história da Legislação da propriedade intelectual. Fala alguma coisa sobre isso daí. Nós estamos... É do [ininteligível]? Você fica aí no banco. Fica igual o Adriano, pronto para entrar quando...

SR. BARROSO MAGNO: Srs. Senadores, bom–dia. Sr. General Heleno, obrigado pela oportunidade. Eu entrei no Instituto Militar de Engenharia em 1987. Nós passamos por um período realmente de falta de recursos, suportamos as dificuldades e hoje estamos vivendo um momento realmente de pujança na área de Ciência e Tecnologia. E, como o próprio General Heleno disse, nós fizemos uma pesquisa de opinião, os engenheiros do Exército responderam que os motivos de insatisfações estavam ligados a não aplicação do conhecimento e nós, então, estamos tratando o engenheiro militar com uma carreira que seja motivadora. Um ponto crítico da carreira desse engenheiro é o início da carreira. Se um engenheiro sai e vai trabalhar na burocracia, ele perde a motivação, ele tem... Sai do sistema de grandes tecnologias e procura um local onde ele possa se realizar.

Então, hoje a nossa preocupação grande é estar com recém-formado. Todos eles estão sendo classificados em locais que possam aplicar o conhecimento e que possam ter um chefe, um líder, um orientador que faça a iniciação da carreira do militar, e ainda, ele tem oportunidade de realização de curso.

Como o General disse, o Exército Brasileiro tem a tradição de ensino e os oficiais que quiserem crescer na carreira, crescer profissionalmente, terão a oportunidade de aplicar os conhecimentos e terão oportunidade de realizar os cursos. Então, nós estamos hoje voltando aqui ao início... Tratando um engenheiro, principalmente no início da carreira, onde ele possa aplicar o conhecimento e onde ele possa crescer no seu desenvolvimento pessoal. Então, a valorização, ela busca atingir esses objetivos, principalmente.

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Um exemplo típico, nós vamos ter os jogos mundiais

militares, realizados no Brasil, em 2011. Os jogos mundiais militares têm pouca divulgação, mas como evento, ele é um evento grandioso. Ele envolve cerca de sete mil participantes, 160 e poucos países; tem esportes inclusive que não são... Além de todos os esportes olímpicos, tem esportes que não são esportes olímpicos. É o caso de orientação, pentatlo militar... Então, em termos de execução, eles são, às vezes, mais complicados do que os jogos olímpicos. E me ofereceram para ser o dono do comando e controle. Eu aceitei imediatamente. Podia ser pega uma empresa privada. Eu falei: "Quero, claro que eu quero". Porque primeiro é uma maneira de eu me aperfeiçoar. Eu não, meus engenheiros me aperfeiçoaram. É uma maneira de aplicar conhecimento e também uma ponte para que eu seja responsável pelo comando e controle dos jogos olímpicos. Se perguntar, eu quero também. Porque senão a Marinha e a Aeronáutica vão abocanhar. Deixa com a gente, que a gente topa. "Queremos sim. Vai ser desgastante, é complicado, mas eu quero sim. É lógico que eu quero".

Pois não, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senador, seria possível eu fazer uma pergunta ainda? Aproveitar o General Augusto Heleno...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pergunto, Senador Gilberto, se o General gostaria de concluir as suas respostas, e aí V. Exa. fará a pergunta.

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: A última pergunta, eu acho que foi do senhor mesmo, Senador... De V. Exa. mesmo, porque foi com relação aos recursos que nós necessitaríamos para Ciência e Tecnologia... Não, do Senador Flexa Ribeiro, sobre os recursos suficientes para a área de Ciência e Tecnologia.

Se eu falar aqui, eu vou chutar. Eu não quero chutar. Eu posso fazer um documento fundamentado e enviar a V. Exa., que o senhor vai ter um documento muito mais confiável e muito mais fundamentado do que eu chutar aqui. Chutar aqui são números que eu não tenho na minha cabeça. Eu prefiro deixar para...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O questionamento, General, é porque nós temos, na Comissão, emendas de Comissão, que podemos direcionar recursos para essa área, e é importante que se tenha um número de aproximação, pelo menos, que seria necessário--

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Não, claro, pelo amor de Deus, não desista da resposta dessa pergunta. Eu vou lhe mandar [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou aguardar.

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Eu só quero lhe mandar alguma coisa fundamentada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A minha pergunta se relaciona à participação do Exército no controle e preservação das unidades de conservação, os territórios indígenas, os parques... Porque nós vemos que hoje a principal situação dos ilícitos que ocorrem dentro dessas unidades, tanto federativas, do Governo Federal, quanto estadual, diz respeito à falta de um comando e uma... Uma administração, uma gestão dessas unidades de conservação e dos próprios territórios indígenas. Isso faz com que permeie a queimada, a grilagem, o... O uso da madeira, a retirada da madeira, enfim, o país não tem uma política de gestão compatível com o tamanho do território que são essas unidades de conservação e território de indígena. Isso representa praticamente um terço já do território nacional, essas áreas que eu estou me referindo.

Eu gostaria de saber qual é a possibilidade do Exército ter uma participação mais efetiva na gestão? Porque hoje, como está... Dando essa administração para o IBAMA, realmente, ela não está conseguindo ser operacional. E nós precisamos, eu acho, adotar medidas extras, porque várias dessas unidades estão em áreas de fronteira, onde o Exército já participa. Mas, teria que ter um efetivo muito maior, que eu vejo, para ter uma... Uma tranquilidade maior em todos esses pressupostos que eu apontei aí, dos ilícitos, que são feitos por... Tanto pela população, que já está entrando nessas áreas, se valendo do uso da mesma, e sem um comando, sem um controle efetivo.

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Senador, isso daí daria para a gente fazer outra Audiência Pública só para tratar disso. Mas eu vou tentar ser o mais sintético possível sobre esse assunto. Quando o senhor fala em unidade de conservação, comunidade indígena, reserva indígena, no fundo, o que a gente está tratando é de ilícitos. O senhor tem que caracterizar dois tipos de ilícito: O ilícito transfronteiriço e o que está fora da fronteira.

No ilícito transfronteiriço, nós temos uma autorização legal, pela Lei Complementar 117, nós temos um poder de polícia, que já foi até contestado por alguns juristas, que acham que isso não é totalmente amparado por lei, mas está escrito e nós temos nos valido disso para atuar na faixa de fronteira, aqueles 150 km a partir da fronteira, na repressão dos ilícitos transfronteiriços, que estão crescendo em progressão geométrica. Isso eu posso lhe garantir, estão crescen-

do em progressão geométrica. E nós temos um seriíssimo problema aí.

Eu tenho dito exaustivamente, tenho falado exaustivamente, e isso é consciência nacional, eu sei que todos os Parlamentares que estiveram na Amazônia, todos os Magistrados, todos os Ministros, que tiveram oportunidade de visitar a Amazônia com pouco mais de detalhes, constataram a ausência do Estado, com exceção das Forças Armadas, na Amazônia.

A repressão ao ilícito transfronteiriço por parte do Exército, que é quem está lá com o pé no chão, ela tem sérias restrições. Primeiro que o nosso efetivo, como o senhor falou, é muito pequeno. Nós temos pelotões de fronteira, nós temos hoje 28 organizações militares na fronteira, das quais 24 são pelotões de fronteira. São 60 militares, com seus familiares, numa clareira da selva, distante no mínimo 200 km de uma outra clareira da selva, onde está outro grupo de 60 militares que nós chamamos de pelotão.

Então, entre essas duas organizações militares, tem 200 km de selva. São 200 km, que têm que ser... Buriti, bota aquele troço da fronteira da... 200 km que são extremamente difíceis, em termos de permeabilidade. Esse comandante de pelotão, ele não dispõe de meios aéreos; ele dispõe de uma voadeira, com um motorzinho de rabeta, para andar nos rios que permitem que ele faça o patrulhamento da área; patrulhamento precário. Se ele dispusesse de meios aéreos, era outro tipo de vigilância.

Além disso, esse Tenente é formado na Academia Militar das Agulhas Negras. Ele é formado para guerra. Ainda que seja chocante isso, ele é formado para a guerra. Ele não sabe nada de polícia. Eu tenho 43 anos de serviço, eu nunca vi cocaína. Eu nunca vi cocaína. Se botar pra mim aqui cocaína, polvilho antisséptico Granado e farinha de trigo, eu não sei dizer a diferença. Está valendo um Toyota 0 km. Eu não acerto. Eu nunca vi cocaína na minha mão. Imagina o Tenente. Se o Tenente souber de cocaína, está errado. Tem que botar ele na rua, porque não é pra saber de cocaína. Ele passou quatro anos da academia militar, como é que ele pode saber de cocaína? Ele não sabe nada de madeira. Para mim, mogno, peroba, jacarandá, é tudo a mesma coisa. Para mim, isso aqui é de madeira. Mas, se perguntar qual é essa madeira eu, não sei. Qual é a madeira ilegal, qual é a madeira...

É o que eu tenho batalhado. Se nós não colocarmos, junto às nossas unidades de fronteira, gente dos órgãos especializados... E tenho certeza que os órgãos especializados comungam desse apelo. Eu já vi o Diretor da Polícia Federal pedir inúmeras vezes mais efetivo para colocar na Amazônia. O IBAMA a mesma coisa. Se não dispuser, na patrulha, de gente do IBAMA, gente da Polícia Federal, de gente do INCRA, dos órgãos que são responsáveis, no art. 144 da Constituição, pela Segurança Pública, nós não podemos ter êxito. Nós não podemos ter êxito. Achou aí? Está na palestra da Amazônia do... Está aí.

Eu quero mostrar... A gente fala assim: Cada arma que aparece no Morro do Alemão, algum jornalista, que não conhece a Amazônia, que mal sobrevoou a Amazônia fala assim: "Mas o Exército Brasileiro não controla as fronteiras da Amazônia". Aí, dá vontade de pegar... É porque eu não tenho meios para isso, mas dá vontade de pegar... "Vem cá, vamos lá no helicóptero e vamos ver como é a fronteira da Amazônia. Vamos lá olhar". Porque a fronteira do México com os Estados Unidos são 3.100 km... 3.100 km. A nossa, só na Amazônia, são 11.500 km. Quatro vezes maior. A fronteira do México com os Estados Unidos é deserto. Eu tenho as fotos aí, é porque o Buriti não está achando. Eu tenho as fotos.

Aí, são 11.500 km de faixa de fronteira. Pode tocar. A fronteira México/Estados Unidos são 3.100 km. Com esse aspecto. Supostamente, é uma fronteira fácil de ser vigiada. Como o americano não estava conseguindo vigiar, com todos os meios que ele dispõe, o Bush resolveu fazer um muro. Aí, fez um muro. Iluminado, dá até para jogar futebol aí... E não adiantou. Passou todo mundo para lá, mexicano, Governador Valadares, todo mundo para lá, voltou para cá... Aí, não satisfeitos, eles agora resolveram completar o muro inteiro. E não conseguem controlar a fronteira efetivamente.

A nossa... Pode tocar. Se jogar aquela fronteira e projetar na nossa, só pega aquele pedacinho. Sobra todo o resto. Se fizer o mesmo muro, só faz naquele pedacinho ali. O resto fica sem muro. E o aspecto da nossa fronteira é esse aí. Essa é a nossa fronteira. É esse barquinho aí, com motorzinho de popa. Por isso que a gente fala em reequipamento das Forças Armadas. Porque o meu Tenente, ele tem que patrulhar com esse barquinho aí. O traficante, ele tem uma lancha com motor de 350. Ele passa e faz marola, dentro da lancha. Ele enche a... Enche a... A voadeira do Tenente d'água. E dá adeus para o Tenente. Passa o traficante com a...

Então, é essa disparidade... É que as cobranças não são de acordo com os recursos. Nós estamos hoje utilizando... A minha Diretoria de serviço geográfico é que está fazendo aquele projeto de remapeamento da Amazônia, nós estamos também demarcando as 19 unidades de conservação na BR-319. Nós estamos sendo encarregados de fazer isso. Porque não tem empresa privada que faça isso. Nós estamos nos encarregando.

Esse é outro aspecto da fronteira, o Monte Roraima. Pouca gente sabe que é um platô. Todo mundo pensa que é um pico. É um platô. Controlar passagem nesse troço é muito complicado. Vamos lá.

Essa é uma fronteira que é mais fácil, supostamente, Tabatinga com Letícia. Tem um posto da Receita Federal, não sei o quê. Todo mundo que vai visitar Tabatinga, eu levo na fronteira e dou ordem para o meu pessoal: "Fecha três minutos a fronteira". Tem 150 motos dos dois lados, 150 de um lado, 150 de outro. Se eu fechar a fronteira meia hora, é um caos generalizado. Então, isso aí são problemas que quem está sentado no Bar Brasília acha que resolve. Não resolve. Vai lá, que vai resolver. Vai sentar ali no Armazém do Ferreira e resolver. Lá não vai resolver. É mole resolver no Armazém do Ferreira...

Madeira. Apreensão de madeira. Está lá a Polícia Federal, IBAMA, junto com a gente. Aí dá certo. Aí, a gente tem condições de fazer muita coisa. Gestora, sozinho é complicado. Quer ver outro aspecto? A gente... Eu cito sempre isso aí. Tem uma denúncia de uma embarcação transportando cocaína. A gente recebe a denúncia, como a gente tem atribuição de polícia na faixa de fronteira, vamos lá, e fazer uma vistoria na embarcação. Aí, o Tenente pára a embarcação entra, revista a embarcação, aparentemente não tem nada. Aí, tem uma parede de lambri. Aí, fala: "Abre o lambri". Se tiver cocaína, tudo bem. Ele aprende a embarcação, dá um flagrante no cara, faz auto, não sei o quê. E se não tiver? Quem paga o lambri? Não tem, na 8.666, nada que ele possa pagar o lambri. Vai pagar do bolso dele. Como é que vai pagar o lambri? Então, são coisas que, na prática, não funcionam. É isso aí.

Então, esse é o problema. Nós temos uma carência de presença do Estado na Amazônia. O próprio Presidente da... O próprio Ministro Minc comentou recentemente, quando cobraram dele essa fiscalização numa unidade de conservação, ele falou: "Tenho uma unidade de conservação do tamanho do Estado de Sergipe, que tem dois agentes do IBAMA controlando". Ainda complementou assim: "Isso é uma covardia". E é mesmo. Dois camaradas para tomar conta de uma unidade de conservação do tamanho do Estado de Sergipe... O Superintendente do IBAMA de Alta Floresta, quando começaram aquela operação Arco de fogo, citou um caso: "Ó, eu mandei a minha equipe com a única viatura que eu tenho aqui, mandei ir fiscalizar uma madeireira, não sei o quê. Aí, no meio do caminho, a viatura enguiçou, o meu pessoal voltou de carona no caminhão da madeira ilegal". Aí, é danado. Complica, não é? Vamos lá. É isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): General Heleno, eu pediria só a V. Exa., com relação a... Eu lhe perguntei sobre se há uma interface entre a área de tecnologia das três Forças. Se elas reúnem patrioticamente, trocam informações...

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Temos sim. Nós temos a Secretaria de Logística e Mobilização do Ministério da Defesa, ela exerce esse papel de coordenação. Nós temos um relacionamento muito próximo. Agora, é o tal negócio. Somos três primos pobres [risos]. Então... Então, a gente se visita, não sei o quê... Mas, na hora de fazer o banquete, a gente, às vezes, não dá para convidar o outro. Porque...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Isso aí eu não vou tocar nesse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): General Heleno, eu quero agradecer a V. Exa. V. Exa. brindou a nós todos, membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, com... não só evidentemente com as informações sobre a sua competente direção na Diretoria de Ciência e Tecnologia do Exército, com os seus companheiros, mas a sua vinda hoje aqui, ela foi ampliada para que nós pudéssemos ter as informações do conhecimento que V. Exa. detém sobre a Amazônia.

V. Exa. não quis comentar alguns assuntos, como os que foram questionados pelo Senador Cícero, pelo Senador Gilberto Goellner, e usou uma expressão que V. Exa. tem juízo. Mas eu diria que V. Exa. é, sem sombra de dúvida, um expoente das Forças Armadas Brasileiras, e nós, como amazônidas, temos em V. Exa. um dos brasileiros de maior visibilidade com relação à questão da nossa região.

E, mesmo não estando mais na região sob... Com o comando, mas V. Exa. sempre reconhecido e chamado a opinar sobre essas questões, como foi aqui colocado dessa. Desse convite sobre Ciência e Tecnologia, que entrou Amazônia. Hoje, estamos tendo uma sessão conjunta no Congresso para comemorar o Dia da Amazônia. E estamos aqui fazendo esta homenagem, trazendo V. Exa. até aqui, no dia da Amazônia, para conversarmos sobre esse território brasileiro que, lamentavelmente, ainda não tivemos vontade política de integrá-lo ao restante da nação.

Nós todos sabemos da importância que a Amazônia tem para o Brasil. E, à medida que houver essa integração, nós temos capacidade de aumentar e incrementar a velocidade de desenvolvimento porque as nossas riquezas, elas são eu diria até, elas são incomensuráveis. Dificuldades, elas existem, são reais, mas é preciso que haja evidentemente essa intenção de incluir a Amazônia na política e nos programas governamentais do nosso país.

Eu quero agradecer a V. Exa. e retorno o microfone para que V. Exa. possa fazer as suas considerações finais. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, só para complementar, além de fazer minhas as palavras de V. Exa., é que esse reconhecimento e o agradecimento seja extensivo também a toda a sua equipe.

SR. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA: Obrigado, Senador. Eu apenas quero agradecer essa oportunidade, para mim, foi uma grande honra estar aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, foi a oportunidade que eu tive de dividir as preocupações com V. Exas. Agradeço às perguntas sensacionais que foram feitas, que me permitiram estender um pouco mais sobre o assunto, e estejam certos de que eu não sou diferente dos demais generais. Eu apenas tive a oportunidade de falar sobre alguma coisa que era da minha alçada. Eu era o comandante militar da Amazônia. Sou apaixonado pela Amazônia; onde eu posso, eu a defendo ardentemente e hoje estou me apaixonando pelo sistema de Ciência e Tecnologia porque eu sei que a única maneira de nós enfrentarmos os problemas continentais do Brasil é com Ciência e Tecnologia, colocando gente, gente, gente... Gente significa um problema logístico muito sério. Então, aumentar efetivo, na Amazônia, como a gente às vezes escuta falar, alguns defendem isso com veemência, é preciso ter muito cuidado. Gente é problema logístico. Para colocar um soldado na Amazônia, é preciso alimentá-lo, municiá-lo, vesti-lo, uniformizá-lo, dar condições de saúde, condições de lazer... Isso tudo é muito caro. Então, talvez, a Ciência e Tecnologia nos proporcione meios de economizar gente e ser mais eficiente na nossa tarefa.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço ao General Heleno e à sua equipe, que também parabenizo, e nós vamos encerrar essa primeira parte da nossa reunião de hoje, vamos suspendê-la por um minuto para despedirmos do General Augusto Heleno, e retomaremos com a segunda parte, em que temos uma pauta de Projetos e de Requerimento a serem aprovados.

[Sessão suspensa às 12h15].

[Sessão reaberta às 12h17].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos retomar a nossa reunião, 32ª reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, com a segunda parte da nossa pauta, com os projetos a serem discutidos e votados.

O Item 01, que é o Projeto de Lei do Senado 483/08, terminativo, que trata... Projeto do Senador Renato Casagrande, que altera a lei nº. 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para instituir o serviço de televisão comunitária. Relatoria do Senador Lobão Filho, que justificou a impossibilidade de hoje estar presente, então, face à ausência do Relator e também do autor, vamos retirá-lo de pauta, para que possa retornar na próxima reunião.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu proporia a V. Exa. que atendêssemos exclusivamente hoje os requerimentos porque, pelo adiantado da hora e pelo número restrito de Senadores, como a pauta é muito grande de Projetos de Lei, iniciaríamos pelo Item 03, que é de minha autoria; o Item 04 é de vossa autoria, e porque hoje essa pauta aqui seria carregada pelo adiantado da hora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não há dúvida, Senador Gilberto Goellner. Nós não temos *quorum* para votarmos os projetos terminativos. Então... Que exige *quorum* qualificado com votação nominal. Vamos fazer só a discussão e votação dos não terminativos, que incluem os requerimentos. Temos o Item 02 da pauta, que--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Terminativo na CAE. E já foi retirado de pauta na Sessão anterior, que é do Relator, Senador Cícero Lucena, de um projeto do Senador Valdir Raupp, que torna obrigatória a adoção de formato único para os teclados dos terminais de autoatendimento da rede bancária. O Senador Cícero Lucena já fez a leitura do parecer; ele não foi votado porque houve um pedido de vista coletiva, na Sessão do dia 19 de agosto; não foram apresentadas manifestações por escrito e, como ele não é terminativo aqui, ele é terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Valdir Raupp esteve aqui ainda há pouco, que era para que pudesse fazer inclusive, o contraponto com o Senador Cícero Lucena, porque o parecer é pela rejeição.

Mas, como nós vamos ainda ter a oportunidade de discuti-lo na CAE, o Senador Valdir Raupp vai poder, então, fazer esse contraponto justificando a sua proposta na Comissão de Assuntos Econômicos. Então, eu... Como já foi lido, como disse o parecer pelo Senador Cícero Lucena, vou colocar em discussão o Item 02. Projeto de Lei do Senado nº. 211/2009, terminativo na CAE: Torna obrigatória a adoção de formato único para os teclados dos terminais de autoatendimento da rede bancária. Em discussão o parecer do Senador Cícero

Lucena, que é pela rejeição do projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores que concordam com a rejeição... O parecer do Senador Cícero Lucena pela rejeição, permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 03. Aditamento nº. 01 ao Requerimento nº. 17/09 – CCT, não terminativo. Autoria do Senador Gilberto Goellner. Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº. 17/09 desta Comissão, que seja incluído como convidado na Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e com a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, com o objetivo de instruir o PLS 73/07, um representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Com a palavra, o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, trata de regulamentação de um projeto que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no meio ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves.

O objetivo desse aditamento é ouvir também as considerações do IBAMA, nessas três comissões, juntamente com a CCT, seriam quatro comissões, onde tramitará esse projeto da Senadora Kátia Abreu. Por isso eu coloquei esse aditamento para convidar especificamente também o IBAMA.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. já tem a definição do representante do IBAMA a ser convidado?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, não tenho, mas podemos colocar... Ou o Presidente. Encaminhado ao Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se V. Exa. concordar, o Presidente do IBAMA.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Isso, ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu espero que ele venha, porque ele normalmente deixa de atender os convites do Senado Federal para estar presente aqui nas audiências.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Vamos convidá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então, nós temos que começar a convocá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, lamentavelmente. Eu quero, então, colocar... Essa Audiência Pública, Senador Gilberto Goellner, está prevista, em princípio, para o dia 22 de setembro, uma terça-feira, a reunião conjunta das... Da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Ciência e Tecnologia, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para instruir o PLS 73/2007, da Senadora Kátia Abreu, que trata da clonagem. É isso?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É pesquisa, produção, importação e liberação no ambiente e comercialização de todas as espécies de mamíferos, exceto humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Clonagem nas espécies, exceto humano. Então, coloco em discussão o aditamento do... O Requerimento do Senador Gilberto Goellner, convidando o Presidente do IBAMA, e a Secretaria tomará... Fará a comunicação. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que concordam com o Requerimento do Senador Gilberto Goellner permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 04. Requerimento de 2009 da CCT, não terminativo. Requer a realização em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, de painel de debates preparatórios para a Conferência Nacional de Comunicações. Esse Requerimento é de minha autoria, e todos nós sabemos, já tomamos conhecimento, e inclusive estamos participando de reuniões preparatórias a essa Conferência Nacional de Comunicações; ainda hoje, às 14 horas, teremos uma reunião em que serão... Serão debatidos os temas a serem pautados nessa primeira Conferência Nacional de Comunicação, a CONFECOM do Ministério das Comunicações, no oitavo andar, que essa conferência será realizada de 1º a 03 de dezembro deste ano.

Então, esse Requerimento propõe que se faça uma reunião em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação da Câmara dos Deputados, com a Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicações do Senado Federal, para que possamos fazer painéis de debates preparatórios para a Conferência Nacional de Comunicações. Então, isso é muito importante para que o Congresso Nacional, através das duas Casas e das duas Comissões, se prepare para os debates que ocorrerão com relação à Conferência Nacional de Comunicações, os itens ainda serão aqui... Os painéis ainda serão discutidos e debatidos, inclusive na Sessão de hoje. O Regimento já está pronto, foi aprovado na última reunião; eu pediria à secretaria que distribuísse uma cópia do Requerimento... Do

Regimento aprovado a todos os Senadores para que tomasse conhecimento do Regimento e já pudessem começar a estudar os assuntos e também se preparando para o debate.

Então, esse Requerimento que faço para que possamos fazer esses painéis de debate é importante para que estejamos preparados para a CONFECOM, de 01 a 03 de dezembro próximo. Em discussão. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu parabenizo V. Exa. e diria que essa reunião é importantíssima. Foi dito aqui pelos representantes do Ministério das Comunicações, da importância desse evento. Então, acho que nós deveríamos inclusive ter a estratégia de discutir isso com mais calma nessa Comissão, para que possamos subsidiar a V. Exa. na participação deste evento. Parabenizo pelo Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós... Quero agradecer, Senador Roberto Cavalcanti, mas a participação é do Senado Brasileiro. Então, nós todos temos que estar preparados para que possamos debater, nesta conferência, que é da maior importância para a área de comunicação nacional.

Não havendo mais quem queira discutir o Requerimento, coloco em votação. Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Só gostaria de fazer uma constatação construtiva, não entendam como crítica, mas sim como uma observação construtiva, é que nós estamos aqui há quatro horas. Essa Reunião foi instalada às oito e meia da manhã, estamos às 12h28, então, quatro horas de Reunião, e nós não conseguimos votar os temas que eram terminativos, exatamente por falta de *quorum*, em função da coincidência da Audiência Pública, depois sequenciada pela reunião normal da Comissão.

Eu sugeriria que, nas próximas reuniões, nas quais houvesse uma pauta como a que está presente, uma pauta tão boa, de tantos projetos que deveriam ter sido aprovados por nós, nós possamos fazê-la separada das audiências públicas. Essa conjunção de Audiência Pública com a reunião de pauta normal não foi um exemplo, neste dia, feliz, razão pela qual nós saímos daqui sem termos a oportunidade de votarmos os itens terminativos. Era essa a sugestão construtiva que eu dou a V. Exa. e à Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem razão. Nós, ao construirmos a pauta, fizemos em duas etapas. Uma primeira etapa com a Audiência Pública, com o General Augusto Heleno, que ele faria uma exposição da sua... Do trabalho que desenvolve na Diretoria de Ciência e Tecnologia. A exposição do General Heleno foi tão interessante e tão construtiva, que ela ultrapassou o tempo previsto, e com a presença... Quero aqui agradecer, de mais de... Quase 10 Senadores, questionando o General Heleno, e aí nós perdemos o *quorum* para os terminativos na segunda parte. Mas, V. Exa. tem razão. Vamos fazer as audiências em dias separados das pautas de aprovação de projetos, porque pode voltar a ocorrer o que eu pensei que poderíamos ter feito hoje. Fazíamos uma primeira parte com audiência e uma segunda parte para os projetos terminativos. E não foi possível, por falta de... Como os terminativos precisam de votação nominal, e os outros Srs. Senadores têm compromisso em outras comissões e não conseguimos fazer a conclusão da pauta. Mas, V. Exa. terá a sua sugestão atendida pela Presidência, e eu retorno, na próxima pauta, na próxima Sessão, com os projetos que estavam hoje na... Incluídos em pauta.

Não havendo... Não havendo mais nenhum assunto em pauta, dou por encerrada a 32ª Sessão... Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2009.

Às nove horas e vinte minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Antonio Carlos Junior, Efraim Morais, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Flávio Torres, Flávio Arns, Gilberto Goellner e Marco Maciel, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Gerson Camata, Demóstenes Torres, José Agripino e Papaléo Paes. Justifica a ausência o Senhor Senador Flexa Ribeiro. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da

Presidência, Senador Lobão Filho, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para instituir o serviço de televisão comunitária." O relator designado é o Senador Lobão Filho e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. É aprovado o Requerimento nº. 38, de 2009-CCT (extra-pauta, item 01), de autoria do Senador Lobão Filho, para realização de audiência pública. A matéria ficará sobrestada na Comissão até a realização da audiência. **Item 02**: **Requerimento nº 36, de 2009 –** CCT, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Renato Casagrande, que requerem "..., nos termos do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), dia 12 de novembro de 2009, com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), Serviços de Infraestrutura (CI), Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) destinada a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com os seguintes convidados: Vincent Defourny – Representante da UNESCO no Brasil; Marco Antonio Raupp – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Jacob Palis Júnior – Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e Representante de renome da comunidade acadêmico-científica." O requerimento é aprovado. **Item 03: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 27, de 2009 –** CCT, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Wellington Salgado de Oliveira e Flávio Torres, que "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o Aditamento do Requerimento nº. 27, de 2009-CCT, do Senador Renato Casagrande, para que seja convidado o Professor João Bosco Leopoldino Fonseca, OAB/MG 10.907, membro da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência e da Regulação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais." O aditamento ao requerimento é aprovado. **Item 04: Requerimento nº 37, de 2009 –** CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que requer "..., nos termos regimentais, realização de audiência pública no âmbito desta Comissão com o tema: "Sanções administrativas em empresas de telecomunicações". O objetivo é debater a efetividade da aplicação do Decreto 6.523, de 2008, que regulamenta o Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC, no setor de telecomunicações; as ações civis públicas como tutela dos direitos dos consumidores e seu impacto na ordem econômica; e também a apresentação de um balanço atual sobre a fiscalização do setor de telecomunicações e o papel dos órgãos reguladores. Para tanto convidamos: Ana Luiza Valadares Ribeiro – Procuradora-Geral da Anatel; Marcelo Barros Cunha – Diretor da Secretaria de Fiscalização de Desestatização (SEFID) do TCU; Mariana Tavares de Araújo – Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Aurélio Virgílio Veiga Rios – Subprocurador-Geral da República, integrante e coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; Fábio Medina Osório – Advogado, Presidente do Instituto Internacional de Estudos de Direito do Estado – IIEDE." O requerimento é aprovado. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 225, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Portal Rádio FM Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 243, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vera Cruz FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 245, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Guaíra para executar serviço de radiodifussão comunitária na cidade de Guaíra, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 257, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária FM Céu Aberto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa da Serra, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 417, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à

Associação Comunitária Nova Era – ACONER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carvalhópolis, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 426, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guanhães, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 227, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária de Caldas Novas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 235, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Astral Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapadão do Céu, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 597, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural do Deserto – CE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapipoca, Vila Deserto, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 230, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Comunidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tramandaí, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 259, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mampituba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 261, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Atlântico Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Gaivota, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 589, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Educativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 590, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Santa Cruz FM Rádio e Jornal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita do Passa Quatro, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 648, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Anel do Brejo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Camalaú, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 667, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Anel do Brejo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Baraúna, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 598, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Nordeste de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 160, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Rádio Comunitária do CPA IV e Região Independente FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na

cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso." O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 290, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Vera Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso." O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 322, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Várzea-Grandense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso." O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 434, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis**. Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 528, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Leste Sul Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 537, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 649, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rural de Barrento para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajazeirinha, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 665, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Pequenos Produtores dos Sítios Pau D'arco, Guaribas e Agostinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçagi, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Nesse momento o Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Lobão Filho, passa a Presidência ao Senhor Senador Roberto Cavalcanti, Presidente Eventual, para relatar o **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 52, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Núcleo de Defesa e Apoio Comunitário de Simões – NUCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simões, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão, reassume a Presidência. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 409, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Anjos da Paz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cujubim, Estado de Rondônia." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº. 446, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Editora Diário da Amazônia S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº. 147, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária e Cultural Buqueirão – FM 107.1 Mhz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cícero Dantas, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº. 199, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Alagoinhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoinhas, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº. 201, de**

2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária e Educativa de Gavião para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gavião, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº. 438, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à INPACTO – Instituto de Promoção Artístico-Cultural de Teófilo Otoni para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº. 539, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Schappo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº. 403, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Transvalle FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº. 447, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Organização Fraterna para Promoção Humana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiaia, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº. 420, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio FM Anhanduí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº. 473, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária FM Cidade de Campos Lindos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Lindos, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº. 595, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Martinense de Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martins, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº. 604, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Betel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macau, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Lobão Filho, Sérgio Zambiasi e Marcelo Crivella requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de requerimento e projetos, com o que todos concordam. **Extra-Pauta Item 01: Requerimento nº. 38, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Lobão Filho, que requer "..., nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado 483, de 2008, que "Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para instituir o serviço de televisão comunitária". Os nomes dos convidados para participarem da audiência serão posteriormente indicados." O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº. 268, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Netgrande de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 286, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Televisão Diamante Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 04: Projeto de Lei da Câmara nº. 128, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que "Institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da

cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta Lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o parecer favorável é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência do relator**,** as seguintes matérias: **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo 440, de 2009; e Item 45: Projeto de Decreto legislativo nº 548, de 2009.** Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e dezoito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**. – SENADOR **LOBÃO FILHO**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE SETEMBRO DE 2009

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 16 de setembro de 2009.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Dispensada a leitura, a Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Inicialmente, o Item nº 1 da pauta se refere às TVs Comunitárias, Projeto do Senador Renato Casagrande. Eu solicito... É um Projeto de minha autoria. Solicito a inclusão de requerimento extrapauta para a realização de uma Audiência Pública, para instruir a matéria. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam com a inclusão extrapauta, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Sobre a Mesa, há um requerimento extrapauta para a realização de Audiência Pública, de minha autoria, para instruir o Projeto. "Requeiro, nos termos do art. 93, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito dessa Comissão, Audiência Pública, para instruir o Projeto de Lei do Senado 483, de 2008, que altera a Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para instituir o serviço de televisão comunitária". Os nomes dos convidados para participarem da Audiência serão posteriormente indicados. Está em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria fica, portanto, sobrestada na Comissão, aguardando a realização de Audiência Pública.

Srs. Senadores, eu tenho estudado este assunto da TV Comunitária, mas tenho recebido muitas sugestões, muitas informações. Eu acho que esse assunto, que parecia um assunto simples, se mostrou um assunto extremamente complexo. Portanto, eu acho que a realização dessa Audiência Pública é extremamente relevante, é oportuna e dará condições a nós, Senadores dessa Comissão, podermos discutir com maior profundidade, com maior tecnicidade, sobre esse tema que é tão importante para a radiodifusão brasileira. Então, eu pediria aos Srs. Senadores, presentes, que pudessem também escolher ou indicar pessoas que pudessem participar dessa Audiência Pública, para que a gente possa aprofundar ainda mais esse tema da criação da TV Comunitária, e aproveitarmos, também, para que a gente possa regulamentar melhor a questão das rádios comunitárias já existentes. Então, a gente aproveitaria esta Audiência Pública para discutirmos também a questão da rádio comunitária no Brasil. Com a palavra o Senador Roberto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de, efetivamente, parabenizar a V. Exa. pela lucidez, equilíbrio e estratégia, no sentido de pedir que este assunto seja, na verdade, melhor discutido.

Existem pontos que V. Exa. já identificou, que foi a redução do tempo de concessão, ser um único canal. Nas rádios comunitárias, estão ocorrendo exceções que a Lei prevê que, eventualmente, por razões técnicas, única e exclusivamente por razões técnicas, essas frequências poderiam ser não coincidentes. Porém, em diversos casos, estão sendo usados, numa mesma microcomunidade, dois canais comunitários, usando duas frequências. Existem, na Casa, Projetos para serem aprovados, utilizando-se desse artifício que a Lei não prevê. A Lei prevê que, eventualmente, poderia não ser um canal único, se as condições técnicas locais não permitissem. E usando desse artifício, algumas comunitárias estão sendo aprovadas na mesma comunidade, no mesmo município, às vezes microcomunidades, micromunicípios, utilizando este artifício. Então eu parabenizo V. Exa. sobre essa já alteração, essa mudança. Digo que é um assunto que deu entrada na Casa, no final do ano passado, nós estamos ainda no mês de setembro, é muito rápido o

processo, é um assunto terminativo na nossa Comissão. Então, parabenizo V. Exa., no tocante a refletir e nós todos pudermos agregar detalhes e temas que possam, lá na frente, não proporcionarem o que tem proporcionado efetivamente a algumas distorções, ou não regulamentações, nas rádios comunitárias.

Como sugestão de membro para ser convidado, eu sugeriria o Dr. Marcelo Bechara, do Ministério das Comunicações, que já teve conosco aqui, numa Audiência, e é realmente uma pessoa que domina o assunto. Eu acho que é importante ouvi-lo, porque o ouvindo, e ele nos ouvindo, automaticamente vai ter uma interação muito forte com o Ministério das Comunicações. Seriam essas as sugestões nossas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti e peço à Secretaria da Comissão que já deixe consignado o convite ao Dr. Marcelo Bichara, não precisando a formalização do convite. Então, já fica indicado como primeiro expositor nesta Audiência Pública.

Comunicado da Presidência: "Aviso nº 1147 – TCU, que encaminha para conhecimento cópia do acórdão, proferido nos Autos do Processo nº 019230, de 2007/2, que recomenda à Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que inclua no modelo de governança de tecnologia da informação, para os entes integrantes do SISP – Sistema de Administração de Recursos de Informática e Informação, a definição da responsabilidade da autoadministração quanto ao tema". As Sras. e Srs. Senadores, que desejarem uma cópia, dirijam-se à Secretaria dessa Comissão. O expediente vai ao arquivo.

Dando prosseguimento a essa reunião, passamos ao Item nº 4. O Item nº 4 é não terminativo, mas o Relator está aqui. Item nº 4, Requerimento não terminativo: "Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com o tema: 'Sanções administrativas em empresas de telecomunicações'. O objetivo é debater a efetividade da aplicação do Decreto nº 6.523, de 2008, que regulamenta os Serviços de Atendimento ao Cliente – SAC, no setor de telecomunicações; as ações civis públicas como tutela dos direito dos consumidores e seu impacto na ordem econômica; e também a apresentação de um balanço atual sobre a fiscalização dos setores de telecomunicações e o papel dos órgãos reguladores. Para tanto, convidamos Ana Luiza Valadares Ribeiro – Procuradora-Geral da ANATEL; Marcelo Barros Cunha Ribeiro – Diretor da Secretaria de Fiscalização de Desestatização do TCU; Mariana Tavares de Araújo – Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Aurélio Virgílio Veiga Rios – Subprocurador-Geral da República, Integrante e Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; e Fábio Medina Osório – Advogado e Presidente do Instituto Internacional de Estudos de Direitos do Advogado (IIEDE)'". A autoria é do Senador Sérgio Zambiasi, a quem passo a palavra para defender o seu requerimento.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente. Na realidade, o que eu estou fazendo aqui é a nossa função, que é auxiliar a própria fiscalização das ações de interesse da própria sociedade. Motivação, eu posso, inclusive, aqui, dar algumas manchetes das últimas semanas, numa rápida passada aqui na internet: "Reclamações sobre SAC poderá ser feita via internet; site do Ministério abre espaço para queixas". Deu no Estado de São Paulo: "OI e CLARO propõem acordo para se livrar de multa; Governo aplica multa de três milhões a empresas que não cumprem regras do *call center*; ANATEL multa operadoras de telefonia fixa, por descumprirem metas de qualidade". Enfim, motivação é o que não falta para a gente trazer esse tema para a discussão, especialmente com relação à questão dos *call centers*, que é muito sério, realmente é muito grave. Todo dia nós estamos recebendo reclamações sobre o atendimento dessa questão de *call center*. Esta possibilidade de trocar de operadora, como que é o nome agora? Estão dando um nome técnico para manter o telefone... Portabilidade. Olha, a queixa em relação à portabilidade é uma coisa espantosa. O que parece ser, na propaganda, algo que acontece magicamente de um dia para o outro, têm casos que levam trinta, sessenta dias, num stress brutal para a pessoa interessada.

Então nós queremos que, no mínimo, seja esclarecido pelos responsáveis como é que está agindo esse processo de fiscalização. Eu acho que aqui é o ambiente apropriado para isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Obrigado, agradecemos ao Senador Zambiasi. Eu perguntaria aos Srs. Senadores presentes se gostariam de discutir o requerimento do Senador Zambiasi, Sérgio Zambiasi. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Aqueles que concordam com a apresentação deste requerimento, permaneçam como estão. Está aprovado.

Passo a palavra, nesse momento, ao Senador Renato Casagrande, para que defenda o Requerimento de Item nº 2 – não terminativo, da pauta de hoje, onde o Senador Renato Casagrande, junto com o Senador Flexa Ribeiro, é um dos autores. Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Lobão. De fato, é um requerimento conjunto de diversas Comissões – Comissão de Ciên-

cia e Tecnologia, Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Serviço de Infraestrutura, Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Agricultura, Comissão de Relações Exteriores -, para que a gente possa celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. O Dia Mundial é dia 10 de novembro, e o requerimento é para que a gente possa comemorar esse Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. Estamos convidando, nessa Sessão Conjunta, nessa ampla Sessão, Vincent Defourny – representando a UNESCO no Brasil; Marco Antônio Raupp, que deve ser alguma coisa do Valdir Raupp, mas Marco Antonio Raupp – Presidente da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência; Jacob Palis Júnior – Presidente da Academia Brasileira de Ciência; representante de renome da Comunidade Acadêmico-Científica.

Então, é este o objetivo. O requerimento já foi assinado por todos os Presidentes das Comissões e é por isso que eu peço o apoio para que nós possamos votar esse requerimento, que já votamos ontem, na Comissão de Meio Ambiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Tendo sido lido o requerimento por parte do Senador Renato Casagrande, eu perguntaria aos Srs. Senadores presentes se gostariam de discutir a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Aqueles Senadores, que concordam, que aprovam, permaneçam como estão. Está aprovado.

Passamos ao Item nº 3, de autoria do Senador Wellington Salgado, também um requerimento – na realidade, um aditamento. Eu pediria ao Senador Flávio Torres que pudesse Relator o Item nº 3 da pauta de hoje. Com a palavra o Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Trata-se de um aditamento ao Requerimento nº 027, de 2009, da CCT: "Nos termos do Inciso II, do § 2º, do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o Inciso II, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o aditamento do Requerimento nº 27, de 2009, da CCT, do Senador Renato Casagrande, para que seja convidado o Professor João Bosco Leopoldino Fonseca, OAB/MG 10.907, membro da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência e da Regulamentação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais. Sala da Comissão, Senador Wellington Salgado de Oliveira".

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Coloco, neste momento, em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Aqueles Senadores, que concordam com a sua aprovação, permaneçam como estão. Está aprovado.

Passando ao Item 5... Antes, eu gostaria de fazer um registro de que o Item nº 8, que é o PDS 257, o Item nº 14, PDS 230, o Item nº 22, PDS 160, o Item nº 33, PDS 147, o Item nº 38, PDS 403, e o Item nº 40, PDS 420, não precisam ter seus textos lidos porque já foram lidos na sessão anterior. Portanto, passamos à leitura dos Projetos de Decreto Legislativos, constantes na pauta.

Item nº 5. Projeto de Decreto Legislativo nº 225 – Terminativo: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Portal Rádio FM Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Flávio Arns.

Item nº 6: "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vera Cruz FM Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Flávio Arns. Observação: essa matéria constou na pauta da reunião do dia 09/09.

Item nº 7. Projeto de Decreto Legislativo nº 245, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Guaíra, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Guaíra, Estado do Paraná". A Relatoria é do Senador Flávio Arns. A autoria é do Poder Executivo.

Então, passo a palavra ao Senador Flávio Arns, para que possa relatar os respectivos Projetos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): O Item nº 5 não é necessário relatar porque foi concedida vista coletiva, em função, inclusive, de uma preocupação levantada pelo Senador Roberto Cavalcanti, válida, procedente. Temos que, na verdade, nos deter aqui, na Comissão, a respeito de haver regras claras em relação à concessão e, particularmente, em relação, depois, ao acompanhamento e fiscalização.

Mas, em relação aos Itens 6 e 7, que seria para Santo Antônio do Sudoeste e para o Município de Guaíra, os Pareceres em relação aos itens são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com o Parecer favorável, peço à Mesa que dê o encaminhamento jurídico necessário. Coloco em discussão, para a votação em bloco ao final.

Passando aos itens seguintes, nº 13, de relatoria do Senador Flávio Torres. É o Projeto de Decreto Legislativo nº 597 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural do Deserto, Ceará, para executar o serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Itapipoca, Vila Deserto, Estado do Ceará". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria

é do Senador Flávio Torres. Com a palavra o Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Conforme determina o Regimento Interno do Senado, no art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca das proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 03 de junho de 1998.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais, relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional. Constata-se que o referido Projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o Projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural do Deserto, Ceará, para executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Itapipoca, Vila Deserto, Estado no Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados. Este é o meu Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Obrigado, Senador Flávio. Está em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, passamos ao item seguinte da pauta.

Item 14. Projeto de Decreto Legislativo nº 230 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Comunidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Tramandaí, Estado do Rio Grande do Sul". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Sérgio Zambiasi, a quem passo a palavra para relatar.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Lobão Filho. É o PDL 230, que autoriza a Associação Comunitária Rádio Comunidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitário em Tramandaí. O Parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos ao Item nº 15 e ao Item nº 16.

Item 15. Projeto de Decreto Legislativo nº 259 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mampituba Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na Cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Sérgio Zambiasi.

Item 16. Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2009 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Atlântico Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na Cidade de Balneário Gaivota, Estado de Santa Catarina". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Sérgio Zambiasi, a quem passo a palavra, neste momento, para relatar o Item 15 e o Item 16.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Lobão Filho. Em ambos os itens, Item 15, PDL 259, que outorga permissão à Rádio Mampituba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão em frequência modulada na Cidade de Cachoeira do Sul, como o PDL 261, 2009, que outorga permissão à Rádio Atlântico Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Balneário Gaivota, Santa Catarina. Os Pareceres são favoráveis.

Eu aproveito, Senador Lobão, para solicitar a inclusão extrapauta do PDS nº 268/2009, que "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Netgrande de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina", e, também, aprova o PDL 286/2009, que "Aprova o ato que outorga concessão à Televisão Diamante Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul".

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Portanto, boto em discussão o Item 15 e o Item 16. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento do Senador Sérgio Zambiasi de colocação extrapauta dos PDLS nº 268 e 286, para que possam ser incluídos extrapauta na Sessão de hoje. Coloco em votação. Não havendo quem queira discutir, permaneçam como se encontram quem seja favorável. Está aprovado.

Os próximos itens, do Senador Casagrande, Itens 17 e 18.

Item 17. Projeto de Decreto Legislativo nº 589 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga autoriza-

ção à Associação Comunitária Educativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Renato Casagrande.

Item 18. Projeto de Decreto Legislativo nº 590, de 2009 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Santa Cruz FM Rádio e Jornal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na Cidade de Santa Rita do Passa Quatro, Estado de São Paulo". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Renato Casagrande.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande, para relatar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Os dois Projetos, Sr. Presidente, atenderem às exigências constitucionais e regimentais. Portanto, os dois Pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item da pauta.

O próximo item é de minha relatoria e, portanto, eu passo a presidência desta Sessão para o Senador Roberto Cavalcanti.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Item 30. Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2008 – Terminativo. Relatoria do Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Muito obrigado, Sr. Presidente. Este é um Projeto em caráter Terminativo, é o Projeto de Decreto Legislativo nº 52, na Câmara dos Deputados, que "Aprova o ato que outorga autorização à Núcleo de Defesa e Apoio Comunitário de Simões – NUCOM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Simões, Estado do Piauí".

Análise. Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora de sons e imagem, cumprindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa. O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 03 de junho de 1998.

O exame da documentação, que acompanhou o PDS nº 52, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612. Portanto, o Voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Passo a palavra e a Presidência ao Senador Lobão Filho.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos aos próximos itens da pauta, que são os nºs 33, 34 e 35, de relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior.

O Item nº 33, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 147, já foi lido na Sessão anterior. Portanto, passamos ao Item nº 34.

Item 34. Projeto de Decreto Legislativo nº 199 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Alagoinhas, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Alagoinhas, Estado da Bahia. É do Poder Executivo a autoria. A relatoria é do Senador Antonio Carlos Júnior.

O Item nº 35. Projeto de Decreto Legislativo nº 201, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Educativa de Gavião, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Gavião, Estado da Bahia". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Antonio Carlos Júnior, a quem passo a palavra para relatar os respectivos Projetos.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os Pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Tendo sido relatado, coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, passo ao item seguinte da pauta, que são os Itens 31 e 32, de relatoria do Senador Valdir Raupp.

Item 31. Projeto de Decreto Legislativo nº 409 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Anjo da Paz para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Cujubim, Estado de Rondônia". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Valdir Raupp.

Item 32. Projeto de Decreto Legislativo nº 446 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Editora Diário da Amazônia S/C Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na Cidade de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Valdir Raupp, a quem passo a palavra para relatar os respectivos Projetos.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 409, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Beneficente Anjo da Paz, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Cujubim, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Tendo sido relatado, coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos ao Item 21, de relatoria do Senador Marco Maciel.

Item 21. Projeto de Decreto Legislativo nº 598 – Terminativo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Nordeste de Comunicação Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens na Cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Marco Maciel, a quem passo a palavra para relatar.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu deveria fazer os dois, não é, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sim, sim.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu só tinha feito um.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Só fez de um?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu só tinha feito de um.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então, após a relatoria do Senador Marco Maciel, eu retorno a palavra a V. Exa. para que possa relatar o segundo Projeto.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Obrigado.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, nobre Senador Lobão Filho, Sras. e Srs. Senadores. Vou procurar ser conciso, Sr. Presidente.

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter Terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo – PDS 598, de 2009 (1.490, na Câmara dos Deputados), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Nordeste de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na Cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco". O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, por meio de Mensagem Presidencial, nos termos do art. 49, Inciso XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

Sr. Presidente, o Voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 598, de 2009, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato, que renova concessão outorgada à Rede Nordeste de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na Cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Obrigado, Senador Marco Maciel. Tendo sido relatado, coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos ao Item nº 32, do Senador Valdir Raupp, para que possa relatar.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Presidente, da mesma forma, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Editora Rádio Diário da Amazônia, para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na Cidade de Alta Floresta, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. É o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Tendo sido relatado, coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item da pauta, que é o Item 36 e o Item 37, de relatoria do Senador Wellington Salgado.

Item 36. Projeto de Decreto Legislativo nº 438 – Terminativo: "Aprova o ato que outorga autorização à INPACTO – Instituto de Promoção Artístico-Cultural de Teófilo Otoni, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Wellington Salgado.

Item 37. Projeto de Decreto Legislativo nº 539 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Schappo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Wellington Salgado, a quem passo a palavra para relatar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Lobão Filho, Presidente em exercício, vice-Presidente dessa Casa, muito obrigado por ter passado a palavra para que eu possa relatar. Eu vou procurar ser bem resumido.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanham os dois PDS não evidenciou violação à legislação pertinente, e não havendo reparo

quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação dos dois atos que estão sendo relatados nesse momento. É esse o meu relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Tendo sido relatado pelo nobre Senador Wellington Salgado, coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos ao item seguinte da pauta, que são os Itens 19 e 20, de relatoria do Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Serei bastante breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Deixa eu ler o intróito.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu ia ser mais rápido ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Item 19. Projeto de Decreto Legislativo nº 648 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação ANEL do Brejo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na Cidade de Camalaú, Estado da Paraíba". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Cícero Lucena.

Item 20. Projeto de Decreto Legislativo nº 667 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação ANEL do Brejo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na Cidade de Baraúna, Estado da Paraíba". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Cícero Lucena, a quem passo a palavra neste momento.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Os dois relatórios são pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Tendo sido relatado, coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos ao item seguinte da pauta.

Itens 8, 9 e 10, de relatoria do Senador Eduardo Azeredo que, não estando presente, eu pediria ao Senador Roberto Cavalcanti que pudesse relatá-los *ad hoc*. Itens 8, 9 e 10. Perdão, eu passo a relatoria de outros Projetos *ad hoc* e passaria essa relatoria ao Senador Wellington Salgado, pois é do Estado dele. Os Itens 8, 9 e 10, que passo a ler neste momento.

Item 8. Projeto de Decreto Legislativo nº 257 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária FM Céu Aberto para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Santa Rosa da Serra, Estado de Minas Gerais". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Eduardo Azeredo.

Item 9. Projeto de Decreto Legislativo nº 417 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Era – ACONER, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Carvalhópolis, Estado de Minas Gerais". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Eduardo Azeredo.

Item 10. Projeto de Decreto Legislativo nº 426 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV DESAN Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na Cidade de Guanhães, Estado de Minas Gerais". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Eduardo Azeredo.

Neste momento, passo a palavra, para relatar *ad hoc,* ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu me sinto honrado em relatar três relatórios do Senador Eduardo Azeredo, que, ontem, brilhou na aprovação da legislação eleitoral, mostrando que o jeito mineiro de fazer política acaba encontrando uma solução. Não é isso, Senador Efraim? Ontem, o Senador Marco Maciel, também presente, e o Azeredo, o Senador Azeredo, naquele momento, cedeu, acabou encontrando o consenso e votamos da maneira que agradou a todos. Inclusive foi uma votação sem precisar ser nominal. Foi um bom trabalho e o Senado demonstrou ontem que vem fazendo o seu trabalho corretamente, com a experiência de grandes... V. Exa. então, Senador Marco Maciel, que já foi Presidente, vice-Presidente, vice-Presidente em exercício, Senador, Governador, e soube que está muito bem em Pernambuco, nas avaliações momentâneas lá. Então, Sr. Presidente--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Inclusive com o apoio do PMDB.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso daí é antigo lá, a gente sabe disso, não é, Senador?

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha os PDSs, nominados por V. Exa. não evidenciou violação da legislação pertinente, e, não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, é relatório do Senador Eduardo Azeredo e que eu acompanho, opinamos pela aprovação das outorgas e autorizações nesse momento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Muito obrigado, Senador Wellington. Tendo sido relatado, coloco em discussão. Não havendo

quem queira discutir, passamos aos Itens 11 e 12, de relatoria do Senador Demóstenes Torres, a quem passo ao Senador *ad hoc,* Roberto Cavalcanti.

Item 11. Projeto de Decreto Legislativo nº 227 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária de Caldas Novas para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás. A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Demóstenes Torres.

Item 12. Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2009 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Astral Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na Cidade de Chapadão do Céu, Estado de Goiás". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Demóstenes Torres.

Passo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, para que possa relatar estes Projetos.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Os dois relatórios são favoráveis. Um trata-se de uma rádio comunitária e o outro, de uma rádio FM, com todos os processos legais, e Parecer favorável do relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Agradecendo ao Senador Roberto Cavalcanti, coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos aos Itens 22, 23, 24, 28 e 29. Itens 28 e 29, de relatoria do Senador Efraim Morais, a quem eu pediria que pudesse relatar também o 22, 23 e 24, do Senador Gilberto Goellner.

Item 22. Projeto de Decreto Legislativo nº 160 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Rádio Comunitária do CPA IV e Região Independente FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Gilberto Goellner.

Item 23. Projeto de Decreto Legislativo nº 290 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Vera Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na Cidade de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Gilberto Goellner.

Item 24. Projeto de Decreto Legislativo nº 322 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Várzea-Grandense, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Gilberto Goellner.

Item 28. Projeto de Decreto Legislativo nº 649 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rural de Barreto, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Cajazeirinha, Estado da Paraíba". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Efraim Morais.

Item 29. Projeto de Decreto Legislativo nº 665, de 2009 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Pequenos Produtores dos Sítios Pau D'Arco, Guaribas e Agostinho, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Araçagi, Estado da Paraíba". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Efraim Morais, a quem passo a palavra para relatar.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, quanto aos Itens 22, 23 e 24, que foram relatados pelo Senador Gilberto, o Parecer é pela aprovação. Nos Itens 22, 23 e 24, nós parabenizamos o Senador e somos pela aprovação.

Em relação aos Itens 28 e 29... O 28 diz respeito ao PDS nº 649, que outorga autorização à Associação Comunitária Rural de Barreto, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajazeirinha, examinamos a documentação, não evidenciou violação da legislação pertinente e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, somos favoráveis à Associação Comunitária Rural de Barreto.

E o item seguinte, o Item de nº 29, que diz respeito à outorga de autorização à Associação dos Pequenos Produtores dos Sítios Pau D'Arco, Guaribas e Agostinho, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçagi, no meu Estado da Paraíba. Da mesma forma, a documentação não evidenciou violação da legislação pertinente, e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela autorização e somos favoráveis à aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Tendo sido relatado pelo Senador Efraim Morais, coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos aos próximos itens da pauta, nºs 25, 26 e 27, de relatoria do Senador Gerson Camata, a quem eu pediria ao Senador Renato Casagrande que pudesse relatar.

Item 25. Projeto de Decreto Legislativo nº 434, que "Aprova o ato de outorga de autorização à Rádio Comunitária Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão sonora na Cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Gerson Camata.

Item 26. Projeto de Decreto Legislativo nº 528 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Leste Sul Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência, modulada na Cidade de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de

São Paulo". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Gerson Camata.

Item 27. Projeto de Decreto Legislativo nº 537, de 2009 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho, para executar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na Cidade de São Vicente, Estado de São Paulo". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Gerson Camata.

Passarei a palavra para relatoria *ad hoc* ao Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Lobão. Primeiro o Item nº 25, que é da cidade de Castelo. Lobão, só fazer uma referência, é a minha cidade natal, até pedi ao Camata para poder, de fato, relatar esta matéria. Então, quero manifestar aqui que o Projeto de Decreto Legislativo atendeu a todas as necessidades e é pela aprovação para que a Rádio Comunitária Alternativa FM, do Município de Castelo, possa ser, de fato, aprovado.

O Item 26, o Projeto de Decreto Legislativo nº 528, e o 537, o Item 27, também atenderam a todos os requisitos e também são matérias que podem ser aprovadas por esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Tendo sido relatado pelo Senador Renato Casagrande, coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir... Antes, quero fazer o registro de que a Cidade de Castelo certamente é uma cidade muito aprazível, porque gerou um Senador da sua extirpe. Então parabéns à Cidade de Castelo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Lobão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Passando ao Item nº 39, de relatoria do Senador Valdir Raupp.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu não prestei bastante atenção. O Casagrande tem um castelo?

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não, ele não tem castelo com certeza, ele nasceu na Cidade de Castelo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, desculpe.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito mais do que ter um castelo, eu nasci na Cidade de Castelo.

[risos]

Item nº 38. Projeto de Decreto Legislativo nº 403 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Transvalle FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Bom Jesus do Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro". A autoria é do Poder Executivo. Relatoria *ad hoc* do Senador Valdir Raupp, a quem passo a palavra para relatar.

É o Item 39, perdão. Item 39. Projeto de Decreto Legislativo nº 447, que "Aprova o ato que outorga autorização à Organização Fraterna para Promoção Humana, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Itatiaia, Estado do Rio de Janeiro". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Marcelo Crivella, a quem passo a palavra para relatar.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, chega a essa Comissão para exame, em caráter Terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo 447, que autoriza à Organização Fraterna, para a Promoção Humana, executar serviço de radiodifusão comunitária, na Cidade de Itatiaia. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS(F) – Projeto de Decreto Legislativo, não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Organização Fraterna para a Promoção Humana, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Itatiaia, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, a Cidade de Itatiaia é de um povo ordeiro, humilde, trabalhador e de uma localidade lindíssima. Fica na divisa do Rio de Janeiro com São Paulo, na Serra das Agulhas Negras, próximo ali ao Pico das Agulhas Negras. Então eu quero aqui deixar registrado que é um dos lugares mais aprazíveis do Estado do Rio de Janeiro. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Obrigado ao Senador. Coloco em discussão o Projeto relatado. Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item da pauta, que são os Itens 42 e 43, de relatoria do Senador José Agripino, a quem eu pediria ao Senador Marco Maciel que pudesse relatar.

Item 42. Projeto de Decreto Legislativo nº 595: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Martinense de Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Martins, Estado do Rio Grande do Norte". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador José Agripino.

Item 43. Projeto de Decreto Legislativo nº 604 – Terminativo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Betel, para executar serviço de radiodifusão comunitária, na Cidade de Macau, Estado do Rio Grande do Norte". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador José Agripino.

Eu pediria ao Senador Marco Maciel que pudesse fazer a relatoria *ad hoc*, passando a palavra para o Senador.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente Senador Lobão Filho, conforme foi anunciado por V. Exa. eu vou relatar, como Relator *ah hoc*, Projeto que foi distribuído ao Senador José Agripino.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 595, de 2009 (1.462 na Câmara dos Deputados), destinado a "Aprovar o ato que outorga autorização à Associação Martinense de Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Martins, Estado do Rio Grande do Norte". O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, por meio de Mensagem Presidencial, nos termos do art. 49, Inciso XII, combinado com o art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

O Voto, Sr. Presidente. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o referido PDS não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Martinense de Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Martins, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Agradecendo a relatoria do Senador Marco Maciel. V. Exa. só leu um. Falta o Item 43.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, passo a ler o Item 43. O Relator é o Senador José Agripino e funcionarei, portanto, como Relator *ad hoc*. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 604, de 2009, destinado a aprovar ato que outorga autorização à Associação Comunitária Betel, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Macau, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, por meio de Mensagem Presidencial, nos termos do art. 49, Inciso XII, combinado com o art. 223, § 3º, da Constituição Federal. O referido Projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o Parecer favorável do seu Relator. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, naquela Casa, o Projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

O Voto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é no sentido da sua aprovação, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS, a que me referi, não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Daí por que opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Betel para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Macau, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados. É esse o Parecer como Relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Reiterando o agradecimento ao Senador Marco Maciel, coloco em discussão os referidos Projetos. Não havendo quem queira discutir, passamos ao último item da pauta, que é o Item 41, de relatoria da Senadora Kátia Abreu, a quem eu pediria ao meu amigo Senador ACM Júnior para que pudesse relatar.

Item 41. Projeto de Decreto Legislativo nº 473 – Terminativo: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária FM da Cidade de Campos Lindos, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Campos Lindos, Estado de Tocantins". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é da Senadora Kátia Abreu. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente Lobão Filho, Srs. Senadores, o parecer da Senadora Kátia Abreu é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Agradecendo, coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, eu colocaria os dois itens extrapauta de relatoria do Senador Sérgio Zambiasi.

O primeiro item é um PDL, em caráter Terminativo, é o PDL nº 268, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Netgrande de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na Cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Sérgio Zambiasi.

O próximo item e último, que "Aprova o ato que outorga concessão à Televisão Diamante Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Sérgio Zambiasi, a quem a passo a palavra para relatar.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pois não, com a palavra o Senador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu queria pedir a V. Exa. que colocasse como extrapauta um Projeto de iniciativa do Governo, que tomou o nº 128 lá na Câmara, que é o ato olímpico. É um Projeto muito importante para que o nosso Ministro possa ne-

gociar a entrada do Rio de Janeiro na competição, já que vai ser decidido agora, no dia 02 de outubro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Colocarei, com prazer, o requerimento de V. Exa. em votação, após a relatoria do Senador Sérgio Zambiasi. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Lobão Filho, ambos os Pareceres, PDL 268 e 286, são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Coloco em discussão os dois Projetos de Decreto Legislativo. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação de requerimento do querido Senador Crivella, em relação ao requerimento que institui o ato olímpico, no âmbito da Administração Pública Federal, para a colocação extrapauta. Coloco em discussão o presente requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Permaneçam como se encontram aqueles que aprovam. Está aprovado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Portanto, leio o Projeto de Lei da Câmara, que institui o ato olímpico no âmbito da Administração Pública Federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da Cidade do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação dessa Lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional. Tenho um grande prazer de passar a relatoria ao Senador Marcelo Crivella deste importante tema.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu acho que, hoje, essa nossa Comissão dará uma grande ajuda ao Brasil e ao Rio de Janeiro, se aprovarmos – não é Terminativo aqui, ainda vai para a Comissão de Constituição e Justiça – esse ato olímpico.

Ele tem, Sr. Presidente, alguns artigos. No 1º, ele institui, no âmbito da Administração Pública Federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da Cidade do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação dessa Lei à confirmação da escolha da referida cidade, pelo Comitê Olímpico Internacional. No art. 2º, dispensa a concessão e a oposição de vistos aos estrangeiros vinculados aos jogos, no período de 05 de julho a 28 de outubro de 2016, prorrogável por dez dias. No art. 4º, Sr. Presidente, especifica que o período de permissão de trabalho para jornalistas e os funcionários do Comitê Olímpico Internacional será no período de outubro de 2009 a dezembro de 2016. No art. 5º, trata da possibilidade do Poder Executivo revisar instrumentos bilaterais e unilaterais, cujo objetivo seja a utilização, de forma precária ou não, de bens, de imóveis ou de equipamentos pertencentes à União e às suas autarquias e que sejam indispensáveis à realização dos jogos. No art. 6º, estipula as obrigações das autoridades federais no controle, fiscalização e repressão de atos ilícitos. Nos arts. 9º e 10º, determina a suspensão dos contratos publicitários em aeroportos e áreas federais de interesse dos jogos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Crivella, me permite?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): A pedido de diversos Senadores, eu perguntaria a V. Exa. se V. Exa. poderia--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Posso, sim, Presidente, vou resumir. Então, Sr. Presidente, diante do exposto e pela urgência aqui de tantos compromissos em outras Comissões, eu passarei a ler o Voto.

O Voto, Sr. Presidente, é pela aprovação, e é importantíssimo que essa Comissão nos ajude, ajude ao Rio de Janeiro e ao Brasil sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Em discussão o Projeto de Lei da Câmara nº 128. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu gostaria só de colocar--

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com a palavra o Senador Antonio Carlos.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): --que será objeto de discussão na CCJ, que é o art. 2º, que dispensa a concessão e a oposição de visto a estrangeiros vinculados. Esse é um assunto que vai merecer discussão na CCJ. Eu não quero discutir aqui para, inclusive, economia processual. Porém, na CCJ, ele terá que ser discutido. Então eu vou me abster de discutir aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Positivo. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o Parecer do Senador Marcelo Crivella. Permaneçam como se encontram aqueles que aprovam. Está aprovado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Passamos agora à votação nominal, em bloco, de todos os Projetos aqui relatados.

Iniciamos pelo Senador Renato Casagrande. Como vota?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Marcelo Crivella, como vota?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com os relatores, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Efraim Morais?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Flávio Torres?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Portanto, tendo sido aprovado por unanimidade, passo à Mesa para as respectivas providências jurídicas.

Não havendo mais matéria a ser discutida, está encerrada esta Sessão.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, COM A 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E COM A 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2009

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e nove, na sala 07, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Flávio Torres, Flávio Arns, Antonio Carlos Valadares, Gilberto Goellner, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra, César Borges, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Gim Argello, Inácio Arruda, João Pedro, Neuto de Conto, Osvaldo Sobrinho e Romeu Tuma, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Gerson Camata, José Agripino, Efraim Morais, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Delcídio Amaral, Augusto Botelho, Leomar Quintanilha, Raimundo Colombo, Kátia Abreu, Arthur Virgílio, Marisa Serrano, Osmar Dias, Marina Silva, João Ribeiro, Gilvam Borges, Heráclito Fortes, Eliseu Resende, Jefferson Praia, Serys Slhessarenko, Aloizio Mercadante, Ideli Salvatti, Expedito Júnior, Pedro Simon, Almeida Lima, Marco Maciel, Álvaro Dias, Lúcia Vânia e Tasso Jereissati. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Valter Pereira, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública Conjunta, atendendo Requerimento nº 17 de

2009-CCT, de autoria do Senador Gilberto Goellner e Aditamento nº01 dos Senadores Gilberto Goellner e Cícero Lucena, Requerimentos nºs 24 e 37 de 2009–CRA, de autoria dos Senadores Gilberto Goellner e Kátia Abreu, Requerimento nº 49 de 2009-CMA, de autoria do Senador Gilberto Goellner e Aditamento nº 01 do Senador Renato Casagrande e Requerimento nº 72 de 2009-CCJ, de autoria dos Senadores Jayme Campos e Antônio Carlos Júnior, com a finalidade de instruir o PLS 73/2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves, com os seguintes convidados: Dr. Flávio Vieira Meirelles – Doutor em Genética, Professor da USP e membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNbio; Dr. Rodolfo Rumpf – Doutor em Veterinária, Pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNbio; Beronete Barros de Freitas Araujo – Chefe da Divisão de Fiscalização de Material Genético Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;. Carlos Cristo – Secretário Interino de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; e. Cosette Barrabas Xavier da Silva – Diretora Substituta da Diretoria de Biodiversidade e Florestas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores João Pedro e Gilberto Goellner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos, determinando que nós, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania lavrássemos a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada, no **Diário do Senado Federal**. – SENADOR **FLEXA RIBEIRO**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; SENADOR **VALTER PEREIRA**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; SENADOR **RENATO CASAGRANDE**, Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; SENADOR **DEMÓSTENES TORRES,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

30ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, CONJUNTA COM A 34ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 34ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a 30ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e 37ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores dessas Comissões já nominadas e, que havendo consenso, é tida como aprovada.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública conjunta dessas Comissões, que cumprem com a resolução proclamada pelos Requerimentos n° 24 e 37/2009 da CRA, de autoria do Senador Gilberto Goellner e Senadora Kátia Abreu, aprovadas em 09 de junho deste ano e 1° de setembro, respectivamente. Requerimento n° 17/2009 da CCT, de autoria do Senador Gilberto Goellner, aprovado em 27 de maio, com aditamento dos Senadores Gilberto Goellner e Cícero Lucena, aprovado em 09 de setembro. Requerimento n° 49 da CNA, de autoria do Senador Gilberto Goellner. O Senador Gilberto Goellner participa de todas as reuniões, não é? Com aditamento do Senador Renato Casagrande, aprovado em 25/08. E Requerimento n° 72 da CCJ, de autoria do Senador Jayme Campos e Antonio Carlos Júnior, aprovado em 26/08, com a finalidade de instruir o PLS 73/2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção e comercialização de

clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves, e que contará com a participação dos seguintes convidados: Dr. Flávio Meirelles, doutor em genética, professor da USP e membro da Comissão Técnica Nacional da Biossegurança, CTNBio, a quem eu convido para participar da Mesa dos trabalhos. Está aqui o Dr. Flávio? Seguinte: Dr. Rodolfo Rumpf, doutor em veterinária, pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNBio, também convido para participar da Mesa. A Sra. Beronete Barros de Freitas Araújo, chefe da divisão de fiscalização de material genético animal da Secretária de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento, MAPA, a quem também convido para participar da Mesa. O Sr. Carlos Cristo, secretário interino de tecnologia industrial do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. E, finalmente, o Sr. José Humberto Chaves, diretor de biodiversidade e florestas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, o IBAMA.

Nós agradecemos a participação de todos os convidados que aqui vão fazer a sua exposição, e, como são cinco os convidados, nós vamos abrir um prazo de dez minutos para cada um fazer a sua exposição, e, findo o qual, nós vamos passar para a segunda fase, que é a participação dos Srs. Parlamentares, que também terão um prazo exíguo, nós vamos fixar em cinco minutos para que possamos ter agilidade na reunião, e depois, finalmente, retomamos a palavra para eventuais esclarecimentos que possam ser prestados pelos expositores.

Não pode comparecer a esta reunião o Sr. José Humberto Chaves, diretor da biodiversidade e floresta do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais, o IBAMA, e em lugar dele e para prestigiar a mulher, que agora são duas em nossa Mesa, veio a Sra. Barrabas Xavier da Silva, que já está sentada à nossa Mesa, para que ela represente o IBAMA. Então nós vamos passar a palavra para o Dr. Flávio Meirelles.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de me pronunciar inicialmente, como autor do requerimento, porque eu também vou me ausentar rapidamente da Comissão, e, como a autora do Projeto de Lei que regulamenta as atividades de pesquisa, produção e comercialização e importação de clones de mamíferos e animais em geral, aquáticos, também, não está presente, que é a Senadora Kátia Abreu, gostaria de fazer um rápido relato de introdução, se me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou, Senador Gilberto, eu vou fazer um negócio, tomar uma providência, vou pedir para a assessoria comprar uma piola e nós vamos amarrar a perna de autor que queira se ausentar no decorrer da reunião, só assim nós vamos manter...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Autor de...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Autor de Requerimento de Audiência Pública. Então, a partir da próxima sessão, nós vamos ter uma piola aqui para amarrar o parlamentar.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas eu volto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mesmo que seja do Mato Grosso, onde os parlamentares são bastante astutos e assíduos também. Com a palavra V. Exa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de parabenizar a todos que aceitaram o convite para integrar essa Audiência Pública, que vai nos permitir, como relator desse projeto, um relatório mais aprimorado, após ouvir todos os órgãos envolvidos, porque nós temos aqui membros renomados da atividade, como o Dr. Flávio Meirelles, que é doutor em genética e membro da CTNBio; o Dr. Rodolfo Rumpf, que é doutor também em veterinária, pesquisador da EMBRAPA, também membro da CTNBio, representante do MAPA, do MDI e do IBAMA. Então eu vejo que a atividade de clonagem de animais já é permitida no país, pela Lei 11.105, de 2005. O que nós precisamos agora, e que é o objetivo do projeto da Senadora Kátia Abreu, que e o Projeto n° 73/2007 – veja só o tempo que estamos perdendo, já poderíamos ter avançado – é a regulamentação para o aprimoramento dessa atividade de engenharia genética, que tanto contribui para a... Que tanto poderá contribuir ainda mais para o desenvolvimento da atividade comercial de importação, de produção e também na pesquisa cientifica, principalmente na medicina e no desenvolvimento desse setor. Então eu vejo que nós vamos ter aqui um amparo muito grande para viabilizar esse nosso relatório, cujo parecer já se encontra delineado já com sugestões que vieram de órgãos como o MDIC, Ministério de Industriais e Comércio, e também do MAPA e da EMBRAPA. Então nós já temos contribuições positivas, todos se manifestando favoravelmente a essa regulamentação dessa atividade. Então... Mas queremos também ficar atentos aqui, a nossa assessoria vai estar aqui, e precisamos... Eu volto logo em seguida, vou me ausentar pouco tempo, mas volto porque vejo que vai ser de suma importância a gente ouvir claramente de cada um a sua contribuição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradeço a fala de V. Exa. e passo a palavra ao Dr. Flávio Vieira Meirelles, para que ele faça a sua exposição.

SR. FLÁVIO VIEIRA MEIRELLES: Obrigado a V. Exa. Eu queria agradecer a oportunidade e o convite e a lembrança do meu nome para vir contribuir para organização dessa proposta. Eu trouxe um auxílio audiovisual para poder colaborar um pouquinho com a apresentação. E minha ideia, nesse momento, era justificar um pouco a clonagem, explicar um pouco o estado da arte da tecnologia no Brasil e colocar algumas possibilidades da qual nós enxergamos para a clonagem, do ponto de vista de aplicação, que possam ser favoráveis ou discutíveis no âmbito desta Comissão.

Então se vocês puderem passar o primeiro *slide*. Para contextualizar um pouquinho a ideia a clonagem... Próximo. O *agribusiness* brasileiro, eu acho que isso a gente não precisa parar muito, tem 33% do Produto Interno Bruto, 37% do emprego, 42% do total de exportação. Próximo. A carne, especificamente dentro do *agribusiness,* é responsável por uma fatia muito importante e vem crescendo nos últimos anos. No último ano, na ordem de 5,6%, de 2006 para 2007. E ela, do ponto de vista de exportação no país, é responsável por uma fatia de aproximadamente 24,5% de toda a exportação nacional.

Próximo *slide*. Aqui está um ponto mostrando do ponto de vista de produção de carne, o Brasil como segundo maior rebanho mundial, perdendo só para a Índia que, no entanto, não tem o rebanho claramente comercial. Próximo. E aqui, do ponto de vista de produção de carne, embora o Brasil seja o segundo e os Estados Unidos o quarto maior rebanho, os Estados Unidos é o que produz mais carne no mundo.

Próximo. Obviamente a carne dos Estados Unidos tem um balanço negativo, ou seja, ele produz o suficiente para o próprio consumo. Já o Brasil tem um excedente de carne suficiente para colocá-lo em primeiro lugar nas exportações, praticamente duas vezes acima do segundo colocado, que é a Austrália até em 2008.

Próximo. De toda a carne nacional, 75% é consumida no Brasil, 25% é exportada, sendo 79% *in natura* e 21% processada para uma série de países.

Próximo. E, finalmente, ainda existe uma grande demanda desse produto de proteína animal para vários continentes, e em especial aquele marcado em amarelo, que é a América Latina onde nós nos localizamos.

Próximo. E a tecnologia, o que é que ela vem contribuindo nos últimos anos, à medida que a gente observa? É que ela tem economizado uma grande quantidade da terra agricultável utilizado para pecuária e que tem servido para conservar as nossas terras ou as nossas florestas e as áreas que nós precisamos manter. Então se a gente olhar nesse gráfico aquela linha vermelha é a área usada atualmente e a linha azul seria a área que nós precisaríamos estar usando, se não houvesse o desenvolvimento tecnológico do ponto de vista da agropecuária.

Próximo. Do ponto de vista da bovinocultura especificamente, que é onde nós vamos tomar mais tempo, existe uma grande evolução do ponto de vista de biotecnologias envolvendo a genética – e aí um exemplo desse *slide* é o crescimento da utilização da inseminação artificial nos últimos 20 anos.

Próximo. Ele cresce tanto em rebanho de leite quanto em rebanho de corte e, ultimamente, com algumas tecnologias, como a inseminação artificial em tempo fixo, vem tendo incremento ainda maior, e nós esperamos para os próximos anos um número só de inseminação artificial em tempo fixo de aproximadamente 12 milhões de animais. Próximo. Resultando em um rebanho como esse da foto, com os animais nascidos na mesma época e vindos de sêmens de animais selecionados.

Próximo. Do ponto de vista da fêmea... Nós falamos do macho. Do ponto de vista da fêmea, o Brasil tem demonstrado um crescimento absurdo, gigantesco da utilização de produção de embriões, né? Nesse gráfico, nessa tabela, na verdade, nós podemos olhar o número de embriões produzidos por fecundação *in vitro*, ou aquele gene que a gente chama de "bebê de proveta", que partiu de 12 mil, em 2000, e, hoje, está em 196.633, um crescimento de 1.561%. Então, o Brasil está no estado da arte da tecnologia de produção de embriões a partir... Ou de aproveitamento das fêmeas.

Próximo. Mais importante do que isso, o Brasil é o país que mais produz embriões fertilizados *in vitro* no mundo. Até 2008, 50% das gestações de embriões, produzidos no mundo pela tecnologia de fecundação *in vitro,* eram produzidos no Brasil, e, atualmente, existem no Brasil 35 empresas – sem contar as filiais – desenvolvendo a fecundação *in vitro* em bovinos, gerando mais de mil empregos diretos no setor.

Próximo. Bom... Com toda essa tecnologia, o que a gente espera é o incremento da produtividade e é uma coisa que nós viemos observando nos últimos anos, né? Com o incremento de 1,1 quilograma por ano, por hectare. Isso é um incremento relativamente alto e é responsabilidade tanto das tecnologias de genética quanto de manejo.

Próximo. Muito bem. Então, a partir desse preâmbulo, nós temos agora a pergunta: e a clonagem animal, o que é que ela vai contribuir, o que ela pode

contribuir nesse sentido, né? E aí, a Audiência Pública para contribuir no Projeto de Lei.

Próximo. A transferência de nucleares de células somáticas, ou a clonagem, como a gente chama, ela tem um histórico, ela tem uma metodologia – que eu vou passar bastante brevemente – tem alguns problemas, tem possibilidades e tem a necessidade de regulamentação.

Próximo. Então, do ponto de vista de consideração técnica, o Dr. Rodolfo vai fazer isso com muito mais propriedade do que eu, mas esse é um oócito, né, um óvulo, que, normalmente, a gente ouve, a célula... o gameta feminino. Ele é capaz de reprogramar uma série de células, inclusive o gameta masculino, que é uma célula altamente diferenciada. Então a função desse gameta é disdiferenciar(F), essa e a função biológica dele. Essa imagem que nós estamos vendo são algumas células de fibroblas(F), são células de peles que podem ser obtidas a partir de uma pequena biópsia de pele de um determinado animal. E junto, né, juntando essas duas, sem uma necessidade muito grande de expertise, até uma criança pode fazer, nós, utilizando esse equipamento, que é o micro manipulador, nós podemos fazer exatamente o que está aí nessa tabela. No quadro A, esse oócito está tendo o material dele retirado, que continua no quadro B. Então, a gente vê aquela porção que está entrando para dentro da agulha ali, essa é a porção do citoplasma que está sendo retirado. No quadro C, nós estamos introduzindo uma célula no local dela. No quadro D, esse embrião está pronto para levar um choque, e esse choque é o que faz fundir as duas membranas entre a célula e os oócitos.

Essa fusão resulta em um embrião – como esse que nós estamos vendo do quadro direito, no alto – que rapidamente eclode esse embrião aqui... Rapidamente eclode, porque ele já tem um buraco na zona pelúcida, que é como a casca do ovo, e resulta nesse embrião aqui, de boa qualidade, como a gente está vendo nesse sentido. [soa a campainha]

Próximo. Esse embrião resulta em animais, eventualmente nascidos, que são os clones.

Próximo. Do ponto de vista de contribuição genética, então, nós temos o doador de núcleo, que é a célula; o doador do citoplasma, que é o oócito, que contribui com alguma fração de genética e a receptora, que é aquela que contribui com o ambiente.

Próximo. Esses primeiros clones, no caso a Dolly, especificamente, ela foi produzida a partir de clonagem, que foi o que chamou mais atenção. Mas, antes disso, houve outros clones, produzidos a partir da célula embrionária, e, nesse caso específico, se destaca um brasileiro, que, embora tenha esse nome de "Smith(F)", foi quem desenvolveu a primeira clonagem a partir dessa célula, já num estado mais avançado de diferenciação, embora ainda embrionária.

Próximo. Há uma série de laboratórios no Brasil, hoje, fazendo essa tecnologia. E agora, se você puder ir tocando devagarzinho, olha, nós temos laboratórios em Jaboticabal, em São Paulo, Brasília, Pirassununga, onde nós nos localizamos, no Belém do Pará, no Rio Grande do Sul, em Belo Horizonte, e vários outros laboratórios... Em Botucatu, no Rio de Janeiro, também no norte do Rio de Janeiro, em Santa Catarina, no Nordeste, agora, também. De novo, Belo Horizonte. Ou seja, existe um grande número de laboratórios aptos e realizando a tecnologia de transferência de núcleo no Brasil, que resulta numa estimativa de aproximadamente 100 clones produzidos no Brasil, vivos atualmente. A maioria desses laboratórios derivaram, assim como eu o e Prof. Rodolfo, de um laboratório do Prof. Smith(F), aquele brasileiro que trabalhou na Escócia, antes da Dolly, que, hoje, está sediado em Montreal. Mas esses laboratórios ainda estão se instalando com colaboração na Colômbia, na Argentina... Próximo. Argentina de novo, Chile e Colômbia outro laboratório. Então, são dois laboratórios na Argentina e um no Chile, que nós temos conhecimento que já estão realizando a metodologia de clonagem. Ainda existe mais um, dois, três laboratórios no Brasil que também deram início à produção de clones.

Próximo. No ponto de vista de produção e de proteção da tecnologia, existem várias patentes de clonagem no mundo. Existe um no nosso conhecimento, que foi desenvolvid a pela Universidade Montreal, por brasileiros, mas foi patenteada pela Universidade. Existe outro processo que já foi encaminhado e que está aguardando, portanto, deliberação, na Universidade de São Paulo, de minha autoria e da equipe. E esses trabalhos, então, levaram a uma possibilidade de aplicação comercial da clonagem. Essa aplicação comercial teve início no nosso grupo junto com a empresa que fazia fecundação *in vitro,* que é a Vitrogen, e aqui estão alguns resultados como essa vaca, por exemplo, que foi clonada. Esse animal hoje tem aproximadamente três anos da idade.

Próximo. Essa outra vaca, que também foi clonada, tiveram dois produtos, um deles foi vendido num leilão por 1 milhão de reais, também um animal que já foi clonado e hoje tem quatro anos, aproximadamente. E esse aqui, um touro, muito importante, no Brasil, que foi clonado, foram produzidos três cópias dele, e essa aqui era a imagem dele há um ano e meio atrás. Então, quer dizer, esses animais já foram produzidos, já estão em idade adulta e já estão servindo do ponto de vista reprodutivo.

Próximo. E aqui é uma série de outros animais e a foto daquele colaborador, o brasileiro que vive no Canadá, o [ininteligível], e que, hoje, está trabalhando conosco em Pirassununga, num estágio sabático durante... Professor colaborador.

Próximo. Na nossa equipe, já foram produzidos 66 bezerros a partir de 19 doadores. Bom... Não é só a parte positiva, há também problemas na clonagem. O problema é esse: o desenvolvimento dos animais, e o parto não acontece de maneira tão natural e tão simples como acontece em vacas de monta natural, ou inseminação artificial, ou mesmo a fecundação *in vitro.*

Próximo. Alguns animais nascem de tamanhos bastante variáveis, e uma síndrome que a gente chama de uma síndrome similar à síndrome do bebê de mãe diabética. Então, muitas vezes, o bezerro nasce num determinado tamanho maior e apresenta algumas alterações da adaptação, no momento do nascimento.

Próximo. Então, aqui está um exemplo, né? Dois clones. Embora a gente imagine que eles são geneticamente iguais, nem sempre eles estão idênticos. Óbvio, esse aqui é um pouquinho mais velho, já está trocando de pele, mas a diferença de tamanho é relativamente clara.

Próximo. O que nós temos desenvolvido bastante é uma equipe que trabalha no sentido de fazer a obstetrícia e neonatologia, e, com isso, nós temos melhorado bastante as nossas taxas de nascimento. Essa obstetrícia, então, é um ponto que eu gosto de frisar, que, hoje, nós somos convidados para palestrar num Congresso Internacional de Biotecnologia ou de tecnologia de embriões.

Próximo. Bom... E aí, para que clonar? Existem efeitos nucleares que estão ligados ao envelhecimento? Esses animais vão envelhecer? Estudos mostrando em bovino, no grupo do Allan Kean(F), no Canadá, tiveram uma boa visão desses dados, e o que acontece é que aquela região telomérica, que inicialmente foi descrita pela Dolly, indicando uma diminuição do telômero, não acontece nos animais clonados, e, na verdade... No caso dos bovinos, na verdade, os bovinos têm um telômero mais longo, o que não quer dizer também que eles vão sobreviver mais, porque, via de regra, os animais não morrem por causa de células que replicam, e, sim, por causa de células que não replicam.

Próximo. Essa é a mesma coisa, mostrando o mesmo tamanho da região telômérica dos controles e dos clones. E o ponto final que eu queria chegar é justamente esse. Quer dizer, quando nós estamos trabalhando em reprodução, nós temos um ganho genético aditivo; quando nós estamos trabalhando em clonagem, a gente passa a trabalhar em linhagem. É uma coisa que os suínos já foram capazes de fazer a algum tempo. E, no caso de bovinos, nós ainda não fomos capazes, por causa do intervalo de geração e o número pequeno de descendentes das fêmeas. O fato de trabalhar em clonagem não permite um melhoramento genético, que é uma crítica que a gente recebe muito, quando fala de clonagem; por outro lado, permite um ganho genético, e é isso que eu vou tentar mostrar.

Próximo. Aqui está um exemplo de duas populações: nelore. Essa aqui é uma população real. E essa outra aqui é uma população simulada, a partir de Monte Carlo, mostrando que, se nós selecionarmos uma população que está nessa posição, na curva Gauss, e clonarmos ela, nós vamos ter, nesses 550 dias, um ganho de aproximadamente 200 quilos por cabeça em média. É um peso vivo, é um ganho muito considerável, e, para a gente fazer isso com melhoramento genético, clássico, sem uma utilização dessa, precisaria de bastante tempo. Se a gente usar um população F1, a mesma coisa: 200 quilos por cabeça em média. No entanto, isso acontece em 390 dias, uma condição muito similar que aconteceu com o frango.

Próximo. E isso, então, óbvio, hoje, não está disponível para aplicação, inclusive por causa do custo e porque não existe ainda uma metodologia que permita produzir clones em larga escala. Mas nós acreditamos que ela vai existir e, talvez, inclusive, não seja a partir de clonagem com a tecnologia de transferência de núcleo, como eu mostrei para vocês, e, sim, utilizando células-tronco ou outras metodologias que estão sendo criadas. Mas isso permitiria produzir vacas como essa aqui, que é uma vaca Girolanda, adaptada para o nosso país, que resiste a carrapato, resiste à temperatura, e, no entanto, produziu 72 quilos em uma ordenha. Quer dizer, ela tem a vantagem da produtividade e tem a vantagem da resistência, isso é alguma coisa que a gente precisa para o nosso país.

Próximo. Um número grande de cópias desse animal seria uma solução que poderia vir a contribuir para a produção, já que ela, quando ela vai reproduzir, o mérito genético dela é perdido, porque essa vantagem genética que ela tem é "não aditiva" e, portanto, não dá para ser passada para a família, porque ela é um F1, ela é um indivíduo cruzado.

Próximo. Muito bem... Para praticamente finalizar, as avaliações estrangeiras em relação à clonagem. O USDA aprova o consumo de produtos de origem de animais clonados. Canadá, o relatório foi favorável à aprovação, baseado nos estudos do Dr. Willian Allan Kean(F). Na Nova Zelândia, aprova o consumo de animais clonados. Argentina não há a menor regulamentação, os animais existem, assim como está acontecendo no Brasil.

Próximo. Finalmente, para concluir, animais clonados não oferecem risco à saúde e tampouco à pecuária, como foi demonstrado pela USDA. A clonagem animal é uma realidade no país, que vive [soa campainha] o estado da arte da tecnologia. Há, no Brasil, mais de uma centena de animais clonados, milhares de descendentes... E esse é um ponto, né? Existem várias empresas do exterior que estão exportando sêmen de touros clonados e que já vieram para o Brasil e que já cobriram, ou já foram inseminados em várias vacas, principalmente da raça holandesa.

A clonagem animal pode ser uma ferramenta importante para o futuro.

Eu me coloco à disposição para qualquer eventual consulta ou contribuição que vocês acharem necessário.

Próximo. Há também a equipe que vem trabalhando nessa área e agradeço, aproveito para agradecer as duas empresas que vêm contribuindo com o estudo da clonagem, a FAPESP e o CNPq, e a Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da USP, onde eu estou alocado.

Próximo. O último. E esse... Encerrou [soa campainha].

Muito bem. O último *slide* teria o meu *e-mail*, mas eu posso passar individualmente para quem tiver interesse. É justamente esse... Então, esse é o *campus* de Pirassununga. Estaremos honrados com a visita dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós vamos ouvir agora... Ouvimos a extrema esquerda. Agora, nós vamos ouvir a extrema direita, a D. Cosette Barrabas, que representa o IBAMA. Ela tem dez minutos para fazer a sua exposição.

SRA. COSETTE BARRABAS XAVIER DA SILVA Bom-dia a todos. O IBAMA agradece a participação da Mesa. A gente gostaria de fazer um breve relato sobre a proposta, com relação, principalmente, à fauna silvestre. Atualmente, todas as atividades voltadas a manejo de animais silvestres, eles são regulamentados e precisam de licenciamento ambiental do órgão competente. O IBAMA já tem procedimentos de concessão de registro para manutenção, criação comercial da fauna silvestre, aí envolve mamíferos, répteis, anfíbios e peixes, e a gente... Toda essa questão do registro, procedimento, o IBAMA já tem.

A gente avalia que, atualmente, o importante para a nossa fauna nativa é a gente manter a nossa variabilidade genética, e a gente entende que inicialmente não existe uma necessidade da clonagem, e, sim, o desenvolvimento de tecnologias para que a gente aprenda a manter essa fauna em cativeiro.

Nós temos espécies hoje, no Brasil, que a gente não consegue fazer a manutenção dela em cativeiro. Por mais que a gente consiga retirá-lo da natureza, essa manutenção é temporária, e, quanto à reprodução, ela se torna bastante difícil porque também a gente tem que levar em consideração os fatores de manutenção da fauna em cativeiro quanto à ambientação. Então, o ponto principal hoje para a fauna silvestre é: como nós vamos manter a nossa fauna em cativeiro? Para que nós vamos manter? E aonde nós vamos chegar com isso?

Existe um mercado bastante grande quanto à manutenção de cativeiro, principalmente como os animais de estimação, e volta, aí, principalmente, o mercado de aves, de pequenas aves.

A tecnologia de reprodução para muitas espécies está bastante avançada e já tirou da lista de... Tiro algumas espécies de risco de... Ameaçadas da extinção, pelo fato de ter desenvolvido essa tecnologia em cativeiro.

A gente entende também que a clonagem da fauna silvestre a gente precisa de maiores discussões, para ver tanto quanto ao uso, para definir bem quais são essas categorias de uso que está se tendo, não só para alimentação, mas como manutenção em cativeiro, para fins científicos de pesquisa, como também para a questão da conservação, se essa tecnologia é importante para a manutenção ou para proteção de espécies ameaçadas.

Outro ponto que a gente relata, e é bastante importante, é quanto à soltura ou escape desses animais, quando se trata de fauna silvestre. A gente participa da Convenção da Biodiversidade, onde a gente tem a missão de erradicar espécies invasoras ou exóticas, e, com a clonagem dessas espécies, a gente não sabe qual é o potencial que vai ser melhorado e qual é o impacto que essa espécie pode causar no meio ambiente. Então, isso é uma preocupação que a gente tem de como vai ser isso, como vai ser o controle, para evitar que novas espécies sejam introduzidas no meio ambiente e a gente não consiga controlá-las, e causem mais danos tanto à área econômica, principalmente agricultura, pecuária, e a área energética, e aí a gente pode citar exemplos como javali, que ocorre... Foi introduzido principalmente na região Sul do país, que dá muito problema com a pecuária e com a agricultura, e com o mexilhão dourado que a gente tem problema com todas as hidrelétricas, que eles ficam nas turbinas. Então, para evitar esse tipo de problema, a gente não é favorável à introdução desses animais, porque a gente realmente não sabe qual é o impacto que ele vai causar no meio ambiente.

Quanto à importação de fauna silvestre, todos os procedimentos de importação são feitos em parceria, junto com o Ministério da Agricultura e com o IBAMA, ambas as instituições possuem normas que regulamentam essa atividade. E quando se trata de fauna silvestre, o IBAMA passa a anuir, autorizar, em conjunto com o Ministério da Agricultura.

Ainda temos as questões das espécies ameaçadas quanto à importação. Então, todo esse procedimento também já está preestabelecido e ambos os órgão devem ser ouvidos.

Dessa forma, a gente se manifesta, e eu vejo aqui que a questão da clonagem é bastante voltada à produção, principalmente de mamíferos, bovinos, suínos e caprinos.

Então quanto à fauna silvestre, que, em algum momento, será envolvida no Projeto de Lei, a gente entende que ele deve ser mais discutido, amplamente discutido de que forma vai ser importante para o IBAMA, de que forma vai ser importante para a fauna, para a contribuição da fauna e como é que nós vamos proceder junto ao processo de licenciamento ambiental. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos à D. Cosette pelo esclarecimento que presta sob a ótica do IBAMA.

E vamos, então, ao meio de campo agora, chamando aqui o Dr. Carlos Cristo, do MDIC, para dar a visão que tem o Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior.

SR. CARLOS CRISTO: Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, colegas da Mesa. Em primeiro lugar, queria trazer os cumprimentos do Ministro Miguel Jorge, que lamenta estar impossibilitado de estar aqui, neste momento, embora considere esta reunião e esta pauta de extrema importância.

Eu vou tentar ser bastante curto e bastante objetivo, até porque as exposições que me precederam já colocaram muitas as questões que nós vamos apresentar.

Por favor, o primeiro *slide*. Este quadro é absolutamente óbvio, já foi aqui referido pelo Dr. Flávio Meirelles, a importância das exportações de carne – que acho que é um foco principal desse Projeto de Lei no Brasil.

Próximo. Por favor. Evidentemente que nos interessa muitíssimo estar em dia com a questão tecnológica, não sermos ultrapassados por outros países, não estarmos a reboque de situações consolidadas no mundo, mas, sim, aproveitar. Como já me refiro novamente ao Dr. Flávio, ele mostrou que nós estamos na fronteira do conhecimento, em termos de clonagem, e, portanto, devemos considerar isto e capitalizar isso a nosso favor, e, nessa situação, esta regulamentação que esta Casa propõe é fundamental para que tenhamos um desenvolvimento tecnológico positivo.

Além do tema referido, que eu me referi no primeiro *slide,* da importância econômica em termos de carne, nós temos a questão dos biorreatores, a questão das pesquisas e saúde humana.

Evidentemente que, da mesma forma como já se realiza na clonagem vegetal, nós queremos e temos como objetivo o aumento de produtividade e melhoraria da qualidade. Preocupações? Sem dúvida. Nada... Nenhuma atividade... Hoje, eu acho que há uma consciência muito grande, no mundo inteiro, que nós não podemos fazer qualquer coisa a qualquer custo. Portanto, nós temos como preocupações o descontrole sobre eventual transbordo de criações confinadas, principalmente aquáticas, uma eventual cheia, algo que possa jogar no meio ambiente, de uma forma descontrolada, espécies que são objeto deste estudo, e aquelas de difícil confinamento, como é o caso da apicultura, né?

Agora, queremos absolutamente enfatizar que este tema não é um tema de organismos geneticamente modificados, não é isto, nós não estamos querendo introduzir organismos geneticamente modificados através desse processo. Esse é um processo de clonagem, né, que é completamente diferente e com, evidentemente, riscos oferecidos ao meio ambiente completamente diferente e de muito menor monta, basicamente centrados na questão da diversidade.

Outra preocupação muito grande nossa é que um instrumento legal importante como este não possa se tornar no indutor de processos burocráticos que atrapalhem a vida das empresas, a vida dos pecuaristas, enfim... Então, gostaríamos que isso fosse algo que os processos decorrentes dessa Lei fossem processos mais facilitados possíveis.

Por favor, o próximo *slide*. Nesse sentido, conciliar, para os casos de sobreposição, as normativas que já existem do CGEM, Centro de Gestão de Patrimônio Genético; da CTNBio, Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, principalmente quando nós estivermos falando de clonagem, aí, sim, de organismo geneticamente modificados; do Conselho Nacional de Ética e Pesquisa, o CONEP; e, eventualmente, o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal, o CONCEA. No entanto, nós observamos que as práticas de zootecnia estão foras dessas competências.

Por favor. Achamos, como reflexões, também, que a competência pela autorização deveria se extinguir pela atividade, não pela espécie, que poderíamos centrar no MAPA a questão de autorizações para todas as atividades de clonagens, em especial

as de produção de alimentos *in natura*, como já é, enfim, do MAPA, que possa haver um autorização pelo CGEM, pelas pesquisas com animais de biodiversidade brasileira, uma autorização da CTNBio, como já me referi, para atividades que envolvam organismos geneticamente modificados, e aí uma autorização em conjunto, e autorização pela CONEP, para clonagem voltada à pesquisa pré-clínica que não faz parte da competência atual.

Eu gostaria dizer aos senhores que nós consultamos os participantes do Fórum de Competitividade da Biotecnologia e os membros do Comitê Nacional de Biotecnologia que nós coordenamos, inclusive me acompanha aqui o Dr. Sérgio Figueiredo, que é o coordenador suplente do Comitê Nacional de Biotecnologia.

Coloco-me à disposição, portanto, para qualquer esclarecimento e agradeço muitíssimo, mais uma vez, a oportunidade de podermos estar aqui, apoiando essa iniciativa importante do Senado Federal. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a exposição do Dr. Carlos Cristo. E vamos passar agora a mais uma mulher, a D. Beronete Barros de Freitas, que representa o Ministério da Agricultura e Pecuária.

SRA. BERONETE BARROS DE FREITAS: E quero assim dizer que o Ministério, após avaliar todo esse trabalho do projeto e também observando os nossos colegas que estão fazendo essas pesquisas e verificando a necessidade de organizar, de fazer a regulamentação pela... A intenção, o objetivo do segmento interessado em estar pedindo que a sociedade se organize. Então, o Ministério, como órgão do Governo, tem que se mobilizar para isso, e o Ministério da Agricultura, junto à Secretaria da Defesa e Agropecuária, que é o setor onde a equipe de material genético animal trabalha, se organizou para avaliar esse projeto, que é o Projeto de Lei 73, onde mencionam diversos setores, instituições que iriam fazer o registro para trabalhar com clonagem. Então nós avaliamos que o registro em diversas instituições não seria bom, porque iria acontecer uma burocratização muito grande, ônus para a sociedade e verificamos que seria melhor que o registro fosse feito exclusivamente no Ministério da Agricultura, e, assim, a nossa justificativa para vocês seria que o Ministério fizesse o registro para todos os tipos de clonagem, seja mamífero, seja animais silvestres, e sempre ouvindo as outras instituições. Por exemplo, se for clonagem voltada a assuntos referentes ao IBAMA, que seja ouvido o IBAMA, a Secretaria de Pesca ou talvez mesmo a ANVISA.

Também nós observamos, nesse Projeto de Lei, que havia algumas falhas com relação à ausência... Não posso falar falha. Ausência de algumas exigências que são importantes para o Ministério da Agricultura, os aspectos de ordem sanitária. A segurança sanitária para o Ministério é importante. Então, na importação de um material genético ou de um material para clonagem, é importante que haja também a segurança sanitária e que o Ministério da Agricultura... A importação venha... Autorização por ele. Mas sempre ouvindo os órgãos competentes... Aliás, as instituições competentes, seja o IBAMA, seja a ANVISA, seja a Secretaria de Pesca.

Na proposta da lei, houve uma necessidade de ser colocada – proposta do Ministério -, que seja colocada uma exigência do aspecto de segurança sanitária, porque nós observamos, e essa segurança sanitária é justamente para avaliar num momento que for... Num laboratório organizar a parte de aspectos de como vai ser os processos de clonagem. Então, esse aspecto sanitário seria tanto para a sanidade do homem quanto para a sanidade do animal. Nós solicitamos, na nossa nota técnica, que seja colocado algum artigo que trate sobre os aspectos de segurança sanitária.

Outro assunto que também o Ministério observou é que, na lei, na proposta de lei, tem alguns itens que não poderiam ficar aqui. Na nossa visão, poderia ser colocada numa instrução de serviço. Que a lei, não caberia estar aqui, por exemplo, procedência do material genético utilizado, identificação de interesse na clonagem. Esses itens poderiam ser colocados num outro regulamento, como, por exemplo, uma instrução de serviço, e seria... A nossa sugestão é que seria retirado dessa proposta de lei para ser utilizado em outro regulamento menor, talvez uma instrução de serviço, mas que ele deve ser complementado. Não que não fique na lei, mas que seja usado em outro instrumento legal.

Outra observação do Ministério é que seria... Um setor do Ministério também fez um questionamento com relação a substituir... Ao invés de se usar mamíferos, peixes, aves, se utilizar a expressão “animais”. E nós ficamos de avaliar se isso... Vamos dizer assim, essa definição com o código da OIE para ver se realmente tem referência e se vale a pena ou não, ou deixarmos como vocês colocaram aqui, no Projeto de Lei, na proposta de Projeto de Lei.

Outra observação que o Ministério fez, está fazendo aqui também, é com relação... É uma observação que não tem nas penalidades, que seria quando... Deverão ser tomados pelos órgãos de registro e fiscalização quanto ao destino de material ilegal que possa ser apreendido durante as operações de fiscalização.

Um material ilegal na clonagem não está sendo identificado na parte de penalidades. Então, isso seria um item que a gente queria que fosse colocado também na parte de penalidade para ser observado quando acontecer essas situações. Essa foi uma observação que a Comissão de CTNBio que representa lá no Ministério, que se chama CBio, colocou. E tem uma outra alteração. Quando o plano foi obtido de animais que sofrem alterações por seu genoma... Não, essa observação foi o colega da parte de CTNBio que acha que deve ser assim. Quando o clone não for obtido de animais que sofreram alteração de seu genoma, por meio de técnica de engenharia genética, é dispensável... Haja vista que a Lei 11.105, de 24 de março. Ou seja, ele menciona que isso aqui já tem na Lei, então não precisaria estar nesse Projeto de Lei. Resumindo: o Ministério da Agricultura, a proposta dele é que o registro seja feito por ele em todas as situações, sempre ouvindo os órgãos competentes. Assim, um tipo de uma licença do IBAMA, quando couber, ou outro setor. E também quando acontecer importação de material genético, aliás, de clonagem, o Ministério da Agricultura vai ser o órgão, assim, que vai liberar essa importação, tendo em vista que tem uma Lei específica do Ministério para liberar as importações no país, em função de preservar os aspectos de sanidade de entrada de doença no país. O que é que tinha mais para explicar aqui para vocês...

Então a intenção do Ministério é essa: fazer o registro, tendo em vista que o Ministério da Agricultura já faz o registro de estabelecimentos que trabalham com sêmen, embrião, e também fiscalizam esses estabelecimentos. Assim, ele solicita que seja feito o registro por ele, sempre ouvindo as outras instituições que têm interface. É a minha manifestação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigada, D. Beronete, pelos esclarecimentos que prestou, acho que deu uma contribuição substancial, até porque apresentou subsídios para a mudança do projeto.

E nós vamos ouvir agora o último expositor, que é o Sr. Rodolfo Rumpf, doutor em veterinária, pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNBio.

Eu vou até adiantar aqui para o Dr. Rodolfo que, nesta Comissão, todos os Senadores são embrapianos. Portanto, o senhor está na sua casa. Então, com a palavra o Sr. Rodolfo.

SR. RODOLFO RUMPF: Depois desse depoimento, agradeço muito, realmente faz diferença, e que a gente também está empenhado para fazer o melhor possível sempre.

Agradecer a possibilidade de estar mais uma vez conversando e discutindo esses assuntos. O principal entrave é exatamente a questão da opinião pública, de a gente conseguir explicar adequadamente para a sociedade o porquê é que nós estamos trabalhando em determinadas tecnologias, quais os mecanismos que nós usamos para fazer o monitoramento de desenvolvimento da tecnologia lá no laboratório e, principalmente, depois, quando a gente leva essa tecnologia para a iniciativa privada. Nós queremos fazer melhoramento e não pioramento, e nós queremos ver cada vez mais. Então, isso é um lema, o homem é um ser vaidoso, e com toda razão, e nós temos que viver mais e com boa qualidade de vida. Então, esse é o princípio, vamos dizer assim, que norteia todo o nosso trabalho lá dentro da EMBRAPA. Não é só ter o resultado, mas ter um resultado diferente, que faça diferença na produção, no bolso do criador, na qualidade do alimento que vai à mesa do nosso consumidor.

Eu vou passar rapidamente alguns *slides* também, agradecer ao Flávio, Dr. Carlos, aos demais, Beronete, a Dra. Cosette, acho que... Excelente, nós estamos indo para uma maturidade e para um consenso. Eu acho que isso é importante, quando a gente consegue atingir esse nível de convergência.

Bom... Clonagem nós já temos resultados no mundo inteiro e nas diferentes espécies, mas eu continuo insistindo que ela é uma tecnologia em desenvolvimento. Ela tem mais perguntas do que respostas, mas um instrumento regulamentador, isso nos daria... Como o Flávio mostrou, olha a força do trabalho que está se constituindo no país. Não existe evolução sem rotina, sem gente, sem infraestrutura e sem um grande volume de trabalho. E se nós já somos líderes em várias outras tecnologias, por que também não nessa?

Próximo. Transferência nuclear é a tecnologia, então, que permite clonagem, clonagem por conceito significa muitas cópias semelhantes, idênticas, e a transferência nuclear, basicamente... Esse eu acho que vocês já conhecem, mas eu parto de uma fonte doadora de núcleos, que é o genoma que nós vamos multiplicar, seja um embrião, células de um feto, ou, principalmente, o foco no animal adulto. Por que o animal adulto? Porque, geneticamente, ele já mostrou para que veio. Ele já provou a sua capacidade de produzir um determinado atributo que pode ser explorado comercialmente ou, então, dentro dessas diferentes linhas que nós já conversamos. Bem, essa célula, ela precisa se alojar no interior de óvulo, de um outro óvulo de outra vaca, aqui também existe um espaço para a gente discutir alguma coisa. Hoje, pela norma estabelecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, esse ovócito tem que vir de uma vaca registrada da mesma raça, e isso é uma precaução. Até que a gente consiga definir claramente qual

a contribuição que essa herança citoplasmática pode trazer no fenótipo do futuro indivíduo, a gente estabelece essa regra. Amanhã ou depois, nós vamos poder exatamente fazer o contrário, de repente; trabalhar com raças distintas, bem distantes do ponto de vista de origem genética, e conseguir produzir um animal até mais estável, mais adaptado, como o Flávio também já colocou. Esse o óvulo, então, a gente matura ele. Em vez de fecundar, nós vamos remover o núcleo, colocar a célula doadora do núcleo, fazer a eletrofusão, a gente vai mostrar isso rapidamente, passo a passo. Sete dias, cinco dias depois... Sete dias depois nós vamos ter um embrião. Eu posso usar esse embrião na reclonagem, como doador do núcleo, mas eu posso também transferir para as vacas receptoras e produzir os embriões. Os índices são baixos, nós temos na faixa de 1 a 5% para fêmeas, em torno de 10% de sobrevivência para um doador macho.

Próximo. Rapidamente, a nucleação é feito nesses microscópios invertidos, pode ser manipulado até por crianças, mas exige algumas horas, não é, Flávio? Eu digo que é como pilotar um pequeno avião. Tem que ter um cursinho básico para começar, porque os comandos são invertidos. O 'Tico e o Teco', às vezes, entram em...

Próximo. Eu tinha um filminho aqui e de novo furou, peço desculpas.

Mas nós removemos o núcleo, com base na expulsão do primeiro [ininteligível], e aí checamos, na biópsia, a eficiência à nucleação. Nós evitamos causar qualquer dano para aquele citoplasma receptor, e, como o Flávio falou, é ele que tem as mensagens que vão permitir que o núcleo se reprograme, que era um núcleo de um fibroblasto lá da pele, que, daqui a pouco, vira núcleo do embrião e tem que reprogramar todo o seu desenvolvimento de novo. Então, esse, por si só, já demonstra o grau de complexidade da tecnologia. É diferente de tudo que nós já fizemos até hoje.

A coleta das células... Isso aqui é uma vaca [ininteligível], pode ser da ponta da orelha, da base da calda, um centímetro quadrado de pele, nós conseguimos isolar milhões de núcleos.

Próximo. Essa pele a gente leva lá, esse aqui é um pedacinho da pele, então, que removemos, colocamos na placa de cultivo... São as células que vão se soltando da biópsia e vão povoando o fundo da placa. Duas, três semanas, nós temos essa placa toda povoada por essas células. Nós vamos fazendo as repicagens, a cada duas semanas, dependendo do ritmo e o tamanho da placa, e nós temos aí um cultivo mais voltado para o fibroblasto.

Próximo. E nós já podemos começar a trabalhar. Aqui também a reconstrução, mas, agora, nós vamos... Então, naquele óvulo, que nós removemos o núcleo, nós vamos colocar uma dessas células que a gente isolou da pele do animal. Existem outras fontes de células também doadoras de núcleo.

Próximo. A eletrofusão, gente... Aqui é uma placa que nós temos. Dentro, nós temos dois eletrodos, e aqui tem o citoplasma, sem núcleo, a célula doadora do núcleo, e, agora, então, por esse equipamento, nós vamos fazer o que a gente chama de "eletrofusão". Isso também, não é Flávio, alguns anos de ajustes para chegar nos parâmetros ideais, mas, hoje, a gente já consegue ter uma boa eficiência da eletrofusão. A hora que tu estabelece esse estímulo elétrico, vai haver abertura de poros nas membranas plasmáticas das duas estruturas e a fusão propriamente dita. Nesse momento, então, é que nós estamos reconstruindo o embrião, e esse é um momento crítico, porque eu tenho que ter uma sinergia, uma pariedade entre o ciclo celular da célula doadora do núcleo com o citoplasma que está recebendo esse núcleo.

Próximo. Aplicações potenciais já foram faladas várias... A ciência básica... Eu sempre costumo dizer que só pela contribuição, como modelo de estudo, que a clonagem trouxe, para nos ajudar a entender determinadas coisas nessa parte de ciência básica, já justifica todo o esforço humano, mental e financeiro que foi feito. Na conservação animal... E aqui eu vou puxar um pouco a brasa para o nosso assado. A gente vai voltar a conversar um pouco sobre cada uma dessas. Produção de animais transgênicos, aí nós voltamos lá para a CTNBio, mas acho que o *link* está muito bem formado aqui, são duas tecnologias bem incipientes ainda, mas que, quando a gente consegue unir as duas, a gente consegue ter resultados interessantes. A produção animal e também a questão da medicina.

Próximo. Ciência básica, interação núcleo citoplasma. Eu, agora, posso entender cada coisa separada e depois colocar junto e ver como é que essas coisas se comportam. Quer dizer, isso é um modelo fantástico para estudo de determinadas doenças que a gente... Síndromes principalmente, que a gente não tinha modelo adequado.

A questão do DNA mitocondrial é uma questão também interessante. O Flávio tem uma linha importante de estudo nessa direção e que eu acho que a gente deve ainda concentrar bastante esforço.

Próximo. A questão da conservação animal. Eu acho que aqui é um dos grandes questionamentos. Eu já vou antecipar uma das conclusões. É a questão da clonagem diminuir a variabilidade genética. Qualquer uma dessas tecnologias pode contribuir para diminuir a variabilidade genética. Todas essas tecnologias devem ser usadas, alinhadas aos projetos de melhoramento

genético, animal e monitoradas, devidamente monitoradas. Qual que é a grande saída para isso tudo? É nós termos a nossa variabilidade genética no botijão de nitrogênio líquido. Quer dizer, nós termos os bancos de germoplasmas, devidamente representados lá, com as variabilidades que nós encontramos nas diferentes raças e espécies. E esse é um trabalho que a gente já faz na EMBRAPA para raças em vias de extinção e espécies. Agora, nós estamos fazendo um mutirão mesmo para levar isso também para as raças comerciais. Isso é uma questão... Meu ex-chefe dizia que é uma questão de [soa campainha] segurança nacional, e eu concordo com ele, porque é extremamente importante o país, essa riqueza, esses genes que a gente dizia que era a moeda [ininteligível] de futuro, já são.

Próximo. Aqui alguns exemplos de resultados. Isso é uma vaca Junqueira do banco de germoplasma nosso.

Próximo. A gente usou, conseguiu mostrar, então, que a clonagem é uma ferramenta também para viabilizar a regeneração do banco de germoplasma. Quer dizer, o que é que eu coloco no banco? Sêmen, embrião, o ovócito e agora um centímetro quadrado da pele ou células congeladas, e eu tenho ali toda a variabilidade de uma determinada espécie, raça, assegurada por 2000 anos, pelo menos.

Próximo. Aqui, um outro exemplo de uma vaca que morreu. A gente conseguiu fazer, a partir das células que ficam na volta do ovócito, estabelecer uma linhagem celular e conseguir trazer aquela genética de volta para dentro de um programa. O seguro de animais, ele banca financeiramente, mas nós perdemos aquela genética. Aqui não, aqui nós estamos sugerindo manter a genética, que é o que interessa para o país de um maneira geral.

Próximo. Só exemplo... Animais, eu disse, os índices são baixos, mas o que nós temos visto é que os animais sobrevivem(F), fertilidade normal, animal criado a pasto, sem problema nenhum.

Próximo. A produção de animais transgênicos é uma das áreas que o país, o Brasil, já foi feito diagnóstico pelo MDIC, que nós somos carentes, nós somos grandes importadores dessas moléculas de alto valor agregado. A gente brinca que nós vendemos carne à granel, nós temos que vender o bife empanado, e, principalmente, na questão do subprodutos de origem animal, eu acho que tem um espaço enorme para o Brasil; nós vendemos o extrato e compramos os medicamento. Então nós temos um espaço enorme. E uma das plataformas, das rotas tecnológicas, passa por aqui. Por isso é importante o país ter competência nisso.

Próximo. A produção animal, como já foi bem justificada, nós achamos que nós temos que acompanhar o desenvolvimento do estado da arte e colocar isso, e, como eu já falei, com todo o monitoramento necessário.

Próximo. Aqui já há resultados comerciais também. Estamos estabelecendo uma parceria com uma iniciativa privada, porque não é com meia dúzia de clones, nascido num ano, que nós vamos conseguir responder todas essas perguntas. Então, há necessidade dessa interação público-privada.

Próximo. A medicina, pesquisa com células-tronco, já foi também um pouco adiantado. Isso é um... O bovino é um modelo de estudo para espécie humana muito interessante e que está sendo... E nós temos assim muitas provocações da área humana para trabalhar em conjunto nessa área mais básica, para entender esses mecanismos da diferenciação celular. E eu acho que é uma contribuição a mais que isso tudo pode trazer, como eu disse, para melhorar a nossa qualidade de vida e poder viver mais.

Próximo. Aqui é a Vitória, só um pouco de propaganda também, nasceu em 17 de março de 2001. Ela... Aqui nós usamos um núcleo de um... A célula, doador de um núcleo, era de um embrião. Não era uma clonagem somática, portanto.

Próximo. Também reproduziu, tem vários descendentes na fazenda.

Próximo. E o que são esses clones, então? A constituição de estabilidade biológica. Na verdade, o clone, hoje, ele é um sujeito, a gente diz assim, mais ou menos, que sobrevive com a nossa ajuda. Mas se ele atingir a puberdade, produzir gametas viáveis, passar por um ciclo sexuado, os seus descendentes são tão estáveis geneticamente quanto os do doador do núcleo. O que eu quero dizer com isso é que os descendentes de um clone são geneticamente iguais a qualquer um do doador anterior. Então, por isso que se colocou lá na norma também que o registro definitivo de um clone, junto à associação, só será efetivado no momento que ele provar a viabilidade de seus gametas.

Na questão de segurança alimentar. Hoje, nós temos uma discussão bastante ampla a nível europeu, mas eu acho que existe, também, por outro lado, uma mobilização bastante grande – Estados Unidos, Argentina, Brasil, Nova Zelândia, Austrália -, no sentido de mostrar que realmente não existe nenhum risco para a saúde humana. Clone não é transgênico. Nós não manipulamos o DNA diretamente. Nós usamos o DNA inteiro que está lá no núcleo da célula doadora.

Próximo. Clonagem *versus* variabilidade genética, é isso que nós estávamos comentando. Quer dizer, nós temos como manter essa variabilidade genética. Se eu tenho um banco de reserva, eu posso ser mais agressivo, eu posso ousar mais na produção, mas,

assim mesmo, a tecnologia de clonagem, ela deve ser usada com monitoramento, ela deve estar embutida dentro dos programas de melhoramento genético animal. Aquilo que o Flávio mostrou, eu consigo desviar com muita rapidez um ganho genético fantástico. É competitividade [soa campainha], nós não vamos poder ficar empurrando com a barriga e não vamos ter todo o tempo do mundo pela frente.

Próximo. De novo o banco genético. Como eu disse, eu acho que isso é uma alternativa importante, e o país está se mobilizando para isso. E aí a importância da regulamentação da clonagem no Brasil. Eu era meio contrário a isso por muito tempo, até que, um dia, nós recebemos a visita do pessoal da Comunidade Européia, e, quando a gente comentou que nós tínhamos um instrumento legal, a conversa mudou do dia para noite. Então, eu acho que não basta ser, tem que parecer... Tem uma expressão popular nesse sentido. E eu acho que é importante esse esforço que a gente está desenvolvendo aqui, em conjunto com o Senado. É importantíssimo.

Propriedade intelectual do material genético. Isso é fundamental, talvez tenha que ser o dorso orientador desse Projeto de Lei, a questão... Um exemplo é a questão do sêmen. Quer dizer, eu posso comprar uma palheta de sêmen, isolar a célula somática e fazer um clone daquele touro. "Mas eu só comprei o haplóide masculino". Então, isso tem que ficar bem claro dentro da nossa lei aqui.

A regulamentação, eu acho que isso aí está bem, infraestrutura, recursos humanos, pegou um pouco da CTNBio, mas não faz mal, está sob controle, e a rastreabilidade é uma questão também que vai ser acompanhada de perto.

E por isso eu agradeço e me coloco à disposição para maiores esclarecimento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós é que agradecemos ao Dr. Rodolfo, pela brilhante exposição que fez.

Senador João Pedro, V. Exa. participa de quantas comissões temáticas?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Quatro comissões temáticas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu participo perto de dez. Eu fiz essa pergunta só para ilustrar para os expositores o drama dos Srs. Senadores que compõem esta Comissão. Quer dizer, ao mesmo tempo que tem uma reunião aqui, neste órgão, neste momento, e outras espalhadas, razão pela qual existe aqui um desfalque muito grande dos Srs. Parlamentares. E aqui, será que não seria o caso, Senador João Pedro, de aproveitar aqui a experiência da EMBRAPA, da CTNBio, do Ministério da Agricultura, de toda essa equipe técnica, de fazer um clone dos Srs. Senadores dessa Comissão, para que não ocorra esse desfalque de *quorum*? O único problema talvez fosse a reprovação da sociedade lá fora, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nós não temos esse banco de germoplasma aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então... Eu acho que o que se propôs nesta manhã foi trazer para a instrução desse Projeto de Lei--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --todas as informações...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Quem é o relator do Projeto de Lei?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É o Senador Goellner.

Todas as informações que são necessárias a sua boa instrução, e acho que os senhores e as senhoras trouxeram. Obviamente o relator vai subsidiar-se com os elementos que foram trazidos à colação nesta manhã.

Tudo que foi dito está gravado e todos os documentos, as exposições que foram feitas também serão disponibilizadas, não só para o relator, como para os demais componentes desta Comissão.

Acredito que houve aqui uma convergência importante entre todas as correntes que fizeram as sua exposições, o que mostra que a matéria está madura. O debate sobre a clonagem, sobre os avanços tecnológicos que foram demonstrados e essa preocupação com a biossegurança também mostraram que, efetivamente, há uma evolução significativa desse assunto para o país. E aqui ninguém divergiu quanto a um aspecto que é fundamental. É preciso marco regulatório. Resta saber o seguinte: o projeto que nós estamos apreciando atenderia efetivamente essas demandas, essas necessidades? Nesse sentido, eu prestei atenção na fala da D. Cosette, que alertou para a necessidade de algumas mudanças, retirar alguns dispositivos, acrescentar outros e etc.. Então, neste momento que nós estamos debatendo este assunto e que foram trazidas todas as preocupações e as necessidades à colação, nós estenderíamos também outro apelo aos senhores e às senhoras que participaram deste debate, no sentido de mandar sugestões de texto, devidamente acabadas, para que o relator possa louvar-se nessas informações, que serão, obviamente, muito úteis para a redação final do projeto, até porque, se não houver essa contribuição, muito possivelmente, no amanhã, poderá ocorrer alguma crítica ao texto que, certamen-

te, esta Comissão vai aprovar. Esta Comissão não. As Comissões que vão apreciar esse projeto irão aprovar, e, depois, o Plenário deverá referendar também aquilo que sair da produção desses órgãos. Portanto, feita essa ligeira digressão, eu consulto ao Senador João Pedro se deseja fazer algum questionamento.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Convidados, representantes de instituições, da EMBRAPA, do Ministério da Agricultura, enfim... Primeiro, eu considero importante esta Audiência Pública, para contribuir com o projeto que vai redundar num marco regulatório. Então, a minha primeira pergunta é isso. Eu sinto que a pesquisa avança, tem já um caminho percorrido e falta o marco regulatório. Então, eu acho que nós poderíamos... E V. Exa. acaba de refletir sobre a contribuição das instituições. Um país que tem as potencialidades que temos, as exportações que fazemos... Quer dizer, essa... Não tem volta, nós temos que aprofundar, garantir recursos orçamentários. Eu gostaria até de ouvir um pouco sobre isso, como é que um objeto tão estratégico para o país e como é que andam os recursos para a pesquisa, nesse ponto, aí, sobre clonagem animal e enfim... Como é que anda esse recurso.

Para o Ministério da Agricultura: além da Embrapa, quem mais pesquisa nesse campo da clonagem? Eu acredito que...

SRA. BERONETE BARROS DE FREITAS: [ininteligível] mas universidades e EMBRAPA. Nós temos uma interface muito grande com os colegas da EMBRAPA. O Ministério sempre trabalha em sintonia com os colegas da EMBRAPA e algumas universidades. Também, no caso, como nós somos responsáveis do material genético animal, nós trabalhamos também com o Colégio Brasileiro de Reprodução, e, nessa instituição, tem representante de todas as universidades, pesquisadores na área de sêmen e também a [ininteligível], a parte de embriões, e que essas instituições estão sempre em sintonia com o Ministério. Qualquer dúvida que o Ministério tenha para fazer algum questionamento, em algum trabalho que precisa da justificativa e orientação do que é que está acontecendo fora do país e que o Brasil esteja trabalhando... As instituições de pesquisas, no caso as universidades também, são com essas substituições. O Colégio Brasileiro, EMBRAPA e universidades.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O setor... Para o Dr. Rodolfo. O setor privado avança também nas pesquisas?

SR. RODOLFO RUMPF: Isso... Quando eu mostrei nos últimos *slides...* Existe, existe, hoje, empresas no país constituídas para esse tipo de trabalho.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com padrão...

SR. RODOLFO RUMPF: Com padrão de excelência. Então, existe empresa, que o Flávio tem a parceria, a CLONEST, que ele mostrou.

Hoje, nós temos já uma força, uma mobilização na área da pesquisa bastante significativa, o que talvez a gente precisasse um pouco mais de gasolina e querosene até, que é o ponto que o senhor começou a sua colocação. Porque existe ainda necessidade de algumas pesquisas, sem dúvida, eu disse, mais perguntas do que respostas, mas a gente está conseguindo... O Brasil é o seguinte... A gente sempre dizia que o produtor rural era uma pessoa difícil. Na verdade, não. O brasileiro, de uma maneira geral, ele gosta de correr risco, ele topa parada, foi difícil a gente quebrar essa primeira barreira, mas, hoje, nós estamos conseguindo construir parcerias público-privadas para avançar nesse sentido. O que a gente sente, e com toda razão porque ninguém vai botar dinheiro a vida inteira nisso, é que aquele dinheiro, ou, pelo menos, subsidiado, para você conseguir fazer aquela pesquisa necessária para alavancar e chegar num equilíbrio custo/benefício aceitável para a atividade. E isso eu acho que o Flávio pode me ajudar aqui. Mas, recentemente, a gente teve na FINEP, também, com esse intuito, porque você não pode esperar também que a iniciativa privada vai colocar milhões em cima de um projeto que você não tem marco regulatório adequado ainda. Então para isso também vai ser importante esse esforço que está sendo feito aqui. Mas se a gente conseguisse mobilizar certa linha de fomento para este tipo de coisa... Traria o transgênico junto, a produção das biomoléculas, biorreatores, que foi colocado pelo Carlos... Quer dizer, isso é um universo... E eu tenho certeza que mudaria o panorama e a competitividade do país.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Estão concentrados aqui, em Brasília, ou espalhadas pelas várias regiões do nosso país?

SR. RODOLFO RUMPF: Nós temos em várias regiões...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Na clonagem animal.

SR. RODOLFO RUMPF: Na clonagem animal, aqui em Brasília...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Brasília.

SR. RODOLFO RUMPF: E, hoje, temos uma parceria em Uberaba, que foi aberta para a prestação de serviço no sábado. Mas o Flávio tem um esforço bastante grande lá em Pirassununga, e nós temos aí, pelo menos hoje, trabalhando já, né, Flávio, uns cinco ou seis laboratórios, com potencial de entrar mais uns dez dos próximos dois anos. A demanda é extre-

mamente grande. Por isso que eu disse: a gente tem uma dificuldade de quebrar a primeira barreira com o produtor rural, com o criador, mas, depois que você consegue mostrar para ele os benefícios, ele topa a parada e vem correr o risco conosco. Isso tem sido uma experiência interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acresceria um indagação ao Dr. Flávio. Tem empresa que investe em pesquisa, nesse tipo de pesquisa, que está ganhando dinheiro?

SR. FLÁVIO VIEIRA MEIRELLES: Uma boa pergunta, né? Atualmente, as empresas que desenvolvem a fecundação *in vitro* são as que estão entrando para área da clonagem, via de regra são microempresas e têm investido na área de clonagem, mas visando o futuro. Quanto ao que nós vivemos hoje é o seguinte: o nosso primeiro clone nasceu em 2004, com fins comerciais ligados à empresa. Esse clone nasceu a 150 mil reais o custo. Hoje, nós estamos fazendo clone a 14 mil. Então, é uma diminuição de 90% do custo. Mas creditamos que nós chegamos a 7 mil reais um animal. Então, essa é a situação que está hoje. Então, a empresa tem que, para fins de aumentar a produção dela, abrir mão dos lucros, mas visando o desenvolvimento. No nosso caso específico, a empresa que a gente tem colaboração, que é a CLONEST, ela tem um financiamento subsidiado do Fundo PIPE, de Programas de Pequenas Empresas da FAPESP, em São Paulo, e... Mas, óbvio, existem outras fontes de origem federal também disponíveis. É um investimento relativamente pequeno e a empresa banca a outra parte durante o desenvolvimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Beleza. Bom, eu acho que nós exaurimos a nossa Audiência Pública e eu agradeço aqui a todos que dela participaram: o Dr. Flávio Meirelles, da CTNBio; o Dr. Rodolfo Rumpf, da CTNBio também; a Dra. Beronete; Dr. Carlos Cristo e a Dra. Cosette. Obrigados a todos. Tenham a certeza de que deram uma contribuição e poderão oferecer mais ainda, se oferecer os subsídios que nós solicitamos.

Não havendo mais assunto a tratar, eu dou por encerrada esta Reunião, mantendo a convocação ordinária para a próxima terça-feira.

Muito obrigado e está encerrada.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E COM A 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2009

Às oito horas e trinta e um minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e nove, na sala 13, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Fernando Collor e Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura e Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, respectivamente, com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Efraim Morais, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Flávio Torres, Delcídio Amaral, João Ribeiro, Paulo Duque, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Osvaldo Sobrinho, Jefferson Praia e Eduardo Azeredo reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Lobão Filho, Gerson Camata, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Papaléo Paes, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Fátima Cleide, Francisco Dornelles, Gilvam Borges, Mão Santa, Heráclito Fortes, Kátia Abreu, Arthur Virgílio, João Tenório, Marconi Perillo, João Durval, Marina Silva, João Pedro, Leomar Quintanilha, Valter Pereira, Marisa Serrano e Gim Argelo. Justifica a ausência o Senador Flexa Ribeiro. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, submete às Comissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos **Requerimentos nº 027, de 2009-CCT e nº 66, de 2009-CMA**, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer "..., nos termos regimentais seja realizada Audiência Pública conjunta, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e da Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI para debater o Projeto de Lei da Câmara nº. 006, de 2009, que "Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; Altera a Lei nº.

8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº. 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº. 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº. 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências", tendo como convidados: Mauro Grinberg, Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos em Direito Concorrencial e Comércio Exterior – IBRAC; Pedro Zanotta, Presidente da Comissão de Defesa da Concorrência da OAB/SP; Nelson Hubner, Presidente da ANEEL, Representando O Fórum dos Presidentes das Agências Reguladoras; Ronaldo Sardenberg, Presidente da ANATEL; Aurélio Rios, Subprocurador-Geral da República – MPF; Arthur Badin, Presidente do CADE – Conselho Administrativo de Direito Econômico; Mariana Tavares , Secretária da Secretaria de Direito Econômico/MJ e Antônio Henrique da Silveira, Secretário da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos SEAE/MF", ao **Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 027, de 2009-CCT**, de autoria dos Senadores Wellington Salgado de Oliveira e Flávio Torres, que requer "..., nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o Aditamento do Requerimento nº. 27, de 2009-CCT, do Senador Renato Casagrande, para que seja convidado o Professor João Bosco Leopoldino Fonseca, OAB/MG 10.907, membro da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência e da Regulação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais", e ao **Requerimento nº 040, de 2009-CI**, de autoria do Senador Delcício Amaral, que requer "..., nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação – CCT, Comunicação e Informática e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA para debater o Projeto de Lei da Câmara nº. 006, de 2009, que "Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº. 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº. 7.347,de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº. 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências", tendo como convidados: Arthur Badin, Presidente do CADE – Conselho Administrativo de Direito Econômico; Representantes das Agências Reguladoras e Representante da Casa Civil" Comparecem à reunião os Senhores Antônio Augusto Brandão de Aras, Professor Doutor da Universidade de Brasília – UnB e Representante do Ministério Público Federal junto ao Conselho Administrativo de Direito Econômico – CADE; Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Arthur Sanchez Badin, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; Tito Amaral de Andrade, Diretor de Concorrência do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional – IBRAC; Pedro Zanotta, Presidente da Comissão de Defesa da Concorrência da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP; Bernardo Figueiredo, Representante dos Dirigentes das Agências Reguladoras; João Bosco Leopoldino Fonseca, Membro da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência e da Regulação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/MG; Mariana Tavares de Araújo, Secretária da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça – SDE/MJ; Rutelly Marques da Silva, Secretário-Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE/MF. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira e Renato Casagrande, autores do requerimento e aditamento, Fernando Collor, Marcelo Crivella e Paulo Duque. O Senhor Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e trinta e quatro minutos, determinando que nós, **Égli Lucena Heusi Moreira**, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, **Álvaro Araujo Souza**, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura e **José Francisco B. de Carvalho**, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle lavrássemos a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada, no **Diário do Senado Federal.** – SENADOR **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; SENADOR **FERNANDO COLLOR,** Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura; SENADOR **RENATO CASAGRANDE**, Presidente Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, CONJUNTA COM A 35ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA E A 31ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DIREITO DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 53ª LEGISLATURA

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 35ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a 31ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, das 32ª e 33ª Reuniões da Comissão de Infraestrutura, da 34ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e da 31ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle. Os Srs. e Sras. Senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo aos requerimentos números 40 e 49, de 2009, da Comissão de Infraestrutura, de autoria dos Senadores Delcídio Amaral e Wellington Salgado. Requerimento nº. 27, de 2009, da Comissão de Ciência e Tecnologia, com aditamento nº. 1, de autoria do Senador Wellington Salgado; e Requerimento nº. 66, de 2009, da CMA, de autoria do Senador Renato Casagrande, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº. 06, de 2009, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. Altera a Lei nº. 8137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº. 3689, de 03 de outubro de 1941, e o Código de Processo Penal e a Lei 7347, de 24 de julho de 1985. Revoga, também, dispositivos da Lei nº. 8884, de 11 de junho de 1994, e a Lei 9781, de 19 de janeiro de 1999, e dá outras providências. Gostaria de chamar para que tomem assento à Mesa os nossos convidados: o Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL; o Dr. Arthur Sanchez Badin, Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico, CADE; a Sra. Mariana Tavares de Araújo, Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Dr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT; Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, professor doutor da Universidade de Brasília, a nossa UnB, e representante do Ministério Público Federal junto ao Conselho Administrativo de Direito Econômico, CADE; o Sr. Rutelly Marques da Silva, Secretário Adjunto da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Dr. Pedro Zanotta, Presidente da Comissão de Defesa da Concorrência da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB/São Paulo; Dr. João Bosco Leopoldino Fonseca, membro da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência e da Regulação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB/Minas Gerais; Sr. Tito Amaral de Andrade, Diretor de Concorrência do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional, o IBRAC.

Pediria às secretarias das Comissões que estão reunidas para essa Audiência Pública que, por gentileza, fizessem entrar no recinto, para tomarem os seus assentos à Mesa, os senhores convidados da manhã de hoje. Eu gostaria de informar aos nossos convidados e às senhoras e senhores presentes que o tempo destinado a cada expositor será de oito minutos, com dois minutos de tolerância. Após as exposições, abriremos aos Senadores e Senadoras a fala, para a discussão. Comunico que a lista de inscrição já está aberta, já se encontra aberta sobre a Mesa. O nosso primeiro palestrante de hoje é o Dr. Arthur Sanchez Badin, Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico, o CADE. Tem a palavra V. Sa.

SR. ARTHUR SANCHEZ BADIN: Muito obrigado, Sr. Presidente, demais membros da Mesa, senhores aqui presentes. É uma honra e um prazer poder participar de mais uma Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei 6, de 2009. Houve oito Audiências Públicas na Câmara dos Deputados; aqui, no Senado Federal, já foram duas, essa é a terceira. E felicito a iniciativa dos Srs. Presidentes da Comissão de Ciência e Tecnologia, V. Exa., Presidente da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, de realizar uma audiência conjunta para debater esse tema que, de fato, contém alguma transversalidade e é importante que seja amadurecido e discutido com profundidade por todas as Comissões. Esse é um projeto que representa

um amplo consenso entre órgãos do Governo, classes empresariais, política e entidades representativas dos consumidores. Ele foi, na Comissão especialmente criada na Câmara dos Deputados para debatê-lo, amplamente discutido, e o texto que dali saiu é um texto que contou com o apoio de todos os partidos, com bastante... Um apoio entusiasmado de todos os partidos, porque é um texto de consenso, um texto em que houve concessões de todas as partes e parece ser um texto que foi lapidado para melhor atender aos interesses do país. É claro que ele merece melhorias, comporta diversos aperfeiçoamentos, lapidações. As sugestões que foram diligentemente apresentadas pela Ordem dos Advogados do Brasil, de São Paulo, pelo IBRAC, são extremamente meritórias, consensiosas e merecem ser levadas em consideração para que se possa aparar algumas arestas.

Agora, em relação ao coração do projeto, me parece que logrou-se despertar, na sociedade em geral, a importância das inovações que o projeto vai trazer. Sr. Presidente, o Projeto de Lei introduz no Brasil algumas recomendações, ou melhores práticas, que se verifica no âmbito internacional. Nós temos... Eu encaminho a todos os Srs. Senadores, a V. Exa., inclusive, ofícios do Presidente da *International Competition Network,* apoiando, entusiasmadamente, o projeto; da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento, OCDE; e esses apoios traduzem essa percepção de que o projeto introduz no Brasil o que tem de melhor, as melhores práticas internacionais. O que seja? Em primeiro lugar, a unificação da estrutura do sistema brasileiro de defesa da concorrência. Hoje, Sr. presidente, são três órgãos distintos que têm funções razoavelmente parecidas ou sobrepostas, o que, obviamente, na percepção de qualquer um, verifica que há um retrabalho. Um processo para ser julgado pelo CADE, hoje, uma fusão, por exemplo, entre duas padarias da esquina, tem que ser submetido aos pareceres do Ministério da Fazenda, depois do Ministério da Justiça, depois volta, vai para o CADE, um parecer da Advocacia Geral da União, um parecer do Ministério Público Federal; se for um mercado regulado, parecer da agência reguladora respectiva, um parecer do conselheiro relator e só então é votado.

Na linha do que aconteceu em Portugal, em 2004, na Bélgica, em 2006, na Espanha, em 2007, e na França, no final de 2008, o projeto unifica em um mesmo órgão essas funções, hoje divididas em órgãos separados, o que vai permitir uma maior racionalização do trâmite processual, conferindo, com isso, celeridade. E por que celeridade é tão importante, Sr. Presidente? Porque uma outra inovação importante que o projeto traz para o país é a análise prévia de atos de concentração, com prazos fixos e determinados para análise. Hoje, as operações são realizadas... É o que nós chamamos no sistema *expost*, ou seja, as empresas fecham a operação, a empresa adquirente passa a assumir o controle dos ativos da empresa adquirida, e só depois, 15 dias depois, é que apresenta essa operação ao CADE, que começa a fazer sua análise, e é uma análise demorada, muitas vezes complexa, e que pode demorar muito tempo. Isso é ruim para a sociedade e para os consumidores, porque torna pouco efetiva a atuação do Estado na proteção da rigidez do mercado. Isso é ruim, e muito ruim, para os empresários, porque impõe aos negócios no Brasil uma incerteza associada a essa demora, a essa questão jurídica. Tem operações, por exemplo, que hoje, realizadas há mais de seis anos, ainda pende uma dúvida jurídica sobre a sua possibilidade, ou não, de ter aprovação, ou não. Isso é um descalabro, isso é um custo-Brasil que não pode mais continuar acontecendo. Obviamente, quando o empresário não tem a certeza jurídica de que se tornará titular dos ativos, ele deixa de investir. Quando deixa de investir, são menos empregos que são criados, são menos investimentos em pesquisa e desenvolvimento e por aí vai.

A análise prévia, ela só faz sentido com a existência de prazos fixos e determinados de análise. Significa dizer que, hoje, não existem prazos para o CADE e para o sistema brasileiro de defesa da concorrência como um todo proferir seu parecer. O que em alguns casos aconteceu, Sr. Presidente, de uma decisão ocorrer dois anos depois da operação ter sido realizada. O projeto impõe aos órgãos de defesa da concorrência prazos fixos, determinados e improrrogáveis de análise, de modo que o empresário possa saber, com certeza, quando haverá a decisão favorável ou não, o que pode e o que não pode fazer em relação àquela concentração econômica. Isso é fundamental para que esse sistema funcione adequadamente e introduza no Brasil uma melhoria no ambiente de negócios no país. Eu mencionei algumas contribuições que foram feitas pelos representantes dos advogados e dos economistas que militam mais proximamente do CADE, que são as Comissões de Defesa da Concorrência, da OAB de São Paulo, e o Instituto Brasileiro de Estudos, IBRAC... É um nome comprido e a minha miopia não permite... Mas também houve um diálogo bastante [soa a campainha] proveitoso, Sr. Presidente, com as agências reguladoras, que fizeram quatro propostas bastante razoáveis e que merecem, também, ser consideradas, e, sobretudo, com a Agência Nacional de Telecomunicações, a ANATEL, que tinha algumas demandas e que, em conversa ontem com o Embaixador Ronaldo Sardenberg, Presidente da ANATEL, foram equacio-

nados. Então, eu acredito que aproximamos, mais uma vez, de um novo consenso que tornará o Projeto de Lei ainda melhor do que aquele que foi encaminhado ao Senado Federal. Obrigado e eu fico à disposição das perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Antônio Sanches Badin, pela sua exposição e passo agora a palavra ao Dr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT. V. Exa. disporá de oito minutos para a sua exposição, prorrogável por mais dois minutos.

SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA: Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Infraestrutura; Dr. Badin, Presidente do CADE; demais autoridades, senhoras e senhores. Eu vou, na verdade, apresentar aqui uma nota conjunta dos Presidentes das agências que participaram de diversas reuniões sobre esse assunto, inclusive de debates com o CADE, com a SEAE, e tiraram uma posição conjunta e um consenso entre as agências, e tem uma nota que eu trago, que já foi encaminhada para os Senadores que analisam esse projeto, e que refletem uma posição de consenso, e eu acho que inclusive de consenso com o próprio CADE, hoje. Essa nota é assinada pelos Presidentes da ANATEL, da ANEEL, da ANP, da ANVISA, da ANA, da ANS, da ANTAQ, da ANTT e da ANCINE. Os dirigentes das agências reguladoras federais, imbuídos do propósito de colaborar com a implementação dos instrumentos de política pública do Estado Brasileiro e conscientes da importância do projeto em discussão, por sua proposta de reformular o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, apresentam, na condição de responsáveis pelo processo regulatório de setores estruturais do país, contribuições para o aprimoramento do Projeto de Lei 06, de 2009, em tramitação no Senado Federal. Cabe manifestar, de pronto, o reconhecimento quanto a importância da convergência de esforços entre a missão das agências reguladoras e dos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, na busca de celeridade no trâmite dos processos e previsibilidade dos atos praticados, voltados para o desenvolvimento equilibrado do mercado e alicerçada no processo democrático de manifestação dos interesses de todos setores da sociedade, nas atividades reguladas pelo Estado.

Salienta-se que as agências reguladoras têm o dever precípuo de zelar pelo equilíbrio e desenvolvimento do mercado regulado, pela preservação do serviço, pela defesa dos direitos do usuário e pela implementação de políticas públicas setoriais. Para o desenvolvimento dessas importantes competências, foram providas de quadro técnico especializado e de estrutura decisória de colegiado para atender a necessidade de preservar a imparcialidade nas decisões. Nesse sentido, torna-se importante a parceria de atuação entre as agências e os órgãos do SBDC, em vista do alto nível de especialização e conhecimento exigido para atuar no âmbito dos diversos setores regulados, em face do ambiente de contínua e profunda inovação e de convergência tecnológica. Neste contexto, a *expertise* e o domínio de grande volume de informações técnicas são componentes essenciais para as agências contribuírem para a inibição das práticas e condutas anticoncorrenciais. Com esse intuito, as reflexões sobre o Projeto de Lei em referência resultaram na convergência de opiniões em relação a aspectos relevantes, não obstante as alterações afetarem de forma diferenciada os diversos setores regulados, apresentados a seguir sob a forma de proposições, com o objetivo de aprimorar o Projeto de Lei 06, de 2009.

Proposição A. Art. 9º: "Responsabilização das agências reguladoras, em relação à obrigação de prestar toda a assistência ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE". O art. 9º dispõe, em seu § 3º, sobre a obrigação das agências reguladoras prestarem, sob pena de responsabilidade, toda a assistência e colaboração que lhes for solicitada pelo CADE, incluída a elaboração de pareceres técnicos sobre as matérias de sua competência. Esse dispositivo que, em princípio, tem o objetivo de possibilitar que o CADE obtenha a assistência das demais entidades, confronta com os princípios da independência e da autonomia das agências, conceito esse essencial para o fortalecimento do sistema regulatório, ao submeter seus corpos diretivos a dirigentes de outra entidade. Além disso, causaria constrangimentos ao relacionamento entre os órgãos e entidades envolvidos no processo e ensejaria conflitos de competência e insegurança jurídica. Ademais, observa-se que a questão de responsabilidade está adequadamente tratada em outros diplomas legais. A proposta das agências é a supressão do § 3º, do art. 9º.

B. Art. 19: "Competência opinativa da Secretaria de Acompanhamento Econômico, SEAE, em consultas públicas e revisões tarifárias". O art. 19, Incisos I e II, trata da competência opinativa da SEAE sobre regulamentos em consulta pública. O inciso II refere-se ao tema de forma geral e aplica-se a todos os setores. O inciso I é específico para agências reguladoras e destaca a competência da SEAE em relação aos pedidos de revisão de tarifas. A manifestação de opinião da SEAE, no momento das consultas públicas, ou audiências públicas, converge com as expectativas das agências reguladoras e fortalece o processo democrá-

tico de manifestação de interesses de todos os setores da sociedade nas atividades reguladas pelo Estado. Contudo, em relação à competência do Inciso I, de opinar, quando entender pertinente, sobre os pedidos de revisão de tarifa, faz-se necessário que essa alteração seja analisada à luz dos impactos sobre a estabilidade regulatória e a segurança jurídica. Necessário mencionar, nesse contexto, que a revisão dos termos constantes nos contratos de concessão, incluídas as revisões tarifárias, é presentemente de competência exclusiva das agências. Nesse sentido, entende-se prudente promover adequações na redação do artigo, assegurando, por um lado, a contribuição opinativa da SEAE sobre minutas e atos normativos em consultas públicas, e, por outro lado, preservando a estabilidade regulatória dos setores regulados, especialmente no que se refere aos processos de revisão tarifária. A proposta das agências é no sentido de supressão do Inciso I, considerando que o Inciso II trata do tema de forma geral, assegurando a participação opinativa da SEAE nas consultas públicas.

Item 6. Art. 64: "Aprovação tácita de projetos de concentração econômica". Em relação à proposta do art. 64 do Projeto, referente à aprovação tácita dos atos de concentração econômica, apesar de se perceber que a intenção da proposta seria de possibilitar celeridade e previsibilidade no julgamento dos processos, há de salientar que a aprovação tácita exporá a vulnerabilidade dos setores regulados, seus modelos e políticas. [soa a campainha]. A possibilidade de que uma operação danosa à competição possa ser aprovada tacitamente acarretará risco para a estabilidade dos setores regulados e fragilidade ao processo decisório das agências. Ademais, os órgãos do Poder Executivo deveriam fixar prazos factíveis o suficiente para as análises dos processos, a fim de não possibilitar que o seu volume ou a sua complexidade prejudique a conclusão da instrução processual. Estou concluindo, Presidente. Adicionalmente, menciona-se que a administração pública tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações em matérias de sua competência. A proposta das agências é no sentido da supressão do art. 64.

Art. 122: "Requisição de servidores de forma irrecusável". A proposta contida no art. 122, § 1º, fixa a impossibilidade de qualquer órgão do Poder Público Federal recusar requisição de servidores por órgão do SBDC. Se implementada, a medida pode constituir problema para a administração das agências, pois é notório o fato de que os entes reguladores já enfrentam dificuldades graves pela falta de pessoal. A proposta das agências é pela supressão do § 1º, do art. 122. E, finalmente, Presidente, a inclusão do art. 122 A, considerando que o dispositivo dessa lei, relacionado com as competências definidas para os órgãos do SBDC, estabelece sombreamentos com as atribuições legais das agências reguladoras. Propõe-se a inclusão do art. 122 A nas disposições finais, para evitar o comprometimento à estabilidade da segurança regulatória. A proposta é inclusão do art. 122 A, com a seguinte redação: "As disposições dessa lei aplicam-se subsidiariamente à legislação específica e às respectivas leis de criação das agências reguladoras". É essa a posição das agências. Agradeço a oportunidade de estar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Bernardo, pela sua exposição. Gostaria de registrar a todos os presentes a presença do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, Senador Renato Casagrande, um dos autores do Requerimento para a reunião de hoje, que está sendo realizada aqui, na Comissão de Infraestrutura. Gostaria de convidar para fazer parte à Mesa o Embaixador Ronaldo Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações. Em seguida, logo de imediato, passo a palavra ao Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, professor doutor da Universidade de Brasília e representante do Ministério Público Federal junto ao Conselho Administrativo de Direito Econômico, CADE. V. Sa. tem oito minutos para a sua exposição.

SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS: Excelentíssimo Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Também gostaria de anunciar a presença da Dra. Mariana Tavares, secretária da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, que também já se encontra com assento à Mesa principal dos trabalhos. Peço desculpas ao Dr. Antônio Augusto. V. Sa. terá o seu tempo acrescido. Com a palavra, por favor.

SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS: Sr. Presidente, eminentes Senadores presentes. Inicialmente, o Ministério Público Federal agradece o convite para participar deste evento por demais importante, em momento significativo não só para a defesa da concorrência, mas também para toda a comunidade, para toda a sociedade. Na qualidade de representante do Ministério Público Federal, me caberia, de início, abordar o tratamento dispensado ao Ministério Público Federal, no que toca ao Projeto de Lei nº. 06, de 2009. Evidentemente que esta redação que aqui abordarei, e ela está lançada no art. 20, trata de forma restritiva na atuação do *parquet*. Atualmente, à luz da lei antitruste brasileira vigente, o Ministério Público participa

de todos os processos que tramitam no CADE, e isso, de alguma maneira, preserva os interesses coletivos que estão expressamente previstos no parágrafo único, do art. 1º, da Lei 8884 de 94. Contudo, a prevalecer a redação que foi dada ao art. 1º, parágrafo único do Projeto de Lei, ora em discussão, teremos uma substancial redução das funções constitucionais do Ministério Público Federal, junto ao CADE, tendo em vista que, pela literalidade do respectivo dispositivo legal, ficará o *parquet* reduzido a se manifestar em menos de 6% dos processos que tramitarão pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. É evidente que uma situação desta natureza malfere a Constituição Federal, especificamente no art. 127, que confere ao Ministério Público a qualidade de guardião da ordem jurídica do Regime Democrático dos Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis. Dir-se-ia, a essa altura, que o Ministério Público já equacionou suas dificuldades com esse Projeto de Lei, e assim poderíamos dizer apenas hipoteticamente, porque o eminente Presidente do CADE tem se esforçado para conciliar os diversos interesses em destaque, para que os debates acerca do PL tenham um curso regular e de sucesso. Todavia, nós precisamos lembrar que não basta somente uma resolução conjunta entre o CADE e o Ministério Público, estabelecendo a atuação do *parquet* ali. Não basta, por outro lado, o eminente líder do Governo ter, em uma das sessões anteriores, se comprometido, em nome do Presidente da República, em vetar o dispositivo do art. 20, que restringe a atuação do Ministério Público no CADE. E eu chamo a atenção que não basta, dada a manifesta inconstitucionalidade do art. 20, ao restringir competências e atribuições constitucionais que emergem diretamente do art. 127, *caput*; do 129, III, da Constituição Federal, associado a uma Lei Complementar de número 7593, que preserva a rigidez à atuação do Ministério Público Federal em todos os processos do CADE, porque estes estão caracterizados por força da própria lei ora vigente, bem assim no mesmo dispositivo, numericamente enquadrado do PL, como bens de interesse coletivo, cuja titularidade, repita-se, é a coletividade.

E eu digo que não basta essas declarações, seja do líder do Governo em vetar a norma do art. 20, seja no que toca à nossa resolução conjunta do CADE com a Procuradoria-Geral da República, o que é louvável, a tentativa de conciliar e evitar que tenhamos alguma redução, mas não resolve por uma razão muito simples. Não resolve porque mais que nunca o Ministério Público precisa estar atento. Precisa estar pronto para fiscalizar a nova estrutura do CADE. Se este projeto vier a lograr êxito, vier a ser aprovado, mais que nunca o Ministério Público se fará presente. E por que eu digo? Trago para os senhores somente uma referência. E como este projeto trata da estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, só para trazer algumas observações. Quem quiser consultar pelo sistema de informática do computador, pelo Word, quantas referências se faz à Superintendência Geral da nova estrutura do SBDC. Nós encontraremos 96 referências à Superintendência Geral do CADE. Encontraremos para o Presidente do CADE apenas 36. Para os conselheiros, 46. Para a SEAE, 15 referências. À PROCADE, 25. Ao MPF, cinco referências. E para os destinatários de todo este trabalho ingente de defesa da concorrência, os consumidores, apenas, Senador Renato Casagrande, cinco referências. Ou seja, o destinatário de tudo isso tem apenas cinco referências. E aí a nossa preocupação, a preocupação do Ministério Público Federal. Quem vai fiscalizar o super xerife, o detentor dos super poderes que confere este Projeto de Lei à Superintendência Geral? Ora, somente o Ministério Público, se for preservada a sua atuação, conforme consta da Constituição Federal e da Lei Complementar 7593, poderia minimamente – não vou dizer satisfatoriamente, mas minimamente – ter qualquer tipo de atuação, Senador Collor, na fiscalização da atuação da Superintendência Geral. Imaginem V. Exas., Srs. Senadores, que o superintendente geral vai conduzir tudo. Pode mandar arquivar, pode mandar desarquivar, pode mandar instaurar e tudo isso sem a efetiva participação do colegiado. Do colegiado formado por sete conselheiros do CADE.

Então, esta situação pertinente à Superintendência Geral preocupa por demais o Ministério Público. Porque, se é verdade que nós do Ministério Público reconhecemos que o projeto tem avanços, que este projeto pode ser muito bem aproveitado em muitos pontos relevantes, nós sabemos que seria necessário reestruturar a questão da Superintendência Geral. Se nós conseguíssemos obter um avanço no que toca à reestruturação interna do sistema brasileiro de defesa da concorrência, no que toca, especificamente, à Superintendência Geral, desconcentrando... E aí é uma ironia. Nós trabalhamos com a desconcentração, com o controle da concentração econômica, com o fim de preservar toda a cadeia produtiva até o consumidor final. Ora, nós temos aqui uma inversão de valores. E a inversão de valores é um órgão interno do SBDC, chamado Superintendência Geral, concentrando competências e praticamente exaurindo, sem a devida e correta fiscalização e sequer, em muitos momentos, do poder revisional do próprio Conselho, que é um órgão colegiado. Esta situação é por demais relevante, embora haja outras, Srs. Senadores, que exigem alguma atenção. Por exemplo, [soa a campainha] nós precisa-

mos estar atentos para um fato corriqueiro. Nós não temos suplente no CADE. Nós não temos, também, previsão de suplência para o Tribunal Administrativo, criado dentro da estrutura do SBDC. Ficamos sempre esperando, naturalmente, a burocracia, o processo natural de provimento dos cargos, para que os processos tenham regular andamento. Ora, no nosso projeto, temos aqui uma competência dirigida ao Presidente do Conselho para prover, evidentemente, dentre cidadãos de reputação ilibada, o substituto, interinamente. Mas, dentre esses aspectos, o mais importante é dizer que o Presidente de um órgão colegiado é um coordenador. Ele não é o Presidente da República, que tem poderes para definir, para nomear, para indicar. Então, esse é mais um dos aspectos, Sr. Presidente, que poderia merecer a consideração ao menos no que toca à competência, para que caiba, não ao Presidente monocraticamente, mas, sim, ao Conselho, como um órgão colegiado detentor de poderes e competência para tanto. Me encontro à disposição dos Srs. Senadores para responder eventuais questões que se façam necessárias. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Exa., Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, pela sua exposição. Eu gostaria de convidar para fazer parte aqui dos trabalhos o Sr. Rutelly Marques da Silva, secretário adjunto da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, que acaba de chegar, e também gostaria de passar a Presidência dos trabalhos a S. Exa., o Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, um dos autores do Requerimento de convocação da presente reunião.

[*troca de presidência]*

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Fernando Collor, senhores convidados dessa Audiência Pública. O tempo já aqui determinado pelo Presidente Collor, e que nós seguiremos, são oito minutos mais dois, completando dez minutos. E agora, com a palavra, a Sra. Mariana Tavares de Araújo, secretária de direitos econômicos do Ministério da Justiça. Com a palavra por oito minutos, se precisar mais dois minutos.

SRA. MARIANA TAVARES DE ARAÚJO: Obrigada, Senador Casagrande. Bom-dia a todas e a todos. Agradeço aos Senadores presentes, especialmente ao Senador Fernando Collor, ao Senador Casagrande e Sr. Senador Wellington Salgado. Gostaria, também, de pedir desculpas pelo atraso e louvar a pontualidade dessa Comissão. Não vou usar nem de longe os oito minutos, muito menos os dez minutos. Gostaria apenas de reiterar o que foi dito pelo Presidente Badin. Esse é um projeto cujas três principais fundações têm obtido amplo consenso desde o Governo anterior, e estão, as três alterações fundamentais, em linha com as melhores práticas internacionais, e tem por objetivo melhorar o ambiente de negócios no Brasil. As contribuições que já foram feitas aqui na Mesa e que, certamente, ainda serão apresentadas, poderão, naturalmente, enriquecer o projeto. Algumas delas nós já tivemos oportunidade de discutir desde as últimas Audiências Públicas. Esse é um ponto que eu também gostaria de ressaltar. Esse projeto, desde o início da discussão na Câmara dos Deputados, foi discutido em inúmeras Audiências Públicas e desde que chegou aprovado, em dezembro do ano passado, na Câmara dos Deputados, e desde que chegou ao Senado, obteve ampla aprovação na CAE e onde também foi debatido em diversas oportunidades. Debater nunca é demais. Por isso louvo e agradeço por essa oportunidade e me coloco à disposição para esclarecimentos adicionais durante as perguntas. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Mariana, pela sua participação e pela economia do tempo. Eu passo a palavra, agora, ao Sr. Rutelly Marques da Silva, que também tem oito minutos e, se necessário, mais dois.

SR. RUTELLY MARQUES DA SILVA: Obrigado, Sr. Presidente. Eu também não farei uso, acho, dos meus oito minutos. Acho que boa parte do que eu teria a falar já foi falado aqui. Gostaria de enfatizar que o PL é um avanço para o sistema, assim como colocou a Mariana. Está em linha com as melhores práticas. Promove uma reorganização do sistema que ajuda na condução dos negócios, reduz custo de transação para as empresas, para os agentes econômicos, ajuda, também, o setor público a reduzir custos, na medida em que essa atribuição vai ser feita de forma mais ágil, e isso acho que é uma preocupação que todos nós, gestores públicos, devemos ter, e acho que foi com essa ideia que o Projeto foi concebido. Talvez não seja o melhor desenho, mas foi o que foi possível, e, mesmo assim, é um avanço muito grande. No que diz respeito, particularmente, à SEAE, a gente entende que, como são definidas várias funções dos órgãos que hoje compõem o SBDC, o projeto reafirma o papel que a SEAE já tem exercido, que é o de advocacia da concorrência, isso tanto para fora do Governo como para dentro do Governo. Quem tiver a curiosidade de olhar no próprio site da Secretaria, vai ver que esse papel SEAE já tem desenvolvido, sempre procurando respeitar a autonomia dos órgãos que tem que ter autonomia. A nossa contribuição sempre tem sido de forma a contribuir para que as instituições melhorem o trabalho que elas têm realizado, trabalho, diga-se de

passagem, louvável, principalmente no caso das agências reguladoras. O nosso intuito é sempre contribuir. Obviamente, a redação de texto é sempre passível de ajuste e a gente entende isso, e a nossa intenção é contribuir para que esses ajustes, que serão importantes, sejam feitos. Mas, enfatizando aqui, que o nosso papel é que... A nossa esperança é que esse projeto aprovado, ele melhore a conformação da atuação dos órgãos e que promova um ajuste na atuação desses órgãos e que, com isso, a gente tenha redução de custo para a empresa e para o setor público. Só isso, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Rutelly, também, pela sua síntese com relação à sua participação nessa audiência. Registro e agradeço a presença do Dr. Paolo Zupo Mazzucato, que é Presidente da Comissão de Concorrência e Regulação da Ordem dos Advogados da seção de Minas Gerais; Dr. Domingos Teixeira Bedran, conselheiro da ANATEL; Sra. Ângela Beatriz Catarcione, chefe de gabinete da Presidência da ANATEL. E passo a palavra ao Dr. Pedro Zanotta, por até oito minutos.

SR. PEDRO ZANOTTA: Bom-dia a todos. Sr. Presidente Renato Casagrande, Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Srs. Senadores e senhores presentes. O saudoso Professor Weter Faria, que foi Presidente do CADE no final dos anos 80, ele dizia que o órgão era conhecido como 'Cadê', porque ninguém sabia quem eram os seus membros, o que ele fazia e onde se reunia. Desde então, e por força de um trabalho extraordinário desse Congresso Federal, com a edição da Lei 8884, de 1994, houve uma mudança bastante significativa na defesa da concorrência no Brasil. A partir dessa lei, a defesa da concorrência no Brasil mudou radicalmente. Sucederam-se gestões muito eficientes nos três órgãos integrantes do sistema. Nós, advogados, também certamente contribuímos para a sua aplicação e evolução, e chegamos hoje, nos dias atuais, onde o nosso sistema está bastante maduro e de maneira a permitir a revisão legislativa e o seu aperfeiçoamento. Esse é o objetivo do Projeto de Lei, enviado pela Câmara no final do ano passado, e que é objeto da análise dos Srs. Senadores. Eu aqui represento a Comissão de Estudos da Concorrência e Regulação Econômica da OAB de São Paulo, que é uma Comissão composta de cerca de 60 advogados, todos atuantes nas áreas de concorrência e regulação, e, portanto, nos sentimos bastante intitulados a colaborar e participar desse processo. A nossa Comissão acompanha o projeto desde a sua edição, desde o seu nascimento em 2005. Participamos do processo na Câmara, apresentamos sugestões na Câmara, algumas acatadas, outras que nós queremos trazer à discussão novamente, e tenho certeza que é uma oportunidade bastante importante de se trazer melhoria e eficiência ao sistema.

De uma maneira geral, a nossa Comissão apoia o projeto. Ele representa, como eu disse, o amadurecimento do sistema brasileiro, depois de anos de aprendizado. Nós temos 15 anos de aprendizado da lei e anos de discussão bastante democrática e transparente. Os órgãos integrantes do sistema são bastante abertos à discussão. Nós tínhamos cerca de 40 sugestões de emendas a serem feitas ao projeto. Debatemos com o Presidente Badin essas sugestões, conseguimos consenso em algumas delas, em outras, infelizmente, não foi possível. E hoje eu trago aos senhores – depois eu entregarei – um trabalho, trazendo 30 sugestões de emendas a serem feitas ao projeto. O projeto está baseado em três pilares fundamentais com os quais a nossa Comissão está totalmente alinhada. O primeiro deles é a eliminação de guichês, a simplificação de procedimentos, sobre o qual o Presidente Badin falou; o segundo deles é a análise prévia dos atos de concentração, que é o modelo adotado em todo o mundo e que torna, sem dúvida, o sistema mais eficiente; e o terceiro pilar fundamental do projeto e necessário para atingir seus objetivos é a criação de um quadro de carreira. Os pilares, como eu disse, são relevantes e contam com o nosso potencial apoio. No entanto, temos, como eu disse, cerca de 30 sugestões ao projeto, algumas mais relevantes, outras mais simples. Mas eu queria chamar a atenção apenas cinco pontos em razão do... Não falaria sobre os 30, de maneira alguma, mas dos 30 eu selecionei cinco pontos para comentar rapidamente, dentro do tempo que me foi concedido. O primeiro deles diz respeito ao *quorum* para as decisões do colegiado. Nós sugerimos alteração do art. 6º, § 6º do Projeto, que, na sua redação original, permite ao Presidente do CADE indicar qualquer servidor para cumprir mandato vago até a posse do novo conselheiro. Nós entendemos que essa concessão dada ao Presidente do CADE é extremamente ampla, deveria ser mais restrita, e a nossa sugestão... Eu até na Audiência Pública da CAE havia feito uma sugestão bastante difícil de ser implementada, depois nós reconhecemos, nas conversas com o Presidente Badin, que o Procurador-Geral do CADE, ou membro do Ministério Público Federal, tivesse assento no Conselho; mas, justamente por atuarem praticamente em todos os processos, eles poderiam estar impedidos, também, de proferir voto, e, por essa razão, a nossa sugestão é no sentido de que "qualquer servidor", que está previsto no Projeto, seja trocado pelo gestor público mais antigo na função no CADE, e, exclusivamente, para o julgamento de

atos de concentração. Como o Projeto prevê a análise prévia de atos de concentração, as empresas estarão aguardando e dependendo da aprovação do CADE para efetivar as suas fusões, as suas aquisições, e a falta de *quorum* seria um problema bastante grave a impedir a efetivação do negócio.

Então, portanto, esse gestor mais antigo participaria da votação de atos de concentração e não participaria dos demais casos, e nós entendemos que nos demais casos não haveria prejuízo aguardar a recomposição do *quorum*. Outra sugestão, e eu vou mencionar rapidamente, diz respeito a procedimentos para o exercício da advocacia da concorrência. Nós incluímos um capítulo no Projeto tratando disso, com o objetivo de garantir aos administrados maior transparência na atuação dos órgãos responsáveis. No campo processual, um aspecto bastante importante e que nós divergimos do Presidente Badin, mas uma divergência saudável, é a nossa proposta de separar a investigação da instrução. A pessoa responsável por investigar e por denunciar não pode ser a mesma pessoa a fazer a instrução do processo. E, nesse sentido, nós também alteramos alguns artigos do Projeto, para permitir que haja uma outra pessoa responsável pela instrução, na nossa proposta um relator sorteado dentre os membros do conselho. Outro ponto que eu gostaria de comentar [soa a campainha] é o esforço para a preservação do Instituto de Leniência que é absolutamente louvável e com o qual nós concordamos inteiramente. A leniência, sem dúvida, é a ferramenta mais importante para o combate aos cartéis e às demais práticas anticoncorrenciais. No entanto, entendemos, para maior segurança dos futuros lenientes, que é necessária a participação de um Juiz criminal, seja desde o início, seja homologando o acordo de leniência, de forma a garantir aos beneficiários da leniência a extinção da punibilidade quando do cumprimento integral do acordo. Segundo a nossa avaliação, essa extinção não pode ser automática como está prevista na lei atual. Ela depende de um ato de Juiz criminal decretando essa extinção. A valorização do Instituto da Leniência não pode, por outro lado, prejudicar ou deixar de dar importância a outros institutos igualmente válidos para auxiliar as autoridades no combate aos cartéis e a outras práticas. E, nesse sentido, o acordo que vem previsto nos art. 85 e seguintes do projeto, que trata do termo de compromisso de cessação, TCC, na nossa avaliação ele precisa ter critérios mais claros e objetivos, de forma a criar maior segurança às partes que pretenderem apresentar propostas de acordo. E também dar maior segurança aos administradores, que hoje tem um leque de subjetividade muito grande e eu entendo que para o administrador seria oportuno e importante, também, ter limites nessa sua discricionariedade. E a nossa proposta procura sugerir alguns limites em linha de uma proposta que nós já apresentamos ao CADE quando da edição de uma resolução a respeito do assunto. Por fim, [soa a campainha] quero falar dos atos de concentração. O projeto evolui bastante ao prever a análise prévia. A experiência acumulada nos últimos 15 anos, a nosso ver, permitiria avançar mais um pouco e deixar mais claro, definir com mais objetividade quais atos estão, realmente, sujeitos a apreciação do sistema, e, nesse sentido, a nossa proposta procura fazer isso. Cumprimento os senhores, o Senador Renato Casagrande pela iniciativa dessa audiência. As sugestões que nós trazemos, elas derivam da certeza de que o Sistema de Defesa da Concorrência do Brasil vive momento extremamente positivo, rico, com reconhecimento internacional, e esse momento, portanto, é oportuno para este projeto. Agradeço a oportunidade dada à nossa Comissão e fico à disposição dos senhores. Eu vou entregar, depois, aos Srs. Senadores, cópia desse trabalho. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Dr. Pedro Zanotta. Registro a presença do Senador Eliseu Resende, Senador Flávio Torres, Senador Roberto Cavalcanti, Senador Sérgio Zambiasi, Senador Paulo Duque. Senador Wellington Salgado. Desculpa, Senador Wellington Salgado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem. Parabéns. Está muito elegante. Passo a palavra ao Dr. João Bosco Leopoldo Fonseca, que é membro da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência e da Regulação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil, da OAB, Minas Gerais.

SR. JOÃO BOSCO LEOPOLDO FONSECA: Exmo. Sr. Senador Renato Casagrande, Senador Fernando Collor, Senador Wellington Salgado. Eu agradeço o convite que foi feito à OAB de Minas Gerais e pertenço umbilicalmente à Universidade Federal de Minas Gerais, também é um convite feito à universidade e à faculdade de que participei há 41 anos. Alguns tópicos já foram mencionados, e eu, depois, entregarei a nossa opinião sobre alguns temas. Inclusive, o art. 6º, § 6º o Dr. Pedro Zanotta mencionou. Eu endosso a perspectiva de unificação dos órgãos, a comunicação prévia dos atos de concentração, isso é muito importante. Mas eu fiquei muito feliz em ouvir o professor Dr. Augusto Aras, com relação ao problema da Superintendência Geral. Eu até imagino que se poderia

trocar o nome para Diretoria Geral ou Diretor-Geral, que é da tradição dos nossos órgãos. Se verificarmos no Supremo Tribunal, é o Diretor-Geral, o STJ é o Diretor-Geral; os outros tribunais também. A Superintendência me soa mais como um aspecto muito mercantil, muito empresarial. E também me preocupam os poderes dados ao superintendente geral, inclusive em um dos artigos, por exemplo, no art. 13, Inciso V, o superintendente tem o poder de requisitar de todos os órgãos... Eu entendo que aí todos os órgãos, autoridades e entidades, eu entendo que ele possa requisitar, também, do Supremo Tribunal, do STJ, e é, a meu ver, uma inadequação do verbo, pelo menos, porque requisitar é exigir. E eu acho que o superintendente que é membro... É um órgão administrativo, ele extravasaria de seus poderes se ele requisitasse uma informação ao Presidente do Supremo ou a algum Ministro do Supremo. Eu acho que aí seria mais um requerer ou solicitar, alguma coisa mais ou menos desse tipo. Mas também – e é um ponto que me parece sumamente importante – o art. 48, do Projeto, diz lá: "Esta lei regula os seguintes procedimentos administrativos, instaurados para prevenção, apuração e repressão de infrações à ordem econômica". Ora, quando se fala em infrações à ordem econômica, eu não posso contemplar o processo administrativo para a análise de atos de concentração, porque ato de concentração não se define, inicialmente, como infração da ordem econômica. Nós estamos sugerindo que pudesse até ser de forma diferente, dizer: "Regulam-se, por essa lei, os seguintes procedimentos administrativos instaurados quer para prevenção, apuração e repressão de infrações à ordem econômica, quer para a análise de atos de concentração econômica". E um outro aspecto é que aqui nós temos cinco ou seis procedimentos administrativos... Seis. O que, a meu ver, extravasa, até mesmo, do ponto de vista da sistemática do Código de Processo Civil, que anteriormente, o de 39, tinha lá: ação executiva, ação mais isso, ação... Hoje nós temos, simplesmente, ação. Ora, por que não ter aqui procedimento? E, dentre os procedimentos que estariam enumerados, seria inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica, porque eu tenho que apurar antes de punir, eu não posso, como diz no projeto, apuração... Vejam bem, apuração de infrações e processo administrativo para imposição de sanções. Ora, se o processo administrativo já se inicia com a intenção de aplicar sanção, então ele já prejulgou a situação. Eu acho que é um pouco inadequada essa situação. Eu sugeriria, ou quando digo eu, aqui, digo representando as pessoas que me trouxeram, mas o inquérito administrativo para apuração de infrações, processo administrativo para apuração de infrações, seguindo a ordem atual, ainda, de averiguações e processo e o processo administrativo para a análise de atos de concentração. Acho que é tudo simples. Não sei se estaria dizendo coisas tão simples que são até evidentes. Vejam, criticamos, também, o aspecto do poder decisório do superintendente geral. Ora, ele não tem poder decisório. Ele é meramente chefe, ele é Diretor de um órgão de instrução. Se ele é Diretor de um órgão de instrução, veja, no ponto de vista do Ministério Público, quando há um inquérito e depois o Ministério Público entra, se o Ministério Público opina pelo arquivamento, ele submete ao Juiz. Então, não há sentido em o superintendente, e que eu chamaria de Diretor-Geral, querer dizer que aqui se trata de poder ele arquivar o processo sem ulteriores considerações. Ele não tem poder decisório. E um último ponto. O Dr. Pedro Zanotta até me deu uma sugestão muito interessante do ponto de vista do Juiz criminal, da participação do Juiz criminal. Eu entendo que o art. 87 incide em uma inadequação. Por quê? A Lei 8137 definia os atos, as infrações contra a ordem econômica como crimes, em uma reversão de tendência totalmente inusitada, porque tanto a Legislação do Canadá caminhou no sentido de descriminalização, não é do contexto da União Européia a criminalização de condutas, nos Estados Unidos, sim. Aquilo nasceu, o próprio *Sherman Act* nasceu dentro de uma concepção de crime. Multa e crime. Não é da nossa concepção, da nossa cultura brasileira colocar esses atos como crimes. E até por aquilo que nós sabemos comumente: quantos grandes empresários vão para a cadeia no Brasil? E mais, eu diria, até, que todos os grandes empresários ficariam satisfeitíssimos em definir cartel como crime, porque todos eles iriam para a reunião de formulação de cartel já com o *habeas corpus* preventivo. Ou seja, é um problema realmente sério de nós transplantarmos criminalização de conduta do contexto norte-americano para o contexto brasileiro. A nossa cultura é diferente, a nossa cultura é outra. E eu diria que a Lei 8157 ela foi revogada pela Lei 8884, porque aquilo que a gente pega na lei de introdução ao Código Civil, a lei nova, que descreve as condutas anteriormente, revoga a anterior. Ora, a Lei 8884 descreve exatamente as condutas da 8157 e diz: São infrações à ordem econômica. Não são crimes.

Então, é alguma coisa que nós deveremos pensar no sentido de reformular. Eu agradeço à Comissão, agradeço ao Senador Casagrande, ao Senador Collor, ao Senador Wellington Salgado pela convocação. Aliás, foi uma iniciativa do Senador Wellington Salgado nos trazer aqui para trazer essas opiniões, até porque, do ponto de vista de propriedade intelectual, nós já entregamos a ele e eu reformularei todo esse pensamento

para entregar por escrito a V. Exas. e à Comissão também. Agradeço a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Dr. João Bosco, e passo, então, a palavra ao Sr. Tito Amaral de Andrade, que é diretor de concorrência do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional, IBRAC. Com a palavra por até oito minutos.

SR. TITO AMARAL DE ANDRADE: Muito obrigado, Senador Renato Casagrande. Agradeço e congratulo essa iniciativa do Senado. É um momento profícuo, oportuno para essa discussão, e na pessoa do senhor, também agradeço e congratulo Senador Fernando Collor de Mello, Senador Wellington Salgado. Só para fazer uma diferenciação entre OAB e IBRAC, apesar de eu ser Advogado, o IBRAC, além de Advogado, tem seus quadros economistas, engenheiros, acadêmicos, quer dizer, pessoas, de uma maneira geral, interessadas no tema do direito da concorrência. É um órgão plural, portanto, nenhuma crítica obviamente à OAB. Em linhas gerais, nós do IBRAC também estamos bastante alinhados com os pilares principais desse Projeto de Lei. Nós entendemos que esses pilares refletem de fato um avanço no que se refere ao direito da concorrência no Brasil, mas, a despeito disso, temos algumas considerações que achamos importante que sejam examinadas pelo Senado, algumas delas já tivemos oportunidade de discutir com membros do SPDC, Dr. Arthur Badin, Dra. Mariana, e gostaríamos, aqui, de apontar algumas delas. Vou tentar ser bastante breve, e em função do nosso tempo e talvez mencionar três ou quatro pontos que consideramos cruciais. Primeira situação é a questão da nomeação do conselheiro interino no período de vacância. Pegando um pouco a carona do Dr. Zanotta do cadê e do CADE, hoje nitidamente todo mundo sabe onde está o CADE. É difícil abrir uma página de jornal hoje no Brasil e não ter alguma notícia sobre o CADE, uma decisão importante, um ato de concentração examinado, um cartel desbaratado, etc. Ou seja, são assuntos e temas da mais alta relevância para esse país. Nesse sentido, nós achamos que é muito importante que o processo de nomeação e de aprovação de um conselheiro para esse Tribunal, passe pelos trâmites clássicos de indicação do Presidente, a sabatina do Senado, naturalmente, e até que ele possa ser empossado. Isso vai trazer, na nossa opinião, garantias importantes de transparência para esse processo, a legitimidade que certamente esse conselheiro terá, e a independência que ele vai ter. Portanto, esse é um ponto que a gente considera bastante importante. Nessa mesma linha, a questão da nomeação do Procurador-Chefe, que é esse cargo criado meio na linha do Procurador-Geral, hoje Procurador-Chefe, e do Economista-Chefe. São dois cargos também de extrema importância e que nós entendemos que a aprovação senatorial se faz bastante relevante.

Então, esse é um assunto que gostaríamos de deixar bastante claro. Um segundo aspecto, em relação ao setor de condutas, especificamente em relação a cartel, que é uma prioridade pública, mencionada pela SDE, pelo CADE, a gente entende que há uma situação bastante importante em relação à possibilidade de tomar termos de compromisso de cessação de prática. O Projeto de Lei, na maneira como ele está desenhado, ele permite que as empresas, ou indivíduos, façam uma única proposta de acordo para essa tomada do que a gente chama de TCC. Ainda que se entenda que há incentivos para que se mantenha dessa forma, na maneira que se negocia, talvez dando melhores fichas desde o primeiro momento, talvez fosse importante refletir para que as partes tenham pelo menos duas oportunidades de fazer esse tipo de acordo, de propor esse tipo de acordo. Uma alternativa, que foi a alternativa que o IBRAC já o fez e já transmitiu, inclusive, para o Presidente Badin, é que isso pudesse ser feito pelo menos em dois momentos. Um na SG, superintendência geral, e no segundo momento no Tribunal. A gente fala isso porque sabemos que vários dos casos hoje de cartel em andamento no sistema são casos internacionais com diversas jurisdições e, portanto, os casos tem peculiaridades e tem momentos processuais que impedem as partes, às vezes, de negociar e de fazerem acordos. De sorte que você abrir essa oportunidade para dois momentos pode ser extremamente importante e do interesse, no final do dia, da própria autoridade. Ainda na linha das condutas e dos cartéis, há uma preocupação muito grande hoje com os acordos de leniência. Entendemos que esse instrumento é absolutamente fundamental, se mostrou um sucesso hoje no Brasil e no mundo, mas aqui temos um problema específico em relação à possibilidade dos lenientes, ou seja, dos signatário dos acordos de leniência, de serem também na justiça... Na justiça criminal, serem denunciados por crime de quadrilha ou bando. Esse crime não está previsto no contexto atual do Projeto de Lei. De sorte que seria muito importante para dar segurança jurídica a esse instituto, que esse artigo, que é o artigo 288 do Código Penal, fosse contemplado também no Projeto de Lei.

Na linha dos atos de concentração, há uma preocupação em relação aos filtros. O Projeto de Lei anterior previa nos filtros para atos de concentração, ou seja, aquelas operações que devem ser submetidas ao crivo do conselho, ao crivo do CADE, agora do Tribunal, 150 milhões de reais de faturamento de

um lado e 30 milhões de reais o faturamento da outra empresa. Em algum momento houve uma alteração e se passou para 400 milhões de reais para um lado e 30 milhões para outro. Nós consideramos esse valor bastante alto levando em consideração o tamanho da economia brasileira. Apenas para um exemplo, a economia alemã que tem o PIB, mais ou menos, o dobro do PIB do Brasil, tem como critério para modificação de operações, 25 milhões de euros de uma empresa e cinco milhões de euros da outra empresa. Ou seja, são valores bastante inferiores. Tanto a gente acredita que o valor de 400 e de 30 vai deixar de analisar, o CADE deixará de analisar o número significativo de operações que podem ser importantes para a economia nacional. Não esquecendo que hoje o Projeto de Lei da maneira como está, se exclui o critério de *market share*. Portanto, você não mais terá o exame pelo *market share*, pela participação de mercado das empresas. De sorte que esse filtro, ele se torna ainda mais importante dentro desse contexto. E por último, temos uma crítica um pouco mais ampla em relação aos prazos, aqueles previstos no artigo 52 a 65. Como isso é uma... É um ponto extremamente técnico, mas nós submeteremos aos Senadores, às suas assessorias, a questão principal é que nosso entendimento os prazos não se fecham. Os prazos não estão bem concatenados. Isso pode, no futuro, na análise de procedimentos, gerar problemas muito graves. Eram essas as nossas contribuições principais, temos outras, mas achamos que essas sejam as mais importantes, mais uma vez agradecemos a oportunidade e vamos submetê-las todas aos ilustres Senadores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado pela sua contribuição, Dr. Tito Andrade, e passo a palavra, então, ao nosso último expositor, o Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, que é Presidente da ANATEL.

SR. RONALDO MOTA SARDENBERG: Sr. Presidente, Senador Renato Casagrande, Sr. Presidente Senador Fernando Collor, Sr. Relator, Senador Wellington Salgado, demais senhores e senhoras parlamentares, demais membros da Mesa, quero mencionar também o Dr. Bedran, Antonio Bedran, que é meu substituto eventual na ANATEL e, portanto, é Vice-Presidente da ANATEL. Senhoras e senhores convidados, é sempre um motivo de satisfação comparecer ao Congresso e muito mais nessa oportunidade em que o assunto interessa a significativas comissões do Senado Federal. Eu falo na qualidade de Presidente do Conselho Diretor e Presidente Executivo da ANATEL, nos termos da Legislação vigente que no que respeita a interação que deve existir entre os órgãos públicos e a representação político institucional da agenda. Esclareceria como uma preliminar que, do ponto de vista legal, todos conhecem, mas eu acho útil colocar que, no ponto de vista operacional, esclareceria como preliminar que, do ponto de vista legal, a ANATEL é o órgão do Estado que, no cumprimento da Legislação vigente, cumpre e cumprirá as políticas públicas existentes e que vieram a ser adotadas pelo Legislativo e pelo Executivo. Num ponto de vista operacional, nós, como todos, temos uma certa dificuldade em considerar as agências reguladoras em seu conjunto. E consequente nossas análises é sempre importante ter presentes as especificidades da ANATEL e as das demais, cada agência reguladora. No caso da ANATEL, muito brevemente, entre as especificidades está a lidar com a evolução tecnológica, que é uma realidade cotidiana de todos nós, e também o fato de que as decisões da ANATEL, por várias razões, tem uma repercussão forte no mercado. E ainda o fato de que o setor tem um tamanho relativo muito maior do que no passado.

Hoje, a receita operacional do setor alcança anualmente 187 bilhões de reais, ou seja, mais de 6% do Produto Interno Bruto brasileiro. Eu mencionaria também que nos últimos meses estivemos engajados em conversações informais com os representantes do CADE, especialmente o seu Presidente, Dr. Badin, e outros órgãos, com vista a aperfeiçoar o projeto em consideração. Nós tomamos o cuidado de dar conhecimento aos Senadores mais diretamente envolvidos nessa fase do processo, do fato que chegamos a alguns ajustes relevantes que podem ser analisados e na minha expectativa acolhidos por essa casa. Eu não vou voltar aos pontos comuns para as agências reguladoras, tendo em vista que o Dr. Bernardo Figueiredo já fez sua exposição. E eu mencionaria apenas que a ANATEL endossa a posição das demais agências reguladoras, quando creio foi mencionado pelo próprio Dr. Bernardo. Com relação a pontos específicos da ANATEL, mencionaria alguns apenas. O primeiro deles é que o setor de telecomunicações é regulado pela Lei Geral de Telecomunicações, LGT, com a ressalva das atribuições pertencentes ao CADE. E a LGT marcou uma complementariedade de competências entre a agência reguladora e os órgãos responsáveis da concorrência. Na atual configuração, a LGT atribui à ANATEL competências complementares ao CADE em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações à ordem econômica. Modelo de competição que vigora para o mercado, tem suas diretrizes delineadas em lei e em regulamentação intralegal e resultou em um considerável manancial jurídico, uma série de decorrências são muito claras. Hoje em dia, a agência trabalha, por exemplo, com conceitos específicos como o poder de mercado significativo e com regras

próprias para aferir a existência de relações de controle ou coligação societária. Nossa próxima etapa é o Plano Geral de Metas de Competição, que já está em elaboração na agência. No que diz respeito aos atos de concentração de condutas competitivas, a divisão de competências entre a ANATEL e o CADE também segue a lógica da cooperação. Eu devo... Precisarei ressaltar algumas partes, mas evidentemente o texto integral do meu pronunciamento está à disposição dos Senadores e de quem quer esteja interessado. Eu salientaria a cooperação com a SBDC, o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, que prossegue normalmente, inclusive, a ANATEL é parte desse sistema. A ANATEL adquiriu notável expertise com relação à promoção da competição. Eu passaria direto aos desenvolvimentos que ocorreram ontem no fim da tarde e início da noite, em conversas entre o Dr. Badin e pessoas da ANATEL, inclusive eu. Nós podemos informar, eu posso informar que chegamos a um entendimento no qual foi aceita a parcela significativa das proposições de aperfeiçoamento do projeto, a exceção do artigo 64, o qual possibilita a aprovação tácita dos atos de concentração. Esse artigo nós ainda teremos que discutir um tanto mais. Nós acolhemos, devo dizer, o argumento de que esse dispositivo propiciaria um avanço para o país. Pois permitiria implementar as melhores práticas internacionais relativas à anuência prévia para os atos de concentração. A ANATEL considerou, portanto, adequada a proposta finalmente apresentada pelo CADE. Mas nós teremos que consultar as demais agências sobre esse ponto específico de vez que não houve oportunidade de nós chegarmos a uma decisão no nível das agências, do conjunto das agências. Tendo em vista a especificidade do ponto de vista regulatório no que se refere a anuências prévias para operações que envolvem transferências de controle, tornou-se necessária e ontem foi acordada, a inclusão de artigo que prevê tratamento diferenciado para a ANATEL, de forma a possibilitar a instrução dos processos em prazos distintos aos previstos para a instrução dos atos de concentração, preservando-se os aspectos regulatórios, bem como as questões relativas à concorrência. Nesse sentido a ANATEL e o CADE, com vistas a adequar a proposta do projeto da regulamentação, propõe a faculdade de a ANATEL adequar o prazo para análise e instrução de processos. Devo salientar que o ajuste a ser regulamentado não deve levar a prazos que sejam excessivamente dilatados, mas sim que sejam suficientes para uma análise acurada que ao final refletirá em ganho para a sociedade brasileira. Este ponto é um ponto importante no sentido de que a ANATEL quer sim a agilidade, a ANATEL não está procurando nenhum tipo de subterfúgio para retardar o andamento do processo. Pelo contrário, nós estamos cientes da nossa obrigação de promover agilidade. Cita-se ainda que houve entendimento sobre a inclusão de dois artigos que prevêem a manutenção das competências da ANATEL. Desse modo, estamos na ANATEL confiantes em que o relator possa considerar os termos ajustados, enquanto esses que serão remetidos à sua consideração ainda esta semana. Da mesma maneira acreditamos que o assunto já está maduro para a decisão e que as sugestões propostas possam ser proveitosas para o aprimoramento do projeto e para o país, considerando os benefícios que o referido projeto trará para o SBDC. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Embaixador Ronaldo Sardenberg, e eu quero aqui fazer o registro da justificativa do Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Flexa Ribeiro, que hoje participa do Primeiro Simpósio de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha. Então, está justificando sua ausência e pedindo desculpas aos participantes. Eu tenho aqui os autores do requerimento, que tem preferência, naturalmente o projeto é um projeto muito importante, projeto que estabelece as normas da livre concorrência e reestrutura toda a sua normativa legal. Estabelece claramente a relação com os demais órgãos que também atuam nessa área, e define com clareza ou procuram definir com clareza a função de cada um e o trabalho de cada um. Fortalece essa anuência prévia com relação às decisões do CADE, então é uma matéria de fundamental importância e as informações que nós temos, aqui passadas pelo Embaixador Ronaldo Sardenberg, e aqui uma relação que precisava ser ajustada com relação à ANATEL está bem encaminhada. A relação com as demais agências reguladoras também está muito bem encaminhada e também com o Ministério Público, também está encaminhado no sentido de uma redação que ajuste a posição dos dois órgãos. Ministério Público e CADE. Naturalmente, nós que estamos no Senado precisando recuperar o tempo, votarmos uma matéria dessa seria muito importante. O mais rápido que a gente puder votar, num ponto de amadurecimento como já foi aqui dito. Então, um dos autores do requerimento, que é o Senador Wellington Salgado, também é o relator da matéria na Comissão de Ciência e Tecnologia. Então, vou primeiramente passar a palavra a ele e perguntar ao Presidente Collor se ele quer se inscrever para qualquer questionamento. Então, o primeiro, o Senador Wellington Salgado, com a palavra. Se possível, por até três minutos. Se possível, não. Vamos marcar três minutos. O máximo para a gente poder ganhar tempo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Casagrande, Arthur Badin, Presidente do CADE, Bernardo Figueiredo, Rutelly, Ronaldo Sardenberg, Secretária Mariana, Sr. Augusto Aras, demais convidados, Pedro Zanotta, meu querido professor de Minas Gerais, João Bosco. Eu queria dizer o seguinte. Essa questão do CADE, essas mudanças que vão acontecer e o Badin a gente sabe muito bem que o CADE, antes do Badin e depois do Badin, você foi um marco. Porque você tem um carinho especial pelo trabalho que faz. Jovem, dinâmico, e isso é importante. Acredita no que faz e isso é que traz resultados. Quando você gosta do que faz, acredita e é competente, você consegue bons resultados. Agora, uma coisa... Uma coisa, não, algo que é muito importante no Senado Federal são as audiências públicas. Porque muitas vezes todos acham que os Senadores entendem de tudo. E não entendem de tudo. É impossível entender de tudo. Então, para mim, eu acredito também para os demais Senadores, esse é um momento importantíssimo no Senado Federal. Muitas vezes os telespectadores da TV Senado acham que quando não há uma reunião no Plenário principal, que nós não estamos trabalhando. Pelo contrário, as comissões estão acontecendo, trabalhamos exaustivamente, várias comissões, são 81 Senadores representando seus partidos, então estão sempre correndo de uma Comissão para outra e muitas vezes até acompanhamos muito o relator que é quem se dedica mais a preparar o relatório. O relator da matéria. Agora, é importante também os setores venham discutir entre eles. Porque não é só nós escutarmos cada um dos senhores e tirarmos uma conclusão. Não é isso. Precisa, como teve o Embaixador Ronaldo Sardenberg colocou aqui, que teve uma reunião com o Badin, discutiram pontos importantes que os senhores detem mais conhecimento do que nós Senadores. São pontos importantes. Eu peço desculpas de ter chegado um pouco atrasado, mas é que sabe que está acontecendo a questão da nomeação do Sr. Toffoli para o Supremo, eu sou Vice-Presidente da CCJ e vice líder do PMDB, e as coisas acontecem e conversam, e quando você vê, você acaba correndo para suas responsabilidades. Mas, vejo um ponto importante, o Sr. Badin até achou que eu estava demorando um pouco, mas eu sabia que esse momento ia acontecer. A própria audiência, os convidados, a conversa entre vocês... Isso é importante para que venha acontecer. Agora, sim, agora vou pegar todo esse material. Com certeza, vou ver se marco um encontro pessoal com cada um. Agora, também, não existe, assim, nenhum interesse em atrasar, viu, Sr. Badin. Nenhum interesse em atrasar esse projeto, aprová-lo. Acho que as pequenas mudanças vão acontecer e vão ser pequenas. Ouvindo aqui todos presentes, vou convidar, vou ler o material e vou pedir o material antes de eu chegar da exposição de cada um dos senhores, o que eu não peguei, e vou pedir uma ligação para que possa conversar pessoalmente. E marcar, inclusive, uma reunião também com o Sr. Badin, que eu ainda não tive. Porque eu achei que como o Sr. Badin já tem um conhecimento bem da área, eu não tinha esse conhecimento, se eu tivesse antes com ele, de repente eu não teria conteúdo para discutir. Agora não, agora a gente já sabe o que pode ser mudado, o que que não pode, e vou querer ouvi-lo para ver se algumas mudanças que eu venha a apresentar no projeto, não vai interferir no caminho que o CADE e o Governo pretendem.

Então, já está maduro, viu, Presidente Casagrande, para que possa sair esse projeto, no máximo aí em 15 dias. Daqui a 15 dias, a gente pode botar em votação e resolver. Sabendo que na casa é tudo no voto, não é, Badin? Muitas vezes pode se pedir vista e apresentar e você perde e vale aquele outro. O importante é isso. Então só isso que eu queria colocar, Senador Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Wellington Salgado. Anunciar que chegou o Senador Paulo Duque, e como vocês estão... Muito parecidos hoje com relação... À roupa...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Concorrência desleal. Tem que ser tomada uma atitude.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Senador Wellington pediu um terno emprestado a ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pediu um terno. O Senador Wellington Salgado pediu hoje um...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É concorrência desleal. Porque essa marca do terno branco é do Paulo Duque desde que eu era menino. Ele tem oito mandatos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já é uma cópia.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Casagrande, eu queria dizer que, realmente, hoje, eu vim em homenagem ao Paulo Duque, que foi alguém muito importante nessa Casa, assumiu responsabilidades e acalmou o Senado Federal. E muitas vezes a imprensa não teve a consideração devida com o posicionamento dele. Posicionamento firme, corajoso, independente de lado. Então, eu mandei fazer esse terno especialmente para um dia caminhar com ele. Porque eu tenho, assim, o

maior orgulho de tê-lo no meu partido, e tê-lo como um grande político. Então eu acho que...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas a grande homenagem vai ser cortar o cabelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está faltando só a parte do cabelo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso é ciúme do Crivella, porque é do Rio também. Mas depois eu vou...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ainda bem que o senhor falou...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas depois eu vou, também botar uma roupinha e vou andar com o Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Viu, Senador Wellington? O senhor falou que o senhor comprou o terno, porque todo mundo achava que tinha buscado emprestado lá com o Senador Paulo Duque. Mas vamos dar sequência. Só informar o seguinte: esse projeto está na Comissão de Ciência e Tecnologia, vai para a CAE, Comissão de Infraestrutura, Comissão de Defesa do Consumidor, CCJ. Então, essa audiência aqui é uma audiência conjunta para que a gente possa evitar ou diminuir o processo, economizarmos nessa tramitação e já essa audiência aqui embasar todas as demais comissões. Com a palavra o Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente Renato Casagrande, Sr. Senador Wellington Salgado, subscritores para que essa reunião pudesse ser realizada, senhores expositores, Sras. e Srs. Senadores. A grande preocupação, acredito que esteja na mente de cada um dos Senadores nesta relação CADE agência reguladora, é exatamente para que... É exatamente o fato de não se desejar, em nenhum instante, que em função desse Projeto de Lei 06, o CADE venha a entrar demasiadamente nas atribuições das agências reguladoras. A criação das agências reguladoras foi um avanço relevante, importante, nessa renovação porque vem passando o Brasil, sobretudo tendo em vista a desregulamentação, a desestatização e, consequentemente, a preocupação com a defesa dos direitos do consumidor. Foi um grande avanço a criação das agências reguladoras. E esse avanço, acredito, nós todos tenhamos consciência que devemos mantê-lo. Sem desmerecer em nenhum instante o papel desempenhado pelo CADE, que se no passado não tinha uma proeminência que devia, em função das suas atribuições serem muito fragilizadas, em função do tipo de economia em que estava o Brasil inserido, mas a partir de agora, e sob a presidência de Dr. Badin, nós estamos verificando que há o desejo de ativar o CADE, de fazê-lo funcionar adequadamente. Vejo com muita satisfação esse pré-entendimento, porque ainda faltam alguns pontos a serem devidamente costurados, mas já houve um grande avanço nesse debate, entre as agências reguladoras e o CADE, que eu e todos os Senadores hoje festejamos pelo que falou o Presidente da ANATEL, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, e nós aguardamos nas comissões por onde irá tramitar esse Projeto de Lei 06, nos determos mais ainda na análise dessa questão para que saiam fortalecidos o CADE e as agências reguladoras. Eram essas minhas palavras, Sr. Presidente. Muito obrigado a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Presidente Fernando Collor. E gostaria de convidá-lo a reassumir aqui a presidência dos trabalhos. Senador Wellington. A sugestão do Senador Wellington, por favor, pudesse assumir a presidência dos trabalhos aqui na Comissão. Alguém... Não temos ninguém inscrito. Senador Marcelo Crivella com a palavra. Depois nós vamos dar direito a cinco minutos, se ninguém mais estiver inscrito, a gente já dá direito a alguns comentários finais, para a gente poder partir para o encerramento da audiência.

[*troca de presidência*]

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu queria apenas me manifestar sobre a importância do tema. Porque eu não vejo no Brasil nada mais... Eu diria... Nada mais conspiratório contra o nosso progresso e desenvolvimento político, econômico, social e até espiritual, do que a concentração de poder e renda. Estou convencido disso. O problema de concentração de poder e de renda é uma coisa que já foi tratada os primórdios da civilização quando do êxodo hebreu da saída do Egito. Quem lê com cuidado os tratados de Moisés, com três milhões de judeus a caminho da terra prometida, vai verificar que ele teve preocupação, uma preocupação importante e estratégica em traçar normas que evitasse, já naquela ocasião, a concentração de poder e de renda. Nem poder político, nem poder social, muito menos poder econômico. O dízimo era exatamente isso. E não é só isso, não. De sete em sete anos, todas as dívidas eram perdoadas, e, de 49 em 49, se terminava a servidão. É interessante notar também que ele dizia que o sujeito quando saísse para chegar o campo, as espigas que caíssem no chão, era indigno pegar. Você vê que coisa interessante. Elas pertenciam ao solo, aos pássaros e aos pobres. Quando o povo hebreu pede a Samuel um rei e ele consulta a Deus, a resposta foi divina mesmo. Disse: "Olha, não é para os Hebreus serem rei". "Mas por quê?", perguntou o povo no conselho dos anciões. "Porque o rei vai pegar os filhos mais fortes de vocês e vai colocar no Exército

para lutar pelas suas conquistas. Suas filhas mais formosas vão para o harém. De tudo que vocês plantarem, o melhor vai para a Mesa do rei". E o povo insistiu e a história dos reis Hebreus é uma história de decadência. Não tiro nem Salomão. Todos ali, com a concentração de poder e de renda, foram iníquos e ímpios. De tal maneira que essa discussão do CADE, em um Brasil que se... Desde o Império, aliás, desde a colonização, passando ao Império e por todas as décadas da República, sempre sofreu na mão de suas oligarquias, e hoje apresenta uma desigualdade social extraordinária, segundo [ininteligível] nós somos das maiores do mundo, fator fundamental da violência anômica que assola nossas cidades, eu não vejo nada mais importante do que nós discutirmos e aprovarmos um projeto que vai exatamente na contramão disso tudo. Que vai contra a formação de trustes e de reserva de ampla partes do mercado que acabam construindo no Brasil esse monumental, essa monumental concentração de poder e renda. Eu vou concluir, Sr. Presidente, mas ao longo da nossa trajetória política, nossa evolução histórica nos faltou, e eu digo isso aqui sem nenhum demérito, aos ilustres brasileiros que nos presidiram com honra e patriotismo, mas nos faltou instrumentos eficazes e idôneos para garantir na escala da nossa necessidade a distribuição de renda a todos os brasileiros. O Rio de Janeiro é hoje duas irmãs siamesas e monstruosas. De um lado você tem uma riqueza extraordinária. Mas há uma distância constrangedora, uma imensa parcela da população vivendo abaixo da... Vamos dizer assim, da dignidade humana. E o que causa isso? Ah, isso causa esse caos, essa violência, essa tristeza que nós vemos, um banho de sangue descendo dos morros, os meninos divididos em facções, uns são lançados nos presídios nossos, que são medievais, são barbarizados, vegetam. Outros esquartejados, ensanguentados nas sepulturas, uma triste cena de um país que no estágio nosso de desenvolvimento já devia ter superado isso.

Então, eu acho que nós não podemos, de maneira nenhuma, atrasar qualquer ação que nessa casa venha para contribuir na desconcentração de poder e renda. Eu acho que é fundamental nós termos esse postulado como diretriz das nossas ações e pensamentos. Nós queremos, acima de tudo, no Brasil distribuição de renda, diminuir a desigualdade social e terminar com essa concentração de poder e renda que existe na economia e se reflete na sociedade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Senador Crivella. Senador Paulo Duque, deseja alguma consideração a respeito?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente, eu, depois das considerações aqui do Marcelo Crivella, que representa também o Rio de Janeiro, eu estou até sem jeito de entrar nesse assunto. Eu conheço a CADE há muitos anos, se não me engano, foi criado pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Não foi ele que criou?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Meia dois.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Meia dois? Foi o Jango que criou o CADE. Eu me lembro da primeira Diretoria, porque havia até um representante do meu partido, na época, Dr. Vanor, era representante do partido na CADE. Não sei se vocês se lembram dele. Lembra? E começou devagar, sem muita importância, não se dava muito crédito à instituição. Ela custou a se firmar. Mas, para estar havendo essa reunião hoje aqui, para o Senador Marcelo Crivella ter feito essa explanação histórica e impressionante desse ambiente, é porque a CADE tem uma importância fundamental, grande, grandiosa. Muito maior do que aquela CADE que eu conheci dando os primeiros passos. Mas muito maior. E é isso que nós queremos, que ela tenha realmente a importância que merece. E não fique na plena burocracia de outrora que eu conheci. Sr. Presidente, em homenagem a V. Exa., aos nossos ilustres convidados, eu os saúdo e espero que tenham sucesso na instituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Presidente Paulo Duque. Eu vejo, agora vou pedir por dois minutos, as considerações finais de cada expositor para que nós possamos encerrar essa sessão, essa Audiência Pública, acho que eu não estou com a lista aqui, pela ordem que foi observada, mas se... Eu vou... Está aqui. Eu vou obedecer a mesma ordem. Queria, inclusive, anunciar que o representante da ANTT teve que se ausentar, porque tinha uma reunião com o Governador. Ele me comunicou, então ele foi para a reunião do Governador. Considerações finais, dois minutos. Está bom? Arthur Badin, Presidente do CADE, tem a palavra V. Exa.

SR. ARTHUR SANCHEZ BADIN: Obrigado, Sr. Presidente. Queria agradecer, inclusive, a sua intervenção, Sr. Presidente, que foi importante para facilitar e proporcionar um melhor entendimento que hoje nós podemos apresentar a todos os Srs. Senadores. Nós reconhecemos como legítimas as sugestões e proposições da ANATEL, que foram apresentadas, e acredito que chegaremos a um bom termo, inclusive, Sr. Senador, nessa sexta-feira haverá uma reunião do Fórum dos Presidentes das Agências Reguladoras, os Presidentes das Agências Reguladoras se reunirão

nessa sexta-feira no Rio de Janeiro e eu espero que até lá nós possamos todos envolvidos trazer para os Srs. Senadores um texto já de consenso e que, como o senhor bem disse, facilite o trabalho de Vossas Excelências. Eu teria um comentário para fazer sobre cada uma das proposições que foram feitas, mas o tempo está premente. Eu só queria dizer que as proposições do IBRAC e da OAB são extremamente consensiosas, importantes, cuidadosas, os advogados que estão na frente de batalha sabem das dificuldades que a aplicação da lei tem hoje, então, a questão do crime de quadrilha, incluir é absolutamente importante, de fato o problema da indicação do conselheiro substituto pelo Presidente, talvez o remédio seja pior do que... Vai causar um efeito colateral maior do que se pretendia consertar, então, eu acho que devem ser ouvidos com bastante cuidado e também com bastante atenção e nós também pretendemos chegar num... Cada uma dessas instituições já estão apresentando suas proposições em separado e a respeito das quais nós vamos apresentar, na medida do possível, um documento conjunto ou pelo menos comentários de apoio a elas. Com relação ao Ministério Público Federal, também já houve um avanço de um consenso. Eu acho que Dr. Aras, ele pode ser avançado ainda mais a solução que foi acordada com o relator, Senador... Na CAE, Senador Romero Jucá, era uma solução que tinha um contexto de uma aprovação mais rápida, talvez sem grandes alterações, acho que isso mudou esse contexto e eu acho que é possível já sair do Senado com um texto adequado à Lei Complementar 75. E a própria Constituição da República. O Senador Collor mencionou a relação do CADE com as agências, essa boa relação, essa relação sinérgica, ela é fundamental para a defesa dos consumidores e da sociedade como um todo, para os investimentos e do crescimento econômico, e é por isso que tem sido buscado com bastante cuidado por todos seus dirigentes. Então, é isso que eu tinha para falar. O tempo, se me for concedido mais, eu falarei mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria só esclarecer, Senador Crivella, nós conversávamos há pouco e nós vimos os valores que o CADE já tem em caixa e conversava com o Sr. Badin. Ele me falou que esses são valores efetivamente no caixa. E que tem em torno de questões ainda discutidas com depósitos, discussões na justiça, em torno de um bilhão de reais. Então, 80 milhões está no caixa já, que já arrecadou. Passaria agora por dois minutos ao Sr. Antonio Aras, para que faça suas considerações finais.

SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS: Sr. Presidente, renovo nossos agradecimentos pela oportunidade de participar dessas discussões, aproveito o ensejo para dizer da nossa esperança à luz do que disse o nosso Presidente Badin, acerca da possibilidade de encontrarmos um consenso no que toca a atuação do Ministério Público à luz da lei, do PL 06/09, até porque, do jeito como está redigido atentaria diretamente contra o texto constitucional e da Lei Complementar 7593. Então essa é uma esperança, Senador, que nós levamos na busca do consenso. Finalmente, o Ministério Público manifesta a sua... Mais uma vez, a sua preocupação com a grande concentração de poderes dirigidos diretamente à superintendência geral. Este problema é um dos mais graves e como me permita, disse o Professor João Bosco Fonseca, que é um homem que tem contribuído por demais no Direito Econômico do Brasil, este assunto creio que há de merecer de Vossas Excelências um cuidado especial, porque ele está na contramão não só da República, mas da própria federação que desconcentra poderes. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria, como relator, já pedir ao Sr. Antônio Aras que me encaminhasse uma ideia de... Não quer dizer que eu vá aceitar, mas que sabe que... Por ver... Muitas vezes encaminha e não entra do jeito que foi discutido e parece que a gente não cumpriu o que estava combinado. Não é isso. Gostaria de uma visão específica do Ministério Público. O Ministério Público esse que eu tive um voto solitário semana atrás, quando foi dado todos poderes do Ministério Público para a Defensoria Pública. Eu achei que estava se criando um novo Ministério Público e na hora da votação só tive eu apoiando os senhores. Perdi de lavada. Mas é assim que é a democracia. Gostaria de passar agora, então, para as considerações finais a palavra à Mariana Tavares, secretária de... Secretária da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Tem a palavra, V. Sa.

SRA. MARIANA TAVARES DE ARAÚJO: Obrigada, Senador Wellington Salgado. Muito brevemente gostaria de sublinhar todas as palavras do Dr. Arthur Badin. Ele fala pelo Ministério da Justiça, quando falou e fala pelo Ministério da Justiça em todas essas... Em todas as... Toda interlocução com o Embaixador Sardenberg na ANATEL e as outras agências e também nas conversas que houve com o IBRAC e com a OAB. Da mesma maneira ressaltar a nossa... A nossa intenção de avançar ainda mais nas questões aqui levantadas, os advogados, como já foi dito, tem a experiência diária e tem uma percepção que permite identificar possíveis gargalos e quanto mais pudermos aprimorar o texto nesse sentido melhor... Melhor será a lei que será aprovada. Eu gostaria de... De responder uma única questão levantada pelo Dr. Aras e foi mencionada

novamente pelo professor João Bosco, já não me recordo se pela OAB ou pelo IBRAC, em relação às 96 menções à figura do superintendente. Na verdade, essa crítica existe desde o início do projeto, mas essas 96 menções tem por objetivo disciplinar em relação a prazos e em relação aos limites do exercício do superintendente a função do próprio superintendente. E que todos os atos, todos expedientes que são arquivados na superintendência, podem ser avocados pelo Tribunal, e mais do que isso, tem por objetivo garantir que pelo Tribunal passarão somente as questões que de fato são relevantes. Tanto no que diz respeito aos atos de concentração, quanto a eventuais expedientes que tratem de condutas. Mas, mesmo assim é importante, em primeiro lugar, que o Tribunal pode avocar qualquer um desses expedientes, mas voltando para o começo, que nós estamos abertos a discutir sugestões para aprimorar o texto, porque o importante é que haja um sistema de freios e contrapesos entre o Tribunal e o órgão de instrução. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Sra. Mariana. Passarei agora ao quinto, Rutelly Silva, que é o Secretário Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, CAE-MF. Tem a palavra, V. Sa.

SR. RUTELLY MARQUES DA SILVA: Obrigado, Senador Wellington Salgado. Antes de mais nada, acho que a audiência foi muito proveitosa. Acho que é importante para que o Senado consiga cumprir melhor o papel que brilhantemente cumpre, e que esse PL que tanto a gente espera que melhore o sistema brasileiro de defesa da concorrência, ele prospere. Então, acho que... Uma iniciativa, assim, louvável. Eu gostaria de enfatizar que a CAE está à disposição para discutir pontos que possam melhorar o PL, que... Para promover o consenso, porque o projeto tramite mais rápido possível, e que ressaltar também... A gente está em linha com que o Senador Collor disse que é importante tanto fortalecer o papel do CADE como das agências reguladoras. A CAE, ela tem uma preocupação muito grande com isso, porque ela entende que as agências reguladoras, elas precisamos ser fortes para cumprir o papel que a elas foi designado. Então, essa é uma preocupação da CAE e que a CAE, em nenhum momento esquece disso. Em toda a atuação da CAE, ela visa ajudar as agências reguladoras a cumprir bem o seu papel. A CAE não tem nenhum tipo de interesse em retirar, longe disso, as atribuições dessas agências, pelo contrário, enfatizo, mais uma vez, que o desejo da CAE é fortalecer as agências reguladoras para que elas possam cumprir o papel que elas tem desempenhado e que a gente espere que seja aperfeiçoado ao longo dos anos. Era só isso, Sr. Senador. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Rutelly. Eu vejo o seguinte, quando a gente começa a achar que tem muita gente jovem na Mesa, é que a gente está ficando mais velho. [Risos]. Antigamente. [risos]. Passaremos a palavra agora ao Sr. Pedro Zanotta. Tem a palavra, Vossa Senhoria, Presidente da Comissão de Defesa da Concorrência da Ordem dos Advogados do Brasil. Tem a palavra.

SR. PEDRO ZANOTTA: Seccional de São Paulo. Eu queria, Senador Wellington Salgado, mais uma vez cumprimentar V. Exa., pela iniciativa desse debate extremamente importante, a contribuição da sociedade de uma maneira geral e das autoridades envolvidas com o projeto. Essa mudança é bastante ousada, porque nós temos uma lei que funciona há 15 anos, a sua eficácia vem sendo testada ao longo do tempo. Evidente que nós, advogados, e também os administradores do sistema, sentem dificuldade com alguns pontos, mas de qualquer maneira a própria evolução do sistema, o amadurecimento do sistema, o relatório de gestão da SDE, do ano passado, que trouxe progresso fantástico em relação aos anos anteriores, a diminuição dos dias para julgamento de atos de concentração e processos que o CADE vem dia-a-dia trazendo melhoras, o reconhecimento internacional do nosso sistema, que hoje é modelo para alguns sistemas mais novos que vem implantados no mundo. Tudo isso nos leva a ter a certeza de que o momento é oportuno, nós temos massa crítica suficiente para fazer alteração do projeto, a mudança da análise dos atos de concentração de mudança pós para mudança pré é bastante... Mais uma vez, eu repito a palavra, ousada, porque vai exigir eficiência dos órgãos componentes do sistema, mas eu tenho absolutamente... Absoluta certeza, e isso está espelhado na nossa... No nosso trabalho, de que os órgãos estão preparados para enfrentar esse desafio e cumprí-lo com bastante eficiência. Então, mais uma vez, cumprimento V. Exa., coloco a nossa Comissão à sua disposição, se precisar de algum tipo de ajuda, de esclarecimento, de comentários, eu vou lhe entregar o trabalho que nós fizemos e estamos à disposição. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado ao Presidente da Comissão de Defesa e Concorrência da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, São Paulo. E passarei agora a palavra ao querido Professor João Bosco Fonseca, membro da Comissão Permanente de estudo de direito de concorrência da regulamentação econômica da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, Minas Gerais. Tem a palavra, V. Exa..

SR. JOÃO BOSCO LEOPOLDINO FONSECA: Exmo. Sr. Senador Wellington Salgado, eu quero agradecer, em nome da OAB, Minas Gerais, e em nome também

da Universidade Federal, a atenção que recebemos de V. Exa., tanto na reunião de outra semana, como agora. Eu quero salientar que a nossa preocupação da Comissão e da universidade é no sentido de criar uma instituição na qual haja equilíbrio de poderes. E então, havendo essa necessidade de equilíbrio de poderes, não se concebe que haja uma preponderância de alguns aspectos. E um aspecto, e isso nós encaminharemos a V. Exa., retomando a posição da Dra. Mariana e do Dr. Aras, vejam bem, o Presidente avocar, ele nem sempre vai ficar sabendo daquilo que o superintendente decidiu. Então, pode-se, e isso dentro da experiência que eu aprendi e pude aprender alguma coisa como conselheiro do CADE, há inúmeros processos que são de *minimis*, sem dúvida. Mas, essa comunicação é necessário o superintendente opina, dá o parecer pela aprovação ou não aprovação, mas quem decide é o Tribunal. E esta comunicação do Diretor-Geral, e eu insisto nesse ponto, esta comunicação do Diretor-Geral, ela pode ser sucinta ao Presidente do Tribunal. E o Presidente comunica aos seus pares a opinião do Diretor-Geral no sentido de aprovação sem maiores considerações, sem nenhuma restrição dos atos tais, tais, tais. Isso se faz em meia hora. É questão de agilizar o processo quando a opinião do Diretor-Geral já vem bem sucinta e bem clara. Nós encaminharemos essa sugestão para que não haja simplesmente avocação. Eu acho que ela não resolve. O que resolve é o encaminhamento de forma sucinta, de forma ágil e eficiente. Esses são aspectos muito importantes que a gente vê no sentido de aperfeiçoamento da instituição. A nossa intenção é realmente de colaborar e nos colocamos à disposição de V. Exa., no sentido de trazer alguma contribuição que possamos trazer e que seja frutuosa. Muito obrigado, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Professor João Bosco Fonseca, membro da Comissão Permanente de Estudo de Direito Concorrência da Regulamentação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, Minas Gerais. Agora, com a palavra, por dois minutos, considerações finais o Sr. Tito Amaral de Andrade, Diretor de concorrência do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional, IBRAC. Tem a palavra, V. Exa..

SR. TITO AMARAL DE ANDRADE: Muito obrigado, ilustre Senador. Mais uma vez, renovando e congratulando por essa iniciativa. Acho que é muito importante que o Senado possa efetivamente auscultar o que a sociedade civil tem para falar, o que as partes interessadas tem para comentar. Fiquei muito feliz também de ouvir a manifestação pública do Dr. Badin em relação à receptividade a alguns de nossos comentários, esse canal já estava aberto, mas eu tenho certeza que ele vai ficar reforçado depois dessa audiência, e meu comentário é muito breve, mais no sentido de um apelo de aproveitarmos essa oportunidade ímpar, singular, para fazermos uma lei o melhor possível. Uma lei que efetivamente reflita aquilo que o país precisa, uma lei que efetivamente reflita um consenso de todos os interessados e que o açodamento não os faça cometer alguns equívocos no caminho. Então, acho que devemos, efetivamente, aproveitar essa oportunidade que estamos tendo para fazer uma lei melhor possível para o Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado. O último convidado, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL. Tem a palavra V. Exa.

SR. RONALDO MOTA SARDENBERG: Obrigado. Acho que nós estamos vivendo um momento importante de modernização. Modernização de instituições, de relação entre instituições, e que é muito importante que todos atores tenham um papel importante nesse... Nesse processo e se manifestem. Acho que... Saúdo a realização dessa audiência com a participação do IBRAC, da OAB, do Ministério Público, de órgãos públicos e representantes das agências reguladoras. Eu acho que esse é um bom momento que nós devemos aproveitar ao máximo que pudermos. Evidente que a ANATEL vem atuando de forma construtiva e cooperativa, e que considera, por outro lado, positiva a atuação do CADE. Nós temos consciência que o processo de mudança é inerentemente complexo e necessita de diálogo. Nós estamos confiantes de que diante dos progressos alcançados, nós estejamos próximos a concluir o processo do PL do CADE. A ANATEL se insere nesse esforço e também sob a bandeira da atualização. Nós também estamos procurando com base no nosso programa geral de atualização da regulamentação, regulação, não estamos procurando promover um processo de atualização não só adjetiva da ANATEL, mas substantiva das normas que regulam o setor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Ministro Presidente da ANATEL. O Badin, acho que ele tinha me dado um preparatório de que gostaria de falar mais uns dois minutinhos. Existe alguma consideração final? Não? Antes de encerrarmos a presente Reunião Conjunta das Comissões de Serviços de Infraestrutura; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle, gostaria de agradecer a presença de nossos convidados, que trouxeram inestimável contribuição ao Senado da República com suas exposições. Muito obrigado. E não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, encerro a presente reunião.

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R$ 30,00

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:		UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R$)	Preço Total (R$)

EDIÇÃO DE HOJE: 1274 PÁGINAS